REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI SUP. "A" AO Nº 87 SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de abril de 2016 5
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2016 21
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2016 44
1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Ata da 11ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de abril de 2016 (em em conjunto com a 9ª reunião da CCT) **(vide item 1.10)**
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2016 68
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2016 88
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2016 118
1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de maio de 2016 125
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de junho de 2016 146
1.4 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Ata da 8ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de maio de 2016 (em conjunto com a 13ª reunião da CCT) **(vide item 1.10)**
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016 173
1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2016 184
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2016 198
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2016 209
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2016 228
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de março de 2016 247
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2016 251
Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2016 269
Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de abril de 2016 293
Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de abril de 2016 (em conjunto com a 9ª reunião da CCT) **(vide item 1.10)**
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de abril de 2016 322
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de abril de 2016 348
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2016 367
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de abril de 2016 401
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de abril de 2016 441
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2016 471
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2016 475
1.6 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de abril de 2016 498
1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de abril de 2016 515
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2016 520
Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de maio de 2016 (em conjunto com a 13ª reunião da CCT) **(vide item 1.10)**
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2016 525
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2016 564

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2016 584
1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2016 608
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de maio de 2016 639
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2016 649
1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2016 655
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2016 682
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2016 706
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2016 731
1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 9ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de abril de 2016 746
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de abril de 2016 792
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2016 817
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2016 846
Ata da 13ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de maio de 2016 872
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016 918
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2016 934

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, é aberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, suspensa às nove horas e cinquenta e sete minutos. A reunião é reaberta às quatorze horas e trinta minutos com a presença dos(as) senadores(as) Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, José Pimentel, Paulo Rocha, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes, Eduardo Amorim e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Telmário Mota, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Franco, Alvaro Dias e Douglas Cintra. A presidência declara reaberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 8ª, 9ª e 10ª reuniões, que são aprovadas. Em seguida, acerca dos processos de operação de crédito constantes da pauta, a presidenta consulta a comissão sobre a dispensa da concessão de vista coletiva, conforme prevê o Ato n 1 de 2013 – CAE. A comissão aprova a dispensa. A presidenta inicia, então, a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 39 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Manaus, estado do Amazonas, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus - Proconfis/Manaus", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 2 -** Mensagem (SF) nº 40 de 2016, não terminativo, de autoria da presidente da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor total de até US$ 32,480,000.00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto Carfip", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 3 -** Mensagem (SF) nº 41 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e a Corporação Andina de Fomento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Região Oceânica Sustentável", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. A presidenta designa o senador Wellington Fagundes relator "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 4 -** Mensagem (SF) nº 42 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte americanos), de principal, entre o governo do estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - Premar 2ª etapa", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação de requerimen-

to de urgência para a matéria. **Item 8 -** Projeto de Lei do Senado nº 789 de 2015, complementar, não terminativo, de autoria do senador Douglas Cintra, que "autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo", tendo como relator o senador Blairo Maggi, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocada em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **Item 9 -** Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 2014, não terminativo, de autoria do deputado George Hilton, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico", tendo como relator o senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. São adiados os demais itens da pauta, a saber: **Item 5 -** Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012; **Item 6 -** Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **Item 7 -** Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009; **Item 10 -** Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 11 -** Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; **Item 12 -** Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; **Item 13 -** Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011; **Item 14 -** Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 15 -** Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; e **Item 16 -** Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 17 -** *Minuta de requerimento, de autoria do senador Omar Aziz e da senadora Vanessa Grazziotin, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 39 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Manaus, estado do Amazonas, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a melhoria da prestação de serviços públicos do município de Manaus - Proconfis/Manaus'". Colocado em votação, a comissão aprova* a apresentação do requerimento. **Item 18 - Minuta de requerimento, de autoria do senador José Pimentel, que "n***os termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 40 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor total de até US$ 32,480,000.00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto Carfip'". Colocado em votação, a comissão aprova* a apresentação do req0u0e0r0i0m0ento. **Item 19 -** Minuta de requerimento, de autoria do senador Walter Pinheiro, que "*nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 42 de 2016, que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o governo do estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - Premar 2ª etapa'". Colocado em votação, a comissão aprova a* apresentação do requerimento. **Item 20 -** *Minuta de requerimento, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 41 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Niterói, estado do Rio de Janeiro, e a Corporação Andina de Fomento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Região Oceânica Sustentável'". Colocado em votação, a comissão a*prova a apresentação do requerimento. **Item 21 - A***viso nº 21 de 2016, não terminativo, de autoria do* Tribunal de Contas da União, que "e*ncaminha cópia do Acórdão nº 772/2016 - TCU, acompanhado dos respectivos relatório e voto, que trata de representação com a finalidade de avaliar o enquadramento de operação realizada entre o município de Belo Horizonte - MG e o Fundo de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC-BH no conceito de operação de crédito estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 016.585/2009-0)", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que apresenta relatório fornecendo* os devidos esclarecimentos e informações pertinentes à matéria. Após a leitura, encerrada a discussão, a comissão aprova o relatório. **Item 22 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 12 de 2016, de autoria da senadora Gleisi Hoffmann, que "requer, em aditamento ao Requerimento nº 37 de 2015-CAE, de autoria do senador José Serra, sejam incluídos os nomes abaixo para participar da audiência pública destinada à discussão das políticas fiscais, monetária e cambial: o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Jessé Souza; o economis-

ta Márcio Pochmann; e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2016-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em razão de estarmos hoje instalando a Comissão Especial do Impeachment, em que o Senado da República fará a análise do processo que chegou da Câmara, suspendo a presente reunião, reconvocando-a para as 14h30, ainda na data de hoje.

(Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é suspensa às 9 horas e 57 minutos e reaberta às 14 horas e 48 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Declaro reaberta a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 8ª, 9ª e 10ª reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para a Melhoria da Prestação de Serviços Públicos do Município de Manaus - PROCONFIS/Manaus".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o empréstimo de US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) que o Município de Manaus pretende tomar junto ao Banco Mundial (World Bank) contribuirá para a consolidação e o fortalecimento do equilíbrio fiscal, melhorando a prestação de serviços públicos do Município de Manaus, através da profissionalização, racionalização e melhor aplicação dos recursos públicos. Esses desafios exigem, acima de tudo, a modernização da capacidade de gestão e de instrumentos que possibilitem o aumento da arrecadação e a eficiência no controle da despesa pública.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA747968, de 25 de novembro de 2015.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros vinculada à LIBOR semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem variável e, de acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, deverá apresentar custo efetivo da ordem de 3,85% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR.

Os recursos a serem captados serão pagos em vinte e quatro anos, tendo cinco anos de carência e dezenove anos para amortização do empréstimo, e as taxas de remuneração desse capital se apresentam bem abaixo do mercado, tendo em vista que o objetivo do Banco Mundial é aplicar os seus recursos de forma a erradicar a pobreza e buscar o desenvolvimento econômico dos países beneficiados pelos empréstimos.

Cumpre-me aqui destacar que a atual situação de endividamento do Município de Manaus comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer nº 78, de 16 de fevereiro de 2016, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, o Município de Manaus atende os limites e condições definidas pelas referidas resoluções, inexistindo óbice à contratação da operação de crédito externa pretendida.

Verifica-se no referido parecer que, já considerado o empréstimo em exame, o Município de Manaus apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a apenas 0,36 vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto comprometendo apenas 30,16% do limite de 1,2 da receita corrente líquida fixada pela Resolução nº 40, de 2001.

Eu queria também destacar, Srª Presidenta, que de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, em sua Nota nº 29, de 15 de fevereiro de 2016, os resultados fiscais obtidos na análise demonstram que o Município possui capacidade de pagamento suficiente para fazer frente à totalidade dos encargos da dívida, inclusive os da operação de crédito pleiteada.

A análise da capacidade de pagamento indicou classificação B+, indicando que o Município de Manaus apresenta situação fiscal forte e risco de crédito baixo, sendo a operação, portanto, elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para o recebimento da garantia da União.

Portanto, estão sendo observadas as condições e exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, relativamente à prestação de garantia por parte da União.

Dito isso, Srª Presidente, o nosso voto, o pleito encaminhado pelo Município de Manaus encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado, que está em anexo, do qual eu me dispenso de fazer a leitura, porque já foi distribuído para todos os membros desta Comissão.

Quero aqui cumprimentar o Prefeito Arthur Virgílio Neto pela grande gestão que faz à frente do Município de Manaus, da Capital do Amazonas; cumprimentar o Senador Omar Aziz, a Senadora Vanessa Grazziotin, que, membros desta Comissão de Assuntos Econômicos, envidaram seus esforços para que esta matéria pudesse tramitar em tempo curto, diante das necessidades que o Município exige para poder promover os seus investimentos.

Portanto é com alegria, como Senador do Nordeste, de Pernambuco, e um dos grandes defensores da Federação brasileira e do equilíbrio federativo que votamos um parecer favorável à contratação de mais um empréstimo externo, que vai ajudar nessa grave crise fiscal que os Estados brasileiros estão enfrentando.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu agradeço...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – É para manifestar a minha opinião. Eu conheço o Senador Arthur Virgílio...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só um minutinho, Senador. É porque ele leu o relatório e nós não abrimos ainda para discussão. Eu vou abrir, mas tenho de fazer uma consulta à Comissão...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...até para que eu não seja responsabilizada depois pela situação.

Há uma determinação aqui do Ato nº 1, de 2013, da CAE, de que, em todos os processos de operação de crédito, automaticamente se concede vista coletiva.

Nós estamos fazendo a leitura agora. O correto, por esse ato, seria a concessão de vista coletiva. Agora, esse é um ato da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, a maioria desta comissão pode deliberar contrariamente e dispensá-lo.

Então, antes de abrir a discussão da matéria, eu tenho de consultar a Comissão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Estamos vivendo um momento tão excepcional da história do País que eu acho que esse é um problema menor, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senadora Vanessa. Em seguida, o Senador José Agripino.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu acho que é isso. Se nós alcançarmos aqui a unanimidade, podemos abrir mão desse procedimento, que tem sido o normal aqui, na Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Srª Presidente, estou vendo aqui os Senadores do Amazonas – a Senadora Vanessa, o Senador Omar Aziz; só não está o Senador Eduardo Braga, que está viajando – e tenho certeza de que a Bancada do Amazonas, que tem divergências políticas locais, converge no plano do interesse da cidade de Manaus, o que é, do ponto de vista republicano, elogiável. Muitos processos já foram apreciados nesta Comissão. O processo da cidade de Manaus está no fim da fila e urge que ele seja apreciado ao mesmo tempo em que os outros já o foram.

Eu gostaria de fazer um apelo à Comissão, para que, em função – suponho eu – da unanimidade da posição dos Senadores do Amazonas, que têm posições políticas divergentes do plano local, mas que se somam no plano do interesse da cidade de Manaus, que se preste uma homenagem e que se dispense a formalidade do pedido de vista e que se aprove, de imediato, esse pedido, fazendo justiça à cidade de Manaus dando equilíbrio, no prazo de apreciação no plenário, a outras matérias que chegaram antes, que já foram apreciadas e muitas delas já foram aprovadas no Plenário.

É a minha manifestação.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

Agradeço o Senador José Agripino. Deixe-me organizar um pouquinho. V. Exª pediu pela ordem; depois o Senador Donizeti e o Senador Romero Jucá.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu só queria propor – é natural e acho que todos vão querer se manifestar, como os próprios Senadores do Amazonas – que nós votássemos a matéria, até porque já há uma concordância em superar essa etapa do pedido de vista, até porque já existem outras matérias, inclusive de outros Estados, na ordem. Então, seria importante até que pudéssemos prosseguir nessa direção. E na sequência, depois de aprovada, ouviríamos as manifestações e os agradecimentos, pois acho que seria a forma mais correta.

Eu já pediria inclusive que, na sequência, o próprio Relator que relatou a matéria 1, que é o Relator da matéria 4, da Bahia, continuasse fazendo o relatório dele e poderíamos depois abrir a palavra, para que todos pudessem agradecer ou ponderar sobre essas questões.

Era a proposta que eu faria aos meus nobres pares, para procedermos à apreciação dessa matéria, Senador Omar, até para levá-la hoje à tarde ainda ao Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Já há o compromisso do Presidente Renan Calheiros de pautar essa matéria, se votada aqui, com a compreensão dos pares, para darmos agilidade a esse processo.

Mas eu não posso deixar de lhe agradecer, Senadora Gleisi, em meu nome, em nome do Estado do Amazonas, pela sua interferência.

V. Exª empenhou e cumpriu a sua palavra aqui. Então, o meu respeito pela senhora cresce muito, até porque, como Ministra, a senhora sempre foi muito solícita às minhas reivindicações. E agradecer também o empenho, que é mais do que obrigação minha e da Vanessa, da Senadora Vanessa, que teve um papel fundamental nesse processo. Muito obrigado pelos seus empenhos, Senadora Gleisi e Senadora Vanessa. É o agradecimento em nome do Prefeito da cidade de Manaus, Arthur Virgílio Neto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito obrigada. Saúdo o Prefeito, que está aqui presente.

Eu passo a palavra ao Senador Donizeti e, na sequência, aos Senadores Romero Jucá, Wellington Fagundes e José Pimentel. Nós não estamos discutindo o mérito. Estamos em uma preliminar, que é não ter a vista coletiva conforme determina...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – É isso que eu queria propor.

O Senador Donizeti quer se manifestar sobre isso?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não tenho nada contra, desde que também seja dado o mesmo tratamento à Bahia, porque, se fosse para dar para um e não dar para os outros, eu seria contra.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu queria só consultar, como preliminar, antes de passar a palavra aos demais, se podemos ter o mesmo tratamento para os quatro créditos que estão na pauta. Havendo acordo na Comissão, isso é bom porque deixa todos preservados, inclusive esta Presidência, que está submetendo ao Plenário essa decisão, deliberação.

Então, vamos abrir mão do cumprimento do Ato nº 1, de 2013, CAE, pela unanimidade dos presentes na Comissão.

Passamos, agora, à discussão da matéria.

Eu pergunto se o Senador Romero Jucá quer discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sem discussão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Wellington Fagundes também não? (*Pausa.*)

José Pimentel também não? (*Pausa.*)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Orientação de votação: "sim", PMDB.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, as Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há urgência para o plenário, Srª Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Há urgência, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O.k.

Em votação o requerimento de urgência apresentado por todos os Senadores que estão nesta Comissão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE de urgência para a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, o Relator do item 2 está presente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

Havia uma solicitação de inversão de pauta para o item 4, que é o crédito do Estado da Bahia, cujo Relator...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, eu não tenho nada contra. Acontece que vou agora conduzir a reunião da Medida Provisória nº 700, que está marcada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Entendi. Passaremos, então, a V. Exª. Vai ser rápido.

MENSAGEM (SF) Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total de até US$ 32,480,000.00 (trinta e dois milhões e quatrocentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do "Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Bioma Cerrado - Projeto CAR FIP".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, análise.

Nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal, combinado com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, a celebração de operações de crédito externo de interesse da União dependem de prévia e específica autorização do Senado Federal.

Pelo exame da documentação contida no processado, conclui-se pela observância de todos os preceitos legais pertinentes à matéria, de forma que o Senado Federal pode efetivamente conceder a autorização solicitada.

Saliente-se ainda que o Projeto CAR-FIP faz parte do Plano de Investimentos Florestal do Brasil, elaborado no contexto das iniciativas do Programa de Investimento Florestal, um dos três programas vinculados ao Fundo Estratégico do Clima.

A execução do projeto fortalecerá a implementação de iniciativas estruturantes para o controle do desmatamento no Cerrado, contribuindo para as ações de seu monitoramento e controle, alinhando-se às ações

da Política Nacional de Mudanças do Clima, que motivaram a elaboração do Plano de Investimento Florestal do Brasil.

Conforme explicitado no referido parecer da STN:

> O Projeto CAR-FIP está estruturado para apoiar os estados do bioma Cerrado e respectivos municípios selecionados na inscrição dos imóveis rurais no CAR, além de apoiar as Organizações Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS na análise das informações ambientais dos cadastros inscritos e apoiar os proprietários e posseiros de imóveis rurais que tenham passivos em APPs e áreas de Reserva Legal na adesão aos Programas de Regularização Ambiental, instituídos pelo Novo Código Florestal.

Trata-se, portanto, de projeto com largo alcance social, econômico e ambiental, digno da autorização desta Casa.

No que diz respeito às características financeiras da operação, cabe ressaltar que a operação de crédito externo pretendida será realizada em termos concessionários do Fundo de Investimento Florestal, com recursos advindos do Fundo Estratégico do Clima, e será celebrada entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial, na qualidade de Agência Implementadora do referido Programa de Investimento Florestal, do citado Fundo Estratégico do Clima.

Nessa modalidade de operação financeira não incide a cobrança de juros, nem quaisquer outras taxas financeiras acessórias, como comissão de crédito, de supervisão ou multas.

A propósito, o custo efetivo da operação, medida em termos de sua Taxa Interna de Retorno, foi calculada em 0,25% ao ano, para a duração de 18 anos, que, considerando que o custo da curva de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, na mesma data, ou seja, em 1º de julho de 2015, para a mesma duração, é de 5,71% ao ano, levou a STN a concluir que a operação se encontra em patamares favoráveis.

Voto. Diante do exposto, manifestamos nosso voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 40, de 2016, nos termos do projeto de resolução, Srª Presidenta, já divulgado nesta Comissão e em todo o Congresso Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação relatório do Senador José Pimentel. Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu requeiro a urgência, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Aprovado o relatório.

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE de urgência para a matéria que vai ao Plenário.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 42, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre o Governo do Estado da Bahia e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR 2ª Etapa".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia – PREMAR 2ª Etapa. O programa terá o valor total de US$300 milhões, sendo US$200 milhões financiados pelo BIRD e US$100 milhões como contrapartida do Estado da Bahia.

O objetivo geral do programa é melhorar a eficiência e a segurança dos transportes e da logística na Bahia, promovendo o crescimento socioeconômico sustentável e inclusivo do Estado, notadamente nas regi-

ões Oeste e do Sertão. Aí está a alegria de poder ser Relator: o Sertão da Bahia faz fronteira com o Sertão de Pernambuco, que é banhado pelo Rio São Francisco.

A análise do custo-benefício e a demonstração do interesse econômico e social do Projeto enfatiza os seguintes investimentos: pavimentação de estradas estaduais, obras de melhoria de vicinais e melhoria dos índices de segurança viária.

A operação de crédito externo pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com margem variável e juros vinculados à LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer COPEM/SURIN/STN nº 226, de 29 de março de 2016, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Bahia no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 48, de 2007.

O custo efetivo médio da operação, de acordo com cálculo estimativo realizado pela STN, deverá ser equivalente a 3,49% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, indicando que as condições financeiras se encontram em patamares aceitáveis, tendo em vista o custo de captação do Tesouro Nacional no mercado internacional.

A análise técnica realizada pelo Governo do Estado da Bahia mostra os benefícios do programa, com uma rentabilidade suficiente para justificar sua execução do ponto de vista social.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional emitiu o Parecer PGFN/COF nº 517, de 13 de abril de 2016.

O Parecer da PGFN ressalta que a operação é condicionada ao procedimento previsto no art. 10 da Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, que, como enfatizado anteriormente, prevê a verificação da adimplência financeira por ocasião da assinatura do contrato de garantia. Assim, o projeto de resolução do Senado a seguir contém dispositivo condicionando expressamente a autorização a essa verificação.

Meu voto, Srª Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado Federal que me dispenso de ler porque já foi distribuído a todos os membros desta Comissão.

Quero aqui levar meus cumprimentos ao Governador Rui Costa, que tem realizado uma grande administração à frente do Governo do Estado da Bahia. Nós, como vizinhos – sou de Pernambuco –, temos sido testemunhas das ações do Governo do Estado da Bahia que chegam às proximidades do Estado do Pernambuco. Esse é mais um instrumento para poder aliviar a crise fiscal vivida pelos Estados brasileiros. Eram recursos necessários para a promoção do desenvolvimento do Sertão e do oeste baianos.

Meu voto é pela aprovação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, só um registro.

Peço aqui para registrar o esforço e o apoio do Senador Walter Pinheiro para a tramitação desse projeto e, evidentemente, também, o apoio dessa Presidência, que foi muito sensível, para que ele pudesse ser apreciado no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Peço urgência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Walter Pinheiro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE, de urgência, para a matéria seguir ao plenário.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, queria pedir que V. Exª incluísse, extrapauta, um relatório meu sobre o Aviso nº 21, de 2016, do TCU. Eu precisava que fosse colocado hoje, extrapauta, pela dificuldade que nós estamos tendo de participar das reuniões da CAE, principalmente neste

momento em que nós temos montada aqui, já, a Comissão do Impeachment. Então, queria que, depois que fossem votados os empréstimos, entrasse esse ponto em discussão.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto o Plenário se há concordância. Todos concordam? (*Pausa.*)

Entrará como extrapauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 3.

Pois não, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, nós vamos dar sequência à pauta normal ou a reunião vai se encerrar com a aprovação desses requerimentos?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós vamos dar sequência, a menos que não tenhamos quórum para fazer deliberação. A ideia é dar sequência à pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Há um item, se V. Exª puder...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Qual é o seu item?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Item 8.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, após as mensagens de crédito e do Tribunal de Contas, a gente já coloca o item 8.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, só para cumprimentar o Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, que está aqui em busca de mais recursos para a cidade de Manaus, com apoio dos Senadores do Estado do Amazonas, e também o governo da Bahia, através do Senador Walter Pinheiro.

Esses empréstimos não são fáceis de conseguir, a burocracia é muito grande. Por último, sempre sobra na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu vi hoje o esforço que o Senador Omar e a Senadora Vanessa fizeram para que todos nós pudéssemos estar aqui, inclusive V. Exª marcando esta reunião extra na tarde de hoje, para podermos aprovar esses dois financiamentos.

Parabéns a Manaus e à Bahia!

Quero cumprimentar o Relator da matéria, que nos convenceu da necessidade desses empréstimos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu gostaria, Presidente, que eu pudesse apresentar o item 9. Sou Relator do item 9.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ainda há o empréstimo de Niterói, não é?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, Senador Benedito de Lira, após o projeto relatado pelo Senador Blairo Maggi, apreciaremos o seu projeto.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Obrigado, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Item 3.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 41, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e a Corporação Andina de Fomento, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Região Oceânica Sustentável".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.
Como o Relator Douglas Cintra não está presente, designo o Senador Wellington Fagundes para ler o relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, para a rapidez do processo, vamos direto ao voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Niterói encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, notadamente as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, de-

vendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução do Senado.

Autoriza o Município de Niterói a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Niterói autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento, no valor de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao "Programa Região Oceânica Sustentável".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Niterói;

II – Credor: Corporação Andina de Fomento;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Desembolso: 4 (quatro) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VI – Carência: 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – Amortização: 16 (dezesseis) parcelas semestrais consecutivas e, preferencialmente, iguais;

VIII – Juros: pagos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, à taxa anual variável dada pela Libor para operações de seis meses, mais margem, sendo parte da taxa de juros financiada pelo credor, nos termos contratuais;

IX – Comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

X – Comissão de Financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), sobre o valor total do empréstimo; e

XI – Gastos de avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), no momento do primeiro desembolso do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Niterói na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a que:

I – o Município de Niterói celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, por meio de vinculação da participação do Município na arrecadação da União de que trata o art. 159, bem como das receitas próprias do Município a que se referem os arts. 156 e 158, todos da Constituição Federal, assim como de outras garantias em direito admitidas;

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) –

II – seja comprovada a situação de adimplência das obrigações do Município de Niterói e de suas entidades controladas junto à União; e

III – seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Peço urgência ao Plenário, Srª Presidente, e agradeço ao Senador Wellington, pelo relatório. Da cidade de Niterói, do Rio de Janeiro.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da CAE, de urgência, para a matéria, que segue ao Plenário.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Quanto ao empréstimo de Manaus, não foi pedida urgência, mas a senhora mesma se antecipou e pediu a urgência, pela Mesa. Foi pedido também, não é?

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, foi pedida urgência.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Foi pedida com vozes uníssonas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Então eu queria agradecer, Senadora Gleisi, em nome do povo de Manaus e do Amazonas, a compreensão dos Senadores e das Senadoras desta Comissão. Quero agradecer à Senadora Vanessa, agradecer à Srª Senadora Gleisi Hoffmann...

Em meu nome, em nome do prefeito da cidade de Manaus, quero aqui, além de cumprimentar meu querido amigo – Senador pela Bahia, que defende tão bem a Bahia –, o Senador Walter, eu queria também... Como sou Líder do PSD, houve um pedido do Senador Otto Alencar, para que eu também me empenhasse na aprovação desse empréstimo para o Estado da Bahia. E eu fico feliz, porque aqui a Bahia foi compensada. Niterói, do Senador Lindbergh, também. E o Estado do Amazonas e a cidade de Manaus.

Muito obrigado mesmo pela sua ajuda.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Duas coisas. Uma é em relação à pauta, mas deixe-me aproveitar também, assim como o Senador Omar, para agradecer a V. Exª, agradecer inclusive aos pares, porque, mesmo com a Comissão tendo o seu horário de funcionamento modificado, em razão da instalação, hoje pela manhã, da Comissão que analisa o processo de *impeachment*. Quero agradecer imensamente a todos que colaboraram com a aprovação desse crédito, em nome também da Senadora Lídice e do Senador Otto, que se empenharam bastante.

O Senador Otto inclusive herdou uma parte expressiva do primeiro processo envolvendo esse mesmo tipo de empréstimo. Tanto é que essa é a segunda operação que nós fazemos com o Banco Mundial. Eu tive a oportunidade de patrocinar o encaminhamento do primeiro, quando eu era secretário de planejamento do Estado da Bahia, fechando ali, portanto, todas as tratativas de 2009 e 2010, e o Senador Otto teve a oportunidade de executar isso, como vice-governador. E isso a partir de 2011, inclusive sendo secretário de infraestrutura da Bahia. E agora nós devolvemos à Bahia as condições para que, nesse período mais crítico, tenha a oportunidade de não só recuperar as suas estradas, mas também promover um investimento local enorme, para gerar trabalho, renda e, portanto, melhoria para o escoamento da produção.

Em relação à pauta, Srª Presidente, aqui há um item, sobre o qual estou conversando com o Senador Benedito de Lira... Trata-se, se não me falha a memória, do item 9, que é um item relatado pelo Senador Benedito. O próprio Senador Fernando Bezerra, ao sair do plenário, me solicitou que nós pedíssemos vista desse processo, para que ele pudesse fazer uma emenda. Esse projeto está aqui na Comissão, o Senador Benedito de Lira já fez um relatório, inclusive – eu diria – corretíssimo, introduzindo modificações, e nós fizemos, na semana próxima passada, um bom debate sobre essa questão do surgimento de novas profissões, no sentido, inclusive, de valorizar esse surgimento. Foi um debate patrocinado ali na CAS.

E ainda na sexta-feira, portanto, depois do feriado, o Senador Edison Lobão, telefonou-me para que nós constituíssemos um grupo de trabalho na CAS para tentar dar um certo ordenamento a essa questão, uma vez que nós estamos aprovando, todos os dias, uma matéria dessa natureza, e, às vezes, umas guardam relações com as exigências do ponto de vista da geração de despesas ou coisa do gênero. E, pior ainda, Senadora Gleisi, e essa é a preocupação central que nós temos levantado, na maioria das vezes, a criação de profissões vem acompanhada com o pedido do surgimento e da instalação de conselhos que, em alguns casos, não há necessidade.

A Senadora Marta, que está aqui ao meu lado, por exemplo, recentemente tomou a atitude de aprovar a uma importante iniciativa, demonstrando claramente que nós poderíamos reconhecer uma atividade – naquele momento, Senadora Marta, os trabalhadores em salão de beleza, assim podemos dizer – e, portanto,

reconhecendo a atividades, incorporando isso a esse conjunto de atividades laborais em nosso País, sem a necessidade, por exemplo, de estabelecimento de nenhum conselho.

O concelho, por sua natureza, tem a ver com as atividades que causam impacto na vida de outrem, ou até, como assistimos recentemente, a tragédia no Rio de Janeiro. Portanto, é algo que tem um nível cada vez mais crescente de necessidade de um acompanhamento prévio e também de um acompanhamento *a posteriori*, com perícia, com envolvimento até, se for o caso, com a participação do Judiciário, para impor penas.

Portanto, eu até, no caso do projeto do Senador Benedito de Lira, não tenho nada contra – a matéria vai direto ao Plenário, essa matéria não irá mais à CAS. Mas, muito mais até, faço aqui um apelo, para essa questão, feito pelo Senador Fernando Bezerra, que gostaria de acrescentar, porque não pôde ficar na sessão, algo ao relatório do Senador Benedito Lira.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sendo lido o relatório, Senador Walter Pinheiro, aí poderá ser pedida a vista. Essa discussão não está na pauta ainda.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu sei Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu fui a Relatora deste projeto na Comissão de Educação e da CAS, com o substitutivo, e eu gostaria de apresentar também o substitutivo nesta Comissão.

Como foi pedida vista, então peço vista coletiva e vou apresentar o meu substitutivo na sessão seguinte.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Vamos ter de conceder a palavra depois ao Senador Benedito de Lira para fazer a leitura.

Eu passo agora o item extrapauta, solicitado pelo Senador Lindbergh Farias e aprovado por esta Comissão. É um aviso do Tribunal de Contas da União.

ITEM 21
AVISO Nº 21, de 2016
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 772/2016 - TCU, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto, que trata de Representação com a finalidade de avaliar o enquadramento de operação realizada entre o município de Belo Horizonte - MG e o FIDC-BH (Fundo de Investimento de Direitos Creditórios) no conceito de operação de crédito estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (TC 016.585/2009-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Fornece os devidos esclarecimentos e informações pertinentes à matéria.

É uma avaliação do Tribunal de Contas da União fez. Eu só queria deixar registrado aqui que o tribunal nos deu um prazo para deliberação sobre essa matéria de 30 dias. Eu gostaria apenas de registrar que o tribunal não pode dar prazo a esta Comissão.

O tribunal é um órgão acessório do Congresso Nacional e não determinativo das nossas ações. Eu acho que junto ao parecer do Senador Lindbergh, que vai ser lido agora, depois, nós poderíamos, também, ter, pelo menos, uma constatação disto, de que o tribunal não repita esse tipo de feito porque não cabe a ele nos dar prazo.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, vou ser muito econômico.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Eu pedi a V. Exª para fazer uma antecipação do item 9. V. Exª concordou e o Plenário. Mas eu estou vendo que a Senadora Marta e o Senador Fernando Bezerra desejam fazer alguma alteração no projeto. Eu me reservaria a oportunidade de receber essas informações que não recebi...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Antes da leitura...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – ... até porque, passados os prazos de emendas, não apareceram emendas, eu vou aguardar que a Senadora Marta e o Senador Fernando Bezerra se manifestem para podermos, então, fazer uma análise para trazer o parecer definitivamente já na próxima oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Nós retiraremos de pauta, então, na reunião de hoje para voltar na próxima.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Gleisi, vou ser aqui muito direto ao tema. Na verdade, o TCU, por ser órgão auxiliar do Senado, pede que o Senado avalie se a venda de dívida ativa é operação de crédito ou venda de ativos. Eu faço aqui meu parecer em cima, centralmente, de duas resoluções do Senado, Resolução nº 11, de 2015, e a Resolução nº 17, de 2015, que confirmam que a venda de dívida ativa é a venda de ativos, principalmente em um momento como esse em que a gente está vivendo de crise nos Estados, de crise nos Municípios. Então, esse é o meu relatório, é meu voto.

Na verdade, está confirmado aqui, a partir dessas resoluções, que a venda de dívida ativa é vendo de ativo, não operação de crédito.

Muito obrigado a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está em discussão o relatório, parecer apresentado pelo Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Srª Presidente, Srª Presidente, eu queria pedir vista, por favor, da matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Tasso, eu queria fazer um apelo a V. Exª. V. Exª sabe que o nosso Governador do Rio de Janeiro – eu pensei que não ia ter, ele até me pediu se alguém tivesse dúvidas... O Governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles; o Rio de Janeiro está em um estado, com tantas dificuldades nesse momento. Eu queria pedir, de fato, encarecidamente, ao Tasso que...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E nós também encerramos a discussão. Então, eu não tenho como reabrir agora a discussão. Eu tenho que seguir o rito da votação regimental.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Está, o Senador concordou. O Rio de Janeiro agradece a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E eu agradeço a V. Exª para podermos seguir adiante.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de resolução do Senado apresentado...

Desculpa...

O relatório favorável, nos termos do aviso que foi aqui apresentado, segue agora ao plenário para os devidos encaminhamentos.

Por solicitação do Senador Blairo Maggi, numa inversão de pauta, passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente Gleisi.

Vamos, então, ao relatório.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 789, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Douglas Cintra, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

O art. 1º da proposição autoriza o Poder Executivo a criar, para efeitos de articulação e harmonização da ação administrativa da União e dos Estados de Pernambuco e da Paraíba, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB, tendo por base o inciso IX do art. 21, o art. 43 e o inciso IV do art. 48 da Constituição Federal. Também relaciona os Municípios que integrarão a RIDE, sendo vinte e cinco em Pernambuco e vinte na Paraíba.

O art. 2º autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. Também estabelece que participarão do Conselho Administrativo da RIDE representantes dos Estados de Pernambuco e da Paraíba e dos Municípios por ela abrangidos, assim como remete ao regulamento a definição das atribuições e a composição do Conselho.

O art. 3º diz que são de interesse da RIDE os serviços públicos comuns aos Municípios que a integram, especialmente os relacionados às áreas de infraestrutura, prestação de serviços e geração de empregos.

O art. 4º autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da RIDE.

O art. 5º especifica as fontes de recursos para financiar os programas e projetos prioritários para a RIDE.

O art. 6º estabelece que a União poderá firmar convênios com os Estados de Pernambuco e da Paraíba e com os Municípios da RIDE do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB.

Por fim, o art. 7º traz a cláusula de vigência.

Na sua justificação, o autor destaca que os Municípios que englobam a área a ser abrangida pela RIDE têm atividades econômicas afins e, se beneficiados com investimentos adequados, transformarão a dinâmica econômica da região, especialmente quanto à geração de emprego e renda.

Também destaca os setores de confecção, turismo e indústria moveleira dentre as atividades econômicas vocacionais da região.

A matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

A presente análise está restrita ao mérito econômico da proposição. Avaliação sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do PLS nº 789, de 2015 – Complementar, será realizada pela CDR, incumbida da decisão terminativa sobre a matéria.

A proposição em tela é semelhante a diversos projetos de lei apresentados nas duas últimas décadas com o objetivo de promover a criação de regiões integradas de desenvolvimento em diferentes regiões do País.

Essas iniciativas legislativas são semelhantes à Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE-DF, visando reduzir as desigualdades regionais causadas pela alta concentração urbana em volta do Distrito Federal e minimizar as pressões de demanda por serviços públicos e a dificuldade de provisão dos mesmos pelo setor público.

Além da RIDE-DF, foram criadas duas outras: a RIDE do Polo de Juazeiro e Petrolina, formada por quatro Municípios do Estado de Pernambuco e quatro do Estado da Bahia, e a RIDE da Grande Teresina-Timon, composta por treze Municípios do Estado do Piauí e pelo Município de Timon, no Estado do Maranhão.

Essas regiões de desenvolvimento são formadas por Municípios pertencentes a mais de um Estado e foram criadas por representarem áreas prioritárias para articulação das ações da União em um mesmo complexo social e geoeconômico, conforme estabelece o art. 43 da Constituição Federal. Por envolverem Municípios de mais de uma Unidade da Federação, as regiões de desenvolvimento apresentam arranjos federativos mais complexos que as regiões metropolitanas.

Sobre a relevância econômica da área onde se pretende instalar a região de desenvolvimento, é oportuno apresentar algumas informações. Segundo estudo realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, o Polo de Confecções do Agreste, que abrange os Municípios de Agrestina, Belo

Jardim, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Gravatá, Passira, Pesqueira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes, no Estado de Pernambuco, contava, em 2012, com 3.458 empresas formais e gerava 24.449 empregos diretos. Em Campina Grande, na Paraíba, o setor de confecções contava com 327 empresas formais e gerava 14.325 empregos diretos.

A dinâmica do setor de confecções na região, com uma ampla rede de pequenos fabricantes e fornecedores, ilustra bem o potencial benéfico de uma medida como a que se propõe na matéria em análise. A ação coordenada das diversas instâncias governamentais na região poderá criar condições para alavancar o esforço empreendedor local, tanto no setor de confecções como no turismo e na fabricação de móveis.

Nesse sentido, a criação de uma RIDE na região poderia contribuir para incrementar as redes de cooperação já existentes, por meio da articulação e harmonização das ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica. Seria possível priorizar a aplicação de recursos públicos destinados à promoção de iniciativas e investimentos de acordo com o interesse local pactuado entre os entes participantes.

Em síntese, considero que a iniciativa do Senador Douglas Cintra pode contribuir de maneira efetiva para o desenvolvimento econômico dessa importante região do Nordeste brasileiro.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 789, de 2015 – Complementar.

Esse é o voto, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Blairo Maggi.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Blairo Maggi.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.

Autoria: Senador Cyro Miranda.
Relatoria: Senador Ciro Nogueira.
Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. a matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CI;
2. a matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Relator não se encontra em plenário.

Passamos ao item 6.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta ao Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, o Capítulo VIII-A para dispor sobre o trabalho exercido a distância.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Roberto Requião.
Relatório: favorável ao projeto.
Observações:
1. a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Os Senadores autor e Relator não se encontram.

Passamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. a matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria;
3. em 8/3/2016, foi concedida vista coletiva.

Temos um acordo de discussão, inclusive com o Poder Executivo, e temos uma data para terminar essa discussão. Então, está adiado.

O Item 8 nós acabamos de definir.

Item 9. Foi pedida a retirada de pauta pelo Senador Benedito de Lira, e, a partir do item 10, são todos projetos terminativos. Portanto, não temos condições de decidir.

Dando continuidade às discussões que fizemos sobre requerimento de audiência pública, entre elas ficou uma audiência pública para discutirmos os efeitos fiscais da política monetária e cambial. Eu havia proposto na reunião da semana passada da CAE que ampliássemos para também discutir a política econômica atual. Era uma proposta ao primeiro requerimento do Senador José Serra, para que viesse o Prof. Antonio Delfim Netto; o doutor em Economia pela Universidade Vanderbilt, Estados Unidos, Ibrahim Eris; e também o doutor em Economia, pela Unicamp, José Roberto Rodrigues Afonso.

Estou sugerindo que possamos também chamar para essa audiência pública o Prof. Jessé Souza, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); o Prof. Marcio Pochmann, economista; e também o economista Luiz Gonzaga Belluzzo.

Assim, nós deixaríamos marcada para a próxima terça-feira uma reunião que não seria deliberativa – ou pode até ser deliberativa, se necessário for, mas seria de audiência pública –, convidando as pessoas que aqui foram mencionadas.

Submeto à apreciação da Comissão. Se concordarem, encaminharemos nesse sentido. (*Pausa.*)

Havendo concordância, encaminharemos nesse sentido essa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 56 minutos, a reunião é suspensa às 9 horas e 57 minutos, reaberta às 14 horas e 30 minutos e encerrada às 15 horas e 45 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência da senadora Gleisi Hoffmann, presidenta, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Valdir Raupp, José Medeiros, Marta Suplicy, Hélio José, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Acir Gurgacz, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Ricardo Franco, Lúcia Vânia e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 324-Seses-TCU-Plenário, de 14 de abril de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 033.150/2015-0, na sessão de 6/4/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 25 de 2016 (Aviso nº 266-GP/TCU), de 28 de abril de 2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 033.150/2015-0, na sessão de 6/4/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; Aviso nº 22 de 2016 (Aviso nº 39/2016-BCB), de 27 de abril de 2016, do Banco Central do Brasil, encaminhando o demonstrativo das emissões referentes ao primeiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 23 de 2016 (Aviso nº 145/2016-GMF/MF-DF), de 28 de abril de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relação das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério, no mês de março de 2016, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e Aviso nº 24 de 2016 (Aviso nº 146/MF), de 28 de abril de 2016, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório sobre o Programa de Emissão, realizado no primeiro trimestre de 2016, e Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa, realizadas no primeiro bimestre de 2016. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidenta faz registrar também, por iniciativa do senador Waldemir Moka, homenagem ao senador Luiz Henrique, ex-vice-presidente da CAE, por ocasião da passagem de um ano da sua data de falecimento. Em seguida, a presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Mensagem (SF) nº 47 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II - PDI II", tendo como relator o senador Telmário Mota, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Lasier Martins, Telmário Mota, Donizeti Nogueira, Ana Amélia, Waldemir Moka, Lindbergh Farias e José Medeiros. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 2 -** Mensagem (SF) nº 48 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 92,000,000.00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Orla POA - organicidade e requalificação do espaço urbano, do lazer, do acesso e mobilidade de Porto Alegre", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Lasier Martins e Ana Amélia. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 3 -** Projeto de Resolução do Senado nº 17 de 2016, não terminativo, de autoria do senador Otto Alencar, que "altera a Resolução n° 98, de 23 de dezembro de 1992, para autorizar a substituição de garantias caucionadas", tendo como relator o senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a

leitura do relatório, usam da palavra os senadores Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço e Waldemir Moka. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 4 -** Mensagem (SF) nº 49 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - Proares III - 1º fase", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, José Pimentel, Tasso Jereissati, Donizeti Nogueira, Ricardo Ferraço, José Medeiros e Marta Suplicy. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 5 -** Mensagem (SF) nº 50 de 2016, não terminativo, de autoria da presidenta da República, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV - 2ª Fase", tendo como relator o senador Lindbergh Farias, que oferece relatório favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores José Pimentel, Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço e Walter Pinheiro. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprova também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 6 -** Minuta de requerimento, de autoria dos senadores Alvaro Dias e Telmário Mota, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que "requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 47 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II - PDI II'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 7 -** Minuta de requerimento, de autoria dos senadores Alvaro Dias e Telmário Mota, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que "requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 48 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 92,000,000.00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Orla POA - organicidade e requalificação do espaço urbano, do lazer, do acesso e mobilidade de Porto Alegre'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 8 -** Minuta de requerimento, de autoria dos(as) senadores(as) José Pimentel, Walter Pinheiro e Lídice da Mata, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, que "requer urgência para o PRS nº 17 de 2016, que 'altera a Resolução n° 98, de 23 de dezembro de 1992, para autorizar a substituição de garantias caucionadas'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 9 -** Minuta de requerimento, de autoria dos senadores Lindbergh Farias, Tasso Jereissati e José Pimentel, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que "requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 49 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - Proares III - 1º Fase'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 10 -** Minuta de requerimento, de autoria dos senadores Lindbergh Farias, José Pimentel e Tasso Jereissati, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que "requer urgência para o PRS advindo da Mensagem (SF) nº 50 de 2016 , que 'propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII

e VIII da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o governo do estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV - 2ª Fase'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. **Item 11 -** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 13 de 2016, de autoria do senador Lindbergh Farias, que "requer a realização de audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE com vistas à apresentação de dados e indicadores para a avaliação da política pública aprovada no Requerimento nº 8/2016 - CAE e para a avaliação do Sistema Tributário Nacional prevista no art. 99-A do RISF, com a participação do doutor em economia e pesquisador do Ipea, Sérgio Gobetti; e do mestre em economia e pesquisador do Ipea e do IPC, Rodrigo Orair". Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 13 de 2016-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pela presidenta da comissão, senadora Gleisi Hoffmann, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Bom dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, convidados que aqui estão hoje participando da Comissão de Assuntos Econômicos.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para seu conhecimento:

– Tribunal de Contas da União, Aviso nº 324-TCU/Plenário, de 14/04/2016, encaminhando cópia de acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos de Processo TC 033.150/2015, na sessão de 06/04/2016, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam;

– Aviso nº 25, de 2016, também de 28/04/2016, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo TC 033.150, na sessão de 06 de abril de 2016;

– Banco Central do Brasil, Aviso nº 22, de 2016 (Aviso nº 39-BCB), encaminhando demonstrativo das emissões referentes ao primeiro trimestre de 2016, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas bem como o relatório da execução da programação monetária;

– Ministério da Fazenda, Aviso nº 23, de 2016 (Aviso nº 145-GMF, de 28 de abril de 2016, do Ministério da Fazenda), encaminhando relação das operações de créditos analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de março de 2016, bem como tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

– Aviso nº 24, de 2016 (Aviso nº 146 do Ministério da Fazenda, de 28 de abril de 2016), encaminhando relatório sobre o programa de emissão realizado no primeiro trimestre de 2016 e recompras de títulos da dívida pública mobiliária federal externa realizadas no primeiro bimestre de 2016.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu queria aqui também cumprimentar o nosso Prefeito de Porto Alegre, Prefeito José Fortunati; o nosso Prefeito de Caxias do Sul, Alceu Barbosa Filho; o Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, Mauro Benevides Filho; e os Deputados que também nos honram aqui com a sua presença.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Prefeito de Caxias é Alceu Barbosa Velho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah, me passaram Filho.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele é o velho filho.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Desculpe, Prefeito. É um prazer tê-los aqui conosco. Obrigada, Senador.

Vamos à Ordem do Dia.

Eu queria só também fazer uma justificativa. O Senador Paim pediu para que eu justificasse a não presença dele aqui, porque ele está dirigindo a Comissão de Direitos Humanos, e hoje há uma audiência pública sobre democracia com o movimento sindical, mas ele me ligou logo cedo, dando apoio aqui aos projetos do Rio Grande do Sul, tanto de Caxias quanto de Porto Alegre, e pediu para justificar a ausência.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II - PDI II".

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Telmário Mota.

Com a palavra o Relator.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Prefeitos aqui, saúdo a todos em nome do Prefeito Alceu Barbosa Velho – a Senadora Gleisi não quis chamá-lo de Velho, porque ela o viu muito novo, e aí botou o Filho.

Vamos ao relatório, Srª Presidente.

A Mensagem nº 47, de 2016, da Presidente da República (nº 188, de 3 de maio de 2016, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II".

O Programa tem como objetivo "melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para o crescimento econômico de Caxias do Sul mediante a ampliação e melhoria da infraestrutura de transporte da zona rural, da infraestrutura viária urbana e do abastecimento de água potável, dando continuidade ao Projeto de Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Básicos I, ao Programa Multissetorial Integrado e ao Programa de Abastecimento de Água Potável".

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Recomendação nº 03/0110, de 20 de novembro de 2015, homologada pelo Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão em 8 de dezembro de 2015. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA759551 em 25 de abril de 2016.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisou as informações referentes ao mutuário. No Parecer nº 370/2016/Copem/Surin/STN/MF-DF, de 22 abril de 2016, o órgão manifestou-se favoravelmente à operação de crédito pretendida e ao oferecimento da garantia da União, condicionada à verificação pelo Ministério da Fazenda, antes da assinatura do contrato de garantia, do cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso, da adimplência do mutuário para com a União e suas entidades controladas e da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer nº 674/2016/PGFN/COF, de 28 de abril de 2016, não apresenta óbices à realização da operação, sujeitando-a às condicionalidades previstas pela STN.

ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes federados e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Ainda de acordo com a STN, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual para o quadriênio 2014-17 (Lei nº 7.600, de 4 de junho de 2013) e conta com dotação suficiente na lei orçamentária do Município de Caxias do Sul para o exercício de 2016.

Já a Lei Municipal nº 7.871, de 17 de outubro de 2014, autoriza a presente contratação de operação de crédito externo e a vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também

da Carta Magna, bem como outras garantias em direito admitidas, como contragarantia à garantia da União. A STN considera as garantias oferecidas pelo Ente Federado suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito.

Vamos ao voto, Srª Presidente.

Em suma, o pleito encaminhado do Município de Caxias do Sul encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida com garantia da União, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2016

Art. 1º É o Município de Caxias do Sul, situado no Estado do Rio Grande do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e dos Serviços Básicos de Caxias do Sul II – PDI II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - Devedor: Município de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul);

II - Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III - Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - Valor: até US$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Prazo de Carência: 48 (quarenta e oito) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato;

VI – Prazo de Desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato;

VII – Amortização: 24 (vinte e quatro) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira após 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato;

VIII – Juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa LIBOR para empréstimos de 6 (seis) meses com uma margem de 2,05% (dois inteiros e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

IX – Juros de Mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso VIII em caso de mora;

X – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XI – Comissão de Financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso; e

XII – Gastos de Avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente à CAF, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato, a CAF se obriga a financiar 60 (sessenta) pontos básicos da margem de que trata o inciso VIII, reduzindo, neste período, a margem para 1,45% (um inteiro e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano, podendo haver ampliação desse prazo, dependendo da disponibilidade do Fundo de Financiamento Compensatório e a critério da CAF.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Caxias do Sul, situado no Estado do Rio Grande do Sul, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Caxias do Sul e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea b, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Portanto, Srª Presidente, este é o relatório, a análise técnica, o voto e a resolução.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Telmário Mota.

A matéria está em discussão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de operação de crédito externo a ser realizada pelo Município de Caxias do Sul junto à Corporação Andina de Fomento, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$33 milhões, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II, uma importante cidade, das mais importantes cidades do Rio Grande do Sul, com população de aproximadamente 500 mil pessoas.

Pretende, meritoriamente, a Prefeitura municipal fazer investimentos nas áreas de infraestrutura viária e rural, infraestrutura básica e mobilidade urbana, assim como a expansão do abastecimento de água, devendo fazer aqui o reconhecimento pelos esforços que o Município tem feito, por ter um elevado nível de tratamento do seu saneamento básico, e não apenas coleta, com tratamento e devolução aos mananciais superior a 80%, que é, de fato, um número excepcional, muitíssimo acima da média nacional.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer nº 370, atestou que o mutuário cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, todos os procedimentos e protocolos foram obedecidos pelo Município de Caxias do Sul.

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, analisou os dados relacionados ao mutuário, o Município de Caxias do Sul, atestando a capacidade de pagamento do Município, nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 306, de 2012, com classificação B. A classificação B significa que a situação fiscal do Município é forte e ele tem um baixo risco de crédito.

Portanto, eu quero apenas ressaltar e reconhecer, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, independentemente da complexidade da crise fiscal por que passa o nosso País e por que passam naturalmente os Municípios, existem Municípios brasileiros que estão fazendo o dever de casa, e esses Municípios brasileiros precisam ser reconhecidos não apenas pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas pelo Senado Federal. Nós precisamos fazer uma distinção no sentido de que não é uma verdade absoluta que os Municípios brasileiros, de uma forma global, estão passando por dificuldades ou que mesmo seus prefeitos não estão atentos à responsabilidade fiscal, à disciplina fiscal, ao equilíbrio das contas públicas, que é uma premissa para que os Estados e os Municípios possam ter boa condição e capacidade de investimento nos seus cidadãos, que pagam, neste País, uma elevada carga tributária para que os Municípios e os Estados possam justificar a sua existência, fazendo importantes investimentos, como é o caso de Caxias do Sul.

Portanto, quero deixar aqui o meu reconhecimento, o meu registro, sobretudo pelas boas condições fiscais do Município de Caxias do Sul, que, portanto, merece o aval da Comissão de Assuntos Econômicos e merecerá, com certeza, o meu voto, na medida em que o Município está cumprindo rigorosamente aquilo que determina não apenas a Resolução do Senado, mas também ao que determinam os pareceres técnicos do Ministério da Fazenda. Ou seja, o Município de Caxias do Sul não precisou se prevalecer das chamadas excepcionalidades, que, nos últimos anos, se transformaram em regras.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Gleisi, em primeiro lugar, agradeço a cortesia de me conceder a palavra mesmo eu não sendo integrante desta nobre Comissão.

Eu quero, sucintamente, Presidente, em primeiro lugar, me congratular com a avaliação feita pelo Senador Ricardo Ferraço, que reconheceu a capacidade fiscal do Município de Caxias do Sul, um Município sobejamente conhecido de todos os brasileiros não apenas pela famosa Festa da Uva, mas também por seu poderio empresarial. É uma cidade altamente desenvolvida, mas tem algumas dificuldades, muito bem postas pelo Relator, Senador Telmário, que falou há pouco.

Caxias do Sul teve, durante muitos anos, problema com água potável e precisa aprimorar esse setor de infraestrutura, assim como precisa melhorar sua infraestrutura de transporte da zona rural, uma zona rural, Srª Presidente e meus colegas Senadores, que é a maior produtora de hortifrutigranjeiros do Estado. Caxias do Sul é o maior produtor de hortaliças e frutas que abastecem a Ceasa na Região Metropolitana.

Portanto, parece-me que, com essa capacidade que ele tem – e digo isto não porque ele está presente, mas porque é um prefeito gaúcho do qual todos nós gaúchos temos orgulho –, se dependesse do Prefeito Alceu Barbosa Velho, ele estaria com sua reeleição garantida. Mas ele põe isto em dúvida em razão das dificuldades que ainda tem com relação à área da saúde.

Então, tenho a impressão de que os membros desta Comissão não terão nenhuma dúvida quanto a concordar com o relatório do Senador Telmário.

Muito obrigado pela oportunidade e por hoje estarmos aqui recebendo não apenas o Prefeito Alceu, de Caxias, mas também o Prefeito Fortunati, Prefeito de Porto Alegre, Município do qual vamos tratar em seguida.

Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador Lasier.

Seja bem-vindo a esta Comissão.

Senador Telmário e, em seguida, Senador Donizeti.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu quero fazer um adendo à fala do Senador Lasier, que, com seu olhar clínico e cirúrgico nas questões econômicas, naturalmente, contribui bastante e trouxe informações preciosas.

Eu fico feliz porque esses elogios cabem a um administrador do PDT, um Partido que nos honra muito e que tem seu berço maior, sem dúvida alguma, no Rio Grande do Sul.

Assim, quero parabenizar o Prefeito e dizer que, sem nenhuma dúvida, depois de tudo que o Senador Ferraço falou e de um vinho maravilhoso que o Prefeito Barbosa vai fornecer, a gente não vai ter dúvida.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Telmário.

Antes de passar a palavra ao Senador Donizeti, eu só quero registrar a presença aqui, também, do Deputado Federal Afonso Motta, do Rio Grande do Sul. Seja muito bem-vindo.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, só para registrar a importância de uma cidade como Caxias, no Rio Grande do Sul, uma cidade de pequenas propriedades, que mostra o vigor da agricultura familiar quando há políticas, tecnologia e assistência técnica para produzir.

Quero parabenizar o Senador Telmário pelo relatório e dizer que nos sentimos muito confortáveis em votar a favor do empréstimo para Caxias do Sul.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Não havendo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A Senadora Ana Amélia quer discutir? (*Pausa.*)

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara Presidente Gleisi Hoffmann, acompanhei pela Rádio Senado, muito eficiente como sempre, a manifestação do Senador Ricardo Ferraço, que, com senso de justiça e qualidade técnica, fez a ressalva, apesar das dificuldades enfrentadas pelos Municípios...

Estou voltando da abertura da 19ª Marcha dos Prefeitos, com mais de 3 mil prefeitos reunidos aqui em Brasília, numa agenda bastante densa.

Ao ouvir o Senador Ricardo Ferraço, pensei, quando ele usou a expressão "fazendo o dever de casa"... Então, Senadora, temos de reconhecer esse esforço, mas, também, vendo que aqueles que estão com dificuldades na gestão financeira, que isso decorre de uma crise da Federação. Precisamos, na Casa da Federação, que é o Senado Federal... V. Exª, do Estado do Paraná, também convive com as dificuldades dos Municípios paranaenses, e todos nós, aqui, cada um no seu respectivo Estado. É uma situação com que precisamos colaborar com trabalho e esforço, para que esse equilíbrio aconteça.

É muito prazeroso para mim, que sou da região... O nosso querido Prefeito Alceu Barbosa Velho e o Prefeito José Fortunati, de Porto Alegre... Imagino que o projeto de Porto Alegre também seja apreciado, e já me antecipo, solicitando, se possível, o apoio dos pares diante da situação, de hoje ainda encaminharmos o requerimento para votarmos em plenário o pedido de empréstimo de Caxias do Sul e de Porto Alegre.

Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann, e todos os colegas Senadores, especialmente o Ricardo Ferraço pelo relatório precioso.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. Quero cumprimentá-la, porque V. Exª chegou ofegante aqui para não perder a votação. (*Risos.*)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Gleisi.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Waldemir Moka, e, na sequência, o Senador Lindbergh.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A Senadora Ana Amélia chegou ofegante, mas é plenamente justificável, porque estava exatamente nesse encontro da Marcha dos Prefeitos.

Quero apenas dizer ao Senador Ricardo Ferraço que o Telmário disse que ele tem um olhar clínico e cirúrgico. Imagine se ele fosse médico...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero dizer que, apesar de todas essas dificuldades, há que se levar em conta que determinadas prefeituras, Senadora Gleisi Hoffmann, têm margens maiores de arrecadação. Então, essa Lei da Responsabilidade Fiscal não é fácil de ser cumprida, mas facilita.

E nós temos Municípios no interior deste Brasil, lamentavelmente, sobretudo os nordestinos, cuja fonte de arrecadação é o FPM, o Fundo de Participação dos Municípios. E quando cai a arrecadação, como acontece numa crise como a que vivemos, esses Municípios, mesmo não querendo, acabam extrapolando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, quero parabenizar os prefeitos, pois, apesar de tudo isso, eles estão conseguindo se manter, devido a esse empenho, a esse esforço. E ressalto que muitos prefeitos não conseguem não porque não queiram, mas porque suas fontes de arrecadação, muitas vezes, dependem, quase exclusivamente do FPM, o que acaba criando uma dificuldade maior. Mas terão, sem dúvida nenhuma, o meu apoio e o meu voto aqui na aprovação desse empréstimo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Gleisi, é só para dizer que nós temos um ato aqui – se não me engano, o Ato nº 1 de 2013 – que estabeleceu que a gente faça a leitura numa sessão e a votação na outra. No entanto, sempre foi usual aqui nesta Comissão, quando existia consenso, fazer a votação no mesmo dia. Então, solicitaria a V. Exª que consultasse o Plenário para que votássemos hoje e, dessa forma, pudéssemos levar para o Plenário também hoje esse empréstimo do Município gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada. Em nome da Bancada gaúcha, Senador Lindbergh, agradecemos, e o fazemos também em nome das comunidades de Caxias do Sul e de Porto Alegre.

Agradeço também ao Senador Telmário e peço-lhe desculpas por não ter mencionado a sua relatoria para Caxias do Sul – o senhor é convidado para ir a Caxias do Sul sempre que quiser, quero estar lá com o senhor.

Agradeço ao Senador Alvaro Dias pelo relatório do empréstimo de Porto Alegre.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Gleisi Hoffmann, muito obrigado pela palavra.

Senadora, nós temos hoje aqui em Brasília, como bem disse a Senadora Ana Amélia, a Marcha dos Prefeitos.

A grande maioria dos prefeitos enfrenta extremas dificuldades. Estamos nos avizinhando de um pleito eleitoral em que muitos vão enfrentar um processo eleitoral duro e, depois, enfrentar também um grande desafio. Inclusive, já corre um ditado pelos corredores aqui que achei interessante: é mais fácil o sujeito sair de um homicídio sem um processo do que de um mandato de prefeito. Aliás, isso também pode ser estendido aos secretários de saúde, porque, como as demandas são muitas nos Municípios, a gama de serviços é cada vez maior para as prefeituras e, por vezes, falta dinheiro. Não existe bom pagador sem dinheiro, essa é a grande realidade.

Lógico que temos de louvar as contas dos prefeitos que aqui estão pleiteando esse empréstimo, que estão bem avaliadas, mas nós temos, por este País afora, como disse o Senador Moka, prefeituras que dependem única e exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios.

Em determinado momento da vida do País, não houve um verdadeiro cuidado na criação de novos Municípios. Nós temos Municípios que vivem em estado de penúria, essa é a grande realidade. E hoje, num momento de crise, obviamente, isso se agrava. Por isso, hoje, boa parte dos prefeitos está aqui em Brasília com o pires na mão tentando algum recurso para salvar as finanças de seus Municípios.

Feito esse registro, quero dizer que têm o meu voto essas duas prefeituras que buscam aqui o empréstimo junto a esta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Não havendo quem mais queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Telmário Mota.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao plenário do Senado.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2016, advindo da MENSAGEM (SF) nº 47, de 2016 , que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 33,000,000.00 (trinta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura e Serviços Básicos de Caxias do Sul II - PDI II'".

Autoria: Senador Alvaro Dias e Senador Telmário Mota

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Telmário Mota e pela Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência, a matéria vai ao Plenário ainda hoje.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 92,000,000.00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa ORLA POA - Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Sr. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, não creio ser necessário fazer a leitura do inteiro teor do relatório. Vou procurar resumir.

Inicio dizendo que um empréstimo externo dessa natureza tem de levar em conta como prioridade para a nossa avaliação o seu objetivo, a capacidade de endividamento do ente federado e, especialmente, no meu modesto entendimento, a possibilidade de retorno aos cofres do Município dos recursos investidos. Ou seja, em síntese, estabelecer a exata relação custo-benefício do investimento pretendido.

Obviamente, neste caso, também, não houve necessidade do artifício da excepcionalidade, e é nesse cenário que avaliamos a conveniência de aprovação dessa proposta de empréstimo ao Município de Porto Alegre, que tem por objetivo promover um conjunto de ações que visam revitalizar e recuperar a Orla do Guaíba, o Centro Histórico e as vias urbanas que viabilizam a mobilidade e a acessibilidade a essas áreas da cidade, qualificando o espaço urbano.

O projeto tem como pressuposto a valorização da imagem pública e a dinâmica funcional da região e seu entorno, bem como melhorar as condições financeiras de arrecadação – portanto aí está a preocupação com o retorno dos recursos subtraídos na forma de empréstimos –, melhorar as condições financeiras de arrecadação para fazer frente às obrigações pertinentes ao novo cenário pretendido.

Eu resumo, Srª Presidente, que, neste parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Município de Porto Alegre apresenta reduzido nível de endividamento consolidado – e os meus cumprimentos ao Prefeito José Fortunati e a sua equipe pela gestão fiscal competente que empreendem na administração municipal de Porto Alegre –, equivalente a 0,48 vez a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto compro-

metendo apenas 40,16% do limite de 1,2 vez fixado pela Resolução nº 40, de 2001. Portanto, a capacidade de endividamento do Município está presente.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas no presente exercício corresponde a 12,26% dessa receita, declinando-se a partir de então, para atingir tão somente 0,52% em 2020, último ano da projeção realizada para esse limite.

Já o comprometimento anual do Município com o serviço de sua dívida será de 5,21% em 2016, atinge 5,37% em 2020 e passa a apresentar tendência declinante até 2031. Nesse período, a média de comprometimento será de 4,05%, inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Portanto, a situação financeira, a situação fiscal do Município de Porto Alegre difere da situação financeira, da situação fiscal do Estado do Rio Grande do Sul. É de privilégio essa situação do Município de Porto Alegre.

Vale notar que o cálculo do comprometimento referido foi feito pela média anual da relação entre as despesas com juros e demais serviços da dívida e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

Adicionalmente, fundamentada em um dos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Município de Porto Alegre (RS) apresenta margens de disponibilidades orçamentárias suficientes. Em estudo que define projeções para o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há margem disponível para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

De qualquer forma, como previsto no § 4º do art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, a comprovação de adimplência do ente garantido quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, deverá ser realizada por ocasião da assinatura do respectivo contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Porto Alegre encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº, DE 2016

Autoriza o Município de Porto Alegre a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento, no valor de US$92 milhões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Porto Alegre (RS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa ORLA POA - Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I– Devedor: Município de Porto Alegre;

II– Credor: Corporação Andina de Fomento;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Portanto, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o nosso voto é pela aprovação deste projeto de resolução.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço o Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias foi preciso na avaliação desta operação de crédito solicitada, com o aval da União, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no valor de US$92 milhões, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), para o Programa Orla.

É um programa que tem como objetivo ampliar a revitalização do espaço urbano por meio da recuperação da orla do Lago Guaíba, do centro histórico e do sistema viário, como a melhoria da gestão fiscal, mediante

investimentos em tecnologia de informação e comunicação. Portanto, o projeto traz, no seu núcleo, importantes áreas de atividade humana para nossa Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

De igual forma, Srª Presidente, a Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações de que o Município de Porto Alegre preencheu todas as precondições, não apenas da Portaria nº 306 do Ministério da Fazenda, assim como o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que representa um pente-fino nas precondições de uma operação desse porte, assim como a Secretaria do Tesouro Nacional informa que a Prefeitura de Porto Alegre tem uma situação fiscal forte, uma situação fiscal boa e positiva e possui risco de crédito baixo.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Portanto, estamos aqui diante de outro bom exemplo. Não há apenas o exemplo de Caxias do Sul; também há o exemplo de Porto Alegre. E isso sinaliza na direção daquilo que falei anteriormente. Não é uma verdade absoluta que o administrador que se apropria do valor e do princípio da disciplina fiscal merece ser reconhecido por sua população, mas merece ser reconhecido pelas instituições federais, merece ser reconhecido e aplaudido pelo Senado da República, que é a Casa da Federação.

Por essas condições, eu votarei favoravelmente, com muito prazer e com louvor, reconhecendo o trabalho excepcional, do ponto de vista fiscal, que tem feito a Prefeitura de Porto Alegre, o seu Prefeito Fortunati, o que revela efetivamente um reconhecimento por parte da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem essa prerrogativa como uma das suas mais importantes responsabilidades. É a Comissão que faz a análise das operações de crédito e, portanto, do seu enquadramento.

Portanto, a meu juízo, Sr. Presidente, a cidade de Porto Alegre e a gestão do Prefeito Fortunati são merecedoras dessa operação de crédito porque, de novo, estamos diante de um Prefeito que fez e tem feito o dever de casa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Gleisi, a exemplo do que falei quando me pronunciei aqui sobre Caxias do Sul, é evidente que falo aqui como gaúcho e como morador de Porto Alegre.

Acrescento ao já belo relatório do Senador Alvaro Dias, em que reconheceu plenas condições econômico-financeiras positivas para o empréstimo, que tenho impressão de que quase todos, senão todos, os Senadores da Comissão que conhecem o centro de Porto Alegre sabem que o centro de Porto Alegre carece, há muito tempo, de uma requalificação principalmente na orla do Guaíba, que tem condições de ser a região mais bonita da capital gaúcha. Já há uma parte que está muito aprimorada de alguns tempos para cá. Mas exatamente nessa parte para onde o Prefeito Fortunati está pedindo esse empréstimo várias administrações tentaram e não conseguiram. E é uma região bem próxima, bem no centro, que, com esse empréstimo, passará a ter uma área de lazer, uma área própria para atração turística e uma área comercial.

De modo que, agradecendo o belo relatório ao Senador Alvaro Dias, também estou aqui para esperar o reconhecimento dos Senadores para concessão dessa operação de crédito, que irá beneficiar a capital gaúcha tão tradicional numa época em que precisamos lutar o tempo todo pelo desenvolvimento. A qualificação do centro histórico de Porto Alegre virá nesse sentido.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Lasier Martins.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Primeiro, Presidente Gleisi Hoffmann, queria que V. Exª incluísse no primeiro item, que foi Caxias do Sul, como requerente da urgência, não só o Relator, Senador Telmário, e a mim, mas especialmente o Senador Lindbergh Farias que, como ex-Presidente da CAE, fez a ponderação lembrando outros casos, o que é norma desta Comissão de Assuntos Econômicos. Então, faço questão de aditar a presença, o nome do Senador Lindbergh Farias.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Está incluído.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria agradecer o Senador Alvaro Dias pela precisão do relatório, pelo reconhecimento do esforço que a situação fiscal de Porto Alegre tem no cuidado e nessa gestão de uma área tão sensível e também da relevância que este projeto vai representar para a nossa mui leal e valorosa capital de Porto Alegre.

Eu sou cidadã de Porto Alegre, sou natural de uma cidade pequena, Lagoa Vermelha, que tem 35 mil habitantes. Então, a nossa capital, todos nós a queremos muito bem. Está à beira do Guaíba e é uma cidade que merece todo o nosso esforço para que se torne cada vez mais bonita, mais agradável.

Claro, sabemos que Porto Alegre, como todas as grandes metrópoles, enfrenta problemas de segurança, problemas em vários setores. Mas penso que, com o esforço de todos, ela continuará sendo a nossa querida Porto Alegre. E esse empréstimo é fundamental para a gestão do Prefeito Fortunati, um ex-Deputado Federal, um líder sindicalista, e um líder que tem honrado muito o seu dever de administrar bem Porto Alegre.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço, Senadora Ana Amélia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Realmente não sabia que a nossa Senadora era de Lagoa Vermelha. Quero dizer que não é a mais linda cidade, mas é o melhor churrasco do Rio Grande do Sul. Meus cumprimentos. (*Risos.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É verdade.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PV - PR) – Peço urgência, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado ora apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2016, advindo da MENSAGEM (SF) nº 48, de 2016 , que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 92,000,000.00 (noventa e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa ORLA POA - Organicidade e Requalificação do Espaço Urbano, do Lazer, do Acesso e Mobilidade de Porto Alegre.

Autoria: Senador Alvaro Dias e Senador Telmário Mota

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias, pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Telmário Mota.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que segue ainda hoje ao Plenário.

Item 3 da pauta.

Informo à Comissão que, além dos representantes dos Municípios que aqui estão, nós também temos o representante do Tesouro Nacional, que é o Sr. Hélio Henrique Fonseca Miranda, conforme dispõe a Resolução nº 43, de 2001.

ITEM 3
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Altera a Resolução n° 98, de 23 de dezembro de 1992, para autorizar a substituição de garantias caucionadas.

Autoria: Senador Otto Alencar
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2016, do Senador Otto Alencar, que altera a Resolução nº 98, de 23 de dezembro de 1992, que "autoriza a União a celebrar operações de crédito externo, visando ao reescalonamento e refinanciamento da dívida externa de médio e longo prazos junto a bancos comerciais, a conceder garantias, a assumir dívidas externas de entidades federais extintas e dissolvidas e dá outras providências, com base no art. 52, incisos V e VII, da Constituição Federal", para autorizar a substituição de garantias caucionadas.

Nos termos do art. 1º do PRS nº 17, de 2016, o art. 15 da referida Resolução nº 98, de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15.....

§ 5º Fica a União autorizada a substituir cauções em títulos, depositadas por força de contratos firmados nos termos desta Resolução, por cotas ou parcelas de que os Estados são titulares, nos termos do art. 159 da Constituição Federal, em consonância com o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.388, de 1991.

§ 6º A substituição de que trata o § 5º deverá ser precedida de comprovação, por parte do Estado interessado, de que sua participação líquida média mensal nos fundos previstos no art. 159 da Constituição Federal é superior ao montante caucionado".

O art. 2º do PRS nº 17, de 2016, trata da cláusula de vigência, estabelecendo que a resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi despachada à Comissão de Assuntos Econômicos, não tendo sido oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das diversas proposições a ela submetidas.

O autor da proposição argumenta que o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991, prevê o uso de títulos especiais apenas na hipótese de as quotas próprias de participação dos Estados nos fundos constitucionais serem insuficientes para garantir suas respectivas dívidas, não fazendo sentido manter títulos de um Estado sob guarda da União, quando a participação desse mesmo Estado em fundos constitucionais, em um único mês, supera o valor caucionado e garante efetivamente os valores devidos.

De fato, consideramos perfeitamente salutar a alteração proposta ao art. 15 da Resolução nº 98, de 1992, pois faculta à União a troca das garantias caucionadas em excesso, permitindo assim que o art. 6º da Lei nº 8.388, de 1991, seja corretamente aplicado, fazendo com que a presente matéria seja merecedora de aprovação, por deveras oportuna e conveniente.

Voto:

Diante do exposto, manifesto meu voto favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 17, de 2016.

É esse o nosso parecer, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Srª Presidente, para discutir a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não. Com a palavra, V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Senadora, acho esse debate oportuno nesta Comissão. Esse foi um debate que, durante o ano de 2015, travamos aqui, principalmente na relação com Estados e Municípios, o que, até de certa forma, resultou em certo nível de atrito com o Governo Federal. Depois, no desdobramento, começamos a discutir a situação dos Estados a partir da obtenção, Senador Otto, dessas operações de crédito. Agora acabamos de aprovar duas e temos mais duas na pauta; na semana retrasada, aprovamos inclusive uma operação de crédito para a Bahia junto ao Banco Mundial, dando sequência a um projeto de recuperação da nossa malha rodoviária.

Em todas elas, convivemos – e é normal – com o processo de caução, Senador Ricardo Ferraço, V. Exª, que é um, como diz o Moka aqui, cirúrgico, mas, ao mesmo tempo, um Senador extremamente preocupado com essas questões. E é incongruente, Senadora Gleisi.

Eu até dialoguei muito com o Ministro da Fazenda nos últimos 15 dias acerca dessa matéria, com os membros da Fazenda, dizendo que é uma coisa completamente esdrúxula. Por exemplo, temos, no caso da Bahia, um recurso caucionado, algo na ordem de R$300 milhões, e a Bahia ofertava ao Ministério da Fazenda, Senador Pimentel, recursos, Senador Fernando Bezerra da ordem de R$6 bilhões como caução, o nosso FPE, portanto, 20 vezes maior do que a caução, e está preso, é dinheiro nosso.

É como, Senador Tasso, se o Estado estivesse lá olhando um dinheiro preso, parado, e nós com carências do lado de cá. Ora, fomos buscar US$200 milhões, portanto, R$700 milhões, na mão do Banco Mundial para fazer estradas, e estamos com R$300 milhões presos, sem poderem ser utilizados.

Então, tivemos que recorrer a empréstimos porque uma parte da nossa caução, uma parte expressiva de recursos usados na caução não pode ser utilizada.

Além da própria receita do fundo, como o Relator muito bem... E ressalto que o Relator é o Senador Pimentel, e, portanto, não se poderia ter relator melhor para essa matéria, pois se trata de um conhecedor profundo dessas regras do papel, da consistência e da oportunidade dos fundos constitucionais; portanto, alguém que poderia emprestar esse seu conhecimento ao debate dessa matéria, que altera uma legislação antiquíssima, de 1992, ajustando, pois, a esse novo tempo as condições para que o Tesouro Nacional possa permitir e até ganhar uma garantia muito mais consubstanciada do que a garantia de uma caução.

Os fundos constitucionais estão sofrendo, meu caro Moka, um conjunto de abalos a partir da queda da receita do IPI – portanto, queda da produção – e a própria questão do Imposto de Renda, pois, na medida em que você tem demissões, tem-se a redução da massa salarial que contribui. Aliás, esses são os dois impostos decisivos para a composição dos fundos, tanto do FPE quanto do FPM.

E, aí, num diálogo com o Governo do Estado, esse foi um pleito levantado por S. Exª até no momento de uma apresentação, pelo Governo, de uma proposta de retomada de um debate, Senador Moka, que nós fizemos aqui, em 2011, sobre a questão das dívidas. Essa foi a nossa briga nesta Comissão. V. Exª se lembra disso. A gente dizia que não adianta renegociar a dívida só mudando o indexado e não promovendo o alongamento. É o alongamento que promove o desembolso; é o alongamento que traz a possibilidade de você ter o alívio financeiro, o alívio de caixa, e não o alívio econômico que o indexador produz. E, aí, o Governador, que, como disse, colocou essa pauta, lamentavelmente não logrou êxito. De modo que S. Exª o Governador nos fez essa demanda, que, agora, não é uma demanda que se aplica só ao Estado da Bahia. Portanto, estou falando... O Rio Grande do Sul acabou de sair daqui, agora, levando empréstimos para duas cidades – Porto Alegre e Caxias do Sul –, o Ceará, da mesma forma, há 15 dias. Portanto, essa é uma matéria que atende ao ordenamento, Senador Ricardo Ferraço, do País inteiro.

Nós não estamos pedindo para tirar a caução, Senador Ferraço; nós estamos pedindo para que outra forma seja utilizada como uma garantia, inclusive, de receita, que é muito mais vigorosa do que a caução e, inclusive, é muito mais fácil de ser adotada como garantia ou até – e vou usar a palavra "sequestro" – o sequestro por parte do avalista, do que, efetivamente, a caução.

A caução é um sequestro prévio da minha receita. A outra se configura como uma garantia permanente.

E, aí, o Senador Otto, prontamente, trouxe esse texto para esta Comissão, como projeto de sua autoria, para que nós possamos, de uma vez por todas, neste momento de dificuldades, apresentar um alívio a Estados e Municípios do ponto de vista da utilização desses recursos.

Era isso, Senadora Gleisi, que eu queria aportar ao debate.

Ao mesmo tempo, queria registrar que já protocolizamos junto à Mesa um requerimento de urgência para a ida dessa matéria ao Plenário, ainda hoje à tarde, para termos a oportunidade de isso ser aplicado pela União nas tratativas que faz com diversos Estados e Municípios no quadrante atual.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito rapidamente, até por economia processual, mas apenas para cumprimentar o Senador Otto por essa boa iniciativa, como fez coro aqui o Senador Walter Pinheiro, essa iniciativa criativa – esta verdadeiramente criativa –, também relatada pelo Senador Pimentel.

Este projeto de resolução cria uma nova alternativa: autoriza, na prática, o Governo Federal, o Ministério da Fazenda a se valer de fluxos de receitas que são absolutamente líquidos, como é o caso do Imposto de Renda, o caso do IPI, o caso da Cide, o caso dos *royalties.* Portanto, é uma boa ideia, uma ideia que autoriza o Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional a se valer dessas garantias para que os Municípios que estiverem com suas notas de crédito boas possam se valer do crédito para poder financiar suas políticas.

Então, uma boa iniciativa, que relata a experiência do Senador Otto Alencar, por ter sido Vice-Governador, Governador, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia. São atitudes e iniciativas...

E me lembra aqui o Senador Tasso Jereissati que V. Exª, além desses atributos todos, também foi bom capoeirista. Creio que não é mais. Mas soube que foi um bom capoeirista, que, inclusive, promove essa cultura baiana e brasileira não apenas aqui, mas mundo afora. Portanto, meus cumprimentos a V. Exª. Trata-se de uma boa iniciativa, que seguramente merece não apenas desta Comissão, mas do Plenário do Senado, uma ação diligente, porque se trata de uma flexibilidade importante e interessante, que pode contribuir muito para os Municípios e Estados brasileiros.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço. Aliás, hoje, V. Exª está batendo seu recorde, V. Exª está sendo positivo e avaliando positivamente todas as matérias. (*Risos.*)

A matéria continua em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Para discutir.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, apenas e tão somente para dizer que eu acho muito importante o projeto do Senador Otto Alencar. Isso também é muito comum quando proprietários rurais tomam um empréstimo, um crédito, e fica como garantia toda uma propriedade, três, quatro vezes maior. E aí às vezes ele precisa de um novo empréstimo, mas aquela propriedade não pode mais ser usada, quer dizer... Ou, então, o sujeito pagou a metade da dívida e ele não consegue tirar ou diminuir esse comprometimento. Não é a mesma coisa, mas eu acho que o princípio é o mesmo.

Eu conversava com o Senador Walter Pinheiro: isso, sem dúvida alguma, vai fazer com que o Estado da Bahia possa contrair novos empréstimos, porque, na verdade, a chamada caução que o Estado da Bahia tem junto à União é 20, 30 vezes maior do que a dívida que tem.

Portanto, acho oportuno. É, sem dúvida alguma, um avanço e vai melhorar muito as condições de Estados e Municípios. Quero parabenizar Otto Alencar, como autor, e parabenizar esse extraordinário homem público que é José Pimentel, que conhece muito a respeito dessa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Moka.

Talvez isso possa nos ajudar, inclusive, a pensar numa alternativa para as operações de crédito no setor agrícola, para uma mudança, porque eu também acho que isso é importante.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Exatamente. O Senador Otto Alencar permitindo, nós vamos tentar copiar esse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Então, V. Exª apresenta, que nós vamos fazer uma discussão com muito gosto.

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria está em votação.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado.

ITEM 8
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 17 de 2016, que "altera a Resolução n° 98, de 23 de dezembro de 1992, para autorizar a substituição de garantias caucionadas.

Autoria: *Senador José Pimentel, Senador Walter Pinheiro*

Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador José Pimentel, pelo Senador Otto Alencar e pelo Senador Walter Pinheiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E pela Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – E também pela Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que vai hoje ao Plenário.

Parabéns!

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pois não, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora, pela ordem.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu queria agradecer ao Senador José Pimentel pelo relatório que ele proferiu.

Creio que, de alguma forma, essa matéria vai dar flexibilidade aos Estados diante das dificuldades financeiras que atravessam hoje.

Estou dizendo ao Senador Waldemir Moka que ele pode fazer um projeto de resolução similar para atendimento dos produtores agrícolas, rurais, que estão realmente numa situação bem parecida com a que estamos vivendo aqui hoje. E é superimportante para quem planta, produz e cria no interior do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza, Senador Otto.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Srª Presidente, eu queria, cumprimentando os Senadores e as Senadoras...

Eu sei que V. Exª estabeleceu uma pauta, para esta reunião, que está com bom quórum, e eu respeito essa decisão, mas eu queria solicitar a V. Exª coloque na pauta da semana que vem um projeto de resolução subscrito por mim e pelo Senador Randolfe. Eu sou Relator da matéria, e o relatório já está pronto. Eu gostaria de solicitar de V. Exª que inclua esse projeto de resolução na pauta da próxima semana, porque ele teve o aval de um número enorme de Senadores e Senadoras. Se pudéssemos incluí-lo na pauta da próxima semana, eu agradeceria, tendo em vista que se trata de um tema da maior importância para os usuários do transporte aéreo e para as companhias aéreas. Penso que encontramos uma maneira de ajudar o Brasil a enfrentar, nesse setor, as dificuldades impostas pela crise econômica. Então, o apelo que faço é só para ver se é possível incluir na pauta da próxima semana o projeto de resolução subscrito por dezenas de Senadores e que tem como proponentes eu e o Senador Randolfe, pois já deixei o meu relatório na Secretaria.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com certeza, Senador Jorge. Está acolhida a sua reivindicação.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, eu quero apenas registrar que hoje faz um ano do falecimento do nosso Senador Luiz Henrique. Como homenagem, há houve uma missa e haverá uma sessão solene na Câmara. Ele, inclusive, chegou a presidir a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim, foi nosso Vice-Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Tenho certeza de que todos nós aqui lembramos do Senador Luiz Henrique com muita saudade, pelo homem público que foi, pelo governador que foi, enfim, por ser alguém que honrou a sua terra e todos os catarinenses.

Então, aqui fica a minha saudade e, mais do que isso, a lembrança daquele que realmente deu o exemplo de um homem público que tinha a sua vida voltada para servir.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Eu é que agradeço.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Recebemos aí a sugestão de V. Exª e a subscrevemos.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, eu queria associar-me ao Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – O Senador Luiz Henrique foi um dos grandes homens públicos deste País. Tive o privilégio de copresidir... Eu era o Presidente, e o Senador Luiz Henrique era o Vice-Presidente, mas foi um ano em que disputei eleição para governador no Rio de Janeiro. Então, nós copresidimos essa Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria, da mesma forma que o Senador Moka, falar de saudades, porque o Senador Luiz Henrique, não tenho dúvidas em dizer, ajudou muito a minha formação aqui no Senado, também. Uma figura ímpar, uma figura que toda a Casa respeitava.

Então, faço questão também de me associar à homenagem do Senador Moka.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Acredito que seja de toda a Comissão esse sentimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De toda a Comissão.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – De toda a Comissão. Inclusive, acabei... Desculpe, Srª Presidente, mas eu estava na sessão, e quero informar aos colegas Senadores e Senadoras, na Câmara dos Deputados. Já fiz uso da tribuna e acho que, hoje, devemos lembrar que há exatamente um ano perdíamos o Luiz Henrique, extraordinário ser humano, extraordinário Parlamentar, executivo, e que faz muita falta nos tempos de crise que o Brasil vive.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Registraremos em ata as saudades e a homenagem ao Senador Luiz Henrique.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 49, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1ª Fase".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, vou fazer aqui uma leitura resumida.

Relatório.

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 49, de 2016, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$50 milhões dos Estados Unidos da América.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - Proares III - 1ª Fase. O objetivo do programa é contribuir para a redução da desigualdade social e para a erradicação da miséria no Estado do Ceará por meio da inclusão social das famílias em condições de extrema pobreza, da assistência social a crianças, adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social e da geração de emprego e renda à população carente.

O programa contará com investimento total de US$71,4 milhões, sendo US$50 milhões financiados pelo BID, e o restante, proveniente da contrapartida estadual.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer Copem/STN nº 414, de 28 de abril de 2016, que conclui por não se opor à concessão da garantia pleiteada, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, sejam verificados, pelo Ministério da Fazenda, o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso e a adimplência do ente com a União e suas entidades controladas, bem como seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

Destacou, nesse parecer, que o Estado do Ceará "cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF".

De acordo com as informações contidas no relatório de gestão fiscal da União, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

De acordo com o estudo realizado por aquela secretaria, as garantias oferecidas pelo Estado do Ceará são suficientes para ressarcir a União caso essa venha a honrar compromisso nas condições de garantidora da operação de crédito.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado aqui apresentado.

Srª Presidente, muito rapidamente, quero dizer, sobre a situação fiscal, que nós temos cinco Estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná – que têm grandes dívidas. A situação fiscal do Estado do Ceará é uma situação boa. Na verdade, para os senhores terem noção, todo Município pode ter empréstimo de até 1,2% da relação da dívida consolidada líquida com a receita corrente líquida. Os Estados, no caso, são 2%. No caso do Estado do Ceará, ele tem apenas 0,63. E também em relação ao pagamento de serviços, juros da dívida, existe um limite de 11,5. Só cinco Estados estão abaixo desse limite, e o Estado do Ceará está com 7,1.

Então, voto aqui e peço o apoio dos Colegas para votar favoravelmente à concessão desse empréstimo ao Estado do Ceará.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, para discutir a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – A matéria está em discussão.

Senador Fernando Bezerra Coelho, depois Senador José Pimentel, depois Senador Tasso Jereissati, depois Senador Ricardo Ferraço, depois Senador Donizeti Nogueira.

Com a palavra o Sr. Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é para manifestar o meu apoio à aprovação dessa concessão de empréstimo ao Estado do Ceará, que é importante neste momento de conjuntura adversa. Os empréstimos externos são fontes de recurso absolutamente necessárias para viabilizar os programas de investimento.

Hoje, aqui, esta Comissão recebe o Secretário da Fazenda do Estado do Ceará, nosso amigo Mauro Filho, filho de Mauro Benevides, que foi Presidente do Senado Federal e que eu reputo um dos melhores quadros do serviço público brasileiro. Ele está há dez anos à frente da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. E desses indicadores que foram apontados aqui pelo Senador Lindbergh Farias, muito se deve à capacidade, à competência, ao zelo, ao trato, como esse quadro excepcional, exponencial do serviço público cearense tem conduzido as finanças públicas naquele Estado.

Portanto, é uma alegria, como pernambucano, como nordestino, poder dar aqui o nosso voto para ver o Estado do Ceará ter os recursos necessários para promover o seu desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra.

Nós já havíamos aqui anunciado a presença do Secretário Mauro Benevides Filho, que está conosco até agora. Seja muito bem-vindo.

Com a palavra o Senador José Pimentel;

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, desse programa Proares, no Estado do Ceará, estamos iniciando a terceira fase. É um programa extremamente exitoso. Iniciou na gestão do Governador Tasso Jereissati, hoje nosso Senador pelo Estado do Ceará. E tinha, e tem, como objetivo atender aos setores mais pobres da sociedade, o setor de creches, de centros sociais para acolher as famílias mais pobres, os jovens mais pobres.

É exatamente por isso que este programa tem contribuído muito para diminuir a pobreza no Estado do Ceará, atender melhor as famílias mais sofridas; e é por isso que o povo do Estado do Ceará pede a esta Comissão a sua aprovação.

Obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Agradeço ao Senador José Pimentel.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria elogiar aqui o relatório feito pelo Senador Lindbergh Farias, pela precisão e a complementação por ele feita, porque o Estado do Ceará tem uma característica, por ser um Estado pobre, bastante interessante. Nós somos um dos Estados que têm a menor dívida repactuada com a União. Em função disso, nós não seremos beneficiados, com essa nova lei da renegociação das dívidas, com qualquer outro parâmetro que seja feito em relação à renegociação da dívida do Estado por renegociação com a União.

Por isso, em função da crise que estamos vivendo, é necessário mais do que nunca um endividamento em dólares, em busca de recursos no exterior. A nossa relação de serviço é bem abaixo do que é permitido pela legislação, é 7% quando se fala em 11%, e do estoque da dívida não chega a uma vez o orçamento da receita corrente líquida do Estado. Por essa razão, temos aqui dois projetos – outro em seguida – que são extremamente necessários ao desenvolvimento do Estado.

E parabenizo o trabalho do Secretário Mauro Benevides Filho, que está aqui presente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Tasso.

Com a palavra o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A gente tem acompanhado, nesses últimos dias, a aprovação de recurso para diversas unidades, sejam municipais, sejam da Federação, e esse caso do Ceará é um em que a gente vê um Estado bem administrado ao longo dos anos, que hoje tem a permissão de tomar um financiamento, com a segurança que oferece para os credores. Então, não tem porque me obstar. Meu voto será favorável ao empréstimo.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Donizeti.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de entrar no mérito da...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ...falar um pouquinho sobre o mérito desse projeto. É muito importante que possamos também tomar conhecimento daquilo que pretende fazer o Governador de qualquer Estado, no caso específico o Estado do Ceará, quando solicita ao Senado da República avaliação.

No caso específico, trata-se de um projeto para expansão de serviços sociais em meios de planos participativos municipais. Deseja o Estado do Ceará, de forma meritória, ampliar a cobertura da rede de serviços sociais em aproximadamente 50 Municípios, melhorando a gestão integrada e buscando reduzir as desigualdades regionais nesses Municípios, que são os que têm IDHs e condições sociais muito desafiadoras.

Está previsto um financiamento, dentre outras, das seguintes ações: desenvolvimento de estratégia participativa de planificação municipal da política de assistência social; construção e equipamentos de Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) e de Centros de Educação Infantil, além de construção e equipamentos de quadras poliesportivas e centros de esportes e capacitação de profissionais do Sistema Único de Assistência Social. Ou seja, o Governo do Estado do Ceará revela como proposta o investimento naquilo que há de mais sagrado, julgo eu, no setor público, que é o investimento nas pessoas, no ser humano, podendo e devendo trabalhar a sua promoção e a sua condição social.

Do ponto de vista da análise do Ministério da Fazenda com relação ao Parecer nº 416, de 2016, efetivamente, o Estado do Ceará, assim como as prefeituras que hoje tiveram aqui operações de crédito aprovadas, está cumprindo os requisitos prévios à contratação de operação de crédito que estão descritos na Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 32.

Em relação à análise de capacidade de pagamento do Estado, uma vez que ele pleiteou garantias da União, é importante que possamos fazer essa observação: duas ou três semanas atrás, nós aprovamos aqui uma operação de crédito inusitada, no bom sentido da palavra, porque foi uma operação de crédito em que o Estado do Ceará não demandou aval, garantias por parte do Governo Federal. Isso é uma coisa muito importante e acho que vale a pena ser registrada.

O Ministério da Fazenda, o Corem (Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios), atribui ao Estado a nota B-. Eu quero chamar atenção para esse fato. O que significa B-, de acordo com a resolução do Ministério da Fazenda e de acordo com a resolução também do Senado Federal? Significa, na prática, a última nota de crédito que torna o Estado ainda capaz de receber novos empréstimos sem o critério das excepcionalidades do Ministério da Fazenda. Eu chamo atenção que essa operação de crédito ainda é uma operação de crédito que deve merecer apoio não apenas por parte desta Comissão, mas do Senado. Mas eu chamo atenção que o Estado do Ceará tem um conjunto de operações de crédito em trâmite no Ministério da Fazenda que somam aproximadamente R$1,6 bilhão. Algumas das operações já foram aprovadas, outras estão em curso. Como o Estado está se endividando em dólar, em moeda forte, significa chamar atenção para a variação cambial e o impacto que isso possa ter no caixa, no fluxo financeiro do Estado do Ceará.

Portanto, é preciso que nós tenhamos atenção porque é como se nós estivéssemos batendo no teto, de acordo com as notas técnicas e de crédito que foram enviadas a esta Comissão pelo Ministério da Fazenda. Mas, do ponto de vista objetivo, esta é a uma operação de crédito que, a meu juízo, merece, sim, a aprovação não apenas desta Comissão, mas também do Plenário do Senado, considerando as boas condições que ainda tem o Estado, com as observações que fiz, mas também considerando as prioridades que o Governo do Estado está dando, focando esses investimentos na promoção social, separando, ou escolhendo, ou elegendo um conjunto de 50 Municípios com questões sociais desafiadoras.

Portanto, eu votei favoravelmente. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senadora Gleisi Hoffmann, eu tive a oportunidade de acompanhar alguns programas do Governo do Ceará na área social. Eles estão com um programa muito interessante que se refere à primeira infância. E eu não tenho dúvida de que essa é uma tendência que todos os Estados, em algum momento, vão ter que começar a trilhar – Estados e prefeituras –, porque hoje temos um sistema de segurança que já está falido, esse modelo já não consegue fazer frente à violência e tudo o que está acontecendo no meio social.

Eu tive oportunidade de participar, na Universidade Harvard, com pessoas do Governo do Ceará e de algumas prefeituras do Ceará também. Era um curso sobre a primeira infância, em que foi tratado, justamente, sobre um programa que considera que o investimento nessa fase da vida, de zero aos seis anos, a primeiríssima infância, teria impacto extremamente positivo na fase adulta das pessoas, e que isso teria impacto direto positivo na área da segurança, na área da saúde, em diversas áreas. Eles chegaram à conclusão de que investir na primeira infância significa, na verdade, o Estado fazer uma economia muito grande, porque, para cada dólar investido na primeira infância, eles economizaram sete na fase adulta.

É um programa muito bem elaborado a partir de estudos de diversas universidades do mundo inteiro. E o Governo do Ceará foi muito atento a essa questão, inclusive mandando representantes.

Eu entendo que, em que pese o Estado esteja já com a capacidade de endividamento bem grande, se trata de um programa muito meritório. E tem o meu voto favorável, porque também sou favorável à questão de que nós precisamos fazer diferente, precisamos pensar um modelo diferente para o nosso País. E esses Estados que saem na frente têm que ser louvados pela iniciativa.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador José Medeiros.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu concordo com a avaliação do Senador Medeiros sobre a importância de se investir na primeira infância. E todo recurso que é colocado realmente volta. Nós sabemos que, não só a questão da nutrição, mas a questão da possibilidade de um atendimento mais cuidadoso faz toda a diferença.

No entanto, fico na dúvida, porque não sei os detalhes do projeto – e, no Ceará, tem havido coisas muito interessantes na área de educação, prêmios, inclusive internacionais – e não sei se isso inclui também alguma coisa com os professores que vão lidar com essas crianças. Mas, de qualquer maneira, o meu voto será favorável, porque é um investimento que a gente sabe que dá fruto.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu peço urgência ao Plenário.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... o parecer da CAE favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 9
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº de 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2016, advindo da MENSAGEM (SF) nº 49, de 2016, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 50,000,000.00. (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES III - 1º Fase'".

Autoria: Senador Lindbergh Farias, Senador Tasso Jereissati e Senador José Pimentel

Em votação o requerimento de urgência proposto pelos Senadores José Pimentel, Tasso Jereissati e Lindbergh Farias.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria que segue hoje ao Plenário.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 50, de 2016
- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV - 2ª Fase".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senadora Gleisi, vou fazer uma leitura bem resumida.

Queria, antes, homenagear os três Senadores do Ceará: Senador Tasso Jereissati, Senador José Pimentel e Senador Eunício Oliveira, que são grandes e importantes Senadores brasileiros. O Estado do Ceará tem três importantíssimos Senadores, de partidos diferentes – PSDB, PT e PMDB –, mas que sempre estão unidos para defender o Estado do Ceará. Aqui, não há espaço para disputa política menor, para picuinha e partido político. Então, verdadeiramente, gostaria de homenagear os Senadores Tasso Jereissati, José Pimentel e Eunício Oliveira.

Vou ler, aqui, de forma resumida.

A Mensagem nº 50, de 2016, da Presidente da República (nº 193, de 4 de maio de 2016, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Estado do Ceará, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Viário de Integração e Logística – Ceará IV – 2ª Fase".

De acordo com o Anexo Único do Contrato de Empréstimo, o programa tem como objetivos "(i) melhorar as condições de mobilidade, conectividade e segurança dos corredores rodoviários estratégicos de integração aos polos produtivos e a outros modos de transporte; (ii) eliminar parcialmente as descontinuidades na malha pavimentada, aumentando a conectividade e a eficiência da rede; e (iii) melhorar a capacidade institucional na gestão do sistema de logística de cargas".

E vou direto ao voto, Srª Presidente.

Em suma, o pleito encaminhado pelo Estado do Ceará encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado aqui apresentado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Em discussão o relatório do Senador Lindbergh Farias.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Estado do Ceará tem uma das maiores malhas rodoviárias estaduais. Exatamente por isso, nós estamos fazendo a quarta contratação. Esse processo iniciou-se nos anos 90, principalmente, e isso permitiu a construção dessa malha rodoviária, seja na área litorânea, que chamamos de praiana, seja no interior do Estado do Ceará.

E o que chama a atenção é que a Medida Provisória nº 708 trata da devolução de malha rodoviária federal, que, no início dos anos 2000 foi transferida para os Estados, e agora está voltando para a União. E o Estado do Ceará não tem um metro de malha rodoviária federal estadualizada, devolvendo para a União. Por quê?

Porque a malha rodoviária federal no Ceará é mínima, comparando com o nosso Território.

Nós temos o Estado de Minas Gerais, que, nessa medida provisória, está devolvendo mais de 10 mil km, entre outros Estados. E, no Nordeste, apenas o Estado da Bahia devolve alguns quilômetros. Dos demais Estados, nem um devolve, porque a presença da malha rodoviária federal na nossa região é diminuta, e o Estado do Ceará mantém o escoamento da sua produção, o deslocamento do seu povo através das rodovias estaduais, e essa linha de crédito tem como objetivo fortalecer essa política.

Por isso, peço aos nossos pares a sua aprovação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati. Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senadora Gleisi, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, enfim, já falamos aqui sobre o potencial financeiro do Estado do Ceará e queria falar um pouco sobre a tempestividade desse projeto, como todos sabem, uma das condições essenciais, talvez a principal, de desenvolvimento em infraestrutura.

O Estado do Ceará, mais do que nunca, para conseguir avançar no seu atraso relativo de desenvolvimento econômico e social em relação à média brasileira, o avanço na infraestrutura é absolutamente fundamental, assim como para outros Estados do Nordeste. Por isso, eu queria dizer aos pares, aos Srs. Senadores, da importância desse projeto para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, o trabalho do Senador Lindbergh Farias, que fez um relatório bastante objetivo e preciso, fazendo justiça ao nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Srª Presidente, a minha análise anterior vale para esse projeto também. O Estado já está com a sua nota de crédito conhecida. Já falamos anteriormente. Eu queria apenas incorporar o mérito desse projeto. O anterior trabalhou a promoção humana.

É muito importante que possamos dar conhecimento aos contribuintes brasileiros dos objetivos desse projeto. Esse é um projeto que trabalha a melhoria, se assim compreendida, a competitividade da infraestrutura do Estado do Ceará, conectando arranjos econômicos importantes do Estado do Ceará, geradores de oportunidades, geradores de prosperidade. São mais de 500km de rodovias, de anéis rodoviários que serão construídos, conectando esses arranjos econômicos a portos e aeroportos, o que de fato vai melhorar e muito a competitividade do Estado, o que é um fator de prosperidade.

Portanto, votarei favoravelmente pela avaliação técnica feita pelo Ministério da Fazenda; nota de crédito, B-.

Chamo a atenção para esse fato de novo. Estamos no limite, sem que o Estado tenha que se socorrer das excepcionalidades, que acho que não são justificáveis, mas o mérito do projeto é muito importante, porque poderá dar ao Estado uma condição de ampliar ainda mais a competitividade dos seus arranjos econômicos.

Voto favorável.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu quero, primeiro, dizer que, mais uma vez aqui na CAE, vamos fazendo este bom debate. É óbvio que a presença do Secretário de Fazenda, como até lembrou muito bem aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Secretário Mauro Filho, que é uma figura com quem tive a oportunidade até de conviver nesse longo debate sobre essa questão, Ferraço, de abrirmos a possibilidade efetiva de unificação das alíquotas de ICMS e o debate sobre a guerra fiscal.

Aprendemos muito com a experiência de alguém que eu diria até, Pimentel, já perpassa as fronteiras dos partidos e até dos governadores, exatamente pela sua competência, pela sua capacidade, pelo seu empenho e principalmente pela sua visão.

Acho que essa é a grande questão que a gente enfrenta, Senadora Gleisi, no Brasil, a gente precisa ter essa coisa da possibilidade de cada Estado se preparar, inclusive para a captação. Não basta só ter a vontade ou a aquiescência. É o que eu conversava há pouco com o Senador Pimentel, e ele me dizia muito bem: os Estados precisam se preparar mais, assim como os Municípios, para que as oportunidades possam ser buscadas.

O Ceará, meu caro Tasso, tem dado essa demonstração, a manutenção de uma história de um Estado que sempre se apresenta com boas propostas, e, obviamente, mesmo num momento de escassez, as oportunidades estão aí. E é exatamente no momento de maior dificuldade que aqueles que se preparam melhor têm as condições efetivas para um processo de captação.

Esse é um volume de recursos que seguramente será aplicado para uma área crucial, essa área de logística, também nesse cenário de dificuldades em que começa a conviver a atração de empresas... Por exemplo, para o Nordeste, meu caro Pimentel, está ficando cada dia pior. E um ponto do desequilíbrio nessa atração de empresas ou atração de investimentos é exatamente a infraestrutura e a logística, com que nós ainda penamos muito.

Portanto, nossa expectativa, Senadora Gleisi, é que esses recursos em boa hora sirvam exatamente para o Ceará ser efetivamente dotado dessas boas condições e, consequentemente, continue fazendo a boa disputa, que, aliás, o Ceará sempre fez nesse cenário nacional.

Então, deixo aqui nosso apoio a essa boa iniciativa que, agora, a Comissão de Assuntos Econômicos entrega ao Ceará, para que ele possa promover seu melhor desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lindbergh Farias.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Urgência.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Urgência.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado que foi apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 10
MINUTA DE REQUERIMENTO Nº de 2016

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgência para o PRS nº de 2016, advindo da MENSAGEM (SF) nº 50, de 2016 , que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV - 2ª Fase'

Autoria: Senador Lindbergh Farias, Senador José Pimentel e Senador Tasso Jereissati.

Em votação o requerimento de urgência proposto pelos Senadores José Pimentel, Lindbergh Farias e Tasso Jereissati.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, que segue ao plenário ainda hoje.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, nós estamos sendo homenageados aqui com a presença do nosso ex-Presidente do Senado Mauro Benevides, que chegou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Ah, muito bem!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria fazer constar, fazer essa homenagem e parabenizar seu filho, Mauro Benevides Filho, que é um gestor extremamente competente, e o Governador do Estado do Ceará, Governador Camilo.

Quero também dizer que, para mim, foi uma honra relatar esses projetos do Estado do Ceará, Senadora, porque sou paraibano, mas sou Senador do Rio de Janeiro. No meu Estado, Rio de Janeiro, 30% é composto de nordestinos, sendo que metade desses nordestinos, 15%, são de cearenses. Então, para mim, foi um grande prazer relatar esses dois projetos do Estado do Ceará. Muito obrigado.

Também dizer que, para mim, foi uma honra relatar esses projetos do Estado do Ceará, Senadora, porque sou paraibano, mas sou Senador do Rio de Janeiro. No meu Estado, Rio de Janeiro, 30% é composto de nordestinos, sendo que metade desses nordestinos, 15%, são de cearenses. Então, para mim, foi um grande prazer relatar esses dois projetos do Estado do Ceará. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Muito bem.

Quero aqui saudar a presença do Senador ex-Presidente do Senado Federal, Mauro Benevides. É um prazer tê-lo aqui na Comissão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senador Lindbergh Farias.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 3°, da Constituição Federal, combinado com o art. 148 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, considerando a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a realização de audiência pública, em conjunto, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com vistas à apresentação de dados e indicadores sobre o procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, aprovado no Requerimento nº 8/2016 - CAE. Sugere-se a participação dos seguintes pesquisadores do tema:

Sérgio Gobetti, doutor em economia e pesquisador do Ipea;
Rodrigo Orair, mestre em economia e pesquisador do Ipea e do IPC.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – O requerimento fará parte da pauta da próxima semana.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Srª Presidente, será que é o caso, já que é algo em que não há polêmica alguma, de aprovarmos hoje? Eu faria essa consulta. Porque, na verdade, cada Comissão – foi uma decisão do Presidente Renan – agora tem que discutir uma política pública. A nossa é esta: política de equidade e progressividade do sistema tributário nacional. É um debate que temos que fazer o ano inteiro.

Portanto, se não houvesse objeção, poderíamos votar isso e marcar para a data que a Presidente achar mais indicada.

A SRª PRESIDENTE (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Consulto o Plenário se poderíamos aprovar hoje o requerimento do Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Com a concordância do Plenário, está em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Comunico à Comissão que, na próxima semana, na terça-feira, a reunião será às 11h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2016, NO PLENÁRIO Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e dezesseis, no plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Raimundo Lira, vice-presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Marta Suplicy, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Lúcia Vânia, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Roberto Requião, Omar Aziz, Kátia Abreu, Vanessa Grazziotin e Marcelo Crivella. A presidência declara aberta a reunião e comunica aos membros que a comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício/SG nº 13/ 2016, de 23 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto, São Paulo, encaminhando cópia de moção de apoio à nota pública do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs em relação aos cortes orçamentários para o Judiciário Trabalhista Nacional; Ofício circular nº 048/2016, de 30 de março de 2016, da Câmara Municipal de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, encaminhando cópia de moção de apoio à Lei nº 12.734/2012, que trata de novas regras de distribuição dos royalties entre os entes da Federação; Ofício nº 224/2016, de 8 de abril de 2016, da Câmara de Vereadores de Itajaí, SC, encaminhando cópia de requerimento a fim de solicitar que seja elaborada proposta de emenda à Constituição Federal no sentido de reduzir o duodécimo (repasses financeiros) das câmaras municipais para valores menores escalonados; e Ofício nº 121/2016/GP, de 23 de março de 2016, da Prefeitura Municipal de Teresópolis, Rio de Janeiro, encaminhando análise da situação orçamentária e financeira do município. Os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão por meio de ofício circular. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1 -** Projeto de Resolução do Senado nº 55 de 2015, não terminativo, de autoria do senador Randolfe Rodrigues e outros, que "fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação", tendo como relator o senador Jorge Viana, que oferece relatório favorável ao projeto com duas emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os(as) senadores(as) Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Randolfe Rodrigues, Armando Monteiro, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro. O presidente em exercício da comissão, senador Raimundo Lira, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 2** - Projeto de Resolução do Senado nº 34 de 2016, não terminativo, de autoria do senador Raimundo Lira, que "reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 32, de 3 de setembro 2014, do Senado Federal, a fim de que o estado da Paraíba contrate a operação de crédito externo nela prevista", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço, Fernando Bezerra Coelho e Cássio Cunha Lima. Durante a discussão, o relator acata sugestão de emenda do senador Ricardo Ferraço. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. Aprova, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. **Item 3** - Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2012, não terminativo, de autoria do senador Cyro Miranda, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores", tendo como relator o senador Ciro Nogueira, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O presidente em exercício designa o senador Wellington Fagundes senador "ad hoc" da matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (substitutivo). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 5** - Projeto de Lei do Senado nº 229 de 2009, complementar, não terminativo, de autoria do senador Tasso Jereissati, que "estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (substitutivo). **Item 6** - Projeto de Lei da Câmara nº 75 de 2014, não terminativo, de autoria do deputado George Hilton, que "dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico", tendo como relator o senador Benedito de Lira, que oferece relatório favorável ao pro-

jeto nos termos do substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o senador Hélio José. Encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo). **Item 7** - Projeto de Lei do Senado nº 298 de 2007, complementar, não terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "altera Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, de forma a extinguir a possibilidade de limitação de empenho e movimentação financeira e criar fundo destinado a suprir recursos financeiros que assegurem o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal quando verificado que a realização da receita poderá ficar abaixo do valor estimado na lei orçamentária anual", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório contrário ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto. **Item 12** - Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2011, terminativo, de autoria da senadora Ana Amélia, que "altera a redação do art. 3º da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, para estabelecer que independe de autorização a distribuição gratuita de prêmios mediante sorteio realizado por pessoa jurídica de direito público, diretamente ou com o auxílio de entidades ou associações sem fins econômicos na sua organização ou gerenciamento como meio auxiliar de fiscalização ou arrecadação de tributos de sua competência", tendo como relator o senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **São adiados os demais itens da pauta, a saber: Item 4** - Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2013; **Item 8** - Projeto de Lei do Senado nº 612 de 2015; **Item 9** - Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2014; **Item 10** - Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009; **Item 11** - Projeto de Lei do Senado nº 286 de 2015; **Item 13** - Projeto de Lei do Senado nº 62 de 2007; **Item 14** - Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2008; e **Item 15** - Projeto de Lei do Senado nº 578 de 2015. São apreciados, ainda, os seguintes itens extrapauta: **Item 16** - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 14 de 2016, de autoria do senador Hélio José, que "requer, nos termos do art. 58, §2º, V da Constituição Federal (CF), e do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incorporado pela Resolução nº 4 de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual, que sejam convidados, o ministro de Minas e Energia (MME) e o dirigente máximo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a fim de prestarem contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho do ministério e da agência , em reunião conjunta a ser realizada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 14 de 2016-CAE. **Item 17** - Minuta de requerimento, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV e V do RISF, que "requer urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 34 de 2016, que 'reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 32, de 3 de setembro 2014, do Senado Federal, a fim de que o estado da Paraíba contrate a operação de crédito externo nela prevista'". Colocado em votação, a comissão aprova a apresentação do requerimento. É lido e será apreciado posteriormente o seguinte requerimento: Requerimento n° 15/2016, de iniciativa da senadora Marta Suplicy, que "requer, nos termos regimentais, audiência pública para debater a fixação de cobrança de alíquota máxima na cobrança de ICMS, com a participação do secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte; o secretário de Fazenda de São Paulo; o secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul; o secretário de Fazenda da Bahia; e o representante da Associação Brasileira de Empresas Aéreas – Abear". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo vice-presidente da comissão, senador Raimundo Lira, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador RAIMUNDO LIRA
Vice-presidente no exercício da presidência da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos para o seu conhecimento.

Correspondências.

1. Ofício/SG nº 13/2016, de 23 de março de 2016, da Câmara Municipal da Estância Turística de Pereira Barreto (SP), encaminhando cópia de moção de apoio à Nota Pública do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, em relação aos cortes orçamentários para o Judiciário Trabalhista nacional.

2. Ofício Circular nº 048/2016, de 30 de março de 2016, da Câmara Municipal de Cruz Alta (RS), encaminhando cópia de moção de apoio à Lei nº 12.734, de 2012, que trata de novas regras de distribuição dos *royalties* entre os entes da Federação.

3. Ofício nº 224/2016, de 8 de abril de 2016, da Câmara de Vereadores de Itajaí (SC), encaminhando cópia de requerimento a fim de solicitar que seja elaborada proposta de emenda à Constituição Federal no sentido de reduzir o duodécimo (repasses financeiros) das Câmaras Municipais para valores menores escalonados.

4. Ofício nº 121/2016-GP, de 23 de março de 2016, da Prefeitura Municipal de Teresópolis (RJ), encaminhando análise da situação orçamentária e financeira do Município.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Enquanto aguardamos que o quórum de 14 Srs. Senadores seja composto para deliberação, vamos iniciar pelos itens da pauta cujos relatores estejam presentes.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 2009
- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo);
2. Em 13/4/2010 e 23/9/2015, foram realizadas audiências públicas para discutir a matéria.

Com a palavra o Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, esse projeto de autoria do eminente Senador Tasso Jereissati tramita na Comissão de Assuntos Econômicos há muitos meses. Ele é do amplo conhecimento de todos, já está devidamente publicado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Nós já o relatamos em outra oportunidade. Foi solicitado por parte do Governo Federal, do Poder Executivo, que abríssemos espaço para uma ampla negociação. Essa ampla negociação foi produzida, e o que estamos apresentando hoje é o resultado dessa negociação. De modo que peço a V. Exª que coloque em deliberação para que as Srªs e os Srs. Senadores possam votar.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Em discussão o relatório do Senador Ferraço. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos aguardar o quórum de 14 Senadores, no painel, para a votação.

Já foi feita a leitura do relatório, já foi feita a discussão. Falta apenas a votação.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico.

Autoria: Deputado George Hilton
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto;
2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto;
3. Em 28/4/2016, a senadora Marta Suplicy apresentou voto em separado, favorável ao projeto nos termos originais.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto regulamenta a profissão de instrumentador cirúrgico. Na justificativa da proposição, o autor descreve a importância dos instrumentadores cirúrgicos no alcance da qualidade e segurança dos pacientes, na diminuição do risco de infecções hospitalares e na maximização do sucesso das intervenções cirúrgicas. Por tais razões, é relevante que a profissão seja regulamentada.

A lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Encerrado o trâmite na Câmara dos Deputados, a proposição foi enviada ao Senado Federal e distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Após a aprovação dos Requerimentos nº 761 e 762, de 2015, ambos de autoria do Senador Humberto Costa, foi aprovado o encaminhamento da proposição à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde fui designado relator.

Compete à CAE, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômico e financeiro da matéria.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço.

Quanto ao mérito, o projeto trata de preencher uma lacuna na legislação ao regulamentar a profissão de instrumentador cirúrgico. A atividade já estava prevista dentre as ocupações privativas desempenhadas pelos profissionais da enfermagem. O instrumentador cirúrgico é profissional essencial no adequado desempenho das intervenções cirúrgicas, cabendo-lhe a fiscalização da assepsia dos materiais e o auxílio ao cirurgião de modo a reduzir o tempo do ato operatório e os riscos aos pacientes.

O número de cirurgias cresce a cada ano no País. Em consequência, aumenta, também, a necessidade de instrumentadores cirúrgicos. Dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica mostram que, em 2014, o número de cirurgias bariátricas aumentou 10% em relação ao ano anterior. Aproximadamente, 88 mil cirurgias bariátricas foram feitas em 2014.

Quando se analisam as cirurgias plásticas, observa-se que o Brasil é o país campeão no número de procedimentos realizados. Segundo a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, em 2012, foram realizadas 911 mil cirurgias plásticas no País. As cirurgias plásticas e bariátricas são apenas uma parte de todas as modalidades cirúrgicas existentes. Entretanto, evidenciam a importância do instrumentador cirúrgico nesse universo e a necessidade de que a profissão seja regulamentada.

Visando adequar a matéria à legislação vigente, propomos as alterações nos arts. 1º, ao incluir o parágrafo único, e 2º, estabelecendo que a profissão de instrumentador cirúrgico poderá ser exercida por técnicos de enfermagem. Embora já existisse a previsão legal do exercício da atividade pelos auxiliares de enfermagem, dado o avanço das tecnologias hoje existentes, consideramos mais adequado que a prática fique restrita aos técnicos de enfermagem.

Aperfeiçoamos o projeto completando as atribuições do profissional previstas no art. 3º. Acrescentamos o dever de o instrumentador cirúrgico preparar o instrumental a ser utilizado nas cirurgias de acordo com o plano cirúrgico definido pelo cirurgião.

Quanto ao art. 5º da proposição, que trata da infração disciplinar no exercício profissional da instrumentação cirúrgica, inserimos inciso que remete à observância do Código de Ética Profissional da Enfermagem. Além disso, inserimos entre as infrações o ato de cooperar com a prática de aborto ou antecipar a morte do cliente, contribuir com clientes ou terceiros para a realização de ato contrário ao exercício profissional ou destinado a fraudá-lo.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, na forma do substitutivo em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não posso encerrar a discussão, Senador. Falta um no painel.

Passo ao item 7.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Não pode entrar em discussão? É terminativa essa matéria?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, é porque são necessários 14 no painel para deliberação, mesmo sem ser terminativo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pois não, Senador Cássio.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Apenas para um esclarecimento.

Quanto ao projeto de resolução, de autoria de V. Exª, que autoriza a prorrogação do prazo do empréstimo do Prodetur, como já houve a leitura pelo Relator, quando atingirmos o quórum, o que acontecerá agora, ele será colocado em votação? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Isso. Exatamente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Então, antes de colocar em votação, quando atingir o quórum, quero só fazer uma manifestação breve, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª está falando de que item da pauta, Senador?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu não sei. Eu estou sem a pauta em mãos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Deve ser o item 2.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Do item 2, que prorroga o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Mas o relatório ainda não foi lido.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Ele ainda não foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O.k.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, considerando a existência de quórum, peço que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos votar o item de que V. Exª foi Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Item 5, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Item 5.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Considerando o quórum e que nós estávamos no trâmite da discussão, peço que V. Exª coloque em discussão o item lido por nós agora, o item 6, e que depois, então, votemos o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – De acordo, Senador.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Item 6.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Benedito de Lira.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (substitutivo).

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, só quero considerar que esse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Só quero considerar...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Só quero considerar a importância desse projeto para o Coren, para o Cofen, para os profissionais de enfermagem e para os técnicos e enfermeiros, homenagear inclusive a minha esposa, que é enfermeira há 32 anos, e parabenizar o nobre Senador Benedito de Lira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Item 5.

Não havendo...

Terminada a discussão do item 5.

Não havendo mais quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Vamos ao item 7 da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, de 2007
- Não terminativo -

Altera Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, de forma a extinguir a possibilidade de limitação de empenho e movimentação financeira e criar fundo destinado a suprir recursos financeiros que assegurem o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal quando verificado que a realização da receita poderá ficar abaixo do valor estimado na lei orçamentária anual.

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Contrário ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É submetido a esta Comissão o PLS nº 298, de 2005 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

A proposição, de autoria do eminente e querido amigo, Senador Marcelo Crivella, foi apresentada ainda em 30 de maio de 2007. O seu objetivo é alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal no intuito de extinguir a possibilidade de limitação de empenho e movimentação financeira e de criar fundo destinado a suprir recursos financeiros que assegurem o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal quando verificado que a realização da receita poderá ficar abaixo do valor estimado na lei orçamentária anual. O novo fundo, no montante de R$5 bilhões, será composto por títulos da dívida pública federal.

Originalmente foi enviado apenas para esta Comissão, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em decorrência de sucessivos requerimentos de apensamento. No entanto, ao longo desses oito anos, nenhum relatório chegou a ser aprovado pelas comissões competentes ou mesmo apresentado pelos relatores designados. Por fim, em 14 de maio de 2015, esta Casa aprovou o Requerimento nº 946, de 2014, de autoria do Senador Marcelo Crivella, para que a proposição fosse desapensada. Com isso, a competência para deliberar sobre a matéria retornou para a CAE.

Análise.

Compete a esta Comissão, como é sabido, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Eventual conversão deste projeto de lei complementar em norma legal resultaria na transformação do sistema orçamentário brasileiro de autorizativo em impositivo. Embora esse seja um objetivo louvável, a questão central, e não lateral, é se seria razoável assim proceder sem uma ampla reformulação do próprio sistema. Nesse campo, a Constituição Federal requer a edição de normas complementares nas seguintes situações:

a) art. 163: finanças públicas, dívida pública, concessão de garantias pelas entidades públicas, emissão e resgate de títulos da dívida pública, fiscalização financeira da Administração Pública, operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União;

b) art. 165, §9º: exercício financeiro, vigência, prazos e elaboração e organização do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual e normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos;

c) art. 169: limites para as despesas com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Atualmente, essas exigências estão sendo satisfeitas pela LRF, pela Lei nº 4.320, de 1964, e pelo art. 35, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). As normas em questão definem regras gerais sobre a estrutura e a aplicação das leis que disciplinam os gastos públicos, todas de iniciativa do Poder Executivo, quais sejam: os Planos Plurianuais (PPAs), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs).

A Lei nº 4.320, que nós acabamos de aprovar nesta Comissão, proposta que relatei, de autoria do Senador Tasso Jereissati, foi amplamente modificada e atualizada para os novos marcos.

A Lei nº 4.320, de 1964, no art. 22, inciso III, estabelece que a proposta orçamentária deverá ser integrada por tabela com as estimativas de receita e despesa. Assim, a norma que estatui normas gerais de Direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos três níveis de governo estabelece a natureza autorizativa das peças orçamentárias. A alínea "f" do dispositivo mencionado anteriormente é ainda mais clara

a esse respeito ao se referir à despesa prevista para o exercício. O contingenciamento é um desdobramento lógico da situação ora descrita. Afinal, uma vez que o Poder Executivo pode arbitrar que dotações serão efetivamente executadas, será preciso recorrer a ato próprio, como os decretos do Presidente da República. Coerentemente, os arts. 47 e 48 do recém-citado diploma legal estipulam que cabe ao Poder Executivo, imediatamente após a promulgação da Lei Orçamentária, aprovar quadro de cotas trimestrais da despesa para cada unidade orçamentária. As cotas fixadas deverão perseguir, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

A LRF apenas disciplinou as competências do Governo Federal, inserindo-as em um arcabouço conceitual mais amplo. O mero controle da disponibilidade financeira do setor público federal foi substituído, ao menos idealmente, pela busca do equilíbrio macroeconômico, definido em termos da fixação de metas de superávit primário, do controle da inflação e do monitoramento da razão entre a dívida pública e o produto interno bruto (PIB). O contingenciamento (ou "limitação de empenho e movimentação financeira") está disciplinado nos arts. 4º, inciso I, alínea "b", e 9º, §§1º e 2º.

Esse disciplinamento teve dois importantes desdobramentos: se por um lado estendeu aos Poderes Legislativo e Judiciário a obrigação de que contribuam, em alguma medida, para o alcance do equilíbrio macroeconômico, também permitiu que os legisladores definam, por meio das leis de diretrizes orçamentárias, quais dotações estarão isentas do risco de contingenciamento.

Em síntese, o contingenciamento é uma prática inerente ao caráter autorizativo da lei orçamentária, consagrado pela Lei nº 4.320. Assim, trata-se de prática anterior à promulgação da LRF, que tão somente a disciplinou. Foram resguardadas as obrigações do Estado que independem de inclusão no orçamento, e não poderia ser de outra forma, e aquelas que forem ressalvadas, a cada exercício, pelas LDOs.

Para que haja uma efetiva limitação da discricionariedade do Poder Executivo no campo orçamentário, seria melhor propor uma ampla reformulação dos princípios que norteiam o ciclo orçamentário brasileiro. Isso requer modificações na Constituição Federal ou, no mínimo, na Lei nº 4.320.

O PLS nº 298, de 2007 – Complementar, pretende justamente extinguir a prática do contingenciamento. No entanto, como essa prática representa um desdobramento lógico do caráter autorizativo da peça orçamentária, a sua simples exclusão do corpo da LRF resultaria, na prática, no restabelecimento da situação que vigorava no passado, ou seja, anteriormente aos critérios e aos marcos definidos na LRF, todos eles absolutamente fundamentais para que, em tese, o equilíbrio fiscal possa se manter como condição para o Estado brasileiro, qual seja:

a) o Poder Executivo, no exercício das suas competências, controlaria as disponibilidades financeiras, por intermédio da edição de decretos, na "boca do caixa";

b) os Poderes Legislativo e Judiciário voltariam a contribuir para o equilíbrio macroeconômico de forma *ad hoc*, em resposta a pressões do Tesouro para que cancelem ou posterguem despesas;

c) o Poder Legislativo seria impedido, por falta de previsão legal, de definir quais dotações não poderiam ser contingenciadas a cada exercício.

Por conseguinte, reiteramos que a melhor opção é buscar uma ampla reformulação dos princípios que norteiam o ciclo orçamentário brasileiro.

Em relação ao fundo destinado a suprir recursos financeiros que assegurem o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, convém notar que a execução orçamentário-financeira desdobra-se em três etapas: empenho, liquidação e pagamento, disciplinadas pelos arts. 58 a 65 da Lei nº 4.320. Primeiro, há a emissão do empenho, em consonância com a programação orçamentária. Trata-se de ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. Depois, há a liquidação, que representa o ponto divisor entre as execuções orçamentária e financeira, consistindo na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Ao final, há o pagamento propriamente dito, conforme as disponibilidades financeiras do Tesouro.

Essa sistemática, que não seria alterada pelo projeto em comento, pretende assegurar os direitos dos credores do setor público ao mesmo tempo em que resguarda as finanças do Estado. Dessa forma, o suposto problema representado pelo descasamento entre os fluxos de receita e despesa, a ser equacionado pelo fundo proposto, já se encontra disciplinado pela legislação em vigor.

Do ponto de vista constitucional, temos ainda que o fundo a ser criado invade competência privativa de outro Poder, pois o art. 84, inciso II, da Constituição Federal estipula que compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal, na qual se insere a gestão do fluxo de caixa do Tesouro, objeto do projeto em questão.

Ademais, o montante de R$5 bilhões é muito pouco significativo em face de uma dívida pública mobiliária federal interna (DPMF) que totalizou R$2,6 trilhões em setembro último. Como já existe um ativo mercado

secundário para os títulos que compõem essa dívida, o qual conta com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), resta claro que o fundo proposto é extemporâneo.

Em face do exposto, Sr. Presidente, em que pese a evidente boa intenção do Senador Crivella, voto pela rejeição em função das fundamentações que apresentamos anteriormente.

É como relato.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ricardo Ferraço.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, o relatório do item 3 está aí? Fui designado para relatá-lo como Relator *ad hoc*. Se V. Exª puder colocá-lo... É que eu acabo de ser comunicado sobre outro compromisso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Item 3 da pauta, cujo Relator é o Senador Ciro Nogueira e o Relator *ad hoc* é o Senador Wellington Fagundes.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, de 2012
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas (ABS) nos veículos automotores.

Autoria: *Senador Cyro Miranda.*
Relatoria: *Senador Ciro Nogueira.*
Relatório: *Favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta.*
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CI;
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 195, de 2012, de autoria do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para tornar obrigatório o uso de sistema antitravamento das rodas ABS nos veículos automotores.

O art. 1º do projeto acrescenta o inciso VIII ao art. 105...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para prever o ABS como equipamento obrigatório para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Segundo o autor, a nova regra pretende abarcar, inclusive, as motocicletas,...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos ouvir com atenção o relatório do Senador Wellington Fagundes!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... veículos vulneráveis e que, portanto, poderão se beneficiar do ABS. O art. 2º, por sua vez, estabelece o início da vigência da futura lei na data de sua publicação.

O PLS nº 195, de 2012, foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com a Emenda nº 01-CI, a qual apenas substitui, por questão de rigor terminológico, a expressão "sistema antitravamento das rodas", na ementa e no art. 1º da proposição, por "sistema de frenagem antitravamento".

Posteriormente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Senador Anibal Diniz apresentou relatório pela aprovação do projeto na forma de um substitutivo que acolheu a emenda da CI e excluiu a imposição da instalação de ABS para as motocicletas com cilindrada menor ou igual a 150cm^3. Porém, em função de aprovação do Requerimento nº 208, de 2015, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, para que esta Comissão se manifeste sobre a matéria, o relatório do Senador Anibal Diniz não chegou a ser votado.

Após o exame da matéria pela CAE, o PLS deve retornar à CCJ, a quem cabe decisão terminativa.

Análise.

A proposição veio ao exame desta Comissão a requerimento do Senador Delcídio do Amaral, que argumentou acerca da necessidade de avaliar o impacto econômico decorrente da obrigatoriedade imposta pelo projeto de lei em análise.

Considerando que a CCJ deve se manifestar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, já que lhe cabe a decisão terminativa, a análise desta Comissão restringir-se-á aos aspectos econômico e financeiro da matéria.

No que tange ao mérito do projeto em tela, estamos de acordo com as análises já realizadas nas comissões anteriores. Como destacado nos relatórios precedentes, a imposição da instalação de um sistema que melhore a eficiência da frenagem dos veículos contribuirá para o aumento da segurança no trânsito. Do ponto de vista do orçamento público, isso se traduz em menor pressão sobre o aumento dos custos do Sistema Único de Saúde (SUS), que realiza boa parte dos tratamentos de emergência das vítimas de colisões no trânsito.

O substitutivo proposto pelo Senador Anibal Diniz, sugeriu que fosse facultada a instalação de ABS nas motocicletas com cilindrada menor ou igual a 150cm^3, que poderia ser substituído por outro sistema de controle de frenagem denominado CBS, sigla derivada da expressão em inglês *combined brake system*.sustem.

O CBS é um sistema que permite ativar os freios dianteiro e traseiro por meio de um único comando, controlando a proporção da distribuição da frenagem entre as rodas dianteira e traseira, o que permite a redução da distância de parada do veículo e diminui as chances de travamento das rodas.

Enquanto este projeto tramitava nesta Casa, o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) editou a Resolução nº 509, de 27 de novembro de 2014, que passou a obrigar que as motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos, com cilindrada igual ou superior a 300cm^3, sejam fabricados ou importados com sistema antitravamento (ABS) em todas as rodas, tendo ficado facultada a instalação do sistema nos veículos com cilindrada inferior a 300cm^3, casos em que os veículos poderiam ser equipados apenas com CBS.

A exigência do Contran será de baixo impacto para a indústria, uma vez que os modelos com cilindrada a partir de 300cm^3 já dispõem de sistema ABS ou C-ABS (CBS e ABS conjugados), fornecidos como item opcional de fábrica ou de série.

Quanto ao impacto para o consumidor, é preciso considerar que a instalação compulsória do sistema ABS poderia chegar a representar 22% do valor de venda dos modelos mais populares, cujos preços de venda sugeridos pelos fabricantes estão entre R$7.000 e R$8.000, aproximadamente. Já para os modelos de maior cilindrada, o preço do sistema ABS representa no máximo 7% do preço de venda do veículo.

Por essas razões, apresentamos um substitutivo para estabelecer a exigência de instalação compulsória de ABS apenas para as motocicletas de cilindrada maior ou igual a 300cm^3, ficando facultada a instalação desse sistema para os veículos de cilindrada menor, que deverão vir equipados, pelo menos, com o sistema CBS, estando já incorporada a emenda proposta pela CI.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente, do PLS nº 195, de 2012, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº , DE 2015 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2012

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para tornar obrigatório o uso de sistemas auxiliares de frenagem nos veículos automotores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 105. .....
>
> .....
>
> VIII – sistemas de frenagem antitravamento (ABS), para todos os tipos de veículos automotores, segundo normas estabelecidas pelo CONTRAN.
>
> .....
>
> §7º Para as motocicletas de cilindrada inferior a 300 cm^3, fica facultado ao fabricante substituir o equipamento de que trata o inciso VIII por sistema de distribuição de frenagem (CBS), conforme regulamentação do Contran.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Ciro Nogueira.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu vou ter que me retirar para a Comissão de Educação. Eu sou o próximo Relator de um projeto lá. Eu só queria falar sobre o...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Só concluir aqui, Senador, por favor.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pois não. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2 – CAE (substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em discussão terminativa.

Vamos agora...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Concedo inicialmente a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu tenho que me retirar para a Comissão de Educação. O próximo item lá é um relatório meu.

Eu apresentei um requerimento para que o Ministro de Minas e Energia e que a Agência Nacional de Energia Elétrica possam vir aqui discorrer sobre o plano de trabalho, sobre a proposta de trabalho para este próximo período. Eu gostaria que, pelo menos, garantíssemos a leitura desse requerimento extrapauta hoje e que, se fosse possível, deliberássemos. Senão, que deliberássemos na próxima reunião.

Eu acho que, devido à emergência e à necessidade de ouvirmos os planos para esse setor tão importante para a vida dos brasileiros, que é o setor energético, tanto o Ministro quanto a Agência Nacional de Energia Elétrica, seria muito importante que pudéssemos ler e talvez até aprovar esse requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Seria uma reunião conjunta da CI, da CAE e da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Hélio José, já que V. Exª vai sair, vai se retirar, eu posso ler o relatório, que tem que ser na presença de V. Exª. Agora, a aprovação será na próxima reunião.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu aguardo, então, a leitura, se puder, e vou para a Comissão de Educação. Eu já protocolei, mas tudo bem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Requerimento.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal (CF), e do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incorporado pela Resolução nº 4, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual, que sejam convidados, o Ministro de Minas e Energia (MME) e o dirigente máximo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a fim de prestarem contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho do Ministério e da Agência , em reunião conjunta a ser realizada pela Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Autoria: Senador Hélio José

Abaixo está a justificativa, que está à disposição dos Srs. Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com esse requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria, se fosse possível – primeiro, cumprimento os colegas e V. Exª –, de pedir desculpas. Como às terças-feiras temos que estar em três comissões, esta é a terceira de que eu participo agora de manhã.

Eu estava com projeto que é de autoria do Senador Randolfe, projeto de resolução, o meu era o primeiro item. Já que eu e o próprio autor do projeto... Se V. Exª pudesse – eu tenho meu relatório – pôr em apreciação dos colegas a matéria, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos atender, com todo prazer, Senador Jorge Viana.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Fixa alíquota máxima para cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) incidente nas operações internas com querosene de aviação.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar mais uma vez os colegas Senadores e Senadoras e dizer que essa é uma matéria que, talvez, como todas, deva receber uma atenção a mais da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista o que ela envolve, a estratégia de funcionamento do País, o envio dos brasileiros e a sobrevivência das companhias aéreas brasileiras.

O Senador Randolfe apresentou este projeto resolução, recolheu assinaturas de dezenas de Senadores, eu subscrevi a proposta com ele. É um projeto de resolução que prevê uma alteração no ICMS para o querosene de avião. Esse é o propósito.

À proposta original do Senador Randolfe eu estou apresentando uma grande alteração depois de ter feito audiência pública, de ter conversado com cada um dos dirigentes das companhias aéreas, de me reunir com técnicos do setor. Conversei com o Senador Randolfe, disse que eu estaria trazendo no meu relatório uma alteração no sentido de simplificar e talvez aprofundar o socorro para um setor estratégico deste País.

Estamos aqui ao lado do ex-Ministro do Desenvolvimento – aliás, cumprimento-o pelo trabalho –, que trouxe de volta para o País o superávit na balança comercial, que hoje é um dos socorros que o Brasil tem – refiro-me ao Senador, Ministro Armando Monteiro – para encontrar musculatura para enfrentar esta crise. Um dos consensos hoje é de que no saldo da balança comercial pode estar um forte apoio para que o Brasil vença o momento de dificuldade que atravessamos. Eu parabenizo V. Exª, que fez a inversão. Claro, tivemos uma mudança no câmbio, mas o trabalho de V. Exª precisa ser registrado.

Mas, quanto a esta matéria, está presente na Constituição a prerrogativa do Senado de tratá-la. Projeto de resolução que mexe em ICMS é uma prerrogativa do Senado. Mais ainda, é uma prerrogativa desta Comissão, que, aprovado aqui por maioria simples, pode chegar ao plenário do Senado e lá, sim, temos que ter dois terços da composição da Casa, ou seja, necessita de 54 votos. Mas toda esta proposta tem base na Constituição para ser adotada.

Eu queria, Sr. Presidente, dizer que, com satisfação, subscrevi o projeto de resolução e fui Relator aqui nesta Comissão, porque eu luto há muito tempo para que o Brasil tenha uma estratégia melhor – o Senador Flexa é um dos lutadores também, e outros colegas – para a aviação civil no nosso País.

É fato que o Brasil tem hoje uma das passagens mais caras do Planeta. Cansei de demonstrar nas diferentes audiências que é muito mais barato hoje, ontem, anteontem, mês passado, ano passado, pagar uma passagem de ida e volta para qualquer país da Ásia do que andar dentro do nosso próprio País. Isso não é sem razão. Isso tem uma causa. Uma delas é o preço do combustível de aviação. Quarenta por cento do custo das empresas aéreas – isso é comprovado – vem desse custo, vem do custo do transporte. Com a mudança que nós tivemos no dólar, já que nós estamos lidando com um setor que paga o equipamento que utiliza, e boa parte dos seus custos é o *leasing* que fazem do aparelho, dos aviões que as empresas adquirem, nós temos aí uma soma que inviabiliza o funcionamento de companhia aérea nacional no Brasil. Muitos, rapidamente, dizem: "É só abrir o mercado brasileiro". Claro, isso também pode ser uma estratégia nossa – e não sou contra, a princípio. Mas será que fazendo isso de qualquer maneira nós não matamos definitivamente qualquer possibilidade de termos uma bandeira nacional? Não conheço nenhum grande país que não tenha uma bandeira do seu país nas companhias aéreas. Não é um transporte qualquer. É um transporte fundamental, especialmente em um País continental como o nosso.

Como funciona a alíquota do querosene? Primeiro, o preço dele é dolarizado sempre. Não é a Petrobras que o estabelece. A alíquota varia no Brasil hoje – eu queria chamar a atenção dos colegas – de 3% a 25%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Hoje é assim que funciona. Eu estudei Estado por Estado. Só no Maranhão, por exemplo, há quatro alíquotas para combustível de aviação. No meu Estado há três.

Nós temos uma situação a que temos que dar uma resposta nesse momento. Nas conversas com todos os dirigentes das empresas, os prejuízos são de bilhões de reais. Há companhia que está tendo mais de US$1 bilhão de prejuízo, como foi o caso da Gol, e as outras vão no mesmo caminho. Acabamos de conhecer a Latam. Quanto tem de TAM? Eu não sei. Só sei que já não é mais uma companhia nacional. E as outras vão seguir que caminho, se mantivermos essa situação que vivemos hoje?

No estudo que fizemos – o Senador Randolfe também estudou muito, outros colegas também –, ele chegou a uma proposta, que era a proposta original do projeto dele, de estabelecer uma alíquota só, de 18%, para todos os Estados, porque isso também explica por que no Acre, se eu comprar uma passagem de avião, em algumas situações, para Buenos Aires, é mais barato – e passa-se por São Paulo – do que eu comprar uma passagem de avião para vir para Brasília. Eu vivo comprando passagem para ir para Manaus, para ir para Curitiba, e até para o exterior, e descendo em Brasília. Depois eu nem vou conseguir explicar, na minha prestação de contas, quantas viagens eu tive que fazer para Manaus sem ter ido nenhuma vez a Manaus, mas tentando economizar o dinheiro público.

Nós usamos o dinheiro público para o nosso trabalho, para o nosso deslocamento. E eu sou um brigador por isso. Sem falsa modéstia, ajudei a mudar a lógica aqui do Senado, porque, antes, nós tínhamos que comprar a passagem numa companhia aérea, fazer uso da passagem, ou seja, voar, para depois pedir o ressarcimento. E o que acontecia? Todos os Senadores compravam a passagem na véspera de viajar para não ficar com o seu cartão de crédito "a descoberto" e ter um ressarcimento já com prejuízo. Mudamos: agora, podemos comprar a passagem, pedir o reembolso, fazer o voo depois até do reembolso, e provar que voamos. Com a transparência que o Senado tem, ninguém está burlando essa lei e o Senado está economizando milhões de reais por ano graças a uma medida que adotamos – pelo Presidente Renan – e eu fui um dos que propôs.

E qual é a proposta do Senador Randolfe, então? Ele pôs uma alíquota máxima de 18%. Ou seja, sair de 3% para 25%, ficava a máxima de 18%, e criava um regramento de várias categorias, como se fosse uma escadinha, com dez alíquotas diferentes para estimular a aviação regional.

Eu, com todo o respeito à intenção, que eu defendo, do meu colega Randolfe, que mora na Amazônia e sabe o quanto nós sofremos por termos o direito de ir e vir por uma aviação regional.... Porque, pensem, os senhores e as senhoras têm voos para ir de manhã ou à tarde ou à noite, mas eu só tenho de madrugada para ir para o meu Estado. Só tenho voo para ir para o Acre de madrugada: ele chega à 1h da manhã, sai às duas horas e pouco da manhã e chega aqui às 6h da manhã.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São os únicos voos que ligam o Acre, que ligam Rio Branco com o resto do País. É essa situação que nós temos na Federação, e desigualdade maior não há. Isso fere a Constituição, o nosso direito de ir e vir.

Falei para o Senador Randolfe que isso poderia criar uma complexidade grande e não atenderia os objetivos. Fui estudar e vi, senhores, que existem, pelo menos, três categorias de Estado no ICMS. Existe um bloco que cobra abaixo de 12% de ICMS. Existe um outro que cobra de 12% a 18%. E um outro grupo, de 18% a 25%. Vou citar os Estados: os Estados...

A minha proposta tem dois artigos tão somente: um, alíquota máxima de ICMS para cobrar, de combustível de avião, 12%, revoga-se o resto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – 18%.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – 12%, 12%. Eu estou propondo doze por cento.

Por que eu estou propondo 12%? Porque a maioria dos Estados já cobram 12%, e eu cito quais são – a do Randolfe era 18% –, porque, conversando com as companhias aéreas, a gente não tem noção do quanto implicaria a sobrevivência delas a simples mudança de 25% em alguns Estados para 12% na cobrança do ICMS. Isso é a boia, isso é o salvamento das companhias áreas para que, aí, sim, salvas, elas possam até fazer parcerias com companhias internacionais e buscar uma maneira de sobreviver nesse mercado tão competitivo.

Digo aqui: assim sendo, sugerimos uma emenda no sentido de se instituir apenas uma alíquota de 12%, alterando o art. 1º, eliminando-se, consequentemente, os arts. 2º, 3º, 4º e 5º. É importante salientar que, no Brasil, muitos Estados já adotam alíquota menor ou igual a 12%. E vou citar: Estados do Pará, Minas Gerais – então, não é Estado pequeno ou grande –, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Roraima, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Maranhão e Espírito Santo. Além desses, outros Estados ainda preveem redução para alíquota menor ou igual a 12%: Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco.

Então, nós temos essa situação que é grave. Nós tínhamos 120 milhões de brasileiros e brasileiras – atingimos isso, há dois anos – andando de avião no Brasil; hoje são 107 milhões, e está caindo. Todos nós sabemos que as companhias aéreas estão reduzindo os voos para os nossos Estados, estão tirando voos para tentar sobreviver. Isso não é solução para um país que precisa crescer, para um país que precisa garantir aos brasileiros e às brasileiras o direito de ir e vir.

Então, a proposta do Senador Randolfe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – São os demais. Aí estão dentro dessas duas faixas, de 12% a 18% e de 18% a 25%.

O Senador Randolfe, então... Até peço desculpas a ele, mas pude ficar mais tempo com essa matéria. Sei do compromisso dele. E, quando vi que grandes Estados, a maioria dos Estados do Brasil já cobram abaixo de 12%, falei que não havia sentido, porque estaríamos também correndo o risco de aumento do ICMS por alguns, o que, a essa altura do campeonato e da vida nacional, seria um problema.

Então, o apelo que faço...

O projeto está simplificado em um artigo: "Dê-se a seguinte redação ao *caput* do Projeto de Resolução nº 55, de 2015". Ele tramita na Casa e tinha um, dois, três, quatro, cinco artigos. Estou propondo apenas:

> *Art. 1º A alíquota máxima do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações internas com querosene de aviação, é de doze por cento.*
>
> Art. 2º Esta Resolução entra em vigor após decorridos 10 (dez) dias da data de sua publicação.
>
> Ou seja, se aprovarmos aqui, na CAE, ela vai para o Plenário. E eu faria até um apelo para que esse debate pudesse chegar ao Plenário. Mesmo que alguns colegas pudessem fazer alguma ponderação, no plenário teria de haver 54 votos para ser aprovada. Vamos ter a oportunidade de fazer um debate, porque é assim que a Constituição exige. Nós precisamos de dois terços. Mas que possamos levar esse assunto para o Plenário, colocando com destaque esse debate, sob pena de nós... As empresas não têm mais tempo, e o usuário, muito menos.
>
> O que acontece hoje? São Paulo é o principal *hub* de aviação. Os aviões todos vão para lá, abastecem lá e vão para o exterior, por isso é mais barata a passagem. Quando o combustível é para um avião que vai para o exterior, não há cobrança de ICMS – não há cobrança de ICMS. Não havendo cobrança de ICMS, a passagem fica mais barata.
>
> Nós temos uma situação que é grave. Não estou aqui acusando nenhuma companhia aérea, mas como as companhias fazem hoje? Param o avião num aeroporto que tem uma alíquota diferenciada de ICMS, enchem o avião de combustível – e carregar peso significa gasto também de mais combustível. E pode acontecer o inverso, de ela chegar a um aeroporto em que a alíquota é alta, não encher o tanque, deixar uma margem com alguma segurança e voar. E se acontecer algo? Também pode. As empresas estão lutando por sua sobrevivência.
>
> Eu estou lutando em nome dos usuários, os colegas, também. Há um consenso no Senado quanto a essa luta por um preço justo de passagem aérea, mas não podemos... Nós temos não sei se o terceiro ou quarto mercado do mundo da aviação. Temos o quarto mercado do mundo da aviação, e não resolvemos este problema de termos a passagem aérea mais cara do mundo.
>
> Sinceramente, um país continental como o nosso, com 204 milhões de habitantes, precisa ter uma melhor política para as suas companhias aéreas, para garantir esse serviço de primeira necessidade. Não é luxo andar de avião num país continental como o nosso, é primeira necessidade.
>
> Temos voos de cinco horas – daria para atravessar a Europa –, mas, dessa maneira, não há condição e, em toda conversa que se faz com as companhias aéreas, elas fazem um pedido: que se mude, que se estabeleça uma regra que possa ser duradoura para a alíquota de cobrança de ICMS. Quem pode fazer isso é o Senado, é uma autoridade dada pela Constituição, e eu peço a aprovação na CAE desse projeto para que ele possa chegar ao Plenário, passar por um grande debate e, aí sim, lá no Plenário, reunir 54 votos para poder ser efetivado dez dias depois.

Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de colocar em discussão, gostaria de fazer uma observação, Senador Jorge Viana.

V. Exª falou que um *boeing* sai de Brasília com 12% de ICMS e vai para um Estado que tem 25%. Ele só precisava colocar meio tanque de gasolina, de combustível, de querosene, no entanto, vai com o tanque *full,* com peso excessivo – a sustentabilidade da aeronave é muito em função do peso –, vai no limite da sustentabilidade. Mais ainda: os Estados que têm uma alíquota de 25%, com 12%, vão faturar muito mais, porque, na realidade, os aviões não abastecem, só fazem um pequeno complemento naqueles Estados onde a alíquota é muito elevada.

Eu coloco...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu coloco a matéria em discussão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Isso se chama *tanken*, é uma prática que se usa; é um termo para designar esse tipo de jogada.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu queria pedir vista do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vista coletiva aprovada.

Vamos colocar agora o item 2.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Randolfe, V. Exª quer a palavra ainda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, serei bem breve.

Como sou autor dessa matéria – respeitando, obviamente, o pedido de vista dos colegas –, queria só reiterar...

Primeiro quero cumprimentar o Senador Jorge Viana pelo relatório. Sinto-me contemplado, as alterações aperfeiçoaram e melhoraram o projeto.

Agora, eu queria só destacar aqui, Sr. Presidente, três questões que levam essa matéria a ser matéria de interesse nacional.

A primeira delas é que o setor da aviação civil teve um prejuízo no ano passado de R$7 bilhões, o maior prejuízo que o setor já teve nos últimos 20 anos. Quem padece com esse prejuízo não é Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, mas principalmente a Amazônia e o Nordeste, principalmente a Amazônia.

No meu Estado do Amapá, por exemplo, o transporte aéreo não é um luxo; no meu Estado do Amapá, o transporte aéreo é uma necessidade. Ou se chega pelo Amapá por via aérea ou então se vai para a França, através de Caiena, que é o único acesso terrestre. Então, o acesso aéreo é um bem de primeira necessidade em Estados como o meu, em regiões da Amazônia, em sub-regiões do Estado do Amazonas, em Roraima, no Acre. Eu diria que nessa situação se encontram dois terços do Território nacional, Sr. Presidente.

Então, a consequência do prejuízo que o setor aéreo teve é sentida, primeiro, pela aviação nacional, porque as empresas acabam tendo que entregar o seu capital para empresas internacionais. Em segundo lugar, por aqueles que vivem nas regiões mais distantes de nosso País, o que corresponde a dois terços do Território nacional.

Segundo, Sr. Presidente: a proposta do Senador Jorge Viana põe fim a uma guerra fiscal. Hoje existem Estados com alíquotas de 7%, 3% e Estados, como o meu, com alíquota de 27%. Ou seja, acaba essa guerra fiscal de alíquotas diferenciadas, unificando-as. E há a contrapartida oferecida pelas empresas aéreas de, a partir daí, possibilitarem a ampliação da malha aérea nacional. Este é o melhor programa. Este projeto de resolução é o melhor programa que existe hoje no Brasil de salvação do setor aéreo nacional. E isso não é dito por mim ou pelo Senador Jorge Viana, é dito pelos dirigentes das próprias empresas aéreas.

Além de pôr fim à guerra fiscal... E vejam que a guerra fiscal, por exemplo, foi responsável – vou citar uma situação da guerra fiscal – pela seguinte situação. No ano de 2007, meu querido Ministro Armando Monteiro, a alíquota em Porto Alegre era a menor do ICMS para o querosene de aviação, e a alíquota em Congonhas era a maior. Uma aeronave decolou *full* – como diz o Senador Jorge Viana – do aeroporto de Porto Alegre, carregada de combustível, e isso resultou, no aeroporto de Congonhas, na tragédia com a aeronave da TAM, de que nós temos conhecimento. Isso é uma consequência direta dessa discrepância que temos no País: alguns locais com a alíquota pequena e outros locais com a alíquota cheia.

Por fim, Sr. Presidente, este projeto de resolução é fundamentalmente uma questão de justiça com aqueles entes federados que menos podem. Com esta nova alíquota, com a unificação da alíquota, nós poderemos – e falo isso para concluir – melhorar, ampliar a malha aérea nacional. Unificar a alíquota do ICMS significa, além

de garantir a salvação do setor da aviação civil, fazer justiça histórica para aqueles Estados mais distantes do País, que, há tempos, reclamam da necessidade de um programa nacional de aviação regional.

É só essa consideração, Sr. Presidente. Faço questão de fazê-la em nome da necessidade que temos de aprovar esta matéria, com este relatório bem fundamentado do Senador Jorge Viana.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy, em seguida ao Senador Armando Monteiro e, depois, ao Senador Flexa Ribeiro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, eu gostaria de retirar o pedido de...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Depois à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – ... vista coletiva, porque gostaria que tivéssemos mais tempo para estudar esse projeto devido à sua complexidade. E gostaria de sugerir uma audiência pública com o Confaz, para que nós pudéssemos ter uma análise por parte daquele órgão também.

Eu acredito que, em São Paulo, a alíquota seja de 25%. Isso vai gerar um impacto em nossas contas bastante sério, mas gostaria de ter estudos mais profundos para fazer essa análise.

Acredito que, nos Estados mais distantes, abastece-se menos, e isso vai ter um pequeno impacto, mas nós não podemos fazer uma deliberação precipitada, inclusive porque, sempre que falamos em ICMS, nós temos tido o cuidado de não fragmentar a questão do ICMS, que deve ser pensada sempre como um todo.

Então, eu gostaria de retirar o pedido de vista coletiva e de propor uma audiência pública com o Confaz para que pudéssemos aprofundar mais a questão, que, creio pode ter um impacto que nós, talvez, não estejamos prevendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Antes de passar a palavra ao Senador Armando Monteiro, gostaria de dar-lhe nossas boas-vindas ao retornar à Comissão de Assuntos Econômicos após a prestação, por vários anos, de um excelente serviço, de uma grande administração à frente do Ministério do Desenvolvimento.

Parabéns, Senador Armando Monteiro.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Muito obrigado, Senador Raimundo Lira.

Eu só queria saber se vai subsistir a vista, porque me parece que a Senadora Vânia a havia solicitado. Se estiver mantida, eu quero me associar também, gostaria também de estar incluído na vista.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – A vista está mantida.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Já foi aprovada a vista coletiva, Senador. Vamos adicionar o nome de V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O prazo é de cinco dias. Sendo assim, o projeto voltará aqui na próxima semana.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, a Senadora Lúcia Vânia e, depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente Senador Raimundo Lira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o projeto de resolução que tem como primeiro subscritor o Senador Randolfe e, como Relator, o Senador Jorge Viana é da maior importância.

O Senador Jorge Viana, no seu parecer, fez uma simplificação do projeto original. O projeto original, inclusive, fazia uma escala de alíquotas de ICMS em função do aumento da malha viária, para que isso estimulasse as companhias a criar novos voos, em especial nas regiões como a nossa, regiões menos desenvolvidas, em especial na nossa Região Amazônica. Como diz o Senador amazônida Walter Pinheiro, é a região menos desenvolvida e a mais maltratada. É verdade. O Governo fica de costas para a Amazônica. Espero que ele comece a virar de lado um pouquinho.

Presidente, o projeto, como disse, é importante, mas não atinge o Pará. O Pará já tem, como foi relatado, a alíquota de 12%. Então, não vai haver reflexo na questão da receita, em especial neste momento de crise por que passam os Estados. O projeto é importante.

E aí eu quero realçar aqui o trabalho do Senador Walter Pinheiro na legislatura passada, quando nós discutimos a unificação do ICMS. Lamentavelmente, não chegamos a lugar nenhum. Agora vem a proposta desse projeto de resolução, que é acabar com a guerra fiscal.

Eu comentava aqui com o Senador Walter Pinheiro que nós vamos ter que fazer um projeto de resolução para cada segmento, já que não podemos fazer, Senadora Lúcia Vânia, o ajuste necessário, pelo qual o Senador Walter Pinheiro tanto se empenhou. A solução buscada está pronta para ser votada, a solução que vai equacionar isso.

É preciso criar os fundos. O problema é que, como o Governo não tem credibilidade na compensação das perdas dos Estados, é preciso que os fundos sejam constitucionais, porque, nesse caso, há a obrigatoriedade da transferência dos recursos. É por isso que todos nós lutamos, e o parecer do Senador Walter Pinheiro é nessa direção. Senador Raimundo Lira, V. Exª, como Presidente em exercício – está na moda agora! –, pode puxar o projeto de volta para retomarmos sua discussão aqui na CAE e, assim, chegarmos a uma solução.

Tenho dito que todos nós, brasileiros, recuperamos a esperança com o Governo interino que se instalou. Tenho estado atento a todas as entrevistas, às ações propostas pelo Governo, e tenho dito que o ajuste fiscal que é necessário fazer na União não pode estar descolado do ajuste fiscal nos Estados e Municípios. O Ministro da Fazenda não tem que olhar só para a União não, ele tem que olhar também para os entes federados. A hora, agora, é de tratarmos do pacto federativo. Acho que, agora, na hora da crise, é que temos que ver. Ajusta a União? Tem que ajustar. Tem que adotar medidas duras? Tem que adotar. Tem que fazer reforma, o Brasil está nessa situação porque não foi dada continuidade às reformas. É preciso que isso seja feito.

Quero deixar registrada aqui na CAE, meu Presidente Senador Raimundo Lira... Parabéns pela competência de V. Exª no comando da Comissão Mista, V. Exª se portou como um magistrado e com competência. A minha preocupação, que acho que é de todos nós, é que esse ajuste – todos sabemos que ele é necessário – não seja só da União, tem que ser de Estados e Municípios. O Governo da União tem que chamar os governadores e – não pode chamar os Municípios todos – a representação dos Municípios para sentar e fazer um freio de arrumação.

No meu tempo de moleque, quando eu andava de ônibus e ele estava muito cheio – naquele tempo havia cobrador –, o cobrador dizia para o motorista "Vamos dar o freio de arrumação", e o motorista metia o pé no freio: todos se empurravam e sobrava lugar para entrar mais gente. Acho que é isto que precisamos fazer no Brasil, o freio de arrumação, para arrumar o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Jorge Viana pela seriedade do seu trabalho, em respeito ao seu estudo, e também cumprimentando o Senador Randolfe pela autoria do projeto, gostaria de dar uma explicação.

Pedi vistas porque vivemos um momento de retração da receita. É preciso que entendamos o impacto que isso terá em cada Estado. Acho que é justo. Em uma semana devolvemos o projeto e vamos analisá-lo rapidamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, eu só queria agradecer as intervenções dos colegas e a maneira respeitosa com que estamos tratando do assunto. Realmente precisamos andar com a pauta, é muito importante que, na semana que vem, tenhamos a apreciação dessa matéria aqui. E não tenho dúvida: perdemos 20 milhões de passageiros de avião no último ano, mas, diminuindo a alíquota, podem voltar mais voos, podemos fazer crescer o setor, e nem prejuízo de receita os Estados terão, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Randolfe, V. Exª ainda quer a palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A palavra está com a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de requerer audiência pública, com a presença do Confaz, para debater a fixação de alíquota máxima na cobrança de ICMS. Gostaria, se V. Exª pudesse, que isso fosse colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Vamos ler o requerimento de V. Exª.

V. Exª sabe bem, mais do que todos nós aqui, que o Confaz tem 27 secretários de Estado. Então, se houver aqui 26, eles vão dizer que não podem apenas...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eles podem sugerir quais os três ou quatro que estarão presentes.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O Coordenador pode vir.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Coordenador seria um dos presentes, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Então, pode mandar o requerimento. Vou fazer sua leitura e, inclusive, pedir a aprovação do requerimento antecipando em uma reunião, Senadora Marta Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só me esclareça como V. Exª pretende encaminhar esse assunto, porque foi aprovado pedido de vista coletivo e, regimentalmente, a matéria deveria voltar em cinco dias. Nesse interregno...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, na próxima semana, na próxima reunião, esse item estará novamente como item nº 1 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – A audiência pode ser feita depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, hoje vai ser lido o requerimento e aprovado na próxima semana, para não sobrestar a pauta da próxima semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só para acrescentar no requerimento...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas vamos votar antes da audiência?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não, com a presença de V. Exª nós lemos o requerimento, e ele é aprovado na reunião seguinte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Walter Viana...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Se o Senador Jorge Viana deixar a gente falar, a gente agradece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – É difícil assim, Sr. Presidente. Ouvi atentamente Jorge Viana aqui...

Estou querendo apresentar duas questões. Uma é que acho que este é um debate importante, já está marcado para a outra semana, o projeto vai voltar. Mas é bom lembrar – e aqui está meu amigo Fernando Bezerra, que também trabalhou conosco nessa questão na Comissão do PAC – que este é um debate que foi aberto aqui em 2011. Diversas vezes o Confaz esteve aqui. Eu poderia até citar: todos os anos em que discutimos, Senadora Lúcia Vânia, o Confaz esteve aqui conosco. O Governo chegou a apresentar, inclusive, duas medidas provisórias sobre essa matéria, mas o próprio Governo matou as duas – foi até acintosa a operação para matar uma das medidas provisórias, para tentar evitar esse debate. Inclusive, à época, esse debate foi conduzido pelo então Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o último Secretário da Fazenda do País, o Sr. Nelson Barbosa.

Lembro até que, no dia em que ele tomou posse, Fernando, liguei para ele e disse "Espere, não entregue agora ao Secretário Executivo do seu Ministério a questão mais importante do País", que é exatamente esse debate envolvendo a questão do ICMS. Ele me disse que iria pegar isso na unha. Eu disse: "Espero que você não faça como o outro, que pegou na unha e entregou ao Secretário Executivo" – o Secretário Executivo foi embora, e a proposta, idem.

Essa matéria é importante. Eu acho que isso não invalida o processo de apreciação desse ponto levantado nesse projeto relatado pelo Senador Jorge Viana. A matéria volta à pauta, mas é bom lembrar que, nesse caso específico, esse projeto atende a um setor da economia – preponderante, não é somente para o Amapá, Randolfe. Para a Bahia, por exemplo, é essencial a aviação regional. É essencial, é vital para a Bahia!

Agora, é importante que a Comissão de Assuntos Econômicos retome o seu leito natural, de cobrar essa matéria para a discussão da questão do ICMS. A resolução foi feita, nós colocamos, inclusive, uma redação patrocinada por nós, a partir de todo o debate com a Senadora Lúcia Vânia, com o Senador Fernando Bezerra. Nós colocamos, inclusive, uma imposição na resolução: que a resolução só teria efeito, Senador Armando Monteiro, uma vez que fossem criados os fundos, tanto o fundo de compensação das perdas quanto o fundo de desenvolvimento regional. Não adianta a unificação de alíquotas no País se essas duas medidas não forem adotadas. E mais ainda: apresentamos uma emenda à Constituição propondo a criação dos fundos para que eles não saiam a partir de dispositivo, como a história da Lei Kandir, que nunca se cumpriu neste País. Portanto, acho que o debate proposto pela Senadora Marta é importante para retomarmos...

Volto a dizer, Senador Jorge Viana: apoio em gênero, número e grau a questão que trata da aviação, mas é necessário que a Comissão de Assuntos Econômicos reeleja esse debate como prioritário. Esse é o debate fulcral, esse é o debate central para a questão da economia. Não vamos resolver o problema de caixa da União matando os Estados, não vamos resolver o problema da economia sem botar o dedo na ferida, na crise que os Estados atravessam. Os Estados, no ano passado e neste ano, vários Estados, enxergaram como única solução para o seu problema local aumentar as alíquotas de ICMS. É a velha e conhecida cantilena: aumenta a arreca-

dação, mas não alarga a base – pelo contrário, enterra a base. O que tivemos na economia, de 2012 para cá principalmente, foi a morte da atividade econômica, exatamente pelo custo, pela elevação da carga tributária.

Portanto, meu Presidente, acho que devíamos aproveitar essa matéria e retomarmos, efetivamente, Senadora Lúcia Vânia, essa questão como prioritária, até porque tem governo novo. Já ouvimos o Ministro da Fazenda, Sr. Henrique Meirelles, falar em retomada da CPMF e, agora, em aumento da Cide. A cada dia vai saindo uma coisa nova, e a gente vai convivendo de novo com um velho esquema. O povo hebreu, na sua caminhada, dizia o seguinte: "Remendo novo em odre velho não funciona". Essa é uma questão fundamental para tentarmos construir aqui algo novo, e não ficar fazendo remendo nessa história.

E chamo a atenção de V. Exª para duas coisas. Eu sei que a votação do próximo item interessa a V. Exª, que é um projeto de resolução que atende a Paraíba. Ao mesmo tempo, faço uma reclamação, perguntando: por que, quando voltam os projetos que são lidos, relidos, têm pedidos de vista, eles voltam com o mesmo número que estavam na pauta? Eu tenho a impressão de que o pessoal gostou tanto desse projeto que o colocou como 10. Achou que o projeto era dez e o manteve como décimo item da pauta. E já se leu, releu... Vários projetos novos chegam na frente e entram como itens 2, 3... Eu concordo que o projeto de resolução de V. Exª é mais importante que esse, assim como o que o Jorge Viana leu aqui também é mais importante. Agora, por que os itens que são deixados para trás nas reuniões anteriores voltam no mesmo lugar e não em numeração diferente? Fica parecendo que há uma... Eu posso até achar isto: como é uma matéria que todo mundo achou legal, vamos deixá-la no item 10, porque ele é nota dez.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Na realidade, Senador Walter Pinheiro, não fui eu que fiz a pauta, mas posso dar um esclarecimento a V. Exª: na realidade, ele é o nº 2, porque, depois dos itens não terminativos, começam os itens terminativos. Aí o item 9 é o primeiro, e o segundo é o item 10. Além de ter o prestígio do nº 10, é o nº 2 da pauta.

Antes de passar para o item 2 da pauta, que é da Paraíba, eu quero aqui prestigiar o requerimento da Senadora Marta Suplicy e lê-lo neste momento.

> Requerimento.
> Requeiro, nos termos regimentais, audiência pública para debater a fixação de cobrança de alíquota máxima na cobrança de ICMS. Sugere-se a presença dos representantes do Confaz abaixo enumerados:
> 1 – Secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte [me parece que é o Coordenador, não é, Senadora?];
> 2 – Secretário de Fazenda de São Paulo;
> 3 – Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul;
> 4 – Secretário de Fazenda da Bahia.
> Senadora Marta Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite, poderia fazer um acréscimo ao requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Como o requerimento trata, especificamente, da unificação da alíquota do ICMS, eu acharia de bom tom o convite à Associação Brasileira das Empresas Aéreas para estar presente nessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senadora Marta Suplicy, V. Exª concorda com essa sugestão do Senador Randolfe Rodrigues?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Depende, porque, se formos discutir a possibilidade de fazer uma reforma do ICMS como um todo, ela atrapalha, mas, se formos focar no impacto em cada Estado sobre a empresa aérea, ela pode ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O Senador Randolfe Rodrigues pode pedir a um colega membro da Comissão para apresentar requerimento solicitando a presença dos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu não tinha entendido. A proposta da Senadora Marta neste requerimento é um debate sobre o ICMS, não especificamente sobre...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Não.

V. Exª é o autor do projeto. Vamos aceitar as empresas aéreas, uma só, porque aí já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Um representante da Associação...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Está bom. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Então, vamos adicionar aqui...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só um instantinho. Uma informação para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – O representante...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...de uma empresa aérea.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, só retificando: é da Associação Brasileira de Empresas Aéreas.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB - PB) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Da Abear.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Hoje eu fiquei surpresa com uma notícia que saiu no jornal: o Ministro Jucá encontrou, dos recursos da repatriação, apenas R$4 milhões, quando esperava R$20 milhões. Eu não sei como é que a gente voltaria a essa discussão do fundo com essa frustração.

(Intervenção fora do microfone.) (Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Item nº 2.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Reabre o prazo estabelecido no art. 4º da Resolução nº 32, de 03 de setembro 2014, do Senado Federal, a fim de que o Estado da Paraíba contrate a operação de crédito externo nela prevista.

Autoria: Senador Raimundo Lira.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Gostaria de fazer um esclarecimento aqui: nós estamos aprovando apenas a prorrogação de prazo, porque o mérito dessa questão já foi votado pelo Plenário do Senado Federal.

E já aprovamos aqui também, na CAE, a prorrogação para a Bahia, para o Rio Grande do Norte, para o Distrito Federal...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone*.) – Até agora a gente não assinou...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ... para São Luís do Maranhão e para o Pará.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E para o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 34, de 2016, de autoria do Senador Raimundo Lira.

Por intermédio do referido projeto, fica reaberto o prazo para o exercício da autorização concedida pelo Senado Federal ao Estado da Paraíba, nos termos da Resolução nº 32, de 3 de setembro de 2014.

A Resolução nº 32, de 2014, autorizou o Estado do Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de dólares norte-americanos).

Nos termos definidos no art. 4º da referida resolução autorizativa, ao Estado da Paraíba foi concedido o prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias para que ele pudesse proceder à contratação da operação de crédito por ela autorizada. Esse prazo expirou quase no fim de fevereiro de 2016, sem que o Estado tenha exercido o direito garantido pela resolução.

Nos termos da justificação do autor, o projeto que ora apresentamos faz-se necessário, uma vez que não foi possível ao Estado concluir a contratação do financiamento pretendido no prazo inicialmente autorizado, tratando-se, única e exclusivamente, de um aspecto formal da autorização concedida pelo Senado Federal.

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento das Resoluções (RSF) nºs 40 e 43, de 2001, ambas do Senado Federal.

Entre outras condições e exigências, a RSF nº 43, de 2001, em seu art. 44, estipula o prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir da promulgação da correspondente resolução autorizativa da operação de crédito externo, para que seja efetuada a sua respectiva contratação.

No caso sob exame, conforme expresso na justificação do projeto, esse prazo expirou-se em fevereiro do corrente ano.

Adequadamente, do ponto de vista da técnica legislativa, o PRS nº 34, de 2016, determina a "reabertura de prazo" para a prática do ato, e não a sua prorrogação, incabível para o caso em exame, porquanto não se prorroga o prazo que já se finalizou.

Por outro lado, é razoável admitir que, dado o curto período de tempo transcorrido desde o vencimento do prazo original, não tenha havido modificações nas condições objetivas – materiais e financeiras – do Estado do Paraíba, relativamente à sua capacidade em fazer frente às obrigações decorrentes do referido empréstimo. Além disso, é de se destacar a natureza estratégica das ações a serem levadas a efeito no âmbito do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Estado da Paraíba (Prodetur).

Como ressaltado nos próprios pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional que instruíram a matéria no Senado Federal, o Estado do Paraíba apresentava nível de endividamento pouco expressivo.

À época, o dispêndio médio estimado do Estado com os serviços de sua dívida consolidada, para o período de 2014 a 2038, correspondia a apenas 2,69% de sua receita corrente líquida, bem inferior, assim, ao valor máximo permitido, de 11,5% da referida receita. O Estado apresentava, também, endividamento consolidado não expressivo: dívida consolidada líquida equivalente a 0,48 vez a sua receita corrente líquida, isto é, comprometimento de tão somente 24% do limite de endividamento permitido, de até duas vezes, nos termos da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal.

De acordo com informações mais recentes divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em seu *Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais*, no final de 2015, o Estado da Paraíba teve sua dívida consolidada líquida reduzida para 0,41 vez sua receita corrente líquida e a classificação de sua situação fiscal em "B-", representativa de uma situação fiscal boa.

Afora esses aspectos financeiros, enfatize-se que, nos termos da referida resolução autorizativa, os recursos da operação destinam-se ao Prodetur, que, entre outras ações, trata de atividade considerada estratégica para reduzir a pobreza no Estado da Paraíba, que ainda apresenta índices de pobreza acima da média nacional. Esse projeto, que será desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, tem como objetivo investir recursos no Polo Costa das Piscinas, no recapeamento da PB-008, com acesso às praias e na conclusão da duplicação do acesso ao Aeroporto Castro Pinto. É um projeto importante que, com certeza, irá alavancar ainda mais o turismo do Estado.

Ademais, conceder a reabertura prevista no PRS nº 34, de 2016, viabiliza a economia processual em todos os órgãos envolvidos nas respectivas negociações contratuais e, seguramente, reduz custos e contribui para a implementação do estratégico programa.

Por fim, vale enfatizar que, em sessão desta Comissão em 12 de abril do corrente ano, em resposta a questões de ordem então formuladas em relação às operações de crédito de Estados e Municípios, ficou assentado o entendimento de que a reabertura de prazo para que possam eles contratar operações de crédito já autorizadas pelo Senado Federal insere-se no âmbito das prerrogativas privativas do Senado Federal e que, se assim decidido pelo Senado Federal, por ocasião da assinatura do contrato, caberá à STN reanalisar os limites e condições de pagamentos dos entes envolvidos. Ou seja, não há razões nem óbices legais para que tais pleitos tenham sua tramitação sobrestada nesta Comissão.

Sr. Presidente, pelos motivos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 34, de 2016.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me permite um aparte, Senador Fernando Bezerra, apenas para uma contribuição?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Coloco em discussão.

V. Exª está com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, é inegável, em todos os sentidos, a dimensão e a importância de um projeto dessa envergadura, na medida em que trabalha e potencializa, como todos sabemos, uma das melhores vocações do Estado da Paraíba, o turismo. Em função dos recursos naturais, são inegáveis as oportunidades que um projeto como este, financiado pelo Programa Prodetur, pode gerar para o Estado da Paraíba, que precisa contar com o nosso apoio.

A única observação que faço, Sr. Presidente, é que nós discutimos um projeto muito parecido com este para o Estado do Paraná. Chama atenção, porque não é o primeiro nem o segundo contrato de operação de crédito que nós discutimos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos que se reveste de uma das nossas mais importantes responsabilidades, que é fazer uma análise criteriosa dessas operações de crédito.

Há muito pouco tempo, nós discutimos aqui uma operação de crédito como esta para o Estado do Paraná. De fato, nós prorrogamos esse prazo. E é preciso chamar atenção para o seguinte: por que o Estado teve 540 dias para contratar e não contratou? Essa resposta nós não temos. Chama atenção a razão de um Estado...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Eu explico em seguida, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pois não, Senador Cássio Cunha Lima.

Chama atenção o fato de um Estado ter tido todo esse prazo e não ter contratado.

A segunda questão é que a análise das condições do Estado feita pela Secretaria do Tesouro Nacional é de julho de 2013. É com base nessa análise que nós vamos prorrogar. Quando nós fizemos o debate para o Estado do Paraná, o Senador Dalírio Beber aceitou uma contribuição: que nós colocássemos no relatório que nós prorrogaríamos, mas subordinando isso a uma nova análise, porque essa nova análise traz para valor presente a conjuntura fiscal do Estado.

V. Exª tem razão: à época, o Estado da Paraíba tinha uma nota de crédito B-. A nota de crédito B- habilita o Estado a tal operação; portanto, o Estado não está enquadrado naquilo que nós temos criticado muito aqui, que são as generalizações das excepcionalidades. Não é o caso da Paraíba.

Em todo caso, eu acho que V. Exª, na condição de Relator, por cautela, deveria incorporar no relatório de V. Exª – é a modesta sugestão que eu tomo aqui o atrevimento de propor – que a prorrogação estivesse subordinada a uma nova análise de crédito, porque isso resguarda o voto que nós estamos dando aqui.

Caso contrário, nós estamos dando o quê? Um cheque em branco para que a Secretaria do Tesouro Nacional faça essa avaliação. E eu não considero adequado, na vida pública, dar cheque em branco a quem quer que seja, porque estamos transferindo uma responsabilidade que é nossa para um terceiro.

Então, a modesta sugestão que dou a V. Exª...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Já está acatada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ... é a de incluirmos... Vamos prorrogar mediante nova análise de crédito, de acordo com os dados atuais, porque a análise de crédito que estamos aqui fazendo é de 2013.

É a sugestão que quero dar a V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Concordo cem por cento com a sugestão de V. Exª. Inclusive, na leitura do relatório que acabei de fazer, eu destaco isso, que tem a ver com a sugestão de V. Exª. Eu digo: "Se assim decidido pelo Senado Federal, por ocasião da assinatura do contrato, caberá à STN reanalisar os limites e condições de pagamento dos entes envolvidos".

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Trata-se de incluir na proposta mais um artigo, mais um parágrafo, assim como nós fizemos com o Estado do Paraná. Assim nós criamos uma igualdade de condição para os Estados brasileiros. Foi dada essa condição ao Paraná, mediante essa pré-condição. Daríamos, portanto, à Paraíba, mediante essa mesma condição, se V. Exª concordar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Concordo com V. Exª e até digo que, pela análise dos índices da dívida consolidada do Estado da Paraíba, publicados no *site* da Secretaria do Tesouro Nacional, esse índice ainda melhorou. Houve uma redução da dívida consolidada de 0,48 vez do permitido, que são duas vezes a Receita Corrente Líquida. Caiu, foi reduzida para 0,41. Isso nos anima a acreditar que as condições para a contratação serão ainda melhores do que quando da concessão da nota B-, pela Secretaria do Tesouro Nacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Está acolhida e agasalhada a sugestão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao tempo em que cumprimento V. Exª pela iniciativa da apresentação do Projeto de Resolução do Senado nº 34, que possibilita a prorrogação, e tão somente a prorrogação, do prazo para o empréstimo do Prodetur, no valor de US$23 milhões, na condição de ex-Governador e de ex-Superintendente da Sudene, eu gostaria de fazer um breve histórico desse programa tão importante para o Nordeste brasileiro, que realizou investimentos em todos os Estados a partir da década de 90.

O Prodetur surgiu, para orgulho e vaidade da Paraíba, no nosso Estado. O então Governador da Paraíba, meu saudoso pai, de memória tão cara no meu coração e no de tantos, Ronaldo Cunha Lima, iniciou a articulação, junto aos demais Governadores do Nordeste, para que nós tivéssemos, junto ao BID, essa linha de financiamento. Estivemos com a pessoa de Lindenberg, que foi presidente da PBTur, que é a nossa empresa

de turismo, um dos grandes precursores desse programa, que trouxe, indiscutivelmente, avanços importantes para a atividade do turismo no Brasil.

Com o passar do tempo – e estou me reportando a um período da década de 90 –, os recursos foram escasseando. E aqui já passo a responder um pouco a indagação pertinente do Senador Ferraço, sobre a razão de, depois de tanto tempo, alguns Estados não conseguirem contratar. À medida que o contrato foi sendo executado, os recursos junto ao BID foram escasseando, e o banco passou a fazer priorização.

Lembro-me bem que – já trago a um tempo em que fui Governador do Estado –, quando a Paraíba apresentou sua proposta junto ao BID, estávamos com uma posição muito mais avançada do que o Estado do Piauí e estávamos prontos para contratar esse empréstimo, mas simplesmente, no final do ano – acho que 2006/2007 –, o Piauí passou à nossa frente, surpreendentemente, ocupou o lugar que seria da Paraíba e fez a alocação dos recursos.

Claro que houve uma decisão política, porque, àquela altura, a Paraíba era governada pelo PSDB e o Piauí era governado pelo PT, porque o projeto da Paraíba estava muito mais, muito mais avançado do que o Estado do Piauí – com todo o respeito, com todo o carinho, com toda a fraternidade que tenho não apenas pelo Governador Wellington Dias, mas também pelo povo do Piauí. Na vida real, estas coisas acontecem: diante de uma escassez de recursos, um Estado que tenha a simpatia do Governo Federal atropela outro que não tenha essa mesma simpatia.

Então, a aprovação dessa autorização de prorrogação de prazo, de iniciativa de V. Exª, é justiça à Paraíba. Aqui se fará justiça ao nosso Estado, que, infelizmente, não pôde ter acesso a esses recursos na época própria. Agora se dá uma nova oportunidade para que a Paraíba possa ter esses US$23 milhões do Prodetur.

Lembro, por fim, que, também ao tempo em que fui Governador, promovemos um ajuste fiscal extraordinário no nosso Estado. Hoje, quando o ajuste fiscal virou moda, virou o centro das atenções nos debates nacionais, quero lembrar que, quando assumi a Paraíba, nos idos de 2003, para cada real que a Paraíba arrecadava, nós devíamos R$1,30. Ao terminar o meu período de mandato, essa relação de dívida tinha caído para R$0,60 – um esforço fiscal extraordinário.

Fui o único Governador do Estado da Paraíba, ao longo da sua história, que não apenas pagou juros da dívida como também amortizou o principal dessa dívida, recuperando, assim, a capacidade de endividamento. Tanto é que, após a minha saída do governo de Estado, o então Governador José Maranhão, como o atual, Ricardo Coutinho, conseguiram fazer inúmeros empréstimos, pela recuperação da capacidade de endividamento que promovi.

Mostro apenas um dado: em 2003, primeiro ano do nosso mandato, 14,7% das nossas receitas eram dedicadas ao pagamento da nossa dívida fundada, 14,7%. Para trocar em números: o valor da parcela da dívida que tínhamos com a União representava um valor maior do que a soma do duodécimo do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Somando todos os repasses dos Poderes e órgãos do Estado, a parcela da dívida que nós tínhamos a pagar com o Governo Federal era maior, o que àquela época sacrificou, e sacrificou muito, a nossa capacidade de investimento.

Com absoluta disciplina fiscal, com responsabilidade com o presente, mas sobretudo com o compromisso com o futuro da Paraíba, fizemos esse ajuste que permitiu que esse comprometimento, que era de quase 15% das receitas, fosse reduzido a 6% no ano de 2009. Essa redução prosseguiu com os contratos que fizemos com o PAF, o Plano de Ajuste Fiscal, que é o programa de ajuste fiscal que os Estados realizam com a Secretaria do Tesouro Nacional.

Então, eu estou aqui, mesmo não sendo membro desta Comissão, para trazer não apenas as felicitações pela iniciativa de V. Exª, mas, mais uma vez, deixando qualquer divergência e disputa política de lado, defender o Estado que eu aqui represento. Estou aqui para pedir a esta Comissão que aprove o relatório do Senador Fernando Bezerra, para que a Paraíba possa ter acesso, mesmo que tardiamente, a esses recursos do Prodetur, já que lá atrás fomos ultrapassados surpreendentemente pelo Estado do Piauí, É necessário fazer justiça à Paraíba, a uma atividade tão importante para a nossa economia.

Quando Governador, também contribui para o desenvolvimento do turismo do nosso Estado, principalmente com o Centro de Convenções Ronaldo Cunha Lima. Todo o projeto – licenças ambientais, licitação, alocação dos primeiros recursos – foi garantido, viabilizado no período em que eu fui Governador da Paraíba. Hoje, João Pessoa, na Paraíba, tem um equipamento extraordinário. Foi executado no atual governo, mas toda a preparação de projeto, licenças, licitação, foi também uma ação que fizemos ao lado da nossa equipe.

O turismo da Paraíba sempre foi uma preocupação nossa. Pedimos, rogamos, por justiça ao nosso Estado, que a Comissão aprove o parecer do Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Senador Cássio Cunha Lima, é sempre um prazer ver V. Exª, na condição de Líder do PSDB, e hoje na condição de Senador paraibano, participar deste evento, que interessa à Paraíba.

Eu aproveito a oportunidade – sei que V. Exª vai avalizar o meu pedido – para solicitar ao Senador Ricardo Ferraço que retire essa emenda, porque, como o próprio Relator, Senador Fernando Bezerra disse, as condições de crédito do Estado da Paraíba hoje são melhores do que na época em que foi aprovado esse...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Como é, Sr. Presidente? Não entendi, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – É que V. Exª pediu que esse projeto voltasse para uma análise, naturalmente do Ministério.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, não, não. Não foi isso não. Eu fiz uma emenda que o Relator acolheu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Então, daqui vai para o Plenário?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso, se V. Exª não tiver discordância.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Não tenho nenhuma, pelo contrário. Quero parabenizar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Vamos requerer, inclusive, a urgência para que possa acontecer hoje.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Eu quero aqui ressaltar...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – ...a posição do Senador Cássio Cunha Lima, que, apesar de ser oposição ao atual Governo do Estado, veio aqui para fortalecer a posição da Paraíba, para manifestar a sua concordância com a aprovação desse projeto.

Terminou a discussão.

Não havendo mais...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Tem que ler a emenda, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É só para dizer que a sugestão foi acatada para manter o mesmo padrão, como nós aprovamos aqui em relação ao Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Nós não gostaríamos é que esse projeto voltasse para o Ministério do Planejamento...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não vai voltar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Da Fazenda, aliás.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, eu solicito a urgência para que o projeto possa ir direito ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Aprovada a urgência, com a concordância também do Senador Fernando Bezerra.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em caráter de urgência.

Agradeço a presença das Srªs e Srs. Senadores...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, eu fiquei até o final aqui porque a minha reclamação tem mais do que procedência. Eu acho isto uma temeridade do ponto de vista de encaminhamento: os não terminativos entram na fila, ou melhor, passam a ser os primeiros projetos apreciados... E agora todo mundo já...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Deixe-me complementar a informação de V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu acho isso um absurdo. Eu estou dizendo para V. Exª que é um erro...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Nós acompanhamos a cada minuto e, em nenhum momento, estiveram presentes no plenário 14 Senadores, em nenhum momento. Esse número chegou a 12.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Não, tudo bem...

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Ficamos acompanhando. O Senador Cássio Cunha Lima não faz parte da Comissão, e o Senador Randolfe Rodrigues também não fazia parte. V. Exª pode ter...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Não, tudo bem, mas eu estou dizendo a V. Exª que isso tem acontecido todas as semanas.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Hoje não. Nesse caso, não.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – E ainda vou dizer mais... Não, eu sei, mas vou dizer mais ainda. No dia em que eu li o meu parecer sobre essa matéria, a Senadora Gleisi Hoffmann ia encerrar e eu disse: "Não, não. Eu quero ler, pelo menos ler. Se não vão votar, pelo menos deixem-me ler".

Então, eu estou fazendo isso... Eu continuo convencido, e isso não é de agora: isso é um erro patrocinado nas Comissões. Está errado isso. Está errado. O momento de aproveitar o quórum... Senão, quando o senhor vier aqui na próxima terça e pedir para colocar na frente, o sujeito que está com o projeto dele lá no item 2, não terminativo, não vai querer – é o óbvio ululante. Agora, nem sempre o óbvio é óbvio e, então, fica parecendo choro.

Eu não tenho nenhum problema. Eu só estou fazendo esse apelo a V. Exª porque eu sei que V. Exª é um homem que tem mais do que sensibilidade: tem um espírito público aguçado. E tem mais uma coisa que eu considero importante: esse censo de que essas coisas devem ganhar celeridade.

O projeto que eu estou relatando, Senador Raimundo Lira, é de 2009. Portanto, não é de minha autoria, eu sou só o Relator. Abracei a matéria, porque eu acho que é importante, porque ela trata de um tema atualíssimo e necessário. A matéria é, inclusive, do Senador Fernando Collor, mas é de 2009. Então, o senhor imagine o quanto essa matéria se arrastou aqui. A matéria é de um tempo em que eu não era Senador – eu me tornei Senador em 2011. O tema já foi atual, já ficou desatualizado, já foi atualizado, já foi desatualizado... Tanto é que eu tive que fazer correções no texto apresentado originalmente pelo Senador Collor exatamente por encontrar, hoje, a necessidade de abrigar outro tipo de aporte para essa questão, entendendo o atraso patrocinado pelo Senado da República.

Então, é isso. Eu acho que era só uma questão... Reconheço, acho que o trabalho é feito pelos servidores da Casa no que diz respeito a pautar isso... Agora, eu continuo entendendo que isso é um erro. Isso é um erro. É um erro, porque você perde a oportunidade de aproveitar momentos em que nós temos quórum na Casa para apreciar as matérias terminativas. E mais ainda: é uma penalização para as matérias cujos relatórios já foram lidos.

Não é nada contra V. Exª não, nem nenhuma ira. Até porque eu acho que a ira não constrói absolutamente nada. Inclusive, já que eu falei no povo hebreu: o povo hebreu, inclusive, usava muito isso também... Para que a ira não nos domine, principalmente para que nós não tomemos uma atitude de forma irada e o conteúdo da matéria – aquilo que nós estamos buscando – não seja alcançado... Isso faz parte dos ensinamentos de Salomão quando fala que nós devemos ter muita cautela, até porque, senão, nós teremos doença nos ossos.

Portanto, eu prefiro fazer a reclamação com um sorriso e alegria no coração, para não ter nenhum tipo de possibilidade de atrair para mim próprio o desejo de ira que muita gente termina expressando. Eu sei que V. Exª saberá tocar isso com muita maestria, o que lhe é peculiar.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – V. Exª sabe que eu estou presidindo de forma eventual, interina, porque a Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, está viajando. A pauta foi feita pela Senadora Presidente. Quero, mais uma vez, ressaltar que, durante esta reunião, pelo menos umas vinte vezes eu indaguei da secretária se nós tínhamos quórum para os projetos terminativos. Em nenhum momento nós tivemos o quórum. Eu tinha a preocupação de votar o máximo possível desses projetos terminativos.

Vou sugerir à secretária que sugira à Presidente que coloque os projetos terminativos na próxima reunião a partir do início da pauta, porque no momento, apesar de estar em segunda etapa, já que normalmente no começo nunca há quórum, eu tive essa preocupação de votar os projetos terminativos. No entanto, em nenhum momento, repito, tivemos quórum para que pudéssemos deliberar sobre isso. Já se demonstrou aqui que não seria muito eficaz a gente abrir a discussão e a fazer votação na reunião seguinte: é preciso abrir novamente a discussão na reunião seguinte, porque muitos Senadores não presenciaram a discussão.

Agradeço a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores.

Agradeço a colaboração dos funcionários e consultores da CAE e a de todos os presentes. Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Amélia reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Paulo Paim, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Dário Berger, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Walter Pinheiro, Romário, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2014 - Não Terminativo - Autoria: Senadora Ana Amélia. Altera o art. 35 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, para estabelecer a jornada de trabalho de trinta horas para os servidores integrantes das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, do Instituto Nacional do Seguro Social, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2014, e das 2 (duas) emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.Vota vencido o Senador José Pimentel. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008 - Terminativo - Autoria: Senador Cristovam Buarque. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; das Emendas nºs 1 e 2–CCJ-CDR, e da Subemenda da Senadora Marta Suplicy à Emenda nº 1–CCJCDR. Resultado: Aprovados o Projeto, a Subemenda nº 1-CAS e a Emenda nº 2-CCJ-CDR-CAS. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann (substituída por "ad hoc") Relatoria "ad hoc": Senadora Lídice da Mata. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012 - Terminativo - Autoria: Senador Blairo Maggi. Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012. Resultado: Rejeitado o Projeto. Relatoria: Senador José Pimentel. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2012. - Terminativo - Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, para tornar obrigatória a inserção, no Código de Ética Médica, de disposições para proibir os médicos e as sociedades médicas de receberem quaisquer tipos de pagamentos, incentivos ou benefícios dos setores de indústria e comércio de produtos para a saúde, de forma a garantir a autonomia profissional na prescrição ou indicação desses produtos. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2012. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Paulo Paim, que lê o Relatório em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Rejeitado o Projeto. Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por "ad hoc") Relatoria "ad hoc": Senador Paulo Paim ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Ciro Nogueira. Estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013.Resultado: Rejeitado o Projeto. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2013. - Terminativo - Autoria: Senadora Lúcia Vânia Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2013. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013 - Terminativo - Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, e das 4 (quatro) emendas que apresenta. Resultado: Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 3-CAS a 6-CAS. Relatoria: Senador Romário. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para, em caso da morte do titular de plano privado de assistência à saúde, assegurar aos dependentes o direito à manutenção das condições contratuais e à redução proporcional da contraprestação pecuniária. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2014. Resultado: Aprovado o Projeto. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014 - Termi-

nativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Disciplina a profissão de Agroecólogo. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015. Resultado: Adiado. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Usam da palavra os Senadores Paulo Rocha, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Romário, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro e as Senadoras Angela Portela, Marta Suplicy, Lídice da Mata, Fátima Bezerra e a Senadora Ana Amélia, presidente eventual da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora ANA AMÉLIA
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A presente reunião destina-se à apreciação de um item não terminativo e nove itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada às Srªs e aos Srs. Senadores.

Há também um requerimento extrapauta que vamos colocar em votação, de autoria do Senador Romero Jucá, o qual oportunamente vamos apreciar. Claro, como se sabe, os itens terminativos requerem um quórum especial. Então, durante a apresentação do item 1, cuja relatoria está com o Senador Waldemir Moka – não é terminativo e poderá ser apreciado –, aguardamos a chegada dos colegas Senadores.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O item que o Senador Waldemir Moka vai relatar trata-se de:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, de 2014
- Não terminativo -

Altera o art. 35 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, para estabelecer a jornada de trabalho de trinta horas para os servidores integrantes das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, do Instituto Nacional do Seguro Social, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2014, e das 2 (duas) Emendas que apresenta.
Observações:
- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.
- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2014, que altera o art. 35 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, para estabelecer a jornada de trabalho de 30 horas para os servidores integrantes das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, do Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências, é de autoria da eminente Senadora Ana Amélia, que hoje preside esta reunião.

A proposição visa a dar nova redação ao art. 35 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que vigoraria com a seguinte redação:

Art. 35. É de 30 (trinta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, que deverá ser cumprida em regime de 6 (seis) horas diárias, de forma ininterrupta.

Além disso, o art. 2º revoga os §§5º, 6º, 7º e 8º do art. 35 e o art. 35-A da Lei nº 11.907, de 2009, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos médicos peritos.

Na sua justificativa, a autora ressalta que a proposta não acarretará impacto ao orçamento, uma vez que a redução da jornada de trabalho do Perito Médico Previdenciário já foi implementada, conforme dispõe a Resolução nº 336, de 22 de agosto de 2013, do INSS.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa sobre a matéria. Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

Eu passo à análise, Srª Presidente, até para que o número de Parlamentares do nosso quórum possa se estabelecer.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS oferecer parecer de mérito sobre o presente projeto de lei.

A matéria visa harmonizar o direito constitucional que os médicos têm de exercerem cumulativamente dois cargos públicos. A jornada de 40 horas fixada no art. 35 da Lei nº 11.907, de 2009, praticamente impede e inviabiliza esse direito, o que tem gerado inúmeros conflitos entre médicos peritos e o INSS. Atualmente, o INSS conta com cerca de 5.200 médicos peritos no País. Os peritos defendem a manutenção da jornada de 6 horas corridas, como é hoje, autorizada por própria norma interna do INSS – Resolução INSS/PRES nº 336, de 2013. Ocorre que cerca de 3.200 dos 5.200 peritos têm outro emprego além do INSS, uma vez que a remuneração que lhes é devida é insuficiente para sua manutenção.

Como já registramos antes, tal medida não acarretará impacto ao orçamento, uma vez que a redução da jornada de trabalho do Perito Médico Previdenciário já foi implementada administrativamente nos termos do que dispõe a Resolução nº 336, de 22 de agosto de 2013, do INSS.

Além disso, uma das maiores reclamações dos segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) é que as perícias sejam realizadas de forma eficiente e com diagnóstico correto, com a possibilidade, inclusive, de ampliação de atendimentos nos postos e agências do INSS, de forma ampliada.

Somos, portanto, plenamente favoráveis à proposta que altera a jornada dos médicos peritos, de 40 para 30 horas semanais, o que já é praticado pela própria Administração do INSS. Embora o §5º do art. 35 da Lei nº 11.907, de 2009, estabeleça que os ocupantes dos cargos referidos no *caput* deste artigo poderão, a qualquer tempo, na forma do Termo de Opção constante do Anexo XIV-A da referida Lei, condicionada ao interesse da administração, atestado pelo INSS, e ao quantitativo fixado pelo Ministro de Estado da Previdência Social, optar pela jornada semanal de trabalho de 30 ou 40 horas, a situação dos peritos médicos não fica resolvida. Isso porque a redução de 40 para 30 horas semanais só pode ocorrer no interesse da Administração, o que demonstra que não há um direito a jornada reduzida, mas sim uma opção, que também enseja menor remuneração.

O § 6º do mesmo artigo da lei vigente prevê que a jornada semanal de 30 horas deverá ser realizada seis horas diárias de forma ininterrupta, o que está preservado na proposição.

Sugerimos duas emendas, sendo uma de mérito e outra de redação, esta última relativamente ao art. 2º, por erro de grafia.

No mérito, há que se ressaltar que a redução de 40 para 30 horas semanais não poderá implicar redução de remuneração, prevalecendo a remuneração da jornada de 40 horas, em face do princípio da irredutibilidade de remuneração prevista na Constituição Federal.

Ressaltamos, por fim, que compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fazer a correta adequação constitucional da presente proposição, uma vez que a matéria não é terminativa nesta Comissão.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2014, com as seguintes emendas:

Emenda Nº - CAS

Dê-se ao *caput* do art. 35 da Lei nº 11.907, de 2009, alterada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 35. É de 30 (trinta) horas semanais a jornada de trabalho dos servidores integrantes das Carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, que deverá ser cumprida em regime de 6 (seis) horas diárias, de forma ininterrupta, sem redução de remuneração."

Emenda Nº - CAS

Dê-se ao art. art. 2º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 120, de 2014, a seguinte redação:

"Art. 2º Revogam-se os §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 35 e o art. 35-A da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009."

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka. O Relator optou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2014, e das duas emendas que apresenta.

Está em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Para discutir, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, autora também do projeto, Sr. Relator, essa matéria de jornada de trabalho dos servidores da Previdência Social é uma matéria recorrente.

Nós tivemos um determinado período em que a nossa Previdência pública não tinha perito médico, tinha exclusivamente os coordenadores – isso dos anos 90 até 2004/2005. Nós tínhamos um conjunto de profissionais médicos habilitados para fazer a perícia médica da Previdência e tínhamos em torno de 400 coordenadores peritos médicos para supervisionar esse processo.

Nesse período, foi feito um grande estudo pelo Tribunal de Contas da União, consolidando esse debate, e encontramos pessoas que havia tido uma pequena gripe, com cinco anos de licença-saúde, inclusive morando fora do Brasil e recebendo a licença-saúde do INSS.

Ali, o Tribunal de Contas recomendou que se criasse a carreira exclusiva do perito, e o Regime Jurídico Único determina que a carreira é de oito horas. Tivemos alguns concursos, e um deles determinou que a jornada seria de 30 horas, particularmente para alguns Estados da Federação, porque o concurso não foi nacional, foi regional.

Por conta disso, o Ministério Público Federal entrou com um conjunto de ações contra esses peritos médicos que trabalhavam 30 horas. Isso foi em 2008 e 2009. Nós tivemos algumas situações em que a condenação na devolução dos recursos chegava a mais de R$400 mil de um perito médico, no Estado de Santa Catarina.

Para superar isso, em entendimento com a Associação Nacional dos Peritos Médicos – isso era em 2008, Srª Presidenta, eu era o Ministro da Previdência Social –, resolvemos pactuar e determinar que a jornada do perito médico é de 8 horas, com o salário integral, podendo ser de 6 horas, com o salário proporcional ou de 4 horas, com o salário proporcional. Isso teve o concurso do Ministério Público Federal nessa composição, e as ações foram encerradas a partir dali.

Esse procedimento foi acordado, volto a registrar, com a categoria, em Ata do Ministério da Previdência Social e resultou de uma lei aprovada por unanimidade no Congresso Nacional. E fixamos o quadro de peritos médicos em 6,8 mil peritos médicos. Reajustamos o salário, que à época era em torno de R$2.900, para R$9.401. Tivemos um reajuste de mais de 300% nessa composição para a jornada de 8 horas no salário de ingresso. Em 2008, foi fixado o salário de aposentadoria em R$14.001. A partir dali, há as políticas normais dos vários setores.

É verdade que nós não colocamos que a carreira seria exclusivamente do perito médico. Até porque a Constituição Federal permite que o médico possa ter mais de um vínculo empregatício. É verdade também que este procedimento dificultou a atuação do médico no seu consultório, que é constitucional, é legal. Não estou dizendo que não é legal e nem que não é constitucional.

Ocorre que nós montamos essa estrutura do perito médico e, ao mesmo tempo, montamos uma estrutura de abertura de agências em todas as cidades do País com mais de 20 mil habitantes. Com que lógica? Em vez de o trabalhador ir à procura do perito médico onde ele estava alocado, nas capitais, o perito médico ficasse mais próximo de onde estão os trabalhadores. E a exigência que a entidade nos fez, à época, e é correta, é de que eles tivessem um ambiente minimamente razoável para exercer a sua atividade e, ao mesmo tempo, tivessem uma porta de fuga para evitar qualquer tentativa de agressão ou de assédio por parte daqueles que exercem atividade de perícia médica na Previdência Social.

Na época, a entidade havia nos solicitado que eles pudessem ter porte de arma no local de trabalho. Srª Presidenta, por orientação tanto do Ministério Público Federal como da Advocacia-Geral da União, nos posicionamos contrários, porque não era razoável um médico atender um trabalhador doente com uma arma sobre a mesa como forma de conduzir o seu trabalho. E conseguimos, naquele momento, um acordo com os peritos médicos que não incluísse na lei o porte de arma.

Em seguida, veio uma medida provisória, já agora, em 2015, determinando que o aposentado e a pensionista da Receita Federal, o auditor fiscal aposentado ou o seu pensionista, o seu dependente que ficasse com

os direitos à pensão, pudesse também ter porte de arma em casa e conduzir esse porte de arma em qualquer local que ele circulasse.

O auditor da Receita Federal, como auditor do trabalho, e tantas outras profissões, tem o direito de ter o porte de arma no exercício da atividade, mas ao término do exercício da atividade devolve a arma para o setor público. E todo o fornecimento da munição, da manutenção, essa coisa toda, é controlado pelas Forças Armadas, particularmente pelo Exército brasileiro.

Estou fazendo esses registros porque são coisas recorrentes. Essa medida provisória, no parecer do Sr. Relator, incluía todas as chamadas carreiras típicas de Estado, entre essas a perícia médica da Previdência Social.

Essa medida provisória caiu por decurso de prazo, porque não havia acordo para votá-la.

Essa jornada de 30 horas pode ser muito boa para o profissional, mas é péssima para o trabalhador, Srª Presidente, porque ele tem normalmente uma jornada de oito horas. E nós precisamos ter, em determinadas unidades, particularmente nas pequenas e médias cidades, uma jornada integral. Em seis horas não cabe a jornada do trabalhador.

Por isso, como essa matéria vai tramitar em outro setor, eu sou daqueles que aprenderam que a proposta boa é aquela que atende a toda a sociedade brasileira. Essa proposta de 30 horas não atende à classe trabalhadora. E quem está registrando aqui, Srª Presidente, é um ex-Ministro de Estado que encontrou a Previdência sucateada, e conseguiu alterá-la para que o benefício seja concedido em até 30 minutos. Demorava até 180 dias em 2009. Por isso eu tenho muita preocupação com essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador.

Para discutir?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, é claro que não existe, aqui entre nós, ninguém com mais conhecimento e autoridade do que o Senador José Pimentel, que foi Ministro da Previdência.

Quero apenas chamar a atenção para essa carga horária, porque o que vai acontecer na prática é que vários médicos deixarão de exercer. É isso que vai acontecer, porque como ele, constitucionalmente, pode ter, e tem, dois trabalhos, nessa jornada de oito horas o cara fica restrito a esse ganho.

Eu reconheço o esforço do aumento do salário, mas todos nós sabemos que qualquer médico do interior ganha minimamente da prefeitura algo entre R$20 mil e R$30 mil. Isso é difícil.

Em todas as audiências públicas que nós já tivemos aqui – não foi uma nem duas –, os peritos reclamam exatamente dessa jornada de trabalho.

É claro que, se forem oito horas, o profissional vai ficar por mais tempo. Eu fico a imaginar se, ao invés de ajudar a manter o profissional lá, isso vai esvaziar ainda mais a Previdência.

Como essa matéria, como disse o Senador Pimentel, respeitando os seus argumentos, não é terminativa, ela é apenas de mérito aqui e será terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, talvez possamos fazer esse debate, aí sim, na CCJ.

É o apelo que eu faço.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É claro, vamos deixar passar. Mas eu quero registrar que há o salário proporcional. O perito médico que trabalha por quatro horas recebe proporcional às quatro horas. O perito médico que trabalha por seis horas recebe proporcional às seis horas e o perito médico que trabalha por oito horas recebe integralmente. Portanto, aquele que quer ter outro emprego está respaldado, mas não recebe o salário integral, porque o salário foi fixado em acordo com a categoria para trabalhar por oito horas. E com ela foram construídas essas duas outras alternativas.

É só para se registrar como as coisas foram feitas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador, se me permite, a origem disso tudo é como V. Exª mesmo disse. Como isso foi regional, em vários Estados os médicos foram contratados e exercem por seis horas. Em outros Estados, por oito. E isso ocorre numa mesma categoria. Seis horas num Estado e oito horas em outro. Isso, por si só, já tornou essa questão polêmica.

"Por que, em determinado Estado, o perito trabalha seis horas e nós, aqui, temos de trabalhar oito horas?"

Mas não tiro a razão do Ministro, não. Eu só gostaria de ver isso na Comissão, porque isso é mérito. Essa questão, na Comissão de Constituição e Justiça, será examinada por juristas e por colegas nossos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Por nós.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas não tenho alcance para isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Eu queria agradecer ao Relator. Falo como autora.

Estou presidindo a reunião eventualmente. Quero explicar também por que eu a estou presidindo. O nosso Presidente, Senador Edison Lobão, por um compromisso inadiável, pediu-me que eu fizesse isso. E o Vi-

ce-Presidente, Senador Ricardo Franco, está se submetendo a um pequeno tratamento de saúde e não pôde estar aqui. Então, eu, com muito prazer, aquiesci à solicitação do nosso Presidente Edison Lobão para estar aqui às 9 horas para abrir e presidir a reunião da CAS.

Eu queria agradecer os argumentos do nosso sempre Ministro da Previdência José Pimentel. Nós todos reconhecemos o avanço que foi obtido nesse relato muito didático feito pelo senhor. Também entendo as razões. Mas, como disse bem o nosso Relator, Senador Waldemir Moka, aqui nós apreciamos o mérito da matéria, e não os aspectos legais, os aspectos constitucionais. Na verdade, em sua maior parte, foram esses aspectos legais levantados pelo nosso Senador José Pimentel. Então, a Comissão de Constituição e Justiça poderá, com maior precisão, fazer essa avaliação. Agradeço muito.

Coloco a matéria em votação.

As senhoras e os senhores que concordam com o relatório do Senador Moka a respeito do Projeto de Lei nº 120...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com um voto contrário apenas, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois não.

Vou só fazer a sinalização da votação simbólica.

Os que concordam permaneçam como se encontram, e os que discordam estão com o voto contrário do Senador José Pimentel, pela coerência exatamente da argumentação. (*Pausa.*)

Então, a matéria será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigada, Senadores.

Eu queria informar também que o item 6 da pauta de hoje, a pedido do Relator, Senador Sérgio Petecão, foi retirado de pauta. O PLS 332, de 2013, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2013
- Terminativo -

Torna obrigatória a aferição, a comunicação aos órgãos de vigilância sanitária e a divulgação de indicadores de avaliação das unidades de terapia intensiva públicas e privadas.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2013.
Observações:
- *Votação nominal.*)

A Senadora Lídice da Mata é a segunda Relatora.

Ao Senador José Pimentel passo a palavra, para proceder à relatoria do item 3, que é terminativo. Precisamos de quórum especial.

Com a palavra, o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Desculpe-me! É que há um procedimento regimental.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.

Autoria: Senador Blairo Maggi.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012.
Observações: - *Votação nominal.*
A votação será nominal, porque é uma matéria terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador José Pimentel, para proferir seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Srª Presidenta, o nobre Senador Blairo Maggi apresentou esse projeto de lei que tem como objetivo determinar que as contribuições previdenciárias urbanas destinem-se exclusivamente ao pagamento de benefícios previdenciários urbanos. Com isso, o pacto entre gerações e a solidariedade na obrigação de pagar entre urbanos e segurados especiais deixava de existir, ou seja, para o segurado especial, como o pescador artesanal, o extrativista, o quilombola, o agricultor familiar, entre outras categorias, os recursos teriam de vir diretamente do Tesouro.

Estabeleci um diálogo com ele, e ele me disse que o objetivo dele era dar transparência, para que as contribuições urbanas fossem contabilizadas no Orçamento Geral da União separadas das contribuições do segurado especial, para que, da mesma forma, os benefícios pagos com as contribuições urbanas para aposentados e pensionistas e para licença-saúde e auxílio-acidentário urbano tivessem uma contabilidade e para que os demais tivessem outra contabilidade.

Em face disso, ele apresentou outro projeto de lei que tramita aqui, na Casa, com esse objetivo, na contabilidade da Previdência Social, para dar transparência a toda a sociedade brasileira. Nós já fazemos isso administrativamente, mas isso não está dentro nem do Orçamento Geral da União nem do PPA nem das obrigações da LDO. Ele está fazendo essa adequação. E acordamos que o meu parecer seria contrário a esse projeto, porque a intenção do autor não era dificultar o pagamento do segurado especial, era dar transparência à sociedade, com que tenho pleno acordo.

Por isso, Srª Presidente, o nosso parecer é contrário a esse projeto de lei, mas, ao mesmo tempo, tivemos o cuidado de construir com o autor outro projeto de lei de autoria dele, evidentemente com o nosso concurso, para dar conta da demanda justa que ele apresenta e, ao mesmo tempo, garantir a solidariedade entre os beneficiários da Previdência pública brasileira.

Srª Presidente, diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado Federal nº 132, de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Pimentel. Isso apenas reafirma a sua responsabilidade, a sua solidariedade com os colegas e a sua contribuição decisiva para fazer um projeto que tenha eficácia e qualidade. E o autor atenderá.

Como nós ainda não há quórum, vamos ficar na dependência. A votação fica adiada, assim como a discussão da matéria.

Agradeço o Senador Pimentel pela leitura. Já adiantamos as etapas. Na próxima reunião, poderemos seguir.

Em relação ao item 2, a Senadora Lídice da Mata acaba de estar conosco, e eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata. Essa também é matéria terminativa. Trata-se do item 2, Senadora, com o PLS 212, de 2008, que é pela aprovação com emendas.

Em seguida, haverá outros relatórios em que teremos alguma relatoria *ah hoc*. Agradeço a presença do Senador Romário, que é Relator do item 7, para adiantar os nossos trabalhos.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2008
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann (Senadora *ad hoc* Lídice da Mata)
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; das Emendas nºs 1 e 2–CCJ-CDR, e da Subemenda da Senadora Marta Suplicy à Emenda nº 1–CCJ-CDR.
Observações:
- Em 09.09.2015, o Presidente designa Relatora "ad hoc" a Senadora Lídice da Mata, que lê o Relatório em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann.
- Em 09.09.2015, a Senadora Marta Suplicy apresenta 1 (uma) Subemenda à Emenda nº 1-CCJ-CDR.
- Em 04.06.2014, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.
- Em 29.10.2014, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CDR.
- Votação nominal.

A votação será nominal, havendo, obviamente, quórum.

Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Srª Presidente, em função do conhecimento do relatório por todos os Srs. e Srªs Senadores, eu gostaria de passar diretamente à análise.

As edificações devem ser construídas de modo a propiciar ao ser humano condições adequadas de iluminação, ventilação, ergonomia, privacidade, acessibilidade e conforto. Essa pode ser considerada uma diretriz implícita da política urbana, que objetiva, nos termos do art. 182 da Constituição Federal, "garantir o bem-estar dos habitantes da cidade". As más condições habitacionais vivenciadas por grande parte da população brasileira demonstram, no entanto, que ainda falta muito para torná-la uma realidade.

A preocupação original do Senador Cristovam Buarque com os trabalhadores domésticos é justificada, pois se trata de um segmento da classe trabalhadora particularmente afetado por cômodos e dependências subdimensionados e mal projetados. A inserção no Estatuto da Cidade de uma diretriz voltada especificamente para esse setor poderia, no entanto, indicar uma não preocupação do Congresso Nacional com as demais parcelas da sociedade brasileira, o que evidentemente não é o caso.

Consideramos, portanto, que, ao estender a exigência de "padrões adequados de acessibilidade e conforto" a todas as dependências internas das edificações, as emendas da CCJ contribuem para aperfeiçoar o projeto.

O tratamento do tema por meio de diretriz nos parece adequado, pois caberá ao Município definir os parâmetros arquitetônicos precisos a serem atendidos pelas edificações. Embora essa já seja uma prática tradicional no País, sua positivação em lei federal nos parece útil, pois explicita uma dimensão a ser levada em consideração pela política urbana, em combinação com as demais diretrizes do Estatuto da Cidade. No que diz respeito à subemenda da Senadora Marta Suplicy, entendemos que a menção expressa às dependências destinadas aos trabalhadores domésticos é importante, apesar de a redação da Emenda nº 1 da CCJ abranger essas situações, para resgatar o destaque devido às situações que motivaram a iniciativa do Senador Cristovam Buarque.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, das Emendas nº 1 e nº 2 – CCJ/CDR, e da Subemenda nº 1, da Senadora Marta Suplicy, à Emenda nº 1 – CCJ/CDR.

Esse é o nosso voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a Senadora Lídice da Mata pela relatoria e também pela objetividade. Contribui para a celeridade dos nossos trabalhos. Em virtude da falta de quórum qualificado para a votação nominal, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Vamos passar imediatamente para o item 5. Como Relatora *ad hoc*, designo a Senadora Ângela Portela. A Relatoria é da Senadora Fátima Bezerra.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, de 2013
- Terminativo -

Estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013.
Observações:
- Em 28.10.2014, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, Relatora *ad hoc* da Senadora Fátima Bezerra, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Srª Presidenta, vamos fazer primeiro a análise, tendo em vista que o relatório já tem o conhecimento de todos para a leitura.

Em conformidade com o art. 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar é legítima, não estando a matéria objeto da proposição entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

A Relatora chegou. Se quiser fazer a leitura do seu relatório, não tem o menor problema. A gente interrompe a leitura. Pode ser?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. Agradeço a Senadora Fátima Bezerra pela chegada. Vamos passar a relatoria à sua própria Relatora.

Agradeço a Senadora Ângela Portela pela gentileza de ter aceitado a designação, agora suspensa pela presença da Relatora, Senadora Fátima Bezerra.

Ela já estava lendo a análise direto, Senadora, porque nós não temos quórum. Então, já facilitava.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Agora temos quórum.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Srª Presidente, obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está faltando apenas um Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Acabou de chegar. Temos o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria aproveitar o quórum agora. Nós acabamos, Senadora, de votar uma matéria que é terminativa, o Item 2. Brevemente ele pode falar.

Vamos falar do Item 2, o Projeto de Lei do Senado nº 212. A relatoria foi da Senadora Lídice da Mata. A autoria é do Senador Cristovam Buarque. Ela fez um relatório pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 212, de 2008, e das emendas apresentadas.

Os Senadores estavam presentes.

Está em discussão o projeto e a relatoria da Senadora Lídice da Mata.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Bom; então, a senhora vai suspender a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não; a senhora vai ler, porque nós havíamos começado. É só para aproveitarmos o quórum, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo quem queira discutir, está em votação.

Queria explicar que a votação será nominal e, aprovado o relatório da Senadora, o acolhimento das emendas será em uma segunda votação.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Lídice da Mata, voto conhecido.

Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a Relatora, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aprovado o projeto.

Agradeço a Senadora Lídice da Mata.

Vamos logo ao relatório do Senador José Pimentel.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para assegurar que a parte do orçamento da Seguridade Social formada pela contribuição das empresas e dos trabalhadores seja utilizada apenas para pagar os benefícios de caráter contributivo da Previdência Social.

Autoria: Senador Blairo Maggi.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2012.
S. Exª o Relator rejeita o projeto, mas explica que outro projeto será construído pelo próprio autor, Senador Blairo Maggi, que acolheu as argumentações do Senador Pimentel.

Em votação o relatório...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perdão. Aqui, na pressa de deliberar, faltou votarmos as emendas ao projeto anterior.

Assim consulto o Plenário se acolhe as emendas apresentadas ao item 2, da Senadora Lídice da Mata.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos repetir a votação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Está repetida a votação para as emendas apresentadas ao projeto da Senadora Lídice da Mata.

Vamos voltar ao item 3.

Como estava explicando, o Senador Pimentel sugeriu a construção de uma alternativa.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto do Senador Blairo Maggi; entretanto, conforme explicitado, já foi tratado com o próprio autor esse resultado e os procedimentos legislativos dele decorrentes.

A votação é nominal.

Em votação.

Como vota o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador João Alberto.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador José Pimentel, voto conhecido.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/PMDB - SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com o Relator, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como não há emendas, a votação foi pela rejeição da matéria. Então, está encerrado também esse procedimento.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Srª Presidente.

Vamos aqui passar para a análise do projeto.

A matéria está inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos do art. 24, incisos V e XII, segundo os quais compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre proteção e defesa da saúde.

Em conformidade com o art. 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar é legítima, não estando a matéria objeto da proposição entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o assunto nele vertido inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) se afigura dotado de potencial coercitividade; e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No mérito, concordamos, na íntegra, com o parecer da CMA pela rejeição da matéria.

A matéria objeto da proposição diz respeito ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, disciplinado pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, cujo art. 8º atribui à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a incumbência de regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública.

Como salienta o parecer da CMA, embora não haja impedimento para que o Congresso Nacional legisle sobre o tema, a conveniência de adoção das medidas sugeridas pode ser muito mais bem avaliada por aquela autarquia, criada com a finalidade específica de tratar de assuntos dessa natureza.

A Diretoria Colegiada da Anvisa, no uso de suas atribuições, legalmente instituídas, tem adotado normas regulamentadoras sobre os produtos de que trata o projeto de lei em comento. Essas normas têm sido periodicamente revistas de forma a garantir o seu constante aperfeiçoamento, de acordo com o avanço do conhecimento científico e tecnológico.

Uma dessas normas é a Resolução da Diretoria Colegiada ¿ RDC nº 32, de 27 de junho de 2013, da Anvisa, que dispõe sobre os procedimentos e requisitos técnicos para o registro de produtos saneantes corrosivos à pele ou que causem lesão ocular grave e dá outras providências. Essa norma aprovou o regulamento técnico que atualiza os procedimentos e requisitos técnicos para o registro de produtos saneantes corrosivos à pele ou que causem lesões irreversíveis aos olhos. A Resolução estabelece requisitos gerais e específicos relativos à embalagem, a dispositivos de segurança e rotulagem desses produtos, de forma a conferir segurança aos consumidores.

Antes da edição da Resolução, a proposta de regulamento foi submetida à Consulta Pública nº 21, de 13 de março de 2012, de forma a possibilitar o debate e a participação dos setores interessados.

Em nosso entendimento, o tema do projeto de lei objeto da presente solicitação é da alçada da Anvisa, que, além de trabalhar com referências técnico-científicas, adota mecanismos de interlocução com especialistas das diversas áreas e com entidades da sociedade civil, de forma a produzir normas que estejam em consonância com o conhecimento científico e que atendam aos interesses dos diversos grupos envolvidos, sempre com o objetivo precípuo de garantir a segurança e a saúde da população.

Também concordamos com o parecer da CMA quando argumenta que a proposição atribui a estabelecimentos comerciais obrigações estranhas à sua natureza (exigências de prévio cadastramento do consumidor final, de justificação para a compra, de informação sobre a destinação do produto e da assinatura de termo de responsabilidade sobre o manuseio de produtos químicos corrosivos), transferindo à iniciativa privada obrigações próprias dos órgãos públicos responsáveis por atividades de controle e fiscalização.

Voto.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013, e, no mérito, por sua rejeição.

É este o nosso parecer. Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senadora Fátima Bezerra, pelo relatório ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013, que estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas.

Está nos faltando apenas um voto aqui.

Em discussão o relatório da Senadora Fátima Bezerra, pela rejeição ao PLS nº 119, de 2013. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica adiada a votação pela falta de apenas um Senador para a composição do quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pois é; vamos adiar a discussão e a votação e vamos passar ao próximo item. É uma pena!

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 522, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Romário.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, e das 4 (quatro) Emendas que apresenta.
Observações:
- Em 18.11.2014, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Passo direto à análise.

A matéria é submetida à apreciação desta Comissão em observância ao determinado no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não detectamos aspectos inconstitucionais ou injurídicos na norma sugerida.

A competência para legislar sobre o assunto – regulamentação de profissões – é do Congresso Nacional, conforme previsão do art. 48 da Carta Magna. Em relação à iniciativa, tampouco há impedimentos constitucionais a considerar. Foram respeitados, enfim, os pressupostos de juridicidade e regimentalidade.

Trata-se, com efeito, de disciplinar a profissão de técnico profissional de todas e quaisquer modalidades esportivas coletivas, utilizando como parâmetro a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que é dedicada exclusivamente ao treinador de times de futebol.

A proposição possui dois aspectos relevantes: resguarda os princípios consolidados em lei, que regem a relação empregatícia e o espectro de atuação do técnico de futebol; e aplica regulamento similar às demais modalidades esportivas coletivas. Dessa forma, teremos normas gerais aplicáveis a um mesmo perfil profissional, que difere, apenas em relação ao esporte a que os profissionais se dedicam: o futebol, o basquetebol, o voleibol, o futsal e tantos outros que compõem as modalidades coletivas.

Além disso, iniciativa tenta acabar com uma polêmica gerada pela Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993. A intenção do legislador, ao que tudo indica, foi apenas indicar uma preferência, concedida aos diplomados em Educação Física, na escolha e reconhecimento como treinador de futebol. Os órgãos de fiscalização dessa profissão, no entanto, se apegam a outra interpretação, a de que ela deve ser exercida preferencialmente por profissional diplomado em educação física e, suplementarmente, por profissional em exercício da atividade à época da edição da Lei.

O grande mérito da iniciativa, então, é democratizar o exercício dessa profissão, oferecendo algumas disposições regulamentares de reconhecimento da atividade e de orientação jurídica quanto a alguns aspectos relevantes de seu exercício. Essas normas podem ser úteis para a melhoria do desempenho de nossos atletas, considerando-se, em especial, as perspectivas de realização de uma olimpíada no País e as expectativas de um bom desempenho na conquista de medalhas.

Por outro lado, apesar de haver reiteradas manifestações a favor do reconhecimento do direito dos atletas e dos ex-atletas de exercerem a profissão de técnico ou treinador, a proposta não inclui dispositivo algum nesse sentido. Nesse país, de milhões de especialistas em futebol e outros milhões de praticantes do esporte, cremos que essa restrição não faz sentido, mormente porque a maior parte dos treinadores em atividade formou-se na prática da mesma modalidade esportiva coletiva que coordena ou treina. Incluímos, numa das emendas apresentadas, dispositivo nesse sentido.

A redação original também utiliza expressões, como federações e confederações, que não estão em conformidade com a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências".

Tecnicamente, julgamos mais adequado introduzir as mudanças propostas diretamente na Lei nº 8.650, de 1993, dada a repetição de dispositivos e a similaridade das atividades desenvolvidas pelos treinadores de todas as modalidades esportivas coletivas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 522, de 2013, com as quatro emendas aqui apresentadas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Romário.

Senadores, estamos aguardando a composição do quórum. Inclusive, agradeço ao Senador Paulo Rocha, que se dispôs a ajudar a Comissão indo buscar os dois votos que precisamos para deliberar o projeto relatado pela Senadora Fátima Bezerra e também o relatório que acaba de ser apresentado pelo Senador Romário.

Quero ratificar o resultado da votação do projeto relatado pela Senadora Lídice: foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008, a Subemenda nº 1-CAS e a Emenda nº 2-CCJ/CDR/CAS.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos passar ao item 9, cujo Relator está presente.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senador Waldemir Moka.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proceder à leitura do seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Srª Presidente, também passarei direto à análise.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, dispor sobre proposições que dizem respeito à proteção e defesa da saúde.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, este Colegiado obriga-se a analisar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 266, de 2014. Salientamos que, nesses aspectos, nossa análise não vislumbra óbices à aprovação da proposta, inserida na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Quanto ao mérito, assinalamos a condição peculiar e única do exercício da medicina pelo médico intercambista do Programa Mais Médicos, explicitada no caput do art. 16 da Lei:

O médico intercambista exercerá a Medicina exclusivamente no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, dispensada, para tal fim, nos 3 (três) primeiros anos de participação, a revalidação de seu diploma nos termos do § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A condição peculiar e única desse exercício é complementada pelas disposições contidas nos §§ 2º a 5º do art. 16 da Lei, que vigoram com a seguinte redação:

Art. 16.....

.....

§2º. A participação do médico intercambista no Projeto Mais Médicos para o Brasil, atestada pela coordenação do Projeto, é condição necessária e suficiente para o exercício da Medicina no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, não sendo aplicável o art. 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957.

§3º. O Ministério da Saúde emitirá número de registro único para cada médico intercambista participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil e a respectiva carteira de identificação, que o habilitará para o exercício da Medicina nos termos do § 2º.

§4º. A coordenação do Projeto comunicará ao Conselho Regional de Medicina (CRM) que jurisdicionar na área de atuação a relação de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e os respectivos números de registro único.

§5º. O médico intercambista estará sujeito à fiscalização pelo CRM.

Como se vê, diferentemente de todos os demais médicos em exercício no Brasil, os intercambistas do Projeto Mais Médicos para o Brasil não precisam ter seus diplomas revalidados nem possuir registro no CRM de sua jurisdição.

Para dar um caráter de legalidade a esse exercício único e peculiar e garantir maior segurança para os pacientes quanto à atuação do profissional, a Lei previu que o médico participante será submetido ao aperfeiçoamento profissional supervisionado (art. 15, inciso I). Assim, ficou estabelecido, no mesmo artigo da Lei, que integram o Projeto Mais Médicos para o Brasil o supervisor, profissional médico responsável pela supervisão profissional contínua e permanente do médico (inciso II), e o tutor acadêmico, docente médico que será responsável pela orientação acadêmica (inciso III).

Não obstante, contrariando a própria lei que criou o Projeto, auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no período compreendido entre junho de 2013 e março de 2014, constatou inadequação da supervisão realizada no âmbito do projeto – 32% dos médicos não tinham supervisor indicado –, apesar das dificuldades dos profissionais estrangeiros e das deficiências de sua atuação, que também foram elencadas no relatório da auditoria para ilustrar a importância da supervisão prevista na lei.

O relatório do TCU também apresentou a informação de que o Conselho Federal de Medicina havia informado que os CRM estavam impossibilitados de fiscalizar as atividades dos supervisores do programa, pois o Ministério da Saúde (MS) se negava a informar...

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Peço a colaboração dos colegas para podermos ouvir a leitura do Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... o Ministério da Saúde (MS) se negava a informar os nomes dos tutores e supervisores e os endereços dos locais onde os médicos intercambistas desenvolviam suas atividades.

Assim, parabenizamos o autor pelo elevado mérito da proposição em análise, pois não há qualquer razão que possa justificar a recusa do MS em fornecer a relação dos tutores e supervisores de cada profissional atuante no Projeto Mais Médicos para o Brasil. Com a medida proposta, o Ministério não mais poderá alegar que a Lei não o obriga a fornecer essas informações.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 266, de 2014.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Waldemir Moka.

Em discussão o relatório do Senador Waldemir Moka.

Para debater, com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Com todo respeito à sua experiência, não só parlamentar, mas na área médica, Relator Moka, ainda que não sejamos contra o projeto, pois entendemos que ele disciplina algumas coisas importantes, por recomendação do pessoal do Ministério da Saúde, avaliamos que, com um pequeno ajuste, seria possível nós aprovarmos hoje. No entanto, se não for possível fazer esse ajuste, nós pediríamos vista e, já na outra reunião, nós traríamos esse ajuste. Refiro-me a um dos artigos aqui a respeito do qual o Ministério diz que as informações sobre todas as instituições supervisoras, supervisores e tutores já se encontram cadastradas no sistema de gerenciamento de programa, com um *site*, com tudo, embora a obrigatoriedade do CRM fiscalizar os médicos que vêm de fora... Sobre isso a gente concorda, mas já o Ministério da Saúde está se manifestando contrariamente.

Nós entendemos que é um bom projeto, mas, com esse ajuste, daria para nós aprovarmos nesse sentido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Por favor; eu não entendi qual é o ajuste. Qual é o artigo?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momento, é que ele pediu...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria de sugerir que o Senador Paulo Rocha pedisse vista, e, durante a semana, converso com o Senador...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ele já pediu, Senador Moka, ele já solicitou vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...e faço a adequação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Acho que não há dificuldade. O autor do projeto de lei...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – é um projeto bom. É um projeto bom.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...é o Senador Vital do Rêgo. Trabalhei muito. Vs. Exªs são testemunhas disso, fiz um esforço grande para que pudéssemos adaptar isso da melhor maneira possível.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço então.

Como há pedido de vista, está encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – A vista coletiva, não é, Presidente?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Quero comunicar ao Senador Moka que não vou poder participar dessa discussão...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vista coletiva.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Só que há uma coisa interessante, Moka, que eu já disse até ao Paulo Rocha aqui: o projeto está muito bem ajustado. E seria interessante também que, além do registro, o Ministério permitisse, por exemplo, o acesso a esse banco de dados. Poder-se-ia colocar aqui, por exemplo, esse acesso direto. Portanto, o CRM receber esse cadastro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que, durante a discussão deste projeto, havia um acirramento que, penso, hoje diminuiu muito. Havia CRM que se recusava a fiscalizar, V. Exªs lembram. Penso que, nesta semana, nós dois sentamos e ajustamos o projeto, o que, a meu juízo, é muito bom.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço aos Senadores.

O Senador Paulo Rocha pediu vista, e o Senador Eduardo Amorim, vista coletiva a este projeto. Fica adiada a discussão para próxima semana, quando será feita a apresentação da emenda proposta pelo Senador Paulo Rocha.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, ouvido o Plenário, pelo a V. Exª que pudéssemos discutir o item 8, que é terminativo, aproveitando o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador.... Não, não, o quórum...

Temos que votar dois que já foram apresentados; em seguida, o seu, terminativo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ótimo, obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos votar agora o item 5, cujo relatório foi apresentado pela rejeição, da Senadora Fátima Bezerra, ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2013, do Senador Ciro Nogueira, que estabelece restrições ao comércio de produtos químicos com elevado potencial corrosivo sobre a pele e as mucosas.

A Senadora fez uma argumentação muito precisa, mostrando que a responsabilidade dessas decisões é da Anvisa, portanto, pela rejeição da matéria. Como a votação é nominal, vou fazer a chamada. Quem concorda com o relatório da Senadora Fátima Bezerra pela rejeição vota "não" ao projeto.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a relatoria, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Fátima Bezerra, voto conhecido.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com a Relatora. Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Lídice da Mata, não chamei?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É por conta da...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ...da Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, foi por conta da votação da Senadora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas eu sou a suplente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vamos computar os dois votos? Não, não é regimental.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Só um.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada às duas Senadoras.

Por unanimidade, acompanharam os Senadores o voto favorável ao relatório da Senadora Fátima Bezerra.

O projeto foi rejeitado e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federa*l.

Vamos votar agora... Peço a colaboração das assessorias dos colegas Senadores ao Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, com relatoria do Senador Romário, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n º 522, de 2013, e das quatro emendas apresentadas.

Esse projeto dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.

O relatório do Senador Romário foi pela aprovação com as emendas que apresentou, da Comissão de Educação, Emendas nºs 1 e 2.

Em discussão o projeto do Senador Romário. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto relatado pelo Senador Romário, de autoria do Senador Alfredo Nascimento.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Romário, Relator, voto conhecido.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está... Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Walter Pinheiro; Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2013.

Submeto as Emendas.

Os Srs. Senadores acompanham as Emendas nºs 3 e 6 da CAS? (*Pausa.*)

Acompanham.

Então, o resultado é a aprovação do Lei do Senado nº 522, de 2013, bem como as Emendas nºs 3 e 6 da CAS, com aquiescência do Plenário para acolhimento dessas emendas.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para, em caso da morte do titular de plano privado de assistência à saúde, assegurar aos dependentes o direito à manutenção das condições contratuais e à redução proporcional da contraprestação pecuniária.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2014.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, Senador Ana Amélia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2014, da Senadora Vanessa Grazziotin, é da maior importância. Ele altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para, em caso da morte do titular de plano privado de assistência à saúde, assegurar aos dependentes o direito à manutenção das condições contratuais e à redução proporcional da contraprestação pecuniária.

O PLS também eleva para elevar o limite superior da multa a ser fixada e aplicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar em decorrência de infrações de R$1, 0 milhão para R$4,0 milhões.

Nos termos da justificação da proposição, quando ocorre o óbito do titular do plano de saúde, as operadoras frequentemente buscam impedir que os dependentes continuem a usufruir dos planos nos termos

contratados pelo falecido, impondo aos dependentes a contratação de produtos muito mais caros e menos protetivos.

Então, como disse, esse projeto vem em boa hora. A Senadora Vanessa Grazziotin apresenta. Ele vem ao encontro do interesse do consumidor, do usuário do plano de saúde.

A Agência Nacional de Saúde nos procurou – ainda há pouco, conversávamos com a Senadora Vanessa, autora do projeto – pedindo que não fizéssemos o relato hoje. Quero lembrar à Agência Nacional de Saúde que ela é uma agência reguladora, tem por objetivo regular o atendimento do setor privado na área de saúde – logo na área de saúde! – e proteger o consumidor, defender o consumidor. O que ocorre, na realidade, é que os planos de saúde figuram do topo das listas de reclamações dos órgãos de defesa do consumidor.

Por que eles são contrários ao projeto da Senadora Vanessa Grazziotin? Porque o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin e o nosso parecer favorável, como Relator, protege o consumidor quando, no óbito do titular, os dependentes possam continuar usufruindo do plano nas mesmas condições, sem reajustes, sem ter que fazer planos novos, e continuar pagando.

Os planos de saúde querem tirar isso dos contratos coletivos, empresariais, deixando só para os contratos individuais. Ocorre que ninguém mais, hoje, faz plano individual; nenhuma empresa de assistência à saúde contrata individualmente, só contrata de forma coletiva. Então, se colocássemos, no projeto da Senadora Vanessa, essa condição apenas para o plano individual, seria inócuo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, vamos cuidar do quórum. Eu acho que essa já é a conclusão do seu voto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É importante, primeiro, que os Srs. Senadores tenham o conhecimento da importância do projeto, e, depois, que a ANS ajude a aprovar o projeto, que é de interesse de todos os brasileiros, que hoje têm, nos planos de saúde, uma necessidade, pois, lamentavelmente, o Governo que aí está acabou com a saúde pública no Brasil.

Então, o parecer é pela aprovação.

Aproveito para parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin e peço às Srªs e aos Srs. Senadores que acompanhem o voto pela aprovação desse projeto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está em discussão o projeto, com o voto favorável do Senador Flexa Ribeiro ao projeto de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a autora e o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Acompanho o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator. O projeto é muito bom. Realmente o papel da Agência Nacional de Saúde é proteger o consumidor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Flexa Ribeiro, voto conhecido, Relator.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Srª Presidente, a autora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A autora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro, voto conhecido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, parabenizando tanto a autora como o Relator. É um belíssimo projeto que, com certeza, como disse o Senador Moka, protege mais ainda aquele que é mais frágil na relação entre conveniado e plano de saúde, que é exatamente o consumidor.

Como médico, profissional da saúde, sei muito bem o que é isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço a todos os Senadores pela objetividade.

Foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2014. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Acerca do último projeto – peço apoio dos senhores para deixar a pauta limpa –, peço a contribuição do Senador Paulo Paim para a relatoria *ad hoc* de um projeto relatado pelo Senador Marcelo Crivella, item 4 da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências, para tornar obrigatória a inserção, no Código de Ética Médica, de disposições para proibir os médicos e as sociedades médicas de receberem quaisquer tipos de pagamentos, incentivos ou benefícios dos setores de indústria e comércio de produtos para a saúde, de forma a garantir a autonomia profissional na prescrição ou indicação desses produtos.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2012.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc,* a quem agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, não dependemos de quórum?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temos quórum. Rejeição do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou ser muito rápido.

Aqui está toda a análise que faz o nobre Relator, e o projeto é totalmente inconstitucionalidade.

Vou à parte final: em face da inconstitucionalidade apontada sem nenhuma dúvida, não nos cabe abrir o mérito da proposição, porque ela não deverá examinada quanto a esse aspecto. Por isso, Srª Presidente, considerando que é inconstitucional, o Senador Crivella dá o voto pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Paim, pela objetividade. Esse é o chamado *fast track*.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Voto com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como vota o Senador Paulo Paim, Relator *ad hoc?*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatoria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Voto conhecido. Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dario Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dalirio Beber.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lídice da Mata. Ótimo, obrigada, Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Lídice da Mata. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Quero agradecer muito a todos os Srs. e Srªs Senadoras porque esgotamos a pauta. Um projeto foi retirado; outro, a Relatora pediu para que não fosse relatado.

Muito obrigada a todos.

Esta encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO NÚMERO 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos, do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Lídice da Mata, Fátima Bezerra, Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2011 - Terminativo - Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Valdir Raupp. Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para prorrogar de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo máximo de duração do estágio no mesmo concedente. Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014. Resultado: Rejeitado o Projeto. Relatoria: Senador Dalirio Beber. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Paulo Paim. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a matéria é retirada de Pauta para atender ao Requerimento nº 14, de 2016-CAS, aprovado Extrapauta, de iniciativa do Senador Paulo Paim, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador José Pimentel. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Vital do Rêgo. Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2014 - Terminativo - Autoria: Senador Marcelo Crivella. Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para disciplinar a hipótese de tratamento experimental como justificativa à negativa de cobertura por planos de saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2014. Resultado: Lido o Relatório, a matéria é retirada de Pauta para atender ao Requerimento nº 15, de 2016-CAS, aprovado Extrapauta, de iniciativa da Senadora Lídice da Mata, solicitando Audiência Pública para instruir o Projeto. A tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Relatoria: Senador Paulo Paim. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Eduardo Amorim. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, e das 3 (três) Emendas quer apresenta. Resultado: Lido o novo Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015. A Matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Disciplina a profissão de Agroecólogo. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia (Substituído por "ad hoc"). Relatoria "ad hoc": Senador Dalirio Beber. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015. Resultado: A Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Dalirio Beber, que lê o Relatório em substituição à Senadora Lúcia Vânia. A matéria é retira-

da de pauta para reexame do Relatório. EXTRAPAUTA - ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015 - Terminativo - Autoria: Senador José Serra. Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015. Ficam prejudicadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de prazo regimental (artigo 300, inciso XVI, RISF). A matéria vai a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Poderão ser oferecidas emendas no Turno Suplementar, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral. Relatoria: Senador Waldemir Moka. ITEM 11 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 14, de 2016. Autoria: Senador Paulo Paim. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o "PLS 220/2014 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências". Os convidados serão informados posteriormente. Resultado: Aprovado. ITEM 12 – Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 15, de 2016. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2014, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para disciplinar a hipótese de tratamento experimental como justificativa à negativa de cobertura por planos de saúde". Para o debate, indico: Representante da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS; Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON; Representante da Federação Nacional de Saúde Complementar – FenaSaúde; Representante da Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica – ABRACRO; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Conselho Nacional de Saúde; Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM; Representante da Associação Brasileira de Medicina - Ortomolecular – ABMO. Resultado: Aprovado. Fica adiado o ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 513, de 2015. Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Waldemir Moka, Dário Berger, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Elmano Férrer, Eduardo Amorim, José Pimentel, Walter Pinheiro, Benedito de Lira, Garibaldi Alves Filho, Ronaldo Caiado e as Senadoras Ana Amélia, Lídice da Mata, Marta Suplicy e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de nove itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos.

Nós temos número, Sr. Presidente, para iniciar a leitura dos pareceres. Como são todos deliberativos, não temos número ainda para deliberar. No entanto, se V. Exª concordar, nós poderíamos ir adiantando os relatórios e, na hora em que tivermos número para deliberar, voltaríamos àqueles pontos já relatados. Isso se nossos pares e V. Exª concordarem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu tenho, dois projetos de lei:

Quanto ao item nº 1: a Associação Brasileira das Indústrias me pediu um tempo porque eles estão conversando com a Anvisa no sentido de estabelecer um texto que possa ser consensual. E eu sempre aposto que, se isso for possível, é o melhor cenário.

Quanto ao item 4, que é o dos Mais Médicos, eu recebi somente agora duas contribuições, que julgo importantes, mas não tenho tempo nem segurança suficientes para simplesmente acolhê-las no meu relatório, de forma que eu queria pedir a retirada, de ofício, como Relator, do item 1 e do item 4.

Estou preparado – aí é um pedido extrapauta – para relatar um projeto do Senador José Serra, relativo à vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos. Nós o mandamos para a Comissão, ainda à noite, também por essa questão de tempo. A nossa consultoria e o pessoal só aprontaram... O meu gabinete trabalhou à noite ontem e ainda o enviou, mas não deu tempo – e eu entendo isso – para colocar na pauta. Então, eu pediria que pudéssemos inserir na pauta esse projeto sobre medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão extrapauta.

São os seguintes os itens retirados de pauta a pedido do Relator para reexame dos relatórios:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 106, de 2011
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer limites máximos de gorduras saturadas, trans e açúcares nos alimentos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório o envio, ao Conselho Regional de Medicina, de listagem dos tutores e supervisores dos médicos intercambistas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2014.
Observações:
- Em 06.04.2016, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.
- Votação nominal.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o item 3, de que sou Relator, se V. Exª concordar, estou pronto para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) –

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, de 2014
- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.
Relatoria: Senador José Pimentel.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2014, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Como ainda não temos número para a votação nominal, eu, de qualquer modo, concedo a palavra ao Senador José Pimentel para a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo à análise do projeto.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS discutir e votar o presente projeto de lei, em caráter terminativo.

A alteração que se pretende levar a efeito na CLT está relacionada ao campo do direito do trabalho, mais especificamente com normas de proteção à saúde e segurança do trabalhador a que se refere o art. 7º, inciso XXII, da CF, e ao Capítulo V do Título II da CLT que versa sobre a segurança e a medicina do trabalho.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta, estando apta a proposição para a sua regular tramitação, observada ainda a competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da CF.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria reservada a lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro.

No mérito, o projeto em análise avança na proteção conferida ao trabalhador brasileiro. A saúde e a segurança do trabalhador adquirem um novo prisma e não mais apenas a proteção individual é objeto de normatização, mas também e fundamentalmente o meio ambiente do trabalho.

A primeira alteração atinge o *caput* do art. 161, substituindo a citação do extinto cargo de Delegado Regional do Trabalho, por Juiz do Trabalho ou Auditor Fiscal do Trabalho.

Preferimos, entretanto, apenas atualizar esta disposição, substituindo o termo "Delegado Regional do Trabalho" por "Superintendente Regional do Trabalho e Emprego", que é autoridade máxima do Ministério do Trabalho e Emprego nas unidades da Federação. Portanto, trazer o Juiz do Trabalho para conduzir as delegacias regionais do trabalho ou superintendências, eu entendo que é invasão do Poder Judiciário no Poder Executivo. Por isso, prefiro manter o Superintendente do Trabalho na condução das superintendências estaduais.

A inclusão do Juiz do Trabalho não seria apropriada, pois prescinde da provocação da jurisdição pelo interessado, o que extrapola a esfera administrativa que tem a responsabilidade de adotar as medidas cabíveis em cada caso.

Por outro lado, não compete ao Congresso Nacional, em face de vício de iniciativa *ex vi* do fixado na alínea "c" do inciso II do § 1º do art. 61 da CF, fixar nova atribuição para a carreira do Auditor Fiscal do Trabalho. É competência privativa do Executivo mexer com a carreira única, e há decisões reiteradas sobre essa matéria no Supremo Tribunal Federal.

Além disso, a CLT prevê que a interdição é matéria reservada administrativamente à autoridade máxima do Ministério do Trabalho e Emprego de cada Estado ou do Distrito Federal, que é o Superintendente daquela unidade.

Assim, sugerimos que seja mantida a regra atual, a fim de se garantir uniformidade de procedimentos administrativos para esta finalidade, substituindo os termos "Delegado Regional do Trabalho" por "Superintendente Regional do Trabalho e Emprego", conforme abordagem anterior.

Frisamos também que o § 2º do art. 161 da CLT já dispõe neste sentido e assegura que a interdição ou embargo poderão ser requeridos pelo serviço competente da Delegacia Regional do Trabalho, atual Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e, ainda, por agente da inspeção do trabalho ou por entidade sindical, e o § 6º do mesmo artigo estabelece que durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo, os empregados receberão os salários como se estivessem em efetivo exercício.

Ou seja, na greve legal, os direitos trabalhistas, o salário, tudo é garantido; quando a greve é declarada ilegal, cabe à Justiça declarar as condições de pagamento, cabe ao Poder Judiciário assim definir. Não cabe, na lei, nós dizermos que, em caso de greve declarada ilegal, será preservado o direito ao recebimento de salário,

porque estaríamos invadindo a competência da Justiça do Trabalho. De acordo com as decisões do Supremo Tribunal Federal, cabe à esfera da Justiça que conduz o processo fazer essa definição. Tem sido, desde 1988, este o processo: o Poder Judiciário aparece como mediador dos conflitos, em especial o Tribunal Superior do Trabalho nos dissídios coletivos de âmbito nacional, e os tribunais regionais do trabalho no âmbito dos dissídios locais. Consequentemente, a condução desse processo, eu acredito... O que nós temos de acúmulo até então é razoável para conduzir esse processo, particularmente quando a sociedade brasileira passa por um momento de definição – consequentemente, haverá novos procedimentos. Mas, por enquanto, entendo que o que nós temos de acúmulo de 1988 para cá nessa matéria é suficiente.

Não parece adequado estabelecer obrigação compulsória para o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego remeter ao Ministério Público do Trabalho *ex officio* toda e qualquer documentação relativa a um processo de interdição ou embargo.

O Ministério Público, com sua lei de regência, a sua lei orgânica, tem o direito de acompanhar todo e qualquer litígio e dissídio, e todo e qualquer procedimento administrativo do Poder Executivo. Agora, entendo que não é razoável que o Superintendente Regional do Trabalho tenha a obrigação de mandar todo despacho que fizer para o Ministério Público, até porque muitas dessas decisões dizem respeito à condução de processo administrativo dentro da própria unidade. Não faria sentido mandar esse conjunto de documentos sem a manifestação de interesse do Ministério Público. Isso aumentaria a burocracia, retardaria a tomada de decisões e, ao mesmo tempo, aumentaria bastante o custo Brasil. Por outro lado, todas as vezes – como está na lei de regência do Ministério Público – que ele pedir, é obrigatório o encaminhamento imediato.

Toda norma legal que adentra as funções da Administração Pública encontra o óbice do vício de iniciativa nos termos do contido na alínea "c" do inciso II do §1º do art. 61 da Constituição Federal. Portanto, seria uma matéria de competência privativa do Executivo, e não de iniciativa do Congresso Nacional, conforme reiteradas decisões também do Supremo Tribunal Federal.

O art. 21 do Decreto nº 5.063, de 4 de maio de 2004, estabelece que as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, são unidades descentralizadas subordinadas diretamente ao Ministro de Estado, a quem compete a execução, supervisão e monitoramento de ações relacionadas a políticas públicas afetadas ao Ministério do Trabalho e Emprego na sua área de jurisdição, especialmente as de fomento ao trabalho, emprego e renda, execução do Sistema Público de Emprego, as de fiscalização do Trabalho, mediação e arbitragem em negociação coletiva, melhoria continua nas relações do trabalho, e de orientação e apoio ao cidadão, observando as diretrizes e procedimentos emanados do Ministério.

Não há, portanto, qualquer menção a este tipo de obrigação compulsória, até porque uma das funções do órgão é a mediação e a negociação coletiva que abrange também aspectos da medicina e saúde do trabalho.

Assim, não há razão para o acréscimo do § 7º ao art. 161 da CLT, o que não significa que a autoridade regional do Ministério do Trabalho e Emprego não adote tal providência como a de provocar o Ministério Público do Trabalho sempre que entender necessário.

O texto do § 8º, a ser acrescido ao art. 161, estabelece que em casos de flagrante necessidade, real ou putativa, qualquer do povo poderá adotar medidas preventivas destinadas a garantir a integridade física e psíquica de trabalhadores, de tudo comunicando imediatamente a autoridade federal competente.

Tal previsão legal é desnecessária e ainda gera uma obrigação para a pessoa que vier adotar alguma medida preventiva, pois assume a responsabilidade de comunicar imediatamente a autoridade federal competente. É exatamente a tarefa do Superintendente e do Auditor Fiscal do Trabalho fazer essa comunicação, não cabe transferir para qualquer um do povo essa competência, até porque muitas vezes ele não tem o conhecimento necessário para assim proceder.

Sugerimos a supressão do dispositivo, até porque estas medidas na maioria das vezes já são ações coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em articulação com o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal, como noticiado regularmente pela imprensa.

O § 9º que se quer aditar ao mesmo artigo consigna que, nas condições fixadas no § 8º anterior, será lícito aos empregados, individual ou coletivamente, suspender suas atividades até a eliminação do risco grave ou iminente, sem prejuízo de quaisquer direitos legais ou contratuais.

Na ocorrência de risco grave e iminente pode o trabalhador recusar-se a prestar seus serviços, uma vez que tal situação poderá trazer danos a sua saúde e principalmente a sua vida.

Contudo, este deverá comunicar imediatamente ao seu superior hierárquico, como destaca a Norma Regulamentar nº 9, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE:

9.6.3 - O empregador deverá garantir que, na ocorrência de riscos ambientais nos locais de trabalho que coloquem em situação de grave e iminente risco um ou mais trabalhadores, os mesmos possam interromper de imediato as suas atividades, comunicando o fato ao superior hierárquico direto para as devidas providências.

Tal situação também já foi reconhecida pelo Enunciado nº 6 do Seminário de Prevenção de Acidentes doo Trabalho (TRT 8°, Belém, 08 a 11.10.2012):

6) DIREITO DE RECUSA. SITUAÇÃO DE GRAVE E IMINENTE RISCO NO MEIO AMBIENTE LABORAL. VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA DO TRABALHADOR. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Deve ser garantida ao trabalhador, na ocorrência de circunstâncias ambientais nos locais de trabalho que o coloquem em situação de grave e iminente risco, a imediata interrupção da atividade profissional e a respectiva comunicação ao superior hierárquico para as devidas providências, sem qualquer prejuízo remuneratório. A não garantia do direito de recusa do trabalhador constitui violação das Normas Regulamentadoras (NR 9 – item 9.6.3), da Convenção nº 155 da OIT (arts. 13 e 19, alínea "f") e do princípio da dignidade humana do trabalhador (art. 1º, III, da CF), ensejando reparação de ordem moral, além das repercussões nas esferas civil, penal e administrativa.

O perigo grave e iminente também já foi objeto de apreciação no âmbito da Convenção nº 155 da OIT em seu art. 13, nos termos da citação constante do Enunciado acima, que possibilita a interrupção do contrato de trabalho quando verificado risco à saúde do trabalhador, dando início ao estudo do instituto ainda pouco conhecido chamado de greve ambiental:

De conformidade com a prática e as condições nacionais, deverá proteger-se de consequências injustificadas a todo trabalhador que julgar necessário interromper uma situação de trabalho por acreditar, por motivos razoáveis, que esta envolve um perigo iminente e grave para sua vida ou saúde.

Esse é o art. 13 da Convenção nº 155 da OIT.

Por outro lado, o art. 161, § 6º, da CLT, admite a paralisação do trabalho quando houver laudo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego constando que existe grave e iminente risco para o trabalhador. É que o dispositivo consolidado admite que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) interdite estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento, ou embargue obra, determinando as providenciais que devem ser adotadas para prevenir os infortúnios do trabalho. Para desenvolver essa interdição, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego contará com o apoio de autoridades federais, estaduais e municipais (§ 1º do art. 161), podendo a providência ser tomada a requerimento do serviço competente da Superintendência, de Auditor Fiscal do Trabalho ou de entidade sindical (§ 2º do art. 161 da CLT). Em decorrência da interdição ou embargo por motivo de irregularidades detectadas no ambiente de trabalho, os serviços podem ser paralisados e os trabalhadores receberão, pelos dias de paralisação, os seus salários normalmente, como se estivessem em efetivo exercício, como destaca o § 6º do mesmo dispositivo consolidado. O art. 161-A que se quer aditar pretende conceituar o meio ambiente do trabalho como sendo o microssistema de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica ou psicológica que incidem sobre o homem no seu local de trabalho ou em razão de sua atividade laboral, esteja ou não submetido ao poder hierárquico de outrem.

O conceito de meio ambiente do trabalho deve extrapolar o próprio limite normativo, uma vez que é praticamente impossível ajustar na norma todas as nuances compreendidas neste caso. Ao generalizar, o art. 161-A possibilita ao intérprete avançar na abrangência do conceito, desde que subsidiado pela regulamentação específica para cada caso, como são as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A Organização Mundial da Saúde – OMS define saúde como "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença". Portanto, o conceito proposto fica até um pouco aquém do ideal, ao não considerar a questão social. Portanto, a resolução da OMS é mais ampla do que o que se pretende incluir aqui no art. 161-A. Essa matéria é normatizada pelo Ministério do Trabalho e é incluída nos acordos e nas convenções coletivas de trabalho. Portanto, como esse artigo restringe o que já existe no Brasil e na OMC, nós entendemos que esse artigo não deve ser acolhido.

Tal disposição deve, portanto, sofrer um ajuste conceitual para se adequar aos elementos contemporâneos.

O art. 161-B obriga o empregador, de acordo com o estado atual da técnica, a implementar progressivamente as condições para o pleno bem-estar físico, psíquico e social de seus trabalhadores, notadamente por meio de inúmeras medidas preventivas.

Todavia, cumpre esclarecer que já existe normatizado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), nos termos do previsto na Norma Regulamentadora nº 7 (NR 07) do Ministério do Trabalho e Emprego que introduziu um "olhar coletivo" nos procedimentos da inspeção do trabalho na área da segurança e saúde, dando ênfase às questões incidentes não somente sobre o indivíduo (abordagem clínica), mas também sobre a coletividade de trabalhadores (abordagem epidemiológica), privilegiando o instrumental clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

Essa dupla abordagem configura-se como essencial para a inclusão das pessoas com deficiência no trabalho, por ter como objetivo a promoção e a preservação da saúde do conjunto dos trabalhadores, possibilitando a prevenção, o rastreamento e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados com o trabalho.

Portanto, esse art. 161-B, aqui proposto, dificultaria o que nós já acumulamos na relação capital e trabalho e nos normativos para incluir as pessoas com algum tipo de limitação no mercado de trabalho, inclusive com normas fixando percentuais mínimos para cada empresa, de acordo com a quantidade de servidores. Há um conjunto de itens relativos a isso sobre os quais esta Comissão tem se debruçado e apresentado propostas.

O comando do art. 161-B apenas enuncia obrigações ao empregador, que deverá implementar medidas progressivas visando o bem-estar de seus trabalhadores e pode ser ajustado ao que já existe no âmbito do PCSMO.

Neste caso, como não há obrigação imediata, sugere-se a necessidade de regulamentação via decreto e normas específicas que possam dar efetividade ao texto legal num determinado período de tempo. Além disso, o art. 161-B, nos moldes como proposto, poderá conflitar com as normas do direito previdenciário, especialmente no que se refere ao Fator Acidentário de Prevenção – FAP, que é um importante instrumento da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador.

O fator acidentário é um multiplicador que varia de 0,5%...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Pimentel, permita-me interrompê-lo por um minuto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O autor do projeto solicita o adiamento de sua votação para que se realize uma audiência pública. É o próprio autor, Senador Paim, que o faz.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, este Relator não tem nenhuma objeção, mas acredito ser importante que se dê conhecimento integral do parecer, até como forma de ajudar na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sim. Nada tenho também a objetar. Pediria apenas a V. Exª que, na medida do possível, resumisse o seu parecer na parte final, que ainda tem 12 páginas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Há duas laudas mais.

Sr. Presidente, esta é uma matéria muito complexa, objeto de muito debate entre os vários atores do Congresso Nacional e da sociedade, em relação à qual há muita divergência, até por conta de um olhar unilateral e não de um olhar amplo sobre o tema.

Eu pediria a V. Exª, como nós ainda não temos quórum para deliberar, que permitisse que este humilde Relator pudesse registrar todo o seu voto, até porque foi um trabalho minucioso feito com os consultores do Senado Federal. Eu aqui, Sr. Presidente, tenho feito várias reuniões com os consultores...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Prossiga V. Exª, com a proficiência de sempre e com o apreço do Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O fator acidentário é um multiplicador, que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu peço silêncio.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, tenho 22 anos de Casa. Tenho muito tempo. Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Mas o Presidente não tem tempo para isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sei disso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Peço silêncio aos senhores assessores e convidados para que o Relator possa se fazer ouvido e o debate se estabeleça.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O fator acidentário é um multiplicador, que varia de 0,5 a 2 pontos, a ser aplicado às alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho.

Sr. Presidente, reputo esse item como uma das maiores inovações que o Brasil fez no mundo acidentário e tive o privilégio de ser Ministro da Previdência Social quando o aprovamos por unanimidade, envolvendo os trabalhadores, os empregadores e o Estado nacional, o Ministério Público. Em seguida, essa matéria foi questionada no Supremo Tribunal Federal, que a declarou constitucional.

Qual é a lógica? Dividimos a economia brasileira em 19 ramos, cada ramo com um índice. A empresa que tiver um índice acidentário abaixo desse índice médio tem um bônus, chegando a zerar a sua contribuição para o SAT, Seguro Acidente de Trabalho. Agora, a empresa que tiver um número de acidentes desse percentual para cima tem um ônus. Com isso, temos reduzido significativamente o mundo acidentário no chão da fábrica, dentro da empresa.

Há um problema que o Congresso Nacional, Sr. Presidente, vai precisar enfrentar, que é o acidente de trajeto, ou seja, entre o local da moradia do trabalhador e seu local de trabalho, a sua ida e a sua volta, até porque a população brasileira se tornou eminentemente urbana, de 1988 para cá principalmente – esse processo se iniciou nos anos 50. Hoje, o empregador e os trabalhadores não têm como ter incidência sobre esse mundo acidentário de trajeto, porque é responsabilidade do gestor público, em especial o municipal. Esse índice de acidente de trajeto hoje é muito maior do que o índice de acidente no chão de fábrica, ou dentro das empresas. Esses dados estão consolidados ano a ano, CNPJ por CNPJ, de cada filial, de todo território nacional, sejam empresas nacionais ou internacionais que aqui operem. Tem caído, graças a Deus, significativamente, o mundo acidentário. Entendo que essa norma é muito mais ampla do que se pretende fazer nesse artigo da CLT.

A nova metodologia para o FAP foi fixada pela Resolução CNPS nº 1.316 – aprovada pelo Plenário do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS em 2010 e em vigor desde janeiro de 2011. Esta metodologia não trouxe qualquer alteração na contribuição das pequenas e microempresas, já que elas recolhem os tributos pelo sistema simplificado, o Simples Nacional.

Já o RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) representa a contribuição da empresa, prevista no inciso II do artigo 22 da Lei nº 8.212, de 1991, e consiste em percentual que mede o risco da atividade econômica, com base no qual é cobrada a contribuição para financiar os benefícios previdenciários decorrentes do grau de incidência de incapacidade laborativa (GIIL-RAT).

A alíquota de contribuição para o RAT será de 1% se a atividade é de risco mínimo; 2% se de risco médio e de 3% se de risco grave, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos. Havendo exposição do trabalhador a agentes nocivos que permitam a concessão de aposentadoria especial, há acréscimo das alíquotas na forma da legislação em vigor. A legislação previdenciária já estabelece também a necessidade de o empregador emitir o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT. Trata-se de um documento estabelecido e adotado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na comprovação da exposição aos agentes ambientais nocivos à saúde ou à integridade física do trabalhador. O objetivo do LTCAT conforme, determinado pelo art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social, é identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do trabalhador, para fins de concessão da aposentadoria especial.

Segundo a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o LTCAT deve conter informações sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual que diminua a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância e recomendações sobre a sua adoção no respectivo estabelecimento. Além disso, o art. 247 da Instrução Normativa INSS/PRES Nº 45, de 6 de agosto de 2010 estabelece que na análise do LTCAT sejam observados os seguintes aspectos: I – se individual ou coletivo; II – identificação da empresa;

III – identificação do setor e da função; IV – descrição da atividade; V – identificação de agente nocivo capaz de causar dano à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária; VI – localização das possíveis fontes geradoras; VII – via e periodicidade de exposição ao agente nocivo; VIII – metodologia e procedimentos de avaliação do agente nocivo; IX – descrição das medidas de controle existentes; X – conclusão do LTCAT; XI – assinatura do médico do trabalho ou engenheiro de segurança; e XII – data da realização da avaliação ambiental. Fazemos menção ao LTCAT, pois se trata de uma forma de subsídio que o direito do trabalho pode alcançar do direito previdenciário para a consecução da política de prevenção e preservação do meio ambiente do trabalho, como são os casos dos incisos deste art. 161-B.

Não há sentido sobrepor obrigações trabalhistas com obrigações previdenciárias se a finalidade é a mesma. O bom senso exige harmonização, padronização e racionalidade na aplicação das normas sociais, evitando-se, inclusive, regras conflitantes.

O que se depreende da legislação previdenciária é que a negligência, o desleixo, e a irresponsabilidade já são duramente "taxadas" pela Receita Federal do Brasil, e de forma progressiva, com tendência, inclusive, de aumento de alíquotas, de tal forma que não mais se admitirá a falta de uma política de prevenção de danos e neutralização de riscos.

A previsão de tal obrigação na legislação trabalhista corroborará com os esforços previdenciários na mesma direção.

Importante salientar que o foco da legislação previdenciária é a proteção do trabalhador e, na medida em que os empregadores diminuem ou eliminam totalmente o risco, são bonificados com alíquotas menores de FAP/RAT.

Na verificação da ocorrência de culpa ou dolo, o INSS tem buscado a responsabilização do empregador, inclusive via ação regressiva, quando ficar comprovado que sua conduta concorreu para o acidente de trabalho ou para a incidência de doenças profissionais que levaram o INSS a ter que arcar com benefícios de natureza previdenciária.

Quero, Sr. Presidente, aqui registrar que essa previsão legal vem de 1991, mas só em 2009 é que foi ajuizada a primeira ação regressiva contra empregador relapso que levou o seu empregado à morte no local de trabalho. Este era o Ministro da Previdência na época.

O rol de obrigações contidas nos incisos IV, V e VI do art. 161-B, já estão suficientemente previstas na legislação trabalhista ou previdenciária. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), no âmbito do Ministério do Trabalho, e o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, no âmbito da Previdência Social, são exemplos inequívocos neste sentido.

Não há sentido lançar no texto consolidado trabalhista novos conceitos, novas regras, sem que haja uma harmonização com tudo aquilo que já temos atualmente em matéria de proteção ao meio ambiente do trabalho e ao próprio trabalhador.

Trata-se de um esforço que deve envolver governos, trabalhadores e empresários na busca por um processo educativo que prime pela prevenção de acidentes e doenças profissionais além da salubridade do meio ambiente do trabalho.

O art. 161-C estabelece que o poluidor laboral é obrigado a internalizar os custos externos derivados da sua atividade, bem como a indenizar os danos causados ao meio ambiente em geral, aos trabalhadores ou a terceiros afetados por sua atividade, independentemente da existência de culpa própria ou de prepostos.

O dispositivo em tela é de maior complexidade legislativa.

Não há dúvida sobre a excepcional boa intenção do autor neste quesito, mas o tema merece uma reflexão que vai além da simples normatização da matéria.

Há que sopesar os efeitos econômicos e sociais destas medidas, assim como a sua confrontação com outros ramos do direito que já impõem severas restrições no que se refere às questões ambientais.

O direito do trabalho se orienta antes tudo pela possibilidade de conciliação, inclusive na esfera judicial.

Assim, também, não há como criminalizar, no âmbito da CLT, condutas e procedimentos que envolvem outras esferas do Poder Público, que seguem legislações específicas caso a caso.

O texto proposto é de tal amplitude, que a maioria dos empregadores poderá ser considerada culpada por qualquer eventualidade, que imponha algum tipo de risco à saúde de um ou mais trabalhadores, razão pela qual tal matéria deve ser tratada com mais serenidade no âmbito do Código Penal e não na esfera da CLT.

Além do mais, a matéria penal não comporta o rito processual que se aplica no âmbito da Justiça do Trabalho, sendo direito de toda pessoa ser processada e julgada pela autoridade competente (art. 5º, LXIII, da CF).

Em relação ao estabelecido no art. 201-C não há restrições para que as ações cíveis sejam julgadas e processadas pela Justiça do Trabalho que já detém esta competência nos termos do art. 114 da Constituição.

No que concerne a processar e julgar os crimes ambientais, mesmo que decorrentes do meio ambiente do trabalho, vislumbra-se um obstáculo constituído pelo inequívoco conflito de competência que se estabelecerá entre os Juízos Estaduais, e do DF, e os Juízos Federais, sem dizer que toda pessoa tem direito ao Juiz natural.

Assim, a par de todas estas considerações, e da relevância da matéria aqui discutida, resolvemos apresentar um substitutivo que tem o objetivo de harmonizar as legislações já existentes, excluindo-se aquelas disposições que possam gerar dúvidas ou obrigações sobrepostas.

Apenas para fins de ajustes terminológicos e de pequenos ajustes de redação, incorporamos a íntegra do art. 161 da CLT e não apenas os acréscimos sugeridos.

Assim, Sr. Presidente, o nosso voto é o seguinte: optamos pela aprovamos do PLS nº 220, de 2014, nos termos da seguinte emenda.

Quero registrar que a verdade de um povo depende muito da informação que esse povo recebe, e a nossa sociedade caminha cada vez mais para proteger o trabalho – e é correto –, proteger o meio ambiente, mas criando harmonia entre os vários códigos, as várias legislações, para que, no dia de amanhã, essa legislação não vire um festival de ações de advogados que primam pelo mercado.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei o substitutivo, com toda a humildade, para trazer ao debate desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é autor do projeto e, ao mesmo tempo, autor do requerimento de audiência pública a respeito do projeto em causa.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o relatório do nobre Senador Pimentel é um trabalho de qualidade, de fôlego. São 15 páginas, só isso já mostra que não há condição de votarmos esse tema. S. Exª mesmo reconhece, e eu também reconheço, o esforço que o ex-Ministro fez e tal complexidade.

Queria deixar bem claro, Sr. Presidente – no máximo, mais dois minutos –, que essa formulação do PLS 220, de 2014, que trata do meio ambiente de trabalho, foi construída pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), representando, segundo eles, todos os profissionais dessa área no Brasil.

Independentemente disso, cumprimento muito o Senador Pimentel, que poderia, até pelas ponderações que fez, apresentar aqui o seu voto pela rejeição do projeto, mas não o fez. Tentou usar aquilo que, no entendimento dele, seria possível e apresentou um substitutivo. No entanto, pela complexidade do tema, Sr. Presidente, e sei que o Senador Pimentel há de concordar, proponho uma audiência pública. Podemos combinar com S. Exª quantos e quem serão os painelistas para debater um tema tão relevante, que trata do meio ambiente do trabalho e, naturalmente, avança muito no próprio sistema judiciário, com toda sua relatividade em relação aos interesses dos trabalhadores.

É isso, Sr. Presidente. Solicito uma audiência pública – está aqui o requerimento – para que possamos debater o tema e, quem sabe, chegar a um grande entendimento, baseados na capacidade – e ninguém tem dúvida disso – do nobre Relator, Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente Lobão, gostaria de pedir vênia ao Senador Paim e ao próprio Senador Pimentel para que nessa audiência pública fosse incluído um representante da CNI, da Confederação Nacional da Indústria, para que esse debate de fato se aprofunde, e possamos ter ao final um entendimento e uma convicção com relação a esse importante projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, os nomes podem ser fornecidos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Posteriormente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Registro aqui a presença, entre tantos companheiros ilustres, do Senador Garibaldi, que é Presidente da Comissão de Infraestrutura. S. Exª já conta em seu currículo com uma coleção de presidências nesta Casa, merecidamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Agradeço a V. Exª e lembro que V. Exª tem também uma coleção delas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O requerimento do Senador Paim, já aprovado, tem o seguinte texto – para efeito de registro na nossa ata.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o "PLS 220/2014 - Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências".

Os convidados serão informados posteriormente.
Autoria: Senador Paulo Paim.

Nessas condições, a tramitação da matéria fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, aguardando, portanto, a realização de audiência pública em data a ser marcada.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para prorrogar de 2 (dois) para 3 (três) anos o prazo máximo de duração do estágio no mesmo concedente.

Autoria: Senador Valdir Raupp.
Relatoria: Senador Dalirio Beber.
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014.
Observações:
- Em 12.05.2015, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer contrário ao Projeto.
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber para fazer a leitura de seu relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 171, de 2014, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para prorrogar de dois para três anos o prazo máximo de duração do estágio no mesmo concedente.

Na justificação, o autor argumenta que a alteração proposta vai permitir que o estagiário tenha mais tempo na mesma empresa de forma a conhecer, com mais propriedade, suas estruturas e processos. Dessa forma, aumentariam as chances de empregabilidade ao final do período de estágio.

Distribuída à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em caráter terminativo, à CAS, o PLS recebeu parecer pela rejeição da primeira, não tendo recebido emendas.

Análise.

Nos termos do art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS opinar sobre proposições que tratem de relações de trabalho e assuntos correlatos. É o caso do projeto em análise, que dispõe sobre a ampliação do tempo de duração do estágio, que, indiretamente, tem impacto nas relações de trabalho.

De fato, sob um ponto de vista estrito, estágio é assunto de natureza educacional. Foi esse, aliás, o entendimento exposto no parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que se manifestou pela rejeição da proposição. Tangencialmente, no entanto, o tema gera impactos nas relações de trabalho, uma vez que é no ambiente laboral e no relacionamento com empregadores e empregados que se dá o processo educativo inerente ao estágio.

Sob esse ângulo, a ampliação do tempo de duração do estágio pode significar simultaneamente algo positivo do ponto de vista individual (para o estagiário que já está em determinada vaga) e uma desvantagem do ponto de vista coletivo (para os demais candidatos a estágio ou mesmo a empregos). Como frisou o parecer da CE, aumentar o tempo de duração do estágio significará uma redução das vagas para os candidatos a estágio, especialmente se considerarmos o crescimento do contingente de estudantes da educação superior nos últimos anos. Nem se fale da redução das vagas de empregos formais que, por via reflexa, pode também acontecer.

Certamente, um dos efeitos indesejados da relação de estágio é que ela se transforme, durante sua vigência, numa típica relação empregatícia, com a transferência aos estagiários de atribuições não condizentes com a natureza educativa do estágio. Com o intuito de evitar esse desvirtuamento, a lei estabelece que a manutenção de estagiários em desconformidade com suas disposições caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente. Julgamos que a alteração aventada pela proposição pode aumentar as chances de que isso aconteça, uma vez que, após dois anos, o empregador já terá estagiário bem treinado e apto a ocupar tarefas rotineiramente atribuídas aos empregados.

Portanto, em que pese à nobre intenção do Senador Valdir Raupp de proporcionar oportunidades para contratação dos jovens estagiários, consideramos que os efeitos secundários da proposta podem ser negativos em primeiro lugar para o estágio, como instrumento de educação; para as relações de trabalho no interior das empresas, tendo em vista o aumento da possibilidade da utilização da mão de obra dos estagiários em desacordo com a legislação; e, por fim, para o mercado de trabalho, num momento de crise econômica em que as empresas procuram formas de reduzir os custos da contratação de pessoal, o que pode levá-las a ceder à tentação de trocar os demais trabalhadores por estagiários.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que a proposição não apresenta problemas de conformidade com as normas constitucionais vigentes. Em especial, a iniciativa parlamentar é legítima, pois se trata de tema de competência da União e que não se encontra no rol de assuntos de iniciativa privativa do Presidente da República,

nos termos do § 1º do art. 61 da Constituição. Apesar disso, julgamos que, no mérito, a decisão mais acertada no momento é de seguir na trilha já aberta pela CE e não permitir a ampliação do prazo do estágio, sob pena de descaracterização desse instrumento.

Pelo exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014.

Este é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o projeto, que será nominal.

Quem vota com o Relator responderá "não", pela rejeição do projeto.

Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Paulo Paim: "não".

Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovado o relatório pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2014.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Rejeitado, portanto, o projeto.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para disciplinar a hipótese de tratamento experimental como justificativa à negativa de cobertura por planos de saúde.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Paulo Paim.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2014.
Observações:
- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, vou ler meu relatório iniciando já pela análise – não é longo e farei o possível para abreviá-lo.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Ainda em consonância com o art. 61 da Carta Magna, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela é permitida a Parlamentar.

Isso posto, consideramos não haver nenhum óbice.

Atualmente, o inciso I do art. 10 da Lei nº 9.656, de 1998, estabelece que os contratos de planos de saúde não são obrigados a prever a cobertura de tratamentos clínicos ou cirúrgicos experimentais. Outras exceções de cobertura estão previstas nos demais incisos desse artigo.

Sr. Presidente, o projeto em comento visa estabelecer dois requisitos para que um tratamento não possa ser considerado...

Pensei que era para pular este também. Sr. Presidente, eu quero abreviar no máximo o relatório. Esse projeto está em debate há um longo tempo na Comissão, mas vamos aqui para a última parte.

Muitos planos de saúde negam a cobertura a procedimentos que utilizam materiais ou tecnologias recentes, o que tem submetido vários pacientes a procedimentos médicos que já são considerados obsoletos frente à constante evolução e incorporação tecnológica no campo da saúde. Para negar a cobertura a esses procedimentos, as operadoras têm alegado que o emprego de tais tecnologias é experimental.

Nesses casos, geralmente não há mudança na terapêutica propriamente dita, mas, sim, na técnica utilizada, que conta com o emprego de materiais ou equipamentos que facilitam ou aprimoram o trabalho do médico, proporcionando incisões menores, maior segurança e rapidez do procedimento, menor morbidade pós-operatória, melhor estética, entre outras vantagens.

O Código de Ética Médica (CEM) – Resolução nº 1.931, de 17 de setembro de 2009, do CFM – define que compete ao médico aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente, além de determinar o que é direito deste.

Por fim, Sr. Presidente, com essas considerações, voto pela aprovação do projeto do nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu queria me inscrever para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O projeto, Sr. Presidente, é um projeto polêmico, extremamente polêmico, e importante, na medida em que traz dados novos para a discussão dessa questão. Por isso mesmo, nós deveríamos propor a realização de uma audiência pública na Comissão, para que o conjunto de Senadores e Senadoras pudessem votar com mais segurança. Eu acho que corremos o risco de liberar excessivamente, é preciso definir melhor o que é tratamento experimental e o que não é tratamento experimental. Então, nessa dimensão, eu gostaria de solicitar, de propor que fizéssemos uma audiência pública.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria concordar com a sugestão da Senadora Lídice da Mata. Penso que ela deu as razões corretas a respeito da matéria, de sua complexidade. Gostaria, inclusive, havendo aprovação da proposta da Senadora Lídice da Mata, pela realização de uma audiência pública, que fosse incluído, entre os convidados a falar, o Conselho Federal de Medicina.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Pela ordem. Eu também...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim. Em seguida, o Senador Ronaldo Caiado e o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ajudar, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Sou totalmente favorável também à audiência pública. Propuseram-me, e eu disse: "Olha, leio o relatório, e tenho certeza de que o Plenário vai apresentar o pedido de audiência pública." Só para colocar meu posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, para nós, profissionais da saúde, pior do que uma má remuneração é você ter o conhecimento, saber o que fazer para aquele paciente e, às vezes, não ter a condição mínima necessária de fazer, porque o plano de saúde não permite. Eu, Senadora Lídice, não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Parabenizo o Senador Marcelo Crivella e o Senador Paulo Paim pela ideia. Acho que devemos aprovar, sim, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria que fosse incluída nessa audiência alguém da área ortomolecular. Por exemplo, a área ortomolecular, no seguro de saúde do Senado, não é considerada – não pode porque é experimental e não sei por qual outro motivo. E, como a ortomolecular, outras áreas da Medicina são excluídas no que diz respeito ao direito dos associados de fazerem uso desses medicamentos e terapias. Eu não tenho nenhuma dúvida de que esse projeto é excelente, mas gostaria muito de participar dessa discussão e que houvesse um representante dessa área.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Indago ao Senador Ronaldo Caiado se deseja usar da palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu acolho a proposta da Senadora Lídice.

Existe aqui uma contradição entre a ementa e o texto. A ementa diz: "Para disciplinar a hipótese de tratamento experimental." Nesta Casa nós já temos as regras de uma cirurgia experimental. A cirurgia experimental tem que passar pelas etapas todas – isso é monitorado pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação – para que a técnica seja depois reconhecida. Nós, médicos, não podemos exercer uma prática ou uma conduta cirúrgica que seja experimental, a menos que naquele nível de pesquisa já se possa chegar a essa autorização.

O que na verdade o projeto quer dizer é outra coisa, por isso que existe uma falta de sintonia entre a ementa e o pensamento do nobre Senador. Ele está dizendo o seguinte. Existem as cirurgias que são reconhecidas, todas elas são praticadas, elas não estão mais no modelo experimental, elas já têm a autorização do Conselho Federal de Medicina e da Associação Médica Brasileira. Agora, o que ocorre é que os planos de saúde dizem: "Olha, em vez de eu fazer com o uso dessa aparelhagem, eu prefiro fazer uma abordagem direta." Aí, tudo bem, ele pode alegar que a utilização daquela aparelhagem, exatamente como a artroscopia ou como outro tipo de cirurgia via artroscópica... O plano de saúde pode não autorizar, mas não quer dizer que essa cirurgia seja experimental, ela é uma cirurgia que é reconhecida e praticada.

Então o que nós precisamos buscar nesse projeto do Crivella não é disciplinar o tratamento experimental, mas dizer: "Todas as cirurgias que são reconhecidas, são registradas e cujas práticas têm autorização do Ministério da Saúde e no Conselho Federal de Medicina, os planos não têm o direito de negar." Aí, tudo bem. Senão, vamos passar para uma regra... É como se eu amanhã imaginasse uma cirurgia – ela está numa fase experimental – e já pudesse colocá-la no rol das cirurgias para aquele tratamento. Isso não pode ser feito. Eu tenho que seguir toda uma rotina.

Nós temos um caso muito conhecido: a cirurgia bariátrica foi longamente discutida, é uma cirurgia já reconhecida, mas suas etapas todas não haviam sido apresentadas ao Ministério da Saúde. Com isso, essa cirurgia teve sua prática temporariamente interrompida – agora voltou novamente a ser autorizada.

Então, existe uma diferença entre o que é experimental e as técnicas que os planos de saúde não cobrem. Eu acho que é isso que precisamos colocar nesse projeto. Esta é uma ideia ao nobre Relator Paulo Paim: para que fique bem explicitado que não estamos autorizando nada que não tenha o reconhecimento de todas as etapas científicas de uma técnica cirúrgica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, acho que o Senador Caiado toca numa questão crucial, é importante atentarmos para isso. Não dá também para transformar a lei – aí o Senador Caiado tem razão – num conjunto de regras. Lei é uma diretriz, mas essa diretriz deve estar embasada no que determinam os órgãos que têm competência para isso. Não vamos poder listar tudo na lei, tampouco a capacidade de antever – não é, Caiado? – o que, por exemplo, as novas tecnologias vão introduzir nessa área no mundo cirúrgico ou na forma de atendimento ao paciente. Por isso que a remissão ou essa relação com os órgãos e com as entidades, como Conselho e Ministério da Saúde, toda essa obediência ao que efetivamente já está homologado e reconhecido, é fundamental para termos a certeza de que não estamos exigindo algo que não tem guarida legal.

Portanto, a provocação do debate é no sentido de se fazer essa leitura até auscultando, coletando onde efetivamente essas coisas já foram processadas, para ter embasamento maior para que o Relator possa adotar esse encaminhamento na lei, guardando sintonia com o que já temos consolidado no País.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, só quero deixar clara uma coisa: pesquisa e tratamento de voluntário em caráter experimental, eu acho que os planos de saúde não têm que pagar. Quem tem que pagar é o laboratório que está pesquisando e querendo aprovar determinado medicamento. Aí é em caráter experimental. Aí o custo durante o processo é por conta de quem está querendo aprovar uma nova droga. Não é exatamente o que o Senador Ronaldo Caiado colocou, é bem diferente. Mas eu chamo atenção

que os planos de saúde... É complicado isso. Se está na fase de pesquisa e há algum laboratório interessado em aprovar determinada medicação, os custos do procedimento são de quem tem interesse em registrar uma nova droga, um novo medicamento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente, apenas para confirmar a minha proposta. A própria polêmica que aqui se instalou torna claro, na minha opinião, que precisamos de esclarecimentos. Não tenho nada contra o projeto em si, mas acho que essas diferenças têm que ficar bastante definidas. A Justiça tem dado ganho de causa ao consumidor, àquele que já é usuário do plano de saúde, em geral. No entanto, é preciso definir isso claramente, para que não tenhamos que recorrer à Justiça sempre, mas que tenhamos um direito líquido e certo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senadora, a propositura de V. Exª foi apoiada por quase toda a Comissão. Sucede que V. Exª nos manda um requerimento não de audiência pública, mas de adiamento de votação. Eu sugiro a V. Exª que elabore outro requerimento, já então na forma regimental, requerendo a audiência pública.

Eu, desde logo, coloco-o em votação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu vou enviar um requerimento de audiência pública, Sr. Presidente, feito aqui rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Os senhores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com audiência pública, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com audiência pública e já com as autoridades convidadas.

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 15, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2014, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para disciplinar a hipótese de tratamento experimental como justificativa à negativa de cobertura por planos de saúde".

Para o debate, indico:
• Representante da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS;
• Representante da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON;
• Representante da Federação Nacional de Saúde Complementar – FenaSaúde;
• Representante da Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica – ABRACRO;
• Representante do Ministério da Saúde;
• Representante do Conselho Nacional de Saúde;
• Representante do Conselho Federal de Medicina – CFM;
• Representante da Associação Brasileira de Medicina Ortomolecular – ABMO.

Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Em votação, portanto, o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, não discordo, mas eu perguntaria algo à Senadora Lídice da Mata. Ela coloca a Unimed. A Unimed é uma cooperativa de médicos. Será que esses planos de saúde não têm uma associação que seja mais geral?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós podemos tirar essa Unimed – eu não encontrei na hora – e colocar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Porque a Unimed... Aliás, é uma cooperativa de médicos, mas acho que outros operadores de plano de saúde podem se sentir excluídos. Deveríamos chamar uma entidade que congregue todas as operadoras.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Há essa entidade, a Federação...
Eu acho que há duas entidades que poderiam... Tem a Federação? Então...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Poderíamos...
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Acrescentar.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Acrescentar. Já estão aí a Unidas e a FenaSaúde.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Exatamente.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Então retire a Unimed.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Retiramos a Unimed.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E retire também a Abramge.
O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Abramge.
A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Porque aí já contempla tudo, para não ficar tão grande.

É fundamental o Conselho Nacional de Saúde, a Agência Nacional de Saúde, o Conselho Federal de Medicina, as instituições de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Esta Presidência comunica que o item 6...
Atenção, Senadores!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – o Item 6 da pauta recebeu um ofício da Presidência do Senado solicitando o encaminhamento da matéria à Mesa para aguardar a deliberação de requerimento do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Pelo fato de o projeto encontrar-se pautado e instruído conforme preceitua o art. 266 do Regimento, esta Presidência consulta os Srs. Senadores quanto a darmos continuidade às deliberações dessa matéria antes de encaminhá-la à Mesa, como requerido.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, de 2015
- Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015, e das 3 (três) Emendas quer apresenta.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, entendendo o pedido do Senador Moka, quero relatar e parabenizar o Senador Eduardo Amorim por seu projeto, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o contrato de trabalho por prazo intercalado no setor de hotelaria.

O Senador Eduardo Amorim propõe, pelo seu projeto, alterar a CLT de tal forma que, no caso específico do projeto dele, no ramo da hotelaria, não haja necessidade de haver a demissão ou a suspensão do trabalho temporário por ocasião do término da alta temporada.

Nós sabemos que, na área da hotelaria, há um período durante o ano de alta temporada, no qual há o aumento do efetivo para atender à demanda e, terminada a alta temporada, na baixa temporada, esses que são admitidos para complementar o quadro de funcionários do setor são dispensados. Ora, cria-se – e a intenção do Senador Eduardo Amorim foi essa – uma mão de obra qualificada para o atendimento da hotelaria e

do turismo de modo geral, mas, ao final da alta temporada, ao serem dispensados, perde-se essa mão de obra. As empresas perdem a mão de obra já qualificada.

O que ele propõe? Que haja uma suspensão do contrato de trabalho e, no próximo ano, quando vier outra alta temporada, que esses funcionários possam manter o vínculo e retomar a atividade sem que haja a dispensa. No período entre as duas altas temporadas eles podem exercer outra atividade, é uma forma de manterem suas famílias.

O parecer é pela aprovação, mas com quatro emendas.

Nós propomos, como emenda ao projeto do Senador Eduardo Amorim, estender essa mesma condição não só para a hotelaria, mas para outras atividades em que há sazonalidade na necessidade de mão de obra temporária, para que elas possam também ter essa condição.

Então, as quatro emendas estão no parecer, o voto é pela aprovação com as emendas propostas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir a matéria.

Eu tinha entendido na sua votação, no encaminhamento que V. Exª fez como Presidente que o projeto iria para a Mesa e para a Comissão de Direitos Humanos após a votação.

Mediante o fato, Sr. Presidente, já que terá que ser apreciado e depende ainda de um parecer no plenário, eu peço vista, cumprimentando a iniciativa do autor e do Relator, porque podemos chegar a um entendimento e ele ser aprovado sem nenhum requerimento no plenário.

Então, acho que nós ganharíamos tempo. Peço vista. Vamos sentar com os dois, por quem tenho enorme respeito – eles sabem disso –, para tentar construir um acordo. Se construirmos um acordo, votaremos aqui já na semana que vem, sem precisar de votação, no plenário, do requerimento para ir para a Comissão Direitos Humanos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu agradeço a compreensão do Senador Paim e a melhora e amplificação do projeto que fez o Senador Flexa.

O objetivo, Sr. Presidente, é que não haja uma desvinculação, uma perda da relação entre o trabalhador e a instituição, o local em que ele trabalha. A questão da sazonalidade acontece, ocorre em muitos cantos. O objetivo aqui é facilitar e manter essa relação trabalhista, ou seja, desburocratizar mais ainda. O trabalhador não perde, o trabalhador ganha, a empresa ganha, porque continua o vínculo com aquele empregado qualificado.

Agradeço, mais uma vez, tanto ao Relator como a compreensão do Senador Paim. O objetivo é, cada vez mais, melhorar essa relação entre trabalhador e empresa.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, o projeto é de comum acordo, quer dizer, é preciso que as partes, para fazer isso, estejam de comum acordo.

Então, acho que isso é fundamental para a compreensão aqui de quem vai votar. O cara não é obrigado a manter, e o trabalhador não é obrigado a aceitar. Vai ter que ser de comum acordo isso. Não há prejuízo.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, acho que a ideia do Senador Amorim é extremamente positiva. Obviamente, o que traz a possibilidade – como disse muito bem ele – de aprimorar é exatamente a mão de um relator, a opinião, como agora fez o Moka, colocando exatamente aquilo que nós poderíamos quase chamar de opção. Portanto, não é uma obrigação.

Isso permite uma flexibilidade maior. Mas acho que a ponderação do Senador Paulo Paim, tentando contribuir, pode ser uma coisa boa. Porque ficam algumas perguntas, por exemplo, "feita a opção"...

Vários de nós aqui até tiveram a oportunidade de experimentar essa história de contrato suspenso. Tanto o autor quanto o Relator já adotaram isso no texto, e temos uma preocupação de o contrato suspenso não prejudicar o acesso a outra atividade por parte desse trabalhador. Portanto, já é uma questão basicamente resolvida. Então, nós vamos transpor isso da lei para as regras, que, inclusive, são fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho.

Nós também já experimentamos a segunda questão, meu caro Amorim. Eu, por exemplo, tive o meu contrato suspenso quando virei Parlamentar Federal.

Mas havia, por parte da empresa, no meu contrato suspenso, a contribuição para a Previdência. No tempo, inclusive, em que havia a suspensão – e também sem custo para a empresa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Não; ela era, nesse caso aí, determinante.

Eu, por exemplo, assumia uma parte dos fundos de pensão – meu contrato estava suspenso –, o que era, inclusive, a parte da empresa; não era feito o depósito pela empresa, eu fazia o recolhimento. E, no caso do INSS por exemplo, mesmo com o contrato suspenso, sem receber o pagamento por parte da empresa – o que

era normal, o meu contrato estava suspenso – eu também fazia o aporte da Previdência. Todo mês eu fazia o recolhimento da parcela que me cabia no latifúndio lá do pagamento para a Previdência Social. E outras parcelas do contrato de trabalho, coisas que competiam à empresa, eu era obrigado a fazer agora em dobro. No caso dos fundos, por exemplo, de pensão, todo mundo sabe que a participação sempre foi: a empresa entrava com dois terços e o trabalhador com um terço. Com o contrato suspenso, eu arcava com um inteiro. Portanto não tinha mais nenhuma participação. Então, são regras, entendeu, Senador Amorim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso aí. Então, essas questões vão terminar... Na opção, nesse caso aqui, nós estamos falando também de uma relação no mundo privado. Então, se vai estabelecer uma opção dessa, dar-se-ia aí também a oportunidade de essa opção não só e somente só ser a opção pela chamada manutenção da vaga, mas também a opção pela negociação das parcelas referentes a FGTS, INSS, enfim. Então, nós estaríamos abrindo, na prática, uma possibilidade de acordo – não mais coletivo – individual de trabalho sobre parcelas tanto remuneratórias, como previdenciárias, como da assistência... Portanto, era importante que pudéssemos ver como remeteríamos, no caso dessa lei, essa opção.

Então vamos lá. Se um hotel – como aqui foi muito bem exemplificado pelo Senador Flexa, que é quem vive sazonalidades, eu diria, extremas – resolve manter alguém porque esse alguém, para ele, é muito importante, sabendo que naquele período ele não vai poder contar, porque ele tem baixa taxa de ocupação, ele também faz um outro gesto, diz: "Nesse período, eu quero negociar com você o recolhimento da Previdência; se você alcançar outro emprego nesse período, eu cesso o recolhimento." Permitir-se-ia aí, ou seria adotada, digamos assim, uma prática em que você tivesse essa flexibilidade de suspender a cada período uma relação que é uma relação com um terceiro, ou seja, não é a relação entre os dois; é a relação com a Previdência, é a relação com o FGTS. Portanto, como poderíamos adotar isso no texto da lei.

Eu estou levantando ponderações aqui, indo ao encontro da ideia e, ao mesmo tempo, enxergando uma prática que eu até vivi enquanto profissional, ou seja, no período em que eu estive afastado, com o meu contrato suspenso do Sistema Telebras, meu caro, eu contribuía integralmente com o meu fundo de pensão. Portanto, aquilo era uma regra prevista na suspensão do contrato. E me era obrigado suspender o contrato de trabalho, porque eu tinha um mandato parlamentar que não permitia manter um contrato de trabalho. Imagine isso agora traduzido para um outro mundo, o mundo da relação privada ou outro. Então, como poderíamos permitir essas alternativas.

É isso. Tentei trabalhar mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Walter Pinheiro...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu acho que a presença aqui do Senador Walter Pinheiro agora tem que ser exigida. A presença do Presidente é despicienda, porque esta Comissão, eu tive muita dificuldade para conduzi-la hoje em razão da algazarra que aqui se formava. Mas quando o Senador Walter Pinheiro fala, o silêncio é absoluto, como convém – como convém.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso é bondade de V. Exª. Eu sou suplente. Estou vindo aqui no acaso da sorte. O titular não veio...

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é bem acolhido aqui.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero aplaudir a iniciativa do Senador Eduardo Amorim, e acho que nós já começamos a avançar em relação a essa proposta que ele acaba de apresentar a esta Comissão. Tanto é que a própria Senadora que aqui está teve a oportunidade de defender a tese dos salões de cabeleireiro no Brasil hoje, quando nós alteramos totalmente a forma de relacionamento para que aquelas pessoas que estão iniciando ali, que estão praticando, estão exercendo a sua profissão naquele salão, tivessem um tratamento diferenciado que permitisse a sobrevivência de muitos salões que estavam quase fechando, por não suportarem a sobrecarga tributária. E eu faço esse comparativo, por exemplo, com o que está ocorrendo hoje.

O Senador Eduardo Amorim vem de um Estado do Nordeste, como eu conheço bem também o Centro-Oeste brasileiro, e sabe que o Governo incentivou as pousadas, as pousadas rurais em pontos turísticos. De repente, todas elas também estão fechando, porque elas têm aqueles picos nos finais de semana ou algum feriado mais longo e, logo após, não têm como sobreviver. Ou seja, com essas exigências trabalhistas, o proprietário da pousada não presta um trabalho à altura e, ao mesmo tempo, é obrigado a manter uma folha de pagamento incompatível com a sua renda. Então, nós estamos vendo hoje o sucateamento e o fechamento de milhares de pousadas, principalmente no interior do meu Estado de Goiás. É impressionante o número de

pessoas que investiram nisso. A não ser a cidade de Pirenópolis, que tem o fluxo aqui de Brasília, o restante está totalmente sem condições de dar um atendimento mínimo.

A nossa Senadora Marta Suplicy teve um trabalho muito forte no momento da aprovação do projeto dos cabeleireiros ali no plenário do Senado Federal. Então, nós já tivemos algumas acomodações que são necessárias. Eu acho prudente esse avanço.

A fala do Senador Walter Pinheiro também busca conciliar outros pontos sobre os quais se pode chegar a algum entendimento.

É como na situação do seguro-defeso, ou seja, hoje todos nós defendemos aqui que haja aquele pagamento do seguro-defeso; o cidadão só pode pescar em determinada época; do contrário, vai se extinguir toda a produção; e o Governo paga. Ora, o empresário só suporta pagar no período em que ele está recebendo hóspedes; no período em que ele não pode ter ali hóspedes, nem a hotelaria é capaz de suportar, como é que ele vai pagar?

Então, é uma congruência de condições que são fáceis e compreensíveis.

Essa proposta apresentada pelo Senador Eduardo Amorim eu apoio, acho extremamente sensata, o meu Estado vai agradecer muito, a hotelaria rural vai agradecer demais, principalmente nos pontos turísticos.

Eu parabenizo V. Exª pela iniciativa, e a nossa posição é favorável.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para discutir, Presidente.

Eu estava pensando que talvez nós pudéssemos pedir um pouco da experiência, porque eu não sei como ocorre, mas eu vejo que existe isto, em países da Europa e também nos Estados Unidos: eles fecham grandes hotéis para reforma durante dois anos, dois anos e meio, três anos! E eu sei que as pessoas não são... Como é que eles fazem? Se você tem um *maître* de um hotel dessa categoria que está lá há 20 anos, você não vai pôr na rua, porque, até você dar um treinamento daquele nível, não vai... Há também garçons, um *staff* de cozinha. Então, como é que eles fazem com essas pessoas durante dois anos e meio? Não vão ficar ali à disposição, porque se derruba tudo; mas qual é a regra?

Eu acho que nós poderíamos... Exatamente porque países como a França são países com direitos trabalhistas muito duros. O trabalhador é protegido. Então, precisaríamos exatamente estudar de experiências já existentes para saber.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – ... é parecido.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O Senador aqui está dizendo que é parecido. Então, vamos lá ver como...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – É parecido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador Paim solicita vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vista coletiva concedida.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.
Observações:
- Em 03.11.2015, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE.
- Nos termos do artigo 282, combinado com o artigo 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Bem, é um relatório que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes.

Análise.

Não há impropriedades ou vícios regimentais.

Em relação à boa técnica legislativa, há algumas pequenas inadequações na disposição das linhas pontilhadas que substituem dispositivos, cujo teor não se pretende modificar.

Já, em relação ao mérito, apesar das louváveis intenções que motivaram a sua apresentação, acredito que necessitamos de alguns ajustes no projeto.

Conforme mencionado no relatório, o PLS sob análise pretende advertir os frequentadores dos centros desportivos sobre riscos do uso indiscriminado de esteroides anabólicos androgênicos (EAAS) ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.

O texto proposto dá a entender que o uso não indiscriminado, ou seja, o emprego controlado desses produtos, é prática aceitável entre atletas, haja vista que se pretende obrigar a afixar a advertência nas dependências de estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes.

Todavia, esses produtos – obviamente aqueles com registro na Anvisa para uso em humanos – são indicados unicamente para tratamento médico de endocrinopatias. Por conseguinte, do ponto de vista científico, não se recomenda o uso indiscriminado, tampouco o consumo controlado (não indiscriminado), de substâncias anabolizantes fora do contexto da terapêutica médica – tal como é o caso do uso com finalidade de apenas melhorar o desempenho em prática esportiva.

Por exemplo, o hormônio do crescimento – mais conhecido como GH, sua sigla em inglês – é um "peptídeo anabolizante" que somente deve ser utilizado no tratamento de doenças hipofisárias que cursam com deficiência da secreção do hormônio, cujas consequências são baixa estatura em crianças e alterações metabólicas e atrofia muscular nos adultos. Por sua vez, os análogos sintéticos da testosterona, um "esteroide anabolizante", estão indicados somente para reposição desse hormônio em homens com diagnóstico de hipogonadismo, ou seja, secreção deficiente de testosterona pelos testículos.

Então, não há indicação cientificamente referendada para emprego desses hormônios em situação diversa daquelas supramencionadas. Ou seja, o uso desses produtos sem indicação médica formal será sempre contraindicado e, por conseguinte, não há nenhuma recomendação para uso de tais substâncias no âmbito das atividades esportivas. Por exemplo, pré-adolescentes que tomarem algum desses anabolizantes sem receita médica e sem indicação médica, podem ter comprometido o crescimento. Homens e mulheres que tomarem também esses anabolizantes podem ver favorecidos tumores no fígado, alteração de colesterol, aumento de agressividade e mulheres e adolescentes também podem ter um engrossamento da voz, crescimento excessivo de pelos, perda de cabelo. Por uma advertência, não me parece a melhor ideia.

Não é por outro motivo que o art. 1º da mesma Lei nº 9.965, de 2000, determina que, para a dispensação ou a venda desses produtos, é obrigatória a apresentação e retenção, pela farmácia ou drogaria, da cópia carbonada de receita emitida por médico.

Assim, o PLS sob análise reconhece tacitamente a pertinência do uso desses hormônios por pessoas plenamente hígidas e praticantes de atividade física, desde que o uso não seja "indiscriminado". É um absurdo! O que é uso indiscriminado? Do mesmo modo, referenda o emprego de anabolizantes com finalidade exclusiva de aprimorar o desempenho de atletas.

Nesse sentido, a proposição contraria o que dispõe a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Publicado em 2005, esse diploma regulamenta questões referentes ao combate ao doping nos esportes. Dentre as violações às regras antidoping previstas no seu art. 2º, destaca-se a detecção de substância proibida ou de seus metabolitos ou de marcadores na amostra corporal de um atleta.

A gente acabou de ver uma tenista famosa que foi considerada culpada por estar ingerindo esse tipo de substância.

Por sua vez, o art. 4º do documento formaliza a validade da lista de substâncias proibidas no âmbito das atividades esportivas, elaborada pela Agência Mundial Antidoping (WADA, em inglês). Sua edição mais recente, publicada em janeiro de 2016, mantém a proscrição do uso de anabolizantes, sejam esteroides ou peptídeos.

Ressalte-se que, no Brasil, a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes já tem força normativa, após ser aprovada pelo Congresso Nacional em 2007.

Assim, conforme argumentado previamente, tais substâncias pertencem exclusivamente ao arsenal terapêutico da Medicina e, por esse motivo, devem ser criteriosamente utilizadas para tratamento de doenças que afetam o sistema endócrino. Seu emprego com finalidade estética, para aumentar a massa muscular ou para melhorar o desempenho, não está no rol das indicações lícitas dos produtos em questão.

Por esses motivos, apresentamos emenda substitutiva para tornar obrigatório aos estabelecimentos esportivos afixar, em suas dependências, mensagens informando que substâncias anabolizantes devem ser

utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, por conseguinte, não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica.

Por fim, pelos mesmos motivos apresentados anteriormente, somos contrários ao que propõe a Emenda nº 1-CE. Já no que diz respeito à Emenda nº 2-CE, seu teor foi abarcado no substitutivo, haja vista que, de fato, o §3º do projeto sob análise invade competência privativa do Presidente da República.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição das emendas referidas e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, com a seguinte emenda (substitutivo):

EMENDA Nº - (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 2015

Altera a Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tornar obrigatório para os estabelecimentos que especifica alertar sobre os riscos de usar substâncias anabolizantes sem indicação médica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a constituir seu § 1º:

"Art.1º.....

.....

§ 2º Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes afixarão em suas dependências, em locais de fácil visualização, mensagens informando que substâncias anabolizantes devem ser utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, desse modo, não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, eu acompanhei aqui. Até de forma muito brilhante a Senadora Marta Suplicy vai adotando preocupações e ponderações em relação a essa questão.

Eu só queria indagar acerca do desfecho, que é uma parte do texto no §2º do art. 1º, quando na prática faz a exigência da indicação médica.

Aí a gente poderia consultar os universitários de duas bandas: os universitários das receitas – os médicos – e os universitários da redação – os nobres advogados –, porque aqui o que se apresenta é: "não se recomenda o uso desses produtos sem indicação médica." Não poderíamos trocar isso daí por... A exigência da indicação médica, viu, Flexa, brincando aqui, outro exemplo, inclusive, dentro de casa, Amorim. Eu tenho netos trigêmeos. A médica que acompanha os meus netos, que nasceram com menos de sete meses, que ficaram 70 dias na UTI, portanto, enfrentaram uma baita luta para chegar ao mundo e já estão com três anos de idade. Um dos meus netos toma um composto, passado pela médica, que contém ômega 3, etc., mas a médica diz: "Isso não se aplica aos outros dois." Esse ômega 3, por exemplo, hoje se compra em qualquer *site*, não é nem mais em farmácia, supermercado. Ela ponderou isso: "Todo mundo tem mania de achar que esse composto serve..." Ela acha que é prejudicial aplicar o composto aos outros dois meninos, mas é fundamental para um deles.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador, acredito que é uma ponderação interessante, mas o autor do projeto, até onde entendi qual era o interesse dele, quer barrar nas academias de ginástica, onde vendem esses produtos.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – É isso que estou dizendo. Só estou consultando aqui para ver se a gente endurece um pouco mais, Marta. Em vez da recomendação, ir para a proibição, ter, inclusive, acompanhamento médico. A minha preocupação é essa.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – O projeto é complicado, porque a preocupação é que as academias vendem produtos proibidos de venda sem prescrição médica. Então, eles não podem vender, eles não são farmácia. Acho que não adianta propor exigir, porque já estão criminalmente envolvidos na hora em que fazem isso. Só que eles põem cartazes, pelo que entendi, incentivando. O que o projeto está fazendo é dizendo que isso tem de ter prescrição médica, não com eles lá...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Estou indo ao encontro do seu desejo, só estou pedindo para endurecer mais ainda, porque aqui ficou a expressão "não se recomenda".

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – "Os estabelecimentos esportivos e similares, academias de ginástica e clubes [...] que substâncias anabolizantes devem ser utilizadas exclusivamente no tratamento de doenças que cursam com a deficiência desses hormônios e, desse modo, não se recomenda [...]".

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Ele quer trocar "não se recomenda" para "exigir".

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Que se exija o uso desses produtos sem indicação...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Que se exija recomendação médica.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas aí é igual... Eu não sou contra, pode pôr. Dá para mudar agora? Não tenho nada contra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pode ser feita a emenda.

Senador Humberto Costa, enquanto a Senadora Marta readapta o seu parecer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Veja, eu sou, digamos assim, por uma visão, contrário a essa ideia de a gente aqui ficar proibindo, permitindo e tal, mas acho que esse projeto se enquadra naquilo que é o papel do Congresso Nacional quando legisla sobre esses temas, por exemplo, fazer uma recomendação, colocar cartazes, obrigar que se faça isso. Acho que está correto, é um projeto interessante.

Agora, acho que o que a gente está precisando, porque a lei de 2000 não deixa nenhuma dúvida sobre o que pode e o que não pode fazer: você só pode comprar esses medicamentos se tiver receita médica, tem que ser na farmácia. O que valeria a pena a gente cobrar da Anvisa era se é adequado uma academia de ginástica vender qualquer coisa, mesmo que seja um composto alimentar, alguma coisinha assim. Acho que não deveria, mesmo uma vitamina deveria ser vendida numa farmácia. Acho que se poderia aprovar o projeto como está, ele está bem, mas não sei se valeria a pena entrar nessa coisa de aqui fazer a proibição, até porque pode ser que, mais à frente, determinado tipo de composto seja absolutamente inócuo, comprove-se que não causa nenhum problema.

Agora, deveríamos cobrar da Anvisa que ela estabelecesse uma resolução que dissesse que academia não é lugar de vender nem remédio nem composto nutritivo.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Só suco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – No máximo, isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Proibindo as academias de os venderem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Proibindo de os venderem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu quero saber...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Acho que o projeto tem de ser aprovado do jeito que está.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Para discutir, tem a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Acho que se aprova do jeito que está, e vamos fazer um debate com a Anvisa sobre isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ou outra coisa. O projeto tem de ser aprovado do jeito que está. Não conheço ninguém que vá prescrever que o cara vai tomar anabolizante.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Com a palavra, o Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu quero parabenizar a Senadora Marta Suplicy pelo belíssimo relatório. Acho que devemos aprová-lo como está. Entendo a preocupação do Senador Walter Pinheiro, que está sendo mais duro, que está exigindo mais, mas acho que o relatório, como está, contempla, é duro também, é rigoroso também e atende.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Vamos proceder à votação, chamando a atenção dos Srs. Senadores para o fato de que a Senadora apresenta um substitutivo. Vamos proceder à votação do substitutivo oferecido pela Relatora, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que aprovam, portanto, o substitutivo da Senadora responderão "sim".

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Voto com o Relator, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – "Sim", Sr. Presidente, parabenizando, mais uma vez, a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy já votou.

Aprovada, em turno único, a Emenda nº 3, da CAS, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 120.

A matéria vai a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo.

Passamos a um item extrapauta, também terminativo.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 727, DE 2015
- Terminativo -

Altera as Leis nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e nº 9.782, de 23 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências, para dar transparência e previsibilidade ao processo de concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro.

Autoria: Senador José Serra.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015, na forma do Substitutivo que apresenta.

Durante o prazo regimental, foram recebidas duas emendas de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Em 9 de março de 2016, a Comissão de Assuntos Sociais realizou audiência pública para instruir o projeto de lei do Senado em causa.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Relator, Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, depois da audiência pública, eu fiz questão de ouvir todas as partes interessadas: o Presidente Nacional da Indústria Farmacêutica, a Anvisa e também o Senador autor. Conseguimos um texto que representa um consenso das partes envolvidas.

Por economia de tempo, vou passar à análise, uma vez que penso – claro que qualquer Senador pode discordar – que isso representa o consenso das partes envolvidas.

Análise.

Cabe à CAS opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde, conforme dispõe o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Constituição Federal atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência concorrente para legislar sobre esse tema.

Do ponto de vista da saúde pública, tem razão o eminente autor do PLS 727, de 2015, quanto à importância do registro de medicamentos como um instrumento efetivo de controle sanitário, capaz de garantir maior oferta de produtos seguros, eficazes e de qualidade. Concordamos também com sua opinião de que esse processo tem de obedecer a prazos condicionados à complexidade e aos benefícios sociais e econômicos de cada tipo de remédio.

Os prazos que o autor informou na justificação da matéria, referentes ao mês de fevereiro de 2015, mostram o tempo absurdo que a Anvisa leva para conceder o registro de medicamentos genéricos (997 dias), similares (850 dias), novos (512 dias) e biológicos (528 dias). Esse tempo é muito superior ao máximo de 90 dias determinado pela legislação.

O Senador José Serra também chama atenção para o fato de que os trâmites do registro carecem de previsibilidade e transparência, pois as empresas requerentes de registro não recebem um *feedback* atualizado sobre prazos ou sobre critérios de avaliação utilizados.

Diante do exposto, entendemos que a proposição tem grande mérito e potencial para aprimorar nosso ordenamento jurídico, combatendo os atrasos no processo de registro de medicamentos, aumentando a transparência das decisões da agência, garantindo aos cidadãos o direito de usufruir dos últimos avanços farmacológicos e beneficiando a saúde da população brasileira.

A Emenda nº 2-T, da eminente Senadora Lúcia Vânia, é igualmente pertinente e adequada ao objetivo de conferir maior racionalidade à atuação da Anvisa e respeito aos direitos do setor regulado e da população brasileira.

Acerca da Emenda nº 1-T, no entanto, é importante destacar que o objetivo do prazo mínimo de dois anos que consta do §4º do art. 21 da Lei nº 6.360, de 1976, é o de desencorajar os fabricantes que tenham obtido o registro do medicamento similar de optarem por não o produzir por razões de mercado. Assim, a supressão desse prazo mínimo de dois anos, proposta pela Emenda nº 1-T, é contrária ao objetivo primordial do projeto, que é o de aumentar a concorrência e reduzir preços no setor.

É o seguinte: há indústrias que registram o medicamento, mas, por dois anos, não comercializam. É como se fosse uma reserva de mercado, não dando espaço para que outros medicamentos possam entrar. Então, acaba com isso, não há reserva de mercado.

É importante ressaltar que, por meio da audiência pública, foram colhidos subsídios da própria Anvisa e do setor regulado. Tais contribuições evidenciaram a necessidade de introduzir alterações no texto do projeto, especialmente no que tange aos prazos definidos para as decisões finais nos processos de registro e de alteração pós-registro e às categorias de enquadramento dos medicamentos para a definição desses prazos, categorias estas que foram reduzidas de três para duas, conforme a metodologia, hoje, já empregada no âmbito da agência.

Por fim, além dessas mudanças originadas dos debates com a Anvisa e com o setor regulado, foi necessário corrigir falhas de redação e de técnica legislativa presentes no projeto, entre as quais, chama atenção a designação das alíneas presentes nos incisos do §2º, do art. 17-A, a ser inserido na Lei nº 6.360, de 1976, que foram nomeadas em uma sequência única, quando deveriam ter essa nomeação reiniciada em cada inciso do parágrafo. No substitutivo que apresentamos...

E, aqui, faço um parêntese: nunca gosto de apresentar substitutivo, sempre aproveito o autor, mas, neste caso, foi necessário um substitutivo, com a anuência, inclusive, da assessoria do próprio Senador José Serra.

No substitutivo que apresentamos, tais alíneas foram suprimidas, porque a racionalização do texto tornou desnecessário elencar as informações em alíneas.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda nº 1-T e pela aprovação do PLS nº 727, de 2015, na forma do seguinte substitutivo, que incorpora os aprimoramentos da Emenda nº 2-T.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Em discussão a matéria.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria só alguns esclarecimentos. O primeiro é o seguinte: no art. 12, §3º, está dito que: "Ressalvado o disposto nos arts. 17-A, 21 e 24-A, o registro será concedido no prazo máximo de noventa dias, a contar da data de protocolo do requerimento, salvo nos casos de inobservância, por parte do requerente, desta Lei ou de seus regulamentos."

Primeiro, isso é válido para medicamentos e outros produtos sob responsabilidade de registro por parte da Anvisa, ou só medicamentos?

Segundo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A responsabilidade é da Anvisa, e aí ele cria duas categorias – antigamente, eram três –: os de caráter extraordinário e a medicação comum, onde o prazo dos medicamentos de origem extraordinária serão menores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Não, estou perguntando se isso vale para cosméticos e outros produtos?

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não, não, só medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – É só medicamento, não é? O.k..

Outra pergunta: esse prazo, não tive, desculpe, oportunidade de estar na própria audiência que convoquei.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Fique à vontade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Mas pergunto: a Anvisa diz que esses prazos são suficientes para que se possa realmente fazer o registro? Não sei se V. Exª, de alguma maneira também tomou informações sobre os prazos, que, geralmente, outras agências internacionais fazem.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Os registros estão todos aqui no substitutivo e foi de comum acordo com a Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Não havendo mais quem pretenda discutir o projeto, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015, que tem preferência regimental.

Os Srs. Senadores que aprovam o substitutivo do Relator responderão "sim".

Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Ricardo Franco.

O SR. RICARDO FRANCO (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Aprovada, em turno único, a Emenda nº 3-CAS, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015.

Ficam prejudicadas as Emendas nºs 1-T e 2-T, de prazo regimental, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado.

A matéria vai à turno suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno desta Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A Emenda nº 2-T foi aprovada, a que foi rejeitada... (*Pausa.*)

Ah, desculpe. Foi aprovado o substitutivo. Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Perfeitamente desculpado.

Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2015
- Terminativo -

Disciplina a profissão de Agroecólogo.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015.
Observações:
- Votação nominal.

Em razão de dificuldades da Senadora Lúcia Vânia em chegar até aqui, eu indico o Senador Dalirio Beber como Relator *ad hoc* para proferir a leitura do relatório.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k., Presidente.

É um projeto de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, e a relatoria foi feita pela Senadora Lúcia Vânia. Cabe-me apenas a leitura do parecer da Senadora Lúcia Vânia.

Em análise, para decisão terminativa nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. A iniciativa pretende disciplinar o exercício da profissão de agroecólogo, estabelecendo requisitos mínimos, definindo atribuições e apontando objetivos a serem perseguidos por esses profissionais.

Na justificação à iniciativa, o autor afirma que a produção agropecuária "requer a presença de profissional em agroecologia, responsável pela definição, classificação e estudo dos sistemas agrícolas, pecuários e florestais de perspectiva ecológica, social e econômica (...)". Também registra que, em países europeus, os sistemas de produção sustentável fazem parte das políticas públicas do Estado e servem de modelo a ser implantado em outros países do mundo.

Destaca-se também, entre os argumentos que sustentam a proposta, que o Brasil é um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, e esse uso, que aumentou 700% nos últimos 40 anos, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), quando ocorrer sem o devido controle, pode "provocar sérios danos à saúde de quem consome o alimento produzido nestas condições e também do agricultor, que aplica o produto no campo".

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

A temática em análise, disposições sobre o exercício profissional dos agroecólogos, pertence ao campo do Direito do Trabalho e se inclui entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Está, também, relacionada entre os temas desta CAS, na forma do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com relação à iniciativa e à competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais. Também não identificamos aspectos jurídicos ou regimentais que obstem a aprovação da matéria. Ela está, em consequência, apta a fazer parte de nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao mérito do projeto, somos favoráveis à sua aprovação. O exercício das atividades na Agroecologia tende a se tornar fundamental no futuro. Trata-se de combinar a sustentabilidade com a segurança alimentar. Em última instância, está em questão a preservação da saúde, a reeducação alimentar e a qualidade de vida, a partir da produção dos alimentos saudáveis.

É sabido que há resistência à regulamentação de profissões.

Afirma-se que essas normas criam reservas de mercado e afrontam o dispositivo constitucional que prevê o livre exercício profissional. Ocorre que, muitas vezes, aos nos mantermos cegos e surdos às demandas das novas profissões, acabamos consolidando e legitimando o poder de grupos instalados em corporações antigas, que usam suas instituições para beneficiar e apoiar seus afilhados e associados. Nessas ocasiões, o livre exercício profissional acaba sendo, de certa forma, restringido, pois muitos trabalhadores, de novas especialidades, não conseguem acesso ao mercado de trabalho.

No caso da Agroecologia, o campo é promissor. Enquanto os agrônomos, via de regra, estão envolvidos com a produção agropecuária de larga escala – diga-se de passagem, um dos poucos setores que vem obtendo sucesso econômico na atualidade – há um largo espaço para o avanço na exploração de novos produtos alimentícios orgânicos, livres de agrotóxicos.

Temos uma diversidade florestal invejável a ser explorada com responsabilidade. O Brasil também tem uma variedade imensa de frutos e sementes que não chegam ao mercado por falta de uma produção satisfatória ou, quando chegam, não apresentam níveis mínimos de qualidade. Enquanto isso, os países vizinhos faturam com a exportação em larga escala e é neles que vamos buscar maçãs e até frutos cítricos.

A própria reforma agrária precisa demonstrar a sua viabilidade, como instrumento de emancipação do trabalhador rural, tornando-o um micro ou médio empreendedor de sucesso, consciente de suas relações com a natureza e com suficiência de renda familiar. Novamente aqui, o papel educativo e orientador dos agroecólogos é fundamental. Ao final, com a preservação da natureza e a agricultura sustentável, toda a sociedade terá motivos para agradecer.

Finalmente, em relação aos dispositivos que compõem o projeto, não temos reparo algum a fazer. Não há regras que imponham reservas de mercado ou que interfiram nas atribuições ou prerrogativas de outros profissionais.

Trata-se de um roteiro orientador para os profissionais da Agroecologia que merecem, em nosso entendimento, o reconhecimento profissional que, certamente, irá colaborar para que eles se organizem em associações e possam difundir em larga escala os seus conhecimentos.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima e de relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para se manifestar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, com absoluto e total respeito ao autor, nosso companheiro Cássio Cunha Lima, e à Relatora, Senadora Lúcia Vânia, eu queria abrir uma preocupação conceitual nisso aí.

Há mais ou menos uns dois anos, eu fiz um pedido para que nós organizássemos uma audiência pública que envolvesse o Ministério do Trabalho e outros segmentos para que nós fizéssemos uma discussão sobre esse tema da regulamentação das profissões.

Nós aqui, muitas vezes, fazemos discussões acaloradas, recebemos segmentos nos nossos gabinetes e, ao final, essas profissões criadas, elas terminam tendo os seus projetos, as suas leis vetadas pela Presidente da República e serão, por todos os Presidentes da República que se seguirem à Presidenta Dilma, porque essa é uma questão que é preciso o Senado e a Câmara dos Deputados se debruçarem sobre ela para que nós tenhamos alguns, digamos, parâmetros para fazer isso.

O parâmetro que normalmente é utilizado é: aquela profissão exercida por A ou por B ou por C pode redundar em dano à saúde da população, à segurança? É por essa razão que um engenheiro tem que ter uma profissão regulamentada, porque ele pode, na obra que faz, levar à morte dezenas de pessoas; um médico; um profissional da área de saúde; um policial.

Mas há determinadas profissões em que ou aquilo que está sendo proposto já é feito por outrem, e é o caso aqui... Acho que a Engenharia Ambiental e a Agronomia devem ter com essa profissão que se está propondo criar uma interface muito grande.

Será que é preciso haver essa profissão? Criar conselho, ter toda uma regulamentação burocrática? Ou não? Não estou falando especificamente dessa. Inclusive, na época quando nós suspendemos aqui a votação de projetos que tratassem de regulamentação de profissão, isso foi quebrado porque os *designers* se organizaram, vieram aqui. Votamos a regulamentação da profissão de *designer*. A Presidenta da República vetou, e o Congresso Nacional manteve o veto.

Enquanto isso, tem uma profissão que devia realmente ser regulamentada e que está esperando para ser votada aqui no plenário do Senado há muito tempo, que a de detetive particular. Parece ser uma coisa que não é importante, mas a quantidade de "arapongas" que existe por aí, trabalhando sem regulamentação, fazendo coisas ilegais, é enorme, e o Senado não vota isso. Esse pessoal pode usar arma? Que tipo de equipamento ele pode usar? Que tipo de investigação ele deve fazer? Estão imiscuindo-se na privacidade das pessoas sem qualquer regulamentação.

Então, eu vou pedir vista desse projeto – e nada contra o agroecólogo ou contra quem quer que seja –, para ver se a gente define alguns parâmetros para votar esse tipo de coisa, porque me parece que, muitas vezes, são coisas que redundam em um esforço enorme e, no final, a gente não consegue objetivamente ter um resultado.

Eu queria fazer essa ponderação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senador, eu tentei, quando Presidente, reunir – e estava até comentando com o ex-Ministro Garibaldi Alves –, porque é o que o Senador Humberto Costa acabou de dizer. Todo mundo quer ter a sua profissão reconhecida. Mas o Ministério do Trabalho entende que isso já está reconhecido.

Então, quando você faz uma coisa dessa, você restringe o campo de trabalho de outros profissionais. E aí vem o veto. Nós aprovamos aqui e logo em seguida vem o veto, porque é uma coisa que vai ter sempre parecer contrário.

E quanto a isso que o Humberto está sugerindo, eu tomei uma decisão: nós não vamos votar nenhuma regulamentação enquanto não tivermos essa reunião. Isso não foi possível, porque era difícil, não adiantava mandar representante, era preciso reunir os três ministros.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Então, eu acho que o pedido de vista do Humberto – desculpe, Marta, só para concluir – é pertinente e, quanto a essa questão de regulamentação de profissão, nada contra, absolutamente, até porque nós já voltamos outros casos aqui, mas é preciso, sim, ter um critério melhor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, vista coletiva.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de fazer uma ponderação; depois, a vista.

Eu queria ponderar a sua observação, Senador: "restringe campo". Mas o que a gente tem visto é que o corporativismo é danado também.

Foi citado *designer* de interior. O *designer* de interior não tem o diploma de arquiteto, ele não é um arquiteto, ele tem outra formação que o arquiteto. E aqui vimos um *lobby* danado... Conseguimos aprovar, é verdade, mas houve um *lobby* danado das corporações. Mas nós estamos aqui exatamente para isso. Estamos no fio da navalha o tempo todo. Vemos o que faz sentido e o que é corporativismo que não deixa avançar uma profissão nova.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu gostaria é de ter parâmetros. O Senador Dalirio só foi o Relator *ad hoc*, mas o parâmetro seria muito importante.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente Edison, só para dizer que, na verdade, esse tema, quando se trata de regulamentar profissões, sempre vem à baila. No entanto, eu não gostaria que o projeto que acabei relatando *ad hoc* tivesse a sua tramitação interrompida.

Agora, ele terá vista coletiva. Eu gostaria que ele entrasse na pauta da próxima reunião para que deliberássemos. E, aí sim, vamos tentar fazer uma reunião macro para definir como a Comissão vai tratar esses casos daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, é apenas para me associar a essas manifestações, a partir do que disse o Senador Humberto Costa, e dizer que há uma necessidade, realmente, de criar critérios. Por exemplo, agora, a intervenção do Senador Dalirio Beber é das mais legítimas, porque ele quer que o projeto dos agroecólogos seja apreciado. Ora, isso vai criar uma pressão sobre os que aqui estão, porque, dentro de uma semana, ninguém vai ter o poder nem o condão de regulamentar isso. Então, é preciso chegar a hora em que o Senado possa, realmente, criar critérios, no sentido de ver como enfrentar essa demanda corporativista.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu posso completar a fala dele? V. Exª me permite, Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Claro.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – E se nós tivéssemos uma reunião... Porque, no final, quem decide isso... Eu não sei se nós temos o poder, mas eu acho que está no Ministério do Trabalho. Talvez nós devêssemos conversar e chegar a um entendimento com o Ministério do Trabalho sobre quais os critérios que nós deveríamos, juntos, adotar. Não adianta nós aprovarmos aqui, porque vai uma recomendação do Ministério do Trabalho para a Presidente, dizendo que não é para aceitar. Então, eu acho que poderíamos, talvez, ter uma conversa, para entender primeiro os argumentos e, aí sim, adotarmos um critério nosso, após termos conversado com o Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu acho que essa sugestão da Senadora Marta se encaixa muito bem nesse debate. Eu até estava falando com o Senador Humberto aqui: eu lembro que, na Câmara dos Deputados, nós abrimos uma vez uma conversa com o Ministério do Trabalho, Senadora Marta, até por uma sugestão nossa, quando da questão da criação, principalmente, de conselhos e da questão de profissões. Na época, o que é que nós sugerimos? Que, em vez desse embate de haver um conselho profissional, o conselho tem que estar, na nossa opinião, vinculado ao resultado da atividade, e não ser o pressuposto básico para eu regulamentar uma atividade profissional, porque o conselho existe exatamente para dar garantia a outrem, e não só ao profissional, em que pese ele fiscalizar o profissional. Mas a tese dos conselhos é que eles assegurem, àqueles que têm a prestação do serviço de alguém, a possibilidade para você tentar interferir. Como é que isso interfere na vida, na sociedade, na economia, e quais são os impactos? E aí, na época, Senadora Marta, nós sugerimos que, em vez de conselho, você tivesse certificação de profissão. E isso é uma tarefa do Ministério do Trabalho. Não podemos ficar todo dia aprovando uma lei, criando uma profissão. Haveria a certificação da atividade.

E aí, de novo, vou falar de uma atividade que nós travamos a vida inteira e que é a minha função, inclusive profissional. Houve uma época em que nós estabelecemos um debate, no Brasil, em que nós tínhamos que ter conselho profissional. No início era muito pautado, até por conta do nome da função, que era "análise de sistema". Depois se passou para essa área de informática. Aí nós chegamos à conclusão de que não faria sentido você ter um conselho criado e essa profissão. E há atribuições dessa atividade que você termina engessando.

Ora, a Senadora Marta Suplicy pode, por exemplo, criar, na estrutura do gabinete dela, a partir da cabeça dela, um *software*, por meio do qual ela coloque o seu gabinete para funcionar. Ora, se eu tivesse essa coisa engessada, a Senadora Marta Suplicy, obrigatoriamente, teria que procurar um profissional, para ele desen-

volver um *software*, para poder obedecer a todo um processo de conselho e regulamentação, a fim de que ela tenha esse serviço.

Então, existem funções, existem atividades e coisas que perpassam isso. O Senador Humberto deu um exemplo, aqui, bem claro: será que a Agroecologia não é uma das funções de um engenheiro ambiental ou de um agrônomo que se especializa em Agroecologia?

Ou seja, essa coisa vai derivando da atividade, e não da profissão. Nós estamos pegando agora o que é atividade e transformando tudo em profissão. Nós vamos ter, agora, milhões e milhões de profissões a partir da atividade, o que é extremamente diferente.

Portanto, acho que o debate tinha que ser nesse sentido, até como podemos produzir, Senadora Marta, a partir desses conselhos do Ministério do Trabalho, talvez uma legislação que, de uma vez por todas, regulamente, regule, melhor dizendo, o que é uma certificação, como é o caminho para criar uma profissão e como efetivamente depende de conselho, para você acabar com isso.

Aí quem a compete tratar as atividades é o Ministério do Trabalho, que, aliás, Humberto, fazia isso, inclusive, até para registro de sindicato no passado. Uma atividade profissional era reconhecida pelo Ministério, para ter uma organização de classe ou não, a partir da análise exatamente dessas chamadas funções. Essas atividades, às vezes, entravam em choque, e o Ministério não autorizava haver sindicato de 300 atividades, mas sindicatos organizados por ramo de atividade, e não por um conjunto de atividades. Então, acho que é essa a diferença. Talvez fosse interessante esta Comissão dar uma boa contribuição para produzirmos um ordenamento jurídico nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bem, o Senador Humberto Costa...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Sim, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Permita. V. Exª há de dizer que, se fosse na Comissão de Infraestrutura, ele não teria tanta vontade de interferir, de cobrar.

Na verdade, se nós ficarmos só no debate, o debate é salutar, mas, veja bem, isso tem um efeito cascata. A partir do fato de o Senador Dalirio Beber querer uma definição dentro de uma semana, para ser votado o projeto do qual ele é Relator e cujo autor é o Senador Cássio Cunha Lima, isso cria realmente um prazo fatal, porque, vamos dizer, vamos abrir uma exceção para os agroecólogos, porque não vai dar tempo e vai ter que se examinar.

A rejeição, como está dizendo o Senador Waldemir Moka, será fatal. Não é uma tragédia anunciada, é uma rejeição anunciada. E não é justo que se possa tratar uma profissão apenas e fazer dela vítima desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bode expiatório.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Desculpe, Sr. Presidente, bode expiatório é uma expressão mais adequada.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente, qual seria o tempo necessário para proceder a essas consultas ou eventuais reuniões para votar o tema, para a apreciação da Comissão?

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Desculpe, Dalirio. Eu acho que transcende muito esse projeto que nós estamos discutindo. Eu acho que nós não deveríamos ter pressa. Nós deveríamos fazer um trabalho criterioso, bem feito e que ficasse, inclusive, para os que se seguissem a nós depois, porque é isso que está faltando. Senão, toda vez vai ser a mesma confusão. Agora, um trabalho desse, eu não tenho nenhuma ilusão de que vá ser feito em duas semanas.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É que, na verdade, nos anteriores, não houve esse vigor todo no sentido de dar um *stop* no andamento de um projeto quanto há no presente, mas, se for para o bem da Casa, do Senado e do Brasil, não vai ser o nosso projeto que vai ser impeditivo dessa conquista.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – É um amadurecimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe. Só para uma coisa. Senador Dalirio, não é da sua época, mas já houve, sim, aqui, muitos debates nesse tema. Os Senadores aqui que o antecederam... Eu cheguei, inclusive, a suspender e fazer uma pilha de projetos, enquanto não tivesse... Só que é difícil reunir realmente. Eu queria reunir aqui – talvez esse tenha sido o meu equívoco –, os três ministros com autonomia para dizer: "Não, as regras são essas aqui." Talvez essa sugestão do Ministério do Trabalho, ouvindo os outros colegas, pudesse trazer um critério que... Agora, evidentemente, a pressão vai existir. Eu me lembro desses dos *designers*, de arqueólogos. Nós votamos aqui profissão de vaqueiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Bom, eu acho que posso ter uma sugestão alternativa a tudo o que se observou aqui. Nós aprovamos regimentalmente, é uma previsão regimental, o pedido de vista, de vista coletiva.

Porém, podemos substituir, se o Plenário estiver de acordo, a vista coletiva por um pedido do Relator, se também estiver de acordo, de retirada do projeto que está em apreciação e votação, para que, aí sim, com mais tempo e não estando o projeto circunscrito a uma vista de uma semana, proceda-se a esse exame aprofundado da questão do princípio da criação de profissões.

Neste meio-tempo, nós convidaríamos o Ministro do Trabalho para que se manifeste aqui, no plenário desta Comissão, a respeito do princípio, e não deste projeto propriamente dito.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Sr. Presidente, nós resolvemos assim o projeto em discussão, mas por que nós não criamos uma subcomissão, com data fixa, prazo, etc., para fazer esse trabalho de forma mais substancial, que servisse como ajuda nos encaminhamentos futuros de situações semelhantes?

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – É possível também.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Vejam o quão difícil é para mim, que estou como Relator *ad hoc,* deliberar sobre um tema que teve um Senador que propôs, e uma Senadora, Lúcia Vânia, que fez a relatoria. Eu apenas li, mas como o espírito, o sentimento que vejo por parte de todos os Senadores e da Senadora Marta é no sentido de construir de fato um conhecimento maior com relação a essa matéria, não só do caso presente, mas também de todas as outras que, com certeza, já tramitam e outras que ainda virão tramitar, acho que podemos concordar para que de fato esta subcomissão possa, num prazo preestabelecido, conhecer melhor o assunto e, aí sim, podermos dar seguimento ao projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, a última vez também.

Pode ter dado outra ideia, quando eu disse aqui que votamos até a profissão de vaqueiro. Os vaqueiros lotaram as galerias e depois se viu que eles não tinham uma série de vantagens que, enquanto profissionais, teriam. Tem esse lado também. Lembro-me de que eles festejaram muito. Então, quando eu me refiro a eles, não o faço excluindo ou subestimando, o que quero dizer é que nós votamos já muitas e muitas profissões. Agora, o interessante seria termos um critério.

Essa profissão de vaqueiro, sobretudo no meio rural, é uma profissão dura, muito difícil, e muitas vezes as pessoas não recebem hora extra, não têm nada. Essa profissão, quando registrada, veio estabelecer normas e criar condições para que eles tivessem, a partir daí, garantias que eles não tinham. Era a correção que eu gostaria de fazer.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Mas é uma profissão que não precisou ter conselho profissional.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Reconheceu a atividade, reconheceu a profissão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente, é uma profissão sobretudo presente na Região Nordeste, a do vaqueiro, assim como no Mato Grosso.

Queria dizer que sou suplente da Comissão. Alguns poderão até dizer que esse suplente pouco vem aqui e, quando vem, quer interferir. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – V. Exª é suplente com todas as homenagens e todas as honras.

Vamos aproveitar a sugestão da Senadora Marta Suplicy com uma modificação, uma adaptação. Em lugar de uma subcomissão, que retiraria de algum modo desta Comissão as atribuições de estudar o assunto, nós criaríamos um grupo de trabalho. O Plenário autoriza, então, o Presidente a criar um grupo de trabalho e eu nomearei companheiros desta Comissão para fazê-lo, e o projeto fica retirado em lugar de vista coletiva.

Estamos, portanto, ampliando as possibilidades, em lugar de tornar adstritas a um prazo de apenas sete dias.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e sete de abril de dois mil e quinze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Edison Lobão reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Rocha, Ricardo Franco, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, José Pimentel, Ronaldo Caiado, Vicentinho Alves, e das Senadoras Ana Amélia, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015 - Não Terminativo - Autoria: Senador José Serra. Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, e das 6 (seis) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, com as Emendas nºs 1-CAS a 6-CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em Decisão Terminativa. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. ITEM 2 – Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015 - Terminativo - Autoria do Projeto: Senador Davi Alcolumbre. Ementa do Projeto: Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. Resultado: Não tendo sido oferecidas Emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo (Emenda nº 3-CAS) oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2015, é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Relatoria do Projeto: Senadora Marta Suplicy. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: ITEM 3 - Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 727, de 2015; ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008; ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2014; ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2015; ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2015; e ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 513. Usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Dalírio Beber, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Edison Lobão, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Patrícia Motta de Oliveira, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Edison Lobão, e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião se destina à apreciação de um item não terminativo e sete itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Srªs e Srs. Senadores, conforme definido em nossa última reunião, em 13 de abril, esta Presidência decidiu criar, com a ratificação do Colegiado, um grupo de trabalho para debater e estabelecer os parâmetros para a regulamentação de profissões no âmbito do Senado Federal.

Até o momento, integram o grupo a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Dalirio Beber e o Senador Walter Pinheiro.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores presentes, membros da CAS, se possuem interesse em compor esse grupo de trabalho. Poderão manifestar seu interesse agora ou depois.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, de 2015
- Não terminativo -

Cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PRO-SANTACASAS) para atender instituições filantrópicas e sem fins lucrativos que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, e das 6 (seis) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, de autoria do Senador José Serra, que tem o objetivo de instituir, no âmbito das instituições financeiras oficiais federais, linhas de crédito em condições diferenciadas para os hospitais filantrópicos que integram a rede complementar do Sistema Único de Saúde.

A proposta é composta por sete artigos e seis emendas.

O art. 1º define o escopo do PLS, já descrito, materializado pelo Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos.

O art. 2º define as duas linhas de crédito a serem disponibilizadas aos hospitais filantrópicos – uma para reestruturação patrimonial e outra para capital de giro.

O art. 3º autoriza a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

O art. 4º estabelece o limite do crédito passível de equalização para cada entidade beneficente, que será a menor entre as seguintes cifras: (i) o montante equivalente aos 12 (doze) meses anteriores de faturamento relativo a serviços prestados ao SUS; e (ii) o valor do saldo devedor de operações financeiras existentes na data da contratação.

O art. 5º limita o montante de recursos a ser empregado no PROSANTACASAS a R$2 bilhões por ano, a ser consignado no Orçamento Geral da União (OGU) nos cinco exercícios seguintes ao da aprovação da lei gerada pelo PLS em análise.

O art. 6º assenta que a concessão da subvenção de equalização obedecerá aos limites e normas operacionais a serem estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional quanto a custos de captação e de aplicação de recursos.

O art. 7º, cláusula de vigência, define que as disposições da lei proposta passariam a viger na data de sua publicação.

Análise.

Sr. Presidente, tendo a incumbência de relatar esse projeto, procurei o Governo para que pudéssemos estabelecer um pacto no sentido de facilitar a aprovação do projeto.

Tivemos aqui, pelo Líder do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, a iniciativa de chamar o Ministério da Saúde, para debater o assunto.

Fizemos duas reuniões com as pessoas indicadas pelo Líder do Governo e, posteriormente, uma vez que houve um impasse no entendimento em relação ao projeto, nós procuramos alguns especialistas nessa área e chamamos o Dr. Fernando Cupertino, que é o maior especialista em Santas Casas e faz parte do Conselho Nacional de Saúde e acompanha todos os desdobramentos dessa crise nos hospitais filantrópicos.

Posteriormente, tivemos duas reuniões no Ministério da Saúde, primeiro com a Drª Cleusa, que é a diretora regional dessa área e, depois, com o Dr. André, que é o diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência, do Ministério da Saúde.

Para apreciar o projeto, começamos a análise em cima das dificuldades do programa do Governo, o PROSUS, que foi criado exatamente para sanar os problemas das Santas Casas. No entanto, o PROSUS não respondeu àquilo que se propõe uma vez que, na operacionalização do programa, houve vários fatores que impediram o prosseguimento do programa. Então, nós partimos desses impedimentos do PROSUS para melhorar o projeto ou fazer com que o projeto fosse ao encontro dessas dificuldades.

Tivemos uma nota técnica, como eu disse aqui, do Dr. André, onde ele apontou algumas dificuldades no atual programa do PROSUS. Entre as dificuldades, ele colocou que o financiamento deverá prever a quitação das dívidas necessárias para as entidades filantrópicas que não possuem Certidão Negativa de Débito (CND). Então, era um círculo vicioso: os bancos não poderiam emprestar porque a entidade não tinha CND. Isso impossibilitava grande parte das entidades de chegar até ao programa.

Depois de uma série de pesquisas, chegamos à conclusão de que 50% das entidades já possuíam CND positiva. Mas, mesmo assim, procuramos usar o problema da CND como forma de melhorar o projeto e atacar o problema que inviabilizou o acesso das entidades aos financiamentos.

Para repactuação do contrato vigente com a instituição financeira ou consecução de novo financiamento, a entidade deveria possuir o CND, como eu coloquei aqui. No entanto, grande parte, segundo a Drª Cleusa, não possuía CND. Procuramos sanar esse problema.

A manutenção das condições atuais de prestação de serviços do Sistema Único de Saúde deverá ser contrapartida das entidades filantrópicas para consecução de financiamento, a fim de que não haja prejuízo

à população. Portanto, as entidades devem se comprometer a não reduzir o percentual de atendimentos praticados na data da assinatura do contrato em relação ao percentual de atendimento privado ou suplementar.

Uma das razões também que ele levantou foi que esse projeto deveria estabelecer que o atendimento da entidade na rede SUS não poderia ser inferior àquele do contrato.

O projeto de lei deverá abranger as entidades filantrópicas hospitalares e ambulatoriais. O projeto de lei também não poderá acarretar oneração para o orçamento do Ministério da Saúde.

Diante dessas observações feitas pelo Dr. André, nós propusemos seis emendas ao projeto para vencer essas dificuldades apontadas no atual projeto.

É importante observar que o projeto do Senador José Serra estabelece dois tipos de financiamento: um para infraestrutura hospitalar e outro para o capital de giro.

A emenda que nós oferecemos propõe que a entidade não precisaria estar com a CND em dia, mas teria como responsabilidade apenas pegar o financiamento para pagar a dívida. Uma vez paga a dívida, ela obtém a CND imediatamente.

Então, essas foram as modificações que nós fizemos. Acredito que, com essas observações, nós podemos ter um projeto que venha atender as necessidades.

Outra emenda que coloquei aqui é a que não permite que o atendimento seja inferior àquele já praticado no projeto.

Outra situação é que o dinheiro para financiar esse projeto não saia do Ministério da Fazenda. Então, nós colocamos – já tinha sido colocado pelo Senador José Serra – que esse recurso seria do Orçamento da União, independente do atual orçamento da saúde.

Então, levando em conta todas as observações que foram feitas pelo Ministério da Saúde, principalmente com a ajuda fundamental do Dr. André Muniz, que é do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência do Ministério da Saúde, nós pudemos aprimorar o projeto, e acredito que hoje ele atenda todas as dificuldades que o PROSUS não venceu no que concerne à necessidade de apresentar uma solução para os hospitais filantrópicos, especialmente as Santas Casas.

Foi reforçado que grande parte do problema das Santas Casas está no endividamento. Inclusive, ele coloca uma tabela na qual demonstra que o grande gargalo que hoje afeta as Santas Casas está exatamente nos empréstimos que foram feitos e nos altos juros que foram pactuados. Assim, a entidade se vê obrigada a cumprir aqueles compromissos com o banco, o que faz com que esteja nessa situação de caos a que nós estamos assistindo.

Portanto, pelas razões expostas e com as seis emendas apresentadas, somos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Srªs e Srs. Senadores, num projeto dessa envergadura, nós temos tido, como prática, realizar aqui audiências públicas para debatermos e nos informarmos. Mas a Senadora Lúcia Vânia encontrou um caminho alternativo bastante eficaz, que já foi usado algumas vezes aqui, embora raramente se faça isso. Ela debateu o assunto no seu próprio gabinete com autoridades vinculadas à questão e chegou a conclusões de Relatora adequadas, apresentando, no caso presente, seis emendas que melhoram o projeto. Estou, com isso, exaltando a forma pela qual a Senadora encaminhou a solução dessa propositura, cujo autor é o Senador José Serra.

Em discussão a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, como V. Exª já colocou, eu quero aqui parabenizar a Senadora Lúcia Vânia pelo parecer.

Srs. Senadores, esse é um projeto da maior importância, o projeto do Senador José Serra, que entende do problema de saúde por ter sido Ministro da Saúde – e um grande Ministro da Saúde – no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse é um problema crônico das Santas Casas, das instituições filantrópicas. No próprio texto do projeto, o Senador José Serra já demonstra isso. Ele coloca aqui, inclusive, que o passivo das Santa Casas, em 2015, correspondia a um montante da ordem de R$21,5 bilhões.

A proposta para o apoio financeiro, para resolver ou minimizar essa situação das Santas Casas estabelece um montante de recursos da ordem de 2 bilhões por ano a ser consignado no Orçamento Geral da União durante cinco anos. Então, eu acho que, pelo montante da dívida, é insuficiente para resolver as dificuldades das Santas Casas.

O parecer da Senadora Lúcia Vânia, com as reuniões que ela realizou para tratar do assunto, propõe várias emendas que são importantes também, enriquecendo o projeto do Senador Serra. Mas ela retira da obrigatoriedade, para efeito de acesso ao financiamento, um plano de reforma administrativa, ou seja, de reestruturação, a exigência da apresentação desse plano por parte das Santas Casas de Misericórdia, que faz parte do

projeto do Senador José Serra. Ela aumenta os juros, aqui, de um ponto percentual para um ponto dois sobre o saldo devedor das operações.

O próprio Senador José Serra, no seu projeto, já indica o problema maior das Santas Casas, que têm um atendimento quase que, na sua totalidade, do sistema SUS, que há dez anos não tem a sua tabela reajustada. Então, as Santas Casas, as entidades filantrópicas vivem efetivamente aumentando o seu passivo, porque não cobrem os custos nos atendimentos. E elas representam efetivamente o grande suporte para os necessitados do sistema SUS no seu atendimento de saúde.

Eu sou a favor do atendimento, e eu diria até emergencial, às Santas Casas de Misericórdia. É necessário que haja um atendimento, mas que se aprofunde com o autor e com a Relatora uma solução que venha a equacionar o problema em médio e longo prazo. Não vamos aqui...

O paciente está com uma doença. As Santas Casas, como o paciente, estão com uma doença gravíssima. E nós não vamos curar essa doença dando um antitérmico para curar a febre; nós temos que resolver a origem da doença, ou seja, o mal em si.

Então, eu vou pedir vista, vou conversar agora com a Senadora Lúcia Vânia, com o Senador José Serra, de tal forma que a gente encontre uma solução que venha realmente resolver, mesmo que emergencialmente, mas que, em médio prazo, resolva definitivamente o problema das Santas Casas de Misericórdia, que não podem deixar de ter o apoio não só no Congresso, não só nosso, dos Parlamentares, mas o apoio de todos os brasileiros.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, em seguida, V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – É só para responder ao Senador Flexa Ribeiro, para ter uma visão. Primeiro, esse projeto é um projeto emergencial. Segundo, a dívida total por segmento é a seguinte: sistema financeiro, 56% da dívida está com o sistema financeiro; fornecedores, 17%; impostos não recolhidos, 12%; passivos trabalhistas, 7%; salários e honorários, 8%. Então, quanto à distribuição da dívida das Santas Casas, grande parte, 56% do total é relativo à dívida com o sistema financeiro.

O projeto visa resolver primeiro o problema do sistema financeiro, para, depois, adaptar às exigências do Ministério da Saúde, porque, sem resolver o problema do sistema financeiro, nós vamos ficar patinando no mesmo lugar. Isso porque, na verdade, se for exigido que ela faça a reestruturação antes de resolver o problema da dívida, ela não tem como fazer essa reestruturação. Essa reestruturação só poderá vir após se resolver o problema da dívida e ela ser inserida nos programas do Ministério, de acordo com aquilo que se estabelece nos projetos de contratualização.

Então, hoje, por exemplo, grande parte das entidades não chegam à contratualização, porque elas não podem se reestruturar em função da dívida que elas têm com o sistema financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, já foi solicitado vista, e eu peço vista também – portanto, vista coletiva.

O projeto é fundamental, de extrema importância. Como disse a Senadora Lúcia Vânia, é um projeto emergencial, mas tudo isso é um analgésico, não vai curar, sabemos disso. É apenas um paliativo. A cura vem do pagamento justo, com a correção da tabela do SUS. Não podemos nos esquecer disso. Senão, vamos inventar, criar, todos os anos, paliativos como este. Sabemos da importância das Santas Casas dentro do adequado funcionamento do SUS. Agora, o Governo também tem de fazer a parte dele. Como é que temos uma tabela do século passado ainda, com uma inflação como esta que nós estamos vivendo? É pedir para que as Santas Casas sejam desonestas, sejam incorretas! Tirar de onde? Elas têm de atender, é tudo urgência, é tudo emergência, é a vida ou a morte. O Governo tem de fazer a parte dele.

Agora, vamos buscar aqui, com certeza, o melhor caminho. Com certeza, esse é um recurso bem empregado. Esse é um dinheiro que irá salvar não só as Santas Casas, mas, com certeza, irá salvar a vida de milhares de brasileiros.

No meu Estado, Sr. Presidente, praticamente um dos poucos hospitais que funcionam verdadeiramente no interior é uma Santa Casa, que funciona 24 horas. Eu dava plantão, Senadora Lúcia Vânia, 24 horas lá.

É uma situação emergencial de extrema importância, mas é preciso também olhar o outro lado, como disse o Senador Flexa Ribeiro, e o Governo fazer a parte dele. O Governo não pode pedir que ninguém seja desonesto, o Governo tem que, realmente, procurar meios de proporcionar uma saúde digna para todos nós, brasileiros.

É um projeto extremamente meritório, um projeto daqueles que, realmente, vêm ajudar muito a manter viva essa esperança de muitas famílias brasileiras, com as portas das Santas Casas abertas, pois elas padecem neste momento.

Eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O Senador será em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aproveito para manifestar a nossa admiração pela iniciativa do Senador Serra no sentido de tratar, mais uma vez, de um assunto que é premente no Brasil. E também parabenizo a Senadora Lúcia Vânia, que trabalhou, com seriedade e em profundidade, para aperfeiçoar o instrumento que foi de autoria do Senador José Serra.

Na verdade, as preocupações do Senador Flexa, de fato, são no sentido de fazer com que essas Santas Casas pudessem apresentar projetos de reforma administrativa que permitissem que a remuneração dos serviços, através da tabela do SUS, fosse suficiente para, de fato, haver uma prestação de serviços em saúde com qualidade. No entanto, não é o que acontece, lamentavelmente, em função da defasagem brutal que existe na tabela do Sistema Único de Saúde, pois ela não foi revisada há mais de 20 anos. Isso é impossível.

Nós já tivemos reuniões em Santa Catarina, onde os hospitais filantrópicos vivem a mesma dificuldade que, com certeza, vivem as outras unidades da Federação. Praticamente 70% dos serviços do Sistema Único de Saúde acontecem exatamente nos hospitais filantrópicos. E os dirigentes dessas unidades já nos disseram assim: "Vocês não venham nos dizer que nós não sabemos fazer gestão, porque nós estamos fazendo milagres no sentido de poder garantir que aqueles que buscam atendimento possam ser atendidos."

Os hospitais públicos estão normalmente concentrados na capital ou nas grandes metrópoles dos Estados. No interior, quem faz realmente essa assistência, esse atendimento, são os hospitais filantrópicos.

Por isso, eu acho meritória a ação, a iniciativa do José Serra, e a atuação da Senadora Lúcia Vânia em aprimorar. De fato, eles estão precisando do socorro no sentido de concentrarem todas essas dívidas que hoje têm – tributárias, com os fornecedores mais diversos – em torno de um recurso, de um capital de giro que possa pelo menos dar uma sobrevida enquanto se aguarda que o Poder Central, ou seja, a União, de fato faça reformas estruturantes para permitir que essa área seja de fato atendida com a devida atenção. A União, nesses últimos anos, tem deixado de participar, ou seja, o percentual de financiamento no setor de saúde tem diminuído no que diz respeito à União, e a sobrecarga tem caído nos Estados, mas, sobremaneira, nos Municípios brasileiros. Nós temos hoje, em Santa Catarina, Municípios que aplicam mais de 36% do que arrecadam da sua receita corrente líquida em ações de saúde. É impossível que o Município destine algum outro recurso para áreas também importantes para melhorar a vida dos brasileiros, como mobilidade urbana e outras. Saúde e educação são dois itens que, de fato, têm comprometido brutalmente as finanças dos Municípios brasileiros, que estão agonizando.

Por isso, acho que a iniciativa é louvável, em que pesem as preocupações aqui manifestadas pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, a nossa preocupação já foi aqui exposta pelo debate dos Senadores, do Senador Amorim, do Senador Dalirio. A Senadora Lúcia Vânia colocou exatamente aquilo que talvez esteja, neste momento, sufocando não só as Santas Casas de Misericórdia, entidades filantrópicas, como é o caso do projeto – e novamente parabenizo o Senador José Serra –, mas todas as empresas brasileiras neste momento, que é o endividamento no sistema financeiro, no sistema bancário, com altas taxas de juros. O endividamento das Santas Casas é de R$12,1 bilhões, como disse a Senadora Lúcia Vânia. Então, não vamos resolver. A alteração da tabela do SUS, a atualização da tabela do SUS é uma medida que o Governo, a cada ano, não faz, e que está trazendo essas consequências. É necessário enfrentar.

Espero que, agora, nós possamos realmente olhar o Brasil de uma forma diferente e corrigir, tomar as medidas que precisam ser feitas para que isso seja feito. Não é só essa. Essa é uma das correções que precisam ser feitas, mas são várias, inúmeras.

Eu não quero procrastinar. Eu acho que esse é um projeto que precisa andar. Ele precisa ter sua discussão aprofundada, mas ele precisa ter o encaminhamento processual o mais rápido possível. Então, eu consulto o Senador Eduardo Amorim, que solicitou vista coletiva. Eu retiro a vista que pedi.

Vamos aprovar o projeto com o parecer da Senadora Lúcia Vânia aqui na CAS e vamos discuti-lo, com mais profundidade, fazendo reuniões, buscando, com o autor, com as Senadoras e com os Senadores que aqui se pronunciaram, algo que possamos apresentar na CAE, que, parece-me, é a próxima Comissão a que o projeto irá.

Ganharemos tempo, o processo não fica paralisado aqui, e podemos discutir durante o prazo de se definir o relator e colocar em pauta lá na CAE, buscando uma solução, com o autor do projeto, que venha efetivamente trazer uma solução para as Santas Casas de Misericórdia.

Essa é a proposta que faço, desde que o Senador Eduardo Amorim também concorde em retirar o pedido de vista coletiva.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – Sr. Presidente, solicitamos a vista exatamente para ganhar tempo diante da emergência do projeto, para que, depois, alguém não viesse pedir vista individualmente.

Então, se esse é o objetivo, estou plenamente a favor, já que teremos outra oportunidade de discutir mais um pouco lá na CAE. Eu pedi exatamente tentando ganhar tempo para que não houvesse, em outro momento, a solicitação de vista, mas concordo plenamente, Senador Flexa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Eu gostaria de agradecer aos Senadores pela retirada de vista – eu acho que o projeto precisa realmente andar – e de fazer dois esclarecimentos.

Primeiro, os R$2 bilhões significam um recurso para a equalização, não é o recurso necessário para responder a todo o financiamento, é apenas para equalizar os juros que vêm abaixo dos juros de mercado. A adequação dos juros de 2 para 2,2 se deveu à tabela do próprio Banco do Brasil. Por sugestão mesmo das pessoas do banco, das pessoas envolvidas nessa discussão, ajustamos para 2,2% os juros, em função da adequação necessária para atender à tabela do Banco do Brasil.

Outra coisa importante, que o projeto deixa muito claro, é que o reajuste na tabela do SUS é a solução definitiva, mas, sem a resolução do problema que aflige hoje as Santas Casas, que é essa dívida, mesmo com o reajuste da tabela do SUS, teremos problemas. Então, o que se previne aqui? Previne-se solucionando o problema, resgatando-se aquilo em que o programa do Governo não funcionou, então, atuamos em cima dos gargalos do programa do Governo, do PROSUS, que foi feito exatamente para solucionar esse problema. Diante disso, formatamos e fizemos as intervenções no projeto do Senador José Serra.

Acredito que, na Comissão de Assuntos Econômicos, poderemos aprofundar essa discussão, e eu poderei oferecer aos senhores a nota técnica do Ministério, do Banco do Brasil, enfim, de todas as áreas por que caminhamos para chegar a essa resolução. Com essas tabelas, os senhores poderão analisar, em profundidade, o projeto.

Agora, é muito importante registrar que a pessoa encarregada da operacionalização do projeto das Santas Casas no Ministério da Saúde foi a responsável por apontar os gargalos. Tanto é que o projeto do Senador José Serra tinha a preocupação em oferecer o recurso, mas com o condicionante da restruturação. Acontece que o atual projeto do Governo exige a restruturação também. Só que, como a dívida não é solucionada, a restruturação não se faz. Então, a gente preferiu priorizar o pagamento da dívida para posteriormente exigir a contratualização.

Eram essas as explicações que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – Eu informo aos Srs. Senadores que ainda poderiam ser apresentadas emendas neste momento ao projeto e que a Senadora Relatora iria examiná-las. Mas os Srs. Senadores não estão em condições de fazê-lo neste momento, tanto é que solicitaram vista coletiva, da qual desistiram. Fica, portanto, essa questão adiada ou transferida, digo melhor, para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Permitam-me fazer um comentário sobre essa questão fundamental em relação à qual nós todos nos deparamos, que é a da reformulação do reajustamento da tabela do SUS. Observem os Srs. Senadores que durante muito tempo discutiu-se essa mesma questão. Durante anos vínhamos discutindo a questão do reajuste da tabela do SUS. O legislador brasileiro chegou inclusive a vincular recursos do orçamento à saúde – creio que 12% das receitas, assim como o fez em relação à educação. A discussão hoje, diante da crise econômica monumental que estamos vivendo, é até no sentido de promover a desvinculação desses recursos.

A saúde é fundamental para o povo não apenas do Brasil, mas também do mundo. As Santas Casas prestam um serviço essencial nesse setor. Todavia, reajustar, como é justo, a tabela do SUS significa onerar ainda mais o SUS, que já não se aguenta nas pernas.

Então, nós temos, de um lado, uma necessidade, do outro lado, a impossibilidade fática de resolver esse problema. Portanto, eu creio que, além desse caminho, que é emergencial e é bom – a iniciativa do Senador Serra, com a Relatoria da Senadora Lúcia Vânia –, nós, desta Comissão, a quem incumbe o exame do mérito, devemos começar a meditar sobre isso para criar um outro caminho.

Eu ouvi de um Presidente da República certa vez que se governa mais com a imaginação criadora do que com a ação administrativa. Penso que é o que nós devemos exercer nesta Comissão em relação a esse assunto, não apenas das Santas Casas, mas de um modo geral, com a questão da tabela do SUS.

Não havendo mais quem pretenda discutir a matéria, em votação o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

As Srªs e o Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2015, com as emendas que a Senadora Relatora apresentou, Emendas nºs 1 a 6. A matéria seguirá à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Srs. Senadores, esse era o único item não terminativo. Não temos ainda quórum para deliberações em caráter terminativo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente, só antes de encerrar a reunião, eu gostaria de agradecer aos Senadores por terem retirado a vista e dizer que, apesar de oferecer seis emendas, não fiz o substitutivo em homenagem ao Senador José Serra, que foi Ministro da Saúde e que também acompanhou cada passo dessa discussão.

Gostaria de dizer que não houve o substitutivo. Talvez isso fique mais difícil de ser entendido, mas não fiz o substitutivo para não tirar a autoria do projeto do Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PMDB - MA) – O que é uma decisão nobre da parte de V. Exª.

Temos ainda um item, rapidíssimo, que é o item 2, que se votará em turno suplementar, de recurso do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 120.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, de 2015
- Terminativo -

Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Turno Suplementar.
Observações:
- Em 13.04.2016, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em Turno Único, a Emenda nº 3-CAS (Substitutivo) ao Projeto.
- Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada apresentação de novo Substitutivo integral.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 120, é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário Oficial*.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 36 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2016.

Às dez horas e cinquenta e seis minutos, do dia dezoito de maio dois mil e dezesseis, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Valdir Raupp, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Davi Alcolumbre, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e das Senadoras Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet e Ana Amélia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Romero Jucá, Jader Barbalho, José Agripino, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Magno Malta e a Senadora Gleisi Hoffmann. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 14ª e 15ª Reuniões Extraordinárias, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 604, de 2015 – Terminativo. Altera o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para atualizar os valores de que trata o dispositivo. Autoria: Senador José Serra. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, de 2015 – Terminativo. Cria o banco nacional de impressões digitais. Autoria: Senador Omar Aziz. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2016 – Terminativo. Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para facultar a partidos ou coligações o registro de candidatos que promovam campanha eleitoral exclusivamente pela Internet. Autoria: Senador João Capiberibe. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 – Lei dos Cartórios, que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. Autoria: Deputado Osmar Serraglio. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2013 - Não Terminativo. Dispõe sobre a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre os débitos judiciais. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator. ITEM 24) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, de 2015 - Não Terminativo. Altera o Artigo 62, § 1°, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias. Autoria: Senador Renan Calheiros e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 26) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54, de 2013 - Não Terminativo. Altera o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria especial dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 27) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2015 - Não Terminativo. Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente no serviço público federal. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao SCD nº 22, de 2015, com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CCJ favorável ao SCD nº 22, de 2015, com a Emenda nº 1-CCJ. A Comissão aprova o Requerimento nº 20, de 2016-CCJ, de autoria do Senador Marcelo Crivella, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 212, de 2015 - Não Terminativo. Dispõe acerca da constituição de imóvel rural ou fração dele como patrimônio de afetação; institui a Cédula Imobiliária Rural – CIR; e dá outras providências. Autoria: Deputado Roberto Balestra. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 35) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos. Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo. Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo. Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal. Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Termi-

nativo. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Autoria: Deputado Benedito Domingos. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013; e 115, de 2015. Resultado: Concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e à Senadora Marta Suplicy, nos termos regimentais. EXTRAPAUTA: ITEM 41) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 20, de 2016. Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o SCD nº 22, de 2015. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM 42) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 21, de 2016. Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle, Fabiano Silveira, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para expor seu plano de trabalho. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 43) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 22, de 2016. Requeiro, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o recém-empossado Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para expor seu plano de trabalho. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião às doze horas e trinta e um minutos, do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016; ITEM 5) EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011; TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012; ITEM 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2010; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147, de 2015; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015; ITEM 30) OFICIO "S" Nº 8, de 2014; ITEM 31) OFICIO "S" Nº 21, de 2014; ITEM 32) OFICIO "S" Nº 27, de 2013; ITEM 33) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015; ITEM 36) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015; ITEM 37) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015; ITEM 38) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015; ITEM 39) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 79, de 2015; ITEM 40) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª e da 15ª Reuniões Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 40.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Anastasia, pela ordem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, exatamente. Muito obrigado, Presidente, tão somente para solicitar, se V. Exª estiver de acordo, a retirada do item 23, do qual eu sou Relator, porque chegou uma emenda e eu queria tomar mais tempo para fazer a análise. Item 23.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acolhida a retirada do item 23.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 23
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a atualização monetária e os juros de mora incidentes sobre os débitos judiciais.

Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
- Em 04/05/2016, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do Senador Valdir Raupp (dependendo de relatório);
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Projeto de Lei do Senado nº 377/2013, por decisão do Relator, Senador Antonio Anastasia.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa após a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

O Relator apresentou como fundamento para a retirada a necessidade de acolher mais uma emenda que deu entrada na sua relatoria.

Item 35. Como de praxe, a Mesa está adotando o critério de submeter à discussão e à apreciação aqueles projetos cujos relatores estejam presentes e que sejam não terminativos.

ITEM 35
TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012
- Não terminativo -

Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros

A Mesa esclarece que tramita em conjunto a Proposta de Emenda à Constituição nº 74 de 2011, não terminativo.

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos.

Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013
- Não terminativo -

Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

Autoria: BENEDITO DOMINGOS

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013 e 115, de 2015.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, trata-se do reexame das Propostas de Emenda à Constituição nº 74, de 2011, nº 33, de 2012 e nº 21, de 2013, que regressaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em razão do Requerimento nº 780, de 2015, que teve como primeiro signatário o Senador Cássio Cunha Lima.

Examina-se também, nesta oportunidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2015, proveniente da Câmara dos Deputados, que passou a tramitar junto com as demais em virtude do Requerimento nº 1.109, de 2015, de minha autoria, de modo a apensar todas as emendas e iniciativas que versam sobre esse tema, para que nós pudéssemos proporcionar uma racionalidade no processo legislativo.

A PEC nº 74, de 2011, acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente imputáveis os maiores de 15 anos.

No mesmo sentido, a PEC nº 115, de 2015, altera o art. 228 da Constituição Federal para estabelecer a imputabilidade dos menores de 18 e maiores de 16 anos nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, observado o cumprimento de pena em estabelecimento distinto dos demais condenados.

A PEC nº 21, de 2013, apenas livra da imputabilidade penal plena os menores de 15 anos.

Já a PEC nº 33, de 2012, destoa das demais propostas, buscando alterar a Constituição Federal, para possibilitar a imputação penal dos menores de 18 e maiores de 16 anos, mediante incidente de desconsideração da inimputabilidade, a ser promovido privativamente pelo Ministério Público, nos termos de lei complementar, que deverá observar os seguintes preceitos:

a) cabimento do incidente apenas nos casos dos crimes previstos no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Ou seja: tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crimes hediondos – ou na hipótese de múltipla reincidência na prática de lesão corporal grave ou roubo qualificado;

b) propositura pelo Ministério Público especializado em questões de infância e adolescência;

c) competência do órgão judiciário especializado em questões de infância e adolescência.

A procedência do pedido de desconsideração da inimputabilidade penal, ademais, dependerá da comprovação da capacidade do agente de compreender o caráter criminoso de sua conduta, levando em conta seu histórico familiar, social, cultural e econômico, bem como seus antecedentes infracionais, atestada em laudo técnico, asseguradas a ampla defesa e o contraditório.

A proposição estabelece ainda que a prescrição se suspende até o trânsito em julgado do incidente e que o cumprimento de pena decorrente de eventual sentença condenatória deverá se dar em estabelecimento distinto dos destinados aos presos maiores de 18 anos.

Da justificação da Proposta constam largos fundamentos da nossa apresentação, Sr. Presidente.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise da proposição quanto a sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, as propostas de emenda à Constituição preenchem o requisito do art. 60, I, da Constituição da República, tendo sido assinadas por mais de um terço dos membros da Casa.

Ademais, as propostas não esbarram nos óbices dos art. 60, I, §§1°, 2°, 4° e 5°, da Constituição Federal, e arts. 354, §§1° e 2°, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF.

Quanto ao mérito, alguns apontamentos preliminares mostram-se necessários. O primeiro deles nos liga ao fato de o Código Penal brasileiro, que data de 1940, ter adotado um critério puramente biológico e naturalístico ao estabelecer que "os menores de dezoito anos são penalmente irresponsáveis" (art. 23), o que foi mantido na reforma do Código de 1984, que alterou a redação para "os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis" (art. 27), critério que foi recepcionado pelo legislador constituinte de 1988, ao redigir o art. 228 da Constituição Federal, objeto das propostas de emenda à Constituição em análise.

Com efeito, a idade acima dos 18 anos é condição necessária e *sine qua non* para a imputabilidade penal, o que significa dizer que um menor de 18 anos não é dotado, por força de lei, de capacidade de culpabilidade, ou seja, não pode responder por seus atos, e contra isso não se admite prova em contrário, tratando-se, portanto, de presunção absoluta.

Observa-se que estamos diante de uma ficção jurídica, uma construção abstrata e apriorística da lei, sem ligação necessária com a realidade concreta e que desconsidera se o agente era ou não capaz de entender o

caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com tal entendimento – que são os dois requisitos biopsicológicos adotados pela nossa lei e pela doutrina penal para as outras hipóteses de definição da inimputabilidade, como deficiência mental, embriaguez completa e dependência química.

As justificações das propostas sob exame trazem, de uma forma geral, o argumento de que o desenvolvimento mental dos jovens dos dias de hoje é muito superior ao de sete décadas atrás, principalmente em virtude da revolução tecnológica nos meios de informação, além de sublinhar o aumento exponencial da criminalidade praticada por menores.

É oportuno mencionar que Tobias Barreto, o maior penalista do Império brasileiro, em sua obra *Menores e Loucos em Direito Criminal*, escrita em 1884, e reeditada em 2003 pelo Senado Federal, já clamava por um direito penal que estabelecesse uma relação direta entre a maioridade penal e o discernimento do agente. Tobias Barreto já elogiava, nessa época, o Código Penal francês, que trazia a maioridade penal aos 16 anos.

Passados praticamente cem anos até a Constituição Federal de 1988, hoje vige no Brasil uma maioridade penal de 18 anos. Ou seja, decidiu-se ignorar o desenvolvimento cultural e intelectual do povo em um século.

O legislador constituinte de 1988 decidiu simplesmente suspender a história, e um dos resultados é o aumento da criminalidade em meio aos jovens e o uso crescente de menores por parte de quadrilhas organizadas, que apenas procuram formar um escudo protetor contra o Poder Judiciário, beneficiando-se da lei.

De fato, se observarmos com atenção, parece ser obrigatória a conclusão segundo a qual a política diferenciada de tratamento dos menores infratores, de um lado, não recupera os menores em conflito com a lei e, de outro, deixa a sociedade indefesa em face da violência por eles perpetrada.

Só para ilustrar a situação corrente, temos que os atos infracionais praticados por adolescentes aumentaram aproximadamente 80% em 12 anos, ao subirem de oito mil, em 2000, para 14,4 mil, em 2012.

Em abril de 2015, o jornal *O Globo* publicou ampla matéria e estudo fundamentados em números oficiais fornecidos por secretarias de segurança pública de oito Estados da Federação. Na referida reportagem, nos são trazidos dados suficientes para demonstrar a falência do sistema estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Leio apenas, Sr. Presidente, um trecho ilustrativo desse importante trabalho, importante e atualizado trabalho que faz uma leitura conjuntural dos fatos atuais:

No ano passado, o crescimento no número de menores apreendidos foi mais de duas vezes superior ao de prisões de adultos.

A conclusão [...] com dados oficiais obtidos com os governos de oito Estados de diferentes regiões do País. Em 2012, houve um aumento, em relação a 2011, de 14,3% no número de apreensões de crianças e adolescentes por crimes como vandalismo, desacato, tráfico, lesão corporal, furto, roubo e homicídio. No mesmo período, a elevação no número de jovens e adultos que foram presos por crimes em geral foi bem menor: [ou seja, 6%].

Diante de tais evidências empíricas, a pergunta que proponho aos meus pares, nesta Comissão, em um primeiro plano, e à sociedade brasileira em geral é a seguinte: tais dados, por si só, não emprestariam ao Legislativo de hoje a legitimidade para corrigir, de alguma forma, o sistema estabelecido em 1988, que reproduz, inclusive, uma realidade dos anos 40?

Ao estudar a matéria, porém, verifica-se uma grande dissensão na doutrina acerca da viabilidade constitucional de uma decisão política no sentido da redução ou relativização da maioridade penal. Alguns juristas consideram que o art. 228 da Constituição consubstancia-se em cláusula pétrea. Mas aqui cabe outra reflexão.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que contribuísse com a conversa paralela para que eu pudesse continuar aqui o meu relatório.

Estamos tratando aqui de um tema da maior relevância para o País e me parece que há muitas pessoas aqui não interessadas nesse tema. Eu queria pedir a compreensão de V. Sªs para que eu pudesse conduzir o meu relatório. Nós estamos tratando aqui de um tema que diz respeito à maioridade penal, de muita importância. Aqueles que não tivessem interesse nesse tema, que pudessem conversar em outro ambiente para que nós pudéssemos continuar discorrendo aqui do nosso relatório. É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acolhendo a solicitação de V. Exª, quero dizer que concordo em gênero, número e grau com a sua quase indignação. Porque realmente isso é um comportamento recorrente aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E espero até que não seja o mesmo em outras comissões.

É incrível que as pessoas venham para aparentemente ouvir os oradores e os seus votos, os seus relatórios e se esqueçam de que esse foi o propósito delas mesmas quando aqui vieram. Vieram para participar de uma sessão solene, uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça, sem dúvida nenhuma uma das mais importantes do Senado da República, onde são tratados os assuntos de interesse do País inteiro, e não se contenham nas suas manifestações paralelas, conversas, consultas, etc.

Então, faço minhas as palavras de V. Exª. Aliás, não é a primeira vez que eu tenho reclamado, com certa indignação, desse comportamento que perturba o bom andamento da sessão.

V. Exª continuará com a palavra. Espero que agora sem mais perturbações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É extremamente constrangedor para mim e para qualquer colega no exercício da atividade ter que fazer uma fala dessa natureza.

Mas, eu pergunto: quando estão diante de uma audiência no Judiciário, é assim que se comportam os assessores ou advogados que lá se apresentam?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não, não é assim.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então, nós precisamos de um pouco de colaboração de V. Sªs para que possamos conduzir os nossos trabalhos, sobretudo num tema como esse, que dialoga com um problema que está presente no dia a dia da sociedade brasileira. Portanto, é constrangedor, mas eu não tenho outro caminho que não o de fazer este apelo a V. Exª, Presidente, e pedir a colaboração das senhoras e dos senhores que nos honram aqui com suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acrescentaria que é constrangedor para todos nós ter de recorrer a esse apelo, mas é necessário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Mas aqui cabe outra reflexão, Sr. Presidente: será que as questões ligadas à segurança pública, como é a definição da maioridade penal, não teriam um caráter radicalmente ligado às circunstâncias mutáveis e, logo, não se afigura lícito questionar se faz algum sentido tentar isolar a maioridade penal da dinâmica política que determina as alterações da Constituição? Essa matéria não seria, por sua própria natureza, incompatível com a imutabilidade veiculada pelas cláusulas pétreas?

A partir de tal perspectiva, parece-me que a alteração da maioridade penal ou sua relativização não implica uma questão metafísica e dificilmente compreensível acerca dos direitos essenciais ao desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo, mas, ao contrário, um mero juízo de conveniência acerca da política criminal a ser adotada.

Observe-se que a política criminal envolve o estudo dos elementos relacionados ao crime, cabendo ao Estado adotar as medidas necessárias à redução e à prevenção dos delitos. É de esclarecer que essas medidas surgem da ininterrupta mudança social.

Raúl Zaffaroni conceitua a criminologia como "a ciência ou a arte de selecionar os bens que devem ser tutelados jurídica e penalmente e escolher os caminhos para efetivar tal tutela, o que iniludivelmente implica a crítica dos valores e caminhos já eleitos."

A política criminal, para Fernando Rocha, estabelece o encargo, os conteúdos e o alcance dos institutos jurídico-penais, bem como a aplicação prática do Direito Penal. São as opções da política criminal que decidem sobre a tipificação ou não de determinadas condutas, quem deve ser responsabilizado e como.

Confirma tal forma de entender a maioridade penal o disposto na Exposição de Motivos da Reforma de 1984, que emprestou ao Código Penal uma nova Parte Geral. Naquele documento, ao explicar a opção legislativa, a Comissão afirmou o seguinte: "Manteve o Projeto a inimputabilidade penal do menor de 18 anos. Trata-se de opção apoiada em critérios de política criminal".

Não há que se falar, portanto, que o art. 228 da Constituição Federal é uma cláusula pétrea, com fulcro no art. 60, §4º, IV, da Constituição de 1988, haja vista que a inimputabilidade não apresenta características essenciais aos direitos individuais. Chama a atenção, por exemplo, o fato de a matéria que aqui se discute só ter se tornado digna de tratamento constitucional em 1988.

É preciso chamar a atenção, outrossim, para uma tendência que poderia ser descrita como uma euforia das cláusulas pétreas, mediante a qual, por razões corporativas ou ideológicas, se pretende uma multiplicação ilimitada das normas constitucionais imutáveis, mesmo ao arrepio do expressamente disposto no §4º do art. 60 da Constituição de 1988. O Parlamento como um todo deve se prevenir contra tal tendência, pois a cada nova cláusula pétrea aventada, aumenta o espaço de vedação jurídica à ação da legislatura ordinária, única capaz de observar quais as circunstâncias atuais da sociedade e que medidas devem ser tomadas para enfrentá-las. Aceitar a criação indiscriminada de cláusulas pétreas é aceitar a restrição do Poder Legislativo. Nem se diga, a esse respeito, que o STF já reconheceu cláusulas pétreas fora do rol estabelecido no referido §4º, pois isso ocorreu apenas duas vezes, em matéria eleitoral e tributária e apenas porque o Tribunal reconheceu que tais normas, ainda que fora do art. 5º, representavam desdobramentos do direito à segurança jurídica.

Então devemos perguntar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores: qual a norma presente no rol dos Direitos Individuais é reforçada pelo art. 228 da Constituição? Haveria, em algum lugar na Constituição, uma garantia individual a matar e estuprar sem ser submetido à legislação penal e processual penal ordinária?

É preciso resgatar as raízes do constitucionalismo, nas quais se verifica que os direitos inalienáveis foram reconhecidos como potestades indispensáveis ao indivíduo para alcançar sua plena realização existencial e moral, daí estarem nesse rol as garantias à liberdade de expressão e à liberdade de credo. Ora, chega a causar estranhamento a equiparação de tais direitos à norma que define quando alguém será submetido à persecução penal ordinária.

Demais disso, por um rápido exame, verificamos que a opinião pública tem indicado que o crime constitui, na atualidade, um dos principais problemas sociais com que se defronta o cidadão brasileiro. Não são poucos aqueles que têm uma história a ser contada: já foram vítimas de alguma ofensa criminal, especialmente furtos e roubos.

Nesses acontecimentos, não é raro apontar-se a presença de jovens. Nas imagens veiculadas pela mídia, cada vez mais frequentes, há cenários dramáticos de jovens, alguns até no limiar entre a infância e a adolescência, audaciosos, violentos, dispostos a tudo e prontos para qualquer tipo de ato infracional, inclusive tirar a vida alheia de inocentes.

Casos que estarreceram o País nos demonstram a ocorrência de delitos de imensa crueldade praticados por menores, como, por exemplo, o episódio ocorrido em São Paulo, em que uma dentista foi brutalmente espancada e queimada viva após sofrer um assalto e revelar não ter dinheiro em sua conta bancária. Neste caso, notícias dão conta de que o menor que participou do crime ficou brincando com o isqueiro diante da moça encharcada de álcool, torturando-a, antes de reduzi-la a cinzas.

Ora, qualquer pessoa com mais de 16 anos de idade sabe o que é correto e o que é errado, como também repugnante e imensamente cruel queimar um ser humano vivo.

Como ficam os familiares dessa cidadã, sabendo que o autor de seu brutal assassinato não pode responder à Justiça como deveria? Como fica a sociedade, sabendo que um indivíduo capaz de cometer um crime dessa gravidade pode continuar solto, pronto para fazer mais vítimas?

Outro ponto que precisa ser questionado é a constante afirmação acerca da imaturidade dos menores de 18 anos. Para a psiquiatra forense Kátia Mecler, Vice-Coordenadora do Departamento de Ética e Psiquiatria Legal da Associação Brasileira de Psiquiatria, por exemplo, há razões para que a maioridade penal seja revista. Para ela, aos 16 anos, o adolescente de hoje é capaz de entender o caráter ilícito de um ato e escolher entre praticá-lo ou não. Ela acredita que, diante dos avanços tecnológicos e sociais, que favoreceram a globalização e representam estímulos cada vez mais precoces ao desenvolvimento das pessoas, o jovem dos dias de hoje é muito diferente daquele que vivia em 1940, quando foi estabelecida a maioridade penal aos 18 anos. Nestes termos foi expressa a opinião da cientista, aspas:

Quando esse limite foi definido, há 70 anos, vivíamos uma época muito diferente. Hoje, o mundo é absolutamente permeado pela comunicação, por tecnologias avançadas, por estímulos intensos desde cedo e a gente percebe claramente que o desenvolvimento acelera também, ainda que a maturidade seja um processo longo, que pode durar uma vida inteira.

O fato é que não existe um consenso, do ponto de vista mundial, que seja absolutamente científico para definir essa idade ideal. Ainda é um tema conduzido com tentativa e erro.

A atual idade de 18 anos, como parâmetro para a inimputabilidade, é uma presunção absoluta da lei de que as pessoas, abaixo dessa faixa etária, têm desenvolvimento mental incompleto, por não haverem incorporado inteiramente as regras de convivência da sociedade. Entretanto, como se depreende da fala referida acima, tal argumento não tem sido comprovado pela ciência psiquiátrica. Ao contrário, a evolução da sociedade moderna tem-lhes possibilitado a compreensão cada vez mais precoce dos fatos da vida.

Absurdo, de outra sorte, o argumento segundo o qual a redução da maioridade penal ofenderia o princípio do não retrocesso, uma vez que tal princípio está relacionado com os direitos sociais, diretamente ligados a prestações devidas pelo Poder Público com o objetivo de minorar as dificuldades das camadas mais desfavorecidas da população. Ora, se a maioridade penal é um direito, o que afirmo desde já falso, ele seria de natureza individual e não social. Logo, o argumento não faz o menor sentido.

A consulta ao Direito comparado, igualmente, não revela qualquer óbice intransponível à discussão e eventual aprovação de uma emenda à Constituição que altere ou torne relativa a maioridade penal. Na verdade, é preciso chamar atenção para o fato de o sistema pretendido pelo Senador Aloysio Nunes não ser inédito. Por exemplo, na Bélgica, a partir dos 16 anos, admite-se a revisão da presunção de irresponsabilidade para alguns tipos de delitos, como, por exemplo, os de trânsito, quando o adolescente é submetido ao regime geral de penas.

Além disso, em países de reconhecido desenvolvimento humano e respeito às garantias individuais, a maioridade penal é inferior à nossa.

No Canadá, admite-se que, a partir dos 14 anos, nos casos de delitos de extrema gravidade, o adolescente seja julgado pela Justiça comum e venha a receber sanções previstas no Código Criminal para os adultos.

Na França, a maioridade penal é fixada aos 13 anos. Porém, os jovens entre 13 e 16 anos, mesmo sendo penalmente imputáveis, só podem ser condenados a penas correspondentes, no máximo, à metade da pena prevista no Código Penal francês para um adulto que pratique o mesmo crime. Entre 16 e 18 anos, as penas poderão ser equivalentes às dos adultos.

Na Rússia, a responsabilidade é fixada em 14 anos para os crimes mais graves e, para os demais delitos, em 16 anos.

O que indago é se podemos seriamente duvidar dos estágios civilizatórios a que chegaram França, Canadá e Bélgica. O discurso contra a alteração da maioridade penal faz parecer que qualquer medida nesse sentido nos remeteria de volta à Idade Média.

Como podem ver V. Exªs, mundo afora não é assim.

Ainda que todo esse conjunto de argumentos me pareça suficiente para firmar a convicção acerca da viabilidade constitucional, proporcionalidade e conveniência da aprovação da proposta de emenda à Constituição, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, não acredito que façam o mesmo pelas outras propostas aqui em julgamento.

De fato, é preciso afastar as demais propostas, lavradas no sentido de reduzir, a todo e qualquer custo, a maioridade penal sem critério algum, mesmo para aqueles casos em que a corrupção do menor infrator não seja um fato corroborado com a prática criminosa recorrente e violenta. Não se trata de partirmos para o radicalismo e reduzir a idade prossecutória para todo e qualquer crime, tampouco podemos deixar tudo como está e perpetuar a impunidade dos menores infratores. O que a PEC 33 sugere é justamente o caminho do meio, do razoável e do adequado. Isso porque, realizar tal redução levaria muito provavelmente a que crianças ainda mais jovens fossem recrutadas pelos criminosos adultos. Se hoje são recrutados jovens de 16 ou 17 anos, diminuída a maioridade penal para 16 ou 15 anos, seriam recrutados jovens de 15 ou 14, em uma lógica contraproducente e marcadamente injusta.

Observo que, diante do impasse, até mesmo entre os especialistas no tema, torna-se salutar justamente a existência de uma proposta alternativa a indicar uma solução equilibrada para esse importante desafio. E reconheço na PEC 33, de 2012, essa alternativa.

Considero que a PEC 33, de 2012, dá à sociedade um instrumento inteligente e eficaz para que os operadores do direito penal, promotores e juízes, possam fazer a distinção entre os casos de criminosos jovens na vida do crime, os quais o ato criminoso consubstancia um infortúnio relacionado à imaturidade, e aqueles em que o crime reflete uma corrupção irreparável.

Nenhuma das demais propostas possibilita que se faça essa diferenciação.

Diante dessas considerações, a proposta vai permitir que seja aumentada a responsabilidade do jovem frente à ordem social imposta, demanda clara e expressa da maioria da população. A sociedade brasileira não pode mais ficar refém de menores que, sob a proteção da lei, praticam atos repugnantes, crimes que atentam contra a vida e o patrimônio alheio. O direito não se presta a proteger esses infratores, mas apenas os que, por não terem atingido a maturidade, não conseguem discernir quanto à correção e às consequências de seus atos.

A referida PEC 33, de 2012, diferentemente daquela aprovada na Câmara no ano passado, de fato, estabelece uma terceira via tanto racional quanto ponderada para o problema da delinquência juvenil em nosso País, necessitando, contudo, de algumas poucas alterações.

Menores de 18 e maiores de 16 anos de idade frequentemente cometem roubo qualificado, ou assaltos, nas grandes e médias cidades, por assim dizer, Brasil afora. Muitas vezes, a vítima é agredida e até mesmo morta. Esse clima de terror e de imprevisibilidade, muitas vezes, leva à ação de justiceiros, que, equivocadamente, decidem fazer "justiça com as próprias mãos". Isso, obviamente, deve ser corrigido. Um menor que assalta pode tê-lo feito guiado por sua imaturidade na primeira vez em que comete o crime, mas quando o mesmo passa a cometer esse tipo de delito de maneira reiterada, após cumprir pena em centros de internação socioeducativos, deve ser tratado como plenamente capaz de responder por seus atos, por já compreender que esse tipo de ato é errado e ilegal.

Esse é outro ponto que merece atenção e que está compreendido na possibilidade de desconsideração da inimputabilidade prevista na PEC nº 33, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, nos termos do texto substitutivo que apresento. Com essa alteração, no caso de reincidência em crime de roubo qualificado, pode ser desconsiderada a inimputabilidade se o Ministério Público e o juízo competente avaliarem que o menor tem plena consciência da ilicitude de seus atos.

Ainda merecem atenção outros graves delitos: homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Tendo como resultado o óbito da vítima, fica evidente a gravidade e a necessidade de coerção da prática desses crimes, razão pela qual deve-se acrescentar às possibilidades de desconsideração da inimputabilidade. Cabe ao Ministério Público e ao juízo competente a análise do caso concreto e a deliberação acerca da capacidade

de o menor compreender ou não a ilicitude do ato praticado. Essa modificação na PEC nº 33 também se faz necessária, a meu juízo, pois é cada dia mais comum vermos homicídios praticados por menores, muitas vezes contra desafetos, com a benesse de não sofrerem a punição adequada. Essas mortes podem vir em forma de agressão ou espancamento, sendo interpretadas como lesão corporal seguida de morte, circunstâncias que também devem ser analisadas pelo Ministério Público e pelo juízo competente.

A desconsideração da inimputabilidade proposta nessa PEC quanto à reincidência em lesão corporal grave deve, então, ser substituída pela lesão corporal seguida de morte, tendo em vista que o seu resultado, qual seja o óbito da vítima, é muito mais grave.

Nota-se que, quando o Senador Aloysio Nunes elencou os crimes em que seria possível a desconsideração da inimputabilidade do autor menor, aludiu ao inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal. Ocorre que, além dos crimes hediondos elencados no rol da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, o referido inciso traz outros crimes como, por exemplo, tráfico de drogas.

Parece-me razoável excluir os demais delitos, que não sejam hediondos e nem os anteriormente citados (homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo qualificado), do rol de crimes passíveis de desconsideração da inimputabilidade do autor.

De fato, é comum que se usem menores de idade como "aviõezinhos" no tráfico de drogas, o que claramente não constitui um delito cuja prática denota crueldade ou torpeza do autor, assim, a desconsideração da inimputabilidade nestas circunstâncias poderia significar um equívoco.

Por essa razão, creio ser razoável limitar a possibilidade de aplicação do incidente de desconsideração da inimputabilidade penal do autor à prática dos crimes hediondos, previstos no rol da Lei nº 8.072, de 1990, de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e reincidência em roubo.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, nosso voto, em razão das considerações expendidas acima, é pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nº 74, de 2011, nº 21, de 2013, e nº 115, de 2015, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012, nos termos do seguinte substitutivo:

Emenda nº – CCJ (substitutivo)

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2012

Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, mediante procedimento estabelecido por lei complementar.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso I do art. 129 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública e o incidente de desconsideração de inimputabilidade penal de menores de dezoito e maiores de dezesseis anos, na forma da lei complementar.

....." (NR)

Art. 2º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal:

"Art. 228. .....

Parágrafo único. Lei complementar estabelecerá os casos em que o Ministério Público poderá propor, nos procedimentos para a apuração de ato infracional praticado por menor de dezoito e maior de dezesseis anos, incidente de desconsideração da sua inimputabilidade, observando-se:

I - propositura pelo Ministério Público especializado em questões de infância e adolescência;

II - julgamento originário por órgão do judiciário competente em causas relativas à infância e adolescência, com preferência sobre todos os demais processos, em todas as instâncias;

III - cabimento na prática dos seguintes crimes:

a) reincidência da prática de crime de roubo qualificado;

b) homicídio doloso;

c) homicídio quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente;

d) homicídio qualificado;

e) lesão corporal seguida de morte;

f) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;

g) latrocínio;

h) extorsão qualificada pela morte;

i) extorsão mediante sequestro e na forma qualificada;

j) estupro;

k) estupro de vulnerável;

l) epidemia com resultado morte;

m) falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais;

n) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

o) crime de genocídio, tentado ou consumado.

IV - capacidade do agente de compreender o caráter criminoso de sua conduta, levando em conta seu histórico familiar, social, cultural e econômico, bem como de seus antecedentes infracionais, atestada em laudo técnico, assegurada a ampla defesa técnica por advogado e o contraditório;

V - efeito suspensivo da prescrição até o trânsito em julgado do incidente de desconsideração da inimputabilidade.

VI - cumprimento de pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

É o meu relatório, Sr. Presidente, por entender, por derradeiro, que precisávamos de um caminho do meio, um caminho equilibrado, que não pudesse propor a redução a todo e qualquer custo como solução para essa chaga, para essa epidemia que tem se revelado em nosso País.

Julgo, portanto, a proposta do eminente Senador Aloysio Nunes Ferreira da desconsideração da inimputabilidade e de dar essa prerrogativa ao Ministério Público, à Vara da Infância e Adolescência, que vai fazer a sua análise técnica, econômica e social, para que, depois, possamos, nesses casos específicos, interromper o radicalismo que tem dominado esse debate em nosso País, entre aqueles que acham que tudo pode continuar como está e aqueles que acham que deve haver uma mudança a todo e qualquer preço. O caminho do meio me parece o caminho do bom senso e o caminho da razoabilidade.

É o relatório que submeto a V. Exª e às Srªs e Srs. Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Vista coletiva.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo vista coletiva requerida por vários Senadores, aliás, foi a Senadora Simone Tebet que pediu vista coletiva...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Foi a Senadora Marta.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – .... mas outros pediram vista, portanto, está...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Alguém pediu vista, e eu pedi que fosse coletiva.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pois não; foi a Senador Marta Suplicy.

Corrijo o meu equívoco.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário Mota, pela ordem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator, que, sem nenhuma dúvida, fez um trabalho que o levou a chegar a esse convencimento, a essa conclusão – um trabalho muito minucioso. Entretanto, Sr. Presidente, as últimas audiências públicas relacionadas a esse assunto aconteceram em 2013. Por isso, entendo que seria importante – e por isso apresentei um requerimento extrapauta sobre a matéria – que a gente possa ouvir algumas pessoas importantes, alguns conselhos e associações a respeito da matéria, até para que possamos formar um melhor juízo, inclusive aproveitando esse pedido de vista coletiva. E isso não vai, sem sombra de dúvida, atrasar ou atrapalhar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos.

É assunto muito sério e merece que a gente forme, aqui, um juízo perfeito sobre essa situação.

Portanto, está sobre a mesa – e queria que V. Exª o submetesse ao Plenário – o nosso requerimento no sentido de abrirmos um debate ainda para uma fase conclusiva do processo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço e, depois, ao Senador Randolfe Rodrigues, para expedirem a sua opinião sobre o requerimento apresentado pelo Senador Telmário Mota.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu considero que a proposta do Senador Telmário, em que pese a sua legitimidade, evidentemente... Não faço aqui qualquer juízo de valor em relação a esse fato, mas o processo já está instruído. Nós estamos apresentando o nosso relatório e foi concedida vista coletiva, que abre o prazo para que todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores possam firmar, enfim, o seu juízo de valor e, com isso, nós possamos fazer o enfrentamento desse tema, até porque já fizemos aqui inúmeras audiências públicas a respeito do tema, para forrarmos um juízo de valor.

A vista coletiva, meu estimado Senador Telmário, abre espaço exatamente para essa finalidade, para que V. Exª e qualquer dos demais Senadores possam, daqui para quarta-feira, debruçar-se sobre o tema, ouvir especialistas e firmar o seu juízo de valor para o enfrentamento dessa matéria.

Esse tema, Sr. Presidente, tramita nesta Casa desde 2012, e nós estamos em 2016. Portanto, eu considero extemporâneo e intempestivo, em que pese a legitimidade evidente de parte do Senador Telmário em fazer esse requerimento extrapauta. Parece-me, por óbvio, intempestivo e fora do prazo, porque o relatório já foi apresentado, já foi concedida vista coletiva, e não vamos deliberar sobre esse tema hoje, mas apenas na próxima semana. De modo que me preocupa – e repito: sem nenhum juízo de valor – que isso possa servir a uma procrastinação.

Na verdade, o que tem acontecido, Sr. Presidente, aqui no Senado...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Já ouço V. Exª.

Nós temos assistido que ao Senado e ao Congresso brasileiro tem faltado coragem para enfrentar esses temas polêmicos, sobre os quais não há unanimidade.

Quando o Congresso não faz, na omissão do Congresso, quem tem feito? O Supremo Tribunal Federal. E aí critica-se o Supremo Tribunal Federal porque o Supremo está legislando, o que é verdade. Mas legisla em torno da burocracia e da falta de coragem do Congresso brasileiro em enfrentar as questões que dialogam com um problema que está presente no dia a dia das famílias brasileiras.

Portanto, vou ouvir a Senadora Marta Suplicy, mas, sinceramente, Sr. Presidente, estamos há quatro anos debatendo esse assunto. Acho que abrir mais um prazo sinceramente é procrastinar uma decisão que não temos o direito... Cada um aqui tem a sua opinião, expressa aqui a sua convicção, e é no voto que nós precisamos resolver essa questão. É assim que a democracia representativa se estabelece.

Então, em que pese meu profundo respeito e carinho, considerando a legitimidade do Senador Telmário, eu acho que é fora de prazo, fora de tempo. É intempestivo, mas ouço com prazer V. Exª, se autorizar o Presidente Maranhão.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, para contraditar, porque o requerimento é nosso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe, previamente inscrito.

Depois, a Senadora Marta Suplicy. Vem, depois, o Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem. (*Pausa.*)

Pela ordem, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, há uma questão de ordem preliminar à discussão do requerimento. O requerimento foi apresentado extrapauta. Uma matéria extrapauta só pode ser trazida à consideração se houver concordância do Plenário, e eu sou contra, pelas razões expostas pelo Senador...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu queria fazer uma reflexão ao Senador Aloysio, Sr. Presidente.

Em relação à questão da audiência pública, haverá voto, e vamos decidir. Mas, na semana que vem, haverá poucas pessoas aqui, provavelmente, pois é uma semana... Eu iria sugerir que, em vez de termos, na semana que vem, a votação desse projeto, que adiássemos para a outra semana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito bom. Excelente ideia.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Teríamos um pouco mais de tempo, garantindo-se o quórum.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Está perfeito! Eu acho que o encaminhamento dado pela Senadora Marta Suplicy é um encaminhamento adequadíssimo, para que possamos ter o tempo necessário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, então, vamos fazer a audiência na quarta-feira.

Primeiro, Sr. Presidente, o Congresso não está com medo de enfrentar essa situação, porque já foi debatida e já houve até rejeição. Em segundo lugar, ninguém está aqui procrastinando nenhuma situação, muito

pelo contrário. Nós temos de debater com a sociedade, e o último debate feito com a sociedade foi em 2013. Estamos em 2016.

Então, acho pertinente, na próxima quarta-feira, efetuarmos essa audiência pública, até porque, Sr. Presidente, uma vista coletiva não é fácil para que todos os Srs. Senadores que pediram possam debater essa situação.

Portanto, é importante. Eu queria aqui fazer um apelo aos meus pares, para que possamos fazer essa audiência na próxima quarta-feira, e, na outra, já viríamos com o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu mantenho minha objeção ao requerimento extrapauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, rapidamente. Eu só queria... se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria colocar em ordem a discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... porque há uma relação de inscritos aqui. V. Exª foi o primeiro a pedir a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Perfeitamente. Como o Senador Aloysio pediu a palavra para uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª, como bom cavalheiro, cedeu seu tempo à Senadora Marta Suplicy.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Claro! A Senadora Marta sempre terá precedência sobre mim, Presidente.

Sempre que ela pedir, ela estará antes! (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, ao contrário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª é quase um lorde!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Mas, Presidente, então, retomando a ordem e a inscrição, eu havia solicitado a palavra só para trazer uma lembrança a esta Comissão.

Este tema já foi anteriormente debatido nesta Comissão de Constituição e Justiça. Quero lembrar que o tema, inclusive, foi vencido aqui, a proposta de emenda à Constituição, se não me engano, também de autoria de S. Exª o Senador Aloysio Nunes. Naquela ocasião, fiquei responsável pelo voto do vencido. E este tema foi debatido na Legislatura anterior e teve um resultado. Obviamente, logo em seguida, ocorreu um recurso ao plenário, e o tema volta ao debate.

Isso sustenta a necessidade, Sr. Presidente, de termos um debate mais apurado sobre o tema, exatamente pelo fato de nós já o termos debatido na legislatura anterior, de o tema já ter sido votado, de já ter havido um resultado sobre a votação. Estamos voltando com esse tema agora, com a designação de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço, como Relator, mas estamos voltando a debater o tema após esse debate ter ocorrido na legislatura anterior, com um resultado de derrota, aqui, na CCJ. Por isso, não há óbice em relação a reabrir o debate, mesmo porque é permitido isso na Sessão Legislativa seguinte, como preceitua muito bem o Texto Constitucional. Não há óbice em relação a isso. Mas, obviamente, em relação a um tema que, há dois ou três anos, tramitou aqui, já obteve um resultado e retorna ao reexame da Comissão, é necessário, obviamente, um debate mais apurado, conforme solicita e reivindica o Senador Telmário, através deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sem entrar no mérito da questão, sem fazer nenhuma discussão aqui filosófica ou metafísica, eu gostaria de dizer que concordo com o requerimento do Senador Telmário. Acho que é um tema extremamente complexo.

É importante lembrar que a sociedade está dividida nessa questão, pendendo mais para um lado ou para outro, mas nós não podemos desconsiderar grandes entidades que são contrárias à alteração da maioridade penal. Lembro aqui a CNBB, independentemente de colocarmos aqui organismos internacionais, como ONU e OEA – eu até tenho certas restrições em relação a isso –, mas entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Fundação Abrinq, se não me engano, inclusive, a Associação Brasileira de Psiquiatria ou Psicologia, enfim, nós não podemos desconsiderar essas vozes, que são vozes representativas de grandes segmentos da sociedade.

Então, a matéria tem que ser, realmente, debatida, discutida e enfrentada por esta Casa, porque também há aqueles que querem a redução da maioridade penal. Agora, fazer de afogadilho, depois de tanta discussão e divergência, e, uma vez já na legislatura passada, tentado e não conseguido a redução da maioridade, eu vejo que não é oportuno nem conveniente.

Acho que a primeira ideia da Senadora Marta Suplicy tem que ser considerada, mas eu vou mais longe: acho que se desta reunião nós não conseguirmos reunir todas as entidades que são importantes para o processo, inclusive trazendo representante da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça para debater essa questão, nós podemos, sim, discutir essa questão dentro de 30 dias.

Quem esperou – nosso professor é capaz de saber desde quando – desde o Código Penal de 1940, não vai ser em um mês ou dois que isso vai mudar. Nós temos que ter responsabilidade e saber que é um assunto complexo, um assunto difícil, um assunto que neste momento vem exacerbar o muro que, como eu sempre digo, está dividindo o Brasil de um lado e de outro. Penso que não é o momento oportuno para termos uma decisão definitiva sobre isso. Se vamos resolver em 30 ou 60 dias, vamos resolver, mas, em uma semana ou 15 dias, de repente, tomaremos uma medida prematura e que no futuro poderá não atender aos interesses da sociedade.

Inclusive eu quero aqui relembrar que se trata de quatro PECs que estão tramitando em conjunto, para verem a complexidade e dificuldade do assunto. E o substitutivo apresentado pelo nosso querido Senador Ferraço traz questões que ainda não haviam sido levantadas. Uma coisa é a redução da maioridade penal em casos de crimes hediondos – e nós sabemos quais são, a sociedade sabe –; outra coisa são as lesões corporais, ainda que seguidas de morte, e homicídios dolosos que não são considerados qualificados, que são aqueles cometidos com requintes de crueldade.

E não podemos nos esquecer aqui de um grande tema dentro desta questão: estaremos atacando a causa ou o efeito?

Todas essas questões precisam ser trazidas à discussão também. Até que ponto podemos dar a atribuição ao Ministério Público, em determinados casos, para entender se deve ou não propor a ação, quando sabemos que o Direito Penal, pelo princípio da unidade da lei federal, pode estar criando algumas discussões jurídicas graves, de um mesmo caso sendo julgado no Pará, em que o promotor achou o caso similar – é claro que existem todas as especificidades, porque se deve olhar não só a vítima, como o acusado, a sua condição psicológica –, a um caso ocorrido no Rio Grande do Sul, e o Ministério Público entender por bem propor a ação e resolver que não é caso de redução de maioridade naquele caso. Então, você cria uma série de situações.

Eu acho que o Senador Ferraço traz elementos novos que precisam ser melhor debatidos. E eu não acredito que conseguiremos fazer isso em apenas 15 dias.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O Ramez Tebet lá no céu deve estar dizendo assim: "Essa é a minha menina!". Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Há uma sugestão da Senadora Marta Suplicy sobre a qual todos aqui já se pronunciaram e consideraram prudente – esta Presidência também a considera muito prudente –, que seria adiar a votação da matéria por uma reunião. Não seria na próxima, mas na seguinte.

Portanto, a matéria está adiada para discussão na próxima reunião e, em consequência, o requerimento do Senador Telmário será apreciado na mesma reunião, se assim concordarem os Srs. Senadores. Se, porém, os Senadores preferirem apreciar o requerimento nesta reunião agora, nós podemos submetê-lo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Eu não concordo, Sr. Presidente. Nesta reunião, eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Então vamos submeter o requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Vamos apreciar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos submeter o requerimento na próxima reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não. Há requerimento extrapauta nesta Comissão só com unanimidade, com consenso.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Quero dar uma sugestão. Se nós vamos adiar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não havendo consenso...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Espere um pouco, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não há consenso. Perdoe-me, Senadora Simone, mas não temos consenso quanto a esse tema. É natural que as divergências se apresentem.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Há requerimento extrapauta só com consenso, e não há consenso. Não concordo com isso. Agora, concordo com a proposta da Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Nós vamos ampliar a proposta, para que seja contemplado o Senador Telmário e parte do que a Senadora Simone colocou. Votamos para haver audiência pública na semana que vem e votamos o projeto na outra. Acho que assim contemplamos todos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Está perfeito. Só que a existência da audiência pública impede a deliberação do projeto. Enquanto a audiência pública não acontecer, nós não poderemos deliberar sobre o projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Mas ela pode acontecer na semana que vem, e, na outra, vota-se.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Por isso, o justo seria...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sim, mas se...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria chamar a atenção dos Senadores para essa questão temporal. O Senador Telmário está pedindo audiência pública para ouvir sete autoridades. Evidentemente, numa reunião, não vamos conseguir fazer isso. São sete autoridades.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – São associações.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Aliás, não são sete, são nove. É que, no verso, ainda há mais duas autoridades. São as seguintes as autoridades: 1º) Deputado Federal Laerte Bessa; 2º) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 3º) Conselho Federal de Psicologia; 4º) Associação dos Magistrados Brasileiros; 5º) Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; 6º) Associação Nacional dos Defensores Públicos; 7º) Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; 8º) Rede de Justiça Criminal; 9º) Fundação Abrinq. Acho que não temos como, numa só reunião, conseguir ouvir o pronunciamento de todas essas autoridades.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Podem ser duas audiências, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Podem ser duas Mesas.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Fazem-se duas Mesas, Sr. Presidente. Aí estão os pontos antagônicos, não está só uma tendência. Muito pelo contrário, nós ouviremos os dois lados.

Eu queria fazer um apelo ao Senador Ferraço. Entendo perfeitamente a preocupação dele e a vontade de concluir esse trabalho com celeridade, mas eu gostaria que ele entendesse que seria muito importante, até para demonstrar que não estamos aqui procrastinando nada, já que na próxima reunião iríamos ainda debater o requerimento, que já os ouvíssemos, que já fizéssemos a audiência pública, ganhando tempo com isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, independentemente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Ferraço para que tivesse sensibilidade nesse sentido, para que a gente aprovasse hoje este requerimento e, na próxima reunião, fizesse duas Mesas aqui. Assim, concluiríamos este trabalho com a maior tranquilidade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, eu não concordo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... de acordo naturalmente com o conceito que a Senadora Simone colocou aqui com muita propriedade, não só como ex-Prefeita e grande Parlamentar que se destaca neste Senado, mas também como advogada e como mulher que tem essa sensibilidade.

Tenho a certeza de que o Senador Ferraço terá essa compreensão, para darmos até celeridade ao processo, aproveitando um ponto morto exatamente nesse processo. Nesse ponto morto, poderemos ouvir as pessoas, as associações antagônicas nesse processo, para melhor formarmos um juízo do novo projeto que ele está trazendo a esta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não concordo com o requerimento extrapauta, mas faço uma proposta: independentemente do requerimento, nós poderemos fazer uma reunião na semana que vem. Fazemos a reunião na semana que vem, e, na outra semana, votamos. Não precisamos do requerimento.

A quarta-feira que vem, tudo indica, será um dia de pouca presença aqui, no Senado. A Comissão pode fazer, independente do requerimento, uma reunião para ouvir os especialistas. E, na linha do que propôs a Senadora Marta Suplicy, na próxima semana, nós votaríamos após ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ferraço, em que pese...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... a boa intenção de V. Exª, se nós vamos fazer uma reunião informal, não pode ser na reunião. A reunião teria que ser formal. Nada impede que façamos uma reunião noutra dependência da Comissão, por exemplo, no gabinete. Aí, como é uma reunião informal, vai depender da anuência dos demais companheiros daqui.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Então, eu acho que o melhor caminho é nós aguardarmos a próxima reunião para deliberar sobre o requerimento. Nesta reunião, não há consenso.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – De acordo, Sr. Presidente. Estou de acordo com a sugestão do Senador Ferraço. Acho que o Regimento deve ser cumprido. Nós não devemos abrir precedentes. Eu quero concordar com o Senador Ferraço: votamos o requerimento na semana que vem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, a posição do Democratas também é de total apoio à decisão tomada pelo Senador Ferraço e, como tal, o requerimento deverá colocado na próxima pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu só queria que o colocasse como primeiro item da pauta da semana que vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não. Requerimento nunca é primeiro item. Requerimento é sempre deliberado após as matérias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não existe isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Veja, para construirmos, inclusive, um acordo aqui. Se não houver o requerimento e aprovamos a audiência, iremos atrasar mais o tema. Então, é melhor pautar e haver o acordo de votar na quarta-feira o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu lembraria ao Senador Telmário que, pelo Regimento, V. Exª precisará estar presente à reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Isso é sempre importante.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O que é uma coisa rara.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, o senhor está dizendo que eu falto? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ao contrário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – O Presidente está dizendo e nós somos testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ao contrário, eu estou enfatizando a importância de V. Exª na Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª está afirmando e nós somos testemunhas oculares.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Vamos ao item 27.

ITEM 27
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, de 2015
- Não terminativo -

Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente no serviço público federal.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável ao SCD nº 22, de 2015, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sr. Presidente, trata-se do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 22, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2007 (nº 3.641, de 2008, na Câmara dos Deputados), que isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para o provimento de cargo efetivo ou emprego no serviço público federal.

A proposição, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, foi aprovada pelo Senado Federal, no ano de 2008, e encaminhada à apreciação da Câmara dos Deputados, onde foi igualmente aprovada, na forma de um substitutivo.

O texto aprovado...

Aliás, Sr. Presidente, eu gostaria de prestar aqui uma reverente e solene homenagem à nossa Senadora do Mato Grosso Serys Slhessarenko, que exerceu o seu mandato com imenso brilhantismo, por oito anos, de maneira imaculada e deixou para nós esse projeto, que hoje, em sua homenagem, estou relatando e também em benefício do povo brasileiro.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados determina que ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição nos concursos públicos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União os candidatos de-

sempregados, os candidatos que pertençam a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais cuja renda familiar *per capita* seja menor ou igual a meio salário mínimo nacional; e os candidatos doadores de medula óssea em entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

O próprio candidato deve comprovar o cumprimento dos requisitos para a concessão da isenção, e fazê-lo por ocasião da inscrição. Prestar informação falsa, no caso, implica o cancelamento da inscrição e até mesmo a exclusão da lista de aprovados, e a nulidade do ato de nomeação.

O edital do concurso informará tanto a isenção de que aqui se trata quanto as sanções aplicáveis a quem prestar informação falsa. A isenção de que trata a proposição não se aplica, naturalmente, aos concursos cujos editais tenham sido publicados anteriormente à sua vigência.

Análise.

Trata-se de projeto de lei de iniciativa parlamentar que disciplina a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concurso público para as pessoas que indica, entre elas os candidatos desempregados, os que pertençam a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, nas condições que menciona, e para os candidatos doadores de medula óssea.

Trata-se de matéria relacionada ao Direito Administrativo, portanto. Haveria que indagar, nessa circunstância, se estamos a cuidar do regime jurídico dos servidores públicos, assunto a cujo respeito a iniciativa da lei cabe, de forma exclusiva, ao Presidente da República.

Entretanto, não é esse o entendimento do Poder Judiciário brasileiro a esse respeito. Observe-se a seguinte decisão do Supremo Tribunal Federal, que adiante seria reiterada por outras no mesmo sentido:

O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§1º do art. 61 da CF/1988).

Dispõe, isso sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. [Portanto, a decisão do Supremo:] Inconstitucionalidade formal não configurada.

Na ADI, Sr. Presidente, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.672, relatada pelo Exmo Sr. Ministro Ayres Britto, no julgamento de 22 de junho de 2006, no plenário, também foi no mesmo sentido. Também em uma ação, na AI 682.317, com o Relator Ministro Dias Toffoli, aí já no dia 14 de fevereiro de 2012, na Primeira Turma, a decisão foi no mesmo sentido.

Cabe-nos, portanto, apreciar o mérito da proposição, e, nesse passo, cumpre reconhecer a sua razoabilidade, adequação, pertinência e oportunidade.

No caso da isenção da inscrição em concurso público de pessoa carente de recursos, a proposição é meritória porque facilita o acesso de pessoas pobres a cargo na Administração Pública, e, nesse passo, contribui para a ascensão social de muitos brasileiros.

Na hipótese de isenção para o doador de medula óssea, constitui medida que estimula a doação de medula óssea, ação absolutamente necessária para o combate exitoso a doenças como a leucemia.

Nesse caso, cabe indagar, no plano da constitucionalidade material, se o pagamento de taxa de inscrição em concurso público constitui um ato de comércio. A Constituição Federal proíbe "todo tipo de comercialização" de órgãos, tecidos, substâncias humanas, sangue e derivados.

Ocorre, que, na espécie, não se trata de um ato de comércio, mas de um estímulo legal, mais assemelhado a uma isenção tributária do que a um ato de comércio.

Cabe recordar que a Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federal concede a dispensa de ponto, por um dia, ao servidor que doar sangue.

O mesmo ocorre, ademais, com trabalhador doador de sangue sob o regime celetista, nos termos do art. 473, inciso IV, da CLT. O mesmo aplica-se aos militares, nos termos da Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que, além da dispensa, determina que seja a doação consignada com louvor nas folhas de alteração, na folha de serviço.

Cumpre anotar, por fim, que a proposição se encontra redigida em termos acordes com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração de leis, e as regras de técnica legislativa.

Apenas compreendemos, diversamente do que fez a Câmara dos Deputados, que a condição de desempregado não deve constituir situação, por si só, motivadora da isenção, vez que tal condição pode recair sobre pessoa que tenha meios próprios para a sua subsistência ou esteja integrada a uma família abastada.

Temos que a concessão da isenção aos candidatos que pertençam a famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais cuja renda familiar *per capita* seja menor ou igual a meio salário mínimo nacional melhor se ajusta ao desiderato da proposição.

Dessa forma, entendemos que o substitutivo da Câmara dos Deputados merece aprovação, suprimindo-se, entretanto, a isenção aos candidatos desempregados, pelas razões expostas.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do substitutivo da Câmara e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação, adotada a emenda que apresentamos:

EMENDA Nº - CCJ

Suprima-se o inciso I do art. 1º do Substitutivo da Câmara nº 22, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2007, renumerando-se os demais incisos.

Sr. Presidente, esse é o relatório, prestando, mais uma vez, homenagem à ilustre dama do Mato Grosso, nossa ex-companheira, que por aqui passou durante oito anos de uma Legislatura extremamente profícua, imaculada, uma dama que merece todo o nosso respeito e aplauso.

Obrigado, Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para comentar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, primeira inscrita.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Serys, porque realmente é um bom projeto.

Gostaria também de colocar uma questão ao nosso nobre Relator, Crivella, que fez um primoroso relatório, mas fiquei com uma indagação. Eu não fui convencida pela supressão da isenção aos candidatos desempregados. Primeiro, se nós sabemos quantos desempregados fazem concurso. Devem ser muitos, mas não sei se esses muitos são um número para ser um baque no Erário para que a gente os isente geralmente.

O que o Senador Crivella aludiu foi que pode haver pessoas que estão melhores ou até abastadas que ficam fazendo concurso público. Certamente, haverá algumas, mas a maioria das pessoas, no meu entender, que fazem concurso público ou estão desempregadas ou são os concurseiros. O que são concurseiros? São os que já têm emprego público e, com todo respeito – eu os admiro porque eles estudam, estudam –, usam esse recurso do emprego público, que, às vezes, é abaixo da sua capacidade, para fazer um concurso. Mas eu não acho que esses são desempregados. E esses não terão a isenção. E esses são um número muito grande. Eu vi pela minha própria passagem em ministérios. Há um número muito grande que fica sempre fazendo concurso. Que paguem, que deem certo, que melhorem na vida. Mas acredito que a grande maioria dos desempregados está desempregada mesmo e está precisando de um emprego.

A questão focal é: qual é o baque para o Erário? Eu não acredito que seja gigantesco na questão dos desempregados, mas para uma pessoa desempregada, que é a maioria, pagar essa taxa de inscrição é um baque gigantesco. Então, eu gostaria de uma reflexão do Senador Crivella a respeito disso. Eu teria só esse comentário.

Também não entendi bem por que candidatos doadores de medula óssea têm de estar nesse projeto. Claro que falta gente querendo doar medula, mas aí é outra pergunta: quantas pessoas vão ser beneficiadas com isso? Quantas pessoas vão... Não atrapalha, porque ninguém vai ser doador de medula para poder ter essa isenção. Então, me parece meio fora do contexto, mas também não teria nada contra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Só para esclarecer: esse projeto já foi aprovado no Senado e na Câmara. Nós podemos suprimir, não podemos acrescentar. Podemos rejeitar a emenda que eu fiz, que é de supressão, mas não podemos fazer acréscimos, porque já é um projeto aprovado no Senado e na Câmara.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ele foi modificado lá e veio para cá. Ele foi modificado. O projeto da Serys aqui era para desempregado, lá eles incluíram medula óssea...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Mas nós podemos voltar à Serys.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – ... e pobres.

Podemos voltar, podemos incluir desempregados. Pondero com V. Exª sobre aquele desempregado da classe A. Ele realmente tem condições, tem propriedade, é de uma classe abastada, mas está desempregado. Vai prestar concurso público, mas pode pagar o concurso. Não sei se vamos contemplar...

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – É perseguição à classe média!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Não, é porque o benefício aqui é para quem não possa pagar...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria só esclarecer...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Se me permite, para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ... à Senadora Simone Tebet que antes dela está inscrito o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Declino, Presidente, para ouvir, com muito prazer, a Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Ele está gentil hoje, com as mulheres. Ele é sempre gentil, ele é muito cavalheiro. Ele briga muito com os Senadores, mas as Senadoras ele trata muito bem.

Muito obrigada, Senador Randolfe.

É para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB. *Fora do microfone*.) – Isso é uma discriminação! (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Positiva!

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Positiva!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Senadora, com a senhora eu sempre falo fino e baixo. (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Para contribuir, acho que posso trazer um pouco da minha experiência.

Quando prefeita, fiz muitos concursos públicos. Nós estávamos, naquela época, em uma situação em que a cidade realmente tinha muitos cargos comissionados. É importante só a gente partir de uma premissa, e ela é uma premissa verdadeira, portanto não cabe aqui muita discussão: sempre que se dá isenção, alguém paga essa conta.

Normalmente, o Poder Público – isso já tem jurisprudência, a legislação permite – contrata universidades públicas ou privadas – de preferência, públicas – para que os nossos doutores da área possam elaborar a prova, que não é uma coisa tão simples como todo mundo pensa. Depende de sigilo, de alta complexidade na formulação, tem de ser inédita a questão, e por aí vai. Então, não é um trabalho simples nem tão barato assim como pensam, até porque nós temos de remunerar bem os nossos professores, aqueles que elaboram o concurso.

Depois há toda a fase de fiscalização da prova, aluguel, muitas vezes, de local, e assim por diante. Então, isso tem um custo para o Poder Público. Quem é que paga por esse custo? Quem é o inscrito. É óbvio, e esse projeto tem total apoio da minha parte, porque ele vem justamente atender ao princípio da igualdade, que é dar direito àqueles que não têm condições de acesso a um cargo público, mediante a isenção da inscrição.

Faço só uma ponderação, na linha da Senadora Marta, e não sei como o Senador Crivella poderia, como nosso querido Relator, resolver essa questão.

Acho assim: não é todo candidato desempregado, mas poderíamos, copiando o inciso II, estabelecer que o candidato desempregado cuja renda familiar mensal *per capita* seja menor ou igual a meio salário mínimo. Então, se ele é um filho de 18 anos, de 19 anos ou de 20 anos e se na sua família quatro ou cinco pessoas trabalham e ganham até 1,5 salário mínimo, ele estaria dentro dessa isenção. Para quê? Até para que aqueles cidadãos da classe média que vão pagar tenham condições de pagar, senão a inscrição também sobre muito.

Entendo a posição de não poder voltar para a Câmara, mas, como é um assunto relevante, que não tem impacto financeiro para os cofres da União nem para os dos Estados e dos Municípios – não sei se a lei aqui é só federal; é só concurso federal –, poderíamos, de repente, votar com essa emenda, pedindo para o Presidente colocar a matéria extrapauta já na próxima reunião. E encaminharíamos o projeto, solicitando essa urgência também em relação à Câmara dos Deputados. Agora, deixar todo e qualquer candidato desempregado...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Senadora Simone...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Mas já votaram, já votaram, Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Eu sei. Teria de voltar, não é?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Não, não volta, Simone.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não pode voltar?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Vai direto para a sanção. Já foi uma vez e já voltou. O que nós podemos fazer é acolher ou rejeitar, não podemos fazer inclusões inéditas. Hoje, aqui, nós acolhemos ou rejeitamos. Mas o que já foi aprovado...

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – É lamentável, porque vamos ter uma lei muito boa com impacto social significativo, mas que vai onerar alguns, em detrimento de alguns... Por exemplo, filhos que são desempregados mas que são de famílias muito ricas e que, normalmente, estão fazendo concurso pela primeira vez e que nunca trabalharam vão ser beneficiados. E a classe média vai pagar essa conta, porque a inscrição vai ficar mais cara.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Mas é por isso que eu não acolhi a modificação feita na Câmara dos Deputados colocando os desempregados. Mantive só aqueles inscritos no cadastro de pessoas pobres, no cadastro de benefícios sociais, e doadores de medula, exatamente para não haver esse problema que a Senadora denunciou aqui, o de haver pessoas que podem pagar e que não vão pagar.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Mas temos o caso do desempregado que não está no Cadastro Único e que não tem condições também de pagar. Seria para suprir. Mas confesso que, dessa forma, o Senador Crivella atendeu melhor. Não é o ideal, mas é o que se pode fazer dentro do possível.

Voto conforme o nosso querido Relator.

Estou aprendendo muito, como aprendi agora que um projeto de iniciativa da Câmara não pode ser alterado na sua integralidade por esta Casa ou, pelo menos, não pode voltar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Não. A autoria é do Senado.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Ah, sim! Então, está explicado. Ouvi isso aqui e entendi que era de um Deputado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É um substitutivo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada. Agora compreendi.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Acho que aí vige a regra. Aí vige a regra.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Muitas vezes, o maior inimigo do bom é o ótimo. Nem sempre é possível atingir o ótimo.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Estou ouvindo respeitosamente as exposições dos Senadores e estou vendo que, qualquer que seja a solução, não vamos atingir o ótimo, porque muita gente que é desempregada mas que não tem a menor condição intelectual de passar num concurso poderá se inscrever, já que não vai pagar nada. É uma aventura, é uma loteria. Se colou, colou; se não colou, é brincadeira!

Então, acho que a gente tem de partir para o mais prático, que acho que é a solução proposta pelo Relator.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero somente manifestar integralmente meu apoio ao relatório do Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP. *Fora do microfone*.) – Senador Randolfe, era V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Eu declinei, eu declinei.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, apoiar aqui a tese levantada pela Senadora Simone Tebet: candidato desempregado.

Em primeiro lugar, seria quase o óbvio: ninguém vai fazer concurso estando empregado, salvo raríssimas pessoas. Então, a característica do desempregado quer dizer que ele está sem uma função naquele momento.

Lembro que o ônus de uma prova hoje para que se tenha a manutenção do sigilo, a manutenção da qualidade da elaboração de uma prova, da correção da prova é algo que gera custos. Nós sabemos o custo de um concurso público hoje – qualquer concurso.

O próprio autor teve o cuidado de buscar a inclusão das famílias inscritas no Cadastro Único. Já há isso. Agora, se for para todo cidadão desempregado, ele pode ser o filho do cidadão mais rico do Brasil e estar desempregado. Quer dizer, é uma situação que eu acho quebra a isonomia que o autor do projeto buscou para dar oportunidade às pessoas que são carentes realmente e que são prejudicadas pela taxa, que impede que elas tenham a oportunidade da disputa. Mas não é o caso também de generalizar a ponto de repassar o ônus ao Estado ou ao cidadão brasileiro – pois, na verdade, seremos nós que pagaremos por todos esses concursos que aí existem.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Caiado, é por isso que eu fiz. O meu relatório é exatamente isso que V. Exª disse: eu tirei "desempregado".

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente. Eu estou concordando. Eu acho que V. Exª teve o cuidado de buscar inserir aqueles que realmente têm uma carência, têm uma limitação e deixam de participar de um concurso público. E também associo as teses da Senadora Simone em relação ao custo de um concurso público. Hoje, a qualidade de um concurso, aferir o resultado, tudo isso onera muito, e quem é que vai ficar responsável por arcar com tudo isso? A sociedade, mais uma vez, terá de pagar pelos concursos públicos?

Então, Presidente, eu apoio na íntegra o relatório do Senador Marcelo Crivella, excluindo o item 1, porque os itens 2 e 3, que seriam 1 e 2, já fazem referência às pessoas que deverão ser isentas dessa taxa de inscrição. Essa ampliação aí realmente é desleal com as pessoas que são necessitadas e que estão excluídas da taxa de isenção.

Eu não sei de nenhum candidato a concurso público, salvo raras e honrosas exceções, que esteja num cargo do Judiciário e queira disputar um cargo no Poder Legislativo. Tudo bem. Mas normalmente o cidadão está saindo da faculdade, está estudando, está se preparando para aquilo; então, ele é um desempregado. Mas vai que ele tem uma outra fonte de renda? Ele pode ter uma mesada do pai dele que seja de R$10 mil, e outro possível candidato pode não ter condição alguma. Se ele não tem condição alguma, ele está dentro do Cadastro; se ele tem condições de pagar que pague.

Agora, nós não podemos criar outra generalização que seja "desempregado". Aí vira uma coisa ampla, geral e irrestrita. Não vai ter ninguém que vai pagar concurso, não vai ter taxa para ninguém. Então, exclua-se a taxa para concurso público. Se a tese é essa, basta uma emenda só: "exclua-se a taxa" e o brasileiro vai ter de pagar pelo concurso público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto é com o Relator, Senador Marcelo Crivella, e com a exclusão de candidato desempregado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais oradores, em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Crivella queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente, podemos pedir urgência?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados nº 22, de 2015, com a Emenda nº 1-CCJ. A matéria vai ao Plenário.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente, podemos pedir urgência?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Consulto o Plenário se aprova a urgência solicitada pelo Relator. (*Pausa.*)

Aprovada a solicitação de urgência.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 28.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, tenho dois requerimentos extrapauta que eu gostaria de solicitar a V. Exª, quando for conveniente, ainda nesta reunião, que submeta a apreciação.

O primeiro convida a esta Comissão S. Exª o Sr. Fabiano Silveira, Ministro da Transparência, Fiscalização e Controle do Governo interino. Todos sabem que esse Ministério substituiu a Controladoria-Geral da União (CGU), principal instância do Governo Federal, principal instituição de combate à corrupção do Governo. Então, sobre esses novos tempos da CGU, é necessário o devido esclarecimento nesta Comissão. Por isso argumento que há necessidade urgente de ouvirmos nesta Comissão, e estou apresentando o pedido na forma de convite, o Sr. Fabiano Silveira, que é o Ministro chefe da Transparência, Fiscalização e Controle.

O segundo convite, Presidente, é para vir a esta Comissão também o Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça do Governo interino. O Sr. Alexandre de Moraes assumiu agora a pasta. Ainda ontem, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, fez uma forte declaração, que foi logo desmentida, para ser justo, pelo Presidente interino. Mas essa declaração dá conta de que a indicação do Procurador-Geral da República seria prerrogativa do Presidente da República, portanto, não respeitando o critério consagrado nos últimos 15 anos de indicação dos Ministros em lista tríplice. Além disso, o próprio Ministro falou em revisão de decretos do Governo anterior, dentre eles eu destaco decretos de demarcação de terras indígenas. É importante que nós saibamos quais são as reais intenções do novo Ministro da Justiça, o Dr. Alexandre de Moraes.

Por isso a natureza desses dois convites, Sr. Presidente. O primeiro ao Sr. Fabiano Silveira, Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controle, e o segundo ao Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça, para o quanto antes ambos possam comparecer a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Existia um terceiro convite, Sr. Presidente – mas, me permita assim dizer, não irei forçar a mão – para o Ministro da Saúde, porque ontem ele também tocou em um tema que é garantia constitucional. Mas, para evitar qualquer controvérsia sobre esse convite ao Ministro da Saúde, eu apresentarei em outra Comissão esse convite a S. Exª o Sr. Ministro da Saúde.

São estes dois requerimentos que solicito a V. Exª colocar como matéria extrapauta para apreciação: convite aos Ministros Alexandre de Moraes e Fabiano Silveira.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Coloco em discussão a solicitação formulada pelo Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

A Secretaria vai expedir os convites aos Srs. Ministros, que deverão comparecer a esta Comissão para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Srs. Senadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, se V. Exª me permite ainda, o próximo item, que V. Exª inclusive chegou a anunciar, seria o item 28, de minha relatoria. A pedido do autor e a pedido do Senador Anastasia, que tem voto em separado, eu solicito a V. Exª sobrestar esse item até posterior deliberação. É parte dos entendimentos que teremos com o autor e com o Senador Anastasia, que tem um voto em separado com relação a essa matéria. E pela necessidade de haver a presença do Senador Anastasia neste debate, considero também essa uma razão necessária para que o tema seja sobrestado.

Aquiesço à compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido porquanto regimental.

É o seguinte o item sobrestado:

ITEM 28
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- Em 13/04/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais;
- Em 20/04/2016, foi apresentado Voto em separado do Senador Antonio Anastasia contrário à Proposta por inconstitucionalidade material.)

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1° DE JUNHO DE 2016.

Às onze horas e dois minutos, do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador José Maranhão, com a presença dos Senadores: Jorge Viana, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Antonio Carlos Valadares, Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, Magno Malta, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Lindbergh Farias, Sérgio Petecão, José Hélio, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes Oliveira, João Capiberibe, Armando Monteiro, Vicentinho Alves e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Simone Tebet, Angela Portela, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Eduardo Braga, Valdir Raupp e Jader Barbalho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012 – Terminativo. Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. O Substitutivo aprovado será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 21) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147, de 2015 - Não Terminativo. Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular. Autoria: Senador Lasier Martins e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Lido o Voto em separado do Senador Antonio Anastasia. Resultado: Adiada a discussão. ITEM 22) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015 - Não Terminativo. Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional. Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros. Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator, para reexame. ITEM 23) OFICIO "S" Nº 8, de 2014 – Terminativo. Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no HABEAS CORPUS nº 111.840, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 17 de dezembro de 2013, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90 com a redação dada pela Lei nº 11.464/2007. Autoria: Supremo Tribunal Federal. Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 8, de 2014. Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 8, de 2014. ITEM 30) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 79, de 2015 - Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, para prever a obstrução da pauta do Congresso Nacional, no caso de não haver manifestação, no prazo fixado, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República. Autoria: Senador José Agripino e outros. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 34) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015 - Não Terminativo. Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos. Autoria: Deputado Walney Rocha. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 (de redação). Durante a discussão, o relator reformula seu relatório e acata sugestão de redação para ajustar a ementa e o art. 1º do Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ (de redação). ITEM 35) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, de 2011 - Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos. Autoria: Senador Acir Gurgacz e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, de 2012 - Não Terminativo. Altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros. TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, de 2013 - Não Terminativo. Altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal. Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. TRAMITA EM CONJUNTO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2015 - Não Terminativo. Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Autoria: Benedito Domingos. Relatoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatório: Favorável à PEC n° 33, de 2012, nos termos do Substitutivo que apresenta e contrário às PECs n°s 74, de 2011; 21, de 2013

e 115, de 2015. Resultado: Retirado de Pauta em virtude da aprovação dos Requerimentos nº 23 e 24, de 2016-CCJ que solicitam realização de Audiência Pública. EXTRAPAUTA: ITEM 36) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23, de 2016. Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o objetivo de debater e instruir as seguintes Propostas de Emendas à Constituição, que tramitam em conjunto: - PEC nº 74, de 2011, que acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos; - PEC nº 33, de 2012, que altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar; - PEC nº 21, de 2013, que altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal; - PEC nº 115, de 2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Para debater as proposições, requeiro que sejam convidados: 1. Deputado Federal Laerte Bessa; 2. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; 3. Conselho Federal de Psicologia; 4. Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB; 5. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; 6. Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; 7. Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL/BR; 8. Rede de Justiça Criminal; 9. Fundação Abrinq. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. ITEM 37) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24, de 2016. Requeiro, nos termos do art. 93, c/c art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, para instruir a PEC 33/2012, que tramita em conjunto com as PEC's n° 74/2011, 21/2013 e 115/2015. Indico, como convidadas as seguintes entidades: 1. Representante do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente - CONANDA; 2. Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; 3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; 4. Flávia Piovesan – Secretária de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; 5. Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM; 6. Representante da ANCED / CEDECA; 7. Representante da ONG Visão Mundial; 8. Representante do Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPCP. Autoria: Senador Jorge Viana. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente declara encerrada a presente Reunião treze horas e vinte e um minutos, do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, restando adiados os itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015; ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, de 2015; ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2016; ITEM 4) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, de 2012; ITEM 5 EMENDA(S) DE PLENÁRIO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 127, de 2015; ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2015; ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012; ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 774, de 2015; ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2014; ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2013; ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, de 2015; ITEM 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2015; ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2014; ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2013; ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, de 2015; ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 584, de 2011; ITEM 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, de 2011TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 426, de 2012; ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, de 2012; ITEM 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, de 2010; ITEM 24) OFICIO "S" Nº 21, de 2014; ITEM 25) OFICIO "S" Nº 27, de 2013; ITEM 26) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, de 2015; ITEM 27) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 156, de 2015; ITEM 28) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 75, de 2015; ITEM 29) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 122, de 2015; ITEM 31) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2009; ITEM 32) OFICIO "S" Nº 28, de 2014; ITEM 33)PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2014; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Senador José Maranhão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR JOSÉ MARANHÃO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 30
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 79, de 2015
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, para prever a obstrução da pauta do Congresso Nacional, no caso de não haver manifestação, no prazo fixado, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República.

Autoria: Senador José Agripino e outros
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Passo à leitura do relatório.

Vem a exame desta Comissão, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 356 do Regimento Interno desta Casa, a Proposta de Emenda à Constituição nº 79, de 2015, de autoria parlamentar, que acrescenta parágrafo único ao art. 49 da Constituição Federal, para prever a obstrução da pauta do Congresso Nacional, no caso de não haver manifestação, no prazo fixado, sobre as contas prestadas pelo Presidente da República.

Em seu único dispositivo normativo, é pretendida a inserção, no corpo da Constituição Federal, como informado na ementa, de comando estabelecendo o prazo de até o encerramento da sessão legislativa posterior ao exercício financeiro a que se refiram as contas do Presidente da República para sua apreciação pelo Congresso Nacional, como preconizado no inciso IX do mesmo art. 49, sem o que serão produzidos os efeitos do sobrestamento sobre a pauta do Congresso Nacional, em sessão conjunta.

A justificação informa que, em que pese a clareza do dispositivo constitucional ao utilizar a expressão "julgar anualmente", o que estabelece periodicidade anual para o julgamento das contas presidenciais – consequentemente, na pior das hipóteses, o prazo para o julgamento seria o encerramento do exercício –, tem prevalecido a interpretação de que não há prazo explícito para o julgamento pelo Congresso Nacional. Recupera, ainda, o fato de terem ficado pendentes de julgamento, até o momento da apresentação da proposição em análise, as contas referentes aos exercícios de 1990, 1991, 1992 e de 2002 a 2013, numa clara demonstração da "pouca importância" que o Legislativo federal vem dando ao tema, apesar de o controle externo ser atribuição constitucional do Parlamento.

Análise.

De plano, registra-se que, quanto à autoria, inocorre inconstitucionalidade formal, também dita nomodinâmica, uma vez que atendidas as prescrições impostas pelo art. 60, I, da Constituição Federal. Restam satisfeitos, assim, e quanto a esse aspecto, os requisitos formais subjetivos.

Igualmente, não se divisa inconstitucionalidade material ou nomoestática, quer por violação de limitação material expressa, constante nas cláusulas pétreas insertas no §4º do art. 60 da Carta da República, quer relativa às limitações materiais implícitas, erigidas pelo sistema constitucional e reconhecidas amplamente pela melhor doutrina constitucionalista.

A técnica legislativa é correta e dispensa reparos, como também o é a localização topográfica da matéria.

No mérito, posicionamo-nos claramente pela aprovação da presente proposição.

É inaceitável, sobre os atributos da responsabilidade institucional e constitucional de que investido o Congresso Nacional, que uma das suas mais expressivas atribuições na área do controle externo, qual seja o julgamento técnico-político das contas do Presidente da República relativas ao exercício findo, esteja sendo ignorada, criando uma situação criticável e inescusável de pendência do proferimento desse julgamento por mais de década.

Tal conduta omissiva é atentatória à dignidade do Parlamento nacional, vulnera a segurança jurídica, faz tábula rasa da responsabilidade institucional do Poder Legislativo e, no limite, sinaliza à Chefia do Poder Executivo uma espécie de permissão geral à ilegalidade e irregularidade das contas públicas sob seu encargo.

Voto.

Sobre tais razões, e por conta da constitucionalidade e adequada técnica legislativa, somos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 79, de 2015, nesta Comissão.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Não havendo oradores, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao plenário.

Passemos ao item 23.

ITEM 23
OFICIO "S" Nº 8, de 2014
- Terminativo -

Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no HABEAS CORPUS nº 111.840, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 17 de dezembro de 2013, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, com a redação dada pela Lei nº 11.464/2007.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Pelo arquivamento do Ofício "S" nº 8, de 2014.

Como o Senador Benedito de Lira, Relator indicado, não está presente à reunião, eu nomeio Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia.

É uma matéria muito simples e o relatório é pelo arquivamento do processado.

Então, designo, como Relator *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O item 35 é não terminativo, nós já o relatamos e dele foi dada vista coletiva. Assim, peço a V. Exª que nós possamos priorizá-lo, considerando, como disse, não se tratar de matéria terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia para proferir o parecer.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ler o relatório apresentado pelo Senador Benedito de Lira, na qualidade de Relator *ad hoc*.

Vem a esta Comissão, em decisão terminativa, o Ofício "S" n° 8, de 2014, referente ao Ofício n° 285, de 2014, do Supremo Tribunal Federal (STF), que encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal (CF), cópia do acórdão proferido no Habeas Corpus (HC) n° 111.840/ES, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 17 de dezembro de 2013.

Em síntese, o ofício em questão encaminha ao Senado Federal decisão do Plenário do STF em que, por maioria, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, que prescreve que a pena pela prática de crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo será cumprida inicialmente em regime fechado.

Análise.

Preliminarmente, registramos que, nos termos do art. 52, inciso X, da CF, compete privativamente ao Senado Federal "suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal". Por sua vez, nos termos do art. 101, III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania "propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal".

Respeitada a competência estabelecida para a presente análise, passamos ao exame do mérito.

O STF declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, com a redação dada pela Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007, por ofensa à garantia constitucional da individualização da pena, prevista no inciso XLVI do art. 5° da CF.

Segundo o voto do Ministro Dias Toffoli, vencedor e condutor da elaboração do acórdão, "se a Constituição Federal menciona que a lei regulará a individualização da pena, é natural que ela exista. Do mesmo modo, os critérios para a fixação do regime prisional inicial devem-se harmonizar com as garantias constitucionais, sendo necessário exigir-se sempre a fundamentação do regime imposto, ainda que se trate de crime hediondo ou equiparado".

Entretanto, conforme ainda o referido Ministro, "tais circunstâncias não elidem a possibilidade de o magistrado, em eventual apreciação das condições subjetivas desfavoráveis, vir a estabelecer regime prisional

mais severo, desde que o faça em razão de elementos concretos e individualizados, aptos a demonstrar a necessidade de maior rigor da medida privativa de liberdade do indivíduo, nos termos do §3° do art. 33, c/c o art. 59, do Código Penal".

Ressalte-se que, anteriormente, o Plenário do Supremo já havia decidido, no tocante ao tema, sobre a inconstitucionalidade da vedação de progressão de regime aos condenados pela prática de crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo, também com fundamento na garantia constitucional da individualização da pena no mesmo *habeas corpus*. Nesse julgamento, declarou-se a inconstitucionalidade da antiga redação do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, que estabelecia que a pena dos crimes citados deveria ser cumprida integralmente em regime fechado.

Diante do entendimento de nossa egrégia Suprema Corte, a Lei n° 11.464, de 2007, alterou a redação do dispositivo em questão, para prever que a pena dos supracitados crimes deve ser cumprida em regime – grifo – inicialmente fechado, retirando-se, portanto, a vedação legal de progressão de regime.

Agora, novamente, o Supremo entende que o §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, com a redação dada pela Lei n° 11.464, de 2007, permanece eivado de inconstitucionalidade, sob o argumento de que a imposição de qualquer regime prisional deve ser sempre fundamentada no caso concreto, não podendo a lei instituir *a priori* a obrigatoriedade do regime fechado, ainda que se trate de crime hediondo ou equiparado.

Acerca dessa garantia, o inciso XLVI do art. 5° da CF estabelece que "a lei regulará a individualização da pena" – destacou-se. Assim, a individualização da pena não é realizada apenas no caso concreto, pelo juiz da causa, ao aplicar a pena. Ela ocorre também na chamada fase da "cominação", momento no qual o legislador seleciona as condutas a serem objeto de criminalização, bem como as valora e lhes comina as penas segundo o grau de importância do bem a ser tutelado.

Sendo assim, a primeira aplicação da garantia constitucional da individualização da pena ocorre quando o legislador estabelece as condutas consideradas como crime e determinadas as balizas (ou *standards*) as quais o julgador deverá observar na fase da imputação da pena ao acusado no caso concreto.

Diante dessas considerações, entendemos que, na elaboração do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, por meio da Lei n° 11.464, de 2007, o legislador obedeceu estritamente ao comando constitucional, que determina que a lei deve regular a individualização da pena e, dessa forma, estabeleceu, por um critério de seleção político, que os condenados pelas infrações descritas na Lei n° 8.072, de 1990, em virtude da gravidade dos crimes ali previstos, devem, independentemente da existência de qualquer outra regra aplicável a crimes menos graves, iniciar o cumprimento de sua pena em regime fechado.

Se não fosse assim, o legislador ordinário jamais poderia estabelecer penas mínimas e máximas ou regimes prisionais segundo a quantidade de pena aplicada, uma vez que sempre se estaria cerceando a liberdade do julgador de definir o *quantum* e a forma de cumprimento da pena que considerasse necessária para a prevenção e repreensão do crime no caso concreto.

Conforme Cesare Beccaria, na eterna obra *Dos Delitos e das Penas*, "só as leis podem fixar as penas de cada delito e o direito de fazer leis penais não pode residir senão na pessoa do legislador, que representa toda a sociedade unida por um contrato social". Esse é o princípio da legalidade penal.

Ressalte-se, por oportuno, que a questão em discussão é completamente distinta daquela definida pelo Supremo no Habeas Corpus nº 82.959/SP, onde se proclamou a inconstitucionalidade do cumprimento da pena dos crimes hediondos e equiparados em regime integralmente fechado.

Na redação antiga do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 1990, o legislador ultrapassou os limites da individualização da pena a ser feita pela lei e acabou por interferir na individualização a ser empreendida pelo juiz da execução, o qual deve considerar as condições pessoais dos condenados durante o cumprimento da pena.

Por sua vez, na redação dada pela Lei n° 11.464, de 2007, o legislador apenas estabeleceu um regime inicial de pena mais gravoso para os condenados por crime hediondo ou equiparado, da mesma forma como o faz quando estabelece penas maiores para crimes mais graves, não impedindo que o juiz da execução, durante o cumprimento da pena, leve em conta as condições pessoais de cada condenado e promova a progressão de regime.

Finalmente, cabe salientar que o entendimento aqui esposado está em consonância com o entendimento de vários Ministros do Supremo, que proferiram voto no julgamento do HC 111.840/ES.

A divergência começa com o Ministro Luiz Fux, que argumenta que "a lei, como opção do legislador ordinário e, em regra, o Judiciário, nesse campo, tem que ter uma postura minimalista de respeitar a opção do legislador ordinário". E vem citando o voto do Ministro Fux.

No mesmo sentido, foi o entendimento preconizado pelo Ministro Marco Aurélio Mello, cujo voto no julgamento do HC 111.840/ES também segue mencionado em sua quase íntegra no relatório do Senador Benedito.

Por fim, o voto do Ministro Joaquim Barbosa, que proferiu voto com argumentos em consonância com os aqui esposados. E segue a cópia do voto do Ministro Joaquim Barbosa, bastante alentado e fundamentado.

Portanto, tendo em vista os argumentos apresentados e a inexistência de unanimidade no âmbito do Supremo, entendemos não ser conveniente, no presente momento, a suspensão do §1° do art. 2° da Lei n° 8.072, de 25 de julho de 1990, com a redação dada pela Lei nº 11.464, de 28 de março de 2007.

Pelo exposto, somos pelo arquivamento do Ofício "S" n° 8, de 2014.

É o voto apresentado pelo Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer.

Está previamente inscrito o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não, Sr. Presidente, quero apenas, depois, pela ordem, tratar daquela questão do nosso requerimento, que hoje ficou acertado que seria um dos primeiros itens da pauta. Eu gostaria que não esquecêssemos isso.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu acredito que o projeto de V. Exª é o item 35. No momento em que for apreciado o projeto, entrará o requerimento de V. Exª, da audiência pública.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia. (*Pausa.*)

Não havendo oradores inscritos, passa-se à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 22.

ITEM 22
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, de 2015
- Não terminativo -

Outorga competência à União para instituir adicional sobre o imposto de que trata o inciso I do art. 155, destinado ao financiamento da política de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Favorável à Proposta, com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, Relator da matéria, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Na condição de Relator e considerando uma nota técnica da Confederação Nacional da Indústria e também algumas considerações do próprio Governo, eu retiro de pauta o projeto para colocá-lo em data oportuna.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Retirado o projeto de pauta a pedido do Relator.

Passa-se ao item seguinte da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2012
- Terminativo -

Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Observações:
- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;
- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Angela Portela, para proferir o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos à leitura do relatório.

Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que tem por finalidade garantir tratamento humanitário, livre de constrangimento e violência, às presas em trabalho de parto, bem como assistência integral à saúde dessas mulheres e de seus nascituros. A proposição veda, ainda, o uso de algemas em mulheres que estejam em trabalho de parto.

A preocupação é com a saúde das gestantes presas e seus bebês, que têm direito a acompanhamento médico desde a entrada em vigor da Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009, mas ainda carece de ação positiva por parte do Poder Público para que seja garantido seu direito à saúde integral. Já a vedação ao uso de algemas é justificada pelos riscos, inclusive de antecipação do parto, que a violência e o constrangimento podem trazer à parturiente e ao seu filho.

Análise.

No que concerne à constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, constatamos que não existem vícios capazes de macular o trâmite do presente PLS.

No mérito, entendemos que a matéria é de louvável iniciativa, vez que o Estado assume a obrigação legal de preservar a dignidade das pessoas que se encontram sob sua custódia, garantindo, além da sua integridade física, todos os direitos alheios à liberdade física, lembrando também que o art. 38 do Código Penal afirma que a pessoa presa conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

Ressaltamos, adicionalmente, que a assistência integral à saúde da mulher parturiente e do bebê estão consagrados no art. 6º da Constituição Federal de 1988, que determina ser a proteção à maternidade e à infância um direito social atribuído a todo e qualquer cidadão, sem distinção de qualquer natureza.

Como se não fosse suficiente, sublinhamos ainda que o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante n° 11 para afirmar que o uso de algemas só é lícito em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física do detento ou de outras pessoas. Considerando que uma mulher em trabalho de parto está vivenciando dores, contrações e dilatações...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Só um minuto, Senadora. Eu vou pedir silêncio aos presentes para ouvirmos o relatório que está sendo proferido, que é assunto da maior importância.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Sr. Presidente, é da maior importância.

Considerando que uma mulher em trabalho de parto está vivenciando dores, contrações e dilatações, entendemos que o uso de algemas neste momento fere diretamente o posicionamento da Corte que assim determina: "Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado."

Do ponto de vista médico, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo publicou a Nota n° 152.178, em 2011, para afirmar que: "O uso de algemas em gestantes sob a custódia do Estado, notadamente quando em trabalho de parto, ofende a dignidade da pessoa humana nos termos dos princípios fundamentais do Código de Ética Médica."

No mesmo sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público, que, ao regulamentar o uso de algemas em pessoas presas durante os atendimentos hospitalares, veda seu uso durante o trabalho de parto.

Analisando a matéria desde a perspectiva internacional, ressaltamos que de acordo com informações publicadas no *site* do Conselho Nacional de Justiça, o Brasil, ao lado de outros governos e da sociedade civil, foi um dos países que participou da elaboração do texto das "Regras Mínimas da ONU para Tratamento da Mulher Presa", conhecido como Regras de Bangkok. Esta Convenção, em sua regra n° 11, veda o uso de qualquer instrumento de contenção no parto e no puerpério – momento após o nascimento.

Considerando os preceitos constitucionais, legais e internacionais sobre o tema, concluímos que o uso de algemas em parturientes deve ser interpretado como uma grave violação aos direitos humanos, representando uma mácula de origem medieval encravada na história de um país como o Brasil, signatário de tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos.

Além da violência física imposta à mulher que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade, de abandono moral e risco de antecipação do parto, o uso arbitrário de algemas em parturientes imprime no bebê o estigma da prisão e sua inerente crueldade, colocando-o em situação de negligência, discriminação e violência.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2012, nos termos do Substitutivo anexo, que pretende melhor adequar a redação dada pela autora às normas de caráter internacional que regem a matéria.

Então, o substitutivo:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2012 (DA SENADORA MARIA DO CARMO ALVES)

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei nº 75, de 2012, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1 Os arts. 14 e 199 da Lei 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 .....

Art. 199 O emprego de algemas será disciplinado por decreto federal, sendo vedada sua utilização em mulheres desde o princípio e até o encerramento do trabalho de parto.

Art. 2° Esta Lei passa a vigorar na data da sua publicação.

Este é o nosso voto e o nosso parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, previamente inscrita.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Eu gostaria de parabenizar a Senadora Maria do Carmo Alves e, pelo competente relatório, a Senadora Angela, que abrangeu, com uma amplitude bastante grande, todas as possibilidades de reflexão que poderíamos ter sobre este caso, desde a desumanização de um trabalho de parto até o desrespeito à dignidade da pessoa humana numa situação de parturiente, que se vê algemada, com relatos aqui também acerca de parturientes chegando para a operação de cesárea até com as pernas algemadas. É um nível de perversidade o que a tudo isso dá vazão quase inacreditável.

Quero colocar também, e aí mais como psicóloga, que a questão das algemas impossibilita totalmente uma mulher, falando em termos de procedimentos que hoje são altamente recomendáveis, de pôr no peito, na hora após o nascimento, a criança. Então, a existência hoje...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu peço silêncio aos presentes. Há uma oradora na tribuna, e é preciso ter um mínimo de respeito em relação aos membros desta Comissão, que estão aqui para trabalhar e discutir os projetos, os pareceres, como é muito natural.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – A presença das algemas em uma parturiente impede também algo muito importante – e existem inúmeras pesquisas nesse sentido – que é a relação mãe/bebê durante o parto, na hora em que a criança é colocada no seio ou em cima da barriga da mãe e pode sentir o contato de pele com a mãe.

Então, esse é um projeto que realmente tem uma importância muito grande para essas presas, que já estão numa situação de desventura e ainda têm seus filhos em uma situação pior ainda. Isso afeta a mãe, mas também quem não tem nada a ver com o caso: a criança que está ali, vindo ao mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a autora, Senadora Maria do Carmo, mas especialmente a Relatora, Senadora Angela Portela, porque S. Exª, desde quando Deputada, vem sempre abraçando as causas das mulheres, principalmente daquelas que são excluídas, que não têm seus direitos garantidos. S. Exª fez com maestria esse relatório, garantindo o tratamento humanitário, livre de constrangimentos e violência, às presas em trabalho de parto, bem como a assistência integral à saúde dessas mulheres e de seus nascituros.

A proposição da Senadora é, sem nenhuma dúvida, para que essas pessoas não sejam algemadas; para que não sejam constrangidas e tenham o seu trabalho de parto na maior naturalidade.

Portanto, quero mais uma vez parabenizar pela sensibilidade a Senadora Angela Portela, que abraça várias causas, mas a causa da mulher é o carro-chefe de suas ações parlamentares, tanto na Câmara como no Senado. Quero parabenizar S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Sr. Presente.

Eu solicitei a palavra somente para cumprimentar a autora do projeto, Senadora Maria do Carmo Alves. Aliás, relato também aqui nesta Comissão, graças à benevolência de V. Exª, outro projeto, também de autoria da Senadora Maria do Carmo, importante e impactante, que brevemente nós deveremos estar analisando, visto que eu ainda estou construindo o relatório.

E quero cumprimentar a Senadora Angela Portela pela iniciativa e pelo belo relatório produzido.

Quero dizer que, para muitos aqui – talvez por isso haja muita conversa paralela –, esse projeto que estamos votando talvez não seja um projeto de impacto, não seja um projeto que vai mudar o País ou vai impactar significativamente a sociedade. Eu quero dizer: não, Presidente. Esse é um projeto muito importante.

Eu gostaria muito de não estar aqui votando esse projeto, porque, se não estivéssemos aqui votando, seria porque esse fato não ocorre no Brasil. Mas ele ocorre em todos os Estados brasileiros; mulheres que têm a liberdade privada, Presidente, quando dão à luz – porque muitas são detidas grávidas –, o fazem algemadas.

Será que alguém já parou para pensar o que significa isso? O que representa esse ato para a mulher e para a criança que está nascendo? E para quem está desenvolvendo o trabalho, no caso, os profissionais de saúde? Isso não é coisa da sociedade moderna evoluída, democrática, justa; não. Isso parece mais com atos de barbárie, Presidente.

Então eu quero aqui aplaudir a Senadora Angela e a Senadora autora do projeto e dizer que esse projeto é muito necessário, porque infelizmente essa prática não é incomum e também não é raro isso acontecer no nosso País.

Obrigada, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, eu pedi inscrição para discussão.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu também solicitei, Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu gostaria de resolver aqui consensualmente, porque, quase simultaneamente, a Senadora Fátima Bezerra e V. Exª pediram a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pode passar à Senadora primeiro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Para ser justo, ela pediu em primeiro lugar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Presidente; apenas não vi que V. Exª tinha já anotado meu nome.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – As mulheres também são atenciosas entre si.

Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui me associar aos oradores e às oradoras que me antecederam no sentido de parabenizar a Senadora Maria do Carmo, autora do projeto, bem como aqui destacar o competente e brilhante relatório que a Senadora Angela Portela fez. E não poderia ser diferente, dada exatamente a sensibilidade com que a Senadora Angela tem tratado dos temas relacionados aos direitos das mulheres.

O projeto de lei tem um cunho social muito importante. E mais do que um cunho social, ele tem um caráter humanitário muito, muito importante mesmo, porque, independente da condição das pessoas – no caso em tela, privadas da sua liberdade –, o fato é que a Constituição não pode ser rasgada no sentido de não garantir às pessoas o respeito à dignidade humana. E é disto que trata exatamente o projeto: assistência integral à saúde da mulher parturiente, bem como à do bebê, que já estão consagrados no art. 6º da Constituição Federal de 1988.

Por fim, mais do que oportuno, o projeto é necessário, à luz do que a Senadora Vanessa já mencionou aqui. Infelizmente, Sr. Presidente, essa é uma realidade espalhada pelos presídios do Brasil, que, em muitos casos, parecem verdadeiras masmorras. Isto não é fantasia, é realidade: nesses presídios da vida, nessas masmorras, a mulher, ao chegar a hora do parto, infelizmente, é inclusive algemada. O projeto, então, ao se tornar lei, vai proibir esse tipo de postura e de iniciativa.

Portanto, o nosso voto é favorável. Acima de tudo, o projeto se insere na luta para que possamos avançar naquilo que chamamos de direitos civilizatórios.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, eu considero importante fazer este registro como mulher que atua há muitos anos no movimento de mulheres no Parlamento e fora dele.

A Senadora Maria do Carmo foi extremamente feliz ao propor esta nova lei, que foi relatada pela nossa colega, a Senadora Angela Portela, também de forma muito cuidadosa, aprimorando o texto inicial.

Tenho na memória duas imagens que vivi no Parlamento, Sr. Presidente. Uma delas, o depoimento da Deputada Janete Capiberibe, que teve seu primeiro filho, como presa política, na cadeia. Ela foi obrigada, Senadoras e Senadores, de mãos algemadas para trás, a fazer o seu parto. Ela se negou, sentou-se no chão e impôs a seus carcereiros a decisão de que a libertassem para que pudesse ter sua primeira filha de forma livre. O segundo depoimento que também me marcou no Parlamento, quando nós votamos na Câmara dos Deputados um projeto no sentido de dar condição às presas de terem um espaço digno para a amamentação de seus filhos, foi o depoimento muito emocionante da então Deputada Fátima Pelaes, se não me engano, do PSDB, de que nasceu em uma prisão.

Todas essas experiências se somam à situação de mulheres que dentro dos cárceres são submetidas a condições degradantes em plena gravidez e à esta condição que avilta a sua dignidade, que é terem seus filhos de mãos algemadas.

Portanto, quero dar este depoimento ressaltando a importância do projeto da Senadora Maria do Carmo, que premia o Senado com sua sensibilidade neste momento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade todos nós sabemos das relevantíssimas funções e responsabilidades do Senado Federal, seja ao aprovar aqui nomes de autoridades, de ministros de tribunais superiores, seja ao definir questões absolutamente fundamentais na condução da macroeconomia brasileira.

Mas, Sr. Presidente, é em questões pontuais, em oportunidades como essa que nos oferecem as Senadoras Maria do Carmo e Angela Portela que o Senado mostra verdadeiramente a sua conexão com o mundo real, com a vida cotidiana das pessoas; uma iniciativa que para muitos pode parecer distante, para outros, singela, mas de profundo alcance na vida das pessoas envolvidas nessa questão. É até surpreendente poder imaginar que a nossa legislação, que o nosso Código Penal permita ainda uma violência como essa, mesmo que de forma genérica. Portanto, essa iniciativa tem um altíssimo alcance humanitário, social, demonstra a sensibilidade das Senadoras que se dedicaram a esse tema.

Eu conversava aqui com o Senador Anastasia, que teve a honra de permitir-me tê-lo como Vice-Governador de Minas durante um dos governos que lá exerci, quando nós criamos lá uma penitenciária feminina que foi transformada em referência dentro e fora do Brasil, na cidade de Vespasiano. As presas grávidas iam para uma penitenciária diferenciada, distante da penitenciária onde cumpriam suas penas, ficavam ali em quartos, não em celas, com quatro grávidas em cada um – na verdade, havia dez ou doze quartos, se não me engano. Durante o ano seguinte ao nascimento da criança, as presas tinham o direito de ficar ali com a sua criança. Não eram apartadas, separadas da criança, como ocorre hoje poucos dias após o nascimento. Conviviam como numa casa de repouso, para ilustrar aqui bem do que se tratava, com áreas comuns de compartilhamento das visitas e entre elas próprias. Não havia grades, não havia celas. É um exemplo que nós tivemos notícias de que acabou chegando também a outras unidades da Federação, sem custos maiores.

Gestos como esse, a partir da atenção para essa iniciativa da Senadora Maria do Carmo, relatada pela Senadora Angela Portela, certamente iniciativas como essa e outras também meritórias, na mesma direção, poderão se estender por todo o Território nacional.

Eu queria apenas fazer aqui esse registro, cumprimentá-las e dizer que esse é um belo exemplo de sensibilidade, de demonstração de absoluta e profunda sensibilidade do Senado Federal. Portanto, terá o nosso voto favorável.

Ao final, solicito a V. Exª que o item 1 da pauta desta reunião possa voltar na mesma condição na reunião da próxima quarta-feira, para que possamos votar a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Aécio Neves, o projeto a que se referiu é o próximo da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O Relator acaba de chegar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu queria apenas dar uma opinião muito pessoal. Eu entendo que a algema é um instrumento de contenção, para evitar fuga ou a prática de atos violentos pelo detento, pelo preso, nunca uma punição em si. Se é uma punição em si, antes da sentença judicial, então, não

parece outra coisa que não uma humilhação a quem já teve a infelicidade de cometer um delito e está sendo processado e condenado pela prática de tal delito.

Eu acho que essa questão da aplicação das algemas precisa ser, de forma geral, disciplinada, porque entendo que há abusos. A gente vê muito pela televisão, especialmente agora, que as algemas não têm outra finalidade senão a de humilhar quem já está sendo cobrado pela sociedade, por meio da Justiça, pelos delitos que teria cometido. E a algema não foi criada para isso; a algema, universalmente, é um instrumento de contenção para evitar a fuga e até a prática de violência pelo próprio detento.

Então, eu acho que este Corpo Legislativo, com as boas cabeças que há aqui, homens experientes, advogados ou mesmo aqueles de outras profissões, já poderia pensar em uma lei mais geral para definir em que circunstâncias o detento, o preso, teria que ser algemado. Isso porque há um abuso, há um certo sadismo que corresponde, muitas vezes, àquele espírito de assistência de tourada, que quer ver o sofrimento, o sangue e quer se deleitar com isso. Uma coisa para além de medieval, para os tempos do Império Romano, quando as pessoas eram colocadas em uma arena com feras, e a população se deleitava com aquilo. Era um esporte – doentio, mas um esporte – durante o Império Romano.

Eu não vejo por que, por exemplo, conduzir um preso algemado para a sala de audiências do fórum – e a Polícia sabe disso melhor que ninguém – se se têm todas as condições para conduzir aquele preso de forma civilizada ou de uma forma condizente com os níveis de civilização a que chegaram a sociedade moderna e o próprio Brasil.

Então, eu felicito a autora e a relatora do projeto, que está aqui sendo elogiado por todos, porque, realmente, esse caso da mulher grávida, da mulher em trabalho de parto é, realmente, uma demonstração de sadismo que se estende até o nascituro, que não tem nada a ver com isso e está sendo responsabilizado e pode até pagar com a própria vida pelos atos que a sua mãe praticou antes mesmo de ocorrer o parto.

Assim, felicito a iniciativa da Senadora e estou otimista em relação à possibilidade de que esta Comissão ou os seus membros, ou qualquer membro do Congresso Nacional venha a propor essas medidas, ainda porque o Brasil precisa se inserir, definitivamente, nos tempos atuais e não continuar imitando os países em que a barbárie prevalece, sobretudo a barbárie feita em nome do Estado, mas imitando os países mais civilizados do mundo.

Eu acredito que não é dessa forma, impondo, muitas vezes, tratamento humilhante aos indiciados, àqueles que vão depor. Não significa dizer que nós estamos solidários com o crime, mas nós estamos solidários, sim, com os índices de respeito à dignidade humana, à vida humana.

Então, continua em discussão o projeto.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Peço aos Senadores que me perdoem por essa intervenção que parece ser mais própria do Plenário do que da Presidência.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pela exposição e pelo relato feito, pelo conhecimento, experiência, bom senso e equilíbrio que sempre teve não só para presidir esta Comissão, mas também para opinar sobre temas delicados. V. Exª é sempre uma pessoa muito ouvida e respeita por todos nós Senadores.

Segundo ponto, Presidente. Quero deixar claro que isto é um gesto inaceitável, é uma atitude condenável imaginar que uma mulher, num processo de parto, esteja com suas mãos algemadas, em condições de estresse, condições desumanas, sem que sejam dadas ao nascituro condições mínimas também de apoio ou de socorro para que tenha condições mínimas de sobrevivência na hora do parto, colocando em risco a sua própria vida.

Eu quero cumprimentar a Senadora do meu Partido, Maria do Carmo. É uma mulher que tem uma história de vida, que é respeitada não só no seu Estado de Sergipe, mas por todos que a conhecem, por seu trabalho social, sua postura de uma mulher sempre defensora das pessoas que precisam de um apoio, de um braço estendido; daí ser querida no seu próprio Estado e reeleita Senadora em vários momentos. E, ao cumprimentá-la, quero me estender aqui a um ponto que me comentaram há poucos dias, talvez especialmente para que a comissão das mulheres do Senado Federal possa avaliar.

A mãe de um colega, o Deputado Mandetta, do Mato Grosso do Sul, Dona Olga, que faz esse trabalho de apoio a essas mulheres que estão retidas nos presídios, me levava ao conhecimento um fato que me chocou: as mulheres nos presídios não têm absorventes. Quando lá chegou, ela se deparou com uma situação caótica, ou seja, pedaços de panos são lavados, estendidos e reutilizados. E promoveu uma campanha em Campo Grande para poder exatamente dar essa condição mínima de higiene a essas mulheres que estão lá retidas. Então, eu quero elogiar a iniciativa da Dona Olga, mãe de um colega nosso, Deputado Mandetta, em Campo Grande.

Também, acredito que, junto com as ponderações feitas por V. Exª, essas condições mínimas de higiene, como o acesso a médicos, ginecologistas, a exames periódicos deveriam ser dadas para que toda essa população carcerária pudesse ter o mínimo de condições de saúde.

E quero aqui cumprimentar pela iniciativa a Senadora Maria do Carmo, do nosso Partido, e também parabenizar pelo relato feito V. Exª.

Acrescentarei um pedido ou um projeto formulado para que possamos debater esse outro assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Continua em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Não havendo mais oradores, passa-se à votação.

A votação deste projeto é nominal.

A cabine já está disponível para utilização dos Srs. Senadores.

Enquanto isso, como essa prática já vem sendo adotada na Comissão, não haverá solução de continuidade para a discussão, aprovação ou rejeição de outros projetos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, enquanto o processo de votação se desdobra, se V. Exª pudesse me conceder a palavra rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com certeza, V. Exª está com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Em primeiro plano, manifesto meus cumprimentos à Senadora Maria do Carmo e, pelo relatório proferido, à Senadora Angela Portela, por essa iniciativa que representa, em seu todo, um ato de solidariedade e até um ato de misericórdia para com esses seres humanos. Naturalmente, o nosso voto é absolutamente favorável.

Em segundo plano, Sr. Presidente, em relação ao item 35, de autoria do Senador Aloysio Ferreira, de que fui designado Relator e que trata de uma proposta cujo escopo é o debate da redução da maioridade penal, houve uma polêmica na reunião anterior acerca de requerimentos apresentados não apenas pelo Senador Telmário Mota, mas também pelo Senador Jorge Viana. Esses requerimentos solicitam mais prazo para que possamos aprofundar nossos estudos e para criar condições para que aqueles ou aquelas que ainda não tenham seu juízo de valor firmado possam firmá-lo.

Considerando, Sr. Presidente, que o debate é sempre muito bem-vindo em uma Casa como esta, proponho retirar de pauta esse projeto, na condição de autor, atendendo a esses requerimentos para as audiências públicas. Aí, vamos construir duas audiências públicas. Esse foi o entendimento feito pelo Senador Telmário e pela Senadora Angela comigo para que, nesse período, ouçamos entidades, debatamos esse assunto e, ao final desse prazo, possamos retornar com o tema à pauta da Comissão de Constituição e Justiça.

Em nome, portanto, Sr. Presidente, do bom debate que nós precisamos continuar fazendo aqui nesta Comissão em relação a esse tema, que eu considero, evidentemente, um tema polêmico, difícil, complexo, é que eu estou encaminhando a V. Exª – e peço o concurso do Senador Telmário e do Senador Jorge Viana, na condição de autores desse requerimento, naturalmente com a atenção da Senadora Marta Suplicy – no sentido de que nós possamos, então, construir essas duas audiências públicas, para que possamos combinar convites que possam se estabelecer a partir do necessário contraditório, a fim de que as partes possam ser ouvidas, as entidades possam se manifestar e, na condição de Relator, com muita humildade, naturalmente, eu possa me fazer presente para a construção desse debate.

Portanto, estou solicitando a V. Exª que retire o item 35 de pauta, à luz desse entendimento que nós estamos fazendo, com este prazo de 30 dias para que o tema possa voltar à pauta.

É o encaminhamento que faço, e acho que, naturalmente, nós poderíamos ouvir os Senadores que são proponentes desse requerimento em torno do bom entendimento e do bom debate, em que pese às divergências que são naturais e até necessárias para o aprofundamento e o amadurecimento desse tema, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu quero prestar o seguinte esclarecimento ao Senador Ferraço. Estão aqui sobre a mesa dois requerimentos solicitando audiência pública sobre o tema a que V. Exª se refere.

É evidente que esta Casa, em aprovando esses requerimentos, iria ao encontro da preocupação de V. Exª, de forma que nós nos comprometemos a, já que os requerimentos estão aqui, na primeira oportunidade, colocá-los em discussão e votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu queria consignar meu voto favorável ao projeto, porque estou tendo problema aqui no registro.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Registrado o voto de V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu quero aqui, Sr. Presidente, parabenizar o Senador Ferraço por essa sensibilidade e sobretudo por essa decisão civilizada. É importante esse debate. Trata-se de um projeto suprapartidário, que envolve toda uma sociedade, toda uma discussão, uma ansiedade da sociedade, um projeto que já tramita há muito tempo nesta Casa, e há necessidade de fazermos a conclusão do projeto.

Os últimos debates aconteceram em 2013, daí a razão das nossas proposições. Então, entendo que deveríamos colocar os requerimentos em votação para que possamos, o mais rápido possível, iniciar esses debates, diante do acordo que foi firmado com o Senador Ferraço de, em 30 dias, colocarmos esse projeto em votação, após as audiências públicas, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer e cumprimentar o Senador Ferraço, que é Relator de duas matérias complexas, de autoria do Senador Aloysio Nunes. Acho que aqui, com esse entendimento, nós estamos dando o devido tratamento.

Eu sou muito simpático a trabalharmos as mudanças na Constituição. Nós sabemos que há matérias vindo da Câmara que nos colocam numa divergência muito grande. Já fizemos uma alteração aqui, com a qual concordei.

No ano passado, o Senador Aloysio trabalhou, nós trabalhamos juntos esse tema, e acho que é prudente porque há todo um processo que envolve Ministério Público e uma série de instituições, e acho que essas duas audiências podem dar um melhor formato para a matéria, a possibilidade de um melhor relatório que o Senador Ferraço, certamente, fará.

Cumprimento V. Exª e acho que poderíamos resolver isso rapidamente, inclusive acordando com a proposta do próprio Relator, que recepciona os dois requerimentos simbolicamente. E marcaríamos essas audiências. Só acho que elas precisam ocorrer o quanto antes porque é uma matéria complexa que requer um posicionamento do Senado. Tenho muito receio das matérias que estão vindo da Câmara que tratam desse assunto. Se nós tratarmos adequadamente aqui, quem sabe vamos encontrar a melhor condução para uma matéria tão sensível como esta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Senador Jorge Viana, inclusive, neste caso, nós estamos tratando de uma proposta que veio da Câmara. Nós estamos, inclusive, rejeitando a proposta da Câmara e estamos incorporando um conjunto de outras soluções que, a nosso juízo, nos parecem mais razoáveis.

Mas o debate precisa e deve ser aprofundado. Então, vamos aqui ouvir as entidades, a sociedade para firmarmos o nosso juízo de valor.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu só peço, então, Senador, cumprimentando o Senador Telmário, já que há a concordância do Relator, certamente do autor, Senador Aloysio, e dos dois proponentes do requerimento, eu e o Senador Telmário, que já falou há pouco, para simbolicamente votarmos e a Secretaria da Mesa tenta agendar. A minha proposição sugere uma série de entidades, mas acho que o próprio Relator ou outros colegas podem aperfeiçoar quem deveriam ser os convidados. A minha intenção é que, por precaução, se possa fazer essa audiência pública – no caso, seriam duas porque o tema é complexo – e atenderíamos bem o número de entidades que necessitariam ser ouvidas. Em seguida, o Relator teria todas as condições de dar seu parecer.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela condução que V. Exª está dando aos dois requerimentos.

Cumprimento, mais uma vez, o Senador Ricardo Ferraço, pela compreensão e pelo acolhimento dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Senador Ferraço pela decisão, pelo tempo que estabelece. Não se trata aqui de prorrogar o tempo, de tomar qualquer medida protelatória, mas esse é um tema que necessita um debate mais apurado com a sociedade, como já foi dito pelo Senador Jorge Viana, inclusive recepcionando os projetos que já vieram da Câmara dos Deputados, para encontrarmos o melhor denominador em relação a essa matéria. Então, quero cumprimentar o Senador Ferraço, que teve a melhor atitude possível com esses debates que vamos promover sobre o tema da redução da maioridade penal.

Sr. Presidente, apenas uma questão a acrescentar: V. Exª me designou Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, do Senador Cássio Cunha Lima. Essa proposta altera a redação do §1º do art. 128 da Constituição para dispor sobre a nomeação do Procurador-Geral da República a partir da lista tríplice encaminhada

pelas carreiras, um importante avanço constitucional que é reivindicado pelos notórios acontecimentos que nós vivemos hoje no País.

Diante disso, Sr. Presidente, comunico a V. Exª que o relatório já está pronto – acabei de protocolizá-lo à Mesa – e solicito a deferência de V. Exª, para, se possível, na próxima reunião da CCJ, poder fazer a leitura do relatório para apreciação das senhoras e dos senhores colegas Senadores.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O pedido de V. Exª será atendido, e o projeto de sua relatoria entrará na pauta da próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, também para aqui me somar ao que já foi aqui anunciado, da compreensão do Senador Ferraço – mais do que compreensão, diria o gesto de sensatez – em retirar o projeto de pauta. Esse é um dos assuntos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª tem muito prestígio comigo, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Ferraço. Inclusive subscrevo o requerimento de autoria do Senador Telmário – já havia subscrito –, propondo a realização da audiência, assim como o outro requerimento do Senador Jorge Viana.

Eu quero apenas dizer que, num tema como esse, pelo grau de polêmica que tem, é obrigação, é dever desta Casa aprofundar o debate com a sociedade, Senador José Maranhão. É só isso. Afinal de contas, aqui nós pretendemos ser representantes do povo, portanto nada mais oportuno do que aprofundar o debate, ouvindo aqui entidades e instituições as mais respeitadas que virão contribuir. É só.

E reforçar o que o Senador Jorge Viana aqui destacou: que nós não demorássemos a realizar essas audiências públicas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas para dizer que a iniciativa do Senador Ricardo Ferraço possibilitará a este Plenário um amplo debate em relação a essa importante questão. Teremos oportunidade para isso, portanto solicito a V. Exª que possa, então, colocar em votação o tema que já está pronto para deliberação, em caráter terminativo, por esta Comissão, que é o item 1 da pauta.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Todos já votaram.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Todos já votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu consulto o Plenário se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Acaba de chegar à Casa a brilhante Senadora Simone Tebet, que certamente quer exercer o seu direito de voto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Teremos um *gran finale* com a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Já votei, Sr. Presidente, e aproveito para parabenizar a nossa queridíssima Senadora, autora do projeto, Senadora Maria do Carmo.

Tive oportunidade de acompanhar, do meu gabinete, a brilhante relatoria da Senadora Angela Portela. Nós, mulheres, estamos de parabéns pela agenda propositiva a favor do direito das mulheres.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Obrigada, Senadora Simone.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, é apenas para registrar que a minha posição é francamente favorável, entusiasticamente favorável ao projeto. No entanto, não posso votar, porque a nossa Bancada já está completa. Então, não tenho mais condições de votar. Poderia votar – ficaria com o nome na cor *pink*, que é até bonita –, mas não valeria.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – O projeto está aprovado com o seguinte escore.

SIM: 20 votos – o Presidente só votaria em caso de empate –; NÃO: zero; abstenção: zero.

Total da votação, com a exclusão do Presidente: 21.

O projeto foi aprovado por unanimidade.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras que votaram favoravelmente este projeto relatado por mim e de autoria da nossa querida Senadora Maria do Carmo Alves.

Ontem foi aprovado o projeto da Senadora Vanessa, que impõe uma pena maior para os crimes de estupro coletivo, com a relatoria da Senadora Simone Tebet, que apresentou um brilhante relatório também. Isso mostra claramente que o Senado Federal está sensível à necessidade de assegurar os direitos das mulheres e de combater a violência doméstica e sexual, como a que testemunhamos recentemente em acontecimentos absurdos que chocaram toda a sociedade brasileira, em crimes ocorridos no Rio de Janeiro e também no Estado do Piauí. É muito gratificante ver os Senadores e as Senadoras dando atenção a esse tema tão importante, que é assegurar os direitos das nossas mulheres – aqui, no caso, um tratamento humanitário, livre de constrangimento às mulheres que são presas e que vão ter seus filhos em presídios.

Dando entrevista recentemente à TV Senado, a repórter me perguntou: "Mas há necessidade de aprovar um projeto nesse sentido? Ainda existe isso?" Pela fala da Senadora Vanessa Grazziotin e como é de conhecimento de todos, nós sabemos que, infelizmente, ainda é preciso colocar na lei a necessidade de retirar as algemas de uma mulher que está sofrendo contrações, dores, e que precisa ter seu filho com dignidade.

O art. 38 do Código Civil diz claramente que as pessoas que estão sob a custódia do Estado, com restrição de sua liberdade física, têm todos os direitos assegurados. Então, é muito bom que aprovemos este projeto hoje para assegurar à mulher presidiária o direito a ter seus filhos com dignidade.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, o Senador Aécio Neves.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Depois gostaria de falar pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão a esta tão informatizada Comissão – essa informatização nos possibilita uma agilidade muito maior nos trabalhos –, uma sugestão ao Secretário da Comissão.

Acho que já é tempo de nós fazermos uma alteração no painel, até porque não é adequado que o Líder do Governo no Senado esteja nominado no bloco parlamentar da oposição. Acho que é tempo já de modificarmos a indicação dos Parlamentares.

O bloco de Parlamentares da oposição hoje não é mais oposição. Então, é uma sugestão apenas para que não haja esse constrangimento de vermos aqui o Líder do Governo tendo seu voto contabilizado no bloco de oposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Ele será bem-vindo!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas solicito a mudança da nomenclatura.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Primeiro, eu quero dizer que apoio o Senador Aécio Neves nesse encaminhamento que faz, Senador.

Em relação ao projeto que acabamos de aprovar, eu pergunto a V. Exª, Sr. Presidente, se é possível aprovarmos um pedido de urgência a ser encaminhado ao Plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, é terminativo. Maravilha! Valeu, então.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esse já está em urgência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. Então, tenho certeza de que não haverá recurso. Temos que trabalhar na Câmara para aprová-lo lá.

Obrigada, Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, em relação a essa observação feita pelo Senador Aécio Neves, eu gostaria de dizer a V. Exª e a todos os meus colegas da Comissão

que eu, como Líder do Governo, vou trabalhar no sentido de que esta Comissão continue agindo no mesmo diapasão com que vem agindo.

Nós procuramos aqui, em inúmeras matérias, construir consensos que são suprapartidários. Nós estamos discutindo a constitucionalidade das proposições e o mérito de proposições de grande relevância, como essa que acabamos de aprovar agora por unanimidade.

Eu acho que nós precisamos passar por este momento de muita aspereza nos confrontos políticos e encontrar formas de convivência mais normais – digamos assim – entre situação e oposição. Eu quero, na medida das minhas forças, contribuir para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu subscrevo a declaração que V. Exª acaba de fazer e até digo que esta Comissão é eminentemente técnica. É claro que ela tem o aspecto político, como tudo o que se faz em uma Casa Legislativa, mas ela é eminentemente técnica.

Aqui nós temos votado projetos contrários aos interesses partidários do Governo, assim como temos votado a favor, da mesma forma. E as bancadas aqui têm agido com muito equilíbrio e com muita isenção para fazer essa necessária diferenciação entre o interesse do Brasil e o interesse partidário. E é isso que está prevalecendo neste momento difícil que nós estamos atravessando aqui.

Às vezes, nós temos até quebrado aqui o rito processual. Por exemplo: na audiência que fizemos aqui em que o ex-Senador Delcídio foi ouvido com amplo direito de defesa. Inclusive, esse assunto quase gerou um atrito em plenário, mas o Presidente do Congresso, em boa hora, percebeu que a Comissão tinha razão. E eu não expressei nada mais nada menos do que o sentimento desta Comissão, que tem tido o equilíbrio, o bom senso e a dignidade de procurar conciliar a sua função de comissão apreciadora dos aspectos constitucionais, dos aspectos legais, acima de qualquer outro interesse de natureza meramente partidária.

Então, V. Exª poderia até continuar figurando aí nesse painel, é simplesmente uma informação digital. Eu até não advogo, porque eu simpatizo tanto com V. Exª...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E é recíproco.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – ...na relação parlamentar, que gostaria que V. Exª se convertesse num governista. Mas V. Exª, acima de ser um governista, é um brasileiro que defende de forma absolutamente correta os interesses do País.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E V. Exª é um exemplo, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Mas a correção será feita no painel, com toda certeza.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu sou Relator do item 33, que é relativo aos ex-servidores da Sucam que têm uma relação com o DDT, e o autor do projeto, o Senador Valdir Raupp, junto com Lideranças do Governo, pede para nós deixarmos para a semana que vem a relatoria desse projeto, Sr. Presidente. Eu peço a V. Exª, a pedido do autor e também da Liderança do Governo, que possamos votar o item 33 na semana que vem, Sr. Presidente. Faço esse pedido e peço também que não se tire o projeto da pauta da semana que vem, que nós o mantenhamos na pauta e possamos votá-lo na semana que vem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Esta Presidência anuncia o resultado proclamado da votação nominal dos Srs. Senadores.

O substitutivo foi aprovado e será submetido a turno suplementar nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Esta Presidência submete à apreciação e à votação dos presentes os seguintes requerimentos.

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 24, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, c/c art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, para instruir a PEC 33/2012, que tramita em conjunto com as PECs nº 74/2011, 21/2013 e 115/2015.

Indico, como convidadas as seguintes entidades:

1. Representante do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente - CONANDA;

2. Representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil;
3. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
4. Flávia Piovesan – Secretária de Direitos Humanos do Ministério da Justiça;
5. Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM;
6. Representante da ANCED / CEDECA;
7. Representante da ONG Visão Mundial;
8. Representante do Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPCP.

Autoria: Senador Jorge Viana.

A justificativa já foi sobejamente debatida aqui em plenário.

O segundo requerimento:

ITEM 36
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 23, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o objetivo de debater e instruir as seguintes Propostas de Emendas à Constituição, que tramitam em conjunto:
- PEC nº 74, de 2011, que acrescenta parágrafo único ao art. 228 da Constituição Federal para estabelecer que, nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte, tentados ou consumados, são penalmente inimputáveis os menores de quinze anos;
- PEC nº 33, de 2012, que altera a redação dos arts. 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo único para prever a possibilidade de desconsideração da inimputabilidade penal de maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos por lei complementar;
- PEC nº 21, de 2013, que altera o art. 228 da Constituição Federal com vistas à diminuição da maioridade penal;
- PEC nº 115, de 2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

Para debater as proposições, requeiro que sejam convidados:
1. Deputado Federal Laerte Bessa;
2. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
3. Conselho Federal de Psicologia;
4. Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;
5. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
6. Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP;
7. Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL/BR;
8. Rede de Justiça Criminal;
9. Fundação Abrinq.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros.

O requerimento anterior traz a assinatura do Senador Jorge Viana.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Parece que surgiram dois oradores, mas desistem da inscrição. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, quero agradecer aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, principalmente ao Senador Ferraço, por termos firmado esta proposição de fazer esse acordo para que possamos trazer aqui as propostas feitas, do nosso convidado, a título de exaurir o debate sobre esse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 1 da pauta. Turno suplementar do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 663, de 2015, terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 663, de 2015
- Terminativo -

Altera o art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e o art. 24 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para proibir, por período determinado, doações a candidatos e partidos políticos por servidores

ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Senador Aécio Neves.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: Pela aprovação do Substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda 4-S.
Observações:
- Em 06/04/2016, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 663, de 2015, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;
- Em 12/04/2016, foi recebida a Emenda n° 4-S, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, em turno suplementar (dependendo de relatório).

Em 24 de maio de 2016 foi apresentado o relatório do Senador Ricardo Ferraço, pela rejeição da Emenda nº 4-S.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu relatório sobre a Emenda nº 4-S.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu gostaria de me inscrever também, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Como autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Após a leitura do relatório, Senador Ronaldo Caiado e Senador Aécio Neves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, o tema é demasiadamente conhecido desta Comissão. Nós estamos apenas relatando a emenda do eminente Senador Ronaldo Caiado.

Conforme já sustentado em nosso parecer, Sr. Presidente, aprovado por esta Comissão, o que nós estabelecemos foi a proibição para doações noventa dias antes do processo eleitoral.

No caso das doações para campanhas, a proibição nos três meses que antecedem as eleições é adequada, pois, segundo os arts. 8º e 22-A da Lei das Eleições, doações a candidatos e partidos somente são permitidas após o dia 20 de julho do ano das eleições. Como o pleito é realizado no primeiro domingo de outubro, o prazo em que as doações são realizadas e no qual eventuais proibições devem incorrer é realmente de pouco menos de três meses.

Por seu turno, quanto às doações a partidos, embora admitidas a qualquer tempo, optamos por manter a proibição às doações nos seis meses anteriores ao pleito, pois esse é o momento no qual se realizam as desincompatibilizações que viabilizam boa parte de candidaturas, bem como em que se iniciam pré-campanhas voltadas à escolha de candidatos nas convenções partidárias. Portanto, como, em geral, é nos seis meses que antecedem as eleições que vêm ao conhecimento do público e da imprensa os nomes dos pré-candidatos, é a partir dessa data que doações de ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança devem ser vedadas com o fim de se evitar a utilização de recursos públicos para obtenção de vantagens pessoais, como a garantia de manutenção no referido cargo pelo candidato eleito.

Ademais, cabe lembrar que a proposição não pretende modificar a interpretação já dada pelo Tribunal Superior Eleitoral ao art. 31 da Lei dos Partidos Políticos, que veda doações a partidos políticos por autoridades. Afinal, aquela Corte entendeu que apenas os detentores de cargos de chefia ou direção se enquadram nesse contexto e, portanto, não podem doar a partidos políticos, a qualquer tempo. Ou seja, essa já é uma deliberação por parte do Tribunal Superior Eleitoral para cargos de chefia ou direção.

Tal entendimento foi consignado na Resolução nº 22.585, de 6 de setembro de 2007, daquela Corte, Relator designado o Ministro Antonio Cezar Peluso, e posteriormente inserido no art. 12, §2º, da Resolução nº 23.432, de 16 de dezembro de 2014, relatada pelo Ministro Henrique Neves, que regulamenta o tema das Finanças e Contabilidade dos Partidos Políticos.

Ocorre que, segundo o inciso V do art. 37 da Constituição Federal, as funções de confiança e os cargos em comissão abrangem não apenas os cargos de direção e chefia, mas também os cargos de assessoramento.

Portanto, o presente projeto não visa a afastar o disposto no art. 31 da Lei dos Partidos, que veda as doações a partidos por autoridades. A proposição objetiva tão somente acrescentar dispositivo à Lei dos Partidos, para prever que os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança que não sejam enquadrados no conceito de autoridade, como é o caso de ocupantes de cargos de assessoramento em geral, são proibidos de fazer doações a partidos nos seis meses que antecedem o pleito.

A diferença – resumo – da nossa proposta para a emenda do meu estimado amigo Senador Ronaldo Caiado é que nós estamos proibindo nos seis meses que antecedem e o Senador Caiado proíbe por todo tempo qualquer tipo de doação.

Ante o exposto, considerando que a proposta é adequada, amplia a decisão conceitual da resolução do Tribunal Superior Eleitoral – não entra em conflito, apenas amplia o conceito –, nós estamos votando pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, quanto ao mérito, pela rejeição da Emenda 4-S a esse projeto.

É como relato, Sr. Presidente, em turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Está em discussão o parecer.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Previamente inscrito, o Senador Ronaldo Caiado. Em seguida, o Senador Aécio Neves.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Me inscreva também, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, com todo respeito e também pelo preparo do nobre Relator, que trouxe aqui os pontos, principalmente da parte do Tribunal Superior Eleitoral, em relação a essa vedação, é importante que seja dito que o Tribunal Superior Eleitoral, na sua Resolução nº 23.432, só veda a doação a partidos por ocupante de cargo comissionado que exerça as atribuições de direção ou chefia. Ele é específico. Então, não é extensivo a todos, mas apenas aos que ocupam essas duas funções. A nossa emenda aqui é extensiva também à parte de assessoramento, a esses cargos comissionados, como aqui prevê exatamente o art. 37 da Constituição Federal. Então, a resolução não veda todos os comissionados, apenas especifica e detalha a direção e a chefia.

Segundo ponto, Presidente, sempre foi nossa grande preocupação a utilização de caixa dois com dinheiro que é normalmente esquentado por intermédio de estruturas montadas pelo governo anterior, que utilizava principalmente esses projetos, como nós soubemos agora pela resposta do Tribunal de Contas da União: 578 mil beneficiários do assentamento, ou seja, do projeto de reforma agrária, são pessoas inexistentes.

Mas eu gostaria da atenção dos nobres pares para uma matéria publicada hoje: o Ministério Público Federal detectou indícios de irregularidades no pagamento de R$2,5 bilhões do Bolsa Família a cerca de 1,4 milhão de pessoas entre 2013 e 2014. E mais: outro grupo que também despertou dúvida dos Procuradores é o de atendidos pelo Bolsa Família que doaram para as campanhas eleitorais de 2012 e 2014. Então, está aqui a abrangência com que... Mas vem mais: há casos de candidatos que recebem doação de beneficiários do programa. E diz mais: essas pessoas são, na maioria das vezes, funcionários, servidores públicos. Para se enquadrarem nas regras, eles teriam que ter, pelo menos, quatro pessoas na família sem qualquer outra renda. O servidor público não se enquadra nessa condição, já que ele recebe acima do salário mínimo.

Ou seja, o que nós estamos fazendo aqui ao não contemplar todos esses cargos comissionados durante todo o período, independentemente dos seis meses, é permitir que se ele continue alimentando, até que possamos identificar 578 mil agraciados pelo projeto de reforma agrária que não existem. Isso é uma auditoria do Tribunal de Contas da União.

O segundo ponto é a matéria publicada hoje, ou seja, o Ministério Público Federal identifica exatamente 1,4 milhão de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família, no valor de R$2,5 bilhões, que são funcionários que recebem sem ter a prerrogativa e a condição de receberem.

Terceiro ponto: são esses beneficiários que estão também nas campanhas de 2012 e 2014.

Tudo bem. Então, nós vamos restringir a direção e a chefia. Vamos deixar todos os postos de assessoramento liberados, como está na resolução no Tribunal Superior Eleitoral. Então, tudo o que recebeu do Incra e tudo o que recebeu do Bolsa Família durante os 3 anos e 6 meses será também repassado ao diretório. O importante é que o Ministério Público Federal identificou que, desses beneficiários do Bolsa Família que são servidores, nenhum passou ao candidato, todos passaram ao partido político.

É lógico, o processo está mais do que claro: é a utilização indevida, é a maneira de criar um CPF dizendo que eu teria condições de financiar uma campanha eleitoral.

Sendo assim, Sr. Presidente, eu mantenho a minha posição, com todo respeito ao nosso Relator, o Senador Ricardo Ferraço, por todo o estudo e o detalhamento que foi feito. Ao mesmo tempo, vejo, pelos dados que estão sendo levantados por nós, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público Federal, que é fundamental que nós tomemos uma decisão no sentido de fechar definitivamente a porta para essas pessoas até que a situação seja sanada. Depois disso, aí sim, nós poderíamos rever o quadro. Mas, diante de um processo tão extenso como esse, eu pediria aos nobres pares que nós estendêssemos aos comissionados durante todo o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – V. Exª me concede um aparte, Senador Ronaldo Caiado?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – É só para esclarecer, Sr. Presidente, que a única diferença da nossa proposta – aliás, eu sou apenas o Relator, o autor da proposta é o eminente Senador Aécio Neves – está nos prazos, porque nós estamos ampliando a proibição para todo o quadro de servidores públicos, não apenas para cargo de chefia ou de direção. Fizemos isso porque entendemos também que a interpretação dada pelo TSE foi uma interpretação limitada. Nós estamos ampliando. A diferença é que nós ampliamos a proibição para três e seis meses, e o Senador Ronaldo Caiado propõe a proibição por todo o tempo. Então, a nossa convergência está o.k. quando ampliamos a definição, apenas nos prazos é que há uma divergência. Ele propôs o tempo todo, e nós estamos propondo três e seis meses.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na verdade, há uma ampla convergência entre todos aqueles que se envolveram na discussão desse projeto, em especial o Senador Caiado, com o objetivo dessa propositura.

Na verdade, nós assistimos ao longo dos últimos anos foi ao aparelhamento progressivo da máquina estatal, obviamente com todas as distorções decorrentes desse aparelhamento, e com objetivos políticos extremamente claros.

O Senador Caiado traz uma contribuição importante a esta discussão ao relatar aqui o levantamento feito pelo Ministério Público, que mostra que esse aparelhamento, essa utilização dos cargos comissionados e mesmo de programas sociais, tem ido muito além daquilo que previámos.

Quando apresentei e discuti a proposta com o Relator, o Senador Ricardo Ferraço, ela já nos parecia um avanço muito relevante, e ainda me parece.

Ontem – apenas para ilustrar, Senador Maranhão, aquilo que quero aqui dizer – eu tive uma informação do Ministro Geddel Vieira Lima de que apenas no seu Ministério, que é Secretaria de Governo, hospedada fisicamente no Palácio do Planalto, estão vinculados 1,4 mil cargos comissionados. Vou repetir: 1,4 mil cargos comissionados na Secretaria de Governo, até recentemente ocupada por um dos próceres do PT, o ex-Deputado Berzoini. Eu fico imaginando – eu não sou um frequentador assíduo do Palácio do Planalto, nos últimos 14 anos não estive lá sequer uma vez, mas estive duas vezes agora, nas duas últimas semanas –, naquela estrutura do Palácio do Planalto, onde estarão trabalhando esses 1,4 mil cargos comissionados, apenas em uma Secretaria de Governo.

Disse, inclusive, ao Ministro Geddel, que ele deveria fazer uma chamada e demitir automaticamente todos aqueles que não respondessem "sim" na chamada. Certamente, mais de 90% desses cargos comissionados está prestando outros serviços que não a esse órgão.

Isso serve, Sr. Presidente, como uma sinalização para o que deve estar ocorrendo em outros órgãos, que devem estar atuando com essa mesma metodologia de utilizar a estrutura do Estado para acomodar os companheiros – a partir daí, esses companheiros passam a contribuir para as campanhas eleitorais, fugindo, quebrando aquela isonomia que buscamos aqui estabelecer quando votamos aprimoramentos na lei eleitoral.

Informou-me ontem o Presidente Michel Temer que, já na próxima semana, cerca de quatro mil a cinco mil desses cargos – segundo suas palavras – estarão sendo extintos. É uma iniciativa que deve ser festejada, mas ainda é tímida em relação ao que acredito que possa ser feito. São mais de 25 mil cargos de livre nomeação apenas na Esplanada e gestos nessa direção, além daquilo que estamos fazendo aqui no Senado Federal, serão recebidos efusivamente pela sociedade brasileira.

Não obstante a compreensão que tenho em relação à preocupação do Senador Caiado, em razão já das amplas discussões havidas nesta Casa, que já contaram em primeiro turno com a maioria dos Senadores para a aprovação dessa matéria, quero aqui reiterar meu apoio ao relatório do Senador Ricardo Ferraço. Que a simples discussão dessa matéria no Senado Federal possa estimular o Governo a ir mais a fundo no enxugamento desses cargos, no estabelecimento da meritocracia.

Há outro projeto que aprovamos aqui nesta Comissão que estabelece critérios para a composição desses cargos. Grande parte deles deve ser ocupada por servidores concursados de cada uma das áreas, que tenham conhecimento específico das matérias que ali estão sendo tratadas, para inibir o máximo possível a utilização distorcida, a utilização equivocada desses cargos que não servem ao Estado e, portanto, não servem aos cidadãos, servem única e exclusivamente aos interesses daqueles que os indicaram.

Portanto, esse projeto é meritório. Agradeço a manifestação dos Srs. Senadores por sua aprovação na primeira votação e, agora, em turno suplementar, para que não haja necessidade de retomarmos novamente, desde o início, essa votação.

Eu quero dar aqui, como autor do projeto, meu apoio ao relatório do ilustre Senador Ricardo Ferraço, e já antecipo o meu pedido a V. Exª para que, não havendo quórum necessário para deliberação dessa matéria, que deverá ser feita em caráter terminativo nesta Comissão, V. Exª dê por encerrada a discussão da matéria, dando prioridade a sua votação logo no início da reunião da próxima semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, conforme evidenciou o Senador Aécio Neves, autor da matéria, não há o quórum suficiente exigido pelo Regimento para a votação. Entretanto, quero fazer uma ponderação ao Relator, apesar de ser totalmente favorável às regras estabelecidas para evitar o uso da máquina, o uso de cargos em comissão nomeados pelo governo para fazer crescer qualquer candidatura, mesmo porque, Sr. Presidente, vivemos hoje num país em crise e toda e qualquer economia que possa ser feita nesse sentido tem que ter o nosso apoio.

Eu pediria a atenção do nobre Relator, o Senador Ferraço, para uma notícia que saiu no portal do Supremo Tribunal Federal sobre a proibição de doação a campanhas por autoridade, que é o tema de uma ADI proposta pelo Partido da República, que ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, ADI nº 5.494, com pedido de medida cautelar para suspender dispositivo da Lei dos Partidos Políticos, a Lei nº 9.096, de 95, que impede as agremiações de receber recursos provenientes de autoridades, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto ou mesmo por meio de publicidade de qualquer espécie.

Sou favorável ao parecer de V. Exª, sem dúvida alguma, mas o Ministro Relator, Luiz Fux, já enviou para a Procuradoria-Geral da República o texto da ADI a fim de que essa autoridade se manifeste sobre a matéria.

Perguntaria: se aprovarmos aqui essa matéria e amanhã o Supremo decidir em contrário, ela será considerada inconstitucional. V. Exª entende que devemos votar ou devemos esperar que o Supremo responda a essa ADI?

É só uma pergunta, uma indagação. Estou com V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Como não temos quórum para fazer a votação dessa matéria, essa contribuição que V. Exª traz deverá merecer de mim uma atenção e um estudo detido até que a votação possa se dar na próxima semana.

Agradeço a V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – ...essa contribuição que traz.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet, última oradora da reunião.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Eu não estou insinuando que V. Exª tenha que ser breve não. V. Exª terá o tempo necessário para a exposição clara de suas ideias.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Não vai haver necessidade.

Primeiro quero dizer que eu comungo da preocupação do Senador Caiado. Entendo a preocupação dele, que é de todos nós, mas fico preocupada com a extensão desse prazo, porque ele pode tornar um projeto que a princípio pode ser constitucional –tem justificativa e os prazos apresentados são os mesmos que nós encontramos no Código Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos, de três e seis meses respectivamente – em um projeto inconstitucional. Poderíamos não ter justificativa para estender por um tempo maior a proibição de doação, para campanhas ou para partidos políticos, por parte de servidores públicos comissionados ou que exerçam cargos de função ou de confiança, assessoramento ou chefia.

A sugestão que faço, portanto, ao Senador Caiado é: nós poderíamos votar o projeto em conformidade com o substitutivo apresentado pelo Senador Ferraço e criar outros mecanismos de freio em relação a abusos em doações de campanha em outro projeto, até de autoria do próprio Senador Caiado.

Eu também me preocupei com a notícia que já havia visto na imprensa escrita e, agora, pela manhã, na televisão em relação ao programa Bolsa Família. Nada pode prejudicar a credibilidade desse programa. É um programa necessário para a população de baixa renda, em especial para aquelas pessoas que estão abaixo da linha da miséria, mas é um programa que precisa ser bem aplicado.

De acordo com o Ministério Público Federal, que está investigando há algum tempo essa questão, num cruzamento de dados com os tribunais de contas dos Estados e da União e com outros órgãos de fiscalização e controle, algo em torno de R$2,5 saíram dos cofres públicos, fruto de impostos que o povo brasileiro paga, e não foram para as pessoas mais necessitadas – isso no período de 2013 e 2014. Interessante, porque é justamente o período anterior à eleição, como aconteceu com as pedaladas fiscais e com outros programas.

Dentre esses valores, chama-nos atenção o fato de que há mais de 500 mil servidores públicos que receberam essas bolsas, sendo que 50 mil, se não me engano – o Senador Caiado pode me corrigir porque não tenho os números, estou tentando me lembrar de cabeça –, já estavam mortos, ou seja, eram CPFs clonados ou coisa que o valha – eu não sei como foram realizados esses pagamentos – e quase 100 mil contribuíram para campanhas partidárias.

Talvez nasça daí, Senador Caiado, fruto da competência de V. Exª, um novo projeto de lei, um projeto que diga o seguinte: quem tem programa social é a população de baixa renda, normalmente não só abaixo da linha da pobreza, mas da miséria. Como permitir, pela lei, que essas pessoas possam fazer doação de campanha e tirar o pouco que têm para dar sustento à mesa para financiar a campanha de quem quer que seja? Pode sair daí um grande projeto de V. Exª que vá contribuir para moralizar programas sociais tão importantes, que precisam chegar imediatamente ao destinatário, ao beneficiário mais carente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não vi o lado da inconstitucionalidade, até porque comissionado é cargo de autoprovimento, nomeia-se ou demite-se a qualquer momento. Quer dizer, ninguém está interditado pela vida toda, é específico.

O artigo veda a doação a partido em qualquer tempo por servidor ocupante de cargo ou empregado e proprietário de diretoria de empresa. Então é só durante aquele período. Ninguém está vedando quem quer que seja o tempo todo, só no período em que ele é comissionado. É um cargo de livre nomeação, ele não é concursado para aquilo, e não se trata de um cargo reconhecido.

É uma concessão, como acaba de dizer o Senador Aécio Neves, e, só na Secretaria do Governo, há 1,4 mil comissionados. Quer dizer, fica claro que não têm a função de trabalhar nem de prestar serviço à população brasileira, têm outra função, não é verdade? Não quero fazer juízo de valor, mas fica claro para a sociedade brasileira que não há lógica em uma secretaria de governo ter 1,4 mil comissionados, Presidente.

A sugestão da nobre colega procede, eu a entendo, mas dizer da inconstitucionalidade disso... Eu não vejo fundamento nenhum, não há nenhum cerceamento, por ser por seis meses ou por ser o período em que ele ocupe o cargo. Quantas condicionantes existem para o comissionado quando ele vai ser aceito como comissionado? Essa seria mais uma, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão, ficando a votação adiada para oportunidade futura por se tratar de matéria terminativa.

Eu gostaria de informar ao Plenário que, dado o grande interesse em discutir e analisar essa matéria, comprometo-me a incluí-la como o primeiro item da próxima pauta.

ITEM 21
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 147, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 3º do art. 58 da Constituição Federal, para prever a hipótese de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito por meio de iniciativa popular.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros.
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.
Observações:
- Em 13/04/2016, a Presidência concedeu vista ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais;
- Em 20/04/2016, foi apresentado Voto em separado do Senador Antonio Anastasia contrário à Proposta por inconstitucionalidade material.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para oferecer o seu voto em separado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, como o voto em separado é longo e já foi distribuído, eu não vou lê-lo na sua inteireza.

Basicamente, a minha discordância, com todo o respeito ao eminente autor da proposta, o distinto amigo Senador Lasier, e também ao Relator, Senador Randolfe Rodrigues, é exatamente pelo fato de que, a meu juízo, o tema é inconstitucional, na medida em que nós estamos colocando a proposta de criação de uma CPI por iniciativa popular, o que significa, na verdade, que nós estamos fazendo uma exceção, subvertendo o critério legislativo ordinário, que é exatamente a competência do Congresso Nacional.

A indagação nuclear que se faz no meu voto em separado é a seguinte: a instauração de CPI por proposta de um por cento dos cidadãos afronta o princípio constitucional da soberania popular?

E, no texto, eu coloco que me parece que sim, porque nós temos que o princípio representativo é cláusula pétrea da Constituição. De fato, a representação popular, a representação deliberativa e democrática do

Parlamento, está na Constituição como cláusula pétrea. Assim, de fato, se nós colocamos, ainda que, volto a dizer, o benemérito, o princípio adequado, a boa intenção do autor, nós estaríamos colocando, a meu juízo, uma situação delicada.

Acresço ainda no voto:

(...) A uma, porque mansa jurisprudência do STF refuta deliberação, por maioria parlamentar, de requerimento de CPI. A duas, porque fosse ele encampado por minoria no âmbito do Congresso, seria despicienda a petição popular, bastando que a criação de tal comissão fosse requerida pelo suposto grupo minoritário.

Então, na verdade, nós já temos a figura da proteção da criação de CPI por um terço, garantindo a minoria.

Então, fiz esses alertas e coloco, de fato, na conclusão do meu voto, a inoportunidade, inconveniência, no mérito, além da questão da inconstitucionalidade.

É o debate que faço e o submeto com muito respeito ao douto Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, tenho um questionamento. Tenho conhecimento de uma matéria de autoria do Senador Valadares para qualificarmos melhor, em matéria de quórum, o debate sobre proposta de emenda à Constituição nesta Comissão. Temos tido problemas, lamentavelmente, em alguns momentos, porque não há nenhum tipo de vedação no Regimento Interno em algumas circunstâncias à apreciação de proposta de emenda à Constituição, às vezes somente com o Relator e com o Presidente nesta Comissão.

Esse tema específico é de uma proposta de emenda à Constituição em que surgiu uma controvérsia. Há o nosso relatório e há o preparado voto em separado do Prof. Antonio Anastasia. Diante disso me parece não der adequado votarmos, apreciarmos matéria relativa a um tema perene, que é uma proposta de emenda à Constituição, com divergências sobre a matéria, sem termos quórum na Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, rogo a V. Exª, com a compreensão do Senador Anastasia, que adiássemos esse debate para a próxima reunião.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com a minha aquiescência total, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Na prática, essa matéria está adiada porque não temos número para deliberação. Então, eu não diria que V. Exª está chovendo no molhado, até porque V. Exª pode fazer chover outra chuva física, mas, em matéria de direito, V. Exª não cometeria essa redundância de chover no molhado. V. Exª pode ficar tranquilo porque a matéria não pode ser votada por evidente falta de quórum.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o equilíbrio de sempre do Senador Randolfe em entender que essa matéria merece, realmente, maior debate.

Quero deixar muito claro que não discuto o mérito dessa questão. Acho que a intenção do Senador Lasier foi das mais louváveis; o princípio da soberania popular é um princípio constitucional que todos nós prezamos.

O ideal seria que a democracia fosse exercida diretamente pelo povo. Em uma sociedade, em uma aldeia, isso é plenamente possível, mas, em um País de duzentos milhões de habitantes, inviável. Mas temos instrumentos diretos que permitem à população brasileira diretamente exercer o seu poder, desde a ação popular a outros instrumentos, a começar pelo voto de algumas questões: plebiscito, referendo e assim por diante.

Só me somo ao Senador Anastasia em um quesito: de todos os instrumentos fiscalizatórios de controle que temos perante a Administração Pública, o mais forte, o mais contundente, que tem um resultado com penas mais graves, é a Comissão Parlamentar de Inquérito. Por que 1/3 foi estabelecido? Justamente para se garantir o direito das minorias, como corretamente colocou o Senador Anastasia.

No entanto, a minha preocupação em relação à própria constitucionalidade desse projeto passa um pouco distante até do princípio apresentado pelo Senador.

Eu vejo também uma questão prática. Estou aqui pensando em voz alta, até para trazer à luz novos debates para a semana que vem. Imaginemos que tenhamos as assinaturas necessárias, por iniciativa popular, para se colocar a obrigatoriedade nesta Casa de se criar comissão parlamentar de inquérito em relação a determinado assunto. E se os Líderes não apresentarem os membros? E se os membros apresentados entenderem que não querem? Então, eu vejo uma dificuldade de ordem prática.

Eu acho que podemos tentar salvar alguma coisa desse projeto. Diria até que nós poderíamos tirá-lo de pauta. O Relator, juntamente com o autor, podem ouvir consultores. Vamos ver de que forma nós poderemos aprimorar esse projeto e, de repente, teremos uma saída constitucional para algo que poderia ser mais um instrumento de democracia direta no Brasil.

No mérito, eu não questiono. Quanto mais o povo puder participar diretamente e exercer o seu poder, melhor. Agora, nós queremos algo que seja viável, possível e constitucional. Então, o que eu estou propondo é que não seja na semana que vem, mas que possamos encontrar um meio termo. Em uma semana nós não conseguiríamos fazê-lo.

É a sugestão que faço, mas acato o que for decidido pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Relator dessa matéria é o Senador Randolfe Rodrigues, que tem senso de oportunidade diante de tudo o que está acontecendo no País hoje, com as investigações em curso pelas diversas instituições – Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário.

A CPI, que é um instrumento previsto no Regimento Interno, tem sido um instrumento muito valioso, especialmente quando bem usado pelos Parlamentares. Não com o uso apenas demagógico, como às vezes ocorre, ou inconsequente, como outras vezes ocorre, quando ela foca numa causa e segue o curso, ela tem um papel preponderante.

Chegou-se a um momento em que se disse que a CPI havia se popularizado tanto que tinha perdido valor. Ela foi desvalorizada, havia um excesso de CPIs, muitas delas sem resultados práticos para prestar contas à sociedade brasileira.

Agora, eu acrescento, além do voto em separado do Senador Anastasia e da manifestação da Senadora Simone, algo do ponto de vista da praticidade. Penso que leis boas ou iniciativas boas são aquelas que têm eficácia. Aí, além dessa referência e do exemplo citado pela Senadora Simone Tebet, esse dispositivo terá que ser aplicado também nas câmaras municipais e nas assembleias legislativas. Imaginem, numa câmara municipal, o grau de operacionalização do processo! Falo isso como uma Senadora municipalista. Então, também nesses aspectos...

Queria, da mesma maneira, cumprimentar o Senador Randolfe Rodrigues, porque tem um conhecimento jurídico muito maior do que o meu para fazer o questionamento e fazer a sugestão de um debate mais amplo sobre essa matéria. Penso que o Congresso....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sobre o conhecimento, não apoiado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Congresso tem se debruçado ultimamente sobre esses temas. Algumas CPIs são relevantes, tratam de defender os interesses do cidadão, como no caso da CPI de órteses e próteses ou de outras matérias. Mas houve outras que deram com os burros n´água, como a CPI da Petrobras, que foi uma coisa inconsequente, num assunto grave. Mas, felizmente, outras instituições estão cumprindo seu papel.

Então, temos que cuidar também para que não haja uma frustração da expectativa da sociedade em relação àquilo que nós vamos fazer nesse caso de uma composição. E devemos pensar na extensão do instrumento, que deverá também vigorar para as assembleias legislativas e para as câmaras municipais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Querido Presidente, sinto que o assunto já caminha para um consenso, que tem o meu apoio.

Eu gostaria apenas de lembrar a V. Exª que temos na pauta um projeto da Câmara dos Deputados, já de muito tempo, que é o item 34, que não é terminativo, do qual tenho a honra de ser Relator. Se V. Exª me permitisse, antes de encerrar a reunião, submeter o relatório aos colegas, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Item 34.

ITEM 34
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 140, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos.

Autoria: Deputado Walney Rocha.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 (de redação).

"...que institui o Código de Trânsito Brasileiro..." Eu tenho a impressão de que o Código de Trânsito já está instituído. Há alguma coisa que não está tecnicamente correta aqui. Talvez devesse ser "...que institui, no Código de Trânsito Brasileiro, o licenciamento eletrônico" e não "institui o Código de Trânsito Brasileiro".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Sim, mas o enunciado, aqui... Aqui está certo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É bom a gente mandar isso para a Mesa corrigir.

Eu consulto o Senador Crivella para saber se, no seu relatório, gostaria de superar essa questão técnica.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Supero, Sr. Presidente, supero.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Porque aqui está dito, na ementa do projeto – o erro vem daí – que é de autoria do...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Deputado Walney Rocha.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Paes Landim, não?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Presidente, é o item 34.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É um projeto do Deputado Walney Rocha que diz o seguinte: "Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos."

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Não está bem claro, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É, não está.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ele altera o Código.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É, ele deveria dizer isso a partir da ementa. Aqui, no art. 1º, diz: "Esta Lei altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos."

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – A pessoa que lê a primeira vez pensa que está sendo alterado o Código e não o art. 130.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Ele quer, na realidade, propor uma alteração no Código em vigor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Exato, mas fica parecendo que o art. 130 é que institui o Código.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª, no seu parecer, poderá corrigir isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Corrijo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – É a sugestão que eu dou e, já na próxima reunião, deliberamos sobre o seu parecer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Posso fazer agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Pode, só que o quórum está muito baixo, e eu temo que, por falta de outro assunto, a reunião seja encerrada.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sabe por quê, Sr. Presidente? Eu estou me licenciando amanhã por quatro meses, de tal maneira que V. Exª não me verá aqui por quatro meses.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Se fosse por isso, eu iria conspirar para V. Exª não sair daqui!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Então, Presidente, na próxima reunião, será o meu suplente que o fará. O meu suplente está vindo.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª quer fazer agora?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É rápido, em um minuto eu faço, é apenas para dizer que se altera o art. 130 do Código.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Do seu parecer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – É fácil.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – V. Exª faz o substitutivo clareando essa questão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Eu faço oralmente, Presidente.

Presidente, só para ir adiantando para os colegas: os Deputados resolveram fazer uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro para, digamos, criar um parâmetro para todos os Estados.

Hoje, para renovar a licença anual dos automóveis, alguns Estados mandam pelos Correios. Você paga e recebe. Em outros Estados, você tem que fazer vistoria. Em outros, a vistoria é feita apenas se o veículo mudou de cor ou se trocou de proprietário. Então, os Deputados deliberaram no sentido de adotar um único critério.

Como é simplificativo e não me consta que haja queixa nos Estados em que o processo causa mais problemas, eu aquiesci.

Em Estados como o meu, o Rio de Janeiro, é uma chatice você ter que ir lá mostrar o carro a fim de verificarem que não foi pintado, que não foi vendido, que você ainda é o proprietário. Você entra em uma fila enorme e, se não consegue realizar naquele dia, porque venceu ou foi no último dia, o carro é apreendido na rua, é um constrangimento para os consumidores, é uma tragédia.

Como outros Estados já adotam um processo aperfeiçoado, aprimorado, simplificado, os Deputados tomaram a iniciativa que eu resolvi submeter aos colegas.

Sr. Presidente, está aqui. Eu vou fazer a leitura rapidamente até porque já me referi à matéria.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 140, de 2015, cria o licenciamento eletrônico de veículos, alterando o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro (CTB). De acordo com a nova redação, o licenciamento se dará com a inserção das informações pelo proprietário, junto ao órgão executivo de trânsito do Estado, relativas às condições físicas do veículo que possibilite seu tráfego com segurança. A responsabilidade integral pelas informações prestadas será, para todos os efeitos, do proprietário do veículo.

O Certificado de Licenciamento Anual será remetido via postal, mediante o pagamento das despesas de postagem pelo proprietário.

A proposição originou-se do Projeto de Lei nº 1.920, de 2011, da Câmara dos Deputados. Na justificação, o autor argumenta que o projeto visa unificar o procedimento de licenciamento anual instituído pelo Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que atualmente os Estados utilizam critérios diferentes nos seus procedimentos. Lembra que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) chegou a estabelecer obrigatoriedade de vistoria física anual, por meio da Resolução nº 84, de 19 de novembro de 1998, mas que esta veio a ser revogada pela Resolução nº 107, de 21 de dezembro de 1999.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

Em relação às competências da CCJ, definidas no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, verificamos que não há impedimento constitucional, jurídico, regimental ou de técnica legislativa à aprovação do PLC nº 140, de 2015. A proposição está materializada na espécie adequada de lei, respeita o princípio da reserva de iniciativa, e versa sobre matéria de transporte, inserida entre as competências da União.

A iniciativa encontra amparo na competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, de acordo com a Constituição Federal — CF, art. 22, inciso XI.

Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF).

No que diz respeito à juridicidade, o projeto inova o ordenamento jurídico, tendo potencial coercitivo e não ofende os princípios gerais do Direito. Quanto à técnica legislativa, a proposição tampouco demanda reparos, visto que atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998.

No mérito, consideramos que o PLS é conveniente e oportuno.

Como bem destacou o autor, a medida trará mais celeridade e economia, uma vez que não há base legal para que Estados continuem adotando o sistema de vistoria física nos veículos de forma generalizada, elevando custos e burocracia para cidadãos e órgãos públicos – hoje nós estamos discutindo muito essa questão do Estado mínimo; quanto menos o Estado se intrometer na vida dos cidadãos, mais vantagens.

Mesmo sem uma previsão legal, hoje alguns Estados cobram taxas de vistoria anual e, ainda mais grave, alguns dos Estados sequer realizam qualquer serviço que caracterize uma vistoria técnica. No Estado do Rio de Janeiro, o Departamento Estadual de Trânsito exige vistoria anual para todos veículos com mais de 3 anos de idade, sendo o Estado onde há a maior quantidade de veículos submetidos a vistoria.

Por falta de previsão em lei para a vistoria anual, sequer há resolução do Contran que a exija. Assim, muitos Estados não exigem a vistoria anual para entrega do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo.

Vale destacar que o projeto em análise não proíbe que sejam realizadas vistorias físicas, mas tão somente desvincula esse procedimento técnico da obtenção do Certificado de Licenciamento Anual, que é o que caracteriza a captura do veículo se o proprietário não tiver o certificado. Na generalidade deve-se presumir a boa-fé do cidadão que busca a obtenção do documento que é de porte obrigatório.

Em situações específicas, as vistorias são previstas em Resolução do Contran: venda do automóvel, troca de cor, alterações, certa idade.

O presente projeto oportuna e adequadamente estabelece um procedimento sem burocracia para obtenção do Certificado de Licenciamento Anual, em que os proprietários, utilizando-se das modernas tecnologias de comunicação, os computadores, podem firmar seu compromisso quanto às condições físicas do veículo para o tráfego em segurança.

Uma vez aprovado o projeto, deixará de existir a injustificada diferença de tratamento a que os proprietários de veículos são submetidos nos diferentes Estados brasileiros.

O nosso voto é pela aprovação, submetendo aos colegas uma emenda de redação ao Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2015, não terminativo, que altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1977.

Sr. Presidente, agora ficou claro, veja: "Altera o art. 130 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a qual [a lei] institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento eletrônico de veículos."

Então, sou pela aprovação, Sr. Presidente, com a emenda que apresento em plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB - PB) – Em discussão o parecer. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 21 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dez de maio de dois mil e dezesseis, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Otto Alencar, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Lídice da Mata, Aloysio Nunes Ferreira, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi**.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Jorge Viana, Acir Gurgacz, Jader Barbalho, José Medeiros, Ataídes Oliveira, João Capiberibe e Eduardo Amorim**.** Havendo número regimental para abertura da reunião, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. A ata foi aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Passa-se à LEITURA DE AVISOS. Os seguintes avisos que ficarão à disposição dos Senhores Senadores na secretaria da comissão: Aviso nº 349-TCU-Plenário; Aviso nº 330-TCU-Plenário; e Aviso nº 285-GP/TCU. A Presidência comunica ainda que ficam prejudicados os Requerimentos nºs 15 e 16 da CMA, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Telmário Mota. PAUTA. ITEM 1) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Relatoria: Senador Jorge Viana (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 2-CMA (substitutivo). ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad hoc: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo). ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 780, de 2015 - Não Terminativo. Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto. ITEM 16) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 12, de 2016. Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11/2016 – CMA, a inclusão do nome abaixo relacionado para participar da Audiência Pública que irá debater e instruir o Projeto de Lei nº 541, de 2015, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos. O nome indicado como debatedor, além dos citados no requerimento é o seguinte: Nelson Antônio Paim – Presidente do Sindag – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. Autoria: Senador Blairo Maggi e Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. É aprovada a inclusão EXTRAPAUTA da seguinte matéria: ITEM 17) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013 - Não Terminativo. Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, de 2014 - Não Terminativo. Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros. Autoria: CPI da Espionagem (CPIDAESP). TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, de 2014 - Não Terminativo. Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do PLS nº 330/2013 nos termos da emenda nº 31-CCT/CMA (substitutivo) e pela prejudicialidade do PLS nº 131/2014 e do PLS nº 181/2014. Ficam adiadas as demais matérias. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a reunião às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Raymundo Franco Diniz, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ...e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Aviso nº 349-TCU-Plenário; Aviso nº 330-TCU-Plenário; e Aviso nº 285, GPTCU.

Informo que a relação dos documentos lidos foi encaminhada por *e-mail* para os gabinetes de todos os membros com *links* para o acesso aos seus conteúdos, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Comunico ainda que ficam prejudicados os Requerimentos nºs 15 e 16 da CMA, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Telmário Mota respectivamente, pois a audiência pública requerida nesses requerimentos foi realizada na terça-feira passada, dia 3 de maio.

Passamos à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
-Matéria apreciada pela CI, com parecer pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CI (substitutivo).
-A matéria constou na pauta do dia 05/04/2016 e 26/04/2016.
-Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

O Relator não está presente.

Passarei ao item 3, cujo Relator está presente, que é nobre Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 780, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Operações Financeiras o automóvel elétrico ou híbrido adquirido para uso como táxi ou por pessoas portadoras de deficiência física e para isentar do Imposto sobre Operações Financeiras o trabalhador desempregado ou subempregado, titular de financiamento do denominado Projeto Balcão de Ferramentas.

Autoria: Senador Jorge Viana.
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
-A matéria constou na pauta do dia 26/04/2016.
-Posteriormente, a matéria será apreciada pela CAE.

Passo a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro para que possa proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Otto Alencar, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 780, de 2015, de autoria do Senador Jorge Viana, vem em boa hora, porque alarga benefício para as pessoas com deficiência e também para os carros para transporte, táxis. Eles já têm de isenção de IPI e IOF, segundo previsto na Lei 8.989, de 1995.

O projeto do Senador Jorge Viana acrescenta estende essa isenção aos veículos elétricos ou híbridos de fabricação nacional ou importados.

Com o mesmo objetivo, acrescenta ao art. 72 da Lei nº 8.383, de 1991, os veículos elétricos ou híbridos aos automóveis cuja aquisição pelas pessoas discriminadas naquela lei é beneficiada com isenção do IOF sobre as operações de financiamento realizadas para aquela finalidade.

O projeto tem o objetivo de criar mecanismo para alavancar a produção e a aquisição de veículos elétricos e híbridos, com o barateamento do seu custo, por meio de isenções de IPI e IOF pelos já beneficiários de isenções desses tributos na aquisição de veículos com motor de combustão.

Em relação à responsabilidade fiscal, aduz que a nova hipótese de isenção não aumentará o número total de concessões. Portanto, não há que se falar em inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Não tendo sido objeto de emenda no prazo regimental, o projeto foi distribuído a esta CMA e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Análise.

Conforme da justificação, a principal motivação do autor para a proposição do PLS nº 780, de 2015, é de natureza ambiental. A despeito dos inegáveis benefícios ambientais dos carros elétricos e dos veículos híbridos, como a redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) e de outros poluentes, seu custo de aquisição ainda é elevado se comparado aos veículos movidos exclusivamente com motor de combustão. Como bem salienta o autor, "faltam incentivos para impulsionar a aquisição e, consequentemente, a fabricação desses veículos no Brasil", e é justamente o que intenta a proposição.

As vantagens ambientais da proposta são cristalinas, a começar da emissão nula de GEE. Além disso, o motor elétrico apresenta eficiências próximas a 85% e a bateria, em seus ciclos de carga e descarga, de cerca de 80%, enquanto a dos motores de combustão interna se situa próxima de 30%. A transmissão mecânica absorve cerca de 10% da energia do motor. Dada essa relação entre as eficiências dos veículos a bateria e aqueles acionados por motores de combustão interna, mesmo que a energia elétrica que alimenta a bateria seja gerada numa usina termelétrica, a energia primária utilizada será menor do que a da fonte do combustível utilizado.

Mencione-se ainda que carros a bateria nada consomem quando param em trânsito congestionado. Carros convencionais, ao contrário, cujo motor permanece ligado, desperdiçam de 10% a 15% do combustível total consumido.

Outras vantagens do carro elétrico poderiam ser aqui lembradas, a exemplo da condução silenciosa e dos menores custos de manutenção.

Entre as desvantagens, podemos citar a menor autonomia, o elevado tempo necessário para a recarga e o alto custo de aquisição. Se as duas primeiras começam a ser enfrentadas com o avanço tecnológico e a produção em larga escala desses produtos, os custos de aquisição necessitam de enfrentamento, como se propõe a fazer o PLS nº 780, de 2015.

Reduzindo a tributação de IPI e de IOF, conforme discrimina a proposição, sem prejuízo de perda de arrecadação tributária adicional, o poder público estará sinalizando seu emprenho em cumprir os compromissos assumidos recentemente no Acordo de Paris, durante a COP 21, sobretudo o de contribuir para a redução de gases de efeito estufa e de estimular tecnologias limpas, em vista de uma economia de baixo carbono.

Por isso, não poderia ser mais meritório, oportuno e necessário um projeto de lei como o que ora se apresenta.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 780, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Nenhum Senador...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, quanto à iniciativa do autor de poder isentar de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), também como foi aqui colocado pelo nobre Relator, Senador Flexa Ribeiro: existe uma concordância, unânime hoje, em buscarmos combustíveis não po-

luentes e buscarmos alternativas para podermos, cada vez mais, alimentar o transporte das pessoas, com esse compromisso que temos com a pauta internacional assinada de controle do meio ambiente.

Agora, nós temos também uma pauta aqui no Congresso, que é a pauta da sobrevivência dos Estados e Municípios e, realmente, mais uma vez, o Governo Federal faz cortesia com o chapéu alheio. Ou seja, não é a cota do Imposto sobre Produtos Industrializados que vai para a União, a isenção é global, entra realmente na redistribuição de todas as alíquotas que são transferidas para os Estados e para os Municípios. É uma fonte de perda muito grande que nós temos. Nós estamos carregando um benefício que está sendo dado muito mais ao Estado de São Paulo, que é o maior concentrador hoje de montadoras, e, lógico, a algum outro Estado do Sul do País, mas os outros Estados vêm perdendo esse repasse, que passa a ser significativo no dia a dia dos Municípios.

É apenas uma observação que faço, Sr. Presidente, porque, quando nós tentamos aqui – é até uma emenda apresentada por nós – retirar as isenções dos repasses dos Estados e Municípios, essa matéria foi vetada pela Presidente, e esse veto não foi derrubado. É uma preocupação que trago ao nobre Relator. É lógico que o nosso voto será favorável, mas, indiscutivelmente, isso exige de nós, Senadores, que apressemos também um outro projeto para excluirmos o restante dos Estados brasileiros e os Municípios desses incentivos que são dados em nome de toda a população, sendo que os beneficiários diretos são exatamente as montadoras e as pessoas que são beneficiadas ali diretamente, com empregos, em cada uma dessas regiões.

É uma observação que faço, porque esta Casa aqui tem também dado prioridade... Hoje nós temos um encontro também dos Municípios em Brasília. A Confederação Nacional dos Municípios está fazendo um grande evento no dia de hoje, trazendo aqui as preocupações, a crise instalada, a falta de capacidade de gerenciar os Municípios.

Sr. Presidente, é apenas uma observação que faço pedindo apoio aos nobres pares para que, futuramente, possamos fazer com que esse benefício seja apenas para a cota que é repassada à União e não aos demais entes federados.

Muito obrigado pelo aparte, e os meus aplausos ao nobre Relator, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, a observação do Senador Ronaldo Caiado é pertinente. Inclusive, nós somos autores também de projeto neste sentido, Senador Ronaldo Caiado: quando haja isenção do IPI ou do Imposto de Renda no sentido de motivar a economia, que essa isenção seja absorvida só pela União, que não se penalizem Estados e Municípios.

V. Exª tem toda razão. Nós aprovamos projeto nesse sentido, e a Presidente Dilma vetou.

Agora, neste caso, Senador Ronaldo Caiado, essa isenção já existe desde 1995 para os táxis e para as pessoas com deficiência – eles são isentos do IOF e do IPI. O que o Senador Jorge Viana pretende com o seu projeto é estender esse benefício – não é geral – para os veículos elétricos ou híbridos de fabricação nacional ou importados.

Primeiro: ainda hoje, essa é uma tecnologia de baixa emissão de carbono, mas de alto custo de aquisição. Então, é difícil usar um veículo desse tipo como táxi. Tenho certeza de que, com isso, ele pretende incentivar a produção desses veículos movidos a eletricidade ou híbridos, no sentido de que brevemente se instalem indústrias no Brasil e produzam também esse tipo de veículo, o que já acontece no resto do mundo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu acho meritória, eu aplaudo a iniciativa. A única observação que nós fazemos é em relação a quem paga essa conta. É só isso.

Quanto ao mérito do projeto, concordo plenamente com V. Exª. Quanto mais buscarmos combustíveis que realmente possam cumprir a sua finalidade sem contaminar o meio ambiente melhor. Agora, a única observação é quem vai arcar com essa conta. É só isso. Estou totalmente de acordo com o mérito, só que acho que Estados e Municípios deveriam ficar isentos. Mas, como V. Exª colocou, caberá a nós continuarmos nessa luta para ver se futuramente temos a chance de excluir Estados e Municípios dessa penalização, Municípios e Estados que não são beneficiados por essas isenções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só uma sugestão, Senador Ronaldo Caiado.

Nós poderíamos fazer um projeto alterando a lei que dá isenção a essas classes de pessoas para que, também nesse caso, a isenção do IPI recaia só sobre a parte que cabe à União, e não aos Estados e Municípios.

Já que não conseguimos vencer por inteiro, vamos tentar vencer pela parte nesse caso da Lei nº 8.989.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu louvo a iniciativa do projeto do Senador Jorge Viana, o relato bem elaborado do Senador Flexa Ribeiro e as preocupações levantadas, mas aqui eu não acredito que haverá diminuição de receita, até porque já é uma coisa que acontece.

O que o projeto busca mesmo é incentivar o uso de combustíveis que vão ter efeitos benéficos, diminuindo a emissão dos gases de efeito estufa.

Então, penso que o projeto é meritório, precisa ser aprovado. Não é a discussão dessa isenção específica que beneficia taxistas que vai resolver o problema dos Municípios. Eu acho que a questão dos Municípios e dos Estados é bem mais ampla. É uma discussão que este Congresso e que o País e a sociedade precisam fazer: repensar o pacto federativo, discutir qual Brasil queremos construir para os próximos 30 anos, quem paga a conta para construirmos esse Brasil. Nesse sentido, precisamos ser ousados. Mas não é retirando esse benefício de trabalhadores que prestam serviços para outros trabalhadores, via de regra, que nós vamos resolver o problema dos Municípios.

O projeto é muito importante, inclusive, para a pauta estabelecida na COP 21, que o País tem que cumprir. Eu sou favorável ao projeto. Partilho da preocupação em relação ao problema dos Municípios, dos Estados e da própria União, mas não acredito que nós vamos resolver o problema por aqui. Precisamos ser mais ousados para resolver esse problema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Eu vejo a colocação do Senador Ronaldo Caiado como bem pertinente diante dessa preocupação da perda de arrecadação, ao longo dos últimos anos, de Estados e também de Municípios.

Eu sei que os Municípios brasileiros, hoje, de maneira geral, com as perdas de arrecadação que já aconteceram ao longo dos anos, a partir de 2013, com a diminuição do IPI para os automóveis e para a linha branca, com a suspensão da Cide, a maioria desses Municípios têm um passivo muito grande a pagar. Inclusive, muitos dos empenhos feitos naquele período ficaram sem pagamento e entraram em débitos de exercícios anteriores, em restos a pagar.

Quando o Governo Federal faz isenção, faz apenas em cima do IPI. O Governo Federal não faz nenhuma isenção das contribuições – PIS, Pasep, Cofins –, absolutamente, porque essa parte entra exclusivamente para o caixa do Governo Federal. Então, em cima do IPI, que é dividido entre Estados e Municípios, é que se faz a cortesia, criando grandes dificuldades.

Essas dificuldades criadas resultaram, no Brasil e em muitos Estados, no aumento do ICMS sobre vários produtos. Inclusive, no meu próprio Estado, o Governador teve que apelar para isso para honrar a folha de pagamento dos funcionários no ano de 2016 e de 2015 também. E os Municípios fazem a mesma coisa. Muitos Municípios do Brasil, no meu Estado também, aumentaram de forma excessiva o IPTU. Ele foi elevado, inclusive em Salvador, em alguns casos, até 150%, 200%, para uma classe social que teve redução dos seus salários, dos seus ganhos. Então, cria uma dificuldade muito grande. Ou seja, quando baixa aqui o IPI, o Município lá tem que aumentar o ISS (Imposto Sobre Serviço), o IPTU, os impostos de responsabilidade do Município.

Essa é uma ação que... O projeto – até tive depois a compreensão do Senador Aloysio Nunes Ferreira naquele projeto eu apresentei alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal, e todos votaram – foi exatamente para isso. Quando o Governo diminuir o IPI e não compensar os Municípios, se o Município elevar o índice de pessoal, o prefeito não pode ser penalizado, já que caiu relativamente a sua receita, aumentando de 54% o índice de pessoal. Isso é uma coisa injusta e está até afastando várias pessoas que têm compromisso político e espírito público da ideia de se candidatarem a prefeito ou a outros cargos, para não saírem como ficha suja sem nenhuma culpa em função da perda de arrecadação. Eu vejo isso com muita preocupação.

Depois de toda essa turbulência e de todo este problema por que passa o País com essa crise política nacional sem precedentes, como nunca vi na história do Brasil, eu acho que teremos que aqui, no Congresso Nacional, estudar uma maneira de se compensarem os Municípios pelas perdas que aconteceram, com um novo pacto federativo, e de descentralizar o poder financeiro, administrativo e político dos Municípios e dos Estados. Os Estados perderam completamente a autonomia, como também, ao longo dos anos, os Municípios perderam muita autonomia. Eu creio que a crise que nós estamos vivendo hoje aqui, em Brasília, no Governo central, no Governo Federal, não saiu dos Municípios para Brasília, não saiu dos Estados para Brasília. Pelo contrário, Brasília é que criou problemas para os Estados e Municípios: viver essa situação de insegurança jurídica, de dificuldade de arrecadação, de falta de investimento, de recessão e de inflação. Portanto, eu acho que o problema está aqui dentro da administração centralizada do Governo Federal. Eu espero, um dia, que possa ver os Municípios com mais autonomia financeira, política e administrativa.

Concordo plenamente com as colocações do Senador Ronaldo Caiado. O projeto é meritório. Ele não é terminativo aqui, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; ele é terminativo na CAE.

Encerrada a discussão, eu coloco o projeto em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ele vai constituir o parecer da CMA e vai ser encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa. Portanto, está aprovado o projeto de autoria do Senador Jorge Viana relatado pelo Senador Flexa Ribeiro.

O item 1 é um projeto de relatoria do Senador Jorge e de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com ele não está presente, eu passo a relatoria ao Senador Donizeti Nogueira, como Relator ad hoc, para que ele possa proferir o relatório da matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, esse projeto é da Comissão de Direitos Humanos, do Programa Jovem Senador.

No relatório, vou tentar ser bastante sucinto, indo mais diretamente à análise.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 252, de 2014. De autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o projeto dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável e decorre da Sugestão nº 2, de 2014, autuada a partir de proposição legislativa das Jovens Senadoras Ana Luiza Cabral Laet, Andrisley Kelly Pereira da Silva, Daniele Verza Marcon e Verônica Vicente Monteiro. A matéria foi debatida e aprovada durante a legislatura do Programa Senado Jovem Brasileiro – Edição 2013.

O art. 1º do PLS nº 252, de 2014, determina que na execução da política urbana serão observadas as seguintes diretrizes: adoção de práticas de construção sustentável; divulgação, nos meios de comunicação, de práticas de sustentabilidade ambiental nas edificações; promoção de campanhas educativas periódicas com a finalidade de mobilizar a população a adotar práticas de construção sustentável; e concessão de incentivos fiscais conforme a realidade local. O parágrafo único do art. 1º define como práticas de construção sustentável a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reúso de água

O art. 2º da proposição torna obrigatória a adoção de práticas de construção sustentável, quando técnica e economicamente viáveis, nas edificações de propriedade da União. O art. 3º determina que a lei resultante do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente e conservação da natureza.

Quanto ao mérito, a proposição estabelece um conjunto de diretrizes a serem observadas na execução da política urbana com o intuito de criar e ater práticas de construção sustentável.

Desse modo, o PLS nº 252, de 2014, tem um grande valor, pois permitirá a adoção de práticas sustentáveis que propiciarão a proteção dos recursos naturais, em especial a conservação dos recursos hídricos, atualmente grandemente afetados pela prolongada estiagem. No entanto, compete enfatizar que a matéria não pode ser instituída por lei autônoma e, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 1998, deve ser inserida no Estatuto da Cidade, nos moldes do substitutivo aprovado pela CI.

Todavia, aquele substitutivo requer aperfeiçoamentos. Consideramos que, com relação aos imóveis de propriedade da União, tal regra deve ser aplicada somente aos imóveis novos a serem construídos, pois a alteração dos imóveis que atualmente são propriedade da União geraria um enorme custo devido à realocação de pessoal durante a concretização das obras.

Também cabe estabelecer uma definição mais abrangente do que se entende por "práticas de construção sustentável" sem apresentar exemplos da sua utilização, que levariam a uma interpretação excludente do conceito. Finalmente, exclui-se a expressão "dar outras providências", constante da ementa do substitutivo, por não acrescentar conteúdo.

Portanto, compete apresentar um substitutivo com as modificações necessárias apresentadas acima.

Voto.

Dessa forma, votamos pela aprovação do PLS nº 252, de 2014, na forma do seguinte substitutivo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O substitutivo já é do conhecimento de todos, então penso...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Não havendo nenhuma Senadora e nenhum Senador que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto.

Nos termos do substitutivo do Relator, a matéria segue para o plenário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe-me por interromper a sequência dos nossos trabalhos, mas é que tenho uma comunicação a fazer para V. Exª e para a Comissão.

V. Exª me designou para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 330, que trata da proteção de dados pessoais. Eu apresentei, em um primeiro momento, o meu voto. Depois pedi para reexaminar, em função de algumas sugestões que havia recebido, mas concluí que não era o caso de alterar o voto que eu havia apresentado inicialmente. Então, já o devolvi à Comissão e, quando V. Exª considerar oportuno, poderá pautá-lo. Eu estarei pronto para relatá-lo e debatê-lo, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Vamos, então, determinar à Mesa que paute para a próxima reunião, na próxima terça-feira, para debatermos esse projeto.

O Item 2 é de autoria do Senador Cristovam Buarque; o Relator é o Senador Blairo, mas ele não está presente.

Vamos passar para o item 4.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Os outros todos são terminativos.

Pergunto ao Senador Flexa se ele se disporia a relatar o projeto do Senador Cristovam, que é o item 2.

Passe para o Senador Flexa Ribeiro por favor, sempre disposto a nos ajudar.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Blairo Maggi.
Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.
Observações:
-a matéria constou na pauta do dia 05/04/2016 e 26/04/2016.
-posteriormente, a matéria será apreciada pela CI.

O projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque, um projeto que considero importante, de relevância muito grande, como todos os projetos da lavra do Senador Cristovam Buarque.

Eu perguntaria ao Senador Flexa se ele poderia ler o relatório.

Como está sempre disposto a nos ajudar, passo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Senador Otto Alencar, Srs. Senadores, vou fazer a leitura do parecer do nobre Senador Blairo Maggi, como Relator *ad hoc*, dado ao Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040.

A proposição é composta de dois artigos. O art. 1º insere o inciso XI no art. 2º e o inciso IX no art. 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer o conceito de "oferta interna de energia" e para inserir, no rol de ob-

jetivos dessa Política, o aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia em percentual mínimo.

No art. 2º é veiculada cláusula de vigência imediata, a contar da publicação da lei resultante da proposição.

A proposição foi distribuída à CMA e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a apreciação em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente sobre controle da poluição.

Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a queima de combustíveis fósseis para geração de energia está entre as causas que mais contribuem para as mudanças climáticas. O aumento na temperatura média da Terra, até 2100, acima de dois graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais representará grande fracasso para humanidade na sua relação com o meio ambiente, dadas as graves consequências desse aumento.

Não se pode tolerar que o desenvolvimento econômico seja alcançado tendo como consequência a degradação das condições de suporte à vida no Planeta. Além dos problemas ambientais, um agravamento do aquecimento global será acompanhado de desestabilização dos meios produtivos, gerando prejuízos econômicos de grande magnitude.

O clima é um bem de uso comum e todos os esforços devem ser empreendidos por todas as nações para que o mundo possa ter a melhor estabilidade climática possível, como meio de assegurar às futuras gerações uma existência menos sofrida do que aquela que se delineia num cenário de aumento da temperatura média além dos dois graus.

O Brasil não se acomodou com sua condição de economia de baixo carbono, quando comparada às economias dos demais países do mundo, e continua se esforçando para ampliar sua contribuição no combate às mudanças do clima. Nesse sentido, o País apresentou ao Secretariado da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, em inglês), com compromisso de alcançar uma participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.

O Acordo de Paris, firmado por ocasião da COP 21, está sendo considerado um avanço importante, porém, a soma das emissões previstas nas iNDC apresentadas pelas nações envolvidas no acordo apontam para uma emissão global de 55 giga toneladas de gases de efeito estufa em 2030.

Emissões nessa magnitude são incompatíveis com a limitação do aumento da temperatura nos parâmetros desejados. Isso significa que todos terão que se esforçar um pouco mais na redução de emissões.

Diante do quadro apresentado, a proposição ora em análise é extremamente oportuna. Partindo-se da iNDC brasileira, cuja meta para 2030 é de 45% de energia renovável na matriz energética, teríamos que avançar mais quinze pontos percentuais em dez anos (de 2030 a 2040). Apesar de ousada, a meta é viável. O Brasil já demonstrou sua capacidade de inovar no uso de fontes alternativas de energia. Temos grande expertise na geração hidráulica. Estamos avançando rapidamente nas gerações eólica e fotovoltaica, e somos referência na produção de biocombustíveis. A inclusão da meta proposta na Política Nacional sobre Mudança do Clima induzirá Estado e sociedade a acelerar o processo de substituição gradual na nossa matriz energética de fontes ricas em emissão de carbono por fontes limpas e renováveis.

Apesar do notório mérito da presente proposição, entendemos que alguns aspectos devem ser aprimorados. O conceito de oferta interna de energia pode ser adequado no sentido de se adotar a definição internacional, que é utilizada pelo Ministério das Minas e Energia.

Além disso, o texto do novo inciso IX do art. 4º da Lei nº 12.187, de 2009, apresenta discrepância entre o percentual grafado em algarismos arábicos e aquele escrito por extenso e entre parênteses. Sugerimos também que o aumento da participação das fontes renováveis, no percentual proposto, ocorra até 2040, e não em 2040, para que o avanço aconteça de forma gradual. Propomos, portanto, emenda substitutiva.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 712, de 2015, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, DE 2015

Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira até o ano de 2040.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º e 4º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º .....

.....

IX - .....;

X - .....; e

XI – oferta interna de energia: soma do consumo final de energia do País, das perdas na distribuição e armazenagem, e das perdas nos processos de transformação. (NR)

.....

"Art. 4º .....

.....

VIII – .....;

IX – ao aumento da participação das fontes renováveis na oferta interna de energia para, no mínimo, sessenta por cento até 2040.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Para discutir, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Quero apenas agradecer o parecer do Senador Blairo e a leitura do Senador Flexa.

Esse é um projeto que se situa dentro da tendência geral no mundo. O Presidente Obama fez propostas nessa linha, e as Nações Unidas têm trabalhado nessa linha. A única diferença é que acrescentamos um pouco mais de anos na meta, o que me parece, no caos que atravessa o Brasil hoje, um tanto deslocado, mas, ao observar a tendência do País, que vai superar todas essas dificuldades atuais, é uma meta razoável, como disse o Relator.

Por isso, muito obrigado ao Senador Flexa, ao Senador Blairo e ao Presidente, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da CMA, pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo do Relator.

A matéria segue para a CI em decisão terminativa.

Vou colocar, extrapauta, o Projeto nº 330, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, cujo Relator está presente, o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, sempre colaborativo, pede para relatar a matéria.

Passo a palavra para que ele possa proferir o seu relatório.

ITEM 17
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Enquanto aguardamos o início da leitura do projeto que o nobre Relator, Senador Aloysio, vai proferir agora, faço um pedido a V. Exª.

Como não temos quórum para votar matérias terminativas, que colocasse em votação o Requerimento nº 12, de 2016, que quero subscrever. Ele é de autoria do Senador Blairo Maggi e solicita, dentro de uma audi-

ência pública que nós teremos, a inclusão também do nome do Sr. Nelson Antônio Paim, Presidente do Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola).

É a solicitação que faço a V. Exª, tão logo o Senador Aloysio tenha encerrado a apresentação e tenha sido feita a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não, Senador Ronaldo Caiado.

O requerimento de autoria do Senador Blairo Maggi, com a subscrição de V. Exª, logo após a relatoria, será colocado em votação.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, meu caro Presidente.

Vêm ao exame desta Comissão os Projetos de Lei do Senado nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares, nº 131, de 2014, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem (CPIDAESP), e nº 181, de 2014, do Senador Vital do Rêgo.

As três proposições buscam regular diferentes aspectos da atividade de tratamento de dados pessoais e tramitam em conjunto após a aprovação de requerimentos nesse sentido.

Depois da aprovação dos referidos requerimentos, os projetos foram encaminhados para o exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), da Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na CCT, foi realizada audiência pública para instrução da matéria com especialistas e representantes do Estado e da sociedade civil.

Na comissão, foram apresentadas trinta emendas ao PLS nº 330, de 2013.

Em 15 de outubro de 2015, foi aprovado na CCT relatório pela aprovação do PLS nº 330, de 2013, na forma do substitutivo oferecido por mim e com o acolhimento de diferentes emendas. Na mesma ocasião, declarou-se a prejudicialidade do PLS nº 131, de 2014 e do PLS nº 181, de 2014, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Após a aprovação na CCT, as proposições foram encaminhadas a esta Comissão, onde não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

A União é competente para legislar sobre essa matéria.

Os projetos de lei, em especial na forma do relatório aprovado na CCT, atendem aos critérios de boa técnica legislativa e de juridicidade e não se nota neles nenhuma previsão que viole o texto constitucional.

Quanto ao mérito, é inegável que as propostas buscam endereçar questão de maior relevância diante dos enormes avanços tecnológicos atingidos na última década e dos novos riscos que se colocam aos direitos individuais, em especial em relação à privacidade e à personalidade.

Hoje mais de cem países já possuem leis específicas relativas à proteção de dados individuais, dentre os quais constam países em realidade próxima a do Brasil, como Argentina e Uruguai. Não se trata de um fenômeno novo, já que em 1980 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já havia publicado documento com diretivas para que seus Estados-membros aprovassem leis voltadas a regular a atividade de tratamento de dados.

O Marco Civil da Internet (Lei no 12.953, de 23 de abril de 2014) já trouxe avanços significativos na seara, estabelecendo uma série de regras e instrumentos voltados à proteção de dados.

Existem também no direito brasileiro normas esparsas que tratam de questões relacionadas ao tratamento de dados, como ocorre na Lei do Cadastro Positivo e na Lei de Acesso à Informação.

Não há, todavia, diploma legal que discipline, de forma sistematizada e coerente, a atividade de tratamento de dados pessoais e que disponha sobre a posição jurídica do titular de dados, de forma a permitir que o indivíduo tenha controle sobre como as informações que lhe dizem respeito estão sendo utilizadas por empresas e pelo Estado.

Nesse cenário, é essencial que se crie um marco legal para a atividade de tratamento de dados no Brasil que estabeleça padrões de segurança mínimos e mecanismos sólidos de defesa dos direitos individuais.

É justamente essa lacuna normativa que os projetos de lei que já citei buscam preencher.

Cada um dos projetos traz disposições relevantes para aperfeiçoar a regulação jurídica da atividade de tratamento de dados, que foram objeto de profícuo debate público realizado ao longo dos últimos meses.

É de se ressaltar a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em 18 de agosto de 2015, que contou com a participação de representantes da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacom/MJ, do Centro de Direito,

Internet e Sociedade do Instituto Brasiliense de Direito Público – CEDIS/IDP, do Instituto Brasileiro de Direito Digital – IBDDIG, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF e da Associação Brasileira de Internet – Abranet.

A partir das informações e sugestões trazidas por esses e outros atores, foi possível se produzir um texto moderno e robusto, que agrega – de forma organizada e sistemática – as previsões mais interessantes de cada uma das proposições em análise.

O texto aprovado na CCT, na forma de um substitutivo ao PLS nº 330, de 2013, estabelece um marco normativo para a atividade de tratamento de dados em consonância com as melhores práticas internacionais e representa um claro avanço para o direito brasileiro.

Importa notar que a redação final contou com expressiva colaboração de parlamentares de diferentes partidos. Na CCT, foram ofertadas trinta emendas ao texto, que foram em boa parte acolhidas e aprimoraram diferentes aspectos da proposta.

Trata-se, assim, de texto que foi amadurecido ao longo do processo legislativo percorrido até agora, merecendo também aprovação nesta Comissão presidida por V. Exª, Senador Otto Alencar.

Por fim, observo que, embora parte significativa de suas previsões tenham sido aproveitadas no texto final aprovado na CCT, foram considerados prejudicados, uma vez que o PLS nº 330, de 2013, é mais antigo e deve ter precedência, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, votamos pela aprovação Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, nos termos do substitutivo aprovado na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e pela declaração de prejudicialidade dos demais projetos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O texto será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à Comissão de Constituição e Justiça e será votado no plenário do Senado Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Pois não.

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 12, de 2016
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11/2016 – CMA, a inclusão do nome abaixo relacionado para participar da Audiência Pública que irá debater e instruir o Projeto de Lei nº 541, de 2015, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos. O nome indicado como debatedor, além dos citados no requerimento é o seguinte: Nelson Antônio Paim – Presidente do Sindag – Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola.

Autoria: Senador Blairo Maggi e outros.

Em votação – como pede o Senador Ronaldo Caiado, subscritor do Requerimento nº 12, de 2016, do Senador Blairo Maggi – requerimento para incluir o nome do Sr. Nelson Antônio Paim para a audiência pública que será realizada na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a inclusão, o requerimento aditivo proposto do Senador Ronaldo Caiado, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento com o nome do Sr. Nelson Antônio Paim.

Os outros projetos todos são terminativos.

Como não temos quórum para deliberar em caráter terminativo, declaro encerrada a reunião.

ATA DA 18ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Ana Amélia, Telmário Mota, Hélio José, Valdir Raupp, Simone Tebet, Marta Suplicy, Ricardo Franco, Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro, Magno Malta, Eduardo Amorim e Marcelo Crivella. O Senador Dario Berger justifica a sua ausência. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da décima sexta e décima sétima Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Sugestão nº 8, de 2015. Não Terminativo. Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela rejeição da Sugestão. Observações: Aprovado o encaminhamento proposto pela Senadora Simone Tebet, no sentido de solicitar ao Presidente do Senado, Renan Calheiros, que oficie a Presidência da República sugerindo a apresentação de Projeto de Lei com o assunto desta Sugestão, uma vez que foi rejeitada por vício de iniciativa. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana. Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Adiado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 32, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para a Concretização de Direitos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Retirado de pauta em virtude da aprovação do RDH 37 de 2016. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa para instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 50, de 2013, que dispõe "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar

a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 34, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre "Os impactos da propriedade industrial no Brasil: desenvolvimento, inovação, soberania, emprego e renda". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, com a inclusão de um representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI, como convidado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 35, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Abusos da NISSAN em Direitos Humanos e o Patrocínio dos Jogos Olímpicos Rio 2016". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 36, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 8/2016, para instruir o PLC 119/2015, que dispõe sobre o "Estatuto do Índio", seja incluído o Representante da Liderança da APINA (Associação dos Povos Indígenas do Norte do Amapá), Cassiripiná Waiâpi. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. Extrapauta. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 37, de 2016. Nos termos regimentais do Senado Federal, requer a realização de Seminário nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para a Concretização de Direitos. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às doze horas e treze minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Simone Tebet. Às doze horas e vinte e três minutos a Senhora Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Magno Malta, Flexa Ribeiro, as Senadoras Simone Tebet e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 16ª e 17ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos ao projeto não terminativo.

Item 6.

ITEM 6
SUGESTÃO Nº 8, de 2015
- Não terminativo -

Apresentar projeto para inserir a previsão na Lei 11.091/2005 o RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências dos TAEs.

Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011.
Relatoria: Senadora Simone Tebet.
Relatório: pela rejeição da Sugestão.
Observações:
Tramitação: CDH.

Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, todos que estão nos assistindo pela TV Senado, trata-se de uma sugestão, a Sugestão nº 8, de 2015, que foi originária do Programa e-Cidadania, do Senado Federal, na forma de Proposta de Ideia Legislativa, que se destina a servir de inspiração a um projeto de lei que pretende modificar a Lei nº 11.091, de 2005, que dispõe sobre a estrutura do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.

A ideia seria inserir no referido diploma a previsão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para o cargo de Técnico Administrativo em Educação (TAE), a exemplo do que já ocorre no caso de ocupantes de cargos de carreira de Magistério Federal do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que, para fins de percepção da Retribuição de Titulação, têm considerada a relevância da titulação acadêmica exigida pelo referido reconhecimento.

É importante sinalizar, Sr. Presidente, que a proposta contabilizou os 20 mil apoiadores registrados no sistema do Senado no período de quatro meses, como determina a resolução do Senado.

Compete realmente a esta Comissão opinar sobre as sugestões legislativas apresentadas. Não vimos, nesse aspecto, nenhum óbice regimental em relação à tramitação.

Passando à análise do mérito da questão, a Lei nº 12.772, de 2012, em seu art. 18, trata sobre o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os ocupantes de cargos da Carreira de Magistério, e fez alterações à Lei nº 11.091, de 2005, sem estender, Sr. Presidente, aos técnicos administrativos em educação a possibilidade de RSC para fins de concessão dessa retribuição financeira, o que nós entendemos, realmente, quanto ao mérito, que foi grande injustiça. Nesse aspecto, com relação ao mérito, nós não temos absolutamente nada a contrapor. Ao contrário, lamentamos que a lei não tenha feito essa previsão legal. Ela teria o efeito de valorizar realmente essa categoria profissional.

No que se refere ao espírito da lei que rege a categoria, o art. 3º, inciso IV diz que a gestão dos cargos observará, entre outros princípios e diretrizes, "o reconhecimento do saber não instituído resultante da atuação profissional na dinâmica de ensino, de pesquisa e de extensão". Portanto, volto a dizer que no mérito é louvável a iniciativa e viria a resolver uma grande injustiça em relação aos profissionais da educação.

Ocorre que a proposição, se decorrer da iniciativa de um Senador ou de uma Senadora, incorre em um vício insanável, em uma nulidade absoluta, que é o vício de iniciativa, de natureza formal. Ele está muito claro na Constituição Federal, no art. 61, que estabelece que é de iniciativa privativa da Presidência da República dispor sobre o aumento de remuneração, modificação ou criação de cargos. A alínea "c" diz que compete à União dispor, de forma privativa, sobre o regime jurídico dos servidores públicos.

Segundo o art. 84 da Constituição Federal:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

.....

Tendo em vista esse óbice preliminar de constitucionalidade, diante dessa inconstitucionalidade formal, infelizmente, Sr. Presidente, a primeira sugestão que eu tenho, por deferência de V. Exª, a honra de relatar, eu tenho que votar no sentido da rejeição. Espero que V. Exª me dê outras e todas elas eu possa votar, porque vem da iniciativa popular, vem daqueles que realmente detêm o poder, que eu possa relatar no sentido favorável.

Mas, para não descaracterizar totalmente o projeto, eu faço uma sugestão à Mesa, a V. Exª, enquanto Presidente, ouvidos os demais Senadores e Senadoras. Diante da relevância e da justiça da matéria, e visando o princípio da isonomia e da igualdade, que é igualar realmente os profissionais da área da educação que tenham títulos acadêmicos, cursos de pós-graduação, de mestrado e de doutorado, que eles possam receber um pouco a mais por conta do seu saber, uma sugestão que podemos fazer é encaminhar um ofício, em nome da Comissão e do Senado Federal, ao Poder Executivo, para que através do órgão competente daquele poder, eles possam, através de iniciativa da Presidente da República, encaminhar um projeto de lei para suprir tal injustiça.

É o relatório, infelizmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senadora Simone Tebet. A sua sugestão a Mesa acata, já que eu entendo que ela é muito positiva e valoriza uma iniciativa popular, pois vem de 20 mil assinaturas, de baixo para cima – como a gente fala –, do nosso povo. Eu a acato e remeto ao Presidente do Senado. Que ele, por sua vez, como Presidente do Senado, remeta à Presidência da República a sua sugestão, valorizando assim o projeto.

Coloco em votação o encaminhamento feito pela nobre Senadora Simone Tebet.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Coloco em votação o relatório pela rejeição da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer da Senadora.

Temos agora uma série de requerimentos. Eu solicito à Senadora Simone Tebet para presidir e rapidamente vamos à apreciação, porque são de minha autoria.

Vamos contar com a presença do Senador Ataídes, que já se dispôs a presidir uma subcomissão, se necessário. Qual é a subcomissão?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Tráfico de Mulheres. Acho, Presidente Paim, a abertura dessa subcomissão extremamente importante, porque é um tema que preocupa muito a todos nós brasileiros, principalmente a V. Exª, à frente desta tão conceituada Comissão de Direitos Humanos, que tem feito um belo trabalho que acompanho desde 2011. Vamos deixar para falar dessa subcomissão na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos esperar a sua assessoria mandar e vamos, com certeza, acatar, com apoio de todo o Plenário.

Passo a Presidência à Senadora Simone Tebet.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Obrigada, Senador Paim.

Antes de passar a palavra ao autor do Requerimento nº 37, de 2016, eu gostaria, de antemão, de parabenizar o Senador Ataídes por essa iniciativa. Neste mês, em que comemoramos não o dia, mas o mês internacional da mulher, como Presidente da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher do Congresso Nacional, não posso deixar de dar minha palavra de apoio, em nome de todas as Deputadas Federais e Senadoras. Todos nós representamos, mas, particularmente, nós mulheres do Congresso representamos as mulheres brasileiras. Esse é um assunto que, muitas vezes, é varrido para debaixo do tapete. Não podemos falar que é apenas uma sombra ou uma mancha, é muito mais grave do que isso, Senador Paim, porque não estamos falando apenas de mulheres. É muito importante lembrarmos que normalmente, infelizmente, "o produto mais valorizado", nesse caso, são as nossas jovens e crianças, adolescentes, com 9, 10, 11, 12, 13 anos de idade. De acordo com a última informação que tive a respeito, de todas as atividades ilícitas no mundo, o tráfico de pessoas, principalmente de mulheres para a prostituição, mas o tráfico de pessoas, de modo geral, muitas vezes para retirada de órgãos de forma não autorizada, é a terceira atividade ilícita mais rentável no mundo.

Isso é uma coisa para a qual nós, do Congresso Nacional, num país democrático e aberto como o Brasil, não podemos realmente tampar os olhos.

Desculpe, Sr. Presidente, pelas considerações.

Passo agora a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No exercício da Presidência, a senhora fala o que quiser e o que não quiser.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sempre gentil o Senador Paim.

ITEM 14
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 37, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos regimentais do Senado Federal, requer a realização de Seminário nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater: o Estatuto da Pessoa com Deficiência (LBI) – Desafios para a Concretização de Direitos.

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o autor do requerimento para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem rapidamente, Senadora Simone Tebet. Essa iniciativa, na verdade, é da sociedade brasileira, mais de 15 entidades, inclusive do setor empresarial, porque entendem que alguns artigos não estão claros. Dependeria talvez, na visão delas – o fórum é que vai discutir –, até mesmo de uma regulamentação, que elas ajudariam a formular junto ao Executivo.

Empresas que atuam na fabricação de material específico para as pessoas com deficiência já estiveram aqui e deram uma bela contribuição, desprovidas do interesse de vender ou não vender. Com essa redação, seria criada uma possibilidade, efetivamente, de que esse material, que é de segurança para as pessoas com deficiência, fosse aprovado e colocado no mercado até com mais rapidez.

Então, vão falar a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as Assembleias Legislativas, os empresários, os trabalhadores, o Judiciário, sobre a aplicabilidade na prática, no dia a dia, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que nós – V. Exª votou, eu apresentei – aprovamos aqui por unanimidade. Esse é o objetivo do seminário.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Muito bem! Parabéns, Senador Paim, pela iniciativa.

Em discussão o referido requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um item, o item 11, também requerimento de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 34, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Os impactos da propriedade industrial no Brasil: desenvolvimento, inovação, soberania, emprego e renda".

Autoria: Senador Paulo Paim

Os convidados estão elencados aqui. São o representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; representante do INPI, que é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial; o Sr. Saulo Carvalho; representante da Fundação Oswaldo Cruz; representante da Abifina, que é a Associação Brasileira de Indústrias de Química Fina e Biotecnologia; Sr. José Calixto, Presidente da CNTI, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria; Sr. Moacir Tesch, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, Srª Presidenta, este é um debate sobre a burocracia, até para liberar a patente das empresas, aqueles que criam, avançam. Eu fiz até um discurso no plenário outro dia, que no Brasil chega a demorar dez anos, enquanto, em outros países, são dois, três anos.

Então, houve um grande entendimento entre os trabalhadores e os empregadores para que avançássemos nesse debate e, naturalmente, o Governo é parte ativa porque ele é que libera. Inclusive, nós estamos propondo que seja incluída a CNI, que esteve conosco ainda hoje. De pronto nós já.... Que é a Confederação Nacional da Indústria, que quer muito participar desse debate. É um tema que interessa a todo setor produtivo do País, seja empregado, seja empregador.

Será um grande seminário no momento de crise que passamos, em que o desemprego, a taxa de juro, infelizmente.... Esses escândalos, queiramos ou não, que estouram todo dia, que preocupam todos nós, que vão criando uma instabilidade no Parlamento, na sociedade e nos investidores.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Parabéns, mais uma vez, Senador Paulo Paim, sempre preocupado com o trabalhador brasileiro.

Essa, sem dúvida, vai ser uma audiência pública extremamente produtiva. Serão muitos os dados que serão apresentados, acredito que por todos os lados, não só por parte do Governo e do empresário, mas também por quem representa os trabalhadores. Todos têm as suas queixas, não há razão, não é 100% de nenhuma das partes, mas é importante se dizer que esta é uma questão que nos preocupa a todos.

Eu sou da Comissão de educação e tenho uma preocupação muito grande em relação ao trabalhador brasileiro. Assusta-nos quando vemos números insignificantes ou pífios em relação à produtividade do trabalho no Brasil. Um trabalhador brasileiro corresponde a 25% do trabalhador americano. É preciso quatro brasileiros para conseguir, por falta de conhecimento tecnológico, de ciência, no que se refere à produtividade, para operar uma simples máquina, é preciso, na proporção, quatro trabalhadores para fazer, muitas vezes, o que um trabalhador preparado, qualificado pelo poder público, nos Estados Unidos, consegue fazer.

Tenho certeza de que vai ser....

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque, muitas vezes, a tecnologia ajuda muito.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que é furto desse debate também.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – E que faz com que o trabalhador ganhe melhores salários, porque ele, uma vez mais preparado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, e com menos esforço físico.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Sem dúvida nenhuma. Tenho certeza de que o Senador Ataídes vai ter muito o que contribuir, ele que vem do setor empresarial, com este debate.

Então, coloco em discussão o referido requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Mais um requerimento de autoria do Senador Paulo Paim, o item 12 da pauta.

ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "Abusos da NISSAN em Direitos Humanos e o Patrocínio dos Jogos Olímpicos Rio 2016".

Autoria: Senador Paulo Paim

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, é que chegou aqui uma série de denúncias sobre essa questão, e a melhor forma de ajudar a ambos, sem fazer prejulgamento, é convidá-los para conversar, dialogar. O que houve? E que também não houve, às vezes, prevalecendo a verdade. Eu sempre digo, quem não deve, não teme, e que prevaleça a verdade. Por isso, nós vamos convidá-los para esse debate, e eu quero dizer que eles, gentilmente, já aceitaram: "Não, vamos aí, sim, ver que denúncia é essa."

Não é julgamento; é ouvi-los para ajudar a encaminhar. Ninguém está julgando ninguém.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Pois bem, coloco em discussão, portanto, o requerimento do Senador Paulo Paim para realização dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido requerimento.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra, neste momento, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço muito à Senadora Simone Tebet, que gentilmente já fez um relatório de um projeto não terminativo e presidiu a sessão, hoje já contando com o Senador Ataídes e Senador Magno Malta. O Senador Ataídes já usou a palavra falando de uma subcomissão que ele gostaria de criar aqui e que vamos dar todo o apoio para que ela funcione. Como se diz no Rio Grande, atravessamos o Pampa a todo o vapor.

Agora vamos ao Senador Magno Malta que pediu a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Paim, eu estou recebendo aqui um grupo de pessoas, inclusive um vereador da cidade de Leme, é uma movimentação que acontece em todo o Brasil. Por ser aqui a Comissão de Direitos Humanos, ele traz e V. Exª me permite eu gostaria que V. Exª recebesse juntamente comigo o abaixo-assinado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles podem passar aqui se assim V. Exª entender.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – São 5 mil assinaturas que eles trouxeram da cidade de Leme, uma cidade perto de São Paulo, perto de São Carlos, onde tudo se deu e está se dando.

Queria chamar o vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos primeiro deixar que eles possam tirar a foto de nós todos vestindo a camiseta, que é de uma luta justa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode vir aqui do meu lado. Um do lado do Magno Malta e um do meu lado. Isso.

Veja se o pessoal da comissão também tirou uma foto. Veja se o pessoal da comissão pode tirar uma foto também.

Isso.

Valeu moçada.

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Paim, o projeto que foi aprovado na Câmara, e esta é a Comissão de Direitos Humanos, eles vieram para falar comigo e achei por bem que nós fizéssemos aqui na Comissão de Direitos Humanos, uma vez que a Comissão estava instalada nesta manhã e foi um bom dia.

Desde quando sou criança escuto falar nessa questão de câncer, que as pessoas morrem de câncer e acham cura para tudo. Acham um coquetel que barrou a Aids, que barrou isso, que barrou aquilo, mas ninguém encontra cura para o câncer.

A minha mãe morreu com 57 anos de idade, com três tumores no cérebro, com câncer. As pessoas que me ouvem agora sabem que não existe neste País uma família que não tenha sido ultrajada, mutilada por essa enfermidade que deixou órfãos, que deixou viúvos, que deixou família chorando e outros que choram agora.

Imagino que isso seja muito mais do que ter ganhado quatro ou cinco campeonatos de futebol. Nós que estamos tão desmoralizados lá fora, viramos chacota do mundo, piada para o mundo na situação que estamos vivendo, aí você descobre um pesquisador brasileiro, de São Carlos, que descobre uma esperança.

De repente, quando as pessoas começam a receber, muitos começam a receber aquele medicamento, foram curadas, outros estavam num processo de tratamento de muita melhora, de muita alegria, e eles começaram a fechar as portas.

E aí as portas foram realmente lacradas. Por que isso? Eu me lembro de que na discussão em que os militantes da legalização da maconha usavam a conversa fiada de que precisavam legalizar a maconha porque, no Brasil, havia pessoas precisando do canabidiol, pessoas que tinham convulsões e precisavam do canabidiol para não morrerem, nós viemos aqui, em uma audiência pública, e dissemos: É muito fácil, ou seja, é só você mapear quem precisa do canabidiol, e a Anvisa e o Ministério da Saúde cadastram as pessoas, compram o canabidiol e dão nas mãos dessas pessoas. Aí acabou a falácia de que era preciso legalizar e plantar maconha no Brasil. Ora, quantas pessoas cancerosas há? Ah! Mas ainda não há um estudo científico a respeito, não foi publicado na revista, e não sei mais o quê. Minha mãe era analfabeta profissional e dizia que há momentos na vida em que a graça tem que ser maior que a lei. E este é um momento em que a graça tem que ser maior que a lei. Ora, se o medicamento está dando certo em algumas pessoas, a pessoa vê na Fosfo a sua última esperança, o seu último fôlego de vida. E aí lhe é tirado esse direito de usar uma coisa que deu certo em outras pessoas.

Ora, o que nós temos que fazer? É fácil. O Ministério da Saúde, juntamente com o Ministério Público.... Nós podemos fazer isso rapidamente porque o projeto já foi aprovado na Câmara, já está aqui, deve passar por aqui para ir para o plenário. Para que nós o aprovemos rapidamente, pode-se fazer um termo. A família da pessoa que está com câncer assina um termo de responsabilidade. A pessoa cancerosa assina também e recebe o medicamento.

Ontem eu fui falar com um Senador e ele ficou me olhando, o outro deu uma risada achando que eu estava exagerando, que eu estava falando coisas de filmes. Imaginem se terroristas descobrem isso! Irmão, você vê isso em filmes mesmo. Mas isto é algo tão poderoso – a cura do câncer! O sujeito pode vir aqui e sequestrar o pesquisador que criou essa pílula, levá-lo embora e montar um laboratório lá. Pode fazer isso tudo e depois começar a trocar o produto por arma. Não estou viajando na maionese porque não sou maluco, não sou maluco.

Então, gostaria de apelar também para os outros apresentadores, para um sujeito igual ao Datena, meu amigo Datena. O Ratinho entrou nessa briga e abriu um horizonte muito grande. Parabéns ao Ratinho por ter entrado na briga! A polêmica Luciana Gimenez, com seus programas polêmicos, deve entrar também na briga, todos nós, porque isso é para todos nós. Eu duvido que nós.. Entrem também os radialistas consigamos convocar aqui uma audiência pública só com familiares que nunca tiveram um caso de câncer na família. Nós não vamos achar ninguém. Eles vão dizer assim: "Vocês têm que fazer audiência é com quem tem casos de câncer e com quem já teve, porque todo mundo já teve". Nós já perdemos aqui, já sepultamos colegas que morreram com câncer, e na Câmara também. E nenhum de nós está livre disso.

Então, eu penso que é uma grosseria, penso que a Presidente Dilma, que está tão mal, tão mal, tão mal avaliada, que virou piada no mundo, que virou piada no Brasil, se tivesse um gesto corajoso até melhoraria, um gesto corajoso como Presidente da República, se tomasse as rédeas disso. Eu até apelo para os que são mais chegados a ela, os mais fortes: Olhe, tomem isso nas mãos, tomem isso nas mãos. Mandem fazer isso. Distribuam para os brasileiros. "Ah! Mas tem efeito colateral. Em algumas pessoas dá tonturas e diarreia". Entre diarreia e câncer, é melhor ter diarreia! Conversa!

Então, é preciso que nós saibamos que a graça vale mais do que a lei. E esse é um momento em que a graça precisa ser estabelecida, Senador Paim, precisa ser estabelecida. Eu acho que nós precisamos, no dia em que a matéria chegar aqui para ser votada, termos uma audiência no dia da votação mesmo, porque se a gente perder tempo fazendo audiência pública durante dois, três, quatro, cinco.... No dia mesmo, podemos trazer pessoas para cá com câncer, com câncer, morrendo, trazer pessoas para cá que foram curadas, pessoas que melhoraram e depois pioraram porque tomaram a pílula delas. E já há vagabundo por aí vendendo pílulas, mas quando a pessoa vai ver é maisena. Isso porque o Poder Público enseja o criminoso.

Então, com essa minha fala eu quero cumprimentar o Vereador que veio aqui, quero cumprimentar esse menino que é filho único e que está com a mãe cancerosa e a avó cancerosa, está desesperado. A juíza de São Carlos deu uma liminar para que ele pudesse dar o medicamento para a mãe dele e quando o Vereador foi buscá-lo, um desembargador de São Paulo derrubou a liminar a troco de quê?

Gente, eu não quero pensar mal, não quero fazer conjectura pelo lado mais perverso de que a indústria do medicamento está por trás disso, porque a indústria do medicamento não quer curar ninguém, não! Ela quer manter gente rica e milionária, quer crescer mais. É a indústria da doença. É a indústria da doença!

Senador Paim, este é um momento oportuno. V. Exª é um homem dos direitos humanos, misericordioso, já deve ter tido alguém na família com..... Quem não tem? Por isso, passo a palavra a V. Exª, e nós poderíamos, talvez, facultar a palavra ao Vereador que veio e ao menino cuja mãe tem câncer para fazerem uma fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Magno Malta, Sr. Vereador, senhor convidado, eu estava participando da Comissão de Assuntos Sociais há pouco, mas, ao vir para cá, para a Comissão de Direitos Humanos, para participar da reunião, ouvi o Senador Magno Malta tratando exatamente do assunto que estávamos discutindo na CAS num projeto que permite a fabricação da fosfo mesmo enquanto se faz a pesquisa clínica, projeto com parecer favorável. Nós o aprovamos ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas hoje, com o parecer favorável do Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, houve um pedido de vista do Senador Humberto Costa. Eu pedi vista coletiva, para que voltasse na semana que vem. Depois, pedi ao Presidente, Senador Edison Lobão, como o Governo já fez diversas vezes quando quis aprovar determinados projetos, vista por duas horas, o que o Presidente pode deferir. Pedi que ele concedesse vista por duas horas, não para a semana que vem. Primeiro, pedi que o Senador Humberto Costa retirasse o pedido de vista.

Eu entendo a preocupação do Senador Humberto Costa, como ex-Ministro da Saúde, como médico, com a importância da pesquisa clínica. Eu entendo. Mas nós já fizemos audiência pública lá atrás, em outubro do ano passado, audiência conjunta, da CCT e da CAS, em que os pesquisadores, os médicos oncologistas que já usam a medicação há vários anos demonstraram casos clínicos que correspondem à pesquisa.

Então, o que se pretende com esse projeto? Liberar a produção para laboratórios autorizados pela Anvisa, mas sem parar com a pesquisa clínica. Ninguém quer parar a pesquisa clínica. Só vamos antecipar para que essas pessoas que estão em estado terminal e consideram esse medicamento como uma última esperança de manutenção da vida possam ter acesso a ele.

Depois, eu pedi ao Presidente, então, que concedesse vista por duas horas, e o Presidente, então, concedeu por 24 horas e fez a convocação para uma reunião extraordinária da CAS amanhã, às 9h, para que, então, nós possamos votar o projeto, que é terminativo, e ele vá para o Plenário.

Se não houver, Senadora Ana Amélia, que defende aguerridamente a aprovação do projeto, se não houver, lamentavelmente, no Plenário, pedido para que a discussão seja mantida, nós vamos à votação final e à sanção presidencial, e eu espero que a Presidente Dilma não vete. Se ela vetar, espero que derrubemos o veto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, Senador Magno Malta, eu queria apenas trazer a V. Exª a notícia do que acabou de acontecer na CAS. A Senadora Ana Amélia estava presente, defendendo, como vários Senadores, que nós votássemos o projeto hoje. Não foi possível, mas votaremos amanhã.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Aliás, eu faço o registro de que, quando eu saí, a Senadora Ana Amélia estava relatando na CCJ e implorando ao Presidente para fazer a leitura do relatório rapidamente por causa da discussão que se dava lá. E, além deste o registro da Senadora Ana Amélia, registro também que ontem tivemos um encontro com o Presidente do Senado, juntamente com outro grupo, que defende e faz essa movimentação no Brasil em defesa da fosfo – só falo assim, porque falar o nome todo dá um nó na língua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Só a Senadora Ana Amélia sabe dizer o nome inteiro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – fosfoetanolamina sintética.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Ela fala direto. Meu Deus! Fala até rápido! Então, que venha rápido, como a senhora acabou de falar aí.

E o Presidente diz o seguinte: se for preciso até parar a pauta da Casa, ele o fará para que possamos fazer rapidamente, se ela vetar, uma audiência do Congresso Nacional e derrubar o veto da Presidente.

Eu penso que ela, que já teve câncer – não é isso? – antes do processo eleitoral, e seu novo Ministro da Casa Civil também já teve...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – V. Exª já o nomeou?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Não, dizem que ele aceitou, já vai para o lugar de Jaques Wagner.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já está formalizado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pensei que V. Exª o tinha nomeado. Ainda estava na esperança de que não o fosse.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos dar oportunidade para a Senadora Ana Amélia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Eu encerro dizendo, para dar essa informação às pessoas que estão ouvindo, que há uma determinação desta Casa, porque quando eu comecei minha fala aqui, Senador, nós falávamos do abaixo-assinado de Leme, do vereador e desse garoto que é filho único, cuja mãe

está morrendo de câncer. Eu dizia o seguinte: há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei, e este é o momento de a graça ser estabelecida, porque a lei, nessa hora, passa a ser tão somente fria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria dizer, Senador, aproveitando e agradecendo ao Senador Magno Malta, que percebeu a minha angústia: aqui, a gente tem a superposição das comissões, e, lamentavelmente, a deliberação de assuntos extremamente prioritários na CAS têm coincidido com a de assuntos em que sou relatora na CCJ. Os horários se chocam.

Mas eu recebi do Defensor Público da União Daniel Macedo um documento, um relatório de 20 páginas sobre essa matéria. É claro que um defensor público baseia tudo que escreve e avalia na lei e no direito do cidadão. Esse documento preparado por Daniel é bem sintético.

Primeiro, o relatório indica a existência de pelo menos 18 pesquisas acadêmicas de mestrado, doutorado e pós-doutorado sobre a fosfoetanolamina sintética financiadas pela Fapesp e realizadas em instituições públicas, tais como o Instituto Butantan, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo; o Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; a Faculdade de Engenharia Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Isso apenas para dar o critério científico.

Aí ele vem do uso nos seres humanos, e ele diz o seguinte:

Primeiramente, destaca-se que a fosfoetanolamina já foi testada em pacientes humanos por meio de pesquisas clínicas realizadas pelos médicos Dari Bicuto Piai e Reynaldo Quagliato Júnior, ambos da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, em conjunto com o Prof. Gilberto Chierice, com 19 pacientes do Ambulatório de Pneumologia do Hospital das Clínicas da Unicamp, com diagnóstico de asma brônquica. O resultado da referida pesquisa foi publicado em artigo acadêmico em 2008, constatando que: "a adição da fosfoetanolamina à suplementação alimentar com ômega-3 está relacionada a uma menor necessidade de medicação de alívio. Essa combinação de suplementos pode ter utilidade no tratamento da asma brônquica".

[Escreve ainda o Daniel Macedo:]. Ademais, a substância fosfoetanolamina compõe o medicamento Caelix, registrado pela Anvisa e comercializado no Brasil, recomendado para câncer de mama. O medicamento foi cientificamente testado em 1.629 pacientes humanos (sendo 509 pacientes com câncer de mama, 474 com câncer de ovário e 646 com mieloma múltiplo), tratando-se de estudos da Fase III, com doses de segurança e efeitos colaterais devidamente identificados.

Eu trago esse relatório do Daniel Macedo por ser um defensor público. Certamente está testado.

Recebi, como também o Senador Flexa Ribeiro, por ser do Pará, e foram as Amigas da Mama, do Pará...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Amigas do Peito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Amigas do Peito trouxeram.

Eu vi o Senador Flexa na CAS, é uma proposta de detalhamento para assegurar que a autorização para fabricação seja dos detentores da patente. Na verdade, aqui diz que "são permitidas para agentes regularmente autorizados e licenciados pela autoridade sanitária competente". Na verdade, segundo as Amigas do Peito, eles preferem escrever assim: "licenciados pelos detentores da patente através da licença de uso da patente". Assim, fica incluso o termo "detentores da patente" e as suas condições credenciadas pela Anvisa e licenciados pelos detentores da patente devem acontecer simultaneamente, garantindo a participação dos detentores na produção e manufatura e a autenticidade da fosfoetanolamina. Assim, fica bem claro que quem não tiver licença de uso assinada pelos detentores, mesmo sendo credenciado pela Anvisa, não pode produzir a fosfoetanolamina.

Imagino que essa seja uma solicitação dos próprios inventores dessa substância, no caso o Prof. Chierice.

Então, queria apenas fazer essa manifestação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sei que o tema é complexo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas tem o apoio, com certeza, desses Senadores e de grande parte dos presentes a este plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Também sei que, pela cura, muitas vezes, as pessoas deixam de lado o remédio e vão à busca de uma cura até espiritual. O desespero leva as pessoas a buscar qualquer caminho.

Encontrei, Senador, numa visita ao Hospital São José, em Antônio Prado, um jovem de 33 anos, já com a voz muito debilitada, quando me viu passar no corredor, chegou à porta com a mulher jovem e me disse: "Senadora, eu preciso, pelo menos, acompanhar o crescimento do meu filho, que tem três anos. Estou com câncer no intestino, e os medicamentos já não estão fazendo efeito."

Então, não se pode imaginar que dor e agonia sentem um Parlamentar quando se depara com um quadro desses, em que estão envolvidos os sentimentos relacionados à vida e à morte de um jovem de 33 anos.

Eu tenho a noção, pois já perdi uma irmã com câncer de mama, com 44 anos, que deixou um filhinho de 4 anos de idade. Então, acompanhei muito bem esse drama e sei do que estamos falando, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Já ajustamos aqui e já aprovamos requerimento para termos aqui uma audiência pública em que os especialistas, Senadores e Deputados vão poder falar. E, novamente, convidamos tanto o Vereador, como o Wesley, nosso convidado, para falar naquele momento.

Está encerrada a audiência pública de hoje.

(Iniciada às 12 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião extraordinária desta Comissão, com o objetivo de debater projetos não terminativos e também requerimentos – eu falei para debater, porque eu sei que não há quórum em plenário para votar. Vamos debater projetos e proceder à votação de requerimentos.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 10ª a 15ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos aos requerimentos. Passo a presidência ao Senador Medeiros, para apreciamos os requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Paim.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "resultado do processo de inclusão nos bancos".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, o primeiro requerimento é o de número 28, de 2016, em que peço a esta Comissão, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir o resultado do processo de inclusão nos bancos.

Já explico o que é. Isso aqui, na verdade, é a política de cotas, e a inclusão nos bancos é um trabalho muito bonito, feito pela Educafro. Lembram do Frei David? Ele tem esse trabalho, houve uma inclusão, de fato, de negros e pobres para o trabalho nos bancos, e ele quer aqui mostrar esse trabalho que aconteceu, e, provavelmente, vamos convidar, Inclusive, a federação dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O piso salarial dos Vigilantes".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Medeiros.

O outro requerimento de minha autoria que proponho que V. Exª coloque em votação é o Requerimento nº 29, em que, também baseado no mesmo art. 93, inciso II, do Regimento aqui da Casa, peço a realização nesta Comissão de um debate para discutir o piso salarial dos vigilantes.

É um movimento nacional que eles têm. Estão preocupados, porque o piso deles não está consolidado, e querem discutir essa matéria nesta Comissão. Partiu desta Comissão, inclusive com a nossa participação e da Senadora Vanessa Grazziotin, assegurarmos o adicional de periculosidade para eles de 30%. Agora, eles querem, seguindo o mesmo caminho, a discussão do piso salarial.

A presente audiência foi sugerida pelo nosso querido amigo, ex-Deputado Federal e Deputado Distrital, por alguns mandatos, Chico Vigilante e também pela Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exª pudesse fazer duas anotações no Requerimento nº 29. A primeira proposta é que ele seja extrapauta, e digo o teor do requerimento.

Nós queremos fazer um debate aqui sobre o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – I

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Dia Internacional de luta contra a discriminação racial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto ao mérito, Sr. Presidente, se puder colocar em votação.

O objetivo desta audiência pública é debater a luta internacional contra a discriminação racial, ou seja, no Brasil e no mundo, seja negro, imigrante, emigrante, branco, judeu, palestino. Trata-se de discutir as discriminações.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ainda peço a V. Exª, se possível, para colocar em votação mais dois requerimentos que eu assino junto com o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) –

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, REQUER a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Previdência Social.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O primeiro é o Requerimento nº 26, pelo qual, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública para discutir, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, temas relativos à Previdência Social com os convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista.

Na verdade, o que nós estamos aprovando é mais um requerimento baseado num ciclo de debates. Nós faremos um ciclo de debates. Teremos um grande evento no dia 27 de abril, lá no Petrônio Portella, onde se espera a presença em torno de mil sindicalistas. Este aqui faz parte desse ciclo. Neste específico, estamos convidando a Profª e Pesquisadora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Drª Denise Gentil;

Laura Tavares, Diretora de Economia de Área Política e Social, representando a Contag e representando a Via Campesina brasileira.

O presente requerimento é assinado pelo Senador Lindbergh e por este Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, de 2016

- Não terminativo -

Nos termos regimentais, REQUER apoio para a realização de Seminário para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é mais um requerimento, Sr. Presidente, assinado também pelo Senador Lindbergh e por este Senador, pelo qual, nos termos do Regimento Interno, requeremos apoio para a realização de um seminário – falaram comigo ontem a assessoria e o próprio Senador – para discutir, no âmbito da Comissão, os temas relativos à segurança alimentar e nutricional.

A lista de convidados que vão participar será apresentada posteriormente.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo a presidência agora ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, agradeço muito a V. Exª pela gentileza de ter presidido a reunião para que eu pudesse colocar em votação uma série de requerimentos.

Agora, com a chegada da nossa querida Senadora Regina Sousa, que estava em uma reunião que é pública. Se não era, já o é, porque toda a imprensa brasileira estava lá na casa do Presidente Renan, com cerca de 40 Senadores. E esteve lá também o Presidente Lula.

Por isso, atrasamos aqui, nós que somos pontuais em matéria de abrir os trabalhos desta Comissão sempre às 11h30.

Senadora Regina, V. Exª gostaria de fazer alguma consideração? Tem algum requerimento?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Hoje não tenho requerimento nem... Só quero agradecer pela reunião de ontem, que V. Exª senhor me colocou para presidir. Foi uma audiência muito boa sobre as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Acho que temos bons argumentos, bons textos e bons resultados para elaborar políticas para a Frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina. Quero cumprimentá-la pela iniciativa. É importante discutirmos todos os dias, mas ontem era um dia simbólico, que era o dia internacional de luta das mulheres, de luta contra qualquer tipo de preconceito e discriminação às mulheres.

E V. Exª ontem enfatizou a questão da violência contra a mulher. Um belo trabalho feito por V. Exª nesta Comissão, com destaque aqui. Eu tive a oportunidade, no plenário, de falar da sua iniciativa e da brilhante audiência que tivemos aqui pela manhã.

Mais uma vez, meus cumprimentos a V. Exª.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço pela oportunidade, Senador Paim. Cumprimento todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Senador Paim, estou encaminhando um requerimento para a Comissão, para fazermos aqui uma audiência para tratarmos de um assunto que, em princípio, até parece não ser da alçada da Comissão, que é o tema regularização fundiária.

Mas o que ocorre?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer para V. Exª que eu recebo com muito carinho. Tem tudo a ver, no meu entendimento. Por isso, cumprimento a iniciativa de V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E eu faço sabe por que, Senador Paim? Eu tenho visto algumas situações, principalmente no interior de Mato Grosso, em que pessoas que receberam a terra do Incra, passaram a vida inteira – 30, 40 anos – lutando pela titulação daquela terra e morreram e não puderam deixá-la para os seus filhos porque não conseguiram.

A burocracia e as dificuldades foram se acumulando anos e anos. E, por vezes, não é só isso, não é só esse tipo de dificuldade. Por vezes, a falta de titulação, a falta de regularização dessas terras causa conflitos, causa mortes.

Estive agora na divisa com o Pará, no interior de Mato Grosso. Interior do interior de Mato Grosso, já divisa com o Pará. É uma região bonita, uma região produtora, e o desenvolvimento está chegando ali. No entanto, os conflitos se amontoam pela falta de titulação dessa terra.

Então, nós trazemos este tema aqui para debate, a fim de, de repente, encontrarmos uma solução para o assunto, trazendo todos os entes aqui, Incra, MDA.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Quero dizer que é um tema importante, tem tudo a ver com a questão dos direitos humanos. E, com certeza, será uma grande audiência pública. Quero estar junto com V. Exª.

Normalmente, eu tenho adotado o sistema de que quem entra com o requerimento preside, como fiz ontem. Participei e abri os trabalhos, depois passei para a Senadora Regina Sousa. E quero, nesse dia, estar ao seu lado aqui para fazer esse bom debate. Se puder, abrirei, e V. Exª assumirá a presidência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vai ser uma honra ter V. Exª na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Senadora Regina, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para deixar um comentário na proposição do Senador José Medeiros, para dizer que essa questão da titulação não é só rural. Nós temos, agora mesmo, lá no meu Estado, um conjunto habitacional que tem 60 anos, e as pessoas não são donas do espaço. São donas da casa, receberam a casa, mas agora, quando morre a família, que os herdeiros vão fazer inventário, vão ver que não são donos da terra onde a casa foi construída, o espaço urbano.

Então, acho que podemos até incluir o tema também urbano nessa história.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sem dúvida, sem dúvida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Porque lá está acontecendo um processo de regulação fundiária urbana, de dar o título das casas populares para as pessoas serem donas também das terras. Elas são donas só das casas, e isso deve acontecer em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós temos nesse conjunto, Senador – veja a importância da iniciativa de V. Exª nesta Comissão –, também a situação dos quilombolas, lá no Rio Grande do Sul. Temos um conflito lá, onde estive para mediar, e havia três situações: naquele espaço de terra, havia um conflito entre índios, quilombolas e os agricultores, e, para mim, todos três tinham razão. Como é que se faz quando se chega à conclusão de que os três tinham razão?

Os índios estavam na região há anos e anos, têm um documento que diz que aquelas terras seria, em tese, deles; os quilombolas, por sua vez também, receberam de fazendeiros para quem eles trabalharam no passado, documento passando para eles a terra; e os agricultores, incentivados pelos governos na época – V. Exª deve ter acompanhado isso –, ganharam o título de propriedade dos governos, inclusive o Governo da União, desconhecendo a questão quilombola e indígena. Estão lá trabalhando, produzindo há mais de 30, 40, 50, 60 anos.

Como é que a gente faz? Eles, os agricultores, têm um título legal na mão também. Por isso, esse tema tem de ser debatido exaustivamente. Se os três têm razão, no mínimo, isso faz parte de um processo de discussão, mas duas partes vão ter que ser indenizadas, de uma forma ou de outra. Vamos ver quem, de fato...

Por isso, é um tema rico de debate, não podemos nos omitir, assegurando o direito a quem de direito.

Lembro que, em um dos conflitos de que participei e não foi no Sul, foi em outro Estado, no fim se se chegou à conclusão – eram duas partes envolvidas – de que uma das partes queria ser indenizada por tudo o que tinha, a preços decentes e não indecentes, que compraria uma terra em outro lugar e iria para lá.

Bom, foi tranquilo, e conseguimos fazer essa concertação, e houve um grande entendimento, mas com indenização decente, não indenização, às vezes, indecente prejudicando uma das partes envolvidas no conflito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Para V. Exª ter uma ideia de o quanto é grave esse tema, na época do governo militar, numa região de Mato Grosso, o Governo resolveu repatriar toda uma comunidade indígena e mandou colocá-los em outro local. Então, chegaram os aviões, levaram todos os índios e povoou-se a região com as pessoas que iam colonizar o Estado.

Bem, passaram-se quase 50 anos. Agora, chegou o Governo de volta e disse: "sai todo mundo". Já havia oito mil pessoas, uma cidade no local, e aquilo causou um problema. Óbvio que tinha que no meio houve n situações irregulares. Aí, voltaram os índios, mas a terra não está mais do jeito que era, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As benfeitorias foram todas feitas?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É um problema muito grave, e a gente precisa debater isso. Por vezes, não é possível fazer isso na Comissão de Agricultura ou em outras comissões,

mas V. Exª é um democrata por excelência, e tenho visto que os temas tratados aqui são de muito proveito, e a gente, de repente, pode construir uma solução para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a intenção.

Muito bem.

Eu queria ainda aproveitar presença dos senhores para dizer que hoje, pela manhã, casualmente, houve um tema semelhante a esse. Tive alegria de receber a Relatora Especial Sobre os Direitos dos Povos Indígenas do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Srª Victoria Tauli-Corpuz. Ela está no Brasil fazendo uma série de visitas e fez questão de vir a esta Comissão para saber como está esta questão da titularidade da terra dos povos indígenas.

Fizemos uma conversa das 8h até as 9h, depois fui para a outra reunião com o Presidente Renan e cerca de 40 Senadores que estiveram lá e o ex-Presidente Lula. O tema que ela mais perguntou foi como está a demarcação da terra dos povos indígenas, porque ela veio numa missão oficial e queria saber. Eu disse que há um debate aqui no Brasil, um debate duro sobre quem deve fazer essa demarcação e que há uma PEC aqui no Congresso com esse objetivo.

É claro que eu expressei para ela o meu ponto de vista como Senador. Não falei em nome da Comissão, porque para nós, no nosso ponto de vista, essa demarcação deve continuar como competência da União, mas ela estava muito preocupada, enfim, com os *lobbies* que possam mudar essa competência para o Congresso Nacional.

Ela também perguntou para nós – e insistiu muito nisso – se nós tínhamos o compromisso ou a prática de fazer consulta pública. Eu disse que isso é o que eu mais faço, o que mais a Comissão faz. Fizemos em torno de 150 reuniões ano passado, e 100 praticamente foram só audiências públicas. O que é audiência pública? É uma consulta pública, como você propôs agora aqui para discutir esse tema. E fizemos em torno, acho, de 50 audiências, inclusive fora daqui. Só nos Estados, foram 27. Eu vou terminar agora o ciclo dos 27 neste fim de semana, onde eu passarei por Goiás e Tocantins. Daí, terminam as audiências públicas nos 27 Estados, sempre na assembleia legislativa e chamando todos os segmentos da sociedade para o debate de temas, como a precarização do trabalho; a terceirização; o próprio trabalho escravo, em que V. Exª também ajudou muito no debate; e a própria reforma da Previdência, que todo mundo sabe que eu sou contra.

Vamos reafirmar que, na reunião hoje com o Presidente Lula, os que falaram lá deixaram claro também que é um equívoco mexer com Previdência neste momento, coisa que fizemos cinco meses atrás.

E falei, inclusive, da questão indígena: que, em abril, nós temos duas ou três reuniões já agendadas. Há duas reuniões agendadas, porque abril é o chamado mês dos indígenas, do grande movimento do povo indígena no Brasil, e nós temos duas audiências já marcadas para discutir isso.

E ela perguntou se, nas terras indígenas quando fazem grandes eventos aqui – grandes eventos são grandes construções, como termelétricas –, os índios são consultados. E eu disse que, se dependesse desta Comissão, seriam sempre consultados. Agora, que não sabia se os governos, ao longo da história, fizeram as devidas consultas e debateram com o povo indígena. Sobre isso, ela ia falar com o Executivo.

Enfim, ela fez uma bela fala sobre a sua caminhada em todo o mundo, olhando a situação dos povos indígenas. E também falei para ela que, aqui, nós aprovamos o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, Estatuto das Cidades, e o Estatuto dos Povos Indígenas faz mais de 20 anos que está tramitando e não andou uma vírgula, tanto que continua engavetado até agora. Isso é uma preocupação muito grande dos povos indígenas e daqueles que querem avançar na linha de fortalecer o direito dos povos indígenas.

Também teremos uma das audiências – a Senadora pode, inclusive, falar, se assim entender –, cujo tema é Políticas Públicas para os Povos Indígenas, de iniciativa da Senadora Regina e do Senador Donizeti. E a outra foi uma que eu marquei também com o objetivo de discutir a situação dos indígenas, já que está comprovado, infelizmente, que o número de suicídios nas tribos indígenas é muito grande, inclusive de jovens. Tudo isso merece um carinho especial desta Comissão.

Se os dois Senadores não quiserem fazer alguma consideração, nós encerraremos a nossa reunião de hoje, agradecendo a todos.

E, hoje, claro, com toda essa parafernália que vem de muito tempo, mas que se acentuou na quinta e na sexta, e com as reuniões que estão acontecendo hoje, o Congresso está praticamente parado. Então, os projetos terminativos – alertaram-me de que só há terminativos – ficam para a semana que vem.

Está encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 12 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia dezessete de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe e Paulo Paim. O Senador Dario Berger justifica a sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9 de 2016-CDH, de autoria do Senador João Capiberibe, "com o objetivo de lançar o Livro com o Relatório da Comissão Camponesa da Verdade, CCV – Violação de Direitos no Campo 1946-1988". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Cléa Anice Porto, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG; Regina Coelly Saraiva Fernandes, Representante da Universidade de Brasília – UnB; Antônio Canuto, Representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Rosângela Piovizani Cordeiro, Representante do Movimento de Mulheres Camponesas - Via Campesina; Gilney Viana, Representante da Universidade Federal do Mato Grosso. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no Plenário. Faz uso da palavra o Senador João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e seis minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe
Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Bom dia a todos. Bom dia a todas.

Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 9, de 2016, da Comissão de Direitos Humanos, de nossa autoria, para lançar o livro com o relatório da Comissão Camponesa da Verdade, com as violações de direitos humanos no campo, de 1946 a 1988.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, com o *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Convido, para compor a Mesa, a Srª Rosângela Piovizani Cordeiro, representante do Movimento de Mulheres Camponesas - Via Campesina. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Gilney Viana, representante da Universidade Federal do Mato Grosso, querido companheiro de longas lutas. (*Palmas.*)

Convido a Srª Cléa Anice Porto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

Convido a Srª Regina Coelly Saraiva Fernandes, representante da Universidade de Brasília (UnB). (*Palmas.*)

Convido o Sr. Alexandre Conceição, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Ainda não chegou, mas pode ser que esteja bloqueado em alguma dessas entradas do Senado, porque hoje o dia promete ser delicado aqui.

Convido Antônio Canuto, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT). (*Palmas.*)

E, por último, a Srª Marta Regina Cioccari, representante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (*Pausa.*)

Não veio.

Senhoras e senhores, reunimo-nos nesta audiência pública com o objetivo de lançar o livro que apresenta à sociedade brasileira o relatório da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) sobre a violação de direitos humanos no campo, de 1946 a 1988.

A Comissão Camponesa da Verdade foi criada em 2012, a partir do encontro unitário dos trabalhadores, trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas. É composta por membros dos movimentos sociais, pesquisadores e diversos outros atores relevantes ligados à questão do campo.

A CCV acompanha e subsidia o trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Busca-se, nesse caso, a reconstrução da memória e da verdade relativa à resistência camponesa exercida no período de 194 a 1988, ou seja, no intervalo de tempo abrangido pelo trabalho que hoje prestigiamos neste evento.

A CCV é composta por representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); da Comissão Pastoral da Terra (CPT); do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); e da plataforma de direitos humanos, que é uma rede formada por 40 organizações da sociedade civil e desenvolve ações de promoção de defesa e reparação dos direitos humanos.

A dedicação desses idealistas e dedicados garimpeiros da verdade deu origem a um relatório que traz novas e complementares luzes ao louvável trabalho realizado pela Comissão Nacional da Verdade. Reunir pesquisas e estudos realizados por um conjunto de estudiosos abrangendo casos de violações de direitos humanos relacionados à luta pela terra e por motivações políticas é, acima de tudo, apresentar à sociedade brasileira um resgate histórico dos conflitos ocorridos no campo, no período compreendido entre 1946 a 1988, e, consequentemente, denunciar as agruras sofridas pelas comunidades camponesas ao longo desses anos.

Por meio de sólidos referenciais teóricos e metodológicos, o relatório elaborado pela CCV permite identificar com segurança acadêmica os assassinatos, as torturas e as tantas outras violações de direitos fundamentais de homens e mulheres dedicados ao trabalho rural.

Segundo a CCV, são emblemáticos casos com características que identificam claramente o conjunto de violações ocorridas no campo. As diversas formas de tortura, de perseguição, de prisão e de intervenção em entidades sindicais configuram quadro desolador de fraturas expostas em nossa história.

Esse relatório é protocolado junto à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e lista os nomes de 1.196 mortos e desaparecidos. Todos eram camponeses e camponesas cujos direitos foram sistemática e impunemente violados. Infelizmente, malgrado esforço dos incansáveis pesquisadores que produziram o documento da CCV, o relatório publicado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) reconheceu oficialmente apenas 432 vítimas, relacionando nomes e casos já conhecidos em sua quase totalidade.

Como sabemos, lamentavelmente, os crimes contra a população do campo continuam ocorrendo. Trabalhadores e trabalhadoras rurais, lideranças de assentamentos e de acampamentos e dirigentes sindicais estão sob ameaça das armas. Isso exige do Congresso Nacional uma resposta enérgica como parte de uma luta pela elaboração de formas de promoção da verdade e justiça social e de reparação às vítimas desse flagelo histórico que nos envergonha.

Esta audiência pública é parte desse esforço. Para não me estender demasiadamente, dirijo–me, desde já, aos nossos convidados, para agradecer seu espírito cívico e sua disponibilidade de vir a esta Comissão para compartilhar conosco este momento histórico.

Agradeço a todos os convidados; já vamos passar a ouvi-los.

Eu gostaria de passar a palavra... Vou explicar como a reunião vai funcionar. Teremos dez minutos para cada palestrante e uma prorrogação de cinco minutos. Então, eu gostaria de solicitar... Nós temos um tempo limitado, até 11h30 da manhã. Tenho a impressão de que conseguiremos concluir o nosso trabalho aqui na Comissão.

Passo a palavra a Rosângela Piovizani Cordeiro.

A SRª CLÉA ANICE PORTO (*Fora do microfone*.) – Desculpe, Senador. Nós queríamos sugerir uma ordem que nós organizamos...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Aceita-se sugestão, já que...

A SRª CLÉA ANICE PORTO (*Fora do microfone*.) – Depois eu passo os demais...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A ordem seria começando pela Cléa, é isso?

A SRª CLÉA ANICE PORTO (*Fora do microfone*.) – Isso.

O SR. GILNEY VIANA – A Cléa é essa aqui mesma.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos lá, Cléa, então. Cléa é da Contag. Muito bem.

A SRª CLÉA ANICE PORTO – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e todas.

Só para explicar essa ordem: nós pensamos num roteirinho – eu apresentaria a comissão, Regina o relatório, os demais falariam dos casos, o Gilney da relação com a Comissão Nacional da Verdade. Então, nós achamos que ficaria mais didático para o nosso trabalho.

Em primeiro lugar, quero saudá-lo, Senador, e demais presentes aqui, os meus companheiros e companheiras de Mesa. Este momento, para nós, é revestido de uma emoção muito grande, porque precisamos confessar que ver este livro pronto aqui, publicado, editado, encheu de emoção a todos nós que chegamos aqui e nos deparamos com ele, porque é fruto de um trabalho coletivo, de um esforço bastante singular, especialmente dos pesquisadores e pesquisadoras que se dispuseram a se juntar aos movimentos sociais do campo, à iniciativa que foi tomada para compor esse relatório.

Especialmente, lançar esse relatório no dia de hoje é para quem tem nervos fortes e acredita na confluência do universo e do destino, para fazer com que seja exatamente nesta data que estejamos sendo chamados aqui para lançar este relatório, nessa data tão significativa que nos assusta por um lado e nos estimula por outro, deixando-nos às vezes perplexos, mas ao mesmo tempo certos de que é preciso continuar resistindo, para que não aconteçam mais golpes, para que não aconteçam mais torturas, para que não aconteçam mais violências, e que a democracia prevaleça.

Então, acho que esse é um primeiro sinal, um primeiro momento muito simbólico, emblemático até, da coincidência dessa data, ou desse período histórico, com o lançamento deste relatório, que trata das violações de direitos humanos sofridas no campo, de 1946 a 1988.

Quero dizer como nós chegamos até aqui. Em agosto de 2012, depois de um período longo – uns dois anos de preparação, de organização, de reflexões dos movimentos sociais que estão presentes no campo –, houve uma iniciativa de realizar um encontro unitário dessas forças de movimentos sociais que estão no campo. Foi um momento singular, porque se comemoravam os 50 anos do primeiro congresso camponês, que também foi realizado em Belo Horizonte, num esforço de articulação das várias forças políticas que estavam no campo.

Naquele momento, relembrando e homenageando o primeiro congresso camponês, realizamos o Encontro Unitário dos movimentos sociais. Nesse Encontro Unitário... Aí é preciso fazer um reconhecimento público do esforço e da dedicação do companheiro Gilney Viana, que estava presente no encontro e dialogou muito sobre as questões que estavam sendo tratadas na Comissão Nacional da Verdade, e muito nos estimulou, naquele momento, a trazer para dentro do Encontro Unitário a necessidade de constituirmos a Comissão Camponesa da Verdade, para trabalhar nesse processo, tentando resgatar e tirar da invisibilidade as várias violências sofridas pelos camponeses, a fim de que incidisse no trabalho da Comissão Nacional da Verdade.

Eu acho que, sabiamente, naquele momento, em 2012, o Encontro Unitário decidiu pela criação da Comissão Camponesa, com as principais organizações sociais do campo, em que buscamos a formação de uma rede de pesquisadores e de pesquisadoras que envolve hoje 34 professores e professoras diretamente, além de vários outros pesquisadores de 16 universidades que estão presentes. Esses pesquisadores e pesquisadoras, com esforço, numa dedicação voluntariada, recuperaram pesquisas já existentes, complementaram pesquisas que vinham sendo feitas e construíram na Comissão o relatório que lançamos hoje.

O relatório foi apresentado à Comissão Nacional da Verdade, e acreditamos que exerceu um papel fundamental, já que não havia um ambiente – penso que o Gilney tratará disso mais tarde – que propiciasse ir tão fundo nas questões relativas aos camponeses e camponesas e seus apoiadores como foi possível com o relatório da Comissão Camponesa da Verdade. Então, mesmo com a limitação, pois são poucos os casos presentes, mesmo com as dificuldades, compreendemos que houve um esforço muito necessário e que logrou um grande resultado, porque conseguiu fazer com que no relatório da Comissão Nacional da Verdade fosse, sim, destacada a necessidade de se fazer a reparação e de recompor a memória, a verdade dos camponeses e camponesas.

É importante dizer que não consideramos que o trabalho terminou. Muito ao contrário, esse trabalho, até aqui tão importante, só nos desafia, nos mostra e nos demanda a necessidade de reunirmos esforços e conseguirmos apoio para dar continuidade, Senador, pois ele é fundamental para a sociedade. De todas as vítimas, os camponeses e camponesas talvez sejam, assim como os índios, os mais invisibilizados no processo da recomposição da memória, da verdade e da reparação. E nós que somos organizações sociais que estamos presentes no campo, sabemos desse desafio e precisamos encontrar mecanismos de superar as dificuldades para, de fato, conseguir dar continuidade a esse trabalho, contando as histórias, resgatando a memória e assegurando a reparação de todos.

Meu tempo está terminando, outros companheiros e companheiras entraram mais em detalhes, mas eu não queria encerrar sem fazer alguns agradecimentos muito especiais.

Eu não tenho a delegação dos demais movimentos sociais, mas exerci um papel semelhante ao de animadora da Comissão, e queria, neste momento, como eu disse no início, de tanta emoção, como se fosse um parto difícil, muito difícil, mas depois vemos o filhote aqui ao lado, dizer que isso é muito positivo para todos nós.

Eu queria deixar um agradecimento especialíssimo para todas as pessoas que se envolveram, não apenas as que estão na rede de pesquisadores e de pesquisadoras, que merecem dos movimentos sociais um agradecimento eterno, porque, se não fossem eles, isso não seria possível. E dentre essas pessoas, eu quero fazer um agradecimento especial ao Gilney Viana; à Regina, que está presente; ao Prof. Sérgio Sauer, que não está aqui; à Juliana Moreti, que está aqui presente; ao Augustino Veit, aqui do Senado, que foi quem de fato nos ajudou muito. Em um momento como este, expressar reconhecimento e agradecimento verdadeiro a essas pessoas e a tantas outras que estiveram aqui presentes parece desnecessário, mas para nós não, é necessário fazê-lo, porque queremos continuar nessa estrada. Não acreditamos que o caminho acabou aqui, queremos continuar na estrada, e temos a certeza de que vamos caminhar juntos e juntas, porque ainda há muito que percorrer.

Obrigada à Comissão de Direitos Humanos do Senado, ao Senador e ao Senador Paim, que não está presente aqui, mas que também nos ajudou nesse processo.

E vamos em frente, gente, porque as ruas nos esperam, a luta é permanente e nós temos que conseguir reforçar, construir a nossa democracia, que continua sendo ameaçada. E nós todos vamos lutar por ela, para que não haja golpe e para que a gente realmente fortaleça as nossas instituições e a nossa democracia.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Obrigado, Cléa. Imagino a emoção deste momento, mas também a sensação de acompanhar a feitura de uma história, a reconstituição de uma história tão trágica quanto a violência no campo, que se estende aos dias hoje. Isso mostra que o Estado brasileiro é um Estado ancorado na violência contra os mais pobres.

A nossa segunda convidada é a Regina Coelly, a quem passo a palavra.

A SRª REGINA COELLY SARAIVA FERNANDES – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador João Capiberibe, e vou fazer algumas observações, como a Anicinha já colocou, sobre o processo de construção do relatório da Comissão Camponesa da Verdade, que hoje nós trazemos aqui num momento muito especial de ver o resultado de um trabalho realizado ao longo de mais de dois anos. Foi um processo conduzido a partir de muitos encontros, de muitas reuniões e que acaba resultando neste trabalho que, até o momento de estar pronto, como o estamos aqui recebendo, foi um processo de muito trabalho.

Então, para nós, é um momento de muita alegria, mas também é um tempo em que nós refletimos sobre como foi esse processo, que envolveu a universidade, junto com os movimentos sociais e gestores públicos, que tiveram muita sensibilidade para a elaboração do documento que hoje é publicado.

Eu vou trazer um pouco sobre como é que foi esse processo de organização. Conforme a Anicinha já colocou, nós tivemos um processo de organização que contou com representantes dos movimentos sociais, das universidades – nós temos mais de 40 professores e pesquisadores que participaram desse processo – e também com a participação de gestores públicos, que atuaram especialmente na presença do Gilney na coordenação dos trabalhos com vistas a como nós iríamos conduzir a escrita e a produção do relatório. Foram momentos muito particulares, de muitos debates, e a Comissão Camponesa da Verdade e os pesquisadores reunidos trouxeram alguns elementos que foram essenciais para nós pensarmos como o relatório deveria ser produzido e que são algumas coisas que vou colocar para vocês.

Primeiro, do ponto de vista de como nós concebemos, nos nossos debates, nas nossas reuniões, que foram muitas, um processo de ter que juntar muitos pesquisadores, muitas pessoas dos movimentos para que o relatório fosse produzido. Então, nós, primeiro, queríamos pensar não somente na estrutura dele, mas qual seria a concepção teórica do relatório. E foi bastante debatido no grupo, primeiro, qual a ideia de memória, o que seria essa memória camponesa e qual o tratamento que seria dado a ela.

Um dos aspectos que foi discutido e que está presente aqui no relatório é que nós não iríamos dar um tratamento para a memória apenas como resgate do passado; esse é o entendimento do senso comum, esse é o entendimento que a maioria das pessoas tem sobre o exercício da memória; e, no processo de discussão, de escrita e de elaboração do relatório, nós concebemos a memória como um instrumento de reconstrução do passado, mas especialmente como instrumento de reparação das violações de direitos humanos cometidas contra camponeses e camponesas.

Esse foi um elemento central do debate. Não era só um registro dessas violações que foram sofridas, mas o objetivo principal é a reconstrução da memória, dessa memória camponesa, no sentido de retirar a visibilidade dos camponeses e camponesas, a fim de que essas violações sejam reparadas. Portanto, a memória, nesse sentido, foi discutida como um instrumento de poder, inclusive para a garantia das reparações das violações.

Esse foi um primeiro entendimento que nós compartilhamos e que está presente no relatório. Essas reparações nós entendemos como uma das recomendações principais para que o relatório da comissão camponesa aponta; uma das recomendações essenciais, que é a reparação, a garantia das reparações.

Outro aspecto que também foi bastante discutido e nós precisamos reforçar é o entendimento do Estado, da atuação do Estado; esse Estado que violou direitos humanos, o direito de camponeses e camponesas na sua experiência de vida; mas também uma atuação do Estado num processo de aliança muito claro. Isso fica muito evidente à medida em que as pessoas forem lendo e conhecendo um pouco mais o relatório e vendo como o Estado atuou, num processo de aliança muito próximo do braço privado, do latifúndio, por meio de políticas públicas também, de grandes projetos nacionais.

O período histórico da comissão era o período histórico da Comissão Nacional da Verdade, 1946 a 1988, mas houve um entendimento claro de que após 1988, as violações permaneceram, e essas relações, as alianças estabelecidas com esse braço privado resultaram em processos de violência contra os camponeses de forma bastante clara.

Esse também foi um aspecto muito discutido entre nós, os pesquisadores, e os movimentos sociais, que trouxeram essas experiências de forma bastante enfática e que estão presentes no relatório. Vocês vão ter oportunidade de ver.

Outra abordagem que foi motivo de muitas discussões em todos os encontros que tivemos foi discutir uma questão que trouxemos, que foram os casos emblemáticos... o que seria um caso emblemático. Esse também foi um momento muito particular dos debates; foi um momento em que os pesquisadores trouxeram situações marcantes de violações contra os camponeses, e claro que todo o relatório não deu conta de abarcar esses casos.

Por exemplo, na construção desses casos emblemáticos, nós destacamos os casos de assassinato, de tortura, mas também casos que vão à ocultação de cadáveres. Vamos fazer uma leitura para vocês: relatos de torturas, mortes, desaparecimento, ocultação de cadáveres, ameaças, despejos, agressões físicas, prisões, exílios no exterior e no próprio País, destruição de bens, perda da terra. Os casos emblemáticos se dão em torno desses aspectos trazidos pelos pesquisadores e também pelas experiências dos movimentos sociais, que estão representados na elaboração do relatório e que estavam presentes no processo de debate.

No momento, na construção desses relatos emblemáticos, eu tenho...

Neste momento, que é o momento do lançamento do relatório, acho que a gente não pode deixar de acentuar que nem todos os Estados estão representados. Então, uma das dificuldades que a comissão...

(Soa a campainha.)

A SRª REGINA COELLY SARAIVA FERNANDES – ...teve foi exatamente isso, o processo de reunião e de organizar mesmo todos os pesquisadores. Então, a gente... Como a Anicinha colocou, foi um processo coletivo de construção voluntária.

Será que Estados que não estão representados aqui não têm registros de violações de direitos humanos? Têm, mas o resultado que a gente apresenta diz respeito à participação desses pesquisadores, e muitos nem estavam presentes, muitos enviaram os seus relatos de pesquisa.

Eu acho que o meu tempo já se encerrou. Gostaria de agradecer a oportunidade, Senador, e agradecer neste momento à Comissão de Direitos Humanos, e na sua pessoa, agradecer a sensibilidade por estar proporcionando a publicidade desse documento, que é tão importante para o Brasil e para a sua história.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu gostaria de registrar a presença do Ivan Seixas, da Secretaria de Direitos Humanos. Muito obrigado pela presença, seja muito bem-vindo. Você sabe que tem nosso carinho e nosso respeito.

Eu passo a palavra ao Sr. Antônio Canuto, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O SR. ANTÔNIO CANUTO – Bom dia a todas e a todos. É uma satisfação estar aqui, porque isto aqui é o fruto, como já foi ressaltado, de um trabalho muito intenso, que demandou muitas reuniões, muitas conversas e muitas decisões.

Queria ressaltar que esta comissão se formou também em conexão com a Comissão Nacional da Verdade, a Maria Rita Kehl, que era a responsável por tratar os temas relativos aos conflitos, às violações contra indígenas e camponeses. Então, nesse bojo é que começou toda a articulação dessa Comissão Camponesa, que depois continuou e resultou num relatório desses.

A Comissão Nacional da Verdade tinha um espaço mínimo para isso, umas cem, cento e poucas páginas, não é? E aqui temos relatos impressionantes que são simplesmente um retrato apagado da realidade, porque a realidade é muito maior do que o que está registrado aqui.

Eu então aqui falo desde dois pontos de vista: primeiro, desde a Comissão Pastoral da Terra. A CPT foi criada em 1975, completou 40 anos no ano passado. E desde o começo, a CPT se viu preocupada em registrar a violação de direitos dos camponeses com os quais ela tinha contato, com os quais a igreja tinha contato. E a

partir de 1985 – completaram-se 30 anos no ano passado também –, a CPT todo ano publica um relatório *Conflitos no Campo Brasil*, onde registra os assassinatos, as tentativas de assassinato, as ameaças de morte e todas as violações de direitos e os conflitos em que os trabalhadores e as trabalhadoras do campo estão envolvidos.

No próximo dia 15 de abril, à tarde, lá na CNBB, a gente vai fazer o lançamento do relatório de 2015. Então, já estão convidados para o dia 15, às 14h30, lá na CNBB.

Mas o que a CPT tem registrado serviu de fonte para muitos e muitos casos que estão registrados aqui. Então, a CPT foi fonte de informação.

Temos um arquivo, que os estudiosos dizem que é único no Brasil, com mais de 400 mil fontes escaneadas, digitalizadas, que tem um retrato dessa violência que existe no Brasil todo, desde o começo em que a CPT começou a atuar; e até documentos anteriores a isso.

Mas eu também aqui quero falar a respeito do que eu mesmo escrevi nesse relatório, porque eu não escrevi de pesquisa, eu escrevi de participação, eu estava envolvido em todas essas questões que estão relatadas aqui, da página 143 à página 165. Eu era Padre na Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, quando Pedro Casaldáliga aceitou ser Bispo, ordenou-se Bispo, e eu fui trabalhar com ele.

E de repente, no começo de fevereiro, eu chego definitivamente para morar por lá. No dia 3 de março, ocorre um conflito aberto com a Fazenda Codeara, uma fazendinha mixuruca de 370 mil hectares, simplesmente, de propriedade do Banco de Crédito Nacional (BCN).

E essa Codeara chegou em 1967 se impondo sobre a pequena povoação que existia lá e sobre umas cem famílias de posseiros que existiam. Os posseiros resistiram à expulsão e tiveram sempre o apoio de um padre que lá morara, Padre Francisco Jantel, um francês que havia chegado na região em 1954. Esse francês tinha um faro medonho e via no ar, sentia no ar que a situação estava complicando-se.

Em 1964, ele já viu a necessidade do pessoal se organizar. O pessoal organizou uma cooperativa que foi o que deu sustentáculo àquelas famílias de posseiros. Ele levou o primeiro trator de esteira, o primeiro trator de pneus, o primeiro caminhão que existiu em toda a região, que lá só chegava de barco ou de avião, não havia nenhuma estrada.

Mas eu cai lá, em Santa Terezinha, no dia 4 de março, no dia seguinte ao tiroteio que houve. Esse conflito com a Codeara é um conflito emblemático da conjunção das empresas com o Governo.

A ditadura era, como se diz sempre agora, uma ditadura civil-militar. Então, dia 3 de março aconteceu esse conflito, dia 5 de março baixou o secretário de segurança, no avião da FAB, com 40 soldados; dia 6 de março, outro avião com mais 40 soldados que ficaram procurando os posseiros para prender, que se esconderam na mata; e não acharam nenhum. Levaram seis pessoas que nada tinham a ver com o caso, para dizer: "Bom, nós fizemos uma ação dessa, não vamos sair sem nada".

Em junho, baixou lá o Exército, em uma Ação Cívico-Social (Aciso), em que andaram e tal. Em outubro, uma outra Ação Cívico-Social num povoado no fim do mundo, com umas duas mil pessoas no máximo. Sabe quem baixou lá? O General Humberto de Souza Mello, Comandante do 2º Exército; o General Reinaldo, Comandante da 9ª Região Militar, com sede em Campo Grande; o General Jansen, Comandante do Quartel de Corumbá; e mais um outro General que eu não registrei o nome. Quatro generais da mais alta categoria do Brasil em um povoado escondido no fim do mundo; baixam lá.

Convidaram-me para ir receber esses generais que vinham. Eu fui. Quando descia um dos gerentes, um dos diretores das Codeara chegava: "Prazer em revê-lo, prazer em revê-lo, prazer em revê-lo". Eram todos conhecidos. Eram todos membros, juntos, que atuavam na região para trazer o desenvolvimento e acabar com a população rural, local, e para implantar o sistema que a ditadura queria. E isso se expandiu para toda aquela região.

A Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) foi o instrumento utilizado pelo governo para favorecer a entrada do grande capital, que chegou formando imensas, imensas fazendas. Naquela região de São Félix do Araguaia tinha a Suiá Missu ,Mussi, com 696 mil hectares. O Magalhães Pinto tinha fazenda...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CANUTO – Quem mais lá? O Sílvio Santos, e não sei mais quanta gente. Então, o que está registrado aqui também é fruto dessa política da ditadura civil-militar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Antônio. Vê-se como se deu a ocupação, como se deu o avanço da fronteira agrícola na Amazônia. As terras ocupadas por índios e camponeses, essas terras eram vendidas no mapa. Depois, com um associado à empresa, com as forças de repressão, ocupavam e expulsavam os posseiros e os índios. E a questão indígena continua até hoje.

Foi assim no Mato Grosso do Sul, onde nós temos vários conflitos e assassinatos de lideranças indígenas. Ainda, semana passada, passou por aqui representante da ONU para as questões indígenas e 24 horas

depois tinha um indígena, uma liderança indígena baleada. Então, vocês veem que há uma continuidade da violência no tempo.

Essa é a constatação a que nós chegamos. E é fundamental que a gente tenha essa memória e que lutemos pelo menos para que, no futuro, este País não continue tão atrelado à brutalidade do Estado, à violência do Estado, porque quem hoje assassina é até protegido pelo Judiciário, é protegido pelas forças de segurança.

Bom, vamos ao nosso quarto convidado. Eu passo a palavra, agora sim, à Rosângela.

A SRª ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO – Bom dia. Bom dia a todos que estão aqui, a todas as pessoas da Mesa. Não vou citar nomes. A gente se conhece bem; enfim, para ganhar tempo também.

Quero dizer que acho... Esse livro é somente parte de uma história muito maior, de muito mais casos e muito mais lutas que a gente teve. De fato, é muito importante isso para nós, porque quantos casos não ficaram registrados porque não existem registros de fato. A gente sabe, mas não existem. Então, isso aqui diz assim: está aqui, as pessoas existiram. A gente fez a memória da luta de quem doou, de quem ainda continua doando a sua vida.

Quero dizer que para nós, do Movimento de Mulheres Camponesas, isso é uma tarefa. Não é só uma questão de ser bonito. É uma tarefa nossa, porque, na academia, muito pouco se fala da história real deste País. E é preciso que nós os camponeses, que nós, da luta pelos direitos à terra, ao território, aos direitos humanos, resgatemos e tragamos muito presente isso na memória.

E esse livro vai nos ajudar porque vai entrar, inclusive, em todas as universidades, para que a nossa juventude tenha também um material muito importante para ter a noção do que vivemos e do que passamos e do que estamos passando.

De fato, foi um trabalho muito militante. Eu acho que a equipe, nós os movimentos contribuímos com os dados, com as nossas posições políticas.

Mas teve uma turma boa, tanto das universidades quanto da Secretaria de Direitos Humanos, enfim – tenho medo de deixar alguém –, que trabalhou muito duro aqui. Essas pessoas que estão aqui, na Mesa; outras que estão por aqui, como a Juliana e tantos outros que contribuíram para caramba, para chegar até aqui.

Eu queria colocar que o encontro de agosto de 2012 foi no marco dos cinquenta anos do Primeiro Encontro de Lavradores; e, depois, vieram as Ligas Camponesas. E nós fizemos aquele Encontro muito para o resgate da memória da luta das Ligas Camponesas e da luta dos trabalhadores, que vem de muitos e muitos tempos.

A minha fala é muito para dizer do que ainda hoje nós vivemos e dos nossos desafios colocados em uma sociedade que é conservadora, que tem como princípio, de fato, a posse pela força das nossas terras, do nosso patrimônio, das nossas sementes também. Vivemos um atentado à nossa biodiversidade a todo momento. Isto é um assassinato de vida – o avanço dos transgênicos, avanço dos venenos –, é morte, uma morte silenciosa, mas é morte, é violência, e nós não estamos levantando. Só o que vale é morte à bala, à faca, mas são inúmeros os casos que estamos vivendo.

Importa colocar como está muito forte isso, no momento. E nós pensávamos que o período mais difícil da nossa história havia passado. Mas é dolorido, por exemplo, que, a menos de um mês, nós vimos uma placa no Município de Luís Eduardo Magalhães, que é preciso que esta Comissão investigue. Era uma placa colocada por um vereador, em que ele dizia: "Eu dou terra com escritura e com as medidas da cova para todo sem-terra." Era um *outdoor* na entrada da cidade que é conhecida como a capital do agronegócio. Esta comissão tem de ir para lá. É preciso levantar esse vereador, que tem de ser punido, como também a clara apologia a crime, como fez o Deputado Bolsonaro, domingo, aqui na Esplanada. Ele disse aos fazendeiros, aos latifundiários: "Peguem em armas. Matem os sem-terra! Isso é apologia a crime, e esta Casa não vai fazer nada? Na justiça, nós não podemos confiar. Nós não queremos e não devemos fazer justiça com as nossas mãos. Mas está difícil.

Então, acho que essa criatura tem de ser notificada e tem de perder esse mandato porque, além de todo estrago aqui dentro, ela faz nitidamente apologia a crime em um carro de som aqui na Esplanada. É como se desafiasse a lei, nos desafiasse, desafiasse os direitos humanos. Então, deixo registrado esses dois casos. Existem muitos mais, mas nós queríamos que a comissão, de fato, a eles desse encaminhamento.

A segunda coisa são dados do Caderno de Conflitos que a CPT vai lançar, como o Canuto já colocou, mas já deixando que, em 2015, foram 50 assassinatos. Em sua maioria, na Amazônia. Em Rondônia, 20 casos; no Pará, 19 casos; e aí tem Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, enfim. Até quando? Eu não aguento mais, minha gente, abrir a página do Cimi. Só tem sangue! Todo dia, um índio morto, uma índia morta. Isso é uma afronta.

Como o Senador falou, passou por aqui o representante da ONU, e, de repente, assim, é como se nada tivesse acontecido. Não se mexeu na estrutura. Mata-se como se dessem o recado: "Aqui quem manda somos nós!"

Eu não aguento mais, de fato, porque a página parece que só tem sangue e a gente se solidariza, mas não basta mais só se solidarizar.

Eu queria colocar também as novas formas, que a gente está vivendo, de criminalização.

É muito difícil, hoje, fazer militância, participar de um movimento, construir organização popular neste País. O que existe de leis é para nos punir, para nos controlar, mas existem os fora-da-lei que agem muito mais rápido contra nós. Agem pela intolerância religiosa, agem pela violência brutal, pelo trabalho escravo, que é uma vergonha neste País ainda hoje; agem pela violência doméstica, pela submissão. E a gente vê especialmente a questão dos movimentos sociais e populares.

Hoje, quando a gente assina um convênio que vem através de edital público, que a gente não está se humilhando para ninguém, é chave de cadeia para todo dirigente assinar um convênio hoje. Nossas organizações estão sendo criminalizadas. Essas formas de controle são muito pesadas em cima da gente. O projeto de lei que criminaliza a manifestação está lá para sanção presidencial, passou por essas Casas e vai ser sancionado.

(Soa a campainha.)

A SRª ROSÂNGELA PIOVIZANI CORDEIRO – Então, isso é para controlar, inclusive, com que roupa eu posso ir para a rua. Hoje, quando eu saía de casa, queria colocar uma blusa vermelha, mas você começa a pensar, porque você vem de transporte público, sozinha, é o medo.

Uma companheira que colocou o nome no filho, outro dia, de um grande comunista, brincando no parque, ela ficou com medo de chamar o filho porque falaria o nome; e o que significaria isso? E hoje ela diz: "Eu quase me arrependo do que eu fiz. De ter dado esse nome a ele. Do que essa criança pode sofrer."

Então, esse medo que a gente está vivendo é muito pesado. Queria colocar que a gente pede um basta, de fato, na violência do campo, das florestas, das águas, das favelas, das ruas, das manifestações.

Nós queremos aqui reafirmar a nossa luta pela terra, pela dignidade, pelos nossos territórios, pelas sementes, pelos saberes e pela vida. Nós vamos continuar, porque a gente continua na luta e na resistência até que a gente construa de fato um Brasil Nação, em que a gente tenha mais direito à vida e a uma vida mais tranquila, mais saudável e com direitos.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Rosângela Cordeiro, representante do Movimento das Mulheres Camponesas da Via Campesina.

Bom, temos o nosso último palestrante, defensor dos direitos humanos, um brasileiro com uma biografia fantástica, e aqui representa a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Deputado Federal Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA – Um bom dia a todos e a todas. Senador João Capiberibe, eu saúdo, em nome de V. Exª, todos aqueles Senadores e Senadoras que nos possibilitaram publicar este livro aqui, via Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Permita-me citar o nome do Senador Paim e do Senador Randolfe. Pelo menos esses três, mas provavelmente outros também participaram, não só na publicação do livro, porque fica parecendo que vocês chegaram na última hora e ajudaram a publicar o livro. Não, não, não.

Eu gostaria que os espectadores da TV Senado, os companheiros e companheiras que estão aqui presentes saibam muito bem: são pessoas que militaram a favor desta causa, da memória, da verdade e da justiça. E, como tais, eles fundiram com os nossos trabalhos – da Comissão Camponesa da Verdade, como a Nicinha, a nossa Clea da Contag, falou – e nós produzimos juntos.

Nós ficamos muito ansiosos, Senador, porque fazíamos uma pressão – desculpe-me o uso da palavra – sobre o Agostinho. "Agostinho, esse livro não vai sair?" Ficamos ansiosos. Sabe por quê? O espectador precisa saber: porque é muito difícil nós colocarmos a memória camponesa, a memória indígena, a memória dos trabalhadores na história oficial do Brasil. E existe uma forma de você fazer leituras do passado, que geralmente é a história dos vencedores, e vencedores que querem negar a história dos supostamente derrotados. Então, no caso concreto – vale para outros segmentos da classe trabalhadora, mas permitam-me restringir, por força do evento e da nossa quase obrigação de fazê-lo –, o caso dos camponeses, uma das razões fundamentais do golpe era exatamente porque os camponeses assumiram a sua condição de classe e o seu protagonismo próprio. E a bandeira da reforma agrária de repente virou como se fosse o terror comunista, que era a forma de eles identificarem particularmente a classe dominante, os latifundiários, que naquela ocasião eram muito fortes – hoje ainda são, transmutados em agronegócio – e queriam caracterizar os movimentos camponeses como se eles fossem o terror comunista, revolucionários que nem sempre o eram ou foram, embora muitos de nós gostariam que assim fossem, mas era uma forma de fazer uma disputa, de aterrorizar a classe média, a classe dominante, como se o Brasil fosse ameaçado, pelo simples fato de que os camponeses se avocaram o direito de ser sujeito histórico.

E quando veio o golpe, a instalação da ditadura, não obstante algumas tendências capitalistas modernizantes, o latifúndio era muito preponderante, e o acordo de cúpula para o golpe era de que, no campo, a modernização só poderia ser feita sob o tacão dos grandes proprietários, e esse tacão e essa modernização

exigiam que, primeiro, nós fizéssemos a reforma agrária; segundo, que os direitos trabalhistas, previdenciários, sindicais e os direitos humanos não fossem observados em relação aos camponeses, indígenas e outros; terceiro, que o papel histórico dessa classe camponesa que estava emergindo como autônoma fosse subsumido, tanto em relação à memória do passado como em relação à do presente. É por isso, Nicinha, que nós fizemos questão de desenterrar o máximo de casos possíveis, como diz o Canuto. Sabe por quê? Porque eles fizeram questão não só de matá-los, mas de matar a sua história. A importância, Senador, desse livro é esta. É esta a importância. Entendeu?

Segundo, eu queria dizer – porque me ficou delegada essa função – que algumas leis de transição, quando fomos superar a ditadura para um regime democrático, foram feitas ainda durante a ditadura militar, como foi a anistia de 79, quando eu e o Wander estávamos presos. O Wander saiu um pouco antes, porque ele era muito menino, já havia sofrido demais – permitam-me essa brincadeira – e era uma anistia parcial, mas relevante para a forma como a tradição se fez. Não vamos negar.

As leis de transição do Brasil: a Lei de Anistia, de 1988, que é da Constituição Federal; depois, a lei do reconhecimento de mortos e desaparecidos, que cria a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, onde o Ivan trabalha hoje – e é muito relevante esse papel –; depois, a nova Lei da Anistia, de 2001, 2002; e, depois, a Comissão Nacional da Verdade. Então, são leis que...

Senador, mais de uma vez o senhor já ouviu a nossa palavra e de vários representantes falando assim: são passos limitados que mostram que a transição ainda não se completou. Mas nós, primeiro, gostaríamos de registrar: ainda que sejam limitados, foram importantes. Nós somos críticos, mas não deixamos de reconhecer. Sabem por quê? Porque nós vivemos em uma sociedade brasileira muito hipócrita. Particularmente, só a classe dominante, que aos seus resguarda muito precisamente seus direitos, mas os direitos dos mais pobres ou dos três pês, como diria o Deputado Ulysses Guimarães, esses eles não resguardam. E, às vezes, fazem um discurso, mas, na prática, não os reconhecem.

Então, eu diria o seguinte: foram relevantes, foram importantes, mas, desgraçadamente, vieram os limites, limites impostos pelos acordos, impostos na época da ditadura, limites impostos quando se fez aquela transição por cima, onde o povo e a classe trabalhadora não tinham ainda adquirido o seu protagonismo para poder impor ou, pelo menos, colocar na mesa os seus direitos. É por isso que nós fazemos críticas, porque essas limitações históricas impactam até hoje, Rosângela. E estão os testemunhos registrados pelos relatórios anuais da CPT, muito bem relembrados aqui pelo Canuto.

Isso é uma continuidade. Então, não são críticas vãs, mas críticas fundadas em fatos que muitas vezes os poderosos querem negar e que nós queremos reafirmar, não por masoquismo. Você entendeu? Aliás, o fazemos com sofrimento, porque nós sabemos o impacto que tem para as famílias, para as comunidades, para todos aqueles que sofreram esse desgaste.

Então, eu diria o seguinte: veja bem o caso dos camponeses no relatório da Comissão Nacional da Verdade. Com muito esforço, nós dialogamos – né, Regina? – com a Comissão via sua participante, a Maria Rita Kehl. Ela teve uma postura decente no sentido de defender, no relatório, a inclusão dos camponeses indígenas, mas havia uma dificuldade muito grande de compatibilizar os seus conhecimentos e seus conceitos com os do movimento social camponês e com aqueles que trabalham com o Movimento Memória, Verdade e Justiça, que surgiu e ainda existe até hoje.

Então, é por isso mesmo que reconheceram 40 camponeses mortos e desaparecidos – alguns novos; a maioria já antiga –, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, já reconhecidos, ou pelo relato dos familiares de mortos e desaparecidos na época da ditadura militar.

Então, Senador, é por isso que nós clamamos pela continuidade. Eu citaria dois elementos de continuidade: primeiro, as comissões estaduais da verdade estão trabalhando. Eu fiz questão de ler os relatórios que já estão publicados, particularmente do Paraná, do Rio de Janeiro, alguma coisa de Pernambuco e alguns livros que foram publicados por pesquisadores do movimento camponês, que nos mostram, confirmando a assertiva de alguns companheiros e companheiras aqui da Mesa, que o que nós revelamos é parcial – é parcial, mas é verdadeiro. Segundo, que temos muito mais para fazer com a continuidade da Comissão Camponesa da Verdade e dessa rede de pesquisadores.

O último ponto que queria dizer é que as recomendações que nós fizemos no nosso relatório da Comissão Camponesa estão válidas. As recomendações que foram alinhadas pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade estão válidas e necessárias. E comungo com aqueles e aquelas de que estamos temerosos, muito temerosos de que elas não possam ser implementadas.

Aliás, está turvo o cenário nacional neste momento, no sentido de que talvez não só essas recomendações não possam ser efetivadas, mas que regressões possam acontecer em termos de direitos, em termos do protagonismo histórico dos mais pobres, dos trabalhadores, dos camponeses, dos indígenas. Dia a dia, estamos vendo as agressões.

Então, é nesse clima que estamos lançando: vamos fazer desse instrumento um instrumento de luta para a continuidade.

Veja bem, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, que o Ivan tão bem representa aqui, da Secretaria de Direitos Humanos, tem uma tarefa que está assumindo em relação a um grupo de camponeses.

Agora, as comissões estaduais da verdade estão apontando vários outros casos, que nós próprios não nominamos. Então, como fazê-lo?

Para a continuidade disso, precisava haver uma lei, Senador, que estabelecesse, como recomenda a Comissão Nacional da Verdade, uma instituição em que tivesse continuidade esse trabalho.

Pode ser a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos? Pode, mas desde que deleguem e façam funcionar de acordo com essa nova realidade. Pode ser a Secretaria de Direitos Humanos, como foi na Argentina? Pode. A forma pode ser discutida, o que não podemos aceitar é que não haja continuidade.

Finalmente, queria terminar dizendo ao Senador e àqueles e àquelas que estão aqui, que nos escutam e nos veem pela televisão do Senado: antes de começar a reunião, estava eu dialogando com o Senador João Capiberibe.

Nós somos remanescentes da Ação Libertadora Nacional. Nós somos remanescentes, como o Ivan é remanescente do MRT e como o Canuto é remanescente da poderosa organização revolucionária, que foi a Igreja Católica de base, lá nos grotões do Brasil.

E alguns de nós somos sobreviventes também e estamos remoendo nossas memórias, nossas dores, nossos sofrimentos, nossas cicatrizes às vezes não tão cicatrizadas, nossas feridas.

Então, aqui, nesta mesa e na plateia, há pessoas, Senador, que remanescem de um período histórico que estamos discutindo com as Comissões Camponesas da Verdade e com outras comissões, e aqueles que são remanescentes do processo pós-ditatura, como testemunharam aqui a Regina, a Rosângela e a Nicinha, da Contag.

(Soa a campainha.)

O SR. GILNEY VIANA – Então, que País é este, gente, onde a gente luta, luta, luta, e os crimes continuam acontecendo como se nossa luta fosse inútil?

Querem nos colocar numa situação em que falam assim: vocês não podem lutar, não precisam lutar, porque é inglório. Nós queremos dizer, Senador, que somos testemunhas de que os avanços, não obstante serem pequenos, são necessários. E queremos registrá-los, valorizá-los, mas não queremos desconhecer, primeiro, os seus limites e a continuidade dos crimes que são perpetrados pelos mais fortes contra os mais fracos, pelos dominantes contra os dominados e pela classe que dirige o Brasil, que são os poderosos, contra aqueles que são de baixo.

Termino dizendo o seguinte: Senador, o senhor está de parabéns. O senhor está de parabéns, porque alguns estão ali na rua, alguns estiveram ontem, anunciando, quem sabe – permito-me dizer na minha linguagem –, talvez um novo golpe, talvez uma mudança institucional, talvez uma ameaça aos direitos que nós duramente conquistamos e que o povo brasileiro hoje usufrui com toda a sua maneira de ser.

E é muito interessante. O senhor poderia, Senador... ou a Comissão de Direitos Humanos ser econômica, ser temerosa e falar assim: "Vamos adiar esta audiência." Não. Quando algumas pessoas clamam pela volta da ditadura militar, por perda de direitos, por valorizar positivamente massacres de camponeses, de indígenas, de pretos, de pobres, de favelados, nós estamos aqui falando: "Esses direitos nos movem à luta." E diremos: "Não só não queremos ditadura nunca mais; nós não queremos tortura nunca mais, abjuração de direitos humanos nunca mais." E que nós possamos ser livres. E, se por acaso outras forças políticas nos derrotarem, que o façam na legalidade, na institucionalidade. Não apelem para o golpe, porque de golpe nós sabemos muito bem a consequência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Gilney Viana. Obrigado a todas as nossas convidadas e ao nosso único convidado – aqui estamos em minoria.

Eu queria dizer que esse relatório é uma grande contribuição para a memória deste País. E nós temos um grave problema com relação à memória: ela foi escondida durante décadas. Nós observávamos a comemoração do golpe; até pouco tempo atrás se comemorava o golpe, aqueles que assassinaram, torturaram. A cada ano fazia-se apologia dos crimes, apologia da violência diante dos olhos de todos nós.

Esse reconhecimento, essa apologia do crime se encerrou há menos de dez anos. E isso mostra que o Brasil, além de ter uma classe dominante das mais conservadoras do mundo, o Estado organizado por essa classe dominante é um Estado fundamentado na violência contra qualquer tipo de contestação a esse sistema.

Eu confesso que estou muito preocupado, porque nós estamos vendo no País que, pela primeira vez, revela-se que a corrupção é sistêmica, e não é um desvio de comportamento pessoal, como ocorre em alguns outros países onde, quando o corrupto é apanhado, ele se suicida e encerrou a questão, ou vai para a cadeia.

O Brasil é um sistema fundamentado no patrimonialismo, nessa confusão entre o público e o privado. E envolve o conjunto das forças políticas. Daí a dificuldade de encontrarmos uma saída neste momento. Nós precisamos resolver a crise. Como se resolve a crise? Com um acordo, um entendimento entre as forças políticas? E se elas estão todas comprometidas com práticas condenadas pela sociedade?

Estamos de fato diante de uma encruzilhada. Não há – eu convivo aqui no Senado com representantes da classe dominante – um caminho. Ninguém ainda disse: "Não; olha, vamos por aqui." E há um acirramento ruim, porque nós precisamos de uma alternativa à crise política e à crise econômica. Nós precisamos dialogar. E dialogar publicamente, porque os acordos de bastidores nós vimos. Nos acordos feitos em relação à anistia, a primeira coisa que fizeram foi anistiar os torturadores. E isso tem um significado muito forte no País.

Na hora em que você anistia aqueles que praticaram crimes em nome do Estado, você perpetua a violência. Isso poderia ser perfeitamente entendido na hora em que a gente relembra o desaparecimento de Rubens Paiva, no dia de São Sebastião, no ano de 1971.

Ele desapareceu do seio da família. Havia voltado da praia e as forças de repressão o prenderam. E nunca mais dele se teve notícia, do seu corpo.

Dia 14 de julho de 2013, 42 anos depois, o pedreiro Amarildo, num domingo, estava com sua família em casa, foi preso pelas forças de segurança e seu corpo desapareceu. E até hoje não se sabe o que aconteceu.

Então, isso mostra que há uma proteção à violência. O Estado brasileiro é violento, a sociedade é conservadora. E um Estado violento que não permite a construção de uma sociedade democrática plena. E nós temos enormes dificuldades de operar mudanças nessas condições.

Eu fico imaginando que situação desagradável nós estamos representando para nós mesmos, brasileiros, e para a opinião pública internacional. Imagino alguém olhando o Brasil de fora para dentro, vendo um Presidente da Câmara, vendo réus em processos criminais conduzindo um processo de *impeachment* de uma Presidente que, pelo menos até agora, não tem uma única acusação de ter cometido crime.

É de fato uma situação delicada. Discute-se, conversa-se em busca de uma saída. A única coisa que podemos constatar é a crise, que está aí. E a gente precisa de solução. Agora o caminho nós vamos ter que construir.

Tenho essa preocupação. Não tenho, digamos, nenhum comprometimento com as forças que disputam o poder. Eu estou distante dos dois polos. E estou procurando fazer a minha parte no sentido de buscar uma solução para a crise.

Eu queria parabenizar esse trabalho feito pela representação dos trabalhadores do campo, pela CPT, que conheço. A CPT eu tive como parceira aliada para evitar que o meu Estado estivesse hoje na lista da violência no campo.

No Amapá, nós conseguimos matar no ovo, quebrar o ovo da serpente, nos anos 90, com apoio da CPT. Só que, nos últimos anos, recrudesceu a invasão das terras públicas, a grilagem de terras no Amapá. Mas nós seguramos por muito tempo essa possibilidade de se instalar em definitivo um conflito sangrento no campo, graças ao trabalho feito com a CPT, com o Sandro Galassi, que durante muitos anos conduziu a CPT do Amapá.

Nós tivemos a oportunidade de devolver... Eu acho que talvez seja um dos poucos casos na história do Brasil em que camponeses expulsos de suas terras tiveram as terras de volta e foram indenizados por uma empresa multinacional, no caso da Champion. Eles adquiriram 285 mil hectares de terra, e a maioria dessa terra era grilagem. Nós montamos uma comissão presidida pela CPT. Eu era Governador do Amapá. E a CPT investigou e chegou à conclusão de que eles tinham direito a 65 mil hectares. E o resto da terra foi arrecadado pela União. Os camponeses que os gatos tinham expulsado das terras foram indenizados. A empresa construiu suas casas que tinham sido derrubadas e eles voltaram a ocupar suas terras.

Então, esse é um caso em que eu tenho um reconhecimento enorme pelo trabalho da CPT, porque conheço a prática e estivemos juntos trabalhando no sentido de proteger e construir neste País uma sociedade que respeite todos, uma sociedade democrática que respeite os indígenas – e eu estava mostrando agora ao Gilney o caso dos Pataxós, da Bahia, e nós vamos ter mortes lá, novamente. Estão com mandado de desocupação de áreas que lhes pertencem.

Acho que temos muita luta pela frente, mas quando a gente constrói uma história, a gente tem uma preocupação com a coerência, de nos mantermos vivos e coerentes em função dessa história.

Eu queria finalizar agradecendo a todos mais uma vez e dizendo que esse livro tem que entrar nas universidades, nas escolas; o Ministério da Educação tem que promover, como conteúdo, um pouco da história do nosso País, a história do andar de baixo do nosso País.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Cristovam Buarque**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Valdir Raupp. O Senador Dario Berger justifica a sua ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, do Ministério das Relações Exteriores; Anderson Quack, Diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-brasileira da Fundação Cultural Palmares; Melillo Nascimento, Advogado e Integrante do Grupo de Trabalho Jurídico da Casa de Oxumaré; Luciana Ramos, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; Rafael Moreira, Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno; Thiago de Oliveira Sampaio da Silva, Presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente – MOA; Dandara Baçã, Membro do Movimento Negro Unificado – MNU; Janaina Bittencourt, Coordenadora de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Maria Helena Garcia Leal, Diretora Executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD; Fátima Barros, Militante da Articulação Nacional de Quilombo – ANQ/MOQUIBOM. Liderança Quilombo Ilha de São Vicente – Araguatins – Tocantins; Célio Isidoro Rosa, Quilombo Raça e Classe Minas Gerais; Gabriela da Costa Silva, Coletivo Raízes da Liberdade. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Faz uso da palavra o Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cristovam Buarque
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia! Bom dia a cada uma e a cada um!

O Senador Paim me pediu para substituí-lo. Sei que ninguém substitui o Senador Paim, sobretudo num tema como este, mas é melhor fazermos a audiência do que esperarmos outro tempo em que ele possa estar aqui.

Então, é com muita honra – eu não diria que tenho a satisfação, porque eu preferiria estar aí com vocês, estando ele aqui na Presidência – que declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 30, de autoria do Senador João Capiberibe, para debater sobre o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, cujo *link* é www.senado.leg.br/ecidadania, e por meio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Há oitos convidados. Dois deles não estão ainda presentes. Mas, sendo 9h30, vamos começar chamando os seis que aqui estão. Quando os outros dois aqui chegarem, poderão ficar não na outra mesa, mas poderão ficar entre vocês e participarem daí mesmo. Então, em vez de duas mesas, o que demoraria muito, vamos fazer uma só, com seis participantes.

Chamamos, inicialmente, o Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais. (*Palmas.*)

Convidamos Anderson Quack, Diretor de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da Fundação Cultural Palmares. (*Palmas.*)

Convidamos Melillo Nascimento, que está ali, que é advogado integrante do Grupo de Trabalho Jurídico da Casa de Oxumarê. (*Palmas.*)

Convidamos Luciana Ramos, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. (*Palmas.*)

Convidamos Rafael Moreira, que é Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno. (*Palmas.*)

Convidamos Thiago de Oliveira Sampaio da Silva, que é Presidente do Movimento do Orgulho Afrodescendente. (*Palmas.*)

Esperemos que cheguem Aline Costa, que é membro do Movimento Negro Unificado, e Janaina Bittencourt, Coordenada de Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal. Quando aqui chegarem, elas ficarão entre vocês e, daí mesmo, poderão falar na hora em que vocês terminarem.

Vou começar pela ordem que chamei.

Começamos pelo Ministro Alexandre Peña Ghisleni.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Bom dia, Senador!

Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos do Senado por esta iniciativa e por poder compartilhar esta Mesa com representantes de Governo e da sociedade civil. Acho muito importante que a gente traga essa discussão para o público e fico muito feliz de ter representantes da sociedade civil aqui na sala, com quem vamos poder debater ao longo da manhã de hoje, pelas razões que a gente vai apresentar na sequência.

As pessoas podem se perguntar o que faz um representante do Ministério das Relações Exteriores aqui. Acho que vale a pena nós recapitularmos, Senador, por que estamos reunidos aqui no dia de hoje. Há exatamente 56 anos, no dia 21 de março de 1960, na cidade de Sharpeville, na África do Sul, a polícia abriu fogo contra uma manifestação pacífica contra as leis do *apartheid*, na África do Sul, matando 69 pessoas. Isso foi, evidentemente, uma tragédia de grandes proporções, que ganhou repercussão internacional e que propiciou uma mobilização internacional que mexeu com o tratamento da questão do racismo em âmbito global.

Se antes a questão da discriminação racial já estava presente implicitamente na questão dos direitos humanos, que havia entrado na Carta das Nações Unidas, nós já tínhamos, àquela época, a declaração universal, aquele momento propiciou que, primeiro, nós tivéssemos uma convenção internacional para eliminação da discriminação racial, e que depois aprovássemos uma década internacional contra a discriminação racial. Enfim, a discussão foi ganhando corpo até que, 15 anos atrás – e esse aniversário nós vamos comemorar daqui a cinco meses e meio mais ou menos – nós tivemos a IV Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância, na cidade de Durban.

Essa é uma data, Senadora, que, eventualmente, vai nos permitir voltar a tratar da questão do racismo aqui no Brasil. Foi uma conferência realizada na cidade de Durban, na África do Sul, e teve uma intensa participação brasileira. Por coincidência, eu estava presente na conferência. Nós tivemos uma das delegações mais representativas que o Brasil já teve em evento internacional e ela nos propiciou um marco para tratamento da questão do afrodescendente em particular. Isso é uma coisa muito importante, porque foi com base nos consensos que nós obtivemos nessa IV Conferência, 15 anos atrás, que nós começamos a criação de uma estrutura no Brasil para o tratamento especificamente da discriminação racial, mais especificamente da discriminação contra o afrodescendente.

Depois, nós tivemos a criação da SEPPIR, a criação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, das conferências nacionais de promoção da igualdade racial. Tudo isso vai ser muito mais bem explicado pela Luciana Ramos, que está aqui ao meu lado.

Do nosso lado, como Itamaraty, o que a gente pode dizer é que a questão da discriminação racial não é um subcapítulo da nossa atuação. A questão dos direitos humanos, especificamente da discriminação racial, é uma questão central da nossa atuação externa. Podemos dar exemplos, que são interessantes porque mostram que não temos simplesmente atuado no passado, mas temos uma agenda de projeção da nossa atuação para o futuro, do que queremos alcançar no combate à discriminação racial e na promoção dos direitos dos afrodescendentes.

Vocês vão se recordar de que o Brasil foi um país central, absolutamente decisivo, para que as Nações Unidas estabelecessem a primeira Década Internacional dos Afrodescendentes. Nós estamos no meio dela, ou seja, ela começou em 2015. Dentro dessa década, temos vários objetivos a alcançar. Nós estamos trabalhando ativamente para que tenhamos um fórum internacional de afrodescendentes, em que os afrodescendentes de

todo o mundo possam se reunir e discutir os problemas que enfrentam, qual a especificidade dessa situação, quais as políticas que devem ser conduzidas, no âmbito dos governos, a respeito da promoção dos direitos dos afrodescendentes. Nós temos uma proposta que vamos levar adiante de iniciar uma negociação, no âmbito das Nações Unidas, para que se elabore e se aprove uma declaração internacional dos direitos dos afrodescendentes.

Nós queremos, além de tudo, que se convoque, até o final desta década, mais uma conferência internacional contra o racismo, contra a discriminação racial, contra a xenofobia e outras formas de intolerância. Vai ser, necessariamente, um evento mais amplo. Vamos nos lembrar de que discriminação racial, no caso do Brasil, tem o forte peso da discriminação contra os afrodescendentes, mas também, no âmbito mundial, nós estamos falando da discriminação contra refugiados, contra migrantes, contra indígenas. Enfim, há toda uma agenda que está pendente de ação por parte dos Estados; e eu digo Estados no sentido de envolver o Poder Executivo, que estou representando aqui, junto com as colegas de Governo, mas também as outras esferas do Estado, os outros Poderes e os outros níveis de Governo.

Enfim, digo isso para falar de Nações Unidas. Nós ainda temos a atuação na OEA (Organização dos Estados Americanos). Estamos trabalhando numa programação de atividades no âmbito da OEA, para promover os direitos dos afrodescendentes. Temos a Década Latino-Americana e Caribenha dos Afrodescendentes, que também está sendo conduzida no âmbito da Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). E, para completar, nós inserimos, como um tema à parte e que necessita de uma atenção individualizada, a questão dos afrodescendentes na agenda do Mercosul, ou seja, na agenda da integração regional, num espírito de integração mais profundo que não pode ser verdadeiro se não incluir, de maneira integral, a questão dos direitos humanos e, de maneira particular, a questão da discriminação racial e da discriminação contra os afrodescendentes.

Eu digo isso para ilustrar... Eu não estou querendo dizer com isso que os problemas estão resolvidos. De maneira alguma, eu quero deixar bem claro. O que eu quero dizer com isso é que nós estamos empenhados internacionalmente como forma de o Estado trabalhar a promoção dos direitos dos afrodescendentes de maneira integral. Vamos nos lembrar de que nós não vamos conseguir resolver a questão do racismo e dos direitos dos afrodescendentes trabalhando apenas no nosso País. Esse é um problema internacional, é um problema de dimensão planetária. A discriminação racial existe de diferentes formas, e, se nós não conseguirmos lidar com isso, de maneira efetiva, no âmbito internacional, também não conseguiremos fazê-lo no âmbito nacional. Nós temos uma série de alianças com outros países, que têm os mesmos interesses e as mesmas visões, e vamos levar adiante essa agenda de maneira integrada.

Enfim, é com base nessa visão do que é para nós uma agenda de trabalho baseada em princípios e valores que estão, na verdade, na Constituição brasileira, que fazem parte da visão do que é o Brasil – não podemos entender o Brasil sem isso –, que eu queria dar essas palavras iniciais e, mais uma vez, agradecer aqui ao Senador pela iniciativa desta Casa de realizar este debate.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Ministro.

Eu passo a palavra agora ao Anderson Quack.

O SR. ANDERSON QUACK – Bom dia a todos!

Quero saudar o nobre companheiro Senador Cristovam Buarque e também a Comissão desta Casa.

Quero saudar a companheira Luciana Ramos, única mulher na Mesa, representando toda a força matriarcal que nos manteve vivos até aqui. Desde a nossa viagem da África até o Brasil e até toda a diáspora, as mulheres tiveram um papel mais que fundamental. E nós temos um quadro hoje de racismo que atinge muito mais as mulheres, sobretudo do ponto de vista econômico. Então, vale muito lembrar a importância de termos também uma ascensão feminina negra, empreendedora, em todos esses sentidos.

É uma data histórica importante o dia 21. Não é uma data que nós lembramos com orgulho, porque ela surge de uma tragédia, mas, entre a grande maioria das datas da Década do Afrodescendente, esta talvez seja uma das primeiras que nós podemos comemorar que não provém diretamente de uma tragédia.

O nosso 20 de novembro é também fruto de uma tragédia, é o dia da morte de Zumbi; e o 13 de maio, que é o Dia da Abolição da Escravatura, um dia que não nos contempla nem nunca nos contemplou, porque foi feito de forma que não nos garantiu direito algum. Então, a comunidade negra, por assim dizer, se está viva hoje, está por sua própria conta, não por conta de ninguém, porque, independente da Lei Áurea, a gente já dava o nosso jeito para sobreviver. Nessa linha, vejo essa data como uma data importante para lembrar e nunca perder a militância.

Tenho um histórico de movimento social, sou um dos fundadores da Central Única das Favelas (Cufa) e morador da Cidade de Deus há 38 anos, que é o tempo que tenho de vida. Sempre que a gente fala de racismo e olha para dentro de uma favela, vê que os direitos não são assegurados em nenhum nível. Eu aprendi que

andar com um livro debaixo do braço poderia salvar minha vida dentro da favela, não por ser um estudante com afinco, mas aprendi e, a partir daí, comecei a andar com um livro debaixo do braço e a pegar prazer pela leitura. Pela sobrevivência, acabei descobrindo o prazer pela leitura e me transformando em escritor. Lancei um livro cujo título é *No Olho do Furacão*, que demonstra exatamente esse caminho que a gente vive.

Olhando essa juventude aqui no plenário – sou pai de três filhos e dois deles são adolescentes, um com 17 anos, outro com 15 anos –, recentemente, no Rio de Janeiro, a gente viveu dias muito difíceis, com arrastões na praia, confusões, etc e tal. Eu liguei para o meu filho mais velho, de 17 anos, imediatamente, muito preocupado, porque a Cidade de Deus fica muito próxima da Barra da Tijuca, muito próxima da praia, e fiquei muito receoso de que ele pudesse ser preso só por ser preto e estar na praia, como eu ia, de bermuda, sem camisa, às vezes com o dinheiro da passagem, mas, na grande maioria das vezes, sem o dinheiro da passagem. O que virou, na verdade, um grande motivo para a polícia prender aqueles jovens: bastava estar na praia sem dinheiro da passagem ou coisa do tipo.

Então, esse tipo de racismo, esse tipo de discriminação que a gente que é preto acaba vivendo na pele todo dia não deixa uma sequela, é um trauma permanente. A gente avançou muito, com todas as políticas públicas que temos hoje para a comunidade negra, e hoje vejo jovens se afirmando no cabelo, na estética, e me sinto muito parte disso, porque, durante muito tempo também, vi, dentro da minha própria casa, da forma mais dura de lidar, minha avó, minha mãe, minhas tias com um ferro, que era um pente, no fogo, tirar aquilo ali e passar no cabelo para alisar, para serem aceitas; e hoje vejo as meninas de *black* se afirmando, usando turbante, assumindo sua religiosidade, assumindo sua orientação sexual. Como o Ministro disse, são muitos avanços. A gente não vai considerar que o racismo e a discriminação estão completamente superados, porque não estão, porém, não reconhecer esses avanços, fruto de trabalho de ministérios, como a própria SEPPIR, que nos colocou em outro patamar, na própria Fundação Cultural Palmares, de que hoje eu faço parte, na promoção e no fomento da cultura afro-brasileira, e também por um negativismo com o qual nós negros, na verdade, nunca concordamos.

Eu vou encerrar a minha fala, citando um episódio que ocorreu no final de semana, em Belo Horizonte. Em uma peça teatral, após a plateia fazer uma crítica ao que estava sendo dito no palco, um dos maiores produtores de teatro deste País, Cláudio Botelho, que tem sempre os maiores orçamentos para fazer seus espetáculos, veio com a fala de que um negro jamais poderia se colocar diante de um ator, etc, etc. Trata-se de uma arrogância, de uma liberdade de fala que sempre nos foi tirada, e continuam querendo nos calar. Eu sou do teatro, e nunca, em momento algum... Ele inclusive comparou o ocorrido ao episódio que aconteceu com Chico Buarque, em Roda Viva.

Eu acho que são momentos como os que estamos vivendo, de atos de racismo no País, que ainda nos assustam muito, mas há este tipo de comissão e este tipo de trabalho. E que bom que o Senador Cristovam aceitou vir representar o Senador Paulo Paim, porque este movimento não pode parar. Buscamos fazer com que a cultura afro-brasileira, por meio da Fundação Cultural Palmares, alcance um patamar em que não seja mais necessário fazer a diferenciação entre a cultura do País e a cultura afro-brasileira. Mas até que tenhamos as mesmas condições que tem o Cláudio Botelho, para com R$13 milhões de orçamento fazer uma peça, é necessário que comissões e agendas como esta sejam permanentes a fim de que possamos garantir os nossos direitos.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON QUACK – Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Anderson. Se depois você quiser, podemos ter mais algum tempo para falar sobre isso. Não podemos nos calar diante de fatos como esse.

Passo a palavra agora ao nosso querido amigo Melillo Nascimento.

O SR. MELILLO NASCIMENTO – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senado Federal na pessoa do amigo que me aguenta desde 1984, eu acho, o Senador Cristovam Buarque.

Eu vejo ali um jovem com a camisa da UnB. Em 1984, eu era dirigente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, e o Cristovam era Reitor. Desde lá, trabalhamos juntos, às vezes não no mesmo espaço, mas sempre de maneira muito afetiva. É um dos amigos que tenho aqui em Brasília, e me considero feliz por poder dialogar e aprender com ele muitas das coisas que, como advogado e militante de direitos humanos, preciso aprender.

Eu estou muito feliz, Cristovam, e quero saudar o Senado na sua pessoa. É uma feliz coincidência. Eu nem sabia que você estaria aqui. Imagino que você também não, se não, nem teria vindo, viu Augustino? Se

o Cristovam soubesse que eu estava na Mesa, teria ficado em casa para não ouvir o que eu digo a ele há tanto tempo em relação a isso.

Além disso, quero cumprimentar as entidades que lutam pela questão da afirmação racial na pessoa do Thiago, que está aqui ao meu lado, não só porque é um jovem, mas também porque é um querido amigo. Considero-o, inclusive, parte da minha família. O MOA envolve, ao mesmo tempo, sociedade civil, juventude e orgulho afrodescendente, o que é muito importante, neste dia 21 de março, para o tema deste nosso encontro.

Não serei muito prolixo nem muito complicado. Quero dizer somente que estou aqui por acidente. Na verdade, desde 1992, venho aprendendo a lutar com direitos humanos.

O Augustino, que é Secretário desta Comissão, foi um dos meus professores, e a partir de um envolvimento com as comunidades de matriz africana, de religiões de matriz africana, em Salvador, nessa época, em 1992, nós começamos, além de fazer outras lutas, a estruturar também essa questão de como funciona a discriminação racial dentro do campo religioso, dentro do campo das relações da sociedade brasileira com o difícil tema das religiões. E, aí, minha primeira constatação – e eu queria insistir muito nisto – é que o nosso modelo de sociedade, de economia, de realidade social ainda deve muito ao modo de produção escravocrata que não acabou no Brasil, infelizmente. Por mais que nós tenhamos, já há mais de um século, mudado o padrão jurídico da questão de ser negro no Brasil, esse padrão não conseguiu evoluir no que vou chamar de cidadania ativa. A fala do Quack, meu querido companheiro da Fundação Cultural Palmares, evidencia isso. Nós continuamos tendo muitos problemas no Brasil por conta disso. O Cristovam sempre diz que o abolicionismo continua, não mais por conta da abolição somente da questão da raça, mas também porque, se nós não mudarmos a realidade brasileira, criando outras liberdades, liberdade especialmente por meio da educação, nós não vamos ter condição de superar a nossa história tão trágica, quando o assunto é ser negro no Brasil.

Um segundo aspecto é que o patrimonialismo, que é outro fenômeno dessa história, continua funcionando e imperando no Brasil, especialmente quando a relação é sociedade/Estado. E isso diz muito, tanto essa presença ainda constante da escravidão na nossa sociedade quanto esse patrimonialismo, quando pensamos como funciona a percepção das religiões, especialmente as religiões de matriz africana. Neste momento, tenho a felicidade de ser membro de uma articulação nacional de advogados que tenta dar resposta a essa questão, capitaneada pela Casa de Oxumarê, que fica em Salvador, Bahia. A Casa de Oxumarê completa, neste ano, 180 anos de fundação legal, ou seja, de existência de documentos e registros em cartório, constituindo-a como espaço de promoção da religião de matriz africana e afro-brasileira.

Desde o ano passado, temos feito uma série de articulações. Inclusive, em setembro, estivemos aqui, neste espaço, num evento que o Cristovam Buarque, a Comissão de Direitos Humanos e o Senador Paulo Paim promoveram, para discutir especialmente o tema da intolerância religiosa.

O fato é que essa intolerância é uma expressão da discriminação racial. E, mais do que isso, ela decorre de um duplo fenômeno. O primeiro deles diz respeito a uma disputa de mercado. Nós não temos dúvida de que a intolerância religiosa, a questão da religiosidade, nesse momento, pressupõe uma compreensão das forças do mercado, do mercado da fé, do mercado das religiões, que está colocado ao lado dessas tensões, dessas perseguições.

O segundo aspecto é que há um ódio à diferença, há um ódio à pluralidade, há um ódio à diversidade brasileira, há um ódio que está crescendo na sociedade em relação, especialmente, à democracia e a tudo aquilo que ela significa no campo das relações sociais. E quais são as consequências desse fenômeno? De um lado, uma disputa pelo mercado; do outro lado, um ódio que aumenta cada vez mais na sociedade. A consequência é exatamente um grave risco ao patrimônio cultural religioso, simbólico, que o Brasil tem como grande qualidade em relação a várias nações. Apesar de haver uma discriminação latente, apesar de haver uma cultura que representou isso de maneira distorcida, eu não tenho dúvida de que uma das grandes qualidades deste País é exatamente a capacidade que nós conseguimos, ao longo do tempo, de construir soluções brasileiras para problemas históricos, problemas sociais e, ao mesmo tempo, fazer isso num duplo movimento: ao lado do conformismo, uma resistência. Eu sempre digo que a população negra, e a população negra que tem a religião de matriz africana como elemento, formou comunidades construídas na luta.

Esse pessoal nunca deixou de lutar, nunca deixou de combater o bom combate, nunca deixou de se organizar, nunca deixou de resistir. Isso significa muito para um aprendizado que a democracia brasileira tem de fazer em todos os momentos, mas especialmente neste momento, em que a sociedade aumenta seu grau de divisão, em que a sociedade civil está impactada pelo conjunto de conceitos e de preconceitos que são lançados não só sobre a população negra, mas também sobre outros grupos sociais que estão sub-representados tanto nas instituições como na política.

Dito isso – não vou realmente tomar muito tempo, porque todos conhecem, ou a maioria, minhas posições –, quero dizer que temos de pensar em soluções. Aprendi com Cristovam que nunca a gente deve fazer

uma fala sem pensar em quais são as soluções possíveis. Ele sempre insistia muito nisso comigo. Vou ver se consegui aprender.

Acho que a primeira solução é pensarmos quais são as políticas públicas em que temos de avançar para respeitar a diversidade. A Fundação Cultural Palmares, o Governo Federal, os Governos Estaduais e alguns Governos Municipais têm feito políticas de enfrentamento a isso. A minha pergunta é: será que isso bastou? Será que temos ainda muita coisa a fazer? Creio que sim. A gente deve investir nessas políticas de respeito à diversidade, de construção de pluralidade e, especialmente, de garantia de que a cultura brasileira tenha todas as suas dimensões explicitadas, realizadas e constituídas como forma de fazer cultura e de fazer, inclusive, sociedade.

A segunda coisa – eu ia dizer isto mesmo que o Cristovam estivesse ausente – diz respeito a entendermos o papel da educação, o papel de formação.

(Soa a campainha.)

O SR. MELILLO NASCIMENTO – O Quack dizia que o livro era uma forma de resistência, que o livro era uma forma de proteção na comunidade em que ele morava, na Cidade de Deus, onde ele foi criado. Tenho a certeza de que o livro é a forma de construção de um processo de inserção pessoal, cultural e social da população negra deste Brasil que deve ser reafirmado.

Temos um desafio: não só o de dar acesso a toda a população, a toda a criança à escola, mas o de transformar essa escola num espaço de qualidade, num espaço de respeito à diversidade e de compreensão do papel dos afro-brasileiros na história do Brasil. Não tenho dúvida – todos concordam com isso – de que temos de transformar isso em uma militância permanente. O preço da democracia é a eterna militância. Temos de fazer isso em todos os cantos, todos os dias, todo o tempo da nossa vida.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Melillo.

Passo a palavra agora à Luciana Ramos.

A SRª LUCIANA RAMOS – Bom dia, Senador Cristovam!

Bom dia, todos e todas que estão presentes nesta audiência!

Eu gostaria, primeiramente, de parabenizá-los pela iniciativa da audiência, esperando que este seja o primeiro dia neste ano de uma agenda para a discussão das pautas, das questões relacionadas ao racismo, ao combate ao racismo, ao combate à discriminação racial. O dia de hoje, como o Anderson falou, é um dia que representa uma luta. Historicamente, a gente tem lutado praticamente só, nós do povo negro, nós homens e mulheres negros. Então, este é um dia de luta.

Eu não poderia me furtar a iniciar minha fala contextualizando a questão ou, minimamente, trazendo a conjuntura que vivenciamos. Senão, vai parecer que estamos falando nesta audiência sobre o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial e que o mundo lá fora está acontecendo. Trata-se justamente da democracia, dos direitos dos nossos povos, do direito do nosso povo, conquistado com muita luta, com muito suor, com muitos tombamentos e com muitas vitórias. A gente precisa defender essa democracia, porque são os nossos direitos que estão em jogo, porque é o direito do povo negro que está em jogo.

Então, é importante eu iniciar minha fala, trazendo essa análise, porque a gente não pode permitir que os nossos votos, que a nossa luta, que o nosso suor, que a nossa militância, durante todos esses anos... E não são poucos os anos; desde que a gente está aqui nesta terra, que a gente luta, para sobreviver; que a gente luta, para mostrar a nossa dignidade, a nossa força, o nosso papel, como construtores e construtoras deste Estado brasileiro. É isso que está em jogo.

Então, a gente precisa defender, precisa ir às ruas, precisa mobilizar os nossos vizinhos e vizinhas, porque são os nossos direitos que estão em jogo, são as conquistas que este Governo trouxe para a gente, por meio da luta do movimento negro. A gente sabe que nada é dado, nada vem do céu, mas é conquistado por meio de muita luta, muito suor. A gente conseguiu construir inúmeras políticas, a começar pela SEPPIR. Eu não estaria aqui hoje se não fosse a luta do Movimento Negro em pautar, diante de um governo de esquerda e no compromisso de um governo de esquerda, a necessidade de a gente colocar, dentro do governo, dentro do Estado, uma pasta, um ministério, um lugar que defendesse e construísse políticas sociais para a maior parte da população brasileira, que somos nós negras e negros.

Então, é importante fazer essa primeira fala e salientar também o papel que o Senado tem tido, nos últimos tempos, de sabedoria, de parcimônia, diante desta conjuntura que a gente vivencia, que é uma conjuntura extremamente delicada, com muitos interesses e com muitas manipulações do quarto Poder. E, agora, existe uma disputa sobre quem é o quarto Poder, se é o Judiciário, se é a mídia, se é o Ministério Público, se é uma pessoa isolada do Judiciário. A gente já não sabe mais o que está...

Mas, enfim, o Senado tem se colocado de uma forma sábia, com muita tranquilidade, não tensionando, neste momento, que é tão delicado para a nossa democracia, tão delicado para o nosso sistema político, tão delicado para as nossas vidas... Então, gostaria só de salientar esse papel que o Senado tem desenvolvido, nestes últimos tempos, diante desta conjuntura tão delicada e que nos exige ir às ruas, e lutar, e não baixar a cabeça.

Eu queria também colocar um pouquinho do nosso papel como SEPPIR, como Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Nós somos fruto da luta do movimento social. E, a partir do surgimento da SEPPIR, a gente passa a construir e passa a refletir sobre tudo aquilo que o movimento negro vinha reivindicando, passa a pensar na 1ª Conferência Nacional de Promoção de Políticas da Igualdade Racial; no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial; e chegar ao Estatuto da Igualdade Racial – esses são caminhos e espaços extremamente importantes, porque são esses espaços, são esses instrumentos políticos que forjam a nossa atuação como servidores e servidoras públicas nessa Secretaria.

Atualmente a SEPPIR, como todos e todas sabem, está compondo o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, sob a administração e o comando da Ministra Nilma. E esses institutos são extremamente importantes para nós, porque alicerçam a nossa atuação. E eles alicerçam não só, por meio de instrumentos formais, ou jurídicos, ou políticos, mas nos forjam, porque são instrumentos e reflexos da luta dos diversos segmentos do movimento negro.

E aí é importante a gente salientar que a SEPPIR é uma Secretaria especial que busca articulação dentro de todos os Ministérios, para a inserção da pauta racial. Diante disso, a gente tem algumas políticas que não são política específicas da SEPPIR, mas que contemplam e abarcam a melhoria de vida da população negra como um todo. Então, é extremamente importante a gente salientar, neste momento, o Minha Casa, Minha Vida, que impacta de forma brutal na vida das mulheres negras.

Se, histórica e socialmente, havia uma construção de que a propriedade era sempre masculina, reforçando o patriarcalismo, com o Minha Casa, Minha Vida, isso é revertido, porque a titularidade da casa não vai para o homem, a titularidade da casa vai para a mulher. E muitas mulheres que são contempladas pelo Minha Casa, Minha Vida, principalmente, pela linha básica do Minha Casa, Minha Vida, são mulheres negras. Dentro de toda uma estrutura social que torna desigual a vida e que dificulta a vida, o acesso político, o acesso a direitos da população negra, as mulheres negras são as principais... Eu não gosto da palavra vítima, porque nós não somos vítimas, nunca fomos, sempre fomos muito lutadoras, mas somos sempre o principal alvo dessa produção de desigualdade racial.

Então, salientar o Minha Casa, Minha Vida é extremamente importante, porque ele melhora a qualidade de vida das mulheres negras, juntamente com o Bolsa Família. Podemos falar e gostar ou não, mas o Bolsa Família trouxe autonomia e possibilidades para as mulheres negras, inclusive de enfrentar a questão da violência doméstica. Para nós, isso é extremamente importante no sentido de que é um instrumento que nos possibilita sair de uma história e de uma vivência de violência, de opressão, de machismo. Então, é importante salientar essas duas políticas, porque elas salvaguardam, de forma muito sensível, a nossa vida – nós mulheres negras.

Como bem o Anderson coloca, matriarcais ou não, nós mulheres somos a referência na construção de uma sociedade melhor, porque criamos os nossos filhos e filhas e, para quem não tem filhos e não quer ter, os nossos sobrinhos e sobrinhas. Enfim, nós temos uma dimensão de construção de uma sociedade muito mais digna e muito mais plural por sermos mulheres e por vivermos, historicamente, sendo oprimidas. Então, aprendemos como lutar, sabemos como lutar, sabemos quais são os instrumentos de que precisamos e a que sociedade queremos chegar. Então, isso é extremamente importante de ser salientado aqui.

No que tange especificamente à atuação da SEPPIR, primeiro, há uma primeira grande conquista que é o Estatuto da Igualdade Racial, que direciona e norteia toda atuação do Governo e do Estado brasileiro com relação ao combate ao racismo e à promoção de políticas de igualdade racial, principalmente com relação às cotas, cotas nas universidades, cotas nos concursos públicos. Temos caminhado agora para um avanço com relação a cotas na pós-graduação. Enfim, são ações afirmativas extremamente importantes, porque não só elas têm dado à população negra acesso a espaços que, histórica e socialmente, não foram construídos para nós, como também, principalmente, nos permitem construir epistemologias que nos abarquem e que pensem a nossa realidade, as nossas vivências, as nossas sabedorias.

Só para finalizar, temos também diversas políticas e alguns avanços com relação aos povos de matriz africana, aos ciganos e aos indígenas, porque temos uma Secretaria que trabalha especificamente com povos tradicionais. Temos trabalhado de forma muito intensa junto com a sociedade civil, com os membros do comitê, com o pessoal da Fundação Palmares, na elaboração de um próximo plano de desenvolvimento sustentável para povos de matriz africana. Por sinal, há até uma iniciativa legislativa do Senado, do Senador Paim, que seria importante também resgatarmos, para construímos essa agenda legislativa do Senado com relação a essas pautas, a fim de que possamos, minimamente, avançar.

Há algumas questões que virão, que eu acho que ainda não posso falar, principalmente com relação ao que acontece sobre esse racismo religioso. Para nós na SEPPIR, embora concebamos e saibamos que o conceito e a expressão da intolerância religiosa são uma expressão e um instrumento de luta política dos terreiros, das religiões de matriz africana, sabemos que a intolerância religiosa é uma expressão racista.

Então, a gente concebe isso como um racismo religioso, porque, independentemente de ser uma religião diferente, ela é uma religião de negros e negras, que historicamente também vem sendo considerada como uma não religião ou como algo ruim, coisa do demônio, coisa do diabo, coisa de quem quer que o valha. Coitado de Exu!

(Soa a campainha.)

A SRª LUCIANA RAMOS – Enfim, a gente tem, dentro da SEPPIR, algumas políticas em que a gente tem conseguido avançar. É claro que a gente tem muita coisa para fazer. A gente tem muita coisa para melhorar, muitas políticas para serem iniciadas, mas nós somos uma Secretaria Especial dentro de uma estrutura de Governo na qual a gente tenta, todos os dias, inserir a pauta racial, inserir as demandas, inserir as políticas. É por isso que eu saliento sempre a importância e o papel dos diversos segmentos do movimento negro. Sem vocês nos alavancando, nos dando força, nos dando vida para que a gente possa fazer os embates no dia a dia, dentro da estrutura, a gente não consegue. Então, tudo isso que a gente tem conseguido é fruto de muita luta e de muita participação e compreensão, da importância do movimento negro nesse sentido.

Só para finalizar mesmo, quero salientar a questão da Década de Afrodescendentes, que para nós é extremamente importante. Por quê? Porque a ONU declara uma década em que há uma prioridade, dentro das agências da ONU e para os Estados-nação, em políticas de promoção da igualdade racial e de combate ao racismo. Então, precisamos se apropriar mais disso. Nós, Brasil, temos um plano de ação. Nós, Brasil membro da América Latina e Caribe, temos um plano regional também a ser executado, e precisamos colocar isso na rua, para que possamos, de forma compartilhada, de forma unida com outros segmentos dos movimentos negros dos outros países, avançar nas políticas de promoção da igualdade racial no Brasil e na América Latina e Caribe, como um todo.

Obrigada. Desculpem ter me estendido um pouquinho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Nós que agradecemos.

Passo a palavra ao Rafael Moreira, que é Presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno.

O SR. RAFAEL MOREIRA – Bom dia a todos! Quero parabenizar o Senador Paim e o Senador Cristovam pela audiência, e parabenizar também os nossos amigos Dr. Melillo e Quack por ceder os assentos às mulheres para comporem a Mesa. Agora ficou mais bonita a Mesa. Estão meio desgastados vocês dois. (*Risos.*)

É brincadeira.

Além de representar a Federação de Umbanda e Candomblé, a gente compõe a mesa representando o FDL, que é o Fórum de Liberdade Religiosa do Distrito Federal, e o Foafro-DF também. Eu também componho o Conselho dos Direitos dos Negros do Distrito Federal, aqui em Brasília. Não sei se houve convite para a representação para a mesa, pelo dia importante, mas represento também o CDDN.

Como o Dr. Melillo falou, o MOA aqui representa muito para a gente. O Thiago e toda a composição de uma diretoria que compõe o movimento do MOA, basicamente a maioria, são jovens, e isso vem representando muito bem a nossa sociedade. Quando nós temos as casas de santo, onde a maioria dos seus zeladores são de idade, hoje, no movimento na rua, tanto de santo quanto do movimento negro, são muitos jovens representando. Parabéns, Thiago, pela representação, pela defesa dos negros na sua pessoa!

Vou ser breve também, até para que a gente tenha êxito também na audiência. A Federação vem com um projeto nas escolas, desde 2011, que é a implementação da Lei nº 10.639, que nada mais é do que falar da questão racial e religiosa dentro das escolas. Por mais que a gente dia que a ideia não é levar a religião para as escolas, a gente acaba a inserindo e trabalhando com ela. Nós atendemos, inclusive, nas escolas da rede pública, 60 escolas nos últimos quatro anos. Conseguimos levar para dentro da Prainha, da Praça dos Orixás, como a Luciana falou.

A nossa religião, que não é bem vista, que é do demônio, que é isso, é aquilo, nós conseguimos levar 4 mil alunos para dentro da Praça dos Orixás em uma semana, para conhecer o que é a cultura da religiosidade. E lá, automaticamente, nós falamos da consciência negra. Tanto é que o projeto é Caravana da Igualdade Racial nas Escolas. Foi um projeto bem aceito pelo Ministério da Educação, pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, porém ele não consegue caminhar sozinho, ele depende de apoio financeiro.

Então, neste ano agora, alguns Parlamentares que compõem o FDL com a gente disponibilizaram emendas para que a gente volte para a escola. Assim, a gente volta a atuar com a Caravana da Igualdade Racial nas

Escolas, e aproveito para convidar todo mundo e para indicar escolas também para que a gente possa chegar aonde há essa discriminação maior.

Enquanto membro da religiosidade, eu sou Pejigan da Casa de Mãe Marinalva e sou Ojé da Casa de finado Pai Paiva. Então, é como a Luciana também falou, 70% daqueles que frequentam nossas casas de santo são negros, porque é uma religião que aceitou todos e, quando a gente escuta na rua que não é uma religião, que é uma seita, que é isso, que é aquilo, é só pegar o censo do IBGE de 2010. Nós somos declarados no censo que não somos espíritas, nós somos umbandistas ou candomblecistas. Isso está no IBGE de 2010 e, devido a nossa população ser inserida toda como católica ou cristã, então a gente nunca vai ter uma porcentagem real, porque o próprio trabalho do IBGE é uma pesquisa de amostragem; uma casa representa dez. Então, se eu bater à sua porta e você for da religião evangélica, as próximas dez casas são evangélicas. Então, a gente nunca vai chegar a um contexto real da nossa religiosidade.

Para encerrar a fala, a questão da igualdade racial dentro das escolas é um foco da federação, porque, dentro dos terreiros, nós temos os nossos próprios adeptos. Então, a gente tem de ir para dentro das escolas, ensinar os menores para que eles não tenham as atitudes de muitos pais.

E aí fica o pedido, Senador, para que o Senado possa criar uma cartilha ou algo para dentro das escolas, porque a discriminação está na rua hoje muito com o apoio dos pais. Os seus filhos, os seus jovens têm isso dentro de casa. A gente tem famílias rigorosas ainda que, para eles, negro é empregado. E ponto. Então, há muitas casas aqui, dentro do Distrito Federal, agindo dessa forma ainda. Fica o pedido ao Senado para que a gente consiga entrar dentro das escolas com esse tema mais forte, com implementação de leis que realmente atinjam o público das crianças, dos jovens, que é o futuro de amanhã. E, se a gente não conseguir reverter isso hoje... A história do Deputado Federal Tiririca de que "pior que está não fica", existe sim, pior pode ficar.

São muitos anos de guerra, muitos anos de luta, o Quack mencionou alguns relatos importantes, e a gente não caminhou. Quantas vezes você é atacado na rua? Quantas vezes você, por ser negro, é discriminado no seu dia a dia? Então, o pedido maior: que a gente consiga ir para dentro das escolas, porque o problema está dentro das escolas, não está mais na sociedade adulta.

Obrigado e bom dia a todos. Hoje, como a agenda é corrida, daqui a pouco se despede também da Mesa para os demais eventos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Thiago de Oliveira Sampaio da Silva.

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SAMPAIO DA SILVA – Bom dia! Eu gostaria de saudar o Senador Cristovam e o Senador Paulo Paim pela iniciativa de realizar essa audiência pública. Gostaria de agradecer aos elogios do Dr. Melillo e do Rafael e gostaria de realmente poder ser o que eles me elogiaram aqui, nesta Mesa, sem não decepcionar o meu povo.

Eu faço parte do Movimento do Orgulho Afrodescendente, um movimento novo, que foi criado por iniciativa de alguns jovens para conseguir juntar os seus anseios e realizar projetos juntamente com as outras entidades que já existiam aqui, dentro do Distrito Federal e em algumas cidades também do Brasil.

Pegando o gancho da querida Luciana, que comentou a respeito de uma entidade, de um orixá africano chamado Exu, eu digo que o problema maior, dentro da questão do racismo, é que tudo que vem do negro não presta, tudo que vem do negro está errado. Antigamente, na época da escravidão – eu li até um livro que o querido Senador Cristovam Buarque escreveu a respeito da escravidão –, os negros eram, por serem da cor escura, a parte ruim, o escuro é ruim, o escuro não presta, o escuro é o demônio. Então, ficou marcado esse tipo de preconceito e é o racismo escancarado, trazendo isso até os dias de hoje.

Exu, que é um orixá da África, é considerado uma coisa ruim, mas por quê? Porque vem da cultura negra. Exu, nada mais, nada menos, é um mensageiro dos orixás. Na cultura grega, existe Hermes, que também é mensageiro; na cultura romana, existe Mercúrio, que também é mensageiro; e, na cultura escandinava, existe Loki, que é mensageiro. Por que só Exu é o demônio? Por quê? Eu sei por que: porque é negro, porque Exu é negro. Por Exu ser negro, foi colocado como uma coisa ruim.

Então, temos que entrar na questão de tentar fortalecer as políticas que já existem para fomentar mais a cultura negra, porque estão querendo realmente destruir a cultura negra, tudo o que vem do negro não está servindo para eles, não serve para o restante da humanidade.

O Brasil, por ser um país multinacional, tem que abraçar essa cultura negra, sim, muito mais do que já vem abraçando, com menos preconceito, com mais entendimento do que é, com mais conhecimento. A aplicação da cultura dentro das escolas, desde a base, é indispensável. O trabalho que o Rafael faz, junto com a federação, junto com outro instituto chamado Madeb aqui, no Distrito Federal, são movimentos que precisam ser fortalecidos com iniciativa do governo, porque existe tanta verba deslocada para determinados fins, e esse

caso não está sendo prioridade, está sempre sendo segunda instância. Tem que ser prioridade, a educação tem que ser prioridade, e a educação cultural negra tem que ser prioridade dentro das escolas.

Uma coisa que me irrita muito é a questão de "vamos parar de falar do racismo". Não, não vamos parar de falar do racismo. Tem que se falar do racismo todo dia, toda hora, todo minuto, todo segundo. Não dá. "Ah, é porque quanto mais vocês falam, tudo para vocês é racismo." Lógico! Você ser barrado na portaria aqui do Senado por conta de sua cor é uma atitude racista, ainda por cima por uma pessoa que é negra, que olha para você, que é negro, e fala: "Você não presta para entrar aqui." Faz 1001 perguntas para saber aonde você vai ou deixa de ir, para depois liberar. Se você não tiver na ponta da língua aonde você vai, se titubear, não entra. Isso ocorre tanto aqui, quanto em outras Casas: na Câmara dos Deputados também é assim, na Câmara Legislativa do Distrito Federal é assim e não duvido de que em outras seja da mesma forma.

Infelizmente, estamos vivendo um racismo velado. "Não, tudo bem, entra um aqui, entra outro", mas nunca há uma abertura plena. Estamos sempre sendo tratados como segundo plano. Eu tenho que falar até o nome da minha mãe, a minha árvore genealógica para poder entrar aqui, enquanto eu vejo outras pessoas passando, que não são negras, numa boa. A pessoa nem pergunta para onde vai. Isso eu queria deixar bem claro que não é só aqui no Senado não, isso é em todas as Casas, infelizmente.

Em todos os Poderes, no Legislativo, no Judiciário e no Executivo, nós negros sofremos esse tipo de racismo. E se falarmos que não é racismo: "Não, não é racismo, gente, é só uma segurança". Segurança por quê? Por que quando o branco passa por dentro da portaria não ocorre nada, nenhum tipo de indagação, de interrogatório? Por que quando o negro passa tem que ser interrogado?

Voltando à questão da aplicação cultural, eu creio que, dentro das escolas, necessita-se de uma aplicação mais enérgica, para podermos ter resultados mais à frente, para podermos enxergar o futuro. Se essa lei, que está aí desde 2003, não está sendo aplicada na sua integridade, quando é que vai ser aplicada?

Está ocorrendo um genocídio enorme dentro da cultura negra. Eu sou do candomblé, faço parte da cultura negra e sofro racismo desde quando eu me entendo por gente, por ser negro e por ser de uma religião de negros. Então, vamos viver neste mundo até quando? Até quando nós vamos ver casas sendo destruídas por serem de cultura negra, pessoas sendo perseguidas por serem de cultura negra, e falarem que não existe racismo.

O racismo existe. Nós temos que falar, sim, porque a fome lá na África não vai deixar de existir porque deixamos de falar dela. O genocídio dos africanos, a guerra civil da Síria, entre outras, a fome e a seca no Nordeste não vão deixar de existir porque paramos de falar. Então, temos que falar, sim. Movimento social é isso. Militância é isso. Temos que a todo momento estar lutando e exigindo o nosso direito. Se o direito está constitucionalmente estabelecido, então temos que realmente pedir o cumprimento dele.

Muito me deixa triste esta data porque ela se tornou mundial, porém é uma data que não traz orgulho, como o nosso querido Anderson falou. Ela não traz orgulho. Estarmos aqui discutindo como o Governo ou as áreas que regem o nosso País têm que nos tratar, para mim, isso já devia ter acabado. Realmente nós precisamos que o Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. THIAGO DE OLIVEIRA SAMPAIO DA SILVA – ... as áreas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário executem o que está na Constituição.

O art. 5º diz que todos nós somos iguais perante a lei. Onde está esse art. 5º se estamos tendo que vir aqui para mostrar, indicar quais são as falhas dentro desse sistema? Eu sei que nada é perfeito, mas sempre para o negro é mais difícil. Para o negro, nunca há uma facilidade.

Então, vamos realmente rever. E o pedido que faço é de ajuda mesmo na questão da aplicação da Lei nº 10.639 dentro das escolas, porque eu acho que é lá que nós vamos conseguir modificar um pouco essa cultura racista que está implícita dentro do nosso Brasil.

Obrigado. Bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Thiago.

Eu passo a palavra agora à Dandara Baçã, que é membro do Movimento Negro Unificado (MNU).

A SRª DANDARA BAÇÃ – Bom dia! Eu cumprimento a Mesa, pessoas muito qualificadas.

Esta é a minha primeira fala pelo movimento negro, a minha primeira fala institucional. O MNU me pediu que fizesse uma fala com alguns pontos ainda contundentes sobre o racismo. Para a maioria dos presentes aqui, às vezes, isso é falar sobre o que já se sabe, mas é bom, nesta data, reiterarmos os amarildos e as cláudias que não estão aqui para falar por si mesmos.

Ao mesmo tempo em que comemoramos o acesso pelas cotas ao serviço público, vários programas de acesso à universidade, alguns programas de pós-graduação, algumas iniciativas muito importantes, nós ainda vivemos no momento em que as cotas são um funil, porque quando se chega lá você ainda é negro, você

ainda sofre racismo, você ainda é ninguém. Isso eu vivo, porque sou servidora pública e sei como somos tratados, mesmo passando por um concurso como todos os outros, mesmo mostrando as nossas qualificações. Na ponta do funil, ainda vivemos o preconceito, recebemos esse racismo velado. Parece que você não tem qualificação. Você sempre tem que mostrar que é o melhor do melhor para ser ouvido. E só queremos ser iguais a todo mundo, ter o mérito de qualquer outro profissional. Para sermos ouvidos, temos que fazer milhares de cursos, ter uma qualificação extrema para chegar ao mediano do branco. Essa é uma forma de racismo que é muito dolorosa ainda.

Os negros ainda não estão nas estruturas de poder. Entre os negros, é um entre um milhão, é um Joaquim Barbosa. E isso não me representa. Uma história de sucesso não me representa, porque a maioria de nós não vai viver essa história de sucesso, de superação, uma história totalmente meritocrática. Isso não é representativo do povo negro. Nós somos um povo todo. Não é um que, estando lá, vai dizer que todo mundo pode chegar lá. Isso é uma falácia que tentam nos vender e não representa a nossa luta. Não vai representar nunca os avanços da nossa raça.

Os ministérios ainda não são ocupados. Temos apenas a Seppir. Ainda não temos um ministério com poder aquisitivo alto. Cadê o negro no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, nos ministérios com mais verbas? Cadê o negro nos lugares de maior poder aquisitivo? Na magistratura? Nos acessos a essa forma de ingresso na magistratura, como advogado? Onde está o negro? Não vejo o negro nesses lugares. Eu vejo o negro na magistratura, na aplicação do Direito Penal. O negro está lá, sem julgamento, sem direito a um acesso justo ao Judiciário, sem direito ao acesso à Justiça, sem direito a uma Defensoria Pública, sem acesso ao Direito como um todo. Nós estamos sempre no Direito Penal, nunca no Direito Civil, no acesso ao Direito como um todo.

Na universidade, não vejo também... Como bibliotecária, nunca foi discutido como vamos tratar os acervos para termos, dentro do acervo da biblioteca pública, da biblioteca escolar, da biblioteca universitária, o acesso à literatura negra. A lei de acesso à história do povo negro nunca foi contemplada nos cursos de Biblioteconomia do País inteiro. Então o bibliotecário não é orientado para formar um acervo para a diversidade. Ele é uma pessoa que vai formar o seu acervo conforme as suas características pessoais, geralmente eurocêntrico, branco. Então os acervos de nenhum lugar... Você pode procurar em qualquer biblioteca pública de Brasília, mesmo em biblioteca modelo, você não vai encontrar os livros que poderiam contar a nossa história.

Então a nossa história é negada, a nossa história é rasgada como um nada. Podemos encontrar nos livros muitas histórias de pessoas brancas, de heróis brancos. Quando houver um herói negro, vai sempre estar pintado de branco, assim como Machado de Assis está pintado de branco até hoje.

Outra privação nossa de acesso é o registro em cartório, que ainda é vergonhoso no Brasil. Se você for registrar o seu filho com nome africano, o registrador pode simplesmente dizer que esse nome é vexatório conforme os seus critérios pessoais. Você tem que suscitar dúvida para que possa ser registrado da forma que você entender, da forma como quiser exercer a sua religiosidade, para exercer a sua cultura. Você tem que suscitar a dúvida para poder registrar.

Há um crescimento da estatística. Isto também está registrado no mapa da violência: o crescimento da estatística de mulheres negras que foram mortas. Há um recorte racial entre a juventude negra e as mulheres negras.

Quais são as raízes desse recorte racial? Será que é simplesmente por falta de educação? Será que a negra não teve acesso ao conhecimento para se defender? Não se armou de estruturas? É um problema muito complexo, fruto do racismo. Podemos vasculhar para ver que tivemos um acesso muito maior à educação, à educação formal e à educação como um todo, mesmo assim ainda somos a maior vítima do feminicídio, do homicídio.

Por fim, o genocídio da população negra de que o Thiago também lembrou, nós somos ainda o alvo; como também a Luciana falou, nós não somos a vítima, somos o alvo.

E por que nós somos e seremos sempre o alvo? Por que nós precisamos ser dizimados? Por que tem que ser eliminado o negro? Por que têm que ser "esclarecidas" as coisas? Não, vamos "enegrecer" as coisas! Vamos "escurecer" tudo isso. Porque é o nosso lugar, o nosso lugar é este País, que nós construímos. E este País está sendo negado para a gente até hoje.

Então, essa era a minha fala.

Obrigada por me ouvirem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado por sua fala, Dandara.

E passo a palavra a Janaina Bittencourt. Ela é Coordenadora da Promoção de Políticas de Igualdade Racial da Secretaria de Igualdade Racial do Distrito Federal.

A SRª JANAÍNA FERREIRA BITTENCOURT PEREIRA – Bom dia a todas e a todos.

Eu estou aqui representando a Subsecretaria de Igualdade Racial. O Subsecretário Victor não pode participar porque hoje é um dia de muitas agendas, mas eu fico feliz por estar compondo esta Mesa. Eu acho que é uma oportunidade de a gente poder fazer este momento de aproximação entre os Poderes, entre as diversas instâncias no âmbito distrital e federal ,e, principalmente, com a sociedade civil.

Essas pautas de igualdade racial de Governo foram criadas e são mantidas efetivamente pela participação da sociedade civil. É a militância que criou isso e que vai fazer com que se garanta a efetividade das políticas, que são transversais. Então, eu acho que o importante é a gente entender, primeiramente, que as políticas relacionadas às temáticas raciais e aos seus desdobramentos, que seriam, por exemplo: se a gente falar na questão do racismo religioso, entender que, na vida das pessoas negras, o racismo incide na vida das pessoas negras de tal maneira que o racismo é uma condicionante, é uma variante importantíssima em todos os aspectos da vida. Então, a gente não está falando apenas de políticas de ação afirmativa, por exemplo, que garantam o acesso à universidade, ao mercado de trabalho. A gente fala também de outras questões mais cotidianas da vida, como habitação, por exemplo; como direito a transporte público, à locomoção; como direito à cidade, como iluminação pública, porque, se eu moro em uma periferia que, além de ser marcada pela pobreza e pela ausência efetiva do Estado, ela, ainda por cima, é escura e não tenho um ônibus que me deixa na porta da minha casa, eu estou ainda mais vulnerável dentro do que é esse nosso contexto de insegurança pública, insegurança urbana, que, por diversos motivos, ao longo dos anos, vem preferindo as pessoas negras. Nós somos o principal alvo.

Eu acho que o importante é a gente ter em mente que todas as ações relacionadas ao bem-estar, à melhoria da qualidade de vida da população negra precisam ser entendidas de forma muito holística. Então, é, de fato, um avanço que os movimentos sociais tenham conseguido garantir a existência de uma secretaria que, enfim, já mudou de configuração algumas vezes, isso no âmbito do Distrito Federal, mudou de configuração algumas vezes. É um avanço, mas, ainda assim não é tudo e talvez não seja a metade da luta. A gente tem que conseguir pensar na forma de "capilarizar" as ações, as demandas, entre outras áreas. O Estado não pode ter o receio de assumir que, sim, tem predileções racistas e que tem posturas racistas, e que isso não é demérito de nenhum governante específico, isso é uma lógica do Estado que funciona assim há 500 anos. Nós chegamos aqui numa situação de exceção, a população negra vive um estado de exceção desde sempre, e eu acho que assumir essa condição é um primeiro passo na construção de uma sociedade mais igual.

A gente não tem como falar de equidade sem entender as desigualdades a que as pessoas estão submetidas por causa das suas subjetividades. Então, entender que as populações negras precisam de política específicas em diversas áreas é o passo fundamental para construir essa melhoria da população negra.

E eu queria colocar também que, enfim, o dia de hoje é suscitado por um evento que aconteceu na África do Sul em que, por mais que seja um país com várias etnias, o contexto que estava posto ali era o de se seria possível colocar isto, um binarismo racial. Uma disputa, uma situação de opressão extrema entre pessoas brancas de origem europeia, que eram a menor parte da população, uma percentagem baixa da população, mas que, por deterem o poder econômico, o poder de fogo, o poder bélico, oprimiam a população originária, a população negra daquele local.

E a data ficou internacionalizada, foi um avanço também na questão de discussão dos direitos humanos como um todo. E para o Brasil, pelo menos no âmbito distrital, a gente suscita essa data também para falar não apenas da opressão a que a população negra está submetida, mas quando a gente coloca a questão da discriminação racial, a gente traz à tona também a questão a que a população cigana, a que as populações indígenas estão submetidas, por mais que o contexto originário tenha sido um embate na África do Sul.

Outra coisa que a gente precisa pensar é que se nosso País, que é tão plural e que sempre foi, tendo a ressalva de não exaltar essa diversidade, porque a gente sabe em que contexto essa diversidade foi promovida, por que quando a gente coloca a questão étnico-racial ainda há tanta resistência? Afinal de contas, o que está posto no imaginário da população? Nós não somos racistas ou nós não queremos assumir esse racismo para não fazer a repartição do bolo entre todas as partes? Quando a gente coloca que os movimentos sociais são os responsáveis pela criação das pautas, trata-se do movimento social organizado, mas a maioria da população é negra. Quando a população negra se der conta de que tem o poder de transformar os contextos, os cenários a seu favor, aí sim, vai haver uma efetiva mudança na nossa qualidade de vida.

Está posto que os aspectos do racismo que impactam na vida de todo mundo independem de condição social. Então, a gente está falando basicamente, por exemplo, sobre isso que o Thiago falou agora, ou seja, a questão do acesso. Quando a gente tem um acesso limitado dentro de uma institucionalidade – não estou falando apenas do Poder Público, mas também dos espaços privados, onde nosso poder econômico deveria contar alguma coisa e mesmo assim ele não conta –, percebe que nós estamos, sim, num estado de exceção para a população negra e para as populações que vivem uma situação de discriminação racial. Essa suposta dificuldade de entender quem é branco e quem é negro acaba no momento em que um corpo negro precisa

adentrar qualquer espaço privilegiado, qualquer espaço que que seja garantido pelo privilégio econômico, pelo privilégio de *status*.

E nesse sentido é muito importante que todas as pessoas estejam muito atentas aos seus direitos, que, independentemente da corrente política ou ideológica a que se seja afeto, é importante conseguir dialogar com o Poder Público, conseguir dialogar com o Estado. As pautas foram criadas a partir de muitas lutas, de anos de luta. O Movimento Negro vem se organizando no Brasil há muitos anos, há séculos e é possível dizer que talvez depois de 40 anos as lutas ficaram mais coesas e conseguiram culminar na criação de uma institucionalidade no governo, no Estado, tanto Federal como distrital, o que é uma primeira resposta às desigualdades sociais criadas pelo racismo, mas que ainda assim carece de um aporte de recursos, de um aporte de vontade mesmo das outras áreas do Governo. Isso tem que ser fiscalizado pela sociedade civil. É o movimento social que vai fazer com que as pautas sejam garantidas.

Acho que a nossa principal reflexão hoje é justamente como é possível garantir o diálogo entre a sociedade civil e governo, trazer à tona os diferentes aspectos do racismo. No Distrito Federal, por exemplo, houve, no mês de janeiro, a criação da delegacia – não me lembro do nome agora, porque ele é bem comprido – voltada à investigação de crimes de intolerância religiosa também, além de outras coisas, depois de uma série de fatos, depois de uma série de ataques às comunidades de terreiros, comunidades de matriz africana e ameríndia. Só no ano de 2015 vários ataques foram registrados e que vieram a público, fora os outros que a gente sabe que não são registrados por motivos diversos, fora os outros que são descaracterizados como intolerância religiosa e que acabam passando por briga entre vizinhos, acabam passando como vandalismo, como uma série de coisas. Tudo isso fora todos os anos de ataques e de total incapacidade das pessoas de registrarem aqueles crimes e do Estado de acolher devidamente a queixa sobre aqueles crimes. Então, tivemos em janeiro a criação dessa delegacia que se constituiu em mais um avanço que vem sendo há muito tempo pautado pela sociedade civil e que é um ...

(Soa a campainha.)

A SRª JANAÍNA FERREIRA BITTENCOURT PEREIRA – ... grande avanço em termos de política, mas que por si só não funciona.

É preciso que a sociedade esteja junto com dos governos para pautar demais ações, ações de proteção, ações relacionadas principalmente à constituição do direito de defesa e de plena existência e segurança das pessoas na sociedade. Não precisamos apenas de uma instância que acolha as denúncias depois que a agressão aconteceu, mas precisamos que estejamos protegidos na nossa pessoalidade, na nossa subjetividade.

Em relação aos diversos aspectos que o racismo nos causa, porque somos pessoas negras, de pele escura, de atributos que nos identificam como pessoas negras, mas também, às vezes, do racismo religioso ou da questão da indumentária. Enfim, o ideário racista foi muito sofisticado em identificar o que é negro e o que não é negro, o que é passível de aceitação e assimilação e o que será rejeitado.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Janaína.

Vou dar a palavra a quatro pessoas que se inscreveram, mas antes que fazer uma pequena consideração, porque vocês já podem até falar em cima do que vou colocar.

Dizendo antes que não estava previsto para eu estar aqui, quando o Paim me ligou, já tinha compromisso, e esse compromisso é que, às 11h começa uma sessão solene, que devo estar presente. Não quer dizer que eu vá sair daqui, interromper isso daqui às 11h para estar lá, de jeito nenhum, mas só para dizer que precisamos apressar.

Todos aqui falaram perfeitamente dentro do tempo, ninguém excedeu, mas quero dizer o seguinte: primeiro, da satisfação de ver que o século XX trouxe uma coisa correta, que foi a preocupação com as minorias, com os direitos específicos de cada grupo, inclusive aqueles que são maioria, como as mulheres; no Brasil, até mesmo os negros, isso a gente vê na definição da cor de uma maneira mais ampla, mas avançamos muito pouco ainda na quebra do preconceito, pouquíssimo. Temos avanços, mas não temos saltos, e a gente não pode se conformar com o avanço.

Tenho esse defeito, não me conformo com o avanço. Se estivesse no século XIX, não me conformaria com a Lei do Ventre Livre nem com a Lei do Sexagenários nem diminuir o número de chicotadas. Houve gente que se contentou, eu ficaria como abolicionista. E precisamos ver o problema da discriminação nessa perspectiva da solução, da quebra dessa vergonha. E aí as cotas são necessárias, mas absolutamente insuficientes, assim como as bolsas também.

Temos que avançar e avançar é educação igual para todos; avançar é a educação, o acesso à educação, não ser definido por renda, raça, local onde habita. E perdemos essa perspectiva de lutar para que o filho do

pobre estude na mesma escola do filho do rico, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão, o negro na mesma escola do filho do branco. Perdemos isso! Nós nos contentamos, por exemplo, com as cotas. Fui um dos primeiríssimos a defendê-las, ainda nos anos 80, como também as bolsas, sem querer ser pretensioso, inventei isso com a Bolsa Escola. Mas já dizia que era para durar certo número de anos, porque ou a gente faz com que bolsa seja desnecessária – enquanto um precisar, tem que haver – ou fracassamos, mesmo as cotas.

Já discuti muito isso, inclusive com o Frei David. Sinto que, depois de conquistar as cotas, o movimento negro se acomodou, temos treze milhões de analfabetos, a maior parte negros, e não vejo o movimento negro brigar, cercar este Congresso para que a gente tenha um programa de erradicação do analfabetismo. Não vejo a luta para que, na disputa no vestibular, todos cheguem nas mesmas condições, e aí nem mais de cota se precise, até lá tem que ter cota, especialmente racial, porque estamos pagando uma dívida. Agora, por que isso? Porque não dá mais para continuarmos colocando a culpa do racismo brasileiro na escravidão, realmente foram 350 anos, mas já faz 128 anos da abolição, 127 anos da República, e tivemos avanços, mas não saltos.

O salto é o que toda República decente tem: escola igual. O conteúdo pode ser até diferente conforme a região, conforme certas características, conforme o próprio professor, mas a qualificação do professor, o salário do professor, as exigências ao professor, a qualidade do prédio, os equipamentos que usam e o tempo de ficar na escola não só em horário integral durante um dia, mas até o final do ensino médio têm de ser os mesmos.

A gente lutou muito e conquistou que alguns negros entrem na universidade, mas não lutou ainda para que todos os negros terminem um ensino de qualidade com a mesma qualidade dos filhos dos outros, dos brancos, dos ricos. Tem-se que trazer essa luta para cá, porque a discriminação vem, sobretudo e não só, dessa característica de existir uma elite e uma massa. E, no mundo de hoje, sobretudo, a elite vem pela quantidade de conhecimento que você tem. A herança material ainda influi, mas cada vez menos. Cada vez mais, o filho do rico que não estudou vai ficar pobre; e o filho do pobre que estudou vai ficar na elite.

Na África, não há preconceito racial, mas há discriminação por grupos étnicos. E, quando se vê, é porque um grupo étnico chegou à elite dirigente do País e deixou de fora outro grupo. Negros em cima e negros embaixo, mas preconceito e discriminação como a gente viu na guerra civil longa – como se chama o país? Tem uma que durou mais. Ruanda e Burundi. Ali todos eram negros, mas havia preconceito forte. E esse preconceito vem de chegar ou não à elite dirigente. Médicos, engenheiros, poetas importantes. Quando isso fica distribuído racialmente e pela origem social, os preconceitos vão se quebrando.

Eu estive, ontem, muito cedinho, às 7h – às 8h já estava começando –, uma palestra numa cidade do Espírito Santo que fica perto de Vitória e vi uma camisa que queria que vocês vissem. Cariacica. Mandei passar... Vai conseguir mostrar? Uma professora, quando eu vou saindo, me deu um abraço. Olha a camisa dela. Dá para vocês lerem? Dá para ler, ou não? "A casa grande surta quando a senzala aprende a ler." É assim que se derruba o muro. A abolição virá daí. Temos que comemorar a Lei da Abolição como um avanço, mas não como um salto na queda da discriminação; um avanço que proibiu uma coisa absurda: pessoas sendo vendidas, pessoas no trabalho forçado. Mas jogamos no desemprego, jogamos na pobreza, porque não demos a educação igual para todos.

E, quando eu ouvi o Anderson falar sobre a história do livro protegendo... Anderson, eu não sei se você tem consciência de que isso é uma metáfora maravilhosa. Eu vou usar isso, citando você, obviamente. É uma metáfora. Eu usei o livro para me proteger. Proteger no sentido ali até físico de agressões, de maus-tratos, mas ele tem um significado muito maior de emancipar. Eu usei o livro para me emancipar. A proteção é o primeiro passo. Essa luta tem que ser levada adiante. Eu cobrei muito do Frei David, que foi um líder, de quem eu gosto muito. E a escravidão? Desculpe. Aliás, é o mesmo. Não errei. E o analfabetismo? Eu chamei de escravidão, mas não está errado.

Aliás, digo outra coisa: nessa mesma viagem, não lá em Cariacica, mas em Vitória, o prefeito tem um programa de tirar população da rua e dar alternativas. E há gente que é contra, porque há gente que defende o direito de a pessoa ficar na rua. Eu acho que não se deve tirar forçadamente, mas deve haver um programa para que não fique ninguém. Ele dizia que, uma vez, encontrou um deficiente tão deficiente que andava com as pernas e os braços, esse defeito que alguns têm que talvez seja o mais humilhante, mais humilhante do que ficar numa cadeira de rodas. Esse homem procurou o prefeito nesse programa, e o prefeito perguntou: do que você precisa? Cadeira de rodas, não sei o quê... Ele disse: "Não, eu preciso quebrar a discriminação que eu sofro.

Eu preciso quebrar a discriminação que eu sofro, eu preciso aprender a ler.

Esse homem disse: "O preconceito que eu sofro é maior por não saber ler do que por ser deficiente físico com tal gravidade." E é mesmo. E ele encontrou outro que tem um problema de alfabetização, uma mulher que disse: "Eu quero sair de casa, eu não consigo sair de casa enquanto não aprender a ler porque não sei o ônibus que vou tomar, eu não sei como ler o nome das placas das ruas." Então a educação, a meu ver, quando for igual para todas é que a gente vai fazer com que a discriminação comece a quebrar.

Posso estar exagerando aqui, mas eu acho que não há discriminação racial em Cuba e Cuba teve escravidão por tanto tempo quanto o Brasil, mas já faz 60 anos que filhos de todas as famílias estudam na mesma escola, algumas podem até discutir se há ou não doutrinamento na escola, mas é igual. Foi a educação que libertou, é a educação que liberta, mas ela não liberta na universidade; ela liberta na educação de base, permitindo que se dispute igualmente para chegar à universidade e desempenhar igualmente na universidade.

As cotas são necessárias, mas não são suficientes. Eu tenho impressão que aí haja um viés de classe dentro do movimento negro. Como o movimento negro, de qualquer maneira como todo movimento, de certa maneira, tem um pouco de pessoas que já estudaram até o ensino médio, até de origem melhor, até de famílias negras que estudaram, aí terminaram concentrando a luta na universidade e que foi correto do ponto de vista estratégico, mas insuficiente.

A primeira coisa que eu queria pedir é que, na luta pela discriminação racial no Brasil, a gente defenda educação igual para todos. Não nos contentemos com piso salarial, que é um projeto de minha autoria, mas é pouco. Tem que haver uma carreira nacional do magistério e o conteúdo também tem que ser um conteúdo que traga a indignação com as injustiças, tolerância de todas as formas: religiosas, raciais, de gênero, de opções sexuais. Todas! E o Rafael tocou nisso quando ele falou que o problema está dentro da escola e está dentro de duas maneiras: uma é, estando fora e não entrando na escola. Então, isso já é um corte; e a outra é estando dentro ensinando coisas erradas. E, aí, a escola termina reproduzindo a discriminação. Deve-se mudar o conteúdo.

Por exemplo, entrar na universidade, mas a universidade que só serve ricos termina sendo igual. Aliás, eu gostei quando discutiu-se que não basta um de nós entrar na universidade, é preciso todos tendo o direito de disputar e entrar lá porque 100% de todos, ou seja, 100% não entra na universidade. De qualquer maneira, a universidade é um lugar que alguns querem, a que alguns se dedicaram para entrar, mas têm que ser todos com as mesmas condições e a gente não está fazendo isso. E uma prova de que falo isso e, aí concluo, é que não estou vendo um movimento forte de vocês na na defesa da Universidade Zumbi dos Palmares e quero entender se há alguma razão.

A Universidade Zumbi dos Palmares é uma das coisas que eu acho mais bonitas que aconteceram. Há cota para branco, tem 10% de aceitação de branco – eu já fui lá visitar – é uma coisa maravilhosa e você sente que não está no Brasil quando chega lá, todos negros na universidade, aqui e ali, um pinguinho branco. Pois bem, estão pedindo o prédio da Zumbi dos Palmares, estão tomando a universidade, vai fechar a universidade depois de, se não me engano, 15 anos. Eu até já sugeri que o Reitor José Vicente recebesse o Nobel da Paz pelo que fez na formação. Não vai acabar a discriminação porque não tocou na educação de base, mas está fazendo o papel dele.

Dito isso e mostrando essa camisa que, para mim, foi ontem, mas me toca ainda e eu acho que deveria ser um símbolo para todos nós. Claro que, tanto senzala, quanto casa grande, como ler ali está metaforicamente. É muito mais do que casa grande, é muito mais que senzala e é muito mais do que aprender, mas essa mulher me deu uma alegria imensa, Glorinha é o nome dela. Eu sei porque o celular dela não funcionou, eu fiz a foto no meu, mandei para ela por *e-mail* na hora. Deixa eu fazer a foto e eu lhe mando. Ela me deu um despertar incrível essa frase aí, parece que ela disse o que eu venho pensando há tanto tempo e não sabia dizer e ela entendeu com essa frase.

Ela disse que foi ela quem criou a frase, nem importa mais.

Dessa frase é que se precisa. A gente tem que fazer a casa grande não apenas surtar; ela tem é que aceitar. E negar a existência de casa grande e senzala. O projeto deve ser esse: não é dar direito à senzala; é fazer com que não haja senzala. Não é apenas surtar a casa grande; é fazer com que não haja casa grande. E aí, não é só aprender a ler. É muito mais que isso: é ter a educação com a mesma qualidade.

E outra coisa, gente: a gente está tão viciado no Brasil que as pessoas acham que isso é impossível, que isso é um delírio ou demagogia. Mas a maioria dos países minimamente com economia já fizeram isso. Esse negócio de escola boa e escola ruim, não existe esse conceito na maioria dos países de renda média para cima: ou é escola ou não é escola. Nós nos viciamos tanto que existe escola boa e existe escola ruim. Até quando isso? Escola só é escola quando é escola. Escola ruim não é escola porque não é escola e porque é ruim.

Bem, mas dito isso e levando em conta que eu vou ter que estar lá no plenário para uma sessão solene que vai haver, eu vou passar a palavra, nessa ordem: Maria Helena Garcia Leal, que é Diretora Executiva do Sindicato dos trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo; Fátima Barros, que é militante da Articulação Nacional de Quilombo, Liderança Quilombo Ilha de São Vicente, em Tocantins; Célio Izidoro Rosa, Quilombo Raça e Classe Minas Gerais; Gabriela da Costa Silva, Coletivo Raízes da Liberdade.

Eu passo a palavra à Maria Helena.

A SRª MARIA HELENA GARCIA LEAL – Bom dia a todos e todas. Cumprimentando a Mesa, fazer uma referência especial às mulheres da Mesa – Luciana, Dandara e Janaína –, pela passagem agora, no mês de março, do Dia das Mulheres.

O Ministro iniciou a sua fala fazendo a referência aos mortos do dia 21 de março de 1960, quando ocorreu o massacre na África do Sul. A ONU instituiu essa data em memória daquela tragédia, instituindo o Dia Internacional da Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Ali morreram 69 pessoas, como o senhor informou, e mais 186 ficaram feridas. Esses dados são muito inferiores ao massacre que se faz aos jovens negros, que morrem nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Não obstante as ações propostas pelos organismos internacionais – a ONU, a OEA –, a letalidade que o racismo traz no Brasil – e esses dados são de 2012; nesse levantamento, entre 30.000 jovens assassinados, 77% são negros, o que equivale a 82 mortos por dia; então, ser preto, ser pobre e morar na periferia dessas cidades brasileiras é correr risco de vida, é estar propenso a integrar o mapa da violência no Brasil.

Eu estou na direção do Sintrajud, que é o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal em São Paulo e sou servidora aposentada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. E, aduzindo aos dados que a Dandara apresentou, eu queria passar um dado pessoal: que, durante toda a minha vida laboral nunca tive um chefe, um diretor negro. E vi durante...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA HELENA GARCIA LEAL – ... essa minha passagem no meu trabalho, os negros e as negras serem lotados nos lugares mais invisíveis, nos lugares onde o trabalho é mais penoso, onde o trabalho não traz uma condição de você acrescentar nada a sua formação.

E queria também salientar a questão do negro e da negra no acesso à Justiça. O Judiciário – e me permitam ler um dado aqui de uma publicação, "Na lei e na raça", de Carlos Alberto Medeiros, em pesquisa de Sérgio Adorno. É um dado bem breve, peço licença para colher aqui no livro:

> [...] réus negros [e negras] tendem a ser mais perseguidos pela [...] [violência] policial [...] [réus negros e negras experimentam] maiores obstáculos no acesso à justiça criminal e [...] maiores dificuldades de usufruir o direito de ampla defesa, [assegurado pelas normas constitucionais vigentes].
> Em decorrência, [réus negros e negras] tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, [representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos.]
> Eu fui servidora do Tribunal Regional Federal, aposentei-me há 12 anos, milito agora no Sindicato e não vi essa situação ser modificada e assim concluo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado, Maria Helena. Temos tido avanços, mas, de fato, a gente não modificou ainda, não quebramos as estruturas e eu insisto, só vamos quebrar pela educação igual para todos.

E passo para Fátima Barros.

A SRª MARIA DE FÁTIMA BATISTA BARROS – Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Luciana Ramos, que é uma pessoa que eu já conheço.

Eu sou Fátima Barros, sou quilombola, sou da ilha de São Vicente, sou filha de Vicência Barros, sou neta de José Henrique Barros, sou bisneta de Julião Barros, sou tataraneta do Henrique Barros.

Então, aqui eu não venho sozinha, eu trago toda a minha ancestralidade, toda a minha história para fazer uma denúncia neste espaço. Uma denúncia do que as comunidades quilombolas têm sofrido ao longo desses anos, de séculos de exploração, de séculos de negação, de espaço onde a caneta do doutor dói tanto quanto o açoite dos feitores que tem tirado o nosso direito de vida, de moradia e de permanecer nos nossos territórios. E não abrimos mão de usar todos esses espaços conquistados, para fazer essas denúncias. E realmente é o momento que eu trago com muita indignação, porque quando a minha comunidade, uma comunidade certificada pela Fundação Cultural Palmares, desde 2010, uma comunidade com RTID publicado, desde 27 de fevereiro de 2015, essa comunidade recebe de um juiz uma ordem de despejo.

Então, aqui não temos motivo realmente para comemorações, nós temos motivos para indignação. Indignação e lembrar a todos no momento em que esses magistrados esquecem tudo o que são conquistas dessas comunidades.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DE FÁTIMA BATISTA BARROS – Quando se esquecem do art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal deste País que diz da obrigatoriedade do Governo Brasileiro de titular nossos

territórios, quando se esquece da Convenção nº 169, quando esquece da 10.639, quando nega nosso direito de vida, nosso direito de posse, em nome de uma posse de quem se diz dono de uma comunidade em que o nosso território está ocupado desde 1888 e vem quem chega na década de 90 e se diz dono. E tem magistrado que não faz uma audiência pública, que não vai na comunidade, que assina uma ordem de despejo contra a gente e pensa que ficaremos calados. Não nos calaremos, nunca!

Esses são espaços que nós utilizaremos, sim, para denunciar, para falar do nosso direito, mas não falo somente do direito ao território, falo do direito à vida, falo de tantos amigos que perdi nessa luta. Falo de Flaviano, morto no charco, ninguém foi punido por esse assassinato. Falo do Antônio, um líder, uma liderança quilombola do Maranhão, que após 10 dias de greve de fome, após 40 dias, infartou e morreu na luta. Falo de todo o nosso sofrimento, trago aqui a minha indignação mesmo.

Se querem saber, estamos sofrendo nos quilombos, temos tudo o que é nosso por direito negado. Temos nossas crianças exploradas em Cavalcante, nas portas de Brasília e ninguém toma conhecimento e ninguém toma uma decisão para punir os culpados.

Falo do Quilombo Machadinha, onde as pessoas estão morrendo envenenadas.

Morrendo por quê? Morrendo em razão de produtos utilizados na mineração, de metais pesados, com lideranças escondidas, ameaçadas de morte.

Falo do Rio dos Macacos, que, desde 1972, vem sendo ameaçado, impactado. Falo de liderança apanhar e morrer. Falo de ver o pai lá infartado.

Então, nós falamos, sim, com indignação. Falamos, sim, desse abandono. E não falamos só de quilombola, mas falamos também de indígena.

Como estão, no Mato do Grosso do Sul, as lideranças na beira da estrada, sendo alvo de tiroteio todos os dias? E a Comunidade Gamela, no Maranhão? Todos os dias, o acampamento recebe tiroteio. Falo do conflito do Quilombo Cruzeiro.

Então, eu trago aqui todos esses conflitos para que não digam que não sabiam, para que não sejam omissos. Entendam que nós estamos passando por um momento de conflito no campo, sim. Por quê? Por uma opção de modelo de desenvolvimento que não se importa com as comunidades tradicionais, que não se importa se estamos vivos ou mortos, se vamos cair numa vala rasa, porque quem vai chorar é a minha mãe, quem vai chorar são os meus irmãos, são os meus sobrinhos. Mas saberão que eu lutei, saberão que não me acovardei, saberão que não me calei.

Eu sou uma banto, sou uma mulher negra, sou uma mulher que não temo pela minha vida e não vou me calar.

Quero que saibam que, hoje, estou aqui com indignação mesmo – estou com indignação –, mas sei que temos feito uma caminhada e vou continuar na caminhada. Não me calarão! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Fátima, felizmente, há gente como você que não se cala. Conte com a gente para estar por perto.

A SRª MARIA DE FÁTIMA BATISTA BARROS – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não sei o que posso dizer e oferecer-lhe, além de transmitir o seu discurso, que todo mundo está vendo e que eu espero que a televisão passe outras vezes. Mas conte com a gente!

Quero lembrar que você usou uma frase que também é uma dessas que eu vi naquela camisa. Você disse: "A caneta é o açoite do doutor" – feitor dos engenhos de hoje. Essa frase é muito forte e mostra a necessidade da educação. A gente tem que tomar o açoite das mãos dos doutores. Na hora em que todo mundo tiver açoite, ninguém vai usá-lo um contra o outro. A gente queima todos. Mas, enquanto alguns tiverem açoite e outros não, continuaremos na mesma desigualdade, no mesmo sofrimento, embora de formas diferentes. Parece que não dói o açoite-caneta, mas, às vezes, dói mais do que o açoite de verdade, porque a dor do açoite de verdade dura naquela hora e pode passar, e o outro dura anos e anos e anos.

Célio Izidoro Rosa.

O SR. CÉLIO IZIDORO ROSA – Bom dia.

Eu faço parte do movimento Quilombo Raça e Classe, em Minas Gerais.

Quero dizer, depois da fala da Fátima, que, infelizmente, a vida dos trabalhadores, principalmente do povo negro, das mulheres, do povo que sofre homofobia não é fácil. Infelizmente, não é fácil numa sociedade que é capitalista e que precisa de ver o sofrimento do outro para beneficiar poucos.

O desafio que está colocado para nós, principalmente o povo negro, os trabalhadores que sofrem no dia a dia com jornada exaustiva de trabalho vendendo sua mão de obra, é que saiam do seu gueto, saiam da chibata da casa grande, seja do lar, que são as mulheres ou as domésticas do povo negro, que estão ali, ilhadas, achando que dias melhores virão, que venham para a luta.

Porque nós estamos em uma sociedade, fomos postos aqui, a meu ver, com um desafio: como romper, como terminar com a sociedade que explora, que cada vez mais destrói o povo trabalhador, que na sua maioria são negros, mulheres que sofrem.

Toda iniciativa que se traz para esta sociedade é justa para que a gente possa de fato vencer e estar lutando. Não sei se vai ser ainda comigo em vida, mas pelo menos a semente se está plantando.

(Soa a campainha.)

O SR. CÉLIO IZIDORO ROSA – Quero, para finalizar, dizer o seguinte: como trabalhador, faço parte do Judiciário de Minas Gerais. Sou dirigente sindical e, como trabalhador e socialista, vejo que nós estamos vivendo um ataque ferrenho às bandeiras vermelhas. O vermelho significa, como diz a Andréa, que companheiros tombaram na luta e deram sangue, e nós não podemos deixar que destruam esse vermelho, que representa, é um símbolo desses companheiros que deram sangue. O sangue é o símbolo da luta. Nós não podemos deixar que oportunistas destruam essa bandeira, que vem há anos. Já estou na luta há 35 anos, conheço a história das revoluções, e nós, que estamos plantando o socialismo, queremos construir uma alternativa.

Por isso, como dirigente sindical, faço um chamado para que a gente possa construir o dia 2 de abril como uma alternativa que acabe com todo tipo de corrupção, com todo tipo de falácia, em nome dos trabalhadores.

Então, finalizo dizendo isso. Vamos resgatar a nossa história, a história de luta do povo negro, do povo trabalhador e das mulheres que tombaram, e vamos de fato trazer a luta verdadeira, a luta dos trabalhadores, que até este momento ainda não se pôs como cenário. Acho que é o desafio que está colocado: trabalhador, venha à luta! Vamos aparecer no palco dessa luta! Vamos ser os atores verdadeiros de transformação dessa sociedade.

Obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Passo a palavra, agora, a Gabriela da Costa Silva.

A SRª GABRIELA DA COSTA SILVA – Bom dia a todas e a todos os presentes.

Depois dessas falas da Mesa e da Fátima – sinto-me totalmente contemplada –, eu queria fazer alguns apontamentos que, a meu ver, são bem cabíveis.

Primeira coisa. Eu ouvi uma palavra: "contentes"; que a população negra está "contente" com as cotas, com as migalhas que nos foram cedidas depois de anos de luta, não só minha, como de todos os meus antepassados. Eu não estou contente! Não há ninguém aqui contente! A Fátima mostrou, esclareceu para todo mundo que não está contente com o que está acontecendo. Ninguém está contente. Precisaram passar tantos anos para a ONU olhar e falar: "agora, vamos fazer a década do afrodescendente"? E, assim... Políticas para o futuro? Há pobres morrendo na periferia. O genocídio à população negra está acontecendo todos os dias. Eu quero saber quais serão as políticas públicas para já, urgentes. Às vezes, é preciso descer do nosso privilégio, sair da nossa bolha e ver o que está acontecendo lá fora. Isso é muito importante. Muito importante!

O acesso à universidade é só mais uma das pautas de que a gente precisa falar. O racismo institucionalizado... O que o Thiago falou, sobre ser barrado dentro do Senado, realmente mostra que não há espaço para a gente. A representatividade eu não vejo. Não vejo! Só vejo quando é para falar sobre questões raciais, e olhe lá, porque a voz de uma pessoa branca vale muito mais do que a dor que eu sofro. Eu não vejo negros ocupando os devidos espaços. Não vejo. E é disso que a gente precisa falar. A gente tem, sim, que pautar a educação; a gente tem...

(Soa a campainha.)

A SRª GABRIELA DA COSTA SILVA – ... porque na escola não se fala disso. Não se fala. Mas existem outras coisas. É urgente, urgente! Não é para o futuro; é para agora. Porque, enquanto a gente está pensando para daqui a 20 anos, há muita gente morrendo, gente que não tem acesso a nada.

Eu, como mulher e negra, falo pela minha segurança. A Dandara citou um dado muito importante: no último ano a violência contra a mulher negra aumentou 52% – aumentou! – enquanto a violência contra a mulher branca reduziu. O debate de gênero e classe e raça não está sendo pautado conjuntamente.

Eu também queria falar que, muitas vezes, o movimento negro faz o papel que é do Governo. É secundarizado. Tudo o que a gente precisa não é pautado diariamente. Não é. É como segunda opção, terceira, quarta. E eu tenho que estar na rua fazendo o que é papel do Governo? Eu tenho que estar aqui fazendo denúncia? A Fátima tem que estar aqui gritando para todo mundo poder ouvir o que está acontecendo? É isso? Eu tenho que dizer que eu não estou tendo acesso à universidade? Eu tenho que dizer que tem preto morrendo na periferia só por ser preto? É isso que eu tenho que vir aqui falar nesta audiência para vocês realmente pensarem no que tem que ser pautado? Eu acho que isso não está acontecendo, não está.

Realmente a representatividade não existe, não existe mesmo. O racismo existe. Ele está nesta Casa. Está em outras casas. Está lá fora, está em todos os meios em que eu permeio, e os meios que eu ainda tenho per-

missão de permear. Ele está. Eu estou sentada, aqui, ouvindo falar sobre políticas e políticas que eu nem sei se vão ser, realmente, implantadas, que eu não vejo a população tendo permissão de estar aqui, não tendo acesso para cobrar, eu tenho de estar na rua, suando, morrendo para as pessoas poderem me ouvir.

Eu acho que esta audiência é importante, sim, esta iniciativa é importante, só que eu também vejo além. Eu acho que não é só isso, não é só ficar nessa burocracia. Eu acho que o movimento social não está contente, ele existe, sim, e como foi dito muito aqui, os poucos direitos que a gente tem é por muita luta, por muita luta de quem a gente sabe bem, e muitas vezes não é reconhecido. Não é, de maneira nenhuma.

Eu estou contemplada pela fala dos meus companheiros negros que falaram, pelas pessoas da Mesa, mas eu queria deixar a minha indignação, indignação mesmo. É esse o sentimento que eu tenho de vir aqui a uma audiência para ouvir sobre políticas e não ser pautado o genocídio da população negra, não ser pautada a morte de área da cultura, não ser pautada a representatividade. São coisas básicas.

(Soa a campainha.)

A SRª GABRIELA DA COSTA SILVA – A população negra compõe 60% praticamente do País e eu não me vejo nos lugares em que eu permeio. Não me vejo.

Era isso que eu queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Gabriela, eu creio que, com sua fala, você fechou esta audiência.

Eu não devia nem dizer mais nada, mas eu apenas digo que eu gostei de duas coisas que você falou, três, na verdade. Uma, que não estamos contentes, ainda que reconheçamos os avanços; nós só podemos ficar contentes com o salto, o salto que acabe a discriminação.

Segundo quando você disse, e, então, eu mudo um pouco, mas é nesse sentido, de que a gente não pode deixar que as cotas acomodem a gente. Muitos do movimento negro se acomodaram com as quotas.

Terceiro, eu gostei muito de quando você falou da palavra além; a gente tem de olhar além. Você disse: "eu olho além". A gente não pode olhar apenas para o presente. O olhar além não é apenas alguns avanços, é o salto. Não é apenas algumas reforminhas, é uma revolução, que faça com que a discriminação fique uma coisa tão superada que nem de dia mais de luta contra a discriminação a gente precise. Este é um daqueles dias que a gente vem sonhando que um dia ele não mais precise existir.

Eu deveria terminar agora, por causa da sessão que começou, mas, se cada um quiser falar um minuto, tudo bem.

Alguém quer falar da Mesa um minuto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDERSON QUACK – Eu gostaria de ler apenas um poema do nosso companheiro, que foi presidente da Fundação Palmares, que é o Adão Ventura, que não está mais entre nós.

Ele tem um poema que diz muito disso tudo que a gente está aqui hoje discutindo, que se chama Negro Forro.

"Minha carta de alforria
não me deu fazendas,
nem dinheiro no banco,
nem bigodes retorcidos.
minha carta de alforria
costurou meus passos
aos corredores da noite
de minha pele."
Adão Ventura. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito bonito. E não basta alforria para um ou outro, é preciso abolição para todos.

Alguém mais?

Luciana.

Acho que esta é a melhor maneira de terminarmos.

Então, muito obrigado a cada uma e cada um de vocês, muito obrigado ao Paim, que me pediu para presidir esta reunião, acho que foi um gesto muito simpático dele, uma honra para mim.

Está encerrada esta reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Vicentinho Alves. Os Senadores Dario Berger e Cristovam Buarque justificam a ausência. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O resultado do processo de inclusão nos bancos". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Frei David Santos, Diretor Executivo da EDUCAFRO; Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região; Mario Theodoro, Consultor Legislativo do Senado Federal; José Roberto Santana Silva, Dirigente Sindical – representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – CONTRAF. O Senhor Presidente concede a palavra à seguinte pessoa presente no Plenário: Elias da Rocha, Voluntário do Educafro. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) solicitar a FEBRABAN informações e demais dados estatísticos atualizados acerca da situação do negro e das pessoas com deficiência dentro das instituições bancárias brasileiras. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Senado, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 28, de 2016, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema "O resultado do processo de inclusão nos bancos".

Essa audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo Alô Senado através do 0800-612211.

Vamos fazendo esta abertura enquanto os convidados estão chegando ainda. Eu gostaria de situar os que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, e os que participam pelo 0800 e também pela Agência Senado, e dizer que vamos fazer uma pequena introdução do tema e, depois, os convidados vão aprofundar concordando ou não, inclusive, sobre o que vamos aqui relatar.

Vamos falar hoje aqui sobre o resultado do processo de inclusão nas instituições financeiras. Mas, antes, apresentaremos alguns dados o tema em questão.

Conforme análise recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os homens negros ou brancos continuam sendo a maioria no mercado de trabalho Os homens, negros ou brancos, continuam sendo a maioria no mercado de trabalho, com uma taxa de 80% de presença, enquanto as mulheres dos dois grupos raciais não chegam a 60% de ocupação em postos de trabalho.

A pesquisa traz ainda que a renda também melhorou nos últimos dez anos, de 2004 a 2014, mas não foi suficiente para equiparar os ganhos entre gênero e raça. O rendimento médio do brasileiro cresceu quase 50%, ao passar dos R$ 1.000,00 em 2004 para R$ 1.595,00 em 2014. As mulheres negras foram as mais beneficiadas, com 77% de aumento no período. Os homens conseguiram 43%, e as mulheres, 61%. Os homens, no entanto, continuam ganhando mais do que as mulheres (em média, R$ 1.831,00 contra R$ 1.288,00 em 2014), e os homens brancos ganham ainda mais (R$ 2.393,00 em 2014). As mulheres negras seguem na base, com renda de R$ 946,00 no mesmo ano.

Por outro lado, é bom lembrar que o trabalho doméstico continua sendo um dos líderes entre os postos ocupados por mulheres, concentrando 14% da população feminina, ou 5,9 milhões. As mulheres negras são maioria entre as trabalhadoras domésticas: 17,7%, contra 10% das brancas.

Muitas mudanças ocorreram nas condições de vida de mulheres e homens negros, como verificado nos últimos anos, efeito combinado de iniciativas governamentais que sustentam a política de promoção de igualdade a partir de três dimensões:

1) políticas socioeconômicas gerais, que impulsionam a inclusão da população negra, com destaque para a expansão do mercado de trabalho formal; política de valorização do salário mínimo e a ampliação da cobertura da previdência social e dos programas de redução da pobreza.

2) ações para o atendimento a direitos básicos da população negra, por meio da incorporação da perspectiva racial na execução de políticas setoriais, como previsto no Programa Brasil Quilombola e no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.

3) ações afirmativas para a promoção da igualdade de oportunidades, como é o caso do estabelecimento de cotas para negros no acesso ao ensino superior público e no Programa Universidade para Todos (Prouni), voltado para instituições privadas.

Enfim, mesmo com todo esse esforço que o Brasil faz dentro da política de promoção da igualdade racial, ainda estamos distantes daquilo que gostaríamos de ver no Território Nacional.

Muito desse sofrimento é ainda a desigualdade no mercado de trabalho e, principalmente, nas instituições financeiras.

No último ano, enquanto a indústria recuou mais de 6% no primeiro semestre e o comércio registrou a maior queda nas vendas desde 2003, o lucro dos bancos bateu recordes. Somados, os ganhos dos quatro maiores bancos cresceram mais de 40% no primeiro semestre, na comparação com os primeiros seis meses de 2014.

Mesmo ainda com todo esse lucro, não vemos uma grande quantidade de mulheres e homens negros, pessoas com deficiências e diversidade sexual ou de gênero ocupando cargos nos bancos. Dados da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) do ano de 2009 mostram que:

Os dados de raça e cor nos bancos privados somavam, entre pessoas brancas, 78,5% e, nos bancos públicos, 75,5%, e no total do Brasil, 77,4%.

Já entre os pretos e pardos, nos bancos privados, o número cai para 18,2%; e nos bancos públicos, 20,5% e a média do Brasil, 19,6%.

Já na questão de gênero, o número de mulheres nos bancos públicos era de 44,3% e, nos bancos privados, 50,5%. Os homens correspondiam a 55,7% nos bancos públicos e, nos bancos privados, 49,5%.

Nessa mesma pesquisa, a Febraban demonstrou que 76,9% do ambiente de trabalho eram acessíveis e adequados para as pessoas com deficiência. E que o projeto Valorização da Diversidade em curso no Programa de Capacitação de Pessoas com Deficiência levantou o número de 64% de cota para pessoas com deficiência onde o quadro era de 7 mil contratados e 4 mil a contratar.

No mesmo período, uma pesquisa do Recursos Humanos da Federação demonstrou em 18 bancos a prática da diversidade como: 50% dos correspondentes incluíam tema nos programas de integração; 63% desenvolvem indicadores e monitores de avanço de programas; 50% dos bancos utilizam as categorias de IBGE para a questão raça/cor; todos os bancos dispõem de algum tipo de instância para acolher denúncias de prática discriminatórias; processo de recrutamento incluem técnicas objetivas e a maioria dos bancos inclui critério de diversidade no recrutamento.

Enfim, todos esses dados apresentados aqui vieram de pesquisa feita pela Consultoria do Senado. Agora, vamos conferir, mediante o debate que faremos, essa realidade.

Antes mesmo de iniciar, vou ver os convidados que chegaram, e vamos passar um vídeo por sugestão da SEPPIR, com o título Consciência Negra, com roteiro, edição e direção de André Azevedo da Fonseca.

Antes de passar o vídeo, quero convidar para a mesa Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro. (*Palmas.*)

Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região. (*Palmas.*)

Luciana de Souza Ramos, Secretária Políticas de Ações Afirmativas da SEPPIR, do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. (*Pausa.*)

Se não chegou, quando chegar, depois, já vem para a mesa.

José Roberto Santana da Silva, dirigente sindical, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf).

Vamos, então, ao vídeo.

Convido o Consultor Legislativo do Senado Mário Theodoro, que já se encontra conosco aqui, por isso não estava na primeira lista. Coloque-o na lista.

E vamos ao vídeo, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o trabalho da SEPPIR. (*Palmas.*)

Independentemente da introdução que fiz aqui para situar sobre o tema que vamos debater hoje, eu queria agradecer aos nossos convidados que já estão aqui. Se não me engano, falta uma pessoa ainda, que informou que está vindo.

Vamos debater hoje o resultado da inclusão nos bancos, como eu disse antes, principalmente com um olhar em relação ao povo negro.

Mas eu não queria, na abertura dos trabalhos desta segunda-feira, aqui no Senado da República, deixar de falar das nossas preocupações com a crise por que o País passa. É inegável que o País passa por uma crise da maior gravidade: um novo processo de *impeachment*. Eu já participei de um, da época do Presidente Collor. Nós estamos no momento vendo, está instalado o processo, pelo menos está em discussão na Câmara. As dez sessões se encerram, provavelmente, esta semana, e nós teremos, em seguida, a partir da semana que vem, a comissão ouvindo ou avisando a Presidenta, se posicionando, e, se for aceito o processo pela Câmara dos Deputados, vem para o Senado, e o Senado vai dar a última palavra.

É uma situação, de fato, muito, muito delicada, e preocupa a todos. E o Brasil é uma referência não só em nível de América Latina, mas em nível internacional. Correspondentes de praticamente todos os países estão vindo para cá, acompanhando esses movimentos, e nós todos estamos, neste momento, de uma forma ou de outra, acompanhando passo a passo. Claro, para nós, não é um momento nada bom.

Não sei se vocês viram ontem, foi o David que agora disse que desde a Constituinte havia esse tipo de desvio de conduta, não é?

O SR. DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma lista de mais de 700. Se somada com esta, que dizem que são 316, teremos mais de mil pessoas envolvidas diretamente, pelo menos de acordo com as listas que divulgam, em alguma coisa vinculada à propina e à corrupção.

Só faço essa rápida introdução para falar das nossas preocupações com a democracia. Eu sou um apaixonado pela democracia, sou o que eu chamaria, num termo bem do nosso povo, um amante da democracia. Aprendi, nesses meus mais de 60 anos já, que não existe sistema melhor no mundo do que o próprio processo democrático.

Nós queremos que a verdade prevaleça em todo sentido, seja para quem for, seja da pessoa mais simples que se envolveu ao mais alto da República que se envolveu também, que seja esclarecido. Mas que prevaleça a democracia e que nada seja feito fora do Estado democrático de direito. É isso que nós queremos, e por isso não poderia deixar de dizer alguma coisa nesse momento em que eu abro a reunião de uma comissão que eu considero das mais importantes do Senado, porque trata dos direitos humanos, trata do interesse do nosso povo e de toda a nossa gente.

Diria mais: pelo quadro que se apresenta no momento eu começo a ser simpático, digo a vocês, à ideia de uma assembleia nacional constituinte exclusiva...

O SR. FREI DAVID SANTOS – Opa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... para que tenhamos um grupo de pessoas que elaborem de fato e apresentem uma reforma política apartidária, porque, se é verdade o que estão dizendo ultimamente, que a corrupção já campeava desde a Constituinte de forma, eu diria, covarde, porque foram compradas eleições e reeleições, de tudo um pouco... Não estou, aqui, acusando ninguém, mas apenas fazendo uma análise. Bom, então o processo da Constituinte nasceu viciado. Eu fui Constituinte, eu estava lá. Ninguém nunca ofereceu nada para mim, porque sabiam que, se oferecessem, eu iria rechaçar. Mas eu fui Constituinte. Então, aquele sistema já estava viciado e eu não sabia! Estou sabendo agora, 30 anos depois, pelos dados que estão surgindo aí.

Quer dizer, acho que está na hora de pensarmos numa Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, mas acho que, primeiro, quem for constituinte não pode ser Parlamentar e nem, segundo, pode concorrer depois, para não legislar em causa própria. E acho que, terceiro, uma vez terminado o processo constituinte, devemos fazer eleições em todos os níveis, claro, porque é um processo que demora. Não sei se... Aí, teríamos eleições em todos os níveis, porque uma Constituinte bem feita e bem discutida demora mais de dois anos. Ninguém está propondo aqui qualquer antecipação de mandato, mas quero dizer que me é simpática a ideia de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, com homens e mulheres que não sejam do Parlamento, que se-

jam votados, indicados, e que não possam concorrer depois de todo o trabalho construído. Nós fortalecemos sempre a democracia. Ninguém aqui está propondo a antecipação do mandato de ninguém, mas propondo um eixo em que acho que devemos pensar seriamente, que é uma saída num momento como este, e que não haja qualquer atentado à democracia.

Vamos lá! Vamos combinar aqui, na Mesa, quem quer iniciar os nosso trabalhos hoje.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone*.) – Eu posso começar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, seguindo aqui a orientação inclusive da Secretaria da Mesa, iniciamos com o Frei David.

São dez minutos, com mais cinco, para cada um, sem prejuízo de, depois, abrirmos o debate com o Plenário.

O Frei David Santos, Diretor Executivo da Educafro, tem um trabalho belíssimo nessa área há décadas. Eu era sindicalista, um menino sindicalista, quando o conheci já defendendo o que ele vai expor aqui. Esse não é daqueles que chegam ao avião na última hora e querem pegar a janela. Esse tem história para contar.

Frei David, é uma alegria recebê-lo aqui, na Comissão.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Obrigado, Senador.

Um abraço especial a todos que estão participando pela televisão ou pelo rádio. Queremos dizer que esta audiência é fundamental para construir o novo Brasil, que deve ser gestado a partir de uma nova Constituinte. Para nós, é fundamental o que falou o Senador na introdução, pois o cenário político nacional exige de nós, brasileiros, uma seriedade na visão de Nação. Portanto, em relação ao que ele colocou, dois pontos centrais: primeiro, para compor a assembleia constituinte, não pode ser Parlamentar no momento – isso para mim é fundamental; segundo, para compor a assembleia constituinte, não pode ser um Parlamentar posteriormente, não pode fazer da assembleia constituinte o seu palanque. E lógico que há também as dez medidas contra corrupção e outros pontos que a OAB e a CNBB têm feito como medidas populares para um Brasil melhor e para a reforma política.

Feita esta introdução, entrando direto no tema da Febraban, eu quero lembrar a vocês... Até me alegrou muito ver aqui o Procurador Regional do Trabalho Dr. Alessandro Santos, vê-lo compondo a Mesa, porque o Ministério Público do Trabalho tem uma missão muito árdua nessa questão. Lembro a vocês que o Ministério Público do Trabalho abriu cinco ações contra os cinco maiores bancos, a pedido da comunidade negra. Infelizmente, os cinco maiores bancos contrataram as maiores bancas de advogados do Brasil e pegaram juízes do trabalho fracos. Então, essas bancas manipularam os juízes, que arquivaram, de maneira irresponsável, na minha opinião, todas as cinco ações contra os cinco bancos. Esse é um ponto que eu não aceito.

Vou lutar até o fim contra essa baixaria dos juízes do trabalho contra o povo negro brasileiro. Agora, uma coisa que vou pedir que meu irmão Alessandro nos explique, porque até hoje não consegui entender, é como o Ministério Público do Trabalho aceitou arquivar essas cinco ações contra os cinco maiores bancos. São dois pontos que estão engasgados na nossa garganta, de lutadores por um mundo melhor para o povo negro. Com certeza, nesta audiência pública poderemos ter esclarecimento.

Portanto, a Febraban quando prestará contas à sociedade? A Educafro pressiona os órgãos públicos e as instituições particulares em prol da inclusão do negro. Aquele é um dos vários momentos em que lutamos, pelo Brasil afora, para mudar o Brasil para melhor, olhando especialmente para o perfil desse Brasil negro, afro-brasileiro, já que somos 53,7% da Nação, e a Nação não nos considera como deveria.

Após longa pressão do movimento social, a Febraban apresentou à sociedade, em 2/7/2009, um plano de metas. Deveria combater e exclusão institucional contra mulheres, negros e deficientes, gerada pelos bancos. Aproveito para manifestar a minha estranheza pelo fato de a Febraban ter fugido do debate. A Febraban foi convidada com muita antecedência pela Comissão de Direitos Humanos. E aqui quero até elogiar todos os membros desta Comissão, que fizeram um trabalho muito bom, de convocação. Sofreram muito, mandaram vários convites, e a Febraban insistiu em não vir, ia mandar apenas olheiro – não sei se já está por aqui o olheiro.

Depois da ocupação da Educafro em um banco em São Paulo, em 2003, exigindo a inclusão de negros, depois que juntaram mais de 200 policiais para nos tirarem do banco, depois de muita tensão, o banco aceitou negociar conosco. E aí foi feita uma negociação com os bancos, e começou a mudar.

A ocupação do banco foi em 2003, cem negros e negras corajosos, guerreiros, ocuparam um banco, e só o desocuparam depois que o banco aceitou negociar a discussão do tema, que é a exclusão do negro. Observem vocês que, depois dessa ocupação – olhem que interessante –, com até três anos, o número de negros e negras contratados pelo banco subiu 66,5% Ou seja: subiu em 66,5% o número de negros contratados pelos bancos somente depois que a comunidade negra ocupou uma agência bancária, protestando contra todos os bancos pela exclusão do negro. Houve, então, um movimento real, concreto. Quero lembrar, fiz questão de trazer o próprio eslaide da Febraban para vocês, que estão assistindo à TV Senado, entenderem que são dados oficiais: pesquisa da própria Febraban.

De 2009 até 2016, por que a inclusão nos bancos não teve eficiência? Queremos uma pesquisa elaborada pelo Ipea ou outro órgão isento, sem pagamento. Pesquisa financiada pela própria Febraban deixa a desejar. Quero lembrar a vocês que há várias pesquisas circulando. Alguns órgãos públicos falaram que não existem pesquisas sobre o negro no banco. Infelizmente, isso é mentira ou preguiça de pesquisar, porque existem dezenas de pesquisas sobre o negro no banco, dezenas, e a Febraban paga periodicamente entidades particulares para pesquisar a questão do negro nos bancos.

Como os dados são bastantes escandalosos, são, mais ou menos, mantidos escondidos. Queremos, portanto, uma pesquisa isenta. Então, vamos buscar órgãos públicos que possam fazer essa pesquisa – o Ipea, por exemplo – com seriedade e isenção.

São Paulo tem a maior concentração de bancos. Pesquisa encomendada pela Febraban em 2008 mostra que brancos empregados nos bancos em São Paulo: 87%; negros empregados nos bancos: 12%. Imaginem os cargos em que esses negros estão. Em 2014, caiu a quantidade de brancos para 82%, e caiu por quê? Não porque o negro entrou, mas caiu porque os bancos informatizaram e expulsaram muitos trabalhadores para a rua. E subiu para 16% o número de negros, e subiu por quê? Porque nós, negros, marcamos em cima, exigindo nossos direitos. Mas, mesmo assim, nesse ritmo, quantos anos a Febraban vai levar para atender a nossa real demanda?

Nós, afro-brasileiros, somos 53,7% e, em seis anos, a Febraban subiu apenas 4% a quantidade de negros contratados na cidade mais poderosa da América Latina em concentração de bancos, que é a cidade de São Paulo. Portanto, a Febraban está omissa, e nós fazemos um apelo ao Ministério Público do Trabalho para que retome, que chame a Febraban para uma conversa outra vez, que coloque a Febraban na banca do diálogo outra vez. E eu solicito à Comissão de Direitos Humanos que intime – intimar não é a palavra certa, existe um termo técnico –, enfim, que solicite à Febraban dados atualizados sobre a questão do negro, até porque eles mantêm isso mais ou menos escondido. Nós queremos dados precisos e atualizados. Nós solicitamos e eles não nos forneceram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Sim, um requerimento de informações.

Obrigado, Senador.

Esse eslaide é da Febraban. A Febraban, quando nós perguntamos quem indica os funcionários para os bancos, ele disse que, nos bancos privados, 35,5% são indicados por parentes; nos bancos públicos, 21,4% são indicados por amigos ou parentes. Portanto, a coisa é grave. É uma indicação muito a partir do compadrio, ou seja, eu indico o meu parente, o meu amigo. Esse sistema, que é bastante colonial, precisa mudar. Os bancos têm que se profissionalizar nisso também. É por isso que a exclusão do negro é grande. Se só há pessoas brancas no banco, quem são os amigos dos brancos? Outros brancos. Consequentemente, o negro está sempre excluído nesse sistema viciado de contratação que se dá a partir da indicação de parentes e amigos.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Composição étnica nos bancos no Brasil, em 2009.

O verde é o negro; o creme é o branco. Observem vocês que, na diretoria e presidência dos bancos, apenas 4,8% são afro-brasileiros. Na gerência, só 14,9%. Supervisão, chefia e coordenação, apenas 17%. Funcionais: 20,6%, Ou seja, a exclusão do negro está em todos os setores da vida do banco. Esse dado é escandaloso e tem que mudar.

Campanha de inclusão.

No acordo da sociedade civil, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com a Febraban, esta assumiu fazer uma forte campanha de conscientização dos próprios bancos, funcionários e clientes. Bom, na oportunidade, a Febraban nos apresentou os cartazes dessa divulgação. Entretanto, nós decidimos ir aos bancos, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, para averiguar como isso estava acontecendo. Em nenhuma das agências onde fomos havia cartazes de conscientização. Em uma delas, conversamos com o gerente e apresentamos o cartaz que a Febraban havia entregue a nós na audiência. O gerente disse que nunca havia visto aquele cartaz e que, em nenhuma das reuniões dos bancos, enfim, nunca havia ouvido falar dessa campanha. Ou seja, nós estamos chateados com a atitude da Febraban para inglês ver. Vem bonito à audiência pública, apresenta coisas, mas não coloca em prática.

Esse é um dos cartazes que a Febraban fez – e fez para inglês ver – para discutir a diversidade.

Segundo a Febraban, um dos dados que ela detectou é que o próprio gerente de cada agência tem dificuldades em aceitar negros como funcionários. Então, os cartazes seriam para gerar uma consciência nova nos gerentes e no conjunto dos bancos. Então, prometeu e não cumpriu.

A Febraban fez um plano de metas, um plano de ação para o Grupo de Trabalho 3: ampliar metodologias de monitoramento existentes, com ênfase em gestão, das questões de gênero, raça, etnia, deficiência e idade nos processos de seleção e treinamento.

A Febraban teve a ousadia de até nos indicar os componentes do grupo: Banco Santander, HSBC, Itaú, Nossa Caixa etc. Ou seja, tudo isso gerou um alto grau de confiança em nós, porque citou o nome dos componentes, citou o nome das entidades que compunham... (*Falha na gravação.*)

Plano de Ação, Grupo de Trabalho 4: buscar a realização de convênios técnicos, com programas oficiais tendo como exemplo o Prouni, para acelerar a inclusão no mercado de trabalho bancário de jovens oriundos de grupos sociais vulneráveis; priorizar o recorte de gênero, raças e mulheres negras. Componentes do grupo: Nossa Caixa, Santander, Itaú, Banco do Brasil, Bradesco, Safra, etc.

Ou seja, mais uma vez, outro grupo que não funcionou. Mais uma vez, a Febraban nos enganou. Então, para nós, o órgão que mais se enriquece no Brasil, o órgão que mais ganha no governo de Fernando Henrique Cardoso, no governo Lula e no Governo Dilma, é o órgão que mais maltrata o povo negro.

Plano de Ação, GT 5: intensificar a inclusão de fornecedores, clientes e empresas parceiras e entidades beneficiárias de programas sociais dos bancos nos programas de diversidades. Ali também estão os nomes dos bancos que comporiam. Esse plano de ação é importante porque ele vai gerar uma ação multiplicadora, ou seja, todos os fornecedores dos bancos teriam que, obrigatoriamente, provar ter metodologia de inclusão de negros. No entanto, mais uma vez, nada disso funcionou. Os bancos não podem humilhar o povo negro!

Exigência de ações afirmativas na Febraban. Ela desmonta a tese de que todos temos oportunidades iguais na sociedade. Quando a Febraban aceita que ela está realmente excluindo, ela desmonta essa tese de que somos iguais.

Questiona a aparente neutralidade e compromisso dos diversos atores da sociedade, entre eles a Febraban. A Febraban é convocada a combater o racismo institucional, expresso em pelo menos quatro aspectos:

1) Na falta de reconhecimento de que o real problema não é só a desigualdade social, mas a discriminação e seus desdobramentos: a exclusão racial, de gênero, deficiência etc

2) Na falta de políticas institucionais, como esta que estamos discutindo.

3) Na falta de programas específicos que possibilitem o acompanhamento da evolução das ações de redução das desigualdades raciais.

4) Na ausência de destinação de recursos nessa causa, o que denota a falta de prioridade institucional para enfrentar o problema.

Ou seja, a Febraban fez aqui uns 20, 30 ou 40 cartazes, apresentou nas reuniões importantes, mas não fez cartaz para todas as agências, e não fez um trabalho sério, não investiu dinheiro.

Como está sendo realizada essa empreitada pela Febraban? É o que nós cobramos. Qual é o investimento no plano de metas? É o que nós cobramos.

Essas são as grandes perguntas da sociedade e dos movimentos sociais negros à Febraban.

A Organização das Nações Unidas afirma que se fosse avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apenas dos brancos, o Brasil estaria hoje na 40ª posição, ao lado dos países ricos. Se considerássemos só o IDH da população negra, o Brasil estaria na 104ª posição, ao lado dos países mais pobres do planeta. Aqui está o problema que precisa ser enfrentado com coragem pela Febraban e todos os órgãos que são sérios na luta por um mundo melhor.

As Nações Unidas deu início, no Brasil, ao planejamento da década do afrodescendente, 2015/2025. O principal objetivo da década é promover o reconhecimento, a justiça e o desenvolvimento da população afrodescendente no mundo. Ora, o que é reconhecimento? Reconhecer que estamos excluídos dos bancos. O que é justiça? É a Febraban mudar a sua metodologia e desmontar a discriminação institucional que está montada. Desenvolvimento é ver que nós, negros, somos capazes de desenvolver qualquer atividade para fazer o Brasil crescer.

Após nossa pressão, qual é o resultado da inclusão das mulheres negras nos bancos?

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – A ONU, em 13/3/2015, falou: "Mulheres negras recebem, em média, 50% da remuneração das mulheres brancas". As mulheres negras correspondem a quase 70% das famílias com renda de até um salário mínimo. Isso mostra que a exclusão é séria.

Como a Febraban está trabalhando essa realidade?

Nós estamos com um elenco grande de medidas e instrumentos jurídicos internacionais que queremos acionar; estamos convocando alguns irmãos juristas para nos ajudar nessas demandas. Vamos transformar em ações jurídicas internacionais tudo aquilo que os órgãos brasileiros não querem levar a sério.

Os órgãos brasileiros, que deveriam cuidar de nós negros e não estão cuidando, vão ter que responder em tribunais internacionais.

A ONU afirma: "Universidades e empresas que investem em diversidade obtêm mais qualidade e produtividade" – vide o livro editado pela Ethos sobre as quinze maiores empresas do Brasil, ou seja, faz bem incluir.

Judicialização da questão.

Estou encerrando.

Portanto, Febraban, estamos comunicando – se houver algum olheiro da Febraban aqui bata foto desse diapositivo –, Febraban, estamos comunicando que, frente à posição de desrespeito da Febraban com o povo negro, que vem se omitindo em apresentar dados de inclusão de negros nos bancos, corroborando para a discriminação institucional do negro no mercado do trabalho, a Educafro está estudando as seguintes ações judiciais: primeiro, ação coletiva de danos morais; segundo, ação de arguição de descumprimento de preceitos fundamentais, uma ADPF no STF.

Outras ações.

1 – Pautar na comunidade negra a luta por cotas nos bancos.

Ou seja, se meta de inclusão o banco não levou a sério, nosso foco agora é: queremos cotas nos bancos, cotas. Cota na universidade foi eficiente. Lá o Alckmin inventou de não ter cota, mudou o método de inclusão e nada está acontecendo. Na USP, os seis cursos mais caros têm zero por cento de negro, porque adotou o método Alckmin, meta de inclusão que é a atual palhaçada. Queremos cota, porque cota dá realmente resultado. Cota na universidade deu resultado, cota no serviço público dá resultado. Portanto, vamos querer, a partir de agora, na nossa conversa com banco vamos pedir uma audiência no Ministério Público do Trabalho, queremos cota nos bancos. É nosso próximo foco.

2 – Lembrar que o Banco Central dos Estados Unidos, a SEC, obrigou os bancos daquele país a contratar negros – obrigou. O Banco Central norte-americano obrigou os bancos dos Estados Unidos a contratar negros.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – E no Brasil está essa omissão danada.

3 – Oficializar o Banco Central cobrando-o: por que esta omissão na defesa do povo negro?

O Banco Central quer controlar a Febraban? Não está controlando. Quem é o órgão que controla, que organiza e que supervisiona os bancos?

4 – Marcar reunião com o Sindicato dos Bancários, em vista de se colocar na próxima convenção coletiva a exigência de cotas para negros nos bancos.

Ou seja, vamos somar forças com o Sindicato dos Bancários para que a luta das cotas para negros ganhe corpo naquele sindicato, uma vez que o sindicato está com várias demandas contra os bancos e, com certeza, é muito especial a gente trabalhar essa demanda também.

5 – Exigir pesquisa do Ministério do Trabalho através do Caged, usando a Rais sobre a contratação de negros nos bancos.

Portanto, peço desculpas ao Senador, porque a gente se alongou.

Mandamos um abraço a todos os ouvintes e àqueles que estão assistindo à TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Frei David. Usou 20 minutos porque apresentou o pedido de audiência para situar todos os debatedores.

De imediato, o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Dr. Alessandro Santos de Miranda.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Bom dia a todos.

Agradeço o convite feito por esta Comissão de Direitos Humanos do Senado na pessoa do Senador Paulo Paim.

Estou aqui representando o Ministério Público do Trabalho, indicado pelo Procurador-Geral do Trabalho por ter sido um dos autores das ações que já foram citadas pelo Frei David em 2005 e para demonstrar aqui a preocupação do Ministério Público do Trabalho na inclusão de todos de forma efetiva na sociedade.

Via de regra, o Ministério Público do Trabalho atua na defesa coletiva dos direitos fundamentais dos trabalhadores previstos especialmente no art. 6º da Constituição, entre tantos outros.

Dentro do Ministério Público do Trabalho, nós trabalhamos com diversas metas institucionais: o combate à discriminação nas relações de trabalho, a defesa do meio ambiente do trabalho promovendo qualidade na saúde, segurança dos trabalhadores, combate às fraudes trabalhistas, inclusive na Administração Pública, a promoção da liberdade sindical, o combate ao trabalho infantojuvenil, a erradicação do trabalho escravo, entre outras de nossas metas.

Especificamente no tema que ora abordamos, nós temos uma coordenadoria nacional chamada Coordigualdade, que é a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade nas relações de trabalho, com representantes em todo País, nas procuradorias de todo o País, onde debatemos constantemente a questão do combate a todas as formas de discriminação nas relações trabalhistas.

A discriminação de gênero, de raça e por idade, entre tantas outras, é uma realidade pública e notória, que exige da sociedade e dos Poderes constituídos uma resposta urgente e efetiva.

A erradicação da discriminação de gênero, de raça e de idade, entre tantas outras, é essencial e determinante para que grandes setores e segmentos da sociedade hoje marginalizados alcancem trabalho decente. Isso nada mais é do que a aplicação concreta do princípio da responsabilidade social, que é um princípio de ordem cogente previsto na Constituição, ou seja, é um princípio obrigatório.

Dentro do âmbito dessa nossa Coordigualdade, nos idos de 2003, nós elaboramos um Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos, nacional, firmando parcerias com diversas instituições organizadas, entre elas o Ipea, o IBGE, o Ministério do Trabalho, a Organização Internacional do Trabalho, sindicatos e associações, para estudar o tema e procurar soluções para diminuir essa desigualdade racial, de gênero e por idade em diversos setores, não só no bancário.

Dentro dessas parcerias, desses convênios, o que ficou estabelecido? O mapeamento dos segmentos econômicos que apresentavam, de forma recorrente, desigualdades de gênero, raça, idade; a notificação das empresas – isso pelo Ministério Público do Trabalho – para que apresentassem informações acerca do quadro de pessoal nas diversas unidades da Federação – essas informações foram dadas espontaneamente, claro, provocadas pelo Ministério Público, mas foram fornecidas pelos bancos, pelos cinco maiores bancos que foram citados aqui –; a construção de um perfil das desigualdades por empresa e por unidade de Federação. Por fim, a ideia era firmar termos de ajuste de conduta, que é um instrumento utilizado pelo Ministério Público do Trabalho em que as empresas reconhecem a irregularidade e se comprometem, perante o órgão público, perante o Estado, a regularizar aquela situação de desconformidade, ou, não firmando os termos de ajuste de conduta, o ajuizamento de ações civis públicas, como foi o caso, para desconstruir o quadro de desigualdades sociais na empresa.

Como foi dito aqui, as negociações com as entidades bancárias nunca foram fáceis, aliás, foram infrutíferas, tanto é que tivemos que ajuizar as ações civis públicas. Imagino eu... E posso até dizer aqui que, num outro momento, como como disse o Frei David, houve problemas.

Não foram arquivadas, Frei, foram recorridas, e perdemos as ações. Mas eu vou chegar a um ponto: acho que o cenário está muito mais favorável neste momento. Estou falando de ações ajuizadas em 2003. O senhor fez críticas ao Judiciário. Eu acho que o Judiciário também participa de uma elaboração, de uma mudança e precisa que os movimentos sociais, que os órgãos sociais, que o Ministério Público o provoquem, até para promover essa reflexão, que é a conclusão a que eu vou chegar ao final.

Então, à época, em 2003, nós ajuizamos cinco ações civis públicas contra os grandes bancos do País, utilizando como meio de provas os dados estatísticos oficiais publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que apontavam uma segmentação de trabalho segundo critérios de gênero, raça, idade, impactando negativamente na possibilidade de acesso a empregos formais e à proteção social da Previdência. É claro, se a população negra ou as mulheres ou as pessoas com maior idade trabalham no mercado informal, a proteção social que o Estado lhes dá, por meio de benefícios previdenciários, é ínfima, podendo, inclusive, chegar a zero.

Também verificamos, através dessas pesquisas estatísticas – são dados oficiais do IBGE – problemas na admissão nas empresas e, aqui falando dos bancos, como foi relatado aqui, na oportunidade de qualificação profissional, em que se verifica que a população branca é sempre mais beneficiada; na oportunidade de ascensão social e de promoção nos quadros funcionais dessas entidades e, consequentemente, na remuneração. É fato público e notório que a remuneração de mulheres, negros e pessoas com idade mais avançada é menor do que a de pessoas, digamos assim, na visão de certos segmentos, economicamente ativas. E interessante: é esse o preconceito que nós precisamos quebrar no nosso País. É uma mudança realmente de cultura, que se alastra por muito tempo.

Nas ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho, partiu-se das características mais gerais da população brasileira economicamente ativa para alcançar as manifestações no âmbito do mercado de trabalho em determinados segmentos. Qual foi o mérito dessa ação? Quais foram os elementos de prova dessas ações?

Partimos de estatísticas oficiais publicadas pelo IBGE para demonstrar o quadro que se apresenta no Brasil com relação à discriminação. Comparamos salários e tempo de serviço – foram apresentados alguns dados aqui – para chegar à conclusão de que negros, mulheres e pessoas com maioridade possuem sempre

num quadro de desvantagem com relação à população branca. Tratava-se de informações oficiais de abrangência nacional para demonstrar as desigualdades decorrentes do sexismo, do racismo e em razão de idade avançada em todos os segmentos econômicos. Os dados do IBGE apontavam para o fato de que, nos mesmos grupamentos ocupacionais, as desigualdades eram muito maiores, como foi apresentado aqui brilhantemente pelo Frei David. Comparativamente, não encontramos muitas mulheres, negros ou pessoas com maioridade nos altos postos do segmento que estamos comentando, o segmento bancário.

A partir desses dados macro da pesquisa do IBGE sobre a população economicamente ativa do País, foram feitos cortes até chegar no segmento que queríamos, que era o segmento bancário. Pegamos os dados nacionais e escolhemos o setor terciário, que é o setor econômico relativo aos serviços, aí incluídos os bancos. Incluímos os maiores bancos, porque ações nesse sentido em segmentos econômicos têm certa repercussão, e analisamos, até por meio das informações prestadas pelos próprios bancos, a realidade que existia em cada um dos cinco bancos investigados à época. Foi escolhido o setor terciário pela relevância na economia e no mercado de trabalho – aqui especialmente falando do segmento bancário, que, como foi dito também, é um segmento bastante rico, produtivo, que parece não ser afetado pela crise.

Os resultados que encontramos nessas pesquisas do IBGE: a recorrência da desigualdade salarial nos diferentes setores econômicos; a desigualdade na absorção de mão de obra nos diferentes setores produtivos; a desigualdade salarial de um mesmo grupamento ocupacional; a desigualdade salarial entre pessoas de mesmo grau de instrução – isso sempre que compararmos a população branca com a população negra, de mulheres e com maioridade. Foi demonstrada, portanto, a falta de correspondência entre a população ocupacional dos bancos e a população economicamente ativa nas diversas unidades da Federação.

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Como eu comentei, Frei David, Senador Paulo Paim, as ações não foram arquivadas. Na verdade, a Justiça do Trabalho negou todas essas ações, cinco ações – inclusive, nós recorremos e perdemos –, sob o argumento de que os dados oficiais não serviriam como provas, não obstante termos juntado as declarações prestadas pelos próprios bancos.

Como disse, todos nós precisamos de um amadurecimento de nossas ideias, inclusive o Poder Judiciário. Posso citar, para aqueles que são aqui de Brasília, que em 2012 nós tivemos uma licitação relativa às novas linhas de ônibus aqui na cidade. Eu entrei com ações e inclusive consegui sustar o edital de licitação e sabem as pessoas que utilizam ônibus aqui em Brasília e na maior parte do País que os nossos ônibus têm motor dianteiro. Esse motor dianteiro causa ruído, vibração e calor excessivo, o que tem causado o adoecimento em massa dos rodoviários, motoristas e cobradores, principalmente com a aquisição da PAIR, perda auditiva induzida por ruído, uma doença irreversível e progressiva se continuada a exposição.

Também nessas ações o que usamos foram dados oficiais da Previdência, mostrando a relação imediata entre o motor dianteiro e o adoecimento em massa, de 50%, dos rodoviários aqui do Distrito Federal. A Justiça deu procedência, Frei, a essas 15 ações baseadas em dados oficiais. Quer dizer, se naquela época, em 2003, nós não tivemos esse êxito, provavelmente isso causou uma reflexão dentro do Judiciário que fez com que agora, em 2012, ajuizadas 15 ações também baseadas em estatísticas e dados oficiais da Previdência, e ganhamos absolutamente todas as ações. (*Palmas.*)

Então, na verdade, o que nós não podemos é deixar de persistir. Todos aqui temos a consciência do que deve ser feito, não só numa questão de ativismo judicial, mas numa questão de ações afirmativas.

O que nós podemos fazer, e faço aqui uma sugestão, é marcar uma reunião, se o Senador Paulo Paim puder conduzir ou participar, com o Procurador-Geral do Trabalho, para que possamos reforçar esses nossos laços e adotar novas estratégias para esse combate não só no segmento bancário. Basta ir a um *shopping center*, basta ir aos grandes e luxuosos hotéis da cidade para ver onde estão as pessoas brancas e onde estão as pessoas negras, mulheres, de maioridade, ou seja, em que postos de trabalho são colocados?

Faço aqui esse convite, coloco-me à disposição do Senador Paulo Paim bem como de todos os componentes da Mesa, do plenário, para que possamos retomar esse debate. Na verdade, não acabou. Como falei, existe uma coordenadoria nacional do Ministério do Trabalho, preocupada com a eliminação, com a erradicação da discriminação no País. Então, talvez o que precisamos fazer é retomar aquelas negociações, agora em novo panorama, 13 anos depois das primeiras negociações em que conversamos. Realmente, as ações civis públicas do Ministério Público do Trabalho foram originadas de denúncias dos movimentos negros. Então, precisamos restabelecer essas nossas parcerias...

O SR. FREI DAVID SANTOS – Alessandro, se me permite uma pequena intervenção, um pequeno aparte, para propor para dia 30 agora esse encontro. Veríamos um horário na agenda do Procurador-Geral do Trabalho. Esse encontro nosso é fundamental frente à urgência e ao sofrimento alongado do nosso povo. Deixo o

nosso cartãozinho para você articular. Estamos disponíveis, para, dia 30 agora, na primeira agenda que vocês tiverem esse encontro. Pode ser?

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Não posso garantir o dia 30. Tenho que consultar a agenda do Procurador-Geral, mas te entrego, daqui a pouco, o meu cartão também. E digo aqui, de público, que o Procurador-Geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, terá todo prazer de receber a todos, não só a Educafro, mas também, em reunião, os sindicatos, Ministério do Trabalho, Ipea, OIT, Senado Federal, representando o Congresso Nacional, para que possamos continuar nosso trabalho de combate à discriminação. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, que aponta um momento melhor no Judiciário para esse tema e já se propõe a marcar uma reunião com o Procurador-Geral do Trabalho. É isso?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essa sugestão já foi acatada aqui pelo Frei David.

Agora vamos para o Dr. Mario Theodoro, consultor legislativo do Senado Federal.

O SR. MARIO THEODORO – Alô. Bem, antes de tudo, agradeço, Senador Paim, pelo convite para estar aqui, nesta Mesa, junto com o Dr. Alessandro Santos, Dr. José Roberto e meu querido amigo Frei David. É uma honra estar aqui conversando e debatendo com vocês sobre alguns temas.

Quero começar, falando um pouco – aproveitando a fala do Senador – sobre a crise. O País está em uma crise, que não é só econômica, é política, enfim, temos uma situação muito difícil, mas quero lembrar que a crise afeta sempre os mais vulneráveis. Isso é importante para que tenhamos um combate ou um enfrentamento da crise que leve em consideração isso.

Nos países mais desiguais, como é o caso do Brasil, essa vulnerabilidade é ainda maior. E felizmente o que aconteceu – e ai temos que relevar isso – é que a intensidade da crise econômica não foi tão forte sobre as populações mais vulneráveis do que outras que já tivemos, em função principalmente da construção de alguns mecanismos que o Governo propôs e implementou, Comissão como o Bolsa Família, como o Brasil sem Miséria. Exatamente isso fez com que uma parte significativa dos malefícios da crise não fossem explicitados para essas populações. Esse foi um ganho.

Mas, por outro lado, quero lembrar o seguinte: sociedades desiguais forjam instituições desiguais. As sociedades iguais forjam instituições que dão tratamento desigual para as pessoas.

E, no caso das sociedades em que a desigualdade está centrada no racismo, nós forjamos instituições racistas. Isso significa dizer, por exemplo, que, apesar de todas as benesses que foram dadas com os programas Bolsa Família, Brasil sem Miséria etc., que trouxeram de fato uma redução da pobreza e da miséria, quando nós vamos ver e comparar – e eu fiz essa comparação agora, no último trabalho que nós fizemos na Consultoria – a porcentagem de pobres negros em 2004 em relação à porcentagem de pobres negros em 2014, constatamos que aumentou essa porcentagem de negros pobres. E isso significa o seguinte: a saída da pobreza foi maior entre a população branca do que entre a população negra. E, aí, nós podemos discutir quais as causas disso. Pode ser que a população pobre branca esteja mais perto da linha da pobreza, então seria mais fácil subir. Não importa neste momento aqui, mas é importante dizer que a população negra não foi assistida de forma percentualmente igual pelos programas sociais. E isso tem a ver com o fato de que nós precisamos acoplar às políticas sociais um componente de política de ação afirmativa, sem o que essas políticas vão continuar beneficiando mais aquelas populações que normalmente são beneficiadas em função de instituições desiguais, forjadas por uma sociedade desigual.

Então, eu queria começar falando disso.

A crise afetou desigualmente. Apesar dos anteparos, a população negra foi a que sentiu mais os efeitos dessa crise, tanto que aumentou o percentual de pobres negros. Embora do ponto de vista absoluto tenha se reduzido, do ponto de vista relativo a participação dos negros entre pobres e miseráveis aumentou.

Eu queria também dizer que, nessas crises, nas sociedades desiguais, nós temos aqueles que não sofreram e que foram beneficiados. No caso, nós percebemos que, a despeito da redução da atividade econômica, a despeito do fato de que o Brasil não cresceu – ao contrário, a economia brasileira decresceu neste ano –, nós tivemos um sistema que lucrou quase R$70 bilhões: o sistema bancário. Quer dizer, nós forjamos uma engenharia institucional em que um segmento ganha mesmo quando você tem um problema de decréscimo de toda a economia. Então, há alguma coisa que nós precisamos rever aí e, neste caso, é o sistema bancário.

O sistema bancário ganhou na crise, ganhou na redução, aumentou os seus lucros quando o País todo está perdendo. E, aí, eu queria falar que esse sistema bancário precisa, de alguma maneira, aumentar a sua

contribuição, dar a sua contribuição, já que está sendo o mais privilegiado num ambiente de "desprivilégio", durante a crise. Se há algum lugar onde nós devemos buscar ajuda nesse período de crise, tem que ser nos segmentos mais fortes, neste caso o sistema bancário.

Há estudos – o Frei David já citou isso, mas eu queria enfatizar – sobre a participação do negro no sistema bancário. Eu queria chamar a atenção para um estudo do Ceert, que foi contratado, de fato, pela Febraban. Em determinado momento, o Ceert, que é uma instituição de São Paulo muito séria, convidou-nos, técnicos do Ipea na época, para fazermos uma espécie de debate sobre a metodologia dos estudos deles etc. Então, eu posso afirmar o seguinte: o estudo do Ceert, que foi feito em dois momentos – salvo engano, em 2003 e 2012 ou 2014 –, tem informações importantíssimas sobre a situação dos funcionários negros nos bancos, e a grande maioria dessas informações não foi divulgada. Nós temos lá informações muito importantes não só sobre o aumento – e o Frei David frisou aqui – da contratação de funcionários negros – e houve, de fato, um aumento. Contudo, quando vamos olhar do ponto de vista da ascensão, vemos que essa ascensão é problemática.

Então, há um conjunto de informações lá que podem ser pedidas. O Ministério Público pode solicitar essas informações, que não foram divulgadas e que são muito importantes para que nós pensemos em estratégias.

É preciso abrir os resultados das pesquisas sobre a situação de ascensão funcional, situação salarial, como os funcionários têm se comportado, qual tem sido a posição salarial, enfim, são várias informações muito importantes para que possamos estabelecer com a Febraban algumas coisas que me parecem fundamentais.

A primeira delas: metas e compromissos. Na primeira negociação que se fez, o dever de casa da Febraban foi mais ou menos sob o seguinte argumento: não conhecemos bem a situação dos funcionários negros, precisamos fazer um estudo, e o nosso dever de casa é fazer o estudo.

Tudo bem, o estudo foi feito, está aí. O próximo passo é: com base nesse estudo – e digo com base nesse estudo porque ele tem consistência, já tive acesso a algumas informações dele – é possível estabelecer as metas e compromissos de inclusão da população negra. Ou seja: a situação é essa, e essa situação tem que mudar nos próximos 10 ou 15 anos, mudar não só do ponto de vista do crescimento do contingente de trabalhadores negros, mas principalmente da ascensão social, que é mais importante. Contratar todo mundo contrata, mas se essa pessoa fica o tempo todo nos escalões menores e não tem nenhuma ascensão, isso também é uma coisa ruim, não é uma coisa desejável.

O segundo ponto é que, do ponto de vista de quem trabalha com a questão racial, quando olhamos essa lucratividade dos bancos, esse crescimento mesmo na crise geral, é impossível não fazer o contraponto com a ausência de recursos para políticas de igualdade racial. Quer dizer, de um lado, bilhões e, de outro, no tratamento das questões importantes do Brasil ...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIO THEODORO – Já estou terminando, Senador.

No tratamento das questões importantes no Brasil, temos ausência de recursos. Seria importante que o Governo viesse aqui também para falar de mecanismos que possam financiar políticas que são importantíssimas.

O que estamos vivendo é o seguinte: a política social brasileira tem sido muito efetiva, mas não tem sido efetiva no combate ao racismo. Ela tem que ser complementada com ações afirmativas. Só que o Governo não tem recursos para fazer isso. Então, temos que pensar em alternativas para isso.

Temos propostas de constituição de fundos, do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, inclusive o Senador Paulo Paim tem uma emenda à Constituição nesse sentido. Há outra campanha de iniciativa popular já em franco andamento que prevê a constituição de um fundo para que tenhamos recursos para fazer ações afirmativas em todo o Brasil. Tudo isso nos leva à conclusão de que, primeiro: combater a desigualdade no Brasil é combater o racismo, porque o racismo está na base dessa desigualdade. Em segundo lugar: o racismo se combate com ações afirmativas. E, mesmo que tenhamos políticas sociais que sejam efetivas, elas, como não têm o componente afirmativo, privilegiam mais um grupo, fazendo com que continue a haver desigualdade.

Precisamos de políticas afirmativas para complementar as políticas sociais tradicionais, e essas políticas precisam de recursos, e esses recursos têm que ser buscados de várias formas. Uma delas talvez seja com a ajuda de algum imposto, alguma coisa sobre o próprio sistema bancário, sobre a própria quantidade de recursos que há aí, para que possamos, tirando de quem tem muito para ajudar a quem tem pouco, fazer com que este seja um País mais igual. Essa talvez seja uma proposta que se tenha mais para frente. Neste momento, a proposta que acho mais importante é: trazer os bancos para conversar e estabelecer as metas para os próximos anos com relação a essa diversidade racial que passou a ser desigualdade, o que é uma coisa muito perniciosa.

Era isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Mario Theodoro, Consultor Legislativo do Senado Federal, companheiro nosso de longas jornadas, que ajudou inclusive no Estatuto da Igualdade Racial, na política de cotas, enfim, em inúmeras leis que aprovamos neste Congresso.

Agora, a Drª Luciana.

Não se encontra? Luciana não veio, não é?

Então, passamos a palavra para o dirigente sindical representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), Sr. José Roberto Santana da Silva.

O SR. JOSÉ ROBERTO SANTANA DA SILVA – Bom dia a todos e a todas, um bom dia ao Dr. Alessandro.

Senador Paim, muito obrigado. O Roberto agradece o convite. Pena que ele não pôde estar presente aqui para falar e passar os dados, os números para vocês.

Um bom dia ao Frei David e ao Mario – uma explanação muito boa, realmente é o que ocorre mesmo.

Nos bancos, há essa distinção e essa discriminação vedada, que está aí, que é a não contratação, além de pessoas com deficiência, de negros e negras. E se você perceber que houve aumento na contratação de negros e negras, vai constatar que isso ocorreu nos bancos públicos. Por quê? Porque eles passaram por concurso; não é aquela contratação velada, é o concurso. Então, se foi registrado um maior número na entrada de negros e negras no mercado financeiro, foi por aí, Banco do Brasil, Caixa Econômica, por causa do concurso.

Vou iniciar a minha explanação falando a respeito de trabalhadores com deficiência no mercado financeiro. Eu gosto, sempre que venho fazer uma apresentação, de colocar uma charge que é da cartilha de trabalhadores e trabalhadoras da CUT – lançamos a segunda cartilha de trabalhadores com deficiência da CUT. Diz assim: "Rompendo barreiras e ampliando direitos. Direito é bom: nós gostamos e lutamos por ele!". Sem essa luta, nós não teríamos muitos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho, principalmente no mercado financeiro, que sabemos como funciona.

Para iniciar, vamos entender isso um pouco. A população brasileira está em torno de 190 milhões – dados do IBGE, Censo de 2010, que é o atual. Para termos uma noção de quantas são as pessoas com deficiência nessa população, vamos adotar a definição que a ONU tem a respeito de pessoas com deficiência. A definição da ONU diz que pessoas com deficiência são "aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas".

Essa é definição que a ONU traz a respeito de pessoas com deficiência. Por que eu trouxe essa definição? Para poder mostrar para vocês que, do total de 190,755 milhões de pessoas que compõem a população do Brasil, existe uma população com deficiência, segundo o censo, de 45 milhões – esses são os brasileiros que têm alguma deficiência. Isso corresponde a quase 24% da população brasileira. Então, é meio retórico quando escutamos que não há pessoas qualificadas, não há pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Se pararmos para analisar, veremos que as pessoas com deficiência perfazem quase um quarto da população, um quarto da população tem alguma deficiência.

Para que esses trabalhadores com deficiência possam estar no mercado de trabalho, foi criada a Lei de Cotas. Acho que todos já conhecem essa lei, a Lei nº 8.213 de 1991, que estabelece que as empresas precisam ter trabalhadores com deficiência na seguinte proporção: de 100 até 200 empregados, 2%. A maioria dos bancos, quase a totalidade deles, se encaixa no segmento acima de 1.001, e eles têm que ter 5% de trabalhadores com deficiência. Hoje, com a compra do HSBC pelo Bradesco, só um banco – pelo menos é o que eles dizem – cumpre a Lei de Cotas. Para vocês verem, senhores: de todo o mercado financeiro, só um banco – um banco! Isso é o que dizem, porque não mostram esses números, eles não abrem esses números para nós, da Contraf, para ninguém – ele só informa que cumpre a Lei de Cotas, só um banco.

Esta aqui é uma charge, que também está na nossa cartilha, que mostra trabalhadores, mostra pessoa com deficiência auditiva, intelectual, pessoa com deficiência visual.

Aqui vou começar mostrando dados da Febraban. Isso é da Febraban mesmo, se vocês entrarem no *site* da Febraban, verão os números lá. Não é nada escondido, estão lá, são números deles que mostram claramente a situação.

O censo que foi feito em 2014 mostrou que o total de bancários no Brasil era de 458 mil trabalhadores. Desses, 187.411 responderam, o que corresponde a um total de 40%. Participantes dessa pesquisa foram 18 bancos. E fazendo uma comparação com o último censo, que seria o de 2008, nós percebemos que a população de trabalhadores do ramo financeiro teve um crescimento de quase 50 mil trabalhadores. Desses, podemos perceber que tivemos uma diminuição dos respondentes de 2008 para 2014 e a ampliação de um banco participante. Em 2008, foram 17; em 2014, nós tivemos a participação de 18 bancos. Essa foi uma participação voluntária, cada trabalhador entrava lá no sistema e respondia. Então, cada um podia responder da melhor forma. Respondia a todos os critérios, tudo.

Estou trazendo para vocês aqui a relação de bancários com deficiência no sistema financeiro. Nós podemos ver que, em 2008, de quatrocentos e poucos mil bancários no sistema financeiro, só havia 1,8% de trabalhadores com alguma deficiência – vocês percebem que era muito baixo. Em 2014 – prestem bem atenção – dobrou o número de trabalhadores com deficiência, mas mesmo assim continuamos abaixo, muito abaixo, da Lei de Cotas, que diz teriam de ser no mínimo 5%, no mínimo 5%. Esses são números da Febraban. Eles mesmos colocam que eles não cumprem a Lei de Cotas. Isso salvo um banco, que alega que cumpre essa Lei de Cotas, nenhum outro cumpre.

Bancários por deficiência: em 2008, nós tivemos um número de pessoas com deficiência física em torno de 78%; em 2014, baixou para 60%.

Com as contratações de pessoas com deficiência, começamos a perceber que eles estavam fazendo segregação com os trabalhadores com deficiência. Eles pegavam uma área e colocavam todas as pessoas com deficiência, eles as deixavam num canto. Chegamos a encontrar trabalhadores com deficiência visual... Ainda que sejam trabalhadores com deficiência visual, eles precisam de claridade. Mas não, o ambiente era totalmente escuro por economia – a gente entende que seria por isso –, ocasionando mais complicações para os trabalhadores.

Percebemos também, entre os trabalhadores com deficiência física, muitos cadeirantes. Cadeirantes ficaram mais na base da pirâmide...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBERTO SANTANA DA SILVA – ... atendendo o telefone. Por que o trabalhador com deficiência física cadeirante? Porque os cadeirantes, diferentemente de outros trabalhadores, vão menos ao banheiro. Muitos cadeirantes usam uripen – uripen, senhores, é uma bolsa que eles usam, eles a põem de lado e fazem as necessidades deles onde eles estiverem. Depois que está cheia a bolsa, eles vão lá e a esvaziam. Então, por isto as empresas dão preferência a esses trabalhadores: porque eles vão menos ao banheiro. Então, temos também essa preocupação com esses trabalhadores.

Eles contratam o pessoal com problema auditivo mais para fazer digitação. Por que digitação? Como os trabalhadores com deficiência auditiva conversam mais em Libras, na linguagem de sinais, eles os põem para digitar. Eles digitam mais do que outros trabalhadores porque não param para conversar. Se eles pararem, a produção deles vai cair.

Aqui nós podemos ver o tempo de um trabalhador com deficiência. Vocês podem ver que poucos conseguem chegar a mais de 25 anos. Por quê? Nós dizemos no mercado financeiro, entre os bancários principalmente, que o trabalhador com deficiência tem data de validade. Após 3 a 5 anos, eles estão dispensando o trabalhador. Eles dizem que não têm trabalhadores com deficiência e, quando os têm, eles têm todo um trabalho, todo um custo para fazer com que o trabalhador se adapte ao local, se adapte ao ambiente, se adapte às pessoas que estão ao seu lado, mas eles os dispensam. Muitos trabalhadores com deficiência são dispensados e não sabem nem por que isso aconteceu. Eles dizem que faziam tudo o que era pedido, mas, quando vamos à gerência, ouvimos que, depois de 5 ou 6 anos, o trabalhador não se adaptou, não se enquadrou no trabalho bancário e, por isso, foi dispensado.

Trago também um eslaide a respeito da acessibilidade, do ambiente de trabalho acessível. Notem que, para 78%, é acessível, mas esse número é meio enganoso, porque há muitos trabalhadores com deficiência que têm medo de falar que estão tendo problemas para chegar ao seu ambiente de trabalho, que a mesa, a cadeira ou o espaço é impróprio para eles. Ele tem medo de fazer esse questionamento e ser demitido, como nós já vimos acontecer. Nós já tivemos trabalhadores com baixa visão que questionaram a empresa e foram demitidos depois de um ano e meio com a alegação de baixa produtividade. Então, muitos trabalhadores têm receio de falar o que realmente ocorre com eles.

Observamos que 21% tiveram coragem de falar que não é acessível, está inadequado. E o que mais foi constatado? Mobiliário e sinalização em geral, rampas e banheiros, integração com a equipe. Isso só ocorre porque muitos – pasmem! –, muitos trabalhadores que têm um colega que tem alguma deficiência têm receio de conversar com esse trabalhador, eles não sabem como tratá-lo. E nós cansamos de falar para os colegas: "É só tratar como você trataria outro colega: normalmente." Não há diferenciação, mas existe o receio... Não, é só conversar como você conversaria com outra pessoa, não há diferença nenhuma. A pessoa com deficiência tem uma deficiência, só isso. Ela é uma pessoa como qualquer outra.

Programas de computadores, falta de orientação e de informações. Muitos gestores sabem que há um trabalhador ali com deficiência, mas não dão suporte a ele. O próprio gestor não consegue se reciclar para receber esse trabalhador com deficiência. Ele não consegue tratar esse trabalhador com deficiência sem nenhuma distinção.

Este aqui é um artigo da nossa minuta de reivindicações pelo qual temos brigado muito junto à Febraban. A nossa justificativa para a pessoa com deficiência é como para qualquer ser humano, qualquer outra pessoa.

Se a pessoa torce o pé, quebra a perna ou sofre um acidente, ela fica impossibilitada de ir ao trabalho. Ela vai ao médico e pega um atestado. A pessoa com deficiência também tem as suas particularidades. Há os cadeirantes, os que usam muleta. No meu caso, eu uso uma órtese. Então, se a minha órtese quebra, eu fico impossibilitado de andar, eu fico impossibilitado de fazer minhas atividades do dia a dia. Essa é uma cláusula sobre a qual, num acordo coletivo, a gente sempre está conversando com a Febraban, mas eles dizem para gente conversar banco a banco. A gente entende que teria que ser para todos, porque não podemos ficar só na mera liberalidade de um gestor. Se um trabalhador com deficiência quebra uma órtese ou a cadeira, ele precisa fazer o reparo desse material, que faz parte dele, mas eles não entendem dessa forma.

A gente está sempre brigando, a gente está sempre tentando..

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBERTO SANTANA DA SILVA – Já estou terminando.

A gente sempre pede que, em reparos e ajudas técnicas, a pessoa possa ter a sua independência, que ela não precise ficar dependente de outra.

A gente pede, mas é uma briga. E pasmem: um banco apenas, até hoje, assinou isso. Se acontecer algum imprevisto com os trabalhadores com deficiência, como a quebra de uma órtese ou de uma cadeira, eles podem fazer esse reparo e justificar no ponto com uma carta da oficina técnica que fez esse reparo. Ele não precisa se justificar com seu gestor, não é uma mera liberalidade. Isso está assinado mesmo.

O nosso principal desafio, das pessoas com deficiência, é o transporte público ainda. Como o Mario falou, também o Alessandro, todos os nossos transportes públicos já deveriam ser acessíveis, mas, com um termo de ajuste de conduta, eles sempre conseguem modificar isso. A gente esbarra muito ainda no transporte público. Há trabalhadores cadeirantes que esperam o ônibus por 30 a 40 minutos, dependendo da região. Há dificuldades de acessibilidade também nas ruas, nas calçadas. Para que a pessoa com deficiência tenha essa independência e possa...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ROBERTO SANTANA DA SILVA – E a comunicação. A gente precisa se comunicar mais com as pessoas com deficiência.

Hoje, no Brasil, temos duas línguas oficiais – isso é reconhecido –, mas muitos brasileiros nem sabem. Temos duas línguas oficiais: Português e Libras. Libras é oficial no Brasil, mas nós não temos aula de Libras nas escolas públicas para que possamos conversar com os nossos companheiros e colegas que tenham alguma deficiência.

Essa aqui é uma charge em que todos estão de braços levantados dizendo que estamos em luta sempre.

Como eu não me apresentei direito no início, quero dizer que meu nome é José Roberto Santana Silva, sou da Contraf, diretor da Fetec, represento o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. Sou diretor da Afubesp, Associação dos Funcionários do Santander Banespa, e estou como coordenador do Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT/SP. Esses são o meu telefone e *e-mail. S*e alguém tiver alguma dúvida, pode fazer contato comigo.

Muito obrigado. Agradeço de coração a todos.

Muito obrigado, Paim, por nos dar esta oportunidade de fazer essa explanação aqui a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. José Roberto Santana Silva, que falou pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e mostrou que a discriminação, o preconceito e o não cumprimento da própria legislação da política de cotas são muito frequentes nos bancos em relação às pessoas com deficiência.

Então, Frei David, não é só contra o povo negro.

O SR. FREI DAVID SANTOS (*Fora do microfone.*) – É mais sério ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É mais sério ainda, porque nós temos brancos e negros com deficiências que passam por todo esse constrangimento.

Muito bem, eu queria franquear a palavra ao Plenário. Se alguém quiser fazer alguma pergunta ou mesmo expressar um ponto de vista, fique à vontade, basta pegar o microfone, dizer seu nome e usar da palavra por cinco minutos.

O SR. ELIAS DA ROCHA – Bom dia a todos.

Meu nome é Elias. Sou voluntário da Educafro. As minhas pontuações são referentes às falas feitas.

O Ministério Público do Trabalho – perdoem-me por enquanto – é apaixonado pela democracia? Eu me pergunto. Por quê? Se houvesse mais negros nessa instituição, será que a visão jurídica em 2003 não seria diferente?

Por exemplo, dentro do microssistema jurídico há vários remédios – eu não tenho pretensão de dar aula de Direito, pelo amor de Deus, Procurador –, mas foi usado apenas um: ação civil pública, em cinco ações.

Repito o questionamento: o Ministério Público do Trabalho é realmente fiscalizador da lei? Está do nosso lado? Defende a democracia? Eu estou me perguntando, Senador Paim.

A Educafro está cogitando ir diretamente ao Supremo, mas, antes, nós solicitamos, pedimos, rogamos, imploramos para que essas instituições, inclusive o Ministério Público do Trabalho, façam sua parte como instituições.

Enfim, estamos numa nova dimensão. Em 2012 houve um avanço, embora tenha sido voltado mais para a questão trabalhista, conforme pontuado pelo Procurador Alessandro.

São perguntas que devemos fazer. Não é um ataque pessoal, mas é que existem vários remédios dentro do microssistema jurídico para tratar de direitos coletivos, de direitos difusos, principalmente no caso do negro.

Outra questão que me aflige é alguns bancos mostrarem que estão apresentando medidas para denunciar o racismo. Essa questão já está tipificada, ainda que não seja de forma correta. É bem pequena essa questão de orientar o banco, orientar o funcionário a lidar com certas questões para não praticar racismo. Não. Não é somente isso. Tem que radicalizar, focar metas, inclusive essas que o Frei David e nós da Educafro apresentamos aqui.

Se a Febraban continuar com esse discurso, inclusive desrespeitando o Senado e toda a sociedade, não comparecer a esta Casa hoje... (*Palmas.*)

...estará apenas colaborando para a discriminação indireta. A Febraban está sendo covarde, como sempre foi, por não estar aqui presente.

Essa questão de dados também... Tudo bem, essas pesquisas empíricas são importantes, mas não são suficientes. A gente tem que andar, tem que substanciar a questão. Dados para lá, dados para cá... Basta olhar, gente, basta ir ao *shopping*.

Por último, Senador Paim, essa questão de 16% de negros em alguns bancos, não é isso?

(Soa a campainha.)

O SR. ELIAS DA ROCHA – É uma vergonha!

Pelo jeito, não vou poder me alongar, mas, enfim, essa é a minha fala como voluntário da Educafro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Alguém queria fazer mais alguma colocação? Depois a gente responde em bloco.

Ninguém mais? Então vamos direto ao Procurador Alessandro.

Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Agradeço, Elias, por sua manifestação.

O Ministério do Trabalho é uma instituição essencial ao funcionamento do próprio Estado, isso é reconhecido na Constituição. Se não existisse o Ministério Público como um todo, não haveria tanto combate – não digo só à corrupção, o que está bem em voga hoje, que são ações do Ministério Público, no caso o Federal –, não haveria tantas pessoas com deficiência no mercado de trabalho, não haveria tanto combate ao trabalho escravo. Enfim, é uma instituição essencial à existência do próprio Estado democrático de direito.

Você questionou a estratégia adotada em 2003. Essa foi a estratégia que se pensou no âmbito da Coordigualdade, a Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho, decorrente de provocação dos movimentos negros. Infelizmente, as ações não foram bem recebidas na Justiça e, como apontei, agora, treze anos depois, novamente utilizando dados oficiais, nós obtivemos 100% de êxito. Então, faz parte de um processo de amadurecimento de todas as instituições.

Não vou responder nenhum comentário partidário ou político porque isso não cabe ao Ministério Público do Trabalho. O fato de ter acertado ou não... Eu não acho que foi um erro ter entrado com as ações civis públicas. Ou o Ministério Público do Trabalho celebra Termo de Ajuste de Conduta, que é um acordo em que as empresas e as entidades se comprometem a cumprir a legislação... Não foi possível porque, como ficou público e notório aqui, as próprias instituições não se fazem representar ou, às vezes, não dão sequer a importância devida às demandas. Fomos para a ação civil pública.

Ouvi com satisfação o Frei David falar das possibilidades de ajuizar ações. Não conheço muito bem a Educafro – procurei rapidamente sua personalidade jurídica –, mas acho que vocês não podem entrar com as ações, acho que vocês precisam se socorrer de órgãos como o Ministério Público, que tem legitimidade, ou

como os sindicatos, que têm legitimidade para ajuizar. Então, o trabalho tem que ser conjunto, porque se cada um bater na mesma frente em diversos segmentos de forma disseminada, o resultado vai ser pior.

Já entrei em contato com o Procurador-Geral, e ele vai entrar em contato hoje, ou eu mesmo vou entrar em contato... Tenho uma reunião, coincidentemente, logo após, eu faço parte da comissão de gestão do atual Procurador-Geral do Trabalho...

O resultado vem do trabalho conjunto. Então, não é uma questão de criticar o que foi feito e o que não foi feito, o que as instituições todas fizeram. O momento é de continuarmos sempre buscando estratégias e alternativas, e de preferência em conjunto. É possível, sim, o Ministério Público do Trabalho requisitar do Ipea a realização de novo estudo gratuito que demonstre a realidade para, com base nisso, discutirmos com dados concretos. Já foram muito bem apresentados pelo Frei David...

É possível retomarmos sempre a discriminação. Não é pelo fato de que ajuizamos ações em 2003 que a questão de discriminação racial e contra pessoas com deficiência se perdeu. Há duas semanas aqui, no Distrito Federal, representei o Ministério Público do Trabalho na Conferência Distrital de Direitos Humanos, falava especificamente da relação dos homossexuais. Foi muito interessante a iniciativa do Governo do DF – aqui, de novo, abstendo-me de identificações ou comentários partidários, políticos –, foi interessante reunir numa mesa...

E falou-se muito do reconhecimento. Precisamos reconhecer que há discriminação, sim, em todos os níveis. Foi muito importante o Brasil finalmente ter reconhecido que existe o trabalho escravo no País e que precisamos combatê-lo.

Há um debate muito intenso aqui, no Congresso Nacional, sobre a questão do conceito de trabalho escravo. É importante esse amadurecimento. Há dez anos não se falava em trabalho escravo, era camuflado. Hoje, infelizmente, como Procurador do Trabalho em Brasília – sou Procurador Federal, atuo no Brasil inteiro, já coordenei diversos programas de combate ao trabalho escravo no setor sucroalcooleiro, na extração de rochas ornamentais –, digo: em Brasília há trabalho escravo.

Na construção do nosso Estádio Nacional, encontramos imigrantes ilegais participando das obras. Não é preciso ir ao Nordeste, ao Norte ou ao Sudeste procurar o trabalho escravo. Então, é uma luta contínua, e muito mais importante se a fizermos juntos.

É importante o reconhecimento de que existe sim a discriminação nos seus diversos setores. Inclusive, há um debate interno no Ministério Público sobre a questão de cotas para concursos públicos, questão que foi levada pelos movimentos sociais não só ao Ministério Público, mas a diversos órgãos.

Eu posso falar pela maioria dos Procuradores do Trabalho, pela maioria dos Procuradores do Ministério Público: nós temos essa consciência. Não me envergonho – fazendo um comparativo – de ser uma pessoa branca aqui na Mesa. Eu tenho um pensamento combativo, essa é a minha função. Nós não podemos perder essa indignação.

Como falei, sou muito rapidinho e já entrei em contato, enquanto se falava aqui na Mesa, com o Procurador-Geral. E a resposta foi: "Opa, vamos confirmar a agenda e marcar urgente!". (*Palmas.*)

Então, era isso.

Quanto ao combate, não é porque ajuizamos uma ação que deixamos a questão de lado, porque até hoje, desde 2003, nós tentamos a inclusão de pessoas com deficiência, respeito às cotas de estagiários e aprendizes. Este País é muito grande e precisa de muitas mudanças, culturais principalmente, para falarmos em acessibilidade.

Eu, como Procurador-Chefe do Ministério Público no DF e em Tocantins – nós temos quatro unidades do Ministério Público, uma em Brasília e três em Tocantins –, posso dizer que em todos os nossos prédios... Quando alugamos um edifício no ano passado para abrigar a Procuradoria do Trabalho em Araguaina, Tocantins... Eu tenho um servidor com deficiência locomotiva, e o prédio tinha dois andares. A dona do imóvel falou: "Não vou colocar um elevador, não me interessa, é muito caro". Continuamos negociando e agora, finalmente, há um elevador. Esse trabalhador deficiente tem capacidade laboral plena, e nós precisamos dar o nosso exemplo.

Como eu disse, talvez nesta quarta-feira, convido a participarem das reuniões para pensarmos em novas alternativas. O Brasil precisa de uma evolução, o Brasil como um todo precisa de uma evolução na sua mentalidade. Isso se consegue aos poucos. Nós estamos falando de um processo histórico que dura mais de 500 anos e de todas as formas de discriminação, que devem ser exterminadas pouco a pouco.

Acho que quarta-feira conseguimos marcar... O Procurador-Geral já está me cobrando a presença porque ele quer marcar a reunião – "Alê, você está vindo? Precisamos acertar as agendas". Mas acho que, na quarta-feira – depois eu entrego o meu cartão –, já teremos essa reunião e poderemos começar a pensar em novos programas ou ver o que já está sendo feito no Brasil inteiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos às considerações finais: 5 minutos para cada um dos companheiros da Mesa.

Começamos com o Frei David.

O SR. FREI DAVID SANTOS – Senador Paim e demais membros, mais uma vez quero agradecer o trabalho dedicado da Comissão de Direitos Humanos, que abraça o tema dos negros e dos excluídos com tanta propriedade e com tanto amor. Esta Comissão merece um prêmio pelo trabalho que ela faz.

Gostaria de pedir a esta Comissão, através de seu Presidente, que intimasse a Febraban a entregar os dados completos da última pesquisa da Febraban sobre a exclusão do negro, do deficiente e da mulher. Que esta Comissão solicitasse, requisitasse à Febraban esses dados completos, não os dados trabalhados e manipulados – vimos que os dados manipulados só mostram o que querem; o Dr. Mario provou para nós que os dados lá são muito mais graves do que os que eles apresentam.

O segundo ponto é solicitar ao nosso irmão Alessandro, do Ministério Público do Trabalho, que também faça a mesma solicitação à Febraban, que requeira esse mesmo documento, porque sabemos o quanto o Ministério Público do Trabalho pode ajudar nessa proposta de um Brasil melhor.

O terceiro ponto é que a Comissão de Direitos Humanos solicite ao Ministério Público do Trabalho dados sobre o perfil da exclusão do negro em todos os setores da vida nacional. Se houver um diálogo bonito desta Comissão, que é bastante comprometida conosco, com o Ministério Público, que tem compromissos em vários aspectos, já foi provado aí, se houver uma troca de informações, de dados, vamos conseguir agilizar muita coisa boa – parceria entre o Ministério Público, o Senado, com a Comissão de Direitos Humanos, e movimentos socais.

Solicito, portanto, à Comissão que requisite ao Ministério Público do Trabalho esses dados.

Outro ponto é solicitar ao Ministério Público do Trabalho a retomada das reuniões de trabalho que tínhamos sempre com os Procuradores anteriores. O Procurador-Geral Dr. Otávio, por exemplo, nos recebeu várias vezes lá. Com a série de problemas relativos ao não andar da inclusão do negro, tivemos alguns atritos, mas queremos superá-los e começar uma nova fase.

Também queremos solicitar à Comissão de Direitos Humanos que requisite ao Caged, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, os dados de exclusão do negro. O Ministério do Trabalho e da Previdência Social tem feito várias pesquisas sobre o negro, e esses dados estão parados no Ministério, não estão servindo a sociedade, como deveriam, para gerar políticas públicas.

O último ponto é dirigido ao nosso irmão Dr. Alessandro, da Procuradoria Regional do Trabalho: o Ministério Público da Bahia, o Ministério Público do Rio, o Ministério Público do Paraná e outros reconheceram que têm autonomia para, eles mesmos, adotarem cotas nos seus setores, cotas para negros em concurso público para todos os cargos do Ministério Público correspondente.

Nós perguntamos se vocês, Ministério Público do Trabalho, já amadureceram essa posição, porque, na conversa nossa com o Conselho Nacional do Ministério Público, eles falaram abertamente: "Qualquer Ministério que quiser fazer, nós aprovamos imediatamente, independentemente de uma resolução nossa." Pergunto ao senhor se poderia levar ao nosso irmão, o Procurador-Geral, o seguinte: está na hora de recolocar isso na reunião do Conselho do Ministério Público do Trabalho, porque vocês são o órgão do trabalho e devem dar esse testemunho a partir da própria casa de vocês, mostrando que lá a inclusão do negro acontece.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID SANTOS – Aí vocês terão mais autoridade para cobrar da Febraban e dos demais setores a inclusão do negro no Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Essas foram as considerações finais do Frei David.

Agora as considerações finais do Dr. Alessandro, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Gostaria de parabenizar a organização desta audiência pública. É importante não deixarmos o debate morrer. E não vai morrer porque a discriminação, infelizmente, em todos os setores é visível, palpável.

Frei David, vou deixar as respostas para quinta-feira na reunião, porque há, sim, interesse do Ministério Público do Trabalho em promover melhorias no seu quadro interno. Quando eu comecei a trabalhar, há 17 anos, no Ministério Público do Trabalho, no Rio de Janeiro, quando se exigiam cotas para deficientes, eu tinha que ouvir: "Mas o seu prédio não há nem acessibilidade!"

Infelizmente, os nossos órgãos públicos, muitos deles, estão sucateados. O Ministério Público do Trabalho melhorou bastante suas instalações, mas antigamente os prédios eram alugados e dificilmente se conseguia fazer adaptações ou até melhorias com relação à acessibilidade. Hoje temos essa preocupação, e há exigências, inclusive, do nosso Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no sentido da acessibilidade, da transparência, enfim, da nossa atuação.

Então, podemos retomar sim, nessa reunião de quarta-feira, mais esse ponto.

Agradeço a participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Dr. Mario Theodoro, Consultor do Senado.

O SR. MARIO THEODORO – Bem, Senador, serei muito breve.

Primeiramente quero agradecer a oportunidade de estar aqui discutindo esse tema, que é fulcral. Em segundo lugar, quero chamar atenção para a importância – e aqui foi levantada tanto pelo colega Dr. Alessandro, quanto pelo Dr. José Roberto – da iniciativa de trabalho conjunto, das diversas instituições.

Frei David, na Educafro, tem um trabalho importantíssimo, mas ele tem a necessidade de que outros órgãos, principalmente institucionais, venham juntar forças. Chamar instituições como o Ipea é importante, porque tem um trabalho na área, pode produzir dados.

Enfim, chamo muito a atenção para essa questão de trabalharmos em conjunto, porque são esses arranjos institucionais que farão com que possamos mudar o perfil do mercado de trabalho, o perfil dos empregadores. E os bancos são uma espécie de setor emblemático. Se conseguirmos fazer com que os bancos aceitem trabalhar de forma efetiva – não no discurso – a questão da igualdade racial, será um farol para o resto dos segmentos importantes da nossa sociedade, da nossa economia.

Então, desse ponto de vista, eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, de aprender com os colegas e dar essa nossa humilde contribuição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mario Theodoro, Consultor do Senado Federal. (*Palmas.*)

José Roberto Santana da Silva fala pela Contraf.

O SR. JOSÉ ROBERTO SANTANA DA SILVA – Bom dia a todos novamente.

Eu é que agradeço, com prazer, a oportunidade de estar aqui e conversar com vocês, com o Senador Paulo Paim, com o Alessandro, com o Frei David, com o companheiro Mario, mostrando para a sociedade que ela é discriminatória, muito preconceituosa e que não dá para esconder debaixo do tapete esse preconceito. Só vamos sair do gueto se sairmos para a luta, para a rua, e mostrarmos para todos que não só os negros, mas pessoas com deficiência e LGBT também devem ter oportunidades, tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade.

Uma coisa pela qual sempre temos brigado com a Febraban, Senador Paim, é para que eles abram esses números para nós, porque como o Frei David e o Mario colocaram, esses números estão meio maquiados. Então, gostaríamos que esses números viessem à tona, todos.

E mais uma vez, como o companheiro Elias falou, a Febraban deveria estar aqui. Ela tinha que se mostrar, tinha que dar as caras aqui. Eles estão com medo – vamos dizer assim – porque sabem que estão errados na metodologia que estão usando. E a gente poderia, sim, melhorar muito o sistema financeiro. Mas isso eles não querem. Eles querem o quê? Só o lucro! Só pensam no lucro, metas e mais metas. Os caixas são obrigados...

A gente tem, na nossa minuta de reivindicação – a nossa minuta é assinada com a Febraban –, que caixa não pode ter metas. Mas todos os caixas têm metas sim, é escancarado! A gente precisa mudar esse método. Então, precisamos trabalhar juntamente com a Educafro, com o Frei David... Você vá lá, David, para a gente marcar e conversar mais na Contraf, porque ali a gente já fez também um espelho do negro – vocês sabem, já viram a nossa cartilha.

A Contraf sempre está trabalhando, sempre estamos discutindo, e temos uma mesa para negociar. Na mesa nós negociamos, e eles jogam para o coletivo. Quando chega lá para a convenção coletiva, eles falam: "Não, tem as mesas temáticas; discutam nas mesas temáticas". E nas mesas temáticas, o pessoal que vai não tem poderes, não tem autonomia para responder. E ficamos nesse vai e volta, mas sem ter essa responsabilidade deles.

Agradeço mais uma vez a todos e a todas.

Senador, muito obrigado por esta oportunidade de vir aqui falar com vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Roberto Santana da Silva, que falou pela Contraf.

Vamos aos encaminhamentos finais.

Frei David, o que você solicitou... Eu não vou requisitar, porque não tenho poder de requisitar uma pesquisa interna deles, mas vou solicitá-la. Vou fazer um requerimento solicitando que eles nos mandem, para encaminhamento nosso aqui no Senado, os dados que você pediu. E farei também, na mesma linha, com relação às pessoas com deficiência.

Permita-me... O seu nome é?

O SR. ELIAS DA ROCHA (*Fora do microfone*.) – Elias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Elias.

O militante – sempre digo – tem um papel a cumprir, com a sua dureza, com a sua sensibilidade e com a sua firmeza.

Esse é o papel do militante, mas, como Presidente dos trabalhos, vou tirar a palavra "covarde". Não estou tirando o que você disse. Essa é a sua opinião, mas a Mesa não vai fazer constar esta palavra da ata porque vou fazer uma série de encaminhamentos à Federação. Para que eu possa fazer esses encaminhamentos, terei que mostrar que estou aqui para mediar, contribuir e conciliar.

No tempo em que eu era militante, não gostava da palavra "conciliação", mas hoje sou obrigado a dizer que sou um conciliador. Entendo a expressão da sua indignação e das suas razões pessoais por ter dito essa palavra, mas farei os encaminhamentos usando os termos julgados adequados.

Tenho também o entendimento, não é uma discordância – penso que o Procurador falou muito bem –, de que os Procuradores têm cumprido um papel importantíssimo em ações, movimentos, no combate ao trabalho escravo. Sou Relator da proposta com relação ao trabalho escravo. Vou contar muito com eles, porque sei que serão fundamentais para fazer essa investigação, que é de alto risco até – vamos a lugares onde as pessoas estão sob escravidão.

Esteve aqui o Prêmio Nobel da Paz, um indiano chamado Kailash Satyarthi, e disse, por exemplo, que libertou 80 crianças do trabalho escravo. No meio da noite, ele libertou crianças que estavam presas lá, sob trabalho de escravidão – ele disse até que, para ele, isso foi algo terrível – no seu próprio país. No mundo inteiro, ele ajudou a libertar mais de 100 mil crianças.

Temos Procuradores do Trabalho que foram mortos covardemente em Unaí, por exemplo, por aqueles que não queriam que eles investigassem. Então, tenho uma consideração muito grande pelo Ministério Público. Posso não concordar com tudo o que eles dizem, assim como eles também podem não concordar legitimamente, no Estado democrático de direito, com tudo o que digo.

Faço esta fala no encerramento afirmando que vou fazer todos os encaminhamentos. Se eu não puder estar nessa reunião com o Procurador-Geral, alguém da Comissão vai estar presente em meu nome, naturalmente acompanhando os trabalhos.

A audiência pública tem este objetivo: cada um deve expressar o seu ponto de vista – os senhores podem ver que não cortei a fala de ninguém. Mas o mais importante para mim é o *day after*, o dia seguinte, pois os senhores vão embora, e eu tenho que fazer os encaminhamentos. Tenho que falar com o Ministério Público; tenho que falar com o Ministério do Trabalho; tenho que falar, se for necessário, com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; tenho de falar com a Febraban.

Assim, quero que os senhores entendam esse meu papel na Presidência desta Comissão. Você não precisa justificar nada, o que você disse está dito, eu é que vou dar alguns encaminhamentos nesse sentido, pelo papel da Presidência.

Esta audiência pública cumpriu todos os seus objetivos no dia de hoje. Todas as solicitações podem ser passadas para a Secretaria. Faremos todos os encaminhamentos.

Oxalá venhamos no futuro, com muito mais segurança, dizer que as pessoas com deficiência estão empregadas, e o povo negro, que constitui 51% da população, pode ter direito também a um percentual, não digo igual, mas semelhante a esse, pela quantidade de brasileiros negros.

Um abraço a todos.

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 04 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia trinta de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio José, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Romário, Vicentinho Alves e Marcelo Crivella. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da décima oitava a vigésima primeira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal. Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana. Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa para instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 50, de 2013, que dispõe "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil".

Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 36, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 8/2016, para instruir o PLC 119/2015, que dispõe sobre o "Estatuto do Índio", seja incluído o Representante da Liderança da APINA (Associação dos Povos Indígenas do Norte do Amapá), Cassiripiná Waiâpi. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Adiado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, a Regularização Fundiária. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater o atual momento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e seus novos desafios. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 40, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater os desafios da Saúde Primária no Distrito Federal. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Adiado. Extrapauta. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 41, de 2016. Requer, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), na cidade de Boa Vista, em Roraima, a fim de realizar a oitiva de autoridades públicas e trabalhadores rurais envolvidos em exercício de reintegração de posse realizado em 9 de março de 2016. Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Resultado: Aprovado. O Senador Paulo Paim faz encaminhamento no sentido de incumbir o Senador Telmário Mota na representação e direção dos trabalhos da Comissão nesta diligência. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 42, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Os Avanços e Retrocessos no Tratamento da Hemofilia". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. O Senhor Presidente informa aos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras que os custos de deslocamento para participação nas diligências requeridas nesta Comissão serão de responsabilidade do senador requerente, que será nomeado para representar a Comissão na diligência, evitando, desta forma, gerar custos para a Comissão. Às onze horas e cinquenta e oito minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador Dário Berger. Às doze horas e seis minutos o Senhor Presidente eventual devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Dário Berger. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e sete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião desta Comissão, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 18ª a 21ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Aprovadas.

Passamos a Presidência para o Senador Dário Berger para que eu possa fazer a defesa de alguns requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Em deliberação o Requerimento nº 11, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota.

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 11, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa (CDH) convide estudiosos de notável saber a fim de debater proposição legislativa que trate dos direitos da criança cigana.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como o Senador Telmário Mota não se encontra, eu subscrevo o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Passo a palavra a V. Exª para que apresente a justificativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Justificativa.

Em seminário realizado no Senado Federal em 9 de dezembro de 2015, no âmbito da campanha "Sou Cigano! Sou Brasileiro! Não sou Trapaceiro!", tratou-se do preconceito quotidiano sofrido pelo povo cigano.

Foi particularmente tocante o depoimento de um cigano que, professor e pai, manifestou o sofrimento de sua filha ao ser discriminada por ser cigana.

Entendemos, portanto, que a audiência pública servirá para enriquecer a elaboração de proposição legislativa que assegure os direitos do povo cigano.

Propomos aqui essa audiência.

Casualmente, esse projeto é de minha autoria, trata-se do Estatuto do Povo Cigano. O Senador Telmário Mota propõe uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos ao próximo, Presidente, se V. Exª permitir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 41, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), no dia 4 de abril de 2016, na cidade de Boa Vista, em Roraima, a fim de realizar a oitiva de autoridades públicas e trabalhadores rurais envolvidos em exercício de reintegração de posse realizado em 9 de março de 2016.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros.

O requerimento também é de autoria do Senador Telmário Mota, subscrito também pelo Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, de forma muito rápida: há um conflito na região, e o relato que recebemos informa que a terra onde se assenta a gleba Cauamé pertence de fato e de direito à União, tratando-se de terra devoluta, sem destinação pública. Desse modo, relata-se que, por ocasião da ocupação da terra por trabalhadores rurais, requereu-se licença para ocupação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Dada a importância do tema, consideramos necessária a diligência, a fim de averiguar eventual desrespeito aos direitos humanos.

Permita-me, como V. Exª está na Presidência e eu estou como Relator, dizer que, quando tivermos diligência no Estado do Parlamentar, ele falará, nessa diligência, em nome da Comissão, mas não haverá nenhum custo para a Comissão. O custo para a Comissão é zero, porque nós temos a passagem para ir para o nosso Estado. É diferente de quando vamos para outro Estado. A estrutura local é que vai, via Assembleia e via Comissão de Direitos Humanos, acompanhar a intenção do Senador – quando é no seu Estado; quando for em outro Estado, é diferente.

Já falei com o Senador Telmário nesse sentido, e ele concorda plenamente. Tivemos questões aqui em Brasília, diligências da Comissão em Brasília, com um Senador de Brasília, o Hélio José. Ele é que se encarregou de toda a organização, e não houve gasto para a Comissão.

É nesses moldes que eu proponho a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – V. Exª é sempre muito econômico. (*Risos.*)

De qualquer forma, quero cumprimentá-lo por isso. Acho que o mais importante não é nem o custo da audiência, mas o seu conteúdo, que leva para as suas regiões – vamos dizer assim – temas relevantes, importantes, proporcionando transparência e o envolvimento real com a comunidade local.

Nesse sentido, V. Exª, mais uma vez, está de parabéns. Não só por isso, mas pela vontade e disposição que nutre até hoje, depois de tantos anos aqui no Senado Federal, de ainda cumprir essa extensa pauta, não só no seu Estado, como em todo o Brasil, prestigiando, inclusive, os Senadores colegas desta Comissão e de outras comissões.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encontra-se também sobre a mesa o Requerimento nº 42, de 2016.

ITEM 16

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 42, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Os Avanços e Retrocessos no Tratamento da Hemofilia".

Autoria: Senador Paulo Paim.

O autor, neste caso, é o Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, esse pedido foi formulado pela Federação Brasileira de Hemofilia, mediante processo que se iniciou nesta Comissão há mais de um ano – eu diria há mais tempo, porque foi na outra legislatura. Nós tivemos uma série de encaminhamentos positivos. Eles, agora, estão preocupados, porque pode haver retrocesso, e pediram que nós realizássemos outra audiência pública sobre o tratamento da hemofilia. Esse é o objetivo desse requerimento de minha autoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço muito ao Senador Dário Berger pela contribuição que nos deu ao presidir a reunião.

Como nós temos na CCJ uma série de projetos – tanto eu como ele somos relatores e autores –, teremos que retornar para lá.

Nós encerramos de imediato a nossa reunião aqui na Comissão de Direitos Humanos já que seu objetivo de aprovar os requerimentos foi alcançado – foram aprovados por unanimidade, com o voto dele e o meu.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (REUNIÃO DE TRABALHO) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e dois minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, José Medeiros, Flexa Ribeiro, Dario Berger e das Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. Registra-se a presença dos seguintes Deputados Federais: Moema Gramacho, Erika Kokay, Nilton Tatto, João Daniel, Bohn Gass, Glauber Braga. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Reunião de Trabalho**, para "Tratar do Movimento em Favor dos Direitos dos Trabalhadores". O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos participantes da reunião, nesta ordem: Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Alcir Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT – CONTRACS; José Maria Rangel, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Vera Lúcia Amorim Jatobá, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT; Maximiliano Nagl Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas – ALAL e Representante do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no Plenário: Edilson Montrose, Representante da InterSindical, Rafael Guerra, Representante da URV e Itamar Revoredo Kunert, Secretário de Organização e Mobilização da CSB. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, José Medeiros, as Senadoras Regina Sousa, Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e vinte e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a tratar da questão movimento em favor do direito dos trabalhadores. Hoje aqui, inclusive, será lançada, simbolicamente, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

Esta audiência pública será realizada, como todas, em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também por intermédio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Hoje, na verdade, teremos duas audiências públicas. Esta é uma primeira, programada para começar às 8h30, promovida pelos organizadores da Frente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, e, em seguida, vamos ter uma dos autistas. É uma lei que ajudamos a construir aqui no Senado. E hoje é uma data importante para eles. Eles estão chegando.

Em tese, claro, vamos mediar o tempo. Esta reunião terminaria em torno de 10h e, a partir das 10h, vai iniciar a segunda audiência dos autistas.

Eu convidaria, no primeiro momento, enquanto os Parlamentares devem estar se deslocando para cá, sabendo que quinta-feira é um dia que muita gente viaja, mas alguns Parlamentares se comprometeram a estar aqui, já está conosco aqui a Graça Costa, da Secretaria de Relações de Trabalho da CUT, que ajudou a organizar esta Frente.

Eu a chamo à mesa neste momento. (*Palmas.*)

Chamo também Vera Jatobá, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait). (*Palmas.*)

Chamo também Maximiliano Garcez, Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino-americana Advogados Laboralistas, representante também do Fórum Nacional em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização. (*Palmas.*)

Chamamos também José Maria Rangel, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP) (*Palmas.*)

Convidamos, por fim, para esta mesa ainda – e muitos vão falar depois do plenário –, o Alci Matos, Presidente da Contracs.

Conversei aqui com a Graça, dizendo que essa audiência é para debater o tema e, ao mesmo tempo, naturalmente vai ser lançada a Frente.

Apenas para situar todos sobre o objetivo dessa Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. A Frente atuará de forma articulada com as representações dos trabalhadores e da sociedade civil, em todos os espaços de negociação e decisão na Câmara dos Deputados e no Senado – porque ela é mista – com os seguintes objetivos: defender os direitos constitucionais e infraconstitucionais relativos ao temas especialmente aos previstos no art. 678 da Constituição Federal, bem como em sintonia com a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos especificamente.

Tem também como objetivo ampliar e fortalecer o diálogo social com os representantes dos trabalhadores junto aos Parlamentares na perspectiva da defesa dos direitos da nossa gente, enfim, dos trabalhadores da área pública, privada, do campo e da cidade.

Qualificar o debate e ações acerca da defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de audiências públicas, simpósios, reuniões, seminários e outros eventos, com vista a promoverem conhecimento sobre o conteúdo das proposições e divulgação da posição sobre as questões de interesse, na nossa visão, nacional e de todo o povo brasileiro.

Articular e integrar as iniciativas e atividades com as ações em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

Promover a divulgação das atividades no âmbito do Congresso Nacional e junto à sociedade.

Apoiar e orientar a entidade de representação dos trabalhadores e da sociedade civil organizada, que manifeste interesse na defesa desses direitos aqui elencados por mim, e promover um bom debate aqui dentro do Congresso Nacional.

Participar de discussões no âmbito desta Casa, Câmara e Senado, dos temas de interesse de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Acompanhar a tramitação de proposições legislativas de interesse da classe trabalhadora.

Contribuir para incorporar os avanços e reconhecimento de direitos, preservando conquistas e se opondo a qualquer a retrocesso de direitos. Avançar sempre, recuar nunca. De direitos a gente não abre mão.

Promover o intercâmbio com os entes assemelhados de Parlamento de outros Estados e países, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas destinadas a garantir os direitos dos trabalhadores. E, como exemplo, temos aqui uma delegação dos Estados Unidos, do Mississipi, se eu não me engano, e quer muito manter esse intercâmbio conosco aqui na Comissão de Direitos Humanos, do trabalho que os trabalhadores fazem naquele país, naquele Estado.

Acompanhar e apresentar proposições legislativas necessárias para garantir direitos, de forma a interferir no processo decisório.

Termina dizendo: todos esses objetivos que justificam a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores e das Trabalhadoras serão buscados de maneira suprapartidária, com os movimentos sindicais e sociais, com o histórico de compromisso com os direitos da sociedade – da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular.

Além disso, poderão ser feitas as parcerias com os órgãos legislativos de todas as esferas e instituições públicas que tenham afinidade com o tema. Essa é uma iniciativa coletiva da sociedade civil em sintonia com Deputados e Senadores.

Então, eu convidaria a primeira pessoa que me procurou para falar dessa iniciativa, que seria no Petrônio Portella, mas foi mudado, porque há um bloqueio aqui no Congresso todo devido ao debate do *impeachment*. Então resolvemos – a partir de ontem quando eu fui procurado – fazer aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Eu passo a palavra a você, Graça Costa, Secretária de Relações de Trabalho da CUT, que tem viajado conosco pelo País todo, no debate já na defesa do direito dos trabalhadores, como aquele exemplo, que nós sempre damos, da terceirização, que está sob minha relatoria, e agora também do trabalho escravo e do outro projeto que visa privatizar todos os presídios, cuja relatoria eu também acabei assumindo.

Graça Costa, com a palavra.

A SRª GRAÇA COSTA – Obrigada, Senador. Bom dia, companheiras e companheiros.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GRAÇA COSTA – Eita, muito bem. Luizinho está danado hoje. É a Contracs.

Nós queremos, em primeiro lugar, agradecer esse esforço e esse compromisso do Senador Paulo Paim, porque está muito complicado mesmo conseguirmos espaço para fazer o debate dentro da Casa cuja a essência

é o debate. O Parlamento é onde se dão os grandes debates da sociedade. É aqui o coração, o centro nervoso da democracia. Nem sempre, não é? Mas deve ser.

Ontem, o Senador fez a gentileza de prorrogar um pouco a audiência pública – que estava já prevista pela Comissão de Direitos Humanos – para que nós tivéssemos a oportunidade de fazer o lançamento da Frente aqui hoje. E esperamos que seja um sucesso. Estávamos organizando para vir muita gente, mas, infelizmente, foi brecado o Petrônio Portella, mas vamos fazer com a melhor qualidade possível.

Primeiro, é importante entendermos que estamos passando por um momento muito delicado. Se nós tínhamos uma conjuntura difícil em 2013, se nós estávamos com uma situação complicada em 2014, se nós tivemos um 2015 de grandes embates, 2016 começou com a corda toda, como chamamos – muito difícil, muito polêmico e com esse clima de *impeachment*, com esse clima da Lava Jato principalmente. E há muita coisa para confundir a cabeça das pessoas que estão lá fora.

Nós precisamos ter oportunidade. Como eu tenho andado bastante, Senador, esta Comissão é muito vista pelas pessoas, nas casas; as pessoas dizem: "Graça eu te vi na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos tal dia." Então, é muito importante esse espaço.

Existe um ataque muito forte.

Com essa nova composição do Congresso Nacional, está muito complicado para a classe trabalhadora. Há um enfrentamento muito grande, muitos projetos, muitas coisas contra os trabalhadores. Nós não temos nenhuma pauta positiva sendo levantada aqui e tendo êxito. Nós temos muitas pautas negativas. Passamos o ano 2015 resistindo; poderia estar bem pior se não fosse a nossa resistência e se não fosse um grupo de Parlamentares aqui que apoiam, que defendem a classe trabalhadora.

Mas este ano é um ano muito mais complicado. E nós aceleramos – nós estávamos na organização da Frente – para fazer o lançamento com um grande debate, com 500 pessoas, com as entidades que vão aderir, mas, como semana passada houve um ataque significativo contra nós, nós resolvemos, então, antecipar, fazer o lançamento político hoje como uma forma de contraponto aos ataques que estamos recebendo, e vamos organizar, em um outro momento, um grande debate com a presença das entidades da sociedade civil, do movimento sindical e dos Parlamentares que vão assinar essa Frente.

Quero destacar, então, três questões importantes. Os empresários têm a agenda parlamentar deles. Eles fazem a agenda, fazem um debate e têm um grupo muito grande de Lideranças que defendem a pauta deles aqui.

Na semana passada, nós tivemos a reorganização da comissão que foi criada para regulamentar a Constituição Federal. Nós ainda temos 117 artigos da Constituição que não estão regulamentados. Na legislatura passada, nós tivemos muitos problemas com essa comissão. Foi de lá que saiu a questão do direito de greve; o que foi proposto por essa comissão não é para regulamentar, é para tirar o direito de greve, e nós fizemos um trabalho muito forte para que não fosse para frente. É de lá que saiu a proposta de reduzir o conceito de trabalho escravo no Brasil. E de lá também saiu a questão das domésticas, e nós fizemos um trabalho muito intenso para melhorar o projeto que veio por essa comissão.

Só que agora, pessoal, a comissão foi reativada; na terça-feira da semana passada, ela foi reinstalada. O Relator novamente é Romero Jucá, e nós temos uma ampliação imensa do objetivo dessa comissão. Ela não é mais só para regulamentar os itens da Constituição Federal; ela é para apresentar proposta de modernização e fortalecimento econômico e social do Brasil. Pode passar por essa comissão o todo – todas as reformas, reforma trabalhista... Tudo que já existia, com muito susto nosso, com muito medo, do que essa comissão está preparando, tem preparado para nós, agora com essa amplitude.

Portanto, nós tomamos uma decisão, conversamos com as centrais, conversamos com várias entidades. Infelizmente, não está todo mundo aqui por conta dessa nossa pressa para fazer o lançamento, para tentar juntar os Parlamentares que estão conosco, porque, como nós estamos em uma crise muito forte, está muito espalhado. Então, nós precisamos aqui também... Lá fora, nós juntamos a militância na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo. Nós temos duas frentes. Não é só uma, são duas, mas nós já temos uma unidade entre nós. E, aqui dentro, nós precisamos de um instrumento para consolidar, para juntar.

Então, a nossa ideia, que já discutimos com vários Parlamentares, que já estão assinando a composição desta Frente és discutirmos que tínhamos que fazer um nome amplo, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, ter uma coordenação forte e termos, nessa Frente, coordenações temáticas para poder abarcar o universo de coisas que estão acontecendo aqui.

Então, vamos fazer uma organização por temas também, em que nós vamos ter uma coordenação de Parlamentares para aquele tema especifico que já está tocando, como, por exemplo, o tema da terceirização, o tema dos direitos humanos, o tema do trabalho escravo. Coordena esse grupo de temas o Senador Paulo Paim com mais algumas pessoas. Nós vamos construindo isso, para que nós tenhamos não só propostas para

se contrapor, mas que tenhamos um monitoramento mais organizado. E que também tenhamos as notícias em tempo real para nos prevenirmos.

Por exemplo, essa comissão foi reinstalada na semana passada, e nenhuma central sindical ficou sabendo, ninguém ficou sabendo, nem os Parlamentares que são mais próximos a nós estão sabendo que essa comissão foi reinstalada com esse peso, com esse risco para nós aqui dentro. Então, nessa linha, nós queremos construir esse movimento aqui, que não é só pra fazer uma frente, porque frente há muitas. Todo dia tem frente parlamentar sendo construída aqui.

O que nós queremos é fazer uma grande campanha para dentro e para fora do Parlamento, para poder se contrapor a esse sentimento de retirada de direitos, que está muito forte. E, pela composição do Congresso, se não houver uma mobilização muito forte, se não houver uma organização muito forte nossa, mesmo em alguns momentos nós sendo minoria, nós vamos perder.

Segundo, neste momento histórico que nós estamos vivendo, nós colamos o *impeachment* à retirada dos nossos direitos. Os mesmos que estão promovendo esse debate, esse golpe que está sendo organizado aqui são os mesmos que defendem a terceirização sem fim, são os mesmos que defendem a partilha do pré-sal, são os mesmos que defendem um Estado mínimo, são os mesmos que estão defendendo a privatização de todas as estatais aqui, no Brasil. Se não houvesse essa resistência nossa, as coisas estavam pior do que o que nós estamos vivendo hoje.

Nesse sentido, nós precisamos trabalhar. "Ah, mas, Graças, nós vamos ter dificuldade de juntar as pessoas, porque tem gente que é a favor do *impeachment* e tem gente que é contra." Aqui tem que ter lado: as pessoas, os trabalhadores, os intelectuais, seja quem for, tem que ter lado. Esse é um momento muito importante da nossa vida, é o divisor de águas. Quem está do lado da democracia, quem está do lado da classe trabalhadora, quem está do lado do que é certo, do que nós conquistamos até agora; e quem é contra. Se tem alguém em dúvida, tire a dúvida da cabeça, porque quem fica em cima de muro leva o tiro primeiro. (*Palmas.*)

Então é muito importante para nós esse momento. "Ah, Graça, mas eu não sou do PT." Não precisa ser. "Ah, mas tem problemas..." Tem, tem problemas em todos os partidos. É verdade. Pois que punam quem errou. Eu não errei; eu não posso ser punida; a minha vida é limpa, eu não posso ser punida pelos outros, por quem errou. Portanto, nós temos que fazer esse trabalho e organizar o nosso povo. E esse momento é o momento de fazer os comitês, de discutir a conjuntura nacional.

Essa semana, nós publicamos uma entrevista nossa. E desde ontem está no 247 também um artigo nosso que fala sobre esse momento. A pauta, o Diap fez uma lista para nós – e é isso que nós vamos começar a enfrentar – de 55 projetos. Não são mais 55, porque chegou o 257, chegou não sei o quê. Já não são mais 55, mas nós temos uma lista de 55, ou 56, ou 57 projetos que são muito fortes contra nós, que desregulamentam todos os nossos direitos se não tivermos cuidado. Mas também não é só para a classe trabalhadora, não. Não é só para o peão e para o professor, não. Há aqui a juventude com a redução da maioridade penal; há aqui a discussão do trabalho escravo, que está voltando.

E, para fechar, Senador, para dar oportunidade para todas as entidades – e os Parlamentares também já estão chegando e têm seus compromissos –, quero dizer que é muito importante para nós este momento. Nós queremos fazer uma grande campanha externa. Os trabalhadores que estão lá no seu local de trabalho precisam compreender o que está por trás do golpe. Há problemas internacionais também. O nosso companheiro da FUP vai falar sobre a partilha do pré-sal. O pré-sal, para nós, é a única oportunidade que o Brasil tem de se transformar num país desenvolvido. Está todo mundo de olho. Ninguém percebe isso, pessoal? Precisamos, então, fazer esse debate de forma mais aprofundada.

Por fim, terceiro ponto, quero dizer para vocês que, aqui na Casa dos trabalhadores, aqui na Casa do Povo não há espaço para o povo, e os instrumentos utilizados estão cada vez mais reduzindo o debate, que deveria ser a essência. Então, ao se criar uma comissão especial – não é, Senador? –, como é que funciona? Há um relatório na comissão, vai para o plenário do Senado e vai para o plenário da Câmara. Não há o debate de distribuição nas comissões, para haver tempo para as pessoas compreenderem, para haver tempo de fazer a discussão, e até de os próprios Parlamentares terem tempo de conhecer os temas.

Essas comissões que foram criadas agora, para a Agenda Brasil, para essa questão do "Uma Ponte para o Futuro", vamos ler direitinho o que está escrito, porque é um confronto direto com tudo que nós conquistamos nos últimos cem anos, pessoal. É a retirada. Se está ruim... E aí eu disse ontem, Senador: essa frente é para ser permanente, com a Dilma se safando do *impeachment*, para melhorar, para discutir os nossos direitos. Sem a Dilma, pior ainda, porque o que está colocado no "Ponte para o Futuro" tem inclusive, como cabeça, o negociado sobre o legislado, algo que nós entendemos como o fim de toda a nossa legislação, de tudo o que nós conquistamos.

Eu espero que nós tenhamos muito sucesso e muito trabalho nesse próximo período. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Graça.

Pessoal, eu vou passar a palavra primeiro aos Parlamentares, porque muitos têm problema de voo e deslocamento. E, claro, antes de saírem, eles já vão assinando a lista, como eu também assinarei.

Mas, rapidamente, pessoal, eu só vou trazer algumas lembranças: o que é que está em xeque aí e querem aprovar?

- Terceirização: embora esteja com a relatoria, eu tenho que ficar esperto, eles podem derrubar o meu relatório.

- Regulamentação do trabalho escravo: embora eu esteja com a relatoria, eles podem derrubar o projeto. O que nós queremos é proibir o trabalho escravo.

- O negociado sobre o legislado: quem é dos Estados Unidos e está aqui presente sabe muito bem como é lá. Lá é assim. Eles estavam me explicando, hoje de manhã, a barbárie que é, que lembra o tempo da escravidão. É uma negociação direta entre empregado e empregador. Nem sindicato eles estão deixando que tenha... Pelo menos no Mississipi. Foi isso que me informaram hoje pela manhã. É isso que eles querem aplicar aqui também.

- NR-12: todo mundo sabe: adeus a qualquer proteção no mundo do trabalho.

- Privatização dos presídios: e peguei a relatoria aqui, mas nas outras comissões eu não sou relator. Aí sabemos para onde vai.

- Desmontar o sistema sindical: nem vou listar os projetos que estão aqui. São um monte de projetos, para arrebentar com o movimento sindical.

- Privatizações: todo mundo sabe. Agora, o projeto que visa, em tese, a atender, em parte, aos Estados. Em tese, porque é isso que é dito, mas, na verdade, arrebenta com os servidores públicos. Eu não preciso entrar nesse debate, porque os servidores estão acompanhando.

- Reforma da Previdência: não tenho dúvida que virá. E ela virá com o objetivo, inclusive, de jogar todo mundo para 65 anos. As mulheres vão ter que trabalhar dez anos a mais.

- Desvincular o salário mínimo do benefício do aposentado. O aposentado, que não tem inflação mais PIB, não terá mais sequer o mesmo salário mínimo, que é o mínimo constitucional assegurado para todos. Quem não tem o PIB é quem ganha mais que o salário mínimo, mas até um salário mínimo, numa política acertada com as centrais, é inflação mais PIB. E agora estão falando em tirar até o PIB também da área privada. Quer dizer, o salário mínimo seria corrigido, para quem está na área privada, pela inflação. Para quem é aposentado, nem a inflação. Porque eles querem um salário mínimo diferenciado.

Por fim, eu lembraria aqui o Diap, que tem 55 itens. Esses todos estão lá dentro. Nós podemos nos apropriar desses 55 itens, para fazer o eixo do debate.

Eu queria passar, de imediato, a palavra à Senadora Regina, porque parece que ela tem que sair em seguida.

Senadora Regina Sousa, sempre presente. Eu diria que, se há alguém nesta Comissão que está sempre presente, pode colocá-la em primeiro lugar. Os outros do lado. Mas o primeiro lugar é dela.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Presidente. Sempre gentil.

Bom dia a todas e todos! Cumprimento minha companheira Moema, brava Moema, também lá na Câmara. Eu estava lhe assistindo à noite, quando eu cheguei a casa, na reprise.

Gente, eu tenho realmente outro compromisso ali na Câmara. Trata-se de uma TV do meu Estado que está sendo homenageada, e televisão é televisão. Se nós não comparecemos no aniversário, depois há o troco.

Então, só quero dizer que vocês estão certos na questão da organização. Tenho convivido muito com os meninos, debatido e, na verdade, há essa questão dos direitos dos trabalhadores, mas há um tema dentro dos direitos, que é a questão dos direitos sindicais, da organização sindical. Eu queria chamar a atenção para isso. Há um movimento dos desembargadores trabalhistas do Piauí, que estão do lado dos trabalhadores, claro, e que estão puxando o movimento, exatamente porque estão percebendo... Inclusive, já há textos escritos, vai haver um seminário no dia 8, lá no Piauí, puxado pelo Tribunal do Trabalho. Nessa linha de saber o que é que está acontecendo. Estão querendo, de novo, restringir a liberdade de organização. Já há, em muitos lugares, um pessoal querendo dizer quantos diretores têm que ter. Dizer que conselho tal, conselho fiscal, não tem estabilidade.

Então, é preciso ficar atento a isso. Nós lutamos tanto pela questão da liberdade e autonomia e, de repente, de novo, eles vão entrando aos pouquinhos: "Ah, não, a categoria é muito pequena, não precisa ter tanto diretor." E aí vão impondo vontades deles. E aí há esse grupo de advogados, de desembargadores trabalhistas, que estão querendo fazer um movimento nacional nessa linha. Eu acho que o movimento sindical tem que se juntar a eles, porque são desembargadores que estão do lado dos trabalhadores. Nós temos o Dr. Meton, lá no Piauí, que já foi presidente várias vezes do Tribunal, que está puxando esse movimento. Até o dia 8, vocês poderiam fazer um contato, alguém comparecer no seminário, para ver realmente a intenção, o que eles estão fazendo. Vai ser um seminário aonde eles vão levar gente do Brasil inteiro, e eu acho importante também que

nós estejamos muito atentos também a esse viés, porque esse é o mais fácil de ser atacado também. Vamos, aos pouquinhos, à história das negociações: "Não, mas vocês têm muitos diretores, precisam diminuir esse número de diretores, é muita instabilidade..." E aí vai enfraquecendo o movimento. Então, é preciso haver esse cuidado, e acho que vocês podem se aliar a esse movimento dos desembargadores que está começando no Piauí, mas eles querem fazer um movimento nacional.

De resto, quero dizer que estou aqui à disposição. É muita frente para nós participarmos, mas a frente dos trabalhadores, é claro, tem que ser prioridade para todos nós, porque nós já vivemos essa história. Não é possível... Eu estava dizendo assim: "Meu Deus, eu estou preocupada. Eu estou com 66 anos. Aí, de repente, parece que eu vou viver tudo de novo, o que eu vivi quando eu tinha 30, quando eu tinha 25." Parece que as lutas vão ser as mesmas. Em vez de nós adiantarmos, irmos para frente, parece que eu estou voltando no tempo. Tudo o que eu estou vendo você viverem, agora, eu já vivi. Então, eu estou preocupada com isso. Não sei se eu ainda tenho gás para isso.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina Sousa, nós queremos, de imediato, convidá-la para vir assinar aqui, a nossa Frente Parlamentar. Se o nosso pessoal das fotos... Onde está o nosso amigo das fotos?

Aí fala a Deputada e ela já assina também. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, à Deputada Federal Moema Gramacho. (*Palmas.*)

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Um bom dia a todas e a todos!

Vou começar pedindo desculpas pela voz, mas é que aqui, na Câmara, infelizmente, muitas vezes, para conseguirmos ser ouvidos, temos que gritar. E é por conta desses gritos que eu estou ficando rouca.

Mas eu quero começar cumprimentando a Mesa. E, apenas para resumir, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, e assim cumprimento os homens, e, cumprimentando a Graça Costa, cumprimento as mulheres da Mesa.

Quero cumprimentar a todos que estão aqui, neste momento, no plenário, e dizer, quanto à nossa Senadora, que disse que não sabe se terá força, que ela tem muita força, muita garra, e tem que se preparar, porque não vai ser fácil.

Mas eu queria dizer que eu quero parabenizar a iniciativa da construção dessa Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. Se ela já tinha uma necessidade de ser criada para um momento anterior ao que nós estamos vivendo, principalmente considerando as pressões e o mercado, as pressões que nós temos vivido, por conta da crise econômica, que querem justamente, no momento mais difícil da crise, resolver o problema da crise subtraindo os direitos dos trabalhadores... Se já tinha a necessidade, agora a necessidade é muito maior.

Diante dos pontos que foram aqui elencados pelo Senador Paulo Paim e dos demais pontos que ainda não foram elencados, mas que constam da "Ponte para o Futuro", que na verdade é "uma ponte para o abismo"... Digo isso porque é uma ponte para o abismo o que está se propondo com essa farsa de dizer que se quer unificar o País, de dizer que se quer fazer com que o País, a partir de um *impeachment*, possa ter tranquilidade.

Nós sabemos o que significa uma agressão à democracia e o resultado disso. Nós sabemos o que pode significar a saída de Dilma. Entra quem? Temer? Tendo como Vice-Presidente Eduardo Cunha, que com certeza, na ausência de Temer, será o Presidente do País? Um réu confesso? Um réu, todos sabem, que está utilizando a Presidência da Câmara para o seu benefício, manipulando tudo? Ontem ele queria aplicar mais um golpe – é possível que ainda aplique –, que é o de modificar os membros, a correlação de força de todas as comissões e de todos os órgãos da Casa, para poder ganhar mais três votos no Conselho de Ética. Então, ele quer se livrar da cassação, ou ter uma pena extremamente branda. Então, nós estamos enfrentando isso.

E é preciso que se diga: o golpe que está sendo tramado no País não é um golpe contra a Dilma, não é um golpe contra a democracia, é um golpe contra a classe trabalhadora, contra os pobres, e é um golpe para, aí sim, efetivamente eles conseguirem o intento deles.

O que foi colocado aqui, que passa por terceirização, desindexação do salário mínimo, que passa pela venda das nossas estatais e dos bancos e, nesse contexto, pela venda do pré-sal... Querem dizer o nosso pré-sal. O pré-sal é nosso. A Petrobras é nossa. E eles querem, a partir desta ação deles, ter tranquilidade para, aí sim, venderem a Petrobras, coisa que Fernando Henrique já queria fazer, quando queria inclusive mudar o nome para Petrobrax. Estou vendo aqui a representação da FUP. Quero parabenizar a luta da FUP nesse sentido. Nós não podemos permitir que isso aconteça. E nós sabemos o que está sendo tramado.

Eu queria dizer que nós temos uma grande frente mista para ser incorporada por todos nesta Casa, que é esta frente. E eu queria parabenizar todos os sindicatos. Nós não podemos deixar que mexam na nossa constituição sindical. Nós não podemos deixar que direitos que conquistamos a duras penas possam ser subtraídos.

Eu queria lembrar a vocês que hoje é 31 de março, de triste memória. Quero resgatar aqui a música Vai Passar, de Chico Buarque. Até me emociono, porque são momentos difíceis da história do Brasil. "Passagem desbotada na memória das nossas novas gerações". Nossas novas gerações que, com as exceções daquela juventude, têm participado junto conosco. Da juventude que está nos movimentos, nós vemos apenas a juventude ouvir o que passa pela Rede Globo, as histórias contadas pela Rede Globo, que também foi uma das propositoras e que ajudou no golpe de 64.

Portanto, hoje estamos vivendo e revivendo a repetição da tentativa do que aconteceu em 1964. E nós não podemos permitir. Então, se nós lutamos tanto e conseguimos os direitos que temos hoje, que ainda não são todos os que mereceríamos... E eu sou sindicalista. Comecei a minha militância dentro da fábrica, com 28 anos na direção do Sindicato dos Químicos e Petroleiros. Foram muitas as lutas, foram muitos os trabalhadores, alguns que não estão mais para contar a história, outros que foram presos, outros que foram torturados, para que nós, hoje, pudéssemos ter os direitos que nós temos.

E nós estamos vendo essa Câmara, e espero que o Senado também não siga, se preparando para dar um bote nos trabalhadores.

Portanto, quero parabenizar essa frente e dizer que contem conosco. Vamos buscar todos os defensores, fazendo com que Deputados e Senadores defensores dos trabalhadores assinem essa frente. Não vamos dar sossego a eles. Não vamos permitir. Não vai ter golpe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria convidar para fazer uso da palavra, logo após a nossa querida Deputada assinar a sua participação na frente parlamentar em defesa dos trabalhadores... (*Palmas.*)

A SRª MOEMA GRAMACHO (PT - BA) – Com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou assinar ao lado da minha querida Deputada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós pedimos também para a assessoria que requisite os 55 itens que o Diap já está divulgando como alerta. É o Diap, não é a CUT ou essa ou aquela central nem é o Paim. Foi o Diap que levantou 55 projetos que estão tramitando. Esses que eu listei aqui são apenas parte deles.

Vai falar agora o Alci. E peço que o representante do sindicalismo americano que está conosco se sente aqui, na primeira fila, porque ele vai usar a palavra para dizer como é mais ou menos no Mississipi, porque lá funciona o negociado acima de tudo. Nem sindicato existe.

Concorda conosco? Então se sente na primeira fila, por favor.

Passo a palavra neste momento ao Alci Matos, Presidente da Contracs.

O SR. ALCI MATOS ARAÚJO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Bom dia, companheiros e companheiras, amigos Parlamentares, Senadores, componentes da Mesa que de fato têm coragem para defender os trabalhadores e dar o seu sangue e a sua luta em nome daquilo que se chama direitos humanos.

Então, Senador Paulo Paim, parabenizo-o por esta Mesa, por esta Casa que compõe esta Comissão de Direitos Humanos junto com a companheira Graça, com o companheiro José Maria, a Senadora, o companheiro que também está junto conosco, advogado trabalhista, o Max que, junto com outros advogados, tem se imbuído do espírito de defesa da classe trabalhadora, mas principalmente da nossa sociedade brasileira.

Nós, da Contracs, representamos o setor de comércio e serviços. Esse setor, esse ramo tem sido, dentro do Congresso, mais prejudicado com a flexibilização dos seus direitos, dos seus princípios e daquilo que são projetos que vêm fazer uma derrubada nas condições tanto do que está na CLT quanto na Constituição Federal.

Com o tema das domésticas, Senador Paulo Paim, nós tínhamos a expectativa de que todos os direitos seriam igualados, porque o art. 7º aponta que todos os trabalhadores, todas as categorias terão direitos, exceto as domésticas. Esse "exceto" causava um prejuízo enorme, porque excluía uma camada de importância, valor econômico e mão de obra da nossa sociedade.

Somente através da condição do direito humano é que se suscita que esta Comissão se ampare, para que os Parlamentares, Senadores e Deputados, possam nos escutar, porque não podemos mexer naquilo que é mais sagrado e defendido dentro do direito de moradia, de salário, de condições dignas de homens e mulheres deste País. O maior valor agregado para a economia do Brasil é o valor da mão de obra que impulsiona a economia do País, que é hoje uma economia de consumo. Portanto, refiro-me ao setor de comércio e ao setor de serviços, que têm crescido enormemente nessa tarefa.

Hoje, vejam bem os Senadores e os companheiros o que querem fazer com mudanças inclusive em contrato de trabalho, como é a situação do salão parceiro que querem aplicar.

Nós estamos nas trincheiras, na luta, buscando explicar aos Parlamentares, buscando orientar os Senadores. E às vezes são Parlamentares que não têm compromisso com a classe trabalhadora, com a sociedade.

Portanto, é um dever nosso hoje, companheiros e companheiras, parabenizar a iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa da Classe Trabalhadora, dos direitos aplicados na CLT e na Constituição e também dos direitos humanos que nós temos e vamos promover para a nossa sociedade brasileira.

A marca, Senador Paulo Paim, tem que ser direito não se reduz, amplia-se.

Comungo com V. Exª do parabéns à Senadora Regina, que estendo a todos aqueles Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que têm compromisso com a origem da classe trabalhadora, que têm compromisso com aquilo que é mais sagrado, a defesa de uma Constituição feita por homens e mulheres que lutaram depois de um golpe para constituir uma regra sadia, saudável no nosso País.

Ainda temos dificuldade para aplicar todas as condições emanadas da OIT, direitos, como o da liberdade, da organização, da composição, ainda temos dificuldade, direitos e princípios das mulheres, de vários setores que têm que ser acrescidos em nosso País.

Então, nós conclamamos, porque é preciso olhar os princípios da OIT, do trabalho decente, da condição digna do trabalho, porque é ele que impulsiona a mola e a economia deste nosso País. Nós assim acreditamos.

Mas é preciso, Senador que preside esta sessão, parabenizar a frente parlamentar mista com companheiros, com entidades, com organizações compostas pela sociedade, mas principalmente os Parlamentares. Nós não podemos aceitar um golpe no direito dos trabalhadores.

Você, trabalhador, trabalhadora que está me escutando através da mídia, da TV, em casa, você vai e poderá ser muito mais prejudicado. É preciso unidade da ação, Senador Paulo Paim. É preciso, companheiros e companheiras, trabalhadores e organizações, a unidade da nossa ação nesse momento para combater a exploração do capital. Nós não podemos permitir que o capital internacional faça no Brasil novamente a versão de 1964. Nós não podemos permitir que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam massacrados pela rua e, principalmente, Senador Paulo Paim e Deputados, nós não podemos permitir que o capitalismo insira na sociedade a violência, como está tentando.

Nós, os trabalhadores, vamos estar nas trincheiras, defendendo o direito. Se tiver que fazer toda a militância e mobilização, nós, que nunca saímos dela, estaremos presentes, mas principalmente dentro do Parlamento, porque nós acreditamos que é o Parlamento que muda as condições da nossa sociedade. São os partidos que promovem a unidade e a melhoria de uma sociedade.

Portanto, Senador, estamos juntos nesta luta, parabenizando, fortalecendo junto com as iniciativas que já chegaram aos companheiros da Mesa.

Então, parabéns! Estamos juntos na luta. O compromisso nosso de construção de uma sociedade, da manutenção de uma sociedade em prol da democracia, em prol da construção e da elevação dos direitos e não do declínio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Alci Matos, que falou pela Contracs.

À medida que os Parlamentares vão chegando, nós vamos lhes dar a palavra para uma saudação à plenária. E já passam aqui e assinam pela Frente Parlamentar. Para cada companheiro que usar a palavra, nós vamos pedir que usem por cinco minutos. Nós fizemos um acordo com a outra audiência que teremos em seguida, que é um debate sobre o autismo, e estão aqui as entidades, de uma lei que ajudamos a construir. Essa audiência começará às 10h. Então, ouviremos uma mensagem rápida de cada um.

A Senadora Gleisi é uma guerreira que... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, de imediato, passo a palavra para o Deputado Nilton Tatto, do PT de São Paulo, e em seguida para o João Daniel e para a Senadora Gleisi também.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) – Bom dia!

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Estou vindo aqui para me somar a esta frente em defesa dos direitos dos trabalhadores, principalmente nesta conjuntura.

Nós estamos numa conjuntura que, na verdade, já vem de há alguns meses, podemos dizer, numa situação em que estão sendo colocadas em risco conquistas do povo brasileiro, principalmente dos últimos 30, 40 anos. Por isso, este momento é o momento de a gente não só refletir, mas também de se organizar, de ir para as ruas em defesa dessas conquistas. Isso porque nós podemos dizer, com segurança e com felicidade, que em relação à boa parte dessas conquistas que a gente tinha no marco lega, a gente veio tendo a experiência, nos últimos anos, como uma implementação na concretude daquilo que estava garantido do ponto de vista do direito, da legislação... Mas, agora, nós estamos num momento em que há uma série de ameaças, principalmente aqui no Congresso Nacional, de restrição ou de anulação dessas conquistas, desses direitos.

Então, nesse sentido, eu estou vindo aqui, Senador Paulo Paim, para me somar a essa Frente e junto trabalharmos para manter esses direitos e avançar cada vez mais no sentido da concretização desses direitos.

Parabéns pela iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Nilto Tatto, que já convidei a vir assinar o documento da Frente.

Logo após a assinatura, passamos a palavra para o João Daniel. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – Nós queríamos saudar com muito carinho todo o movimento sindical, as centrais sindicais e, em especial, o Senador Paulo Paim, os demais Parlamentares, a Senadora Gleisi, todos os que se encontram neste auditório e aos que nos assistem.

Este é um momento muito importante, em que os trabalhadores e aqueles que têm compromisso ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O João Daniel está reclamando porque eu não disse que ele é Deputado Federal do PT de Sergipe. Então, está dito, porque eu tinha falado do Tatto, que é do PT de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – Muito obrigado.

Eu queria aproveitar para dizer, Senador Paulo Paim, que acompanhei e acompanho essas viagens, em nome da Comissão aqui do Senado, de V. Exª aos Estados e a importância do debate que fez no Estado de Sergipe. Não pude estar presente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas havia um representante seu lá.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) – Exatamente. Eu vi a importância disso. É um debate em que a imprensa e os demais Senadores assumiram compromisso com essa pauta.

Então, eu só estou aqui para assinar o documento da frente e dizer do nosso compromisso, da nossa história de luta. O movimento sindical, o movimento popular precisa estar atento, porque o nosso Congresso Nacional atual tem uma grande força conservadora, com uma vontade grande não só de fazer o *impeachment* da Presidenta Dilma, mas também de retirar os direitos conquistados com sangue, suor e luta do povo brasileiro. Hoje, quando o golpe militar completa os seus 52 anos, nós não podemos aceitar que haja mais golpe, golpe em todos os sentidos e, principalmente, no que se refere às conquistas da classe trabalhadora.

Parabéns a todo o movimento sindical, ao Senador Paulo Paim e a todos que encampam essa luta, que é uma luta por direitos, por democracia e por uma sociedade cada dia mais justa, mais igualitária e mais fraterna!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido o Deputado João Daniel, do PT de Sergipe, para assinar o documento da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento, à Senadora Gleisi Hoffmann. E como já está combinado, a senhora fala, vem assinar e fica à mesa com a gente para ajudar a coordenar os trabalhos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Paim.

Bom dia, Senador Paim, bom dia a todos os representantes aqui dos trabalhadores, das trabalhadoras!

Para mim também é um prazer muito grande estar aqui com vocês, principalmente na data de hoje, que é uma data histórica, uma data em que nós vamos para as ruas lutar pela democracia, pela legalidade, mas, sobretudo, como já disseram aqui os meus colegas Deputados, pelas conquistas que tivemos para o povo trabalhador, para a maioria da população brasileira, porque é isso que está em risco.

Na realidade, a discussão do *impeachment,* a discussão de retirada da Presidenta, nada mais é do que uma discussão para que se flexibilizem as conquistas que fizemos, e não podemos deixar isso voltar, precisamos firmar nosso compromisso com as conquistas que foram realizadas nos últimos anos, pela luta dos trabalhadores e também pela compreensão que tivemos de um governo mais progressista.

Estou aqui, assinarei junto a nossa frente, quero dizer que podem contar comigo. E dizer, desde logo, Senador Paim, que, lá na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, a qual presido, também vamos fazer uma ação de resistência a projetos que venham a retirar direitos.

Quero dizer a V. Exª que conte comigo na Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido a Senadora, neste momento, a assinar a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

É muito bom o pessoal saber que, na Comissão de Assuntos Econômicos, sob a Presidência dela, retirada de direito dos trabalhadores não passará. (*Palmas.*)

A Senadora Gleisi Hoffmann tem participado ativamente dos trabalhos desta Comissão, inclusive realizamos duas audiências públicas lá em Curitiba, promovidas por ela nessa linha da defesa dos direitos dos trabalhadores e dos imigrantes. Dia 8, teremos outra nesse sentido. Na época do massacre aos professores, também estive lá com V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. *Fora do microfone*.) – Depois contra a terceirização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Contra a terceirização, também estivemos lá, sob a liderança dessa querida Senadora.

Neste momento, passamos a palavra a José Maria Rangel, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – Muito bom dia a todos lutadores e todas as lutadoras presentes aqui nesta audiência!

Parabenizo o Senador Paim pela iniciativa e minha companheira Graça Costa.

O momento em que estamos vivendo no País é o que estamos recordando a disputa casa-grande e senzala. Por mais que queiramos fazer ilações aqui, dizer que não é isso, mas é exatamente isso.

Não é à toa que o nosso País foi o último do continente americano a abolir a escravatura e que, durante muitos e muitos anos, a classe trabalhadora basicamente vivia sob o tacão da casa-grande. E nós, a partir da eleição do Presidente Lula, começamos a ter conquistas e direitos que nunca tivemos e, óbvio, isso incomodou o outro lado. Agora, com esse cenário político conturbado que estamos vivendo, eles vêm para cima da gente com tudo.

Gostei muito da fala da Graça quando disse que quem fica no muro é o primeiro a levar o tiro. Temos que ter lado, não tem essa história de "não sei, vou ver", não tem isso, porque, se, de fato, esse processo de golpe for adiante, quem vai pagar o pato somos nós, não são os empresários da Fiesp que estão com esse pato aí na frente, não, quem vai pagar o pato somos nós, porque a pauta que já está colocada e que vai ser acelerada vem para nos trucidar. Isso tem que ficar muito claro para cada um de nós.

Essa comissão mista que está sendo instalada hoje, na realidade, é mais uma trincheira de lutas que estamos colocando.

Mais um obstáculo que nós estamos colocando, de tantas outras trincheiras que já estamos travando desde o primeiro dia do segundo mandato da Presidenta Dilma. Então, isso tem que ficar muito claro para cada um de nós.

Claro também tem que ficar que estamos vivendo um processo, no nosso País, onde a mentira está se tornando verdade. Um dos exemplos disso é a discussão que estamos travando sobre o pré-sal. Aqueles que querem tirar do povo brasileiro a oportunidade de os recursos do pré-sal serem revertidos em benefício da população mentem de maneira descarada. E parcela da população começa, de fato, a acreditar que essa mentira é verdade porque uma parcela significativa ainda assiste à Rede Globo golpista e começa a achar que é, de fato, verdade.

O pré-sal é, talvez, a maior província de petróleo descoberta nos últimos anos, descoberta pela Petrobras. A Shell perfurou na área do pré-sal e não achou, e a Petrobras achou. A Petrobras desenvolveu tecnologia para explorar o pré-sal. A Petrobras tem o menor custo de produção do pré-sal. É verdade que a Petrobras passa por problemas financeiros? É verdade, como todas as empresas de petróleo do mundo. Então, as Casas, Câmara e Senado, deveriam estar discutindo como conseguimos dar um fôlego financeiro à Petrobras para ela colocar esse óleo para fora, para transformar esses recursos em saúde e educação, que é o que está previsto na lei, e não tentar voltar ao passado triste da concessão. A grande diferença entre concessão e partilha é que, na concessão, o óleo é de quem ganha o leilão; e, na partilha, o óleo é do Estado, que tem que se apropriar dele para poder reverter isso em prol da população.

Então, nós, infelizmente, perdemos parcialmente esse debate aqui no Senado; vai para a Câmara, que, eu diria, é um ambiente muito mais hostil do que o Senado, em que nós fizemos um grande debate, com o Senador Paulo Paim, inclusive. Travamos um debate aqui com o autor do projeto, o Senador Serra. Tivemos essa oportunidade que, talvez, não tenhamos na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui nesta Comissão. E o Senador Serra veio aqui para o debate.

O SR. JOSÉ MARIA RANGEL – E, talvez, não tenhamos na Câmara porque o rolo compressor é muito grande. Então, temos que estar atentos a todo esse processo que tem sido colocado para nós, classe trabalhadora. Chamar a atenção – não é, Graça? – das centrais, dos sindicatos, do que, de fato, está em jogo. A luta número zero, hoje, do movimento sindical é evitar o golpe neste País. Depois, nós vamos ver o que vamos fazer da vida. Hoje temos um ato que é, eu diria, fundamental, para que consigamos barrar esse golpe. Eles estão incomodados em serem tachados de golpistas, mas são golpistas, e depois nós vamos ver o que vamos fazer da vida.

Quero, aqui, em nome da Federação Única dos Petroleiros e de seus sindicatos filiados, de coração, parabenizar todos os Parlamentares que estão conosco nessa resistência, porque sei que não é fácil, num ambiente completamente agressivo como o que estamos vivendo, mas não tenho dúvidas de que nós vamos vencer essa luta porque a verdade vai prevalecer. A sociedade já começa a ser esclarecida pela quantidade de informações que ela começa a receber, e nós, hoje, vamos fazer um grande ato e vamos reverter esse processo que está

colocado. O Brasil vai voltar a entrar nos trilhos. Com certeza, vamos ter o nosso povo com mais direitos, como foi colocado aqui pelo nosso companheiro. Vamos ter o nosso povo com mais saúde, mais educação, porque esse é o sonho de todos nós, que acreditamos no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Maria Rangel, que falou como Coordenador da Central Única dos Petroleiros.

Já está conosco o Deputado Bohn Gass, gaúcho, lá do meu Rio Grande, com quem vamos conversar bastante depois, inclusive, porque nós vamos lançar, no dia 27, a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência. Nós sabemos que V. Exª já lançou corretamente – o seguro morreu de velho; tem que se caminhar na frente – a Frente Parlamentar de Defesa dos Trabalhadores Rurais. Mas vamos trabalhar em conjunto.

E a palavra já está com V. Exª, porque, V. Exª falando, inclusive assina aqui. Depois da fala, venha aqui assinar a tua adesão, que eu sei por antecipação, à nossa Frente Parlamentar – nossa, eu digo, que é a do povo brasileiro, não é? –, em defesa dos trabalhadores.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Isso.

Eu quero, primeiro, Senador Paim, que se sintam todos saudados, e saudados para nós ganharmos tempo aqui.

Eu estou vindo de uma outra reunião, exatamente, no mesmo intuito das preparações para que a gente faça, no meu entender, duas coisas – e aí já parabenizando a Frente Parlamentar; quero ser, sim, signatário, Senador Paim – em defesa dos direitos da classe. A Graça havia falado comigo também já nos corredores esses dias, mas eu acho que nós estamos em dois temas que, para nós, são fundamentais neste momento.

O primeiro é o que companheiro da FUP disse agora: evitar o golpe. E eu quero dizer, esperançosamente, sabendo da realidade, eles não terão os 342 votos! Não terão! Não terão! (*Palmas.*)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Há males que vêm para o bem: a saída de parte do PMDB foi boa para nós reorganizarmos, porque é melhor a gente se reorganizar com pessoas que podem ajudar, contribuindo, do que ver alguém que diuturnamente está junto contigo, operando contra ti. Então, há males que vêm para o bem – eu aprendi isso desde pequeno.

Então, cabe esse movimento. Mas eu quero assim: além das ações internacionais, das falas internacionais, dos órgãos internacionais, dos atos, eu coloquei um *post* aqui que diz que vão haver inúmeros atos no mundo hoje. Não só no Brasil: no mundo. Eu coloquei num *post* que são inúmeros países em que vai haver ato, como o do Serra que foi tão bem recebido lá em Lisboa na sua palestra....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOHN GASS (PT - RS) – Eu não sabia, eu não sabia que havia um vinho com o nome de Golpe, mas eu quero parabenizar os que pegaram lá o vinho português Golpe e deram para os golpistas lá, os que chegaram lá. (*Risos.*)

Fechando os parênteses, o que eu quero dizer, Senador, nesta primeira parte, é que, de segunda até agora – e o Jornal Nacional também fez isso –, eles estão dizendo: "Não é golpe, está na lei, é constitucional." Ou seja: pegou na biografia deles "golpistas"! (*Palmas.*)

E a Presidenta Dilma, ontem, falou, com toda a força, no Minha Casa, Minha Vida, que eles são golpistas. E nada melhor do que hoje, no dia 31, a gente falar disto: 52 anos atrás, a tragédia que aconteceu no Brasil.

Então, todos os movimentos estão em curso para nós conseguirmos evitar os 342. Esta é a nossa meta: não haverá 342! E uma das coisas fundamentais – claro que isso se decide na Câmara, neste momento –, são as manifestações populares e as frentes.

Ontem houve, das igrejas, um ato ecumênico maravilhoso; dos intelectuais, dos artistas, da OAB, então. Olhem o fiasco que foi presidido pela direção da OAB, em que os advogados diziam: "Esta OAB não me representa!" Então, a sociedade viu que existe um golpe. Esta é a primeira tarefa: não haverá, não haverá os 342!

Agora, a segunda parte. Aliás, sobre isso, eu tenho usado o tema dos vídeos, para usar muito a internet. E eu coloquei que o golpe são seis golpes em curso. O primeiro é um golpe na lei, porque fere a Constituição, pois não há crime. O segundo é um golpe no combate à corrupção. Eu queria destacar isso, porque, ontem, o próprio promotor da força-tarefa da Lava Jato chegou a dizer, Senadora Gleisi, lá no Paraná: "Olha, o PT, de fato, tem um mérito: ele deixou a Polícia Federal trabalhar, o Ministério Público trabalhar. Então, isso, de fato, é um mérito do PT." Bom, se isso é um mérito do PT, ele estava dizendo que isso não é com os tucanos, que isso não é com o PMDB e que não vai ser com o Temer. Claro que o Temer não vai assumir, não vai chegar lá, mas, se fosse, não vai ser, porque eles querem dar um golpe no combate à corrupção. Tudo vai voltar para debaixo do tapete, e isso nós não vamos concordar, porque nós queremos levar bem adiante as apurações. Então, é o segundo golpe: no combate à corrupção.

O terceiro golpe – e aí tem a ver com o dia de hoje – é contra os direitos dos trabalhadores.

Aí nem vou falar porque vocês todos são aqui...O plano para o passado ou para o abismo, que é essa tal "Ponte para o Futuro", que eles estão anunciando, é isto: é ferir nos direitos dos trabalhadores. Nada de ponte para o futuro, é ponte para o abismo ou para o retrocesso.

O quarto golpe, pessoal, é no patrimônio. Venderam a Vale, querem entregar a Petrobras e querem mexer na partilha. O próximo vídeo vai ser esse, que vou fazer sobre esse tema específico para as redes sociais sobre o golpe Petrobras e patrimônio. Então, é um golpe no patrimônio do Brasil.

O quinto golpe: nos programas sociais. Gente, o Moreira Franco disse que não vai ter dinheiro mais para programa social. Então, eles vão dificultar. Então, esqueçam programas sociais para o nosso povo. Esse programa de dois milhões que a Presidenta Dilma anunciou ontem para habitação não vai ser executado se for o Temer. Essa tem de ser a nossa fala para o povo. Então, é o golpe nos programas sociais.

Por último, o sexto golpe é a boa política. Esse papo, Deputado Erika, que a turma faz de "Ninguém me representa; é só roubalheira", gente, quem vai assumir? Quem vai assumir vai ser um político. E talvez uma política da melhor espécie. Então, a boa política está sendo ferida porque o povo está dizendo: "Bom, o Bolsonaro é um herói. O Moro é isso e aquilo." Então, esse também é um golpe da boa política.

Então, para encerrar essa primeira parte, não vai haver os 342. Nós vamos conseguir segurar.

E a segunda – quero concluir a minha fala, mas preciso registrar – é que, nesse um ano e meio, não foi executado o programa das urnas de outubro. O Governo precisa implementar o programa de outubro, vitorioso nas eleições. (*Palmas.*)

E essa força social, que hoje é movimento popular – há alguns intelectuais que estão voltando a refletir conosco, como todo o setor progressista da intelectualidade, do movimento social, da cultura –, enfim, todos esses setores e movimento popular agora, e essa é a nossa tarefa, nesse período, ao evitar o golpe, precisa construir bases e pressão para implementar um programa de centro-esquerda no País. Isso está em construção. E acho que as pessoas estão indo às ruas porque têm essa esperança. E essa esperança nós não podemos decepcionar. Por isso, precisamos lutar muito junto com essa frente.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Convido o Deputado Bohn Gass a vir assinar a nossa frente, neste momento. (*Pausa.*)

Como dissemos desde o início, agora passamos a palavra à nossa querida Deputada Federal Erika Kokay, para que ela faça a sua fala e possa assinar, ficando à vontade. (*Palmas.*)

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria saudar essa atividade, porque ela pontua o que está em jogo neste País. O que está em jogo neste País não é apenas a condição democrática, mas a condição democrática é fundamental para assegurar direitos. Nós não temos os direitos assegurados, quaisquer que sejam deles, se nós não tivermos democracia. Durante a ditadura militar, nós não tínhamos as vozes das mulheres sendo escutadas na sua dor e na sua esperança. Nós não tínhamos as vozes da comunidade LGBT, dos negros, das crianças sendo escutadas, porque as vozes do ser humano sempre são faladas.

Há muitas formas de o ser humano falar. Ele fala pelo silêncio, ele fala pelas lágrimas, ele fala pelo corpo, fala pelas mãos, pelos olhos, pelas diversas formas. Mas essas vozes, muitas vezes, não são escutadas. E no terreno da exceção, no terreno do arbítrio, essas vozes nunca são escutadas; elas são caladas pela dor de se ser como se é em um País que ainda não fez o luto das casas-grandes e senzalas.

Por isso, o que está em jogo são os direitos. E quando nós temos essa tentativa golpista – e é golpe mesmo – incomoda muito que o rei esteja nu e que se esteja se constatando a nudez do reino, a nudez do reino. O rei está nu.

E o golpe está explícito, está desnudado. Esse tecido roto, que tentaram colocar para esconder o golpismo neste País, se desfez, se desconstruiu, e isso incomoda. Incomoda que nós tenhamos alguém que se diz jurista e que diz que a mesma ação que foi feita por governos anteriores, as chamadas pedaladas fiscais, não é um crime, mas é crime no Governo de Dilma Rousseff. Incomoda, incomoda que isso esteja sendo explicitado.

Por isso, os meios de comunicação cumprem a função que cumpriram em 1964. Os atores são os mesmos. É a mesma Fiesp. É a mesma Fiesp, que fez o povo brasileiro pagar o pato de um processo de exclusão dos direitos dos trabalhadores. É a mesma Fiesp, com seu patrimonialismo fundamentalista, que quer retirar os direitos dos trabalhadores e dizer que o negociado se sobrepõe ao legislado, porque essa é a pauta que está neste Congresso. A pauta que está neste Senado desnuda a intenção real desse golpe, que quer calar a democracia, sepultar a democracia, para impor uma agenda dos que sempre foram considerados elites neste País. É a agenda da eliminação das empresas 100% públicas. É a agenda da terceirização, que é precarização das relações de trabalho. É a agenda do negociado prevalecendo sobre o legislado. É a agenda que retrocede à CLT. É a agenda pré-constitucional, porque é isso que os fundamentalistas, os patrimonialistas, os ruralis-

tas estão fazendo na Câmara Federal. Eles querem eliminar os direitos da população indígena, da população quilombola, o direito da terra, como se dissessem: "Essa terra me pertence, como me pertencem as pessoas, como me pertencem as mulheres, como me pertencem as crianças, como me pertencem os trabalhadores e as trabalhadoras." Está desnudado!

Esse processo golpista fez com que se levantassem as vozes mais retrógradas deste País e as vozes tecidas no ódio. É esse ódio que fez um representante do movimento Brasil Livre, que é pró-*impeachment*, rasgar o Hino à Negritude, para dizer que nós somos charlatões – e falou isso em uma sessão, em uma comissão geral da Câmara. Somos charlatões porque defendemos os direitos dos negros neste País. Ele disse que os negros já têm os seus direitos e que há uma meritocracia, segundo ele, que os negros reivindicam. Não há meritocracia com desigualdade de oportunidades. Não há! A meritocracia só pode ser atestada, quando há igualdade de oportunidades. Aí nós vamos estabelecer uma meritocracia. É esse mesmo ódio que fez com que um grupo de sete ou dez pessoas estivessem num ato ecumênico em defesa da democracia tentando impedi-lo, chamando-nos de demônios, chamando-nos de demônios, porque ali estavam as religiões que tocam tambores; ali estavam as religiões dos tambores que resistiram e resiliram todo este País, na perspectiva de resgatar a nossa própria negritude.

Portanto, o ódio está surgindo, o ódio que havia sido silenciado pelo peso da democracia. Rasgue-se a democracia. Nós vamos destampar uma lógica de ódio contra todos os segmentos que tiveram, historicamente, os seus direitos violados.

Encerro, dizendo o que está em jogo, para além da democracia. A democracia é um instrumento, porque ela só se efetiva quando há consciência e participação popular. Rompa-se a democracia, e nós vamos ver os acordos dos abutres, os abutres que estão se alimentando das cinzas democráticas neste País, na perspectiva golpista para retirar direitos e para calar os trabalhadores e as trabalhadoras e todos os segmentos que nunca tiveram as suas vozes escutadas.

Por isso, eu diria que nós que estamos resistindo ao golpe estamos fazendo uma verdadeira sinfonia, que me lembra o que diz Drummond de Andrade. Drummond de Andrade diz... Nós vamos fazer hoje, dia 31 – e vamos fazer sempre, porque este é um movimento social –, junto com os trabalhadores e as trabalhadoras, junto com os segmentos que têm, por fim, as suas vozes escutadas, com que o golpe não se efetive. E aí diz Drummond: "A nossa canção é a canção que acorda o adulto e que adormece a criança." É essa canção que nós vamos levar no dia 31, e é essa canção que nós vamos fazer com essa frente em defesa de direitos.

E, para encerrar e me calar, mais uma vez, como Drummond, eu digo: essa ordem da elite; essa ordem que deixa a marca da tortura na pele e na alma deste País; essa ordem da família patriarcal; essa ordem que os golpistas querem implementar, que é a ordem que cala os trabalhadores e trabalhadoras; essa ordem nós não aceitamos.

E aí lembro mais uma vez Drummond: se é essa ordem que eles querem, nós dizemos "o meu nome é tumulto". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado à Senadora... eu a chamei de Senadora! Se tiver que ser, que seja, não é?

Convido a Deputada Erika Kokay a assinar o documento, neste momento. (*Pausa.*)

Senador Donizeti, assinando a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores.

Perfeito, Donizeti. (*Palmas.*)

Neste momento, Deputado Glauber Braga, do PSOL do Rio de Janeiro, assinando a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Intercalando com a Mesa, agora, fala a representante do Sinait, Vera Jatobá.

A SRª VERA LÚCIA AMORIM JATOBÁ – Bom dia a todos!

Senador, Paulo Paim, eu trago aqui o cumprimento do nosso Presidente, Carlos Silva, e da Vice-Presidente, Rosa, que estão em outras batalhas, e reitero que o Sinait, que representa os auditores fiscais do trabalho, continua junto, continua perto, continua na luta em defesa dos trabalhadores. Tudo isso que está expresso nesse tema, que é o movimento, que é a defesa da classe trabalhadora, é a nossa essência, é o que nos define, é o que nos obriga, mas, sobretudo, Senador, também é o que nos emociona. E hoje é um dia de emoção. Não dá para esconder. Isso nos emociona, porque nós não podemos esquecer os números que estão diante dos nossos olhos todos os dias.

Para não aprofundar um tema que essa plateia qualificada conhece, vou só lembrar que temos um número de 720 mil trabalhadores que sofreram acidentes de trabalho; que foram mutilados, mortos, que perderam suas habilidades; muitos perderam até sua dignidade. Esse é o nosso cotidiano. É disso que tratamos. Mas também temos que lembrar que algumas coisas a gente já encaminhou e já foram feitas. Libertamos uma média de 52 mil trabalhadores da condição análoga à de escravo. E é por isso, e sobretudo para isso, que estamos

aqui. Temos que defender muito essas trincheiras; trincheiras que definem a nossa função, mas que é a nossa essência também como cidadãos.

Então, o que quero dizer, Paulo Paim, é que o Sinait continua junto na jornada.

O que tem acontecido no último ano com a questão da terceirização é outro tema que muito nos afeta, não só como um espectador, mas como um agente do direito, para que isso seja modificado, para que se trate a realidade de outra forma – e também a questão dos acidentes e a do trabalho escravo, para não falar em outros tantos.

É preciso estar atento para que a inspeção do trabalho, reconhecida internacionalmente como um bom método, como um bom enfrentamento, como de ponta nessa área, tenha assegurado que haja uma boa norma, que haja bons instrumentos, que haja bons auditores, que haja concurso, que se enfrente isso, que se trabalhe isso como uma questão...

(Soa a campainha.)

A SRª VERA LÚCIA AMORIM JATOBÁ – ... de levar à cidadania e à garantia de direitos. E foi isso que eu vim, em nome do Sinait, reforçar neste momento: estamos juntos nessa frente, estamos juntos nesse movimento.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Vera Jatobá, que falou pelo Sinait!

Eu queria registrar a presença em plenário da representante da Deputada Ana Perugini que, por ela, fará simbolicamente a assinatura aqui da nossa lista.

Pessoal, estamos com um problema sério que temos de resolver agora. Havíamos combinado, e eles foram muito gentis, as famílias e militantes da causa dos autistas, de que a audiência seria às 9h. Como nós tínhamos de lançar a frente e o único espaço que tínhamos hoje era aqui, a frente foi lançada às 8h30, mas com o compromisso de terminar às 10h, e já são 10h06. Seria muito descortês com as famílias dos autistas, que cederam o espaço para o lançamento da frente, se a gente não encerrasse com uma certa brevidade.

Então, eu queria fazer um apelo para que aqueles que usarem a palavra agora – são mais três pessoas – fizessem uma saudação de um minuto e pudessem assinar aqui a frente parlamentar. É só uma saudação, é uma simbologia do lançamento, neste momento, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.

Quero dizer àqueles que estão chegando agora: essa frente parlamentar, como disse muito bem a Graça, é permanente, independente do resultado do processo de *impeachment* que está na Casa sendo apreciado. É uma frente que vai ficar, independentemente do resultado. É uma frente permanente mediante uma lista de 55 itens, até o momento, levantados pelo Diap, que são projetos que estão tramitando na Casa; já estão tramitando. De uma forma ou de outra, nós ficaremos acompanhando esses projetos.

Então, passo rapidamente ao Edilson Montrose, representante da Intersindical. Se ele puder fazer uma fala muito rápida, aqui mesmo... Em seguida, o Hélio Rodrigues e, depois, o Max. O Max fecharia aqui na mesa.

O SR. EDILSON MONTROSE – Bom dia a todas e todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O companheiro do Sindicato dos Químicos entendeu e abriu mão da fala, inclusive. Obrigado.

Então, fala ele e depois fala o Max.

O SR. EDILSON MONTROSE – Bom dia a todas e todos!

Quero agradecer mais uma vez o empenho, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo empenho e por abrir, neste ano tão conturbado, franquear o seu mandato em defesa da classe trabalhadora.

Quero reiterar o que foi dito: a Intersindical se posiciona contra o golpe – é um golpe o que a gente está vendo! – e que desse malfadado dia, de 52 anos do golpe de 1964, a gente se lembra. O golpe de outrora foi contra a ampliação da democracia e contra os direitos da classe trabalhadora, naquela época consubstanciados nas reformas de base. O desse ano também tem um caráter...

Na nossa opinião, na Intersindical, o Governo é indefensável. O Governo adotou uma política neoliberal, uma política rentista; propôs a reforma da Previdência, privatizações, entrega do pré-sal no conluio com o PMDB. Contudo, é um governo eleito, referendado por 54 milhões de votos.

Se a Presidenta for apeada do cargo por seis créditos suplementares, outros 16 governadores também teriam de sê-lo. Então, é um descaramento, é um absurdo! É uma oposição que pratica o que o Lacerda praticava, ou seja: o Getúlio não poderia ser eleito; eleito, não poderia tomar posse; empossado, não poderia governar. É assim que eles atuam.

Eles deveriam esperar até 2018 e serem referendados pelas urnas. Então, lutar contra o retrocesso dos direitos trabalhistas e também lutar em favor da manutenção da democracia no Brasil, que tem muito que ser qualificada ainda.

Desculpe pela extensão do tempo e parabéns a todas e a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Edilson falou em nome da Intersindical.

E Max, encerrando, que falará em nome do Fórum Nacional de Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Obrigado, Senador Paim.

Cumprimento todos os trabalhadores e trabalhadoras, em nome da companheira Graça. Represento também Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal).

Bom, temos aqui um contexto internacional de ataque aos trabalhadores e aos sindicatos. O governo Macri faz a mesma coisa. O governo de direita da Espanha, que, por sinal, é muito amigo dos golpistas brasileiros, criminaliza o direito de manifestação pública, retirada de direitos, os tratados de livre-comércio que querem destruir direitos conquistados com muita luta, e, aqui, no Brasil, acontece da mesma maneira: terceirização, esta luta que o Senador Paim, nosso guerreiro, tem feito em todo o País para evitar que seja aprovada, negociar sobre o legislado, várias questões que têm acontecido.

Há poucos dias, faleceu um empresário de ultradireita, defensor da terceirização. Faleceu e foi para o inferno. Chegando lá, ficou muito amigo do diabo, que o levou para conhecer o lugar favorito que ele tinha no inferno, que era um grande salão cheio de relógios. E o diabo explicou: olha, cada país aqui tem um reloginho e, cada vez que um direito trabalhista é violado, o relógio vai se mexendo. Então, alguns relógios eram rápidos, outros, mais lentos. O Deputado – perdão – o empresário disse... (*Risos.*)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Acho que foi um ato falho. Eu acho que pensei no Eduardo Cunha e me confundi.

E o empresário disse: adorei isso, acho maravilhoso ver direito trabalhista violado. Mas onde está o relógio do Brasil? O diabo disse: olha, sabe que faz um calor infernal aqui, né? Então, peguei o relógio do Brasil, levei para o meu quarto e estou usando como ventilador.

Essa frente é para fazer esse ventilador andar mais devagar, para impedir essas precarizações. E a grande tentativa de ataque aos direitos trabalhistas no Brasil, hoje, chama-se tentativa de golpe no plenário da Câmara dos Deputados, comandado por um réu confesso, criminoso com provas extensas, que é o Eduardo Cunha e que se tornaria o Vice-Presidente da República, se esse golpe passar.

Um dos defensores do golpe, Aécio Neves, por exemplo, recentemente, disse que o salário mínimo brasileiro é alto demais e tem que baixar. É isso que é o golpe. Economistas que defendem o golpe dizem que o desemprego no Brasil é muito baixo e tem que aumentar, que isso é bom para a economia. É isso que é o golpe.

Conta-se que, cerca de 100 anos atrás, um político norte-americano disse que a educação era muito cara nos Estados Unidos, e um reitor disse: se você acha que a educação é cara, você vai ver o preço da ignorância. Então, quem acha que direito trabalhista no Brasil é caro demais e que a democracia é cara demais vai ver o preço da barbárie se esse golpe for para a frente.

Eu acho que temos que nos manifestar e todo mundo tem que lutar. O que me preocupa neste momento não é a ação dos maus, mas o silêncio dos bons. A classe trabalhadora está de parabéns.

Cumprimento aqui o companheiro Alcino, em nome de todos os trabalhadores. Quase metade deste plenário é companheiro da Contracs, que veio aqui de última hora para esta atividade. Parabéns. Contem com os advogados laboralistas do Brasil e da América Latina, que fizeram vários manifestos. A tentativa ilegal que foi protocolizada pela OAB, ontem, não nos representa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Max, que viajou o País todo conosco na luta contra a terceirização.

Estou insistindo um pouco, pessoal, porque não quero criar um constrangimento para as famílias dos autistas que estão aí. Abrimos um precedente e há, no mínimo, três pessoas. Eu faria um apelo que fizesse só uma saudação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador vai poder saudar também?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai, claro, imagina! Os Senadores estão aqui. Se os Senadores não falarem nesta Comissão, quem fala então?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O povo. E eu me sinto representada se não puder falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. A Vanessa e o Medeiros estão aqui.

O Rafael esteve comigo hoje e contou-me uma experiência muito interessante do sindicalismo americano, mais especificamente do Mississipi. Ele veio falar comigo hoje porque nós teremos uma audiência aqui

segunda-feira. Traremos algumas entidades de caráter nacional e ele vai falar sobre o que está acontecendo lá no Mississipi e aquilo que eles querem trazer para o Brasil. Esta audiência será segunda-feira, aqui, a partir das 9 horas da manhã, o sindicalismo nos Estados Unidos no viés que eles querem implantar aqui.

Rafael, você tem que fazer milagre. Diga a entidade e você tem um minuto. Segunda-feira você vai ter um tempo aqui de 20, 30 minutos.

O SR. RAFAEL GUERRA – Bom dia a todos e a todas. Obrigado Senador Paim por estar nos recebendo.

Eu trabalho no sindicato dos metalúrgicos dos americanos, o AW. Nos Estados Unidos, hoje, apenas 7% do setor privado é sindicalizado e esses 7% ficam em Estados que se industrializaram primeiro.

No setor metalúrgico, apenas 50% do setor é sindicalizado. Lá, como a legislação é por Estado, em alguns Estados não é obrigatório ser sindicalizado, e é onde as empresas, principalmente as transnacionais, se instalam.

No caso do Estado do Mississipi, o Estado americano mais pobre, o Estado que possui mais problemas, a Nissan se instalou lá há 15 anos, mais ou menos, e como não é obrigatório haver sindicato – não permitem nem que o sindicato chegue perto –, no contrato de trabalho da Nissan quem cria as regras é a empresa, o trabalhador assina e aquilo pode ser alterado a qualquer momento.

Então, não existe carteira de trabalho nos Estados Unidos, não existe CLT. Todas as regras como férias, licença-maternidade, tudo isso é a Nissan que determina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Algo que ele me disse – permita-me só que eu traduza – é que você assina o contrato com o empregador e pela internet o empregador, a qualquer momento, altera o contrato.

O SR. RAFAEL GUERRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou você quer, ou você é demitido.

O SR. RAFAEL GUERRA – Valor de hora extra, tudo isso. Esse é um modelo que essa empresa japonesa está tentando levar para outros países. Por exemplo, o Brasil e a Alemanha são referências mundiais de direitos trabalhistas, e a gente não pode deixar acontecer isso aqui. Nós temos um apoio muito grande dos sindicatos brasileiros e por isso nós estamos aqui.

Agradeço, de novo, ao Senador. Dia 11 de abril nós vamos trazer os trabalhadores do Mississipi para contar a experiência deles aqui. É muito importante que a gente não deixe isso sair de lá para vir para cá, porque é um caminho sem volta.

Faz 12 anos que estamos tentando organizar a fábrica e a fábrica não deixa o sindicato conversar com os trabalhadores e faz um terror midiático muito grande com eles.

É isso. Agradeço, mais uma vez muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rafael, obrigado pela contribuição. (*Palmas.*)

Senadora Vanessa, é a primeira vez que eu vou te dar tempo na minha vida, um minuto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Um minuto? Nossa!

Mas apenas para cumprimentar todos os companheiros presentes. Cumprimento todos e todas através da Graça, que ontem, em outro evento muito importante, da diversidade e liberdade de expressão religiosa, falava-me deste evento, Senador Paim.

O que nós precisamos fazer, neste momento, é exatamente o que está acontecendo: unir o Parlamento aos movimentos sociais, porque o que está em curso no Brasil é algo muito grave. Nós estamos vivenciando a maior crise desde a derrocada do regime militar, a maior crise que o País já viveu. Estamos debatendo aqui um tal de *impeachment*, cujo crime não está apresentado, porque é isso que já foi dito. Decretos de abertura de crédito suplementares, as tais pedaladas, se for levar isso em consideração não há um governante que fique em pé. Aliás, isso tudo o Tribunal de Contas, no passado, disse que poderia ser aceitável perfeitamente.

Então, o que eles querem fazer é um golpe. E um golpe que está relacionado com o projeto de País que nós temos hoje e que está relacionado, ainda mais, com os direitos dos trabalhadores. Os companheiros da FUP sabem perfeitamente disso. O que eles querem, na área do petróleo e gás, não é só acabar com a exclusividade da Petrobras, o que eles querem é acabar com a Petrobras para privatizá-la, companheiros. Então, nós não podemos deixar que isso aconteça.

Parabéns, Paim, e conte comigo, Senadora, militante do movimento social e sindical. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já queria convidar a Senadora para assinar aqui. Por gentileza, gostaria que você assinasse, neste momento, a frente parlamentar.

Eu passo a palavra para o Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Paim, muito obrigado e parabéns por colocar este debate aqui.

Senador Paim, eu não poderia ser honesto comigo mesmo e nem com o bom povo de Mato Grosso e do Brasil se não pudesse fazer também o contraponto aqui de tudo.

Nós temos participado aqui, inclusive tenho acompanhado V. Exª nos debates sobre a terceirização por este País. (*Palmas.*)

Permitam-me fazer o contraponto aqui. Nós estamos passando por um momento de crise, é verdade. No entanto, não existe coisa mais batida do que dizer: dividir para governar é o melhor jeito que existe. Nós não podemos dividir este País entre "nós e eles". O fato de eu pensar diferente e de ser de uma base da oposição não me torna golpista. O fato de eu entender, por exemplo, que *impeachment* é um infração administrativa... E todo mundo está dizendo que *impeachment* é golpe. *Impeachment* é uma figura constitucional. Se a Presidente não cometeu crime, não deve sofrer um processo de *impeachment*. A Presidente, é verdade, não cometeu crime algum. Sabem por quê? Porque quanto a pedalada fiscal, a crime de responsabilidade, o bom Damásio de Jesus, jurista conhecidíssimo neste País, já dizia: ele não deveria ser chamado nem de crime. Sabem por quê? Porque não é. O crime de responsabilidade é uma infração administrativa, é uma infração política, aliás. E o *impeachment* se dá porque ele é um processo político, através de uma infração política. E geralmente se dá quando um governo perde a sua base política total. Esse é o caldo todo que forma o *impeachment*.

Nós estamos passando por um processo neste momento e ele afastar a Presidente ou não. Todavia, o fato de uma pessoa defender que certos atos sejam investigados não pode torná-la uma golpista. O debate tem que ser maior. Nós não podemos dividir este País em dois. Nós, juntos, sairemos mais fortes. Inclusive, não podemos confundir os direitos e a luta pelo trabalhador com esse processo. Eu digo isso porque, neste momento, eu estou num outro flanco de defesa, Senador Paim, a favor dos direitos dos trabalhadores do serviço público, e neste momento, mandado pelo Governo, o PL 257 está numa velocidade igual ao ventilador de que o amigo falou aí, lá na Câmara dos Deputados. Enquanto vários outros projetos de lei pró trabalhador estão parados, esse está em velocidade supersônica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está na lista daqueles que nós vamos trabalhar para não passar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente. Quero ombrear com V. Exª para a gente combatê-lo.

Então, eu quero elogiar V. Exª por sempre fazer o bom debate e sem desonestidade intelectual.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Senador Medeiros, eu vou convidar V. Exª para assinar a frente parlamentar. Eu vou lhe dizer o porquê: essa frente, independentemente do resultado do *impeachment,* vai ficar permanente em cima dos 55 itens em defesa dos trabalhadores.

Eu queria convidar, neste momento, o Senador Medeiros a assinar aqui a nossa frente parlamentar. Senador Medeiros, V. Exª está sendo convidado a assinar a frente, aqui, agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nós precisamos ganhar o voto do Senador Medeiros, ouviu, gente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, o Senador Medeiros era Relator do PL do trabalho escravo. Complicou e ele disse: "Olha, eu vou trabalhar para o Paim pegar." E eu acabei pegando a relatoria do trabalho escravo – ele ajudou muito.

Eu vou pedir ao Itamar que dê uma mensagem. Um minuto, se possível. Em seguida, vamos iniciar a nossa audiência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu já vou passar o microfone para o Itamar, Senador Paim. Permita-me só uma intervenção.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Ela fala só meia hora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como é que eu vou dizer não?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É que eu vou ter que me retirar e peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fala, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Quero fazer um convite: a partir das 11h da manhã, nós estaremos no plenário do Senado Federal, na sessão conjunta com o TSE, para o lançamento da publicidade institucional do incentivo a uma maior participação das mulheres na política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – É importante para as mulheres, mas para os homens também. Às 11h, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estaremos lá.

O Itamar fala pela CSB.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Senhoras e senhores, bom dia.

Eu sou Itamar, Secretário de Organização e Mobilização da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Peço desculpas a todos, mas eu vou me ater à Frente Parlamentar Mista do Trabalho. Nós vamos trazer muito material para essa Frente Parlamentar, para discutir itens como ambiente de trabalho, recuperação do pleno emprego, auxílio-doença, em que estão acontecendo tremendos absurdos em matéria de perícia.

Além disso, eu gostaria de deixar claro, aqui, o seguinte: nós estamos trabalhando contra o tempo sobre o PLC 257. Terça ou quarta-feira, nesta Casa aqui, ou na Casa da Câmara, vai ser, a bem dizer, decidido esse PLC 257. Então nós estamos trabalhando a 200, 300, 500, 1 milhão por hora. Não dá para aceitarmos esse PLC 257 do jeito que ele está vindo. Queremos deixar claro aqui para nossa frente parlamentar que nós vamos ter que fazer alguma coisa. As entidades sindicais têm que estar unidas e com planejamentos para vir aqui para dentro desta Casa para discutir isso e não ter esse arrocho no servidor público. Essa é a nossa posição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Itamar.

Pessoal, a audiência atingiu o objetivo. Quando tivermos com todas as assinaturas, faremos então um ato político. No momento foi somente a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores, permanente, quero repetir isso, pessoal. Independente do resultado do *impeachment*, essa frente será permanente.

Está encerrada a nossa audiência pública do dia de hoje. Obrigado a todos.

E eu peço aos companheiros das famílias dos autistas que permaneçam no plenário.

Obrigado a todos.

Parabéns pela criação e pelo lançamento da frente.

Pessoal, nós temos um ritual aqui, nesta Comissão: palmas ou silêncio. Isso eu mantive em mais de 150 audiências aqui dentro do Senado. Então, eu queria que vocês mantivessem. Se entendem que vocês são contra o *impeachment*, batam palmas para aqueles que são contra o impeachment. E aí nós encerramos, mantendo o ritual. (*Palmas.*)

(Iniciada às 8 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia trinta e um de março de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Dário Berger, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Eduardo Amorin, da Senadora Gleisi Hoffmann e da Senadora não membro Vanessa Grazziotin. Registra-se a presença da Deputada Federal Erika Kokay. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 20 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para "Celebrar o Dia Internacional do Autismo e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Joanicele Brito, Psicóloga, especialista em Autismo no Método Son Rise e Coordenadora do Programa Autismo & Família; Adriana Monteiro, Mãe de Autista - Advogada, especialista em autismo e Presidente da Comissão de Defesa dos Autistas da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Vinicius Mariano, Pai de Autista - Delegado representante do Autismo na Conferência Nacional para as Pessoas com Deficiência; Marisa Cordeiro, Mãe de Autista - Psicóloga e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal - AMA/DF; Lenilson Custódio, Administrador, especialista em Orçamento Público voltado para a causa das pessoas com Deficiência e Autismo; Ana Paula Beserra, Mãe de Autista - Professora e Diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB; Viviani Guimarães, Mãe de Autista - Escritora sobre Autismo, formada em letras, especialista em avaliação e Psicopedagoga; Suzana Brainer, Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos sistemas de Ensino – SECADI/MEC; Maurício Vianna, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde (DAPES/SAS), do Ministério da Saúde; Vera Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Alisson Barboza Azevedo, Assessor na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. O Senhor Presidente concede a palavra à Deputada Federal Erika Kokay. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, eu vou pedir que liberem, para que as famílias de autistas ocupem aqui as primeiras fileiras. E nós, de imediato, vamos iniciar a nossa audiência.

Estou esperando que os familiares dos autistas se posicionem na primeira e na segunda fila.

Nós teremos duas mesas.

A TV Senado nos pediu três minutos, que é para se organizar para a nossa audiência, que vai se iniciar agora.

Nós teremos duas mesas.

Só para ir situando vocês, nós não estamos no ar ainda.

A primeira Mesa será composta de cinco pessoas, e a segunda Mesa, também de cinco pessoas.

Eu pergunto à TV Senado, à Rádio Senado e à Agência Senado: já posso iniciar? Pelo que percebi, já estamos no ar. Está liberado. Então vamos à nossa audiência.

Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 20, de nossa autoria e de outros, para lembrar a luta de todos aqueles que se dedicam a essa causa, com o título "O Dia Internacional do Autismo", e verificar o andamento de políticas públicas voltadas para essas pessoas e famílias.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

Eu vou, de imediato, compor a primeira Mesa. Convido para a primeira Mesa a Joanicele Brito, psicóloga, especialista em autismo no método Son-Rise e Coordenadora do Programa Autismo & Família; (*Palmas.*)

Adriana Monteiro, mãe de autista, advogada, especialista em autismo e Presidente da Comissão de Defesa dos Autistas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seja bem-vinda; (*Palmas.*)

Vinicius Mariano, pai de autista, delegado, representante do autismo na Conferência Nacional para as Pessoas com Deficiência; (*Palmas.*)

Marisa Cordeiro, mãe de autista, psicóloga e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal – seja bem-vinda também; (*Palmas.*)

Lenilson Custódio, administrador, especialista em Orçamento Público voltado para a causa das pessoas com Deficiência e Autismo. Essa é a primeira Mesa. A ordem dos fatores, sempre digo, não altera o produto e o objetivo.

Na segunda Mesa, vamos ter Ana Paula Beserra – só vou citar rapidamente –, Viviani Guimarães, Suzana Brainer, Maurício Vianna e Alisson Barboza Azevedo.

Eu pergunto aqui se todos os que foram convidados para serem painelistas foram citados, inclusive os representantes do Governo. Todos os que vão entrar na segunda Mesa foram citados? Eu sempre digo que a segunda Mesa, na verdade, é a de mais peso. Por quê? Porque é aquela que vai participar do debate mais direto aqui da Mesa, porque os senhores voltarão para a primeira fila depois de esta Mesa ser concluída.

Então, para ganhar tempo, primeiro, eu queria muito, muito pedir desculpa para vocês todos, porque tínhamos previsto iniciar, no máximo, às 10h e estamos iniciando às 10h30, mas eles não tinham onde lançar a Frente Parlamentar.

E quero dizer a minha posição aqui: essa Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores não tem nada a ver ser pró ou contra *impeachment*. É em defesa dos trabalhadores, independente do resultado do *impeachment*. Que fique bem claro: a gente cedeu o espaço para lançar essa frente em defesa dos trabalhadores, das pessoas com deficiência, enfim, da nossa gente. Essa frente ficará, se depender de nós, para os próximos 10, 15 anos para defender os trabalhadores. Não tem nada a ver com aqueles que são contra ou a favor da questão do *impeachment*. Cada um, legitimamente, tem o direito de ter a sua posição. E vocês sabem que sempre vou respeitar isso como Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Mas queria agradecer muito a vocês. Em nenhum momento, vocês reclamaram, questionaram: "Mas a nossa era antes. Por que a nossa está sendo agora?" Isso é um gesto de grandeza daqueles que fazem o bem sem olhar a quem. Por isso, uma salva de palmas a vocês. (*Palmas.*)

Não pensem que é todo mundo que faz isso. Outros já nos xingam, reclamam. Isso mostra que esta causa, que tive a alegria de abraçar junto com vocês lá atrás... Lembro-me como se fosse hoje: Berenice Piana e muitos de vocês que estão aqui me procuraram aqui. Fomos lá para a liderança, sentamos lá. E, a partir dali, conseguimos, juntos, construir aquela proposta que virou lei. É claro que nós temos que cobrar a aplicação cada vez mais intensamente da lei.

Então, vamos já iniciar o nosso debate. Começamos com a Joanicele Brito, psicóloga, especialista em autismo no método Son-Rise e Coordenadora do Programa Autismo & Família. O tempo é dez minutos para cada um. Eu peço para que todos possam ficar em dez minutos, até porque a plateia também vai poder participar. Pode ter certeza, como tivemos esse, diria, descuidado – não é cuidado –, porque atrasamos, que não temos hora para terminar. Eu vou ficar aqui até a hora que vocês quiserem para fazer esse bom debate.

A SRª JOANICELE BRITO – Ótimo. Eu queria, primeiro, agradecer, Senador, pelo convite e pelo seu empenho aqui com a gente no que diz respeito ao autismo. Eu queria pedir desculpas pelo Fernando, porque ele teve um problema com seu filho e pediu que a gente se desculpasse em nome dele.

Eu sou psicóloga e trabalho com autismo há mais de 10 anos e trabalho agora com o autismo em família.

O meu eslaide vai ser passado.

Eu trabalho com o Método Son-Rise e vou falar um pouquinho sobre o que é o autismo. Apesar de hoje em dia estar muito divulgado, é legal a gente falar. O autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento e ele aparece a partir dos dois anos e meio, três anos. E qual é a questão do autismo? Ele é causado por uma alteração neurológica e metabólica. E o que acontece? Ele afeta o desenvolvimento para estabelecer relacionamentos e a questão de como se comportar e responder ao ambiente e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita só que eu registre.

O Senador Dário Berger é um guerreiro, um lutador. É como muito orgulho que ele fez questão de assinar e dizer que, caso seja necessário quórum para votar um projeto sobre autistas, estará junto. Muito obrigado, Senador Dário. (*Palmas.*)

A SRª JOANICELE BRITO – Então, voltando, o autismo afeta a capacidade da pessoa de se comunicar, estabelecer relacionamentos e responder adequadamente ao ambiente. Ou seja, acarreta o atraso da lingua-

gem. E cada criança, cada caso é um caso. Então, a gente tem um espectro muito amplo, que vai desde uma criança que tem a inteligência intacta, que tem as nuances do autismo, porém consegue conviver, até a criança com autismo severo.

O autismo afeta uma a cada 45 indivíduos entre três e 17 anos, segundo uma pesquisa americana realizada em novembro. Aqui no Brasil, a última incidência que eu tive foi de um para cem. E afeta mais meninos que menina. É de quatro para um a incidência.

O diagnóstico é diferencial. Por quê? Porque não há exames laboratoriais nem de imagem que possam diagnosticar o autismo. Então, ele é feito através de observação, entrevista com a família e histórico da criança. Ou seja, a gente tem uma criança aparentemente normal que apresenta algumas dificuldades.

Os sinais de alerta do autismo são: dificuldade de interação social, dificuldade na comunicação, dificuldade de entender regras sociais, dificuldades na fala. E o que eu explico sempre para os pais, tentando aqui ganhar tempo? Como eu posso ver o autista hoje? Todos nós temos um filtro com o qual conseguimos receber vários estímulos. Eu consigo ver todo mundo, barulho de câmera, barulho de ar-condicionado. E consigo filtrar isso e focar no quê? Na minha palestra e no que eu estou pensando em passar para vocês.

Com relação ao autista, o filtro dele é um pouco menor do que o nosso. Ou seja, tudo o que entra tem uma maior dificuldade para filtrar. Então, acaba ele tendo uma enxurrada de estímulos, o que o leva a se isolar para tentar se organizar. Então, é o que eu sempre falo para os pais: entender essa questão de por que ele se isola. Ah, porque é muito estímulo e ele não consegue filtrar tudo. Então, a tendência é se isolar.

Falando nisso, eu comecei a atender desde cedo, e o meu atendimento é domiciliar, utilizando técnicas do Sun-Rise. Essa abordagem é lúdica e responsiva, em que a criança guia a terapia. E trabalhando com atendimentos domiciliares, eu comecei a perceber que, para a criança ter um ambiente equilibrado, também precisa estar com a família equilibrada.

Na família, muitas vezes, quando o filho nasce, está aparentemente normal, perfeito. Você idealizou a sua criança perfeita. Ele nasce perfeito. Mas, com dois anos, dois anos e meio, você começa a perceber que a criança tem dificuldade na interação, não está escutando, e os pais começam a procurar ajuda e descobrem que ela é autista. Isso gera uma comoção familiar. Todos ficam em torno da criança para ajudá-la. Com tudo isso, os pais se dedicam. Deixam de lado o relacionamento entre o casal. Os outros filhos, muitas vezes, ficam de lado também, porque está todo mundo em prol daquela criança. Isso gera um desgaste familiar, emocional, físico.

O que fui percebendo? Que eu precisava também ajudar esse lado da família. Conversando com o Fernando Cotta, que é o Presidente da Moab, soube que realmente a incidência de separação de pais, de confusões têm aumentado. Foi a partir daí que falamos na questão do autismo em família, que seria trabalhar não só a criança, mas também a família da criança. Hoje, faço atendimento com a família, atendimento ao casal, atendimento individualizado aos membros, por quê? Porque precisamos de um equilíbrio para a criança ter segurança, para a criança ter tranquilidade para também se desenvolver. Um ambiente estruturado torna o desenvolvimento mais eficaz. O autismo em família surgiu na busca de tentar manter a serenidade das famílias para conseguirmos equilibrar o sistema, o ambiente, para essa criança se desenvolver melhor. O projeto do autismo em família está engatinhando ainda, mas já tenho feito atendimentos tanto a casais quanto a famílias e tenho visto grandes resultados.

Fica o contato para quem quiser ligar, podem ligar também para a Moab, porque eles me repassam, para fazermos esse trabalho com a família em prol dos nossos autistas.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou ler para ela porque ela não quis ler, mas eu posso ler. Contato: Joanicele Brito, psicóloga clínica. Ali está o CRP. O telefone é 8149-7975, WhatsApp, e o *e-mail* e o Facebook estão ali também, joanicele.brito@gmail.com. É isso?

A SRª JOANICELE BRITO – É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Adriana Monteiro, mãe de autista, advogada especialista em autismo e Presidente da Comissão de Defesa dos Autistas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A SRª ADRIANA MONTEIRO – Bom dia, Senador Paim. Agradeço muito o convite para estar aqui nesta manhã, com V. Exªs.

Fui convidada para falar um pouco como mãe e como advogada. Vou tentar fazer uma fala breve. Eu tinha preparado um PowerPoint com a história da minha filha, mas não estou encontrando. Então, vai sem ele.

Minha filha, hoje, está com 15 anos. Ela nasceu prematura de peso, com Apgar baixo. Tinha muita dificuldade de deglutição. O sono era quase impossível. A pele muito clara, os olhos muito claros, os cabelos muito claros, mas eu e o pai somos morenos. Na época, levamos a um neuro, que disse não haver nada. A minha preocupação maior era o sono porque eu queria dormir, e ela não dormia hora nenhuma.

Passaram-se quatro meses e, de novo, ao levar ao neurologista: "Não tem nada!" E eu falei: "Não é possível, há quatro meses que eu não durmo, e ela não tem nada, ela não mama, ela não tem nada."

Começou a fazer terapias depois de seis meses, porque não sentou na época em que deveria sentar. Com um ano e quatro meses, nós tivemos um diagnóstico de síndrome de Angelman, que é uma síndrome rara, é uma deleção no cromossomo 15. Nós já percebíamos muitas convulsões, e as convulsões começaram a complicar muito. Ela chegou a ficar na UTI. Era uma média de três convulsões por minuto. Então, era uma coisa estarrecedora.

E acabei me separando do pai dela. Tivemos outro filho nesse percurso. Mas é aquele caminho quase normal de as mulheres ficarem sozinhas nessa luta.

E a Ana Luísa veio se desenvolvendo. Ela tinha uma afetividade muito boa, ela tinha uma socialização muito boa. Então, essa não era uma questão que me preocupava, quando ela era pequena.

Com seis anos de idade, ela começou a regredir nesse comportamento de afetividade. Houve aquele comportamento de se isolar, de se esconder embaixo da cama. E, quando eu via: "Cadê a Ana Luísa?" Estava embaixo da mesa, e colocava o pano por cima.

Eu preparei várias fotozinhas dela. Ela estava sempre com um lençol na cabeça. Quando ela era bem pequenininha mesmo, eu a levei a um neuro. Ele chegou a falar em autismo. Mas, quando ela teve o diagnóstico da síndrome de Angelman, aquela fala dele para mim morreu, nunca mais pensei em autismo na minha vida.

E, lá pelos dez anos, nós conseguimos um diagnóstico de que, além da síndrome de Angelman, ela tinha autismo. E isso mudou muito a minha vida, porque nós começamos a perceber o tanto de coisas que nós fazíamos errado com ela, porque, como eu não tinha o diagnóstico dela e eu tinha um prognóstico da síndrome de Angelman, eu trabalhava em cima daquele prognóstico da síndrome de Angelman, que era o que eu achava que eu deveria fazer. Então, eu via que aquelas crianças com Síndrome de Angelman se desenvolviam daquela forma, com aquelas terapias, e eu ia inserindo a Ana Luísa, tentando que ela respondesse, e a resposta não vinha. Então, ela demorou muito para começar a fazer determinadas intervenções, essas intervenções chegaram muito tarde na vida dela.

Hoje ela é uma moça, adolescente. É engraçado como eles têm uma personalidade muito própria. Ela não fala, mas ela diz absolutamente tudo o que ela quer, sem falar. Com muita propriedade, ela se nega às coisas, ou aceita as coisas.

Hoje fazemos várias intervenções na vida dela, no sentido de nos tornar menos agressivos, porque a gente agride muito a criança. A gente violenta muita a criança autista. A gente espera dela uma coisa, a gente quer normatizar, e está sempre fazendo intervenções, no sentido de que ela seja aquela criança que a gente esperava, quando a gente estava grávida, e está sempre tentando encaixá-la naquele quadradinho.

A partir do momento em que você tem um diagnóstico, você trabalha um pouco melhor isso dentro de você, dentro da sua família. Você começa a aceitar as limitações daquela criança e ela começa também a desabrochar, ela pode desabrochar nesse espaço, que é inclusivo, que aceita aquela limitação dela de não estar ali naquele momento, de não querer fazer aquilo naquele momento. Assim, nós aprendemos a respeitar essa individualidade autista da Ana Luísa.

Foi assim que eu vim parar nesse mundo do autismo. Antes desse mundo do autismo, eu já tinha ligação com o movimento de pessoas com síndrome rara. Eu cheguei a fundar, com uma amiga, uma associação em Ribeirão Preto chamada Síndrome do Amor, que existe até hoje. Eu acho que agora trabalham com mais de 140 síndromes na associação Síndrome do Amor, só síndromes raras. E aí eu vim parar no Movimento Orgulho Autista, eu me apaixonei pelo movimento e hoje eu estou Presidente da Comissão do Autismo da OAB-DF.

Nessa trajetória, nós acabamos conseguindo algumas vitórias, com apoio da sociedade civil. Eu também me inseri em determinados espaços governamentais, em que consegui fazer algumas coisas. Conseguimos traçar, junto com o Senador Paim, com muita luta, a Lei Berenice Piana, a Lei Fernando Cotta.

Hoje em dia, qual é a grande dificuldade e qual é o nosso anseio como pais e mães – e eu, como advogada? Conseguir tirar essa lei do papel, porque, às vezes, há um processo que está lindo, perfeito, mas o juiz não conhece. Então, o juiz é parte dessa sociedade ignorante no sentido do não conhecimento do que seja aquela complexidade que é o autismo e acaba negando direitos que são tão óbvios para nós, tão bem consolidados em lei, mas que, na hora da aplicação, parecem estar exorbitando tudo. E não é verdade. São direitos muito ímpares e muito próprios.

Nós temos uma caminhada na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo. Temos recebido muitas denúncias em relação a escolas, hospitais, ausências de transporte e de atendimento em tudo quanto é lugar. Temos pouca capacidade, porque a comissão ainda é muito pequena. Nós estamos tentando convencer também advogados a se unirem à nossa causa, porque nem todos também entendem. É o que eu sempre

falo: esperamos que a escola inclua, mas a escola está dentro dessa sociedade limitada em que nós estamos e que também não conhece.

(Soa a campainha.)

A SRª ADRIANA MONTEIRO – Nós esperamos que o médico atenda bem, mas o médico também ignora. Então, é um trabalho de formiguinha, muito demorado que nós temos pela frente.

Eu acredito que já estamos vendo alguns resultados. Nos últimos dez anos, houve uma melhora muito grande no campo da deficiência, ainda que as pessoas reclamem muito. Eu acho que temos trilhado um caminho muito importante. Sinto um avanço social também. Infelizmente, estamos vivendo um momento de conservadorismo muito grande e temos visto reações muito ruins em redes sociais em relação a todas as minorias que têm me preocupado muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eles talvez não saibam que as minorias somadas são maioria.

A SRª ADRIANA MONTEIRO – São maioria. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No dia em que essas minorias derem o grito de "não", eles vão ver só que é bom.

A SRª ADRIANA MONTEIRO – Exatamente.

Eu acredito que, ainda com todo esse quadro, nós temos muitas melhoras nesses últimos anos.

E coloco o trabalho da nossa comissão à disposição de todos. Estamos agora pautados em fazer um trabalho aqui, no DF, em relação ao orçamento do DF, na parte de saúde e educação. Quem quiser se unir a nós na tentativa de retirar a Lei Berenice Piana e a Lei Fernando Cotta do papel seja bem-vindo. Nos reunimos de 15 em 15 dias na OAB-DF. A Drª Vera está ali comprometida comigo. Estamos disponíveis para a sociedade em geral.

Obrigada, Senador. Desculpe a fala meio atrapalhada, mas eu fiquei sem meus eslaides e me perdi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas foi muito bem! Foi muito bem.

Essa foi a mãe de um autista, Adriana Monteiro, advogada e especialista em autismo.

Vinícius Mariano, pai de autista, delegado e representante do autismo na Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Eu fico muito feliz. É por causa dessas conferências que, no fim, nós conseguimos ajustar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de minha autoria. Quem construiu o projeto original foi a sociedade. É uma satisfação saber que você estava lá.

O SR. VINICIUS MARIANO – Bom dia a todos! Bom dia ao Lucas, bom dia à Ana Júlia, bom dia à Ju, bom dia ao meu pai e a todos também.

Obrigado, Senador, pelo convite. Eu me senti muito honrado em vir à Comissão. Eu sei que aqui está como delegado, mas eu participo do Moab também.

Eu confesso a vocês que hoje ver o meu filho aqui é uma vitória que me enche de alegria, e enche a minha esposa, porque há cinco anos isso era impensável. Quando ele nasceu, eu e a minha esposa éramos muito jovens. A partir do momento em que ele fez dois anos, ele começou a regredir, parou de falar. Isso, aliado a tudo por que a gente já passava por ter filho jovem, fez o mundo começar a desabar. Eu fiquei muito feliz com esse projeto Autismo Família, porque algo que eu penso muito é que você não consegue alcançar a criança se você não pensar na família da criança. (*Palmas.*)

É o princípio para você ter uma política pública que seja eficiente para a criança. Eu sabia do Estatuto, Paulo Paim. Eu o parabenizo pelo trabalho, porque foi realmente uma mudança legal. De fato, muita coisa tem que sair do papel, mas ajuda muito quando você tem que buscar seu direito e você mostra – igual a gente tem enfrentado, na escola, para ter adaptação curricular, para ter monitor –, você chega com a lei. É outra coisa você chegar ao Ministério Público com a lei. É difícil. Minha esposa foi ao Ministério Público, teve que ir duas vezes, durante dois dias, o dia inteiro, brigar para ser atendida, até uma hora em que ela falou: "eu não sabia que quando o meu filho assinava o contrato da escola ele deixava de ser cidadão". Aí ela deixou a Constituição, deixou o Estatuto. Aí o promotor foi lá... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Qual é o nome dela?

O SR. VINICIUS MARIANO – Juliana, a guerreira, heroína. Eu falei: nossa, vou anotar isso, porque essa é boa.

Mas tudo foi se encaminhando, na vida, como aquele conselho – "é dando que se recebe" –, porque se não fosse a minha família, eu não sei onde eu estaria hoje, minha esposa, meu filho, minha filha. Realmente eu não sei. Eu não consigo imaginar como nós estaríamos, não fosse o meu pai, os avós ajudarem na questão emocional.

Há uma questão básica, que é a questão do cansaço físico e mental. Se você não tem alguém para compartilhar, explode na criança, ela sente, e aí agrava ainda mais a situação. Por isso, pensar em família é fundamental. Se não conseguir pensar em família, pense nas mães. Eu sou fã número um das mães das pessoas com

autismo. Eu sou pai, eu enfrento. A Marisa falou: "você é uma minoria de pais". Eu não sei o que os outros pais estão fazendo. É como aquele conceito. Dizem, falando de qualquer criança com deficiência: "quando meu filho nasceu, eu não sabia o que fazer com ele. Agora, eu não sei o que fazer sem ele". (*Palmas.*)

E, conversando com a Ju – porque ter filho cedo, você tem uma série de perdas, vamos dizer assim, da sua juventude. Você terá outra vida –, se Deus der essa oportunidade de a gente ter filho depois, eu abriria mão, porque eu não consigo mais viver sem os meus filhos. É um preenchimento que não tem nome, não tem como expressar.

E a gente se preparando para vir para a audiência ontem, à noite, procurando fotos... Cai muito bem essa questão da família, porque na fase mais grave dele, quando ficou de dois a cinco anos sem falar, ele só apontava, ele se isolou completamente, até para ir à reunião de família a gente não conseguia – e aí entra a questão da conscientização, porque não vamos imaginar que a família é ruim. Não é. Mas a falta da conscientização faz com que a própria família, muitas vezes, acabe excluindo, com conceitos rígidos sobre o que é ser esse ser humano. Toda família se reúne, por exemplo, domingo, na Páscoa, e a criança com autismo, às vezes, não vai se reunir, e a falta de entendimento vem da falta de conhecimento.

Então, a conscientização é fundamental, ainda mais agora em que a gente passa um momento de crise, porque quem mais sofre são as pessoas com deficiência. É a primeira sofrer, é a primeira a ter o corte na política pública, é a primeira a ficar sem médico. Sem a conscientização, a gravidade é desumana, sabe, Senador? Ela é desumana. A conscientização é fundamental. Para isso, você tem a cartilha da OAB, você tem toda uma evolução do que é a pessoa com autismo, você tem vários caminhos, mas a política pública tem de pensar muito em conscientizar.

Para fechar, para eu não me alongar muito, quero falar um pouco da conferência. Não sei se há alguém aqui do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), mas gostaria de propor que essa conferência seja no final de semana, porque, aqui no distrital, como ela teve que ser conjunta e reflete um pouco um ambiente de crise, acabou que eu achei excelente tudo, mas eu fiquei pensando muito nas pessoas que são celetistas, que não são servidores públicos, que não podem ir à conferência. Então, foi esta questão que eu levantei: tem de ser final de semana. E, dentro da conferência que tem aquele conceito de que nada sobre nós sem nós, não é que a pessoa com autismo, a família com autismo tenha dificuldade em relação as demais, mas é que hoje você começa a ter pessoas com autismo que falem por si, que pegaram agora novos tratamentos, desde criança, e desenvolveram. Hoje. Mas a maior parte é pais. Então, a gente vai para o trabalho, cuida do filho, três vezes por semana tem terapia, dificilmente a gente consegue mobilizar. Quando mobiliza, Senador, pode bater palmas, porque é um esforço surreal. (*Palmas.*)

Com isso, acaba tendo um pouco de dificuldade em relação a mobilizar as forças políticas na concessão dos direitos, apesar de que se evoluiu muito na questão do autismo, eu acho que até em todas as questões da deficiência. Você começa a ter um conceito de deficiência na lei brasileira de inclusão que é fantástica, porque ela não vai mais excluir; várias doenças raras, em que a pessoa tem deficiência na prática e não consegue os direitos, porque não está no Decreto nº 3.248/99 – eu acho, estou chutando aqui.

Então, a lei brasileira de inclusão trouxe um conceito mais aberto, mais dinâmico, e isso foi uma evolução. Eu vejo, então, que essa causa tem evoluído e falo com propriedade: a evolução na lei e a evolução social afetam diretamente as famílias, diretamente os filhos, diretamente os tratamentos.

Para fechar, eu queria deixar só uma mensagem à família da pessoa com autismo. Não é a criança. Por mais que você queira fazer uma política que atinja a criança – atingir não é a melhor palavra –, que alcance a criança, só se vai alcançar se se pensar em família: tem que pensar na mãe, tem que pensar em incluir essa mãe numa comunidade. Talvez haja alguma política pública para que essa mãe possa entrar naquela espécie de estágio que a pessoa com deficiência também possa fazer, para que haja condições de o próprio Estado poder empregá-la no processo, por quê? Dificilmente ela trabalha durante os oito primeiro anos da criança, fica em casa, aí você tem todo um processo social complexo de isolamento daquela família.

Então, quando se vê...

(Soa a campainha.)

O SR. VINICIUS MARIANO – ... que uma a cada cem pessoas tem autismo, e você não vê, é porque as pessoas estão em casa, estão invisíveis das políticas públicas.

É isso, gente. São famílias, são histórias e são superações.

É estressante? É, mas há momentos maravilhosos, são histórias maravilhosas, ver seu filho se superar é maravilhoso, ver a força que o ser humano tem de superar as dificuldades, as barreiras de linguagem e conseguir começar a aprender, isso o renova. Há uma linguagem formal, ele tira você e acha o máximo.

Para fechar, voltando da escola, ele nervoso – ele nunca quer falar da escola, e a outra sempre quer falar –, aí é aquela confusão e tudo. Eu tentando organizar, ele: "Pai, vamos fazer o seguinte: esqueça essa ideia, vamos ficar em silêncio para poupar a nossa voz." (*Risos.*)

Eu falei: "Gênio". (*Palmas.*)

É de outra criança, filho, que estou falando.

Eu te amo, filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Emocionante mesmo a fala do Vinicius, falando inclusive dos pais, da família, da esposa, dos filhos.

Vinicius, eu sempre digo que, se todo homem público... Eu confesso que você me emocionou um pouco também. (*Palmas.*)

Eu ia dizer isso: "Isso não vale, não pode fazer isso comigo, eu tenho que presidir os trabalhos aqui."

Se cada político, se cada homem público falasse com o coração e com a alma, como você falou, o País seria outro. (*Palmas.*)

Agora, a Srª Marisa Cordeiro, mãe de autista, psicóloga e Presidente da Associação de Amigos dos Autistas do DF.

A SRª MARISA CORDEIRO – Bom dia.

Eu queria agradecer ao querido companheiro, Senador Paim, e a todos que estão aqui.

Queria fazer algumas colocações bastante interessantes, mas, em primeiro lugar, eu costumo ser durona – costumo –, mas essa pessoa aqui tocou o meu coração de tal forma... (*Palmas.*)

Eu estava ali brincando com a criança dele – são duas crianças lindas –, mas o mundo é pequeno: veja só quem está ali: o seu pai, que é um companheiro, que é um amigo, quer dizer, nós, de alguma forma, nos encontramos com essa linguagem do coração.

Ontem eu estava vendo um trabalho, uma tese que eu gosto muito de citar quando eu estou para falar em público. A tese é: "O Escrito, o Dito e o Feito". Eu acho que é da Ciência Política ou da Sociologia. Eu fiz um paralelo, já que iríamos falar sobre políticas públicas, de como isso tem uma correlação. O escrito é a lei, o dito é o discurso – o discurso que nos emociona e nos convence – e o feito deveriam ser as políticas públicas.

Eu vou definir políticas públicas de uma forma bastante leve. Políticas públicas têm como conceito: decisões, tomadas de decisão, planos, planejamentos, projetos que visem resolver um problema de interesse público. Nós temos tudo isso aqui. Nós temos as leis; nós temos estatutos; nós temos cartilhas – porque agora é moda haver cartilhas para tudo –; nós temos uma série de coisas. *O.k*. E temos um discurso que toca o coração, que nos sensibiliza, que compramos, que nos traz algo. E nós temos um discurso político de que nós não somos apenas mãezinhas, nós não somos apenas pais. Nós somos cidadãos brasileiros conhecedores dos nossos direitos e vamos à luta.

Eu sou ativista na área de autismo há mais de 30 anos. Eu vi acontecerem muitas coisas de concreto que viessem a beneficiar crianças autistas, como a questão do atendimento nas escolas, visto que autismo não é deficiência, visto que o autismo é contemplado como deficiente, mas ele não deficiência.

Quando eu vejo definições de autismo, eu sempre fico meio arrepiada. Por quê? Porque a definição de autismo é transtorno. Todo mundo sabe que é transtorno, está dentro da saúde mental, e que quase nada é feito dentro da saúde mental em prol do autismo.

Mas ele é deficiente? Não, não é deficiente. Mas é contemplado, acolhido por todas as leis que atinjam ou que abarquem os deficientes. *O.k*. Ele não é deficiente, mas tem os direitos do deficiente. Mas ele tem um transtorno que está dentro da área de saúde mental, e nós não vemos o pessoal da saúde mental se movimentar em relação a isso.

Outra coisa: dentro da psiquiatria e dentro da psicologia, existem correntes de entendimento a respeito do autismo. Nós temos a colega do Son-Rise, com as suas definições e tudo o mais, e eu tenho as minhas definições e as minhas estratégias de agir como psicóloga behaviorista, que, no meu modo de entender, já que eu sigo uma linha, um modelo americano, tem tido muito sucesso. Bom, eu tive sucesso com o meu filho. Depois do mestrado, eu voltei à graduação para fazer psicologia a fim de me especializar em comportamento, como analista de comportamento, e eu pude aplicar isso dentro de casa, transformar todo um ambiente que viesse a beneficiá-lo.

A maior parte dos pais acreditam que se a criança vai para a escola ela fica menos autista. Isso é um grande equívoco, porque a criança autista nasce autista, ela não se torna autista. Isso é uma confusão muito grande. É a mesma coisa na questão da esquizofrenia: "Ah, ele esquizofrenizou com 14 anos." Não. Ele nasceu com toda uma estrutura para esquizofrenizar, e o ambiente vai fazê-lo ou não.

Isso é necessário que se diga na questão do diagnóstico. Aqui no Brasil, nós temos um atraso imenso em fechar, por meio de *check-list*, o quadro do autismo. Nos Estados Unidos, isso é feito em meses. E eles, com

toda a estrutura que possuem, atendem essas crianças para não haver quadros tão severos como nós temos aqui no Brasil, e aqui no Distrito Federal.

Eu não estou falando lá da cidadezinha, pequenininha, do Nordeste ou do Norte que eu pude ver; eu estou falando de adultos e adolescentes que estão acorrentados. "Ah!" E não quero causar *frisson*, mas isto existe e está dentro da Capital da República: pessoas que estão enjauladas!

"Mas como? Prende a mãe, chama o Conselho Tutelar!" Mas o Conselho Tutelar sabe. E, por que não existem políticas públicas, para atender pessoas com transtornos severos de autismo, essa mãe é perdoada, e ninguém vê, é invisível.

Quando a gente tem a criança, ela nos remete sempre à esperança. E não é de cura, porque autismo não é doença e, portanto, não tem cura, mas de uma evolução, para que ela se torne uma pessoa sociável, para fazer um lanche no McDonald's; para ir passear no *shopping*; ir ao cinema, como as meninas provocaram o ano passado; levar essas crianças ao cinema, ao circo. São atividades sociais que são necessárias, boas para elas.

Aí o que acontece? Com a criança, a gente está cheio de esperança: bomba de fazer terapia, bomba disso, bomba daquilo, toma "ispiquelique", "istiquelique", que vem dos Estados Unidos, que custa não sei quantos dólares, para fazer falar, e outro para fazer se comportar, e outro para fazer dormir. Quer dizer, há toda uma farmacologia em prol do autismo. Mas não há um instituto, uma instituição, dentro do Distrito Federal, que possa atender essas pessoas. Os pais se viram e pagam caríssimo, porque o Estado está ausente. "Ah!, mas, nesses últimos 30 anos, você agora vê." Eu não tenho mais 30 anos para viver e para ver qualquer coisa.

Graças a Deus meu filho está com 35 anos, e ele é muito conhecido, e ele é muito amado! Todo mundo não fala assim: "A Drª Marisa Cordeiro." Não, falam assim: "A mãe do Marquinho", porque ele é hiperconhecido – entendeu? –, além de lindo. Não é? (*Risos.*) (*Palmas.*)

Então, eu acredito que está escrito e em processo de convencimento. Todos batem no peito: "Vou abraçar essa causa bacana!" E o feito? Escrito, dito. E o feito?

Está na hora – está na hora! –, passou da hora. Nós somos muito atrasados, nós estamos muito atrasados. O papel que o Moab faz é de extrema importância, conscientizar.

E uma coisa que eu escutei aqui, e pensei de imediato – eu estou quase acabando –, é o seguinte: a ignorância é vizinha da maldade. Quando a gente ignora, a gente pode cometer uma série de equívocos que equivalem à maldade. Normatizar filho autista, querer que ele se normalize é ilusão, quase um delírio.

Nós devemos aceitá-lo dentro desse transtorno que ele tem e fazer o possível para que ele não só aprenda a ler e a escrever o conteúdo da escola, porque escola é para escolarizar, é isso que a gente tem que ter em mente, escola escolariza...

(Soa a campainha.)

A SRª MARISA CORDEIRO – Eu estou igual a você, pulando. (*Risos.*)

Ele pula de lá, e eu pulo de cá.

A escola escolariza, ela trabalha com conteúdo. Educação é maior. E a educação tem que ter amparo da família. E essa família tem que estar junta, tem que estar unida, em prol desse menino, sem se esquecer dos outros, que esse é o grande problema. Não é? A gente acaba, sem querer, esquecendo-se um pouco dos outros.

Eu sei, porque acontece isso lá em casa. Em tudo, o Marco Antônio é o queridinho. E o Rafa? (*Risos.*)

A minha fala é muito essa.

Eu não tenho mais 30 anos para ser ativista. Vou fazer 60 anos agora – tudo bem que com um corpinho de 59... (*Risos.*)

Vou fazer 60 anos agora. Graças a Deus, meu filho está bem, meu filho está dentro da AMA-DF, mas me toca muito o coração saber que, em uma Capital da República, existem pessoas autistas invisíveis ou amarradas ou drogadas até babarem para não darem trabalho, ou acorrentadas ou coisa que o valha. Nós temos que lembrar sempre que é uma pessoa, um cidadão brasileiro.

Muito obrigada.

Desculpem-me se eu me inflamei um pouco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, foi muito bem, Drª Marisa Cordeiro, mãe de autista, psicóloga e Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal. Parabéns pela contribuição. Eu sempre digo que, no mínimo, 2 milhões de pessoas assistem a este espaço – como no Brasil são 210 milhões de brasileiros, se 1% assistir... É importante que eles ouçam o que vocês estão falando aqui. É uma aula para o Brasil. Parabéns a todos que usaram a palavra.

Leonilson Custódio, administrador, especialista em Orçamento Público, voltado para a causa das pessoas com deficiência e autismo, para seus dez minutos também.

O SR. LENILSON CUSTÓDIO – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite, na pessoa do Senador Paulo Paim.

Antes de começar o meu discurso, eu sempre gosto de falar que as pessoas, às vezes, me perguntam o que eu estou fazendo no meio dos autistas. Eu não tenho filho autista – tenho três filhos, mas nenhum autista –, mas me encantei pela causa. Eu conheci Fernando Cotta, que, um dia, falou assim: "Eu gostaria que você fosse a um evento do Movimento Orgulho Autista Brasil". Eu falei: "Vamos". Era um evento chamado Desabafo Autista, a que eu acho que todo mundo deveria ir. Lá, ouvi relatos de mães e pais, como o Vinicius que falou aqui agora há pouco, sobre as dificuldades tanto pessoais quanto do Governo na causa do tratamento do autismo. Houve relatos de mães que me tocaram, que me fizeram chorar. Eu, como a Drª Marisa, não sou tão durão – qualquer beijo de novela me faz chorar, como diz música. Naquele momento, eu me encantei e falei: eu posso ajudar, eu posso participar, eu posso dar o meu tempo para ajudar mães e pais que estão à procura, muitas vezes, de um ombro amigo para poder falar.

O que o MOAB tem feito é isto: ele tem dado o seu ombro para que pais e mães chorem. Depoimentos como o da Margareth Kalil, que está ali, e o da Drª Adriana, que está aqui, são depoimentos que me envolveram, e eu disse: eu tenho que participar. A partir disso, comecei a participar do Movimento Orgulho Autista Brasil. Participo hoje, com a Drª Adriana, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Autismo da OAB, do Distrito Federal.

Eu digo sempre que essa luta é de todos nós. Eu dou o meu tempo, porque eu acho que precisamos viver numa sociedade mais alegre, mais justa. Então, se eu puder fazer a minha parte, independentemente de ter filho com deficiência ou não, eu farei.

Eu sou especialista em Orçamento Público, mais voltado para a causa dos autistas, e eu escrevi um discursozinho sobre algumas coisas que vêm acontecendo, Sr. Presidente.

O dia de hoje foi escolhido pelo Senado Federal para comemorar o Dia Internacional do Autismo, que oficialmente é comemorado no dia 2 de abril. Essa data especial é um momento oportuno para reflexões sobre os assuntos abordados aqui. Falou a Drª Marisa, a Jô, o Vinícius. Esses são os momentos. São ocasiões para nos conscientizarmos dos problemas enfrentados por segmentos da população, e ainda para repensar posturas, preconceitos e firmar propósitos, contribuindo para minimizar o sofrimento de muitos.

Todos aqui sabem, pais de autistas, pessoas que militam na área do autismo, mas muitas vezes as pessoas que estão nos assistindo pela TV Senado não sabem: em todo o mundo, cerca de 70 milhões de pessoas de todas as classes sociais e etnias são afetadas pelo autismo. Só no Brasil, Sr. Presidente, estima-se a existência de 1 milhão de portadores do espectro. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, instituída pela Lei Federal nº 12.764, de 2012, mais conhecida como a Lei Berenice Piana – eu tive o prazer de me reunir com ela alguns meses atrás aqui em Brasília, juntamente com o Fernando Cotta –, e de igual modo, a Lei Distrital nº 4.568, de 2011, mais conhecida como a Lei Fernando Cotta, cobram do Governo Federal a efetiva aplicação dessa lei e, do Governo do Distrito Federal, a regulamentação. Até hoje, nós estamos lutando para que essa lei seja regulamentada aqui no Distrito Federal, para que reconheçam a necessidade de atenção especial com essa parcela da população.

É muito importante essa audiência para debatermos políticas públicas, pois nenhuma norma será suficiente se não conseguirmos mudar a concepção que muitos fazem do autismo. Um dos mitos recorrentes é que a pessoa autista vive em seu mundo próprio, sem condições de interagir com o próximo, e distante da realidade que o cerca. Outro é que o autista não sabe comunicar seus sentimentos e é incapaz de manifestar afeto. Muitas vezes, é o ambiente que não proporciona a ele o devido estímulo, ou as nossas próprias limitações nos impedem de buscar neles a possibilidade de comunicação, fonte primária dos vínculos afetivos.

Que este dia, Sr. Presidente, não fique apenas no papel. Como especialista em orçamento público voltado para as causas dos autistas, considero necessária a liberação dos recursos financeiros para que possamos investir em pesquisa, como foi dito aqui pela Adriana, qualificação dos professores.

Aqui em Brasília eu estive com o Fernando Cotta e mais alguns diretores do Moab, há uns dois anos, visitando o Secretário de Educação, porque faltavam professores em sala de aula e não havia professor para repor. Muitas vezes, o aluno ficava 30 dias em casa, porque não tinha professor. E os professores não tinham capacidade para atender o aluno com autismo.

É isso que a gente vem cobrar aqui, mais agilidade nas questões do orçamento voltado para o autismo, além de investir em pesquisa, qualificação dos professores, educação, saúde, esporte, lazer e cultura. E aí, Sr. Presidente, uma fala como especialista em orçamento: é inadmissível que uma emenda parlamentar leve quase um ano para ser liberada! Por isso, eu sou a favor do orçamento impositivo, com prioridade de liberação para as pessoas com deficiência, porque a pessoa com deficiência não pode esperar tanto tempo. (*Palmas.*)

Assim, neste dia especial, quero felicitar todos aqueles que conseguem ultrapassar as diversas barreiras que impedem a interação com os autistas e que dedicam seus esforços para proporcionar uma vida digna aos autistas e aos seus familiares, consequentemente tornando o nosso País mais humano e melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Lenilson Custódio é administrador, especialista em orçamento público voltado para a causa da pessoa com deficiência e autismo.

Convidaria agora os meus painelistas a retornarem ao plenário. Nós vamos para a segunda mesa. De pronto, chamo Ana Paula Beserra, mãe de autista, professora e Diretora do Movimento Orgulho Autista; Viviani Guimarães, mãe de autista, escritora sobre autismo, formada em letras, especialista em avaliação e psicopedagoga; Suzana Brainer, Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino; Maurício Vianna, Diretor do Dapes; Vera Mendes, Coordenadora Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Alisson Barboza Azevedo, Assessor na Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Sejam todos bem-vindos, com uma salva de palmas coletiva. (*Palmas.*)

Começamos, de imediato, com a Srª Ana Paula Beserra, mãe de autista, professora e Diretora do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

A SRª ANA PAULA BESERRA – Bom dia a todos. Queria saudar todos os presentes da Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim e agradecer pela oportunidade – sinto-me muito lisonjeada de estar aqui e de poder representar o Movimento Orgulho Autista Brasil, com pessoas tão engajadas, com pessoas com tanta experiência na área do autismo – e agradecer, Senador, sempre o seu acolhimento com o autista e suas famílias. Para nós, é muito importante ter esse espaço, para poder discutirmos e, principalmente, conscientizarmos a respeito do autismo.

O autismo entrou na minha vida há seis anos; o Mateus, meu filho, tem seis anos; uma gravidez normal, sem alterações; nasceu perfeito; não tínhamos nenhuma suspeita de nada, até um pouco antes dos dois anos, pois o Mateus não falava, e eu comecei a achar estranho – "Tem alguma coisa de errado aí. Ele deveria estar falando, pelo menos, algumas palavras." E ele era totalmente não verbal.

Fomos ao pediatra; o pediatra falou: "Você está com ansiedade de mãe de primeira viagem. Fica calma, daqui a pouco ele fala, vai dar tudo certo." Só que a minha angústia como mãe continuava, o meu esposo também continuava com essa angústia muito grande, e eu comecei a pesquisar no Dr. Google, porque eu acho que ele é o melhor amigo do pai e mãe de autista, porque a gente pesquisa, vai entrando nas pesquisas, vai percebendo e... "Eu acho que o meu filho tem algo parecido com isso que está escrito aqui." Então, eu vi um vídeo, no Youtube, de um comportamento de um autista e aí falei: "Mas o Mateus é esse menino! O Mateus faz exatamente o que esse menino faz." Conversei com o meu esposo e falei: "Olha, eu não sei o que é autismo, eu não conheço nenhum autista, mas eu acho que o Mateus é isso aí. E nós vamos precisar enveredar por esse caminho."

O meu marido comprou a minha ideia de primeira – e quero fazer até um parêntese para falar que, junto com o Vinicius, eu tenho um marido fantástico, que doa integralmente a vida dela para o meu filho. Ele se anula diariamente para o progresso do Mateus. Então, se eu estou aqui hoje falando, é graças ao Cristiano, ao empenho dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Palmas para os pais também, não é só para as mães. (*Palmas.*)

A SRª ANA PAULA BESERRA – Então, retornamos à pediatra e falei: olha, acho que o meu filho é autista. "Não, mãe, pelo amor de Deus, você é mãe de primeira viagem."

O.k., lá na frente eu quero estar errada, mas eu não quero chegar lá frente e perceber que eu perdi um gigantesco tempo que eu poderia estar tratando. E aí percorremos aquele caminho que todos os pais percorrem: otorrino, vários exames, vários neurologistas, psiquiatras, fonoaudiólogos. Nós demoramos um ano para convencer uma médica que nós estávamos certos. Nós passamos em vários especialistas e todos: "Não, ele não tem nada. Daqui a pouco, ele se desenvolve." Depois de um ano, a gente encontrou uma médica que falou: "Não, vocês estão certos. É isso mesmo, ele é autista. É isso mesmo. Pode ir buscar o desenvolvimento dele que ele, de fato, está dentro do transtorno."

E aí nós começamos a fazer essa saga, essa busca incessante de tratamento, de terapias.

Eu fico me questionando: e os pais que não têm acesso? Eu, graças a Deus, e com o auxílio da minha família que está ali, meus pais e minha irmã... (*Palmas.*)

Desde o início, sempre tive o apoio deles para conseguir ter um plano de saúde para que meu filho conseguisse ter acesso às terapias. Mas e as famílias que não têm condição nenhuma? E os pais que param no primeiro diagnóstico? "Olhe, seu filho não tem nada." Ele volta para casa e, depois de anos, percebe que o médico não teve um olhar atento para o seu filho, que o médico não fez o diagnóstico correto ou não tinha a especia-

lização adequada para entender o que é um autista. Numa consulta de cinco, dez minutos, não dá para entender o que é um autista. "Não, está tudo bem." Ele olha no olho, ele sorri: "Pode ir para casa, que está tudo certo."

Então, o Movimento Orgulho Autista Brasil trabalha incansavelmente para que a Lei Berenice Piana e a Lei Fernando Cotta saiam do papel. No papel está lindo, vou até ler como está no papel: "Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista".

A partir da lei, os autistas têm o mesmo direito das demais pessoas especiais, só que o problema é fazer cumprir essa lei em sua totalidade. Na escola, temos professoras fantásticas, profissionais fantásticos que trabalham com os autistas, mas não são todos. Há escola que, quando percebe a possibilidade de receber um autista, já arrepia, porque não tem o espaço adequado, porque não tem o especialista adequado para atendê-lo. E quanto maior esse autista, mais difícil o seu acesso. Quando ele vai entrando na adolescência, quando vai entrando na fase adulta, as coisas vão acabando, os programas vão acabando para ele, ele vai ficando cada vez mais em casa, vai comprometendo cada vez mais o tempo de suas famílias, porque não existe nada voltado para esse público.

O Moab tem feito. A partir deste ano, começamos a oferecer algumas atividades para esse público. Este ano foi a primeira vez que houve em Brasília o cinema voltado para os autistas. Como é difícil levar o nosso filho no cinema! Por quê? Eles se incomodam porque o som é muito alto, porque a luz está apagada, e as pessoas que estão lá para assistir ao filme se incomodam se ele fizer um barulho, se ele gritar, se ele fizer uma pergunta alto para nós. Então, o que fazemos? Ficamos com eles em casa.

Essa sessão para autista no cinema foi maravilhosa, porque a luz estava acesa, porque o som estava baixo, porque eles entravam e saíam à hora que queriam. Havia terapeutas para ajudar no momento em que precisassem, e as famílias saíram de lá felizes. (*Palmas.*)

Agora, no fim de semana, vamos fazer uma carreata em comemoração ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, o lançamento do livro da Vivi. Junto com o lançamento do livro da Vivi, vamos ter uma contação de histórias para crianças autistas. No domingo, um circo dedicado às pessoas com autismo, o que também nunca aconteceu. São coisas tão simplórias, mas que fazem muita diferença para esse público, principalmente para suas famílias.

Gente, precisamos sair de casa! Ficar em casa todos os dias, de domingo a domingo, sem ter o que fazer, sem ter para onde levar essas pessoas, essas crianças, que são seres humanos, é terrível.

Então, é preciso que o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura pensem em ações voltadas para esse público. Há autistas demais em Brasília. Vá às clínicas que fazem atendimentos multidisciplinares: estão lotadas, há fila de espera. Há gente demais aqui em Brasília. Ou seja, se fizer qualquer coisa para autista vai lotar. Para o cinema que fizemos, uma lista de mais de 200 pessoas não pôde ir, porque a sala não as comportava.

Além disso, na área da educação ainda, temos grande dificuldade em conseguir um monitor para trabalhar junto com os nossos filhos. Normalmente, temos um monitor por escola, um monitor para dar conta de uma escola inteira com autista, com Down, com tantas especialidades. Será que esse único monitor dá conta? O.k., agora temos o recurso do educador social. O educador social só precisa ter o ensino médio. Será que o educador social vai saber lidar com meu filho autista quando ele entrar em crise na escola?

Então, eu acho que não se trata simplesmente de fazer um quebra-galho. Nós precisamos de políticas públicas que atendam de verdade a pessoa com autismo.

Na área da saúde, junto com a regulamentação da lei nós tivemos o Decreto nº 8.368, que veio para regulamentar a lei. Esse decreto ...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA PAULA BESERRA – ... determinava que os autistas fossem atendidos nos CAPEs. Nós não temos nenhum preconceito com relação aos CAPEs, só que o espaço não é adequado e não há especialistas de fato focados para autistas. Nós precisamos de um espaço adequado para o autista. O que nós precisamos? Nós precisamos de clínicas-escolas assemelhadas com as que tem sido realizadas em Itaboraí, idealizadas pela nossa querida Berenice Piana. Nós precisamos de lugares especializados, com especialistas que atendam os nossos filhos desde a infância até a fase adulta, porque, como eu disse, quanto maior, mais difícil.

Além disso – para terminar a minha fala –, a Presidenta vetou na lei a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos. Eu peço que isso seja revisto, junto com o Senador Romário, porque ele tem um projeto de lei para que aconteça essa redução sem prejuízo salarial. Isso porque muitas mães e muitos pais reduziram a sua jornada, mas perderam a metade dos seus salários.

Então, eu peço que vocês olhem com carinho isso, porque nós precisamos trabalhar, nós precisamos levar nossos filhos para a terapia, nós precisamos fazer várias coisas e ainda cuidar dos outros filhos. Eu tenho

o meu Miguelzinho, que divide a minha atenção com o Matheus, e nós precisamos articular o nosso tempo para dividir com todos.

Então, eu peço que as políticas públicas sejam revistas e que saiam do papel efetivamente.

Muito obrigada pela oportunidade.

Bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Srª Ana Paula Beserra, mãe de autista, Professora e Diretora do Movimento Orgulho Autista.

Eu tenho feito uma dobradinha – oxalá eu pudesse jogar como ele, pois foi muito, muito bom – com o Romário, que foi o Relator aqui no Senado do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Fui eu que o indiquei como Relator, porque presidi a Comissão. E a maioria dos projetos do Romário nessa área ele pede que eu os relate. Então, eu já me comprometo a falar com ele a respeito para agilizarmos. Mas ele é um parceirão nosso nessa luta, com certeza.

Agora falará a Srª Viviani Guimarães, mãe de autista, escritora sobre o autismo, formada em Letras, Especialista em Avaliação e Psicopedagoga.

A SRª VIVIANI GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Muito obrigada pela oportunidade, Senador. É muito importante nós estarmos aqui.

A minha fala vai ser voltada para a educação. Sou professora, sou escritora e sou mãe de um menino autista.

Eu preparei uma apresentação. Algumas coisas a gente vai passar mais rápido, aquilo que já foi bem falado pelos outros palestrantes.

O espectro autista tem um tripé, que é a imaginação, a comunicação e a interação. No caso específico da escola: esse é o local em que a gente mais tem dificuldades com eles, porque com relação à imaginação, na hora da leitura, há essa dificuldade. E a comunicação e a interação social são importantes para que o autista tenha a inclusão na escola. Então, a gente sempre mostra que essa é uma grande dificuldade que a gente tem nas nossas escolas.

Por que é difícil? Porque o autista não tem uma expressão física, não tem uma definição, como é o caso, por exemplo, de uma síndrome de Down. Então, como o autista não é identificado inicialmente, às vezes passa por uma criança birrenta e mal-educada. Eles olham a criança em meio a uma crise e dizem: "Está vendo? Esse pai não sabe educar". Essa é uma dificuldade que a gente tem.

Os sintomas não são iguais. A gente verificou vários relatos em que os primeiros sintomas são notados logo no início, mas às vezes há uma criança em que esses primeiros sintomas acontecem mais tarde. Como a gente colocou, às vezes os sintomas não se manifestam no primeiro ano de vida.

O mito – o Lenilson falou muito bem a respeito – é dizer que a criança não se comunica, que ela é isolada, que ela é incapaz de demonstrar afeto e, principalmente, que ela não aprende. Esse é um mito que a gente precisa quebrar, porque qualquer pessoa pode aprender se for bem estimulada. Por isso é que o diagnóstico precoce é importante.

O cérebro do autista é um cérebro que não descansa. O nosso cérebro, mesmo quando a gente faz várias coisas juntas – conversando, mexendo no celular, vendo televisão –, ele vai fazendo isso, mas vai parando.

O cérebro do autista não faz isso, é um cérebro superestimulado, como a Jô falou, e isso acaba fazendo com que ele se canse mais rápido, fique irritado mais rápido, o barulho o incomoda por causa desse superestímulo que ele tem.

Como deveríamos trabalhar com uma criança com autismo? Primeiro, precisamos saber como essa criança aprende melhor. Normalmente, uma criança autista é mais visual do que sonora; o barulho o incomoda muito, portanto, o visual precisa ser trabalhado.

Coloquei aqui o método das boquinhas, que é o método que também represento, que foi o método com o qual alfabetizei meu filho autista. É um método muito importante, porque trabalha várias áreas do cérebro; é fonovisioarticulatório, então trabalha com a visão, com o som e com a articulação. Como trabalha com várias áreas do cérebro, faz com que a criança aprenda mais rápido e que seja uma aprendizagem mais efetiva.

O que a escola pode fazer? Primeiro, às vezes, informar uma família, porque temos aquela fase da negação, às vezes não queremos ver o que aquela criança tem, e a escola precisa ajudar a família a se informar para conseguir receber esse diagnóstico mais facilmente.

Trabalhar em parceria com os profissionais. Isso é superimportante, porque são várias visões dentro da escola. Você tem o fono, o psicólogo, o psicopedagogo, o neurologista, o psiquiatra, são pessoas que vão nos ajudar. Portanto, precisa haver um trabalho conjunto para que realmente a aprendizagem da criança ocorra na escola.

Orientar e capacitar os seus professores. Isso é uma das bandeiras que precisamos levantar, inclusive é uma oportunidade que temos de pedir que exista uma cadeira dentro das nossas licenciaturas, dentro do nosso

curso de Pedagogia, do nosso curso de Medicina, que fale sobre o autismo. Não temos isso. Quando fazemos a licenciatura, não sabemos o que é o autismo. Aprendemos na faculdade que vamos receber crianças ótimas, que aprendem com a maior facilidade, que vão nos ouvir, mas não é isso que recebemos nas nossas aulas, nas nossas salas de aula não é isso que encontramos. Precisamos capacitar melhor o professor, porque é só na sala de aula que ele recebe todas essas informações que temos.

Conhecer, acolher e apoiar a criança. Sempre digo que só amamos o que conhecemos, portanto, precisamos conhecer melhor o nosso aluno, saber como ele aprende, saber chegar mais perto dele, olhar no olho – o autista tem muita dificuldade nisso. Então, fale baixo, faça uma prova adaptada, faça um currículo adaptado para o seu aluno. É sério que ele precisa saber o que é uma oração subordinada substantiva objetiva direta? Quantos assuntos cobramos do nosso aluno que não são necessários para a vida dele? Se coloque no lugar dele e veja o que é importante para que ele tenha uma vida melhor. Precisamos saber isso sobre o nosso aluno para apoiá-lo. É preciso orientar as outras crianças para também fazerem a inclusão, porque amizade para eles é muito importante. Eles precisam se relacionar com outras crianças que não sejam autistas. Por isso é que não adianta ter só autistas numa sala especial. Não, ele tem que estar relacionado com outras crianças, ele precisa desse relacionamento.

Aqui mostro uma pequena dica de estudo, mostro como trabalho com o meu filho. Use bem figuras. Coloquei aqui, por exemplo, o caso da divisão dos Poderes. Por que coloquei as imagens de Brasília? Porque estamos aqui em Brasília. Se for fazer de outra cidade, coloque figuras da sua cidade, mas, antes de ensinar que os Poderes da União têm a sua divisão, trabalhe o dia a dia com ele, mostre qual a divisão que temos em casa, como podemos trabalhar, trabalhe o que é essencial para essa criança.

Aqui algumas dicas especificamente para os professores. O que é importante? Se você estivesse no lugar daquele aluno, será que saberia esse assunto? Será que é importante saber o que é isso? Descubra por que ele se interessa. Quando partimos de um assunto de que ele gosta, ele vai prestar atenção e vai, a partir daí, aprender um novo assunto, mas sempre busque o que é mais interessante para ele. Simplifique, fale sem rodeios, fale diretamente. Sempre lembrando: o autista é mais visual, do que verbal, do que sonoro, portanto, trabalhe com as figuras para que ele possa aprender mais.

Respeite o tempo do seu aluno. Às vezes, ele vai precisar pedir para sair da sala, vai estar cansado de estar superexposto àquele barulho todo, vai querer dar uma volta pelo colégio. Deixe! Deixe-o sair da sala, ele voltará mais calmo e vai aprender mais rápido.

Trabalhe em períodos curtos e com complexidade crescente. Comece sempre do mais fácil para o mais difícil. Evite falar muito alto. Fale mais baixo com ele para que ele não se irrite, para que ele não se aborreça e, se, por um acaso, na sua sala, ele tiver algum momento de alteração, fique calmo, você é o adulto. Então, ele precisa ter essa calma, verificar que você está calmo para poder controlar a situação.

Há uma coisa que eu gostava muito de fazer quando estava fazendo provas especiais. Eu fazia assim: se era um aluno normal, de todo dia, normalmente apresentávamos a prova para um colega da turma, um colega nosso de matéria. Quando eu fazia uma prova especial, costumava entregar para o professor de outra matéria. Então, se eu estava fazendo uma prova de Português, que é a minha licenciatura, eu a entregava para um professor de Matemática. Se aquele professor de Matemática conseguisse fazer a minha prova, era porque eu estava cobrando o que era essencial para ele; se ele não conseguisse, eu estava cobrando alguma bobagem que não ia servir para a vida daquele meu aluno.

Uma pena, não apareceu. Eu coloquei aqui – deveria ter – a imagem de um professor com um médico. O que a gente faz? O médico nos examina e dá um diagnóstico. Com base nesse diagnóstico, ele faz com que tomemos um remédio ou façamos algum tratamento quando necessário. O professor precisa fazer com que a avaliação modifique alguma coisa na sua vida. Se o seu aluno não está aprendendo, você precisa melhorar a sua forma de ensinar para que aquele aluno aprenda. Se você tem um diagnóstico de que ele não está aprendendo, você precisa modificar a sua forma de ensinar. Então, não adianta eu ter o diagnóstico de que ele não aprende se eu não modificar a minha forma de ensinar.

Para mim, o autista é sempre uma joia, ele é um ouro. Às vezes, essa joia está em cima da terra, é ouro de aluvião, fácil de encontrarmos em determinadas situações; outras vezes, não, ele é mais trabalhoso e se torna o ouro de mina, mas nunca vai ser um ouro de tolo, como chamamos a pirita. Então, sempre busque, professor, encontrar essa joia que está dentro...

(Interrupção do som.)

A SRª VIVIANI GUIMARÃES – ... inclusão só acontece quando aprendemos com as diferenças e não com as igualdades.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa palestra foi da Drª Viviani Guimarães, mãe de autista, escritora sobre autismo, formada em Letras, Especialista em Avaliação e – repito que é para eu poder aprender com rapidez – Psicopedagoga.

A SRª VIVIANI GUIMARÃES – Presidente, eu gostaria de presenteá-lo com meu livro, cujo lançamento será no sábado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Levarei com muito carinho. Está registrado pelo nosso amigo fotógrafo da Agência Senado.

Muito obrigado.

Passamos a palavra agora para a Coordenadora-Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino da Secadi, Drª Suzana Brainer.

A SRª SUZANA BRAINER – Bom dia a todos e todas.

Falo fora do microfone para reverenciar as pessoas com deficiência visual que porventura estejam aqui.

Primeiro, eu queria dizer que, para mim, é uma satisfação grande estar num fórum como este, extremamente rico, em que nós temos testemunhos dos mais variados em prol dessa parcela da população formada pelas pessoas com transtorno do espectro do autismo.

Aqui nós celebramos, neste momento, o Dia Mundial de Conscientização, e eu queria fazer uma homenagem a vocês, às pessoas que estão aqui e que fizeram com que hoje possamos festejar, comemorar o dia 2 de abril como o Dia de Conscientização. Foi graças a esse protagonismo, que muitos aqui já nos testemunharam, que conseguimos fazer com que essa parcela da população, historicamente excluída, passasse a ter voz, a ter vez, a ser foco de políticas e ações públicas.

Antes de começar a falar sobre a política de inclusão, sobre a Política Nacional de Educação Especial numa perspectiva inclusiva, que é o que eu pretendo fazer logo mais, eu queria questionar um pouquinho justamente o que seria a inclusão educacional, que, para mim, é um conceito que remete a um conceito mais amplo: o conceito de uma sociedade inclusiva. Essa sociedade é aquela que não segrega, que não seleciona, que não determina quem pode e quem não pode estar onde quiser. Essa sociedade não discrimina os cidadãos, como falávamos aqui. Um pai, há pouco, perguntava muito pertinentemente: "Quando alguém passa a ser estudante, ele deixa de ser cidadão?" De jeito nenhum.

Então, acho que o objetivo deste encontro é justamente este: pensar, discutir essa sociedade inclusiva, sociedade que está em plena construção, em pleno fortalecimento.

Eu ouvi aqui um momento da fala... Esqueci o nome da pessoa. Ela falava do escrito, do dito e do feito.

A SRª MARISA CORDEIRO (*Fora do microfone*.) – Marisa.

A SRª SUZANA BRAINER – Marisa Cordeiro, agora recordei. Isso me remeteu a uma ideia que eu pensava em abordar ao chegar aqui.

Estamos falando de um novo paradigma, porque a inclusão é um novo paradigma. A inclusão, apesar de ser algo de que já falamos, que já perseguimos há tanto tempo – ela, inclusive, testemunhava aqui os seus 30 anos na área –, é, de qualquer jeito, algo relativamente novo, relativamente recente.

Quando pensamos na questão dos paradigmas – no momento, estamos falando de um novo paradigma, que é o paradigma da inclusão, que veio para substituir o integracionismo anterior –, falamos de algo que precisa, concomitantemente, ser precedido por legislação, por políticas públicas e por uma cultura que se estabelece.

Ontem, eu tive o prazer de estar na OAB com a Drª Adriana, que preparou também um encontro para comemorar o dia 2, e lá ouvimos bastantes depoimentos distintos, ricos, e conversamos sobre essa questão da política de inclusão, sobre essa questão dos direitos.

Entendo que, ao tratar do tema, a nossa Constituição já garantia a todos o direito à educação. Recentemente, tivemos novos e outros importantes tratados, tratados internacionais, e um deles – acredito que o Alisson vai falar sobre o assunto com mais propriedade – é a nossa Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse é o grande marco, hoje, que nos norteia, que norteia as nossas políticas.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu art. 24, que trata da educação, fala justamente que esse direito se efetiva em sistemas educacionais inclusivos. Vejam: a convenção, que, com um decreto legislativo inicialmente e, depois, com um decreto executivo, passa a ter força de emenda constitucional, ela garante isso.

Mas nós estamos falando de algo que anda em paralelo, mas não tem os mesmos ritmos, que é a questão da cultura.

A nossa cultura de inclusão ainda está muito imbuída de sua trajetória anterior. A própria educação especial antes era tratada como uma escolarização paralela, um atendimento substitutivo. Hoje, trabalhamos com a ideia de uma educação inclusiva, em que todos os alunos estão convivendo juntos, alunos com e sem

deficiência. E ninguém é capaz de negar o benefício que isso pode promover nas escolas. Então, aceitar, identificar, assumir as diferenças é o que mais enriquece um ambiente.

A questão do contraditório é extremamente importante, e para todas as pessoas. Mas estamos falando aqui de um transtorno que, como a própria nomenclatura de hoje – o transtorno do espectro do autismo – já diz, é uma gama muito, muito variada de condições que se diferenciam. Então, temos desde aquelas pessoas que têm pequenos traços, que você identifica... A Ana Paula dizia que, quando viu um vídeo, ela disse: "Isso é Mateus." – eu só discordaria da afirmação "Isso é Mateus", acho que Mateus não é o autismo. Mas o transtorno do espectro autista tem essa função de nos lembrar que tudo é muito relativo, porque depende da carga histórica que essa pessoa traz consigo: o quanto ele foi estimulado em casa, o quanto os pais são presentes, quantos Cristianos e Vinícius vamos encontrar ajudando no desenvolvimento desses estudantes.

Agora entro na nossa política. A Política de Educação Especial, que bebeu nessa Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006, foi lançada em 2008. Então, temos oito anos de política. Podemos pensar que é um longo período. Sim, um longo período em função justamente de todas as ações e programas que as políticas públicas definiram para a consolidação e fortalecimento desse novo paradigma. Ao mesmo tempo, é pouco, ele é muito pouco para mudar uma cultura.

Então, o que eu falo é: tenha um pouquinho mais de paciência. Você disse: "Trinta anos! Eu não tenho mais paciência para aguentar nada." Mas estamos nesse processo de construção, de consolidação.

A SRª MARISA CORDEIRO – Não, eu disse que eu não tenho mais trinta anos!

A SRª SUZANA BRAINER – Ah, sim, está bom!

Mas eu acho que, de qualquer jeito, se pensamos que a educação especial hoje é tida como uma modalidade, ela não é mais uma escolarização paralela. Ela é uma modalidade que é garantida, que é obrigatória aos sistemas de ensino. Ou seja, todas as Secretarias da Educação, municipais, estaduais e distrital, devem ofertar aos estudantes...

(Soa a campainha.)

A SRª SUZANA BRAINER – ...os serviços, os apoios necessários e, sobretudo, o atendimento educacional especializado.

Entendemos, pela importância desse atendimento, que ele deve ser ofertado. É claro: à família cabe a faculdade de dizer se quer ou se não quer. De qualquer jeito, nunca vi ninguém recusar o atendimento educacional especializado. Mas ele é feito no contraturno, como algo complementar, suplementar. E isto tem sido o grande avanço da Política de Educação Especial: entender que ela perpassa todas as etapas e modalidades. Então, desde a educação infantil até a educação superior, todo estudante com deficiência tem direito ao atendimento educacional especializado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SUZANA BRAINER – Um minuto. Vou concluir.

O que eu queria dizer é justamente isto: essa educação inclusiva tem o objetivo de alterar a estrutura tradicional de escola. Então, aquela estrutura que classificava, que dizia... E, com isso, nós temos a possibilidade de apresentar uma outra pedagogia que não seja a pedagogia da negação – aquela que definia de antemão que "aquele aluno não tem condições" e em que se determina previamente o que ele podia e o que ele não podia. Quem pode é ele, e quem vai dizer o que ele pode é ele.

Então, para isso, o MEC disponibiliza programas, ações e recursos com esse intuito de garantir, de apoiar os sistemas de ensino, que são quem oferta e organiza a sua escolarização. Então, por mais que nós tenhamos uma orientação, uma diretriz nacional – eu recordo, eu lembro aqui –, quem faz a oferta do atendimento educacional especializado e da educação especial é o Município.

Para finalizar, eu queria falar rapidamente do AEE, que eu considero o ponto mais importante, o carro-chefe da educação especial. O AEE é a ferramenta que vai consolidar, que vai firmar esse processo inclusivo nas escolas. O professor do Atendimento Educacional Especializado tem como missão justamente identificar, elaborar programas, ações, serviços, recursos pedagógicos e identificar o que o estudante precisa, garantindo, primeiro, a identificação de suas potencialidades, de suas capacidades. Eu queria lembrar também que isso deve ser feito desde a educação infantil, que é a etapa, talvez, das mais importantes, sobretudo para esse público de que falamos aqui, que é o aluno autista. Então, quanto mais cedo, quanto mais precocemente ele é estimulado, mais nós vamos poder desenvolver, maximizar mesmo o seu desenvolvimento.

O projeto pedagógico da escola é aquele pacto que a escola faz, no seu corpo escolar, em que é firmado o que vai ser trabalhado ao longo do ano. Então, nesse projeto pedagógico, o AEE deve estar institucionalizado, porque, dessa forma, vamos ver a carinha do estudante com deficiência sendo pensado na escola. Então,

ele vai se sentir presente na escola se as suas necessidades específicas são contempladas no projeto político-pedagógico.

Quero lembrar que as ações da Secadi são destinadas justamente à formação de professores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos pedagógicos, à disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e de acessibilidade, tudo isso buscando a promoção da participação plena do estudante. Esse é o objetivo final da inclusão.

Então, os programas de maior envergadura e programas que são ações mesmo estruturantes para esse novo cenário de inclusão são as formações de professores. E nós temos mais de 130 formações ofertadas até hoje para esse profissional que vai atuar com estudantes com deficiência.

O Programa Educação Inclusiva foi um programa – desde 2003, antes mesmo da política – que objetivava a formação dos gestores para essa preocupação inclusiva.

A partir do plano Viver sem Limite, de 2011, alguns eixos da educação foram reforçados. E, nos programas encaminhados pelo MEC, como o Programa Escola Acessível e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), são destinados, para obras, reformas e serviços de acessibilidade, recursos para as escolas onde há estudantes com deficiências, transtornos e altas habilidades.

Há o Programa BPC na Escola também, para aqueles alunos duplamente vulneráveis, porque são os mais vulneráveis economicamente que são atendidos; há as salas de recursos multifuncionais, onde funciona o atendimento educacional especializado; há o Programa Transporte Escolar Acessível – através do Programa BPC foi identificado que uma das principais barreiras para o não acesso, a não permanência dos estudantes com deficiência na escola, era o transporte para aquelas crianças beneficiárias do BPC; e há o Programa Incluir, que é sobre acessibilidade na educação superior.

Então, eu só queria ressaltar que o atendimento educacional especializado não pode prescindir de uma articulação maior e intersetorial.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Coordenadora-Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino da Secadi/MEC, Drª Suzana Brainer.

De imediato, Maurício Vianna, Diretor do Dapes, da Secretário de Atendimento à Saúde (SAS) do Ministério da Saúde (MS).

Nós estamos contando com a presença da nossa querida Deputada Federal Erika Kokay, que esteve na anterior e voltou nesta. Quando quiser colaborar, fique bem à vontade.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. *Fora do microfone*.) – Posso falar depois dele?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser.

O SR. MAURÍCIO VIANNA – Quer falar antes?

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF. *Fora do microfone*.) – Não, pode falar. (*Risos.*)

O SR. MAURÍCIO VIANNA – Eu queria agradecer o convite do Senador e do Senado e dizer que eu me sinto muito honrado por estar aqui, porque estou na presença de...

Essa não é a minha apresentação não. Não precisa nem ficar olhando para ela porque eu não vou cuidar dela, quem vai cuidar dela é a Vera.

Sinto-me muito honrado por estar aqui na presença desses pais, que são verdadeiros guerreiros, lutadores. Eu vou me permitir discordar de uma fala – que a gente ama aquilo que a gente conhece. Eu acho que a gente conhece aquilo que a gente ama. É preciso você amar, é preciso você se apaixonar para que você invista sua cognição, sua energia e conheça, e aquilo desafie você.

Eu sou mais otimista do que a colega que já foi citada aqui. Há 35 anos, quando eu me formei, saí da faculdade de Medicina e fui trabalhar no setor público. Eu via crianças morrerem, em quantidade espantosa, de diarreia e desnutrição. Hoje a gente superou esse problema.

Portanto, eu acho que nós estamos diante de um processo que eu chamo de civilizatório, um processo pelo qual a gente tem caminhado, e é um processo que não existe sem conflito, ele existe e é muito conflituoso – o momento atual, inclusive, reflete muito desse conflito. É um processo em que a gente vai fazendo conquistas paulatinas.

Eu sou de uma época – quando me formei era assim – em que as pessoas eram atendidas no sistema público de saúde, indigentes e não indigentes, sendo que a maioria da população era tida e havida como indigente e não tinha nenhum acesso ao sistema de saúde. Acho que a gente caminhou. Caminhou, e caminhou no sentido, inclusive, de poder acolher o diferente.

Acho que a gente caminha na direção de atender a média, de atender a criança média, de atender o homem médio. Temos visto, e o meu departamento é a prova disso, que a gente está caminhando para incluir e para acolher, não para normalizar. Achei muito importante o que foi dito – foi a senhora mesma que disse –,

que a gente não tem de pretender normalizar uma criança com transtorno do espectro autista, a gente não tem de pretender normalizar quem tem uma opção sexual diferente, a gente não tem que querer enquadrar os diferentes, mas a gente tem que entender exatamente o que é que significa acolher.

Eu acho que o principal desafio, e foi um desafio que vocês já superaram, seria acolher no seio da família, porque eu acho que a criança diferente, o ser humano diferente, é mal acolhido no seio da família, quer dizer, é experimentado, na maioria das vezes, como uma tragédia, uma dor imensa o nascimento de um filho que não corresponde ao termo médio do que se espera das crianças. E assim sucessivamente.

Eu acho que a gente tem avançado muito em relação a isso. Acho que há muita coisa dita e muita coisa escrita que ainda não foi posta em prática, mas esse é um processo, é um processo histórico. Como eu disse, há 35 anos uma parcela considerável da população não tinha sequer acesso a água, a moradia, a comida, a saúde, e hoje a gente pode incluir essa parcela e está incluindo, cada vez mais, aqueles que têm necessidades especiais.

E eu acho que a gente tem que estar muito atento... E não vai aí nenhuma desculpa esfarrapada, e tampouco eu estou aqui para fazer propaganda do que a gente faz, dizer que faz muito. Não, acho que a gente faz pouco, mas, talvez, a gente faça aquilo que a gente tem podido fazer. Por quê? Porque eu sinto na pele o que o Senador falou, uma observação que ele fez: a soma de todas as minorias dá uma maioria. Só que essas minorias têm necessidades muito especiais, que ensejam custos muito especiais, em uma sociedade e em uma economia de escassez, onde o Estado tem que atender a todos, tem que atender as crianças com espectro autista, tem que atender as crianças com *down*, tem que atender isso, tem que atender aquilo, as crianças com deficiência visual, deficiência física. Quer dizer, a gente lida com isso o tempo todo lá no Ministério da Saúde. E cada grupo desse tem um conjunto de necessidades muito particulares e que são necessidades muito onerosas.

O que a gente tem de fazer? Quer dizer, o que o Estado faz? O Estado tenta minimizar a iniquidade, o Estado tenta distribuir o que tem entre esses diversos grupos e entre a maioria, aqueles que não têm necessidades especiais – aqueles cujas necessidades muitas vezes a gente não alcança.

Então, eu acredito que a gente caminha para isso. Eu sou um otimista, eu acho que a gente está em um processo que eu chamo de civilizatório: quando você reconhece a diferença, quando você reconhece a necessidade especial, quando você pode acolher na família, acolher na escola, acolher no serviço de saúde. Ser acolhido pelo Estado e pela sociedade: eu acho que estamos caminhando para nos tornarmos pessoas melhores e uma sociedade melhor.

Eu passaria para a Vera, que vai explicitar mais a nossa política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ficam os nossos cumprimentos aqui para o Sr. Maurício Vianna, Diretor do Dapes/SAS-MS, pela forma tranquila e pela mensagem muito positiva que passou para todos nós. (*Palmas.*)

Agora passamos para a Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Vera Mendes, e, em seguida, passo para a nossa Deputada.

A SRª VERA MENDES – Bom, agradeço novamente por estar aqui nesta Casa fazendo este debate tão importante, que envolve também a política da pessoa com deficiência.

Eu vou apresentar para vocês...

Quero agradecer ao Maurício, que é meu chefe, meu diretor – ele não gosta que eu fale isso, por isso é que eu digo! Ele é o meu novo chefe faz algum tempo. É muito bom ele estar aqui, nós temos debatido muito, ele tem sido muito ativo na agenda. Ele tem várias coordenações para cuidar, essa é uma, mas ele tem sido muito ativo nessa agenda, o que é muito bacana. Agradeço, portanto, Maurício, pelo apoio.

Bom, quero falar do que a gente alcançou.

Eu acho que são muitos importantes esses dias comemorativos da pessoa com deficiência: são oportunidades para debater, para dar visibilidade – para nós, militantes, mas também para toda a sociedade –, e procurar amenizar alguns preconceitos. Ainda há uma cultura terrível de que as pessoas, seja com deficiências ou transtornos... Estou alargando aqui o conceito mais para definir que elas são muito invisíveis, e a sociedade ainda é muito preconceituosa em relação a elas. Eu vou falar uma coisa muito forte, terrível talvez: ainda na nossa sociedade, hegemonicamente, embora a gente tenha avançado – eu concordo com o Maurício –, a gente acha que essas pessoas, as pessoas com deficiências as mais variadas, são vidas não válidas. A sociedade vê desse modo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VERA MENDES – É uma visão capitalista e uma visão preconceituosa. Às vezes ela é até disfarçada por uma caridade, por um assistencialismo, mas isso também não produz inclusão.

Então a primeira bandeira destes dias de comemoração – a gente vai discutir questões técnicas depois – é continuar a luta eterna para que as pessoas com deficiência de fato sejam cidadãs e sejam reconhecidas, e

para que a gente seja capaz – é muito difícil porque é cultural – de produzir uma sociedade, uma Nação que de fato respeite a diferença, que reconheça o outro como legítimo outro. Isso é um processo muito complicado de fazer, mas eu tenho certeza que a gente aqui, todo mundo, está muito unida nessa direção.

Bom, eu vou falar especificamente dos aspectos em que a gente tem avançado na saúde, mas de cara reconhecendo que há muito ainda por fazer – a fala do Maurício foi ótima para introduzir a nossa.

O que é que acontece na saúde? A saúde sempre trabalhou e investiu do jeito que pôde, exaustivamente, na área da pessoa com deficiência. Porém, é fato que o Estado brasileiro, de certa maneira, historicamente negligenciou um pouco essa agenda na rede SUS, não propositalmente, mas por conta justamente de um processo de evolução de um País. Vários de nós aqui não nascemos em um País onde a saúde era direito do cidadão, muitos de nós somos pré-SUS. E sermos pré-SUS e termos a ousadia de fazer um sistema desse, social, de direito, é uma tarefa desafiadora e muito extensa. A gente tem que ter a condição de fazer a crítica – e vamos fazê-la –, de falar do que não está bom, de brigar para melhorar, mas a gente não pode jogar o bebê com a água do banho, porque a gente tem muitas conquistas.

A Rede de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência no SUS avança muito – há um histórico e tudo. O Viver sem Limites, que é o programa nacional de direitos da pessoa com deficiência, foi um marco importante na política de saúde das pessoas com deficiência por várias razões. Por quê? Ela nos dá uma oportunidade, ela cria um plano intersetorial. Então estamos eu, Suzana, MEC, Cultura, Cidade, Trabalho, Planejamento, sentando juntos, várias pastas ministeriais estão tentando formular a política intersetorial. Como a gente viu aqui, só a saúde não vai dar conta da inclusão ou da qualidade de vida, só a educação sozinha não vai dar conta, só a proteção social não vai dar conta. A gente precisa começar a ter uma cultura de produção de política pública intersetorial, e o Viver sem Limites nos proporcionou isso, o desenho da política proporcionou isso. Isso já é um avanço.

Além disso, preciso citar, óbvio, que nada se faz sem recurso, e que o Viver Sem Limites também não é suficiente. Eu brigo todos os dias por isso, choro lá no Ministério, disputo cada centavo. Mas a gente teve um salto, de 2011 para cá, absurdo em termos de orçamento para a área da pessoa com deficiência na saúde. Foi muito grande o salto dado entre o que a gente tinha de orçamento e o que a gente passou a ter depois. Não é suficiente, mas avançou.

Bom, há outros marcos importantes. Há a própria Convenção que já foi citada, que estava lá atrás, mas, no meio desse processo, há o movimento social, que é absolutamente responsável pelos avanços.

No dia em que cheguei ao Ministério da Saúde apareceu uma representação, apareceu uma mãe do movimento dos autistas na minha sala para conhecer quem seria a nova coordenadora. Ela chegou bem brava – em geral, vocês são muito bravos! (*Risos.*)

E têm que ser, porque está no lugar do movimento da cobrança. É muito positivo quando a gente compreende e admite, como gestor público, falando em produção de política pública, que a gente faz, sim, muito esforço. A gente tem esta convicção: a gente trabalha diariamente para avançar, e tem avançado, mas, quando a gente admite que também não é suficiente, também é muito importante, porque, senão, você não tem escuta para o outro, escuta para a necessidade. Afinal de contas, você trabalha para isso, para qualificar o acesso do usuário.

A Lei nº 12.764, a Berenice Piana, é muito importante, inclusive no seu processo histórico. Isso foi uma luta de anos do movimento para conquistar alguns direitos. Sem polemizar, alguns detalhes: o decreto sai, tem regulamentação dessa lei inclusive, e, claro, com as polêmicas do nosso campo. Não é que o decreto diga que a pessoa com autismo tem que ser atendida nos Capes. Ele faz, claramente, a defesa de que a rede SUS tem que estar inteiramente articulada em vários pontos de atenção para ofertar o atendimento ao autista, à pessoa com autismo ou com qualquer outra questão, o que inclui a oferta. A rede SUS tem que – já vou dizer – ampliar, tem que ter capacidade de escuta para, de verdade, responder à necessidade.

O que aconteceu nos últimos anos, inclusive lá na nossa área, na nossa política, no comitê nacional que foi criado, um comitê nacional de assessoramento para qualificar essa política específica das pessoas com autismo, vários movimentos sociais participam... Não sei se há representação do Moab. Se não houver, a gente vai corrigir isso, não há problema, na próxima reunião vocês estarão lá. A gente discute, faz a crítica e ouve as sugestões. Então, hoje, não é mais realidade, por exemplo, que, na rede SUS, a gente não faça opções necessariamente metodológicas, mas a gente, ao mesmo tempo, tem que acolher todas.

O que está acontecendo nos últimos anos é que não há nenhum tipo de preconceito com terapias comportamentais. Muito pelo contrário, a gente tem debatido isso seriamente. E, se isso é uma oferta qualificada, cientificamente segura e traz benefícios para o paciente, não temos nenhum problema de acolhê-la na rede SUS.

Agora, isso não quer dizer que outras terapêuticas que não estejam na linha comportamental e que façam parte de outro DNA, de outra origem, de outra história também não sejam úteis e também não tenham

que conviver e serem ofertadas na rede SUS. Se a gente genuinamente faz política para a população, é a população também que vai decidir, que vai fazer as suas escolhas. Ou não é isso? É óbvio que é. Todos nós aqui passamos por médicos ou tivemos experiências com profissionais de saúde, recebemos vários aconselhamentos e prescrições.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – E todos nós não obedecemos ao médico quando não nos pareceu conveniente ou quando não acreditamos no que ouvimos. Isso faz parte do processo.

Hoje a pessoa com autismo tem, sim, a Rede da Pessoa com Deficiência como oferta de cuidado. Ela está sendo bastante ampliada, não suficientemente ainda, e a gente está corrigindo essas questões.

Eu vou passar muito rapidamente pelos vários eslaides porque já falei muita coisa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não precisa ter pressa. Você ainda tem um minuto ainda.

A SRª VERA MENDES – É, mas V. Exª não sabe o que eu falo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É para desconstruir, pode avançar!

A SRª VERA MENDES – Bom, mas com o que a gente tem que se preocupar nessa organização? A gente no SUS está discutindo a política do autismo de vários modos.

Por exemplo, a gente está muito focada aqui no cuidado – é óbvio –, porque há uma carência enorme. Olhem lá a evolução. Então, a gente tem que pegar a linha de cuidado inteira.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – Temos problema nas duas pontas. Identificação precoce: é fato. E nós hoje, nas diretrizes, não mais delineamos isso. Estamos fazendo um esforço gigantesco de investimento na atenção básica para que em todas as crianças que passem pela puericultura sejam fortalecidos marcadores de desenvolvimento infantil e sinais de alerta para o TEA ou outros transtornos.

A gente brinca e pergunta: é difícil fazer diagnóstico de autismo? É. Aliás, não é que seja difícil; se o profissional de saúde tem prática, não é difícil. Ele mostra sinais no desenvolvimento infantil. Esses sinais de alerta podem ser autismo como podem ser vários outros transtornos que não são autismo. Para diferenciar isso é que se precisa de bastante especialidade. Então, a atenção básica tem de atuar. Não pode haver mais isso...

A gente está lutando. A sua fala foi maravilhosa, muito real. A gente sabe que é uma realidade ainda, mas não dá para a mãe ir ao pediatra e dizer "Meu filho é diferente, tem alguma questão", e o pediatra pedir para esperar, para ficar tranquila. Não, não fica tranquila.

A gente brinca e fala que o profissional de saúde tem de aprender. A gente tem de cada vez mais expandir a lógica de que o profissional de saúde tem um conhecimento valioso, importante, técnico, mas a mãe também tem o seu conhecimento. Todo mundo tem o seu conhecimento, vindo da experiência. Em geral, não seria incorreto dizer que, sem especificidades científicas, na verdade quem faz o diagnóstico, em primeiro lugar, é a mãe, o cuidador. O médico, depois, vai fazer um processo confirmatório, mais aprofundado, científico desse processo. Então, o profissional tem de admitir esse conhecimento das famílias.

Para a gente ter a identificação precoce e não perder tempo, aproveitar...

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – ...a gente tem de ter muita ação na atenção básica e capacidade de identificação.

Ampliar a rede de atendimento. Vocês falaram uma coisa que sempre ouço. Então, vou aproveitar para falar. É claro que a gente tem de olhar para as especificidades. A rede SUS hoje tem capacidade, tem condições de fazer projetos terapêuticos singulares. Ou seja, eu disponho de um conjunto de recursos, e cada criança precisa de uma coisa diferente. A gente tem de ter a capacidade de traçar isso adequadamente.

Além disso, eu entendo o que vocês dizem. Ambiência, principalmente para a pessoa com espectro do autismo, é fundamental, não é só um bom acolhimento ou um profissional capacitado. Se eu tenho uma ambiência muito inadequada, eu tenho muito mais dificuldades para dar contorno adequado para o atendimento, para ele ser mais proveitoso.

A gente vai ter um futuro melhor, vai melhorar. Só para dar um exemplo: todos os CERs que estão sendo construídos no País...

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – ...têm ambiências absolutamente adequadas, preparadas. A gente pode usar estratégias variadas de agendamento, de espaços adequados para colher melhor as crianças, adolescentes e adultos com TEA.

A gente tem de trabalhar muito nessa ampliação. Hoje já são 138 CERs. Eu tenho 178 obras no País em andamento, o Ministério da Saúde, e a gente está tentando fortemente ampliar isso. Além disso, há as nossas parceiras. A política pública está fortemente investindo agora, mas eu tenho muitas entidades no País que já vinham fazendo isso. São serviços conveniados ao SUS que fazem um trabalho de excelência, conveniados, contratualizados pelo SUS.

A gente tem de atuar muito nos projetos terapêuticos...

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – Eles incluem uma série de coisas: desenvolvimento de linguagem, ampliação das capacidades funcionais, interação, sempre com atendimento interdisciplinar. E agora também há a associação do tratamento medicamentoso.

Eu vou finalizar mesmo agora para dizer o seguinte, uma notícia para vocês: esse tratamento medicamentoso para o autismo... Você falou uma coisa muito importante. É óbvio que a gente precisa qualificar isso, porque muitos casos, principalmente aqueles mais graves, que acompanham algum processo de agressividade, autoagressão, agitação extrema, hiperatividade extrema, que são casos mais graves do transtorno, vêm acompanhados... Até epilepsias: é comum vir acompanhado. É fundamental que o tratamento medicamentoso esteja associado. O tratamento medicamentoso é ruim. Tudo é ruim quando eu uso mal.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – Tratamento medicamentoso do tipo sossega-leão, para dopar, é ruim, mas, em alguns casos, o tratamento medicamentoso é o que permite a convivência social, inclusive a terapêutica. A gente precisa corrigir.

Nesse sentido, será publicado amanhã – não é, Maurício? – pelo Ministério da Saúde o protocolo clínico e a diretriz terapêutica especificamente tratando do comportamento agressivo da pessoa com Transtorno de Espectro do Autismo. O uso da medicação, e não só da medicação... É o uso adequado da medicação, desde dosagem até as situações, e sempre acompanhado de cuidado, porque não adianta medicar se eu também não ofertar as terapêuticas associadas a isso.

Então, fizemos um protocolo com a sociedade civil, com especialistas do Brasil inteiro, e chegamos a um protocolo muito bacana. Na verdade, é a aplicação do uso da Risperidona e que vai também nos ajudar a qualificar a informação em saúde. Por quê? Porque a gente antes tinha a Risperidona, mas não tinha o CID do autismo. Então, a rede SUS, para ofertar o remédio quando precisava, tinha que colocar o diagnóstico de esquizofrenia. Resultado: a gente tinha os falsos dados de saúde. Então, agora, a gente, inclusive, vai qualificar vários parceiros.

Além disso, a gente também já fez essa diretriz – eu vou deixar aqui também com o Senador alguns exemplares – de reabilitação da pessoa com Transtorno de Espectro do Autismo, também produzida com muito orgulho junto com a sociedade civil.

E aí eu vou finalizar com o compromisso que a gente acertou ontem com a Adriana – com a Adriana representando toda a associação, o Moab. É fato, e não temos problema de admitir – a primeira coisa que a gente tem que fazer para avançar é admitir onde é que estão os gargalos –, que a tradição é de investimento na criança.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – Para os adultos, que tendem a ser os casos mais graves, o acesso é muito menor.

A própria diretriz, que é ótima – para aquele caminho da estimulação precoce, para a atenção básica, para o tratamento –, fala dos adultos, mas ela fala muito pouco, é insuficiente. Admiti isso ontem, admito isso aqui, mas vamos admitir do melhor jeito: vamos admitir que formular política pública se faz com o Legislativo, com o Executivo e com a sociedade civil. Eu me comprometi com a Adriana – e se dá publicidade a isso aqui de novo – que o Ministério da Saúde irá, sim, convocar, no próximo comitê... A gente pode colocar em debate a questão do atendimento aos adultos, que, de fato, tem um gargalo em seu acesso. Podemos criar estratégias, até atualizando e requalificando, ou fazendo outra publicação, muito específica, para acolher essas pessoas e principalmente essas famílias, que estão muito sozinhas.

(Soa a campainha.)

A SRª VERA MENDES – Bom, estamos à disposição.

Obrigada pela participação de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Drª Vera Mendes. Ela usou democraticamente... Eu disse que ela tinha mais um, e ela usou o dobro de cada painelista. Foi agradável...

A SRª VERA MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu nem reparei. Vocês repararam? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas ela usou três minutos que o senhor deixou para ela.

O SR. MAURÍCIO VIANNA – Eu já sabia!

A SRª VERA MENDES – A gente combinou, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi tudo combinado!

Agora vamos passar a palavra para a Deputada Federal Erika Kokay. Depois, Alisson Barboza Azevedo, que é Assessor da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da igualdade Racial e dos Direitos Humanos, fará a fala de encerramento.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Bom, eu queria parabenizá-lo, Senador, pela realização desta audiência e parabenizar toda a sociedade civil, que tem conquistado muitos avanços, inclusive a própria política nacional. A política nacional, todos nós sabemos, como todo parto, teve a sua dor, mas teve ao mesmo tempo o filho. Como todo ponto de chegada também é um ponto de partida, eu diria que a política nacional é um instrumento, porque, por si só, as leis não mudam a realidade – tem razão Drummond quando fala que os lírios não nascem da lei, e eu acredito nisso. A política é um instrumento, mas ela, por si só, não muda a realidade.

Eu penso que a gente teria que avançar na própria elaboração das políticas e da legislação assegurando que nós tivéssemos, de tempos em tempos, uma prestação de contas. Seria muito importante que nós tivéssemos o Estado prestando contas da efetivação da própria política, com a participação da própria sociedade civil.

Nós temos no Ministério da Saúde um comitê de acompanhamento, que tem a participação da sociedade civil, mas é muito importante que o conjunto da política... Como toda política, ela tem que envolver uma série de políticas públicas. Então, nós estamos falando da educação, da assistência, nós estamos falando das políticas da saúde, do conjunto de políticas públicas.

Eu penso que, como os direitos são direitos inter-relacionados, não podem ser divididos, são direitos da pessoa humana, as políticas que asseguram direitos têm que ser enganchadas umas nas outras. Nenhuma política sozinha dá conta do atendimento das necessidades humanas com as suas especificidades. Penso que o Viver sem Limite trabalha com a lógica de articulação do conjunto de políticas públicas para que nós possamos elaborar e atender as necessidades humanas. Nós temos esse avanço.

Eu sei quanto custou isso. Nós acompanhamos quanto custou a construção da política para as pessoas com Transtorno de Espectro Autista, quanto custou, quanto foi, quanto exigiu de mobilização, quanto exigiu de amor – é uma mobilização muito pautada no amor. Cada vez tenho uma convicção maior de que as nossas ações pautadas no amor são ações muito mais duradouras e transformadoras.

Estamos aqui, portanto, com uma política nacional que tem ainda dificuldades de implementação. Nós não podemos negar os avanços. Penso que nós não temos que ter uma lógica maximalista – "ou é tudo ou não vamos reconhecer os avanços" – porque os avanços são importantes para produzir novos avanços. Portanto, é preciso reconhecer os avanços, mas reconhecer também os desafios.

Nesses desafios é muito importante que nós tenhamos clareza, penso eu, de que as políticas públicas têm que ser universais, têm que ter uma universalidade. O princípio do SUS e do SUAS tem que ter uma universalidade, mas, ao mesmo tempo, ele não pode negar as especificidades.

Então, quando nós vamos falar da escola inclusiva... Ela tem que ser inclusiva a partir da demanda daquela pessoa para quem ela se dispõe a exercer a função de avanço na sua própria condição humana. Então, eu não posso dizer que a escola é inclusiva e não ter, por exemplo, pessoas treinadas para essas especificidades. Acho que um grande gargalo que nós temos é a capacitação, a capacitação dos profissionais. Profissionais na área de educação precisam entender isso. Muitas vezes a criança tem intolerância ao barulho, e você a coloca numa sala de aula com outras pessoas, porque a lógica é a lógica inclusiva. Então, você desconsidera a pessoa, você de novo a invisibiliza.

Se nós queremos uma política inclusiva, uma política pública inclusiva, para romper a invisibilidade... Quando eu não considero as especificidades e as diversas identidades, eu invisibilizo de novo. Ou seja, eu não posso dizer que é preciso colocar, fazer uma modulação que não considere isso. Também não se pode admitir que tenhamos salas de aula com apenas um aluno. Nós precisamos das salas de apoio. Nós precisamos do processo de monitoramento, que haja a capacitação.

Na saúde também. Se nós formos trabalhar com diagnóstico precoce, nós precisamos capacitar o conjunto dos profissionais para considerar essas identidades e essas subjetividades, ou essas especificidades.

Então, eu penso que nós deveríamos, primeiro, assegurar que, todas as vezes que o Poder Legislativo elaborar uma lei com políticas nacionais, haja a previsão da prestação de contas. Ou seja, há que ter a prestação de contas. Nós temos que chamar o Estado aqui para que o Estado diga o que é que avançou na educação, o que é que avançou na saúde, o que é que avançou no conjunto das políticas públicas, para que nós possamos produzir o sentido da política pública, para que ela sirva para todas e todos, para que nós possamos nos reconhecer na nossa humanidade. Se nós não nos reconhecemos a partir da condição de sermos únicos, seres diferentes um do outro, ou se não reconhecemos a nossa diversidade, nós negamos a nossa humanidade. E negamos, inclusive, o caráter uno da nossa condição humana.

Ou seja, nós temos uma única humanidade. Nós temos pessoas que agem diferente, que amam diferente, que se comportam de forma diferenciada, várias etnias, várias idades, mas uma única humanidade. E essa condição de uma única humanidade é absolutamente fundamental, reconhecendo-se as diversidades.

Então, eu sugeriria que pudéssemos elaborar uma proposta legislativa, Senador Paim, na perspectiva de assegurar a prestação de contas, e que essa prestação pudesse ser feita para este Parlamento, para além de comitês de acompanhamento da elaboração da política. E, aí, quando falamos do acompanhamento da implementação da política, temos que considerar as pessoas e temos que considerar as famílias, os pais, as mães, que vieram aqui e deram voz a todos os cantos deste Brasil.

De todos os cantos deste Brasil, mães e pais vieram aqui com a cor azul para dizer que havia que se ter uma política nacional para as pessoas com Transtorno de Espectro Autista. E quantas vezes essa política não se implementou, não foi aprovada, teve óbices ou percalços? Mas isso nunca significou uma desistência. Muitas vezes, a sociedade desiste das pessoas, o Estado também desiste das pessoas, mas as famílias não desistem.

Não consigo esquecer a fala de uma menina que diz o seguinte: "Se eu não tivesse a minha família me reconhecendo, me acolhendo e me possibilitando avançar, um vazio teria se construído dentro de mim que nada poderia preencher." Penso que precisamos dar voz às famílias e estabelecermos mecanismos de prestação de contas relativamente à efetivação das políticas.

Termino perguntando por que a cor do autismo é a cor azul. Fala-se que é em função de haver uma incidência muito grande do autismo no gênero masculino, mas eu penso que o azul é a cor dos direitos humanos. Sabe por que acho isso? Porque há muitas cores na sociedade, mas há uma que abarca todos nós e que está sobre todos nós, que é o azul do céu. O céu abarca todo mundo, abarca uma diversidade imensa de pessoas e uma diversidade imensa de formas de ser. Portanto, eu diria que o azul é em função do gênero masculino, mas também porque o azul é a cor do céu, que abarca e cobre toda a humanidade com toda a sua diversidade.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Senadora... É a segunda vez que a chamo de Senadora, não sei por que.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Chamei de novo de Senadora.

Muito bem, Deputada Federal Erika Kokay, V. Exª deu uma bela contribuição.

Para concluir as falas dos nossos convidados, passo a palavra para o Assessor da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Sr. Alisson Barboza Azevedo.

O SR. ALISSON BARBOZA AZEVEDO – Bom dia a todos e a todas.

Falei um pouquinho fora do microfone para situar aqui os meus colegas cegos.

Falar depois da Deputada Erika Kokay é uma responsabilidade sobre-humana – eu sou um admirador da sua oratória e de sua qualidade parlamentar –, mas vamos tentar.

É uma honra estar nesta Casa, Senador, trazendo um abraço do Secretário Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili e do Antonio José Ferreira, nosso Secretário Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, ambos com compromissos externos, fora de Brasília.

Eu gostaria de convidar cada cidadão e cidadã a fazermos um passeio – depois do muito que foi falado aqui, essas falas ricas, emocionantes, vibrantes – pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que teve como autor o Senador Paulo Paim.

No que diz respeito à conceituação de pessoa com deficiência... Aí, o convite é que a gente se abra a esses novos conceitos e, depois, cada um se pergunte se isso vai valer, se a convenção vale também para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Esse novo conceito despreza aquela antiga noção biomédica que dizia que o cego era aquele que não tinha visão em ambos os olhos ou que tinha baixa visão etc. Para o que tinha deficiência física, havia uma série de definições – essas definições antigas estão naquele Decreto nº 3.298, art. 4º.

O que a convenção vai dizer? A convenção vai dizer: "Não, a deficiência não é biomédica, a deficiência é biopsicossocial". E aí ela vai dizer que a deficiência é, em primeiro lugar, um impedimento de longo prazo, de natureza física, sensorial, mental ou intelectual. Esse impedimento, somado às barreiras sociais, vai gerar uma restrição de participação.

Vamos tentar decompor esse conceito?

O impedimento de longo prazo. A nossa querida mãe do Marquinhos disse: "Não dá para normalizar". Não tem jeito de normalizar uma pessoa com deficiência ou uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A escola não nos torna menos deficientes ou menos autistas, já foi dito aqui. Por quê? Porque há um impedimento de longo prazo. Esse impedimento pode ser, então, de natureza física, de natureza sensorial, que é o meu caso, de natureza mental ou intelectual.

Esse impedimento de longo prazo, somado às barreiras sociais... Que barreiras são essas? A barreira arquitetônica, principalmente para cadeirante e cego, esse negócio de falta de semáforo sonoro, escada; a barreira de comunicação, muito para o surdo, a questão da língua e, por isso, a Libras e a necessidade de intérprete. Há várias barreiras, mas a mais importante, que vale para toda pessoa com deficiência – eu tenho certeza –, para toda pessoa autista e para as famílias, é a barreira do preconceito. Essa é universal para todas as deficiências. Nós temos várias especificidades, como foi dito aqui, mas nós temos essa barreira do preconceito que é universal. O cego tem essa barreira, o surdo a tem, a pessoa com autismo a tem, o cadeirante. Enfim, essa nos une, essa é a grande barreira.

O impedimento de longo prazo nós não podemos normalizar, mas as barreiras podem ser extintas ou reduzidas, certo? E onde é que a convenção entra? Na minimização ou na extinção dessas barreiras sociais. É essa minimização que vai diminuir o que realmente nos torna pessoas com deficiência ou com autismo: a restrição de participação.

Na medida em que eu tenho acesso à educação, na medida em que uma criança autista tem acesso ao atendimento adequado na saúde, ela vai ter reduzida a sua restrição de participação na sociedade, que é o que nós almejamos. O que foi dito aqui por muitos pais – por pelo menos dois pais e por algumas mães – é que é preciso que as crianças tenham acesso àqueles bens culturais, digamos assim, ou a políticas públicas que lhes possibilitem ter diminuída a restrição de participação. Isso tem validade para todas as pessoas com deficiência e para todas as pessoas com autismo. De acordo?

É aí que a convenção vem atuar, por exemplo, conferindo às pessoas com deficiência – e também com autismo, por causa da lei Berenice Piana –, conferindo a nós – e aqui falo como pessoa com deficiência – os princípios universais de direitos humanos.

Por exemplo: dignidade humana. O princípio da dignidade humana é garantido também às pessoas com deficiência.

Alguns dizem: "Não precisa, porque já estava garantido para todo mundo." Não, mas aí há as nossas características históricas e culturais. O nosso movimento é um movimento que começou tardiamente, principalmente por causa da falta do lugar de fala das pessoas com deficiência. Demoramos a falar por nós mesmos, demoramos mais do que todos os segmentos. Por quê? Nós, até muito pouco tempo, estávamos encarcerados em instituições, e essas instituições é que falavam por nós. Isso acontecia no mundo inteiro. Esse encarceramento foi superado em grande parte, nós avançamos muito, mas ele ainda existe, como foi dito aqui. É uma situação limite de exclusão.

Por isso é importante garantir esse princípio da dignidade humana. E aí ela vem e garante vários outros princípios. Aqui é só uma proposta de viagem, um convite de viagem, na verdade, pela convenção.

Políticas públicas vão sendo garantidas. Por exemplo: na educação. Sistema educacional inclusivo: é bom que o autista conviva com crianças não autistas também – já foi dito aqui. Aprendizado ao longo de toda a vida: a pessoa com deficiência, como todo mundo... Nós não queremos aprender só quando estamos na escola. Estou com trinta e tantos anos, sei lá quantos, me esqueci, mas, se eu quiser aprender agora a cozinhar, a fazer um curso de gastronomia, a convenção me garante esse direito. Eu vou lá e vou pleitear que esse curso seja acessível, que tenha livros acessíveis. Eu vou gastar um tempo grande para conseguir isso, mas o direito está garantido constitucionalmente. A convenção, no Brasil, foi um marco constitucional, ela veio e passou a fazer parte da nossa Constituição.

(Soa a campainha.)

Falo rapidamente da LBI, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O Estatuto tem várias normas. Costumo dizer que ele tem várias normas, mas, como diz a música, a base é uma só. Qual é a base do estatuto? A convenção. Então, ele vai, ao longo dos seus vários artigos, 127 artigos – obrigado, Suzana –, ele vai decompor os direitos que a convenção já trazia como princípios, como normas produtoras de diversos direitos específicos: educação, saúde, moradia, cultura, lazer.

Então, é a partir dessa perspectiva de direitos humanos, dessa perspectiva que encara as pessoas com deficiência ou com Transtorno do Espectro Autista como sujeitos de direitos, e também as suas famílias, é que veio a convenção e veio o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de autoria do Senador Paulo Paim e construído, como ele mesmo disse, pela sociedade brasileira.

Não podemos admitir – para falar dessa reação conservadora que apareceu aqui –que as pessoas que venham a ter microcefalia sejam chamadas de sequeladas. Não serão. Serão brasileiros e brasileiras sujeitos de direitos... (*Palmas.*)

...porque assim garante a convenção e assim garante o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Muitíssimo obrigado a todos e a todas. É uma honra estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos. Uma salva de palmas especial...

(*Palmas.*)

...ao Alisson Barboza Azevedo, que falou pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Vamos encerrar. O horário assim nos obriga, já é uma hora da tarde.

Só quero dizer que, com muita alegria... Eu nunca vou esquecer o dia em que recebi aqui a Berenice Piana di Piana, o Fernando Cotta e uma delegação. Eles me disseram o seguinte: "Paim, sei que você não faz milagre. Nós andamos por tudo, e nós queremos construir essa lei. Queremos saber se a Comissão de Direitos Humanos [que eu presidia] pode assumir essa responsabilidade."

Eu disse que sim. Nós nos reunimos na Liderança e, de lá para cá, foi um trabalho intenso até que a lei se tornasse realidade.

Lembro também que, em homenagem a ela, tomei a liberdade, no momento da aprovação, de dizer da tribuna do Senado que aquela lei – não foi só eu, outro deve ter se lembrado – poderia ser chamada Berenice de Piana de Piana. Eu tenho por ela até hoje – ela deve estar assistindo à TV neste momento – um enorme carinho.

O pedido foi feito, e a missão foi cumprida. Foi o Paim quem a cumpriu? Não. Quem a cumpriu foi a sociedade organizada em parceria com o Executivo. O Executivo foi fundamental para a construção da lei. Eu apenas abri o espaço aqui na Comissão, e fizemos inúmeras reuniões. É claro que, da maioria, eu nem participei, mas me sinto muito contemplado pela frase que ela disse: "Sei que tu não fazes milagre, mas vamos apelar para ti agora. Precisamos de ajuda na construção da lei." E a lei é hoje uma realidade.

Vida longa a todo o povo brasileiro! Vida longa aos autistas! (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia quatro de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e das Senadoras Angela Portela e Ana Amélia. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Os índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Diego Cherulli, Advogado da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal; Leandro Farias, Coordenador do Movimento Chega de Descaso; Igor Rodrigues Britto, Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento do Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; Luiz Carlos Saraiva, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Antonio Carlos Abbatepaolo, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Planos de Saúde – ABRAMGE; Aécio Flávio S. de Araújo, Diretor de Seguridade Social da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP; Rafael Pedreira Vinhas, Gerente Geral de Regulação da Estrutura dos Produtos da ANS. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presente no Plenário: Moacir Meirelles de Oliveira, Assessor Parlamentar da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Antonio Gomes Farias Neto, Beneficiário e Gestor de Plano de Saúde; Maria Lícia, Diretora da Secretaria de Aposentados Pensionistas Saúde do Trabalhador SindSep/DF; Sérgio Esteves Amaral, Gestor de Plano de Saúde. O Senhor Presidente concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) realizar nova audiência pública sobre o tema buscando novas contribuições para solução dos problemas. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 5, de 2016, de minha autoria e de outros Senadores, para debater o tema: "Os índices de reajuste dos planos de saúde no Brasil". Claro que aqui vai acabar entrando na questão da saúde, principalmente do atendimento.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, pelo *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e também pelo Alô Senado, através do número 0800 612211.

Informo que esta audiência pública é transmitida ao vivo para todo o Brasil tanto pela TV Senado como também pela Rádio Senado, naturalmente, com a participação da Agência Senado.

A análise que a gente faz é que em torno de 2 milhões de pessoas assistem, na segunda-feira pela manhã, a esses debates. Por uma análise simples, considerando 10 milhões de brasileiros, menos que 1% já daria praticamente 2 milhões de pessoas.

Nós temos hoje uma série de convidados. Eu vou, de imediato... Desculpem-me porque hoje atrasei seis minutos, nós iniciamos sempre no horário, às 9 horas em ponto. Vamos aos convidados. Depois eu farei uma introdução sobre o tema para que aqueles que estão assistindo pela tevê ou ouvindo pela Rádio Senado se situem no debate do dia de hoje. O tema interessa a todo o povo brasileiro, porque uma coisa repercute na outra, seja o sistema público de saúde, seja o sistema privado de saúde.

Convidados: Diego Cherulli, Advogado da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal; Leandro Farias, Coordenador do Movimento Chega de Descaso; Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral

de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça; Luís Carlos Saraiva, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas); Antonio Carlos Abbatepaolo, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge); Rafael Pedreira Vinhas, Gerente-Geral da Regulação da Estrutura dos Produtos da ANS.

Como aqui não há nenhuma questão ideológica, a questão é prática: queremos que melhore a saúde para todo o nosso povo, um jovem veio aqui, me deu uma minuta e queria muito que eu a lesse em homenagem à jovem que faleceu. Eu dei uma corrida rápida de olhos aqui e vou ler a minuta dele. Ele me entregou e está aqui presente, então, não é nada anônimo. Está aqui do meu lado. Só não queria que entrasse no tempo dele, eu o estou conhecendo hoje, porque o tempo dele é muito pequeno. Então, vou ler a minuta, como ele me pediu:

"No próximo dia 17 de abril de 2016, completa-se um ano e oito meses do caso que chocou a sociedade, a morte da jovem Ana Carolina Domingos Cassino, que esperou 28 horas por uma cirurgia de apendicite dentro do Hospital Unimed na Barra da Tijuca, localizado no Rio de Janeiro. Por conta da demora, Ana Carolina adquiriu infecção generalizada e morreu aos 23 anos de idade. Ana Carolina, assim como outros 52 milhões de brasileiros, foi iludida a acreditar que ter plano de saúde é solução para os problemas relacionados à saúde. Ledo engano. [O autor está aqui à esquerda – viu, pessoal? Estou lendo.]

A partir dessa tragédia, familiares e amigos da jovem formaram o movimento Chega de Descaso, que vem denunciando como agem o que ele chama "máfia da saúde privada" e seu envolvimento com o Executivo e o próprio Legislativo. Sua principal bandeira de luta é a defesa do SUS e cobram a instalação de uma CPI para investigar a conduta dos planos de saúde.

Aproveito a oportunidade para prestar minha solidariedade à causa e cobrar uma resposta dos órgãos competentes, pois não há dúvidas de que essa jovem, assim como outras, tiveram sua vida ceifada por conta da ganância do lucro de empresas dessa área de saúde e pela desumanização e irresponsabilidade daqueles que a atenderam.

Chega de descaso!

Li a minuta. A responsabilidade da minuta é dele. Claro que eu apenas fiz aqui a leitura a pedido do Leandro Farias, que depois vai poder falar. Ele pode ser perguntado, interpelado, se alguém aqui no plenário não concordar com a minuta.

Para iniciar os trabalhos, eu vou fazer uma pequena apresentação, o que faço sempre. Esse trabalho é produzido pelos consultores da Casa.

Este é de responsabilidade da Mesa.

Audiência pública – Planos de Saúde.

Estamos reunidos hoje para discutirmos os planos de saúde.

A saúde, tal como a economia, a educação, a infraestrutura e a segurança pública, é um daqueles setores que a Administração Pública não pode negligenciar. Qualquer descuido, qualquer desatenção, e os reflexos sobre a sociedade se mostram devastadores – podem levar as pessoas à morte. Mas por maior que seja a atenção dada pelos governantes a esse setor, todos sabemos, o sistema público de saúde nunca poderá dar conta de todas as situações que lhe são apresentadas – isso é fato e é verdadeiro. Não, pelo menos, com a presteza e a eficiência que seriam desejáveis.

É por isso que os planos de saúde sempre foram vendidos à população como a segurança que lhe é oferecida contra os imprevistos da vida. Paga-se um valor mensal e se obtém, em troca, a garantia de que eventuais questões relacionadas à saúde poderão ser enfrentadas. Consultas, exames e procedimentos cirúrgicos poderão ser realizados porque o cidadão, afinal, engordou durante anos os cofres da operadora, na maioria das vezes sem usufruir de qualquer benefício.

O que ocorre, porém, é que os valores pagos pelas pessoas em troca dessa garantia estão se tornando cada vez mais exorbitantes, cada vez mais proibitivos. Se considerarmos, por exemplo, os reajustes anuais autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar para os planos individuais, vamos verificar que eles vêm se colocando sempre acima daqueles observados nos indicadores associados ao poder de compra da população, tais como o salário mínimo e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o IPCA.

Entre maio de 2012 e abril de 2013, por exemplo, enquanto o salário mínimo subiu 9% e o IPCA, 6,49%, a mensalidade dos planos individuais de saúde foi reajustada em 9,04%. De lá até hoje, a situação só piorou. Entre maio de 2013 e abril de 2014, o salário mínimo subiu 6,78%; o IPCA, 6,28%; e a mensalidade dos planos individuais de saúde, 9,65%, cerca de 3 pontos percentuais a mais que os outros dois indicadores. Entre maio de 2014 e abril de 2015, o quadro fica ainda mais dramático: o salário mínimo aumenta 8,84%; o IPCA, 8,17%; e as mensalidades dos planos individuais de saúde, pasmem as senhoras e os senhores Senadores, 13,55% – quase o dobro.

Mas é quando observamos os reajustes praticados pelos chamados planos coletivos por adesão que ficamos ainda mais indignados. No caso desses planos, não existe um limite de reajuste fixado pelo Poder Público, como ocorre, apesar de tudo, com os planos individuais. Tendo como argumento a sinistralidade, ou seja, os gastos atribuídos a seus participantes, eles têm total liberdade para estipular os reajustes que quiserem.

O resultado, como não poderia ser diferente, ou seja, como não poderíamos esperar que deixasse de acontecer, não é nada bom para aqueles que ironicamente são denominados beneficiários. Aí vem a comparação: entre maio de 2013 e abril de 2014, frente a uma inflação de 6,28%, muitos dos planos coletivos por adesão reajustaram seus contratos em patamares superiores a 20%. Ou seja, no mínimo, no mínimo, três vezes mais, para não dizer quatro vezes. Alguns não se contentaram com esse percentual e resolveram aumentar a mensalidade em 30% ou 40% – de 30% a 40%. E houve casos até em que os reajustes ultrapassaram a casa de 60% a 70%.

E tudo isso, senhoras e senhores, parece que ainda era pouco. Na hora de aplicar o reajuste correspondente ao período 2014/2015, um número maior de planos – bem maior que aquele verificado no período anterior – optou pelas faixas de 20% ou mais. Houve caso, até, de plano que submeteu seus participantes a um aumento de 150%. Parece mentira, mas é verdade, é isto mesmo: um reajuste anual de 150%. Imaginem um cidadão que paga para a família toda? Calculo que ele deve pagar uns R$5 mil. Com aumento de 150%... E existe, pessoal, existe muita gente que paga para todos os familiares, e 150% para quem paga 5 mil, 3 mil ou o que for, vai todo o salário do cara, e aí ele tem que abandonar o plano. E alguém ganha com isso. Pagou a vida toda, abandona porque não pode pagar mais, e fica por isso mesmo. Mas vocês é que vão debater, eu só estou lendo aqui as informações que me chegaram.

De modo que não há como ignorarmos o problema. Não há como não discutirmos isso, envolvendo Legislativo, Executivo, Judiciário e a sociedade civil, aqui representada, principalmente porque os planos coletivos representam, hoje, a imensa maioria dos planos de saúde em todo o País.

De acordo com a ANS, dos mais de 50 milhões de beneficiários de planos e seguros-saúde em nosso País, somente 10 milhões – ou seja, cerca de 20% – assinaram contratos individuais. Os demais estão em planos coletivos. Ainda segundo a ANS, enquanto, entre 2010 e 2015, o número total de beneficiários de planos de saúde aumentou 12,6%, o número de beneficiários de planos individuais cresceu somente 7,5%.

Em síntese, a situação que temos é esta: os planos de saúde mais utilizados, hoje em dia, pela população brasileira são exatamente aqueles liberados para praticar os mais cruéis índices de reajuste. Isso não quer dizer, senhoras e senhores, que também os participantes dos planos individuais não sejam afetados pela situação. Afinal, no momento de estabelecer o reajuste máximo aplicável aos planos individuais, a Agência Nacional de Saúde Suplementar leva em consideração o reajuste médio dos planos coletivos. O que ele quer dizer é: comparando com os planos coletivos, quem tem plano individual leva ferro também, de uma forma ou de outra leva, só perde, não ganha, se compararmos com aquilo que ele ganha de reajuste no seu salário.

Como já disse alguém, temos aqui uma situação surrealista: o Poder Público tentando regular uma parte do mercado com base nos parâmetros da parte não regulada. É uma situação, claro, que chega a ser constrangedora para a Administração Pública.

Essas, enfim, são as rápidas observações que levanto para vocês, dizendo que nós só provocamos esta audiência pública mediante o desespero da população, milhares e milhares de correspondências que chegam a esta Comissão e também ao meu gabinete. A situação é desesperadora. Mas, como eu sempre digo, a gente não precisa só ter esperança, é preciso esperançar. Esperançar significa: além da esperança, fazer, mudar, acontecer e acreditar que a gente pode sair para um caminho bem melhor.

Pois bem, com essa rápida introdução, que é uma síntese, eu vou começar a chamar nossos convidados para que eles coloquem seus pontos de vista, e faremos o debate.

Começamos com Diego Cherulli, advogado dos aposentados e pensionistas do DF, aqui do Distrito Federal, naturalmente vinculado à Cobap, que é a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos, de todo o País. Sabemos que os idosos são sempre aqueles que mais pagam o pato. Não é a Fiesp que paga o pato. A Fiesp coloca na rua os patos que quer, mas quem está pagando aqueles patos, na verdade, pode saber, são os idosos. O Diego vai falar sobre isso.

O SR. DIEGO CHERULLI – Muito obrigado, Senador, por mais essa oportunidade de dar voz aos aposentados, pensionistas e idosos do DF. Hoje, represento a Federação das Associações de Aposentados. Creio que o Sr. Moacir e o Sr. Aécio irão representar a Cobap brilhantemente em outra oportunidade aqui, nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Cobap, o Moacir vai ter direito à palavra também, o Moacir e o Aécio.

Eu só fiz o vínculo, já que a Federação é filiada à Cobap.

O SR. DIEGO CHERULLI – Todos estamos na mesma luta.

Hoje, vim, Senador, à força e meio brigado com minha esposa porque estou com faringite, mas vim justamente para mostrar a situação de que os hospitais particulares hoje se equiparam aos hospitais públicos.

Fiquei em um hospital – graças a Deus posso pagar um plano de saúde muito bom – quase quatro horas aguardando uma consulta em um hospital particular de grande renome em Brasília. Na hora de aprovar – eu estava com suspeita de dengue inicialmente –, o plano negou. Ninguém sabia o porquê, já que o plano sempre cobriu tudo, e negou até o hemograma. Então, à uma hora da manhã, estavam ligando para o plano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o seu caso?

O SR. DIEGO CHERULLI – O meu caso. Foi neste sábado, inclusive. Vou até falar e vou embora mais cedo porque não posso estar exposto ao ar-condicionado. Mas infelizmente o que encontramos hoje nos hospitais particulares é uma situação parecida com Inamps ou INPS antigamente, em que a pessoa só tinha direito à saúde pública se pagasse a Previdência Social. As coisas mudaram. A Constituição de 1988 garantiu saúde pública universal, mas, em contrapartida, é uma saúde completamente ineficiente. O SUS é ineficiente, o que faz com que as pessoas tenham que buscar os planos de saúde privados. E esses planos de saúde infelizmente hoje não conseguem dar conta da demanda e tratam as pessoas com um descaso absurdo.

Iniciando a fala, Senador, existem basicamente dois tipos de contrato de plano de saúde: o individual e o coletivo. O individual está praticamente em desuso, porque seu valor é inicialmente tão alto que desestimula a pessoa a aderir a esse tipo de plano de saúde. Às vezes, eles querem, já de imediato, aderir ao coletivo, que é o que mais está acontecendo aí, muito embora o reajuste do individual seja feito pela ANS. Como o senhor disse, é basicamente a mesma coisa do coletivo.

O coletivo tem as suas situações. Muito embora as pessoas pensem que os planos têm total liberdade para ajustar anualmente, eles não têm total liberdade. O regulamento da ANS é bem claro: o plano coletivo que quiser reajustar a mensalidade tem que apresentar uma justificativa atuarial, e não simplesmente chegar dizendo "hoje quero 20% porque o salário mínimo cresceu tanto e eu quero aumentar o dobro". Não. Eles têm que mostrar que os gastos do plano...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...entender o que li aqui, elaborado pela Consultoria. Se eles não têm liberdade de aumentar, como é que aumentam? Com todos os defeitos do plano individual, entendi qual é a malandragem. Desculpe a expressão "malandragem". Estou usando porque é o linguajar popular. Você bota o preço lá em cima, na abertura; isso não incentiva a pessoa a ir para lá. Aí, ele vai optar pelo coletivo. No coletivo, o preço é menor, mas, quando ele vê, o reajuste é dez vezes maior do que o individual.

O SR. DIEGO CHERULLI (*Fora do microfone*.) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, como eles aumentam o plano dez vezes mais que o individual?

O SR. DIEGO CHERULLI – É uma boa pergunta.

A questão que o senhor falou, de 150% de reajuste, não é mentira. Sou advogado de vários aposentados aqui, em Brasília, e já entrei com diversas ações. Já tive reajuste de 220%. Por quê? Por conta do aumento da idade, o que é completamente ilegal. Todos os contratos de plano de saúde têm um reajuste em razão da idade, que duplica. E junta-se a isso o reajuste anual, dá 100%, 200%, 300%. Já ouvi falar de 300%, nunca peguei. Isso é coisa tão simples no Judiciário, que uma liminar, em uma semana, está saindo e obrigando os planos de saúde a reduzirem o valor da mensalidade, muito embora, como jurista – obviamente cada um tem direito à defesa – sabemos que alguns colegas fazem a defesa, dizendo que o regulamento da ANS prevê a possibilidade do reajuste em razão da idade.

Mas a lei, o Estatuto do Idoso, de autoria de V. Exª, é muito claro ao dizer que não pode aumentar. Isso fez com que eles, durante um tempo, tentassem burlar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ali, nos 59,9...

O SR. DIEGO CHERULLI – É; quem tiver 59 anos de idade, e não 60. O Judiciário também bate em cima disso, mas quantas pessoas têm acesso a essa informação? Muito poucas.

E isso leva ao que o senhor falou na sua leitura: a pessoa se desmotiva e larga o plano, mas alguém, com certeza, está ganhando, no caso, a operadora, que recebeu, durante anos e anos, uma mensalidade alta; e, ao final, quando a pessoa completa 60 anos, época em, que, provavelmente, vai iniciar o uso do plano, não pode usá-lo, porque não consegue pagar. Então, é uma situação mesmo calamitosa, que precisa ser averiguada pelo Estado, em especial pela ANS. A ANS deveria fazer uma análise melhor desses planos e desses contratos

Quais são os principais problemas enfrentados que nós vemos – e eu, que lido com idosos, todo dia eu vejo; o péssimo atendimento... Como eu lhe disse aqui sobre um caso particular meu, mas também é muito normal o profissional, o médico o dentista, que atende pelo plano de saúde estar desmotivado a atender. A

minha esposa é dentista, nós temos uma clínica odontológica, mas não atendemos mais os planos de saúde, porque – pasmem! – paga-se R$9,00 por uma consulta para fazer uma profilaxia geral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto?

O SR. DIEGO CHERULLI – R$9,00! Para ser mais preciso, R$9,98. Isso para fazer uma profilaxia geral na boca de um paciente.

Os médicos também reclamam por conta de consultas de R$20, R$30; por cirurgias que, normalmente, custariam R$100 mil e pelas quais eles pagam R$1 mil. Então, que profissional vai se sentir motivado a trabalhar por uma remuneração tão pífia?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estou mais indignado com a tua fala do que com o documento que eu li. Porém, por uma questão de bom senso – e aqui estou como Presidente, para mediar, de modo que não preciso expressar, neste momento, a minha posição –, eu vou esperar todos falarem. Contudo, como disse, estou assim mais que indignado. O que fazer depois desta audiência? Não pode ficar assim. Mas vamos ouvir a todos.

O SR. DIEGO CHERULLI – Vamos lá.

Os hospitais particulares, como eu disse antes, são hospitais públicos melhorados. No sábado, no hospital em que eu estava, que é um hospital de renome, havia um médico. "Ué, mas eu estou no HRAN? Eu não pago para isso! Eu pago caro!" A minha prestação, hoje – para mim que estou com 27 anos –, é de quase R$400,00 por mês, em um plano bom. E fui atendido como se estivesse em um hospital público. Essas coisas têm que mudar!

A cobrança por tratamento suplementar de valores de tratamento... Por muitas cirurgias, como eu lhe disse, que custam R$100 mil, o plano paga R$1 mil. É o que faz com que o médico diga ao paciente: "Olha, eu não vou fazer pelo plano. Se você quiser, eu pego os mil e você me paga os R$99 mil restantes"; Isso é muito normal!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Normal não!

O SR. DIEGO CHERULLI – É normal, mas não é justo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me lhe falar. Eu caí no hospital para fazer uma operação de vesícula. Estava lá morrendo de dor; saí daqui em cima de uma maca gritando. Quando cheguei lá, o médico disse que eu tinha de operar correndo. "Então, coloca aí o cara que entende disso, ele corta e opera". Operou. Depois eu disse: "Olha eu tenho o plano". Então, eles me disseram: "Não; o plano não vai pagar isso aí. O senhor vai ter que pagar por fora". E eu já havia sido operado. Não vou dizer o nome de ninguém do hospital até para não complicar, ainda porque o médico é mesmo muito bom. E eu tive que pagar.

O SR. DIEGO CHERULLI – Como eu disse, isso é normal, mas é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E isso me saiu R$20 mil.

Só estou dando um depoimento, sem citar nome de ninguém nem dizendo qual é o plano, nem nada. Mas, se alguém quiser, eu digo tudo, tudo direitinho. E eu, crente que o plano pagaria, porque é um plano bom. Plano de Senador tem que ser um plano bom, não é? E, na hora "h", disseram: "São R$20 mil, meu velho. Você se vira e veja como é que vai fazer". O cara já havia operado – um cara sério, bom. E disseram: "Não; eu pensei que tinham lhe avisado, Senador". Não estou nem reclamando da burocracia; estou contando um fato real. Foram R$20 mil, e seria de R$1 mil a E#2 mil pelo plano. O plano paga isso, mas o médico nunca poderia me operar por esse valor. E eu entendi a situação dele também. Pela cirurgia e por toda a equipe dele eu tive de pagar R$20 mil.

Casualmente, eu estou presidindo a reunião e ele é o convidado; e se me pegou – eu que sou Senador – e se pegou você, que é um advogado de renome, eu calculo a população mais simples.

Mais simples, digo, no seu dia a dia, que não tem condições de expressar o que nós estamos expressando aqui. Mas, na verdade, aqui nós somos a voz deles também.

O SR. DIEGO CHERULLI – Sim, e como o senhor disse, como Senador da República o senhor teve que pagar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tive que pagar.

O SR. DIEGO CHERULLI – Quantas e quantas pessoas vão tentar fazer um exame, ou uma consulta, uma cirurgia, o plano simplesmente diz não e o médico também diz não. Inclusive isso gera dano moral. É uma situação um pouco complicada. Se você contrata um plano, não tem que ficar discutindo com o médico se você vai pagar ou não. O plano é que deveria se virar com o médico para pagar o que o médico está pedindo. E isso gera uma confusão enorme e uma desigualdade social ainda maior, porque há planos de menores valores ou planos, como se diz, de baixa qualidade que não sei para que servem. Realmente, há planos de saúde aí que não servem para absolutamente nada.

Os reajustes em razão da idade, como eu disse, são completamente ilegais. Muitos e muitos e muitos idosos estão pagando 100%, 200% a mais sem saber que têm o direito de recorrer e só conseguem na Justiça. Os planos estão enrolando, levando isso até o STJ, embora até no STJ já haja decisão favorável para declarar a ilegalidade com base no Estatuto do Idoso.

Uma coisa é simples: a lei federal, que é o Estatuto do Idoso, de sua autoria, fala muito claramente: é proibido o reajuste em razão da idade. Se a ANS, por algum motivo, por algum regulamento interno ou regulamento geral de benefício, prevê essa possibilidade, ela que custeie, não vá cobrar da pessoa que está completando 60 anos. O regulamento da ANS não é superior à lei federal. É uma discussão muito simples.

E concluindo, Senador – ainda mais porque não estou conseguindo falar muito –, eu acho que esta audiência pública é muito importante, embora estejamos discutindo algumas frivolidades. Nós não temos que pedir que o reajuste não seja de 20%, de 19%. Nós tínhamos que ter a saúde universal e pública constitucional. Ela é que deveria existir. Quem quisesse um tratamento diferenciado que pagasse um plano de saúde, que é a ideia geral dos planos de saúde. Mas nós temos que prezar e lutar por uma saúde pública universal, por um SUS em bom funcionamento.

E como sabemos – o senhor é coordenador também da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência –, a seguridade social é um tripé: previdência, assistência e saúde. Embora o Governo, corriqueiramente, maquie contas para dizer que a Previdência Social está em déficit, a seguridade social como um todo está em superávit de mais de R$50 bilhões anuais. Por que esse dinheiro não é investido na saúde? Isso ainda é uma situação a se preocupar. E perguntar também ao Governo onde foi parar esse dinheiro e por que que ele não está sendo investido na saúde.

Muito obrigado, Senador. Agradeço a presença de todos em minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Diego Cherulli , que falou pela Federação dos Aposentados e Pensionistas do DF.

De imediato, Leandro Farias, que é coordenador do Movimento Chega de Descaso.

Quero só lembrar a todos que é dez minutos cada um, com um a dois minutos de tolerância.

O SR. LEANDRO FARIAS – Bom dia a todos.

Meu nome é Leandro Farias, tenho 26 anos, sou farmacêutico sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz e especialista em direito de Saúde. Atualmente, estou coordenando este movimento social chamado Chega de Descaso, que tem como um dos pilares a defesa da saúde pública.

Primeiramente, gostaria de agradecer o convite feito pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida pelo Senador Paulo Paim, por quem tenho grande apreço e admiro a trajetória.

Digo que o Movimento Chega de Descaso se coloca à disposição para futuros debates, aqui no Senado, em relação à questão da saúde no País. Mas antes de adentrar no motivo que originou o pedido da presente audiência pública, convido todos os presentes e aqueles que estão acompanhando a transmissão, seja pela TV ou pelo portal do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela Rádio Senado também. Está em todo o Brasil, pessoal.

O SR. LEANDRO FARIAS – ... pela Rádio Senado também, a fazermos a seguinte reflexão, e peço que acompanhem o meu raciocínio.

Se a nossa Constituição traz em seu art. 196 que saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo este fornecer condições para o seu total acesso.

Por que existem planos de saúde? Não obstante, em 1998, o Estado ainda legitima essa prática, através da Lei nº 9.656, e ainda cria uma agência para regular e fiscalizar o setor, por meio da Lei nº 9.961, no ano de 2000.

Segundo o Portal da Transparência, a Agência Nacional de Saúde Suplementar custa aos cofres públicos mais de R$273 milhões. A ANS apresenta, em seu quadro de funcionários, servidores públicos concursados de extrema competência e aptos para exercerem tal função. Porém, a mesma lei que cria a agência traz, em seus arts. 6º e 7º, que a diretoria do órgão será composta por indicação política.

Quero aqui fazer a minha primeira pontuação, nesta manhã, que tal se os Srs. Senadores presentes pudessem alterar esses artigos de maneira que a diretoria fosse composta através de eleição por voto de seus servidores e, assim, gerar uma lista tríplice com os mais votados, para que, a partir destes, seja feita a indicação política. Esse método já é realizado por outras instituições de grande prestígio, como, por exemplo, a Fiocruz. E, já que vivemos em uma democracia, quem melhor que os servidores da agência para indicar qual o melhor profissional para capitanear esse órgão.

Para justificar essa minha sugestão, trarei alguns fatos. Segundo dados do TSE, nas eleições de 2014, os planos de saúde doaram em torno de R$52 milhões, contribuindo para 131 candidaturas, que vão desde Deputado estadual até Presidente da República. Qual seria a contrapartida de tantas doações?

Desde que foi criada, durante o governo FHC, a diretoria desse órgão é composta por representantes dos empresários dos planos de saúde. Como exemplo mais recente, tivemos a nomeação do atual Presidente da agência, o Sr. José Carlos de Souza Abrahão, que presidiu a Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNS), entidade sindical que representa estabelecimentos de serviço de saúde no

País, entre as quais as operadores de planos de saúde, e que já se manifestou publicamente contra o ressarcimento ao SUS por parte dos planos, em artigo publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, no ano de 2010, além de a entidade que representava ter movido ação direta de inconstitucionalidade no STF, questionando o art. 32 da Lei nº 9.656, que traz a questão do ressarcimento ao SUS. Em valores atualizados, nessa questão do ressarcimento ao SUS, os planos devem aos cofres públicos mais de R$500 milhões.

Em relação a infrações cometidas quando o plano não cumpre com o que consta no seu contrato, a ANS acaba gerando multas a esses planos, que, em valores, já passa da casa do R$1,5 bilhão. Agora, como pode um setor que tem um lucro anual ao equivalente ao orçamento destinado à saúde pública, em torno de R$100 bilhões, apresentar uma dívida de mais de R$2 bilhões com os cofres públicos? Lembro que o setor atende apenas 25% da população, enquanto o SUS, além de cuidar dos outros 75%, também se encarrega dos que obtiveram negativa de cobertura por parte dos planos, além de realizar procedimentos de média e alta complexidade e onerosos, como transplantes, vacinação, entre outros.

Agora, entrando no tema da audiência, que é o reajuste abusivo por parte dos planos, darei algumas informações. Existem duas modalidades de plano de saúde: pessoa física, que é classificado como plano individual ou familiar; e pessoa jurídica, que é ramificado em duas atuações, o coletivo empresarial, através do vínculo empregatício, e o coletivo por adesão, que é contratado por pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, como conselhos, sindicatos e associações profissionais.

Na modalidade individual ou familiar de pessoas físicas, o reajuste anual é tabelado e anunciado pela ANS, que estipula um teto percentual de maneira a conter os reajustes abusivos das mensalidades por parte das operadoras, pois essa modalidade, diferente dos planos coletivos, é regulamentada pela agência. Vale frisar que, nos últimos dez anos, o percentual de ajuste tabelado pela agência apresentou valores acima da inflação.

A modalidade plano de saúde por pessoa jurídica, classificado como coletivo por adesão, merece uma atenção especial, pois um traço dessa modalidade é a livre negociação entre as partes, sem regulação da ANS.

No plano coletivo empresarial contratado por uma empresa, é recorrente que, anualmente, as operadoras convoquem uma reunião para negociar o reajuste. A empresa tem interesse em negociar um valor compatível com o mercado, afinal essa empresa paga por parte dos planos de seus funcionários.

Ocorre, pois, que, quando uma pessoa física procura os planos coletivos por adesão, atraída pelo preço abaixo do mercado e ampla oferta de redes hospitalares credenciadas, ela necessariamente precisa ser incorporada a uma associação. Contudo, na maioria das vezes, ela é incorporada pelos corretores da Qualicorp a uma determinada associação que se enquadre no perfil do cliente sem qualquer vínculo entre eles.

Por exemplo, um cliente que resida em uma determinada região, ao ser atraído pelos planos coletivos por adesão, o corretor o incorpora a qualquer associação cadastrada na Qualicorp, podendo ser de acordo com a sua profissão ou local de moradia. Acontece que não há qualquer garantia de que determinada associação irá defender os interesses desse cliente na suposta negociação entre as partes, uma vez que esta por vezes nem sequer conhece o cliente atrelado a ela.

É evidente que grande parte das associações cadastradas para esse fim não possuem qualquer compromisso em defender seus associados, mas têm interesse, sim, no valor dos repasses de cada cliente incorporado e contratado pela administradora de benefícios, os chamados *royalties,* que são os repasses feitos pela Qualicorp a essas associações.

Segundo dados da própria Qualicorp, no último trimestre de 2015 foram repassados a essas associações o valor de R$42,3 milhões por conta dessa parceria. Não à toa, a modalidade "coletivo por adesão", mesmo representando apenas 35% da carteira de clientes da Qualicorp, é responsável por mais de 90% do lucro da empresa, desbancando a modalidade empresarial, que representa os outros 65% da carteira de clientes. Isso é justificável por conta da falta de regulamentação por parte da agência que regula esse mercado, que permite reajustes abusivos aos clientes que estão enquadrados na modalidade "coletivo por adesão", reajustes esses muito acima dos índices da inflação.

Essa complexa prática funciona como verdadeira arapuca e vira um prato cheio para os corretores, que, antes de informar detalhadamente sobre os procedimentos, estão preocupados acima de tudo em vender o plano de saúde. A falta de transparência e de informação nesse procedimento nebuloso acaba acarretando uma enorme demanda de clientes lesados, pois os mesmos são levados a erro pelos corretores.

A dinâmica do negócio se faz com a venda do corretor ao cliente, atraído pelo preço abaixo do mercado e ampla rede credenciada. O corretor, preocupado em vender, não informa os deméritos dos serviços vendidos. O cliente contrata o serviço por vezes sem saber que foi incorporado a uma associação. O cliente não é informado de que esse contrato pode sofrer até 3 aumentos progressivos, um por faixa etária, outro anualmente por variação de custo na data do aniversário do contrato, e outro na data da celebração da parceria entre a administradora de benefícios e determinada associação. Resultado: o cliente contrata por um preço x, abaixo

do mercado, e, no ano seguinte, está pagando por um valor acima do mercado, o que demonstra uma prática totalmente condenável pelo Código de Defesa do Consumidor na quase integralidade de seus capítulos – Da Política Nacional de Relações de Consumo; Dos Direitos Básicos do Consumo; Das Práticas Comerciais; Da Proteção Contratual etc.

A modalidade de planos que mais pratica aumentos abusivos é a "coletivo por adesão". Repetindo: não à toa, tal modalidade corresponde a 94% do lucro da empresa Qualicorp, líder do segmento.

Senhores e senhoras, vamos ser claros aqui. Essas ditas associações, por vezes, funcionam como laranjas nesse esquema criminoso orquestrado pela empresa Qualicorp. E a atuação dessa empresa foi regulamentada pelas Resoluções nºs 195 e 196, que tratam da questão dos planos coletivos por adesão e deixam claro que a venda desses planos deve ser intermediada pelas ditas administradoras de benefícios.

Isso culminou no crescimento vertiginoso da Qualicorp. Segundo informações da empresa, obteve lucro de R$61,4 milhões só no último trimestre de 2015 e apresenta um avanço de 224% em relação ao mesmo período de 2014. E no ano o lucro foi de R$240,9 milhões, apresentando um avanço de 73,5% em relação a 2014. Note-se que a empresa vai na contramão da crise econômica que aflige o País. Como pode, diante de um cenário de recessão econômica, uma empresa anunciar aumento nos lucros? Vale ressaltar que no ano em que tais resoluções foram geradas pela ANS, o atual presidente da empresa Qualicorp era diretor da agência reguladora.

Porém, a falta de regulamentação nessas resoluções quanto aos critérios de reajuste e de rescisão contratual, apesar de a legislação ser clara quanto aos critérios, os planos de modalidade de pessoa física têm essa proteção, diferentemente dos planos coletivos por adesão, e os clientes seguem desprotegidos.

As estatísticas do setor são claras: atualmente, apenas 20% dos planos de saúde no mercado hoje são da modalidade de pessoa física. As operadoras estão abandonando a modalidade, uma vez que os reajustes de preços são regulados pela ANS, enquanto que, nos planos coletivos por adesão, vale a livre negociação entre as partes e os reajustes são superiores aos valores autorizados pela agência quando comparados aos de pessoa física, ou seja, abusivos.

O setor privado da saúde funciona como um verdadeiro parasita do sistema público de saúde, contribui para o seu atrofiamento e sucateamento, além de denegri-lo a todo instante, como forma de ampliar o mercado. Desde a ditadura militar, o setor conta com o apoio do Estado para sua expansão, seja por meio de linhas de crédito no BNDES, parcerias público-privadas, renúncia fiscal, isenção de impostos, renegociação ou até perdão de dívidas, uso de reservas técnicas, entre outras ações.

Em valores atualizados, a dívida dos planos de saúde com os cofres públicos em relação a multas passa de 1,5 bilhão. Em relação ao ressarcimento, passa de 500 milhões, totalizando mais de 2 bilhões. Segundo dados de 2012 sobre gasto tributário efetivo, o Estado deixou de arrecadar 18,3 bilhões com renúncia fiscal oriunda de gastos com saúde. Desse valor, 9,1 bilhões eram relativos a plano de saúde, ou seja, 50% do valor renunciado. E com a aprovação da PEC 358-B/2013 foi gerada a EC 86/2015, que alterou a fórmula de cálculo que define a quantidade de recursos a serem destinados para o orçamento da saúde em nível federal. A partir de 2016, haverá uma diminuição no orçamento da saúde, e a estimativa para este ano é uma perda de 10 bilhões do orçamento do SUS.

Somando-se apenas os valores citados, deixando claro que há muitas outras falcatruas, pergunto a todos: o que daria para fazer pela saúde pública com R$30,3 bilhões?

Em 2014, a ANS recebeu 90.945 reclamações por parte dos usuários dos planos. Como resposta, a agência abre processos administrativos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quantas reclamações?

O SR. LEANDRO FARIAS – Foram 90.945. Como resposta, a agência abre processos administrativos que, ao constatarem infrações, geram multas às operadoras de planos de saúde. Porém, as empresas recorrem da decisão administrativamente e, ao se esgotarem todas as possibilidades de recursos, levam para a esfera judicial.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO FARIAS – Assim, processos podem levar até 12 anos para serem concluídos e, ao final, quando não prescritos, podem ser negociados. Em fevereiro deste ano, entrou em vigor a RN 388, que alterou procedimentos para ações de fiscalização por parte da agência. Tal resolução trouxe diversos benefícios para as operadoras infratoras, como, por exemplo, o desconto de 80% sobre o valor da multa para operadoras que não cumprirem os prazos máximos de atendimento presentes na RN 259. A regra também permite que empresas tenham um desconto de 40% da multa caso não prestem atendimento ao cliente, mesmo que fora do prazo. Diversas infrações estão sendo cometidas pelo setor privado da saúde, como negativa de cobertura, descumprimento do prazo máximo de atendimento, presença de cláusulas abusivas no contrato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais dois minutos. Já te dei quinze, agora mais dois.

O SR. LEANDRO FARIAS – ... aumentos abusivos, descredenciamento unilateral de unidades, baixa remuneração dos profissionais, entre outros.

Como alternativa no panorama atual, surgiu, na Câmara dos Deputados, a proposta de instalação de uma CPI para investigar os planos de saúde a fundo, porém, o Presidente da Câmara, Sr. Eduardo Cunha, simplesmente vetou a instalação dessa CPI, alegando falta de foco. Segundo dados do TSE, Eduardo Cunha recebeu doação de campanha por parte de empresas de planos de saúde.

E quero encerrar minha participação. Sendo verdadeiro ou não, cabe ressaltar aqui um trecho do depoimento do Senador Delcídio do Amaral para a Operação Lava Jato, em que o mesmo fala da existência de um esquema de propina na saúde por meio de planos de saúde e laboratórios, com a nomeação de diretores nas agências reguladoras, de acordo com o trecho a seguir:

Especial atenção deve ser dada à ANS e Anvisa, cujas diretorias foram indicadas [pelos Senadores do] PMDB [...]. Jogaram "pesado" com o governo para emplacarem os principais dirigentes dessas agências. Com a decadência dos empreiteiros, as empresas de plano de saúde e laboratórios tornaram-se os principais alvos de propina para os políticos e executivos do governo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEANDRO FARIAS – Bem, teria muitas outras coisas para serem ressaltadas aqui, pois o tema da saúde é de extrema importância, mas agradeço pela oportunidade ao Senador Paulo Paim, agradeço pela compreensão de todos e deixo claro que o Movimento Chega de Descaso se põe à disposição para futuros debates em relação à saúde.

Saúde não é mercadoria. Chega de descaso!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Esse foi o Leandro Farias, que faz uma série de denúncias da maior gravidade, e naturalmente os debatedores poderão colocar o seu ponto de vista. Bom, vamos deixar para os encaminhamentos finais aqui.

Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e monitoramento de mercado na Secretaria de Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Com a palavra o Igor. Acabei dando quinze com mais dois. Portanto, por coerência, os outros convidados terão dez minutos; se necessário, dou mais cinco para cada um deles. Ou seja, o mesmo tempo será assegurado.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Obrigado. Bom dia, Senador. Cumprimento meus companheiros que compõem a Mesa e se propõem a discutir o assunto. Bom dia a todos que nos acompanham.

A Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, como órgão, como autoridade federal de defesa do consumidor no Brasil e coordenadora do sistema nacional de defesa do consumidor, que é integrado pelos órgãos estaduais, municipais e federais de defesa do consumidor no Brasil, agradece muito a possibilidade de trazer as perspectivas dos órgãos públicos, entidades civis, que se dedicam à defesa do consumidor nessa discussão. Meu objetivo, nesse tempo, é apresentar a todos vocês como os órgãos de defesa do consumidor no Brasil vêm, em conjunto, discutindo os temas da saúde suplementar, em especial, o eixo principal do nosso encontro de hoje, os problemas e insatisfação dos consumidores a respeito dos reajustes.

A Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor é um órgão previsto no Código Brasileiro de Defesa do Consumidor como coordenador do sistema nacional e da política nacional de defesa do consumidor. E, em razão disso, é por meio da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor que todos os órgãos no Brasil, como os Ministérios públicos, PROCONs, Defensorias Públicas e entidades civis de defesa do consumidor se reúnem para discutir uma agenda nacional dos maiores problemas vividos pelos consumidores e na busca por um diálogo setorial para solução desses conflitos existentes.

Em razão disso, mais recentemente, a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor passou a articular-se com os órgãos e agências reguladoras porque obviamente o papel da atividade regulatória no Brasil tem uma perspectiva muito importante de, tanto no processo regulatório e criação de normas como no papel de fiscalização, monitoramento, supervisão dos mercados, atender às perspectivas dos consumidores no Brasil, dos beneficiários dos serviços regulados a fim de que os interesses dos consumidores façam parte da agenda regulatória.

É também a Senacon responsável, em âmbito nacional e federal, por realizar prevenção e repressão de práticas abusivas, infrativas ao Código de Defesa do Consumidor e demais normas no microssistema nacional de das relações de consumo.

Em 2013, pelo Decreto nº 7963, a Presidência da República estipulou, criou o Plano Nacional de Consumo e Cidadania, ou seja, a defesa do consumidor passou a ser uma política nacional no que diz respeito à articulação dos órgãos de defesa do consumidor com as agências reguladoras em especial. Três eixos prioritários a

política nacional de consumo e cidadania estabelece: prevenção e redução de conflitos; regulação, criação de normas nos setores regulados, e fiscalização de seu descumprimento; fortalecimento dos órgãos integrados ao sistema nacional de defesa do consumidor.

No que diz respeito à saúde suplementar, esses órgãos de defesa do consumidor, pela necessidade de fortalecer os eixos prioritários, ou seja, a regulação da saúde suplementar, o aperfeiçoamento regulatório dos contratos, seguros e planos de saúde e também o aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização de cumprimento de regras tanto por parte dos reguladores como também pelos órgãos de defesa do consumidor, criou o grupo de trabalho Consumo de Saúde Suplementar. Esse grupo de trabalho foi criado em 2014, e em uma cultura que os órgãos de defesa do consumidor possuem, ele foi criado com a participação de órgãos de defesa do consumidor de várias partes do País.

No que diz respeito ao grupo de trabalho Consumo de Saúde Suplementar, ele teve a participação do DPDC, que é o órgão da Senacon responsável pela aplicação de penalidades, fiscalização, intervenção nos mercados, do PROCONs do Brasil, que é a associação dos PROCONs de todo o Brasil.

São 800 os PROCONs com que o brasileiro conta, espalhados pelos Estados e Municípios do País, em especial com a participação, nesse grupo de trabalho, do PROCON de São Paulo, do PROCON do Ceará, do PROCON da cidade do Rio de Janeiro, do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais – e a Defensoria Pública tem um papel importantíssimo na discussão dos atendimentos e para a solução de problemas de consumidores com planos de saúde –, do Ministério Público e o Idec, uma entidade civil de bastante legitimidade e reconhecimento no País, responsável por grandes causas na defesa dos consumidores, em especial no tema da saúde suplementar.

Esse grupo de trabalho, encerrado no ano de 2015, apresentou, Senador, um relatório a partir de um diagnóstico das reclamações mais recorrentes por parte dos consumidores no Brasil. Para isso foi empregado o banco de dados utilizado pelos PROCONs do Brasil, o Sindec, que é um sistema de informações nacionais para a defesa do consumidor. É por meio desse sistema, no Brasil inteiro, que os consumidores registram as suas reclamações nos PROCONs. Então, a partir da leitura desses dados, realizou-se um diagnóstico sobre as principais reclamações que levam os consumidores aos órgãos de defesa do consumidor – mais à frente eu vou relacionar quais são os principais problemas diagnosticados. Mas, a partir desse diagnóstico, pretendeu-se fazer uma análise da regulação no que as normas, hoje, do setor de planos de saúde são capazes de enfrentar essas reclamações ou não e que propostas de aperfeiçoamento poderiam ser analisadas para melhorar o ambiente regulatório e, assim, talvez, prevenir o número de conflitos e de reclamações de consumidores a respeito desse tema.

O relatório desse grupo de trabalho – e, mais uma vez, registro que esse grupo de trabalho foi integrado pelos órgão de todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – apontou três pontos principais: um, que a principal reclamação que leva os consumidores – e, aí, não estou me referindo às reclamações registradas pelos cidadãos nos canais de atendimento da agência reguladora, mas apenas àquelas feitas diretamente nos órgãos de defesa do consumidor, porque, às vezes, essas reclamações, Senador, têm perfis diferentes – aos PROCONs e às Defensorias Públicas, atualmente, está relacionada aos reajustes dos planos de saúde. E essas reclamações decorrem, como já foi mencionado, de que mais de 80% da população brasileira, segundo os dados de 2014 e 2015, participam ou são beneficiários de planos coletivos, e, como se sabe, a assimetria regulatória atual entre planos coletivos e individuais gera esse tipo de conflito relacionado à insatisfação de consumidores a respeito de reajustes de planos de saúde. Então, é natural que fosse realmente essa a maior reclamação dos consumidores.

Por fim, problemas mais urgentes e mais atuais também vividos pelos consumidores estão relacionados à alienação de carteiras, ou seja, a crise econômica vivida pelos planos de saúde e também por agentes contratantes gera conflitos de ordem coletiva, ou seja, com a alienação de carteiras entre planos de saúde, presenciam-se, no Brasil, algumas práticas que poderiam ser melhoradas por parte das operadoras, especialmente no que diz respeito à transparência nesses processos e, também, com relação a deveres de informação entre as empresas e seus beneficiários no que tange à transferência de clientes de um plano para outro pelas mais diversas razões.

Então, a assimetria informacional entre a capacidade dos consumidores de alcançar informações sobre o que está acontecendo com os seus planos de saúde e a má prestação desse serviço, porque planos de saúde, em determinadas situação econômicas, acabam, obviamente, gerando, antes dessa solução por meio das transferências de carteiras, reclamações e insatisfação a respeito da má prestação dos serviços, e isso acaba gerando o bloco dos maiores problemas vividos pelos consumidores que chegam aos órgãos de defesa do consumidor.

Esse relatório permitiu que os órgãos de defesa do consumidor construíssem uma agenda propositiva com o Ministério da Saúde e, em seguida, com a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Mais recentemente, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor teve condições de criar um diálogo propositivo com a diretoria

da ANS, a fim de resolver uma antiga insatisfação dos órgãos de defesa do consumidor, que era a falta de assento desses órgãos de defesa do consumidor, a falta de diálogo e a falta de portas para trazer esses problemas para as discussões dentro da ANS.

Então, desde o ano passado, essa é uma agenda em construção, Senador, entre os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, ou seja, esses mesmos órgãos que trabalharam nesse grupo de trabalho –, Ministério Público, representado pela Associação dos Promotores de Defesa do Consumidor (MPCon), a PROCONs Brasil, que é a associação representante dos PROCONs de todo o País, o Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor e os defensores públicos do Brasil – constituíram uma mesa de diálogo com diretoria da ANS. Essa é a pauta em construção atual a partir deste ano.

A preocupação atual dos órgãos de defesa do consumidor é que todos esses problemas, na verdade, geram uma externalidade muito grande conhecida por todos, que é a judicialização da saúde suplementar. Existem vários efeitos. É um diagnóstico difícil de se realizar, quais são os problemas levados aos tribunais, mas sabe-se que nós temos um grande problema de custo administrativo e de custo retransmitido para os consumidores no Brasil, decorrentes do índice de judicialização na saúde suplementar. Isso precisa ser discutido, para que essas reclamações possam ser sanadas sem a necessidade da intervenção do Judiciário, que gera, às vezes, outros transtornos, outras frustrações para os consumidores.

O relacionamento e a qualidade de atendimento precisam ser aperfeiçoados tanto pela regulação como também por melhores práticas das operadoras. Mais recentemente, esta mesa dos órgãos de defesa do consumidor pôde acompanhar algumas tentativas de reformas da regulação, para permitir melhores regras para prazos de atendimento nas assistências aos consumidores, maior transparência no trato entre as operadoras e seus consumidores. Essa é uma prática que precisa ser aperfeiçoada pelo mercado também.

Um problema decorrente da regulação, da assimetria regulatória entre os contratos coletivos e os contratos individuais é a possibilidade de que os contratos sejam rescindidos. Então, a possibilidade de que os reajustes sejam negociados entre operadoras e pessoas jurídicas contratantes, no âmbito dos planos coletivos, e a possibilidade que contrato seja rescindido apenas sendo necessários alguns avisos prévios, sem o rigor que existe nos planos individuais, é o que coloca a maior parte dos consumidores em planos coletivos. E não porque significa uma vantagem para os beneficiários, mas porque eles representam maiores vantagens no mercado nas suas vendas. Os planos coletivos são maiores porque são mais oferecidos. Em razão disso, nós temos essa dicotomia que gera uma série de conflitos causados por essa diferença de regulação. Então, a rescisão contratual é outro problema também que está diretamente relacionado com o reajuste, Senador, porque na nossa visão, no nosso diagnóstico, os reajustes são possíveis de serem aplicados em índices insatisfatórios pelos beneficiários, já que as operadoras têm condições de usar um mecanismo de rescisão do contrato caso a negociação não surta efeitos e não encontre um denominador comum.

Em razão disso tudo, uma dessas agendas é a proposição, o aprimoramento das interfaces regulatórias para prevenção desses conflitos surgem. Os órgãos de defesa do consumidor têm presenciado, como eu disse, a partir dessa agenda, Senador, um início de aperfeiçoamento regulatório.

E por fim, especificamente no que diz respeito aos reajustes, são esses os três diagnósticos maiores que permeiam uma análise dos dados das reclamações de consumidores.

O fluxo de informações entre operadoras e beneficiários realmente precisa evoluir, precisa aprimorar-se.

Recentemente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar criou um portal, que já é comum em outros ambientes regulados, como o de telecomunicações e o de serviços financeiros, onde os consumidores têm a possibilidade de encontrar informações econômicas, especialmente de custos...

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – ... médico-hospitalares. Essa prática precisa ser adotada pelas operadoras, ou seja, a transparência sobre os índices aplicados e os custos médico-hospitalares, para que haja, pelo menos nesse ambiente com uma regulação que não vem atendendo muito às expectativas dos consumidores, transparência sobre os índices e os custos médico-hospitalares. Isso, efetivamente, precisa ser pauta da regulação, precisa ser fortalecido e precisa ser pauta da supervisão e da fiscalização. Isso porque, tanto no que diz respeito à criação de consciência crítica das pessoas a respeito do que representa a sua mensalidade paga e qual a relação entre os valores que paga e os valores que são gastos realmente precisam chegar à tona e de forma compreensível aos consumidores, já que os índices, hoje, tanto para cálculos dos planos e para reajuste de planos individuais, como aqueles aplicados nas negociações pelos planos coletivos, são incompreensíveis para a maior parte da população. Assim, na medida em que isso for compreensível, for didático, é possível uma maior consciência crítica de parte dos consumidores.

E, ainda, um problema que vai continuar sendo pauta das discussões dentro dos órgãos de defesa do consumidor – e é um pleito nessas discussões – é a regulação das rescisões de contratos coletivos. Por meio da rescisão de contratos coletivos, como eu já disse, há uma porta de entrada para outros problemas, como a negociação, às vezes, desigual, na aplicação de reajustes, especialmente quando planos coletivos são tratados... Planos coletivos podem ser configurados pela utilização de empresas individuais, que são os MEIs, que não têm nenhum poder de negociação com as operadoras de planos de saúde.

Então, é esse o diagnóstico que nós gostaríamos de trazer, Senador...

(Soa a campainha.)

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – ... e, desde já, colocando-nos à disposição para continuar discutindo. Essa é só uma apresentação inicial sobre o perfil dos problemas e da agenda dos órgãos de defesa do consumidor nesse tema.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

Na verdade, S. Sª embala o tema tecnicamente e não ficou longe das duas primeiras falas aqui. A minha preocupação continua aumentando, porque há uma certa coerência entre as duas primeiras falas e as preocupações levantadas aqui pelo Ministério da Justiça. Não estou dizendo que um assina embaixo do que o outro diz, mas essa é a minha análise sobre a coerência das preocupações.

Dr. Luís Carlos Saraiva, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas).

Por favor, Dr. Luís Carlos, pelo mesmo tempo que foi dado, ou seja, 17 minutos.

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Muito obrigado.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Agradeço o convite, mais uma vez, do Senado Paulo Paim para estar aqui no Senado Federal do Brasil participando desta audiência.

Eu represento uma instituição que congrega 130 operadoras de planos de saúde do setor de autogestão.

Passo aqui a minha apresentação ao Senador Presidente.

Vou apresentar aqui alguns eslaides e vou trabalhar os dados buscando informar a todos que, realmente, eu concordo com o representante do Ministério da Justiça no sentido de que existe uma grande assimetria regulatória.

Infelizmente, todo o trabalho que está sendo feito para corrigir essa assimetria está focado nas operadoras de saúde. E, assim, nós terminamos trabalhando apenas os sintomas da doença, não as suas causas. Eu vou tentar mostrar aqui o foco principal dessa assimetria, que são as causas e que, infelizmente, estão, em certo ponto, sendo minimizadas.

Antes, eu vou falar um pouco da nossa instituição.

A Unidas (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) tem como grande missão fortalecer o segmento de autogestão sem fins lucrativos, promover a excelência em gestão e contribuir com a melhoria do sistema de saúde do País, até porque o sistema suplementar faz parte do Sistema Único de Saúde, e a Unidas, assim como as operadoras sem fins lucrativos de autogestão, trabalha em sintonia com o Ministério da Saúde, seguindo todas as estratégias e missão do SUS. Tem uma visão de ser referência no segmento de saúde suplementar, integrar e representar todas as instituições de autogestão sem fins lucrativos.

É importante dizer que hoje nós temos a responsabilidade de um universo de cerca de 5 milhões de beneficiários, todos pertencentes a aproximadamente 140 instituições filiadas – desculpe, eu havia dito 130, mas são 140, porque nós tivemos recentemente várias adesões de outras operadoras de autogestão.

Antes de adentrar a nossa discussão, eu queria frisar bem a questão de conceitos com que nós trabalhamos: o de reajuste e o de custeio. É importante que todos entendam essa diferença para poder embasar toda a discussão que nós estamos fazendo.

Reajuste. É o cálculo realizado pelas operadoras de mercado para manutenção e funcionamento de suas atividades. No reajuste, geralmente se considera uma distribuição de margem de lucros.

Custeio. É a estimativa de despesas com custeio e investimentos necessários para manutenção da assistência, manutenção da rede de cobertura nacional ou local, recolhimento das exigências dos fundos garantidores junto à Agência Nacional de Saúde (ANS) – esse é um problema que nós vamos ver mais à frente –, projetadas para o exercício anual, sem fins lucrativos. Então, o custeio desenha todo esse trabalho sem o fim lucrativo.

A autogestão em saúde não visa lucro. O custeio de autogestões em saúde (administração própria do plano de saúde) cobre apenas custos assistenciais e administrativos e forma provisões exigidas pela ANS. O custo administrativo das nossas operadoras, em média, varia entre 14 e 15; algumas chegam a 10, 9, o que varia de

acordo com o porte e com o perfil de cada operadora. Mesmo não tendo fins lucrativos, diversos fatores têm colaborado para impulsionar reajustes dos seus planos de saúde. E aí nós vamos ver as causas.

Eu trouxe um material da Unidas que vou distribuir aqui para os membros da Mesa. Nós trabalhamos anualmente com uma pesquisa estatística e epidemiológica dos dados das autogestões sem fins lucrativos – eu vou passar poucos eslaides, por conta do tempo – que são fundamentais para o entendimento do perfil das nossas operadoras.

Observem, neste gráfico, a distribuição da nossa carteira, focada principalmente nos nossos idosos, com mais de 60 anos. Só neste gráfico, já dá para identificar o desafio que é, para as operadoras de autogestão – e aí eu não posso deixar de citar também as filantrópicas –, garantir a assistência à saúde desses beneficiários, porque nós sabemos que, a partir do momento em que se muda de faixa etária, a sinistralidade e o risco aumentam, e, consequentemente, a responsabilidade de garantir essa assistência torna-se cada vez maior. E aí eu posso dizer que tanto as autogestões quanto as filantrópicas já têm uma experiência grande em trabalhar com isso.

O perfil que os senhores estão vendo aí das autogestões remete já para o ano 2050, para as outras operadoras e os outros grupos que estão apontados aí. O perfil da carteira de beneficiários idosos distribui-se da seguinte forma: total da ANS, 11,7%; seguradoras, 6,4% – elas têm poucos idosos; medicina de grupo, 10%, também com poucos idosos; filantrópicas e autogestões têm a maior população idosa, 18,3% e 23,6% respectivamente. Eu estou mostrando este gráfico não para reclamar, mas para mostrar o nosso desafio e o nosso orgulho em atender esses idosos e acompanhá-los tanto na assistência domiciliar, quanto na hospitalar e ambulatorial.

Este gráfico mostra o impacto do custo por faixa etária, e vejam também o desafio que é nós prestarmos assistência a essa população idosa, que, mais uma vez, nós temos o prazer de acolher e cuidar.

Vejam que na faixa acima de 59 anos o custo é muito elevado.

Essa distribuição é fundamental, Senador, porque vamos observar que o maior custo da assistência que temos é de material e medicamentos. Aí quero apontar mais uma causa de toda essa discussão que estamos tendo: o custo elevado de materiais utilizados na assistência à saúde e dos medicamentos.

Aí, Senador, vou passar para o senhor duas revistas que referenciam uma das principais causas do custo elevado da saúde no Brasil. Infelizmente, até agora, em todos os fóruns de que participei, os representantes dessas duas revistas nunca foram convidados para participar. E eu, como representante da Unidas, gostaria que nós, se possível, Senador, tivéssemos uma audiência para discutir essas causas que são fundamentais no custo elevado da saúde para nossa população.

Observem que a maior faixa, 58% se referem a materiais e medicamentos. E essas duas revistas são os parâmetros para a rede hospitalar, a rede ambulatorial, laboratórios fazerem as cobranças e negociarem suas tabelas com não só as autogestões mas todas as outras operadoras de saúde.

Esse é o custo hospitalar e esse é o custo ambulatorial no que se refere às autogestões.

Esse gráfico é importante porque é a representação dessa causa. E uma das causas é o custo saúde. Observem o gráfico verde, que se refere ao custo saúde, que já tem uma previsão de que este ano vai ficar em 20% ou mais, e aqui abaixo a variação do IPCA. Então, há diferença muito grande do custo saúde com o IPCA.

Aí retornamos ao conceito de custeio. Quando o especialista, o atuário faz todo o estudo para determinar o custeio, esse dado, esse indicador é um dos mais importantes para determinar o valor do custeio.

Outro impacto importante, outra causa importante no custo da saúde são as constantes inclusões de procedimentos no rol de procedimentos da ANS. Nós não somos contra isso, mas precisamos ter um planejamento para fazer isso.

O custeio é planejado por ano e esses róis são empurrados para nós, forçadamente, num prazo de 90 dias. Então, na hora em que você institui um rol de procedimentos que vai impactar no custo do plano e quem vai pagar é o beneficiário, você quebra todo o estudo atuarial que é feito no custeio. Isso implica na inflação do custo da saúde.

Não somos contra, mas isso precisa ser feito de forma racional, planejada e inteligente.

Outra questão para que eu gostaria de chamar atenção como também uma das causas do custo da saúde são as multas. A fonte não é muito boa, mas tudo bem. As multas têm impactado demais no custo da saúde, porque as multas também precisam ser reavaliadas, Senador, na forma do seu cálculo, da sua análise.

Nós já tivemos multas que foram aplicadas que de R$80 virou R$1,5 milhão.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Isso impacta qualquer plano de saúde e interfere na assistência.

Essa é outra causa fundamental também dos altos valores dos custeios e dos reajustes. São as necessidades de se fazer as reservas vinculadas financeiras na ANS. Eu gostaria até, já que a ANS está na Mesa... Eu não

sei, não tenho o valor, mas se porventura o representante da ANS pudesse nos falar, qual é o valor total dessas provisões financeiras, hoje, dentro da ANS?

Eu sei que nós das autogestões estamos tendo um problema muito sério, porque não conseguimos implementar da forma correta as nossas estratégias e ações de atenção primária à saúde, ou seja, colocar os nossos profissionais dentro dos lares e nos locais de trabalho para promover saúde e fazer prevenção, porque os valores para essa área estão tendo que ser depositados nessas provisões financeiras que a ANS exige. Não somos contra esse tipo de provisão para garantir segurança ao sistema, mas a fórmula e o formato da necessidade dessas provisões são muito assimétricos e de uma forma que nós precisamos rediscutir para garantir uma equidade, uma simetria e um planejamento inteligente desses depósitos, desses valores.

Nós temos exemplos de operadoras da nossa área que estão sendo obrigadas a fazer provisões, Senador, de mais de R$1 bilhão. Esse dinheiro está alimentando apenas o sistema financeiro, quem mais lucra no País, é depositado em conta bancária, correndo juros sobre juros e não podemos melhorar a assistência dos nossos beneficiários, porque esse valor está depositado no sistema financeiro.

E, para encerrar, esse diagrama mostra bem as causas. Eu queria compartilhar aqui com Leandro, que na sua fala apontou diversas e importantes causas desse problema que nós estamos discutindo aqui, que é esse diagrama, Leandro. Nós temos um mercado hoje focado na área financeira e infelizmente a saúde está atrelada a isso, sendo obrigada a alimentar esse sistema financeiro através de reservas financeiras absurdas, não que não tenham que existir, mas são absurdas hoje. Quero também compartilhar com você a preocupação da briga no mercado. Hoje nós temos uma concorrência e uma disputa de mercado feroz. Há uma operadora afiliada da Unidas que foi proibida, através de uma ação impetrada pela Golden Cross – eu estou falando o nome porque é público, está nos jornais, em todos os *sites* – junto ao TCU. O TCU abriu uma cautelar e proibiu essa operadora da autogestão de receber beneficiários, de fazer um convênio com esses beneficiários, de oferecer seus planos aos beneficiários. O cúmulo foi tão grande que uma parturiente tinha o bebê e a mãe não podia, mesmo sendo servidora pública, inscrever o seu filhinho ou sua filha no plano de saúde. Felizmente, nós alertamos o TCU, o Ministro viu o problema e resolveu diversas dessas situações absurdas oriundas de uma cautelar.

Para concluir, já falei das reservas vinculadas, uma causa que precisa ser avaliada, melhorada e qualificada. O modelo focado na assistência hospitalar continua. Nós não estamos podendo fazer atenção primária por conta dessas amarras que estão sendo colocadas sobre nós. Senador, é fundamental abrir uma discussão. Os hospitais, os laboratórios, os serviços de saúde não estão regulados, estão livres para fazer qualquer negociação, qualquer pressão em cima das operadoras. E infelizmente a ANS e os outros órgãos não estão regulando esse setor da cadeia econômica da saúde.

O resultado é que todas essas causas levam o beneficiário a ser o mais prejudicado nessa cadeia. Infelizmente, todas essas causas têm ocasionado essa doença que aparece através do sintoma maior, que é o reajuste ou um custeio maior dos seus planos.

(Soa a campainha.)

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Se nós não atuarmos nessas causas, nós não vamos conseguir resolver um problema seriíssimo que existe na cadeia econômica da saúde, que é evidentemente o que V. Exª coloca nesta audiência e o parabenizo por ter trazido esta discussão ao Senado: os reajustes e os e aumentos dos custeios dos planos de saúde.

Hoje, o foco é a operadora, porque nós estamos só observando o sintoma, a doença, mas as causas continuam sem tratamento. Nesse sentido, eu peço ao Senador que nós passemos a discutir também as causas, a fim de livrar o beneficiário de tanto peso e de tanta dificuldade para que tenha um plano de saúde como deveria ter, mais justo para ele.

Nós vamos discutir isso no sétimo seminário da Unidas, que vai ocorrer agora em maio, em que queremos chegar a encaminhamentos, propostas e sugestões para todos os setores da regulação, e, com certeza, vamos encaminhá-los para o Senador Paulo Paim.

Muito grato pela oportunidade, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Luís Carlos Saraiva, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), que, a meu ver, ficou na mesma linha de todos os outros convidados.

Minhas preocupações só aumentam com essa história de R$1 bilhão depositados no sistema financeiro. Com relação à Golden Cross, eu não gosto de citar nenhuma, mas, caso aumente, essa é uma operadora em que eu também tinha plano de saúde. Disseram-me: "Olha, até o final do ano, transfira suas filhas para outro plano". Eu fiz a migração, com uma parafernália enorme. Estou em outra agora, mas também já estive na Golden Cross. Não eu, meus filhos, que já são todos maiores. O meu é o do Senado, que é em convênio com outra companhia.

Vamos agora ao Dr. Antônio Carlos Abbatepaolo, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Planos de Saúde (Abramge).

Por favor, V. Sª tem o mesmo tempo concedido aos outros convidados.

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Muito obrigado pelo convite. Cumprimento também os membros da Mesa e, por conseguinte, a audiência que nos ouve agora.

Eu vou fazer uma apresentação citando alguns dados. Eventualmente, algumas das questões aqui levantadas podem ser abordadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me interrompê-lo. Quero apenas dizer que não tenho problema nenhum em convocar esses dois, que são titulares de revista, é isso? Eu não tenho problema nenhum de marcar outra audiência.

Desculpe, doutor, tomar parte do seu tempo.

Fica já acertado que vou convocá-lo para uma outra audiência.

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Imagina, Senador.

Como eu havia dito, eu pretendo fazer uma apresentação, e alguns pontos que foram levantados talvez possam ser abordados também sob o ponto de vista das operadoras que são filiadas à Abramge.

A Abramge é uma entidade que originalmente se chama Associação Brasileira de Medicina de Grupo. Recentemente adotamos o nome de Plano de Saúde por uma questão até de facilitação, para que o público entenda o que a Associação faz, porque existem muitas associações que têm o nome de Medicina e que não têm nada a ver com plano de saúde, como Medicina de Tráfego e outras que são realmente afetas ao setor de Medicina.

A Abramge, eu imagino, é a entidade mais antiga entre as entidades do segmento de saúde suplementar. Começou na região do ABC, quando as montadoras vieram para o Brasil e as matrizes pediam uma assistência médica que tivesse um padrão parecido com o que os funcionários, os trabalhadores daquelas companhias, especialmente as americanas, tinham. E as clínicas do ABC começaram a fazer esse atendimento até o momento em que se tornaram planos de saúde. Hoje, a Associação detém mais ou menos 200 associadas.

Eu gostaria de pontuar algo importante: grande parte das operadoras de saúde afiliadas à Abramge são de pequeno porte. Nós estamos capilarizados por todo o interior do Brasil. Temos também algumas empresas operadoras, claro, de grande porte, mas as pequenas fazem a base da Associação, e elas, naturalmente, têm um contato muito próximo com o seu beneficiário local. Muitas vezes, elas conseguem entender um pouco até a situação geográfica, a distribuição de doenças pelo vasto território nacional, elas muito diferentes.

Então, essas operadoras menores têm um contato maior, mais direto, e, muitas vezes, atendem rapidamente, até com uma eficiência muito boa.

Vou colocar alguns dados.

O panorama geral da saúde suplementar no Brasil está assim: hoje, temos, segundo dados da ANS, 49,7 milhões de beneficiários em planos médico-hospitalares; 22 milhões de beneficiários em planos odontológicos.

As despesas do setor fechado agora, para 2015, são de R$120 bilhões, e as consultas, em média – o que se faz no País –, são 5,3 consultas por pessoa por ano. Essas consultas geram quase 14 exames por ano, por beneficiário.

O que aconteceu em 2015? Vivemos um momento muito difícil na economia do nosso País, com menos 1,5 milhão de postos de trabalhos durante o ano. Isso naturalmente afetou os planos de saúde, que, na sua maioria, eram dados ou fornecidos, compartilhados, pelas empresas dos trabalhadores.

Então, foram 766 mil planos a menos em 2015, o que é bastante preocupante, até porque a nossa previsão para este ano não é muito diferente disso. Calculamos que o PIB vai comportar-se de maneira parecida e o nível de emprego também e imaginamos que vai haver mais expulsões do mercado de plano de saúde, especialmente aqueles oferecidos pelas empresas.

Entretanto, gostaria de pontuar um dado: ainda que tenha havido 1,5 milhão de demissões na economia no ano passado, de forma geral, o setor de saúde – aí não estou falando de plano de saúde –, a cadeia de saúde, contratou.

Isso mostra uma certa preocupação, que penso ser importante ressaltar. O setor de saúde, no País, ainda vai amadurecer muito, até por vários motivos, como o envelhecimento da população, enfim, como o modo de vida que as pessoas têm hoje, acarretando uma série de novas doenças.

Naturalmente, sabemos que isso ainda vai gerar muito emprego. A resiliência do setor, em termos de emprego, já foi mostrada no ano passado. Foi um setor que não demitiu. Gostaria de apenas pontuar esse aspecto.

Falar sobre custos em saúde é importante, porque esta audiência é marcada pela questão do índice de reajuste de preço, mas não podemos disso, sem falar de custos. Custos em saúde no Brasil, hoje, talvez seja a principal plataforma para discutirmos a questão da saúde em geral.

Lançamos recentemente na Abramge um "Custômetro" dos Planos de Saúde. Se os senhores puderem entrar no *site* da Abramge, ele está rodando o tempo todo. Naturalmente, essa previsão é feita com base em indicadores antecedentes, no tratamento estatístico dos dados que a própria Agência Nacional de Saúde Suplementar divulga, o qual vamos ajustando a cada trimestre, mas é basicamente isso.

Calculamos que esse número de 30 de março vai estar acima de 120 bilhões, relativo ao custo gasto com beneficiários. Esse número é gasto apenas com tratamentos. Isso é só o que é gasto com o paciente.

Desse valor, 45%, mais ou menos, se referem às internações; 30%, mais ou menos, às consultas e aos atendimentos; quase 20%, aos exames; quase 5%, às terapias.

Esse é apenas um mapa, para que possamos nos pautar e discutir essas questões inclusive levantadas recentemente. O Dr. Saraiva colocou isso claramente: a questão médico-hospitalar. Os custos médicos são altíssimos. São assuntos que vamos precisar discutir. Não há como fugir dessa discussão.

No caso das consultas, há um certo desperdício. Talvez tenhamos que rediscutir o modelo. Hoje, um beneficiário tem uma dor de cabeça e vai direto a um neurologista. Talvez, seja o caso de usar um pouco o parâmetro existente existe em vários países de porte de desenvolvimento alto, médio, e em alguns da América Latina, que têm o que se chama *gate keeper*, aquele clínico geral que redistribui o atendimento.

Ele pode resolver na hora. Quando as pessoas vão a especialistas, acabam rodando por vários, gerando uma série de custos extras.

No caso dos exames, também temos várias questões para serem discutidas, inclusive aquela relativa à própria formação médica. Hoje, os médicos se apoiam muito nos exames; os de antigamente tinham muito menos tecnologia e também diagnosticavam de uma maneira muito mais direta, pela consulta mesmo, apalpando o doente e conversando com a pessoa.

Hoje, mais ou menos, há uma estatística de que cerca de 20% dos exames não são nem retirados, gerando uma série de desperdícios.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Ainda insistindo na questão dos custos médico-hospitalares, isso não é um privilégio brasileiro. Os custos da saúde, no mundo inteiro, são altíssimos. Esses números que estou trazendo de países, na sua maioria, com alto grau de desenvolvimento, como a Irlanda, o Chile, o Canadá, o Reino Unido e os Estados Unidos, são o que representa o custo da saúde, a inflação da saúde, acima da inflação média dos países.

Ou seja, vamos pegar o Canadá. Se o Canadá tem uma inflação geral de, digamos, 2% por ano, ele tem uma inflação médica de 2 mais 12.2%.

Então, é importante sintonizar que esta não é uma questão brasileira e não é simples. Problemas complexos não são resolvidos facilmente. O problema da saúde no País e no mundo não é simples. Vamos ter de nos debruçar sobre eles por muito tempo, com as melhores inteligências que tivermos, para tentar resolver o problema – ou pelo menos minorar – da saúde no País.

Aqui, trouxe apenas uma questão que mostra o resultado das receitas e despesas em planos de saúde. Contrariamente ao que foi colocado aqui – até me refiro ao Leandro, desculpe-me –, o lucro do setor não é de 100 bilhões; muito pelo contrário. O faturamento do setor deve estar em torno de 140 bilhões. O lucro do setor apurado nos últimos anos está abaixo de 1%.

O resultado que temos em 2014 é de 0,2%. Estou falando da nossa associação, do nosso segmento, de medicina de grupo. Esse percentual caracteriza uma deseconomia. Sei que estamos falando aqui de um setor sensível socialmente. Sabemos que tudo precisa ter uma avaliação mais geral e que é diferente tratarmos da saúde do que, por exemplo, de produtos de consumo, mas as empresas precisam de lucro, até porque, se elas não têm lucro, a ANS tem um instrumento de direção fiscal, vindo a intervir nas empresas e fechá-las, o que vai deixar também uma parcela da população desassistida.

Só para recapitular também, queria afirmar que a Abramge – assim como vários segmentos, enfim, o setor de saúde suplementar como um todo – entende que o SUS precisa melhorar bastante e ter um aporte de investimentos. Muito pelo contrário, somos saúde suplementar. Entendemos que o SUS precisa ter um orçamento maior, que é subfinanciado sim, inclusive até apoiamos as iniciativas das duas Casas aqui, como o Saúde +10.

Enfim, temos um papel de fortalecer o sistema geral, o sistema nacional de saúde, somos uma parte desse sistema, uma parte menor, que atinge 25% dessa população. Apoiamos fortemente a melhoria dos aportes e das inversões no Sistema Único de Saúde.

Quanto à questão do índice de reajuste de que estamos falando aqui, apenas para ser um pouco didático – acho que os senhores conhecem esse cálculo –, o índice de reajuste nos planos individuais é uma média do reajuste dos planos de saúde coletivos, que é avaliado pela Agência Nacional de Saúde e ela faz um corte

no que chamaríamos de excepcionalidades, o que sai da curva normal – para quem conhece um pouco de estatística –, é o que sai um pouco fora da média dos reajustes.

Então, há um corte. Naturalmente, a Agência é muito zelosa em relação a isso – e não só a Agência, ela passa isso para o Ministério da Fazenda –, há uma preocupação, um estudo, não é nada feito sem uma avaliação profunda. Mas, de fato, acaba, tirando do reajuste uma parte do custo que impacta, sim, as carteiras de planos individuais.

No caso dos planos com menos de 30 beneficiários, é uma média também do reajuste desses planos coletivos, os de menos de 30 são uma média dos planos acima de 30. No entanto, quando uma operadora dá um reajuste para um grupo, ela não pode mudar, então a operadora dá aquele reajuste único e a outra operadora poderá dar um outro reajuste que envolve toda sua carteira de planos de menos de 30 vidas.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Tentarei ser mais rápido.

Nesse gráfico – acho que o Saraiva mostrou –, só coloquei um dado a mais, que é o seguinte: a curva de cima é a inflação médica no Brasil, a azul. Nós temos hoje 17,1%. De fato, são dados de 2015, provavelmente, em 2015, seja até mais. O dado de baixo é o IPCA e o dado do meio é o que a Agência Nacional de Saúde tem autorizado como reajuste de planos individuais. Então, é o que eu mostrei apenas. Isso representaria defasagem entre o que a Agência tem autorizado e a inflação médica que é apurada no mercado, por mais de um instituto, inclusive. Há um outro Instituto, o AON. Este aqui é o CMH, feito pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar. O AON, que é uma empresa privada, uma consultoria privada, tem um dado até acima para 2015.

Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para entender... Claro que serei tolerante com o tempo, porque eu o estou interrompendo. Aqueles 17,1% são inflação? Para quem está assistindo...

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – É a inflação médica, o que é apurado por um instituto independente envolvendo todos os custos médico-hospitalares daquele ano. É o que coloquei, Senador. Infelizmente o curso médico-hospitalar está muito acima da inflação geral. A inflação geral é uma cesta de produtos e serviços, uma média geral ponderada e reflete, claro, um valor abaixo, porque há coisas que sobem mais e coisas que sobem menos. No caso da saúde, infelizmente, sobem mais, os itens sobem mais do que a média, por isso que temos esse índice alto. Infelizmente, não é privilégio brasileiro, essa é uma situação mundial. Isso daria uma outra discussão. Mas nós temos vários motivos onde nos debruçarmos: por que sobem tanto? São questões socioeconômicas, questões, tecnológicas, de desperdício de gestão também.

Aqui é só para colocar em relação ao *ticket* médio dos planos de saúde hoje.

Em 2008, o *ticket* médio estava acima do que seria o equilíbrio. A partir de 2009, houve uma quebra, uma diferença nisso. Então, hoje o *ticke*t médio deveria ser acima do que era em 2009... Essa área hachurada, essa área vazada é a diferença entre o que deveria ser o *ticket* médio brasileiro de planos de saúde e o que é. Hoje, o *ticket* médio, ou seja, o que na média um beneficiário paga para um plano de saúde é R$231,00, deveria estar em R$295,00. Isso é segundo os nossos cálculos. Não estou falando aqui da viabilidade, da capacidade de pagamento do beneficiário, nesse caso, ou das empresas que contratam os planos. Mas existe essa diferença, esse *gap*. Isso impacta, naturalmente, no quadro econômico-financeiro das operadoras de saúde.

Questões e desperdício. Isso aqui é o estudo americano. Eu acho que, Senador, é uma outra discussão para voltarmos num outro momento. Entre 20% e 30% dos gastos em saúde no mundo são considerados desperdício.

Esse estudo feito por uma instituição de bastante prestígio e por pesquisadores de prestígio mostra o seguinte: os principais motivos de desperdício na saúde são fraudes e abusos – a gente pode dizer aqui, inclusive, um caso recente que foi objeto de CPI no Senado, que foram as próteses, a máfia das próteses, mas não é só isso, há outras fraudes, este é um setor muito vulnerável a fraudes –; tratamento excessivo, como eu tinha colocado aqui, que, talvez, tenha de ser racionalizado – talvez, a gente tenha de repensar um pouco o sistema de atendimento –; e a burocracia administrativa também. Essa é também uma lição de casa para todo mundo.

No caso das despesas, dessa questão da burocracia, as operadoras têm feito o que é possível. Essa é a diminuição do custo administrativo das operadoras ao longo dos últimos oito anos. Então, houve uma diminuição. Elas estão tentando enxugar custos, porque estão num momento bastante delicado. Eu diria – isto vem sendo falado em outros fóruns – que o sistema de saúde suplementar está sob uma pressão enorme, com risco de sustentabilidade e de continuidade até de atuação no mercado. Essa é uma realidade. A gente tem de encarar isso.

Eu queria falar uma coisa sobre o *ranking* também, que sempre foi citado aqui. Quanto ao *ranking* dos planos de saúde, muitas vezes, a gente vê instituições de defesa do consumidor que são privadas e que nos colocam em primeiro lugar, como os mais reclamados. Eu contesto bastante esse número, até porque são dados feitos com seus próprios associados. Não é uma pesquisa que tenha amostra estratificada, não é nada dis-

so. Então, gostamos de falar aqui do dado do Sindec, que é do Ministério da Justiça. O que é o Sindec? É uma consolidação dos dados que são ofertados pelos PROCONs estaduais. O meu colega do Ministério da Justiça pode me corrigir, se for o caso. Mas estamos, pelo Sindec, no décimo sétimo lugar. Acho que esses dados são de 2013. Em 2014, subiu um pouquinho o número de reclamações, mas estamos no décimo oitavo lugar, porque os outros subiram mais.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Enfim, uma reclamação, um problema é problema para nós. Não entendam isso como se houvesse uma desconexão entre as operadoras e o seu público, de forma nenhuma. É um problema para nós, até porque as multas são altas. Há uma falta de razoabilidade nas multas, e a gente tem de combater isso, tentando evitar o mau atendimento. Mas eu gostaria só de colocar que são 1,2 bilhão de atendimentos por ano. Então, isso gera 25 mil, 26 mil ou 27 mil queixas, o que nos coloca ainda num patamar que não é bom, mas que também não é o primeiro.

Temos pesquisas. A gente sabe que o setor tem uma exposição muito grande na mídia. É natural que as pessoas reclamem, porque o setor é muito sensível socialmente. A gente entende isso. A gente sabe que a situação do paciente é uma situação limite. Não é a mesma coisa de se comprar uma televisão; neste caso, ele reclama, mas pode suportar por um tempo a falta de atendimento. A gente sabe disso e tenta melhorar bastante essa relação com o consumidor. Aí nem é mais consumidor, pois essa é uma questão humanitária.

Porém, o índice de satisfação é alto. Infelizmente, as pessoas que são bem atendidas não declaram isso, o que é natural. Quem reclama, quem declara é quem teve um problema. Então, o índice de satisfação ainda é alto. Essa é uma pesquisa do Ibope do ano passado, pela qual 75% estão satisfeitos. Pelo IBGE – esta pesquisa é um pouco mais antiga; essas duas pesquisas são um pouco mais antigas, são de dois ou três anos atrás –, 72% acham bom e ótimo, e o mesmo acham 66%, pelo Datafolha e pela Associação Paulista de Medicina, que fez também uma pesquisa recente. É isso. Ainda recomendariam planos de saúde 79% dos pesquisados.

Eu só queria rebater um pouco alguns números e colocar que o setor está à disposição para melhorar. Sabemos que temos de melhorar, sabemos que há problemas. Temos de construir isso juntos. Não estamos aqui como opositores de verdades. Quando as verdades emergem, a gente as encara e quer melhorar. Todos nós somos consumidores também. Todos aqui têm filhos. Também tenho filhos, também pago planos de saúde e vejo os problemas. A gente tenta melhorar a situação de cada um, tentando contribuir.

Outra questão que foi falada aqui é que a ANS tem um setor de reclamações que pode mitigar muitas questões; às vezes, são dúvidas. Tenho a certeza de que, dessas 90 mil de que foram faladas, uma parte é apenas de dúvidas. Reclamações, de fato, compreendem um número bem menor do que esse.

A ANS tem esse setor que pode ajudar claramente a resolver o problema do consumidor, sem chegar a uma situação crítica limite para o consumidor.

É isso. Eu me coloco à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Antonio Carlos Abbatepaolo, que coloca o seu ponto de vista, mas não deixa de reconhecer que os problemas são os mesmos denunciados até o momento, problemas do sistema, não estou falando individualmente sobre esse ou aquele plano. É claro que concordo que o maior número de pessoas que reclamam é daqueles que não foram bem atendidos, e é o que chega a esta Comissão. Aqui na Comissão, proporcionalmente, eu lhe digo que o que mais chega é de plano de saúde. Estou sendo franco e honesto. Inclusive no meu gabinete, as reclamações que mais chegam são sobre planos de saúde. Mas você mostra estatísticas de que não é o fim do mundo, pelo menos dá para refletirmos juntos. É claro que os que reclamam são aqueles que não foram bem atendidos.

Aécio Flávio de Araújo, Diretor de Seguridade Social da Cobap; depois, Rafael Pedreira Vinhas. Aí a gente abre para as perguntas do Plenário. Depois, toda a Mesa vai poder fazer suas considerações finais, concordando ou não com a posição de cada um.

O SR. AÉCIO FLÁVIO SALDANHA DE ARAÚJO – Obrigado, Sr. Senador Paulo Paim, pela oportunidade, pelo convite. Eu queria agradecer e, em seu nome, cumprimentar toda a Mesa e toda a plateia que está aqui para fazermos este debate.

Eu pediria permissão para fazer uma breve apresentação. Eu sou do interior do Paraná, da cidade de Francisco Beltrão. Fui Presidente da Associação dos Aposentados do Paraná. Há seis meses eu me desliguei para concorrer ao mandato na Cobap, juntamente com o companheiro Varlei, e agora estamos aqui tentando aprender um pouco mais em âmbito nacional, já que estávamos balizado em um aprendizado restrito ao interior. Eu posso dizer que estou muito satisfeito com o que a gente está vendo e aprendendo por aqui. Então, muito obrigado pela oportunidade.

Hoje estou aqui representando o nosso Presidente Varlei, que se encontra em viagem ao Nordeste do Brasil e, infelizmente, não pôde estar presente nesta audiência, mas espero poder representá-lo, vamos dizer assim, com bastante galhardia aqui. Muito obrigado.

Quanto ao posicionamento da Cobap, quero dizer que somos defensores da Previdência pública e, muito mais, da saúde pública também, já que representamos uma categoria em que de 75% a 80% dos nossos aposentados recebem um salário mínimo. Então, muitos não têm condição de pagar um plano de saúde. Infelizmente, com a política salarial vigente hoje, todos os anos, cerca de 350 a 400 mil aposentados que ganham acima de um salário migram para o salário mínimo. Fica cada vez mais difícil a nossa categoria poder usufruir de um plano de saúde ou de um atendimento um pouco melhor.

Hoje temos cerca de 1,5 milhão de desempregados no Brasil. Só no ano de 2015, em torno de 780 mil eram portadores de plano de saúde empresarial, mas, com as demissões, em torno de 60% desse pessoal perderam esse direito, porque o plano de saúde era da empresa. Muitos ainda continuam pagando com os valores recebidos das indenizações, muitas famílias conseguem fazer isso, mas esse dinheiro vai acabar, porque o desemprego é muito grande e a perspectiva é de que não seja estancado logo. Então, o dinheiro vai acabar. E a saúde, infelizmente, todo mundo nota, está a olhos vistos que a saúde no Brasil é caótica. Hoje a gente não pode mais dizer que vai se deslocar para um posto de saúde e ser atendido. Infelizmente, a questão dos médicos, a responsabilidade, no geral, o pessoal diz que vai trabalhar, chega lá, bate o cartão e tira o time. Então, infelizmente, a nossa saúde hoje, a nossa realidade é essa.

E as coisas estão ficando cada vez mais complicadas, já que a gente teve, agora, no dia 1º de abril, um reajuste dos medicamentos.

A exemplo de nós, aposentados, que recebemos algo como 11,40% de aumento, os medicamentos subiram 12,47% em média. Então, só aí nós estamos perdendo um pouco mais de 1%, Senador. Devido às perdas contra a inflação, está ficando complicados em termos de trabalhadores e de aposentados, para podermos nos manter com uma saúde estável.

Como sou novo por aqui, fico observando os comentários quanto à questão do idoso, porque infelizmente o idoso está "pagando o pato". Podemos ver isso, porque nós já pagamos a nossa parte, certo? Agora, ficam dizendo, por exemplo, que hoje tem de haver três ou quatro trabalhadores da ativa para sustentar um aposentado. Isso é uma inverdade muito grande, porque a nossa parte nós já pagamos. Agora, se foram mal geridos os recursos, o problema não é nosso. Então, não podemos aceitar essas críticas, que dizem que o aposentado é um estorvo, que o aposentado é não sei o quê, que o idoso é isso ou aquilo.

Pelo que estamos notando, infelizmente, estamos sofrendo na pele, por isso a gente acredita nisso. Nós, os idosos, estamos sendo um estorvo. Estão querendo livrar-se do idoso; e nós, como representantes de uma categoria, temos de lutar por essa classe, certo?

Então, em nosso entendimento, o caos já existe na saúde, está aí a olhos vistos. Infelizmente, tende a se agravar ainda mais.

Levando em conta a crise que atravessamos nos dias de hoje, pelos motivos que são do conhecimento de todos, infelizmente, não há perspectiva de uma melhora na área da saúde. Nosso posicionamento é totalmente contrário a esses aumentos que consideramos abusivos. Nós da Cobap, temos um interesse muito grande pela defesa da Previdência pública e estamos, com os nossos técnicos, em busca de condições para a melhoria e amparo principalmente para o aposentado e para o idoso.

Para tal finalidade, temos um esboço de plano de saúde compartilhado, que envolveria não só o Governo, ou seja, o Ministério da Saúde, por meio do SUS, mas também a sociedade civil. Também nós achamos que o compromisso não é totalmente do Governo. Temos de fazer a nossa parte, certo?

Em breve, deveremos ter esses estudos e, então, o levaremos ao conhecimento geral dos órgãos competentes.

Nós somos defensores, com muita garra, do Saúde +10, esse projeto de lei de iniciativa popular, com suas assinaturas, foi apresentado em agosto de 2013. Ele foi entregue pelo Secretário-Geral da CNBB ao Presidente da Câmara, à época, Henrique Eduardo Alves, e foi prometido por ele que se daria a sequência normal no processo. Mas, infelizmente, parece que o projeto permanece engavetado e nós procuraremos fazer alguma pressão de alguma maneira. Não sei de que maneira, mas vamos procurar, dentro do nosso alcance e da nossa insignificância, correr atrás e apresentar sugestões, já que nos consideramos os mais prejudicados na área da saúde aqui no Brasil.

Somos defensores, com muita garra também, desses planos, vamos dizer, mais baratos, mais populares, porque nós, que temos condições... Eu, por exemplo, me aposentei como funcionário da Eletrosul. Então, era economia mista, e nós temos uma fundação, só que temos uma participação no uso do nosso plano. Então, ficamos nessa expectativa de poder complementar essa participação. Infelizmente, como todo mundo alega

– e é uma realidade –, as próprias gestoras dos planos de saúde alegam isso, o idoso usa mais, mas também nós já pagamos bem mais por um período em que nunca usamos os planos.

Então, Senador Paim, estou aqui falando alguma coisa. O nosso colega, Dr. Diego, já expôs algumas coisas com as quais a gente concorda. E como é a minha primeira vez aqui, eu gostaria de encerrar um pouco antes, dizendo que era isso o que eu gostaria de falar e aqui pedir nesse momento, que haja sempre a união, para que possamos conseguir algo, sempre pensando nos trabalhadores e aposentados.

O meu agradecimento a todos e obrigado ao Senador pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi Aécio Flávio de Araújo, Diretor de Seguridade Social da Cobap, que mostra que... Qual é o número dos que ganham salário mínimo? Oitenta e poucos por cento, não é?

O SR. AÉCIO FLÁVIO SALDANHA DE ARAÚJO – Setenta e cinco por cento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em torno de 80% ganham somente um salário mínimo.

Estamos falando, consequentemente, de pessoas com mais de 60 anos.

O SR. AÉCIO FLÁVIO SALDANHA DE ARAÚJO – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se uma pessoa com mais de 60 anos fosse hoje – só para abalizar para quem está nos ouvindo – pedir um plano de saúde, qual seria a prestação? Não tenho plano de saúde, tenho mais de 60 anos, não estou contente com o SUS. Quanto é a prestação, em média?

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Não tenho esses dados, Senador, mas há um cálculo que envolve inclusive a condição de saúde dessa faixa etária, que tem um uso muito mais constante. Naturalmente, é acima dessa média que nós colocamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dos R$232...

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – É acima disso, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero achar um de R$232 para mim...

Mas eu entendi. Ali é o plano coletivo, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas um plano de uma pessoa com mais de 60 anos deve estar custando mais do que um salário mínimo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acima de um salário mínimo.

O Moacir da Cobap também pode complementar...

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Até para ajudar: em 2014, eu tive um problema na vesícula e tive que operar. Eu fui recorrer a um plano de saúde. Foi R$1.200 para mim. Em 2014, com 69 anos. E qual é o aposentado que vai pagar isso aí?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um salário mínimo e meio.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para nós vermos em que situação estamos trabalhando, bem realista, só para se ter uma ideia. Eu sei, porque eu pago para uma pessoa com mais de 60 e sei quanto é que eu pago. Se aumentar em 150%, eu estou morto. Nem o meu salário de Senador vai dar...

Mas vamos lá: Rafael Pedreira Vinhas. Dr. Rafael é Gerente Geral de Regulamentação da Estrutura dos Produtos da ANS.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS – Muito bom dia, Senador, bom dia a todos da Mesa, a todos os presentes e a todos os que nos acompanham.

Inicialmente, agradeço a oportunidade de aqui estar, agradeço o convite. É sempre importante ter a oportunidade de dialogar sobre o assunto, e o setor da saúde, como já foi bem exposto aqui na Mesa, é um setor que envolve nosso bem mais precioso, que é a nossa vida. Então, a regulação é desafiante.

A regulação que fazemos lá na Agência, com todos os entes que fazem parte do mercado – as operadoras, os consumidores, os prestadores –, é um desafio diário. A Agência, como já foi bem dito aqui, foi criada em 2000, e trabalha com um mercado que já havia sido criado muito tempo atrás. Então a Agência, primeiramente com a Lei nº 9.656 e depois com a 9.961, teve a oportunidade de trazer para a sua regulação esse mercado que, durante vários anos, não teve uma regulação efetiva, de maneira que muitas vezes o consumidor entrava no hospital e não tinha a certeza de que ele iria ter o atendimento, porque muitos dos planos encontrados, até anteriores, previam cláusulas de tempo máximo de permanência no hospital.

A Lei nº 9.656 foi um grande avanço para a sociedade brasileira e, para fazer a regulação dessa lei, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar, composta – como já bem dito aqui também – por servidores

de carreira, concursados, que acompanham o desafio diário, com muito diálogo, ouvindo as críticas, tentando avançar nessa regulação. Nós já tivemos diversos avanços nos últimos tempos.

A regulamentação do setor é uma regulamentação bastante complexa, exige muita simetria, e esse é um dado extremamente relevante, para nós cada vez mais trabalharmos na informação ao consumidor e na informação a todas as pessoas que fazem parte desse mercado. E a Agência vem avançando, nos últimos tempos, nesse sentido.

Num primeiro momento, eu trouxe uma apresentação. Como o escopo inicial seriam os reajustes de planos de saúde, vou trazer um panorama breve aqui. Já de antemão, coloco-me à disposição, para tirar eventuais dúvidas de outros assuntos que foram abordados aqui. E fico à disposição para quaisquer esclarecimentos, seja aqui ou até posteriormente.

Bem, a apresentação, eu trouxe uma breve apresentação. Acredito que a maioria dos dados, a maioria das informações já foram abordadas por esta Mesa. É sempre importante a gente esclarecer como se dá o reajuste nos planos de saúde e, para isso, primeiramente, trouxe os tipos de reajustes e depois quero abordar, especificamente, o reajuste por faixa etária, o anual e a questão da formação de preço. E isso é um dado bastante relevante e a agência tem incentivado, nos últimos tempos, essa informação, pois a formação de preço é um dado formado por atuários, por profissionais, que avaliam qual vai ser a perspectiva que o beneficiário, o consumidor, vai ter que pagar ao longo do tempo para que ele receba toda a cobertura que está prevista na lei e na regulamentação do setor.

Hoje em dia na regulamentação setorial, até com base na nossa Lei nº 9.656, nós temos dois tipos de reajuste legais, que é o reajuste por variação de faixa etária, em que a previsão legal está lá, no art. 15 da Lei nº 9.656, previsto toda vez que o beneficiário atinge, alcança, uma das faixas etárias que estão previstas no contrato. E o contrato de plano de saúde tem que prever não só as faixas etárias, mas o percentual de variação. No próximo eslaide a gente vai demonstrar a regulamentação específica do assunto.

As regras são diferenciadas em relação à faixa etária com relação à data da contratação do plano. Como eu já tive oportunidade de falar, nós temos planos firmados antes da lei e, além disso, dos planos que foram firmados após a lei, mas antes do advento do Estatuto do Idoso, que foi uma regulamentação bastante importante para a massa de idosos e que, como já foi abordado aqui, não permitiu mais o reajuste para pessoas acima de 60 anos. E a agência, coadunando com essa legislação federal, adaptou as faixas etárias para que haja o estrito cumprimento dessa legislação.

E o reajuste financeiro anual, que é o reajuste com variação dos custos médico-hospitalares, já foi abordado aqui. E é sempre importante ressaltar que os custos médico-hospitalares – embora de forma quase que diária seja feita essa comparação com os índices de inflação, com o IPCA, com o IGPM ou quaisquer outros índices – seguem uma lógica diferenciada, é um índice de valor que leva em consideração diversos insumos nesse cálculo. Então, algumas vertentes que são levadas em consideração para o cálculo da inflação não são aplicáveis no índice de valor. E a inflação médica segue a lógica de uma série de influências de outros valores, que são geralmente utilizados para o cálculo de índices de inflação que muitas vezes são levados em consideração para esse cálculo.

A agência – e é sempre importante ressaltar, pois nós temos informações diferentes em relação à data e ao tipo de contratação – autoriza anualmente um índice máximo de reajustes de planos individuais ao ponto que, nos planos coletivos, à exceção os contratos abaixo de 30 vidas, ela monitora. Isso é sempre importante ressaltar, que esses contratos de planos coletivos, sejam abaixo de 30 vidas ou acima de 30 vidas, são monitorados pela agência, as operadoras são obrigadas a mandar esses índices para a ANS e, muitas vezes, quando não é verificado o envio ou o envio é incorreto, são abertos processos para averiguação por parte da agência. Então, a agência verifica, sim, os índices de contratos coletivos que são encaminhados pelas operadoras para a agência.

Em relação ao reajuste de faixa etária, é sempre importante ressaltar que o reajuste, como ele foi criado, lá pelo legislador na Lei nº 9.656, visa garantir o pacto intergeracional.

No mercado de saúde suplementar, é importante ressaltar, vigora o mutualismo. Então, via de regra, como todos sabem, acho que é senso comum, a tendência é que a pessoa envelheça, todos nós vamos chegar lá, e ela tenha um gasto maior com saúde, não necessariamente acontece, mas via de regra é assim. Então, a contraprestação dos mais jovens é utilizada para ter este gasto. Esse mutualismo é como funciona o mercado de saúde suplementar para que a conta feche, para que seja entregue ao consumidor o que ele contratou.

Então, é importante que haja essa variação com base na faixa etária, nós tivemos duas regulamentações sobre o assunto. Uma regulamentação inicial, que foi com base em uma Resolução do Consu, que foi editada, inclusive, antes do advento da agência. Há um dado relevante – desde a regulação inicial sempre houve previsão –, que não pode haver uma variação acima de seis vezes entre a primeira faixa etária e a última.

A regulamentação que veio após o Estatuto do Idoso, manteve essa lógica. Embora, tenha aumentado o número de faixas etárias, trouxe uma medida protetiva para evitar que os reajustes se concentrem nas últimas faixas etárias, e que a variação da primeira à sétima faixa não pode ser superior à da sétima à décima, que são, obviamente, as faixas mais próximas da última, que é de 59 anos. Para evitar que haja uma concentração nas últimas faixas etárias do reajuste por faixa etária, que é uma lógica prevista na lei.

É sempre importante ressaltar que ainda temos, no nosso mercado, vários planos não regulamentados, que são aqueles firmados antes da nossa lei. E com base na decisão até do próprio Supremo Tribunal Federal, as regras que vigoram são aquelas que estão dispostas no contrato.

Em relação ao reajuste anual, que acontece uma vez por ano, esse é um dado relevante, porque em 2011, através de uma regulamentação, a ANS trouxe regras para planos coletivos sobre reajustes, que não existiam por conta da RN nº 195. Ela exigiu que os reajustes anuais por variações de custo só ocorressem uma vez ao ano, inclusive, seguindo a lógica da Lei do Plano Real, que é uma lei que já existia antes dessa regulamentação da agência. E além disso trouxe outras regras impedindo que o valor da contraprestação da mensalidade paga pelo consumidor seja diferente da que está no plano em que deseja ingressar.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS – Tudo no sentido de que os reajustes ficassem mais claros.

Essa norma também trouxe uma regulamentação em relação à rescisão dos contratos coletivos, de que os contratos têm que ter uma vigência mínima de 12 meses e só podem ser rescindidos com 60 dias de antecedência. Embora, como já foi abordado nesta Mesa também, as regras sejam diferentes dos planos individuais, que estão previstos na Lei nº 9.656, que só permite a rescisão dos contratos individuais por fraude ou inadimplência, desde que o consumidor seja notificado.

Em relação ao reajuste por variação de custos anuais, a gente também tem duas situações diferenciadas em relação aos planos não regulamentados, que a Agência chama esses planos firmados antes da Lei nº 9.656, e os regulamentados. Nos planos coletivos, o reajuste é firmado entre as partes e obedece à cláusula que está no contrato. Em relação aos individuais, é a mesma lógica, dando integral cumprimento à decisão do Supremo.

É importante ressaltar que quando o índice não é claro, isso a agência determinou com base em uma súmula, é aplicado o índice máximo para contratos individuais, divulgados anualmente pela agência. Além disso, a agência, em 2004, chamou algumas operadoras, as principais operadoras, estão todos os termos de compromisso no nosso *site*, com base na transparência, para assinar termos de compromisso e anualmente ela verifica a variação dos custos médico-hospitalares desses planos antigos e é aplicado um índice por modalidade de operadora, seja ela seguradora ou medicina de grupo.

Sobre os contratos regulamentados, ou seja, aqueles após a Lei nº 9.656, a ANS autoriza o índice máximo, as operadoras têm que pedir autorização da ANS para aplicar esse índice, que é sempre aplicado na data de aniversário do contrato.

Quanto aos planos coletivos, em que muitos reajustes são reclamados, inclusive, sobre os índices que são colocados, é sempre importante ressaltar o seguinte: a negociação dos contratos coletivos, é uma negociação que tem que ser feita entre a operadora e a pessoa jurídica contratante. A ANS, sensível de que os contratos com menos de 30 vidas, muitas vezes, por estarem sujeitos à carência, a pessoa jurídica contratante não poderia fazer essa negociação junto à operadora, estipulou que anualmente a operadora é obrigada a juntar todos esses contratos, no que a gente chama de *pool* de risco, que é uma reunião de todos esses contratos e é aplicado um índice único para todos esses contratos abaixo de 30 vidas.

E a operadora é obrigada a divulgar no *site* dela, no portal corporativo, esse índice que é aplicado anualmente. No Portal Corporativo da Agência a gente também divulga esse índice por operadora, que é uma medida de transparência e de informação para o consumidor, para o contratante, que pode verificar quais são as variações, com base nas operadoras que estão todas no mercado.

Em relação ao plano coletivo, essa preocupação da transparência, da simetria de informações, a agência também tem. Tanto é assim que, há pouco tempo, foi publicado um normativo, ainda não está em vigor, vai entrar em vigor a partir de 1º de agosto deste ano, mas ele exige que todas as operadoras divulguem, na área de acesso, no *site*, como já foi bem colocado pelo meu colega, do Ministério da Justiça, quais foram os dados atuariais, quais foram os cálculos que levaram àquele índice de reajuste. Se foi de 5%, 50%, enfim, como se chegou àquele índice? Justamente para que as partes estejam cientes de como se chegou àquele cálculo e possam negociar. Esse é um dado sempre relevante para que as partes possam chegar a um consenso sobre o índice de reajuste, para que não haja um impacto muito grande no valor do plano de saúde que vai impactar, obviamente, o beneficiário. Essas medidas de informação que a ANS tem adotado e a assimetria de informações, não somente em relação ao reajuste, mas também a outros índices, têm sido uma preocupação da agên-

cia. Há pouco tempo, no final do ano passado, a agência divulgou uma cartilha, qualquer cidadão pode ter acesso a ela no nosso *site,* sobre o que o beneficiário, o que o consumidor tem de saber na hora de contratar um plano de saúde. A gente teve a preocupação de ter uma linguagem bem acessível para que o consumidor, quando vá procurar, quando ele deseje contratar um plano de saúde, ele saiba todas as informações que são importantes na hora de contratar. Essas medidas de diminuição de assimetria de informação são importantes para que a gente possa entender melhor como funciona o mercado, possa entender como é a entrega para o consumidor pelas operadoras.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS – Para finalizar a apresentação, fiz questão de trazer essa informação que acredito ser bastante relevante, porque a agência criou a nota técnica há bastante tempo, salvo engano em 2001, de que é um mecanismo que todas as operadoras têm de enviar para a agência essa nota feita por profissionais habilitados para o assunto, que são os atuários, de como vai ser a formação de preços daquele plano de saúde. Então, até bem pouco tempo, não era obrigatório para todos os contratos, mas agora é obrigatório, à exceção dos planos exclusivamente odontológicos e com formação de preços pós-estabelecido. São aqueles planos em que é averiguado quanto o beneficiário vai cobrar após. É diferente do pré-pagamento, em que você paga inicialmente para usufruir do plano. No pós-pagamento, você paga *a posteriori*, posteriormente à utilização.

Essa informação extremamente relevante, esses dados a ANS leva em consideração inclusive para uma divulgação anual que faz em relação à média dos preços dos planos de saúde em cada Região, em cada Estado do país. Esses dados são levados em consideração para a formação de preços. A operadora, quando envia esse documento, é obrigada a cumprir todo aquele valor que ela estipulou para aquele plano de saúde. Obviamente que há uma banda de variação, dadas as peculiaridades locais, mas justamente para justificar o porquê daquele valor pago pelo plano de saúde, até porque muitas vezes a precificação inicial é o primeiro dado, é o dado mais relevante para que o reajuste não alcance um valor muito superior, posteriormente ao plano.

Além das informações do reajuste, eu acho importante trazer alguns dados enquanto o tempo me permite, Excelência, em relação ao número de reclamações. A ANS, nos últimos anos, notabilizou-se por ser um dos principais canais de reclamação de beneficiários. A preocupação das reclamações assistenciais dos beneficiados é tão importante que, desde a criação dos tempos máximos de atendimento, em 2011, que foi uma norma bastante relevante para os consumidores, porque deu a eles a ideia dos tempos que eles têm de atendimento nos planos de saúde, ela criou um monitoramento da garantia de atendimento. Acredito que todos os que estão nos acompanhando já tenham tido oportunidade de ver o ciclo trimestral que a agência faz de suspensão de planos. Essa suspensão não é uma medida punitiva, é uma medida cautelar da agência para evitar que aqueles produtos que apresentam indícios de falhas de atendimento possam continuar comercializando. Então, essas informações assistenciais que chegam à agência são analisadas por seus técnicos.

Nós temos a satisfação também de dizer que em alguns círculos, nós conseguimos uma mediação, que eu acredito que é a medida mais importante na saúde suplementar, até porque nós estamos tratando do bem "vida", e quanto mais bem-sucedida for a mediação, melhor é para o consumidor. Em alguns casos nós chegamos a uma mediação de mais de 88%. Então é importante isso, que o consumidor, quando tem alguma dúvida, quando tem alguma reclamação, procure a agência. Nós estamos à disposição, não só para o consumidor, mas para qualquer cidadão em busca de informações.

A regulamentação do setor cada vez mais tem sido focada no sentido de dar conhecimento, de ser mais simples, de tentar passar para o consumidor efetivamente o que ele tem direito a receber. E nós daqui da ANS estamos à disposição para eventuais dúvidas, eventuais contribuições, sempre no sentido de que a gente trata e a gente tem que entregar o nosso bem mais precioso, que é a vida. Então, nesse sentido a agência se coloca à disposição para qualquer contribuição.

E mais uma vez, Senador, agradeço a oportunidade de aqui estar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rafael Pedreira Vinhas, Gerente-Geral de Regulação da Estrutura de Produtos da ANS.

É claro que as nossas preocupações só aumentam a cada dia que passa, a cada minuto que passa, porque... Outro dia, a um empresário que é amigo meu eu disse: "Mas por que tu tens tanta ação na Justiça?" Amigo, conhecido, não é? Ele: "Ah, porque eu sei que de cada cem, só dez reclamam." Há muita gente que não sabe nem como reclamar. Ele só resolve desistir do plano de saúde dele e como fazer para chegar lá. Agora, a preocupação é enorme.

Eu vou passar aqui agora para o Plenário e depois vou também dar os encaminhamentos finais, o que eu acho que tem que ser feito.

Eu acho que a situação de fato é grave, é gravíssima. Ou nós fazemos um grupo de trabalho que realmente aponte caminhos, mediante todas as sugestões aqui dadas... Porque eu confesso que não fiquei convencido. Eu saio daqui mais preocupado ainda, com todas as falas, respeitando a opinião de cada um, em relação aos planos de saúde.

E claro, me preocupo também com o SUS, sem sombra de dúvida, não é? Nada... Por exemplo, como é que alguém me explica um aumento de um plano de saúde em 150% por ano? Não há explicação. Para quem paga não há explicação. Pode ser que quem aumente 150, 140, 120, 100, 80, ou 50, 40 em um plano individual, de 8 para 16, que seja, é uma situação muito, muito complicada, e mostra que nós temos que trabalhar muito, nós todos. Não estou aqui fazendo crítica individual a ninguém.

Alguém do Plenário quer fazer alguma consideração? Porque aí eu vou dar a palavra para a Mesa, para suas considerações finais. Cada um terá ainda cinco minutos. É claro que não podem todos do Plenário falar, não é, pessoal? Eu abro uma forma de interagir com o Plenário. Então nós vamos abrir a palavra para quatro pessoas no Plenário. O Moacir não conta, porque já falou uma vez. Não conta, não é que não vai falar. Então a senhora.

Por favor, peço para o pessoal pegar quatro pessoas no Plenário. O Moacir não conta. O.k.?

O Moacir, então, em primeiro lugar, porque já elimina, porque é complemento da fala da Cobap.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Bom, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador pela sua audiência, que foi maravilhosa. Abriu uma oportunidade para a gente ver as situações.

Quero compartilhar com a fala do Leandro, que é mais ou menos na linha e no pensamento da Cobap. E o nosso representante também já tem a posição dele.

E quero dizer que provou mais uma vez que a posição da Cobap é defender uma Previdência pública e igualitária para todos, reforçar a reformulação do SUS, para que possa atender o art. 196, de que o Leandro falou.

E uma coisa que me chamou a atenção, Senador Paim, foi a colocação do Rafael, a justificativa até para o momento e o valor dos planos de saúde, pela faixa etária.

E até eu sugiro ao Senador Paim, que é um defensor das pessoas necessitadas, fazer um projeto nessa linha, para que o aumento do aposentado seja pela faixa etária também, até devido aos aumentos em tudo, em medicamentos, com médicos, com as despesas que tem. Seria até uma solução, aproveitando a colocação do Rafael, sugerir que se faça um projeto para que o aumento dos aposentados seja feito na base da faixa etária, porque a coisa não é bem assim.

Estamos fazendo parte de uma frente Parlamentar em defesa da Previdência, não da reforma da Previdência, até contrapondo a colocação dele quanto aos aumentos dos planos de saúde. A gente sabe que na Reforma da Previdência o que querem é prejudicar os aposentados, porque vem corte até no valor das aposentadorias.

São essas as colocações e agradeço a oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem... Depois a Mesa fará as considerações finais e se quiser responder ao Plenário, naturalmente responda e depois eu faço os encaminhamentos que terei que fazer.

O SR. ANTONIO GOMES FARIAS NETO – Está bom. Bom dia a todos.

Senador, estou falando aqui como ex-gestor, hoje beneficiário, e gestor de autogestão, porque se tem que separar bem o que é uma autogestão do que é uma seguradora; há instituições que têm fins lucrativos. A autogestão tem um conselho paritário que representa o trabalhador e quem faz parte, o beneficiário.

Como gestor, a maior preocupação que eu passei, e é muito difícil, é o fato de você só ter uma fonte de receita, a contribuição do beneficiário. Por outro lado, você tem despesas que surgem diariamente e você tem que saudar isso.

A questão fundamental para mim é o papel da ANS. A ANS trabalha de uma maneira de proteção aos grandes grupos, aos sindicatos dos grandes hospitais. Por outro lado, fica a operadora com o maior problema que você tem, que é o beneficiário, porque tem que repassar. Quer dizer, nesse elo, nessa questão, onde é que vai estourar? No beneficiário, que sai, e nas muitas operadoras que estão quebrando.

Está aqui o representante da ANS para falar quantas direções fiscais há hoje, mais de 70, e uma boa parcela dessa aqui não tem condição de se recuperar. Depois da direção fiscal vem a direção técnica e depois da direção técnica vem a alienação da carteira, vide o caso da Unimed em São Paulo e de várias da Unimed. Então, se a gente não discutir toda aquela cadeia que foi colocada aqui inicialmente para ver realmente onde está o problema, nós vamos ficar enxugando gelo e quem vai pagar a conta, sinto muito, somos nós. Falo porque já faço parte também dos acima de 62 anos e a nossa contribuição é sempre maior. Se a gente não discutir isso e ver o papel central da agência reguladora, que olha só um lado, nós vamos ter muita dificuldade de encontrar um sucesso para a solução dos problemas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, deu a sua contribuição direto do plenário, como alguém que atua na área.

Por favor, Drª Maria Lícia, que é do Sindsep-DF.

A SRª MARIA LÍCIA MORAES BRAGA – Bom dia a todos, como disse o companheiro que me antecedeu, a ANS protege esses planos de saúde, e está assim meio complicado. Inclusive, eu tenho aqui um questionamento a fazer à ANS, eu pergunto ao representante, Dr. Rafael, o que é feito com o dinheiro das multas e reservas técnicas e por que um valor tão exorbitante, tão absurdo?

Ainda comento uma questão. O nosso salário, Senador, está muito pequeno, o Governo deveria fazer essa observação em relação a nós trabalhadores, porque nós não temos aumento e há gastos, como eu acabei de ver aqui na apresentação, gastos e mais gastos com o profissional, os medicamentos, as internações. Como é que esses planos de saúde vão se manter se nós não podemos pagar a nossa contribuição devidamente, se nós não temos condição financeira de pagar? Está muito complicado!

Senador Paulo Paim, muito obrigada, eu agradeço em nome de todos os aposentados e pensionistas, que são nossos filiados e não filiados, porque são trabalhadores que estão militando para ver se conseguem segurar o seu plano de saúde, porque infelizmente o SUS não está nos atendendo, não tem condição de atender. Para todos os lados, o senhor está vendo aí a quebradeira. E nós, trabalhadores, pagamos por tudo isso.

Muito obrigada e aguardo que o senhor atenda o pedido de muitos para que façamos outra audiência. E eu prometo que, se for avisada a tempo, o sindicato trará um grande número de vítimas dessa questão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. Maria Lícia, que falou pelo Sindsep.

Agora vamos para o Sr. Sérgio Esteves, gestor de plano de saúde. Por favor.

O SR. SÉRGIO ESTEVES AMARAL – Bom dia a todos. Eu queria parabenizar a iniciativa de trazer esta discussão para âmbito público, parabenizar o Rafael da ANS. E tenho alguns questionamentos com relação à exposição, que foi muito bem-feita.

Ele falou muito em variação de custo médico hospitalar, em algumas questões que incidem sobre o reajuste. Eu queria saber se a ANS mensura o impacto das exigências que ela própria faz com relação a lastro, vinculação, margem de solvência, a formação de ativos garantidores frente às provisões técnicas? Qual o impacto disso no reajuste, uma média do setor? Como gestor financeiro de plano de saúde, dentro da operadora em que trabalho, eu sei que é um impacto muito alto. Eu gostaria de saber se, na média do setor, esse impacto é alto, porque isso onera – como foi exposto aqui – a mensalidade cobrada dos beneficiários. E, reforçando a pergunta que foi feita anteriormente: qual a destinação desses valores vinculados à ANS, depositados junto aos bancos? Como funciona essa interação da ANS com o sistema financeiro? E os valores pagos em multas, qual a destinação deles também, tendo em vista que, só no ano passado, foram mais de R$400 milhões?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

As perguntas foram feitas. E eu tenho aqui quatro participações – eu disse que o Moacir não contava. Houve alguém que, parece-me, também levantou a mão. Estão satisfeitos? Então fica nessas quatro.

Vamos agora às respostas da Mesa.

Eu acho que o primeiro a falar vai ter que ser o Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL PEDREIRA VINHAS – Inicialmente agradeço as perguntas.

Eu acho importante ressaltar o seguinte dado: todas as informações em relação a ativos garantidores, à formação dessas reservas técnicas, que levam em consideração todas as regras internacionais que já são utilizadas no setor de seguro, estão disponíveis. A ANS divulga o prisma econômico-financeiro; está no nosso *site* toda informação em relação à constituição. E o objetivo da constituição dessas reservas é justamente garantir a saúde econômico-financeira da operadora em uma eventual necessidade de utilização desses dados.

A constituição desses ativos garantidores segue regras que são estipuladas; já foram alteradas algumas vezes a pedido do setor regulado – a questão do tempo de constituição. Agora, o principal objetivo é garantir a saúde econômico-financeira da operadora; que ela tenha uma reserva financeira em uma eventual necessidade de utilização, como acontece em algumas operadoras.

É sempre importante ressaltar, na linha disso, a questão em relação aos institutos da direção técnica e direção fiscal. Eles são institutos – previstos, inclusive, na nossa Lei nº 9.656 – criados no sentido de que a operadora tenha oportunidade de voltar a operar no mercado. Em muitos dos casos, isso acontece. Depois de um período em que passa ou por direção fiscal ou por direção técnica – dependendo de qual é o objetivo, o que levou a operadora a estar nesse estado, seja econômico-financeiro na fiscal, seja assistencial na técnica –, a operadora tem oportunidade, com base no gestor nomeado pela ANS, de rever, de reorganizar o fluxo operacional, o fluxo de organização da operadora, com base numa *expertise*, com base nos conhecimentos que essa pessoa leva para dentro da operadora. Então, o objetivo desses institutos, que estão inclusive previstos na

nossa lei, é de que a operadora tenha oportunidade de, sim, voltar a operar no mercado, e não no sentido de que ela venha a sair, porque, muito pelo contrário, se assim não fosse, a ANS não teria um acompanhamento mais próximo dessas operadoras.

É importante ressaltar que a ANS tem uma preocupação grande com o segmento de autogestão, tanto é assim que há uma regulamentação específica sobre o assunto, que é a Resolução nº 137.

No ano retrasado, nós tivemos um grupo exclusivo para discutir o assunto, e a ANS não se omite e não tem qualquer problema em voltar à discussão sobre o assunto, não só sobre a regulamentação, mas em questão também à constituição dos fundos, como já foi abordado pelos senhores aqui. Na minha fala, eu disse: a agência está aberta a contribuições. É claro que essa constituição de fundos traz impacto para a saúde da constituição das operadoras, mas sempre é importante ressalvar que são mecanismos internacionalmente aceitos no sentido de garantir a saúde econômico-financeira da operadora. Isso não impede que os mecanismos e a as regras sobre o assunto possam ser discutidos, e aqui, em nome da ANS, estamos à disposição para discutir o assunto; não só esse, mas quaisquer outros que venham a ser abordados.

Desculpe-me Excelência. Em relação à destinação – eu já ia me esquecendo.

A questão da destinação das multas e da taxa é a destinação do Tesouro, como também a questão do ressarcimento ao SUS. A verba não fica com a agência. A agência tem autonomia financeira para pagamento, mas toda a destinação é feita com base na destinação do Tesouro Nacional. Em relação a quaisquer dúvidas sobre o assunto, volto a dizer, a agência está aberta para esclarecer os valores corretos, tanto do ressarcimento quanto das eventuais multas e taxas. (*Palmas.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Rafael.

Agradeço pela sua participação, por ter vindo aqui para dentro, claro, do limite de um programa complexo como esse, que vai exigir muito mais trabalho de todos nós, para tentar construir algo que venha a atender à demanda do nosso povo em relação à saúde.

Passo a palavra ao Dr. Antonio Carlos Abbatepaolo, diretor executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge).

O SR. ANTONIO CARLOS ABBATEPAOLO – Obrigado, Senador.

Como considerações finais, até reportando um pouco ao que foi colocado pela D. Maria Lícia, de fato, o que estamos observando é que não só as pessoas físicas estão com dificuldade de pagar seus planos como as empresas também. A situação é bastante delicada. As empresas têm feito *downgrades* nos planos oferecidos pelos funcionários, estão até abrindo mão, especialmente muitas das pequenas empresas estão abrindo mão de dar plano de saúde. Portanto, a preocupação é muito grande.

Eu queria só colocar dois pontos que são importantes abordarmos. Nós temos uma miríade de problemas no setor que têm que ser enfrentados. Mas há dois pontos com os quais estamos bastante preocupados, porque eles impactam diretamente nos custos; e, quando impactam nos custos, o importante é que o consumidor saiba que ele paga mais por causa disso. São impactos que são oferecidos naquelas contas que as operadoras incluem nos seus balanços, e isso se reflete no boleto, no valor do boleto. Há dois pontos importantes: um, que já foi comentado aqui, é a questão das fraudes, como a máfia das próteses. Isso gerou CPI na Câmara dos Deputados e no Senado. Existe um grupo que a ANS tem liderado junto com a Anvisa para tentar enquadrar um pouco essa situação. É uma situação complexa, de difícil vencimento, mas nós vamos enfrentar. Acho que é importante investirmos nisso. Isso já se reflete nas contas das empresas claramente, está impactando muito seriamente o resultado das empresas e isso gera custo que vai para o preço.

A outra coisa é a judicialização. Acho que o assunto foi tocado pelo colega do Ministério da Justiça. É algo importante, e aí vamos falar não só em relação aos planos privados, mas em relação ao SUS também.

A judicialização é perversa porque, primeiro, ela elitiza o acesso de algumas pessoas. Vamos falar em termos de SUS. Quem procura, por exemplo, um tratamento no exterior e judicializa, porque não é possível, e o SUS é obrigado a pagar, é uma elite de quem vai ao SUS. A verdade é essa. Não é o grosso da população, a população mais carente. Essa faixa de pessoas, muitas vezes, não tem nem acesso à Justiça, não conhece. Então, há uma perversidade nisso.

Hoje, nós temos números que a própria ANS contabiliza. Eu não tenho esses números, mas a Diope, que é uma das diretorias da ANS, tem esses valores. Só em 2015 a judicialização – o sistema público e o sistema privado é parecido – é acima de R$1 bilhão. É dinheiro que poderia estar sendo investido no grosso, no conjunto da população. Ali existem tratamentos que não são autorizados, são medicamentos que não são registrados na Anvisa, experimentais, tratamentos no exterior. Temos de fazer escolhas e talvez a escolha tenha de ser pelo grosso da população, evitando essa judicialização, porque ela elitiza o acesso.

Então, são esses dois pontos que eu queria deixar como importantes para analisarmos. Obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado pela sua contribuição, Dr. Antonio Carlos Abbatepaolo, que é Diretor Executivo da Associação Brasileira de Planos de Saúde. (*Palmas.*)

Agora, passo a palavra ao Leandro Farias, Coordenador do Movimento Chega de Descaso. Só lembrando que a todos foi dado o tempo de cinco minutos.

O SR. LEANDRO FARIAS – Bem, vou responder aqui a algumas pontuações que foram feitas.

Quando o representante da Unidas, o Sr. Luiz Carlos, abordou a questão dos valores das infrações, a meu ver há a necessidade de uma atualização da RN que trata dos valores dessas infrações, que, no caso, é a RN nº 124. Essa RN é de 2006, senhores. Ou seja, existem determinadas infrações que estão com valores defasados, uma vez que estamos em 2016.

Em relação a algumas considerações feitas pelo Sr. Antonio Carlos, representante da Abramge, foi demonstrado ali um mecanismo criado por vocês que é o Impostômetro. Eu faço uma pergunta ao senhor: diante de um cenário de crise política, em que uma parcela da população, seja parcialmente ou em sua totalidade, está demonstrando uma total descrença na atuação do Executivo, do Legislativo e, por vezes, do Judiciário, o senhor acha mesmo que a população tem condições de confiar no Impostômetro, que é alimentado pelos senhores, que são representantes dos planos de saúde e que servem de embasamento para os reajustes abusivos dos planos?

Outra questão é em relação ao que foi abordado pelo Sr. Rafael, representante da ANS. Não há dúvidas de que a ANS realmente verifica e monitora o aumento por parte dos planos acima de 30 vidas. Mas o grande problema, Sr. Rafael, é que a ANS monitora, verifica e assina embaixo. Não é à toa que temos aqui depoimentos de reajuste de até 150%.

Outra questão é a NIP. Quando o consumidor se sente lesado pelo plano, que é a Notificação de Intermediação Preliminar, ela faz a queixa para a ANS, que dá um prazo de 5 a 10 dias para o plano responder aquela queixa. E depois essa NIP volta ao cliente e o cliente tem até 10 dias para poder reafirmar a sua queixa. Se porventura, passados esses 10 dias, o cliente não reforça essa queixa, seja por esquecimento ou até total desconhecimento, a ANS declara como uma demanda resolvida. E quando nós olhamos a ANS publicando Índice de Resolutividade de 95%, será que esse valor realmente é verídico?

Em relação à pontuação da Srª Maria Lícia, eu concordo que realmente o salário, principalmente dos aposentados, é uma vergonha, mas vou trazer uma opinião pessoal.

Vejo diversos sindicatos clamando por reajustes salariais e concordo com isso, mas, senhores, se tivermos, em um país, o respeito total aos direitos fundamentais da Constituição, com saúde de qualidade, educação de qualidade, segurança, entre outros, de certa forma, o salário, mesmo sendo baixo, não seria mais justo, uma vez que não haveria necessidade de se pagar por saúde, educação, etc.?

Outra questão que levantada aqui por algumas pessoas foi sobre o que é feito com a quantia que é resgatada pela ANS. É direcionada para o Fundo Nacional de Saúde, pertencente ao Ministério da Saúde, que a direciona para ações de promoção e prevenção da saúde no geral.

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO FARIAS – Só terminando minha fala, Senador, há uma questão que deve ser abordada com todo vigor no Senado: a questão do fim da renúncia fiscal, isenção de impostos e outros subsídios fornecidos pelo Governo para o setor privado. Diante de um SUS subfinanciado e o setor da economia em crise, não cabe ao Estado deixar de arrecadar para favorecer o lucro dos empresários.

Outro apelo que faço é para a PEC 001/2015, que está em tramitação na Câmara e que visa corrigir a aberração trazida pela EC 86, que prevê um corte de R$10 bilhões no orçamento da saúde. Peço que, quando essa PEC chegar ao Plenário do Senado, os senhores, por favor, votem em defesa da saúde pública.

Peço também que seja pensada pela diretoria da ANS a revogação das RN nºs 372 e 388, que retiram o caráter punitivo da agência e que, na prática, funcionam como verdadeiro benefício para as operadoras infratoras.

Outra questão, e vejo que já extrapolei o tempo, é um apelo que faço ao senhor para que seja instalada uma CPI, aqui, no Senado Federal, para investigar a conduta nebulosa dos planos de saúde com os seus clientes. Tenho certeza de que o senhor irá pensar com carinho. Como já disse, tenho admiração e sei da sua trajetória.

Reafirmo que o Movimento Chega de Descaso está à disposição para futuros debates aqui, em Brasília, em relação à atual situação da saúde no País.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Leandro Farias deixou algumas propostas por escrito. Se puder, deixe o documento em que propõe uma série de medidas e, se puder, inclua a aprovação da PEC nº 24, no Senado. Eu a apresentei há alguns anos e

diz só o seguinte: o dinheiro da seguridade não pode ser tocado e destinado para outros fins. Com isso, seria contemplada a sua preocupação das eternas renúncias que aqui existem, desde a que o empregador não paga mais os 20% sobre a folha, mas 1,5%, 2% ou nada. Grande parte não paga nada. Grande parte não paga mais nada, nem sobre o faturamento, muito menos sobre a folha. Então, essa PEC nº 24 resolveria isso. Apresentei há muito tempo. Todos falam que a Previdência está falida, mas, infelizmente, não querem deixar aprovar a PEC nº 24. A PEC nº 24 só diz que o dinheiro da saúde, da assistência e da Previdência, em hipótese alguma, pode ser destinado para outros fins, a não ser para esse meio, mas está há mais de 10 anos tramitando sem aprovação.

Passo a palavra para o Sr. Luís Carlos Saraiva, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas).

O SR. LUÍS CARLOS SARAIVA NEVES – Muito obrigado.

Como conclusão da minha fala, Senador, gostaria só de resgatar mais uma vez a importância de, a partir dessa audiência, que foi muito meritória, prestarmos atenção e atuarmos focados justamente na simetria das causas que não estão sendo reguladas. Esses dois livros que são de duas empresas diferentes, se eu pudesse usar uma figura, seriam as maquinetas de supermercado. Não só temos que verificar isso, mas também que pedir ao Parlamento para discutir um arcabouço legal da ação da ANS no que se refere à regulação dos hospitais, dos laboratórios, enfim, de toda cadeia produtiva da saúde, porque, como falei antes, alguns elos dessa cadeia estão soltos, estão livres para fazer o que quiserem nessa cadeia produtiva. Foi falado aqui da NIP.

Se um hospital negar atendimento ao beneficiário de qualquer operadora de saúde vai ser provavelmente gerada uma NIP. E a culpa vai cair no plano de saúde, não no prestador, porque o prestador não é regulado. Então, há casos e mais casos em que muitas vezes na cadeia o prestador de serviço é o responsável pela situação de falta de atendimento e outras causas. Infelizmente, isso não é regulado pela ANS, como também os preços abusivos que são impostos às operadoras de saúde. Tudo isso recai no colo do beneficiário. E infelizmente o beneficiário termina sendo o mais prejudicado nessa cadeia.

Então, mais uma vez, reforço a importância de não só focar nos sintomas da doença, que são esses sobre os quais fomos chamados aqui para discutir, nos reajustes e nos custeios dos planos, mas nas causas de tudo isso, que não estão sendo verificadas, acompanhadas e reguladas devidamente.

Essa é a minha contribuição final.

Agradeço mais uma vez. A Unidas estará sempre à sua disposição, Senador, e também do Senado Federal para qualquer audiência e qualquer chamamento que for necessário para a gente construir um sistema de saúde no nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Luís Carlos Saraiva, que falou pela Unidas.

Para concluir, Dr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento do Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Senador, gostaria de concluir, primeiro, agradecendo pelo convite a pela possibilidade de trazer a esta Mesa o ponto de vista dos órgãos que se dedicam à defesa dos consumidores. Mais ainda: parabenizo V. Exª por enfrentar esse desafio de uma forma bastante republicana e democrática, abrindo uma mesa de diálogo tão representativa, que traz interesses legítimos bastante conflitantes.

Quanto ao setor de saúde suplementar, ao setor regulado de saúde suplementar, nós que acompanhamos e fazemos esse papel de defender os interesses dos consumidores conseguimos visualizar os interesses sociais dos consumidores em conflito com os interesses de sustentabilidade do mercado e de vários mercados relacionados, como a gente pode perceber, tanto o mercado das operadoras, que buscam a sustentabilidade, como também os mercados de prestadores de serviço, que também são envolvidos nisso. Esses interesses são todos conflitantes. Nós temos um tripé de conflitos de interesses, mas eles não podem deixar de ser equacionados e harmonizados. É um desafio a abertura de um diálogo para que todos envolvidos, o Estado, o Congresso, o mercado e a sociedade civil organizada possam trazer informações importantes e interesses legitimamente representados para que a gente possa harmonizar esses interesses. Esse é um desafio importante que não deve ser evitado.

Por fim, eu gostaria de também convocar todos para que não abandonem as mesas de diálogo e não abandonem as portas de entrada, especialmente no que diz respeito àqueles que representam os consumidores. São várias as portas que os consumidores possuem para poder contar com ajuda na solução dos seus problemas e também para fazer sua voz ser ouvida. Falo especialmente daqueles que representam os órgãos de defesa do consumidor. Essas multiportas devem ser prestigiadas pelos consumidores e devem ser prestigiadas também pelo mercado, evitando o aumento desse conflito.

Então, parabenizo V. Exª por permitir esta discussão e por permitir que a gente possa enfrentar esse grande desafio, que deve ser enfrentado e equacionado.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Igor Rodrigues Britto, que falou pelo Ministério da Justiça. Ele é coordenador e monitora o mercado da Secretaria Nacional do Consumidor e foi feliz na sua fala de encerramento quando ele, de fato, se refere a uma série de conflitos.

Aqui ninguém tem condição de fazer milagre, mas nós temos condição, sempre digo, de dar um passo adiante. Entendi que essa é a linha de todos, a partir de uma audiência como esta. Primeiro, eu me comprometo a convocar outra audiência. Só me diga para onde tenho que me dirigir quanto a esses dois segmentos que você entendeu importantes para o debate. Segundo, vou tentar viabilizar todas as contribuições que chegaram aqui na Comissão dentro do limite da minha atuação. Mas também quero dizer que não descarto a ideia da CPI, até porque não entendo CPI simplesmente como algo que vá julgar, punir, matar ou mandar para a cadeia, porque isso, inclusive, não é papel nosso, do Parlamento. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito vai trabalhar com os problemas do setor, ouvindo a todos.

O ponto a que chegamos aqui, com toda a franqueza – e todos vocês contribuíram –, é uma situação grave. Nós vamos ter que nos debruçar sobre isso para encontrar caminhos. Eu gosto muito do poema de um poeta espanhol que diz que nós só fazemos o caminho caminhando, ou seja, se debruçando e tentando construir uma saída. É claro que para fazer uma CPI... Quando percebo que a Câmara não quis instalar uma CPI, me dá mais vontade ainda de instalar, porque algum motivo houve para não instalar. Nem sequer instalar e nem abrir o debate. Qual o problema de abrir o debate de uma CPI? Mas também não sou daqueles que acham que para tudo tem que instalar CPI. Se me perguntarem de quantas CPIs até hoje participei aqui no Congresso, eu vou dizer: nenhuma. Talvez seja a primeira que, por força do momento da situação da saúde – porque é a vida de milhões e milhões de pessoas –, eu tenha que participar nessa construção coletiva. Não que eu tenha que ser o Presidente ou o relator da CPI, mas ajudar na construção.

Eu faria o seguinte encaminhamento, se os senhores todos concordarem: eu marcaria uma data para outra audiência pública para trazermos mais, além do que os senhores já fizeram, naturalmente, contribuições e caminhos que podemos buscar. Ao mesmo tempo, com as contribuições que vocês também deixaram aqui – nessa audiência, os outros dois setores estariam representados –, poderemos até apresentar uma proposta de CPI, se assim entendermos necessária. Daí – claro – queremos que aqueles que propuseram – por exemplo, a sua organização – nos ajudem na coleta das assinaturas, porque posso ter a iniciativa, mas é preciso que seja uma CPI plena – ela tem tudo para dar certo quando sai debaixo para cima –, que seja uma iniciativa da sociedade civil, que, de forma coletiva, entendeu que essa questão não pode continuar como está. E temos que ajudar a construir um caminho. Os encaminhamentos podem ser por aí? Todos concordam? (*Pausa.*)

Então, está encerrada a nossa audiência pública, na certeza de que teremos outra, provavelmente, no mês de maio, para dar um tempo para construir a proposta.

Muito obrigado a todos.

Uma salva de palmas a todos que resistiram até o meio-dia.

(Iniciada às 9 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia seis de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Regina Sousa, Angela Portela, Fátima Bezerra, Ana Amélia, Telmário Mota, Gleisi Hoffmann, Dário Berger, Hélio José, Marta Suplicy, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Romário, José Medeiros e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da vigésima segunda a vigésima sexta Reuniões, que são dadas por aprovadas. 1ª Parte. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Substitutivo da Câmara dos Deputados a Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015. Não Terminativo. Dispõe sobre a prática da equoterapia. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13 de 2015 ao PLS nº 264 de 2010. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela aprovação do SCD nº 13 de 2015 ao PLS nº 264 de 2010. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013. Não Terminativo. Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2013. Não Terminativo. Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal. Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Retirado de pauta. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Na reunião, a Relatora apresenta novo Relatório. Aprovado o novo Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão

difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa para instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 50, de 2013, que dispõe "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 36, de 2016. Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 8/2016, para instruir o PLC 119/2015, que dispõe sobre o "Estatuto do Índio", seja incluído o Representante da Liderança da APINA (Associação dos Povos Indígenas do Norte do Amapá), Cassiripiná Waiâpi. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 38, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, a Regularização Fundiária. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 39, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater o atual momento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e seus novos desafios. Autoria: Senador Hélio José e outros. Resultado: Aprovado. Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 40, de 2016. Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater os desafios da Saúde Primária no Distrito Federal. Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado, para debater os desafios da saúde primária no DF e no Brasil. Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 43, de 2016. Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater os problemas enfrentados pelo campus da Universidade Federal de Rondonópolis. Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado. Item 18. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, de 2016. Requer, em aditamento ao RDH n° 33, de 2016, que para participar da audiência pública destinada a debater o PLS ° 50, de 2013, sejam convidados os seguintes senhores: Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos Infantis (Abrapur); e Alfredo Lobo, diretor de Avaliação e Conformidade do Inmetro. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Adiado. Item 19. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 45, de 2016. Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, que esta comissão reproduza mil (1000) cópias do relatório final da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988, e que o documento seja armazenado em mídias no formato CD-ROM. Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 20. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "o índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado, para debater "as consequências para os servidores públicos da negociação da dívida dos Estados e dos Municípios com a União". Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 47, de 2016. Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso da motocicleta". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 22. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 48, de 2016. Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "As dificuldades enfrentadas no exercício da Profissão de Técnico em Radiologia". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 49, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "a pauta legislativa no Senado Federal de interesse da Defensoria Pública". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Huma-

nos e Legislação Participativa nº 50, de 2016. Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre o "o direito dos trabalhadores e a NISSAN". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte. Deliberativa de Relatório de Denúncia. Finalidade: Apresentar e deliberar o Relatório sobre supostas violações de direitos humanos, acerca de inobservância do direito de plenitude de defesa e de não comunicação de prisões à autoridade competente. Resultado: Aprovado o encaminhamento de ofício à Juíza de Direito responsável pelo caso, para que esclareça a situação relatada e adote as providencias necessárias para garantir o respeito ao direito de defesa e à lei, informando a essa Comissão acerca da veracidade dos fatos e das medidas eventualmente adotadas. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador João Capiberibe. Às onze horas e cinquenta e três minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e quarenta e seis minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador João Capiberibe. Às doze horas e cinquenta e seis minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Às doze horas e cinquenta e oito minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senador João Capiberibe. Às doze horas e cinquenta e nove minutos o Senhor Vice-Presidente devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, João Capiberibe, Dário Berger, José Medeiros, Hélio José e as Senadoras Gleisi Hoffmann, Regina Sousa e Angela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental na lista de presença, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 22ª à 26ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos fazer alguns encaminhamentos protocolares enquanto os Senadores que estão ainda na CCJ se deslocam para cá.

Leitura de outros expedientes:

Comunico o recebimento do Ofício nº 1.145, de 2015, do TCU-Sefip, e de 05/02/2015 dos autos do processo do Tribunal de Contas nº 025.175/2014.

Assunto: Acórdão 3.116, de 2014, TCU-Plenário.

O TCU encaminha relatório ao Congresso Nacional, cópia de acórdão que menciona a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa como exemplo de ação no sentido de aprimorar os canais de discussão com o Poder Legislativo.

O elogio se deve ao fato de que a CDH, na busca do aprimoramento dos canais de discussão com o Congresso Nacional, ter convidado representantes desta Corte, da Corte de Contas, para participar de grupo de estudo para debater, na dita Comissão, proposta de legislação regulamentadora dos conselhos de fiscalização profissional e dos direitos dos servidores. Segundo a equipe de fiscalização, o TCU, como agente capaz de fomentar melhorias na Administração Pública, poderá prestar um auxílio concreto ao Congresso Nacional nos termos do que preconiza a própria Constituição Federal, contribuindo assim para discussões que envolvam questões procedimentais referentes a projetos de leis que tratem da área de pessoal. Daí o motivo do elogio: a atitude da Comissão nesse sentido.

O processo encontra-se à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores na secretaria de apoio da CDH.

Ainda aproveitando este momento em que estou somente introduzindo os trabalhos desta Comissão, farei a leitura de uma Proposta de Emenda à Constituição, que entregamos no dia de hoje aqui, no Senado da República. A proposição foi fruto de ampla discussão que fiz aqui, na própria Comissão, e também quando estive nos Estados.

Todos me pediram para apresentar uma proposta de reforma política eleitoral e partidária. Aproveito este momento para apresentar nesta Comissão e apresentarei à tarde no plenário. Ela já está protocolada com 56 assinaturas – seriam necessárias 27. É importante que eu registre que nenhum Senador se negou a assinar. Só não há assinatura dos 81 Senadores porque não houve tempo hábil para aqueles outros que não assinaram, já que a minha intenção era entregar hoje no máximo até o meio-dia. Agradeço a todos os 81 Senadores porque

ninguém, nenhum, nenhum – digo aqui porque todos saberão naturalmente – se negou a assinar. Isso quer dizer que todos têm a visão de que é preciso debater esse tema.

O que diz essa Proposta de Emenda à Constituição? Ela acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre eleição de representante do povo para participar de assembleia revisional para dispor exclusivamente sobre reforma política eleitoral e partidária, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara e do Senado Federal, nos termos do §3º do art. 60 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos: Art. 101.

Aqui estamos discorrendo detalhadamente sobre como se dará essa composição para termos uma assembleia que poderá ser eleita para fazer a reforma política eleitoral e partidária.

Eu não vou ler todos os itens, porque naturalmente vai para a CCJ, mas vou entrar só na justificação do objetivo da proposta.

O momento é dos mais graves da nossa história. O País está dividido. Posições políticas divergentes têm proporcionado embate entre os brasileiros, que vão às ruas em protestos, a favor ou contra o *impeachment* da Presidenta. Os ânimos exaltados, as discussões acaloradas, o furor do choque de ideias e de pontos de vista chega ao radicalismo. Nossa sociedade corre o risco de uma irremediável polarização, com consequências imprevisíveis que não interessam a ninguém. O ódio, o acirramento, a violência não podem continuar.

Esse acirramento político contaminou o ambiente econômico, já bastante abalado pela crise internacional. Os volumes de investimento se têm reduzido de forma significativa, fruto das expectativas pessimistas que se espelham nas incertezas do quadro político atual. O desemprego retrocedeu, nos últimos meses, no esteio...

Senadora, por favor, faça-se presente. Eu estou fazendo a justificativa, Senadora, enquanto os Senadores e as Senadoras chegam aqui, e é importante que V. Exª esteja aqui neste momento, sobre a PEC que apresentei no dia de hoje, às 11h30, com assinatura quase unânime, porque todos os Senadores que eu procurei assinaram a mesma.

Aí continuo na justificativa. A Constituição de 1988, de que grande parcela dos atuais Parlamentares, inclusive eu, participamos e a subscrevemos, estabelece o preceito legal que limita a atuação e as atribuições das instâncias governamentais, bem como dos Poderes constituídos.

No momentoso período que ora vivenciamos, mais do que em qualquer outro, deve haver preocupação maior com a preservação das instituições e da democracia, única maneira de garantir a permanência do regime democrático, cujo construto tanto nos custou. Nesse sentido, o papel precípuo da classe política estabelece as bases de uma concertação pluripartidária que possibilite a retomada da normalidade política e econômica, dentro do atual quadro, respeitando a Constituição.

Compete a nós, Senadores e Senadoras, no exercício da arte da boa política, lançar as âncoras de preservação do ambiente democrático e as pontes que possibilitem uma transição pacífica e consensual para a nova e benfazeja etapa da vida nacional.

É com esse espírito de conciliação e ciente da responsabilidade que a atual conjuntura nos exige, que vimos submeter à apreciação dos nossos eminentes pares, Senadores, Senadoras, Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional que tem por escopo a criação de novos marcos institucionais para o exercício da política em nosso País, a ser aplicado a partir de 2018.

A referida proposta prevê a eleição de um grupo de cidadãos para compor uma assembleia revisional que será responsável pela elaboração de novas bases de funcionamento do sistema político eleitoral. A assembleia revisional deverá ser formada por brasileiros e brasileiras que não estejam exercendo mandato e não vão concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições.

A reforma pretendida estabelecerá a diretriz de funcionamento dos partidos e do sistema político que deverá balizar, desde então, todo o processo eleitoral do nosso País.

Senadora Gleisi Hoffmann, V. Exª está presente.

Essa ideia – aqui é redundante – dessa assembleia revisora seria temática exclusiva e eles seriam eleitos juntamente com as eleições municipais. Eles teriam, pelos prazos que aqui dou, um período para elaborar a nova proposta de reforma política eleitoral e partidária. No final disso tudo, o tribunal teria 90 dias para regulamentar o procedimento, de forma tal a permitir que essas eleições se dessem ainda neste ano. E ela entraria em vigor a partir de 2018, respeitando tudo aquilo que a Constituição assegurou para todos os eleitos nesse período. Ninguém teria nenhum tipo de prejuízo, nem vereador, nem prefeito, nem Senador, nem Deputado, e se respeitaria o calendário eleitoral.

Seria o momento de apontarmos para uma verdadeira reforma política eleitoral e partidária, com esses homens e mulheres escolhidos pelo povo, eleitos juntamente com as eleições municipais.

Eu aproveitei, enquanto chegam os outros Senadores, para falar dessa proposta que apresentei há dez minutos, depois de colher a sua assinatura.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se me permite, Senador Paim, primeiro queria parabenizá-lo porque acho que é uma proposta oportuna e necessária para o Brasil nesse momento. E fiquei muito feliz de poder assinar essa proposta com V. Exª.

De fato, é uma alternativa, um modo de fazermos uma discussão profunda sobre a realidade política brasileira, sobre o que estamos passando. Não dá para termos ações ou respostas pequenas, fugazes ou pontuais para isso tudo. É claro que ela leva um tempo maior, mas é isso mesmo, temos que fazer uma avaliação muito profunda da realidade da política brasileira, das relações, do que estamos vivendo hoje. O povo brasileiro quer isso.

Então, queria cumprimentar V. Exª pela apresentação da proposta e dizer que fiquei muito feliz de tê-la assinado com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo comentário. O Senador Capiberibe também assinou, o Senador Dário Berger também assinou.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, foi unânime. Não houve um Senador que tenha se negado a assinar essa proposta de termos um debate profundo sobre a reforma política partidária eleitoral, não entrando nesse debate que a Casa vai resolver, creio eu, até o fim da semana, da questão do *impeachment*.

Vamos à nossa pauta do dia de hoje. Eu estava só esperando vocês chegarem.

Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Se me permitem, eu até iria solicitar... Tenho, hoje, um item na pauta da Comissão, que é o item 10, relatado pela Senadora Regina Sousa, mas como ela não está, vou aguardar um pouco ainda, para até pedir, se for possível, a inversão de pauta, porque tenho outro compromisso.

Mas queria lembrar a V. Exª que agora, na sexta-feira, dia 8, realizaremos em Curitiba a audiência pública entre a Comissão de Direitos Humanos do Senado e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O meu gabinete estará presente, juntamente com o gabinete do Deputado Estadual Tadeu Veneri. É a audiência pública sobre os refugiados que estão no Brasil, especificamente no Paraná, com muita concentração em Curitiba. Os refugiados sírios e haitianos.

E também vamos falar da presença dos latino-americanos que vivem no nosso País e no nosso Estado. E a audiência promete ter bastante sucesso, Senador Paim, porque o Ministério da Justiça já confirmou presença, através do departamento de imigração. Também confirmou presença o Ministério do Trabalho, o de Relações Exteriores, as entidades que acompanham, representantes das famílias que estão lá. E penso que essa audiência poderá trazer inclusive aspectos importantes para direcionar aqui na Casa, para outros Estados, como a gente pode organizar os serviços públicos e a União ajudar Estados e Municípios a atender essa população que com certeza cada vez será maior. E o Brasil não pode virar as costas para isso.

Então, queria novamente agradecer a V. Exª por ter aceitado o requerimento, agradecer a esta Comissão por tê-lo aprovado e dizer que na sexta-feira estaremos em Curitiba fazendo essa audiência pública com os refugiados sírios, haitianos, e também com a presença dos latino-americanos em Curitiba, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu quero cumprimentar V. Exª. A partir da sua iniciativa, há um pedido para que esse mesmo tipo de audiência seja feito no Rio Grande do Sul. Então, V. Exª vai presidir essa audiência pública, para orgulho de todos nós, no seu Estado.

Eu até gostaria de estar junto, mas é impossível. As agendas de todos nós são uma loucura! Mas fico muito feliz pela iniciativa, com esse olhar universal de direitos humanos para toda a nossa gente, ou seja, para toda a humanidade.

Os que chegam aqui vindos de outros países de fato se encontram numa situação vulnerável e nós temos que dar uma atenção, um carinho especial. Por isso, meus cumprimentos pela iniciativa. A Comissão já aprovou que a senhora represente tanto a mim como o Senador Dário Berger e o Senador Capiberibe naquele evento; enfim, toda a Comissão de Direitos Humanos.

Nós só vamos aguardar a chegada da Senadora Regina Sousa. Se os Senadores concordarem, eu já coloco em votação a inversão de pauta.

V. Exªs concordam com a inversão de pauta, conforme solicitada pela Senadora Gleisi Hoffmann? (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos, então, ao item 7.

Como sou Relator desse item, convido o Senador Capiberibe a assumir a Presidência, para que eu faça de imediato a relatoria, ou seja, dê o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Item 7 da pauta.

ITEM 7
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a prática da equoterapia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13 de 2015 ao PLS 264 de 2010.
Observações:
Tramitação: CE, CDH e CAS.
- Em 23/02/2016, o SCD foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu vou direto à análise, para ganharmos tempo. O item é não terminativo.

Análise.

Conforme disposto no art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre proposições pertinentes à proteção e à inclusão das pessoas com deficiência.

Já os arts. 285 e 287 do (RISF), pertinentes à análise de substitutivos da Casa revisora a projetos oriundos do Senado Federal, dispõem que as emendas da Câmara dos Deputados não são suscetíveis de modificação por meio de subemenda, devendo o SCD ser considerado série de emendas e votado, separadamente, por artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, em correspondência aos do projeto emendado, salvo aprovação de requerimento para votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de votação em partes apenas se o texto for suscetível de divisão.

Reconhecemos o mérito das alterações efetuadas pela Câmara dos Deputados sobre o texto original do PLS nº 264, de 2010, que definem com mais clareza a equoterapia e as condições para a sua prática segura, aprimorando ainda a redação e a técnica legislativa. Nenhuma das alterações em questão ofende, vulnera ou limita direitos e garantias das pessoas com deficiência – pelo contrário, aprimoram a forma e a consistência do conteúdo da proposição, que, assim, se apresenta mais apta a promover os seus nobres fins.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 13, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010.

O projeto original é de autoria do Senador Flávio Arns e dispõe sobre a prática da equoterapia. Quero dizer que ele me ligou e pediu que eu relatasse um projeto. Perguntei a opinião dele, ele que foi Presidente da Apae, e nos ajudou na questão do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ele disse que o substitutivo aprimora de fato o projeto e que nós o aprovássemos na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em discussão a matéria.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Só aproveitar, Senador Paim, que também estou aqui, para parabenizá-lo por esse projeto. Eu tenho acompanhado alguns projetos de equoterapia. Inclusive, agora, no Estado do Paraná, juntamente com a UENP, a universidade do norte pioneiro, apresentei uma emenda à universidade, que é estadual, exatamente para as instalações para a realização de equoterapia. Eles fizeram convênio com as Apaes para atender toda região do norte pioneiro do Paraná. E nós oferecemos uma emenda para fazer instalações, cobertura do pátio, enfim, pela importância que isso tem no tratamento de crianças, jovens e adultos que têm deficiência.

Então, cumprimento V. Exª e também o ex-Senador Flávio Arns, que é de lá do Estado do Paraná, e digo que com certeza esse projeto irá ajudar muito as pessoas com deficiência, através dessa área de tratamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A gente fala aqui em equoterapia e muita gente está perguntando o que é isso? É o exercício de andar a cavalo que melhora e muito a condição das pessoas com deficiência. É um exercício que além de ser exercício físico, faz bem para a mente, para a alma e para a própria alegria da criança, com aquele contato direto com o animal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Exatamente. É a relação com o animal. E lá na UENP, na universidade, foi feito um convênio com a área de veterinária. Então, eles já têm os cavalos, cuidam. É muito legal o trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Senador Dário Berger, eu não sei se quer...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só para acrescentar que me parece que essa já é uma prática consagrada, principalmente no meu Estado de Santa Catarina. Imagino que no Rio Grande do Sul também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Também. Também.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É onde se utiliza o animal, embora adestrado de maneira relativamente empírica ainda. Os resultados que eu tenho recebido, de informações, são extremamente favoráveis com relação a essa prática que merece ser ampliada e prosperar.

Como esse projeto vem do Senador Flávio Arns, um dos ilustres Senadores que passaram por esta Casa, dedicado a essas questões sociais, inclusive participou de maneira objetiva, como V. Exª mencionou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E dava o exemplo de filhos, inclusive; do convívio com os filhos. Muito bonitas as declarações que ele dava aqui, a exemplo do Romário.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Isso!

Além das mudanças de redação e técnica legislativa, o substitutivo que V. Exª apresenta acrescenta a equitação como parte integrante da abordagem interdisciplinar que caracteriza efetivamente a equoterapia.

Diferencia também a equipe de apoio e as equipes mínimas de atendimento, acrescentando que outros profissionais a integrarem a equipe mínima no atendimento devem possuir curso ou formação específica na equoterapia. Acho que isso é muito importante, porque desperta a necessidade do aprimoramento do atendimento, da qualificação para o atendimento, que vai beneficiar sobremaneira as pessoas que se utilizam desse método ou dessa forma.

Portanto, mais uma vez, V. Exª está de parabéns e encontra o equilíbrio necessário para aprovação desse projeto de lei, que na minha opinião é oportuno e merece prosperar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Os Senadores favoráveis ao relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sr. Presidente, devolvo-lhe a missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Agora, conforme combinado anteriormente, e já houve a inversão de pauta, vamos, no mérito, ao item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Relatoria: Senadora Regina Sousa
Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Regina Sousa para leitura do seu parecer.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é o PLS nº 547, de 2015, da Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 547, de 2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffman, que acrescenta o art. 22-A à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.

Nos termos da proposição, a Patrulha Maria da Penha consiste em visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência e reprimir atos de violência.

Além disso, o projeto dispõe que a execução do programa será feita por meio de instrumento de cooperação federativa entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal, nos termos do regulamento.

O projeto prevê o prazo de 90 dias para a medida entrar em vigor.

A autora justifica a proposição no fato de que, embora a Lei Maria da Penha tenha previsto uma série de mecanismos de salvaguarda às mulheres em situação de violência, as estatísticas demonstram que os agressores continuam praticando atos violentos, mesmo após o deferimento de medidas protetivas.

Nesse sentido, argumenta que a experiência de diversos municípios brasileiros que têm usado a patrulha como meio de prevenir a violência doméstica vem produzindo, na prática, a redução expressiva dos índices de violação às medidas protetivas.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem os direitos da mulher, sendo, pois, regimental o exame do PLS nº 547, de 2015, por esta Comissão.

Ademais, não vislumbramos na proposição óbices de natureza constitucional e jurídica.

No mérito, a proposição veicula conteúdo altamente relevante, pois procura diminuir a violência contra a mulher, tema em constante aperfeiçoamento por parte do Estado, a partir da Lei Maria da Penha.

Partimos, primeiramente, do reconhecimento de que a Lei Maria da Penha representa um avanço imensurável no repúdio à violência contra a mulher, por ter sido o primeiro instrumento legal no País a dar visibilidade a esse grave problema.

A despeito, porém, de todo o avanço legislativo em termos de mecanismos disponíveis de salvaguarda às mulheres em situação de violência, como bem frisou a autora, as estatísticas demonstram que os agressores não se inibem de praticar atos violentos, nem após a concessão de medidas protetivas à mulher.

Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha deverá atuar no efetivo cumprimento da lei, para garantir às mulheres em situação de violência a preservação da sua integridade física e mental. Versando sobre a proteção das mulheres na área de segurança pública, o programa requer a articulação de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de instrumento de cooperação federativa.

Verifique-se que a Patrulha Maria da Penha funciona atualmente já em várias cidades brasileiras, como, por exemplo: Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), São Paulo (São Paulo), Campo Grande (Mato Grosso), Fortaleza (Ceará), Salvador (Bahia) e Manaus (Amazonas).

Experiências de sucesso nas cidades acima asseguraram maior proteção às mulheres em situação de violência, por meio da redução expressiva dos índices de violação às medidas protetivas.

Em Manaus, por exemplo, consta que a reincidência do agressor, nas áreas atendidas pela Patrulha Maria da Penha, beira o zero. Também em Curitiba, em um ano e cinco meses de atuação da Patrulha Maria da Penha, a reincidência dos crimes de violência contra a mulher caiu para zero entre aquelas acompanhadas pelo serviço da Guarda Municipal.

Contudo, são necessários pequenos reparos de técnica legislativa ao texto apresentado, destinados a adequá-lo à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O projeto trata de cooperação federativa, para fins de implantação do programa Patrulha Maria da Penha, por meio de modificações na Lei Maria da Penha. Verifica-se, entretanto, que cooperação federativa na área de segurança pública é seara específica da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que estabelece, em seu art. 1º, que a União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, citando nominalmente, em seu art. 2º, quais são essas atividades e serviços.

Além disso, observe-se que a Lei nº 11.473, de 2007, não se refere aos Municípios, em atendimento à previsão constitucional restritiva (art. 144, §8º) de que os Municípios somente poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

Sobre esse ponto específico, temos ciência de que alguns Municípios têm atribuído às suas guardas municipais a relevante tarefa de monitorar o cumprimento das medidas protetivas deferidas no âmbito da Lei Maria da Penha. No entanto, propomos a supressão da referência aos entes municipais no PLS nº 547, de 2015, com o objetivo de evitar possível alegação de inconstitucionalidade da iniciativa, por afronta ao mencionado art. 144 §8º da Constituição.

À vista do exposto, oferecemos a primeira emenda ao projeto para incluir, no seu art. 1º, remissão à Lei nº 11.473, de 2007, e excluir os Municípios do rol de entes federativos responsáveis pela Patrulha Maria da Penha.

Além disso, entendemos necessária uma segunda emenda, para modificar o art. 2º da Lei nº 11.473, de 2007, acrescentando a previsão de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, tudo isso numa tentativa de reforçar o mérito do projeto original.

Em razão dessas modificações, faz-se necessária uma terceira emenda, realocando o prazo de vigência da lei.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do art. 22-A, com a seguinte redação:

"Art. 22-A. .....

.....

§2º A gestão do programa será exercida de forma integrada pela União e pelo Distrito Federal e os Estados que a ele aderirem, mediante instrumento de cooperação federativa, conforme dispuser o regulamento, nos termos da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

§3º As ações previstas no §1º serão executadas pelos órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da sua organização interna. [...]"

EMENDA Nº 2 – CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 3º. .....

.....

VIII - A proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar." (NR)

EMENDA Nº 3 – CDH

Acrescente-se o art. 3º ao Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2015, com a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Em discussão a matéria.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Paim.

Em primeiro lugar, agradeço muito à Senador a Regina Sousa pela relatoria favorável do projeto. Agradeço a V. Exª e aos membros desta Comissão por ter colocado a matéria na pauta com inversão.

Este projeto partiu de uma experiência prática do Município de Curitiba. Aqui não posso deixar de reconhecer um trabalho da Secretária Municipal da Mulher de Curitiba, a Roseli Isidoro. Uma pessoa que tem se dedicado muito à proteção da mulher no enfrentamento à violência. Aliás, nós vamos inaugurar agora a nossa Casa da Mulher Brasileira, em Curitiba. Será a terceira Casa da Mulher a ser inaugurada. Vamos inaugurar no mês de abril, num lugar belíssimo. Quero também cumprimentar o Prefeito Gustavo Fruet, que apoiou e deu condições para que essa Casa pudesse ser instalada. A Presidenta Dilma deve estar lá. Mas eles já se adiantaram e instalaram a Patrulha Maria da Penha no Município de Curitiba, através da Guarda Municipal. Porque qual é o problema que nós enfrentamos hoje com a violência contra a mulher? Muitas mulheres recorrem ao Judiciário, recorrem à proteção, há o deferimento por parte do juiz de que o agressor deve ficar longe, que não pode mais chegar perto, que não pode mais haver reincidência, mas isso acaba não acontecendo, o agressor insiste em procurar a mulher, em se encontrar, ir à casa ou encontrá-la no trabalho. Grande parte dos crimes cometidos contra as mulheres é de reincidência de agressor que já havia sido afastado da mulher por medida protetiva.

Então a Patrulha Maria da Penha é voltada para esses casos. Todos os casos que estão sob medida protetiva a Patrulha Maria da Penha acompanha. Então vai sempre fazer a visita à mulher na sua casa e no seu trabalho. Isso faz com que o agressor não retome as visitas ou o contato.

Então, em Curitiba, é isso de que a Senadora Regina falou. Também não sabia desse índice em Manaus, mas reduzimos a zero as reincidências de violência contra as mulheres. Isso é muito importante porque, obviamente, também traz referência a outros tipos de violência, que não a reincidência de medidas protetivas. Claro que gostaríamos de expandir esse serviço não só para as medidas protetivas, mas gostaríamos de uma Patrulha Maria da Penha que que tivesse a função preventiva de violência contra mulher. Costumamos dizer que a violência contra a mulher é a gênese da violência na sociedade. É impossível uma sociedade pacífica se você tem uma casa em que a mulher é desrespeitada, o marido, o companheiro bate na mulher e geralmente as crianças são vítimas de violência. Essa é uma violência que se reproduz fora de casa, através da passividade, de a criança, os adolescentes se sujeitarem à violência ou através da violência ativa. São muito importantes medidas como esta.

Eu queria agradecer muito à Senadora Regina. Eu só tenho uma preocupação, que foi uma emenda que a Senadora colocou, em relação à Guarda Municipal. Eu entendo a preocupação em relação à constitucionalidade, ao art. 144, §8º, da Constituição, o relatório aqui sugere tirar os Municípios. Nós havíamos colocado, além dos órgãos de Segurança Pública do Estados e do Distrito Federal ou, no caso dos Municípios, pelas Guardas Municipais, de acordo com a Lei nº 13.022, inclusive o Estatuto das Guardas Municipais que nós aprovamos nesta Casa, conferindo às guardas municipais poder de polícia.

Eu entendo essa questão da Senadora Regina de colocar, porque de fato pode haver realmente essa alegação de inconstitucionalidade. Agora, eu consulto a Relatora se não poderíamos separar o §3º e, em vez de suprimir os Municípios através das guardas municipais, colocar um §4º. Porque se houver alegação de inconstitucionalidade, o veto seria só em cima desse parágrafo. Mas se não houver e se entender que o Estatuto das Guardas Municipais dá às Guardas condições e direitos e até o dever de proteger a gente deixar, porque nos Municípios a realidade é esta: as guardas municipais estão mais perto da comunidade e se dispõem mais a esse trabalho do que as Polícias Militares. Então, a minha sugestão seria acrescentarmos um §4º para dizer: "No caso dos Municípios, pelas Guardas Municipais, de acordo com o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014." No caso de os Municípios terem guarda municipal.

Se a Relatora concordar, eu gostaria de fazer essa proposta.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Concordo. Sugestão acatada. Faremos a redação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a autora, Senadora Gleisi, e a Relatora, Senadora Regina. São muito importantes todas as iniciativas que se tomem no Legislativo e no Executivo para inibirem a violência contra a mulher. No Brasil, nossos Estados têm os índices muito elevados. Meu Estado de Roraima é o campeão nacional de violência contra a mulher.

Essa iniciativa da Senadora Gleisi da Patrulha Maria da Penha é uma experiência prática de vários Estados e Municípios dos brasileiros, precisa ser firmada na lei para que tenha mais efetividade. São experiências exitosas, que, sem dúvida nenhuma, vão diminuir os índices expressivos de violação das medidas protetivas.

Eu quero também dizer que entre as medidas do Poder Executivo do Governo da Presidenta Dilma no combate à violência não posso deixar de destacar a criação da Casa da Mulher Brasileira, que deverá ser inaugurada até o final do ano na grande maioria das capitais. No meu Estado, Boa Vista, capital, deverá ser inaugurada até o final do primeiro semestre. A Governadora Suely Campos, preocupada com esse índice de Roraima ser campeã de violência, está muito empenhada na conclusão dessa Casa da Mulher Brasileira lá, que vai unir serviços jurídicos, assistenciais e de saúde para a mulher vitimizada. Também está fazendo um movimento muito importante no sentido de melhorar o atendimento na única Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Nós tínhamos uma situação muito preocupante de mais de 8 mil inquéritos acumulados, uma Delegacia da Mulher que não tinha um telefone, não tinha internet, não tinha atendimento mínimo para essas mulheres vítimas de violência. Mas, numa ação articulada com o Poder Judiciário, reverteu-se essa situação e hoje nós temos uma situação bem melhor, graças a Deus.

A Casa da Mulher Brasileira deverá ser inaugurada e nós esperamos que com a inauguração dessa casa, no âmbito do Poder Executivo e com projetos dessa importância, como esse da Senadora Gleisi, que cria a Patrulha Maria da Penha, nós iremos avançar e melhorar esses índices de violência contra a mulher que são assustadores, infelizmente, em nosso País.

Era isso. Parabéns, Senadora Gleisi e Senadora Regina. Vamos aprovar esse projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Também para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra o Senador Dário Berger, na sequência, Senador Medeiros.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, quero parabenizar e cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann pela instituição do presente projeto de lei. Estendo, evidentemente, meu cumprimento à Senadora Regina Sousa, que soube compreender exatamente a essência do projeto, que altera uma pequena parte da Lei Maria da Penha e institui a Patrulha Maria da Penha. Isso é muito importante, porque ele consiste nas revistas periódicas e permanentes às residências de mulheres em situação de violência doméstica e de violência familiar para, acima de tudo, verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência de reprimir a violência.

Invariavelmente, nós todos aqui, Senadores, Deputados, temos muitas ideias.

Algumas dessas ideias se transformam em projetos de lei importantes como este. No entanto, muitas vezes nós não acompanhamos efetivamente o desenrolar disso, Senadora Gleisi Hoffmann, e não temos o *feedback* de como isso verdadeiramente está acontecendo.

Portanto, seu projeto é importante, é essencial, é primordial para que essas medidas sejam efetivamente implantadas.

Eu também quero mencionar que nada nos toca mais do que a violência humana, sobretudo a violência contra as mulheres, os nossos jovens e as nossas crianças porque, indiscutivelmente, elas são praticadas por nós mesmos, nossos semelhantes, por seres humanos que muitas vezes convivem conosco, o que é um absurdo do ponto de vista da convivência humana, a ponto de nós termos de estabelecer leis mais rígidas para uma sociedade que deveria viver de forma harmônica e pacífica.

Lamentavelmente, ainda assistimos a isso com muita frequência no país do futuro e no século 21, o que francamente nós já deveríamos ter superado há muito tempo. Mas não é o que acontece na prática, por isso que esse projeto é peculiar, ele é sublime, ele é importante. Também, todos nós sabemos que o tempo passa rápido, com o tempo há necessidade de aprimorarmos conceitos. Na verdade, o que a Senadora Gleisi faz aqui é aprimorar um projeto, aprimorar um conceito que já veio trazer um grande benefício à sociedade brasileira, sobretudo às mulheres brasileiras, que merece prosperar, consagrado já no cenário nacional.

Portanto, esse é o caso em espécie. O projeto, como eu falei, é extremamente oportuno e importante, merece prosperar, terá, inclusive, meu voto favorável, parabenizando mais uma vez a autora e a Relatora dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Senador Medeiros. Em seguida, Senador Capiberibe.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pela TV Senado, a minha fala também é só no sentido de parabenizar a autora e a Relatora do projeto. Nós até temos avançado bem nessa matéria, Senador Paim, mas temos muito que caminhar ainda.

Nesta semana tivemos esse caso que chocou o País inteiro. Uma juíza foi atacada dentro do seu gabinete. Eu não tenho dúvida de que aquilo foi um crime de gênero, simplesmente por ela estar ali na condição de mulher. Não se veem gabinetes de juízes do sexo masculino sendo invadidos. Vemos na própria história daquele caso concreto a juíza sendo atacada porque exerceu sua função de defesa da mulher.

Eu tenho acompanhado, trabalhei 20 anos na área de segurança e vi crimes contra as mulheres sendo banalizados. Parece: "Posso fazer isso porque eu sou um homem." A sociedade, o Judiciário e o Legislativo precisam realmente criar instrumentos para cada vez mais dizer que a sociedade não aceita mas esse tipo de comportamento. Esses instrumentos são extremamente importantes porque, de certa forma, os Municípios e os Estados já têm esse tipo de profissional, basta direcionar essa política pública para a proteção à mulher.

Eu vi uma experiência na minha cidade, ainda antes de começar esse tipo de discussão. Lembro-me que foi criado o PAF (Programa de Apoio à Família), que, na verdade, era direcionado justamente à proteção da mulher. Funcionou muito bem. Estão de parabéns as Senadoras e o Legislativo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Medeiros.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, realmente não basta aprovar a lei, somos uma sociedade com uma certa dificuldade no cumprimento da lei, primeiro pelo desconhecimento.

Temos enorme dificuldade de fazer chegar ao alcance da lei em todo o País, dada a dimensão do País, dada a diversidade do País.

Realmente uma ideia como essa é louvável. Parabenizo a Senadora Gleisi, porque necessário o acompanhamento da aplicação da lei e nesse caso específico da violência contra a mulher, além da ignorância sobre os rigores da Lei Maria da Penha, há uma cultura de violência na sociedade brasileira. Aliás, não é só na sociedade brasileira, mas mundial. Quando se pensa que no primeiro código civil depois da Revolução Francesa não aparece o nome da mulher, mostra claramente o domínio do homem sobre a mulher. Uma patrulha como essa realmente mobiliza e pode ser o instrumento de acompanhamento da aplicação da lei, daí a importância de aprovarmos essa proposta que vai fazer avançar e nós acompanharmos. Nós, agentes políticos, também recebemos essa carga, é comum nos chegarem gente sofrida. Algumas mulheres não acionam o que devem acionar e, quando acionam, às vezes são mal recebidas, nas próprias delegacias da mulher. É preciso ampla divulgação e uma patrulha como essa eu acredito que possa ser esse instrumento de divulgação em todos Estados e Municípios brasileiros.

Parabéns, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Capiberibe.

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos à votação.

Coloco em votação o relatório pela aprovação do projeto, com três emendas que apresenta. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, nos termos do que foi decidido por esta Comissão, a partir da Senadora Gleisi Hoffmann acatada pela Relatora, Senadora Regina Sousa. O projeto segue para análise da CCJ.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Senador Paim. Agradeço a V. Exª e à Comissão, Senadoras e Senadores que estão aqui, em particular, à Senadora Regina. Só deixo registrada a emenda que acordamos aqui em relação à Guarda Municipal. Tenho certeza de que melhoraremos as legislações e as ações e mecanismos que temos de proteção e de enfrentamento à violência contra a mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns a V. Exª e parabéns à eminente Relatora.

Vamos ao item 8.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, de 2013
- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CE.
- Em 03/03/2016, foi realizada audiência pública para instruir este Projeto, nos termos do RDH 114 de 2015.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros para a leitura do seu parecer.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se V. Exª me permitir, vou partir direto à análise do projeto.

Quanto ao conteúdo, enaltecemos a iniciativa de propor a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento, que significa um passo importante rumo a uma proteção cada vez mais efetiva da primeira infância e, a longo prazo, de todos os cidadãos deste País. Nesse sentido, há estudos que apontam para uma relação direta entre os cuidados direcionados às crianças pequenas e uma melhor qualidade de vida para essa criança quando adulta, no espírito, inclusive da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, também conhecida como Estatuto da Primeira Infância.

Além desse viés humanista, convém ponderar sobre os custos financeiros, projetados no tempo, de uma infância pobre em nutrientes – e em afeto – para o Estado. Rememoro uma missão do Senado de que participei, na Universidade de Harvard, em que foi ministrado um curso sobre primeira infância. A conclusão foi impressionante: se o Estado investir em políticas públicas direcionadas para o segmento do zero aos seis anos de idade poderá economizar até em segurança pública no futuro, pois terá garantido boas condições de desenvolvimento àquelas crianças, reduzindo-lhes as chances de marginalização.

Há algumas semanas, esta Comissão de Direitos Humanos foi palco de audiência pública destinada a ouvir profissionais que lidam diariamente com desafios para garantir uma alimentação saudável e nutritiva a nossas crianças, em especial àquelas menores.

Todos os especialistas foram unânimes ao afirmar que a amamentação traz repercussões para a vida toda, pois a probabilidade maior ou menor de contrair enfermidades pode ser atribuída ao tipo de prática alimentar adotado nos primeiros dias de vida.

Recentemente, o Brasil teve sua política de aleitamento materno reconhecida pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e pela revista *The Lancet*, destacando-se frente a países de renda maior, como Estados Unidos, Reino Unido e Portugal. É imperativo que continuemos avançando. Por esse motivo, elogiamos a proposição, que pretende, entre outras coisas, acentuar a mobilização social em prol do aleitamento materno.

No entanto, Sr. Presidente, observamos que a Semana Mundial do Aleitamento Materno é celebrada por mais de 170 países sempre no período de 1º a 7 de agosto. Pensamos que realizar a semana nacional em período diverso, de certa forma esvaziaria seu propósito por maior visibilidade aos temas da amamentação e do aleitamento materno. Por esse motivo, apresentamos emenda com o objetivo de fazer coincidir o período de realização da semana nacional com o da semana mundial do aleitamento materno. Anotamos, por fim, que a merecida homenagem à Drª Zilda Arns, proposta pelo autor, não ficará prejudicada com a alteração que ora pro-

pomos, uma vez que a Lei nº 12.602, de 3 de abril de 2012, instituiu o dia 25 de agosto como o Dia Nacional da Educação Infantil, justamente em reconhecimento à destacada atuação dessa grande personalidade brasileira.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, a seguinte redação:

"Art. 1º É instituída a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno, a ser celebrada anualmente de 1º a 7 de agosto.

....."

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, que apresentou parecer sobre o projeto apresentado pelo Senador Rodrigo Rollemberg.

Em discussão a matéria.

Senador Dário Berger, para discutir.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, para mencionar que nós adultos – nem digo homens públicos e Parlamentares – temos muitas responsabilidades. Nós, como Parlamentares e homens públicos, bem mais que o cidadão comum, que trabalha no dia a dia para sustentar sua família, criar seus filhos e povoar este Brasil imenso e continental que temos.

Dentre essas responsabilidades, quero destacar que cuidar das nossas crianças sem distinção, com zelo, com carinho e com as orientações necessárias consiste numa missão sublime de todos nós. Nós todos sabemos que os primeiros dias de vida de uma criança e os primeiros meses são fundamentais para a sua formação, tanto é que o Senador José Medeiros relatou, de forma objetiva e sucinta, a importância dessa questão e do aleitamento materno para as nossas crianças, principalmente nos quatro, nos seis primeiros meses.

Dados indicam que as crianças amamentadas não são suscetíveis a algumas doenças a que outras que não são amamentadas são suscetíveis. De maneira que esse projeto vem contribuir, inclusive, Senador José Medeiros, com o objetivo pedagógico de nós continuarmos discutindo essa questão, de instituirmos uma Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno. Acho que isso é muito importante. Talvez grande parte dos brasileiros ainda não tenha a noção exata do que isso representa para o futuro do nosso País, sobretudo para o futuro das nossas crianças, dos nossos jovens e dos nossos adolescentes. Razão pela qual meu voto é favorável. Quero parabenizar o autor que hoje é Governador daqui do Distrito Federal, Senador Rodrigo Rollemberg, e sobretudo nosso eminente Relator, que vem se destacando de maneira peculiar aqui no Senado Federal, que é o Senador José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Em discussão a matéria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero parabenizar também o autor, que já saiu desta Casa, e o Relator, que fez um grande relatório. Acho que é importante esse incentivo ao aleitamento materno.

E essa semana, certamente, vai servir para isto, para mostrar a necessidade de as crianças mamarem por um certo tempo. Elas criam mais anticorpos – está provado isso – e ficam menos suscetíveis a doenças.

Mas, daqui a pouco, vamos entrar na seara das relações de trabalho, para que as empresas compreendam que as mães têm que amamentar. Há uma grande dificuldade das trabalhadoras, porque as mães, quando voltam ao trabalham, não têm como amamentar o filho porque não existe um espaço. É uma luta antiga nossa de que as empresas com certo número de funcionárias, mulheres, tenham um espaço para garantir que as crianças fiquem lá e a mãe, na hora certa, vá amamentar. Porque, quando a criança não mama na hora certa, ela vai deixando, vai perdendo o gosto e aprendendo a gostar de outros alimentos. Certamente, esta lei vai suscitar uma outra discussão das relações de trabalho.

Mas, de qualquer forma, é uma lei importante para as mulheres.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa.

Cumprimento o autor pela iniciativa, e o Relator, pelo parecer.

Lembro-me que, em Canela, no Rio Grande do Sul, todos os anos, há um evento de caráter nacional: a Semana do Bebê. Eu estive lá, inclusive, falando em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1.

O projeto segue, agora, para a Comissão de Educação.

Item 13:

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 36, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 8/2016, para instruir o PLC 119/2015, que dispõe sobre o "Estatuto do Índio", seja incluído o Representante da Liderança da APINA (Associação dos Povos Indígenas do Norte do Amapá), Cassiripinã Waiâpi.

Autoria: Senador João Capiberibe

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – O Kasiripinã Wajãpi é um dos sobreviventes da construção da estrada Perimetral Norte, de uma comunidade Wajãpi, de fala guarani. Para que tenham uma ideia do que aconteceu com os povos indígenas da costa atlântica e também da sua região do Rio Grande do Sul, os guaranis se espalharam pelo Brasil todo e alguns deles foram se esconder no coração da floresta, que é o caso dos wajãpis, que são de fala guarani. Vocês vão encontrá-los falando fluentemente o guarani como se estivessem na região centro-sul, no Paraguai, em outras regiões onde a língua continua viva.

E eles foram vítimas das estradas, dos empreiteiros, esses que estão presos hoje não estão pagando à toa, porque eles influenciaram a política nacional ao longo da ditadura e continuaram na democracia e, hoje, estão se dando mal, pagando pelas suas influências maléficas em relação às políticas nacionais.

E seria importante que Kasiripinã participe conosco dessa audiência, porque, para se ter uma ideia, de uma população em torno de 1.200 indígenas, depois que a estrada chegou lá e parou.... Foram gastos alguns bilhões de dólares nessa estrada, que até hoje não vai a lugar nenhum, mas atingiu o coração de várias comunidades indígenas pelo trajeto. De 1.200 indivíduos wajãpis, restaram 150. De famílias inteiras restou um indivíduo, em função de todo tipo de doenças...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um verdadeiro genocídio.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Um genocídio mesmo. Essa estrada cortou um perímetro que sai do Amapá até o Acre.

Eu conheci as duas pontas da estrada, não conheci os miolos da estrada, porque começavam no Amapá, iam até o Acre e havia vários acampamentos tentando construir uma estrada que está paralisada desde o período da ditadura. Portanto, eu pediria a aprovação para este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 14

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 38, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater, junto com as autoridades responsáveis, a Regularização Fundiária.

Autoria: Senador José Medeiros

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito rapidamente, Sr. Presidente. É só para ressaltar que no Brasil inteiro, principalmente no Mato Grosso, inclusive nos meios urba-

nos, nós temos ainda um grande déficit e um grande problema quando se refere à regularização fundiária. Em Mato Grosso, por exemplo, vários conflitos são iniciados devido a esse tema.

Temos também a questão econômica do País. Por exemplo, o Município de Nobres tem as mesmas características de Bonito, no Mato Grosso do Sul, mas enquanto Mato Grosso do Sul desenvolve amplamente a indústria do turismo lá em Bonito, Mato Grosso não pode fazer o mesmo porque as pessoas que ali moram não têm segurança jurídica alguma. Eles estão sobre um assentamento. Os proprietários não têm segurança de fazer investimento porque não sabem qual será o futuro.

Então, justamente para discutirmos esses temas, que dizem respeito não só a Mato Grosso, mas também ao País inteiro, que é ter uma regularização fundiária de importância vital para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu percebo que V. Exª chegou ao nº 15 e ao nº 16...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E vamos para o nº 17 agora.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu queria solicitar a V. Exª que subscreva esses dois requerimentos, que são de autoria do Senador Hélio José. Se V. Exª pudesse nos distinguir com essa possibilidade, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora. Seu nome já está incluído. V. Exª depois assina e nós já vamos à votação e seguimos a sequência.

ITEM 15
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 39, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater o atual momento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e seus novos desafios.

Autoria: Senador Hélio José e outros

O Senador Dário Berger também é autor.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para o encaminhamento da votação.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Eu acho que nem se faz necessário, mas o requerimento é para debater o atual cenário, o atual momento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e os seus novos desafios.

O Senador Hélio José, do Distrito Federal, me solicitou subscrever esse requerimento, o qual submeto à apreciação dos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 16
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 40, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH, para debater os desafios da Saúde Primária no Distrito Federal.

Autoria: Senador Hélio José

Não é o mesmo requerimento?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Em um, ele quer discutir especificamente a questão primária da saúde no Distrito Federal; no outro, as questões do momento da Secretaria da Saúde. Deve ser muito mais genérico.

O Senador acaba de chegar. Talvez ele possa esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para ficar bem claro, Senador, a diferença entre os dois, que V. Exª já estava esclarecendo.

Senador Hélio José, nós estamos votando os seus requerimentos.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Senador Hélio José, só para colocar V. Exª a par, eu subscrevi os dois requerimentos de autoria de V. Exª, para que fossem deliberados por esta Comissão.

O primeiro já foi aprovado, que é para debater o atual momento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e os seus novos desafios. Está em discussão, em deliberação, audiência pública para os desafios da saúde primária no Distrito Federal.

Suscitou uma certa dúvida se não daria para fazer uma só audiência pública para discutir os dois assuntos. E aí ninguém melhor do que V. Exª para defender, vamos dizer assim, as duas audiências públicas, ou concordar com a sugestão dos colegas Senadores aqui para incluir as duas numa audiência pública só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para informar a V. Exª que o Senador Dário Berger já tinha assinado os dois requerimentos para garantir a votação dos seus dois requerimentos, ou uma fusão, se assim o senhor entender.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É que ele é um bom vizinho, entendeu? Bom vizinho, bom companheiro e agora um grande correligionário ainda. Portanto, merece de minha parte essa distinção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Paulo Paim, a delicadeza do Senador Dário Berger é admirável por todos nós desta Casa. Primeiro, porque é uma pessoa com experiência administrativa renomada como prefeito, como governador e agora como Senador, que tem colaborado muito aqui, além da pessoa humana que é e um ótimo vizinho. Então, para mim, é com muita satisfação tê-lo subscrevendo os meus requerimentos, porque eu tenho só a ganhar com a colaboração do meu amigo, meu colega aqui, como de V. Exª também, o nosso querido Senador Medeiros, a nossa querida Senadora Regina Sousa.

Por que de dois requerimentos? Eu acho que se poderia acrescentar aqui "Distrito Federal e no Brasil". Por que dois requerimentos? Porque se trata de duas coisas totalmente distintas.

Eu não sei se vocês tiveram oportunidade de verificar, mas nós que estamos morando aqui no DF já estamos indo para o terceiro secretário de saúde em apenas um ano e três meses de governo. O grande problema é a gestão da saúde, que não consegue fazer com que tenhamos um atendimento adequado tanto nos nossos hospitais quanto nos nossos centros de saúde, e também para as pessoas do Entorno, que vêm para Brasília. Então, esse é um tema bem distinto do outro, que é a questão de aliviar o dia a dia no que se refere a essas questões da dengue, da zika, do atendimento lá na ponta, que é a atenção primária, o primeiro momento em que a pessoa tem o contato com a Medicina, com o médico que vai olhá-lo.

Aqui em Brasília, anos atrás, um piauiense chamado Jofran Frejat, que era secretário, implantou um sistema de saúde similar ao que Cuba fazia com relação a atendimento de ponta, ao atendimento primário. E aí instalaram-se redes de saúde em todas as cidades do Distrito Federal existentes naquela época. Só que esse sistema, desde aquela época, vem sendo sucateado, sucateado, com poucos funcionários e não vem funcionando adequadamente.

É por isso que a atenção primária, em Brasília e no Brasil afora, é fundamental para conter essas endemias e aliviar a rede secundária da saúde, que é aonde a pessoa precisa ir para o tratamento mesmo, aonde a pessoa tem que ir lá porque recebeu um tiro ou porque foi acidentado.

Então, o que precisamos fazer, Senador Paulo Paim, nosso Presidente? O objetivo – e por isso eu queria acrescentar aqui "e no Brasil', não só no Distrito Federal –, quando eu discuto esse microcosmo do DF, é discutirmos a ponta e a saúde básica onde tem que ser, no hospital, que são duas coisas distintas, e a gestão disso.

Como os senhores sabem, nós que somos de Brasília não precisamos fazer audiências públicas nos dias mais nobres da Casa, deixamos para os demais colegas de outros Estados. A nossa audiência pública é dentro do limite do fôlego dos nossos servidores, que têm sido sempre colaborativos conosco. Podemos fazer na segunda ou na sexta. Não há nenhum tipo de problema aqui para o Distrito Federal, que é um público mais envolvido. Vamos chamar o Ministério da Saúde. Então, seria importante que se permanecessem as duas. Não dá para fundir porque são assuntos bem distintos. E nós não podemos fazer porque o tempo é curto para uma só, entendeu, nobre Senador?

O senhor, que foi governador, sabe da importância do que eu falei aqui.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – De minha parte, você terá a minha aprovação.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mediante o esclarecimento a todos, nós vamos à votação do requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Eu posso dizer, Senador Hélio José, que se V. Exª concordar, nós vamos assegurar as duas próximas quintas-feiras.

Nós combinamos a data, mas em duas quintas, porque noto que, na sexta-feira, a Casa é muito ágil e, como eles fazem aqui, atendendo a nós...

Por exemplo, segunda-feira, dia 11 se não me engano, nós vamos ter uma audiência pública de manhã e outra à tarde. Depois, se não me engano, teremos uma na quarta. Então, para dar um período para eles, nós tentaríamos manter audiências públicas às segundas e quintas e, na quarta, as deliberativas. Então, vamos ajustar com V. Exª duas quintas que atendam plenamente o seu interesse.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Correto, nobre Senador Paulo Paim.

Estou aqui para colaborar. Sei do grande trabalho que a nossa equipe faz aqui, temos só que parabenizá-los.

Nós poderíamos tentar, Mariana, você como Secretária da nossa Comissão, organizar nas quintas à tarde. Como não há plenário, podemos fazer aqui tranquilamente a nossa audiência pública. Não concorreríamos com o plenário, que geralmente ocorre de manhã nas quintas aqui no Senado – pelo menos é o que tem acontecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Boa sugestão, Senador.

Vamos ao item 17.

ITEM 17
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 43, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realize diligências na forma de Ciclo de Debates, na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, para debater os problemas enfrentados pelo campus da Universidade Federal de Rondonópolis. Outrossim, requeiro seja indicado o meu nome em representação dessa Comissão no evento.

Autoria: Senador José Medeiros.

Quero dizer, de pronto, que para nós é um orgulho enorme dizer que, nessa missão, V. Exª falará em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Passo a palavra a V. Exª para debater o requerimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, fiz esse requerimento pelas seguintes razões.

O Estado de Mato Grosso é um Estado gigantesco. Só para dar uma ideia: no Estado de Mato Grosso cabem 10 países como Portugal, cabem 3 Franças, 7 Inglaterras. É um Estado muito grande, mas, ao mesmo tempo, na questão da educação, tem apenas uma universidade federal. Estamos agora em luta, esperamos que a Presidenta possa mandar para o Congresso, para ser votada, a criação de mais uma universidade lá. Mas, enquanto isso, nós não podemos descuidar do que já temos.

O polo da universidade na cidade de Rondonópolis atende parte do Estado do Mato Grosso do Sul, parte de Goiás e também a região sul-sudeste do Estado de Mato Grosso. Há várias obras, vários problemas no *campus* que precisam ser debatidos, a comunidade tem cobrado muito isso. A forma que encontrei para poder debater esses temas e trazê-los para a Casa foi esse ciclo de debates, por isso o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador. Com isso, V. Exª leva o Senado para a base.

Eu informo o seguinte àqueles que me perguntaram esses dias por que diversos Senadores entraram com requerimentos para uma missão como essa, uma audiência como essa. Eu digo a todos que o custo é zero para o Senado. Eu mesmo vou agora a uma no Rio Grande do Sul. Como eu moro lá, tenho que ir para lá, tenho residência lá, tenho passagem para lá, o custo é zero. É o mesmo caso aqui de Brasília.

Então, não há problema nenhum. Para nós é uma satisfação ver o deslocamento do Senado, via Comissão de Direitos Humanos, para os Estados, como V. Exª propõe neste momento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Descentralização!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Descentralização.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Descentralização tão defendida pelo nosso saudoso Senador Luiz Henrique, por quem o próprio Senador José Medeiros nutria uma grande admiração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o caso, agora, segunda-feira...

Segunda, não é, Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sexta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na próxima sexta em Curitiba. É a mesma coisa, nos mesmos moldes que V. Exª colocou.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que com ele concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora ao item 19.

ITEM 19

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 45, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, que esta comissão reproduza mil (1000) cópias do relatório final da Comissão Camponesa da Verdade – Violação de Direitos no Campo 1946-1988, e que o documento seja armazenado em mídias no formato CD-ROM.

Autoria: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe neste momento para encaminhar seu requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, nós recebemos aqui o relatório da Comissão Camponesa da Verdade, um documento fundamental, um documento da história do nosso País, da história da violência do Estado brasileiro, que é uma violência que, pelo fato de ter sido encoberta e escondida, terminou se prolongando no tempo.

É importante que esse relatório chegue às universidades brasileiras. Analisando os volumes que foram impressos, a edição impressa, vimos que eram insuficientes. O CD-ROM é um instrumento barato e pode viabilizar a ampla distribuição desse relatório. Portanto, eu pediria o apoio dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador João Capiberibe.

Alguém mais para discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Só há mais dois requerimentos.

Item 20.

ITEM 20

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 46, de 2016

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "o índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios".

Autoria: Senador Paulo Paim

Como sou autor do requerimento, passo a presidência para o Senador João Capiberibe. É o único requerimento aqui agora. Gostaria que V. Exª pudesse presidir nossos trabalhos.

Passo a presidência para o Vice-Presidente João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Item 20 da pauta, que tem como autor o Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, esse requerimento é muito importante, porque ele vai tratar do debate sobre o cálculo para a atualização monetária das dívidas dos Estados e dos Municípios.

Nós todos sabemos que nós temos nos Estados dívidas impagáveis. Só o Rio Grande do Sul assumiu lá atrás, quando a inflação estava lá no céu, um empréstimo de R$9 bilhões. Pagamos R$21 bilhões e estamos devendo R$50 bilhões. Como há estudiosos que estão tratando desse tema com muito carinho, eles querem apresentar aqui um cálculo que vai atualizar a dívida dos Estados e Municípios de forma tal que não se use o IGP-DI mais 9%, mas que se use o índice que mede a inflação, que é o INPC. É uma discussão muito interessante e, como interessa a todos... É um dinheiro que, se não tivesse que vir para Brasília, ficaria nos Estados. Então, acaba sendo uma política de investimento na saúde, na educação, na habitação, no saneamento básico. Por isso estamos propondo o debate desse tema.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Consulto se há algum Senador ou Senadora que deseje fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, coloco em votação.

Os Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Paulo Paim permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 21 da pauta é de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 47, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso da motocicleta".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O próximo requerimento visa debater o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, de entrega de mercadorias e em serviço comunitário com o uso da motocicleta.

Temos debatido seguidamente aqui o número de acidentes, o número de mortes causadas principalmente pelo uso desse veículo de transporte mais barato, que é a motocicleta. Mais uma vez esta Comissão e essas entidades pedem que nós promovamos mais um debate. Fruto desses debates, nós avançamos com algumas melhorias, mas eles acham que dá para avançar ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, gostaria de saber de V. Exª se dá para ainda incluirmos três requerimentos extrapauta, cuja síntese eu faria em um minuto para cada um antes de os votarmos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Consulto o Plenário se está de acordo com a inclusão desses itens. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, o primeiro requerimento que estou apresentando é para fazermos um debate aqui sobre as dificuldades enfrentadas no exercício da profissão de Técnico em Radiologia.

Eles fazem uma série de denúncias sobre a realidade deles. Falam, inclusive, do adicional de risco de vida, que eles enfrentam. E por isso eles querem fazer um debate franco e aberto sobre a realidade do trabalho deles. É esse o Requerimento nº 48, Sr. Presidente, se quiser colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Submeto à votação.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte a matéria aprovada:

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 48, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, assim, requer a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "As dificuldades enfrentadas no exercício da Profissão de Técnico em Radiologia".

Autoria: Senador Paulo Paim.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O outro requerimento, Sr. Presidente, é o de nº 49. Ele trata de um assunto que é de interesse nacional, que é a discussão sobre a situação da Defensoria Pública no nosso País. São aqueles que defendem sempre os mais pobres. Eles querem trazer para cá um debate, para que eles possam exercer ainda com muito mais força, desde que tenham estrutura, a sua missão de defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Meu caro Senador Paim, realmente, esse é o primo pobre do Judiciário. A defesa dos pobres neste País é sempre muito complexa. Eu fui governador do meu Estado, e quando a gente sentava para discutir com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, o Tribunal de Contas, eles têm os orçamentos mais folgados do País. É tão folgado que 25% dos Conselheiros dos Tribunais de Contas hoje estão encrencados com a Justiça. Há 25%, um estudo feito e publicado pelo Estado de São Paulo mostra isso. Também o Judiciário tem, todos os Estados, inclusive o Rio Grande do Sul – eu estive analisando os gastos com o Judiciário no Rio Grande do Sul –, são altíssimos, têm um percentual enorme do orçamento do Estado, e as Assembleias Legislativas, nem se fala.

Portanto, eu acho que é oportuno, sim, trazer o debate, porque os pobres dependem, os pobres que lotam as prisões deste País dependem totalmente das defensorias públicas, e elas têm dificuldade em atender a enorme demanda.

Por isso eu submeto à apreciação do Plenário.

Há alguém que queira discutir a questão? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É a seguinte a matéria aprovada:

EXTRAPAUTA
ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 49, de 2016
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "a pauta legislativa no Senado Federal de interesse da Defensoria Pública".

Autoria: Senador Paulo Paim.)

Há mais?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, tenho que fazer um apelo. (*Fora do microfone.*)

Todos acompanham que nós estamos enfrentando um debate na Câmara, que vai vir aqui para o Senado, de um entendimento que foi feito entre o Executivo e os governadores sobre a dívida dos Estados.

Acontece que, nessa discussão, entra um PL que trata de uma série de direitos que perderão os servidores públicos, muito mais por pressão dos Estados, que exigiram que eles fossem colocados.

Ora, nesse debate que nós vamos ter aqui – e já foi votado o requerimento –, teria que haver um adendo falando do PL 257. Então, o adendo que eu estou pretendendo que se coloque aqui, se V. Exª permitir, é para discutir, sim, o índice de cálculo de atualização monetária da dívida dos Estados e o PL 257, o.k.? Porque aí tratamos de tudo de uma vez só.

Aí virão, naturalmente, os que vão mostrar que o caminho pode ser outro para resolver o problema da dívida dos Estados, sem penalizar os servidores públicos. O.k.? É o PL 257, não é? E instruir o PL 257, que ainda se encontra na Câmara dos Deputados.

O último requerimento, Sr. Presidente: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre 'o direito dos trabalhadores e a Nissan'."

Vou explicar, pessoal, como é que eu entrei nessa. Por incrível que pareça, houve um problema enorme no Canadá que envolvia a Vale do Rio Doce e uma empresa no Canadá de que a Vale era sócia lá. Nós, fruto de uma audiência pública aqui, acabamos negociando o fim da greve no Canadá. E a moda meio que pegou. Terminamos com a greve no Canadá, felizes para sempre, trabalhadores, empresários, todo mundo.

Muito bem. Depois, tivemos, com o McDonald's, problema semelhante. Viemos para cá, houve um encontro aqui, internacional, e avançamos na negociação. Avançamos, eles estão ajustando ainda o tal de TAC (Termo de Ajuste de Conduta). Mas avançou.

Agora chegou a vez da Nissan. Não estou fazendo nenhuma crítica à Nissan. Há uma divergência lá nos Estados Unidos, se não me engano no Mississippi, entre os trabalhadores e a Nissan. O que fizeram os sindicatos nos Estados Unidos? Sabendo dessa iniciativa nossa aqui, que envolveu uma série de países, propuseram que a gente fizesse também um debate aqui sobre a situação específica. Virão os trabalhadores do Brasil, representantes dos trabalhadores do Mississipi e também representantes da Nissan, para ver se conseguimos construir um entendimento possível – na linha do entendimento. Não é crítica aqui personalizada a ninguém.

Porque às vezes alguém pode me dizer: "Quando você faz uma audiência como essa, conforme o grupo de interesse que está por trás, é de desgaste desse ou daquele." Não é isso. Ninguém aqui está querendo desgastar ninguém. Nós queremos ajudar na construção do entendimento entre empregados e empregadores. Esse é o objetivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Coloco em discussão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Nossa velha palavra de ordem: a classe operária internacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Direitos Humanos é universal.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado com louvor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes de assumir novamente a Presidência, e apesar de que não há mais nada a votar, mas o dever de ofício me obriga, de acordo com nossa Secretaria, que eu apenas faça o encaminhamento de uma denúncia, para constar nos *Anais* da Casa que a recebemos. É muito rápido, senhores.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa denúncia apresentada por advogados e familiares que relataram supostas violações de direitos humanos, acerca de violação da plenitude de defesa e a não comunicação de prisões à autoridade competente. Segundo os advogados dos investigados, representantes da Embaixada de Portugal tentaram ter acesso aos autos, contudo, tiveram o pedido negado pela Juíza, o que, segundo eles, caracterizaria uma violação a direitos constitucionais e à Resolução nº 162, de 13 de novembro de 2012, do CNJ, em que está disposto que é dever da autoridade judiciária, no prazo máximo de cinco dias, comunicar a prisão de qualquer pessoa estrangeira à missão diplomática de seu país de origem.

A análise que eu fiz: em conformidade com o §1º do art. 96 do RISF e a fim de dar celeridade ao caso, eu, Exmo Sr. Senador Paulo Paim, avoquei a relatoria para agilizar e já fiz o voto, não mais de quatro linhas.

Ante o exposto, sugerimos que esta Comissão encaminhe ofício à Juíza de Direito responsável pelo caso, para que esclareça a situação relatada e adote as providências necessárias para garantir o respeito ao direito de defesa e à lei, informando a esta Comissão acerca da veracidade dos fatos ou não e das medidas eventualmente adotadas.

Era isso.

Submeto ao voto de V. Exªs meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Coloco em discussão o relatório que conclui pelo encaminhamento à Juíza de Direito responsável pelo caso, para que adote as providências necessárias para garantir a plenitude do direito de defesa dos acusados. (*Pausa.*)

Coloco em votação o relatório.

Aqueles que aprovam o encaminhamento sugerido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Enfim, está encerrada a reunião do dia de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta esta reunião extraordinária desta Comissão, com o objetivo de debater projetos não terminativos e também requerimentos – eu falei para debater, porque eu sei que não há quórum em plenário para votar. Vamos debater projetos e proceder à votação de requerimentos.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 10ª a 15ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Vamos aos requerimentos. Passo a presidência ao Senador Medeiros, para apreciamos os requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra o Senador Paim.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para realizar "resultado do processo de inclusão nos bancos".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, o primeiro requerimento é o de número 28, de 2016, em que peço a esta Comissão, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir o resultado do processo de inclusão nos bancos.

Já explico o que é. Isso aqui, na verdade, é a política de cotas, e a inclusão nos bancos é um trabalho muito bonito, feito pela Educafro. Lembram do Frei David? Ele tem esse trabalho, houve uma inclusão, de fato, de negros e pobres para o trabalho nos bancos, e ele quer aqui mostrar esse trabalho que aconteceu, e, provavelmente, vamos convidar, Inclusive, a federação dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Então, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 11.

ITEM 11
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O piso salarial dos Vigilantes".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Medeiros.

O outro requerimento de minha autoria que proponho que V. Exª coloque em votação é o Requerimento nº 29, em que, também baseado no mesmo art. 93, inciso II, do Regimento aqui da Casa, peço a realização nesta Comissão de um debate para discutir o piso salarial dos vigilantes.

É um movimento nacional que eles têm. Estão preocupados, porque o piso deles não está consolidado, e querem discutir essa matéria nesta Comissão. Partiu desta Comissão, inclusive com a nossa participação e da Senadora Vanessa Grazziotin, assegurarmos o adicional de periculosidade para eles de 30%. Agora, eles querem, seguindo o mesmo caminho, a discussão do piso salarial.

A presente audiência foi sugerida pelo nosso querido amigo, ex-Deputado Federal e Deputado Distrital, por alguns mandatos, Chico Vigilante e também pela Confederação Nacional dos Vigilantes.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu queria que V. Exª pudesse fazer duas anotações no Requerimento nº 29. A primeira proposta é que ele seja extrapauta, e digo o teor do requerimento.

Nós queremos fazer um debate aqui sobre o Dia Internacional contra a Discriminação Racial.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – I

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o "Dia Internacional de luta contra a discriminação racial".

Autoria: Senador Paulo Paim

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto ao mérito, Sr. Presidente, se puder colocar em votação.

O objetivo desta audiência pública é debater a luta internacional contra a discriminação racial, ou seja, no Brasil e no mundo, seja negro, imigrante, emigrante, branco, judeu, palestino. Trata-se de discutir as discriminações.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ainda peço a V. Exª, se possível, para colocar em votação mais dois requerimentos que eu assino junto com o Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) –

ITEM 8
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, REQUER a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Previdência Social.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O primeiro é o Requerimento nº 26, pelo qual, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, requeiro realização de audiência pública para discutir, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos, temas relativos à Previdência Social com os convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista.

Na verdade, o que nós estamos aprovando é mais um requerimento baseado num ciclo de debates. Nós faremos um ciclo de debates. Teremos um grande evento no dia 27 de abril, lá no Petrônio Portella, onde se espera a presença em torno de mil sindicalistas. Este aqui faz parte desse ciclo. Neste específico, estamos convidando a Profª e Pesquisadora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Drª Denise Gentil; Laura Tavares, Diretora de Economia de Área Política e Social, representando a Contag e representando a Via Campesina brasileira.

O presente requerimento é assinado pelo Senador Lindbergh e por este Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Em votação o requerimento.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, REQUER apoio para a realização de Seminário para discutir, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, os temas relativos à Segurança Alimentar e Nutricional.

Autoria: Senador Lindbergh Farias e outros

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Este é mais um requerimento, Sr. Presidente, assinado também pelo Senador Lindbergh e por este Senador, pelo qual, nos termos do Regimento Interno, requeremos apoio para a realização de um seminário – falaram comigo ontem a assessoria e o próprio Senador – para discutir, no âmbito da Comissão, os temas relativos à segurança alimentar e nutricional.

A lista de convidados que vão participar será apresentada posteriormente.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Aqueles Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devolvo a presidência agora ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Medeiros, agradeço muito a V. Exª pela gentileza de ter presidido a reunião para que eu pudesse colocar em votação uma série de requerimentos.

Agora, com a chegada da nossa querida Senadora Regina Sousa, que estava em uma reunião que é pública. Se não era, já o é, porque toda a imprensa brasileira estava lá na casa do Presidente Renan, com cerca de 40 Senadores. E esteve lá também o Presidente Lula.

Por isso, atrasamos aqui, nós que somos pontuais em matéria de abrir os trabalhos desta Comissão sempre às 11h30.

Senadora Regina, V. Exª gostaria de fazer alguma consideração? Tem algum requerimento?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Hoje não tenho requerimento nem... Só quero agradecer pela reunião de ontem, que V. Exª senhor me colocou para presidir. Foi uma audiência muito boa sobre as políticas públicas de combate à violência contra as mulheres. Acho que temos bons argumentos, bons textos e bons resultados para elaborar políticas para a Frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina. Quero cumprimentá-la pela iniciativa. É importante discutirmos todos os dias, mas ontem era um dia simbólico, que era o dia internacional de luta das mulheres, de luta contra qualquer tipo de preconceito e discriminação às mulheres.

E V. Exª ontem enfatizou a questão da violência contra a mulher. Um belo trabalho feito por V. Exª nesta Comissão, com destaque aqui. Eu tive a oportunidade, no plenário, de falar da sua iniciativa e da brilhante audiência que tivemos aqui pela manhã.

Mais uma vez, meus cumprimentos a V. Exª.

Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Agradeço pela oportunidade, Senador Paim. Cumprimento todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Senador Paim, estou encaminhando um requerimento para a Comissão, para fazermos aqui uma audiência para tratarmos de um assunto que, em princípio, até parece não ser da alçada da Comissão, que é o tema regularização fundiária.

Mas o que ocorre?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero dizer para V. Exª que eu recebo com muito carinho. Tem tudo a ver, no meu entendimento. Por isso, cumprimento a iniciativa de V. Exª.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – E eu faço sabe por que, Senador Paim? Eu tenho visto algumas situações, principalmente no interior de Mato Grosso, em que pessoas que receberam a terra do Incra, passaram a vida inteira – 30, 40 anos – lutando pela titulação daquela terra e morreram e não puderam deixá-la para os seus filhos porque não conseguiram.

A burocracia e as dificuldades foram se acumulando anos e anos. E, por vezes, não é só isso, não é só esse tipo de dificuldade. Por vezes, a falta de titulação, a falta de regularização dessas terras causa conflitos, causa mortes.

Estive agora na divisa com o Pará, no interior de Mato Grosso. Interior do interior de Mato Grosso, já divisa com o Pará. É uma região bonita, uma região produtora, e o desenvolvimento está chegando ali. No entanto, os conflitos se amontoam pela falta de titulação dessa terra.

Então, nós trazemos este tema aqui para debate, a fim de, de repente, encontrarmos uma solução para o assunto, trazendo todos os entes aqui, Incra, MDA.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Medeiros. Quero dizer que é um tema importante, tem tudo a ver com a questão dos direitos humanos. E, com certeza, será uma grande audiência pública. Quero estar junto com V. Exª.

Normalmente, eu tenho adotado o sistema de que quem entra com o requerimento preside, como fiz ontem. Participei e abri os trabalhos, depois passei para a Senadora Regina Sousa. E quero, nesse dia, estar ao seu lado aqui para fazer esse bom debate. Se puder, abrirei, e V. Exª assumirá a presidência.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Vai ser uma honra ter V. Exª na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado.

Senadora Regina, por favor.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Só para deixar um comentário na proposição do Senador José Medeiros, para dizer que essa questão da titulação não é só rural. Nós temos, agora mesmo, lá no meu Estado, um conjunto habitacional que tem 60 anos, e as pessoas não são donas do espaço. São donas da casa, receberam a casa, mas agora, quando morre a família, que os herdeiros vão fazer inventário, vão ver que não são donos da terra onde a casa foi construída, o espaço urbano.

Então, acho que podemos até incluir o tema também urbano nessa história.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sem dúvida, sem dúvida.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Porque lá está acontecendo um processo de regulação fundiária urbana, de dar o título das casas populares para as pessoas serem donas também das terras. Elas são donas só das casas, e isso deve acontecer em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós temos nesse conjunto, Senador – veja a importância da iniciativa de V. Exª nesta Comissão –, também a situação dos quilombolas, lá no Rio Grande do Sul. Temos um conflito lá, onde estive para mediar, e havia três situações: naquele espaço de terra, havia um conflito entre índios, quilombolas e os agricultores, e, para mim, todos três tinham razão. Como é que se faz quando se chega à conclusão de que os três tinham razão?

Os índios estavam na região há anos e anos, têm um documento que diz que aquelas terras seria, em tese, deles; os quilombolas, por sua vez também, receberam de fazendeiros para quem eles trabalharam no passado, documento passando para eles a terra; e os agricultores, incentivados pelos governos na época – V. Exª deve ter acompanhado isso –, ganharam o título de propriedade dos governos, inclusive o Governo da União, desconhecendo a questão quilombola e indígena. Estão lá trabalhando, produzindo há mais de 30, 40, 50, 60 anos.

Como é que a gente faz? Eles, os agricultores, têm um título legal na mão também. Por isso, esse tema tem de ser debatido exaustivamente. Se os três têm razão, no mínimo, isso faz parte de um processo de discussão, mas duas partes vão ter que ser indenizadas, de uma forma ou de outra. Vamos ver quem, de fato...

Por isso, é um tema rico de debate, não podemos nos omitir, assegurando o direito a quem de direito.

Lembro que, em um dos conflitos de que participei e não foi no Sul, foi em outro Estado, no fim se se chegou à conclusão – eram duas partes envolvidas – de que uma das partes queria ser indenizada por tudo o que tinha, a preços decentes e não indecentes, que compraria uma terra em outro lugar e iria para lá.

Bom, foi tranquilo, e conseguimos fazer essa concertação, e houve um grande entendimento, mas com indenização decente, não indenização, às vezes, indecente prejudicando uma das partes envolvidas no conflito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Para V. Exª ter uma ideia de o quanto é grave esse tema, na época do governo militar, numa região de Mato Grosso, o Governo resolveu repatriar toda uma comunidade indígena e mandou colocá-los em outro local. Então, chegaram os aviões, levaram todos os índios e povoou-se a região com as pessoas que iam colonizar o Estado.

Bem, passaram-se quase 50 anos. Agora, chegou o Governo de volta e disse: "sai todo mundo". Já havia oito mil pessoas, uma cidade no local, e aquilo causou um problema. Óbvio que tinha que no meio houve n situações irregulares. Aí, voltaram os índios, mas a terra não está mais do jeito que era, tanto que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As benfeitorias foram todas feitas?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – É um problema muito grave, e a gente precisa debater isso. Por vezes, não é possível fazer isso na Comissão de Agricultura ou em outras comissões, mas V. Exª é um democrata por excelência, e tenho visto que os temas tratados aqui são de muito proveito, e a gente, de repente, pode construir uma solução para o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a intenção.

Muito bem.

Eu queria ainda aproveitar presença dos senhores para dizer que hoje, pela manhã, casualmente, houve um tema semelhante a esse. Tive alegria de receber a Relatora Especial Sobre os Direitos dos Povos Indígenas do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Srª Victoria Tauli-Corpuz. Ela está no Brasil fazendo uma série de visitas e fez questão de vir a esta Comissão para saber como está esta questão da titularidade da terra dos povos indígenas.

Fizemos uma conversa das 8h até as 9h, depois fui para a outra reunião com o Presidente Renan e cerca de 40 Senadores que estiveram lá e o ex-Presidente Lula. O tema que ela mais perguntou foi como está a de-

marcação da terra dos povos indígenas, porque ela veio numa missão oficial e queria saber. Eu disse que há um debate aqui no Brasil, um debate duro sobre quem deve fazer essa demarcação e que há uma PEC aqui no Congresso com esse objetivo.

É claro que eu expressei para ela o meu ponto de vista como Senador. Não falei em nome da Comissão, porque para nós, no nosso ponto de vista, essa demarcação deve continuar como competência da União, mas ela estava muito preocupada, enfim, com os *lobbies* que possam mudar essa competência para o Congresso Nacional.

Ela também perguntou para nós – e insistiu muito nisso – se nós tínhamos o compromisso ou a prática de fazer consulta pública. Eu disse que isso é o que eu mais faço, o que mais a Comissão faz. Fizemos em torno de 150 reuniões ano passado, e 100 praticamente foram só audiências públicas. O que é audiência pública? É uma consulta pública, como você propôs agora aqui para discutir esse tema. E fizemos em torno, acho, de 50 audiências, inclusive fora daqui. Só nos Estados, foram 27. Eu vou terminar agora o ciclo dos 27 neste fim de semana, onde eu passarei por Goiás e Tocantins. Daí, terminam as audiências públicas nos 27 Estados, sempre na assembleia legislativa e chamando todos os segmentos da sociedade para o debate de temas, como a precarização do trabalho; a terceirização; o próprio trabalho escravo, em que V. Exª também ajudou muito no debate; e a própria reforma da Previdência, que todo mundo sabe que eu sou contra.

Vamos reafirmar que, na reunião hoje com o Presidente Lula, os que falaram lá deixaram claro também que é um equívoco mexer com Previdência neste momento, coisa que fizemos cinco meses atrás.

E falei, inclusive, da questão indígena: que, em abril, nós temos duas ou três reuniões já agendadas. Há duas reuniões agendadas, porque abril é o chamado mês dos indígenas, do grande movimento do povo indígena no Brasil, e nós temos duas audiências já marcadas para discutir isso.

E ela perguntou se, nas terras indígenas quando fazem grandes eventos aqui – grandes eventos são grandes construções, como termelétricas –, os índios são consultados. E eu disse que, se dependesse desta Comissão, seriam sempre consultados. Agora, que não sabia se os governos, ao longo da história, fizeram as devidas consultas e debateram com o povo indígena. Sobre isso, ela ia falar com o Executivo.

Enfim, ela fez uma bela fala sobre a sua caminhada em todo o mundo, olhando a situação dos povos indígenas. E também falei para ela que, aqui, nós aprovamos o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Juventude, Estatuto das Cidades, e o Estatuto dos Povos Indígenas faz mais de 20 anos que está tramitando e não andou uma vírgula, tanto que continua engavetado até agora. Isso é uma preocupação muito grande dos povos indígenas e daqueles que querem avançar na linha de fortalecer o direito dos povos indígenas.

Também teremos uma das audiências – a Senadora pode, inclusive, falar, se assim entender –, cujo tema é Políticas Públicas para os Povos Indígenas, de iniciativa da Senadora Regina e do Senador Donizeti. E a outra foi uma que eu marquei também com o objetivo de discutir a situação dos indígenas, já que está comprovado, infelizmente, que o número de suicídios nas tribos indígenas é muito grande, inclusive de jovens. Tudo isso merece um carinho especial desta Comissão.

Se os dois Senadores não quiserem fazer alguma consideração, nós encerraremos a nossa reunião de hoje, agradecendo a todos.

E, hoje, claro, com toda essa parafernália que vem de muito tempo, mas que se acentuou na quinta e na sexta, e com as reuniões que estão acontecendo hoje, o Congresso está praticamente parado. Então, os projetos terminativos – alertaram-me de que só há terminativos – ficam para a semana que vem.

Está encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 49 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2016, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia sete de abril de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Telmário Mota**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Telmário Mota e Cristovam Buarque. Registra-se a presença da Deputada Federal Christiane de Souza Yared. O Senador Flexa Ribeiro justifica sua ausência conforme MEMO. Nº010/2016-GSFLEX. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 174 de 2015-CDH, de autoria do Senador Telmário Mota, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera o Código de Trânsito Brasileiro para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais provocado por motorista alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas". O Senhor Presidente eventual informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente eventual passa um vídeo contendo reportagem sobre grave acidente de trânsito. O Senhor Presidente eventual faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Fernando Diniz, Presidente da Organização não Governamental Trânsito Amigo – Associação de Parentes, Amigos e Vítimas do Trânsito; Ricardo Xavier, Diretor-Presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT; Deputado Federal Hugo Leal; Jerry Adriane Dias Rodrigues, Policial Rodoviário Federal e Assessor do Deputado Federal Hugo Leal. O Senhor Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Deputada Federal Christiane de Souza Yared; Davi Duarte, Médico e Professor da Universidade de Brasília. O Senhor Presidente eventual concede a palavra aos palestrantes para suas considerações finais. Às dez horas e sete minutos o Senhor Presidente eventual passa a Presidência para o Senador Cristovam Buarque. Fazem uso da palavra os Senadores Telmário Mota e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Telmário Mota
Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 174, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Telmário Mota, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Código de Trânsito Brasileiro para considerar crime hediondo o acidente de trânsito com vítimas fatais provocado por motorista alcoolizado ou sob efeito substâncias análogas.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Inclusive, hoje, numa entrevista à Rádio Senado, nós convidamos as pessoas que possam contribuir para trazer para mais próximo da perfeição essa proposição do Senador Cristovam, no sentido de tornar crime hediondo o acidente de carro com pessoas alcoolizadas ou sob efeito de qualquer tipo de drogas. Que contribuam, mesmo aqueles que foram vítimas, aqueles que são conhecedores. Estamos aí, colocamos à disposição os meios de comunicação para as perguntas, contribuições e críticas.

Dando início ao nosso trabalho, temos alguns convidados e vamos agora declinar seus nomes. Primeiro, o Deputado Hugo Leal – está convidado a compor a Mesa; Fernando Diniz, Presidente da organização não governamental Trânsito Amigo (Associação de Parentes, Amigos e Vítimas de Trânsito); Ricardo Xavier, Diretor-Presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT); David Duarte Lima, Professor da Universidade de Brasília e Presidente do Instituto de Segurança do Trânsito (IST); Marcos Elias Traad da Silva, Presidente da Associação Nacional dos DETRANs;

e George Marques, Presidente da Associação Brasileira de Educação de Trânsito (Abetran). Todos convidados para compor a Mesa. Por favor.

Bem, vamos aguardar um pouco mais os outros convidados. Vamos iniciar os nossos trabalhos vendo alguns vídeos que exemplificam a razão dessa audiência pública.

Por favor.

(Procede-se a exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Acho que esse registro, essas imagens são muito fortes, falam por si. No meu Estado, em Roraima, também houve um acidente semelhante, também nesse horário da manhã – a pessoa vinha de um bar, atropelou outra pessoa, que perdeu o braço, e também se desfez do braço em outra localidade.

Depois de ver o pai do rapaz aí, na chegada, que ainda ironiza, dizendo aos jornalistas que não se aproximem senão eles arrancam o braço... Quer dizer, nem o pai do rapaz que atropelou teve a sensibilidade de ver o quanto a outra família estava sofrendo, aquela pessoa que foi vítima e havia perdido um membro seu tão importante.

Então, é preciso que a gente realmente dê mais rigorosidade a essas penas. Acho que o trabalho educativo e essas coisas... Não sei o quanto... Embora tenha havido algum tipo de melhora em alguns dados que temos aqui...

Antes de começar a passar a palavra para os nossos convidados, temos algumas informações, por exemplo: acidente de trânsito em 2003, penalidade... Temos aqui quatro elementos necessários para ocorrer um acidente. Bastam um homem, um animal, uma via e um carro – quando fala um homem é claro que é homem ou mulher. A lei seca ajudou na redução dos acidentes: 513 mil feridos em 2005 e 200 mil feridos em 2013; 26 mil mortos em 2005 e 44 mil mortos em 2013. Imagina, 44 mil! Isso são dados de 2013 ou 2014. Imagina qual guerra civil mataria tanto quanto os acidentes.

As penalidades que temos hoje são: advertência por escrito, apreensão do veículo, cassação da Carteira Nacional de Habilitação, cassação da Permissão para Dirigir.

Mudar de acidente para negligência. Segundo o dicionário Aurélio: "Acidente: acontecimento casual, fortuito, imprevisto; acontecimento infeliz, casual ou não, e de que resulta ferimento, dano, estrago, prejuízo, avaria, ruína, etc.; desastre". E "negligência: desleixo, descuido, incúria; desatenção, menoscabo, menosprezo; preguiça, indolência".

Num acidente não existe acidentador – existe acidentado ou vítima. Na negligência existe o negligente e existe a vítima da negligência. São dados que nós queríamos acrescentar. Eu queria...

Tenho de presidir, às 10 horas, a Comissão de Ética.

Vou começar ouvindo um dos nossos convidados – no caso, o Dr. Fernando Diniz, Presidente da organização não governamental Trânsito Amigo (Associação de Parentes, Amigos e Vítimas de Trânsito).

Dr. Fernando, dez minutos, por favor.

Obrigado.

O SR. FERNANDO DINIZ – Senhoras e senhores, bom dia.

Eu gostaria de agradecer o honroso convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para compor esta Mesa e debater o projeto de lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro, considerando crime hediondo o acidente de trânsito com vítima fatal provocado por motorista alcoolizado ou sob efeito de substâncias análogas. Meus sinceros agradecimentos aos Senadores Cristovam Buarque, autor da Lei nº 1, de 2008, e Paulo Paim, Presidente desta Comissão. É um prazer estar aqui nesta Casa.

Quero expressar o meu respeito ao Senador Cristovam Buarque por ter deixado a sua indelével marca na luta pela educação. Em minha modesta opinião, a maioria das dificuldades que o País enfrenta no momento, tais como falta de posturas éticas, caráter, honestidade, desapreço pela vida alheia, entre outras, estão intimamente ligadas e inseridas na própria educação, qualidade esta sempre defendida com destaque por S. Exª, porém tratada de forma tão displicente por todos – quer seja povo, quer seja Poder Público, não importando a ordem.

Não podemos ficar indiferentes à dor de tantas famílias que perdem seus familiares em tragédias de trânsito. O que está acontecendo com nossa sociedade? Ficou insensível? Estão acreditando que tragédias de trânsito só acontecem com os outros? Olhem bem nos meus olhos. Aqueles que, graças a Deus, ainda não passaram pela mesma dor da perda de um filho, acreditem: o mesmo pode acontecer com qualquer um dos aqui presentes.

Meu nome é Fernando Diniz, e eu sou um pai órfão de filho. Eu gostaria de pedir um minuto de silêncio em memória de todas as vítimas de trânsito deste País.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. FERNANDO DINIZ – Muito obrigado pelo respeito de todos.

Nosso primogênito, Fabrício Diniz, faleceu em março de 2003 aos 20 anos de idade, vítima de uma tragédia de trânsito provocada por um motorista alcoolizado e que fazia uso de substâncias psicoativas. O condutor não era, absolutamente, um amigo de Fabrício – apenas um conhecido recente. Nunca havia frequentado a nossa casa. Nós conhecíamos todos os amigos de Fabrício. Foi uma carona mortal.

O dia 10 de março de 2003 ficará sempre marcado pela dor. Nesse dia tivemos a nossa noite tenebrosa. Fabrício falecia em uma tragédia de trânsito na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, em decorrência da imprudência de quem conduzia o veículo.

Conforme relatos, o motorista Marcelo Kijak, alcoolizado e fazendo uso de substância psicoativa, dirigia de forma negligente, ziguezagueando em alta velocidade; capotou, colidiu com um poste, derrubando-o. Nesta mesma tragédia, mais duas jovens – Mariana e Juliane –, ambas com 18 anos, também perderam suas vidas. Marcelo Kijak permanece foragido até hoje, e é procurado pela Interpol no mundo inteiro – ou deveria estar sendo procurado.

Nesses 13 anos, senhores, jamais recebemos qualquer notificação por parte da Polícia Federal dando conta do paradeiro do assassino desses três jovens, mostrando mais uma fragilidade e ineficiência do Poder Público, bem como desrespeito com as famílias das vítimas. Que desserviço!

Após a partida de Fabrício, decidi entender um pouco desse ambiente chamado trânsito, que considero um dos mais democráticos do mundo, porquanto por ele desfilam pessoas das mais diferentes etnias, credos, idades, situação econômica – enfim, um espaço para todos. Mas de que democracia, afinal, estamos falando? Da democracia que mata de forma indiscriminada no trânsito?

Hoje, depois de anos a fio lutando por um trânsito menos hostil, constato que os políticos são contra guerras em outros países, mas, contraditoriamente, ignoram uma guerra interna que mata mais de 60 mil brasileiros por ano – guerra esta que, se não tem o som do estrondo de canhões, tampouco consegue abafar o choro de milhares de pais que perdem seus filhos.

Este é um pequeno vídeo para mostrar aos senhores a comparação das guerras... Comparação que mostra que as guerras matam menos do que o trânsito.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FERNANDO DINIZ – Que País é este?

Criamos um grupo de mútua ajuda para prestar solidariedade a outras famílias, e hoje nos reunimos há mais de 12 anos. Quantos corações acalmados? Só Deus sabe, nestes últimos tempos. Nesta luta infindável por um trânsito mais humano, quantas vezes falei da morte do meu filho Fabrício? Mas a luta permanece, e não cederei jamais.

Eu vou apresentar algumas fotos de algumas ações que fizemos – não tenho tempo de apresentar mais.

Essa foi no Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica.

Essa foi na Índia, onde fizemos, junto com a Organização Mundial de Saúde, uma passeata. Distribuímos mil capacetes para motociclistas que não usam, absolutamente, capacete.

Essa foi uma defesa da Lei Seca numa audiência pública no Supremo Tribunal Federal, onde eu tive a oportunidade de estar com o Ministro Luiz Fux.

A revisão do Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, trouxe-nos algumas conquistas, como: o uso obrigatório do cinto de segurança, a proibição do uso de aparelho celular ao volante, a obrigatoriedade do uso de cadeirinhas para crianças, entre outras, mas, principalmente, a restrição do consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias psicoativas. Apesar do rigor aparente das medidas legais que proíbem o consumo de álcool e de substâncias psicoativas na condução de veículos, ainda prevalece o desprezo à vida, com uma aplicação de penalidades leves e que não estão à altura do dano causado. Milhares de inocentes morreram e continuam morrendo, vitimados pela direção irresponsável e assassina de motoristas embriagados e drogados, a quem chamo de assassinos do asfalto.

E quais são as punições a eles impostas? Doação de cestas básicas, calcada em uma lei injusta que compara a vida a alguns grãos de arroz e feijão. Então, eu deixo aqui no ar uma seguinte pergunta: senhores da lei, afinal, quanto vale a vida dos seus filhos?

Esta Casa tem um papel indelegável para acabar com a tolerância com quem mata e fere deliberadamente no trânsito do nosso País. Quem dirige sob o efeito de álcool e de drogas no Brasil tem a consciência plena dos riscos que corre e da ameaça que representa. E é estimulado pela quase certeza da impunidade, que, quando o alcança, é sempre de forma leve e suportável. Consideram-se não só acima da lei, mas também acima da sociedade, mesmo bêbado ou drogado.

E qual o papel principal da sociedade que eu aqui represento também? Cobrar das autoridades leis mais rígidas e sentenças mais céleres para quem provoca tragédias de trânsito de forma deliberada.

Já falamos muito e continuaremos falando dos efeitos nocivos da associação do álcool com a direção, mas parece que as mortes de trânsito só acontecem nas ruas de nossas cidades.

Precisamos também cobrar o fiel cumprimento da obrigatoriedade do exame toxicológico para motoristas profissionais, conhecido como teste do cabelo, previsto na Lei nº 13.103, de 2015. A importância dessa medida preventiva justifica-se pelo fato de os veículos pesados representarem apenas 4% da frota circulante, mas respondem por 40% das ocorrências com vítimas fatais nas nossas rodovias.

Na condição de um pai órfão, representando uma gigantesca legião de vítimas de trânsito nesta guerra,...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DINIZ – Embora compreenda as dificuldades inerentes às atividades dos motoristas profissionais, ninguém tem o direito de colocar vidas em risco, ainda que seja para cumprir uma jornada excessiva. Essa foi uma valiosa contribuição do Congresso para a diminuição das tragédias em nossas estradas. É inaceitável dividir este espaço com verdadeiros zumbis do asfalto.

Quando o Poder Público não envida esforços para combater a violência no trânsito, e as fatalidades permanecem engordando as estatísticas, as autoridades envolvidas tornam-se coniventes, cúmplices dessas mortes. E, desta feita, deveriam responder na forma da lei.

Não adianta todo o esforço legislativo se a autoridade que tem o dever de fazer valer as leis não as cumpre. Vou repetir: não adianta todo o esforço legislativo se autoridade que tem o dever de fazer valer as leis não as cumpre. É um recado direto para alguns departamentos de trânsito.

Um mau exemplo é o Detran de São Paulo, que, ao não cumprir a exigência do exame toxicológico, entregou, senhores, nos últimos 30 dias, pelo menos 5 mil carteiras de habilitação para motoristas profissionais usuários regulares de drogas, segundo estimativa do programa SOS Estradas.

Eu, agora, vou ler a última reflexão, para concluir.

Por gentileza.

(Procede-se à execução de música e apresentação de eslaides.)

O SR. FERNANDO DINIZ – Muito bem, mostrei aqui para os senhores alguns dados e falei sobre a violência do trânsito no Brasil. Discutimos sobre o papel de cada um de nós para a minimização dessa tragédia. Vimos a enorme quantidade de mortos e feridos, além dos altos custos financeiros e sociais dos atendimentos às vítimas. Mas ainda não falei tudo.

Embora tenha percebido que o conteúdo foi bem compreendido por todos, não tenho a certeza de se perceberam o forte conteúdo emocional do nosso tema. Existe um fato que não está contabilizado nessas estatísticas e que nos ajudará nessa tarefa: a dor emocional de perder quem se ama numa ocorrência de trânsito.

O que vocês sabem dizer sobre isso? Suponho que muitos aqui não têm uma resposta pronta para essa pergunta. Assim eu vou tentar ajudá-los.

Peço, por favor, que todos fechem seus olhos. Imaginem, agora, que acabamos de perder um ente muito querido para a violência do trânsito. Agora imaginem que essa pessoa pode ser um irmão, uma irmã, um filho, nossa mãe ou nosso pai. A partir deste minuto, eles simplesmente não estarão mais perto de nós, nem nos próximos natais, nem nas festas de família, tampouco naquela rotina chata de todos os dias. Como será viver sem eles para o resto de nossas vidas? Dificilmente saberemos avaliar a extensão do vazio no peito por não tê-los nos momentos de decisão que a vida nos exigirá. Quando conquistarmos algo há muito esperado, nenhum deles poderá nos dar os parabéns. Quando fracassarmos, também não haverá a palavra justa de consolo que eles costumavam dizer. E como isso era importante! Também será um golpe poder vê-los apenas nos sonhos. E esses sonhos serão dramáticos e reais, e dificilmente chegarão ao fim, pois a emoção intensa nos fará acordar. Vamos tentar voltar ao sonho, mas sem sucesso. Poderemos sentir uma imensa saudade deles quando menos se espera. Em alguns dias e vamos buscá-los no pensamento. Em outros, faremos um enorme esforço para não lembrar, mesmo que a imagem venha a nossa mente por algum estímulo.

Passados alguns anos, ainda sentiremos enormemente a falta deles. Então, teremos compreendido que falar da violência do trânsito não é somente discutir números, realçar tragédias, o horror, o sangue, os carros amassados ou as sirenes das viaturas tocando – momentos estes que são assustadores, mas certamente passageiros. É algo absolutamente duradouro que levaremos até o fim.

Viver com ausência definitiva é conviver com as lembranças eternas. A morte, senhores, não é maior perda da vida. A maior perda da vida é aquilo que morre dentro de nós enquanto vivemos, quando nos omitimos em relação aos nossos direitos.

Portanto, respeitem a vida alheia. Sejam felizes, amem. Uma pessoa feliz não tem o melhor de tudo, mas torna tudo melhor.

Podem abrir, agora, seus olhos.

São 13 anos que separam essas duas fotos.

Que Deus acompanhe os passos de todos vocês em todos os dias de suas vidas!

Meu nome é Fernando Diniz e eu sou um pai órfão de filho. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só se sabe a dor da perda de um ente querido quando se ouve essa forma como o Fernando se expressa, não só com sede de justiça e de procedimento do setor público, mas, principalmente, no grande amor que ele tem e que demonstra pela sua família. E, por essa perda irreparável, ele expressa, com todo o seu coração, a dor de milhares e milhares de brasileiros que diariamente – quem sabe neste exato momento? – podem estar também passando por esse mesmo sofrimento.

Vamos agora ouvir o nosso próximo convidado, Ricardo Xavier, que é Diretor-Presidente da Seguradora Líder, responsável pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

Ricardo com a palavra, por favor.

O SR. RICARDO XAVIER – Muito bom dia a todos!

Antes de mais nada, gostaria de agradecer este honroso convite da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Senador Telmário Mota, é uma honra para nós estarmos aqui. Gostaria de transmitir nossos agradecimentos também ao Senador Paulo Paim.

Depois de ouvirmos todos esses aspectos abordados pelo nosso amigo Fernando Diniz, parceiro nessa luta contra essa tragédia que assola o trânsito brasileiro e da qual a gente é testemunha diária, criticamente, aqui no Brasil, País que apresenta um dos índices mais elevados de mortalidade no trânsito, se não me engano, o quinto do mundo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO XAVIER – Terceiro. Então, é disso que nós estamos falando.

Nós, da Seguradora Líder, vamos procurar trazer aqui um pouco de elementos para a contribuição sobre essa discussão em relação ao projeto de lei do Senador Cristovam Buarque que, na verdade, traz um agravamento da pena para o crime que provoque vítimas fatais de acidente de trânsito envolvendo motorista alcoolizado. Nós, da Segurador Líder, convivemos com essas repercussões diariamente, uma vez que, justamente, promovemos a indenização em caso de acidente de trânsito, independentemente de em que situação venha a ocorrer.

Primeiramente, vamos contextualizar o que é o seguro DPVAT para que a gente possa, então, discorrer sobre os elementos que nós podemos trazer para contribuir com essa discussão.

O seguro DPVAT é um seguro de responsabilidade civil que cobre dano pessoal decorrente de acidente de trânsito. Ele indenizará, seja motorista, passageiro ou pedestre que venha sofrer qualquer lesão em decorrência de um acidente de trânsito. No caso de vítimas fatais, essa indenização é paga aos herdeiros legais.

As coberturas desse seguro estão hoje fixadas em lei. É de R$13.500,00 por pessoa vitimada em caso de morte. É paga aos herdeiros legais, dividida entre eles. Até R$13.500,00, no caso de invalidez permanente, proporcional à lesão que essa pessoa venha a sofrer. E de até R$2.700,00, a título de reembolso de despesas médicas que a vítima tenha de desembolsar para o seu tratamento.

Esse seguro tem uma característica muito singular: é um produto bastante original, desenvolvido aqui no País, e adequado à nossa realidade socioeconômica e às dimensões continentais que o País tem. Ele, podemos dizer, é a única modalidade de seguro que dá cobertura a toda e qualquer pessoa em território nacional que venha a ser vítima de acidente de trânsito. Não existe nenhum seguro que tenha uma cobertura tão abrangente quanto essa. Os beneficiários são as vítimas fatais em decorrência desse acidente, como a gente explicou. Ele indeniza, individualmente, cada uma das vítimas no acidente de trânsito.

Uma das características que, efetivamente, o tornam de uma importância social muito grande é que não há apuração da culpa em caso de acidente. Então, ele irá indenizar qualquer pessoa que venha a sofrer um dano decorrente de acidente de trânsito. Ele terá direito a receber a indenização e não precisará apurar a culpa. O processo de apuração da culpa, no caso, exige uma série de procedimentos periciais e tudo o mais. No caso, o seguro DPVAT vai, justamente, prover à família e à pessoa uma reparação rapidamente. Ele independe da quantidade de acidentes em que o veículo esteja envolvido ao longo do ano e vigora no período civil de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Hoje, para que possamos promover esse atendimento a todas as vítimas no País, temos 8.609 pontos de atendimento espalhados por todos os Municípios do País, justamente para facilitar o acesso das vítimas.

É bastante curioso esse seguro. Toda a distribuição dos recursos arrecadados é regulamentada por lei ou por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados. Então, nós operamos esse seguro através de um

consórcio de 78 seguradoras. Está assim definido na regulamentação que ele deve ser operado, justamente para facilitar a que as pessoas tenham acesso sem terem de identificar qual foi o veículo que causou ou qual foi a seguradora que emitiu a apólice e que dará essa cobertura. Então, basta à vítima procurar qualquer seguradora que faça parte do consórcio e dar entrada.

Além disso, a importância social desse seguro também é que 50% dos recursos arrecadados na boca do caixa vão diretamente para o Tesouro Nacional; 45% vão para o Fundo Nacional de Saúde, para custear o tratamento das vítimas de acidente de trânsito nos hospitais públicos e conveniados; 5% vão para o Denatran, para que ele venha a promover ações de prevenção e redução de acidentes de trânsito; e os outros 50%, então, são utilizados seja para o pagamento de indenizações seja para custear propriamente a operação. Para vocês terem uma ideia, 42,55% dos recursos arrecadados são para pagamentos de indenizações. É menos do que aquilo que vai para o SUS para, justamente, financiar o tratamento das vítimas de acidente de trânsito. Então, ele tem uma importância. Além de dar cobertura ampla e total a qualquer vítima de acidente de trânsito, ele supre também de recursos o SUS.

Nós estamos aí falando de recursos. Se olharem para os últimos 10 anos, R$27.674 bilhões foram repassados ao SUS para essa finalidade, enquanto o Denatran recebeu R$3 bilhões para promover essas ações de prevenção e redução de acidentes de trânsito. Infelizmente, sabemos que são contingenciados anualmente esses recursos.

Bem, os preços cobrados para o oferecimento dessa cobertura de seguro são estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados. Anualmente, em função da frequência de ocorrências e do volume de indenizações, eles definem o preço.

Temos uma novidade este ano, por conta de uma alteração legislativa que não houve no ano passado: a inclusão dos ciclomotores na regulamentação e no licenciamento dos veículos. Então, a partir de meados de 2015, já em 2016, os ciclomotores – que são aqueles veículos abaixo de 50 cilindradas, que proliferaram de forma bastante expressiva no País – passaram também a ter a cobertura de seguro DPVAT.

Só para complementar esse aspecto, a apólice do seguro faz parte do documento do veículo, que é distribuído pelos DETRANs, através de uma parceria que nós temos com todos os DETRANs. Acompanha o documento do veículo.

Os números, de um modo geral, do ano de 2015 – podemos mostrar aí –, foram R$8,6 bilhões. Desses, R$4,3 bilhões foram repassados à União. Os demais recursos foram utilizados, ou seja, R$3,381 bilhões foram utilizados para o pagamento de indenizações; R$608 milhões na constituição de reservas. No final das contas, o resultado operacional foi negativo. Foi preciso haver um pouco de resgate de reservas justamente para isso. O resultado que fica para os consórcios é de 1,2%. Então, realmente, ele é totalmente regulado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, que define a destinação desses recursos.

Bem, em relação às indenizações, podemos falar agora um pouco de números. No ano de 2015, pagamos 652.349 indenizações. Isso significa 1.812 indenizações por dia, sendo que houve 116 mortes por dia. Então, o trânsito do Brasil provocou a morte de 116 pessoas por dia no ano de 2015, pelo menos foi isso o que nós pagamos.

O que podemos perceber, já pelo primeiro ano desde a criação da Seguradora Líder, em 2008, é que houve uma redução no volume de indenizações pagas em todas as coberturas. Nós já vínhamos vendo uma redução na cobertura por morte. Pela primeira vez houve na cobertura por invalidez permanente e para despesas médicas. Como vocês podem ver, há uma pequena redução. Atribuímos isso, pelas... Na cobertura de morte, nós já vínhamos atribuindo isso às diversas evoluções que vêm sofrendo o próprio veículo condutor, através do uso do cinto de segurança no banco da frente, no banco de trás, de veículos mais bem protegidos, com ABS, com *airbags*. Tudo isso vem reduzindo a mortalidade, além das próprias evoluções legislativas, das quais vou falar mais adiante, como a Lei Seca, a Lei do Descanso e uma série de outras evoluções que estamos tendo.

Mas houve também um refreamento da economia. A retração que a economia teve, já no ano de 2015, aponta esse reflexo. Nós temos uma redução na produção de veículos e uma redução bastante significativa na produção de motocicletas. Hoje, o principal elemento causador de danos pessoais é o uso da motocicleta.

Esse é o perfil, basicamente, da vítima do trânsito. Essa é uma contribuição que a gente procura dar: 74% das vítimas indenizadas, em 2015, foram homens; 26% mulheres. E a questão da idade. Se vocês olharem bem de 18 a 44 anos, nós temos aí cerca de 70% das vítimas,...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO XAVIER – ... estão concentradas nesse segmento, quer dizer, justamente o segmento da população economicamente ativa, que produz e sustenta a família. Essa é uma conta que cai, no final das contas, em toda a sociedade, seja na Previdência Social, seja na saúde pública.

As indenizações também, um outro perfil que nós trazemos aí: hoje a frota de veículos em circulação no País, cerca de 27%, é de motocicleta. Entretanto, respondem por 76% das indenizações pagas em 2015. Então, nós temos aí realmente o agravamento da situação no trânsito com a circulação das motocicletas.

Nas regiões que mais apresentam justamente esse desvio, nós temos hoje as regiões Nordeste e Norte extremamente agravadas no que diz respeito a volume de indenizações pagas. Se vocês olhassem proporcionalmente à frota, a proporção seria muito menor. Hoje o Nordeste responde pelo maior volume de indenizações pagas em 2015.

Aí nós temos a distribuição da morte por Estado. Nós temos, então, a região Sudeste representando 38% das indenizações pagas em 2015 por morte; a região Nordeste, 28%; Sul, 16%; Centro-Oeste, 10%; e a região Norte, 8%.

No caso da cobertura de morte, como a maior frota é de automóveis, acaba que a influência da motocicleta é um pouco menor na cobertura de mortes. Ela é muito mais forte na invalidez permanente, porque a frequência de acidente é muito grande e o acidente envolvendo motocicleta muitas vezes provoca efetivamente uma invalidez na vítima.

Bem, temos aí estudos que mostram o custo médio do acidente. O acidente, se vocês virem, é um peso na economia muito grande. No caso do ônibus, chega a R$64 mil por acidente; no caminhão, R$45 mil; no automóvel, R$9,8 mil. Isso aí de custo envolvido diretamente, sem ver o impacto na Previdência Social. Para vocês terem uma ideia, o custo...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO XAVIER – ...chega a R$40 bilhões, segundo estudo do IPEA em 2012, ao ano. É disso que nós estávamos falando.

Nós estamos verificando, ao longo do tempo, uma pequena involução positiva, vamos assim dizer, na morte ao longo do tempo. E a que se atribui isso? O que nós temos verificado: você veja que, em 2012, havia 60 mil indenizações pagas por morte e, em 2015, pagamos 42,5 mil indenizações por morte.

Além das próprias evoluções que temos tido nos veículos em circulação, temos aí as alterações legislativas, muito importante contribuição que tem sido feita. Temos o exemplo da Lei Seca, que, em junho de 2008 – está aqui um representante da Lei Seca, o Deputado Hugo Leal –, veio trazendo a inovação do combate ao uso do álcool e direção. Essa lei, logo que entrou em vigor...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO XAVIER – ...ela promoveu um primeiro resultado e o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo veio trazendo mais ainda contribuições. Em 2008, você efetivamente trouxe a alcoolemia zero; depois, houve aumento do valor das multas e agravamento das penalidades; e, depois, agravaram-se as penas de crimes de homicídio no trânsito. Então, com isso, nós conseguimos verificar na curva de morte, realmente, uma redação expressiva em termos de grau. Em termos de números, não tão expressiva, mas certamente muito importante e significativa para o resultado. Então, atribuímos isso efetivamente à Lei Seca.

Além disso, temos outras questões que foram faladas aqui pelo amigo Fernando Diniz com relação ao uso de drogas por motoristas profissionais. Temos uma pesquisa que indica que cerca de 50% dos caminhoneiros usam ou usaram drogas. O Programa Volvo de Segurança do Trânsito registrava aí um número de 62.851 acidentes em 2012. E posteriormente viemos a ver uma redução nisso, com a introdução da Resolução nº 460, de 2013, que combate o uso de drogas. E tivemos também a Lei do Descanso, que veio proporcionar também uma redução, ao longo do tempo, dos acidentes envolvendo motoristas profissionais. Em 2008, nós tivemos 123.291. Esse número vinha crescendo até 2011 e, já em 2012, com a entrada em vigor dessa lei, da Lei do Descanso, já começamos a perceber uma redução nesses números.

Portanto, acho que, ao final das contas, é com isto que podemos aqui contribuir para essa discussão: efetivamente apoiar. Achamos que toda iniciativa que venha promover aperfeiçoamentos na legislação, que venha aumentar o grau das penalidades será certamente uma contribuição para que a gente continue a ver essa redução.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, então, essa foi a fala do companheiro Ricardo Xavier, que contribuiu mostrando os números. Vejam que, às vezes, a questão, os dados dele, naturalmente, as informações foram todas em cima daquilo que foi recorrido, mas alguns lugares, por exemplo, alguns centros hoje já têm escritório para ajudar uma vítima, mas, às vezes, outros locais, não. Imaginem a quantas vítimas, às vezes, não chegam essas informações! Mas, em cima dos dados que ele nos informou,

rapidamente, fiz uns cálculos: 116 mortes/dia em 2015 são cinco mortes por hora, o que representa quase 43 mil mortes/ano. É uma guerra violenta ainda.

As modificações na legislação mostraram uma curva de redução nos dados estatísticos, mas ainda muito tímida. Então, é preciso que, realmente, a gente se aprofunde mais na legislação. E estamos vendo que, mesmo com essas orientações educativas ou mesmo com a fiscalização, em tese, ainda precisamos de uma lei mais rigorosa para que as pessoas sintam que a vida é mais importante do que o abuso.

Um ilustre convidado nosso, o Deputado Hugo Leal, que acaba de nos honrar com a sua presença, vai concluir a fala dos nossos convidados.

Concedo a palavra ao Deputado para também contribuir com esta nossa audiência.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Bom dia a todos. Bom dia ao Presidente, Senador Telmário.

É uma satisfação poder estar aqui novamente no Senado, falando de um tema que, para mim, é extremamente relevante.

Agradeço a presença da minha colega Deputada Christiane Yared, do Paraná, também uma das principais incentivadoras deste debate, deste trabalho, e dos amigos que se encontram aqui.

Eu digo que a família trânsito é uma família que nós já conhecemos há tanto tempo, porque a gente tem permanentemente se encontrado, mas tenho visto também que a gente tem avançado em alguns pontos, não é, Christiane? Eu acho que nós temos conseguido algumas coisas a duras penas – a duras penas para nós, mas as duras penas tinham que ser para as pessoas que provocam os acidentes.

De qualquer forma quero agradecer por essa oportunidade de falar e vou ser bastante breve.

Quero também cumprimentar o Ricardo Xavier, da Seguradora Líder, DPVAT; meu amigo Fernando Diniz, também, de longa data – nós nos conhecemos lá do Rio de Janeiro, ele tem um trabalho brilhante –; e os demais que se encontram aqui, da família trânsito, o David, o Rodolfo Rizzotto, e todos que estão atuando nesse segmento.

Senador, aqui eu digo que os chamados são sempre os mesmos, são sempre os mesmos com a vontade renovada. A cada ano, a cada dia que passa, a cada semana a gente imagina que pode produzir um material melhor para poder reduzir os acidentes de trânsito.

Eu queria iniciar aqui, eu acho que alguns pontos já foram mais do que falados, repisados aqui, mas é importante registrar que nós estamos vivendo a década mundial das ações de segurança de trânsito de 2011 a 2020. Não é por acaso, Senador, que há, sim, um foco do mundo preocupado com relação a essa questão da acidentalidade, das mortes no trânsito.

Então, aqui está uma projeção. Pelo aumento projetado sem nenhuma ação, nós chegaríamos a mais de dois milhões de pessoas que perderiam a vida no trânsito no mundo.

Aqui a situação atual, que já está hoje estável, e a redução projetada: cairia aí para abaixo de um milhão de pessoas que perderiam a vida no trânsito. Mesmo assim é um fator muito relevante.

Mas é importante dizer que nós não estamos sozinhos nessa luta, não é uma luta só do Brasil. Nesse caso, os BRICS – Brasil, Rússia, Índia e China – são infelizmente também um dos que têm maior número de acidentes de trânsito. E isso é uma orientação da Organização Mundial da Saúde, da OMS, e também da ONU. Foi um documento tirado em 2009. Eu tive a oportunidade de discutir isso ainda em Moscou – o Fernando Diniz estava lá também e eu acho que a Christiane Yared estava, em 2009...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Não, não estava não. Você estava? Não. Estava lá a Diza Gonzaga – Diza Gonzaga.

Então esse é um assunto que a gente diz que não é um aqui de Brasília ou do Rio de Janeiro; é um assunto do Brasil todo. É uma grande preocupação do Brasil; é uma grande preocupação da área de saúde – acho que o mais relevante é isto, não é uma questão só de discussão de trânsito –; e fundamentalmente também da área de previdência.

Aqui os números já foram mais do que passados: 1,250 milhão de pessoas mortas por ano no mundo; a primeira causa de morte de jovens entre 14 e 29 anos, no Brasil são mais de 40 mil mortes. Tivemos uma estabilização, tivemos uma redução na estabilização, o Ricardo já mostrou, e esses números infelizmente são bem característicos do que tem acontecido.

Há algumas evoluções – e eu tenho que registrar aqui o papel da gloriosa Polícia Rodoviária Federal, que tem feito um esforço hercúleo para poder ter, nas nossas rodovias, uma situação de acordo com o trabalho dela, com a redução dos acidentes –, mas aí, sim, o Brasil é o país com a maior quantidade de mortes por habitante na América do Sul. E aqui temos que os acidentes de trânsito que envolvem o consumo de álcool são os responsáveis por 60% das mortes, ainda quanto a dados de 1997.

Bom, eu queria deixar clara aqui essa circunstância, e eu já estou no meu nono ano de mandato parlamentar, que é uma das...

Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque – muito obrigado! –, que é o autor do projeto. E eu vou exatamente entrar agora nessa seara, nessa fala.

O nosso Código é de 1997; vai fazer, ano que vem, 20 anos – no ano que vem, o Código de Trânsito fará 20 anos! E uma das questões bem delicadas que veio sempre foi essa questão do álcool e direção. Na edição do Código, em 1997, constou o 165 e o 306, que eram dois dispositivos que manifestavam, primeiro, o 165, que dizia que acima de 06 seria estabelecida uma punição administrativa; e o 306 dizia que expor a dano potencial ou à incolumidade outrem, se estivesse dirigindo o carro de forma desconectada, sem habilidade, ou colocando em risco a vida das pessoas... Essa era a inteligência legislativa desses dois textos.

Tivemos em 2006 – ainda não era Deputado – a Lei 11.275, que mudou a questão do agravante do 302; isso foi em 2006. Já como Deputado, aqui na Câmara dos Deputados, houve uma edição de uma medida provisória, a Medida Provisória 415. E essa medida provisória, em 2007 – final de 2007, início de 2008 –, previa a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais. Esse era o foco da Medida Provisória 415.

Ao chegar à Câmara dos Deputados, no debate – eu estava como Vice-Presidente da Frente Parlamentar, e o Presidente era o Deputado Beto Albuquerque, também um entusiasta nesse tema e que sempre atuou na redução dos acidentes –, nós discutimos. E tínhamos uma grande preocupação, quer dizer, a simples proibição da venda não seria o objetivo principal a ser atingido, porque nós não estávamos ali proibindo a venda nas rodovias federais. Como é que se faria com a venda nos postos de gasolina? Como é que se faria com a venda nos outros restaurantes? Muitas rodovias federais hoje, especialmente também aqui em Brasília, são praticamente vias urbanas, passam dentro de cidades. E em quantas não acontece isso? Como é que se estabeleceria esse conflito? E via-se que o foco não era esse.

Aí, passamos a discutir o seguinte: por que não introduzir nessa medida provisória, através de um projeto de lei de conversão, outro conceito, que seria o conceito da alcoolemia zero? Esse conceito da alcoolemia zero, inclusive no momento em que se passou a discutir... Registro aqui, sempre fiz esse registro, e vou continuar fazendo, que tive o apoio, quer dizer, a manifestação de duas entidades, tanto da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), como da Sociedade Brasileira de Alcoologia, discutindo a questão da dosagem. Essa questão da dosagem foi um padrão internacional, mas nós não precisamos seguir essa dosagem, essa padronagem; pode-se colocar zero. E ainda foi com resistência do Ministério da Saúde que, à época, não entendia que a alcoolemia zero poderia ser um conceito a ser trazido pela legislação brasileira. Mesmo assim, nós colocamos.

Qual foi o grande diferencial da Lei Seca, também pela experiência que eu tive como executivo de trânsito lá no Rio de Janeiro? No momento em que o indivíduo era abordado, segundo um conceito ainda de 1997, se ele estivesse com sinais notórios de embriaguez, pelo conhecido termo "sinais notórios de embriaguez", ele poderia ser conduzido pela autoridade, encaminhado; mas, se ele se recusasse, se, ao se apresentar a ele o bafômetro, ele se recusasse a fazer o teste, não acontecia nada com ele, absolutamente nada, nem punição administrativa, absolutamente, nada; só se ele estivesse em altíssimo grau de embriaguez,...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... ou se estivesse conduzindo veículo, expondo pessoas a perigo de dano. Então, o objeto do 306, a ação do 306 tinha que ser o foco objetivo, o crime objetivo. E, no 165, ao recusar, mesmo se o fizesse, só seria punido se estivesse acima de 06.

O que é que nós fizemos, então, na discussão da Lei 11.705? Nós trouxemos o conceito da alcoolemia zero para a punição administrativa no momento em que ele se recusasse a fazer o teste. Então, passou a haver uma punição, e isso foi até questionado no Supremo, mas o Supremo até hoje não deliberou sobre a Adin. O Supremo não tem um apontamento com relação à questão criminal, porque nós não condenamos o indivíduo criminalmente, e, sim, há punição administrativa.

Então, naquele momento da Lei Seca, da Lei 11.705, passou, na abordagem, a existir outro viés. E, entre aspas, "essa pequena modificação" levou a todo esse debate da Lei Seca, que chegou aonde chegou. Isso, porque, ao fazer a abordagem de um indivíduo, e aí não necessariamente precisa estar ocorrendo perigo de dano, pode-se fazer a abordagem de acordo com o 277, que menciona essa questão de sequencial, que possa ser feita a fiscalização de rua. No momento em que se faz essa modificação, e, na abordagem a pessoa se recusa, por um entendimento de doutrina criminal com relação a que o indivíduo não é obrigado a fazer prova contra si mesmo, um derivativo do Pacto de São José da Costa Rica, ao recusar, é retirada dele a sua carteira de habilitação,...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... o veículo só pode ser conduzido por alguém que tenha condições de dirigir com habilitação também, e ele sofre uma punição.

Com aquela punição naquele momento, começou a haver os desdobramentos. É impressionante que, com isso, o impacto da lei, quando ela entrou em vigor, em junho de 2008, foi muito grande. Passaram-se seis meses, e as pessoas tentavam entender o que estava acontecendo.

E houve uma redução bem grande dentro desse período de seis meses da vigência da lei. E depois as pessoas foram vendo que as abordagens não estavam sendo interpretadas da forma mais correta. E veio, então, a discussão do conceito de não fazer provas contra si mesmo. Mas, de qualquer forma, a mudança da punição imediata, mesmo do ponto de vista administrativo, foi o grande diferencial que nós podemos apontar para essa questão da Lei Seca.

O 306, que já é do crime, fala do crime de dirigir sob o efeito de substâncias psicoativas. Nessa modificação, já estava caracterizado, dizendo o seguinte: só se ele estivesse com grau acima seis decigramas de álcool por litro de sangue que ficaria caracterizado o crime, ou seja, ele poderia recusar. Não há como fazer a prova, mas ele poderia, sim, antes da recusa, já sofrer a punição administrativa para não sair impune, mesmo sabendo que ele tinha consumido algum tipo de álcool ou droga. Bom, a lei entrou em vigor, houve muitos debates. O Rio de Janeiro, e eu tenho orgulho de dizer, foi um dos Estados que mais aplicou; criou um programa de Governo; aliás, um programa que posso dizer mais do que de Governo, um programa de Estado chamado Operação Lei Seca, que entrou em vigor em maio de 2009, ou seja, basicamente...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – ... quase dez meses depois dessa experiência. Então, desde 2009, o Rio de Janeiro tem essa operação, como uma ação de Governo com relação a essas abordagens.

A operação do Rio se consolidou e deu certo porque não é uma operação só da Polícia Militar, mas da Polícia Militar, da Guarda Municipal, do DETRAN e também da Polícia Civil. Nós temos trabalhado muito para colocar a Polícia Civil nessas operações, pela questão da perícia. E isso começou a apresentar resultados.

Eu pergunto por que vem a Lei nº 12.760, chamada, entre aspas, de "Lei Seca 2". Por quê? É isso que eu repito: temos de ter muito cuidado com as modificações legislativas. E eu posso dizer que eu sou o principal entusiasta desse aperfeiçoamento. A Lei nº 12.760 só veio a entrar em vigor por o STJ (Superior Tribunal de Justiça), em algumas decisões e em uma decisão que ficou como um caso emblemático, ter decidido que, como o art. 306 falava que para haver a embriaguez no volante tinha que estar constatado haver 6dg de álcool por litro de sangue – e o entendimento dele foi por maioria, não por unanimidade do Pleno –, como a letra da lei fala somente no 6dg ou equivalente, o que não seria no bafômetro... Nós entendemos que havia necessidade de mudar o art. 306 para – o que é óbvio dentro do Código de Processo Penal – ampliar para outros meios de provas a serem produzidas, ou seja, abordagem, análise do bafo, indícios efetivamente de álcool ou outra substância psicoativa. Houve essa modificação muito mais por uma interpretação do Superior Tribunal de Justiça nesse dispositivo.

Então, o cuidado que nós temos que ter numa apreciação legislativa não é simplesmente do aspecto positivo que pode ser inserido na sociedade, mas, sim, da percepção da sociedade e, principalmente, dos tribunais. Se nós geramos um conflito jurisprudencial muito grande, em vez de produzirmos o resultado que é o enquadramento desses ilícitos, nós podemos produzir um resultado diferente, liberando dos ilícitos algumas pessoas que estão nesse conflito de normas. Isso é extremamente delicado.

Houve a Lei nº 12.761, que agravou o art. 302 e o art. 308 – agravante pelo resultado de lesão... Não, é a Lei nº 12.971, há um erro ali – Dias, desta vez, você falhou, vou fazer só uma advertência, não vou dar multa, ou é multa leve, não é ainda média, não. Ali é a Lei nº 12.971, de 2014, aqui, embaixo, também foi uma modificação recente que nós fizemos. Nós fizemos essa modificação também, agravando a pena do art. 302 e do art. 308, que era a questão do racha. Aqui é assim: incluiu o §2º no art. 302, para prever que a pena de dois a quatro anos prevista nesse artigo, no caso de o condutor estar sob influência de álcool, será de reclusão; no homicídio culposo, do art. 302, é de detenção, com os mesmos dois a quatro anos; retorna-se a controvérsia de 2006, a discussão está principalmente no fato de que pode haver entendimento de que matar no trânsito é apenas crime culposo.

Depois, houve o PL 5.568, de 2013, que é o PL que chamamos de Não Foi Acidente". Nós fizemos essa modificação também. A autora aqui é a Deputada Keiko Ota. A Deputada Christiane Yared participou desse debate intensamente lá na Casa.

E há ainda duas modificações legislativas na Medida Provisória nº 699, que está aqui, no Senado, que é a modificação do art. 302, ampliando a questão do agravante; e também o PL 8.085, em que emenda iguala o art. 306 ao art. 308.

O que eu quero dizer com isso, Presidente e o autor do projeto, Senador Cristovam Buarque? Por óbvio, nós temos uma grande preocupação de fazer essa interpretação. Eu talvez seja aqui – repito – o maior entusiasta para se poder dar a maior pena possível, só que nós temos que manter a simetria do nosso processo penal, porque nós não podemos ser mais realistas que o rei.

Se ocorrer um episódio desse de tentarmos fazer uma legislação mais severa, como é o caso aqui, que é o desejo de tornar crime hediondo, nós podemos, em vez de estar ajudando, estar contribuindo para poder liberar aqueles que hoje já respondem a processo. Isso é extremamente delicado. Nós temos essa preocupação. Já fizemos vários debates na Câmara dos Deputados com o Ministério Público, com a Justiça, para poder interpretar essas modificações. E nós estamos nessa proposta modificativa.

Eu acho que todo o esforço que está sendo feito, inclusive aqui, no Senado – e eu elogio mais uma vez o trabalho da Comissão de Direitos Humanos–, é excepcional, porque a sintonia entre Câmara e Senado é fundamental para que possamos avançar ao invés de retroagir.

Já encerrando, falando especificamente do PLS 01, de 2008, ele acaba com o crime de embriaguez do art. 306, que é bem arriscado no meu ponto de vista. E a questão em jogo é o aumento de pena. Se tivesse que modificar para crimes hediondos, teria que mudar a Lei nº 8.072, não especificamente o Código de Trânsito. Aí a proposta que estamos fazendo é revogar – isto aqui é uma proposta, inclusive, do Ministério Público que atua no segmento de trânsito – o §2º do art. 302, que hoje já está na Medida Provisória nº 699, que está aqui, no Senado. O texto atual leva à interpretação de crime culposo, afastando dolo eventual. Por isso, ele tem de ser revogado. Já está proposto e já foi aprovado na Câmara dos Deputados, agora está no Senado. Então, isso já nos ajudaria. E propomos incluir parágrafos no art. 306, que é embriaguez, para agravar a pena de reclusão no caso de lesão ou morte para ter dolo. Já há uma emenda no PL 8.085. Ou propomos alterar o PL que chamamos de Não Foi Acidente, que está aqui no Senado também. É o PL 5.568/2013, mas não sei o número aqui, no Senado. A alteração seria retirar o art. 302 e incluir novos parágrafos no art. 306. Nós vimos que essas modificações aqui, depois de muito debate, de muita discussão, analisando a jurisprudência, são as necessárias para que tenhamos uma legislação que não atrapalhe o sistema jurisprudencial já consolidado, mas que, no futuro, também não seja permissiva com as circunstâncias com que nos deparamos, em que o acidente de trânsito se torna apenas um acidente. E acidente de trânsito não é acidente, principalmente quando envolve esses fatores. Acidente de trânsito passa a ser homicídio de trânsito.

Eu tenho repetido, assim como a Deputada Christiane Yared e outros Deputados na Câmara, que nós temos que parar com essa de trabalhar com o acidente apenas como um fator eventual. Em vários casos, isso passa a ser um homicídio, às vezes, homicídio doloso, da forma como as pessoas atuam, sem cuidado com a vida, a vida delas e a vida das outras pessoas, o que é o mais absurdo.

Senador, só para encerrar, a proposta que vamos deixar aqui é a nova redação ao art. 306, colocando no §4º lesão corporal leve, com reclusão de 2 a 6 anos; no §5º, lesão corporal grave, com reclusão de 3 a 6 anos; e, no §6º, morte, com reclusão de 5 a 10 anos. Em todos os casos, as circunstâncias demonstraram que o agente não quis o resultado, mas assumiu o risco de produzi-lo (dolo eventual). Isso sem prejuízo das outras penas previstas nesse artigo. O que nós estamos propondo, ao final de muito debate e de oitivas tanto com o Ministério Público como com magistrados, acompanhando a jurisprudência do STJ e já a manifestação do Supremo Tribunal Federal com relação ao crime em abstrato e não crime objetivo, é isto aí que contempla o projeto do Não foi Acidente, que é de uma ONG de São Paulo, que tem esta pretensão: tirar o §2º do art. 302 e, ao retirar o §2º do 302, nós damos muito mais efetividade a essa circunstância de encerrar esse conceito de que todo crime de trânsito é culposo.

Essas são as modestas contribuições. Nós já fizemos esse debate na 699 e na 8.085 e, obviamente, nós estamos aqui dispostos também, no PLS 2.008, a fazer as adequações que sejam necessárias, mas que possam surtir efeito, principalmente dentro do ambiente jurídico.

Essas são as minhas palavras.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu agradeço também ao Deputado Hugo Leal pela belíssima explanação, com conhecimento de causa. Naturalmente, isso só faz o enriquecimento do debate.

Eu quero aqui registrar – pedindo desculpas, Deputada, porque V. Exª estava aí e, por uma falha dos universitários, V. Exª não foi aqui registrada – a presença da Deputada Christiane Yared, que conhece da causa como ninguém, como bem aqui já testemunhado pelo Deputado Hugo, seu advogado.

Eu também quero registrar a presença do autor do projeto, o meu colega e amigo, meu professor, meu orientador. Ele saiu há pouco do meu Partido, mas eu o estou resgatando de volta, Senador Cristovam Buarque.

Inicialmente, eu dei um prazo de dez minutos para cada convidado, mas, como o tema exige e é importante, todos tiveram quase o dobro disso. Então, eu sou Relator, na Comissão de Ética, de um caso de um Senador aqui, e, às 10 horas, é a nossa reunião lá. Antes disso, eu quero ceder a palavra à Deputada, que teria cinco minutos – se pudesse nos ajudar –, e também, depois, ao autor do projeto.

A Deputada tem a palavra.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR) – Até menos que isso.

Antes de mais nada, bom dia a todos.

Que bom que nós estamos discutindo isso! Nós temos um problema sério no País: leis que não são cumpridas. Nós temos um problema muito sério no País.

Eu tentei – e o Hugo é minha testemunha – colocar uma emenda em que a alcoolemia, realmente, fosse zero: nenhuma gota de álcool no sangue para quem fosse dirigir. Eu ouvi Deputados me falando que nós teríamos que, então, criar uma pena de morte, Senador, para quem bebesse meia taça de vinho. Eu falei para ele que a pena de morte já existia, mas ficava à graça dos nossos filhos essa pena de morte.

Meu filho teve pena de morte, porque alguém resolveu beber e dirigir e achou que não teria problema nenhum. Eu sou uma entre milhares e milhares de famílias, eu sou uma das mães. Nós vimos aqui o Diniz, que também tem uma dor desta, que é irreparável, pois não há o que repare isso.

Eu vejo um País e governantes que ainda entendem que a morte no trânsito é fatalidade. Então, quando nós exigimos algumas coisas, não é porque queremos ser mais reais que o rei, é porque nós temos alguns direitos que acabam não chegando a nós. Esse preço é muito alto, e quem paga realmente é a família, que acaba deixando de poder conviver com essas pessoas. E a tristeza é tão assustadora, pois ela acaba entrando nessas famílias que simplesmente se desmancham. Esse pai perde duas vezes: ele perde o filho ou a filha e perde a esposa. A mãe não lava, não passa, não cozinha, não permite mais que o marido toque nela. Ela não quer mais viver! Então, nós temos aí uma desfunção total da família.

Eu acho, sinceramente, que esses números não batem com a realidade, porque eu, por exemplo, tenho uma instituição que atende mais de 500 famílias, e a grande maioria não recorre ao DPVAT. Elas não querem o dinheiro da morte do filho. É assustador. É a grande maioria. A área rural nem conhece o DPVAT. Eu dou palestras na área rural, e é assustador, pois eles nem sabem o que é isso. O filho morre na estrada, eles enterram o filho e pronto, acabou. Nós sabemos que existe a máfia do DPVAT, que é a questão das funerárias, de advogados, que se beneficiam disso tudo. Eu, que sou uma pessoa esclarecida, na hora da morte, quando bateram na minha casa, às 2h30 da madrugada, dois agentes funerários e falaram: "A senhora tem de assinar para liberar o corpo"... Não foi o seu caso, não é, Diniz?

O SR. FERNANDO DINIZ – Na pista.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR) – Na pista. Colocaram na mão do Diniz um álbum com caixões para ele escolher... Imaginem? Quer dizer, o pai, com o corpo do filho, abraçado ali, chorando, e o sujeito vem apresentar... Então, é algo muito desumano.

Quando nós queremos endurecer as leis para valer, para valer mesmo...

(Soa a campainha.)

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR) – ...não é por uma questão de acharmos que somos mais... "Ah, o nosso País!" Existem países em que a alcoolemia é zero, zero. Bebeu, não dirija. Essa coisa de dizer que eu não quis produzir... Qual é o assassino de trânsito que vai dizer que quis produzir alguma coisa? Bebeu um monte, está drogado, em alta velocidade, fazendo racha e vai dizer: "Eu quis produzir, realmente eu assumo." Ninguém vai assumir, isso não existe!

Então nós temos de endurecer as leis, mas nós precisamos aplicá-las, porque não adianta termos o melhor remédio do mundo para curar o câncer; se ele não for tomado, não se resolve nada. Tem de ser aplicado. Então nós precisamos da aplicação das leis, precisamos ter recursos para isso, precisamos que os governos entendam e abracem essa causa.

O Deputado falava nas mortes no mundo: mais de 1 milhão, por ano, de pessoas perdem suas vidas com mortes no trânsito, quer dizer, é o trauma que mais mata, não existe nada que mate igual. Não há guerra que mate isso. E a nossa luta é exatamente esta, Senadores: que nós possamos fortalecer essas leis, esclarecer a sociedade, ter mudança de comportamento, porque se não, o que devemos fazer? Liberar tudo. Já que não funciona nada, vamos liberar. Bebam o que quiserem, matem-se o quanto quiserem. Uma hora vocês vão colher o preço, porque isso está virando um efeito dominó. Está batendo em todas as portas.

Temos, sim, de arrochar as leis e temos de cobrar dos Estados, dos governadores, dos prefeitos, dos DETRANs, dos CONTRANs. Precisamos cobrar que realmente sejam punidos os assassinos e acabar com essa

história de que só bebeu um pouquinho. Será que ele só matou um pouquinho? Será que ele só sequelou um pouquinho?

Então, Senadores, nós estamos no caminho certo. Debates são importantes, mas nós precisamos de respostas, porque perguntas, todas as vezes em que nós fazemos audiências públicas, nós temos as mesmas. Os questionamentos são os mesmos. O que nós precisamos é de respostas efetivas que cheguem até a ponta, até a população, até a prefeitura pobre. Tem de chegar lá para que eles tenham conhecimento de causa e possam agir.

Eu agradeço a participação, poder estar expondo aqui, dizendo aos senadores que nós não vamos desistir. Este País é nosso e o país que nós queremos começa em nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado, Deputada Christiane Yared, do PR do Paraná – PR/PR. Eu quero parabenizá-la por essa luta que V. Exª, junto com Fernando e tantos outros que aqui vocês representam, abraça, com muita nobreza, com muita determinação, mas, sobretudo, com muito amor e responsabilidade. O que hoje vocês estão prevenindo é a dor de alguém amanhã, a dor que hoje vocês estão sentindo. Não tenho dúvida disso, e estamos aqui muito atentos a todas as falas que aqui foram colocadas e que foram da maior importância. O propósito desta audiência é para colhermos essas informações, para amadurecermos...

Pode falar.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR) – Senador, eu apresentei agora um projeto, que está sendo acolhido no Senado, que torna o fato de a pessoa manusear o celular multa gravíssima. Ainda a multa é fraquinha, é de duzentos e poucos reais. Devia ser R$2 mil, R$3 mil. Se as multas fossem realmente bem pesadas, talvez começaria a mudar comportamento também.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Para fortalecer essa sua fala, acabei de receber uma informação hoje que 70% dos leitos – dos leitos, aqueles que se salvaram do acidente – estão ocupados com acidentes de trânsito, e a grande maioria é pelo famoso celular, esse que, enquanto eu estou baixando a minha vista para olhar aqui, às vezes, também, no trânsito, está levando as pessoas a vitimarem outras.

Então, V. Exª tem razão, e a gente tem a honra de relatar isso.

Senador Cristovam, autor do projeto, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Um bom-dia. Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Meus agradecimentos ao Telmário, que tomou a iniciativa desta audiência. A simples realização dela, a meu ver, já faz parte da luta contra a violência no trânsito. O simples fato de a gente estar transmitindo isso pela televisão já traz uma contribuição na educação para o trânsito.

Eu quero dizer ao Senador Telmário que eu não saí do Partido dele, saí de uma sigla partidária, entrei em outra sigla partidária, mas continuo no Partido Indigenista, que é o Partido do Senador, o Partido das boas causas, a que somos ligados aqui, independente disso.

Eu estava vendo uma estatística, em algum lugar...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já me acalentou, já me acalentou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Já acalentei.

E estava lembrando que, no mundo inteiro, todos os dias na televisão, fala-se das mortes na Síria – 300 mil, se não me engano, em cinco anos. Aqui a gente tem 300 mil também em cinco anos, que são cerca de 60 mil... Portanto, nós estamos em uma guerra civil do trânsito, sem falar na guerra civil da violência urbana, de criminalidade. E tem de dar um basta nisso.

Cada vez que eu vejo uma motocicleta hoje, meu caro Telmário, eu penso em um *aedes aegypti* – até parece a motocicleta com aqueles mosquitinhos, só que um provoca dengue, o outro provoca lesão na coluna, acidentes e mais tempo ainda em hospital. Não é porque seja ruim a motocicleta, é porque a gente não organizou isso ainda. O mesmo acontece com o carro; o carro é uma arma.

Eu creio que, como Governador, até fiz algumas coisas novas que hoje existem no Brasil, mas talvez a que mais me orgulhe é ter posto ordem no trânsito no Distrito Federal. Coloquei uma placa bem grande em frente ao escritório do Governo, no Buriti, mostrando quantas mortes naquela semana, e a gente acompanhava aquilo; coloquei os pardais, contra a reação de todo mundo naquela época, trouxe do Paraná, mas ninguém havia feito naquela quantidade; por fim, a gente tem a faixa de pedestre que funciona, reduziu a mortalidade, e sobravam leitos de politraumatizados no hospital. Isso é interessante, o setor de politraumatizados que antes, no final de semana, apresentava pessoas no corredor, passou a ter leitos sobrando. E isso traz uma visão diferente da gestão, que alguém está trabalhando. Uma gestão boa é construir hospitais, mas uma gestão melhor ainda é fazer hospital desnecessário. Esta é a boa gestão: em vez de fazer mais leitos, a um custo alto, você mostrar que precisa de menos leito e ter leitos sobrando.

Então, essa ideia do trânsito virou uma obsessão para mim desde aquela época. E eu quero aqui fazer justiça: um dia pediu para falar comigo um alto funcionário da República, do Governo Fernando Henrique, e claro, na dependência financeira que o Distrito Federal vivia do governo federal, quando ele disse que queria falar comigo, eu disse: vou aí agora. Ele disse: "Não, eu que vou falar com você." E eu pensei: só vem coisa ruim por aí, senão ele iria querer que eu fosse lá. Ele veio, sentou e disse: "Eu vim aqui como morador de Brasília. Eu não estou conseguindo dormir com medo de o meu filho chegar ou não vivo de noite, por causa do trânsito." E aí a gente juntou o *Correio Braziliense*, juntou a Rede Globo, a Polícia, todo mundo, fizemos aquele grande mutirão chamado Paz no Trânsito, e eu passei a trabalhar nisso de uma maneira mais enfática, porque trânsito é uma questão de educação.

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Foi aí que eu vi: a engenharia de trânsito ajuda, como a engenharia civil constrói escola. Então a engenharia é necessária para tudo, mas é a educação que faz; só que a educação se faz, lamentavelmente ainda, com a transmissão de valores e princípios e, de vez em quando, umas cutucadinhas, umas repressõezinhas. Aí veio essa ideia da repressão no que se refere à lei e veio a ideia, não sei quem me passou, de considerar acidente ou negligência de trânsito por motorista alcoolizado crime hediondo.

Esta audiência é muito boa porque me permite tirar uma dúvida, pelo menos com vocês: isso ajudaria ou não? Essa é a minha pergunta. Essa lei seria mais uma a ser jogada por aí? Faz sentido isso? Estamos vulgarizando o crime hediondo? Porque já me disseram isto: crime hediondo é para Hitler; crime hediondo é crime contra a humanidade. Isso aí não é crime hediondo. A minha pergunta é: isso aí salvaria vidas ou não, dentro do processo de educar o motorista? Esta é a pergunta que eu queria fazer: se essa lei faz sentido do ponto de vista de querer ter uma educação no trânsito, uma educação dos motoristas ou se não faz sentido e vai ser apenas mais uma lei frustrante para todos nós. Ou seja, graças a uma lei como essa, daqui a cinco anos, em vez dos 60 mil, a gente teria uma redução? Ou não teria nenhuma redução? Uma lei inócua é melhor não ser feita. Essa é a única pergunta que eu tenho para fazer a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como eu falei para vocês, 10 horas eu tenho aquela reunião e, como o Senador Cristovam fez uma pergunta que é muito importante, e eu acho que o Deputado Hugo, a Christiane, o Fernando e o Ricardo querem responder, eu queria convidar V. Exª para assumir a Presidência. A nossa equipe técnica está aí, os dados vão ser depois catalogados, os nossos universitários estão ali, com a maior competência, porque são eles que fazem aqui a Comissão de Direitos Humanos, e também irão nos ajudar.

Quero agradecer de coração a todos que vieram, desejar um fim de semana de muita paz e muita felicidade. Sem nenhuma dúvida, fica bem claro que o Senador Cristovam tem como propósito neste projeto reduzir as vidas que são ceifadas. E é esse naturalmente o objetivo nosso também aqui.

Muito obrigado e um bom-dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Passo a palavra ao Deputado Federal Hugo, para que responda à pergunta que eu coloquei.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Bom, Senador, V. Exª já estava aqui, e eu disse que sou um entusiasta de toda modificação legislativa que traga efeito imediato e prático.

Quanto à questão do crime hediondo, a discussão não seria no Código de Trânsito e, sim, na Lei nº 8.072, que é a lei que trata dos crimes hediondos. Infelizmente, eu não sou doutrinador, eu não sou da área do Direito Penal, apesar de militante da área jurídica, mas, hoje, o que acontece é que o crime hediondo passou a ser um depositário para todo tipo de solução. Hoje, você tem um elenco de oito crimes e fatos que se tornaram crime hediondo, com modificações recentes. Exemplo: homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio; lesão corporal dolosa de natureza gravíssima contra agentes públicos, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública; latrocínio; extorsão qualificada pela morte; extorsão mediante sequestro e na forma qualificada; estupro; estupro de vulnerável; epidemia com resultado morte; falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos e medicinais; favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. Dentre esses oito itens, nada impediria que a gente chegasse e falasse: tornar crime hediondo o fato em si do homicídio doloso. Não vejo isso no conceito do Direito Penal, não poderia falar pelos penalistas aqui, mas poderia dizer que não vejo aqui, em vista do elenco que há, como introduzir mais um conceito aqui, que seria a questão da alcoolemia ou de alguma substância psicoativa que pudesse provocar um acidente, desde que comprovada a característica dolosa.

Mas eu não sou daqueles que militam que essa simples modificação daria o resultado mais positivo. E vejo e fico muito feliz quando V. Exª se manifesta dentro dessa linha, porque a grande preocupação que tenho hoje, com todo o esforço, junto com a Christiane, junto com outros Deputados lá, antes também com o Deputado Beto Albuquerque, junto com todas as entidades, a minha grande preocupação é tornar a lei dura, mas, como disse a Christiane, efetiva, que ela possa ser aplicada para que ela possa estar em sintonia com o que já decidiram os Tribunais Superiores, porque, às vezes, a gente pode colocar uma lei mais dura e acaba, ao invés de ajudar, colaborar, atrapalhando na interpretação que pode ser mais "benéfica" ao réu. Por mais absurdo que possa parecer, na questão penal ocorre isso.

E o que acontece também na questão do trânsito, eu costumo dizer, é que existe na Justiça brasileira – e isso já falei em outros fóruns e vou repetir aqui –, envolvendo o Ministério Público em determinado momento, o que chamo de o espírito de copo, não é o espírito de corpo, não, que é o seguinte: na realidade, você se depara com um processo judicial, e o juiz ou o Ministério Público, ou seja, todo o elenco que estabelece a formação do princípio da ação penal, quando é para discussão de latrocínio, de estupro, de pedofilia, todos esses crimes, eles aumentam a pena e não são econômicos na caneta; detalham e fazem, porque, com certeza, a quase totalidade dos nossos operadores de Direito, tanto advogados quanto juízes, não são pedófilos, não são estupradores, não são homicidas. Porém, quando acontece o fato do acidente de trânsito, ou do homicídio de trânsito, ou até mesmo dessa abordagem da pessoa que tomou uma dose, duas doses, foi abordada, teve de pagar multa, vai responder por crime, aí ele faz a seguinte avaliação – eu falo isso muito livre aqui, até por ser também da área jurídica, mas por uma das prerrogativas que temos que é a imunidade parlamentar, então, fico muito à vontade –: no momento em que vai decidir uma ação dessa, ele fala: "Espera aí, e realmente eu não sou estuprador, não sou pedófilo, eu não sou homicida, mas, beber e dirigir, isso eu já fiz. Por que eu vou pesar na tinta aqui? Será que não posso estar nessa situação também? Ou o meu filho? Esse negócio de trânsito, não vamos mexer com isso não".

Isso, infelizmente, é um fato. Há uma condescendência, não digo aqui do ponto de vista de denúncia, não, mas há uma condescendência, uma preocupação, dizendo o seguinte: "Espera aí. Crime de trânsito, isso aí não pode ser assim, não. Não pode ser tudo doloso, não." Claro, o crime de trânsito leva a essa interpretação, mas a interpretação fica tão suave que acaba dando essas distorções que nós estamos encontrando.

Então, o esforço, Senador – e eu vou deixar aqui a contribuição que nós já temos feito ao longo desses anos todos e as modificações que já foram feitas, para que a gente possa fazer... Nós estamos aqui, no Senado, com dois projetos que permeiam esse assunto, tanto a Medida Provisória nº 699, que está para ir para plenário, quanto o Projeto nº 5.568, que saiu da Câmara, com possibilidade de a gente fazer essas modificações no 302, no art. 306, sobre a questão do crime, ampliando as penas, que eu, na minha modesta avaliação, acredito que contribuirão muito mais para essa *ratio legis* com relação ao impacto que ela vai ter nos julgamentos do que efetivamente a questão do crime hediondo.

Eu não descarto – essa é avaliação minha, pessoal – que essa possibilidade possa ser introduzida, mas confesso ao senhor que também milito mais nessa linha: será que isso vai produzir o resultado que nós pretendemos? Talvez nós possamos introduzir esse conceito em um outro momento ou no momento em que que a Justiça puder permear, porque eu também milito nesta área de que, se você amplia muito a questão do crime hediondo, você acaba banalizando. E aí não é positivo para ninguém.

Eu quero aqui passar às mãos de V. Exª, assim como às do Senador Telmário, uma modesta contribuição do que apresentei aqui, com esses dados, com toda a legislação, colocando à disposição a equipe lá da Câmara dos Deputados, da Deputada Christiane, para que nós possamos chegar a esse denominador comum, que eu acho que é importante.

Nós temos, sim, algumas adequações, correções a serem feitas nesses dispositivos que dizem respeito aos crimes de trânsito. Eu acho que são modificações importantíssimas, que podem, sim, surtir resultado. E aí, obviamente, em sintonia com o que já têm decidido alguns tribunais aqui do nosso País. Mas repito: nós continuaremos tendo esta, entre aspas, "resistência", porque é um tipo de crime de homicídio – vamos falar de crime, não vamos falar de acidente. Essa palavra acidente tem que ser banida. Em alguns casos, pode acontecer, mas, infelizmente, alguns casos são homicídios mesmo, são crimes de trânsito e são vistos de forma condescendente, porque pensam: "Hum, eu poderia estar ali também; eu já bebi e dirigi; eu falo ao celular quando estou dirigindo". Ou seja, algumas atitudes, como o senhor disse, muito mais de comportamento, muito mais de cidadania, muito mais de educação. Mas se não houver a punição, também, ninguém se conduz para poder modificar.

Era esta a contribuição que eu queria deixar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado, Deputado. E obrigado por chamar atenção para este aspecto de que, no que se refere a crime de trânsito, nós sempre ficamos com esta pulga atrás da orelha. Eu mesmo, quando faço todas essas coisas, eu me lembro de que eu

tenho um amigo, um grande amigo, seriíssimo, que já atropelou uma pessoa na bicicleta e a pessoa veio a falecer. Esse meu amigo não tinha bebido nada, foi numa hora comum do dia. E sempre vem a ideia: caramba, será que isso não vai pegar uma pessoa que não teve culpa de fazer aquilo? Então, realmente há isso.

Segundo, como político, eu quero dizer que tome cuidado porque eu já quase perdi uma eleição porque disse uma frase e a pegaram bem ali no meio. Uma vez, na disputa da reeleição, eu disse aqui: "Eu não quero ficar conhecido como o Governador dos pobres nem dos ricos, mas de toda a família brasiliense". Bela frase, não é? Mas no jornal colocaram: "Eu não quero ficar conhecido como o Governador dos pobres." Ponto. "Nem dos ricos." Aí o meu opositor pegou só a primeira parte e jogou de helicóptero, aquele mosquitinho.

Então, aqui o senhor disse, eu quero deixar claro, como uma maneira de explicar: "Eu já dirigi tendo bebido." (*Risos.*)

O senhor quis dizer que estava pensando como uma outra pessoa, para deixar claro isso aqui, para que ninguém use essa frase. (*Risos.*)

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Muito bom. (*Risos.*)

Deixando claro, Senador, eu digo sempre o seguinte: são padrões de comportamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu entendi. "Eu já dirigi com o celular", o senhor disse também. Que fique claro que ele estava falando metaforicamente, na generalidade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – Metaforicamente. Mas é uma questão comportamental, sim.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – É verdade.

O SR. HUGO LEAL (PSB - RJ) – E aproveitando a deixa de V. Exª, Senador, eu digo o seguinte: essa modificação legislativa de a Lei Seca, especificamente, produzir efeitos numa geração nossa, já consolidada, com personalidade formada, é mais difícil, mesmo, e tem que ser através dos aspectos punitivos. Agora, na geração que está vindo, na dos meus filhos – o meu filho hoje tem 20 anos, a Lei Seca vai fazer nove anos, ele tinha 11 anos –, eles têm já outra cabeça. E isso é geracional, mesmo. Esta é a geração que não fuma, não gosta do cigarro, que foi praticamente banido. É a geração que hoje tem outro aspecto. Então, essa modificação é absorvida por essa geração. E daqui a pouco ninguém vai lembrar mais de Lei Seca, porque ela já está incorporada. Este é o ideal da sociedade.

Mas outras gerações já fizeram esse uso até porque a legislação, entre aspas, "lhe permitia" uma dosagem de seis decigramas, e nós modificamos isso. Essa modificação, que é uma modificação conceitual, produziu e continuará produzindo esses efeitos, principalmente, nas gerações vindouras.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Eu quero dizer também que eu fiquei tão traumatizado com a minha campanha no trânsito, tenho tanto medo de cometer infração, que eu parei de dirigir faz muito tempo. (*Risos.*)

E como eu não uso o carro oficial aqui do Senado, eu uso carona, táxi, e consigo viver tranquilamente com esses artifícios, porque eu morro de medo de, um dia, atropelar uma pessoa na faixa de pedestres. (*Risos.*)

Então, eu preferi parar. Eu não me lembro da última vez que eu dirigi. Já faz alguns anos.

Dr. Fernando Diniz.

O SR. FERNANDO DINIZ – Senador Cristovam, V. Exª ainda não havia chegado aqui quando eu fiz a mina exposição, mas eu destaquei essa sua grande preocupação, desde sempre, com a parte da educação. E eu acho que há conceitos de civilidade, de cidadania, de respeito à vida alheia que estão inseridos nesse processo da educação. E V. Exª também se referiu a essa comparação dos crimes de trânsito aos crimes contra a humanidade, a um holocausto. E eu gostaria de dizer que, de fato, não há essa diferença. Pergunte a qualquer pai que perdeu o seu filho no trânsito qual a diferença faz perder o filho no trânsito ou num campo de concentração. Não há! Eu perdi o meu filho. Essa é a grande verdade.

Eu queria destacar também, como o Deputado Hugo Leal registrou, a Primeira Conferência Ministerial Global, que ocorreu em Moscou, onde tive oportunidade de estar. Foi um evento maravilhoso, muito bem organizado, e, ali, foi lançado o desafio de, na década de 2011 a 2020, reduzirmos em 50% a mortalidade no trânsito. E observem, por favor, todos vocês, que isso ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro de 2009, e a década começou em maio de 2011. Então, a Organização Mundial da Saúde concedeu um ano e meio de prazo a todos os países ali presentes para que se organizassem. Todavia, em maio de 2011, nós não tínhamos sequer metas traçadas. Ao contrário; os nossos índices começaram a crescer. No primeiro momento da Operação Lei Seca, eles caíram um pouco; depois, com a Operação Lei Seca, no Rio de Janeiro, com a abordagem... Aliás, eu tenho muito orgulho em dizer que a Trânsito Amigo, a ONG que presido, tem a rubrica "Trânsito Amigo", um projeto que a ONG Trânsito Amigo apresentou ao Governo do Estado.

Já com relação a essa segunda conferência, que houve, agora, em novembro passado, aqui em Brasília, desculpem-me os organizadores: que tristeza! Que desorganização! E eu disse, no ciclo de palestras que an-

tecedeu a abertura dos trabalhos, que os delegados estrangeiros precisavam sair deste país chamado Brasil com um retrato fiel de quão caótico é o trânsito brasileiro. Mas não; maquiaram números. Eles saíram daqui... Tivemos desastres: tradução simultânea que não funcionou; os estrangeiros, os gringos, como a gente chama, desesperados porque não conseguiam entender o que as pessoas falavam; enfim, um caos.

Eu posso dizer a V. Exª que, muitas vezes, depois da partida do meu filho, há 13 anos – em março, agora, fez 13 anos –, tenho vindo a Brasília, muitas vezes a convite do Deputado Hugo Leal para participar de outras audiências públicas, bem como no Supremo Tribunal Federal, sempre defendendo com mais rigidez essa tese de um trânsito menos hostil, mas eu confesso que, quando recebi esse convite para vir hoje aqui a esta audiência, nunca vim com tanto prazer. Quando eu li o texto que dizia "transformar em crime hediondo", eu pensei: não quero saber das dificuldades operacionais, ou seja, como vão operacionalizar isso, mas tem que ser hediondo, sim! Eu parabenizo o senhor por essa iniciativa. Por isso, esta foi a vinda mais alegre, mais feliz a Brasília, mesmo tendo que falar, mais uma vez, da morte do meu filho.

Eu me lembro perfeitamente que, quando a Lei Seca foi sancionada pelo Presidente Lula, no dia 19 de junho de 2008, para entrar em vigor no dia 20, houve uma reação em todo o Brasil. Todo mundo dizia: "Isso é um absurdo! Isso é um absurdo!" Eu cheguei a ler em *O Globo* um artigo de um juiz, cujo nome não vou citar, em que ele disse o seguinte: "isso é uma coisa inconstitucional. Que mal tem, depois do final de um árduo dia de trabalho, parar para tomar um chopinho com os amigos? Não, a lei não diz que você não pode beber. Que mal tem isso?" E, depois ainda complementou: "Como podem nos privar de, num sábado, sair com a família para comer uma feijoada e não tomar um chope?" E concluiu: "Comer uma feijoada sem tomar um chope é o mesmo que chupar uma bala e não tirar o papel." Respondi, e alguns amigos meus disseram que ele ia me processar. Não recebi até hoje; ele vai processar a minha ONG Trânsito Amigo. Respondi, então: "Das duas, uma: ou o senhor é inconsequente ou é alcoólatra". Nunca tive resposta a respeito disso. Nunca me condenou, nunca me processou. Que venham! Que venham todos eles! Estou aqui, mesmo depois de ter perdido o que eu perdi, pedindo que todos permaneçam vivos.

Parabenizo, mais uma vez, V. Exª por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu que agradeço, Fernando. Eu não estava presente, mas tomei conhecimento de como foi tocante a sua fala aqui, na primeira parte desta reunião, sobretudo quando fez referência ao seu filho. De certa maneira, devemos um pouco a ele o que estamos fazendo aqui, lutando para que não aconteça o mesmo com outros no futuro.

Dr. Ricardo Xavier.

O SR. RICARDO XAVIER – Senador, antes de tudo, cumprimento V. Exª pela iniciativa. No início da minha fala, também fizemos esse comentário porque achamos que toda e qualquer iniciativa que vem sendo tomada por esta Casa Legislativa é muito importante para o combate a esse crime de trânsito.

Não tenho elementos técnicos e jurídicos seja para defender ou refutar o enquadramento como crime hediondo, como tenta o Deputado Hugo Leal demonstrar, se seria ou não mais adequado, ou ainda fazer como o Fernando Diniz fez, ou seja, o seu depoimento pessoal sobre a impressão que tem disso. O que procuramos trazer é o que nos mostram os números, informação segundo aquilo que percebemos. E efetivamente temos visto que a evolução legislativa, o que vem ocorrendo, vem contribuindo de fato para a redução dos acidentes. Então, o que posso dizer do nosso depoimento é isto: há uma contribuição efetiva decorrente dessa alteração legislativa.

Eu gostaria de complementar, Deputada Christiane Yared, fazer um comentário...

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR. *Fora do microfone*.) – ...tenho uma reunião de bancada.

O SR. RICARDO XAVIER – Só comentar – a senhora fez um comentário, o Fernando Diniz reforçou – a questão da atuação do atravessador.

Quero dizer que compartilhamos essa preocupação. A nossa principal preocupação desde que foi criada a Seguradora Líder é tentar acabar com essa figura perniciosa que, infelizmente, existe, que é a figura do procurador. Não temos como evitar que ela se interponha nessa relação. O que temos feito, desde que iniciamos a Seguradora, é ampliar nossos pontos de atendimento, hoje estamos em todos os Municípios do País; procurar desenvolver campanhas de esclarecimento para que possamos efetivamente chegar a todos. Digo que compartilhamos com a senhora essa preocupação, e estamos trabalhando.

As estatísticas de acidentes no trânsito são muito falhas no País, mas temos verificado, pelo menos nos últimos anos (dados de 2014), segundo o Datasus, que houve, em 2014, 40.097 mortes. Pagamos, de mortes ocorridas em 2014, 41.453 indenizações. Então, no quesito morte, pelas informações oficiais, achamos que estamos perto. Mas temos convicção de que muitas pessoas acabam não chegando.

Muito obrigado pela contribuição.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR. *Fora do microfone*.) – Senador, continue firme...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR. *Fora do microfone*.) – ....crime hediondo esse negócio. As famílias agradecem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Muito obrigado.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PR - PR. *Fora do microfone*.) – As mães e os pais deste Pais agradecem por essa atitude. O senhor é um grande homem e vai conseguir. Vamos juntar forças. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO XAVIER – Concluindo, é isto, Senador: efetivamente acreditamos que os números mostram que a evolução legislativa no endurecimento das regras tem colhido resultados. Os números, para nós, mostram isto: que temos efetivamente que apoiar, independentemente do aspecto mais jurídico que possa determinar que se precisa de uma análise um pouco mais detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Teríamos terminado, mas eu gostaria de ouvir algumas palavras, se o senhor quiser dizê-las, Dr. Jerry Adriane.

O SR. JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES – Muito obrigado, Senador.

Sou policial rodoviário federal há 22 anos e atuo no combate aos acidentes durante esses anos todos. Tive o privilégio de conhecer o Deputado Leal, ainda em 2007, e, de lá para cá, mantivemos um contato tão constante que a Polícia Rodoviária Federal resolveu me ceder para atuar junto com ele nesses projetos relacionados à segurança no trânsito.

Cansei de atender acidentes, vendo pessoas perderem suas vidas e filhos, mães e amigos chorarem ao lado dos seus entes queridos que estavam ali sem vida. E uma das atitudes mais difíceis para quem é responsável pela segurança do trânsito, naquele momento, é ter de afastar aquela família do local para que seja preservada a vida dela também. Então, às vezes, quando eu chegava ao final de um expediente de serviço, quando eu trabalhei na pista, eu tinha medo de perder um pouco a humanidade, porque a primeira preocupação, quando se chega, é de se preservar o local para evitar que outro acidente aconteça.

Tenho, lamentavelmente, uma experiência pessoal de um acidente de trânsito em que não perdi a minha filha, mas em razão do qual faz cinco anos que ela tenta retomar a vida. Sabemos como é difícil isso. Todos os dias, quando saio do trabalho, vejo-a aparentemente bem, mas ela ainda não conseguiu se recuperar. E isso é muito difícil. Como profissional na área, tenho atuado muito e busco consolidar tanto conhecimento técnico quanto a experiência na ativa para buscarmos subsídios para tornar a legislação mais adequada. Essa é a nossa missão.

Em relação a tornar o crime hediondo, do ponto de vista do fim a que se propõe, é excelente, nós temos questões técnicas para discutir e encontrar o melhor caminho. No entanto, precisamos, de fato, avançar, mas precisamos também estabilizar a legislação. Já tivemos muitas alterações, Senador, desde 1997, quando o código entrou, e não conseguimos ter uma – vou usar uma expressão aqui um pouco diferente – estabilização jurisprudencial no assunto. Porque, toda vez que o assunto está se consolidando, vem uma outra alteração.

É muito importante que essa discussão tenha o lado humano de nos preocuparmos com a vida das pessoas, mas que não tenhamos, em decorrência da forma como o assunto foi tratado, um resultado diferente e contrário: ao invés de nós melhorarmos, de repente, causarmos um efeito negativo.

Então, o Deputado e eu nos colocamos à disposição de V. Exªs e dos demais Senadores para poder discutir de que forma esse tema pode realmente avançar para conseguir consolidar o que já existe. Nós temos, aqui, no Senado, pelo menos, dois ou três projetos, entre medida provisória, projeto de lei e o seu projeto. De repente, quem sabe eles não se consolidam numa proposta que avance?

Continuamos à disposição.

Por último, quero destacar que nos lembramos muito das mortes, mas nos esquecemos dos sequelados. Eu estava fazendo ali um levantamento pelos números dos dados do Dr. Ricardo: o número de pessoas com invalidez permanente – corrija-me se eu estiver errado – é dez vezes o número de pessoas que morrem, mais de dez vezes, o que é muito grave. É esse número, esse contingente de pessoas que estão tendo dificuldades nas relações familiares. A minha filha foi beneficiada, e hoje não conseguiu ainda, mas, como ela, nós temos pessoas paraplégicas, temos pessoas que têm problemas e que não conseguem retomar a sua vida, com consequências psicológicas e dificuldades de avançar.

Realmente, o problema não é só a morte daquela pessoa, que se foi e da qual vamos sentir falta, mas também aquelas pessoas que estão, não mortas em vida, mas que não conseguem avançar. Deixa-nos muito angustiados presenciar isso e ter dificuldades de convencer as pessoas que decidem, tanto na área policial quanto na área judicial, de que isso não se trata de uma mera imprudência, imperícia ou negligência, e sim de uma atitude irresponsável, uma atitude que não leva em consideração que suas atitudes ou suas omissões estão acabando com famílias e as destruindo.

Então, esse é o nosso sentimento aqui. Com certeza, toda a assessoria do Deputado ficará à disposição, especialmente na minha pessoa.

E quero lhe agradecer também porque acredito que sua proposta traz à tona esse tema e destaca a relevância do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Obrigado.

Quero dizer que uma das finalidades da proposta, embora eu acredite que ela teria um papel positivo, é provocar este debate, criar uma consciência, fazer com que haja uma educação do trânsito, despertando a consciência de que quase todos nós que dirigimos somos irresponsáveis em um momento ou outro.

Chamo a atenção especialmente para os jovens de moto, porque, talvez, hoje em dia, esse seja um dos mais graves aspectos, embora, em geral, recaia sobre eles próprios e suas famílias – o do automóvel, em geral, recai sobre os outros; mas, na moto, é muito sobre eles próprios. São milhares e milhares e milhares de paraplégicos, de pessoas que não recuperam a consciência e que estão sobrevivendo sem viver plenamente por causa de um acidente de trânsito. Nós precisamos educar o Brasil para o trânsito.

O senhor pediu a palavra.

O SR. DAVID DUARTE LIMA – Bom dia, meu nome é David Duarte, sou professor da UnB. Gostaria de falar somente sobre três aspectos.

O primeiro é o seguinte: dou uma matéria na UnB chamada Epidemiologia dos Acidentes de Trânsito. Semestre passado, nós fizemos uma pesquisa com os alunos da UnB, naturalmente uma pesquisa por amostragem. A UnB tem, hoje, quarenta e poucos mil alunos, quarenta mil alunos, e, no último mês anterior à pesquisa, 25% dos alunos tinham bebido e dirigido, ou seja, dez mil alunos, no mês anterior, declararam ter bebido e dirigido. Então, é um fenômeno que não merece só a punição, e nós estamos falando aqui de alunos da Universidade de Brasília, que são, de certa forma, elite, gente esclarecida etc.

O segundo aspecto é o seguinte: há o fenômeno da mortalidade, que é gravíssimo – o Fernando e milhares de famílias brasileiras sofrem com isso, com a morte. Mas há também, como o Jerry Adriane falou, a questão dos feridos. É um custo enorme para o País, é um custo emocional enorme para as famílias e um custo financeiro também terrível, às vezes, quase insuportável, para as famílias mais pobres, que são as mais atingidas.

E o terceiro é o seguinte: às vezes, falamos de dados e ficamos desiludidos: "Poxa, o Brasil não tem jeito!". Tem jeito, sim! A prova está aqui com o Senador Cristovam. Quando eu era Presidente, inclusive, do Fórum Permanente pela Paz no Trânsito, na UnB, no governo do Professor e Senador Cristovam, houve uma redução de 50% na mortalidade aqui no Distrito Federal. Quando o Coronel Renato Azevedo, o Miúra e o governo implantaram o respeito à faixa de pedestres, houve uma redução de 39%, quase 40%, na mortalidade de pedestres. E Brasília é uma mistura de tudo: do Sul, do Norte, do Nordeste. Ou seja, o Brasil tem jeito e o trânsito tem jeito!

Então, Senador, obrigado pelo seu governo; obrigado pela sua colaboração; e obrigado também pelo exemplo que deu de que o Brasil tem jeito, se enfrentarmos o problema com técnicas corretas e, principalmente, com envolvimento da sociedade. Se não houver o envolvimento das pessoas, como houve àquela época, o Governo vai continuar falando sozinho; os órgãos de trânsito vão continuar falando sozinhos. Mas, quando a população, quando a sociedade toma para si essa causa, que é de todos, a coisa pode andar para a frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. David, o senhor terminou falando, mesmo que daí ao invés de daqui, e eu lhe agradeço muito. E agradeço também as suas lembranças.

Quero que aqueles que assistiram e que vão assistir ao programa – porque ele é reprisado – saibam que trânsito é uma questão de educação e de engenharia também. Sobretudo, de consciência de que estamos em um processo de guerra civil cuja arma tem sido os veículos motorizados nas mãos de irresponsáveis. Temos obrigação de trazer a responsabilidade para o trânsito.

Uma parte é dos pedestres também. Muitas vezes, nós, pedestres – e me considero pedestre –, cometemos irresponsabilidades, mas, sobretudo, as cometem nessa coisa que dá ideia de machismo, que é dirigir um carro possante, grande, com irresponsabilidade. E as mulheres terminam também fazendo esse gesto de poder, que deveria ser usado de outra forma, mas termina sendo no trânsito, com as armas que são os veículos, com isso, produzindo tragédias tão grandes: um país com 60 mil mortos e com 600 mil, talvez mais, vitimados que não falecem, mas que carregam para o resto da vida suas consequências.

Muito obrigado a cada uma e a cada um.

Está encerrada esta audiência.

(Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 41 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia onze de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim e Lindbergh Farias. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 50 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O direito dos trabalhadores e a NISSAN". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Kristyne Peter, Diretora de Relações Internacionais da United Auto Workers – UAW; Betty Jones, Trabalhadora Nissan EUA; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Monica Veloso, representante da CNTM/Força Sindical; Valcir Ascari, representante do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí; Paulo Pissnini, Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba; Frank Figgers, Líder Comunitário do Mississippi; Edson Carlos Rocha da Silva, Vice-Presidente CNM/CUT; Richard Bensiger, Diretor de Organização Sindical da United Auto Workers – UAW; Marino Vani, Secretário Sindicato Global IndutriALL; Sanchioni Butler, Coordenadora United Auto Workers – UAW. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presente no Plenário: Luiz Saraiva, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e Sindicato dos Comerciários do DF; Carlos Albino Rezende JR., Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão/GO, Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM e Federação dos Metalúrgicos do Goiás; Isaú Joaquim Chacon, Presidente da União Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal – UGT/DF; Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário para Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: a) conversar sobre o pleito dos trabalhadores da Nissan, sobretudo aqueles do Mississipi, Estados Unidos, com o embaixador das olimpíadas no Brasil e com o presidente da Nissan, a fim de facilitar o diálogo e o acordo entre esses trabalhadores e a empresa; b) ir ao Mississipi, se for necessário, com o objetivo de auxiliar os trabalhadores da Nissan a terem os seus pleitos atendidos, sobretudo no que tange à liberdade de associação sindical. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e oito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 50, de 2006, de nossa autoria, para debater "O direito dos trabalhadores e a Nissan".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link* www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Nós organizamos, com aqueles que me solicitaram esta audiência pública, duas Mesas. Eu sempre explico que, para mim, o importante não é a primeira ou a segunda Mesa. Na maioria das vezes, é por ordem de chegada. Tanto a primeira Mesa quanto a segunda têm o mesmo valor. E o debate será feito, inclusive, com a participação do Plenário. Depois que os integrantes das Mesas falarem, será permitindo que cinco ou seis pessoas do Plenário também possam usar a palavra.

Eu fiz, via assessoria da Casa, uma pequena introdução, que vou ler neste momento.

Recebi também aqui um documento por parte da Nissan. A Drª Mattos Filho, que é advogada da empresa, deixou-me aqui uma carta. É uma carta longa.

Não vou ler toda a carta, naturalmente, mas vou comentar alguns pontos. Recebi a carta agora, depois pretendo dar a cópia para as entidades presentes, não é segredo.

Vocês sabem que esta audiência pública é tradicional desta Comissão. Desde que a assumi, já é a terceira vez, toda segunda-feira pela manhã, faço uma audiência pública em que a gente interage com, no mínimo, dois milhões de pessoas. O Brasil tem 210 milhões de brasileiros, se 1% assiste, o que já é praxe há muitos anos, estaremos dialogando com dois milhões de brasileiros, com muitos formadores de opinião. Isso, é claro, tem uma repercussão nacional.

A audiência pública é transmitida ao vivo pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado, enfim, por todos os meios de comunicação da Casa. Tudo que é dito aqui vai direto ao ar. Então, a responsabilidade é de todos nós, primeiro pelo nível do debate. Sei que será um nível qualificado, à altura do movimento sindical brasileiro, dos Estados Unidos, mais especificamente do Mississípi, disso tenho certeza.

Nunca tive problema nenhum, nessas milhares de audiências que já fiz, tanto aqui no Senado como também nos 27 Estados, porque já percorri todos os Estados fazendo debates sobre os direitos do trabalhador, do aposentado, e no combate a todo tipo de preconceito, sempre nas assembleias dos Estados e, quando em Brasília, naturalmente, no Senado. O Quebra-Molas participou de duas ou três no Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa Dante Barone, que é o grande palco de debates daquela assembleia.

Enfim, peço a vocês – e isto é de praxe, este pedido que faço – que o debate seja à altura dos senhores, que são líderes do Brasil e dos seus países de origem. Consequentemente, o debate será qualificado e a disputa no campo das ideias e das propostas que cada um vê, na busca de assegurarmos o melhor para os trabalhadores, respeitando o investimento daqueles que têm seu empreendimento, dos empreendedores, dos empregadores.

Já tive a alegria de ter feito algumas negociações positivas em nível internacional. Havia uma greve dos metalúrgicos no Canadá, envolvia um grande investidor do Brasil, que é a Vale do Rio Doce, e foi numa audiência pública que nós construímos o acordo. Fizemos primeiro uma reunião fechada, depois aberta. Assim, chegamos a um grande entendimento, a greve foi suspensa no Canadá. Houve um acordo com a mediação da Vale aqui no Brasil, dos sindicalistas brasileiros que estavam junto e este Presidente desta Comissão.

Tivemos também duas grandes reuniões com o McDonald's, que, como todo mundo sabe, está na maioria dos países do mundo. Já tivemos alguns avanços também nesse processo de negociação, eles se colocando sempre abertos ao diálogo, isso é verdade. Paramos agora o processo de discussão, porque um dos principais líderes desse movimento no Brasil, que é o Moacyr, da Contratuh, fez uma operação de emergência e está se recuperando. Mas voltaremos em seguida também a participar desse debate.

No caso de vocês, eu fui procurado pelo Quebra-Molas. Ele me falou da situação do Mississípi. Claro que fiquei preocupado, sempre digo que a classe trabalhadora, em direitos humanos, é universal, não tem fronteiras, seja na África, seja na Ásia, seja na América, se houver um trabalhador que a gente entenda injustiçado em seus direitos de liberdade, de organização sindical, e inibido, nós estaremos na outra trincheira: na trincheira da liberdade, da igualdade e dos direitos de o nosso povo se organizar em qualquer parte do mundo.

Vou fazer uma introdução, como é praxe nesta Comissão, para situar também os telespectadores e os ouvintes sobre o porquê desta reunião aqui, na Comissão, no dia de hoje.

Como todos sabem, pela minha história, eu sempre tive lado na vida. O meu lado é o lado dos trabalhadores, dos aposentados e dos discriminados. Isso não quer dizer que eu não estabeleça um diálogo franco e honesto com todos os setores da sociedade, mesmo com aqueles que pensam diferentemente de mim. Isso é bom, porque isso é um símbolo de democracia. Se todos pensassem de forma igual, o que seria da história daqueles que entendem que a democracia é o melhor sistema do mundo? A democracia, na sua essência, permite as divergências, e o bom debate aponta caminhos para que todos possam viver melhor.

Eu tenho defendido, ao longo da minha vida, como sindicalista e também como Parlamentar, o direito de trabalhadores, idosos, aposentados, deficientes, no combate a todo tipo de preconceito. Sempre tive posição de maneira firme contra flexibilizar, por exemplo, direito dos trabalhadores aqui, no Brasil. E, agora, eu defendo aqui, nesta reunião, para que todos entendam, com a mesma visão, o direito dos trabalhadores no mundo, porque a causa é uma só.

Neste caso da Nissan no Estado do Mississípi nos Estados Unidos, a organização sindical, pelas informações que recebi, está sendo inibida, praticamente proibida. Pode parecer estranho que um Senador do Hemisfério Sul vá falar em nome dos trabalhadores do Hemisfério Norte. Não estou falando em nome deles. Os líderes deles estão aqui. Eu estou aqui dando o apoio a uma causa que entendo justa. Os líderes dos trabalhadores do Hemisfério Norte é que falarão nesta audiência pública.

Pois bem. Por mais que o Brasil enfrente uma série de problemas históricos, sendo que, neste momento, estamos com um grande problema político, temos uma significativa história construída em defesa dos trabalhadores. A nossa CLT, apesar de alguns a contestarem, continua viva e jovem. A nossa CLT é a prova disso. Ao contrário do que dizem por aí, a CLT não é uma lei atrasada e envelhecida. Ela tem passado por várias revisões

para se adequar aos novos tempos, sem, no entanto, deixar o seu compromisso maior de lado, que é a proteção dos trabalhadores.

O nosso objetivo hoje é buscar luz para uma discussão fundamental à organização dos trabalhadores do Mississípi. Quando sindicalistas brasileiros me procuraram para contar o que estava acontecendo nesse Estado dos Estados Unidos, propus, de imediato, o diálogo, a discussão e esta audiência pública. Faz parte da nossa conduta como Senador tentar construir caminhos para dirimir conflitos e oferecer como mediação a busca da solução. Como diz aquele poeta espanhol famoso, o caminho só fazemos caminhando. Então, nós estamos fazendo é isto aqui: nós estamos sentando, dialogando e caminhando juntos na busca de solução.

É neste papel que aqui hoje nós vamos ter um bom debate, que conta com a participação ativa de metalúrgicos brasileiros. Desde 2012, as primeiras denúncias sobre a postura da Nissan em relação ao sindicalismo ecoaram no Brasil. Os metalúrgicos do Brasil prestam solidariedade – é bom lembrar também para todos que eu sou metalúrgico, estou Senador, mas sou metalúrgico, pois foram 20 anos de metalúrgico, quatro mandatos de Deputado Federal e dois de Senador, sendo 30 anos no Congresso – a esses metalúrgicos, o que não poderia ser diferente. Os direitos humanos são universais, e lutamos para que os direitos dos trabalhadores também sejam universais. Posso dizer que estou junto nesta caminhada.

Recebemos reclamações dos trabalhadores dizendo que, na Nissan dos Estados Unidos, tem se adotado uma postura intransigente. Informo que a empresa instalou um clima que preocupa a todos os trabalhadores, pois ela está combatendo a sua liberdade de organização sindical.

Os Estados Unidos são um país riquíssimo. Queiram ou não queiram, é uma grande, para não dizer a maior, potência mundial. Mas o Estado do Mississípi não é bem assim: o Estado é pobre, as ofertas de emprego são escassas, as famílias dos trabalhadores sofrem com o clima de incerteza gerado por ameaças que são feitas através de vídeos exibidos nos três turnos de trabalho e também por meio de reuniões com a gerência. Eles têm razão para temer o pior. Eles, os trabalhadores, têm razão, porque temem o que pode acontecer.

Fui informado, inclusive, sobre casos específicos de trabalhadores que foram demitidos pela sua força como representantes sindicais. Mas os trabalhadores da Nissan do Brasil têm sido solidários, e não poderia ser diferente, com os companheiros do norte. As demissões na Nissan do Mississípi foram revertidas por conta de protestos feitos no Brasil e em outras partes do mundo. As empresas querem proteger suas marcas e são capazes até mesmo de voltar atrás em suas decisões se a cobrança é feita de forma adequada.

É natural que as empresas queiram proteger sua marca, seu *marketing*, a venda do seu produto em todo o mundo, mas é natural também que os trabalhadores do mundo todo digam "não" àqueles que têm uma prática contrária ao sindicalismo.

Patah, que já chegou aqui, só não chamei a lista por que faltava você aqui.

Em fevereiro, os metalúrgicos brasileiros se organizaram mais uma vez para defender os companheiros do norte e para preservar o nome do Brasil.

Pelo que me foi relatado, a multinacional tem se negado a iniciar o diálogo, que culminaria nessa revisão e discutiria, aprofundaria as más práticas sindicais lá em vigor. Quero que esse diálogo aconteça. Vamos fazer o que for possível para avançar.

Se for necessário... Eu me adianto aqui. Não sou daqueles que viajam pelo mundo todo, não, porque não tenho tempo. E, no Brasil, a situação não está um céu de brigadeiro, como alguns dizem, não é, Patah? Só o Patah me convidou 500 vezes para ir a São Paulo. Eu fui lá algumas vezes, mas não consegui nas últimas... Agora, em abril, ele quer me levar lá, sem falta, devido ao 1º de maio.

Para eu viajar pelo mundo – tenho ido a alguns países –, eu o faço quando é uma missão específica. Eu não consigo viajar para passear pelo mundo. Seja para Israel, para a Rússia, para Cuba, para os Estados Unidos, para a Venezuela ou para a Argentina, nas vezes em que para lá fui, eu estava com uma agenda pronta, definida. Faço meu trabalho e volto para o Brasil, porque não há como um Senador da República, na situação em que está o Brasil, ficar viajando muito. Para a OIT fui uma vez, dei meu recado, retornei. Não fiquei muito tempo por lá, porque entendi que eu tinha de voltar.

Mas quero dizer que, se for preciso ir ao Mississípi, em nome da causa dos senhores, podem saber que para lá irei com muito boa vontade. A causa é justa, por tudo que vejo aqui. (*Palmas.*)

Com o objetivo de reverter essa situação, vamos agora iniciar a nossa audiência pública.

Que a liberdade de associação e de organização por sindicato, a fim de construir o que for melhor para todos, para as duas partes, concretize-se, para que a gente avance! O mínimo que a gente pede são as portas abertas para o diálogo com os líderes dos trabalhadores e com os líderes dos empregadores.

É sempre bom lembrar que as conquistas obtidas pelos trabalhadores brasileiros não foram alcançadas de graça. Aqui também, elas foram forjadas com muita luta, com batalha, a duras penas, com um combate permanente de anos e anos, na busca de uma legislação decente para o nosso povo. Foi e continua sendo uma

questão de justiça contribuir com os trabalhadores de outros países, não somente se preocupar com a nossa realidade. Esse é o nosso compromisso. Por isso, estamos aqui.

A partir deste momento, já vamos formatar a primeira Mesa e vamos iniciar os nossos trabalhos.

Convido, de imediato, para compor a primeira Mesa Kristyne Peter, Diretora de Relações Internacionais da United Auto Workers (UAW), nos Estados Unidos. (*Palmas.*)

Convido Betty Jones, trabalhadora da Nissan, também naquele país; convidamos Monica Veloso, CNTM/Força Sindical.

Seja bem-vinda, Mônica!

Convidamos Ricardo Patah – se a montanha não vai a Maomé, Maomé vai à montanha –, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT); convidamos Valcir Ascari, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, que foi o primeiro a me procurar com essas preocupações; convidamos Paulo Pissinini, do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba. (*Palmas.*)

Na segunda Mesa, teremos Frank Figgers, líder comunitário do Mississípi; em seguida, Edson Carlos Rocha da Silva, Vice-Presidente da CNM/CUT; Richard Besinger, diretor de organização sindical da United Auto Workers, também dos Estados Unidos; Mariano Vani, secretário do Sindicato Global, Industrial; e Sanchioni Butler, coordenadora também da unidade dos automóveis dos Estados Unidos.

Eu recebi a seguinte carta, que vou resumir. Ela é muito longa, mas vocês, depois, terão acesso às cópias.

Ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal [...] Brasília.

Exmo. Senhor [o resumo dos principais pontos], infelizmente, devido a compromissos inerentes aos trabalhos assumidos previamente, os representantes da Nissan não terão disponibilidade para participar da referida audiência pública, apesar de tomarmos muito seriamente as questões levantadas na carta enviada por V. Exª. Assim, gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para esclarecer qualquer informação equivocada que possa ter chegado a V. Exª, bem como partilhar alguns dados sobre nosso funcionamento e nossas relações com as comunidades onde operamos no Brasil e no mundo.

Depois aqui, em uma outra parte:

A Nissan do Brasil é responsável pela fabricação e distribuição dos veículos da Nissan em todo o País. A Nissan do Japão é acionista minoritária da Nissan do Brasil. A Nissan do Brasil tem muito orgulho de seus investimentos no Brasil, de seu histórico de atuação com seus empregados e as comunidades nas quais funcionam e também seu histórico com outros parceiros e consumidores ao redor do país.

A Nissan do Brasil tem crescido por dez anos consecutivos e atualmente emprega 1.536 trabalhadores. A Nissan do Brasil inaugurou recentemente novas instalações, incluindo o complexo industrial de Resende, na cidade de Resende, no Rio de Janeiro, e o Estudo Satélite de Design, no Rio, e tem um grande compromisso com as atividades sociais, como se pode verificar no Relatório de Sustentabilidade anexo, produzido pelo Instituto Nissan.

Aqui eles justificam as suas atividades, mas não entram nos detalhes das questões que vocês vão aqui levantar.

Quero só dizer que, de pronto, coloco-me inteiramente à disposição dos senhores e da Nissan, porque o objetivo de uma audiência pública – quero deixar isto muito claro para todos os senhores – não é só vir aqui e relatar os fatos, dizer que está acontecendo isso ou aquilo na visão do empregado ou do empregador, ou mesmo na visão do Governo, no caso do Brasil, ou mesmo de um Governo de outro país, como já fizemos aqui em questão de direitos humanos, em outros países.

Na violência contra pessoas, naquele princípio de que eu falava antes, direitos humanos para mim não tem fronteira. Mas é também o *day after*, ou seja, o dia depois, o que nós faremos depois da audiência pública. Criamos o fato nesta reunião, mas é preciso que alguém seja o interlocutor para que avance.

Eu não quero que nos preocupemos, pelo menos é como eu penso, só em dizer que, no Mississípi, a situação dos trabalhadores é essa, é essa e é aquela. Eu quero saber como vamos trabalhar, relatados os fatos por vocês, para que esse quadro mude. Isso, sim, é levar, na essência, a discussão numa profundidade devida.

Os nossos irmãos estão lá, no Mississípi, sofrendo com essa falta de liberdade sindical. Nós sabemos, no Brasil, a importância que o movimento sindical tem para melhorar a vida dos trabalhadores. Como vamos mediar e contribuir para que a liberdade e a autonomia sindical sejam plenamente asseguradas também lá, com a nossa solidariedade, no Mississípi? Esse é o objetivo desta nossa audiência pública. Por isso, além de todo o debate, teremos, no encerramento, os encaminhamentos, para ver o que faremos. Esse é o fato.

Então, vamos lá. Eu vou passar, conforme já acordado, para a Diretora de Relações Internacionais, Srª Kristyne Peter, que está com a palavra. O tempo é de dez minutos, com mais cinco, quinze, mas, se for necessário, naturalmente esta Presidência será tolerante para que todos possam concluir o seu pensamento.

A SRª KRISTYNE PETER (*Tradução simultânea*.) – Muito obrigada, Senador Paim, pela oportunidade de estar aqui hoje.

Meu nome é Kristyne Peter, sou Diretora de Relações Internacionais do UAW, sindicato de trabalhadores da indústria automobilística e aeroespacial, comumente chamado de UAW. Somos um sindicato americano que representa mais de 400 mil trabalhadores na indústria automotiva e em outros setores.

Nós fomos fundados, em 1935, como movimento para trazer dignidade e justiça para centenas de milhares de trabalhadores da crescente indústria automotiva naquela época. Ao longo das décadas, nós não apenas conseguimos acordos de negociação coletiva pioneiros, mas temos sido consistentes em ser a voz da justiça social nos Estados Unidos e no mundo.

Quando Martin Luther King marchou até Washington, o UAW estava lá ao seu lado. Quando Nelson Mandela e o Presidente Lula foram presos, nós lutamos pela sua liberdade e pela causa da democracia em seus países. Nós temos uma grande relação com nossos colegas e amigos brasileiros e continuamos construindo essas relações a cada ano.

Hoje em dia, a luta é em nosso país. Acordos de livre comércio têm minado a sindicalização nos Estados Unidos, piorando os salários e as condições de trabalho. As empresas abandonaram as relações produtivas em favor da destruição dos sindicatos. E isso é um negócio de milhões de dólares nos Estados Unidos.

Hoje em dia, corporações transnacionais, como a Nissan, enxergam os Estados Unidos como o lugar onde podem fazer práticas antissindicais enquanto fazem lucros maciços. Às vezes, uma empresa transnacional, como a Nissan, opera, sim, com respeito pelos empregados e seus direitos de se sindicalizar, mas, de repente, abandonam esses princípios quando chegam aos Estados Unidos. E nós vemos essa história se repetir constantemente.

O sul dos Estados Unidos, particularmente, é a linha de fogo do ataque sobre os sindicatos.

É um eixo de executivos dominadores e escritórios de advocacia antissindicais, e também de políticos antissindicais de extrema direita, que estão tentando destruir sindicatos e não oferecer direitos básicos aos trabalhadores. Isso não é um problema apenas dos Estados Unidos. Esses escritórios de advocacia agem em mais de quarenta países e oferecem consultoria a empresas que querem impedir seus trabalhadores de se sindicalizarem. Ataques antissindicais não vão parar só com os Estados Unidos, eles vão chegar ao Brasil em alguns anos. Então, a Nissan é o ponto de inflamação dessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Total concordância, porque aqui ao Congresso já chegaram alguns projetos cuja relatoria eu consegui pegar, que vão exatamente nessa linha, como terceirização total, inclusive na atividade fim. Há uma outra proposta, cuja relatoria eu consegui pegar esta semana, que inibe toda prática sindical. O Patah sabe muito bem dessa PEC que está aqui no Senado, mas felizmente parece que eu vou assumir a relatoria. Então, quero cumprimentar a sua fala. É um alerta que você está dando, que de fato está chegando aqui. É bom que o povo brasileiro saiba: se chegar assim, vai ser pior do que o relato que vocês vão dar aqui na questão do Mississípi. Nossos cumprimentos por esse alerta. (*Palmas.*)

Vieram de lá para nós ajudarmos vocês, e você que já está nos ajudando, dando esse alerta.

A SRª KRISTYNE PETER (*Tradução simultânea*.) – Outra coisa para te assustar: nós todos sabemos que o México é muito importante para o Brasil e para os Estados Unidos, e os escritórios de advocacia antissindicais triplicaram no México, para usarem essas mesmas práticas no México. Também estão presentes no Reino Unido, na Alemanha e no mundo inteiro. Então, se nós não nos unirmos para impedir esse negócio – porque esse é um negócio antissindical, que vale muito dinheiro –, nós vamos sofrer. Então, muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa unidade que ela pede eu acho fundamental. Por isso este meu aparte, por isso as minhas palmas. Eu tenho a mesma visão. Ou a gente tem uma grande união – primeiro, interna, no seu país, para depois buscar a solidariedade internacional –, ou a situação dos trabalhadores vai ficar cada vez mais difícil.

Permita que eu diga: eu viajei todos os 27 Estados, e a denúncia que eu fazia vai nessa linha que você aqui confirma. Os escritórios inventam empresas e nós teremos, no futuro, metalúrgicas sem metalúrgicos, escolas sem professores, bancos sem bancários, comércio sem comerciários, porque esses escritórios montam uma empresa, muitas vezes desaparecem com o tempo, e começam a deslocar os trabalhadores para um lado e para o outro, desmantelando, inclusive, a organização sindical. Para mim, o seu depoimento tem sido – foi o primeiro depoimento – uma contribuição enorme para questões que nós estamos enfrentando aqui.

Mas vou parar de falar do Brasil, e vamos olhar para a situação do Mississípi.

A SRª KRISTYNE PETER (*Tradução simultânea*.) – Então, vou voltar à Nissan em particular, porque enxergamos essa luta como uma das lutas mais importantes nos Estados Unidos neste momento. Isso é muito importante. Se nós vencermos na Nissan, poderemos vencer em outras transnacionais no sul, que têm feito acordos para não deixar que os sindicatos entrem, porque elas se ajudam entre si, inclusive com financiamento. Então, nós enxergamos a Nissan como uma luta muito importante a ser vencida. É uma honra muito grande

para nós termos tanto apoio do Brasil. Temos apoio da França, do Japão e do mundo inteiro, mas os brasileiros realmente estão a bordo dessa campanha.

Como vocês já devem ter ouvido falar, o Mississípi foi o berço do movimento dos direitos civis. Hoje em dia, na Nissan em Canton, Mississípi, os trabalhadores e os membros da comunidade sobre os quais vamos ouvir hoje estão liderando uma nova luta pelos direitos civis e trabalhistas, uma luta pelo respeito, para ter uma voz no local de trabalho, como os trabalhadores da Nissan no Brasil, na África do Sul, no Japão, no mundo inteiro.

Para usar uma citação de um deputado do Estado da Georgia, a luta pelo direito de se organizar nos Estados Unidos é a luta pelos direitos civis no Século XXI. E nós estamos muito honrados por ter o seu apoio.

Vocês vão ouvir dos trabalhadores da Nissan. Há muitos motivos pelos quais eles querem se sindicalizar, seja por segurança e saúde ou por causa dos altos números de trabalhadores temporários ou por assuntos relacionados à jornada de trabalho. Por exemplo: às vezes eles têm que trabalhar 45 horas por semana e têm que trabalhar mais duas semanas. Como você vai cuidar da sua família, cuidar dos seus filhos? Os índices de divórcio são altíssimos.

Outros palestrantes vão falar um pouco mais sobre isso depois.

Desde o começo, eu quero deixar claro que esse não é apenas o problema de alguns gerentes. Não são alguns supervisores que estão fazendo isso. Essa é uma política corporativa da Nissan no Mississípi.

Desde o começo, a Nissan tem interferido no direito dos funcionários de decidir sobre a sindicalização. Isso ocorre desde que eles conseguem o emprego. Mesmo antes da planta de Canton ser aberta, eles foram instruídos de que a Nissan é uma companhia sem sindicato, o que é uma mentira completa, porque todas as fábricas da Nissan no mundo inteiro são sindicalizadas. São 99% no Japão, 89% no México e assim por diante.

Essa é uma empresa que, sim, permite sindicatos, mas quando chega aos Estados Unidos, adota políticas americanas e faz tudo o que pode. Isso envolve milhões de dólares. Eles pagam milhões de dólares para um escritório de advocacia, para destruir os sindicatos.

Quando os trabalhadores em Canton contataram o UAW em 2004/2005 para ajudá-los a se sindicalizar, a gestão da Nissan foi mais longe e começou uma campanha antissindical. Isso tem acontecido por doze anos.

A direção realiza assembleias obrigatórias nas quais os trabalhadores têm que assistir a apresentações longas, durante o horário de trabalho, que incluem críticas terríveis ao UAW, a como os sindicatos são terríveis. Eles fazem ameaças veladas de que a fábrica vai fechar. Isso é uma violação de padrões da OCDE e da OIT e é ilegal nos Estados Unidos. Trabalhadores pró-sindicato tornam-se alvos dos supervisores e são forçados a conversar com eles em reuniões individuais. Eles também usam vídeos que são mostrados para todos os trabalhadores sem parar. Por 48 horas esse vídeo é exibido com mensagens antissindicais.

De acordo com o especialista em Direito Trabalhista Lance Compa, que documentou o comportamento antissindical no Mississípi, num relatório de 2013, a Nissan tem continuado a incluir mensagens antissindicais em seus treinamentos e no guia para funcionários, com um vídeo que é exibido na planta.

Esses problemas foram levantados em vários órgãos, incluindo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que deu razão para esses problemas que a UAW encontrou e disse que essas queixas eram substanciais.

Quando foi oferecida mediação, a Nissan recusou. Não é surpresa nenhuma a Nissan não estar aqui hoje, porque toda oportunidade que demos à Nissan para entrar em diálogo conosco foi recusada.

Acho que isso quer dizer que eu não tenho mais tempo...

Então, eles não seguiram as ordens do Departamento de Estado dos Estados Unidos para a intermediação. Houve uma delegação que veio para Canton, Mississípi, 17 sindicalistas do mundo inteiro vieram; eles se recusaram a se reunir com eles. Fomos a Tóquio, eles se recusaram a dialogar conosco. Estudantes já tentaram se reunir com eles. Uma organização comunitária do Mississípi tentou se reunir com eles repetidas vezes, mas eles sempre enviam um advogado. Então, os sindicatos brasileiros entendem que se a Nissan vai conseguir fazer isso e negar aos trabalhadores o direito à negociação coletiva, ao salário justo e à negociação da jornada de trabalho, enquanto sindicato global nós somos contra tudo isso.

Quando o Presidente Lula foi para a prisão, nós lutamos pela sua causa e comparecemos ao seu julgamento. Então, agora pedimos que vocês abracem essa causa. Nós aplaudimos vocês por abraçarem essa causa, inclusive protestando contra o patrocínio da Nissan aos Jogos Olímpicos.

Vou agora introduzir dois vídeos, um deles foi passado na planta de Canton por um supervisor. Todos os trabalhadores tiveram que assistir a esse vídeo, não podiam comentar nem fazer perguntas. Esse seria o vídeo nº 1.

Quanto ao vídeo nº 2, alguns dias antes de esse vídeo passar, o CEO da Nissan, Carlos Ghosn, compareceu à Assembleia Nacional francesa e falou: "Nós não somos contra os sindicatos, nós somos neutros, trabalhamos com sindicatos no mundo inteiro". Então, quero mostrar como o Carlos Ghosn enganou o Parlamento francês inteiro e mostrou esse vídeo para os trabalhadores na planta de Canton, Mississípi.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª KRISTYNE PETER (*Tradução simultânea*.) –

[...] UAW é sua e somente sua, mas esta decisão não deve ser tomada sem pensar muito bem.

Um cartão de autorização do sindicato UAW é um documento jurídico vinculativo que, uma vez assinado, é o primeiro passo em dar a UAW o direito de falar por você.

Quero advertir para não assinar o cartão sem ter uma compreensão completa dos futuros desdobramentos da representação do sindicato UAW. Depois de assinar um cartão, pode ser difícil obter o cartão de volta ou cancelá-lo. Se você não quer dar ao sindicato o direito de falar por você e você não quer ajudar o UAW em seus esforços para sindicalizar a nossa planta, então, você deve dizer "não" para o UAW e se recusar a assinar um cartão do UAW.

Lembre-se de que você tem o direito de falar com o sindicato em casa ou no trabalho, você tem o direito de não assinar um cartão de sindicalização, você tem o direito de dizer ao sindicato que você prefere falar por si mesmo.

Eu também acho que é importante reconhecer que o que conseguimos foi alcançado trabalhando em conjunto há mais de uma década sem uma presença sindical. Nós construímos um relacionamento forte uns com os outros e uma equipe forte em que todos têm voz.

A fábrica da Nissan Canton tem sido um divisor de águas para a região de Jackson e uma voz unificadora na comunidade. Nós construímos uma operação de padrões mundiais que oferece empregos com segurança e alguns dos melhores benefícios pagos no Estado do Mississípi para milhares de pessoas.

Quando você olha para os fatos, a escolha é clara. Acreditamos que não é do interesse de nossos funcionários, clientes ou da nossa comunidade ter o UAW aqui.

É importante ressaltar que esse é um supervisor de alto cargo. E ele disse isso, explicando isso dessa forma para os seus supervisionados.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.!

Peço uma grande salva de palmas para Kristyne Peter, Diretora de Relações Internacionais da UAW. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos!

A segunda fala que ouvi no vídeo não me surpreende: "Não há nada disso, não é bem assim." Agora, a primeira fala é que me assustou mais. A primeira fala me assustou mais, porque, dentro da própria empresa, o cartaz é claro, está incentivando todos a não terem participação em entidades sindicais. Essa é uma prática antissindical, em que se proíbe a liberdade e a autonomia sindical, pela força, naturalmente, da ameaça ao emprego. Isso é grave, muito grave. De fato, sua fala muito feliz. O vídeo confirma isso, pelo depoimento do diretor ou gerente daquela unidade.

O questionamento que os Parlamentares franceses também fizeram segue a mesma linha, mas não houve nenhuma resposta. Em nenhum momento, ouvi o representante da empresa dizer que aquilo não era verdade, que, lá no Mississippi, a prática então denunciada não acontecia.

Vamos continuar.

Mais uma vez, uma salva de palmas para a nossa Kristyne! (*Palmas.*)

Com a palavra, Betty Jones, trabalhadora da Nissan nos Estados Unidos.

A SRª BETTY JONES (*Tradução simultânea*.) – Olá a todos!

Eu gostaria de começar agradecendo a todos por estarem me recebendo aqui hoje.

Eu gostaria de esclarecer alguns pontos obscuros, algumas coisas realmente sombrias que estão acontecendo no Mississippi.

Eu gostaria de explicar a vocês, em relação àquele vídeo, um pouco da atmosfera que ficou depois daquele vídeo.

O nosso diretor, o nosso chefe, estava ali no vídeo. Depois, o diretor da nossa seção, do nosso departamento, foi lá naquele dia. Na nossa linha de trabalho, todos são pró-sindicato, e eles sabem disso. Eles queriam saber qual seria a nossa atitude em relação àquele vídeo. Eu digo a vocês: ninguém reagiu; todos ficaram simplesmente abismados ao ver como eles usam táticas de intimidação em relação aos seus funcionários.

O que aconteceu foi que, antes do vídeo, estávamos distribuindo folhetos informativos a respeito do assunto. Fizemos a distribuição de folhetos numa terça-feira, e mais pessoas, então, associaram. Vários foram se aproximando de nós, e chegou um dia em que 200 carros estavam no nosso escritório do sindicato. Mas, depois daquele vídeo, aquilo foi uma barreira para esse movimento. Todos passaram a temer o engajamento com o sindicato e ficaram até com medo de que a fábrica fosse fechada e de que todos fossem perder o emprego. Então, o ânimo daquele vídeo, realmente, intimidou os funcionários.

Mas vamos falar um pouquinho a respeito do que significam medo e intimidação. Sou uma líder religiosa e sei bastante a esse respeito. Alguém, quando está temeroso, perde seu propósito, sua visão, sua determinação. Isso acontece também no ambiente de trabalho. Ou seja, isso o deixa amedrontado. Como sou uma pessoa de fé religiosa, a minha fé me diz: "Não tema, continue a ter a esperança de que você pode trabalhar para ir atrás daquilo que você quer. Você pode usar os dons que Deus lhe deu para isso."

Nós vamos vencer a Nissan, porque eu e os meus colegas não nos deixamos intimidar por essas ameaças. (*Palmas.*)

Em relação ao Carlos Ghosn, executivo da Nissan: nós não seremos detidos. Como você pode ter sindicatos, como aqui no Brasil, em todos os países, e não nos Estados Unidos? Tem alguma coisa errada com essa situação! Certamente, porque nós temos os mesmos direitos trabalhistas, os mesmos trabalhadores de qualquer outro país do mundo. Por que nós temos que nos deixar intimidar por vídeos como esses, quando supervisores fazem esse tipo de manifestação ou quando cada supervisor conversa individualmente com cada um dos trabalhadores para que eles sejam intimidados? Isso não está certo.

Lá, nos Estados Unidos, houve um questionamento por parte dos trabalhadores: "Será que nós vamos ser derrotados? Será que nós temos que ter fé e ir adiante?" Nós temos, sim, o direito. E nós temos direito a ter um contrato de trabalho, a contrato de acordos coletivos, direito a eleições livres. Se eles pararem com esse tipo de intimidação e com conversas para amedrontar os trabalhadores, nós iremos ter sucesso.

Eu tenho um colega que foi alvo. Por quê? Porque ele queria brigar pelos direitos dos trabalhadores e pelos direitos sindicais. Eu já fui alvo de ameaças. Eu tinha um broche do sindicato que eu punha na minha camisa todos os dias. Aí, um gerente chegou para mim e disse: "Você precisa tirar isso daí." Ele fez com que eu fosse ao escritório dele e me disse: "Não é para ficar conversando com outros trabalhadores a respeito de direitos de sindicalização.""Mas esse é um direito que Deus me deu. Nós, então, fazemos isso no nosso intervalo, no intervalo de almoço".

A minha mãe trabalhou para o Walmart por muitos anos. Eles tentaram criar um sindicato, e ela se sentiu tão amedrontada, porque ela, sozinha, criava seis filhos. Ela pensou: "Eu não posso me dar ao luxo de perder meu emprego, porque preciso criar seis filhos." Eu também não posso me dar ao luxo de perder meu emprego. Não posso, mas sei que eu preciso lutar; lutar por mim e pela minha família. Então, isso para mim é muito profundo, muito pessoal. E a minha mãe me dizia: "Filha, não desista. Vá atrás do que é seu, porque seus filhos dependem de você também, os seus colegas de trabalho também."

São poucos aqueles que estão dispostos a se erguer, a se pronunciar e a dizer: não vamos permitir que esses vídeos nos amedrontem, nos paralisem. Estamos fazendo o que é necessário para nós mesmos, para nossas famílias e nossas comunidades.

Estou aqui hoje para dizer a vocês o seguinte: nós somos muito gratos pela presença de todos aqui para unir forças conosco e para fazer com que a Nissan e seu Presidente saibam que nós temos direitos; os trabalhadores têm direitos.

Eu não vou aqui me desculpar pelo nosso trabalho, eu não vou me desculpar pela minha habilidade de me pronunciar, não vou deixar que ninguém me cale. Não vou permitir.

Eu sempre penso em Martin Luther King e eu sempre encaro os direitos trabalhistas como direitos civis. Sem os direitos civis conquistados, nós não estaríamos aqui, como estamos hoje. Portanto, nós precisamos abraçar esse legado de tantos que morreram, de tantos que tombaram para que eu pudesse aqui estar hoje falando dos problemas que nós enfrentamos na Nissan.

Agradeço muito ao meu marido também, que está aqui presente. (*Palmas.*)

Ele é tão maravilhoso por passar por todo esse processo comigo, por todas essas lutas! E vocês todos têm também maridos e mulheres que às vezes não são tão compreensivos e não estão tão abertos. Os seus parceiros chegam em casa às vezes com machucados, etc., por conta das práticas de trabalho. Muitas vezes, esses trabalhadores precisam fazer horas extras, e nós precisamos ligar para alguém e pedir: "por favor, você vai buscar meu filho na escola?"

Como é possível eu ter que trabalhar sete horas em um dia e doze horas no dia seguinte, com 45 minutos de intervalo? Isso não está certo. Isso não é possível. Alguns trabalhadores da minha região já trabalharam 22 dias seguidos, 12 horas por dia, sem um dia de folga, 28 dias seguidos. Todos eles falaram para mim: "Vá lá.

Você está nos representando. Vá lutar por nós, porque nós vamos ganhar essa eleição." E eu acredito que, se todos unirem forças conosco, nós podemos, sim, levar mudança aos Estados Unidos, levar mudança à forma como as pessoas encaram os direitos humanos, os direitos trabalhistas.

Eu sempre falo da Sanchioni, que é uma inspiração para todos nós. Se não fosse por ela, acho que eu mesma não seria capaz de estar aqui hoje falando com vocês. Ela traz uma atitude tão positiva para essa nossa causa. Ela sempre diz: "Não desista." Estão todos aqui, a Kristyne, a Sanchioni, o Richard. Não desistam, não abram mão da sua luta. Então, nós trabalhadores agradecemos muito o que vocês estão fazendo por nós no Estado do Mississípi.

Como eu disse, nós não vamos interromper a nossa luta, não vamos ceder, porque eu amo o que faço. Eu não sei o que os meus filhos irão fazer no futuro, mas talvez eles sejam também trabalhadores do mesmo setor. E eu espero que eles tenham mais direitos e pensem: "Eles são resultado da luta da minha mãe." Nós não vamos ceder, não vamos abrir mão da nossa luta.

Eu agradeço muito por vocês estarem dando ouvidos aqui para uma mulher humilde como eu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A líder Betty Jones, trabalhadora da Nissan nos Estados Unidos, lembrou aqui a figura do esposo dela. Eu só vou pedir que ele se levante para que o conheçamos. (*Palmas.*)

É o símbolo da família, do pai, da mãe, do que trabalha naquele momento e tem todo o apoio também em casa. Meus cumprimentos pela fala e pela referência.

Saiba que aqui, no Senado, eu coordeno a Frente dos Homens contra a Violência às Mulheres. Normalmente homenageamos as mulheres, mas aqui hoje você brilhantemente está homenageando os homens. (*Palmas.*)

A luta é uma só.

Passamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para mim, não há problema nenhum.

Então, vamos fazer uma inversão. Eu passo a palavra ao Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah.

O SR. RICARDO PATAH – Obrigado, Senador.

Bom dia, meus amigos, amigas. Eu quero cumprimentar a Kristyne Peter; a Betty Jones; a minha querida amiga Mônica; o Valcir Ascari; o Paulo Pissinini; o nosso Presidente da UGT do Distrito Federal, companheiro Chacon; o nosso grande dirigente dos padeiros, Chiquinho do Brasil, que está nos prestigiando; e o Alemão, que é o Presidente da Ordem dos Músicos do Brasil.

Eu quero antes fazer duas reflexões. Aqui foi dito do Martin Luther King, das atividades fundamentais naquele país. Eu quero dizer a todos que aqui estão que o espírito de Martin Luther King está em todos nós, mas, em especial, no Senador Paim. O Senador Paim é o Martin Luther King do nosso País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Patah diz isso – vou dar um corte nele –, porque ele é muito meu amigo. Só lembrar o nome do Luther King em relação ao nosso trabalho é uma homenagem, num fórum internacional que surpreendeu até a mim. Obrigado.

O SR. RICARDO PATAH – Eu tenho certeza absoluta de que aqui, na Mesa, os brasileiros que aqui estão sabem do que estou falando, quando se fez o Estatuto do Negro, quando se buscou efetivamente tirar essa discriminação racial que existe no Brasil também. O Senador Paim tem sido para nós o exemplo de como ter igualdade de oportunidade e ter possibilidade efetiva de crescimento de todos os brasileiros e brasileiras.

Senador, eu quero pedir desculpas a todos e, em especial, ao Senador, porque depois da minha fala... O Ministro do Trabalho, Rossetto, que tinha desmarcado uma reunião, voltou a marcá-la, porque é uma atividade importante dos trabalhadores representados pela UGT.

Então, vou pedir licença para, logo depois da fala, sair. Mas antes, eu queria o compromisso público do Senador de que no dia 25 ele estará conosco na UGT, no 1º de maio.

Meus amigos, eu tive o prazer de estar no Mississípi. O Senador se prontificou a ir e eu tenho certeza absoluta de que o Senador, estando no Mississípi, vai se sentir em casa. Vai sentir o que ocorreu no passado. Aquele estado tem uma força impressionante dos negros, que nos inspira muito. Eu tive o prazer de conhecer e perceber exatamente essa energia e a atividade tão bem estruturada dos negros do Mississípi.

O que me incomoda muito são duas questões: a primeira é que o presidente da Renault/Nissan é brasileiro. Então, eu acho que nós, aqui, temos um compromisso maior de fazer com que esse brasileiro se curve àquilo que é mais sagrado de todos nós – o respeito aos trabalhadores –, coisa que ele não faz. Eu tenho certeza de que, a partir do momento em que nós estamos aqui em uma Comissão do Senado, com um Senador de todos

os brasileiros, com a capacidade de estrutura que tem o nosso companheiro Paim, haveremos de fazer com que esse homem se curve aos direitos mais sagrados do mundo – não só dos Estados Unidos, mas do mundo.

Eu sei, Senador, porque estive lá, que há algumas questões interessantes. É diferente a estrutura sindical norte-americana da brasileira. Como foi dito pela Betty Jones, cuja mãe trabalhou no Walmart... Eu sou comerciário. O Walmart, no mundo, talvez seja a empresa que mais pratica atividade antissindical. O Walmart nos Estados Unidos tem 3 milhões de trabalhadores e não tem um sócio do sindicato. Não tem nenhum. Para vocês terem uma ideia – os nossos irmãos norte-americanos sabem disso –, no Canadá conseguiram implementar um sindicato dentro de uma loja do Walmart – porque lá o sindicato é binacional –, uma loja de 10 mil metros quadrados e mais de 2 mil funcionários. O que o Walmart fez? Fechou a loja, para não ter a oportunidade de ter o sindicato dentro da estrutura do Walmart.

A Nissan, nos Estados Unidos, é da mesma linha, como o McDonald's é da mesma linha. São empresas que, na realidade, visam ao lucro, e não percebem, não enxergam os trabalhadores. Os trabalhadores são invisíveis. Não existem trabalhadores. Trabalhadores e máquinas... porque como existe a robótica bem implementada na indústria automobilística, para a Nissan, o robô e o ser humano são a mesma coisa, só que o ser humano respira. É a única diferença. O resto é igualzinho. Então, não há um tratamento para o trabalhador do Walmart como ser humano. Essa, na realidade, deve ser uma das atividades mais fundamentais que nós temos que buscar, porque o problema da Nissan na planta do Mississípi, em Canton, não é um problema exclusivo de lá. É um problema de todos nós, brasileiros, americanos, de todos os trabalhadores do mundo. Não podemos permitir que empresas nos tratem como máquinas. Nós somos seres humanos! Nós somos homens e mulheres para fazer deste um mundo melhor! (*Palmas.*)

Lá, o que a Nissan faz? Existe o procedimento: se 50% mais um quiserem o sindicato, é obrigatório colocar em votação. E aí o que eles fazem? Conseguem os 50% mais um, mas chega a Nissan e manda embora, para que, quando houver a votação oficial, não se tenham os 50% mais um. É um absurdo nós permitirmos, no século XXI, com as relações capital-trabalho tão bem amadurecidas e implementadas, que empresas como essa façam isso.

Eu quero dizer a todos os companheiros que a UGT não tem planta da Nissan. Elas estão estabelecidas na CUT e na Força Sindical. Mas a maior parte das lojas da Nissan no Brasil são representadas pela UGT. Eu tive o prazer – foi um dos trabalhos que eu mais gostei de executar – de visitar o Brasil todo com alguns representantes da Nissan, fechando as lojas da Nissan e mostrando que não se pode brincar com os trabalhadores norte-americanos. Nós somos muito solidários e queremos dar continuidade efetiva ao desenvolvimento desse trabalho.

Agora, o que o Senador e o Brasil podem fazer?

Podem fazer muito, Senador. Podem fazer muito.

Nós podemos, a partir deste momento, mostrando a covardia da empresa, que foi chamada e não veio, como em qualquer lugar a que é chamada, e não vai, para não dar oportunidade, porque ela não tem argumentos...

Se estivesse aqui, que argumento a Nissan poderia trazer além daquele que apresentou Carlos Ghosn na França? Ele repetiria o que disse lá.

Não existe argumento contra fatos que todos nós conhecemos. Então precisamos implementar cada vez mais uma atividade no sentido de fazer com que haja a compreensão de que esse trabalho que estamos fazendo não é só dos trabalhadores americanos nem relativo apenas à Nissan, mas a todas aquelas empresas que têm essa prática.

Nós temos uma oportunidade muito grande, que são os Jogos Olímpicos. Nós estivemos lá inclusive, eu tive o prazer de ir até lá. E ocorreu uma situação engraçada, porque, depois que eu saí da reunião, a Presidenta Dilma pediu para me ligarem e disse: "Patah, você sempre foi a favor dos Jogos Olímpicos. Por que você está contra os Jogos Olímpicos?" Eu disse: eu não sou contra os Jogos Olímpicos. Eu sou contra a Nissan patrocinar os Jogos Olímpicos." Nós somos favoráveis aos Jogos Olímpicos. Houve até uma interpretação equivocada.

Nós precisamos fazer atividades juntos. E o Senado tem uma voz forte. E você, Senador, mais forte ainda, para que nós possamos implementar cada vez mais uma sensibilização dos nossos poderes, para impedir que empresas como essa façam o que estão fazendo.

Os Jogos Olímpicos estão se aproximando.

Tivemos uma oportunidade, dois anos atrás, quando, com o nosso companheiro Rafael e a Ginny, estivemos no salão do automóvel. Fizemos um trabalho muito grande, dentro do salão, contra a Nissan.

Portanto, nós temos coragem, sim, de estar ao lado dos trabalhadores norte-americanos, ao lado do que é cidadania e ao lado daquilo que é importante para os Estados Unidos e para o Brasil, porque o patrimônio maior que nós temos é o emprego, o trabalho decente, a inclusão social, a não discriminação, o respeito ao homem e à mulher.

No caso específico, por mais que haja muitos negros no Mississípi e na Nissan, existe ainda a discriminação racial. Os Estados Unidos ultrapassaram isso, e muito, mas ainda existe essa discriminação. Nós temos até um trabalhador símbolo, o nosso companheiro Morris, que esteve no congresso da UGT. Naquela oportunidade, a discriminação no Brasil, nos campos de futebol, era muito grande. Ele veio demonstrar solidariedade a nós, da mesma forma que nós fazemos com vocês.

Dessa maneira, eu quero deixar claro que a UGT, irmanada com a CUT, com a Força Sindical e com os trabalhadores do Brasil, nós vamos conseguir persistindo nessa conquista que será de todos nós, trabalhadores. Só dessa forma nós teremos cidadania, inclusão social e respeito.

Tenho muito orgulho por trabalhar em solidariedade a vocês, meus queridos irmãos norte-americanos.

Senador, tenho certeza absoluta de que a sua voz haverá de mudar essa situação.

Viva a Nissan?!

Viva os trabalhadores da Nissan! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O meu querido amigo Ricardo Patah, Presidente da UGT, fala com muita convicção e clareza que é possível resolver. Eu também acredito que sim. É inadmissível que isso aconteça.

Quando ele diz que a Nissan está viva, ela está viva, só que os trabalhadores também querem viver com decência e com liberdade de autonomia sindical.

Tenho certeza de que essa grande unidade de nível internacional há de atingir o seu objetivo, Patah.

Vá tranquilo para a reunião.

Dê um abraço no Ministro Rossetto, que foi do meu sindicato de Canoas durante um longo período. Depois ele foi Deputado Federal, Vice-Governador e hoje é um grande Ministro do Brasil.

Parabéns pela sua fala. Estamos juntos.

Agora fala a líder Monica Veloso, pela Força Sindical.

A SRª MONICA VELOSO – Bom dia a todos.

Eu queria saudar o Senador Paulo Paim por esta brilhante e honrosa iniciativa. E nós, trabalhadores, sabemos qual tem sido o papel do Paim em defender e ser uma voz da classe trabalhadora quanto aos direitos trabalhistas e na justiça social e cidadania. Então não poderíamos esperar outra iniciativa que não fosse esta.

Queria saudar meus companheiros de confederação, companheiro Quebra-Mola e companheiro Paulo Piccinini, que nos acompanham nesta Mesa, e em nome da Sanchioni e da Betty Jones, todas as trabalhadoras da Nissan.

Eu gostaria de deixar aqui também um abraço muito fraterno e amigo ao Rafael e à Ginny, que são nossos porta-vozes, toda a estratégia de intercâmbio que é feita aqui no Brasil passa por esses dois companheiros; e também à Kristiny, minha parceira, companheira também de ação junto à indústria, e também ao Gary Casteel, que não está aqui, mas que representa todos os trabalhadores americanos da UAW.

Bom, a gente vem vivendo um fenômeno, já há algumas décadas, dessa condição das empresas se tornarem, fazerem fusões e se tornarem empresas multi e transnacionais que, num primeiro momento, parece algo sedutor, para os países receberem empresas dessa dimensão, porque você fala: "Bom, vai chegar aqui na minha cidade, então, eu vou ter oportunidades de emprego, eu vou ter oportunidades de ter um bom emprego", por se tratar, inclusive, de indústria; e aí a gente se depara com uma estratégia que não tem a ver com trazer desenvolvimento e crescimento econômico e social para os nossos países e para as nossas comunidades, tem a ver com explorar de forma intratável, indecente, os trabalhadores e as trabalhadoras dessas comunidades.

Nós estamos falando de empresas que vão se instalando, pensando que, ao se instalar, estão criando o milagre da oportunidade e, por isso só, os trabalhadores, então, não têm mais o que pedir, não têm mais o que reivindicar, não têm mais aquilo que perceber enquanto aquilo que pode ser não só a questão dos direitos trabalhistas, mas também, muitas vezes, os impactos sociais, ambientais, que essas empresas levam para as nossas comunidades. Exploram tudo aquilo que a gente tem de riqueza, maior patrimônio, que é o nosso trabalho, e depois se vão, deixando doentes, deixando pessoas em condições não mais produtivas para alcançar outra oportunidade de emprego.

Nós estamos falando de uma empresa que está ferindo todos os códigos internacionais e nacional, no caso americano; ela está ferindo o Código Básico da Iniciativa Ética Comercial; ela está ferindo as diretrizes para empresas multinacionais, regras assumidas pelos Estados Unidos, via OCD; ela está ferindo a Convenção nº 87 da OIT, pelo direito e organização sindical; ela fere os direitos e os princípios básicos fundamentais, quando faz demissões arbitrárias, pratica o assédio moral, coloca os trabalhadores e as trabalhadoras em condições adversas de trabalho e tem práticas antissindicais. Nós estamos falando de uma empresa que não tem nenhum tipo de responsabilidade social nos países onde ela se instala.

E nós temos que olhar, Senador... E eu acho que o histórico que a Kristyne bem trouxe aqui para essa audiência pública, coloca os desafios que sociedades e governos que defendem a justiça social, a democracia e o desenvolvimento progressista, que faça a inclusão das pessoas, não pode permitir.

Nós estamos falando de uma campanha global pelos direitos sindicais e humanos e direitos civis – tão bem colocados pela Betty aqui – que deve construir e fortalecer a solidariedade global, mas a solidariedade global que tem práticas concretas daquilo que nós não vamos admitir enquanto trabalhadores e trabalhadoras, e o Patah acabou citando algumas aqui.

Nós realizamos manifestações públicas, tanto na porta da empresa, lá em Canton, Mississippi, quanto nas unidades das lojas da Nissan, no Salão do Automóvel, como foi bem dito, também numa apresentação de uma carta conjunta das confederações de trabalhadores metalúrgicos do Brasil ao Comitê Olímpico; nós produzimos a carta denúncia construída e elaborada pelos companheiros da UAW e apoiada por essas organizações nacionais; nós realizamos encontros entre os trabalhadores de ambos os países onde temos essas plantas, especialmente conhecendo a realidade de Canton, Mississippi. O que pudemos ver naquele país, naquele estado, na cidade de Canton, Jackson, de que essa força civil existe nas pessoas.

Vimos um exemplo, um exemplo que não praticamos muito aqui, Senador, vimos a comunidade envolvida na luta da classe trabalhadora, vimos as associações de direito civil, as igrejas, os movimentos sociais encamparem a luta daqueles trabalhadores e trabalhadoras da Nissan e isso foi muito forte para mim, que tive a oportunidade de participar desse intercâmbio.

Acho que o trabalhador e a trabalhadora quando sofrem esse tipo de negligência e são colocados numa condição desfavorável na sua luta precisam sentir que não estão sós, a começar pela sua família, pela própria comunidade. Agora, se essa voz puder crescer, ultrapassar fronteiras e essas fronteiras se unificarem em torno desses direitos, essa voz se tornará maior, se tornará um poder e nós somos um poder também. Nós não podemos diminuir aquilo que é a nossa força, a nossa presença sindical e a nossa estratégia sindical para combater esse tipo de prática, seja dentro das denúncias dos organismos internacionais, das instituições públicas, como é o caso do Senado, mas o papel que a OIT tem que ter de receber uma denúncia articulada pela UAW apoiada pelas organizações internacionais – especialmente podemos falar da IndustriALL Global Union, que tem uma estratégia e uma posição forte de apoio solidário a esse tipo de condição – e fazer com que o papel das convenções coletivas, o papel das convenções coletivas e acordos, a questão da saúde e segurança no trabalho, a organização no local de trabalho e o diálogo permanente para os espaços de negociação sejam respeitados pelas plantas da Nissan.

Sabemos que essas multinacionais, essas transnacionais, têm tratamento desiguais no nosso País. Nós não estamos falando só de práticas antissindicais, nós estamos falando de salários desiguais para homens e mulheres, de práticas de não reconhecimento deste representante ou das comissões de negociação, nós estamos falando não é só daquilo que acontece na Nissan, em Mississippi, Canton, nós estamos falando de tudo aquilo que a Nissan faz...

(Soa a campainha.)

A SRª MONICA VELOSO – ... e que representa para nós uma prática antissindical em Resende, representa uma prática antissindical em qualquer planta onde ela estiver no mundo, porque o que ela faz com os trabalhadores, o que fizeram com os nossos trabalhadores que foram demitidos sem justa causa... E aqui quero fazer essa referência ao Calvin Moore e Chip Wells, essas são pessoas que são um símbolo de luta, de não aceitar. A fala da Bettty é muito representativa, muito simbólica para nós. Ela está dizendo que além de ser trabalhadora tem um dom, o dom da palavra, e ela usa esse dom da palavra para defender o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Creio, Betty, que quem ganha e recebe uma dádiva dessa pelo nosso Senhor está legitimado perante a sociedade, está legitimado perante os trabalhadores e a empresa Nissan de falar e ser essa voz dessas trabalhadoras e desses trabalhadores.

Então, para nós aqui hoje, eu acho que esta audiência pública, mais do que um elemento de denúncia, mais uma vez pode fortalecer as nossas lutas, fazer com que as nossas estratégias possam ganhar não só a opinião pública, mas os Poderes Legislativos porque é a partir dos Poderes Legislativos que nós podemos impedir, por legislação, que essas práticas aconteçam em nosso País.

No momento de se instalarem essas empresas apresentam o mundo cor-de-rosa em nosso País para dizer que vão trazer desenvolvimento e crescimento. Que empresa traz desenvolvimento e crescimento quando tem práticas discriminatórias, preconceituosas e antissindicais? Isso não é desenvolvimento, isso não é crescimento e nós não queremos esse tipo de empresa nem esse tipo de marca vinculada às lutas da classe trabalhadora nem daqueles países que defendem a justiça social e a democracia.

É isso que nós devíamos dizer. E, quando a gente tem os nossos Parlamentares, a nossa representação do povo assumindo essa voz conosco, nós ganhamos mais um soldado. Nós ganhamos um general, neste caso, nessas trincheiras.

Então, que a nossa esperança e a nossa solidariedade se espelhem na coragem desses trabalhares e trabalhadoras da Nissan. Vocês não estão sozinhos. Nós não estamos sozinhos. Nós temos nossa força, a nossa luta e a nossa voz para fazer com que esse tipo de prática seja banido do globo e que a gente possa colocar as nossas estruturas, as nossas ações locais, regionais e também internacional a favor dessas convenções, dos documentos que vão fazer não a denúncia, mas criar marcos globais de respeito e éticos nas convenções coletivas e na representação no local de trabalho.

Muito obrigada.

Viva os trabalhadores e as trabalhadoras do mundo! Viva os trabalhadores e as trabalhadoras da Nissan! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Mônica Veloso, líder da Força Sindical/CNTM, que deixa aqui uma bela mensagem de unidade, de solidariedade internacional.

Vamos agora passar ao Valcir Ascari, que é do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí. Eu fiquei sabendo o nome dele hoje porque eu o conheço só como "Quebra-mola". "Quebra–mola" eu conheço há mais de vinte anos. E, quando eu pergunto lá se ele é meu filho, às vezes ele diz que é, olha o problema que ele me cria, na minha base familiar. E ele diz: "não, é mas não é". Com o maior carinho, a brincadeira eu tenho com ele porque ele é um jovem, líder e fica aqui o meu carinho e o respeito aos pais dele e à família dele.

Com a palavra o Valcir Ascari, o "Quebra-mola".

O SR. VALCIR ASCARI – Obrigado. Bom dia a todos, meu caro Senador, meus companheiros e companheiras. Quero saudar aqui a Mônica Veloso, nossa líder maior na Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Mas, Senador, me permita uma quebra aqui de protocolo. Quero chamá-lo de Paim, como carinhosamente chamamos no Rio Grande do Sul. Eu acho que isso é muito interessante, chamando de Paim porque é o Paim, é o homem dos trabalhadores, que está sempre nas portas de fábrica. Para o Paim, não tem tempo feio.

Mas, quando nós estávamos chegando, eu também estava contando aqui, Paim, que de vez em quando me dão um prato de peixe lá no Rio Grande do Sul, quando passo nas peixarias ou churrascarias. "Ah, esse é para o Senador". Eu digo: "não, mas eu não sou Senador, gente". "Ah, mas agora já comeu, já comeu."

E também para mim, de vez em quando, eu tenho que abanar para as pessoas porque as pessoas passam e dizem: "Olha o Paim". Eu vou fazer assim, para não dizer que o Paim está impostor, não quer mais abanar para os trabalhadores. Então, tem que fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Continue abananado, continua abanando.

O SR. VALCIR ASCARI – Mas, companheiros, para nós, é um prazer estar aqui neste momento e quero saudar também o Sindicato UAW e dizer que o companheiro Rafael e a companheira Ginny têm feito um trabalho espetacular com os sindicatos brasileiros.

E nós, metalúrgicos da Força Sindical, temos trabalhado muito a questão das redes, aqui capitaneados pela companheira Mônica. Foi feita uma discussão sobre as questões que envolvem os trabalhadores no dia a dia.

A gente sempre discute o progresso que uma empresa, que uma grande companhia traz para a comunidade. Mas a gente nunca discute a questão da desigualdade que uma grande companhia também deixa. Os trabalhadores, a comunidade, têm de estar vigilantes nas questões do meio ambiente, nas questões das desigualdades regionais, como a companheira Mônica falou. As multinacionais chegam, vão se espalhando para o País. Às vezes, você está entendendo que chegou o progresso mas, na realidade, querem pagar salários mais baixos, querem cortar direitos. É assim que se comporta o capital.

Então, nós, como trabalhadores, achamos interessante quando chega uma empresa à nossa base. Porém, temos de trazer conosco o valor humano, o valor do capital humano, o valor do ser humano. Essa discussão é muito importante que seja feita.

Nós temos, aqui, o Senador Paim como uma ferramenta para os trabalhadores. É muito difícil, desconheço nesta Casa – tanto na Câmara quanto no Senado – alguém que abrisse as portas para os trabalhadores, para discutir essas questões, como o Senador Paim tem feito.

Tivemos uma grande luta quando da questão do salário mínimo, dos US$100,00, uma luta ferrenha. Lá em 94 – lembro-me –, ficamos 30 dias aqui, Senador, o apoiando para que os trabalhadores tenham, cada vez mais, condições de possuir o mínimo de sustentabilidade. O Paim está nessa frente, conosco, e agora, certamente, nessa frente internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda bem que vocês vieram, porque estava em greve de fome. Meio gordinho, como sou, não ia aguentar mais do que três dias. Aí veio aquela avalanche e fizemos um acordo, na época do Governo Collor. Houve um abono de emergência.

O SR. VALCIR ASCARI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E o salário mínimo era de US$60,00. Claro que, depois, no Governo Lula, chegamos a US$300,00. Mas por aquela greve de fome eu agradeço até hoje. Eu estava no terceiro dia e já me entregando. Aí chegou um exército de sindicalistas e saiu o acordo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. VALCIR ASCARI – Então, para nós, é muito importante esse intercâmbio internacional.

O Senador falava antes que ao Brasil também está chegando um desmonte dos direitos dos trabalhadores. Nós temos de começar a olhar isso com outros olhos. Já temos feito muitos protestos, muita discussão. Entendo que esse não é um movimento só dos americanos, só dos brasileiros, mas de todos trabalhadores. Porque o capitalismo, cada vez mais, vem desmontando o mundo, desmontando os direitos sociais em si e os direitos trabalhistas.

Então companheiros, companheiras, quanto a nós, metalúrgicos brasileiros da Força Sindical, contem com o nosso apoio. Nós já fizemos alguns encontros em Curitiba, em Gravataí, em Catalão e temos discutido muito, principalmente a questão da desigualdade nas empresas montadoras, nas empresas de autopeças. Essa discussão está na ordem do dia. Entendo que nós temos de continuar, cada vez mais, atuantes nesses pontos que vão retirando direitos dos trabalhadores.

Quanto à Nissan do Mississippi, acho importante este movimento que nós estamos fazendo no Senado brasileiro, na casa do povo e por um Líder do povo. Os Senadores não são soldados, mas já vou dar-lhes o título de marechal porque sempre estamos em guerra para que não retirem os direitos dos trabalhadores. Não há mais marechal no Brasil, só o Marechal Paim, nessa questão da luta pelos direitos dos trabalhadores.

É um momento difícil, gente. O Senador disse que a gente sempre tem de ter um lado certo quando começa uma discussão mais forte. Em qual trincheira você vai se colocar. Essa trincheira, realmente, é a trincheira da defesa dos nossos companheiros. Entendemos que vamos ter uma peleia muito forte.

Certamente, essa empresa não vai se entregar facilmente porque tem seus apoiadores do lado de lá, e são apoiadores muito fortes, aqueles que querem desmontar mesmo a cada vez mais os direitos dos trabalhadores para obter o lucro. E aqui a gente não quer criticar o capital privado, quer, aqui, que se respeite o ser humano como pessoa. Foi falado aqui da questão dos robôs, que o empresariado trata os robôs e os trabalhadores da mesma forma. Eu não sei se é da mesma forma, porque o robô ele trata com todo o carinho, ele vai lá e conserta.

Agora, são milhares de trabalhadores cada vez mais no Seguro Social, cada vez mais dando gasto para o Estado, porque os trabalhadores vão adoecendo no dia a dia. Ou adoecem fisicamente ou adoecem mentalmente, porque cada vez mais o processo de trabalho está mais acelerado, e fica muito difícil para o ser humano dar essa resposta. Mas, nesse sentido, então, contem com o sindicalismo brasileiro, contem conosco aqui da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que estaremos nos somando nessa luta e vamos certamente aprofundar cada vez mais este debate.

É importante os trabalhadores do Mississippi, um estado do Sul, um estado de luta do povo negro, para nós isso é muito importante, porque no Brasil também não é diferente. No Brasil, a questão do preconceito também é muito grande. E ele é implícito, ele não aparece no dia a dia, a questão da discriminação. Ela aparece se for fazer uma análise mais social, mais profunda.

Ontem eu conversava com as companheiras do Mississippi, com a companheira Ginny, e nós estávamos conversando sobre o número de médicos negros americanos, sobre o número de advogados negros americanos, e, aqui no Brasil, infelizmente, agora que nós estamos começando a caminhar. E temos no Paim, aqui, um baluarte desta luta, com o Estatuto da Igualdade Racial, com vários estatutos, Estatuto da Pessoa com Deficiência, e eu acho que é por aí que a gente tem que caminhar.

Na questão dos direitos civis, os americanos estão anos-luz à nossa frente, porque ainda é possível a comunidade carente ter o seu espaço, e, aqui no Brasil, ainda estamos brigando por isso. Mas vamos, certamente, caminhar firme nesta batalha para as próximas gerações, daqui a 20, 30 ou 50 anos, terem o resultado do nosso trabalho.

Agora, não nos iludamos...

(Soa a campainha.)

O SR. VALCIR ASCARI – ... com essa questão – concluindo, aqui, a campainha já está me chamando – não nos iludamos que a gente vai resolver esta luta muito fácil assim, porque cada vez mais, cada vez mais busca-se retirar direitos, busca-se ganhar lucros astronômicos em cima da força dos trabalhadores, em cima do suor, e, muitas vezes, em cima do sangue dos trabalhadores.

Esse debate tem que ser feito no chão de fábrica, tem que ser feito nas instâncias políticas, e chegando no Senado, aqui, chegando na Câmara dos Deputados, certamente, e chegando nas esferas internacionais.

Agora, não é muito fácil isso, gente, porque, infelizmente, os trabalhadores não estão em maioria nessas composições, o que fica muito difícil para nós.

Mas, de nossa parte, em nome dos metalúrgicos, estamos aqui para dar todo o apoio, e certamente nós vamos, cada vez mais, buscar aprofundar a solidariedade entre nós. Vamos ao limite da solidariedade para fazer com que esse tipo de coisa que está acontecendo na Nissan lá no Mississippi não se torne uma prática no mundo. Isso não pode ser uma prática no mundo, porque começa lá, e, se ninguém falar nada, se ninguém for buscar parceria ou intercâmbio, daqui a pouco essa prática acaba se tornando mundial.

Então, meus companheiros e minhas companheiras, certamente não deixaremos que eles vençam. Temos que ter uma sociedade que seja boa para todos, como o Senador sempre diz, que seja uma sociedade fraterna, que seja uma sociedade que respeita os direitos, principalmente dos mais fracos que necessitam.

Era a contribuição que nós tínhamos a dar. Contem com os metalúrgicos brasileiros, contem com a CNTM e nós estaremos aqui certamente fazendo a nossa parte. Não é, companheira Mônica?

Obrigado a todos, vamos vencer esta batalha! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Quebra-Mola, o Valcir Ascari, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí, que vai na linha também da solidariedade, da integração para combater as práticas antissindicais.

O Queba-Mola fala e eu quero aqui também reforçar, pessoal, que me perguntam se eu sou contra o lucro. Eu não sou contra o lucro, o lucro é tão bom que eu o quero para todos, que parte do lucro seja dividida com os trabalhadores. E a prática antissindical que algumas empresas estão adotando – como eu vi aqui que a Nissan está adotando – é inadmissível, inconcebível. Não há como você não admitir a organização dos trabalhadores, não permitir que eles possam ser sócios do seu sindicato, isso não traz prejuízo nenhum à empresa; pelo contrário, ajuda nas relações entre capital e trabalho.

Parabéns pela fala, Quebra-Mola, e pela iniciativa que teve quando nos procurou.

Convido agora com orgulho e satisfação também o meu amigo Paulo Pissinini, que é Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba.

O SR. PAULO ROBERTO DOS SANTOS PISSININI JUNIOR – Deus te ouça, Senador, se o meu presidente ouvir... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fiz questão de... Projetando aí.

O SR. PAULO ROBERTO DOS SANTOS PISSININI JUNIOR – Projetando. Amém.

Quero primeiro aqui trazer a saudação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, a saudação do Sérgio Butka e de todos os trabalhadores metalúrgicos do Paraná. Quando foi comunicada ao nosso sindicato a audiência, nós nem titubeamos, só que na segunda-feira geralmente temos um evento nosso do sindicato, que é a reunião da diretoria, e hoje está acontecendo em São Paulo, em São Bernardo, a abertura do encontro da IndustriALL do setor automotivo com os sindicalistas argentinos, mexicanos e alemães para tratar também sobre a questão da indústria automotiva, que está sendo muito afetada com a crise brasileira e também da América Latina.

Eu quero falar mais sobre a questão da parceria, da nossa união com os companheiros do UAW, que, nosso sindicato surgiu em 2013, quando o Ginny e o Rafael estiveram lá falando sobre o que estava acontecendo nos Estados Unidos, e, mais, no sentido de que nós temos uma planta da Renault lá em São José dos Pinhais. Quando houve uma parceria entre a Renault e a Nissan, a Renault se tornou majoritária da Nissan no Japão.

Só no Japão, o Carlos Ghosn demitiu nos primeiros anos dessa parceria, para salvar essa empresa, mais de 40 mil trabalhadores. No Japão, um país onde o trabalhador japonês tem um sentimento totalmente diferente do nosso. Ele trabalha exaustivamente, com amor, com prazer, ele tem uma fidelidade muito maior com as empresas do que qualquer outro trabalhador do outro hemisfério, em que nós estamos aqui. Nós não temos muita fidelidade a marcas, isso é natural, mas lá há uma cultura diferente, então a perda do emprego é algo muito ruim, lá no Japão se compara à perda de um filho.

O Carlos Ghosn é hoje o CEO, presidente da Renault, presidente da Nissan. A Renault é majoritária da Lada, na Rússia; ela tem 100% da empresa na Romênia, a Dacia – os carros produzidos aqui no Brasil são Dacia, não são Renault –; ela tem também, se não me engano, uma parte acima da 50% da Samsung Motors, da Coreia; ela foi também majoritária, dona da Volvo; ela tinha a Mack Trucks, nos Estados Unidos, então ela é uma empresa muito grande, não estamos falando de nenhuma empresa coitadinha, que está passando por alguma dificuldade, até no Brasil ela não está passando por tanta dificuldade.

Essas empresas que se instalaram a partir da década de 90 tomaram o cuidado de se instalar em regiões onde havia uma necessidade de industrialização. E o trabalhador mais humilde e, no nosso caso, em Curitiba... Foi falado na época que elas iriam para Curitiba, porque o sindicato de lá era mais manso. Fugindo do eixo do

ABC, de São Bernardo e São Paulo, elas se instalaram lá. E nós provamos para elas que a diferença entre o remédio e o veneno é a dose.

Nós temos sido referência na luta, nas discussões de lá. Fomos, no passado, bastante... Posso dizer que acompanhamos muito a luta de São Paulo, mas decidimos ter a nossa independência, porque no momento em que dependíamos de outras situações, que são bastante distintas, nós não tratávamos especificamente da nossa condição. Por isso, nada... Não quero dizer que somos melhores do que outros sindicatos, do que outras bases, mas nós tivemos esse ponto de vista lá. O companheiro Albino e a diretoria dele tiveram esse mesmo sentimento em Catalão, Goiás, no caso da Mitsubishi, assim como os companheiros dos Estados Unidos estão sentindo lá.

Na nossa região, também tivemos essa dificuldade, mas o sindicato já estava implantado. Só que a empresa vem e dá carro para secretário, dá carro para prefeito, dá carro para o governador, agrada a mulher CEO da empresa, a diretoria começa a viver na alta sociedade, então se cria uma cortina de fumaça onde todo mundo quer viver. Só que, na verdade, em qualquer situação, em qualquer local do mundo, a função dela é explorar a mão de obra. Não existe outra. Tanto é que, após a instalação da Nissan em... Primeiro ela tinha uma unidade de fabricação de motores. Agora, se não me engano, ela está construindo mais uma unidade, ou construiu após aquela... A partir do lucro dos trabalhadores. Isso é natural, como tem acontecido aqui.

O Patah falou aqui sobre o 1º de maio.

Este ano faz 130 anos depois das manifestações de 1886, em Chicago, onde os trabalhadores reivindicavam a redução da jornada para oito horas.

Nós temos a CLT há mais de 70 anos, e é o que nos protege aqui. Eu não sei se foi o Senador quem falou ou se foi a Mônica, os que me antecederam falaram sobre o ataque ao direito dos trabalhadores. Nós estamos vendo onde? Não tenho partidarismo algum. Michel Temer já tem isso tudo alinhado com o capitalismo, com a direita de exploração dos trabalhadores, um projeto que estão chamando de "Uma Ponte para o Futuro".

O nosso sindicato está lançando uma campanha a partir de hoje, que nós chamamos de "Pontes para o Inferno", porque eles querem levar, dizendo que são a redenção de uma nação. Eles querem levar o trabalhador à condição pela qual, infelizmente, os trabalhadores da Nissan estão passando. Eles querem acabar com a CLT, que é a bíblia do trabalhador brasileiro. Eles querem acabar com todos os direitos que nós conquistamos ao longo dos anos.

Por isso a nossa diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, da CNTM, da Força Sindical... O Miguel tem dado um grande apoio nos encontros internacionais que nós temos feito. O próximo será no Rio de Janeiro. Até deixo o convite para o Senador se quiser estar presente. Depois o Carlos vai fazer aqui também, para mostrar a realidade para sindicatos locais. Quando nós nos acomodamos... E o movimento sindical americano e o trabalhador se acomodaram nos anos passados. Hoje estão pagando um preço caro por isso.

Se nós, trabalhadores... Eles estão aqui, mostrando para nós a condição em que estão. Se nós, trabalhadores, nesse momento, nos acomodarmos nós vamos passar pela mesma condição, a retirada de direitos no momento de crise. É exatamente o que estão fazendo. O que a Kristyne disse, o que a Betty disse para nós, a leitura que eu levo para os meus trabalhadores, a leitura que tenho aqui é que se nós nos acomodarmos, se desviarmos o foco, no futuro próximo, nós vamos passar pelo que eles estão passando hoje. Não é que nós sejamos referência. Nós temos leis que regem os direitos dos trabalhadores e nós temos que protegê-los, lutar com unhas e dentes. Infelizmente, lá nos Estados Unidos eles não têm.

Eu estive, nas duas visitas, com a Mônica, pela IndustriALL, em 2014, e com o Patah, em 2013.

Nós visitamos a casa dos trabalhadores porque o Carlos Ghosn disse que respeita a legislação local; isso é fato, a empresa respeita a legislação local, mas e a legislação local está respeitando os trabalhadores? Não está respeitando.

Eu sugiro – quero pedir aqui como uma ação – que o Senador...

Eu concordo com o que Patah falou, que é o nosso Martin Luther King aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROBERTO DOS SANTOS PISSININI JUNIOR – Eu me recordo de 1994, daquelas manifestações – não estava no movimento sindical ainda –, mas me recordo e torcendo para que realmente aumentasse o salário mínimo. Eu estava na luta. Deu certo. Graças a Deus, deu certo!

Nós podíamos, através dessas ações aqui, comunicar o Poder Executivo e o Legislativo da região de Canton, de Jackson, do Mississippi para que eles criem coragem e partam para o enfrentamento da empresa, porque as empresas, em todo local do mundo, onde elas se instalam, têm benefícios fiscais, mas não existe garantia nenhuma para o trabalhador. E os trabalhadores que adoeceram e se acidentaram como ficaram?

Aqui, no Brasil, nós temos a Previdência, nós temos o INSS, nós temos o seguro-desemprego, nós temos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que querem retirar, querem retirar de nós, que dão uma certa tranquilidade ao trabalhador, dão um aparo para o trabalhador. Lá, nos Estados Unidos, não existe isso, tão logo a gente teve, aconteceu uma bem pior.

Então, Paim, já me acostumando como o seu sósia, o "Quebra-Mola" ali. Ele não contou a história aqui, mas ele tem almoçado e jantado muito como sósia. Carinhosamente falando do Paim, nós estamos juntos.

O que nós gostaríamos de deixar aqui por parte de nós, do Sul, é que o alerta que o UAW está dando – e o Senador visionário como é, como tem sido em defesa dos trabalhadores –, é que nós estamos numa condição onde – hoje eu falo muito tranquilamente – o golpismo, a direita, o capitalismo, o capital estrangeiro, os banqueiros estão nos colocando a retirada de direito, a entrega para o capitalismo; é isso que eles querem fazer. Nós temos um exemplo aqui. Não vamos abrir mão da nossa parceria.

Eu quase chorei aqui quando a Betty estava falando. São muitas mulheres envolvidas lá, e eu quero o aplauso de pé às mulheres do Mississippi, que são guerreiras. (*Palmas.*)

Apesar da dupla jornada – a Mônica sabe do que eu estou falando –, há dificuldade de ir para luta, para frente, para combater toda a injustiça – nós temos poucas mônicas aqui –, eu estou vendo que lá, nos Estados Unidos, vocês conseguiram se organizar mais.

Então, deixo aqui meus parabéns.

Mais uma vez, quero endossar o pedido ao Senador que não paremos somente com esta primeira audiência. Vamos discutir, sim, porque o problema do trabalhador é um problema universal, e as pessoas de bem têm que estar unidas para que o mal não prevaleça.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Foi o líder Paulo Pissinini, do Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, que enfatizou a importância da luta de todos nós e a luta das mulheres.

Aqui, no Brasil, de fato, não é fácil. Para vocês terem uma ideia, existiu um projeto de lei – aqui é bicameral; e lá, também – que veio da Câmara para o Senado, e o projetinho dizia só o seguinte: "É assegurado à mulher o mesmo salário que o homem, desde que ela esteja na mesma atividade." Veio para cá, as mulheres me procuraram, relatei o projeto, aprovei-o em todas as comissões, mandei-o para o plenário. Quando chegou ao plenário, porque do plenário, aprovado, vai para a sanção da Presidenta, um Senador entrou com um requerimento para mandá-lo para a Comissão de Infraestrutura, que cuida das estradas. O que tem a ver o salário igual, a mesma atividade entre homem e mulher, para a Comissão de Infraestrutura? E, de lá para cá, não conseguimos mais aprovar o projeto. Faz quase dois anos que ele está sendo empurrando de um lado para o outro. E alguém poderia dizer: "Mas não é um princípio constitucional?" É, já está na Constituição.

É que o projeto – e me lembro o nome do Deputado que o apresentou: Marçal Filho; eu fui Relator no Senado – garantia as multas; por não cumprimento a empresa teria que pagar multas, e aí infelizmente a força do grande capital travou o projeto e não foi aprovado até hoje.

Então, hoje, no Brasil, a mulher ganha, em média, 60% a 70% do salário que ganha o homem. Quer dizer, é uma luta, de fato, de todos nós.

Meus cumprimentos a todas as bettys, as monicas, as marias, as paulas, as joanas, as mulheres do nosso País que estão travando esse bom combate e estão avançando já. Nós temos já um número, comparando a anos atrás, há dez anos, nós avançamos no número de Senadores e no número de Deputados e estamos também o mesmo compromisso de avançar também o número de Parlamentares negros e negras. Nós temos hoje – acho – 20 Parlamentares negros e, no Senado, só há um, que é este que vos fala aqui, que é o Senador negro.

Venho de um Estado, que é o Rio Grande do Sul, onde 85% não são negros, mas de uma luta de anos e anos e fazendo sempre esse bom combate, querendo que haja a integração entre todos. Não pode ganhar salário por ser mulher, ou por ser homem, ou por ser negro, ou por ser branco, ou por ser índio, e, por isso, apresentei tantos projetos aqui. Eu tenho mais de mil projetos tramitando no Congresso e tenho orgulho, sim, de dizer que fui autor do Estatuto do Idoso, que beneficia 40 milhões de pessoas; do Estatuto das Pessoas com Deficiência, que são 45 milhões; do Estatuto da Igualdade Racial, que, para mim, beneficia os 210 milhões de brasileiros, porque igualdade racial eu não queria que ninguém fosse discriminado por ser branco, por ser negro ou por ser índio, por exemplo; e também essa política do salário mínimo e dos autistas. São coisas que movem a nossa vida.

Sempre digo que a razão das nossas vidas são as causas. Se não fossem as causas, eu não consigo ver um outro norte a não ser as grandes causas que são de interesse da humanidade, do povo brasileiro e por isso que essa causa de vocês também me contagia e está sendo uma excelente audiência pública.

Mas, para parar de falar e continuar o debate, eu peço que vocês retornem ao plenário porque nós vamos agora para a segunda Mesa.

Uma salva de palmas para esta Mesa. (*Palmas.*)

Obrigado. Obrigado. Vai para nossa coleção.

Depois, no final, nós tiramos fotos em conjunto.

Segunda Mesa.

Frank Figgers, líder comunitário do Mississippi, por favor; Edson Carlos Rocha da Silva, Vice-Presidente CNM/CUT; Richard Bensinger, Diretor da Organização Sindical da United Auto Workers (UAW); Marino Vani, Secretário do Sindicato Global IndustriALL; Sanchioni Butler, Coordenadora da unidade automobilística ligada à UAW.

Falaram-me que haveria um vídeo no intervalo de uma Mesa para outra. Vai haver o vídeo ou não? Ou era aquele vídeo que já passou? O.k.

Então, vamos para a segunda Mesa. Dez minutos com mais cinco.

Começamos com o líder Frank.

Frank, com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – O microfone dele está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O microfone não estava ligado, agora está. É que você falou o meu nome e eu quero que fale de novo.

O SR. FRANK FIGGERS (*Tradução simultânea*.) – A todos os membros da Comissão de Direitos Humanos e ao seu Presidente, Senador Paulo Paim, a todos aqueles que podem me ouvir agora, meu nome é Frank Figgers. Eu represento a Aliança de Jackson, no Mississippi.

Essa Aliança é um grupo de mais de 250 clérigos e pessoas leigas também, ativistas comunitários, defensores de direitos humanos e cidadãos engajados, todos aqueles que dão apoio aos direitos dos trabalhadores na planta da Nissan, em Canton, Mississippi, para que eles possam se organizar pelo direito a negociações e acordos coletivos.

Nós, membros dessa Aliança pela justiça no Mississippi, acreditamos que o Mississippi deve continuar a lutar para trazer justiça econômica para os seus trabalhadores. Nós acreditamos na justiça e na equidade. Quando a Nissan faz discursos antissindicatos e quando realiza reuniões com trabalhadores – às vezes reuniões individuais –, passa esse tipo de vídeo e faz esse tipo de manifestação, os trabalhadores deveriam ter o direito, então, a regularmente ouvir o outro ponto de vista. Nós acreditamos que a justiça não exige ameaças, não intimida, não é violenta, e isso deve acontecer na Nissan, em qualquer circunstância.

O uso excessivo do poder faz com que os trabalhadores, em todas as partes, tornem-se vulneráveis. O resultado das ameaças e da intimidação é que os trabalhadores da Nissan, no Mississippi, e a Aliança que eu represento criaram uma equipe de resposta, liderada por um pastor. Esse grupo é ativado e levado a responder às necessidades dos trabalhadores da Nissan.

No século XVII, o País que nós conhecemos hoje como Estados Unidos da América começou a se expandir na direção do território do Estado do Mississippi. Essa expansão contribuiu para a dispersão dos povos indígenas, os povos originários do nosso País, e também para o entrincheiramento dos escravos.

No século XVIII, o Mississippi se tornou um estado dos Estados Unidos, com terra que eles não possuíam, não eram proprietários, com mão de obra pelas quais eles não pagavam. Eram terras de índios, mão de obra de escravos, levando poder a quem não o detinha.

Em 1860, surgiu um grande desafio entre os mais voltados à agricultura, no Sul, e as indústrias no Norte Estados Unidos. O Estado do Mississippi aderiu à secessão e se juntou aos estados do Sul. Nas provisões nos artigos dessa Confederação, o Mississippi declarou, então, o apoio à escravidão. Eram, então, 450 mil escravos, de origem africana, no Estado do Mississippi.

Quase 45 mil imediatamente se emanciparam e 17 mil se uniram ao Exército.

Essa ação de autoemancipação, por parte daqueles africanos escravizados no Mississippi e em todo o país, fez com que os estados confederados perdessem a guerra. Foi isso. E hoje o Estado de Mississippi ainda deve muito a esse seu passado confederado. Hoje a bandeira da batalha da Confederação continua ali sendo a bandeira do nosso estado.

Agora, recentemente, o nosso governador declarou o mês de abril como sendo o mês em homenagem à Confederação, ou seja, é uma longa e dura luta pela igualdade e pela justiça no nosso Estado do Mississippi. Até pouco tempo, a Nissan doou dinheiro para preservar e expor ao público essa história. Essa doação não significa que a Nissan defenda direitos humanos, porque, na verdade, a Nissan continua com o seu constante ataque contra a sua própria mão de obra.

A Nissan está numa posição única de poder escrever o novo capítulo na história do Estado do Mississippi, apenas implementando justiça no seu ambiente de trabalho para os seus funcionários. A Nissan pode instilar esperança para o futuro do Estado do Mississippi, para os seus trabalhadores, suas famílias, simplesmente, interrompendo ameaças e intimidações.

Agora, há poucas semanas, essa equipe de resposta que a nossa aliança criou foi até a planta da Nissan, lá em Canton, no Mississippi, e solicitou uma reunião com o Sr. Steve Marsh, o líder dessa planta. Nós queríamos, então, solicitar o mesmo tempo de atenção dos trabalhadores lá, para mostrar um vídeo nosso, um vídeo pró-sindicato. Queríamos que esse vídeo fosse mostrado para todos os trabalhadores e aí disseram que o Sr. Steve Marsh não estava disponível, não podia se encontrar com a gente, mas que iria ligar de volta para marcar. Todos os que estavam lá fizeram pelo menos três telefonemas para o Sr. Steve Marsh, pelo menos três vezes, e até agora nós não recebemos nenhum telefonema em retorno, nada.

Nove dias depois daquilo, um grupo ainda maior dessa nossa aliança do Mississippi organizou uma coletiva de imprensa, 50 pessoas estavam lá, fizemos isso lá nos portões da Nissan. Se a Nissan quer dar apoio a direitos civis, a direitos trabalhistas, tem que começar na planta deles. Nós, então, conclamamos para que eles defendam direitos no Estado do Mississippi, um Estado que, por tanto tempo, nega justiça econômica a seus cidadãos. A aliança do Mississippi pela justiça na Nissan, essa nossa aliança, diz às comissões legislativas por direitos humanos aqui no Brasil que, em termos da luta por justiça econômica no Mississippi...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANK FIGGERS (*Tradução simultânea*.) – Nós precisamos dizer, no pouco português que eu sei: A luta continua! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Sr. Frank Figgers, *(Falha na gravação.)* do Mississippi, que terminou com uma frase muito usada no Brasil mesmo: A luta continua! Em português. Meus cumprimentos, meus cumprimentos e dizer que parabéns pela sua fala, essa organização de tantas entidades, setores em defesa do direito dos trabalhadores do Mississippi, a sindicalização, a liberdade e autonomia sindical, entendo eu que o pleito que vocês fizeram é mais do que justo, já que passaram para todos os trabalhadores um vídeo, antissindical, que os sindicatos pudessem também passar um vídeo dentro da empresa, em comum acordo, para os trabalhadores ouvirem.

Parabéns pela iniciativa, pela luta.

Estamos juntos nessa caminhada.

Vamos agora passar a palavra para o Edson Carlos Rocha da Silva, que é Vice-Presidente da CNM/CUT.

O SR. EDSON CARLOS ROCHA DA SILVA – Bom dia a todos e todas. Companheiro Paim, se assim me permite, companheiro que já é cidadão niteroiense lá, conosco.

Bom, gente, nós da CNM/CUT aqui, no Brasil, nós não temos nenhuma base nossa, da nossa confederação, onde nós temos uma planta da Nissan. Mas o que vimos falando é que não é só planta da Nissan, não é só planta da empresa a ou da empresa b. O que temos visto são as grandes coincidências que têm acontecido no mundo do trabalho.

E, coincidentemente, nos Estados Unidos, a gente tem visto essa coisa, um estado, principalmente a questão do Mississippi, um Estado basicamente cuja população é negra, e a gente vem discutindo se o mundo não estaria tentando um retrocesso. Aliás, o capital, os empresários, os grandes empresários mundiais não estariam tentando um retrocesso no mundo? E por que não falar de escravidão, que parece que o mundo inteiro pensa em uma escravidão.

Curiosamente, há duas semanas, nas redes sociais brasileiras, o grande empresário do setor – e aí a gente tem que ver porque é do Sul Fluminense; ou seja, para quem não conhece Sul Fluminense, Volta Redonda e Resende, onde está a planta da Nissan –, o Sr. Benjamin Steinbruch apareceu nas redes sociais, dizendo que o trabalhador americano trabalha inclusive no horário do almoço. No horário do almoço, ele pega o sanduíche com uma mão e com a outra ele manuseia a máquina. Então, isso é uma coisa absurda de a gente ver no século XXI ser humano ainda tentar trabalhar ser humano como escravo, ou como se ele fosse o líder absoluto, o suprassumo da inteligência mundial, que tem o direito de dizer para os outros o que os outros vão fazer e a hora em que querem fazer.

Então, isso é mundial, isso não é só dos companheiros do Mississippi. Só para se ter ideia, eu faço parte de uma cadeia produtiva, que é a indústria naval aqui, no Brasil, e nós estamos com uma única empresa na cidade do Rio de Janeiro e na cidade de Niterói, que é ao lado, com 7 mil trabalhadores demitidos sem suas indenizações trabalhistas garantidas e pagas. Nós já estamos há quase um ano, exatos dez meses, nessa luta, na tentativa de receber direitos. E aí nós temos uma Justiça brasileira que é lenta. E aí, talvez por isso, alguns empresários se valham disso para poder retirar direitos.

Então, nós, trabalhadores, sejamos nós brancos, negros, índios, americanos, brasileiros, sul-americanos, europeus, nós temos que nos unir. E a IndustriALL está fazendo isso muito bem, trazendo essa discussão aqui para o Senado brasileiro. E parabéns ao Paulo Paim mais uma vez, por ter abraçado essa luta como tantas outras, mas o que vimos pesando no mundo são essas coincidências, que não são coincidências. Eles estão lutando para retomar o mundo que eles pleiteiam. Eles, quando eu falo eles, são os grandes empresários mundiais, porque quando uma Nike retira emprego do povo americano e vai fazer tênis lá, na Malásia ou na China, ele está tirando direitos, ele está dizendo: "Olha, eu vou empregar, vou fazer o mesmo produto que fazia aqui com direitos menores." Então, isso também é uma forma de fazer uma agressão aos trabalhadores, como a Nissan está fazendo no Mississippi, porque a Nissan, no Mississippi, quando diz e proíbe direitos de sindicalização, está querendo retroagir a vários e vários anos.

Então, não podemos permitir isso. E quero dizer a vocês que a CNM/CUT está imbuída para todo o apoio para os companheiros do Mississippi e de qualquer lugar do Planeta, se pudermos ajudar, vamos estar juntos. E só há uma coisa que podemos dizer: a nossa união, a nossa união como trabalhadores... Porque a luta, companheiros, não é por esse ou aquele direito, a luta que está implementada no mundo, e aqui, no Brasil, hoje, a luta mais veemente é a luta de classe, porque sabíamos que um Presidente metalúrgico fazer o País melhorar, mudar as condições do povo trabalhador, na sequência, fazer o seu sucessor, ou a sua sucessora, uma mulher, estamos vendo que a elite não iria engolir isso. Então, tomem a luta de vocês como a luta de todos os trabalhadores brasileiros e trabalhadoras, porque não só no Mississippi, aqui, no Brasil, fico imaginando, se a companheira Dilma fosse negra e pobre, como seria a luta, ela não tomaria posse, não a deixariam tomar posse, como mulher, tomou, fez o primeiro mandato. Se houve erro, vamos consertá-lo, mas não tirando um direito de uma mulher, a primeira mulher Presidente deste País, o primeiro metalúrgico Presidente deste País, ou o primeiro trabalhador e trabalhadora Presidentes de um País. Neste nosso País, sempre quem governou foi a elite, em 500 anos, tivemos um trabalhador e, agora, temos uma mulher, e é isso o que todos deveriam prezar no nosso dia a dia e fazer isso para o mundo inteiro. Porque a elite, ou seja, os grandes dominantes do capital mundial não querem governantes que falem pelo povo oprimido e, quando isso acontece, acontece o que estão tentando fazer uma tentativa de golpe aqui, no Brasil, novamente.

Mas o que temos neste exato momento que falar, realmente, é sobre esta coisa absurda que está acontecendo no Mississippi, mas, aqui, no Brasil, como em vários outros lugares, não há muita diferença, porque vivemos primando pela democracia no mundo, e democracia que vocês, americanos, têm que privilegiar e combater e levar para o mundo inteiro, assim como estamos brigando e lutando aqui, no Brasil, porque, se não fosse a democracia americana, vocês jamais teriam um presidente negro eleito pelo voto do povo. Então, é este exemplo que temos que carregar para o mundo. A democracia, os direitos de cada classe é que têm que ser primordiais. Se o empresário tem direito a botar seu filho na escola, nós, trabalhadores, também queremos o direito de botar nosso filho na escola, queremos até direito de comer caviar, porque, como diz o filósofo Zeca Pagodinho, não sei, nunca vi, não sei nem que gosto tem, mas queremos esse direito. E dizer, principalmente, esperávamos que aqui estivessem empresários da Nissan ou responsáveis por eles, ou que pudessem falar por eles, mas, infelizmente, não vieram. Queremos dizer que não somos contra a Nissan, não somos contra as Olimpíadas, muito pelo contrário, somos a favor do trabalhador da Nissan e do mundo. É disso que somos a favor. Estamos aqui, hoje, lutando em favor dos direitos dos trabalhadores, porque levamos anos e anos para conquistá-los, no Brasil, ainda não temos 200 anos da abolição da escravatura e já há pessoas querendo fazê-la voltar, assim como, temos que lembrar que isso que estão fazendo na Nissan, lá, no Mississippi, em Canton, pode ser uma marca que eles queiram colocar no mundo: "Está vendo, é assim que se faz com o trabalhador; é assim que se faz; empresário que é empresário faz dessa forma."

Então nós temos que mostrar nossa garra e a nossa luta e dizer para eles: "Nós não vamos deixar isso."

Se depender de botar o mundo inteiro no Mississippi, nós temos que nos ajeitar para que isso aconteça. Botar o repúdio mundial contra a planta da Nissan no Mississípi, para que isso não aconteça; para que, em vez de servir para eles, para a marca deles, sirva para nós, trabalhadores, como nossa marca de luta, assim como o 1º de maio é para o mundo e como, em Volta Redonda, deixamos três companheiros mortos para garantir direitos dos trabalhadores.

Os companheiros aqui que são de Resende, de Volta Redonda, que são responsáveis pelo sindicado de lá, têm que acampar essa luta, têm que fazer protesto na porta da empresa, têm que chamar todas as centrais sindicais do Brasil, porque isso não é uma luta de uma única central, não é luta de uma única pessoa; isso é luta dos trabalhadores do mundo. Isso tem que ficar marcado como uma luta dos trabalhadores e que nós vençamos a luta.

Companheiros, muito obrigado. Um bom dia para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Edson Carlos Rocha da Silva, que falou pela Central Única dos Trabalhadores, mostrando que essa luta é uma luta internacional, e o ataque à democracia que nós estamos sofrendo, de fato, aqui no Brasil.

E todos nós sabemos que uma pauta, que há aqui, é muito pesada contra os trabalhadores; ela virá com força. Já está no Congresso: terceirização; negociado sobre o legislado; trabalho escravo; negociação da dívida dos Estados *versus* servidor, negocia a dívida e ferra o servidor trabalhador; NR-12, que é para tirar a proteção do trabalhador contra o acidente de trabalho; reforma da Previdência; ataque ao movimento sindical; e ataque à democracia. Isso é um resumo. A verdade é que, no Brasil, o DIAP (Departamento Intersindical) levantou 60 projetos – 60 –, que já estão aqui dentro, todos na linha do ataque aos trabalhadores. Já foram 55, agora são 60. Tudo isso que eu falei já está aqui dentro do Congresso.

O Sr. Eduardo montou uma comissão para discutir a reforma da Previdência por conta dele; iniciativa dele, de Eduardo Cunha. Ali é para ferrar os trabalhadores. O ataque ao movimento sindical, já há uma série de propostas, inclusive PEC. E o ataque à democracia está nas ruas e no *impeachment* aqui colocado.

Bom vamos agora ao Sr. Richard Bensinger, Diretor da UAW.

O SR. RICHARD BENSINGER (*Tradução simultânea*.) – Obrigado, Senador Paim. Obrigado por essa oportunidade de vir falar aqui com o senhor hoje.

Eu sou um organizador que está apoiando a Betty e seus colegas do Mississippi na organização de seu sindicato. Sou o antigo organizador da AFL-CIO também.

O que nosso irmão falou agora – que não somos contra a Nissan – eu acho que é muito importante. A Betty mencionou isso também. Os trabalhadores sempre dizem: "Nós não somos contra a Nissan; nós apreciamos o fato de que há empregos no Mississippi." Há muitas pessoas boas na gestão, e eles fabricam excelentes carros; o problema é que suas relações trabalhistas são tão ruins quanto os seus carros são bons.

Em uma das camisetas que o pessoal do sindicato estava usando, estava escrito "nós somos pró-sindicato e pró-Nissan". Na cadeia nacional, quando um repórter perguntou à Nissan sobre essa afirmação, ele falou: "É uma afirmação, uma declaração legal." Mas ele não conseguiu falar mais do que isso.

Um dos nossos políticos falou: "Não, eu não concordo; se você é pró-sindicato, você é antiNissan." Eu acho que ele não quer que isso seja publicado, enfim, no Brasil, mas isso demonstra uma intolerância de outros pontos de vista que não dele próprio.

A Betty mencionou que quando houve um grande interesse, no sindicato, em janeiro e em fevereiro e nós tentamos realizar uma eleição, a resposta da Nissan foi como a do Carlos Ghosn. Eles falaram que não são antissindicato, é que nós não temos a tradição do sindicato. Eu perguntei por que, uma vez na vida, eles não poderiam ter concedido isso, e não ameaçar as pessoas? Por que eles não poderiam deixar que a gente realizasse a eleição? Se vocês são tão bem tratados, é claro que o sindicato não ganharia. Então, por que não deixar que se realize a eleição? Mas, esse não é o modo de operar da Nissan. Como a Betty falou, não foi só o vídeo. Esse vídeo é parte de um conjunto de ameaças. Eu acho que esse vídeo está sendo visto em público pela primeira vez. Aposto que ninguém na Nissan permitiria isso. Foi um trabalhador corajoso que gravou o vídeo. Agora vocês podem ver o que eles são obrigados a assistir.

A campanha deles agora é através de interrogações. Eles perguntam para as pessoas o que elas acham dos sindicatos. Eles estão tentando fazer umas pesquisas e avaliam cada trabalhador para ver se eles são pró ou antissindicato. A estratégia deles é usar um escritório de advocacia antissindical para manipular os empregados, o que é muito antiético. Eles também estão cada vez mais presentes nas redes sociais. Eu sei que o Facebook é muito usado no Brasil, assim como nos Estados Unidos. Nós tivemos uma assembleia grande do sindicato no dia 28 de fevereiro e, desde então, esse vídeo saiu no dia 3 de março, tem havido muito mais ameaças do que antes. O que eles dizem é que, se houver sindicalização, a fábrica da Nissan vai fechar. Eles citam exemplos isolados. Por exemplo, pegando notícias de fechamento de fábricas. Mas, é uma notícia censurada. É como uma ditadura, eles mostram o que querem nos seus vídeos. Será que é mentira? Não, algumas afirmações desses vídeos são verdadeiras, mas, se você não conta a verdade inteira, sim, é mentira. Então, quando a Nissan faz uma ameaça no vídeo e fala das ramificações e das consequências da sindicalização, isso é uma ameaça. Eles não deveriam fazer isso. Cinco mil pessoas ouvem isso, assistem a isso, e vão e falam com suas famílias. A Nissan faz essa campanha por doze anos, o que acaba tendo efeito, acaba afetando a comunidade inteira. Eu quero dar-lhes um bom exemplo disso.

Há um canal de televisão que fez a cobertura da manifestação do Sr. Figgers, no final de março, sobre a qual ele falou, e colocou o vídeo na sua página do Facebook. Vou mostrar-lhes o que aconteceu. Há um senhor chamado, está aqui no meu computador, Christopher, que diz que: "A Nissan não está nem aí com a segurança dos trabalhadores." Ele sabe, porque ele sofreu um acidente. Eu movi uma ação contra eles e ganhei. Então, talvez isso ajude os trabalhadores. A planta nunca será segura enquanto os trabalhadores não forem sindica-

lizados. Aí vem um gerente e fala o seguinte... Vou mostrar para a câmera, não sei se dá para ver. O Sr. Philippe Klein, da Nissan, falou o seguinte... Ele diz que é gerente.

Eu acho que ele não sabia que isso ia sair na TV brasileira na frente de um Senador brasileiro. Eles são, eles fazem *bullying*, na verdade. Agora que o mundo inteiro está olhando, vamos ver se o Mr. Klein é tão fortão assim.

Então, ele fala o seguinte. Estão sendo construídas duas fábricas novas no México. Se o sindicato vier a Canton, Mississippi, digam adeus a 15 mil ou 20 mil palavras. Podem continuar fazendo o que vocês estão fazendo. Os japoneses não vão jogar seu jogo. Está dizendo adeus a de 15 e 20 mil empregos e alguém responde depois. É, mas isso vai sair nas notícias. De onde está saindo tudo isso? Isso é tudo instigado pela Nissan. Isso vem diretamente da empresa.

Bom, vimos o vídeo. E vocês viram o vídeo do Parlamento francês, o Sr. Ghosn fala duas coisas. A primeira é que ele cumpre a lei nos Estados Unidos. Bom, primeiro, isso não é verdade. O Conselho Nacional de Relações Trabalhistas, ano passado, conduziu um inquérito de seis meses a respeito de algumas denúncias feitas por trabalhadores corajosos.

Tem muita gente que não faz isso, não tem coragem de fazer isso em público, mas esses trabalhadores, sim, tiveram coragem de fazê-lo. E, depois de seis meses, o Conselho Nacional de Relações Trabalhistas achou mérito nessa denúncia e fez uma queixa à Nissan. Isso só acontece em 6% dos casos...

(Soa a campainha.)

O SR. RICHARD BENSINGER – ... dizendo que ela tinha violado a lei federal com ameaças de fechamento de fábrica, de retaliação e com ameaça de mudar o seu histórico na empresa. E o que eles dizem para os trabalhadores é: "Eu vi as suas mensagens pró-sindicato no Facebook, se você não tirar, vai haver consequências".

A segunda coisa que o Sr. Ghosn falou foi que não há uma tradição de ser antissindical. Isso é uma mentira deslavada. Não sei como ele pode dizer isso com a cara séria, mas é assim que é. A gente ensina aos nossos filhos o que é o bom caráter. O bom caráter é falar a verdade. Às vezes, isso não te ajuda, mas uma mancha de caráter é, por exemplo, como fez a Betty Jones, que assume uma posição. O Sr. Ghosn poderia ter falado a verdade no Parlamento francês, mas escolheu não fazê-lo.

Também vale mencionar que a Nissan está sendo inspecionada pelo comitê organizador olímpico. Agora, a Renault e a Nissan são parte da mesma aliança. Por exemplo, a fábrica da Renault em Curitiba fabrica tanto veículos da Nissan quanto da Renault. Então, o governo francês está interessado neste caso.

Eu acabo de chegar da França, cheguei ontem da França. Eu passei uma semana lá e nós nos reunimos com membros do Parlamento muito desgostosos com tudo isso. Eles também estão insatisfeitos e estão criando uma estratégia para lidar com tudo isso. Então, os trabalhadores se sentem encorajados por esse apoio em outros países.

Depois vamos falar um pouco mais sobre o que aconteceu na França essa semana. O governo francês tem 32% das ações da Renault, que, por sua vez, é dona da Nissan também. Ou seja, indiretamente, são empregadores da Betty também. O problema aqui não é pedir salários mais altos, é o direito universal básico de se sindicalizar, que é muito respeitado na França.

Falando de direitos civis, essa é a camiseta à qual a Betty se referiu, que diz: " Diga, Nissan, que os direitos trabalhistas são direitos civis."

E, na foto, vemos o Martin Luther King com o antigo Presidente da UAW. Aqui é no Lincoln Memorial, quando Martin Luther King fez seu discurso em que ele falava: "Eu tenho um sonho."

Aqui, como a Sanchioni disse, o problema não é de negros ou de brancos, é um problema trabalhista, estamos falando de direitos para os trabalhadores brancos também. Então, eles também estão sendo ameaçados. É parte dos direitos civis poder se sindicalizar. Não importa se a pessoa é branca, negra ou mulata. Tanta gente morreu em Memphis, no Tennessee, lutando pelos direitos dos trabalhadores!

A outra coisa que eu quero mencionar é que o Presidente Obama está ciente disso tudo e convidou Robert Ray Thorne, um trabalhador da Nissan, para um encontro na Casa Branca. Eu quero dizer para vocês o que esse trabalhador falou. Ele foi aconselhado a nunca dizer a palavra "sindicato" quando ele conseguiu o emprego. Depois, Robert falou: "Quando eu fui votar pelo Presidente Obama, e eu votei duas vezes no Presidente Obama, ninguém me ameaçou, mas, quando eu quero votar na Nissan, há ameaças. O Mississippi tem um longo histórico de lutar contra ameaças e o medo. Como funcionários, queremos ser ouvidos."

(Soa a campainha.)

O SR. RICHARD BENSIGER (*Tradução simultânea.*) – O secretário do trabalho então falou: "Robert, a sua presença aqui é um ato de coragem. Como Betty Jones, a presença dela aqui também é um ato de coragem."

Enche-me de felicidade ver um político, um Senador, como você. Queria que você pudesse ser Presidente dos Estados Unidos, porque Donald Trump, realmente, é duro de roer.

Mas, muito obrigado por tudo e por nos receber aqui hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com esse elogio aí, daqui a pouco, eu é que vou pedir palmas de pé! (*Risos.*)

Muito obrigado pela consideração.

Saiba que eu tenho um carinho muito grande por Obama. Pode ter certeza, e não é porque é Presidente do seu país, que Obama é uma referência mundial para todos, não só para a comunidade negra. Com certeza, pode saber que no dia em que ele foi eleito, os negros militantes de direitos humanos dançaram, cantaram e fizeram festa no mundo todo. Minha filha e meu genro votaram nele, porque eles moram lá nos Estados Unidos, e com muito orgulho. Hoje eles já retornaram ao Brasil, mas naquela época eles estavam morando lá, eles têm dupla cidadania, entre os filhos que eu tenho. Sem sombra de dúvida, Obama é uma referência.

E pegando o seu gancho, não que eu seja candidato, nós também temos um sonho: que um dia o Brasil possa ter um Presidente negro ou uma Presidenta negra. Já que tivemos um operário, temos uma mulher, por que não, um dia, termos aqui, também, um negro?

Que o exemplo de Obama multiplique-se pelo mundo. Negros e brancos podem, sim, ser governantes de todas as potências, não importando o continente. Não é a cor da pele que diz a capacidade de um homem. Se os brancos podem, os negros também podem. Por isso, palmas para Obama. (*Palmas.*)

Eu quero passar a palavra, agora, depois dessa brilhante palestra – gostei, inclusive, da camiseta e da forma tranquila e direta como você fez a sua palestra, que enriquece o debate aqui para todos nós –, eu quero passar a palavra agora para Marino Vani. Marino Vani é Secretário do Sindicato Global IndutriALL, depois da palestra do Richard, em nome do sindicato da UAW.

O SR. MARINO VANI – Bom dia, companheiras e companheiros! Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim. Quero chamá-lo de companheiro Paim.

Quando eu tinha 18 anos, você estava em campanha na minha cidade, em Erechim. Sou metalúrgico como você e sou de uma geração vencedora. Sou de uma geração que, pela solidariedade internacional, é o que é hoje no Brasil.

O Brasil é fruto da solidariedade dos companheiros norte-americanos, como falava Kristyne. Agradecemos muito porque, durante a ditadura, tivemos solidariedade e superamos a ditadura.

A democracia é que fez com que nosso País avançasse. Sou da época em que, mesmo em 1988, enquanto você fazia campanha, já na democracia, o diretor da minha escola decidia quem ia ser o presidente do grêmio de alunos. Nós, os alunos, não tínhamos direitos – isso em 1988 – de eleger o presidente do grêmio de alunos. Então, a democracia não é plena e ainda está por ser construída. Num mundo globalizado, ela está sendo disputada.

Eu, Paim, sou metalúrgico lá de Erechim. Fui da direção da CNM/CUT. Hoje represento os trabalhadores da América Latina dentro da IndustriALL Global Union. A IndustriALL Global Union é uma federação sindical internacional, da antiga Fitim, da qual você participou, que se fundiu, que se fusionou com a ex-ICEM, que era a federação internacional dos químicos e mineiros, e com a Federação Internacional dos Têxteis. Então, nós somos uma federação dos trabalhadores da indústria em nível mundial. Estamos intentando nos construir como um grande sindicato global para discutir os desafios da classe trabalhadora.

Estou aqui, em nome da IndustriALL, em nome do Secretário-Geral, companheiro Jyrki Raina, companheiro da Suécia, que é nosso Secretário-Geral em nível global, em nome do Secretário Regional Jorge Almeida, que é um companheiro da Argentina, também metalúrgico da Volkswagen, e representando as nossas afiliadas aqui no Brasil. Aqui no Brasil temos seis confederações: três da CUT, três da Força, do ramo químico, metalúrgico e têxtil. Ou seja, não somos poucos trabalhadores que estamos aqui representados. Tenho muito orgulho.

Quero agradecer à UAW, que começou essa campanha. Não é um tema somente da Nissan, mas um tema de direito à organização sindical, é um tema para nós nos organizarmos e nos representarmos. Nós nunca vamos aceitar que os empresários nos representem. A única possibilidade que tem...Nem o Congresso nos representa, nem o Presidente da República nos representa. Quem representa os trabalhadores são os sindicatos, no local de trabalho. E também discutimos no local de trabalho e queremos discutir junto à sociedade e nos espaços públicos.

Agradecemos, então, às nossas afiliadas, à UAW, CNM, CUT, CNTM, Força Sindical, aos companheiros da UGT que estão neste movimento já há alguns anos para lutar por um direito básico, que é o direito simplesmente de podermos nos organizar.

Nós não queremos nada. Nós não estamos aqui contra a Nissan, não estamos aqui contra o capital, nós estamos aqui a favor do direito dos trabalhadores de se auto-organizarem e poderem se representar perante a empresa, perante o capital.

As companheiras e os companheiros aqui deram vários testemunhos, você viu, Paim! Não foi uma vez que nós tentamos, como IndustriALL, como UAW, como trabalhadores do Brasil, buscar uma aproximação com a Nissan. A companheira Kristyne falava que não é um tema somente da Nissan local, mas é uma política da empresa. Nós queremos rediscutir essa política da empresa. Nós queremos...

Em 18 de fevereiro, nós estivemos no Comitê Olímpico, com o Embaixador do Comitê Olímpico no Brasil, e pedimos o que estamos pedindo como IndustriALL, como UAW, como Sindicatos do Brasil, pedimos que a empresa que quer ser global, que quer ser respeitada, que quer ser uma empresa que comercializa, que vende no mundo inteiro, que quer ser uma empresa financiadora das Olimpíadas...

A Nissan, com seu dinheiro, que é fruto do seu trabalho, está financiando as Olimpíadas, o que nós valorizamos muito. As Olimpíadas estão sendo feitas no Brasil, patrocinadas pela Nissan. Só que, infelizmente, nós, como trabalhadores, temos de denunciar que os carros que a Nissan vai usar no Brasil para levar a Tocha Olímpica, e o espírito e o significado da Tocha Olímpica para humanidade... A Tocha Olímpica significa para a humanidade equilíbrio, justiça. Não significa opressão, não significa imposição. Significa igualdade, significa lutar pelo fim das guerras, da luta entre povos, mas numa competição justa e limpa, com jogos limpos e equilibrados. Não há um país ou um jogador ou desportista que vá jogar de forma desequilibrada ou de forma injusta. Esse é o espírito da Tocha Olímpica, esse é o espírito das Olimpíadas.

Quanto às Olimpíadas no Brasil, nós esperamos... E este é o recado que nós deixamos para o Embaixador do Comitê Olímpico das Olimpíadas no Brasil e também para o Governo brasileiro: nós não estamos contra as Olimpíadas. Ao contrário, nós queremos as Olimpíadas, porque isso é o que humaniza a humanidade. Mas queremos Olimpíadas com empresas financiadoras que tenham também a questão da responsabilidade social como um princípio e como prática. Porque não basta dizer que tem democracia, porque eu afinal tenho direitos.

A democracia nos Estados Unidos, por exemplo, nós, como trabalhadores do mundo, não a vemos, no local de trabalho, como uma democracia justa. Para construir um sindicato nos Estados Unidos, para quem não sabe, o esforço que você tem que fazer e o poder econômico que as empresas jogam contra a possibilidade de construir um sindicato é muito grande, é desigual. Não há democracia no local de trabalho nem no Brasil nem nos Estados Unidos.

Alguns empresários da elite colombiana, por exemplo, dizem que na Colômbia há democracia, que é um dos países mais democráticos da América Latina. Só que o jogo é o seguinte: mais de três mil trabalhadores assassinados nos últimos 20 anos. Isso é democracia? Lá os que defendem qualquer posição diferente de um tipo de partido, de um governo ou que querem representar os trabalhadores são eliminados.

No México, existe democracia. Há governos eleitos, existe uma Constituição. Agora, e quanto aos trabalhadores? Por que a Nissan vai para o México? Por que ela sai da China e vai para o México e paga menos no México do que na China? Porque no México, de cada 100 trabalhadores, só 10 são organizados, sindicalizados. Dos 10 sindicalizados, 9 trabalhadores estão em sindicatos que os mexicanos chamam de sindicatos *charos* ou *chatarras*, que são sindicatos vassoura, lixo, que não servem para os trabalhadores, porque são controlados pela empresa. Os contratos de proteção no México são feitos de uma forma que a empresa tem controle absoluto sobre o contrato. Antes de ser instalada a empresa no País, ela já tem um contrato de trabalho por empresa, controlado por advogados que a empresa mesmo indica. Depois de anos de luta dos trabalhadores é que eles vão perceber que já existe um sindicato e que não há mais possibilidade de construir um sindicato. Também há democracia no México, um país vizinho ao nosso, que também está discutindo os tratados de livre comércio, está discutindo o TTP, a TiSA.

O que nós não podemos aceitar, Senador Paulo Paim, é a ditadura do mercado, que o dinheiro valha mais que o ser humano e que a dignidade do nosso País, que o dinheiro possa comprar a imagem de uma empresa nos Jogos Olímpicos, que o dinheiro possa construir uma imagem que não é verdadeira, porque a imagem que vai passar – e esse é o espírito das Olimpíadas – é a de que são jogos justos. Nós não podemos aceitar que o capital, que o mercado, que a ditadura de mercado prevaleça sobre nossas sociedades, que a ditadura de mercado estabeleça...

O que estamos discutindo na Nissan, o que a empresa quer impor é a cultura da não democracia, que ela mesmo vai representar os trabalhadores, porque ela se acha dona dos trabalhadores, como disse em vários vídeos. Ela quer representar os trabalhadores e diz que esse espaço é privado e ela manda, como muitos empresários no mundo. Só que, quando é espaço público, financiado com dinheiro público, com recursos de toda a sociedade, aí, ela quer participar, e quer participar de forma democrática, quer ser respeitada.

Nós não estamos ameaçando a empresa e nem queremos ameaçar; nós queremos pontes, queremos construir espaço. Esperamos que a Comissão de Direitos Humanos, a partir do Sr. Senador Paulo Paim, ajude junto ao Governo. O companheiro Miguel Rossetto também sabe do problema que nós estamos enfrentando,

que é nosso companheiro também lá do Sul e Ministro do Trabalho. Que convoque a empresa. Nós pedimos ao Embaixador das Olimpíadas que convoque a empresa.

Nós não queremos, se as afiliadas do Brasil assim quiserem, junto com os companheiros da UAW, nós não queremos, por exemplo, no dia 3 de maio, quando chega a Tocha Olímpica no Brasil, vai chegar de avião, ela entrará no nosso Território, nós não queremos receber a Tocha Olímpica no aeroporto com um grupo de trabalhadores dizendo que a Nissan não tem práticas dignas, não tem práticas justas, que tem práticas antissindicais. Nós não queremos acompanhar a Tocha por todo o País, e vai percorrer mais de quatro mil quilômetros, e em cada cidade em que ela passar ter um grupo de trabalhadores dizendo que a Nissan é uma empresa que financia Jogos Olímpicos de forma injusta, porque não respeita os trabalhadores, porque não tem práticas sindicais. Nós não queremos isso, porque nós amamos o Brasil, porque não temos problemas com a empresa.

Nós queremos que as Olimpíadas sejam mais justas e os jogos sejam os mais limpos possíveis, mas não podemos, como trabalhadores, nos calar nestes momentos, porque é nestes momentos que as empresas se promovem, constroem as imagens que existem na sociedade, e, por trás, a sociedade não sabe o que acontece de verdade.

Então, nós pedimos ajuda ao Senador por isto: porque é um lutador dos direitos humanos, é um lutador da democracia, e é pela democracia que nós estamos aqui.

Os sindicatos são a única ferramenta em nossa sociedade que ajuda a humanizar a nossa sociedade. Sem o sindicato, nós viveríamos da barbárie, viveríamos na escravidão, porque se o empresário pode fazer o que ele quer, vocês imaginem: estão fazendo assim na Nissan, nos Estados Unidos, estão fazendo assim no México, depois na Colômbia, onde chegariam sem a democracia, sem nós termos lutado pela democracia? O sindicato é a única ferramenta reconhecida pela OIT, pelo Fundo Monetário Internacional. Onde existe mais sindicato, há mais desenvolvimento. É por isso que nós queremos construir sindicato, porque sindicato não é só para negociar salário, mas é para discutir também a sociedade e o mundo que nós queremos. O mundo globalizado não pode ser balizado pela ditadura do mercado.

Muito obrigado, companheiro Paim.

Vamos continuar a luta e esperamos que o senhor nos ajude a construir essas pontes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marino Vani, Secretário do Sindicato Global IndustriAll. Fez-me viajar no tempo, voltar lá para a tua cidade de Erechim, naquela época, ainda você é jovem. Uma alegria te ver hoje como diretor de um sindicato tão importante como o Sindicato Global IndustriAll, fazendo esse belo pronunciamento.

Eu tenho dito que é fundamental a gente trabalhar muito na renovação das lideranças sindicais e partidárias do País. E os sindicatos cumprem também esse papel, porque, se não cumprirem, daqui a pouco – você usou uma expressão que eu achei muito adequada –, a empresa achará que os trabalhadores são de sua propriedade também, quer agir por eles e falar por eles. Aí é voltar praticamente ao tempo da escravidão, quando os senhores dos escravos é que mandavam na gente. Então, o nosso papel hoje, dos senhores, é fundamental.

Por isso meus cumprimentos àqueles que tiveram a iniciativa deste debate. Nós temos que, cada vez mais, formar o nosso povo para ocupar os espaços, quer seja na política sindical, quer seja na política partidária, que cada um escolha o seu partido. Aqui não é um discurso nem apartidário, nem despolitizado, muito menos de um partido único. Cada um escolha o seu partido, mas tem que participar, como tem que participar dos sindicatos.

Parabéns pela tua fala, fiquei satisfeito. Meus cumprimentos.

Pode ter certeza que faremos de tudo nos encaminhamentos, que vamos ainda aqui hoje ver como é que a gente vai caminhar para fortalecer a organização dos trabalhadores em todas as instâncias.

Passamos agora, com enorme satisfação, a palavra para a Coordenadora que pertence a UAW, a líder Sanchione Butler. Por favor.

A SRª SANCHIONI BUTLER (*Tradução simultânea.*) – Obrigada, Senador Paim, pela oportunidade de estarmos aqui hoje. Nós nos sentimos honrados de o senhor ter nos dado essa plataforma para falar da campanha da Nissan e trazer uma conscientização do que tem acontecido no Mississippi.

Meu nome é Sanchioni Butler, eu sou uma organizadora da UAW em Canton, Mississippi.

Em 2004, os trabalhadores chamaram o sindicato para lidar com alguns problemas de segurança e saúde a partir do primeiro ano de operação da planta, que foi 2003.

Eu tenho a honra e o privilégio de trabalhar com gente como a Betty Jones, alguns de vocês já conheceram o Norris Noppe, que é um soldado lutando ali na frente, e há tantos outros que são tão corajosos agindo como agem e lutando a luta pela sindicalização.

As experiências hoje descritas pela Betty Jones não são experiências isoladas, tampouco são o resultado das ações de alguns supervisores. A intimidação e as violações aos direitos humanos são rotineiras em Canton,

Mississippi. Isso faz parte da política corporativa que bate de frente com o respeito básico pelos direitos trabalhistas internacionais e os padrões do Comitê Organizador das Olimpíadas de 2016.

O Richard falou um pouquinho sobre a trabalhadora Karen Camp. Quero falar um pouco mais sobre ela e sobre a intimidação que ela experimentou quando exprimiu, manifestou o desejo de se sindicalizar. Ela foi com a camiseta do sindicato para o trabalho e o supervisor a informou que não poderia usar essa camiseta porque haveria consequências se ela a usasse de novo. A Karen ficou extremamente amedrontada e não voltou a usar a camiseta, e isso está acontecendo dentro dessa fábrica.

A Karen também postou mensagens de apoio ao seu sindicato na sua página do Facebook. Nós descobrimos que a Nissan não apenas monitora as páginas de pessoas como a Karen, mas de vários outros trabalhadores. Quando ela postava comentários pró-sindicato na sua página, os supervisores vinham até ela e diziam para retirar essas postagens. A Karen removeu, deletou tudo por medo de haver alguma retaliação e perder o seu emprego.

A Karen é uma grande apoiadora do sindicato, ela é uma das pessoas que está com cada vez mais coragem para lutar contra essas ameaças. Como mencionou a Betty, ela também foi submetida a reuniões individuais. Na sua reunião ela foi informada de que, se houvesse sindicalização, a planta iria fechar e se deslocar para o México. Então, existem essas ameaças um pouco vazias.

Em 2015 um trabalhador chamado Calvin Moore foi demitido por insubordinação. Seus colegas de trabalho entenderam que aquilo era uma maneira de fazer *bullying*, de retaliação da Nissan. O Sr. Moore também usava camisetas pró-sindicato para o trabalho e foi interrogado pela gerência. Depois dos protestos no mundo, dos quais vocês participaram, ele foi readmitido, mas só que esse caso teve um efeito aterrorizante sobre os outros trabalhadores. A Nissan usa o medo como um instrumento para fazer com que os trabalhadores não apoiem o sindicato.

Não há nada fora do comum em relação ao que aconteceu com a Karen Camp, com o Calvin Moore, mas o que há diferente é que eles têm a disposição de falar em público sobre os seus casos.

Os funcionários de Canton foram submetidos a muitas reuniões longas, individuais. Nessas reuniões, os funcionários são obrigados a ouvir os supervisores atacarem os sindicatos e disseminarem a desinformação. Os trabalhadores ou sentam e assistem ao vídeo antes da jornada de trabalho ou saem da linha de produção e sentam-se em pequenas salas, talvez com 15 a 20 trabalhadores, e são forçados a assistirem a esses filmes. As reuniões sempre são cheias de ameaças veladas de que os trabalhadores vão perder os seus empregos ou que a planta vai fechar. Essas reuniões são feitas conjuntamente com intimidação individual de supervisores para os simpatizantes do sindicato. No passado, essas reuniões obrigatórias foram usadas quando houve um recrudescimento do interesse nos sindicatos, geralmente juntamente com vídeos, disseminando desinformação e ameaças veladas.

O comitê por uma eleição justa na Nissan, composto de trabalhadores da planta, já repetidamente pediu à Nissan que adotasse uma abordagem mais equilibrada, que deixasse os trabalhadores ouvirem ambos os lados antes de fazerem a sua decisão.

Os especialistas em lei trabalhista brasileira, Roberto Fragale Filho e Ronaldo Lobão, falaram que essas assembleias obrigatórias no Brasil seriam consideradas ilegais porque interferem no direito à sindicalização. Aliás, eles também acrescentaram que esse tipo de assembleia obrigatória não existe no Brasil, mas, infelizmente, isso é uma realidade para os trabalhadores dos Estados Unidos.

O trabalho temporário também teve um efeito muito danoso sobre os trabalhadores, suas famílias e comunidades. Muitos trabalhadores da Nissan não são empregados diretamente pela Nissan, mas por uma agência de trabalhadores temporários que tem laços estreitos com a empresa. Esses assim chamados trabalhadores permanentes temporários passam anos trabalhando na Nissan ganhando menos, mas desempenhando as mesmas funções que parte da mesma equipe de supervisores da Nissan. Essas condições atrapalham o desenvolvimento econômico da comunidade local e prendem os trabalhadores a uma situação precária.

Depois de muita pressão dos apoiadores do sindicato e da comunidade, a Nissan começou a fazer a transição dos contratos de alguns desses trabalhadores temporários para um contrato permanente. Porém, esses trabalhadores foram submetidos a apresentações antissindicais como parte da sua orientação dentro do contexto desse novo contrato. Essas apresentações sugerem que a fábrica vai fechar e alertam aos trabalhadores a não se associarem com apoiadores do sindicato. Não há dúvida de que esse não é o comportamento de alguns indivíduos na gestão, mas que o antissindicalismo é uma política corporativa. A alta gestão é quem está orientando essas decisões.

Como vocês viram, o diretor sênior de operações de produção, Greg Kelly, apareceu no vídeo que foi mostrado a todos os funcionários no mês passado instruindo todos eles a não apoiarem o sindicato. Outras declarações são feitas também no guia para funcionários, que diz o seguinte para os trabalhadores: se alguém se

aproximar e pedir que você assine uma carteirinha de sindicato, a decisão é sua. Porém, a Nissan acredita que não é do seu melhor interesse assinar essa carteirinha. Apesar de essas declarações da Nissan serem cuidadosamente expressas de modo a não violar a lei, os trabalhadores compreendem que a Nissan não está fazendo uma sugestão amigável. No contexto de pressão antissindical constante, a mensagem da gestão é compreendida como uma ordem e como uma ameaça velada.

O especialista em Direito Trabalhista Internacional Lance Compa concluiu que a incessante e sistemática campanha da Nissan contra a sindicalização na planta de Canton viola claramente os padrões internacionais sobre a liberdade de associação dos trabalhadores.

A Nissan violou, sim, a lei trabalhista dos Estados Unidos, contrariamente às declarações feitas pela Nissan e por Carlos Ghosn. Depois, uma detalhada investigação pelo Conselho Nacional de Relações Trabalhistas, uma agência governamental americana, encontrou mérito na denúncia sobre intimidação e a política de uniformes obrigatória. A agência emitiu uma dupla queixa contra a Nissan, por ter violado a lei repetidas vezes. Isso é muito raro, porque apenas 6% desses casos procedem.

Depois que centenas de trabalhadores começaram a usar camisetas pró-sindicatos, onde estava escrito "diga à Nissan que direitos trabalhistas também são direitos civis", de repente, a gerência decidiu que o uso de uniforme era obrigatório para todo mundo. Ao fazer isso, a Nissan está tentando restringir a liberdade de expressão e esconder o nível de apoio que o sindicato tem.

Essa denúncia federal, que argumenta que a política de uniformes interfere com os direitos do trabalhador, desestimula a organização sindical, impedindo assim os funcionários pró-sindicato de se comunicarem com os seus colegas sobre o seu apoio pelo sindicato e faz parte de uma estratégia constante por parte da Nissan. A denúncia também alegou que um gerente da Nissan interrogou trabalhadores a respeito de suas opiniões e os ameaçou com fechamento de fábrica.

Uma empresa como a Nissan, que se recusa a corrigir seu comportamento, não deveria ser uma patrocinadora das Olimpíadas.

Atualmente há um movimento, nos Estados Unidos, chamado "Vidas negras importam". E eu quero terminar, dizendo que as vidas dos trabalhadores importam, quer seja no Brasil ou em outros países. As vidas de todos os trabalhadores importam.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço pelo conteúdo, pelo brilhantismo da palestra que fez para todos nós.

A SRª SANCHIONI BUTLER (*Tradução simultânea.*) – Gostaríamos de presentear o Senador Paim com algo que trouxemos dos Estados Unidos... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está me dando a camiseta.

A SRª SANCHIONI BUTLER (*Tradução simultânea.*) – Gostaríamos de presenteá-lo com uma dessas camisetas. Aqui há uma com um outro *slogan*, que nós adaptamos. Nós adaptamos um *slogan* da Nissan, dizendo que a inovação nos une. Queremos que saiba que tudo que construímos no Mississípi, que fabricamos, é feito com o orgulho do sul. Então, assim presenteamos o senhor, com essas duas camisetas produzidas pelo nosso Estado.

Sabemos que o senhor é uma pessoa humanitária, é um Senador que defende causas humanitárias. Sabemos que o senhor é uma pessoa muito humanitária e, antes, mencionou que gostaria de vir aos Estados Unidos. Em nome do presidente do nosso sindicato, do vice-presidente e da Kristyne Peter, que é Diretora de Relações Internacionais, gostaríamos de oferecer-lhe um convite formal para vir. Está escrito: "Prezado Sr. Paulo Paim, dada a audiência pública sobre os abusos e violações de direitos da Nissan, UAW gostaria de convidá-lo para visitar a planta de Canton, Mississippi, para estudar essa questão mais a fundo." Isso dito, adoraríamos que o senhor viesse e pudesse nos visitar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixa eu dizer rapidamente que eu agradeço o convite formal e que, de fato, para me deslocar do Senado para outro país, eu precisaria de um convite formal. E eles já foram rápidos, já estão me entregando aqui o convite formal, que, a partir desta nossa audiência, eu encaminho para o Senado da República e vamos ajustar a data. Mas, de pronto, eu agradeço o convite.

Se a nossa ida ao Mississippi ajudar para melhorar a relação entre a Nissan e os trabalhadores, assegurando a liberdade e a autonomia sindical, eu vou usar a frase que eu usei aqui no Brasil para combater a terceirização em todos os níveis, eu não era Relator do projeto, mas, com isso, eu consegui a relatoria do projeto: "Eu vou, nem que for de cadeira de roda, mas eu vou". Me aguardem lá porque eu vou aos Estados Unidos para ajudá-los em tudo aquilo que for possível, ao meu alcance. (*Palmas.*)

E queria dizer que vocês, de fato, são muito inteligentes. Olhem o tamanho... Normalmente me dão camisetas que servem no meu braço. Olhem essa aqui. Essa eu vou usar com muito orgulho, podem ter certeza, mostrando que é uma luta internacional. A figura aqui do Martin Luther King. Não adianta... Mandela, Luther

King, Ghandi são homens que entraram para a história da humanidade e são referências para as nossas vidas. É com muito orgulho que eu vou levar e vou usar essa camiseta, como também essa aqui, na sua amplitude, que mostra a importância dessa entidade, que é uma entidade que, com certeza, tem um trabalho na linha dos direitos humanos, da organização sindical em nível internacional.

Uma grande salva de palmas para os dois.

Não fiquem com ciúmes, mas as camisetas são minhas. (*Palmas.*)

Vamos continuar ainda com a nossa audiência pública e, depois, vamos tirar uma foto no final. Eu peço a todos que se sentem.

Eu acho que neste momento, pessoal, é fundamental, depois do brilhantismo dos painelistas todos, do Brasil e dos Estados Unidos, que falaram tanto aqui da importância da prática sindical no mundo, da importância da política de direitos humanos, da importância de melhorarmos a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras em todo o Planeta, que nesta audiência pública, que foi assistida com certeza por milhões de pessoas no Brasil, a gente tomasse aqui alguns encaminhamentos para ajudar.

Primeiro, eu quero dizer para vocês, estou falando agora, que eu conversei, veio me visitar, falar sobre a audiência... Claro que ninguém teve a ousadia de me pedir para não realizar a audiência. Não tiveram a ousadia porque sabiam, naturalmente, que a audiência sairia. Então, ninguém me pediu isso. Mas veio sim o embaixador das Olimpíadas no Brasil. Ele veio ao meu gabinete, falou longamente comigo, conversamos e ficou acertado que, depois desta audiência pública, eu teria uma nova conversa com ele.

Também, por intermédio de um outro Senador que pediu gentilmente que eu não citasse o seu nome – e eu não o farei, naturalmente, não é? –, o Presidente da Nissan disse estar à disposição para conversar conosco sobre o pleito de vocês. Eu digo isso de público. Não dou o nome do Senador. Dou o meu testemunho, porque o Brasil sabe da minha seriedade, que não faço nenhuma fala que não seja pautada exatamente na verdade.

Então, como há essa disposição desse Senador de que eu possa dialogar com o Presidente da Nissan, que é também brasileiro, eu daria esses encaminhamentos quanto à nossa audiência pública tanto para o Embaixador das Olimpíadas como também para o Presidente da Nissan.

Nesse aspecto, também falarei a eles que vou acompanhar, naturalmente, as Olimpíadas no Brasil. E é aquilo que foi dito aqui: ninguém é contra que a Nissan financie as Olimpíadas – acho que foi você que disse, não é, Vani? –, ninguém é contra. Nós queremos mais é que a Nissan, que o Bradesco – para pegar um grande banco, por exemplo – e que outras grandes empresas financiem. No entanto, nós só queremos que haja, não é nem uma contrapartida; nós só queremos o aspecto democrático – nós, aqui no Brasil, pois há um grande movimento de quem é contra ou a favor da democracia.

Nós queremos a democracia plena, e que aqui foi dito isso, que ajudou a eleger tantos Presidentes. Infelizmente, passamos por uma ditadura, depois elegemos... Já tivemos um caso de *impeachment* de ex-Presidente, que hoje é Senador. E neste momento estamos atravessando novamente um outro *impeachment*. Se cada vez que houver uma crise nós formos tratar de derrubar Presidente, calculem o que será a democracia no mundo! Deu uma crise no Estados Unidos, derruba-se o Presidente; deu uma crise na Argentina, derruba-se o Presidente pela via indireta. Pelo processo democrático, como foi na Argentina... Democracia é isto: ganhe quem ganhar, seja de esquerda, de centro ou de direita. O que nós não podemos permitir é que...

A prática sindical está no cerne da democracia. Quem são os sindicalistas? São aqueles que estão em todos os locais de trabalho, por via das suas organizações. Eles estão mais fortes nos locais de trabalho do que o próprio Prefeito, do que o próprio Vereador, do que o próprio Deputado, e, consequentemente, do que o Senador, do que o Governador e do que o próprio Presidente. Os sindicatos estão com os seus ramos dentro de todos os locais de trabalho, e seria um absurdo querer proibir que as pessoas se associem. Onde está a liberdade? Onde está a democracia?

É por isso que, antes de eu terminar, eu ainda vou assegurar, claro, a palavra, como eu havia combinado. Temos quatro inscritos, cinco minutos para cada um, e vai ser muito rápido.

Eu vou dar esses encaminhamentos, e eles podem até comentar na fala deles, se assim entenderem: eu me comprometo a fazer contato com o Presidente da Nissan e com o Embaixador das Olimpíadas. E deixo muito claro: não é que eu vou negociar. Eu não negocio nada. O meu papel aqui é apenas o de alguém que vai tentar buscar espaço para que os verdadeiros representantes dos trabalhadores, que são vocês, sentem à mesa e busquem o entendimento que seja o melhor para todos. Então, serão três encaminhamentos. E um deles, naturalmente, eu farei também, se for necessário, que será a ida ao Mississippi. Espero que se resolva aqui, o que é melhor ainda, pois aí eu poderia ir para um outro país onde haja um outro problema e eu possa ajudar. Se resolver com essas conversas, melhor. Mas eu gostaria muito de ir ao Mississippi para ganhar mais duas camisetas quando eu for lá. Ganho mais duas se eu for lá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – *Yes*? *Yes*? (*Risos.*)

Bom, eu vou deixar agora que cinco pessoas falem. No fim, a gente bota, simbolicamente, esses encaminhamentos em votação e todos poderão votar.

Passo a palavra agora para Luiz Saraiva, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e do Sindicato dos Comerciários do DF.

O SR. LUIZ SARAIVA – Bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Luiz, serão cinco minutos para cada um.

O SR. LUIZ SARAIVA – O.k., Senador.

Nós estamos aqui com muita satisfação.

Eu sou da Contracs/CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT). Também sou Diretor do Sindicato dos Comerciários aqui do Distrito Federal.

Estou aqui para solidarizar-me com todas essas entidades do Brasil que estão envolvidas e empenhadas nos direitos dos trabalhadores, na dignidade dos trabalhadores, para que sejam respeitados, bem como com as entidades dos trabalhadores internacionais que aqui estão e todas as centrais sindicais do Brasil.

Principalmente, quero aqui agradecer ao Senador Paulo Paim por, mais uma vez, estar aqui garantindo o nosso espaço não só no Brasil, mas internacionalmente, porque estamos preocupados. O Senador sempre foi preocupado com todos os trabalhadores do mundo inteiro.

Nós aqui, no Distrito Federal, não representamos planta, mas representamos vendedores e trabalhadores em lojas. E temos também dificuldades. Vocês são lá de fora, mas aqui no Brasil a gente também tem algumas dificuldades com a política da empresa, e não só dessa empresa, mas de todas as outras multinacionais que aqui vêm com o intuito de faturar e não respeitam a dignidade dos trabalhadores e das trabalhadoras que aqui estão. É muito importante que, neste momento que nós estamos vivendo, nessa conjuntura do nosso País, a gente diga isso em claro e bom tom.

Esses empresários que desrespeitam os trabalhadores estão, aqui no Brasil, mais unidos do que nunca, hoje tentando um golpe contra os trabalhadores, todo esse conglomerado que está aí patrocinando esse *impeachment,* pois não há crime nenhum, nós o tratamos como um golpe, porque é um golpe, e não é um golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff, não é um golpe contra o ex-Presidente Lula, não é um golpe contra o PT, é um golpe contra os trabalhadores. Os trabalhadores do Brasil estão fortemente ameaçados de perderem os seus direitos, conquistados a duras penas. Sabemos que houve muito sangue derramado, que houve muita tristeza por parte das famílias, dos familiares dos trabalhadores que, como vocês, têm essa preocupação de estar aqui abrindo a boca e falando dos problemas, lutando pelos trabalhadores. Então, estamos sendo ameaçados. Nós queremos passar essa mensagem para o mundo inteiro do quanto esse conglomerado, que é o pior que há aqui no Brasil, junto com outras empresas internacionais, querem tirar direitos dos trabalhadores.

Esse ajuntamento de projetos – como o Senador Paulo Paim aqui falou são mais de 60 projetos que simplesmente retiram direitos dos trabalhadores – é dessa Direita que aí está, junto com as confederações, com as entidades patronais, como a CNI, que traz um pato para a Esplanada dos Ministérios, dizendo que é o trabalhador que vai pagar, que é a população que vai pagar o pato pela economia que está ruim. Mas não é um problema só nosso, é um problema do mundo todo. Nós estamos preocupados, sim, em organizar a nossa economia, em que nosso País volte a crescer. Mas nós, trabalhadores, estamos organizados. A população também está sabendo, apesar de a grande mídia não querer que isso seja comunicado, que o que está aí é um golpe contra o pobre, contra o trabalhador, e nós não vamos aceitá-lo.

Assim como somos solidários a vocês, estaremos unidos. Assim como o Senador Paulo Paim, se precisar, iremos ao estado do Mississípi lutar por condições de trabalho decentes para os trabalhadores de lá. Isso vai refletir nos nossos trabalhadores aqui no Brasil.

Por isso, não ao golpe contra os trabalhadores! Não ao golpe contra as famílias! Isso é tirar direitos, é tirar o pão de cada dia. Nós não aceitaremos.

A CUT, a Contracs, a Federação dos Trabalhadores do Distrito Federal, o Sindicato dos Comerciários e todos os outros que estão imbuídos dessa luta nas ruas estão chamando vocês para denunciarem. É contra o trabalhador esse golpe que aí está. Então, estamos juntos e vamos dizer não. Estaremos juntos com vocês sempre. Precisamos de vocês para ajudar os trabalhadores aqui do Brasil.

Muito obrigado, Senador, a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Saraiva.

Passamos a palavra para Carlos Albino Rezende Júnior, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão, Goiás, e Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

O SR. CARLOS ALBINO REZENDE JÚNIOR – Bom dia, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Oi, meu amigo! Vamos lá.

O SR. CARLOS ALBINO REZENDE JÚNIOR – Bom dia aos companheiros e às companheiras!

Hoje nesta audiência pública estamos relatando a questão do Mississippi. Eu tive a oportunidade e o prazer de ter ido lá no Mississippi. Fui muito bem recebido, e acho que quando o senhor for lá vai ser igual. Os companheiros têm uma organização muito importante, principalmente nas lideranças comunitárias, com a Igreja. Eles estão nesse trabalho há mais de dois anos, acho que já são três anos que acompanho o trabalho deles. A gente sabe das dificuldades que estão acontecendo com eles.

Eu sou de Catalão, aqui no interior de Goiás, funcionário da Mitsubishi, bem semelhante, não totalmente igual, mas semelhante quando os trabalhadores querem se organizar. Quando eu comecei o nosso sindicato em Catalão, ela era a maior empresa da cidade, todo mundo só batia palmas para empresa e ela não aceitava criar o sindicato. O sindicato foi criado na raça, na vontade do trabalhador de se organizar, tendo o apoio de todas as centrais, da CUT, da Força no ato da sua fundação, porque poderes e forças do capital estavam a todo instante querendo, como a Nissan, não deixar o trabalhador se organizar. Fomos perseguidos. A empresa ia na rádio e falava claramente que ia embora. Nós notificávamos a empresa para responder judicialmente. E ela falava que não foi ela, que ninguém foi autorizado, que não foi uma pessoa da empresa que falou isso. Supervisores falavam a todo instante em reuniões, como acontece no Mississippi. Só não havia a televisão para passar o filme de o quanto à empresa não queria que os trabalhadores se organizassem. Foi difícil. Houve muitas perseguições, demissões de trabalhadores que até conversavam com os líderes do sindicato, e eu sou um deles.

Aqui no Brasil acontece o que aconteceu lá. Só que é diferente, porque aqui nós temos a legislação, ainda temos a CLT, que nos defende. Mas lá no país a forma de organizar o sindicato é mais complicada. Eu vejo a luta dos companheiros lá, estive lá no comitê também com os companheiros. Já fizemos vários eventos de que eu participei. Eles estiveram em Catalão também, fizemos assembleias em apoio aos companheiros do Mississippi. Também fomos à Ford, concessionária, que é pequena, mas fomos lá na porta. Deu aquele pampeiro danado: "O que é isso?" Foi um evento pacífico, ordeiro. Também estivemos no salão do automóvel. Estamos acompanhando o trabalho dos companheiros. Nós nos consideramos coirmãos dos companheiros do Mississippi em todo esse trabalho. Mas essa nossa luta foi reforçada com o apoio do senhor.

Agora, eu queria deixar um pensamento sobre o que o Marino Vani falou sobre a questão das Olimpíadas. Estivemos juntos e até o companheiro Edson estava à mesa. O nosso embaixador nos recebeu muito bem, nos tratou muito bem, só que não resolveu nada! Isso nós brasileiros não podemos deixar passar, porque dia 3 chega a Tocha no Brasil e ela vai passar perto da minha cidade...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBINO REZENDE JÚNIOR – Ela não vai passar sem protesto. Ela vai andar, porque a gente tem a civilidade de entender que as Olimpíadas estão além de todo mundo, além das pessoas. Só que nós também não podemos deixar de fazer nossos protestos, ir para a rua, se possível, até segurar um pouco essa Tocha lá.

Então, eu acho que o senhor tem que enfatizar – e eu vou até pedir para os companheiros da mesa enfatizarem bem – para o nosso organizador das Olimpíadas que essa é uma questão de civilidade. É uma questão de uma empresa que quer por todo o seu poder, capital, mandar, desmandar e fazer o que estão fazendo com nossos coirmãos, os nossos companheiros americanos, o que não podemos aceitar.

Então, os trabalhadores brasileiros, independente de central, independente da nossa posição política...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ALBINO REZENDE JÚNIOR – Sou contrário ao que o companheiro falou ali, mas aqui não é palco para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. CARLOS ALBINO REZENDE JÚNIOR – Aqui é palco para a gente discutir a nossa luta pelos trabalhadores, pelos nossos coirmãos, e eu acho que a gente tem, sim, de manifestar.

Eu creio também no poder do senhor de negociar uma paz com o Carlos Ghosn, que é brasileiro e está nos envergonhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Justiça e paz.

Esse foi o Carlos Albino Rezende. Ele falou pelos metalúrgicos de Catalão, e ficou também nos cinco minutos. Isso é importante para a gente poder concluir os trabalhos.

Isaú Joaquin Chacon, Presidente da União Geral dos Trabalhadores do DF. Cinco minutos. Quando der quatro, a campainha toca.

O SR. ISAÚ JOAQUIN CHACON – Obrigado.

Bom dia, Senador Paulo Paim. Como falamos quando foi reeleito, V. Exª não é apenas o Senador do Rio Grande do Sul, e, sim, o Senador do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É bom eles saberem, com o apoio de todo o movimento sindical brasileiro. Eu estou no segundo mandato no Senado, mas todas as centrais, todas as confederações, todos os sindicatos, eu dou esse testemunho, fizeram um documento de apoio ao nosso mandato, à nossa eleição. Aproveitei o gancho que deu aí.

O SR. ISAÚ JOAQUIN CHACON – Eu estava naquele jantar em sua homenagem.

Então, Senador, parabenizo por esta audiência pública, pela inteligência, pela coragem; da competência não precisava falar, nem da coragem.

O ano passado, no congresso da UGT, estiveram presentes alguns companheiros lá do Mississippi e trouxeram também à baila essa problemática. Naquela ocasião, o Ricardo Patah também se solidarizou com os senhores, com todos, e ele esteve também no Mississippi, como disse hoje aqui. Não estou falando em nome dele, porque ele fala em nome da nacional, eu sou Presidente da Federação Nacional dos Securitários, com fala nacional, uma federação da área de seguro, e presidente da estadual.

O que está acontecendo nos Estados Unidos? Foi dito naquela ocasião que, por terem um dos sindicatos mais fortes da história do mundo, a ponto de interferir nas decisões dos governos americanos pretéritos, com tanta força e com a influência que eles tinham, essa massa de trabalhadores, entraram num viés de plena decadência por forças escusas do poder do capital. E por não ser diferente, no Mississippi, chegando à Nissan, eu ouvi hoje essas palavras, mas também ouvi o ano passado lá em São Paulo, eles despejaram milhões de dólares antecipado para que os sindicatos não tivessem presença naquela empresa. Aliás, a expressão que eu ouvi, não sei se ela se afirma, é que se os sindicatos entrassem, a empresa saía, ela não ficava. Não sei até que ponto isso se aprofundou, se consolidou, mas a problemática está aí, os senhores trazendo que a coisa é séria. Mas não é só séria para os Estados Unidos, até porque nos Estados Unidos nós sabemos que três empresas são muito fortes na prática antissindical, que são o Walmart, o McDonald's e a Nissan.

Ora, nós no Brasil não estamos nessa sombra. Nesses sessenta e tantos processos que o Senador tem aí na mão contra os trabalhadores, eu sempre comento, quando eu tenho oportunidade: por que a gente não acha nenhum projeto no Brasil, na Câmara, no Senado, contra os patrões, contra o patronato? Não que eu seja nada contra o patrão. Eu quero que haja alguém que diga que o meio patronal tem feridas abertas fortes, que ofende a sociedade, que faz mal, que é excludente. E ninguém faz um projeto para trazer essas correções contra esses empresários, mas contra o trabalhador não falta projeto. Todo dia entra um de manhã e outro de tarde. Todo mundo tem alguém contra nós. Por quê? Trabalhador não serve? Não é para trabalhar? Não é para construir? Não é para fazer? O que é isso? É só contra nós.

Há tanta sigla que eu não vou falar aqui hoje, vou evitar, até porque o Senador deixou bem claro a metodologia qual era.

(Soa a campainha.)

O SR. ISAÚ JOAQUIN CHACON – A gente começa a falar, o tempo passa e a gente não vê. Mas eu quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto ainda quando toca a campainha, mais um minuto.

O SR. ISAÚ JOAQUIN CHACON – ...o pessoal do Mississippi, o pessoal do sindicato de fora, o nosso sindicato, a nossa força.

O Brasil é uma pseudodemocracia, que ainda não é acentuada. Ela ainda tem muito que crescer, mas nós estamos no caminho certo, com certeza, e estamos apoiando.

Senador, vá. Com certeza vai ser muito bom. Se V. Exª conseguir resolver o problema aqui, vá; se não conseguir, vá também. É muito importante a sua ida ao Mississippi, eu vejo dessa forma.

Muito obrigado aos companheiros, muito obrigado a todos em nome da UGT e em nome da Federação Nacional dos Securitários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Isaú Joaquin Chacon, que falou em nome da UGT.

Por fim, Carlos Cavalcante de Lacerda, Secretário de Assuntos Parlamentares da Confederação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM).

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Boa tarde companheiros e companheiras, boa tarde a todas as delegações internacionais.

Eu falo aqui em nome do Presidente Miguel, da minha confederação dos metalúrgicos, e em nome de todos os sindicatos que estão aqui presentes.

Quero dizer, como o companheiro falou há pouco, que o Senador Paim foi eleito pelo Rio Grande do Sul, mas ele é um Senador de todo o Brasil. Só agora, nos meses de outubro e novembro, nós andamos o Norte, fizemos quatro Estados, o último foi o Amazonas, e eu, que sou de Manaus, tive a oportunidade e a honra de estar com ele em Manaus discutindo vários projetos, inclusive o da terceirização.

Eu queria dizer aqui, o companheiro da IndustriAll falou muito bem que o movimento sindical não tem Senador, não tem Deputado, não tem Presidente, tem o sindicato trabalhador, mas eu queria dizer para os companheiros internacionais que durante os oito anos do governo do Presidente Lula nós também não tivemos um presidente, tivemos um companheiro e um amigo. Só eu, que vim do Amazonas, tive 62 audiências com ele, e quando chegava lá já estava resolvido, o que eu não posso dizer atualmente da Presidente. Com ele eu tive 62 audiências, antes de eu chegar já estava resolvido, quando eu entrava ele já falava: "Lacerda vá embora, já está resolvido", era assim. Então tivemos um companheiro e um amigo.

Essa questão da Nissan foi discutida dentro da confederação, com o apoio todo da confederação, com o Carlos Albino discutindo, a Monica discutindo. Agora eu queria deixar aqui, para a IndustriAll, que nós vamos ter, Senador, a próxima Copa do Mundo, que vai ser quase a mesma coisa na Rússia; vamos ter as Olimpíadas. Cinco anos atrás nós estivemos aqui com vocês para ir lá ver com esse embaixador a participação do trabalhador. Isso tudo está acontecendo porque, se a gente tivesse um comitê paralelo, nós estávamos discutindo.

A nossa confederação pegou os cinco arcos e colocou aqui: responsabilidade ambiental, geração de emprego, qualificação profissional, inclusão social e segurança no local de trabalho. Só no meu Estado morreram cinco na construção do estádio. Então isso aqui serve de exemplo.

Hoje vocês estão fazendo a discussão sobre os estádios do mundo todo, a questão da Nissan, mas vamos amarrar aos próximos grandes eventos, Olimpíadas, fazer o nosso comitê paralelo. E nem em paralelo; indicar um trabalhador, o Governo tem obrigação, porque em todo canto, companheiros, há representantes. Por que o trabalhador não está lá? Tenho certeza de que se o Presidente Lula estivesse aqui nós teríamos representação, como ele colocou, no Sesi, em outros órgãos, porque hoje os trabalhadores têm representação.

Eu queria dizer para vocês sobre a questão da Nike, o companheiro falou muito bem, que hoje os Estados Unidos podem até perder o emprego com a Nike fazendo o seu material.

Eu vou deixar isso aqui com o Senador Paim, que eu conheço muito bem – antes de eu entregar daqui a cinco minutos haverá a providência. O nosso Presidente Miguel fez há um ano, olha, fui eu que entreguei, faz um ano. Hoje todos os trens – trens, vagões de trem – que vão servir à Olimpíada são chineses, mas a Presidente baixou um decreto de preferência, tinham que ser nacionais as construções. Hoje é tudo chinês, nós perdemos.

Aqui no Brasil a situação está tão difícil que nós não podemos perder nem um emprego, avalie 12 mil empregos. O documento fez um ano, mas até hoje o atual ministro da Indústria e Comércio nem ligou para o Miguel, Senador Paim; está aqui, o Miguel pedindo a audiência. O que é isso? Por que você está trazendo esses trens chineses? Nós vamos ter...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Eram cem mil. Agora acho que serão 80 mil voluntários. E todo o material dos voluntários vai ser chinês, as camisas, os tênis. Não pode um negócio desses! Olhem só a malandragem: vai ser chinês, fabricado no Vietnã. Por quê? Porque o Brasil taxou na zona cinza a China, quer dizer, a pirataria, falsificação. O que os chineses fazem? Mandam para o Vietnã, e de lá entra aqui, porque é aberto. Entendeu? É aberto.

Então, a IndustriAll tem de pautar também essa questão da pirataria, do contrabando e da falsificação. Estamos perdendo mais de R$2 milhões no Brasil por causa dessa questão. Aqui, no Brasil, só houve duas pessoas presas por causa de pirataria: o Lao, o chinês, e eu. Armei uma barraca em frente à Polícia Federal, vendia CD e relógio pirata. Em cinco minutos, eles me prenderam. Digo: por que vocês vão me prender? "Cadê a nota fiscal?" Digo: ali, na Feira do Paraguai, há uma feira de contrabando. Por que vocês não vão lá para pegar nota fiscal? Isso faz 12 anos. Aí nós fizemos a CPI da Pirataria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – O senhor dispõe de mais 30 segundos.

O SR. CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA – Então, é importante que a IndustriAll bata nessa questão do contrabando e da pirataria, que estão acabando com nossos empregos.

Eu queria agradecer a todos os companheiros que estão aqui presentes e dizer que a luta é grande, muito grande, mas vamos vencê-la juntos. As centrais têm de se unir, bem como as confederações, os trabalhadores. Só assim, vamos vencer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Carlos Cavalcante de Lacerda, líder e Secretário de Assuntos Parlamentares da CNTM.

Rapidamente, eu queria dizer a vocês que, infelizmente, nesse fim de semana, no Brasil, num confronto entre trabalhadores sem-terra e policiais militares, em um acampamento em Quedas do Iguaçu, no sudoeste do Paraná, foram mortos dois militantes do Movimento Social, e outros tantos ficaram feridos.

Eu queria, simbolicamente, já que estamos aqui num evento internacional, que fizéssemos um minuto de silêncio em homenagem a esses dois lutadores sociais que perderam a vida num confronto com a Polícia Militar no Paraná, nessa quinta-feira que passou.

Fiquemos de pé, para fazermos um minuto de silêncio.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Simbolicamente, vamos colocar em votação três encaminhamentos. O primeiro trata da conversa sobre o pleito dos trabalhadores da Nissan, sobretudo daqueles do Mississippi, nos Estados Unidos, com o Embaixador das Olimpíadas no Brasil e, principalmente, com o Presidente da Nissan, a fim de avançar no diálogo e na construção de um acordo entre os trabalhadores e a empresa. Esses foram dois encaminhamentos. O terceiro trata da nossa ida ao Mississippi, se for necessário, com o objetivo de auxiliar os trabalhadores da Nissan a terem seus pleitos básicos atendidos, sobretudo no que tange à liberdade e à associação sindical. Esses são os encaminhamentos que entendemos ser possível fazer neste momento, após esta audiência pública.

Quero agradecer a todas as centrais e confederações e, principalmente, a vocês que vieram do exterior para participar deste debate.

Sou totalmente favorável a essa visão de solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e, consequentemente, dos direitos humanos. Toda vez – alguém já disse, eu não vou apenas citar o nome – que houver um único trabalhador, em qualquer parte do mundo, que estiver sendo explorado ou oprimido, nós temos que estar do lado desses trabalhadores.

Quero dizer para vocês que, para o Brasil, foi muito bom ouvi-los, até porque nós sabemos muito bem o que significa a chamada "Ponte para o Futuro", que eu chamo, particularmente – logo que eu a vi –, de "ponte para o atraso", ser implementada no Brasil: significa que esses 60 projetos... Nos quatro ou cinco mais importantes eu consegui, como diz o outro, botar a pata em cima mesmo, e quero ver sair da minha mão, que são a terceirização e o trabalho escravo. Calculem vocês: regulamentar trabalho escravo. Consegui botar a mão e dizer que, sobre o trabalho escravo, vou fazer um projeto sim, mas não é para regulamentar; é para proibir o trabalho escravo.

A terceirização permite que 40 milhões de brasileiros que têm trabalho formal fiquem em uma situação em que não vai valer mais a CLT, em que não vai valer mais nem a Constituição. Na terceirização no Brasil, para se ter uma ideia, de cada cinco mortes no trabalho, quatro são de empresas terceirizadas; de cada dez acidentes com sequela, oito são de empresas terceirizadas. Em média, eles ganham a metade do salário que ganha um trabalhador que é da empresa matriz. De cada 100 ações na Justiça, 80 são de empresas terceirizadas. Isso é só para dar uma síntese do quadro.

O outro é o negociado sobre o legislado. Esse é pior ainda. Nós conseguimos derrubar o negociado sobre o legislado por duas vezes no Brasil. Eu era Deputado Federal, eles passaram lá e eu perdi por dois votos. Ali foi o gancho que eu dei para vir para o Senado. Como vinha para o Senado, eu me candidatei ao Senado, vim para cá e, na época do Presidente Lula, conseguimos derrubar naquele momento. Mas agora, recentemente, eles enxertaram em uma medida provisória. Fomos para o confronto no Congresso – a sessão foi na Câmara – e lá eu disse a seguinte frase, e repito aqui para vocês: esse projeto vocês só vão aprovar aqui por cima do meu cadáver. Para nossa alegria, duas semanas depois liquidamos, derrubamos o projeto.

O outro projeto, por incrível que pareça – estou citando só alguns – é o da NR-12. Queriam derrubar a NR-12, que é um instrumento de proteção do trabalhador para não ter acidentes de trabalho, principalmente da competência das máquinas, eu diria, para que a máquina dê mais estrutura para o trabalhador.

Agora, vieram aí as PECs que desmontam o movimento sindical. Na última delas eu estou conseguindo botar a mão em cima também, pegar para relatar, mas com muita mobilização, com muito diálogo, com muita pressão.

Outro que já sabemos que está aqui é aquele que diz que o horário do almoço vai ser 15 minutos. Aquela uma hora que o trabalhador tem passa para 15 minutos. Desse também pedimos vista. O que eu faço? Muitas vezes, eu puxo para esta Comissão. Entro com um requerimento no Plenário, vem para a Comissão de Direitos Humanos e aqui nós procuramos, mediante audiências públicas, encaminhar para a rejeição do projeto.

Tudo que vocês falaram aqui mostra para o povo brasileiro que muita coisa que, infelizmente, está acontecendo lá no Mississippi, eles vão trazer para cá. O que vai valer – eu vou pegar de novo a tua frase – é alguém achar que é dono do trabalhador, que pode fazer com ele o que bem entender. É o absurdo do absurdo. Por isso, eu estou totalmente solidário aos senhores e às senhoras. Não queremos para o Brasil o que está acontecendo no Mississippi, mas não queremos também que o Mississippi continue na situação em que se encontra hoje. Naquilo que pudermos, vamos ajudar.

Há dois moços lá na frente. Venham cá, os dois moços. Não se encabulem. Passem aqui, não se encabulem. Vocês dois, mesmo! Eles estão encabulados, pessoal.

Como eu recebi alguns presentes de vocês, eu tomei a liberdade, para que vocês levem, embora esteja em português, de pedir que o meu gabinete trouxesse *Palavras em Mar Revolto*. Eu o escrevi há mais ou menos um ano, dizendo do momento que nós passaríamos no Brasil no que tange aos direitos dos trabalhadores. Este aqui é um dos que eu mais gosto, que eu escrevi também. É uma frase que diz: "Pátria somos todos". E eu diria que, numa visão internacional, do lado dos direitos humanos, nós estamos todos, seja aqui, seja lá no Mississippi, seja lá na minha queria pátria mãe, África, ou em qualquer país do mundo: pátria, pátria somos todos.

Eu vou deixar estes dois livros com nossos convidados, principalmente para aqueles que vieram do exterior, sem prejuízo, claro, de outros companheiros.

Eu queria também dar para vocês *O Rufar dos Tambores*. O que é o rufar dos tambores? É claro que lembra, um pouco, a batida do tambor. Eu tenho uma frase, que não é minha, mas da qual gosto muito: "Quem não gosta da batida do tambor brasileiro não é." Porque a batida do tambor vem dos tempos primeiros, quando as pessoas se comunicavam pela batida do tambor. E eu digo, ali no livro, que eu estava sentindo falta da batida dos tambores nas ruas para defender os trabalhadores, independentemente de quem seja o governo.

Nunca me esqueço daquela frase do Nelson Mandela que me marcou muito. Eu estive com Nelson Mandela por duas vezes. Eu fui Constituinte, e, logo que elaboramos a Constituição, Mandela estava no cárcere, nós fomos com cinco Parlamentares levar, lá na África do Sul, uma carta exigindo a libertação do Mandela. Quem nos recebeu, é claro, porque ele estava no cárcere, foi a Winnie Mandela. Depois, é claro, ele foi solto, graças a uma solidariedade internacional, o mundo todo se mobilizou, e Mandela fez aquele belo governo como Presidente da África do Sul. Logo que ele assumiu, em um estádio de futebol lotado, ele disse para os trabalhadores: "Vocês não podem só reclamar. Se vocês querem, efetivamente, fazer com que o meu governo seja um governo de todos, não devem nem reclamar nem se acomodar; devem se mobilizar. Voltem para as ruas, mobilizem-se – cada lança, um homem; cada homem, um voto –, exijam e apresentem a sua pauta para que a elite do lado de lá saiba que os trabalhadores não aceitam a situação como se encontra."

Então, Nelson Mandela, na sua sabedoria, foi como Gandhi, um pacificador, um guerreiro, e soube, com a arma do diálogo, chegar aonde chegou. Ele apontou o caminho: a mobilização, a caminhada conjunta, com branco, negros, índios, com aqueles que sejam comprometidos, de fato, com uma pátria e um planeta melhores para todos.

Viva o movimento sindical! Vivam os lutadores pelos direitos humanos!

Um abraço a todos vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas do dia onze de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira e das Senadoras Fátima Bezerra e Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 46 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "o índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Professor Hermes Zaneti; João Paulo Ribeiro, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida; Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados – FENAJUD; Rudinei Marques, Vice-Presidente da Pública – Central do Servidor e Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreira Típicas de Estado – Fonacate; Rogério Macanhão, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – Sinal; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Pedro Armengol, Secretário de Relações do Trabalho Adjunto da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Ubiraci Dantas de Oliveira, Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Wagner José de Souza, Secretário Adjunto de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Paulo Arletes Rios Barela, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas; Wesley Barreto Bastos, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB; Edileuza Garcia Fortuna, Dirigente do Sindsaúde do Estado de Santa Catarina e representante da Intersindical; Alfredo Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – Sinafresp; José Nivaldino Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Distrito Federal - representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF; José Willekens Brasil do Nascimento, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central – Sintbacen; Lirando de Azevedo Jacundá, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait; Professora Olgaíses Cabral Maués, 2ª Vice-Presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – Andes. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presente no Plenário: Cabo Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Praças – Anaspra. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1) lutar para retirar a urgência do PLP nº 257/2016; 2) lutar pela rejeição do PLP nº 257/2016, na Câmara e no Senado; 3) realizar audiências públicas nos Estados sobre o tema que foi tratado nesta audiência, a exemplo do que se fez na terceirização; 4) apoiar a mobilização permanente dos servidores em Brasília e em todo o Brasil; 5) apoiar a greve geral; 5) dialogar com a Presidente da República, pela retirada do projeto; 6) apoiar a realização de ampla campanha com o objetivo de esclarecer a sociedade acerca do PLP nº 257/2016, inclusive na mídia; 7) apoiar a aprovação do PLS nº 561/2015, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Lasier Martins, da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, que "estabelece novo índice de cálculo para atualização monetária das dívidas dos Estados e Municípios", com o fim de resguardar os direitos dos servidores públicos. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezenove horas e vinte e dois minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 46, de 2016, desta Comissão, de autoria deste Senador, para debater as consequências para os servidores públicos da negociação da dívida dos Estados e dos Municípios com a União.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Vamos iniciar, de imediato, nosso debate sobre esse tema, que todos aqui conhecem e que acaba com a dita negociação firmada entre o Governo Federal e a União, uma renegociação que preocupou a todos, trazendo uma série de prejuízos para os servidores públicos.

Por sugestão, inclusive, de inúmeras pessoas que estão preocupadas com essa questão, trouxemos também para esta reunião o ex-Constituinte Hermes Zaneti, que contribuiu muito para a elaboração desse projeto que apresentei. Tive o apoio dos outros dois Senadores do Rio Grande do Sul. É o PLS 561, de 2015. Esse PLS seria o contraponto ao que o Governo apresentou. Este aqui trata da dívida do Estado e resolve o problema da dívida dos Estados, sem mexer um centavo na vida dos servidores públicos.

Então, eu colocaria na primeira Mesa o Hermes Zaneti, que faz uma fala sobre essa proposta. Ele foi o mentor da proposta. Ele me procurou, por uma ligação que temos desde a Constituinte, e, depois, consegui o apoio dos outros dois Senadores. Ele fez até um jantar. Mas, enfim, o importante é que o projeto foi apresentado e que ele resolve o problema.

Então, ele fará uma apresentação no primeiro momento.

Já formataram a Mesa aqui. Pelo que vi, isso foi feito por ordem de chegada. Não sei como foi feita a formatação da Mesa.

De imediato, chamo já para a primeira Mesa o ex-Constituinte Hermes Zaneti, que vai falar um pouco sobre esse projeto. (*Palmas.*)

Convido João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB). (*Palmas.*)

Convido Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), e João Paulo Ribeiro, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). (*Palmas.*)

Convido Rudinei Marques, Vice-Presidente da República, ou melhor, Vice-Presidente... (*Risos.*)

O SR. RUDINEI MARQUES (*Fora do microfone*.) – Ainda não, ainda não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Comecei a ler e me espantei, pensei: "Brincadeira da Assessoria!" Mas não, a Assessoria está certa: Rudinei Marques, Vice-Presidente da Pública – Central do Servidor e Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado; Rogério Macanhão, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco). (*Palmas.*)

E ainda, nesta primeira Mesa, Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida. (*Palmas.*)

Só tenho uma Mesa. E a segunda Mesa, onde está?

Havia um pedido para se formatar, em um primeiro momento, só as Centrais, mas, depois, conversando com todos aqueles que provocaram, vi que o bom mesmo é colocar todo mundo intercalado junto. E não há questão nenhuma, senhores, de primeira ou de segunda Mesa. Eu sempre digo que a segunda Mesa, para mim, seria até melhor, porque vocês vão para o plenário, e a segunda Mesa é que vai continuar com o debate com quem está na Mesa.

Vamos lembrar também que tudo foi feito correndo para dar oportunidade para que este tema fosse amplamente aqui debatido.

De imediato, passo a palavra para o ex-Constituinte Hermes Zaneti, que foi quem nos procurou para apresentar este projeto. Ele vai detalhá-lo aqui. Os senhores vão ver que, se as duas Casas aprovassem o projeto, não seria necessário, em hipótese nenhuma, estar discutindo outro que só traz prejuízo para os servidores.

Zaneti, com a palavra.

O SR. HERMES ZANETI – Senador Paim, companheiros, boa tarde a todos.

Quando Constituinte, eu tive a oportunidade de apresentar e de aprovar o art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que prevê a auditoria da dívida brasileira. De lá a esta parte, tenho me dedicado sempre a essa questão e, voltando ao Rio Grande do Sul por um tempo, passei a estudar a situação específica daquele Estado, que, evidentemente, como todos sabem e conhecem aqui, existe também uma situação em cada Estado, mas, *mutatis mutandis*, a realidade é a mesma, qual seja, a da lei que, em 1998, fez com que os Estados repassassem a sua dívida à União, e a União a assumisse.

Este quadro pode mostrar o resultado disso. Podem ver aí que há cidadão sendo esmagado pelo cifrão, que é a imagem que pode retratar o que ocorre hoje com a relação Estados/União.

Este quadro mostra a origem da dívida.

Estou trazendo este quadro que é uma contribuição do João Pedro Casarotto, do pessoal do Rio Grande do Sul, e do Roberto Kupski, que esteve conosco desde o início também.

Podem observar aí o seguinte: de 1994 a 1998, a dívida do Estado do Rio Grande do Sul, que vale extrapolando para os outros Estados, subiu 122% em valores reais, em consequência de ações do Governo Federal. O Governo Federal pega a dívida do Estado, toma decisões que fazem com que essa dívida, em quatro anos, cresça 122% e se faz credor desse aumento que ele provocou.

É bom termos esse dado inicial porque ele é gritante. É como se alguém dissesse assim: "Bom, você me deve dez e, por decisão minha, passa a me dever vinte, e eu passo a cobrar por essa dívida que você não deu causa."

Nós podemos ver aqui que os juros variaram de 6,17% a 9%, porque são juros sobre juros. Esse dado – rapidamente – mostra que IGP/DI mais juros de 6,17% resultaram, de 1999 a 2014 – poderíamos atualizar para 2015, 2016, porque a proporção será sempre a mesma –, em 876%. Só que os juros são de 601%, e o IGP/DI, 275%. Se compararmos isso com a Selic, é 794%, e com o IPCA, 178%.

Então, o que o nosso projeto busca é, na verdade, aquele que tem menor juros, de 6,17%, o que resultaria em 876%, reduzindo para 178%, como vou mostrar em seguida.

Se nós falarmos em aplicações financeiras, veremos que os encargos para os Estados, tomando como base apenas os juros de 6% e 7%, variaram de 876% a 1139%. Comparado isso com Selic, 794%; CDI, 782%; Poupança, 252%. Ou seja, é preciso fazer uma diferença entre, por exemplo, o que paga a Caixa Econômica Federal para um particular que invista na Poupança, 252%, e a União arrecadou sobre os Estados uma variável entre 876% e 1139%.

Qual é o resultado disso? O resultado é que, de 1999 a 2014, a dívida inicial do conjunto dos Estados brasileiros foi de R$93 bilhões. Já pagaram R$246 bilhões e devem R$422 bilhões. Por aí vocês têm uma ideia de que os Estados são o novo mutuário do antigo BNH. Quanto mais pagam, mais devem.

Eu trouxe a situação do Estado do Rio Grande do Sul. Cada um poderá fazer o exercício do seu Estado. Em 1999, o Rio Grande do Sul fez um empréstimo de R$9,7 bilhões. Pagou R$21,6 bilhões e deve R$47,1 bilhões.

Eu acho que isso fala por si.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora eles estão passando para vocês pagarem essa conta, pessoal.

O SR. HERMES ZANETI – Eu também fiz outra simulação, tomando como exemplo o Pará. É uma outra comparação, que não varia, só agrava mais. Os juros do Rio Grande do Sul eram de 6% e os do Estado do Pará eram de 7%. E há Estados que pagaram 9%, o que é mais grave ainda.

Muito bem. O que vemos nisso? Eu já disse aos senhores e às senhoras que sou o autor do art. 26 das Disposições Transitórias, que determina a auditoria. O que estamos vendo aqui? Hoje, o Brasil paga de juros e encargos da dívida R$3 bilhões por dia – R$3 bilhões por dia!

O quadro seguinte mostra isso. Nós estamos gastando quase 50% do orçamento nacional com juros e encargos da dívida. O que eu quero dizer com isso é o seguinte: a União tem seus encargos. Para fazer frente a isso, ela passa a conta para os Estados, que, por sua vez, passam a conta para os Municípios, que passam a conta para o cidadão. Quer dizer, quem está pagando a conta somos nós. Então, qual é o grande desafio? É nós levantarmos este País para exigir a auditoria da dívida, para que se reverta esse quadro. Vamos parar de pagar uma conta que nós, que estamos pagando, não sabemos de onde vem, quem a fez, por que deve. Nós não estamos pregando calote. Nós estamos pregando pagar o que se deve, a quem se deve e quanto se deve. É isso. Essa é a grande diferença.

Outra comparação: Dívida Ativa da União. A União tem uma dívida ativa de R$1,5 trilhão. Em vez de cobrar essa dívida, cobra dos Estados porque, no contrato, o pagamento é automático. Se não pagar, a União não manda os recursos a que o Estado tem direito.

Então, é muito mais fácil para a União, em vez de cobrar de quem deve... No meio disso, sabemos que tem a famosa história do Carf, um problema também sério que precisa ser enfrentado.

Muito bem, vamos entrar agora, fechando já, porque sei que nosso tempo é curto. Tivemos a Lei nº 148, aprovada em 2014, que propõe a substituição do IGP/DI, que é da Fundação Getúlio Vargas – imaginem os senhores buscar numa entidade privada o índice para atualizar o valor que os Estados deveriam para a União –, mais juros. Essa lei, então, propõe que se substitua do início até 1º de janeiro de 2013 por Selic; a partir de 1º de janeiro de 2013, IPCA mais 4%, que era de 6% a 9%, ou Selic, o que for menor. Aí, o Poder Executivo não estava implementando a lei. Então, o Congresso Nacional editou a Lei nº 151/2015, determinando a vigência a partir de janeiro de 2016.

Vou só mostrar um exemplo da repercussão disso no Estado do Rio Grande do Sul. Insisto que cada um, no seu Estado, poderá fazer esse exercício. Qual foi a consequência dessa lei? Ao invés de, em 2027, estar devendo R$37,2 bilhões – depois de continuar pagando até 2027, vai ficar devendo mais R$37 bilhões –, vai ficar devendo R$17 bilhões e continua pagando 13% sobre a Receita Líquida Real.

Eu costumo dizer o seguinte: o cidadão, em vez de morrer de dez tiros, morreu de um tiro. Por que ficar devendo, em vez de R$37 bilhões, R$17 bilhões? Tomem nota do seguinte: temos 15 anos pela frente. O que vai acontecer nesses 15 anos? Ninguém sabe. Daqui a 15 anos poderemos estar exatamente na situação em que estamos hoje.

O que o nosso projeto prevê e como ele nasceu? Em função desses estudos, dessas preocupações que venho tendo, juntamos um grupo no Rio Grande do Sul e, com a colaboração do João Pedro Casarotto, que é um técnico, passamos a estudar que saída teríamos.

Vejam os senhores. Localizamos um projeto de lei do Senado, de autoria do agora Vice-Governador do Rio de Janeiro Francisco Dornelles, e resolvemos reativar uma proposta com base naquele projeto, exatamente para mostrar que não era o maluco do Zaneti, o maluco do João Pedro, porque eles têm nos chamado assim e negado, inclusive, espaço na imprensa para discutir isso e tal. Não. Buscamos a raiz num projeto do Francisco Dornelles, porque aí acho que não precisa, né... Foi Ministro, é Vice-Governador do Rio, era Senador aqui.

Com base naquele projeto, estamos propondo alteração da Lei nº 148, de 2014, substituindo Selic, no art. 3º, e IPCA mais 4%, ou Selic, o que for menor, no art. 2º, por IPCA sem juros desde o início. Por que isso? Nós somos um Estado-membro. Qual é o sentido de um Estado-membro pagar juros escorchantes à União? Eu digo o seguinte: a União caminha pelos pés dos Estados e produz com os braços dos Estados. Qual é a razão de fundo do bolso direito emprestar dinheiro a juros para o bolso esquerdo, se somos o mesmo organismo?

Então, o justo é que se devolva à União o valor real daquilo que a União assumiu, sem considerar que 122% – que foi aquela primeira lâmina – foi um assalto que a União fez sobre os Estados.

É preciso também dizer o seguinte claramente: o que está em jogo aqui – não é, Senador Presidente? – é questão de poder. Então, temos que enfrentar para reconstruir a Federação, para que os Estados sejam Estados federados. Essa é a questão de fundo.

Por que nós levamos isso ao Senador Paim, não preciso dar explicação. Todos aqui conhecem essa figura fantástica que, por sorte, o País tem no Senado Federal. Porque os Senadores...

Cadê as palmas? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu brinquei e aí fiz sinal para o Bira. Bati palmas e... Foi só brincadeira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMES ZANETI – Não, mas tem de ser assim. Tem de ser assim!

Com licença. A gente costuma criticar muito quando um político não cumpre o seu dever de forma adequada. É muito justo isso, e eu posso lhe dar como experiência que também sejam reconhecidos aqueles que trabalham de forma realmente a representar os interesses do povo, por uma razão simples: muitos Senadores esqueceram-se de que eles representam os Estados! Por isso é que são três Senadores por Estado. E, se a questão é da Federação, e os Estados estão sendo maltratados pela União, quem tem de dar a palavra para decidir é o Senado Federal, porque ele é quem representa os Estados da Federação! Essa é a razão pela qual nós procuramos o Senado Federal e, evidentemente, o Senador Paulo Paim.

Qual é a consequência para o Rio Grande do Sul? E façam, de novo, cada um o exercício em seu Estado. Vejam aí: em 1º de maio de 2013, o Rio Grande do Sul quitou a conta! E, em 2015, a partir de maio até essa data em que foi feito o cálculo, o Estado do Rio Grande do Sul já tinha R$5,5 bilhões para receber de volta da União!

Eu sou professor público estadual aposentado, fui presidente do centro de professores, e, quando eu vejo que não há dinheiro para pagar os professores... Foi determinado o piso básico para os professores, mas aí o Governo do Estado diz: "Não tem dinheiro." Mas o dinheiro está aqui. Então, cabe a nós nos levantarmos para exigir que voltemos a ser uma Federação, e que os Estados tenham os recursos para resolver esse assunto.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Prof. Hermes Zaneti, ex-Deputado Federal. Eu fui Constituinte com ele, estávamos sempre na mesma trincheira. Quando ele me trouxe a ideia desse projeto, fizemos uma grande conversa, eu procurei os outros dois Senadores do Rio Grande do Sul, e nós três aprovamos a iniciativa do Zaneti e assinamos essa proposta.

Por que eu trouxe o Zaneti aqui? Alguém poderia dizer: "Não, mas o nosso PL é outro." O PL de vocês tem tudo a ver com este. Aprovado este, não há mais motivo algum de aprovar o de vocês.

Então, nós, além de dizermos "não" à proposta apresentada, temos uma alternativa ainda. Bom, debruça-se sobre este aqui, se se quer resolver o problema dos Estados.

Nós vamos de imediato, Zaneti – depois vai haver um debate...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! Eu conversei com o Senador Lindbergh, que aceitou ser Relator do projeto. Ele já tinha participado como Relator no projeto antigo do Dornelles. Deste atualizado ele também concordou em ser Relator, e isso interessa também, claro, ao Rio de Janeiro, porque o projeto interessa a todos os Estados.

Nós tínhamos conversado sobre passar para as centrais, e o João Paulo foi o autor da ideia; então, de imediato, a palavra está com o João Paulo Ribeiro, representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO (*Fora do microfone*.) – Mas as centrais vão estar aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas você já representa aqui uma central.

Todas as centrais vão falar, pessoal. É bom lembrar que todas as centrais estão presentes e todas estarão na próxima Mesa.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO – Está certo, Paim.

É que nós tínhamos combinado entre as centrais, mas houve um problema de comunicação até entre nós mesmos, e aqui algumas centrais disseram que tinham colocado, mas aí o *e-mail* não chegou a tempo. Tanto é que vários companheiros das centrais ainda estão inscritos para falar depois.

Tenho a grande honra em representar a primeira central a falar aqui nesta Casa, mais uma vez, na presença desse Senador – como o ex-Deputado Zaneti acabou de falar – que é nosso baluarte nas nossas palavras dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores do serviço público, que temos também o grande prazer de ter mais esse defensor aqui nesta Casa, que tem este espaço democrático. Para nós, é uma grande honra.

E, mais uma vez, infelizmente, viemos denunciar algumas coisas que saem sem nenhuma negociação. O grande fato aqui.. Acho que os técnicos, acho que o Prof. Hermes já falou aqui, como também a Profª Maria Lúcia e outros companheiros aqui da Fenafisco. Há alguns técnicos aqui que, como sindicalistas, vão poder falar com mais propriedade, porque falar que vai demitir, falar que vai renegociar, falar que não vai haver concurso público, falar...

Isso para nós... Nós já estamos... Esse é o motivo da nossa mobilização. Esse é o motivo que está nos levando a uma paralisação nos dias 13 e 14. Esse é o motivo por que nós vamos parar este Brasil caso não sejamos ouvidos e não possamos também construir juntos alternativas para as dívidas junto aos Estados.

Os trabalhadores ou os representantes ou os sindicatos têm que ser ouvidos pelos gestores. Esse é o grande problema. E essa é a fala que nós, representantes dos trabalhadores, precisamos falar. Não adianta esses cérebros chegarem aqui, acharem que podem fazer isso conosco e, mais uma vez, o trabalhador do serviço público ser penalizado, porque, todas as vezes em que há crise, são os trabalhadores que pagam a conta.

Isso nós não podemos... Nós vamos dar um basta. Nós vamos mostrar aos governadores quem fala pelos trabalhadores e que quem desenvolve este País são os trabalhadores do serviço público. Nós precisamos ser respeitados. Esse é o grande *slogan* que estamos fazendo entre as centrais, na nossa confederação. E isso é o que vai acontecer daqui para a frente, Paim, se nós não formos ouvidos. Mais uma vez, agradeço por ter esse espaço em que podemos denunciar.

Coloco aqui também o seguinte: nós não queremos aqui fazer quórum e dizer: "Olha, nós não estamos querendo pagar as coisas que estão devendo." Não é isso. Não é essa a questão. Agora, como o Zaneti disse, é pagar, mas pagar o que é justo. Nós temos que começar a trabalhar como se discute a dívida pública no País. Nós estamos discutindo, tanto eu quanto... Nós dirigimos a Fasubra. Meus companheiros da Fasubra estão aqui também, na plateia. Tenho uma grande honra de ter dirigido essa federação. Nós atuamos junto com o pessoal da auditoria da dívida externa. Sempre andando pelo País, já nos alertavam, há muito tempo. Nós vínhamos denunciando isso que não é colocado. É colocado, por exemplo, um veto, e discutirmos, inclusive, a questão da dívida. Há os seus motivos, mas acho que depois, com propriedade, a Profª Maria Lúcia vai dizer.

E aí nós queremos fazer o seguinte: se não podemos denunciar, se não podemos discutir, então a alternativa é irmos para o enfrentamento. E nós estamos preparados para o enfrentamento. A primeira dose, a primeira reação vai ser nos dias 13 e 14. Nós conseguimos construir unidades com todas as nove centrais sindicais que estão presentes aqui dentro, nesse projeto, e vamos tentar ser ouvidos dessa vez.

Outra questão, se vai ser pago, se vai colocar, por que todas as vezes a saída é mandar embora, destruir, não colocar e dizer que nós somos o grande problema dos custos. Por que os trabalhadores do serviço público

sempre são o problema? Hoje, inclusive, o editorial da *Folha de S.Paulo*, absurdamente coloca uma bobagem, mais uma vez, e faz o desserviço de informar. Mais uma vez, eles empurram o Governo como se tivesse... Eles não têm coragem. Não dá para os Deputados limparem o grande problema, ou seja, tem que suavizar o Estado, e suavizar é não contratar. Não é isso que nós queremos. Nós precisamos discutir.

É contratando e desenvolvendo que nós vamos ter... É contratando, tendo salário justo e valorizando o trabalhador que acaba a corrupção. Esse é o elemento de acabar com a corrupção, porque isso acontece no Estado. Então, temos que começar a dialogar. Nós precisamos começar a saber como se vai discutir essa questão. Não é deixando do fazer concurso público. Mas agora o STF fez um desserviço ao ser contra a Adin 1.923, que basicamente privatiza, libera a privatização com OS ou OSCIPs. Quer dizer, eu não preciso contratar mais, eu não preciso ter mais investimento, eu não preciso valorizar mais o servidor público, aí eu terceirizo tudo.

As OS hoje estão colocadas e espalhadas, pelo Estado de São Paulo, que é o meu Estado, como um grande baluarte, aquelas coisas que não valem nada, não prestam para nada... No Estado do Rio de Janeiro, o caos está lá, com nossos companheiros em greve lá dentro. Paramos o Estado do Rio de Janeiro devido à precarização e à terceirização no serviço público.

Quando vamos parar? Quando vai haver uma mesa de diálogo negocial conosco? Quando se vai colocar e respeitar, de fato, os trabalhadores do serviço público? Quando vai ser inaugurado? E aí eu abro um parêntese aqui, Paim. Também na questão da negociação coletiva, com o senhor aqui, fizemos uma audiência pública. Está lá, passou com mérito nesta Casa. Está parado devido a essa crise que a direita organizou, ou sei lá quem organizou, mas com a crise do *impeachment*, que todo mundo está dizendo, está parado, e nós trabalhadores não temos o advento da negociação coletiva, não temos organização sindical, não temos direito à licença classista. Está tudo parado.

E eles querem o quê? Acabar com o serviço público. Na verdade, a palavra é esta: o trabalhador do serviço público não é prioridade nesse Estado nem nos Estados lá. Para tentar falar, porque acho que os técnicos vão dizer, eu estou querendo fazer apenas a manifestação da nossa central e dizer o seguinte: as centrais estão preparadas para negociar com o Governo e dizer claramente: "Olha, vocês estão arrumando um problema." Os Governos dos Estados apresentaram aqui, eles assumiram com o Governo, o Governo está levando suas "porradas" necessárias, porque não teve coragem de negar uma questão, e os governadores estão jogando mais uma vez o peso sobre o governador, ou seja, o problema é deles. E eles não querem ouvir. Se quiserem a solução, nós temos aqui. Acabamos de apresentar.

Endosso em público que a CTB concorda, defende e vai apoiar o seu PLP mais uma vez, o 561. E nós vamos tentar apresentar alternativas.

Deixo aqui as minhas palavras. A intenção é estar junto com toda a população e com os trabalhadores, para organizar. Se não ouvir, mais uma vez, nós vamos parar este País. Nós temos que ser ouvidos, pela dignidade, pela valorização e pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores do serviço público

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

João Paulo Ribeiro falou pela CTB. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De imediato, passamos a palavra para nossa querida Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Eu tenho uma apresentação.

Boa tarde, Senador Paulo Paim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Devo informar que se lotar – e já lotou – que a sala 15, aqui mesmo no corredor, está à disposição com telão.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Boa tarde, Senador Paulo Paim. É uma honra estar novamente aqui, trazendo a contribuição da sociedade civil, da Auditoria Cidadã da Dívida, para os debates.

Quero complementar as falas. E tenho certeza de que várias entidades representativas de servidores públicos irão detalhar os diversos danos desse PLP 257.

Eu queria chamar a atenção para algumas armadilhas incluídas nesse PLP que nós, da Auditoria Cidadã, verificamos.

Em primeiro lugar, o PLP impõe intenso ataque à estrutura de Estado, porque ele impõe um rigoroso ajuste fiscal e exige privatizações e a reforma da Previdência dos servidores dos Estados para sujeitar os fundos de pensão às regras de mercado, sem garantia alguma do Estado. Ele congela os salários e corta dezenas de direitos sociais.

Eu tenho certeza de que os representantes das entidades vão tratar disso.

Para obter o apoio de alguns governadores, o que ele oferece? O alongamento das dívidas dos Estados. E o caro Deputado Zaneti já mostrou que essas dívidas não resistiriam a uma auditoria. Se houvesse uma auditoria dessas dívidas, elas seriam anuladas.

Então, o projeto ataca os servidores, alonga a dívida para dar um certo fôlego aos atuais governadores, em parte, e contém armadilhas.

Eu não vou falar muito da questão da auditoria da dívida agora. Nós já contribuímos no âmbito da Auditoria Cidadã, organizamos um livro, um dos únicos que existem no Brasil sobre a auditoria da dívida dos Estados.

Essa dívida dos Estados, que tem como gênese um refinanciamento do final da década de 90, um endividamento sem contrapartida, com diversas ilegalidades, condições onerosas, ilegalidades e ilegitimidades, impõe um tremendo sacrifício social, mas eu não vou me ater à questão da auditoria da dívida, porque eu quero usar meu tempo para denunciar as armadilhas.

Antes disso, eu preciso denunciar, Senador, que, em relação às dívidas dos Estados, nós temos verificado novos esquemas sofisticados que criam empresas, sociedades anônimas atreladas aos governos e às prefeituras. Essas S.A. estão emitindo debêntures, que são papéis com garantia dos entes públicos. Isso, gente, é dívida pública! Vamos prestar atenção, mas essa é outra denúncia, que também gera dívida.

Eu quero focar nas armadilhas do PLP 257. Uma delas transforma a União em uma seguradora internacional para investidores. É isso mesmo. Está escondido no PLP: a União passa a ser uma seguradora internacional para investidores. A outra armadilha: uma garantia de remuneração da sobra de caixa dos bancos, Senador. De onde a União vai tirar dinheiro para essas benesses? Com que dinheiro vai sustentar isso? Isso vai gerar dívida pública.

Eu vou explicar. Primeiro, a transformação da União em seguradora internacional para investidores nacionais e estrangeiros. O que está no art. 14 do PLP 257? Há uma parte que ele altera o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa parte, a União poderá dar garantias financeiras sem a necessidade de detalhar a relação custo-benefício e nem detalhar interesse econômico e social da operação. Uma garantia, uma carta branca, para quem? Para entidades privadas, nacionais e estrangeiras, para Estados estrangeiros, para agências oficiais de crédito à exportação, organismos financeiros internacionais, quanto às operações de garantia de crédito à exportação, de seguro.

Seguro de investimento. Olha isto aí: a União poderá dar garantia financeira sem a necessidade de detalhar relação custo-benefício, interesse econômico e social para seguro de investimentos.

Gente, o que significa isso? O que significa isso? Uma empresa privada, pode ser uma empresa nacional ou estrangeira, faz algum investimento no Brasil ou em qualquer parte do mundo, a União poderá dar garantia disso, sem qualquer segurança para nós, Senador. Isso aqui levará à transformação de dívidas privadas em dívidas públicas. Esse setor privado que fizer um investimento que der errado, por meio dessa garantia, a perda dessa empresa privada vai virar dívida pública, gente. É isso que está escondido aí, mascarado no meio desse PL.

A outra armadilha: a garantia de remuneração da sobra de caixa dos bancos. Essa benesse, gente, está colocada de uma forma muito sutil. Está em uma alteração que o PL faz do art. 16, da Lei nº 4.595, que é a lei do mercado financeiro. O que é que diz? O Banco Central poderá efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais. É o que ele já faz hoje nas operações chamadas de mercado aberto, que estão sendo denunciadas porque já alcançam, Senador, R$1 trilhão. É uma operação que o Banco Central tem feito com a desculpa de controlar a inflação.

Então, como é que está funcionando essa operação? O Banco Central estabelece para o Brasil uma base monetária – o que é isso? O volume de moeda em circulação – muito baixinha, de apenas 5% do PIB. As grandes economias como a brasileira chegam a 40% do PIB, mas aqui do Brasil é só 5%. Então, não há dinheiro para nada. Base monetária computa o dinheiro à vista, dinheiro em circulação, e os depósitos à vista. Então, o que o Banco Central faz? Toda moeda que ultrapassa esses 5%, o Banco Central enxuga e entrega título da dívida para os bancos. Como ele entrega título da dívida, ele tem a desculpa de remunerar e paga esses juros em dinheiro. Todo o esforço para o ajuste fiscal, cortando saúde, educação, investimentos, é para garantia do pagamento dos juros dessas operações chamadas compromissadas ou de mercado aberto.

Essas operações estão sendo fortemente denunciadas, porque já alcançam R$1 trilhão, e não há justificativa, Senador, para esse volume de operações, com a desculpa de controlar a inflação.

Então, essas operações estão provocando um dano à nossa economia, porque, se esse dinheiro estivesse no caixa dos bancos... O que aconteceria se os bancos estivessem com R$1 trilhão em caixa? Eles guardariam esse dinheiro na gaveta, como guarda o Banco Central, sem render nada? Claro que não! Eles tentariam emprestar. Mas as indústrias e o comércio não dão conta de pagar os juros de 200% ou 400% que os bancos querem cobrar. O que os bancos teriam que fazer? Reduzir os juros.

Então, imaginem a nossa economia irrigada com R$1 trilhão, a juro baixo. Nós sairíamos da crise num piscar de olhos. Mas o que faz o PLP 257, justamente no momento em que essas operações de mercado aberto

estão sendo fortemente criticadas e atacadas? Ele coloca ali a possibilidade de o Banco Central receber depósitos remunerados.

Então, essa sobra de caixa que hoje está sendo trocada por título da dívida e que está sendo fortemente criticada, porque gera R$1 trilhão de dívida, remunerada pelos juros mais altos do mundo... O que vai passar a acontecer com esse PL? Vão parar de utilizar os títulos da dívida, ainda vão fazer uma propaganda de que a dívida caiu R$1 trilhão...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – ... e vão remunerar a sobra de caixa dos bancos.

Só mesmo nós, que estamos muito envolvidos nessa questão da dívida e a acompanhando de perto, percebemos isto, Senador: uma armadilha. Então, vejam o que está por trás desse PL: ao mesmo tempo em que arrebenta com a estrutura dos Estados; arrebenta com os servidores públicos; obriga a privatização, o congelamento de salários; proíbe concurso público, etc., ele dá uma garantia de remuneração para a sobra de caixa dos bancos.

Os servidores precisam se apropriar disso e denunciar, porque os recursos existem, mas está havendo um apoderamento da estrutura do Estado pelo setor financeiro, e a ferramenta que eles estão usando para isso, a engrenagem, é o sistema da dívida, através da geração de dívidas sem contrapartida, dando garantias para investidores nacionais ou estrangeiros para investimentos em qualquer parte do mundo, e agora remunerando sobra de caixa dos bancos.

Bom, nesse cenário de crise para economia real, o capital está avançando, os juros estão subindo, o lucro dos bancos está subindo, está havendo um abuso nessas operações de *swap* cambial e operações compromissadas, que agora vão ser mascaradas por remuneração de depósito voluntário, e o retorno da CPMF, sob justificativa de déficit da Previdência que não existe.

Não existe o falacioso déficit da Previdência! Querem elevar a DRU, a desvinculação das receitas, de 20% para 30%, querem a independência do Banco Central para usar o Banco Central mais ainda a favor do capital – mais do que já têm usado –, e agora querem esse PLP 257, que transforma a União em seguradora internacional de investimentos e ainda garante a remuneração da sobra de caixa dos bancos.

O rombo das contas públicas não está nos servidores, não está nos serviços sociais, o rombo das contas públicas está no sistema da dívida. (*Palmas.*)

Ano passado, em 2015, só a dívida interna cresceu R$732 bilhões. Agora, Senador, eu uso foto dos quadros do Banco Central nas minhas palestras, porque muitas pessoas discutem os números.

Agora está ali. Ninguém tem dúvidas. Títulos Públicos Federais, títulos emitidos. Em janeiro, estava em R$3,2 trilhões. Chegou a dezembro em R$3,936 trilhões. Cresceu R$732 bilhões, com juros médios superiores a 15%.

Alguém aqui teve reajuste de 15%? Pois a remuneração do capital superou 15%.

Qual é a contrapartida dessa dívida? Se a dívida fosse o que nós imaginamos – quando existe uma dívida, recebemos aquele aporte –, nós teríamos recebido R$732 bilhões da União. Se nós tivéssemos recebido R$732 bilhões, estaríamos em crise? Estariam faltando recursos para investimentos, para serviços, etc.? De forma alguma. Essa dívida é um esquema, e ela tem que ser auditada, como o caro Deputado Zaneti incluiu na Constituição, desde 1988, e até hoje não foi cumprido. É a política monetária que está travando o País. Aqui está o nó. E querem a independência do Banco Central para tornar essa política monetária suicida, perene. É isso que querem. Não podemos deixar. Não há justificativa para os juros elevados. Os juros elevados não servem para controlar o tipo de inflação que nós temos. E a base monetária restrita está nos levando a um cenário de inanição, de escassez, em um dos países mais ricos do mundo.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – É um erro, é um suicídio, como diz o economista Piketty.

Meu tempo acabou, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Sª pode ter mais cinco minutos.

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – Mais cinco? Está bem.

Quem está pensando isso? De onde vêm essas ideias suicidas que não servem para o Brasil?

Nós encontramos esse documento de acompanhamento detalhado de política monetária. Eles acompanham o Fundo Monetário e o Banco Mundial, acompanham todas essas políticas, como um *checklist*, Senador. Está lá a autonomia do Banco Central, está lá essa política de controle inflacionário que não serve para o Brasil. E por que nós nos dobramos a esses organismos internacionais se temos instituições, entidades que podem pensar o Brasil? Nós temos que rever isso.

Há pouco eu assistia ao discurso que V. Exª fazia na tribuna, sobre criar uma comissão de cidadãos para pensar o Brasil. É isso, Senador, que nós temos que fazer, porque, hoje, essas políticas suicidas estão vindo de fora e estão tornando o Brasil, um dos países mais ricos do mundo, no país mais injusto deste planeta. Isso nós não podemos admitir.

Observe o resultado dessas políticas. Quase a metade do orçamento vai para o pagamento de uma dívida sem contrapartida, sem justificativa, que cresce a partir de mecanismos financeiros como esses, como as armadilhas agora incluídas no PLP 257. Saúde e educação ficam com menos de 4%. Não é possível isso. Nós ainda não divulgamos o orçamento de 2015 porque descobrimos uma diferença de quase meio trilhão. Essa é outra denúncia que eu quero deixar nesta Comissão. Vou deixar esta apresentação aqui para quem quiser. Estão ali os *links* para checar os dados.

Aqui está o quadro. Há duas colunas. Na coluna do lado de cá estão as receitas federais, de acordo com o Portal da Transparência, dados oficiais da CGU. As receitas federais devidamente realizadas no ano passado somaram R$2,748 trilhões. E as despesas pagas até dezembro, de acordo com o Siafi, dados oficiais também, somam R$2,268 trilhões. Uma diferença de R$480 bilhões, sobrando nas receitas!

Sobrando! As receitas superaram as despesas federais em R$480 bilhões! Nós apresentamos pedido de informações aos órgãos oficiais; depois de prorrogação de prazos, sabem o que nos responderam? Que a nossa pergunta estava genérica. E não detalharam.

Então, fica aqui esta denúncia: onde estariam aplicados esses R$480 bilhões? Ainda se considerarmos aqui todos os gastos, os juros e amortizações da dívida consumiram 42% no ano passado. Consumiram não somente as receitas financeiras, o que está muito claro ali no gráfico em amarelo, mas, se vocês olharem de baixo para cima, tudo o que foi sendo consumido... Aqui são as receitas; aqui, as despesas. Todas as despesas federais ficaram abaixo de todas as receitas. Estão vendo?

Outra coisa que este gráfico lado a lado, em escala, provou foi o que a Anfip tem dito todo ano. Vejam ali a soma das contribuições sociais, e vejam aqui a soma dos gastos com previdência, saúde e assistência, em verde também. As contribuições sociais superam os gastos com previdência, saúde e assistência.

Então, Floriano, está provado ali, no cotejo entre despesas e receitas, o superávit, e todo ano a Anfip brinda as entidades com os dados desse superávit.

O sistema da dívida, gente, está sendo usado tanto no âmbito da União, como dos Estados e dos Municípios, gerando dívida sem contrapartida e empurrando a conta para todos nós. O único beneficiário é o setor financeiro. Ele opera por meio dessas engrenagens que nós denunciamos, usando o modelo econômico, privilégios financeiros, sistema legal, sistema político, a corrupção.

E eu pergunto a vocês: é ou não é um ato de corrupção colocar, no mesmo projeto de lei que está tirando direito de servidores, que está amarrando o Estado...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI – ... a União como seguradora de investidores internacionais e nacionais e colocar garantia de remuneração de sobra de caixa dos bancos? Isso é ou não é uma corrupção? É a maior corrupção! Uma corrupção escondida, na surdina. E nós vamos denunciar e não vamos deixar isso passar, Senador. Não vamos deixar isso passar! Os lucros dos bancos são um escândalo em nosso País.

Então, finalizo, pedindo que, além de repudiar o ataque aos servidores e à sociedade perpetrado por esse PLP 257, vamos repudiar os dispositivos que alteram o art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o art. 10 da Lei nº 4.595/64, transformando a União em seguradora internacional e garantindo remuneração da sobra de caixa dos bancos.

Finalizo com essa foto aí. Essa foto é para chocar todos nós. Aqui, a menos de 15km do Palácio do Planalto, nós temos famílias, inclusive idosos e crianças, disputando o lixo de Brasília! Isso tem a ver com o sistema da dívida.

Exigimos uma auditoria e repudiamos o que está incluído lá no PLP 257, porque não é possível um país que deixa famílias nesse estado garantir remuneração para sobra de caixa dos bancos e segurar investimentos internacionais. É um ataque, é uma infâmia que nós não podemos admitir.

A Auditoria Cidadã contribui para este debate, fazendo aqui essas denúncias e prestando solidariedade a todos os servidores que estão tendo seus direitos atacados.

Muito grata. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maria Lúcia Fattorelli, que fez uma bela exposição, deixando inclusive...

A SRª MARIA LÚCIA FATTORELLI (*Fora do microfone*.) – Eu deixo aqui um artigo, com isso aí escrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... um artigo e um material à disposição. Muito bem. Muito obrigado.

Passamos a palavra agora ao Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da Federação Nacional dos Servidores Judiciários nos Estados (Fenajud).

O SR. MARCOS ANTÔNIO LEMOS FABRE – Boa tarde a todos.

Senador, eu trago aqui um abraço da Maria José e cumprimento o senhor e a todos da Mesa.

Difícil falar depois do Prof. Hermes e da Profª Maria Lúcia, porque, na verdade, a gente tinha alguns pontos para colocar, mas acho que já foram todos colocados. É uma questão de soberania, Senador. Nós estamos vendo uma inversão de valores nunca vista neste País. Quem deve quer cobrar. Empresário não quer correr risco. A sonegação campeia. Bancos lucram como nunca, não só com Estados, com os Municípios, mas com a grande quantidade de servidores que, sem reajuste, buscam nos bancos um socorro. Na minha terra, diz-se que, quando você está morrendo afogado, você abraça até jacaré. Depois você tenta resolver o problema. (*Risos.*)

O sujeito, quando está morrendo afogado, abraça até jacaré. É isso o que estamos vendo. No nosso Estado, o Espírito Santo, nós não sabíamos as empresas que foram beneficiadas pelos incentivos fiscais. Os Deputados pedem e não têm. Na área federal é semelhante, ninguém sabe para onde o dinheiro foi e a que taxa foi. Como disse bem o Prof. Hermes, um braço está querendo tirar dinheiro do outro. Como pode ser isso? Eu me atrevo a dizer que esse projeto, além de ser nefasto aos servidores... Porque ele tem uma virtude, esse projeto, que é unir os servidores públicos como nunca... (*Palmas.*)

... porque nós não sabemos a força que nós temos, e nós temos força. De norte a sul deste País nós temos servidores públicos. A tabela do Imposto de Renda nunca foi corrigida, e nós nos calamos durante muito tempo. Então, o que se está fazendo com o servidor público é jogá-lo aos leões. Para assegurar investimentos e remuneração externa, estamos sendo colocados para a sociedade como os vilões desta questão. Isso é um ataque frontal, um ataque covarde, Senador. Neste momento de crise institucional que o País atravessa, um projeto desses, realmente, é um ataque frontal e covarde aos servidores.

Eu não vou me alongar, porque acho que tudo já foi dito, vou deixar um pouco para o João Domingos, da nossa confederação, mas quero deixar claro que esse é um primeiro item de uma pauta extensa sobre a qual os servidores públicos vão ter de se debruçar, porque muitas vezes nós estamos olhando cada um para o seu umbigo, tanto do Judiciário quanto do Legislativo como do Executivo. Acho que é o momento, realmente, de as entidades ligadas aos servidores públicos, em nível nacional, estadual e municipal, somarem esforços, liderados pelas centrais, pelas confederações, pelas federações, e mostrar, realmente, o valor do servidor público, porque nós somos menosprezados. Nós aceitamos 30%, 40%, 50%, até 70% de cargos comissionados dentro de instituições como o Ministério Público, que deveria investigar a origem, se há origem nessa dívida, nessa contrapartida.

Então, acho que este é um momento, Senador, que o senhor está propiciando, de união entre os servidores públicos para tentar, não somente este projeto, mas apoiar outros projetos e combater n projetos, como o da Previdência, para que, realmente, nós tenhamos um futuro digno para este País.

E quero dizer que o País não está à venda. O País não está à venda.

Eu me recordo que, no ano passado ou retrasado, quando a Grécia renegociava sua dívida, ela foi lá e jogou na cara dos alemães o seguinte: "Nós estamos nessa situação, porque vocês levaram nossa riqueza." A Segunda Guerra acabou, mas o dinheiro foi para lá. O nosso dinheiro foi para custear a Revolução Industrial, na Inglaterra, no século passado, aliás, no outro. E ainda continuamos mandando dinheiro para fora.

Nós mandamos dinheiro e depois eles nos emprestam. "Me dá sua carteira aí, que depois eu te dou um dinheiro." A realidade é essa. O dinheiro é nosso; muito desse dinheiro que está aí; como diz o Professor. O Rio Grande do Sul, fazendo um contraponto, já é credor. E ainda estão querendo cobrar.

Eu acho que é isso. Eu acho que a união nossa, a partir desse momento, é fundamental.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Marcos Antônio Lemos Fabre, Secretário Geral da Federação Nacional dos Serviços Judiciários nos Estados (Fenajud), que ficou no tempo limite, com muita precisão e com muita clareza sobre esse momento que estamos passando.

Rudinei Marques, Vice-Presidente da Pública – Central do Servidor e Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.

O SR. RUDINEI MARQUES – Boa tarde, Senador Paim, na pessoa de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, senhoras e senhores, vou fazer uma pequena digressão inicial e pedir o apoio do Senador Paim. Amanhã nós estamos votando, no plenário do Senado, a PEC 45, que fortalece o sistema de controle interno de todos os entes federados, então contamos com seu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Pode contar com o meu voto.

O SR. RUDINEI MARQUES – A segunda digressão é dizer que, ante políticos da estatura do Paulo Paim, do Hermes Zaneti – eu que sou gaúcho conheço a história deles –, nós, claro, nos orgulhamos e temos uma prova cabal, irrefutável e peremptória de que existem bons políticos neste País. (*Palmas.*)

Mas vamos ao PLP. Eu falo aqui em nome da Pública – Central do Servidor e do Fórum das Carreiras de Estado. São entidades que não tiveram uma posição formal em relação a isso que está acontecendo no País.

Eu, particularmente, acho que um golpe; é uma ruptura do processo democrático execrável – execrável. Então, não tem como aceitar que o País esteja na mão dos setores mais reacionários da sociedade, direitistas. E, se já estamos enfrentando problemas agora, com o que está por vir, podemos nos assombrar.

Agora, assombrado por assombrado, nós ficamos quando vimos o PLP 257, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso é verdade.

O SR. RUDINEI MARQUES – Então, não dá para entender como é que um governo trabalha contra si dessa forma. Olha, mal ou bem, nós somos mais de 12 milhões de servidores públicos neste País. E, quando o Governo mais precisa de gente na rua fazendo essa defesa, o que ele faz? Ele empareda esses servidores.

Não tem como defender um Governo assim, pessoal. Privatizações, aumento de contribuição previdenciária, congelamento salarial. No nosso Rio Grande do Sul, esse mês, eu conversei com pessoas que choraram, dizendo que estão com os salários parcelados em nove vezes – um parcelamento salarial em nove vezes; não receberam ainda a última parcela. São pessoas que recebem salários já pequenos, têm que honrar suas contas, têm que botar comida dentro de casa e estão com o parcelamento salarial de nove meses.

E o que faz o PLP? O PLP diminui os limites da LRF para gasto com pessoal. Ele diz: "Podes gastar menos", mas tu já estás gastando mais. Por quê? Porque ele inclui, nesse limite, as terceirizações, as contratações e serviços.

Então, se o pessoal do nosso Estado já está penando agora, eu não tenho dúvida de que isso implica para eles um congelamento salarial de mais de dez anos. Não há dúvida. Alguém tem dúvida? Não tem. O Estado, que já gasta mais 60% da RCL com gasto de pessoal, vai computar terceirizações, vai computar contratação de serviços e vai diminuir o limite. Acabou, não é pessoal? Acabou.

E é ruim para os Estados; é ruim para o Distrito Federal. Eu não vi – eu ouvi a exposição de motivos – uma demonstração...

Não vi nenhum gráfico desses que a Maria Lúcia apresentou aí, lá, mostrando que onerar os servidores vai trazer algum benefício para esses Estados ou para a União, ou, se vai trazer, quanto que é. Não tem. Você lê uma exposição descritiva de motivos, mas não tem lá uma prova numérica de que essa série de cortes vai ter um efeito econômico favorável aos entes federados que estão negociando.

O Marcos falou que o PLP uniu os servidores. Realmente, não vai atacar só Estados, o Distrito Federal, eventualmente Municípios, que têm dívidas também, como o Município de São Paulo, mas a União. Não sei se os colegas aqui, que passaram mais de um ano em negociações salariais com a União, se deram conta, mas o PLP está alterando, está inserindo um inciso, o inciso III, no art. 21 da LRF, que impede, torna nulo atos que concedam reajustes após o mandato vigente, ou seja, muitas carreiras que estão aqui presentes fizeram negociações salariais, depois de um ano de luta, por quatro anos, quer dizer, já perderam o último ano.

Os projetos de lei que vieram para a Câmara não foram aprovados – alguns nem vieram ainda, são só termos de acordo –, mas já perderam ali, se considerarmos 25% a cada ano, 25% já foi para o espaço, porque torna nulos esses atos concedendo reajuste após o término do mandato vigente.

Então, pessoal, não vou me alongar. O PLP é ruim. Temos que trabalhar não para tirar o regime de urgência – ainda veio em regime de urgência, quer dizer, além de fazer mal, tem que fazer logo –, temos que trabalhar para acabar com esse PLP, simplesmente isso. Temos que juntar todas as nossas forças e fazer isso que estamos fazendo aqui.

Certamente, teremos apoio do Senador Paim e de tantos outros que ainda olham para o servidor público e ainda veem um ser humano digno, que merece respeito, um salário justo, consideração. Por enquanto, como a Maria Lúcia bem falou, essa consideração só é destinada à especulação financeira, aos grandes banqueiros, àqueles que desde sempre aprenderam a saquear as riquezas neste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rudinei Marques, Vice-Presidente da Pública – Central do Servidor e Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado

Rogério Macanhão, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

Depois só falta mais um, e vamos para a segunda Mesa.

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO – Boa tarde. Quero, inicialmente, cumprimentar o Senador Paim, mais uma vez parabenizá-lo, Senador, não só por esse evento interessante, importantíssimo para o País, mas pela atuação brilhante, histórica e brilhante. Temos muitas e muitas coisas para relembrar a sua luta nesta Casa. Com isso, quero cumprimentar os demais participantes desta audiência.

Pessoal, vou tentar aqui – sei que não vou conseguir ser tão objetivo como alguns aqui – colocar, de forma breve, inicialmente a origem da dívida pública dos Estados, como surgiu essa dívida, porque o tema praticamente tem que ser da dívida.

Vemos que começou para valer, ao contabilizar as dívidas nos Estados, verificaremos que ocorreu praticamente no final da década de 60, início da década de 70, quando várias resoluções do Senado – é só buscar nos *Anais do Senado,* para verificar que ali que ocorreu o início dessas dívidas.

Os Estados foram buscar recursos externos sim. Por quê? Porque vimos, naquele período, a saída do padrão ouro, os recursos externos passaram a ser bastante abundantes, muito fácil de buscar. Em compensação, os Estados não tinham receitas tributárias condizentes.

Então, eles tinham que buscar recursos fáceis e que estivessem ali disponíveis, mas houve conivência, sim, com a gestão do período. É só analisar o que ocorria, é só pegar as resoluções do Senado naquele período e vamos verificar que havia uma falta de transparência, Senador. Era uma coisa absurda como não havia transparência nessa dívida.

Quer dizer, não havia ali descrito o agente credor. Como é que você vai fazer um empréstimo se você não sabe para quem você está devendo? Não havia taxas de juros incidentes. A coisa mais esdrúxula! Despesas operacionais, acréscimos, números das parcelas. Quer dizer, ela já começou atravessada ali já na década de 1970.

Então, isso é para mostrar que não procede qualquer tentativa de dizer que o responsável por qualquer dívida pública é o servidor público. A gente já vê esse início, essa questão muito esdrúxula que ocorreu.

Mas, ao mesmo tempo, a gente vê que, só a partir de 1977, começam os Estados a buscar recursos internos junto à Caixa Econômica para investimentos específicos em algumas áreas. Ficou muito claro que foram para investimentos, mas a Caixa Econômica emprestava, se vocês lembram muito bem, pela tal da ORTN, que depois passou a ser OTN, que era um esdrúxulo, era um assombro, era uma exploração daquelas que não tinha tamanho. Ali foi um segundo marco de dívida dos Estados.

A gente vê ocorrer, no final da década de 80, aquele outro caos que foi a questão dos precatórios. Precatórios são decisões judiciais esdrúxulas, e muitas inventadas, a maioria delas inventadas, tanto que teve uma CPI no Senado, que ocorreu no ano de 1996 e 1997, que mostrou claramente que muitos desses precatórios não deveriam ter existido. Quer dizer, foram fabricadas dívidas, mais uma vez.

Então, vemos que a nossa dívida foi fabricada, colegas, essa é a realidade, ela foi fabricada, ela foi inventada, e, então, e aí vemos que ela foi se avolumando.

E, para nós, o que ocorreu de esdrúxulo? Houve vários refinanciamentos, houve uma lei que refinanciou em 1983, outra em 1985, outra em 1987, várias vezes refinanciamento dessa dívida. E o que mostra o refinanciamento? O refinanciamento é uma lógica de esconder a origem da dívida. Você refinancia, atestando que deve. Automaticamente, você encobre a origem da dívida e você aceita aquilo como verdadeiro. Então, isso foi se consolidando.

E, para nós, o esdrúxulo mesmo, para valer, o que foi de arrombar foi essa Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e, se pegamos aqui o PLP 257, o art. 1º trata exatamente dessa lei, ele está mexendo nessa lei. E essa lei veio trabalhando a questão do refinanciamento.

A gente pega ali, por exemplo, só para vocês terem uma ideia, cinco anos, de 1997 a 2011, esse refinanciamento representava R$112 bilhões. Os Estados pagaram 55, praticamente metade da dívida, e, ao final do quinto ano, estavam devendo R$369 bilhões. Quer dizer, pagou a metade e ficou devendo 329% a mais. Isso mostra por quê? Pelos índices IGP/DI mais 6% ou mais 7,5% ou talvez até mais 9% em alguns Estados. Quer dizer, uma coisa esdrúxula, um índice calculado pela Getúlio Vargas. Por que não foi o INPC?

Se a gente pega o ano de 2002, eu tenho um dado aqui só para a gente ver uma comparação em relação ao INPC, se pegar de 2002, olha: o IGP/DI variou 26,45% mais os juros, juros que dependem de cada Estado, que foi de 6%, de 7,5% ou de 9%, que dá uma taxa nominal de mais de 30%. Isso é usura pura! E o IPCA deu 12,53%. Olha a diferença! Não tem como uma dívida dessa ficar pequena, ela realmente se avolumou, foi algo assim inconsistente.

E essa lei, pessoal, além dessa questão, a gente fala que existe uma súmula do Supremo, a Súmula 121, que deixa claro que é proibido juros sobre os juros. E aí, foi sempre operado dessa forma. Então, a gente vê claramente ocorrer aí o anatocismo, proibido pelo Supremo, mas os Estados pagaram a conta de uma forma considerada legal até então.

Esse projeto, essa lei trata praticamente desses três pontos. Ele fala do PAF, PED e do Proes. O PAF é um programa de apoio de reestruturação, então ele cria toda uma reestruturação dos Estados ali. Mas o PED é trágico, trata da geração do superávit primário. Quer dizer, então, ele se preocupa em arrecadar para poder pagar dívida, sugando não só a população, mas a sociedade como um todo, o servidor público. Além disso, trabalhava a questão da privatização nesse período. Tudo isso ocorreu ali nessa lei. Alienação de imóveis, obrigava os Estados a alienar imóveis, alienar participações acionárias, concessões dos serviços públicos. Tudo isso.

E, por fim, ainda tinha o tal do Proes, que é o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estatal na Atividade Bancária. Aí, o que aconteceu? Os Estados tiveram que cobrir o rombo dos bancos, dos bancos estatais e outros bancos que foram privatizados. Então, eles gastaram um horror, equilibraram as contas dos bancos para, daí, privatizar os bancos.

Então, nessa lei de 1997 mostra que 55% do valor renegociado se deve a essa dívida do sistema financeiro. Quer dizer, então, é uma dívida absurda, esdrúxula e incabível para esse momento. Então, realmente a gente vê que é um absurdo em cima do outro, pessoal. A gente fica assustado quando vê, mais uma vez, sair uma lei que guarda algumas semelhanças. Não chega a ser tão trágica, mas guarda semelhanças com isso que tem nesse determinado momento.

Então, exemplo: o BNDES empresta a juros de 6%. E aí, a gente está pagando, os Estados pagando esse absurdo. E o PLP 257? Para ser bem objetivo, Senador, porque eu sei que muita gente vai falar dele, mas só tentando escrever, rapidamente, com muita objetividade. Pega o art. 3º: os Estados devem publicar lei em 180 dias, que vai valer por 24 meses. Primeiro, proíbe reajuste de servidores públicos, no inciso I.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO – O inciso II: limita o crescimento das despesas correntes. Olhe bem, ainda faz uma avaliação pelo INPC. Veda a concessão e a ampliação de benefícios fiscais, suspende a admissão de pessoal, quer dizer, proíbe contratação de servidores, é o inciso III. O IV reduz os cargos em provimento, os cargos em comissão.

O art. 4º da lei obriga a instituição da previdência complementar. A gente sabe que a maioria dos Estados já fez isso, mas é a privatização da Previdência, sim. Instituição de monitoramento fiscal, quer dizer, vai ter o controle em cima dos Estados, vai ser obrigatório esse controle. Algo, assim, bastante abusivo. E isso é para a manutenção do equilíbrio fiscal. Então, para poder ter essa manutenção, vão controlar os Estados.

E olha o terceiro ali: avaliação periódica das suas políticas públicas. A essência do Estado, pessoal, do Estado como um todo, é praticar políticas públicas. E aí, vai ser avaliado. Qual é a lógica? Aferir qualidade, eficiência e pertinência para poder, se for o caso, acabar com as políticas públicas. E está escrito isso lá. É pegar o art. 4º, item III, da lei. Está descrito de forma muito clara.

Elevação das alíquotas previdenciárias. Não preciso dizer que vai chegar a 14%. Regime jurídico dos Estados limitado ao que tem no federal. Quer dizer, então, tudo que houver restritivo no federal tem que valer para o estadual, mas o que houver a mais para o federal não vai valer para o estadual. Quer dizer, só o que for ruim tem que valer para o estadual. Está escrito isso ali.

Limitação de acréscimo de despesa orçamentária em 80% da receita líquida. Despesa orçamentária, mas não é orçamentária financeira. Retira a financeira. Poderia colocar financeira, então, dentro também. Mas a financeira não, não interessa colocar essa restrição à despesa financeira.

E aí, a gente pega o art. 9º, olha o que ele diz, é privatização, não tem dúvida. Os Estados deverão entregar à União bens, direitos e participações acionárias em sociedades empresariais, que serão alienadas pela União em até em até 24 meses. Está aí, privatização, art. 9º.

O art. 1º, §8º, exige que os Estados retirem as ações que... Por sinal, Santa Catarina acabou de ganhar uma liminar, na semana passada. Então, tem que retirar. Para poder negociar, vai ter que retirar as ações. E ali há outras questões. Do art. 14 eu não vou falar, porque a Maria Lúcia deu aula aqui. Do art. 14 e do art. 16, então, ela deu aula.

Para encerrar, Senador – eu sei que há muitos que querem falar –, achamos que tem que haver proposta. Primeira, casamos com o Prof. Hermes e com o Paim, vamos aprovar o PLS 561. Essa é a saída, pessoal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO – O PLS 561 retira. O interessante é que, no caso do IGP/DI, ele troca o índice pelo INPC, mas desde a origem. Não pode trocar de agora para a frente porque é um risco. Temos que ficar atentos a isso também. Então, tem que trocar desde a origem, e o projeto assim estipula.

Vamos fazer os cálculos e ninguém mais deve, pessoal. Ninguém mais deve. Se fizer esse recálculo, nenhum Estado deve um centavo, com todos aqueles abusos que ocorreram ali. Não tenho dúvida de que a dívida não deveria existir, mas mostramos claramente.

Sobre a retirada do PLP 257, eu quero concordar contigo, JP. (*Palmas.*)

Porque, olha, quem é técnico, quem trabalha dentro das instituições... Técnico é técnico, desculpe-me, mas não tem visão política. Ele quer fazer, ele quer produzir, ele quer fazer uma lei, ele quer dar resultado, e não foi feita a análise política desse projeto. É o que está faltando. Então, tem que retirar o projeto, tem que reiniciar o debate para ver o que tem que ser feito. Aí sim.

A primeira coisa é retirá-lo. Outra alternativa seria o julgamento do mandado de segurança, que já tem decisão liminar, que também retroage, que acaba sendo... Se temos opção de fazer por lei, por que temos que esperar a Justiça dizer que tem que ser feito dessa forma? Então, pode ser feito por lei, mas há essa saída.

Por final, Senador, nós temos que pensar, sim, em critérios rígidos para os novos financiamentos. Aí vemos que continua havendo alguns gargalos. A Maria Lúcia falou aqui claramente. Ela não citou o Estado, mas é um Estado muito rico, no País, muito rico, que está fazendo uma coisa, a tal das debêntures. Isso é uma coisa esdrúxula. O Estado é garantidor de débito. Ela falou aqui do art. 14, que a União é garantidora. É outro problema muito sério.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO MACANHÃO – Além disso, também ainda há, Senador, problemas nas resoluções aqui do Senado. Achamos que há troca de favores, sim, financiamentos sem comprovação de gastos. Acho que teria que haver um critério um pouco mais duro para que os Estados pudessem fazer esse financiamento. Então, casado isso tudo, achamos que há saída, sim, e essas são as propostas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rogério Macanhão, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estatual e Distrital (Fenafisco).

Agora o último, João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Serviços Públicos do Brasil (CSPB).

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Obrigado.

Boa tarde, senhoras. Boa tarde, senhores. Boa tarde, seleta Mesa. Permitam-me cumprimentar a Mesa na pessoa da Professora, da Drª Maria Fattorelli, até pelo fato de aqui representar as mulheres e a qualidade das mulheres que debatem os assuntos importantes do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A minoria na Mesa, mas a maioria no País. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Aliás, as Mesas, particularmente do movimento sindical, precisam refletir essa maioria numérica das mulheres na direção do movimento sindical. (*Palmas.*)

Cumprimento os internautas da TV CSPB, Senador Paim. Nós estamos transmitindo também ao vivo. A TV CSPB tem um programa público e notório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aceite os meus cumprimentos a essa equipe, que viajou os 27 Estados comigo, fazendo a cobertura da terceirização. Uma salva de palmas para a equipe dele. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Muito obrigado.

E todo esse périplo vai se transformar num documentário de audiovisual e também num documentário impresso, para que a história saiba o que aconteceu, o que esse herói promoveu, no Brasil, contra o projeto de terceirização.

Quero só ser fiel ao meu compromisso de sempre repetir o meu mantra: onde houver mais de uma pessoa... Aqui foi falado do Senador Paulo Paim. Tenho de dizer que o Senador Paulo Paim não é apenas um Senador, não é apenas o melhor Senador, não é apenas a reserva moral do Senado, mas o Senador Paulo Paim é uma verdadeira instituição, senão a melhor instituição de defesa dos trabalhadores brasileiros, particularmente dos servidores públicos. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Aproveito para agradecer a realização desta audiência, Senador.

Vou me dispensar de tecer maiores comentários sobre o PL, até porque muitos já o fizeram tecnicamente muito melhor do que eu. Eu gostaria de me concentrar mais em algumas propostas objetivas que temos para o desfecho dessa verdadeira guerra.

Antes, porém, temos de lembrar que esta Casa, o Senado Federal, contrariamente ao senso comum que tínhamos, tem se transformado na Casa de debate dos trabalhadores. Particularmente, esta Comissão tem sido um *bunker* onde podemos defender nossos pontos de vista e nos defender dos constantes ataques. Estamos, há mais de um ano, sob o mais intenso ataque, com a retirada de direitos. Todas as reformas estruturantes no País são em desfavor do trabalhador.

Sobre o PLP, eu queria só dizer algo simples: é o pior projeto dos últimos tempos, é um projeto que tem algo muito mais escondido do que as maldades que coloca para os servidores públicos. Ele é uma minirreforma, senão uma profunda reforma do Estado, uma minirreforma tributária sob uma ótica neoliberal tão audaz, que até governos ultraliberais não tiveram a ousadia de propô-la.

Quero dizer algo particularmente sobre o que foi informado, sobre uma parte da informação dada pela Drª Fattorelli. Nós participamos, há 15 dias, do seminário mundial sobre a dívida pública, que foi realizado com o patrocínio dos Estados Unidos em Porto Rico. Do Brasil, fomos a CSPB e a CUT, eu e a Junéia. Foi promovido pela Internacional do Serviço Público, uma entidade que reúne 136 países. O objetivo maior foi o de denunciar uma nova e forte onda que se abate sobre o mundo e que tem como vetor, como ferramenta, a reestruturação da dívida pública, isso tudo sob a ótica do acordo Tisa, do qual pouca gente sabe. Muita gente nem sequer sabe que ele existe.

Eu já disse aqui uma vez, Senador, repito, da necessidade de fazermos uma audiência pública aqui para discutirmos o Tisa. Tisa, em livre tradução, é mais ou menos Tratado Internacional de Contratos de Serviço, que é a nova forma de reestruturar o Estado a favor do verdadeiro desmonte do Estado e da diminuição do tamanho do papel do Estado, para que haja a terceirização internacional dos serviços públicos. Esse tipo de reforma com a reestruturação da dívida pública visa a dar condições ao País de assinar esse acordo Tisa.

Por exemplo, ao fato sobre o qual a senhora disse, de o Brasil ser o garantidor, ser uma espécie de segurador de dívidas, inclusive, do setor privado, falta acrescentar uma coisa: tudo que o Brasil não cumprir será decidido por tribunais internacionais, como ocorreu na Argentina recentemente. A Argentina, agora, com o governo Macri, prepara-se para assinar esse acordo. O Peru já o assinou. O Uruguai o assinou, mas agora descobriu o que era e conseguiu destratar esse acordo.

Então, no Brasil, nada está acontecendo por acaso. Tudo está como sempre foi. Há muito tempo, desde o Consenso de Washington, qualquer coisa que atinja a Capital Federal, Brasília, ou Quixadá, no interior do Nordeste, é demandada de fora para dentro.

Então, temos de entender o contexto e o que está por trás dessas questões, para darmos um combate eficiente e, sobretudo, eficaz.

Eu gostaria, então, de passar imediatamente – até para ver se consigo, finalmente, ficar dentro do meu tempo – a falar sobre algumas propostas concretas da nossa entidade. Sobretudo depois daquela reunião conjunta que fizemos no Sindipol/DF, a nossa entidade se reuniu e está propondo algumas ações concretas para combater o PL 257.

Primeiro, temos de dizer claramente o que nós achamos do PL. O PL só não é uma inutilidade, uma porcaria total porque, como foi dito aqui pelo Marcos, ele trouxe o benefício de unificar a luta dos servidores públicos. Aliás, não podemos perder este momento. Há muito tempo, nós nos perdemos em idiossincrasias pessoais e institucionais, e este é o momento de, finalmente, construirmos a unidade de ação dos servidores públicos.

Para isso, estamos propondo, primeiro, Senador – e esta proposta é para o movimento sindical; vamos buscar, conversar com todos, ver se criamos uma coordenação entre nós para isto –, criar uma grande campanha de mídia nacional por todos os meios: televisão, rádio, panfletagem, enfim, para que busquemos, como ferramenta de convencimento dos Deputados, que estão, neste momento, comandados pelos governadores em interesse dos Estados, a opinião pública. A opinião pública precisa saber o que foi dito aqui pela senhora, o que foi dito pelo Prof. Zaneti, pelo Macanhão. Eu tenho certeza de que, quando a população entender que o maior prejudicado com esse projeto não é o servidor público – que vai perder salário, vai perder condição de vida, vai perder condição de trabalho –, mas o usuário do serviço público, vai haver menos serviço público e serviço público de pior qualidade. E vejam bem que estamos falando de piorar um serviço público que está longe de ser o ideal; e longe do ideal não é por deficiência, não é por má qualidade do servidor público, não. É por falta de serviço público, por falta de servidor, por falta de qualificação. E ainda vem este PL que faz "terra arrasada" do serviço público.

Portanto, a nossa confederação está disposta a fazer os investimentos que lhe couber para essa campanha.

Acho que o movimento sindical, neste momento, tem que realizar todos os investimentos necessários para que busquemos o apoio da opinião pública, que está contaminada desde o governo Collor, que nos chamava de marajá; o Fernando Henrique nos chamou de vagabundo, e por aí vai. Nós temos que desfazer isso e buscar a opinião pública com essa campanha. Seria o primeiro ponto.

Segundo ponto: nós, hoje de manhã, nos reunimos em Santa Catarina. Há aquele fórum dos servidores públicos. Nós estivemos reunidos – não sei se os companheiros estão aqui; estive com o companheiro Leoberto, entre outros – e acertamos o que já era plano deles e plano nosso, ou seja, a realização de uma audiência pública lá em Santa Catarina, na presença do Deputado Esperidião Amin, Relator do projeto. Esta audiência

vai ser pedida amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia de Santa Catarina pelo Deputado João Amin, que é filho do Deputado Esperidião, e esta audiência será realizada na segunda-feira, dia 25.

Para essa audiência, Senador, quero fazer um apelo – se necessário, um apelo dramático –: nós precisamos contar com a presença do senhor para demonstrar que existe alternativa para resolver a dívida do Estado; para demonstrar que, se os Estados estão nessa condição, é porque o Governo tem atitude de agiota para com os Estados. O Rio Grande do Sul devia 9,7; pagou 24 e deve 47. Nesse ritmo, quando pagar 47, vai dever 500. Isso tem que ficar claro. E que existe alternativa, como o PLS 561.

Quero também fazer um apelo dramático para que a senhora, doutora, esteja conosco e que o senhor, Professor, esteja conosco nessa audiência. Nós trataremos com o movimento sindical. Tenho certeza de viabilizar a presença de vocês.

O Deputado Esperidião precisa saber dessas coisas, saber o que vocês estão falando, saber que existe alternativa. Eu não creio que seja por pura maldade que um Deputado vá relatar favoravelmente um projeto que só traz desgraças para o servidor público, desgraças que não melhoram em nada a situação do Estado. É apenas uma atitude oportunista do Governo neste momento buscar o caminho simplista de enfiar a mão no bolso do servidor, como tem ocorrido há muito tempo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Outra proposta é que o Deputado Esperidião Amin realize. E, para isso, é necessário nós buscarmos a retirada da urgência. Por falar nisso, para a retirada da urgência, nós já protocolamos, pedimos uma audiência com a Presidente Dilma Rousseff. Está aqui.

Ela, inclusive, recebeu pessoalmente, essa rubrica é da Presidente da República. Primeiro, para fazer uma pergunta a ela, Rudinei: por que ela está fazendo isso conosco? Será que ela sabe o que está fazendo? Acho que fizeram uma pegadinha para ela, que o Governo, fragilizado e sequestrado pelo setor financeiro, impôs a ela, e ela não deve estar sabendo disso. Não creio que ela tenha esse interesse de Governo, esse interesse no Governo dela, interesse de Estado, de fazer essas maldades. Então, nós vamos pedir, também... Aliás, muito bem para os fotógrafos daqui. Que esses cartazes digam o que nós queremos desse PL. Não é emenda, não é nada. Nós queremos dar um "não" a ele, queremos a retirada desse projeto. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Então, vamos propor ao Deputado Espiridião, Senador, que realize audiências públicas, se retirada a urgência, nas cinco regiões, aos menos nas cinco regiões, para que o povo conheça. Essa é uma oportunidade de ouro para rediscutirmos um assunto que diz respeito diretamente às nossas vidas – a dívida pública, a dívida dos Estados – , mas que ninguém, que o povo não sabe. Nós mesmos, dirigentes, autointitulados, como no meu caso, altos dirigentes, não temos conhecimento do que foi exposto aqui ou mesmo conhecimento suficiente para transformar isso em opinião pública.

Vamos, também, propor ações jurídicas. Nós já temos vários juristas debruçados sobre isso. Já encontraram tantos defeitos jurídicos nesse projeto, Senador, que cabe desde uma ação de inconstitucionalidade a inúmeros tipos de ações jurídicas. Nós vamos propor todas, no decorrer.

Se passar na Câmara, Senador, aí entra São Paim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como diz o outro: "Aí é com nós."

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – E que nós consigamos fazer com que esse PL, devido à sua magnitude, devido a sua importância – não para o servidor público, não apenas para o Estado brasileiro, mas para o cidadão, para o usuário do serviço público -, que nós consigamos rodar de novo o Brasil discutindo esse assunto diretamente com o povo, através de suas representações sindicais, de suas representações sociais, etc.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fizemos o debate em 27 Estados. Qualquer coisa a gente inventa mais dois, só para demorar um pouco mais.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES DOS SANTOS – Pois é, Senador, então, a proposta já é essa, e que o senhor já vá pensando na possibilidade de, se não conseguirmos barrar, lá com a Presidente Dilma, de pedirmos a ela a retirada desse projeto para que se discuta à luz da sua gravidade. Ninguém se recusa a discutir reestruturação das dívidas do Estado. A saúde financeira dos Estados é interesse, tanto nosso, dos servidores públicos, quanto da Administração e da sociedade. Então, não é que estamos entendendo que não se deve. Mas, quando a gente vê caminhos tão claros quanto esses que foram colocados aqui, nós vamos pedir a retirada do projeto para que ele seja discutido como realmente deve ser.

Finalmente, a última das propostas é que todo esse poder, toda essa energia que nós estamos acumulando, Pedro, Calixto, Bira, Wagner, Rudinei, JP – estou falando das centrais sindicais –, que toda essa energia seja catalisada para, finalmente, demonstrarmos a força dos servidores públicos realizando, se necessário – e

eu acho que vai ser necessário – a primeira greve geral do setor público brasileiro, o que nós nunca conseguimos. (*Palmas.*)

Essa greve é necessária para demonstrar algo: o servidor público como conjunto, como força social, como força organizada. Dentro das forças organizadas é uma força diferenciada. É um trabalhador que tem, necessariamente, uma qualificação diferente porque teve de, no mínimo, passar por um concurso público. Ele tem, portanto, obrigação de contribuir mais do que algumas categorias que, talvez, não tenham o conjunto de informações, sobretudo sobre o Estado. Então, o servidor público como conjunto, Senador – quero encerrar aqui –, é como um boi, como um touro, que se soubesse a força que tem jamais seria tangido, muito menos tangido para a morte, para o matadouro que estamos indo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Foi o João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Convido agora essa moçada que está na mesa – e como sou mais velho, fico – a retornar para o plenário. Vou chamar, de imediato, a outra Mesa. Nós teremos três Mesas, pessoal.

Segunda mesa: Daro Marcos Piffer, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central – seja bem-vindo! –; Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip; José Calixto Ramos, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Pedro Armengol, Secretário de Relações de Trabalho da CUT; Ubiraci Dantas de Oliveira, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Wagner José de Souza, Secretário-Adjunto de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Wesley Barreto Bastos, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros. Essa é a segunda mesa.

Só para situar, na outra mesa, falam: Alfredo Maranca, do Sinafresp; José Nivaldo Rodrigues, da FenaPRF; José Willekens Brasil Nascimento; Lirando de Azevedo Jacundá; Carlos Silva; Edileuza Garcia Fortuna; e Rubens Roriz da Silva.

Vamos de imediato a esta mesa, começando com o Daro.

Passo a palavra ao Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Daro Marcos Piffer. Em seguida, ao Floriano. Depois, seguem todas as centrais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A CSP-Conlutas não foi chamada?

O SR. DARO MARCOS PIFFER – Boa tarde, Senador; boa tarde, companheiros de mesa, senhores do plenário e aqueles que estão nos assistindo.

A primeira mesa já foi bastante elucidativa, assim nos resta pouca coisa para argumentar. Então, para não ser repetitivo, vou me concentrar em algumas coisas que foram faladas aqui na primeira mesa.

Na primeira, foi muito bem colocada pelo Constituinte Hermes Zaneti a questão dos juros. Não faz nenhum sentido a União cobrar juros das unidades federadas, dos seus Estados. Isso primeiramente é o equivalente a pai cobrar juros de empréstimo dado para filho ou vice-versa, de irmão cobrar juros de dinheiro emprestado para outro irmão e assim sucessivamente. Não tem nenhum sentido moral nem ético.

Além do mais, a União cobrar juros das unidades federadas é punir o cidadão, porque há serviços que são dados pelo Estado, pelo Município e não faz parte do rol da União oferecer aquele serviço. Por exemplo, iluminação pública. A União não faz iluminação pública. Quem faz é o Município. E à medida que você tira dinheiro, cobrando juros do Município, para dar rentabilidade à União, o cidadão pode estar privado da iluminação pública, pode estar privado do posto de saúde, pode estar privado da polícia fazendo a ronda no seu bairro e assim por diante, privado de escolas.

Então, não tem sentido lógico, ético e moral a cobrança de juros entre entes públicos. Esse era o primeiro item. Quem cobra juro é rentista, quem cobra juros é quem vai obter lucro emprestando o seu dinheiro e isso não tem cabimento entre entes públicos.

Devemos lembrar sobre os juros – a Maria Fattorelli está aí, pode confirmar ou não – que é responsável por 14% do Orçamento União o pagamento de juros, e esse tem que ser pago.

A segunda questão. Vou me fiar, alguém citou aí o editorial da *Folha de S.Paulo*, o João Paulo, no editorial da *Folha de S.Paulo*, que traz uma frase que me marcou. Diz assim: "Não se pode admitir que grupos específicos" – somos nós – "continuem tendo acesso privilegiado aos recursos sociedade". E aí eu pergunto: por que podemos admitir que outros grupos específicos, como os banqueiros, continuem a ter acesso mais do que privilegiado da sociedade através dos juros exorbitantes que são ofertados neste País? O pior é que, se você pegar editoriais de jornais, da própria *Folha* de alguns dias atrás, de alguns meses atrás, ela vai reclamar do salário que é pago para o professor, vai reclamar que o policial é mal remunerado e assim por diante. Ora, há de se cobrar pelo menos o mínimo de lógica dentro do discurso desses editoriais da mídia, porque se precisamos de bons serviços públicos, nós precisamos de servidores públicos bem remunerados e valorizados, sem dúvida alguma.

Por fim, eu vou ser rápido hoje, há muitos para falar e praticamente todos vão citar os mesmos discursos, eu preciso citar algumas coisas que a Maria Fattorelli falou no seu pronunciamento.

A primeira delas é um absurdo: o Estado dar segurança a investidores. Investimento é risco. Quem investe tem o risco de receber, de ter lucro, de não ter lucro, de ter prejuízo ou não. Isso faz parte do negócio, é parte inerente ao negócio. Não tem cabimento o Governo realmente dar seguro. Mas aí eu tenho que citar um detalhe: o Governo, o Banco Central, principalmente, por meio dos swaps cambiais, já dá seguro há mais de dez anos neste País. Swap cambial é muito bom quando o dólar está parado, estamos com a moeda valorizada. Na hora em que a moeda desvaloriza, é esse pau que a gente teve nesse último ano, um gasto fantástico por causa do swap cambial. Mas eu queria deixar aqui registrado que esse absurdo nós já cometemos.

E o segundo ponto, neste preciso tocar também, é a questão da remuneração dos depósitos dos bancos. A Fattorelli falou que é remunerar sobras de caixa. Eu preciso corrigir: não é remunerar sobras de caixa. Sobras de caixa os bancos já remuneram naturalmente com outros bancos, porque o sistema zera no final do dia. A quantidade de dinheiro em circulação das operações é a mesma durante o dia. O que vai acontecer no final do dia é que há banco com sobras de caixa e há bancos com déficit. E naturalmente, através de operações compromissadas, os bancos com sobra remuneram os seus dinheiros emprestando para os bancos que sofrem déficit no dia. Isso todos os dias, sucessivamente.

Remuneração com sobra de caixa, aí, sim, ela falou corretamente, é liberar títulos públicos que estão na carteira do Banco Central. O Banco Central hoje é possuidor praticamente de um terço, a senhora falou, da dívida pública, porque o Banco Central precisa fazer política monetária. Hoje ele faz política monetária através de depósitos compulsórios, é o ajuste macro, você tem um valor de depósito compulsório que os bancos têm de pagar para o Banco Central; e o ajuste micro, que tem de fazer tirando ou colocando dinheiro no mercado através da venda e compra de títulos públicos. Para isso ele tem de manter uma certa quantidade de títulos na carteira, visto que, desde a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Banco Central está proibido de emitir títulos. Então, ele tem de comprar títulos do Tesouro e manter na carteira para fazer esse trabalho. Passando a poder fazer depósitos remunerados, a única diferença é que, ao invés de ele utilizar títulos públicos, ele simplesmente vai chegar para o banco e falar: "Banco, você precisa colocar no Banco Central R$1 milhão, por exemplo, e vou remunerar esse R$1 milhão na hora em que eu devolvê-lo".

O que devemos saber, a sociedade precisa ficar atenta, é que essa remuneração não pode ser...

(Soa a campainha.)

O SR. DARO MARCOS PIFFER – ... superior à da Selic, pelo menos, à dos títulos ou à dos valores de mercado que o Governo paga, que é a Selic. Então, no fim, simplesmente é meio que trocar alhos por bugalhos, é permitir ao Banco Central que ele faça política monetária não só com a venda e compra de títulos públicos que ele possui na carteira. Do meu ponto de vista, não é grande a alteração a esse respeito.

E mais um item somente, que a Fattorelli citou, sobre a quantidade de moedas em circulação, que hoje está em 4,2%. Eu queria dizer que esse valor era de 0,8% antes do Plano Real. Ele vem sendo aumentado. A comparação que foi feita em 40% dos países ricos eu vou explicar. O que são 4,2%? É a quantidade de dinheiro que está com a população, são as notas de R$100,00 e de R$50,00 que todo mundo carrega. Isso dá 4,2% do PIB. O que dá 40% do PIB é a quantidade de moeda. Aí junta-se a moeda física que nós carregamos e as moedas escriturais, que são depósitos em poupança, depósitos a prazo, títulos públicos, depósitos que vocês têm nos fundos e assim por diante. Toda essa massa de dinheiro, nos países mais desenvolvidos, equivale a 40% do PIB. A quantidade de M1, por exemplo, que é a moeda específica, notas e moedas com a população, nos Estados Unidos, equivale a 6%. Então, nós estamos aumentando. A ideia é que a gente consiga chegar lá nos próximos dez anos, ter a mesma quantidade de moeda em circulação que as maiores sociedades do mundo.

Só isso eu queria esclarecer a respeito da brilhante fala da Maria Fattorelli, a respeito, principalmente, desses juros escorchantes.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Daro Marcos Piffer, Presidente do Sinal.

De imediato, como temos uma terceira mesa, Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Boa tarde a todos. Saúdo o Senador Paulo Paim, saudando a todos da Mesa, aos que me antecederam, a quem está nos vendo pela *web* e aos colegas aqui presentes. Muito obrigado pela presença de todos.

A Anfip representa os auditores fiscais na Receita Federal do Brasil, uma entidade de 66 anos, dos quais eu nem chego à metade, mas espero chegar. Ela tem, ao longo dos anos, como tem o Senador Paulo Paim quanto

a essa questão da Seguridade Social, do orçamento da Seguridade Social, procurado sempre falar: "Olha, gente, há dinheiro, há dinheiro e há dinheiro".

Por isso, quando a gente tomou conhecimento desse projeto de lei complementar, eu fiquei em choque, Senador Paulo Paim. Eu pensei assim comigo: "Já não bastava o dinheiro surrupiado da Seguridade Social", porque de dois terços desse superávit, Paulo Paim, o dinheiro não fica no caixa do Tesouro. Esse dinheiro serve para o pagamento dos juros da dívida, ele é carreado para isso. Falta saúde, falta assistência, mas o dinheiro do banqueiro é sagrado. Aí me vem agora um projeto de lei passando a conta. Quer dizer, além da Seguridade Social, que continua pagando a conta, acho que já estão pensando assim: "O superávit do orçamento da Seguridade Social vai ser menor, então, onde posso avançar?" Aí estão avançando agora em cima do servidor público, principalmente, em cima dos Estados, através da imposição desse terrível... O que já me falaram é que é uma enganação essa repactuação. Com essa repactuação, inicialmente, você consegue respirar, mas, no longo prazo, o custo é maior do que o custo altíssimo que já existe dos próprios Estados.

Então, os auditores fiscais vêm aqui hoje dizer que, no que compete à nossa atribuição de resolver uma parte da crise, que é a questão fiscal, ou seja, com o nosso trabalho de arrecadar, de coibir a sonegação, os descaminhos, todos os crimes que trazem prejuízo à atividade empresarial e às finanças públicas, temos que reclamar, Senador Paulo Paim, que nos faltam muitos instrumentos.

Nós tivemos uma campanha salarial duríssima, de nove meses, em que tínhamos duas pautas: uma pauta remuneratória e uma pauta não remuneratória até muitas vezes maior e mais importante para a categoria do que discutir o reajuste salarial. Essa pauta já é antiga. Ou seja, faltam à Receita Federal instrumentos basilares: um regimento interno eficiente, moderno, que não temos; questões internas de funcionamento da Receita Federal; mapeamento de processos. A máquina precisa ser arrumada para responder, principalmente... Porque, na bonança, é fácil arrecadar, é fácil cobrar, é fácil fiscalizar, a coisa é meio automática. E foi assim nesses últimos anos. Mas agora, quando vem a situação de crise, em que é preciso buscar o sonegador, ir atrás dele, porque o sonegador não aparece assim, ele não põe uma plaquinha dizendo que é sonegador; ele tem de ser caçado, tem de ser procurado. Então, faltam instrumentos à Receita Federal e aos auditores fiscais, para que possam exercer com tranquilidade, conscientes da sua missão importante, que é buscar os recursos para a saúde, para a Previdência, para todo o orçamento fiscal do nosso País.

O que causa espécie para nós nesse PLP é que temos uma dívida ativa da União que já supera 1,6 trilhão, Senador Paulo Paim. Uma dívida ativa, em grande parte, fruto do nosso trabalho, e nós não vemos medidas eficazes para correr atrás de buscar isso que já está levantado. Com a maioria dessas dívidas, não há problema, é buscar esses recursos ou achar meios para que isso efetivamente se transforme em moeda, para que se possa fazer os programas sociais andarem em nosso País.

Eu não vou falar mais. Eu quero dizer o seguinte: a Anfip, desde o princípio, já se integrou ao movimento. Há esse lado bom de cair a ficha dos servidores de que são todos servidores públicos. Em qualquer cargo que você exerça, do menor ao maior, a importância é que o cidadão precisa daquele serviço. Ele não quer saber quem está do outro lado do balcão, ele sabe que é um servidor público. Então, estamos juntos nessa batalha.

Eu estava pensando comigo – todas as leis têm um nome que a gente apelida –, acho que o apelido perfeito para essa lei é Lei do Juízo Final. Porque a aprovação de uma lei da forma como está significa um suicídio coletivo da Nação brasileira, dos Estados, dos entes, dos servidores, ou seja, acho que nem o terrorista mais inteligente do mundo conseguiria, nem o burocrata mais preparado, vindo de Washington, conseguiria pensar num único documento que pudesse fazer todo serviço sujo que tentaram fazer nesses anos todos.

O chamamento que a Anfip faz a todos os servidores públicos é: vamos estar unidos, junto com a sociedade brasileira, buscando, já que temos essa condição de ter o nível de organização um pouco maior do que o da sociedade desorganizada, vamos assumir essa bandeira, vamos dizer "não" a esse PLP, que, realmente, acaba com nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Floriano Martins de Sá Neto, Vice-Presidente da Anfip!

Concedo a palavra a José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Muito bem, eu queria, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, os demais companheiros que compõem a Mesa e o Plenário que nos assiste.

Não vou tecer comentários a respeito do Paim, porque, no meu interior, diz-se muito o seguinte: quando a gente recebe muito elogio, a gente engorda. E o Paim não quer mais engordar. (*Risos.*)

Todas as referências foram feitas. Apenas uma eu não conhecia ainda, mas meu companheiro João Domingos lembrou: ele é santo agora, é São Paim.

Mas olha, minha gente, para mim seria mais fácil ratificar todos os pronunciamentos já feitos, porque todos estão exatamente dentro do espírito que se tem discutido sobre o projeto. A nosso juízo, o projeto é inoportuno, é contraditório e chega a ser draconiano exatamente porque, no momento de maior dificuldade para o Governo, esse mesmo Governo lança um projeto que atinge mais diretamente aqueles que cedem ao próprio Governo. Muitas vezes, não dá para a gente entender como o Governo se comporta assim numa oportunidade como esta.

No projeto, a gente levanta quatro pontos que são os pontos nevrálgicos para os servidores públicos. Isso já foi dito até com muita propriedade pelos outros colegas. Seria desnecessário repetir.

Lembrei-me de uma coisa, até para desopilar um pouco: quando eu era criança – isso já faz muito tempo –, eu queria ser funcionário público. Era uma coqueluche. As mães diziam: "Meu filho vai ser funcionário público." Mas estou vendo que vou preferir ficar mesmo na empresa privada.

Há um detalhe que vocês, talvez, não saibam ainda: o processo é dinâmico, para mudar todas as regras que dizem respeito a relações entre capital e trabalho. Além do que está acontecendo com os servidores públicos, estamos enfrentando 55 pontos que os empresários entregaram ao Governo. É que, mais tarde, vai acabar o emprego com carteira assinada. Vou citar apenas um dos pontos: contrato de trabalho por tempo intermitente. Sabem o que significa isso? Nós vamos ser contratados por hora. Se o empresário precisa de um trabalhador para trabalhar por cinco horas, ele o contrata, ele o paga e o descarta. Contrata-o por um dia, ele trabalha e é descartado, assim sucessivamente.

Além disso, está se tentando – isto está dentro desses pontos – criar um *pool* de empresas. Cinco empresários criam uma empresa, onde há um grupo de trabalhadores que vai cedendo um para o outro. Quer dizer, o João tem uma empresa, o Bira tem outra. Então, aquela empresa vai cedendo, de acordo com a necessidade da empresa do João e do Bira.

Vejam que é uma estratégia nova, mas uma estratégia arrasadora para a sociedade de modo geral. Nós zelamos tanto pela nossa carteira, e daqui a pouco não haverá mais carteira. Creio que não estou exagerando, mas chegamos ao ponto de pensar que também não haverá mais servidor público, exatamente na expressão da palavra.

Por outro lado, depois de ler o projeto todo, vemos que também vai chegar um momento em que é melhor terceirizar, porque o servidor vai trabalhar desmotivado, o serviço não será de primeira qualidade e a sociedade, de modo geral, irá em cima do servidor, alegando que ele não faz o serviço benfeito, o serviço que a sociedade espera. Essa é uma maneira de jogar. Veja que guerra poderá acontecer se o projeto for aprovado!

Finalmente, Senador, é lamentável dizer que o Governo quer reduzir o grande Estado brasileiro, quer transformá-lo em um Estado mínimo. Não quer compromisso com ninguém. O compromisso é de quem contratar. Quem quiser prestar serviço tem que contratar, e assim sucessivamente. O interessante é que esse Estado mínimo chegou a ser pregado na época – permitam-me dizer o nome, e aqui não se trata de política, quem viveu isso sabe – do governo de Fernando Henrique. Era exatamente isto que se pretendia: o Estado mínimo para tocar o País para frente.

Portanto, como o empresário não investe por amor à Pátria, ele se louva desta crise sem precedentes. Eu já vi mais do que o Floriano, então posso falar de cadeira que nunca passamos uma crise desta envergadura. É uma crise política, é uma crise econômica e é uma crise moral. Nós nunca passamos por uma fase deste porte. Houve um tempo em que, quando se falava em um Senador da República, fazia-se uma reverência. Dá para estranhar como o País pôde chegar a uma situação de tanta falta de ética, de moral, de vergonha como a que agora nós estamos vivendo. Pior ainda, e o Brasil de amanhã, como vai ficar? Nossa juventude está vivenciando esse processo em que não se acredita mais em ninguém, não há mais independência dos Poderes e muito menos harmonia. A nossa Constituição previa a independência dos Poderes, porém harmônicos entre si. Acabou.

Então, nós temos que nos unir. E talvez seja até mais fácil unir servidores com trabalhadores de empresas privadas porque o rolo compressor que está se desenhando é para nos deixar cada vez mais estendendo a mão, com o pires sempre na mão, como vivemos aqui dentro do Congresso Nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Senador Paim, esta audiência pública veio em momento oportuno. E termino dizendo que, felizmente, houve uma vitória do servidor público por ocasião da primeira reunião que fizemos na semana passada, conseguiu-se juntar todas as correntes ao mesmo tempo. E a tônica era não se falar em política e muito menos em politicagem. Um colega ainda tentou desenhar um pouco, mas não teve oportunidade. É difícil juntar os desiguais numa tarefa igual.

Termino também pondo, como já o fizemos, a nova Central Sindical de Trabalhadores para ajudar a caminhar até a vitória. O final seria a retirada definitiva desse projeto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que foi na mesma linha dos que o antecederam, pedindo a retirada, a rejeição, na íntegra, do projeto.

Pedro Armengol, Secretário de Relações do Trabalho Adjunto da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. PEDRO ARMENGOL – Boa tarde a todas e a todos.

Primeiro, quero saudar aqui toda a Mesa, em nome do nosso sempre – subiram agora – "santo" Paim, que nos acode nesses momentos de emergência. (*Risos.*)

Eu queria saudar também todos os companheiros e companheiras sindicalistas, militantes, trabalhadores e trabalhadoras da base do setor público e de outros setores também que estão presentes nesta audiência pública.

É evidente que vou procurar não ser repetitivo naquilo que já foi abordado em termos do que significa esse projeto para os serviços e para os servidores públicos. E essa é uma semântica com a qual temos que tomar cuidado para não parecer mais um debate corporativo de servidor público defendendo seus interesses, como hoje, infelizmente, está colocado em um editorial do *Estadão,* no sentido de que o Estado não pode se prestar a atender a uma corporação; e colocaram "corporação" de forma pejorativa. Até se o Estado atendesse à corporação de trabalhadores e não atendesse aos interesses do *Estadão*, com certeza, o Brasil viveria uma situação bem melhor hoje.

Eu queria contribuir aqui, no pouco tempo deste debate, levantando algumas reflexões do ponto de vista estratégico e da própria complexidade para se fazer este debate.

Neste momento, eu não consigo ser maniqueísta e dizer que o Governo está sendo bom ou ruim em fazer isso, que o Governo não sabia ou sabia. Eu acho que isso é consequência de toda uma crise que estamos vivendo, uma crise política, uma crise econômica profunda, e de alguns interesses oportunistas, principalmente do grande capital tanto nacional quanto internacional, que se aproveitam desses momentos para consolidar uma concepção.

Para nós, da Central Única dos Trabalhadores, este PL 257 é uma reforma bem definida; é uma reforma de Estado bem definida, de profunda gravidade. Eu não chegaria ao limite de colocar que é o juízo final, mas é uma alteração de concepção o que está colocado, naturalmente, em um ambiente de crise econômica da qual, de forma oportunista, esses setores se aproveitam, inclusive dialogando também com uma crise política, para tentar consolidar a sua visão e a sua concepção de Estado. E mais uma vez se age como sempre se agiu nesses momentos de crise no Brasil, na lógica de que, para combater a doença, mata-se o doente; ou então, como se diz no Nordeste, se a vaca está com carrapato, em vez de se combater o carrapato, mata-se a vaca.

Infelizmente, essa é a lógica que está contida nos elementos já muito bem elencados aqui pelos vários oradores, técnicos que abordaram aqui, inclusive, as armadilhas, como colocou muito bem a Maria Lúcia Fattorelli, pois as armadilhas representam uma concepção, os interesses que estão por trás do projeto, que não são interesses menores de proibir reajuste, não; não são interesses menores de proibir a admissão de pessoal, não. São interesses muito maiores, que é tornar o Estado o grande avalista e, até ela coloca muito bem, uma seguradora internacional dos investidores, o que é muito maior do que essas consequências que são danosas, mas são menores do que esse interesse maior. É a entrega do Estado brasileiro, como se fez e como se faz, inclusive, nos processos de privatização que vêm se dando no Brasil.

Nós que somos mais velhos no serviço público sabemos que, quando se avança esse viés neoliberal de redução ou de Estado mínimo, normalmente se começa com esses ensaios, como ocorreu agora com a Petrobras, uma das maiores empresas do mundo, não do só sob o ponto de vista do patrimônio, mas, inclusive, de conhecimento, de tecnologia, a única empresa do mundo de prospecção em profundezas marítimas. Pega-se uma Lava Jato para dizer que a Petrobras não serve mais, é um antro de corrupção, como se a corrupção tivesse se iniciado no Brasil com a Petrobras, para destruí-la e privatizá-la. O que está por trás de todo o debate de corrupção da Petrobras – e aqui não estou defendendo que não seja investigado; quem roubou tem que ser preso, tem que ser punido, tem que devolver o que foi roubado –, mas o que está por trás de todo o debate da corrupção da Petrobras não é combater a corrupção, é privatizar a Petrobras, é entregá-la aos grandes interesses econômicos internacionais, às grandes empresas.

Por que que começaram a surgir os grandes escândalos ao redor da Petrobras quando se dominou a tecnologia de prospecção do pré-sal? Não é mera coincidência, não é mera coincidência. E começam a colocar isto: bem, para acabar com a corrupção, tem que privatizar a Petrobras.

O afunilamento do debate é esse, é como se cria essa crise da relação dos Estados com a União; cria-se, porque isso é criado. Há dez anos que essa bolha, eu chamo até de uma bolha, vem aumentando para chegar

a um momento de se criar um ambiente de uma falsa instabilidade, de que não tem mais saída. Porque vocês sabem que politicamente essa discussão é muito mais ampla.

Esse PL 257, pelo que sabemos aí, não de forma oficial, mas oficiosa, foi um acordão da Presidência da República com dezesseis governadores, dezesseis governadores deste País. Na semana passada, alguns Parlamentares aqui nesta Casa, a expressão que eles usavam é que a vida deles estava um inferno, porque os governadores estavam ligando, pressionando os Deputados a votar logo o projeto, porque precisam concluir o processo da renegociação das dívidas, senão, daqui a três meses, não têm mais dinheiro para pagar servidor público do Estado.

Então se utilizam desse tipo de mecanismo de criar, até de superdimensionar uma crise, essa crise deste momento, dessa relação fiscal dos Estados com a União, para consolidar uma bem definida reforma de Estado. Esse é um movimento oportunista que está neste momento se desenhando. E eu diria que não é só com a participação da União, mas com a participação de muitos Estados. Isso foi produto político de um grande acordão, naturalmente um acordão que está sendo avalizado por esses interesses maiores de mudança dessa relação.

Então eu diria que, realmente, considero um dos projetos, eu diria, mais preocupantes no que diz respeito à reforma de Estado. Inclusive, num momento desse de crise política, evidentemente isso vai exigir um grande esforço tanto das nossas organizações, como inclusive envolver sairmos aqui, companheiros e companheiras das entidades – eu também sou de base de entidades de servidor público –, e ampliarmos esse debate até mesmo para as organizações sociais de trabalhadores do setor privado, para toda a sociedade, porque, como eu digo, nós temos que tirar essa pecha de que essa defesa é corporativa.

Não é uma defesa corporativa de servidor público. Essa é uma defesa contrária a esse projeto, uma defesa da sociedade brasileira, não é de salário de servidor público. Essa é a conotação que eles tentam dar, de que é um movimento corporativo. E não foi só o *Estadão*, mas outros veículos da grande mídia já vêm sinalizando que é um movimento, uma posição corporativa dos servidores públicos contra o PL 257, tentando tirar o foco de que é um projeto que traz danos não apenas aos servidores, mas a toda a sociedade quando sinaliza claramente na direção da precarização ainda maior das já ruins políticas públicas que temos em nosso País.

Então, nós, da Central Única dos Trabalhadores, estamos nos somando, naturalmente, interagindo com todas essas organizações. Acho que é o momento, na Câmara, de irmos para cima, de exigir de todas as lideranças de todos os partidos, inclusive do Governo, que seja retirado o regime de urgência da matéria e que se traga para um debate, um debate que realmente traga uma solução de longo prazo – algumas já apontadas aqui nesta mesa e outras que estão sendo construídas – para solução definitiva da questão das dívidas dos Estados, sem de novo trazer essa conta para os trabalhadores e toda a sociedade brasileira.

Eram esses elementos que queríamos trazer aqui para contribuir com o debate.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro Armengol, Secretário de Relações do Trabalho da CUT.

Ubiraci Dantas de Oliveira fala como Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Companheiros, boa tarde a todos!

Queria cumprimentar toda a Mesa na pessoa do Presidente Paim. Eu não me canso de dizer que, quando se trata de defesa dos trabalhadores, ele não bota partido na frente, não bota ideologia na frente, não bota cor na frente, atende a todos os trabalhadores. Sou testemunha em todos os projetos que ele tem apreciado aqui. Mais uma vez, nesta questão chave, está aqui o companheiro atendendo aos reclamos de milhões de servidores públicos e trabalhadores do Brasil.

Então, eu queria agradecer profundamente a sua disposição, abertura, abnegação em defender o Brasil, os trabalhadores e todos aqueles que precisam de ajuda do Estado e da sociedade para poder sobreviver. Meus profundos parabéns! Conte conosco em qualquer situação que precisar.

A Maria Lúcia Fattorelli e o companheiro Hermes Zaneti foram muito felizes com os dados e elementos que trouxeram aqui. A Maria Lúcia foi lá na nossa Central e fez uma espetacular palestra a respeito dessas questões da dívida pública, da auditoria da dívida, entre outras questões. Temos acompanhado a companheira em várias frentes atuando em defesa do País.

Quero dizer que estou de acordo com o que ela falou e com o senhor também, que tive oportunidade de conhecer hoje – foi Constituinte, não é? –, Sr. Hermes Zaneti. Achei muito importante e procedente a denúncia que o senhor fez, pegando, inclusive, o Estado do Rio Grande do Sul e denunciando claramente aqui.

Queria dizer ao meu companheiro João Domingos o seguinte: desde 2011, o movimento sindical tem debatido com o Governo, tem apresentado propostas claras. Houve aquele encontro lá no Pacaembu com 35 mil dirigentes sindicais e a resposta que nos foi dada é esse monte de coisas que vemos aí, que começou pela

664, 665; tiraram seguro-desemprego. Agora em junho, 2,5 milhões de trabalhadores vão ficar sem seguro-desemprego.

A quantidade de trabalhador desemprego, hoje, no Brasil – não é dado meu, é do PNAD contínua –, está em 9.623.000!

Então, a lógica do Governo é a seguinte: através das ações do capital financeiro internacional que se vai resolver o problema do Brasil. Está com essa lógica objetiva. Podem conversar à vontade que existe uma decisão tomada, a política que está sendo aplicada no nosso Brasil.

Vamos entrar na questão da privatização. Olha, o Governo fez um acordo com o José Serra para tirar a Petrobras como operadora única do pré-sal! Não fui eu, foi um acordão com o Serra e com a Dilma, que jogaram essa bomba para cima de nós. Isso é privatização da Petrobras! Os ativos da Petrobras estão sendo privatizados por quem está lá na direção! Quem está na direção do País é que está entregando esse patrimônio maravilhoso que é a Petrobras.

Eu não queria que isso acontecesse, porque eu apoiei o Lula, eu apoiei a Dilma. E agora, não apoio mais, porque está vindo tudo contra os trabalhadores! Está vindo tudo contra a Nação brasileira! Senão vejamos: congelamento do salário mínimo! Ora, é o salário mínimo o responsável pela situação financeira do Brasil! Fazer equivalência de aposentadoria entre homens e mulheres, como se a Previdência fosse deficitária. E já foi demonstrado pela Anfip, pela Maria Lúcia, por um monte de gente que não há nada de deficitário. Agora, o acordado sobre o legislado, ou seja, tem-se a CLT, tem-se a lei. Se os desavisados fizerem acordo com o patrão, o que vai acontecer? Vão tirar direitos dos trabalhadores, arrancar direitos. É tudo essa lógica perversa de favorecer o capital financeiro internacional!

Ora, a gente vê aqui essa questão dos juros astronômicos, por exemplo. Em 2014, já foram R$311 bilhões para os bancos. Em 2015, deu um salto para R$502 bilhões lá para fora. Este ano, está pintando, companheiros, R$750 a R$800 bilhões lá para fora. Aí vêm falar que não há dinheiro para combater... Vão botar o Exército para ficar dando tiro em mosquito? Falam que não têm dinheiro. Claro que têm! Basta parar de drenar esses recursos para fora que esse dinheiro vai poder salvar milhares de crianças que estão morrendo, como a Maria Lúcia mostrou na apresentação dela. Aquilo não é brincadeira! É falta de comida.

É só impedir que essa dívida continue dessa maneira que você vai ter dinheiro para educação. E a educação? Foram 500 mil estudantes que abandonaram o curso na metade. Sabem por quê? Porque cortaram o dinheiro do Fies!

A multiplicação de casas, por exemplo, foi diminuída porque há corte no orçamento. Então, é corte no orçamento para cá, corte no orçamento para lá, para beneficiar o sistema financeiro em detrimento do povo, da Nação, da indústria, do comércio, da agricultura, do desenvolvimento nacional.

Por que esses juros estratosféricos? Por que não fazem como em nível internacional e botam menos 1%? Hoje está a 14,25%! E o cara do Bradesco disse que não pode mais aumentar os juros, tem que manter como está. Ou seja, vamos tirar o couro deste País, vamos tirar o couro desse povo.

Em vez de esses caras ficarem drenando esse dinheiro, vamos aqui pegar a formação bruta de capital fixo, que é o investimento, e o investimento público é o que puxa o investimento privado. Se não, o patrão não vai investir em nada, vai investir na ciranda financeira etc.

A melhor definição que eu ouvi foi daquele companheiro lá – eu esqueci o nome dele –, o último da ponta... O senhor mesmo! O senhor mesmo! O Floriano, que falou do juízo final. É barra pesada, companheiros!

Eu acho que não são só os servidores públicos que vão se prejudicar com essa situação, é o povo brasileiro inteiro. Porque a gente é atendido em hospitais e em outras repartições por quem? Pelos servidores públicos. Se vier o Estado mínimo, a gente fica sem nada para recorrer. É uma questão de vida, de combate à morte! Se vamos a um hospital, vemos a situação do servidor público; se vamos a qualquer local onde há servidor público, vamos ver o povo sem condições de ser atendido com dignidade.

Então, para esse PL não há outra saída. Não acho que tem que trazer para discussão. Não dá para trazer para discussão. Tem um cara com uma arma de grosso calibre engatilhada apontando para nós! Não há discussão, não, companheiro Pedro! Esse projeto tem que ser retirado para benefício da população brasileira, para que não se chegue ao juízo final, para não assistirmos ao seguinte: o Estado brasileiro ficando pequenininho e a iniciativa privada e os especuladores e os capitais que vêm aqui para pegar o dinheiro e levar para fora sem construir uma escola, um posto de trabalho! Não constroem nada, só pegam o dinheiro para levar para fora. Olhem a situação dos Estados e Municípios! Como foi bem denunciado aqui, dívida que começa em 20 chega a 100! Tudo isso para beneficiar quem não faz nada no Brasil, a não ser viver à custa do povo, à custa dos trabalhadores!

Esta é a lógica, o tempo todo, do Governo: jogar em cima de nós, trabalhadores, essa questão da política econômica. Aí vem colocar a culpa na crise econômica lá de fora. Conversa fiada! Conversa para boi dormir!

Quem está fazendo a política aqui é o Governo Federal. Se é a mando de FMI, se é a mando do sistema financeiro, eu não sei. Provavelmente seja. Mas é aqui, a caneta está na mão da Presidenta da República. Então, é necessário tirar a tinta dessa caneta para evitar que gente fique sem nada.

Ora, por que não aumentam o investimento na produção para poder dar mais emprego para o nosso povo? Senhores, são 9.623.000 pais e mães de famílias desempregados! Vocês sabem o quanto é ruim a pessoa, de manhã, ter que dizer ao filho que não tem emprego. Levanta de manhã, vai e volta!

O Calixto tem razão quando fala – meu pai falava e eu também quando eu era novo – que era um orgulho ser servidor público naquela época. Agora, estão querendo tirar.

É o seguinte: essa unidade que está sendo montada é fundamental, fundamental para que a gente possa impedir essa destruição do Estado brasileiro, a destruição do emprego e do salário e do Estado nacional. Isso tem que ter um fim! Temos que paralisar. É necessário esse movimento que está sendo feito pelos servidores públicos. E não deve ser só do servidor público. Devemos envolver outras categorias, porque nós vamos ser prejudicados também. Por isso temos que preparar logo uma greve geral para paralisar essa situação que está prejudicando a Nação brasileira!

(Manifestação da plateia.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Parar o Brasil para que ele possa andar! Porque, do jeito que está, ninguém aguenta a situação, senhoras e senhores!

A gente está vendo: botam uma placa de uma vaga, como aconteceu sexta-feira em São Paulo, e apareceram 300 caras na porta da empresa! E aquela confusão: quem é melhor, a divisão entre trabalhadores.

Então, chega! Basta! Essa política do Governo não dá mais! Esse Governo não dá mais! Está prejudicando a Nação brasileira. Está impedindo que as forças produtivas se desenvolvam! Está impedindo que o trabalhador trabalhe e viva com dignidade a sua vida, com seus filhos!

(Soa a campainha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Está impedindo que os nossos jovens vão para a escola e acabem ficando na mão de traficantes, para ganhar um salariozinho melhor, sendo mula, para entregar droga! E o fim dele é o caixão, é a morte!

Não há espaço para a gente desenvolver a nossa música, a nossa cultura! E aí eles botam o *funk*, botam essa sem-vergonhice para impedir que a nossa juventude possa escutar música do Luiz Gonzaga, do Zeca Pagodinho. Ficam escutando essas baixarias.

Mas nós temos força! Aqui tem pátria! Tem povo brasileiro, que adora o seu País, que adora o seu Brasil.

E ainda existe uma outra proposta: que as encomendas do Estado sejam feitas pelas empresas genuinamente nacionais. E não que vão lá para fora. Mercedes Benz do Brasil! Volkswagen do Brasil! Do Brasil, só tem para arrancar o couro do povo. E mais nada, companheiros! Essa é a verdade!

(Manifestação da plateia.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Então, vou terminar a minha colocação dizendo: Paim, essas oportunidades que você dá para todos de falar eu acho legal. E estou falando isso porque eu conheço o companheiro há muitos anos. Eu nunca vi uma discriminação. Só quando vêm com quatro pedras na mão, com ignorância e não com argumentos que ele fala: "Aí, você vai para lá." Agora, na defesa dos interesses do trabalhador, do povo negro, dos jovens, dos idosos, estamos juntos. E se jogar pesado, como gostei de ver aqui os servidores presentes, arrombamos esse projeto e vamos buscar esse, que é o 561, que estava lendo. Vamos juntos nessa batalha.

Vamos em frente que atrás vem gente! O povo quer viver com dignidade, quer uma Pátria livre e soberana! E vamos conseguir, porque depende de nós, não depende deles.

Um abraço a todos! Vamos juntos, companheiros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, mais conhecido como Bira, representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

De imediato, passo a palavra ao Wagner José de Souza, Secretário Adjunto de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA – Nobre e ilustre Senador Paulo Paim, antes, eu já havia até indicado V. Exª para ser Presidente da República no dia 28 de outubro do ano passado, por ocasião do dia do servidor público. Está lembrado disso? E vou dizer por quê. Se nós vasculharmos este Congresso Nacional, não sobra um, só o senhor.

(Manifestação da plateia.)

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA – Por isso eu fiz aquela indicação no dia do servidor público.

Hoje o pessoal está empolgado aqui porque nós temos, sim, razão. Quando satanizam o servidor público, é com razão que estamos assim. E não adianta o *Estadão* ou qualquer parte da imprensa – e nós queremos que ela esteja conosco e do nosso lado – coloquem que nós somos uma agremiação tentando fazer uma corporação, querendo fazer tudo por nós mesmos. Na realidade, nós fazemos para exatamente 5.570 Municípios que falam em nome do povo brasileiro. Nesses Municípios existem servidores e são esses servidores que fazem com que a moeda circule dentro dos Municípios. Muitos Municípios vivem dos 10% da renda dos servidores. E não é renda, é o alimento que o Estado dá para o servidor. E ali, aquele dinheiro faz com que o Município sobreviva.

Há Municípios com 700 mil pessoas somente. E a Grande São Paulo, o maior de todo o Brasil, tem 1,2 milhão servidores. O interessante é que, dentro desse 1,2 milhão de servidores do Estado de São Paulo, de onde sou originário, presido o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, dos 645 Municípios, há um Município com 1,5 mil habitantes, sendo que quem faz o dinheiro rolar lá são os servidores públicos, por causa do banco, que é do Brasil e não internacional. Parece que a coisa está acontecendo via internacional e não posso alegar ignorância, porque sabemos que esse pacto vem sendo desenvolvido e já aplicado no mundo inteiro, de 1995 até agora. Guardaram como se fosse uma carta para dar o xeque-mate em cima do Brasil e não do Estado.

Sinto-me como um cidadão brasileiro que está sendo agora assaltado. Nós estamos sendo assaltados agora e eu digo por quê. Imaginem que a nossa Presidenta da República não enxerga. Eu lembro que o meu avô dizia o seguinte: só é cego quem não quer enxergar. E eu digo pra você o seguinte, nós que somos dirigentes sindicais: o mais ignorante ali, naquele Palácio, tira a meia sem tirar o sapato, com certeza absoluta. Então, não vem dizer que não sabia que o PLP (Projeto de Lei da Presidência da República) não veio da Presidência da República, o 257, de 2016. É impossível! Como que eu assino e não vejo? Como é que eu faço algo para a população, não aos servidores, à população, porque eu me incluo, meu bolso está sendo abocanhado com tudo que foi colocado aqui, com muita categoria... Eu me vejo, sim, prejudicado. Agora, esse prejudicado tem um histórico e o histórico tem que ser combatido. Porque nós temos, São Paulo, R$220 bilhões de dívida. Nós temos Minas Gerais e Rio Grande do Sul com R$56 bilhões de dívida. O último aqui, pelo que vejo, pelo Dieese, tem cerca de R$5 bilhões de dívida.

Têm que fazer alguma coisa com essa dívida. Quem está com a dívida é que tem que gerenciar como vai pagar ou dizer por que não vai pagar. Mas nós não somos agentes públicos, nós somos servidores públicos, estamos servindo lá na ponta o público, estamos fazendo as políticas que fazem aqui em cima chegarem ao público. O servidor público é que vai pagar essa conta. De que maneira? Através do juízo final, com certeza absoluta. O juízo final chegará até a nossa casa, porque deverão ser cortados de 10% a 20% de servidores a cada ano, a cada século, o que for, tem que ser cortado.

Espero que meu nome não seja cortado, porque eu sou da ativa ainda e hei de gritar, hei de espernear, mas com galhardia, sabe como? Agora vou para o lado técnico: pedindo ao nosso Senador Paulo Paim. Ele tem toda prerrogativa para fazer um requerimento indicativo para a Casa ao lado, que é a Câmara Federal. Diga o seguinte esse requerimento indicativo, por favor, de tudo que o senhor viu aqui: aponte o que é que está acontecendo dentro do 257, PLP, e uma das coisas eu posso dizer, porque é minha área, área constitucional: o art. 5º, inciso XXXVI, de lá para cá todos os artigos constitucionais estão sendo afrontados dentro do 257, PLP 257, originário da Presidência da República, de 2016, juntamente com essa roupagem que fizeram para tomar mais dinheiro oficialmente do povo brasileiro. Até então, era através da corrupção, mas agora vai ser através da legislação brasileira. E nós não podemos deixar isso acontecer.

Que o senhor possa fazer, em nome da União Geral dos Trabalhadores, um requerimento pedindo que se retire primeiro a urgência e depois se separe o que é Município, o que é do Estado e o que é da União. Eles que briguem entre eles, mas deixem o servidor em paz.

Agradeço a V. Exª por esta oportunidade.

Quero deixar aqui um grande abraço da União Geral dos Trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. WAGNER JOSÉ DE SOUZA – Hoje nós temos a grata satisfação de saber que Paulo Paim é o único homem ileso dentro desta Casa. Por isso estou aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Wagner José de Souza, que falou pela UGT. Wagner José de Souza, Secretário Adjunto de Relações Internacionais da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O último desta Mesa: Paulo Arletes Rios Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim. Eu registro sempre, todas as vezes aqui, que nós somos companheiros durante muitos anos da luta dos movimentos sociais lá no Rio Grande do Sul. Inclusive, em uma oportunidade, surgiu, Paim, uma dobradinha, que não foi oficial, entre mim e você, quando havia eleição para Senador. Eu era candidato pelo PSTU e o senhor pelo PT. Não foi oficial, não houve acordo com isso, mas vários militantes acharam que deveria haver essa dobradinha lá no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Várias centenas!

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – E eu me sinto muito orgulhoso por ter feito essa dobradinha extraoficialmente com o Senador Paim, que é uma voz forte dos trabalhadores aqui no Senado.

Cumprimentando o Senador Paim, cumprimento todos os membros integrantes desta Mesa, as companheiras e os companheiros presentes neste plenário da CDH.

Em momentos de crise profunda no sistema capitalista, como o que nós estamos vivendo, que já vem desde 2008, final de 2007, há um setor... Em geral, quem perde mais, evidentemente, são os trabalhadores, por conta dos ajustes fiscais e das políticas que são elaboradas pelos governos a serviço da burguesia, em geral é isso. Mas em toda crise econômica mesmo o capital tem perdas. Em geral, há queima de ativos, há redução de empresas, há quebra de empresas, se não como no caso desta grande crise, que vai para além do ciclismo de crises do capital, mas é uma crise já de conteúdo estrutural e, portanto, uma crise com efeito superior, quebram-se também países. Aconteceu nesse período, vários países quebraram. Mas há um segmento do sistema capitalista – que é a fase inclusive que estamos vivendo, do imperialismo, que controla tudo no mundo inteiro –, que são os financistas, que não admitem perder: os grandes bancos e as financeiras.

Quando a Maria Lúcia Fattorelli se refere à análise do projeto de lei da Presidência da República, o 257, ela coloca exatamente isto: que em nome de uma tentativa de resolver os problemas das dívidas dos Estados, o Governo, a União vira financiadora de bilhões de recursos que serão repassados ao interesse da banca financeira nacional e internacional. Que não se enganem: esses recursos vão para bolsos de grandes empresas do setor financeiro internacional. Essa é a realidade que nós estamos vivendo, muito bem apresentada aqui pela minha querida companheira e amiga Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida.

O PL 257 é um verdadeiro ajuste fiscal, ele é uma reforma fiscal com conteúdo bastante drástico e consequências terríveis para os trabalhadores, sobretudo os do serviço público, evidentemente. Porque, no geral, é assim que ocorre quando tempos de crise vivemos. Quem não acompanhou a crise segue acompanhando a crise nos Estados da Europa. As primeiras medidas, as medidas que seguem sendo administradas até agora, são a demissão de servidores, privatização de empresas públicas, ataque à previdência dos trabalhadores, retirada de direitos e cortes do orçamento. A receita no 257 não foge nada dessa lógica, é exatamente essa a lógica. O problema aqui é a gente analisar a situação política que vive o País – porque nós não só vivemos uma crise econômica, porque dela também advém a crise política –, as respostas que são dadas.

Tenho acompanhado – e ouvi na Mesa anterior – figuras sérias, companheiros sérios, os quais admiro e pelos quais tenho o maior respeito, dizerem que há um processo de golpe no País, um golpe orquestrado. Bem, se há um golpe, é um golpe de um segmento contra outro ou, no caso, digamos que seria um golpe da burguesia contra um governo que está fazendo transformações de base que interessam aos trabalhadores e não aos ricos e poderosos.

No entanto, o 257 é o quê? É o quê? Se a gente analisar recentemente, no auge da mobilização do dia 18, por exemplo, em que os setores do Governo saíram às ruas para defender Dilma contra o *impeachment*... E nós queremos deixar claro que nós, da CSP-Conlutas, não somos a favor do *impeachment*, porque a saída é Temer ou é aquela excrescência do Eduardo Cunha, então, não serve também! Nós achamos que pode ser simplesmente o: fica Dilma! Mas, na esteira daquela mobilização do dia 18, pela manhã, a Presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou a Lei Antiterrorismo, que significa um ataque brutal às liberdades de organização, às liberdades de manifestação, às liberdades de unidade do conjunto da classe trabalhadora no País e dos movimentos sociais.

Recentemente foi falado aqui pelo Bira, meu querido companheiro Bira, que houve um acordo do Governo com o PSDB para tirarem ainda mais autonomia e independência da Petrobras, favorecendo a rapina aos campos de petróleo do pré-sal. Mais um elemento.

As MPs 664 e 665 – vocês se lembram disso? – atacaram profundamente as mulheres, as viúvas do nosso País e chegam a atingir o ecossistema, porque, à medida que não garantem os mesmos valores e reduzem

os valores do seguro-defeso para os pescadores, esses mesmos pescadores vão ter que pescar no período da piracema e se vai trazer um desequilíbrio, certamente, ao ecossistema. Há preocupações com isso? Não, a preocupação é com as empreiteiras, com as grandes obras que têm que ser feitas, enfim.

Discute-se – e há um acordo, inclusive, com os setores da direita deste País – uma nova reforma da Previdência que atinge o conjunto dos trabalhadores. Mas novamente, pasmem, uma mulher na Presidência da República defende que a idade para aposentaria das mulheres seja a mesma do homem, desconhecendo que no sistema capitalista a mulher é discriminada e é utilizada a diferença de gênero para receber salário pior, para ter condições piores de trabalho, além da dupla ou tripla jornadas, porque os homens não entenderam ainda que as tarefas devem ser divididas igualmente entre homens e mulheres. Mas se estabelece que a mulher tem que ter o mesmo tempo de serviço e o mesmo tempo de idade para aposentadoria, a ideia é essa,

O Projeto de Lei 257, já falaram, carrega uma série de problemas, objetivamente contra os trabalhadores, como, por exemplo, o congelamento salarial. Aqui, tem-se que pensar o seguinte: eu sou servidor público federal – nós temos vários companheiros, inclusive aqui na Mesa, alguns são servidores públicos federais –, nós fechamos uns acordos recentemente – com exceção do Andes, minha querida Olga –, no ano passado, de reajuste a partir de agosto. Esse 257 vai bater direto nele e é bem provável que não tenhamos aumento nenhum, porque, inclusive, os projetos ainda não foram transformados em lei, não foram votados. E na esteira dessa lógica aqui, evidentemente que não vai haver essa concessão. Então, congelamento salarial que já vem há alguns anos e que vai seguir por vários anos.

Há ataques à Previdência, aqui está colocado, ninguém falou, mas o aumento da alíquota da contribuição de 11% para 14%. Então, além de termos congelamento salarial, nós vamos ter redução salarial, porque vai aumentar em 3% a Previdência. Portanto, há uma redução de 3% do seu salário, isso que significa.

Os cortes no Orçamento. Aí nós combinamos os problemas nossos, de servidores públicos, em relação à população. Ora, nós estudamos e nos dedicamos para passar num concurso público para servir ao público e o Governo não nos dá condição de fazer isso, Senador Paim...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – ... porque propõe paulatinamente cortes e mais cortes no Orçamento. E o 257 avança nesse sentido e vai cortar em áreas fundamentais daqueles que mais precisam, em saúde, educação, habitação, transporte. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

Mas vai além. Não é só cortar no Orçamento, não é só não dar aumento, não é só aumentar alíquota. Ainda vai reduzir o número de funcionários a partir do fim dos concursos públicos e intensificará aquilo pelo que nós estamos brigando, o 4.330 – lembra? –, contra a terceirização, a precarização no trabalho. O Governo está propondo aqui substituir: reduz os concursos públicos, mas intensifica o contrato temporário e terceirizado no serviço público. Vejam, é todo o Consenso de Washington colocado aqui, para atacar o conjunto da classe trabalhadora. Para quê? Para resolver o problema dos grandes empresários, daqueles que controlam a riqueza no nosso País. Nós trabalhamos, eles controlam a riqueza e estão perdendo com a crise, evidentemente que estão perdendo. Ao perderem, eles têm que jogar a conta nas costas de alguém e esse alguém chama-se classe trabalhadora.

Mas vai além. Nós temos condição, sim... Não sei quem falou da greve geral aqui, mas o Pedro citou, citaram isso. Acho que há um grande mote aqui para chamarmos não só a greve geral dos servidores públicos, mas a greve geral do País, porque o salário mínimo está ameaçado. Daquela política de valorização do salário mínimo – que acabou não valorizado, porque se fizermos uma comparação do crescimento do Produto Interno Bruto, da inflação e tudo mais, não recuperou completamente o valor do salário mínimo e ainda estamos muito aquém do que é o salário mínimo constitucional –, a ideia é de que não haja reajuste salário mínimo além da inflação. E quem garante que vai manter com a inflação? Atacam os aposentados, atacam a maioria dos trabalhadores do setor privado, que ganham, em média, um salário mínimo ou um pouco mais.

Então, precisamos construir essa unidade, sim, para além do serviço público das três esferas, o que seria, na minha opinião, já algo fantástico no nosso País, conseguirmos alcançar esse ideal de unidade do conjunto, mas avançar para além, construir uma greve geral com os trabalhadores do setor público, que estão clamando por isso.

Companheiros e companheiras, eu acho, com sinceridade, não é a caracterização da CSP-Conlutas, que nós estamos vivendo um golpe contra o Governo, um golpe contra o Partido dos Trabalhadores ou a unidade que se construiu, nós estamos vivendo neste momento de crise pura internacional e nacional um golpe fantástico nos direitos da classe trabalhadora no nosso País, um golpe tremendo nas condições de vida do nosso povo, com inflação, com desemprego, com queda na produção, com demissões, enfim...

Bem, eu vou – meu tempo já está se esgotando – seguindo para o final.

Quanto ao debate sobre a corrupção, nós achamos que o Governo Dilma está mergulhando em corrupção, assim como o governo do Presidente Lula, o Fernando Henrique Cardoso, os governos militares e do Collor. O problema da corrupção é inerente ao sistema capitalista. Não há governo capitalista sem corrupção. É uma falácia imaginar isso. Isso pode servir de mote para um ou para outro segmento. Nós somos daqueles que não estavam com o Governo no dia 18, mas também não estávamos com a direita no dia 13 e fomos construir uma outra mobilização no dia 1º de abril, contra as mentiras que tanto aplica o Governo quanto aplica a direita, quanto o Alckmin aplica lá em São Paulo, quanto o hitlerista do Beto Richa aplica no Paraná. Basta de tudo isso! Para nós já chega de tudo isso!

O Governo Dilma não consegue responder à necessidade dos trabalhadores e rende-se a todo momento àqueles que eles argumentam que lhe estão aplicando um golpe, aplicando um golpe contra a classe trabalhadora. Basta de Dilma e PT! Basta de PSDB, de Aécio Neves! De Alckmin! Mas também não queremos Michel Temer, do PMDB, ou Renan Calheiros, ou a excrescência do Cunha.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ARLETES RIOS BARELA – Nós não queremos essas saídas que não responderam à necessidade. Viraram fumaça todas as conquistas que tivemos nesses últimos catorze anos, as poucas conquistas. Na primeira e forte crise econômica, virou fumaça tudo aquilo que se ganhou. E agora só se perde. Então basta de tudo isso.

Companheiros e companheiras, precisamos lutar, sim. E nós só vamos mudar essa realidade com organização nas ruas. Por isso aceito o chamado dos companheiros das centrais, que estão colocando aqui a necessidade da convocação de uma greve geral.

Nós vamos lutar contra o PL nº 257, mas vamos lutar também contra a nova reforma da Previdência que vão fazer aí. E nós precisamos construir, sim, uma alternativa dos trabalhadores, uma saída dos trabalhadores para a crise, que infelizmente não vai ser dada nem pela Dilma, nem pela direita, do PSDB.

Um grande abraço a todos vocês e obrigado pelo espaço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Arletes Rios Barela, membro da Executiva Conlutas.

Esta Mesa retorna ao Plenário, e vamos para a última Mesa: Wesley Barreto Bastos, representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Edileuza Garcia Fortuna, dirigente do SindSaúde,...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... representante da Intersindical do Estado de Santa Catarina; Alfredo Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Sinafresp); José Nivaldino Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do DF, representando a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenapef); José Willekens Brasil do Nascimento, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central (Sisbacen); Lirando de Azevedo Jacundá, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite); Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); por fim, Profª Olgaíses Cabral Maués, Vice-Presidente regional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), representando aqui a Andes.

Por favor, de imediato, Wesley Barreto Bastos, que fala como representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, eu vou fazer um apelo para cada um: que fique nos dez minutos, porque já são 18 horas, o.k.? Vamos lá, então.

O SR. WESLEY BARRETO BASTOS – Boa noite a todos.

Manifesto-me aqui na Mesa pela Central dos Sindicatos Brasileiros, em nome do Presidente Antonio Neto, que quer saudar todos os companheiros das centrais, dos sindicatos, das federações e confederações e agradecer ao Senador Paulo Paim por mais uma vez mostrar que a sua militância em favor do trabalhador é constante, ininterrupta e que assim como fez dias atrás, salvando-nos da privatização dos presídios, sendo o patrono da nossa causa, e conseguimos uma grande vitória aqui no Plenário do Senado, graças ao Senador e a alguns outros Senadores, tenho certeza de que, com o apoio do Senador, nós conseguiremos vencer também mais essa pauta contra esse PL nocivo, tenebroso, contra os trabalhadores.

Eu me atentei em ler algumas notas de todas as centrais, de todas as federações, confederações, sindicatos. E cito aqui uma nota muito boa, que tem a assinatura da CUT, da CNTE e pauta vários pontos, como a questão estrutural das finanças públicas, o não avanço na Justiça tributária, a necessidade da reforma tributária, a omissão quanto ao debate dos regimes de cooperação e colaboração previstos na Constituição, sobre o financiamento das políticas públicas, por exemplo, que fala sobre o fim das desonerações fiscais concedidas pela União, a questão do patrimônio público para honrar dívidas públicas, dívidas em detrimento do bem-estar do povo brasileiro, entre outras coisas.

Então, para não ser repetitivo, os companheiros aqui têm muito mais cancha do que eu na militância sindical, comecei há pouco tempo e tenho me espelhado muito nesses companheiros, companheiros da CGTB, da CTB, da Nova Central, no nosso presidente Antônio Neto, eu quero dizer que nunca na história deste País a gente viu um ataque tão pesado aos servidores públicos. Acho que nem na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso ou na época do caçador de marajás, do nosso Senador Collor, a gente viu um ataque tão pesado aos servidores públicos quanto a gente vê agora.

Infelizmente, querem colocar na conta dos servidores públicos a má gestão e também uma parte da corrupção que assola todas as instituições do nosso País, todas elas, todas, sem exceção, todas. Temos corruptos no Legislativo, temos corruptos no Executivo, temos corruptos no Judiciário, temos corruptos no Ministério Público, temos corruptos inclusive nas instituições sindicais, pessoas que se perpetuam no poder para fazer uso da máquina sindical em favor próprio.

Então, a gente tem que passar para um outro momento no nosso País. Ou a gente começa a assumir as responsabilidades por todos os setores, ou a gente começa a olhar os próprios erros, ou a gente vai vir aqui, Senador, fazer 958 audiências públicas e não vai sair do lugar. Não vai adiantar todo o seu esforço, todo o esforço dos companheiros da CTB, todo o esforço dos companheiros da Conlutas ou da Pública se a gente não tomar uma atitude drástica. E, como os companheiros já colocaram aqui, eu acho que essa atitude drástica passa por uma greve geral dos servidores públicos do Brasil, a iniciar agora um movimento no dia 13, em frente ao Ministério da Fazenda, às 15 horas.

Os servidores públicos de Brasília têm um papel fundamental, um papel imprescindível, pois nós estamos aqui na Capital Federal e a mobilização maior tem que ser nossa.

Eu sou servidor público do sistema penitenciário do Distrito Federal e eu quero dizer que os agentes penitenciários do Distrito Federal, junto com a CSB, irão colocar 5 mil servidores na frente do Ministério da Fazenda, que foi de onde partiu todo esse pacote num acordo de Governo Federal e governadores, que é um verdadeiro absurdo.

Eu não vou me alongar muito, Senador, porque vários companheiros já se manifestaram aqui sobre o PL, mas eu quero dizer que a Central dos Sindicatos Brasileiros está aí, junto com os companheiros das centrais, para se mobilizar contra esse PL macabro que ataca frontalmente todos os servidores públicos.

E quero dizer que, se querem resolver a questão da dívida dos Estados, o próprio Senador Paim tem aqui uma sugestão muito boa, inclusive já colocou, já apresentou no Senado. Vamos então aprovar o projeto do Senador Paim, que colocou uma solução que vai aliviar, porque, se a gente for atacado e esse projeto que está tramitando hoje, o PL nº 257, for aprovado na Câmara, ele só vai aliviar momentaneamente, durante dois ou três anos. Estivemos reunidos com o representante das associações dos Tribunais de Contas do Brasil e ele tem dito isto em todos os locais aonde ele tem ido: que esse é um alívio momentâneo das contas públicas, de dois ou três anos. Mas, daqui a dez anos, vamos estar senão piores, muito mais afundados no atual problema fiscal que estamos passando. Então, o Senador Paulo Paim tem um projeto muito bom para resolver essa questão.

Eu quero, mais uma vez, conclamar todos os servidores públicos do Distrito Federal, principalmente, para sairmos da comodidade dos nossos lares. Vamos sair da comodidade das nossas casas, vamos sair da comodidade dos nossos sofás e vamos nos mobilizar a partir do dia 13, às 15 horas, começando no Ministério da Fazenda. Vamos dizer um sonoro "não" a esse PLP nocivo, macabro. E não importa de quem veio, o que importa é que temos que combater com todas as forças.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Wesley Barreto Bastos, que falou pela Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

De imediato, Edileuza Garcia Fortuna, dirigente do SindSaúde do Estado de Santa Catarina e representante da Intersindical.

A SRª EDILEUZA GARCIA FORTUNA – Boa tarde a todos os presentes.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pela iniciativa e dizer que estou representando a Intersindical.

Saúdo a delegação de Santa Catarina, representada pelos Sindicato de Processamento de Dados, Sindicato da Previdência (SindPrevs-SC), Associação Nacional dos Praças e Associação dos Praças Policiais Militares de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Quero dizer que a gente veio para esta audiência em peso, mesmo, porque entendemos a importância deste momento histórico que a gente está vivendo.

Em Santa Catarina tínhamos o Fórum dos Servidores Públicos Estaduais e o Fórum dos Servidores, eram dois fóruns separados. Hoje temos o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, composto de mais de 32 entidades de servidores municipais, estaduais e federais, a quem estamos chamando para o ato no dia 14 de abril.

E quero dizer que a Intersindical esteve e está ativamente na luta contra a retirada de direitos, mas também esteve na luta contra o PL 4.330, da terceirização, junto com o Senador Paulo Paim, em várias audiências públicas, e contra mais ataques à Previdência que podem vir por aí, em especial contra o ajuste fiscal. Temos feito vários debates e construído, realmente, a base contra o PL 257.

Também quero dizer que o Governo Federal assumiu a dívida dos Estados para garantir que os banqueiros e os investidores continuassem recebendo, tirando do nosso bolso esse dinheiro.

Já foi falado sobre a autoria deste projeto. Infelizmente o Governador do Estado de Santa Catarina é um dos coautores e pensadores, o que muito nos envergonha lá em Santa Catarina.

Quero lembrar que, entre vários objetivos, eu vim pensando – sabe, Senador? –, um deles eu ouvi aqui e eu acho que é o objetivo que a gente precisa levar, que é a unificação dos servidores públicos, a unificação dos trabalhadores contra a retirada de direitos. (*Palmas.*)

Porque é isto o que realmente o Projeto 257 vem fazendo: um ataque enorme aos direitos dos trabalhadores. Não se trata de resolver dívida dos Estados, e, sim, de "empurrar com a barriga", um termo comum que a gente usa lá no Sul, os problemas para os próximos governos tentarem resolver.

Quero dizer que a dívida pública do Brasil, como foi colocado pela Fattorelli, das três esferas, para nós é ilegítima, imoral e impagável, como foi colocado aqui. E por que é impagável? O Governo do Estado de Santa Catarina, em 1998, devia 5,4 bilhões, pagou 12,9 bilhões e continua devendo 9 bilhões. Muito parecido e talvez um pouco pior está o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Então, o real objetivo que entendemos – e foi colocado muito claramente aqui – é a retirada de direitos dos trabalhadores, impondo cortes violentos à classe trabalhadora, o que é impossível a gente continuar concebendo.

Quero dizer que o que a gente conquistou na Constituição de 88, um estado de bem-estar social mínimo e acanhado, vem sendo retirado com esse projeto. Direitos básicos, não só nossos, do trabalhador da saúde, mas direitos básicos de saúde, educação, segurança, previdência e assistência social. É isso o que está sendo retirado com esse projeto, é isso o que está sendo retirado de todos os trabalhadores do Brasil. E é por isso que a gente coloca a necessidade da retirada imediata desse projeto, porque isso é uma imposição do Capital neste momento de crise.

Nem vou citar os estágios, porque já foi colocado aqui, não é?, da retirada de direitos. Vou me ater à questão da privatização, que é o que a gente da saúde entende muito bem – muito bem! O serviço de atendimento médico de urgência, o Samu, em Santa Catarina, o Governo terceirizou e paga três vezes mais. E é assim que acontece em vários Estados do Brasil.

Aí citam um artigo que fala na reforma do jurídico. O que é isso? É a retirada completa dos direitos dos trabalhadores, inclusive com o fim da estabilidade no serviço público. E com a alta rotatividade, vem a precarização e o fim da qualidade no serviço.

Para concluir, porque eu acho que a gente não precisa se ater, já foram colocadas inúmeras questões importantes, a gente tem de dizer que estão nos chantageando. Estão chantageando os servidores públicos, estão nos jogando nessa conjuntura terrível, nessa crise econômica mundial e estão nos colocando contra a população. A chantagem é dizer o que traz a justificativa do projeto: não vai mais ter saúde, não vai mais ter educação, vai faltar comida para os presos. É isso que diz a justificativa do projeto.

Neste momento de crise quem mais sofre é a população. É a população que precisa de atendimento de saúde nos hospitais públicos, é a população que tira o seu filho da escola particular e coloca na escola pública. É essa população que está sendo atacada, de novo, pelo Projeto 257 para pagar, novamente, os banqueiros, para, de novo, atender o imperialismo e para, de novo, continuar pagando uma dívida infindável.

Aí a gente vê a resistência, na Grécia, vê a resistência na França. É isto o que a gente precisa fazer: a gente precisa resistir, a gente precisa se unificar para resistir. Como diz uma colega lá de Santa Catarina e é o a gente coloca sempre: não existe política pública sem servidor público. Nós, servidores públicos, é que fazemos as políticas públicas acontecerem no dia a dia.

Por isso a gente quer dizer que a retirada imediata desse projeto é urgente. A gente não quer discutir emendas ao projeto para tirar um, para tirar outro, para tirar o umbigo de um e de outro. É necessária a retirada urgente desse projeto. É necessário que se faça uma auditoria dessa dívida, de todas as dívidas. É necessário e urgente que se defenda isso.

Esse é o recado de Santa Catarina, do Fórum dos Servidores Públicos.

A gente já fez o dever de casa. Os servidores da saúde de Santa Catarina estão em Estado de greve a partir do dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde. A partir de quinta-feira, poderemos tirar o indicativo de greve se todos os servidores públicos do Brasil assim o entenderem. É isso que a gente entende. Fazer o dever de casa é construir a greve na sua base.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Edileuza Garcia Fortuna, Dirigente do SindSaúde do Estado de Santa Catarina, representante da Intersindical. Muito firme, muito clara. Tinham me avisado já que a maior delegação seria a de Santa Catarina. Eu disse: vou pagar para ver. Está aí o resultado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Alfredo Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Sinafresp).

O SR. ALFREDO MARANCA – Só vou pedir ao Wesley que troque por cinco minutos de lugar. É o lugar mais honroso da mesa a esquerda do Senador Paim. Devolvo o lugar.

É uma grande honra estar aqui.

Senador Paim, Deus nos proteja, porque são poucos os homens de bem, são poucas as pessoas de bem no mundo. Mas quando se juntam, começam a falar juntas, sob a liderança do Senador Paim, ninguém segura.

É muita felicidade estar aqui no Senado Federal ouvindo tantos discursos, lavando a alma da gente sobre esse PLP 257, que foi o maior vilipêndio que já se fez ao funcionalismo público brasileiro.

Num primeiro momento, diziam a todo mundo que não tinha jeito, que não havia nada que se pudesse fazer, porque era a vontade de todos os Governadores, da União, não havia nada que alguém pudesse fazer contra o PLP 257.

A Presidente Dilma falou, num discurso, há algumas semanas, que sofremos, aqui, no Brasil, de um problema de transparência seletiva que seduz e que quer mostrar a alguns uma realidade que não corresponde aos fatos, uma transparência seletiva que é bem representada num editorial pernóstico da *Folha de S.Paulo* em que ela diz que alguns setores são privilegiados aqui, no País. São privilegiados, sim. Há alguns setores privilegiados que podem manipular a imprensa e trazer uma verdade seletiva às pessoas, e trazer, distorcer a realidade da forma que eles querem. E, assim, logo, logo, todos os governadores passaram a apenas 20 governadores. Esses 20 governadores... Então, vamos contar quem são esses 20 governadores. Quem são eles? Aí eles viraram cinco. Eram só cinco governadores. Desses cinco governadores, só um secretário que realmente foi à imprensa defender os absurdos do PLP 257 contra o funcionalismo público brasileiro. Esse secretário foi o de São Paulo, meu Estado. É por isso eu posso falar.

O Secretário de São Paulo, eu quero dizer a vocês... Eu quero sublinhar algumas coisas ruins, eu tenho que falar. Depois, eu acho que a gente pode reconstruir.

Se os senhores forem ao Portal da Transparência, vão reparar uma coisa interessante. Procurem o nome do Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo no Portal da Transparência e vão encontrar seis referências ao mesmo nome, abreviado, de forma diferente, para não aparecer na mesma busca. Mas, uma vez ultrapassado esse subterfúgio infantil de burlar a transparência, somadas aí as referências ao Secretário da Fazendo do Estado de São Paulo, vão ver que o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo ganha, mensalmente, R$93 mil. Mensalmente! Pois é, um bom salário.

Defende o Secretário da Fazenda, que ganha R$93 mil, que os professores, que os médicos, que os enfermeiros, que ganham 40, 50 vezes menos que ele, podem, muito bem, pagar os custos no Brasil com dois ou três anos sem ajuste salarial, cortando-se benefícios deles, impedindo que eles tragam o leite para as crianças deles, que tragam o salário para a casa deles.

Ao mesmo tempo, esse mesmo Governo de São Paulo tem enormes benefícios fiscais, que são verdadeiros ralos de dinheiro público, que drenam o imposto que é cobrado com todo o esforço dos pequenos empresários brasileiros, das poucas pessoas que pagam impostos, tira-se dinheiro daquelas pessoas. E há gente que ganha dinheiro com o imposto, ganha dinheiro com esses absurdos dos créditos tributários do ICMS. É isso, esses desmandos, que nós temos que combater.

O Sinafresp, o Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo, brigou com o Governador do Estado de São Paulo, pediu a ele para não prorrogar o benefício dos frigoríficos do Estado de São Paulo, que

era um grande ralo de dinheiro público e impedia que o Estado pudesse dar o dinheiro público arrecadado à saúde e à educação. "Não! Essa não é a solução prevista." A solução prevista, a solução desejada é outra, é o juízo final, como diz o nosso colega Floriano, da Anfip, o juízo final que eu espero que venha, que só pode vir com a volta de Nosso Senhor Jesus Cristo, para poder curar as pessoas, porque saúde não vai haver mais, para poder trazer luz aos alunos, porque nenhum professor vai poder resolver os problemas da educação, para trazer amor às pessoas, para que não roubem umas às outras, para que não matem, porque segurança não vai haver.

Quer dizer, a solução dos neoliberais para o Estado é sempre a mesma, uma solução simples. Para eles, a solução para o Estado é fácil: matar o Estado. Eu curo essa doença, curo essa doença matando o paciente. Mata-se o paciente e se curará a doença. Não é isso que nós queremos, não é para isso que eu trago aqui a voz dos auditores fiscais do Brasil inteiro.

Nós queremos – falando só, talvez, do único ponto que não se tenha ainda explorado bastante, que é a nossa reforma tributária –, os auditores fiscais querem trazer uma reforma tributária humilde, de baixo para cima, consertando tudo o que está errado, e não mágica, mudando uma coisinha ou outra na Constituição, esperando que o País, como um todo, volte a encontrar uma normalidade. É muito trabalho que precisa ser feito, um trabalho de formiga.

Trago aqui a palavra, em nome da Fenat... Nós temos aqui o nosso 1º Vice-Presidente – eu sou o 2º Vice-Presidente –, o Rubens, do Sindifisco-DF, temos os nossos colegas, que falaram aqui, da Fenafisco, da Febrafite, os fiscais do Brasil inteiro... Vamos nos unir para tentar construir, sob a liderança patriótica do Senador Paim, e temos certeza de que vamos conseguir, um momento melhor para o nosso País, construir um País melhor, mais justo, com justiça fiscal e com as finanças públicas saneadas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alfredo Maranca, Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – Sinafresp!

José Nivaldino Rodrigues, Presidente do Sindicato da Polícia Rodoviária Federal do DF e representante da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários do Brasil.

O SR. JOSÉ NIVALDINO RODRIGUES – Boa noite, Senador Paim, todos da Mesa e todos do plenário.

Primeiramente, quero trazer aqui um agradecimento, em nome da nossa Federação dos Policiais Rodoviários Federais, ao Senador Paim pela luta implacável em defesa da nossa categoria. Temos muitos problemas na retirada contínua de direitos dos nossos policiais, da nossa instituição, e o Senador Paim está sempre de portas abertas para nos atender. Por isso, quero trazer esse agradecimento em nome da nossa Federação.

Soa um pouco estranho eu, como policial rodoviário federal representante do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Distrito Federal e da Federação, para algum policial que vir o convite, estar nesta audiência sobre o índice de cálculo para atualização monetária da dívida dos Estados e Municípios. Normalmente, a nossa instituição comparece ao Senado e à Câmara para defender assunto de trânsito, de segurança pública, de defesa do servidor. Aí me perguntam o que tem a ver o tema. Mas o tema se refere ao primeiro capítulo. O segundo capítulo é que tem resposta: fomos convidados a pagar a conta. O segundo capítulo traz a conta para os servidores públicos, assim como traz para os policiais rodoviários federais.

A nossa categoria não é muito grande, é relativamente pequena no universo do serviço público, mas é muito significativa como representante do Estado. Temos nos preocupado muito porque, com 22 anos de policial rodoviário federal, eu sempre tenho visto a retirada de direitos. Sempre. Poucos direitos são incorporados à nossa categoria. Tenho 18 anos de sindicalismo, e o histórico sempre é de retirada de direitos.

Com relação ao PLP 257, quero trazer aqui algumas situações que vão prejudicar diretamente o servidor do quadro da Polícia Rodoviária Federal. São questões bem práticas e bem claras. Por exemplo, a suspensão do concurso público, que está prevista no PLP.

Veja bem: temos, hoje, um quadro que gira em torno de dez mil policiais ativos. Fizemos uma consulta ao nosso departamento de recursos humanos, há alguns meses, sobre a expectativa de aposentadoria no órgão. Temos 700 policiais que estão trabalhando em decorrência do abono de permanência e outros 3.700 estão com expectativa de aposentadoria até o final de 2017. Na atividade-fim, a Polícia Rodoviária Federal conta com 6.500 policiais e 3.500 na atividade-meio, na atividade administrativa.

A suspensão do concurso público vai trazer um déficit para o nosso efetivo de em cerca de 45%, que estará prejudicado em razão das aposentadorias que ocorrerão nos próximos dois anos. De 6.500, não havendo reposição de efetivo, vamos ficar com 3.500 policiais para cuidar de 80 mil quilômetros de rodovia. Isso vai representar o fechamento de 100 postos de polícia. Dos 400, fecharão 100 postos. E as equipes de policiais que hoje funcionam com três ou quatro policiais passarão a funcionar com um ou dois policiais. Isso é o Estado desmontando a sua própria estrutura, pois a Polícia Rodoviária Federal é uma instituição que está presente em todo o Território nacional.

Com essa perspectiva de fechamento de postos e diminuição do número de policiais, a sociedade é que vai perder com a qualidade do serviço da Polícia Rodoviária Federal.

Outra questão que quero trazer como exemplo é a da progressão.

Até o ano passado, a progressão da carreira era regida por um decreto de 1980. Depois de 35 anos, conseguimos negociar uma progressão própria da Polícia Rodoviária Federal. Na negociação de 2012, nós conseguimos essa conquista. Ela foi efetivada em agosto de 2015. Menos de um ano depois, o PLP 257 vai nos retirar esse direito, o direito da progressão. É outro prejuízo direto para a categoria.

Do congelamento de salário todos sabem quais as consequências. Para se ter um exemplo, o aumento médio de salário da Polícia Rodoviária Federal, do serviço público em geral, tem sido de em torno de 15% a cada quatro anos. E qualquer despesa que o cidadão tem supera tranquilamente isso em quase o dobro. Então, é outro prejuízo que vamos ter e que reflete em todo o serviço público.

Outro prejuízo eminente virá com a reforma do regime jurídico e a mudança na Previdência Social. O Senador Paim acompanha a nossa Federação na perseguição implacável contra a nossa aposentadoria especial, não só da Polícia Rodoviária Federal, mas dos servidores policiais. E a nossa luta para manter a nossa aposentadoria especial é constante. E esse PL abre uma porteira para que a gente perca esse direito.

Outro prejuízo que a gente vai ter é com a avaliação de desempenho. A adoção de critérios subjetivos para avaliação de desempenho vai acabar com a estabilidade funcional. Quem tem 10, 12, 15, 20 anos de serviço público vai perder a estabilidade funcional, que é um direito já garantido há bastante tempo.

E, por fim, falo sobre a vedação da reestruturação da carreira.

A gente está negociando com o Ministério do Planejamento há mais de ano. A gente está conversando no andar de baixo com a Secretaria de Relações de Trabalho e o Ministro do Planejamento está elaborando o PLP 257 no andar de cima. Para tudo que a gente está negociando no andar de baixo, o Ministro, no andar de cima, tem outra proposição, que resultou nesse PLP 257.

Eu queria salientar, para encerrar, que Federação dos Policiais Rodoviários Federais está em diálogo com a pública, com a CSB... Nós estamos sempre em reunião. Apesar de termos perdido o direito de greve... Nós não temos o direito de greve, mas temos mecanismos para contribuir para a mobilização dos servidores públicos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ NIVALDINO RODRIGUES – ... e para lutar pela retirada do PLP 257, para que não tramite na Câmara nem no Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Nivaldo Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários, que foi pontual, ficou em exatamente 10 minutos, conforme o pedido que lhe tínhamos feito!

Ele levantou questões importantes. Entendo isso. A Previdência está em risco, as especiais estão em risco... Ele está correto no alerta.

Agora, concedo a palavra a José Willekens Brasil do Nascimento, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos do Banco Central – Sintbacen.

Por favor, peço que todos fiquem nos dez minutos, devido ao nosso horário.

O SR. JOSÉ WILLEKENS BRASIL DO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Boa noite!

Está saindo o som?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se acendeu a luz verde, o som está saindo.

O SR. JOSÉ WILLEKENS BRASIL DO NASCIMENTO – Boa noite!

Meu nome é Willekens Brasil e sou Presidente do Sindicato dos Técnicos do Banco Central.

Estamos aqui, repetidamente, discutindo sobre o PLP 257, que todos consideramos um ataque não só à sociedade como também aos servidores públicos federais. Também discutimos a importância de como nasceu essa criança. Ela nasceu dos Estados. Os pais da criança estão se escondendo: antes, eram 16; atualmente, são cinco, inclusive o Governador de Brasília, Rollemberg.

Com esse ataque, há restrição à ampliação dos quadros dos servidores. As organizações já estão agonizando com a precarização de terceirizados e com a falta de servidores. No caso do Banco Central, temos um déficit muito grande de servidores. No último concurso, muito embora tenhamos alcançado o que foi pedido – 500 analistas, 100 técnicos e 13 procuradores –, muito embora o Sindicato entendesse que o ideal seria 500 técnicos, 500 analistas e 15 procuradores, não foi acatada essa decisão.

Continuando, o maior ataque à sociedade seria o ataque ao salário mínimo. Lutamos muito para que o salário mínimo pudesse avançar e chegar ao que chegou hoje, com uma boa distribuição de renda. Agora,

com todas as dificuldades, com a crise que está havendo, com a crise política e com a crise financeira, com a redução do valor do salário mínimo, a sociedade perderá bastante.

Outro ataque considerado muito grande é a reforma da Previdência, esse direito por que nós tanto lutamos. Tentamos, a todo momento, dar continuidade a esse direito. Muitos de nós – é o meu caso –, há mais de 30 anos, já contribuem para a Previdência, e, de repente, vem mais um ataque a essa Previdência.

Também vemos, com o PLP 257, o risco de perdermos os acordos já assinados para algumas categorias em 31 de dezembro de 2015. Houve uma grande luta de maio até 31 de dezembro. Se nós não nos unirmos, se nós não partirmos para a luta, com unidade, com serenidade, trazendo a sociedade para junto do nosso movimento, nós perderemos e sofreremos por inanição.

Nosso País atravessa uma grande crise, e essa crise é ocasionada por algo que existe há longos anos, há longas décadas: a tal da corrupção. A corrupção está impregnada em todas as organizações civis, públicas e militares. Mas eu acredito que, com essas manifestações contra e a favor, algo vai mudar no nosso País.

É inadmissível que nós, dentro dessas organizações, não percebamos o que está acontecendo e também tenhamos o direito de denunciar e tenhamos o direito e a obrigação, basta ver o que está acontecendo na Câmara Legislativa – perdão –, basta ver o que está acontecendo na Câmara dos Deputados, onde nós temos um grande problema de uma Presidência que não tem a menor condição de dar continuidade aos trabalhos.

Eu gostaria, aqui, de agradecer ao Paulo Paim pelas grandes contribuições aos servidores públicos e à sociedade em geral.

Obrigado e boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Willekens Brasil do Nascimento, que ficou dentro do tempo e ainda deixou três minutos para avançarmos!

Lirando de Azevedo Jacundá, Vice-Presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais – Febrafite.

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – Boa noite a todos!

Agradeço ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de discutirmos um assunto tão intenso e que reflete tanto na sociedade brasileira.

Eu gostaria de fazer um cumprimento muito especial a minha queridíssima amiga, dileta amiga, Maria Lúcia Fattorelli, que tão bem representa o nosso País não só aqui dentro, mas pelo mundo afora, discutindo, colocando o dedo na ferida de inúmeros países que enfrentam o problema da dívida, que também enfrentamos no Brasil.

Faço um cumprimento especial ao Senador Paim, para quem também trago um abraço do nosso Presidente, Roberto Kupski, bem como de outro grande brasileiro, que é o João Pedro Casarotto.

Nossa Federação foi a primeira entidade a tocar o dedo na ferida na questão da dívida dos Estados.

Fizemos um documento, fizemos um trabalho com muito cuidado, com muito critério, sobre a dívida dos Estados com a União. O senhor já o recebeu, mas nós o temos aqui. E temos atravessado esse Brasil, de ponta a ponta, discutindo a questão da dívida dos Estados e dos Municípios.

Hoje, Senador Paulo Paim, nós nos deparamos com o PLP 257, que, se pudesse ser traduzido em três palavras, elas seriam agiotagem, massacre e submissão. Por que agiotagem? Porque a União cobra juros de agiota dos Estados e Municípios há muito tempo. Por que massacre? Porque coloca os servidores públicos como vilões do que se passa hoje no País. E por que submissão? Porque coloca os nossos governantes, os nossos governadores, os nossos prefeitos ajoelhados, de pires na mão, comendo como papagaio domesticado. "Você vai comer do que eu te der."

Nós da Febrafite não entendemos por que tanto tempo se passou para que isso despertasse, mas tudo tem o seu tempo. E aqui eu me dirijo à plenária, à Mesa, aos brasileiros para dizer como foi gestado esse PLP 257.

Com o propósito de ser um plano de auxílio aos Estados, a matéria encaminhada pelo Executivo, que tramita em regime de urgência constitucional, põe em xeque o sistema federativo brasileiro e transfere para os servidores os custos da crise fiscal e política.

O PLP 257, de 2016, faz parte do Pacto pela Reforma do Estado elaborado pelo Movimento Brasil Competitivo, que é capitaneado por grandes empresários brasileiros. O pacto foi firmado com os Governadores dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás, em setembro de 2015, e hoje acordado com os Chefes dos Poderes Executivos de 17 Estados da Federação. No dia 21 de março passado, o pacto foi apresentado pelo Presidente do Movimento Brasil Competitivo, Claudio Gastal, na Frente Parlamentar em Defesa da Indústria e do Setor Produtivo, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ocasião em que foram explicitadas as intenções do movimento. Dentre essas, nós destacamos as seguintes: rever e restringir a definição e a estruturação das carreiras de Estado com estabilidade; instituir Previdência complementar e aumentar a alíquota da atual; promover ampla revisão de benefícios de pensionistas, com forte redução do diferencial constitucional

homens versus mulheres; definir idade mínima para aposentadoria, novamente; rever os critérios de vinculação de receitas e despesas do Orçamento; "aprimorar" – entre aspas – a Lei de Responsabilidade Fiscal; institucionalizar e implantar a Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual; repactuar a dívida dos Estados; ampliar a participação do setor privado e terceiro setor na prestação de serviços públicos; rever o Pacto Federativo; e ampliar a transparência e o controle social. Para não dizer que eu estou mentindo, aqui está a foto do dia dessa reunião, que foi liderada, neste dia, pelo Jorge Gerdau, junto com os 17 Governadores. E daí nasceu o quê? O PLP 257. Como veem, grande parte do que foi aqui dito e acordado por esses Governadores e esse setor empresarial do Movimento Brasil Competitivo foi transformada justamente no PLP 257.

E a nossa Federação, que estava lá presente – nós estávamos lá de intrusos e pudemos testemunhar tudo isso –, tratamos de fazer um manifesto ao PLP, porque vimos que o PLP 257 era cópia fiel do que estava sendo discutido lá. E peregrinamos pela Câmara dos Deputados com esse manifesto, que diz o seguinte: transforma os governadores eleitos em meros gerentes operacionais sem autonomia; desconsidera...

(Soa a campainha.)

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – ... a função das Assembleias Legislativas; reduz a quantidade e a qualidade do serviço público em todas as áreas; massacra os servidores públicos estaduais com demissão, suspensão de concursos, congelamento salarial, aumento de alíquota de contribuição previdenciária para 14%; vende o patrimônio público.

Para se ter uma ideia, aqui, no Distrito Federal – e eu sou auditor fiscal aqui, no Distrito Federal –, Senador Paim, há mais de 22 anos não se faz concurso para auditor fiscal. Podia-se muito bem buscar mais recursos combatendo a sonegação, mas, não. Eles procuram caminhos para atender aos banqueiros, aos empresários.

O PLP 257 não resolve o problema da dívida do Estado com a União, já paga se não fossem os juros de agiotagem cobrados dos Estados.

(Soa a campainha.)

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – A solução da crise fiscal e financeira dos entes federados passa, obrigatoriamente, pelo resgate da receita própria, em especial a tributária, pelo controle fiscal, pela ética nos gastos públicos, pelo combate eficaz e permanente à sonegação e, uma coisa de que ninguém fala, pelo combate ao desperdício. O que tem de desperdício de obra inacabada por este País afora é uma brincadeira. Brincam com dinheiro público.

Para nossa salvação – eu ia falar mais, mas estou vendo que meu tempo está esgotado –, ainda bem que hoje, em uma reunião em que a Febrafite estava presente, com o nosso Presidente e o Casarotto, foi gestado o PLS 561, que temos certeza de que será a solução para resolver o problema das finanças do Brasil e equilibrar as contas, e deixar de mexer com os servidores públicos, que são a massa que faz com que este País vá para a frente.

(Soa a campainha.)

O SR. LIRANDO DE AZEVEDO JACUNDÁ – Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lirando de Azevedo Jacundá, que falou pela Febrafite!

Carlos Silva, que fala como Presidente do Sinait.

O SR. CARLOS SILVA – Boa noite a todos!

Boa noite, Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento os colegas da Mesa!

Uma saudação a todos que resistem ainda aqui no plenário.

Senador, o nosso sindicato e os nossos colegas auditores fiscais do trabalho, discutindo acerca do PLP 257, fizeram essa discussão no bojo do contexto que a gente tem enfrentado. Aqui mesmo, nesta Comissão, já fizemos bravas e importantes discussões, como foram as discussões contra a terceirização, do PLC 30, como foi a discussão, que está ocorrendo ainda, do PLS 432, que pretende mudar o conceito de trabalho escravo, como foram e têm sido as discussões para sustar a NR-12, como têm sido as discussões para redução da maioridade trabalhista, como tem sido também o movimento de resistência contra a prevalência do acordado sobre o legislado.

Percebe-se que nós estamos em um contexto de afronta a todas as conquistas que nós podemos dizer que foram consignadas na nossa Carta Cidadã de 1988 e vemos como oportunismo político momentâneo o momento fértil de contra-atacar de maneira cada vez mais feroz. Esse movimento, que agora se dirige aos servidores públicos, já era um movimento, por todo esse cenário dirigido aos empregados da iniciativa privada, esperado. De certa forma, era um movimento esperado, porque este é o momento em que o conceito de justiça

social – e esse é um conceito que os auditores fiscais de trabalho buscam garantir a todo cidadão brasileiro no seu dia a dia – tem sido frontalmente atacado no próprio conceito do que significa ordem econômica e ordem social, previstas na Constituição. A ordem econômica, constitucionalmente prevista, e a ordem social, constitucionalmente, prevista têm fundamento na justiça social, e todas essas pautas que eu apresento aqui como exemplo são elementos que atacam e promovem o maior e grave desequilíbrio na relação capital-trabalho. Talvez não tenhamos vivido, em nenhuma outra época, nenhum momento em que fosse tão grande a prevalência do capital sobre o trabalho como agora a gente vê. E o PLP 257 só aguça esse quadro de desequilíbrio que tem provocado a relação capital-trabalho nas relações institucionais e legislativas que nós temos em nosso País, infelizmente.

O Sinait talvez não seja a melhor entidade para tratar e falar da questão da dívida pública, mas o Sinait acompanha há muito o trabalho realizado pela Auditoria Cidadã, apoiando a auditoria da dívida, de maneira que não acreditamos ser viável falar ou pensar em repactuar uma dívida sem certeza exata de que base se teria para repactuar os valores devidos, pretensamente devidos, possivelmente devidos.

Então, quanto aos aspectos do projeto que se referem à repactuação das dívidas, a nossa avaliação é que, antes e preliminarmente, uma auditoria, sim, deveria ser feita, como já muito bem foi falado por colegas que falaram antes de mim.

Para além disso, o que nos preocupa? Preocupa-nos esse oportunismo político do projeto, que vem em um momento de fragilidade financeira, não só orçamentária, mas financeira também dos Estados, e apresenta um conjunto de maldades...

É importante lembrar aqui uma coisa, que foi uma derrota da sociedade brasileira recentemente, que foi o veto, no Plano Plurianual de 2016/2019, do artigo que previa a realização da auditoria da dívida.

Eu fui lá buscar a justificativa para o veto. Vejam o que diz a justificativa:

> O conceito de dívida pública abrange obrigações do conjunto dos serviços do setor público não financeiro, incluindo União, Estados, Distrito Federal e Municípios e suas respectivas estatais. Assim, a forma abrangente prevista na iniciativa poderia resultar em confronto com o pacto federativo garantido pela Constituição.

Ora, nós poderíamos utilizar essa justificativa do veto para auditoria da dívida e aplicá-la integralmente a essa excrescência que é esse projeto. Aliás, essa justificativa foi do veto do Governo, e esse projeto foi de iniciativa do Governo. Então, isso demonstra, no mínimo, uma atitude esquizofrênica sobre o que significa o próprio conceito de pacto federativo. Mas isso no aspecto do histórico recente de atuação do Governo.

E o que esse projeto traz, na nossa avaliação? Só supressão de patrimônio. Só suprime patrimônio do trabalhador brasileiro, da sociedade brasileira, porque, quando ele, por exemplo, estimula e estabelece regra de privatização, é o patrimônio do povo que está indo embora, como exigência a esse auxílio, pretenso auxílio, aos Estados. Quando ele estabelece retirada de direitos e limitação do Estado para se auto-organizar e bem prestar o serviço público que a população exige – aliás, tem exigido nas ruas –, isso é, sim, também retirada de patrimônio da sociedade, porque o serviço público...

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS SILVA – ..., na representação que se faz pela atuação do servidor público, é patrimônio da sociedade. Na hora em que eu limito a realização de um concurso público, eu estou limitando um processo de valorização e de melhoria do serviço que eu pretendo prestar.

Por exemplo, na minha categoria, eu estou com o pior quadro dos últimos 20 anos. Eu tenho um terço do quadro de auditores fiscais do trabalho com cargos vagos. Em várias localidades, não há auditor fiscal do trabalho, especialmente neste momento de crise. Até incentivado pela situação de crise, pelo desrespeito à legislação trabalhista, não há auditor fiscal do trabalho para verificar o devido cumprimento da legislação.

Eu quero destacar, rapidamente, quatro pontos que nós entendemos serem muito prejudiciais, e eles têm relação com a alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. O primeiro deles, na nossa avaliação, é escancarar a terceirização no serviço público, que é alteração do que se considera despesa de pessoal. Diminui o teto da despesa de pessoal, mas inclui aquilo que hoje se passa na rubrica de recursos de transferências de convênios. Se eu estou limitando o concurso público e estou levando para o conceito de despesa pessoal essa receita, eu estou incentivando a terceirização do serviço público, algo que, para nós, significa precarização. No Brasil e em todos os lugares do mundo, terceirização é igual a precarização. Todos estamos carecas de falar sobre isso, e não só de falar, mas de provar.

Outro ponto que nós também identificamos como grave caracteriza a precarização propriamente no serviço público, que é o impedimento, dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, de ultrapassagem de um limite em relação ao PIB ou, então, em relação à Receita Primária Total Anual, no caso dos Estados e Municípios.

Nós vivemos uma situação de caos em muitas repartições públicas. Na Auditoria Fiscal do Trabalho, por exemplo, não com relação a essa despesa de pessoal, mas com relação a outras despesas de custeio, nós temos 12 unidades interditadas, porque os prédios estão caindo aos pedaços, e nós temos outras tantas preocupações com relação também, no Ministério do Trabalho, ao número de servidores administrativos que dão conta de fazer a Casa funcionar, de atender ao trabalhador que vai ali se socorrer de um direito que ele tem lesado na sua relação de trabalho e emprego estabelecida.

Essa limitação é precarizar o serviço público mais ainda. Mas há outra, que é o objetivo de reduzir, para o caso da União, de 95% para 90% o limite que é chamado de limite prudencial para despesa com pessoal, que hoje é de 55% da receita líquida corrente.

Isso significa, meus colegas, o colapso total do funcionalismo público em todas as esferas, porque o orçamento já é insuficiente hoje, já não dá conta das demandas da sociedade. Nesse momento em que é caótica a atuação, porque não há as condições mínimas garantidas, essa proposta é de colapsar a prestação de qualidade de serviços públicos no Brasil.

E a outra, para finalizar uma avaliação de caos e de sucessivos erros nessa proposta, é a mudança que considera nulo um ato que leve despesas acordadas legitimamente, legalmente, num processo de negociação de um governo para outro.

Eu falo isto porque nós acabamos de sair de uma negociação com o Governo e firmamos um acordo que vai até 2019 e para lembrar a todos, especialmente às mentes brilhantes elaboradoras do projeto, da proposta, que o Brasil é signatário da Convenção da OIT nº 151, que estabelece a negociação no âmbito do serviço público.

Essas negociações têm, sim, acolhimento constitucional, legal, têm valor, e não podem ser desrespeitadas. Isso é desrespeito com o serviço público brasileiro, com o servidor público do nosso País, que está, no dia a dia, fazendo a sua parte, colaborando como pode, no limite de suas competências, para ter as suas obrigações cumpridas.

Então, na nossa avaliação, não resta outra alternativa, Senador Paim, que não a retirada do projeto, que é um projeto que só resgata e reacende todo aquele sentimento ruim que ficou nas nossas memórias, especialmente dos servidores públicos, do período em que Fernando Henrique Cardoso, à frente deste País, retirou mais de 50 direitos dos servidores públicos. Muito nos assusta, neste momento, ver uma iniciativa tão danosa e nefasta a ponto de se colocar no mesmo patamar do que foi praticado na época de Fernando Henrique Cardoso.

Por isso, os auditores fiscais do Trabalho são frontalmente contra a proposta e vão trabalhar, como vêm fazendo, ao lado das entidades sindicais, pela retirada do projeto, Senador.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Carlos Silva, Presidente do Sinait.

Por último, a Professora Olgaíses Cabral Maués, 2ª Vice-Presidente da Andes.

Eu faço um apelo pelos dez minutos porque eu havia me comprometido a terminar até as 19 horas. Aqui, temos audiência pública em cima de audiência pública. Esta é a segunda de hoje.

Vamos lá!

A SRª OLGAÍSES CABRAL MAUÉS – Eu quero saudar a plenária, que ainda resiste, saudar o Senador Paim e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo por esta iniciativa da audiência pública para tratar de um tema extremamente importante que vem mobilizando todos os servidores públicos.

Estou falando aqui em nome do Andes, sindicato nacional que congrega mais de 60 mil professores da educação superior das três esferas, estadual, municipal e federal, e também de professores da educação básica que trabalham nos colégios de aplicação.

O Andes vem lutando há muito tempo contra a perda dos direitos que vem culminar agora com esse PLP 257, porque os servidores públicos vêm numa perda gradativa dos direitos. Se formos localizar apenas os mais recentes, nós professores, por exemplo, perdemos a aposentadoria integral e perdemos a Previdência Social, tendo sido instituída para todos os servidores uma previdência privada, que é a Funpresp, um fundo que, como todos os fundos, não dá nenhuma garantia de que, no momento em que precisarmos dele, ele estará disponível. Perdemos também, estamos ameaçados de perder, o abono de permanência.

Essas são algumas das perdas que tivemos nos últimos tempos. Perdas violentas. Fizemos uma greve, no ano passado, que durou 139 dias. Foi a greve mais longa da história do sindicato, e nem assim o Ministro da Educação, Ministro Janine, o que também aconteceu pela primeira vez na história. O Ministro Janine não se

dignou a receber o sindicato dos professores para discutir e dialogar sobre as perdas e a desestruturação da carreira que vivemos nos últimos tempos.

Então, esse conjunto de perdas vem culminar agora com essa questão do 257.

Esse PL é resultado, como todas essas outras perdas que eu enunciei e outras que eu não enumerei neste momento, desse pagamento da dívida pública. Enquanto o País dedicar 5% do seu orçamento para o pagamento da dívida pública, deixando para o social, como é o caso da educação, somente 4%, enquanto isso não for devidamente finalizado, nós vamos ter esses e outros PLs mais draconianos, porque devemos observar que aqui são três estágios que vão se agravando, aprofundando-se e levando, cada vez mais, a uma precarização do trabalhador público. Isso significa uma perda total dos nossos direitos e o fim do serviço público.

O Estado vai acabar terceirizando, porque hoje uma Adin com que se tinha ingressado para evitar que as organizações sociais, ou seja, a terceirização, fossem utilizadas nas atividades-fim já foi julgada pelo Supremo Tribunal, entendendo-se pela admissibilidade de termos OSs nos serviços-fins. Por exemplo, um professor pode ser um terceirizado.

Hoje, as universidades já terceirizaram segurança, serviços básicos de limpeza. Isso já está terceirizado desde o governo Fernando Henrique.

Portanto, esse PL vem culminar com tudo isso que já foi falado pelas três Mesas aqui presentes – eu sou a última a falar –, que nós precisamos nos juntar não somente no Espaço de Unidade de Ação, num fórum dos servidores públicos federais, mas nas manifestações, a primeira delas contra esse PL acontecerá no dia 14 de abril, quinta-feira próxima, quando esperamos reunir o máximo de servidores públicos federais de todo o Brasil, para exigir – não é pedir, mas exigir – a retirada desse PL.

Nós não queremos negociar emendas, porque elas não vão, de maneira nenhuma, diminuir as perdas que já temos e que acumulamos. Nós temos um achatamento salarial imenso! Nós não assinamos, mas quem assinou teria 5% em agosto referente a 2015. Seria, inicialmente, em janeiro, mas foi passado para agosto, sendo que em dezembro de 2015 a inflação já era de cerca de 9%. Portanto, esse percentual de 5% não cobriria nem a inflação. E, mesmo assim, nós temos quase certeza de que ele não virá em agosto próximo, sendo protelado mais uma vez.

A nossa união é fundamental para que a gente exija a retirada desse projeto e para que realmente evitemos que outros... Porque, se esse projeto passar, outros virão, como, primeiramente, veio que o pagamento dos servidores aposentados que voltaram... Voltaram não, porque não pagavam, mas que vieram a pagar a Previdência Social , como outros direitos que foram tirados pouco a pouco, porque, hoje em dia, meus companheiros, nós não lutamos por mais direitos, mas lutamos para manter os direitos já conquistados, e que foram conquistados com muita luta.

Então, Senador Paim, o senhor tem uma missão muito importante e fundamental: levar o apelo dessas 21 pessoas que vieram representando centrais sindicais, movimentos sociais, sindicatos, para que esse PLP seja retirado de pauta. É esse o desejo de todos os servidores públicos de Norte a Sul deste País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos à Professora Olgaíses Cabral Maués.

O pessoal da Andes me ligou diversas vezes dizendo que seria importante lhe assegurar a palavra. Assim foi feito, e ela deu um belo de um recado.

Meus cumprimentos pela fala aqui feita.

Olha, eu tenho que ainda fazer uns encaminhamentos, pessoal. E quero registrar a presença do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), e a presença de Rubens Roriz da Silva, da Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários (Fenat).

Eu vou passar a palavra, por cinco minutos, para um cidadão que a pediu. Ele não é de uma entidade. É o cabo Elisandro Lotin de Souza. Ah, ele é Presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra). É isso?

Se eu não coloco você para falar, uns dez aqui iriam se demitir, viu? O que veio de recado para você falar aqui... Veio um, vieram dois, vieram três... Você foi ao banheiro... Eu disse: "Não, ele já foi embora". Disseram: "Não! Foi ao banheiro, Senador. Deve estar correndo de volta".

Então, se você puder ficar nos cinco minutos...

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque eu ainda tenho que fazer alguns encaminhamentos e já são 19h11.

Cabo Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra).

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Perfeito, Senador.

Agradeço o espaço, agradeço a palavra, agradeço aos companheiros que pediram ao Senador para nós falarmos.

Eu fiz questão de falar e também comentar com os outros companheiros porque todo mundo falou, os sindicatos, as associações, enfim, e, como percebi, ninguém tocou na questão dos militares. Os praças da polícia e do bombeiro militar e os oficiais estão nesse projeto, e de forma muito mais grave, porque mexe na questão das aposentadorias especiais, pois retira direitos históricos dos militares, ao ponto de chegarmos a uma situação em que talvez a Presidente Dilma consiga uma coisa que ninguém nunca conseguiu, que é provocar uma greve nacional de policiais militares, oficiais e praças. Isto eu falo com uma tristeza muito grande no coração.

Nós fizemos, na semana passada, Senador, aqui, em Brasília, ali na Câmara Federal, a reunião de mil policiais e bombeiros militares, através de uma chamada das associações. A Associação Nacional de Praças, que eu represento, representa o conjunto desses trabalhadores do Brasil, que são 650 mil e a Feneme (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais) também representa o conjunto desse segmento. Fomos pegos de surpresa com o projeto, como todo mundo, e, a partir disso, nos mobilizamos e reunimos cerca de mil trabalhadores ali que eram só os dirigentes das entidades. Só os dirigentes!

A partir disso, foi dito, em alto e bom som, para várias pessoas que estavam ali, que, infelizmente, talvez esse Governo consiga fazer algo que nenhum outro fez, que é provocar uma greve de policiais, o que é, inclusive, proibido pela Constituição. A forma como está sendo feito o ataque ao servidor público como um todo, aos militares, praças da polícia, aqueles que estão morrendo todos os dias, Senador... Todos os dias estão morrendo. No final de semana, foram treze. E assim vai. E ninguém respeita mais servidor público, ninguém respeita mais absolutamente nada! E o serviço público, obviamente, está como está por conta dessa inoperância.

Eu quero trazer alguns dados e algumas citações. Eu passei o final de semana todo estudando os vídeos da Professora Fattorelli e quero trazer algumas situações para colocar aqui. A primeira questão é que são 30%, segundo dados mais recentes, de impostos que não são pagos, de impostos sonegados no Brasil. Está quase em R$500 bilhões.

Onde está o artigo da Constituição e a regulamentação desse artigo do imposto sobre grandes fortunas, que renderia, 5% acima de 50 milhões, em torno de R$100 milhões por ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Projetos eu posso dizer que apresentei uns dez. Todos foram rejeitados na CCJ.

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – Então, o servidor público é o culpado desse absurdo todo que está aí. E, obviamente, vindo para cima de nós, estoura na sociedade, que não vai ter saúde, educação, segurança, isso para falar do trivial do Estado, que é a sustentação do Estado. Mas é óbvio que outras categorias também serão atingidas.

Então, há várias outras situações em que nos colocam. Daí essa esquizofrenia que nós estamos vivendo agora na sociedade e na política, porque é dolorido, é muito dolorido ver que um projeto desse vem de um Governo que era para fazer tudo o oposto do que está fazendo! Era para fazer o oposto do que está fazendo!

Frei Betto escreveu alguma coisa hoje na imprensa que é muito pontual: o chamado do Governo Federal para os movimentos sociais dos trabalhadores do Brasil para defender o Governo. Mas como? Chama de um lado e dá um tapão no ouvido do outro? É isso? Que lógica é essa! Como quer...

É óbvio que nós vamos defender a democracia no Brasil. É óbvio! Conscientemente, nós temos de defender a democracia no Brasil. Agora, realmente, Senador, está muito difícil continuar a militar nessa política perniciosa...

(Soa a campainha.)

O SR. ELISANDRO LOTIN DE SOUZA – ... para a população e para os servidores públicos do Brasil, inclusive os militares.

Nós nos colocamos à disposição aqui e vamos juntos nessa luta com todos os servidores federais, municipais e estaduais porque isso vai refletir em nós e, consequentemente, na sociedade, nas nossas famílias, nos nossos filhos e em 95% da população brasileira, porque os 5% restantes são aqueles que estão muito bem: os doze banqueiros, os doze bancos, etc e etc.

Só para encerrar, Senador, uma questão: não basta pedir a retirada do PL, não basta, porque retira-se hoje e daqui a dois meses vem outro. Nós temos que ser mais audaciosos, ousados e temos que realmente resolver o problema, e a resolução do problema passa pela retirada do PL, pela auditoria da dívida, pelo imposto sobre grandes fortunas e por uma política fiscal de impostos retroativa pela qual, efetivamente, pague mais quem ganha mais e pague menos quem ganha menos. É isso que temos de resolver.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o cabo Elisandro Lotin de Souza, Presidente da Associação Nacional de Praças (Anaspra), que colocou aqui o seu ponto de vista.

Pessoal, vamos às propostas que surgiram aqui de encaminhamento. Só digo o seguinte: não dá para fazer um livro. Quem faz um livro não faz nada a esta altura do campeonato. Nós precisamos ser muito pontuais. Precisamos pegar alguns pontos e ir em frente. Assim mesmo, pessoal, eu cheguei a anotar dez propostas. Eu aqui vou ler.

A primeira delas, que, para mim, é a mais importante, é pedir a retirada do PLP 257, de 2016. Essa, para mim, é unanimidade, é consensual.

Segunda, na mesma linha de estratégia de atuação: lutar para retirar a urgência. Nós vamos pedir a retirada, mas eles não retiram. E daí? Pois bem, lutaremos para retirar a urgência.

Retirada a urgência, se for à votação, lutar pela rejeição. É o que temos de fazer.

Realizar, de preferência, para protelar, no bom sentido, para fazer com que a população conheça esse projeto, realizando audiências regionais ou em todos os Estados, como já fizemos com o PL da terceirização.

Apoiar a mobilização permanente dos servidores em Brasília e em todo o Brasil. Apoiar a proposta aqui colocada de greve geral.

Dialogar com a Presidenta da República – aí compete, claro, ao Presidente da Comissão e também às entidades, mas eu farei a minha parte – novamente, pela retirada do projeto. Acho que é procedente.

Apoiar a realização de uma ampla campanha com o objetivo de esclarecer a sociedade acerca do PLP 257, de 2016, inclusive na mídia. O João Domingos insistiu muito nisso.

Apoiar a aprovação do PLS 561, de 2015, de nossa autoria, com o apoio de outros tantos Senadores, que estabelece novo índice de cálculo pela atuação monetária da dívida dos Estados e Municípios, resguardando os interesses dos servidores.

Por fim, trabalhar pela auditoria da dívida dos Estados e Municípios junto à União.

Esses dez pontos simplificam. Claro que aqui nós poderíamos botar reforma tributária, reforma fiscal, colocar, como disse muito bem aqui o cabo, as grandes heranças, as grandes fortunas, mas tudo isso fica subentendido que está na mesma linha.

Eu também confesso a vocês, pois todo mundo sabe que eu sou da base do Governo, que sou contra o *impeachment*. Mas como quem quer ser contra o *impeachment* e quer o apoio da sociedade, quer o apoio popular, manda um projetinho vagabundo como este para o Congresso Nacional? (*Palmas.*)

Só pode ter a rejeição, claro. Não tem cabimento. É como quando falaram – felizmente, ali me ouviram – que iriam mandar a tal de reforma da Previdência. Estava iniciando o debate do *impeachment*. Eu fui duas ou três vezes à tribuna e disse: "Pelo amor de Deus, Presidenta...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., suspenda essa coisa! Não mande isso para cá!"

Não vai passar! Quem vai passar a idade da mulher de 55 para 65? Ninguém! Quem vai mexer no salário mínimo? Ninguém!

Ouvi alguém, aqui – não vou dizer quem disse –, na Comissão de Economia, dizer que iria tirar o PIB do salário mínimo. "Quieto! Quieto! Pelo amor de Deus! Quer um conselho de amigo? Quanto menos falar, melhor. Não mande projeto para cá como este!" Aí, sim, estaremos ajudando – não quero entrar aqui no debate do *impeachment* – a defender a democracia. Defender a democracia é o que nos unifica. Agora, para nos ajudar a defender a democracia, para ajudar... Mesmo que mande, nós vamos continuar defendendo a democracia. Mas, se nos quiser ajudar a defender a democracia, retire urgentemente esse 257. Sei que foi uma exigência dos governadores, mas quem está "pagando o pato" não é a Fiesp, é o Governo, que faz com que os trabalhadores pensem três vezes antes de fazerem mobilização contra isso que está sendo instalado no Congresso.

Presidenta, vou encerrar a reunião, mas sei algum assessor seu ou algum Ministro está assistindo a esta nossa audiência pública. Na segunda-feira, a esta hora, ela é transmitida ao vivo para todo o Brasil.

Presidenta, conselho de um humilde Senador da República que preside a Comissão de Direitos Humanos: retire, o mais rápido possível, este projeto daqui do Congresso.

Obrigado. Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 19 horas e 22 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia treze de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e da Senadora Regina Sousa. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "Acidentes de Trabalho no Brasil, com foco na competência para julgar ações previdenciárias relativas a acidentes de trabalho.". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho 10ª Região; Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Alessandro Antônio Stefanutto, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Antônio César Bochenek, Juiz Federal Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Márcio Silva Coelho, Presidente da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da OAB/SP; Heliana Maria Coutinho Hess, Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo; Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal; Luiz Antônio Colussi, Juiz do Trabalho, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Noa Piatã Bassfeld Gnata, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP. A Senhora Presidente eventual concede a palavra às seguintes pessoas presente no Plenário: Esmeralda Figueiredo de Oliveira, Membro da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da OAB/SP; Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, Juiz Federal do Rio de Janeiro; Rosa Jorge, Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Francisco Carlos Lopes de Oliveira, CSP – Conlutas. A Senhora Presidente eventual concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. Às nove horas e dezesseis minutos o Senhor Presidente passa a Presidência para a Senadora Regina Sousa. Fazem uso da palavra o Senador Paulo Paim e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e um minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 16, de 2016, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema "Acidentes de Trabalho no Brasil, com foco na competência para julgar ações previdenciárias relativas a acidente de trabalho".

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse de participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800 612211.

Nós teremos duas mesas. Na primeira Mesa, por ordem de chegada a distribuição, estão o Sr. Alessandro, Sr. Carlos, o Sr. Márcio, Presidente da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da OAB/SP; e Alessandro. Só para situar.

Na segunda, estão o Sr. Luiz, o Sr. Eduardo, Heliana e Noa Piatã.

Depois fazemos o registro daqueles que estão no plenário e poderão participar do debate.

Bom dia a todos. Estamos hoje aqui para debater a competência para julgar as ações previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho.

Como todos sabem, atualmente a competência é da Justiça estadual. No entanto, existe a PEC 127, de 2015, que está no plenário. Agora, por emendas apresentadas por mim e pelo Senador Aloysio, ela voltou para a CCJ. Essa PEC altera o art. 109 da Constituição Federal, transferindo da Justiça Estadual para a Justiça Federal a competência das causas decorrentes de acidentes de trabalho das quais a União, entidade autárquica ou

empresa pública federal for interessada, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, além de incluir as causas de interesse da sociedade de economia mista entre aquelas de competência dos juízos federais.

Há aqui um documento, que me foi entregue pelo Sinait, que dá uma visão ampla sobre o tema. Eu vou fazer a leitura rápida porque o objetivo é situar aos telespectadores e ouvintes da Rede Senado e quem assiste e acompanha pela internet e da própria agência o motivo da reunião. Então, eu vou ler aqui o manifesto e depois todos debaterão a sua posição.

> Manifesto dos Auditores Fiscais do Trabalho em Defesa da Integridade Física dos Trabalhadores
> O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) manifesta à sociedade, neste mês de abril dedicado à memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho, a grande preocupação da entidade e da categoria com o problema que tem proporções gigantescas no Brasil.
> Fontes oficiais do Ministério do Trabalho e da Previdência Social e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) trazem números diferentes, mas igualmente alarmantes. Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2014 ocorreram 704.136 acidentes e doenças no Trabalho no Brasil; em 2013, 725.664 acidentes; em 2012, 713.984. O IBGE, nos anos de 2012 e 2013, na Pesquisa Nacional de Saúde, menciona número próximo a 5 milhões de acidentes. Fazendo um recorte para acidentes de trabalho com máquinas e equipamentos, de acordo com a Secretaria do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, de 2011 a 2015 houve 350.558 ocorrências que resultam em futuras, amputações e óbitos. Nesse ponto o Sinait denuncia a campanha promovida por parte do empresariado brasileiro contra a Norma Reguladora nº 12, que trata da segurança em máquinas e equipamentos. É uma atitude nefasta que desdenha a segurança e a vida dos trabalhadores. Deputados Federais e Senadores não podem compactuar com projeto em tramitação que propõe suspender a NR 12.

Tivemos uma reunião aqui, nesta Comissão, sobre a NR 12, com a presença do autor do requerimento de urgência para o plenário. Graças àquela audiência, o Senador Cássio retirou o pedido de urgência. Com isso, temos mais tempo para construir uma saída que não traga prejuízos aos interesses dos trabalhadores alterando a NR.

Enfim, diz ainda mais a entidade, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho:

> O problema existe, é de conhecimento do Governo, e a sociedade é a principal interessada na prevenção, tendo em vista o acúmulo de uma legião de trabalhadores que têm sequelas de acidentes e doenças em decorrência do trabalho. Os trabalhadores acidentados e doentes são invisíveis, integram estatísticas que não são amplamente divulgadas. As iniciativas de combate, as denúncias são isoladas, não fazem parte de uma campanha articulada do Governo para reverter o grave quadro.
> Uma das medidas para solucionar o problema dos acidentes de trabalho, com foco na prevenção, é o fortalecimento da auditoria fiscal do trabalho, com a recomposição do quadro de carreira, que tem hoje mais de um terço de cargos vagos.
> Os auditores fiscais do trabalho são os agentes públicos que mais conhecem a realidade dos locais de trabalho, que estão fisicamente presentes e atuam para evitar que os acidentes aconteçam. Não basta fazer análise de acidentes que já ocorreram, ceifando vidas. O que se quer é que eles não mais ocorram, o que é bom para o trabalhador e sua família, para o empregador e para o Brasil, ou seja, uma política de prevenção.
> Os auditores fiscais do trabalho são parte importante da solução para o problema. Falta a decisão de investir e enfrentar esse tema com determinação e coragem, com políticas públicas integradas e eficientes, abrindo assim uma nova era para a segurança, a saúde do trabalho em nosso País. O trabalhador, a sua integridade física e mental e a sua vida devem ser ponto central nessa questão.
> O Sinait convida todos que comunguem dessa visão a assinar o presente manifesto pela vida dos trabalhadores.

Então, com essa introdução, os que estão nos assistindo e ouvindo já entendem o motivo desta nossa audiência pública.

Convidamos para a primeira Mesa o Sr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho 10ª Região. Por favor, seja bem-vindo.

Sr. Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Bem-vindo, líder sindical Carlos Silva.

Sr. Alessandro Antônio Stefanutto, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Juiz Federal Antônio César Bochenek, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Seja também bem-vindo.

E por fim, Sr. Márcio Silva Coelho, Presidente da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da OAB/SP. (*Palmas.*)

Esta audiência vem no momento certo porque esta proposta seria votada ontem, no plenário. Devido a uma emenda que apresentei e uma do Senador Aloysio, a matéria saiu de pauta e voltou para a CCJ. Então esta audiência deverá, naturalmente, mediante os argumentos, repercutir na Casa de forma tal que a CCJ possa ter mais subsídios para apreciar as emendas e fazer as devidas alterações.

Com essa introdução que já fiz, lendo dois documentos e esse rápido comentário, de imediato passo a palavra ao Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região, o Sr. Alessandro Santos de Miranda.

Dez minutos para cada um; se necessário, mais cinco.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Bom dia a todos. Agradeço o convite feito pelo Senador Paulo Paim. É um assunto bem palpitante e só a diversidade nesta Mesa já demonstra isso.

Fui indicado pelo Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral do Trabalho para participar desta Mesa pela minha experiência profissional na área previdenciária antes de me tornar Procurador do Trabalho, e agora, desde 99, atuando como procurador do trabalho na área da defesa do meio ambiente de trabalho, com relações conexas à saúde e segurança do trabalhador.

Atualmente, por previsão constitucional e entendimento já pacificado da jurisprudência, as ações previdenciárias decorrentes de acidentes de trabalho são de competência da Justiça Estadual. Trata-se de verdadeira anomalia, pois todas as demais ações referentes a questões previdenciárias em face do INSS são processadas pela Justiça Federal, enquanto as questões trabalhistas referentes a acidentes ocupacionais são processadas pela Justiça do Trabalho.

Não há justificativa lógica ou jurídica para que, de forma excepcional, atribua-se competência à Justiça estadual para o julgamento dos benefícios previdenciários em face do INSS decorrentes de acidentes de trabalho. A exceção é prevista constitucionalmente e pacificada na jurisprudência, apesar de inúmeras controvérsias sobre pontos específicos ainda persistirem, e advém de imposição do constituinte originário, que dispôs de forma expressa, na parte final do inciso I do art. 109 da Carta de 1988, que essas causas seriam de competência da Justiça comum. A razão para tanto é meramente histórica.

A competência para julgamento das ações acidentárias, inaugurada pelo Decreto nº 3.274, de 1919, tem origem histórica na Justiça estadual, pois naquela data era ela competente para o litígio trabalhista. Além disso, tratava-se de demanda prevista no âmbito privado a cargo do empregador.

Com o advento da Lei nº 5.316/67 e da Emenda à Constituição nº 1, de 1969, é que se transferiu ao Estado a responsabilidade pelo seguro de acidente de trabalho. Apesar da mudança no Direito material, o Direito processual não acompanhou, permanecendo a competência da Justiça comum para a matéria. É preciso evoluir. O Direito material evoluiu nas últimas décadas e unificou-se nessa seara, restando, pois, salutar o mesmo rumo ao Direito processual vigente.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 127, de 2015, representa justamente isto: evolução e sintonia com a realidade. Não se pode mais admitir que, em exceção que não se coaduna com os princípios da celeridade e da segurança jurídica, essas causas permaneçam no âmbito da Justiça comum.

Registro que a proposta original da PEC 127/15 representa avanço à disposição vigente, pois promoveria a concentração, na Justiça Federal, das ações de acidentes previdenciários em razão da natureza da parte, o INSS, entidade autárquica federal. A Justiça Federal encontra-se hoje bem preparada para o julgamento das ações que tratam dos benefícios previdenciários de maneira geral, seja pelo histórico de sucesso dos juizados especiais federais, seja pela familiaridade de seus magistrados com questões previdenciárias. No entanto – e aí talvez um ponto de divergência –, a proposta de emenda apresentada pelo Excelentíssimo Senador Paulo Paim representa o avanço processual ainda maior no objetivo de alinhar a Constituição às evoluções do Direito material. Defende a proposta de autoria do referido Congressista que o julgamento dessas ações e de quaisquer outras relacionadas às relações de trabalho sejam de competência da Justiça laboral.

A magistratura trabalhista é, sem dúvida, mais propícia e sensível a temas que têm como pano de fundo as relações de trabalho, principalmente em virtude de sua incabível, incansável lida diária em contato com as partes em litígio.

Por essas e outras razões, os membros dessa Justiça especializada têm ampla facilidade em aplicar os princípios protetivos que permeiam a relação laboral, em especial aqueles que focam em um ambiente de trabalho seguro, hígido e saudável. Assim, o cerne da questão, mesmo em se tratando de benefício previdenciário referente a acidente de trabalho, é sempre de matriz trabalhista, pois diz respeito ou à relação entre trabalhador e empregador ou tomador de serviço, ou concerne ao meio ambiente de trabalho.

Note-se que a matriz de toda a controvérsia, inclusive a que diz respeito ao direito a benefícios previdenciários, é a relação de trabalho havida com o trabalhador que postula o benefício.

Ainda invocando a Súmula nº 736, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe que "compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores", esse raciocínio justificaria também a alteração constitucional da competência judicante para as ações acidentárias, fixando em prol da Justiça especializada trabalhista. Essa unificação da competência, sim, garantirá maior efetividade à pretensão do trabalhador segurado, reduzindo a litigiosidade e unificando-se procedimentos e jurisprudência.

É forçoso dizer ainda que muitas das demandas que tratam dos acidentes de trabalho põem em discussão justamente a existência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dr. Alessandro, me permita que eu o interrompa por uma causa justa e importante.

A Senadora Regina Sousa, gentilmente, concordou em presidir porque hoje temos votações tanto na CCJ como na Comissão de Assuntos Sociais. Então, nós podemos ir trocando. Neste momento, está sendo votado um projeto meu lá do qual eu tenho de pedir vista ou, no mínimo, uma audiência pública.

Então, eu convidaria minha querida, quase que Presidenta desta Comissão, para assumir aqui os trabalhos, para que eu possa ir lá. Depois nós vamos trocando. Quando ela tiver de votar, eu assumo e vice-versa.

Então, uma salva de palmas a nossa querida Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Pode continuar, Alessandro.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Obrigado, Senadora. Bom dia.

Realmente, finalizando, é forçoso dizer ainda que muitas das demandas que tratam dos acidentes de trabalho põem em discussão justamente a existência ou não de relação empregatícia ou do próprio nexo causal do infortúnio com o trabalho. Daí que essa circunstância por si só autorizaria o julgamento pela Justiça laboral, em nome do princípio da unidade de convicção, segundo o qual pedidos distintos, desde que fundados em fato comum, devem ser apreciados pelo mesmo ramo do Poder Judiciário. Nesse sentido, concordamos, o Ministério Público do Trabalho, com as conclusões apontadas pela proposta de autoria do Senador Paulo Paim, em que deve a Justiça do Trabalho ter irrestrita competência para apreciar toda e qualquer causa decorrente das relações de trabalho, aí incluídas as oriundas de acidentes ocupacionais, independente do polo passivo da respectiva demanda.

Essas seriam, Senadora, as contribuições do Ministério Público do Trabalho para este debate. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Procurador Alessandro.

Com a palavra, agora, Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. CARLOS SILVA – Bom dia a todos. Em nome da Senadora Regina, cumprimento a Mesa, cumprimento os colegas que estão na plenária, a minha colega Rosa Jorge, Vice-Presidente do Sinait, aqui presente; bom dia a todos que nos assistem também.

Assim que soubemos da agenda desta audiência pública aqui na CDH, nós, como representantes dos auditores fiscais do trabalho, prontamente solicitamos assento para poder aqui, sem dúvida alguma, enriquecer a discussão, o debate, que tem como tema central a ocorrência de acidentes de trabalho no Brasil.

Os auditores fiscais do trabalho são as autoridades que, no dia a dia, estão dentro das empresas para fazer o trabalho de aplicação e de exigência de cumprimento das normas regulamentadoras. Hoje, o Brasil tem 36 normas regulamentadores que, em conjunto com outros instrumentos legais normativos, buscam exatamente garantir a prevenção dos acidentes nos ambientes de trabalho. A despeito da existência de 36 normas regulamentadoras e de outros instrumentos legais que buscam esse fim, os números no Brasil ainda são alarmantes, piores do que muitos cenários de guerra. O Brasil registra em média, anualmente, na casa de 7 mil acidentes de trabalho, registrados de maneira oficial.

Alguns estudos dizem que o número real, em razão da grave e real subnotificação dessas ocorrências, é no mínimo quatro ou cinco vezes o que se registra oficialmente, que já é um número para lá de assustador. Para se ter uma noção, o Brasil registra em média, anualmente, na casa dos 50 mil homicídios, mas nos ambientes de trabalho nós temos mais de 700 mil ocorrências que têm impacto direto na vida daquelas daquelas pessoas. Dentro desses mesmos ambientes de trabalho, todos os anos morrem mais de 2 mil pessoas. Outros números dão conta de que o Brasil ocupa – considerando metodologias discutíveis, mas é um número impactante – o quarto lugar no rol de acidentes com morte no ambiente de trabalho.

Sem dúvida alguma, nós estamos falando de um problema que para o Brasil é um grave problema social, uma das suas graves chagas sociais que precisam ser enfrentadas com a energia e o foco necessário, inclusive de investimento, para poder trazer esses números para o que consideramos razoável, ou seja, sem a ocorrência

de acidentes de trabalhos, porque o direito à vida é garantido constitucionalmente. O direito à proteção no ambiente de trabalho também é um direito conseguido e conquistado no texto da nossa Constituição.

Foi lido aqui, na abertura da audiência pública pelo Senador Paulo Paim, o manifesto apresentado pelos auditores fiscais do trabalho, pelo Sinait, em defesa da vida. Nós estamos assistindo a manobras de bancadas que têm interesse absolutamente no lucro, para fazer com que a sociedade brasileira tenha a menos uma das suas maiores e potentes ferramentas contra os acidentes de trabalho, que é a Norma Regulamentadora nº 12.

Houve a atualização do texto da Norma Regulamentadora nº 12, que trata da proteção de máquinas e equipamentos, que existe no Brasil desde 1978. E, 30 anos após sua existência, por uma razão óbvia, de mudança do estado da arte, da própria condição de tecnologia que tem não só o Brasil hoje, mas o mundo, essa norma sofreu uma atualização, contando com uma discussão tripartite. Hoje, essa norma que já provadamente reduz acidentes nos ambientes de trabalho é alvo de um ataque feroz, não só no Senado Federal, mas na Câmara Federal, da bancada que representa os interesses patronais, interesses absolutamente no lucro, porque nem todas as representações patronais do Senado e da Câmara pensam dessa forma de avançar, tirando sangue do trabalhador. Mas a Norma Regulamentadora nº 12 está aí sob ataque, sob ameaça de suspensão em razão de alguns projetos que tramitam nesta Casa.

Eu trouxe aqui esses números que nos mostram um pouco a realidade, e aí fiz um recorte em relação à NR 12, porque, também de acordo com outra pesquisa do Ministério da Previdência, um quarto de todos os acidentes de trabalho no Brasil ocorrem em razão de máquinas perigosas. Máquinas perigosas são aquelas que matam, que mutilam, que tiram do trabalhador sua capacidade plena de trabalho e continuação de sua vida laboral.

Então, eu trouxe aqui três situações associadas a acidentes com máquinas, três situações frequentes. Normalmente, um acidente com máquina fratura, ou provoca uma amputação, ou mata. São os acidentes mais graves que temos nos espaços e ambientes laborais do nosso Brasil.

E esse corte temporal de 2011 a 2015 é posterior à publicação do novo texto da Norma Regulamentadora nº 12. Então, tivemos, a partir de dezembro de 2010, a publicação do novo texto. E, a partir de janeiro de 2011 até então, essa norma vem produzindo efeitos. Ela foi criada, publicada com base numa comissão tripartite e, ao longo desses anos, no último ano em especial, começa a mostrar os resultados do que significa a existência da NR 12. Nós conseguimos reduzir em quase 20% o número de fraturas em relação a esses acidentes. Passamos dos 20% com relação às amputações e reduzimos em quase 12% o número de óbitos quando comparamos 2015 a 2014.

Ora, senhores, esse cenário demonstra o que a Auditoria Fiscal do Trabalho, o Sinait e todos aqueles que defendem a prevenção e a vida dos trabalhadores entendem sobre a importância da vigência da NR12 na proteção da vida dos trabalhadores.

Este é um mês importante para a comunidade internacional com relação ao tema acidentes do trabalho. Em 1969, ocorreu um grave acidente nos Estados Unidos, numa mina, vitimando 79 mineiros, e esse grave acidente ganhou proporção internacional, levando a OIT a definir, a partir de 2003, o dia 28 de abril como o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças no Trabalho. A OIT fez isso, tornando esse o dia para uma campanha internacional contra os acidentes de trabalho. O Brasil internalizou essa data como também um dia nacional em memória às vítimas de acidentes, desde 2005.

Nós estamos, portanto, falando de um esforço da comunidade internacional, que registra anualmente, de acordo com a OIT, mais de 270 milhões de acidentes. Desse modo, é grave o problema dos acidentes de trabalho no Brasil. Segundo nossa avaliação, sendo enfrentado ainda de maneira muito tímida, não considera o enfrentamento a essa chaga social, despreza de maneira escancarada o tripé que nós avaliamos dessa forma. O mundo do trabalho tem, institucionalmente, na representação do Estado, um tripé estabelecido. Esse tripé é formado pela Justiça do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho e pela Auditoria Fiscal do Trabalho. Observe-se que, na conjuntura e na integração da atuação desse tripé, que, nos limites de suas competências, busca exatamente promover e garantir a vida nos ambientes de trabalho, nós encontramos graves problemas, especialmente na atuação da Auditoria Fiscal do Trabalho, que hoje sequer um quadro com número suficiente possui para poder, no seu dia a dia, impedir aqueles óbitos de ocorrerem, impedir aquelas amputações, impedir todas aquelas fraturas e salvar vidas.

Na relação que estabelecemos com a verificação física, mas não só verificação física, o diálogo diário com os trabalhadores no Brasil, nós enxergamos as condutas deliberadas de grande parte do empresariado em não cumprir as normas regulamentadoras de maneira a colaborarem para esse quadro caótico que enxergamos aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – E, sob nossa avaliação, Senadora, em razão de reunir as condições de experiência, as condições de conhecimento das realidades associadas ao mundo do trabalho, em especial à ocorrência dos infortúnios dos acidentes de trabalho, nós enxergamos na Justiça Federal especializada, na Justiça do Trabalho, no escopo da discussão da PEC aqui sob comento, as melhores condições para poder, no bojo da amplitude dos fatos relacionados aos acidentes do trabalho, todas as causas decorrentes da sua existência. Compreendemos que, havendo um braço especializado do Estado para, na esfera judicial, tratar a temática de acidente do trabalho, que a ele, sim, sejam direcionadas todas as causas.

Fazemos isso e falamos isso porque é com essa Justiça que no dia a dia tratam os auditores fiscais do trabalho na competência que têm não só para analisar os acidentes ocorridos – isso é objeto inclusive de subsídio para que a Advocacia-Geral da União ingresse com ações regressivas de competência –, mas também na atuação diária para verificar e exigir que as empresas projetam seus empregados dos acidentes, cumprindo as normas regulamentadoras existentes expedidas pelo Ministério do Trabalho.

Fica aqui, portanto, o nosso registro de concordância absolutamente integral com a fala do Dr. Alessandro, que me antecedeu aqui na Mesa, e também por já acompanhar essa discussão muito antes desta oportunidade e já poder tê-la externado em outras ocasiões.

Obrigado pela atenção.

Só quero finalizar dizendo que, em relação ao manifesto lido aqui, que é o manifesto pela vida, produzido por nós, temos a pretensão, Senadora, de, ao final da audiência, sair daqui com as entidades que se dispuserem a assinar o manifesto. Vamos transformá-lo numa petição pública para que consigamos um amplo apoio de toda a sociedade brasileira, podendo, assim, no dia 28 de abril, fazer essa divulgação, cobrando providências mais enérgicas e integradas do Governo Federal e de todas as instâncias públicas de nosso País na defesa da vida dos nossos trabalhadores.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Carlos Silva.

Vamos ouvir agora Alessandro Antônio Stefanutto, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Bom dia, Senadora. Muito obrigado. Bom dia a todos os presentes, membros da Mesa.

Queria iniciar dizendo que estou representando aqui a presidente do INSS, embora Procurador-Chefe do órgão. É impossível despir-me da condição de membro da AGU e fazer comentários inclusive em relação à minha própria atuação, porque sou paulistano e militei na acidentária, como chamam em São Paulo, na Justiça Estadual muito tempo, representando o INSS. Então, acho que vale a pena aproveitar o que os colegas já falaram.

O Dr. Alessandro Miranda fez uma abordagem histórica que eu gostaria de ter feito com o mesmo brilhantismo. Aproveito o que ele já disse, da origem, por que acabou ficando na Justiça Estadual o julgamento das ações de acidente de trabalho relativamente ao seguro.

O Dr. Carlos Silva representa, senão uma das mais importantes, a mais importante entidade e que é parceira da AGU, aqui com a licença do Dr. Renato, nosso Procurador Geral Federal nas ações regressivas. As ações regressivas que a AGU tem interposto em nome do INSS têm sido de muita valia. O trabalho dos fiscais do trabalho e toda a lida dos fiscais do trabalho acaba sendo muito bem aproveitada, e hoje há um projeto que não é objeto da discussão, mas é um projeto de muito sucesso pela Procuradoria Geral Federal em razão dessa parceria importante.

Dito isso, permitam-me falar da minha experiência pessoal em São Paulo. Tomei posse como procurador ainda do INSS em 1999 para 2000, e fui lotado exatamente nas ações acidentárias. Foi a minha primeira lotação, o primeiro trabalho que tive diretamente com o assunto, e fiquei lá alguns anos antes de vir para Brasília fazer carreira.

Com o que o Dr. Alessandro Miranda colocou em seu relato histórico e depois sobre os posicionamentos jurídicos e toda a conclusão a que se chegou, nós concordamos, sim. Concordamos em parte que a Justiça Estadual traz uma série de inconvenientes para o julgamento das ações acidentárias. Na Justiça Estadual, primeiro por serem 27, ao longo e no espaço do País, até por conta da concentração nas regiões Sudeste e Sul, hoje mais também no Nordeste, haverá experiências diferentes e julgamentos diferentes, o que é natural, é da natureza humana. Isso causa um transtorno enorme para aqueles que militam nessa atividade e também implica a preocupação que o próprio Procurador trouxe, de se ter só um centro de decisão. No final, são 27 e, com isso, são vários problemas que acabam, de alguma forma, ou não trazendo o direito correto para o segurado, ou não trazendo o direito correto para o INSS. Afinal de contas, o INSS representa os trabalhadores. O INSS cuida do fundo do Regime Geral, que paga os benefícios. O INSS não tem interesse em pagar ou não pagar. O INSS tem interesse em pagar aquilo que é devido. Portanto, para nós, a melhor justiça é aquela que é

mais bem aplicada e não necessariamente uma que condene mais, condene menos, etc. Isso não faz nenhum sentido para o INSS. O que faz sentido é que o benefício que o trabalhador for buscar na Justiça, seja qual for, possa ser corrigido quando nós erramos. E possa ser corrigido quando nós acertamos a não concessão do benefício. Esse é o papel do INSS.

Mas, pela minha experiência de alguns anos, essa cisão que havia, essa separação entre os chamados benefícios concedidos previdenciariamente e os benefícios previdenciários acidentários causava critérios diferentes para uma infinidade de coisas que não se relacionam com o trabalho. Por exemplo, correção, reajuste. Nós vivemos nos anos 90 uma série de criação de esqueletos, de outras situações, ou de descoberta desses esqueletos que acabaram impactando nos benefícios previdenciários. Vou chamá-los aqui de previdenciários *lato sensu*.

Pois bem, isso criou inúmeras ações judiciais, abarrotando o Judiciário com questões de correção, de reajuste de benefícios. E pasmem: as correções de benefícios acidentários, por alguma razão que desconheço, eram feitas na Justiça Estadual. Isso causava um problema enorme, porque os critérios são diferentes, as contadorias são diferentes. As Justiças estaduais não operam porque os Estados não aderem ao sistema, ao Siaf. Então, as Justiças estaduais não operam o orçamento. Os orçamentos são trabalhados diretamente, o pagamento é feito de forma direta. Isso cria uma situação de diferença com os outros segurados. As causas acidentárias, na maioria das vezes, eu arriscaria dizer aqui, sob pena de cometer um erro pela exceção, porque sempre existem casos, não tratam de questão trabalhista *stricto sensu.* Elas não tratam.

A única questão que se poderia pensar em tratar com maior especialidade seria o *in itinere*, em que pode haver alguma discussão, sendo muito honesto aqui. Mas, normalmente, quando ele ingressa com ação acidentária, não há dúvida de que o acidente foi do trabalho, e, para o INSS, neste momento, tanto faz se ele descumprir. Vejam que estou falando do ponto de vista jurídico. Claro que não tanto faz do ponto de vista humano, mas, do ponto de vista jurídico, tanto faz se o empregador descobriu a NR x, y ou z. Vai-nos interessar na ação de regresso mais adiante, mas nós pagamos ao nosso segurado independente da ação de regresso.

Mesmo nas ações regressivas, e que não temos sucesso, temos sucesso com vitória e não recebemos, ou não temos sucesso porque a Justiça Federal entendeu que o empregador atendeu às normas, etc, nós vamos pagar o benefício da mesma forma. A ação regressiva não visa a indenizar o trabalhador, mas visa a buscar daquele que não acata as normas regulamentares as normas trabalhistas, de o INSS ser ressarcido, como busca em outros casos. Busca em acidente de trânsito, busca em agressão contra mulher. Todo aquele que ainda decide, em 2016, bater em mulher ou dirigir alcoolizado, sob efeito de droga, e causa um acidente e um prejuízo à sociedade tem que indenizar. E não é diferente nas ações acidentárias também. Mas isso é o segundo passo.

O primeiro passo é quando ele ingressa com a ação, e me permitam passar essa experiência, porque vivi isso no dia a dia. Se buscarem no Tribunal de Justiça de São Paulo, todas as minhas peças e todo o meu trabalho de anos são ligados a acidente de trabalho, todos. Eu nunca oficiei na federal lá. Minto: 15 dias em execução fiscal, cumulado com acidentária para cobrir um colega. Mas, em todos os anos, eu militei em acidente de trabalho. E nunca tivemos uma discussão *stricto sensu* sobre questões trabalhistas dentro do processo. Nós nunca tivemos. Isso não existe. Com todo respeito a quem pensa diferente, opiniões diferentes, mas isso, na minha participação, e ainda depois quando vim para Brasília e fui acompanhar o projeto de ações regressivas e me aproximei muito na época do então Ministério do Trabalho, hoje Ministério do Trabalho e Previdência Social. Então, estamos mais juntos ainda, o que foi uma medida muito acertada. Nós nunca tivemos grandes discussões ou, que eu me lembre na minha ação – pode haver algum colega que teve –, relacionadas a alguma matéria trabalhista *stricto sensu* que merecesse levar a matéria à Justiça trabalhista.

A Justiça Federal comum, vamos chamar assim, não a Justiça especializada trabalhista, está preparada para receber os segurados. A Justiça Federal hoje tem o juizado especial federal, tem um rito próprio, tem um pagamento mais célere, e isso tudo teria de ser transformado. Tenho a impressão, sem querer fazer um juízo muito adiantado, de que nós careceríamos dos mesmos males ao sair da estadual e ir para a Justiça do Trabalho.

Essa é a opinião que temos, porque todos os benefícios previdenciários, exceto esse, são tratados na Justiça Federal. O acidente do trabalho é muito mais do que só a relação trabalhista. É muito maior que isso; envolve outras nuances importantes também. Já fizemos essa análise, dentro da AGU e dentro do INSS, e não nos parece adequado, não só do ponto de vista jurídico, de que estou tentando aqui fugir um pouco, porque estou aqui na condição de representar o INSS. Do ponto de vista prático, o que hoje funciona, o que hoje entrega ao segurado a tempo e modo seu benefício é a Justiça Federal. E ela, pelo tempo que já houve de evolução, espalhou-se pelo Brasil, adequou-se e montou uma Justiça praticamente própria para julgar os benefícios previdenciários.

O juizado especial federal hoje começou como juizado especial previdenciário em São Paulo. Eu me lembro, pois já estava lá e era procurador. Ele julga quase que unicamente as ações previdenciárias.

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Se existe uma Justiça especializada em ações previdenciárias é a Justiça Federal e não qualquer outra.

Então, aqui, falando pelo INSS, para respeitar o tempo e não tomar o tempo dos demais, nem cansá-los, eu coloco que somos a favor do projeto como proposto pelo Senador Pimentel. Não somos a favor da mudança para a Justiça laboral, com todo o respeito à Justiça laboral. Temos ações de execução e outras lá, mas não entendemos que vá haver um ganho para o INSS e para o segurado.

Se me permite uma resenha muito rápida, Senadora, no início, quando a Justiça Federal, com a criação dos juizados especiais, recebeu os nossos segurados... Claro que o INSS – não sei se todos sabem – tem hoje 33 milhões de benefícios em manutenção. Todos os meses, fazemos 700 mil perícias; quase um milhão de brasileiros entram para benefício por incapacidade. Não só as perícias, mas atendemos por meios remotos e meios físicos quase 5 milhões de pessoas. Então, o INSS, quando erra em 0,5% de suas decisões, é muita gente. Nós trabalhamos realmente com uma sociedade de massa. Somos o órgão em que a população entende e visualiza o Brasil, o Estado brasileiro.

Então, nossa missão não é simples e temos a ajuda da Justiça Federal, para que faça a correção, como é no Estado de direito, em que a última palavra é do Poder Judiciário. E o Poder Judiciário, ao contrário do que se pode imaginar, na minha avaliação, não está para ser mais bonzinho, mais ruinzinho ou melhorzinho com qualquer parte, seja o segurado, seja o empresário, seja o órgão público. Ele está para aplicar a justiça.

Terminando aqui, Senadora, não posso deixar de dizer que, no primeiro momento em que a Justiça Federal recebeu nossos segurados em massa, houve quase o caos, porque é um público mais idoso, é um público que requer mais cuidado. Nós do INSS já estamos preparados para tratar desse público. Nós fazemos agendamento remoto não só para evitar aquela fila horrorosa que qualquer órgão público deve evitar, mas também porque as pessoas que vêm procurar nosso serviço raramente não estão numa situação de dificuldade. Talvez o único momento de felicidade quando vêm procurar um serviço nosso é o salário-maternidade, e olhe lá. Normalmente, o segurado vem buscar o apoio do Estado, esse mesmo segurado que vai bater na Justiça, qualquer que seja, para buscar o seu direito em relação a acidente do trabalho. E, como o Dr. Carlos colocou, não é pouca gente. É muita gente! Acidente de trabalho é um assunto que requer atenção total, seja desta Casa, seja da população, seja de toda a sociedade.

Então, nós não conseguimos visualizar, do ponto de vista prático – não mais do ponto de vista jurídico, de onde dá para ir para qualquer lado, tanto que acabou na estadual porque, pasmem, havia uma questão histórica – ganho algum, e me permitam a dureza do comentário, em sair da Justiça estadual e ir para Justiça do Trabalho. Nós vemos ganho para a população e para nós, INSS, Estado, ir para a Justiça Federal, que é a grande especializada em ações previdenciárias, e o assunto acidente do trabalho e benefício previdenciário não afeta, ainda que, talvez, de forma reflexa. Mas eu digo da minha experiência pessoal: eu nunca discuti, dentro de uma ação de benefício acidentário previdenciário, questões trabalhistas. Nunca, nunca, nunca.

Agradeço, Senadora.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Alessandro.

Vamos ouvir agora o Dr. Antônio César Bochenek, Juiz Federal, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Bom dia a todos. Senadora Regina Sousa, é um prazer estar aqui nesta audiência pública que trata de tema tão importante para a sociedade brasileira, e, nesse sentido, na pessoa de V. Exª, gostaria de cumprimentar todos os Senadores e todos os Parlamentares, que são os responsáveis por elaborar a legislação, para bem conduzir os caminhos da sociedade brasileira. Aproveito para cumprimentar os companheiros de Mesa, aqui, o Alessandro Miranda, do Ministério Público do Trabalho; Carlos Silva, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Márcio Silva Coelho, Presidente da Comissão de Estudos de Acidente do Trabalho e Alessandro Stefanutto, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral Especializada do INSS.

Bom, acredito que a Associação dos Juízes Federais pode contribuir neste tema e neste debate mais pela experiência do trabalho realizado pelos juízes federais em relação à matéria previdenciária que nos chega até hoje. Pode também contribuir quanto ao principal objeto aqui, que seria aqui a análise da PEC 127, em termos de observações relacionadas a ela. Fazendo o primeiro parêntesis aqui em relação a esse tema, temos que, quando se trata de questão de competência, estamos sobretudo tratando de uma definição de regras processuais; ou seja, não estamos no primeiro momento tratando de regras de Direito material.

Portanto, para a competência da Justiça Federal, no art. 109, está sendo proposta uma revisão por essa PEC 127, e uma revisão para adequar aos termos e às realidades atuais da Justiça Federal. Nesse sentido, não

discordamos em nada da observação introdutório do Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho, Dr. Alessandro Miranda, quando traz as razões históricas pelas quais essa competência de acidente de trabalho estava relacionada à Justiça estadual. Essas razões históricas – acredito que há unanimidade entre nós – não prevalecem mais, não são mais adequadas ao momento que vivemos.

Desse modo, a própria PEC 127 traz uma mudança, transferindo da Justiça Estadual para a Justiça Federal essas demandas relacionadas a acidente de trabalho. Ponto. Acidentes de trabalho, as questões apenas previdenciárias – que bom! –, e diga-se isso de passagem, afirmando que apenas as questões previdenciárias. Por quê? Porque a própria Constituição, no art. 114 – vejo aqui o Colussi, que é o representante da Anamatra, da associação dos juízes do trabalho –, estabelece que todas as discussões relacionadas às relações de trabalho são da competência da Justiça do Trabalho, e isso não se discute, isso não está em jogo aqui em nenhum momento, por conta dessa competência material que é dada à Justiça do Trabalho para decidir as causas relacionadas ao trabalho.

Mas o que, nessa PEC, está-se propondo é justamente e tão somente a questão referente à competência previdenciária. Nesse aspecto, parece-me que a observação do Dr. Alessandro Stefanutto é primorosa, e é primorosa não só por ele estar no INSS e ter sido procurador e ter vivido essa experiência. Vejo aqui também o Dr. Renato, que é o Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral Federal e que também poderá – creio que ele estará na mesa – trazer essas experiências relacionadas. Não há discussões, nessas ações previdenciárias originárias, digamos assim, de acidente de trabalho, não há nenhuma discussão em relação a acidente de trabalho, que fica justamente com a Justiça do Trabalho. Por quê? Porque competência nada mais é que a divisão de trabalho entre os juízes. Então, a Constituição e a legislação estabelecem que alguns juízes vão estar discutindo causas de família, que outros juízes vão estar discutindo causas de infância e juventude e causas trabalhistas, e a Justiça Federal tem suas demandas, que estão estabelecidas nessa legislação.

Muitas vezes, também, Procurador Alessandro Miranda, as relações se inter-relacionam, porque, eventualmente, o juiz estadual pode estar decidindo indiretamente uma questão trabalhista, e uma questão trabalhista relaciona-se com uma questão da federal, e assim sucessivamente. Mas, quando nós temos, então, uma competência previdenciária que é competência por conta da especificidade da razão da pessoa, no caso a União Federal e, aqui, o Instituto Nacional de Seguridade Social, que é uma autarquia federal, há uma divisão do trabalho, há uma otimização do trabalho para que nós tenhamos uma coerência entre o sistema. Todos os juízes, juízes federais, juízes trabalhistas e juízes estaduais, têm formação jurídica, passam por concursos públicos que exigem as suas aptidões relacionadas, claro, a essas competências e estão aptos a julgar esses processamentos – repetindo e fazendo aqui a utilização das palavras do Dr. Alessandro Stefanutto, para não ultrapassar o tempo destinado a esta minha explanação.

Outro ponto importante, aí já trazendo para a experiência prática da Justiça Federal, é estabelecer em quais demandas pode haver, porque não são todas, alguma relação de trabalho indiretamente voltada ao regime previdenciário. Isto nos casos de pensão por morte, de auxílio-acidente e de aposentadoria por invalidez, que são as demandas principais que podem ter origem no acidente de trabalho. Por quê? Porque a pessoa pode falecer por um acidente de trabalho, mas pode falecer não por acidente de trabalho. A pessoa faleceu. E aí? Discute-se o quê? Na competência previdenciária, discute-se a questão do preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício. Isso é o Direito Previdenciário. Não se vai discutir, no primeiro momento, se houve acidente de trabalho, as condições da empresa. Não, paga-se o benefício tão somente, e, depois, claro, há a possibilidade de ações regressivas e outros encaminhamentos. Mas a relação previdenciária, em relação às origens, seja de acidente de trabalho ou não, é a mesma, não tem diferenciação nenhuma. Não há esse elemento previdenciário a ser discutido nesse momento.

Com base nisso, hoje, o que ocorre? Se é oriundo de acidente de trabalho, é a Justiça Estadual; se não é, é a Justiça Federal. Ocorre que há decisões conflitantes, como já foi falado aqui, nesta mesa. São 27 unidades da Federação na Justiça Estadual que julgam, são vários juízes estaduais, mas há decisões conflitantes entre o juiz estadual e entre o juiz federal sobre a mesma matéria numa mesma cidade num mesmo local, caso seja decorrente ou não de acidente de trabalho.

Creio que a Procuradoria-Geral também vai ter outros elementos da própria organização interna e da própria estrutura da defesa do INSS, que é um elemento a ser considerado. Mas, além das decisões conflitantes, o que é mais importante nesse debate? É dizer que, muitas vezes, o juiz estadual entende que aquele benefício não tem origem no acidente de trabalho e manda para o juiz federal. O juiz federal entende que também não há, e teria que mandar para a Justiça Estadual ou suscitar um conflito de competência. E aí nós estamos movimentando o sistema judiciário para decidir conflito de competência. E, muitas vezes, como são órgãos judiciais diferentes, o conflito de competência vai para o STJ, que já está abarrotado de processo. Isso demora anos, com sérios prejuízos justamente para aquele que é o mais prejudicado ou que poderia ser o mais bene-

ficiado da relação, que é aquele que sofreu o acidente de trabalho ou aqueles que são dependentes, no caso de pensão por morte, de quem sofreu acidente de trabalho.

Então, essa ilogicidade do sistema, como já foi comentado – e não há, aqui, divisão em relação a isso –, causa esses conflitos de competência, movimenta a máquina judiciária, e não só a máquina judiciária, pois movimenta a AGU, movimenta os advogados, nós temos custos desnecessários que não se coadunam com aquele momento.

Bom, havendo essa dualidade de possibilidades com decisões conflitantes, nós temos também uma dificuldade de unificar a jurisprudência, e há também discussões. Minha tese de mestrado é sobre a competência da Justiça Federal. Eu dediquei 10% da minha tese para escrever sobre esse tema e as discussões jurídicas e os eventuais encaminhamentos dados. Se nós não uniformizarmos esse entendimento conforme a proposta da PEC 127, nós não estaremos discutindo nada disso no plano acadêmico, não estaremos discutindo isso entre as relações de advogados, mas estaremos racionalizando o sistema, estruturando o sistema, de forma que nós possamos trabalhar e dar entendimentos adequados e sem trazer prejuízo principalmente àqueles que são os destinatários dos benefícios previdenciários, que, muitas vezes, por decisões conflitantes ou por conflitos de competência que são regras processuais que existem dentro do sistema jurídico, demoram muito tempo para ter sua solução.

Nesse sentido, já aproveitando aqui, sintetizando e finalizando a minha fala, nós entendemos que a proposta, como foi colocada na Emenda nº 127, é adequada, é consentânea com os momentos que vivemos em relação aos Judiciários. Enaltecemos aqui o trabalho realizado por todos os órgãos relacionados à Justiça do Trabalho, o Ministério Público, a auditoria fiscal, a Justiça do Trabalho, que tem um trabalho excepcional, extraordinário, em relação às causas de acidente de trabalho, mas reafirmamos que, em relação à competência previdenciária, não se discute em si o acidente de trabalho, mas tão somente as questões previdenciárias, e que, portanto, como a Justiça Federal já é responsável pelo julgamento dessas demandas previdenciárias, seria lógico, coerente e sistêmico que essas demandas, então, sejam julgadas e processadas pela Justiça do Trabalho, evitando, principalmente, decisões contraditórias, a unificação da jurisprudência, decisões de qualquer outra ordem, seja acadêmica, seja jurídica, em relação a um tema tão importante e tão caro, evitando, assim, prejuízos maiores aos segurados, no caso aqui os trabalhadores ou os dependentes que sofram ou não acidente de trabalho.

Eu agradeço a oportunidade. Estou à disposição para o debate, porque acho que o debate pode esclarecer outros pontos, Senadora, e trago aqui esses elementos para contribuir com o Senado e com as legislações brasileiras.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado ao Dr. Antônio César.

Vamos ouvir o último palestrante, Dr. Márcio Silva Coelho, Presidente da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho da OAB de São Paulo.

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar todos que aqui se encontram e destacar a presença da minha companheira Drª Esmeralda Figueiredo, que, comigo, faz parte da Comissão de Estudos sobre Acidente do Trabalho, assim como da Drª Juíza de Direito Heliana Hess, Juíza de Direito da 4ª Vara de Acidentes de Trabalho.

Nós ouvimos aqui várias respeitáveis teses no sentido de que a ação de acidente de trabalho deveria ir para a Justiça Federal ou para a Justiça do Trabalho.

A OAB tem uma posição bem definida a respeito disso. A OAB é, como sempre foi, pela manutenção da ação de acidente de trabalho na Justiça Estadual. Vários são os pontos que nós vamos aqui destacar que recomendam e aconselham a permanência dessa competência na Justiça Estadual.

Em primeiro lugar, temos que destacar o lado prático. Ouvimos muito aqui o lado teórico, com peso, com fundamento, mas também temos que discutir o lado prático, porque é esse, afinal de contas, que toca de uma forma mais candente o acidentado.

Nós estamos, agora, com cerca de dez milhões de desempregados. Essa massa extraordinária de trabalhadores desempregados irá procurar na Justiça a satisfação dos seus direitos. Então, nós teremos um acréscimo, e um acréscimo sensível, em todas as Justiças, destacando primordialmente a Justiça do Trabalho, que será a primeira a entrar nessa frente. É a frente do compromisso, é a frente dos desempregados. Isso vai aumentar a massa de processos com destino à Justiça do Trabalho.

Podemos também falar que, nessa situação, a Justiça Federal também receberá a sua carga de processos. Por quê? Porque muitos desses desempregados tentarão se aposentar, muitos tentarão buscar um auxílio-doença, e por aí vai.

De uma maneira geral, todas as Justiças estão sobrecarregadas – não preciso dizer isto a vocês, porque é do conhecimento de todos que aqui estão –, mas essa movimentação de processos em relação a esse desemprego acentuará mais o pedido.

Pergunto a vocês: qual seria o lucro de pegarmos a massa de processos que hoje se encontra na Justiça Estadual e mandar para a Justiça Federal ou para a Justiça do Trabalho? Qual o lucro disso? Que vantagem teria o trabalhador acidentado com isso?

Tenho certeza de que, se perguntarem aqui aos juízes de primeiro grau, na Justiça do Trabalho e na Justiça Federal, se eles gostariam de receber esse acréscimo de trabalho, eles vão dizer que não, e de uma maneira muito candente, muito clara. Por quê? Porque há uma sobrecarga disso. Eu não entendo, não vejo qual a razão para se extinguir a competência da Justiça Estadual e mandar a ação de acidente de trabalho para a Justiça Federal ou para a Justiça do Trabalho.

A OAB desenvolveu um trabalho a esse respeito. Passaremos, então, a analisar ponto por ponto esse trabalho, que interessa muito, no meu modo de ver, a esta Comissão.

Matéria cível é afeita à Justiça Estadual Por quê? Embora muitos olvidem, a ação de acidente de trabalho está calcada numa apólice de seguro prevista na Constituição Federal (art. 7º, inciso XXVIII). Atualmente, temos o INSS como segurador compulsório, efetuando o recolhimento do Seguro de Acidente de Trabalho, o SAT, de todas as empregadoras.

É importante notar que tal contribuição não se confunde com o recolhimento de natureza previdenciária comum, tratando-se, isto sim, de uma contribuição autônoma.

Assim, versando sobre acidente de seguro, a matéria é de natureza cível por excelência, por se tratar de um contrato, sendo competente a Justiça Estadual para dirimir questões a ela relacionadas.

Vamos lá! Quem acompanhou a evolução histórica do acidente do trabalho deve se lembrar de que, na década de 60, havia seguradoras particulares. Não era o INSS o segurador. E existe hoje um movimento para privatizar o seguro do acidente de trabalho. Então, esse seguro de acidente de trabalho poderá ser privatizado. Assim sendo, o que faria a ação de acidente de trabalho na Justiça Federal? É uma questão de matéria cível e assim deve ser tratada.

Além do mais, a Justiça Federal, atualmente, encontra-se sobrecarregada de ações, e a situação tende a se agravar, em razão da crise financeira e do desemprego, o que deve aumentar ainda mais o número de ações. Nem mesmo a informalidade característica dos juizados especiais previdenciários consegue suplantar as dificuldades que, consagradamente, afligem a Justiça Federal.

Além disso, a Justiça Federal previdenciária é aquela que mais obstáculos erige para que o segurado apresente o seu pedido de benefício. Nesse sentido, temos que a Justiça Federal, para simples interposição da ação, torna obrigatória a comprovação de endereço do segurado, a exibição de laudos médicos atuais, e, como última novidade, temos que as ações previdenciárias doravante distribuídas perante o Juízo Especial Federal não mais farão a redação do pedido inicial. O trabalhador deverá, agora, ainda que sem advogado, formalizar seu pedido *on-line*, via internet, apresentando toda a documentação digitalizada, inclusive exames radiológicos, laboratoriais e médicos que porventura tiver. Enfim, o segurado que traga o que tiver, se tiver.

Na hipótese de o perito entender ser necessário o exame complementar, tal como ressonância magnética ou tomografia, será ordenado, então, ao próprio segurado que o faça. Infelizmente, fazer exames especializados no Brasil de hoje em dia significa pagar, diante da falência do sistema de saúde do nosso País. Infelizmente! O laudo, então, sem esse exame, será devolvido pelo perito do juiz, noticiando-se a impossibilidade de concluí-lo porque o autor não trouxe o exame. Em consequência, milhares de processos são arquivados simplesmente porque o trabalhador tentou no sistema de saúde e não conseguiu ou porque não tinha dinheiro para pagar. Dessa forma, o feito será arquivado pura e simplesmente.

Eu posso falar isto de cadeira, porque sou advogado, milito na Justiça Estadual, assim como na Federal, e deparo com esse problema de maneira cotidiana.

Com relação à Justiça do Trabalho, a emenda à PEC 127/15 apresentada pelo Senador Paulo Paim é também no sentido de remeter-se a ação de acidente de trabalho para a Justiça do Trabalho, o que também não se afigura razoável. Senão, vejamos. Em sua justificativa, a mencionada emenda afirma existir uma maior vocação para análise de temas relacionados com a Justiça do Trabalho. Contudo, a ação de acidente de trabalho passa ao largo da relação empregado/patrão. De fato, como já dito anteriormente, a ação acidentária deriva de uma apólice de seguro prevista no art. 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal. Atualmente, o INSS é o segurador compulsório, efetuando o recolhimento do seguro de acidente de trabalho de todas as empregadoras.

Importante notar que tal contribuição não se confunde com o recolhimento de natureza previdenciária comum, tratando-se de uma contribuição autônoma.

Assim, versando sobre apólice de seguro, a matéria é de natureza cível por excelência, por se tratar de um contrato, sendo competente a Justiça Estadual para dirimir as questões. Logo, não se configura uma relação entre empregado e empregadora, longe da área da atuação da Justiça do Trabalho.

Desde a década de 40 que a competência para o conhecimento da ação de acidente de trabalho pertence à Justiça Estadual, e isso se deve ao fato de que, sempre que necessário, a Justiça Estadual instala varas especializadas para o julgamento exclusivo da ação acidentária. E temos varas especializadas em acidentes de trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – ... em Manaus, em Betim, em Porto Alegre, em Santos e em São Paulo.

Temos aqui um vasto estudo feito, mas vamos resumir.

Além de todos esses pontos de que nós falamos, evidentemente, fazer uma movimentação de processos. Só a cidade de São Paulo tem 51 mil processos de acidente de trabalho em andamento, fora o que existe em outras varas especializadas em acidente de trabalho Brasil afora. Esse volume vai com destino a uma dessas Justiças. Para quê? E por quê? Como diz o ditado, alguém tem que pagar pelo almoço. Isso não é de graça. Temos que os juízes na Justiça do Trabalho nem conhecem dessa matéria, porque é uma matéria especializada, ao passo que a Justiça Federal tem lá também os seus problemas. Não vamos cometer aqui a irresponsabilidade de mandar um volume enorme para essas Justiças, como se, com isso, não fosse acontecer nada e fosse ficar tudo bem. Muito pelo contrário, nós já temos problemas em todas as Justiças, inclusive na Estadual. Acrescentar, eliminar uma competência para mandar para outra achando que isso vai melhorar é um engano, e um engano que podemos e devemos evitar.

Portanto, a OAB de São Paulo é pela manutenção da competência da Justiça Estadual para o julgamento da ação de acidente de trabalho.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Presidente, posso fazer um comentário?

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu vou deixar porque não há Senador inscrito. V. Exª vai falar até no tempo dele, porque ele não usou todo. Temos sempre uma prorrogação. Eu sempre prorrogo um pouco o tempo.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Eu vou deixar meu colega fazer a observação primeiro.

Por favor.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Rapidamente, Senadora.

A senhora falou do toque da sineta. Eu fui militar da Marinha muitos anos. Quando tocava a sineta, a gente não tinha mais tempo. E o resultado de não acatar a sineta era muito grave naqueles tempos de jovem. É por isso.

Rapidamente, eu fiz algumas anotações...

Eu já conheço o Dr. Márcio Coelho porque, quando eu militava, ele estava do outro lado. É um duro debatedor que buscava a proteção dos seus clientes, claro. Mas eu acho que qualquer debate que fale que uma Justiça é mais ou menos vocacionada, que um juízo é mais ou menos preparado é despropositada. Qualquer competência que receba esse seu trabalho, a Justiça do Trabalho ou qualquer outra Justiça que exista, como a Eleitoral, ainda que possa ser pouco fácil de entender, os juízes vão estar preparados, vão se preparar. Não me parece que seja esse o tom da discussão.

Quanto a perguntar para a Justiça do Trabalho ou para a Federal se eles querem assumir isso ou não, embora um ator importante, poderíamos perguntar também à Justiça Estadual se ela quer, de alguma forma, perder essa competência, porque os juízes que julgavam essas causas lá em São Paulo, pelo menos os que eu conhecia, não tinham tanta convicção de que aquilo agregava alguma coisa para a Justiça Estadual.

Quanto à privatização, o que o Dr. Márcio apontou, eu desconheço. Pode ser que eu seja o último a saber. Eu desconheço. E também isso independe de em qual Justiça esteja, na Federal, na Estadual... Se já houver um movimento de privatização, isso vai independer de em qual Justiça estará. Isso não mudará o rumo de algum movimento nesse sentido, mas repito aqui, porque essa palavra traz um pouco de ansiedade às pessoas, que nós não temos nada formalmente aberto dentro do INSS pensando em privatizar isso.

A outra questão que era importante, se vai se falar de benesse ao segurado, primeiro, na Justiça Federal ele vai poder acessar o juizado especial e vai poder acessar de maneira prática e direta. Talvez, claro, o representante da Ajufe fale melhor sobre isso no que diz respeito à Justiça Federal. Mas na Justiça Estadual os processos demoram muito. Nós temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Eu estou falando e acho que vocês vão ter a chance de falar. Se não, a gente acaba cometendo aqui alguns erros.

Como o Dr. Márcio lembrou, nós temos especializada em São Paulo, Santos, Betim e Manaus. Embora São Paulo, minha terra, seja muito representativa, com 20 milhões de habitantes só na pequena São Paulo, não na Grande São Paulo, o Brasil é muito maior que isso, e eu, vindo a Brasília, tive a oportunidade de deixar de ser paulistano e virar brasileiro e entender que o Brasil é muito maior. Não tem brasileiro só em Manaus, em Betim, Santos e São Paulo e não me parece que essas especializadas nessas regiões sejam tão relevantes, com toda a licença aos meus colegas conterrâneos paulistanos.

E quanto aos exames e etc – acho que nosso representante da Ajufe vai poder falar sobre isso –, eu acho que há alguns reparos que têm que ser feitos, porque a Justiça Federal toca, numa linguagem bem popular, muito bem as ações previdenciárias. Nós temos desentendimentos quanto a entendimentos jurídicos, porque uns juízes entendem de uma forma e nós entendemos de outro jeito, e isso é do jogo. Ninguém se aborrece porque o juiz decidiu de forma diferente de como eu entendo. Ninguém deve se aborrecer ou ficar contente porque o juiz decidiu como eu gosto. Esse é outro debate que não está nesta sala. Agora, de que a Justiça Federal se preparou, evoluiu, passou por momentos difíceis para receber todos os segurados e hoje está pronta, nós do INSS e da AGU não temos dúvida. Não temos dúvida disso.

Era só isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Gostaríamos que as intervenções fossem rápidas, de dois minutos, porque temos outra mesa de convidados. Depois, podemos abrir para debate.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Nem isso. Nem dois minutos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Temos que ouvir a outra Mesa também.

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Perfeitamente. Nem dois minutos, Senadora.

Sobre esse aspecto, referendo as palavras do Alessandro, para ganharmos tempo, e quero dizer também que participei de debates relacionados a esse tema em outros pontos, inclusive com a OAB nacional, e que me parece que foi externalizada naquele momento uma posição diferente dessa.

Falo isto só para contribuir também em relação à diversidade, respeitando, claro, todas as opiniões desta Mesa e das próximas mesas em relação ao tema.

E repito: é muito importante termos aqui este debate para que sejam prestados os esclarecimentos necessários aos diversos atores envolvidos. Nesse sentido, reafirmo tudo aquilo que foi dito e também reitero que esta audiência não é para dizer se é a justiça A, B ou C, se é a trabalhista federal ou a estadual a melhor. Nós temos é que ver como um todo e procurar soluções talvez não definitivas, mas soluções transitórias e que possam agregar todo o sistema e atender, principalmente, os destinatários, aqueles que sofrem os acidentes de trabalho. Eles já são penalizados por sofrerem os acidentes de trabalho e não precisam ser penalizados com uma discussão processual acerca da competência.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Dr. Alessandro, dois minutos também.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Obrigado, Senadora.

Na verdade, me sinto muito à vontade de sustentar a minha posição aqui, até porque eu não sou magistrado. Fiz concurso para Juiz do Trabalho e passei, fiz concurso para Procurador, optei pela carreira por uma questão de vocação, mas admiro muito a carreira dos magistrados.

Não estou aqui defendendo a Justiça do Trabalho ou a federal. Aliás, estou com dó dos Parlamentares que vão ter que decidir isso, porque a matéria é polêmica. Numa mesa pequena já houve muitos posicionamentos divergentes – não desrespeito, mas divergência de posicionamentos. Mas me preocupa a análise... E aí, como Procurador do Trabalho e como também disse o Carlos Silva: nós procuradores do trabalho e auditores fiscais é que vamos a campo, analisamos o meio ambiente de trabalho.

A contribuição que gostaria de trazer aqui vai além da competência, porque isso para mim, Procurador do Trabalho, não tem tanta importância. O que me preocupa é a análise do problema. Preocupa-me analisar o acidente de trabalho desvinculado do meio ambiente de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Posso citar rapidamente 15 ações civis públicas que eu ajuizei no Distrito Federal contra as companhias de ônibus. Quem é de Brasília sabe que nós, há 3 anos, mudamos o nosso sistema. Todos tinham motor dianteiro, o que resultou no adoecimento de 50% dos cobradores e motoristas do Distrito Federal e gerou um prejuízo aos cofres públicos previdenciários da ordem de R$28 milhões – foram R$28 milhões pagos em benefícios previdenciários.

Essas 15 ações civis públicas, tenho a alegria de dizer, viraram lei distrital e, nos próximos 7 anos, os ônibus de Brasília passarão a ter motor traseiro. Ou seja, a ideia é melhorar o meio ambiente de trabalho e evitar esses acidentes de trabalho. Esse foi o ponto que a Sinait apresentou muito bem.

Na verdade, não estou aqui discutindo competência, estou tentando alargar a discussão, independentemente de qual Justiça vá analisar as questões previdenciárias e de acidentes de trabalho. Trata-se de alargar a discussão.

O Dr. Antônio ou do Dr. Alessandro trouxe questões envolvendo viúvas, que nada têm a ver com a questão trabalhista. Concordo, mas, como disse, me preocupa desvincular o meio ambiente de trabalho, o acidente de trabalho e o benefício previdenciário. Dessa forma, nós vamos continuar sempre adoecendo trabalhadores, gerando uma massa de benefícios previdenciários que poderia ser aplicada, se não em outros fins, pelos menos reduzindo a nossa dívida.

Preocupa-me muito a questão da saúde do trabalhador. Nesse sentido é que eu trouxe esta contribuição. Não estou defendendo realmente a competência, porque não sou magistrado – me parece que há representantes da Justiça do Trabalho aqui e das demais Justiças –, mas eu gostaria de ampliar esse debate. Nós precisamos parar de ceifar os nossos trabalhadores, aqui incluídos nós mesmos, evitar adoecimentos em massa e tratar a questão individualmente. Nas ações civis coletivas eu penso realmente assim. Sou, talvez, um Procurador mais de vanguarda. Eu procuro evitar o problema, quando se fala em acidente de trabalho, nós temos que prevenir e não pagar benefícios previdenciários.

Era essa a contribuição do Ministério Público do Trabalho. A questão da competência vai ficar com os representantes das diversas Justiças.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Alessandro.

Vamos realmente encerrar com o Dr. Márcio. Dois minutos mesmo, para encerrarmos, porque temos outra mesa. Depois os senhores poderão participar do debate geral.

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – Muito obrigado.

Gostaria de acrescentar mais um ponto importante: a Justiça Estadual é a maior das Justiças do Brasil. Se temos um trabalhador que sofre um acidente de trabalho numa cidadezinha do interior, nessa cidadezinha existirá a prefeitura, o cemitério e o fórum, e esse fórum é da Justiça Estadual.

O juiz da Justiça Estadual julga também parte das questões da Justiça federal, exatamente por não ter o alcance que tem a Justiça Estadual. Então, o jurisdicionado estará sendo mais bem atendido quando, na própria cidade onde reside, puder levar a queixa, a ação de acidente de trabalho.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – Concluo, Senadora.

A OAB acompanha... Está sendo endossado por nota técnica do Tribunal de Justiça e também pela Associação Paulista de Magistrados, que vão neste mesmo sentido: pela manutenção da competência da Justiça Estadual no julgamento das ações de acidente de trabalho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Márcio.

Agora nós desfazemos esta Mesa. Vamos ouvir a segunda Mesa. Depois poderemos ter um tempo para debater ainda.

Antes de chamar a próxima Mesa, queria deixar uma opinião.

Antes de ser uma disputa acerca de a quem compete o trabalho, precisamos pensar na ponta, no trabalhador. Acredito que o Senador Paim vai fazer uma mesa com os trabalhadores, porque são os principais interessados. Até estranhei eles não estarem já nestas mesas de hoje. Seria interessante o confronto de ideias; os trabalhadores e suas representações também têm que se manifestar, porque o interessado, antes dessa disputa... Nós conhecemos bem a saga do trabalhador na questão dos acidentes de trabalho.

Então, queria convidar agora a segunda Mesa: Drª Heliana Maria Coutinho Hess, Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo; Dr. Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal; Dr. Luiz Antônio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); e Dr. Noa Piatã Bassfeld Gnata, representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Só para orientar: os senhores têm 10 minutos, mas sempre faço uma prorrogação depois. A campainha toca para indicar que o orador tem mais um minuto, e eu sempre prorrogo, quando terminam os 10 minutos, por até 5 minutos para podermos fazer o debate.

Vou começar pela ordem que está aqui.

Vou passar a palavra para a Drª Heliana Maria Coutinho Hess, Juíza de Direito da Vara de Acidentes do Trabalho do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A SRª HELIANA MARIA COUTINHO HESS – Bom dia a todos.

Meu nome é Heliana Maria Coutinho Hess. Sou Juíza de Direito da 4ª Vara de Acidentes do Trabalho de São Paulo. Estou representando aqui o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Paulo Dimas, e também a Associação Paulista de Magistrados, em nome do Dr. Jayme.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Regina Sousa, do PT, em nome da qual cumprimento todos os membros desta Mesa, e também os senhores e as senhoras presentes, bem como meus colegas advogados, Dr. Márcio Silva e Drª Esmeralda.

A PEC 127, de 2015, de iniciativa do Senador José Pimentel, cuja relatoria está a cargo do Senador José Maranhão, tem como pretensão a modificação, inicialmente, da matéria da Justiça Estadual, acidentária, para a Federal.

Um dos pontos principais que se discute é a unificação dos julgamentos da matéria acidentária e previdenciária, a coerência desse sistema; a intenção do legislador ordinário, com as Leis 8.212 e 8.213, de 1991, para o custeio e benefício da Previdência Social, unificação dessa matéria; o deslocamento da natureza da parte – União, uma autarquia federal, para a Justiça Federal e das capitais –; e também a questão de celeridade no acesso à Justiça Federal. Destaque do Senador Paulo Paim seria para transferir essa competência para a Justiça do Trabalho.

Os pareceres dessas relatorias discutem especificamente o art. 109, I, da Constituição, que pretende essa modificação da capital para as Justiças federais. Porém, não se discute um ponto extremamente importante aqui, que é a competência delegada. Essa competência delegada permanece, ainda, no §3º do art. 109 da Constituição. Todos os lugares onde não há Justiça Federal, há uma Justiça Estadual, e essa Justiça Estadual – este é o primeiro ponto que gostaria de ressaltar – é capilarizada, é uma Justiça especializada em responsabilidade civil objetiva do Código Civil, do que nós estamos tratando aqui.

A responsabilidade objetiva trata do segurado, independentemente da parte, do INSS e trata especificamente de uma relação que existe no trabalho. Ou seja, do exercício do trabalho e das consequências que o exercício do trabalho traz neste momento em relação a esse nexo de causalidade. Se houver o trabalho, justificado por documentos, aí entra o INSS, com toda a documentação e com a comunicação de acidente do trabalho e, em consequência, a questão da doença ou do acidente do trabalho, que é uma responsabilidade civil objetiva do segurado.

Nós não estamos tratando aqui simplesmente de uma relação de trabalho ou de uma previdência, mas do próprio trabalhador, do direito do trabalhador de ter essa responsabilidade reconhecida, e do nexo de causalidade, que é uma questão do Direito e da Medicina. Nós estamos, então, em dois campos específicos, do Direito e da Medicina.

Os juízes especializados estaduais já têm, há mais de 50 anos, desde 1944 especificamente... Essa questão não foi modificada com a mudança da Constituição, no art. 114, §4º – dano material, que passou para a Justiça do Trabalho. E também as questões previdenciárias da Justiça Federal nunca foram modificadas com as atuais leis da Previdência – 8.212 e 8.213. Então, não foi intenção do legislador ordinário mudar a competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal nesses 50 anos. E essa é a questão que trago, de grande importância, que foi defendida também pelo nosso Presidente do Tribunal de Justiça, que é a questão do acesso à Justiça, de grande importância para o trabalhador.

O acesso à Justiça é mais importante do que a questão da parte. E aqui, vejam, não há nenhum prejuízo para o trabalhador e para o INSS e muito menos para as empresas, que têm essa possibilidade, em direito regressivo – aliás, em relação ao INSS –, de entrar na Justiça trabalhista. Como bem ressaltou o meu colega, Dr. Márcio, esse é o ponto principal que estamos discutindo. Nós temos que verificar qual é o melhor objetivo para o trabalhador. Não há nenhum prejuízo para o INSS em defender a sua instituição – os procuradores estão presentes – junto à Justiça estadual. Em qualquer rincão do País, em qualquer regionalização, existe uma pequena Justiça Estadual. Este é um ponto que gostaria de ressaltar que é muito importante, é preciso pensar a respeito da dignidade do trabalhador em relação à Justiça Estadual.

Além disso, essa matéria já foi debatida na PEC 92, de 1996, e na PEC 42, de 2005, anteriores, e essas matérias, por 384 votos, foram retiradas de pauta, exatamente por essa questão. Foi decidido que a Justiça Estadual tem essa capilaridade e essa condição de atender o trabalhador. O custo não existe, é gratuito. Não se justifica dizer que o custo para a Justiça federal, para os juizados, é zero, é gratuito, porque é gratuito para nós, não há nenhuma custa.

Além disso, a Justiça Estadual está, sim, aparelhada. Nós temos 100% da Justiça aparelhada nas grandes capitais. Isso eu falo em relação às seis varas de Justiça especializada em São Paulo, onde o trabalhador necessita; duas em Recife; uma em Betim; uma em Salvador; uma em Manaus; e havia uma do Trabalho aqui.

Essas varas têm, em São Paulo, 50 mil processos, e nós damos em torno de 2,5 mil sentenças anuais. Esse trabalho é feito de que forma? Com a cooperação do INSS. É esse o ponto que eu gostaria de ressaltar, que eu acho bastante importante. Essa meta da Justiça Estadual, que está sendo totalmente digitalizada, traz como ponto principal a cooperação entre o INSS e a Justiça Estadual nos diversos locais do Brasil. Existe uma regionalização. Nós não podemos comparar São Paulo com Recife e Salvador. Cada Estado, dentro de sua regionalização, tem que admitir que o trabalhador possa ter acesso naquilo que é importante, independentemente do que seja a parte INSS ou Justiça do Trabalho. Essa regionalização só é possível por meio da Justiça Estadual, que está do Oiapoque ao Chuí, em São Paulo, em todos os lugares.

Além disso, em relação à questão da regionalização, nós temos que verificar qual é o custo efetivo da transferência de todos esses processos para as capitais. Porque, vejam, todos os lugares onde não há Justiça Federal nem a Justiça trabalhista... Isso eu falo em pequenos locais. Eu já trabalhei numa cidade do interior de São Paulo de 5 mil habitantes, e há uma Justiça Estadual. Nesse local, onde havia uma grande empresa, o juiz diretamente fazia vistoria no ambiente de trabalho, e é isto que nós temos também na Justiça Estadual: uma vistoria de local de trabalho por médicos especializados, um convênio em que há médicos especializados, específicos para tratar da questão trabalhista, que nos informam rapidamente.

E a questão da celeridade, senhores, não é verdadeira. A Justiça Estadual está sendo aparelhada, está sendo digitalizada. Um processo que entre hoje na 4ª Vara de Acidentes de Trabalho em três meses tem sido julgado e, no tribunal especializado de São Paulo – são duas varas especializadas –, em seis meses o trabalhador é atendido. Da mesma forma, existe isso em Salvador e nas grandes capitais.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar rapidamente em relação a isso é que, independentemente do que se discuta a respeito da competência – e aqui eu trago uma pequena análise da Alemanha, onde pude fazer um estudo bastante aprofundado sobre o tema –, toda a Justiça de acidentes do trabalho é estadual, existe um tribunal regional social especializado em matéria previdenciária e trabalhista. É lógico que nós não podemos ter essa estrutura, mas nós temos uma estrutura que podemos melhorar e, para isso, existe uma questão de políticas públicas e uma questão também de se fazer cooperação entre a Justiça Estadual e o INSS. E por que não a Justiça trabalhista e a Justiça Federal em relação a essa cooperação?

Nós fizemos em São Paulo, deu muito certo. Existe uma questão de quesitos e perícias que são conjuntas, e isso facilita muito o nosso trabalho. E não há essa questão de conflito de competências.

Outra questão muito séria sobre a qual precisamos pensar. A Justiça tem uma jurisprudência de 50 anos. Transformar tudo isso para trabalhista ou para federal e deixar para os Estados do Brasil toda a questão de pequenas cidades, isso se tornaria um caos. O custo disso seria em torno da construção de novos tribunais – R$922 milhões, esse é o custo do Ipea para a construção de tribunais regionalizados – e da construção de novas varas trabalhistas ou federais, o que custaria muito hoje para a União, e não é o momento para gastos excessivos.

Então, eu defendo a manutenção da Justiça estadual por estes pontos principais: acesso à Justiça; dignidade do trabalhador, que deveria estar representado aqui; possibilidade de defesa do INSS como parte em qualquer uma dessas questões; cooperação em políticas públicas necessárias. E temos que pensar nisso no sentido da desjudicialização: o processo civil prevê hoje a mediação e a conciliação. Isso está sendo feito em todos os lugares. É necessário que seja feita a mediação e a conciliação inclusive em órgãos públicos, e é esta a nossa proposta do Tribunal de Justiça: que seja retirado tudo o que não for necessário em grandes discussões para ser analisado sob a forma de políticas públicas, de mediação e conciliação.

Esse é o avanço que se pretende no mundo inteiro. Então, nós não podemos discutir só uma questão de competências dentro do Judiciário. A questão hoje é muito mais profunda: de políticas trabalhistas, de políticas de prevenção. E essa política de prevenção só pode ser feita na Justiça Estadual, com cooperação entre as pequenas associações, o INSS e também a Procuradoria do Trabalho para uma prevenção mais efetiva.

Estou aqui falando a respeito de políticas públicas porque esse é o nosso enfoque, é um enfoque muito mais amplo de construção de bases para que o trabalhador tenha dignidade e acesso à Justiça.

Obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada à Drª Heliana.

Vamos ouvir agora o Dr. Renato Rodrigues Vieira, Procurador-Geral Federal.

O SR. RENATO RODRIGUES VIEIRA – Bom dia a todos. Bom dia à Senadora Regina. Obrigado pela oportunidade.

Participar da segunda Mesa, para mim, é muito mais confortável, porque eu não preciso palestrar, eu não preciso discorrer sobre os elementos todos que já foram abordados. Então, eu me permito dialogar com os ar-

gumentos que já foram colocados. Com isso, talvez consigamos fazer fluir um pouco melhor nosso trabalho e sermos um pouco menos enfadonhos do que seríamos se fôssemos fazer uma palestra jurídica.

Antes de iniciar esse diálogo, eu queria delimitar bem a nossa discussão. Antes de discutir do que se trata, eu queria discutir do que não se trata; do que não se trata ou do que não se pode tratar nesta discussão. Não se pode tratar – eu tenho certeza de que não se trata disso – de uma discussão corporativa. Todos perdem com isso. Não se trata de uma disputa de poder – e todos sabemos que competência é poder – e não se trata, não se pode tratar, de uma disputa acerca de quem pode ter mais competência, quem pode agregar mais competência e, com isso, quem pode ter mais poder. Então, esse é o primeiro ponto que eu gostaria de delimitar.

O segundo ponto de que não se pode tratar na discussão da PEC 127 é o julgamento de causas trabalhistas. Não estamos discutindo julgamento de causas trabalhistas, não estamos alterando a competência da Justiça do Trabalho nem estamos interferindo na possibilidade de o trabalhador fazer com o seu empregador, perante a Justiça do Trabalho e perante o Ministério Público do Trabalho, as discussões decorrentes de causas trabalhistas.

Por fim, também não se trata de uma discussão em torno da política de redução de acidentes de trabalho. Com essa, todos concordamos, e essa PEC não trata disso.

Eu acho que a redução de acidentes de trabalho diz respeito a um investimento efetivo na política e nos órgãos de repressão ao acidente de trabalho. Estou falando da Auditoria Fiscal do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, da própria Justiça do Trabalho, dos órgãos de fiscalização, do INSS. É disso que trata a política de combate ao acidente de trabalho. Aqui estamos tratando de uma questão muito mais objetiva: a discussão processual, a quem compete julgar.

Então, feitas essas delimitações, do que não se trata, eu quero dizer do que se trata. Trata-se do atendimento do trabalhador, do atendimento do segurado da Previdência Social. Como podemos prever uma competência que mais bem atenda o segurado da Previdência Social. É disso que se trata.

De forma mais ágil, mais célere, mais efetiva, que entregue o benefício previdenciário quando devido ao segurado da Previdência Social de forma consistente, segura e rápida. É disso que se trata essa PEC.

E, para isso, neste assunto, eu queria discutir alguns pontos na perspectiva do segurado. Perceba: eu sou Procurador Federal membro da Advocacia-Geral da União e, muitas vezes, para manter o equilíbrio do sistema, defendemos a impossibilidade de pagar determinados benefícios que não preenchem os requisitos, mas, mesmo assim, temos uma orientação e damos essa orientação de que, sempre que o benefício é devido, ele deve ser pago de forma imediata, seja por acordo judicial, seja na esfera administrativa.

Então, vamos analisar sob a perspectiva do segurado.

Velocidade da entrega do bem pretendido. Sabemos que a Justiça Federal e a Justiça Estadual têm diferentes estruturas e diferentes perfis. A Justiça Federal, assim como a Estadual, tem seus juizados especiais, que foram criados com o objetivo declarado de dar velocidade ao julgamento de determinadas causas. Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em relatórios de dois anos atrás, em que fez uma análise sobre o julgamento do estoque de seus processos – segundo o relatório do CNJ, esse dado não é meu –, a Justiça Estadual julgou 11% do estoque dos processos de competência federal que tramitavam na Justiça Estadual. Ou seja: a Justiça Estadual julgou 11% de processos. Enquanto isso, os juizados especiais federais julgaram 72% dos estoques dos processos. Com isso, sem dúvida, os segurados da Previdência Social têm condições de receber o seu bem pretendido, o benefício previdenciário, de forma muito mais célere, a tempo. Sabemos que a clientela da Justiça no âmbito previdenciário é a mais necessitada: não pode esperar o pagamento do benefício previdenciário. E há diferença do percentual de julgamento do estoque: dos juizados especiais federais é da ordem de 72% do julgamento do estoque, e, da Justiça Estadual, quando julga os processos do INSS, é da ordem de 11%. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é também na perspectiva do segurado da Previdência Social. Seja na Justiça Estadual, como é a competência atual, seja na Justiça do Trabalho, que é a competência que alguns pretendem, continuamos com um inconveniente. E qual é o inconveniente? O segurado da Previdência Social que busca um benefício decorrente de um acidente de trabalho precisa ajuizar uma ação na Justiça, seja na Estadual seja na Justiça do Trabalho. E, caso seja indeferido por se comprovar que não houve demonstração de ocorrência de um acidente de trabalho, ou seja, que aquele benefício pretendido não decorre de um acidente de trabalho, mas, sim, de um acidente que não deriva da sua relação de trabalho, ele precisa ajuizar uma outra ação judicial. Ele não pode fazer um pedido alternativo ou, pela fungibilidade, de buscar, caso indeferido, o seu benefício acidentário; que concedam outro benefício previdenciário ou assistencial, como por exemplo, um LOAS. Ele não pode fazer isso na Justiça do Trabalho, ele não pode fazer isso na Justiça Estadual. O segurado precisa ajuizar uma outra ação.

Talvez a unificação das competências na Justiça Federal permita ao segurado da Previdência Social não só maior velocidade no julgamento da causa, mas também uma efetividade da sua pretensão. Caso seja indeferido o benefício previdenciário, o juiz federal pode conceder outro, porque tem competência plena para matéria previdenciária.

Além disso, na competência federal, o segurado da Previdência tem acesso ao mais bem sucedido sistema de toda a Justiça, que são os juizados especiais Ele tem acesso aos juizados especiais e, com isso, não precisa de advogado, nem pagar custas, taxas, despesas judiciárias, em um ambiente absolutamente informal. Os juizados especiais foram criados para isso e, em razão de sua dinâmica de realização de audiências e de mutirões, permitem julgamentos de forma muito mais célere.

Ainda falando de celeridade, eu falei do estoque da Justiça Estadual, da taxa de velocidade de julgamento do estoque na ordem de 11%, mas eu posso detalhar isso pelos Estados.

Por exemplo, segundo também o CNJ, na Justiça Estadual, cada Estado tem uma variação dos percentuais de velocidade do julgamento bastante heterogênea. No Ceará, eles julgam o estoque das ações do INSS na ordem de 15%. Esta é a taxa de julgamento, a redução do estoque anual, 15%, enquanto a Justiça Federal do Ceará julga 67%. No Estado de São Paulo, 9%, e assim vai. Então, o percentual de julgamento na Justiça Federal é bem mais significativo.

Além disso, há também, na Justiça Federal, uma virtualização muito mais acentuada: 65% dos processos da Justiça Federal já são virtuais, enquanto, na Justiça Estadual, são 13%. Isso também é pensar no segurado da Previdência Social.

Na Justiça Federal, o segurado da Previdência Social também pode ser assistido pelo Defensor Público da União, aquele que tem *expertise,* competência e conhecimento como poucos para tratar de benefícios previdenciários. Na Justiça Estadual, o Defensor Público da União não assiste o segurado da Previdência Social.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO RODRIGUES VIEIRA – E mais um argumento, este, sim, um argumento válido dos defensores da manutenção da competência acidentária na Justiça Estadual, que é a capilaridade da Justiça Estadual. Sem dúvida. A Justiça Estadual é muito mais capilarizada do que a Justiça Federal, mas a Constituição e o Constituinte são sábios. A Constituição Federal prevê a possibilidade – e a PEC 127 mantém essa possibilidade – de delegação da competência da Justiça Federal para a Justiça Estadual; ou seja, segundo a Constituição Federal, nos termos da lei – e essa lei já existe –, nas localidades em que não haja vara federal, é possível que a ação seja ajuizada na Justiça Estadual. O que não faz sentido é que, onde haja vara federal, onde haja o melhor ambiente para se discutir benefícios previdenciários, seja acidentário, seja não acidentário, se ajuíze uma ação na Justiça Estadual, havendo a vara federal. E essa PEC 127/2015 corrige essa distorção sem criar outra, sem desassistir o segurado naquele Município onde não haja sede da vara federal. Por isso, o Constituinte originário que previu isso e o derivado que o mantém são sábios.

Mas eu queria detalhar um outro assunto também. Quando o direito processual está em descompasso com o direito material, sem dúvida, o jurisdicionado perde. Nesse caso, houve uma evolução no tratamento da questão do direito material, e não houve o mesmo tratamento no direito processual. Houve, sim, uma época em que benefícios acidentários eram diferentes dos benefícios previdenciários, que era a época em que foi editada a Constituição Federal. Por isso, a Constituição Federal manteve essa diferença. Depois das reformas, depois da edição dos planos gerais de custeio de previdência, bem como das reformas da Previdência de 1995, acabaram-se as diferenças entre os benefícios acidentários e os benefícios previdenciários. Hoje, a matéria, no âmbito do direito material, já foi unificada. Resta unificá-la no âmbito do direito processual, sob pena de, mais uma vez, o segurado da Previdência Social ficar desassistido.

Então, com tudo isso e principalmente pelo fato de o segurado da Previdência Social ser mais contemplado – não digo mais bem atendido, porque uma Justiça seja melhor do que a outra, mas mais contemplado – na Justiça Federal, porque lá é a casa onde se devem discutir e deferir benefícios previdenciários de todas as ordens, exceto o benefício acidentário. Isso prejudica o segurado da Previdência Social. Então, essa PEC vem para atualizar a Constituição Federal. E por que atualizar?

De forma muito breve eu digo isso. Em 1988, praticamente não havia Justiça Federal no interior do Brasil. Em 1988, na época da Constituição Federal de 1988, apenas havia pouquíssimas varas federais nas capitais; a primeira vara no interior do Brasil foi criada apenas em 1986, a dois anos da Constituição de 1988. De lá para cá, foram criadas mais 900 varas federais, cinco tribunais regionais federais, juizados especiais, turmas recursais, turmas regionais e nacionais de uniformização de jurisprudência. Então, a Constituição precisa ser atualizada para melhor atender o segurado da Previdência Social, seja aquele que sofre acidente do trabalho, seja aquele que não sofre acidente do trabalho.

É isso, Senadora.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Renato.

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Luiz Antonio Colussi, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Bom dia, Senadora Regina Sousa. Bom dia, demais componentes desta Mesa, da anterior e demais assistentes.

O primeiro registro que faz a Anamatra é a agilidade desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, na pessoa do Senador Paim, na pessoa da Senadora Regina Sousa, de estar pronta, hábil e ágil para discutir os assuntos de interesse dos direitos humanos, dos direitos sociais. Isso realmente é extremamente importante.

Nós estamos discutindo bastantes aspectos, e eu respeito muito, achei muito interessante a manifestação do orador que me antecedeu, embora eu possa discordar um pouco de que devamos objetivar dessa maneira ou de outra maneira. Penso que podemos conversar, e é isso que estamos fazendo, sobre um tema de alta sensibilidade e de alta preocupação, que senti em todos nós aqui. Todos nós estamos, realmente, muito preocupados. E a Senadora Regina Sousa foi muito feliz, inclusive: "Onde estão os trabalhadores, que não estão participando?" Então, foi tudo muito rápido. Poderiam estar aqui também emitindo e manifestando sua opinião. Acho que precisamos tratar bem desse assunto, com a profundidade que ele merece, que todos nós merecemos.

De fato, o País, o Brasil ainda segue com essa chaga dos acidentes de trabalho. Apesar de todos os esforços empreendidos, estamos ainda atuando mais na reparação do que na prevenção, e nós precisamos, efetivamente, buscar alternativas, meios, elementos de evitar que os acidentes aconteçam, que as pessoas se mutilem, que as pessoas adoeçam no trabalho. E as pessoas, os trabalhadores, somos nós inclusive, todos nós, os Parlamentares, os assessores parlamentares, juízes, procuradores, advogados. Também temos que nos conscientizar da importância desse trabalho.

Desde a Emenda Constitucional nº 45/2004, a Justiça do Trabalho, realmente, teve sua competência ampliada, e passamos a ter a competência para conhecer das ações indenizatórias, apreciação dos danos morais e materiais e os demais decorrentes dos acidentes de trabalho.

Entendemos que houve, de fato, um ganho nesse aspecto. E, aqui, não é uma briga de competência, uma briga de poder. Por exemplo, desde ontem estamos dialogando com a Ajufe – os senhores ouviram as gentis palavras do Presidente Bochenek – em relação ao trabalho. Quer dizer, eles estão fazendo o trabalho normal deles, de defesa. A colega Heliana está fazendo o trabalho da defesa da Justiça Estadual, e nós estamos fazendo também a defesa daquilo que entendemos, ou da parte em que nós entendemos que deve ser mantida a competência da Justiça do Trabalho.

Por isso, surgiu a Emenda nº 3, justamente porque a justificativa da PEC pode parecer e dar a entender que é questão previdenciária, mas, a nosso ver, na nossa interpretação, a redação ficou a desejar, não ficou clara o suficiente. E nós já ficamos pensando lá na frente, justamente nessas questões de interpretação – e nós somos todos eu diria até que *experts* nessa questão –, de que isso pudesse causar uma confusão lá na frente ou, novamente, tendo que chegar aos tribunais, ao tribunal superior, ao Supremo, para esclarecer a matéria. E pensamos: "Vamos tentar resolver isso logo."

E o texto original da PEC vai trazer isso, porque ela acrescenta a sociedade de economia mista, que era – e é – da competência da Justiça do Trabalho, não há dúvida. Acrescenta aqui, no inciso I do art. 109, quanto à competência para as ações indenizatórias. E logo adiante: "[...] forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes, inclusive nas decorrentes de acidentes de trabalho [...]". Talvez essa expressão tenha trazido toda essa preocupação, que pode ter sido excessiva, embora eu me filie à corrente de que não há. Não foi excessiva de nossa parte essa interpretação. Aí vem: "[...] exceto as de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho."

O Relator, Senador Benjamim Maranhão...

A SRª HELIANA MARIA COUTINHO HESS (*Fora do microfone*.) – José Maranhão. José Maranhão e José Pimentel.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Senador José Maranhão. Benjamin é Deputado, sobrinho dele. Obrigado.

O Relator já corrige isso no relatório, para retirar "inclusive nas decorrentes de acidentes de trabalho". Quer dizer, a matéria começou a ficar mais clara. Ainda assim, a Anamatra entende que isso não está perfeitamente claro.

Então, a nossa ideia, nossa sugestão, diante do debate que vem de ontem para hoje, e agora, nesta audiência, é que se possa, inclusive, colocar um acréscimo no final do inciso I: "[...] à Justiça do Trabalho, inclusive

a competência do art. 114, inciso VI", deixando isso absolutamente claro, sem a menor dúvida e sem qualquer problema.

Com isso, acho que a gente resolveria essa parte da Justiça do Trabalho. A Anamatra ficaria bem contemplada, ficaria tranquila. Estamos conversando também, a respeito disso, com o Senador Paim, que é o autor da emenda, com os colegas da Justiça Federal, para que isso possa ser mais bem aclarado e mais bem resolvido.

Claro que, hoje, não há condições, técnicas até, de aumento da competência. O advogado aqui refere essa preocupação que os juízes federais não querem; que os juízes de primeiro grau da Justiça do Trabalho também não iriam querer esse aumento de competência.

Nós temos uma visão um pouco diferente. Tomo a liberdade de trazer essa posição dos juízes do trabalho, que, diante da sua especialização, da sua especificidade, têm essa visão de que todo e qualquer direito social deve ser apreciado ou contemplado pela Justiça do Trabalho. Nós chegamos a pensar que, inclusive, as questões previdenciárias poderiam vir para a Justiça do Trabalho; e as questões da competência penal, sempre aquelas relacionadas ao mundo do trabalho, aqueles aspectos tão somente de retenção dolosa, a culpa no acidente, enfim, e assim por diante. É uma visão.

Claro que isso está fora da PEC, e é um assunto que as nossas instâncias terão de apreciar, mas, no Congresso Internacional da Anamatra de 2003, nós estivemos na Espanha, e lá nós vimos os *juzgados*, os julgados sociais, *juzgados sociales*, onde todas as questões que envolvem os direitos sociais são julgadas pelo mesmo órgão. Então, isso realmente é uma ideia interessante, mas uma ideia de futuro e que tem de vir contemplada, inclusive, numa ampla conversa entre todos os operadores do Direito, também envolvida na questão orçamentária, e assim por diante.

No orçamento deste ano, todos sabem...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ...houve um corte violento no orçamento da Justiça do Trabalho. Temos até preocupação se vamos chegar ao fim do ano nisso aqui. Felizmente, a sociedade está reagindo. Houve agora uma manifestação muito grande em São Paulo, com a participação dos advogados, dos procuradores, dos sindicatos, para dizer que isso é inconcebível.

Então, nós temos que ter também uma visão desse todo, e a visão nossa é esta: primeiro, entendemos que estamos realmente qualificados para isso.

Todos os juízes são qualificados, todos são preparados para enfrentar isso. A nossa visão de mundo é de que nós temos que discutir na Justiça do Trabalho todas as questões relacionadas aos trabalhadores, e delas tratar. Todos os direitos sociais devem ou deveriam ser discutidos e apreciados pela Justiça do Trabalho.

Muito obrigado, Senadora Regina Sousa. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Luiz Antonio.

Vamos ouvir o último orador desta Mesa, Dr. Noa Piatã Bassfeld Gnata, representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

O SR. NOA PIATÃ BASSFELD GNATA – Muito bom dia, Senadora Regina Sousa. Agradeço o convite também ao Senador Paulo Paim. Bom dia aos servidores do Senado Federal e a todas as autoridades presentes.

Venho representando o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, entidade que tem representação nacional, desde o Rio Grande do Sul, do Senador Paulo Paim, até o Piauí, terra da Senadora Regina Sousa, e que congloba profissionais de diferentes classes. Não somos uma entidade de classe, como várias que estão aqui. Somos uma entidade temática, o que nos permite uma visão bastante arejada a respeito desse tema, tendo em vista que temos magistrados, procuradores federais, defensores públicos, procuradores estaduais, advogados e representantes de sindicatos de diferentes regiões. Justamente por conta dessa representatividade não apenas por diferentes classes, mas também das diversas localidades do Brasil, hoje, temos condições de fazer uma leitura analítica do assunto, com algumas preocupações bastante importantes que derivam desta proposta de emenda à Constituição.

Desde logo, precisamos fazer alguns alertas. Então, tratamos, em razão da discussão proposta na PEC 127/2015, da alteração da competência acidentária, para benefícios previdenciários de natureza acidentária – portanto, auxílio-acidente, pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença por motivos acidentários, ou seja, em razão de acidente de trabalho de qualquer natureza –, para que corram, a partir de então, na Justiça Federal.

Quero crer, assim como o Dr. Renato Vieira, Procurador-Geral Federal, que é matéria de competência delegada das Justiças Estaduais nas regiões onde a Justiça Federal não tem sede; que não esteja em deliberação na redação que temos nem nas que teremos em razão de qualquer alteração futura nesta proposta de emenda

à Constituição, porque este é outro problema muito sério: a questão da competência delegada, sobre a qual eu gostaria de falar um pouco mais à frente.

Em relação à questão acidentária, eu fico muito feliz de ouvir diferentes representantes das magistraturas reivindicando para si as competências, porque percebemos, em diferentes Estados, o desgosto de alguns. Vou pedir vênia aqui à alegria de ouvir a reivindicação pelos magistrados paulistas dessa competência, mas nós conhecemos que, em razão de não haver direito gratuito – aqui só fazendo uma discordância com a Doutora –, é um custo grande para as Justiças e para os Estados a gestão dessas matérias em razão de os orçamentos, em alguns Estados, estarem bastante saturados na gestão judiciária. Nós precisamos ver a questão não só a respeito do lado processual, do lado da gestão judiciária e do lado do cidadão. Imagino que todas as questões sejam de interesse público. Estamos aqui diante de uma trinomia: o acesso à Justiça, a gestão judiciária e a celeridade processual.

No aspecto do acesso à Justiça, consideramos, no Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, que a competência da Justiça Federal é para julgar benefícios previdenciários, e a inclusão dos acidentes de trabalho seria muito bem-vinda, tendo em vista a fungibilidade entre os benefícios.

Eu sou advogado militante, faço doutorado em matéria do trabalho e seguridade, sou Professor Substituto na Universidade de Brasília, e, há muitos anos, podemos perceber essa necessidade de visitar novamente a Justiça, para que, quando não se tem sorte ou proteção acidentária, busque-se a proteção previdenciária na Justiça competente. A nossa preocupação, na perspectiva previdenciária da gestão de benefícios no âmbito jurisdicional, é de que o juiz tenha a condição de dar toda a tutela de proteção social em um processo só, seja ele juiz federal, seja ele juiz estadual em matéria delegada.

A questão que se coloca é que, onde há Justiça Federal e Justiça Estadual, os argumentos de todos os colegas aqui presentes parecem robustos na questão da suficiência da estrutura da Justiça Federal para receber essa competência.

A experiência da Justiça Estadual não seria prejudicada, apesar de... Talvez, sim, nas grandes cidades. Seria um problema para as experiências de décadas, como é o caso do Estado de São Paulo, que talvez seja o mais numeroso; é o Estado com o maior contingente populacional no Brasil, mas, no plano nacional, atenderia a essa questão de forma bem-vinda. Entretanto, não podemos fazer uma leitura rasa deste assunto.

Parece bem-vinda a sugestão, mas nós precisaríamos nos comprometer, os Senadores, os Parlamentares que estão tocando essa disciplina. O mandato de alguns Senadores vai até depois das próximas gestões, das próximas eleições presidenciais.

É muito importante que nós avancemos na necessidade de deliberar sobre o procedimento de acidente, de benefício acidentário, na Justiça Federal, se for o caso, porque nós não podemos colocar na vala comum, já que há diferenças muito importantes entre auxílio-doença e auxílio-acidente na gestão das incapacidades. Os auxílios-acidentes invadem a necessidade de fazer perícias *in loco*, de conhecer as reais condições do ambiente do trabalho, sim, para que se possa dizer que determinada sequela do sujeito não o impede de fazer aquela atividade, a atividade habitual a que ele está rotineiramente subordinado. Então, é por conta de esse sujeito não conseguir fazer mais o que ele fazia antes que ele tem direito ao auxílio-acidente um dia depois do fim do auxílio-doença até o dia anterior à sua aposentadoria. Isso é muito importante.

Não podemos jogar na vala comum o procedimento dos juizados especiais federais na tutela dos auxílios-acidentes, o que vai complicar um pouco o procedimento dos juizados federais, mas eu tenho certeza de que os juízes federais terão condição de enfrentar essa matéria, se for o caso. Não poderão sonegar a especificidade do auxílio-acidente se ganharem a competência em razão dessa alteração no artigo.

Entendo, por conta disso, a preocupação, na Justiça do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, dos auditores fiscais do trabalho, por conta de ser, nas relações laborais, que se constituem essas discussões.

Outras questões que estão em pauta paralelamente nesta Casa são muito caras, muitos mais caras do que a que nós estamos discutindo: as questões relativas à terceirização, à pejotização, que permitem que o segurado deixe de ter acesso à Previdência Social, mesmo os segurados mais fragilizados, em questões de vulnerabilidades. Isso é muito caro para nós. Não adianta nós garantirmos auxílio-acidente célere na Justiça Federal se as pessoas deixarem de ser seguradas da Previdência.

Então, em razão disso, faço vênia aqui para que o Senado Federal, tendo oportunidade, analise projetos de lei que estão arquivados nesta Casa, de iniciativa até do Dr. Carlos Alberto Pereira de Castro, colega lá de Santa Catarina, da Justiça Federal, muito conhecido do Dr. Bochenek aqui presente, quanto ao reconhecimento possível da autoridade das decisões trabalhistas quanto aos vínculos de trabalho, para evitar os retrabalhos na própria Justiça Federal quanto à instrução por meio de audiências e tudo o mais neste tema; para garantir a desnecessidade dos processos também neste assunto que é uma realidade dos trabalhadores; visitar novamente a Justiça Federal depois de ter ganho os processos trabalhistas para reconhecer tanto seus vínculos de

trabalho quanto suas remunerações. Isso é muito importante para os trabalhadores do Brasil e não está em discussão no dia de hoje. É uma questão de competência jurisdicional.

Precisamos reconhecer a autoridade da Justiça trabalhista quando houver instrução adequada, quando houver, de fato, toda a precaução para que não se permitam acordos sonegatórios da devida realidade no histórico de trabalho dos cidadãos. E isso para falar dos problemas que advirão e que soluções serão necessárias para o deslocamento da competência acidentária para a Justiça Federal na perspectiva do procedimento, que será mais complexo em relação aos benefícios acidentários.

Em relação às consequências desse deslocamento de competência, nós conhecemos as dificuldades de orçamento dos Estados, nós conhecemos as dificuldades de capacitação e aparelhamento dos servidores dos Estados. Falo isso vendo a realidade do Estado do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Recife, de Pernambuco. Em todos os Estados que visitamos, no Rio Grande do Norte estivemos também, é muito diferente essa condição estrutural dos judiciários estaduais em relação aos judiciários federais.

Reitero a alegria de ouvir a palavra reivindicatória da competência pela Justiça institucional paulista, mas considero que isso liberaria recursos muito importantes dos Estados para aperfeiçoamento dos judiciários e capacitação dos servidores.

(Soa a campainha.)

O SR. NOA PIATÃ BASSFELD GNATA – Em relação à questão da celeridade jurisdicional, precisamos tomar muito cuidado, é muito importante, em virtude do que vemos na jurisdição federal neste momento. Os processos judiciais eletrônicos que correm nos juizados especiais federais são muito interessantes em termos de números. Acompanhamos a produção no Conselho Nacional de Justiça desde que ele foi criado. Entretanto, precisamos tomar cuidado para que o processo eletrônico não se torne um processo desumano.

Todas as questões que estamos discutindo aqui envolvem a necessária instrução processual, e nós não podemos impedir que os magistrados sejam confrontados com os segurados. Se, em razão da necessidade de produção em larga escala no ambiente jurisdicional, organizarmos as coisas para que o magistrado nunca tenha acesso ao cidadão, para que o cidadão nunca tenha acesso ao magistrado, nós teremos problemas de diversas ordens. Então, advogamos para que o processo construído a partir dessas alterações não impeça a realização de audiência na presença de um magistrado que, de fato, encare a situação do histórico de vida do sujeito para que possa analisar as questões do acidente de trabalho de forma ampla, para que faça a perícia *in loco* e conheça realmente a situação daquele sujeito. Nós não podemos deixar de olhar para as pessoas, que são as destinatárias de todo esse instrumental que se cria, que são os cidadãos, que são os trabalhadores de todo o Brasil.

Para finalizar, em razão justamente dessa necessária visão, dessa arejada visão que o Instituto Brasileiro tem por conta da sua multicomposição por diferentes entidades profissionais, principalmente representantes de trabalhadores, nós gostaríamos de convocar um compromisso das diferentes entidades que estão aqui, inclusive, no Senado Federal: de não colocar, em momento nenhum, depois, no caminho desta emenda constitucional, em discussão a manutenção absolutamente necessária...

Os senhores todos viajam o Brasil todo para poderem estar aqui em Brasília com frequência e também nas suas regiões. Imagino que tenham voado muito e olhado as coisas de cima, mas convoco todos os senhores para dirigir pelo interior do Brasil, interior do Piauí, interior do Maranhão, interior do Rio Grande do Sul para conhecer a distância muito séria que há entre as regiões que não têm sede da Justiça Federal e as que têm sede da Justiça Federal.

A competência jurisdicional federal delegada para a Justiça Estadual para que o juiz estadual delegado possa decidir tanto auxílio-acidente como previdenciário, como já faz, é necessário que se mantenha, porque está longe de conseguir a capilarização que tem a Justiça Estadual a Justiça Federal. Isso é muito importante, porque, se qualquer pessoa cogitar extinguir a competência delegada federal e as Justiças Estaduais nas regiões que não têm sede, isso importaria a criação de muitos custos aos segurados, que já são deslocados, por força de líderes comunitários, por força de escritórios de advocacia estruturados como fábricas. Eu, como advogado militante, posso fazer a autocrítica. Não aceito a crítica pejorativa por parte de outras categorias, mas posso reconhecer, como advogado, que muitos escritórios precisam organizar-se como facilitadores logísticos de acesso das pessoas à Justiça. Isso precisa acabar. Vereadores garantem as eleições de forma não necessariamente idônea por facilitar a vida das pessoas a serviços que não são municipais, que são federais, como é o caso da Previdência Social e da Justiça Federal.

Então, nós precisamos manter a competência delegada. Essa é a principal palavra aqui hoje do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, para que as pessoas não tenham a Justiça previdenciária invisibilizada pela extinção do direito de visitar o juiz estadual mais próximo nas regiões que não têm sede.

Vim aqui falar em nome das pessoas que não têm articulação suficiente, que não têm uma representação de classe suficiente para estar aqui nesta Comissão hoje, que são os trabalhadores das regiões mais longínquas do Brasil e que não têm acesso, em grande parte, por desconhecimento. Nós não podemos deixar longe deles esse instrumental que é o acesso à Justiça Estadual mais próxima, para prova do trabalho rural, para prova do trabalho informal, para a prova, nos canaviais, da situação dos boias-frias, que são muito bem tutelados, de forma hercúlea, pelos auditores do trabalho nos interiores do Brasil.

Conhecemos, fazemos estudos de caso em que lamentamos a realidade dos trabalhadores do interior do Brasil. Não podemos negar a eles o acesso à Justiça. Todos aqui somos instrumento de realização dos direitos dessas pessoas que não estão aqui tão bem representadas quanto poderiam, porque não têm condições econômicas de mandar representantes de todos os lugares do Brasil para reuniões como esta. Entretanto, em havendo, nós precisamos retomar a importância do acesso à Justiça para as pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. NOA PIATÃ BASSFELD GNATA – Resolver, então, a situação de forma analítica, pluriunívoca, reconhecendo a possibilidade, importância e utilidade de reunir em um magistrado só a possibilidade de julgar todos os benefícios, sejam eles acidentários ou não, matéria previdenciária, é uma iniciativa bem-vinda, desde que se reservem estes dois encaminhamentos: encontrar uma solução legislativa para garantir um procedimento que não sonegue a especificidade do auxílio-acidente e garantir a manutenção da competência delegada em favor dos cidadãos das regiões mais distantes deste País onde não há sede do juízo federal.

Agradeço novamente ao Senador Paulo Paim pelo convite ao Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; à Senador Regina Sousa pela condução deste debate; e a todos os presentes pelo seu tempo, ouvindo estas palavras que proferi nesses minutos.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Noa Piatã.

Agora, vamos fazer um encaminhamento aqui.

A Mesa anterior está na plateia. Esta Mesa fica aqui comigo. Vamos dar oportunidade, abrindo para alguma participação do Plenário.

Temos uma pessoa inscrita.

Outros que queiram falar é só vir à Secretaria para organizar as falas.

Aqui há uma pessoa, um nome que chegou para mim: Esmeralda Figueiredo de Oliveira, membro da Comissão de Estudos sobre Acidentes de Trabalho da OAB, São Paulo. Terá três minutos.

A SRª ESMERALDA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA – Eu apenas quero defender a permanência da competência na Justiça Estadual, pois, apesar de todos os argumentos trazidos aqui, também a Justiça Estadual é gratuita para os segurados. A Defensoria Pública Estadual representa o segurado quando ele não tem condições de contratar um advogado. Há um aparelhamento feito pela Justiça Estadual para atender as causas acidentárias, e, como se disse, em toda cidade do País há uma Justiça Estadual apta a atender o cidadão.

Então, em benefício do segurado, a manutenção da competência na Justiça Estadual é o melhor para ele, em benefício do trabalhador, porque nós sabemos que a maior dificuldade de um trabalhador é chegar perante a Justiça Federal, pois, só nos grandes centros, nós temos a Justiça Federal. Se vai continuar a divisão dos processos nas pequenas cidades sendo da Justiça Estadual, não se justifica deslocar a competência nas grandes cidades para a Justiça Federal. Apenas isso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Esmeralda.

Temos a lista de inscritos?

Quem levantou a mão primeiro... Acho que foi por aqui. Traga o que estiver; depois chamamos outros, porque vamos ter que limitar.

O SR. EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES – Posso falar, Senadora? Sou o primeiro da lista.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – É o primeiro? Então pode falar. Tem três minutos.

O SR. EDUARDO ANDRÉ BRANDÃO DE BRITO FERNANDES – Meu nome é Eduardo André Brandão de Brito Fernandes, sou Juiz Federal do Rio de Janeiro, Vice-Presidente da Ajufe.

Quero trazer aqui ao debate que a Justiça Federal hoje já está bastante interiorizada. Não dá para se falar em Justiça Federal apenas em grandes centros. Eu mesmo, no Rio de Janeiro, fui juiz em Itaboraí e em Volta Redonda e posso dizer que, na cidade de Itaboraí, por exemplo, a Vara de Itaboraí, que tinha cinco ou seis cida-

des na competência federal, aquele segurado da Previdência poderia entrar na Justiça Estadual ou na Justiça Federal. Nas cidades próximas, acabavam preferindo a Vara Federal de Itaboraí exatamente porque era especializada e era mais rápida. Então, por que não trazer isso para o acidente de trabalho? Por que não permitir essa escolha pelo segurado para buscar justiça mais rápida e mais célere?

E uma questão que acho importante ser colocada é que a Lei nº 13.135, que alterou a Lei nº 8.213 no ano passado, trouxe regras para pensão por morte muito específicas: que aquela pessoa que não contribuiu 18 meses ou não teve uma união estável no casamento por dois anos, aquele dependente só terá direito à pensão por morte por quatro meses, sendo que, se for vítima de acidente de trabalho, pode ter direito até vitalício, dependendo da idade do sobrevivente.

Então, com uma só Justiça decidindo isso, podem-se resguardar todos os dependentes de um determinado segurado que venha a falecer, quer dizer, é um tema muito importante para fortalecer o debate quanto a essa possibilidade, quanto a ser uma possibilidade de proteção maior para os segurados da Previdência.

Era isso que eu gostaria de esclarecer.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sr. Eduardo André.

Temos mais dois inscritos.

Eu queria só informar também, sobre o andamento da PEC. Ontem, cumpriu-se a quinta sessão. Ela estava em discussão ontem, estava na pauta, mas o Relator acatou emendas de Plenário e, como é PEC, volta para a CCJ. Então, ela voltou para a CCJ ontem. Agora, vamos ver qual é o andamento dela no Senado.

Também esclareço, pois sabemos que está sendo transmitido pela TV Senado, e os trabalhadores podem estar assistindo à reunião, que essa competência é só em relação aos processos que envolvem a União, todos os órgãos da União. Digo isso para as pessoas, os funcionários das empresas não pensarem que envolve também as empresas privadas. É só para o setor público federal, só a União tem essa proposta. Essa emenda só abrange esse pessoal.

Srª Rosa Jorge, do Sinait.

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu quero render minhas homenagens a todos os palestrantes, tanto da primeira Mesa quanto da segunda Mesa, e dizer, Senadora, que esse é um tema de preocupação constante dos auditores fiscais do trabalho, porque nós encontramos, no dia a dia da nossa fiscalização, desde a maior empresa até a menor delas, trabalhadores em condições muito sacrificadas. Esses trabalhadores são as maiores vítimas.

Portanto, embora possa existir ação que envolva a União e a Previdência que não tenha necessariamente a característica relacionada ao vínculo empregatício, nós sabemos que a maioria esmagadora dessas ações estão diretamente vinculadas ao ambiente de trabalho. Há um ambiente de trabalho pernicioso no Brasil. Poucos são os empresários que se preocupam com seus empregados.

Lamentamos muito não ter aqui a presença dos trabalhadores, não estarem aqui representados, porque acho que nada melhor do que o próprio interessado para contar a sua experiência quando necessitou da Justiça para que fosse atendido um pleito seu. Nós nos preocupamos muito com isso, especialmente porque há muitos trabalhadores na informalidade, e aí há uma grande dificuldade em que eles consigam convencer o Poder Público, a Justiça de que eles realmente têm ali os direitos inerentes à sua condição de trabalhador.

Nesse caso, realmente quem tem o melhor preparo é a Justiça do Trabalho, para dizer se ali se trata de um vínculo empregatício ou não, porque, diante desse esclarecimento, é que vem o resultado todo. Então, não há como afastar essa condição de uma avaliação judicial, porque ela é primária, ela é originária; ela antecede o pagamento ou não do benefício ou do tipo de benefício...

(Soa a campainha.)

A SRª ROSA MARIA CAMPOS JORGE – ... de que ele vai ser merecedor. Então, queria deixar isso claro.

Concordo com a senhora, Senadora. Nós precisamos ter aqui, ainda que seja em um outro momento, a presença e a participação de todas as representações dos trabalhadores, para que eles tragam aqui os seus interesses, a sua necessidade diante dessa PEC.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Certamente o Senador Paim, que é muito cuidadoso com isso, deve fazer uma Mesa com os trabalhadores. Eu é que disse que, acho, se juntasse, dava para trocar ideias. Gosto muito de um debate que tenha antagonismo, porque, de certa forma, aqui falaram a Justiça e alguns representantes.

Vamos ouvir agora exatamente um trabalhador da Central Sindical Conlutas, o Francisco Carlos Lopes de Oliveira, por três minutos.

O SR. FRANCISCO CARLOS LOPES DE OLIVEIRA – Bom dia, nobre Senadora, companheira e conterrânea, Regina Sousa.

Sou o Fran Carlos. Pertenço à categoria dos gráficos e estou aqui representando a Central Sindical e Popular Conlutas.

Recentemente, fizemos um encontro nacional de saúde do trabalhador na cidade de Divinópolis com 57 categorias. Um assunto recorrente foi a questão acidentária.

Faço parte também de uma categoria de mutilados, multimutilados, sou gráfico, e analisei atentamente as duas Mesas. Interessante que a audiência tem como ponto de partida a questão do julgamento das ações previdenciárias relativas a acidente de trabalho. E, quanto à questão da competência aí, está muito claro que, diante de não se ter uma definição, tem havido problema para os trabalhadores.

Com relação a quem defende a questão da competência estadual, causaram-me surpresa os dados colocados sobre percentuais. Se até o momento não se aperfeiçoaram ou não estiveram em pé de igualdade ou até em condições mais favoráveis para resolver as questões, significa dizer que não houve uma atuação a contento.

Portanto, a Justiça Federal se qualificou, mas, para isso, teve as condições necessárias, até porque as coisas foram direcionadas para lá.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CARLOS LOPES DE OLIVEIRA – Discordo um pouco, em relação a quem defendeu a Previdência, do ponto de vista de que não se viu nenhuma ação previdenciária que dizia respeito à trabalhista, tampouco a trabalhista diz respeito à previdenciária, porque se limpa a área de suas determinações.

Eu comungo um pouco com a preocupação do companheiro do Ministério Público com relação à relevância para a Justiça do Trabalho, do ponto de vista de que para o trabalhador que recorre à Justiça do Trabalho, o âmbito é diversificado. Nós temos, na Justiça do Trabalho, que verificar as séries de NR, as séries de normas que existem; quando decorre de acidente de trabalho, tem tudo a ver, com relação à questão ligada às condições de trabalho. A coisa difere da Justiça do Trabalho.

Então, nesse sentido, a gente está com o posicionamento da Central: que seja de competência da Justiça do Trabalho.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Francisco Carlos.

Vou agora passar para as Mesas. Dois minutos para as considerações, e não são obrigados.

O Senador Paulo Paim me esqueceu aqui. Perdi algumas comissões ali também. Tenho de passar em algumas ali. (*Risos.*)

Então, começamos por esta Mesa. Depois, a outra Mesa também pode pronunciar-se. Vamos começar ao contrário.

Dr. Noa.

O SR. NOA PIATÃ BASSFELD GNATA – Não vou me alongar. Só gostaria de ressaltar a importância de não vermos isso de forma simplista e de enfrentarmos as consequências de qualquer alteração de competência. Será necessário legislar sobre procedimento de auxílio-acidente na Justiça Federal, se for o caso, porque a tendência é de se aproveitarem os instrumentais já criados em processos eletrônicos, como os laudos pré-formatados, iniciativas muito interessantes na Região Sul, que conhecemos, mas que não são adequadas ao auxílio-acidente. Nós precisamos enfrentar a complexidade da situação não apenas levando em conta o que está proposto na PEC, mas toda política pública que decorrerá disso.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k.

Dr. Luiz Antônio.

Obrigada, Dr. Noa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO COLUSSI – Nas palavras finais, quero ressaltar a preocupação da Anamatra de que seja mantida sua competência também para as empresas públicas, para as empresas de economia mista no que se refere ao art. 114, inciso VI, da Constituição. Nesse aspecto, estamos realmente fazendo um trabalho bem interessante. Aproveitamos toda experiência incorporada da Justiça Estadual quando essa competência veio para nós; aproveitamos muito isso. A preocupação da Anamatra e dos seus associados é isto: que não haja redução. E a nossa defesa...

Cumprimento o Sinait pelo manifesto que trouxe.

Tivemos esta notícia importante: o Senador Paim conseguiu aprovar o requerimento de audiência pública no PLS 220, de 2014...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ ANTÔNIO COLUSSI – ...uma proposta avançada, moderna, para melhorarmos o ambiente de trabalho, as condições do ambiente de trabalho. É disto que nós precisamos: realmente trabalharmos todos na prevenção. Por isso, também a Anamatra é parceira dos Poderes públicos, desta Comissão, do Senado e da Câmara.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Luiz Antônio.

Essa campainha – uma vez eu já pedi – não tem como ser mais suave? Ela assusta. Todas as comissões têm, mas essa aqui é a pior delas, é a mais assustadora.

Dr. Renato Rodrigues, Procurador-Geral Federal.

O SR. RENATO RODRIGUES VIEIRA – Parabenizo o Senado Federal pelo evento. Dialogar, discutir e amadurecer questões é sempre recomendável. E destaco, por fim, três pontos, de maneira muito breve.

O primeiro deles é a preocupação legítima, justa da Anamatra, com a qual eu concordo inteiramente, de preservação da competência da Justiça do Trabalho, conforme o art. 114 da Constituição Federal, atualizado na Emenda nº 45 da Constituição.

Seja nas causas relacionadas a entidades privadas de maneira geral, mas também naquelas de competência que envolva outras entidades relacionadas às ações oriundas de relação de trabalho, bem como às ações de indenização por dano moral ou material decorrentes das relações de trabalho, devem ser preservadas e devem ser mantidas.

Também queria destacar que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), órgão de instância máxima do Poder Judiciário de todas as áreas, seja federal, estadual ou trabalhista, editou a Nota nº 11, assinada à época pelo seu Presidente, Ministro Peluso, onde destacou aquilo que defendemos hoje. Lerei apenas a última parte da conclusão, onde o Ministro Peluso entende que:

04. A alteração da competência jurisdicional das Ações de Acidente de Trabalho proporciona maior segurança e eficiência, conferindo perceptível evolução nas relações entre o Judiciário e seus jurisdicionados.

Então, o CNJ já apreciou a questão.

E, para finalizar, Senadora, mais uma vez na perspectiva do trabalhador e do sistema judiciário, os índices de recorribilidade das decisões do INSS, das ações onde o INSS é parte, da Justiça Federal e da Justiça Estadual, têm percentuais bastante diferenciados. Recorre-se – segundo os dados do CNJ – 50% mais nas ações do INSS na Justiça Estadual do que na Justiça Federal, isso faz com que os processos se prolonguem no tempo, mais uma vez em prejuízo do jurisdicionado. Isso decorre de todos os argumentos já levantados aqui.

Mais uma vez, obrigado pela atenção de todos e estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Drª Heliana Coutinho.

A SRª HELIANA MARIA COUTINHO HESS – Eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar que existiria uma incongruência muito grande em se transferirem todas as questões acidentárias tanto para a Trabalhista quanto para a Federal e deixar no art. 109 §3º a competência delegada. Isso traria uma quebra em toda a jurisprudência. Nós deveríamos pensar em aparelhar melhor a Justiça Estadual, e para isso existe a possibilidade de convênio com a Autarquia Federal, que levaria para todos os lugares de todo Brasil a possibilidade de melhor julgar essa questão.

Nós estamos discutindo, sim, uma questão de jurisdicionalização. E ao contrário de tudo, o novo Código de Processo Civil traz uma perspectiva de mediação e conciliação que já é feita em relação a isso. Políticas públicas devem ser feitas no interior e onde o trabalhador tem necessidade. Nós deveríamos pensar em relação a essa questão não de competência, mas, sim, de estabelecer dentro de cada Estado...

(Soa a campainha.)

A SRª HELIANA MARIA COUTINHO HESS – ...e dos jurisdicionados a possibilidade de acesso à Justiça e de amplitude de prevenção em relação às questões de jurisdicionalização de acidentes do trabalho. Isso só pode ser feito na Justiça estadual, pela competência delegada e também pela competência privativa de acidente de trabalho.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Drª Heliana.

Agora, vamos para outra Mesa. Podem falar de onde estão. Dr. Márcio Silva Coelho.

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – Eu gostaria de deixar ressaltado que, seja para a Justiça Federal, seja para a Justiça do Trabalho, haverá a perda da jurisprudência. Doenças profissionais, doenças do trabalho... Até que isso chegue ao ponto de conhecer e erigir uma nova jurisprudência a respeito, muitos anos passarão, e o prejuízo é evidente.

Outra coisa que também deve ser destacada é que a Justiça Federal possuía, em 2006, 734 mil ações. Em 2011, esse número pulou para um milhão e trinta e três ações. Por outro lado, e ainda de acordo com a mesma publicação, nos 27 tribunais de Justiça do País havia, nesse mesmo ano, um passivo de 1.610 ações. Significa dizer que cada TRF possui um estoque de 206 mil processos, e cada tribunal de Justiça, 59 mil, o que corresponde a um percentual de 350% superior ao da Justiça Estadual.

Haveria que se ter considerado – e o tempo é exíguo – que existe um funil hoje, na Justiça Federal, quando o trabalhador a procura.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO SILVA COELHO – É exigido um laudo técnico, é exigido um comprovante de endereço, e todas essas questões dificultam o acesso à Justiça. Na Justiça Estadual, isso não existe, e o trabalhador é muito bem recepcionado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Márcio.

Agora vamos ouvir o Dr. Antônio César, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Mais uma vez agradeço a oportunidade do convite para estar aqui na manhã de hoje, para debater tema tão importante.

Parece-me, em relação às falas e aqui à fala do colega Colussi, da Anamatra, que eventual divergência, em relação a questões de acidente de trabalho e à competência da Justiça trabalhista, não há no texto conforme foi colocado, porque, se essa divergência houve, foi na redação originária da PEC, mas, depois, a Emenda nº 1, do Senador Maranhão, corrigiu e retirou aquela expressão "inclusive as causas de acidente de trabalho". E, no final do art. 109 da Constituição, está expresso que as causas e competências da Justiça do Trabalho são no compromisso de trabalho. Então, o art. 114, que define a competência da Justiça do Trabalho, estaria preservado e não teria nenhum problema. Inclusive, isso pode ser objeto até da justificativa que será...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – ...analisada juntamente com esse tema.

Mas o que me parece que estaria, em relação à proposta de emenda do Plenário trazida pelo Senador Paim – é uma pena que ele não esteja aqui nesse momento, até gostaria muito de fazer essa ressalva diretamente a ele –, é que se retira da competência da Justiça Federal as causas que são de empresas públicas. E também não menciona a questão da sociedade de economia mista.

Entendo a preocupação da Anamatra em preservar as causas relacionadas às relações de trabalho das empresas públicas e das sociedades de economia mista, mas esse não é e nem foi, em nenhum dos motivos, nenhum dos documentos até agora, objeto de deliberação. E, mais uma vez, a ressalva à competência da Justiça do Trabalho, no art. 109, já é assim, e assim permanecerá. E não há possibilidade de interpretação divergente dessa. Pelo menos, creio que não é o caso aqui entre os presentes, nesta data de hoje.

Em relação a essa questão de competência daqui, competência de lá e tal, que ele mencionou que as causas sociais deveriam – não é, Colussi? – estar na Justiça do Trabalho, aí nós teríamos que nos agregar à Justiça do Trabalho, porque a Justiça Federal e a Justiça Estadual julgam inúmeras causas de seguridade social, de saúde, de habitação, que são todos direitos sociais.

Então, na verdade, o que nós temos é uma divisão – repito aqui – tão somente da questão dos trabalhos entre os juízes, porque todos temos a formação jurídica, todos temos conhecimentos constitucionais, todos temos conhecimentos sobre as matérias que julgamos, mas simplesmente há uma divisão, na qual a Justiça do Trabalho fica com as relações de trabalho, a Justiça Federal fica com as causas da seguridade social, da Previdência social, da saúde. São todos temas talvez tão importantes quanto os direitos trabalhistas e as relações sociais em relação aos julgamentos. E tantos outros direitos sociais são relacionados à competência da Justiça Federal.

Quero lembrar, enaltecer e repetir todas as palavras proferidas pelo Procurador-Geral Federal Renato Rodrigues Vieira, que é muito bem estruturado, com dados específicos. E, claro, concordo com ele, que seria a pessoa adequada para falar sobre isso, porque justamente é o Procurador Chefe de todos os advogados que atuam na advocacia pública em relação a essas demandas previdenciárias, seja em qualquer ramo da Justiça que for.

Referendo todas as suas palavras, e entre elas gostaria de destacar aqui que não há mais diferenciação entre benefícios previdenciários de causa acidentária e de causa não acidentária, como havia antigamente. Mas, ainda que houvesse, a essência é sobretudo previdenciária. Então, é uma especificidade da matéria previdenciária. Esse é um ponto que eu gostaria de destacar.

Também destaco, em relação à fala do Renato, mas trazendo em todo esse contexto, que a Justiça Federal tem nível de digitalização, de virtualização muito maior.

Eu sou Juiz Federal no Paraná, e lá, desde 2004, todas as ações – todas as ações! – de juizados previdenciários são eletrônicas, e, a partir de 2010, todas as ações previdenciárias que não são de juizados são eletrônicas. E nós temos em outros Estados essa digitalização, essa celeridade... (*Falha na gravação.*)

...todos. E também refuto aqui o argumento de que a Justiça Federal não quer, a Justiça Estadual não quer, que é do advogado de São Paulo. Acho que não temos de discutir quem quer ou quem não quer, quem pode ou quem não pode. A questão é discutir a melhor prestação jurisdicionária, o melhor acesso à Justiça, para as pessoas e os cidadãos que são os destinatários principais; estão na centralidade do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário não é meu, não é do Colussi, não é do Renato, não é da Senadora – não é, Senadora?, se me permite –, mas o Poder Judiciário é de todos! E o melhor para o cidadão é o que nós devemos buscar, principalmente no momento de crise. E no momento de diversas crises que vivemos, sobretudo buscar uma economia de recurso, numa otimização do serviço do Judiciário, para que possamos prestar o melhor serviço ao cidadão.

Por fim, em relação à discussão, que não é o tema central, pelo menos não foi o tema central proposto para essa audiência, mas de forma transversal foi trazido, em relação à competência delegada, a própria proposta de emenda à Constituição não acaba com a competência delegada. E, se houver uma pessoa distante, algum local distante que não seja atendido pela Justiça Federal, será atendido pela Justiça Estadual, como foi até hoje, nas demandas previdenciárias. Portanto, essa preocupação muito bem exposta pelo Dr. Noa Piatã está atendida na proposta da PEC.

Concordo, em relação à questão...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – O.k., Doutor. Vamos concluindo!

O SR. ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK – Concluindo, concordo com a questão do Dr. Noa Piatã em relação à atenção que deve ser dada a essas demandas previdenciárias e estou à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Dr. Alessandro Antônio Stefanutto, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Queria agradecer, Senadora, a oportunidade, e dizer que pelas falas, todos já entenderam o posicionamento que o INSS apresentou. Hoje, o INSS... (*Falha na gravação.*)

...não é incomum que os sistemas troquem informações de forma automática. A Justiça Federal informatizou-se muito mais do que qualquer outra Justiça. É uma pena que só tenhamos aqui representação do Estado de São Paulo, com a devida vênia. Eu sou paulistano e tenho propriedade para falar. Tenho certeza de que o resto do País – São Paulo não é o País inteiro – poderia ser ouvido também sobre a conveniência ou a oportunidade de se manterem essas ações e quais interesses estão envolvidos nisso.

A Justiça Federal - permitam-me os representantes da Justiça Federal e mesmo dos juízes federais –, para nós que somos clientes dela, informatizou-se muito. Tudo digital. O segurado é bem recebido, sim, na Justiça Federal. E nós não podemos pegar algum exemplo isolado e por aí tirar uma medida, como também o é no INSS.

Temos muito mais facilidade de fazer troca de informações com a Justiça Federal e não com os 27 Estados. Há uma dificuldade enorme para acessar e trocar dados com as respectivas Justiças Estaduais, por conta desse atraso de modernização.

Por último, sem perder o cacoete, Dr. Márcio, eu queria fazer um contraponto ao que o senhor falou. Mas a identificação da parte, como pede a Justiça Federal, é algo que evita fraude e uma série de inconvenientes. Por isso, a Justiça Federal a exige.

E, na estadual, não é diferente: quando se vai implantar o benefício no INSS, todas as informações devem ser pedidas. E causa inclusive um inconveniente, porque como não consta dos autos, tem que pedir ao segurado para trazer essas informações.

Então, não são questões de procedimentos que têm de ser a matéria de fundo aqui, como o Dr. Renato falou. A matéria de fundo é o que é melhor para o Estado brasileiro, claro, harmonizando os interesses do Estado com os do cidadão também que ele representa.

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO ANTÔNIO STEFANUTTO – Dito isso, eu queria finalizar colocando que para o INSS, em que pese possa não parecer, por ele hoje não ter mais o controle do seu contencioso, mas estar totalmente na governança da Advocacia-Geral da União, a relação com as Justiças estaduais é muito mais complicada. Não é incomum, por conta de uma falta de orçamento... E na Justiça Federal se resolve isso, porque o orçamento é enviado diretamente para ação orçamentária da Justiça Federal, mas na Estadual isso não acontece.

Não é incomum, por falta de orçamento, termos ordem de sequestro, termos mandados para prisão de gestores, que não têm orçamento porque não receberam o orçamento para pagar, e não há compreensão da Justiça Estadual. Isso não é só em São Paulo, isso é em Santa Catarina e em outras localidades, o que causa um

tremendo transtorno, por não entenderem ou não quererem aprender a entender a dinâmica orçamentária da União, porque poderiam aderir ao SIAF e receber os recursos para pagamento desses benefícios dentro do SIAF, e não querem.

Então, há muitos problemas que essa medida... Problemas que talvez não sejam de fundo, como é o segurado, que poderiam ajudar a resolver e a gente passar a limpo essa situação.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Alessandro.

Vamos passar para o Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. CARLOS SILVA – Senadora, eu gostaria de agradecer à senhora, ao Senador Paim, pela oportunidade, contemplar aqui os colegas com o meu reconhecimento em relação à fala que realizaram, e finalizar só com a seguinte observação. Depois de todas as falas, eu acrescentaria que, a despeito da discussão processual, material do objeto, aqui nós todos estamos preocupados com o combate e os encaminhamentos que ocorrem em razão da ocorrência do acidente de trabalho. Mas antes disso, nós trabalhamos para que eles não ocorram.

O Sinait e os auditores fiscais do trabalho de maneira permanente empreendem ações para favorecer essa luta, que é uma luta grandiosa para que tenhamos esse mal afastado da nossa sociedade. E, nesse aspecto, também compreendemos que devem e têm compromisso todos os poderes que integram o sistema jurisdicional brasileiro. E, nesse aspecto, falando com relação à matéria de acidentes de trabalho, tem dialogado de maneira direta, franca e permanente...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SILVA – ...com a sociedade brasileira, sobre a matéria, a Justiça do Trabalho. É ela quem tem promovido campanhas, é ela quem tem levado à sociedade informações sobre o que significa direito dos trabalhadores no que se refere às questões de acidente de trabalho. É ela quem tem promovido articulações interinstitucionais. Aliás, essas são as ações esperadas pelo Poder Público, não só do sistema jurisdicional, mas também! E é na Justiça do Trabalho que nós estamos enxergando essas iniciativas acontecerem, da mesma forma que, no âmbito da Auditoria Fiscal do Trabalho, isso tem buscado ser feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, Ministério do Trabalho e Previdência Social agora; pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, a nossa entidade, que representa os auditores fiscais do trabalho.

Por isso, nós aqui, nessa avaliação um pouco mais ampla, extrapolando a avaliação estritamente processual, avaliamos como sendo, sim, de grande relevância e de ganho que se mantenham todas as questões relacionadas a acidentes de trabalho na Justiça do Trabalho, porque é para lá que vai o trabalhador quando se sente lesado no seu direito, em quaisquer dos seus direitos. Quanto a todos aqueles que se relacionam a acidente de trabalho, é óbvio que, na consciência comum do trabalhador, ele deve se socorrer na Justiça do Trabalho.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada.

Agora, Dr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho 10ª Região.

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – Obrigado, Senadora, pela oportunidade de participar desse debate bem interessante, em que, como eu disse, sinto-me à vontade para falar como órgão do Ministério Público; ou seja, não estou aqui debatendo a minha competência, a minha atribuição.

Fiquei bastante empolgado quando o Sr. Noa explicitou a questão da terceirização que avilta tantos trabalhadores desses benefícios previdenciários. Então, a discussão vai muito além da competência.

Como disse aqui o Carlos, a questão da prevenção de acidentes é importante para evitar esse ajuizamento em massa e o aumento do número percentual de decisões. Não é isso que nós queremos para o nosso País.

Debateu-se muito sobre competência, celeridade e acesso à Justiça, boa e satisfatória prestação de serviços aos beneficiários, que aí são os trabalhadores ou não... Eu sugiro, como já foi bastante dito aqui, que esses trabalhadores fossem ouvidos.

Fiquei muito feliz quando o representante dos trabalhadores pôde manifestar-se. Fiquei bem satisfeito. Acho que o beneficiário é o Estado, como máquina que deve organizar o funcionamento do País, mas o beneficiário maior é ou o trabalhador...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO SANTOS DE MIRANDA – ...ou, enfim, seus parentes, no recebimento desses benefícios.

Não vou fazer uma defesa da competência, porque já foi muito bem feita – mencionei o meu posicionamento – pelo representante da Anamatra. E gostaria de sugerir também sempre atenção para o melhor aparelhamento de todos os ramos da Justiça, todos os ramos do Ministério Público, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estão sucateados, e os trabalhadores precisam desses órgãos para atuar na fiscalização, justa-

mente para que, quando venhamos a debater esses temas de competência, possamos debater antes de tudo a saúde e a segurança desses trabalhadores.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Alessandro.

Caminhamos para finalizar. Eu queria dizer da minha experiência, da minha vida... Eu sou bancária do Banco do Brasil. Então, fui do movimento sindical nos anos 80 e 90. E eu dizia sempre da questão da proximidade. A Justiça do Trabalho eu sentia que era mais próxima. Eu dizia que eles pisavam no chão, que os desembargadores do Trabalho pisavam no chão, porque se eu os encontrasse no corredor do tribunal, eles paravam e discutiam comigo e me ouviam; e os outros mantinham uma... As outras esferas mantinham uma certa distância, principalmente de sindicalista. Então, não sei como está hoje.

Inclusive, também passei pela questão de não termos um tribunal em Teresina. Então, foi uma luta sindical juntamente com alguns desembargadores ter o Tribunal do Trabalho em Teresina. E quero homenagear aqui o Dr. Meton Marques, que foi o baluarte nessa luta. Ele ainda está no Tribunal do Trabalho.

Essa proximidade é importante. Quero afirmar que ao trabalhador interessa o que for mais rápido para resolver o problema dele, o que estiver mais perto dele. Somos testemunha dos deslocamentos dolorosos; às vezes amputado, o trabalhador tem que se deslocar para passar por perícia e essas coisas... E é onde ele vai sofrer menos para buscar seus direitos. Então, que essa discussão não vire uma disputa corporativa.

Por isso, acho que o Paim deve fazer uma Mesa com os trabalhadores – com certeza vai fazer –, antes de essa PEC voltar para o plenário.

Aproveito para agradecer a todas e a todos que se dispuseram a vir a esta audiência. É sempre bom saber que contamos com pessoas disponíveis para o debate, e esta Comissão é a Casa do debate. Debatemos tudo que diz respeito a direitos dos trabalhadores, a direitos humanos. É aqui o lugar!

Aqui tem audiência pública toda semana. Às vezes duas vezes por dia, porque é aqui que o pessoal busca o espaço para discussão dos seus problemas, e o encontra aqui, principalmente no Senador Paim e também em outros Senadores. Todos nós nos interessamos muito pelas questões que dizem respeito àqueles que são mais desassistidos. Aqui vêm índios, negros e negras, povo de religião de matriz africana que passa por uma intolerância muito grande ultimamente. Os problemas de direitos humanos neste local aqui encontram guarida para o debate.

Muito obrigada a todos e a todas.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e três minutos do dia vinte de abril de dois mil e dezesseis, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e das Senadoras Paulo Paim, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Lindbergh Farias, Cristovam Buarque, Humberto Costa Gleisi Hoffmann, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, João Capiberibe, Romário, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da vigésima sétima a trigésima primeira Reuniões, que são dadas por aprovadas. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013. Terminativo. Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta (Substituído por ad hoc). Relatoria ad hoc: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2011. Terminativo. Altera o parágrafo único do art. 73 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para tornar obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982. Autoria: Senadora Sandra Braga. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do projeto e das Emendas nº 1 e 2-CCJ. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011. Terminativo. Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011. Terminativo. Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2015. Terminativo. Altera a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre cão-guia, para garantir às pessoas com deficiência o direito de se fazer acompanhar do cão de assistência em veículos e estabelecimentos de uso coletivo. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015. Não Terminativo. Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 31, de 2016. Nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir a ação das milícias no país e em especial no Rio de Janeiro, que estão difundindo o terror nos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Adiado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 33, de 2016. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa para instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 50, de 2013, que dispõe "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil". Autoria: Senador Magno Malta. Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44, de 2016. Requer, em aditamento ao RDH n° 33, de 2016, que para participar da audiência pública destinada a debater o PLS n° 50, de 2013, sejam convidados os seguintes senhores: Synésio Batista da Costa, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos Infantis (Abrapur); e Alfredo

Lobo, diretor de Avaliação e Conformidade do Inmetro. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 51, de 2016. Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 52, de 2016. Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de um Seminário sobre crianças desaparecidas. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Extrapauta. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 53, de 2016. Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater sobre "Democracia e Direitos Humanos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senador Paula Paim passa a presidência para o Senador Vicentinho Alves. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senador Vicentinho Alves devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e três minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 27ª a 31ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

(*Pausa.*)

Temos número regimental para aprovar os requerimentos não terminativos. Como quanto aos não terminativos também não houve acordo, e devido ao quórum, vamos votar só os requerimentos.

ITEM 10
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 44, de 2016
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao RDH n° 33, de 2016, que para participar da audiência pública destinada a debater o PLS n° 50, de 2013, sejam convidados os seguintes senhores: Synésio Batista da Costa, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Produtos Infantis (Abrapur); e Alfredo Lobo, Diretor de Avaliação e Conformidade do Inmetro.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Senador Vicentinho, o requerimento busca apenas enriquecer o debate, aditando dois novos convidados, para que venham participar da audiência. O requerimento, me parece, é de autoria de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O tema é importante, e eles representam o setor da indústria e da fiscalização do Inmetro, para que, junto com os setores da sociedade que virão aqui discutir o tema, possam também trazer as informações aos Srs. Senadores que compõem a Comissão tão bem presidida por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esta audiência pública se refere a instrumentos e brinquedos que podem contribuir para acidentes. Está ligada também às pessoas com deficiência. Por isso, é fundamental que seja ampliado o debate, com os nomes que V. Exª aqui citou. Por isso, já estou aqui colocando o meu ponto de vista.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O item 11 é de minha autoria.

Passo a Presidência ao Senador Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Sr. Presidente, nobres Senadores, eu consulto se posso ler em bloco os três itens, para apreciação e votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) –

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 51, de 2016 - Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater "A retomada do crescimento econômico e a geração de emprego e renda".

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 52, de 2016 - Não terminativo -

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de um Seminário sobre crianças desaparecidas.

Autoria: Senador Paulo Paim

ITEM 13

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 53, de 2016 - Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater sobre "Democracia e Direitos Humanos".

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conforme lido por V. Exª, o primeiro requerimento visa a ampliar o debate sobre a retomada do crescimento econômico e a geração de emprego; o outro, um seminário sobre crianças desaparecidas; e o último, que, se eu não me engano, é extrapauta, está no rol do debate, neste momento, da própria democracia a importância dos direitos humanos, que são palavras sagradas para nós todos.

A intenção é ajustar, com os Senadores, Senadoras e convidados, o momento e o dia desses debates. Então, aprovaríamos os requerimentos e ajustaríamos os dias dos debates. Essa é a defesa, Sr. Presidente. Se V. Exª puder colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco Moderador/PR - TO) – Esta Presidência coloca em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Coloco em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Devolvo a Presidência ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Senador Vicentinho, pela colaboração.

Eu quero botar em votação mais um requerimento, que é, na verdade, do Senador Magno Malta. E esse projeto, Senador Flexa, é aquele ao qual V. Exª propôs um adendo que nós já aprovamos. Então, vamos aprovar o requerimento principal, com a sua contribuição.

ITEM 9
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nessa Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa para instruir o Projeto de Lei do Senado, nº 50, de 2013, que dispõe "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil".

Autoria: Senador Magno Malta

Eu também sou signatário.

Concedo a palavra àqueles que querem discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu mesmo faço o encaminhamento.

Na verdade, é o projeto principal em relação ao projeto apresentado, ao adendo pelo Senador Flexa Ribeiro, que já foi amplamente discutido.

Esgotando, então, a discussão, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós pretendíamos aqui, claro, fazer um debate mais aprofundado sobre os requerimentos, mas, infelizmente, a maioria dos Senadores está, nesse momento, em uma reunião com o Ministro da AGU e também, se não me engano, com o Ministro da Economia ou da Fazenda. Com o da AGU, com certeza.

Então, como não puderam estar presentes para esse debate, e como os dois Senadores que estão presentes também vão ter que sair em seguida devido às agendas que ambos têm, e eu pretendo também ir a esse debate, que vai subsidiar a nossa discussão no plenário – cada um com suas posições, todos sabem a minha, está muito clara, não preciso repetir, mas votarei contra o *impeachment*, e aqueles que têm posição contrária, inclusive aqui, no plenário, têm também seu ponto de vista –, vamos encerrar a nossa audiência pública de hoje sem um debate maior sobre os requerimentos. Os Senadores infelizmente não puderam estar presentes devido a essa convocação de emergência com o Ministro da AGU.

Assim, nós encerramos os nossos trabalhos no dia de hoje.

Há audiência pública prevista e marcada para segunda-feira para discutir o Estatuto do Motorista. Vamos ter, então, na segunda-feira, aqui, um debate sobre a situação dos caminhoneiros do Brasil. É um debate interessante, Senadores, que vai tratar da vida dos caminhoneiros, de acidente no trânsito e de outras matérias correlatas a esse tema.

Assim, nós encerramos a audiência do dia de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2016, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezesseis, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Gleisi Hoffmann. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15 de 2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre: "O Estatuto do Motorista". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e passa-lhes a palavra nesta ordem: Luis Antonio Festino, Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT; Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT; Edmara Claudino, Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística - NTC&logística; Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros da Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT; Neori Tigrão, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga; Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional do Transporte Urbano – NTU. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Omar José Gomes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Carlos Alberto Litti Dahmer, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Carga – SINDITAC; Antônio Raimundo Matias dos Santos, Presidente do SIMTAXI-SP; Antônio da Costa Miranda, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores de Minas Gerais – NCST/MG. O Senhor Presidente concede a palavra aos convidados para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) solicitar a tramitação conjunta dos projetos de lei que tratam dos direitos dos motoristas, a fim de reuni-los no Estatuto do Motorista. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e doze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 15, de 2016, da CDH, de autoria deste Senador, para debater o Estatuto do Motorista. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800 61 2211.

Enquanto os convidados estão chegando, eu vou fazer uma pequena introdução sobre o tema de hoje e depois darei alguns avisos.

A audiência pública de hoje destina-se a debater o projeto do Estatuto do Motorista. Essa é uma categoria extremamente injustiçada no Brasil. Falar que os homens e as mulheres do volante são imprescindíveis ao nosso País é nada mais do que dizer o óbvio, ou seja, somente a verdade. Ainda assim, parece que a sociedade olha de lado quando confrontada com os problemas desses trabalhadores.

Por exemplo, há a aposentadoria especial, que eu entendo ser mais do que justa, não importa se autônoma ou não a atividade dele. Importa que são milhares e milhares de pessoas que dedicam a sua vida a transportar pessoas ou cargas. Por isso é mais do que justo que tenham a aposentadoria especial, em razão do serviço exaustivo que exercem.

Todos sabemos que os motoristas profissionais submetem-se a um regime de trabalho degradante. No dia a dia, os caminhoneiros, os motoristas de ônibus, os taxistas e outros condutores de cargas geralmente estão submetidos a longas jornadas de trabalho, com veículos muitas vezes danificados ou sem condições de

segurança, com baixos salários, além de estarem submetidos à pressão do empregador e à situação precaríssima das vias de rodagem, entre outras tantas dificuldades.

Em 2008, apresentei um projeto de lei que visava prover a categoria de um amparo legislativo legal, específico. Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, que regulamenta carga de trabalho e descanso, remuneração e segurança, capacitação e responsabilidades, aposentadoria especial, entre outros temas.

Esse é o Estatuto que nós aqui vamos debater. Claro que não era um projeto acabado, e nem essa era minha intenção. A minha intenção era apresentar uma lei e vê-la dialogando com aqueles que atuam na área, tanto empregados e empregadores como os empreendedores, na construção, como ocorreu em outros projetos, dos quais eu tive a alegria de participar.

E deu certo. Quando eu apresentei o Estatuto da Igualdade Racial, muitos diziam que era sonho. Hoje é lei. O Estatuto da Pessoa com Deficiência – "Ah, é sonho do Paim" – beneficia 45 milhões de pessoas. É lei. O Estatuto da Juventude, do qual fui relator, é lei. Poderíamos falar aqui da política do salário mínimo inflação mais PIB. "É sonho. Quem é que vai concordar?" É lei. Tiramos o salário mínimo de US$60 para mais de US$300. A lei dos autistas. Nós a iniciamos num debate em audiência pública. Hoje é lei. Por isso, eu entendo que podemos, sim, com a grandeza de homens e mulheres – e não com a posição daqueles que querem o poder pelo poder ou tirar vantagem por vantagem, como eu vejo hoje na nossa política nacional –, ter um caminho comum, que busque uma saída positiva para aqueles que tanto fazem pelo País, aqueles que trabalham no volante. Enfim, vamos hoje aqui discutir amplamente essa questão.

Antes de convidar a Mesa, eu quero dar outro aviso: nós aprovamos, na semana passada, a realização de um ciclo de debates aqui sobre o momento atual. Vamos discutir economia, vamos discutir a situação do País, vamos discutir a questão do desemprego. Vamos nos reunir – já estava marcado para o dia 27 e seria no Petrônio Portela – em um grande evento, com a participação de mais de 700 líderes do País, para discutir a questão da Previdência.

Como a questão do *impeachment*, queiramos ou não, tomou conta do País – não vou dizer só do Congresso –, eu estou avisando que, no dia 27 – iria ser agora, na quarta-feira –, por decisão do Presidente da Casa – e eu entendo o Senador Renan Calheiros –, o Petrônio Portela vai ficar reservado somente para a imprensa. Já está prevista a presença lá – entre jornalistas, TV e rádio – de mais de 800 pessoas. O mundo todo virá para cá para acompanhar, pessoal. O Brasil é a nona economia do mundo. Já foi a oitava. Está entre a nona e a décima. E, quando há uma situação como essa, em que, queiramos ou não, a democracia é abalada... Não estou nem fazendo juízo de valor neste momento porque eu sei que este plenário é livre para que cada um tenha a sua opinião. A democracia está abalada e, é claro, para aqueles homens e mulheres, no mundo todo, que têm uma visão de que a democracia é o melhor sistema que a humanidade já inventou, quando ela está sendo abalada – e da forma que está sendo abalada –, a situação demanda que se fique acompanhando. Então, entendo e aviso aqui, oficialmente, a todas as entidades, que está suspenso o grande evento do dia 27. Havia mais de 40 entidades ajudando a organizar – centrais, confederações, entidades de servidores públicos, inclusive entidades vinculadas à área privada. O evento foi suspenso. Provavelmente só ocorrerá em julho devido a este momento pelo qual o Congresso passa.

E reafirmo que esta Comissão não vai se omitir. Por isso, faremos um ciclo de debates aqui nesta Comissão com o título "Democracia e Direitos Humanos", para que cada um venha aqui e debata sobre como está vendo a situação do País, que preocupa a todos.

Deixem-me só mostrar, na abertura, dois cenários para vocês. Então, neste momento, pessoal, claro, eu estou aqui falando não só para vocês. Estou falando para o Brasil todo, pela TV, pela Rádio e pela Agência Senado.

Temos dois cenários que poderão acontecer.

Cenário nº 1: admissibilidade – é grande a chance de passar até o dia 12. A Presidente é afastada e assume o atual Vice-Presidente da República. O que vai acontecer? A partir do momento em que ele assumir – pelo menos em minha avaliação – vai começar uma grande campanha no País pelas eleições já. E por que eu digo isso? É só pegar a pesquisa do Ibope que saiu ontem e diz o seguinte: 62% da população querem eleições já; 25% preferem que a Presidenta Dilma fique – estou só dando os resultados da pesquisa –, mas querem que ela mude todo o Ministério e toda a sua política de alianças; e 8%, somente 8%, concordam que Michel assuma.

Veja em que situação nós estamos. Essa opinião não é de nenhuma agência da CUT, do Dieese ou deste ou daquele segmento, é uma pesquisa Ibope que está sendo divulgada em todo o País.

O que eu percebo? A opinião pública quer mudanças radicais, e nós sabemos... Vimos que isso aconteceu em grande parte do mundo. Então, nós estaríamos em um clima de instabilidade enorme.

Mas vamos para o cenário nº 2 agora.

Cenário nº 2: não passa e, daqui a seis meses, a Presidenta Dilma volta. O Presidente da Câmara, que, queiramos ou não, capitaneou aquele circo... E parece que outra pesquisa mostra que a única unanimidade

que há no País é contra o Eduardo Cunha. As pesquisas todas mostram isso, aí é unanimidade: é zero para ele e todo mundo pedindo para que ele saia. E ele capitaneou aquele *impeachment*. Daí ele já disse que, se a Presidenta voltar em seis meses, ele apresenta mais nove pedidos de *impeachment,* e ficaremos todo o ano de 2017 discutindo *impeachment*.

Esse é o cenário que se apresenta, pessoal.

Então, devido a isso é que, a partir desse requerimento por mim apresentado, um dia por semana provavelmente, já a partir desta quarta, nós vamos debater aqui democracia e direitos humanos. Cada um vai expressar o seu ponto de vista. O que não pode são os homens públicos, em um momento como este, se esconderem, enfiarem a cabeça na areia e darem a impressão de que nada é com eles. É conosco sim!

Para mim, o que está faltando neste momento neste País não são incendiários – incendiários há um monte para botar fogo. Está faltando estadista, está faltando homem de diálogo, estão faltando homens e mulheres que construam o bem comum, estão faltando aqueles... E eu digo para vocês que, se perguntassem para mim: "Paim, se a saída for eleições gerais, você coloca o seu mandato à disposição?" Pode escrever e gravar: eu já coloco à disposição hoje se isso for necessário para eleger um novo Congresso, um novo Presidente ou Vice.

Sei que essa proposta dificilmente caminhará em um Congresso que protagonizou aquele espetáculo ridículo que o Brasil e o mundo viram na Câmara dos Deputados. Não é preciso que eu diga, é a própria imprensa nacional e a imprensa internacional que estão perguntando "Esse é o Parlamento brasileiro?". Infelizmente é aquilo que está ali mesmo. É aquilo que vocês viram e eu vi também. Eu assisti a mais de 400 falarem, mais de 400: era minha mãe, meu pai, minha avó, meu papagaio, meu passarinho e, por isso, se votava daquela forma. A que pontos chegamos! E houve aquela senhora Deputada que disse que falava em nome do combate à corrupção: de manhã o marido foi preso pela Polícia Federal por se estar apropriando do dinheiro da própria prefeitura.

Por isso, pessoal, é que eu estou aqui justificando que esta Comissão vai fazer o debate sim. Todos serão convidados. Não faremos só olhando a Comissão, que é formada legitimamente, pois já estão convidados, estarão lá Parlamentares de todos os partidos para debater o *impeachment*.

Eu espero que no Senado seja diferente. O Senado é uma Casa de ex-presidentes da República, é uma Casa de ex-governadores, de ex-deputados federais, de ex-prefeitos. Todos os que estão aqui têm uma certa experiência na vida pública. Que ela não seja somente um instrumento para carimbar o que a Câmara – essa Câmara que está aí, vocês sabem muito bem – mandar para cá. Se fosse para fazer isso, não teria razão de existir o Senado da República.

As pesquisas, vocês ouviram, nós vimos e sabemos. O ciclo de debates não é aqui. Vai ser na próxima quarta-feira, e já informo que será convidada a OAB, a CNBB, o representante dos empresários, o dos trabalhadores. Qual a saída para a crise? Para onde nós vamos? O que nós queremos? Nós queremos que Eduardo Cunha seja o Vice-Presidente da República? Então, venha aqui e diga para o povo brasileiro. Eu não quero! Eu não quero! Quem quiser venha aqui e diga. Ou alguém quer uma solução grandiosa, à altura dos 210 milhões de brasileiros?

Faço essa introdução. Tentei ser o mais equilibrado possível. Todo mundo sabe a minha opinião e posição. Cada um aqui tem a sua opinião e posição, e eu respeito os que pensam diferente. Há alguns que não respeitam. Aqueles que pensam diferente pregam uma política de ódio. Temos que respeitar os que pensam diferente. E oxalá nós consigamos, juntos, construir uma grande saída para o nosso País. O povo brasileiro não merece isso que está sendo engendrado, que está sendo articulado neste momento em nosso País. Vamos torcer para que dê tudo certo.

Vamos entrar agora no mérito da reunião de hoje, já que falei, dei todos os avisos e fiz a introdução que me vi obrigado a fazer – em uma conjuntura como esta, o bom para mim seria ficar aqui e dizer: "Olha, eu não sei, vou ver o que vai acontecer". Não. Nós temos que apontar caminhos na busca de uma solução.

Convido, então, Luís Antonio Festino, assessor e líder, naturalmente – conheço-o há muitos e muitos anos –, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. Seja bem-vindo, Luís Antonio Festino! (*Palmas.*)

Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), que está sempre conosco aqui participando de momentos como este, com posição também muito clara e muito firme. (*Palmas.*)

Convido Edmara Claudino, Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística. Seja bem-vinda! Ela está sempre aqui contribuindo. Não é a primeira vez que vem participar do debate. (*Palmas.*)

Convido Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que também já esteve conosco aqui, nunca se furtou ao debate. (*Palmas.*)

Convido Neori Tigrão, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga, que sempre tem tido uma postura também muito equilibrada. Ainda hoje de manhã veio mais cedo para conversar um pouco sobre este evento. (*Palmas.*)

Convido Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional de Transporte Urbano. Grande Marcos, seja bem-vindo – você que sempre tem colaborado com este debate. (*Palmas.*)

A partir deste momento nós entramos na nossa audiência oficial. Vamos ao debate.

Todos sabem que esta não é a primeira reunião. Só recapitulando: esta já deve ser a trigésima, no mínimo.

O Festino disse que vai fazer uma retrospectiva para aqueles que estão assistindo à TV Senado não pensarem que nós estamos puxando esse assunto lá do meio de outros, de tantos milhares que há, devido à crise. Nós nunca pararemos de discutir grandes causas, e a causa do motorista, do profissional do volante, é uma grande causa. Ela estará sempre na pauta do Congresso Nacional, se depender de nós todos que estamos aqui, até que o Estatuto vire realidade.

Luís Antonio Festino com a palavra.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Bom dia a todos.

Primeiro já agradeço, em nome do Sr. Omar e do Sr. Calixto, presidente da Nova Central, por mais este convite para uma discussão tão importante, que é a questão do motorista.

Estamos presentes hoje aqui com as federações de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, do Norte – deixe-me ver quem mais –, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Então, temos uma boa representação para uma segunda-feira, isso mostra o interesse que nós temos nessa discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – No meio desta crise.

E temos também um representante dos taxistas, que não é filiado à federação, mas está aí representando os trabalhadores.

Senador, eu fiz uma retrospectiva porque dá a impressão de que não foi feito nada, mas nós temos uma longa história aí, desde 2008. (*Pausa.*)

Então, o primeiro destaque que eu quero dar, que nós vamos discutir mais à frente, é que o Estatuto regula a atuação no mercado de trabalho. E com as duas leis que foram aprovadas depois... Uma regula a profissão, e a outra, o mercado de trabalho, e, por isso, a importância do Estatuto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Ele envolve toda a categoria, todo o setor.

A justificativa, o senhor já deu, mas é a questão da profissão.

E o que foi feito? Desde 13/10, quando foi lançado aqui o Estatuto – inclusive foi com a presença do...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só ajudar, não é? Eu quero aquela foto. Naquela foto eu estou bem magrinho, viu? (*Risos.*)

Passaram-se seis anos, e eu engordei. É aquela foto lá, olha.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Nós tivemos a presença do Zé Teodoro, que faleceu, presidente da federação de Minas, mas que foi um grande incentivador da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Logo após a aprovação da Lei nº 13.103, nós terminamos também com uma audiência, que foi convocada aqui pela CDH, no dia 9/3/2015. Então foram dezoito audiências discutindo não especificamente só o Estatuto, mas o transporte e condições de trabalho no contexto do Estatuto. Foi o que foi feito aqui no Senado.

Além disso, o Estatuto foi discutido em nove Estados: Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais – houve duas, uma em Belo Horizonte e outra em Uberlândia –, Amazonas, Pará e Rio de Janeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – São Paulo é o segundo. Tivemos a presença no Rio de Janeiro do Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele esteve em todas, não?

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Esteve em todas. O Líder do PMDB, Leonardo Picciani. Em São Paulo, o Senador Suplicy prestigiou. Só não esteve no Amazonas a Senadora Vanessa Grazziotin, que coordenou.

Além dessas dez audiências, tivemos dez reuniões específicas sobre o Estatuto e acabamos tirando um documento final. Esse documento, depois das duas leis aprovadas, acredito que temos que rediscutir, voltar e rediscutir com quem for o Relator, porque algumas coisas aqui ficarão defasadas.

E o que deu para perceber em todas essas audiências e, depois, com a aprovação das duas leis? Ficou bem claro quem somos, onde atuamos e quantos somos, o que era a grande divergência.

Então, no setor de carga, as empresas de transporte rodoviário de carga, transporte autônomo de carga, cooperativa de transporte rodoviário de carga e o transporte rodoviário diferenciado, que é toda a cadeia produtiva do setor de transporte, desde a indústria, comércio, serviço, construção, agricultura, movimentação de mercadoria, cultura, educação, lazer e todos os demais setores.

Nas empresas de transporte rodoviário de passageiros, o urbano, o semiurbano, o metropolitano, o interurbano, o transporte escolar, o transporte rural, o fretamento e o táxi, que hoje, além do automóvel, há a motocicleta – como também, no setor de carga, a motocicleta vem aumentando muito a sua participação.

A grande divergência.

Nós pedimos, no dia 13 de janeiro, uma informação para o Denatran sobre quantos motoristas tinham o art. 147 registrado em sua carteira. Isso foi pedido e, pela Lei da Transparência, eles teriam 20 dias para responder, mas até hoje não responderam. O Denatran – não sei por que – não quer informar quantos motoristas têm a profissão remunerada em sua carteira. Então, é uma situação bem estranha, e o Sr. Omar já está tomando algumas providências jurídicas para obter esse dado.

Comparando, hoje em dia, com a nossa frota, com a frota que circula, dá para perceber quanto é grande o setor. Então, nós estamos com 90 milhões de veículos; o número de ônibus, 590 mil; de micro-ônibus, 375. É uma parte pequena, mas a maior parte é de trabalhadores. Fora isso, há os taxistas, os motociclistas, que não entraram nesse cálculo.

A frota de caminhões está perto de 12 milhões – não só caminhões, mas veículos no transporte de cargas.

Também foi pauta do nosso pedido para o Denatran, com base no art. 96 do Código de Trânsito, a questão de onde estão esses veículos, se eles estão trabalhando profissionalmente ou não. Também não houve resposta do Denatran. É uma situação difícil quando se tenta fazer um projeto e não se sabe onde estão os trabalhadores.

A ANTT dá um informe de 2.342.000 caminhões registrados no Registro Nacional de Transporte de Carga. Isso, no mês passado. Então, os veículos são aqueles: caminhão leve, caminhão simples, camionetes, todos aqueles que atuam no setor.

Agora, a grande questão é a nossa discussão, que vem ajudar na elaboração de uma nova norma, com uma base mais estratégica, uma base com o conhecimento do que que é a cadeia produtiva. Só para se ter uma ideia: nos últimos 10 anos, nós tivemos a Lei 11.442, que trata do transporte rodoviário de carga por conta de terceiro; a 12.009, que trata do exercício da profissão do motociclista, do mototaxista na entrega de mercadoria e comunitária; a Lei 12.468, que trata da profissão de taxista; a Lei 12.668, que trata de condutores de ambulância. Essa aí foi embutida em uma medida provisória. Por isso ela só tem um artigo. Então, quanto a essa última, passou desapercebida a sua aprovação.

O importante para o Estado do Motorista é o Sistema Nacional de Viação, aprovado em 2011, e a Lei de Modalidade do Transporte, que é a 12.587.

Estão pedindo aqui para verificar se há alguém da federação do Nordeste.

Não, né?

Tudo bem, Sérgio?

O Sérgio é da federação do Nordeste, que envolve vários Estados. Então, está presente aqui praticamente toda a nossa representação.

Aí nós temos o conflito. A Lei 12.619, que foi aprovada...

Vejam bem: aquela discussão que eu falei, do Estatuto, não incluiu as discussões que nós fizemos da Lei 12.619 aqui no Senado. Então, naquelas 18 audiências, não está inclusa toda aquela discussão que foi feita aqui. E foi feito um acordo com o setor patronal, ou seja, dos empresários, para tirar uma lei que não era tão consensual, mas conseguiu-se chegar a um denominador.

Para vocês terem uma ideia, os trabalhadores abriram mão da questão da aposentadoria especial, mas discutindo uma redução de jornada trabalho. Isso foi aprovado. Mas, em seguida, veio a Lei 13.103, no ano passado, que acabou desmontando tudo o que havia sido aprovado aqui no Senado, voltando à estaca zero ou piorando mais a situação.

Nesse meio tempo, houve muito pouca mobilização dos trabalhadores em si. Mas a Confederação e a Nova Central fizeram um manifesto pela implantação da Lei 12.609.

Infelizmente, nós só temos uma revista, que também foi feita pela Confederação, uma cartilha, que teve 500 mil tiragens, que é muito pouco para dois milhões de trabalhadores.

Tivemos esse debate. Ele foi internacional. Estivemos no Canadá, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Chile, no Paraguai, na Argentina e no Brasil. Todos os debates internacionais mostraram que o projeto nosso era viável e melhor do que o de muitos outros países.

Juridicamente, também muito pouco foi feito. Aí, estamos com dois livros feitos, patrocinados pela Confederação. De "O Motorista Profissional", um dos autores é o Dr. Edésio Passos, ex-Deputado Federal do Paraná, e há o "Motorista por Profissão", que vocês estão recebendo aí agora. Há mais dois livros lançados: um de uma Desembargadora do Paraná e mais um de São Paulo. Então, é muito pouca a discussão que foi feita sobre a lei.

Para o debate, temos de discutir a avaliação sobre a Lei nº 13.103 e o impacto na Lei nº 12.619. Essa discussão vai para o planejamento estratégico. Se o Estado não estiver presente, não vamos conseguir resolver problemas como a não existência de ponto de parada, de logística. O Estado tem de estar presente. E o Estado participou muito pouco dessa discussão.

Então, estamos defendendo aí o Plano Nacional de Logística e Transportes, que é do Governo Federal. Há um consenso.

Acredito que seria viável para o Estatuto um plano nacional e federativo, não apenas federal, porque não conseguimos atingir, com as duas leis, os Estados e os Municípios. Precisamos de um plano de Estado e não apenas de Governo, um plano multimodal envolvendo toda a cadeia logística – não conseguimos fazer esse entrosamento, mas acredito que hoje haja condições – e um processo de planejamento constante e participativo, que é isso que estamos fazendo agora.

Isso porque, no Brasil, além de todas essas categorias, há a questão da regionalização, a integração intermodal, a infraestrutura, os terminais de carga e descarga, pontos de apoio, renovação de frota e a restrição de circulação de veículos.

Um Município vai e restringe à circulação de veículo, mas sem um plano de logística para esse Município, e o que acontece são acidentes como esse de São Paulo, onde é proibida a circulação de caminhões durante o dia – dois caminhões bateram às 4 horas e 30 minutos da manhã porque estavam tentando passar rápido por São Paulo; os dois pegaram fogo e foi atingido um viaduto, que foi interditado. Então, essa é a falta de planejamento.

Nas questões do trabalho, temos aí as condições de trabalho. Inclusive, nesta semana, no dia 28, é o Dia Mundial das Vítimas de Acidente de Trabalho, e as Centrais Sindicais estão realizando um ato em Mariana, nos dias 26, 27 e 28 – a Nova Central também está participando na organização desse evento sobre as vítimas de acidente de trabalho. Os acidentes de trânsito, também com relação aos acidentes de trabalho.

A qualificação profissional, apesar das duas leis, uma de 2012 e outra de 2015, não foi discutida.

Há a questão da segurança e a questão que, hoje, está aumentando muito, que é a participação da mulher no setor.

Então, Senador, eu acredito que o que está ocorrendo na Câmara hoje é a discussão do marco regulatório do transporte rodoviário de cargas. Pelo que nós percebemos, mais uma vez trata-se da retirada de direitos. Não vou entrar em detalhes, porque é muito longo, mas acredito que o Estatuto pode se sobrepor à questão do marco rodoviário de cargas, porque ele engloba toda a categoria, todo aquele setor que eu havia mencionado.

Assim, Senador, agradeço mais uma vez pela participação e pelo interesse na discussão aqui no Senado. Esperamos que os Relatores que forem indicados aceitem também a discussão do que estamos apresentando.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luís Antonio Festino, que fez uma retrospectiva e atualizou o momento falando sobre esse novo marco regulatório, que temos que saber trabalhar – pela importância do Estatuto, além do próprio marco.

De imediato, concedo a palavra a Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Bom dia a todos.

O Ministério Público do Trabalho sempre se faz presente nestas discussões, principalmente por envolverem uma categoria de trabalhadores da ordem de 12 milhões em nível nacional, como já foi bem levantado pelo Festino.

A nossa preocupação aqui evidentemente está vinculada às condições de trabalho. É uma situação de repercussão geral, porque diz respeito aos acidentes de trabalho envolvendo os motoristas profissionais. Na verdade, essa preocupação é muito grande tendo em vista a repercussão que tem tanto para a família, para o trabalhador, para o empresariado, como também para o Estado de uma maneira em geral.

O Ministério Público do Trabalho participou de uma forma ativa na elaboração e nas discussões daquilo que fez gerar a Lei nº 12.619. Esta lei, evidentemente, como o Festino disse e todos já sabem, significou um avanço muito grande, apesar de diversas discussões terem sido abandonadas por parte dos trabalhadores,

exatamente no sentido de tornar-se um pacto de forma a poder, num primeiro momento, dar pelo menos uma certidão de nascimento ao motorista profissional, à profissão dos motoristas.

Com o concurso da edição seguinte, sequencial, da Lei nº 13.103, evidentemente que também lutamos, mas de uma forma invertida, no sentido de manter a garantia e a preservação de alguns direitos dos trabalhadores que a Lei nº 12.619 previu.

Lamentamos de forma profunda esse retrocesso, mas acredito que agora essa nova visão, essa retomada de posicionamento aqui por V. Exª, Sr. Presidente, no sentido de viabilizar a nova discussão do Estatuto dos Motoristas, traz de uma maneira mais integral, mais ampla e de uma forma mais conjunta, a retomada dessa discussão de forma a sobrepor qualquer outro tipo de posicionamento que possa não contemplar a categoria de trabalhadores, que é muito grande.

Então, o Ministério Público, escravo das leis aprovadas aqui nestas duas Casas, está pronto – e sempre pronto – a discutir, de forma conjunta com as classes trabalhadoras e com o empresariado, uma forma equilibrada de encontrar um ponto comum entre as situações.

Evidentemente, já discutimos que, para termos avanço, é preciso, em certos momentos, poder recuar, sempre observando as condições de trabalho desses motoristas, o que, para o Ministério Público, é muito importante, porque todos sabemos o quanto é importante regulamentar uma hora de trabalho, seus benefícios, seus descansos, tendo em vista minimizar, senão eliminar, os acidentes de trabalho que têm ocorrido no Brasil de forma geral, o que têm vitimado famílias inteiras e trazido prejuízos produtivos para a Nação.

Então, o Ministério Público está aqui, Sr. Presidente, mais uma vez imbuído e vinculado à possibilidade de sempre discutir com as categorias aquilo que é bom para os trabalhadores, é bom para o País e é bom para o empresariado de uma forma progressista, de uma forma que avance sem destruir qualquer situação que possa causar impacto no empresariado, mas sempre observando o lado também, e em especial, do trabalhador, tendo em vista que as situações se conflitam com as Leis nºs 12.619 e 13.103.

O Ministério Público vê com bons olhos, evidentemente com algumas adaptações futuras, esse projeto de lei do Senado no que diz respeito ao Estatuto do Motorista, tendo em vista as incursões trazidas nele e as repercussões pelas duas leis aqui referidas.

Sr. Presidente, continuo aqui mais para ouvir os debates no sentido também de melhor colher dados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Dr. Adélio Justino, que, mais uma vez, se coloca à disposição dos profissionais para encontrarmos o melhor caminho na construção do Estatuto.

Passamos a palavra à Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Srª Edmara Claudino.

A SRª EDMARA CLAUDINO – Bom dia, Senador. Bom dia, demais participantes desta audiência pública.

Primeiramente, gostaríamos de agradecer o convite para participar desse debate de tamanha importância para o nosso setor.

Sabemos que este projeto tramitará em outras comissões, e a NTC não se furtará de estar presente para encontrarmos um caminho que contemple essas reivindicações da categoria. Queremos dizer também da nossa preocupação com a falta de infraestrutura, políticas públicas do transporte em geral – só os dois lados aqui talvez não sejam suficientes para acabar com todos esses problemas.

Ratificando o que disseram os colegas que me antecederam, quero dizer, Dr. Adélio, que o senhor foi de grande importância na elaboração da Lei nº 12.619, atuou com isenção, e chegamos onde podíamos chegar. Não foi o melhor texto? Não. Precisa de aperfeiçoamento? Sim. E a NTC estará aqui, de mãos dadas com a categoria dos motoristas, para debater, discutir e ver onde podemos melhorar essas redações.

Como o Festino falou, o marco regulatório está lá na Câmara. Pode estar aqui também, pode-se juntar todas essas matérias e promover um grande debate, Senador, no sentido de ter um texto possível. Não adianta fazer uma norma legal que seja impraticável, não resolverá o nosso problema.

Portanto, Festino, a nossa proposta é o diálogo, como sempre foi. Caminhamos juntos – Dr. Adélio está aqui, o senhor que foi o mediador –, e teremos o Congresso Nacional como nosso mediador, imparcial. O senhor pode mediar esse debate, acreditamos nisso.

Realmente, as legislações carecem de aperfeiçoamento, tanto para o empresário como para o trabalhador. Não é o que pretendíamos, mas foi o que foi possível no momento. De qualquer forma, queremos realmente mudanças. Queremos ser ouvidos e que o Congresso seja o mediador de uma proposta que seja efetiva, que possa realmente ser executada olhando os dois lados.

Nosso muito obrigada, estaremos aqui à disposição. Quando o senhor precisar, chame os empresários do transporte rodoviário de cargas. Estaremos a postos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, ouvimos a Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, Srª Edmara Claudino, que dá uma bela contribuição.

Acredito nisto: no diálogo, no entendimento, na concertação. Se um setor ou outro quiser colocar tudo aquilo que acha ideal, não chegamos a lugar nenhum. Alguém já disse que, entre o ideal, o ótimo e o bom, quero ficar com o bom, porque esse é fácil; o ideal e o ótimo, vou perseguir sempre, mas o bom é o caminho.

Agradeço a contribuição por parte dos empresários na perspectiva de construir um Estatuto que seja bom para todos.

De imediato, Dr. Alexandre Munõz Lopes de Oliveira, Superintendente do Serviço de Transporte de Passageiros da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT).

Diga-se que a ANTT nunca se furtou ao debate, sempre que convidada aqui esteve com seus representantes dando o seu ponto de vista e contribuindo para que avançássemos.

Seja bem-vindo.

O SR. ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA – Obrigado.

Agradeço, nobre Senador, por esta oportunidade. Acho que é importante este diálogo para que realmente cheguemos ao equilíbrio para conseguir atender todos os anseios.

Com relação ao transporte, principalmente o de passageiros, para ter um dimensionamento: temos hoje, no âmbito do transporte interestadual e internacional, pouco mais de 70 mil motoristas habilitados a fazer o serviço na Agência, com o cadastro de cerca de 32 mil veículos.

É importante ressaltar algo que recentemente se viu numa discussão que houve na Câmara dos Deputados: hoje é admitido o transporte interestadual com veículo do tipo micro-ônibus. Com isso, houve um acréscimo na quantidade de veículos e, consequentemente, na quantidade de trabalhadores, motoristas que operam esse serviço, e até de uma forma diferente. Portanto, acho que esses aspectos devem ser levados em consideração nessas adequações, principalmente porque, no âmbito do transporte rodoviário de passageiros, existem características muito distintas dentro do próprio serviço. Como foi apresentado lá, os serviços de fretamento, regular e urbano, são muito distintos em sua forma de operação, de emprego dos motoristas e até mesmo em sua capacitação.

Acho que essas diferenciações devem ficar muito claras para que sejam evitados prejuízos de uma parte ou de outra advindos de uma regra única.

Só a título de esclarecimento: o transporte regular possui um esquema operacional hoje obrigatoriamente incluído na Agência, com todos os pontos de parada, de descanso e de troca dos motoristas. E as empresas de transporte regular possuem uma infraestrutura para dar as condições ao motorista de fazer a sua jornada da forma mais adequada possível.

Já o serviço de fretamento, em geral, não possui esses pontos de apoio pelas características do próprio serviço. Então, em viagens mais distantes, há a necessidade da dupla de motoristas e de outras intervenções.

Totalmente diferentes são os serviços urbanos. Como exemplo, há o que nós cuidamos aqui, do entorno de Brasília, que tem características totalmente distintas. Nele os motoristas, muitas vezes, possuem uma jornada inteira, mas a hora de trabalho deles não é completa. Eles têm uma grande demanda pela manhã. Durante o dia, os motoristas praticamente não rodam, porque não há movimento de passageiros para o entorno durante o dia. Ao final da tarde eles fazem novamente esse percurso de volta. Então, é necessário estar atento a esses pontos para evitarmos distorções que prejudiquem a operação e principalmente os usuários do transporte de passageiros. Muitas vezes criamos alguma regra aqui pensando "Ah, não, isso aqui vai ser melhor para o trabalhador", mas não vemos o outro lado, principalmente no transporte de passageiros, que são os reais beneficiários desse serviço.

Eu venho destacar aqui também que nós tivemos uma discussão, desde 2008, com a CNTT, principalmente quando estava na época da licitação. Hoje, não existe mais a licitação. Nós estamos concretizando uma fase final de autorização dos serviços. Acho que isso também vai trazer algumas mudanças no setor. Esperamos trazer um profissionalismo maior às empresas operadoras para que garantam as condições de trabalho. Associado a isso, nós estamos implementando, a partir do segundo semestre, efetivamente funcionando no ano que vem, um sistema de monitoramento de todo o transporte interestadual e internacional de passageiros. Esse sistema de monitoramento vai nos trazer subsídios para acompanhar também essas questões dos motoristas.

Lembrando – eu gosto, às vezes, de reforçar – que a Agência tem de participar, tem de entender, de contribuir para conseguir as melhores medidas para o trabalhador, para os passageiros e também para os empresários. Mas só lembrando que o foco principal da Agência é a questão do transporte e não as questões trabalhistas. Eu sei que às vezes há um limiar que é difícil de se achar, qual seja, até onde vai uma questão e até onde vai a outra, porque as questões trabalhistas acabam envolvendo as questões de segurança e isso nos

afeta muito. Mas acho que temos de tomar cuidado para não acabar entrando em um mérito que não é da Agência, mas, sim, de outros órgãos, apesar de que a Agência hoje, principalmente tendo esse sistema, terá todas as informações e nós estamos dispostos ao fornecê-las a todos os interessados, para que contribuam tanto nos estudos, como no acompanhamento e na fiscalização do dia a dia, porque acho que isso é o principal. Às vezes, temos um regulamento que está excelente, mas que, na prática, não é aplicado. É isso que devemos observar de uma forma muito clara.

E me veio à cabeça aqui, principalmente, questão de fretamento. E, principalmente com a inclusão dos micro-ônibus, precisamos dar especial atenção à questão de motoristas *freelancer*. Hoje é vedado, mas nós sabemos que muitas vezes acontece essa prática, principalmente para períodos de pico, em que a empresa não vai manter esse motorista o tempo todo e vai querer atender só em determinados períodos.

Então, acho que nós teríamos que adentrar também para disciplinar isso, para fazer uma regulamentação dessa questão, de forma a contemplar e não prejudicar nem o setor, nem os motoristas, nem os empresários. Acho que esse é o foco principal a que deveríamos dar continuidade nesse avanço que estamos tendo em tudo que se conseguiu até hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira, Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres, dando a sua contribuição para avançarmos para melhorar a vida desses profissionais.

Neori Tigrão, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga, com a palavra.

O SR. NEORI TIGRÃO – Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todas as lideranças do setor de transportes que se encontram aqui, principalmente nesta Mesa.

Falando em nome dos caminhoneiros autônomos, quero também agradecer a presença do Litti, que representa os caminhoneiros autônomos do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá da minha região! Bem-vindo, Litti.

O SR. NEORI TIGRÃO – Quero dizer a vocês, companheiros presentes, que, primeiro, nós temos de ser muito gratos de estarmos aqui hoje, sentados nesta Mesa, com um projeto praticamente na mão. E, quando vamos ver a lealdade do Senador Paulo Paim, a grande preocupação, neste momento, não é só o setor de transportes, e, sim, o nosso País. E vemos que o Senador abre mão do seu próprio mandato em benefício do povo brasileiro, dizendo que, se for necessária uma nova eleição para trazer melhores condições à nossa população, ele está disposto. Isso é importantíssimo! É da seriedade e da transparência que o Brasil está precisando.

Quem sabe se as nossas divergências nos planos, nas lutas, nos projetos por que nós tanto trabalhamos juntos, e tivemos divergências para chegar ao consenso do nosso projeto de lei... Mas quando nós, representantes dos autônomos, tivemos oportunidade de entrar nesta Casa e de estar sentados aqui, com a CNT, as confederações, o Ministério Público, com as pessoas mais importantes que podem nos ajudar? E é por isso que nós estamos aqui. Nós estamos aqui e precisamos ser homens sábios.

Eu vejo o Sr. Omar sentado ali. É uma excelência! É uma pessoa que sabe o que quer e o que é bom para o setor de transportes. Assim, temos de nos espelhar em homens inteligentes. Este País precisa de gente séria e honesta. E o Paim falou que quem tem conta para pagar tem de pagar e que quem faz as coisas erradas é cúmplice do seu erro. É assim que nós queremos trabalhar aqui, hoje e daqui para frente, em cima de um projeto para trazer benefícios para o caminhoneiro, para a caminhoneira. Nós somos uma das categorias mais importantes para o desenvolvimento do nosso País.

Muitas vezes, nós não temos o valor que merecemos, mas este Brasil depende do caminhoneiro, este Brasil precisa da família caminhoneiro. Nós temos de encontrar aqui, Senador Paim, soluções para ajudar esse homem que deixa a família em casa e dorme na cabine do caminhão.

Nós estamos preocupados com a segurança das nossas rodovias, mas estamos ajudando a destruí-las. Infelizmente – perdoem-me os grandes empresários –, nós, às vezes, temos a mentalidade de querer carregar peso para ganhar dinheiro e destruímos as nossas rodovias, as pontes.

Eu convoco o Ministério Público. Nós precisamos trabalhar em cima da segurança. Esses rodotrens não poderiam andar à noite, e realmente deveria ter sido dado um basta à sua fabricação. O maior caminhão produzido neste País deveria ser o bitrem, porque, muitas vezes, o rodotrem tem que desengatar as carretas para terminar o serviço.

De repente, na comissão dos empregados, excede-se a carga horária pelas dificuldades que nós encontramos. O frete é baseado no grande caminhão, e o caminhoneiro autônomo, nós que representamos os pequenos, muitas vezes, não alcançamos.

Mas nós estamos aqui hoje, junto com a maior liderança que vejo do setor de transporte. Nós precisamos, realmente – este é um objetivo do Senador Paim desde 2008 –, que a nossa categoria seja reconhecida como categoria especial e também precisamos da nossa aposentadoria. Que seja devolvida ao caminhoneiro

uma lei que existia anteriormente, para que ele se aposente aos 25 anos de trabalho, porque, nesse período, muitas vezes, a sua esposa cria os seus filhos e, às vezes, durante 30, 40, 60 dias, ele não chega a sua casa. Às vezes, não dá para parar duas horas, três horas. Nós temos que discutir sobre as divergências e temos que encontrar soluções.

Quem sabe esse caminhoneiro aposentado pudesse fazer um bico, uma hora extra para melhorar o sustento da sua família. Nós precisamos valorizar o bom caminhoneiro, o caminhoneiro que luta, que trabalha, que quer ver o seu filho com diploma na mão, que quer dar a ele faculdade, que quer renovar a frota. Nós não conseguimos renovar a frota do caminhoneiro autônomo no Procaminhoneiro. Praticamente, ficou específico para os grandes empresários, que chegaram a pegar 200, 300, 500 caminhões. Mas o caminhoneiro autônomo não conseguiu pegar um.

Então, Paim, nós estamos trabalhando em cima de um novo recadastramento com base no CPF. Uma vez eu pedi que houvesse, no máximo, dez caminhões para o empresário, e um Deputado falou: "O senhor não tem mandato. Nós vamos liberar para quem quiser comprar, porque nós temos o apoio dos empresários". Então, isso fica difícil. Isso dói para a gente que trabalha. E só dá valor a um copo de água quem passou pelo deserto, quem sabe o que é trabalhar. Eu falo aqui o que o caminhoneiro fala o dia inteiro para mim no sindicato. Eles estão clamando por ajuda, clamando por apoio, Festino. A situação está difícil no Brasil e, no setor de transporte, está pior.

Agora, nós temos condições de incrementar o setor, de melhorar, de trazer benefício. Nós, homens sábios, deveríamos sentar e tirar as nossas divergências ou tirar o eu e dizer: "Nós queremos ajudar os caminhoneiros e nós precisamos". Trabalhamos muito a respeito da nova lei, trabalhei muito, mas infelizmente a nossa estrutura não foi criada.

O caminhoneiro hoje não tem o ponto de apoio, não tem o ponto de parada. Falta dinheiro para o Governo Federal, para o Governo do Estado. Nós precisamos vincular o sindicato e as federações ao Governo Federal, ao BNDES e, urgentemente, iniciar essas obras para trazer estrutura para o caminhoneiro descansar. Precisamos fazer isso. O País está precisando, e o caminhoneiro precisa disso.

Nós também queremos dizer ao setor sobre a renovação da frota, de que eu falei, e o art. 7º da lei, que seria para nós analisarmos friamente a fabricação dos novos caminhões, as mudanças. Que essas mudanças, cada vez que acontecerem, Paim, passem pelo Ministério Público Federal do Trabalho, passem pelo Senado, pelo grupo de trabalho e pelo fórum, qualquer mudança. É preciso ver se, realmente, essa mudança é de interesse para a economia do País ou se é de interesse para grandes grupos.

Eu acho que chegou o momento. Este é o momento. No momento da crise, da dificuldade, ou nós nadamos, ou nós vamos morrer afogados, gente. Eu estou aqui como um soldado para enfrentar a guerra. Estou pronto para ajudar o setor de transportes que está naufragado em uma grande crise. E é neste momento que os homens sábios têm de agir.

E, para finalizar, Paim,...

(Soa a campainha.)

O SR. NEORI TIGRÃO – ...aquele projeto de que eu já falei contigo uma vez, eu quero pôr aqui para o Ministério Público me ajudar, de repente, dizendo assim: o nosso trabalho vale ouro, mas a nossa vida não há dinheiro que pague. Paz na estrada. Mais vida, menos droga.

O que precisarem do nosso sindicato, do nosso trabalho, da minha pessoa, nós estamos prontos para somar juntos e construir um grande Brasil, de um povo inteligente, de um povo trabalhador. E dizer para vocês que não fomos nós quem colocamos o País nesta situação; não foi o povo trabalhador. Mas infelizmente existe, como o nosso Senador falou, uma classe política que só pensa no interesse próprio e que briga e faz de tudo pelo poder. E nós só sabemos trabalhar e vamos continuar trabalhando.

Meu abraço e um bom dia a vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, belo pronunciamento, Neori Tigrão, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga, que também aponta caminhos e enfatiza a importância da aposentadoria especial, tema que unifica todos nós, com certeza absoluta, e aponta outros passos que poderemos dar e que serão fruto do resultado final desta audiência pública.

Passo a palavra, agora, para Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional do Transporte Urbano (NTU).

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa. Bom dia a todos os participantes desta audiência pública.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer esta oportunidade de estarmos aqui participando desse debate. A NTU é uma entidade que representa as empresas operadoras de ônibus urbanos e de caráter urbano

em todo País. É um setor forte, pujante e que emprega mais de 200 mil motoristas diretamente em suas mais de 2 mil empresas. Essa entidade vem participando ativamente das discussões legislativas que ocorrem nesta Casa e na Câmara dos Deputados, contribuindo no que for possível para esse diálogo.

Lembro que, na Lei nº 12.619, tivemos oportunidade de um amplo debate, juntamente com a classe trabalhadora, o que permitiu avançar de maneira bastante expressiva nas relações de trabalho e nas condições de trabalho desse setor muito importante para a economia brasileira. Tal fato não aconteceu com o mesmo vigor na Lei nº 13.103, e, hoje, enfrentamos alguns problemas com essa legislação. Somos parceiros dos trabalhadores na solução, por exemplo, da questão do exame toxicológico, que está preocupando a todos, e estamos buscando soluções para enfrentar esta questão.

A NTU, então, desde já, Senador, coloca-se à disposição para essa nova rodada. Lembro que temos uma nova legislação e vamos precisar compatibilizar.

Fizemos um levantamento recente de projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional. Somente com referência a motoristas, existem mais de 45 projetos de lei em tramitação, hoje, nas duas Casas, Senado e Câmara. Acho que é uma oportunidade para aproveitarmos esse conteúdo que existe e tentarmos avançar em uma legislação que aborde de forma bastante ampla todas essas questões que envolvem a profissão de motorista profissional no Brasil.

Vemos com preocupação que, no meio dessa crise econômica, algumas mudanças estruturais estão sendo discutidas e que podem avançar. Trata-se da questão trabalhista e da questão previdenciária. Acho que é o momento para aproveitar e debater esta questão específica do setor de transporte. Considero que uma das questões mais importantes em que deveríamos avançar seria realmente com referência às condições de trabalho. O setor de transporte urbano se preocupa com isso. Temos de avançar nessa situação e tentar envolver nesse processo de discussão os governos, tanto federal quanto estadual e municipal, que estão muito distantes para ajudar na solução dessas questões.

Lembro, Senador, no caso específico de transporte urbano, um problema que é pequeno, mas que representa uma grande dor de cabeça para nós.

A legislação trabalhista obriga que, nos pontos finais das linhas de ônibus, nós tenhamos instalações sanitárias e refeitórios para possibilitar o atendimento dos trabalhadores. E quando vamos procurar as prefeituras para viabilizar a instalação de sanitários nesses pontos finais, nós não conseguimos avançar. Nós temos um serviço público que é especificado na maioria dos casos pelas prefeituras, mas, na realidade, nós não conseguimos cumprir a legislação, porque a própria prefeitura não dá os elementos necessários para trabalharmos.

No caso do transporte público urbano, há uma outra questão importante: em outubro do ano passado, nós tivemos a provação da PEC da Deputada Erundina, que transformou o transporte público em um direito social, e isso, evidentemente, vai trazer uma série de demandas da sociedade em cima desse serviço público, e nós temos que estar preparados para atendê-lo.

Acho que essa questão da qualidade das condições de trabalho precisa ser abordada de forma bastante enfática nessa lei. Acho que é por aí que vamos conseguir vencer alguns obstáculos que hoje existem e que prejudicam a saúde e a segurança do trabalhador.

Nós estamos à disposição para reiniciar esse processo – porque já tivemos várias oportunidades de discuti-lo – de discussão e verificar de que forma nós podemos realmente avançar em uma legislação que atenda principalmente à questão da saúde e da segurança do trabalhador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito obrigado, Dr. Marcos Bicalho dos Santos, Diretor Administrativo e Institucional da Associação Nacional de Transporte Urbano (NTU), que lembra uma discussão que temos travado aqui durante anos e anos, os chamados pontos de parada, também para os caminhoneiros.

Você lembra bem. Nesta Comissão, na construção que queremos fazer, acho que temos de fazer esse debate, sim. O motorista, nas cidades, vai parar, porque ele tem que parar em algum lugar; ele tem que usar o banheiro, fazer a refeição.

Acho que isso nos movimenta na construção do estatuto, para chamarmos para o debate, inclusive, as entidades que reúnam os prefeitos do País. Temos que discutir isso com eles para saber como vai ser: se eles querem bons motoristas, se eles querem bons veículos. E daí? Eles vão trabalhar direto, dia e noite?

Em tese, eu digo sempre que tem de haver um ponto onde parar. Claro que vai haver uma carga horária limite, mas, assim mesmo, no meio da carga horária limite, eles têm que ter direito de, no mínimo, ir ao banheiro e fazer um lanche ou almoçar. Por isso, é um debate interessante.

Nessa cruzada nacional que nós fizemos, é bom lembrar, pessoal, que todos os estatutos que apresentei eu aprovei. Todos são lei. Só esse que não. Eu não quero levar para o meu currículo essa marca. Os outros

todos eu aprovei! Só esse que não? Nós vamos aprová-lo, mas precisamos ter essa visão ampla, uma grande concertação de entendimentos para chegarmos aonde queremos.

Mas, de imediato, como sempre fizemos com a participação de vocês, vamos passar a palavra agora ao Plenário.

Pergunto se já há uma lista de inscritos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, passem a lista, porque preciso ter o nome de cada um, porque fica mais fácil. Já há três aqui que pediram a palavra.

Vamos ficar no limite de cinco? Está bom cinco, pessoal? (*Pausa.*)

Porque a Mesa também vai fazer colocações.

Peguem o cartão de cada um, se for possível já.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vão me dando o cartão.

À medida que os cartões forem chegando, eu vou chamando, pessoal.

O nosso Líder Festino pediu aqui que o representante de Goiás e Tocantins também se coloquem aqui.

Têm cartão os dois representantes de Goiás e Tocantins?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, está presente o representante de Goiás e Tocantins, Eliaquim.

Então, vamos já. Estão aqui os nomes.

Eu vou chamar, em primeiro lugar, o mais jovem que está no plenário, porque os mais velhos têm de ficar para o final.

Estou brincando, pessoal.

Vai falar, em primeiro lugar, eu digo, o mais experiente, que é o meu querido amigo Omar José Gomes, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres. O Omar é o presidente, e eu não vou dizer a sua idade. Quando eu disse o mais jovem, eu me dirigi a você.

Omar, com a palavra.

É sempre uma alegria recebê-lo aqui nesta Comissão.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Meu nobre Senador Paulo Paim, demais integrantes desta seleta Mesa, meus companheiros e demais pessoas no auditório.

Às vezes, meus companheiros e algumas autoridades estranham quando eu não vou à mesa, como neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não veio por opção sua. É bom lembrar.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – É porque eu sempre deleguei autorização a meus diretores para trabalhar. Aí na mesa há uma pessoa, que é o Dr. Adélio, que foi o principal redator da nossa lei, junto comigo, o companheiro Epitácio e o representante da CNT.

Eu estou dizendo isso porque principalmente alguns dos autônomos – perdoe-me o Tigrão – alegaram que não foram ouvidos, mas eles foram ouvidos através da sua entidade.

A lei que hoje está em vigor, a Lei nº 13.103, no meu entender, é pior do que a nossa. A lei, quando nasce igual à nossa, a Lei nº 12.619, tem alguma falha. Nada no mundo nasceu perfeito. Perfeito no mundo só existe um, que é o nosso Deus. Tudo na vida precisa, às vezes, de ajuste, mas o ajuste criado em cima da nossa lei foi injusto. Vou dizer uma palavra aqui: infelizmente, durante todo este mandato deste Governo que aí está, que foi criado e veio do trabalhador, os trabalhadores foram os que mais sofreram.

Na nossa aprovação, para ser sancionada, a nossa Presidente revogou 19 itens. Na lei atual, não revogou nenhum. Isso, para mim, no meu entender, foi uma injustiça muito grande. Na nossa lei, havia os pontos de parada, que eram essenciais para nós. A lei, quando eu procurei... Eu fui motorista no Rio de Janeiro durante 38 anos e sofri na carne, naquele período, trabalhar muitas horas. Desde que assumi o sindicato em Nova Iguaçu, há 40 anos, luto para atualizar a lei do motorista. E a nossa lei apenas tratou do motorista, de regulamentar a profissão deles, tanto dos autônomos como a nossa, do motorista em geral. A lei que está aí enfiou uma porção de coisas no meio que nada tem a ver com a nossa primeira.

Lamentavelmente hoje, meu querido Senador Paulo Paim, a nossa esperança é o estatuto. Esse estatuto é a nossa esperança. Hoje gostei de ouvir até a palavra do Tigrão. Tigrão, não se zangue, mas um dia você me chamou de pelego.

O SR. NEORI TIGRÃO – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Achei bonito ele pedir perdão. (*Palmas.*)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Eu nunca me zanguei de me chamarem de pelego, porque não sou. Tenho defeitos. Quem não tem defeitos neste mundo? Eu tenho defeitos, mas pelego nunca fui.

Então, também já o perdoei. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos para a concertação.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Hoje eu gostei das palavras dele. Falou bem, falou bonito, está defendendo o setor dele; e eu defendo o nosso, que foi, graças ao bom Deus... Também estou falando mais isso hoje para o meu grupo que está aqui por trás, porque às vezes eles estranham: "Por que o Presidente não está na Mesa, e o Festino está?" Eu dou privilégio aos meus assessores. Se eu não confiar nos meus assessores, vou confiar em quem?

Portanto, minha gente, acho que a nossa esperança, meu querido Senador Paim, mais uma vez, é o estatuto.

Tenho dito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Foi o Presidente da Confederação Omar José Gomes.

De imediato, passamos a palavra para o Carlos Alberto Litti Dahmer, do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Bom dia, Senador, bom dia a todos os companheiros da Mesa, companheiros da plateia.

É uma grande satisfação fazer parte novamente deste debate. Debate importantíssimo, que veio na hora certa, para que, como já foi dito aqui, possa haver ajustes, possa haver concertações naquilo que foi possível produzir numa etapa muito difícil, numa etapa transcorrida de vários anos, de posições antagônicas, muito antagônicas, e que se chegou, como já foi dito também, ao possível.

Agora, ainda está esse debate do marco regulatório na Câmara. Vem muita coisa por aí, muito enfrentamento. Quero dizer para os companheiros caminhoneiros autônomos estarem atentos, assim como os empregados também, porque, vindo de quem vem e de onde se está articulando, para o setor, para os trabalhadores, com certeza, não vem água, como disse o Tigrão. Vem deserto. Então, nós precisamos, como sempre, estar muito, muito, muito, muito atentos para essa nova batalha.

Mas, aqui, Senador, ainda antes de adentrar o estatuto, quero fazer uma saudação para o senhor novamente quanto à matéria que o senhor encaminhou, da questão do grupo de ajuda mútua, que organiza as associações e cooperativas. É uma forma de enfrentar essa dificuldade através dessa ação agora, caminhando para a legalidade, e o senhor capitaneou, como sempre, projetos diferentes. Passou no Senado, foi à Câmara. Estamos acompanhando e estamos muito contentes com isso, na nossa região e no Estado do Rio Grande do Sul. São mais de 15 associações que trabalham aí. No Paraná, da mesma forma. Acredito que, no Brasil, sejam mais de 100 que serão beneficiados.

Muitos trabalhadores, muitos caminhoneiros autônomos não conseguiam mais colocar seu caminhão no seguro por duas razões: a primeira é econômica mesmo, porque o banco é uma exorbitância; e a segunda é que, para caminhão velho, que são os nossos caminhões, na idade de 18 a 20 anos, o banco nem faz questão de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você me permite?

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem toda razão. Eu me reuni, inclusive, com eles. E as grandes seguradoras admitiram para mim que, em caminhão de 12 anos em diante, elas já não têm interesse. Se não têm interesse, então, deixe o meu projeto, que é de vocês, na verdade – vocês que me apresentaram – ser viável. Deixe que eles se organizem em cooperativas e assumam o risco todo. E querem assumir. Aí vem o pessoal querer multar. Como é o nome da entidade?

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Susep.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Qual foi a multa que a Susep aplicou sobre os senhores e as senhoras? Ainda que peguem todos os caminhões de vocês e vendam tudo, não pagam. Vão ficar devendo bilhões ainda. Isso para ver o absurdo das multas! Eles simplesmente trabalham, montam uma cooperativa. O caminhão estragou, a cooperativa manda arrumar; o caminhão foi roubado, a cooperativa paga. Qual é o problema? Não há ônus nenhum, nem para a União, nem para a seguradora, para nada! Mas, na ânsia de ficar ali, sugando, pensando no lucro, não querem que vocês se organizem.

Apresentei o projeto, vieram falar comigo, e a pergunta que eu fiz foi esta: "Vocês vão fazer um seguro – nem falei do valor – para caminhões com mais de 15 anos?" "Não temos interesse". Mas, então, por que proibir as pessoas de se organizarem? Chega a ser ridículo!

Vou descontar este tempo.

Parabéns por trazer esse tema, não por ser autor do projeto. Foi uma luta de anos também. Enfim, aqui, no Senado, aprovamos em todas as comissões. Conseguimos jogar para esta e para aquela, os Senadores foram ouvindo os argumentos, e, no fim, aprovamos em todas.

A palavra volta a você.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI DAHMER – Perfeito. Obrigado.

Senador, eu teria que fazer esse registro porque ele é um belíssimo trabalho que foi executado pelo senhor.

Quanto ao estatuto propriamente dito, eu quero trazer uma proposta aqui que eu acho que vai fundamentar para os autônomos a sobrevivência. Jogarmos aqui não é tarefa fácil, mas é a questão do valor do frete, da remuneração, porque todas as outras questões estão muito ligadas àquilo que recebemos.

Hoje, os grandes embarcadores, as grandes *tradings*, as grandes empresas de transporte sugam, esmagam o caminhoneiro autônomo quando se chega à discussão um a um, cara a cara. O transportador com o seu caminhãozinho na empresa ou buscando frete é esmagado, é achacado.

No debate passado, com a parada de 13 de março, que parou o País, o valor do frete foi tachado como inconstitucional, mas inconstitucional é a fome, como já foi dito; inconstitucional é não poder pagar o seu dia a dia, ter uma vida decente. Por isso, a jornada de trabalho excedente, por isso, o sobrepeso, por isso, uma série de demandas.

Não se trata aqui de proposta de tabelar o frete. Não! Se é inconstitucional a tabela? Não, mas o valor mínimo. Trabalhador tem salário mínimo; taxista tem bandeirada mínima, é delegado o serviço; tarifa no ônibus. Por que não um valor mínimo? Não a lucratividade: cada um ponha o lucro do seu trabalho àquilo que tenha, mas sobre um valor mínimo que hoje já existe num estudo já realizado pela ANTT, um belíssimo estudo com uma tabela chamada referencial. No entanto, essa referência vale muito bem para saber o que é o mínimo, mas não tem execução, não se executa.

Então, nós precisamos, Senador, com base nesse estudo feito da ANTT e pela Universidade de São Paulo, que trabalhou tecnicamente, que se coloque o valor mínimo praticado. Nós temos de trazer para o estatuto esse valor com base nisso. Aí vai haver a justiça, porque hoje há a injustiça dos grandes, a pressão dos grandes sobre nós, pequenos. É o que está nos inviabilizando economicamente. E tudo que decorre exatamente destas cinco letras: frete.

Temos que trazer para o estatuto, e a proposta é de que seja pela ANTT o serviço regulamentado. Aí sim vamos dar condição digna, humana de vida aos trabalhadores.

Essa seria a contribuição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Carlos Alberto Litti Dahmer, que falou pelo Sinditac, que faz uma retrospectiva. Lembra o projeto que tive a alegria de encabeçar e que passou por todas as comissões do Senado. Espero que não criem mais obstáculos e que deixem o projeto tramitar, porque aponta já caminhos nessa história do frete, que eu entendo legítima também.

Para tudo tem que haver o mínimo; no máximo, tudo bem, vai à livre negociação.

É quando falam para mim da história do negociado sobre o legislado. Eu digo: "A CLT é o parâmetro mínimo. Acima dela, negociem como acharem melhor, sem problema nenhum." Mas não querer cumprir o mínimo que manda a CLT para quem é celetista? O cara é celetista? Cumpram o mínimo que manda a CLT.

Então, meus cumprimentos, mais uma vez, Litti.

Entre os inscritos, agora, é o Antonio Matias, Presidente do Sinditaxi.

É isso mesmo?

O SR. ANTONIO MATIAS – Isso mesmo, Presidente.

Bom dia ao Senador Paulo Paim, bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer o convite do Sr. Omar para estar aqui presente.

Quero dizer que, para nós, taxistas de São Paulo e do Brasil inteiro, é uma satisfação estar aqui, estar sendo incluído nesse novo estatuto.

Todo mundo vem acompanhando a depredação que está havendo na categoria de taxista, por esse modal. Todo mundo acha que não temos tecnologias, mas, como o nosso colega da NTU falou, os Municípios não estão adaptados para nos receber. Nós hoje temos um transporte com a maior tecnologia dentro dos veículos, em que exigimos dos fabricantes os carros mais adaptados, principalmente, nós, de São Paulo, através do nosso sindicato, da nossa federação e da nossa confederação, e o nosso Departamento de Transporte Pú-

blico ainda trabalha com papel e máquina de escrever. Então, estamos andando na contramão. Por isso, estou aqui hoje pedindo apoio ao Senador e ao Ministério Público, para que revejam esses casos. Vem uma empresa norte-americana dizendo que eles são donos, Tigrão, que eles são os bons, e as legislações estão confundindo um aplicativo com uma empresa de transporte; estão confundindo um aplicativo com um meio de transporte.

Hoje temos uma novidade nesta Casa, no Senado: um Senador está querendo mudar o art. 121 do Código de Trânsito Brasileiro para favorecer prefeitos que têm algumas maneiras diferentes dos outros, como V. Exª, para fazer inclusões de veículos placa cinza, veículos que não têm modalidade de transporte por lei. Isso é uma afronta para nós, uma afronta a tudo isso que vem sendo construído no Brasil, nessas leis em que o senhor, o Sr. Omar e todos os presentes vêm debatendo há vários anos e que vimos acompanhando.

Então, para nós, os taxistas de São Paulo e do Brasil – quero falar em nome de todos –, é uma grande satisfação estar aqui hoje e poder ter a voz, poder ter ajuda desta Casa para nos defender. Não é só você, Tigrão, que está sendo comido pelos gafanhotos; nós também estamos sendo comidos. Se não fosse o Sr. Omar ter dado a mão para nós há mais de dois anos e meio, a categoria de taxista no Brasil, Senador Paulo Paim, já teria acabado. Graças aos nossos esforços e graças ao Sr. Omar, que sempre nos deu total apoio, hoje pedimos ao Ministério Público que nos ajude: que fique atento, porque muitas leis estão sendo mudadas no Senado e no Congresso. Nós precisamos do apoio de vocês, para que não permitam, porque isso é uma afronta ao que foi construído nas leis de transporte do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Antônio Matias, Presidente do Sinditaxi, que deixa aqui uma bela contribuição. É um setor importantíssimo. Eu sempre disse que o estatuto tem de contemplar vocês também. Como eu sempre digo e aprendi na construção do Estatuto das Pessoas com Deficiência, tudo com nós, nada sem nós. Quer dizer, vocês têm de ser os sujeitos do processo que vai estar escrito lá. Nós podemos, claro, com a equipe do Senado, ter a técnica legislativa, mas que a vontade de vocês esteja contemplada. Então, vejo com muita satisfação os taxistas e seu líder aqui participando.

Agora, passamos a palavra ao representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais, que luta pela unidade, pela unicidade, pelo desenvolvimento, pela justiça social, na figura do Presidente, Antônio da Costa Miranda.

O SR. ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA – Senador Paulo Paim, na sua pessoa e da nossa Diretora Edmara, cumprimento a Mesa; na pessoa do Omar, cumprimento o Plenário, nossos companheiros das federações de trabalhadores de transportes do Brasil e demais convidados.

Quero dizer, Senador, que, para nós, é um momento de muita importância esta discussão do estatuto aqui na Casa. Em nome da categoria de trabalhadores em transporte... Eu sou profissional deste 1973 e já trabalhei com táxi, com ônibus urbano em Belo Horizonte, com caminhão, e sei muito bem a importância disso.

O senhor abriu a reunião falando de injustiça. Na verdade, essa categoria tão importante tem sido muito injustiçada, porque em todas as discussões, aqui na Casa ou nas assembleias legislativas, nossa categoria nunca foi bem ouvida ou valorizada como deveria, pela sua importância.

Mas nós queremos aqui, Senador, em nome dessa categoria, agradecer pelo seu empenho, pela sua dedicação com relação à nossa categoria, mas também por todos os trabalhadores do Brasil. Se esta Casa tem alguém que fala em defesa do trabalhador, é V. Exª. Então, nós queremos aqui agradecer em nome não só dos trabalhadores da nossa categoria, mas também em nome de todos os trabalhadores.

Queremos dizer também que ficamos muito frustrados quando dos vetos à nossa Lei nº 12.619, construída com tanta dedicação, com tanto entendimento, com tanta luta, com muita democracia na sua discussão. Infelizmente, o Governo, com a desculpa de que não há recursos para a infraestrutura, vetou vários artigos, desfigurou a nossa lei. Depois, veio a Lei nº 13.103, que piorou ainda mais.

Então, isso para nós foi frustrante. Mas continuamos a nossa luta. Nossa esperança, Senador, é, agora, na discussão do estatuto. Aqui, nós podemos salvar a lavoura, como costumamos dizer lá fora, porque se isso não for feito, vamos continuar nessa situação de penúria. Eu acho que não é flexibilizando direitos nem tirando direitos que vamos resolver o problema. Nós vamos resolver o problema, como disse aqui a nossa diretora, com políticas públicas para esse setor, para esse segmento de transporte.

Eu peguei aqui dois pontos, para mostrar como pagamos tantos impostos e que eles não são revertidos em benefícios para nós. Se nós fizermos uma comparação com os Estados Unidos, por exemplo – vamos pegar dois pontos importantes na vida da gente –, em relação à água. Lá, é zero; aqui, mais de 50% de impostos. Sobre a gasolina lá, são 19%; aqui, quase 60%. Como pagamos tantos impostos e não há recursos para as políticas públicas?

Então, fica aqui a nossa lamentação.

Eu quero dizer, Tigrão, que você tocou num ponto importantíssimo. Tudo que você falou é importante, mas, por exemplo, nós temos uma frota muito velha. Os autônomos e até as próprias empresas que não conseguem renovar as suas frotas têm um custo altíssimo. Isso tem de ser revisto. É preciso financiamento, mas o valor é alto. Então, isso precisa ser revisto. O autônomo tem que trabalhar dia e noite e às vezes morrer nas estradas, longe da sua família, para poder pagar as suas prestações e cumprir as suas obrigações.

Nosso companheiro Marcos, Presidente da NTU, colocou muito bem as nossas condições de trabalho lá no ponto final. Quando estava trabalhando com ônibus urbano, em Belo Horizonte, por exemplo, não havia às vezes um lugar para nossas necessidades fisiológicas, não havia lugar para a alimentação. É uma situação de calamidade. E aí vem toda uma política pública sobre as posturas públicas que têm de ser mudadas.

Finalmente, Senador, eu acho que nós temos de resgatar a nossa aposentadoria especial. Veja bem que...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO DA COSTA MIRANDA – ...nós fizemos um trabalho, a nossa Confederação e a nossa Federação de Minas Gerais, da qual sou Presidente –, trago aqui um abraço para o senhor dos mineiros –, um grande trabalho aqui no Brasil e fora do Brasil e provamos a situação de penosidade dessa categoria, a situação de insalubridade em que vive a maioria dela.

E todos os componentes que nos levam a ter o direito a uma aposentadoria mais cedo, porque nós não aguentamos. Chega a um ponto em que o motorista faz um sacrifício enorme, para continuar a sua profissão estrada afora, nessas estradas que todos nós sabemos como são e com o sistema da forma que é.

Então, a nossa esperança, Senador, é o senhor, que faz um trabalho sério nesta Casa; o senhor, que tem credibilidade nesta Casa. E a nossa federação de Minas Gerais estará junto com o senhor e com todos aqueles que vão defender essa justiça para essa categoria tão importante no Brasil, que pena e que sofre os descasos que, muitas vezes, aqui são impostos a ela.

Estamos juntos, para dar a nossa contribuição, naquilo que for possível. O nosso agradecimento, por tudo que o senhor tem feito para nós, e também aos empresários, aos autônomos. Vamos juntos encontrar essa saída. Estamos aqui de mãos dadas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Quem falou aqui foi Antônio da Costa Miranda, que representou aqui a Nova Central Sindical dos Trabalhadores de Minas Gerais. E, na verdade, falou também pela Central Nacional, devido à sua liderança.

Neste momento, eu vou passar a palavra à Mesa, para suas considerações finais. Vamos dar cinco minutos para cada um. Quem puder sintetizar, sintetize. E seria bom que, nessa síntese, nós fôssemos para os encaminhamentos. Como faremos daqui para frente, podemos marcar outras audiências, podemos fazer debates com a sociedade organizada, representantes dos prefeitos, dos Estados, outros representantes do Governo Federal... Podemos fazer eventos nos Estados... Mas aí vocês é que têm que dar o norte. Nós somos parceiros aí.

Então, volto a palavra de novo para você, Festino. Você inicia e também já pode, neste momento, fazer as suas ponderações de encaminhamento.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Senador, eu acredito que tenha ficou bem claro que, sem a participação de todos, nós não vamos chegar a lugar algum, principalmente sem a participação do Poder Público. Em relação a tudo que foi colocado aqui, nós dependemos de uma infraestrutura. O transporte depende da infraestrutura.

Nós já tivemos uma reunião com a NTU, com o Marcos Bicalho, sobre a questão dos pontos de parada nos terminais. Infelizmente, só duas cidades tiveram propostas. Uma é Salvador, que é a questão dos contêineres. E a outra é São Paulo, com uma proposta alternativa, que seria um *trailer bus*, para suprir a falta de estrutura das cidades. Então, é muito pouco, para cinco mil e tantos Municípios, o tratamento que se tem dado a esses trabalhadores.

Se for contar as rodovias – e nós já discutimos intensamente sobre o ponto de parada –, se for contar a questão da renovação de frota que nós estamos propondo, isso só vai ter sentido se houver uma participação de todo o setor do Governo também, das entidades governamentais. Eu vejo, em todo esse tempo, em todas essas audiências das quais participamos, a pouca participação do Denatran. É o que regula toda a política do transporte, e ele não participa. A ANTT comparece e apresenta propostas, mas o Ministério das Cidades... Coisa que não dá para entender: o Denatran, que é um órgão de trânsito, está restrito ao Ministério das Cidades. Então, fica uma dificuldade.

E há a falta de informação. O setor merece e tem que ter informação.

Se não houver informação, nós não vamos chegar a lugar nenhum, porque vai continuar sendo assim: "Ah, é um tanto de autônomos, é um tanto de trabalhadores na questão do vínculo empregatício". E, com isso, a gente não vai chegar a lugar nenhum.

Estamos aí também com a questão da terceirização, porque a Lei nº 13.103 abriu uma brecha para a terceirização, que é a contratação de terceirizados, que vai atingir todo mundo. Abriu para os autônomos a contratação do segundo motorista, mas isso sem vínculo, sem nada. Então, é uma discussão que vai ter que ser feita, porque a terceirização está aqui nesta Casa, está na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o PL 30, aqui. Eu consegui pegar a relatoria, fui aos 27 Estados, fizemos um belo debate, e está na minha mão a relatoria do chamado PL 30, que era o 4.330 antes e agora está comigo. E, naturalmente, eu não tenho pressa nesta matéria, porque é uma matéria muito, muito complicada, muito delicada... Se depender da Câmara eles terceirizam tudo, sem limite, e tudo tem limite. Se até a vida tem limite, como é que a terceirização não vai ter limite?

Por isso, eu tenho conversado com muita gente. Fiz assembleia, repito, em cada Estado, sempre nas assembleias legislativas e sempre com a casa lotada. A Nova Central está aqui e é testemunha. Ela sempre esteve presente, como todas as outras centrais e confederações, e foi unanimidade nesse roteiro que eu fiz. Saiu a carta de cada Estado dizendo não a essa terceirização sem limite.

Já temos 13,5 milhões de terceirizados, que, como os dados provam, são aqueles que mais sofrem. O salário é a metade de quem está na ativa na mesma empresa, em média. Em termos de acidentes, de cada 10 que apresentam sequela, 8 são terceirizados. Em morte, de cada 10, 5 são terceirizados. E em ações na justiça, de cada 10, 8 são de empresas terceirizadas, o trabalhador contestando.

Então, é uma situação perversa. O refeitório não é o mesmo, o banheiro não é o mesmo, o auxílio-alimentação não é o mesmo. Então, é muito delicado, e é por isso que nós entendemos...

Eu tive uma grande conferência no Rio Grande do Sul com as cooperativas do setor empreendedor, com empregados... Foi um belo debate, do mais alto nível. Eles também acham que é uma questão delicada. Não tem ninguém que concorde com o PL como está. Por isso, vamos ter que discutir com calma também, junto ao setor de vocês, para onde vamos.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Só para encerrar, um assunto polêmico é a questão dos exames toxicológicos.

Eu estive, na semana passada, em Cachoeira do Sul, na posse do Aníbal, e lá fizemos a discussão, com a presença do Gilberto.

O Rio Grande do Sul está com quatro mil....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu peço desculpas já, porque era para eu estar lá também, mas não teve jeito. Era para eu estar lá também, mas não pude ir.

Então, fica a minha desculpa em público aqui. É essa loucura desse tal de *impeachment* que atropela a agenda de todos nós.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Então, só no Rio Grande do Sul, quatro mil carteiras não estão conseguindo ser...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – Já chegou a 7 mil.

Então, uma legislação que foi aprovada na 13.103, sem critério nenhum, sem planejamento nenhum, e hoje podem ficar vários trabalhadores sem conseguir trabalhar e perder seus empregos.

O autônomo não vai nem conseguir dirigir porque não consegue renovar a sua carteira. E o que está por detrás é o *lobby* dos laboratórios, pois o Brasil possui somente seis laboratórios credenciados.

Também estamos consultando a Anvisa. Também estamos consultando a Anvisa. Até agora não foi credenciado nenhum posto de coleta. Então, acho que é uma discussão importante que eu solicitaria que fosse feita aqui, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos fazer.

O SR. LUIS ANTONIO FESTINO – E agradeço mais esta oportunidade. E referendo que está presente também o corpo de assessoria da Nova Central. Está todo mundo lá atrás. Está presente a assessoria da confederação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luis Antonio Festino, que falou pela CNTT!

Adélio Justino Lucas.

O Dr. Adélio é Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, que também fala aqui os seus três, quatro minutos, para considerações finais.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Presidente, mais uma vez agradecendo o convite ao Ministério Público para estar aqui nesta audiência pública, eu gostaria de enaltecer e agradecer exatamente pela retomada

da discussão do Estatuto do Motorista, tendo em vista que ele significa, na verdade, um resgate de diversas situações que foram reguladas pela Lei nº 12.619 e foram mitigadas com a Lei nº 13.103.

Eu gostaria, sobretudo, de agradecer à Edmara, da NTC, ao Dr. Omar também, da CNTTT, no sentido de resgatar o trabalho feito pelo Ministério Público na edição da Lei nº 12.619, que foi por nós mediada, junto com as duas categorias e com diversos outros atores desse segmento, quando fizemos um trabalho de fato isento, que buscou contemplar, naquele momento, tudo o que era possível para aprovar aquele estatuto legal, que foi, de fato, aprovado por interveniência de V. Exª. Isso resultou num grande benefício, porque, como eu sempre disse, dava uma certidão de nascimento aos trabalhadores motoristas.

Quero dizer que, lamentavelmente, tivemos, talvez de uma forma não muito apropriada, o veto de, talvez, 13 artigos, principalmente daquele que tratava da questão dos pontos de parada, em que se dava um espaço, um período, um *spread* da ordem de cinco anos para que o Governo pudesse se apropriar desse estatuto legal, para discutir, em nível nacional, como isso poderia ser implementado. O veto, evidentemente, trouxe a ideia de que nada poderia ser feito, e nada foi feito, no sentido de implementar esses pontos de parada, o que causou de fato uma, entre aspas, "revolta", pois não se poderia cumprir a lei sem a existência de pontos de parada.

Entendíamos que, no setor das concessões, isso era perfeitamente resolvível dentro de uma pequena alteração na Lei das Concessões e que, nos espaços rodoviários onde não existia a Lei das Concessões, o empresariado poderia ver uma nova política, uma nova atividade econômica, para poder equacionar a questão, porque o próprio setor se adequaria. Tanto se adequaria, que hoje se adequa. Mesmo sem os pontos de parada, os motoristas estão, talvez de uma forma não correta, parando em algum ponto, indo a algum lugar, dormindo em algum lugar, alimentando-se e tomando banho em algum lugar. Então, essas coisas se adequariam de uma forma mais tranquila. Mas não foi isso que o Governo quis naquele momento, o que trouxe uma, entre aspas, "desregulamentação", que poderia ter sido avançada naquele momento. E hoje nós estamos voltando a esse ponto.

Mas eu quero dizer que, no aspecto legal, no que diz respeito ao Ministério Público...

(Soa a campainha.)

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – ..., eu vejo aqui diversos clamores para a atuação do Ministério Público. E nós temos atuado, sim. Nós temos atuado no sentido de que é preciso preservar direitos e garantias. E não é tirar. É preciso compatibilizar os direitos e as garantias com o trabalho do empresariado. É preciso criar, talvez, um mecanismo que possa compatibilizar esses dois setores, que podem ser, no primeiro momento, antagônicos, mas entendo que são complementares, e muito complementares, porque um necessita do outro.

Quero dizer que, na verdade, temos de resgatar as condições de trabalho. A carga horária, o excesso de trabalho, isso não pode acontecer. É isso que gera diversas situações de acidente de trabalho, perda de pais, de chefes de família. É preciso observar o tempo de direção. Como nós temos de trabalhar? Nós temos de equacionar isso. Evidentemente, às vezes, no centro grande, no centro-sul, no Centro-Oeste, pode haver maior facilidade, mas alguém me traz um problema lá do Norte, do Noroeste, do Nordeste que nós não temos. Naquela ocasião, nós levamos para a Lei nº 12.619 a possibilidade de essa questão ser tratada momentaneamente em acordos e convenções coletivas. "Olha, a situação aqui em Rondônia é assim: eu gasto três, quatro, seis ou sete horas para sair de algum lugar para chegar a Porto Velho". Então, essa questão teria de ser equacionada através de um acordo coletivo. É disso que nós tratamos naquela lei, que parece que não foi bem compreendida, porque estavam entendendo que iria flexibilizar direitos. Não, nosso País é continental. Devemos ter a consciência de que precisamos dar adequações e ajustes para cada situação.

O excesso de peso nas rodovias, como foi bem dito aqui, além de trazer uma situação degradante para o próprio transportador, para o próprio motorista, também traz para o próprio país, que se vê na condição de ter de recuperar estradas que não foram preparadas para carregar um excesso de peso.

Nós também temos de adotar e pegar naquela ponta nodal, que, às vezes, fere muito, a questão do exame toxicológico. Nós precisamos adequar. Nós precisamos trabalhar isso. Nós precisamos dar uma condição de rever isso, de saber como vamos fazer. Nós temos de sair dessa problemática de que há poucos laboratórios. Como nós vamos fazer? De uma forma gradativa, lenta? Como nós vamos fazer? Nós temos de adequar. Sabe por quê? Essa é uma questão de saúde pública. Como vai ser? Será no admissional, no demissional, com inserções ao longo do tempo, com batidas, como a polícia? Os órgãos vinculados podem fazer isso nas estradas de vez em quando por inserção? Nós temos que trabalhar. Por isso, é uma questão de saúde pública, porque você não sabe a relação que existe entre o trabalhador e seu empregador, que exige que ele saia de algum ponto e chegue a outro, porque ele tem horário, tempo, essas situações. Também queremos trabalhar.

E, evidentemente, na época da Lei nº 12.619, foi-se abandonada a questão da aposentadoria especial. Para em uma questão de negociação. Nós entendemos que, agora, Senador Paim, com o estatuto, essa questão tem de ser, de fato, Tigrão, abrangida, porque ela precisa dar as condições de trabalho desse pessoal.

Àquilo que foi dito aqui que poderia ser um ambiente penoso e também insalubre eu acrescento mais um: um ambiente de periculosidade. Hoje, sai transporte com comboio, com polícia armada para poder dar segurança. Então, há uma questão de perigo nas estradas.

A situação da aposentadoria especial é uma situação que também é muito cara ao Ministério Público. É uma questão de categoria, mas também entendemos que, por si só, ela já tem uma natureza, a exemplo daquele trabalhador que sai para os transportes internacionais nos países andinos. Eles saem e pegam, enquanto somos um país tropical, aqui 20, 25, 30, 40 graus de trabalho, e ele chega para trabalhar num ambiente de menos cinco, seis, dez graus, que os senhores conhecem melhor do que eu.

Portanto, Senador, nós também temos de ver a questão dos trabalhadores, hoje, no que diz respeito ao novo transporte utilizado por aplicativo. É uma situação complexa. É nova, mas é complexa. Por quê? Porque nós também temos de identificar qual é a situação jurídica dessas pessoas, a situação jurídica do país em que estão vivendo.

E também uma coisa que nos preocupa é, na questão do motorista autônomo, como fica o segundo motorista, qual é a situação de amparo jurídico para essas pessoas. Nós temos de antever isso, por quê? Porque o trabalhador, o transportador...

(Soa a campainha.)

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – ... coloca o segundo motorista, e pode estar colocando o seu caminhãozinho velho lá na Justiça do Trabalho, para ser penhorado. Então, não é isso que a sociedade quer, não é isso que os senhores querem, não é isso que o Ministério Público quer, mas a decorrência legal.

Eu agradeço muito e digo, mais uma vez, ao Senador e a todos que estão aqui presentes que o Ministério Público sempre está pronto para participar.

Finalizando, no que diz respeito à questão dos pontos finais, o Governo Federal hoje tem de fazer uma interação séria com os Municípios, porque hoje há a situação em que se vai ao Município e se pede... O Município já está arrebentado, não tem dinheiro, não tem nada, não tem como comprar, alocar, ceder, licitar um espaço para isso.

As soluções alternativas de contêineres e outras alternativas só em duas cidades. É muito pouco para cinco mil Municípios. Mas nós temos de ter uma interação muito positiva entre as duas esferas ou entre as três esferas de Poder, para que isso possa ser resolvido em prol da categoria, em prol da saúde do trabalhador, em prol desse contingente de trabalhadores que estão aí nessa situação.

Muito obrigado, Senador.

Estou sempre à disposição de todos que estão aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Adélio Justino Lucas, Procurador Regional do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), que aqui deu sua boa contribuição, como sempre!

Agora, a Diretora Executiva da Associação Nacional de Transporte de Cargas e Logística, Drª Edmara Claudino.

Por favor.

A SRª EDMARA CLAUDINO – Apesar de todo esse cenário negativo e desanimador que foi posto aqui por todos os debatedores e por vocês que participaram também, acho que a gente não deve desanimar, porque brasileiro tem otimismo, coragem no trabalho.

Então, a NTC está aqui como representante dos empresários. Estamos de mãos dadas, como estivemos na Lei nº 12.619, e tenho certeza de que, com a ajuda do Senador Paulo Paim, no nosso trabalho, vamos encontrar uma saída.

Com relação aos pontos de paradas, não sei se vocês sabem, mas a Federação de Santa Catarina disponibilizou um projeto para ser explorado pela iniciativa privada, que foi doado para a ANTT. O nosso colega pode explicar melhor em que pé isso está.

Sei que já existe um em Santa Catarina, já existe no Paraná. Então, foi um projeto doado, Dr. Adélio, que está sendo muito bem visto, porque infelizmente, sem políticas públicas para o transporte e para a melhoria na infraestrutura, realmente vamos ficar patinando aqui nesta matéria.

Vai se criar uma legislação que atenda ao transportador e ao empregado, porém o Governo vai estar ausente disso.

Então, não vejo muita eficiência na nossa discussão, se não chamarmos esses entes, para participar e apresentar proposta que seja boa para o País, tanto o empresário como o trabalhador. O senhor, como a Casa fiscalizadora dessa norma, e o Congresso, como sendo o nosso parceiro e com isenção na discussão, podendo balizar todo esse diálogo necessário.

Então, mais uma vez, muito obrigada pela oportunidade, Senador. A ANTC estará aqui quando for chamada.

O meu muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Edmara Claudino, Diretora Executiva da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística!

Agora, Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira, Superintendente de Serviços de Transportes de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT.

O SR. ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA – Bom, vou começar pela questão dos pontos de parada.

Realmente, nós recebemos documentação, que está em avaliação junto à ANTT, para verificar, só que nós temos diferenças muito grandes no Brasil. O Brasil tem uma extensão territorial enorme e com diferenças muito grandes. Então, quando se faz uma proposta para uma solução específica, às vezes é difícil contemplá-la para todo o Brasil. Então, a gente está estudando para verificar quais as alternativas, quais as melhores soluções para atender determinada localidade ou outra localidade.

Paralelamente a isso, nós estamos, principalmente no âmbito do transporte de passageiros, iniciando um estudo para fazer um levantamento, em todo o Brasil, das condições dos pontos de parada, para que nós possamos fazer alguma ação junto ao Ministério dos Transportes e ao Ministério das Cidades dizendo quais são as condições, e, para adequar, para ter um mínimo possível de cada um desses pontos de parada, seria necessário fazer algumas intervenções. Isso é um trabalho que não é simples, não é rápido, mas nós estamos trabalhando para ter esse levantamento e conseguir mostrar de forma fática a realidade e as condições de cada localidade, para tentar alguma medida mais assertiva para adequação dos pontos de parada.

Com relação à renovação de frota, que acaba interferindo muito nas condições de trabalho do motorista, porque os veículos mais novos têm tecnologias que facilitam a condução, havendo mais benefícios tanto para o trabalhador como para o meio ambiente, é um problema também grande esse na parte do transporte de passageiros. Já havia mencionado isso anteriormente e volto a mencionar aqui para que haja a colaboração principalmente do Senador para a gente fazer um projeto de sucateamento da frota. Eu acho que, se a gente conseguir fazer alguma coisa nesse sentido, nós conseguiremos alguns benefícios para o trabalhador que tem aquele veículo mais antigo. O Governo arcaria com isso e faria realmente um sucateamento, fazendo a compactação e vendendo como ferro velho, porque não adianta só passar esse veículo para frente, porque você não tira o veículo da rua e continua com o problema. Então, teria de fazer alguma medida nesse sentido para conseguir fazer a renovação e trazer veículos mais atuais, mais adequados para a prestação do serviço tanto de cargas como de passageiros.

Com relação ao tempo de direção, eu acho que isso é um fator bastante crítico e importante. Nós sabemos que temos muitas dificuldades com relação a esse aspecto. E, como eu mencionei inicialmente, a gente está com um projeto no âmbito do transporte de passageiro que possibilitará contemplar essa verificação do cumprimento...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE MUÑOZ LOPES DE OLIVEIRA – ... da jornada pelos motoristas, lembrando que às vezes nós não temos todas essas condições e às vezes não adianta, como já vieram alguns pleitos junto à ANTT de fazer adequação, principalmente no serviço de fretamento, para o motorista informar onde seria o almoço, onde seria o café, e isso acaba inviabilizando, às vezes, a operação, porque, quando você faz um serviço de fretamento, é um grupo de pessoas que contratou um serviço. Aí, você vai falar para esse grupo que tem que parar porque vai almoçar? Você inviabiliza o serviço. Tem que ser feito um monitoramento e verificar realmente que aquele motorista conseguiu cumprir uma jornada, um tempo de direção adequado e teve as condições de alimentação, de descanso, conforme previsto na lei.

Por fim, com tudo que tivemos desse levantamento e desse sistema de monitoramento, acho que, realmente, temos que ter uma troca de informações para avaliar as melhores alternativas e conseguir ter ações que nos tragam as melhores propostas para as necessidades impostas e as condições existentes atualmente em toda a dimensão territorial que tem o Brasil.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Dr. Alexandre Muñoz Lopes de Oliveira traz uma faixa de debate, digamos, interessante, que é a renovação da frota. Eu não tenho problema nenhum em apresentar o projeto. Só temos que ver como é que fica porque eu tenho um caminhão há 15 anos, não

vou tramitar mais. Como é que eu fico? Tem que ser um crédito subsidiado... E a doutora quer falar sobre isso. Por favor, doutora. É interessante, viu?

A SRª EDMARA CLAUDINO – A título de contribuição, esse projeto já existe. A Confederação Nacional do Transporte já elaborou esse projeto, em conjunto com a Anfavea, e ele está no Ministério da Indústria e Comércio, Senador.

Antes de todo esse cenário político, estávamos tendo reuniões mensais para implementar a renovação de frota. É aquilo que o senhor falou: dependendo da idade do veículo, você ganha um bônus, você entrega e ganha um bônus, há um subsídio. Então, quer dizer que tanto a empresa quanto o autônomo e a Anfavea estão em conjunto com essa proposta da CNT. Agora, eu não sei em que pé está, mas há representante da Confederação que participava, o Dr. Flávio Benatti, que é o Presidente da Seção de Cargas, os servidores autônomos, e a Anfavea, junto com o Sindipeças também. Já existe isso e precisa de vontade política.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos trazer para o debate.

A SRª EDMARA CLAUDINO – Pode trazer o Ministério para dizer qual é a avaliação deles com relação ao projeto, porque hoje se encontra dentro do Ministério da Indústria e Comércio. Só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos trazer para o debate.

O SR. CARLOS ALBERTO LITTI – Só, também, para ajudar, o Estado do Rio já desenvolveu e Santos também tem um projeto municipal nessa renovação. Havia o problema, depois, do que fazer com pneus, que não desmancham, e a questão, também, do destino do óleo lubrificante, que já era um dos problemas. O restante já estava rodando bem. É ajuste só. Mas isso já tem que pensar para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Foi bom que o Dr. Alexandre tenha trazido esse tema para o debate. Acho que é algo interessante. Não traz nenhum prejuízo para aqueles que estão circulando, mas aponta outra opção, que seria renovar, desde que, claro, haja uma política de subsídio para que ele possa entregar o caminhão velho e comprar o novo. Então, fica esse compromisso de nós trabalharmos no debate desse projeto.

Neori Tigrão, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga.

O SR. NEORI TIGRÃO – Neste momento, quero agradecer realmente a presença de todos os amigos que aqui estão e, em especial, essa liderança de nome nacional, Senador Paulo Paim, que tem mostrado a preocupação e o interesse pela nossa Nação, pelo povo que trabalha, pelo povo que luta, pelo nosso dia a dia, Senador Paim. A sua competência e a sua seriedade fazem com que nós acreditemos por que estamos aqui. Acreditamos na mudança que nós mesmos podemos fazer. Se nos unirmos e mostrarmos a nossa realidade, este País... Não podemos perder a esperança. Temos que acreditar nas pessoas sérias e honestas.

Então, estamos aqui por causa disto. Você tem demostrado ao longo da sua carreira que sempre está a favor do trabalhador, dos humildes, das pessoas que precisam realmente da classe política. E é por isso que estamos nesta Mesa, procurando encontrar soluções.

Quero complementar o que o Litti falou. Acho que é de suma importância termos uma referência mínima de um quilômetro rodado de frete para que isso possa ser imposto. Mas quero dizer ao Litti que o mais importante é conseguirmos, dentro disso, colocar um percentual mínimo do frete do Governo, da Conab. Porque o frete do Governo é o melhor frete que o País tem. É o que é mais bem pago. E o caminhoneiro autônomo não tem acesso a isso. Então, todo o frete da Conab, Senador, teria que ter um percentual que fosse ou do frete da Conab ou daquele produto que seja armazenado na Conab. Ou seja, quando ele fosse transportado, que tivesse um percentual mínimo para o caminhoneiro autônomo.

Penso que isso é de suma importância. O Ministério Público teria que intervir porque isso tem que ser uma meta. Deveria haver um projeto de lei, e não sei se cabe dentro do nosso projeto de lei do estatuto, mas poderíamos estudar.

Há outra coisa que acompanhamos e que traz um sofrimento muito grande. Vocês todos sabem que se fizermos um levantamento, um estudo de quanto o caminhoneiro trabalha muitas vezes enfermo, doente, teríamos algo em torno de 70% ou 80% deles.

Então, Senador Paulo Paim, que é o nosso líder maior, gostaria que V. Exª intervisse junto ao Ministério da Saúde, e o Ministério Público que está aqui presente, a fim de que o Ministério da Saúde devolva um plano, um projeto especial de saúde para a família do caminhoneiro. Precisamos disso. E precisamos urgentemente, pois há muitos caminhoneiros trabalhando doentes para pagarem as suas contas, pois se não fizerem isso, às vezes com muito sacrifício, não conseguem quitar as suas dívidas.

Não há como fazer um plano de saúde do jeito que está hoje. Portanto, acho que temos que intervir junto ao Ministério da Saúde para conseguirmos isso.

Para encerrar, a grandeza de um homem se conhece pela humildade. Não acredito que falei e se falei foi uma besteira, mas quero, de público, pedir perdão para o senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Neori Tigrão, que reconhece a importância das nossas lideranças. No momento inadequado, usou um termo que não era cabível e pede desculpa.

Ficam aqui meus cumprimentos. Também acho que a vaidade, a arrogância daqueles que são os donos da verdade é que nos deixa numa situação como essa que o País se encontra. Às vezes, digo que humildade não significa falta de coragem; até há uma canção que diz que homem chora que chora não significa falta de posição e de firmeza. Quantos de nós não choramos ao longo das nossas vidas? Qual o problema de reconhecer isso? Foi isso que vi aqui. Há olhos molhados aqui, acho que essa humildade é que modifica as pessoas de bem deste País.

Por favor, Dr. Marcos Bicalho dos Santos, diretor administrativo e institucional da Associação Nacional do Transporte Urbano.

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – Obrigado, Senador.

Gostaria de acrescentar apenas um tema que não foi abordado, mas acho que será necessário que possamos incluí-lo nas nossas discussões, que é a questão da evolução tecnológica.

Na área de transporte público urbano, temos presenciado uma evolução bastante grande de uso de tecnologias, principalmente associadas à informação ao usuário, aos centros de controle operacionais, à questão da bilhetagem eletrônica, e isso tem trazido uma série de modificações para os sistemas de transporte e acreditamos que essas inovações proporcionarão uma melhoria muito significativa, inclusive no ambiente de trabalho.

Hoje temos iniciativas sendo implantadas em diversas cidades brasileiras de priorização ao transporte público coletivo, através de faixas exclusivas, sistema BRTs, utilizando veículos mais modernos, com ar condicionado, e isso tudo vem trazendo melhorias no ambiente de trabalho.

Por outro lado, vamos enfrentar também – já estamos enfrentando –, várias cidades brasileiras hoje já estão trabalhando sem cobrador, o ideal é que possamos realmente caminhar para tirar toda a cobrança de passagem de dentro dos ônibus. Já temos exemplo hoje, como a cidade de Campo Grande, onde nada se cobra de passagem dentro dos veículos, apenas fora. Com isso, essa profissão de cobrador é uma profissão que estamos vendo que está no caminho de extinção e temos que buscar quais são os passos para poder avançar nesse período de transição até chegar a uma situação ideal de não termos cobrança de passagens dentro dos ônibus, como acontece na maioria dos países desenvolvidos.

É um tema que também precisa ser incluído nessa discussão, porque é claro que isso depende de um acordo entre as empresas e os trabalhadores para vencermos esse período de transição.

Queria, em segundo, lugar, não perder a oportunidade de cumprimentar aqui, na pessoa do Sr. Omar, do Festino, pelo grande trabalho que a CNTT vem fazendo com a publicação de vários trabalhos técnicos, estudos profundos que têm realizado a respeito da legislação e que prova que esta entidade tem feito um trabalho que ajuda não só os trabalhadores, mas acho que todo o setor econômico.

Então, eu gostaria de deixar essa referência, porque admiro muito o trabalho que está sendo feito pela CNTT.

Como encaminhamento, eu gostaria de propor, como um primeiro passo para esse trabalho...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS BICALHO DOS SANTOS – ...desse grupo que está agora sendo retomado, no sentido de que esta comissão, por intermédio dos seus assessores legislativos, pudesse fazer um levantamento dos principais projetos de lei que estão em tramitação tanto na Câmara como no Senado, para tentarmos ter um quadro dos assuntos que estão sendo propostos e debatidos, tentando contemplar isso tudo em uma nova proposta.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui participando. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos aos encaminhamentos. O Dr. Marcos Bicalho, no final, lembrou um deles que é essa ideia de a comissão reunir todos os projetos que estão tramitando no Congresso para tentarmos reunir dentro do que quer o Estatuto, que é uma melhoria para todos.

As outras propostas foram encaminhadas, tanto a do Tigrão, como de cada um dos membros da Mesa. Nós vamos reuni-las e depois vamos ver qual é o encaminhamento que podemos dar.

Mas com certeza teremos outras reuniões. Que seja a retomada dos trabalhos! Permitam-me, para terminar, nessa conciliação que aqui houve, quando falei que um homem chora e não tem de ter vergonha, lembrei-me de uma música que eu recebi hoje aqui, nesse debate nacional. Mas vocês verão que não tem nada a ver com essa peleja que estamos travando.

Em resumo, acabei usando essa letra indiretamente, pois ela serve para este momento de entendimento e convenção. Diz o seguinte a música:

Um homem também chora
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas...
Precisa de carinho
Precisa de ternura
Precisa de um abraço
Da própria candura...
Guerreiros [que vocês são] são pessoas
Tão fortes, tão frágeis
Guerreiros [no fundo] são meninos
No fundo do peito
Precisam de um descanso
Precisam de um remanso
Precisam de um sono [sonho. Não nos tire os nossos sonhos]
Que os tornem refeitos [perfeito]
É triste ver meu homem
Guerreiro menino
Com a barra do seu tempo
Por sobre seus ombros
Eu vejo que ele berra
Eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito
Pois ama e ama [Nós amamos o nosso país]
Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
(...)

Viva a honra dos brasileiros! Viva o nosso trabalho! Vivam os motoristas! E viva este momento bonito que aqui vocês patrocinaram! (*Palmas.*)

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Paim, por favor, só um segundo.

Eu ainda estou com meus olhos marejados, por pouca coisa, porque ele falou. Porque, quando eu soube que ele me chamou de pelego, eu sofri muito, muito e muito, porque eu, graças a Deus, nunca fui isso na vida. E senti muito quando eu soube. E, por azar, ele tinha saído de perto de mim quando me falaram. Eu diria: agora só que eu sei. Você me desculpe, eu não ia te dar a mão. Mas hoje eu passo a te dar a mão e com todo o prazer. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! Este é um momento de união nacional em nome do povo brasileiro.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Um abraço a todos.

Que Deus ilumine os nossos passos e que essa música embale as nossas vidas para um grande entendimento!

(Iniciada às 9 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 12 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os(as) Senadores(as) Lasier Martins, Ana Amélia, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Tasso Jereissati, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Eduardo Amorim, Magno Malta, José Pimentel, Telmário Mota, Humberto Costa, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro e Wellington Fagundes. Assina a lista de presença o Senador, não membro desta Comissão, José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião. Usa a palavra o Senador Ricardo Ferraço, que solicita a deliberação de item extrapauta. É então deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 5) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, acerca da participação de autoridades governamentais brasileiras em reunião da Unasul, realizada em Quito, Equador, no dia 23 de abril último, bem como em contatos com autoridades estrangeiras e funcionários do organismo à margem daquele encontro formal." Aprovado. ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, que seja enviada pelo Ministério das Relações Exteriores a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cópia das eventuais instruções do Ministério das Relações Exteriores para participação na reunião da União Sul-Americana de Nações (Unasul), do relato oficial feito para registrar as discussões do dia 23 de abril último em Quito, bem como detalhamento das exposições dos representantes brasileiros (Ministro Mauro Vieira e Sr. Marco Aurélio Garcia) e das manifestações dos demais representantes de Estados-membros da Unasul, bem como do Secretário-Geral daquele organismo, especificamente no que se refere à situação política no Brasil." Aprovado. ITEM 7) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2016, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Requeiro, nos termos regimentais, por parte do Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, resposta às perguntas abaixo, com vistas ao esclarecimento urgente das circunstâncias que teriam rodeado a circulação de carta do Secretário-Geral da Unasul aos presidentes e chanceleres dos países membros da Unasul, atentatória aos interesses nacionais brasileiros: Que autoridades brasileiras tomaram conhecimento prévio da carta do Secretário-Geral da Unasul? O Itamaraty teve conhecimento prévio?; Quando essas autoridades tomaram conhecimento da carta e em que circunstâncias?; O teor do texto foi objeto de alguma sondagem prévia junto a autoridades brasileiras?; Qual é a posição oficial do Governo brasileiro sobre a carta do Secretário-Geral da Unasul?; Que registros oficiais foram feitos de eventuais contatos informais com o Secretário-Geral da Unasul? E no caso de não ter havido registro, houve intenção de elidir essas tratativas do devido controle administrativo e legal a que estão sujeitas as atividades dos agentes públicos? Aprovado. É deliberado o ITEM 4) MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre." O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, para leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião e da 8ª Reunião desta Comissão, que ficam dadas como lidas e aprovadas. Passa-se à PAUTA – 1ª PARTE (SABATINA): ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional." Sabatina realizada com indicação apreciada. O Presidente convida a Embaixadora a compor a mesa. É deliberado, a pedido da Senadora Ana Amélia, o EXTRAPAUTA: ITEM 8) REQUERIMENTO Nº 276, de 2016, de autoria do Senador José Serra, que "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 12 e 13 de maio de 2016, para representar o Senado Federal no evento "Central Bank in Latin America: in Search for Stability and Development", organizado pelo Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), na cidade de Lima/Peru." O Presidente concede a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão

pela aprovação da matéria. O Presidente concede a palavra à Embaixadora para fazer sua exposição. É aberto o processo de votação. O Presidente concede a palavra aos(às) Senhores(as) Senadores(as) para arguição da indicada. Usa a palavra a Senadora Ana Amélia. É deliberado o ITEM 3) MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde." É designada Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. É deliberado o EXTRAPAUTA: ITEM 9) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2016, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "Requeiro ao Ministério das Relações Exteriores, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa no 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue." Aprovado. É deliberado o ITEM 2) MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana." É designado Relator *ad hoc* o Senador Tasso Jereissati, que faz a leitura do Relatório. Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente concede a palavra à Embaixadora para novas considerações. O Presidente consulta os Senhores Senadores sobre a apuração do resultado da votação da indicação ser aberta. A proposta é acatada pelo Plenário. É designada Secretária a Senadora Ana Amélia. É realizada a apuração dos votos. Sabatina realizada com indicação apreciada. Fica adiado o item da PAUTA - 2ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 25, de 2016, de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de São Tomé e Príncipe." Adiado. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srs. Senadores, vamos iniciar, então, os trabalhos da nossa Comissão, já que há número regimental pelo menos para sua abertura, enquanto aguardamos o quórum para deliberação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª tem a palavra pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, quero submeter a V. Exª e aos nossos colegas Senadores proposta de inversão de pauta para que possamos avaliar requerimento que passo a submeter a V. Exª e à Comissão de Relações Exteriores à luz dessa delicada conjuntura que vive o nosso País e da conexão que isso faz com recentes acontecimentos ligados à política externa que, a meu juízo, demandam, por parte do Senado da República e desta Comissão, especificamente, uma providência.

Amparado na Constituição de 1988, o País enfrenta um legítimo processo de *impeachment* em curso no Congresso Nacional, com rito chancelado pelo Supremo Tribunal Federal.

Lamentavelmente, a Presidente da República, Dilma Rousseff, tem promovido campanhas de desinformação junto a governos estrangeiros, organizações internacionais e à imprensa internacional sobre o que ocorre no Brasil, difamando não apenas o nosso País, mas as nossas instituições.

Essa postura é incompatível com as atribuições de um Presidente da República e, por atentar à soberania nacional, passível de enquadramento como crime de responsabilidade, considerando os arts. 4º e 85 da Constituição Federal.

O art. 4º, Sr. Presidente, de nossa Constituição consagra que a República Federativa do Brasil rege-se, nas relações internacionais, por alguns princípios, entre eles o da independência nacional e o da não intervenção.

O art. 85 consagra que:

> São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:
> I – a existência da União;
> II – o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
> V – a probidade na administração;
> (...)

No afã de difundir a teoria fantasiosa e farsante de que o processo de *impeachment* seria um golpe, a Presidente da República tenta mobilizar agentes públicos a promoverem no exterior uma campanha contra o país do qual são servidores, Sr. Presidente! Servidores do Estado brasileiro a serviço de uma campanha difamatória contra o nosso País!

Essas ações ocorrem ao arrepio da legislação em vigor relativa ao controle dos atos da Administração Pública federal e configuram um possível crime de responsabilidade, outro crime de responsabilidade, particularmente contra a probidade na Administração, nos termos dos arts. 4º e 7º e do art. 9º da Lei nº 1.079, que regula os procedimentos do impedimento de um Presidente da República.

Um exemplo dessa conduta que requer a investigação que este requerimento pretende inaugurar ocorreu no dia 23 de abril, em Quito, no Equador, Senador Fernando Bezerra Coelho, durante a reunião da Unasul.

Da referida reunião teriam participado, do lado brasileiro, apenas o Ministro Chanceler Mauro Vieira e o Sr. Marco Aurélio Garcia, Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República.

Afora as questões relativas à agenda regular da Unasul, teria havido discussões sobre a situação política do Brasil.

O Secretário-Geral da Unasul, Ernesto Samper, teria defendido a tese de que o processo de *impeachment* representaria uma ameaça à ruptura democrática e afetaria a estabilidade em toda a região de atuação da Unasul.

A discussão teria versado sobre carta do Sr. Samper aos presidentes e chanceleres dos países-membros da Unasul, cujo teor passo a anexar, mas que é de absoluto conhecimento público.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Foi, inclusive, objeto de uma moção subscrita por 35 Senadores, uma moção de repúdio do Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Na prática, o Sr. Secretário-Geral da Unasul, sem mandato para tal, faz uma carta difamando e atentando contra o Estado democrático de direito do nosso País.

Estimular que outros países ou organizações internacionais façam o escrutínio do recurso constitucional do *impeachment* atenta contra os princípios constitucionais da soberania nacional e da não intervenção, representa uma cessão de soberania e uma capitulação frente à potência estrangeira.

Observa-se ainda que a cláusula democrática da Unasul, aprovada em 2010, que embasa a carta do Sr. Samper, sequer está em vigor no Brasil. E não poderia ser diferente, pois o Congresso Nacional percebeu que o protocolo adicional era um mero instrumento para fazer funcionar a aliança de regimes populistas, autoritários e bolivarianos, para se perpetuarem no poder.

A iniciativa da Presidenta Dilma de incentivar esse comportamento por parte do Sr. Samper é ainda mais acintosa considerando-se que a Presidência *pro tempore* da Unasul é atualmente exercida pela Venezuela, cujo governo mantém presos políticos e controla o Poder Judiciário com mão de ferro.

Ademais, o Secretário-Geral Ernesto Samper é um ex-Presidente da Colômbia, que sequer pode circular livremente no exterior em função de acusações que pesam contra ele por vinculações – pasmem, Srs. Senadores! – ao narcotráfico.

É com esses interlocutores que autoridades brasileiras urdiram ações para denegrir o Brasil, e o fizeram à margem dos canais diplomáticos e sem possibilidade de controle legal e administrativo de suas atividades.

Não é admissível que autoridades públicas, sobretudo aquelas investidas da função de representar o Estado brasileiro no exterior, sejam cúmplices de agressões a instituições brasileiras e indiferentes diante do clamor popular em favor de uma saída evidentemente constitucional para um Governo que destruiu a economia, arrebentou as contas públicas, trouxe de volta o desemprego e a inflação, além de mergulhar o nosso País numa crise moral sem precedentes.

Pelas razões expostas é que nós conclamamos os nossos pares à aprovação de alguns requerimentos, Sr. Presidente.

Primeiro, requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro

Vieira, acerca da participação de autoridades governamentais brasileiras em reunião da Unasul, realizada em Quito, Equador, no dia 23 de abril último, bem como em contatos com autoridades estrangeiras e funcionários do organismo à margem daquele encontro formal.

Requeiro, ainda, Sr. Presidente, nos termos regimentais, por parte do Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, resposta às perguntas abaixo, com vistas ao esclarecimento urgente das circunstâncias que teriam rodeado a circulação de carta do Secretário-Geral da Unasul aos presidentes e chanceleres dos países membros da Unasul, atentatória aos interesses nacionais brasileiros:

– Que autoridades brasileiras tomaram conhecimento prévio da carta do Secretário-Geral da Unasul? O Itamaraty teve conhecimento prévio?;

– Quando essas autoridades tomaram conhecimento da carta e em que circunstâncias?;

– O teor do texto foi objeto de alguma sondagem prévia junto a autoridades brasileiras?;

– Qual é a posição oficial do Governo brasileiro sobre a carta do Secretário-Geral da Unasul?;

– Que registros oficiais foram feitos de eventuais contatos informais com o Secretário-Geral da Unasul? E no caso de não ter havido registro, houve intenção de elidir essas tratativas do devido controle administrativo e legal a que estão sujeitas as atividades dos agentes públicos?

Sr. Presidente, o quadro é extremamente grave e o posicionamento não apenas da Presidente da República como de funcionários do Estado brasileiro atentando contra a nossa soberania, a nossa imagem e as nossas instituições mundo a fora, Sr. Presidente, nos remete à decisão da Comissão de Relações Exteriores do Senado não se acovardar diante desses quadros e pedir urgente posicionamento do Governo brasileiro acerca dessas manifestações que submeto à V. Exª e, naturalmente, às Srªs e aos Srs. Senadores com quem compartilho da presença aqui, na Comissão de Relações Exteriores.

São essas as providências que julgo inadiáveis que esta Comissão possa tomar, sinalizando para os brasileiros que nós não estamos aqui nos apequenando diante desse quadro em que nós precisamos, a todo o momento, reafirmar o quanto está normal e equilibrado o nosso Estado democrático de direito e que, portanto, as nossas instituições funcionando absoluta e plenamente, inclusive o Senado da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Obrigado, Senador Ferraço.

Enquanto aguardamos a iminência do quórum para deliberação sobre esses requerimentos apresentados pelo Senador Ferraço, passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho que é o Relator do item 4 da parte deliberativa da nossa sessão.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho para...

Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pedindo escusas aqui ao Senador Fernando Bezerra Coelho, há ainda um outro requerimento, Sr. Presidente, em que eu solicito a convocação do Embaixador Mauro Vieira, Chanceler.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª já apresentou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Já apresentei?

Então, são três os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já apresentou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. João Inácio Oswald Padilha, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Chipre.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. João Inácio Oswald Padilha é filho de Moacyr Meirelles Padilha e Maria Thereza Oswald Padilha e nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1950.

O diplomata indicado concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1978 e, no ano seguinte, ingressou na carreira no posto de Terceiro-Secretário. No âmbito do Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos em 2003, quando defendeu a tese intitulada "A projeção internacional do Chile: condicionamentos políticos internos. Implicações para a atuação diplomática do Brasil".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1979, ascendeu a Conselheiro em 1997 e a Ministro de Segunda Classe em 2003. Em 2004, passa para o Quadro Especial. Em 2014, ascende a Ministro de Primeira Classe.

Na sua carreira, destacam-se os postos de Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios na Embaixada em Bissau, entre 1985 e 1986; Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral em Chicago, de 1986 a 1989; Chefe substituto da Divisão de Informação Comercial, entre 1990 e 1991; Adjunto na Secretaria de Documentação Histórica da Presidência da República, de 1991 a 1993; Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral no Consulado-Geral em Barcelona, de 1993 a 1996; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Dacar, em 1994; Cônsul no Consulado em Ciudad Guayana, de 1996 a 1999; Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Santiago, entre 1999 e 2003; Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Assistência e Promoção Social, em 2003; Chefe da Divisão da Europa I, de 2003 a 2004; Chefe da Divisão da África II, de 2004 a 2007; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Bissau, em 2004; Embaixador na Embaixada em Gaborone, entre 2007 e 2012; e Embaixador na Embaixada em Praia, de 2012 até o presente.

Em 2003, o diplomata recebeu a Real Ordem Norueguesa do Mérito, no grau de Oficial, e, em 2006, a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Registre-se também que o Embaixador João Inácio Oswald Padilha é autor de *Os Corpanzis*, pela L&PM, de Porto Alegre, e *Bolha de Luzes*, pela Companhia das Letras, de São Paulo.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu peço licença ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

Já há quórum. Haveria possibilidade de V. Exª submeter os três requerimentos que apresentei à Comissão de Relações Exteriores, para que nós pudéssemos dar curso normal, em seguida, à Comissão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo objeção...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não há nenhuma objeção.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pedindo vênia ao Senador Fernando Bezerra Coelho, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo objeção, nós vamos submeter à discussão e votação os Requerimentos nºs 21, 22 e 23.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 21, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal combinado com o artigo 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a prestar esclarecimentos nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, acerca da participação de autoridades governamentais brasileiras em reunião da Unasul, realizada em Quito, Equador, no dia 23 de abril último, bem como em contatos com autoridades estrangeiras e funcionários do organismo à margem daquele encontro formal.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, que seja enviada pelo Ministério das Relações Exteriores a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cópia das eventuais instruções do Ministério das Relações Exteriores para participação na reunião da União Sul-Americana de Nações (Unasul), do relato oficial feito para registrar as discussões do dia 23 de abril último em Quito, bem como detalhamento das exposições dos representantes brasileiros (Ministro Mauro Vieira e Sr. Marco Aurélio Garcia) e das manifestações dos demais representantes de Estados-membros da Unasul, bem como do Secretário-Geral daquele organismo, especificamente no que se refere à situação política no Brasil.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, por parte do Excelentíssimo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, resposta às perguntas abaixo, com vistas ao esclarecimento urgente das circunstâncias que teriam rodeado a circulação de carta do Secretário-Geral da Unasul aos presidentes e chanceleres dos países membros da Unasul, atentatória aos interesses nacionais brasileiros:
Que autoridades brasileiras tomaram conhecimento prévio da carta do Secretário-Geral da Unasul? O Itamaraty teve conhecimento prévio?;
Quando essas autoridades tomaram conhecimento da carta e em que circunstâncias?;
O teor do texto foi objeto de alguma sondagem prévia junto a autoridades brasileiras?;
Qual é a posição oficial do Governo brasileiro sobre a carta do Secretário-Geral da Unasul?;
Que registros oficiais foram feitos de eventuais contatos informais com o Secretário-Geral da Unasul? E no caso de não ter havido registro, houve intenção de elidir essas tratativas do devido controle administrativo e legal a que estão sujeitas as atividades dos agentes públicos?

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos aprovados pelo Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Pela urgência dos fatos relatados, eu solicito que V. Exª possa ser, como é, de fato, célere nessas providências, para que a Comissão de Relações Exteriores e o Senado da República possam receber essas informações do Ministério das Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Faremos isso, imediatamente. Celeridade é o nosso nome, na nossa Comissão de Relações Exteriores.

Devolvo a palavra, então, ao querido colega.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a República de Chipre, suas políticas externas e seus relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando trocaram embaixadas cumulativas: a do Brasil, em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa. Com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações econômico-comerciais, os dois países decidiram pela troca de embaixadas residentes: a criação oficial da Embaixada da República de Chipre em Brasília ocorreu em 4 de agosto de 2009; a Embaixada do Brasil em Nicósia foi criada em janeiro de 2010.

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, entre 2006 e 2015, o comércio bilateral entre Brasil e Chipre decresceu 95% passando de US$216 milhões para US$10 milhões. Em 2015, o intercâmbio registrou nova forte retração de 77% em comparação com 2014. Ao longo do período analisado, o saldo comercial foi favorável ao Brasil e, nos últimos três anos, os

superávits foram de US$9,3 milhões (2013), US$40,9 milhões (2014) e US$8,2 milhões (2015). O superávit brasileiro com o Chipre, em 2015, diminuiu 80% em relação ao saldo positivo apurado em 2014.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vista coletiva, conforme reza o nosso Regimento.

Nós vamos, agora, Srs. Senadores, dar início à sabatina da Srª Mitzi Gurgel Valente da Costa, que foi indicada pela Senhora Presidente da República para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha da Senhora MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 17/03/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;
2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

A Embaixadora Mitzi Gurgel Valente da Costa tem uma extensa folha de serviços prestados ao nosso País, notadamente na área das negociações ambientais multilaterais. É uma honra recebê-la hoje na nossa Comissão. Ela enfrenta o desafio que é, para uma mulher, servir como Embaixadora num país árabe do Golfo Pérsico, o Sultanato de Omã.

Convido a Srª Embaixadora a tomar assento aqui, ao meu lado. (*Pausa.*)

Embaixadora, apenas algumas formalidades regimentais.

Quero submeter à apreciação da Comissão a Ata da 2ª reunião e a da reunião anterior, as atas que ainda não foram aprovadas, sugerindo seja dispensada a sua leitura. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, submeto-as à votação. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Embaixadora, a senhora vai me permitir um minuto antes de iniciar a sabatina, porque eu gostaria de prestas contas à Comissão da recente viagem que realizei aos Estados Unidos e ao México, o que foi objeto de alguma controvérsia na minha ausência. Nessa controvérsia, participou com muita firmeza o Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Valdir Raupp, sabedor do fato de que esta Comissão havia aprovado essa missão oficial, que, depois, foi aprovada pelo Plenário do Senado, e que foi preparada muito antes que eu soubesse ou que qualquer um de nós soubéssemos da data em que seria votado na Câmara dos Deputados o *impeachment* da Presidente da República, a autorização para instalação do processo, aqui, no Senado.

O fato de eu estar em Washington durante essa votação, que acompanhei pela internet, gerou alguma controvérsia aqui entre alguns Senadores. Fui, inclusive, acusado de ter ido a Washington, sabendo na véspera da votação do *impeachment*, para pedir a bênção do império para o golpe de Estado que estava sendo urdido no Brasil contra o Governo legítimo. Todos sabem que essa viagem foi preparada com bastante antecedência. Fui recebido nos Estados Unidos pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano e também por um Senador, o Senador Cardin, que é o líder do Partido Democrático nessa comissão e com quem eu tinha já um relacionamento anterior, uma vez que nós dois tomamos a iniciativa de produzir um abaixo-assinado que recebeu o apoio de 130 Parlamentares de toda a América em defesa da democracia na Venezuela.

Então, essas coisas têm que ser preparadas com antecedência. Não posso chegar ao Senado americano, bater à porta e dizer: "Estou aqui". Claro que isso foi preparado com antecedência, assim como o encontro

com o Embaixador Thomas Shannon, que, na véspera, aliás, desse encontro, havia tomado posse num cargo importantíssimo no gabinete do secretário de Estado norte-americano. Eu também não poderia chegar ao Departamento de Estado, bater à porta...

Fui acompanhado nessas viagens pelo Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, que me prestou um apoio inestimável. A viagem foi preparada pelo Itamaraty, a quem agradeço, e tinha como objeto aquilo que é uma coisa rotineira entre nós, especialmente na nossa Comissão de Relações Exteriores, que são contatos com autoridades de um país importante, como são os Estados Unidos, com o qual o Brasil tem relações desde a independência.

Até os diplomatas que estão aqui presentes talvez possam corrigir-me, mas creio que a primeira embaixada com esse título que o Brasil abriu foi a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, a cargo do Embaixador Joaquim Nabuco.

Houve, também, uma grande controvérsia, grande não, mas alguma crítica ao fato de eu ter me encontrado com vários investidores norte-americanos que são, enfim, representantes de empresas com negócios aqui no Brasil, organizado pelo escritório Albright Stonebridge. Disseram que este era um escritório de lobistas. É dirigido por um ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

A Presidente Dilma Rousseff, quando esteve nos Estados Unidos, fez questão de encontrar-se com Madeleine Albright, e esse encontro foi agendado por essa organização; foi noticiado no Brasil. Encontros semelhantes a esse ocorreram em Washington, nas mesmas circunstâncias: um almoço com o Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Relações Exteriores; com o Ministro Joaquim Levy; e com o Ministro José Dirceu.

A ideia de que alguém vá pedir benção ao império é uma ideia tão absurda, é de quem não entendeu que a Guerra Fria acabou, que o Presidente Obama esteve em Cuba, que as relações dos Estados Unidos com a América Latina, a partir inclusive desse encontro, dessa visita histórica – aliás, foi organizada, preparada por Thomas Shannon, com quem me encontrei –, foi uma virada importante na política externa norte-americana, com enorme repercussões sobre o Brasil inclusive.

E, em todas essas visitas, eu fui acompanhado pelo Embaixador. Eu me restringi, quando perguntado, a esclarecer sobre o processo de *impeachment*, exclusivamente sob o prisma jurídico formal; esclarecer aos meus interlocutores os prazos, os artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal, enfim, os fundamentos jurídicos, sem nenhuma consideração quanto ao mérito do julgamento, porque eu entendia que não era o meu papel ali.

E, aliás, os norte-americanos, todos eles manifestaram-se, na linha do que declarou o Presidente Obama na Argentina, que têm plena confiança na solidez das instituições democráticas que nós, a duras penas, construímos. Esse foi o teor dos meus encontros.

E fiz questão de dizer que, na ótica da nossa Comissão e, tenho certeza, da imensa maioria dos Senadores, nós temos um grande interesse em que as relações do Brasil com os Estados Unidos sejam cada vez mais profícuas e positivas. E ressaltei a importância da visita da Presidente Dilma Rousseff aos Estados Unidos como o momento em que se superou aquele episódio em que ela tomou a atitude correta, a partir da denúncia de espionagem contra o Governo brasileiro.

Esse foi o meu pedido de benção ao império.

Depois, fui ao México, também na sequência de entendimentos que havia tido antes com a Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado mexicano, acompanhado pelo Embaixador Enio Cordeiro, que, aliás, prestou-me uma assistência competente, dedicada e positiva.

E, nessa visita, eu fiz questão de ressaltar que as relações do Brasil com o México, que hoje seguem um roteiro estipulado na recente visita da Presidente Dilma Rousseff ao México, em que foi firmada uma série de protocolos e foram esboçados acordos importantes, são questões de Estado e que continuarão no seu desenvolvimento normal, qualquer que seja o desenlace da atual crise política.

Esse foi o resultado da viagem que fiz, além de ter dado sequência a uma gestão do nosso colega Humberto Costa, Líder do Governo no Senado, que havia visitado o México dias antes e que havia entabulado com a Senadora Marcela Guerra a realização no Brasil de um encontro de uma organização de Parlamentares americanos, e eu fui encarregado então de trazer ao Senador Renan Calheiros uma proposta dessa senhora, que é a presidente dessa organização (ParlAmericas), para que o Senado brasileiro possa abrigar uma importante reunião de Parlamentares americanos aqui no Brasil em novembro.

Eu fazia questão de prestar contas aos meus colegas da Comissão, agradecendo especialmente à Senadora Ana Amélia e ao Senador Valdir Raupp, que participaram do debate, colocando os pingos nos "is" durante a minha ausência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – V. Exª já concluiu?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Já concluí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria solicitar a V. Exª a possibilidade, extrapauta, de um requerimento de uma viagem do Senador José Serra para representar o Senado Federal num evento em Lima, no Peru, que vai debater temas relevantes. Então, se V. Exª puder, isso é uma coisa tão simples, para facilitar, porque já está com atraso o requerimento. Então, se V. Exª e os meus colegas...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não havendo objeção, V. Exª tem a palavra.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 276, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 12 e 13 de maio de 2016, para representar o Senado Federal no evento "Central Bank in Latin America: in Search for Stability and Development", organizado pelo Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), na cidade de Lima/Peru.

Autoria: Senador José Serra
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Senador José Serra solicita sua ausência do Senado entre os dias 12 e 13 de maio, para representar o Senado Federal no evento "Central Bank in Latin-America – in Search for Stability and Development", organizado pelo Centro de Estudos de Estado e Sociedade, na cidade de Lima, no Peru.

O compromisso dispensa apresentações. Então, em face da adequação regimental e da conveniência desta matéria em exame, o meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 276 e pelo seu encaminhamento à Secretaria-Geral da Mesa para o processamento em Plenário, como previsto no Regimento Interno do Senado Federal, para assegurar e autorizar a ausência do Senador José Serra.

Muito obrigada, Senador, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Pois não. Nenhum Senador querendo se manifestar, encerrada a discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Embaixadora, com muita honra passo a palavra a V. Exª. (*Pausa.*)

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada ao Relator, o Senador Valdir Raupp, pela oportunidade de estar aqui presente para mostrar um pouco do que a delegação do brasil junto à Oaci faz e o que se pretende fazer no futuro.

A delegação do Brasil junto à Oaci lida não só com aviação civil internacional, mas lida também com três outras convenções internacionais, que são a Convenção sobre Diversidade Biológica, o seu Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e também o fundo multilateral do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio.

Vou começar minha exposição falando, primeiro, da Oaci, do que se faz, como ela é organizada, e, depois, passaria para os outros três instrumentos internacionais com os quais a Oaci lida.

Como disse o Senador, a Oaci lida com toda a parte de aviação civil, tudo o que requer a organização, a harmonização, a emissão de instrumentos necessários para que haja uma planificação de tudo o que lida com a aviação civil internacional.

Para o Brasil, que é membro da Convenção de Chicago desde 1947, é extremamente importante, porque nós somos o terceiro maior país em termos de aviação civil doméstica; somos o décimo maior país em termos de aviação civil internacional; temos a Embraer, que é uma importante empresa na área de aviação; e também temos uma dimensão continental, que faz com que o Brasil seja um *hub* de transporte aéreo de e para esta região.

O Brasil sempre participou, é um dos membros fundadores da Oaci, da Convenção de Chicago, e temos tido uma participação muito ativa desde então, exatamente por causa dessa importância que tem a Oaci para o Brasil. Acresce ainda dizer que, provavelmente, nos próximos 20 anos, o Brasil pode passar do décimo maior país em termos de aviação civil internacional para o quinto ou sétimo maior país. Então, isso faz a Oaci ainda mais importante para o nosso País.

A organização está organizada em termos de uma assembleia, que se reúne a cada três anos. A próxima reunião da assembleia será em setembro ou outubro de 2016, onde os 191 países-membros se reúnem e decidem os principais temas da organização.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – A sede é em Montreal, no Canadá, não é isso?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Sim, a sede é em Montreal.

Logo embaixo da assembleia, há o conselho, que é composto de 36 países-membros, que são eleitos a cada três anos, durante a assembleia. O Brasil sempre fez parte desse conselho desde sua concepção.

As eleições para o conselho se dão em três grupos. O Brasil faz parte do grupo 1, que são os países de maior importância para a aviação civil internacional. O segundo grupo são os países de maior importância para os serviços de aviação civil internacional. E o terceiro grupo é aquele que compõe a distribuição geográfica mais equitativa.

O Brasil sempre fez parte do nível logo abaixo do Conselho, que é a Comissão de Navegação Aérea, na figura de um especialista vindo do Comando da Aeronáutica, que atua em sua capacidade pessoal. Eles também são eleitos. São 19 especialistas que levam todos assuntos discutidos nos comitês abaixo dele para serem decididos pelo conselho ou pela assembleia.

Há outros comitês abaixo disso, uns cinco outros comitês, que se reúnem de maneira não permanente, diferentemente da Comissão, e, quando há necessidade, eles são convocados pelo secretariado-geral.

Em termos da CDB, a Convenção sobre Diversidade Biológica, é uma comissão de extrema importância também para o Brasil, porque somos o País mais megabiodiverso do mundo. Temos 22% de todos os recursos genéticos e recursos biológicos de todo o Planeta. Somos o segundo maior país em termos de disponibilidade de água doce no Planeta e temos uma pujante biodiversidade. Temos 60% mais ou menos da Floresta Amazônica dentro das nossas fronteiras, diversos outros biomas de importância mundial, o que faz do Brasil um peso pesado na área de meio ambiente.

O Brasil faz parte da CDB desde 94. Ela foi aberta para assinatura durante a Rio-92, e o Brasil tem tido uma atuação muito importante nessa área desde então.

A CDB é formada por 196 Estados-membros e ela se reúne a cada dois anos numa Conferência das Partes que tem o condão de decidir tudo o que foi discutido durante os dois anos, entre uma COP e outra, e também de propor novas atividades para os dois anos seguintes.

Logo abaixo da Conferência das Partes, há diversos subgrupos que geralmente atuam na área em Montreal. A secretaria da CDB é também localizada em Montreal e é presidida no presente momento por um brasileiro. Trata-se do Sr. Bráulio Dias. Ele é funcionário do MMA e já está no seu segundo e último mandato à frente da CDB. Então, isso faz com que o Brasil também seja mais importante ainda na área da CDB.

Então, as reuniões em Montreal são do SBSTTA, que é um órgão de assessoramento técnico e tecnológico que se reúne, hoje em dia, uma vez por ano. Antes, eram duas vezes por ano, porque havia muito mais assuntos a serem discutidos. E também há vários outros grupos menores que se reúnem com a frequência de cada dois anos, de cada ano, que é o GT sobre o art. 8-J da Convenção, que tem a ver com a proteção dos conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas – e nós temos muitas. E há um GT sobre a implementação da Convenção e as Metas de Aichi. Há também um GT que, no momento, talvez o mais contencioso, se dedica a propor que áreas costeiras insulares sejam protegidas e que haja canais de interligação entre eles, *etc*.

O Brasil tem atuado no sentido de que, por termos uma costa muito grande e termos também ministérios que trabalham integradamente nesse assunto, a determinação do que é uma área protegida, de onde ela deve ficar e de que tipo de interligação ela deve ter seja decidida em nível nacional e não internacionalmente.

O Protocolo de Cartagena sobre biossegurança é também de extrema importância para o Brasil porque lida com uso, manuseio e transporte internacional de organismos geneticamente modificados e organismos vivos modificados. Para o Brasil, que tem uma pujante agricultura por um lado e uma pujante biodiversidade por outro lado, o assunto e as decisões ligadas ao Protocolo de Cartagena são extremamente importantes. O Brasil faz parte do Protocolo desde 2004. O trabalho do Itamaraty nessa área é extremamente delicado porque há uma contraposição literal entre os interesses brasileiros: de um lado, o MAPA e o Ministério da Saúde, que querem proteger, com toda propriedade, a diversidade, a biodiversidade e a saúde humana dos eventuais efeitos nefastos que a circulação de OGMs, uso e manuseio, entrada e saída, pode ocasionar à saúde humana e à biodiversidade; e, de outro lado da Esplanada, o MAPA e o MCT, que querem ter, com toda propriedade também, acesso facilitado, quanto maior possível, dos OGMs para o nosso plantio, para o nosso desenvolvimento tecnológico.

Então, essas duas vertentes dentro do Brasil são extremamente complicadas, e o Itamaraty tenta fazer um meio de caminho muito discreto.

Presentemente, o Protocolo de Cartagena lida com a parte de consentimento prévio informado, especialmente a movimentação transfronteiriça dos OGMs. Por exemplo, a nossa soja transgênica tem consentimento prévio informado.

O protocolo é um dos únicos instrumentos na área de meio ambiente que tem, digamos assim, dentes. Ele tem a previsão de um sistema de responsabilização e compensação, que, para o Brasil, de novo, por causa da nossa dicotomia interna, é um assunto que vem sendo acompanhado com o maior carinho e maior cuidado, para que não se tenha, por um lado, problemas na nossa área de biodiversidade e, por outro lado, barreiras desnecessárias à nossa produção agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sem contar que é um tema que apaixona a opinião pública.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Sem dúvida.

Por último, a delegação junto à Oaci também lida com o Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, que lida com substâncias que destroem a camada de ozônio. Nesse lado, é um instrumento muito mais tranquilo porque é um braço do Protocolo de Montreal, que foi criado para ajudar os países em desenvolvimento a atingirem suas metas de redução dos CFC e dos HCFCs, clorofluorcarbonos e hidroclorofluorcarbonos que afetam e que destroem a camada de ozônio.

Esses componentes são utilizados, principalmente, na área de espumas, na indústria de espuma e na indústria de refrigeração industrial, comercial, até nesta aqui que estamos utilizando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em indústria de espuma como acessório?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Os CFCs são usados na preparação da espuma que é usada...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Espuma de barbear, por exemplo?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Não, não, não. Desculpem. Espuma para camas, colchões.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ah, entendi.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Então, é necessário que os países em desenvolvimento que têm também suas metas de redução sejam auxiliados, para que o nosso parque industrial, no caso do Brasil, seja auxiliado, tanto tecnicamente como financeiramente, a fazer uma alteração, de maneira que possamos chegar às nossas metas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – E as normas técnicas, por exemplo, para a produção de espuma de colchões, essas normas técnicas que são importantes para que haja intercâmbio comercial entre os países, são definidas também nessa organização?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Não. A Icao cuida, no fundo, da parte de assistência técnica para os países desenvolvidos.

Existe o Protocolo de Montreal *per se*, que, apesar do nome, não é cuidado pela delegação, porque há outras instâncias no Itamaraty e no exterior que lidam com o Protocolo de Montreal.

Não há nenhum impedimento ao comércio, mas cada país se comprometeu a reduzir, em um ano x, dentro de um período x, x por cento de suas emissões ou utilizações de CFCs e HCFCs.

Então, com base num programa de mitigação desses componentes propostos pelo MMA, o Brasil, em 2010, logrou aprovar um programa, feito em duas partes, para a mitigação de até 45%, que é a nossa meta de erradicação dos CFCs. Para isso, a delegação do Brasil junto à Oaci foi muito ativa em conseguir aprovar esse plano, que nos oferece US$58 milhões para ajudar pequenas, médias e até grandes indústrias a se adequarem a essa meta.

A primeira fase do plano já está acabando – acabará no final do ano –, e já foram desembolsados US$19 milhões. A segunda etapa do plano já vai iniciar-se. Houve uma pequena autorização de fundos de US$7 milhões e ainda haverá mais US$38 milhões até o final de 2020. Com isso, o MMA se compromete a reduzir em 45% a nossa utilização de CFCs e HCFCs.

Por último, vou só mencionar, muito rapidamente, porque sei que o tempo é precioso na presente conjuntura, a situação financeira ou econômica das três convenções ou dos instrumentos com os quais a Oaci lida.

No que se refere à aviação aérea civil, a contribuição do Brasil é de mais ou menos US$1 milhão por ano. É a única das três convenções que eu mencionei na qual o Brasil, se não pagar, se ficar inadimplente mais de dois anos, perde o direito a voto. Então, nós, efetivamente, perdemos o direito a voto na metade do ano passado e só o recuperamos recentemente, porque foi possível pagar os dois anos que nós devíamos. E, ainda por cima, graças a uma pequena valorização do dólar, foi possível até termos um pequeno superávit, que já vem contando para a nossa contribuição de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Por quanto tempo o Brasil ficou sem...?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Por dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Dois anos.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Sim, dois anos e meio, no fundo. Daí nós termos perdido e, na metade do ano passado, não pudemos participar. Quer dizer, participar nós participamos, mas não pudemos votar nada na reunião do conselho. Agora, já recuperamos o nosso direito de voto, teremos voz ativa nas três reuniões que ocorrerão este ano e também na assembleia, em setembro ou outubro deste ano.

Na CDB, nós devemos dois anos já e, no Protocolo de Cartagena, também dois anos. É um valor de, mais ou menos, US$915 mil para a CDB e US$315 mil para o Protocolo de Cartagena. E o fato de nós termos um brasileiro à frente, no secretariado da convenção, cria um constrangimento.

A situação junto ao Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal é um pouco mais crítica ainda: nós devemos 13 anos. Nós devemos, mais ou menos, US$985 mil. Como são 13 anos, então... A contribuição brasileira *per se* não é muito alta, mas, ao se juntarem 13 anos, estamos devendo quase US$1 milhão. Quando se pensa que somos beneficiários de US$58 milhões de assistência técnica, a nossa situação também é constrangedora.

(Soa a campainha.)

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Então, é mais ou menos isso que a delegação junto à Oaci faz e se propõe a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Embaixadora, pela sua exposição.

Passo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu tenho duas perguntas para a Embaixadora.

Uma: qual é a dívida que o Brasil tem com a organização em que V. Exª vai representar o Brasil? Esse endividamento há desde quando e qual é o valor?

E eu queria questionar – há duas questões: em quem eu acredito, Embaixadora? Os dados da Anac dizem que o Brasil está entre os quatro países mais bem avaliados em segurança operacional. Já a Federação Internacional de Pilotos rebaixou a condição do Brasil, do espaço aéreo brasileiro, elencando como "criticamente deficiente" o espaço aéreo e que é uma zona tão perigosa quanto as zonas de guerra.

Entre outras questões, ela diz que é "criticamente deficiente", e essa classificação é a mesma usada para países localizados em zonas de guerra, locais com aeroportos improvisados e regiões sem sistemas de controle de tráfego aéreo. A decisão foi tomada em conferência realizada em Nova Orleans, nos Estados Unidos, nos dias 14 e 18 de abril, e levam em conta principalmente a prática baloeira, considerada de alto risco para a aviação. Agora, recentemente, tivemos o caso de uma turbina que foi avariada por conta de uma ave que entrou; por sorte e por habilidade do piloto, a aeronave voltou, e não houve problemas.

Em dezembro do ano passado, a federação já havia comunicado à Secretaria de Aviação Civil brasileira sobre a possibilidade de rebaixamento, mas, como não foram tomadas efetivas ações, a entidade optou pela nova classificação sobre risco equivalente às zonas de guerra.

Então, queria uma manifestação da senhora sobre isso. E também queria perguntar qual é a autoridade que essa entidade a Ifalpa tem para fazer esse tipo de avaliação sobre o espaço aéreo brasileiro.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Sim, muito obrigada pelas suas perguntas.

Gostaria de dizer que é um grande prazer vê-la aqui. Conheci a senhora ontem, muito rapidamente, e é um prazer poder falar com a senhora diretamente.

No que se refere à nossa dívida com... Não sei se a senhora quer saber só sobre à Icao ou se a senhora quer saber sobre todas. Como acabei de mencionar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Só sobre a entidade.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Como?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sobre a entidade na qual a senhora vai nos representar.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Sim, no que se refere à Icao, no momento, não estamos devendo nada, ou, enfim, estamos devendo a partir de 1º de janeiro já o que é devido durante o ano de 2016, mas temos até o final de 2016, aí até meados de 2017, para não perder o direito de voto. É mais ou menos US$1 milhão, como eu tinha mencionado; e, no presente momento, será até um pouquinho menos, porque temos US$163 mil já de crédito no secretariado da Oaci.

No que se refere à pergunta sobre a Anac, essa associação de pilotos é ligada à Oaci, no sentido de que essa associação de pilotos é – como diria? –, a Oaci lida com todo o treinamento de pilotos, toda a capacitação

dos pilotos, e também é ligada a várias entidades civis que congregam pilotos, congregam empresas internacionais aéreas, etc. Quem está com a verdade ou quem está, enfim, faltando com a verdade? Eu acho que é um pouquinho das suas coisas.

Sim, o espaço aéreo brasileiro é seguro, no sentido de que temos uma cobertura boa, em termos de satélites, de torres de controle, etc. Sim, também, por outro lado, a associação internacional de pilotos também tem razão, porque tem havido um acréscimo, um incremento importante de balões e de, por exemplo, aves, geralmente urubus...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Drones eventualmente também? Drones?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Quanto a drones, nem tanto, mas, sim, também podem até vir a crescer no futuro. E há também aves que ficam em volta dos aeroportos e que, de vez em quando, como a senhora bem mencionou, entram pela turbina e...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim, perto de lixões. Alguns aeroportos são próximos a lixões.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Exatamente. Mas esse é, digamos, um problema mais interno do Brasil, sim, que coloca em risco. Especialmente há balões com explosivos dentro, etc., que os ajudam a subir, mas que podem colocar em risco a segurança aérea. É um assunto no qual eu acho que o Brasil vai ter de trabalhar muito internamente, no sentido de coibir esse tipo de atividade, especialmente perto de onde os aviões aterrissam e tomam voo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agora, Embaixadora, digamos, formalmente, a Ifalpa, que é a associação dos pilotos, pode, usando dados... Como a senhora reconheceu, algumas coisas que eles avaliaram, de fato, estão acontecendo: a questão do balão e a questão das aves. Recentemente, em um voo da TAM de São Paulo para Porto Alegre, uma ave atingiu uma turbina. A turbina pegou fogo, mas a habilidade do piloto permitiu que ele voltasse – felizes os passageiros e também a tripulação – e não houve problema maior. A companhia deu todas as informações. Mas ela pode, formal e internacionalmente, dizer que o Brasil está na zona de risco da aviação? Porque ela é um braço da Oaci. Sendo um braço, a Oaci dá cobertura para essa avaliação?

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – O que a associação de pilotos fez foi enviar uma carta para a Oaci. Ainda não há uma resposta formal da Oaci quanto a isto: se o espaço aéreo brasileiro vai ser rebaixado ou não. Isso ainda tem que ser visto. Há também uma série de contatos entre a associação de pilotos e as autoridades brasileiras – Anac, Comando da Aeronáutica – que lidam com esses assuntos no dia a dia para tentar, enfim, diminuir ao máximo o perigo representado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Confio na sua intermediação em favor do Brasil.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Certamente, tentarei.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não é a primeira vez que a Embaixadora presta bons serviços ao nosso País.

Embaixadora, como a senhora aludiu, estamos vivendo uma conjuntura especial neste momento. A senhora merecia um quórum exuberante. No entanto, hoje estamos com dificuldade para atingir o quórum para a deliberação. Enquanto aguardamos o quórum, peço à senhora que permaneça aqui ao meu lado. Se quiser um cafezinho, também está à sua disposição.

A SRª MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Enquanto isso, a Senadora Ana Amélia me fará a gentileza de ler aqui o relatório elaborado pelo Senador Valdir Raupp, que esteve conosco até agora há pouco, mas teve que sair, porque foi chamado pelo Vice-Presidente da República para uma reunião.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ CARLOS DE ARAUJO LEITÃO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu peço a gentileza da Senadora Ana Amélia de funcionar como Relatora *ad hoc*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com muito prazer, fazendo-o não só em nome do Senador Raupp, que é o Relator, mas também em nome do diplomata que está sendo indicado para Cabo Verde.

José Carlos de Araujo Leitão, filho de Gerardo Ribeiro Leitão e Lúcia Augusto de Araújo Leitão, nasceu em 17 de janeiro de 1954, no Rio de Janeiro/RJ.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1975; o curso de graduação em Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1976; o Mestrado em Direito Público, também da UFRJ, em 1981; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco, em 1983; e o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2003, defendendo a tese "A Mediterraneidade da Bolívia e o fortalecimento das conexões com o Atlântico".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1976; ascendeu a Segundo-Secretário, em 1979; a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1988; a Conselheiro, por merecimento, em 96; a Ministro de Segunda Classe em 2004, e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2014.

No Brasil, exerceu, entre outras funções, a função de assessor do extinto Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República de 2003 a 2006, e de Subsecretário de Relações Internacionais do Governo do Rio de Janeiro entre 2009 e 2011.

No exterior, trabalhou na Embaixada de Sófia, na Bulgária, entre 1986 e 1989. Na Missão Junto à Comunidade Europeia, em Bruxelas, na Bélgica, de 1989 a 1993; na Embaixada em La Paz, de 1993 a 1996; na Embaixada do Vaticano, de 1999 a 2003. É, desde 2012, Embaixador do Brasil em São Tomé e Príncipe.

A República do Cabo Verde é um país insular e lusófono, com cerca de 4 mil quilômetros quadrados e 500 mil habitantes. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o PIB de Cabo Verde tem crescido mais de 6% ao ano, tendo alcançado US$2,1 bilhões em 2015.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Cabo Verde, em geral, exporta pescados e carnes e importa combustíveis, máquinas elétricas, máquinas mecânicas. Portugal é a principal origem das importações, e a Espanha é o principal destino das exportações de Cabo Verde.

O montante de intercâmbio comercial com o Brasil mantém-se, tradicionalmente, acima de US$ 20 milhões e converteu-se quase totalmente em saldo a nosso favor. Em 2014, 2,77% das importações de Cabo Verde vieram do Brasil, mas apenas 0,1% das importações do Brasil vieram de Cabo Verde. O Brasil exporta principalmente alimentos, açúcar, carnes e cereais e importa, basicamente, máquinas elétricas.

Esse é o voto, favorável, à indicação da Senhora Presidente da República ao Sr. José Carlos de Araujo Leitão, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Cabo Verde.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senadora.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Concedo vista coletiva.

Nós temos aqui um requerimento de autoria do Senador Tasso Jereissati.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro ao Ministério das Relações Exteriores, nos termos regimentais expressos no artigo 96-B, em face do requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa no 04, aprovado em 18 de fevereiro de 2016, e do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública aprovado no dia 03 de março de 2016, o que se segue.

Autoria: Senador Tasso Jereissati

A justificação é que a política pública a ser avaliada por esta Comissão em 2016 será a política externa, notadamente referente à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério no exterior.

Os dados atualizados a serem fornecidos, citados no anexo a este requerimento, mesmo que produzidos pela Polícia Federal, vinculada ao Ministério da Justiça, servirão de subsídio para estudos sobre a política externa. Estão anexas ao requerimento as informações solicitadas pelo Senador Tasso Jereissati.

Não havendo quem queira discutir, está em votação. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu peço ao Senador Tasso Jereissati a gentileza...

Aqui, nós temos de bater o *corner* e cabecear ao mesmo tempo. É uma Comissão que está funcionando basicamente, Embaixadora, sustentada nos membros da Oposição. Essa é a realidade dos fatos.

O Senador Jorge Viana tem sido muito assíduo na nossa Comissão. É um Senador da situação, é o o Vice-Presidente do Senado e é até uma honrosa exceção à ausência dos Senadores governistas. Ele não está presente hoje porque está presidindo a sessão.

Então, eu pediria ao Senador Tasso Jereissati a gentileza de funcionar como Relator *ad hoc* de uma indicação da Senhora Presidente da República.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 26, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAUL DE TAUNAY, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
1) Leitura do relatório nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Se o Senador Tasso Jereissati se dispuser a funcionar como Relator *ad hoc*, nós ficaremos imensamente gratos a S. Exª.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Com muita honra, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Raul de Taunay, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Congo e, cumulativamente, na República Centro-Africana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. Raul de Taunay é filho de Jorge d'Escragnolle Taunay e Maria Elizabeth Pena e Costa d'Escragnolle Taunay. Nasceu em Paris, em 23 de março de 1949. É brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso I, da Constituição de 1946. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela PUC do Rio de Janeiro, no mesmo ano em que ingressou no Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata. Ainda no âmbito do Instituto Rio Branco, graduou-se no Curso de Altos Estudos em 1996, quando defendeu a tese intitulada *O fenômeno da emigração brasileira, uma contribuição às práticas de apoio e proteção.* Após o início da sua carreira como Terceiro Secretário, em 1974, ascendeu à Conselheiro em 1992, e a Ministro de Segunda Classe em 2002. Passou a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial e a Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial em 2009.

Em sua profícua carreira, destaco aqui algumas das principais etapas. Foi Encarregado do Consulado em Missão Transitória no Consulado em Caiena. Foi Coordenador da Secretaria-Geral, foi Encarregado de Negócios na Embaixada de Abu Dhabi, foi Chefe da Delegação Brasileira na Reunião do Comitê Francês de avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil, em Paris. Chefiou a nossa delegação na 5ª Reunião África-América Latina sobre Dívida Externa. Foi Encarregado de Negócios em Missão Transitória na Embaixada em Praia. Foi Cônsul Geral Adjunto do Consulado Geral em Milão. Foi Encarregado de Negócios em Missão Transitória em Túnis. Chefiou a Delegação Brasileira no Encontro Internacional da Associação de Emigrantes na Austrália e nas Américas, de Vila Contarini.

Foi Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral em San Juan. Foi Chefe substituto da Assessoria de Relações com o Congresso. No mesmo período, atuou como Encarregado de Negócios em missão transitória na

Embaixada em Maputo. Em Roma, desempenhou a função de Ministro-Conselheiro. Foi Embaixador do Brasil em Harare. Foi Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Iaundê. Exerceu também a função de Encarregado de Negócios na Embaixada em Malabo e na Embaixada em Trípoli. Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Pyongyang.

Até o presente, está lotado no Departamento do Serviço Exterior, período em que atuou como Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada de Tegucigalpa, na Embaixada em Libreville e na Embaixada em Kuala Lumpur.

Ao chegar em Harare, Zimbábue, para exercer a função de Embaixador do Brasil, o indicado, acompanhado de esposa e filha, deparou-se com um país mergulhado em guerra civil, ambiente de militarização constante, população vitimada pela disseminação da cólera. Mesmo assim, cumpriu a responsabilidade de manter a representação brasileira em pleno funcionamento, ao tempo em que convivia com o pavor da morte iminente.

Para agravar a situação, os empregados da Embaixada do Brasil em Harare não tinham formação especializada para serviços contábeis nem *expertise* para prestação de contas.

Apesar dessas circunstâncias, o Tribunal de Contas da União julgou regulares as contas de responsabilidade do indicado, após o término de procedimento de tomada de contas especial instaurado pelo Ministério das Relações Exteriores, referente ao período em que atuou à frente da Embaixada do Brasil em Harare.

O Diplomata recebeu a Medalha Marechal Zenóbio da Costa; a Medalha João Ribeiro, e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República do Congo e sobre a República Centro-Africana, suas políticas externas e seus e relacionamentos com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República do Congo tem área de 342 mil km^2, ondem vivem 4,2 milhões de congoleses. Seu idioma oficial é o francês. Seu Produto Interno Bruto (PIB), calculado em termos de poder de compra, em 2014, foi de US$28,1 bilhões, o que lhe propicia PIB *per capita* de US$ 6.572.

Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,591, o que coloca o país em 136º lugar no panorama mundial.

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Congo foram estabelecidas em 1980. Em 1982, o Presidente congolês Denis Sassou N'Guesso visitou o Brasil. Dois anos depois, realizou-se a I Sessão da Comissão Mista Brasil-República do Congo. Seguiram-se quase 20 anos sem troca de visitas ou reuniões bilaterais, em função do tumultuado quadro interno vivido pelo país africano.

Tal dinâmica foi interrompida em junho de 2005, com nova visita do mandatário congolês ao País.

Em outubro de 2007, o então Presidente Lula fez a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Congo. Na ocasião, foram assinados ajustes complementares nas áreas de prevenção e controle da malária, de luta contra a Aids, de formação de recursos humanos e transferência de técnicas para o cultivo da palma africana e de formação de recursos humanos e transferência de técnicas para apoio à produção de cana-de-açúcar.

A economia da República do Congo é baseada no setor petrolífero, responsável pela maior parte da renda e das exportações do país – mais de 90% do total exportado. A maioria dos campos de petróleo está localizada *offshore*. A companhia francesa Total domina o setor. Empresas italianas e americanas também são importantes. O crescimento (ou queda) do PIB tem sido determinado por mudanças no preço do óleo. Apesar de estimativas indicarem que a produção de petróleo deve ter aumentado em 2015, a perspectiva é de que o setor entre em declínio nos próximos anos (prevê-se que a produção caia, nos próximos vinte anos, para 1/6 do atual volume). O Governo, nesse quadro, tem buscado diversificar a economia nacional. Uma das alternativas discutidas atualmente é a criação de zonas econômicas especiais para atrair investimentos externos. Para crescer, o país terá de superar, entre outros problemas, a ausência de infraestrutura adequada.

Além do petróleo, a República do Congo possui potencial no setor mineral. Existe produção de diamante e de ouro, a qual tem sido limitada principalmente à mineração artesanal. Empresas podem adquirir direitos para o mercado de diamantes na fronteira com a República Centro-Africana. Estima-se que existam reservas de potássio e minério de ferro ao longo da seção sul da fronteira com o Gabão, a qual é acessível através da ferrovia Brazzaville-Pointe-Noire.

No que diz respeito às trocas comerciais, depois de dois anos recordes no comércio bilateral (2011 e 2012), com intercâmbio totalizando US$308 milhões e US$352 milhões, respectivamente, em 2013 as trocas começaram a decrescer e fecharam 2015 em pouco menos de US$67 milhões. Apesar do decréscimo no fluxo de comércio, o Brasil vem mantendo superávit em relação ao Congo desde 2008. O Brasil exporta, sobretudo, carne de frango e de peru congeladas, material elétrico (interruptores e circuitos), caixas de água e fogos de artifício. As importações brasileiras, por sua vez, estão concentradas em papaína (enzima alcaloide extraída do mamão, utilizada primordialmente pela indústria farmacêutica).

A dívida soberana da República do Congo foi objeto de Acordo de Reescalonamento aprovado pelo Senado Federal em 2013, seguido pela assinatura, em setembro de 2014, do respectivo contrato. No instrumento, foi estipulado um abatimento de 79% de uma dívida total de US$352 milhões e o pagamento do valor residual em 20 parcelas trimestrais.

Sobre a República Centro-Africana, registrem-se também nesse relatório algumas informações transcritas do informe do Itamaraty. Cuida-se de um país de cerca de 623 mil km², no coração da África subsaariana. Sua população é de 4,6 milhões de habitantes.

Seu PIB-PPP, em 2014, foi de US$ 2,9 bilhões, acarretando uma distribuição de PIB-PPP *per capita* de apenas US$608. Seu IDH está em 0,350 – o que coloca este país no último lugar do cenário mundial, de 187 países mensurados. É um país com grande miséria, com expectativa média de vida de 50 anos e apenas 33% de sua população alfabetizada.

Na República Centro-Africana o quadro interno, caracterizado por episódios de instabilidade, governos autoritários, golpes de estado e conflitos entre facções rivais, tem dificultado o estabelecimento de uma política externa com objetivos de longo prazo. Nesse contexto, talvez a única constante na política externa do país seja o forte relacionamento bilateral com a França. A ex-metrópole interveio militarmente no República Centro-Africana em diversos momentos e tem exercido papel fundamental nas tentativas de superar a crise que tem afetado o país desde 2012. Para além do campo militar, a presença francesa destaca-se também pela ajuda ao desenvolvimento e pelas relações econômicas. O país europeu também é importante parceiro comercial da República Centro-Africana, bem como dos principais investidores no mercado local.

Estruturalmente frágil, a República Centro-Africana depende de outros países e de organizações internacionais para garantir o próprio funcionamento regular do estado. A União Europeia é o principal fornecedor dos recursos que complementam o orçamento governamental. A ONU também tem presença significativa no país.

Em novembro de 2015, o Papa Francisco efetuou visita à República Centro-Africana, demonstrando o apoio da Santa Sé à estabilização e à transição democrática no país.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Centro-Africana ocorreu em 2010. No momento não há perspectivas de aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta a atual crise securitária centro-africana, em particular o fato de a União Africana ter suspendido a República Centro-Africana de suas atividades. Além do comunicado conjunto de estabelecimento de relações diplomáticas, não há nenhum outro ato bilateral assinado.

O comércio bilateral entre os dois países é incipiente. O Brasil exportou em 2015 US$1,7 milhões. As importações, por sua vez, são praticamente nulas, tendo somado, em 2015, apenas US$42 mil. Não há registro de investimento de empresas brasileiras na República Centro-Africana. O Brasil efetuou recentemente duas doações de arroz para a República Centro-Africana, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos da ONU.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati. Pode agora V. Exª tomar um copo d'água. V. Exª merece, depois de uma leitura laboriosa. (*Risos.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco Oposição/PSDB - SP) – Nós já atingimos o quórum.

Está em discussão o relatório do Senador Tasso Jereissati. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Vamos votar oportunamente. Vista coletiva.

Peço então à Senadora Ana Amélia que atue como secretária dessa deliberação. Como de hábito, não respeitaremos aquela disposição obsoleta que determina que as deliberações, inclusive as sabatinas, sejam procedidas em reuniões secretas – já há muito tempo não se faz isso.

Não havendo nenhuma objeção, vamos fazê-la em reunião aberta.

Eu peço, então, a apuração dos votos. (*Pausa.*)

Comunico aos Senadores que foi aprovada a indicação da Srª Mitzi da Costa com dez votos; nenhum voto contrário.

Penso que, já na próxima semana, será submetida ao Plenário, se não pudermos votar ainda hoje à tarde. Se houver quórum, votaremos ainda hoje à tarde.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 28 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte de abril de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Wellington Fagundes, José Pimentel, Gladson Cameli, Ivo Cassol e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e tem início a apreciação de matérias, com inversão na Pauta. Item 3 - Mensagem (SF) nº 33, de 2016, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea 'f', da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Luiz Otávio Oliveira Campos para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia". Relator: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Adiada a discussão. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 23, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer "nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja convidado para integrar o rol dos oradores objeto do Requerimento nº 12/2016- CI, de minha autoria, um representante da Associação Nacional do Ministério Púbico do Consumidor (MPCON)". Resultado: aprovado o requerimento. Item 1 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2016, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, ouvido o Plenário da Comissão, para debater o bloqueio dos serviços de conexão à internet em banda larga após o limite da franquia contratada e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores". Resultado: Retirado pelo autor, que apresentou o RQI nº 24/2016, em substituição. Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes". Relator: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação da matéria, com sete emendas. Resultado: retirado de pauta. Item 5 - Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que "altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados". Relator: Senador Dalirio Beber. Relatório: pela aprovação com uma emenda. Resultado: retirado de pauta. São apreciados dois requerimentos extrapauta. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 24, de 2016, de autoria do Senador Wilder Morais, que requer "audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, para debater o bloqueio dos serviços de conexão à internet em banda larga após o limite da franquia contratada e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores". Resultado: requerimento aprovado. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 25, de 2016, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer "nos termos regimentais do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, ouvido o Plenário, para debater a decisão de empresas do setor de telecomunicações que passou a limitar a franquia de dados na internet, de banda larga, fixa, e ainda discutir soluções para os problemas reclamados pelos consumidores". Resultado: requerimento aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Dalirio Beber. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às oito horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão de matérias deliberativas, de deliberação de matérias terminativas e não terminativas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Cumprimentando V. Exª e pedindo vênia, se for da consideração de V. Exª, gostaria de pedir a exclusão do Item 3, considerando que não há fato novo, e os fatos permanecem exatamente os mesmos, com uma enorme carga de dúvida e incerteza em relação a esse fato.

É o requerimento que apresento se o nobre Presidente entender que faça sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Tendo em vista a solicitação do Senador Ricardo Ferraço e as novas alegações encaminhadas, através da Secretaria de Portos da Presidência da República, gerando a necessidade de novos estudos, determino a retirada de pauta desta matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 33, de 2016
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA CAMPOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Mario Póvia.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Em 06.04.2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF;
2 - Em 13.04.2016, a matéria constou da pauta da Comissão, tendo sua discussão adiada;
3 - Reunião destinada à discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 2 da pauta.

Requerimento de minha autoria.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 23, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja convidado para integrar o rol dos oradores inscritos para o atendimento do Requerimento nº 12/2016- CI, de minha autoria, um representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON).

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senhoras e Srs. Senadores, o Senador Wilder Morais, pede a retirada em definitivo do Requerimento nº 22, de 2016, e apresenta o Requerimento nº 24, de 2016, com o mesmo teor, porém com a solicitação de audiência pública, em conjunto desta Comissão de Infraestrutura e as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a de Ciência e Tecnologia.

Portanto, é retirado de pauta em definitivo o Requerimento nº 22, de 2016.

(É o seguinte o requerimento retirado de pauta:)

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 22, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, ouvido o Plenário da Comissão, para debater o bloqueio dos serviços de conexão à internet em banda larga após o limite da franquia contratada e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores.

Autoria: Senador Wilder Morais

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Passemos à leitura do Requerimento nº 24.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 24, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência e Tecnologia, ouvido o Plenário, para debater o bloqueio dos serviços de conexão à Internet em banda larga após o limite da franquia contratada e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores.

Requer, então, que sejam convidados a Srª Juliana Pereira, Secretária Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça; o Sr. Maximiliano Martinhão, Secretário de Telecomunicações, do Ministério das Comunicações; a Srª Elisa Leonel, Superintendente de Relações com os Consumidores da Agência Nacional de Telecomunicações; o Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia, de Serviço Móvel, Celular e Pessoal; o Sr. Diego Casais, Representante da Avaaz; Rafael Zanatta, Representante do Idec, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Maria Inês Dolci, Coordenara Institucional da Proteste.

Autoria: Senador Wilder Morais

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, ouvido o Plenário, para debater a decisão de empresas do setor de telecomunicações que passou a limitar a franquia de dados na Internet, de banda larga, fixa, e ainda discutir soluções para os problemas reclamados pelos consumidores.

Requeiro, então, que sejam convidados um representante da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; um representante do Sindicato Nacional de Empresas de Telefonia; um representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor; um representante do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho

Em discussão o requerimento extrapauta. (*Pausa.*)
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Na nossa pauta de hoje, constam dois itens terminativos: o Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, que dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos Municípios com mais de 200 mil habitantes, de autoria do Senador Marcelo Crivella, tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro.

Tendo em vista a falta de quórum, faz-se necessária a retirada de pauta.

Se as Srªs e os Srs. Senadores concordarem, fica a retirada de pauta para posterior deliberação.

É o seguinte o item retirado de pauta:)

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, de 2009
- Terminativo -

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes

Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação com sete emendas
Observações:
1 - A matéria tem parecer da CMA, pela prejudicialidade;
2 - A matéria constou das pautas da Comissão em 06.04.2016 e 13.04.2016, ocasiões em que foram lidos novos relatórios e concedida vista coletiva da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide.

Autoria: Senador Antonio Carlos Rodrigues
Relatoria: Senador Dalirio Beber

Determinamos a retirada de pauta, tendo em vista que não temos o quórum qualificado.

Gostaríamos de consultar os Srs. Senadores presentes se desejam usar da palavra, porque nós estamos nos encaminhando para o momento final desta reunião. (*Pausa.*)

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu só gostaria de fazer uma colocação.

Por coincidência, ontem, no gabinete compareceu o Secretário Extraordinário da Juventude do meu Estado alegando esta questão, mencionada pelo Senador Wilder Moraes, da franquia da chamada banda larga.

Eu acho que esta audiência pública vem realmente ao encontro de um problema, porque o que está acontecendo está criando enormes problemas, sobretudo para os jovens, para quem hoje o celular e o computador viraram ferramentas de trabalho.

Esta audiência pública, embora conjunta com outras comissões, tem que ter pelo menos um resultado. Temos que resolver essa situação das operadoras – lembrando, aliás, que elas são campeãs de reclamação, não é, Sr. Presente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Waldemir Moka tem inteira razão. Nós temos uma pauta extensa, um acervo muito grande de solicitações de audiências públicas. Mas, tendo em vista a prioridade desta no momento, vamos contar com a compreensão até mesmo daqueles Senadores que solicitaram antes a realização de outras audiências públicas, para podermos antecipar a realização desta.

Com a palavra Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não resta dúvida que a ponderação feita pelo Senador Moka é muito procedente, uma vez que hoje o acesso à internet é muito mais em função dos aparelhos móveis do que dos aparelhos fixos. Portanto, tornou-se realmente um instrumento de trabalho e de informação do qual ninguém mais pode prescindir.

Penso que esta audiência é muito oportuna e, com certeza, vai contribuir para elucidar e, quem sabe, até para promover as alterações que sejam necessárias aos novos tempos da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradecemos a presença de todos as Srªs e Srs. Senadores.

Proponho a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da presente reunião.

As Srªs e os Srs Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 27 de Abril de 2016, próxima quarta-feira, às 8 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 48 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Lasier Martins, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, José Pimentel, Paulo Rocha e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Após a leitura de comunicados, tem início a apreciação da Pauta. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que "determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)". Relator: Senador Romero Jucá. Relatório: pela rejeição. Resultado: adiado. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências". Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: pela rejeição. Resultado: adiado. Item 3 - Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes". Relator: Senador Walter Pinheiro. Relatório: pela aprovação da matéria, com sete emendas. Resultado: adiado.

Item 4 - Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que "altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados". Relator: Senador Dalirio Beber. Relatório: pela aprovação com uma emenda. Resultado: adiado.

O Senador Wellington Fagundes faz uso da palavra para esclarecer a importância da audiência pública que será realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para tratar da banda larga (bloqueio dos serviços de conexão à internet em banda larga após o limite da franquia contratada e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores). Além disso, propôs que a Comissão cobrasse do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) uma resposta acerca da deliberação de recursos para as concessionárias que atuam na BR-163, tendo em vista que é uma importante via para o transporte de grãos e apresenta alto índice de acidentes. O Senador propôs ainda um posicionamento do Senado Federal acerca da Mensagem (SF) nº 33, de 2016, que trata da indicação de um diretor para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq -. Fazem ainda uso da palavra os Senadores José Pimentel e Dalírio Beber, sendo que este último propôs a inclusão de outros convidados à audiência pública que tratará da banda larga, citada pelo Senador Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e deliberação de matérias terminativas e não terminativas.

A Presidência comunica aos presentes que esta Comissão recebeu o Ofício nº 117/2016, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assinado pelo Diretor-Geral, Romeu Donizete Rufino. Nas palavras do Diretor-Geral da Aneel, há uma grave situação decorrente das restrições orçamentárias impostas à agência em decorrência dos limites estabelecidos por meio do Decreto nº 8.700/2016. Acrescenta que os limites impostos comprometem as demandas dos consumidores e acarretariam a paralisação de procedimentos juntos às

distribuidoras de energia elétrica, gerando prejuízos irreversíveis aos consumidores. O ofício esclarece que o orçamento estimado pela agência era de R$200 milhões. Na Lei Orçamentária Anual, foi aprovado o valor de 120 milhões. E o decreto citado definiu o limite de 90 milhões.

A Presidência comunica ainda o recebimento do seguinte Aviso do Tribunal de Contas da União (TCU): Aviso nº 265/2016. Trata-se de representação da antiga Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações, cuja instrução inicial teve como objetivo esclarecer a condição de jurisdicionado do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) junto ao TCU.

As cópias desses documentos, como sempre assinalamos, encontram-se à disposição das Srªs e Srs. Senadores.

Consulto os Senadores presentes, pois nós temos na pauta de hoje quatro matérias, sendo duas de caráter não terminativo e duas de caráter terminativo, e dentre as de caráter não terminativo, exatamente o item 2 da pauta, que altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a Estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Nós recebemos uma solicitação do Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho, pedindo a retirada de pauta da matéria.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1 - Matéria constou da pauta de 24.02.2016, quando foi retirada a pedido do relator, para reexame. Posteriormente, foi devolvida sem alterações no relatório.)

Só nos resta examinar o item 1 da pauta. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Roberto Rocha, cuja relatoria está confiada ao Senador Romero Jucá.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015
- Não terminativo -

Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1 - Matéria já constou da pauta em 06.04.2016.

Eu gostaria de ponderar aos Senadores presentes que a matéria, a despeito de não ter caráter terminativo nesta Comissão, é uma matéria de grande relevância, e nós gostaríamos de contar aqui com a participação de um maior número de Senadores.

Então, eu submeto aos Senadores presentes uma proposta de adiamento da discussão do projeto não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2015. V. Exªs concordam? (*Pausa.*)

Então, nós vamos adiar o pronunciamento da Comissão a respeito desta matéria que, após esse pronunciamento, será analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aí sim, em decisão terminativa.

Portanto, lamento, mas não há nada mais a tratar.

Submeto, então, aos Srs. Senadores a proposta de aprovação da ata. O universitário está dizendo que nem mesmo ata para aprovar nós temos hoje.

Então, convoco nossa próxima reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Podemos falar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pode. Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu queria ler aqui um texto, visto que esta Comissão já aprovou uma audiência conjunta com outras comissões para tratar desta questão, hoje, do serviço da internet e serviços correlatos.

Há alguns dias surgiu nas redes sociais um movimento chamado Interlivre, internet livre, e tem como objetivo impedir que as operadoras de telefonia móvel passem a taxar a internet fixa por tráfego em vez de banda, como é hoje.

Atualmente, pagamos o serviço pela banda contratada, ou seja, pagamos para trafegar na internet a uma velocidade x: 15MB, 25MB, 35MB, e assim por diante. As tarifas são fixadas de acordo com a velocidade. Porém, as operadoras querem passar a cobrar pelo tráfego. Ou seja, pagaríamos pela quantidade de volume trafegado na internet por mês. Dessa forma, as tarifas subiriam muito, apesar do argumento de que pagaríamos apenas pelo volume utilizado.

A verdade é que as operadoras, atualmente, são donas ou sócias das empresas de tevê a cabo, como NET e GVT, recentemente adquirida pela Vivo. Nesse caso, a internet vem tomando espaço e assinatura do serviço da tevê paga. Claramente, o movimento dessas operadoras tem como objetivo diminuir a quantidade de clientes interessados no YouTube e no Netflix, aumentando o custo da internet. Hoje, os clientes acabam fechando pacotes com operadoras pensando principalmente na internet rápida para usar o Netflix, o YouTube, Vimeo e outros. Dessa forma, o interesse em manter pacotes mais caros de tevê paga diminui. Sem falar na ascensão da Smart TV, que trafega direto na internet, e os Youngests, com ChromeCast da Google, que fazem com que qualquer tevê tenha acesso à internet.

Então, Sr. Presidente, já discutimos isso em outras comissões. A Anatel tomou uma posição, na semana passada, de suspender, mas acreditamos que, dado o volume de pessoas que têm nos cobrado, inclusive já entregaram mais de 1 milhão de assinaturas, penso que temos de perseguir essa audiência.

Quero parabenizá-lo por ter colocado isso como prioridade na nossa Comissão, visto que essa é uma área fundamental na nossa infraestrutura de comunicação. Aliás, as nossas concessionárias rodoviárias, todas elas são obrigadas, inclusive, a colocar, a instalar também a fibra ótica ao longo da rodovia com o objetivo exatamente de melhorar a comunicação.

Quero aqui dizer que estamos atentos e é necessário, é importante que possamos realizar essa audiência pública.

Ainda, Sr. Presidente, gostaria também de dizer que tivemos uma audiência no BNDES há uma semana para tratar da questão das concessões das nossas rodovias. Principalmente no nosso caso, do Mato Grosso, nós temos a concessão da BR-163, da divisa do Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop. Já foi duplicado o trecho da divisa de Mato Grosso do Sul até Rondonópolis pela concessionária. Ela também assumiu a manutenção do trecho de Rondonópolis até Cuiabá, e assumiu num momento crítico. Acho que vacilou um pouco, porque suspendeu os contratos do DNIT naquele trecho. Houve um momento muito difícil, porque, com as chuvas intensas, começaram a aparecer muitos buracos. Enfim, é uma estrada em péssimas condições, porque é uma estrada muito antiga, em que passam milhares de caminhões todos os dias.

Nós tivemos várias audiências com o Ministério dos Transportes, com a ANTT. A empresa voltou a fazer o serviço, mas, infelizmente, o BNDES não liberou os recursos para a empresa, ou para as empresas concessionárias no Brasil, principalmente em função da questão da Operação Lava Jato, que acabou atingindo a maioria dessas empresas. No caso, como são empresas paralelas, ou seja, foram empresas criadas com fim específico, então, nós entendemos que, também quando o BNDES corta totalmente aquilo que está contratado, leva a um risco muito grande, primeiro, de credibilidade no Brasil, porque quem vai querer falar em novas concessões – inclusive a área de portos está agora com as concessões a serem feitas – se o Governo, através do BNDES, não cumpre esses financiamentos de longo prazo para que as empresas possam continuar trabalhando?

Nós queremos dizer que, enquanto a empresa tinha recursos suficientes, esses recursos foram recursos ponte, chamados ponte. Nós tivemos nesse trecho de Rondonópolis, na divisa de Mato Grosso do Sul, o maior volume de asfalto já aplicado na história do Brasil. Eram mais de mil máquinas, conforme falaram aqui o Senador Blairo e o Senador Medeiros, uma obra de boa qualidade e num ritmo muito rápido. Agora, quando começam a aparecer buracos, claro que, para uma estrada que está pedagiada, a população não aceita. Inclusive, tivemos uma liminar lá para suspender o pedágio. Depois, essa liminar foi derrubada.

Mas o objetivo aqui, Sr. Presidente, é conseguir o apoio da Comissão, através de vossa Presidência, para manifestarmos ao BNDES a necessidade da liberação desses recursos. E não estou falando apenas de Mato Grosso, mas de todas as concessionárias brasileiras, porque, como que a gente pode pensar em novas concessões se fica esse ato, isso aí, ou seja, aquilo que está contratado, que está combinado?

A população está pagando o pedágio, e ela quer o serviço, quer a obra com celeridade, principalmente, nesse trecho de Rondonópolis a Posto Gil, que é o trecho em que temos maior volume de acidentes frontais do Brasil, e acidente frontal, normalmente, representa perda de vida. Por quê? Porque lá é onde temos, como a gente fala, um trem de pneu, porque é um volume de caminhão... Quando um veículo pequeno tenta ultrapassar, a possibilidade, o risco de acidente é muito grande.

Então, eu queria aqui trazer isso à Comissão e, se possível, Sr. Presidente, pedir, não sei, perguntar aos nossos universitários se precisaríamos apresentar um requerimento ou se eu posso fazê-lo aqui de forma oral, pedindo uma manifestação desta Comissão ao BNDES em relação às nossas concessionárias das nossas rodovias, a liberação dos recursos. Eu penso que seria muito importante essa pressão feita aqui pela nossa Comissão, porque isso não é uma coisa específica do Mato Grosso. Então, eu gostaria de fazer essa manifestação, em nome da Comissão, ao BNDES, para que o BNDES desse uma resposta ou tomasse a decisão da liberação.

O Presidente do BNDES disse que o problema não é dinheiro, que eles têm o dinheiro; o problema é a questão contratual. Enfim, não sei, na verdade, se é a restrição que porventura essas empresas possam ter em função dessas operações. Mas, como é uma empresa com um fim específico, e a empresa tem tudo lá aprovado na concessão e, para fazer ou para ganhar a concessão tem que mostrar rentabilidade, então, é uma empresa altamente rentável essa concessionária com um fim específico, não há por que misturar as coisas, até porque essa região hoje é a maior produtora de grãos do Brasil. Então, tudo tem que passar pela BR-163. E aquilo representa não só uma resposta imediata para o Brasil como também, claro, evita acidentes, porque é o trecho em que mais acidentes acontecem.

Então, eu faço um apelo aqui, Presidente, e pergunto de que forma podemos ser orientados para fazer essa interferência ou essa ação junto ao BNDES a fim de que ele possa nos dar uma resposta também.

Eu ainda quero acrescentar outro aspecto, Sr. Presidente. A Associação dos Funcionários da Antaq me procurou novamente – é bom que o Pimentel esteja chegando –, porque sou relator daquela questão da indicação da diretoria da Antaq. A Antaq só tem três diretores e os diretores também, hoje de manhã, inclusive, falei isso, mas principalmente a Associação dos Funcionários cobram uma decisão aqui, porque não pode uma diretoria ficar só com dois diretores. Então, não tem o voto minerva.

Senador Pimentel, se o senhor pudesse inclusive nos dar uma posição aqui. Porque a cobrança por parte dos funcionários é muito grande. Ontem eu estive lá. Vieram muitos cobrando isso, ou seja, uma agência que poderia estar dando uma resposta rápida para o Brasil, e vinha muito bem, está agora praticamente acéfala, na mão de dois apenas, porque não tem como tomar decisão, pois não tem o voto minerva. Então, praticamente não se decide. Se fosse possível, Senador Pimentel, talvez até escolher um dos dois diretores atuais para ficar como diretor-geral, pelo menos para ele ter as condições de tomar as iniciativas necessárias para fazer a comissão funcionar. Porque nós estamos com as concessões e as possíveis licitações do Arco Norte. Então, para nós da região amazônica, é muito importante esse trabalho ser feito pela Antaq.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Senador Wellington Fagundes, eu sei do trabalho de V. Exª na condução desse processo como relator. O nosso Presidente, Garibaldi Alves Filho, tenta construir uma saída. Talvez nós devêssemos ter um diálogo tanto com o Ministro dos Transportes, que, de certa forma, tem uma certa influência sobre isso, como também na Casa Civil, para construir uma saída, enquanto, aqui na Comissão, construímos um ambiente para conduzir e dar um desfecho a esse processo. Eu acredito, Sr. Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Pimentel, eu inclusive conversei com o Ministro dos Transportes ontem. Ele mesmo estava angustiado e me pedindo que fizesse esse trabalho no sentido de: "Senador, vamos ter agilidade nessa questão da diretoria, porque com dois é difícil, e dois ainda sem um superintendente. Então, procure uma solução para isso." E eu acho que uma solução seria, de imediato, colocar um superintendente como diretor-geral, enquanto se define o novo diretor. Mas eu penso

que a gente tem que definir esse novo diretor também, porque os funcionários da Antaq já se manifestaram, enfim, todos eles cobram.

Eu estive com o Maurício ontem lá, o novo Ministro. Ele também ficou de ter uma conversa lá na Casa Civil e com V. Exª, inclusive. Eu falei que era importante que eu conversasse com V. Exª, já que V. Exª é o Líder do Governo aqui no Congresso e, além da sua competência, também um grande articulador. Porque eu penso que quem pode estar perdendo com isso é o Brasil e principalmente a Região Norte, porque nós estávamos falando aqui do volume de acidentes que ocorrem hoje na BR-163.

Claro, tirar essa produção lá pelo Norte não só vai baratear o custo da nossa produção, como também vai desafogar um pouco, porque divide o volume do escoamento. Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, a saca de milho, em Mato Grosso, ontem estava custando R$35. O Mato Grosso foi o maior produtor de carne. Está evoluindo muito. Inclusive, no mês passado, bateu um novo recorde. É carne bovina, suína e aves. Tudo isso impacta no custo da nossa produção e também, claro, da nossa exportação, porque precisamos exportar, precisamos ter mais mercados.

Aqui é quase um apelo, ou choro, ou o que o senhor quiser.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Vamos ajudar! O.k., Wellington, vamos ajudar. Construirei uma saída para isso. Obrigado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Aproveitando, digamos, o gancho da fala do Senador Wellington com relação à questão da internet, nessa audiência pública, além dos que com certeza já foram citados e convidados, que não deixássemos também de convidar o Procon, os órgãos de proteção, porque há grandes reclamações com relação às questões de telefonia e, portanto, também internet; os representantes dos usuários; mas também em função dessa concentração, que não interessa a livre concorrência, a competição, talvez um representante do Cade, uma vez que até o próprio Cade já tem algumas preocupações com essa concentração das operadoras de telecomunicações, que, na verdade, conspira contra os interesses de uma concorrência bastante acirrada, acentuada, que melhora a qualidade do serviço e vai baratear os cursos desse mesmo serviço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Em resposta ao Senador Wellington Fagundes, a respeito da audiência, nós já temos marcada a audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia para terça-feira, dia 3 de maio.

Na quarta-feira, dia 4 de maio, realizaremos audiência pública, aí já sobre outro assunto, com um representante da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para discutir a proposta apresentada pela Agência e submetida a consulta pública de mudança nas regras de direitos dos passageiros nos voos domésticos, entre as quais se incluiria o fim da franquia obrigatória de bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagem em até 24 horas.

A respeito da solicitação de V. Exª, que deseja incluir nessa audiência conjunta...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC. *Fora do microfone*.) – Não sei se o número de convidados é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com relação ao número de convidados, V. Exª precisa tomar conhecimento de que nós já temos dez convidados. Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... nos levará realmente a não permitir. Esse número eu já considero muito avantajado. Nos levará a não permitir... Eu peço a compreensão de V. Exª no sentido de não termos mais um convidado, porque dez convidados em uma audiência pública, nós temos experiência disso...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – De outras.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... leva a um esvaziamento da própria audiência pública. E com a atividade dos Senadores...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – E como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... tendo que estar presentes nas Comissões, aí poderemos privar até os Senadores de uma participação maior. Então, eu pondero a V. Exª que realmente temos pela frente esse problema.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não tem problema não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Dalirio Beber e convoco nossa próxima reunião para terça-feira, dia 3, audiência conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia. E a nossa próxima reunião da própria Comissão se realizará no dia 4 de maio de 2016, quarta-feira, às 8h30.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 03 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e quarenta minutos do dia quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger e Sérgio Petecão. Registra presença como não membro o Senador Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicado, tem início a audiência pública, para discutir a proposta, apresentada pela Agência Nacional de Aviação Civil e submetida a Consulta Pública, de mudanças nas regras de direitos dos passageiros nos voos domésticos, entre as quais se incluiria o fim da franquia obrigatória de bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagem em até 24 horas. A audiência atende aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura (RQI) nºs 12, 21 e 23, de 2016. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Assuntos Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); o Senhor Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR); o Senhor José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador Geral da República, Coordenador da Terceira Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, e representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor (MPCON); e o Senhor Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) do Ministério da Justiça. Às dez horas e cinquenta e quatro minutos, o Senador Garibaldi Alves Filho passa a presidência dos trabalhos ao Senador Dalirio Beber. Às onze horas e quarenta e um minutos, a presidência dos trabalhos é passada ao Senador Blairo Maggi. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Waldemir Moka, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Blairo Maggi, Lasier Matins, Dalirio Beber e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do seguinte Aviso do Tribunal de Contas da União: Relatório Sistêmico de Fiscalização realizado com o objetivo de fornecer um diagnóstico da política pública de transporte hidroviário interior, a cargo do Ministério dos Transportes e do Dnit.

Antes de iniciarmos a audiência pública de hoje, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de informar que, a exemplo do que aconteceu em reuniões anteriores, a população poderá participar de nosso debate, enviando perguntas e comentários para os nossos convidados e para as Srªs e Srs. Senadores.

Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211 ou enviar a sua contribuição pela internet, no endereço www.senado.legis.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado do Facebook ou pelo Twitter.

Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador, pode, desde já, enviar sua pergunta ou seu comentário aos nossos convidados e às Srªs e Srs. Senadores.

Ainda dentro dos comunicados, a Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 3.451, de 2006, da Coordenadora Institucional da Proteste, associação de consumidores, a Srª Maria Inês Dolci, que participou ontem da reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão do Meio Ambiente que debateu acerca do limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, do bloqueio de serviço de conexão após o limite da franquia contratada e de providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores.

O ofício expõe ainda motivos pelos quais a Proteste desenvolveu a campanha "Diga não ao bloqueio da sua Internet fixa" e conclui requerendo o apoio das Srªs e Srs. Senadores para conter esses abusos praticados pelas prestadoras do serviço de internet, desrespeitando os direitos do consumidor.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, gostaríamos de já, desde logo, convidar para ter assento à Mesa os seguintes convidados, de acordo com os convites que foram formulados: Dr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil; Sr. José Elaeres

Marques Teixeira, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor; Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear); Sr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça.

Agradecendo a presença dos nossos convidados, quero informar que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nºs 12, 21 e 23, de 2016, de minha autoria e de autoria do Senador Davi Alcolumbre, aprovados nesta Comissão, para discutir a proposta, apresentada pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e submetida à consulta púbica, de mudança nas regras de direito dos passageiros nos voos domésticos, entre os quais se incluiriam o fim da franquia obrigatória de bagagem despachada e a possibilidade de desistência da compra de passagens em até 24 horas.

A Agência Nacional de Aviação Civil abriu, no mês de março deste ano, consulta pública para receber contribuições à minuta de proposta sobre as condições gerais de transporte. Entre os mais de 65 artigos da nova proposta estão a desregulamentação da franquia de bagagem despachada e o aumento da franquia mínima da bagagem de mão.

Atualmente, Srªs e Srs. Senadores, ao comprar uma passagem aérea, o passageiro tem direito a uma franquia de bagagem despachada, mesmo se não for utilizá-la. São duas malas somando até 23kg nos voos domésticos e duas malas de até 32kg cada em voos internacionais.

Com a justificativa de adequar as regras praticadas no Brasil diante do restante do mundo de permitir a possibilidade de passagens aéreas mais baratas e a oferta de diversos perfis tarifários que se adaptem melhor aos objetivos de viagem de cada passageiro, a Anac propõe a retirada da obrigatoriedade da franquia de bagagem despachada alegando que o valor de tal franquia, atualmente embutido no bilhete aéreo, poderia redundar em redução tarifária. Ou seja, em caso de aprovação da nova regra, a partir de 2018, as companhias aéreas poderão adequar o serviço de bagagem conforme a demanda. Para os passageiros que optem por levar apenas bagagem de mão, o limite máximo de cinco quilos por pessoa praticado hoje passaria para o limite mínimo de dez quilos por bagagem.

Vamos dar início, portanto, à discussão desse assunto.

Nós vamos conceder a cada um dos nossos convidados um tempo mínimo, que poderá se tornar máximo, de 15 minutos.

Então, para dar início à nossa audiência pública, eu gostaria de convidar a fazer a sua exposição o Sr. Ricardo Bisinotto Catanant, Superintendente de Acompanhamento de Assuntos Aéreos, da Agência Nacional de Aviação Civil.

Portanto, com a palavra, o Sr. Ricardo Bisinotto.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Muito bom dia a todos.

Exmo Sr. Senador Garibaldi Alves, Senador Moka, Senador Blairo Maggi, com quem temos tido bastante interlocução sobre questões afetas ao transporte aéreo, todos bastante atuantes na defesa dos interesses das populações locais, dos cidadãos dos seus Estados, Senador Dalírio Beber e todos os presentes, muito bom dia.

É um prazer estar aqui em nome da agência. Eu queria agradecer o convite formulado para que nós tragamos explicações e apresentemos um embasamento técnico dessa proposta inicial, uma proposta que – é bom frisar isto – está em um processo de audiência pública. Então, é muito importante para a agência, neste momento, trazer as explicações técnicas, porque a agência, com o seu primado de independência técnica e autonomia, tem por dever trazer a melhor solução técnica, mas é muito importante e fundamental estar aqui, nesta Casa, neste momento, para ouvir dos senhores a voz dos nossos cidadãos, dos nossos eleitores, para saber da temperatura, a adequação social e política dessas medidas trazidas para a audiência pública pela agência. É um momento de esclarecer dúvidas, mas, fundamentalmente, de diálogo. Então, nós pretendemos mesmo ouvir aqui dos senhores alguns pontos de preocupação, que serão incorporados e levados em consideração pela diretoria da agência no momento da deliberação final e aprovação, ou não, das medidas que estão postas em discussão, e algumas delas nós sabemos que são bastante candentes, geram bastante polêmica.

Não se trata de trazer aqui uma verdade única e universal. É uma proposta de outras tantas possíveis, mas que, no entendimento dos técnicos da agência, é aquela que traz maior desenvolvimento, melhor solução e que maximiza o bem-estar.

Os temas dessa proposta, para que se tenha exata noção, foram incluídos já em 2014, na agenda regulatória para o biênio 2015/2016. São medidas que já estão em ebulição, que já estavam sendo pensadas pelos técnicos da agência até antes mesmo de 2013. A questão da franquia de bagagem, por exemplo, já vem sendo defendida pelos técnicos há bastante tempo, porque nós entendemos que é uma medida salutar para o setor. Vou chegar a ela mais adiante.

Senador, se eu puder abusar um pouquinho da paciência dos senhores e se meu tempo puder ser um pouco estendido, eu gostaria de passar por outros pontos da minuta. São cerca de 60 artigos, mas têm repercutido bastante a questão da franquia de bagagem e a possível suspensão da assistência material em circunstâncias extraordinárias e é fundamental, neste momento, trazer para o conhecimento dos cidadãos que nos ouvem as outras medidas que trazem regras extremamente protetivas e que são bastante interessantes para o conhecimento geral.

Eu principio aqui por expor o que nós temos hoje, os marcos regulatórios pelos quais o setor já passou e que dão hoje a cara do nosso transporte aéreo.

O nosso Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986. Em 1989, deu-se um grande passo com o estabelecimento de bandas tarifárias, que eram preços máximos e mínimos. Isso já deu um crescimento ao setor. Em 1990, o Código de Defesa do Consumidor; em 1991, a V Conac, que foi uma política de aviação civil para o momento; no ano 2000, foi editada a Portaria nº 676, que hoje é o ponto fundamental... As regras que estão sendo revistas e consolidadas foram criadas, em sua essência, com essa portaria do ano 2000 do antigo Departamento de Aviação Civil.

As regras de bagagem também são dessa época; são Nosai (Norma de Serviço Aéreo Internacional) e fixam ali as regras que até hoje são observadas.

A liberdade tarifária doméstica começou a ser praticada em 2001, com uma portaria do Ministério da Fazenda. Significa que as empresas ali já passaram a ter total liberdade para fixar os preços da passagem, sem observar aquelas bandas tarifárias de 1989. Então, ali elas já puderam fixar livremente os preços das passagens.

O novo Código Civil; a criação da Anac em 2005, quando se consagrou a liberdade de preços, a liberdade tarifária com a liberdade de oferta.

Esse arranjo fundamental de 2005 – e nós temos números fartos que comprovam isso nas inúmeras vezes em que a agência já esteve aqui nesta Casa, no Congresso, em inúmeras reuniões de que pôde participar – mostra, por meio de dados que trazemos, que, a partir desse momento, com esses dois grandes marcos da liberdade de oferta e da liberdade tarifária, o transporte aéreo no País deu um salto, cresceu em números vertiginosos, acima de 10% ao ano, a despeito do contexto econômico.

Convenção de Montreal, em 1999; 2008-2009, fim do controle das bandas para liberdade tarifária internacional; em 2010, as primeiras regras já editadas pela agência que dizem respeito a temas de interesse do consumidor. Então, regras de bilhetes, informações sobre tarifas e a Resolução nº 141, que dispõe sobre a assistência material. Em 2011, criação da Secretaria de Aviação Civil, da Conaero, início do programa de concessões de aeroportos e outras regras sobre percentuais de atraso, Passageiro com Necessidade de Assistência Especial, e a revisão, prevista já em 2014 e iniciada em 2015, com previsão, segundo a agenda regulatória da agência, para terminar até o final deste ano. Portanto, temos que ter publicada essa resolução até o final deste ano.

A Política Nacional de Aviação Civil, editada pelo decreto acima mencionado, ainda vigente, traz estes pontos sobre proteção do consumidor: busca da transparência das relações de consumo, segurança jurídica, convergência com práticas internacionais – isto é bastante interessante, e a gente vai voltar a esse ponto muitas vezes ao largo da apresentação –, redução do contencioso administrativo e judicial e medidas de desenvolvimento do setor (ampliação de oferta e estímulo da concorrência).

Então, essas são as políticas da Anac, nos temas de que hoje trata esta audiência, que estão abalizadas por esse decreto do Conselho de Aviação Civil.

Eu trago aqui também, e isto é bastante interessante... O Brasil é signatário e um dos poucos países do Conselho de Aviação Civil Internacional... Nós estamos no Grupo I do Conselho e ocupamos, portanto, uma posição de destaque na Aviação Civil Internacional, dado o tamanho do nosso mercado, da nossa indústria de aviões. Então, o Brasil é filiado, assim como vários outros países, ao organismo da ONU para aviação civil, que traz uma série de recomendações. Isso não é muito recente, mas traz recomendações aos Estados para quando legislarem, fixarem políticas ou regularem sobre matéria de interesse do consumidor.

A própria OACI recomenda aos Estados que sigam os princípios de proteção e busquem estabelecer equilíbrio e competitividade no mercado, devendo refletir a proporcionalidade das medidas estabelecidas, levando em consideração o impacto de circunstâncias extraordinárias – este ponto também é bastante interessante, porque um dos pontos da minuta traz, inclusive, para reflexão o impacto dessas circunstâncias extraordinárias no fornecimento de assistência ao material – e, fundamentalmente, sendo consistentes com tratados internacionais em matéria de responsabilidade das empresas aéreas.

Hoje, por sinal, se não estou enganado, a pauta do Supremo Tribunal Federal trata da apreciação de um processo em que se discute exatamente a aplicação da Convenção de Varsóvia em detrimento ou com relação ao Código de Defesa do Consumidor. Hoje, portanto, o STF está se debruçando sobre essa questão. Quatro

Ministros já se manifestaram sobre a prevalência da Convenção de Varsóvia mesmo sobre o Código de Defesa do Consumidor.

Então, a OACI preconiza que, antes do voo, em função da variedade de produtos e serviços, os passageiros têm que ser informados de seus direitos e receber a devida orientação sobre esses direitos para que possam fazer escolhas conscientes em função da variedade de produtos e serviços. Os países devem considerar ações de educação para aumentar conhecimento de seus direitos e mecanismos de resolução de disputas.

Nesse exato ponto, entra uma interlocução grande que temos tentado fazer, em especial, com a Secretaria de Defesa do Consumidor, com a Senacon, que está representada hoje aqui nesta audiência, e com os demais órgãos do Sistema de Defesa do Consumidor, com a 3ª Câmara do Ministério Público Federal, que aqui o Dr. Elaeres está representando.

Os passageiros devem ter acesso claro e transparente às características do serviço de transporte. Durante o voo, os passageiros têm de ser mantidos informados sobre eventuais alterações no serviço contratado, especialmente em caso de interrupção, e devem receber atenção em caso de interrupção se dela resultar o não embarque ou sua chegada ao destino com considerável atraso. Considerando que os passageiros possam se encontrar em situação de vulnerabilidade, devem ser buscados mecanismos planejados não só por empresas aéreas, mas também por aeroportos e por todos os demais *stakeholders*, incluindo autoridades governamentais, para assegurar a devida assistência aos passageiros. Por fim, depois do voo, deve haver mecanismos eficientes para reclamação de danos em bagagens, de extravios, de todos esses problemas.

Falo brevemente sobre a regulação.

Este é um dos primados da regulação, um dos princípios fundamentais: identificando-se falhas de mercado e assimetrias de informação, a agência, de forma bastante ágil, tem como propor medidas, que podem ser, inclusive, temporárias. Então, a regulação vem para corrigir eventuais falhas de mercado, buscando a maximização do bem-estar social, primando sempre pela melhor fundamentação técnica, além da transparência, do interesse público ou da motivação, como órgão público que somos, além da participação social, da impessoalidade e da legalidade.

Então, entre as várias atribuições que a agência tem com relação à regulação, à certificação, à outorga, à fiscalização, busca-se, fundamentalmente, a excelência – a regulação é extremamente preditiva com relação à busca da segurança operacional, é uma regulação bastante interventiva e pesada –, a ampliação de relações de consumo, a ampliação da conectividade internacional, o estímulo à concorrência, a ampliação e diversificação da oferta de serviços e da infraestrutura aeroportuária.

Aqui, portanto, já passo ao tema propriamente dito, objetivamente, do que está sendo objeto de estudo, de revisão e de consolidação em um único instrumento normativo por parte da agência.

O que são as condições gerais de transporte, que estamos colocando em um único normativo? São regras mínimas que informam o contrato de transporte e que visam, em primeiro lugar, a corrigir falhas de mercado e assimetrias de informação. Aqui, é relevantíssimo o fato de que, justamente em função desse contato com a Senacon do Ministério da Justiça e com os órgãos de defesa do consumidor, com base no banco de dados que a agência possui sobre os principais itens que são objeto de reclamação, sobre queixas e dúvidas dos passageiros, estamos trazendo uma série de medidas que visam à proteção dos consumidores.

Então, buscamos dar transparência, com informação clara sobre os serviços ao consumidor, mecanismos de solução ágil de conflitos – é fundamental buscar diminuir a judicialização que hoje grassa no setor –, empoderar o consumidor, trazendo mecanismos bastante claros e eficientes para que o consumidor possa buscar uma autotutela, e, por fim, incentivos para a melhoria dos serviços, com indenizações tarifadas em alguns casos que vou passar mais adiante. Então, se acontece dado evento, a empresa vai ser obrigada a indenizar, para buscar um mecanismo de incentivo para que a empresa melhore o serviço e não espere acontecer um atraso ou o extravio de uma bagagem, para que o passageiro, depois de procurá-la, tenha solucionado o seu problema. A própria Agência se adianta, portanto, em alguns pontos nesse sentido.

Vou tentar falar muito brevemente. São muitos os pontos, mas selecionei os principais que constam da minuta.

Então, falo dos principais pontos da proposta.

Disciplina da oferta de serviço.

Atualmente, a regulação passa de soslaio sobre essa questão, não há uma regulação muito clara sobre essa questão, mas o ponto fundamental hoje é que, aprovadas essas propostas, o passageiro vai ter que ter acesso, a partir da publicidade das tarifas que a empresa dá, ao preço total, incluindo tarifas de conexão, de pouso e permanência, todas essas que as empresas são obrigadas a pagar e a repassar ao aeroporto. Isto para permitir a comparabilidade pelo consumidor.

As regras de remarcação, reembolso, não apresentação para embarque ou *no-show* e as penalidades aplicáveis também têm que ser colocadas de forma destacada, e não fazendo com que o consumidor, se tiver que buscar essa informação, entre no *site* da empresa e leia, em letras miúdas, quais são as regras aplicáveis em caso de uma possível remarcação, de um cancelamento ou de um reembolso. Isso tem que ser informado, então, desde o primeiro momento e no resumo da compra ao passageiro.

Tempos de escala e conexão e eventual troca de aeroportos.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Qual é o operador de fato e a empresa comercial, quem é que vai operar efetivamente o voo e, fundamentalmente, regras de franquia de bagagem despachada e valores cobrados pelo excesso.

Esse é um ponto bastante interessante e também alvo de grande repercussão. Temos, inclusive, notícia de que o Senador Ferraço tem um projeto de lei com a mesma proposta, no mesmo sentido, para permitir que as empresas, se entenderem que esse é um modelo de negócio possível e interessante, ofereçam ao passageiro a possibilidade da transferência do bilhete. Esse é um ponto bastante combatido, e acredito que a Abear deva passar sobre essa questão, pelo seguinte: o grande receio que existe aqui é o de cambismo, de não se tornar apenas uma possibilidade, mas uma obrigação, as empresas, eventualmente, transferirem, independentemente da regra do contrato ou de uma eventual multa, esse bilhete para um outro passageiro. Se isso, de fato, acontecer – porque existe esse receio por parte das empresas aéreas –, nós temos o risco de criar, eventualmente, um mercado paralelo.

Mas a proposta da agência não chega a esse ponto. Ela diz apenas e simplesmente que as empresas poderão, se entenderem que é um modelo de negócio factível e que não haja esse risco, oferecer essas tarifas. Se elas entenderem que existe esse risco ou que esse mercado paralelo acontece, elas podem não oferecer esse produto.

Então, é um tema sensível. Trouxemos isso para a discussão com a sociedade. A agência não está convencida de que essa é uma medida que, ao final, será efetivamente aprovada, mas nós trazemos aqui para reflexão. Existe esse risco efetivo – não por outro motivo até hoje é vedado –, e há mercados fora, de empresas *low cost* na Europa, por exemplo, que vendem tarifas extremamente competitivas, a preços atraentes para o consumidor, mas que colocam um preço para essa transferência do bilhete, por vezes, seis vezes superior ao valor pago pelo passageiro pelo transporte. Mas lá é observada a regra do contrato: o passageiro, se quiser transferir, tem que pagar essa multa. Então, é algo que trago aqui também para reflexão e para ouvir as contribuições.

A correção de nome também é um problema corriqueiro lá na agência. Costumamos receber reclamações de empresas que, em função da troca de um nome, impedem o embarque do passageiro. Nós trazemos aqui a obrigação de que a empresa corrija sem custo o nome desse passageiro se for em tempo. É claro que a empresa não tem como corrigir no caso de um passageiro que fizer o *check-in* pela internet e chegar com seu documento com um nome diferente lá no portão de embarque. Então, se o passageiro, com antecedência, tendo feito o *check-in* em casa, pela internet, verificar que seu nome está incorreto, ele vai comunicar a empresa, e ela é obrigada a fazer essa mudança do nome, desde que isso não implique, é claro, a transferência do bilhete de uma pessoa para outra.

Desistência.

Atualmente, não é regulamentada pela agência. O ponto aqui é permitir que, com alguma antecedência da data do voo, o passageiro possa desistir imotivadamente e receber 100% do valor pago sem qualquer multa em 24 horas. Esse é um ponto interessante, porque hoje a dinâmica das empresas – isto é conhecido de todos – é assim: o passageiro, ao encontrar uma tarifa extremamente promocional, se quiser garanti-la, poderá comprar essa tarifa e continuar buscando por outros melhores preços ou serviços um voo direto e tudo mais. Se ele encontrar, ele pode desistir em até 24 horas. Então, essa é uma proposta também que visa a corrigir o problema da eventual incorreção na data: se o passageiro compra uma data errada e se dá conta minutos depois, hoje ele, eventualmente, é obrigado a pagar uma multa. Algumas empresas já praticam essa regra, essa é uma regra já aplicada nos Estados Unidos, e aqui, no Brasil, algumas empresas já praticamente isso, não cobram nada se o passageiro, em 24 horas, entrar em contato solicitando mudança ou cancelamento.

Alteração de horário programada, muito comum, em função da dinâmica do mercado. As empresas, em função de eventuais adequações de infraestrutura aeroportuária, por um fechamento do aeroporto, por um buraco na pista, por algum evento que cause uma reprogramação, deverão, caso a alteração do voo programada seja superior a 15 minutos para cima ou para baixo, caso ela adiante ou postergue o voo em 15 minutos ou, em voos internacionais, em tempo superior a uma hora, oferecer ao passageiro a opção imediata de reacomodação do voo para a data de conveniência do usuário, além do reembolso ou conclusão dos serviços por

outra modalidade de transporte. Existem aqueles pontos da assistência material, de que a Resolução nº 141 trata, que são para proteger o passageiro que vai para o aeroporto, mas isto se dá no caso do atraso e cancelamento não programados. Aqui, eu estou falando de quando a empresa, com antecedência, já sabe que vai alterar o horário do voo originalmente contratado. Então, ela tem que prover esses pontos.

Despacho de bagagem e declaração especial de valor.

Atualmente, a Convenção de Montreal e o Código Brasileiro de Aeronáutica dispõem sobre esses mesmo dispositivos. Nós buscamos, colocando isso dentro das nossas condições gerais de transportes, esclarecer um pouco melhor esse mecanismo. Ele fixa em 1.131 direitos especiais de saque, que é uma cesta de moedas internacionais comumente utilizada pelos países quando legislam sobre aviação. É uma cesta internacional de moedas. O passageiro, portanto, que despacha sua bagagem e não faz qualquer tipo de comunicação à empresa aérea de que está transportando bens superiores a esse valor, que dá o equivalente a algo entre R$5 mil e R$6 mil – eu não tenho o valor atualizado, da presente data, dos direitos especiais de saque –, vai receber até esse valor de R$5,5 mil. Se ele for despachar bens superiores a esse valor, ele faz essa comunicação à empresa, e ali, na hora, eventualmente, a empresa pode pedir ao passageiro, para comprovar, para abrir a mala e mostrar se há, de fato, aqueles bens, para ver se não é uma possível fraude, e cobrar o valor adicional ou um seguro para transporte desse valor ilimitado. Esse é um mecanismo que visa a melhorar, acelerar e diminuir o número de litígios que hoje existem em torno desse problema. Hoje, o passageiro que transporta, inadvertidamente, bens de valor na sua bagagem, se ela for extraviada, vai ter bastante dificuldade de provar, dado que ninguém poderá provar o que havia dentro da bagagem, porque é uma prova negativa – é difícil que ele tenha a comprovação efetiva de que transportava aqueles valores. Então, isso, eventualmente, vai ser levado a juízo, e ele vai ter fazer essa prova.

Então, esse mecanismo, que já existe, portanto, na Convenção de Montreal, da qual o País é signatário desde 2006, e no Código Brasileiro de Aeronáutica, nós melhoramos e o explicitamos para torná-lo mais efetivo e mais claro para os passageiros.

Cancelamento automático do trecho de retorno.

Não sei se algum dos senhores já passou por isso de comprar um trecho de ida e volta e, eventualmente, por um problema no trânsito até a chegada ao aeroporto, não conseguir fazer uso do trecho de ida, comprar outra passagem para ir até o seu destino e, quando chegar ao aeroporto para retornar ao local de origem, descobrir que a empresa cancelou o trecho de retorno.

Esse mecanismo também é de uso internacional. Todas as empresas assim procedem. Mas nós entendemos que há um ponto aqui que poderia gerar maior proteção ao passageiro. Se ele avisar à empresa aérea que não vai fazer efetivo uso do trecho de ida, a empresa deverá, a partir dessa proposta, manter o trecho de retorno. Ela está avisada. Hoje, a empresa diz: "Não, meu sistema não permite". Nós vamos passar a obrigar as empresas a adequarem seus sistemas e a colocarem lá o aviso de que o passageiro não compareceu no trecho de ida, mas vai fazer uso do trecho de retorno. A empresa mantém o trecho de retorno. Basicamente, é essa a proposta.

Assistência material em caso fortuito ou de força maior.

Esse também é um ponto de bastante repercussão, e quero torná-lo bastante claro porque a proposta tem que ser bem entendida. Trata-se do seguinte: hoje, a assistência material – facilidade de comunicação a partir de uma hora de atraso, alimentação a partir de duas horas e acomodação em hotel, caso seja necessário o pernoite – é devida em todos os casos e pelo tempo que durar o problema que levou ao atraso ou cancelamento do voo.

Aqui, essa previsão está mantida da mesma forma. A única diferença é que, no caso de eventos extraordinários, que são raros – nos últimos sete anos, ocorreram dois eventos dessa natureza: quando o aeroporto de Campinas foi fechado por causa daquele avião da Centurion que mergulhou e ficou preso na pista por mais de dois dias e quando, no caso de um terremoto, cinzas vulcânicas causaram o fechamento total de um aeroporto para todas as empresas durante mais de 24 horas –, a empresa vai continuar obrigada, da forma como é hoje, a prover assistência material aos passageiros até a vigésima quarta hora e a partir daí ela será suspensa, e o passageiro passará a arcar com eventuais despesas de hotel, caso ele se encontre fora do seu domicílio, é claro, com seus próprios recursos.

Então, essa é uma proposta que se traz também para reflexão. Nós sabemos, pelo que as empresas aéreas nos trouxeram desde o início da discussão, que elas querem, a partir do primeiro minuto de um evento como esse, deixar de indenizar o passageiro ou de prover assistência material, mas nós propusemos, então, que essa suspensão se dê a partir da vigésima quarta hora.

É importante esclarecer que não se trata da retirada do direito de assistência material, mas de uma proposta com algum equilíbrio na dosagem dos custos que essa assistência material gera e que hoje são repassa-

dos aos passageiros. Então, é só a partir da vigésima quarta hora para eventos que são efetivamente raros. No Brasil, tivemos dois casos nos últimos sete anos. No restante, está mantida. Mesmo nesses casos – é importante ressaltar –, se o passageiro estiver em conexão, se a empresa o retirou de uma origem e o colocou em um aeroporto de conexão, para esse passageiro não importa a duração do evento extraordinário, do caso fortuito ou da força maior, pois ele sempre vai ter assistência por parte da empresa, porque ele está em situação de maior vulnerabilidade.

Extravio de bagagem. Prazos.

Hoje, a bagagem é considerada extraviada só depois de 30 dias. Significa, portanto, que a empresa tem 30 dias para localizar a bagagem do passageiro. Nós estamos propondo diminuir esse prazo para sete dias. Isso contribuiu para uma indenização mais célere.

Indenizações tarifadas – eu havia mencionado isto no início – para o caso de preterição e para o extravio de bagagem.

A proposta para a preterição é a seguinte: no caso daquele passageiro que comparece ao aeroporto antes do horário preconizado pela empresa e a empresa lhe diz que o voo está lotado, esse passageiro, portanto, passa... Hoje, é uma livre negociação que ele tem de fazer com a empresa: "Ah, como você me deixou no chão, me indeniza, me dá um hotel ou uma remarcação para eu ir no voo seguinte". Ou se a empresa entra no voo e diz: "Quem se disponibiliza a ir por um outro voo? Eu pago aqui tanto para este passageiro sair, e um outro passageiro poder embarcar"... A nossa proposta é que haja um pagamento imediato, independentemente dessa negociação, de 150 direitos especiais de saque, o que dá uns R$600,00 ou R$700,00, e de R$2 mil para voos internacionais.

Direitos Especiais de Saque é uma cesta de moedas, Senador, utilizada na aviação civil em todo o mundo.

Isto aqui é para gerar um incentivo. A empresa já vai saber que esse é o mínimo que ela vai ter de pagar. Então, se ela tiver de preterir o passageiro, ele já vai saber que, como foi preterido, tem direito àquele valor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – O cálculo é de 150 a 400 DES?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Justo. É de 150 para voo doméstico, o que dá de uns R$600,00 a R$700,00, e de 400 para voos internacionais, porque a situação do passageiro de voo internacional, se ele for deixado para trás, é mais severa.

Para a questão do extravio de bagagem, a proposta é que, se o passageiro chegar ao destino e sua bagagem não estiver no carrossel de bagagens, ele tenha direito a uma indenização imediata de cerca de R$500,00, que a empresa vai ser obrigada a lhe pagar na hora.

Vamos adiante.

Multa por reembolso.

Esse é um ponto interessante. Hoje, algumas empresas praticam o seguinte modelo: elas dizem que dão 50% de reembolso sobre a tarifa. Então, o passageiro compra uma passagem de R$500,00 e espera, se desistir, ter R$250,00 de reembolso. Mas, em cima desse reembolso, a companhia diz: "Não, espera aí. Se você está cancelando, em cima disso há uma taxa de cancelamento, de R$150,00 a R$200,00, e eu te dou 50% em cima do que sobrar". Isso prejudica a transparência ao consumidor. Até para nós fica difícil de entender a regra da passagem, do contrato, e a nossa ideia aqui, portanto, é proibir. Ela é livre, continua sendo livre...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Isso daí só faz muita raiva na gente.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Exato, Senador.

Então, ela continua sendo livre para estabelecer. "Eu vou lhe devolver 50%, 60%, 70%, 20%...", mas ela não vai poder acumular, porque isso prejudica a transparência e o entendimento da regra do contrato pelo passageiro.

A franquia de bagagem é o ponto mais polêmico e, portanto, o final da minha fala. Eu não quero entediar os senhores e quero poder ouvi-los, fundamentalmente.

O que nós temos incluído no preço da passagem? Como frisou o Senador Garibaldi em sua fala inicial, quer o passageiro use ou não, ele está pagando hoje, quando adquire um bilhete de passagem, o direito de transportar 23kg em voos nacionais, duas peças de até 32kg em voos internacionais e, no máximo, 5kg de bagagem de mão. Muitas pessoas nos falam: "Mas o próprio peso da mala, às vezes, é de 3kg ou 4 kg. Então, não dá para eu levar nada a bordo, porque seria só a mala vazia".

A nossa proposta é, convergindo com a prática internacional, conforme preconizado na Política Nacional de Aviação Civil, conforme preconizado pela Organização de Aviação Civil Internacional, possibilitar, portanto, diferentes serviços e tarifas, com ou sem franquia. Isto aqui é uma prática. Não existe regra de franquia de bagagem no resto do mundo, exceto no México, na Rússia e na Bolívia. Nenhum dos outros estipula qual é a regra de bagagem que o passageiro deve observar, que a empresa deve observar quando oferece a passagem para o passageiro. Nós não estamos querendo nada mais além de convergir para esse modelo.

A imprensa noticiou... É importante esclarecer que não significa que a agência queira que o passageiro passe a pagar, mas que nós queremos que o passageiro tenha liberdade de escolha entre aquela empresa que cobra desde a primeira peça despachada – e as empresas *low cost,* lá fora, fazem isso – e a que oferece franquia de bagagem. E há, inclusive, passageiros interessados nesse modelo de negócio aqui, no País, em poder escolher esses produtos no mercado.

Hoje, toda e qualquer passagem já inclui o direito de transporta duas bagagens de 32kg, se for voo internacional, ou 23kg, se nacional. Um ponto relevantíssimo é que invertemos isso aqui. Não desregulamentamos. Pelo contrário, a agência passa a dizer que a bagagem de mão tem de ser de, no mínimo, 10kg. Então, significa que o passageiro que queira, eventualmente, se essa regra for aprovada, viajar só com a bagagem de mão estará protegido.

Antes de os senhores me questionarem sobre se isso vai levar a um prejuízo, se não existe problema de segurança, já respondo que não. Em função da consolidação desse modelo no mundo inteiro, os fabricantes de aeronaves já vêm reforçando os bins, local onde se transportam os maleiros nas aeronaves, que hoje comportam muito mais peso do que se transporta.

Também a Anac tem, juntamente com toda empresa, aprovado um plano de segurança de bagagem. Então, a Anac faz uma análise do cálculo das empresas, do quanto cada passageiro leva a bordo, para o balanceamento, a fim de saber quanto de peso se leva nos bins e também à bordo da aeronave, para ver se aquela aeronave respeita o envelope, as normas de segurança.

Então, nós pensamos, justamente em função da repercussão da medida – sabemos que a medida gera bastante dúvida e tem repercutido bastante na sociedade – em uma vigência escalonada. É uma mudança cultural. O passageiro tem que entender e fazer bom uso dessa medida. Justamente por conta dessa adequação, nós propusemos que essa vigência total da desregulamentação seja somente a partir de dois anos da implementação dessa norma. Então, seria só para 2018, caso essa norma seja aprovada este ano, e esperamos que sim, por conta da nossa agência regulatória.

Já no primeiro ano de vigência, haveria uma convergência, uma redução da bagagem internacional, que hoje é uma distorção muito grande. As duas de 32kg geram problemas, inclusive trabalhistas, no exterior. Muitos sindicatos de trabalhadores do setor, lá fora, proíbem que aquela pessoa que manuseia as bagagens, o agente de *handling,* levante mais do que 25kgs. Então, a bagagem do brasileiro que chega lá com 32kg leva um selo que diz *extra heavyweight* e só pode ser manuseada por uma máquina. Isso prejudica os voos, a conectividade do passageiro brasileiro e pode levar, inclusive, a extravio de bagagem. A mala dele vai chegar só no voo seguinte.

Então, há questionamentos importantes a serem feitos neste momento. Quanto de bagagem um passageiro precisa? Quem decide isso? Hoje, é a agência que decide de quanto um passageiro tem direito no seu contrato de transporte. São 23kg? Nós temos dados que demonstram que hoje o passageiro transporta, em média, 12kg no voo doméstico, e a nossa franquia lhe garante 23kg. Quem está pagando pela bagagem, efetivamente? Quem não transporta bagagem não poderia ter à sua disposição um serviço que lhe permitisse optar só pelo produto essencial, que é o transporte de A para B, com uma bagagem de mão, que hoje passaria a ser de até 10kg?

Hoje, o pré-pagamento da bagagem é o sistema vigente. O passageiro, independentemente de transportar bagagem, já paga por isso. É um benefício efetivo?

Então, a desregulamentação, fundamentalmente, visa a trazer ganhos de eficiência locativa, melhor utilização das aeronaves... A empresa aérea ter condições de dimensionar quanto passageiros terá efetivamente, para poder lançar mão de mecanismos – e se faz isto no mundo afora – para ver quanto de porão terá à disposição para uma carga paga, é algo que poderá trazer um benefício, no final das contas, para o passageiro.

Trará redução de custos. Ganhos de eficiência geram redução em mercados competitivos, e a gente sabe disso. Redução de preços, portanto. A teoria econômica. Enfim, em mercados competitivos, como eu acabei de dizer, os benefícios são repassados ao consumidor.

A experiência nacional e a experiência internacional com as empresas *low cost* mostram essa diferenciação de serviços e tarifas. Diferentes serviços para diferentes consumidores.

Hoje, nós temos um fenômeno mundial, também, que são as empresas *low cost*... Há inúmeros estudos que comprovam que o turismo aumentou onde essas empresas entraram. Então, hoje temos diversas localidades no País que, em baixa temporada, poderiam ter o turismo de fim de semana, do passageiro mochileiro, que viaja com pouca bagagem, mas que queira ir passar um fim de semana em um destino turístico. Esse passageiro tem, necessariamente, que pagar pela franquia de bagagem que, eventualmente, será utilizada por outro passageiro.

Então, fundamentalmente, ampliação da concorrência, acesso a essas novas empresas *low cost* e a novos consumidores, inclusão social e aumento de demanda. E ao fim e ao cabo, passageiro informado faz melhores escolhas, aquelas que atendam às suas necessidades.

Aqui, só para se ter uma ideia – eu falei das empresas *low cost –,* o que elas representam hoje? São dados de 2014. Hoje, as duas maiores empresas internacionais em números de transporte de passageiros são justamente essas *low cost*, que estão em franco crescimento. Só para demonstrar aqui o sucesso do modelo *low cost*, que, necessariamente, faz uso dessa desregulamentação de serviços.

Aqui é só uma breve ilustração, para encerrar a minha fala e ouvir os demais expositores. Hoje, esse passageiro que viaja com essas quatro peças de bagagem está pagando o mesmo preço que esse passageiro paga para viajar só com a mochila, com a bagagem de mão.

Aqui há inúmeras outras figuras e paralelos que se podem fazer. O que é mais justo: o hidrômetro coletivo, quando todo mundo paga por uma conta de água, independentemente do seu consumo, ou o hidrômetro individual, que leva, inclusive, a uma redução do consumo, o que hoje todo mundo está buscando, em função de problemas ambientais, da falta de chuva?

A questão do combo. Carro com ar condicionado ou sem ar condicionado? Seria desejável... Suponhamos que houvesse uma regulamentação que obrigasse os fabricantes nacionais a só produzirem carros com ar condicionado. O consumidor diria: "Mas e eu, que quero comprar o carro com o mínimo necessário para eu me locomover?" Esse consumidor não teria o carro à sua disposição.

É esse cenário que nós buscamos e que é consolidado – eu posso dizer isto – no restante do mundo. E não significou o que todas as empresas, mesmo as *low cost*, tenham aderido a esse modelo. O fato de a franquia de bagagem ser desregulamentada no resto do mundo não significou, portanto, que o passageiro tenha passado a pagar, em todos os casos, pelo despacho desde a primeira peça de franquia de bagagem.

A maior empresa *low cost* do mundo, a Southwest, nos Estados Unidos, por paradoxal que possa parecer, dá 46kg de franquia de bagagem para voos domésticos. Então, não é uma questão *sine qua non*. Não significa dizer que todas as empresas acorrerão a esse modelo, necessariamente, e nem que as empresas *low cost* que efetivamente se estabeleçam aqui no País elas vão aderir 100% a esse modelo. Nós queremos trazer regras flexíveis para que os consumidores tenham produtos diferenciados e mais interessantes, dependendo da sua necessidade.

Hoje, inclusive, a imprensa noticia que já existe a intenção de que a medida provisória – que esta Casa deverá analisar em breve – sobre a questão do capital estrangeiro seja levada a 100%.

Então, são medidas que, eventualmente, vão constituir – e nós esperamos que sim – uma nova onda de desregulamentação que possa trazer novos investimentos, que vá trazer concorrência não só entre as empresas que já atuam no mercado brasileiro, mas, efetivamente, entrada de novas empresas, e é nesse o cenário que a Anac mira.

Bom, são esses pontos, e eu deixo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Ricardo Bisinotto, Superintendente de Acompanhamento de Assuntos Aéreos da Anac.

Passo a palavra ao Dr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, Presidente desta Comissão, e, na sua pessoa, os demais Senadores presentes.

Vou procurar ser muito rápido. Creio que a exposição do Superintendente Catanant cobriu uma série de temas. Imagino que o debate que vai ser feito e o questionamento dos Srs. Senadores devem nos permitir colocar vários temas, mas creio que, para ilustrar esse tema, o que está em discussão hoje, na realidade, são os conceitos que construíam a aviação lá atrás, na década de 70, e os conceitos que podem construir a aviação para 2020, 2030.

O processo de desregulamentação tem início no final dos anos 70, nos Estados Unidos, passa, depois, pela Europa, pela Ásia e, ao final dos anos 90, já é um fato ao redor de todo o Planeta em condições praticamente iguais.

O efeito nos Estados Unidos é semelhante ao que a desregulamentação gerou no Brasil. Nos Estados Unidos, a tarifa média era de cerca de US$450.00 no final dos anos 70 e chegou, em 2014, a US$290.00.

Aqui, no Brasil, ao longo desses anos, nós fomos construindo uma aviação cujos índices, aqueles que são mais visíveis para os passageiros, hoje são rigorosamente melhores do que os índices planetários. Esse, aliás, é um dado importante na aviação. Na aviação, não se acha nada. Todos os dados são públicos, dado o

fato de que, ainda que seja uma atividade majoritariamente privada, é a atividade mais regulada do Planeta, e nós somos favoráveis a isso. Isso é parte da regra do jogo no qual o negócio joga, e o fato de ser regulado é importante porque é fundamental que cada passageiro olhe para um avião e saiba exatamente que até para girar um parafuso ali dentro há uma regra internacional, e essa regra tem que ser cumprida. Caso contrário, esse avião não levanta voo em hipótese alguma.

Então, vejam que todos os nossos índices de segurança... Eu sempre chamo a atenção para a pontualidade. O mercado americano, em média de 15 minutos, tem uma pontualidade menor do que a pontualidade brasileira.

Agora, a desregulamentação, que aqui tem início em 2002, gera, no nosso País, uma queda de mais da metade da tarifa média. A nossa tarifa média, que estava em pouco mais de R$600,00, em 2002, quando o preço ainda era definido pelo aparato de Estado no antigo DAC, chega hoje a R$289,00. Isto em uma aviação que vinha, naquele tempo, em 2002, vendendo em torno de 30 milhões de passagens/ano e passa, no ano passado, a um volume superior a 100 milhões de passagens. Ou seja, a aviação, em vez de um assunto tratado em pequenos salões, por pequeno estrato social, passou a ser um assunto do frentista do posto de gasolina, do empregado doméstico, de um operário em início de carreira, de um jovem que queira parcelar a sua passagem em oito ou dez prestações.

Vejam, por exemplo, que, no ano passado, 66% das passagens vendidas neste País foram vendidas por menos que R$300,00 e quase 17% foram vendidas por menos que R$100,00. Esses números, inclusive – é sempre importante ressaltar isto quando eu falo com pessoas que não estão no cotidiano da aviação –, são públicos, são números verificáveis. Eles estão todos no *site* da Anac, para quem quiser confrontar, olhar e ver, para saber, por exemplo, como é que isso funciona no seu próprio Estado, na sua própria região, pois eles estão todos divididos. E não é que os números sejam feitos pela Anac. É importante também explicar que, ao final de cada mês – é um pouco mais complicado que isto –, todos os valores de todas as passagens vendidas em todos os voos por todas as empresas vão para uma espécie de mega *pen drive* que é entregue à Anac, que, a partir daí, faz avaliação dos preços.

Para onde estamos convergindo? Para onde o Brasil começou a convergir no início da década passada? Para um ambiente regulatório que garanta que a segurança, a regularidade, a pontualidade, mas, fundamentalmente, aqueles itens que são essenciais ao passageiro sejam claramente definidos e que todos aqueles itens que podem ser colocados num ambiente competitivo sejam colocados nesse ambiente competitivo. Por que isso é interessante? Porque isso é positivo para o passageiro. Ora, a aviação brasileira, se vocês olharem lá atrás... Para algumas pessoas que são mais clássicas, como eu, e voavam com a antiga Varig vale a pena mencionar um dado: no seu melhor ano, no ano em que mais transportou pessoas, a Varig transportou 8,5 milhões de passageiros. Apenas em janeiro deste ano, o Brasil transportou 9,4 milhões de passageiros. Então, as escalas de que estamos tratando são completamente diferentes.

Na medida em que a aviação passa a ser um assunto de massa, passa a ser um assunto de acesso popular, é óbvio e natural que surja uma demanda para que ele seja cada vez mais acessível. E o que nós estamos discutindo aqui é como fazer para ser ainda mais acessível. Se os preços caíram para R$289,00, em média, como fazer para eles caírem ainda mais? Ora, procurando entender de que forma fazemos isso. E um exemplo interessante é o lanche de bordo. O lanche não é regulamentado. Não há regulamentação. Cada um faz o lanche que quer. Se nós pensarmos nas quatro empresas brasileiras que hoje fazem os voos cobrindo o País, vemos que uma empresa serve lanche quente, uma empresa serve lanche frio, uma empresa vende lanche a bordo em várias de suas rotas, não em todas, e uma empresa serve *snack* a bordo. E não há registro estatisticamente importante de que alguém tenha decidido que vai voar pela empresa A ou B por causa do lanche. As pessoas decidem primeiro por causa do preço, depois por conta da malha, de onde para onde, depois por conta da conectividade, depois por conta do horário, se é mais conveniente ou não, depois por conta da fidelidade, para somar pontos para suas milhas, e, por fim, pelo conforto. Esses são os temas principais que levam você a definir por onde você vai viajar. Daí para frente, são outros temas.

Então, vejam: é importante que aquilo que é regulado o seja no que é fundamental para o passageiro. E aí entramos nesses temas colocados hoje em audiência pública.

Quando a aviação transportava 30 milhões de passageiros e a tarifa média brasileira era superior a R$600,00, alguns temas, como a bagagem, eram colocados dentro do preço. Por quê? Porque era um benefício. Afinal, era muito caro viajar de avião. Custava um caminhão de dinheiro e era pouco acessível. Então, era necessário que alguns benefícios fossem incorporados ao preço para que houvesse competitividade. Mas esse ambiente mudou. Não mudou só no Brasil. O Brasil, aliás, é um dos últimos países importantes na economia mundial a completar sua lição de casa. Na hora em que chegamos...

Mirando nessa aviação do ano 2030, o que estamos defendendo aqui? A nossa avaliação é que essa postura que a Anac coloca é tímida, inclusive. Nós achamos que esse período de transição é absolutamente desnecessário. Nós entendemos que o consumidor de aviação hoje é um consumidor bastante informado, bastante preparado, até porque uma parte deles já se utiliza de serviços no exterior e está absolutamente acostumada a lidar com isso. É bastante comum chegarem consumidores e dizerem: "Paguei 19 euros por uma passagem de Roma para Amsterdã. Aí, fui embarcar e vi que tinha que pagar mais 25 pela bagagem, que tinha que pagar mais 10 para marcar assento, que tinha que pagar mais 30 para a segunda bagagem..." Isso é comum. As pessoas perguntam por que isso não existe aqui. Ora, é muito simples. Pelo ambiente mundial, existem apenas três países no mundo, a Bolívia, o México e a Rússia, e o Brasil é o quarto, de quase 200 países que têm aviação – eu queria retomar aqui o que o Catanant disse no meio da exposição dele, e não sei se todos atentaram para o fato –, que ainda se comportam como a aviação se comportava nos anos 80. Todos os outros países do mundo já migraram para outro modelo, um modelo que, repito, nesse ambiente hipercompetitivo da aviação, apenas te dá o direito de praticar coisas diferentes.

Então, o que significa a liberação da franquia de bagagem? Significa que vai passar a acontecer aqui o que acontece no mundo inteiro: na rota A, a empresa demanda cobrança de bagagem; na rota B, não demanda. Dependendo do comportamento daquele passageiro, se ele tem um cartão de milhagem X, ele não vai pagar; se tem o cartão de milhagem Y, talvez pague, dependendo do número de bilhetes que compra por ano, e assim sucessivamente. Por quê? Porque será mais um item para levá-lo a optar pela empresa A ou pela empresa B, como é feito ao redor de todo o Planeta.

Sobre esse assunto da transferência do bilhete colocado aqui – só vou mencionar quatro temas, para procurar me manter no tempo e depois liberar os demais colegas para falarem –, nesse tema da transferência, há um risco, que é o risco da criação do mercado paralelo. Nós entendemos o seguinte: se o Sr. João Mello, com dois eles, comprou um bilhete, mas o Melo foi escrito com um ele, e ele quer corrigir para Mello, como dois eles, tudo bem, isso a gente tem que fazer. Agora, uma coisa é João Melo, com um ele, ou João Mello, como dois eles, virar João Souza. Aí, não é um erro de grafia; aí é substituição do titular do bilhete. Isso pode gerar, por um lado, um mercado paralelo.

Vamos entender uma coisa: como funciona a precificação da aviação? Se qualquer um dos senhores ou das senhoras aqui quiser entrar no seu celular agora – hoje é dia 4 de maio –, será possível comprar um bilhete para o dia 3 de maio de 2017, porque todo esse portifólio já está disponível.

Então, no jargão econômico, nós dizemos que a aviação é uma atividade chamada de *price-taking*. Na medida em que todo portifólio está à venda, não é que haja uma pessoa ali olhando o sistema, para ficar baixando e subindo o preço. São sistemas que funcionam e que põem o preço à venda lá. Passa o voo X. Em abril, a passagem é R$400,00. Não está vendendo nada. O sistema vai baixando o preço até que ela comece a ser vendida.

Quando nós colocamos esse processo no ar... Imagine alguém que tenha dinheiro e fale "vou comprar 20 bilhetes agora" e compre. Paga R$100,00 e compra bilhetes para maio, abril e março do ano seguinte. Chegando mais perto, esse bilhete estará custando mais caro. Aí ele pensa: "agora eu vou vender." E repassa. Isso tem o problema do câmbio negro. E outra: se isso é vendido por terceiro, quem se responsabiliza por eventuais danos a esse passageiro que comprou de um terceiro não credenciado, não regulamentado, não supervisionado por nenhum instrumento legal? E, segundo, para nós há um problema ainda mais grave, que é o da segurança. Imagine se, por alguma razão, o sistema que flexibilize isso permita a um passageiro trocar de nome sem que isso passe pelo sistema de proteção.

Hoje existe um sistema chamado API (*Advance Passenger Information*). O nome de todo passageiro de voo internacional, após um certo delta T de compra de bilhete, vai para o sistema da Interpol. Então, se esse passageiro tiver algum problema ligado a atos terroristas, ligado a algum problema de legalidade, de atos ilegais no seu país, ele embarca aqui e, ao descer em Roma, a segurança o grampeia. Imaginem se o nome que foi para a Interpol é um e o nome que embarca é outro. Você pode estar com alguém do seu lado em alguma situação bastante complexa. Não quero aqui entrar em detalhes para não tornar esta uma manhã desagradável. Então, essa é uma questão da segurança.

Terceiro, em relação à desistência. O que nós entendemos aí é que o que a Anac está colocando é a regra internacional. Essa é uma proteção ao passageiro. Hoje, geralmente, quando alguém compra uma passagem às 7h da noite, às 5h da tarde, quando chega zero hora, se ele comprou no cartão de crédito, quando virar o cartão, o cartão já desconta um pedaço do dinheiro. Aí, por exemplo, se a pessoa se arrepende no dia seguinte, ele já tem dificuldade de receber de volta, a não ser em algumas situações, em alguns bilhetes promocionais. Isso que a Anac está colocando protege o passageiro. Vai nos caber rever o processo para deixá-lo seguro.

Por quê é importante colocar esse prazo de antecedência? Passagem aérea é diferente de geladeira. Se você comprar uma geladeira ou um celular, se não gostar do serviço, se ele não é o que você esperava, você

devolve o aparelho, desde que ele esteja inteiro, e a pessoa passa um paninho, põe dentro da caixa ou põe na vitrine e o vende de novo.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Agora, a passagem aérea, se o avião decolou sem você, é perecível. Você tem que ter um prazo mínimo, um delta mínimo anterior, para poder tentar recolocá-la no mercado.

E quanto à assistência material, já concluindo, Senador, nós entendemos o seguinte: é rigorosamente correto, e nós entendemos que é necessário regular e que sejamos penalizados caso não cumpramos um contrato. Os senhores contrataram uma empresa para que os levasse do ponto A para o ponto B às 16h, mas a empresa não os levou porque a manutenção do avião teve um problema, porque a tripulação não estava lá, porque aconteceu não sei o quê com determinada peça... Por qualquer assunto que seja da governabilidade da empresa ela tem que ser responsabilizada e assumir as consequências.

Agora, o clima não é governável por empresas aéreas. E, novamente, qual é o padrão internacional? Em todo o Planeta, quando alguém tem um problema gerado por temas que não são governáveis pela empresa aérea, ela não é penalizada por isso: ela avisa o passageiro, e ele volta para trás. Está certo? Então, apenas se trata aí novamente do padrão internacional.

Com isso, concluo.

O que nós defendemos é que as propostas colocadas pela Anac sejam mais coerentes ainda com o ambiente internacional. No momento, elas estão sendo um pouco tímidas, elas não estão fazendo a lição de casa por inteiro. Por que falo do ambiente internacional? Porque a aviação é uma atividade global, nós competimos globalmente, nós disputamos num ambiente absolutamente internacionalizado, e, cada vez que regras exclusivamente brasileiras são criadas contrapondo-se às regras da Convenção de Montreal ou da Convenção de Varsóvia, que regulam a aviação no mundo inteiro, isso acaba gerando custo para o passageiro maior do que o custo que há ao redor do Planeta.

Isso, inclusive, não se esgota nessa regulamentação. Vou dar um exemplo. O Senador Maggi foi Governador do seu Estado. O Brasil é o único país do mundo que tem tributo regional sobre querosene de aviação. Em todos os países do Planeta, existe apenas um tributo federal, geralmente de cerca de 2% ou de 3%. Agora, de vez em quando, há consumidores... Vamos pegar o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, que tem um ICMS, hoje, de 25%, o maior do País. O passageiro pega um avião em Guarulhos e se irrita ao saber que a passagem para Fortaleza é mais cara, algumas vezes, que a passagem para Buenos Aires. Por quê, se a mesma bomba põe querosene de aviação no avião para Fortaleza e no avião para Buenos Aire? Esse que vai para Fortaleza paga, sobre o preço do querosene de aviação, 25% de ICMS e o que vai para Buenos Aires não paga nada. Por quê? Porque não é possível cobrar no Brasil o que não se cobra fora daqui, quando o avião voa. Então, como ele não paga em Buenos Aires, o avião que vai para Buenos Aires não pode pagar para ir daqui para lá. Então, só de saída, esse voo de Guarulhos custa 10% a mais. Quando ele volta, ele é mais caro ainda, porque, quando chega a Fortaleza e paga o querosene mais caro do que se paga em Buenos Aires, pelo preço do querosene e pelo tributo, uma pela outra, a diferença, só no querosene, vai bater 16% ou 17%, sem contar os demais custos e tarifas que nós temos no Brasil.

Portanto, nós entendemos que é fundamental não só aprovar isso. Inclusive, as propostas que fizemos avançam em relação a isso, diminuem os prazos, integram, procuram defender a integração, de uma vez, do Brasil ao ambiente internacional, que entendemos que é a única forma de passarmos de cem milhões de passageiros, neste ano, para, em dez ou quinze anos, duzentos milhões de passageiros, de podermos baixar ainda mais a tarifa média, que é de R$289,00, e de conseguirmos superar momentos bastante dramáticos, como o que vivemos hoje, por exemplo. A crise que a gente vive, com a necessidade de redução da malha aérea por conta da queda de movimento econômico, com certeza, Senador Alves, seria minimizada se regras como essa já estivessem valendo.

É importante colocar que não há registro, em nenhuma dessas questões, de prejuízo aos consumidores, de prejuízo às relações de consumo. Muito pelo contrário, a aviação nesses outros países mostrou-se bastante inclusiva e mostra-se em crescimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas.

Concedo a palavra ao Sr. José Elaeres Marques Teixeira, Subprocurador-Geral da República, Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e representante da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, demais Senadores membros da Comissão, eu gostaria, inicialmente, de, em nome do Ministério Público de Defesa do Consumidor, agradecer o convite para participarmos desta audiência pública e expormos aqui as nossas posições a respeito das propostas da Anac sobre condições gerais de transporte aéreo.

Eu vou começar minha intervenção fazendo um breve comentário sobre as falas do Dr. Ricardo e do Dr. Eduardo, que invocaram aqui exemplos de negócios de transporte aéreo na Europa e nos Estados Unidos.

É preciso lembrar que, quando olhamos para o que acontece fora do Brasil, é necessário que nós consideremos isso com uma certa reserva, porque há necessidade de adequarmos os exemplos estrangeiros à realidade brasileira. Nós sabemos que, na Europa e nos Estados Unidos, há grande concorrência na área do serviço de transporte aéreo, uma vez que existem várias empresas que disputam o mercado. No Brasil, nós temos, basicamente, duas grandes empresas, que detêm 70% do mercado de transporte aéreo, que são as empresas Gol e TAM, sendo que os outros 30% são ocupados por outras duas empresas, que são a Azul e a Avianca.

Com essa observação de que qualquer exemplo externo deve ser recebido com reservas e ser adaptado à nossa realidade nacional, eu começo, então, dizendo, Presidente, que nós entendemos como positiva a iniciativa da Anac de promover a atualização sobre as condições gerais de transporte aéreo.

Ainda está em vigor uma portaria do antigo DAC, datada de 2000, a Portaria nº 676, que sofreu algumas poucas alterações, em 2005 e 2010, pela Anac. Nós sabemos que, nos últimos anos, inclusive como já foi exposto aqui, a demanda de transporte aéreo tem aumentado consideravelmente e os problemas daí decorrentes também.

Portanto, as relações entre transportador e consumidor precisam de regras mais claras e atualizadas. Assim, entendemos que já está mais do que na hora de se promover a atualização do regulamento.

Em termos gerais, nós entendemos que a minuta de resolução da Anac posta em consulta pública é boa. No entanto, nós entendemos que alguns pontos realmente precisam ser mais bem refletidos. Nós discordamos deles, especialmente porque a regulação não pode promover retrocessos nos direitos dos consumidores. E a disciplina regulatória também precisa estar em harmonia com a nossa legislação, com o ordenamento jurídico brasileiro, especialmente com o Código de Defesa do Consumidor e com o Código Civil.

Então, discordamos de alguns pontos relacionados a essa minuta posta em consulta pública pela Anac, mas vou me limitar apenas a dois deles, uma vez que a chamada de audiência pública menciona as questões relacionadas à franquia obrigatória de bagagem e à desistência de compra de passagem.

Antes, porém, eu gostaria de expressar uma preocupação nossa quanto à inexistência, na minuta de resolução, de referência à obrigatoriedade de as empresas aéreas, nas suas relações com os passageiros, se submeterem às regras do Código de Defesa do Consumidor.

Eu menciono o exemplo da resolução da Anatel.

A resolução da Anatel que trata das relações de consumo entre empresa de telefonia e consumidores contém um dispositivo expresso que diz que a aplicação das regras constantes do regulamento não afasta a incidência do Código de Defesa do Consumidor e do Decreto nº 6.823, que trata do chamado serviço de atendimento ao consumidor. Ou seja, no regulamento da Anatel, nós temos uma regra explícita dizendo que o regulamento deve ser aplicado em harmonia com o Código de Defesa do Consumidor.

Nós entendemos que o regulamento da Anac deve ter dispositivo semelhante a esse do regulamento da Anatel ou, pelo menos, que os dispositivos que façam referência à necessidade de as empresas aéreas respeitarem as condições gerais de transporte mencionem de forma expressa também o Código de Defesa do Consumidor. E dou como exemplo o art. 2º da minuta da proposta, que tem a seguinte redação:

> Art. 2º. Na oferta do serviço de transporte aéreo, o transportador poderá determinar o preço a ser pago pelo serviço, bem como as regras e condições específicas de cada contrato, respeitadas as presentes condições gerais de transporte.

Nós entendemos que o final desse dispositivo deve ter a seguinte redação: "respeitadas as presentes condições gerais de transporte e os demais diplomas legislativos aplicáveis, inclusive o Código de Defesa do Consumidor". Isto porque o regulamento não constitui na verdade um direito aparte a disciplinar os contratos de transporte aéreo. Ele precisa estar em harmonia com a legislação vigente, que, inclusive, é de hierarquia superior ao regulamento, especialmente as regras do Código Civil, como mencionei, e do Código de Defesa do Consumidor.

Dito isto, passo a tratar do tema mais polêmico, creio eu, da minuta, que é a franquia de bagagem.

Pela proposta da Anac, a partir de outubro de 2018, os passageiros deixarão de ter direito à franquia de bagagem.

A justificativa dada pela agência – nós ouvimos aqui o representante da Anac – é de que é preciso proporcionar novos modelos de negócio, ou seja, incentivar a entrada no mercado das chamadas empresas de baixo custo. Ou seja, o mercado passaria a ter mais concorrência, o que geraria benefícios aos consumidores.

Ocorre, senhores, que nós não identificamos, nos documentos disponibilizados pela agência para consulta pública, algum documento que tivesse uma análise do impacto regulatório, estimando tanto quantitativa, quanto qualitativamente os impactos da extinção da franquia de bagagens sobre os diferentes grupos de consumidores do serviço de transporte aéreo.

Além disso, nós entendemos que não é o fim da franquia de bagagem que atrairá para o Brasil as chamadas empresas de baixo custo. Para isso, nós acreditamos que será necessária uma série de outras medidas relacionadas tanto com a infraestrutura de transporte aéreo como com a questão dos preços do combustível utilizado pelas empresas, conforme mencionado pelo representante das empresas aéreas, e que proporcionem, então, menores custos no uso, especialmente, dos aeroportos.

Na verdade, o que acontecerá na prática é que os consumidores terão que arcar com mais custos no transporte aéreo, porque, certamente, não haverá, nós não acreditamos que haverá redução no valor da passagem com a extinção da franquia.

Sobre essa questão, nós apresentamos, na audiência pública que a Anac realizou, duas sugestões que eu gostaria aqui de mencionar aos senhores. A primeira delas é a seguinte: se for efetivamente feita alguma alteração na franquia de bagagem, que seja no sentido, sim, de proporcionar desconto no valor da passagem sempre que o passageiro ou despachar bagagem com volume inferior à franquia obrigatória ou simplesmente não despachar bagagem. Então, nós estaríamos tratando do problema sob a ótica do direito do consumidor.

Com isso, nós não teremos retrocesso no direito dos consumidores e, creio, proporcionaremos um certo estímulo para que os passageiros mudem, de certa forma, os seus hábitos de viagem, utilizando, assim, um volume menor de bagagem.

Uma segunda sugestão, ainda sobre essa questão, que nós apresentamos à Anac é que, considerando que um dos objetivos da nova regulamentação é eliminar os entraves regulatórios de modo a proporcionar o ingresso de empresas de baixo custo no mercado doméstico, nós entendemos que esse resultado poderá ser mais bem alcançado se houver uma regulação específica, sim, para as empresas de baixo custo abrangendo todos os aspectos relacionados com os custos para a operação do serviço. Ou seja, não acreditamos que simplesmente extinguir a franquia de bagagem vai atrair empresas que proporcionarão um custo menor para os passageiros.

É interessante notar, ainda nessa questão da franquia de bagagem, que o dispositivo da minuta, que é o art. 14, não distingue entre voos domésticos e voos internacionais. Ou seja, a franquia de bagagem é extinta também para os voos internacionais.

Nós sabemos que muitas pessoas utilizam voos domésticos sem necessidade de despachar bagagem, especialmente pessoas que viajam a trabalho, que vão num dia e voltam no outro. Sabemos que existe esse perfil de passageiro. Entretanto, quando se trata de voos internacionais, é praticamente inexistente a possibilidade de não se ter bagagem para ser despachada. Consequentemente, neste caso, a bagagem é parte, sem dúvida nenhuma, indissociável do serviço, de modo que não se pode admitir, como quer a Anac, transformar o transporte de bagagem em mero serviço acessório.

Eu sei que o tempo é curto. Passo, então, para o segundo tema, que é o da desistência de compra de passagem, Presidente.

Atualmente, essa é a principal reclamação dos consumidores. O Dr. Igor deve mencionar isso, porque é representante da Senacon, e a maioria das reclamações de consumidores que chegam à Senacon são relacionadas à desistência de compra de bagagem. Como, efetivamente, não são prestadas informações adequadas pelas empresas aéreas aos consumidores quando vão efetuar o cancelamento ou a alteração dos voos, eles são surpreendidos com as chamadas tarifas, multas e taxas de valor muito elevado.

Aqui está em questão o que se chama direito do arrependimento, que está previsto tanto no Código Civil, quanto no Código de Defesa do Consumidor. No Código Civil, ele está previsto no art. 740, e no Código de Defesa do Consumidor, no art. 49.

O art. 740 do Código Civil estabelece que o passageiro tem direito – e aqui, quando se fala em passageiro, não se menciona que tipo de transporte; então nós acreditamos e interpretamos isso como aplicável também ao transporte aéreo – de rescindir o contrato de transporte antes de iniciada a viagem, sendo-lhe devida a restituição do valor pago, podendo o transportador reter até 5% do valor a título de multa compensatória. Então, este é o limite estabelecido pelo Código Civil: 5% do valor da passagem.

Já o art. 49 do Código de Defesa do Consumidor diz que o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias, sempre que a contratação do produto ou serviço ocorrer fora do estabelecimento comercial. Neste caso, o valor deverá ser restituído ao consumidor.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – É notório que as empresas aéreas não respeitam essas normas, havendo abusos, que nós identificamos, de toda ordem, tanto é que nós temos várias ações civis públicas que tratam dessa questão abordando a necessidade de aplicação do art. 740 do Código Civil e do art. 49 do Código do Consumidor.

Posso mencionar duas ações civis públicas que estão hoje na Justiça do Rio de Janeiro, uma de autoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e outra de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia do Estado do Rio de Janeiro, com decisões favoráveis, inclusive, reconhecendo a aplicação desses dispositivos legais aos contratos de transporte aéreo.

Agora, como essa questão está sendo tratada na minuta da Anac? Nós temos dois dispositivos principais. Um é o art. 10, que diz que as regras para resilição e alteração contratual, por iniciativa do usuário, bem como as penalidades aplicáveis, são livremente estabelecidas pelo transportador segundo o regime de liberdade tarifária. Ou seja, nós podemos ter a seguinte situação: a multa corresponde ao valor total da passagem, quando o Código Civil estabelece um limite de 5%. Ou seja, se houver cancelamento por parte do usuário, por iniciativa do usuário do voo, ele simplesmente pode não receber absolutamente nada de volta daquilo que foi pago.

Nós não concordamos, obviamente, com esse dispositivo tal como está redigido, primeiro, porque ele está em desacordo com o art. 740, do Código Civil e, segundo, porque, ainda que se sustente a não aplicação do art. 740 do Código Civil ao transporte aéreo, o dispositivo possibilita cláusulas contratuais abusivas, sem dúvida nenhuma, e aqui nós estaremos, então, ferindo o Código de Defesa do Consumidor, que proíbe esse tipo de cláusula. O art. 51 do Código estabelece a proibição.

O outro dispositivo da minuta que trata dessa questão é o art. 12, que diz que o usuário poderá desistir da comprar da passagem sem qualquer ônus desde que o faça no prazo de até 24 horas a contar do recebimento da confirmação e da sua aquisição. Esse artigo conflita também com o art. 49 do Código do Consumidor, como disse, que concede ao consumidor um prazo de sete dias para desistir sempre que a compra for feita fora do estabelecimento comercial.

Então, nós sugerimos à Anac que o prazo de 24 horas para desistência seja aplicado apenas quando a compra da passagem for feita na loja física. Quando a compra for feita pela internet ou pelo telefone, o prazo de desistência deverá ser de sete dias, tal como está no Código de Defesa do Consumidor. Assim, nós teríamos uma harmonização da regra proposta com a legislação vigente.

Eram essas as considerações que eu gostaria de falar sobre esses dois temas. Nós temos outras restrições que poderei, no debate, eventualmente, mencionar. E eu gostaria de entregar aqui, Presidente, as propostas que nós encaminhamos, a 3ª Câmara do Ministério Público Federal e também um grupo de trabalho do qual eu participo, em que promotores de justiça do consumidor fizeram uma análise minuciosa de todos os itens mais polêmicos da proposta da Anac, e essa avaliação também foi encaminhada à agência. Eu gostaria de deixá-lo com V. Exª para as considerações que entender cabíveis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Procurador José Elaeres Marques Teixeira e concedo a palavra ao último convidado para esta audiência pública, o Sr. Igor Rodrigues Britto, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor, Proteste.

Com a palavra o Sr. Igor.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Obrigado, Presidente, Senador Garibaldi. Muito obrigado pelo convite para que a Secretaria Nacional do Consumidor possa, representando diversos órgãos de defesa do consumidor no Brasil, participar deste debate e apresentar suas impressões e suas perspectivas sobre as discussões a respeito das regras e das propostas de regras de direitos dos passageiros propostas pela Anac.

Eu também gostaria de cumprimentar a todos que estão nesta Mesa e parabenizar pela oportunidade.

A Senacon, Senador, tem-se pautado sempre que há decisões importantes para os interesses dos consumidores no Brasil e que impactam também muito nos trabalhos e na atuação de diversos órgãos estaduais e municipais de defesa do consumidor que se dedicam ao atendimento às reclamações de consumidores sobre os diversos temas, e não é diferente também no que diz respeito aos conflitos entre passageiros e operadores aéreos.

Essas decisões que são postas em discussão necessitam deste debate bastante democrático, porque algumas dessas decisões pautam por tensões entre interesses que são muito legítimos e muito importantes

também. Então, tanto os interesses do mercado para que o setor seja sustentável e possa ser fortalecido e desenvolvido no Brasil, gerando riquezas e desenvolvimento econômico e também bem-estar para os cidadãos, mas que isso também ocorra em total equilíbrio e harmonia com interesses caros também aos cidadãos, para que possamos ter um maior equilíbrio nessas discussões.

O objetivo da nossa fala dentro do tempo – espero que consigamos manifestá-lo dentro do tempo –, Senador, é apresentar como a Secretaria Nacional do Consumidor vem tratando esse tema.

A Secretaria Nacional do Consumidor é a autoridade federal no Brasil de defesa do consumidor, dentro do Poder Executivo, e é coordenadora da Política Nacional das Relações de Consumo. Então, ela é responsável por coordenar a atuação conjunta de todos os órgãos de defesa do consumidor do Brasil, não de forma hierárquica, mas de forma cooperativa. Então, a Senacon tem essa responsabilidade e esse papel de tentar fazer com que as discussões de âmbito nacional possam ser realizadas por meio de uma participação de todo o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, do qual fazem parte os Procons, que são 800, espalhados pelo Brasil, por Estados e Municípios, as entidades civis de defesa do consumidor, ou seja, as associações civis do movimento civil organizado de defesa do consumidor, que têm um papel importantíssimo nas discussões desse tema, que têm um papel importantíssimo nas audiências públicas e consultas públicas das agências reguladoras, e também o Ministério Público e a Defensoria Pública dedicados à defesa do consumidor.

Neste âmbito, é importante que esses órgãos possam ter uma participação muito efetiva, e, neste caso, estão tendo, porque a Anac tem conduzido uma audiência pública, uma consulta pública muito republicana e bastante democrática, e a participação, nesta consulta pública, dos direitos dos passageiros por parte dos órgãos de defesa do consumidor, como temos acompanhado, está bastante efetiva.

Em 2013, a Senacon passou a ter uma atuação um pouco mais forte no acompanhamento e monitoramento da atividade regulada, em razão de um decreto que criou o Plano Nacional das Relações de Consumos e determinou a atuação conjunta entre os órgãos reguladores e os órgãos de defesa do consumidor.

Então, é nesse âmbito que se fortalece a participação dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nas consultas públicas promovidas pelos órgãos reguladores.

Agora, no que tange ao transporte aéreo, a participação da Senacon – isto é importante que... Eu escolhi alguns temas que fizeram parte da manifestação da Senacon nessa consulta pública da Anac, mas queria ressaltar que os vários pontos que chamam a atenção, para que a gente possa contribuir nessa consulta pública, estão relacionados aos índices de reclamações de consumidores em duas grandes plataformas: uma são as reclamações que os consumidores levam aos Procons do Brasil, que estão integrados por um único Sistema de Registro de Denúncias e Reclamações e a outra é a plataforma *consumidor.gov.br*, de que as quatro maiores operadores aéreas no Brasil fazem parte e na qual recebem reclamações *online* diretamente de consumidores de todo o País.

Então, reunindo esses indicadores, esses são os principais temas de reclamações de consumidores nesse Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A principal reclamação está relacionada à cobrança em contestação: dificuldade na devolução de valores pagos, dificuldade de reembolso de valores pagos por passagens aéreas canceladas ou alteradas pelos próprios passageiros, insatisfação desses consumidores com as multas e as tarifas que são cobradas nessas alterações e nos cancelamentos. O segundo tema é relacionado às informações que não são prestadas adequadamente.

Juntando um pouco os indicadores, nós temos que por volta de 60% a 70% das reclamações consumidores nesse sistema estão relacionadas ao mesmo problema, a uma mesma insatisfação. São os consumidores que cancelam suas passagens por vontade própria, por questões pessoais, ou que pretendem alterar as suas passagens aéreas e são cobrados, taxados com multas que consideram muito elevadas.

Então, essa é a principal reclamação dos consumidores, e é com base nela que muitas das contribuições nossas foram feitas na consulta pública.

É importante dizer que isso tem uma relação direta com práticas de informações também apresentadas pelas companhias aéreas. Ou seja, algumas têm práticas bastante elevadas nas informações que prestam aos consumidores sobre as multas, tarifas e taxas que são cobradas no cancelamento ou na alteração e outras, não.

A falta de informação prestada antes da aquisição gera muito conflito entre passageiros e companhias aéreas. Isso faz parte do grande movimento dos consumidores nos Procons e em outros canais de atendimento.

Em toda participação em consulta pública da Senacon, em toda participação do processo regulatório, busca a Secretaria Nacional do Consumidor, representando não só os consumidores, mas também os órgãos de defesa do consumidor, levar uma perspectiva dos direitos dos consumidores para o processo regulatório, especialmente nas fases de análise de impacto regulatório.

Baseado nesses dados empíricos, que são as reclamações registradas pelos consumidores, sempre são eleitos alguns temas importantes relacionados à proposta que está em discussão.

No caso das passagens aéreas, no caso do transporte aéreo, o direito à transparência, a liberdade de escolha, a segurança dos passageiros, interesses econômicos dos consumidores por passagens mais acessíveis e a qualidade do atendimento na solução de conflitos por parte das operadoras aéreas são as maiores demandas que pautam a nossa contribuição nesse processo.

Escolhi alguns temas e vou passar muito rapidamente. São vários os temas que escolhemos para tratar nessa consulta pública, mas escolhi apenas alguns deles, para que o debate pudesse permitir a apresentação de outras questões.

É muito importante, como o Dr. Elaeres mencionou há pouco... Nós consideramos que existem avanços muito importantes na proposta da Anac, avanços que são consolidados em alguns entendimentos que a Anac já tinha e em entendimentos que a jurisprudência tem a respeito de alguns direitos dos passageiros, e eles se fazem presente nessa proposta da Anac, mas é claro que a nossa atenção maior é para aqueles temas e aquelas propostas que são sensíveis e passíveis de crítica pelos órgãos de defesa do consumidor.

Então, existem pontos sensíveis que são criticados pelas entidades de defesa do consumidor, e a nossa manifestação, a minha fala aqui pretende consolidar diversas dessas manifestações, dessas contribuições desses órgãos de defesa do consumidor. São propostas, são temas que estão na consulta pública e cuja redação pode ser aperfeiçoada para poder harmonizar um pouco mais com os direitos já consagrados no Código de Defesa do Consumidor e em outras normas. Agora, outras precisam de atenção maior e são pontos de maiores críticas por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

Antes de abordar todos os temas que temos pautado em todas as discussões de aperfeiçoamento da regulação, os reguladores devem criar mecanismos para que essa norma posta, se aprovada, tenha um prazo de validade que permita uma nova revisão dela no futuro. Antes de a norma ser posta, é um pouco difícil nós da defesa do consumidor conseguirmos avaliar todos os impactos e externalidades que ela pode representar na prática.

Então, é importante que haja um mecanismo – e temos cobrado muito das agências reguladoras e, nesse caso, também da Anac – que preveja um prazo para que essa norma possa ser revista de novo em um processo aberto, em um processo transparente, por meio de um debate democrático que permita que todos os envolvidos e afetados possam voltar a se manifestar, agora com a experiência dos impactos realmente causados pela norma. Os americanos chamam isso, nas regulações, de *sunset clause*. São prazos de validade que não, necessariamente, extinguem o efeito da norma, mas fazem com que ela, necessariamente, tenha que ser revisada por um processo.

Essa norma, essa proposta da Anac, se aprovada, vai exigir um processo educacional massivo. Então, os órgãos de defesa do consumidor já estão mobilizados, mas também solicitamos da agência reguladora que, em conjunto com órgãos de defesa do consumidor, invista numa campanha educativa massiva, porque muitos direitos estão sendo criados e alguns estão sendo reformados. Isso exigirá uma compreensão muito grande dos passageiros sobre seus direitos e também sobre os limites dos seus direitos, para evitar conflitos desnecessários entre consumidores e passageiros.

A norma – também é uma das questões que pedimos – deve ter um glossário explicando vários termos específicos, para que os consumidores possam entender.

Agora, entrando especificamente no tema...

Pretendo não esgotar meu tempo, mas, se for necessário, pedirei ao Presidente para, se puder, me conceder alguns minutos a mais para que eu possa concluir.

Uma das questões mais importantes são as informações. As informações precisam ser rigorosamente reguladas, porque, na verdade, elas não geram tantos custos para os fornecedores e não há nada mais caro para os consumidores do que informações prévias, antes da venda, para que ele possa entender, compreender melhor e fazer a melhor escolha entre os vários bilhetes, as várias passagens aéreas que são disponíveis.

Então, as multas por alteração, resilição por parte de passageiros precisam ser muito bem informadas porque, como eu disse, a principal reclamação dos consumidores diz respeito às multas e às tarifas que são cobradas pela alteração. É preciso que a regra... A redação atual da proposta não é rigorosa nesse sentido, e essa foi uma das contribuições.

Outro tema está relacionado à mudança do serviço pelo transportador.

Então, a proposta da Anac traz diversas situações que vão representar para o passageiro a mudança do plano dele de viagem, alteração do voo, alteração do horário do voo, o cancelamento daquele serviço, o atraso e a preterição do passageiro. Para o passageiro, não faz muita diferença entre quais são as causas disso, mas há consequência. Para o passageiro, independentemente de ter havido atraso, alteração ou cancelamento do voo, isso vai significar a mudança da rotina dele, a mudança do planejamento. Por isso, solicitamos que a Anac avalie a possibilidade de os direitos dos passageiros serem os mesmos: assistência material, reacomodação e

que a informação, por escrito, da causa da alteração, da mudança do contrato seja disponibilizada ao passageiro independentemente de ser caso de alteração, atraso, cancelamento ou preterição de passageiro, porque, como eu disse, a experiência do passageiro é a mesma: a viagem não ocorrer naquele momento em que como ele havia contratado, programado.

Outra questão é a relacionada à assistência material. Muitos órgãos e entidades civis de defesas dos consumidores estão manifestando contribuições a respeito... Há uma preocupação especial com as regras de assistência material, porque elas foram alteradas. Algumas regras, algumas condições foram bastante aperfeiçoadas, foram melhoradas significativamente na proposta da Anac, mas há algumas outras que são um pouco mais sensíveis. Por exemplo, no caso de atraso de mais de quatro horas, a proposta da Anac é que a hospedagem e o traslado só aconteçam durante o pernoite. Então, nós temos uma preocupação com atrasos, alterações e cancelamentos de voo que vão significar um consumidor esperando oito ou doze horas no aeroporto durante o dia. Isso é um desconforto que não é necessário. A regra pode se manter tal qual está hoje, pois permite a exigência do passageiro de um conforto maior quando ocorrem essas alterações nesse período.

Em caso fortuito ou força maior, há uma previsão nova. Como o Superintendente Catanant mencionou, por um lado, ela significa um avanço, mas, por outro, gera uma preocupação dos passageiros. Nós não conhecemos muitos casos de atrasos e paralisação de aeroportos por mais de 24 horas. Isso é uma preocupação... Eu não queria detalhar agora. Talvez num debate eu explique melhor qual é a nossa posição, a nossa preocupação a respeito disso.

As bagagens, no que diz respeito à franquia de bagagem, ao ressarcimento... O Dr. Elaeres mencionou isso, e eu vou resumir para não tomar muito tempo dos senhores. Estarei à disposição para esclarecer, no debate, qual a nossa posição a respeito disso. Mas esse é um ponto bastante sensível.

No caso de *no-show,* ou seja, da perda do voo pelo passageiro, do trecho da ida, significará a possibilidade de as companhias aéreas cancelarem os demais trechos, como o trecho da volta ou os outros trechos, na sequência.

É sabido que as companhias aéreas praticam isso, mas a jurisprudência atual não aceita. Todo passageiro que entrou com ação judicial para pedir indenização ou reparação dos danos causados pelo cancelamento dos trechos subsequentes, a maioria deles, foi indenizado em razão disso. Então, a jurisprudência nacional não aceita isso.

Os órgãos de defesa do consumidor veem isso, também, com bastante sensibilidade, porque significa um prejuízo exagerado. O consumidor, claro, por sua culpa ou por sua responsabilidade, já perdeu o trecho de ida e perder os demais trechos é um prejuízo, talvez, exagerado. E existem situações sensíveis, e isso pode ser equacionado pela regra.

A proposta da Anac é que o consumidor tenha que avisar duas horas antes do *check-in* do voo de ida, mas a maioria dessas situações ocorrem quando a pessoa se atrasou. Então, duas horas antes, ela não sabe que ela vai perder o voo, não é?

Então, nós acompanhamos o Conselho Nacional do Ministério Público na manifestação de que, pelo menos, se ela for realmente necessária para a diminuição do custo para o passageiro, se isso significar uma diminuição do valor das tarifas por alguma razão –, que, pelo menos, seja um prazo muito hábil do que duas horas antes. O Ministério Público sugere 24 horas depois do voo perdido para que o consumidor possa, então, avisar que ele vai querer manter os demais trechos. E nós acompanhamos essa manifestação.

No que diz respeito à preterição de passageiros, nós também acompanhamos as manifestações de vários órgãos de defesa do consumidor, como a nossa, já entregue à Anac.

Há um avanço. A regra anterior, em vigor, não prevê uma indenização por passageiro preterido; a atual prevê uma indenização por passageiro preterido. Mas ela é pequena, ao nosso ver. Ela não desestimula a prática de *overselling*, ou seja, a venda de vários bilhetes para uma única poltrona. Então, a indenização é pequena, ao nosso ver, Sr. Superintendente, e essa foi uma das nossas contribuições.

Então, resumidamente, esses são alguns pontos que nós escolhemos, sensíveis e críticos, resumindo a manifestação de todos os órgãos de defesa do consumidor.

Eu estou à disposição para continuar o debate.

Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Igor, representante da Senacon.

Vamos dar início ao debate concedendo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Meu caro Presidente Garibaldi, Igor Rodrigues, Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon; membro do Ministério Público Federal, Dr. José Teixeira, Coordenador da 3ª Câmara, Ricardo Catanant – eu tenho tido oportunidade de conversar com o pessoal da Anac –, e Sr. Eduardo Sanovicz, representante das empresas, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas.

Não está no tema, mas não há como a gente não dizer. Eu acho que é um tema para ser discutido. Há crise, há diminuição de oferta... A verdade é que os voos – e aí eu estou falando do meu Estado, Mato Grosso do Sul – diminuíram. E aí se percebe nitidamente que tiram um voo. Eu acho que existe uma combinação disso, não é? Sai uma empresa e é colocada outra.

Vou dar um exemplo. Você tem dois voos com diferença de uma ou duas horas. Aí, de repente, uma delas cancela seu voo, não vai mais operar, ficando uma empresa só. Claro que a demanda daquela empresa vai permanecer...

Nós que viajamos muito, Eduardo, temos essa sensibilidade. Eu nunca voo em aviões que não tenham, no mínimo, 80% a 90% de lotação. Na maioria das vezes, o voo vai lotadinho.

Para se se ter uma ideia, daqui para Campo Grande, voo direto para Campo Grande, só à noite. Não tem nenhum voo que vá de Brasília a Campo Grande direto durante o dia. Havia uns voos da Azul, mas o pessoal começou a sair daqui, ir para Campinas e de Campinas para Campo Grande. Foi cancelado. Aí voltou, mas, num desses cancelamentos, durante o... Para vocês terem uma ideia: eu fiquei de oito a dez horas dentro de um avião. Eu e quase duzentas pessoas. Fomos para Campo Grande, onde, por mau tempo, o piloto não conseguiu pousar. A alternativa, parece-me, seria Prudente, mas, no meio do caminho, alguém avisou que poderíamos retornar porque haviam melhorado as condições do tempo. Retornou, não conseguiu pousar... Eu sei que nós fomos parar em Foz do Iguaçu. Quando todo mundo já pensava que nós iríamos ficar em Foz do Iguaçu, retornamos para Campinas. Era só para reabastecer a aeronave. Dá para entender um negócio desses?

Daí, no outro dia... Quando chegou a Campinas, um negócio desses, tinha que estar todo mundo avisado. O pessoal da base tinha que estar sabendo o que estava acontecendo, o que foi. Chegaram duzentas pessoas numa fila única, sendo que ali havia gente que ia para Campo Grande, tinha gente que depois iria para Cuiabá, para o Norte, para Rondônia... Nessas coisas, eu, sinceramente... "Ah, mas a reclamação é pequena". É pequena porque o sujeito sai dali e está tão... Ele não quer nem mais ouvir falar em ir lá preencher alguma coisa para reclamar, o que é um erro do consumidor. Ele deveria reclamar que aquele dia a empresa tal... Não vou falar o nome porque eu acho que não tem nada a ver. Mas eu quero registrar isso. Isso aconteceu comigo. E daí? Sou um passageiro como outro qualquer, mas estou registrando que essas coisas não são tão incomuns. Essa é a verdade.

Então, o pessoal da Anac com quem tenho conversado vive tanto o problema das empresas, de dificuldade financeira e tal, que eu sei que existe mesmo... Também não quero ser ilógico aqui. Até falo para eles: "tudo bem, vocês têm uma cabeça, são jovens e se preocupam em viabilizar, porque, viabilizado o mercado, você vai ter mais concorrência, vai ter mais isso, mais aquilo, e isso acaba barateando o custo da passagem". Mas é preciso pensar no consumidor. Eu acho que a agência, antes de tudo, tem que pensar no consumidor.

Agora, não concordo em querer também exigir um monte de coisas das nossas empresas a ponto de tirar-lhes a competitividade. Isso também seria um equívoco, um erro. Então, o que é melhor? É o que está acontecendo. Acho que o pessoal da Senacon tem condições, junto com o Ministério Público Federal, de ouvir. Eles vão abrir uma consulta pública. Qual que é a melhor forma de aferir? É o resultado, desde que transparente. E o Catanant me garantiu que vai ser muito transparente e o Igor confirmou que está sendo transparente. Então, a partir dessa consulta extrair realmente...

Nós temos pouca bagagem, mas é aquilo que disse aqui o Dr. José Elaeres sobre o voo internacional. Vou fazer o seguinte, no dia em que for...Tenho três filhas. Se vocês as convencerem de que as malas delas devem ter menos de 23kg, eu já encerro a discussão com vocês. É um negócio de maluco dizer para uma mulher que ela só pode levar 22,5kg, no máximo 23kg. Elas têm... É diferente da gente. Reconheço isso. É complicada essa história. O pior de tudo: "ah, vamos tirar..." Você quer dar franquia e tal para baratear o custo da passagem. De repente, você tira a franquia e não acontece nada com a tarifa. Quer dizer, quem foi lesado no final? Só o consumidor. Acabaram com o direito que ele possuía, aos 23kg... Também acho que não são só 23kg. A gente voa muito. Aí vêm um caboclos...O cara tem uma mochila na frente e outra atrás e carrega uma mala. Quer dizer, é um exagero aquilo. O sujeito tinha de despachar aquilo lá, mas não quer perder tempo. Ele tem uma mochila na frente, outra atrás e puxa uma mala. Na hora em que ele se vira com aquela mochila, pega uns dois ou três desprevenidos. Essas coisas todas estão no nosso dia a dia. Estou tranquilo com isso, mas acho que o Ministério Público Federal... Você me permita, por favor! "Ah, isso está incompatível com a lei. Isso não pode." Desculpe-me, mas não pode enquanto não existir uma nova lei. Na hora em que houver uma nova lei específica, com tudo isso de acordo com os passageiros – se for bom para o passageiro, para o consumidor e para as empresas –, será o melhor caminho. Nós temos de achar exatamente esse ponto, que é o ponto em que o consumidor é beneficiado, mas as empresas também têm um nível de concorrência que permite que a gente tenha cada vez mais empresas. É dessa forma que eu penso.

Não tenho perguntas. Acho que esta audiência pública funciona como uma vitrine mesmo para que a gente, a partir da TV Senado e de tudo aqui, dê visibilidade ao tema para que as pessoas participem.

Contei essa história que aconteceu comigo, mas isso já aconteceu, tenho certeza, com um monte de gente. E podem ter certeza de que a estatística é sempre menor do que aquilo que realmente acontece, porque, depois que o consumidor já ficou oito horas no aeroporto, ele xinga, fala, mas não preenche nada reclamando, para que se possa fazer a estatística disso. Mas a gente sabe que, na prática...

Também acho que isso tem melhorado. Quero dar esse testemunho de que, nos últimos anos, isso realmente tem melhorado, Catanant. Os nossos aeroportos estão melhores, a questão do tempo de espera, do atraso, melhorou. Tenho de reconhecer, é uma realidade. Mas a melhor forma é aferir isso junto com o Ministério Público Federal, com a Senacon e fazer a consulta mais ampla possível.

Eu queria dar esse depoimento, e prometi ao Catanant que faríamos essa interlocução aqui, no Senado, desde que tivéssemos a ligação exatamente com o consumidor, para que pudéssemos exatamente ter um texto que pudesse ter exatamente isso, a prioridade de quem consome.

Mas temos de levar em conta também a questão do custo da empresa, e essa empresa tem que ser sustentável, porque, do contrário, vamos acabar também com as empresas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Subprocurador José Elaeres Marques Teixeira pediu para fazer um esclarecimento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aliás, é uma questão de ordem.

V. Exª pretende ouvir agora um conjunto de Senadores e depois passar para a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Nós vamos ouvir, tendo em vista a necessidade de os Senadores atenderem a outras solicitações, em um bloco de três Senadores.

Mas o Subprocurador pediu a palavra para dar um esclarecimento.

Seria rápido ou podemos deixar para depois?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu até agradeço, porque fica até melhor para os nossos convidados. Eles podem juntar as falas, os questionamentos ou as sugestões dos colegas e fazer uma intervenção só. Ganhamos tempo e fica mais fácil para quem nos dá a honra da presença e vem nos ajudar a debater um tema que é da maior importância.

Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, e cumprimento os colegas.

Eu queria muito agradecer ao Catanant, que vem em nome da Anac, ao Dr. José Elaeres Marques Teixeira, que também fez a explanação e vem aqui representando o Ministério Público – S. Exª atua nesta área e nos dá a certeza de que temos um forte aliado na luta na defesa do consumidor –, e, obviamente, ao Igor Rodrigues Britto, que trabalha com esse propósito. Ele é um agente do Estado na busca de defender o direito do consumidor. Para mim é uma satisfação rever o Eduardo Sanovicz, que aqui, de alguma maneira, trabalha pelo interesse das empresas e do setor.

É uma área que eu acompanho há algum tempo. Acho que tem tudo a ver com o direito do consumidor dos tempos atuais a regulação desse serviço.

Em um país continental como o nosso, o transporte aéreo é um serviço de primeira necessidade. Para nós, que vivemos na Amazônia – está aqui o Senador Petecão, está aqui o Senador Flexa e outros colegas –, gente, nós moramos num país continental. Quase toda semana eu vou para o Acre, e é um voo de três horas e vinte minutos para ir, na madrugada, e três horas e vinte minutos para voltar, o que consome a noite inteira, com um fuso horário que temos de duas horas, nesse período; porque, quando está o fuso de três horas, são seis horas de voo – equivalente a seis horas –, voando só três horas e vinte minutos. Isso é um desgaste físico, mental. Não tem Estado que se desenvolva se não tiver uma oferta de voos em qualquer lugar do mundo. Isso mostra o desafio que o transporte aéreo no Brasil enfrenta.

Agora, só temos voo para o Acre na madrugada. Quando os aviões não estão voando para lugar nenhum, aí eles liberam para voar para o Acre, e com redução da oferta de voos, como está sendo ultimamente: saiu a Azul, a Gol também modificou..., a TAM modificou seus horários.

Então, é um problema da maior importância para o Brasil, para o funcionamento do País, para o consumidor.

Estou trabalhando numa tese de que eu e o Senador fomos proponentes fomos proponentes, – e eu estou com o meu relatório pronto para apresentar na primeira reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

que houver –, de tentar ir à raiz do problema que enfrentamos hoje no setor: a quase falência das empresas e uma quase unanimidade de reclamações do usuário. Nós estamos vivendo esse balanço, por conta da crise que estamos vivendo, econômica. E nós estamos tentando mexer numa das raízes do problema, que é o custo do combustível.

Vou apresentar meu relatório propondo uma modificação na cobrança de ICMS e ter uma regra só para o nosso País. Bem. Não é esse o tema aqui. Mas eu fico muito preocupado e quero me dirigir ao Dr. Ricardo Bisinotto, que aqui fala em nome da Anac: nós estamos vivendo uma crise, e a Anac está vindo com uma série de questões importantes, e até elogio aquelas que vêm no sentido de fazer uma regulação em defesa do consumidor. No entanto, me preocupa muito quando vêm tratar de franquia de bagagem. Há uma lógica nisso, Presidente. No Japão – e aí o Senador Moka não está mais aqui –, aonde já tive oportunidade de ir várias vezes, eles têm uma lógica: a bagagem não pode passar de 20kg, salvo engano. Sabe por quê? Porque, do outro lado do balcão, tem uma mulher, tem uma senhora, tem uma jovem que tem de levantar um peso de 20kg. Aí tem lógica. Por que não podemos botar uma mala de 32kg? Qual é a chance de uma japonesinha levantar uma mala de 32kg? Aí, eles estabelecem uma regra em benefício do ser humano. Não é comercial.

No Brasil, a franquia é de 32kg. Eu acho um absurdo, mas não acho nenhum absurdo a pessoa ter uma franquia de 60kg em sua viagem – mas que fosses três malas de 20kg, que qualquer funcionário possa levar daqui para ali.

Agora, a Anac vem propor algo que só piora. Querer resolver o problema da dificuldade financeira das empresas mexendo nisso? Não misturem voo de baixo custo no Brasil com os da Europa. Com três horas de voo, é possível atravessar a Europa para o lado que se quiser, e não se atravessa o Brasil. É diferente!

Empresas baratas são para voo curto. Se a Anac estivesse propondo isso para a ponte aérea Rio-São Paulo, eu assinaria embaixo: 40 minutos de voo, 400km por terra. Mas vai botar isso que V. Sª está propondo para a gente ir para o Acre. Para ir para o Nordeste. São três horas de voo, quatro horas de voo. Aí, vai querer agora ter companhia de baixo custo para fazer três horas de voo? Tenha a santa paciência!

Isso não encaixa em lugar nenhum. É criminosa essa proposta, por esse aspecto. Peço ao Ministério Público que leve em conta isso. É criminosa. Não é a intenção cometer um crime, mas ela é criminosa, porque se está usando uma roupagem de algo que existe na Europa, existe em alguns outros países, em voo curto, mas, no Brasil, não cabe, sob pena de um grande prejuízo.

Olha, os primeiros voos de avião que fiz na vida fora do Brasil foram em viagem no Peru. O governo peruano tinha um incentivo, porque lá tem o alto, tem os Andes e tem a Amazônia, e muita pobreza. O Peru melhorou muito, nosso país vizinho. Eu, caroneiro, mochileiro, andando, e, num trecho que fiz de avião – estou falando começo dos anos 80 –, galinha andava no corredor do avião, e o dono, atrás. (*Risos.*)

Eu presenciei isso, porque eles estavam tentando popularizar um transporte, para não ficar só da elite e, realmente, atender a população.

O nosso País ainda precisa ter políticas de transporte aéreo para facilitar a vida dos pobres, de quem precisa. Entre as pessoas que vêm de Rio Branco para cá, pode ser que 10% delas no avião tenham um bom salário, trabalhem em algum órgão público federal, estadual, ou venham por alguém pagando, mas a grande maioria das pessoas ou vêm de milhagem, que compraram, ou vêm pagando a passagem com muito sacrifício.

E, então, isso não é levado em conta, e queremos transferir e transformar a nossa política em uma política como se estivéssemos na Europa. Por que ninguém quer pegar a concessão da estrada de Rio Branco a Porto Velho para dar manutenção e só quer a Dutra? É simples: porque são diferentes no mesmo País.

Então, eu peço à Anac que retire essa proposta, porque isso não é solução. Sabe qual é o espaço mais vazio que há dentro de um avião? Eu trabalhei nessa área quando saí do governo, nessa área de transporte. Sabe qual é o lugar que há mais espaço no avião? O bagageiro dele. E não venham me dizer que vão querer usar o bagageiro no voo daqui para o Acre para carga, porque ninguém aguenta pagar o quilo da carga.

Então, em vez de ajudar o passageiro que faz viagens para os lugares mais distantes – como a Constituição prevê que se diminuam as desigualdades do Brasil, Norte e Nordeste –, agora, a Anac pode estar trazendo uma proposta que vai, definitivamente, satanizar e acabar com os passageiros que trabalham ali.

O histórico nosso tem que ser outro. Agora estão querendo... Até o próprio candidato a candidato, e já presidente, e que já tomou posse sem ter nem o Senado julgado, Michel Temer, disse que agora vai liberar para que 100% das empresas possam ter capital estrangeiro. Também no momento de crise é muito perigoso.

Qual é o país desenvolvido do mundo que não tem uma bandeira de uma boa companhia aérea, gente? Isso é a sentença para dizer o seguinte: o Brasil não vai ter mais Varig, lá do Rio Grande do Sul, não vai ter mais Vasp, não vai ter mais Transbrasil, e não vai ter Gol, nem vai ter TAM, porque a TAM até hoje ninguém sabe se já é mais do Chile. Claro que ela é chilena já. E 49% da Gol já foram vendidos, mas agora vão vender o resto.

Não existe país desenvolvido do mundo que não tenha uma bandeira de aviação, gente. Isso é o transporte contemporâneo. E o Brasil está pegando o caminho errado de novo.

Então, sobra espaço; não se justifica. É claro que isso tem implicações no voo, no peso do avião, mas, se há espaço no avião, é lá embaixo. Aliás, se tivesse carga, poderia até ajudar a completar para ficar um custo melhor, mas nós temos que levar em conta que sobra muito espaço e que não há razão para a Anac querer fazer franquia de bagagem no nosso País. Isso é uma arma a mais e que vai encarecer mais ainda um transporte que é de primeira necessidade no nosso País.

Mas eu queria aqui, então, concluir e colocar duas coisas. Por que a Anac não tenta trabalhar com algo que no Brasil funciona muito, que é o programa de milhagem? Quantos por cento das pessoas só viajam porque usam milhagem?

Todo mundo foi levado a acumular milhagem, e ninguém regula isso – peço até ao Ministério Público. Fazem uma propaganda enganosa Smiles, Multiplus. Por quê? Porque vão lá, com todo mundo usando cartão, fazendo programa de milhagem, e acumulam. Tentem comprar uma passagem de Rio Branco para Brasília ou para São Paulo para fazer um tratamento que eles vão pedir 40.000 milhas para uma passagem de vinda, porque ninguém regula. Levam a acumular por um programa, mas depois metem a mão no seu bolso.

Eu vou entrar com uma série de projetos aqui, como eu já tenho feito, também tentando regulamentar isso. Então, este é um ponto sobre o qual eu gostaria de um comentário, sobre programa de milhagem da Anac. Isso, sim, pode atender interesses do consumidor. E isso é deixado de lado. Eu não sei se são 20%, 25% ou 30% dos usuários hoje que estão usando milhagem, mas não deve ser muito longe disso; ou seja, é muito importante ter uma regulação disso, porque está ao bel-prazer das companhias, que não são as aéreas, mas de serviços terceirizados, de outra companhia da qual a gente não entende nada, porque é uma caixa-preta nesse aspecto.

Então, eu queria que nós desmistificássemos isso. Em um país continental como o nosso, não usem justificativa de voos de baixo custo para querer fazer franquia de bagagem como ocorre na Europa. São coisas muito distintas e só vêm com o propósito de danificar ainda mais a possibilidade do uso do transporte aéreo.

Já vou concluir, Presidente.

Sabem como era o transporte aéreo quando o Presidente Lula assumiu no Brasil? Eram 30 milhões de pessoas que andavam de transporte aéreo, 30 milhões. Chegaram a voar 120 milhões. Em abril do ano passado, nós passamos a ter mais gente andando de avião do que de ônibus em nosso País. E agora está em 107 milhões. Caiu com essas medidas, porque as companhias hoje estão tirando os voos, gente, diminuindo a frequência de voos onde já era precária a frequência.

E aqui nós estamos agora fazendo medidas que vão encarecer mais ainda. Nós pagamos a tarifa de transporte aéreo mais cara do mundo no Brasil! É só abrir qualquer... Nunca há uma promoção para ir ao Acre nem para vir do Acre. E qualquer passagem para o Japão, que é o lugar mais distante que temos, é mais barata do que ir para Rio Branco, ida e volta.

Do preço do quilômetro voado eu tenho os dados aqui, não vou repetir. Para o Acre, é 200% mais caro o quilômetro voado do que daqui para o Nordeste – 200% mais caro!

Então, é isso que precisa de uma regulação. E, por favor, faço um apelo, porque acho que isso não pode prosperar: vamos atacar as causas; mexer no preço do combustível de avião para as companhias saírem da posição pré-falimentar em que estão, o que é verdade, por causa do dólar; vamos mexer na regulação, até tributária, geral, naquilo que possa ajudar as empresas até a sobreviverem. Mas que tenha como objetivo criar um ambiente melhor de voo para os passageiros.

É claro que nós tivemos aeroportos melhores, o Presidente Lula construiu vários aeroportos...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... regulamentamos, mas o desafio agora é como fazer para o Brasil dobrar o número de usuários de avião e não seguir diminuindo, como nós estamos vendo no último ano.

Obrigado.

Desculpe ter-me alongado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, é só para propor a V. Exª, ouvido o Plenário, que nós possamos fazer um bloco único. As perguntas vão se repetir. Muitas que seriam feitas por um Senador foram antecipadas por outro. Nós temos cinco Senadores presentes. Poderíamos fazer um bloco só e liberar para os nossos convidados responderem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu acho razoável. Se os Senadores colaborarem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Concordo.

Bom, Presidente Garibaldi, em primeiro lugar, quero me congratular com V. Exª por ter proposto esta audiência pública que é oportuníssima. E quero dizer aos nossos convidados que as presenças deles estão sendo extremamente valiosas para nós, porque estamos observando essa crise aérea que está acontecendo, problemas na Ana, o que está ensejando aqui as perguntas que nós estamos fazendo. Então, agradeço pela presença de todos que estão aqui: Anac, Associação das Empresas, Ministério Público, representante dos consumidores.

E dizer, Presidente Garibaldi, que, em primeiro lugar, quero encampar quase que por inteiro o longo pronunciamento, mas muito bem feito, do Senador Jorge Viana. Concordo com 90% do que disse aqui, reclamou e protestou com relação à cobrança das bagagens, etc.

Há apenas uma discordância, mas é uma questão de posição partidária: se, no tempo do Lula, se viajava tanto é porque os ventos da economia eram muito favoráveis. Exportávamos abundantemente as *commodities*, tínhamos grandes aplicações, etc.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Então, não temos discordância alguma.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, concordamos em tudo. Agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Só discordamos do que ele não disse. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Como sempre, V. Exª é um Parlamentar muito experiente, sempre muito sensato e sabe colocar muito bem as coisas.

Agora, o que tem me preocupado, Presidente Garibaldi, e eu tanto o Presidente Eduardo Sanovicz, da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), como o Dr. Ricardo Catanant poderiam responder, é tudo isso que se ouve a respeito da crise aérea que nós estamos vivendo. Qual é realmente a situação das nossas empresas? Estão às portas da falência? Como encaram essa venda de parte das ações para empresas estrangeiras? Se puderem, dizer qual está pior ou qual está melhor. Se realmente nós estamos tendo uma grande redução de aparelhos – muitos aparelhos estão sendo devolvidos e, com isso, aumentando os voos, mas os voos andam lotados.

Eu, por exemplo, me desloco toda semana de Porto Alegre. Não é sempre que se consegue um lugar, porque os voos andam realmente lotados. Então, está havendo uma considerável diminuição de passageiros, resultado da crise econômica. Procede esse prognóstico de que haverá ainda, daqui para adiante, em razão da crise econômica, uma considerável diminuição de passageiros?

Então, é sobre isso que eu gostaria de uma avaliação tanto do Dr. Eduardo como do Dr. Ricardo. Nós estamos aqui hoje para ouvir, e já ouvimos muito, e já recebemos aqui, por escrito, as condições gerais do transporte, a proteção do consumidor do transporte aéreo; isto é, nós estamos hoje com condições de sair daqui com um amplo conhecimento da realidade da relação passageiro/transporte aéreo no momento que nós estamos vivendo.

Se tiver de sair daqui a pouco, porque nós estamos atentos à Comissão, à CCJ, tenho aqui o meu brilhante assessor, o Ismael, que vai anotar tudo o que for dito se eu não puder acompanhar.

Era isto, em resumo: Dr. Eduardo, Dr. Ricardo, que V. Sªs nos dessem uma panorâmica sobre o que nós estamos vivendo realmente: às portas a falência das nossas empresas, redução de passageiros, devolução de aviões.

Eu que sou um gaúcho extremamente inconformado com o fim da Varig entendo, e grande parte dos gaúchos entendem até hoje, Senador Dalirio, que a Varig poderia ter sido salva, assim como tantos bancos foram salvos, a nossa maior empresa aérea, que nos orgulhava, uma empresa conceituadíssima mundialmente, que praticamente não tinha falhas em todos os seus setores. Mas não adianta chorar. Nós perdemos a Varig. Até hoje sabemos que houve uma grande interferência do José Dirceu para acabar com a nossa Varig. Nós, gaúchos, sabemos disso. Mas não adianta chorar o leite derramado.

Então, em resumo, gostaria que os nossos convidados nos ajudassem a entender o que realmente está acontecendo.

Era isso, Senador Dalirio.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Obrigado, Senador Lasier.

Agora, com a palavra o nosso grande Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Dalirio; Srs. Senadores, senhores convidados, primeiro, quero dizer que concordo em parte com as palavras do meu amigo e companheiro

Senador Jorge Viana. Concordo com parte do que ele disse e discordo de tudo o que ele não disse. Mas é normal. Eu tenho dito, Senador Dalirio, aos nossos amigos Senadores que são poucos os que ainda defendem...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só não entendi como é que ele discorda do que eu não disse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É porque eu conheço o pensamento de V. Exª, colocado na tribuna e nas comissões.

Mas eu tenho dito aos Senadores que ainda defendem esse Governo moribundo que todo enforcado tem direito a espernear. Então, continuem esperneando.

Agora, fiquei preocupado, Senador Lasier... Onde está ele? Já saiu.

Ele fez uma referência aqui – eu concordo que a Varig era um exemplo de orgulho para os brasileiros –, dando uma notícia aqui de que o José Dirceu teve culpa, teve ação ativa na extinção da Varig. O menino era precoce mesmo, porque, a essa altura, todos nós ainda éramos jovens.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª sabe que ou foi ato falho ou foi uma grande injustiça. Assim é fácil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu lamento só que o Lasier, como competente Senador e gaúcho com orgulho da Varig, não possa esclarecer isso para nós. Depois conversamos, nós três conversamos separadamente.

Sr. Presidente, eu quero primeiro parabenizá-lo por esta audiência que eu acho importantíssima. Nós estamos tratando aqui de algo importante, primeiro, para o consumidor, que é usuário – eu o coloco em primeiro lugar –, mas não podemos deixar de também nos preocupar com as empresas aéreas. Então, os dois lados precisam ter o cuidado do Congresso. Nós já estamos discutindo isso há muito tempo.

Eu lembro que, quando era Secretário de Aviação Civil o Deputado Eliseu Padilha, nós fizemos uma audiência na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Tiramos uma comissão menor, formada pelo Senador Jorge Viana, pelo Senador Randolfe e por mim, e fomos até a Secretaria, a convite do então secretário, para uma reunião entre os Senadores e as empresas aéreas todas, exatamente para discutir esses assuntos. Lamentavelmente, isso não avançou.

Mas eu quero colocar aqui um ponto, antes de entrar nas questões aqui, em que o Senador Jorge se colocou contrário: a questão da abertura do capital estrangeiro para as empresas aéreas. E essa é a primeira pergunta que eu faço, em especial para o representante das empresas aéreas e o da Anac, no sentido de saber se essa proposta vem em benefício... Pelo menos, ela vem corrigir algo que é feito, mas feito de forma incorreta.

Todos nós sabemos que, lamentavelmente, a TAM não é mais nacional, a Gol, também não. "Ah, porque são só 49%" – aliás, 20%, não são nem 49% – "são 20% que são transferidos..." Ontem, o avião que trouxe a Tocha Olímpica já veio com a inscrição "Lantam". Foi o primeiro que eu vi, mas na foto está lá: "Lantam".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Latam.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Latam, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sim, para trás. Para trás!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – ...nós somos minoritários agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós não somos minoritários, não! Acho que que nem somos mais.

A lei hoje em vigor admite 20%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Passou para 49%, só que os outros 51% estão de gaveta. Estão de gaveta!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Podem, não. Estão de gaveta.

E a Gol é a mesma coisa: prejuízo de R$4,9 bilhões. Não entendo como é que se pode ter prejuízo com os voos lotados. Então, é complicado.

Eu fiz um projeto (nº 02, de 2015) que tratava exatamente disso, de abrir o capital estrangeiro para as companhias aéreas em 100%. Em 2015! Senador Dalírio, está parado até hoje na CCJ para fazer uma audiência pública. Nós já fizemos lá na Comissão de Meio Ambiente, estamos fazendo aqui, e na CCJ não marcam; pararam.

Depois disso, a Presidente Dilma encaminhou uma medida provisória, que não é cópia do meu projeto porque ela limitava a 49%, que está valendo – por isso, está valendo, mas é medida provisória e não foi aprovada; pode vir a cair –, e a 100% quando houvesse reciprocidade; ou seja, quando o outro país também desse 100% de participação ao capital brasileiro. Só há um país no mundo, pelo que me informaram, que tem a reciprocidade, que é o Chile. Interessante, não é? O Chile, onde está a Lan. Então, aí é a reciprocidade do... Parece que é uma medida provisória encomendada – mais uma. Mais uma!

Agora, os jornais de hoje dizem que o futuro Presidente Michel Temer é a favor da abertura de 100% do capital estrangeiro; que vai encaminhar ao Congresso essa alteração na medida provisória, em uma nova medida provisória para frente.

Então, eu lamento. Eu gostaria muito de ter a empresa brasileira com 100% de capital nacional ou que o capital brasileiro pudesse comprar a America Airlines ou a Delta Airlines ou qualquer outra empresa estrangeira. Mas eu consulto os nossos convidados se efetivamente são a favor ou não; se é benefício para o usuário a abertura de 100% para o capital estrangeiro.

Com relação às questões aqui colocadas, eu acredito que a Anac... Eu tenho dito aqui, repetidas vezes, que as agências reguladoras foram criadas, lá no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando se tomou a decisão de que alguns setores de atendimento da população seriam privatizados – vamos usar a palavra certa. Para privatizar, era preciso defender o consumidor; regular e defender. Tinha que haver alguém do Governo que fizesse isso, e se criaram as agências reguladoras. Qual a função da agência reguladora? Regular, fiscalizar e defender o consumidor. Essa é a função da agência reguladora.

Lamentavelmente, quando veio o Governo do PT, entenderam eles que as agências reguladoras eram para competir com os ministérios. Então, a Aneel ia competir com o Ministério de Minas e Energia, e assim por diante. O que eles fizeram? Esvaziaram as agências reguladoras; encaminharam, e nós aprovamos aqui – responsabilidade nossa, mas aprovamos sempre com a oposição contrária –, indicações que não eram compatíveis com a missão que a agência reguladora tinha. Ou seja, elas pararam de operar, por falta de competência e por esvaziamento financeiro – o que continua até hoje – dos recursos.

Algum tempo depois, já agora, eles entenderam que não; que a agência realmente é importante para defender o consumidor. Agora, mudaram e estão buscando tardiamente –mas antes tarde do que nunca – o reconhecimento.

Então, a Anac... As propostas que estão em consulta pública aqui, como bem disse – e concordo com ele – o Senador Jorge Viana, essa proposta de diminuir a franquia de bagagem vai de encontro ao interesse do consumidor. Vai diminuir de 23kg para não sei quantos quilos. Isso vai diminuir o custo do bilhete? Se houver uma redução do custo do bilhete pela redução do peso da bagagem, eu acho até que há um... Porque eu viajo toda semana sem bagagem. Quando eu viajo com bagagem, como disse o Senador, com excesso, aí eu tenho que pagar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É o tipo "me engana que eu gosto".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Jorge Viana, como há os pontos de fidelidade, deveria haver um banco de quilos em que você se creditasse e se debitasse, passando a ter tantos quilos de franquia; se não usar, eu tenho créditos; se usar, eu pago. Aí, tudo bem para fazer, mas eu sou contrário a qualquer proposta que venha a prejudicar o usuário. Não há dúvida. E esse caso aqui vem prejudicar o usuário, porque não é isso que vai resolver o problema.

Eu já achei um absurdo – e isso foi dito – quando se criou o assento conforto. Eu brincava, dizendo até como pilhéria, mas era verdade: tudo bem, se vocês querem cobrar uma taxa a mais pelo assento conforto, deveriam dar um desconto pelo assento desconforto; então, todos os outros deveriam ter o desconto correspondente ao assento conforto. É lógico. Por que vai ter...? Mas, não. Até hoje, a Anac não... Pelo menos, me parece até que já regulamentou a cobrança. Então, deveria punir as companhias e acabar com essa cobrança. Para mim, é um absurdo cobrar para viajar na primeira fila ou na fila de saída de emergência. E mais ainda: quando você está na fila de emergência, vem a aeromoça e passa instruções para que você possa, em caso de necessidade, saber como agir, como abrir a porta de emergência. Em um dia, eu não estava nessa fila, porque eu não ia pagar; eu estava naquela da frente em que eu também não gosto de viajar, porque ela não reclina, e aí é mais desconforto. Eu estava ouvindo a aeromoça falar e disse: "Sim, e quanto você vai pagar para os passageiros trabalharem para a companhia, se houver...?" Tem de pagar alguma coisa também.

Vamos ver como fica essa consulta pública. Eu acho que não vai ter aprovação.

E as outras propostas que estão aqui já deveriam ter sido regulamentadas há muito tempo. Nessa questão de corrigir nome por erro de emissão, eu não vejo problema algum. E há a questão do reembolso. Há companhias que, primeiro, não reembolsam; outras, quando reembolsam – o representante do Ministério Público

Federal diz que a legislação permite que as companhias retenham 5%, pelo que eu entendi –, devolvem 50% e cobram mais, como foi dito aí, uma taxa de não sei o quê; ou seja, não devolvem 30% do que o usuário perdeu.

Nós temos que ter realmente essa questão dessas consultas que estão... Multa por reembolso, indenização tarifária, franquia de bagagem, perda de bagagem...

Eu marquei aqui um dado interessante. Senador Blairo, se houver na sua bagagem um valor superior ao limite de reembolso, é preciso declarar isso na hora do embarque.

Eu acho justo isso, senão pode-se dizer que tem R$10 mil de material na bagagem, sendo que o reembolso é não sei quantos 10... Aí, vem um dado interessante: o transportador pode exigir o pagamento de valor adicional. Eu declaro que eu tenho um valor X e, por eu declarar isso, o transportador vai me cobrar um valor adicional na passagem. Como é que pode? Ou, então, um seguro, mas o seguro já deveria estar e deve estar na tarifa. Não tem que cobrar por declarar.

Eu acho que são dados importantíssimos que estão em consulta, mas eles todos devem atender, como eu disse, ao usuário, em primeiro lugar, e às empresas também, para que elas possam ter algo que eu não sei se é gestão, Dr. Eduardo, ou o que é. Realmente, os voos estão todos lotados; dificilmente, você vai em um voo que não tenha 80% de lotação ou total. Na semana passada, no voo Brasília-Belém, a lotação era de 100%; não havia um assento vago. E você paga.

E aí vem o absurdo, Senador Blairo. Eu tiro uma passagem Belém-Lisboa-Belém, ida e volta, pagando R$1.400. Aí, vou tirar uma passagem Belém-Brasília-Belém, e custa R$2.700. Com uma, eu vou voar oito horas e meia; com outra, eu vou voar duas horas e quinze minutos. Aí, não dá para entender também qual o motivo do prejuízo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Agradeço as palavras do Senador Flexa Ribeiro.

Eu não sei se o Senador Blairo ou o Senador Petecão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Petecão chegou primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Chegou primeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Então, você estava escondido debaixo da mesa, porque eu não o vi.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Mas, se quiser fazer uso, fique à vontade, Blairo. É que eu cheguei, e você não estava aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Eu vou ser bem breve, até para não ser repetitivo e por me sentir contemplado com a fala do...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu peço escusas ao Senador Blairo, porque aqui, na relação, infelizmente, não constava o seu nome. Eu até imaginei que o Petecão tivesse aberto mão do uso da palavra, em função da colocação feita pelo Senador Lasier. Por isso, eu me dirigi ao Senador Blairo...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Se ele quiser, eu abro...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, tudo certo. Brincadeira. Eu cheguei cedo, mas eu tenho tempo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Ele chegou cedo aqui ao Senado, mas não foi à Comissão, não. Ele chega cedo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu cheguei aqui, e estavam o Senador Moka e o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Está bom. Vamos lá que já perdemos tempo.

Para não ser muito repetitivo, até porque me sinto contemplado na fala do Senador Jorge Viana, a verdade é que este não é o primeiro debate, não é o segundo, não é o terceiro. Eu já devo ter participado de uns dez debates sobre a situação da Anac, a situação dos voos na nossa região, na Amazônia – eu sou do Acre também.

Eu fico pensando como é que a Anac toma uma decisão dessa... Não que não seja importante este debate. Este debate é importante. Se é verdade que todas essas propostas de reembolso, de peso de mala, de cancelamento de voos, de extravio de malas...

Se essas propostas forem para incentivar, pelo menos foi o que se disse aqui, outras empresas que pretendem vir ao nosso País, para que possa abrir essa concorrência, se isso é verdade, até topo o debate. Mas penso que a Anac deveria, por exemplo, se vai apresentar uma proposta, fazer uma pesquisa sobre o que é prioridade para as pessoas que fazem uso desse transporte. O que é prioridade?

Ontem, o Senador Jorge Viana falou dos preços das passagens. E, quando existe essa perspectiva de uma mudança de governo, eu fico assim pensando: meu Deus, o que devemos fazer? Faz-se necessária uma intervenção direta do Governo Federal – estou falando em uma intervenção direta do Governo Federal –, seja da Anac, da instituição que for, para que se tomem providências. É inadmissível o preço de uma passagem para o Acre custar R$3 mil. Somos um Estado pobre. As pessoas que voam do Acre, eu diria, na sua maioria, não voam fazendo turismo, não voam para ostentar. As pessoas voam atrás de saúde, para tratar de negócios na região. O nosso Estado deveria ter um tratamento diferenciado. Não estou falando de privilégio, não; tratamento diferenciado. Não se pode comparar... E o que é mais revoltante é que os voos estão lotados. Quando você pega os voos, pagando R$3 mil de passagem, às vezes, as cadeiras estão todas vazias. Às vezes, o voo vem lotado mesmo, mas não consigo entender.

Não que este debate não seja importante. Se vamos debater para criar expectativa de melhorar as condições da aviação no nosso País, tudo bem, topo este debate, mas, sinceramente, já me sinto cansado, cansado porque nem acredito mais. Ora, se não acredito...

Lá, em Rio Branco, já se criou até a expectativa de fechar o aeroporto, que é a radicalização da radicalização. Só temos voos... E eu viajo todos os fins de semana, porque não gosto de Brasília, não fico em Brasília; todo fim de semana, às quintas-feiras, viajo para o meu Estado. Faço isso há oito anos. A volta é no voo de 2h da manhã; só há esta opção, 2h da manhã; tem que voar neste horário e chegar aqui, em Brasília, 6h da manhã. Então, é muito ruim, é muito ruim.

Então, quando vejo um debate como este, preocupado com algumas coisas que não são prioridade... Pode-se fazer uma pesquisa. Anac, faça uma pesquisa. Qual é a prioridade hoje? É o preço exorbitante das passagens. Não há outra discussão. Até parece... Creio que o cidadão que está em casa, assistindo a este debate, através da TV Senado, pensa: "Será que esse pessoal vive em outro mundo, em outro país?" Cansei. Sinceramente, já estou perdendo...

Na semana passada, eu e o Senador Gladson tivemos uma audiência com o pessoal da Tam, porque, agora, a Azul saiu lá do Acre; não vai ter mais Azul. Havia alguns voos para Cruzeiro do Sul – Tam, não – Azul e Gol. Aí, o preço da passagem vai lá para baixo, porque há concorrência. Eles jogam o preço bem embaixo, bem embaixo, e o pessoal fica voando, feliz. Aí, quando uma sai, o preço vai lá para cima.

Por que isso? E o Ministério Público tem que tomar providências. Ora, se estava voando com preço baixo, por que, quando a outra sai, que fica sozinha, o preço vai lá para cima?

Então, só discordo também do Jorge Viana nessa questão do capital estrangeiro. Assim como o Flexa, quero que venha capital de onde vier. O que não podemos é ficar reféns dessas empresas. Que venha capital da China, do Japão, de onde vier. Ora, temos voo para o Acre. E o Governo Federal criar incentivo: você vai voar para o Acre, vamos criar essas condições.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aviação regional que está aprovada e não...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Vamos criar essas condições. "Agora, vamos abrir um filé para você, aqui, Rio/ São Paulo, porque você está voando para o Acre, você está ajudando."

Tem que criar um voo social. Sobre a bagagem, há cidadão lá, no Acre, que, se baixarem o preço da passagem dele, ele vem só com a roupa do corpo; se for preciso, ele vem só com a roupa do corpo, mas vem, porque as pessoas não têm condições. Quantos já morreram lá porque não puderam se deslocar, lá, do meu Estado?

Então, é isso. Sinceramente, já estou desanimado. Estou desanimado. Sinto-me contemplado, em parte, pela fala do Jorge porque ele conhece, foi governador, o irmão dele é Governador. Esta situação do ICMS é um absurdo – um absurdo, um absurdo! O Governo do Estado não pode abrir porque os governos estaduais estão quebrados, e não tem como fazer essa bonança toda também. Mas o Governo Federal tem como estender a mão para poder ajudar uma região que precisa e muito; é uma região de fronteira; estamos lá na fronteira com o Peru e a Bolívia.

Então, precisamos de um tratamento, no mínimo, eu não diria, privilegiado, mas diferenciado por estarmos lá, na Amazônia, cuidar da Amazônia. Temos todos os problemas que puderem imaginar, e penso que estava na hora de o Governo Federal... Não vou nem falar das pistas do Município.

Estive agora no Município do Jordão, neste final de semana, e esses pilotos que voam na Amazônia são verdadeiros heróis, verdadeiros heróis, e tomara que Deus continue ajudando para que não tenhamos tragédias, porque a situação é precária, é muito difícil.

Obrigado, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Dalirio, só aditando aí...

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...ao Senador Petecão, sobre a questão da aviação regional, em especial, na Amazônia. Aprovamos aqui – fui o Relator – o Plano Nacional de Desenvolvimento da Aviação Regional, com subsídios para as rotas regionais. Foi sancionado pela Presidente, há dois anos, precisa ser regulamentado e, até hoje, não o foi; ou seja, não existe. Aprovamos e não existe; é mais um factoide.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente Dalirio. Cumprimento os nossos convidados desta audiência pública.

Infelizmente, tive que sair praticamente na metade das explanações e não acompanhei toda a discussão, mas são poucos os pontos a que quero me referir. Um até fora um pouco desta audiência, que quero ouvir do Ricardo, da Anac, e também do Eduardo, sobre uma notícia que saiu há poucos dias.

Mas, antes de ir a ela, penso que, sobre essa discussão das empresas, número de voos e tudo o mais, sempre acho que o mercado se regula. Se há bastantes passageiros que paguem a conta, cai o preço; poucos passageiros, sobe o preço. Não tem alternativa. As empresas, até onde conheço, não têm subsídios.

Elas têm que trabalhar com o preço do combustível da cidade em que está. Por exemplo, o Acre, com toda certeza, deve ter o combustível mais caro do Brasil, porque está mais distante de uma base, de um porto, por onde entre essa mercadoria. Então, é o mais caro, e o ICMS também deve ser caro. Portanto, tudo conspira para ficar caro o preço da passagem, já que a demanda e a oferta são pequenas.

Então, só se vai resolver o problema do Acre e de outros Estados que estão na mesma situação no dia em que o programa da aviação regional for implantado e que a sociedade brasileira entender que deverá fazer um subsídio para a integração nacional daquela região, já que o Acre faz parte do Brasil; e ninguém quer abrir mão do Acre e devolvê-lo para a Bolívia ou para qualquer outro lugar. O Acre faz parte do Brasil e tem que ser olhado como um conjunto, e diferente. Não dá para tratar todos de modo igual, já que são desiguais.

Então, é uma discussão que passa por um programa de aviação regional. Não só no Acre, em Roraima, no Amapá, no interior do Pará, no interior de Mato Grosso, há muitas situações dessas que precisam ser olhadas dessa forma, dentro de um conjunto. Como disse o Senador Petecão, se você está explorando a ponte aérea Rio-São Paulo, é preciso dar um pouco de contribuição lá para cima, sair um pouco na média. Aliás, já houve essa política no Brasil, no passado, dessas compensações.

Quanto às mudanças que estão propondo, as mudanças sempre provocam discussões, sempre tiram as pessoas da zona de conforto, e, depois que são implantadas, percebemos que os órgãos reguladores, aqueles que as propõem, têm até razão para isso, porque, no fundo, as coisas acabam ajustando-se novamente.

Eu, por exemplo, viajo duas vezes por semana para Brasília, uma ida e uma volta, só trago a minha mochila, não trago mala, e estou pagando pelos 23kg que estão na minha conta, que estão reservados para eu trazer. Ora, se a discussão vem pelo lado contrário de dizer assim: olha, eu, que não estou levando, não estou pagando, e quem tem que levar vai pagar, acho que é justo. Agora, como é que isso vai ficar demonstrado para a população, para o cidadão, que, se você embarcar sem malas, estará viajando mais barato do que o Flexa que está levando uma mala de 30kg. Se vocês conseguirem demonstrar isso, não haverá resistência, porque as pessoas sabem: se vou sem mala, vou viajar mais barato.

Enfim, esse é mais um ponto de como se comunicar do que propriamente a confusão da mudança. Essas seriam as minhas colocações nessa área.

A outra que eu gostaria de entender um pouco é o seguinte: na semana do dia 25, se não me engano, foi publicado em um *site*, e alguns jornais reproduziram, que uma sigla, Ifalpa, que comunicava o rebaixamento da classificação do espaço aéreo brasileiro. Dizia o seguinte o comunicado:

> O SNA, a ATT, Abrapac e a Asagol, foram informadas [devem ser as associações dessas áreas], que, na manhã desta segunda-feira, 25/4, todo o espaço aéreo brasileiro foi rebaixado para a categoria de criticamente deficiente.

Essa federação, ou esse instituto, que acho que deve ser de pilotos, responsável pelo rebaixamento do País, enviou uma carta à SAC, Secretaria de Aviação Civil, com a decisão tomada na conferência realizada pela entidade, entre os dias 14 e 18 de abril, em New Orleans, nos Estados Unidos.

Aí, fala que o perigo baloeiro, assunto em pauta nos últimos encontros sobre a segurança na aviação foi o fator determinante para a entidade tomar essa decisão.

Então, eu gostaria de saber dos operadores e da Anac se isso procede ou se não procede. Qual é o nosso risco e que providências estamos tomando para evitar esse tipo de situação?

Mais abaixo, ele diz depois que o País é considerado tão crítico quanto um país que está em guerra. Imaginem. Eu não consigo ver isso no Brasil, mas parece que, sobre o nosso espaço aéreo, foi determinado que é tão perigoso voar no Brasil quanto voar na Sérvia... Na Sérvia, hoje, não tem mais guerra, mas lá para cima onde há conflitos.

Então, seriam essas as minhas ponderações. Gostaria de ouvir um pouco sobre essa notícia que foi colocada.

Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sem interromper, porque eu acho que é muito importante ouvirmos agora os nossos convidados. Eu fui citado várias vezes, e gostaria só de fazer um brevíssimo esclarecimento.

Em nenhum momento, sou contra a entrada, até porque eu sou aberto a isso, de capital estrangeiro. O que eu estou ponderando é sobre o jeito que vi o anúncio do que se propõe agora, pelas medidas aí que fazem um contorno à Constituição para Michel Temer governar o Brasil: de 100% de capital estrangeiro.

Então, o Flexa já falou aqui dos embargos e tudo mais. Eu acho que não tem país desenvolvido no mundo que não tenha bandeira nacional de companhia aérea. Isso é fundamental, mas sou aberto a que se tenha a possibilidade de as empresas terem parcerias e serem colocadas. Do contrário, o Brasil se isolaria.

Só fazer um pequeno reparo. (*Falha na gravação.*)

Nós, da Amazônia, precisamos lutar sempre, além da melhoria, por aviação regional.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, permite um complemento?

Nessa questão de capital estrangeiro, eu também sou totalmente favorável. Não me interessa da onde vem o dinheiro, mas que haja as coisas.

Agora, a preocupação na questão aérea, e aí eu não sei como é que vai vir a regulação, é a seguinte: se o dono dessa companhia é 100% estrangeiro, ele pode um dia dar uma ordem de levantar esses aviões, ir embora, e nós ficamos sem nada.

Quer dizer, como é a regulação? É empresa estrangeira, capital estrangeiro; Empresa nacional, a matrícula é nacional? Isso não pode sair daqui. Quer dizer, eu acho que esses pontos devem ser colocados, porque, se houver a possibilidade de, um dia, o controlador dar uma ordem assim: "Vem embora", aí, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Fica o Brasil às trevas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Fica sem voar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Bom, eu estou na presidência, momentaneamente, em função do impedimento do Senador Garibaldi Alves e tinha também imaginado pelo menos ponderar algumas questões com relação à prestação de serviço de transporte aéreo em Santa Catarina. Nós somos um Estado bastante sofredor; talvez não tanto quanto o Estado do Acre, que, além de estar muito mais distante, tem ainda a questão do fuso horário que faz com que essa viagem se torne mais demorada e cansativa.

Mas, por outro lado, embora não fosse a pauta da nossa audiência de hoje, há essa questão da interrupção, por parte das operadoras, de voos que se caracterizaram importantes. E o setor produtivo e a própria comunidade se organizaram em função desses voos. É o caso agora, especificamente, de Navegantes, que é o nosso segundo maior aeroporto em Santa Catarina, com mais ou menos em torno de 1,6 milhão de passageiros movimentados por ano e que tinha um voo que fora introduzido em setembro do ano passado. Ele vai direto para Brasília. Ele vai e volta totalmente lotado, até porque é exatamente no Vale do Itajaí, no litoral norte e no norte do Estado, que tem mais ou menos 40% do PIB do Estado de Santa Catarina.

Ou seja, é uma área com densidade populacional significativa e importância econômica significativa. E, de repente, as operadoras simplesmente não estão vendendo mais esses voos a partir do dia 1º de junho.

Eu acho que a Anac tem também que... Se licenciam novos voos, a partir dali, isso passou a ser um direito desses usuários, a não ser que, de fato, eles se manifestem inteiramente inviáveis em função de uma demanda muito aquém daquela que havia sido prevista quando começou a operar. Então, eu acho que é um problema sério e vejo que essa também é uma reclamação de Mato Grosso e de outras regiões do País.

A alegação que nos chegou... Até coordeno o fórum parlamentar de Santa Catarina, e existe uma solicitação de que nós tomássemos inciativa de buscar na Anac uma audiência para discutir essa questão. Como envolve mais Estados brasileiros, acho que a Anac, como é um órgão do Estado brasileiro – não é um órgão do Governo... E o Estado brasileiro precisa, através das agências, no caso da Anac, administrar essa questão.

Com relação, digamos, à questão pontual da consulta pública para, inclusive, regulamentar de forma diferente o que está sendo praticado hoje nas franquias da bagagem, o exemplo foi bem claro: o hidrômetro coletivo e o hidrômetro individual. E o Senador Blairo veio bem no ponto; ou seja, qual é o benefício direto que o consumidor tem com essa alteração? Nós poderíamos dizer que as passagens vão baixar 15% em função das medidas? É difícil.

É um pouco empírico, mas eu acho que essa linguagem teria que ser comunicada para que passássemos a acreditar, efetivamente, que esse aprimoramento nas normas vai resultar em benefício palpável por parte de todos os nossos passageiros, os usuários do transporte aéreo.

Por outro lado, há a ponderação também do Senador Jorge Viana, e eu tenho a preocupação com o transporte coletivo. Eu acho que teria uma política de Estado de desoneração absoluta de todos os impostos que tenham influência direta em cima do transporte – transporte rodoviário, ferroviário, mas, sobretudo, aéreo – para baratear, porque ali viaja o pobre e viaja o rico. Então, facilitar.

O transporte, hoje, de passageiros urbanos é um problema sério em todas as cidades brasileiras. Se nós conseguíssemos reduzir o ICMS e outros impostos que incidem sobre a cadeia do serviço de transporte coletivo, com certeza, nós diminuiríamos em mais de 50% o custo da passagem. Isso beneficiaria todos. Nós teríamos mais gente utilizando transporte de massa e menos gente usando o transporte individual.

Então, como pergunta, era exatamente saber: é possível apropriar o ganho que os usuários terão nas passagens, ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dalirio Beber. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Que não seja bagagem, exatamente. Bom, até porque a questão da tributação, com certeza, vai exigir outros tipos de cálculos.

Bom, para operacionalizar este final da nossa grande audiência pública e agradecer a presença dos nossos convidados e também parabenizá-los pelas brilhantes manifestações, eu acho que vamos conceder a palavra, para que eles respondam e já façam o seu encaminhamento final.

Então, começamos com o Dr. Ricardo, que está sendo mais demandado, uma vez que é a agência que regula e fiscaliza toda essa prestação de serviços.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Muito bem, eu vou tentar passar por todas as perguntas, mas agrupá-las em algumas preocupações que foram trazidas. E peço desculpas se, eventualmente, faltar alguma; se eu puder voltar mais tarde à fala, eu posso complementar.

Em primeiro lugar, quero agradecer as preocupações trazidas. Eu acho que o espírito desta reunião, aqui hoje, é nós ouvirmos justamente essas preocupações que os senhores têm e com a legitimidade que os votos que lhes foram conferidos traz para esta reunião.

Eu iniciaria por um ponto do Senador Blairo Maggi, trazido agora no final, e que me parece a chave da questão. Eu, sinceramente, acredito que os nossos interesses aqui, expostos muito bem pelo Senador Viana, sejam convergentes. A agência está preocupada, de fato, com um ambiente de negócios, com regras que possibilitem maior concorrência, maior competição, e isso se reverterá, sem sombra de dúvidas, em melhores preços, em menores preços para os consumidores.

A questão, de fato, me parece esclarecer como comunicar isso para os consumidores e para a população e fazer essas regras serem entendidas. O Senador Viana, inclusive, mencionou a experiência pessoal que teve com empresas *low cost,* enfim, se eu não estou enganado. Todos os estudos que nós temos de medidas de flexibilização – e nós passamos pelo marco regulatório já aplicado ao setor – demonstram, cabalmente, que os ganhos de eficiência, os ganhos de eficiência alocativa são repassados para os preços, num mercado competitivo como é o nosso.

Aqui, foi externada a preocupação de que o nosso mercado não é competitivo. Eu acredito que o Eduardo tenha números, inclusive, sobre essa questão que demonstrem que o nosso mercado é competitivo, sim. Nós temos dados na agência que corroboram isso. Nós somos o terceiro maior mercado de aviação do mundo. Então, eu me pergunto por que no Brasil, e apenas no Brasil, que possui dimensões continentais...? E eu entendo as preocupações aqui, em especial, dos Senadores que são dos Estados do Norte. Isso não poderá ser um prejuízo para os consumidores, que vão ter de pagar por um item a mais na composição do preço da passagem? E os dados, números e experiências que a gente coleta dos demais itens que propiciaram essa flexibilização, eles proporcionaram crescimento, inclusão social e, mais, atendimento de novas rotas.

Os dados que nós temos – trouxe alguns poucos exemplos, pois eu não consegui anotar todos ... Mas, na Europa, essa mesma discussão aconteceu na década de 80; nos Estados Unidos, a grande desregulamentação do transporte aéreo aconteceu em fins da década de 70, em 1978, e os ganhos que se tem disso são todos documentados e são objeto de longos estudos.

Então, por exemplo, com a desregulamentação, a flexibilização e a entrada dessas empresas *low-cost*... Faço aqui um parênteses para já falar da questão da abertura de capital. Na nossa manifestação, desde quando nós apoiamos o projeto do Senador Flexa, que nos parece que vem em excelente e muito bom momento, algo que tem de ser pensado como uma medida que vá trazer mais concorrência para o setor... Mas, na Europa, quando isso aconteceu, houve uma queda de preços e um acréscimo em torno de 50% dos assentos adicionais ao setor, para além do crescimento natural dos anos anteriores.

Em rotas, por exemplo, como Londres-Barcelona, em que as empresas easyJet e Debonair entraram, dados de 1995, houve um aumento de 32% do tráfego na rota em apenas um ano e, ante um crescimento de 7% ao ano anterior. Dublin-Londres, na easyJet, que é da Irlanda, de 1986 a 2000, a demanda quadruplicou. São números...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – É uma hora e pouco, não é? Mas eu chego a este ponto, Senador.

O senhor bem colocou, e o senhor tem plena razão, que as empresas *low cost* entraram de fato em rotas de pequeno curso. Mas já é um segundo momento de consolidação e é um fenômeno mais recente agora, dos anos 2000, em que essas empresas também passaram a competir em rotas de longo curso e com sucesso, com bastante êxito. Então, de acordo com dados do turismo, localidades antes tidas como pouco atrativas começaram a receber o fluxo de turistas e de estudantes, mochileiros, como o Senador Viana mesmo mencionou da sua experiência pessoal, que passaram a poder viajar com a mochila para fazer turismo de fim de semana. As empresas passaram a precificar melhor os períodos, as *low costs* passaram a atuar em áreas menos rentáveis dos aeroportos, em zonas em que pudessem atracar numa posição remota sem ter que pagar eventualmente pela utilização de uma ponte de embarque, que é mais cara, e lá fora se precifica bem isso.

Aqui, até adianto uma questão: não basta de fato desregulamentar a franquia de bagagem para o surgimento e florescimento das empresas *low cost;* é verdade. Também essas outras questões estão sendo tratadas no âmbito da Secretaria de Aviação Civil, que tem um grupo de trabalho que está encerrando agora um relatório com uma série de outras medidas – algumas já conhecidas, como a questão do combustível, aqui trazida também, porque influi bastante na precificação do setor – que visam, portanto, a diminuir custos para o setor, para a entrada e florescimento dessas empresas.

Então, nossa legislação das regras de tarifas aeroportuárias, por exemplo, é uma lei de 1973, que diz como os aeroportos precificam as áreas e a utilização dos aeroportos. E, lá fora, a dinâmica que se observa é absolutamente distinta. A maioria dos aeroportos eventualmente não tem preços fixos, aqueles menores, exceto aqueles em que há um poder monopolístico mais forte. É um conjunto de medidas. Não estou querendo aqui dizer que só com a desregulamentação da franquia, portanto, vá haver o surgimento das *low costs,* mas ele é medida fundamental. Os estudos que nós temos dizem que, das receitas auxiliares que essas empresas utilizam para compor seu preço e suas receitas – e elas são consideráveis; essas questões auxiliares que elas cobram por fora representam no total do que elas têm de receita –, só a bagagem responde por 40% dessas receitas.

Eu tenho até um exemplo, uma conta rápida que se pode fazer. Uma empresa *low cost* norte-americana, a Spirit. Dessas receitas auxiliares que ela cobra, respondem as receitas auxiliares por cerca de 38% das receitas totais, e, dessas receitas auxiliares, a cobrança de bagagem, pelo despacho da primeira peça ou não e excesso de bagagem, 40% dessas receitas auxiliares, portanto. Então, da receita total, 27% das receitas dessa empresa são com questões afetas a bagagem, a despacho de bagagem.

Se fosse proibido nesse mesmo mercado norte-americano que essa empresa fizesse a cobrança, ela teria que aumentar, para manter as receitas, em 27% o preço do valor principal que o passageiro paga para ser transportado. É essa reflexão que queremos trazer.

O Exmº Senador Jorge Viana nos mencionou que há uma desmitificação que há de ser feita. Eu também acredito que deva existir uma desmistificação com relação a essa proposta de regulamentação. Não se trata, portanto – e ouvi aqui bastante – de diminuir ou de retirar a franquia. Nos mercados onde não existe a regulamentação sobre franquia de bagagem, as empresas continuam praticando franquias de bagagem, inclusive a maior empresa *low cost* do mundo. Eu mencionei isso mais cedo: a Southwest pratica 46kg de bagagem para o passageiro, incluído no preço da tarifa.

Então, é importante dar uma flexibilização maior...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – É importante que seja garantido.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Não significa, Senador Jorge, que a desregulamentação vá levar ao fim; que todo passageiro, para ser transportado, vai ter que pagar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu acho que o Dr. Ricardo acabou de responder o que o Senador Dalírio perguntou: se, com a redução ou a retirada da franquia de bagagem, haveria redução no preço da passagem.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Tudo leva a crer que sim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Disse agora aí que representa 40% da receita e 27% da total...

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Daquelas que se utilizam da franquia desregulamentada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é. Então, pronto. Então, tem que reduzir.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Mas isso, Senador, permita-me até fazer um comentário...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Sª está anunciando uma redução no custo da passagem de 27%. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Nós vamos cobrar depois.

Vou garantir a palavra ao Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Deixe eu complementar minha fala. Esse é o estudo de um caso particular, até porque é muito difícil isolar todos os fatores que levam à composição de um preço, e vai depender se a empresa vai utilizar esse modelo ou não. E tudo leva a crer que o modelo de negócio, alguém mencionou – se não me engano, o Senador Petecão – a possibilidade de se conceder um crédito para aquele passageiro que eventualmente não faça uso da franquia. Eventualmente, no mercado...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Flexa.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Perdão, foi V. Exª que mencionou isso, Senador Flexa.

É um modelo possível, e, com a desregulamentação, a empresa vai poder encontrar esses nichos para melhor oferecer produtos diferentes que atendam às diferentes necessidades do consumidor.

Então, a preocupação do Senador Viana, se as empresas eventualmente não vão aderir a esse modelo de uma forma agressiva tal que impeça e retire voos, é uma preocupação legítima. Mas eu, honestamente, não acredito que vá acontecer porque as empresas querem transportar. Elas não têm interesse em retirar voos de dadas localidades. Acredito que o Eduardo possa falar disso com maior propriedade – conheço os custos disso –, porque retirar rotas de determinadas localidades, deixar de atendê-las e devolver aeronaves, repassar para outras empresas implica custos porventura ainda maiores do que elas continuarem operando nessas rotas.

Então, há uma série de questões que devem ser colocadas para ponderação.

Eu não quero me alongar muito. Já ataquei a questão do capital estrangeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E a questão das milhagens?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Quanto à questão das milhagens, Senador, a agência não regula a questão das milhagens, e desconheço regulação de entidade de aviação civil no mundo que o faça. Não acredito que estejamos impossibilitados de eventualmente ter alguma regulamentação sobre o assunto. Entendemos que, por ser um benefício, um programa de benefícios contratados, um bônus que é dado pela empresa, não faria sentido. Ainda mais se considerar que o preço da passagem hoje é livre. Mas, se considerarmos que o preço da passagem é livre, se o preço que o passageiro, o consumidor paga é livre, não faria sentido algum a limitação do valor que se paga com milhas que são dadas em bonificação pelo tanto que aquele passageiro tenha voado ao adquirir produtos da empresa.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se V. Sª me permite, nós estamos discutindo direito do consumidor. O consumidor é levado a fazer compras em cartão para poder ganhar milhagem, para poder fazer uso disso. É um bônus em termos. Eles oferecem determinado bônus e depois cobram com ônus. Se nós não regulamentarmos... Se não é a Anac – estou levantando a posição da Anac –, do ponto de vista do direito do consumidor, isso tem que ter alguma regulação. E 30%, 20% das pessoas estão usando aeronaves com milhagem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para aditar. Eu também não entendo. Por exemplo, você ganha bônus no cartão de crédito e transfere esses pontos para a milhagem. A companhia aérea tem ganhos sobre a bandeira do cartão de crédito na transferência dos pontos?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Eu não saberia responder a esse questionamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é. Saber se tem receita ou não; do contrário, ela está fazendo uma bondade para o cartão de crédito, e eu não acredito. Eu não tenho almoço grátis.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – O que é fundamental nessa discussão é que essas regras, ainda que em benefícios, sejam claras, transparentes, que o consumidor as entenda e que essas regras sejam comunicadas de forma bastante objetiva e clara para o consumidor; e que sejam cumpridas, é claro.

Recentemente, vimos repercussão de medidas limitando a validade das milhas para empresas. Foi uma medida tomada acredito por algum Procon. Eu não tenho a informação final sobre o andamento disso, mas nós

vemos com alguma preocupação, na medida em que isso possa reverter-se em um prejuízo, inclusive, dessa bonificação que as empresas oferecem hoje graciosamente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – E quanto à classificação do espaço aéreo?

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Senador, infelizmente, eu não trato da área operacional dentro da agência, mas eu tenho informações de que o assunto, sim, repercutiu lá dentro. Nós já estamos em contato com o Cenipa e com o Decea. Quando se fala em espaço aéreo, são os órgãos responsáveis pela prevenção de acidentes. A agência está, sim, preocupada e envolvida em discussões com esses dois órgãos, mas acredito que também sobre esse ponto a Abear talvez tenha informações mais precisas e mais atualizadas.

Eu não vou me alongar muito. Talvez eu possa voltar sobre alguns outros que eu tenho passado. Eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Está bom. Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Vou passar a palavra ao Dr. Eduardo, para complementar principalmente essa questão do espaço aéreo, do risco do espaço aéreo brasileiro.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Eu anotei aqui nove temas. Então, vou tentar cobrir todos.

Primeiro, queria cumprimentar os Srs. Senadores pela qualidade das perguntas e pela abrangência dos temas colocados. Isso mostra a importância e a relevância dos debates conduzidos nesta Casa.

Segundo, mais para registro, pois alguns dos Senadores que fizeram as questões, imagino que pelo adiantado da hora tiveram que se ausentar. Mas vale a pena colocar aqui uma questão central tanto nas falas do Senador Viana como do Senador Flexa: é correto que os desiguais sejam tratados de forma desigual. É correto, não se discute isso. Acho inclusive que a isso deve ser agregado outro conceito, de que temos de procurar prover cada um de acordo com suas necessidades. Eu acho que esse é um conceito no sentido da construção de uma sociedade justa. Está certo?

Agora, nós vamos precisar fazer o seguinte: entendendo sob que cenário econômico e sob que regras nós vivemos, sob que tipo de regime cotidiano do ambiente de trabalho nós estamos instalados, como fazemos para, nesse conceito, manter todo esse sistema de pé e funcionando?

A primeira questão a colocar aqui com toda a clareza é que ninguém precisa mais dos consumidores do que nós, do que as empresas aéreas. Se não tiver consumidor, não tem avião. Se não tem passageiro, não se vai a lugar algum. Então, vamos deixar muito claro aqui que nós entendemos que a defesa cotidiana dos interesses dos nossos consumidores nós fazemos, porque, se não a fizermos, eles nos repudiam; vão trocar a nossa oferta por outra.

A experiência recente – nisso, o Senador Viana está coberto de razão – mostra que o volume de passageiros neste País triplicou ao longo da última década.

Segunda questão: regra nós cumprimos. Quero aqui deixar muito claro – isso é importante tanto em relação ao que coloca o Ministério Público como o que coloca a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) – que toda regra que for publicada nós cumpriremos, e as cumprimos 100%, sem discutir, sem questionar. Por quê? Porque é do DNA da aviação o cumprimento das normas regulatórias. O que nós queremos discutir é que regras são essas e para que lado elas vão apontar no final do dia.

Primeiro, concordo com a afirmação do Ministério Público, de que não é só a bagagem que vai viabilizar uma aviação de baixo custo. A bagagem é uma parte da conversa, mas é necessário ampliar esse tema para toda uma agenda que foi, como disse no início da minha apresentação, colocada nos Estados Unidos nos anos 70, na Europa nos anos 80, na Ásia nos anos 90, e hoje, nunca é demais lembrar, restam três países neste Planeta que têm regras como a regra brasileira: o México, a Bolívia e a Rússia. Os demais, quase 200 países no qual se voa neste Planeta, já tem regras mais evoluídas e mais contemporâneas.

Vou pegar um exemplo do assunto bagagem. Dois terços dos passageiros voam sem bagagem, como voei hoje. Eu vim ontem à noite para Brasília, dormi aqui, porque tinha que estar aqui 8h30 da manhã e não iria arriscar sair de São Paulo às cinco e pouco. Aliás, o aeroporto de Congonhas amanheceu fechado, ficou fechado por algum tempo por conta de clima, de neblina. Então, todos os aviões estavam lá com seus tripulantes, tudo pronto, motor ligado, tudo funcionando, custo comendo solto, e o clima fechou o aeroporto de maior tráfego na cidade de São Paulo.

Dois terços viajam sem bagagem e um terço viaja com bagagem. Só que, na medida em que hoje a bagagem vem embutida no preço – você não pode comprar só *cheeseburger*, mas tem que levar a Coca-Cola e o *milk shake* juntos – esse passageiro está pagando, dependendo da distância voada, R$5, R$7, R$9, R$11 na sua passagem por conta do outro que está transportando esses 20kg, 15kg, 18kg, etc.

Portanto, vejam: em todos os países do mundo em que esse tema avançou, o que aconteceu foi que no fundo se fez justiça tarifária, e o preço da passagem baixou. É importante colocar – isso já me foi questionado

em uma das audiências – que isso aconteceu na Europa. Quem disse que vai acontecer aqui? Esse quadro que nós mostramos no início da apresentação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eduardo, só para ilustrar...

Sr. Presidente, se V. Exª permitir...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Prossiga, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só para aclamar, porque estamos regulando ou propondo regular um setor. Não defendo que o País fique atrasado, mas, se eu perguntasse para V. Sª quanto dos dois terços estão concentrados? Fui para o Rio de Janeiro anteontem, saí daqui às 3h30 e voltei às 9h da noite. Centro Sul do País.

Estamos falando de um País que ainda é desigual, que tem Norte, Nordeste, que é um país continental. Não pode a Anac querer estabelecer – só essa ponderação que faço – uma regra nacional. Gente, uma pessoa que vem do Acre, a noite inteira viajando, não volta no mesmo dia, só se for servidor público para cumprir uma missão. É uma pessoa que vem no sacrifício. Então, só queria que fizessem essa ponderação para não misturar as coisas.

É óbvio que esses dois terços, se forem concentrados, estão aqui no Sudeste – Rio, São Paulo –, em Brasília, certamente, mas lá o indicador é completamente diferente quando você pega o avião do Nordeste vindo para cá, ou do Norte.

São essas as ponderações, porque o Brasil vai seguir piorando a sua justiça social se procurar sempre estabelecer uma regra nacional quando o País ainda não suporta. Só essa ponderação que faço.

Não sou contra trazer modernidade, de trazer esses elementos. É a regulação, a calibragem, para que possamos fazer essa transição para uma situação melhor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senador Flexa.

Dessa linha, Dr. Eduardo, preocupa-me o seguinte: quando você tem excesso de bagagem, a companhia cobra 1% do preço da passagem por quilo de excesso, tarifa cheia. Tarifa cheia! Então, olha o risco que o usuário vai correr. Tem que ser muito bem estudado isso, Jorge, porque, se você está numa tarifa promocional e vai pagar excesso de bagagem, se você for pagar 1% sobre a tarifa cheia, você vai pagar duas ou três vezes o valor da tarifa promocional.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Eu vou chegar aí.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, teria que ser 1%. Eu sou contra a cobrança e espero que não seja, mas, se acontecer, que seja 1% da tarifa paga pelo passageiro.

Lamentavelmente, no Pará, todos os paraenses que viajam, muitos até a trabalho, que vão visitar familiares, não deixam de levar um isopor com pato no tucupi, açaí, polpa de cupuaçu. Esses, coitados, vão ter que levar na cabeça, porque não tem como levar como bagagem.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Com a palavra o Dr. Eduardo.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Retomando aqui, queria reafirmar o que disse no início. Acho absolutamente correto que tratemos os desiguais de forma desigual. Disse isso na abertura da minha fala, exatamente porque creio que ela contempla as preocupações colocadas por V. Exª e pelo Senador Flexa, que aliás vem do Pará e do Acre, portanto, dois Estados que, com certeza, merecem essa atenção de desigualdade.

Agora, os demais pontos que passei a levantar são a problematização de como construir essa relação desigual e qual o custo com que o conjunto da sociedade brasileira está disposta a arcar ou pelo menos setores de algumas atividades, para que essa desigualdade seja contemplada. Esse tema está em aberto. Não está em aberto, eu creio, que ela deva ser contemplada. A desigualdade precisa ser trabalhada de alguma forma.

Agora, sobre a forma de se fazer isso, retomo o que estava colocando. Esse tema da bagagem, portanto, para nós, é um tema inclusive de justiça tarifária, de tratar os desiguais de forma desigual. Viajei com a minha mochila e paguei alguns reais a mais na minha passagem por alguém que viajou com 23kg. Está certo? Eu não precisava do *milk shake*, mas a lei hoje me obriga a fazê-lo.

Há outra questão importante para esclarecer, e isso estava na fala do representante do Ministério Público quando ele disse que havia duas empresas com tantos por cento do mercado e que as outras têm menos de 30. Alguns dos Parlamentares aqui, que estão aqui há 10, 12, 15 anos, lembram que, um ou dois anos depois que a Varig quebrou, havia debates nesta Casa sobre o duopólio. Lembram-se disso? Ninguém mais fala em duopólio. Por quê? Porque há 10 anos, as duas maiores empresas tinham 94% do mercado.

A Azul nasce em 2008, e a Avianca vira uma empresa que chamamos de *legacy*, em 2009 ou 2010. Hoje, essa empresa, que nasceu em 2008, tem pouco mais de 18% do mercado, e a Avianca, que sete anos atrás, tinha 2% do mercado, hoje tem 12%.

No Brasil – e esse é importante dado que o Catanant cita –, existe um índice que pode ser publicamente consultado, chamado HHI. É um índice econômico chamado Herfindahl–Hirschman Index, que mostra qual é o grau de competitividade de qualquer setor econômico em qualquer país do mundo. Se os senhores forem olhar esse índice, o Brasil tem um dos dez setores de aviação mais abertos e competitivos do Planeta. Só não está entre os cinco maiores, porque um conjunto de regras e regulações que temos ainda amarra essa capacidade de competição. Quando essas regras forem mudadas, vamos, inclusive, conseguir atender mais gente, a preços mais baratos.

Portanto, o que está em debate aqui? Está em debate quantas cidades queremos atender e a que preço? Nós queremos uma aviação com os parâmetros de 1980, quando éramos 30 milhões de passageiros ou nós queremos ir para uma aviação atendendo 200 milhões de passageiros?

Faço aqui um convite público e vou repetir o convite. Fiz esse convite na audiência pública da Anac, realizada em São Paulo; fiz ao Ministério Público Federal e às entidades do consumidor. As entidades de defesa do consumidor atenderam ao convite na sexta-feira passada e todas estiveram na Abear – o Proteste, o Idec, etc – e propus o seguinte: "Não quero que vocês mudem de opinião não, não quero convencê-los a mudar de opinião, mas quero ter a oportunidade aqui, sem horas, sem travas, sem limite, para explicar a nossa posição, contar a nossa história, e quero que vocês ouçam. Perguntem para nós tudo o que vocês quiserem, tudo, tudo; não tem limite nenhum aqui. Se precisar sair daqui às 10h da noite sairemos".

Foi muito interessante. Algumas posições não foram alteradas – temos que respeitar isso –, mas muitos temas, nós percebemos que os institutos de defesa do consumidor jamais tinham tido a chance de sentar conosco, perguntar e ouvir a resposta, e ouviram.

O Ministério Público Federal, infelizmente, não compareceu. Parece que pessoa que tinha que ir saiu de férias, o outro não pôde ir, mas queria aqui, sou procurador, reafirmar o convite. Repito, com todo o respeito, com toda fidalguia, que nós não temos nenhuma pretensão de alterar posições ou de convencer os representantes do Ministério Público de que estamos corretos. Mas nós entendemos – isso foi mencionado aqui na abertura – que algumas questões nós nunca tivemos chance de contar, e nunca nos perguntaram. Por quê? Aí, a culpa é nossa, e nós fazemos a nossa autocrítica.

Muitos temas tratados no início das relações de consumo foram tratadas do ponto de vista judicial. Quer dizer: quem ia tratar desse assunto era o advogado. O advogado acabava tratando isso da forma que ele aprendeu a tratar, debatendo; e acabava debatendo e judicializando o processo.

Nós aprendemos que esse caminho não era correto. Foi por isso que revimos uma série de posições – a Senacon é testemunha – porque há pelo menos três anos, toda vez que há um grande debate desse, nós vamos à Senacon, debatemos, conversamos. Por isso, nós fomos o primeiro setor econômico que aderiu integralmente ao consumidor.gov. Nós somos o setor hoje, tratado nas relações de consumidor, de forma mais transparente.

Aí, tenho muito orgulho de dizer o seguinte: há sete, oito ou nove anos, toda companhia aérea era um dos Top Ten nesses *rankings* de reclamação de consumo. Nos últimos *rankings*, a primeira companhia aérea apareceu na 49ª posição.

Nós queremos cair para a ducentésima. Por quê? Não caímos, mas nós atendemos 100 milhões por ano, cometemos erros, e nós temos que assumir isso.

O que nós estamos discutindo aqui é que, quando o erro não é nosso, algumas regras, hoje, imputam-nos um custo, esse custo acaba na passagem, e é essa a discussão que nós temos que ter.

Em algumas frases, eu vejo pessoas de forma correta, honesta, digna, defendendo os seus conceitos, mas são parâmetros da aviação dos anos 80 atendendo a uma pequena elite que provam que têm que ser revistos para a gente atender o conjunto da sociedade. Repito que nós não temos a pretensão de estar corretos e não temos a pretensão de mudar a posição de ninguém, mas nós, encarecidamente, reafirmamos aqui a necessidade de aprofundamento deste debate, reafirmamos que estamos abertos a ele e podemos fazê-lo de novo.

Especificamente, os três últimos temas colocados aqui. Sobre a crise, Senador Flexa, de 2002 a 2012, nós tivermos uma espécie de tempos dourados. A capacidade de consumo da população cresceu, isso coincidiu com a liberdade tarifária, a disputa entre as empresas instalou-se, a tarifa média caiu daquela forma que está colocada ali, e o número de passageiros foi de 30 para pouco mais de 100 milhões. As empresas cresceram, contrataram aviões, puseram voos. Em 2013, apareceram os primeiros sinais de deterioração do ambiente econômico. Em 2014, esses sinais se agravaram. Em 2015, escancarou-se de vez que a gente vinha em um processo de decadência muito forte.

Portanto, em 2013, 2014 até 2015, nós seguramos a onda com os resultados construídos nos dez anos anteriores – estou resumindo a história, pois obviamente isso daria uma tarde inteira só de conversa. Mas nós seguramos a onda com os resultados obtidos nos primeiros momentos. A partir de 2015, nós vivemos que momento? A economia diminui, o volume de passageiros corporativos, que é que têm o *ticket* médio mais alto,

aquele que viaja a trabalho, a evento, cai pela metade. O custo dispara com o câmbio: 60% do nosso custo é dolarizado – 40% querosene de aviação, 20% são o *leasing* e a manutenção. No fim do dia, ano passado o custo das empresas aéreas subiu em torno de 24%, em 2015, e a receita caiu 19% – foi a queda da tarifa média do ano passado em relação ao ano anterior. A conta não fecha. E o nosso cenário de avaliação é de que esse cenário não vai mudar no sentido positivo em menos de 15, 18 meses. Isso não vai melhorar em menos tempo do que isso.

Então, nós temos, para manter as empresas vivas, o emprego direto de 70 mil pessoas, o indireto de quase um milhão de seres humanos neste País e a conectividade entre as cidades. Neste País, e o Senador Jorge Viana também está correto, para ir de Belém, de onde V. Exª vem, a Santa Catarina, só se vai de avião. Se V. Exª for de qualquer outra forma, pode chegar, mas vai demorar uma semana. Para que isso possa acontecer, é necessário cortar todos os custos que podem ser reduzidos para podermos atravessar essa tempestade e, quando o céu ficar azul de novo, levantar rápido o bico do avião.

É daí que surge o corte de oferta, porque é o custo maior. O avião custa um caminhão de dinheiro e, por conta desse cenário, há um conjunto de rotas que passaram a custar muito mais do que elas estavam gerando do ponto de vista da receita.

Como é que se calcula isso? Pela demanda, fundamentalmente, que há entre elas.

Um destino mais longe, com menos gente, fica mais caro? Fica, fica mais caro, porque a demanda é muito menor. Inclusive, essa relação de voo de Lisboa se explica dessa forma.

Nós entendemos, nós queremos, nós lutamos e nós trabalhamos para que isso seja superado, e aí, novamente, isso relaciona-se tanto com o projeto que V. Exª fez de aviação – acompanhei o seu texto, tive oportunidade de estar com V. Exª mais uma vez – como com o tema capital estrangeiro. Todos nós somos favoráveis ao limite de 49%, que está aqui. Acho ótimo; ele vai ampliar o acesso da aviação brasileira ao capital estrangeiro. Agora, eu ainda não vi... Eu hoje vi nos jornais, como toda a sociedade, esse tema dos 100%, mas é importante vermos qual é esse texto antes de nos posicionar. No entanto, reafirmo a V. Exª e ao Sr. Presidente Blairo Maggi que se esta Casa chamar-nos para eventualmente – em um, dois três, enfim, x meses – nos posicionarmos, assim que tivermos o texto, vai ser um prazer vir aqui debater esse assunto e os dados positivos ou negativos.

Sobre o assunto Ifalpa, que o Senador Maggi colocou. A Ifalpa é uma organização sindical, é a entidade internacional de pilotos, e ela levantou um tema grave e sério. É claro que ali tem um pouco de tintura. Isso aqui não é igual a voar na Síria; não tem bombardeio. Agora, este assunto balonismo é um assunto sério e grave.

Eu estou dirigindo a Abear há quase cinco anos e estou neste assunto, turismo e aviação, há mais de 30 – eu possuía mais cabelo e menos barriga quando comecei neste negócio –, mas faz pelo menos 30 anos que a gente avisa, fala, discute, pede, implora. Isso aqui já foi debatido aqui nesta Casa e, assim: não pode ter balão onde tem avião. Não pode, está errado, é um problema, porque a gente pensa em um balãozinho pequenininho, aquele que você solta em casa com as crianças, mas tem gente, hoje, colocando bujão de gás no balão para ele subir. Então, isso é um risco.

Agora, essas sociedades baloeiras também têm seus defensores, aliás, nesta Casa também, porque é um hábito cultural em alguns lugares. Imaginem a festa de São João sem balão. Existe um debate aí complicado. O que nós defendemos é que, em algumas áreas, não tem que ter balão; não pode. E, se tiver balão, ele precisa ter certa capacidade que, a partir de uma certa altura, ele não passe; que ele pare, porque é um risco. Para deixar todo mundo seguro.

Os céus do Brasil são absolutamente seguros. Nós passamos em todos os exames de gestão, de inspeção, etc. Agora, esse tema precisa ser definitivamente estudado, mas é importante ressaltar que tanto o Decea quanto o Cenipa – são dois órgãos, hoje, da estrutura militar que fazem o controle do espaço aéreo – são absolutamente rigorosos e atentos. Nós não estamos voando por aí de maneira desorganizada. Ao contrário, os índices de segurança da aviação brasileira estão entre os três melhores do Planeta.

Sobre esse tema, seria importante, inclusive, se houver espaço nessa agenda, que o Senado soltasse as recomendações no sentido de que os órgãos responsáveis atuassem de maneira muito mais eficaz. Não precisa proibir as pessoas de soltar balão; basta definir um teto: daqui para cima não pode, porque, enfim, isso pode gerar algum tipo de problema.

Eu creio que essas são as questões centrais e queria reafirmar que seguimos à disposição, porque esse tema é inesgotável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Eu passo, de imediato, a palavra ao representante do Ministério Público Federal, Dr. José Teixeira.

O SR. JOSÉ ELAERES MARQUES TEIXEIRA – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria de começar dizendo ao Dr. Eduardo Sanovicz que a 3ª Câmara do Ministério Público Federal sempre esteve e continua aberta a todo tipo de diálogo que proporcione benefícios à sociedade.

E, nessa questão do transporte aéreo, recordo que, há questão de dois anos, eu recebi o representante de uma determinada empresa área que possuía um voo entre Vilhena e Porto Velho, e havia uma reclamação da sociedade de Rondônia, porque a empresa pretendia exatamente cancelar o voo por inviabilidade econômica do percurso. E nós, à época, nos colocamos totalmente à disposição para dialogarmos sobre a questão, especialmente até para ir conversar com o Governo do Estado, exatamente por conta dos altos custos de combustível, de modo a viabilizar a manutenção do voo. O diálogo não avançou, enfim, mas eu só dou como exemplo, porque a 3ª Câmara sempre esteve e continua à disposição para todo tipo de diálogo que proporcione benefícios à sociedade brasileira.

Ouvi atentamente todas as intervenções dos Senadores e vou começar pela questão posta pelo Senador Moka e pelo Senador Jorge Viana no tocante, exatamente, a este tema de cancelamento de rotas.

Realmente, esse é um tema que precisa ser enfrentado. Nós acreditamos que seja necessário que as empresas assumam, efetivamente, compromissos com a sociedade e com o Poder Público de não adotarem medidas no sentido de abruptamente interromper rotas.

Nós sabemos que, no Direito Público, existe um princípio que é o da continuidade do serviço, e o serviço de transporte aéreo, como foi colocado pelo Senador Jorge Viana, é hoje, efetivamente, um serviço de primeira necessidade, de modo que é preciso que seja respeitado esse princípio da continuidade do serviço. Uma vez que a empresa obtém autorização para explorar determinada rota, é preciso que haja um compromisso com a sociedade e com o Poder Público de continuidade dos serviços. Se, efetivamente, for identificada a impossibilidade, por questões econômicas, de se poder prestar o serviço público, é preciso dialogar para que isso seja viabilizado. O certo é que a sociedade não pode ficar sem esse serviço.

Sobre a questão da qualidade do serviço também, aqui eu vou fazer uma crítica à Anac, e não é a superintendência ocupada pelo Dr. Ricardo. Nós sabemos que as agências têm a incumbência de promover a fiscalização e até mesmo de sancionar empresas exploradoras de serviços públicos, que prestam serviços públicos, quando o serviço não é prestado com a qualidade que se exige.

E, neste ponto, nós identificamos que, efetivamente, a Anac falha; falha na fiscalização da qualidade dos serviços prestados. E nós até desconhecemos o volume de sanções que, eventualmente, a agência aplica às empresas que não cumprem com as suas obrigações para com os consumidores.

Quanto à questão da franquia de bagagem, que foi mencionada aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, pelo Senador Jorge Viana – os Senadores Dalírio e Blairo também mencionaram esse tema, posicionando-se contrariamente à retirada desse direito dos consumidores hoje –, como coloquei aqui, na verdade, nós entendemos que retirar o direito de franquia de bagagem constituirá um retrocesso em termos de direitos dos consumidores. Acho que a justificativa dada para a retirada desse direito é insuficiente. Não será com a retirada do direito à franquia que nós vamos proporcionar, efetivamente, a entrada de empresas chamadas de baixo custo. Nós não acreditamos que retirar esse direito vá proporcionar redução do valor da passagem. Acho que, pelo contrário, os usuários de transporte aéreo vão ser penalizados.

Por isso, inclusive, repito aqui, nós sugerimos que, se, efetivamente, houver alguma mudança em termos de franquia de bagagem, que seja pelo lado do consumidor, como mencionou o Senador Blairo Maggi. Assim como ele, inúmeras pessoas viajam sem despachar bagagem, ou seja, apenas com a bagagem de mão. Então, a nossa sugestão é que, se houver mudança na franquia, que seja pelo lado do consumidor; ou seja, que o consumidor que não despachar bagagem tenha um desconto no valor da passagem. Eu acho que isso viabiliza, sem dúvida alguma, tratar desse problema de forma mais adequada e não penalizando, assim, os usuários do transporte aéreo.

Foi colocado aqui também pelo Senador Petecão que a Anac deveria realizar uma pesquisa sobre quais os interesses dos usuários do transporte aéreo; se essa seria uma medida adequada em termos de usuários do transporte aéreo. Nós concordamos com a colocação do Senador Petecão. Por quê? Porque nós, repito aqui, não identificamos que tenha havido estudo de impacto regulatório feito pela agência no sentido de identificar quais serão as consequências de uma alteração como esta da supressão do direito de despachar bagagem pelos passageiros.

Desse modo, creio que esse é um tema que precisa ser ainda refletido com mais vagar. É preciso que se debata mais esse tema, e a nossa posição, pelo menos neste momento, é contrária à retirada do direito à franquia de bagagem.

Eu acho que eram essas as colocações que identifiquei, feitas pelos Srs. Senadores, de modo que eu agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado ao representante do Ministério Público Federal, Dr. José Teixeira.

Eu passo, de imediato, a palavra ao Igor Rodrigo Brito, que é o Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça.

V. Exª tem a palavra.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Obrigado, Senador Blairo.

Em um dos momentos, aqui, comentou-se sobre os programas de fidelidade. As questões dos programas de fidelidade extrapolam o mercado de aviação civil. Em 2013, nós fizemos uma pesquisa – eu até me comprometi a encaminhar para o Senador Jorge Viana para que haja uma... Em 2013, a Senacom tentou compreender como era esse mercado, fazendo um estudo bastante profundo; fez uma nota técnica muito grande.

Na verdade, não há brinde nisso. Nenhuma empresa de cartão de crédito paga passagens aéreas para o consumidor se não foi remunerada por isso. Então, é uma questão bastante complexa que merece realmente a atenção do Senado.

Eu queria só fazer uma palavra de conclusão a respeito da nossa discussão. Primeiro, mais uma vez, Senador, parabenizar esta Comissão, porque, entre ontem e hoje, ela protagonizou os dois debates mais atuais e polêmicos da defesa do consumidor.

Ontem, nós estávamos aqui, também participando desta Comissão e discutindo a franquia da internet fixa. Hoje, retornamos para discutir o outro tema mais atual, também nas discussões na defesa consumidor, que é o direito dos passageiros pela proposta de discussão da Anac.

Mas o desafio de harmonizar os interesses econômicos e os interesses por qualidade de serviços dos consumidores com a necessidade de fortalecimento desse mercado é um desafio em toda a matéria regulatória, toda matéria regulada.

É claro que, para nós, está muito claro que os objetivos da Anac, com o aumento da oferta, o objetivo de atingir com isso a consequente diminuição dos preços e o aumento da receita para as empresas, é um objetivo que está muito bem esclarecido nos documentos apresentados pela Anac. É claro que esses objetivos precisam estar equilibrados com a melhora do bem estar, do preço e da satisfação dos passageiros, porque esse é o ponto comum entre todos que debatem. Esse é o objetivo da Anac, é o interesse do mercado, é a agenda dos órgãos de defesa do consumidor, porque esse é o interesse público maior. O interesse dos passageiros é o interesse público maior dessa atividade regulada.

Estando postos esses objetivos, a preocupação de todos é se esses objetivos realmente vão ser alcançados, porque seria muito difícil fazer pesquisas estatísticas para saber se, realmente, as propostas estão calibradas para o mercado nacional no momento, e se elas vão ser atingidas. Contudo, nós confiamos que esse é o objetivo comum de todos, e é por isso que ressaltamos que este, talvez, seja o ponto mais importante na nossa manifestação: que seja permitido que nós possamos voltar, mais à frente – independentemente da decisão que seja tomada pela agência, independentemente do consenso que ocorra, que seja construído entre mercado e representantes dos passageiros, com a participação do Congresso Nacional –, em algum momento, a discutir essas propostas depois de postas, para avaliar se elas, realmente, atingiram esses objetivos. E, da mesma forma democrática que nós estamos aqui ponderando, compreendendo e aprendendo, ambos os lados, com essa discussão, nós podemos voltar para saber se os objetivos foram conquistados; e se eles precisam ser aperfeiçoados, para que eles sejam postos.

Isso porque estão muito claros – mais uma vez, eu digo – para nós, Ricardo, o traço e a meta que a Anac quer alcançar com isso. Isso é muito legítimo e muito aceitável.

É só essa a preocupação e, por isso, é um ponto importante que essa norma possa ser objeto de uma reanálise, daqui a alguns anos, para saber se todos estão realmente satisfeitos com a regra posta.

É isso, e, mais uma vez, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado ao Dr. Igor Rodrigues Brito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Eu lhe permito, sim, fazer a intervenção final, para que, depois, possamos encerrar a nossa reunião.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço a V. Exª. Eu queria estar aqui antes. O Dr. Eduardo sabe o quanto tenho interesse nesse tema, mas são várias comissões na quarta-feira ao mesmo tempo, e eu estava na Comissão de Constituição e Justiça.

Ainda em tempo, antes de concluir esta reunião, queria fazer uma indagação rapidamente, especificamente ao Dr. Eduardo e à Anac.

O Senador Jorge Viana apresentou ontem o seu relatório ao projeto de resolução de minha autoria, que foi discutido com V. Sª, Dr. Eduardo, e com outras entidades de todas as empresas do setor aéreo.

Primeiro, quero destacar que tenho, desde o ano passado, acompanhado isso. Nós, da Amazônia, sabemos o que significa para os nossos Estados, para a nossa região, o transporte aéreo. Em alguns locais do País, o transporte aéreo pode até ser luxo, mas, para a Amazônia, é bem de primeira necessidade. Para o meu Estado, que é o único que não tem acesso terrestre ao restante do País, o deslocamento pelo transporte aéreo é urgência urgentíssima, é meio de transporte necessário. E, por isso, toda vez que, devido às circunstâncias do mercado, há alteração do transporte aéreo e há redução da oferta, obviamente, as consequências são mais sentidas na nossa região.

É, por isso, Dr. Eduardo, V. Sª sabe muito bem – desde o ano passado, tenho conversado com o senhor, por meio da Abear e também com outras empresas aéreas – que foi até em decorrência disso que propusemos o Projeto de Resolução nº 55, sobre a alíquota do ICMS do querosene de aviação.

Pergunto à V. Sª e à Anac. Já está pronto o relatório do Senador Jorge Viana, como V. Sª muito bem sabe, que fez uma alteração do nosso projeto original, o que, no meu entender, contempla, fazendo a unificação da alíquota do querosene de aviação. Acho que isso, inclusive, traz um resultado fiscal e tributário fundamental para o País. Alguns Estados deixam de ser beneficiados com a guerra fiscal em torno do ICMS. E queria a avaliação de V. Sªs – e me desculpem se essa pergunta já foi feita – sobre o impacto que representará essa matéria; e, se esse projeto de resolução, aprovado aqui pelo Senado, não seria uma das alternativas para o setor aéreo hoje no País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo para a resposta.

O SR. EDUARDO SANOVICZ – Sendo bem objetivo, acho que vale a pena ratificar o testemunho do Senador Randolfe, que tem sido um dos Senadores mais ativos nesse tema, até por conta da relevância que o transporte aéreo tem para a população do seu Estado. Diria que V. Exª merece reconhecimento por essa postura absolutamente ativa, aguerrida e combativa nesse tema.

Vi ontem à tarde o parecer do Senador Jorge Viana. Creio que ele incorpora as preocupações que V. Exª relatou no seu texto e atende às preocupações colocadas pelo conjunto da Amazônia. E sim, a resposta é positiva. Caso seja aprovado da forma como está sendo proposto, esse projeto terá um impacto bastante positivo na diminuição de custos, principalmente naqueles Estados mais longínquos, e no conjunto do setor. Esse benefício se repassa ao sistema.

É importante colocar – porque também acho que não podemos vender falsas esperanças – que o projeto dispõe a validade dele a partir do próximo ano. Ele tem um limite, até porque a regra fiscal estabelece essa anualidade. Este é o ano mais duro, acabei de mencionar isso, desde quando eu trabalho o assunto aviação, em meados dos anos 90. Este é o ano mais duro que atravessamos.

Então, este projeto e esta redução vão gerar efeitos. Ela vai permitir que, em alguns lugares onde se pensa em redução de oferta, ela seja minimizada, e em outros lugares essa oferta se amplie. Esses efeitos não serão imediatos, em menos de cinco, seis, sete meses, mas, sim, serão benéficos, destacadamente para as regiões mais afastadas, como o Amapá, que V. Exª aqui representa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

Com a palavra o Dr. Ricardo, representante da Anac.

O SR. RICARDO BISINOTTO CATANANT – Muito brevemente. Como vai, Senador? Eu parabenizo V. Exª pelo ativismo em torno da questão. Do ponto de vista da agência, eu só posso atestar o acerto da medida. E, na medida em que há redução de custos e ganho de eficiência, eles tendem a ser repassados para os passageiros.

Então, do ponto de vista da regulação econômica, que é o tema que me toca na agência, eu só posso atestar que combustível, que responde por 40%, em torno disso, do custo das empresas, se atacado esse problema e resolvido, eu acredito que os benefícios tendem a aparecer para os passageiros em um curto prazo.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço V. Sªs.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, então, pela presença de todos.

Encerrando esta reunião, convoco a próxima a ser realizada no dia 11 de maio próximo, uma quarta-feira, neste plenário, às 8h30.

Agradeço a presença de todos. A discussão foi muito profícua. Esperamos que ela tenha ajudado o consumidor a entender um pouco da confusão em que estamos metidos na questão aérea.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e quarenta e um minutos do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Armando Monteiro, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Jorge Viana, José Pimentel, Gladson Cameli, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião. Após a leitura de comunicados, tem início a apreciação da Pauta, com inversão na ordem de apreciação. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que "altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários". Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório, iniciada a discussão e adiado. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2015, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências". Relator: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: pela rejeição. Resultado: retirado de pauta, a pedido do relator. Item 1 - Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que "determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)". Relator: Senador Romero Jucá. Relatório: pela rejeição. Resultado: O Senador Acir Gurgacz é designado relator da matéria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que deixou de compor a Comissão. A matéria é retirada de pauta, a pedido do novo relator, para análise. São apreciados requerimentos extrapauta. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 26, de 2016, de autoria do Senador Hélio José, que requer "nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal (CF), e do art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), incorporado pela Resolução nº 4, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre o comparecimento de Ministros de Estado e dirigentes das agências reguladoras ao Senado Federal, em periodicidade anual, que sejam convidados, o Ministro de Minas e Energia (MME) e o dirigente máximo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a fim de prestarem contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho do Ministério e da Agência , em reunião conjunta a ser realizada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)". Resultado: O requerimento é subscrito pelo Senador Flexa Ribeiro, que o adita, solicitando que os convidados sejam ouvidos em audiências separadas, sendo adiada a deliberação. Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer "audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação da Senhora Maria Sílvia Bastos, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para apresentação e discussão dos programas e prioridades da instituição, bem como outros temas correlatos". Resultado: aprovado. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 28, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer "audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação do

Excelentíssimo Senhor Maurício Quintella Lessa, Ministro de Estado dos Transportes,

Portos e Aviação Civil, para apresentação dos programas e prioridades da sua pasta, em data oportuna a ser posteriormente agendada". Resultado: aprovado. Item 8 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 29, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública para debater o impacto tarifário da isenção de pagamento de pedágio proposta por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013". Resultado: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Acir Gurgacz, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Armando Monteiro, Walter Pinheiro, Jorge Viana, Elmano Férrer, Ricardo Ferraço e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Como sempre, os comunicados da Presidência.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 230/2016, da Câmara de Vereadores de Itajaí, Santa Catarina. Trata-se do Requerimento nº 102, de 2016, do Vereador Antônio Aldo da Silva, para que diligenciem no sentido de incluir no Programa de Exploração das Rodovias (PER) disponibilização de recursos para construir novas vias de acesso (alças de retorno) e obras de melhorias e humanização na BR-101, trevo de conexão da Rodovia Antônio Heil com Avenida Vereador Abrahão João Francisco (Contorno Sul), Itajaí.

Outra comunicação diz respeito à indicação feita pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, o Senador Eunício Oliveira. Conforme ofício recebido por esta Comissão em 13 de maio de 2016, passa a fazer parte da Comissão de Serviços de Infraestrutura a Ministra Kátia Abreu.

A Presidência comunica, ainda, que o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi.

E aqui eu quero fazer um comentário dizendo da satisfação desta Comissão em contar agora, na sua composição, com a Ministra Kátia Abreu, que, certamente, com a sua experiência, vai dar uma grande contribuição a esta Comissão de Infraestrutura, bem como dizer da minha satisfação com relação à indicação, para esta Comissão, do Senador Armando Monteiro, ex-Ministro, assim como a Ministra Kátia Abreu, que tem uma folha de serviços prestados aos seus Estados e ao País. A indicação dos dois é motivo de grande satisfação.

Eu acho que esse pensamento que eu externo aqui é o pensamento de todos os Senadores da Comissão. Eu diria que os Senadores Acir Gurgacz e Fernando Bezerra Coelho, que estão aqui, estão a endossar inteiramente as palavras que estou dizendo nesta hora a respeito dessas novas indicações.

Mas agora eu quero lamentar a saída do Senador Blairo Maggi. A sua contribuição se dava pela qualidade das suas intervenções, pela experiência que ele sempre demonstrou aqui, na Comissão, no trato dos problemas do Brasil. Ele tem uma visão muito abrangente dos nossos problemas, principalmente dos problemas da agricultura e do agronegócio.

Eu acho que o Governo fez uma grande escolha quando levou para os seus quadros, para ser Ministro da Agricultura, o Senador Blairo Maggi. Sem dúvida nenhuma, nós vamos sentir muita falta do nosso Senador aqui, não apenas pelo seu trato amável, mas também pelo fato de ele ser um dos madrugadores aqui. Ele sempre era um que colaborava com o nosso quórum e deixava os nossos universitários mais tranquilos. Os nossos universitários aqui sempre contavam com o nosso Blairo Maggi, que teve que nos deixar momentaneamente. Acredito que ainda possamos tê-lo nesta Comissão. Não sei se ele deseja mais. Ele deve estar muito entusiasmado com as novas tarefas que lhe foram confiadas.

Então, dando as boas-vindas à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Armando Monteiro e dizendo do nosso voto de absoluta confiança na gestão do Senador Blairo Maggi à frente da pasta da Agricultura, encerro estas considerações e passo à Ordem do Dia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Há dois projetos para os quais eu fui designado Relator. Eu pedi a retirada de pauta do item 2, mas eu queria, agora, externar ou pedir a preferência para o item 4. Sei que não há quórum para deliberar, mas eu poderia fazer a leitura do item 4, se V. Exª assim entender.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É com muita satisfação que atendo a solicitação do Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica aos usuários.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta
Observações:
1 - A matéria tem parecer da CCJ, pela aprovação com duas emendas.
2 - Aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tramita nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015, do Senador Ronaldo Caiado, que propõe incluir art. 3º-B na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, com o intuito de estabelecer multa a ser paga aos usuários por interrupção no serviço de energia elétrica provido por empresas distribuidoras.

O autor da matéria justifica sua apresentação alegando que o consumidor urbano ou rural tem sido o grande prejudicado nas reincidentes quedas de fornecimento do serviço, tanto pelas dificuldades criadas na ausência de energia elétrica quanto pelos prejuízos causados aos aparelhos eletrônicos, que invariavelmente não suportam os picos de energia gerados pela retomada do serviço.

Diante desse quadro, o Senador Ronaldo Caiado sustenta que a penalização automática das concessionárias, referente ao período em que o fornecimento tenha sido cortado, mostra-se um bom incentivo para o aperfeiçoamento do serviço prestado. Essa penalização seria revertida em desconto no total da tarifa cobrada dos usuários.

O PLS foi encaminhado inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi aprovado parecer pela constitucionalidade, juridicidade, além de emenda para ajustes na redação visando a adequar a proposição ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Em seguida, foi encaminhada para esta Comissão, para decisão em caráter terminativo.

De início, acatamos o parecer da CCJ pela constitucionalidade, juridicidade e pela adequação da redação com vistas a ajustá-la à técnica legislativa.

No mérito, não há como deixar de reconhecer a pertinência da proposta do Senador Ronaldo Caiado. Na relação de consumo, o consumidor é a parte hipossuficiente, razão pela qual seus direitos devem ter tratamento diferenciado, inclusive aqueles relativos à indenização por descontinuidades no serviço prestado. É nessa direção que aponta o PLS que ora analisamos.

No entanto, a legislação e os regulamentos já têm dado tratamento adequado aos direitos do consumidor. De fato, o consumidor de energia tem, por força de lei, direito a ressarcimentos causados por serviços descontínuos, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o chamado Código de Defesa do Consumidor.

Também o art. 6º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a chamada Lei de Concessões, prevê que a continuidade é um dos requisitos do serviço adequado, pressuposto de toda concessão ou permissão, e que a interrupção do serviço não seja considerada uma descontinuidade, desde que em caráter emergencial ou após aviso prévio:

No tocante à interrupção dos serviços de distribuição de energia elétrica, os citados dispositivos das duas leis – CDC e Lei de Concessões – estão regulamentadas de forma harmônica por meio de resoluções da Aneel, especificamente as que aprovaram os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (Prodist). Os Módulos 8 e 9 do Prodist já regulamentam o objeto da proposição de forma mais completa e mais rigorosa. De modo que recomendamos manter o tratamento que já é dado em regulamento em vez do que é proposto no PLS.

Tal escolha garante maior relação custo/benefício para o consumidor e mantém a base em torno da qual os índices de qualidade das distribuidoras é aferido pela Agência Reguladora.

Entendemos, contudo, que a preocupação do Senador Ronaldo Caiado transcende a mera aplicação da multa. Pretende também dar segurança regulatória ao consumidor, de modo a prevenir que disposições regulamentares venham a ser alteradas discricionariamente em desfavor do consumidor. Por essa razão, ainda que reconhecendo como adequado o tratamento que a norma regulamentadora vem dando à multa por interrupção, propomos elevar, ao patamar legal, aquilo que atualmente é disposto em regulamento, acolhendo assim a proposta de estabilidade de regras em favor do consumidor, implicitamente exarada no PLS de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

Consideramos, ainda, que cabe aprimoramento aos procedimentos dispostos no Regulamento. Surpreendentemente, a aplicação da multa depende de informações que são registradas pela própria concessionária ou permissionária. O Módulo 8 do Prodist estabelece que o registro das interrupções é de responsabilidade da distribuidora. Ora, há uma evidente assimetria de informação, impossível de ser auditada pela Aneel de forma independente.

Por essa razão, apresentamos emenda com o objetivo de incluir comando para que o poder concedente implante ferramentas que estimulem a Aneel a buscar ferramenta de auditoria dos indicadores de qualidade independentemente das concessionárias e permissionária de serviços de distribuição de energia.

Diante do exposto, votamos pelo acatamento do Parecer da CCJ pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, com as emendas que apresenta e, no mérito, pela sua aprovação na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CI (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2015

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, estabelecendo multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida com o seguinte art. 14-A:

Art. 14-A. A interrupção no fornecimento de energia elétrica pela empresa prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica importa na aplicação de multa em benefício dos usuários finais que forem diretamente prejudicados, na forma do regulamento.

§ 1º A multa prevista no *caput*:

I - será aplicável quando for superado o valor limite de indicadores de qualidade do serviço prestado;

II - poderá ser paga sob a forma de crédito na fatura de energia elétrica ou em espécie, em prazo não superior a três meses após o período de apuração;

III – estará sujeita a um valor mínimo e a um valor máximo;

IV - não será devida, entre outras situações:

a) por interrupções de curta duração;

b) quando a interrupção for causada por insuficiência técnica no interior da área sob domínio do usuário final;

c) em caso de suspensão por inadimplemento do consumidor;

d) por interrupções programadas pela concessionária ou permissionária de distribuição;

e) por interrupções oriundas de atuação de esquemas de alívio de carga solicitado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

V - não inibe a aplicação de qualquer outra penalidade prevista em lei.

§ 2º Deverão ser implantadas ferramentas que permitam a auditoria dos indicadores de que trata o § 1º independentemente de informações da empresa prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Art. 2º. A implantação das ferramentas referidas no § 2º do art. 14-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, deverá ser iniciada no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, a contar da publicação desta lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos após cento e vinte dias.

Este o substitutivo, Sr. Presidente, que apresentamos e que, acreditamos, acolhe as preocupações do Senador Ronaldo Caiado, que apresentou esse PLS para análise do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradecendo ao Senador Fernando Bezerra Coelho por este alentado relatório, nós vamos deixar a discussão...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Já desejam iniciar a discussão? (*Pausa.*)

Então, o Senador Acir Gurgacz iniciará a discussão do projeto e do relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, só quero cumprimentar o Relator, que melhorou o projeto de lei de iniciativa do Senador Ronaldo Caiado.

É um projeto importante, porque entendo que o usuário não tem proteção e fica totalmente ilhado com relação à falta de energia que acontece nas suas residências. A situação das distribuidoras é muito cômoda, porque ela multa, corta a energia no caso de falta de pagamento ou de algum inadimplemento por parte do usuário, que não tem o que fazer quando o contrário acontece. Ele não tem como ser ressarcido por qualquer situação adversa que aconteça em razão da falta de energia. O prejuízo do usuário também é muito grande, mas não há essa modalidade.

Então, era só para cumprimentar o nosso colega Senador Fernando Bezerra Coelho por ter melhorado o projeto de lei. Entendo que a mudança é pertinente e conta com o nosso apoio.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Lasier Martins, com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Acir disse o que eu pretendia dizer acerca do aperfeiçoamento.

Eu queria, no entanto, Senador Garibaldi, requerer, desde já, que, quando houver quórum, sejam colocados em pauta dois requerimentos: um é de convite, para audiência pública aqui, na Comissão, à Srª Maria Silvia Bastos, nova Presidente do BNDES, a fim de que nos traga aqui as prioridades da instituição e outros temas de interesse do Senado com relação ao BNDES, tão discutido nos últimos tempos, e o outro é de convite, para uma audiência pública, ao Sr. Maurício Quintella Lessa, novo Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para apresentação do programa de prioridades.

Quando tivermos quórum, gostaria de requerer essa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Lasier, que tem pressa em saber das metas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não se tem dito muito, Presidente, que tudo tem que ser às pressas, tem que ser rápido? O taxímetro está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos encerrar a discussão do Projeto de Lei do Senado constante do item 4 da nossa pauta e vamos atender a uma solicitação do Senador Fernando Bezerra Coelho. Ele pede a retirada de pauta do item 2, não terminativo.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, de 2015
- Não terminativo -

Altera o art. 3º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, altera o art. 17 e inclui o art. 17-A, ambos da Lei nº 9.648 de 28 de maio de 1998, para aumentar a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos destinada a estados em cujos territórios se localizar o aproveitamento hidrelétrico, e dá outras providências.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1 - Matéria constou da pauta desta Comissão em 24.02.2016, quando foi retirada de pauta, a pedido do relator para reexame; e em 27.04.2016, ocasião em que foi adiada a apreciação da matéria.
2 - O projeto será analisado pela CMA e pela CAE, cabendo à última a decisão terminativa.

Vamos atender à solicitação do Senador Lasier Martins e passar ao item 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 27, de 2016
- Não terminativo -

Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação da Senhora Maria Sílvia Bastos, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para apresentação e discussão dos programas e prioridades da instituição, bem como outros temas correlatos.

Autoria: Senador Lasier Martins
A data será agendada posteriormente.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Também de autoria do Senador Lasier Martins, item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 28, de 2016
- Não terminativo -

Audiência Pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a participação do Excelentíssimo Senhor Maurício Quintella Lessa, Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, para apresentação dos programas e prioridades da sua pasta, em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Lasier Martins

A data será agendada posteriormente.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A relatoria do item 1 era do Senador Romero Jucá, que se licenciou para assumir a Pasta do Planejamento.

Sendo assim, consulto se o Senador Acir Gurgacz poderá se tornar o novo Relator da matéria.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com prazer, faço a leitura do relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

Como eu tenho um compromisso, estou apresentando um requerimento para tratar do projeto de lei que cuida dos pedágios em áreas municipais.

Eu gostaria apenas que V. Exª registrasse esse requerimento, em função do meu compromisso inadiável. Eu gostaria de discutir esse assunto aqui, porque ele é bastante polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª solicita que votemos o requerimento agora?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos ao requerimento.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de audiência pública para debater o impacto tarifário da isenção de pagamento de pedágio proposta por meio do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Ele pede a presença da Diretoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), da Diretoria do Departamento de Concessões da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes, do representante da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), do representante da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), do representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do representante da Confederação Nacional dos Municípios

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, para darmos andamento à nossa pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, só pedi a palavra porque o autor desse projeto, o Senador Roberto Rocha, através de sua assessoria, tendo em vista a impossibilidade de sua presença nesta reunião, me solicita que peça vista para que tenha tempo de ter uma conversa com o novo Relator para esposar melhor os seus argumentos antes da apresentação do relatório. Como não sei se isso seria possível, apresento aqui o apelo do Senador Roberto Rocha.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

Eu sugiro que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Que se dê vista coletiva, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ou que ele seja retirado de pauta para a gente conversar com o autor, o que seria mais pertinente. Eu o traria na próxima reunião para que o votássemos, após conversar com o autor dessa importante matéria.

Eu iria considerar o relatório já feito pelo Senador Romero Jucá, não iria fazer nenhuma mudança. No entanto, diante do pedido do autor, trazido pelo Senador Fernando Bezerra, eu entendo que é pertinente nós fazermos, então, essa reunião para avaliarmos melhor esse projeto, Presidente. Peço a sua retirada de pauta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendido, inclusive contando aqui com o consenso da Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa matéria é muito relevante, Presidente.

Ainda anteontem, à noite – não sei se V. Exª e os demais colegas a assistiram – aconteceu uma entrevista longa do Delcídio do Amaral no Roda Viva da TV Cultura. Ele disse, e repetiu várias vezes, que a Petrobras é o Presidente da República. O Presidente da República permanece vinculado o tempo todo. E, com a degradação

sofrida tanto pela Petrobras como pelo BNDES, essa é uma matéria que nós temos que examinar com o máximo cuidado. Temos que aprofundar muito a discussão dessa matéria.

Também sou pelo adiamento ou pelo pedido de vista. V. Exª decide.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos, então, retirar a matéria de pauta, atendendo à solicitação do novo Relator, o Senador Acir Gurgacz.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2015
- Não terminativo -

Determina que a escolha do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) depende de aprovação prévia pelo Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública, e modifica a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências, para determinar a mesma exigência para a escolha do presidente da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1 - Matéria constou das pautas desta Comissão em 06.04.2016 e 27.04.2016.
2 - Matéria será apreciada terminativamente pela CAE.)

O item 2 da pauta já foi retirado pelo Relator.

O item 3 é terminativo, assim como o item 4. O universitário já está feliz aqui!

Nós temos que fazer um apelo, a exemplo do que já fizemos em outras oportunidades. É que foram designados Relatores para matérias sob análise desta Comissão, e nós estamos esperando que S. Exªs os Srs. Relatores possam devolver as matérias. Nós já fizemos alguns apelos nesse sentido. Entendemos que algumas matérias são complexas e não permitem aos Senadores que pronunciem um relatório mais rapidamente. O que acontece, porém, é que nós estamos aqui sem matérias para deliberar. Nós estamos contando, agora, com a participação dos Senadores para que possam liberar essas matérias, a fim de que possamos compor a nossa pauta. Então, faço um apelo aqui a todos os Senadores, para que devolvam as matérias com os seus devidos relatórios.

Pergunto aos Senadores se temos, ainda,...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, já que não temos matéria para votar...

Hoje é a primeira quarta-feira desse Governo interino, e tenho assistido, na tribuna do Senado, ao debate que há entre a nova situação e a nova oposição, que já se digladiam e se debatem. Sinceramente, Sr. Presidente, entendo que não seja esse o caminho pertinente, até porque estamos há três quatro dias com esse Governo interino, que se comprometeu a trazer notáveis para os ministérios, embora esses notáveis, ainda no início, não consigam entender-se. Mas isso faz parte do início do processo.

A minha preocupação é com o cancelamento de atos do Governo anterior, como, por exemplo, aconteceu no Ministério das Cidades, em que houve o cancelamento de obras que estavam em andamento, que estavam projetadas. Talvez seja pertinente cancelar alguma coisa, mas não tudo. É uma situação que entendo bastante delicada, devendo ser analisada caso a caso, item a item. Talvez, alguns itens e algumas questões devam ser revistos, mas algumas coisas não devem ser revistas.

Isso faz parte da entrada do novo Governo. Não é esse Governo. Qualquer outro novo governo que entre vai querer rever o que foi feito nos últimos dias do Governo anterior.

E minha preocupação maior é com relação aos projetos em andamento no Ministério dos Transportes. Com relação à continuidade da reconstrução da BR-319, de que já tratamos por várias vezes. Isso não é uma questão de governo; é uma questão de Estado, uma necessidade do País. A concessão da BR-364, de Comodoro a Porto Velho, que já está com seu relatório ou projeto quase pronto, entendo que seja muito importante, como o Contorno Norte de Porto Velho, cujo projeto já deve estar concluído nesta semana ou na semana que vem. Quem está fazendo esse projeto é o DNIT, o DNIT de Brasília.

E há também as travessias urbanas. Já foi aberta a licitação para a travessia urbana da cidade de Ji-Paraná, que abriu na semana passada ou retrasada – não sei, não me recordo. E há a travessia urbana de Vilhena, que já está com seu projeto pronto. A Prefeitura Municipal de Vilhena fez o projeto, doou para o DNIT e só falta agora o DNIT colocar em licitação. São obras importantes, obras que não são de um governo, obras que são de interesse do Estado, de interesse da União, para o desenvolvimento do nosso País.

Então, fica aqui o nosso pedido para que não sejam interrompidas essas obras. Que elas sejam analisadas, sim, naquilo que for de interesse e naquilo que não for de interesse, mas que não seja feito um cancelamento vertical; e, sim, se necessário, que seja pinçado aquilo que não é importante para a União. Aquilo que é importante para a população de modo geral, sendo uma questão de Estado, não pode ser interrompido. É o caso, por exemplo, dessas que elenquei aqui: a travessia urbana de Ji-Paraná e Vilhena, o Contorno Norte de Porto Velho, os viadutos de Porto Velho, a BR-319 e a concessão da 364, que tem a finalidade de duplicar essa rodovia, que é a espinha dorsal do Estado de Rondônia. Por ali passa, se não toda, pelo menos a maioria da produção agrícola do Estado do Mato Grosso e toda a produção agrícola do Estado de Rondônia, para exportação através da Hidrovia do Madeira.

Então, são essas as minhas colocações. Espero que o Governo tenha a consciência de não interromper essas obras importante para o nosso País, em especial para o nosso Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pela ordem, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Garibaldi, essas considerações, muito oportunas, do Senador Acir realçam o requerimento que fiz há pouco. V. Exª, com o bom humor de sempre, disse que eu estava com pressa, mas veja o quanto é urgente discutirmos essa questão da paralisação das obras.

A presença do Ministro dos Transportes aqui é urgente também. Eu acrescento às reclamações do Senador Acir o que acontece no Rio Grande do Sul. V. Exª conhece o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, temos uma velha travessia que liga a metade sul à metade norte do Estado, a Travessia Getúlio Vargas, que tem quase 70 anos. Foi inaugurada pelo Getúlio Vargas. Essa ponte já sofreu danos duas vezes. Uma vez, um barco bateu num pilar e a ponte passou o dia inteiro sem poder funcionar, com um congestionamento gigantesco de carros dos dois lados. Há anos se lutava pela construção da segunda ponte sobre o Guaíba. Depois de a Presidente Dilma ter prometido começá-la no primeiro governo, ela não começou no primeiro governo, mas no segundo governo. Aí, as obras vinham razoavelmente aceleradas, mas, subitamente, parou tudo, com 30% já construído. Então, nós precisamos retomar essa obra. Ela é urgente. Houve um mal-estar danado no Rio Grande do Sul com essa paralisação.

Trazer isso aqui não era o objetivo prioritário, nem pensei nisso no momento do requerimento, mas é uma obra que tem de ser feita para anteontem. Podemos discuti-la aqui tanto quanto os colegas Senadores vão apresentar também suas obras regionais. Com isso, estou justificando e entendendo a graça que V. Exª fez, porque é o Senador mais bem-humorado deste Senado, nós sabemos disso. Então, que se justifique essa vinda do...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu também quero me associar à iniciativa do Senador Acir Gurgacz, como à iniciativa do Senador Lasier. Eu acho que o novo Governo está diante de uma encruzilhada nesse aspecto. Ele tem de saber separar o joio do trigo. Depois de separar o joio do trigo e de saber o que é mais pertinente, mais válido, ele tem de saber priorizar o que realmente não pode ser paralisado.

Então, não é uma missão fácil essa do novo Governo – não tenhamos dúvida, eu estou dizendo o óbvio –, mas as cobranças já começam a acontecer.

Mas há cobranças e há cobranças. Há cobranças feitas com esse espírito de colaboração e há cobranças daqueles que já querem fazer com que o Governo faça milagres numa hora dessa, com que o governo possa responder por determinadas demandas que não foram atendidas durante vários anos.

Então, não se pode cobrar efetivamente o que se tem em mente, porque não há condições de atender.

Eu saúdo a iniciativa do Senador Acir Gurgacz, como saúdo a iniciativa do Senador Lasier Martins, e dou conta até de um gesto que foi praticado ontem pelo novo Ministro de Minas e Energia, o Deputado Fernando Coelho Filho, que ontem fez uma visita de cortesia ao nosso gabinete e se dispôs, depois de um determinado período, a vir aqui para falar justamente sobre a sua Pasta.

Foi um gesto que eu considerei... O Ministro de Minas e Energia, o Ministro Fernando Coelho Filho, é um Ministro jovem, Deputado pela terceira legislatura, e tem um desafio enorme pela frente, que é o de assumir um Ministério desse porte. Um dos ministérios mais importantes da República foi confiado a esse jovem Parlamentar, inclusive filho do nosso Senador Fernando Bezerra Coelho.

Mas o que é certo é que ele teve esse gesto, e eu queria me congratular e registrar aqui a iniciativa dele de dizer que estará aqui logo que puder fazer um relato à Comissão sobre de como encontrou e como realmente pretende conduzir o Ministério.

Não tenhamos dúvidas de que o Ministro que o antecedeu, o Senador Eduardo Braga, também esteve aqui, atendendo a um convite, para falar sobre a sua Pasta, debatendo com os Senadores, e é bom que isso venha a acontecer no novo Governo. Que esse exemplo desse jovem Ministro possa ser seguido pelos outros ministros, que o debate possa transcorrer com os novos governantes, aqueles que ocupam os ministérios durante esse novo Governo.

O Senador Flexa Ribeiro não pediu a palavra, mas, só pelo olhar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Garibaldi Alves Filho, pela nossa amizade, nós estamos em sintonia fina. Não preciso nem falar, porque V. Exª já advinha, por telepatia, o pensamento.

Srs. Senadores, acho importante a vinda do Ministro das Minas e Energia, principalmente por ser da forma como V. Exª colocou, pois ele se disponibiliza a vir aqui para que nós possamos trocar algumas ideias com ele e saber do seu plano de ação.

O que me preocupa, Senador Garibaldi Alves, é que V. Exª diz que as coisas estão acontecendo e o tempo está passando.

Ainda hoje, pela manhã, no noticiário... Todo dia vem uma notícia de que o déficit das contas públicas está aumentando. Hoje, o PLN 1, que vai tramitar na CMO, altera a meta fiscal do Governo que está afastado, que era de um superávit, no ano de 2016, de R$24 bilhões, para um déficit de até R$96 bilhões. Nós vamos aprovar isso na CMO e no Congresso. Isso tem que ser aprovado até semana que vem. Se não, o Governo do Presidente Michel Temer corre o risco de cometer novamente as tais, entre aspas, pedaladas fiscais ou crime de responsabilidade fiscal, porque já vai estourar a meta agora em maio. Mas o noticiário já aumentou. Anteriormente, havia dito que esse déficit seria de R$120 bilhões, mas hoje disse que pode chegar a R$150 bilhões.

Ou seja, parece-me que todo dia estão sendo descobertas ações que foram tomadas pelo Governo afastado nos últimos minutos do seu mandato. Eu tenho a impressão de que ...

Eu vi no noticiário também que o Ministro Bruno, Ministro das Cidades... Eu acho que poderíamos convidá-lo a vir aqui, porque o Ministério das Cidades também tem uma ligação direta com a área de infraestrutura, com a área de saneamento urbano das cidades. Poderíamos convidar o Ministro Bruno para também vir aqui, à Comissão de Infraestrutura, para expor seu programa no Ministério das Cidades.

Mas, como eu dizia, a notícia que eu li é que ele mandou suspender todos os contratos ou convênios assinados nos últimos 15 dias para que fossem reexaminados um a um. Eu acredito que isso deveria ser feito no Governo como um todo.

Ontem, eu ouvi uma notícia, Senador Garibaldi, que me preocupou.

No dia 11, a Presidente Dilma assinou a criação de uma reserva indígena no Município de Belterra, no meu Estado do Pará. Essa reserva indígena vai ocupar praticamente 80% da área territorial do Município e não tem nenhum índio. Então, estou mandando averiguar isso – fui tomado de surpresa com a notícia ontem – para saber se isso é verdadeiro. Se for verdadeiro, isso tem que ser desfeito. Fazer uma reserva indígena onde não tem índio? Pelo que sei, em Belterra, onde foi feito aquele projeto da Ford, a Fordlândia, para a produção de borracha, não há índio.

E há outra notícia que eu soube e que diz respeito à esta Comissão: ela teria criado uma agência para tratar da questão não da reforma agrária, mas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Da questão fundiária.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, da questão fundiária. Ela teria criado uma agência para tratar disso.

Essas duas notícias eu ouvi ontem à noite e estou pedindo para que se faça uma averiguação para saber se as duas são verdadeiras. Eu espero que não, porque, se forem, nós teremos que agir nesse sentido.

Vamos aguardar o Ministro Fernando Coelho Filho, mas eu proporia fazer um convite para que o Ministro Bruno, Ministro das Cidades, também viesse aqui para nós sabermos dele o seu programa de ação no Ministério das Cidades.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu posso apresentar a minha solidariedade ao Senador Flexa?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador Valdir Raupp pediu a palavra, mas...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

É uma frase só.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pode falar primeiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós não podemos deixar que o valoroso Estado do Pará se torne o Estado da fantasia, que é o que está parecendo com essas criações lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Lutaremos juntos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há um cidadão – quer dizer, não sei se ele já saiu – que conseguiu destruir o setor elétrico brasileiro. Ele se chama Tolmasquim. Tolmasquim era o homem forte da Presidente Dilma no setor elétrico. Acho que ele começou ainda no Presidente Lula e deve ter ficado lá mais de dez anos. Tudo o que ele fez foi para destruir o sistema elétrico brasileiro. É por isso é que nós estamos nesse caos total, inclusive na Eletrobras.

Eu vejo aqui uma matéria, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que nos chamou a atenção.

> A Alemanha produziu tanta energia sustentável que pagou para cidadãos consumirem.
>
> Domingo, 8 de maio, foi um dia recorde para a produção de energia renovável da Alemanha: os painéis de energia solar e os geradores eólicos receberam tanta luz do sol e vento que produziram 87% de toda a energia usada no país naquele dia.
>
> No país existe um mercado de compra e venda de energia. Quando a oferta aumenta, os preços diminuem. Nesse caso, o volume recorde fez com que usinas nucleares de gás e de carvão vendessem seu excedente a preços negativos [porque não tinham como desligar rapidamente as geradoras a carvão e nucleares]. Por algumas horas os consumidores comerciais simplesmente foram pagos para consumir energia [foram pagos para consumir a energia que estava sendo jogada no sistema]. Isso porque as usinas de gás deixam de operar nessas ocasiões, mas as nucleares e de carvão não conseguem parar tão rápido, valendo mais a pena para elas se livrar do excedente do que passar por todo o processo de desligar e religar os sistemas.

E o que é que a Alemanha tem de vento e de sol que o Brasil não tem? O Brasil tem potencial para superar a Alemanha; o que falta é vontade política. Então, eu acho que, com essa vinda do Ministro aqui, podemos pedir a ele que acelere os processos de energia eólica, de energia solar.

Nós temos a maior matriz de energia hídrica do País. Então, não precisaríamos, no Brasil, hoje, Senador Lasier e Senador Flexa Ribeiro, estar pagando tão caro por uma conta de luz. Hoje, as indústrias não estão conseguindo mais sobreviver, muitas delas pelo preço da energia.

Chega aqui o Senador Armando Monteiro, ex-Ministro da Indústria e Comércio.

Houve época em que os empresários, as pessoas, os consumidores pagavam cerca de R$800,00 por megawatt. Quando a chuva diminuía e os reservatórios baixavam, a energia ia lá para as nuvens.

O Brasil está completamente errado. Se o Brasil tem potencial para ter energia solar, se tem potencial para ter energia eólica, se tem potencial para ter energia hídrica, porque está queimando carvão, por que está continuando com um programa para gerar escândalo, como geraram agora no passado as usinas nucleares? Nós temos potencial para superar a Alemanha, se a Alemanha está pagando em determinados momentos os consumidores para consumir energia, porque há tanta energia, está sobrando energia, por que é que o Brasil não pode seguir o mesmo modelo da Alemanha?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O Senador tem inteira razão, e esta Comissão tem propugnado aqui no sentido de que possamos ter o aproveitamento de energias renováveis no País. Nós já fizemos, inclusive, audiência pública, e a nossa política pública – todos os anos as comissões adotam uma política pública – para este ano trata das energias renováveis.

Eu já fiz aqui, Srs. Senadores, Srªs Senadoras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – O universitário está dando prova aqui de sua eficiência trazendo um levantamento das matérias aprovadas sobre energias alternativas durante o período desta Comissão.

São várias as iniciativas que são do conhecimento dos Srs. Senadores, mas elas precisam transformar em realidade aquilo que é aprovado aqui.

Mas eu também precisaria saber se todas elas são de caráter terminativo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, nós fizemos a nossa parte. Quase todas elas não são de caráter terminativo, mas a nossa Comissão fez a sua parte discutindo e aprovando essas matérias.

Só para dar um exemplo, "reduz as alíquotas de tributos incidentes em painéis fotovoltaicos e similares", "dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito para financiamento de equipamento de geração de energia eólica e de energia fotovoltáica de capacidade reduzida".

Eu, o Senador e Ministro Armando Monteiro e todos os Senadores que estão aqui presentes sabem o que vem acontecendo na nossa Região Nordeste – vou falar sobre o Nordeste – em termos de energia eólica.

O que temos de projetos ora em implantação e projetos que estão à espera de implantação e de leilões a serem realizados... Temos apenas o obstáculo de que não temos linhas de transmissão suficientes, às vezes, para fazer valerem esses projetos.

Quero fazer o registro aqui – já fiz antes, na ausência do Ministro Armando Monteiro, e agora faço na sua presença – da satisfação que temos de contar com o Ministro Armando Monteiro integrando aqui a nossa Comissão.

Trata-se de um dos homens públicos mais respeitados deste País, um nordestino que sempre defendeu as melhores causas da sua região e um empresário cujo reconhecimento o levou à Presidência da Confederação Nacional da Indústria.

É motivo de orgulho, Senador Armando Monteiro – pode acreditar –, é motivo de orgulho para todos nós podermos contar com V. Exª participando da nossa Comissão de infraestrutura, até porque sabemos que a infraestrutura hoje depende sobretudo de investimentos que venham a representar uma parceria entre o Estado e a iniciativa privada, e V. Exª tem toda uma experiência calcada nisso e, recentemente, deu uma grande contribuição na qualidade de Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Quero, assim, assinalar a satisfação de todos nós por recebermos aqui V. Exª como integrante desta Comissão.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Senador Garibaldi, quero cumprimentar V. Exª e os nossos companheiros da Comissão e dizer que me sinto muito feliz por estar integrado a esse grupo, a esse colegiado, sobretudo no momento em que a questão da infraestrutura tem que ter centralidade na agenda do País.

Acho que todos identificam que o Brasil tem um déficit importante nessa área, que, há, por assim dizer, um esgotamento do modelo de financiamento anterior... Ou seja, agora, os projetos de infraestrutura, como V. Exª muito bem sublinhou, têm que ter uma participação da poupança privada, do setor privado, e, para que isso aconteça, é preciso criar um ambiente favorável a esses investimentos, que são investimentos de longo prazo de maturação, que exigem não apenas uma modelagem adequada dos projetos, mas um marco regulatório absolutamente estável e previsível, sem o que, evidentemente, os investidores privados não irão, vamos dizer, se encorajar a participar desse processo.

Portanto, esta Comissão tem uma grande responsabilidade, e estou certo de que dará uma grande contribuição para que essa agenda da infraestrutura possa se mover rapidamente, porque a infraestrutura tem, além de tudo, um impacto muito importante na produtividade da economia. Quer dizer, sem reduzir custos logísticos, sem ter um sistema eficiente, o Brasil não poderá construir realmente uma economia mais competitiva.

Quero dizer que me integro aqui a esta Comissão com uma imensa vontade de, ao lado dos companheiros, contribuir também. Quero agradecer a V. Exª, especialmente os registros, mas V. Exª tem, por assim dizer, em relação a mim, uma espécie de suspeição de origem, porque é meu amigo. Em todo caso, agradeço muito essas referências e, como disse, me sinto feliz em poder estar integrado a esse grupo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Armando Monteiro, o fato de ser seu amigo não me dispensa de fazer justiça ao que V. Exª representa na vida política, econômica e social do País.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Presidente, só um dado aqui antes do Flexa. São 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Pois não.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Por falta de linhas de transmissão, 13 usinas eólicas estão paradas no Nordeste; repito: 13 usinas. Poderiam gerar 4% mais ou menos da energia do País.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para aditar, Senador Raupp, Belo Monte começou a gerar energia. Primeira turbina: 600 e pouco megawatts, Senador Armando. A programação, a previsão é, a cada dois meses, uma turbina entrar em funcionamento até o final de 2018. A Presidente Dilma foi lá inaugurar. Não sei o que ela foi inaugurar, mas, na véspera de ser afastada, esteve lá para inaugurar Belo Monte, que ainda está em obras.

A preocupação, Senador Raupp, Senador Armando, em relação a essa notícia que o Senador Raupp trouxe, de que, no Nordeste, se tem geração eólica e não se tem linha de transmissão, é que isso vai acontecer em Belo Monte, porque a linha de transmissão que hoje existe só suporta essa turbina. Daqui a dois meses, quando entrar a segunda turbina, não haverá como transmitir a energia gerada. Por quê? Porque as linhas de transmissão que estão concedidas não estão prontas e nem ficarão prontas a médio prazo; quer dizer, haverá energia para ser gerada, e não há como ser colocada no sistema nacional integrado. Só para complementar aqui: vai acontecer com a energia hídrica o que está acontecendo com a eólica – falta linha de transmissão para levar...

O que isso vai ocasionar, Senador Garibaldi? Vamos continuar pagando energia mais cara, das termos, que não podem ser desligadas, e sem usar a mais barata.

Quero festejar também não a saída do Ministro Armando Monteiro do Ministério, mas, sim, seu retorno ao Senado, que valoriza o Senado Federal e as comissões de que participa, pela competência reconhecida.

Compartilho da amizade do Armando há décadas. Não preciso dizer quantas, não é, Armando?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quando V. Exª era empresário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente. Quando ele era Presidente da CNI, tive a honra de ser um dos vice-presidentes da diretoria que o Armando presidiu e tenho certeza de que ele vai agregar o seu conhecimento, como tem feito nos seus... Ontem, ele fez um brilhante pronunciamento da tribuna. Eu não estava presente no plenário , mas estava acompanhando. Assisti a uma parte pela TV Senado e ouvi o restante pela Rádio Senado.

Então, quero parabenizá-lo, Armando.

É uma pena só que todo esse trabalho que o Ministro Armando fez tenha sido efetuado, executado num governo que levou o Brasil a essa situação. Não por culpa dele não, mas por culpa da direção.

Estamos livres, não vamos falar do passado, Senador Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...porque temos que olhar para frente.

Eu recebi uma ligação agora do Senador Hélio José, solicitando que eu fizesse um pedido ao Presidente. Ele tem um requerimento, que eu subscrevi por solicitação dele, em que convida o Ministro de Minas e Energia e também o Presidente da Aneel, para que venham a uma audiência aqui na CI, em conjunto com a CAE. No entanto, há uma solicitação do Ministro de que as audiências sejam separadas: viria o Ministro numa audiência; e o Presidente da Aneel, numa outra audiência.

Eu consultei o autor do requerimento, o Senador Hélio José, sobre fazer-se o desmembramento, e ele não se opôs. Então, já faria também o pedido a V. Exª de que aprovássemos o requerimento e já, em separado, as duas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Antes de submeter o requerimento, eu fiz o registro aqui – V. Exª estava ausente ainda, Senador Flexa Ribeiro – da disponibilidade do Ministro Fernando Coelho Bezerra Filho, que ontem esteve em nosso gabinete para dizer que estava à disposição desta Comissão, antecipando-se até a qualquer requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu comentei isso com o Senador Hélio José. Disse: "Senador, o Presidente Garibaldi já informou que o Ministro esteve em contato com ele, colocando-se à disposição para vir até aqui; ou seja, ele já se antecipou ao requerimento que o convida".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ele só pediu um certo tempo, porque, na verdade...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu acho justo que todos possam...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ...eu acho que todos devem ter essa compreensão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente, para que possa até tomar conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Quem esteve à frente de um ministério sabe muito bem que é necessário um tempo de maturação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E um ministério da complexidade do Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É bem rápido.

Sr. Presidente, ainda em tempo – os debates se desenrolam –, eu quero dizer, Presidente Garibaldi, que V. Exª teve muita sensibilidade em saudar, nos termos em que o fez, o Senador Armando Monteiro.

Desde que eu o enxerguei no plenário do Senado, e ontem também, do gabinete, escutei seu pronunciamento, convenci-me daquilo que já sabia: o Senador Armando Monteiro vem trazer não apenas para o Senado, mas muito particularmente para a nossa Comissão de Infraestrutura, um enriquecimento extraordinário.

É um homem público de vasta experiência, um homem que conhece o problema das indústrias, e nós vivemos uma grave crise nas indústrias presentemente. Ele vai participar com muita competência aqui nos nossos debates, nas nossas audiências públicas.

Eu me sinto regozijado e também muito satisfeito. É um homem com quem tive pouquíssimos e episódicos contatos e cumprimentos, nada mais do que isso, mas por quem tenho uma admiração muito grande pelo tempo em que esteve na CNI e agora aqui ao nosso lado.

Então, congratulo-me e agradeço, porque V. Exª disse o que eu gostaria de ter dito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, creio que o povo da indústria e comércio deva estar triste com a vinda de Armando para cá, assim como, ao contrário, o povo do Senado está alegre pelo seu retorno, não só por sua capacidade de trabalho, de formulação e de extrema capacidade de tratar as coisas com grau de responsabilidade e acuidade, que é uma característica muito importante, principalmente num homem que tem uma experiência de gestão, uma experiência prática e concreta na atividade privada. Demonstrou, ao longo de toda essa sua trajetória aqui no Parlamento – fomos colegas na Câmara dos Deputados –, uma outra faceta importante, que é a de se articular, de se relacionar, com essa voz mansa, com esse jeito parecendo grandão e forte, mas consegue traduzir sua força física exatamente em gestos de generosidade, de apreço e, eu diria, de muito equilíbrio.

O Senador Armando Monteiro, até para os mais novos aqui no Parlamento, é uma pessoa boa para conversarmos de vez em quando, porque é um bom conselheiro.

Portanto, é uma reconquista importante do Senado.

Eu insisto que foi uma perda muito grande. Eu acho que as circunstâncias da saída agora não fazem mais parte da nossa pauta, mas eu diria que o pouco tempo em que o Senador Armando Monteiro esteve no Ministério foi capaz de introduzir, inclusive, o aspecto da organização, tanto que quem lá está vai ter muito pouco trabalho para organizar e, portanto, tocar a pauta, porque pegou um caminho aberto, uma estrutura muito bem montada para tocar o Ministério. Então, eu acho que é importante salientar isso.

É óbvio que, daqui, também ele vai poder contribuir, independentemente do que vai acontecer nos próximos até 180 dias. O Senador Armando Monteiro não é nenhum homem de bravatas, nem de posturas raivosas ou coisa do gênero. Portanto, deve comportar-se aqui, exatamente por seu perfil, como alguém que vai continuar contribuindo. Não tenho a menor dúvida disso. Isso não significa adesão, tampouco irada oposição, mas um equilíbrio no ponto correto das suas contribuições para o País e obviamente para o Pernambuco dele.

Portanto, esse é um aspecto para o qual eu queria chamar a atenção. Eu acho que a gente ganha aqui, nas manhãs de quarta-feira, podendo também compartilhar dessa boa experiência.

Por último, Sr. Presidente, queria só chamar a atenção para esse ponto que foi levantado aqui pelo Senador Raupp, depois, até pelo próprio Senador Flexa. Há uma coisa importante no debate com o Ministro Fernando Bezerra. Aliás, nesta Comissão, em 2011, nós fizemos isto: a presidência era exercida pela Senadora Lúcia Vânia, e nós fomos ao Ministro, em 2011, na época o Ministro Edison Lobão. Nós tínhamos acabado de chegar – é o caso nosso em particular –, e fomos exatamente tentar, lá no Ministério, entender quais eram as iniciativas.

Um dos grandes erros nessa política foi a não adoção, por exemplo, de geração distribuída. A geração distribuída, meu caro Flexa, é uma coisa essencial para superar e até para adotar com qualidade e eficiência a distribuição da energia, usando já uma rede de transmissão ou a capilaridade da rede de energia existente. Por isso, o mundo inteiro passou a discutir esse tema com esse grau de sintonia com o que havia no sistema como um todo. Em vez de construir quilômetros, e quilômetros, e quilômetros de linha de transmissão para atravessar o Norte do País e levar para o Sul, faz-se a geração distribuída e, naquele mesmo ponto, já se integra essa nova carga à rede existente. Portanto, essa era uma política que lamentavelmente só terminou sendo adotada já numa reta final; consequentemente, ainda não temos uma experiência exitosa.

Mesmo a construção dos parques citados aqui pelo Senador Raupp, ou seja, os parques que nós não estamos conseguindo integrar ao sistema por conta da falta de linhas de transmissão, deveriam ter obedecido a uma lógica que era de óbvio aproveitamento de melhor lugar para se plantar um parque eólico. Isso não pode ser feito ao sabor de "bote aqui, bote acolá". Poderíamos também priorizar a instalação de parques eólicos em combinação também com estruturas existentes.

Por exemplo, quando fazemos a compatibilização de um sistema de hidroeletricidade com energia solar e eólica, fazemos um aproveitamento ali das três matrizes importantes e, ao mesmo tempo, a compatibilização de manejo, que é uma coisa essencial nesse período que nós atravessamos, Senador Armando Monteiro, da chamada geração com crise hidrológica. Isso resultou, inclusive, em um déficit brutal.

O que nós temos que pagar hoje... Estou falando nós porque estou me referindo à Nação. Então, cada qual aqui paga também a sua parte quando a tarifa aumenta, quando a bandeira fica vermelha... E também estamos com um problema sério, que é honrar os compromissos; ou seja, a energia foi comprada da mão das termo, meu caro Flexa, para suprir, para entregar aos consumidores que têm contrato, por exemplo, com empresas como a Chesf, e por aí afora.

No período da crise hidrológica, essa é a alimentação imediata que se tem, até para operar o manejo nesses lagos e fazer o melhor uso racional da água. Portanto, não dá para encaçapar o vento, como diz a história, mas, no caso da hidroeletricidade, o que a gente guarda é água. O lago não é enfeite; o lago é exatamente para se ter a capacidade de operar o sistema.

Lamentavelmente, tivemos um período, eu diria, de perda com isso, e agora estamos com essa anomalia. Temos energia sobrando, temos déficit nas contas e não há distribuição. É óbvio que também há um problema: a energia está sobrando. Como a atividade econômica caiu bastante, principalmente na área do Senador Armando Monteiro, a atividade industrial, nós tivemos uma redução brutal da nossa carga.

Acho que este é um debate que nós precisamos com o novo Ministro, para tentar discutir, por exemplo, como podemos aproveitar esse período. Obviamente, não há mais como interromper Belo Monte, Jirau ou coisa do gênero.

Eu me lembro de uma frase que eu disse ao Ministro Lobão em 2011. Fui lá para reclamar a questão das linhas de transmissão e para cobrar, em 2011, que deveríamos discutir a questão das renovações de 15 e 17, tanto que apresentei imediatamente proposta aqui. E aí todo mundo me dizia: "Não, mas nós temos energia sobrando". Eu disse: "Ah, é? Então, para Jirau e Santo Antônio. Se está sobrando energia, por que estou brigando com o mundo para construir, e de forma equivocada?" Essa é a minha opinião.

Geração de energia, como costumamos chamar, a fio d'água...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Isso é um absurdo! É um crime!

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Obviamente, os caras lá no Ministério são muito mais preparados do que eu. Aliás, são preparados; mais preparados do que eu não, porque eu não tenho preparo algum nessa área.

Então, eu acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – É modéstia do orador.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Não, não. Eu acho que é uma coisa fundamental para a gente chamar...

Eu tenho sido testemunha do esforço que V. Exª vem fazendo para que tenhamos a capacidade de fazer este bom debate e dar uma contribuição. Ainda há tempo. Essa é a minha opinião.

Estive com a equipe do Senador Armando Monteiro na Intersolar Europe, equipe que bem conduziu isso. Depois, tivemos o debate aqui no Brasil. Explodiu, Senador Garibaldi, a atividade na área, principalmente, de solar fotovoltaica no Brasil. É preciso agora ligar a pontas, operar de maneira a que isso nos leve a uma condição de aproveitar as oportunidades.

Há 15 dias, Flexa, na Federação das Indústrias da Bahia, eu elaborei um trabalho para apresentar a nossa federação e cobrar no Estado. Minha fonte de pesquisa, para exatamente ter a capacidade de dizer onde é que isso gera oportunidades, foi o que se processou com o Estado americano, do ponto de vista de geração de postos de trabalho, a utilização dessa nova matriz e a questão da geração distribuída.

E é algo assim que chama a atenção o crescimento da atividade, o crescimento da própria questão dos serviços e o número de postos de trabalho. No ano passado, 2015, a geração de postos de trabalho na área de energia solar fotovoltaica bateu todos os recordes nos Estados Unidos. Superou quase todas as atividades.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN. *Fora do microfone*.) – Voltaica?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Solar fotovoltaica. Há uma característica na geração distribuída, meu caro Presidente, que é importante. Passo a poder fazer em cada ponto. Então, se tenho em cada ponto, passo a vender inversor, que é algo importante para se conectar essa energia na rede, como quem vende aparelho de celular. E tenho necessidade de ter instalações nessas unidades, sejam residenciais sejam industriais. Então, abre-se um modelo de negócio impressionante e resolve-se um dos problemas centrais, que é a oferta de energia. Consequentemente, ganha-se na queda do preço.

Então, esse é um debate para o qual acho importante chamar o Ministro. Ainda há tempo, até porque o sol continua nascendo e se pondo. Mas, quando ele vai embora, o nosso acumulador guarda essa energia. Portanto, serve para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu soube até que ganhamos aqui a presença do Senador Armando Monteiro, mas podemos ter uma perda da participação de um brilhante Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª também está a par desse...?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Já pedi para ele não aceitar o convite.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Estamos quase lá.

Pelo menos, até o dia 1º ainda estou por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Será uma grande perda, e a Bahia só terá a ganhar. Aliás, já ganha com a presença de V. Exª no Senado Federal – não tenha dúvida.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, colegas Senadores, estamos fazendo esse comentário paralelo, mas ontem eu estava, pelo menos em duas ocasiões, com o Senador Ministro Armando Monteiro, e acho que a presença dele é um privilégio para a Comissão de Infraestrutura neste momento de incerteza que estamos vivendo – incerteza mesmo; e não se trata de estar de um lado ou de outro das posições que se enfrentam. É um momento difícil para o País. E, se há uma área que recuperou o terreno perdido, foi a área que o Senador Armando estava dirigindo. É importante explorar um pouco dele na situação real que estamos vivendo.

Certamente, o Senador Armando poderá falar, mas até mesmo o setor da indústria, que foi o primeiro a acusar a crise, lá atrás – alguns falavam de desindustrialização do País –, que veio se agravando, se agravando, se agravando.... Não sei, porque não tenho de memória, mas talvez S. Exª possa nos passar aqui há quantos anos ou há quantos meses ela vinha perdendo terreno. Neste ano, acho que no primeiro trimestre, ela deu um sinal, primeiro, de que parou de perder terreno e começou a se recompor um pouco. Ouvir do Senador, em algum momento, como isso se deu e o que podemos fazer para que esse caminho de retomada possa seguir seria muito importante.

Outro fator preponderante, que parece meio contraditório... Estamos tendo duas coisas: o Brasil está deixando de importar um pouco, substituindo importação, o que talvez seja responsável, seja o sinal da retomada do fortalecimento da indústria nacional. Mas, também, com o melhor posicionamento do dólar em relação ao real, o Brasil vai ter que se pegar no trabalho feito pelo Ministro Armando para poder ter, ali, um auxílio na saída da crise, pois, provavelmente, nós devemos ter – e ele pode falar sobre isso melhor que nós –, se tudo seguir normalmente, um saldo na balança comercial acima dos US$40 bilhões neste ano.

É possível, não é, Senador?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – De cerca de US$50 bilhões.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – US$50 bilhões? Pois é; eu trabalhava com US$43 bilhões, que é o que eu tenho visto.

Então, eu acho que, para a nossa Comissão de Infraestrutura, nós termos o Ministro permanentemente conosco e pode, sinceramente, até nos dar um rumo... E eu só sou suplente aqui, mas vejo o esforço de V. Exª, Senador Garibaldi, para dar a devida importância a esta Comissão na hora em que o Brasil precisa retomar o crescimento, na hora em que precisa de programas de infraestrutura, de programas de concessões, que estavam lentos, de fato, até no nosso Governo. E, quem sabe, nós poderíamos aprofundar um pouco o debate, trocando, às vezes, S. Exª de posição, colocando-o aí junto de V. Exª, para que nós possamos, pelo menos, discutir esses temas que são parte da saída da crise.

Eu, ontem, participei de um debate sobre o custo das passagens, oportunidade em que o Senador Walter e outros colegas fizeram intervenções. Nós estávamos tratando desse tema na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas veja: se uma coisa boa aconteceu foi o fato de, em alguns aeroportos, inclusive o de Brasília, apesar de reclamarmos do preço disso e daquilo, o que é verdade – tem que ser mais bem esclarecido isso... Mas o Brasil ganhou alguma infraestrutura aeroportuária importante, embora tenha atrasado em outros Estrados. Quer dizer: a quantas anda isso? Qual o peso disso para que possamos ter novos investimentos e possamos ter a geração de novos empregos e criarmos, com isso, a base do que nós queremos, que é o desenvolvimento mais sustentável e permanente?

Então, eu só queria dar um ar de formalismo a esses comentários, que não são sem razão, feitos em relação ao Ministro Armando Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Jorge Viana e digo que acho que nós vamos convocar o Senador... (*Risos.*)

... para vir aqui expor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Vamos mesmo!

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Meu caro Presidente, com relação a essas manifestações, eu devo dizer a V. Exª que me sensibiliza muito chegar aqui e ouvir tantas manifestações elogiosas, embora, a meu ver, estejam temperadas, de alguma forma, pelas relações que nós construímos ao longo do tempo com esses companheiros.

Mas eu não poderia deixar de agradecer ao Senador Lasier Martins a sua manifestação, que muito me honra, até porque, com o Senador Lasier, eu não tive a oportunidade de conviver muito. Portanto, o seu depoimento muito me sensibiliza.

Quero também agradecer muito as manifestações dos companheiros Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, de quem fui colega na Câmara dos Deputados. Posso também, Sr. Presidente, dizer que, com o Senador Walter, aprendi muito aqui nesta Casa – e aprendi na Câmara –, porque Walter tem uma presença no debate dos temas que são de interesse do País, especialmente do Nordeste. Ele tem uma formação, eu diria, técnica, mas, ao mesmo tempo, é um generalista, porque trata de diversos temas sempre com muita acuidade e com muita propriedade.

E agradeço também a manifestação do nosso companheiro, Vice-Presidente desta Casa, Senador Jorge Viana, que também pontifica, de forma muito qualificada, no debate dos temas que são do interesse do País.

...no debate dos temas que são de interesse do País.

Eu queria, aproveitando essa janela que me foi oferecida, dizer, Presidente, que todos os economistas e especialistas convergem claramente na compreensão de que o Brasil tem três vetores de crescimento. Um, indiscutivelmente, é o setor externo, as exportações. E eu diria mais do que isso: o comércio exterior. O Brasil tem um espaço imenso para ampliar a sua inserção internacional. Nós somos ainda uma economia relativamente fechada para os padrões. Nós temos, por exemplo, uma corrente de comércio inferior a 20% do PIB. Então, o Brasil tem um espaço imenso para ampliar a sua inserção externa. E nessa hora, Senador Flexa, o que é a exportação se não uma forma de contratar demanda externa?

Costumo dizer que há, fora das fronteiras, um PIB equivalente a 33 brasis para que a gente possa trabalhar. E por que isso? Porque o Brasil representa pouco menos de 3% da economia mundial. Portanto, há muito espaço para que o Brasil amplie essa inserção.

Então, não há dúvida nenhuma de que, com o realinhamento cambial... Quando cobravam lá no MDIC que medidas de política industrial íamos lançar, eu dizia: o Brasil está passando por um forte ajuste macroeconômico; lançar agora uma política industrial seria algo que se diluirá na medida em que o processo de ajuste macroeconômico não aconteceu. Mas, se me perguntarem o que de mais importante foi feito, eu diria que foi o realinhamento cambial. O câmbio é um preço macroeconômico fundamental. Grande parte da perda de competitividade da indústria brasileira se deu em decorrência do longo período em que houve uma apreciação da nossa moeda. Isso significa dizer que os produtos importados ficavam baratos, e os produtos brasileiros ficavam caros para exportação.

Com essa mudança do câmbio, produz-se uma alteração nos preços relativos importantes, e, ao mesmo tempo, esse realinhamento do câmbio atenua, mitiga uma série de desvantagens que o Brasil ainda tem em relação a custos logísticos, a custos sistêmicos elevados.

Portanto, o Brasil tem de aproveitar essa oportunidade que o realinhamento do câmbio nos ofereceu e, através de uma política comercial ativa, sobretudo olhando o acesso a mercados, atuando para remover barreiras tarifárias e não tarifárias.

Não há dúvida de que a exportação é um vetor muito importante.

E o segundo é o investimento em infraestrutura. Daí a importância do debate que se trava aqui nesta Comissão.

O Brasil pode deslanchar com um marco regulatório adequado. Com uma modelagem adequada dos projetos, o Brasil pode, sim, deslanchar esse investimento em infraestrutura, com imensos ganhos para a economia brasileira do ponto de vista de como isso impacta a produtividade global.

E, finalmente, o terceiro vetor é o aumento da produtividade, a melhoria do ambiente de operação das empresas no Brasil. Há um imenso espaço para simplificação, para desburocratização. Veja V. Exª que se fala muito na carga tributária no Brasil, mas, pior do que o tamanho da carga tributária no Brasil, eu diria que é a complexidade do sistema tributário.

Ou seja, é muito difícil uma empresa média ou uma empresa pequena poder ter padrões assim de conformidade às exigências, porque o que há de obrigações acessórias, o que há de complexidade inerente ao próprio sistema... Por exemplo, dentro do ambiente do PIS/Cofins, convivemos com diferentes regimes, com regime cumulativo com regime não cumulativo. No ICMS, um caos com essa, vamos dizer, disparidade das legislações estaduais.

Então, acho que o Brasil tem três vetores importantes: exportação, investimento e, particularmente, infraestrutura e a melhoria do ambiente de negócios, traduzida em simplificação, desburocratização e reformas microeconômicas, que podem contribuir imensamente para o Brasil poder inaugurar um novo ciclo de crescimento.

Então, Presidente, agradecendo, mais uma vez, as manifestações do companheiro, eu queria só, ao final, indagar como V. Exª vê essa questão da interlocução com os novos ministros na medida em que houve mudanças no organograma, e esta Comissão tem interface com várias áreas do Governo. Nós falamos no Ministério de Minas e Energia, mas não vamos esquecer o Ministério dos Transportes, que agora incorpora portos e aviação civil. Não vamos esquecer que está sendo criado o Ministério das Cidades, como o Senador Flexa lembrou bem, e não vamos esquecer que agora há uma secretaria nova, uma secretaria especial, pelo que nós sabemos, que parece que vai enfeixar toda essa coordenação das concessões; e ainda que o Ministério do Planejamento também acumulava algumas atribuições ou detinha algumas atribuições, na medida em que o Plano de Investimento em Logística era coordenado pelo Ministério do Planejamento.

Então, estamos precisando, Presidente, antes de qualquer coisa, entender esse novo organograma e saber quais são os interlocutores e o que nós vamos priorizar nesta nova fase.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Inclusive, preocupado, porque nós já estamos aqui diante de requerimentos aprovados, na verdade, nós precisamos nos atualizar com relação a esse organograma.

Agradeço ao Senador Armando Monteiro e concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Presidente, peço que me inscreva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Sr. Presidente, como os Srs. Senadores que me antecederam e que desejaram boas-vindas ao Senador Armando Monteiro, eu também o faço, com muita alegria, por ter o privilégio de me considerar seu amigo e por reconhecer, como Senador da República, o esforço, a dedicação, o trabalho, o empenho, enfim, a *performance* do Senador Armando Monteiro à frente do Ministério da Indústria e Comércio Exterior num momento extremamente difícil. Não me surpreenderam, sinceramente, os bons resultados que o nosso querido Ministro Armando Monteiro produziu, e não apenas para aquele governo a que servia, mas para o País. O Senador Armando Monteiro fez daquele Ministério um Ministério dedicado aos interesses nacionais.

Portanto, o seu retorno a esta Casa precisa ser saudado. O Senador Lasier e o Senador Jorge Viana o fizeram, e eu também me incorporo, assim como Walter Pinheiro, a essa manifestação de muita humildade e de muita alegria por voltar a conviver com V. Exª, que, todos sabemos, é um homem de muito caráter e de muita clareza nas suas convicções e nos seus pensamentos.

Sr. Presidente, eu gostaria de apelar para V. Exª no seguinte sentido. Nós temos um requerimento aprovado nesta Comissão que é fruto de uma decisão adotada pelo Conselho Monetário Nacional recentemente – alterou significativamente as taxas dos juros que são cobrados pelos bancos do Nordeste e pelos bancos de fomento regional, que cuidam e tratam do desenvolvimento regional.

Esse aumento, na prática, inviabilizava a operação do Banco do Nordeste, e o Conselho Monetário recuou, mas não recuou a contento. Os juros subiram de 9,24% para 14,2%, acima de 80% reais. É inacreditável que a gente assista a um filme de terror como esse. O Conselho Monetário recuou para 11,18%, o que ainda é uma taxa absolutamente descabida e incompatível com o desenvolvimento regional, que é um grande desafio em nosso País – sabe bem V. Exª, como bom Senador que é, como ex-Governador do Estado do Rio Grande do Norte.

Portanto, apesar de o Conselho Monetário ter recuado, eu quero crer que seria uma boa oportunidade para que a Comissão de Infraestrutura, pelo diálogo que os fundos regionais, de desenvolvimento, que são, inclusive, constitucionalizados, e foram criados para um propósito específico... Eu acho muito importante que não deixemos de lado a importância desse debate, até porque nós temos novos atores atuando no Governo Federal. Seria importante que nós mantivéssemos esse requerimento e essa audiência pública para discutirmos o desenvolvimento regional e o peso que ele tem nas nossas economias locais, em nossas regiões, até mesmo para chamar a atenção do Conselho Monetário Nacional para o fato de que não pode adotar uma medida como essa em razão dos seus impactos.

Foi uma medida radical, ortodoxa. Houve um recuo, mas foi um recuo ainda muito tímido perto da realidade que nós estamos vivendo, inclusive com expectativas de redução de inflação. Todos estão apontando que, no curto e médio prazos, em função do arrocho, em função da recessão conjuntural que nós vivemos... É preciso colocar aspas em "conjuntural": ele é, realmente, um arrocho estrutural a partir de 2014/2015. Há uma tendência de redução de juros, há uma tendência de redução da taxa Selic, o que é muito saudável e fundamental para a economia brasileira.

Portanto, quero apelar a V. Exª, para que nós possamos manter e marcar essa audiência pública para discutirmos não apenas esses aumentos concedidos pelo Conselho Monetário Nacional – ao arrepio da lei inclusive, porque a lei determina que o Ministério da Integração Nacional seja consultado para esse tipo de correção e, salvo melhor juízo, isso não aconteceu. Portanto, apelo para que, dentro de um calendário definido por V. Exª, nós possamos aqui discutir esse tema, até para impedir que esse tipo de sobressalto possa acontecer, já que são fundos constitucionais que dialogam com a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ter esses fundos e esses bancos de desenvolvimento operando em linha com a realidade e com o fomento é fundamental para os diversos arranjos locais, até porque essas regiões dão extraordinária contribuição ao desenvolvimento nacional.

É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço, nós vamos marcar essa audiência pública, para a qual V. Exª convida o Presidente do Banco do Nordeste. Temos que ter em vista essa transição. Convida o Superintendente da Sudene, convida o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará e o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo. Nós vamos apenas esperar um pouco pela transição com relação à presidência do Banco do Nordeste e superintendência da Sudene.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria, aqui, falar e pedir para subscrever a intervenção do Senador Ricardo Ferraço, nosso bom e querido amigo, e até dar uma sugestão: eu fiz o mesmo em relação a uma série de embaixadas, ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Fazenda, nessa mesma causa, porque era um absurdo. Eu tinha feito reuniões no Acre com presidentes de todas as federações, com o próprio Presidente do Banco da Amazônia, e não tinha explicação para os juros terem sido elevados para o patamar a que foram elevados.

Há cerca de 45 dias, se eu não estiver enganado, houve uma reunião do Conselho Monetário, e eles mudaram. Então, os juros estavam acima de 14%; no caso do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional do Norte, ficou entre pouco mais de 11% até 9,5%, mas, mesmo assim, é muito alto, porque os juros que tínhamos para aplicação dos recursos dos fundos constitucionais eram em torno de 8 ou 8,5% o mais caro.

E o Senador Ricardo Ferraço tem toda razão. Eu só queria subscrever esse requerimento. Acho que é da maior importância termos essa audiência pública, mas eu faria uma sugestão – o Banco da Amazônia opera toda a região do Norte e Centro-Oeste: que nós trouxéssemos... E V. Exª também tem razão, pois a discussão que se tem é de que vão trocar até o Presidente do Banco do Brasil. Já trocaram o Presidente do BNDES.

Nesse aspecto, de novo, volto a falar que temos uma lei esquisita: um governo interino pode... E não estou questionando, mas constatando...

Mas eu gostaria que houvesse uma inclusão. Se possível, quando da audiência, trazermos – e V. Exª tem razão na ponderação, porque vai ter mudança na presidência do Banco do Nordeste; como não vai? – o Presidente do Banco da Amazônia, que é, sem dúvida, o banco que mais opera, junto com o Banco do Nordeste, os recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO). Aí, acho que seria muito importante vermos quanto caiu...

E há outro elemento: eu mesmo tive conversas, Senador Ferraço, e acho que seriam dois movimentos: um para redução desses juros, senão não vamos diminuir as desigualdades regionais para o Centro-Oeste, para o Norte e para o Nordeste. Mas o outro movimento que fiz e que foi também uma demanda que veio dos empresários, das federações, era de abrir uma janela de renegociação das dívidas contraídas no momento desse juro absurdo. E tenho convicção de que isso foi feito também há menos de um mês. Abriu-se um canal, uma normativa que permite a renegociação, sob pena de as empresas ficarem inadimplentes.

Então, acho que são dois elementos importantes. Como foram aplicados os recursos? Como está a política de renegociação delas e essa mudança na taxa de juros? Acho que é uma audiência da maior importância.

E, por fim, queria só lhe fazer um pedido também. Sou Relator de um projeto, que foi aprovado na comissão – claro que estou sugerindo que seja incluído no calendário diante dessas prioridades que temos – mas, sou Relator do PLC nº 65, de 2014, que institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos, em vias públicas, em ambientes residenciais e comerciais. Essa é uma nova normativa que o Brasil terá que adotar.

Está aqui, de novo, o Ministro Armando Monteiro. Estamos criando políticas para termos um grande mercado do carro elétrico. Várias cidades, países, já avançaram muito nesse aspecto; nós, ainda não. E apresentei um requerimento propondo que tivéssemos uma audiência pública, trazendo aqui a Aneel, a Associação Brasileira de Veículos Elétricos, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, para que façamos aqui uma audiência pública. E, ouvindo esses setores que estão diretamente envolvidos nessa normativa, poderemos, com melhor juízo, fazer a deliberação desse PLC, que tenho a responsabilidade de relatar.

Então, a solicitação era de que, dentro do possível, fosse incluída no calendário essa audiência pública, que já foi inclusive aprovada aqui no Requerimento nº 14, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª será atendido.

Temos apenas que incluir essa nova autoridade, esse novo dirigente que V. Exª está propondo, no caso das audiências.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Ah sim, só o do Banco da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu até diria que, nesse requerimento que vai tratar dos encargos financeiros, precisamos atentar – como disse o Ministro Armando Monteiro – para a nova configuração, porque se faz necessária, acredito, a presença de algum representante do Ministério da Fazenda.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. *Fora do microfone*.) – Do Ministério da Fazenda. Claro, sem dúvida nenhuma.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, é esse tema que eu queria também abordar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, quero também subscrever o requerimento do Senador Ricardo Ferraço e dizer que é oportuna essa audiência pública, principalmente porque aprovamos a Medida Provisória nº 707 ontem, em que V. Exª foi o Relator revisor e ali construímos um texto, para que a taxa de juros dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tenham como referência a taxa de juros praticada pelo BNDES e com um redutor, levando em consideração o índice de desenvolvimento regional.

Esse texto foi construído com a participação dos técnicos do Senado Federal, do Ministério da Fazenda e também com a experiência do Senador Fernando Bezerra, que esteve no Ministério da Integração Nacional ouvindo um conjunto de Senadores. E o aprovamos, por unanimidade, na Comissão Especial, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, ontem.

Portanto, esse prazo que V. Exª propõe, Senador Garibaldi Alves Filho, de aguardar talvez uns 40 ou 50 dias, é razoável, porque teremos a sanção dessa medida provisória por parte da Presidência da República. Ao mesmo tempo, ali faremos toda uma renegociação das dívidas da agricultura familiar, das regiões Norte, Nordeste e também do Centro-Oeste, que envolve o FCO, que é administrado pelo Banco do Brasil.

Nós já tivemos experiências anteriores malsucedidas por conta da burocracia dentro desses bancos e, particularmente, pela regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional. Dessa vez, tivemos o cuidado de não deixar condicionantes para o Conselho Monetário Nacional, já na própria lei, superando esses vários entraves que tivemos ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, existe toda uma equalização que deverá envolver algo em torno de R$6 bilhões, montante previsto que implicará essa renegociação. Como não queríamos ficar dependendo do Orçamento da União, autorizamos, no projeto de conversão, que seja feito por dentro dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quanto à vinda dos gestores do Basa, do BNB da nossa Região Nordeste, eu também, Sr. Presidente, sugeriria, se o Senador Ricardo Ferraço concordar, trazer o Vice-Presidente do Banco do Brasil, que conduz o FCO do Centro-Oeste, porque faríamos um diálogo, a partir da Medida Provisória nº 707, já com a sua sanção, sobre a forma que esses bancos estão pensando e o que necessitam para dar celeridade a esses acordos e, ao mesmo tempo, sobre esse novo texto de fixação da taxa de juros. Não havia valor fixo, como havíamos colocado na Lei nº 10.177, de 2001, em que fixamos os bônus e os valores; posteriormente, na gestão do Ministro Joaquim Levy, ele resolveu revogar tudo isso e deixou como era antes essa taxa de juros absurda, muito maior do que as taxas de juros praticadas nas regiões Sul e Sudeste, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016.

A informação que tenho – e, nas audiências de discussão da MP 707, esse tema também esteve presente, particularmente na audiência pública no Ceará – é de que o Banco estava, no caso do Nordeste, recebendo as propostas do setor industrial. Para todas aquelas que foram protocoladas até o dia 31 de dezembro de 2015, ele praticava os juros da época; e, para todas aquelas que tinham sido recebidas de janeiro de 2016 para cá, eles estavam com elas em carteira, aguardando a definição da nova taxa de juros.

Portanto, acredito que, no setor da indústria, a quantidade de contratos firmados nesse período foi diminuto, porque, normalmente – aí o Armando Monteiro que é o nosso professor nessa área, nosso Senador e Ministro até ontem –, esse número aqui deverá ser diminuto. Nós poderíamos, nesse período, Sr. Presidente, diligenciar junto a cada Federação dessas regiões, para ter uma clareza maior desse processo, para que a audiência seja mais produtiva e consigamos superar um período difícil, o período Joaquim Levy.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª tem inteira razão, e eu creio que o Senador Ricardo Ferraço vai anuir no sentido de que possamos acrescentar alguns representantes de instituições e, ao mesmo tempo, dar um certo tempo para que possamos ter um debate mais produtivo com relação a essa matéria.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Oposição/PSDB - ES) – Não, Sr. Presidente, existem fatos novos, e os fatos são irrefutáveis e dialogam com a vida real. Então, V. Exª fica com o comando do tempo, na medida em que o novo Governo constituir esses novos quadros de comando, para que nós possamos fazer um debate, à luz, inclusive, da consolidação da publicação da Medida Provisória nº 707, que votamos ontem e que é muito importante para o desenvolvimento regional, sobretudo nesta conjuntura extraordinariamente recessiva.

Eu evidentemente acolho, com muita alegria, as contribuições do Senador Jorge Viana e do Senador Pimentel, para que possamos fazer aqui um amplo debate e até mesmo conhecer as diretrizes do novo Governo em relação a esse tema, que é um tema fundamental para todos nós.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer. Mas pede pela ordem o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Elmano Férrer pode... Já está inscrito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para me acostar também à inclusão do Basa, e agradecer ao Senador Ferraço, para que, como disse do Banco do Brasil, se tratem, de forma conjunta, os três fundos constitucionais. Isso é importante. E, como V. Exª colocou, vamos aguardar, para que haja um tempo ainda para que tudo se estabilize, e possamos ter uma audiência produtiva, com o que também o Senador Ferraço concordou.

Só gostaria de fazer uma correção, também por uma questão de justiça, sobre a questão da reserva indígena no Município de Belterra, a que me referi no início da reunião. Lamentavelmente, trouxeram-me do gabinete a página do *Diário Oficial* do dia 12 de maio, mas não houve a homologação pela Presidente Dilma, como me passaram a informação; foi uma portaria da Funasa, criando a reserva. E eu espero que ela não seja homologada, como outras já o foram, engessando o Estado do Pará.

Só para terem uma ideia, o Município de Belterra tem em torno de 4,4 mil quilômetros quadrados, e a reserva criada, proposta pela Funai, – fiz a conta aqui – atinge quase 2,6 mil quilômetros quadrados. São 60% do território do Município de Belterra. Então, vamos fazer esse estudo e trabalhar para que isso não aconteça.

Agora, Senador Lasier... Ele já se ausentou. Vou dizer a ele depois que, na mesma página do *Diário Oficial*, logo em seguida, na Portaria nº 569, também a Funai cria uma reserva indígena no Município de Caçapava do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Então, vou passar ao Senador Lasier, para que ele também possa fazer o estudo lá da repercussão que pode haver nesse Município do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Na ausência do Senador Hélio José, consulto o outro subscritor, que é o Senador Flexa, se nós deveríamos adiar para a próxima reunião esse requerimento que pede o comparecimento do Ministro de Minas e Energia, porque faríamos um diálogo com ele, dialogaríamos com ele, já que ele teve a iniciativa de vir até aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sem problema, Sr. Presidente, até porque acho que, assim como vamos aguardar, na questão da audiência com os fundos constitucionais, também teremos que dar um tempo ao Ministro para que ele possa se inteirar, tomar conhecimento das problemáticas do Ministério. E, para que, no diálogo com V. Exª, ele possa definir a melhor data para vir até aqui.

Podemos, sim, deixar para a reunião da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Teríamos também que votar aqui já algumas alterações no requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço sobre os fundos constitucionais de financiamento, que seria incluir o Vice-Presidente do Banco do Brasil e incluir o Presidente do Basa. No entanto, eu faria a mesma ponderação, de tomarmos conhecimento da nova configuração da estrutura governamental, para que possamos submeter à aprovação dessa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a reunião, antes submetendo ao Plenário a aprovação das atas anteriores.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 37 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia primeiro de junho de dois mil e dezesseis, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Wilder Morais, Elmano Férrer, Hélio José, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, Jorge Viana, José Pimentel, Waldemir Moka e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e, após a leitura de comunicado, tem início a audiência pública, para debater e identificar alternativas para a recarga de veículos elétricos e instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2014, que "institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais". A audiência atende ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura (RQI) nº 14, de 2016. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor Antônio Megale, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA); Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Ricardo Guggisberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE); Daniel Mendonça, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE); e Felipe Zaia, Gerente de Inovação da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Também compôs a mesa a Senhora Gleide Souza, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Às dez horas e vinte e dois minutos, o Senador Garibaldi Alves Filho passa a presidência dos trabalhos ao Senador Jorge Viana. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Hélio José, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Elmano Férrer e Wellington Fagundes. Ao final, o Presidente propõe a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores desta Comissão, bem como a ata da presente reunião, que são dadas como lidas e aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da atual legislatura.

Como acontece no início de cada reunião, vamos aqui registrar comunicados que foram recebidos pela Secretaria da Presidência.

O primeiro informa o recebimento do ofício do Senador Eduardo Braga, para compor a Comissão de Serviços de Infraestrutura como suplente do Bloco da Maioria.

Informo também o recebimento do Ofício nº 0025, de 2016, do Bloco Moderador.

Informo ainda que o Bloco Moderador contará, aqui na Comissão, com o Senador Cidinho Santos, componente do PR do Mato Grosso, para compor a Comissão como membro suplente.

Desde logo, dou as boas-vindas aos Senadores Eduardo Braga, ex-Ministro de Minas e Energia, e Cidinho Santos, do PR, Mato Grosso, como novos integrantes desta Comissão.

Como é de praxe, antes de iniciarmos nossa audiência pública, gostaria de informar que a população poderá participar do nosso debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado pelo o telefone 0800 612211, ou enviar sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado.

Temos ainda uma comunicação.

Trata-se do recebimento da carta da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica. Trata-se de convite aos membros desta Comissão para uma visita técnica à Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Roca Netto, Foz do Areia, no Estado do Paraná, no dia 10/06/16, no intuito de levar Parlamentares para conhecer *in loco* uma usina de geração de energia desse porte.

Srªs e Srs. Senadores, convidados, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2016, de autoria do Senador Jorge Viana, aprovado nesta Comissão, para debater e identificar alternativas para recarga de veículos elétricos e instruir o Projeto de lei da Câmara nº 65, de 2014, que institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais.

O Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2014, define como veículo elétrico aquele que, independentemente do número de rodas, é acionado por pelo menos um motor elétrico.

Se eu cometer algum deslize, os senhores me corrijam. Estou ensinando o padre-nosso a vigário.

O projeto estabelece que as concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica serão obrigadas a instalar pontos de recarga de baterias de carros elétricos junto às vagas de estacionamentos públicos que venham a ser disponibilizadas para este fim pelas autoridades locais.

O órgão competente federal estabelecerá as condições de fornecimento e as tarifas aplicáveis para esta finalidade e promoverá os necessários ajustes dos contratos de concessão das empresas distribuidoras.

O Poder Público será obrigado a desenvolver mecanismos que promovam a instalação, nos prédios residenciais, de tomadas para recarga de veículos elétricos nas vagas de garagens.

Os veículos elétricos possuem inúmeras vantagens em comparação com os veículos tradicionais, como a questão da sustentabilidade, pois esses veículos apresentam alta eficiência energética e baixa emissão de poluentes, sendo que alguns modelos têm emissão zero de poluentes. Também são silenciosos, o que contribui para a qualidade de vida em geral. Outra grande vantagem dos veículos elétricos é que eles são econômicos.

Estudo da CPFL Energia mostra que o valor do quilômetro rodado de um carro a combustão, considerando o uso do etanol, é de aproximadamente R$0,9. No veículo movido a eletricidade, esse valor é de é de R$00,5, ou seja, quatro vezes menor.

Veículos elétricos têm isenção de IPVA em sete Estados brasileiros, e a alíquota é diferenciada em outros três. Entretanto, ainda falta da parte do Governo Federal, sobretudo um novo olhar para essa questão do carro elétrico, um olhar que signifique não apenas um pacote de incentivos federais, mas que signifique uma política que incentive a fabricação dos carros elétricos.

Outro importante gargalo que o mercado dos veículos elétricos enfrenta é a necessidade de uma infraestrutura de recarga universalizada, pois ainda existem poucos pontos de recarga disponíveis, realidade que pode mudar com a aprovação do PLC objeto da presente audiência pública.

Eu queria, desde logo, agradecer a presença dos nossos convidados e pedir desculpas até pela atitude professoral que tomei, ocupando aqui a Presidência e tendo a pretensão de dar uma verdadeira aula sobre carros elétricos, coisa sobre a qual confesso não ter maiores conhecimentos.

Nós estamos aqui, como eu disse no início, graças a uma iniciativa do Senador Jorge Viana, que acaba de me comunicar que está chegando a este recinto. Registro, com muita satisfação, a presença aqui do Senador Lasier Martins e do Senador Waldemir Moka.

Por gentileza, queremos convidar a sentar-se à mesa dos trabalhos o Sr. Antonio Megale, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Queremos convidar também o Sr. Hugo Lamin, assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); o Sr. Ricardo Guggisberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

Queremos pedir também a presença do Sr. Daniel Mendonça, que é Diretor da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica.

Nós vamos dar início aos nossos trabalhos com a palavra do Sr. Antonio Megale, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

O SR. ANTONIO MEGALE – Bom dia a todos, bom dia, Senador Garibaldi, é um prazer estar aqui. Senador Moka, Senador Martins, quero dizer que é uma grande satisfação para nós, da Anfavea, participar desta audiência pública sobre um tema extremamente relevante.

Representamos as montadoras de veículos aqui no Brasil – nós representamos mais ou menos 85% das montadoras instaladas no mundo todo –, quer dizer, é um mercado de alta representatividade, um mercado que chegou a ser o quarto mercado do mundo. Infelizmente, nos últimos anos, nós tivemos uma retração, mas ainda continuamos a ser um mercado superimportante.

Este ano – estou falando do mercado automotivo como um todo – devemos estar na ordem de 2,1 milhões de veículos emplacados, e a nossa preocupação é que o setor sempre evolua. O Brasil é um País que já tem um grande mercado, e temos certeza de que ele voltará a esse patamar, talvez, como o quarto maior mercado do mundo, com um potencial de crescimento bastante interessante, tão logo essas questões sejam equacionadas e a confiança do consumidor volte.

Temos que olhar para o futuro, e o futuro passa pelas novas tecnologias, pela evolução da eficiência energética, que hoje é um tema central quando se discute a mobilidade. E nós temos claras indicações – eu diria até algumas certezas – da evolução tecnológica dos veículos. Temos certeza de que a propulsão dos veículos no futuro será elétrica; isso eu acho que é um certo consenso dentro do setor, entretanto, a grande dificuldade ou a grande questão é a melhor forma de colocar essa energia no veículo.

Por isso, hoje vemos uma gama de tecnologias em desenvolvimento, principalmente no que se refere a veículos híbridos de autogeração, isto é, aqueles que não necessitam de uma conexão em uma tomada; a híbridos *plug-in,* esses, sim, que oferecem a oportunidade de fazer uma conexão, um carregamento através de uma fonte externa. Temos os veículos elétricos, esses, principalmente, objeto da nossa discussão hoje aqui, os elétricos puros, que dependem de um carregamento externo, e temos os veículos a células de combustíveis, que também estão em fase de desenvolvimento.

Enfim, existe uma gama de rotas tecnológicas que estão sendo pesquisadas no mundo e implementadas por uma série de empresas.

Esses veículos, principalmente os híbridos elétricos e os elétricos, já são uma realidade no mercado, principalmente nos mais desenvolvidos. Há um consenso de que vamos evoluir nessas direções, e precisamos, como Brasil, participar desse desenvolvimento, estar presentes; não podemos ficar atrás, ou longe disso, e, portanto, julgamos discussões como esta, audiência como esta, de extrema importância.

Só para ilustrar um pouco o que eu ia dizer, o Brasil ainda é um mercado bastante limitado no que se refere a veículos alternativos. Incluo aqui todos os híbridos e os elétricos. Só para dar uma informação, no ano de 2015, foram licenciados no Brasil 846 veículos híbridos ou elétricos, puramente elétricos 61 veículos, e híbridos 785. Quando se olha a frota circulante do Brasil – tivemos os primeiros carros em 2006, até abril de 2016 – de veículos híbridos elétricos no Brasil ainda está restrita a 2925 veículos, automóveis – estou falando somente de automóveis. Desses, 2660 são híbridos e 265 são puramente elétricos. Ainda há uma tendência muito grande, por parte das empresas, de comercializar veículos híbridos de autogeração, isto é, aquele que não precisa de um conector externo.

Então, somando os híbridos, que necessitam de uma conexão externa, mais os elétricos, o nosso, vamos dizer, universo, hoje, está gerando em torno de 400 veículos. É um número ainda bastante limitado, mas uma das questões desta própria limitação – há várias, ainda são tecnologias caras, e, na maioria dos países onde são usadas ainda existe algum tipo de subsídio ou alguma vantagem do ponto de vista de utilização – é a restrição do ponto de vista de pontos de abastecimento, porque os veículos elétricos, principalmente, estão melhorando no que se refere à autonomia, mas ainda têm uma autonomia relativamente limitada e necessitam, obrigatoriamente, de postos de recarga.

Quando se fala em recarga de veículos, não vamos entrar muito nos detalhes técnicos, mas só em grandes pontos que são importantes para a reflexão. Temos o que chamamos de carga rápida e carga lenta, isto é, aquela carga com que você pode, durante oito, dez horas, fazer o carregamento do veículo. Essa já é uma tecnologia existente. Os veículos já vêm com cabo que é conectado no próprio veículo e numa tomada normal.

Isso é mais ou menos equacionado, isto é, com a disponibilidade de infraestrutura simples, tanto em s*hopping centers* quanto em alguns lugares públicos ou mesmo em condomínios residenciais, já se resolve esse problema da carga lenta. A maior dificuldade que vemos é a questão da carga rápida, que é o motivo, basicamente, da nossa discussão hoje aqui. Trata-se da colocação em lugares públicos de pontos de recarga oferecidos pelas distribuidoras de energia ou alguma outra solução que venha a ser discutida, para que o veículo ganhe autonomia.

Portanto, se ele vai se deslocar de uma cidade a outra, a uma maior distância, percorrer maior distância, necessita, em alguns casos, de fazer uma parada no meio e ter uma carga rápida que pode variar de dez minutos a duas horas, dependendo da tecnologia, do produto, falando de uma forma ampla, mas que permita que seja feita uma viagem um pouco mais longa e que o condutor, nesse momento, pare, faça uma recarga enquanto toma um café, alguma coisa, e, depois, prossiga a viagem.

As discussões são muito interessantes e muito importantes porque aqui temos uma dificuldade: enquanto não temos ponto de recarga, o mercado não se expande, e, sem a expansão do mercado, não há necessidade de colocação dos pontos. Então, é fundamental que o tema seja discutido, que seja criada uma clara política de implementação gradual, para que, à medida que a tecnologia for avançando, e está avançando, de forma importante, permita que esses veículos sejam um pouco mais baratos, tenham maior competitividade e possam avançar.

Sabemos que, quando se fala de médio e longo prazo, precisamos entender que as metas de eficiência energética, algumas já adotadas no Brasil, como é o caso do Programa Inovar Auto, que estabeleceu metas obrigatórias até 2017... Entendemos que haverá uma evolução, no futuro, de estabelecimento de metas graduais e que a composição das suas frotas com veículos híbridos e elétricos será uma questão fundamental para que possamos continuar avançando nessa linha.

Então, vejo que é momento, talvez, de criação de grupos de trabalho com participantes do Congresso, do Governo Federal, das entidades, dos produtores, para que isso seja conversado e, gradualmente, estabelecida uma política completa para o setor, uma política que preveja, gradualmente, o aumento da participação

desses veículos na frota nacional e, da mesma forma, seja oferecida a infraestrutura para que os proprietários desses veículos possam circular de forma satisfatória. Ainda hoje, há uma limitação do ponto de vista de autonomia, como falamos, e os postos de recarga rápida seriam importantes.

Outros pontos cuja discussão julgamos interessante é que ainda não há um consenso universal do ponto de vista do tipo de conexão que se usa nos veículos. Hoje, existem, principalmente, oito tipos diferentes de conectores, e esse é um problema adicional, quando se instala um ponto de recarga. A pergunta é a seguinte: o.k., mas que tipo de conector vamos ter?

Acho importante que façamos uma reflexão no sentido de que a eliminação de algumas tecnologias ou de algum tipo de conector venha a limitar a oferta de produto. Então, temos que pensar nisso com muita profundidade para que não haja esse tipo de limitação, para que as diversas empresas que produzem, hoje, veículos elétricos tenham condição de acesso ao mercado e que esses pontos de recarga contemplem a sua tecnologia.

Então, é um tema complexo, mas entendo absolutamente urgente que comecemos essa discussão, para que passemos a entender quais são os limitadores e quais são os problemas que precisamos enfrentar, e propor soluções, para que, gradualmente, comecemos a expandir com esses veículos que têm, comprovadamente, maior eficiência energética.

Essa questão de pontos que passa pelo atendimento, se será público, se terá um atendimento residencial, a oferta de corrente contínua, alternada, carga lenta, carga rápida, isso tudo faz parte de um panorama geral que precisamos montar, um plano e um programa gradual de expansão.

Entendo que algumas concessionárias de energia têm até o interesse de, gradualmente, avançar nesse sentido para começarem a ofertar. O número de veículos ainda é pequeno, mas entendemos que há um grande potencial de crescimento.

Outro ponto que acho importante mencionar é que, quando trabalhamos na política para veículos elétricos e híbridos, não devemos ficar limitados à importação de veículos que estão sendo produzidos em outros países. Precisamos colocar na discussão – e já há um primeiro entendimento do Governo Federal, que lançou algumas alíquotas menores de imposto de importação dependendo da eficiência energética do veículo – algo que contemple, num primeiro momento, a importação, que entendemos ser importante, mas, talvez, num segundo momento, uma montagem CKD e, num terceiro momento, a própria produção dos veículos aqui no País.

O mercado automobilístico brasileiro, como falamos, é importante e será um mercado cada vez mais importante. Nós temos ainda um índice de motorização no Brasil na ordem de 5 a 5,5 habitantes por veículo; é um nível ainda muito diferente do que se observa, por exemplo, na Europa, na ordem de 2 habitantes por veículos, mas muito diferente de países que têm certa similaridade com o Brasil, que é o caso, por exemplo, do México e da Argentina. Eles têm índice de motorização na ordem de 3 a 3,5 habitantes por veículo. Quer dizer, para chegarmos ao nível da Argentina ou ao nível do México, temos um grande potencial de expansão do nosso mercado. E é importante que as novas tecnologias desses veículos estejam abordadas dentro desse estudo, porque não podemos ficar atrás desse desenvolvimento tecnológico que ocorre no mundo inteiro.

Então, a discussão de uma política e a discussão de infraestruturas para a contemplação da oferta de energia para esse tipo de veículo são absolutamente importantes, relevantes e atuais, para que não percamos o bonde da história, não perca essa oportunidade.

Por isso, agradeço muito a oportunidade de estar aqui, podendo debater um pouco esse tema. Que possamos discutir; que possamos, até como sugestão, pensar na construção de um grupo de trabalho multidisciplinar, que olhe com bastante detalhe todos esses entraves que temos hoje, pode ser do ponto de vista comercial. Para os grandes mercados que usam veículos elétricos em maior quantidade, ainda existe, de alguma forma, algum tipo de subsídio, algum tipo de facilitação de uso, que podemos também adotar.

Como o senhor mesmo mencionou, Senador Garibaldi, alguns Estados ou cidades já oferecem isenção de IPVA para uso; algumas cidades, como é o caso de São Paulo, além da isenção, oferece uma vantagem, em que o veículo não participa do rodízio, o que significa ter algumas vantagens de utilização.

Precisamos discutir essas questões de forma bastante ampla, visando um aumento gradual. Sabemos que isso não vai crescer da noite para o dia, os números ainda são modestos, mas entendemos que há um potencial. Portanto, temos de avançar em duas frentes: numa discussão, inclusive, tributária para esse tipo de veículo. Lembro hoje que o veículo elétrico ainda tem um IPI bastante elevado; o veículo elétrico hoje paga o IPI na tarifa máxima, isto é, 25% e talvez não seja mais adequada para um produto que tem uma eficiência energética tão boa.

Precisamos discutir isso. E acho que é momento de montarmos, talvez, uma frente, um grupo para estudar todas essas alternativas.

A instalação de infraestrutura é fundamental para que, gradualmente, possamos expandir essa utilização. Se olharmos o número de emplacamento que falamos, de veículos híbridos e elétricos, veremos que 85% desses

emplacamentos ainda estão concentrados na Região Sul e Sudeste, basicamente em quatro ou cinco Estados dessas Regiões. Então, é importante que seja estabelecida gradualmente uma forma de utilização, uma oferta de energia para que essa limitação tecnológica de autonomia possa ser superada através dessa recarga rápida. Tenho certeza de que a evolução e as linhas tecnológicas que estão sendo buscadas por todas as empresas no mundo vão oferecer e apresentar, ano a ano, evoluções no que se refere à maior autonomia, a uma redução de peso, no que se refere a tamanhos e peso de baterias. Ha também um fator, que é mais importante: na medida em que a escala aumenta, os preços ficam mais competitivos, e aí a roda começa a girar nesse sentido.

É muito adequada essa discussão, e eu quero colocar a Anfavea à disposição do Governo, à disposição do Congresso, à disposição das próprias entidades do setor ligadas a isso, para que promovamos esse tipo de discussão, com bastante tranquilidade e com bastante profundidade. Assim, poderemos propor soluções para que gradualmente esse mercado possa se expandir e para que o Brasil esteja inserido nessa corrida tecnológica com o objetivo de, no futuro, ter uma participação muito importante, continuando a ser não só um mercado absolutamente relevante, mas também um produtor relevante. O ideal é que também ficássemos, de uma forma muito importante, como gerador de tecnologia para todas essas questões de mobilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Antonio Megale, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Peço aos demais expositores que compreendam que, para o melhor desenvolvimento dos nossos trabalhos, vamos dar 15 minutos para a exposição de cada um de vocês, tendo em vista que temos um funcionamento de outras Comissões que, às vezes, recorrem aos Senadores, e eles têm, realmente, de atender a todas as solicitações.

Agradeço a presença aqui no nosso plenário do Sr. Aurélio Santana, Diretor Executivo da Anfavea; do Sr. Roberto Matarazzo Braun, Gerente de Assuntos Governamentais; de Marcelo Teixeira, Gerente da Nissan do Brasil e Vice-Presidente da Anfavea; Drª Márcia Ribeiro, Diretora de Assuntos Governamentais e Sustentabilidade da Nissan do Brasil e Vice-Presidente da Anfavea – bem que ela poderia estar aqui à Mesa, representando as mulheres, já que é um assunto tão discutido a presença das mulheres –; Marcos Vinicius Aguiar, Diretor de Assuntos Institucionais da Renault no Brasil.

Faremos o registro posteriormente dos demais convidados que nos honram com suas presenças aqui.

Agora, com a palavra, o Sr. Hugo Lamin, que é Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O SR. HUGO LAMIN – Bom dia a todos.

Sr. Senador Garibaldi, inicialmente eu agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica e reafirmo o compromisso da Agência de participar sempre deste tipo de debate, de contribuir sempre e de mostrar alguns pontos que temos acompanhado, alguns pontos de atenção, algumas sugestões. É isso o que pretendo fazer aqui.

Novamente, obrigado, Sr. Senadores.

Tenho uma apresentação – acho que não vou usar todo o tempo, me planejei para isso, vou me controlar aqui.

Como foi mencionado, o meu nome é Hugo Lamin e eu trabalho na SRD na Aneel, que é a superintendência que cuida da regulação dos serviços de distribuição, do segmento das distribuidoras de energia elétrica. O tema da recarga de veículos elétricos, mobilidade elétrica de forma geral, é um tema que também está na nossa agenda de discussões e é um tema muito importante para o setor elétrico também.

Começo a minha exposição com uma lâmina que traz uma nuvem de palavras, uma nuvem de conceitos. São pontos importantes que queria destacar que estão relacionados a esse tema que tem muitas dimensões, o tema da mobilidade elétrica.

O projeto de lei em análise... As justificativas que são apresentadas nesse documento são importantes, são bem coerentes no sentido de mostrar a importância desse tipo de política pública para veículo elétrico, para mobilidade elétrica. Elas destacam alguns benefícios, como a segurança energética e a redução da emissão de gás carbônico. O tema já foi mencionado aqui anteriormente, o próprio Senador Garibaldi no início dos trabalhos colocou uma série de vantagens da mobilidade elétrica. De fato, é importante que exista uma política pública, que seja discutido o tema. O Sr. Antônio mencionou também a necessidade de discutir, de atacar outros pontos.

Este projeto de lei trata basicamente da questão da infraestrutura, dos pontos de recarga, mas é importante que alguns outros pontos também sejam tratados. Destaquei aqui também a questão dos incentivos.

Eu vou mencionar, ao longo da minha fala, basicamente três pontos, três pontos de atenção, contribuições da Aneel para o projeto. Primeiro, há a questão da estrutura de recarga em si – recarga pública, focar na recarga

pública. O segundo ponto que eu gostaria de mencionar é a repercussão que isso tem para os consumidores de energia elétrica na forma como o projeto de lei está sendo proposto. E também vou falar um pouquinho da questão dos incentivos de forma geral – talvez essa última parte fuja um pouquinho da competência da Aneel, mas acho que é importante abordá-la para contextualizar a questão de forma geral.

Isto aqui também já foi mencionado: o veículo elétrico tem um custo de aquisição maior. Então, há um custo de entrada maior, mas, em compensação, ele tem custos de manutenção e utilização menores, daí a vantagem desse tipo de veículo.

Comentei anteriormente a questão do incentivo. É importante também que uma política pública trate da questão do incentivo para a aquisição, não se deve focar somente na questão da estrutura. O tempo de retorno desse tipo de veículo depende muito da utilização, se é maior ou menor a utilização, e dessa questão do incentivo também.

Aqui, nesse eslaide, colocamos algumas constatações a partir de experiências que verificamos em alguns países. Os incentivos, de fato, são importantes para esse tipo de mercado, o mercado para veículos elétricos.

Na parte direita do meu eslaide, eu tento tratar um pouquinho da efetividade do custo e da proporcionalidade entre esses dois fatores, a proporcionalidade entre efetividade e custo. Uma política de incentivo que trate tanto da compra quanto da rede de recarga – o projeto em análise trata dessa segunda parte, a recarga. Uma constatação que fizemos é que a proporcionalidade entre esse custo e a efetividade que traz esse tipo de política não se verifica de igual maneira – vou chamar aqui de um impacto maior no custo.

O modelo de que tratamos nesse projeto, que é o modelo de focar na infraestrutura, na rede de recarga, nessa proporcionalidade que eu estou comparando... Ele poderia ter um peso maior no custo sem ter uma efetividade tão grande. Uma política de incentivo para a questão da compra, para a aquisição do veículo, alcançaria essa proporcionalidade de forma melhor.

Ao longo da minha apresentação, vou abordar aqueles três pontos que mencionei: a questão do incentivo, o que já tratei no eslaide anterior e volto a mencionar depois; a questão da estrutura, que é o que começo a mostrar agora; e depois faço uma relação com os consumidores de energia elétrica.

Esse eslaide mostra basicamente dois modelos opostos.

À direita temos o que estamos denominando um setor independente, um setor independente do setor elétrico em si. É uma atividade empresarial competitiva, fora do setor elétrico, focada no mercado de mobilidade elétrica.

À esquerda, o modelo nos moldes propostos pelo projeto: uma competência adicional para o setor elétrico. Por que estou falando em competência adicional? Porque o projeto de lei, na forma como está sendo proposto, obriga que as distribuidoras, as concessionárias de energia elétrica, instalem pontos de recarga.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO LAMIN – E o executivo também.

Eu vou focar muito a minha fala na parte de recarga pública, mas é importante lembrar que também há a questão do executivo, a recarga residencial – eu volto a mencionar isso depois.

Então, da experiência internacional, o que verificamos foi que a grande maioria dos países adotou o modelo de atividade empresarial competitiva, que é esse modelo à direita no meu eslaide, no qual os usuários da mobilidade elétrica é que arcam com esses custos. É diferente desse modelo da esquerda, que, na forma como está sendo proposto no projeto de lei, estabelece que consumidores de energia elétrica – todos os consumidores – arcariam com uma estrutura de recarga para veículos elétricos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO LAMIN – Mesmo que não tenha. Volto a mencionar isso depois.

Eu volto a mencionar isso também. Essa é a grande preocupação da Aneel, a grande preocupação da agência.

Aqui há um ponto interessante. Conseguimos elencar nos nossos estudos três países nesse modelo dentro do setor elétrico em que a distribuidora é responsável por fazer os pontos de recarga: Irlanda, Luxemburgo e Itália. Posteriormente, a Itália saiu desse modelo aqui e foi também para esse modelo independente de atividade empresarial competitiva. E daí há uma série de outros países. Só lembrando, como Canadá e Estados Unidos são regulações estaduais, então, não necessariamente, o país inteiro está dentro desse modelo. Esse é um ponto importante.

Na questão da infraestrutura, neste eslaide, eu tento mostrar um pouquinho a questão da ociosidade da estrutura de recarga pública. É o que se verificou também em muitos países. Aqui, é uma informação do Canadá, de uma província do Canadá, Colúmbia Britânica. São dados de outubro de 2013 até setembro

de 2014, um ano. Aqui é a quantidade dos pontos de recarga. E aqui, nessa barra, é o número de eventos de recarga. Alguns pontos têm uma recarga relativamente alta, são utilizados com relativa frequência, mas, em contrapartida, muitos outros são pouquíssimo utilizados. Então, é uma questão da ociosidade a que temos de ficar atentos, quando tratamos da questão de uma infraestrutura de recarga pública. Nessa província, nesse período, em média, esses pontos tiveram uma utilização a cada dois dias. Em um mês, determinados pontos tiveram dezesseis recargas apenas, em média. Então, temos a preocupação com a questão de ociosidade da infraestrutura de recarga pública.

Este é um estudo de uma consultoria que foi feita para a Holanda e trata de questões de verificações no âmbito de países da Europa. A utilização da infraestrutura de recarga nos anos iniciais, basicamente, com residência, com local de trabalho e, com um percentual bem pequeno de 5% apenas, com recarga pública. Depois, ao longo desses anos, quando essa implantação já tem uma escala maior, uma implantação em massa, percebemos um aumento na utilização de recarga pública, mas, ainda assim, há um percentual baixo comparando com o total. A grande maioria da utilização ainda é focada em residência. Então, novamente, é um ponto de preocupação relacionado à questão da infraestrutura de recarga pública.

Daí aqui eu entro num foco que a agência tem, numa preocupação que a agência tem. Ela tem que colocar isso em discussão, para alertar sobre esse tipo de eventual efeito colateral. Nós da agência, como implementadora das políticas públicas que são estabelecidas nas leis e nos decretos, temos de fazer sempre esse alerta. Eu mencionei: seria justo o consumidor de energia elétrica arcar com o custo adicional de uma infraestrutura pública de recarga que será utilizada ocasionalmente e por poucos, sendo que esses poucos são ainda, teoricamente, aqueles que têm um poder aquisitivo maior e vão ter a aquisição desses veículos elétricos? Então, esse é um ponto de preocupação da agência.

Eu destaquei um ponto aqui dos subsídios diretos que são estabelecidos em leis, em decretos. Por ano, todos os consumidores do Brasil, do residencial até os grandes industriais, arcam com valores elevados de subsídios. Existe hoje uma conta que compila todos esses subsídios.

No ano passado, essa conta teve R$7 bilhões rateados por todos os consumidores do Brasil, a CDE, o que dá por volta de R$600 milhões por mês. Aqui, eu só estou abrindo um pouquinho esse número de R$7 bilhões e ilustrando quais são os subsídios diretos, aqueles subsídios que estão explícitos: para fontes incentivadas de geração; universalização de serviço; irrigante/aquicultor; água, saneamento e esgoto; a carga que consome aquela energia incentivada também; o subsídio para consumidores rurais; o subsídio para consumidores de baixa renda, a tarifa social. Então, esse montante hoje já é muito alto.

E o receio que a Aneel tem é que esse tipo de subsídio continue a crescer. E o alerta que fazemos é que, da forma como está sendo proposto, jogando para as concessionárias de energia elétrica, isso entraria como um subsídio cruzado, como eu mencionei. Então, esse é um ponto em que temos preocupação.

O Dr. Antônio mencionou aqui na fala dele também a questão da concentração hoje dos veículos elétricos basicamente no Sudeste. Então, outro ponto de atenção que levantamos aqui é não necessariamente focar em quantidade de pontos, mas, sim, onde instalar esses pontos de recarga.

Aqui é uma métrica que eu utilizei, uma métrica de 500 mil habitantes. E eu destaquei no mapa do Brasil cidades que têm mais de 500 mil habitantes. São poucas as cidades. Então, talvez uma lei, uma política pública generalizada, com obrigação de implantar uma rede de recarga pública de forma indiscriminada para o País todo, também careça de algum aperfeiçoamento para direcionar para grandes centros urbanos, onde vai haver uma utilização maior.

Eu encaminho agora para os meus últimos eslaides, com um pouco do resumo do que eu falei e algumas sugestões que temos para esse projeto de lei. Eu fui crítico em alguns pontos, mas eu faço questão de retornar ao início da minha fala e destacar que esse tipo de política pública para mobilidade elétrica é importante. Uma série de benefícios vão ser alcançados, mas eu fiz questão de destacar esses pontos de atenção. Então, as nossas sugestões são que o modelo de recarga pública seja uma atividade empresarial competitiva, fora do setor elétrico, e, por ser competitiva, com um preço definido pelo mercado, focando somente nos usuários que utilizam aquela infraestrutura, em vez de repartir para todos; e que distribuidoras de energia elétrica não participariam de forma direta nesse modelo. Lembro que esse eslaide com essas sugestões remete muito àquele eslaide que tinha as bandeirinhas de vários países...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LAMIN – Eram aquelas bandeirinhas à direita, os modelos que foram adotados pela maioria, internacionalmente.

Como eu disse, sugerimos ainda priorizar os incentivos para aquisição de veículos elétricos e instalação de recargas residenciais. O projeto de lei trata, no art. 2º, desse tipo de infraestrutura também. É importante

destacar. Eu foquei muito na questão da recarga pública, mas o projeto também traz a recarga residencial. E sugerimos também condicionar a distribuição desses recursos públicos a métricas objetivas.

Este é meu último eslaide. Aproveito para reforçar o compromisso da Aneel em debater os temas que são relacionados ao setor elétrico e a transparência que a Aneel adota em todos os procedimentos que ela faz. Então, hoje, existe em andamento uma consulta pública, ainda muito inicial, sem proposta de regulamento nenhuma, sendo basicamente um estudo com algumas perguntas justamente para colocar esse tema de mobilidade elétrica na pauta do setor elétrico, levantar contribuições nesse setor.

E essa consulta pública vai até 27 de julho de 2016.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LAMIN – Senador Garibaldi, muito obrigado novamente. E estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Hugo Lamin, Assessor da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Aneel.

Quero registrar a presença entre nós do Sr. Danilo Leite, especialista de inovação da CPFL, Companhia Paulista de Força e Luz. Seja bem-vindo.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Guggisberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

O SR. RICARDO GUGGISBERG – Bom dia a todos. Quero agradecer ao Senador Garibaldi Alves e ao Senador Jorge Viana, a todos os Senadores presentes, ao Sr. Antônio Megale, Presidente da Anfavea, e a todas as entidades aqui presentes.

Vou tentar colocar uma situação do mercado externo, do mercado interno e algumas propostas que a ABVE tem.

Na qualidade de Presidente Executivo da ABVE, Associação Brasileira do Veículo Elétrico, participamos dessa audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2016, da Comissão Interna, de autoria do Senador Jorge Viana.

Gostaria de começar a minha fala relembrando o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2014, que prevê a obrigatoriedade da instalação de pontos de recarga para veículos elétricos, em locais públicos e em ambientes residenciais e comerciais.

Como entidade de classe mais representativa do setor de veículos híbridos e elétricos, é com satisfação que a ABVE participa desta audiência pública para esclarecer e defender os seguintes pontos. Sabidamente é preciso reduzir o uso de combustíveis fósseis por motivos já debatidos e conclusivos. Por outro lado, sabemos que o petróleo ainda está longe de se esgotar a preços internacionais competitivos em relação a outras matrizes energéticas.

O que precisamos questionar é quanto ao aquecimento global, à emissão de CO_2, sua consequência traduzida em poluição ambiental e, por extensão, ao seu impacto na saúde pública e na qualidade de vida.

Diante desse quadro na indústria ou na mobilidade, há que se debater todas as formas de conservação de energia em paralelo à diversificação de combustíveis e à promoção do uso de tecnologias mais limpas e sustentáveis.

Segundo levantamentos estatísticos recentes, a indústria mundial produz veículos cuja motorização abrange: 94% alimentada por combustíveis fósseis e pelos biocombustíveis; 4,4% híbridos; 0,43% *plug-in* híbrido; e 0,40% elétricos.

Mas, aos poucos, o mundo avança por tecnologias limpas. Um exemplo clássico dessa tendência são os veículos híbridos. Em 2014, foram vendidos no Japão quase um milhão de veículos híbridos. Enquanto nos Estados Unidos, o montante chegou a quase 500 mil unidades, o que só foi possível a partir de uma série de incentivos governamentais e políticas públicas voltadas à isenção ou redução de impostos, criação de zonas e centros exclusivos de circulação, incentivos governamentais em infraestrutura de recarga e de baterias, matéria hoje em debate nessa audiência.

Os volumes do Brasil ainda são pequenos. De 2010 a meados do ano passado, chegamos a quase três mil veículos leves, híbridos e elétricos, comercializados no País. Quando consideramos veículos pesados, esse número não chega a 300 unidades.

No segmento de elétricos, o que tem mais aderência no nosso País é o de levíssimos, *scooters,* bicicletas que chegam a 50 mil unidades acumuladas. Em países com escala de produção e de consumo, os veículos elétricos de tecnologia sustentável tiveram que receber incentivos benefícios à própria sociedade.

No Brasil, assim como no mundo, o mesmo cenário se apoiará nos incentivos governamentais. De 2012 a 2015, a cidade de São Paulo adotou três medidas de estímulo ao uso de veículos elétricos, aos veículos lim-

pos: programa de táxi, aos veículos híbridos e elétricos; reembolso de 50% do IPVA para híbridos e elétricos em veículos de células de combustível; liberação do rodízio às três categorias anteriores.

As cidades de Sorocaba e de Campinas também adotaram o Programa Táxi com veículos híbridos e elétricos. Quanto aos incentivos fiscais, federais, duas importantes medidas: redução de Imposto de Importação para veículos híbridos e, mais recente, aos veículos *plug-in* híbridos e à célula combustível.

Para que o setor avance, a exemplo do que ocorre no Japão, nos Estados Unidos, Europa, América, Ásia e na própria América do Sul, três medidas, de autoria da ABVE, são essenciais. A primeira é a redução do ICMS e do IPI, impostos que incidem diretamente no preço do veículo. É de conhecimento de todos que o veículo elétrico paga 25% de IPI, enquanto um flex paga 11%, mesmo sabendo que a eficiência energética do elétrico é incontestavelmente maior.

Outro ponto fundamental é a redução do Imposto de Importação para os componentes também. Essas medidas tornaram os veículos elétricos economicamente competitivos.

A segunda, é a aprovação da instalação da infraestrutura de recarga para veículos elétricos em locais públicos, nas empresas e nas residências. Sabidamente o número reduzido de pontos de recarga, de recarregamento, limita o crescimento do setor de veículos elétricos. Além disso, com facilidade ao acesso de pontos de recargas públicas, estimamos um aumento na circulação desses veículos no Brasil. Um exemplo a ser seguido é a Europa, que tem a meta de reduzir as emissões de gases de efeito estufa com origem nos transportes em 60% até 2050.

Para isso, prevê a instalação de pontos de recarregamento por parte de seus Estados-membros. A regra é que sejam instalados pelo menos o dobro de recarregadores com relação ao número de veículos, sendo que pelo menos 10% deles sejam em áreas públicas.

A terceira proposta que a ABVE tem é a proposta concreta de incentivos de oportunidades no Brasil, com a criação das Zonas MUV, ou Zonas de Mobilidade Urbana Verde. Poderão ter acesso a essas áreas veículos de baixa e de zero emissão de gases causadores de efeito estufa, como o ônibus híbridos e elétricos, carros híbridos e elétricos, *scooters*, motocicletas elétricas, bicicletas e afins, além dos veículos elétricos compartilhados entre outros.

As MUVs, Zonas de Mobilidade Urbana Verde, que terão suas emissões de CO_2 reduzidas, irão promover o desenvolvimento da indústria de veículos híbridos e elétricos no Brasil, gerando emprego, renda e aquecendo o mercado em todos os seus segmentos: ônibus, caminhões, carros, veículos de logística e segurança, motocicletas, bicicletas elétricas, componentes, e a indústria da infraestrutura, como a instalação de eletropostos. Irá também disseminar a cultura do uso de veículos de baixa emissão e o *carsharing*, promovendo o uso de veículos elétricos compartilhados.

A ABVE apoia a PLC nº 65 de 2014 e reforça a necessidade da criação de outros mecanismos de políticas públicas para eletromobilidade, como linhas de financiamento para instalação da infraestrutura de recarga, a exemplo do já foi concedido pela Caixa Econômica Federal, incentivos fiscais e sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Agradeço, em nome da ABVE, a oportunidade de expor as nossas recomendações sobre este tão importante projeto de lei. Colocamo-nos à disposição de futuros esclarecimentos. Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Ricardo Guggisberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico.

E concedo a palavra ao Sr. Daniel Mendonça, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Bom dia a todos, bom dia Presidente, Senador Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Peço desculpas ao Sr. Daniel pela interrupção, mas o Sr. Antônio Megale, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), está pedindo desculpas porque tem um compromisso inadiável agora, e ele ainda fez um esforço no sentido de conseguir que esse compromisso fosse levado adiante, mas não foi possível a sua concretização. Pergunto se algum representante da Anfavea estaria presente aqui?

O SR. ANTÔNIO MEGALE – Peço desculpas, infelizmente já tinha um outro compromisso no Ministério, eles estão nos aguardando para o início de uma série de debates ligados a comércio exterior.

Nós temos aqui, na plateia, vários representantes da indústria automobilística. Assim, numa eventualidade quero colocar que temos aqui representantes de várias empresas, vários presidentes da Anfavea estão presentes, então, num eventual debate, eu pediria a meus colegas que fizessem isso. Está bom, Márcia?

Muito obrigado, desculpe a todos, eu sei que é um tema extremamente relevante. Espero que tenhamos outras oportunidades de debater, e acho que é um tema absolutamente central para que evoluamos nessa questão, principalmente no que se refere a questões de eficiência energética.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Antônio.

Permita-me, Presidente, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dar um bom-dia a todos. Será que o senhor já não poderia indicar um para compor a Mesa dos vários representantes que estão aqui?

O SR. ANTÔNIO MEGALE – Você pode vir?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO MEGALE – Nós temos vários representantes, e você pode pedir o apoio dos universitários, vamos dizer assim, mas eu chamaria a Gleide, que pertence a uma das nossas associadas. Está bom?

Muito obrigado. Até logo.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Bom dia, Presidente, Senador Garibaldi, em nome da Abradee, gostaria de agradecer o convite para estarmos presentes a esta audiência pública para discutir o PLC nº 65/2014. Quero também cumprimentar os demais Senadores aqui presentes.

Eu trouxe, Presidente, uma apresentação muito breve, muito rápida, e, desde já, peço licença ao senhor para compartilhar o meu tempo – não vou usá-lo todo – com uma de nossas associadas, que foi inclusive citada por V. Exª aqui na sua fala inicial, a CPFL. Ela tem um caso prático, um projeto piloto já rodando com veículos elétricos em Campinas. Então, com sua licença, farei uma apresentação muito breve de alguns pontos em nome das distribuidoras e, aí, eu gostaria de dividir o meu tempo com o Danilo Leite e o Felipe Zaia, da CPFL, que estão aqui na plateia, para que eles também compartilhem uma apresentação que fizeram com muito carinho aqui para a audiência pública.

Contextualizando, a Abradee é a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Nós reunimos hoje, na Abradee, 51 das 63 concessionárias de distribuição que existem no País. E esse é um quadrinho com um panorama do setor de distribuição. Passando rapidamente, são 77 milhões de consumidores aproximadamente. O índice de universalização já atingiu quase que 100%; são 99.6% dos Municípios atendidos com serviço de distribuição de energia elétrica, aproximadamente 200 mil empregados, uma receita líquida de R$123.7 bilhões por ano, um EBIDA de 12,3 bilhões ao ano.

O setor de distribuição recolhe, entre encargos e tributos por ano, R$63 bilhões, um mercado de 432 mil gigawatts, somando mercado livre e mercado cativo; o segmento de distribuição investe, anualmente, cerca de R$11,5 bilhões; e o índice de satisfação com a qualidade percebida pelos consumidores no ano passado foi medido em 77,3%. Então, isso é para dar um panorama geral do segmento de distribuição.

Aqui vou passar rapidamente e já entrar diretamente na questão do PLC.

O PLC cria a obrigatoriedade para as concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica de instalarem pontos de recarga para veículos elétricos em vias públicas e em ambientes residenciais e comerciais definidos pela autoridade pública. Trata-se, obviamente, de uma iniciativa com forte apelo de responsabilidade socioambiental.

Nós entendemos que todo cuidado com medidas de segurança nessas futuras instalações é necessário para preservar a integridade física dos usuários. E, em linha com o que foi falado aqui pelos meus antecessores, é necessária uma política governamental de incentivo ao veículo elétrico para tornar esse veículo acessível à população – hoje em dia, como o próprio Hugo já citou na sua fala, o custo de entrada ainda é muito elevado –, até para justificar, depois, a instalação dessas unidades de recarga. Então, isso precisa estar massificado para que seja dado *payback* nessas instalações de unidades de recarga.

Há algumas considerações que eu gostaria de colocar aqui também, que são importantes ao entendimento das distribuidoras. Essas unidades têm um custo elevado para instalação e operação. As concessionárias, nós entendemos que elas precisam ser adequadamente remuneradas por esse serviço para que esses investimentos e a operação dessas unidades de infraestrutura não se tornem um ônus adicional para as distribuidoras. Ou seja, em linha com o que está colocado já no terceiro ponto aqui, a agência, a Aneel deveria reconhecer e remunerar esses investimentos dentro da base de ativos regulatórios das distribuidoras.

Aí entra um pouco do que o Hugo também já citou aqui, da questão dos subsídios cruzados. Uma vez que isso está na tarifa, está reconhecido na tarifa, os consumidores que não estão contemplados ou não são usuários ainda do veículo elétrico, obviamente, vão estar, de certa forma, subsidiando aqueles que já o estão usando.

Nós entendemos também que é necessário criar linhas específicas de financiamento para as concessionárias, destinadas exclusivamente ao desenvolvimento dessas unidades de infraestrutura. Então, linhas especiais de financiamento, seja via BNDES, enfim, linhas de créditos facilitados para que essas unidades de recarga sejam desenvolvidas e criadas pelas distribuidoras nos pontos onde forem designadas.

Por fim, o quarto ponto: é necessário otimizar a melhor localização dessas unidades, a fim de estimular a sua utilização, trazendo, assim, rápido retorno aos investimentos. Também aqui, respaldado em um eslaide que o Hugo apresentou – aquela questão da utilização dos pontos lá na província de British Columbia, no Canadá –, é preciso que realizemos o investimento de forma inteligente para que essas unidades de recarga de fato tenham uma utilização bastante ativa.

Eu queria comentar, adicionalmente, antes de passar a palavra ao Felipe e ao Danilo, que toda essa questão de veículos elétricos passa, necessariamente, por colocarmos e desenvolvermos novas tecnologias que coloquem inteligência na rede de distribuição. Vou dar um exemplo prático, que costumamos usar muito: no Estado do Rio de Janeiro, existem duas concessionárias que atendem o Estado do Rio de Janeiro, a Ampla e a Light. A Light está ali no Rio de Janeiro. Se você atravessar a Ponte Rio-Niterói, está atendido já pela concessionária Ampla. Então, o senhor imagine, Presidente, uma situação em que o senhor é um morador do Rio de Janeiro. O senhor abasteceu o seu carro elétrico na sua residência e resolveu passar o dia em Niterói. Foi com o seu veículo elétrico e chegou lá com uma necessidade de recarga. Como é que vai funcionar isso, essa interação? Lá, é Ampla, em Niterói; no Rio de Janeiro, é Light. Quer dizer, você é consumidor da Light; você carrega o seu carro na sua casa, e chega a conta na sua fatura no final do mês. Aí, você viaja para Niterói e precisa abastecer seu carro. Você vai a um posto, em uma unidade de abastecimento que haja lá e abastece. Ou você tem que pagar à vista, ali na hora, pode ser no cartão, ou tem de haver algum tipo de inteligência na tomada de recarga que direcione o custo daquele abastecimento da Ampla para a Light para que o senhor possa pagar na sua conta. Só para elucidar, com um caso específico, que tudo isso também passa por investimentos no que nós chamamos de redes inteligentes.

Por parte da Abradee, esse era o breve recado.

Então, com a sua licença, Presidente, eu gostaria de convidar o Felipe e o Danilo para que possam fazer a apresentação em nome da CPFL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Eu queria fazer um apelo ao Felipe e ao Danilo para que se atenham ao tempo que lhes será concedido.

O SR. FELIPE ZAIA – Bom dia a todos.

Sou Felipe Zaia e estou representando aqui a CPFL. Vou tentar ocupar o tempo certinho da fala que nos foi designado.

Quero comentar que a CPFL, como maior *player* privado do setor elétrico brasileiro, desde 2013 vem desenvolvendo um projeto de P&D (pesquisa e desenvolvimento), demonstrando toda a importância que damos ao tema e desenvolvendo, através de parcerias com universidades e com outros agentes, uma série de pesquisas e estudos relacionados ao tema, com um volume de investimentos relativamente grande, na ordem de R$20 milhões, em que estamos constituindo, em Campinas, uma frota de veículos elétricos e também uma infraestrutura de recarga. Então, nós, através do projeto, tentamos dialogar com os diversos agentes envolvidos com o tema.

Temos, sim, conhecimento de causa. Já operamos hoje uma infraestrutura na cidade de Campinas e também em um corredor intermunicipal entre Campinas e São Paulo, que são as duas maiores cidades do Estado, com uma série de postos de recarga instalados e de diversos tipos: desde carga rápida, lenta, normal, recarga residencial. Então, tudo o que vamos apresentar aqui é com conhecimento de causa e baseado em estudos e pesquisas associados, por exemplo, à Unicamp, uma universidade de renome e que também está sediada lá em Campinas.

Estamos aqui hoje discutindo o PLC 65, no Senado, mas também temos participado, junto com a Aneel, dentro da consulta pública que já foi mencionada aqui pelo Hugo.

Então, temos procurado efetivamente debater com todos os agentes que tratam do tema de mobilidade elétrica.

Partindo para o que trata aqui o projeto de lei, eu acho que, como foi dito pelo Hugo e por outros colegas aqui da audiência, a questão de incentivos para a mobilidade elétrica, se pegarmos especificamente o ponto de incentivos à infraestrutura de recarga e uma infraestrutura pública, há diversos estudos que apontam que, efetivamente, a infraestrutura de recarga, principalmente no início de operação, não é rentável. Então, aquele gráfico que nós vimos sobre o Canadá vai ser ainda pior, ou seja, quando mencionamos os números colocados

pela Anfavea, estamos falando de dois mil carros ou de 200 carros. Portanto, se for instalada uma infraestrutura de recarga hoje, ela vai ser subutilizada.

Assim, no início dessa infraestrutura de recarga, ela não é rentável. Se se desejar fazer algum tipo de incentivo para essa infraestrutura, ele deveria limitar-se somente ao momento em que ela ainda não é rentável. No momento seguinte, a infraestrutura de recarga poderia seguir um modelo comercial e aberto a qualquer agente privado que quisesse participar, sem nenhum incentivo público, porque realmente nós teríamos, a partir daí, um incentivo público com custo benefício muito ruim. Veem-se exemplos disso fora do País, alguns pilotos e algumas formas de trabalhar através até de parcerias público-privadas, para viabilizar uma infraestrutura mínima.

A questão é: o que seria uma infraestrutura mínima? Por que nós precisamos ter muito cuidado para não crescer essa infraestrutura através de política pública de forma...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Generalizada.

O SR. FELIPE ZAIA – ... generalizada, sem qualquer limitação?

A infraestrutura de ponto de recarga tem um custo relativamente elevado na sua instalação. Então, nós não estamos falando simplesmente de reservar uma vaga, pintar uma vaga num estacionamento. Embutida com a reserva de uma vaga para recarga de carro elétrico, vem uma infraestrutura de equipamento e um esforço de operação e manutenção que é relevante. Trazemos aqui alguns dados baseados na nossa própria experiência do projeto que nós temos. Um ponto de recarga rápido, por exemplo, envolveria um custo girando em torno de R$50 mil a R$80 mil, e é desse tipo de ponto que nós estamos falando quando comentamos sobre infraestrutura pública. Isso tem, sim, um custo relativamente elevado.

E aí, ao considerarmos esse custo, nós não podemos simplesmente debater "ah, temos uma obrigatoriedade de infraestrutura", mas definir qual é o mecanismo de financiamento para essa infraestrutura. Acho que esse foi o ponto colocado pelo Daniel, aqui da Abradee, e também pelo Hugo, da Aneel. Isso é um debate que precisa acontecer. Isso se tornará mais um subsídio cruzado dentro da tarifa, ou existirá outro tipo de mecanismo de financiamento através de uma PPP ou qualquer que seja o mecanismo, mas nós não podemos deixar de entender que esse custo existe e é relevante. E aí, quando existe um custo associado à infraestrutura, é preciso tomar muito cuidado com a subutilização desse custo, porque estaríamos rateando com a sociedade um custo ainda pior, porque de um ativo que não estaria sendo utilizado.

Outro ponto que gostaríamos de debater – e aí se trata de um ponto que até o colega da Anfavea comentou no início da colocação dele – é em relação ao papel da infraestrutura. Nós vivemos hoje, quanto à mobilidade, num certo dilema entre o ovo ou a galinha. O que vem primeiro? A infraestrutura ou a frota de veículos? Como sair desse dilema?

Nós temos uma posição hoje que é a seguinte: a infraestrutura, por si só, não vai viabilizar o modelo de mobilidade elétrica.

A gente precisa, na verdade, de um conjunto de políticas públicas. Como o Hugo mostrou, há uma série de incentivos que podem ser dados, por exemplo, na aquisição do veículo. Por quê? A gente vê até outros exemplos internacionais de que...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE ZAIA – ...o incentivo está muito mais associado à aquisição do veículo e menos associado à infraestrutura, porque esse tipo de incentivo tem um custo/benefício melhor.

Hoje, quanto ao carro elétrico, se você faz uma conta de um custo maior na aquisição e de um custo menor da operação, mesmo com uma utilização elevada, esse custo não se torna positivo ao longo do tempo para quem adquire um veículo elétrico. Então, o que acontece? Racionalmente, um agente econômico nunca adquiriria hoje um veículo elétrico, porque, na sua vida útil, ele não é rentável. A infraestrutura, por si só, não vai torná-lo rentável. O que vai torná-lo rentável é um conjunto de políticas públicas relacionadas, por exemplo, à isenção de tributos ou, pelo menos, à equiparação de tributos.

Ali há uma tabela. Hoje, um veículo que a gente usa, inclusive, na nossa frota, é um Kangoo, um veículo utilitário. O similar à combustão tem uma carga tributária somada de 34%, e o elétrico, hoje, paga 55%, ou seja, o veículo mais eficiente paga mais tributo, o que parece ser um indicativo de uma política pública equivocada do ponto de vista do incentivo à eficiência e à sustentabilidade da nossa frota.

A principal diferença aqui está no IPI. O veículo elétrico está na categoria "Outros", não está tipificado em nenhuma categoria de motorização. Então, ele é encarado como "Outros" e paga a maior alíquota. Efetivamente, isso traz uma desvantagem muito grande para o veículo elétrico.

A gente fez algumas simulações. Com paridade tributária, a gente vê que essa conta melhora bastante. E é por isso que a gente argumenta que esse tipo de incentivo, não na infraestrutura, teria um impacto na

disseminação da mobilidade elétrica muito maior do que efetivamente se a gente atacasse aqui a questão da obrigatoriedade de uma infraestrutura.

Só para finalizar, então, a gente precisa para a mobilidade elétrica no Brasil de um conjunto de políticas públicas, e não simplesmente de infraestrutura. A isenção do Imposto de Importação, que foi adotada pelo MDIC no final do ano passado, foi um grande primeiro passo. Agora, ela sozinha não resolve o problema, até porque a melhoria da tecnologia vai reduzir o preço ao longo do tempo. Temos de tratar aqui do estabelecimento de uma indústria nacional. Não podemos simplesmente viver somente de importação desses veículos. Então, incentivos fiscais e uma política industrial que desenvolva a indústria nacional e que torne essa equação que a gente viu do veículo elétrico mais vantajosa têm, sim, um impacto muito positivo na disseminação da mobilidade elétrica. A obrigatoriedade de infraestrutura de forma isolada não vai ser suficiente para massificar o uso do veículo elétrico. Essa é uma verdade, com base nos números que a gente viu ali de custo do veículo.

Eu só queria destacar mais um ponto. Nós, que somos operadores de infraestrutura e que temos um projeto hoje, queremos chamar a atenção para o fato de que, em relação à infraestrutura, existe também uma série de questões relacionadas à padronização de uso. Como o colega da Anfavea também comentou, há oito plugues diferentes de conexão do veículo elétrico. Isso encarece a infraestrutura. Se, hoje, formos instalar uma infraestrutura no Brasil sem padronização, vamos ter de fazer uma infraestrutura para oito plugues. Se houvesse uma padronização, aí sim, poderíamos até reduzir o custo da infraestrutura.

Então, tratar esses outros pontos mais técnicos, no ambiente até do Inmetro, da ABNT e da própria agência reguladora é, sim, na nossa visão, uma questão muito importante até para que a gente não encareça ainda mais uma infraestrutura que já não é barata, como mostramos nos eslaides.

Gostaria de agradecer e deixar aberto o convite para todos que quiserem conhecer o projeto de mobilidade elétrica em Campinas. Temos tratado o tema com muita seriedade e incentivado bastante a difusão e a discussão desse tema em todos os fóruns de que participamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Ainda temos a palavra do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Então, vamos dar início, efetivamente, ao debate, com a participação dos Senadores.

A iniciativa desta audiência pública coube ao Senador Jorge Viana. Sendo assim, concedo a palavra a S. Exª como primeiro orador inscrito.

Senador Jorge Viana.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Presidente, depois me inscreva, por favor.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Presidente, antes do Jorge Viana falar, vou ter que me retirar para outras Comissões, e vamos poder compartilhar as contribuições. No meu caso específico, estou tirando o meu carro da tomada do Senado. Como diz Gal Costa na sua música, não diga adeus, e sim até breve. Estou voltando para o Estado, para assumir uma Secretaria e dar uma contribuição lá; assim vou ligar meu carro na bateria de lá agora.

Então, creio até que a minha permanência aqui hoje... de qualquer maneira, ainda tenho até a semana que vem. Acho que este é um tema importante e fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – V. Exª vai fazer falta...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu estive em um evento esta semana...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – ... principalmente neste debate.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Um evento que trata exatamente da adoção de diversas questões nessa área, como a utilização em tecnologia da informação, a experiência da Noruega. Se pegarmos os carros comercializados na Europa em 2015, vamos ver que ainda é um tema muito novo no mundo inteiro. Nós temos a oportunidade ímpar de chegar junto nesse tema.

Foram comercializados na Europa, se não me engano, 76 mil veículos no ano passado – 75 mil a 76 mil. Desses 75 mil, Jorge Viana, 39 mil foram comercializados na França e na Noruega. Para vermos como é possível chegar ao mesmo tempo.

Acho que o ponto central do projeto é este: como criar as condições para que pilotemos em tempo real com o que está acontecendo no mundo, principalmente tomando medidas mais ousadas. Não se trata apenas da redução da carga tributária, mas de uma política que se associe às questões fundamentais: 99% do que vemos num carro elétrico no Brasil vêm de fora. A maior briga que travamos aqui no ano passado, Presidente, nesta Comissão e na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi quando tratamos dos incentivos – Padis e outras

coisas mais – e, lamentavelmente, o Governo ficou puxando o freio de mão, ou melhor, tirando efetivamente as nossas posições das tomadas.

Sem isso e sem diferenciar setores em momento de crise, não temos como entrar e aproveitar a oportunidade que o mundo inteiro tem dado nessa área, tanto para contribuição do clima como para contribuição do desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente nessa área industrial.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, agradecendo a contribuição do Senador Walter Pinheiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, convidados, Senadoras, Senadores, coube a mim a relatoria do PLC nº 65, de 2014. No entendimento com o nosso Presidente e com os colegas Senadores, eu propus, por requerimento, fazermos esta audiência pública.

O Brasil, nos anos 50, fez a opção de estabelecer aqui montadoras de veículos. Muita gente reclama o fato de o Brasil não ter feito a opção por ferrovias – sendo um País continental – e ter feito a opção por rodovias. O certo é que demoramos muito tempo sendo montadores de veículos que nunca foram de primeira linha. Esse processo tende a algumas mudanças, ultimamente, porque o Brasil, se fez essa opção, deveria ser um País que desenvolve veículos, o que seria algo bastante importante.

Agora, nós também estamos fazendo uma escolha: se queremos ou não ser uma referência dessa nova tecnologia de mobilidade. Se quisermos, precisaremos de políticas adequadas para tal. Se não quisermos, vamos seguir nessa mesma lógica de reproduzir aqui aquilo que outros países desenvolvem.

Como o Senador Walter Pinheiro falou, ainda há tempo. Mas acho que esse PLC já traz algo que pode nos dar a mesma lógica que mantemos até aqui. De pronto já me chamou atenção o fato de a responsabilidade da recarga de carros elétricos – é isso que prevê – ficar como está colocado aqui. Então, teríamos as concessionárias de serviços de distribuição de energia e o Executivo como o responsável pelas recargas.

Ora, acho que esse é um modelo que simplifica ao dizer o seguinte: o usuário contribuinte, tendo ou não carro elétrico, vai pagar a conta. Aí entra essa lógica que acabamos de ver nesta audiência, que considero muito rica, de que sem estudar direitinho o custo disso, pode custar muito caro e inviabilizar o projeto do carro elétrico, com críticas.

Então, essa audiência nos coloca com os pés no chão e nos dá uma oportunidade. Eu, como Relator desse PLC, fico muito agradecido, porque a partir dos contatos que vi aqui, Sr. Presidente, das exposições, tenho, agora, elementos para pensar num substitutivo que esteja à altura do desafio que o Brasil vive quanto ao carro elétrico.

Queria citar alguns dados, porque achamos que tem carro demais, no Brasil. Por incrível que pareça – pode alguém que esteja me assistindo na TV ou me ouvindo na rádio dizer que é um absurdo achar que não tem carro demais no Brasil – não tem! Nos Estados Unidos, a média de carro é mais ou menos essa: para cada mil habitantes há 750 veículos. Na Europa chega perto de 500. Em Portugal, passa de 400. No Brasil, nós estamos perto de 200 por cada mil habitantes.

Então, se não cuidarmos, tem uma tendência, ainda, para chegar na média de Portugal, de dobrarmos o número de veículos. E as cidades aguentam? Essa é uma pergunta. A grande questão no mundo hoje – o Brasil é signatário – é a mudança do clima. A lógica do combustível fóssil também se esgota, não importa se temos pré-sal ou não.

E o carro elétrico segue uma lógica que responde a questão do clima e o desafio de evitarmos a mudança climática em um país que tem uma matriz energética invejável como a nossa – ou seja, aí nós ganhamos duplamente –, mas também em um país em que as pessoas têm o direito de adquirir um veículo para usar no final de semana. Mesmo quando a mobilidade coletiva urbana melhorar, as pessoas vão seguir querendo ter um carro para o seu lazer, e não como é hoje, em que a maioria da população usa o carro para ir e voltar do trabalho, uma pessoa de 70kg, 80kg, por um veículo de algumas toneladas. Isso é antilógico, é absolutamente insustentável.

Então, partindo do pressuposto de que o Brasil vai ter que aumentar muito o número de veículos, nós temos que cuidar das cidades, temos que cuidar do transporte coletivo, de incentivá-los, de melhorá-los. Temos que pensar também em uma maneira de não agravar a nossa matriz de emissões, utilizando mais carros que queimam combustível fóssil. Portanto, o carro elétrico passa a ser um aliado da política global do Brasil de redução de emissões.

Agora, o Brasil tem que tomar a decisão se quer ser uma referência em carro elétrico no mundo ou não. Por enquanto, o Brasil não tomou essa decisão. Demorou muito para tomar a decisão em relação a algum incentivo. Tomou no ano passado, e é elogiado por isso, mas é uma decisão ainda muito tímida. Nós vimos a carga tributária. Isso aconteceu.

Há isenção para a venda de veículos para o usuário e nenhum incentivo para o transporte coletivo. Isso é mortal para o funcionamento das cidades. E foi isso o que nós fizemos nos últimos anos. Eu sempre fui um crítico

disso. Nós tínhamos que dar toda facilidade para o transporte público coletivo. Obviamente, podemos incentivar a indústria por outros mecanismos, mas tem que ser abaixo do outro incentivo, para que haja a inversão.

Com o carro elétrico nós ainda estamos vivendo o desafio do desenvolvimento de uma tecnologia nova. Não podemos partir da seguinte lógica: "Põe a conta na viúva, para o consumidor pagar, na conta de luz, o abastecimento do carro, não importa se ele tem ou não".

Estou aqui ao lado do Senador Wilder Morais, que trabalha com construção civil há muito tempo. Ele me dizia que a maior reclamação em construção civil hoje, de quem mora em condomínio ou em prédio, é sobre a conta alta de água e de luz. O que pode ser medido hoje está sendo individualizado porque ninguém quer pagar um absurdo pelo outro. Pode ser medido, individualiza. É simples, não é difícil. Segurança e limpeza fazem parte da taxa coletiva. Isso mexe com o condomínio, mexe com a vida das pessoas.

Como vamos agora propor em um projeto de lei, como quer o Projeto de Lei da Câmara nº 65, que a sociedade inteira pague pelos pontos de recarga do carro elétrico? Isso não passa. Isso não é do século XXI, não é moderno.

Também tenho alguns dados sobre o carro elétrico, também sou curioso nessa área. Por exemplo, em média, nós usamos um carro 70km por dia. Dizem que o carro elétrico não é viável porque só oferece uma autonomia de 140km, mas a média de uso é de 70km. Então, isso desmonta. E a nova geração de carro elétrico está vindo com 250km de autonomia. E aí entra a recarga. Há espaço, sim, para instalar pontos de recarga, dependendo da cidade e do lugar. Há a possibilidade de organizar isso somando tecnologia e instalação da infraestrutura. É isso que eu acho que a regulamentação tem que levar em conta. Eu vi a CPFL dizer algo aqui que nos ajuda, que nos clareia, porque eles têm um *case* que é prático, é objetivo, já fizeram o estudo de custo.

Então, Senador, eu acho que aqui estamos bem colocados, mas não há como o Brasil ser o endereço do carro elétrico cobrando, a carga tributária sendo 55% para o carro elétrico e 34% para o carro convencional, que usa combustível.

Isso é não querer ser endereço, isso é não querer ser referência no carro elétrico. E o Brasil pode sim ser uma referência para o mundo. Volto a repetir, pela matriz energética, pelo mercado que tem, que vai aumentar muito ainda, e também por ser um País que fez essa opção nos anos 50 e segue com ela, com tantas rodovias, enfim.

A minha conclusão é que eu acho que nós não podemos fazer esse caminho de tentar incentivar pondo na área errada do estímulo ao carro elétrico. Não é na recarga, como bem foi dito aqui; é na produção desse carro elétrico, no seu desenvolvimento e, obviamente, no incentivo à sua venda.

Eu acho que aí fica objetivo. E, óbvio, vamos ter que ajustar essa política de como vamos fazer, porque se nós vamos começar nos grandes centros a fazer isso... Eu andei outro dia aqui, o Nelson Piquet possui um carro elétrico em casa, é uma beleza, realmente não tem paralelo com o que a gente conhece de veículo. Não é o futuro é o presente.

O grande problema deles também é que, ouvi até de um grande dirigente de empresa que quer desenvolver carro elétrico, que fala que o inimigo do carro elétrico é a recarga, pelo menos era, mas ele falou assim: "Quando se pegou esse telefone, a gente passava com ele um dia ou dois na tomada para usar por 20 minutos, algumas horas. Agora, ao contrário, ele fica 20 minutos na tomada e a gente usa dois dias. Ou seja, a tecnologia está resolvendo isso. A autonomia está indo para 250 quilômetros na nova geração.

Então, para mim, o projeto, o PLC 65, é meritório porque nos trouxe o debate, isso não tenha dúvida, mas eu acho que é aqui no Senado, Senador, e na comissão que V. Exª preside, que nós temos a oportunidade de ajustá-lo aos desafios que estamos vivendo agora, ao caminho até de ampliarmos. Eu mesmo aqui, hoje, estou saindo com muitas ideias que a gente pode apresentar, projetos que venham a resolver a questão central do incentivo, mas que a gente possa não agravar e não dificultar o desenvolvimento do carro elétrico no Brasil, nem a instalação de empresas para desenvolver tecnologias, se nós fizermos um incentivo no ponto errado.

O carro tem que ter um ponto de recarga, mas o desenvolvimento dessa tecnologia, eu quero falar com a Anfavea, com todos, eu acho que ela não pode focar no lado errado. E o projeto, lamentavelmente, por mais meritório que seja, está preso a essas duas questões: a recarga residencial, nós vimos ali, foi desmontado isso, não tem sentido porque os dados que foram trazidos pela própria Aneel aqui, reforçados pela CPFL, mostram que não é bem assim e não pode ser dessa maneira que a gente vai fazer agravar e a padronização de tomadas, padronização do modelo que a gente usa, que cidades a gente começa.

Eu acho que aí existe uma série de assuntos, mas eu não tenho dúvida, concluo dizendo, vou ter que apresentar um substitutivo ao projeto e acho que vou fazer isso aqui levando em conta o resultado desta audiência, simplificando, para que a gente possa, rapidamente, estimular, incentivar, que o Brasil possa ser uma referência dessa tecnologia.

Tomara que o Brasil não perca essa oportunidade, não deixe passar essa oportunidade, porque é uma tecnologia cara e ela não vai estar em vários países do mundo não, vai escolher alguns pontos para se instalar. E o Brasil, eu sei, pode ser esse ponto.

Eu estive com o Senador Walter em Valência e em Santander também, na Espanha. São cidades que estão desenvolvendo projetos de cidades inteligentes.

Eles já estão trabalhando as vagas de estacionamento. Trinta por cento dos carros que andam nas cidades da Europa estão atrás de estacionar. Trinta por cento, queimando combustível, perdendo tempo, dinheiro, querendo estacionar. Estão resolvendo. Tudo digitalizado, todas as vagas estão colocadas. Estou aqui neste quarteirão, abro o meu iPhone, meu telefone móvel ou mesmo no carro, e ele já me aponta e bloqueia a vaga, e eu, em poucos minutos, estou estacionando. E pagando por um serviço, obviamente. Imaginem a recarga, se não dá para colocar dentro dessa nova tecnologia!

Ninguém mais anda, no Rio e em São Paulo, sem algumas tecnologias que te guiam. É óbvio que é muito fácil colocar as recargas também; fazer algo que não seja caro, que esteja dentro do mercado. Aí, sim, porque não dá para envolver governo nesse aspecto. Acho que tem que envolver o sistema todo, as políticas e a legislação, e não atribuir para uma Aneel fazer. Aqui, o projeto joga toda essa carga. Diz que quem vai regulamentar é a Aneel, são as distribuidoras.

Eu agradeço a todos que vieram. Acho que foi mais do que elucidativo, mas trouxe aqui conhecimento para nós. Nós estamos conhecendo um pouco melhor o desafio que é, a beleza que é a possibilidade de o Brasil virar um endereço dessa tecnologia no mundo, mas podemos andar rápido com isso.

Acho que o Senador Garibaldi está de parabéns por ter priorizado esta audiência, ter feito uma das audiências mais concorridas, tanto do ponto de vista dos Senadores, porque é muito difícil reunir a quantidade de Senadores que reunimos aqui, quanto do conteúdo. Agradeço ter tido o privilégio, pela relatoria, de ter tido luz para dizer: "vamos fazer uma audiência, vamos debater de forma um pouco mais ampla", para que possamos ter uma boa lei, uma lei que possa ajudar o Brasil e os brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB - RN) – Bem, eu quero dizer que os méritos são do Senador Jorge Viana, que cobrou sucessivamente, insistentemente a realização desta audiência. É claro que nós tivemos toda a sensibilidade de realizá-la, porque sabíamos da sua importância.

Agora, em uma homenagem ao Senador Jorge Viana, eu pediria que ele assumisse a Presidência dos trabalhos.

O próximo orador inscrito é o Senador Lasier Marins. Em seguida, o Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bem, mais uma vez, cumprimento todos.

Obrigado, Senador Garibaldi, convidados.

Passo a palavra imediatamente ao Senador Lasier, como orador inscrito; em seguida, ao Senador Hélio José.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Em primeiro lugar, quero me congratular com V. Exª, Senador Jorge Viana, pela iniciativa de propor esta audiência pública, oportuníssima, e que nos trouxe esclarecimentos inéditos – eu tenho a impressão de que para a maioria de todos nós. Já nem falo na população brasileira, que sabe tão pouco a respeito do carro elétrico, que é um anseio de todos nós por todas as vantagens que proporcionam os carros elétricos.

Como a matéria é nova, eu não acredito que minha pergunta seja tão primária como pode parecer, mas, pelas exposições que foram feitas – e muito boas exposições –, entendo que cabe, porque percebi que há uma interdependência com relação à expansão do carro elétrico.

Não há mercado porque não há postos de recarga, e não há postos de recarga porque não há veículos suficientes. Com isso, não se desenvolve esse meio de locomoção extraordinário que um dia nós haveremos de ter, como foi dito aqui pelo Presidente da Anfavea: "Num dia, nós teremos muitos carros elétricos." E ficamos sabendo que o Japão é o que mais tem e que, na Europa, há países desenvolvidos com bastantes veículos. Foram citadas Inglaterra, Itália e Alemanha, principalmente.

Mas a minha curiosidade está vinculada ao problema tributário que surgiu aqui como um dos problemas que o Governo deveria ou deverá proporcionar incentivo fiscal, senão nós não avançamos nesse terreno. E eu fico me perguntando: se houvesse o incentivo fiscal aos postos de combustível hoje existentes – evidentemente, não para todos, mas um número determinado, suficiente para, numa primeira etapa, resolver esse problema, teríamos solução para a primeira indagação: abertura de mercado, havendo postos de recarga elétrica dos veículos. Se nós aproveitarmos os próprios postos de combustível, e o Governo oferecer o incentivo fiscal, não haveria disseminação desses postos? Nos mesmos postos que abastecem com combustível, gasolina, etc., haver um determinado espaço. Em vez de garagens em condomínios, o que poderia ser um pouco mais caro e mais difícil de regulamentar, porque aquele que utilizar a energia elétrica deve pagar universidade pouco

mais. Afinal, realmente, a energia elétrica, no Brasil, que não é suficiente ainda, não deveria ser usada por uma elite sem um pagamento maior.

Acho que o Daniel Mendonça, ou da Aneel, o Hugo Lamin, poderiam me responder, isto é: incentivo governamental; aproveitamento dos próprios postos. Ali haveria um pagamento da carga elétrica através do cartão de crédito e uma forma de pagamento de uma taxa superior porque está usando a energia elétrica? Essa é a minha pergunta.

E, para melhor conhecimento, como se faz no Japão? Como se faz na Itália? Como é esse pagamento? Como está se fazendo a expansão dos postos? São perguntas simples, objetivas, de quem está ainda aprendendo sobre esse meio de locomoção tão necessário que haveremos de ter em quantidade satisfatória dentro de algum tempo.

É a minha pergunta, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para dar maior dinâmica e economizarmos tempo, aproveitando bem a presença dos Senadores, nós vamos ouvir, em bloco, os Senadores que estão inscritos e, depois, eu passo para os componentes da mesa.

Assim, Senador Hélio José, V. Exª tem a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Quero cumprimentar o Senador Jorge Viana, Presidente desta reunião, cumprimentar também todos os convidados, o Sr. Hugo Lamin, da Aneel – e a presença da Aneel nesta discussão é importante. Acho que quem é responsável pela política de regulação e de fiscalização precisa estar efetivamente se posicionando a respeito da situação tão importante quanto essa.

Quero cumprimentar a Srª Gleide Souza, que está representando o Dr. Antônio Megale, Presidente da Anfavea, que é uma parte importante nessa questão; o Ricardo Guggisberg, da ABVE. Ricardo, eu acho que você é quem tem mais a esclarecer para nós aqui, porque você é quem mais está vivendo essa situação no dia a dia. Então, há várias dúvidas que precisam ser realmente sanadas. Essa oportunidade que o Senador Jorge Viana nos dá é de alta valia para nós todos da Comissão e para o Brasil, que está nos assistindo, nos ouvindo, e poderá avaliar essa importante política pública do veículo elétrico. Eu queria cumprimentar também o pessoal da Abradee, que representa as empresas distribuidoras, e a empresa distribuidora é que tem o ônus de fazer a conta de luz para o cidadão brasileiro pagar. A gente precisa discutir com muita tranquilidade essa questão, porque as tarifas no Brasil estão o olho da cara, a energia do Brasil é um dos custos mais altos que existe no País. Eu estive conversando com a Abradee recentemente e estou esperando resposta deles, inclusive, estou fazendo uma cobrança pública sobre assuntos que a gente precisa encaminhar.

Eu gostaria inicialmente, Senador Jorge Viana, de dizer a V. Exª, nobre Senador, que é um pensador e estudioso das tecnologias, contribui muito com esse tipo de audiência pública. Eu mesmo estou apresentando aqui, foi aprovado nesta Comissão de Infraestrutura discutirmos as políticas públicas das energias renováveis e a interação com as demais energias. Hoje eu mandei colocar na caixa de todos os nossos colegas desta Comissão uma proposta de várias audiências públicas que vamos fazer até o final do ano, para a gente fechar uma discussão sobre essa política pública das novas energias. Quero contar com a colaboração dos colegas, no sentido de aprimorar a proposta de discussão que estou mandando para cada colega membro desta Comissão, que a gente vai debater na próxima reunião.

Algumas questões que a minha assessoria sugere e que eu também gostaria de ver esclarecidas, algumas, inclusive, sobre as quais conversei com o meu decano, meu mestre, meu Senador Elmano, que vai fazer daqui a pouco, simples mas importantes. Vamos a algumas minhas: como seria feita a exposição dos pontos de abastecimento? Em que prazo poderia ser efetivada tal política? Temos de ter esse pensamento, principalmente você, da ABVE, que conhece o mundo e sabe como está isso. Quais seriam os órgãos definidores dos padrões técnicos apontados pelo projeto de lei em questão? Como seria a coordenação dos trabalhos por tais órgãos? Então, aí, a presença da Aneel e da ABVE é importante para dar ao Jorge posição sobre isso, já que ele é o nosso representante para fazer o substitutivo. Qual o impacto desse tipo de consumo de energia na oferta final de energia para outros fins? É aquele debate que estamos fazendo aqui sobre empresas próximas da outra, a questão do ICMS. Precisamos saber como vai funcionar isso. Haveria um plano de reforço nas redes locais em que o fornecimento de energia já é crítico? Por exemplo, a cada três palavras que falo aqui eu falo sobre energia solar fotovoltaica. O Brasil está na idade da pedra com relação a essa questão, lamentavelmente, um país que tem a solimetria do Brasil. E estamos aí indo de muletas com relação ao encontro da tecnologia mundial em energia solar, mas, aqui, nós estamos forçando essa barra.

É uma pena que eu vou perder o Senador Walter Pinheiro nessa luta com relação a essa causa aqui, ainda que momentaneamente, mas essa causa é importante, inclusive para se discutir isso aqui.

Assim, eu gostaria de saber: será que não seria interessante nós montarmos estações de energia solar para que essas pessoas possam abastecer, sem impactar a rede, durante o dia, nos horários em que estão trabalhando? Nós poderíamos pensar em algo sobre isso?

E qual seria o impacto econômico sobre a tarifa de energia paga pela população brasileira, com exceção de veículos elétricos?

Eu queria saber se a Abradee já fez esse estudo, como é que está isso e o que ela pensa sobre isso.

O PLC estabelece que os órgãos federais competentes definirão os locais em que os pontos de abastecimento serão instalados e as modalidades de recarga. Eu acho razoável, Aneel, se um carro tem uma autonomia, com a tecnologia de hoje, de 140km, que nós pudéssemos definir postos de abastecimento de 100 em 100km, que é uma distância média, até para não ficar ao Deus dará, já que é uma coisa não rentável... Então, seria uma coisa a se pensar, no futuro, na discussão com a ABVE, até para diminuir custos.

E como seria feita a viabilidade de tal norma, tendo em vista que os estacionamentos públicos, em sua maioria, são municipais?

Como a energia elétrica consumida seria paga pelo proprietário do veículo?

Por favor, tirem cópias das perguntas e distribuam para as pessoas aqui presentes.

Então, pessoal, eu queria concluir dizendo a vocês o seguinte: o Brasil tem que evoluir. O Senador Jorge Viana é uma das mentes mais brilhantes que nós temos aqui em termos de tecnologia. Eu não tenho dúvidas de que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É sim, Jorge. Não é questão de modéstia; você é brilhante mesmo nessa área.

Eu não tenho dúvidas de que S. Exª vai apresentar um substitutivo que nos permita, pelo menos, dar um *start*, de forma bem posicionada, e que não venha a onerar a viúva, vamos dizer assim – e todos compreendem o que estou falando –, pura e simplesmente, com essa tecnologia que é necessária para todos nós. Essa conta tem que ser distribuída, sem onerar, principalmente, a parte menos favorecida da sociedade.

Obrigado e um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Hélio José.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, só peço que não levem em conta as palavras finais do Senador Hélio José sobre a minha pessoa, porque são fruto de pura generosidade de S. Exª.

Eu passo a palavra ao Senador Elmano Ferrer, para que possa fazer os seus questionamentos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Moderador/PTB - PI) – Eu faço minhas as palavras do Senador Hélio José com relação ao meu Presidente. (*Risos.*)

Eu queria cumprimentar a todos, especialmente os nossos palestrantes, lamentando não ter podido chegar a tempo, pois estava em uma outra Comissão.

Entretanto, eu me permitiria fazer a seguinte colocação: esta é uma audiência pública que trata de um projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui a obrigatoriedade de instalação de pontos de recarga de veículos elétricos.

A minha primeira pergunta – inclusive por curiosidade – é dirigida à representante da Anfavea.

Existe alguma montadora ou indústria desse tipo de veículo no Brasil?

Segundo, qual o número de veículos movidos a energia circulando no Brasil. No meu Estado, por exemplo, não tenho conhecimento, nem em teste, de um único veículo movido a energia elétrica. Então, vejam, acho importante prevermos o que poderá acontecer no amanhã sobretudo quando há uma tecnologia já testada em alguns países do mundo, principalmente os países industrialmente avançados.

A despeito disso – esta é a minha pergunta – vi nas redes sociais que existe por parte da indústria petrolífera, somente para a produção de combustíveis fósseis, uma espécie de travamento com relação a toda e qualquer iniciativa no mundo de outra indústria automobilística movida, no caso específico, não por combustível usado no Brasil e no mundo inteiro, os derivados de petróleo. Então, pergunto: é verdade que existe por parte da indústria petrolífera, digamos sub-repticiamente, no sentido de travar toda e qualquer iniciativa na busca de um avanço da indústria automobilística movida a energia elétrica? Era esta a pergunta que eu queria fazer, ou seja, se você tem conhecimento de um travamento por parte da indústria petrolífera com relação a outros modelos movidos a energias alternativas.

E com relação ao Brasil? Porque estamos discutindo aqui, nesta audiência pública muito rica, a instalação de postos de recarga para um tipo de veículo que não existe. Pelo menos, no meu Estado, em determinados Municípios, cidadezinhas pequenas, que estão nascendo agora, nem postos de combustível derivado de pe-

tróleo existe. Estamos tratando de alguma coisa, inclusive de incentivo, que ainda não está materializada, não está corporificada, ou seja, que inexiste. Eram essas as minhas colocações e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço a manifestação do Senador Elmano Ferrer. Passou aqui ainda há pouco o Senador Wellington Fagundes – aliás, está aqui –, aniversariante do dia no Senado, nosso querido colega. (*Palmas.*)

Ele é muito querido, do Mato Grosso, é um batalhador não só pelo seu Estado, mas pelo nosso País. Dou os parabéns aqui e, lá no plenário, vamos nos manifestar também. É um prazer tê-lo aqui, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Então, vamos usar os carros elétricos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Tenho que ir lá na CDR...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Hoje é um dia – é importante falar para os convidados e a todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado – muito duro, terças e quartas-feiras, porque é um entra e sai de Senadores, já que temos que estar em três Comissões pelo menos em dias como esse. E isso é muito difícil porque são Comissões que deliberam matérias como essa.

Agradeço aos três expositores.

Senador Elmano, como já foi dito até pelo Walter Pinheiro, temos a oportunidade, Senador Lasier e Senador Hélio, de estabelecer normativas legais que podem incentivar o Brasil a ser endereço, a ser sede do desenvolvimento dessa tecnologia, de usá-la, e que possa se replicar. Não é fácil! Por isso vamos ter que pensar algo que possa ser trabalhado, do ponto de vista da legislação, e reproduzido de cidade em cidade no Brasil.

Se tivermos uma regra só, como o projeto, com todo respeito, prevê, de que ficam encarregadas as distribuidoras de botar tomadas, aí V. Exª tem toda razão: ao instalar postos de carga e recarga, nós vamos estar inviabilizando, porque vai sofrer tantas críticas dos próprios usuários. Aí equivocadamente, porque é uma tecnologia que vai dar certo. Eu não falei, mas ouvi de uma pessoa que é muito envolvida com o desenvolvimento do carro elétrico, em uma audiência em que o Ministro da Indústria perguntou a ele: "Qual é o futuro do carro? É o híbrido" E ele: "O futuro é o carro elétrico, porque o híbrido é uma sereia, nem é gente nem é peixe. Não vai sobreviver no tempo." Já o carro elétrico, não. Então, é bom que o Brasil inicie esse processo de adaptação do ponto de vista da sua legislação, das suas políticas de incentivos, para poder dar certo.

E nós não podemos incorrer nos mesmos erros que já incorremos quando da implantação do Brasil como um endereço das montadoras dos carros. É diferente. Nós temos que criar uma política que possa fazer do Brasil um endereço do desenvolvimento dessa tecnologia. Para isso, temos que fazer as coisas com muito cuidado, ouvindo aqueles que já aprofundaram algum conhecimento. Acho que esta audiência ajuda muito o Senado e acho que o Senador Lasier, que começou... Não sei, mas daria a palavra a todos. Só pediria, para que economizássemos, de novo, tempo, que quem fizesse as intervenções se apegasse às questões levantadas mais ligadas à sua área e ficaria já como consideração final. E encerraríamos depois de ouvirmos os nossos convidados.

Começaria de trás para frente, com o Dr. Daniel Mendonça, para responder aos colegas Senadores.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Obrigado, Presidente, Senador Jorge Viana.

Eu anotei aqui as questões feitas pelos Senadores e a questão que coube basicamente à Abradee foi uma questão colocada pelo Senador Hélio José se a Abradee teria feito algum tipo de estudo em relação aos impactos sobre a tarifa de energia elétrica com a introdução dos veículos elétricos.

A gente ainda não tem um estudo consolidado de todas as empresas, até porque não são todos que têm projetos-pilotos com carros elétricos rodando. Aí eu gostaria, com a sua permissão, Senador, passar a palavra ao Felipe Zaia, porque eles, lá em Campinas, já têm uma experiência e talvez ele tenha os números de Campinas, da CPFL. Então, Felipe, se você puder me auxiliar na resposta ao Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria aproveitar porque temos aqui no Senado um programa que interage com quem nos assiste. E chegaram duas perguntas que eu vou apresentar e peço que anotem e, que achar pertinente, responde. Há tanta desinformação, o próprio Senador Lasier assumiu isso e eu também, que as colocações têm que ser bem primárias, até às mais profundas, para nos ajudar.

Por exemplo:

Cláudio Nogueira, do Rio de Janeiro, pergunta: "Existe subsídio para os donos de carro elétrico?"

Luiz Caputo, de Minas Gerais: "Seria bom se houvesse eletropostos autossustentáveis; por exemplo, colocar placas solares para recarga de geradores, enquanto eles não estiverem com sua capacidade máxima armazenada".

Enfim, é óbvio que cidades na Alemanha, prédios inteiros já estão ganhando autossuficiência na geração de energia e até oferecendo energia por uso de placas solares e outras possibilidades de energia alternativa. O

caminho é esse. E na hora de trabalharmos, aqui na Casa Legislativa, leis, temos que pensar no melhor caminho e não naquele que nos leva para trás, para legislações que já deveriam estar sendo superadas.

Estou certo de que dentro do possível, aproveitando a intenção de quem pergunta, por exemplo, se pudesse detalhar um pouco melhor sobre essa coisa do subsídio, que vai desde a venda. Foi colocado: melhora na hora da venda, não na hora da recarga. Quanto mais detalhamento colocarem, melhor para quem está nos assistindo e para nós mesmos.

Então, vamos seguir, agora, com as considerações finais e as respostas.

O SR. FELIPE ZAIA – Em relação a essa questão do impacto de uma infraestrutura de recarga e do uso da rede de energia elétrica pelos veículos elétricos, temos, na verdade, duas linhas de estudo. A primeira relacionada até à segurança energética, ao montante de energia que seria consumido por uma frota de veículos elétricos. Sobre isso temos alguns estudos.

No nosso cenário mais otimista traçado para 2030, em que poderíamos enxergar uma penetração de 10% da venda de veículos elétricos no montante de vendas da frota brasileira, ainda assim teríamos um impacto no consumo de energia elétrica muito baixo, da ordem de mais ou menos 1,5% a 1,6% no total do consumo de energia elétrica do Brasil. Então, do ponto de vista de segurança energética, de capacidade de o setor elétrico prover essa oferta de energia para uma nova demanda de consumo, a gente entende que o setor elétrico é bem capaz de atender a esse tipo de desenvolvimento no horizonte de 15 a 20 anos, porque não estamos falando de um impacto severo nas projeções de consumo de energia.

Em relação ao custo e ao impacto disso na tarifa, tratamos da questão de que depende muito do tamanho da infraestrutura que será construída. Se a infraestrutura for indiscriminada, se for disseminada para todos os locais, o impacto, sim, vai existir. Como a Aneel mostrou – tem todos os números ali –, não existe almoço grátis. Se existe uma infraestrutura, se existe um custo de operação e manutenção, ele vai impactar sim as tarifas.

Eventualmente, a gente falando pontualmente... Aí, quando falamos em infraestrutura mínima, ela é mínima mesmo! Em grandes centros, eventualmente em grandes corredores, esse custo poderia ser através até de algumas propostas comentadas aqui, da tentativa de se conseguir, pela própria recarga, amortizar boa parte desse investimento e não contar com um financiamento através da tarifa, porque acho que isso também preocuparia bastante o repasse em um bolo que já é relativamente elevado.

Então, temos alguns estudos sim, mas a prática depende muito do tamanho dessa infraestrutura, porque, como mostramos ali, há custos associados à instalação e é um equipamento que requer muita supervisão e muita manutenção, para que possa oferecer um serviço de qualidade para quem está recarregando e um serviço que não caia em desuso, em que a pessoa tente usar e não consiga, pois isso acaba gerando uma dificuldade para o usuário.

Então, do ponto de vista do setor elétrico, é capaz, sim, de prover essa oferta de energia, mas do ponto de vista de custos e repasses dessa infraestrutura, existe, sim, uma preocupação em relação ao impacto na tarifa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL MENDONÇA – Então, complementando, Senador Hélio, como o Felipe já colocou hoje, o senhor sabe que as distribuidoras estão com o problema da sobrecontratação; elas estão com excesso de oferta de energia. Num horizonte de médio prazo – essa sobrecontratação está prevista para durar pelo menos até 2020 –, de quatro a cinco anos, não haveria problema na questão energética. E a gente sabe que o País se estruturou de forma a suprir o crescimento da demanda. O impacto na tarifa realmente vai depender da escala em que se der a ampliação dessa infraestrutura de recarga.

Como uma pergunta direcionada diretamente à Abradee, que eu anotei, foi basicamente essa do senhor, então novamente me coloco à disposição e passo a palavra ao Senador Jorge Viana, para que conduza as demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Agradeço, então, ao Dr. Daniel Mendonça e a todos que vieram; ao Felipe Zaia. Obrigado pelas contribuições que vocês deram, foram muito importantes.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Senador, deixe-me complementar com uma última palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pois não.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Pelas palavras que o Dr. Antônio Megale falou aqui, também, no início, nós vemos com muitos bons olhos a questão da estruturação de um grupo multidisciplinar para estudar. E desde já queria colocar a Abradee e as nossas associadas, que já têm experiência, à disposição para participarmos desse grupo, agregarmos valor, trazermos conhecimento e inclusive subsidiarmos o senhor na elaboração do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu pretendo inclusive fazer isso, ter reuniões de trabalho para que se possa trazer um substitutivo com mais substância, ampliando o tema, para que se ganhe um pouco do tempo perdido.

Eu passo agora para a Aneel – agradecendo e cumprimentando pela exposição –, para o Dr. Hugo Lamin, para que responda às questões que achar pertinentes e ao mesmo tempo fazer suas considerações finais.

O SR. HUGO LAMIN – Obrigado, Senador.

Vou começar minha resposta tratando da questão do impacto da tarifa, que foi o meu destaque na minha fala inicial. O modelo, como está proposto no projeto de lei, de atribuir a obrigatoriedade às distribuidoras, levaria a esse tipo de impacto. Daí comentei que existe outro modelo adotado por vários países na Europa, nos Estados Unidos e também no Canadá, que é a atividade empresarial competitiva, tirando essa obrigação de implantação da recarga das distribuidoras de energia elétrica e passando para esse setor independente – vou chamá-lo dessa forma. Então, nesse setor independente, esse impacto na tarifa que eu levantei e mencionei não é verificado. Eis o primeiro ponto.

Já que eu fiz uma crítica a esse modelo de recarga pública instalado pelas concessionárias, qual a outra solução? Existe uma série de mecanismos que conseguem viabilizar esse tipo de coisa, o que verificamos em outros países. E na maioria dos casos, a recarga está associada a algum outro tipo de serviço.

Daí, esses pontos de recarga poderiam ser em estabelecimentos comerciais, *shoppings*, restaurantes, hotéis; vincular não necessariamente à recarga pública, mas, sim, ter essas outras opções, além da questão residencial também, do ponto de recarga residencial.

Uma estimativa que a gente tem, de acordo com informações internacionais, é que 20% do valor dessa infraestrutura de recarga são com energia elétrica depois. Então, há uma série de outros custos da estrutura, para operar e manter aquela recarga.

O Senador Lasier mencionou a questão de vincular, talvez, a recarga elétrica aos postos de combustíveis hoje existentes. É uma das opções, isso pode ser; existem também alguns pontos de atenção e, eventualmente, até pontos relacionados à segurança de um determinado ambiente com uma recarga elétrica e do combustível convencional – esse é um ponto de atenção.

Também há essas questões de período de funcionamento. Talvez tenham, a depender do modelo, exigir do posto também uma infraestrutura de tecnologia de informação, comunicação, para fazer todo esse gerenciamento, mas é possível também. Temos exemplos no Canadá de alguns postos que foram nessa linha. Então, isso existe também.

Vamos passar para algumas perguntas que o Senador Hélio José fez. A questão do prazo de implantação. Se for migrar para esse modelo competitivo que eu mencionei, uma atividade empresarial competitiva, isso fica minimizado também. O prazo seria mais relevante se obrigasse uma distribuidora a colocar uma rede de forma generalizada.

Órgãos envolvidos. Eu mencionaria além da Aneel, que trata da questão da regulação do setor e foca nessa questão de fornecimento de energia elétrica, INMETRO e ABNT também, responsável pela elaboração de normas técnicas.

Um outro ponto aqui bem interessante, que foi objeto de sua pergunta e também dessa que a gente recebeu aqui: a questão de utilização de energia solar. Hoje existe uma regra na Aneel, e o objetivo dessa regra foi estimular o consumidor de pequeno porte a instalar a sua própria geração; é o que a gente chama de geração distribuída, distribuída porque, realmente, como sugere o nome, distribuída, ao contrário daquela geração de grande porte que é centralizada e longe do centro de carga.

Hoje, no Brasil, por volta de 3 mil consumidores já instalaram a sua própria energia com fontes alternativas, a grande maioria é solar, mas existem também outras fontes. Essa regulamentação da Aneel é de 2012, Resolução nº 482, e a Aneel foi até o limite da competência dela, no sentido de retirar barreiras para que esse tipo de geração se desenvolva.

Algumas outras barreiras ainda existem, e são barreiras sobre as quais a Aneel, pela competência que tem, não consegue atuar, como, por exemplo, na questão de tributação por essa energia que ele mesmo, o consumidor, gera e depois vai ser tributado. Houve um avanço grande já com relação a ICMS, mas nem todos os Estados aderiram – ICMS é um imposto estadual, então a decisão é do Estado. Mas, recentemente, houve uma lei federal, no final do ano passado, que isentou do PIS/Confins da cobrança desse tipo de geração distribuída, mas alguns outros pontos ainda precisam ser atacados até para viabilizar essa geração alternativa e, principalmente, a geração de pequeno porte.

Financiamento, por exemplo. Hoje não há linhas dedicadas a esse tipo de geração. O consumidor pequeno que queira colocar a sua própria geração tem dificuldade. Então, esse

O consumidor pequeno que queira fazer a sua própria geração tem dificuldade. Esse é um ponto que foge um pouco da mobilidade elétrica, mas que tem relação com o tema, foi objeto das perguntas e que é importante destacar também.

Outra pergunta que recebemos do pessoal que nos acompanha é se existe subsídio. Além do projeto de lei que estamos discutindo aqui, mapeamos outros dois projetos. O Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2014, se não me engano de autoria do Senador Eduardo Braga, prevê redução de impostos de importação e de IPI. Ainda é um projeto de lei, como eu mencionei, mas existe uma ação que já foi tomada pela Camex (Câmara de Comércio Exterior), vinculada ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que reduziu a zero a alíquota do Imposto de Importação, que era de cerca de 35%, para veículos a propulsão elétrica ou movidos a hidrogênio. Portanto, já houve também uma ação da Camex, além do outro projeto de lei que eu mencionei.

E é interessante a questão da política pública mais abrangente. Além do projeto que discutimos aqui, há o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2014, que trata da redução de impostos, e o PL 3.895, de 2012, que trata da venda de energia. Esses esforços, em certa medida, estão espalhados em alguns projetos, e é sempre bom ter isso no radar também, do ponto de vista dessa política mais ampla.

Acho que, do ponto de vista da Aneel, eram esses pontos. Eventualmente, se ficou alguma coisa em aberto, eu continuo à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço ao Dr. Hugo Lamin, a todos que trabalham na Aneel – estava a Rita ainda há pouco ali – e a outras pessoas que sempre estão disponíveis para nos ajudar aqui no Senado Federal quando convidadas.

Passo a palavra imediatamente à Srª Gleide Souza, Vice-Presidente da Anfavea.

Aproveito para também agradecer à Márcia e a outras pessoas que estão aqui nos dando o privilégio de suas audiências.

Por gentileza, a senhora tem a palavra.

A SRª GLEIDE SOUZA – Obrigada, Senador.

Eu fico muito feliz por esse projeto e por ter a oportunidade de estar aqui hoje. Como o senhor muito bem mencionou anteriormente, não se trata de simplesmente trabalhar num projeto de lei para postos de recarga. Eu acho que o tema é muito mais amplo, vai desde a disponibilidade da tecnologia e da instalação dos pontos de recarga. A preocupação com o consumo de energia é muito grande, todo mundo tem uma ideia às vezes até um pouco fantasiosa em relação ao consumo de energia de um veículo elétrico ou híbrido. Então, eu acho que vai ser muito importante nós trazermos esta elucidação para a população de uma maneira geral e para todas as instituições envolvidas no tema.

Eu queria reforçar um pouquinho a questão da abrangência do tema porque não se trata apenas dos pontos de recarga. Os pontos de recarga são importantes para que as pessoas tenham condições de se locomover com um veículo elétrico e não tenham a preocupação de que vão ficar sem energia em determinado ponto e não vão conseguir reabastecer seus veículos. Essa é uma questão muito importante, extremamente importante. Eu não acho que é uma preocupação isolada de um órgão ou de outro. Se nós queremos realmente fazer o desenvolvimento da tecnologia, temos que pensar um pouquinho fora da caixinha, porque todos acabam sendo responsáveis por essa geração.

A questão se estende muito além dos pontos de recarga. Vamos imaginar, por exemplo, os veículos elétricos circulando nas avenidas de São Paulo, circulando pelo País. No caso de acidente, como se dá o atendimento? Então, as unidades de atendimento de emergência também precisam estar preparadas para lidar com um veículo que tem uma bateria que é um acumulador de energia.

Realmente, vai muito além. Como disponibilizar a tecnologia? Como inserir o Brasil numa condição de apoiador do desenvolvimento de uma tecnologia nova?

Eu não quero me estender muito, Senador. Quero realmente agradecer porque esse é um ponto muito importante para empresas que já trabalham com a tecnologia, que já têm veículos disponíveis no Brasil, e outras empresas que tenham a intenção, mas que, por falta da oportunidade e da condição de infraestrutura, acabam se retraindo e não trazendo os veículos para cá. Isso também, à medida que for se desenvolvendo, vai propiciar a produção local de veículos desse tipo, numa condição de médio e prazo um pouco maior. É preciso haver demanda para que as empresas se mobilizem e façam uma produção local. Então, é bastante abrangente.

Muito bem lembrada também essa questão da Camex, que trouxe a redução do imposto de importação para os veículos de acordo com a tecnologia e com a emissão de poluentes: se é elétrico, se é híbrido. Esse foi um passo bastante importante, mas ainda assim a carga tributária é bastante alta.

Como o Felipe mostrou anteriormente, é o veículo que paga o maior IPI entre os veículos produzidos. É o que traz um nível de emissão muito baixo, muito próximo a zero se o veículo é 100% elétrico. Não é zero. Não vamos dizer que é zero, mas é muito próximo. Ainda assim, é penalizado com um imposto bastante alto.

Então, acho que a gente tem que dar uma atenção. O Ministério do Desenvolvimento trabalhou junto com a gente para dar uma atenção ao tema. Eu quero agradecer ao Ministério também por isso, mas acho que o tema é amplo e requer atenção. Resumindo, fico feliz por estar aqui.

Eu queria responder a uma pergunta do Senador a respeito da quantidade de veículos. Isso foi falado anteriormente pelo Antônio Megale quando da apresentação dele. A frota de veículos elétricos híbridos no Brasil, na totalidade, tem um volume de 3 mil unidades. Os dados que nós temos somam 2.925 unidades até agora. Acho que o Ricardo tem o número próximo. Talvez não tenhamos o número exato.

Veículos elétricos somam 265 e veículos híbridos, 2.660. Se espalharmos isso pelo País, nos diversos Estados, os números são baixos, justamente pela falta de informação, porque as pessoas têm receio de ter um veículo elétrico e não ter como abastecê-lo, mas, principalmente, pelo preço, pelo custo de um carro elétrico, que é uma tecnologia nova e, por ter uma tecnologia nova, um volume baixo e alta carga tributária, é bastante difícil a aquisição em função do valor. Mas tudo isso a gente acredita que, à medida que a tecnologia vá se desenvolvendo e que a gente gere realmente a infraestrutura e a condição para que esses veículos circulem no País, esses números tendem a aumentar. Isso é o futuro.

Quando a gente olha a Europa ou os Estados Unidos, vê que, na região da Califórnia, que é muito desenvolvida para veículos elétricos, os volumes são diferentes. Mas o crescimento, como o Felipe colocou – aliás, Felipe, parabéns pela apresentação! –, a expectativa é que, exatamente como ele disse, lá em 2030, 2035, se a gente caminhar realmente com a intenção de desenvolvimento da tecnologia no País, esse volume chegue a 10% da frota circulante aqui no Brasil. E para chegar a 10%, nós vamos ter que ser bem agressivos não só em termos de infraestrutura, mas em termos de disponibilização de tecnologia e atração da tecnologia, atração das empresas, das indústrias para que produzam os veículos aqui. O consumo é muito baixo. Então, se a gente tiver 10%, ainda vai ter o equivalente a 1,4% – acho que o número era mais ou menos esse – de consumo de energia elétrica.

No seu Estado, exatamente, o Piauí, a gente pode olhar aqui – tenho os números por Estado – e tenho a lhe dizer que veículo elétrico não tem nem um licenciado no Piauí. Por outro lado, veículos híbridos já circulam por lá num total de 17, de acordo com os números que a gente tem de licenciamento. Então, o número é tímido, mas porque a tecnologia é nova e carente ainda de desenvolvimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Do Rio Grande do Sul, o que a senhora tem de dados?

A SRª GLEIDE SOUZA – Do Rio Grande do Sul, são 5 veículos 100% elétricos e veículos híbridos perfazem um total de 204 unidades. Esse é o número total, com licenciamentos de 2006 até os dias de hoje.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por gentileza, qual a quantidade de veículos no Brasil, hoje, a gasolina e a diesel? A senhora sabe dizer ou não tem esse número aí?

A SRª GLEIDE SOUZA – Eu não tenho esse número aqui, mas posso disponibilizar. Da frota, eu não tenho esse número de cabeça, do tamanho da frota. Mas eu lhe passo a informação.

Acho que era isso.

Se houver mais algum questionamento, fico à disposição dos senhores.

Mais uma vez, Senador, quero agradecer a oportunidade. Acho que temos alguns projetos de lei que já caminhavam nesse sentido, mas que tenhamos a oportunidade realmente de melhorá-los e aprimorá-los, no sentido de atender à necessidade para o tema.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito obrigado à Srª Gleide Souza.

Eu passo, por fim, ao Ricardo Guggisberg. Eu agradeço a sua participação e espero que, dentro do possível, você possa responder alguns dos questionamentos e fazer as considerações finais.

O SR. RICARDO GUGGISBERG – Eu queria agradecer a oportunidade. É a primeira vez que eu participo de uma Audiência Pública. Tenho algumas considerações aqui que acho interessantes e vou tentar passar para vocês.

A questão de expansão dos pontos de abastecimento. Acho que hoje em dia nós temos áreas fechadas de entrega de energia, onde, se conseguirmos dividir esses investimentos, podemos crescer mais rápido. Então, acho que o envolvimento dos postos de gasolina na distribuição de energia pode ser interessante a partir do momento em que você crie uma forma de cobrança que atenda à população de baixa renda também. Seriam

os cartões pré-pagos usados na telefonia pré-paga. Acho isso bastante interessante. Acho que isso daria uma capilaridade grande para o País no desenvolvimento do veículo elétrico em todos os Estados.

Acho que também as áreas de restrição à circulação de veículos de alta emissão de gás poluente, que podem ser criadas dentro das cidades acima de 500 mil habitantes, podem ser uma evolução, e uma área do desenvolvimento do veículo elétrico no Brasil, forçando esse desenvolvimento sem impactar na venda de veículos convencionais ou de outros mercados já atuantes. Essas áreas poderiam dar um desenvolvimento e uma agilidade no crescimento do mercado de veículos elétricos no Brasil.

Acho que são essas as duas principais colocações que nós tínhamos a fazer.

Na questão do IPI e do ICMS, já está em evidência para todos os participantes de mercado a necessidade de participação no governo no sentido de liberar esse desenvolvimento. Hoje em dia, o que nós temos de veículo elétrico no Brasil não impacta em nada com referência à arrecadação pública, porque o que representam duzentos carros na arrecadação pública, no Brasil, hoje? Acho que nada. Então, acho que para nós termos um desenvolvimento mais ágil, esses impostos são altamente impactantes e cabe ao governo nos ajudar a dar essa desenvoltura para colocarmos esses veículos na rua.

Acerca da questão dos estacionamentos e dos eletropostos independentes, esses eletropostos já existem. São os eletropostos que são à base de energia solar. Eles já existem. É uma carga lenta, mas é possível ser instalada. A questão é como cobrar essa energia, como vai integralizar essa energia junto com as concessionárias responsáveis pela entrega da energia dessas áreas.

E há outra questão também, que é a questão da Camex, muito importante nós anotarmos: essa resolução da Camex atende a veículos automotores somente. Ela não atende às motocicletas, e a gente já tem 50.000, entre motocicletas e bicicletas, circulando no Brasil. Esse dado não pode ser ignorado. Assim, essa resolução da Camex precisaria atender aos outros mercados, que têm necessidade de crescimento, que estão sendo impedidos de crescer pelo monopólio do mercado de gases de efeito estufa.

Eu acho que essa pergunta atende ao que o senhor me questionou sobre o monopólio da indústria do petróleo no desenvolvimento dos veículos elétricos no mundo. Acho que existe uma certa pressão que impede o crescimento efetivo, mas entendemos que, para que criemos um mercado, precisamos iniciar, regular, implementar, e, aí sim, ele estará criado. Então, estamos nessa fase. A partir do momento que estabelecermos condições efetivas de desenvolvimento desse mercado no Brasil ele será um mercado altamente bem-sucedido.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria agradecer mais uma vez a todos os convidados.

Antes de encerrarmos a presente reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata de outras reuniões e da presente reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Agradeço a presença, mais uma vez, de todos os convidados que estão aqui.

Convoco nova reunião para se realizar no dia 8, próxima quarta-feira, neste plenário, às 8h30min.

Mais uma vez, digo que, no meu caso, como Relator desta matéria, esta audiência foi fundamental, e estou certo de que vou contar com a ajuda dos demais Senadores para dar o devido tratamento a esse tema.

Está encerrada a presente audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Hélio José, presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Simone Tebet, Wellington Fagundes e Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber, Ricardo Franco, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. É registrada a presença do Deputado Federal Daniel Vilela. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos 04 e 05/2016-CDR, com a finalidade de instruir o PLC nº 102, de 2015, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a constituição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, incluindo o Distrito Federal e os municípios de Goiás e Minas Gerais. A audiência é realizada com a presença dos seguintes convidados: Sr. Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete da Representação do Governo de Goiás em Brasília, representando o Exmo. Sr. Marconi Perillo, Governador do Estado de Goiás; Sr. Sérgio Magno Carvalho de Souza, coordenador de Espaços Prioritários – SUDECO, representando a Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional; Sr. Luiz Alberto de Oliveira, Vice-Prefeito da Cidade de Águas Lindas de Goiás – GO, representando o Exmo. Sr. Hildo Candango, Prefeito da Cidade de Águas Lindas de Goiás; Sr. Itamar da Silva Lima, Subsecretário da RIDE, representando o Exmo. Sr. Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal; Sr. Gilberto Galdino de Souza, Prefeito do Município de Gameleira de Goiás – GO; Sr. Roberto Sales, Prefeito do Município de Arinos – MG; Sr. José Ricardo Castilho, Superintendente do CORSAP - DF/GO; e o Sr. Odilon de Oliveira e Silva, Prefeito do Município de Cabeceira Grande – MG. Encerrada a exposição dos convidados, usa da palavra o Deputado Federal Daniel Vilela. O Presidente registra a presença do Exmo. Sr. Alan Barbosa, Prefeito do Município de Alto Paraíso/GO; do Exmo. Sr. Josaquim Miranda, Prefeito do Município de Teresina/GO; do Sr. Manoel Teixeira, Vereador do Município de Cabeceiras/GO; do Sr. Zé Miguel, Presidente do PC do B no município de Formoso/MG; da Srª Estela Souza, suplente de Deputada Estadual de Goiás; dos Srs. Pedro Xavier de Jesus, Roberto Pallocci e Itamar Lemes do Prado, representantes do Prefeito de Santo Antônio do Descoberto/GO; e do representante do Conselho dos Moradores e Associações de Águas Lindas de Goiás, Sr. Cláudio Rezo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Daqui a pouco, vamos fazer a aprovação da ata.

Vamos, primeiro, compor a Mesa.

Eu queria convidar o Sr. Simão Cirineu Dias, Chefe de Gabinete da Representação do Governo de Goiás em Brasília, nosso ex-Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, por gentileza. Uma salva de palmas para o Simão. (*Palmas.*)

Simão, seja bem-vindo.

Queria convidar o nosso querido Itamar da Silva Lima, Subsecretário da Ride do Distrito Federal, representando o Governador do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Nosso querido Simão representa o Governador do Estado de Goiás nesta reunião, nosso Governador Marconi Perillo, e o Itamar representa o Governador Rodrigo Rollemberg.

Gostaria de convidar também, representando o Ministério da Integração Nacional e a Sudeco, o nosso querido – como é nome da representante da Sudeco? – Sérgio Magno, por favor. (*Palmas.*)

Sérgio, seja bem-vindo.

Eu falei com o Dr. Cleber, Presidente da Sudeco, e falei também com o chefe de gabinete do Ministro e com o nosso querido Sérgio, que aqui está representando, oficialmente, o Ministro da Integração Nacional e também o Superintendente da Sudeco e o Diretor-Geral da Coaride, que é o Conselho Administrativo da Ride.

Além deles, foi convidado o prefeito da atual região abrangida pela Ride, o Prefeito de Águas Lindas, Hildo do Candango. Ele precisou viajar para Goiânia de urgência, mas está muito bem representado aqui pelo nosso Vice-Prefeito da cidade de Águas Lindas, Sr. Luiz Alberto de Oliveira. Por favor. (*Palmas.*)

Luiz, por favor, tome assento à mesa.

Seja bem-vindo, Luiz. Prazer, Luiz.

E representando todas as prefeituras que têm desejo de entrar na questão da Ride, o nosso Prefeito de Gameleira, Gilberto Galdino de Souza. (*Palmas.*)

Gilberto, seja bem-vindo.

Pessoal, esta audiência pública vai ser devidamente transmitida para o Brasil inteiro pela TV e pela Rádio Senado. Então, todos poderão ter acesso, depois, aos *links* da TV e da Rádio Senado para rever pedaços em toda a sua região.

Quero cumprimentar todos e proferir umas breves palavras, que são importantes neste momento, já que estou relatando o projeto sobre a ampliação da Ride.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero iniciar a minha fala cumprimentando os nossos convidados: o excelentíssimo representante do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg, Itamar da Silva Lima; o excelentíssimo representante do Sr. Governador Marconi Perillo, nosso querido Simão Cirineu Dias.

O representante do Governo de Minas, do Governador Fernando Pimentel, não pôde chegar ainda, mas, se chegar, tomará assento à mesa.

Quero cumprimentar o representante da Prefeitura de Águas Lindas, representando, nesta ocasião, o Prefeito Hildo do Candango, o Vice-Prefeito da cidade de Águas Lindas, nosso querido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Luiz Alberto.

Nossa assessoria – universitários –, vamos trabalhar! Vamos colocar os nomes na mesa, por favor.

O Deputado Rogério Rosso foi convidado, mas não mandou representante. Há algum representante do Rogério Rosso? (*Pausa.*)

Não há representante.

Por que o Rogério Rosso foi convidado? Porque simplesmente é o autor do projeto de ampliação na Câmara Federal. Como ele não entrou em contato conosco, nós não sabemos informar se ele virá ou não.

Quero cumprimentar o nosso Prefeito de Gameleira, o Prefeito Gilberto, representando aqui os novos prefeitos que seriam incluídos na Ride.

O Deputado Rogério Rosso foi o autor do Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2015, na Câmara dos Deputados, objeto de audiência pública...

Esperem só um minutinho. (*Pausa.*)

Obrigado, pessoal.

Esta audiência pública é para instruir o PLC nº 102, de 2015, um projeto complementar do qual eu sou Relator nesta Casa.

A Lei Complementar nº 94, de 1998, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, foi um marco na integração entre o Distrito Federal e alguns Municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais. Essa lei permitiu a criação de um programa visando à unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos dos órgãos federais, bem como aqueles de responsabilidade dos Estados envolvidos.

O objetivo maior do programa é o fomento das atividades produtivas em programa de geração de empregos e fixação de mão de obra no Entorno.

A importância dessa proposição se fundamenta no fato de os cidadãos residentes nos Municípios do Entorno se dirigirem ao Distrito Federal diuturnamente em verdadeiros movimentos pendulares na busca por emprego, renda e serviços essenciais, como saúde e educação.

Então, é inquestionável a necessidade de desenvolver essa região para que haja menor pressão sobre os serviços públicos ofertados à população residente no Distrito Federal. Ao mesmo tempo, os Estados de Goiás e de Minas ganharão com o desenvolvimento desses Municípios à medida que haverá aumento de emprego, renda e, consequentemente, de arrecadação.

Essa é uma região muito interessante e de muitos contrastes, como, aliás, é o nosso Brasil.

De acordo com o IBGE, em 2008, a Ride do Distrito Federal e Entorno teve um Produto Interno Bruto de R$125,7 bilhões. Se considerarmos apenas esse dado, podemos dizer que é a terceira região mais rica do Bra-

sil. Entretanto, a circulação financeira é muito concentrada em seu núcleo, ou seja, no Distrito Federal, o que acentua a dependência dos Municípios vizinhos para a geração de emprego e renda.

Para termos uma ideia da desigualdade, basta dizer que o Distrito Federal concentra quase 95% do PIB da região, sobretudo no setor de serviços, mas tem participação expressiva também nos demais setores, apresentando o décimo maior PIB industrial e o décimo quarto maior PIB agropecuário entre os Municípios brasileiros.

Também segundo dados do IBGE de 2008, temos um núcleo forte: o Distrito Federal. E o restante da região é ainda mais carente. Essa é a real realidade de hoje.

Quase 20 anos nos separam da data da edição da Lei Complementar nº 94/98.

Nesse período, a dinâmica na política demográfica econômica e social do Brasil e, particularmente, da Ride do Distrito Federal sugeriu uma atualização dessa lei.

A Câmara dos Deputados aprovou o PLP nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Rogério Rosso, em 13 de agosto do ano passado, que propõe incluir novos Municípios na Ride. São os Municípios que serão beneficiados com desenvolvimento e maior ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Refiro-me aos Municípios de Alto Paraíso, Alvorada do Norte, Cavalcante, Flores de Goiás, Goianésia, Niquelândia, São Gabriel, São João d'Aliança, Simolândia e Vila Propício, no Estado de Goiás, bem como o Município de Arinos. Esses novos Municípios já foram devidamente contemplados no projeto que foi aprovado na Câmara dos Deputados e que está aqui para relatarmos no Senado Federal.

Tramita no Senado Federal também o PLC nº 102, de 2015, proposto pela eminente Senadora Lúcia Vânia, para a inclusão dos Municípios de Colina do Sul, Teresina, Gameleira – está aqui o Prefeito de Gameleira –, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos.

A população dessa região tem a expectativa de ampliar os recursos e convênios em áreas fundamentais, como a infraestrutura, o transporte, a educação e a saúde, isso porque a Ride, como entidade jurídica e legalmente constituída, pode receber recursos federais para serem aplicados de forma integrada no desenvolvimento da região.

Portanto, senhores e senhoras, como representante do Distrito Federal nesta Casa, Senador da República pelo Distrito Federal, Senador Hélio José, que sou eu, ressalto a importância desta audiência pública, que tem como objetivo instruir o exame do PLC nº 102, Projeto de Lei Complementar nº 102, de 2015, do qual sou Relator.

Nesse sentido, trago alguns questionamentos aos expositores. Seria muito importante que pudessem respondê-los hoje aqui.

Questão 1. Como podemos otimizar as relações entre os três Estados – Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal – e a União para aumentar os investimentos e melhor desenvolver a região? O grande objetivo deste bate-papo é exatamente saber como nós podemos melhorar, otimizar essa relação dos três Estados e a União para conseguirmos investir no setor, já que esse é o objetivo de todos nós que estamos aqui e da população que, porventura, esteja nos ouvindo.

Questão 2. Será a modificação do referido PLC, aprovado na Câmara dos Deputados, com acréscimo de novos Municípios, interessante e conveniente, neste momento, para a Ride? Essa é uma pergunta que temos que fazer. Por que essa pergunta? Porque, se nós definirmos que vamos acrescentar novos Municípios, que vamos acolher os que estão nos pedindo, o projeto retornará à Câmara dos Deputados, que terá que reavaliá-lo todo e aprová-lo novamente naquela Casa. Quer dizer, vai haver todo um rito processual. Se, pura e simplesmente, nós aqui decidirmos acolher o projeto que foi devidamente discutido na Câmara dos Deputados e aprová-lo como está, agiliza-se o expediente dessa ampliação. Se acharmos que devemos aumentar, eu vou acolher as sugestões que a mim foram formuladas e isso vai acarretar mais um tempo de análise processual na Câmara dos Deputados; e depois o retorno ao Senado Federal, para a aprovação final, e depois a sanção da Presidência da República.

Por isso que essa pergunta nº 2 é muito importante. Ela é um dos principais objetivos por estarmos fazendo aqui esta Audiência Pública.

Pergunta 3: qual seria o benefício para a Ride com a inclusão de Municípios que estão bastante distantes do Distrito Federal, ou seja, que não vivem a problemática que nós temos, no dia a dia, a dos nossos vizinhos. É a problemática do hospital, a problemática do transporte, a problemática de sobrecarga para todo mundo. Então, essa pergunta precisa ser muito bem respondida, principalmente para os representantes dos atuais Municípios da Ride. Será que, se ampliarmos aos Municípios bem mais distantes, vai ser conveniente para os atuais Municípios que convivem hoje com a Ride?

Essa é uma pergunta para a qual nós precisamos ter resposta dos Estados e também dos Municípios. Precisamos saber se isso vai melhorar para os Municípios longínquos também. Então, o grande objetivo meu em realizar esta Audiência Pública, para eu poder ter a tranquilidade de instruir esse projeto de lei, é exatamente saber, ter consciência de que vamos dar passos aqui para melhorar e não para poder simplesmente pegar um

cobertor que já é curto, retalhá-lo mais ainda e ter pedaço menor ainda para quem já não tem praticamente nada. Então, é uma resposta que precisamos ter.

Outra resposta que precisamos ter é – a pergunta não está aqui, mas que eu a formulo aqui agora: será que nós vamos ampliar o recurso a ser investido na Ride com a ampliação de Municípios na região da Ride? Então, estou aqui com representante do Ministério da Integração Nacional, com representante do Governo dos Estados e eu preciso ter essa resposta de, se ampliando os Municípios para colocar na região integrada do Entorno, nós estaremos ampliando também recursos a serem investidos nessa região e, consequentemente, dando melhores condições para que todos possam participar.

Além dessa questão, existe, no Supremo Tribunal Federal, uma ADPF, que é uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ela discute o não cumprimento de uma lei de 1946, que falava que o Distrito Federal, quando da criação dele, precisava equipar nos trinta quilômetros circunvizinhos ao quadrilátero do Distrito Federal. Então, a União precisava equipar.... Meu nobre Deputado Daniel Vilela, Presidente do PMDB do Estado de Goiás, seja muito bem-vindo! Pode se sentar em qualquer uma de nossas mesas aqui. Seja muito bem-vindo mesmo, Daniel!

Então, uma pergunta que nós precisamos responder aqui, hoje, nesta Audiência Pública: será que se, nós juntos, todos, batalharmos para que o Supremo Tribunal Federal decida para que essa ADPF – ela foi feita por um Partido Político, o PSD, solicitando que o art. da Lei de 1946 e estou procurando para passar o número correto do artigo para vocês – seja cumprida, isso não é muito importante também para nós?

Porque essa Lei de 1946 previa que, nos trinta quilômetros circunvizinhos ao quadrilátero do Distrito Federal – chegou o nosso representante do Consórcio Corsap, o José Ricardo, seja muito bem-vindo, José! –, enfim, previa que qualquer povoado que fosse feito nos trinta quilômetros circunvizinhos ao quadrilátero do Distrito Federal teria de ser equipado com água encanada, luz, pavimentação asfáltica e uma infraestrutura mínima de educação, saúde e transporte. Isso não tem sido feito. Os povoados têm aumentado e têm se ajuntado, adensando a região do entorno do Distrito Federal e, muitas vezes, as suas condições são precárias.

Então, é muito importante a nossa união, Daniel, para que essa ADPF, que está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal, seja respondida. Hoje, eu acho que ela não é mais do PSD, que é o Partido que acionou. Acho que hoje ela é nossa, dos Parlamentares do Entorno; nós, Prefeitos; nós, Vereadores da Região. Acho que você, que é o nosso possível futuro Governador do Estado de Goiás, que é o pré-candidato e um Deputado Federal da alta estirpe do nosso Congresso Nacional. Com certeza, precisamos estar atentos a isso. Eu me associo também, como Senador da República, a essa questão, porque ela é muito importante tanto para o Entorno de Goiás, quanto para Brasília.

Prefeito Josaquim, da cidade de Teresina de Goiás. Pessoal, quem for chegando, é só falar para a nossa assessoria – para os nossos universitários –, que eu vou depois anunciando. Vamos rapidamente ao debate. Antes disso, falando para o Daniel. Você, Daniel, qualquer Senador ou Deputado que chegar, quando precisar falar, levante o dedo, pois vou dar um jeito de organizar a fala de vocês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O nosso Secretário aqui, o Marcus, está deixando claro que este evento está sendo transmitido ao vivo pelo e-Cidadania. Todas as perguntas podem ser formuladas à nossa Comissão e, consequentemente, serão respondidas durante a nossa Audiência Pública. Marcus, qual é o Portal? É o e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, pela página www.senado.leg.br ou também pelo telefone Alô Senado, com o nº 0800-612211. Então, todos que quiserem fazer perguntas, é pelo Alô Senado 0800-612211.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará a seguinte metodologia: os convidados terão de dez a quinze minutos para fazer as suas exposições. Em seguida, abriremos as falas à fase de interpelação pelos Senadores, Senadoras e Parlamentares aqui presentes. A palavra aos Srs. Senadores e aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos em nossa Audiência será recebida nos seguintes canais: o Alô Cidadania, do que eu já falei, com o nº 0800-612211.

Eu quero passar a palavra ao nosso primeiro convidado. Ouviremos primeiro um Prefeito da região atualmente atendida. Como o nosso Prefeito Hildo do Candango, que foi Presidente da Amab (Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília), da região atendida, foi convidado às pressas para ir a Goiânia, ele pediu para o nosso Vice-Prefeito vir representá-lo.

Então, passo a palavra ao nosso Vice-Prefeito de Águas Lindas, o Luiz Alberto de Oliveira. Quero ouvi-lo, sob o ângulo de quem é hoje atendido pela Ride, na atual situação da Ride, às perguntas que fizemos e também a exposição sobre esse importante PL que nós estamos relatando aqui.

Por favor, Luiz Alberto, com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos! Cumprimento o nosso querido Senador Hélio José, que tem sido o nosso parceiro na cidade de Águas Lindas. Cumprimentando-o, cumprimento todos da Mesa, e os senhores aqui presentes, não esquecendo o nosso Deputado Daniel Vilela.

Eu sou Vice-Prefeito da cidade de Águas Lindas. Acho que muita gente aqui me conhece fora do *métier* político. Trabalhei – trabalho ainda – na Rádio Nacional, há 35 anos. Apresentei um programa caipira, lá chamado Eu de Cá, Você de Lá. E depois de viver mais de 35 anos em Brasília, eu resolvi me transferir para a Região Metropolitana do Distrito Federal, que as pessoas costumam chamar de Entorno, e nós lutamos para que isso seja mudado.

Hoje estaria aqui o nosso Prefeito Hildo do Candango, que, neste momento, foi convidado às pressas para estar com o Governador do Estado de Goiás para resolver as questões dos investimentos do Governador, do Governo do Estado, na nossa cidade. E estou aqui, na minha humildade, no trabalho de parceiro desse Prefeito de representá-lo.

Eu acho, Senador, que todos nós que estamos aqui não estamos trazendo soluções, mas também não estamos trazendo problemas. Nós estamos trazendo um requerimento de respeito à nossa região metropolitana e a todos os Municípios que estão à volta da nossa querida Brasília, que é a capital de todos os brasileiros.

A Ride é uma das coisas mais importantes para todos nós, na minha concepção. Mas ela tem de existir de fato e de direito e tem de nos assistir em todas as áreas, porque quando você precisa da Ride, em alguns momentos em que você é bombardeado, você não a encontra. Nesses dias atrás, estive no GDF, junto com um Deputado Distrital, para conseguirmos uma verba para a construção de uma quadra de esportes. Nós temos um problema aqui dos Municípios que já compõem a Ride. Alguns desses Municípios se utilizaram de verbas, pela Ride, não fizeram o devido pagamento e esses Municípios estão inadimplentes. E ficamos sabendo na hora em que vamos procurar. Então, precisaríamos que a Ride realmente nos desse esse respaldo para que pudéssemos imputar aos outros gestores e começar vida nova daqui para frente.

Quero falar da querida cidade de Águas Lindas e das cidades mais próximas do Distrito Federal, de um problema seriíssimo que nós enfrentamos. Água Lindas, por exemplo, hoje, tem 350 mil habitantes em 20 anos de emancipação. Parece-me que já é a quarta cidade do Estado de Goiás. O nosso equipamento é para 30 mil habitantes. O Senador esteve agora na nossa cidade, em um setor que estava intransitável. Como você, com um equipamento, com duas patrolas, vai dar sustentação às suas vias para uma cidade de 300 mil habitantes? Isso é praticamente impossível. Aí vem a questão de como fazer para otimizar o relacionamento dos três Governos para os nossos Municípios. É vendo *in loco* os nossos problemas.

Águas Lindas tem um hospital com três médicos atendendo moradores de Águas Lindas, do entorno da cidade, e também moradores de Brasília que estão procurando o Entorno, porque a saúde de Brasília está realmente um caos. E o que o GDF faz? Ele bombardeia a Rede Globo e as emissoras de rádio e televisão, dizendo que o problema está vindo do Entorno. E isso não é verdade! O maior índice de zika e de dengue hoje, aqui, na região, é do Distrito Federal e não do entorno. Então, joga-se para o Entorno, que é a Região Metropolitana, problemas que Brasília não está conseguindo resolver. Para isso nós pedimos socorro. Seria muito bom realmente que a Ride realmente existisse de fato e de direito para que pudéssemos falar a verdade para o nosso povo, porque só ficamos com o ônus e não com o bônus.

Finalizando, eu queria dizer para o senhor, Senador, e para todos os presentes, que o Entorno, a Região Metropolitana do Distrito Federal, não é problema para o Distrito Federal; ela é a solução. E quanto mais próximos nós estamos do Distrito Federal, mais incapazes nós ficamos para resolver os nossos problemas. Então, para otimizar entre os três Governos a questão das cidades da Região Metropolitana e das outras que vão participar da Ride, é participar *in loco* da real situação de cada cidade.

Eu queria deixar a minha opinião com relação às outras cidades que estão querendo participar da Ride: que venham todas! Todos nós somos brasileiros e chegou a hora agora de o Distrito Federal e de a União olharem para a Região Metropolitana e saber que nós temos um potencial muito grande e podemos resolver, nos três Estados, a questão, inclusive, eleitoral. Nós da Região Metropolitana decidimos uma eleição para Governador em qualquer uma dessas Federações.

Muito obrigado.

Desculpem-me alguma coisa que ficou fora do contexto.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso Prefeito Luiz Alberto de Oliveira, porque quem é Vice-Prefeito é Prefeito. Eu até coloquei no meu discurso que Vice-Presidente é Presidente. Alguns nos

questionavam aqui, nas conversas, que 54 milhões de votos tinham sido dados só para Presidente. Não, os 54 milhões de votos foram dados para o Presidente e para o Vice-Presidente. Não tem como mensurar se o voto foi para o Presidente ou para o Vice-Presidente. Foi votada uma chapa. Então, Vice-Prefeito também é Prefeito. Fico agradecido pela exposição de V. Sª.

Realmente, sou concordante com a sua colocação de que a Ride é uma solução. Nossos Municípios do Entorno são uma solução. Temos que, juntos, trabalharmos – e esse é nosso objetivo aqui – para cada vez mais existir uma integração entre a gente.

Antes de passar a palavra ao nosso prefeito de Gameleira, que vai falar exatamente em nome dos novos Municípios que querem adentrar à Ride, que é o nosso querido Gilberto, quero anunciar aqui que está presente conosco também o nosso superintendente do Corsap, que é o Consórcio dos três Estados – Goiás, Minas e Brasília –, para discutir exatamente o investimento na região, que é o José Ricardo. Está presente conosco também – já falei – o Deputado Daniel, e também o ex-Deputado Valcenor Braz – cadê o Valcenor?

Está presente também a ex-Deputada Sônia Chaves, pré-candidata à Prefeitura do Novo Gama, que representa o Entorno. Sônia, você está ocupando hoje a Secretaria do Entorno do Goiás?

A SRª SÔNIA CHAVES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Parabéns.

Está presente aqui com a gente também. O Valcenor saiu, não é? O Valcenor parece que ele foi ao Tribunal de Contas, não é isso?

Ah, ele é Deputado? Mas, a hora em que ele voltar, eu o anuncio.

Continuando, então, passando a palavra ao Gilberto, nosso Prefeito de Gameleira, representando os novos Municípios que querem adentrar à região da Ride.

Quero anunciar também a presença do nosso Pedro Xavier de Jesus, do Roberto Palocci, do representante do Prefeito de Santo Antônio do Descoberto e do Itamar. E os outros que forem chegando é só anunciar que estaremos prontos aqui para anunciar também a presença.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Gilberto.

O SR. GILBERTO GALDINO DE SOUZA – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todas as autoridades presentes, a pessoa do nosso Senador Hélio José, e dizer para vocês, colegas prefeitos, participantes da Ride, que Gameleira de Goiás, como todo Município, sofre hoje a influência de Brasília. Hoje, temos gameleirenses que trabalham em Brasília e moram em Gameleira e muitas pessoas de Brasília, procurando um lugar mais tranquilo para se viver, procuram os Municípios do Entorno.

E o que está nos acontecendo hoje? A gente tem um pequeno Município com um pequeno recurso e com uma grande demanda. Temos a questão do desemprego. No fim, o desenvolvimento acaba não chegando até nós. Não temos condições de buscar recursos, porque, quando vamos buscar recursos, estamos fora da lei que beneficia Municípios grandes ou Municípios que têm uma população maior e não temos condições de levar esses recursos para o Município.

Mas, o cidadão brasileiro tem condição de migrar para onde ele achar que é bom para viver. E assim, de Brasília, como de Alexânia ou do Entorno em si, acabam migrando para nossa cidade e acarretando para nós uma demanda muito grande na questão de medicamentos, acarretando a demanda na questão da segurança, acarretando a demanda na questão da educação. Aí o Município tem um FPM, uma arrecadação baixa e não tem condição de atender essa população. Também nos cobram sobre a questão da moradia.

Hoje, Gameleira pode receber de 50 a 100 casas populares quando existe uma demanda para 300. Não temos condições de atender isso porque existe um número exigido por lei e a população, até tantos mil habitantes, pode receber um número x de casas. Então, assim se encontra a situação de Gameleira.

Temos vontade de que Gameleira se desenvolva. Hoje estamos muito interligados aqui. Há a minha preocupação com o futuro, porque o futuro do Entorno vai se desenvolver muito e a migração para os Municípios pequenos vai nos causar grandes transtornos financeiros, vai inviabilizar a gestão, vai deixar a situação da população que mora no lugar quase que inviável para essa sociedade, para os gestores futuros do Município.

A minha grande defesa para a gente poder entrar na Ride é para que Gameleira e os demais Municípios possam estar integrados, possam dar sustentabilidade a essa população migrante, a esse êxodo que existe hoje, para que tenhamos condições de atender bem na educação, atender bem na saúde, que a gente tenha condição de receber hoje o saneamento básico para o Município, que a gente possa desenvolver Gameleira e os demais Municípios na indústria, porque vai gerar emprego, renda e divisas para esses Municípios.

Gameleira hoje está perto de uma plataforma multimodal, está ao fundo de um aeroporto de carga, estamos no entroncamento da Ferrovia Norte-Sul, do Porto Seco. Temos condições de industrializar Gameleira, mas não temos condições financeiras hoje para que possamos fazer isso.

A gente entende o esforço do nosso Governador do Estado em desenvolver o Município. Acredito a vinda de Gameleira para a Ride dará condição até ao nosso Governador de nos ajudar mais, trabalhar mais para isso. Gameleira vai começar a gerar divisa para o Estado e para o País, vai gerar emprego e renda.

Acredito que os demais Municípios estão aqui pleiteando a entrada na Ride para que possamos, como gestores, melhorar a qualidade de vida na nossa região, dando suporte à Ride, ao Entorno do DF, para que possamos, nesse meio de prazo, trazer a qualidade de vida e tudo.

Acredito muito na Ride. Quero que se cumpra a lei de benefícios para que os Municípios que têm sérios problemas possam alcançar a meta de deixar para nossa futura geração uma região desenvolvida, uma região socioeconômica sustentável. Esse é o sonho de quem está querendo entrar na Ride, fazer com esses novos Municípios, juntamente com a Ride, possam ter um desenvolvimento socioeconômico de uma grandeza tal. Estamos ao lado do DF, da Capital do País, e a gente precisa, juntamente com essa equipe, com esse grupo de prefeitos, com o Entorno de Brasília, fazer essa região tão merecida como a Capital do País.

Tivemos agora a Copa do Mundo e Gameleira – para vocês terem ideia – foi monitorada pelo Exército, naquele quesito de segurança, esteve lá o Exército Brasileiro fazendo todo o aparato de área de segurança da capital do País, devido à Copa.

Então, se estamos no alvo disso, temos que estar também amparados para dar sustentação a essa comunidade, a essa população, a essa futura migração, que vai entrar nos Municípios ligados à Ride, próximos à Ride.

Essa é a minha defesa para os Municípios pequenos. Estamos vivendo uma situação difícil porque a nossa demanda aumentou e os recursos... Hoje estamos influenciados pela Ride, mas não temos os recursos da Ride, não temos o aparato de uma lei que nos garante o desenvolvimento socioeconômico do Município.

Então, essa é uma das nossas grandes batalhas, entrar no Município.

Conto com o apoio e a votação, como aqui do nosso Vice-Prefeito Luiz Alberto, que nos recebeu. Muito obrigado, Vice-Prefeito, por ter apoiado nossa entrada na Ride e acredito, peço votos para que possamos, nessa nova lei agora, estar dentro.

Agradeço imensamente à nossa Senadora Lúcia Vânia por nos ter incluído no processo, a presença do nosso Deputado Daniel Vilela e à nossa Deputada, que conhece a batalha de Gameleira, já esteve lá na reintegração de posse, não é, Deputada? E a gente sabe da demanda lá e ela sabe da importância de Gameleira dentro da Ride, porque Sônia Chaves esteve lá, pisando lá dentro. O Deputado Daniel também já esteve em Gameleira.

E a gente agradece a presença de todos aqui. Ao nosso Senador Hélio José, por ser o Relator dessa matéria. E contamos com o êxito, contamos com que a Ride seja realmente o sonho que sonhamos para o nosso povo, o desenvolvimento socioeconômico para todos os Municípios interligados à Ride.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado. Quero agradecer ao Gilberto, que muito bem representou os Municípios que estão reivindicando a inclusão na Ride.

Só para dar o número certinho, aquela ADPF que está no STF trata do art. 28, da Lei nº 2.874, de 1956, que não está sendo cumprida, por isso essa ADPF, solicitando que nos 30 quilômetros limítrofes ao quadrilátero, tenha realmente a infraestrutura de água encanada, luz elétrica, esgotos, meios-fios e pavimentação, igual estava previsto nessa lei que antecedeu a criação do Distrito Federal.

Precisamos, todos juntos, estar empenhados para conseguirmos tirar do STF uma resposta para essa questão.

Sexta-feira, eu e Daniel, nosso jovem Deputado do Estado de Goiás, Presidente do PMDB de Goiás, e eu também Senador da República, vamos estar viajando para Goianésia e vamos exatamente discutir a importante integração – e Goianésia é desse projeto que veio da Câmara dos Deputados e já está incluído aqui na nova Ride, na nova configuração da Ride –, vamos dar continuidade a essa conversa que estamos tendo aqui com o empresariado geral de Goianésia, que vai nos recepcionar lá, o prefeito junto com outros prefeitos da região. Não é isso, jovem Daniel? Vamos estar lá, na sexta-feira.

Gostaria de registrar isso antes de passar a palavra para nossos outros convidados.

Vamos passar a palavra, agora, quero deixar a Sudeco por último, porque quem coordena vai ter que ver. Agora, vamos colocar os dois representantes dos Estados. Vamos passando, primeiro, para o nosso ex-Secretário da Fazenda, representando o nosso Estado de Goiás, nosso querido Simão Cirineu Dias, uma pessoa capacitada, que muito bem representa aqui nosso Governador Marconi Perillo, nessa discussão importante desse Projeto de Lei do Senado Federal.

Simão, com a palavra.

Até o Simão se organizar, quero registrar a presença do nosso Prefeito Álan Barbosa, do Município de Alto Paraíso; o nosso querido Roberto Sales, Prefeito Municipal de Arinos, a nossa querida Arinos, tão distante. Estávamos também aqui com nosso prefeito da querida cidade de Buritis – cadê o prefeito de Buritis?

Deu uma saidinha, mas ele está por aqui.

Vamos lá. Cabeceira Grande, cadê nosso prefeito de Cabeceira Grande, o Odilon? Está aí? Deu uma saidinha.

Passo a palavra ao Sr. Simão Cirineu Dias.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Prezado Senador Hélio José, é um prazer enorme estar o Estado de Goiás representando o Governador Marconi Perillo. E temos aqui também presente, de Goiás, a nossa Secretária do Entorno, Drª Sônia.

E queria dizer a V. Exª que o Governo de Goiás vem aqui apoiar a reivindicação da entrada desses novos Municípios na Ride. Por quê? As potencialidades econômicas desses novos Municípios necessitam de um desenvolvimento integrado, que certamente José Ricardo, Superintendente do Corsap, estará presente para fazê-lo.

Quando requeremos esse desenvolvimento mais integrado, trazendo novas regiões que estão aí esperando por algum desenvolvimento adicional, saúde, educação, transporte, saneamento, então, queremos integrar o maior número de Municípios a esse grande desenvolvimento do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. É importante sim, porque vários desses Municípios têm novas potencialidades que podem ser integradas ao Distrito Federal, dependem muito do desenvolvimento do Distrito Federal, dependem muito do desenvolvimento de Minas, de Goiás, e para poder fazer o escoamento de suas potencialidades.

Da mesma forma, é necessário, é absolutamente necessário trazer novos recursos, tomarmos a mão de todos para que possamos conseguir novos recursos, porque não basta entrarem novos Municípios. É preciso que consigamos ter a força suficiente, com o apoio do Senador Hélio José, com o apoio do Deputado Daniel Vilela, nosso grande Deputado de Goiás que está aqui presente, e todas as outras forças políticas, tanto de Minas, quanto de Goiás, quanto do Distrito Federal, para que possamos ampliar os recursos para essa finalidade, porque o desenvolvimento integrado é a grande chance que temos de fazer um desenvolvimento correto, sem desperdiçar recursos em determinados projetos. Precisamos ter projetos que realmente se integrem, e essa será a finalidade básica de trazer esses novos Municípios aqui e dar a eles a oportunidade de se desenvolverem da melhor forma.

Então, é preciso muito mais do que tudo isso. Primeiro, acrescentar os Municípios a essa nova forma, a esse novo projeto, transformar em lei esse novo projeto. Segundo, é preciso darmos as mãos para irmos buscar, com a força política que temos, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, e todos esses prefeitos que, irmanados, vão procurar desenvolver suas regiões. Sabemos que hoje temos uma grande precariedade nas nossas regiões periféricas, que não estão participando do bolo, ou centralizadas no DF, porque estão fora dessa região.

E, por isso, estamos aqui, o Governo de Goiás apoiando, eu, em nome do Governador, eu e a Sônia, em nome do nosso Governador de Goiás, Marconi Perillo, em nome de todos os nossos Deputados, de todos os nossos Senadores, para, irmanados, chegarmos a apoiar esse projeto que é de grande interesse para toda a nossa região.

Essa é a palavra do Governo de Goiás e essa é a necessidade que nós – Goiás, Minas e Distrito Federal – temos de ampliar recursos, a fim de aplicarmos nessas nossas regiões, de forma planejada, para que haja uma integração total desse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao Simão Cirineu Dias, dizendo que, realmente, suas explanações são muito importantes. Eu acho que a questão da ampliação de recursos é fundamental. Não adianta haver mais Municípios, se não há recursos. O recurso é pequeno, hoje, para os que estão; imaginem colocar mais Municípios e o recurso continuar pequeno como está... Aí não adianta nada. Vai ficar mais complicado, não é, Daniel?

O Daniel está com a palavra.

Fique à vontade, Daniel. Pode expor no tempo que você achar necessário.

O SR. DANIEL VILELA (Bloco/PMDB - GO) – Muito obrigado, Senador Hélio José, Presidente desta audiência pública e Relator do PLC nº 102, de 2015, que foi aprovado na Câmara. V. Exª tem conduzido muito bem os debates.

Quero fazer uma saudação aqui ao Simão Cirineu, representando o Governador Marconi Perillo. Aliás, Senador, o Simão é ex-secretário de Fazenda do nosso Estado de Goiás. Brilhante e competente secretário. Mesmo estando lá, naquele momento, na oposição, na Assembleia Legislativa, nunca deixei de reconhecer o talento, a competência e o trabalho que o secretário Simão Cirineu empreendeu no nosso Estado de Goiás.

Quero saudar todos os prefeitos aqui presentes, saudar a minha colega de Assembleia Legislativa, Deputada e hoje Secretária Sônia Chaves, que também é ex-prefeita do Novo Gama; saudar o Itamar, representando aqui o Governo do Distrito Federal; o Sérgio, representando a Sudeco... Enfim, saudar a todos os goianos, mineiros, que também fazem parte desta importante audiência pública.

Quero enaltecer a iniciativa de V. Exª, Senador, de promover este debate. Trata-se de mais um debate desse debate que V. Exª vem fazendo aqui no Senado. Quero reforçar inclusive o convite, para que estejam presentes também no evento de sexta-feira, na cidade de Goianésia.

Quero aproveitar esta oportunidade, Senador, para, mais uma vez, registrar o nosso projeto, que é o PL nº 121, de 2015, o qual foi integrado a esse PLC nº 102. Nós tivemos na autoria, integrando a Ride, a cidade de Goianésia, Barro Alto e Vila Propício, e foi aprovado conjuntamente com o PLC nº 102, na Câmara, e posteriormente encaminhado para o Senado Federal. E venho aqui, neste momento, reforçar a importância da aprovação desse projeto, reforçar a importância da inclusão de outras cidades, o que agora está sendo reivindicado aqui pela nossa ilustre Senadora Lúcia Vânia – se não me engano, de Gameleira, de Colinas do Sul, Monte Alegre e Campos Belos, cidades importantes do nosso Estado e que, com certeza, têm todo o mérito necessário para poderem fazer parte dessa região integrada. O Secretário Simão foi muito feliz, quando falou da importância de termos aí um desenvolvimento integrado dessa região.

Quando da mudança da Capital Federal para o Distrito Federal, para a cidade de Brasília, isso trouxe muitos benefícios para a região, para o Estado de Goiás, para o Estado de Minas, mas também trouxe muito prejuízo, por um crescimento desordenado, por uma migração desordenada que ocorreu aqui, em busca de esperança, de uma melhor expectativa de vida, e isso trouxe transtornos que até hoje não foram superados pelos moradores e por essas regiões. São cidades que não têm uma autonomia financeira e vivem uma dificuldade tremenda.

Os nossos prefeitos, daqui dessa região, são verdadeiros heróis, por estarem tendo a disposição de serem prefeitos de cidades complexas, com problemas sociais gravíssimos e sem as receitas pertinentes, que possam dar uma condição de vida melhor para todos esses moradores e essas cidades.

Portanto, a Ride é um projeto extremamente importante, e o Secretário Simão também colocou essa necessidade, Senador, de se fazer um debate não só pela inclusão das cidades, mas também um debate em relação aos recursos, para que, efetivamente, a Ride funcione de acordo com aquilo que é o seu objetivo, que é a sua finalidade. Aliás, esses recursos podem ser até oriundos do próprio Orçamento Geral da União. A Ride estabelece que o Orçamento da AGU pode financiar investimentos nos Municípios que fazem parte da Ride. Isso sem falar na necessidade de unificação dos programas, unificação dos projetos desses Municípios e unificação da busca de incentivos fiscais para essas regiões.

Eu fiz questão de apresentar esse projeto, atendendo a uma solicitação dos nossos companheiros dessas cidades de Goianésia, Barro Alto e Vila Propício, até por uma questão de acontecimentos que ocorreram nesses Municípios, de investimentos, Senador Hélio José, que muitos estavam bastante dispostos a fazer nesses Municípios, mas, exatamente por não integrarem a Ride, deixaram de ser feitos e foram feitos em outros Municípios que integravam a Ride, porque era, de certa forma, mais benéfico para o empresário, naquele momento, fazer isso.

Então, são cidades importantes, pujantes, e que merecem um olhar atento por parte do Congresso Nacional, para que possam integrar essa região e, consequentemente, possam gozar desses benefícios que essa rede integrada oferece a esses Municípios.

E vamos estar ao seu lado, Presidente Relator, em todos os momentos, com toda a disposição, para que possamos conseguir avançar na Ride e efetivar essa rede, ao ponto de levar investimentos e gerar conquistas para esses Municípios e para esses moradores.

Então, fica aqui o nosso reconhecimento, os nossos cumprimentos pela condução na relatoria desse projeto. E espero que, muito em breve, estejamos comemorando a aprovação desse projeto e comemorando alternativas melhores para essas cidades que compõem a região.

Um abraço e muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso jovem Deputado Federal do Estado de Goiás, Daniel Vilela. Acho muito oportunas suas palavras.

Creio que nós aqui optando pela ampliação da Ride, a ação de V. Exª, para agilizar o trâmite processual do projeto, lá na Câmara Federal, vai ser fundamental, juntamente com o Deputado Rosso e outros lá.

A Deputada Flávia Morais também está solicitando para nós a inclusão do Município de Damianópolis, Iaciara e Sítio d'Abadia. Nós vamos precisar discutir.

Temos também a nossa Senadora Lúcia Vânia, que traz o interesse da inclusão de cinco Municípios. São Municípios mais ao noroeste do Estado de Goiás: Campos Belos, Teresina – que está aí do seu lado –, Colinas, Monte Alegre e Gameleira – que está no outro extremo. Esses Municípios estão no projeto da nossa Senadora Lúcia Vânia. Vamos tramitar em conjunto. Farei um substitutivo, englobando os dois projetos, até para agilizar expediente. Eu estou vendo aqui que a recepção dessa questão de inclusão de novos Municípios pode ser bem-vinda por todos. Então, eu estou aqui exatamente para ouvir, para bem instruir o meu projeto, pois eu estarei apresentando aqui o meu relatório.

Nós estamos aqui, hoje, num momento muito oportuno, para que todas as contradições sejam colocadas, de forma que possamos ajudar e não dificultar o que já existe. Eu não tenho dúvida – por ser um engenheiro, uma pessoa da infraestrutura, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura aqui nesta Casa, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Ride, Vice-Presidente da Frente Parlamentar do Cerrado – de que o potencial da região é imenso, necessitando de que nós invistamos em energias alternativas, como a energia solar – porque a solimetria é muito grande na região –, que invistamos em energias oriundas do aproveitamento de resíduos sólidos, do lixo, em consórcios sobre os quais possamos, porventura, discutir. Daqui a pouquinho eu vou dar a palavra ao José Ricardo, por cinco minutos. Ele vai dar uma exposição sobre o que o consórcio está fazendo. Eu não tenho dúvida de que o potencial é imenso.

O que eu puder, junto com o nosso Deputado Daniel – nós somos do mesmo Partido –, nós faremos, no sentido de ajudar a região como um todo, independentemente de coloração partidária. Nós vamos fazer aqui como Parlamentares. Eu aqui, no Senado Federal, e o Daniel, como Parlamentar, na Câmara Federal. O que nós pudermos fazer, para ajudar os três Governos do Estado e para ajudar essa região a avançar cada vez mais, nós vamos fazer.

Só uma orientação aos nossos convidados, a todos que estão aqui: a palavra só é franqueada a Parlamentar Federal ou Senador da República, está certo? E se o Deputado Federal e o Senador da República, a qualquer momento, quiserem falar, esta Presidência vai conceder a palavra. Sem nenhum tipo de problema. Se qualquer Senador chegar aqui e quiser falar – porque nós temos tanta coisa ao mesmo tempo –, nós franquearemos a palavra, assim como aos Deputados Federais também, que têm tantas Comissões funcionando ao mesmo tempo. Eu, por exemplo, sou da Comissão Processante do *Impeachment*. Está havendo uma grande reunião ali agora, e eu nem pude ir para lá, por causa da importância deste processo aqui. Então, se algum outro Senador da República – pois estão 41 reunidos ali – precisar vir aqui e quiser falar, ele vai ter a palavra, assim como eu concedi ao Daniel, só para ninguém pensar que está havendo algum tipo de favorecimento. Não. Isso é regra adotada pelas nossas Comissões. Está certo? Para ninguém pensar: "Poxa, eu gostaria de falar, mas não posso falar..." Não, não. Aqui, quem fala são os convidados, palestrantes e Parlamentares. Excepcionalmente, eu vou conceder a palavra para o Presidente do Corsap, porque, como eu sei da importância do Corsap para os três Estados envolvidos, e ele representa não um Estado, mas os três Estados, e há um trabalho todo de investimento, é muito importante nós o ouvirmos. Eu, inclusive, vou até pedir licença ao representante da Sudeco de Brasília... Eu vou ouvir primeiro Brasília, depois ouvir o Corsap, e depois ouvir a Sudeco.

Vamos passar a palavra para o representante do Governo do Distrito Federal, Subsecretário do Entorno na Ride, que tem andado nesses Municípios todos, fazendo um grande trabalho de discussão e ampliação de investimento na região, Itamar da Silva Lima. Com a palavra.

O SR. ITAMAR DA SILVA LIMA – Senador Hélio, eu o parabenizo e, parabenizando-o, cumprimento toda a Mesa por esse trabalho. V. Exª, que vem do interior, sabe da dificuldade pela qual passam os Municípios. Cumprimento também o Deputado Daniel Vilela e a todos aqui. Cumprimento a nossa amiga, colega, Sônia, Secretária do Entorno, que sabe das dificuldades. Cumprimento o José Ricardo também, que está com essa grande missão.

Eu posso dizer o seguinte, senhores: aqui nós não estamos discutindo só a questão da ampliação da Ride. Há vários detalhes de que temos de tratar. Como disse aqui o nosso amigo Simão, grande conhecedor de toda a sistemática, quando nós assumimos a Subsecretaria da Ride, fizemos questão de visitar todos os Municípios que compõem a atual Ride. São 22 Municípios: 19 de Goiás e três de Minas Gerais. Com essas visitas... Depois nós viemos, José Ricardo... Eu sei que nós fizemos aquelas audiências, em relação ao Corsap, para discutir as questões do Corsap, e nós tornamos a visitar os Municípios, quase todos os Municípios, duas, três vezes.

Então, falamos com grande conhecimento, mas a demanda é grande. O desafio é grande. Então, não podemos, aqui, tratar só de ampliar a Ride. Temos de tratar também da questão de investimentos, porque nós sabemos como está passando, hoje, o GDF. Falo em nome do nosso Governador, Rodrigo Rollemberg. Eu até fico bem à vontade, porque os dois Governadores têm tratado essa questão da Ride com muita liberdade, com muita afinidade, até então. Eles têm conversado. É um interesse dos dois Governadores e, pela primeira vez, nós estamos vendo os dois Governadores muito empenhados, para que saia realmente do papel essa questão da Ride, não só em termos de existir Ride.

Nós até sentimos porque alguns prefeitos aqui não compareceram, mas compreendemos que eles têm muitos afazeres, há a distância e outros compromissos. Mas quero dizer aos prefeitos que aqui estão, que já pertencem à Ride, e aos que estão propondo essa inclusão – que é um grande desafio –: não adianta só essa inclusão. É necessário que tracemos metas. Como disse o nosso Senador, como disse o Simão, nós temos que discutir também a questão de recursos, para que possamos fazer os devidos investimentos que... Não pode-

mos falar aqui que a região metropolitana é problema para Brasília e que Brasília é problema para a região metropolitana.

Nós não podemos questionar o crescimento de Brasília, o desenvolvimento de Brasília sem também citar o desenvolvimento da região metropolitana de Brasília. Temos a questão do transporte, da educação, da faculdade, que impactam em tudo no Distrito Federal.

É uma questão que temos que discutir, porque se ampliarmos os investimentos, poderemos criar, por exemplo, um hospital regional no setor sul, outro hospital no setor norte, e isso vai segurar esse pessoal de forma que não virão para Brasília.

E há o problema também, como disse o nosso Prefeito aqui, representando Gameleira, dos Municípios que procuram o seu Município porque é um Município menor e, com certeza, a saúde está funcionando melhor lá no início. Então, é um Município mais jovem; então, há esses problemas na saúde.

Então, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores aqui presentes, é importante que pensemos com muita dedicação, muito carinho, porque, há dois anos, José Ricardo, terminou o prazo dos Prefeitos sobre a questão do tratamento de resíduos sólidos. Houve essa demanda que se prolongou. Vou deixar para você adentrar nesse assunto, porque é mais a sua área. Nós temos agora 2018 chegando, para outros Municípios vai até 2020, 2022, me parece. Mas são questões que nós temos que discutir não só a ampliação da Ride, não só a ampliação para que esses Municípios venham para a Ride.

Hoje quando falam "Secretaria do Entorno" – estou falando aqui, companheira Sônia, quando a gente fala com os Prefeitos –, eles dizem: "A Ride não funciona". Não é que não funciona, nós já visitamos todos os Municípios. A questão é a lei, temos que ver a lei e os recursos.

Vamos ver os três Municípios de Minas Gerais. Os Municípios da Ride, a segurança pública dos Municípios de Goiás têm uma gratificação para equilibrar o salário da segurança pública de Goiás com a segurança de Brasília. Os Municípios de Minas Gerais não têm.

Há essa discussão, nós podemos discutir. Por que os Municípios de Minas Gerais que pertencem à Ride não têm essa gratificação? O porquê não sabemos, ali é uma rota tanto de saída quanto de entrada. Então, há a questão da segurança pública, e temos que tratar dessa situação.

Nós temos a questão do investimento também do FCO, a que os Municípios de Goiás têm acesso, os Municípios da Ride de Minas Gerais – só porque são de outro Estado, pertencem a outro fundo – não têm acesso ao FCO. Tudo é uma questão de discutir. Quero concluir com ligeiras palavras, nós estamos levantando esses pontos para discutir essas questões.

Mas para isso nós precisamos de, realmente, termos os Prefeitos, os Vice-Prefeitos, os futuros Prefeitos, os futuros Vereadores, para que nós possamos discutir uma agenda positiva para discussão com os três Governadores e para pressionarmos o Governo Federal.

Como disse muito bem aqui o Senador Hélio José, que lembrou que, na época da criação de Brasília, quando foi proposto pelo Juscelino Kubitschek, naquele quadrilátero de 30km não poderia haver assentamentos sem a infraestrutura devida. E, no entanto, Brasília cresceu, Brasília não suportou, foi indo para Goiás, os governos não se atentaram para essa questão, e hoje está aí essa situação, Brasília recebendo esse impacto direto do entorno.

E também não podemos nos esquecer do Entorno, porque, se fecharmos as barreiras de Brasília, hoje, Brasília para. Quantos funcionários do Entorno trabalham em Brasília? São muitos funcionários, funcionários públicos, de empresas, da infraestrutura, de construção.

Então, temos que discutir a questão do transporte, que é seriíssima. Você pega um ônibus daqui para a divisa de Santo Antônio do Descoberto e tem um preço; quando pula a ponte, dobra o preço da passagem. Valparaíso e Novo Gama que são aqui encostadinhos, Sônia, quem vem de Valparaíso, Luziânia, Cidade Ocidental, e Municípios da região sul que são encostadinhos aqui, pagam R$6 reais a passagem.

Nós temos que ter uma discussão muito forte acerca dessa demanda. Já tivemos uma audiência pública uma vez em relação a isso, e vimos que temos que levar, Secretário, isso à frente. Nós não podemos deixar que essas pessoas que vêm para ajudar a desenvolver Brasília paguem essa passagem tão cara.

Eu vou encerrar aqui minhas palavras, ainda há muita gente para falar. Eu quero parabenizar...

(Soa a campainha.)

O SR. ITAMAR DA SILVA LIMA – ...a todos os Prefeitos, Vereadores, nós temos três governadores empenhados, principalmente o Governador Marconi Perillo, Governador Rodrigo Rollemberg, que estão afinados nessa questão do desenvolvimento integrado Brasília.

Eu agradeço muito, Vereador Manoel; obrigado, Vereadores que vieram de muito longe, Prefeitos que vieram de muito longe. Senador, quero te parabenizar pelo conhecimento que você tem da região e dizer que

o nosso Governador está muito preocupado com a região, porque não podemos discutir Brasília sem discutir também o desenvolvimento do entorno de Brasília.

Obrigado a todos pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço, Itamar, Subsecretário da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), gostaria que fosse preparando aí um representante de Minas Gerais. Eu quero ouvir um de Minas antes de passar para as duas palavras finais, para depois irmos às conclusões.

Aqui nós estamos, de Minas, com o Prefeito de Arinos e o Prefeito de Cabeceira. Reúnam, rapidamente, vocês dois aí para definir quem vai falar sobre Minas Gerais e a problemática toda, enquanto eu vou fazer um anúncio aqui. Juntem-se e decidam quem vai falar, cinco minutinhos, sobre a questão de Minas.

Eu tive uma romaria de pessoas procurando o meu gabinete para discutir essa questão de participar, ampliar ou não, com a gente aqui, a Ride. Por exemplo, o Deputado Jaime Martins e um grupo de Prefeitos de Uruana, Riachinho, Bonfinópolis, Dom Bosco, Natalândia, Santa Fé de Minas e Buritizeiro, Minas Gerais, todos nos procuraram propondo inclusão desses Municípios na região.

São Municípios, iguais ao que o Itamar, representante do DF, acabou de citar, em que não estão previstos investimentos do FCO, porque é região que não é coberta pelo FCO, e que precisamos avaliar, discutir. Por isso, inclusive, eu quero ouvir a palavra de um dos Prefeitos da região de Minas Gerais para me dizer como está essa questão.

Também tive a visita do José Miguel, Presidente do PCdoB, que está com a gente, que reivindica, junto com a Deputada Flávia Morais, a inclusão de Formoso, Minas Gerais; de Sítio d'Abadia, Goiás; de Damianópolis, Goiás; de Mambaí, Estado de Goiás; a Deputada Flávia Morais, que é uma Deputada do PDT de Goiás.

Com eles, vieram o Vereador Jefferson Alves Teixeira, o Vereador Agenor Joaquim Costa, o nosso querido José Miguel e, também, a Prefeita Andrea Lins Depollo, de Damianópolis, o Prefeito Javan Lopes, de Mambaí, que me procuraram solicitando a inclusão dessas regiões. Só para informar a todos que estão aqui presentes.

Tive também a visita da Prefeita de Buritinópolis, Goiás, a Prefeita Maria Aparecida da Costa, a Presidente da Câmara e os Vereadores Fábio Alves, Vereador Flávio César, Vereador Almeci Florêncio, solicitando a inclusão de Buritinópolis.

Tive a visita do Prefeitos Joaquim Miranda, que está aqui presente, de Teresina de Goiás, em conjunto com o Prefeito Iran Lago Rego, que seria um dos nossos expositores, não sei o motivo não apareceu, mas foi muito bem substituído pelo Prefeito de Gameleira.

Tive a visita também do Prefeito Aurolino José dos Santos, lá de Campos Belos, o Ninha, também do nosso Prefeito Arlon Fulgêncio Taveira, do Vereador Armindo Júnior, de Monte Alegre, solicitando a inclusão desses Municípios que estão previstos no PLC da nossa Senadora Lúcia Vânia, na questão do relatório desse projeto de lei aqui, no Senado Federal. Foram essas as solicitações que recebi.

Vamos ouvir, por cinco minutos, um representante de Minas Gerais, já que o Governo de Minas Gerais não mandou o seu representante aqui, mas fica muito bem representado por um Prefeito da região.

O senhor poderia só falar o seu nome, Município e depois pode falar.

O SR. ROBERTO SALES – Roberto Sales, Prefeito de Arinos, eu quero aqui parabenizar pela iniciativa desta audiência pública para tratar da integração dos Municípios do entorno do Distrito Federal, somando os Municípios de Goiás e Minas Gerais.

Minas Gerais ainda timidamente. Hoje temos apenas três Municípios incluídos na Ride, que é Cabeceira Grande, aqui representado pelo nosso Prefeito Odilon, que é companheirão nosso; também os Municípios de Buritis e Unaí. Arinos foi contemplado agora, no PL nº 102, que foi aprovado na Câmara e que está para ser apreciado pelo Senado.

A gente sente uma dificuldade muito grande dessa integração, que essa integração venha a gerar bons frutos. Para se ter uma ideia, o nosso Município de Arinos, que tem quase 20 mil habitantes, tem uma área territorial quase o tamanho de todo o Distrito Federal, de 5.323km², um IDH baixíssimo, vive na linha da miséria, um Município extremamente grande, uma população muito rarefeita, e, para administrar um Município desse, com pouco recurso, FPM caindo, é uma dificuldade muito grande para fazer todas as políticas públicas, principalmente da saúde, que é a política mais cara.

Nós já elaboramos o nosso plano de saneamento básico. A gente sabe da dificuldade que é para se fazer isso, e não se faz isso sem um consórcio, tem que ter um consórcio.

Essa integração vejo com muito bons olhos, porque, partindo da premissa que não se constrói uma ilha de riqueza em um mar de pobreza, é o que vimos hoje que ocorre com o entorno de Brasília.

Então, temos todos os Municípios passando uma dificuldade muito grande, acabamos procurando, inexoravelmente, o Distrito Federal para resolver problema de saúde, para resolver problema de emprego, porque os nossos Municípios não estão desenvolvidos.

Nós estamos a 750km da nossa capital, que é Belo Horizonte, e estamos a 250km, no caso, Arinos, do Distrito Federal. Cabeceira Grande está a 100km, está dentro praticamente do Distrito. Esse mar de pobreza em torno do Distrito Federal traz uma série de conturbações sociais, uma série de reivindicações por políticas públicas, por emprego. E podemos amenizar isso dando uma tranquilidade maior para a capital da República com investimentos de uma forma integrada.

Eu acho que tem que se aumentar, sim, o número de Municípios participantes, mas de uma forma compartilhada. Não adianta aumentar o número de Municípios sem ter investimentos para atender os Municípios. Até eu acredito que deveria haver uma logística.

Esse PLC nº 102 já foi aprovado na Câmara, com a inclusão de mais um Município de Minas e, parece, que alguns outros de Goiás. Se for alterado aqui, vai voltar para ser revisto.

O nosso mandato já está terminando; daqui a pouco, termina o mandato de Prefeito, e a coisa não acaba nunca. Eu acho que devia, sim, haver a discussão do que está aqui em tela, vamos ver se o Senado aprova o PLC nº 102,...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO SALES – ... concluindo, de 2015, e depois reestrutura outro PL para fazer a inclusão, e muitas inclusões, juntar as propostas.

Há propostas que não foram contempladas agora, de Bonfinópolis, de vários outros Municípios de Minas Gerais, que eu acho que devem ser objeto de análise, sim, de discussão. Mas se a gente não votar o que está aqui, eu acho que a coisa vai se arrastando e não acontece. A minha sugestão é nesse sentido.

Quero parabenizar ao nosso Senador Hélio José, que é o Senador do povo, e que nos contemple, nós precisamos disso, os Municípios de Minas Gerais estão mais próximos do DF – esses do Entorno – do que da nossa capital. E eu acredito que a gente tem que chamar também o nosso Governador Fernando Pimentel, para colaborar nessa integração tão importante.

Eu vou fazer com os nossos Prefeitos aqui um documento dirigido ao nosso Governador Fernando Pimentel, para que tenha uma participação incisiva na Ride, que é importantíssima para nós. E eu quero integrar o consórcio, participar e trabalhar de mãos dadas para integrar essa região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer o Roberto Sales, falando em nome dos Prefeitos de Minas Gerais. Ele levanta uma questão importante, que inclusive até o Prefeito da cidade de Alto Paraíso gostaria de colocar aqui. É a questão de que, se ganharmos tempo processual aprovando como está e faz a discussão dos demais que querem incluir ou não, ganhamos tempo, porque eu não tenho mais tempo para abrir a palavra para a questão. Ainda temos que ouvir o Corsap e questão. Estou apenas relatando o assunto.

Os inscritos são esses aqui. A norma diz que só falam os inscritos e os Parlamentares. Já abri para Minas, porque o governo de Minas, de uma forma não bem explicada para nós, não mandou representante do Governo. O representante do governo de Estado de Goiás e o representante do Distrito Federal estão aqui; o representante dos novos prefeitos e o dos prefeitos antigos também, e, ainda, o representante da Sudeco. Eles vão falar porque são as pessoas envolvidas no processo e que precisam dar para nós o *feedback;* ainda temos a nossa plateia para colaborar e o e-cidadania, por onde pode fazer pergunta.

Quero orientar o nosso prefeito que está aqui presente e que gostaria de usar a palavra – e seria muito justo que usasse a palavra, sem dúvida nenhuma –, mas peço que formule a pergunta como se estivesse fazendo uma sugestão pelo e-cidadania, só para fazer por escrito e passar para o nosso orientador. Eu lerei e farei a pergunta de todo mundo, nas considerações finais, para que respondam a sua avaliação.

Vamos passar a ouvir o nosso Presidente do Corsap, José Ricardo, que representa os três Estados nessa discussão.

Por favor, José Ricardo.

O SR. JOSÉ RICARDO CASTILHO – Bom dia a todos, ao representante do governo de Goiás, Dr. Simão Cirineu, ao nosso representante do governo do Distrito Federal, amigo Itamar; aos amigos que compõem a Mesa; em nome das mulheres, à nossa amiga eterna Deputada e prefeita Sônia.

Quero agradecer hoje a amizade e todo o trabalho que nosso querido Senador Hélio José tem feito pelo Corsap.

Vou explicar rapidamente como é a constituição do Corsap, como funciona, mas queria levantar um assunto.

Tomei posse no dia 22 de outubro de 2015. É um consórcio de manejo de resíduos e águas pluviais que inclui 19 Municípios do Estado de Goiás. Não existe representante mineiro ainda dentro do consórcio, vocês estão convidados, e só entrar em contato com o consórcio que serão bem-vindos. São dois Estados: o governo do Estado de Goiás, representado pelo Governador Marconi Perillo, e o Governo do Distrito Federal, que é representado pelo Governador Rodrigo Rollemberg.

Voltando ao assunto, quando tomei posse em 22 de outubro de 2015 – pela manhã foi a posse –, à tarde já vim procurar o Senador Hélio José. Prontamente, ele nos ajudou no que mais necessitamos hoje nesse trabalho que envolve a questão da Ride: recurso financeiro para fazermos todas as ações se tornarem realidade.

Independentemente de reuniões, sonhos, ele foi bem pragmático, ou seja, reunimos com o Relator da União, o Deputado Ricardo Barros, do PP do Paraná, tivemos a representação do Senador Hélio José e, nesse trabalho, conquistamos algumas emendas para o consórcio, que foi carimbada diretamente para o consórcio.

Hoje – estou nesses quatro, cinco meses de vida de Corsap –, o que estou enxergando? Há a necessidade, sim, de outros Municípios participarem. Agora, não é só achar que, entrando para a constituição da Ride, que isso vai resolver o problema do Município. Acho que é uma força política muito grande, conforme o nosso amigo Simão Cirineu falou, tem o poder de tiro político muito grande, no sentido de angariar recursos junto às fontes federais, aos próprios Estados, aos Municípios e, principalmente, o que temos que enxergar, a iniciativa privada.

A iniciativa privada hoje, temos que entender que é um grande parceiro, porque os Municípios realmente estão vivendo uma dificuldade financeira muito grande; os Estados, idem, e, principalmente a União. Portanto, temos que começar a fazer um trabalho conforme o consórcio está fazendo, juntamente a UnB, de incubar o consórcio como um produto que interesse não só aos Municípios, ao Estado e à União, mas, principalmente à iniciativa privada, para ter condição de agregar valor a esses Municípios, porque aí vai gerar trabalho para todas as pessoas que estão a fim de entrar nesse meio, nesse circuito da área ambiental e, principalmente, na questão das águas pluviais.

Quero deixar claro aos Municípios mineiros e, principalmente, aos Municípios goianos que não fazem parte, que estamos à disposição. Podem me procurar, vou deixar meu telefone.

Levanto também que os Municípios hoje não estão com os planos prontos. Em vários Municípios que estão nos procurando, existe esse problema. E o consórcio está, juntamente com a UnB, resolvendo esse problema junto a todos os Municípios que tenham condições de abraçar a UnB para levar o pessoal para fazer esse trabalho junto a cada Município.

Vou dar um exemplo: Corumbá de Goiás é um parceiro que está fazendo um trabalho hoje junto à UnB no quesito plano de saneamento.

Quero deixar isso claro. O consórcio é uma realidade hoje, há dois anos que foi criado como entidade jurídica, apesar de que já existe a ideia do Corsap há mais tempo no Distrito Federal e Entorno.

Agradeço aos Senadores o seu apoio ao Corsap.

Muito obrigado, Senador. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço o José Ricardo.

Eu, como Relator da indústria, do comércio e da micro e pequena empresa da CMO, Comissão Mista do Orçamento, juntamente com o José Ricardo – que teve uma intervenção muito boa – e outros Parlamentares, tivemos a honra de trazer alguns recursos para poder ajudar o Corsap, esperamos, para o ano que vem, ter mais recursos.

Vamos trabalhar com mais planejamento este ano, exatamente para propiciar que consigamos realmente dar condições ao Corsap de fazer bons projetos, principalmente na área das energias alternativas, porque não há indústria, não há nada sem energia, nem na questão do lixo, na questão do resíduo sólido, de que todas as cidades têm que cuidar, e outras áreas também de incubadora ou de pequenas e médias empresas a investir na área.

Quero dizer e desafiar os colegas de Minas Gerais. Coloco-me inclusive à disposição para isso. Mesmo sendo um Parlamentar de Brasília, sei da importância dos Municípios de Minas, como é importante o asfaltar o acesso a Palmital, o tanto que isso vai facilitar a vida do pessoal dali da região de Cabeceiras; o tanto que Buritis tem uma relação mediata com o Distrito Federal; Arinos, Unaí. Portanto, Arinos, Unaí, Buritis e Cabeceiras têm uma vida muito mais próxima daqui.

Precisamos discutir, com o governo de Minas talvez algum fundo de investimento para essa área, para ser integrado junto ao FCO, para podermos discutir e dar condições também para melhor – então integrando-se à Ride – atender a esses Municípios a área de Minas Gerais, que não são cobertas pelos investimentos de FCO.

Portanto, podemos ver a forma de discutir. Coloco meu gabinete à disposição, convido o Anastasia, meu vizinho, que foi Governador de Minas Gerais; o Senador Aécio, o Senador Zezé Perrella, para junto com vocês,

junto com os representantes do governo de Minas Gerais, com o Corsap, e junto com o representante de Goiás e Brasília também, vermos como Minas pode melhor integrar a essa região. Por quê?

Porque não adianta só incluir, temos que ver como incluir e se é bom para todo mundo. A área de segurança pública, de saúde, educação e transporte são fundamentais para a gente.

Pessoal, vamos ouvir o representante da Sudeco; depois, todas as perguntas que, porventura, tenham havido pelo e-cidadania ou que algum de vocês queiram formular é só fazer por escrito e passar ali, que repasso para todos os que falaram fazerem as considerações finais no tempo de três minutos. Inclusive Minas terá também a oportunidade de fazer suas considerações, que podem ser feitas por qualquer um dos dois prefeitos. O Corsap também terá esse tempo.

Registro aqui a presença da nossa suplente Deputada Estadual e pré-candidata à prefeito de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a nossa querida Estela Souza, que, afirmo, tem o meu apoio, inclusive é minha candidata pessoal a prefeita de Santo Antônio. Está aqui presente. Quero cumprimentá-la.

Continuando, vamos ouvir o nosso representante da Sudeco, do Ministério da Integração Nacional. Todos sabemos que a batuta de coordenar todo esse processo do FCO está sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, especificamente da Sudeco, que discute os projetos, faz planejamento, faz todas as questões para desenvolvermos e integrar.

É muito importante ouvirmos como está essa discussão na Sudeco, qual a visão da Sudeco, do Ministério da Integração Nacional, a visão da União sobre essa questão da ampliação de Municípios na Ride, como ela está avaliando essa questão e como podemos, de fato, fazer com que essa ampliação seja uma solução e não um problema a mais a ser criado para todos que já estão.

Outra questão importante, que foi inclusive ressaltada por Minas e acho que é o motivo da pergunta escrita que o prefeito de Alto Paraíso – que muito me daria a honra de ouvir, mas é que, se abrir para o senhor, terei que abrir para todos, não posso fazer a exceção, é: será que aprovamos como está? Ganharemos tempo, porque, se quisermos aprovar como está, apresento o relatório como está, como veio da Câmara, aprovo; resolveu o problema nessa área, e fazemos um complementar – até topo ser o autor do projeto se quiser – pondo os demais que não estão. Essa é uma avaliação que cabe a nós todos colocarmos também, porque está na nossa possibilidade fazer dessa forma.

As pessoas terão a paciência de saber que não há nenhuma discriminação, tentativa de deixar de incluir outros, simplesmente por uma questão de agilização do processo. Inclusive terei que conversar com a Senadora Lúcia Vânia, porque há o projeto dela que está aqui e que teria que ficar para um segundo *time*. É um projeto que, esse, sim, poderíamos emendar com as demais que estão querendo e agilizá-lo em vez de apensá-lo. Porque, se apensá-lo, terei que modificar o que veio do Senado Federal e, consequentemente, teremos mais, no mínimo, dez sessões de análise na Câmara dos Deputados, votação; depois, retorno para cá, dez sessões de análise, aprovação e depois encaminharmos para o Governo Federal. Portanto, é todo o debate que temos que ver como encaminharemos para facilitar para todos nós, pois o objetivo aqui é facilitar para todo mundo e chegarmos ao ponto de investimento.

Portanto, a palavra da Sudeco é muito importante para nós.

Por favor, com a palavra o nosso Sérgio, representando a Sudeco e Ministério da Integração Nacional.

O SR. SÉRGIO MAGNO CARVALHO DE SOUZA – Bom dia a todos.

Eu me chamo Sérgio, sou servidor da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Dentro da Superintendência, ocupo o cargo de coordenador de espaços prioritários dentro do Centro-Oeste, que são dois espaços designados pela política nacional de desenvolvimento regional, quais sejam, a Ride-DF e a Faixa de Fronteira. Além disso, também sou responsável, dentro da Superintendência, pelas questões de planejamento territorial.

Antes de entrar especificamente em algumas questões que foram abordadas, tentarei prender a minha fala principalmente naquelas quatro questões que o Presidente colocou como fundamentais, como balizadoras dessa audiência.

Acho que é muito oportuno congratular o nosso Presidente pela oportunidade que temos aqui de falar na audiência pública e pela própria existência da audiência pública. A questão da inclusão de novos Municípios é um debate bastante antigo, relativamente antigo, mas que sempre perpassa e sempre existe; se formos pegar no histórico das legislaturas propostas, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, há propostas de inclusão de novos Municípios. Acho que agora estamos tendo a oportunidade de fazer uma discussão que proponho, ao final da minha fala, que seja um pouco ampliada. Acho que alguns já falaram em relação a isso.

A meu ver, defendo um pouco a tese de que só a inclusão de Municípios não vai garantir que, de fato, consigamos resolver muitos problemas que esses Municípios têm e aos quais somos sensíveis, conhecemos,

e, na minha opinião, há uma necessidade de discussão maior do próprio modelo de gestão e principalmente do modelo de financiamento da Ride. São pontos que pretendo abordar na minha fala.

Quero já deixar aqui também as escusas do nosso Superintendente Cleber Ávila, que não pôde estar aqui por conta de compromissos na agenda. Está retornando agora à Brasília, teve uma agenda referente ao FDCO em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e, só por conta desses compromissos de agenda, realmente não pôde comparecer. Tenho certeza de que, se aqui estivesse, em Brasília, estaria presente nesta reunião.

Antes de iniciar, primeiro temos que desfazer algumas questões que são fundamentais. Primeiro, que a Ride não é uma região metropolitana. As regiões metropolitanas são criadas com fulcro com base em outro ponto da Constituição, tanto que devem ser criadas por lei complementar e estadual. Portanto, esse é um primeiro ponto, porque existe certa confusão, tanto do público, às vezes até dentro da própria academia – e falo como acadêmico, sou doutorando em geografia na Universidade de Brasília e meu objeto de estudo é justamente a Ride-DF –, existe certa confusão, muitas vezes trata-se uma coisa como outra, sendo que, legalmente falando, pelo menos do ponto de vista legal, uma coisa é diferente da outra.

A Ride é uma região integrada de desenvolvimento, que tem, como base, o art. 43 do texto constitucional de 1988, tanto que a própria gestão da Ride está sob batuta do Ministério da Integração Nacional e não no Ministério das Cidades, que é o Ministério hoje, dentro do Governo Federal, que cuida ou pelo menos faz a política referente à questão metropolitana. Portanto, acho que é necessário fazer essa primeira mudança.

A Ride, como é de conhecimento de todos, foi criada em 1998, pela Lei Complementar nº 94, lei que foi fruto de articulação, principalmente do governo do Distrito Federal, à época – se não me engano do Governo Cristovam Buarque, quando governador do DF –, juntamente com o governo de Goiás, e houve um estudo no sentido de inclusão de Municípios. Tanto que o modelo da Ride que passou, que foi aprovada na lei complementar e que nunca foi modificada – é bom que se diga –, desfez um pouco o interesse que havia à época de alguns estudiosos da UnB, da Codeplan. Essa é outra questão.

Hoje essa lei complementar é regulamentada pelo Decreto nº 7.469, cuja regulamentação principalmente se baseia na questão da definição de quais são as chamadas funções públicas de interesse comum.

Na verdade, lá são serviços públicos de interesse comum e também na organização do Coaride. Isso é outro mito que existe: fala-se da Ride como um órgão. A Ride não é um órgão, é uma região integrada de desenvolvimento; assim como as regiões metropolitanas não são órgãos, são regiões de desenvolvimento que têm base legal, é óbvio, mas que não se constituem como organização.

Na verdade, quem é responsável pela gestão da Ride, principalmente de acordo com o texto legal, é o Conselho Administrativo da Ride, Coaride, do qual sou membro suplente, representando a superintendência.

Feitas essas iniciais, acho importante falar também da recriação da Sudeco, como órgão de desenvolvimento regional. Infelizmente, esperava encontrar a Senadora Lúcia Vânia, que foi Relatora do projeto de lei que recriou a superintendência em 2009.

Inclusive sou servidor concursado da superintendência, portanto, se hoje sou servidor público federal, é por conta do trabalho dessa Senadora, por conta do trabalho desta Casa, em parceria com o Governo Federal à época, que viu a necessidade da recriação das superintendências e dizer que a superintendência vai se estruturando. Como órgão recente, foi recriada, em 2009, e reinstalada efetivamente em 2011. Já tivemos o nosso primeiro concurso em 2013. Inclusive algumas colegas estão ali ao fundo, também trabalham comigo nessa questão dos espaços prioritários, é uma revelação no sentido de que a superintendência se transformará num órgão forte como foi um dia, antes de ser extinta.

Buscando responder especificamente às questões que o Presidente colocou, a primeira questão era referente – e aqui vou falar um pouco, como servidor do órgão, obviamente trago um pouco a visão, e, em alguns momentos, falo como estudioso da região e como estudioso de uma maneira geral de questões ligadas a esse tipo de regionalização.

A primeira questão era referente como se pode otimizar a questão da relação entre os Municípios, os Estados e a própria União, que estão plasmados na Ride. Primeiro, que a Ride é um desafio. Diferentemente das regiões metropolitanas, que têm inclusão só de entes estaduais e municipais, a Ride é, talvez, a única região institucionalizada no País que tem inclusão dos quatro que compõem a Federação. Temos a inclusão da própria União, de dois Estados membros, do Distrito Federal e de Municípios, ou seja, isso, por si só, já gera uma dificuldade de gestão muito complicada. Tem-se talvez um arranjo que exige um esforço de articulação federal e de federalismo – que é uma outra questão importante de ser debatida – muito complicada. Isso por si só já é uma dificuldade.

Como que podemos otimizar? Primeiro que é uma discussão que não vamos fazer aqui agora, mas é necessário rever certas premissas do próprio federalismo brasileiro. Vemos muito que o pleito dos prefeitos que existe, e é um pleito muito justo, porque sabemos que o problema estoura como prefeito – não é na minha

mesa, não é na superintendência, pois é o prefeito que tem que pagar professor, é o prefeito que tem os seus médicos, que ouve, por exemplo, que o transporte público não funciona. E é a preocupação muito justa de vocês, inclusive, no presente ano, o que teremos eleições municipais, sabemos que é uma justíssima preocupação.

A questão que existe – e esse debate precisa ser mais bem-feito, acho que a Ride pode ser um início disso – é que a repartição de recursos é importante, mas também das funções. Isso é outra discussão para que esta Casa e a Câmara faça em outro momento.

Uma segunda coisa que é importante falar é que a Ride hoje não conta com programa específico no Plano Plurianual aprovado neste ano e mesmo nos PPAs anteriores. Isso, a nosso ver, dentro da superintendência, é um problema. O PPA orienta a feitura das leis orçamentárias, então temos dificuldade, de fato, em conseguir alocar recursos na região, porque não existe um programa específico. Da última vez que apareceu um programa específico para essa região, se não me engano, foi no PPA de 2004.

Na verdade, a gente vem presenciando nas leis orçamentárias uma retirada progressiva da região, além do que ela tem um histórico de, mesmo quando havia previsão orçamentária, redução desses recursos. Como eu tinha dito na minha fala inicial, precisamos repensar o modelo de financiamento desse arranjo regional. Não basta incluir uma série de Municípios se a gente não rever a forma como vai dotar recursos e como vai efetivamente implementar os projetos. Nós vamos ter talvez, daqui a cinco, dez anos, seja com o Senador Hélio, talvez seja com outro Senador, uma nova discussão nesse sentido. Quer dizer, vamos colocar mais Municípios, mas não vamos ter talvez os instrumentos necessários.

A segunda questão que foi colocada é que será interessante e conveniente a integração dos novos Municípios. Eu acho que é fundamental falar em qual vai ser o impacto direto para os Municípios que entrarem. Hoje, digamos assim, muito diretamente, o único impacto efetivo – só para os Municípios de Goiás, isso já foi falado – é a participação nos recursos do FCO.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO MAGNO CARVALHO DE SOUZA – Senador, gostaria, se possível, de falar um pouquinho mais. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF. *Fora do microfone*.) – Está bem.

O SR. SÉRGIO MAGNO CARVALHO DE SOUZA – Então, o que vai acontecer? Hoje, o FCO é dividido pelas quatro unidades da Federação que participam da Sudeco. É importante falar que os Municípios de Minas ... E eu ouvi dizer até que já existem pleitos dos Municípios de Tocantins. Se eles entrarem, não vão participar do FCO. Por quê? Porque a lei complementar que recriou a Superintendência, que é a Lei Complementar nº 129, diz que a área de atuação da Superintendência são as quatro unidades da Federação que classicamente compõem o Centro-Oeste: o Distrito Federal, os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Então, se não houver mudança nesse dispositivo legal, a gente vai continuar tendo os mesmos impeditivos que há hoje para os Municípios de Minas que já fazem parte da Ride. Há até uma dificuldade atual porque eles estão fora da área de atuação da Superintendência. Essa também é uma outra discussão que precisa ser feita, que é a efetiva área de atuação da Sudeco. Se o Centro-Oeste, que se interessa para que a Superintendência atue hoje... São só essas quatro unidades da Federação.

Eu particularmente sou da posição de que é necessário rediscutir, ampliar. Isso porque, por exemplo, existem regiões do oeste e do noroeste mineiro que não são cobertas nem pela Sudene, que hoje abarca alguns Municípios do Norte, nem pela Sudeco. Se a gente pegar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e os critérios de elegibilidade que são colocados para os Municípios que deveriam ser alvo da atuação das políticas de desenvolvimento regional, esses Municípios estão fora, eles não participam nem do FNE, nem do FDNE, que são da Sudene, nem do FCO, nem do FDCO que são da Sudeco.

A terceira questão que foi colocada pelo Presidente diz respeito a qual seriam os benefícios para os Municípios na inclusão de Municípios mais afastados. Aí a gente entra numa discussão, a meu ver, que é o nível de integração que esses Municípios de fato possuem. Acho que também deveria ser incluída nesse debate a Codeplan, e o antigo Presidente, Júlio Miragaya e o atual, Lúcio Rennó, têm feito uma grande discussão nesse sentido, ou seja, qual seria o efetivo tamanho da Ride para que ela fosse um arranjo de atuação regional que efetivamente levasse ao desenvolvimento dessa região.

Existe uma discussão no sentido de que hoje há Municípios que têm integração metropolitana a Brasília, que seriam os Municípios mais próximos, como é o caso de Águas Lindas, de Luziânia, de Valparaíso, que são os Municípios que sofreram mais diretamente o processo de conurbação e de crescimento metropolitano do espaço de Brasília. Se alguns de vocês tentou entrar, principalmente os que vieram de fora, hoje, no Distrito Federal principalmente pelo sul e pelo oeste, deve ter visto a dificuldade que há no trânsito. Se forem sair daqui às 17h, 18h vão ver que há essa mesma dificuldade, porque existe nesses Municípios um fluxo pendular e

uma partilha de recursos, de serviços públicos comuns que são típicos das áreas metropolitanas, das regiões metropolitanas.

Então, essa é uma questão. Os outros Municípios mais afastados possuem uma integração que é de um corte mais regional; por exemplo, temos vários Municípios da Bahia cuja maior parte dos seus doentes são atendidos pelo Hospital de Base de Brasília, porque não existe nenhum hospital próximo na região que possa atender essas prefeituras, tanto que, em muitas prefeituras – não sei se é o caso de alguma que está aqui presente –, muitas vezes o recurso que vem para saúde é basicamente para compra de ambulâncias para trazer esses doentes para centros urbanos maiores, o que é um absurdo, a meu ver não só como técnico, como estudioso, mas como cidadão.

Outra coisa que é muito dita é que ninguém é problema para ninguém. Nem a população de Brasília é um problema para o Entorno e nem o Entorno é um problema para Brasília – o Entorno ou a área metropolitana. A região é uma coisa só. Se trabalharmos política pública como alguém sendo problema para alguém estaremos, na verdade, segregando mais do que a própria realidade já o faz, e aí não conseguimos integração e desenvolvimento efetivo.

Na realidade, temos que tratar que quem mora seja no Distrito Federal, seja fora, são todos os cidadãos brasileiros, sujeitos de direitos que são dos vários direitos que estão plasmados na nossa Constituição.

Feito esse adendo, então, para os Municípios mais afastados, a integração seria principalmente na questão desses equipamentos. Foi falado aqui, por exemplo, na questão – e existe hoje em alguns arranjos regionais – de consórcios intermunicipais para a saúde, consórcios intermunicipais como vimos na experiência do Corsap. Essa, para mim, é a experiência mais exitosa em termos de política pública para Ride de toda a história da constituição da região, para questão de resíduos sólidos. E alguns já trabalham com a questão de saneamento básico, outros com a questão do desenvolvimento econômico. Por exemplo, temos experiência na faixa de fronteira do Mato Grosso de consórcios voltados à questão da piscicultura, porque é uma atividade que se desenvolve naquela região.

Então, para esses Municípios mais afastados, seriam esses serviços que consideramos que são de polarização mais regional. Por exemplo, não faz sentido discutir a questão de mobilidade urbana com Municípios que estão a 100km ou 200km. Tudo bem. Existe, como foi falado, a questão de cidadãos de Municípios que vêm trabalhar, que migram para Brasília, mas não é o fluxo pendular que temos, por exemplo, com Valparaíso. Valparaíso, se não me engano, tem mais de 60% da sua população economicamente ativa empregada no Distrito Federal, quer dizer, todos os dias se locomove de um Município para outro.

Esses outros Municípios têm uma migração que é muito mais voltada a isso, principalmente hospitais e educação de nível superior, já que a oferta no Distrito Federal é maior. O impacto para esses Municípios seria nesse sentido.

Finalizando, a última questão que foi colocada pelo Relator, pelo Presidente desta sessão: a inclusão de Municípios vai aumentar a quantidade de recursos? Não obrigatoriamente. Sabemos que a Lei Complementar nº 94, que criou a Ride coloca algumas fontes de financiamento, entre elas o Orçamento Geral da União, que eu já havia abordado anteriormente e que é um orçamento que tem tido uma participação relativamente reduzida ou com poucas ações voltadas especificamente para essa região. Evidentemente, de um caráter mais imediato, se tivermos um número maior de Municípios, a pressão política que vai ser feita sobre o Governo Federal será evidentemente maior, por uma questão até lógica.

Por exemplo, a base parlamentar aumenta, parlamentares que são ligados a esses Municípios podem ser identificados como Parlamentares da Ride, e aí podem batalhar por mais recursos. Mas de maneira objetiva, no dia seguinte ao *Diário Oficial*, quando for aprovado, isso não vai trazer nenhuma modificação no Orçamento da União, por quê? Porque hoje no Orçamento não existe, como já tinha falado, uma dotação orçamentária específica para essa região assim como não existe, não contamos – e já houve propostas neste sentido e acho que é válido de ser discutido – um fundo específico para essa região.

Quando falo do FCO, que é o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que atende a toda a Região Centro-Oeste, há uma quota que é destinada ao Distrito Federal e essa quota do Distrito Federal atende também aos os Municípios do Entorno.

Então, o impacto maior seria dentro do FCO, feitas aquelas restrições que eu falei do Municípios de Minas e de Tocantins.

E, então, para realmente finalizar a minha fala, eu acho que outros pontos precisam ser colocados. Como eu falei, não existe elevação da quantidade de recursos para alguns setores de serviços públicos que estão sendo demandados. E, então, é importante falar – e aqui eu trago a palavra do Ministério da Integração Nacional – que o Ministério da Integração Nacional não coordena hoje as políticas de saúde nem as políticas de educação. Ele tem um papel de articulação delas, com o mandato que possui na lei e dentro do Governo Federal para que

articule isso, mas a gente não executa. Não existe recurso do Ministério da Integração Nacional, pelo menos que eu tenha conhecimento, que seja para a construção de um hospital, para a construção de uma universidade.

Nós temos obras na área de infraestrutura, só que o Ministério tem uma linha de atuação que é específica para desenvolvimento regional, e sobre isso a gente responde mais diretamente. O que eu quero dizer com isso? Que, por exemplo, a construção de um determinado hospital, construção de uma universidade pode ser um pleito feito independentemente da inclusão dos Municípios na Ride. Certos serviços podem ser acessados não necessariamente a partir da Ride. Ela vai potencializar algumas coisas, é fato. A inclusão desses Municípios torna, por exemplo, uma justificativa frente ao Ministério muito mais forte do que caso ele não participe, mas é necessário que seja feito.

A experiência de êxito – acho que é necessário que a gente coloque – é do Corsap, que foi uma iniciativa principalmente dos governos do Distrito Federal e de Goiás, ou seja, ela se deu independentemente da vontade e da provocação da própria União. Isso demonstra que é possível que os Municípios, para questões menores, por exemplo questão de inspeção municipal, que é um problema principalmente com Municípios pequenos, podem fazer operação consorciada para isso. Eles podem montar um consórcio para conseguirem, por exemplo, partilhar os poucos recursos que têm e obterem esses serviços. A questão da saúde, a questão da mobilidade podem ser feitas também.

Então, eu acho fundamental que não haja uma hiperdependência dos recursos do Orçamento Geral da União. Assim como vocês, que são da região, pleiteiam, todo o País pleiteia, os mais de 5500 Municípios que o País tem também têm seus vários pleitos. É uma ilusão a gente achar que basicamente a elevação dos Municípios vai necessariamente – pode acontecer – levar a quantidade de recurso. O que eu estou trazendo é o quadro hoje. Eu quero crer, inclusive, não só como estudioso, mas como defensor do desenvolvimento da região, que deste debate aqui saia uma coisa muito maior: que repensemos o modelo de gestão e desenvolvimento que essa região possui.

E, então, acho que é fundamental, como eu tinha falado no começo da minha fala, rediscutir não só o artigo primeiro da lei complementar que inclui novos Municípios, mas rediscutir, na realidade, todo o modelo de gestão, por exemplo, como está sendo colocada aqui, a questão da participação do governo de Minas, que é necessário.

Se a gente for pegar, por exemplo, as atas e as atividades que a gente sempre teve dentro do Ride e fora dele, veremos que a participação geralmente é reduzida. Não quero reclamar aqui de ninguém, enfim, acho que o Estado tem as suas prioridades, mas é um histórico, e a gente pode observar isso, posso disponibilizar documentação para quem quiser, que a participação é reduzida. A gente sempre teve maiores êxitos em relação aos governos do Distrito Federal e de Goiás, isso é histórico.

Acho que é necessário que rediscutamos todo o modelo de legislação, acho que principalmente a questão, que é onde mais dói no calo dos prefeitos, que é a questão do financiamento da região, rediscutir, se não me engano, o art. 7º da lei complementar, que fala das formas de financiamento. É preciso rever esse modelo na busca da construção daquilo que, primeiro, é possível no cenário hoje. Eu, como técnico do Governo Federal, por exemplo, digo que a criação de um fundo hoje é algo, no atual contexto, muito difícil, basta ver o que aconteceu com o Estatuto da Metrópole.

O Estatuto da Metrópole foi aprovado no começo do ano passado, e um dos pontos que foi vetado foi justamente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, que era um fundo a ser criado para as ações de foro metropolitano, um fundo federal para isso. Então, é uma dificuldade, não uma impossibilidade, afinal de contas, a crise não vai, espero, ficar aí para sempre; uma hora teremos o reequilíbrio fiscal da União e dos Estados, e vamos voltar a fazer os investimentos.

E aí, para fechar de fato minha fala – e agora eu prometo que estou fechando minha fala –, quando geralmente você pergunta uma coisa a um técnico ou a um acadêmico, ele sempre responde. Você pergunta "sim ou não?" Ele fala: "Não é nem sim, nem não, é pelo contrário". Sempre saímos um pouco pela tangente, porque as respostas também não são simples, o desenvolvimento regional não é uma coisa tão simples assim.

Em relação ao projeto de lei, o que temos feito dentro da Superintendência? A Superintendência hoje está elaborando um estudo para desenvolver a sua proposta de ampliação da Ride. O que percebemos é que sempre houve, como eu tinha falado no começo da minha fala, diversas proposições nesta Legislatura e nas anteriores, e aí vem o nosso interesse em contribuir com uma proposta nossa. Óbvio que é uma proposta que verse de acordo com aquilo que trabalhamos no desenvolvimento regional, que é, digamos assim, o nosso negócio. Óbvio que existem outras demandas de integração que perpassam, que são fora da integração de saúde, educação, enfim.

Então, eu acho isso necessário. Em relação à celeridade do processo, eu particularmente entendo a ansiedade dos prefeitos que estão em via de entrar em um pleito eleitoral, mas eu acho que seria interessante.

Temos previsão de conclusão desse estudo até junho deste ano; até junho deste ano pretendemos editar a nossa versão em relação a esse debate, ou seja, qual é a opinião, qual é a posição da Superintendência.

Quando ela foi instada, principalmente pela Câmara Federal, sempre colocamos essa escusa, de que nós seríamos contrários à inclusão de novos Municípios, porque não havia ainda uma base técnica que justificasse a inclusão – a argumentação da questão de integração, da mobilidade, mas essa mobilidade, essa integração, elas já se verificam nos Municípios que já estão. Acerca dos que vão entrar, seria necessário, é necessário, por exemplo, estudar o impacto que isso vai ter na FCO. É um primeiro impacto que precisa ser feito. Nós vamos ter uma cota, que é Distrito Federal, que vai ter que ser repartida por mais Municípios, e isso demanda um certo esforço de estudo, de análise.

Algumas coisas de que temos feito um estudo – e aqui eu já posso antecipar algumas conclusões que são provisórias, que podem ser mudadas – são as seguintes. A primeira é que a inclusão do Município de Cabeceira Grande é obrigatória. Isso eu acho que é um ponto que não precisa ser discutido. Instados pelo IBGE, pedimos que a nossa Procuradoria se manifestasse em relação à pertinência ou à permanência do nome de Cabeceira Grande, na Ride, e a Procuradoria Federal Especializada da Sudeco expediu um parecer de que não, de que o Município não faz parte, porque ele foi emancipado de Unaí antes da edição da lei. Então, por uma questão... E o que faz com que o Município faça parte hoje da Ride? Ter o seu nome inscrito no rol, que está lá no art. 1º do parágrafo 1º da Lei Complementar nº 94.

Então, é um esforço simples. Se você pedir para um adolescente observar o mapa da Ride sem Cabeceira Grande, ele vai olhar: "Mas o que é esse buraco? Por que não está incluso?" Eu particularmente não sei. Enfim, quando o processo legal passou em 98, eu ainda era um reles estudante de ensino fundamental. Confesso que, nas minhas pesquisas, ainda não consegui acessar o porquê de o Município não ter sido incluso. Eu creio, particularmente, em um erro legislativo, talvez até um erro de redação.

Em relação à inclusão dos outros Municípios, por conta dos critérios da nova PNDR e da PNDR atual, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, parece-nos mais interessante, parece-nos provisoriamente mais interessante a inclusão dos Municípios do Norte e do Nordeste goiano, porque são Municípios reconhecidamente, inclusive pelo próprio governo de Goiás... Uma pesquisa simples nas bases do IBGE demonstra que esses Municípios têm indicadores sociais muito ruins: altas taxas de analfabetismo, nós temos IDH reduzido, PIB e *per capita* baixos. Então, seria uma inclusão mais interessante

E, por fim, os Municípios de Minas e de Tocantins, a inclusão deles vai gerar para nós – e aí eu falo como servidor da Sudeco – o seguinte dilema: eles estão na Ride, mas nós também não podemos atuar neles. Nós não podemos atuar, nem por conta do FCO e pela própria restrição; por aquela restrição de que eu tinha falado, em relação à Lei Complementar nº 129. Quer dizer, vão fazer parte de uma Região, pretendem ser incluídos e desenvolvidos por ela, mas nós ficamos ainda com os braços amarrados.

Então, acho que isso também... Eu peço a sensibilidade do Senador Hélio também, para que discuta. Acho que essa é uma questão que precisa ser trazida para esta Casa e para a Câmara Federal, que é a discussão da área de atribuição da superintendência.

Com isso, encerro a minha fala. Espero ter prestado os esclarecimentos necessários e fico à disposição, seja nesta audiência, seja em outro momento, caso alguns prefeitos queiram nos procurar para fazer outros esclarecimentos que julguem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero cumprimentar o Sérgio; Sérgio Magno Carvalho de Souza, servidor de carreira, como eu, concursado – também sou concursado do MPOG. Então, é muito importante a questão do servidor público para poder tocar as questões objetivas da União, sem ter cor, sem ter lado. Nós temos que cumprir a Lei nº 8.112 e discutir as coisas que existem de fato. Ele, aqui, deu uma explanação sobre a questão de fato existente sobre a Sudeco e sobre essa questão da Ride, do Coaride, etc. e tal.

Agradeço e parabenizo.

Quero dizer que vou passar a palavra, agora, em ordem inversa, a todos os palestrantes para poderem fazer as considerações finais e responder a alguns questionamentos que aqui ficaram.

O projeto meritoso do nosso querido Antônio Aureliano e adotado pela Lúcia Vânia, nossa Senadora querida aqui, que é o 269, prevê a inclusão dos Municípios de Teresina – do meu amigo, meu companheiro Josaquim – e também o do nosso querido Iran, que era para ser palestrante aqui hoje – que preside, inclusive, um consórcio que unifica todos aqueles Municípios que estão ali na região da Chapada –, que é o prefeito de Colinas, e prevê também a inclusão de dois Municípios, que, para mim, estão em situação igual à de Cabeceira Grande. É questão de lógica: como é que incluem Cavalcante e deixam os vizinhos de Cavalcante aqui, incrustados – porque, para ir a Cavalcante, temos obrigatoriamente que passar por Teresina –, de fora? Como é que deixam Cavalcante incluído, o outro vizinho de Cavalcante, que é Niquelândia, incluído, e Colinas do Sul, que

é toda incrustada nesses dois Municípios, de fora? Quer dizer, faltou, inclusive, alguma questão de geografia, quando foi discutida essa questão aqui da região, principalmente com esses dois Municípios, especificamente.

O mérito de Gameleira é indiscutível – foi colocado aqui pelo nosso prefeito. O mérito de todas as reivindicações é indiscutível. Mas eu quero dizer que saio hoje daqui muito mais inclinado a não acatar nenhuma inclusão neste momento, mesmo compreendendo o mérito, achando que é importante ajudarmos aqui a aprovação do projeto do nosso querido ex-Senador Aureliano, relatado aqui pela Lúcia Vânia, que é para fazer justiça, principalmente a Teresina de Goiás e a Colinas, e ver a discussão dos outros Municípios, discutir a importância dos Municípios. A nossa Deputada Flávia Morais trouxe para nós a discussão com os prefeitos.

Essa questão de Minas eu acho que nós temos que discutir com um cuidado muito grande, porque Minas faria parte da região integrada, mas, por outro lado, não faz parte dos recursos do FCO. Então, nós temos que verificar qual é a possibilidade de Minas adentrar e como os recursos de Minas poderiam, de fato, ser colocados, para decidirmos se vai haver um fundo especial para o desenvolvimento dessa região.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – A relação dos Municípios? Isso está tranquilo.

Então, poderíamos, com tranquilidade, fazer esse debate. Quero dizer, com toda tranquilidade – vou ouvir todas as respostas agora, as considerações finais –, que eu não tenho nenhum tipo de dificuldade em colocar, mais ou menos, a minha posição. Saio hoje daqui convencido de que devemos acatar o projeto como veio da Câmara, sem refutar, sem ser contra nenhuma outra inclusão – eu apoio a inclusão –, mas também ajudar os outros projetos, como o da Lúcia Vânia, de inclusão dos outros Municípios. Como citei, o caso de Teresina e de Colinas é uma questão lógica. Se incluirmos esses dois e formos obrigados a voltar o processo à estaca zero – zero, não –, a retardar todo o processo na Câmara dos Deputados para não haver sanção, sinceramente saio daqui convencido de que é mais importante acatar o projeto que veio da Câmara, aprová-lo o mais rápido possível e ajudar na aprovação dos outros projetos. Mas isso vai depender de ouvi-los mais, de ouvirmos também a Consultoria Jurídica do Senado Federal e conversarmos.

Foram feitas duas perguntas no e-Cidadania. Vou lê-las e repassá-las para V. Sªs fazerem as considerações finais.

O Pedro Godeiro, que é de um Estado totalmente estranho à nossa discussão, mas sua participação é muito importante porque está nos acompanhando lá do Acre, pergunta: "Como integrar os Municípios com os planos de saneamento e de resíduos sólidos da Ride?" Essa é a pergunta do Pedro Godeiro. "O ganho em escala e regionalização supera a necessidade de refazer o planejamento para garantir a otimização e o desenvolvimento integrado?" Uma pergunta muito interessante de uma pessoa que é de outro Estado e que, provavelmente, deve conhecer a situação da região. Ficam aqui essas perguntas feitas no e-Cidadania para que vocês possam responder nas considerações finais.

Além disso, o nosso querido Prefeito de Alto Paraíso, Álan Barbosa, como eu havia colocado aqui, fez a seguinte consideração:

> Considerando que é inquestionável a validade da inclusão de novos Municípios à Ride [eu concordo com isso], conforme manifestação de prefeitos e representantes dos Governos de Goiás e do DF; considerando ser legítima a pretensão dos Municípios não incluídos no PLC nº 102, de 2015, e contemplados pela proposta da Senadora Lúcia Vânia; considerando que o pleito de inclusão não se esgotará com a proposta da Senadora, que há inclusão de outros Municípios já levantados pelo Senador Hélio José [por certo, são aqueles Municípios cujos representantes já vieram ao meu gabinete para discutir a possibilidade de inclusão]; considerando que os Municípios incluídos pelo PLC nº 102, de 2015, aguardam há, aproximadamente, três anos [essa é uma consideração importante] para verem o seu pleito contemplado...

Quero dizer que não foi culpa minha. Eu ia fazer essa audiência, mais ou menos, no ano passado, mas não fizemos por uma série de questões envolvendo política em geral, que acabou não nos propiciando. Aqui, quase se adia novamente por essa questão do *impeachment*, e eu falei: não vou adiar, porque não vou mais segurar esse PLC aqui. Precisamos aprová-lo, porque isso é referência para disputas municipais; é referência para as prefeituras saber o que podemos fazer via FCO.

E a pergunta que o nosso Prefeito de Alto Paraíso faz é: "Qual o prejuízo em aprovar o PLC nº 102, de 2015, como veio da Câmara, e iniciar um novo processo para a inclusão de novos Municípios à Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno)?" É uma pergunta interessante. "Se não existe prejuízo, seria importante o ganho político com a aprovação do PLC nº 102, de 2015, com os Municípios já in-

cluídos nesse PLC, em vez de provocar nova frustração adiando a expectativa que esses Municípios têm com a inclusão agora já na Ride".

Eu, sinceramente, tenho certeza de que a Senadora Lúcia Vânia não tem interesse nenhum em prejudicar nenhum dos Municípios já atendidos. A ideia dela é resolver essa questão de Teresina de Goiás e Colinas do Sul, além de atender Gameleira de Goiás – aqui muito bem explanado pelo Prefeito –, cujo pleito é muito justo – e também os Municípios um pouco mais distantes, mas que têm sua lógica também, como é o caso dos Municípios de Campos Belos e Monte Alegre.

De qualquer forma, pessoal, eu quero dizer a vocês o seguinte: eu sou de Brasília, sou candidato à sucessão no Senado – em 2018, todo mundo vai poder votar duas vezes –, é óbvio que eu não tenho problema nenhum em ajudar, e ajudar muito, a nossa região. Quanto mais nós ajudarmos a Região do Entorno, melhor para o Distrito Federal. Melhor! Nós vamos ter as políticas públicas do Distrito Federal para toda a nossa população.

Então, quando eu coloquei aqui, no início da explanação – e ninguém abordou o tema –, sobre a ADPF que está correndo sobre os 30 quilômetros limítrofes... A ADPF trata apenas e exclusivamente dos 30 quilômetros. Nós temos uma série de Municípios que estão a bem mais de 30 quilômetros e que já são inclusive da Ride. Mas se resolvermos essa questão dos 30 quilômetros... A União deveria ter uma dotação orçamentária especial para sanar esse grave problema que temos da saúde, da segurança, do transporte, da educação e também do saneamento básico nessa região. Assim, nós teríamos uma melhor condição até de os fundos de investimentos serem mais bem aproveitados nos Municípios um pouco mais distantes, que estão fora desses 30 quilômetros, porque já resolveríamos os graves problemas que temos hoje relativos a Águas Lindas, a Santo Antônio do Descoberto, a Valparaíso, a Planaltina de Goiás, a Formosa, as regiões que estão aqui realmente bem próximas dos 30 quilômetros que cercam Brasília. Está certo?

Mas ainda essa solução não foi dada, e nós temos que atuar conforme a legislação vigente. A situação é esta. O que nós temos na mão é o FCO, a Ride. E o Governo do Distrito Federal, junto com os Governos de Goiás e de Minas, criou o Corsap, que precisa ser mais bem integrado, para poder fazer desenvolvimento. Há alguns consórcios regionais, como o nosso representante da Ride bem colocou, que têm trabalhado efetivamente. Há esse consórcio da Chapada, que une os Municípios da região. Há o consórcio das pessoas do...

Como é o nome do lago, da barragem de Barro Alto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sim; a região daqueles 11 Municípios, que têm um consórcio próprio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Isso! É a Serra da Mesa, que é exatamente da Região da Serra da Mesa. Há esse consórcio do Corsap. Foi muito importante o nosso trabalho na CMO, no sentido de fazê-lo. Na próxima CMO, nós precisamos reforçar mais ainda, junto à Corsap, a busca de mais recurso para investir na área e reforçar a Sudeco.

Acho que, de tudo, fica claro que o reforço à Sudeco, o reforço à política de integração e uma discussão com a região de Minas, de como nós vamos, de fato, discutir investimento na região, se será por via de um consórcio nos Municípios mineiros, que teria recurso de todo mundo – da União, de Minas Gerais – e que de repente se poderia discutir a ampliação de recurso do FCO, e o FCO assumir alguma coisa. Então, temos de debater esse assunto para termos tranquilidade para a região realmente evoluir.

Agora, então, vamos, considerando as perguntas colocadas, as perguntas anteriores, as explanações aqui feitas, ouvir as considerações finais, pela ordem de quem iniciou o processo.

O Vereador da cidade de Águas Lindas me pediu para registrar a sua presença, o que daqui a pouco farei. Primeiro, vamos ouvir aqui o representante da Prefeitura de Águas Lindas, o nosso querido Vice-Prefeito Luiz Alberto Oliveira.

Cabe citar, Luiz, que o único Prefeito, em exercício, da região mais próxima de Brasília que estou apoiando para a reeleição é o Hildo do Candango. Pelo menos que conta com o meu apoio para a reeleição. Eu apoio alguns outros para a reeleição da região. Está ali o meu amigo Prefeito aqui de Cabeceira; o meu amigo Prefeito de Corumbá, que é o Célio. Todos eu apoio para a reeleição. Mas, na região de 30 quilômetros do DF, o único Município em que apoio para a reeleição realmente é a do nosso querido Hildo do Candango, que não pode estar aqui, e você muito bem representou e fará as suas considerações finais.

Eu queria só registrar, antes de você começar, a presença do Conselho de Moradores e Associação de Águas Lindas. Aliás, ele é meu amigo, o Cláudio Rezio, que está aqui e é candidato a Prefeito em Águas Lindas. Que Deus o ajude, Rezio! Felicidades!

Vamos ouvir aqui o Vice-Prefeito de Águas Lindas, o nosso querido Luiz Alberto de Oliveira. Antes, não posso deixar de falar: Hildo, venha aqui para conversarmos mais! O Hildo é uma pessoa muito experiente. Ele foi Deputado Estadual de Goiás, além de ser Presidente da Associação dos Municípios do Entorno. Ele tem feito uma administração em um Município muito complexo e difícil, que é o Município de Águas Lindas, que possui uma pequena extensão, com uma demanda enorme, um adensamento populacional gigante e não tem terra para poder continuar fazendo o seu desenvolvimento. Então, é *sui generis* a questão de Águas Lindas. Por isso, ele foi exatamente o Município que achamos por bem convidar para representar os Municípios atualmente atendidos pela Ride.

Por favor, Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA – Muito obrigado, Senador. Obrigado pelo apoio ao nosso querido Hildo do Candango. É só para, mais uma vez, desculpar-nos pela ausência do Hildo do Candango, que está em Goiânia.

Realmente, Águas Lindas foi contemplada com grande gestor, que tem uma experiência muito grande como Deputado Estadual. No seu primeiro mandato, na cidade de Águas Lindas, dispensa comentários o trabalho que ele tem realizado ali, com o apoio do Governo do Estado de Goiás. E agradecemos o apoio na reeleição, visto que vai ser a primeira e a última, porque não vamos ter mais reeleição, não é?

Mas eu quero, no finalzinho, aqui, agradecer ao nosso companheiro da Sudeco e dizer que, humildemente, nós ouvimos e agradecemos, porque nós aprendemos muito sobre o que é a Ride. Nós sabemos que ela não é um órgão, mas nós entendemos que a Ride tem que realmente sair do papel, do jeito que o nosso Senador está trabalhando, juntamente com todos nós, para que realmente nós possamos resolver os nossos problemas, que são gravíssimos.

Essa questão de segregação, essa questão de *apartheid*, está aí. Ela existe. Não há como nós dizermos que não existe. Nós precisamos muito resolver o problema da saúde, do transporte... A ANTT veta todas as nossas ações, e através do Conselho da Ride nós vamos poder resolver essas questões.

Eu acho que nós evoluímos bastante. Vão aqui os nossos parabéns ao nosso querido Senador. E o nosso voto é para a inclusão, realmente, dos novos Municípios. Agora, há questões técnicas que têm que ser obedecidas, com relação também ao tempo que nós não podemos perder. Mas eu acho que toda a região vai vencer, com esse tipo de discussão, com esse tipo de trabalho responsável e de compromisso com a população, com uma melhor qualidade de vida para todos nós.

Eu agradeço, em nome do Hildo do Candango, desejo sucesso a todos nós e nos colocamos à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso Vice-Prefeito de Águas Lindas. Em tempo, passo para o nosso Prefeito de Gameleira.

E é muito importante nós ouvirmos você, nobre Prefeito Gilberto Galdino de Souza. Eu quero ouvi-lo, exatamente porque você, junto com mais quatro Municípios, fazem parte do PLC da minha querida amiga Senadora Lúcia Vânia, está reivindicando a inclusão. E, seu eu acatar – e eu acato, inclusive, a proposta da inclusão dos quatro Municípios –, eu vou modificar o projeto. Com isso, ele vai voltar para a Câmara, e nós vamos perder mais um "tempaço", por causa dessa questão. Está certo?

Então, eu quero ouvir a sua ponderação sobre isso, já me comprometendo, com você e com cinco Municípios, em trabalhar aqui para agilizar o encaminhamento do projeto da Senadora Lúcia Vânia, inclusive acolhendo as novas reivindicações da nossa querida Deputada Flávia Morais, que inclui alguns outros Municípios de Goiás, conforme li aqui anteriormente, e outros. Digo isso porque esse projeto, que não foi aprovado em nenhuma das duas Casas, permite que nós possamos dar uma configuração final da Ride, depois de debatermos mais o assunto. Nós, inclusive, podemos até convocar uma nova audiência, para discutir especificamente, caso nós concluamos... Porque a questão é se aprova como está e vamos ampliar, dentro de uma discussão mais calma, mais tranquila, inclusive nessa visão dos Municípios mineiros, não é?

Então, é importante ouvir a sua fala e ter consciência do processo que nós estamos discutindo aqui.

Por favor, Prefeito.

O SR. GILBERTO GALDINO DE SOUZA – Bom; eu quero dizer a todos os presentes que nós, como Prefeito e encabeçando esse projeto de entrar na Ride, propagamos, dentro do meu Município – e acredito que também os demais quatro prefeitos presentes –, falamos muito que nós estaríamos fazendo parte da Ride. Até para alguns empresários nós fizemos uma propaganda de estar na Ride e ter a facilidade, para o Município, da geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico.

Levamos a palavra aos nossos eleitores, dizendo que a nossa Senadora, como ela fez, colocou a emenda nos incluindo na Ride. E, hoje, é muito difícil a gente voltar para o Município e voltar para a estaca zero. Estão aqui os Prefeitos e a gente veio aqui para defender essa bandeira.

Eu digo para vocês que, hoje, dez na Ride é uma força; amanhã, quinze ou vinte, é outra força. A Ride está nascendo agora – e parabenizo o nosso Senador que está empenhado e sabe da demanda hoje – para uma nova geração e para uma nova força política, uma nova força tarefa dos Prefeitos que estão entrando.

E nós quatro e os demais gostaríamos de fazer parte dessa força política de desenvolvimento socioeconômico. Quando a gente entra em uma Prefeitura, são inimagináveis os problemas que a gente vai enfrentar. Mas, graças a Deus, a gente teve a sabedoria para enfrentá-los de cabeça erguida, levando aos Municípios saúde, educação, transporte dentro daquilo que nos foi confiado levar.

Gostaria de dizer que, nessa aprovação, Senador, se a gente entrar na emenda, nós vamos caminhar muito mais rápido do que a gente voltar no projeto para a estaca zero. Como a gente já tem a aprovação, no Senado, de Gameleira e dos demais Municípios na Ride, a gente já tem meio caminho andado. E a gente vai estar incluído nessa Ride, fazendo força, fazendo jus e trabalhando.

Acredito que tanto os de Minas como os demais Prefeitos que estão aqui, não vão ficar fora da Ride, mas poderão entrar no projeto novo, que ainda não se passou pelo Senado e os demais, serão incluídos no futuro e farão parte dessa nova força, dessa nova geração da Ride aqui.

Então, a minha ponderação, o meu apelo é que, como a gente já propagou no Município, a gente já fez uma propaganda, a gente já levou para a Câmara, a gente já levou para os empresários, como a gente vinha até discutindo com o Procurador do Município, falando da questão de a gente estar empenhado em estar na Ride, falando isso em reuniões, onde levei o nome da nossa Senadora aos quatro cantos do Município, eu gostaria que o projeto fosse pela emenda e fosse aprovado.

Eu sei que os Prefeitos estão aí ansiosos, como também estamos, mas, assim, eu acho que a gente chegaria a uma força muito maior, uma briga maior pelo desenvolvimento socioeconômico da nossa região, que é a Ride.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso querido Gilberto Galdino de Souza, pela sua fala.

Passo a palavra ao nosso querido Simão Cirineu Dias, Chefe de gabinete da Representação do Governo do Estado de Goiás, para fazer suas respostas finais e considerações.

Obrigado.

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Essa discussão que tivemos aqui foi muito boa, porque muitas coisas foram esclarecidas. Eu já trabalhei no Ministério da Integração Nacional, eu já fui Ministro interino da Integração Nacional, ainda que durante muito pouco tempo, e sei das dificuldades que tem o orçamento daquele Ministério.

Normalmente, o orçamento não tem problema; é um orçamento de R$2 bilhões, R$3 bilhões, só que, depois, eles dão R$400 milhões para a gente trabalhar. É uma dificuldade muito grande. O Ministério da Integração é um dos Ministérios que mais pode acolher emendas, porque ele não tem limitações de ser de transporte, de ser de saúde, de ser de qualquer lugar, menos se trabalha com saúde lá e educação – menos se trabalha –, mas não é impossível. Então, é um Ministério que acolhe todo tipo de emenda.

Os Ministérios que mais acolhem emendas são o Ministério das Cidades, o Ministério dos Transportes e o Ministério da Integração Nacional. São a miscelânea na Integração, mas, infelizmente, eles dão muito poucos recursos para nós quando estamos lá.

É importante dizer das dificuldades orçamentárias, e por isso é que nós temos que ter uma força muito grande. Eu acho que trabalhar em conjunto, na concepção do orçamento, na realização do orçamento... Fundos eu acho difícil criar, mas uma força política sempre consegue. Mas eu acho que o que interessa mesmo é que a gente leve emendas com essa finalidade de que nós precisamos aqui, que é muito mais fácil.

Levar os Senadores, levar os Deputados para colocar emendas no Ministério da Integração exatamente para compor... E emendas destinadas a projetos da Ride. Isso é que é importante, que tenhamos projetos para coletar emendas para que possamos construí-los.

Então, o governo de Goiás apoia a pretensão dos Municípios, e estamos aqui para ajudar também na solução desses problemas. Nosso governador é muito intenso ao fazer suas colocações. É um governador muito operante e eu tenho certeza de que, se todos nós trabalharmos dessa forma, nós vamos conseguir... A Drª Sônia está ali para nos falar do nosso Entorno e das nossas necessidades, apoiando o governador e esclarecendo ao governador tudo que precisa na nossa região.

E eu estarei aqui sempre junto com todos aí, com a Senadora Lúcia Vânia, que é uma pessoa de quem nós gostamos muito e com quem trabalhamos muito intensamente nos projetos de que ela precisa, naquelas questões mais fazendárias. Hoje ela tem um efeito muito grande sobre a Secretaria de Fazenda de Goiás porque

a sua filha é a secretária. E, mesmo na época em que eu estava lá como secretário de Fazenda, era a Senadora que mais me acolhia e que mais resolvia os nossos problemas lá, junto lá com os outros dois Senadores que nós temos. Nós tínhamos muito acolhimento dos Senadores na busca das nossas pretensões.

Eu queria agradecer a participação nessa audiência pública e dizer que apoiamos os pleitos dos nossos Municípios, apoiamos a emenda da Senadora, que é nossa parceira. E estamos aqui agradecendo a participação, Senador. Muito grato pela sua aplicação nesse projeto. Sabemos que o senhor entende muito da região e que está disposto a levá-lo adiante, junto com os outros Senadores que estão aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço aí o Simão de Cirineu pelas gentis palavras e pelo conhecimento também bastante claro da importância desse processo.

Sobre a questão que Gameleira colocou antes, eu quero dizer que o PLS nº 410, de 2012, de autoria do nosso nobre Governador Rodrigo Rollemberg, que era Senador aqui, incluía Gameleira na Ride. Esse PLS foi devidamente aprovado aqui no Senado Federal. Foi encaminhado à Câmara dos Deputados, onde se transformou no PLP nº 311, de 2013, que foi prejudicado quando do PLC nº 25, de 2015, do nosso nobre Deputado Rogério Rosso. Por isso que Gameleira, que era para ter vindo junto com os Municípios que foram acrescentados no PLC nº 25, de 2015, embora tenha sido já aprovado no Senado Federal, não foi contemplada.

Eu, sinceramente, se eu pudesse fazer uma emenda apenas de redação e incluir, faria na hora, sem nenhuma dificuldade. O problema é que não é; a emenda seria de mérito. E aí, eu não tenho condições de incluir Gameleira e, inclusive, deixando Teresina e Colinas de fora, porque seria uma questão de lógica. Porque põe Cavalcante e deixa toda a vizinhança de Cavalcante fora da questão da Ride.

Então, eu vou sentar com a Senadora Lúcia Vânia. Vamos discutir uma forma de a gente agilizar o projeto dela aqui. Se for o caso, a gente aprovar urgência, conversar com o nosso Presidente Renan Calheiros, mas sinceramente eu não vou prejudicar os demais Municípios que já foram aprovados na Ride para incluir novos Municípios aqui e atrasar a aprovação do projeto.

Então, eu vou terminar de ouvir os demais, mas a minha decisão já está tomada. Eu vou apresentar o projeto tal qual veio da Câmara Federal para a gente agilizar a aprovação aqui e termos condições de trabalhar na lógica.

Isso é o que eu estou querendo colocar para as pessoas aqui, sem nenhum tipo de juízo de valor prejudicando... Até porque eu concordo, pelo que eu ouvi aqui, com a inclusão de alguns outros Municípios na questão da região, principalmente esses três – Gameleira, Teresina e Colinas – porque seria uma questão geográfica, inclusive.

As outras inclusões vamos juntos debater. E quem vai falar agora é exatamente Minas, que vai falar agora, neste momento. Vamos juntos debater, principalmente com a região de Minas e com o Corsap, junto com a Sudeco, como é que nós vamos debater essa ampliação de Municípios mineiros, já que não há previsão de investimentos do FCO nessa região. E como é que a gente pode melhor aproveitar essa questão de Ride – e não é só FCO que tem na Ride, há uma série de outras questões que a gente discute na Ride – para bem aproveitar a participação de nossos mineiros.

Então, quem vai falar para fazer as considerações finais e encaminhamentos vai ser o Prefeito Odilon, da nossa querida cidade de Cabeceira Grande.

Por favor, Odilon, com a palavra.

O SR. ODILON DE OLIVEIRA E SILVA – Primeiramente, quero agradecer a honra de ter me convidado para participar deste evento. Cabeceira Grande, como se sabe, juridicamente nem ilegalidade ainda não tem. Todo mundo sabe que é uma realidade que ela está dentro.

Mas eu vejo todos os esforços de V. Exª. Eu acho que é válido demais, eu acho que a gente precisa crescer a Ride, mas, por outro lado, eu olho o seguinte. Hoje nós temos esse quadriculado de 30km, ainda não demos conta de avançar nada. Agora nós vamos triplicar esse perímetro, com tantos Municípios.

Acho que todos merecem, sim, e precisam porque quem é que não quer levar o desenvolvimento para a sua região? Nós, como prefeitos, fazemos de tudo para que nós consigamos fazer algo para a nossa sociedade, mas através da Ride. Se aumentar ela, conforme eles estão aumentando, eu vejo que vai ser um retrocesso porque, até então, a Ride... Apesar de todos os esforços, a Ride não tem andado, está parada. Agora, temos que fazer algo, sim. Agora, vamos fazer o que for melhor.

Eu acho que, essa proposta que o senhor propôs de aprovar como está, eu acho que é um avanço. Agora, não podemos também deixar que esse pessoal que tenha esse interesse, e é uma coisa que tem que olhar muito o lado social, é preciso sim que a gente acampe mais esse povo. Mas eu acho que, primeiro, a gente tinha que avançar o mínimo que já podia ter avançado, porque a Ride até hoje está praticamente só não papel.

Esse, o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecido ao Odilon, desejando inclusive sucesso, Odilon. Você sabe que você tem meu apoio para a sua reeleição lá. Vamos sentar com o Anastasia, vamos sentar com as pessoas da região, com o próprio Pimentel, nosso governador, e te ajudar no que estiver ao nosso alcance.

Sucesso à população de Cabeceira, de Palmital. Que o nosso asfalto consiga sair, ligando Palmital a Brasília. São 30km que estão faltando. É interesse de Brasília e é interesse de Minas. Parte está em Brasília e parte está em Minas. É um "asfaltozinho" que está faltando ali para ficar tudo asfaltado de Cabeceira Grande para Brasília. Um caminho curto, porque já tem, mas o caminho hoje é longo, e integrando a nossa população de Palmital por causa da importância que tem de tanta gente de Palmital que, inclusive, trabalha em Brasília o tempo inteiro, e da própria Cabeceira.

Então, é uma região que, para nós, é importante. Então, eu quero mandar um abraço a todos lá de Cabeceira, nosso vizinho de Minas. E dizer que estamos vigilantes e acompanhando essa questão.

Passando a palavra para o representante do governo do Distrito Federal, subsecretário da Ride, Itamar da Silva Lima.

O SR. ITAMAR DA SILVA LIMA – Bom, eu acredito que foi muito positiva a discussão aqui. Era muito fácil para o Senador ter batido o martelo ali do jeito que estava, mas ele, como dito, é Senador do povo, ele preferiu nos propor esta audiência pública para que seja discutido entre esses prefeitos que já compõem a Ride e os prefeitos também que estão querendo compor essa região.

Mas eu quero dizer que, como foi dito aqui, o PL nº 410, já quando o nosso governador era Senador, ele apresentou esse PLS. Então, ele não tem restrição nenhuma para que outros Municípios sejam agregados à Ride.

E, como Brasília está passando por essa dificuldade financeira, que não é diferente das prefeituras, então às vezes as pessoas perguntam: por que Brasília quer devolver a região do Entorno? Falam assim Entorno, para a gente é a região metropolitana. É que cada emprego gerado em qualquer um dos Municípios lá vai sobrar emprego aqui. É interessante a gente ver isso.

Eu agradeço ao nosso secretário Arthur Bernardes, que não pôde estar presente também, que é o secretário de Desenvolvimento Econômico, que poderia falar com mais propriedade que Brasília hoje está preocupada com essa questão.

Quando eu disse, superintendente da Corsap, que os governos de Brasília e de Goiás – falo entre os dois porque são os dois mais próximos – estão bem afinados nesse discurso porque, para desenvolver toda essa região, nós precisamos olhar com olhos firmes a região metropolitana de Brasília. Cada emprego gerado lá é mais emprego aqui. Cada empresa criada lá, são mais empregos gerados.

Então, nós podemos trabalhar a melhoria do transporte, a melhoria na saúde, para que não impacte muito o Distrito Federal em relação a isso. Foi muito bem explicado aqui pelo nosso amigo Sérgio, nós listamos alguns órgãos que discutem a questão da Ride. Eu, como subsecretário da Ride, a amiga Sônia ali, que é da Secretaria do Entorno, por Goiás; a gente faz a parte política do Governo do Distrito Federal com entes associados. E temos, ainda, a Sudeco, que tem a Coaride. E temos o Superintendente José Ricardo, que é da parte do Corsap, que trata dos resíduos sólidos e tal.

Eu acredito que os prefeitos aqui presentes precisam ser audaciosos para aproveitar essa vontade do Senador Hélio José, que é trabalhar a energia limpa. E nós estamos com o superintendente que está colocando para trabalhar, para sair do papel – não é, superintendente? Não é, Ricardo? – esse consórcio e vocês precisam aproveitar. Porque, se a gente trabalhar esse lixo, trabalhar esse consórcio mais trabalhado, vai ter o tratamento do resíduo sólido, vai gerar energia limpa, que vai diminuir no bolso do consumir final. Porque essa energia que vai ser produzida automaticamente vai ser repassada para a rede, que vai baixar o custo.

Então, voltando aqui na questão dos Municípios a serem inclusos. Já tive algumas reuniões com o Senador e a gente discutiu muito isso. E foi onde eu tinha dado a ideia também porque, como eu falei aqui, o nosso governador não tem nada contra, já foi até autor de leis incluindo Municípios na Ride.

Mas qual o entrave aí? Se o Senado aprovar agora a inclusão desse PLC nº 102, vai voltar para a Câmara, vai demorar não sei quantos meses para depois voltar para o Senado. O caminho mais correto que nós tínhamos decidido é que aprovemos esta lei atual, do Deputado Rogério Rosso, e que o Senador, como é determinado, é trabalhador mesmo, é um Senador do povo, que está de segunda a sábado visitando os Municípios, ele já nos propôs que vai deixar o gabinete dele aberto para atender os representantes desses Municípios que estão ficando fora nesse primeiro momento, para dar encaminhamento até a uma aprovação mais rápida.

Acreditamos que seja muito mais rápido fazer por esse caminho do que voltar para a Câmara e depois voltar para o Senado. Porque, se o Senado aprova aqui, bate o martelo do jeito que veio da Câmara e entra com o pedido de urgência para inclusão desses outros Municípios, seria muito mais rápido.

Mas, então, eu quero terminar a minha fala dizendo que o governo de Brasília está bem sensível com essas questões, com o desenvolvimento da região metropolitana, que é a Ride, Entorno. E a gente tem... Alguns querem mudar o nome, não é, amigo Sérgio?

E, cada emprego gerado lá, são mais empregos que estão sobrando aqui. O Governador Rodrigo Rollemberg e o nosso secretário Arthur Bernardes estão sensíveis a essas questões. Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Estela, que chegou aí meio atrasadinha, nossa futura prefeita de Santo Antônio do Descoberto.

Então, muito obrigado a todos os presentes. E naqueles *e-mails* que passaram tem o meu contato. Se não tiver também, tenho o maior prazer em deixar o meu número, quem quiser pegar o meu cartão, para que a gente possa fazer uma visita para continuar nessa discussão. Eu estou bem à disposição. Está bom, presidente Ricardo, eu agradeço mesmo aí. Agradeço aqui o nosso amigo Sérgio, da Sudeco.

Parabéns, Senador. Parabéns aí pela iniciativa. Parabéns aí ao Simão, representando o Governo de Goiás, e aos prefeitos também, que representaram Águas Lindas e Gameleira.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço o Itamar, Secretário do Entorno do Distrito Federal, coordenador da Ride, representando aqui o Governador do Distrito Federal, ex-Senador e atual governador, Rodrigo Rollemberg.

Eu estou com um ofício aqui que foi encaminhado pelos Prefeito de Cabeceiras de Goiás e Unaí ao Governador, falando a respeito de umas certas questões importantes para a região.

Só para dar conhecimento a todos que estão aqui presentes, é curtinho, eu vou lê-lo.

> Assunto: pavimentação asfáltica de Cabeceiras de Goiás a Unaí, Minas Gerais.
> Sr. Governador, vimos através deste informar a V. Exª que o trecho rodoviário que liga Cabeceiras de Goiás (GO-356) a Unaí (MG-188) encontra-se devidamente incluso no sistema da malha rodoviária estadual, SR2015, cadastrada junto à Agetop, com o código... rodovia...
> Outrossim, solicitamos a V. Exª a garantia dos recursos para elaboração do projeto executivo da ordem de R$300 mil a R$400 mil, junto à Secretária de Fazenda, Drª Ana Carla, junto ao Secretário de Planejamento, Dr. Thiago Peixoto [que é secretário de Planejamento de Goiás, é Deputado Federal].
> A nossa luta pela pavimentação, como V. Exª muito bem sabe, é antiga, e o nosso Município, assim como o Estado, vem sofrendo prejuízos incalculáveis.
> Respeitosamente...

É assinado pelo Prefeito municipal de Cabeceiras, o Nadir, e por todos os Vereadores da nossa cidade de Cabeceiras.

Devemos ressaltar que Minas Gerais pavimentou, sem maiores dificuldades, todas as rodovias que dão acesso a Cabeceiras, de Goiás, faltando apenas a nossa parte, visando interligar o Sudoeste com o Centro-Oeste e o Noroeste brasileiro. Então, é importante esse registro. Está aqui colocado, lá de Cabeceiras.

Vamos passar a palavra, agora, ao representante do Corsap, o nosso querido José Ricardo Castilho.

O SR. JOSÉ RICARDO CASTILHO – Eu quero agradecer a todos da mesa, aos amigos, principalmente ao Itamar, representando o governo do Distrito Federal, ao Dr. Simão, representando o Governador Marconi Perillo, e principalmente ao Senador Hélio José, pela iniciativa que ele teve.

E dizer a você, Senador, que você não recuou. Você fez uma ação agora muito importante, ou seja, vamos ter calma, vamos analisar com carinho. Porque, se a gente for imaginar os Municípios da Ride quando estiver totalmente completo e principalmente as ações que estão sendo feitas e com o seu apoio, todos vão querer participar da Ride. Isso aí, com certeza, o senhor vai ver isso, todos os Municípios querendo agregar à estrutura da Ride.

Eu queria responder a pergunta dessa pessoa do Acre. Qual é o nome dele? É, do Acre.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ RICARDO CASTILHO – É rápida, até, a resposta. Isso até vale... Nilo, né? Isso até vale para os Municípios mineiros.

É o seguinte. Como é que estão sendo feitos os planos hoje, principalmente em relação ao Corsap? Nós temos os planos municipais. Alguns Municípios já têm seus planos concluídos, nós temos o plano que é o PERS-Goiás, que é o plano do Estado de Goiás, o. k.? Nós temos um plano do Distrito Federal, que foi assinado o contrato para que a empresa execute em um prazo, talvez em sete meses é o cronograma em que ele vai estar pronto, via Adasa. Correto? Nós temos um plano sendo já praticamente entregue pela UnB, através de uma ajuda de recurso do Ministério das Cidades. Eu acredito que o Professor Oscar o entregue a nós até meados de maio.

E, agora, o que nós estamos fazendo com o recurso que nós conseguimos junto ao Ministério das Cidades? Esse recurso é para fazer a integração de todos esses planos. Ou seja, nós vamos fazer com que todos os planos da Ride se falem, para não ficar cada Município, cada Estado, cada Região tendo um plano, ter uma ação para saneamento, água, esgoto, resíduo, drenagem etc., com situações distintas.

Então, fica, aí, a ideia para os Municípios mineiros que, caso queiram participar desse plano, desse apoio que a gente pode dar via consórcio, podem nos procurar. Estamos lá, mesmo não participando da Ride nesse momento. O.k.?

Isso até para ajudar, porque, como a ação é integrada, não adianta eu resolver o problema de Cabeceiras de Goiás, sendo que Cabeceira Grande, que está ali do lado, vai ter um problema, ou Unaí, ou outro Município que está fora.

Então, eu agradeço aí, em nome de todos, ao Senador Hélio, pelo trabalho bem feito e sempre apoiando o consórcio.

Muito obrigado a todos e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao José Ricardo, colocando, reforçando a importância dessa proposta de aproveitamento adequado dos resíduos sólidos que o Corsap vem fazendo; a importância de a gente trazer recursos para o investimento em outras formas de energia alternativas para a região, quer com relação à energia solar, quer com energia eólica ou com a energia da biomassa em geral, que tem um potencial significativo nessa região. Eu acho, inclusive, que nós temos que nos sentar e debater com os parlamentares, Deputados Federais e Senadores da República, da região, para a gente ver se melhora o investimento agora, na próxima CMO, deste ano para o ano que vem. E nós já conseguimos ampliar bastante para este ano; e, para o ano que vem, eu espero a gente ampliar mais essa discussão.

Eu, inclusive, tive o privilégio, junto com toda a CMO, por unanimidade, de aprovar a questão no PPA de investimento de recursos significativos para as energias alternativas, que, lamentavelmente, foi vetado pela Presidência da República, e nós esperamos quebrar o veto aqui, nesta Casa. Se Deus quiser, a gente vai quebrar esse veto, porque são importantes os investimentos em energias alternativas, que nós previmos no PPA, por unanimidade da CMO, para que o mesmo recurso que foi gasto com Belo Monte, cerca de R$40 bilhões, seja utilizado no PPA, nos próximos quatro anos, para investir em energia solar, em energia dos resíduos sólidos, em energia da biomassa, que são energias que estão na ponta de carga, consequentemente melhorando muito mais o funcionamento do sistema, e levando o desenvolvimento onde o desenvolvimento precisa chegar, porque o desenvolvimento depende de energia. Sem energia, não tem como a empresa, a indústria se instalarem.

Então, vamos fazer isso.

E o Pedro Godeiro, do Acre, já foi bem respondido aqui pelo nosso querido representante da Corsap, com certeza, reforçado também com a resposta que vai dar daqui a pouco nosso representante da Sudeco.

A pergunta dele é uma pergunta muito oportuna, que era como integrar os Municípios com os planos de saneamento e de resíduos sólidos da Ride? O ganho em escala e regionalização superam a necessidade de refazer o planejamento para garantir a otimização e o desenvolvimento integrado?

Então, é uma pergunta muito oportuna do Pedro Godeiro, que conhece a região, está claro que ele conhece, e, junto com as minhas perguntas, os Municípios mais distantes tem sentido participarem da Ride? Sobre o que você já explanou, já deu uma posição, mas, se quiser reforçar, é importante.

Para ficar claro que, para nós aqui, da região do entorno do Distrito Federal, que sabemos a importância da ADPF, que inclusive fizemos no STF, dos 30 quilombos, que sabemos da importância daqueles Municípios dos 100 quilombos aqui, vizinhos, que realmente impactam, diuturnamente, a vida do Distrito Federal, quando eu pego um Município que está a 300 quilômetros de distância aqui, será que tem motivo de ele estar na Ride?

Então, essa resposta tem que ser dada, porque nós vamos continuar o debate. Está claro para a gente. Está claro, não discuto mais a questão de Teresina, de Colinas e de Gameleira. Eu acho que essas três não se discute.

E, inclusive, um outro de Minas, que me parece ser Uruana...

Qual o Município de Minas que está...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não; Cabeceira já está. Já é líquido e certo o direito de Cabeceira. Eu me refiro a esse Município que fica aqui, entre Unaí, Arinos e Buritis, aquele lá.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Isso; é Formoso de Minas.

Não tem sentido o Município de Formoso de Minas ser totalmente abraçado pelos Municípios que estão aqui, e ele inteirinho ficar excluído do processo, que é a mesma questão de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, sim; é Uruana de Minas. Exatamente! É Uruana de Minas, que é a mesma questão de Teresina e a mesma questão de Colinas, está certo? Não tem sentido pela questão geográfica esse Município de Uruana de Minas ficar fora do processo de discussão.

Diga...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Está bem.

A gente vai discutir. Vamos ter oportunidade para discutir toda essa questão geográfica. Eu só estou falando esses casos, aberrações, está certo? Não tem sentido.

Olha, lá, como é o Formoso de Minas. Está vendo aquilo, como tem Kosovo? Kosovo é uma nação independente dentro de um Estado, que é a Sérvia. Por isso, há aquela confusão direto em Kosovo que vocês veem lá, porque eles não aceitam a submissão ao governo sérvio.

A mesma coisa está aqui, Uruana de Minas totalmente abraçada e fora, excluída de um processo, igual Teresina, igual Colinas, por um erro de avaliação, inclusive, do mapa geográfico da região. Nós temos que discutir essa questão com mais tranquilidade. Mas isso a gente fará num segundo tempo.

Vamos ouvir você, representando aqui a Sudeco, o Ministério da Integração Nacional, Sérgio. Quero deixar claro que a gente já pode debater isso lá, na Sudeco, com a turma, o meu parecer vai ser para ele adotar o projeto da Câmara, de forma imediata, aprovarmos e sancionarmos a lei, sem prejuízo da questão dos Municípios que estão reivindicando, sobre o qual a gente, juntos, eu quero discutir isso com a Senadora Lúcia Vânia, que é profundamente conhecedora nessa Casa, vamos agilizar, da melhor forma possível, como atender principalmente os cinco Municípios que ela coloca no PL dela e tentar, de repente, resolver esses outros problemas também nesse PL da Senadora Lúcia Vânia, que era o PL do Senador Aureliano, que a Senadora Lúcia Vânia adotou.

Vamos lá, para concluir os nossos trabalhos de hoje aqui, o nosso querido representante da Sudeco e do Ministério da Integração Nacional, Sérgio Magno Carvalho de Souza, que é o Coordenador de Espaços Prioritários.

O SR. SÉRGIO MAGNO CARVALHO DE SOUZA – Obrigado pela palavra, Presidente, novamente agradecendo pela oportunidade de participar dessa audiência, dessa discussão, que eu acho bastante oportuna. Acho que a gente pode, com o tempo, avançar também em outras questões como V. Exª colocou e, em tempo oportuno, acho que nessa segunda rodada de discussão dos Municípios, acho que outros pontos precisam ser abordados.

Só para responder àquilo que foi colocado pelo Pedro, acho que o José Ricardo já deu uma resposta bastante completa nesse sentido e, só para deixar claro, que eu acho que a integração da política de saneamento básico e resíduos sólidos é um setor.

Eu acho que os Municípios... E, aí, a Sudeco também precisa participar desse processo de articulação da integração de outros instrumentos, por exemplo, os instrumentos que estão plasmados no Estatuto das Cidades, nos Planos Diretores.

Os Planos Diretores dos Municípios geralmente falam na questão da necessidade de integração, mas eles costumam avançar pouco nesse sentido. Óbvio que o Município tem grandes limitações, e, aí, eu acho que os Estados e a União precisam suprir naquilo que for possível. Mas eu acho que é fundamental e isso que o Corsap tem feito é de bastante importância.

Retomando a questão que foi colocada pelo Presidente em relação à questão da inclusão dos Municípios mais afastados, é aquilo que eu tinha dito, esses Municípios têm uma integração já existente em relação ao Distrito Federal muito mais desses serviços que costumamos chamar – relembrando alguns termos da geografia econômica – de serviços de ordem superior, serviços de maior escala, como, por exemplo, os hospitais mais especializados. Nós não temos, por exemplo, oncologistas espalhados por toda a região. Eles geralmente ficam concentrados nas principais cidades. Isso faz com que, por exemplo, um paciente de câncer de qualquer desses Municípios tenha que se locomover.

Esse tipo de influência já existe. Como eu tinha explanado, muitas das prefeituras têm inclusive seus orçamentos das pastas de saúde e alguns até da pasta de educação no sentido de transportar esses cidadãos para centros maiores, para que possam usufruir dos serviços que são aí colocados. E acho que isso também precisa ser discutido. Então, é necessário que a inclusão desses Municípios mais afastados seja feita nesse sentido. E acho que, como depois vou colocar na minha conclusão, precisamos ampliar esse debate, não só da inclusão de novos Municípios.

Em relação ao andamento do processo, respeitando a posição do Senador, que esta Casa veio a adotar, a Superintendência é da opinião da necessidade de se ampliar a discussão não só em torno da quantidade

de Municípios, mas do modelo de gestão naquelas questões que havia colocado, por exemplo, na forma de financiamento, possibilidade de incluirmos nas nossas ações os Municípios de Minas. Hoje nós não podemos por conta da Lei Complementar nº 129. Eu acho que é uma lei que também precisa, como foi dito, e eu ratifico, ser rediscutida. A área de atribuição da Superintendência é uma discussão maior, que envolve o próprio sistema do Ministério de Integração Nacional, porque envolve regiões que hoje são de atribuição tanto da Sudam, que é a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que abrange a chamada Amazônia Legal, como da Sudene, que tem algumas regiões que se considera do Semiárido, do norte de Minas. Então, temos alguns Municípios que precisam da atuação desse Ministério e que não conseguem ainda ser alvo das nossas ações. Então, eu acho que se pode promover uma discussão conjunta.

Eu sei que há uma demanda das prefeituras e dos prefeitos em torno da celeridade do projeto. E aí eu falo que é a posição da Superintendência. E também, como estudioso da região, eu acho que há uma necessidade de se ampliar a discussão. E a questão da celeridade também precisa ser colocada. Como eu tinha dito, e ratifico, não adianta incluirmos uma quantidade imensa de Municípios se não mudarmos a forma de atuação.

Eu tinha até conversado com o nosso representante de Formoso: nós corremos o risco de continuar vendendo ilusões. A situação da Ride, hoje, como o Prefeito Odilon colocou, é uma realidade não só para quem estuda, mas para quem trabalha com essa região, para os prefeitos, para os nossos técnicos do Governo Federal, para os técnicos do Governo de Goiás, do Distrito Federal, de Minas. Nós sabemos as dificuldades que existem, então temos que avançar no sentido de que não seja só uma inclusão, como eu tinha dito, porque senão, daqui a cinco, dez anos... Nós vamos incluir alguns Municípios agora e depois vamos incluir mais Municípios. Então, é necessário que se rediscuta.

Quanto a essa questão geográfica em torno de um Município não participar, a região pode ser criada. A região não existe. Eu particularmente sou da ideia, dentro da corrente que trabalho em geografia, que as regiões não são dadas, elas podem ser criadas por interesses inclusive políticos, que, na minha opinião, são também legítimos. São bastante legítimos, aliás. Eu acho que a política, inclusive, só para fazer uma observação, é o que mais falta neste País hoje. A nossa principal crise não é econômica, é política. Precisamos ter um entendimento de projeto de Nação.

O que eu acho que é uma necessidade também é que a região precisa ter essa construção política. Nesse sentido, eu parabenizo de novo o Senador, creio que ele é bastante sensível às questões da Ride. E aí eu acho que também conto com o trabalho dos prefeitos, porque há uma necessidade de melhorar a articulação das prefeituras não só nesse momento da inclusão de Municípios, mas que tenhamos, por exemplo, em outras audiências para debater as questões da Ride, a presença maciça dos prefeitos que já estão e daqueles que pretendem entrar fazendo pressão nas suas bases, seja na Câmara dos Deputados, seja aqui, no Senado Federal, como eu tinha dito, para que tenhamos um Orçamento Geral da União com mais ações específicas para esses Municípios. Nós não conseguimos atuar justamente porque não temos as dotações necessárias.

Então, a nossa posição é esta. Eu acho que é necessário ampliar essa discussão, e eu espero que esta Casa e os prefeitos também ampliem essa discussão. Há uma necessidade de revermos o modelo. A Superintendência está aberta a esse debate. Tenho completa certeza de que o Cléber será bastante favorável a isso e tem interesse em que esse debate prossiga, porque, muito mais do que falarmos aqui do Orçamento... Ontem eu ouvi uma palavra do Superintendente da Sudene, uma coisa muito interessante, porque estávamos discutindo algumas ações do Ministério. Ele falou: "Gente, no final das contas, estamos lidando com gente". Estamos aqui discutindo no Senado, mas é um cidadão, por exemplo, de Valparaíso que hoje vai ter dificuldade para chegar em casa. É um cidadão, por exemplo, de Gameleira, um cidadão de Teresina que vai ter que vir para o Hospital de Base de Brasília. Às vezes, chega e não dá tempo. Todos os dias... Então, no fundo, temos que pensar é na população. Eu como servidor, vocês como agentes políticos, alguns aqui, temos que pensar mesmo na melhoria não só do serviço, mas no desenvolvimento.

Isso que o Itamar falou é importante, precisamos desenvolver alguns Municípios não na perspectiva de que eles segurem a população. De forma alguma! Eu acho que o território tem que ser livre para quem quiser nele transitar. Mas para que as pessoas também tenham a oportunidade e a opção de, se quiserem, terem a sua vida centrada no Município, não sejam obrigadas. Isso, para mim, é uma tomada de direitos, você obrigar um cidadão a andar 300 quilômetros para ir a um hospital. Isso, para mim, é tolher direitos. É como o Milton Santos dizia – ele tem um livrinho famoso, da década de 80, que se chama *O Espaço Cidadão* –, isso é uma cidadania mutilada. Quando eu faço um cidadão fazer isso, eu estou territorialmente mutilando a cidadania dele. Quando eu o obrigado a vir trabalhar, a vir estudar numa região muito afastada, e aí ele tem que romper vínculos, por exemplo, com a sua família, com o seu bairro, com a sua cidade, eu estou tolhendo a cidadania desse camarada, estou retirando dele o direito que ele tem também de se desenvolver e de se criar onde ele bem entenda.

Então, eu espero e tenho certeza de que esta Casa vai ser bastante sensível a isto, na figura do Senador. Estendo aqui os meus cumprimentos a todos que estiveram presentes. Agradeço pela possibilidade de nos terem ouvido e reitero que a Superintendência está aberta não só a essa discussão, mas também a outros pleitos que tanto as prefeituras, como o Senado Federal, como as outras instituições que estão aqui representadas venham a fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso representante da Sudeco e do Ministério da Integração Nacional, Sérgio.

Eu quero dizer que, de fato, quero acentuar um diálogo com a Sudeco e com o Ministério da Integração sobre como melhorarmos esses fundos. Houve aqui uma discussão que queria retirar recurso do GDF. Graças a um debate intenso que fizemos aqui, nós conseguimos equacionar, com o Senador Caiado, a distribuição da FCO, dos fundos. Não tem sentido tirar de um para colocar mais em outro. Então, não tinha sentido esse debate, ele já é hoje superado. Nós temos é que unir as Bancadas de Brasília, de Goiás e de Minas, para melhor fazer com que a Sudeco tenha condições de dar uma atenção melhor a essa região da Ride.

Então, pessoal, não havendo mais nada a tratar.... Antes, porém, eu quero dizer que, terminando aqui, vamos tirar uma foto oficial, original, da Mesa. Eu queria a integração do José Ricardo, que foi da Mesa, e de um dos representantes de Minas à Mesa, os dois que falaram por Minas. Depois, com todos que queiram tirar fotografias, vereadores e prefeitos de cada região, estaremos aqui à disposição.

Eu quero dizer que, não havendo mais nada a tratar, tendo sido bastante exitosa e proveitosa esta audiência pública, considero-a encerrada neste exato momento. Muito obrigado.

Vamos, aqui, pessoal, bater nossa foto. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 09 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATRO DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas do dia quatro de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Donizeti Nogueira, Wellington Fagundes, Walter Pinheiro, Regina Sousa, Hélio José, Dário Berger, Ronaldo Caiado e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Gladson Cameli, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Dalirio Beber, Ricardo Franco, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se as leituras das Atas da 5ª e 6ª Reunião, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, de 2016. "Com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater, junto com as autoridades responsáveis, o Plano de Aviação Regional". Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Aprovado com a seguinte alteração: serão convidadas as instituições, sem constar os nomes dos representantes das mesmas, com a exclusão do engenheiro da Infraero, Sr. Ivan Oliveira Souto. Subscrito pelos Senadores Davi Alcolumbre, Wellington Fagundes e Hélio José. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014 - Não Terminativo – "Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo". Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 01-CCJ. Resultado: Aprovado o relatório com a emenda nº 01-CCJ, que passa a constituir parecer da CDR favorável com a emenda nº 01-CCJ/CDR. O Senador Hélio José solicita que seja incluído como extra pauta o Projeto de Lei da Câmara Nº 102, de 2015. A Presidência, após consulta ao Colegiado, aprova a inclusão e inversão de pauta. EXTRAPAUTA - ITEM 07 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2015 – Complementar - Não Terminativo – "Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências". Autoria: Deputado Rogério Rosso. Relatoria: Senador Hélio José. Relatório: Pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº 1-CDR. Resultado: Aprovado o relatório com rejeição da Emenda nº 01- CDR. Observações: Foi aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 08). ITEM 8 - MINUTA DE REQUERIMENTO Nº, DE 2016 – "Requeiro, nos termos regimentais, a urgência para apreciação no Plenário do Senado Federal, do PLC 102/2015". Autoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovada a apresentação do requerimento para o Plenário do Senado Federal. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar – Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela rejeição da Matéria. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista ao Senador Wellington Fagundes. ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016 - Não Terminativo – "Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam". Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatoria Ad hoc: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Designado como Relator "ad hoc" o Senador Wellington Fagundes, o relatório é lido e aprovado, passando a constituir parecer da CDR. ITEM 05 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2015 - Terminativo - "Acrescenta o § 7º ao art. 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para destinar percentual de unidades construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV a trabalhadores da construção civil". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras, convidados, imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das 5ª e 6ª Reuniões da Comissão.

As Senadoras e os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas do *Diário do Senado* juntamente com as notas taquigráficas.

Expediente da Comissão.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Nós temos o primeiro item, que é o Requerimento nº 7, de 2016, de autoria do Senador José Medeiros.

> Com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater, junto com as autoridades responsáveis, o Plano de Aviação Regional, com a presença dos seguintes convidados:
> – Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Mauro Ribeiro Lopes;
> – Anac – Agência Nacional de Aviação Civil: Diretor Presidente José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz;
> – Infraero, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária: Presidente Antônio Gustavo Matos do Vale e o Engenheiro Ivan Oliveira Souto;
> – Sindicato Nacional dos Aeronautas: Presidente José Adriano Castanho Ferreira;
> – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias: Presidente Odilon Junqueira.

Há uma justificação no requerimento do Senador José Medeiros.

Eu gostaria de subscrever esse requerimento do Senador José Medeiros e gostaria também de propor e fazer algumas ponderações e observações relacionadas a esse requerimento.

Nós não sabemos ainda a data dessa audiência pública e não sabemos se vamos aprová-la ou não ainda no dia de hoje. Eu queria subscrever o requerimento sugerindo aos membros da Comissão que não identificássemos o nome das autoridades convidadas.

Há duas observações quanto a esse requerimento.

A primeira observação é que nós não identificássemos os nomes das autoridades dos órgãos que virão à audiência pública. Por conta do momento político que o Brasil vive, nós não sabemos se, quando essa audiência ocorrer, essas autoridades ainda estarão exercendo seus cargos. Então, eu queria sugerir à Comissão que nós fizéssemos uma correção na redação. Faço verbalmente isso, mas solicito à Secretaria que faça constar na ata esta ponderação e esta observação: que nós convidássemos todos os que estão aqui, mas por seus órgãos ou entidades, sem vinculá-los aos nomes dos atuais ministros ou representantes do momento.

A outra observação diz respeito à Infraero: que nós convidássemos o presidente da Infraero. Não sei qual era o interesse do Senador José Medeiros ao convidar um engenheiro da Infraero, o Sr. Ivan Oliveira Souto, mas eu acredito que o presidente da Infraero vai trazer a pessoa que ele achar conveniente, e que seja responsável pela área, para debater o Plano Nacional de Aviação Regional – desejo do Senador quando propôs o requerimento que eu gostaria de subscrever.

Eu gostaria de fazer essa sugestão e ouvir o Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Também quero subscrevê-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não.

O Senador Wellington Fagundes também subscreve o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu também o subscrevo por causa da importância do tema, meu nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – O Senador Hélio José também.

V. Exªs concordam com essa ponderação?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, colocaremos em votação o requerimento. Antes, porém, eu gostaria de justificar a minha subscrição a esse requerimento.

Esse Plano Nacional de Aviação Regional foi lançado pelo Governo Federal e previa que seriam ampliados, reformados ou construídos cerca de 270 aeroportos regionais espalhados pelo País. Seu objetivo era integrar

todo o Território nacional, interiorizar o desenvolvimento dos polos regionais, fortalecer os pontos turísticos e melhorar a mobilidade das comunidades, principalmente na Amazônia Legal.

Eu acho que esse debate será muito importante, muito produtivo, haja vista que nós temos 40 milhões de brasileiros que vivem nesses Estados atendidos por esse Plano Nacional de Aviação Regional e nós sentimos a dificuldade hoje de várias cidades importantes dessas regiões que não são atendidas com voos regulares.

Esse plano, quando foi proposto pelo Governo, foi proposto com essa finalidade. Confesso que eu, pessoalmente, fiquei entusiasmado com a possibilidade de vê-lo efetivado, haja vista a dificuldade de locomoção que nós temos, principalmente na Amazônia, em cidades importantes que não têm hoje nenhum voo regular por dia.

Colocamos em votação o requerimento de autoria do Senador José Medeiros, subscrito pelos Senadores Wellington Fagundes, Hélio José e por mim.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 7, de 2016

- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para debater, junto com as autoridades responsáveis, o Plano de Aviação Regional.

Autoria: Senador José Medeiros.)

Passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Já é o segundo item da pauta ou não?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria fazer uma questão de ordem também, nobre Excelência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Não é questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Já está na ordem cronológica o requerimento de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Hélio José para uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exª a gentileza de que o PLC 102, de 2015, da Câmara dos Deputados, pudesse ser colocado em votação como item extrapauta na reunião de hoje.

A matéria já está com parecer. É uma matéria pacífica, consensual, do maior interesse para toda a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride). Foi fruto, inclusive, de uma audiência pública muito concorrida aqui, nesta nobre Comissão, e objetiva ampliar a quantidade de Municípios integrantes da região integrada, ampliada na sua área de abrangência.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado. Foi distribuído apenas a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A Senadora Lúcia Vânia apresentou uma emenda muito interessante a essa matéria, propondo a inclusão de três Municípios de Goiás à Ride. Nós conversamos bastante e chegamos ao entendimento de que o acolhimento da emenda, por mais que muito meritória, representaria um atraso enorme na tramitação da matéria, que teria que retornar à Câmara dos Deputados. Nós concluímos ainda que a emenda da Senadora Lúcia Vânia tem a possibilidade de ser contemplada no âmbito de outra matéria que já tramita nesta Casa, que é o PLS 269, de 2014. Assim sendo, nós entramos em acordo de que não haveria problema de a emenda ser rejeitada neste momento, e que aprovaríamos o pleito no âmbito do PLS 269, de 2014.

Por todos esses motivos, eu peço a colaboração de V. Exª para que essa matéria possa ser incluída na pauta desta reunião como item extrapauta. Eu gostaria de consultar, Excelência, os nobres Senadores aqui presentes...

Wellington... Wellington... Wellington.... Aqui Wellington.

Eu queria consultar V. Exª, o Presidente e a nossa Senadora Regina sobre o seguinte. Como é uma matéria consensual, de interesse da Ride, região geoeconômica de Brasília... Lamentavelmente, tenho uma reunião com o meu Partido neste momento –eu estou fora da reunião. Gostaria de saber se seria possível, Senador Davi, encaminhar essa votação aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Feitas as ponderações do Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O Senador Hélio sempre tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Diante das ponderações do Senador Hélio José, gostaria de perguntar-lhe o seguinte. V. Exª poderia concordaria que votássemos, antes de colocarmos em votação o extrapauta, o requerimento do Senador Wellington, que está na ordem? V. Exª falaria logo em seguida.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Claro, sem problema. Corretíssimo, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Indago os Senadores e as Senadoras presentes sobre a proposta do Senador Hélio José de inclusão do PLC 102, de 2015, como item extrapauta, conforme requerimento apresentado pelo Senador Hélio José.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inclusão, como item extrapauta, do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão do Projeto de Lei nº 102, que será votado em seguida, conforme a ordem da pauta.

Passamos agora para o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004, que é o item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, de 2014
- Não terminativo -

Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.
Relatoria: Senador Wellington Fagundes.
Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 01-CCJ.
Observações:
Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Wellington Fagundes para fazer a leitura do seu relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em seguida nós colocaremos o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2015, de relatoria de V. Exª.

V. Exª tem a palavra, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2014, do Deputado Lincoln Portela, que obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Trata-se do Projeto de Lei nº 3.636, de 2000, na origem.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 51, de 2014, que obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.

A iniciativa determina que todos os banheiros de uso coletivo, localizados em edifícios públicos, comerciais e residenciais, que venham a ser construídos após a edição da lei proposta, deverão ter seus lavatórios obrigatoriamente equipados com "torneiras compostas de mecanismo automático de vedação de água, eletrônico ou mecânico". Adiante, impede a concessão do "respectivo habite-se" às obras executadas em desacordo com essa obrigação, atribuindo a fiscalização necessária aos "órgãos competentes no âmbito de cada Município".

Ao justificar a iniciativa, o autor argumenta que a proposição objetiva "minimizar o grande desafio que estaremos enfrentando nos próximos anos", referindo-se ao "anunciado colapso" no abastecimento hídrico.

Na Casa de origem, a matéria foi distribuída às Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e Cidadania, as quais, por unanimidade, acolheram a proposição.

No Senado Federal, o exame da matéria foi inicialmente cometido às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A CDR aprovou um parecer inicial, solicitando audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por entender haver dúvida sobre eventual desrespeito à autonomia municipal. O parecer na CCJ foi no sentido da constitucionalidade e juridicidade da proposição, com uma emenda de redação destinada a

tornar claro que a obrigação criada se aplica apenas aos "banheiros destinados ao público", não abrangendo os banheiros de uso comum da residência familiar.

Análise.

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) opinar sobre a matéria.

Não resta dúvida quanto à importância ambiental, econômica e social do tema da proposição. De fato, o crescente déficit de água potável, que já afeta grande parte das médias e grandes cidades brasileiras, impõe medidas de restrição ao desperdício desse insumo essencial.

As torneiras de banheiros públicos são particularmente sensíveis ao desperdício, uma vez que o usuário não é o responsável pelo pagamento da água que utiliza. Não raro, verifica-se que parcela significativa dos usuários não se dá ao trabalho de fechar a torneira da pia após usá-la, o que acarreta prejuízo financeiro para o Erário e desperdício de um recurso natural cada vez mais escasso, como é o caso da água.

E aqui é importante dizer que, claro, a maior parte da água que vai para os banheiros públicos também é água tratada, e isso, então, envolve um custo muito alto, e esse custo acaba sendo rateado pela população como um todo, de acordo com o uso.

Registre-se ainda que, além de evitarem o desperdício de água, os dispositivos requeridos pelo projeto também contribuem para a saúde pública, uma vez que permitem a interrupção do fluxo de água sem contato físico do usuário com a torneira, limitando, assim, a possibilidade de transmissão de micro-organismos depois de lavada a mão.

Ao substituir a expressão "banheiros de uso coletivo" por "banheiros destinados ao público", a emenda de redação da CCJ clarifica o entendimento do projeto, de modo a mostrar que a incidência da matéria recai sobre as situações em que há acesso geral ao público, preservando a liberdade do proprietário de instalar ou não equipamentos de contenção do fluxo de água nos demais casos.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2014, com a Emenda nº 1 – CCJ, de redação.

Sala da Comissão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Entramos na discussão da matéria.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo oradores para discutir a matéria, encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes, que conclui pela aprovação com a Emenda nº 1 da CCJ.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente para as providências cabíveis.

Passamos agora, pela ordem, ao item extrapauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 102, conforme votação anteriormente estabelecida neste Plenário, com inclusão de matéria extrapauta apresentada pelo Senador Hélio José.

O item extrapauta passa a ser o terceiro da pauta.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, de 2015
- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Rogério Rosso.
Relatoria: Senador Hélio José.
Relatório: pela aprovação da matéria e rejeição da Emenda nº 1-CDR.

Concedo a palavra ao eminente Senador Hélio José para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, nobre Presente.

Cumprimento V. Exª, cumprimento os nobres Senadores aqui presentes e as senhoras e os senhores que também estão acompanhando esta reunião.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 102, de 2015, complementar, tem por objetivo ampliar a área de abrangência da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride).

A proposição corresponde à versão aprovada na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 25, de 2015, de autoria do Deputado Rogério Rosso – como V. Exª já explanou.

O PLC nº 102, de 2015, é composto de dois artigos. O art. 1º dá nova redação ao §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

A matéria foi distribuída apenas à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Nesta Comissão, foi apresentada uma emenda ao Projeto, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Com esta apresentação sucinta da proposição, passo à análise.

Análise.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, tal como propõe o PLC nº 102, de 2015.

A Constituição Federal, em seu art. 43, prevê que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) foi criada pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, no intuito de articular a ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.

A matéria em discussão visa apenas a ampliar a área de abrangência da Ride, com base no argumento de que existe um conjunto de Municípios limítrofes a essa região, os quais apresentam uma forte ligação socioeconômica com o Distrito Federal.

Dessa forma, não há o que questionar sobre a constitucionalidade e juridicidade da proposição, visto que a única inovação que se pretende introduzir na norma mencionada é a ampliação do número de Municípios integrantes da Ride. Também não foram identificados óbices quanto à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é evidente que o contraste entre a força econômica do Distrito Federal e as grandes deficiências de infraestrutura e as carências socioeconômicas da região do Entorno acaba por induzir a dependência dos Municípios vizinhos em relação ao Distrito Federal.

A ampliação da Ride permitirá desenvolver ações governamentais e viabilizar soluções para os diversos problemas que necessitam da atuação conjunta, buscando promover uma redução das diferenças socioeconômicas em toda a região atendida. Portanto, considero a proposição meritória.

A emenda.

A Senadora Lúcia Vânia apresenta emenda que inclui os Municípios de Gameleira, Teresina de Goiás e Colinas do Sul, no Estado de Goiás, à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (Ride). Argumenta que essa medida estenderia os benefícios do desenvolvimento regional a uma região maior dos arredores de Brasília, Municípios esses que já apresentam vocação natural de interagir de forma intensa e complementar com a Ride.

Em contato com a autora, em comum acordo com ela, julgamos que a mudança sugerida ao texto da proposição poderia fazer com que a matéria retornasse ao exame da Câmara dos Deputados, o que retardaria a sua tramitação.

Em segundo lugar, ponderamos que a demanda objeto da referida emenda poderá fazer parte de uma outra proposição já em tramitação nesta Casa.

Com relação à emenda apresentada, em que pese o indiscutível mérito da proposta oferecida pela nobre Senadora Lúcia Vânia, e em comum acordo com a autora, optamos por rejeitar a Emenda nº 00001, tendo em vista, em primeiro lugar, que o seu acolhimento representaria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados e, em segundo lugar, porque vislumbramos outra forma de viabilizar o conteúdo da referida emenda.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 102, de 2015, complementar, e pela rejeição da Emenda nº 1 da CDR.

Sala das Comissões.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerramos a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação, com a rejeição da Emenda nº 01 da CDR.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário para as providências cabíveis.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Excelência, eu gostaria de pedir urgência para esse projeto devido à situação pré-eleitoral na região. Houve uma demora na realização da nossa audiência pública, mas, depois de sua realização, o consenso foi global. Então, eu gostaria de pedir urgência para o projeto na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em votação o pedido de urgência encaminhado pelo Senador Hélio José a esta Comissão para que o projeto seja encaminhado diretamente ao Plenário para as providências cabíveis.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2015.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Obrigado, Excelência. Agradeço a V. Exª e aos demais colegas da Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Passamos agora para o próximo item da pauta.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

Autoria: Senador Benedito de Lira.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Observações: *A matéria segue para o Plenário para as providências cabíveis.*

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 549, de 2015, complementar, de autoria do Senador Benedito de Lira, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

O inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios.

A Constituição Federal prevê duas espécies de regiões, quais sejam: as regiões de desenvolvimento do art. 43 e as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, do art. 25, §3º.

O art. 43 da Constituição Federal dispõe que "para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais".

As regiões integradas de desenvolvimento estão dentro da estratégia de descentralização da União para a promoção do desenvolvimento, a partir da ação coordenada de outras instâncias de governo e da participação de diversos setores da sociedade.

É inerente ao instituto da região de desenvolvimento, inclusive quando assume o formato de uma Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride), a integração administrativa entre Municípios contíguos de Estados-membros vizinhos. É o que se extrai da experiência legislativa federal sobre o tema.

A título de exemplo, a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, autoriza o Poder Executivo a criar Ride constituída pelo Distrito Federal e por Municípios do Entorno, integrantes do Estado de Goiás e do Distrito Federal. Na mesma linha, a Lei Complementar nº 112, de 19 de dezembro de 2001, que autoriza a criação de Ride entre Municípios limítrofes do Estado do Piauí e do Estado do Maranhão, abrangendo os Municípios de Teresina e Timon, no Maranhão. A Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, autoriza a criação de Ride do Polo de Petrolina/PE e do Município de Juazeiro/BA.

Sem adotar o formato de Ride, mas ainda com apoio no art. 43 da Constituição de 1988, foram criadas regiões administrativas compostas exclusivamente por Estados-membros, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, instituída pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, instituída pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

Como se vê, o denominador comum de todas as regiões de desenvolvimento reside na característica de que sua composição necessariamente extravasa os limites de um Estado da Federação, seja quando envolve apenas Municípios, seja quando envolve Estados-membros.

A razão para tanto infere-se do próprio escopo das regiões de desenvolvimento, expresso no art. 43, de articular a ação da União em promover o desenvolvimento regional, e não meramente local.

Ademais, a região composta exclusivamente por Municípios de um mesmo Estado da Federação deve assumir necessariamente a forma de região metropolitana, microrregião ou aglomeração urbana, segundo regra específica constante do já citado art. 25, §3º, da Constituição Federal. Tal competência legislativa é privativa dos Estados federados, a ser exercida mediante lei complementar estadual.

A esse respeito, é importante registrar que, sob a égide da Constituição de 1967, competia à União Federal dispor sobre região metropolitana. Diversas leis complementares federais foram editadas no regime constitucional anterior com esse desiderato, a exemplo da Lei Complementar nº 14, de 1973, alterada pela Lei Complementar nº 27, de 1975, que criou as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza; e a Lei Complementar nº 20, de 1974, que criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Constituição de 1988, ao transferir tal competência aos Estados da Federação, promoveu importante passo em direção a maior descentralização de competências da União em favor dos entes políticos subnacionais, o que deve ser especialmente observado por esta Casa Legislativa de representação dos Estados federados.

A circunstância de se buscar a criação de região de desenvolvimento de natureza setorial, com enfoque no turismo e não regional, conforme consta da justificativa do projeto, a nosso ver, não altera o que acima foi exposto.

Diante desse cenário, é possível concluir que o presente Projeto de Lei do Senado, ao propor a autorização ao Poder Executivo de criar região de desenvolvimento composta por Municípios integrantes apenas do Estado de Alagoas, encontra óbice na Constituição Federal.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente, mas, em conversa com o autor, o eminente Senador por Alagoas Benedito de Lira, ele me informou que vai trabalhar com a nossa consultoria e com a consultoria dele para que essa Região Integrada de Desenvolvimento Econômico focada na vocação do turismo possa ter um desenho que permita incluir Municípios do Estado de Pernambuco, ao norte de Alagoas, ou Municípios ao sul de Alagoas, no Estado de Sergipe, procurando atender a essa recomendação constitucional de que a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico possa abranger Municípios de mais de um Estado, não apenas de um único Estado. Essa é a interpretação que nós tivemos.

Feita essa leitura, eu gostaria que V. Exª pudesse ouvir o Senador Benedito de Lira, porque ele poderia pedir vista para construir um novo relatório, que eu poderia oferecer, ou o próprio relatório de voto divergente, para que a gente pudesse, na próxima reunião, encontrar um caminho que permitisse fazer prosperar a iniciativa desse Senador que é um intransigente defensor dos interesses do Estado de Alagoas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu gostaria de pedir vista, já que o próprio autor não tem essa prerrogativa, para que a gente possa, então, fazer essa mediação. Eu quero ser o algodão entre os cristais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedida vista ao Senador Wellington Fagundes do Projeto de Lei do Senado nº 549.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2016
- Não terminativo -

Altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

Autoria: Senador Roberto Rocha.
Relatoria: Senador José Medeiros.
Relatório: Pela aprovação.

Nomeio, *ad hoc*, o Senador Wellington Fagundes para fazer a leitura do relatório. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc* Wellington Fagundes para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, vamos tentar sintetizar.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 51, de 2016, do Senador Roberto Rocha, que altera o art. 5º, I, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na zona de aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam.

O art. 1º do PLS 51, de 2016, altera o inciso I do art. 5º da Lei nº 7.827, de 1989, para incluir o Estado do Mato Grosso e a parte do Maranhão incluída na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) na zona de aplicação do FNO.

Na justificação do PLS nº 51, de 2016, argumenta-se que, por uma questão de coerência entre os instrumentos de atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), seria oportuno que a área de atuação do FNO fosse estendida ao Mato Grosso e a uma parte do Maranhão, de modo a fazê-la coincidir com a área de atuação da Sudam. A inclusão dessas novas áreas ocorreria sem prejuízo da atual ação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desse modo, a exemplo da atuação da Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), no caso do Mato Grosso, e da Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no caso do Maranhão, haveria atuação concomitante nos Estados citados. Com essa medida, o autor da proposição espera atender melhor a pré-Amazônia mato-grossense e maranhense, com linhas de financiamento ao setor produtivo que sejam mais identificadas com os processos de produção típicos da Região Norte.

Análise.

O PLS nº 51, de 2016, que estende ao Estado do Mato Grosso e à parte do Maranhão incluída na área de atuação da Sudam a zona de aplicação do FNO, é, claramente, objeto de análise desta Comissão.

Em sua configuração atual, a Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Sudam definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007. Essa região pode beneficiar-se diretamente dos incentivos fiscais concedidos no âmbito da Sudam e do acesso aos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) criados pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001.

Uma breve análise da legislação pertinente revela que as áreas de aplicação do FNE e de atuação da Sudene são perfeitamente coincidentes. O mesmo acontece com o FCO e a Sudeco. Porém, no caso do FNO e da Sudam, as áreas de aplicação e de atuação não coincidem.

O argumento fundamental do PLS nº 51, de 2016, é que esses Estados, por serem zonas de transição – no primeiro caso, entre o Cerrado e a Amazônia e, no segundo, entre o Nordeste Semiárido e o Norte úmido –, podem não ser adequadamente atendidos pelas linhas de financiamento do FCO e do FNE. Com a alteração proposta no PLS nº 51, de 2016, os instrumentos de atuação da PNDR poderão ser aplicados de forma mais coerente.

Assim, a inclusão do Estado do Mato Grosso e da parte do Maranhão que já faz parte da área de atuação da Sudam na zona de aplicação do FNO parece-nos uma iniciativa capaz de contribuir para o desenvolvimento regional no Brasil, uma vez que permite a adequação dos instrumentos de atuação da PNDR às diferentes realidades do País.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2016, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Sala da Comissão.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à CAE para as providências cabíveis.

Eu queria fazer um breve registro. Eu queria prestar informações aos Senadores quanto aos próximos itens da nossa pauta: o item 6, Projeto de Lei do Senado nº 331/2015, foi retirado de pauta por solicitação do próprio Relator da matéria; o item 5 é o Projeto de Lei do Senado nº 163/2015, que é terminativo, e não temos quórum qualificado para votarmos.

Antes de encerrarmos a reunião, eu gostaria de fazer uma leitura muito importante para os Senadores e Senadoras desta Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 96-B, disciplina a indicação das políticas públicas a serem avaliadas pelas Comissões Permanentes, indicando, como prazo final para essa escolha, o último dia do mês de março da sessão legislativa corrente. Visto transcorrido o prazo regimental para essa indicação, esta Presidência agradece a colaboração de V. Exªs no sentido de encaminharem, urgentemente, sugestões de políticas públicas para nossa avaliação.

Faço o registro de que nós fizemos uma indicação à Comissão no ano passado para este ano, e a política que nós escolhemos, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, foi a avaliação das políticas públicas, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). O principal objetivo da presente publicação é dar conhecimento àqueles que fazem esta leitura do esforço realizado pelo corpo de membros, titulares e suplentes, bem como dos consultores do Senado Federal e dos funcionários que integram a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), tendo como tema principal em 2015 o saneamento básico e, nele, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), considerando seus quatro componentes, isto é: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem das águas pluviais urbanas.

Foi objeto também da avaliação a Lei nº 2.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em estreita consonância e pertinência com o Plansab, definindo metodologia, contemplando a qualidade do diagnóstico e a consistência dos instrumentos.

A partir do relatório apresentado pelo Senador Randolfe Rodrigues, aprovado por unanimidade pela Comissão, evidencia-se a grande importância e relevância da matéria e quão preciosas são e foram as intervenções de especialistas, técnicos e parlamentares, de forma a permitir concluir que o Plansab representa um marco no planejamento do saneamento, que só foi possível em razão da ampla participação da sociedade, com a aprovação dos conselhos setoriais de políticas públicas, refletindo os desafios a serem enfrentados.

Portanto, eu solicito aos Senadores e Senadoras que possam, com certa urgência, encaminhar, conforme o Regimento e a leitura que fiz anteriormente, do art. 96-B, a política pública de que esta Comissão fará avaliação neste ano.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, eu vou fazê-la por escrito, mas eu gostaria aqui de fazer já uma sugestão para que a própria Secretaria pudesse analisar: para que pudéssemos discutir, como esse Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, como política pública, o Plano Nacional de Aviação e Transportes. Nós temos um problema sério, como V. Exª já colocou e se viu na audiência da aviação: nós não conseguimos fazer a integração necessária, com fluxo que permita que os turistas possam ir de um Estado para outro. Hoje os nossos voos são voos muito centrados em São Paulo. O custo para ir de uma região para outra, além do tempo, fica muito alto. Claro, também se deve levar em consideração todo o modelo de facilitação para que o turista possa se deslocar. Por isso, eu coloquei aviação e transportes voltados para o turismo, para o passageiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Wellington, V. Exª faz uma observação muito pertinente. Nós já passamos do prazo para a sugestão dos Senadores e Senadoras, que venceu no final do mês de março. Portanto, eu gostaria de solicitar a V. Exª que formalizasse esse requerimento, que o fizesse por escrito. Nós não podemos colocá-lo em votação agora porque o requerimento foi feito verbalmente, mas, como até agora nós não recebemos nenhuma indicação de nenhum Senador, eu acredito que poderemos colocá-lo já na próxima semana. V. Exª, encaminhando o requerimento a esta Comissão, à Secretaria desta Comissão, nós poderíamos colocar essa sugestão de V. Exª pela pertinência dela.

É relevante propor um plano nacional no sentido de viabilizar o transporte e a aviação. E a Comissão tem papel fundamental para fazer com que esses atores importantes do projeto de desenvolvimento do Brasil possam se encontrar neste espaço e, a partir daí, propor uma reformulação nesse sistema que tem causado preocupação para todos nós, em virtude de não termos efetivamente um marco e uma legislação que possa também fazer as cobranças necessárias para que as instituições, todos os atores envolvidos na aviação e no transporte regional possam dar a qualidade que o cidadão necessita.

Com certeza, assim como foi feito no saneamento básico, como foi feito nos anos anteriores na questão da mobilidade, podemos agir em relação à questão da aviação regional e do transporte regional. A partir do momento em que for aprovada a sugestão de V. Exª nesta Comissão, daremos uma grande colaboração para esse setor da infraestrutura brasileira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, já me coloco como um candidato para ser o Relator. Claro que é uma decisão do Plenário, V. Exª vai indicar, mas já me coloco à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Tudo bem, Senador Wellington Fagundes, a partir do momento em que aprovarmos o requerimento de V. Exª relativamente a essa matéria, nós colocaremos em discussão a questão da relatoria.

Agradecendo a presença dos senhores e das senhoras, nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.)

ATA DA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZOITO DE MAIO DE 2016, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dezoito de maio de dois mil e dezesseis, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Gladson Cameli, Presidente eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber, Wellington Fagundes, Fátima Bezerra, Garibaldi Alves Filho, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Amorim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Simone Tebet, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 7ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. ITEM 01 – OFÍCIO "S" Nº 1, de 2016 - Não terminativo - "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art.20, § 4°, Relatório das atividades e dos resultados obtidos pelo FNO, referente ao 1° semestre de 2015." Autoria: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. Resultado: Aprovado. ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2011 – Complementar – Não terminativo. "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CAE. Resultado: Aprovado. ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015 – Complementar – Não Terminativo – "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências". Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatório: Pela rejeição da Matéria. Resultado: Adiado. ITEM 04 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015 - Terminativo – "Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal". Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Francisco Canindé de Oliveira, Secretário-Adjunto desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Gladson Cameli
Presidente eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião da Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada. A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições. Considerando que sou o Relator...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Considerando que eu era o Relator... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Item 1, não terminativo.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 1, DE 2016
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art.20, §4°, relatório das atividades e dos resultados obtidos pelo FNO, referente ao 1° semestre de 2015.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento
Observações:
A Matéria segue ao plenário para as providencias cabíveis.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Sr. Presidente Gladson Cameli, Senador Dalirio, Senadores e Senadoras, coube a este Senador relatar o projeto da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 1, de 2016, que veio à análise desta Comissão, de origem da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que encaminhou, em cumprimento à Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, art. 20, §4°, relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no primeiro semestre de 2015.

Constam dos autos os seguintes documentos:

- Ofício nº 003/2016/GAB-SUDAM, que encaminha o relatório à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização (CMO);

- Ato nº 31, de 29 de dezembro de 2015, que aprova, em ato *ad referendum* do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (CONDEL/SUDAM), o relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no primeiro semestre de 2015 e autoriza seu encaminhamento às Comissões que tratam das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e à CMO;

- Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) no primeiro semestre de 2015; e também

- Ofício Pres. nº 004/2016/CMO, em que se solicita a autuação do Relatório pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para que sua análise possa seguir os trâmites regimentalmente determinados.

O Relatório foi elaborado com base no Parecer Conjunto CGEAP/DIPLAN e CGAV/DGFAI n°03/2015-SUDAM, de 29 de setembro de 2015, e o Ato nº 31, de 2015, que o aprova *ad referendum* do CONDEL/SUDAM, cuja publicação foi feita no *Diário Oficial da União* nº 249, de 30 de dezembro de 2015.

Em 22 de fevereiro de 2016, a matéria foi encaminhada para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), cabendo a relatoria a este Presidente da Comissão.

Passamos para análise.

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O §4º do art. 20 determina que o relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.

O § 5º determina que o relatório de que trata do *caput* do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no § 4º deste artigo, à comissão mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno.

Assim, nos termos da legislação mencionada, cabe, ao Senado Federal e à CDR, atestar se o FNO está contribuindo para a redução das desigualdades regionais no País.

O Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no primeiro semestre de 2015, é um documento extenso e detalhado que contém informações sobre as oportunidades e as necessidades da Região Norte, sobre o Banco da Amazônia e sobre o FNO. O documento de mais de cem páginas culmina com uma análise dos impactos do FNO e com uma avaliação do Fundo. Neste Parecer, analisamos as principais informações contidas no documento encaminhado.

Convém, inicialmente, registrar que o FNO foi criado pela Constituição Federal de 1988, cujo art. 159, inciso I, alínea "c", prevê que a União entregará 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Atualmente o FNO é operacionalizado por meio de cinco programas de financiamento:

• Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF);

• Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável);

• Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade);

• Programa de Financiamento em Apoio à Agricultura de Baixo Carbono (FNO-ABC); e

• Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (FNO-MPEI).

Os recursos do FNO são aplicados de acordo com as diretrizes definidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com os objetivos da PNDR, com as orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudam.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) repassou ao Banco da Amazônia recursos do FNO no valor total de R$1,17 bilhão no primeiro semestre de 2015. Esse total corresponde a 99,3% do valor que havia sido estimado para o período.

Os financiamentos concedidos com recursos do FNO alcançaram um total de R$1,99 bilhão no primeiro semestre de 2015, tratando-se de um crescimento de 10,4% em relação ao primeiro semestre do ano anterior, quando os financiamentos concedidos totalizaram cerca de R$1,80 bilhão. No primeiro semestre de 2015, foram contratadas 15.789 operações de crédito.

As contratações destinadas ao setor rural representaram cerca de dois terços (66,9%) do total dos recursos movimentados. A parcela restante, correspondente a R$657,9 milhões (33,1%), foi dirigida aos demais setores.

Ao se examinar a quantidade de operações de crédito contratadas, a participação do setor rural é ainda maior, alcançando um total de 12.930, que corresponde a quase 82% das 15.789 operações no período. Os demais setores contrataram 2.859 operações, 18% do total.

O Relatório indica ainda que pouco menos de 40% dos recursos contratados, cerca de R$777 milhões, foram dirigidos para o segmento agropecuário. Por sua vez, a agricultura de base familiar foi o segmento econômico que mais contratou operações de crédito. Com efeito, quase três quartos, 11.669, das operações contratadas dirigiram-se a esse segmento.

Os dados reafirmam a percepção de que, no primeiro semestre de 2015, as contratações com recursos do FNO privilegiaram os segmentos produtivos de menor porte. De fato, mais de 99% das operações contratadas dirigiram-se a agricultores familiares, mini, pequenos e pequenos-médios produtores rurais e suas cooperativas e associações, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno e pequeno-médio porte. As contratações dirigidas para esses segmentos representaram mais de três quartos, R$1,52 bilhão, do total de recursos movimentados no primeiro semestre de 2015.

De acordo com o relatório, os segmentos considerados prioritários no âmbito das ações estratégicas do Governo Federal para a Região Amazônica – que envolvem a agricultura familiar, as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais, o turismo e a cultura – representaram 28,6%, R$567,3 milhões, dos financiamentos contratados.

As mesorregiões do Alto Solimões, do Vale do Rio Acre, do Bico do Papagaio, da Chapada das Mangabeiras e do Xingu e os Municípios da Faixa de Fronteira, que correspondem às áreas consideradas prioritárias na Região Norte pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), representaram 42,4% da quantidade de operações, 6.687, e absorveram 41,2% dos recursos do FNO contratados no primeiro semestre de 2015, isto é, R$818,2 milhões.

Embora o FNO tenha alcançado 100% das localidades da Região Norte, os Municípios tipificados como de baixa renda, dinâmicos de menor renda e estagnados de média renda na PNDR representaram quase 90% das operações contratadas, 13.969, e 75% dos financiamentos concedidos no período, R$1,49 bilhão.

Passamos agora ao exame da distribuição dos recursos do FNO por Estados. Nessa distribuição por Estado, observa-se maior alocação desses recursos para os Estados do Pará, R$673,8 milhões, seguido pelo Tocantins, R$510,1 milhões, Rondônia, R$489,7 milhões, e Amazonas, R$157,7 milhões, representando mais de 90% de todo o crédito na região. Apenas esses Estados, Pará, Tocantins, Rondônia e Amazonas, quatro Estados representam 90% de todo o crédito da região.

Já na distribuição dos setores por Estado, observa-se que os financiamentos para a agropecuária foram mais expressivos em Tocantins, 63%, Acre, 55,2%, Pará, 52,4%, e Rondônia, 50,8%, enquanto nos Estados de Amazonas, Amapá e Roraima, houve predominância dos financiamentos em comércio e transportes, com 58%, 56,4% e 30,4%, respectivamente.

Infere-se desses números uma distribuição desproporcional dos recursos entre os sete Estados quando se consideram suas participações relativas nos totais da população e do PIB da Região Norte.

No caso do Amapá, por exemplo, meu Estado, a participação no total das contratações do FNO alcançou, no primeiro semestre de 2015, apenas 1,79%. Ocorre que esse Estado representa 4,36% da população e 4,50% do PIB da Região Norte.

Da mesma forma, os Estados do Amazonas e de Roraima exibiram participações relativas nos financiamentos com recursos do FNO inferiores às suas participações na população e no PIB da Região. O padrão de distribuição observado pode levar a distorções significativas quando se considera a relação entre os financiamentos contratados no primeiro semestre de 2015 e a população de cada unidade da Federação. Ao se calcular essa relação para os sete Estados que compõem a Região, observa-se um valor máximo de R$340,75 por habitante e um valor mínimo de R$39,89 por habitante. Trata-se, a nosso ver, de uma discrepância elevada que poderia ser objeto de uma ação coordenada para garantir uma distribuição interestadual mais equitativa dos recursos do FNO.

Por fim, estima-se, no Relatório, que os financiamentos concedidos com recursos do FNO no período contribuirão para um incremento de R$17,5 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP) e um aumento de R$8,9 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte. Além disso, estima-se a geração ou a manutenção de mais de 310 mil oportunidades de trabalho, o pagamento de salários no total de R$1,70 bilhão e a geração de R$2,5 bilhões em tributos.

O voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício "S" nº 1, de 2016, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao arquivo.

Senador Davi Alcolumbre, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria, antes de passar para o Item 2, convidar o Senador Dalirio para presidir a Mesa.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Eu tenho que ir à CAS, Senador, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Então, vamos aqui ao Item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 1-CAE.
Observações:
A Matéria segue ao plenário para as providencias cabíveis.

Concedo a V. Exª, Senador Davi Alcolumbre, o uso da palavra para leitura do seu relatório. Mas se quiser ir logo ao voto eu queria propor a V. Exª, porque eu tenho que ir à Comissão de Infraestrutura.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Claro, Senador Gladson.

Primeiro, quero agradecer a cortesia de V. Exª por encaminhar as votações aqui na nossa Comissão. E todos nós sabemos das atribuições de cada Senador, que têm de estar em cinco Comissões no mesmo horário. Então, acaba a gente fazendo uma maratona aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Obrigado, Senador, pela compreensão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, eu gostaria, uma vez que o voto já foi distribuído com o Parecer da Comissão, de fazer apenas uma leitura da introdução.

E, aí, nesse caso, eu iria pular a análise e iria direto ao voto. Rapidamente eu vou fazer uma leitura da introdução do nosso relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 388, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza dos serviços prestados pelas agências de viagens.

O PLS é composto por dois artigos.

O art. 1º acrescenta parágrafo ao art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 2003, para determinar que a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre os serviços de agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres prestados por agências de viagens será o valor bruto da comissão recebida e o valor agregado pela agência ao custo das mercadorias e dos serviços oferecidos.

O art. 2º, que traz a cláusula de vigência, dispõe que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o Senador Rodrigo Rollemberg ressalta que a ausência de clareza a respeito da base de cálculo do ISS incidente sobre os serviços prestados por agências de viagens vem causando "sérias aflições ao segmento". Assim, o PLS em apreço teria como objetivo alterar a Lei Complementar nº 116, de 2003, para estabelecer os critérios gerais adequados e justos a serem aplicados pelo Município quando do estabelecimento da base de cálculo do referido tributo em relação às agências de turismo.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Na CAE, foi aprovado, em 24 de novembro de 2015, parecer favorável do Senador Ronaldo Caiado, com base na Emenda nº 1-CAE. A emenda teve por finalidade, simplesmente, tornar mais claro o texto da lei.

Vamos direto ao voto, Sr. Presidente.

Finalmente destacamos nossa concordância…. Não.

Diante do exposto, não temos dúvidas sobre a importância de efetuar o ajuste proposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, de modo a uniformizar, nacionalmente, o entendimento de que a base de cálculo do ISS devido pelas agências de turismo quando prestam serviços de intermediação não deve incluir o preço dos serviços prestados por terceiros. Somente, assim, preserva-se o princípio da isonomia, ao mesmo tempo em que se evita a bitributação de serviços turísticos brasileiros.

Finalmente, destacamos nossa concordância com as alterações propostas pela Emenda nº 1-CAE, no sentido de tornar mais claro o texto proposto.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2011 – Complementar, com a Emenda nº 1-CAE apresentada.

Sala da Comissão.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Gladson Cameli. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação com a Emenda nº 1-CAE.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 3 é o Projeto de Lei do Senado Federal nº 549, de 2015 – Complementar, não terminativo. Como o Relator não se encontra presente, vamos adiar este Item nº 3.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 549, de 2015
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Turismo da Grande Maceió e dá outras providências.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela rejeição da Matéria.
Observações:
- A Matéria segue ao Plenário para as providências cabíveis;

- A Matéria constou na pauta da 7ª (04/05/2016) Reunião da CDR da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

- Na 7ª Reunião da CDR, foi concedido vista da Matéria ao Senador Wellington Fagundes.)

Item 4

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2015
- Terminativo -

Dispõe sobre reserva de recurso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO para o desenvolvimento da Microrregião do Entorno do Distrito Federal.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela rejeição
Observações:
- A matéria constou na pauta das 41ª (25/11/2015), 42ª (02/12/2015) e 44ª (16/12/2015) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura e na das 1ª (17/02/2016), 2ª (24/02/2016), 3ª (09/03/2016), 5ª (06/04/2016), e 7ª (04/05/2016) Reuniões da CDR da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.
- A matéria foi rejeitada na Comissão de Assuntos Econômicos.
- Votação nominal.
- Na 2ª Reunião da CDR, foi lido o Relatório, suspensa a discussão e adiada a votação.

Como o Relator não está presente, e é uma votação nominal, nós não vamos prosseguir com o item nº 4. Adiaremos o nº 3 e o nº 4 para a próxima reunião.

A Presidência do Senado Federal será informada da discussão deste Colegiado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e quero parabenizar o Senador Davi Alcolumbre pelos brilhantes projetos apresentados aqui, nesta Comissão.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu queria agradecer a V. Exª novamente, Senador Gladson, pela oportunidade de ajudar esta Comissão a destrancar um pouco da pauta. Estamos marcando já algumas relatorias, inclusive deveremos indicar V. Exª, como membro desta Comissão, para relatar alguns projetos importantes que estão na Secretaria da Comissão.

Agradeço a participação de V. Exª na Presidência, o que engrandeceu esta Comissão, e confesso que, no próximo ano, gostaria que V. Exª estivesse nessa cadeira presidindo a nossa Comissão.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros e Lúcia Vânia. O Senador Waldemir Moka tem a ausência justificada. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente relata acerca da visita da Delegação do Consórcio Norte-Americano Universidade e Indústria, composta por acadêmicos e empresários especialistas em Ciências do Solo, Agribusiness, Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, dentre outras áreas de pesquisa, liderada pelo Professor-Doutor Charles Rice. Informa ainda sobre o anúncio do Plano Agrícola e Pecuário para a Safra 2016/2017 na próxima quarta-feira, dia 4 de maio, pela Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu. Após as comunicações, a Senhora Presidente inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 22, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, destinada a discutir e avaliar o atual cenário da suinocultura no Estado de Santa Catarina, com a participação do Sr. Losivanio Luiz de Lorenzi - Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos (ACCS); Sr. Nilo de Sá - Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), representante do Sr. Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); Sr. Victor Ayres - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC); Sr. Athos Lopes Filho - Diretor de Cooperativismo e Agronegócios da Secretaria da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina; Sr. Newton Araújo Silva Júnior - Superintendente de Abastecimento Social da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Sr. João Antônio Fagundes Salomão - Coordenador-Geral de Assuntos da Pecuária da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os Senadores Dário Berger, Ana Amélia, Donizeti Nogueira, Blairo Maggi e o Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) fazem uso da palavra. A Presidência concede também a palavra ao Sr. Enori Barbieri - Presidente da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola – SC. O Senador Dário Berger sugere que as preocupações apresentadas na Audiência Pública sejam encaminhadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ao Governo do estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada. (*Pausa.*)

A reunião de hoje se destina à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 22, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, que tem por finalidade discutir e avaliar o atual cenário da suinocultura no Estado de Santa Catarina.

Antes de chamar os convidados, eu queria fazer breves comentários, porque ontem esta Comissão recebeu a visita de uma delegação, de um consórcio norte-americano universidade e indústria.

A Comissão de Agricultura recebeu ontem a visita dessa delegação. Liderada pelo Professor Doutor Charles Heiss, a delegação norte-americana estava composta por acadêmicos e empresários especialistas em ciências do solo, *agribusiness*, ecologia e desenvolvimento sustentável, entre outras áreas de pesquisa.

A reunião representou oportunidade para que se apresentassem à delegação americana dados que comprovam a importância do agronegócio para o Produto Interno Bruto brasileiro, país que, segundo a Organização das Nações Unidas, deve ampliar o seu protagonismo na oferta de alimentos para o mercado mundial ao longo dos próximos anos.

Destacou-se também que o vigor do agronegócio brasileiro não acarreta degradação ao meio ambiente, considerando os altos índices de preservação das áreas morfoclimáticas nacionais.

Por fim, os acadêmicos e empresários norte-americanos que visitaram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária manifestaram interesse em colaborar para ampliar a cooperação bilateral na área de pesquisa e investimento relacionados à produção agropecuária.

Não obstante os atuais desafios políticos e econômicos do Brasil, o País é reconhecido pela delegação norte-americana como um dos principais *players* no mercado agrícola mundial, sendo estratégico para a geração de trabalho e renda nas relações internacionais contemporâneas, além, é claro, de um grande desenvolvimento na área da pesquisa e do desenvolvimento sustentável.

Também questionaram sobre os aspectos relacionados aos produtos modificados geneticamente.

Outra informação importante para o setor da produção foi o anúncio feito pela Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, na terça-feira, de que o Plano Agrícola e Pecuário para a Safra 2016/2017 deverá ser lançado na próxima quarta-feira, dia 4 de maio.

Normalmente, o plano de safra é anunciado em meados de junho, pouco antes do início do ano agrícola, que, no próximo ciclo, vai de julho de 2016 a junho de 2017.

Em nota divulgada no *site* do Ministério da Agricultura, a Ministra afirmou que o investimento é estratégico para que o País continue aumentando a sua produção e garanta a oferta de alimentos de qualidade e com preço justo.

Feita essa comunicação, queria informar que ontem foram aprovadas duas matérias importantes: uma matéria de autoria do Deputado Alceu Moreira, de que eu tive a honra de ser Relatora, que trata de estabelecer um plano de financiamentos e de organização e planejamento na área da defesa agropecuária, em todas as áreas necessárias à extensão rural também, para os agricultores; e outro projeto, relatado pelo Senador Blairo Maggi, que trata de permitir que aqueles produtores das linhas de crédito do Pronaf, da agricultura familiar, que não tiverem pago a primeira parcela tenham acesso a novo crédito, aqueles que usam recursos dos fundos FCO, FNE e FNA.

As duas matérias foram aprovadas ontem. Essa é uma contribuição que os membros da Comissão de Agricultura estão dando à própria produção e à economia do nosso País.

Com a presença do autor do requerimento, vamos dar início à nossa audiência pública, comunicando que foram convidados o Sr. João Antônio Fagundes Salomão, que é Coordenador Geral de Assuntos da Pecuária, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (Mapa); o Sr. Athos de Almeida Lopes Filho, Diretor de Cooperativismo e Agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina – muito obrigada pela presença; o Sr. Newton Araújo Silva Junior, Superintendente de Abastecimento Social da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); o Sr. Victor Ayres, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc); o Sr. Nilo de Sá, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), representando aqui o seu Presidente, Marcelo Lopes; e o Sr. Losivanio Luiz de Lorenzi, Presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos (ACCS).

Eu queria, em primeiro lugar, passar a palavra para o Senador Dário Berger, autor do requerimento, para a sua justificativa a respeito da audiência pública que vamos começar em seguida.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, só para fazer umas colocações preliminares que considero extremamente necessárias neste momento, sobretudo pela crise que Santa Catarina atravessa em relação a essa questão, eu gostaria de mencionar que a situação econômica pela qual passamos no Brasil afeta todos os setores, especialmente o setor produtivo.

O meu Estado, Santa Catarina, é um exemplo de que é possível ter uma produção agrícola baseada em pequenas e médias propriedades, porém também sofre as consequências da condução da política econômica que estamos observando nos últimos meses e anos.

Entretanto, Santa Catarina destaca-se no cenário nacional como o maior produtor brasileiro de carne suína, abastecendo o mercado com 800 mil toneladas anuais, mas enfrenta um período de dificuldades devido aos custos de produção, que colocam o setor em estado de alerta, antevendo uma certa inviabilização da suinocultura em Santa Catarina.

Isso se dá por um motivo muito simples. O quilo do suíno hoje rende ao produtor de Santa Catarina, Senadora Ana Amélia, ao em torno de R$3,20, e o custo de produção já ultrapassa os R$4,00, conforme dados da Associação Catarinense de Criadores de Suínos.

Ora, pode-se perceber pelos números simples, relativos e absolutos, pela matemática básica, que o sistema se inviabiliza no curto prazo.

O principal problema que Santa Catarina enfrenta é a falta do milho, uma vez que produz apenas 50% ou menos de 50% da necessidade para atender a toda essa demanda. Santa Catarina produz cerca de 2.500 toneladas de grãos, e ainda tem a necessidade de mais 3.500 toneladas de grãos. É evidente que essas toneladas têm que ser adquiridas em algum lugar.

O Mato Grosso, do qual é representante o nosso eminente e destacado Senador Blairo Maggi, que, segundo o Senador Magno Malta, tem uma rocinha, um pequeno sítio, Senadora Ana Amélia, tem o produto para vender. O problema não é comprar o milho do Mato Grosso, Senadora. O problema é que o milho no Mato Grosso custa algo em torno de R$23,00 a saca, mas chega a Chapecó, Santa Catarina, a R$53,00, R$52,00.

Essa é mais uma demonstração do atraso que nós vivemos no País, sobretudo com relação à logística. Nós estamos defasados anos-luz no que se refere a obras de infraestrutura para transportar sobretudo a nossa riqueza, a riqueza de quem produz. Por incrível que pareça, você paga mais pelo frete do Mato Grosso a Santa Catarina do que pelo próprio produto, o que, na minha concepção, é um negócio inadmissível. Não posso imaginar que isso aconteça no Brasil, sobretudo com o meu Estado, que enfrenta grande dificuldade.

Cumpre destacar que o milho é o principal insumo nessa cadeia produtiva. Isso, de certa forma, inviabiliza toda a atividade dos produtores de Santa Catarina, que estão na iminência de ir à falência se continuar esse cenário que estamos observando.

Queremos discutir essa questão para saber que rumos podem ser dados a essa atividade tão importante da economia do Brasil, sobretudo para as nossas exportações e para a nossa própria alimentação.

É possível definir uma estratégia, uma margem de segurança ou pelo menos um prazo razoável para esses produtores que se arriscam a continuar produzindo, mesmo com prejuízos efetivamente contabilizados? E que melhorias e estímulos podem ser agregados à produção, seja no campo da tecnologia, seja no aspecto da tributação, seja no financiamento da produção ou no adequado seguro para a produção?

Essa é uma questão importante, entender o estabelecimento de um preço mínimo ou de uma garantia de produção do próprio milho. Santa Catarina já produziu mais milho do que produz hoje, Senadora Ana Amélia, o que é inadmissível, uma vez que necessita para a sua própria produção de uma quantidade muito superior.

Então, que tipo de incentivos nós poderíamos dar para que o produtor catarinense pudesse voltar a produzir milho em vez de produzir outras espécies?

É para debatermos essas questões que eu requeri esta audiência pública, o que contou com a ampla colaboração e aprovação não só da Presidente como de todos os membros desta Comissão.

Certamente teremos aqui algumas discussões e propostas que possam ser utilizadas para alterar essa triste realidade que estamos vivendo em Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

Eu queria também agradecer a presença do Sr. Enori Barbieri, Vice-Diretor da Federação de Agricultura e Pecuária de Santa Catarina.

Como o Senador Dário Berger já enunciou a razão da audiência e também os dados em que ele tem interesse, vamos começar ouvindo toda a parte da produção, isto é, a representação dos produtores de Santa Catarina, da representação da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos e da CNA. Depois ouviremos as autoridades do Estado de Santa Catarina, que também têm protagonismo no processo, e o Governo Federal, com a Conab e o Ministério da Agricultura.

Penso que, assim, teremos uma visão, e as autoridades poderão sinalizar para alguma política específica, relativa ao motivo citado pelo Senador Dário Berger.

Agradeço a presença do Senador Donizeti Nogueira, que é do PT de Tocantins.

Com a palavra Losivanio Luiz de Lorenzi, que é Presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Bom dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu queria informar que serão de oito a dez minutos para cada um dos expositores, porque nós temos seis e temos, ainda, duas comissões hoje pela frente.

Muito obrigada.

Bom dia, meu caro Losivanio.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Bom dia.

Agradeço à senhora por ter nos acolhido e ao Senador também, por ter atendido ao nosso pleito sobre essa situação por que Santa Catarina passa, que é de grande dificuldade.

Sabemos que Santa Catarina é um Estado pequeno, representa 1,13% do território nacional. E pequenas propriedades não conseguem produzir grãos como deveriam, como é o quintal do Senador Blairo Maggi, mas temos a produção de carnes, que é um grande diferencial. É o único Estado do País livre de febre aftosa sem vacinação.

Nós. Senadores, estamos perdendo duas coisas: uma é essa qualidade da carne que nós temos e outra são esses produtores de elite que fazem com amor um trabalho que não é para qualquer um fazer. Produção

animal, realmente tem que ter amor por isso, porque são 24 horas por dia disponíveis para a propriedade. É claro que não se trabalha assim. Mas trabalha-se de dez a doze horas por dia na atividade, de segunda a segunda, sem férias, 365 dias por ano.

Senadora, a senhora deve se lembrar dessas cruzes que a senhora comentou em 2012, naquele cenário avassalador em que se encontrava a suinocultura. Foi um manifesto que fizemos numa grande região produtora, em Braço do Norte. Numa feira em que deveriam estar os suínos havia essa situação.

Quero apresentar para vocês um pouquinho... Todos já sabem como é o agronegócio, que o PIB encolheu, a indústria encolheu, e a agricultura cresceu nesse período. Tudo isso mostra o quanto é importante o cenário da agricultura.

Uma audiência pública na Alesc, em 2011, já com a crise, que começou no final de 2010 a 2011 e se estendeu em 2012, quando fizemos uma audiência aqui, com aquela campanha de preço justo para produzir e a mobilização que fizemos aqui também, mostramos que a suinocultura vive grandes crises a cada ano, um ano bom, um ano ruim e assim sucessivamente. O produtor não tem mais capital para se manter na atividade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Losivanio, por uma questão de justiça, naquele momento, o Ministro Mendes Ribeiro Filho deu grande apoio ao setor.

É só para lembrar, porque ele faleceu. E é justo que se faça essa lembrança.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Sim, obrigado pela lembrança. Com certeza.

Agora, no início do ano, devido à forte crise, conseguimos fazer uma audiência pública no dia 4 de abril, em Florianópolis, com grande participação dos produtores. Depois, no dia 6, essa em Brasília também. Estava aqui o nosso representante da Associação, porque eu, por outros motivos, não pude participar, mas vejo a preocupação do setor como um todo em Santa Catarina.

Temos som nesse vídeo?

Nós fizemos uma imagem, um vídeo sobre sucessão familiar...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Então, as pessoas se especializam para ficar no campo, para trabalhar, mas chega um momento em que não têm mais condição financeira para continuar na atividade rural, porque sempre o meio urbano oferece algo a mais do que aquilo que o rural tem.

Aquilo que ela falou, de preconceito, de estradas deficitárias, de falta de tecnologia, de informação também e de internet no campo, essa é a questão.

Aqui nós colocamos algumas coisas que saíram da linha de crédito de retenção de matrizes, mas que não atendem mais ao produtor.

Hoje, nós temos a linha de crédito que saiu, em que as fêmeas, as matrizes não constam como garantia. O produtor já está com o seu limite estourado no banco e precisa que as matrizes sejam realmente a garantia para ele tentar uma saída e continuar a se manter na atividade. Então precisam melhorar algumas coisas na regra do financiamento.

E, aqui, para vocês verem o quanto está deficitário o nosso sistema de compras: por quanto nós comprávamos ao ano, a média do quilo do suíno, e quantos quilos de milho nós comprávamos.

Vocês podem ver que nós estamos no pior momento hoje, R$2,70. Agora caíram mais dez centavos. Dois e sessenta é o preço do suíno em Santa Catarina. Compram-se apenas três quilos de milho com um quilo de suíno, sendo que se compravam, em 2014, que foi um ano bom, 6,347 gramas com um quilo de suíno. Essa é a grande deficiência que nós temos. E hoje o custo de produção no primeiro trimestre chegou a 3,90. Então o prejuízo hoje, vendendo a 2,70, chega a R$70,00 a R$130,00 por animal. Realmente, o custo de produção, segundo a Embrapa, também está passando de R$4,00. Nós temos milho a R$56,00 na região de Braço Norte, na região sul, que é a grande produtora, aonde há produtores independentes. E, no meio oeste, de R$53,00 a R$54,00. Então é inadmissível produzir. E a soja, que estava a 74 centavos, agora custa R$1,36. Baixou essa semana para R$1,26, porque esse movimento se faz através de dólar.

Então nós temos um custo de produção muito alto, o que está inviabilizando. Os produtores independentes fazem o diferencial das indústrias, porque eles mantêm aquela pequena propriedade que, pelo seu espaço territorial, não permite o crescimento da atividade. E eles representam um papel fundamental na economia de pequenos Municípios catarinenses.

Então, os produtores independentes e as mini-integrações acabam absorvendo aquilo que a grande indústria já não viabiliza mais, porque ou não é competitivo ou o custo dela para dar assistência técnica da forma como foi montada a integração é inviável.

Então nós precisamos fazer com que esses produtores independentes e essas mini-integradoras tenham vida para que possam manter a economia catarinense. Se houver uma quebradeira nesse setor, como está previsto, se algo não for feito de imediato, a economia catarinense vai perder muito, com certeza. E quem desiste

da atividade não volta mais. Quem sai da atividade para fazer melhoria, para a fim de mudar a propriedade, tem uma situação. Agora, quem sai devido à crise, até hoje não há um produtor que voltou a trabalhar.

E são as instalações que estão lá, anos de trabalho, gerações que investiram naquilo, e agora há o risco de se perder tudo. Então nós precisamos realmente de uma ação para melhorar isso.

O que fez com que o milho saísse do nosso meio, do nosso País? A questão do dólar. Eu sei que todo produtor quer trabalhar e ser bem remunerado.

Como vocês veem, o dólar aparece, em 2014, em vermelho; em 2015, em verde; em 2016, em azul. Basta analisar como foi o dólar. Vemos que o milho saiu por esse motivo.

Em contrapartida, as empresas que exportam sofreram uma diminuição em dólar para exportar a carne suína, que chegou a US$3,240 em 2014, e agora está em US$1,800. Então, quem importa vê que o dólar sobe e acaba negociando os contratos com a empresa. Se elas não negociarem os contratos acabam perdendo a exportação.

Esse é um dos fatores que fizeram com que o preço do milho fosse tão alto.

E aqui eu coloquei a questão do preço da banana. Quando éramos crianças, sempre ouvíamos o pai falar: ah, vendo a preço de banana o abacaxi, que eram as coisas mais baratas que havia no mercado. Hoje se vê a banana em Concórdia, onde eu moro, a R$4,49, o abacaxi, o mesmo preço. E um quilo de suíno, uma proteína de excelência, a R$2,60.

Isso é inadmissível. E essa é a realidade que nós temos que mudar.

Nós temos algumas situações do milho Conab de que tanto se fala. E, na audiência pública que ocorreu no dia 6, falava-se que seriam 15 toneladas por produtor. Hoje, vejam como está a situação da Conab em Santa Catarina: 40 mil toneladas. Tem estoques no sul, no norte, no meio oeste e no extremo oeste.

Safra 2008/2009 sem qualidade, não dá para pegar esse milho para tratar animais, porque só dá problema e gasta-se muito em medicamentos –, valor R$ 37,25 por saca

Safra 2012/13, R$ 49,67 por saca, muito próximo ao milho bom de safra sendo comercializado.

Quantidade atendida de janeiro/abril: 4.801 toneladas, com 900 produtores atendidos.

Quantidade de cadastros aptos hoje para receber milho: mais de 2.000, e a cada dia aumenta.

(Soa a campainha.)

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Aqui a gente tem uma noção da realidade. As seis toneladas a Conab diz que são para atender mais produtores, mas a gente tem de mudar, porque a produção cresceu um pouquinho e não atende mais.

Então, aqui temos uma pauta daquilo que a gente acredita, e já foi apresentada em todas essas reuniões e audiências que foram feitas:

- linha de crédito para aquisição de insumos;

- liberação de recursos para financiar as matrizes e elas mesmas serem a garantia do financiamento;

- volta da EGF/AGF – o Governo pode fazer isso também;

- isenção de PIS/COFINS para importação de grãos como milho, sorgo e triguilho; a Argentina hoje, ou o Paraguai, nós temos milho a US$173,00 a tonelada; ficaria mais viável, mas se não houvesse esses impostos para pagarmos;

- linha de crédito também para armazenagem de grãos, com juros abaixo de 3% ao ano, com 3 anos de carência e pagamentos a longo prazo, para que se possa estruturar a produção.

- uma política pública da Conab para situações emergenciais, disponibilizando maior quantidade de milho a balcão ao produtor.

Nós precisamos fazer com que a suinocultura continue num Estado que é promissor, que é um diferencial no País, e a suinocultura catarinense precisa sobreviver para dar sustentabilidade à agricultura familiar.

Agradeço a atenção de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Losivanio.

Só um detalhe: você fala em importação, mas, com o dólar hoje a R$4,00, a importação só seria conveniente se se tirasse o PIS/Cofins?

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Compensaria? Só isso daria competitividade, porque ela virá tão cara quanto vem...

O SR. ENORI BARBIERI – ICMS estadual também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, tem um outro dado. Ainda há mais outra coisa.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – É porque esse é do Governo Federal; a outra é estadual, o ICMS.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Que é o mais pesado no preço.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o ICMS. Exatamente. O ICMS.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O ICMS de 17%, de 25%...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Varia em cada Região, em cada Estado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se não, fica muito mais pesado do que PIS/Cofins. Eu acho que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um tema...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... o que se poderia pensar é que a União tira PIS/Cofins, os Estados baixam o ICMS – aliás, o Estado de Santa Catarina baixa o ICMS...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, realmente. Mas, na situação de penúria...

Eu darei a palavra a vocês depois que nós abrirmos o tema.

Vamos abrir, então, a...

O SR. ENORI BARBIERI – Só para informar que tanto o Rio Grande do Sul quanto Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, que são os grandes produtores de suínos, estão próximos ao Paraguai e próximos à Argentina; bem mais próximos do que o próprio Mato Grosso. E, retirados esses impostos do milho, tanto federais, quanto estaduais, chegariam a esses Estados em torno de R$40,00 a saca. Hoje, gira em torno de R$55,00. Então, seria uma coisa pontual, emergencial, que poderia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Temporária. Está bom. Ótimo. Bem explicado.

Vamos, então, para o Nilo de Sá, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS).

O SR. NILO DE SÁ – Bom dia.

Muito obrigado, Senadora, Senador, pelo convite.

Eu vou falar não só pelo Estado de Santa Catarina, mas, como é de nosso conhecimento, da situação da suinocultura de maneira geral, que, em todo o Brasil, é muito grave.

A exemplo do que nós vivemos em 2011, 2012, nós estamos num cenário de custo absurdamente alto. O milho, em um ano, aumentou 70% em média, independentemente dos Estados. Até janeiro, nós ainda tínhamos o preço do suíno comercializado nas principais praças razoável; ele não era ruim; era razoável; nosso maior problema era o custo de produção; infelizmente, com a deterioração da economia, com a redução da capacidade de consumo brasileiro, o nível de confiança do consumidor chegando a valores absurdamente baixos, a taxa de desemprego aumentando, nós começamos agora a ter problema também no preço de comercialização, como foi apresentado.

Então, nós estamos chegando no pior momento, e, infelizmente, nós não sabemos se já é o fundo do poço. A cada semana, nós achamos que chegou o fundo do poço, e o fundo não chega. Isso é de tirar o sono de uma cadeia importante de que estamos falando: nós somos o quarto produtor mundial de carne suína, o quarto exportador mundial de carne suína; nossa cadeia gera, estimamos, um milhão de empregos diretos e indiretos; são 40 mil suinocultores, e nós não sabemos quando é que vamos chegar ao fundo do poço.

Nós estamos falando, por exemplo, das importações de milho. Ontem, conversando sobre alguns Estados, no Espírito Santo, por exemplo, nossos parceiros de lá, como o Losivanio, estão tentando importar milho da Argentina. O milho hoje, no porto em Vitória, chega por R$59,00 a saca; se tirarem os 17% do ICMS, no caso do Espírito Santo, vai para R$51,00! Com o preço de comercialização de suíno no mercado aqui do Sudeste de R$3,30, R$3,20 R$2,90 – a gente começou a ver nesta semana –, nós não vamos chegar ao final do ano. Nós já estamos imaginando que, assim como nós vivemos em 2011 e 2012, na nossa cadeia, nós vamos perder 100 matrizes, 120 matrizes, 130 matrizes; nós estamos falando, de repente, em 1.000 suinocultores, 1.500 suinocultores que vão deixar a atividade. E vão deixar a atividade endividados. Realmente, o momento para a nossa cadeia é muito, muito preocupante.

Nós já sabemos as causas: a desvalorização do real, a exportação recorde de milho – não vamos culpar o produtor de milho; ele está produzindo com eficiência e, é óbvio, se exportar for bom negócio para ele, ele vai exportar; não estamos culpando a cadeia do milho. Entretanto, a nossa cadeia precisa de algumas outras medidas, como essa isenção do PIS/Cofins para a importação de milho do Mercosul, dos Estados Unidos; no Mercosul, saiu agora essa isenção do imposto de importação, mas, para o Mercosul, que seria o principal alvo, para Santa Catarina, já não existe! Então, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, não in-

terferiu. Para trazer dos Estados Unidos, nós sabemos que o frete marítimo hoje está num patamar baixo, o patamar mais baixo dos últimos anos, mas, ainda assim, não dá competitividade.

Nós pleiteamos uma linha específica para retenção de matrizes, em que nós possamos, como o Losivanio pontuou aqui, utilizar essas matrizes como garantia. Nós ainda não conseguimos isso. Houve já uma flexibilização, por parte do Governo, de uma linha de custeio já existente que saiu de R$1,2 milhão para R$1,4 milhão. Mas o produtor não tem capacidade de se endividar mais. Ele já está... Se ele não puder utilizar essas matrizes, ele não tem mais o que dar de garantia.

Então, realmente, o cenário é bastante complicado.

De todo esse cenário, pelo menos nós estamos exportando um pouco mais. Com a desvalorização do dólar, por mais que o valor pago por tonelada exportada tenha caído, nós conseguimos exportar um pouco mais, e isso desafoga o mercado interno. Só que, neste ano, nós vamos crescer em exportação menos do que a produção, porque a nossa cadeia é uma cadeia que...

O Brasil tem vocação para alimentar o mundo. A nossa cadeia vem crescendo, os suinocultores vêm trabalhando, vêm investindo em tecnologia, e nós crescemos muito em produtividade nos últimos anos. No ano passado, a suinocultura cresceu quase 6%. E, este ano, apesar da crise, nós vamos crescer 2% a 3%, porque a nossa cadeia é longa. Os animais que nós estamos entregando hoje foram inseminados, produzidos no ano passado. Agora, neste cenário, nós tememos – e tememos muito – pela produção do ano que vem. E é claro: é menos produto, é mais um produto da cesta básica que, em 2017, 2018, em menor oferta, gerará inflação.

Então, a nossa cadeia realmente hoje clama por ajuda. Nós precisamos do apoio de vocês para que nós consigamos nos reerguer, para que o produtor passe mais este momento de crise e consigamos projetar um crescimento já para 2019, porque, infelizmente, 2016, 2017... Talvez em 2018 nós já consigamos voltar a crescer, mas este momento agora é realmente de pedir ajuda aqui para vocês.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Nilo de Sá, que dá mais uma visão do mercado internacional e do mercado interno, com as dificuldades geradas pela queda do poder aquisitivo e pelo desemprego.

Eu convido agora, para fazer sua exposição, o Victor Ayres, assessor técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. VICTOR AYRES – Bom dia a todos. Muito obrigado.

Gostaria de agradecer, inicialmente, em nome do nosso presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina, Dr. Zeferino Pedrozo.

Eu tinha uma apresentação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto a equipe técnica prepara a apresentação, eu queria agradecer também a presença do Dr. Thomé Luiz Freire Guth, Gerente de Oleaginosas e Produtos Pecuários da Conab, e do ex-Deputado José Carlos Vieira, do PSD de Santa Catarina.

O SR. VICTOR AYRES – Então, continuando, é um pouco do que já foi explicado aqui pelo setor produtivo. O meu objetivo aqui vai ser dar um pouco do cenário do que aconteceu com a cadeia produtiva do milho, para nós compreendermos melhor também a situação em que nos encontramos hoje. Vou tentar ser bem breve, até porque acredito que o pessoal da Conab vai tocar muito nesse ponto também.

Nós passamos agora por um momento em que enxergamos que houve um achatamento entre a oferta e a demanda mundial de milho. Isso pode ter refletido, de alguma forma, em como o Brasil passou a exportar mais milho, além da questão do dólar, que já foi citada. Eu vou passar bem rapidamente.

Este gráfico serve para demonstrar como o Brasil, nos últimos anos, passou a fazer parte do cenário dos grandes *players* na exportação mundial de milho.

Nós vimos aquela quebra de safra norte-americana em 2011, 2012, exatamente por uma seca severa que eles tiveram lá, e foi a nossa última crise da suinocultura, coincidentemente. Mas, neste ano, os Estados Unidos já começaram o seu plantio, com um crescimento de área de 5%. O mercado já está estimando um crescimento de produção norte-americana. Vale a pena citarmos isso, porque o preço do nosso milho é baseado na Bolsa de Chicago. Então, os grandes ofertantes, em especial os Estados Unidos, são os principais *players* que compõem esse preço, que formam o preço – e, lógico, o dólar também faz toda a diferença.

No Brasil, nós podemos perceber o tanto de espaço que ganhou a safrinha. Com a rotação de cultura no Brasil nos últimos anos, a safrinha hoje é difícil de ser chamada de safrinha, pois ela tem uma participação muito grande no mercado interno; mas vale destacar que a safrinha tem uma característica de ter boa parte de sua produção destinada ao mercado internacional, exatamente porque pega um período em que o Brasil é uma alternativa para a compra de milho pelo mundo, antes do plantio e da colheita norte-americana.

No Brasil, por mais que nós tenhamos ouvido falar sobre a questão da seca em alguns Estados, ainda podem vir chuvas e por aí vai, nós estimamos que houve um crescimento também de área plantada. Então, provavelmente, a produção brasileira vai se manter, vai continuar, e nós não vamos ter perda de produção em relação ao ano anterior. Essa é uma estimativa.

Falando um pouco da demanda das Regiões, eu gostaria de agradecer à Conab por nos fornecer este dado. Aqui nós apresentamos o que se produz em cada Região e o que se consome. Referindo-me à Região Sul, aquela última coluna é a balança da produção e consumo de milho no Estado de Santa Catarina, mas até em relação a Santa Catarina mesmo, em que há, como o Senador bem citou, um déficit de 5 milhões de toneladas, percebemos que não basta isso; isso aí é um cálculo, mas boa parte da safra de Santa Catarina também vai para a exportação; e não só de Santa Catarina, mas também do Paraná, que na teoria também é autossuficiente, produz até mais, mas está perto do Porto de Paranaguá, e daí vem aquela grande demanda pelo mercado doméstico.

Nesse quadro, a linha em marrom é a Bolsa de Chicago, o comportamento do bushel de milho, e o nosso mercado doméstico acompanha sempre a cotação do real em relação ao dólar. Com o aumento ascendente do dólar, disparou-se o preço, ficou muito interessante para os exportadores, e realmente, como a safra do milho verão tinha essa característica de abastecimento do mercado doméstico, nós observamos que já houve uma tendência de alta nas exportações desse milho. Isso é um bocado preocupante para o setor de produção de proteína animal como um todo.

Aqui é um período entre janeiro e março de cada ano, o acumulado das exportações, e nós vemos a grande diferença atípica que foi nesse ano.

Como já foi citado pelos colegas Losivanio e Nilo, um dos melhores termômetros para sabermos como está a saúde financeira de um suinocultor é quando falamos da relação de troca: quantos quilos de milho esse produtor consegue comprar com a venda de um quilo de suíno vivo. E aí nós observamos exatamente aquela crise cíclica. É impressionante observar que agora...

Esse gráfico vai até 16 de janeiro, mas a linha já está abaixo de seis, ou seja, nós dizemos que abaixo de seis o produtor já está tendo um prejuízo considerável, que o custo operacional efetivo já não consegue pagar seus custos de produção, e por aí vai. Se analisarmos retroativamente, isso ocorreu em 2016, 2012, 2008, 2004, e parece que, ciclicamente, de quatro em quatro anos, vai dessa forma.

Este gráfico foi elaborado pela ABCS, referente à suinocultura de Santa Catarina. Vale a pena colocarmos Santa Catarina como termômetro não só pela questão da audiência ser em especial para Santa Catarina, mas exatamente por ser o maior produtor brasileiro de carne suína. E aqui também se observa a diferença entre a linha vermelha e a linha laranja em relação aos custos variáveis e os custos totais. Mais uma vez, são mais frequentes os pontos em que os preços de mercado estão abaixo dos custos de produção do que os pontos em que os preços de mercado estão acima dos custos de produção.

Neste gráfico, é interessante enxergamos a questão da competitividade do milho brasileiro mundo afora. Exatamente por questão logística, o Brasil... Aqui nós estamos falando do preço do milho no porto: quanto custa para o milho de safrinha do Mato Grosso ou do Paraná chegar no porto, e quanto custa para o milho de Iowa, nos Estados Unidos, chegar no porto. E agora se vê que o Mato Grosso, que tem todo o seu custo logístico, está abaixo de Iowa, exatamente por questão conjuntural, da situação do dólar.

(Soa a campainha.)

O SR. VICTOR AYRES – Esta aqui é a questão da comercialização antecipada do milho safrinha. Observa-se que boa parte do milho safrinha já foi comercializada antecipadamente, e observa-se o crescimento desse percentual em relação aos últimos anos. Não se sabe se esse milho safrinha foi comercializado antecipadamente para atender a demanda das agroindústrias aqui no Brasil, ou se foi para se destinar às exportações, como sempre ocorreu com o milho safrinha. Sabemos que os Estados Unidos vão realmente entrar agressivos no mercado nas exportações. De qualquer forma, o suinocultor independente vai estar distante dessa demanda.

Aqui vale a pena...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Está terminando?

O SR. VICTOR AYRES – Sim, estou terminando.

Aqui é só para apresentar a diferença: na crise de 2012, era muito comum observar-se o milho a céu aberto. Havia excesso de oferta no Mato Grosso e excesso de demanda nos Estados do Sul, mas o milho era armazenado a céu aberto, degradava-se, e nós não tínhamos mecanismos eficientes de exportação. A questão é que agora se desenvolveram linhas de crédito para silagem, novas tecnologias, e hoje o produtor de milho

tem condições de armazenar seu produto com qualidade e por um tempo mais longo. Dessa forma, ele consegue se organizar melhor.

Passando um bocado mais rápido, outra questão que vale a pena chamarmos a atenção é que estão se desenvolvendo outras rotas. Por exemplo, o Arco Norte está se desenvolvendo para exportação desse milho do Mato Grosso. Talvez, se for melhorada a legislação de cabotagem, ela possa servir para abastecer o Nordeste e outros Estados. Mas que o milho do Mato Grosso, consequentemente, num futuro próximo, vai ser um pouco mais difícil para os produtores do Sul, com certeza, será.

Aqui são alguns pontos que foram falados.

Concluindo, a questão é que a realidade da produção de milho mudou. Hoje em dia, o produtor está mais capitalizado, ele tem mais opções para trabalhar, ele tem maior educação financeira, ele consegue armazenar seu produto de forma melhor. Além disso, o milho nosso consegue competir com o mercado internacional de forma melhor ainda por questão do dólar, e foram desenvolvidas novas rotas para escoamento da nossa produção, que cada vez está crescendo mais.

No caso da suinocultura, hoje em dia, nós temos uma lei de política agrícola que já fala em regular o preço de mercado interno, mas essa legislação ainda é muito limitada para os produtores de proteína animal.

Eu vou passar aqui onde se fala um pouco de portos públicos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Rapidamente.

O SR. VICTOR AYRES – A questão é que, a curto prazo, existe uma limitação muito grande em relação ao que se pode fazer para a suinocultura.

No caso do Programa de Vendas em Balcão, é muito baixo o estoque público. Estão distantes os estoques da oferta em relação à grande demanda por grãos. Isso vai dificultar que a gente consiga desenvolver, de alguma forma, esse Programa de Vendas em Balcão.

O Valor do Escoamento da Produção (VEP) basicamente é um prêmio para escoamento dessa produção. É algo que custa caro para o Governo, mas que nós enxergamos como algo factível, no curto prazo, para ser trabalhado.

Quanto à linha de crédito para a retenção de matrizes suínas, já se aumentaram os juros, os limites, mas realmente ela é só complementar.

Foi discutida pelo setor produtivo a questão da desoneração de PIS/Cofins para a importação de milho, mas é algo muito complicado ainda de se trabalhar, visto que o produto doméstico teria também o PIS/Cofins, o que acarretaria a necessidade de se desonerar toda a cadeia, inclusive domesticamente, e, hoje em dia, para o Governo, é muito difícil pensar em abrir mão de receitas.

Vale a pena pensar que medidas de curto prazo e emergenciais são necessárias, mas nós temos de pensar no que fazer no longo prazo. Como foi dito anteriormente, as crises da suinocultura são cíclicas. Então, as entidades vêm discutindo isso exatamente para conseguir desenvolver novos mecanismos, mas compensa levarmos este assunto para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em relação aos mecanismos governamentais que hoje existem para o produtor de produção animal, porque eles foram muito mais focados e direcionados para o produtor de grãos, e com pouca eficácia para esses produtores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O. k.

O SR. VICTOR AYRES – Concluindo também, nós temos de fazer a nossa mea-culpa: o suinocultor independente deve trabalhar por uma melhor educação financeira, para ele realmente saber travar mecanismos de preços e por aí vai; a formação de cooperativas para aquisição de insumos também é um mecanismo que pode ser interessante para esses produtores independentes começarem a trabalhar e começarem a travar seus preços no futuro.

Realmente, medidas emergenciais são importantes, mas valem a pena estes momentos para conseguirmos algo mais duradouro.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Victor.

Agora, eu passo a palavra ao Dr. Athos de Almeida Lopes Filho, Diretor de Cooperativismo e Agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

Obrigada, Senador Blairo Maggi, que já foi submetido a várias brincadeiras aqui sobre seu sitiozinho e seu quintal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Desculpem-me chegar atrasado. Eu me levantei cedo hoje: fui buscar a vaca para tirar o leite... (*Risos.*)

... só que, no caminho, eu recebi um telefonema, tive que desviar para outro assunto e não consegui chegar a tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não foi buscar água para botar no leite não.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Não fui buscar água não. (*Risos.*)

Fui buscar a vaca que tinha escapado com estaca e tudo, Presidente.

Quero cumprimentar a todos e dizer que vou acompanhar agora a reunião daqui para frente. Mas quero dizer o seguinte: se faltar milho aqui para os suinocultores de Santa Catarina, lá em Mato Grosso tem muito e barato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já se sabe que há.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – E barato ainda. Caro é o frete.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cara é a passagem.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª poderia dar o milho já colocado em Santa Catarina?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Posso. Com o frete junto, sem problema. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bem.

Vamos, então, passar para o Dr. Athos.

O SR. ATHOS LOPES FILHO – Bom dia a todos!

Bom dia, Senadora; bom dia, nosso Senador Dário Berger, por ter chamado esta assembleia, para discutirmos realmente o problema que está acontecendo hoje não só na suinocultura: talvez não seja crise na suinocultura, mas seja crise dos consumidores de milho, seria uma crise do milho em si.

Vemos, analisando hoje ali as apresentações e alguns conhecimentos que temos, que realmente o estoque mundial de milho está, mais ou menos, limítrofe. Temos hoje uma capacidade de alimentação com estoque de 79 a 80 dias de todo o consumo mundial. Então, isso leva a que o produto realmente atinja patamares de preço talvez hoje acima da realidade, mas deve retornar um pouquinho à realidade.

O nosso pensamento, como Governo do Estado de Santa Catarina, é que temos que ter duas ações: uma ação emergencial, que seria nós atendermos ou socorrermos imediatamente os produtores, principalmente hoje nossos produtores independentes do Estado, que respondem por aproximadamente 8 a 10% da produção total do Estado de Santa Catarina, de 70 a 80 mil toneladas de carcaça suína produzida, e que estão passando realmente por uma dificuldade.

A crise é cíclica. Eu acho que o nosso produtor realmente teria que ter uma educação financeira mais correta, mas hoje vamos falar abertamente a situação: quem não gosta de ganhar dinheiro? O que acontece hoje? Quando o porco está dando resultado, o produtor investe, porque ele dá retorno. Ele almeja, talvez por querer superar uma perda que teve no passado: "Não, vou investir bastante agora, para eu conseguir recuperar". Aumenta-se a oferta de produto, a lei de oferta e demanda leva à situação que está.

Então, o que eu penso? A curto prazo, nós, do Governo do Estado de Santa Catarina, estamos fazendo reuniões hoje com logísticas, para conseguirmos trazer, Senador Blairo, o milho de Mato Grosso para Santa Catarina. Sexta-feira, às 14h, temos reunião com a logística de ferrovias, para conseguirmos trazer, porque isso vai desonerar o nosso frete de 15 a 20%. Queremos brigar para ver se desonera um pouquinho mais. Estamos estudando para recepcionar esse milho na região de Lages, onde temos a ferrovia que hoje traz milho de Mato Grosso – o milho passa diretamente para o Rio Grande do Sul, Senador, por essa mesma ferrovia. Estamos estudando a análise de melhorias de galpões, para receber esse milho e fazer a distribuição.

Tudo está sendo analisado para que essa coisa aconteça num mais curto prazo de tempo. Agora, esse curto prazo não sabemos determinar qual é – não é, Losivanio. Nós temos produtores que talvez, com 20, 30 dias, já não tenham mais capacidade de aquisição de milho, não tenham mais capacidade de manter a sua produção lá, e a esse produtor nós temos que olhar com outros olhos, talvez pensando na retenção de matrizes, para ele conseguir fazer um capital de giro, conseguir comprar esse milho e manter por mais um determinado período.

Para atendermos a curto prazo, talvez desonerar PIS e Cofins desse milho trazido da Argentina, que hoje fica mais perto para nós. O Paraguai tem alguma coisa de produção de milho também que poderia ser desonerado. Santa Catarina acho que está disposta, por um curto espaço de tempo, a desonerar o ICMS desse milho, porque temos o incentivo de ICMS para todo o milho importado, então Santa Catarina já dá um incentivo para a importação de milho, porque não somos autossuficientes.

Mais no longo prazo, temos que pensar. É como eu digo: é uma situação difícil de pensarmos, porque temos que pensar no produtor de suíno em si, mas não podemos esquecer que há produtor de grãos também, não podemos esquecer que nós temos que baixar o preço do milho para melhorar para o suíno, mas há muita gente que vive da produção de milho para vender milho para o consumo. Então, temos que pensar numa maneira, com o Governo Federal, de pensar localmente em Santa Catarina. Nós estamos pensando numa estra-

tégia de incentivo à produção juntamente com as cooperativas, com a Fecoagro, com a Osesc, com o sistema cooperativo de Santa Catarina que hoje é muito forte. Estamos pensando num projeto de nós ampliarmos em 100 mil hectares a produção de milho em Santa Catarina, que vai responder aproximadamente – esperamos – de 800 mil a 1 milhão de toneladas, para diminuir essa dependência externa do grão hoje no nosso Estado.

Então, vemos que o produtor hoje está com a capacidade de endividamento já, mais ou menos, limítrofe. Esse programa seria o quê? As cooperativas garantiriam esse recurso para financiamento da safra da produção desses 100 mil hectares, num programa específico de incentivo de, entre aspas, "a venda de um pacote comercial de alta produtividade", para incentivarmos a produção de milho em Santa Catarina, com financiamento próprio das cooperativas. Então, o Governo entraria só com suporte talvez, daqui a pouco, de incentivo de ICM, para conseguir tornar atrativo esse programa, para conseguir garantir um preço para o produtor um pouco melhor – que hoje o mercado está garantido – para ser interessante para a próxima safra. O Governo talvez entrasse com uma pequena participação em cima desse programa.

Então, nós temos de pensar realmente nisso.

Como vemos, é uma situação diferente: hoje estamos com câmbio muito favorável à exportação, e isso também atrapalha a suinocultura, a avicultura e toda a produção animal que dependa do milho. Eu acho que o Governo Federal deveria pensar no seguinte: em criar políticas para, pelo menos, garantir que ficasse dentro do nosso País – eu acho que é de segurança nacional isso – a quantidade consumida em si, ou seja, o que nós consumimos de grãos. Que criemos políticas para evitar a exportação desse grão. Hoje, em Santa Catarina, temos um déficit enorme de produção, e, mesmo assim, Santa Catarina exportou, no ano passado, 300 mil toneladas de milho, porque estamos perto de porto. Como falamos, pensando em Santa Catarina de Campos Novos para frente, hoje é muito interessante exportar, porque estamos perto de Paranaguá. O preço é diferenciado, e o produtor de milho, se ele ganhar R$1 a mais em saco, vai vender para fora, ele não vai segurar pensando no suinocultor.

Hoje a nossa grande produção está na mão de agroindústrias. Talvez nós deveríamos melhorar essas parcerias do consumidor com o produtor, porque hoje é a lei da selvageria de mercado: se eu posso pagar menos, eu vou pagar menos; e o produtor pensa ao contrário: se eu puder por mais, eu vou vender por mais. Então, essa parceria talvez seja interessante: "Ajude-me hoje que amanhã eu o ajudo". Por que a agroindústria não pensa: "Se eu posso pagar um pouquinho a mais pelo milho este ano, eu vou pagar tal, vou conseguir manter esse mercado", para que, quando acontecerem momentos como esses que estão acontecendo hoje, o produtor também pense: "Não, eu posso vender um pouco mais barato, porque, no passado, eles me ajudaram no momento de crise"?

Então, pensamos exatamente dessa maneira.

Outra maneira que eu vejo, fazendo mea-culpa também, pois eu também sou produtor de suínos em Santa Catarina, é que temos, talvez, de regulamentar mais a nossa produção, temos que regulamentar o número de matrizes por produtor, não deixar haver esses crescimentos absurdos conforme o preço vai aumentando, porque sabemos que a lógica é: aumentou, sobrou produto, abaixa o preço. Isso é uma coisa que nós sabemos.

Talvez, a regulamentação maior da produção em si nos garanta uma estabilidade maior ao longo dos anos. Então, são todas políticas que temos que pensar. Pode ser que consigamos fazer tudo em consonância: em consonância com o mercado, em consonância com o produtor, em consonância com o governo em si, que seria o regulador desse sistema de produção.

Eu acho que temos que pensar, Senadora – e é o que me apavora mais ainda – na situação emergencial de hoje, do que está acontecendo. Estamos com produtores à beira da falência e que não estão muito longe de morrer – talvez 15, 20, 30, 60 dias. Pensar em linhas de crédito a baixo custo, para que ele consiga adquirir esse produto com um ano de prazo, com uma certa carência, para que, quando a crise retornar, quando o preço do suíno começar a voltar, ele consiga pagar esse milho por que está pagando caro hoje. Hoje é altamente inviável, mas temos lá x números de matrizes. Se eu não conseguir comprar milho amanhã, o que eu vou fazer com esses animais?

Então, são problemas que vão além do que pensamos, principalmente a quebradeira dos produtores.

(Soa a campainha.)

O SR. ATHOS LOPES FILHO – Então, eu acho que isso era a posição do nosso Governo do Estado.

Estamos abertos, o Losivanio sabe.

Ontem estivemos com a Comissão de Agricultura do Estado de Santa Catarina, com a Frente da Suinocultura, com a Frente de Agricultura, discutindo quais são as medidas que estão sendo tomadas, quais são os passos que estão sendo tomados.

Temos que agir juntamente. Eu acho que o Estado de Santa Catarina juntamente com o Governo Federal temos que trabalhar juntos e rapidamente pensar em alternativas para tirarmos principalmente a curto prazo e depois pensarmos num programa de longo prazo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Athos Lopes Filho.

A crise é cíclica: há quatro anos, foi aquela crise aguda do problema em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Brasília, em todo o Brasil. Agora, estamos vivendo novamente, mas, antes dela, houve outra crise, quatro anos antes de 2012.

Então, temos que dar mais estabilidade.

Quando o Athos falou da questão de reter o mínimo, eu me lembrei do confisco da soja no ano de 1979. Eu era repórter, e foi uma loucura aquela decisão do Delfim Netto, que determinou o famoso confisco da soja, o Senador Blairo se lembra disso.

Eu passo a palavra ao Dr. Newton Araújo Silva Júnior, que é da Conab, para fazer a sua exposição, e vamos encerrar com o Dr. João Salomão, que é da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Bom dia a todos.

Quero agradecer o convite à Senadora Ana Amélia, ao Senador Dário Berger, de Santa Catarina.

Quero dizer, Senador, que temos conversado com alguns Parlamentares até da Câmara Federal, recebidos em reuniões na Conab e também lá no Ministério da Agricultura.

O cenário realmente está muito desfavorável com relação ao milho. Temos tentado, dentro do possível, fazer reservas inclusive para 2017, junto com o pessoal do Ministério da Agricultura e do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep), que é um conselho que tem monitorado e dado o aval para as ações da Conab nesse campo.

Dentro do pequeno estoque que temos – isso é importante dizer –, já estamos providenciando a garantia tanto para 2016 como para 2017.

Eu vou me ater um pouco aqui na apresentação do Programa Balcão, que é um programa que atende aos pequenos produtores. Se houver tempo, Senadora Ana Amélia, temos uma outra apresentação em que daríamos um cenário, que um colega de uma outra diretoria tem, que faz os estudos de safra. Se houver tempo, seria também importante.

De qualquer forma, vemos com preocupação. Acreditamos, como os colegas do setor produtivo, que é preciso levantar algumas ações, como a política de garantia de preços mínimos, que devemos ter como mira, como uma ação nesse sentido. Devemos alterar esses preços mínimos, para podermos atuar no mercado.

Nós também vemos a coisa do VEP, que é importante fazer para tentar localizadamente atender a algumas demandas pontuais.

Então, dentro desse outro viés da companhia, temos tomado todos esses cuidados. Inclusive, já vínhamos alertando esse problema, e, por problemas de conjunturas econômicas do País, acabou-se chegando a esse cenário, mas é importante ouvir o setor, ouvir seus organismos, como a CNA e outros institutos, para que juntos tentarmos implementar essas políticas e amenizar e evitar novas crises.

Eu vou falar sobre o Balcão, que é o que tentamos para pequenos produtores, porque é um programa destinado aos pequenos produtores.

Com relação a Santa Catarina, essas são as nossas unidades que temos, as unidades armazenadoras da Conab, nas regiões e nos Municípios e o total que tem cada uma delas. Para os senhores terem ideia, temos posicionadas hoje quase 42 mil toneladas, já a caminho quase 1,5 mil toneladas, com 43,5 mil toneladas praticamente posicionadas no Estado de Santa Catarina. Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2015, a venda do Programa Balcão no Estado chegou a 4,5 mil toneladas aproximadamente, ou seja, temos dez vezes mais produto em termos de estoque para os pequenos criadores que se abastecem do Programa Balcão. Acreditamos que haja uma tranquilidade para esse atendimento.

Uma outra coisa importante é que, dentro do Estado, a Conab está colocada nos corredores principais de abastecimento do Estado, exceto o extremo oeste, em que estamos cadastrando mais dois armazéns. Acreditamos que, em termos de capilaridade, geograficamente falando, nós estamos bem posicionados para atender os pequenos produtores do Estado.

Outra coisa importante é ver uma série histórica. Aí vem a questão da cota do milho, que está muito ventilado e muito solicitado pelos pequenos criadores para aumentar. Se pegarmos de 2010 a 2016 e de 2010 e 2011, enquanto, em 2015, vendemos 4,3, 4,4 mil toneladas, em 2010 e 2011, a venda foi de 62 mil toneladas. Em 2012, dobrou-se, mas foi um período em que houve um subsídio de milho aos criadores na região. Então, houve uma procura maior ainda.

De qualquer forma, historicamente o consumo de milho da Conab pelos pequenos criadores é de 10% do que era. Isso tem algumas explicações. Acreditamos que a coisa da cota tenha atrapalhado muito o pequeno criador. Então, temos lutado para aumentar essa cota. Vou falar um pouco mais à frente disso, já está bem adiantado isso.

De qualquer forma, apenas no ano de 2016, nós já vendemos mais do que vendemos em 2015. Então, estamos vendo que está havendo uma procura enorme, muito explicada pela crise atual, pelo preço e pelo milho – e acreditamos que até haja um pouco, mas ele está sendo direcionado para outras formas de comercialização, como a exportação, por exemplo.

Nos normativos do programa da Conab, para região de Santa Catarina, o limite máximo sempre foi 27 t. Isso não é feito à toa, isso era uma carga completa. Então, o produtor teria até uma carga de uma carreta para levar para a sua propriedade, e isso foi desconsiderado pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos, que está instalado no Ministério da Agricultura, mas há a participação de outros Ministérios além do Ministério da Agricultura, como o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, a Secretaria do Tesouro Nacional, além da Casa Civil. Então, achamos que uma das razões preponderantes foi que essa resolução, em 2014, fez despencar o consumo em Santa Catarina.

Numa conversa muito adiantada que já temos com o Ministério da Agricultura, estamos conseguindo sensibilizá-los e estamos tentando propor, na próxima reunião do Ciep, que se passe para 20 t. Aí há uma conta: como é que nós chegamos a 20 t? Pegamos pela renda bruta anual do pequeno criador que tenha DAP, que esteja inscrito no Pronaf, em que ele pode chegar, no máximo, a R$360 mil de renda bruta por ano. Aí, fizemos uma conta, o Senador Dário Berger me falava em R$3,2 o quilo lá, e estávamos aferindo R$3,1. É melhor ainda que esteja R$3,2, Senador. Eu estava vendo que era R$3,1. Teríamos uma propriedade pequena, que tem em torno de 45 matrizes, que geram 23,8 filhotes por ano cada uma. Essa soma de 45 vezes 23, e 110 quilos, mais ou menos, o suíno que vai ser vendido...

(Soa a campainha.)

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Isso daria em torno de R$360 mil, caracterizando aí esses pequenos criadores, e o Ministério da Agricultura tem todas as possibilidades de aumentar essa cota, que é muito importante.

Eu acho que está acabando, Senadora.

Isso aí é o histórico de preços no ano. Estamos em janeiro, quando estávamos oferecendo o preço em Santa Catarina, que hoje está R$49,67. No mercado, vislumbramos R$53 até R$56, como foi ventilado aqui.

É importante dizer que o Programa de Vendas de Balcão – para quem não conhece – é um programa que tentar vender aos pequenos criadores ao mesmo preço de bolsa de valores ou do preço do mercado atacadista, que seria o recurso utilizado para os médios e grandes criadores, então tentamos o preço do mercado atacadista.

Agora, o que se pode fazer dos normativos, da lei agrícola, o que é permitido para a Conab fazer está sendo feito. É através de alguma lei, como em 2012, que seria instituído um subsídio. Além disso, nós não podemos fazer, nós temos que trabalhar na outra ponta, temos que trabalhar na garantia de ter estoques. A Conab tinha até 13, 15 milhões de toneladas estocadas nas suas unidades armazenadores; hoje não temos 1 milhão de toneladas. Então, é uma coisa para trabalharmos, não só milho, como outras culturas. Então, isso é importante.

É importante a celeridade nas tomadas de decisão. O Ciep tem que estar antenado, na Conab, somos analistas de mercado, e o mercado exige tempestividade para a ação. Nós estamos sentindo algumas dificuldades com essa conversa de vários Ministérios, pessoas que talvez não estejam tão antenadas e vivendo o calor do mercado. Decisões que a Conab sempre tomou historicamente tem que ser tomadas dentro de uma semana, às vezes, dentro do mesmo dia, e isso está demorando, às vezes, muito tempo. Então, estamos perdendo, às vezes, o *timing* do mercado.

Estamos aqui para ouvi-los e tentar, unidos, sentar, arranjar as políticas para conseguir atenuar esse quadro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Dr. Newton, eu lhe agradeço.

Como o foco da audiência requerida pelo Senador Dário Berger é a emergência e a conjuntura, e a outra exposição é mais de análise de futuro, de questão estrutural da produção de milho, vamos agora nos ater a essas.

Até agora, já sabemos o que é preciso fazer, mas que não foi feito. Eu ouvi até declarações da Ministra Kátia Abreu dizendo que uma proposta seria reduzir PIS e Cofins para a importação de milho, para resolver o problema, mas, até agora, como disse o Dr. Newton muito bem, há a demora. São vários Ministérios – Planejamento, Fazenda, Tesouro Nacional – para saber. Numa situação de crise financeira da União, é mais complicada ainda uma operação dessa natureza.

Como disse o Losivanio, o suinocultor tem pressa. Os animais precisam comer; se não comerem, vão morrer, e o bolso do coitado do suinocultor vai sofrer as consequências e ele vai parar de trabalhar.

Então, nós vamos terminar com o Dr. João Salomão, que é o Coordenador Geral de Assuntos de Pecuária da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e depois, em seguida, começamos com as perguntas dos nossos Senadores.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO – Bom dia a todos!

Em nome da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, quero agradecer o convite. Quero agradecer também a Presidente da Comissão de Agricultura, Senadora Ana Amélia, o Senador Dário, pela iniciativa, e os colegas de Mesa.

Como disse a nossa Senadora, vou ser bastante focado nas questões emergenciais. O problema de conjuntura foi bem esclarecido. O Ministério da Agricultura, na minha área especificamente, acompanha diariamente esse setor, junto com os outros setores da pecuária. Nós temos monitoramento e boletins diários.

Acompanhamos junto com a Embrapa e com a Conab a questão da evolução dos custos de produção, a relação também do valor da produção com o milho, e estamos cientes que a situação neste momento é até um pouco mais, eu diria, intensa do que foi em 2012, conforme foi referido aqui como uma situação de emergência que suscitou medidas, àquela época, também emergenciais.

Àquela época, estávamos em uma relação em torno de quatro... A relação do suíno, o preço do suíno e do milho chegou a três, três e meio. O custo de produção que se falava à época era de uma perda de 60, 70 ou 80 reais por animal; hoje está se falando em 100 ou 120. Então, de fato, temos uma situação mais agravada do que foi em 2012.

Em relação às medidas corriqueiras do Ministério da Agricultura dentro do Plano Agrícola e Pecuário, não preciso salientar muito, mas temos linhas de custeio, linhas de investimentos focados no setor da suinocultura, algumas até com taxa de juros menor do que a taxa básica do crédito rural, como é o caso do Programa Inovagro, que é a inovação na produção rural. Eles têm taxas de juros de 7,5% e é focado na suinocultura, na modernização da suinocultura. Então, temos essas medidas corriqueiras dentro do Plano Agrícola.

Em relação às medidas emergenciais, nós já recebemos visitas dos representantes do setor, do Legislativo nosso, desta Casa, e algumas respostas já foram produzidas. Por exemplo, neste ano já foram colocadas à venda dentro dos estoques da Conab um volume já superior a 500 mil toneladas vendidas, colocadas no mercado.

Em relação ao Programa Venda de Balcão, também já foi analisado e aprovado, numa instância até da Câmara Interministerial dos Estoques Públicos, a locação de mais 160 mil toneladas para ser colocadas no programa de venda de balcão.

E também numa situação emergencial agora em abril, nós conseguimos aprovar, numa reunião extraordinária, uma linha de financiamento de retenção de matriz que foi mencionada aqui. Quer dizer, nós temos um adicional de dois milhões e quatrocentos mil por produtor com prazo de dois anos e taxa de juros de 8,75% ao ano.

Foi mencionada aqui a questão da garantia que tem alguma dificuldade de operacionalização junto aos agentes financeiros. Essa é uma iniciativa nossa de não colocarmos essas questões dentro da norma geral, para que os agentes financeiros possam ter a liberdade de trabalhar com isso.

Então, hoje, essa é uma questão não da norma, mas, sim, dos agentes financeiros. Talvez a gente pudesse conversar com os agentes financeiros nesse sentido e ver como viabilizar isso em função, hoje, do comprometimento da garantia dos suinocultores. É possível que, nesse sentido, façamos alguma gestão.

Como também aqui já foi mencionado pelo colega Nilton, da Conab, já estamos em fase de elaboração da proposta, já está na segunda discussão dentro dessa câmara técnica a questão de aumentar os limites de venda de balcão. Os limites, de fato, hoje, frente à realidade do setor, ficaram muito baixos. Se estamos falando aqui que 20 mil toneladas que atenderiam o produtor com 45 matrizes; seis mil toneladas seriam 12, 13, 14 matrizes. Então, nós estamos vendo que é muito pequeno, ou seja, o produtor hoje está sendo atingido por essa limitação de seis mil toneladas.

E para o futuro, então, o que poderemos, neste momento, trazer aqui à discussão e apreciação dos senhores? O que foi feito em 2012? Praticamente nós colocamos todos mecanismos de apoio à comercialização à disposição do setor. Naquela oportunidade, nós criamos um preço mínimo, nós definimos um preço mínimo dentro da Política de Garantia de Preço Mínimo; chegamos a aprovar a portaria de equalização, que foi em agosto de 2012, mas felizmente para o setor os preços começaram a reagir e nós não fizemos nenhuma atuação naquele período.

Também criamos, em 2012, um crédito de apoio à comercialização de leitão, que foi uma demanda do setor. Quer dizer, então, tudo isso dentro de uma perspectiva de melhoria da situação da suinocultura. Não seria viável nós criarmos uma linha de retenção de matriz, uma linha de estocagem de carne suína para cinco

ou seis meses se não tivéssemos ali na frente uma perspectiva positiva. Senão nós estaríamos contribuindo para agravar a crise. Mas o início do ano se mostra sempre um período de baixo preço, em função de férias e de menor consumo, e o segundo semestre se apresenta sempre mais favorável, até mesmo pela chegada do inverno, pois o inverno estimula um pouco mais o consumo de carne suína. As exportações se intensificam a partir de julho, agosto, setembro. Nós sempre conseguimos imaginar que no segundo semestre as condições melhorem. E é nesse sentido que sempre propusemos essas linhas de carregar um pouco o estoque, tirar um pouco o estoque do mercado e, ali na frente, nós termos uma situação que possa contribuir para melhorar a liquidez do produtor.

Também em 2012, numa situação bastante extrema, nós aprovamos a renegociação de dívida dos suinocultores. Naquele momento não havia caixa para o produtor liquidar as dívidas de custeio e de investimento. Essas medidas foram tomadas em 2012. Naturalmente que elas dependem de alguma ação do Governo, mas são possíveis de serem tomadas também. A questão do preço mínimo, as linhas de estocagem de leitões, por exemplo, dependem de um voto do Conselho Monetário Nacional. Mas está ao alcance do Ministério da Agricultura propor isto. Acho que cabe uma análise. Para tanto, estamos sempre em contato com o setor, pois temos uma câmara setorial de aves e suínos que é a ressonância do setor junto ao Ministério da Agricultura e nós temos continuamente trocado informações com o setor.

Essa própria criação da linha de retenção foi uma demanda que veio da PCS e nós até conseguimos aprovar com uma certa urgência, em que pese, às vezes, as ações demorarem um pouco mais.

Então, nesse sentido, eu trago para vocês esta questão: o que já fizemos, a linha de retenção. Já estamos bem avançados em aumentar o limite de venda de balcão. Conseguimos mais 160 mil toneladas para colocar à disposição dos produtores em venda de balcão. E existem essas outras possibilidades, que eu acho que nós poderíamos, durante a discussão, ver se seriam viáveis neste momento. Sempre ressaltando que elas são efetivas quando, ali na frente, temos uma perspectiva de mercado. Se essas matrizes não ficarem hoje com um estímulo de retenção, elas vão para o mercado e, no curto prazo, isso agrava ainda mais o problema. Assim, é nesse sentido que a gente tem acionado esses mecanismos da política agrícola.

Eu me coloco à disposição e agradeço mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. João Salomão. O senhor já dá uma sugestão de interlocução com os agentes financeiros, a questão das linhas de crédito, para as quais já há um comprometimento do suinocultor com os financiamentos, pois já estão endividados de alguma maneira... Na verdade, lembro que aquela foi mais uma crise de mercado interno da suinocultura em 2012, em que houve, de parte do setor, uma articulação com os supermercados quando foi possível se chegar a estratégias de comercialização. Portanto, é bom distinguir.

Há uma dúvida, Senador Dário Berger, que vou lançar para a produção.

Com o dólar tão elevado e Santa Catarina tendo uma distinção especial de condição de livre de aftosa sem vacinação, ou seja, do ponto de vista sanitária, e para essa carne tão especial, que é a carne suína, Santa Catarina está numa posição privilegiada, pois nenhum Estado brasileiro conseguiu essa certificação da Organização Mundial de Saúde de Animal. Então, considerando o dólar elevado e essa qualificação, Santa Catarina não aumentou a exportação de carne suína?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILO DE SÁ – Senadora, se eu puder contribuir aqui?

Se a gente analisar de janeiro a março deste ano comparado com janeiro a março do ano passado, o Brasil exportou quase 80% a mais de carne suína...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Neste ano?

O SR. NILO DE SÁ – Neste ano. Só que tem um detalhe, em 2015 foi o pior trimestre da última década. Então, a nossa referência do ano passado é muito baixa. Isso em geral, não só em Santa Catarina. Se a gente comparar, por exemplo, com 2009, que foi um ano em que chegamos a 600 mil toneladas, a diferença é de 20%.

O que eu digo é que 85% ou 86% da produção...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não significa...

O SR. NILO DE SÁ – ... da produção brasileira tem o seu consumo dentro de casa. Então, teríamos que aumentar a exportação para 800 mil toneladas ou 900 mil toneladas para realmente desafogar o mercado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. ENORI BARBIERI – Presidente, só para complementar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. ENORI BARBIERI – Posso complementar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Seriam os Senadores agora.

O SR. ENORI BARBIERI – Só dobraram as exportações, mas os mercados direcionados foram China, Hong Kong e Rússia, que pagam menos do que estavam pagando no ano passado. Então, está se vendendo a um preço muito baixo que não pode ser repassado ao produtor, porque a indústria também está vendendo o dobro, mas está ganhando metade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Passo agora a palavra ao Senador Dário Berger, que é o autor do requerimento. Em seguida, pela ordem de chegada, ao Senador Donizeti e ao Senador Blairo Maggi.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Presidente, preliminarmente quero agradecer a presença de todos os expositores. E sendo bem objetivo como V. Exª exige de nós aqui, principalmente de mim, não tanto quanto do Senador Blairo Maggi...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É porque eu gosto mais dele. É por isso.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É porque a roça do Senador Blairo Maggi é maior que a minha, entendeu?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bom. Está bom.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Então, para não ficar só na retórica novamente, porque, de certa forma, esse assunto dentre outros assuntos de relevância nacional da agricultura brasileira já fez parte do dia a dia das nossas preocupações.

Eu mesmo já participei de algumas audiências com a própria Ministra, quando os produtores de Santa Catarina expressaram uma preocupação, levaram o diagnóstico e apresentaram também algumas soluções e algumas reivindicações, como foram feitas aqui na audiência pública.

Acontece que o Brasil, o Governo tem uma inércia muito grande. Parece-me que a gente identifica a problemática, mas demora muito para encontrar os caminhos e as soluções, que, muitas vezes, são emergenciais, como é o caso, hoje, da suinocultura não só em Santa Catarina, mas no Rio Grande do Sul e outras regiões do Brasil.

Considerando esse diagnóstico dramático e preocupante que se apresenta, eu queria fazer muito mais uma proposta de encaminhamento do que novas perguntas, porque as perguntas que nós formos fazer aqui, invariavelmente, já foram de certa forma todas elas abordadas pelo que eu percebi. E vi aqui com a minha assessoria uma série de perguntas a fazer e cheguei à conclusão que praticamente todas elas já foram abordadas pelos nossos expositores.

Em primeiro lugar, queria fazer uma sugestão para V. Exª como Presidente da Comissão de Agricultura, qual seja, que nós possamos tirar daqui um diagnóstico e encaminhar essa nossa preocupação ao Ministério da Agricultura e também para o Governador de Santa Catarina. Em segundo lugar, na minha opinião, uma das formas de a gente não resolver o problema é colocarmos uma pauta de reivindicação com um número exagerado de solicitações. Na condição de prefeito, na época em que eu exercia um mandato executivo, quando alguém me vinha com uma lista de 20 a 30 reivindicações, possivelmente eu não atendia nenhuma delas. Mas se ele resumisse essas reivindicações em duas ou três para começar a resolver o problema e depois dar continuidade, com certeza o esforço era bem maior. E eu acredito que aqui não é diferente. Então, que pudéssemos resumir.

Portanto, queria pedir que a gente pudesse resumir mesmo. Então, qual é o maior problema que nós enfrentamos? Qual o primeiro problema, o segundo e o terceiro? Ou seja, ao invés de ficarmos numa pauta ampla e exagerada, com uma solução definitiva para o problema que a gente sabe que não vai ocorrer, que a gente possa começar a resolver os primeiros problemas que precisam ser enfrentados.

Eu imagino quais sejam alguns problemas, mas não sou especialista na área, inclusive quero registrar aqui com muito prazer... V. Exª já ia fazer– e, claro, vou deixar que faça –, mas não poderia deixar de dizer que é um companheiro extraordinário de Santa Catarina o Deputado Federal Valdir Colatto, uma das maiores autoridades do agronegócio de Santa Catarina e do Brasil, com atuação destacada aqui, no Congresso Nacional, e uma pessoa extremamente reconhecida não só por nós, Senadores, mas também pelos seus pares, bem como por todas as pessoas do segmento ligado à agricultura.

Então, deixo esta minha sugestão para que a senhora pudesse sintetizar, dos nossos expositores e dos nossos Senadores, uma lista mínima, encaminhar isso e acompanhar *pari passu*, exigindo dos nossos governantes a solução para esse problema que estamos enfrentando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Vou lhe dizer aquela coisa do repórter. O Senador Blairo Maggi e o Senador Moka, com quem estamos solidários, costumam brincar comigo: 'a moderadora de televisão. Então, a gente já resume.

Já compreendi que a urgência e a emergência são a redução PIS/Cofins na importação do milho, especialmente do Mercosul; e equalizar a questão do ICMS, que é pesado ou talvez mais pesado do que o próprio PIS/Cofins. Então, essas duas medidas são emergenciais. E encontrar uma forma – o que a Secretaria da Agricultura de Santa Catarina já vem fazendo – de acertar com os transportadores da logística de ferrovia a vinda do milho do Mato Grosso para Santa Catarina.

Eu penso que é esse o resumo do que a gente ouviu até agora. Outra medida, como o Secretário Salomão falou, é uma interlocução com os agentes financeiros para dar uma aliviada nas exigências. Não que se vá tirar, mas que se crie uma condição temporária – não o endividamento – para acessar recursos para o fluxo de caixa desses agricultores na compra do milho de que eles precisam nesta hora.

Passo a palavra de imediato ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, nossos convidados, Senadores...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quero também renovar, Senador Donizeti, a referência que fez o Senador Dário Berger ao nosso colega Valdir Colatto – Senador futuro; cuide-se, Dário Berger! – que está vindo com frequência à Comissão. E já falei também para o Ricardo Ferraço, porque também há um Deputado do Partido Verde do Espírito Santo que gosta de vir aqui. Então, já avisei a ele que se cuide.

Senador Donizeti, desculpe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós vivemos uma crise que exige ações emergenciais. Eu não sou experiente na questão da suinocultura. Em regra geral, de forma genérica, compreendo um pouco mais da agricultura do que da pecuária e de outras áreas, mas sei que vivemos uma coisa que é inerente ao modelo.

Temos uma baixa oferta de carne suína, ou seja, uma baixa demanda de carne suína e uma alta oferta de milho para exportação, uma alta demanda de milho para exportação e outras coisas. Isso naturalmente faz o preço do milho subir enquanto temos o preço da carne suína mais baixo.

Nós precisamos aproveitar as ações de emergência diante do aumento da crise e, dado o histórico colocado pelos senhores aqui – muito bem colocado –, fazer um planejamento de longo prazo que passe pela educação financeira.

Ou seja, você não pode investir tudo o que você tem na alta, porque você precisa de reserva para os tempos de baixa. Além disso, a política de logística e a política de oferta do milho, por exemplo, precisam ser programadas também para esses tempos de crise.

Eu estou vendo que, de quatro em quatro anos, há uma crise – pelo que foi colocado aqui hoje. Então, nós temos os elementos para fazer um planejamento de longo prazo. Ao que parece, nem para o lado dos produtores nem para o lado dos governos, isso tem sido feito.

Nós falamos muito aqui da logística. A situação do milho do Mato Grosso pode piorar um pouquinho mais. O Senador Blairo Maggi está pensando e trabalhando para que possamos fazer etanol de milho. Por que isso? É para prejudicar o suinocultor? Não! É para agregar mais valor ao milho que nós estamos exportando. Então, nós também precisamos ter uma oneração para a exportação e uma desoneração para o consumo interno do milho, porque, se nós não tivermos uma oneração para a exportação, vai-se exportar e vamos ficar sem milho para abastecer o mercado interno. Ocorre que esse tipo de compensação não é aceita naturalmente por um lado da moeda. Então, nós vivemos um conflito que precisamos administrar como uma diretriz estratégica para a segurança nacional da produção.

Sobre a questão de Santa Catarina, eu estava falando aqui um dia com o Senador Dário Berger: é preciso também perceber que vamos ter que fazer mudanças. Se nós não crescermos a produção de milho em Santa Catarina e o Governo não retiver parte da produção para abastecer o mercado interno, criar mecanismos para isso, não vai adiantar crescer a produção. Paranaguá está ali, e vamos exportar o milho do mesmo do jeito, porque o mercado está demandado.

Então, nós temos a necessidade de ações urgentes para superar este momento e aproveitar a oportunidade para um planejamento de longo prazo. Temos que pensar outras alternativas para a economia catarinense ir, de certa forma, transitando, para os produtores não ficarem dependentes só da suinocultura, porque isso vai ocorrer sempre. Não podemos botar todos os ovos em um cesta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Donizeti. Didaticamente o senhor explicou.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só mais uma questão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Sim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero dizer que hoje, para mim, foi uma aula que eu vou guardar com muito carinho, porque aprendi muito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada.

Aliás, dentro da lógica do Senador Donizeti, o Antoninho Jose Zanuzzo, de Santa Catarina, nos mandou algo. Lembro que esta audiência pública é transmitida ao vivo pela TV Senado. Então, há uma interatividade. Lá de Santa Catarina, o Antoninho Jose Zanuzzo escreveu o seguinte:

> Falta gestão para a suinocultura brasileira [o que alguns dos expositores mencionaram]: gestão dos volumes produzidos, consumidos e exportados; gestão da matéria prima básica – milho e soja. Com quem está a liderança de nossa suinocultura? [ele pergunta.] Com o Mapa, a Abipecs, a ABCS, o Sindicarnes, as agroindústrias? [É o questionamento interessante que ele faz].

E a Anna Flavia Baranski, de Santa Catarina, constata: "O preço do milho não só revela como anda o cenário da suinocultura, mas também o da avicultura catarinense!".

Passo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, se a senhora não se incomodar, eu gostaria de ouvir primeiro o nosso Deputado por Santa Catarina, Deputado Valdir Colatto, já que ele vive esse drama junto com os produtores e deve estar fazendo gestões junto ao Governo. Não me incomoda nada ouvi-lo primeiro e, depois, fazer o encerramento da nossa participação. Temos tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Hoje o senhor manda, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor manda.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Foi só chegar atrasado que a senhora me deu moral hoje!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É para confirmar o que diz o Senador Dário Berger, para não deixá-lo mentir.

Eu nunca fui ao Mato Grosso, mas já estive em Santa Catarina, em Chapecó, a pedido do Senador Dário Berger e do Deputado Valdir Colatto. E aprovamos, por designação – agora vem o troco... Ele foi designado Relator de um dos mais importantes projetos que interessam à suinocultura, à avicultura, aos laticínios e à produção de tabaco, que são os chamados integrados.

O projeto nasceu aqui no Senado – fico muito honrada, porque fui a autora do projeto. Aliás, reconheço também que, lá na Câmara, o Deputado Colatto já havia tomado uma iniciativa semelhante. O projeto daqui caminhou rápido, chegou à Câmara. Ele assumiu a relatoria, fez um substitutivo, que foi uma concertação de todas as áreas, tudo. Depois de tudo acertado, foi aprovado na Câmara, mesmo com essas dificuldades políticas que estamos vivendo.

Na quinta-feira, foi aprovado no Senado Federal, com a relatoria recomendada pelo Deputado Valdir Colatto. Com muita alegria e prazer para mim, Presidente da Comissão de Agricultura, deleguei ao Senador Dário Berger – porque Santa Catarina é a capital dos integrados – a feitura do relatório. Fiz um requerimento também à Mesa do Senado para que – em vez de repassar em todas as comissões, o que significaria procrastinar ou demorar mais – a gente fizesse diretamente em Plenário. Isso foi feito na quinta-feira, com muito brilho, pelo Senador Dário Berger. (*Palmas.*)

Então, precisamos fazer esse reparo histórico também, para verem que estamos trabalhando em relação a isso. E para confirmar também, Senador Blairo Maggi, o acerto de solicitar que o Deputado Valdir Colatto emita um juízo a respeito da crise, porque ele conhece bem o setor.

Com a palavra o Deputado Valdir Colatto, que nasceu na minha terra também, Lagoa Vermelha.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Lagoa Vermelha. Sou gaúcho e gremista.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Tem dois defeitos: gremista...

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Agora chapecoense.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Menos, Senador Blairo!

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, obrigado pelos elogios e pela citação do nosso trabalho com o Senador Dário Berger, nosso companheiro de todas as horas. A gente tem trabalhado em consonância.

Quando eu estava em campanha, eu apresentava o Dário Berger como nosso representante da agricultora lá em Santa Catarina. Ele tem origem na agricultura também, o pai dele foi agricultor. Embora Prefeito de Florianópolis, ele acompanhou e está indo muito bem.

A gente antevia que chegaria esse projeto, que V. Exª encaminhou aqui no Senado. A gente trabalhou na Câmara e convergiu para agora aprovar.

Nós estivemos em visita a Aurora, e eu dizia: quem sabe a gente pega o relatório do projeto da Ana Amélia na Câmara, e o Dário, no Senado. E falamos lá com a nossa diretoria, isso coincidiu e andou.

Portanto, realmente queria parabenizar V. Exª e todos os que ajudaram o nosso projeto, as parcerias. Acho que é um avanço que vai regular esse setor, que não tinha uma legislação.

Cumprimento o Nilo de Sá; o Losivanio – que é o Presidente da ACCS, que está aqui também, é um grande companheiro que está conosco –; também a CNA, através do Victor. Eu queria cumprimentar o Salomão, do Mapa; o Newton Araújo, da Conab – com quem eu quero uma conversa, porque nós temos que falar sobre esse assunto –; o Athinho, que está lá na Secretaria de Agricultura. Cumprimento também o Barbieri, Presidente da Cidasc, que é o órgão de fiscalização; os companheiros que estão aqui; os Senadores – o Senador Blairo Maggi, nosso Senador do Mato Grosso.

Eu queria simplesmente colocar algumas coisas e pedir desculpas pela chegada aqui – hoje de manhã foi tumultuado para a gente chegar aqui. Eu sabia que tinha que chegar às oito horas, porque a nossa Senadora chega aqui às oito horas – a agricultura levanta cedo. Eu precisava estar aqui, mas tinha umas entrevistas agendadas e não pude estar presente.

Agora está lá a CPI da Funai e do Incra – nós somos Relator da Funai –, que realmente nos trazem uma grande preocupação para a agricultura. Há uma notícia, Senadores, de que a Presidente está buscando áreas para desapropriar em todo o País, na área de indígena e na área de assentamentos. Nós estamos muito preocupados com isso, porque o conflito vai se agudizar e nós não queremos guerra, queremos paz. Acho que é uma questão que eu tinha que colocar aqui.

Eu acompanho realmente a questão da suinocultura, da avicultura, que é a integração em Santa Catarina, e todos esses processos que estiveram aqui. Eu não ouvi os expositores, mas ICMS, PIS/Cofins, logística, agentes financeiros, retenção de matrizes... Na verdade, nós estamos pecando muito, concretamente, na questão do planejamento da regulação de estoques, Senador. Santa Catarina sempre precisou de milho para ter a regulação do estoque.

A Conab, sinto muito dizer, realmente pisou feio na bola neste ano por não ter o estoque regulador, que é a função da Conab. O que a Conab faz? Quando há sobra, ela acaba comprando para melhorar o preço. Quando falta, ela coloca no mercado para equilibrar o preço.

Infelizmente, a Conab não fez esse estoque. Hoje não sei o que é que tem, mas talvez 500 mil toneladas. Descuidou-se dessa questão da relação do dólar. Todo mundo quer ganhar dinheiro. Quando você tem um preço lá fora melhor, claro que pessoal vai vender. E o mercado, Senador, não pode ser amarrado nesse processo; o mercado é oferta e procura.

Nós teríamos grandes problemas se se mexesse nessa questão, até porque a agricultura é que está segurando o País em pé em termos da relação da balança. Se não houvesse agricultura, que hoje tem 80 bilhões de superávit na exportação – outros têm 20 de déficit, todos os outros setores do Brasil –, o Brasil estaria quebrado, nossa moeda não valeria nada. Então, nessa relação nós temos que deixar o mercado fluir.

Claro, o pessoal teve o dólar alto, o preço melhorou, foi à exportação. Mas o Brasil, a Conab, teria que ter planejado para manter o necessário nesse estoque para o Brasil, principalmente para nós em Santa Catarina, que temos um problema terrível de logística. O nosso problema é logística.

Não se pode ter uma situação em que – o Senador Blairo conhece bem esse assunto – o custo de uma tonelada de grãos da propriedade até o porto... Nos Estados Unidos, custa US$17; na Argentina, US$24; no Brasil, US$81. Então, o nosso problema é mesmo a logística. Se nós não tivéssemos o problema de logística, o milho que o Mato Grosso e o Centro-Oeste produzem chegaria com preço razoável lá. Agora, você não pode ter o frete mais caro do que o produto, como está acontecendo hoje. E é esse o problema.

Em Santa Catarina – o Barbieri sabe – nós precisamos de algo em torno de seis milhões de toneladas. Como produzimos algo em torno de três, precisamos importar. Então, de que nós precisamos? De um estoque regulador em Santa Catarina, principalmente para o milho de balcão – os pequenos produtores não integrados, independentes, estão sofrendo com isso.

As indústrias vão buscar fora, mas lá também o preço é alto, e o custo/benefício hoje está inviabilizando a própria indústria, mesmos aquelas integradas, porque a margem ficou muito pequena.

Então, realmente nós temos, além dos custos que o Governo disse que vai tirar – PIS/Cofins em um milhão de toneladas, o que vai dar uma amenizada... Mas nós precisamos ter um estoque regulador.

Para se ter uma ideia: nós temos um armazém que foi projetado para Xanxerê, a minha cidade em Santa Catarina, há quase três anos, mas ele não saiu do papel ainda. Conseguimos o terreno, o projeto está feito, o Banco do Brasil ficou de tocar isso, mas não consegue tocar, não saiu do chão a obra. O que seria? Um estoque

regulador de cem mil toneladas. A Conab abasteceria permanentemente esse armazém – entrada e saída – e regularia o preço.

Agora, o que a Conab está fazendo? Mandou alguma coisa de milho de má qualidade, em 2008, a R$37 – o Losivanio, que é o nosso Presidente da ACCS sabe disso. O milho que está sendo oferecido agora, quando chegou a Santa Catarina, chegou acima do preço de mercado.

Eu fui lá na Conab reclamar, inclusive, com o Presidente da Conab, e disse que aquilo não era possível. O milho estava, na época, em torno de R$40 a saca, e a Conab colocou a R$44 o preço de venda, quando ela teria que colocar o preço mais baixo para regular o mercado. Isso fez com que subisse mais ainda o preço do milho. Então, é falta de planejamento, com certeza. Acho que a Conab teria que trabalhar isso.

Nós temos que trabalhar, sim, a questão de logística, Senadora. As propostas que foram colocadas aqui pelo Dário Berger... Eu acho que é por aí. Mas, realmente, foi um erro de estratégia, de planejamento, de governo, porque, se tivesse planejado isso, nós teríamos o milho lá para os agricultores independentes, e as empresas também teriam condição de regular esse preço.

Há até milho em estoque em algum lugar, mas, como subiu o dólar e a exportação está boa, muita gente não está colocando à venda.

Eu estive nas cooperativas e disse para eles: "Olha, tem o milho, mas o pessoal não quer vender porque o preço aumentou. A Conab ia trazer um preço melhor para nós podermos baixar o preço, mas aumentou. Quer dizer, fez um efeito contrário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço ao Deputado Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Desculpe a...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu agradeço, e vou, depois da pergunta do Senador Blairo Maggi, passar ao Newton Araújo. Como a cobrança principal foi sobre o projeto desse silo de regulação de estoque em Chapecó, eu passarei ao Dr. Newton Araújo para que ele responda e nós vejamos a quantas anda o tal projeto, que não sai do papel.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Presidente Ana Amélia.

Cumprimento os nossos componentes da Mesa, representantes de governo e também das associações de criadores; também o Senador Donizete; o Senador Dário Berger; Valdir Colatto, Deputado de Santa Catarina atuante nessa área da agricultura, sempre fazendo um excelente trabalho lá na Comissão; e também, aqui ao meu lado, o Barbieri, que é de Santa Catarina e está nos prestigiando aqui também.

Presidente, eu ouvi todos atentamente. Não consegui ouvir a parte dos criadores, porque, quando cheguei, já haviam feito suas colocações, mas sei que, basicamente, nós estamos tratando aqui de preço de milho. É a condição de como colocar esse milho...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Que é o principal insumo para a suinocultura.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – É, é o insumo.

De fato, para mim, só há uma saída em toda essa confusão, e ela não é para agora. Agora a situação é de emergência, e emergência deve ser tratada como emergência. Os representantes do Mapa ou de outros órgãos que estão aqui precisam resolver internamente as confusões – são vários ministérios, acho que está errado isso.

Quando você lida com a agricultura, com a parte de pecuária, você não pode demorar um mês ou dois meses para tomar qualquer decisão, porque você já perdeu a lavoura, já perdeu a criação, já foi tudo embora. A decisão é de hoje para amanhã e tem que ser implementada de hoje para amanhã. É diferente de outras atividades em que você pode programar, pode desacelerar, pode fazer qualquer coisa.

Na suinocultura é mais complicado ainda. Eu conversei esta semana com o Raulino, que é um produtor lá de Campo Verde – ele estava em um voo aqui para Brasília. Lá em Mato Grosso, com o preço do milho barato – como vocês acham que é barato –, também é caro para a produção de suínos, porque o preço do suíno acabado, pronto, também é menor, está distante dos portos, distante dos centros de consumo. Então, também para o produtor de Mato Grosso não é fácil. E eles tomaram uma decisão que vem contra o mercado ainda, que é diminuir o tamanho dos quilos de abate de suínos de 110 quilos para 100 quilos, para diminuir o consumo de milho e faturar mais rápido também na granja. Quer dizer, isso vem contra o mercado, porque você oferta muito mais produto de imediato quando você já tem preços deprimidos. Então, tudo conspira contra a suinocultura neste momento.

Mas, para mim, olhando um pouco para o futuro, não vejo alternativa a essa que Santa Catarina está colocando, que o Colatto colocou, que o Barbieri me colocou aqui no particular: de criar, sim, uma estrutura de armazenamento na região de Santa Catarina e de a Conab, o Governo, fazer o seu papel, que é um papel de regulação.

Não adianta também a Conab – e falo Conab em nome do Governo – entrar no mercado comprando quando o mercado está receptivo para ser vendido para o exterior. Ela entra nos momentos errados. Então, precisa entrar no momento em que não há mercado internacional. Se o mercado está deprimido, é preciso ter instrumentos para a Conab entrar comprando.

Quando os preços dos fretes estão elevados, você vai competir com preço elevado para tirar milho de Goiás ou de Mato Grosso e levar para Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. É preciso aproveitar os momentos em que os preços dos fretes também estão deprimidos, que é exatamente quando você não tem mercadoria para os portos ou está com a exportação diminuída. Então, a alternativa da suinocultura é o Governo, a Conab funcionar bem e funcionar nos momentos em que o mercado está invertido.

Então, basicamente, tem que se dizer assim: nós temos que ter estrutura de armazenamento em Santa Catarina para receber – pública ou de um privado que se proponha a fazer isso –, esse transporte tem que ser feito nos momentos em que os preços dos fretes estejam mais baixos e a Conab tem que atuar no momento em os preços também não estejam sendo competitivos para a exportação. Não vejo outra alternativa.

Agora, para isso, é como falou o Senador Donizete: tem que se programar, tem que haver um programa, tem que haver uma estrutura,...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um planejamento.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... um planejamento. Não vejo outra alternativa. E também foi dito aqui pelo Senador Donizeti que nós, de Mato Grosso, estamos nos preparando e queremos fazer – já há algumas usinas funcionando – etanol de milho.

Por que nós queremos fazer isso? Porque na outra ponta, quando o mercado internacional cai abaixo de U$4 o bucho, por exemplo, nós do Centro-Oeste vamos morrer, não podemos fazer milho.

Nos preços atuais em que o milho finaliza, finais para o produtor no ano que vem, Senadora Ana Amélia, o produtor de Mato Grosso não consegue ter lucratividade nenhuma no milho. Então, está sempre se plantando no risco para frente, esperando.

Então, nós queremos também, por parte dos produtores, uma indústria que tenha uma competitividade que nos dê um ganho, ou uma previsibilidade de algum ganho durante o ano, para que possamos fazer o milho. O milho é importante para a cultura da soja, é importante para a cultura de algodão e é importante para os suinocultores, os avicultores e todos nós que militamos nessa área.

Então, não dá para olhar a questão do milho só por um ângulo, não é? A suinocultura precisa sobreviver e quer milho barato. Ótimo. Mas, do outro lado, há os produtores também, que precisam pagar as suas contas e precisam remunerar os custos de produção que lá estão sendo colocados.

A situação não é uma situação fácil, mas acho que é possível melhorá-la se o Governo atuar com planejamento e olhar que, no fundo e na hora certa, ele tem que dar suporte às atividades da suinocultura, principalmente no Sul do Brasil, onde ela é feita por pequenos produtores, e que esses pequenos produtores têm uma importância muito grande, social e econômica, nessas regiões onde eles estão estabelecidos.

Nós até brincamos esta semana no plenário, quando a Senadora Ana Amélia defendia a suinocultura no Sul e dizia: "É, mas é bom para Mato Grosso". Bom, o que é bom para Mato Grosso não necessariamente é bom para o Rio Grande do Sul ou Santa Catarina...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas tem que ser bom para todos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... neste momento. Mas nós precisamos compatibilizar isso, fazer com que todas as atividades permaneçam vivas. Todos nós precisamos ganhar dinheiro. Não dá para o suinocultor perder dinheiro, a avicultura perder dinheiro, o produtor de milho perder dinheiro. Meu pai, no Rio Grande do Sul, começou a vida dele ainda muito jovem, 17 ou 18 anos. A atividade dele era de criador de porcos na época, não era nem de suinocultor. Eles criavam porcos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porco mesmo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – ... na região de Torres, ali em Três Cachoeiras, e levavam esses porcos, caminhando, para Sombrio ou ali para Araranguá, que tinha um frigorífico – nem caminhão na época havia para levar os porcos. Então, desde que nasci, nós tivemos suinocultura. Eram os famosos "chiqueirões" que faziam lá dentro das APPs ainda, não é, Valdir? Agora tem que tirar tudo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Com lavagem, soja cortada antes do grão ainda para dar a rama para os porcos, cozinhar batata...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para dar volume.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – E eu lembro que meu pai sempre falava assim: "O dinheiro de porco é o dinheiro mais sagrado que existe no mundo, porque é difícil de ganhar". Quando vem, vem bastante, mas quando vai, vai bastante também. Então, não é uma atividade que tenha uma regulação. É ciclo de quatro, de oito ou de dez, mas sempre acontece, e acontecia lá com o meu pai, quando ele tinha 18 anos já acontecia isso.

Então, vai continuar acontecendo, e a alternativa para minimizar isso é um governo com um planejamento forte, criando essa infraestrutura de atuar nos mercados, quando for favorável, para beneficiar o lado do suinocultor e do avicultor sem prejudicar o lado do produtor.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bom o seu relato.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – E a senhora fica tentando cortar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, eu só queria acrescentar, Senador Blairo... O senhor chegou e explicou a razão por ter chegado aqui, teve uma audiência antes. Houve um vídeo de uma pequena agricultora, uma jovem que decidiu ficar no campo; ela estudou, mas, mesmo estudando, tendo conhecimento técnico, ainda assim, com muita dificuldade, luta para sobreviver com a criação de suínos lá em Santa Catarina. É um depoimento muito interessante.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só duas colocações – infelizmente eu vou ter que ir para outro compromisso que eu tenho no DNPM.

A primeira é que essa questão de armazéns gerais – aí eu entendo um pouco – não é fácil. A questão do armazenamento não é fácil. Você perde 2% ou 3% em um ano num produto porque diminui a umidade, diminui um punhado de coisas.

Você envelhece o produto no armazém. Então, a questão de planejar isso é muito importante. O primeiro que entra tem que ser o primeiro que sai, essas coisas todas são fundamentais.

Agora, nós não vamos resolver só com estoque regulador o problema de Santa Catarina – nós precisamos de 7 milhões de toneladas, produzimos 2 milhões de toneladas e temos um déficit de cinco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, precisa de cinco?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E essa questão colocada, de produzir mais 100 mil hectares, é assim: 100 mil hectares agora, mais cem, para você ir produzindo a sua própria matéria-prima lá.

E a outra questão é que é preciso também – aí está a Embrapa, estão os pesquisadores – estudar outra fonte de produção de proteína que possa também substituir a atual num determinado momento.

Por fim, eu queria perguntar: o milho representa quanto no custo final da produção de suínos?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Antes de eu passar a palavra para quem for responder, Senador Donizeti, registro que o Márcio dos Santos, de Sergipe, também está acompanhando esta audiência. Ele diz que precisamos modernizar – de novo o mesmo tema – a gestão das propriedades agrícolas. E ele sugere o incentivo à agricultura familiar.

Eu passo a palavra ao Dr. Newton Araújo – muitas das questões foram focadas pelo Colatto, pelo próprio Senador Blairo Maggi e pelos outros Senadores – para falar sobre essa questão dos estoques e, depois, para responder a pergunta de qual é o custo do preço do milho no custo de produção do quilo do suíno – aí, com o pessoal da ABCS ou com o Losivanio.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Obrigado, Senadora, pela oportunidade de dar a resposta. Na realidade, eu quero agradecer ao Deputado Valdir Colatto. Ele acaba nos dando a oportunidade de fazer uma defesa da Conab aqui.

Eu já tinha feito um breve comentário sobre a necessidade da tempestividade da ação no mercado por parte dos analistas da Conab.

No caso específico do milho, em março do ano passado, nós colocamos uma nota técnica e, em sintonia com o Ministério da Agricultura, tentamos já naquele momento fazer AGF, fazer compra de milho, já para ter um estoque ainda maior. E por definição do Governo – temos aí o Ministério da Fazenda e tudo –, acabou isso sendo, por motivos vários, postergado, o que acaba resultando no quadro que temos hoje de milho.

Ou seja, defendo que a Conab possa agir como sempre agiu, como botei no quadro. A gente tinha, num momento desses, mais de 13, 15 milhões de estoque de milho, mas agora nós temos coisa de um milhão de estoque posicionado. Então, é uma defesa tanto da Conab quanto do Ministério da Agricultura. A gente está sensível, está atenta, mas, por vezes, a gente depende de repasses de governo. Há uma crise aí que acaba, justificadamente ou não, impedindo a gente de fazer o que a gente apontou naquele momento. Então, é uma maneira de a gente até defender a Conab.

Com relação aos volumes disponibilizados, eu apresentei também, Deputado, que tranquilamente a gente atende... Pela linha histórica de consumo de pequenos criadores do Estado de Santa Catarina, nós botamos: lá nós temos hoje 43 mil toneladas posicionadas em Santa Catarina, e o consumo foi de 4 mil toneladas. Mas, se precisar, a qualquer momento a gente faz remoções e complementa o estoque além disso. Hoje nós temos dez vezes mais do que foi consumido no ano passado.

Com relação a preço. O preço a gente segue... Por determinação legal, nós temos que vender a preço de mercado atacadista – a não ser que haja uma lei específica para ter subsídio, a gente consegue ter um preço menor. Hoje o preço nosso está a R$49 lá, que é caríssimo, R$49 e pouco, e o preço de mercado lá está girando em torno de R$53. Então, é uma defesa também do preço.

Quanto aos armazéns: a gente também botou o corredor de abastecimento de Santa Catarina na apresentação, onde a Conab tem 11 armazéns. Em Estados como Pernambuco, por exemplo, nós estamos com apenas dois. Mesmo assim, em Santa Catarina, para o Extremo Oeste, a gente está tentando credenciar dois, ou seja, passaria para treze.

Então, é só para dar uma resposta às colocações feitas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu vou, então, passar a palavra ao Losivanio, porque o Deputado Colatto contesta essa política.

Losivanio com a palavra.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Respondendo sobre o volume de milho: é 60% do milho na ração. Para o senhor ter o entendimento aí.

Com relação à Conab...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, 60%...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Do custo. Do custo da ração, 60% é o milho.

Essa questão da Conab: ela entregou só esse milho porque ela é limitada. Nós temos hoje uma dificuldade muito grande para que a Conab libere o milho, aceite os cadastros – burocratizou um monte. Então, essa é a grande dificuldade que nós temos.

Se fosse liberar mais milho para produtor ou liberar da forma necessária, que eu mostrei ali também, com certeza não teria esse estoque de milho lá para regular o mercado. Teria consumido todo esse milho, porque há uma demanda grande, mas não há o atendimento da forma como deveria ser para a Conab, para a liberação desse milho.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um momentinho. Só um pouquinho.

Barbieri.

O SR. ENORI BARBIERI – Senadora, houve uma audiência com a Ministra da Agricultura, com o nosso Governador, nosso Secretário de Estado – até a foto foi mostrada aqui –, onde houve o compromisso da Ministra de transferir para Santa Catarina 160 mil toneladas via Conab, com 15 toneladas por produtor. Foi defendido aqui que isso está sendo estudado, mas é preciso dizer – e aqui, quando se fala, se fala das instituições, não se fala das pessoas – que os produtores de Santa Catarina não acreditam mais na Conab, porque a fase é falimentar.

Ontem nós falamos com a Conab de Santa Catarina – a Drª Maria Luísa cuida disso lá. Estão sendo transferidas para Santa Catarina 5 mil toneladas, foram arrendados aqueles dois armazéns que o senhor falou – ela já disponibilizou isso – e mais 6 mil toneladas. O consumo de Santa Catarina, de 160 mil toneladas, é para um dia. Então, Senadora, eu preciso dizer aos produtores catarinenses que essa é a realidade da Conab, porque não há esse milho, e falta fazer concorrência de frete. Vão quebrar os produtores, e o milho não vai chegar.

Desculpem, mas eu tenho que ser transparente com os produtores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Barbieri.

Passo a palavra agora ao Newton Araújo para responder os dois questionamentos.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Eu insisto que, para os pequenos produtores, nós temos posicionado milho lá. Para o médio criador e para o grande criador, realmente a gente tem que fazer outros instrumentos para atendê-los.

O que a Ministra falou, de 160 mil toneladas, foi comentado aqui que é para o Brasil todo, para o pequeno produtor. Então, há uma pequena confusão. Inclusive, o nosso colega aqui falou.

Nós temos 43 mil toneladas, temos mais 160 mil estocadas para mandar – talvez mais quinze, mais vinte –, só que o horizonte que nós temos, numa linha histórica, o máximo que Santa Catarina já consumiu – para pequenos criadores – foi em torno de 50, 60 mil toneladas. Se isso for necessário, nós teremos para atender numa gama de unidades armazenadoras muito bem distribuídas geograficamente em todo o Estado. Ou seja, nós teríamos a capilaridade, atendimento geográfico e quantidade.

A questão do preço: nós vamos ficar fiéis sempre ao melhor preço que houver. O preço que estiver disponível aos médios e grandes produtores nós vamos cumprir e entregar o mesmo preço para o pequeno produtor.

O SR. ENORI BARBIERI – Eu agradeço a sua franqueza.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – Sempre será assim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Barbieri.

Eu vou agora passar para cada um dos expositores, começando lá pelo Secretário, porque um dos pontos é ICMS, e essa não é uma parte do Governo Federal. Então, eu queria passar a palavra para o nosso Athos Lopes Filho para responder a questão levantada aqui, dois minutos. Vamos dar agora dois minutos para finalizar a complementação da audiência.

O SR. ATHOS LOPES FILHO – Bom, quanto a tirar o ICMS do milho a ser importado: é um assunto que, com certeza, tanto eu quanto o Barbieri iremos levar ao conhecimento do nosso Secretário Moacir Sopelsa. Com certeza, com toda a força que ele está fazendo para resolver esse problema momentâneo, emergencial, o problema da suinocultura principalmente, dos produtores independentes, que estão sem capacidade de investimento... A gente vai levar ao Governador e a gente tem quase que absoluta certeza, pelo conhecimento que tem do nosso Governador, da maneira dele agir, a gente vai conseguir fazer isso aí por um determinado período, emergencialmente, para resolver esse problema aí.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, meu caro Athos Lopes Filho.

Agora eu passo novamente para o Dr. Newton Araújo, da Conab, para a conclusão – dois minutos. Depois, para o Secretário Salomão.

O SR. NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR – É só para deixar a Conab à disposição: estamos lá na Superintendência de Abastecimento Social ou na Diretoria de Abastecimento – o Dr. Igor não pôde vir. Estão abertos os nossos telefones para qualquer audiência que se faça necessária, para tirar essas dúvidas e trabalharmos juntos para corrigir possíveis falhas – certamente elas existem, mas a gente está com toda a boa vontade para atender principalmente aos pequenos criadores, que dependem muito desse milho governamental.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Newton Araújo. O senhor se refere especialmente aos independentes, que não estão no sistema integrado, não é?

Agora, com a palavra, o representante da Secretaria de Política Agrícola, o Dr. João Salomão.

O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO – Mais uma vez, muito obrigado.

Fico com a missão, pelo que eu pude colher aqui das discussões, de reforçar junto aos agentes financeiros a questão da matriz como garantia das operações. O Ministério já está com uma ação junto ao Governo Federal em relação à desoneração do milho importado. Então, levo-a mais uma vez. Isso não depende exclusivamente do Ministério – a primeira ação, sim.

Em relação à Conab: eu acho que internamente nós temos que ver uma forma de agilizar essas 160 mil que já estão aí e dar celeridade também à questão dos limites da venda de balcão.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO ANTÔNIO FAGUNDES SALOMÃO – Muito obrigado, Excelência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço. É muito importante a intermediação do Dr. João Salomão e da Secretaria de Política Agrícola nessa demanda para reforçar as ações da própria Conab, já que a Conab é subordinada ao Ministério da Agricultura.

Agora eu passo a palavra por dois minutos ao Victor Ayres, que aqui representa a CNA na área específica da suinocultura e avicultura.

O SR. VICTOR AYRES – Obrigado.

Gostaria, então, rapidamente, de deixar como sugestão para os membros da Comissão o seguinte. A gente estuda muito a legislação e a gente vê que existe uma série de restrições legais e financeiras para a atuação da Conab. Isso já foi observado pelo Ministério da Agricultura e já está sendo trabalhada uma proposta de reestruturação para fazer uma Conab mais eficiente, que consiga atuar de forma mais eficaz no mercado.

Então, a minha sugestão para os membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária seria, exatamente, a gente fazer uma reunião com os Srs. Senadores para apresentar os pleitos, o que é que a gente espera dessa nova estrutura da Conab, e, assim, preencher essa lacuna, esse problema que existe, de atuação da Conab.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito importante, Victor Ayres. Muito obrigada.

Agora passo para o Nilo de Sá, que representa a ABCS.

O SR. NILO DE SÁ – O.k. Obrigado, Senadora.

Eu acho que a gente resumiu bem. Foi muito boa a sugestão do Senador de a gente priorizar três, quatro ações, e essas ações estão muito bem mapeadas. Nós, da ABCS, conversamos com bastante frequência com a Conab, na pessoa aqui do Tomé. A gente vem discutindo, por exemplo, esse aumento do limite já há alguns meses.

Eu acho que o momento agora é de celeridade. As ações estão mapeadas. Agora, realmente a gente precisa executar, efetuar essas ações, porque o nosso produtor não consegue mais esperar. Então, a gente espera, realmente, que haja essa priorização e a gente consiga efetivar as ações.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Nilo de Sá.

E agora o Losivanio, para encerrar a audiência.

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – Quero agradecer o nosso Senador Dário por ter solicitado esta audiência.

Quero agradecer-lhe também, Senadora. Nós catarinenses temos um grande carinho pela senhora, que sempre nos atendeu. O ano de 2012 ficou marcado por um pronunciamento seu no Senado e também hoje, aqui neste momento, quando abriu as portas para nós.

Quero dizer algo para todos vocês aqui, para vocês terem uma ideia do prejuízo que é a suinocultura. Eu sou suinocultor também, tenho 320 matrizes na propriedade. Quem está no ciclo completo tem neste momento R$2.050 por dia de prejuízo na atividade – R$2.050 por dia! Isso é para vocês verem o tamanho do prejuízo. É o mesmo que vocês todos que trabalham chegarem no início do mês e, em vez de receberem os seus salários, terem que pagar para a empresa onde vocês deram o máximo de vocês durante o mês. Essa situação precisa ser mudada.

O que está acontecendo hoje em Santa Catarina? Vários produtores estão pensando em abortar todo o plantel, em colocar medicamento na ração para abortar o plantel, porque hoje a matriz vale 70% do valor do suíno no mercado, que está em R$2,60. Então, o que acontece? O meu plantel lá, hoje, vale R$160 mil. Com um prejuízo de R$2 mil/dia, em três meses eu perco todo o plantel. É mais fácil parar a produção neste momento do que continuar. Então, esse é o apelo que a gente faz aqui quando fala da Conab e dos problemas todos que há.

Outra questão. Seis toneladas... Quem está em Concórdia vai buscar milho em Herval d'Oeste. São 120 km. As 6 toneladas, em cima de um caminhão, vocês imaginam quanto custa. Então, inviabiliza. Por isso é que nós temos de mudar essa realidade.

O Senador Blairo Maggi falou que nós queremos que baixe o preço do milho. Nós não queremos baixar o preço do milho, nós queremos ter lucratividade na nossa atividade. É inadmissível vender suíno a R$2,60. Nós queremos R$4,20, R$4,50, para pagar o custo da produção e vocês continuarem produzindo milho. É isso o que nós precisamos fazer.

Então, nós temos aí um grande problema. Em 10 anos nós vamos ter de passar pelo bem-estar animal, as matrizes não poderão mais estar em boxes, mas em baias coletivas que tenham a acessibilidade da qual todo mundo está falando. Para isso, serão necessários altos investimentos. As nossas estruturas. Em Santa Catarina, 70% das estruturas são antigas e não têm condições de fazer isso. Então, nós vamos perder essa excelência da mão de obra e essa excelência sanitária que nós temos.

Há outra questão que é muito complicada. Vocês viram que, no dia 6, houve audiência pública. A Ministra falou – não é, Barbieri? – das 15 toneladas. Ainda não aconteceu, e faz 22 dias. Quando se fala em emergência, em urgência, é para ontem, não é para daqui a um mês.

Outra situação é a questão das matrizes do plantel, do financiamento. Até hoje nenhum produtor conseguiu buscar esse financiamento na agência bancária.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LOSIVANIO LUIZ DE LORENZI – O dinheiro está lá, mas não consigo pegar. Então, essa situação não adianta. A política está aqui hoje, com vocês fazendo um trabalho excepcional para a nossa produção, mas quando chega nos agentes, que têm de tocar para frente, não vai mais. Então, o produtor... Até, ontem, um me falou: "Losivanio, você vai lá a essa audiência pública e não vai dar em nada. Infelizmente, a tartaruga se orgulha da velocidade em que ela anda quando fala nessas ações que não acontecem". Então, nós precisamos... Os encaminhamentos aqui foram muito bons, mas precisamos que aconteçam para amanhã, 29 de abril. Não é amanhã colocar de novo para amanhã e não acontecer. Então, esse é o apelo que faço aqui.

Agradeço a todos pelas participações. A ABCS, que é a nossa mãe aqui, sei, está batendo todo dia – cobro muito do Nilo, do nosso Presidente Marcelo –, mas não está chegando ao produtor. Precisamos que chegue ao produtor.

Essas críticas que a gente faz à Conab não são para atirar pedradas, mas para mudar o sistema. Nós não temos mais como ter... "Ah, porque a política foi assim até agora." Nós estamos aí para mudar. Sempre digo que, se alguém escreveu uma política lá atrás, alguém tem de mudar pela realidade em que nós estamos vivendo hoje.

Agradeço mais uma vez e parabenizo a Comissão. A gente está à disposição para ajudar a construir uma política para que o setor possa ser competitivo, ter a contribuição... A agricultura vem mantendo este País, mas sempre às custas de quem trabalha, de quem produz; ora é o produtor de grãos, ora é o produtor de carne que têm de pagar a conta, sempre.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada ao Losivanio.

Para encerrar, o Senador Dário Berger, autor do requerimento.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Só mais um minuto, Presidente. É só para eu resumir aquilo que todos nós já sabemos.

O Brasil, realmente, está muito distante dos nossos sonhos. A cada audiência pública de que participo, a cada dia aqui no Senado Federal, convenço-me mais de que o País não funciona, está atrasado.

O País sabe o que é preciso fazer, mas não faz, e é muito burocrático. Ele pode ser comparado a um carro velho com rodas diferentes: ele anda, mas não tem eficiência; ele não chega ao seu objetivo no tempo em que deveria chegar. Lamentavelmente, é o que a gente percebe no dia a dia.

Percebo a objetividade de V. Exª em algumas coisas como, por exemplo, o projeto dos integrados e dos integradores. Por que ele saiu? Por um planejamento estratégico montado pelo cérebro de V. Exª. Se não fosse por isso, ele estaria rodando aqui em todas as comissões ainda, e os integrados e os integradores estariam sem uma legislação específica que lhes garantir segurança jurídica e transparência para que pudessem ter oportunidade e consistência na produção das suas atividades. Então, tudo está relacionado a um planejamento estratégico.

Mas não adianta também nós cobrarmos da Conab um estoque regulador se, na verdade, ela precisa de recursos para adquirir o produto e não os tem. Pediu, solicitou...

É por isso que eu digo, Senadora Ana Amélia e Senador Blairo Maggi, que, na verdade, se nós perguntarmos a Newton Araújo... Ele sabe, ele imagina, já pode fazer um planejamento estratégico para o próximo ano, talvez para os próximos 5 anos ou para uma década. O problema é que, aí, nós emperramos no dia a dia por questões elementares que não saem, ainda mais no momento de crise que o País vive. Obter recursos para fazer um estoque regulador...

Estava pensando aqui que também não adianta a Conab, Senadora Ana Amélia, entrar no mercado, regular o mercado oferecendo preço de mercado. Ele tem de ter uma estratégia. Na verdade, essa é uma estratégia social e de desenvolvimento de negócios. Ele tem de vender um pouco menor. Isso força, evidentemente, a baixa do produto, se porventura isso acontecer.

Desculpem-me por me estender um pouco, mas este é um assunto muito fascinante. O agronegócio tem um papel estratégico no desenvolvimento econômico do País, uma vez que representa quase 25%, ou 25%, de tudo o que é produzido no Brasil. Produz 23%, 24% ou 25% do Produto Interno Bruto brasileiro e é responsável por mais de 40% das nossas exportações. E ainda é responsável por cerca de 1/3 da força de trabalho deste País. Começam, provavelmente, a acontecer as demissões, evidentemente, também no setor do agronegócio.

Então, penso que não podemos poupar recursos nem esforços para manter essa atividade viva, produzindo. Nós temos de apoiar quem produz, quem trabalha, quem está no dia a dia levando a riqueza deste País.

Além do mais, eu quero – só para concluir – dizer que nós precisamos ter uma política em Santa Catarina, do Governo do Estado, de ampliação da nossa produção de milho. Não é possível ficar com essa defasagem tendo, hoje, a tecnologia que nós temos, as áreas que temos. Estamos perdendo para a soja, na verdade, por uma questão de preço.

Pelo que percebi aqui, essas oscilações se dão exatamente porque...

No ano passado, o milho estava alto, o preço do milho teve uma configuração de alta e de baixa. Então, todo mundo migra, no ano seguinte, para produzir milho – ou para não produzir milho e etc., etc., etc. O estoque regulador depende de uma estratégia, de um planejamento estratégico, mas tem de ter como prioridade absoluta essas questões e as previsões das oscilações econômicas, que nós temos de observar no dia a dia para que a gente não incorra nessas oscilações de forma permanente. É importante, sobretudo, a vontade, a determinação e a garra de, quanto se tem um problema, resolvê-lo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso o que esperam de nós os suinocultores de Santa Catarina, Senador.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – É isso o que nós esperamos também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

Quero agradecer ao Senador Dário Berger pelo requerimento desta audiência esclarecedora. Esta audiência é para discutir o cenário da suinocultura, que vive uma aguda crise. O tempo e a pressa exigem providências muito importantes.

Quero agradecer a presença do Dr. João Antônio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral de Assuntos da Pecuária da Secretária de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que aqui também, publicamente, se dispôs a levar à Ministra e ao Secretário de Política Agrícola as demandas aqui apresentadas; ao Dr. Athos de Almeida Lopes Filho, Diretor de Cooperativismo e Agronegócio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca de Santa Catarina, da mesma forma, na questão específica do ICMS; ao Dr. Newton Araújo Silva Júnior, Superintendente de Abastecimento Social da Conab, da mesma forma – essa demanda emergencial atinge mais precisamente Santa Catarina em função da dificuldade de acesso à logística; no caso do milho, lá chega a R$53,00 a saca –; ao Dr. Victor Ayres, Assessor Técnico da Comissão Nacional de Aves e Suínos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representando a Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina – Faesc; a Nilo de Sá, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS), representando aqui Marcelo Lopes; e a Losivanio Luiz de Lorenzi, Presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS. Agradeço a todos novamente.

Comunico aos Srs. Senadores que amanhã, dia 29, sexta-feira, às 14h, no Município de Santa Rosa, em Santa Catarina, berço da soja, Senador Blairo Maggi – Santa Rosa é o berço da soja no Brasil, V. Exª conhece –, será realizado o terceiro seminário de 2016 do ciclo de palestras e debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir o cooperativismo como fator de superação das crises. Será a Festa Nacional da Soja. Vamos aproveitar esse evento para realizar essa audiência pública. Estão todos convidados.

Consulto o Senador Blairo Maggi se quer fazer uso da palavra.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, quero sim. Rapidamente, gostaria de comunicar aqui na Comissão de Agricultura – acho que V. Exª fez uma referência a isso no início da sessão de hoje – que nós aprovamos ontem, no plenário, o PLC 87/2015, que é de autoria do ex-Governador, Senador e Deputado Federal lá de Mato Grosso Carlos Bezerra. Foi relatado pelo Senador Medeiros, lá de Mato Grosso. Eu fui Relator *ad hoc*, também de Mato Grosso – um bem bolado do pessoal de Mato Grosso.

A lei mudou o entendimento sobre aqueles que tinham renegociação de dívidas, que tinham parcelamento de dívidas renegociadas com bancos, do Pronaf e também do FCO, do FNO. Essas pessoas eram proibidas de acessar novo crédito sem antes concluir todo o pagamento daquela renegociação. O PLC 87 retirou essa condição. Todos aqueles que estão em renegociação de dívidas, que assumiram a renegociação, que estão adimplentes, desde que tenham condições cadastrais, condições de crédito, de limite de crédito nos bancos, daqui para frente, poderão fazer outras operações. Isso atrapalhava muito. A gente sabe que o agricultor, o suinocultor, todo mundo se atrapalha de vez em quando. Aí, ao fazerem uma renegociação de dívida, não tinham mais como buscar outro financiamento, outro investimento, outro custeio ou coisa parecida.

Agora vamos contar com o bom senso da Presidente da República para que sancione essa lei que passou ontem aqui pelo Senado – já veio da Câmara – para que os agricultores, para os da agricultura familiar, os que tomaram empréstimos dos financiamentos do FNO, do FNE e FCO, possam ter vida normal e tranquila daqui para a frente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Até quero pedir desculpas a V. Exª. Ontem acabei usurpando...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Mas o projeto foi defendido duas vezes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Duas vezes. Eu estava com o 54, que tratava de uma política pública, que é de autoria do Deputado Alceu Moreira, do Rio Grande do Sul. Então, foram duas iniciativas importantes. Espero também que a Presidente da República sancione brevemente a lei. Não impacta financeiramente, mas estabelece aquilo que nós discutimos aqui: planejamento e também um controle maior.

Agradeço aos Senadores e renovo, em nome da Comissão de Agricultura, ao nosso querido Senador Waldemir Moka, as condolências da Comissão. Ele só está ausente hoje porque a mãe dele faleceu ontem. O Senador Moka é um combativo e atuante defensor do agronegócio. Foi assim na Câmara, como Deputado, e é aqui, como Senador. Então, ao Senador Moka e à família, as condolências da Comissão de Agricultura, de todos os Senadores, porque temos por ele um grande respeito.

Agradeço novamente a todos os participantes.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia cinco de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Blairo Maggi, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 009, de 2016, subscrito pelo Sr. Francisco Gaetani, Ministro interino de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Requerimento de Informações nº 67, de 2016, com pedido de dados estatísticos sobre a produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, bem como informações que possibilitem o cálculo do valor da produção em cada um dos assentamentos; Petição subscrita pela Associação de Desenvolvimento Rural Bento Jardelino, estabelecida na Fazenda Serrote da Umbiguda, zona rural de Casserengue, estado da Paraíba, que tem 72 famílias de agricultores como membros e requer providências para que seja efetivada a aquisição de um imóvel rural por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário; Documento "A economia agropecuária brasileira – o que fazer?", subscrito pelo Dr. Zander Navarro e outros, apresentado na Reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura, realizada por ocasião da 2ª Exposição Internacional das Raças Zebuínas (Expozebu), no Parque Fernando Costa, em Uberaba, Minas Gerais, promovida pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). A Senhora Presidente informa ainda que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária encaminhou o Ofício nº 146/2016-SACRA à Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com as preocupações apresentadas na Audiência Pública desta Comissão, realizada no dia 28 de abril do corrente ano, que discutiu e avaliou o atual cenário da suinocultura no Estado de Santa Catarina. Após as comunicações, a Senhora Presidente inicia a Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 79, de 2015, de autoria do Senador Dário Berger, subscrito pela Senadora Ana Amélia, apresentado como conclusão do Relatório sobre a Avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo no exercício de 2015, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14/2015, destinada a debater o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), com a participação do Sr. Mário Nascimento - Consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM); Sr. Inácio Afonso Kroetz - Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (FONESA); Sr. Luis Eduardo Pacifici Rangel - Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os Senadores Dário Berger, Waldemir Moka, Blairo Maggi e o Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC) fazem uso da palavra. No exercício da Presidência, o Senador Dário Berger concede também a palavra ao Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal. O Senador Waldemir Moka solicita aos Senhores Palestrantes o encaminhamento de sugestões de alteração da legislação para discussão nesta Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

Ofício nº 9, de 2016, subscrito pelo Sr. Francisco Gaetani, Ministro interino de Estado, do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Requerimento de Informações nº 67, de 2015, com pedido de dados sobre produção agrícola nos assentamentos da reforma agrária, bem como informações que possibilitem o cálculo do valor da produção em cada um dos assentamentos.

Também há petição subscrita pela Associação de Desenvolvimento Rural Bento Jardelino, estabelecida na Fazenda Serrote da Umbiguda, zona rural de Casserengue, Estado da Paraíba, que tem 72 famílias de agricultores como membros e requer providências para que seja efetivada a aquisição de um imóvel rural por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Informo à Comissão que foi encaminhado por esta Presidência o Ofício nº 146, deste ano, à Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senadora Kátia Abreu, comunicando a realização da Audiência Pública de 28 de abril, quinta-feira passada, que teve por finalidade discutir e avaliar o atual cenário da suinocultura no Estado de Santa Catarina, concluindo pelo seguinte encaminhamento que passo a ler:

Diante desse cenário, os participantes da Audiência Púbica entenderam ser oportuno que o Ministério, liderado por V. Exª [a Ministra Kátia Abreu], colabore com o encaminhamento de medidas necessárias a:

a - viabilizar a suspensão temporária do PIS/Cofins referente à importação de milho;

b - para aumentar a liberação dos estoques do milho disponíveis na Companhia Nacional de Abastecimento ao Estado de Santa Catarina, bem como;

c - sensibilizar as autoridades responsáveis por estabelecer as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS) do milho para a venda interestadual, a fim de que essas alíquotas sejam reduzidas e consequentemente o produto produzido no Centro-Oeste chegue aos produtores catarinenses a preços mais acessíveis.

Essa é a solicitação que foi encaminhada, resultante da Audiência Pública que debateu o grave problema da logística do milho de Santa Catarina, que consome 7 milhões de toneladas, produz 2 milhões, e precisa comprar 5 milhões de fora, do Mercosul ou do Centro-Oeste. O preço da saca, que lá é comprada a R$22 ou a R$23, chega em Santa Catarina a R$53. Hoje, o produtor de suínos pelo quilo vivo está vendendo a R$3,20 e o custo de produção é R$3,90. Ou seja, ele está pagando para trabalhador, algumas com o risco de fechar as suas produções. Então, é uma nova crise grave da suinocultura, em função do alto custo da ração – o milho –, que responde por 60% do custo de produção.

O recebimento dos documentos oriundos dos debates travados nesta segunda-feira da Reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura, realizado por ocasião da 2ª Expozebu (Exposição Internacional das Raças Zebuínas), no Parque Fernando Costa, em Uberaba, Minas Gerais, evento promovido pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ).

O Dr. Zander Navarro, que subscreve o documento, juntamente com outros destacados autores, solicita que encaminhemos aos Senadores integrantes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o que, então, estará sendo disponibilizado para os Srs. Senadores.

Passo a ler apenas as conclusões tomadas naquela reunião:

A – a agropecuária brasileira, particularmente nas regiões mais dinâmicas, em seus ramos produtivos de maior densidade monetária, é movida celeremente pelo conhecimento científico e a sua tradução prática em inovações e novas tecnologias.

A pesquisa agrícola é um pressuposto essencial à continuidade do processo de aperfeiçoamento produtivo do setor. Mas o chamado Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola (Embrapa) e os organismos estaduais de pesquisa agrícola precisam passar por uma restruturação que os façam mais convergentes com as exigências atuais do crescimento agropecuário.

São urgentes as medidas de desburocratização da pesquisa agrícola, realizando-se o esforço para que se concretizem chances de promover atividades mais ágeis sem a problemática camisa de força, que atualmente tolhe o desenvolvimento do setor. A Anvisa, por exemplo, precisa ser capaz de aprovar muito mais rapidamente as novas ofertas tecnológicas de moléculas aos diferentes processos inovadores que promovam a integração virtuosa entre a ciência e a produção.

B – especificamente em relação à Embrapa, duas exigências em relação ao período vindouro são necessárias. A primeira delas é instituir normativamente um processo de ocupação de seus cargos dirigentes que seja essencialmente público, transparente e fundado exclusivamente no mérito.

O segundo tema diz respeito ao forte investimento que a Embrapa deveria realizar no campo da biologia pura, pois é campo multidisciplinar no qual as tendências de transformação produtiva têm mais avançado.

C – um desafio igualmente problemático e que somente produzirá resultado no médio prazo diz respeito à legislação trabalhista em face da natureza distinta das atividades agropecuárias. A legislação não atende a essas especificidades e também às mudanças que vêm ocorrendo no campo, as quais exigiriam adaptações diversas. Esse é um tema de difícil discussão política, mas precisará ser enfrentado no futuro como uma exigência para a continuidade da modernização do setor.

Antes de passar à reunião de hoje, especificamente, dou uma informação muito importante, já que esta Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária está ao vivo pela TV Senado. É a seguinte questão: hoje,

dia 5 de maio, venceria o prazo para o registro dos produtores rurais de todos os níveis, de todos os tamanhos, em todo o País, em todo o Território nacional, no Cadastro Ambiental Rural.

Havia uma demanda defendida por esta Comissão, com todos os colegas Senadores, propondo uma prorrogação. Houve também iniciativas legislativas – uma do Senador Romero Jucá, que tramitou aqui no Senado; outra do Deputado Heitor Schuch, lá na Câmara Federal – de projetos de lei para a finalidade de prorrogá-lo por mais dois anos.

Como o prazo estava expirando e o processo legislativo é demorado, o Deputado Luis Carlos Heinze propôs uma medida provisória que foi aprovada ontem, pela Câmara Federal, para um prazo maior para a inscrição no Cadastro Ambiental.

A Câmara Federal aprovou, nesta quarta-feira, medida provisória que prorroga para o dia 31 de dezembro de 2017, o prazo para inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural, registro eletrônico obrigatório, que serve como base de dados para que o Governo monitore o controle do desmatamento das florestas.

O prazo para inscrição terminava hoje, em 5 de maio, e o Ministério do Meio Ambiente já estudava aplicação de multas. O registro no CAR é importante para o acesso ao crédito agrícola e também para outros programas subsidiados pelo Governo. Portanto, essa é uma notícia muito importante, aguardada pelos produtores rurais.

O Governo também anunciou, nesta semana, com a Ministra Kátia Abreu, no Palácio do Planalto, o Plano Safra, que terá R$202,8 bilhões. É um valor recorde. Quando assumiu o Ministério, disse a Ministra que o Ministério da Agricultura teria os olhos voltados para os produtores rurais. Se eles tivessem sucesso em sua atividade, ganharia a sociedade brasileira e o nosso País. "Sei que as turbulências, pelas quais passamos, hoje tornam ainda maior o desafio de quebrar recordes", disse a Ministra

Entre os destaques do anúncio, está o crescimento de 20% dos recursos para custeio e comercialização a juros controlados. A modalidade contará com R$115,8 bilhões. Houve também incremento dos recursos para a agricultura de médio porte. Para o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), houve crescimento de 15,4% e alcançaram R$15,7 bilhões com os juros de 8,5%.

Ainda sobre o CAR, recebi do Deputado Elton Weber, Presidente de uma subcomissão que foi criada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um relatório completo da Subcomissão para tratar da implantação do Cadastro Ambiental Rural, o CAR. Esse relatório, feito lá na Assembleia Legislativa, é um documento bastante didático, porque diz o porquê do CAR, como fazer o CAR, é, diria assim, um mapa muito bem discriminado, que auxilia os produtores rurais a fazerem o seu registro.

Quero cumprimentar os Deputados que integraram essa Comissão, que já concluiu os seus trabalhos, Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Subcomissão para tratar da implantação do Cadastro Ambiental Rural.

A Relatora foi a Deputada Liziane Bayer, o titular é Elton Weber, Edson Brum, Pedro Pereira, João Reinelli e Edegar Pretto. Esses Deputados fizeram um belo trabalho que aqui apresentamos e foi encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Quero agradecer a presença dos Senadores Dário Berger, que é o autor do requerimento; Senador Moka e o Senador Blairo Maggi.

A reunião de hoje destina-se à audiência pública, em cumprimento a Requerimento nº 79, do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, com o objetivo de debater o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). O tema é parte do relatório aprovado pela CRA, sobre a avaliação da política pública de defesa agropecuária, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, no exercício de 2015, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nº 14, de 2015.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Dr. Luis Eduardo Rangel, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem sempre se prontificado a estar aqui conosco. Quero registrar e agradecer a presença José Luís Ravagnani Vargas, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Se houver necessidade, Secretário, pode invocar para prestar algum esclarecimento. Mário Nascimento, Consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Obrigado pela presença. E o Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), Inácio Afonso Kroetz.

Queria passar a palavra ao Senador Dário Berger, que é o autor desse requerimento. Obrigada ao Senador Ronaldo Caiado, não havia registrado a sua presença; sempre pontuais todos os Srs. Senadores.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só uma informação se o nobre colega me autoriza, Presidente.

A reclamação que tenho recebido, desde a tarde de ontem, é que o sistema não está mais recebendo o registro do CAR, havendo uma dificuldade enorme. Não há como, o sistema está totalmente parado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Fora do ar?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eles não conseguem, estão trabalhando dia e noite e, com isso, nas últimas horas, não estão conseguindo acessar o sistema para poder fazer o registro do CAR, das propriedades rurais.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Acho que precisávamos pedir maior eficiência, já que existe uma sobrecarga hoje, que é o último dia.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Ronaldo, foi prorrogado. Saiu a MP hoje, prorrogando.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Certo. Por medida provisória?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – MP.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A pergunta que faço: essa medida provisória ampliou também a condição para os empréstimos rurais, independentemente do CAR? Porque a grande dificuldade é exatamente as exigências que as propriedades rurais terão não tendo o CAR registrado, mesmo para renegociar dívidas, para poder contrair novos empréstimos e até frigoríficos para abater os animais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso foi aprovado também.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Portanto, essa medida provisória provavelmente suprirá todas essas restrições que existiam em relação ao CAR.

Agradeço pela oportunidade, Presidente, e peço desculpa por não estar presente em decorrência da Comissão da qual somos titulares.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente Ana Amélia, só no assunto que o Senador Ronaldo está colocando, acho que teremos que ler a medida provisória com calma e, como é uma medida provisória, teremos que colocar os pontos e algumas medidas a mais que são necessárias para discutir durante o processo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A informação que transmitimos aqui, Senador Caiado, Senador Blairo Maggi, é de que a Câmara dos Deputados aprovou ontem, quarta-feira, medida provisória que prorroga, para o dia 31 de dezembro de 2017, o prazo para inscrição dos imóveis rurais do Cadastro Ambiental Rural, registro eletrônico obrigatório, que serve como base de dados para que o Governo monitore o controle do desmatamento das florestas. Aí vem: o prazo terminava hoje e vêm todas as informações.

Dívidas, o Senador Caiado fez referência.

A mesma medida provisória, aprovada pelos Deputados, também muda prazos para renegociação das dívidas de produtores rurais de diferentes portes. Os prazos previstos da medida provisória original eram mais curtos e destinados a pequenos produtores. Os Parlamentares modificaram o texto para fixar prazos mais longos e favorecer outros produtores não apenas os pequenos.

Entre outros pontos, o texto suspende, até 31 de dezembro, a cobrança judicial de dívidas relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene. A medida original ampliava o prazo para o dia 31 de dezembro de 2016.

Isso que foi decidido pela...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ou seja, se é essa medida provisória, Presidente, pensei que tivesse sido editada outra pela Presidente da República. Não, foi uma emenda, acrescendo a essa medida provisória essas renegociações das dívidas do Nordeste. Como tal, existem duas situações que não foram atingidas, ou seja, a liberação de empréstimos para custeio e investimento, como também as empresas que vão adquirir produtos dessa propriedade.

Existia uma exigência no CAR de que, se no final do segundo ano não existisse a certificação do CAR, essas propriedades rurais ficariam, como tal, entre elas limitadas por terem acesso a esse crédito especial, como também à comercialização de produtos.

É apenas um alerta que eu faço para que a gente possa, então, acrescer, como colocou o Senador Blairo Maggi, essas condições também nesta medida provisória.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só uma informação. Na verdade, Caiado, a emenda é do Deputado Luis Carlos Heinze– eu sei porque eu acompanhei isso de perto através do Nelsinho, do meu gabinete. Só que, inicialmente, na Comissão, as emendas foram consideradas como matéria estranha ao texto da medida provisória, mas aí ele recorreu ao Plenário, e o Plenário acabou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acatando.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... aprovando. Portanto, as duas emendas do Deputado Luis Carlos Heinze, na verdade, fazem parte agora do texto da medida provisória, que já foi mandado para o Senado e deve estar chegando aqui. Se houver ainda, como diz V. Exª, alguma coisa a ser feita, nós vamos evidentemente tratar.

Mas eu acho, particularmente, eu acho, difícil que o que o Deputado Luis Carlos Heinze não tenha se atentado para esse detalhe que V. Exª agora levanta. Eu acho que nós vamos ter certeza disso quando tivermos acesso ao texto já, oficialmente, passado para o Senado. De qualquer forma, a edição da medida provisória já alivia o prazo final, que seria hoje. Portanto, já prorroga e, como é uma medida provisória, tem força de lei.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Ministra Kátia Abreu, quando provocada, esteve aqui e se comprometeu de falar, inclusive, com a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, que é quem está cuidando disso.

Eu creio, Senador Caiado, que a dificuldade de acesso ocorre, como sempre acontece, quando o volume das tentativas de fazer aumenta, como acontece com os programas no MEC para acesso e inscrição dos alunos aos programas de bolsas, como o Prouni e outros.

Ontem, era o último dia, porque ninguém sabia se a prorrogação aconteceria. Então o acúmulo de acessos, de tentativas, pode ter provocado, digamos, uma dificuldade também no sistema. Vamos pedir à assessoria da Comissão que entre em contato com o Ministério, por favor, agora, ainda por telefone, em nome da Comissão, para informar essa dificuldade de acesso e se o Ministério tem outras informações. Isso tem de ser feito no decorrer desta audiência, por gentileza.

Nós temos também de considerar que a medida provisória aprovada na Câmara precisa vir para o Senado também. Então, ela foi aprovada lá e virá....

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – São coisas diferentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – São duas coisas diferentes. Há uma medida provisória que foi votada, está vindo, que resolve o problema, mas há uma medida provisória do Governo que foi emitida ontem, sobre a qual nós podemos começar a trabalhar daqui para lá agora, dentro das comissões, para mudar as coisas que são necessárias.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Foi específica a medida que o Governo editou?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Específica, específica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Específica para o CAR.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Que é a 724. Saiu no *Diário Oficial*, agora, pela manhã.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a 624.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Não, 724.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É da Ministra Izabella Teixeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo. De qualquer maneira, há duas iniciativas; as iniciativas estão tomadas...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Há dois fogos de cada lado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, ótimo. Que ele aqueça a esperança dos produtores.

Então, resolvido o problema.

Renovando: a Câmara aprovou ontem, essa medida provisória precisa vir para o Senado, mas o Senador Blairo Maggi informa que ontem, por iniciativa da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi editada uma MP específica, prorrogando – para que prazo, Senador Blairo Maggi; 2017, a prorrogação na medida provisória?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – É, fala aqui que ficam concedidos, até 5 de maio de 2017, os prazos para a inscrição do CAR.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ótimo.

Obrigada, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Eu acho que nós devemos brigar por dois anos aqui, porque, daqui para frente, os casos que estão ficando são casos menores, são de pequenos agricultores, de assentamentos, de dificuldades com o Incra, etc.

Eu, na época em que nós defendemos o Código Florestal, já dizia que isso aqui – e eu havia tido essa experiência como Governador do Estado do Mato Grosso –, no começo, vai muito bem, porque vão os grandes produtores. No final, ficam os pequenos, e eles não têm as mesmas condições.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nem a instrução técnica para fazer o preenchimento dos documentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Nem instrução. É um volume maior de gente, com menor número de terra...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De acesso e de condições.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Com menor acesso à informação. Isso é o problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para isso, as EMATERs deveriam entrar em ação com a assistência técnica, para ajudá-los.

Eu, então, passo a palavra ao Senador Dário Berger, que é o autor deste requerimento, para justificar as razões pelas quais nós estamos, hoje, discutindo este tema.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Srª Presidente, Srs. Senadores, distintos convidados, saúdo também as demais senhoras e senhores presentes nesta audiência pública, como também aqueles que nos acompanham pela TV Senado, resumindo: o objetivo maior desta audiência pública visa, fundamentalmente, a troca de informações sobre aquilo que, na nossa opinião, é um fato bastante preocupante, que é o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

No nosso ponto de vista, de partida, foi o relatório de avaliação de política pública de defesa agropecuária apresentado em 2015, para apreciação, inclusive, desta Comissão, que identificou o baixo nível de implementação do Suasa, ao analisar a política de defesa agropecuária no País.

Lembremo-nos de que o bom funcionamento do Suasa contribuirá enormemente para a racionalização dos esforços da defesa agropecuária em todo o Território nacional. Os bons procedimentos realizados pelos diferentes entes da Federação, especialmente os relacionados às inspeções sanitárias, possibilitam a comercialização dos produtos Brasil afora, desde que inspecionados por qualquer uma das instâncias.

A partir das análises realizadas para elaboração do relatório de avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária, verificou-se que o marco regulatório da atividade está defasado, exigindo a consolidação e a racionalização das normas relativas a essa defesa. Ademais os recursos mínimos necessários à continuidade das respectivas e necessárias atividades sofrem, sistematicamente, contingenciamento.

Não se pode esquecer, Srª Presidente, de que a descontinuidade das atividades de defesa agropecuária, mesmo que por breves períodos, coloca em risco a segurança alimentar da população e a sanidade das populações vegetais e animais, podendo comprometer, de forma severa, o setor produtivo nacional.

A descentralização dos recursos, a adequada estruturação do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura, a manutenção da lotação ideal nas diversas unidades do Ministério e também a modernização da vigilância agropecuária internacional são tópicos que, suponho, serão objeto de discussão nesta audiência.

Devemos ressaltar que as reclamações conhecidas em grande medida são direcionadas à atuação da União e decorrentes do baixo volume de recursos disponibilizados para a execução descentralizada mediante convênios e também das limitações que a utilização deste instrumento – o convênio – impõe para a execução dos recursos. Uma das causas seria a regulamentação atual, que oferece pouco ou nenhum atrativo para a estruturação dos respectivos sistemas de inspeção municipal e para sua adesão ao sistema. Eis aí um tema a ser debatido aqui, uma vez que quase a totalidade de normas aplicáveis ao Suasa é estabelecida atualmente por regulamentação infralegal.

Portanto, eram essas as considerações preliminares que gostaria de fazer à Comissão, especialmente aos nossos convidados, desejando uma boa audiência a todos e agradecendo a presença dos nossos convidados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

Passo, de imediato, a palavra ao representante e consultor da Confederação Nacional dos Municípios – Mário Nascimento.

Cada expositor terá dez minutos. A campainha será acionada quando faltar um minuto.

Com a palavra o representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Mário Nascimento.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Gostaria inicialmente de saudar a Senadora Ana Amélia Lemos; saudar o Senador Dário Berger, autor da proposição. Está aqui também o Inácio Kroetz, nosso parceiro, Presidente do Fonesa. Quero saudar também o Luís Eduardo Pacifici Rangel, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, saudar os demais Senadores presentes.

Senhores e senhoras, esse é um tema muito importante, é um tema que atinge diretamente os Municípios de todo o Brasil e um tema prioritário hoje para a Confederação Nacional dos Municípios, tendo em vista o fato de que milhares de agroindústrias no País têm restringido o seu mercado ao âmbito municipal local apenas, impedindo muitas vezes a expansão desse mercado, com sérios problemas na comercialização.

Nós temos aqui uma apresentação e vou passá-la rapidamente devido ao tempo.

Pode passar.

Aí temos a relação de Municípios com sistema de inspeção municipal. Essa é uma pesquisa que a CNM fez. Esse é o quadro nacional da inspeção municipal. São mais ou menos 1,3 mil Municípios, hoje, no Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Na legenda, o verde representa onde há inspeção ou onde não há?

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – É onde há. O verde representa onde há e onde não há é a cor mais clara.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT. *Fora do microfone*.) – O Rio Grande do Sul...

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Há um maior número de... Há um grande número de sistemas de inspeção municipal, só que muitas vezes eles não funcionam como teriam que funcionar pela falta de recursos, pela falta de veterinários, enfim.

Vou passar.

Esse aqui, para terem uma ideia – ele vai ficar depois à disposição dos Srs. Senadores e de todos os presentes na Comissão –, representa o número de abates de suínos com inspeção municipal no Brasil – suínos, aves, bovinos. Nós temos um número significativo de abates em todo o País.

Não vou ler toda essa pesquisa, porque não vou ter tempo, mas ela vai ficar à disposição.

Nós temos no Brasil o fato de que cabe aos Municípios realizarem a inspeção municipal; aos Estados, a estadual e à União, a federal. Ocorre que os Municípios hoje não têm recursos para contratar veterinários, como também o Estado não tem recursos para contratar veterinários, como a União também não tem recursos para contratar veterinários. E o processo fica restringido, então, ao âmbito local, com grandes dificuldades para os Municípios realizarem a inspeção.

Então, a CNM busca resolver essa questão, busca apoiar no sentido de tentar mudar a legislação nacional, tendo em vista que, hoje, apenas 14 Municípios do Brasil e 3 consórcios aderiram ao Suasa. Esse é um número muito pequeno de Municípios e de consórcios. Então, nós temos que rever esse quadro. Nós temos que mudar essa legislação. Elaboramos um texto que vamos apresentar aos Srs. Senadores, em que mostramos a posição da CNM em relação a esse tema.

A Confederação Nacional de Municípios, por meio da sua área técnica da agricultura, atua na promoção e no desenvolvimento dos pequenos Municípios e tem como um dos seus sustentáculos a produção rural, buscando promover políticas para o fortalecimento dos empreendimentos agroindustriais para a ampliação do comércio formal e geração de emprego.

A atual legislação sanitária impede o desenvolvimento das agroindústrias, em especial as de pequeno porte. O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) atinge 33% dos Municípios, e o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) conta com uma baixa adesão, uma vez que foi adotado apenas em três Municípios e três consórcios públicos.

Devido à falta de estímulo e de empoderamento do SIM, hoje, aproximadamente seis mil estabelecimentos agroindustriais comercializam seus produtos somente no âmbito local. Assim, entende-se que garantir o desenvolvimento dessas agroindústrias deve ser uma ação prioritária de todos os municipalistas no sentido de buscar também a segurança alimentar, a saúde, a geração de empregos e a sustentabilidade dos entes municipais, o que é uma prioridade nossa.

Dessa feita, a Confederação defende ajustes na legislação, de forma a propiciar o comércio nacional de produtos inspecionados pelos sistemas de inspeção de todas as esferas, permitindo a ampliação do mercado consumidor, garantindo o aumento da fiscalização das agroindústrias, de forma a autorizar – Aí nós colocamos uma posição nossa, Senadora – que a inspeção municipal possa ser feita por veterinários privados para realizar a inspeção sanitária. Dessa forma, nós fortalecemos o sistema, as instituições, a segurança alimentar e a saúde da população brasileira ficará preservada.

Hoje, nos Municípios, nós temos um sistema precário funcionando, com poucos veterinários. Por isso é que muitas vezes há essas denúncias no sentido de mostrar frigoríficos em precárias condições, porque não há condições de contratar... O Governo Federal hoje está quebrado, com sérias dificuldades financeiras. Os Estados não têm condições de contratar, os Municípios também não podem contratar. Então, nós não podemos restringir a inspeção municipal apenas aos veterinários públicos. Nós temos que possibilizar que as agroindústrias possam contratar veterinários privados para a realização da inspeção municipal. E o Estado, a União e os Municípios ficarão com a fiscalização, fiscalizando o processo, assim como funciona hoje em Santa Catarina, no Paraná, e o Rio Grande do Sul caminha nesse sentido, tendo em vista as sérias dificuldades.

Nós, lá no Rio Grande do Sul, por exemplo, uma agroindústria do Município de São Miguel das Missões para poder comercializar em outro Município precisa aderir ao Serviço de Inspeção Estadual ou nacional, mas, para levar às feiras, à Expointer, por exemplo, há uma autorização especial que permite isso. Então, se pode se levar às feiras, à Expointer, à Expodireto, por que não pode comercializar em todo o território gaúcho ou em Território nacional.

Então, essa é uma reivindicação importante. Nós precisamos mudar essa legislação, precisamos olhar de forma mais aberta, abrangente. Nós participamos, na última semana, junto com o Secretário Rangel, da câmara temática do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, lá no MAPA. Vamos ver se conseguimos, no MAPA, em um grupo técnico, avançar nesse sentido.

Há o PL nº 334, de 2015, que tramita na Câmara dos Deputados, na CCJ, que já passou pela Comissão de Agricultura e que nós estamos apoiando com os Municípios, no sentido de viabilizar, então, a inspeção privada. Dessa forma, vamos ampliar a possibilidade de inspeção, os Municípios não vão precisar contratar, o Estado não vai precisar contratar, a União não vai precisar contratar, e nós vamos acelerar o processo de suspensão, garantir a saúde da população brasileira, enfim.

Então, rapidamente, aqui, um resumo. Há aqui mais algumas apresentações que vão ficar à disposição, mas queremos deixar essa posição firme da CNM.

Eu falava ontem com o Paulo Zilcosky, lá em Porto Alegre, e ele me disse que esse assunto faz parte da pauta prioritária da CNM, hoje. Os prefeitos são pressionados diariamente nas suas comunidades no sentido de que ampliem os mercados, e, para isso, tem de haver fiscalização. Aí não podem contratar, e isso restringe o mercado local; não há como fazer inspeção em um programa sério que está ocorrendo em todo o País.

Então, precisamos resolver essa situação.

É importante essa posição do Senado Federal, esta audiência pública. Queremos ficar à disposição para poder ajudar no sentido de se criarem as condições necessárias. Como não há recursos, o que vamos fazer? Vamos ficar esperando, aguardando mais dez anos para que as coisas aconteçam e que consigamos, de uma forma, não sei qual, buscar os recursos para viabilizar a inspeção pública.

Esse é o ponto principal que consideramos no que se refere à inspeção municipal. É viabilizar, autorizar, então, a inspeção privada das agroindústrias de produtos de origem animal.

Dessa forma, então, vamos conseguir avançar e estimular com capacitação, com qualificação dos gestores públicos. A partir do ano que vem, agora, com os novos gestores, haverá uma ação intensa no Brasil inteiro para informar, orientar, qualificar o processo de criação no Serviço de Inspeção Municipal e a forma como eles devem funcionar em todo o País.

Então, essa é a posição da CNM. Nós contamos com o apoio do Senado, parabenizando, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia por essa iniciativa.

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Esperamos que possa resolver, então, essa questão e avançar verdadeiramente no sentido da melhor viabilização no Serviço de Inspeção Municipal e no Suasa no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a exposição feita pelo Consultor da Confederação Nacional de Municípios Mário Nascimento. Está disponível no *site* da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, na íntegra.

O que me chamou atenção ali, Mário, foi que somente sete Estados aderiram ao Suasa. Quer dizer, não é só um Município, ele é um sistema integrado. Então, ali na exposição, me chamou a atenção que são sete Estados apenas...

O SR. MÁRIO NASCIMENTO (*Fora do microfone*.) – São oito Estados, três consórcios e quatorze Municípios. Agora, há mais um Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Bom, então entrou um depois da sua exposição.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Pois é. Entrou agora mais um.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tem que corrigir a exposição, porque a exposição fala sete.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – São oito Estados, três consórcios e quatorze Municípios.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quais são os Estados?

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Acho que vai aparecer. O Dr. Rangel vai colocar depois e o...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O Dr. Inácio também, que é o executor.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – E 150 estabelecimentos apenas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Cento e cinquenta. É muito pouco para um País do nosso tamanho.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – É muito pouco. Muito pouco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Porque 150 seriam só em Santa Catarina ou só no Rio Grande do Sul.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Nós fizemos um trabalho de qualificação também, Senadora, com a CNM, junto com o MAPA, com o MDA, em todo o Brasil. Houve seminários, dos quais participaram o Dr. Fernando, que está aqui, o Dr. Alexander, de qualificação. Há interesse, eles querem avançar, mas não há recurso para contratar veterinários. Setor público, nem em âmbito federal, nem estadual, nem municipal. Como ele vai resolver a situação? Vamos ficar esperando que venha recurso, que surjam fontes de financiamento? Até quando?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Mário.

Agora passo a palavra para o Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), Inácio Afonso Kroetz.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Bom dia a todos, a todas as autoridades já nominadas. Vou tentar ganhar tempo. É uma honra estar aqui! Senadora Ana Amélia, é sempre um prazer.

Cumprimento o Secretário de Defesa Agropecuária, Dr. Luis Eduardo Pacifici Rangel; todos os colegas do Ministério, aqui presentes; os Senadores, convidados e todos aqui já nominados; colegas que eu vejo, bastantes colegas veterinários aqui também que atuam nessa área.

Nós apenas vamos trazer aqui a preocupação das 27 unidades da Federação que fazem parte do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária. Vamos tentar, no período de dez minutos, então, sintetizar algumas das razões pelas quais há tão baixa adesão a uma forma de fazer inspeção, a uma forma de garantir alimento seguro, já do decreto de 2006. Nós já estamos há dez anos; esses números estão patinando há dez anos.

Então, vamos ver rapidamente o histórico.

O Sisbi visa a quê? Integrar as três instâncias: municipal, estadual e federal. Pode participar do Sisbi quando considerado em situação de equivalência pelas auditorias do Ministério da Agricultura.

Vejamos aqui: 2010. Os três primeiros Estados e alguns Municípios, então, dez anos depois do decreto, que é da lei de 1998, quando começamos. Inclusive esses três verdinhos que aparecem aqui – Bahia, Minas Gerais e Paraná – foram de uma portaria assinada, em 2010. Essa pessoa está aqui na sala, que, com muita pressão, até com algumas ressalvas, com algumas condicionantes, deu ordem: "É para começar!"

Tudo bem, começou. Em 2011, tivemos mais um ingresso aqui; 2012, um; a situação de 2013, 2014... Agora, vejam a fila de espera que está aí desde aquela época também. Entrou muito pouco; Estados em processo de adesão. Vejam como todas as de amarelo estão em processo de adesão. Há Estados que não demonstraram interesse em aderir. Estados aderidos, em verde, Municípios aderidos e consórcios. Então, representa, resumidamente, aqui, aquela situação que o Mário passou. Isso é de 2015.

Temos exatamente a seguinte realidade – e isto aqui é informação de ontem, fonte do MAPA, no *site* do MAPA –: sete Estados aderidos; doze serviços municipais, nos mais diferentes Estados; e três consórcios municipais.

Essa é a realidade, então, de ontem, constante no *site* do MAPA.

Em processo de adesão há ainda três Estados, que não conseguem preencher os requisitos e vão patinar muito tempo ainda, pela situação econômica e política que se apresenta. Vai demorar muito ainda.

Trinta Municípios e quatro consórcios municipais. Isso é até ontem. O anterior, me desculpe, era 2015. Essa é a situação de ontem.

Nesta audiência pública, Presidente, Senadora Ana Amélia, eu vou me prender, então, como dizia o Suasa, ao Sisbi, cuja demora me parece que é o que está realmente incomodando. Porque outros assuntos, como a saúde animal, vegetal, estão caminhando mais ou menos no mesmo ritmo. Mas o que mais marca é justamente a inspeção, porque ela tem umas exigências especiais também que temos que considerar.

Por exemplo, a baixa adesão tem desafios públicos e privados. Não é só do lado público, não; é do lado privado também.

O cumprimento dos requisitos, por exemplo. Quando falar que uma planta está no "SIM", é o municipal, Serviço de Inspeção Municipal; SIE é o estadual; e SIF é o federal. Mas, quando ele quer se regularizar no SIM, ele tem de adequar as plantas às exigências legais. Ele não tem direito; ele não tem incentivo; ele não tem capacidade de realizar isso.

A implantação de autocontroles é obrigatória; ele tem de ter autocontrole. Ele, industrial, tem de garantir o produto que vai ao mercado.

Então, ele tem de garantir estes programas: de inibição de combate à fraude; de boas práticas de fabricação; de higiene operacional. Ele tem dificuldade, ele vai fazer o comércio nacional. Uma coisa também tem que ser dita: SIF é comércio nacional, portanto não tem nada a ver com concorrência. Mas ele tem que ter também

uma escala de produção com competitividade. Não é todo estabelecimento municipal que vai ter escala. Por exemplo, viajar com leite fluido, ele não vai; ele vai alguns quilômetros e para, não tem competitividade nem para custear o transporte.

A natureza do produto exige que ele cumpra a validade. Dependendo do produto, ele não tem validade para ficar viajando; vai botar numa caixa de frio com um ônibus, vai viajar com isso? Não vai. Então, ele vai se restringir perpetuamente, esse pequeno vai se restringir ao Município, a não ser alguns produtos muito especiais em nichos.

A estrutura de frio, quando requerida, é um desastre para o pequeno. Ele não consegue um camburão ou um baú de frio para transportar produtos a longa distância. Ele não consegue, vai vencer, vai estragar, ele tem dificuldades operacionais, inclusive. Então, não pense que todos esses pequenos produtores vão conseguir viajar muito longe, porque eles precisam muito mais do que isso. Há baixa oferta de mão de obra e, quando existe, é de baixa qualidade. Ele precisa ter preparo; o empreendedorismo faz falta ao setor privado, nesses casos.

Há carência de recursos humanos nas três instâncias, gente. A legislação requer oficiais. O que já era ruim ficou pior ontem. Ontem fiquei sabendo que o Ministério Público Federal baixou uma norma ou um pedido de devolução de todos os conveniados do MAPA. Ora, o MAPA já tem problema de falta de pessoal, agora vai ter de devolver todos os conveniados. Se isso vingar, vai ficar pior do que já estava. E isso vai se multiplicar, Srs. Senadores. Se essa ideia vingar, daqui a pouco, quem vai fazer inspeção? Se existem poucos que possam fazer e não existe quem possa fazer legalmente, então vai ser um desastre maior do que o que estamos vivendo hoje. A legislação nesse caso – e estamos aqui na Casa legislativa – é confusa, incompleta ou omissa. Nós temos leis sem decretos, decretos sem implantação, sem instrução normativa. Quando existe, ela é incompleta ou é confusa. Causa muita discussão. Nós ficamos um tempo discutindo a legislação. Eu parei de discutir legislação. Tem de haver legislação que realmente atenda às necessidades desse sistema, ou ele vai morrer na casca.

Incentivo à adesão. Eu não vou trazer só problemas, Senadores, mas vou trazer também algumas ideias. A padronização dos procedimentos de auditoria no Sisbi, hoje realizadas pelo sistema federal, deve verificar a equivalência e não igualdade. Se é para ser igual ao SIF, vamos todos para o SIF. E daí não tem fiscais no SIF para fazer a inspeção.

O que temos que conseguir é produto para uma igualdade com equivalência de garantias aos alimentos seguros.

Auditoria, supervisão, fiscalização, inspeção ou qualquer nome que for, ou se acrescenta qualidade ao processo ou não tem sentido. Então, eles são exatamente para melhorar o processo dentro da indústria. O processo do serviço também. Senão não tem sentido. E não ser tão punitivo ou somente punitivo. Ele deve realmente procurar acrescentar qualidade ao processo.

A legislação tem que ser adequada, como o companheiro Mário já falou aqui. O PL nº 334 é um projeto de lei que permite o serviço de inspeção de produtos de origem animal oficialmente reconhecido. Isso é um avanço. E já tem no Senado tramitando, inclusive já aprovado na primeira Comissão, para a inspeção de produtos de origem vegetal. Quer dizer, isso é uma coisa que lentamente vai se incorporando na nossa legislação.

E as considerações finais: o que se poderia fazer? Ouvi mais os Estados e os Municípios. Das propostas feitas pelos Estados via Fonesa até agora nenhuma foi acolhida pelo MAPA. As propostas devem ter sido muito ruins. E algumas nem chegaram a ser apreciadas; elas pararam no meio do caminho. A gente viu pelo protocolo que elas não andaram. E a gente reitera que deve ser feito alguma coisa. Não estamos falando por falar. Estamos falando porque temos um problema no Estado. E vou mostrar melhor.

O nosso foco sempre foi alimento seguro. Ninguém quer furar a legislação para diminuir a garantia do produto...

(Soa a campainha.)

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Assistência técnica tem que ser disponível e permanente. Se não houver assistência técnica para o pequeno industrial não vai vingar. Esse processo precisa ter assistência técnica. E a assistência técnica que é oficial, podem ter certeza, ela também está pedindo água.

O financiamento do sistema está muito precário. Talvez se pense em repasse fundo a fundo, mas vamos ver que muita coisa não vem.

Esse aqui vou deixar. É da lei, não preciso repetir, é só médico veterinário que pode fazer isso. E não é tão exigente, não fala ali.

Aí no Decreto nº 5.741, em 2006, começou a confusão. Na lei de 1950 não fala que tem que ser oficial, mas no decreto, sim. O pessoal técnico e auxiliar que efetua as inspeções e fiscalizações deve ser contratado por concurso público. Se não acontece isso nem no SIF, como vão exigir do SIE e do SIM? Então, o decreto exige algo que não está na lei. Basta olhar a lei.

O Decreto nº 8.445, com muita solenidade no ano passado e eu estive presente, transfere a responsabilidade das análises documentais e auditorias no SIM para o Estado. Por que isto? Porque o Ministério não consegue fazer então transfere para o Estado? Com que recurso, gente? Com que recurso o Estado vai fazer isto? E quando o Estado é suspenso por alguma coisa, morrem todos os Municípios juntos? Criou-se uma confusão.

Vejam o cenário brasileiro, a situação dos Estados. Vinte Estados no vermelho. Esses não podem contratar, eles passaram do limite prudencial. Então, não acredito que nos próximos dois anos o Estado vai contratar médico veterinário, porque não se pode contratar ninguém nessa situação. São 20 Estados nos quais nós temos enormes perdas de arrecadação. E outros Estados vão entrar no vermelho também. Isso está na *Folha de S.Paulo*, do dia 11/02/2016. Essa é a fonte.

Os Estados... E vamos para o último número, porque já tocou a sineta. Um bilhão e quinhentos milhões, para arrendondar, os Estados aplicaram em defesa agropecuária. Um bilhão, quatrocentos e oitenta e três milhões e cento e cinco mil, com a mínima participação do Ministério.

Aqui tem verba ainda de 2013 que não pôde ser usada. E por quê? Pela forma de convênio. É muito difícil o Estado se apropriar de recursos. Neste ano há alguma coisa em andamento. E no ano passado não teve nada. Foram colocados 60 milhões, mas eles ainda estão em licitação. Quer dizer, não se aplicou nada e é muito pouco, é 1% do orçamento dos Estados em média.

Então, gente, com essa decisão de ontem, que retira e que manda o Ministério devolver todos os conveniados, as esperanças realmente começam a se esvanecer. E há mais coisa ainda. Se já estava minimamente resolvido o problema na inspeção federal, ela só se agrava agora, pois vai ter que contratar pessoal. O Estado terá que contratar pessoal, os Municípios terão que contratar pessoal, e eles não têm condições legais de fazer porque ultrapassaram o limite de contratação, do prudencial.

Infelizmente, Senadora, eu só acrescento que, se continuar como está, o Sisbi está fadado realmente... Em dez anos ele conseguiu isso. E os Estados que mais se interessaram conseguiram. Só que eles não conseguem avançar. A legislação não favorece.

Não estou criticando aqui quem audita. Nós pressionamos, nós temos que fazer em nome da instituição, nós pressionamos por alguma coisa, mas não conseguimos resolver se a legislação não puder atender ao auditor que nos audita e que tem que cumprir a legislação também. Ninguém vai prevaricar por causa disso. Mas alguma mudança tem que haver na legislação ou não vamos avançar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço ao Inácio pela exposição, pois mostrou exatamente a dificuldade que Estados e Municípios, os primos pobres da Federação, estão enfrentado para implementar esse importantíssimo programa que trata de segurança alimentar também.

Peço desculpas, pois a Secretaria da Comissão entrou em contato com o Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Carlos Augusto Klink, mas ele não tinha em mãos o texto que o Senador Blairo Maggi já apresentou aqui da medida provisória. Estamos aguardando uma palavra oficial do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – A respeito disso, eu tenho uma informação. Acabei de receber a informação do meu gabinete de que a medida provisória editada hoje...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela Ministra...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Ela é apenas para a agricultura familiar. Lamentavelmente, está restrita só a pequenas propriedades.

E eu digo lamentavelmente porque eu acho que poderia ser ampliado o prazo para todo mundo. Mas a verdade também, como diz o Blairo, é que nessa reta final talvez o grande já 100% e o médio já fez esse cara... De qualquer forma, já que é para estender, por que essa coisa só para a agricultura familiar?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós sabemos as razões.

Eu queria pedir ao Senador Dário Berger a gentileza, como autor do requerimento, se pudesse, porque eu tenho que providenciar a inscrição. Parece que está havendo uma disputa na Comissão Especial do Impeachment, em função do horário. Então, eu queria pedir a V. Exª, que é autor do requerimento, que presida.

Ao mesmo tempo, quando V. Exª chegar, passar a palavra para o Secretário...

Deixei por último o Secretário exatamente porque é para ouvir os questionamentos e as reclamações, ou as ponderações, melhor dizendo, as demandas existentes, que não são novas, são antigas. Por dez minutos.

Assim, em dez minutos, teremos condições de liquidar essa situação. E deixa aqui conosco o dever de casa para fazer.

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, a palavra já foi concedida ao Dr. Luis Eduardo Rangel.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Bom dia colegas, Senadores e presentes, Dr. Inácio, por intermédio de quem cumprimento os demais membros da Mesa, meu antigo Secretário, no ano de 2010. Eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos. Acho que foram muito apropriadas todas as colocações, tanto dos Municípios quanto do Fonesa, porque nenhuma delas é novidade para nós. E o Senador Moka tem acompanhado isso conosco.

Eu queria destacar, Senador Berger, que o relatório que o senhor preparou é totalmente consonante com o que a gente imagina da defesa agropecuária atual. Só queria fazer alguns destaques.

Estamos discutindo aqui uma parte da defesa agropecuária, que é o Sisbi, que é a questão da inspeção, mas a montante disso existe uma série de outras atividades que estão dentro desse sistema do Suasa. Estamos falando da saúde dos rebanhos, estamos falando da sanidade vegetal. Isso é um processo estruturado e um dos mais complexos da República. E na ponta desse processo você tem o sistema de inspeção.

A inspeção de produtos de origem animal, que hoje é o tema desta discussão, o tema mais palpitante desta discussão, é apenas a ponta do processo. Antes disso, há todo um esforço desde a questão dos insumos veterinários e das questões de defesa vegetal e animal que culminam nesse processo.

E dou esse exemplo usando um tema que discutimos muito na questão da inspeção, que é a salmonela. Não sei se os senhores conhecem, mas a salmonela é uma bactéria que está muito vinculada à questão da produção. Mas onde ela é encontrada? No processo de inspeção. Então, a inspeção obviamente fica responsável por essa carga de dizer "olha, a saúde pública está preservada em relação à salmonela", mas se você olhar para trás do processo, isso poderia ter sido controlado no processo de produção. Então, só dando um exemplo, mostrando que isso está tudo interligado.

E quando falamos de legislação, queria lembrar que a defesa agropecuária hoje é regida por 14 leis. O Congresso tentou fazer um trabalho de consolidação dessas legislações e é um trabalho extremamente complexo, já que durante o século XX tivemos a edição de vários atos normativos, desde 1934 até mais recentemente em 2002, com a última legislação que rege a defesa agropecuária, que é da área de sementes. Isso de certa forma é anacrônico. Nós temos algumas perdas conceituais ao longo do século XX que precisamos reconsiderar, recompor agora. E eu gostaria de citar algumas porque fazemos parte de todos os organismos internacionais.

Um dos termos que precisamos colocar com clareza dentro do processo da legislação agropecuária se chama análise de risco. A análise de risco é o cerne, é o objetivo primário da defesa agropecuária. A partir do conceito de análise de risco, é possível identificar todos os outros processos ou gerenciar, coordenar todos os outros processos da defesa agropecuária.

Agora, olhando sob essa ótica específica do Sisbi – e muito bem colocada pelo Dr. Inácio a questão do MAPA –, o processo em que o Brasil se posiciona a nível internacional é o mesmo em que os Estados também se posicionam a nível nacional. Ora, somos instados por organismos... Por 180 países que nós somos parceiros internacionais...

(Interrupção do som.)

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – ... para que a gente possa conquistar os mercados internacionais.

Isso está balizado em conceitos da OIE que temos que internalizar. Então, quando um auditor europeu chega no Brasil, ele faz uma série de perguntas e diz se você está ou não está habilitado dentro de um conceito, que a gente internalizou aqui, de equivalência. Ora, não precisamos ter um sistema idêntico ao da Europa para poder vender para a Europa, mas precisamos ter um sistema equivalente ao da Europa para poder conquistar aquele mercado europeu.

Esses conceitos macro é que precisamos deixar claro aqui para vocês. Equivalência não quer dizer ser igual. A análise de risco é o princípio básico a ser perseguido nesse processo.

E o tema que acaba tendo mais debates acalorados – estão sendo colocados aqui, inclusive, projetos de lei dentro do Congresso – é a questão da contratação, o que a gente apelidou de terceirização. Eu acho que é importante que a gente coloque, Senadores, o grande objetivo que a inspeção tem, principalmente quando você tem um agente público no processo de inspeção, que é evitar o chamado conflito de interesse. Então, se a gente parar de discutir passionalmente esta questão se é médico veterinário privado ou se é médico veterinário concursado público, e partir para a essência da discussão que é conflito de interesses...

Então, se, em 1915, quando se instalou o sistema de inspeção federal, houve uma decisão governamental de manter um médico veterinário oficial dentro de um frigorífico, essa decisão aconteceu, na época, obviamente cem anos atrás, porque era necessário o Estado ter uma pessoa que evitasse o conflito de interesse no processo de inspeção, que evitasse, por exemplo, que uma carcaça fosse liberada, quando ela tivesse, por exemplo, uma patologia que pudesse significar risco à saúde pública. Então, naquela época, essa foi uma de-

cisão governamental, uma política pública decidida na época, para evitar o conceito de conflito de interesse do público com o privado, para preservar a saúde pública.

Cem anos se passaram, e a discussão eu acho que tem que acontecer exatamente na Casa legislativa sobre o que a sociedade brasileira quer, como ela pode manter a questão de evitar o conflito de interesse. O que o Ministério da Agricultura persegue é exatamente isto: nós identificamos, nesse modelo, que, dentro do sistema federal, nós mantemos em alguns casos fiscais, federais, agropecuários, de maneira permanente dentro dos frigoríficos, exatamente para poder tentar evitar o conflito de interesses. Em outras situações, nós já abrimos mão da inspeção permanente, exatamente por conta da análise de risco. Então, algumas inspeções não precisam ter a presença permanente do fiscal, porque, dentro do conceito de análise de risco, isso já perdeu o seu objeto, e, em outros casos, não. Então, se a gente parar de discutir necessariamente a questão passional, específica, pontual, e começar a discutir a questão de fundo, que eu acho que é o grande objetivo aqui, análise de risco, conflito de interesse, modelos de equivalência, a gente vai, então, perseguir, tentar atingir esse objetivo.

O Dr. Inácio colocou muito bem o mapa da adesão do Sisbi. Acho que esse é um ponto importante. Queria dizer que o Ministério da Agricultura está totalmente conectado com esse processo. A gente montou recentemente, dentro do âmbito do Ministério da Agricultura, a Câmara Técnica do Suasa, que tem como pauta fechada discutir os Sisbi, inicialmente. Lembremse os senhores de que o Suasa, que é o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, não trata apenas de inspeção, mas a gente se comprometeu a discutir, pauta fechada, a questão do Sisbi, porque é um tema que tanto os Municípios quanto os Estados precisam discutir.

Então, a gente está discutindo isso fechado. Enquanto não se avançar nessa pauta, a gente não abrirá outras pautas. E, dentro de um diagnóstico feito pelo Ministério da Agricultura, identificamos recentemente que, naqueles Estados que não aderiram – fizemos uma enquete com todos eles –, são basicamente três pontos que precisam ser perseguidos pelos próprios Estados para poderem atingir esses objetivos. E eu vou citar aqui para os senhores.

O primeiro deles é legislação. Os Estados que não aderiram, muitas vezes, não têm legislação harmonizada ou equivalente à legislação federal para poder disciplinar o processo de inspeção. Ora, esse não é um processo que demande necessariamente investimento ou repasse de recursos. Esse é um processo que denota fundamentalmente o esforço legislativo do próprio Estado.

O segundo, que também é uma questão que eu acho que o Ministério da Agricultura pode apoiar, é a questão dos sistemas informatizados. Se você não tem um sistema informatizado para poder coordenar esse processo, dificilmente você consegue dar as informações necessárias para o Ministério da Agricultura e fazer essa adesão. Isso é um diagnóstico dos próprios Estados, dos Estados que estão em adesão.

E, obviamente, eu queria deixar claro que um dos pontos que está sendo colocado e que está aqui na Mesa é a discussão sobre contratação de pessoas, para fazer, para executar essa atividade. E aí, de novo, ressalto que o tema não é necessariamente a contratação de médicos privados ou públicos, e, sim, a questão de manutenção do conflito de interesses.

Sobre a questão financeira, e isso é muito importante, eu acho que a gente também está discutindo isto muito com o Fonesa, o modelo atual de convênios não é um modelo eficiente – o Ministério da Agricultura reconhece isso –, mas é um modelo que nós sabemos trabalhar, é um modelo atual que nós sabemos trabalhar. Então, dentro dessa perspectiva, o próprio Ministério da Agricultura está estudando junto com os Estados qual é a outra forma ou se existe outra forma de repasse de recursos do Ministério da Agricultura para os Estados, lembrando, como disse o Dr. Inácio, que o recurso da União é muito pequeno perto do recurso que já existe em defesa da agropecuária desses Estados, mas ele serve como um investimento cirúrgico em estruturação. Então, se fosse possível, na verdade, colocar esse dinheiro, que é pouco recurso, mas para aquelas rubricas em que o Estado não consegue fazer a sua viabilidade própria, isso, então, seria um fator de sucesso para o processo.

Especificamente sobre Sisbi, são poucos os Estados que colocam, nos seus planos de convênio, a questão da estruturação do Sisbi. E nós descobrimos que, com pouquíssimo dinheiro, é possível fazer avanços significativos na questão da adesão do Sisbi, haja vista que os Estados que solicitaram recursos para isso solicitaram valores no montante de R$600 mil. Então, R$600 mil, em cima dos recursos da União, que são disponíveis em média para os Estado em cerca 2 milhões, 2,5 milhões, é muito pouco dinheiro para o grande retorno que isso pode dar no processo de adesão.

Então, o Ministério da Agricultura está disponível para isso, não é um recurso que falte...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – ... no Ministério da Agricultura. E aí pode ser requerido pelos Estados, para que se possa fazer essa estruturação.

Senador, basicamente é isso.

Eu queria só enaltecer, mais uma vez, a importância que é o relatório do senhor para esse processo de defesa agropecuária, destacar, de novo, que o Ministério da Agricultura não está dissonante dessas reivindicações. É só um processo realmente de tentar perseguir o que realmente precisa ser perseguido, e não ficar discutindo especificamente se a gente está sendo muito duro no processo de auditoria ou não, a gente precisa realmente... Está todo mundo em busca do mesmo objetivo que é a saúde pública, que é a venda desses produtos com segurança, evitando fraudes, evitando notícias ruins na mídia, em função da baixa execução do Poder Público nesse processo de controle dessas etapas de saúde pública.

Então, eu queria só enaltecer e agradecer o trabalho que o senhor fez. E certamente isso está conectado com o que a gente está chamando de plano de defesa agropecuária, porque, num horizonte de tempo razoável de até quatro anos, a gente pretende mudar o processo de relacionamento com os Estados, que são os reais executores da defesa agropecuária sob a supervisão e o comando do Ministério da Agricultura.

Então, era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem.

Eu quero registrar aqui uma pergunta que veio de Santa Catarina, uma vez que nós estamos ao vivo pela TV Senado. E ela faz o seguinte questionamento: "Pois é, hoje a gente nem sabe que tipo e da onde é que as carnes dos açougues..."

Quem poderia responder essa pergunta? (*Pausa.*)

Ninguém?

Eu mesmo? (*Risos.*)

É uma preocupação que a telespectadora tem quanto à origem das carnes que são vendidas nos açougues.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Posso tentar. (*Fora do microfone.*)

Bom, o sistema é construído exatamente para que o consumidor possa ter a garantia de que essa carne é segura. O que não acontece, e isso é o que nós estamos perseguindo, num país com as dimensões do Brasil e com a heterogeneidade que temos, nem sempre a gente tem modelos equivalentes no Brasil. Quando você olha os Estados do Sul, que estão todos aderidos ao sistema e que estão trabalhando dentro dessa modalidade, eu poderia dizer para a telespectadora que ela pode, dentro desse modelo, ter maiores garantias nesse processo.

Agora outros Municípios que estão com mais dificuldades nos rincões desta País, em relação a eles, o grande objetivo do Ministério da Agricultura é criar políticas que permitam o que estamos chamando de universalização da defesa agropecuária. É tentar pegar modelos de sucesso que existem no Sul do Brasil e tentar estender isso numa política pública para outros Municípios e outros Estados. O que nos preocupa é exatamente isto: haver um sistema federal em alguns estabelecimentos, e não haver sistema nenhum em outros estabelecimentos significa dizer que eu tenho cidadãos de dois níveis? É isso que a gente não pode aceitar.

O sistema tem que permitir a universalização da defesa. Conceitos de saúde pública têm que estar estabelecidos em todos os tipos de abatedores. Este é o grande desafio: como conseguirmos, de uma maneira razoável e racional, estabelecer isso para todos os estabelecimentos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, deixe-me só dar uma contribuição!

A Ministro Kátia Abreu, quando aqui esteve, o que ela dizia em relação a isso e que acho correto? Não há como haver um fiscal médico veterinário em cada estabelecimento de produção. Não há como fazer isso; nós não damos conta de fazer isso em todos os frigoríficos.

Então, o que ela disse? Que o pessoal do MAPA, os fiscais agropecuários seriam transformados em auditores, alguma coisa nesse sentido. E, a partir daí, esse pessoal faria as auditorias de forma regular, e se permitiria que o próprio estabelecimento – no caso, estou me referindo à ideia geral –, ele mesmo, contratasse, porque, se você produz um determinado produto, você também tem interesse que esse seu produto seja qualificado. Quem produz tem que ter essa preocupação, de haver qualidade, até porque ele está comercializando isso.

E o sistema funcionaria para auditar. O sujeito que está produzindo, e não tem lá alguém, um técnico, capaz de verificar as condições sanitárias, quando isso acontecesse, ele seria punido. Eu acho que essa é a forma mais inteligente e mais descentralizada de fazer isso.

Agora: "Ah! Mas o Município não vai ter condição de fazer isso!" Mas, em algum momento, você imaginar que qualquer Ministério, o Ministério da Agricultura vai ter um médico veterinário para cada um desses estabelecimentos, eu penso que isso é uma loucura, como, por exemplo, obrigar, vamos dizer assim, que seja através de concurso público. Eu sou favorável. Mas e a condição para isso?

Então, vamos descentralizar isso. Como se diz aqui: "Como que se descentraliza isso?" Por Município.

Aí vem aquela história: "Mas os Municípios não têm condição de fazer esse serviço de inspeção." Aí é outra história, aí é fonte de financiamento, mas a descentralização, a meu juízo, tem que existir, e o MAPA tem que funcionar como órgão fiscalizador, auditando de forma regular e alternada essa...

Assim que eu vejo, é a única forma de a gente resolver essa situação. Em dez anos, olha o avanço disso, porque a legislação é confusa, é omissa, há uma disputa, porque o fiscal agropecuário não quer, tem de ser um médico veterinário concursado. Aí começa a disputa. Isso daí, evidentemente, tem trazido problemas. Agora, o Município que quisesse descentralizar e quisesse arrumar isso daí faria um concurso também. Por que não? Eu acho que temos de descentralizar, estou convencido disso. E os pequenos Municípios? Fazem essa descentralização, se não for possível, porque o Município é muito pequeno, o próprio Estado, haveria sempre a alternativa do Estado que faria a inspeção naquele pequeno Município. O que não pode é achar que isso vai funcionar, cada estabelecimento desses, cada órgão de produção vai ter um médico veterinário contratado pelo Ministério da Agricultura. Penso que isso não vai ser possível, não vai haver como fazer. O País é continental. A demanda disso daí, penso... E estou me baseando no que disse a própria Ministra da Agricultura. Ela chamou para si essa responsabilidade, disse: "Vou resolver isso, vou transformar esse quadro que já existe em fiscais e vamos liberar que cada estabelecimento, cada frigorífico tenha o seu médico-veterinário."

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Senador Waldemir Moka, na verdade, V. Exª também se baseia na coerência com que sempre definiu suas ações aqui no Senado Federal, porque me dá a impressão de que sua intervenção é oportuna, realista e necessária. Não posso deixar de admitir que, se tenho uma indústria de processamento de alimentos, eu mesmo imagino que tenho de ter o maior cuidado para que o meu produto seja oferecido de maneira adequada à população, sob pena de correr riscos previstos na nossa Constituição. O que nos parece é que ficamos num jogo de empurra de responsabilidade, e quem produz, quem trabalha fica órfão, vamos dizer assim, dessas oportunidades que se discutem e acabam não chegando.

Eu só queria registrar que a pergunta foi da Anna Flavia Schmitt, não diz o Município, mas é de Santa Catarina.

Antes de passar a palavra para o eminente Senador Blairo Maggi, quero registrar a presença do Deputado Federal Valdir Colatto, que nos honra com sua presença.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Já faz parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Faz parte desta Comissão. Além de tudo, é um dileto amigo, companheiro, correligionário e uma das maiores autoridades em agricultura de Santa Catarina e do Brasil, responsável por projetos importantes aprovados tanto na Câmara dos Deputados como aqui no Senado Federal.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu vou pedir licença. Eu vou faço parte da Comissão, V. Exª também...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – V. Exª pode me inscrever lá, se não vou ficar para o fim da fila.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tenho essa obrigação de estar lá, porque não há jeito de não estar. Peço licença.

Vou só pedir uma coisa para vocês. Eu tenho no gabinete uma estrutura e tenho um técnico altamente qualificado, que o pessoal chama de Nelsinho, a maioria conhece. Mandem para o meu gabinete a sugestão dessa legislação que é confusa, que é omissa, e nós aqui vamos... Esse é o nosso dever de casa, mas vocês precisam... No dia a dia, a gente não acorda e fala assim: "Hoje eu vou ver aquilo". Você tem uma agenda, não há como. Se vocês não demandarem isso assim: "Nós precisamos que vocês alterem a legislação assim, assim, assim, assim" e cobrarem... O pessoal do Município conhece a gente aqui. Estou me comprometendo com vocês. Se vocês mandarem o que precisa ser modificado, eu me comprometo a fazer junto com... Não precisa ser o Moka, vamos fazer em nome da Comissão de Agricultura. Está aqui o Colatto. Ao aprovar aqui, já ajuda na Câmara, na tramitação disso. Agora, fiz questão de deixar claro o meu raciocínio: eu não acredito que o País tenha condição de colocar um médico veterinário em cada um desses estabelecimentos. É como farmácia, que tem de ter um bioquímico. Quem contrata o bioquímico? O dono da farmácia. E são fiscalizados também. Então, o Ministério da Agricultura teria de fiscalizar, mas quem comercializa...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Nós agradecemos a participação do Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Bom dia, Presidente Dário Berger. Bom dia também ao Luis Eduardo Rangel, que é o representante do MAPA, da Secretaria de Defesa Agropecuária; também ao Inácio Kroetz, que já conheço há muito tempo, já passou pelo Ministério da Agricultura e fez um excelente trabalho. Tivemos oportunidade não só de discussões aqui, mas fora também: estivemos juntos na Rússia, na Holanda, em Mato Grosso, já andamos bastante por aí. Bom dia também ao Mário Nascimento, que é o Consultor da Confederação Nacional de Municípios.

O assunto abordado pelos três é bem complicado. O Inácio tem razão quando reclama da legislação. Aliás, na maioria das vezes, a gente reclama é da legislação mesmo, porque são muitas leis, muitos decretos, muitas normativas, um vai se sobrepondo ao outro e, quando chega à ponta, o fiscal, que vira a autoridade mesmo, dependendo de como amanhece, exerce de uma maneira, interpreta as coisas de uma maneira ou de outra. Isso traz muitas complicações para quem trabalha, produz e quer fazer as coisas andarem.

Então, sou favorável a colocar tudo na mesa e fazer uma nova legislação, mais específica, mais clara, com direitos, com obrigações de cada um. O Estado brasileiro, temos que começar a entender que o Estado não pode tutelar tudo e todos, não há condições.

A responsabilidade é de cada um, tem de ficar evidente e patente que ele é o responsável por uma boa qualidade, pela apresentação do produto, pela sanidade do produto, e o Estado tem de fazer as fiscalizações esporádicas, vir, olhar, fazer aquelas incertas. Se não está certo, você fecha, lacra, multa, faz o que tem de ser feito. Nós, infelizmente, no Brasil, estamos a cada dia com a nossa burocracia mais ativa. Está difícil trabalhar, não está fácil trabalhar. Você vai a qualquer frigorífico, a uma industriazinha caseira, a uma coisa maior, conversa com as pessoas, é um tormento. A fiscalização em cima, quando vai, ou o medo de ser fiscalizado, ser multado, ser processado. Então, o Estado brasileiro está muito fiscalista, deixando de acreditar nas pessoas e nas boas intenções das pessoas.

Então, eu defendo sempre esse lado de deixar que as coisas fluam melhor. Elas vão fluir melhor quanto menos o Estado estiver presente e, obviamente, quanto mais responsabilidade aqueles agentes que estão fazendo as coisas tenham. É claro que o Estado brasileiro sempre pensa: "Eu tenho de ser duro, porque as empresas são relaxadas, não atendem as regras", mas tem de partir do princípio contrário, de que todo mundo tem de obedecer às regras e a fiscalização deve ser eventual, inclusive, não constante como é.

Eu só tenho uma pergunta ao Inácio. Ele passou uma informação que me chamou a atenção. Nós estamos falando aqui da defesa de produtos animais, produtos de mesa, produtos acabados, e você disse que estamos indo para o mesmo caminho na defesa vegetal, que há projetos rodando nas comissões. É isso, você quer se referir que nós, produtores de grãos ou de fibras, vamos ter de entrar no mesmo caminho, vamos ter de ter um agente público dentro dos armazéns, dentro das fábricas para poder controlar isso? É nessa direção que você está falando?

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Obrigado, Senador. Conhecendo também a preocupação de V. Exª, preocupação quanto à qualidade do alimento de origem vegetal, na realidade, a inspeção de produtos de origem vegetal se refere mais a bebidas. Hoje, cumprindo a lei de 1962, ela foi feita mais para as bebidas. O Ministério da Agricultura – quem poderia responder, quem deveria responder isso é o nosso Secretário aqui presente –, o que está em discussão e já passou por uma comissão, de iniciativa do Senador Alvaro Dias – eu também soube quando vi o vídeo –, não é inovar nada; é simplesmente permitir que a inspeção não tenha de ser essencialmente realizada por funcionário público concursado federal. Então, ele está trabalhando nessa linha. É um projeto de lei, não sei o número agora aqui, eu soube há um mês que já tinha passado por uma comissão. Não é expandi-la, é simplificá-la, exatamente o mesmo caminho que o Sisbi está buscando, através do Projeto de Lei nº 334, que está na Câmara. No Senado, estão fazendo a mesma coisa, simplificando, pretendendo simplificar...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Não é restabelecer aquilo que tínhamos no passado, que a cada carga de mercadoria revistada o Estado tinha de fiscalizar, receber uma amostra. Não é nada disso?

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Não, porque o produto industrializado de origem vegetal, salvo melhor juízo aqui, o mais atualizado é feito pela Anvisa. O que o Ministério da Agricultura faz são bebidas: cerveja, vinho, suco, menos água mineral, o resto todo passa por um registro no Ministério da Agricultura, e ele também demanda fiscais federais, na visão da proposta desse projeto de lei, em demasia: poderia simplificar os processos, poderia organizar melhor o processo e poderia economizar fiscais federais fazendo esse tipo de trabalho, porque em nenhum Estado, a não ser a cachaça de Minas Gerais, é fiscalizado por servidores estaduais.

De resto, não há nenhuma ação ainda nos Estados e nos Municípios. Se existe pouca adesão à inspeção de produtos de origem animal nos Estados e Municípios – vegetal podemos dizer zero... Até na inspeção de cachaça – porque Minas Gerais é um grande produtor de cachaça, esse produto é muito importante para o Estado –, lá há um sistema em andamento, digamos assim, e estamos também para aderir. Estou aguardando agora um pouquinho mais para aderir, em caso de mudar alguma coisa com a legislação – não posso jogar dinheiro fora também, fazendo isso antecipadamente, para depois ser atropelado pela própria legislação, que não é boa nem para a fiscalização, nem para o fiscalizado. Eu volto a repetir aqui: as pessoas que nos auditam – inclusive estão sempre atentas àquilo que falamos, estão presentes aqui inclusive – não podem fazer diferente, porque a legislação não permite. E queremos fazer diferente pressionando para que a legislação se ajuste à legislação. É muito antiga essa legislação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Inácio, para você, que já teve contatos fora, com outros países, conviveu com isso, qual é a grande diferença que há na nossa legislação, de que tanto reclamamos, para uma legislação americana, por exemplo, ou europeia, que, segundo todos dizem, é uma coisa mais ágil, é uma coisa mais rápida de resolver? Você poderia traçar um paralelo simples sobre o que é o Brasil e o que são os outros?

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Senador, eu já reapresentei aqui, nesta Casa, uma palestra que já foi feita no Itamaraty para o pessoal da OIE de como é que funciona em outros países. Há muitos países onde ela é mais acreditada, é mais simples, é mais oficialmente reconhecida. Não é tão oficial.

Na América do Sul, nos países que foram mencionados nesse trabalho da Organização Mundial de Saúde Animal, apenas o Uruguai e o Brasil são tão rigorosos quanto a ser oficial. Até a Argentina é mais avançada nesse ponto, e o Brasil e o Uruguai são os países mais oficiais. Em todo o mundo, inclusive Europa, Estados Unidos, Austrália, em vários países, a fiscalização permanente da inspeção nos abatedouros – essa inspeção nos abatedouros *ante-mortem* e *post-mortem* – só pode ser realizada por médico veterinário, não diz se é oficial ou não. Então, os países adotam, de acordo com a sua confiança no serviço do médico veterinário, e estabelecem as regras. Eu acredito que o médico veterinário, assim como o médico na saúde pública também, tem a fiscalização do exercício profissional. Na saúde pública, no posto de saúde, será que todos os médicos são concursados? Será que todos esses médicos que vieram de fora são concursados? Será que os peritos, os que examinam meus olhos no Detran, são oficiais? Mas eles me autorizam a guiar por aí e a enxergar suficientemente para não matar ninguém por falta visão; por outras coisas não podem controlar, mas, pelas visão, eles controlam.

Então, há tantos serviços oficialmente acreditados, que eu não sei por que insistem tanto que a inspeção *ante-mortem*, que é feita por profissional, que tem o conselho regional, o conselho federal em cima para fiscalizar o exercício profissional e é fiscalizado por um ente público – no mínimo de 15 em 15 dias, é auditada, é fiscalizada a qualidade do serviço –, tem que ser feita só por concursado?

Essa é a minha pergunta. Os outros países já adotaram isso: Alemanha, França...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Uma modificação da legislação poderia permitir isso.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Já, há muito tempo, só não se vai abrir mão de que um outro profissional não médico veterinário faça a inspeção *ante* e *post-mortem*, porque é essa que diz se a carne desse animal está própria para o consumo ou não. Agora, se ele é público ou privado? Ele é medico veterinário! Há condições de fiscalizá-lo, de auditá-lo e de puni-lo, há tudo isso. Que a fiscalização seja periódica, mas essa inspeção presencial, que é feita por um servidor, seja ele federal, estadual ou municipal, que está lá todo dia fazendo inspeção *ante* e *post-mortem* e que é médico veterinário oficial, não pode ser feita por um médico veterinário oficialmente reconhecido, com treinamento, capacitação e fiscalização em cima? Isso pode. Por que, se um médico credenciado pelo SUS pode me operar e pode me prescrever produtos que eu tomo para ficar bom ou ficar pior da minha saúde, não pode ser um acreditado também verificar o que eu como? E só daquele produto, porque outros produtos não têm essa fiscalização. Por que só do animal? Quer dizer, isso é uma tradição, desde mil e novecentos e...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Quer dizer, tem que se quebrar a resistência para mudar?

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Eu acho que existe um pouco de resistência de que isso saia do âmbito do serviço federal e do serviço público em si, porque, dentro do Estado e dos Municípios, o que acontece hoje, por exemplo? Um Estado que tem 62 matadouros só tem duas, três plantas do Sisbi, porque ali tem que haver um veterinário oficial. Do Estado não há, então se empresta um do Município, ele vai lá e faz e está bom.

Se fosse do sistema acreditado e oficialmente reconhecido, seria cobrada dele capacitação, análise de risco, uma série de coisas. Como ele é municipal, eu não tenho nenhuma autoridade sobre ele, o prefeito que tem, mas ele mo empresta, ele trabalha para o Município e faz o serviço esporadicamente de inspeção. Está muito confusa essa regra, Senador. É nisto que eu gostaria de que o Legislativo se esforçasse: dotar o Serviço de Inspeção Federal, que é o órgão central do Sisbi, para que ele tivesse uma legislação segura, na mão, que ninguém precisasse discutir e que fizesse a coisa acontecer.

É isso que está faltando.

Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Concedo a palavra ao Deputado Federal Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Obrigado, Senador Dário Berger.

Eu estou com a voz complicada, mas eu queria, primeiro, parabenizar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daqui do Senado, porque vocês são madrugadores com o agricultor – não é, Senador Blairo? Levanta-se de madrugada e dorme tarde.

Eu queria cumprimentar V. Exª, cumprimentar o nosso Secretário Luis Rangel, fazendo um trabalho, esforçando-se muito para poder desatar esses nós que tem a agricultura brasileira; cumprimentar também o nosso Inácio, que foi o nosso Secretário de Defesa, e o Sr. Mário Nascimento, representando os Municípios.

Rapidamente, eu sei que o tempo está bem complicado aqui, mas eu só queria, Senador Blairo – e o Senador Moka colocou aqui – abordar a questão do auditor fiscal. Essa é uma busca que também estamos fazendo. Na última greve que houve dos fiscais agropecuários federais, acertamos com o Ministro do Planejamento, que era então o Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para que pudéssemos transformar os fiscais agropecuários em auditores, Senador.

Então, essa questão já está resolvida, não é isso Luis? Transformar os fiscais agropecuários em auditores agropecuários, isso já foi resolvido na última greve e não sei como anda isso para ser implantado, mas é uma grande saída.

Temos os fiscais se transformando em auditores, tendo aí então toda essa cadeia de que o Inácio fala, você tendo os responsáveis municipais e estaduais, mas principalmente os responsáveis técnicos das empresas.

Acho que temos que trabalhar em cima disso. A empresa tem que ter um responsável técnico, como tem a farmácia, como tem o médico, como tem o engenheiro que constrói o prédio, se cair o prédio, ele é o responsável, foi ele que construiu. Então, depois ele tem todas as fiscalizações do Conselho, a fiscalização federal, enfim, todo esse processo. Realmente a grande dificuldade é ter médicos veterinários em todas as unidades. Não há como fazer isso, não há como.

Para cada empresa que você criar neste País, você tem que ter um médico veterinário. Então, o que acontece? O Estado está prejudicando o desenvolvimento porque onde o Estado teria que estar presente, não pode estar porque não tem gente, não pode contratar, e a empresa fica parada ou não consegue operar porque o Estado não lhe dá a condição que é exigida de que ele tenha lá um médico veterinário.

Então, acho que essa é a questão. E o que temos que fiscalizar mesmo, Senador Blairo, é o produto na prateleira. Se você tem um produto dentro de uma embalagem e lá diz tais características, você vai lá, faz uma auditoria, uma inspeção, pega esse produto, analisa, se não tem aquelas características ou não está dentro do padrão de sanidade e qualidade, o responsável é a empresa e o responsável técnico. E tem que ter aí uma legislação pesadíssima. Se você não tem teu produto conforme estão as normas aqui, fecha a empresa, como acontece em outros países. Não tem conversa. Não, mas vou burlar, vou dar um jeitinho. Não. Você tem as regras para cumprir, se não cumprir, se for pego, vai para o fechamento. E assim é feito em todas as outras áreas. O fiscal da Fazenda não fica dentro de cada empresa para ver o que está sendo operado, fazendo ou não fazendo. Ele vai fazer uma auditoria lá, pegou – azar de quem foi pego.

Então, acho que a coisa está andando. Não consegui ouvir aqui a palestra de todos, mas sei que todos são especialistas nisso. Estamos aí com o Sisbi, nossa briga – o Rangel sabe disso – até quero uma resposta sua quanto aos casos de Santa Catarina, que ficamos de ver, porque, Senador Dário Berger, nós conseguimos duas empresas – e temos que aplaudir o Rangel pelo esforço que está fazendo. Agora não sei, mais duas, quatro.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL (*Fora do microfone.*) – Mais duas essa semana.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB - SC) – Essa semana. Então, quatro empresas no Sisbi, que é o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que passa para o Estado fazer esse trabalho de fiscalização e faz com que se possa comercializar os produtos, não só no Estado, mas no Brasil, diferenciada daquela questão do Sisbi do Município, do Estado e da União.

Então, realmente essa diferença de você poder ou não poder comer porque estou em outro Município, em outro Estado, tem que acabar. Isso é um absurdo que estamos vivendo. O Sisbi vai resolver isso, mas há toda uma parafernália de legislação que complica isso.

Então, acho que está andando bem, mas precisamos implantar definitivamente essa questão da auditoria, os auditores fiscais querem isso e vejo que não há como sairmos desse processo e acho que é o caminho.

Senador, existe uma legislação que temos que acertar, essa questão da exigência de que tem que ter um técnico oficial. Temos muitos municípios lá, muitas empresas que o prefeito não tem como pagar o veterinário. Como ele não tem como pagar o veterinário, em uma empresa lá que precisaria um veterinário oficial, mas não há e a empresa está fechada, porque não há o veterinário oficial, porque o prefeito não pode pagar, o Ministério não pode colocar, o Estado não pode e a empresa está fechada.

E o Brasil precisa andar, e o Brasil precisa produzir. É um negócio complicado.

Então, temos que desatar esses nós. O Ministério está fazendo um esforço. A própria Ministra Kátia Abreu se empenhou bastante, mas as dificuldades são imensas.

Queria deixar aqui esse recado. Só queria aproveitar, Senador, estamos com um probleminha em Santa Catarina, aproveitando aqui o Luis Rangel, que é a questão da licença dos barcos de pesca. Estamos com uma greve da pesca em Santa Catarina – não sei se chegou às mãos do Secretário – que o pessoal não consegue fa-

zer a pesca da tainha, que começa agora dia 15, por falta da licença, que mudou do Ministério da Pesca para o Ministério da Agricultura, e esse processo está parado. Gostaria de ter seu apoio nessa situação que trabalhamos.

E como aqui a TV Senado está bem e está no ar, queria aproveitar aqui para falar, hoje são 5 de maio não é? Dia que encerra a aquisição do Cadastro Ambiental Rural, do CAR. Então, está uma confusão muito grande em cima disso. Encerra hoje e estão dizendo que, quem não fez até hoje, está fora do Cadastro Ambiental Rural, do Código Florestal Brasileiro. Não é assim. A lei é bem clara, ela diz que só tem três situações em que quem não fizer o CAR pode ter problema, que é a questão de ter que fazer uma licença ambiental, uma escritura ou precisar de financiamento agrícola, a partir de 5 de maio de 2017, ele estará impedido de fazer isso.

Agora, saiu a Medida Provisória nº 724, que o Senador Moka me passou aqui, que diz que será estendido só para os pequenos agricultores até quatro módulos fiscais. Está confrontando com a Lei nº 12.651. Acho isso um absurdo!

E aprovamos ontem, na Câmara, uma Emenda do Deputado Luis Carlos Heinze, estendendo para 5 de maio de 2017 o CAR para todo mundo. Então, agora virou uma confusão, porque hoje seria o último dia e quem não fez estaria fora do PRA, Programa de Regularização Ambiental. Acho uma coisa sem muita consistência essa Medida Provisória. Alguém que fez isso pensou: "Vou penalizar alguém e vou tirar alguém." Quer dizer, é um Brasil da divisão de classes.

Então, a grande propriedade ou a média propriedade, Senador Blairo, está fora da medida provisória, dizendo que "somente os pequenos produtores é que têm a condição de estender o CAR para 5 de maio de 2017 para não perder o Programa de Regularização Ambiental, que seria todo o processo de regularização das propriedades.

Temos que discutir isso. Queria aproveitar para deixar esse recado aqui no Senado. Acho que é importante para todos nós.

Queria agradecer a oportunidade e parabenizar essa Casa pelo trabalho que tem feito. Aliás, vou levar essa proposta lá para a Comissão de Agricultura da Câmara. Começar cedo não é, porque aí temos mais tempo para fazer nosso trabalho.

Parabéns pelo seu trabalho, parabéns para o Luis Rangel, que está fazendo um bom trabalho na Secretaria de Defesa Agropecuária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, essa questão já foi abordada aqui inicialmente na nossa Comissão, Deputado Colatto, e vamos ter condições agora de corrigir esses conflitos – vamos dizer assim – da Medida Provisória. Então, ela vai passar pelo nosso crivo aqui, vai passar pelo crivo da Câmara Federal e evidentemente vamos ter condições de ampliar, reduzir e adequar, melhor dizendo, aos interesses dos nossos produtores rurais em todo o Brasil.

Bem, solicitou-me a palavra aqui, o que eu faço também, com muita honra, o Dr. José Guilherme Leal, que é Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Desenvolvimento Rural daqui, do Distrito Federal.

Então, vou conceder também a palavra ao senhor, por cinco minutos, está bom?

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Então, V. Sª está com a palavra.

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – Obrigado, Senador.

Eu estou aqui representando o Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura, o Conseagri, em nome do nosso Presidente, que é o Secretário João Cruz, Secretário de Agricultura de Minas Gerais.

Agradeço a oportunidade.

Cumprimento a todos.

O tema tem sido bastante discutido dentro do Conseagri e a opinião é de que nós realmente temos um sistema, quando se fala no Suasa. O Suasa, em todos os aspectos, nós temos no sistema, ainda com algumas imperfeições, precisamos avançar muito, mas ele existe. Mas, quando a gente vai para o Sisbi, a consideração é de que nós ainda não temos um sistema, Secretário Luis. Nós temos que avançar muito. Não temos a cara de um sistema.

Os pontos levantados aqui, quanto à questão do conceito de equivalência, precisam ser realmente trabalhados e esclarecidos. Muitas vezes, nós estamos sendo levados, os Estados que estão no processo de adesão ou os Estados que já aderiram, a, não equivalência, mas a serem iguais à norma federal. Isso não está dentro do espírito da legislação, não está dentro do sistema e nós precisamos realmente avançar nesse ponto.

Hoje, o sentimento dos Secretários de Agricultura é de que nós temos que avançar muito nessa questão, ouviu, Dr. Inácio? Mesmo os Estados que já aderiram não estão satisfeitos. Eu acho que o relacionamento e a forma de tratamento, e que passa por alguns pontos como realmente clarear os processos de auditoria, clare-

ar essa questão do conceito, vamos colocar as regras claras para a adesão. Ela tem mudado muito de acordo com algumas coisas que têm evoluído, sim, mas têm mudado muito, até com interpretações diferenciadas.

Nós não podemos ter um sistema dessa forma e a gente entende que o Ministério da Agricultura tem toda a condição de liderar essa organização. Tem a condição institucional, o respeito e a condição técnica, mas tem que querer liderar – tem que querer liderar. Hoje, o sentimento é de desânimo, inclusive dos Estados que já aderiram.

Então, a gente tem que fazer uma revisão. A gente fica se perguntando: "Para quê que eu vou entrar no sistema?" O benefício é o trânsito e o comércio, pensando no desenvolvimento das indústrias, mas, se as regras não estiverem claras, se a gente não tiver o procedimento correto, azeitado, às vezes, é melhor não, "eu vou continuar com o meu sistema de inspeção".

Então, a gente precisa realmente trabalhar na evolução e tem que ter vontade e o Ministério como animador do processo, não como um ente que está, de alguma forma, abafando o processo da adesão. Essa é uma questão.

A questão do financiamento já foi tratada. Realmente, está aí, todo o Suasa, o financiamento hoje não é adequado. Nós estamos na crise de financiamento do Estado mais uma vez, vivemos isso no início da década de 90 muito fortemente, e estamos num outro processo, em que a gente tem que repensar os serviços públicos, como avançar na questão de qualidade com menos recursos.

Nós não vamos ter expectativa de mais recursos, tanto estaduais, como federais e até municipais – pior ainda, não é Mário, um Município –, nessa situação.

Então, nós temos que realmente buscar mais eficiência de todo o serviço público, que passa por repensar alguns procedimentos.

Na questão da participação ou não do profissional privado, o que o Conseagri tem debatido é que nós não queremos fazer nenhuma recomendação ao Serviço Federal. O Serviço Federal tem uma história, tem organização e o Ministério tem toda a condição de definir como vai funcionar o SIF, mas queremos, sim, ter a possibilidade de trabalhar numa organização dentro das unidades da Federação e dentro dos Municípios.

De novo, não se discute dentro do Conseagri a organização do Serviço Federal. Isso cabe ao ente federal, ao Ministério da Agricultura, mas queremos ter a possibilidade de discutir a organização e se vamos trabalhar ou não com profissionais, com algum sistema de credenciamento dentro das unidades da Federação. Por que não? Isso realmente...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL – ... não pode ser um impeditivo para o processo de adesão.

E, na questão do conflito de interesse, a gente sabe, eu vou fazer uma analogia aqui, Senador, que é um pouco diferente, mas, se na exportação de produtos vegetais nós temos na cadeia de certificação a possibilidade de um profissional credenciado há muito tempo, dentro do sistema de defesa vegetal, é diferente. Nós estamos falando, logicamente, na inspeção do risco à saúde muito forte, mas que está permitindo, isso está funcionando há muito tempo, permitindo ao fiscal federal agropecuário emitir o CFO confiando numa cadeia de documentação que está viabilizando a exportação dos produtos agrícolas.

Então, esses pontos a gente entende que têm que ser discutidos e queremos que o Conseagri, sim, que o Ministério lidere, mas com vontade de implantar o sistema para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Muito bem.

Nós que agradecemos.

Antes de eu voltar a palavra aos nossos expositores, eu, lamentavelmente, Senadores e Deputado, quanto mais a gente discute, mais eu percebo que nós estamos, o Brasil está muito atrasado. Não tem eficiência, as relações federativas são carentes e dramáticas. O Pacto Federativo tão sonhado é inexistente, porque num momento, falta recurso, em outro momento, é problema orçamentário, em outro, falta pessoal, e, na verdade, o que nós temos que parabenizar e cumprimentar é a grandeza e a persistência do produtor rural brasileiro – entendeu? –, que, apesar de todas essas dificuldades e essas adversidades, continua trabalhando, produzindo, me parece, contra tudo e contra todos. Carece de apoio, carece de consideração.

Enquanto o País estiver penalizando quem trabalha e quem produz, nós não vamos construir a riqueza que nós desejamos construir.

Eu fiz aqui, a minha assessoria elaborou aqui uma série de questionamentos, de perguntas e de avaliação, cujos temas estão relacionados fundamentalmente a essa questão: Por que que o Governo Federal não consegue disponibilizar os recursos? Por que não disponibiliza o orçamento? Por que não faz essa integração, de tal forma que esse processo possa funcionar com eficiência?

E eu percebo também que, além das questões financeiras, das questões relacionadas a recursos humanos, nós temos que superar também um corporativismo que hoje fundamenta – vamos dizer assim – praticamente todos os setores do País. Ou nós evoluímos na concepção dessas questões ou nós não vamos buscar a tão sonhada eficácia que nós desejamos, de forma que o quadro, em função da crise econômica que nós vivemos – que, dizem os especialistas, é a maior de todos os tempos –, lamentavelmente, é de que os próximos dias não são promissores para que a gente possa imaginar construir um cenário adequado para essa questão.

Eu queria informar aos nossos Senadores, principalmente, e à população brasileira, uma vez que estamos ao vivo pela TV Senado, que eu fui o Relator de avaliação de uma política pública de defesa agropecuária para o País. Dentre as minhas obrigações, a mais importante, além de discutir e avaliar todo esse processo, é a de tentar elaborar uma legislação, Senador Blairo, uma política para o setor. Nós já conseguimos elaborar uma minuta. Estamos ainda consultando diversos segmentos, diversos setores para que, ao final, possamos reunir os elementos básicos necessários para iniciar uma discussão, que poderia, de repente, disciplinar todas essas questões que estamos discutindo aqui, que, na verdade, não são muitas. Se nós definirmos algumas questões que são aquelas que mais nos trazem prejuízos, de forma objetiva e prática na execução dos nossos trabalhos, quem sabe a gente possa dar um grande avanço nas nossas relações.

Portanto, as minhas perguntas ficam suprimidas em função de que elas, de certa forma, já foram respondidas através das dificuldades dos nossos expositores, que relacionaram que a questão da legislação, que é confusa, que não é objetiva entre os entes, que não estabelece uma parceria efetiva, definindo competências dos entes federados com os respectivos recursos, etc. E por aí vai.

Assim, é isso que a gente pretende fazer numa política pública disciplinando essa questão. E eu espero que eu possa dar a minha contribuição nesse sentido, uma vez que eu fui honrado em, no ano passado, elaborar um relatório bastante importante e consistente da política de defesa agropecuária no País.

Dando continuidade à nossa audiência pública, só vou pedir para os nossos expositores que se nós pudermos terminar por volta de 10h em ponto, que é quando começam os trabalhos da Comissão do *Impeachment*, da qual eu sou membro e na qual preciso estar presente.

Eu vou conceder a palavra, então, a cada expositor para que possa fazer uma síntese e um arremate da nossa exposição, já agradecendo, evidentemente, a presença e a colaboração de cada um de vocês.

Concedo a palavra ao Dr. Mário Nascimento, que representa aqui a Confederação Nacional de Municípios, de quem eu, no passado, foi vice-presidente.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO – Senador Dário Berger, eu rapidamente gostaria apenas de voltar à pergunta da telespectadora. Ela está preocupada com a carne que ela consome e que todos nós consumimos na mesa na nossa casa. O centro da questão está no problema do abate clandestino. O Estado não tem recursos, a União não tem recurso, não tem fiscal, o Estado não tem fiscal, o Município também não contrata fiscal, veterinário, porque não tem dinheiro, não pode, é proibido, extrapolou os limites de contratação de pessoal. O Município tem o Serviço de Inspeção Municipal, ele vende só lá no local, o frigorífico, o açougue lá, o abatedouro municipal que carneia o bovino não tem veterinário, porque o Município não tem para dar quando ele precisa e ele precisa sobreviver, e ele vai abater clandestino, mesmo não tendo fiscal.

Então, é muito importante nós criarmos instrumentos para agilizar esse processo de inspeção. Foi muito bem colocado aqui, até o próprio Dr. Guilherme, secretário aqui do Distrito Federal, colocaram bem aqui os membros da mesa, nós temos conhecimento, temos capacidade técnica, a questão que o Senador Moka colocou também e o Senador Blairo em relação a todo o movimento dos auditores, os fiscais do MAPA serem auditores, e, lá na ponta, a inspeção feita por veterinário habilitado para inspeção, credenciado pelo Estado, fiscalizado pelo Município, pelo Estado e pela União, num processo integrado de fiscalização.

Nós temos que avançar e temos que circular este País, viajar por este País, andar pelo Brasil inteiro, qualificando, capacitando, fazendo seminários, informando os gestores locais, o sistema de inspeção municipal, estadual, enfim, como é que ele tem que agir e trabalhar. Mas é preciso melhorar, é preciso trabalhar de forma mais ampla no sentido de viabilizar a inspeção. Nós não podemos ficar esperando.

A agroindústria lá no Município quer fiscalizar, só que não há veterinário, e ela precisa sobreviver, e ela abate, muitas vezes, clandestino. E o prefeito só corre riscos sérios, Deputado Colatto, de haver uma inspeção, alguém filmar lá um abatedouro, um frigorífico com situações precárias. Ele tem um sistema de inspeção municipal, mas só que não tem condições de funcionar de acordo com o que determina a legislação, porque não há recursos. E tem que ser público o veterinário, ele não pode contratar, mas tem que dar o serviço, dar o atendimento para a sua comunidade. Vive entre a cruz e a espada: precisa atender a população, precisa desenvolver o Município, precisa gerar emprego e não tem as condições porque a legislação não permite.

Então, para encerrar, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Senador Dário Berger de promover este debate muito importante para o País, muito importante para os Municípios.

Nós podemos acelerar o processo de desenvolvimento das agroindústrias em todo o Brasil, agregar fortemente valor à nossa produção primária, na produção de suínos, aves, bovinos, enfim, mas é preciso ter uma relação segura, que preserve a saúde da população e que tenha, lá na ponta, inspeção com veterinário habilitado e a fiscalização, então, pelos veterinários dos Municípios, do Estado e da União num processo de auditoria.

Era isso, muito obrigado e parabéns a todos por esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Concedo a palavra agora ao Dr. Inácio Afonso Kroetz, Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária.

O SR. INÁCIO AFONSO KROETZ – Obrigado, Presidente, obrigado à Audiência. Só nos resta agradecer a oportunidade de, mais uma vez, trazer a esta Casa esta discussão e parabenizar os idealizadores para que esta discussão pudesse ser levada a termo. Eu devo confessar que hoje ela já está bem melhor do que em tempos anteriores.

O Suasa em si e essa particularidade do Sisbi vieram justamente para integrar, uma forma de uma saudável parceria das três instâncias que executam esses serviços, nas suas competências municipal, estadual e federal, cada um com a sua competência bem delimitada na legislação. Só que essa legislação, ao mesmo que ela tentou abrir uma possibilidade de uma saudável parceria, ela não conseguiu consagrar essa parceria. Pelo contrário, ela não foi clara, não foi objetiva, não se adequou à atualidade, ela não é atual e afloraram atritos, ideologias, diferenças de opinião.

Ora, toda legislação que desperta isso, no fundo ela tem algum erro. Se ela fosse objetiva, clara, ela só bastava ser executada. E, então, começaram as diferenças de opinião, a confusão, e que hoje permanece. Isso faz com que os Estados tenham muito receio de investir mais ainda do que já investiram para levar empresas à condição do comércio nacional, seja ela no regime municipal, seja no estadual.

É preciso que esse diálogo de hoje seja mais frequente, que ele seja mais próximo, porque tem que pacificar essa matéria da legislação. Ninguém abre mão da legislação, mas tem que se acreditar também no profissional, muito bem colocado aqui pelo Deputado Colatto, sempre presente nesta matéria, se em outras instâncias nós podemos, o próprio Ministério reconhece o engenheiro agrônomo para emitir o CFO, e, com base nesse documento, faz-se até a exportação.

Será que existe tanta diferença entre resíduos, agrotóxicos e outras coisas que possam estar aí no material vegetal que é exportado? Será que é tão diferente, é tão mais complexo para o médico veterinário fazer também uma inspeção concreta, confiável, acreditada, capaz de ser auditada e capaz de ser acreditada?

Então, o nosso desejo, das 27 unidades da Federação, é que se pacifique esta matéria para que não haja mais essa discussão por diferença de achar que é assim eu achar que é assado. Esse é o apelo que eu faço, que esta Casa Legislativa nos dê oportunidade de ter uma legislação para ser aplicada e que o industrial tenha a coragem de investir nisso, porque vultosos recursos são colocados na indústria e depois vem a frustração pelo fato de ele não poder usar o comércio.

Nós o incentivamos a crescer; nós o incentivamos a investir; nós o incentivamos a ter responsável técnico, que ele tem que pagar. Ele tem auxiliares lá dentro, faz todo um processo de qualidade, e no final ele se frustra porque passam anos que ele investiu, que ele pegou empréstimos, tomou empréstimos que tem que pagar a juro caro, e não consegue colher os frutos disso depois.

Então, é injusto que a gente continue fazendo força para que ele adira a um processo do qual ele não vai se beneficiar. Então, pacificação no processo através de uma legislação mais objetiva, mais atual.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Nós agradecemos.

Concedo a palavra ao Dr. Luis Eduardo Rangel.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Senador.

Eu saio daqui bastante satisfeito, porque acho que a gente conseguiu, de fato, tratar do tema de uma maneira mais ampla, exatamente como a gente queria.

Mas eu queria fazer alguns destaques. Acho que o Senador Blairo Maggi colocou aqui, eu queria deixar claro que essa questão dos rumores, ou de como um fiscal acorda de manhã e ele começa a se portar, isso é inaceitável. É por isso que a gente tem que se esforçar sempre para poder deixar os papéis de trabalho bem claros, os papéis de auditoria. O fiscal federal tem que ter um trabalho isonômico, com todos os serviços que eles fazem. E a gente tem ferramentas para poder acompanhar isso, nós temos corregedoria, nós temos um processo de padronização que precisa ser reforçado.

Então, eu queria deixar claro para os senhores que, vindo para a Secretaria de Defesa Agropecuária, a gente tem a obrigação de tentar reforçar os sistemas para evitar o que a gente está chamando de discricionariedade negativa. Isso não pode acontecer.

Só quero deixar claro que sempre que isso acontecer a Secretaria de Defesa Agropecuária está à disposição para tentar corrigir isso. E os fiscais federais agropecuários sabem disso.

Agora eu queria também desmistificar algumas coisas que foram colocadas aqui. Fica parecendo que no modelo de inspeção atual não existem profissionais privados. Isso não é verdade. Eu sempre digo nos nossos discursos que nós somos apenas 2,8 mil fiscais federais agropecuários na ativa, e cerca de 5,7 mil fiscais ou servidores estaduais. Isso é muito pouco para a demanda que nós temos.

Então, nós temos que usar. O sistema de defesa agropecuária nacional conta necessariamente com o setor privado. Nós temos mais de 60 mil profissionais que são capacitados, sejam médicos, veterinários ou engenheiros agrônomos, para poderem fazer esse processo funcionar.

Agora, é muito importante deixar claro que as metáforas que muitas vezes são utilizadas aqui para fazer comparações entre o que acontece na área médica, nas farmácias, etc., têm que ser usadas com muito cuidado, porque cada caso é um caso, cada risco é um risco. A gente precisa trabalhar isso de maneira serena.

De novo, o tema central não é necessariamente se eu vou ou não conceder habilitação para um funcionário privado fazer uma atividade. A discussão é: o modelo que se escolhe evita o conflito de interesse? Se essa resposta for "sim", aí nós podemos então caminhar, porque – o Dr. Guilherme colocou muito claramente, e eu recebo com alegria essa crítica colocada – acho que é fundamental que o Ministério da Agricultura atue como um promotor do processo do Suasa, não só especificamente na questão do Sisbi. Então eu trago isso realmente como uma crítica construtiva. Mas digo que os conceitos pétreos têm que ser observados.

Aí, Senador, já que a gente está construindo a política pública, o senhor está construindo e parabéns por isso, também está em consonância com a defesa agropecuária, queria lembrar que só tem a defesa agropecuária política, e a defesa agropecuária no Brasil está alicerçada em apenas três artigos colocados *a posteriori* na lei de política agrícola. Então, a gente precisa realmente, o Brasil merece uma política de defesa agropecuária que deva ser alicerçada em princípios pétreos que são: análise de risco, equivalência nos modelos, que são conceitos que já estão hoje disseminados internacionalmente, a que o Brasil adere.

Então, só para encerrar, a Secretaria de Defesa Agropecuária está à disposição obviamente para poder atender isso.

Somos parceiros tanto do Fonesa quanto do Conseagri. Todas essas colocações nós entendemos que são necessárias de evolução. Só queria deixar claro que existem alguns mitos que muitas vezes são colocados, às vezes como metáforas, e que a gente precisa olhar sempre com muito cuidado, para que a gente possa atingir os objetivos finais.

Lembrando, esta aqui é uma Casa de leis, o Parlamento que elabora as leis, e tem que estar conectada com o que a sociedade necessita.

Então, como eu comentei, no século XX, a sociedade exigia, o Estado escolheu uma opção de fazer o controle para saúde pública, dentro dessa Casa de leis. Então acho que talvez o melhor momento seja realmente de debater isso, para saber o que a sociedade espera e o que o Estado tem que cumprir para poder atingir esses objetivos.

Sempre lembrando que saúde pública, colocada tanto pelo Conselho dos Municípios quanto pelo Fonesa, é objetivo de todos nós em qualquer uma das instâncias do Suasa.

Só para encerrar, apesar de não termos atingido todos os objetivos, como disse o Dr. Inácio, avançamos um pouquinho mais do que estávamos no passado e acho que a gente vai tentar conseguir, juntos obviamente, galgar os objetivos do Suasa, usando o Sisbi como um modelo de debate, mas olhando para o modelo do Suasa. O Dr. Inácio colocou muito bem, ainda há muito a ser feito. A área vegetal inclusive ainda patina muito nessa discussão. Então estamos abertos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. PMDB - SC) – Analisando a execução orçamentária do Governo Federal de 2015, pude constatar uma questão muito importante, Colatto. Cheguei à conclusão de que mais de 50% de tudo que é produzido no Brasil, mais de 50% do PIB, mais de 50% de todas as dotações orçamentárias executadas foram para pagamento de juros e serviço da dívida.

Isso chegou a quase R$1 trilhão. Até aí tudo bem, o problema é quando nós fizemos a comparação desse custo com as outras atividades.

Por exemplo, enquanto nós desembolsamos quase R$1 trilhão para pagar juro e para arrolar a dívida, nós investimos em saúde R$90 bilhões; em educação, R$90 bilhões; em segurança, R$7 bilhões; em transporte, R$8 bilhões. Aí não há como dar certo este País. Essa matemática não fecha.

É por isso que a questão fundamental aqui, a primeira está relacionada a recursos. Porque, se tiver recurso, faz um pacto entre Município, Estado e União, estabelece com legislação infralegal, não precisa nem uma legislação específica, de ordem jurídica própria, as suas atribuições. Os Municípios terão condições de contratar, os Estados terão condições de contratar e de oferecer uma logística própria para que o sistema possa funcionar.

Então, tudo, no fundo, está relacionado a recurso. Nós sabemos, eu percebo, o que é preciso fazer; nós sabemos os gargalos que temos que enfrentar, entretanto nós não dispomos dos meios necessários para enfrentar essas questões no tempo real.

Portanto, o País precisa de um novo olhar para essa questão do juro, urgentemente. Não é possível!

Quando veio a crise da China agora recentemente, que ela crescia a 10%, 9%, 8% e passou a crescer 6%, 5% etc., durante o ano de 2014/2015, ela reduziu a taxa de juro quatro vezes para criar incentivo a rodar a economia de tal forma que pudesse continuar gerando oportunidades e emprego.

Aqui no Brasil nós elevamos a taxa de juro. E, por incrível que pareça, dizem os economistas que se eleva a taxa de juro para controlar a inflação. A inflação eu sempre entendi, acho que nós todos entendemos, que ela só acontece em função da demanda. Só que nós não estamos vivendo uma crise de demanda, nós estamos vivendo uma crise de preços administrados pelo Governo, que foi represada ao longo do tempo e que lamentavelmente hoje tem essa repercussão. O aumento do dólar inclusive deu um pico na inflação.

Só que para resolver o problema de recurso e do déficit fiscal, Dr. Rangel, no Brasil, é simples, reduz a taxa de juro de 14,25% para 10%, que já vão sobrar R$300 bilhões, R$400 bilhões.

Qual é o nosso déficit público hoje, Colatto? Dizem que é 100, 120, 130 bilhões e tal. Mas que seja de 200 bilhões, é só fazer essa redução e automaticamente no final deste ano nós já estaríamos comemorando uma redução do pagamento dos juros e do serviço da dívida e teríamos mais dinheiro para investir na agricultura, teríamos mais dinheiro para investir em saúde, educação, transporte, nas nossas estradas de lá do oeste catarinense que estão todas esburacadas, há buraco esperando no acostamento para entrar. Então, esse é o País que estamos vivendo.

Quer dizer, nós precisamos de um novo olhar ou um olhar novo. Por isso que está o *impeachment* aí, porque me parece que lamentavelmente o Governo perdeu as condições de governabilidade. Eu digo isso com muita tristeza, porque eu gostaria de estar aqui com um Governo bombando, trabalhando, dinamizando, sendo um promotor, o animador da construção de políticas públicas e de um novo tempo.

Dito isso, quero agradecer as presenças sempre honrosas aqui do Senador Blairo Maggi, do Senador Waldemir Moka e do Senador Ronaldo Caiado.

Agradeço à Presidente da Comissão, a Senadora Ana Amélia, e, também, ao Deputado Federal Valdir Colatto, nosso companheiro de Santa Catarina e representante do oeste catarinense, da nossa Chapecó e Xanxerê, a capital do agronegócio de Santa Catarina, e uma das capitais do Brasil.

Agradeço também ao Dr. Luis Eduardo Rangel, que sempre está pronto aqui a discutir e debater os assunto do agronegócio do Brasil, uma vez que esse setor é um setor fascinante, que responde por quase 25% do PIB, por mais de 40% de todas as exportações brasileiras e por mais de 30% da força de trabalho.

Portanto, nós não podemos medir esforços nem poupar recursos para que a gente mantenha esse setor produzindo. Se não fosse o agronegócio, a situação do País estaria muito pior do que está hoje.

Então, agradeço a presença do Dr. Inácio Afonso Kroetz, e também do Dr. Mário Nascimento, agradecendo a presença de todos os que participaram e dos telespectadores da TV Senado e da Rádio Senado.

Um grande abraço a todos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia dezenove de maio de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Benedito de Lira, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro e Jorge Viana. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Lúcia Vânia e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos senadores membros da Comissão o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 005, de 2016, subscrito pelos senhores vereadores da Câmara Municipal de Mostardas, Rio Grande do Sul, requerendo a manutenção do teor da Medida Provisória nº 707/2015, conforme aprovado pela Câmara dos Deputados; Expediente 32-Afisa-PR/2016, expedido em 9 de maio de 2016, subscrito pelo Sr. Rudmar Luiz Pereira dos Santos, Presidente da Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, encaminhando considerações decorrentes da Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizada em 05/05/2016, que debateu o baixo nível de implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), aprovada pelo Requerimento nº 79/2015, apresentado como conclusão do Relatório sobre a Avaliação da Política Pública de Defesa Agropecuária desenvolvida no âmbito do Poder Executivo no exercício de 2015, determinada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14/2015, requerendo a rejeição da iniciativa em favor da terceirização e da privatização da defesa agropecuária tutelada pelo Estado. A Senhora Presidente agradece, ainda, a presença do Sr. Braz Baracuhy, Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores. Após as comunicações, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 18, de 2016, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a finalidade de complementar a instrução dos Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos, com a participação do Sr. Paulo Renê Bernhard - Presidente da Rede de Bancos de Alimentos do Estado do Rio Grande do Sul (RS); Sra. Kathleen Sousa de Oliveira - Coordenadora-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Sra. Ana Cristina Corrêa Guedes Barros - Chefe do Departamento de Assistência da Administração Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC). A Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka, Lasier Martins e Jorge Viana fazem uso da palavra. Encerrada a Audiência Pública, dá-se início à deliberação EXTRAPAUTA dos seguintes requerimentos: ITEM 1: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG); Representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (FENABER). Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 2: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Representante da Cooperativa Agropecuária de Campo Mourão (COAMO); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL); Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA

E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATO); Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso (OCB-MT); Representantes do Parlamento Federal e Estadual; Representantes do Setor Agropecuário. Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal na Região Nordeste, destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representantes das Secretarias da Agricultura dos Estados da Região Nordeste; Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado; Representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais; Representantes de Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado; Representantes do Parlamento Federal e Estadual; Representantes do Setor Agropecuário. Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Autoria: Senadores Wellington Fagundes e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Representante de movimento social de trabalhadores rurais e da agricultura familiar; Representante da Defensoria Pública da União. Autoria: Senadores José Medeiros e Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, DE 2016 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, com os seguintes convidados: Sr. Antônio Carlos Simões Florido - Gerente Técnico do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho - Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Sr. Zander Soares de Navarro - Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Sr. Marcelo José Braga - Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 9: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, DE 2016 – EMENTA: Requerem, nos termos dos arts 90, inciso V, c/c 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadores Ana Amélia, Lasier Martins e Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 10: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, DE 2016 – EMENTA: Requerem, nos termos dos arts 90, inciso V, c/c 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta. Autoria: Senadores Ana Amélia, Lasier Martins e Waldemir Moka. Resultado: A Comissão aprova o Requerimento. ITEM 11: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, DE 2016 – EMENTA: Requerem, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos, com a presença do Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), do Sindicato das Indústrias de Refeições Coletivas, bem como de pesquisador em conservação de alimentos preparados. Autoria: Senadores Ana Amélia e Lasier Martins. Resultado: A Comissão

aprova o Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à nossa Comissão o recebimento dos seguintes expedientes:

– Ofício nº 5, de 2016, subscrito pelos senhores vereadores da Câmara Municipal de Mostardas, Rio Grande do Sul, requerendo seja mantido o teor da Medida Provisória nº 707, conforme aprovado pela Câmara dos Deputados;

– Ofício nº 32, de 2016, subscrito pelo Sr. Rudmar Luiz Pereira dos Santos, Presidente da Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, comunicando que, tendo em vista audiência pública realizada nesta Comissão no dia 5 de maio, requer seja rejeitada a iniciativa em favor da terceirização e da privatização da defesa agropecuária tutelada pelo Estado.

Na verdade, não se busca esse sistema, mas um sistema compartilhado. Houve o caso, aqui, não referido, de que houve concurso público em Rondônia, para os fiscais federais, onde existem dez frigoríficos credenciados à exportação. Há apenas um cedido, de outro Estado, para preencher o vazio, e os concursados aprovados lá não aceitaram ficar lá no lugar onde eram necessários. Então, é preciso administrar. Penso que a categoria dos fiscais poderia colaborar muito, criando um sistema em que os fiscais fossem os responsáveis pela supervisão geral, até com valorização maior das suas funções, como fiscais federais, e essa responsabilidade de supervisionar o trabalho executado por contratos pelas prefeituras e em consórcios, devidamente subordinados à política pública dos Municípios e dos Estados.

Penso que o que nós não podemos é permanentemente ficar na dependência, com prejuízo para a exportação. E respeitando a posição do líder dos fiscais federais agropecuários, acho que é possível.

Já recebemos – informa a Rudimar – as lideranças dos fiscais federais agropecuários. Esta Comissão tem dado atenção muito grande ao tema para encontrar uma alternativa que seja boa para o País. E que não se perca aí a valorização dessa categoria. Mas é preciso pensar nos interesses nacionais e não exclusivamente na corporação.

A presente reunião tem a finalidade de fazer uma audiência pública, mas, antes, eu gostaria de mencionar, como foi referido aqui num ofício vindo da Câmara de Vereadores de Mostardas, que de fato a solicitação, mantido o texto que veio da Câmara, da Medida Provisória nº 707, obteve apoio dos Senadores, especialmente da Bancada do Nordeste.

Fiz menção, como Presidente da Comissão de Agricultura, porque havia recebido no gabinete representação de produtores de várias categorias do Nordeste, muito preocupados, porque em dez safras tiveram sete frustrações. Em algumas regiões do Rio Grande do Sul, esse fenômeno também está acontecendo.

A medida foi aprovada, incluindo ali uma emenda do Deputado Luis Carlos Heinze, que tratou de prorrogar, até dezembro de 2017, o registro do credenciamento do CAR (Cadastro Ambiental Rural). Era um tema suscitado aqui pelo nosso Senador Moka, pelo Senador Blairo Maggi, agora Ministro da Agricultura, e todos os outros. A própria Senadora Kátia Abreu, à época ministra, na primeira audiência que houve nesta Comissão, havia se comprometido, conversou com a Ministra Izabella Teixeira e fez uma medida provisória exclusiva para isso. Como houve uma limitação apenas de cobertura para agricultura familiar, no caso da Medida Provisória nº 707, resolveu o problema para todos os produtores rurais, dando uma decisão mais democrática em relação ao tema que interessa a todos. Penso que agora será difícil porque a, partir disso, não haverá mais prorrogações.

Queria também dizer que hoje, às 8h30min, haverá a posse do novo Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Marcos da Rosa. O então presidente que está deixando o posto, Almir Dalpasquale, está convidando para a cerimônia, que será na sede da CNA, aqui em Brasília, a partir das 8 horas, com um café da manhã. Enviei um representante.

Então, quero agradecer ao novo presidente, Marco da Rosa, desejando a ele, em nome da Comissão e dos nossos Senadores, uma profícua gestão, num setor tão dinâmico como é o nosso – que, aliás, é o único que está dando boas notícias para a economia neste momento de crise.

Por fim, queria informar que li com atenção um artigo, Senador Moka, publicado em *O Estado de S. Paulo* – na verdade, é quase um ensaio –, *A economia agropecuária brasileira. O que fazer?*

Esse ensaio foi escrito pelo economista e pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp, Antônio Márcio Buainain; Arnaldo Jardim, engenheiro civil e atual Secretário de Agricultura de São Paulo, Deputado Federal; Eliseu Alves, figura muito conhecida porque tem muito a ver com a nossa Embrapa, é economista e pesquisador da Embrapa; José Roberto Mendonça de Barros, economista e diretor-presidente da AMB Advogados Associados; Octaciano Neto, sociólogo e atual Secretário da Agricultura do Espírito Santo; e Zander Navarro, sociólogo e pesquisador da Embrapa. Então, eles fizeram um grande apanhado, eu diria até, um ensaio sobre as estratégias para agricultura.

Quero agradecer muito também a presença na nossa Comissão, na manhã de hoje do Diplomata Braz Baracuhy, de origem espanhola ou árabe.

O SR. BRAZ BARACUHY (*Fora do microfone*.) – Tupi-guarani.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tupi-guarani, com esse nome, pode ser.

Muito obrigada. Ele é o chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores. Então, trata-se de um adido agrícola, vamos dizer assim, no Ministério das Relações Exteriores. Agradeço sua presença aqui para ver como trabalhamos, e estamos sempre à disposição.

Quero dizer que a reunião desta manhã destina-se a uma audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 18, de minha autoria, com a finalidade de instruir os Projetos de Lei do Senado nºs 672, 675 e 738, de 2015, que tramitam em conjunto, e dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos. Nunca esse tema ficou tão atual como agora.

Informo que o PLS nº 672, de 2015, é de autoria do Senador Ataídes de Oliveira. O PLS nº 675, de 2015, tem como autora a Senadora Maria do Carmo Alves, e o PLS nº 738, de 2015, é de autoria do Senador Jorge Viana e, casualmente, fui a Relatora aqui, na nossa Comissão. A partir deste projeto de S. Exª, sem concluir pela aprovação ao não, decidimos fazer audiência pública para ampliar ou aperfeiçoar o projeto, que agora tramita em conjunto sob a relatoria do Senador Lasier Martins. Lembro que a instrução dos referidos projetos foi iniciada na quinta reunião desta Comissão, no dia 10 de março deste ano, 2016, por minha iniciativa e também do Senador Lasier Martins, Relator das matérias agora apensadas.

Comunico a presença, com muito prazer, dos seguintes convidados: Paulo Renê Bernhard, Presidente do Banco de Alimentos do Estado do Rio Grande do Sul; Srª Kathleen Sousa de Oliveira – por favor, já estão designados aqui seus lugares –, Coordenadora-geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Srª Ana Cristina Corrêa Guedes Barros, chefe do Departamento de Assistência da diretoria de Saúde do Sesc Nacional, rede de bancos de alimentos Mesa Brasil. Quero agradecer, de antemão, a presença das senhoras e do Dr. Paulo.

Informo que tive a honra, em Porto Alegre, de ter visitado o banco de dados, que é o primeiro do País – dados não, banco de alimentos; dados são os números bonitos que eles têm, porque há o banco de dados no banco de alimentos. Para um bom controle e uma boa eficiência tem que haver bons dados ali armazenados. Continuando, visitei lá, Senador Moka, e vi que é realmente uma impressionante experiência. O que me chamou a atenção foi que o custo da organização desse trabalho é muito pequeno. E é pequeno porque eles trabalharam com voluntariado.

Penso que desenvolver ações sociais com voluntariado é muito comum em países europeus, bem como nos Estados Unidos e até durante os grandes eventos, como Copa do Mundo, Olimpíadas; porém, um trabalho permanente como se faz no Bando de Alimentos, no Rio Grande do Sul, é realmente elogiável.

Tenho certeza de que o Dr. Paulo René vai aqui nos contar um pouco de como foi possível organizar esse voluntariado para trabalhar nesse projeto social de extraordinário alcance.

Antes de passar a palavra a S. Sª, informo que a Senadora Kátia Abreu, ontem, reassumiu publicamente a sua cadeira no Senado Federal, quando fez um relato, Senador Moka, de todas as ações desenvolvidas por ela no Ministério da Agricultura, enfim, de todos os pontos que ela considerou relevantes. E ela foi substituída na Pasta por um colega nosso, o Senador Blairo Maggi.

E um dos registros que eu faço questão de fazer aqui é que tanto ela, Ministra Kátia Abreu, como o Ministro Nelson Barbosa tiveram uma responsabilidade republicana, democrática e entregaram aos seus sucessores, pessoalmente, todos os dados disponíveis acerca dos trabalhos em andamento. Os dois Ministros, Kátia Abreu e Nelson Barbosa. Este também, da mesma, entregou ao Ministro Henrique Meireles e sua equipe todos os dados contidos na programação da política econômico-financeira do País.

Então, faço questão de fazer esse registro, pois houve um certo ruído durante a transição, mas esses servidores, como sempre digo, foram exemplares na forma como trataram a transição. E é de pessoas como

essas que o Brasil precisa, pela sua responsabilidade, Senador Moka. Penso que não há como não fazer esse reconhecimento desses dois Ministros. Espero que outros também assim tenham procedido. E, quando soubermos, vamos aqui também registrar.

Feito esse registro, passo a palavra, de imediato, ao Dr. Paulo para falar um pouco sobre a experiência que tem nesses mais de 15 anos do Banco de Alimentos do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Bom dia a todos.

Senadora, agradeço muito o convite.

Nós vamos, juntamente com a Cristina e a Kathleen, com quem já temos conversado há bom tempo, falar sobre a busca de uma solução para dois problemas cruciais que temos no nosso País: um, a fome, o maior flagelo da humanidade, que não é um problema somente do Brasil; outro, o desperdício, que é uma vergonha. E nós vamos observar...

Aliás, até gostaria de dizer, Senadora, que eu vou aproveitar esses 10 minutos apenas para pontuar alguns assuntos, uma vez que, se eu fosse apresentar o vídeo da rede do Bando de Alimentos, eu perderia esses 10 minutos.

Então, primeiramente, eu gostaria de dizer que vemos com muito bons olhos, pelo que ficamos muito felizes, a sua iniciativa de apensar esses projetos de Deputados Federais e de Senadores, muitos dos quais datam de 15, 16 anos atrás. E é lamentável a gente observar isso, como sociedade, e ver que não se tem uma solução.

Então, nós observamos que, hoje, diante desse desperdício, que, como se diz, atinge de 40% de tudo o que se produz no mundo, ou seja, de quatro bilhões de toneladas, dois milhões são jogadas fora, nós estaríamos admitindo que nós somos incapazes, somos incompetentes. No entanto, o que existe é o cumprimento das leis. Nós deixamos de fazer porque, exatamente, algumas leis nos impedem.

Hoje, nós temos, Senador Mota, leis que proíbem o empresário de doar alimentos. O empresário será civil e criminalmente responsabilizado se doar alimento e esse alimento causar dano à saúde humana. Aí, propusemos, o Sesc propôs, há 17 anos, a *Good Samaritan*, aprovada nos Estados Unidos, aprovada em todos os países desenvolvidos, mas, lamentavelmente, essa lei não andai.

Então, do que nós precisaríamos? De uma pequeníssima alteração que diga que ele será civil e criminalmente responsabilizado se for comprovado que causou dano à saúde humana e que houve má-fé.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Independentemente daquele elemento.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Dolo ou má-fé. Tudo bem. Mas não foi aprovada até hoje.

Outras leis impedem que o aproveitamento das refeições da indústria de refeições coletivas, processo que se dá com a Sodexo, com a Puras, com a GR, as maiores empresas que trabalham dentro das indústrias... Eu diria que 80% desse desperdício resolveria o problema da fome no Brasil sem gastar um tostão.

Então, hoje, nós temos, no Rio Grande do Sul – eu vou me ater a isto –, uma iniciativa dentro da Federação das Indústrias, da qual eu participo, mas se buscou um engajamento da sociedade. É bem aquilo que a nossa Senadora falou: nós buscamos a *expertise* daquelas pessoas que poderiam contribuir. Então, se nós iríamos mexer com alimentos, se nós iríamos combater a fome, se nós iríamos buscar um plano logístico, nós fomos na academia pedir essa participação e – daí o nosso grande resultado – conseguimos uma arregimentação fabulosa da sociedade.

Hoje, nossos custos são muito pequenos porque o Banco de Alimentos e a Rede de Bancos de Alimentos que existe no Rio Grande do Sul servem como um laboratório para as universidades. As faculdades de nutrição, de gastronomia e de engenharia alimentar pedem pelo amor de Deus para participarem dentro do Banco de Alimentos. Claro que não é dentro da sede do Banco de Alimentos, mas dentro das instituições que o Banco de Alimentos atende. Para vocês terem uma ideia, só em Porto Alegre nós atendemos 400 instituições. Atendemos 40 mil pessoas mensalmente. Nós fazemos esse trabalho há 15 anos e já somamos mais de 30 milhões de quilos, com uma logística perfeita, com um controle de segurança alimentar perfeito... Esses processos que a Senadora Ana Amélia viu nós não fazemos ao arrepio da lei; nós os fazemos com segurança, com tranquilidade, porque as pessoas que atuam nessa área não são os industriais, não são somente os empresários. A Federação das Indústrias nos oferece a sua transparência, a sua credibilidade, até, eu diria, a sua neutralidade. E ali nós conseguimos reunir Rotary Internacional, conseguimos reunir o Lions, conseguimos reunir escoteiros... Nós temos todas as representações da sociedade, que ocupam cada um dos cargos e dividem as responsabilidades entre si.

Depois, nós conseguimos passar essa metodologia, uma metodologia extremamente simples, porque o primeiro passo foi esse que foi comentado aqui, um banco de dados, um RP, um *software* onde nós fizemos um mapa social e identificamos cada uma das instituições, creches, escolas infantis, asilos... Então, nós temos uma perfeita noção daquelas pessoas que, efetivamente, têm necessidade e executamos um trabalho com muito

zelo, com muito conhecimento, com muita dedicação, com o apoio dos doadores e fazemos um processo de armazenamento e de qualificação.

Esse é o grande diferencial que a rede do Rio Grande do Sul tem. Ela arrecada, ela armazena, ela... Para toda a sua rede no Rio Grande do Sul, porque agora nós temos bancos nas maiores cidades, nós atendemos 34 cidades já e temos 101 pontos de núcleos bancos de alimentos.

A metodologia é a mesma. Está lá o símbolo do passarinho, em todos tem que estar o passarinho. Então, o processo funciona interligado a redes de bancos de alimentos que ficam na cidade de Porto Alegre – tenho o prazer de, voluntariamente, presidi-lo. Então, nós conseguimos estabelecer um processo que efetivamente atinge seus resultados.

O que nós precisamos agora, para que haja essa difusão, juntamente com as outras iniciativas, como a de colheita urbana do SESC, é do próprio interesse governamental, que este ano redundou na criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Dia 14, agora, foi um dia que passou despercebido de todos, no entanto, criou-se o primeiro banco de alimentos do País – vergonhosamente, depois de 50 ou 60 anos que os outros países o têm. Tive oportunidade de visitar os Estados Unidos e o México e vi que todos os lugares têm seus bancos de alimentos, estão organizados para cuidar do seu povo, para cuidar da fome.

E a fome grassa, a gente tem oportunidade de identificar esses problemas seríssimos. Eu diria que não existe – e por isso nós aceitamos esse desafio – uma prioridade maior do que esta: atender a fome das pessoas, que não poderão ir à escola, que não poderão desenvolver qualquer atividade sem que seja atendida essa primeira necessidade.

Fazemos esse trabalho, Senadora, com muito prazer. Nós colocamos à disposição os vídeos, os materiais em *sites*. Estamos aqui muito felizes participando desta reunião, porque imaginamos que o apensamento, que a senhora propôs, de todas os PLs que estão sendo submetidos... Todas eles falam da mesma coisa. Então, juntamente com os empresários que hoje produzem esse desperdício... A lei enseja que seja feito dessa maneira... Então, se for resolvida a questão das leis, certamente nós teremos resultados muito melhores do que os que tivemos até agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se o senhor passar o vídeo...

Senador Moka, o nosso grande companheiro, o Ministro da Agricultura Blairo Maggi, mandou uma mensagem pelo Whatsapp dizendo que está acompanhando a nossa reunião e está com muita saudade – ele também, como o Senador Moka, era dos primeiros a chegar aqui ao Senado. Ao hoje Ministro Blairo Maggi, publicamente, nossos cumprimentos.

Aqui o Dr. Paulo, quando fez uma referência à questão da academia... A academia é a universidade, porque, quando se fala "academia", as pessoas ficam... É melhor falar em universidade.

Eu vi lá a Unisinos, a PUC também...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Todas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Todas as universidades públicas e privadas estão...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Todas as universidades hoje participam.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...dentro do processo.

Era só para fazer este registro e agradecer ao nosso Ministro Blairo Maggi, que está nos acompanhando – nesse tema também ele pode nos ajudar.

Há outra coisa também. O senhor mencionou que são projetos que tramitam. É possível que aquele pretende mudar a lei, que é uma lei gravosa para impedir a distribuição de alimentos... Esses três projetos sobre os quais estamos nos debruçando, que foram apensados por decisão da nossa Comissão, são todos de 2015.

É para mostrar que a nossa Comissão...Eu recebi o relatório do projeto do Senador Jorge Viana e, em menos de um mês, entreguei de volta o relatório pronto e o apresentei aqui. A partir disso, começamos a discutir.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Parabéns.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, esta é a segunda audiência pública.

O Marcello Varella, nosso executivo, mostra isso. Eu queria apenas mostrar que, aqui na Comissão, nós temos uma preocupação com a produtividade, e produtividade com qualidade. Então, por que apensar três projetos da mesma natureza? Para não ter retrabalho. Isso racionaliza também a produção legislativa; facilita e não complica. Nós somos temos um cipoal de legislação, e a legislação, em vez de ajudar, em muitos casos, atrapalha a vida de quem quer trabalhar e ajudar.

Então, vamos ver o vídeo, que agora vai ser bem esclarecedor, tanto quanto foi a exposição do Dr. Paulo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito esclarecedor e didático esse vídeo, Dr. Paulo. E me chamou a atenção, para não perder o fio da meada, esta campanha pela internet, o Clique Alimentos. Como é que funciona? A colaboração é em valores, em dinheiro, em alimentos? Como é que se faz isso?

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Nesse propósito já da criação da rede brasileira, nós já tínhamos conversado para que fosse disponibilizado tudo aquilo que está oferecendo dando resultados.

O Clique Alimentos é uma inovação tecnológica, um *software* simples, em que aparece um pratinho. Qualquer pessoa pode fazer esse clique, que é totalmente gratuito. Então, as universidades, os jovens – este número aqui está defasado, já temos quase 5 milhões de quilos de alimentos em 180 países do mundo – gostam de mexer no aplicativo. Aparece o pratinho, ele clica ali, escolhe uma empresa doadora. Quem nos dá esse alimento é essa empresa, que vai ter um retorno de imagem quando alguém apertar no pratinho. Você clicou, e apareceu que a empresa (Gerdau, sei lá, qualquer empresa) doou um quilo de alimento. E aparece: "clique na empresa Gerdau e veja seus serviços". Portanto, é um aplicativo bastante interessante, que chama a atenção dos jovens e pessoas de qualquer idade. Esse é um aplicativo que já poderíamos disponibilizar – já fizemos isso, não é, Kathleen? – para o Brasil inteiro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que, então, para a pessoa...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Onde houver banco.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...identificar...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – O ganho da empresa é fazer a propaganda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é um lado. Mas eu queria saber: o senhor tem uma lista das empresas que fazem parte para que a pessoa possa clicar naquela empresa ou a pessoa faz aleatoriamente já que a empresa pode não estar ligada ao sistema?

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Não. Só são clicadas aquelas empresas que antecipadamente já...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Já são doadoras.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ... já são doadoras.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Perfeito.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – E essa doação pode ser feita da forma mais simples, por exemplo, campanha do quilo: funcionários da empresa, no dia do carinho, cada um traz um quilo de alimento, juntam-se 500 quilos, e damos 500 créditos par aquela empresa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ah, sim.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Não precisa ser comprado o alimento.

Uma universidade faz uma campanha, arrecada...

Por exemplo, em um jogo de futebol, Internacional e Grêmio, fizeram um Grenal, deu 50 toneladas. Dei 50 mil cliques para os dois times.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para os dois times? Ah, muito bom!

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Um pouquinho mais para o Internacional, mas... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está bem, concordamos, porque, para quem ganha, tem que se dar mais, não é?

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Tem que dar mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É a responsabilidade.

Senador Moka, V. Exª tem alguma dúvida?

Então, vamos passar para Kathleen Sousa de Oliveira, Coordenadora-Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Obrigada, Senadora pelo convite. Bom dia a todas e todos, Paulo, Ana.

Vou falar um pouquinho sobre as contribuições que teríamos já aos projetos de sei do Senado, sob a perspectiva das discussões que estamos fazendo no âmbito da criação da Rede Brasileira de Banco de Alimentos, que o Paulo já mencionou, e também do acúmulo que temos também no Ministério do Desenvolvimento Social, com a implementação de políticas de banco de alimentos desde 2003.

Aqui, há uma imagem do que é o desperdício de alimentos. Esta é uma foto da Ceasa, aqui do Distrito Federal, de como estão chegando esses alimentos. Então, temos que olhar, quando falamos da política pública de que precisamos, quais são os alimentos mais desperdiçados. Temos uma forte concentração em frutas e hortaliças, raízes, tubérculos, não necessariamente todos na etapa de consumo de alimentos. Temos muitas perdas e desperdícios também em etapas que são pós-colheita, que são de processamento e distribuição de alimentos.

O meu enfoque foi pensar nos projetos de lei de iniciativa do Senado Federal sob a perspectiva de segurança alimentar em três aspectos relacionados a essa definição que temos: que esses alimentos que vão ser doados sejam de qualidade; que o processo de doação estimule práticas alimentares que promovam a saúde e que sejam socialmente sustentáveis. E aqui, o Paulo já contribuiu bastante com essa parte final, não vou adentrar muito.

Então, nesse processo, existem três pontos em que a gente precisa pensar: o doador, o beneficiário e como garantir a qualidade do alimento que chega, porque ninguém quer receber um alimento que não seja de qualidade e quem doa não quer doar um alimento que não seja de qualidade.

Então, em relação ao doador, a gente tem alguns mecanismos de incentivo, além do que já foi mencionado pelo Paulo, que a gente chama de Doação Fome Zero, que é um incentivo fiscal para que as grandes empresas doem. Então, quando as empresas doam, elas têm uma isenção fiscal, que é renovada anualmente e vai, agora, até março de 2017. Em 2017, ela será renovada.

Como ainda é um mecanismo muito burocrático, as grandes empresas é que utilizam. A gente ainda não tem pequenas e médias empresas utilizando esse mecanismo de isenção fiscal. Precisamos avançar para que seja um mecanismo menos burocrático, para que outras empresas também consigam utilizar esse processo.

Estão aí os resultados.

Em 2013, que é de quando temos o último dado total, foram quatro mil toneladas, quase cinco mil toneladas de alimentos doados.

Os projetos de lei isentam de responsabilidade o doador, salvo se caracterizado dolo ou negligência.

A gente vê isso como um aspecto muito positivo, extremamente positivo, porque os relatos que os bancos de alimentos nos trazem são de uma enorme dificuldade de convencer o empresariado a doar o alimento, porque ele tem receio, Senadora, de ser penalizado. Mas a gente chama atenção para o fato de que, sem uma atividade educativa, tanto com o doador, como com o beneficiário, aumenta o risco sanitário. Então, não adianta eu isentar de responsabilidade e não ter uma atividade educativa com esse doador, porque ele nem sempre sabe em que condição o alimento tem que estar para poder ser doado. Isso é extremamente importante.

Em relação ao beneficiário, nós temos um levantamento – isto é importante... Eu estou falando do risco sanitário porque é o que determina se o alimento vai causar um agravo ou não. Nós trabalhamos com populações vulneráveis. Nós estamos falando que quem vai receber esse alimento é uma criança, é um idoso que tem condições biológicas vulneráveis. Então, é extremamente importante a gente pensar nisso.

Então, uma consideração que nós gostaríamos de fazer é que os projetos de lei, como estão, não trazem muito claramente dispositivos relacionados aos beneficiários, e o que a gente pensa que é importante é que ele não possibilite doação direta à pessoa física, porque, quando você doa para uma instituição, uma escola, um asilo, uma casa de assistência, essa instituição é responsável. Ela tem que seguir as normas da vigilância sanitária, ela é fiscalizada. Então, a gente consegue assegurar que, quando o alimento chegar ao beneficiário, alguém estará olhando para os riscos envolvidos nessa doação e no recebimento desse alimento. Quando a gente doa diretamente à pessoa física, sem passar por uma instituição, a gente não tem como assegurar que a gente está diminuindo os riscos sanitários desse alimento doado.

Então, uma sugestão, porque é o que a gente já vem trabalhando nos bancos de alimentos, tanto o Sesc, como a Rede do Rio Grande do Sul e outras ONGs, é sempre atender serviços de assistência social, proteção e defesa civil e unidades de ensino, justiça e estabelecimentos de saúde que produzam refeições.

Sobre o alimento.

Quando pensamos na qualidade do alimento, podemos pensar em dois aspectos: a qualidade nutricional e a qualidade sanitária.

Em todo alimento que é doado pelos bancos de alimentos, eles olham esses dois pontos pelo menos, esses dois pontos de qualidade. Aí, os projetos de lei estão abrindo a possibilidade de doarmos alimentos que têm elevado risco sanitário, as refeições prontas. Eles não restringem que se doe a refeição pronta.

A que estou me referindo quando falo em refeição pronta? É o arroz cozido, é o feijão que já está lá na panela. Esse alimento não foi preparado para ser transportado. Então, quando ele sai da cozinha, onde foi preparado... Porque sobrou, por uma falta de planejamento de quem preparou, porque preparou a mais, eu vou doar esse alimento e, aí, estou produzindo um risco sanitário muito grande para o beneficiário. E temos que lembrar que o beneficiário é uma pessoa que está em condição biológica vulnerável. Então, acreditamos que os projetos de lei poderiam trazer uma definição melhor para diminuir os riscos sanitários desses alimentos que seriam doados, não incluindo as refeições prontas – sendo bem clara –, porque realmente representam um risco para as pessoas.

Outro ponto que discutimos dentro da Rede foi como garantir a qualidade desse alimento. Aí entra a questão dos bancos de alimentos. Hoje nós não temos nenhum normativo, com exceção desse do dia 14 de

abril, que o Paulo mencionou, que cria a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Efetivamente, não temos nenhum normativo brasileiro que institua os bancos de alimentos, que defina como eles devem ser trabalhados, quais as estruturas que eles têm, qual é o papel que eles devem desempenhar na sociedade brasileira. Então, seria uma contribuição muito importante se os projetos de lei pudessem deixar claro esse mecanismo e que os processos de doação se dessem por meio do banco de alimentos – vou mostrar que isso é possível.

O Paulo já mostrou, no vídeo, quais são as atividades dos bancos. É igual para os bancos públicos também. Então, nós já temos no Brasil – considerando já Mesa Brasil, a rede do Rio Grande do Sul e outras ONGs de bancos de alimentos – 220 bancos de alimentos, dos quais 80 são bancos públicos. Esses bancos de alimentos atendem 10,2 mil instituições em todo o Território nacional, assistindo 4 milhões de pessoas.

E aí, dentro desses números, é que a gente consegue ver quem são esses beneficiários. Por isso é que a gente tem um retrato dessa situação: a gente já está trabalhando em rede e conseguindo olhar melhor o que acontece no Brasil em relação a essa política pública.

Então, essa é a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Além do Sesc e da Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, nós temos a ONG Banco de Alimentos, que é de São Paulo, a Associação Prato Cheio, a Embrapa – que nos auxilia muito e auxilia as redes locais também na questão do desperdício.

A instituição da Rede Brasileira já promoveu também que nós tivéssemos três...

(Soa a campainha.)

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Já estou concluindo.

A instituição da Rede Brasileira já permitiu que nós tivéssemos três redes regionais, a Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos de São Paulo, a de Belo Horizonte, e a Rede Leste de Bancos de Alimentos, de Minas Gerais. Então, já são mais três redes regionais.

Aqui estão, então, os desafios que ainda temos dentro dessa rede, mas ela vem contribuindo para a diminuição do desperdício no País, com certeza.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Drª Kathleen.

Passo já para a Ana Cristina Barros para que possamos concluir e fazer os questionamentos na nossa audiência a fim de instruir os três projetos de lei que tratam da matéria.

Ana Cristina Corrêa Guedes Barros é chefe do Departamento de Assistência do Sesc Nacional, Rede Nacional de Bancos de Alimentos, Projeto Mesa Brasil.

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – Bom dia a todos!

Obrigada, Senadora Ana Amélia, por mais este convite.

Kathleen, Paulo, é um prazer reencontrá-los.

A minha função ficou mais fácil porque a Kathleen e o Paulo já adiantaram alguns aspectos. Vou falar de um trabalho do Sesc, que é o Mesa Brasil Sesc. Destaquei ali em vermelho que é uma ação de segurança alimentar nutricional que trabalha com indivíduos em situação de vulnerabilidade, conforme já explorado aqui pela Kathleen, redução do desperdício. O trabalho de banco de alimentos pressupõe necessariamente o combate ao desperdício. De que forma? Fazendo o que com esse alimento que teria como destino o lixo? Distribuindo a essas pessoas em situação de vulnerabilidade, sempre com ação educativa. A gente entende é fundamental esse trabalho junto aos doadores, junto às instituições e, claro, numa grande rede de solidariedade que agora, com a formação da rede brasileira, fica mais fortalecida.

Aqui está a nossa atuação: temos 88 unidades, sendo 13 em São Paulo – a Luciana, coordenadora regional de São Paulo está aqui presente conosco –, 848 voluntários e estamos atuando atualmente em 537 cidades brasileiras.

O nosso público é preferencialmente usuários das entidades sociais, albergues, creches, instituições de longa permanência, onde esses alimentos são preparados e servidos na própria entidade. Atendemos também famílias em situação de vulnerabilidade, aí sempre através de entidades comunitárias, associações de moradores, pastorais. E um terceiro público é de pessoas desalojadas e desabrigadas.

Todas as vezes em que se deflagra uma campanha nacional para atendimento a esse público em função de algum desastre socioambiental, alguma tragédia, como houve em Minas, a gente faz todo um trabalho de logística humanitária para que esse alimento chegue a esse público.

Em relação aos nossos resultados nacionais, eu trouxe de 2015: distribuímos 44,9 milhões de quilos de alimentos em todo o Brasil, complementando as refeições de 1,6 milhão pessoas/dia.

Quem participa, então, dessa rede? São 6.565 entidades parceiras – estas assistidas sistematicamente pelo programa – e a contribuição fundamental de 3.000 parceiros doadores. Parceiros doadores: estamos fa-

lando de uma grande indústria de alimentos, de um dono de padaria, de um feirante, um produtor rural. Há doadores de todo o tipo.

E os nossos multiplicadores: são as pessoas que passaram pelas nossas ações educativas; as manipuladoras de alimentos das instituições; os próprios funcionários, às vezes, dos mercados onde fazemos a coleta.

E temos como meta para 2016: 44 milhões de quilos. A meta de 2016 está inferior ao resultado de 2015, mas ela é construída nacionalmente.

Em cada Estado, o Sesc propõe uma meta e, com esse cenário que se desenhou do ano passado para cá, eles foram mais comedidos. Então, a meta está posta, e a gente espera alcançá-la.

Aqui eu trouxe, rapidamente, um cenário nacional, em que temos, ali, o Nordeste liderando a quantidade de alimentos arrecadados; depois, o Sudeste; e, na sequência, o Norte, o Sul e o Centro-Oeste. E, ali, o público beneficiário.

O Nordeste tem uma expressividade grande pelo número de Estados e, também, por ser onde a gente sabe que há um público em situação de bastante vulnerabilidade.

E, aqui, as nossas contribuições... Não nossas, mas, poderia dizer, de todos nós que aqui compomos essa rede.

O combate ao desperdício, que é uma realidade cruel, como o Paulo falou. Como é que, num país onde ainda há fome, onde ainda há pessoas em situação de insegurança alimentar, a gente permite que tanto alimento vá para o lixo?

E, também, a questão ambiental. Esses alimentos vão parar nos aterros sanitários. Por isso, eu trouxe esse viés também da contribuição.

A complementação das refeições. Claro, ao levarmos esse alimento para as instituições, agregamos valor nutricional e garantimos ainda mais o direito à alimentação.

O fomento; a responsabilidade social. Aí, é comum nós ouvirmos que, às vezes, a empresa quer doar, mas a sua expertise não é o social. Assim, o Sesc e os bancos de alimentos acabam atuando como facilitadores desse trabalho das empresas.

A educação alimentar. Como eu já falei, na linha do aproveitamento integral dos alimentos, é para saber de que forma a gente pode aproveitar ao máximo esse alimento que nós arrecadamos.

O fortalecimento institucional. Com relação a essas seis mil instituições sociais, o que a gente quer, como banco de alimentos, é não só levar aquele alimento, não é só levar aquela informação, mas que elas possam se fortalecer como prestadoras de serviço social, que elas possam se regulamentar, que elas possam participar de redes, participar dos conselhos, que são espaços legítimos de atuação das organizações sociais.

E, por fim, a disseminação da cultura do voluntariado, sobre o que, no Brasil, a gente precisa ainda avançar. A gente não tem essa cultura...

(Interrupção do som.)

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – ... ,mas o Paulo trouxe aí o depoimento da rede no Rio Grande do Sul, que tem um forte trabalho de voluntariado, e nós estamos sempre antenados com isso.

É isso. Eu fico à disposição para as perguntas.

Eu acho que a Kathleen e o Paulo trouxeram elementos importantes que acrescentaram na minha fala. O Sesc está desde 2003 atuando com banco de alimentos, e a gente sabe da importância desse trabalho nesse cenário de insegurança e de desperdício.

Eu me coloco à disposição para alguma questão que nós possamos, depois, aprofundar o debate.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Ana Cristina, também pela didática exposição.

Aqui me chamou a atenção, Senado Moka, uma das ponderações feitas pelo Dr. Paulo, ou seja, a de que exatamente uma grande área ou, talvez, a maior área de desperdício seja a dos alimentos preparados, cuja doação é proibida. E a Kathleen reforçou essa tese.

Agora, vi no banco de alimentos, o sistema de armazenamento feito pelas nutricionistas, com cuidado na preservação. Então, quero ver essa questão. Outra: é claro que, por exemplo, em regiões muito quentes como no Nordeste, você tem o problema do acondicionamento e da segurança desse alimento. Mas, na Região Sul, agora no inverno, a própria temperatura ambiente tem...Como se pode resolver isso? Acho que não podemos simplesmente porque é dado como fazer.

Achei interessante, nas sugestões apresentadas, definir claramente o doador, a responsabilidade do doador, e a responsabilidade do beneficiário – beneficiário é a instituição que vai receber e vai manipular. Digamos que ela receba um alimento em boas condições, mas é armazenado na instituição que recebe em condições

não adequadas. Nesse caso, não é o doador que está com problemas, mas é o beneficiário que tem problemas, na armazenagem ou em ministrar e preparar aquele alimento, com alguma contaminação, algum problema. Então, são as duas pontas que me pareceram aqui.

Passo, em seguida, ao Senador Moka, mas antes pergunto: como pode ser, Kathleen, já que você levantou que não pode mandar, por questão de risco, de segurança alimentar, a comida pronta? Então, vamos continuar tendo esse grande desperdício dos grandes refeitórios que são cozinhas industrias nos lugares importantes ou fazer uma fila para que a pessoa vá lá comer naquela hora. Acho que o que não podemos admitir é continuar o desperdício nesse setor. Como podemos?

Quero passar ao Senador Moka, para o Senador Lasier, que é o Relator da nossa matéria, do tema que estamos discutindo aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Obrigado, Presidente, Senadora Ana Amélia, Paulo Renê, Kathleen e Ana Cristina.

Vou dizer o que penso, embora área não seja tão estranha à minha formação acadêmica, já que sou médico. Essa é uma questão de política pública, e o Ministério de Desenvolvimento Social tem que ter como perseguir essa determinação. Por que digo isso? Porque há algumas coisas....Vejam esta questão: alimentos já preparados, arroz cozido, feijão, quer dizer, os grandes desperdícios acontecem nos grandes restaurantes, nessas grandes indústrias onde há grandes refeitórios. Isso tem que ser definido, e não acho que tem que constar em lei. Isso tem que ser normatizado pelo próprio Ministério, por um conjunto de assistentes sociais, nutricionistas, gente que tem realmente conhecimento específico disso. Quando você quer começar a colocar essas coisas dentro de uma lei, você acaba engessando, e esse não é o objetivo. Sei que não é, mas engessa, porque o que não está na lei não é permitido fazer. E isso é ruim, Senadora Ana Amélia.

Então, acho que essa lei tem que ter um arcabouço. Estranho isso. Por que essa legislação penaliza ou quer criminalizar aquele que doa.

E, aí, o que acontece com o potencial doador? Ele fica com receio de que, naquela doação que ele deseja fazer, por algum motivo que, na maioria das vezes, ele desconhece, o alimento seja contaminado ou se estrague o alimento depois que foi doado.

É uma série de coisas, mas a única coisa que a lei traz é a penalização, com multa de R$100 mil, da indústria ou da empresa que...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Doou.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não, não; daquele que mandar incinerar ou que mandar destruir o alimento ao invés de doar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ou seja, é penalizado duas vezes: se doa, é penalizado; se não doa...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu acho que se deveria estimular isso. A empresa, a organização que fizesse essas doações teria que ser estimulada com isenções, como a Kathleen disse que acontece na prática, ou seja, as empresas que doam têm algum tipo de isenção tributária, pelo que me pareceu da sua fala.

Isso eu acho importante, porque você estimula. Ele está doando – e doa porque quer –, mas, ao doar, receberia um estímulo. Claro que esse estímulo não pode...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O motivo último.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ... ser o motivo para que a empresa doe. A motivação tem que ser a consciência, a cultura. "Olha, se nós vamos jogar isso fora, se isso vai para o lixo, por que não doar a uma entidade que presta assistência?"

É assim que eu vejo.

Na hora de discutirmos essa normatização, vamos aproveitar exatamente essa experiência. Por exemplo, o Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul e o Sesc, também, já têm uma logística, uma expertise em fazer esse processo. E essas pessoas seriam chamadas na hora da normatização para dizer: "Olha, isso aqui facilita, isso aqui dificulta etc." Assim, o próprio Ministério normatizaria isso. Claro que a lei diria: "O Ministério do Desenvolvimento Social, através de um decreto, normatizará a logística disso e quais seriam as pessoas beneficiadas etc." E, em relação a isso, há que se ter um cuidado especial, porque, do contrário, você restringe somente para pessoas idosas ou para crianças, quando, às vezes, há um segmento que também necessita e que não faz parte exatamente desse público-alvo. O problema da lei é esse. Quando você coloca na lei, o que está fora dela é proibido.

Senador Lasier, V. Exª que é o Relator da matéria, eu estou dando apenas uma forma de ver o problema. Confesso que esse problema, por exemplo, de que... Nós temos que mudar urgentemente isso. Temos que dar um jeito, Senadora Ana Amélia, de chamar para esta Comissão, juntamente com outras comissões, como

a própria CAS, onde eu atuo, a Comissão de Assuntos Sociais, e prioriza a tramitação desse projeto de lei, na verdade, desses transformados em um único, e com prioridade fazer com que essa coisa da criminalização...

É claro que, havendo dolo, havendo negligência, realmente a pessoa tem que responder por isso. Mas isso tem que ficar claro na legislação, de forma a estimular as pessoas a doarem e não colocar medo e temor nas pessoas que potencialmente poderiam contribuir para que isso pudesse realmente acontecer.

É uma visão. Não tenho perguntas, é só uma visão.

Quero parabenizar pelo grande trabalho da Ana, Sesc, o próprio Ministério, o Rio Grande do Sul. Isso demonstra realmente que, se continuarmos, em um futuro talvez não tão longe possamos ter uma sociedade mais solidária, uma cultura em que as pessoas realmente se preocupem em ser solidárias com as que são menos favorecidas. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka, pela contribuição, pelas opiniões.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, que é o Relator desses três projetos que estão apensados, agora, com as sugestões trazidas pela Kathleen Machado do MDS, que, parece-me, ajudam a definir. Ficou pendente a questão do alimento preparado e a como podemos administrar isso, porque é nessa área que estão os maiores desperdícios de comida no nosso País.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia, nossos ilustres convidados. Acho que a nossa Comissão está de parabéns por enfrentar esse tema que realmente precisa de uma legislação. Há milhões de pessoas que passam fome, e, por outro lado, sobram alimentos e comida em toda parte.

Quero centrar a minha primeira pergunta, Senadora, companheiro Moka e demais participantes, na comida pronta. Em certa época, fui conselheiro da Cruz Vermelha brasileira no Rio Grande do Sul, durante alguns anos, e fizemos uma campanha que foi votada, decidida e, quando iniciada, interrompida pela Secretaria Municipal de Saúde, porque queríamos que as comidas que não eram servidas fossem levadas para as entidades beneficentes, carentes etc. Não nos deixaram concretizar aquele projeto porque surgiu a indagação sobre a sanidade, a saúde, as condições daquela comida. Elas precisariam de refrigeração etc.

Como a Drª Kathleen tocou no assunto e a Senadora Ana Amélia já comentou, quero avançar: de que modo podemos regular? Porque há uma questão que mais se formula em toda a parte. Nós, do Rio Grande do Sul, estamos acostumados, naquela vasta região de descendência italiana e descendência alemã, ao fato de que a comida é servida na mesa, vários pratos, ao contrário, por exemplo, de restaurantes franceses, onde o pratinho vem pronto, a comida vem pronta, e, por isso, dificilmente sobra comida, até porque a comida francesa é a melhor do mundo.

Bom, então...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Há controvérsias. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Acho que é; só que é muito cara.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É, os gaúchos gostam mais de churrasco, digamos que churrasco é bom. (*Risos.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois é, mas, então, nas nossas galeterias do Rio Grande do Sul, e nós viajamos muito pelo interior... O meu prezado Paulo Renê, meu conterrâneo, sabe disto. Nas galeterias e nas churrascarias, é uma fartura! E a gente fica se perguntando para onde vai a comida que sobra, se ela vai ser reaproveitada à noite ou no dia seguinte. Eu acho que temos que encontrar uma solução para isso.

Agora, gostei muito da ideia que acho que temos que levar adiante em primeiro lugar. Falo da ideia que foi exposta aqui, que a minha assessora Juliana, muito prestimosa e que me substituiu aqui enquanto eu dava entrevista... Tenho procurado cortar as entrevistas por telefone pela manhã, mas, mesmo assim, nem todas a gente consegue evitar, porque elas atrapalham o roteiro da gente. Falo da ideia da publicidade, da campanha pelo rádio, pela televisão e pelo jornal, com designação de verbas para isso. Uma campanha para que as pessoas economizem comida, para que não desperdicem comida, ainda mais numa época como esta em que estamos vivendo, uma época de inflação, de carestia dos alimentos, etc.

Então, à Drª Kathleen eu queria pedir que aprofundasse, que avançasse um pouquinho mais nas considerações a respeito do aproveitamento dessa comida que, como bem lembrou o Senador Moka, sobra nas mesas dos restaurantes, dos refeitórios das grandes empresas e por aí.

Eu queria saber também sobre o prazo de validade. O PLS do Senador Jorge Viana propõe o conceito de prazo de validade para consumo seguro, que seria um prazo superior ao da validade para venda, que já consta nos rótulos dos produtos. Mas nós sabemos que tem havido um segundo prazo para validade.

Acho que o Dr. Paulo Renê poderia me perguntar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor disse que ele poderia lhe perguntar. Ele poderia lhe responder.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdão. Se a gente chega aloprado ou de última hora, se atrapalha.

O Senador Ataídes, pelo PLS dele, propõe a obrigação de os supermercados, sacolões, mercados ou restaurantes com mais de 200m² firmarem contratos de doação com entidades que distribuem alimentos à população carente.

Essa obrigação é possível? Há alguma crítica a ela?

Essa pergunta é para a Drª Ana Cristina.

São as minhas três perguntas para a nossa conversa e, se necessário, podermos ir adiante.

Era isso, Senadora Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu queria passar a palavra ao Dr. Paulo, à Ana Cristina e à Kathleen para responderem os questionamentos e até fazerem uma observação sobre o que o Senador Moka falou, que acho que são muito judiciosas.

Eu pergunto se, no sistema do Sesc, a distribuição é nas zonas metropolitanas? É nas cidades? Qual a diferença entre o sistema adotado no Rio Grande do Sul, do Banco de Alimentos, e o sistema que vocês adotam, já que não é um sistema de voluntariado, e o custo desse trabalho para a instituição?

Eu deixo isso... As respostas ao Senador Lasier, que é o Relator, e ao Senador Moka.

Com a palavra o Paulo, a Kathleen e a Ana Cristina, nessa ordem.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Primeiramente, eu estava perguntando aqui à Senadora se estariam aqui presentes essas empresas, entidades e sindicatos que representam esses setores a que nos referimos.

Não sei, a indústria de refeições coletivas, associação de empresas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É que, a cada dia, Dr. Paulo, que fazemos audiência – isso está como bitrem –, uma coisa puxa outra. Então, fizemos a primeira e, logo, fomos buscar os bancos de alimentos; a primeira, de debate. Agora, o senhor está nos trazendo outro debate, que são exatamente as indústrias produtoras de alimentos, aquelas que fazem a refeição pronta e entregam nas empresas ou mesmo nos presídios. Hoje, a refeição pronta é entregue nos presídios, numa quentinha ou numa marmita.

Então, acho também que essas organizações, essas entidades... Marcello, vamos, talvez, fazer também, ajudando o Senador Lasier em relação à sua sugestão.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – A minha pergunta é que, em função de que essas pessoas e esses setores saberiam nos responder, Senador Moka e Senador Lasier, como dá para fazer. Como dá para fazer?

Na Itália, que tem uma atividade no Brasil, ela tem bancos de alimentos, ela tem uma federação de bancos de alimentos com essa prática de aproveitamento de indústrias de refeições coletivas. Na França, a mesma coisa. Nos Estados Unidos e em todos os países desenvolvidos do mundo, faz-se o aproveitamento. Nos Estados Unidos, faz-se inclusive a regeneração de alimento elaborado.

Agora, há uma diferença, e já que não tenho essas pessoas aqui, posso dar algumas informações, Senador Moka. Existe uma diferença muito grande entre alimentos elaborados por indústrias de refeições coletivas e por indústrias de hotéis, bares, restaurantes e similares. Em Porto Alegre, há uma prática de aproveitamento das indústrias de refeições coletivas, por alguns aspectos, inclusive determinados por lei. A indústria de refeições coletivas obrigatoriamente tem que ter nutricionista na empresa contratante e na empresa contratada. E gera-se o desperdício em função de o próprio contrato dizer que, do primeiro ao último funcionário, deverá ser disponibilizada a mesma quantidade e a mesma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Qualidade.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ...qualidade. Então, é impossível que não se gere um desperdício de 10 a 12%. E estamos falando em desperdício, mas sabemos que se obedece a uma cadeia: 2 bilhões de desperdício no mundo, isso representaria uma incompetência máxima do empresariado, e ninguém está aí para botar dinheiro fora. E as empresas que trabalham nessa indústria são empresas enormes no mundo.

Então, como fazer? Como é feito?

No Brasil, não temos lei que obrigue sindicato de hotéis, bares, restaurantes e similares a ter nutricionista. Então, se não tem nutricionista...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Só uma informação: a vigilância sanitária, por exemplo, atua. O cara, na verdade, pode responder por isso.

Eu fiz uma consulta, Senadora Ana Amélia, há cerca de duas semanas, por causa do tema mesmo, à Consultoria do Senado, que ainda não me respondeu, porque isso leva tempo. Eu perguntei a eles exatamente... Temos consultores aqui...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito bons.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – ...do melhor nível, não é? Como seria isso? Como seria uma legislação? Como poderíamos fazer para...? Porque, quer a gente queira ou não, há um desperdício. É o que ele está dizendo. Claro que são coisas diferentes: bares, restaurantes, similares, e aí são coisas diferentes, mas o desperdício afinal...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Deixe-me responder.

Em Porto Alegre, no ano de 2000, Lasier, o Vereador Zacher criou uma lei que permitia que os hotéis, bares, restaurantes e similares – similares são as carrocinhas de cachorro quente, de churros, essa coisa toda – oferecessem aquilo que não fosse comercializado a instituições. Quando chegou à prefeitura, não houve como se fazer, porque a Anvisa não permitiu, não havia um controle adequado. Por essa razão é que eu disse: a lei hoje não exige que exista nutricionista...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – No restaurante.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – ...no hotel nem no restaurante.

Agora, claro que, para a indústria de refeições coletivas, foi feita a consulta à Anvisa para saber como proceder. Na prática, nós mostramos que isso seria possível e, por isso, nós realizamos esse processo há 15 anos, e não foi ao arrepio da lei. Nós fazemos porque o procedimento é adequado.

Como é que se faz o atendimento numa plataforma marítima de uma empresa desse setor? Ela usa um *hot box,* que mantém o alimento a 75 graus centígrados, e o transporta num navio ou num helicóptero, como é feito lá em Urucu. Então, essa prática é feita nas obras da mesma maneira.

A cozinha de refeições coletivas – pega aí uma empresa grande, que atende duas mil pessoas – vai ter um excedente de 10% que seria jogado fora. Então, duas mil refeições ou duzentas refeições... Escolhe-se uma instituição, firma-se um contrato, e essa instituição recebe os alimentos num *hot box* com acompanhamento da nutricionista.

Em 15 anos nunca tivemos problema com toxinas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É que a Drª Kathleen disse que o alimento que é cozido, por exemplo, quando sai do lugar onde é preparado para ser transportado, corre o risco de se deteriorar – pelo menos foi o que eu entendi. Eu devo concordar com isso. Realmente, se não houver uma preocupação com o tempo, pode acontecer...

De antemão, quero dizer: eu não sou contra, eu quero contribuir para o debate exatamente para que possamos ter, se for possível... É por isso que falo em norma e não em lei. Porque aí, na hora de normatizar, chamaríamos – o que o senhor está sugerindo – as pessoas que já fazem isso e sabem qual é a melhor forma de fazer. Isso constaria de uma norma, quer dizer, você protegeria a pessoa que está fazendo a doação...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – E a que está recebendo.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – O senhor está dizendo que faz isso dentro da legislação. Agora, os restaurantes têm preocupação... Eu já conversei com pessoas que dizem o seguinte: "Moka, me corta o coração jogar isso no lixo, mas infelizmente, se a gente fizer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui ficou clara, Senador Moka, pelo que disse o Dr. Paulo, a necessidade de existir nutricionista no refeitório coletivo, lá e na instituição que recebe o alimento. Aí já se tem uma margem de segurança.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Essa é uma prática mundial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É.

O sistema que eles adotaram... Eu vi os hot boxes*, que são* caixas com a temperatura do alimento que sai da cozinha e vai para a mesa de quem vai consumir na instituição. Há 15 anos fazem, e nunca houve nenhum problema porque a nutricionista que fica supervisionando o doador no centro da produção tem uma responsabilidade como tem a outra, na outra ponta, que vai receber. Então, esse cuidado foi adotado, o sistema *hot box,* que poderia ser congelado. Para os congelados, já há outros problemas para que se faça a doação. Vi isso e me chamou a atenção.

As perguntas do Senador Lasier Martins eu queria que fossem respondidas pelas... (*Pausa.*)

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Só para aproveitar o gancho dessa discussão, em relação aos alimentos prontos, realmente tem que se fazer uma ressalva porque há uma diferença naquilo que o Paulo coloca sobre os alimentos que já são produzidos. A partir do momento em que começo a minha produção, já sei que ele vai ser transportado, e são algumas empresas que ele mencionou, porque fornecem realmente para

outras instituições, muitas vezes até para instituições do Governo, tais como de alimentação escolar, presídios etc. Mas, no momento em que iniciei minha produção, sei que vou transportar esse alimento. Então, faço todo um controle do processo de produção, de temperatura, de condições de preparação dele. Cada etapa é muito monitorada, porque as empesas são cobradas a fazer isso.

Outra coisa é o alimento produzido em um restaurante. Ele não sofre o mesmo processo de controle de produção como o que ocorre dentro dessas empresas. E os projetos de lei só falam em "refeição pronta". Quando falo "refeição pronta", é tanto do alimento que é produzido por essas empresas que já iniciam a produção pensando que vão transportar como refeição pronta pode ser o restaurante aqui do lado. Acho que precisamos separar e deixar isso claro porque, quando falo em "refeição pronta", estou falando de todo mundo, e os processos de produção são diferentes.

O Paulo, quando disse que faz há 15 anos, está trabalhando com essas empresas, que, quando iniciam o preparo do alimentam, sabem que vão transportá-lo. Não é a realidade da grande maioria do que pedimos nos restaurantes. Então, acho que, isso esclarecido, vai nos ajudar muito a pensar dentro do que estamos discutindo.

Acho que norma pode contribuir com isso, mas, nesse caso em especial das refeições, a lei já poderia trazer. Fica a critério dos senhores avaliar isso. Estou colocando do ponto de vista técnico. Do ponto de vista técnico, é muito diferente a produção de um alimento que se faz num restaurante em que vamos almoçar, jantar, comer e um alimento que vai ser transportado, porque, repito, quando inicio o processo, já inicio pensando nisso. E há todo um controle de qualidade. Aí, sim, há os profissionais que vão garantir, que vão aferir a temperatura.

Quando o banco de alimentos, no caso o banco de alimentos do Rio Grande do Sul, que é o único banco de alimentos que tem essa prática no País, que tem esse acúmulo, já sabe que o alimento está sendo produzido com essa intenção, ele tem essa segurança. Mas não temos essa realidade para o restante do País. Poderíamos ter, mas acho que deve ficar claro que não é de qualquer refeição pronta que estamos falando; é uma refeição que já iniciou com a intenção de ser transportada. E o transporte para as instituições vai ter que seguir as normas da Vigilância Sanitária. Como já foi mencionado, os Hot Box, os caminhões em que vão ser transportados, tudo tem de seguir a legislação sanitária, e acho que isso já está, de certa forma, normatizado.

Eu queria dizer também...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria lhe pedir, Drª Kathleen...

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Sim. Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... uma palavra também. A senhora é do Ministério.

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E assume, agora, o Ministério o Dr. Osmar Terra, que é um homem de muita sensibilidade, muito humanitário. Eu o conheço bem e acho que ele vai dar atenção para isso. Eu queria pedir uma campanha contra o desperdício. Eu fico me perguntando por que isso não foi feito até hoje. Pelo menos, eu nunca vi isso nos meios de comunicação de massa. Acho que isso teria uma eficácia extraordinária, porque as pessoas mais assistem à televisão e escutam rádio exatamente nas horas das refeições, e aquilo é um alerta.

Hoje, eu estava lendo, na *Folha de S.Paulo*, a notícia de que o novo Presidente interino está estudando uma contenção de gastos em publicidade. Mas eu acho que deveria ser destinada uma verba especial para esta área, porque ela acaba repercutindo não apenas na economia doméstica. É uma campanha pedagógica, que vai ensinar a economizar mais dentro de casa, o que acaba repercutindo na própria economia pública, na economia do País.

Então, eu lhe pergunto qual a sua opinião sobre isso e como isso poderia ser feito.

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Acho que campanhas contra o desperdício são fundamentais. Nós temos uma cultura de desperdício em vários pontos, não só de alimentos. Então, acho que toda campanha, toda comunicação e ação educativa que busque trabalhar isso traz mais consciência para as pessoas em relação ao desperdício.

Enquanto política pública, até já dialogando um pouco o que o senhor traz com o que o Senador Moka também colocou, até hoje não conseguimos regular muito a questão do desperdício de alimentos, mesmo por normativos do Ministério, porque não temos um amparo legal também. Então, nós não temos institucionalmente normativo banco de alimentos. Ele é um programa governamental, mas eu tenho limites de até onde eu posso ir, porque ele não existe. Até por essa razão que coloquei em dos pontos que mencionei que seria muito interessante se os projetos de lei instituíssem os bancos de alimentos para a gente poder normatizá-los.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, Kathleen, aí, como eu digo para vocês, o próprio Ministério pode tomar a iniciativa de propor a legislação.

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Sim, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Até porque é um Ministério que tem um *know-how*, conhecimento técnico para propor: "Olha, precisamos dessa legislação para poder normatizar".

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Fica difícil. Há projetos de lei do Jorge Viana, do Ataídes, mas vocês mesmos estão colocando algumas ponderações que... Embora o Parlamentar tenha a máxima boa vontade, ele não está no dia a dia. É diferente de quem executa. Por isso, eu digo que, se tivéssemos a contribuição de sugestões... Não, tecnicamente, mas que poderia constar na lei isso, isso... É o que você fez aqui na sua exposição. Isso eu acho que realmente vai ajudar a construir uma legislação que vai desaguar na possibilidade de vocês ampliarem as normas para melhorar.

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Isso. E, a despeito de o Poder Público ainda não ter feito, até onde vai meu conhecimento, nenhuma campanha, o Sesc, a Rede de Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, a ONG Banco de Alimentos, de São Paulo, eles realizam várias campanhas relacionadas a desperdício de alimentos, e, justamente por isso, a gente criou a Rede Brasileira de Banco de Alimentos. Como há uma realidade também na implementação dessa política pública, de restrições orçamentárias financeiras, quando a gente trabalha em rede, juntando público e privado, a gente potencializa as possibilidades também de comunicação com a sociedade. Então, vê-se que a criação da Rede Brasileira, agora em abril, vai possibilitar que também, em parceria com a iniciativa privada, com as organizações da sociedade civil, se faça uma maior comunicação.

E houve um último questionamento feito pelo Senador. Bom, a gente pode fazer esse reaproveitamento do alimento nos bancos de alimentos, mas a gente não pode esquecer que ele também pode ter outras destinações para que não seja desperdiçado, para que não vá para o lixo. Ele pode seguir um mecanismo de ser separado para ração animal; se não servir para ração animal, ele pode seguir para uma compostagem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu ia lhe perguntar: compostagem é uma solução?

A SRª KATHLEEN SOUSA DE OLIVEIRA – Sim, é uma das soluções possíveis. Alguns Municípios já realizam isso inclusive e utilizam o produto obtido do processo da compostagem para adubar hortas urbanas, fazer agricultura urbana, hortas comunitárias, e às vezes até jardinagem e paisagismo dentro do Município. Há algumas experiências nesse sentido.

Então, se o alimento não é apto para o consumo humano, e não tenho como aproveitá-lo, antes de chegar ao lixão – quando ele chega, há um impacto ambiental muito alto –, a ainda há outros mecanismos, que são a ração animal, processos de compostagem e produção de energia – também há algumas experiências relacionadas a isso. Não é muito o nosso objeto aqui, mas seriam também mecanismos possíveis para utilização desses alimentos que não estão mais aptos para o consumo humano.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD (*Fora do microfone*.) – Eu gostaria de complementar, Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu passo a palavra para o Paulo...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, só uma coisa que esquecemos de falar. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tenho certeza, é o transporte. Transporte: caminhões carregados com soja...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí, é outro...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Aí, vai a estrada inteirinha, caindo aqueles grãos de soja.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD (*Fora do microfone*.) – Era isso que eu ia falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Há um desperdício assim... Olha, eu não sei o quanto se perde nisso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muitas sacas.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas certamente é muita coisa, porque o tempo todo caindo vão caindo aqueles grãos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Os pássaros é que se aproveitam do banco de alimentos do caminhão.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Eu gostaria apenas de fazer uma observação a respeito disso. Quanto à publicidade desse desperdício, Senador Lasier, ela realmente é necessária, e isso faz parte da cultura de um povo. Temos de começar a conversar e bater nisso, muito embora o percentual da cadeia de desperdício, de perda em casa, não seja tão grande quanto nas outras áreas, como, por exemplo, transporte. A logística é incrível. Agora, a cadeia de desperdício começa lá na lavoura: no plantio; depois, na colheita; depois, no transporte; depois, no armazenamento; depois, na comercialização.

E aqui eu gostaria de trazer um dado importante, a que a Kathleen se referiu: do excedente do excedente. Nós tínhamos que buscar normatizar o desperdício e a partir daí começar esse trabalho. Então, vou dar um exemplo de uns dez anos atrás, de supermercados, quando o grupo Walmart se instalou no Rio Grande do Sul.

O Walmart é a maior empresa varejista do mundo, todos sabem. No entanto, ele não sabia que produzia tanto lixo. Com as nossas nutricionistas – e a Kathleen está falando com conhecimento de causa porque ela é nutricionista – nós mostramos para essa indústria poderosa que do lixo dela, de 70% a 80%, nós aproveitávamos.

Aí, a Ana mostrou aqueles números fantásticos. Onde você os recolhe, Ana? Recolhe nos supermercados, recolhe nas feiras, recolhe nas CEASAs.

Então, o que existe é uma má prática. Porque desse percentual da ração os pobres dos animais vão ter muito pouco, viu Lasier? Porque 80% do grande é de consumo humano. Nós tivemos que fazer manualização, escrever livros e mandar nossas nutricionistas para dentro dos supermercados. Por isso minha primeira pergunta à Senadora, se nessas audiências aqui estavam sendo convidadas as pessoas que representam essas associações de supermercados, a indústria de refeições coletivas...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De supermercados já vieram aqui.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Os diversos setores que podem explicar por que botam no lixo. Eles preferem botar, como a *Good Samaritan*, de que falei aqui. O pessoal prefere botar fora e no lixo do que doar para não se incomodar, porque a lei vai penalizá-lo.

Agora, o que está acontecendo no mundo? Quando a gente se dispõe a fazer, o que vamos procurar? Vamos procurar quem tem a expertise para nos orientar. Na França, quem botar alimento fora paga 150 mil euros por episódio. Na Dinamarca, a mesma coisa para supermercados.

Então, não é isso que acho que seria a solução. Teríamos de dizer para as empresas: "Em vez de colocar fora, em vez de tomar a multa, doem para banco de alimentos." E aí, eu fiz uma referência à criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, porque essa vai a solução. Não adianta acharmos soluções para o desperdício e não sabermos onde botar, porque o desperdício vai continuar existindo. Temos que fazer como o Canadá, que tem 450 bancos de alimentos. Há tanta fome...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor acha, Dr. Paulo, que no Brasil seria viável uma legislação agora, a exemplo da França e da Dinamarca, multando aqueles que desperdiçam? Porque é uma infinidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Enquanto não se corrigir a lei...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Numa segunda etapa.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Creio que poderíamos fazer. Por isso, a primeira coisa que fizemos aqui foi cumprimentar. Estamos extremamente felizes com essa iniciativa da Ana Amélia, dos senhores todos, porque é uma luz depois de tantos anos, de 15 ou 20 anos. Nós como população, como pessoas, ficamos imaginando: "Não é possível que isso esteja acontecendo!"

A Senadora Ana Amélia viu no Rio Grande do Sul – os senhores me permitam – nós não tínhamos um banco de pele, de tecido humano no Brasil. Sabem por quê? Porque não havia uma portaria aprovada pelos nossos Senadores e pelos nossos Deputados. Não existia!

Nós conseguimos, trouxemos aqui, perguntamos: "Há pessoas morrendo queimadas e não há pele". Aí, aconteceu aquele acidente de Santa Maria, quantas vidas nós salvamos, porque, graças a Deus, tinham aprovado uma portaria, não é uma lei. Então, nos tornamos o primeiro banco de pele. Agora já existem três ou quatro. Outro dia o doutor estava me dizendo: "Olha, mandei pele para seis Estados brasileiros".

Há outro problema, um médico argentino, quando houve o acidente em que morreram 230 jovens, trouxe a membrana amniótica. Eu não sabia o que era, fui ver no Google. É a placenta da mulher. Na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, 300 senhoras ganham bebê e jogam as placentas no rio. Aquilo é pele que poderia ser aproveitada. A membrana amniótica é aproveitada no Uruguai, na Argentina, no Chile, no Paraguai, em tudo que é lugar; no Brasil não pode! Até agora não foi aprovada essa portaria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós estivemos em Porto Alegre, o médico que até faleceu naquele acidente, Dr. Roberto Chem, fez uma campanha maravilhosa. Ele deixou um filho médico também.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Eduardo Chem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso. Ele fez uma campanha maravilhosa para o aproveitamento da pele. No entanto, quando ele faleceu, a campanha desapareceu. Mas eu acho que o filho dele também está...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Continua maravilhosamente bem. Só está faltando, daqui a pouco, estou lançando aqui um desafio, os senhores podem ajudar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Moka, nós dois somos da CAS...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Não é para o Rio Grande do Sul, doutor, é para o Brasil inteiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Desculpe, mas aí tem uma coisa, nós temos de ter o doador. É lógico. A pele tem de ter o doador.

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – É muito simples. Uma senhora que sabe que a placenta dela está sendo jogada no lixo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Ela tem de autorizar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – É preciso ter uma autorização, é isso que estou...

O SR. PAULO RENÊ BERNHARD – Ela vai autorizar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Por exemplo, as campanhas de doação, nós fazemos muitos transplantes renais, de córnea. Doação de pele é uma coisa relativamente nova, porque, lamentavelmente, as pessoas, na hora de doar: "Vai tirar a pele do meu filho, da minha filha?" Há uma certa resistência da pessoa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos deixar essa pauta para a CAS, a Comissão de Assuntos Sociais. O Senador Moka é um ativo protagonista da CAS. Vamos trabalhar nessa matéria com a sugestão aqui trazida.

Voltando, eu queria saber se a Ana Cristina tem alguma observação a fazer, para a gente concluir a audiência.

Eu queria agradecer a algumas pessoas. Antes de passar a palavra a Ana Cristina, eu já cumprimentei o Diplomata Braz Baracuhy, que é o chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base e está nos visitando aqui. Eu queria agradecer também a visita do nosso Secretário da Fazenda substituto, Álvaro Fakredin, que está nos visitando também. Ele participa de um evento do Banco Mundial aqui em Brasília. Hoje ele está nos acompanhando para ver que, às 8h da manhã, esta Comissão começa seu trabalho. Não há como dizer que Parlamentares não trabalham, não é, Senador Lasier. Nós todos aqui desta Comissão levantamos muito cedo.

Eu queria ponderar que foram muitas as contribuições trazidas pelo Dr. Paulo, pelo Drª Kathleen e pela Ana Cristina. Como a Consultoria do Senado, Senador Lasier, junto com a sua consultoria, estão aqui atentas, eu pedi inclusive o texto trazido pela Drª Kathleen, porque aqui ela trouxe algumas sugestões de aperfeiçoamento da lei que me pareceram extremamente objetivas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu já tinha reservado os cartões para distribuir, porque quero mais contribuição deles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, eu já pedi ao Secretário Executivo para imprimir, entregar à sua assessoria e à consultoria, porque, junto com a área da consultoria legislativa, poderão construir ajustando um ou outro detalhe. Antes de concluir o seu relatório, por sugestão do Dr. Paulo, vamos trazer os produtores de refeições coletivas e também dos restaurantes. A Abrasel, representante dos restaurantes, e também o Sindicato das Empresas Produtoras de Refeições Coletivas. Como bem disse a Kathleen, eu até lembrei, são as refeições servidas em grandes empresas ou no setor público, em asilos, em presídios, em creches e outras instituições, como até de merenda escolar.

Acho que podemos concluir e, este ano ainda, encerrar o ano com uma boa produção legislativa a respeito de um tema crucial. Nós estamos falando sobre a fome. E desnutrição é um fator também de saúde. Confiamos na capacidade e na competência do Senador.

Quero agradecer muito. Eu queria dizer, Senador Moka, que recebemos aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia. Exatamente por essa sua consideração, quero participar que vou compartilhar com V. Exª e com o Senador Moka o relatório. O nosso relatório virá para votação depois de dialogarmos muito, para que tenhamos realmente uma nova lei exemplar, a melhor possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quando estiver pronta, vamos voltar a conversar, até no âmbito do Governo, para ajustar os detalhes, porque quanto mais bem feito for esse ajuste, essa sintonia, melhor.

Eu recebi aqui e quero agradecer, acompanhando esta nossa audiência pública, a Raquel Maria de Carvalho Loureiro, aqui do Distrito Federal: "Por que existe desperdício de alimentos? Ele sai direto do produtor? Existe um acompanhamento, uma orientação para embalagem, transporte?"

Isso já foi respondido, Raquel Maria. Muito obrigada.

Claudete Castro, do Rio Grande do Norte, muito obrigada também. "Precisamos pensar no desperdício dos alimentos a partir das sementes com um programa que ensine nas escolas a preservá-las e como criar mudas. Plantar nos espaços e aparelhos públicos da cidade, prioritariamente árvores frutíferas."

Vejam a criatividade.

De Santa Catarina, a Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski, que é sempre uma ativa participante: "A melhor forma de combater o desperdício de alimentos é armazená-los, transportá-los e oferecê-los para vender da forma correta, barateá-los e ensinar o comércio e a população a conservá-los e a fraternizar os alimentos que estão sobrando".

Aqui não é só a questão de reduzir o preço, como está acontecendo nas feiras do Rio de Janeiro, é doação, estamos falando mais aqui de doação.

Do Rio de Janeiro, a Marcella Macahyba: "Por que não produzir menos com um controle biológico, em vez de serem permitidos todos os venenos para a produção, e educar a população desde a escola com a economia financeira e nutrição?"

Então, agradeço também as manifestações.

Vladimir Franca Rocha, da Bahia: "Não sei se é bem avaliado pela população, mas acho projetos como o Câmbio Verde de Curitiba uma ideia muito boa (www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/cambio-verde-smab/246). É o endereço que ele manda.

Então, eu queria agradecer também ao Vladimir Franca Rocha, da Bahia.

Daqui veio Joana Coelho, de Belo Horizonte - Minas Gerais. Ela fala sobre o programa de alimentos, de aquisição de alimentos, com o objetivo de fortalecer. Ela dá várias opiniões falando sobre a situação da estrutura municipal, de todo esse problema. Então, é muito importante.

E antes de encerrar aqui a condução, nós vamos ter, na comissão, uma leitura e aprovação de projetos, para poder dispensar os nossos convidados.

Eu quero passar a palavra ao Senador Jorge Viana, porque o Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não, não; eu quero que ele fale, porque o Senador Jorge Viana é o autor.

Até fiz referência aqui, Senador, porque o Dr. Paulo Renê falou que saudou o que foi suscitado. E ele lembrou que existem alguns projetos que têm um problema na doação, nós estamos falando da refeição pronta, preparada e cozida para a pessoa consumir, pois o desperdício é gigantesco no Brasil.

Então, nós estávamos falando e ele fez uma observação da longevidade de projetos que estão dormitando na Câmara dos Deputados. E eu fiz a observação que os três projetos que nós estamos tratando aqui agora, apensados, um seu, eu demorei menos de dois meses para fazer o relatório e apresentar. Foi muito rápido e a partir do seu projeto é que foi suscitado todo o debate com que a gente fez a audiência pública.

Então, ao do Senador Lasier Martins, agora, nós apensamos o seu, o do Senador Ataídes e o da Senadora Maria do Carmo, para fazer um conjunto. E, hoje, as contribuições foram muito valiosas.

Eu gostaria de passar a palavra ao senhor, porque é ele que, também, foi estimulador dos debates que aqui nós tivemos, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, primeiro, desculpar-me, mas, realmente, essa audiência para mim é da maior importância.

Ainda bem que pelo menos tive tempo de pedir desculpas aqui aos nossos convidados e aos colegas Senadores, mas queria cumprimentar o Senador Moka que tem uma relação muito grande com todo esse setor ligado à atividade produtiva, bem como a Srª Senadora Ana Amélia, que preside esta comissão. O Senador Lasier nem se fala, está envolvido já nesse tema diretamente. Outros colegas também que não estão aqui, mas eu, quando a Senadora Ana Amélia assumiu a relatoria do meu projeto, falei: "Ganhei um prêmio". Primeiro, pelo compromisso que ela tem, pela dedicação, pelo Estado de origem, pela jornalista que foi, que sempre lidou e pela sua intenção de sempre ajudar a aperfeiçoar a legislação do Brasil, pois é esse o propósito.

Quer dizer, um País que caminha para disputar os melhores lugares, os Estados Unidos estão muito longe, mas a União Europeia é o nosso plano de chegada, no sentido de ajudar a saciar a forme no mundo, a própria Nações Unidas tem essa expectativa em relação a nós e não é por pouca coisa. Essa é, talvez, uma das veredas grandes que o Brasil tem para seguir, mas nós não podemos também ser sinônimo de desperdício, nós não podemos ser sinônimo de uma legislação atrasada, uma legislação que não esteja atualizada. E muitos países, até porque possuem características diferentes, já resolveram essa situação. É claro que em um País tropical igual ao nosso, você tem que lidar com algumas destas questões que nós estamos pondo aqui. É complicado, eu sou do Acre, o calor, a situação em que se vive, tudo isso é muito complexo.

Há pouco tempo, aqui, no governo do Presidente Lula, a gente implantou o Luz para Todos, e o maior desperdício que havia era na casa das pessoas, porque, para não ter tanto desperdício, elas carregavam no sal.

Talvez as pessoas não saibam, mas o maior benefício do Luz para Todos, para quem vive, por exemplo, na Amazônia, foi o de evitar doenças, porque as pessoas não podem ir todos os dias comprar comida, pois moram muito longe e não têm como acondicionar. Antigamente, era em latões de óleo, de banha, que se fazia nos seringais e em todo canto, mas, agora, com o *Luz para Todos*, melhorou bastante. As pessoas podem guardar os alimentos, tendo um menor gasto e um menor desperdício.

No geral, a situação do Brasil é muito crítica, se comparada com o resto do mundo, do ponto de vista das perdas. E a legislação, hoje, é perversa! Já foi dito aqui, hoje e na outra audiência que fizemos, que, se a pessoa quiser fazer uso de produtos que ela tem certeza que ainda podem ser consumidos... Por isso que o nosso projeto prevê a ideia de colocar para algum tipo de produto duas datas: uma em que se possa comercializar ainda e outra que estabeleça que ainda pode ser consumido, para não criminalizar o aproveitamento do que temos.

Enfim, o propósito da audiência era esse. Eu queria agradecer à Senadora Ana Amélia por ter proposto a audiência. E acho que essa ideia de fazer uma varredura dos projetos afins, inclusive, daqueles que tramitam na Câmara, é o mais adequado. A Senadora Ana Amélia tem um bom trânsito lá, preside a Comissão e. Talvez, seja a pessoa adequada para trazer da Câmara dos Deputados essas propostas, vendo o que está adormecido lá, e fazer a soma desses projetos para que a gente faça uma legislação que seja aplicável.

Um dos maiores problemas... Ainda ontem, numa das Comissões aqui, eu falava com o Ministro Armando Monteiro que, quando a gente fala em imposto, não é o problema de o Brasil ter uma carga tributária alta, elevada – o que é verdade, é fato –, mas é de como a gente paga esses impostos. É quase impossível para uma empresa fazer isso, porque é difícil a aplicação de um aparato de dezenas de impostos.

A mesma coisa numa legislação dessas. Se ela não for clara, objetiva, nós não vamos avançar muito. Eu acho que dá para fazermos isso. O passo foi esta audiência.

Então, mais uma vez, peço desculpas por não ter acompanhado toda a audiência, mas acho que esta audiência sela um pouco uma parte do trabalho. Agora, vamos ter de fazer um trabalho de gabinete, de reunir os projetos, colocando um bom time de técnicos que aqui nós temos. Agradeço à minha equipe por ter pesquisado etc.

Coloco-me à disposição para colaborar, Senadora Ana Amélia. E a proposta que eu faço é no sentido de trazermos os técnicos, os especialistas de cada gabinete que apresentou a iniciativa – ofereço o meu –, a senhora coordenaria isso e faria alguma consulta a nós para vermos se fazemos esse apanhado. De tudo o que está sendo apresentado, a proposta final, o substitutivo seria esse. Talvez seja esse o caminho.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Como nós temos um Relator, o Senador Lasier...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Passo a ele o encaminhamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Isso não nos exime de participar também.

Eu sugeriria, Senador Jorge Viana, que, quando a minuta estiver concluída, haja um novo filtro para conversarmos. Acho que a democracia permite isso. Não é subjugar, não é ficar subserviente; é construir alguma coisa com a visão de Governo, de política pública, a visão de quem é doador e a visão de quem vai receber o alimento. E nós, como legisladores, juntarmos isso num texto. Então, o Senador Lasier terá essa responsabilidade.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Posso fazer uma correção, um ajuste?

A senhora, como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, podia fazer o contato com a Câmara para esse fim, porque, aí, não seria somente uma parlamentar, mas a que dirige esta Comissão. E, é claro, ato falho meu, o Senador Lasier, que é um adequado Relator, pois vem do Estado que vem, tem também uma bagagem e transita com todos nós aqui. É, pois, um colega pelo qual tenho o maior carinho e respeito. Assim, se ele precisar e conseguir reunir isso, faz uma ação conjunta sob a Presidência de V. Exª.

E eu acho que a gente tem condições, Senador Lasier – e eu ponho o meu gabinete à disposição, bem como o Senador Ataídes e outros –, de fazer com que, o quanto antes, o Brasil tenha uma legislação clara, transparente, que não venha querer só criminalizar, mas que venha a fazer desse exemplo fantástico que é de combater o desperdício de alimentos, dar mais segurança jurídica para quem manuseia, para quem produz, para quem comercializa... Eu acho que, assim, o Brasil estaria se preparando para ser um grande produtor de alimentos no mundo e um exemplo de como lidar com algo tão essencial para a vida que são os alimentos.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós vamos trazer aqui, Senador Jorge Viana, até por sugestão do Dr. Paulo Renê, talvez na última audiência pública dessas que

já vimos realizando, a Associação Brasileira de Hotéis, Bares e Restaurantes, porque eles produzem alimentos e têm um grande desperdício, e, também, o Sindicato das Indústrias Produtoras de Refeições Coletivas.

Então, nós os traremos aqui e faremos uma última audiência. Os supermercados já vieram aqui, representados pela Abras, e já conversamos. Agora, vamos concluir com esta última audiência pública.

Eu queria renovar os agradecimentos, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ao Dr. Paulo Renê, Presidente do Banco de Alimentos do Estado do Rio Grande do Sul, à Drª...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, a Drª Ana não falou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas como? Ela ficou tão quietinha ali, ela não falou. Eu perguntei a ela se queria fazer uma observação, mas acho que a Kathleen havia mencionado...

Mas, por favor, para a sua..

A SRª ANA CRISTINA CORRÊA GUEDES BARROS – Na verdade, não tive oportunidade de responder as perguntas, mas eu vou rapidamente juntar com as minhas considerações finais.

O Mesa está em todas as capitais brasileiras, nas regiões metropolitanas e dezenas de cidades do interior. Então, há, de fato, desperdício em cada canto deste País.

Senador, em relação a tudo que foi discutido aqui – e aí respondendo também a V. Exª –, esses projetos de lei são muito bem-vindos, mas eles vão impactar no dia a dia desses 220 bancos. Então, à medida em que a gente for recebendo mais doações, que é o que a gente quer, em função dos impactos desses projetos ou de campanhas, a gente vai adaptando a nossa capacidade logística, a nossa capacidade de recursos humanos para que a gente possa, sim, atender a mais pessoas.

A gente vê com muito bons olhos a questão da campanha. Eu acho que esta audiência é um chamamento mesmo. A gente precisa sensibilizar, eu diria até educar as pessoas para a questão do combate ao desperdício. E, nesse sentido, o Sesc é parceiro, e eu acho que a rede vai, com certeza, potencializar muito esses nossos trabalhos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada e desculpe-me, Ana Cristina, mas a gente ficou aqui falando amplamente e o tema é, realmente, instigante e relevante em todos os aspectos.

Renovo os agradecimentos aqui, ao Dr. Paulo Renê, Presidente do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, à Drª Kathleen Sousa de Oliveira, Coordenadora Geral de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), à Dr. Ana Cristina Corrêa Guedes Barros, Chefe do Departamento de Assistência da Diretoria de Saúde do Sesc Nacional, a Rede Nacional de Banco de Alimentos Mesa Brasil.

E eu queria, ao renovar os agradecimentos, dizer que nós vamos continuar nesse tema, agradecendo ao Senador Jorge Viana, que é o autor de um projeto em que eu tive a honra de ser a Relatora. O Senador Lasier é Relator de dois projetos, um do Senador Ataídes de Oliveira e outro da Senadora Maria do Carmo Alves. O Senador Ataídes é do Tocantins e a Senadora Maria do Carmo é de Sergipe. O Senador Jorge Viana é do Acre. Então, é o Brasil todo reunido.

Muito obrigado aos Senhores.

A nossa reunião vai continuar para que possamos deliberar sobre alguns requerimentos dos nossos colegas Senadores.

Muito obrigada, Dr. Paulo. Agradeço também a colaboração dos nossos telespectadores.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Estamos à disposição.

Nós temos aqui uns requerimentos que ajudei a subscrever. São requerimentos relacionados a audiências públicas feitas pelo Senador Wellington Fagundes.

Vou, então, fazer a leitura dos requerimentos do Senador Wellington Fagundes, a saber: Requerimentos nºs 25, 26, 27, subscritos por mim, 28, 29 e 30.

Esses requerimentos, Senador Moka, Senador Lasier Martins e Senador Jorge Viana, tratam da realização de audiências públicas sobre seguro rural, que é o tema deste ano da Comissão de Agricultura para o Plano Plurianual. Tratarão de normas públicas sobre o seguro rural.

Vou fazer a leitura em bloco todos os do Senador Wellington em que eu também sou subscritora.

TEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 25, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg); Representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 26, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Representante da Cooperativa Agropecuária de Campo Mourão (Coamo); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf-Brasil); Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 27, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros,

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 28, de 2016

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (Famato); Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Mato Grosso (OCB-MT); Representantes do Parlamento Federal e Estadual; Representantes do Setor Agropecuário.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Essa audiência será realizada em Rondonópolis.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 29, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal na Região Nordeste, destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representantes das Secretarias da Agricultura dos Estados da Região Nordeste; Representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado; Representantes da Federação dos Trabalhadores Rurais; Representantes de Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado; Representantes do Parlamento Federal e Estadual; Representantes do Setor Agropecuário.

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Essa audiência será na Região Nordeste.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a apresentar e discutir a Política de Seguro Rural no País, com os seguintes convidados: Representante da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg); Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Autoria: Senador Wellington Fagundes e outros.

Votação em globo dos Requerimentos de nºs 25 a 30, de autoria do Senador Wellington Fagundes e subscritos por mim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Passo, agora a ler requerimento do Senador José Medeiros, também subscrito por mim também.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 31, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para avaliar a situação atual do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e eventuais medidas saneadoras, com os seguintes convidados: Representante do Ministério da Fazenda; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Representante de movimento social de trabalhadores rurais e da agricultura familiar; Representante da Defensoria Pública da União.

Autoria: Senador José Medeiros e outros.

Esse é o objetivo da audiência pública solicitada pelo Senador José Medeiros.

S. Exª assim justifica:

O Fundo de Terras e da Reforma Agrária concede crédito para financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural, beneficiando pequenos trabalhadores rurais de agricultores familiares. Os recursos destinados ao setor rural, especialmente aqueles voltados à iniciativa de reforma agrária são de extrema importância para um País como uma dívida social muito grande. Constitui, assim, importante instrumento de política pública, possibilitando a redução da desigualdade e geração de trabalho.

Esse é o objetivo da audiência pública requerida pelo Senador.

Em votação o Requerimento nº 31, do Senador José Medeiros, por mim subscrito, para realização dessa audiência pública.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Agora, o Requerimento nº 32, de minha autoria, sugerido pela Consultoria do Senado Federal – é bom que se diga.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 32, de 2016
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir o cancelamento das atividades de preparação do Censo Agropecuário de 2017, com os seguintes convidados: Sr. Antônio Carlos Simões Florido, Gerente Técnico do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Sr. José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sr. Zander Soares de Navarro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Sr. Marcelo José Braga, Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober).

Autoria: Senadora Ana Amélia.

O propósito dessa audiência é exatamente o de busca discutir o cancelamento dessa questão.

Justificativa.

Notícias recentes de informaram sobre o cancelamento da preparação, para este ano, da realização do Censo Agropecuário 2017, que já estava em curso no IBGE, inclusive com abertura de edital para a contratação de pessoal.

O Censo Agropecuário é um instrumento absolutamente fundamental para se conhecer, planejar e decidir sobre agricultura, o agronegócio e o sociedade rural do Brasil. Sua preparação, ainda neste ano de 2016, e sua realização em 2017 assumem relevância decisiva não apenas pela necessidade de se dar continuidade aos registros de informação iniciado de 1920 e, desde então repetidos, entre 70 e 96, quinquenalmente, mas, sobretudo, pelo fato de que o interstício entre 2006 e 2016 cobre um período de transformações profundas e estruturais do nosso meio rural que somente com dados censitários poderão ser adequadamente escrutinados, avaliados e entendidos.

Então, esse é o objetivo deste requerimento, de que eu também sou autora.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Quanto aos outros dois requerimentos, subscritos pelo Senador Moka e eu, se o Senador Lasier Martins também quiser nos dar o prazer aqui também...

Vou começar pelo último.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, de 2016
- Não terminativo -

Requerem, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os Projetos de Lei do Senado nº 672, 675 e 738, de 2015, que dispõem sobre o combate ao desperdício de alimentos, com a presença do Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), do Sindicato das Indústrias de Refeições Coletivas, bem como de pesquisador em conservação de alimentos preparados.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros.

Essa seria a última audiência pública para darmos continuidade aos debates sobre esse tema.

Em votação.

As Srªs e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está provado o Requerimento nº 35.

Agora, passemos aos Requerimentos nºs 33 e 34, subscritos pelo Senador Waldemir Moka e por mim. Vou pedir ao Senador Lasier Martins que, da mesma forma, também os subscreva.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, de 2016

- Não terminativo -

Requerem, nos termos dos arts 90, inciso V, c/c 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senador Waldemir Moka e outros.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento para esse convite ao Senador Ministro Blairo Maggi.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2016

- Não terminativo -

Requerem, nos termos dos arts 90, inciso V, c/c 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta.

Autoria: Senador Waldemir Moka e outros.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Por favor, peço à Secretaria para entregar ao Senador Lasier Martins para a assinatura.

Comunico que, amanhã, dia 20 de maio, sexta-feira, às 14h, será realizado o 4º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, com a finalidade de debater a importância das feiras agropecuárias e tecnológicas para as ações de divulgação de pesquisa, transferência de tecnologias ao setor produtivo e facilitação de acesso ao crédito, com ênfase na V Rondônia Rural *Show*, que será realizada em Ji-Paraná (RO), entre os dias 25/05/2016 a 28/05/2016, em cumprimento ao Requerimento nº 8, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

Essa é a informação que passo aos senhores fazendo também o convite com o ativismo desta Comissão, agradecendo ao Senador Acir, nosso Vice-Presidente.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2016.

Às oito horas e dois minutos do dia dois de junho de dois mil e dezesseis, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Ronaldo Caiado e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Zeze Perrella, Rose de Freitas, Dário Berger, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Cidinho Santos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após breves informações sobre o setor agropecuário, a Senhora Presidente dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento (RRA) nº 24, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, consoante o Requerimento (RRA) nº 13, de 2016, que trata da avaliação da Política Pública de Seguro Rural desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, com a finalidade de apresentar e discutir a política de Seguro Rural no País, com a participação do Sr. Junnius Marques Arifa - Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Vitor Augusto Ozaki - Diretor do Departamento de Gestão de Risco e Recursos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sr. Marcelo Pinheiro Franco - Diretor-Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF); Sra. Helena Mulim Venceslau - Diretora de Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka e Ronaldo Caiado fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Será que a TV Senado poderia nos ajudar? Marcamos o horário de 8 horas em ponto para começar a transmissão. Seria conveniente que tivéssemos a transmissão da TV Senado, que está apenas apresentando a sala, mas nós estamos aqui com os convidados.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Na reunião de hoje, nós vamos discutir a política de Seguro Rural no País, em cumprimento ao Requerimento nº 24, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Informo que a reunião é parte de um processo de avaliação da Política Pública de Seguro Rural, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 96 do Regimento Interno.

Antes de convidar os nossos palestrantes, eu queria dar algumas informações sobre o setor, lembrando que na semana passada não realizamos a reunião em razão do feriado de Corpus Christi, e foi a primeira semana de ausência do nosso Senador Blairo Maggi, pelo motivo especial de estar comandando agora a política agrícola brasileira, como titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Ministro Blairo Maggi, ao assumir, já cumpriu algumas agendas importantes. Foi ao Rio Grande do Sul, à Feira Nacional do Arroz, onde discutiu um tema fundamental, pois o Brasil é um grande produtor – a Região Sul – de arroz irrigado, com sustentabilidade. Já estamos providenciando um convite ao Ministro Blairo Maggi a fim de que esteja conosco para mostrar o plano. Evidentemente, daremos a ele um tempo, porque, embora conheça muito o setor, não é de uma hora para outra que ele poderá vir. Talvez no mês de julho S. Exª poderá estar aqui conosco, pois, em função do processo do *impeachment*, não teremos recesso, como já foi definido pelo Presidente Renan Calheiros.

Tivemos notícia de que o Produto Interno Bruto da agropecuária teve uma queda de 3,7% no primeiro trimestre deste ano, isso em relação, basicamente, à perda de produtividade de algumas lavouras, especialmente da soja, que é a maior lavoura que existe no País. Essa queda foi a maior desde o quarto trimestre de 2012, quando o recuo foi de 5,8%, comparativamente a igual período do ano anterior. Os dados foram divulgados pelo IBGE, que anunciou, na quarta-feira, os resultados das contas nacionais trimestrais.

A perda de produtividade da safra de soja e a queda na produção de algumas culturas levaram a esse recuo do PIB agropecuário no primeiro trimestre do ano. A soja tem o maior peso na colheita brasileira, está com crescimento no ano, mas a área colhida está crescendo mais. Isso significa perda na produtividade, conforme explicou a gerente de Contas Nacionais Trimestrais, Claudia Dionísio. Problemas climáticos nas principais regiões produtoras prejudicaram a produtividade e o rendimento da safra, mas temos certeza de que, se Deus é brasileiro, São Pedro também vai ajudar, Senador Moka, apesar de não ser só um problema climático, há também a questão relacionada à infraestrutura, que é deficiente e muito cara no País.

O Presidente Michel Temer sancionou, com vetos, a mudança na regra do Seguro de Crédito à Exportação. A União Europeia quer estender a liberação temporária para o glifosato, que é para uso em produtos modificados geneticamente, e o Secretário de Política Agrícola, Neri Geller, afirma que o MAPA trabalha para ampliar o Moderfrota e o custeio. O Moderfrota é aquele financiamento para a compra de caminhões. O Ministro do Meio Ambiente, Deputado Sarney Filho, quer aperfeiçoar dados coletados pelo CAR (Cadastro Ambiental Rural) e teve uma reunião produtiva com a Bancada da Frente Parlamentar da Agricultura – o Partido Verde promoveu o encontro –, que foi muito importante.

Mesmo com a queda na produtividade, uma notícia que vem lá do Rio Grande do Sul é que a soja, no Porto de Rio Grande, alcançou o maior preço da sua história, R$90,00 a saca. Quer dizer, isso compensa em função do câmbio, que está sendo favorável aos exportadores.

Como eu disse, Senador Moka, a nossa audiência é para tratar do seguro rural dentro da política pública que esta Comissão definiu para apresentar no seu relatório.

Foram convidados representantes do Banco Central. Ontem mesmo, pessoalmente, o assessor parlamentar do Banco Central me comunicou sobre a impossibilidade de enviar alguém. Na verdade, o Banco Central apenas cuida de Proagro, que é um seguro de crédito já existente. Então, o Banco Central tem essa limitação. O Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, agradeceu o convite e lembrou que o Banco está em fase de transição. Houve a informação pessoal de que o Banco apenas fiscaliza as questões do Proagro. E o nosso objetivo não é discutir exclusivamente o Proagro, mas mecanismos de seguro rural, que, como o próprio Senador Moka nos lembrava, é um tema recorrente, mas ainda não resolvido, mesmo em um país agrícola como o nosso.

Foram convidados – eu gostaria de chamá-los para estarem presentes –: Vitor Augusto Ozaki, Diretor do Departamento de Gestão de Risco e Recursos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – obrigada pela presença, Vitor; já estivemos juntos em Não-Me-Toque, discutindo o mesmo tema –; Sr. Junnius Marques Arifa, Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU) – muito obrigada, Junnius, pela presença –; Marcelo Pinheiro Franco, Diretor Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – muito obrigada pela presença –; e a Drª Helena Mulim Venceslau, Diretora de Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Senador Moka, como o Senador Wellington está a caminho e como V. Exª é o requerente desta audiência pública – ainda na Câmara Federal, por alguns mandatos, e aqui no Senado V. Exª tem tratado deste tema –, penso que seria oportuna a manifestação de V. Exª sobre as dificuldades que o Brasil enfrenta para não ter conseguido criar ainda um sistema próprio de seguro rural.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, acho que o principal problema é o tamanho do País. Este é um país continental. Há 20 anos se discute sobre seguro, e isso envolve banco, envolve empréstimo. O seguro da produção é praticamente inexistente ou cobre um percentual muito pequeno da safra no Brasil.

Neste ano nós vamos fazer uma série de audiências públicas e, no final do ano, vamos apresentar talvez um diagnóstico. Espero que o Senador Wellington Fagundes, que é médico veterinário, do Mato Grosso, também ligado ao tema, possa, no conjunto, com a ajuda dos senhores, estabelecer alguma coisa.

Nas cooperativas, por exemplo, vi algumas coisas que funcionam, mas de forma localizada, não se trata de uma política de seguros. Mesmo no âmbito do Governo Federal, é uma luta para conseguir algum recurso. Na verdade, a política de seguro rural no País – estou falando da produção – conta com um percentual muito pequeno, e eu gostaria de ser contrariado no meu entendimento. Mas não é por isso que vamos deixar de debater o assunto.

A Senadora Ana Amélia me disse que, lá no Rio Grande do Sul, houve queda de granizo na plantação de fumo. Foram aportados mais de R$150 milhões para cobrir o prejuízo dos produtores. Isso é seguro de produção, destinado a intempéries, a acidentes como queda de granizo.

Há até uma emenda minha por meio da qual conseguimos derrubar o veto aqui. O Banco do Brasil, para dar crédito, escolhe por meio de que seguradora o produtor tem que fazer seguro. O produtor não tem nem a opção de escolher a seguradora. Ele tem que se conformar: "Eu te dou o caminho, mas a tua seguradora é essa".

Nós pedimos que o Banco do Brasil apresentasse pelo menos duas e que, mesmo assim, o produtor tivesse a opção de fazer uma terceira escolha fora do conglomerado do banco.

Então, eu acho que começaria por aí: abrir, se for o caso. Abrir mesmo. Há alguma seguradora fora do Brasil que tem interesse? Talvez, pelo tamanho do Brasil, não haja. Mas pode ser que haja várias ou um conglomerado. Eu entendo que a safra brasileira é muito grande. O volume de recursos de que nós estamos falando é enorme por se tratar de um país continental.

Não entendam como provocação, por favor, senhores, mas apenas como alguém que tem um interesse muito grande em que o produtor possa plantar, e, se acontecer alguma coisa, que ele tenha a cobertura do seguro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Moka, por sua avaliação. São mecanismos para setores específicos, pois cada lavoura tem uma especificidade. A lavoura de arroz, por exemplo, é muito irrigada; a de soja não é; a de milho, em algumas regiões. Cada safra tem uma área de risco, embora haja o zoneamento agrícola, que permite uma segurança maior sobre clima e época de plantio.

Como o senhor disse, Senador Moka, é um país continental com muitas variações em relação ao tipo de cultura.

Eu vou começar pelo Tribunal de Contas da União, que sempre tem uma visão mais crítica de avaliar o sistema. Passamos depois para o Ministério da Agricultura e para o setor privado, que está operando no sistema.

Cada expositor terá dez minutos. Hoje estamos com o horário apertado, em função de que, às 10 horas, o Senador Moka e eu participaremos da Comissão Processante, e temos que estar lá nesse horário.

Com a palavra o Sr. Junnius Marques Arifa, por dez minutos.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Bom dia a todos.

Exma Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Exmo Sr. Relator da Comissão, Senador Wellington Fagundes, demais presentes, colegas da Mesa, primeiro, eu quero agradecer à Senadora pelo convite do Tribunal de Contas da União para estar presente aqui no Senado, mais uma vez, compartilhando o resultado dos seus trabalhos. Esta é uma oportunidade de o Tribunal realizar uma de suas missões mais nobres, que é o apoio ao Congresso Nacional, e de trazer o resultado dos seus trabalhos, que são realizados por solicitação desta Casa ou por iniciativa própria, ante os riscos nas políticas públicas, que são avaliadas pelo próprio Tribunal.

Esta é uma diretriz do atual Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, de estar atento para compartilhar os trabalhos, e é com esse objetivo que nós viemos aqui hoje debater e procurar contribuir com mais este trabalho da Comissão aqui no Senado.

Vou falar um pouquinho sobre alguns instrumentos de mitigação de risco na área de agricultura, mas com foco específico no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

O Tribunal de Contas da União, em 2013, realizou três auditorias operacionais, quais sejam: o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e o Programa de Contribuição ao Fundo Garantia Safra. Essas auditorias foram julgadas pelo Tribunal de Contas da União pelos acórdãos que estão aqui, em 2014, e já tiveram o primeiro monitoramento daquelas recomendações e determinações em 2015.

As auditorias realizadas foram de natureza operacional e têm o objetivo de contribuir para a melhoria da política pública envolvida, e não de identificar fraudes e de punir responsáveis.

Inicialmente, nós vamos focar nossa discussão no Seguro Rural, no programa de subvenção ao Seguro Rural.

Como já foi mencionado aqui, o Brasil é um país de dimensões continentais e enfrenta diversos desafios na área de riscos agroclimáticos. Por que o Tribunal escolheu esse tema para atuar? O valor gasto com a agricultura no País é de aproximadamente 20% do nosso PIB. Então, há um grande impacto na nossa economia, tanto interna como externa. E mudanças climáticas abruptas, como inundações, secas e geadas, podem causar grandes prejuízos para a economia do País, assim como na área social, gerando desemprego em toda a cadeia produtiva, com grande estagnação econômica, que pode, em longo prazo, causar estagnação tecnológica e até mesmo a quebra de Municípios, uma vez que estes podem se tornar economicamente inviabilizados para fazer novos investimentos.

Outra questão importantíssima é a ausência de seguro no País. A parcela sem seguro tem gerado um prejuízo anual de R$2 bilhões a R$4 bilhões para a União nos últimos 10 anos. Esse é o reflexo das questões climáticas, que têm impactado no alongamento, na renegociação e no perdão de dívidas, pois os produtores não conseguem suportar os prejuízos.

Com o trabalho do Tribunal, que evidências nós encontramos?

Existem várias oportunidades. O Seguro Rural é um programa muito importante, mas existem algumas oportunidades de melhoria, em função de alguns entraves que nós identificamos. Inicialmente, o aspecto de

planejamento desse programa tem causado alguns desestímulos a investimentos novos no mercado, sobretudo com relação à ausência de um planejamento de longo prazo e ao descumprimento dos planos.

Por exemplo, nesse eslaide, é possível verificar que o Brasil não tem plano de longo prazo. Ele tem o de médio, que é o Plano Trienal, aquele gráfico em azul, em que começou a haver um descasamento. Observem que, em 2012, na escala azul, estimou-se algo em torno de R$700 milhões para serem investidos nesse programa, foram empenhados somente um pouco mais de R$300 milhões, e, ao final, foi pago um pouco menos de R$100 milhões.

Então, o que acontece? Observe-se a concentração do mercado em razão disso. O mercado já é pequeno. Normalmente, é concentrado – no mapa da direita – na Região Centro-Sul. Observem que, em amarelo, é onde há até duas seguradoras, e a parte mais escura, onde há até seis seguradoras. Então, o mercado já é muito pequeno.

Um mercado em que o Governo planeja o montante e não consegue executar gera insegurança e expectativa, as seguradoras não conseguem se organizar para poderem reinvestir, para ampliar seus negócios, para novas seguradoras também ingressarem no mercado. Isso gera uma dificuldade imensa. Tanto é que no gráfico, no mapa à esquerda – observem –, a quantidade de apólices continua muito concentrada na Região Centro-Sul, que é a mais desenvolvida, a que tem mais cultura e onde o seguro consegue alcançar mais em função da sua característica de envolver risco mais climático, e não seguro de renda também.

Outro aspecto que podemos mencionar é que no programa existem algumas mudanças muito abruptas, no meio do programa, ou seja, no meio do jogo. Por exemplo, em relação ao subsídio, que seria fixo, que seria de um percentual fixo, no meio da safra, modifica-se para variável. Isso causa transtornos, porque essas mudanças envolvem toda uma necessidade das seguradoras de treinarem seus funcionários, seus vendedores, para adaptarem seus sistemas para venderem esses seguros.

Também ocorre uma desarticulação com os Estados e Municípios, que também têm políticas de subvenção, e não há uma comunicação para dar mais efetividade a essa política.

E a ausência de um fundo garantidor de catástrofe que seja eficiente no País. Isto com relação a esse aspecto inicial de planejamento.

Com relação à operacionalização, também há algumas características que nós identificamos que acabam desestimulando a competitividade no setor.

O descumprimento de contratos foi algo que nós encontramos, porque o Governo pactuava, em seus contratos, um prazo para que fossem repassados os recursos e não conseguia cumpri-lo, por várias dificuldades. No último monitoramento do Tribunal, o Ministério já tinha conseguido implementar e cumprir seus contratos, e passou a não estabelecer mais compromissos que não conseguisse honrar.

Outra questão é a falta de conhecimento atuarial, que impacta diretamente no preço do prêmio de seguro.

Eu trouxe exemplos de culturas em algumas regiões do País em que, nos últimos quatro anos, tem havido um aumento do prêmio de seguro, e nós não conseguimos visualizar uma justificativa para isso, uma demonstração clara da necessidade disso.

A maçã, na região de São Joaquim, apresenta 52%; a uva, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, apresenta 123% de aumento do prêmio de seguro; e assim por diante. Isso é possível observar nesse eslaide.

O que acontece é que o Governo não realiza cálculos atuariais para verificar se as taxas cobradas pelas seguradoras estão em patamares aceitáveis. Como a subvenção acaba definida como percentual do prêmio, então, o Governo fica à mercê da volatilidade do mercado. E o que acontece é que esse mercado tem uma grande demanda e uma oferta pequena, como os senhores puderam ver anteriormente. São poucas as seguradas que existem no mercado.

(Soa a campainha.)

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Então, caso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. JUNNIUS MARQUES ARIFA – Então, caso os produtores estejam dispostos a pagar algo mais, um valor a mais, o prêmio do seguro acaba subindo de valor. O ideal seria que houvesse uma análise do cálculo atuarial, para que o Governo definisse o quanto está disposto a pagar e o quanto tem condições de pagar em termos de prêmio de seguro para cada cultura e para cada período.

Já finalizando, vou concluir, dizendo que os produtos também não são desenvolvidos de acordo com a necessidade dos produtores. Há seguros de renda e, por exemplo, seguros de risco climático. A base de dados não é transparente, não é suficientemente organizada para compartilhar e dar transparência aos riscos para que eles sejam incorporados nessas planilhas de seguro.

Agradeço à Senadora Presidente os minutos que nós tivemos para compartilhar esses dados e me coloco à disposição para tirar algumas dúvidas, se for necessário.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Junnius. Foi muito esclarecedor, confirmando exatamente aquelas observações que, na abertura desta audiência pública, foram levantadas pelo próprio Senador Waldemir Moka.

Passo, de imediato, a palavra ao representante do Ministério da Agricultura, Vitor Augusto Ozaki, que é Diretor do Departamento de Gestão de Risco e Recursos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, antecipando os agradecimentos pela presença.

Também registro a chegada aqui da Drª Helena, que é representante da Fenaseg, ou melhor, da Susep. Desculpe-me! A Fenaseg é a federação das empresas seguradoras. Está aqui para fazer sua apresentação Helena Mulim, que é Diretora de Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

O SR. VITOR AUGUSTO OZAKI – Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão, Exmo Senador Moka, Exmo Senador Wellington Fagundes, em nome do Secretário de Política Agrícola, nós agradecemos o convite.

Eu gostaria, sem mais delongas, de começar a explicar em poucas palavras o que é o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Todo seguro tem um preço, e esse preço se chama prêmio do seguro. O que o programa faz é justamente arcar com parte desse preço. Então, nós dividimos o custo do seguro com o produtor rural. O acúmulo dessas subvenções para o produtor, a soma de todas as subvenções equivale ao orçamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Pode me emprestar, por gentileza, o controle, Junnius? Obrigado.

Na tabela, os senhores podem perceber, na última coluna, exatamente o volume total gasto no Programa de Subvenção desde 2006 até 2015. Até 2014, os senhores podem perceber um aumento do orçamento considerável, saindo de R$31 milhões a R$693 milhões. Em 2015, nós tivemos, apesar do orçamento próximo de R$700 milhões, o uso de orçamento da ordem de R$282 milhões – já vou explicar por que isso aconteceu.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora, nós sabemos que, no ano passado, do que estava previsto, dos R$300 milhões, o Governo ficou praticamente devendo R$300 milhões.

Então, são essas as questões do representante do Tribunal de Contas da União. Não adianta estar no orçamento, se o dinheiro não chega. Aí, o que acontece com a seguradora? Ela está contando com aquilo, e o dinheiro não vem.

Nós tivemos que pagar este ano. Eu me lembro que a Senadora Kátia até pegou recursos do próprio Ministério da Agricultura para completar o que faltava. Ficou devendo.

Nós tínhamos que falar um pouco sobre a realidade do dinheiro. Orçamento é uma coisa; dinheiro para o seguro é outra, que saiu realmente.

O SR. VITOR AUGUSTO OZAKI – Perfeitamente. E, nesse ponto, Senador Moka, eu vou detalhar bastante, e é importante que exista o entendimento de todos em relação a essa questão.

Vamos começar. Situação encontrada no início de 2105.

Nós tínhamos um resto a pagar de 2014 da ordem de R$390 milhões. Esse é o financeiro do programa.

A parte orçamentária. Nós tínhamos um orçamento de R$668 milhões; e a pendência de 2014, da ordem de R$295 milhões.

Lembro que a Lei do Seguro foi modificada no sentido de se utilizar o orçamento de 2015 para recepcionar apólices de 2014. Foi uma excepcionalidade, e isso aconteceu em 2015.

Muito bem. Situação ao final de 2015.

Nós utilizamos, então, o orçamento de R$577 milhões daquele orçamento inicial, previsto, de R$668 milhões. Então, a conta é R$282 milhões, realizados em 2015; foram R$295 milhões, de 2014, e nós tivemos um corte de R$91 milhões. Portanto, dos R$668 milhões, em 2015, nós só conseguimos fazer R$282 milhões. Por quê? Porque nós recepcionamos apólices de 2014 da ordem de R$295 milhões. O total desses três números é igual a R$668 milhões.

A parte financeira – isso que o Senador Moka ressaltou, que é importantíssimo –, o pagamento do seguro.

Se somarmos aos R$577 milhões os R$390 milhões, o resultado é algo em torno de quase R$1 bilhão de financeiro, que deveria ter sido pago em 2015. Portanto, o total é R$967 milhões.

Desse total de R$967 milhões, nós pagamos, efetivamente, R$560 milhões. Restaram R$407 milhões. Desses R$407 milhões, nós pagamos, no começo de 2016, R$190 milhões. Então, ficam ainda pendentes – isto é importantíssimo ressaltar – o montante de R$217 milhões, que ainda não foram pagos.

O esforço do Governo é para acertar essa conta junto aos seguradores, quitar essa dívida e, aí sim, começar a empenhar, começar o ano de 2016, começar a safra 2016/2017. O orçamento para 2016 é de R$400

milhões. Esse é um ponto importante que eu gostaria de ressaltar, sensibilizando os senhores. Nós estamos trabalhando no sentido de pagar os R$217 milhões, e depois, então, executar o programa em R$400 milhões.

Ações desenvolvidas em 2015. Nós regularizamos as pendências de 2014: os R$390 milhões de restos a pagar mais os R$295 milhões de empenho de 2014. Nós melhoramos as apólices no sentido de colocar parâmetros mínimos para que aquelas seguradoras que trabalhem no mercado insiram no comércio do seguro as apólices do seguro com um nível de cobertura mínimo de 60%. Existe uma reclamação recorrente entre os produtores de que o nível de cobertura de 50% não é bom; nós nos sensibilizamos com relação a esse pleito e restringimos o produto de seguro a partir de 60% de cobertura.

A participação do setor. Nós criamos duas comissões consultivas, como uma porta de entrada para que tanto os produtores como as seguradoras e também os Estados que possuem programas estaduais de subvenção ao prêmio, possam conversar, dialogar com o Governo Federal.

A negociação coletiva foi uma iniciativa importantíssima no sentido de aumentar a competitividade entre as seguradoras. O que é esse piloto? Nós recepcionamos listas enviadas por entidades representativas – por exemplo, cooperativas – e essas listas são classificadas no Ministério. As seguradoras constantes das listas aprovadas, então, têm o direito de receber a subvenção. Ou seja, é um dinheiro carimbado por tipo de lista aprovada pelo Ministério.

A vantagem de se trabalhar com a negociação coletiva é que quando você tem uma lista, você tem um grupo de produtores; esse grupo de produtores tem um poder de barganha muito maior do que um produtor individual. Esse fato foi levado em conta. Nós criamos todo um projeto de negociação coletiva no sentido de propiciar e aumentar a competitividade entre as seguradoras. Quer dizer, é muito melhor a cooperativa negociar para o produtor do que um produtor, individualmente, negociar com uma seguradora.

O plano trienal. Nós alteramos os percentuais de subvenção. Antes, era um percentual único por tipo de produto, por nível de cobertura. Nós detalhamos esses percentuais de subvenção por tipo de cobertura e por tipo de produto, que é algo muito mais acoplado à necessidade do produtor. Também alteramos o limite financeiro por CPF por ano civil. Antes eram 96 mil; nós reduzimos para 72 mil, com o objetivo de aumentar a massificação do programa e tentar atingir o maior número de produtores possível.

Ações para 2016. Temos aqui vários projetos embrionários em andamento. O primeiro é readequar a legislação do seguro rural, essa ideia de integrar políticas, de integrar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, o Proagro e a Política de Garantia de Preços Mínimos, que, na sua essência, são programas de gestão de risco. Cada um hoje trabalha isoladamente. Nós temos de pensar, nos esforçarmos para integrar essas políticas e direcionar recursos do Governo para uma política mais eficaz para proteger o produtor.

O cadastro de produtores é um sistema em que nós recepcionaremos as informações de produtividade, para que nós possamos fazer uma quantificação de risco mais precisa. O que o Dr. Junnius afirmou a respeito da ausência de métodos atuariais acontece porque, muitas vezes, não temos dados suficientes para executar a metodologia atuarial.

(Soa a campainha.)

O SR. VITOR AUGUSTO OZAKI – Então, com um cadastro podemos melhorar a metodologia atuarial e, de fato, melhorar as taxas que podem ser direcionadas aos produtores.

A negociação coletiva vai ser repetida, dado o sucesso de 2015, e nós aumentaremos o orçamento para negociação coletiva. A criação da rede de estudos e pesquisas é uma iniciativa importante no sentido de subsidiar o Departamento Técnico do Ministério em estudos e pesquisas na área de seguros, e obviamente executar o orçamento para 2016.

Esses R$400 milhões do orçamento estão divididos assim: grãos de inverno, R$158 milhões; grãos de verão, R$142 milhões; frutas, R$80 milhões; demais culturas, R$20 milhões.

Nós criamos o Atlas do Seguro Rural, que é um *site* na internet em que disponibilizamos todas as informações do Seguro Rural, do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Percebam que a data atualizada é de 31/05/2016, ou seja, é uma base de dados extremamente atualizada que pode subsidiar o mercado como um todo com as informações que nós temos. Ele pode ser disponibilizado na forma de mapa, de gráfico ou de tabela.

Por último, o Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Nós publicamos novas portarias para soja e milho ou para soja nos Estados de Roraima, Pará, Sergipe, Alagoas e Bahia, além das culturas que já zoneamos.

Algumas iniciativas: estamos trabalhando em melhorias metodológicas para aumentar a precisão do resultado final do zoneamento, que, no fundo, é um estudo científico e, com isso, melhorar os resultados do Proagro e do PSR; e a finalização do sistema de informatização, que dará uma agilidade muito maior na inserção de informação de cultivares existentes no mercado.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Caro Vitor, pelos esclarecimentos. Depois, no momento das perguntas, podemos esclarecer outras dúvidas que ficaram pendentes.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Marcelo Pinheiro Franco, que é Diretor-Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. Embora, aparentemente, tenha S.A, é uma empresa subordinada ao Ministério do Planejamento e Gestão. Então, nessa condição de setor público é que temos a presença do Dr. Marcelo.

Passo a palavra ao senhor, agradecendo antecipadamente sua presença nesta audiência pública que trata de políticas para o Seguro Rural, que é uma necessidade urgente, inadiável, mas ainda não resolvida em nosso País.

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Muito obrigada, Senador Ana Amélia.

Quero desejar aqui um cordial bom-dia a todos presentes, ao Senador Waldemir Moka, aos demais componentes da Mesa.

A ABGF, na verdade, vem se ocupando dessa atividade do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que é mais um programa de apoio ao setor rural, entre outros, como o Proagro, o próprio FESR.

A ABGF foi investida nessa atividade no ano de 2015, e vou falar rapidamente sobre o FESR (Fundo de Estabilidade do Seguro Rural) e um pouco sobre a história recente da ABGF.

Então, só um breve histórico sobre o papel da ABGF. Para aqueles que não conhecem, é a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. Até o início do ano, ela estava vinculada ao Ministério da Fazenda; com a reforma recente, ela passou a integrar a composição do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Ela se ocupa de gestão de garantias para diversos programas, entre os quais o setor rural e, especificamente, o FESR, que é o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

A ABGF foi concebida pela Lei nº 12.712, de 30/08/2012, e criada através do Decreto nº 7.976, 01/04/2013. Iniciou suas atividades em 28 de agosto de 2013, com o propósito de centralizar a gestão de riscos e garantias numa única entidade dentro do Governo Federal.

Basicamente, esse é o propósito específico da ABGF, na atuação em programas que derivam de prestação de garantias ou garantias que são providas nos diversos programas do Governo, entre os quais o setor rural. Daí decorre, portanto, nossa atividade junto ao FESR.

No dia 10 de julho de 2015, através da Medida Provisória nº 682, a ABGF ficou encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

Essa é uma breve descrição das atividades da ABGF. Eu acho que é mais uma ilustração para aqueles que tiverem interesse em conhecer as atividades que a ABGF exerce nos diversos negócios, entre os quais o FESR.

O FESR, basicamente, tem uma legislação aplicada. Essa atividade, então, foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, que criou o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural. Portanto, é uma atividade bastante antiga, que vem desde 1966, na prestação de apoio ao setor rural. Através das Resoluções nºs 46 e 50, de 2001, estabeleceu-se o regulamento do fundo especificamente.

E, mais recentemente, em 2010, surgiu a Lei Complementar nº 137/2010, que autoriza a criação de um fundo privado em substituição ao FESR, que já foi discutido em diversos fóruns e tem aparecido em diversos diagnósticos sobre o mercado e vem sendo chamado de Fundo de Catástrofe, que seria um fundo de natureza privada, diferente do FESR, que é um fundo de natureza pública, advindo de recursos orçamentários.

Essa seria, entre outras, uma das principais diferenças entre o FESR hoje, que é um recurso orçamentário, e o Fundo de Catástrofe, que seria uma evolução para um fundo de natureza privada, o que gera uma série de implicações. Naturalmente, isso requer estudos mais aprofundados, uma avaliação, e eu tenho percebido que há uma sequência de discussões técnicas, de oportunidades e de conveniência para a criação desse fundo, que até agora não foi, de fato, criado, talvez pela razão de falta de oportunidade e conveniência, isso derivado de diversos aspectos circunscritos à situação de momento do País.

A Lei nº 13.195 surge como a conversão da Medida Provisória nº 682. Então, em 25 de novembro de 2015, de fato, a Medida Provisória nº 682 é convertida em lei, a Lei nº 13.195, determinando a atividade da ABGF no Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que basicamente tem por finalidade manter e garantir o equilíbrio das operações de seguro rural no País contra perdas climáticas nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola, florestal e também penhor rural.

Contribuições ao FESR. As contribuições são os prêmios arrecadados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o Fundo de Catástrofe?

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Não, esse não é o Fundo de Catástrofe. Esse é o FESR, que é um fundo com recursos orçamentários, que é um fundo público. O Fundo de Catástrofe seria uma evolução para um fundo de natureza privada, um fundo privado, segregado do Orçamento. Esse é um estudo, um trabalho, que já tem sido discutido em diversos fóruns, mas ainda não foi constituído efetivamente, e acho que é a questão de oportunidade e conveniência que percebo nos diversos diagnósticos a que tive acesso.

Muito bem, o FESR como fundo público, sublinhando, tem as contribuições, que são as arrecadações advindas das seguradoras e resseguradoras que operam no mercado e seguem aqueles percentuais de divisão, sendo que 30% no setor agrícola, pecuário, aquícola e florestal, dos prêmios ganhos, são repassados a esse fundo, assim como no penhor rural, 50%. Então, essas são as contribuições que as seguradoras e resseguradoras que operam com esse programa fazem para a criação de uma reserva para eventuais eventos catastróficos derivados de natureza climática, que possam vir a atingir as safras e o sistema de modo geral.

Há as contribuições, que são as arrecadações, e, em contrapartida, através dessas reservas formadas, há as indenizações, que são adiantadas pelas seguradoras e resseguradoras. E, de fato, elas são feitas dessa forma como aí está estruturada. Há um limite. Sinistros que superem 100%, no caso do penhor rural, são passíveis de restituição pelo FESR. Aí, os sinistros, dentro de um intervalo entre 100% e 150%, ou superiores a 250% nos demais ramos.

Então, para explicar um pouco melhor: as seguradoras ocupam-se de fazer a indenização e, depois, elas se restituem junto ao FESR daquelas indenizações providas ao longo do exercício. Isso é apurado por nós de julho até novembro, com a liquidação financeira efetivamente em dezembro e dentro daquelas faixas que ali estão.

No ano passado, para os senhores terem uma ideia, foram restituídos aproximadamente R$11,9 milhões, R$11,5 milhões, referentes às indenizações que foram adiantadas e que, por sua vez, são recuperadas – esse é o termo técnico – pelas seguradoras e resseguradoras no mercado, naqueles casos compreendidos nos intervalos ali colocados.

O orçamento, então, do FESR integra o Orçamento Geral da União, por força do art. 1º do Decreto nº 94.442, reforçando, portanto, a tese de que é um fundo público de fato, que está dentro do Orçamento Geral da União e, aí, com todas as peculiaridades e dificuldades, que aqui já foram colocadas, em outros programas que também afetam um programa como o FESR.

Muito bem, isso é um cronograma de como o programa evolui ao longo do segundo semestre de cada exercício. Temos a conclusão do ano safra em junho, especificamente em 30/6. A partir de então começa um movimento das próprias seguradoras e resseguradoras de apuração dos resultados do ano safra. A ABGF então, como executora dessa atividade, com mandato pela lei recentemente publicada, em 5 de novembro do ano passado, faz a consolidação desses dados e faz obviamente uma validação dessas informações, de modo que nós temos um prazo de recebimento até o dia 31/08.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Essa apuração é feita junto com as próprias seguradoras e resseguradoras.

E ao final, em 15/11, o que fazemos? Terminada a apuração, nós emitimos uma guia de recolhimento da União para receber aquelas contribuições que nós apuramos. Então foi apurado um total de 145 milhões neste ano. Em contrapartida de restituição, de recuperação de sinistros, 11,5 milhões, 11,8 milhões aproximadamente. Existe aí obviamente um saldo superavitário. Dos 145 milhões que ingressaram, tivemos de restituição de sinistros, de recuperação pelas seguradoras, 11,8 milhões aproximadamente.

Por outro lado, esse valor vai constituindo uma reserva, e essa reserva é absolutamente fundamental do ponto de vista de gestão de um programa de seguro rural, porque ela se presta a indenizar casos severos. Então, se houver um evento severo em determinada região, deve haver reserva suficiente para efetuar o pagamento e honrar os compromissos do programa. Assim a formação de reserva no mercado securitário – aqueles que trafegam na atividade conhecem profundamente esse tema – é absolutamente crucial. Então o fato de você ter um saldo ao final de um exercício extremamente favorável não significa que haja necessidade de determinados ajustes. Está-se formando reserva para eventos que possam surgir ali na frente.

No dia 15/12, fazemos a liquidação financeira, que basicamente é, após receber todas essas contribuições, fazermos também as restituições dos devidos sinistros que são pagos pelas seguradoras, completando assim o sistema.

Nós temos algumas atividades e providências que estão sendo encaminhadas, não só pela própria ABGF, mas pelo sistema. Há uma nova resolução da Susep, cuja publicação a gente está aguardando, com algumas evoluções dentro do programa, que eu recomendo que sejam acompanhadas pelos senhores. A ABGF estabe-

leceu um regulamento à resolução antiga do CNSP e agora está aguardando a publicação dessa nova resolução para providenciar um regulamento específico, dando transparência e critérios à atividade junto ao mercado.

A gente está procurando também automatizar os processos internos de gestão e apuração do FESR, transformando isso numa sistemática fluida de relação entre a ABGF e as seguradoras e resseguradoras.

Temos um canal de comunicação aberto hoje com o mercado, que tem funcionado bem.

Foi o nosso primeiro ano de atividade e exercício nesse programa, muito bem conduzido. A gente conseguiu encerrar isso em 15 de dezembro de forma adequada, sem nenhum tipo de deficiência junto ao sistema.

Por fim, há uma proposta também de compatibilização de calendários para evitar essa falta de sincronia no cronograma entre recebimento e pagamento junto ao mercado.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigada, Dr. Marcelo.

Agora, passo, de imediato, a palavra à Drª Helena Mulim, que é da Susep (Superintendência de Seguros Privados) do País.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora.

Tenho pouco a acrescentar em relação ao que o Dr. Marcelo falou. A Susep entende essa questão do seguro rural como uma situação muito delicada, principalmente sob o ponto de vista da gestão financeira das empresas, das seguradoras que trabalham nesse segmento. A gente depende do repasse orçamentário para fazer toda a parte de liquidação de sinistro ao final da operação, o que gera de fato um impacto de muita oscilação no balanço dessas seguradoras. Então, sob o ponto de vista do regulador financeiro das empresas, para a gente, quanto maior a permanência do equilíbrio econômico-financeiro de cada seguradora, melhor a estabilidade do sistema. E, nesse caso específico, para quem trabalha no segmento de seguro rural, sempre existe essa volatilidade, quer dizer, está todo mundo, normalmente, recebendo um semestre atrasado em relação àqueles sinistros que já haviam sido liquidados no ano anterior.

A gente está com um trabalho conjunto com a ABGF no sentido de tentar melhorar, minimizar essa questão. A gente entende que a criação do fundo de catástrofe seria uma saída, traria uma agilidade muito maior para todo esse sistema, principalmente sob o ponto de vista das indenizações, que são necessárias. Há uma regulamentação no forno, está para sair, em debate ainda com o Ministério da Fazenda. Quer dizer, a Susep e a ABGF estão alinhadas numa condução, mas a gente está em negociação com a Fazenda em relação à quantidade de recursos que são investidos no fundo. O que sobra desse recurso, atualmente, tem ficado na conta do Tesouro Nacional. Então, a gente entende que, se é um recurso investido pelo setor, ele deveria ficar no setor, sob o ponto de vista de permanência de recurso no fundo para repor eventuais situações futuras de catástrofe, como o próprio nome já diz.

Então, essa, hoje, é a posição da Susep em relação a esse assunto, no sentido de a gente melhorar mesmo e trazer agilidade para o funcionamento da nossa economia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço à Drª Helena, que foi bastante sucinta em função até, talvez, de a Susep ter um caráter mais fiscalizador sobre a execução dos programas junto às seguradoras como órgão oficial.

A pergunta que ficou é: sendo a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias uma S.A., subordinada ao Ministério do Planejamento, portanto, no caso do seguro, como o Dr. Marcelo explicou, são recursos orçamentários. O Dr. Vitor fala também do problema. Eu quero saber se os dois Ministérios, se os dois programas se falam e se há uma interseção entre os dois; ou se um fica para um lado, e o outro, para outro. Eu quero apenas saber, porque nós estamos falando para o Brasil inteiro, que acompanha desde as 8h da manhã um debate. Então, temos que ser didáticos para o agricultor, porque eu aqui fico aqui pensando, se há recurso orçamentário de um lado e recurso orçamentário de outro, como esse programa funciona. Senão, nós temos mais uma empresa pública para tratar de um tema que ainda não foi resolvido, e se trata de seguro rural, até porque – e aí já também encaminho ao Dr. Vitor Augusto Ozaki – os produtores de frutas do Rio Grande do Sul tiveram um problema sério. De uma hora para outra, além do prejuízo que tiveram com a perda da safra, eles foram ver e tiveram que pagar a diferença do subsídio que foi retirado em função de uma queda do orçamento. Então, eles tiveram duplo prejuízo: aumentou o custo do que eles tinham de pagar para a seguradora e ainda perderam a safra. E esse subsídio é um subsídio que é dado pelo Governo, pelo Tesouro Nacional para o agricultor.

Então, eu queria saber como é que esse sistema funciona dentro da agência e do Ministério da Agricultura, pela definição do Dr. Victor, com as dificuldades que temos de não cumprimento de um orçamento definido por conta do contingenciamento de R$91 bilhões.

Também há aquele aspecto que a Ministra Kátia Abreu, nossa colega Senadora, dizia: ela não podia fazer a excepcionalidade que foi feita no ano anterior de usar dinheiro do orçamento em curso para pagar a dívida passada.

Então, como é que você vai trabalhar com essa excepcionalidade?

Com a palavra, o Dr. Marcelo, primeiro. Passo a palavra, em seguida, ao Senador Moka e ao Senador Caiado.

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Enfim, vou colocar uma visão minha, mas eu acho que seria interessante ouvir também o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, porque há a dimensão política. Mas eu acho que são programas distintos. Nós temos pelo menos três programas aí. Temos o FESR, que é o Fundo de Estabilização do Seguro Rural, que é recurso orçamentário. Nós temos o Proagro, que também é recurso orçamentário. Depois, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. São atividades e são efetivamente segregadas. Mas obviamente estão dentro de um único orçamento e têm obviamente os desafios de serem programas diversos, porém dentro de um mesmo orçamento, com as limitações que todos nós conhecemos.

De fato, a atividade para a ABGF é uma atividade recente, como foi dito. Foi regulamentada pela lei publicada em 25 de novembro de 2015. Em que pese a lei não ter sido ainda publicada, passamos a essa atividade efetivamente desde a edição da medida provisória, no dia 10 de julho de 2015. A ABGF assumiu o compromisso com o mercado, dado que quem exercia essa atividade no passado era o IRB, e o IRB, pelo processo de estatização, na sequência, se retirou dessas atividades que são inerentes ao Estado como função de agentes e programas do governo. Nós assumimos o compromisso junto ao mercado de exercer o FESR, o Fundo de Estabilidade de Seguro Rural, e executar o programa ao longo do segundo semestre. Isso foi feito. Então, essa articulação, essa coordenação, essa integração com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o Banco Central, no Proagro, tem sido um trabalho que a ABGF está começando a fazer, e é necessário.

Eu vejo nos diversos diagnósticos e avaliações que foram feitos no mercado – o próprio acórdão, relatório do TCU também –, que trazem à baila sempre esse tema de articulação, coordenação e discussão conjunta. Eu acho que é um tema presente. É um tema importante. É um tema que deve ser explorado. Mas a ABGF, talvez por força dessa fase muito incipiente ainda da sua atividade – como eu lembrei, foi no dia 25 de novembro de 2015 que fomos, de fato, investidos nessa atividade –, ainda carece de iniciar essa articulação com o Ministério do Planejamento, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, assim como o Banco Central e os demais órgãos envolvidos na atividade. Mas é um tema que deve ser, de fato, explorado – essa coordenação, essa integração – para identificar os principais itens que precisam ser endereçados junto aos programas diversos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Marcelo.

Dr. Vitor.

O SR. VITOR AUGUSTO OZAKI – Bom, é só para complementar a fala do Dr. Marcelo. É bom a gente separar as gestões. A gestão do FESR era do IRB e passou para a ABGF. A gestão do Proagro é do Banco Central. E o Programa de Subvenção ao Prêmio é do Ministério. Portanto, a nossa alçada, o nosso direcionamento é em relação ao PSR. Então, é importante separar esses três programas.

Com relação ao PSR, a nossa questão, neste momento – de novo, ressaltando esse ponto de curtíssimo prazo –, não é orçamentária. Obviamente que nós gostaríamos de manter e até aumentar os 400 milhões, mas a nossa preocupação é com o financeiro. Então, aqueles 217 milhões, nós estamos trabalhando junto ao Ministério da Fazenda para que possamos cumprir com essa responsabilidade.

Em relação à pergunta sobre as frutas, Senadora Ana Amélia – acho que é importante esclarecer este ponto –, até 2014 nós nunca tínhamos liberado a informação de que o recurso havia acabado. Em 2015, nós liberamos a informação, por meio de uma publicação no *Diário Oficial* – isso, então, é público –, de que o Programa de Subvenção do Seguro Rural havia finalizado em função de ter atingido o limite orçamentário. Isso foi em meados de novembro de 2015. Óbvio e infelizmente, não temos recursos suficientes para atingir 100% dos produtores de frutas e também de outras culturas. Por isso, temos que trabalhar para aumentar o orçamento. Agora, em relação às frutas, muitos produtores não tiveram a subvenção, mas nós avisamos antecipadamente o mercado. E o mercado, eu digo, as seguradoras, teria a incumbência de avisar os produtores de que não havia mais subvenção. Então, talvez tenha havido algum problema de comunicação. Eu acredito que não, mas gostaria de acreditar nessa questão da comunicação, de que os produtores não foram avisados de que o Governo havia finalizado o programa.

É só para esclarecer esse ponto, que é importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Dr. Vitor.

Com a palavra o Senador Moka e o Senador Caiado para os questionamentos. Como eu disse, hoje nós estamos contingenciados pelo relógio em função do compromisso às 10 horas, mas ainda temos 45 minutos para conversar.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Senadora Presidente, nós temos uma safra de R$160 bilhões. Nós estamos falando em 400 milhões orçamentários. Isso não é financeiro.

Então, pergunto aos senhores... Vamos discutir. Quer dizer, temos que mudar esse modelo. Acho, por exemplo, que os fornecedores de máquinas, de sementes têm que criar um fundo capaz de suprir essas necessidades, porque uma safra do porte dessa do Brasil, e se têm R$400 milhões... Eu sei que são só para subvencionar o prêmio, que é dividido entre o produtor e o Governo. Acho que aí está faltando a parte... Porque todo mundo leva prejuízo: o cara que vende a máquina, o cara que vende a semente. Todo mundo, de alguma forma, quando há uma frustração... E nunca conseguimos falar do que é a frustração climática mesmo, quando há uma grande catástrofe. Não tem... Então, não acho que no final...

Lamentavelmente o Wellington Fagundes não está aqui, mas temos que chegar a esta conclusão: essa questão do seguro rural, em se tratando do Brasil, na minha avaliação, tem que ser recomeçada, que fazer alguma coisa diferente, que trazer uma forma, um formato diferente. Do contrário, vamos ficar fingindo que há seguro, e o produtor, fingindo que recebe o seguro. Na prática, não. Pelo menos, vejo assim. Até disse que gostaria de ser contrariado, mas os senhores foram exatamente na direção do que eu já havia levantado aqui.

Não tenho perguntas, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Bom dia, Presidente, Senador Moka, demais palestrantes.

Presidente, realmente, essa matéria, que está sendo mais uma vez discutida aqui, já vem de longa data. Na Câmara dos Deputados, onde tanto o Senador Moka quanto eu presidimos a Comissão da Agricultura, essa matéria já vinha também sendo motivo até de comissões internacionais promovidas pela Comissão, para se poder chegar ao México e ver como era o seguro. A Espanha também nos convidou à época, para que buscássemos algum modelo parecido. Nós trabalhamos fortemente, para fazer dotações orçamentárias que fossem mantidas para dar um suporte maior ao Fundo de Catástrofe, o que era sempre uma reivindicação muito forte dos fundos privados, ou seja, das seguradoras privadas. Todo o dinheiro que colocávamos era contingenciado. Quer dizer, estávamos ali enxugando gelo. Na verdade, não conseguimos avançar num valor significativo em relação ao Fundo de Catástrofe.

Quanto a esses subsídios, vemos que existem algumas políticas. Acho que o Estado de São Paulo faz uma política de seguro ao pequeno e microprodutor rural. É uma coisa mais do Estado de São Paulo. Nacionalmente, sabemos, como disse o Senador Moka, que o valor chega a ser irrisório, insignificante, diante do volume da produção nacional.

Realmente nós não conseguimos avançar. Quando da criação do Proagro, tivemos também vários escândalos à época da instalação do programa, por falta de uma fiscalização. E depois nós não conseguimos e não tivemos a competência para trazer a iniciativa privada para dentro do projeto.

Acho que esse é o grande desafio que nós temos, sabedores que existem aí produtores com menor capacidade e também em regiões mais vulneráveis. Nós sabemos que essas pessoas precisam ter essa subvenção do Governo, indiscutivelmente não teriam como sobreviver. Mas é fundamental também que possamos, Presidente, acho que aí a Comissão tem essa finalidade, e nós temos agora essa nova empresa de seguros, nós precisávamos ver qual seria o modelo por que nós iríamos optar.

Eu me lembro bem de que a Comissão de Agricultura da Câmara foi convidada, e a Embaixada da Espanha promoveu também um grande evento, fazendo a exposição longa de como eles conseguiram fazer com que o seguro se estendesse a 100% do território. E que também conseguiram conciliar a capacidade de sobrevivência de fundos privados ou de seguradoras privadas e também da parte com que o Governo arcaria, com essa subvenção ou, senão, com a garantia do Fundo de Catástrofe.

Ora, o que nos foi dito agora pelo representante do MAPA é que a única coisa que resta ao MAPA é dizer: "Olha, eu sinto muito, não tem mais subvenção; que as seguradoras então, que o banco noticie e informe aos agricultores." A verdade é essa.

E os valores também são limitados. Ou seja, a nossa safra está – como somos muito dependentes de Deus – dependendo exatamente da boa vontade de Deus e de São Pedro para que as coisas aconteçam. Porque, do contrário, por qualquer situação mais grave climática e extensiva ao Território nacional, nós teríamos algo que seria a falência de todo o setor produtivo primário. Nós não teríamos como recuperar uma perda, com uma previsão de mais de 200 milhões de toneladas de grãos neste ano, mesmo com a diminuição da incidência

do El Niño, onde tivemos regiões, principalmente no Centro-Oeste, com sérias alterações. E a safrinha, que na verdade hoje é uma grande safra, foi duramente penalizada.

O Estado da nossa Presidente também sofreu o outro lado, que foram as enchentes, que também vêm comprometendo o Nordeste neste momento.

Presidente, agradeço a oportunidade. Acho que é uma matéria que ainda está, infelizmente, engatinhando no sentido de trazer uma solução para o setor rural na abrangência necessária.

Buscar exemplos de outros países que já conseguiram avançar e tentar modelar o Brasil ou esse sistema de seguro rural dentro de uma dinâmica mais atual, moderna, capaz de envolver também as seguradoras privadas, eu vejo como sendo uma saída da nossa Comissão. E aplaudo a iniciativa de nós trazermos esse tema aqui à discussão na Comissão de Agricultura.

Muito agradecido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Ronaldo Caiado. Ela faz parte do que elegemos na Comissão para este ano, o estudo para ser apresentado como política pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Os nossos telespectadores, como eu disse para os nossos expositores, estão atentos, e as perguntas são muito pertinentes. Eu vou passar a elas brevemente, porque são muito bem formuladas.

O Borges Carvalho pergunta, e eu direciono a pergunta à Drª Helena Mulim: "Qual dos órgãos públicos (MAPA, Susep, Bacen, TCU, ABGF) é responsável pela fiscalização das atividades técnicas desenvolvidas pelas seguradoras nas lavouras seguradas/subvencionadas?" A pergunta é do Borges Carvalho.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – No caso, entendo que ele questiona...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Quem fiscaliza o Seguro Rural?

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Para saber se deu sinistro? Deve ser isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Para fiscalização das atividades técnicas desenvolvidas pelas seguradoras das lavouras.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – As seguradoras, ao avaliarem a possibilidade ou não de ressarcir o cliente do seguro, elas, sim, é que têm essa *expertise*, ou deveriam tê-la, de verificar se houve, de fato, aquela perda, a perda da lavoura, para avaliar o pagamento ou não do sinistro segurado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Tudo bem. É evidente que aí é o *business*, o negócio dela. Ela vai saber se está pagando adequadamente, como um seguro de carro: "Roubaram mesmo? Houve a avaria?" Então, estaria lá tecnicamente o agrônomo checando se a perda foi decorrente daquilo ou de outro fator que não tenha sido o climático ou o alegado na hora em que se pediu o prêmio, o seguro ou a indenização.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Esse é o sistema. Agora, se a seguradora não correspondeu ou se houver algum erro, a quem o segurado vai reclamar: ao Banco Central, à Susep, à ABGF ou ao MAPA? Esse é o problema.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Hoje é à Susep. Ele pode fazer uma denúncia à Susep se ele se achou indevidamente atendido, e a Susep faz uma fiscalização na seguradora para avaliar o que está acontecendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Está aí, Borges, entendeu? Obrigada pela sua valiosa colaboração. Essa foi a resposta da Drª Helena, da Susep.

Ao Dr. Victor, as três perguntas, porque ligadas ao MAPA, vou fazê-las todas de uma vez só.

O Thiago Sanches pergunta: "Corretor de seguros. Por que o Ministério da Agricultura não cria um cadastro dos corretores de seguro e corretores de resseguros que operam com o Seguro Rural, usando o mesmo modelo do cadastro do MAPA, utilizado pelas seguradoras e resseguradoras que atuam no Seguro Rural?"

O Marcos Silva pergunta: "Técnico de Seguro: o Ministério da Agricultura tem algum manual técnico para as atividades do Seguro Rural, semelhante ao Manual de Crédito Rural, do Banco Central?"

O Vinícius Henrique, de Minas Gerais, pergunta: "O Ministério da Agricultura exige das seguradoras as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART–Crea) dos laudos de vistorias/ inspeções agrícolas que são efetuados nas lavouras seguradas/subvencionadas?"

Vejam que são perguntas bastante objetivas e técnicas.

Há uma pergunta aqui que vou fazer ao Senador Caiado.

Também o Thiago Sanches indaga à Susep: "Na década de 90 a Cosesp [deve ser uma seguradora de São Paulo] Seguros cobrava taxa prêmio de 3,5% no Seguro Rural. Por que, nos dias de hoje, com vários incentivos a subvenções ao prêmio, exigência do uso de tecnologia, as taxas ao prêmio de Seguro Rural são tão elevadas,

produtores pagam taxas de 14% para risco agrícola de seis meses?" Eu não sei se essa pergunta poderia ser dividida com a Susep e o Vitor. Então, é para a Susep.

Também o Borges de Carvalho havia feito uma pergunta: "Por que o Ministério da Agricultura não divulga no Atlas do Seguro Rural o histórico de todos os sinistros rurais pagos pelas seguradoras?"

Essa outra pergunta pode ser feita à Susep ou ao MAPA: "Quantas seguradoras atuam hoje com o Seguro Rural no Brasil?"

E a última pergunta, Senador Caiado, que não é propriamente sobre Seguro Rural, mas não vou deixar de fazer. É da Irene Pontes. Passo a V. Exª: "Tem que criar uma CPI para limpar a reforma agrária, que está totalmente cheia de irregularidades. Milhares de políticos, empresários têm terras. O MST pega terras e depois vende. O real agricultor, que tem o amor a terra e a plantar, nunca tem a sua terra." Foi a Dona Irene Pontes que mandou o pedido.

Passo a palavra ao Vitor, à Helena, e, se o Dr. Marcelo tiver alguma observação, esteja à vontade, assim como Junnius.

O SR. VITOR AUGUSTO OZAKI – Muito bem, as perguntas foram bastante diretas e as respostas também serão diretas.

A questão do corretor de seguros. Só para colocar um ponto importante, o corretor é um intermediário fundamental no mercado de seguros e, no mercado de seguro agrícola, mais ainda, porque temos uma carência muito grande de corretores. O cadastro de corretores entendemos que não é uma incumbência do Ministério, mas nós podemos apoiar essa iniciativa junto à FenSeg, que é a Federação Nacional de Seguros, que pertence à SNSeg.

O manual técnico do PSR. Nós temos uma minuta de manual técnico parecido com o do MCR, mas que detalha simplesmente toda a questão do PSR: o funcionamento operacional, a parte técnica. E essa minuta está sendo discutida no âmbito do Comitê Gestor do Seguro Rural, que é, para quem não sabe, a instância máxima deliberativa do Seguro Rural, do PSR, desculpa. Nós vamos liberar o quanto antes esse manual para a sociedade.

A ART, a Anotação de Responsabilidade Técnica. A pergunta é se exigimos das seguradoras. Nós não exigimos das seguradoras.

Só um ponto importante para complementar a resposta da Susep: nós também fazemos a fiscalização. A Susep faz a fiscalização das seguradoras quanto às operações no PSR. Nós fazemos a fiscalização dos produtores. Então, nos colocamos em campo técnicos da Conab para fiscalizar as operações subvencionadas pelo Governo. A mesma coisa acontece com o Proagro por meio do Banco Central.

Então, entendemos que, quanto à ART, não é necessária a exigência pelas seguradoras, mas sim porque também nós fazemos essa fiscalização em campo pelos nossos técnicos.

Os sinistros rurais, com relação ao Atlas do Seguro Rural. Nós também estamos conversando com as seguradoras para que nos enviem os dados de sinistros, principalmente pelo fato de termos que avaliar a política de subvenção ao prêmio. Essa avaliação se dá por meio da subvenção, o quanto nós gastamos e o quanto esse dinheiro gasto na subvenção retorna para os produtores rurais e, em última instância, para a sociedade. Ou seja, um real gasto no programa de subvenção do prêmio do Seguro Rural retorna em quantos reais para a sociedade, para o Governo Federal? Essa avaliação vai ser feita a partir do momento em que nós recepcionamos os dados de sinistros, e, obviamente, podemos depois liberar, de uma forma mais agregada, esses dados no Atlas do Seguro Rural.

Para quem gostaria de acessar os dados de sinistros eu lembro que a Susep tem a base de prêmios de sinistro, que é a SES, que também pode ter alguma informação em relação aos sinistros, contida na base de dados da Susep.

Quantas seguradoras atuam no mercado atualmente? No PSR, são dez.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Sr. Vitor.

Eu passo agora a palavra à Drª Helena, para responder à questão do Thiago Sanches: "Na década de 90, a Cosesp Seguros cobrava taxa prêmio de 3,5% no seguro rural. Por que, nos dias de hoje, com vários incentivos a subvenções ao prêmio, exigência do uso de tecnologias, as taxas de prêmio de Seguro Rural são tão elevadas, produtores pagam taxas de 14% para risco agrícola de 6 meses?"

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Bom, eu também não sei responder a essa pergunta. Essa eu acho que temos que avaliar dentro da Susep. Atualmente, passamos por uma restruturação interna. Essa diretoria, inclusive, de que eu estou à frente neste momento, que é Supervisão de Conduta da Superintendência, uma das funções que ela tem é justamente buscar entender desequilíbrios no mercado que possam estar ocorrendo, principalmente em relação a preço de seguro. Então, acho que, em relação a essa pergunta, ela é muito

pertinente. Certamente, vamos buscar uma resposta para ela. Fico devendo aqui. Não sei em que momento poderíamos tratar novamente desse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O número de seguradoras do PSR, como o Dr. Vitor falou, são dez.

A SRª HELENA MULIM VENCESLAU – Dez.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É o número que a Susep tem.

Então, estão respondidas essas questões e as perguntas também.

Agora, fica a resposta para Irene Pontes, relativa à questão de reforma agrária.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu acho que nós podemos avançar muito mais agora do que com uma CPI, já que o Tribunal de Contas da União já tem um trabalho desenvolvido. Os dados preliminares são assustadores, chegando a 578 mil fantasmas, ou seja, pessoas que deveriam estar assentadas, e a população brasileira tendo um gasto de mais de 2,5 bilhões por ano, e, na verdade, essas pessoas não existem. Esses dados estão sendo cruzados, e nós estamos utilizando-os, em contato direito com o TCU, para, aí, sim, chegarmos a uma conclusão final já com dados oficiais e com uma avaliação técnica – não é uma avaliação política, é uma avaliação técnica –, com pessoas altamente qualificadas, mostrando o rombo que o Brasil vem sofrendo por conta de um Governo que foi politizado, partidarizado e aparelhado não para cuidar da saúde, da educação nem do assentado, mas muito mais para criar uma base político-partidária. Eu quero dizer à colega produtora rural que esses dados estão sendo acompanhados por nós junto ao TCU e que, em mãos tudo isso, nós saberemos qual é a melhor medida para não ficarmos procrastinando soluções.

Nós esperamos que neste Governo do Presidente Michel Temer nós tenhamos a transparência nos projetos. Eu tenho agora – e solicitei ontem ainda – a relatoria de um projeto de V. Exª, Presidente, Senadora Ana Amélia, que busca as pessoas beneficiadas, junto aos dados da Transparência, com o CPF, identificando-as, o que não há hoje no Brasil. Nós tivemos o escândalo do assentamento, 578 mil. Nós temos agora o escândalo do Bolsa Família, também em proporções de 1,4 milhão de pessoas que não existem ou estão fora dos padrões definidos pelo programa. Então, nós não temos no Brasil uma transparência das pessoas que recepcionam esses projetos ou que são beneficiárias desses projetos sociais, não sabemos se o dinheiro está sendo corretamente aplicado, se esse dinheiro está realmente sendo investido naquilo que é seu objetivo principal ou se serve, na verdade, para criar milícias ou estruturas de apoiamento partidário. Acho que agora nós teremos, no Governo do Presidente Michel Temer, a oportunidade de iniciar por essa transparência, que eu acho que deverá ser mais célere e mais rápida do que talvez o resultado de uma CPI, já que nós teremos o TCU como o grande balizador desses dados técnicos para nós.

De qualquer maneira, não afastamos essa hipótese, diante dessa situação a ser apresentada. O que for mais célere, nós implantaremos imediatamente aqui no Senado.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Agradeço, Senador Caiado.

A propósito, eu informo que, no dia 25 de abril, quando aqui esteve o Ministro Patrus Ananias, então Ministro do Desenvolvimento Agrário, falando sobre os problemas que foram abordados naquela audiência pública, alguns questionamentos feitos por V. Exª não foram respondidos. Nós encaminhamos por escrito – eu, pela Comissão, como Presidente da Comissão – as perguntas formuladas por V. Exª, mas elas não foram respondidas, embora a correspondência tenha sido encaminhada no dia 25 de abril, relativa a esses problemas, no caso, do programa da reforma agrária.

Consulto o Dr. Marcelo Pinheiro se tem alguma observação a fazer em relação às perguntas formuladas e às exposições, algum esclarecimento que considere pertinente.

O SR. MARCELO PINHEIRO FRANCO – Não, obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Então, cabe-me aqui agradecer a presença de todos os convidados.

A reunião foi feita para discutir a política de seguro rural no País, em cumprimento a um requerimento do Senador Wellington Fagundes, que é o Relator da Política Pública de Seguro Rural.

Essa audiência é parte de uma série de audiências para avaliar a Política Pública de Seguro Rural, desenvolvida no âmbito do Poder Executivo, aprovada por requerimento desta Comissão.

Eu agradeço ao Vitor Augusto Ozaki, que é Diretor do Departamento de Gestão de Risco e Recursos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do MAPA; ao Dr. Junnius, que trouxe uma exposição clara, de novo, de como estão as deficiências, o orçamento não executado no Seguro Rural – o Dr. Junnius Marques Arifa é Secretário de Controle Externo da Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU) –; ao Dr.

Marcelo Pinheiro Franco, Diretor Presidente da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S. A. (ABGF); e à Drª Helena Mulim, Diretora de Supervisão de Conduta da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Agradeço ao Senador Caiado, ao Senador Moka e a todos os participantes.

Recomendo à consultoria técnica desta Comissão a anotação do que foi aqui abordado para compor o relatório do Senador Wellington Fagundes.

Agradeço também à Secretaria Executiva desta Comissão.

Está encerrada a presente audiência pública, com os agradecimentos antecipados em nome do Senador Wellington Fagundes.

Muito obrigada.

(Iniciada às 8 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 28 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (9ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (11ª REUNIÃO) E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (26ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Waldemir Moka, Edison Lobão, Fátima Bezerra, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Gladson Cameli, José Pimentel e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Comparecem o Senhor Senador Blairo Maggi, não membro das Comissões; os Senhores Deputados Federais Adelmo Carneiro Leão, Carmen Zanotto, Lobbe Neto e Leandre Dal Ponte; o Deputado Estadual Ricardo Madalena, do Estado de São Paulo; e o Vereador Ricardo de Assis, do Município de Leme-SP. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura das atas das últimas reuniões das Comissões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater acerca dos resultados obtidos pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria GM/MS nº 1.767/2015 para apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da Fosfoetanolamina, atendendo aos Requerimentos nº 4/2015-CCT, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Cristovam Buarque; 10/2016-CCT, de autoria dos Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp; 4/2016-RAS, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka; 12/2016-RAS, de autoria da Senadora Ana Amélia; e 13/2016-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e Pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo – USP; Meiruze Sousa Freitas, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - SUMED/ANVISA; Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantan; Pedro Prata, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde - DECIT/SCTIE/MS; Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SEPED/MCTI; Marisa Maria Dreyer Breitenbach, Coordenadora de Pesquisa e Educação do Instituto Nacional do Câncer - INCA; e Marcos Vinícius de Almeida, Pesquisador e Doutor em Bioquímica pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS, em substituição a Renato Meneguelo. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores e aos Senhores Deputados presentes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Ivo Cassol, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Eduardo Amorim, José Medeiros e o Senador Blairo Maggi, não membro das Comissões; os Deputados Federais Adelmo Carneiro Leão e Leandre Dal Ponte; e o Deputado Estadual Ricardo Madalena. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e dezesseis minutos, determinado que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, senhoras e senhores assessores, senhoras e senhores da imprensa, vamos dar início aos nossos trabalhos, que, como serão muito longos, precisamos conferir-lhes a máxima objetividade.

Declaro aberta, nesta oportunidade, a 2ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 9ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 11ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais e a 26ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das últimas reuniões da CAS, da CDH e da CCT.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas das últimas reuniões.

Serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência, especialmente aos membros da CCT:

Nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, informo que foi aprovado na reunião do dia 29/03 o Requerimento nº 11/2016 – CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, que definiu como política pública a ser avaliada pela CCT no ano de 2010 os Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Dando seguimento a essa tarefa, informo que avoquei a relatoria da política pública e pretendo, nos próximos dias, apresentar um plano de trabalho para deliberação das Srªs e Srs. Senadores.

Informo que realizaremos hoje uma audiência pública, em atendimentos aos seguintes requerimentos: 4 e 10, de 2016 (CCT), de autoria dos Senadores Ivo Cassol, Cristovam Buarque e Valdir Raupp; 4 e 12, de 2016 (CAS), de autoria dos Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka; e 13/2016 (CDH), de autoria do Senador Paulo Paim.

A presente audiência pública tem como objetivo tratar dos resultados obtidos pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria GM/MS nº 1767/2015, destinado a apoiar as etapas necessárias ao desenvolvimento clínico da fosfoetanolamina, o atual estágio das pesquisas nas esferas federal e estadual, bem como a estimativa de prazos para a produção em escala no País. para tal, foram convidados e convidadas as seguintes autoridades: o Sr. Gilberto Orivaldo Chierice, Professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo (USP); o Sr. Durvanei Augusto Maria, Biomédico do Instituto Butantan; o Sr. Renato Meneguelo, Mestre em Bioengenharia pela Universidade de São Paulo (USP); o Sr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; a Srª Marisa Maria Dreyer Breitenbach, Coordenadora de Pesquisa e Educação do Instituto Nacional do Câncer (Inca); o Sr. Pedro Prata, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; a Srª Meiruze Sousa Freitas, Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No dia 22 de março último, o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2016, que autoriza pacientes com câncer a usarem a fosfoetanolamina sintética antes de seu registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Neste momento, o projeto está em exame na Presidência da República, a quem cabe a sanção ou o veto.

No Senado Federal, nosso colega, Senador Ivo Cassol, tem se mostrado um incansável defensor desse medicamento. Outros Senadores, porém, têm restrições ao seu uso antes que as pesquisas clínicas apresentem resultados.

Na sociedade, a discussão também é acalorada, como se tem visto e ouvido. As universidades, centros de pesquisa e sociedades acadêmicas têm manifestado suas restrições à forma em que o assunto foi tratado no Congresso Nacional.

Essa polêmica mostra a importância desta audiência pública, que será interativa. Isso significa que será uma audiência com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado através do número 0800 612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, à exposição de cada convidado e, ao final, as Senhoras e os Senhores Senadores presentes, na ordem de inscrição, com preferência aos proponentes desta audiência.

Queremos propor o tempo de dez minutos para sua apresentação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu só queria agradecer ao nosso Presidente da CCT, Senador Lasier, e aos demais colegas de outras comissões por, junto com a gente, ter aprovado esse requerimento e, ao mesmo tempo, esta audiência pública, a segunda que fazemos

Qual é o propósito desta audiência pública? O Presidente já está encaminhando para isso, mas eu gostaria de fazer uma solicitação. Como eu participei, na semana passada, na última quarta-feira, de uma audiência no Ministério de Ciência e Tecnologia, juntamente com o grupo de trabalho que foi instituído pelo Ministério da Saúde e de Ciência e Tecnologia, que está acompanhando e fazendo os testes da fosfo. Ao mesmo tempo, me acompanharam nesta audiência Deputadas Federais e Deputados Federais, químicos, enfim, quem faze parte de toda essa pesquisa.

Eu queria aproveitar, nesta oportunidade, para sugerir que, primeiro, ouvíssemos o grupo de trabalho do Ministério da Saúde, de Ciência e Tecnologia, juntamente a equipe da Anvisa, e, posteriormente, ouviríamos os pesquisadores tutores da patente.

Quero aqui agradecer ao Senador Blairo Maggi, que é um eterno companheiro. Desde o começo, quando comprei essa briga, foi o Parlamentar que esteve junto comigo, junto com o Senador Moka, que, além de médico, é um guerreiro nessa luta. Ontem à noite, estávamos falando, o Moka saiu às 4h da manhã de Mato Grosso do Sul para estar aqui presente. Obrigado de coração, Moka, por essa luta.

Agradeço também ao Senador aqui de Brasília, do Brasil, o Senador Cristovam Buarque, que é outro parceiro, Senador Lasier.

Agradeço aqui ao Dr. Gilberto, ao Dr. Durvanei, ao Dr. Marcos Vinicius, ao Carlos Kennedy, que está aí também, que foi parar na cadeia por querer ajudar o próximo de graça; também ao Wellington, um entusiasta que sempre está junto, presente, Deputado Estadual, que também está presente com a gente; à Bernadete, representando aqui os pacientes que estão fazendo o tratamento; a mais outras pessoas amigas de Goiânia e amigas que também estão presentes participando.

Vou dizer para vocês por que não abro mão dessa luta e da liberação da fosfoetanolamina, Senador Lasier e nosso Presidente. É porque eu não só ouvi os pesquisadores, eu não só ouvi os pacientes. Eu estou convivendo com amigos e amigas que estão utilizando a fosfo. Eles já estão sem o medicamento desde o dia 5. Há paciente que estava com câncer e que foi para casa para morrer, já tinha encomendado a missa do sétimo dia, e tomando a fosfo voltou às atividades normais. Há paciente que desde o dia 5 está sem a fosfo, está sem o medicamento, e voltou para o hospital.

Estive, no sábado, na cidade de Santa Luzia – deixei o vídeo de três minutos para passar depois. No Município de Santa Luzia, minha cidade, Ranulfo, cidadão com 52 anos, tem um câncer na orelha, Moka, está todo destruído. Não é só câncer. Eu falo que o câncer isola as pessoas da sociedade, isola as pessoas dos amigos, porque a pessoa fica mutilada em muitas situações e acaba se isolando por conta própria, trazendo para si próprio um constrangimento.

O mínimo que nós podemos fazer é o que já fizemos aqui: aprovarmos a lei, independente de alguns gostarem ou não gostarem, mas nós temos que ajudar o próximo. Se nós como Senadores não pudermos ajudar o próximo aprovando uma lei aqui que autoriza o uso da fosfo, então, o que é que estou fazendo como Senador da República? Só para aprovar aumento de imposto? Só para aprovar o Orçamento da União? Ou para dar uma esperança para essas pessoas?

Só para concluir, Sr. Presidente, como autor do requerimento. O Ranulfo, de Santa Luzia, está nos assistindo lá. Ele conseguiu 11 comprimidos de um paciente que veio a falecer porque já estava em estado terminal. Ele tomou um comprimido por dia, Senador Moka, Senador Blairo e Senador Cristovam, e conseguiu dormir essas doze noites. Quando esses comprimidos terminaram, há uma semana, ele voltou a ficar a noite inteira com dor, caminhando para cima e para baixo porque ele não aguenta de dor.

Estou dando esse testemunho não só porque estou com os pacientes e pesquisadores aqui, mas é porque estou convivendo com muitos pacientes que estão fazendo uso da fosfo e o resultado é extraordinário. Por isso é que vale a pena.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cassol, reconhecendo o mérito do seu esforço...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Dos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... em razão do prolongamento que certamente teremos aqui, eu vou inscrevê-lo como primeiro quando chegarem as perguntas.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Já encaminhei.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E com relação ao critério dos pronunciamentos, a nossa reunião há pouco com a equipe decidiu no mesmo sentido que V. Exª está propondo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Parabéns. Fico feliz. E vamos dar continuidade ao trabalho, porque é a esperança de todos que estão em casa nos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Eu quero registrar a honrosa presença aqui, neste plenário, da Deputada Federal pelo Paraná, Leandre Dal Ponte, do Deputado Estadual de São Paulo Ricardo Madalena.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A Deputada Leandre Dal Ponte, do Paraná, estava presente na audiência, semana passada, com os pesquisadores aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Temos aqui à frente uma tribuna. Na medida em que formos chamando os nossos eminentes convidados, por favor se dirijam a ela. Eu vou encarecer a observância do tempo, porque são muitos. Nós temos 8 palestrantes, 8 painelistas sobre o tema. Depois, como haverá perguntas, eles poderão novamente se manifestar conforme o direcionamento dessas perguntas.

Vamos começar, então, chamando o Sr. Pedro Prata, que é Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Portanto, começamos pelo Ministério da Saúde.

Dr. Pedro Prata, por favor, o senhor tem a palavra, lembrando que esta nossa reunião está sendo televisionada pela TV Senado.

O SR. PEDRO PRATA – Bom dia a todos. Bom dia, Senadores aqui presentes. Meu bom dia aos demais participantes e audiência.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que a nossa responsabilidade, a minha responsabilidade no Departamento de Ciência e Tecnologia, aqui representando o secretário, é darmos o melhor encaminhamento possível para as evidências e o apoio ao desenvolvimento de pesquisas e o acompanhamento em todos os setores que interessam à saúde pública brasileira.

Deixo claro que a minha solidariedade está presente e manifesta a todos os pacientes e parentes de pacientes que passam pelo sofrimento, pela agonia de uma doença que, muitas vezes, não traz um final de cura e em outras situações sim.

Deixo claro também que não há nenhum interesse, por parte do Ministério da Saúde, de conflitos de interesse no sentido de privilegiar a forma A, B ou C de tratamento ou tratamentos convencionais ou tratamentos alternativos. O que nos parece mais importante é trazer com clareza a segurança no âmbito de pacientes, no âmbito da atenção clínica, que todo procedimento, seja em relação ao câncer, seja em relação a outras terapias, esteja acompanhado da maior segurança possível, sem desconhecer que muitos tratamentos novos ou muitas iniciativas que a ciência traz da bancada são fundamentais. E mesmo que muitas vezes ainda incompletas do ponto de vista do estabelecimento de clareza do conhecimento, isso não significa que elas não possam e não devam ser expandidas.

Esse assunto já vem sendo discutido há muitos meses, e nós sabemos o quanto há ainda de incertezas. Há relatos, como o aqui manifestado pelo Ex^{mo} Senador Ivo Cassol, de pacientes que se sentem muito melhor após o uso da substância. Nós temos também acompanhado relatos no âmbito hospitalar, em unidades de oncologia, de pacientes que apresentaram recidiva ou metástases por terem substituído uma terapia convencional por essa terapia alternativa.

Eu sou médico. Além de ter meu doutorado em saúde pública, tive oportunidade de trabalhar na Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro com o atual Secretário de Ciência e Tecnologia, Eduardo Costa, nos anos 80. Tenho experiência na epidemiologia, experiência na pesquisa, experiência na clínica e sei, por isso, que a terapia, seja ela convencional ou alternativa, pode trazer resultados positivos ou negativos. Quer dizer, não há milagre na medicina. O papel da medicina é aliviar o sofrimento dos pacientes. Muitas vezes nós nos deparamos com insucessos terapêuticos em todos os campos da atenção. Por outro lado, é o maior prazer, a maior satisfação para um médico conseguir recuperar um paciente ou evitar um dano maior para ele.

Eu gostaria de passar a primeira transparência.

Como vocês sabem, isso não é novidade, foi instituído um Grupo de Trabalho em outubro de 2015 do qual participaram algumas instituições que aqui estão listadas – o Ministério da Saúde; o Inca, que é referência para câncer; a Anvisa, que cuida da regulação.

Aqui eu gostaria de fazer um apêndice sob o ponto de vista da própria regulação. Uma das dificuldades que nós temos, sob o ponto de vista não só da fosfo, mas no caso de qualquer medicamento, de qualquer incorporação de tecnologia, é que os padrões de regulação têm sido ampliados nos seus *standards,* e há uma dificuldade muitas vezes presente em países em desenvolvimento quando não conseguem acompanhar rapidamente os novos *standards* estabelecidos na área de medicamentos em geral. A saúde pública brasileira é repleta de exemplos de estratégias terapêuticas ou estratégias de intervenção que foram adotadas no passado com sucesso e, muitas vezes, enfrentam dificuldades no momento atual por causa do padrão de regulação.

Vou dar um exemplo recente. O Brasil já foi produtor de 97% de imunobiológicos e de vacinas, era praticamente independente, e hoje só produz 70%, apesar de as vacinas sempre terem sido utilizadas com segurança. Essa mudança de padrão é o resultado de níveis de regulação às vezes acima daqueles que a indústria nacional é capaz de acompanhar. Isso não significa que o trabalho das nossas agências reguladoras não deva ser fortalecido sob o ponto de vista de prestigiar e de garantir a qualidade das terapias. É uma questão que tem uma dimensão política também. Estou retornando de Cuba, de uma viagem do Comitê de Cooperação Brasil-Cuba na área de imunobiológicos e na área de medicamentos, onde esse assunto da regulação para a indústria nacional foi amplamente discutido.

Como vocês sabem, ocorreram várias reuniões, e essencialmente o resultado do grupo de trabalho foi decorrência do apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento das pesquisas que possam permitir a avaliação adequada do uso da fosfoetanolamina com o rigor dos testes pré-clínicos e clínicos.

Aqui eu abro parênteses. Até então, a fosfoetanolamina tem sido utilizada sem um registro dessas ações em que nós podemos acompanhar e comparar resultados sob o ponto de vista de eficácia. Em toda avaliação clínica de medicamentos, o *standard científico* exige e requer a comparação com terapias já existentes e a comparação, quando é o caso, para se avaliar o eventual efeito placebo que todo medicamento traz.

A fase pré-clínica foi desenvolvida procurando avaliar a consistência das cápsulas que até então vêm sendo distribuídas a pacientes, que o Ministério de Ciência e Tecnologia requisitou ao grupo de pesquisa da USP que iniciou esse processo de trabalho. Também foi feita uma avaliação sobre a possibilidade de reprodução da rota de síntese presente no pedido de patente. O Secretário Jailson aqui está e, certamente, irá trazer complementações na avaliação disso.

Explicito que essas instituições – LASSBio, da UFRJ, onde fui pessoalmente, e uma instituição da Universidade do Ceará e do Inca – estariam responsáveis pelos ensaios clínicos. Desenvolver os ensaios clínicos com registro apropriado – o que foi feito até então foi o uso clínico, não um ensaio clínico avaliando os resultados – depende da consistência da síntese da própria substância, cujo relatório foi encaminhado pelo LASSbio da UFRJ ao MCTI.

Não vou me prender a isso para não demorar. Se houver interesse nos questionamentos, aqui estão mapeadas todas as fases importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa clínica. Naturalmente que a dimensão de um ensaio clínico, principalmente em sua fase 3, que geralmente é a mais demorada...

Agora mesmo o Ministério está apoiando financeiramente o Instituto Butantan, por exemplo, para a fase 3 do ensaio clínico da vacina da dengue, que é essencial para a saúde pública. São ensaios muito caros que exigem um número de pessoas muito grande. No entanto, esse número é relativo à medida que, havendo publicações que legitimem ou que demonstrem análises e ensaios clínicos anteriores em outros lugares, em outros países, é possível reduzir a dimensão, por exemplo, da fase 3 de um ensaio clínico, o que não é o caso atualmente, como não é o caso da vacina da dengue, cuja fase 3 está em início e vai precisar ser testada em 17 mil voluntários – mesmo com a fase 2 da vacina tendo demonstrado a sua eficácia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Pedro, quero propor a V. Sª mais uns dois minutos.

O SR. PEDRO PRATA – Perfeito, já estou terminando.

De qualquer forma, os resultados preliminares demonstram algumas dificuldades para o início do ensaio clínico.

Sobre o peso médio das cápsulas, há uma variação para uma inconsistência de formulação a princípio de 350mg, em que pese o previsto ser de 500mg. E na composição da cápsula, desses 350mg, em média, temos apenas 32% do princípio ativo, que é a fosfo, o princípio ativo em questão. Os demais componentes são subprodutos ou componentes associados à cápsula.

A fosfoetanolamina, nos estudos preliminares, não apresentou uma atividade efetiva, sendo que foi identificada, de fato, uma atividade antiproliferativa no componente não da fosfo, mas da monoetanolamina. Lembrando que a monoetanolamina corresponde a 18% da formulação, o que equivale aproximadamente a 60 e poucos miligramas – muito abaixo da dose preconizada.

De qualquer forma, são indicativos de que, para um ensaio clínico, é fundamental que haja uma formulação consistente. Ao mesmo tempo, isso indica que estudos pré-clínicos ainda precisam ser continuados, inclusive em relação a esse componente derivado, que é e monoetanolamina. Existem etapas do pré-clínico ainda em andamento. Portanto, as conclusões são preliminares.

É claro que a participação voluntária, sob o ponto de vista da responsabilidade científica de uma instituição como o Ministério da Saúde, como o meu departamento, depende dessas etapas anteriores, pré-clínicas, estarem claramente estabelecidas para que se possa ter uma investigação segura em humanos.

Bem, antes de encerrar, eu gostaria de dar uma dimensão do nosso interesse. Não é um interesse, evidentemente, a favor da quimioterapia no sentido amplo, na medida em que ela também traz efeitos colaterais muitas vezes desagradáveis. Nós sabemos que, no tratamento do câncer, até os medicamentos de ponta em quimioterapia estão muito vinculados com marcadores genéticos dos diversos tumores. Um tumor de mama, um tumor de pulmão, um tumor de qualquer órgão não é único. Além de serem vários cânceres diferentes, há terapias hoje estabelecidas que regridem um câncer de mama em um paciente e não regridem em outro, pelo marcador genético de que cada paciente é portador ou cada grupo populacional é portador. Nós sabemos que, no Brasil, os marcadores genéticos variam em sua distribuição em relação à população do Sul do País, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, porque são matrizes genéticas diferentes. Esse mapeamento é importante para a resposta terapêutica nos medicamentos de ponta.

Só para exemplificar algo relativamente a essas reuniões que nós tivemos agora no Comitê Gestor de Saúde em Cuba. Nós temos o apoio do desenvolvimento, porque a linha de frente agora nem são mais os qui-

mioterápicos, mas os imunoterápicos. O desenvolvimento do anticorpo monoclonal, que é o Nimotuzumab, para o tratamento do câncer de esôfago e de colo uterino, cujo ensaio clínico está em projeto, já foi desenvolvido por lá. A vacina Cimavax, que é indicada para tumor avançado de pulmão, está em fase final – foi feita a solicitação de registro para a Anvisa. Temos a vacina terapêutica Racotumomab, também para tumor de pulmão, em fase também avançada – seu registro ainda não foi solicitado à Anvisa, mas já foram feitos os ensaios clínicos de fases iniciais em Cuba.

Esses são alguns exemplos de que estamos abertos a terapias que possam dar uma melhor resposta aos pacientes, mas a nossa responsabilidade é não prometer falsa esperança ou garantir que essa esperança esteja estabelecida em algumas normas básicas de segurança na formulação do produto, seja ele qual for, e nos ensaios clínicos preliminares.

E nesse caso, tendo em vista os sinais que esse uso sem o ensaio apropriado têm sinalizado, os depoimentos que aqui têm surgido, por isso mesmo é que se justificou o apoio aos estudos.

Agradeço e estou pronto a responder qualquer questionamento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Pedro Prata. Foi muito importante a sua vinda, porque precisávamos aqui saber das ações que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo através do seu departamento. V. Sª acabou nos revelando que estão na fase pré-clínica. São muito importantes as suas informações e certamente o senhor será questionado mais tarde.

Já estamos com um bom quórum de Senadores, com a presença dos Senadores Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ana Amélia. Temos um plenário também já bastante concorrido, pela importância do tema.

Como ainda não chegou a Drª Marisa Maria Breitenbach, que nos permitiria aquele critério já exposto no início, vamos para outro de nossos convidados: Dr. Jailson Bittencourt de Andrade, Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Informo aos senhores que há um cronômetro no fundo da sala pelo qual V. Sªs poderão controlar seu tempo.

Por favor, Dr. Jailson.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Bom dia, Senador Lasier Martins. Em seu nome eu saúdo todos os Senadores presentes, em especial o Senador Cristovam Buarque e o Senador Ivo Cassol.

Vou traçar um panorama bem breve das ações e do histórico do que o Ministério da Ciência e Tecnologia vem fazendo sobre esse assunto – alguns dos principais resultados, o Dr. Pedro Prata já apresentou.

O MCTI foi envolvido nessa questão da fosfo no dia 13 de outubro passado, quando o Senador Ivo Cassol nos visitou e trouxe a questão em que estava envolvido relativamente à fosfoetanolamina, solicitando que o Ministério se posicionasse em relação à parte científica.

Nessa mesma data, nós contactamos seis dos cientistas mais expressivos do País na área, de diferentes regiões – Rio de Janeiro, Butantan-USP, Ceará, Santa Catarina, USP-São Carlos e UFMG –, e convidamos esses cientistas para uma primeira reunião para tratar qual seria a melhor abordagem para o assunto.

Já no dia 12/11, ou seja, menos de duas semanas depois, nós tínhamos uma reunião no Ministério da Ciência e Tecnologia com a presença de 5 desses cientistas – do Prof. Jorge Kalil, do Butantan; do Prof. Manoel Odorico, da Federal do Ceará; Calixto, da Federal de Santa Catarina; e Eliezer Barreiro, da UFRJ. Nessa reunião, acertou-se traçar um plano científico para estudar a molécula da fosfoetanolamina e, ao mesmo tempo, estudar os possíveis testes clínicos nas fases 1 e 2.

Várias outras reuniões se seguiram. Já no dia 16/11, com o Ministério da Saúde, com vários colegas; em 25/11, o Ministro Celso Pansera já assinava, com os representantes dos 3 laboratórios que se responsabilizaram pelos testes, um programa que pode envolver até R$10 milhões no estudo completo. Só que, nessa fase inicial, foram alocados R$2 milhões e, a depender do desenvolvimento, isso poderá ser ampliado.

Foram solicitadas ao reitor da USP amostras do material que estava sendo preparado na Universidade de São Paulo e, em 16/12, nós recebemos por sedex o material enviado pela reitoria da USP, que continha 18 pacotes de 60 cápsulas registradas, meio grama cada uma delas, e duas embalagens plásticas contendo 250g cada do material. Na correspondência do reitor da USP, ele disse que o material foi preparado no Instituto de Química da Universidade de São Carlos pelo Sr. Salvador Claro Neto – sendo entregue ao reitor em 9/12, chegou ao Ministério em 16/12. Nesse material foram realizados estudos.

O Dr. Manoel Odorico de Moraes Filho é bolsista do CNPq, é professor titular da Federal do Ceará e classificado no CNPq no nível 1A, que é o nível mais alto de pesquisa do CNPq, e ele é Doutor em Oncologia pela Universidade de Oxford, na Inglaterra. Estudos sob responsabilidade dele: realização de estudos pré-clínicos fase 1 com a fosfoetanolamina visando seu possível uso no tratamento do câncer. Especificamente, o laboratório dele estuda a atividade antitumoral *in vitro* e *in vivo,* que são ensaios clínicos da fase 1.

O outro grupo de pesquisa envolvido, agora em Santa Catarina, é liderado por João Batista Calixto, professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador no último nível do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências. Calixto é Doutor em Farmacologia pela Universidade de São Paulo, e os testes sob sua responsabilidade envolvem também os ensaios clínicos usando tanto a fosfoetanolamina produzida nos laboratórios da USP quanto a fosfoetanolamina produzida em outros laboratórios. Este termo "boas práticas de fabricação" é um termo usual para os que trabalham com o preparo de substâncias químicas.

O terceiro laboratório é o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Fármacos e Medicamentos (INCT-Inofar), que é liderado pelo Eliezer Barreiro, também professor titular da UFRJ, pesquisador nível 1A no CNPq e Doutor em Química Medicinal pela Universidade de Grenoble, na França.

O trabalho do Prof. Eliezer com o INCT de fármacos, que é um dos institutos do Ministério, era a realização de estudos sintéticos e estruturais sobre a fosfoetanolamina.

Junto ao grupo do Prof. Eliezer no Inofar trabalhou, em boa parte dos estudos sintéticos e de caracterização, o Prof. Luiz Carlos Dias, também professor titular da Unicamp, também pesquisador no mais alto nível do CNPq e também membro da Academia Brasileira de Ciências. Os trabalhos deles foram relacionados aos estudos sintéticos e estruturais da fosfo.

Então, essas quatro universidades envolvendo três grupos de pesquisa realizaram uma série de estudos sobre ela. O Ministério continuou fazendo várias reuniões – o Ministro Celso tem atuado de forma intensa nisso – e, inclusive, foi criado, na página do Ministério, um sítio ativo em que todas as informações que nós temos, todos os relatórios são colocados nesse sítio, que pode ser acessado por qualquer pessoa, em qualquer lugar do País ou do mundo, que queira acompanhar esses estudos em andamento.

O que nós temos de dados desses relatórios? O Prof. Prata já mostrou alguns deles.

Primeiro, a identificação, caracterização e síntese dos componentes da fosfoetanolamina mostram que uma parte do material contém, além de fosfoetanolamina, monoetanolamina protonada, fosfobisetanolamina, fosfatos, pirofosfatos e água, numa composição variada, em que a fosfoetanolamina representa 32%. A avaliação das cápsulas mostra que, apesar do registro da USP dizer que havia 0,5g de material em cada uma delas, foi encontrada, em média, cerca de 300mg de material nessas cápsulas.

Os relatórios sobre os testes clínicos – e todos esses relatórios são parciais, os estudos estão em andamento – revelam que o material contido não é citotóxico, ou seja, não tem grande toxicidade. Os relatórios do CIEnP mostram que a monoetanolamina apresentou atividade citotóxica e antiproliferativa, sendo, contudo, várias ordens de magnitude menos potente que cisplatina ou gencitabina.

A fosfoetanolamina e a fosfobisetanolamina utilizadas nos estudos não apresentaram atividade citotóxica ou antiproliferativa.

Na sequência dos resultados obtidos a partir do material de São Paulo, ele não apresentou atividade mutagênica quando avaliado no teste de mutação, ou seja, não mostrou toxicidade para as pessoas que estiverem usando.

A dose máxima tolerada nesses estudos atingiu até 5000mg/kg, ou seja, 5g/kg, que são doses relativamente altas em relação ao material, uma faixa muito grande de apresentação desse material, e os resultados obtidos nesses estudos – insisto: são resultados parciais – mostram que ele não apresentou efeitos citotóxicos ou genotóxicos.

Esses resultados dessa parte dos testes não são conclusivos, os testes estão em andamento, e certamente ainda levará um bom tempo para que se tenham resultados conclusivos nisso.

O que nós sabemos até o momento? Ou imaginamos que sabemos, porque, em ciência, só se sabe até aquela data, no dia seguinte ou na hora seguinte pode haver novos conhecimentos e mudar. Sabemos que as cápsulas apresentam pelo menos cinco compostos químicos, além de uma grande variedade de espécies metálicas. O sal de fosfoetanolamina, à esquerda, com 32,2% em média; a monoetanolamina protonada, que também apresentou atividade, com 18,2% em média; a...

(Soa a campainha.)

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – ... fosfobisetanolamina, minoritária, 3,9%; vários fosfatos, pirofosfatos e 7,2% de água.

Temos, com base nos estudos atuais, que a fosfoetanolamina não apresenta atividade citotóxica, antiproliferativa, mutagênica ou genotóxica e que a monoetanolamina, ali do meio, na parte de cima, apresentou atividade citotóxica e antiproliferativa, mas menos potente que os antitumorais atualmente utilizados.

Então, isso é o que nós podemos concluir dos resultados que nós temos até este momento. Todos esses relatórios estão na página do Ministério. Inclusive, esse relatório que caracteriza as cápsulas, todo esse material, ocupa mais de cem páginas. É um estudo químico extremamente minucioso, com todos os espectros de

massa, com todos os espectros de ressonância, todo um material que qualquer pessoa especializada pode acompanhar, verificar e checar esses resultados. Eles estão na página do Ministério.

O que é que está em andamento? Quer dizer, o que é que temos feito? O Ministro Celso já nos pediu para fazer contato, e nós estamos encaminhando, com vários laboratórios, alguns desses laboratórios públicos, para verificar a capacidade deles e a possibilidade de produção da fosfoetanolamina. Nós partimos do princípio de que, em se chegando a um resultado favorável, vai precisar de condições de escalonar essa produção, então, está-se discutindo essa possibilidade de ver esses lados.

E, na mesa de todos, vê-se que o Ministro Celso também está considerando a possibilidade de, além de avançar o processo dela como fármaco, que não é o caso nosso no Ministério, nós tratamos com moléculas, e não medicamentos, mas também há a possibilidade de ser utilizada como suplemento alimentar.

Mas todos esses assuntos estão em discussão e são coisas em andamento. Conclusivo até o momento, o que nós temos são exatamente esses dados.

Obrigado pela possibilidade, pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, Dr. Jailson. Vamos confirmando o acerto desses convites aos Ministérios, primeiro da Saúde, agora da Ciência e Tecnologia, onde, sobretudo, V. Sª informa que, nos exames preliminares, não há toxicidade na fosfo. Muito obrigado ao senhor.

Vamos ouvir agora o Dr. Durvanei Augusto Maria, biomédico do Instituto Butantan.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Bom dia a todos.

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, o convite dos Senadores, Presidente Lasier Martins. Obrigado pelo convite.

O que eu vim esclarecer aqui foi, na realidade, pontos do relatório apresentado pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Saúde.

Primeiro, eu fiz parte de duas reuniões do Ministério. Elas contemplam cinco. Eu não fui notificado de nenhum resultado. Então, os argumentos apresentados, do meu ponto de vista e da população, pela transparência dos resultados apresentados no portal do Ministério, são questionáveis. Estão nesse relatório – o Dr. Jailson e o Dr. Pedro não mostraram – compostos que eu formulei no laboratório que são de minha propriedade.

Toda a estrutura nanoencapsulada foi desenvolvida no meu laboratório pelos meus alunos. Eu gostaria de deixar isso bem claro. E ela fez parte de um relatório que não é de competência desse Ministério avaliar. Eu não vou descrever o meu currículo, mas só quero dizer uma coisa: os 11 trabalhos publicados da fosfoetanolamina fazem 10% dos meus trabalhos. Então, eu tenho outros trabalhos que eu me empenho em desenvolver nessa mesma área de desenvolvimento de compostos que tenham potencial antiproliferativo e antimetastático.

Eu vou passar rapidamente essas informações porque esse material também foi disponibilizado pela Deputada Leandre à Anvisa, e eles sabiam dessas informações.

Se os pesquisadores, como bem-dito, são pesquisadores de notório saber e vasto conhecimento na área requisitada, deveriam também saber da informação, que não deveria ser divulgada. Eu não autorizei em nenhum momento estruturas nanoencapsuladas ou nanoformuladas para que fossem testadas. Eu acho que o ponto principal dessa apresentação é dar nome e qualidade ao trabalho por quem o executou.

Então, os meus resultados, eu vou passar todos, porque o grande questionamento da mídia é que não há ciência ou conhecimento, não há artigos. Eles existem e eles estão todos publicados. No último diapositivo estão disponíveis as duas últimas publicações, uma foi em 2014, a outra em 2016, no mês de abril, dessa estrutura nanoencapsulada.

E um detalhe importante: todos os experimentos que foram realizados não chegaram na mesma curva de concentração que eu utilizei. Então, eu não consigo avaliar se um produto é efetivo ou inefetivo, se ele é seguro ou inseguro porque a concentração molar que foi apresentada não é a mesma a que eu cheguei para realizar os testes *in vitro* e *in vivo*.

Além do mais, a justificativa colocada no relatório são variações do pH. Se eu fosse requisitado, eu passaria essas informações. Como eu não fui, a minha presença nesse GT do Ministério foi simplesmente ilustrativa. E quando eu entreguei o relatório dos pareceres, o questionamento, eu me retirei – e coloco em público que eu não faço parte mais desse grupo e não pretendo fazer.

Então, a fosfoetanolamina não apareceu ao acaso na natureza. Existe um mapa, que todos os indivíduos que fazem área de saúde têm na Bioquímica, onde os componentes lipídicos são estudados, e ela faz parte do metabolismo, porque elas são estruturas que integram membranas celulares, membranas de organelas citoplasmáticas, estão envolvidas com vários processos de sinalização celular. Então, está aqui só para exemplificar.

Eu não quero me estender no tempo. Os resultados estão aqui. Olha, eles diferem, porque elas são estruturas apolares, eles têm outros mecanismos de ação do que os quimioterápicos.

Eu não sou médico, eu não prescrevo. Eu estudo no laboratório, e aquilo que eu obtenho, eu publico. Então, as informações que estão publicadas estão nas faixas e concentrações que eu utilizei, nos mecanismos envolvidos na indução de apoptose e na capacidade de inibir a proliferação celular. Nada mais, nada menos do que um trabalho que tem a sua veracidade.

Eu entrei no grupo da fosfoetanolamina para estudar mecanismos, e não para fazer propagação de conhecimentos que não tinham base científica. O composto chegou no laboratório por um outro aluno do Prof. Gilberto. Nós testamos, como também testo todos os outros compostos com que eu trabalho, quer sejam quimioterápicos convencionais com novas formulações ou apresentações, como também proteínas e imunobiológicos, porque também faço parte de uma instituição pública que tem essa meta e essa função.

Só vou passar para vocês uma coisa importante: esses fosfolipídios já existem na literatura. Eles foram inicialmente sintetizados, por volta de 1912, na Alemanha. O grupo de pesquisadores que os sintetizou migrou para a Universidade de Barcelona, na Espanha, e lá, até hoje sintetizam essas moléculas.

Só para ver os mecanismos, vou passar rápido, mas existe literatura. O próprio Ministério não teve interesse em reunir informações da literatura, mas existem trabalhos científicos publicados e livros que fazem parte do conhecimento dos mecanismos de fosfolipídios antitumorais.

Então, aqui estão as concentrações desses lipídios, não só em células de eucariotos como de procariotos. Eles existem naturalmente em organismos mais evoluídos ou em células, e ela, a fosfoetanolamina, tem uma distribuição particular para qualquer tipo de célula.

Está aqui, desde o Instituto Max Planck, na Alemanha, até o Departamento de Química Orgânica da Universidade de Salamanca, na Espanha, o que eles fazem.

Aqui estão todos os fosfolipídios que já são testados, desde 1903 até 1912, em várias fases do desenvolvimento pré-clínico e clínico; aqui estão os trabalhos.

Eu resolvi trazer novamente a apresentação para mostrar que todas as concentrações que eu testei estão na ordem de milimolar, e não micromolar, como foram testadas.

Eu caracterizei esses lipossomas a partir de uma estrutura que foi cristalizada. Ela é a fosfoetanolamina, ela não é uma mistura de sais ou de contaminantes ou de outros compostos. Está aqui a estrutura, o tamanho. Aqui está a microscopia, mostrando o tamanho da molécula produzida; aqui está a carga elétrica dessa molécula e também a estabilidade.

Aqui está a eficiência de encapsulação; aqui está o mecanismo envolvido e, na parte superior, à direita, o revestimento dessa molécula na célula tumoral e a formação de bolhas à superfície da célula, que é um indicativo de apoptose.

Eu sei que o mecanismo de ação não foi interesse do Ministério, mas ele existe. Ele não foi inventado, não foi uma apresentação circense. Aqui estão os lipossomas e as distribuições internas dessas estruturas dentro das células tumorais e a ativação de mecanismos de morte celular.

Aqui, mais uma vez, a entrada dessas estruturas, tanto lipossomais, como a fosfoetanolamina em solução. Eu trabalho com composto em solução.

Aqui está em células leucêmicas, e o trabalho... Desculpem, em tumores ascíticos. Foram avaliados, mostrando mais uma vez alteração do perfil de inibição do crescimento do volume tumoral e da ativação mitocondrial. Eu nunca falei em cura. Se vocês pegarem todas as minhas reportagens ou a minha fala, eu nunca falei em cura. Eu falo em mecanismos que possam ser modulados e que tenham uma concentração, uma posologia adequada.

Em melanoma, mais uma vez mostrando os mesmos mecanismos; aqui, uma tecnologia de ponta, mostrando por PET/CT, que é o mesmo exame laboratorial realizado em pacientes, para que eu possa detectar o tumor e acompanhar a formação de metástases, ele foi usado para esse estudo em modelo animal.

Aqui está a parte ultraestrutural do que ocorre numa célula tumoral humana de melanoma. Esse é o grupo controle, é o núcleo e as organelas citoplasmáticas, e aqui é o material genético, são os cromossomos. Aqui num outro aumento, mostrando a organização dos cromossomos e a distribuição das organelas.

Aqui, o que ocorre com a célula quando é tratada. Então, ela tem toda uma destruição, formação de bolhas na superfície da célula, e toda a parte interna, toda ela fragmentada. Aqui, as alterações do espaçamento da membrana externa e da membrana nuclear.

Aqui, a eletrodensidade das mitocôndrias, provocada pelo tratamento com a fosfoetanolamina...

(Soa a campainha.)

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – ... e as alterações das cristas mitocondriais, indicativo de que o processo apoptótico ocorreu, que, em melanoma...

Eu vou ser bem rápido.

Mais uma vez em melanoma humano, e mais uma vez uma tecnologia de PET/CT, e o trabalho que foi comparado pelo Ministério, que diz que é maior que 99% de fosfoetanolamina, é um trabalho de implantação de células de leucemia em um modelo animal. Eu não trabalho com síntese porque eu não sou químico, eu trabalho com mecanismos de ação.

Então, o trabalho referenciado foi esse. Trata-se de um mecanismo que avalia os efeitos antileucêmicos, numa revista especializada na área oncológica.

Aqui, mais uma vez, as concentrações, mostrando a massa que foi disponibilizada e tratada.

Mais uma vez os resultados, mostrando a apoptose.

Aqui, células humanas de mama.

Aqui, os mesmos mecanismos da apoptose, da fragmentação nuclear e ativação mitocondrial.

Aqui, uma aluna que desenvolve o trabalho para compreender os mecanismos induzidos da apoptose independente da ativação da Caspase-3 nesse mesmo modelo experimental.

Aqui está a indução de senescência, que é a capacidade de inibir a proliferação.

Aqui, mais uma vez, a distribuição dos lisossomas.

Aqui, das mitocôndrias.

Aqui, no modelo em 3D, mostra a distribuição das mitocôndrias numa cultura que mimetiza um crescimento da massa tumoral *in vitro*.

Aqui, um carcinoma de células renais, mostrando a apoptose.

Aqui, olha, 90 milimolares.

Aqui, ultraestrutura em microscopia de varredura dessas mesmas células.

Aqui, no modelo de redução, todas essas células foram implantadas num animal.

Aqui, uma droga de referência, sunitinibe. Ela reduz e a fosfo, em duas concentrações, também reduz 40mg/kg.

Aqui, comparando o paclitaxel em tumores de mama, mostrando que a pré-sensibilização da fosfoetanolamina, com adição posterior de paclitaxel, reduz praticamente 90% da morte celular.

Aqui, um carcinoma de cavidade oral. Essa é minha aluna, a Larissa, mostrando os mesmos efeitos, até superiores à cisplatina.

Aqui, a modificação do citoesqueleto dessas células.

E aqui, o processo de autofagia, que é um tipo particular de morte, do tipo apoptótico, nessas mesmas células: 40 milimolares e 60 milimolares.

Nós fizemos a avaliação da toxicidade com as normas internacionais. Ao invés de só nos centrarmos no estudo de micronúcleo, nós avaliamos também a distribuição e o compartimento de maturação intramedular, comparado ao paclitaxel.

Fizemos todas as averiguações comportamentais e neuromotoras, a mortalidade, o consumo e ingesta de alimento e água, o perfil bioquímico, tanto nos machos como nas fêmeas, avaliamos uma concentração que induziu a morte do animal, que é superior a 100mg/kg.

Da mesma forma, aqui, avaliamos o peso.

E as conclusões: sem efeitos colaterais sistêmicos e não ocorreu a inibição da maturação das células hematopoiéticas, que são precursoras da formação do tecido sanguíneo na medula óssea.

Então, os dois trabalhos que levam à formulação que eu fiz no laboratório já estão publicados e são de minha autoria.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Durvanei.

É muito interessante a descrição das suas experiências, das suas pesquisas.

Já está conosco a Drª Marisa Maria Dreyer Breitenbach, que será a nossa próxima painelista, Coordenadora de Pesquisa e Educação do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

Ao mesmo tempo, informamos que o Dr. Renato Meneguelo nos passa uma mensagem dizendo que perdeu o voo em São Paulo. É uma pena! Mas, quem sabe, numa outra oportunidade o Dr. Renato Meneguelo...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, substitua o Renato Meneguelo, pesquisador, pelo Dr. Marcos Vinícius, que pode substituí-lo e dar o encaminhamento também. É uma solicitação que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Marcos Vinícius. Depois eu peço um pouquinho mais de detalhes para colocarmos aqui na lista.

A Drª Marisa Maria Dreyer Breitenbach tem a palavra.

A SRª MARISA MARIA DREYER BREITENBACH – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade a esta Comissão para que o Inca possa vir, dar sua posição e fazer sua avaliação em relação a essa questão da fosfoetanolamina.

O Inca está fazendo, ano que vem, 80 anos de existência. É o órgão assessor do Ministério da Saúde para a elaboração e a implantação da política de controle de câncer no País. Além disso, tem uma atividade, lá no Rio de Janeiro, assistencial muito forte e importante, e não só assistencial, com tecnologias de ponta, com avaliações de inovações para o tratamento do controle de câncer e também uma grande área de pesquisa que eu coordeno, pesquisa que perpassa toda a história natural do câncer, desde dados epidemiológicos até pesquisa translacional, pesquisa química, também pesquisa básica. Temos biotério com animais experimentais portadores de câncer em que avaliamos uma série de sinalizadores e também de alternativas terapêuticas.

É com essa *expertise* que a gente vem, então, se somar a essa discussão, e não só com a *expertise*, mas também com comprometimento. A gente tem uma preocupação muito grande com o tratamento, com o preço, o custo/efetividade do tratamento de câncer, por quê? Porque os dados que nós produzimos e elaboramos mostram que há 596 mil novos casos de câncer por ano. Isso causa um grande impacto no sistema de saúde. Hoje eu trago para vocês esses dados que mostram o quanto o SUS gasta em oncologia, em químio e radioterapia, mas também em cirurgia oncológica. Esses dados crescentes do ponto de vista de custo para o sistema de saúde pública são importantes.

Óbvio que esses custos crescem em função do aumento do número de casos, porque a longevidade está aumentando no País, graças a Deus a gente tem uma maior expectativa de vida, e isso traz algumas situações do ponto de vista de morbidade, que é o câncer. É claro que o custo também está em relação ao avanço tecnológico e também aos medicamentos, como eu já comentei. Então, em cima dessas questões, a gente tem acompanhado com muita expectativa a possibilidade de nós usarmos drogas que sejam custo-efetivas, que tragam benefício ao paciente, com evidências científicas, óbvio, mas que sejam muito menos onerosas para o sistema de saúde.

Em relação especificamente à pesquisa da fosfoetanolamina – eu trago esse gráfico que é um gráfico que tem muita informação –, o que eu mostro a vocês é que quando a gente estuda uma droga, do ponto de vista da pesquisa básica, às vezes, está com 3 a 10 mil substâncias e quando a gente vai trabalhando com testes pré-clínicos em animais, depois, com testes clínicos em humanos, é uma pirâmide que vai afunilando. E nem todo medicamento, nem toda substância que é testada e avaliada do ponto de vista da fase pré-clínica em animais ou em cultura de células vai gerar um medicamento, um fármaco que seja efetivo em humanos. Então, a gente tem uma preocupação muito grande com a análise muito preliminar dos dados.

Neste momento, eu acho que o Inca está trazendo uma posição de que precisamos avaliar esses dados, precisamos seguir um fluxo de investigação, porque a nossa experiência, a história natural de desenvolvimento de fármacos no mundo nas últimas dezenas de anos mostra esse tipo de situação. E é em cima disso que a gente tem que trabalhar.

Nós estamos, na verdade, nessa fase pré-clínica. O nosso papel como Inca é trabalhar na fase II, na fase clínica. Então, nós estamos numa posição de expectativa e expectante em relação ao delinear desse cenário.

Esse cenário tem que trabalhar com as boas práticas clínicas. O que significam boas práticas clínicas? Significam um padrão para você planejar, conduzir, realizar, fazer o monitoramento, fazer auditoria, registro e análise dos ensaios clínicos. E é nesse campo que vamos trabalhar como instituição, que vai realizar a parte clínica em humanos a partir da fase 2.

Temos que levar em consideração essas diretrizes porque isso foi uma conquista da ciência brasileira. Hoje, se compararmos a sobrevida de pacientes com câncer 50 anos atrás e agora, veremos que duplicou a sobrevida. Isso não é fruto simplesmente do acaso. Isso é fruto de evidências científicas, que possibilitaram o manejo adequado do paciente. E é com essa perspectiva que temos tem que continuar a trabalhar com a fosfoetanolamina. Então, são princípios que envolvem benefícios, direito do paciente, que envolve questão ética e que envolve formação pré-clínica e clínica, sim. Estudos clínicos têm que ser conduzidos em bases científicas.

A resolução do Conselho Nacional de Saúde, que elaborou a versão final em 2012, também trata dessas questões. Uma pesquisa clínica tem que estar fundamentada previamente em pesquisa laboratorial utilizando animais, utilizando modelos experimentais. Estamos esperando, a conclusão desses dados.

A nossa participação como Instituto Nacional do Câncer foi elaborar o estudo de fase clínica. Então, nós vamos entrar na fase 2 e 3, em que já encaminhamos para o Ministério da Saúde esse protocolo. Inicialmente, como não tínhamos ainda os dados preliminares, isso foi feito em dezembro, estabelecemos como prioridade os cânceres mais prevalentes e que impactam mais em mortalidade: pulmão e mama, e melanoma, porque já tínhamos preliminarmente alguns dados em camundongos.

O nosso objetivo é determinar resposta global, resposta completa e resposta parcial à fosfoetanolamina; avaliar a sobrevida livre de progressão, a sobrevida global; avaliar a tolerância e a segurança e o perfil de toxicidade em humanos.

O que nos preocupou desde o começo foi esse dado, porque havia uma variabilidade muito grande no conteúdo da fosfoetanolamina nas cápsulas que foram fornecidas inicialmente. Isso é uma preocupação que discutimos não só no âmbito da instituição, mas também no seu conselho. Nós temos um conselho formado por instituições científicas, instituições de apoio ao câncer, que tem representante de usuário, um paciente presente, e muitas instituições científicas e órgãos também, outros setores do Ministério da Saúde ali presentes. Discutimos a nossa preocupação em relação a poder ter segurança para oferecer um medicamento novo a um paciente com câncer.

Por essas razões, nós estamos preconizando, através dessa nota – foi uma nota conjunta da reunião realizada dia 16 de março –, que, por todas essas questões que eu elaborei aqui, não só pela heterogeneidade no conteúdo da substância que está sendo oferecida, até meses atrás, e porque os dados pré-clínicos ainda não estão concluídos definitivamente, é que trazemos a mensagem de que vamos prosseguir com as pesquisas científicas. Ainda não temos dados.

Eu acho que, neste momento, a grande questão é: muita calma. Não há necessidade de disputa de dados. A minha proposta, como coordenadora de pesquisa, é que façamos um fórum exclusivamente científico entre os pesquisadores que chegaram até dezembro com uma série de resultados e os novos pesquisadores que se inseriram no grupo de trabalho criado pelo Ministério da Saúde e pelo MCTI. Precisamos fazer e trazer um conjunto maior de pesquisadores que militam na área, que têm uma experiência científica em desenvolvimento de fármacos que não necessariamente estejam envolvidos com a fosfoetanolamina, mas que possam contribuir para essa discussão. Hoje o momento não é de cizânia. É um momento de agregar conhecimento, de agregar experiência, porque o assunto é importante, o assunto é sério e precisamos nos despir das vaidades científicas de que "meu dado é o melhor dado". Não é este o momento. Precisamos nos unir, porque temos de dar conta de 500 mil novos casos por ano no País.

Esse é um problema de toda a comunidade, de todos os brasileiros, e o Legislativo está aqui dando o apoio. Eu acho que este é o momento que temos para discutir. A minha proposta é fazer um fórum científico para discutir esses dados preliminares e continuar a nossa pesquisa, porque se não tivermos respeito à dignidade humana, à questão do risco/benefício e houver conflito de interesses com a questão ética pautando isso, jamais vamos conseguir chegar a uma segurança para o tratamento de câncer.

Era isso que eu tinha como proposta.

Eu espero que consigamos avançar. Nós estamos, lá no Inca, esperando que a fase 1 se complete, para que possamos dar continuidade ao projeto. Mas queremos dados fidedignos, queremos dados seguros, para podermos prosseguir e tratar os nossos pacientes.

Muito obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Marisa Breitenbach.

Já está conosco o Senador Edison Lobão, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, como também estão no plenário, reforçando o nosso quórum, os Senadores Valdir Raupp, Eduardo Amorim, além daqueles demais colegas que havíamos antes citado.

Quero oferecer a palavra, então, ao Dr. Marcos Vinícius de Almeida, pesquisador e Doutor em Bioquímica na Universidade Municipal de São Caetano do Sul, que substitui o Dr. Renato Meneguelo.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Bom dia a todos.

Primeiramente, como se trata de uma reunião de ciência, eu não vou fazer um preâmbulo descrevendo o meu currículo, porque, em ciência, a primeira coisa de que se vale é a discussão dos argumentos. Se eu vier aqui à frente para falar que eu tenho 500, 600, 20, 3 ou 15 trabalhos publicados, isso não é discussão científica; isso é um argumento que a gente chama de critério de autoridade. Critério de autoridade não vale como argumentação científica, não importa se eu sou doutor, se eu sou médico, se eu sou chefe, diretor, ministro ou presidente.

Então, eu queria deixar claras algumas inconstâncias que eu encontrei no relatório, esse divulgado agora pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Primeiramente, foi dito que foram gastos 2 milhões para poder se executar e chegar a esses dados que foram encontrados e divulgados publicamente. Em primeiro lugar, falaram que iriam ser refeitas as sínteses descritas no processo de patente. Eu pergunto: como? Eu escrevi o relatório de patente. O relatório de patente, como todo mundo sabe, não descreve fidedignamente um processo de síntese rota, uma vez que, isso se tornando público, pode ser copiado por outros países ou indústrias farmacêuticas com interesse econômico em cima desse composto. Então, nós, sim, publicamos imagens em zonas.

Eu posso até fazer a pergunta para o grupo que fez essa síntese ou que tentou reproduzir essa síntese: qual foi a temperatura dos reagentes utilizados? Qual foi o fluxo de nitrogênio utilizado? Me respondam isso. Qual foi a quantidade de álcool utilizada no processo de cristalização? Isso nunca foi divulgado.

Agora, vamos lá, eu estive, com a presença do Prof. Odorico, lá na Universidade Federal do Ceará, pessoalmente. O meu medo era o seguinte – pelos relatos do Prof. Durvanei, a Deputada Leandre acompanhava essa reunião, as primeiras reuniões estavam sendo muito acaloradas, para não dizer até com confrontos e embates das ideias e das situações propostas: lá atrás, há quinze anos, quando nós, o Prof. Renato levou a fosfoetanolamina para o professor avaliar lá no Instituto Butantã, nós constatamos o seguinte: as cápsulas não eram possíveis de serem testadas *in vitro*, porque as cápsulas, tal qual consta da patente, não têm 99% de pureza, meus senhores. O que é 90% de pureza? O monocristal. Está escrito na patente. Será que 2 milhões foram gastos e ninguém simplesmente leu o documento que estava escrito? Noventa por cento de pureza: monocristal. Eu reajo ácido fosfórico com monoetanolamima, eu tenho uma reação ácido-base.

A partir dessa reação eu aqueço até 250 graus. Se eu fizesse, pela tese do Cherbuliez, de 1950, eu aqueceria até 180 graus e obteria mais ou menos 80% de pureza. Só que nós aumentamos essa temperatura e aumentamos, então, a pureza do monocristal. Esse monocristal, uma estrutura cristalina bem definida, é recristalizado, solubilizado em água, grau farmacológico, novamente cristalizado, e aí se obtém uma pureza de até 98%. Ótimo, eu pego esse monocristal, faço um tamponamento com uma substância que eu não vou dizer logicamente aqui, porque essa era a nossa segurança. E aí, sim, quando está tamponado nessas medidas, eu levo à cultura *in vitro*. Células *in vitro* não possuem fígado, elas não passam por processo de metabolismo. É impossível se conseguir resultados *in vitro* utilizando as cápsulas da USP. Vamos entender então: eu faço um monocristal, solubilizo-o de uma forma ideal e posso passar para os testes *in vitro*.

Ótimo. Qual é a concentração? A concentração utilizada no presente relatório é cem vezes menor do que a concentração utilizada pelo professor Durvanei nos seus artigos. Todos sabemos que a fosfoetanolamina é dose dependente, ou seja, quanto maior a concentração do composto, maior a evidência do seu uso. Se eu pegar um composto, um processo, um ácido acetilsalicílico, a aspirina, por exemplo, e diluí-la 100 vezes em uma concentração de diluição de 100 vezes, nem ela vai fazer efeito. Mas o relatório comporta e mostra a cisplatina como substância de controle de ação. Cisplatina mata, mata o câncer, ela foi utilizada para matar judeu na Segunda Guerra, ela é necrolítica, ela mata gente. Se você ficar vivo pelo uso da cisplatina e tiver sorte, você mata o seu câncer. Então ela mata o câncer, ela mata o paciente. Ela matou judeu na Segunda Guerra, ela é veneno. Ela mata, não há dúvida disso.

Enfim, vamos seguir. Lá com uma conversa do Prof. Odorico, eu falei: Professor, eu estou trazendo para o senhor um monocristal purificado para que o senhor possa utilizá-lo nas pesquisas de teste *in vitro*, uma vez que se o senhor utilizar as cápsulas o senhor não obterá resultados. O que o Professor Odorico disse para mim? "Muito bem, eu vou ver como que eu posso incorporar isso porque isso não foi objeto, o objetivo do relatório do Ministério da Ciência Tecnologia. Não me foi pedido isso. Então eu tenho que usar somente aquilo que é o objetivo de estudo, que são as cápsulas." Ótimo! Se o objetivo era somente fazer uso das cápsulas, por que foi divulgado no relatório os estudos das nanoestruturas do Prof. Durvanei?

Será que, então, há uma seletividade pelo grupo que foi selecionado? Ora ele usa o que é objetivo e objeto de interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia, ora ele usa aquilo que não é do interesse do Ministério da Ciência Tecnologia. Ele tinha um composto preparado em mãos para poder utilizar.

Segundo ponto: o mesmo composto que eu levei para Sr. Odorico foi testado, avaliado, divulgado como positivo, e eu deixei isso publicamente retratado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 16 de dezembro de 2015. Eu falei que ele tinha resultado. O Prof. Durvanei avaliou, o professor Odorico avaliou. O Prof. Odorico não sabe fazer a diluição do processo. Eu não ensinei, o Professor Renato não ensinou. Se ele não sabe, como que ele fez? Me respondam. Se não foi lido nem o documento de patente, que não sabe diferenciar monocristal de complexo, como esse argumento ou essa comissão tem autoridade para vir aqui desmerecer um composto que já está sendo utilizado por mais de 650 mil pessoas nos últimos 25 anos? Fala de teste pré-clínico de toxidade? Eu tomo esse composto há 15 anos. Que toxidade que eu apresento? Que tumor eu tenho? Vieram dizer que esse composto causa tumor, porque encontraram artigos científicos, sim. Dois mil artigos científicos diziam que ele causava tumor. Por quê? Porque quando se pegavam esses tumores, homogeneizavam e faziam análise clínica, análise analítica, encontravam muita fosfoetanolamina.

No primeiro momento, acreditava-se então que a fotoetanolamina era um composto tumoral. Só que em Ciência, dogmas não são permitidos. Se 2 mil, 1 milhão de pessoas acham isso...Ciência não é democracia. Vamos fazer a pergunta contrária. Vamos suplementar os ratos com fosfoetanolamina em concentrações viáveis para ver se ela diminui esses tumores. Sim, ela diminuiu muito bem em relação à comparação com o Taxol – tese do Professor Renato Meneguelo. Sim, ela diminuiu nos usos dos pacientes nesses últimos 25 anos.

Há relatos e mais relatos de pacientes que têm melhora não somente na diminuição dos seus índices tumorais como também na diminuição da dor, melhora na qualidade de vida e ganho de peso.

Senhores, não estou dizendo que fosfoetanolamina cura o câncer. Nunca foi dito isso. Eu nunca pedi que ela fosse liberada como medicamento ou como suplemento. O que eu pedi e venho pedindo é que se faça o conhecimento desses estudos clínicos.

Agora vamos pegar dois milhões, treze milhões, vamos dar pró-labore de R$12 mil para cada um desses integrantes, vamos pegar o Prof. Odorico, que tem um centro que parece um *shopping center*, pago a R$13 milhões com custos de financiamento público do Finep, que avaliam, então, drogas de indústrias farmacêuticas particulares. Vamos pegar o Prof. Calixto, que trabalhou intimamente com o grupo Aché, que publicou medicamentos estabelecidos através da c*ordia verbenacea*, chamado de Acheflan. Ou seja, qual a imparcialidade desse grupo?

Tenho, então, dois membros que trabalham intimamente com a indústria farmacêutica nacional e internacional e eles são imparciais porque apresentam doutorado em Oxford? O critério de argumento é peso contra o peso da qualidade da pessoa, e não a qualidade dos seus argumentos.

O que eu deixo claro aqui é que quero ver esses testes clínicos prontos. Pedir a liberação disso como suplemento é uma patifaria, me desculpem. O que acontece com a liberação do suplemento? Nós, eu, o Prof. Gilberto, o Prof. Salvador, Otaviano, não ensinamos como é feita a síntese. Não me surpreende se alguma patente já não tenha sido requerida no Inpi como suplemento e que se faça a liberação visando o benefício de algum grupo econômico. Estou pondo isso em possibilidade. Eu gostaria de ter acesso ao Inpi e saber se já existe alguma patente de suplemento requerida.

Segundo ponto: suplemento não tem avaliação terapêutica. Esse vai usar uma dose, aquele vai usar outra dose, aquele outro vai usar desse jeito, aquele vai usar dessa forma, enfim, vai cair em descrédito. A fosfoetanolamina tem que ser estudada clinicamente pera que possamos ter os revezes, os vieses, as dosagens, as excreções dos fluidos corporais, se ela cura e qual a porcentagem, quais os tipos de tumor.

Eu, particularmente, acho que ela não cura todos os tipos de tumor. Eu, particularmente, acho que ela não cura 100% dos tumores tratados. Eu conheço pacientes que tomaram fosfoetanolamina, que não fizeram uso de rádio ou quimioterapia, que tinham um sistema imune hígido e eles faleceram. Então, ela não é um composto milagroso. Só que eu digo o seguinte perante esta Casa: o Brasil é uma das possibilidades. Não duvido que daqui a um ano, ou menos até, ou dois anos, outro país use sistemas de enriquecimento ou sistemas de imunoestimulação de fosfolipídeos ou fosfoetanolamina endógena e venda para nós, a preços exorbitantes de taxa de importação, novos medicamentos estabelecidos em cima daquilo que foi criado.

Terceiro ponto: se não era objetivo estudar, por que o Ministério da Ciência e Tecnologia divulgou todos os metabólicos que serão gerados? Isso era uma pesquisa nossa.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Vou tentar ser breve.

Outro ponto: dizer que a análise química foi muito bem feita... Senhores, quando eu pego um sal, um carbonato de cálcio e olho, ele tem 99% de pureza, ele ainda apresenta, nesses 99%, 1% de purezas máximas até de metal pesado. Qual foi a taxa de bário encontrada nesses relatórios? Apresentar em porcentagem? Se um estagiário apresentar um trabalho para mim em porcentagem e não apresentar as taxas de discrepância, a dispersão desses dados em porcentagem, isso não tem valor. Qual foi o limite de detecção utilizado? Qual foi o limite de quantificação utilizado em química analítica?

Eu faço Química Analítica. Se eu apresentar um artigo científico sem apresentar os critérios de detecção, o limite de detecção, o limite de quantificação, as metodologias químicas utilizadas... Não! Isso foi feito como um relatório de iniciação científica.

Desculpem-me, mas não vejo qualidade nessa comissão que foi estabelecida para estudar esse medicamento. Não vejo grandes resultados. E vou além: se for utilizada a mesma dose que está sendo utilizada nesse primeiro relatório, eles não vão chegar a conclusão nenhuma em testes vivos. Palavras do Prof. Odorico: "nós vamos começar pelo pior tumor existente". Por que pelo pior e não o mais frequente? "Se o pior tumor não apresentar resultado, iremos para o segundo pior". Por que o não segundo mais frequente?

O que eu vejo nessa comissão é a busca de uma tentativa de achar onde a fosfoetanolamina não funciona e não quais são as evidências de funcionamento.

Outro ponto seria a discrepância e o pedido de liberação disso como suplemento, uma vez que a própria Anvisa diz que não é possível fazer a liberação de suplemento de substância sintetizada. Então, não entendo o contrassenso e as argumentações utilizadas.

Eu deixo aqui o meu muito obrigado e a minha indignação diante de um trabalho tão malfeito como foi o apresentado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu me envergonho, sinceramente, de fazer parte dessa ciência que se diz que é feita no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós ouvimos aqui o Dr. Marcos Vinícius de Almeida, por requerimento que foi encaminhado antes da reunião de hoje pelos Senadores Telmário Mota e Cristovam Buarque.

Registramos também no plenário as presenças da Deputada Federal Carmen Zanotto, do PPS de Santa Catarina, e do Deputado Federal Lobbe Neto, do PSDB de São Paulo.

Com a palavra, o Dr. Gilberto Orivaldo Chierice, professor e pesquisador aposentado da Universidade de São Paulo. (*Palmas.*)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Bom dia, senhores.

Eu gostaria de relatar sobre quando me foram pedidos comentários sobre o relatório do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Antes, eu só queria dizer para os senhores que eu nunca fui pesquisador do CNPq nível 1A por uma razão muito simples: eu não queria ter bolsa porque eu achava que a Universidade me pagava um salário suficiente. Então, essa é a razão pela qual no meu currículo nunca houve pedido para ser pesquisador do CNPq.

Eu acho interessante quando escrevem "professor pesquisador aposentado": é como se eu estivesse morto! (*Risos.*)

A minha inteligência não é privilegiada e nem necessariamente está acima ou abaixo da dos meus colegas.

Eu confesso que me surpreendeu muito esse relatório apresentado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, porque, primeiro, o Ministério nunca comunicou a quem fez, a quem desenvolveu e como era. A interpretação da fosfoetanolamina não é uma brincadeira – nem queiram retratá-la como se fosse um dado convencional ou comum! A fosfoetanolamina é uma substância extremamente interessante. Eu sempre brinco que é uma dádiva da criação, porque você a tem dentro de você. A sua mãe amamenta você quando você nasce com 100 miligramas a cada mamada, uma quantidade muito grande. Eu não entendo por que a hipocrisia de ficar rodando em volta da fosfoetanolamina.

Eu desafiei, e continuo desafiando, da seguinte maneira: provem que não funciona. Não venham com historinha de montar dados clínicos.

Aqui vocês estão vendo duas sínteses. A síntese de baixo foi feita pelos pesquisadores que disseram que fizeram uma síntese baseada na patente. Aliás, desculpem, senhores: não, essa síntese de baixo é a que aparece no relatório difamatório com bário. Síntese de bário é de Cherbuliez, Cherbuliez que usa bário. Por favor, consultem. Não é uma leitura difícil, é uma regrinha. E consultem a patente nossa. Nunca tem bário.

O bário apareceu porque fizeram outra síntese. E por que atribuíram a nós?

O que é mais sacaneante... Eu não participei – estão aqui os Senadores que podem ver isso –, eu não participei dessa lei de liberação de fosfoetanolamina. Nunca! Torço, mas não participei.

Por que apareceu na véspera? Isso está errado. Fizeram uma síntese que não é a nossa. Enfiaram bário, enfiaram ferro, enfiaram manganês. Por quê? Com qual intuito? Será que havia algum tonto do lado de cá? Senhores, não subestimem a inteligência das pessoas!

O que o Ministério está fazendo... Ele disse que escolheu uma elite. Eu me recuso a fazer parte... Eu sou de outra estirpe. Eu não estive em Harvard, não estive lá, não estive em lugar nenhum, mas eu tenho 450 trabalhos publicados – todo mundo está falando de si próprio; por que eu não posso? Eu também sou um professor titular de universidade, apesar de ser aposentado. Eu publiquei muito e orientei muita gente.

E o mais interessante é que a maioria do Ministério me conhece e sabe que eu nunca tive dinheiro de pesquisa do CNPq, a não ser numa pesquisa que nós fizemos junto com o... Eu nunca peguei empréstimos, nem da Fapesp, nem do CNPq. Por quê? Porque a Fapesp e o CNPq não me dão? Não. Porque eu consegui com a Telebras, eu consegui várias coisas.

Quem financiou essa pesquisa da fosfoetanolamina foi a Tupi Termotécnica, uma empresa com a qual a gente construiu uma substância CO2. Quanto custou essa pesquisa para o País? Nada. É como a USP diz, que está gastando dinheiro para fazer... Ela nunca pôs um centavo nem de fosfoetanolamina, nem de ácido fosfórico, nem de nada!

Senhores, eu lamento ler esse relatório, primeiro porque eu sou químico analítico de formação. Vejam a brincadeira: dizem que usaram a cápsula, a cápsula insolúvel. Eu pego uma cápsula aqui, ponho no copo do Senador e vou ver quanto dissolve ali. O que fizeram com a célula? Jogaram pó em cima dela? Pulverizaram-na? E, se a pulverizaram, ela morreu afogada. Não é citotóxico. Todo mundo sabia... Citotóxico. O que significa a palavra? Toxicidade no local, *in situ*. Não é.

Experimentou-se no tubo de ensaio. Tubo de ensaio não tem fígado. Tem que passar pelo metabolismo do fígado para poder caminhar para a célula.

Fala-se isso por quê? Será que informação é qualquer coisa? O Inca mesmo, que esteve presente aqui... Há 15 anos eu procurei o Inca. O Inca me procurou, através de uma comissão que o Ministro estava fazendo. A pessoa até tinha um nome interessante, Antonov, que era um pesquisador que foram buscar na Inglaterra para escolher no Brasil quais eram os trabalhos de câncer. Por que ninguém fala disso? Por que ninguém fala? E ele pesquisou para o Brasil no mundo inteiro. E ele veio nos procurar dizendo o seguinte: "Professor, essa molécula é a mais viável que nós vimos." Se foi dito isso no passado, será que nós não temos memória?

O que entristece é a falsificação. Isso é falso, e eu provo por a mais b. Sabem por que, senhores? Foram 18 cápsulas, e faltaram duas – estão comigo. Não que eu seja desconfiado, mas eu tive que fazer a análise, e eu não encontrei bário, não encontrei ferro, não encontrei manganês, nada – nem bário!

Se os senhores... Eu recomendo ao pessoal técnico que leia a síntese de Cherbuliez: ela, sim, usa bário. É improvável haver bário.

A mesma coisa é a monoetanolamina que acharam. A monoetanolamina é um produto de decomposição. Por quê? Porque a síntese é feita a 240ºC. O ponto de ebulição da monoetanolamina é 170ºC. Então, ela fica lá duas horas a 240ºC... Só se depois, quando começa a esfriar, alguém vai lá e põe monoetanolamina. Senão, não é possível. Quem trabalha com síntese sabe disso.

A "bisfosfoamina", que dizem que existe aí... Deveriam ter lido o trabalho que foi publicado sobre ela, que é dímero. Ela é um agregado. Esse é o grande segredo da fosfoamina! A fosfoamina que nós fabricamos é agregada: ela se comporta igual a aminoácido. Está aqui! Aqui estão falando do bário. Essa síntese foi a síntese que vocês viram um pouquinho atrás, que foi feita na Unicamp ou não sei onde. Essa fosfoamina só tem cálcio, magnésio e zinco, o resto é folclore.

Agora, quando você faz isso, significa má-fé. Quando você suborna dados, significa má-fé. E essa má-fé nós não podemos admitir como pessoa, nem como pesquisador.

Só para alegrar todo mundo e não preocupar muito os nossos centros de pesquisa: nós já começamos a fazer dados clínicos talvez no México, Coreia e talvez no Canadá. Vai ser paralelo, porque não dá para confiar no que vai ser feito no País. Tem de ser feito em vários lugares. (*Palmas.*)

Tem que ser feito em vários lugares! Se até uma fórmula é deturpada, e vêm falar que é nossa... Nunca foi! A grande... Não é possível existir bário dentro da nossa substância. A quantidade que há de bário é quase 4%. Nem contaminação não é isso!

Então, quando me chamaram, eu vim.

E quanto à ideia de fazer como suplemento alimentar: por que pode suplemento alimentar e não podem continuar os testes para chegar a medicamento?

Eu gostaria de saber, caso exista médico aqui, se ele recomenda para o paciente dele suplemento alimentar de qualquer coisa. Se existe alguém que tenha convênio de saúde, também pergunto se o convênio de saúde paga os exames para quem está tomando suplemento alimentar. É uma ideia infeliz! Infeliz! Eu acho muito interessante o Ministro chegar e dizer que vai capacitar tal laboratório para fazer... O que ele está falando? O País não tem lei, porque, se a patente está em nome de outro, como é que ele pode determinar que vai ser qualquer coisa? Ele está brincando – eu acho!

Senhores, eu não vou desistir. Eu vou fazer isso fora do País. Inclusive não é nem para alertar, é para... Nós temos confiança de que realmente a fosfoamina não funciona. Agora, lá fora, está funcionando. Já começaram umas outras fases, e está funcionando. Então, nós temos de nos cuidar, porque senão nós vamos ser desmoralizados internacionalmente, como muita coisa já nos fizeram...

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Prof. Gilberto.

E nós queremos dizer, Prof. Gilberto, que, aqui na Comissão, nós o desaposentamos. O senhor é aposentado da Universidade de São Paulo, mas o senhor continua atuante. Então, aqui para a Comissão, o senhor é desaposentado!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está presente também no nosso plenário o eminente Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão, do PT de Minas Gerais.

Para fechar a lista de painelistas sobre o tema, chamamos a Anvisa na pessoa da Drª Meiruze Sousa Freitas, Superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia aos demais Senadores e Deputados, à equipe de pesquisadores e demais representantes do GT e aos presentes.

Eu queria apenas esclarecer que não sou mais Superintendente de Medicamentos. Essa estrutura da Anvisa foi modificada, mas atuei como membro do GT, orientando a parte da Anvisa no GT instituído pela Portaria nº 176. Atualmente sou Gerente-Geral de Toxicologia da Anvisa.

É interessante dizer que a proposta da Anvisa no GT foi trazer subsídios para o desenvolvimento do produto em termos de considerá-lo como medicamento. Nesse sentido, foram utilizadas todas as diretrizes da Anvisa, seus regulamentos técnicos e seus guias, para orientar as pesquisas sobre o produto.

É importante novamente contextualizar o papel da regulação. A regulação deve conciliar os objetivos de proteção à saúde, desenvolvimento econômico e social do País segundo os princípios, valores e interesses legítimos da sociedade. A nossa base para trabalhar em relação a medicamentos é a Lei nº 6.360, que estabelece que os medicamentos a serem comercializados no Brasil devem ter registro no Ministério da Saúde, delegada essa competência à Anvisa. E um produto, quando novo, deve ter toda a sua comprovação científica, ser reconhecido como seguro e eficaz ao uso a que se propõe, deve possuir identidade, atividade, qualidade, pureza e inocuidade necessárias. Tratando-se de produto novo, deve seguir as diretrizes apresentando os estudos pré-clínicos e clínicos e os demais dados de tecnologia farmacêutica para fins de concessão de registro.

Nós regulamentamos o registro de um medicamento novo por meio da RDC nº 60. Nessa regulamentação, estabelecemos que, para produtos utilizados em doenças de alta morbidade e de falência terapêutica, é possível registrar o novo medicamento com a apresentação de estudos clínicos da fase II e da fase III em andamento. Para situações em que a fase III não se aplicar, o estudo pode ser registrado apenas como de fase II.

A Anvisa estabelece, em suas diretrizes, priorização para a avaliação. No caso da fosfoetanolamina, propor-se-ia uma inovação radical. Registrada e fabricada no Brasil, teria total prioridade para avaliação na Anvisa. Um produto que recebe priorização é analisado 75 dias após a sua submissão à Agência.

É importante citar as diretrizes da regulação.

A Anvisa não atua na descoberta. Em relação aos ensaios não clínicos, nós estabelecemos um guia, e esse guia é colocado como base para orientar o trabalho do GT, para que os estudos pré-clínicos que necessitam de complementação sejam realizados segundo o guia.

É importante colocar que, no relatório disponibilizado pelo Ministério da Saúde no dia 22 de dezembro de 2015, constam as orientações e a avaliação preliminar que a Anvisa fez dos dados apresentados pela Deputada Leandre no dia 2 de dezembro de 2015. Foram apresentados novos estudos e novos artigos de literatura, que avaliamos dentro dos requisitos para registro de medicamento e identificamos a necessidade de dados complementares, de continuar a avaliação de dados pré-clínicos, já que os estudos não suportavam todos esses dados.

É importante destacar que a Anvisa não desqualificou os estudos apresentados. Ela simplesmente fez a análise no intuito de qualificar que dados poderiam ser utilizados para fins de registro e quais dados faltariam. Faltaram dados que foram apresentados no relatório. Esse relatório resultou de cinco reuniões, de que participamos. Ao final do trabalho, os dados foram divulgados a todos os membros do GT. Antes da publicação, foi passada a versão final pelo coordenador do GT, o Ministério da Saúde, na qual relatamos a avaliação dos dados preliminares. Identificamos a necessidade de fazer estudos adicionais para os estudos pré-clínicos e clínicos da fase I e da fase II e, posteriormente, fase III, juntamente com os demais membros do GT.

O guia que a Anvisa recomendou para ser utilizado nas diretrizes dos ensaios pré-clínicos está disponível no *site* da Anvisa. Ele é baseado também nas diretrizes internacionais sobre o tema, nas melhores referências sobre o tema, que são a agência americana, a agência europeia, a OECD e a Organização Mundial de Saúde. Esse objetivo é harmonizar a regulamentação e também reduzir o número de ensaios inadequados e desnecessários em animais.

A concessão do registro.

As terapias inovadoras desenvolvidas por pesquisadores renovam a esperança de novas possibilidades terapêuticas, e a Anvisa atua comprometida em promover, no âmbito de suas atribuições, o acesso a novas terapias.

É essencial que a Agência receba a solicitação de registro ou, neste caso, a solicitação de pesquisa clínica, com as evidências científicas necessárias para a comprovação de eficácia, efetividade, inocuidade e qualidade.

A concessão deve ser solicitada previamente por uma empresa. Não cabe à Anvisa fazer qualquer registro avulso sem que o interessado solicite e cumpra os requerimentos legais. Não há na Anvisa, até o presente momento, solicitação de pesquisa clínica relacionada a fosfoetanolamina, assim como não há nenhum pedido de registro nem como medicamento, nem como alimento.

Quanto ao GT – já foi colocado –, pela portaria, foi estabelecido que, em 60 dias, seria elaborado um relatório da situação, do panorama. Esse relatório foi publicado já, no dia 22, no *site* do MCTI.

Qualquer medicamento novo desenvolvido no Brasil recebe tratamento prioritário na Anvisa. A Anvisa analisará com presteza qualquer solicitação pesquisa clínica nesse sentido. Dessa forma, receberá total prioridade se algum fabricante apresentar o dossiê à Anvisa. Não existe embargo ou proibição da Anvisa à fabricação da fosfoetanolamina, desde que a mesma seja submetida aos necessários testes clínicos que comprovem sua qualidade, segurança e eficácia, bem como seja requerido seu registro por uma empresa junto à Anvisa.

Foi veiculada a questão, na mídia, do registro como alimento. A base legal para registrar um produto como alimento é o Decreto nº 9.886. Esse decreto fala que, se o produto tiver finalidade medicamentosa ou terapêutica, ele não poderá ser registrado como alimento. O decreto estabelece que alimento é fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento – desde que atenda à definição de alimento e não seja destinado a tratamento, prevenção ou cura de doenças.

Na categoria de alimentos, são três: substâncias bioativas, novos ingredientes ativos e alimentos com alegações de propriedades funcionais. Entretanto, ainda que seja como alimento, um produto precisa apresentar evidências científicas aplicáveis, conforme o caso, à comprovação de segurança de uso: ensaios nutricionais e/ou fisiológicos e/ou toxicológicos em animais de experimentação; ensaios bioquímicos; estudos epidemiológicos; ensaios clínicos; comprovação de uso tradicional, observado na população, sem danos à saúde; evidências abrangentes da literatura científica, organismos internacionais de saúde e legislação internacionalmente reconhecida sobre as caraterísticas de alimento ou ingrediente.

Nós não temos, na Anvisa ou em outras autoridades pesquisadas, a fosfoetanolamina registrada como alimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Meiruze, pela relevância dessa sua declaração: quer dizer que a FOS não pode ser registrada na Anvisa como suplemento alimentar?

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Quer dizer que, se fosse apresentado um registro como suplemento alimentar, a gente teria que avaliar se ela atende a todas essas características para poder ser registrada como alimento.

Hoje, pelos dados avaliados no âmbito do GT, ainda não há dados suficientes para ser registrada como alimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Em relação aos programas assistenciais.

Nós regulamentamos os programas assistenciais de acesso expandido e uso compassivo para os produtos nos quais estão sendo desenvolvidos estudos clínicos. A fosfoetanolamina ainda não está na fase, não tem os dados de fase para a submissão num processo de uso assistencial – ainda falta iniciar estudos clínicos, fase I ou fase II.

Quando a gente tem todos os estudos pré-clínicos avaliados, com o estudo clínico iniciado e mostrando a diretriz de tratamento, faz-se uma avaliação dentro dos programas assistenciais, ainda que esse produto não tenha registro.

Mas é importante que isso também seja feito por uma empresa capaz de responder quanto a todos os efeitos no paciente durante a pesquisa.

Substâncias aparentemente inofensivas podem interferir no sucesso de um tratamento. A automedicação pode ser prejudicial para o paciente. É atribuição da Anvisa a proteção da saúde, minimizando os riscos à saúde decorrentes da produção e do consumo de bens e serviços.

Obrigada. Agradeço a todos e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Drª Meiruze Freitas.

Nós ouvimos todos os palestrantes requeridos e aprovados em sessão anterior das nossas três comissões.

Eu queria submeter algo à consideração dos colegas Senadores. Como há muitos perguntadores, eu queria sugerir – e gostaria de ouvir a posição dos colegas sobre isso – até cinco minutos para cada pergunta e até cinco minutos para cada resposta.

Há alguma objeção dos Srs. Senadores? (*Pausa.*)

Aprovada a proposta.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Desde que – e aqui vai uma sugestão também – cada pergunta também seja respondida diretamente e que não façamos por blocos. Acho que assim fica muito mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pergunta e resposta por vez?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E eu queria propor que, na abertura de cada pergunta, o Senador indicasse a quem dirige a pergunta, para que, se for o caso, o nosso eminente interpelado possa se deslocar até a tribuna se não houver microfone na bancada onde se encontra.

Já estão inscritos, pela ordem, os Senadores Ivo Cassol, Ana...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, eu queria ponderar que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Um Senador e resposta em seguida... Eu queria sugerir que fosse pelo menos um grupo de três, porque as perguntas acabam sendo repetitivas. Então, se fizer uma pergunta de três... Nós estamos aqui, no máximo, entre oito. Dá para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós temos inscritos, até agora, sete. Mas há também Senadores que ainda não requereram inscrição, como o Senador José Medeiros...

Está requerendo agora. Então, já temos oito inscritos.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas se fizéssemos três grupos de três e um de dois...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, como há duas propostas, uma do Senador Eduardo Amorim e a outra do Senador Moka...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu respeito a opinião do Senador, eminente colega...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos submeter a questão à apreciação dos colegas.

Quem entende que se deva fazer pergunta e resposta um por um permaneça como está. (*Pausa.*)

Quem acha que tem que ser de três em três? (*Pausa.*)

Temos cinco. Então, vence esta opção.

Então, faremos perguntas a cada três Senadores. E cada um direcionando...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Talvez uma sugestão intermediária seria a seguinte. O Senador Amorim é médico, o Senador Moka também é médico. Eu sou engenheiro, as nossas perguntas são mais genéricas, mas as deles, muitas vezes, são mais específicas, porque querem fazer um debate. Então, eu acho que quem é da área, é médico, que queira fazer uma pergunta mais direta... Talvez também se possa liberar, porque fica melhor assim a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, quando forem perguntas dos médicos, serão perguntas isoladas, sem o três por três, não é?

Também registramos a presença do Deputado Estadual Ricardo Madalena, da Assembleia de São Paulo.

Eu quero submeter também aos colegas Senadores o desejo dos Deputados, tanto federais como estaduais, de perguntarem. V. Exªs concordam ou discordam? Se há alguém que discorda, por favor, se manifeste. (*Pausa.*)

Então podem se inscrever também os deputados federais e estaduais presentes.

A minha colega Égli vai anotando: já estão inscritos, pela ordem, Ivo Cassol, Ana Amélia, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Eduardo Amorim e José Medeiros.

Cinco minutos para a pergunta e a quem a dirige, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero agradecer a participação e a presença do Dr. Gilberto, do Durvanei, do Marcos Vinícius, deixar um abraço para o Renato e parabenizar o Prof. Otaviano. Ao mesmo tempo, comentar que os Deputados Federais, as Deputadas e os Deputados que também participaram da última audiência com o Ministro Celso Pansera na semana passada, na última quarta-feira, de que participei...

Os pesquisadores que fizeram a fórmula da fosfoetanolamina disseram que o grau de aquecimento, pelo que eu entendi, é de 240 graus. Eu estive com o Jailson, que também se encontra aqui presente – não sei quem estava junto conosco no dia –, e os pesquisadores desses laboratórios trabalharam com 70 graus. Estou falando isso para vocês porque eu estava presente na última quarta-feira, na semana passada, quando foi dito que o aquecimento que deram à FOS foi de 70 graus.

O que se percebe é que esse grupo de trabalho, na verdade, não tem interesse em colocar a FOS à disposição dos pacientes com câncer. Vejo dificuldades. Eu fico triste com o brasileiro, como Senador representando o nosso País, não só o Estado de Rondônia e todos os pacientes com câncer, quando percebo, Sr. Presidente, que não há interesse do próprio Governo em liberar. Os interesses, infelizmente, são farmacêuticos, são dos laboratórios e de profissionais de várias áreas. Isso nos deixa muito tristes, porque o desencontro entre o grupo de trabalho e os pesquisadores...

Eu queria pedir, por gentileza, silêncio aqui, para facilitar. Se não, Sr. Presidente...

O desencontro de dados aqui é muito grande – aqui está o Senador Moka. Nós estávamos até comentando aqui –, é muito grande. E é triste para nós, como brasileiros, ver a nossa descoberta, o nosso conhecimento, e os pesquisadores terem que ir para outro país para legalizarem o tratamento com a fosfoetanolamina.

Eu fico mais triste ainda, gente, porque não comprei essa briga – Senador Lobão, o senhor que acompanhou, foi Presidente da CAS naquele dia – só por ter ouvido os pesquisadores e os pacientes. Eu também acompanho pacientes no meu Estado, pacientes que foram desenganados pelos médicos, mandados para casa para morrer: eles estavam com vida normal na cidade, mas estão há 20 dias sem o remédio e voltaram para o hospital de novo.

Eu fico triste quando vejo... Não quero passar a filmagem, porque ela é muito pesada. O Senador Raupp, lá de Rondônia, conheça Ranulfo Souza Lima. Ele é de Santa Luzia d'Oeste, tem 52 anos, é um fundador do Estado de Rondônia, está com câncer na orelha, não aguenta a dor, não consegue dormir. Vocês imaginam o estado crítico por que ele passa junto com a família e os amigos. Ele conseguiu 12 comprimidos de um paciente que foi a óbito. Sobraram esses comprimidos, e ele tomou um por dia. Durante 12 dias ele conseguiu dormir. Acabaram-se os comprimidos vai fazer dez dias, e ele, infelizmente, voltou a gritar. Fica acordado a noite inteira.

Portanto, eu espero que a Presidente Dilma, que já passou por um câncer, fez um tratamento sem a liberação de um medicamento pela Anvisa... Eu espero que a Presidente... Neste momento, pela economia não se consegue ganhar o apoio popular, pela política está pior ainda... Vamos ganhar as pessoas pelo coração! Vamos liberar! Que a Presidente Dilma libere esse medicamento, que sancione essa lei e o coloque à disposição da sociedade. O medicamento não é tóxico, gente! Se não é tóxico, por que tirar a esperança do povo que quer, de alguma maneira, tentar continuar entre os amigos e outras pessoas?

Portanto, eu quero, mais uma vez, me colocar à disposição para que as comissões ouçam os dois lados, parabenizar...

O Marcos Vinícius esteve lá, o Gilberto esteve também com o Ratinho. O Ratinho comprou essa briga. Parabéns para o Ratinho, esse apresentador, porque muita gente não tinha conhecimento, e hoje a quantidade de pessoas que são diagnosticadas com câncer é muito grande, Sr. Presidente.

Eu vejo com tristeza o nosso conhecimento, a nossa descoberta ir embora do Brasil. E quem nos garante que amanhã não seremos nós que precisaremos desse medicamento? Hoje são os pacientes que precisam, amanhã poderemos ser nós. Por isso eu coloco aqui essa discrepância.

Para encerrar, faço a pergunta principal: por que o Ministério, o grupo de trabalho, não levou os pesquisadores para o laboratório?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para quem é a pergunta, Senador?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Para o próprio Ministério, para o próprio Jailson, para o próprio pessoal, porque para a Anvisa não adianta. A Anvisa é o seguinte: ela só vai fazer quando for provocada. Como os laboratórios não a provocam, nunca vai haver a liberação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A sua pergunta, então, é formulada em que termos mesmo?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A minha pergunta é para o Jailson: por que o Ministério não convidou, não levou pagando as despesas, os pesquisadores para fazerem parte da pesquisa?

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, para concluir: os pesquisadores que descobriram a fórmula não vão colocar para eles toda a fórmula sem o conhecimento total. Eles querem fazer parte porque são donos da patente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Dr. Jailson, daqui a pouco, vai responder à pergunta do Senador Cassol.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Caro Presidente desta audiência pública, Senador Lasier Martins, Senador Edison Lobão, Presidente da nossa Comissão de Assuntos Sociais, caros colegas Senadores, Deputados e Deputadas, Senadoras aqui presentes, cientistas todos que estão aqui, representantes do Governo, é mais uma didática audiência pública sobre um tema tão complexo quanto esse, tema que o País todo está discutindo.

Vou me limitar ao tempo que o Senador Presidente Lasier Martins determinou, encaminhando ao Dr. Jailson Bittencourt de Andrade duas questões e uma ao Prof. Gilberto Chierice.

Para o Dr. Jailson: por que o Ministério da Ciência e Tecnologia recomenda que se produza, que se forneça e se fabrique a fosfoetanolamina sintética como suplemento alimentar ou suplemento? Qual a razão para se chegar a oferecer essa solução?

A outra questão é mais técnica. Sendo cem vezes menor do que as concentrações utilizadas nos testes produzidos pelo Dr. Durvanei Maria, a substância apresentou resultado citotóxico seletivo. É possível que, em concentrações corretas, os resultados se equiparem?

E a questão para o Prof. Gilberto Chierice é uma curiosidade que tenho. Por desacreditar nos órgãos oficiais brasileiros em relação ao registro da fosfoetanolamina que ele desenvolveu no seu laboratório, ele falou no México e fez uma referência a um outro país. Como, no México, está sendo feita a pesquisa desse produto? Isso ocorre em que circunstâncias? São aplicadas pesquisas experimentais e clínicas? Eu gostaria de saber.

Por último: fiquei muito chocada com a iniciativa da USP de um processo contra o professor. Como ele reage a essa iniciativa da USP contra um servidor público que dedicou a sua vida a um serviço público de interesse da comunidade?

São as questões para o Prof. Chierice.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, que está questionando o Prof. Jailson e o Dr. Gilberto Chierice.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Presidente, Srs. Senadores, senhores cientistas, todos os interessados, eu sou uma pessoa da academia, embora seja de uma área muito diferente. Então, respeito muito as preocupações dos cientistas para terem todos os seus argumentos comprovados e analisados, sobretudo no que diz respeito à saúde.

Não vou fazer nenhuma pergunta, mas vou manifestar aqui a minha posição sobre esse assunto.

Primeiro: tenho de dar um voto de confiança às apresentações feitas. Sinceramente, saio convencido ao ouvir as apresentações dos cientistas que aqui defendem o uso desse tratamento. Eu não tenho a menor razão para desconfiar das apresentações que eles fizeram.

Segundo: estão recomendando que se use como complemento alimentar. Logo, não faz mal. Se não faz mal, no caso de uma doença dessa gravidade, com a perspectiva de sofrimento ao longo dela, e de pouca esperança de vida, por que não autorizar o uso e produzir, inclusive, para que as pessoas tenham essa chance de usar o remédio?

Por isso, a minha posição é que não temos de perder tempo. Temos de incentivar ao máximo a possibilidade de produção e de uso dessa esperança.

Quero dizer a todos que se preocupam – e é importante o papel da Anvisa – que hoje uma imensa quantidade de pessoas já busca alternativas de tratamento do câncer por fora da Anvisa, até tratamentos espiritualistas são procurados. O importante é que os tratamentos não provoquem efeitos nocivos, negativos, e, pelo visto, efeitos nocivos, negativos, não há. Se não há, vamos acreditar no que os cientistas estão colocando e vamos dar uma chance a milhões de pessoas que hoje não têm outra esperança na ciência: pelo menos que se agarrem nessa.

Eu sou favorável, sim, a que nós, do ponto de vista político, possamos dar cobertura para a produção e o uso do medicamento, e parabenizo o nosso colega Cassol por ter trazido esse assunto aqui para dentro e por lutar para que essa esperança chegue às casas, às famílias e às pessoas que sofrem de câncer sem outras esperanças na ciência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª, então, não tem pergunta?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Não. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não tem pergunta.

Bem, ouvidos três Senadores, peço, então, que se manifeste o Dr. Jailson de Andrade, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que foi questionado pelo Senador Cassol e pela Senadora Ana Amélia.

O senhor tem a palavra.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Eu agradeço ao Senador Cassol e à Senadora Ana Amélia, pela pergunta e pela oportunidade de vir aqui.

Senador, todos os experimentos foram feitos com material produzido na USP. Nós recebemos as cápsulas da USP. O que foi feito de rota sintética foi para ver possíveis alternativas, mas nós usamos o material da USP.

A ideia inicial era testar, através de dois laboratórios de extrema responsabilidade no País, algumas dessas assertivas. Não há nenhuma dificuldade, em nenhum momento, de contactar e dar participação aos colegas que fizeram isso antes para checarem os dados.

Quem move a ciência é a dúvida e, na ciência, é preciso ser provado. No século XXVII, quando a Academia de Ciências da Inglaterra foi criada, o lema nela colocado foi *Nullius in verba*, não vale a palavra – o que vale é a prova, é o experimento. Então, nós tentamos avançar com esses experimentos.

À Senadora Ana Amélia, muito brevemente: alguns experimentos feitos pelos colegas envolvem injeção parental, quer dizer, injetar diretamente no sistema em estudo. No caso nosso, esses primeiros estudos que estão

sendo feitos visam, inclusive, estudos farmacocinéticos no futuro. Ou seja, nós temos cerca de 5 litros de sangue no corpo humano. No momento em que o sujeito toma uma cápsula, seja ela de qualquer medicamento, isso vai se distribuir na corrente sanguínea e vai se distribuir nos órgãos. Só estudos farmacocinéticos que ainda serão realizados poderão chegar a alguma conclusão sobre isso.

Aproveito para relatar que não foram gastos até o momento R$2 milhões. Dois milhões de reais é o que foi colocado para todo o estudo. Isso ainda vai levar um bom tempo, e nós ainda vamos levar uma série de meses para que se tenha alguma resposta significativa em relação a testes possíveis em humanos. O que nós sabemos é que não é tóxico, simplesmente.

Eu imagino que a questão do suplemento alimentar seja exatamente uma tentativa do Ministro Celso de acelerar um possível uso antes que se chegue à questão do medicamento. Certamente, produzir um medicamento... O Ministério não tem a ver com medicamento, ele faz pesquisa, ele estuda moléculas. Medicamento é com a Anvisa e com o Ministério da Saúde.

Estou falando rápido para aproveitar os minutos finais que tenho para fazer, talvez, duas declarações. Uma delas: eu me considero um produto interno bruto. Eu estudei o primário, o ginásio, o colegial, a graduação, o mestrado e o doutorado no País. Fiz toda a minha formação no Brasil, toda ela, completa, e tenho a maior fé nas instituições brasileiras. A ciência brasileira é de altíssimo nível e altamente competente. Ela ainda é pequena para o padrão mundial, mas ela é muito bem qualificada, e todos esses grupos de pesquisa têm reconhecimento geral do sistema.

Segunda questão: eu acho muito importante o que os colegas fazem, o trabalho que eles fazem e a devoção com que eles fazem o seu trabalho. Acho extremamente importante. Eles pautaram o Executivo, pautaram o Legislativo, pautaram o Judiciário, pautaram a sociedade, mas deploro fortemente o uso do BA-VI, Bahia e Vitória, do Fla-Flu.

Nós não estamos aqui para confrontar. Nós estamos aqui, como disse a representante da Anvisa, a Profª Marisa, para juntar esforços. Se não juntarmos esforços – se prevalecer o BA-VI, nós estamos de um lado e eles estão do outro lado, um lado é mocinho e o outro é vilão –, isso não avançará.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, o CNPq...

(Soa a campainha.)

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Não tenho procuração, mas falarei da Anvisa e de vários outros órgãos. Eles não têm nenhum interesse nem participam de nenhum complô contra nada. O que pretendemos é trazer luz, é trazer oportunidades de colocar estudos e trazer a ciência para isso. O debate científico realmente se faz por ideias, não se faz destruindo reputações ou fazendo acusações no calor do debate. (*Palmas.*)

Essa é uma coisa extremamente importante para todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado ao senhor.

Enquanto o Prof. Gilberto Chierice se dirige à tribuna, para responder...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu quero informar que já temos aqui mais de 30 perguntas, quase 40, enviadas pelo *site* ou pela televisão. E alguns telespectadores, senhores painelistas, estão reclamando da forma muito técnica como estão sendo pronunciadas as palavras, os painéis, alegam que é difícil a compreensão. Então, solicito, se puderem, que traduzam melhor a parte técnica, porque nem todos entendem.

Daqui a pouco vou reproduzir algumas das perguntas – há muitas que são repetitivas.

Dr. Gilberto Chierice, o senhor responde à pergunta da Senadora Ana Amélia.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Qual é a pergunta que a senhora fez, por favor?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A pergunta ao senhor, professor, é a seguinte. O senhor mencionou o fato de que o produto está sendo testado em outros países porque o senhor não acredita nas instituições nacionais – o senhor mencionou o México. Então, eu perguntei qual é o procedimento usado lá? O senhor está fazendo testes em pacientes ou há o registro do produto junto a instituições no México, em laboratórios? Como é?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Senhora, há pouco tempo, quando nós estivemos com o Governador do Estado... A ideia do Governador, que eu achei bastante interessante, era levantar dados clínicos em vários hospitais. Isso porque o presidente do Icesp, que é o Dr. Hoff, aceitou a fase I, pré-clínica, dos trabalhos publicados. Então, ele pediu ao Conep autorização, sendo que outros centros de pesquisa seriam associados

a esse protocolo – eu não estou bem certo, parece que o protocolo clínico só é um, um protocolo clínico, e vai havendo agregações.

Eu recebi a proposta desses dois países para desenvolver, para posterior uso dessa substância fora do Brasil. Eles se ofereceram para fazer todos os dados clínicos. Como a própria Anvisa preconiza que seu protocolo é internacional, acredito que um protocolo feito no México, na Coreia ou no Canadá será aceito no Brasil e, ao mesmo tempo, reforçará o nosso trabalho aqui no Brasil.

A senhora perguntou por que eu não confio. Eu não confio por causa daquela análise. Eu sou um químico analítico. Quando eu vi aquela análise com o bário, eu disse: "Isso não é meu!" Essa é a primeira síntese do Cherbuliez, que é uma síntese orgânica. Agora, não entendi, até hoje, quando o Ministro falou que iria ceder e sintetizar a fosfoamina baseado no que estava no Inpi. Eu achei até um atrevimento, mas falei "Se é para comprovar, que faça".

Mas não foi feito, foi feita outra síntese. E a confusão foi tão grande que, como químico analítico, eu não posso aceitar. Transpuseram o dado de uma síntese para a minha. Eu não entendi isso.

Agora, desculpe-me o Jailson, mas eu acho que isso não é ciência, porque, quando se faz, o maior cuidado que se tem em analítica é para não fazer contaminação cruzada, todas essas coisas. E eu sou um químico analítico de 47 anos! Então, eu não posso passar por uma situação como essa e achar que...

O que eu posso pensar? Eu já fiquei intrigado porque essa publicação foi antes da votação dos Senadores. Foi uma atitude... Coloca-se num relatório uma dubiedade: citotoxicidade, a concentração de fosfoamina de 32%... Ninguém entende aqui nesta sala o que é estequiometria química! Foi feito pela pessoa. Sem tem fosfoamina, cálcio e magnésio, não vai ter 100% de fosfoamina. A pessoa que fez isso fez de uma maneira capciosa. Disse que tem 32% de fosfoamina! Está correto isso, Jailson?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Está. O que está incorreto é que as cápsulas que nós recebemos da USP dizem que têm 500mg, mas, no interior delas, não há 500mg, mas, sim, algo entre 270mg e 300mg.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Eu perguntei outra coisa para você, Jailson! Eu perguntei se a quantidade de fosfoamina determinada está correta.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Dentro da cápsula há 32% de fosfoetanolamina. É o que contém.

(Soa a campainha.)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – E você o quê?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Pelo menos é o que foi encontrado...

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Desculpe, eu vou rasgar o meu diploma!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – E eu acredito no que foi encontrado.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Você não entende de estequiometria? Onde é que está o cálcio e o magnésio?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Eu sou professor de Química há 46 anos.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Perdeu!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Sexta-feira da semana passada...

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Perdeu!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – ... os estudantes e a universidade comemoraram meus 40 anos como Professor de Química da Universidade Federal da Bahia.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Então, você está brincando.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – E o senhor sabe que eu sempre atuei em Química e comecei dando aula de Química Geral no ginásio. Então, eu conheço razoavelmente o que é estequiometria. E também uma das áreas em que atuo é Química Analítica, inclusive sou editor do *Microchemical Journal*, periódico extremamente importante do Analytical Methods, da Royal Society of Chemistry.

Então, o senhor questionar... O senhor pode questionar até se eu estou me posicionando bem, mas minha qualidade como químico é inquestionável.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Mas eu nunca colocaria isso, como também não coloquei a minha. O que eu acho brincadeira é vocês dizerem que uma substância tem 32% e colocarem um agregado lá! Isso é...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Professor, a maior quantidade de material que há na substância é fosfato de cálcio, que o próprio desenvolvimento de vocês coloca para neutralizar, já que ela é ácida. E se ela for tomada sem neutralização, por ser ácida, vai aumentar o pH no estômago e vai gerar azia. Então, a maior parte do que está lá é fosfato de cálcio, e boa parte reage com o ácido fosfórico. Certamente, vai haver um

excesso de fosfato. O cálcio reage com o fosfato muito facilmente, tanto que os nossos ossos são formados por apatita, fosfatos de cálcio; os dentes, por fluorapatita. Então, onde houver fosfato e houver cálcio, eles reagem.

Eu não estou dizendo que isso é bom ou é ruim; eu estou dizendo que é o que há no material que nós recebemos do Instituto de Química da USP.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Desculpe. Eu não posso aceitar, e acho que o nosso conhecimento de química difere um pouco.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Com certeza, com certeza.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Com certeza. Está bom.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Eu não tenho a menor dúvida.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – É.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Para mim, o que move a ciência, continuo dizendo, é a dúvida, não é a certeza. Quando a certeza começa a tomar parte na ciência, ela deixa de ser ciência; ela passa a ser alquimia, passa a ser religião, passa a ser qualquer outra coisa.

O que me move é a ciência, o que me move é a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, senhores. Se a matéria é altamente debatida fora daqui, pelo Brasil afora, não será nesta audiência pública que deixará de ser debatida.

Por decisão dos Senadores, quando houver pergunta de Senador médico, a pergunta será individualizada, e não em bloco. Desse modo, tem a palavra o Senador médico...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador, eu acho que faltou ser respondida uma pergunta que eu fiz ao Prof. Gilberto Chierice sobre um processo que há na USP. Eu fiquei chocada, porque a palavra usada... Eu nem vou repetir a palavra, professor. Qual foi a razão disso? Como é que o senhor recebeu essa iniciativa da universidade?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, sim.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – É que nós temos muitos químicos de alto nível também que não conseguiram atingir o nível da fosfoamina. Isso irritou... E a irritação deve ter provocado uma situação não muito agradável. Eu fui processado – V. Exª não quer repetir, mas eu vou – por charlatanismo e atentado contra a saúde pública pela polícia comum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – É, curandeirismo.

Primeiro, o pedido da Reitoria da USP foi para a Polícia Federal. A Polícia Federal disse que não era de sua competência e passou para a Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Satisfeita, Senadora? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador médico Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Sr. Presidente, é realmente difícil. Eu, além de médico... Não me atrevo a dizer que sou químico, embora tenha dado aula de Química durante 15 anos. Eu sei que os ouvintes estão reclamando, mas eu consigo entender, talvez, um pouco acima da média dos demais Senadores.

O que me chamou a atenção – e quero me referir ao Dr. Durvanei Augusto Maria – foi que ele disse que o cristal é apolar. Na Química há uma regra básica: semelhante dissolve semelhante. Se o cristal não for submetido a um solvente também apolar, ele não vai se dissolver. Daí por que eles afirmam que tem que passar pelo fígado – ou falam de lipossolúvel. O lipídio dissolve porque é apolar também. Isso é básico.

O que me chama a atenção é o seguinte: criar um grupo de trabalho e não chamar as pessoas que chegaram à substância não me parece inteligente. Existe um grupo de pesquisadores. O Durvanei possui vários títulos; o Dr. Gilberto tem mestrado em Química Analítica e pós-graduação em Físico-Química. Portanto, não são pessoas comuns, mas pessoas que chegaram a uma substância e que, se fizessem parte do grupo de trabalho, com certeza ajudariam a esclarecer as dúvidas. Não faz sentido isolar as pessoas que chegaram à substância. Eu acho que é elementar a participação dessas pessoas.

A minha pergunta, mais especificamente, é para o Durvanei, pois foi quem mencionou a questão da solubilidade ao falar do cristal. Se colocar o cristal diretamente... A cápsula é insolúvel, portanto, não deixa que o medicamento chegue até a célula. E eles estão falando em mitocôndria. Mitocôndria é a casa de força da célula. Se formos seletivos e atingirmos as células neoplásicas, aquelas cancerosas, na sua mitocôndria, elas vão, sem dúvida nenhuma, morrer por inanição, por falta de energia. Esse é o processo, pelo menos até onde eu entendi. Dessa forma, como foi mostrado aqui, vários tumores foram reduzidos.

Eles não falam em cura, falam em melhora de qualidade de vida. O Senador Ivo Cassol trouxe o testemunho, e não há por que não acreditar nele, de um amigo que tinha câncer de ouvido – não sei qual é o ouvido, médio ou externo...

Enfim, o fato é que, na hora em que começou a tomar o comprimido, passou a dormir. Aqui nós temos presente uma senhora, D. Bernadete – eu sempre erro o nome, mas acho que hoje estou acertando –, que estava em uma cadeira de rodas, testemunho pessoal. A pessoa não tem interesse... Foi a várias clínicas em São Paulo... E aí pega um avião em São Paulo e vem hoje aqui dar um depoimento. Isso para não falar de vários depoimentos vistos aqui.

Embora eu seja médico... Eu respeito muito os pesquisadores, eu não... Acho que alguém disse... Acho que não foi da Anvisa, foi a professora do Inca... As pessoas querem somar. Que bom se a gente pudesse somar essa equipe valorosa, com uma experiência acumulada ao longo de 20, 30 anos, com os pesquisadores. Quem ganharia com isso, sem dúvida nenhuma, seria o brasileiro que está sofrendo, às vezes com câncer terminal. Eu lamento muito.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Senador Moka, só uma ligeira intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Eu acabei de receber o telefonema de um importante jornalista de Brasília, Gilberto Amaral, que me pede que transmita à Comissão que ele já ingeriu 600 comprimidos – eu achei muito – e que se sente muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Lobão.

Registramos a presença também, na nossa reunião de três Comissões, do Senador Garibaldi Alves Filho.

Dr. Durvanei Augusto Maria, biomédico do Instituto Butantan, o senhor responde ao questionamento do Senador Waldemir Moka.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Eu quero agradecer ao Senador Waldemir Moka.

O que ocorre é o seguinte. Eu trabalho sempre com solução, eu nunca trabalhei com as cápsulas, porque a cápsula é insolúvel e precisa, obrigatoriamente, passar por um processo de ativação hepática, como uma grande maioria de drogas o faz. Eu não estou inventando a roda, isso já é sabido da literatura.

O que eu avalio são concentrações do efeito dose-resposta. As concentrações que foram realizadas no estudo não estão de acordo com as que eu testei, que eu avaliei. Estão em concentrações muito menores do que eu já havia detectado. Na concentração em que ela foi testada, os resultados são esses, como eu já sabia.

Eu só queria ressaltar quanto ao plano de estudo, já que fui um membro ilustrativo, o seguinte. Nesse plano, a função era avaliar a segurança e a eficácia, prova de conceito. Então, se é uma prova de conceito, por que não chegar às mesmas concentrações que as 11 publicações que eu realizei, eu tinha? Então, na realidade, foi... Eu sei por que não foi. Porque a solubilização em grande massa altera o pH. Então, como membro, se eu tivesse sido requerido a informar como era a diluição, eu poderia, como fiz nesse grupo de trabalho do Ministério, passar conhecimentos e informações sobre como eram e como são os mecanismos de ação e de solubilidade. Eu acho que não caberia, no momento... Isso poderia ter sido feito, e não estaríamos hoje debatendo uma coisa que poderia ser completamente diferente.

As concentrações que eu publiquei, todas, têm alterações e têm mecanismos específicos. Para cada tumor, há um comportamento. Inibe proliferação por mecanismos específicos, induz toxicidade, mata a célula tumoral e, no modelo animal, reduz o volume tumoral.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O Dr. Pedro Prata, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, também gostaria de responder a essa pergunta do Senador Moka.

Dr. Pedro Prata.

O SR. PEDRO PRATA – Eu agradeço.

Tenho coisas a dizer e muitas para esclarecer, mas não vou fazê-lo, aguardarei perguntas. Apenas um esclarecimento: para a constituição do grupo de trabalho que foi feita pelo Ministério da Saúde em outubro de 2015, foram convidados todos os pesquisadores responsáveis pelo depósito da patente da FOS. Vale ressaltar que o Prof. Gilberto Chierice se recusou a indicar um representante e enviou ofício ao Ministro da Saúde – eu tenho aqui os dados do ofício, não vou me estender – recusando-se a participar do grupo. Em seguida, houve a indicação do químico que aqui está, Prof. Gilberto Chierice, por meio de um ofício ao Ministério da Saúde, para a sua participação. Apesar da insistência, ele não concordou em participar. Como ele não concordou, foi indicada, através de ofício, a participação do Prof. Durvanei Augusto, que aqui está, pelo Butantan.

Era só este esclarecimento. Em nenhum momento houve recusa do Ministério em ter a colaboração desses pesquisadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Passo a palavra ao Dr. Durvanei.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Olha, na primeira reunião, o Diretor do Instituto foi convidado a participar, como a própria apresentação do Dr. Pedro... Eu não fiquei sabendo de nenhuma reunião.

Eu não faço parte dessa patente, o meu trabalho é mostrar ciência. E quando eu fui indicado para participar dessas reuniões, eu fui a duas apresentações: primeiro, para fazer o plano de estudo e, segundo, para apresentar todos os resultados que eu tinha, que comportam todos os estudos em câncer de mama, em leucemias, em tumores de pulmão, em tumores renais e em melanoma. A partir de então, eu não fui comunicado nem da existência dos relatórios e da sua divulgação pelo portal do Ministério.

Eu quero uma retratação, porque parte dos resultados que fizeram parte do estudo de diversos alunos que tenho no laboratório, que é a estrutura nanoencapsulada, não faz parte dos objetivos centrais desse plano de estudo. E eu coloquei, e vou voltar a ressaltar, que eu fiz parte e não farei mais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu ia lhe perguntar se o senhor não acharia oportuno reabrir a discussão no Ministério da Saúde, mas, se V. Sª não quer ir lá... Quem sabe o senhor é convencido e se reabre esse trabalho, tendo em vista as insatisfações de respostas.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Olha, uma questão importante é a seguinte. Eu tenho um número até inexpressivo com os demais pesquisadores, mas em todos eles eu participei efetivamente. Por que eu participo efetivamente? Porque eu estou dentro do laboratório trabalhando. É difícil eu negociar essas reuniões, porque, para mim, para o meu trabalho, elas são dispendiosas. Eu quero é mostrar ciência e ter publicações, para que elas possam representar e serem úteis para que possamos debater aqui o que a fosfoetanolamina representa para o tratamento do câncer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. O que o Brasil todo quer é que cheguemos a uma conclusão, a um consenso.

Como o próximo bloco tem um Senador que é médico, eu vou reduzir então...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu não me incomodo de fazer também em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – De forma nenhuma. Eu dei uma sugestão, que foi acatada parcialmente – agradeço até ao Senador Blairo Maggi pela defesa –, mas neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não prefere que seja uma pergunta individualizada? Como fizemos com o...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Eu farei as minhas perguntas, os meus questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, mas, como o Senador e Dr. Moka já o fez, vamos fazer para o senhor também essa distinção.

Com a palavra, para questionar, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente Senador Lasier Martins, Senador Lobão, Presidente da CAS, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, cientistas aqui presentes, eu acho que nem devo fazer perguntas porque o tema é muito complexo. Se houvesse aqui uma discussão sobre empresas, eu estaria dando aqui a minha opinião como administrador de empresas que sou, sobre a situação econômica e até sobre a mortalidade da empresa – empresas também têm mortalidade.

Mas, como se trata de uma situação tão complexa, eu queria apenas parabenizar o Senador Ivo Cassol pela fé e pela determinação. Acredito em Deus também, acredito na cura pela fé, mas acredito muito na ciência. Deus também deu o poder de sabedoria para os cientistas analisarem toda essa situação que envolve a ciência. Então eu queria deixar para eles resolverem essa questão.

O que eu posso é dizer ao Senador Ivo Cassol que continue nessa luta porque ele está acreditando muito nisso. E eu acredito também que, após as pesquisas, após a comprovação científica, esse medicamento poderá trazer alívio para as famílias.

Eu tive membro da minha família que faleceu com câncer, dois foram curados – um foi curado em Barretos, outro foi curado em Santa Catarina recentemente, no ano passado. Essa é uma doença que abala as estruturas da família. Hoje, quase todo o tratamento é gratuito, mas no passado as famílias vendiam a casa, vendiam os terrenos que tinham, vendiam as propriedades, vendiam tudo para tentar salvar um membro da família, e muitas vezes não conseguiam. Nós já temos uma cura razoável, que pode chegar a 80%, nos tratamentos convencionais.

Eu perguntaria ao Dr. Gilberto Orivaldo Chierice por que ainda não se deu entrada a esse pedido na Anvisa. Já faz dois anos que nós estamos nessa luta, nessa discussão aqui, e ouvi agora a doutora lá da Anvisa dizer – eu já sabia disso – que ainda não tinha sido dada entrada a esse pedido de registro na Anvisa.

Pediria também ao Dr. Jailson Bittencourt de Andrade, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e ao representante do Ministério da Saúde para que acelerem. Se nós temos cientistas que podem fazer essa pesquisa e essa análise científica, por que não acelerar esse processo para tirar essa angústia, essa dúvida? Agora, fica aqui um debate, uma demanda entre aqueles que concordam e aqueles que não concordam, aqueles que reprovam e aqueles que aprovam esse medicamento, que, de repente, poderá ser uma saída não só para o Brasil, mas para o mundo.

Eu não acredito que os cientistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil, sejam contra um produto, um medicamento que possa salvar vidas, que possa curar pessoas, porque nem todos os cientistas são mercenários, são... (*Palmas.*)

...pessoas que visam só o lucro. Eles visam também o ser humano, o benefício ao ser humano.

Eu não quero fazer perguntas sobre a área científica porque não é a minha área. Vou deixar para os nossos doutores aqui, o Dr. Moka e o Dr. Eduardo Amorim, fazerem esse questionamento.

Parabéns, Senador Ivo Cassol, pela determinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa sua pergunta, Senador Valdir Raupp, também é formulada por várias pessoas nas mensagens que estamos recebendo: "Por que não entrou o pedido para o exame na Anvisa?"

Muitos telespectadores e pessoas que estão nos acompanhando elogiam o debate. Outros, como o Josimar Gomes Mendes, perguntam:

> Como acreditar que as cápsulas usadas, que teriam apenas 32% de FOS, seriam originais, produzidas pelo grupo de pesquisadores de São Carlos, ou se não teriam sido adulteradas, uma vez que o Professor Chierice afirmou que é fundamental a pureza e a alta concentração da FOS?

É uma das colocações.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, muito obrigado.

Não sou membro efetivo da Comissão, mas o assunto é importante. A convite do Senador Moka e do Senador Ivo Cassol, estou aqui na Comissão para entender e debater o assunto.

Também não tenho perguntas específicas, mas em outra Comissão tive a oportunidade de fazer a defesa da liberação do uso desse medicamento, a exemplo de outros medicamentos também utilizados no combate a um câncer.

Também tive oportunidade de relatar a experiência da minha família: uma filha minha, com 16 anos, passou pelo processo de um câncer linfático, recebeu todo o tratamento que eu poderia dar a ela, da medicina moderna, com todos os recursos, mas não abri mão em momento algum das simpatias, das rezas, dos credos. Tudo o que se pudesse fazer, se alguém me dissesse que poderia ajudar, eu fazia. Ela reclamava muito, porque tinha que tomar suco de babosa, leitinho da árvore não sei das quantas, chá disso e daquilo, mas, no final, acho que tudo ajudou e, graças a Deus, minha filha ficou curada. Já se passaram mais de 15 anos, ela tem dois filhos, e a vida continua.

Mas eu volto sempre ao tempo em que foi descoberta a doença, ao tempo das dúvidas que tínhamos de como tratar isso e se o tratamento que estava sendo ofertado a ela daria resultado no final. E não terminam essas dúvidas no dia em que o médico vira para você e fala assim: "Sua filha está curada!" Não termina, porque se tem mais cinco anos pela frente, no mínimo, para observar, e a cada tossida que minha filha dava eu levava um susto, porque foi por aí que descobrimos, porque ela tinha um nódulo bastante grande que dificultava a sua respiração e também provocava crises de tosse.

Quero dizer, pelas discussões que ouvimos e vemos aqui, que há muita vaidade nesse meio também, há muita gente que está com mais vontade de discutir as coisas do que propriamente liberar as coisas. Diria aos pesquisadores que estão trabalhando e querem fazer essa liberação – é óbvio que querem, tanto é que já vieram várias vezes aqui ao Congresso, ao Senado –, que talvez fosse interessante – viu, professores? – que vocês buscassem um exílio, um espaço fora do País para discutir isso também. Quem sabe, um País que tenha uma legislação um pouco diferente, um pouco mais flexível, possa dar guarida a esse tipo de situação. É difícil dizer isso, mas conheço a burocracia do nosso País, a má vontade do setor público para fazer as coisas. Isso não vai andar. Ficaremos discutindo aqui cinco anos, dez anos, e a coisa ficará do jeito que está.

Infelizmente, vimos isso na história da humanidade. Em muitos momentos, os cientistas, as pessoas, tiveram que mudar de País, mudar de região para poder levar adiante o seu pensamento, a sua ideia, e provar, lá na frente, que estava certo e que a estrutura burocrática daquele País, daquele momento, estava errada e não quis avançar.

Penso que devemos continuar brigando para fazer. Acho que foi um passo importante a aprovação dessa legislação pelo Congresso Nacional. É óbvio que passará agora pela mão da Presidente a sanção, ou não, mas, mesmo que a Presidente venha a sancionar, vencer essa burocracia não é uma coisa fácil.

O Brasil infelizmente hoje é refém das corporações, do serviço público, das pessoas que não querem que este País ande, que avance. Infelizmente, é isso. (*Palmas.*)

A paradeira em que o País se encontra não é só pela crise econômica, a crise econômica é provocada pela paradeira em si. Não conseguimos mais nada, e não são só os senhores, da área médica ou de pesquisa: na minha área da agricultura, na área do transporte, da infraestrutura, o País está literalmente parado, travado pela burocracia que nós mesmos colocamos, nós mesmos somos culpados, a sociedade é culpada disso.

Enquanto não se colocar tudo de volta na mesa, olhar e retirar aquilo que atrapalha a vida das pessoas e fazer com que só valha ou passe a valer aquilo que efetivamente faz as coisas andarem, infelizmente seremos um País fadado ao fracasso. Infelizmente, somos um País fadado ao fracasso pela burocracia que temos.

E o exemplo está claro aqui pelo que vocês estão fazendo: querem, têm provas, mas não conseguem avançar, porque, de outro lado, há gente que não quer, porque há vaidades, legislação, medo disso ou medo daquilo. Infelizmente é isso, e a minha sugestão aos senhores é irmos para o Paraguai, para qualquer outro lugar, e depois importarmos os produtos de lá para cá.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na mesma linha do seu comentário, Janaína Canuto Dias: "Somos todos Chierice. USP vergonha alheia. Sanciona a fosfo Dilma."

Dr. Gilberto Chierice, a pergunta do Senador Valdir Raupp: "Por que o produto não entrou na Anvisa?"

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – As visitas que fiz à Anvisa estão todas registradas.

Viajei para o Rio de Janeiro com o presidente da Anvisa para fazer dados clínicos, onde a unidade fabril chamada Farmanguinhos seria a responsável pela situação, desde que...

A necessidade de providenciar a titularidade das patentes com uma única pessoa, providenciar os termos da cessão dos direitos de patente, licenciamento de um laboratório oficial, podendo ser Farmanguinhos-Fiocruz, para a produção pública de medicamento...

Isso é um *e-mail* que veio de Farmanguinhos. Nós fomos para lá com o presidente da Anvisa para tratarmos de assunto com relação ao famigerado documento que não entrou na Anvisa. Fomos lá cinco vezes, porque nós fazíamos pesquisa e não tínhamos referência nenhuma, nem sabíamos como funcionava. Várias vezes fomos lá, orientaram, fizeram e aconteceram. Na penúltima vez, disseram: "Agora, nós vamos resolver. Vamos até Farmanguinhos que resolve. Farmanguinhos faz tudo direitinho, e acontece". Depois vem um pedido deste: "O senhor quer que eu registre onde e por quem?".

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdão, mas, na sede nacional da Anvisa, entrou algum requerimento mediante contrarrecibo?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Não, o senhor não está entendendo a história.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, não estou entendendo.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – É muito fácil. Nós nunca tivemos experiência para levar esse documento. Nós fomos várias vezes. Reuniões com a Anvisa, com técnicos, direitinho.

Em uma das ocasiões em que nós nos reunimos na Anvisa, a senhora que foi designada para nos dar informação nos disse o seguinte: "Se você tiver trabalhos publicados no exterior, facilita muito". Eu deixei uns seis ou sete trabalhos publicados no exterior e até hoje estou esperando a facilidade que a Anvisa conseguiria.

O que acontece é o seguinte. O pedido do documento... O senhor me garante, ou alguém aqui me garante, que, se eu tivesse entrado com esse pedido, estaria hoje tranquilo? Eu já estive lá desde 1910... Tenho documentação que comprova isso. Não vou passear na Anvisa, nem faço reunião com diretor da Anvisa para perguntar como vai a família dele ou o irmão dele, qualquer coisa. Eu tenho que ir lá. Nunca me foi dada uma orientação como essa. A única foi a seguinte: Farmanguinhos faria tudo – eu tenho assinatura nas atas do próprio presidente da Anvisa – desde que eu transferisse a patente. É por essa razão que lá não existe um documento. Que documento teria que entrar? E, depois, outra: para ter esse documento que a Anvisa preconiza muito, precisa ter protocolo clínico, precisa ter todos os dados para orientar a pesquisa para que lado vai.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

Senador médico, Eduardo Amorim. Independentemente da sua pergunta, ajude-nos a entender. Não deveria ter entrado um requerimento com todos os detalhes técnicos, médicos e químicos, para que, pelo menos, houvesse um recibo pelo qual se perseguisse e se cobrasse o andamento? É isso que realmente nos causa uma certa perplexidade.

Essa pergunta é muito formulada, Dr. Chierice: entrou ou não entrou um pedido na Anvisa?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não entrou um pedido na Anvisa. Mesmo a instrução não estando ainda completa, pelo menos abriria caminho para a discussão e para a complementação posterior. É o que nós entendemos, salvo melhor juízo.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Desculpe: desde que eu fornecesse a patente para a Fiocruz, é o que está escrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E não poderia fazer isso?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Não, ele está cedendo. Ele está cedendo...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Bem, se ele liberar a patente, Senador, no outro dia essa discussão aqui acaba.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Doutor Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, colegas Senadores, professores presentes, cientistas presentes, que bom que vocês estão aqui para debater com todos nós e com todos aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação, pelas redes sociais.

Para aqueles que estão nos visitando pela primeira vez: eu sou médico, estou como Parlamentar. A minha profissão é a medicina. Boa parte da minha vida profissional dediquei exatamente a pacientes oncológicos, tratando de pacientes terminais, pacientes que não tinham esperança nenhuma mais pela medicina, ou seja, pessoas desesperançadas. Como disse aqui o Senador Blairo Maggi no seu relato, no seu depoimento pessoal, eram pessoas que procuravam de tudo para vencer a batalha contra algum tipo de câncer. Muitos se perdiam pelo caminho, muitos não venciam, mas muitos conseguiam vencer essa batalha e se salvar.

Compreendo um pouco e sei realmente o que é o sofrimento de cada um. Tomara que estejamos num caminho onde a ciência brasileira possa definitivamente causar essa revolução na medicina, especialmente oncológica. Com certeza, se a fosfoetanolamina for tudo o que estão pregando ou espalhando, com certeza vamos fechar muitos centros de radioterapia, de quimioterapia, levando esperança para milhões de pessoas não só no Brasil, não só para os quase 600 mil brasileiros que todos os anos têm algum tipo de câncer, mas, com certeza, mundo afora. Será muito mais fácil e muito mais barato.

Sou daqueles que aprendeu na medicina que nenhum medicamento é 100% isento de efeitos colaterais, nem o oxigênio – quando tomado excessivamente causa algum tipo de dano. Aprendemos nos bancos da faculdade aquilo que a Profª Marisa Maria disse: cautela, bom senso, mas nunca perder a esperança, ou nunca deixar de ter atitude necessária para vencer mesmo as burocracias infernais que nós enfrentamos.

Com todo respeito ao colega Senador Blairo Maggi, um grande revolucionário, especialmente na área dele, na área da agricultura – pelas mãos dele são alimentadas milhões de pessoas mundo afora, não só no nosso País –, acho que ele está um pouco desesperançoso. Mas digo: Blairo, não fique desesperançoso, reanime-se, volte a se motivar, porque precisamos da sua motivação. Vamos vencer mais essa etapa no nosso País. Muitos deram a vida para que aqui chegássemos. Não podemos, de forma nenhuma, perder a esperança nem deixar de ter o foco na dignidade merecida pelos milhões de brasileiros. Se estamos vivendo inúmeras mazelas, inúmeras perversidades, temos que encontrar caminhos, mesmo que esse caminho seja o político, para vencer todas essas mazelas, todas essas dificuldades.

Aos professores, aos cientistas aqui presentes, àqueles que acreditam no poder dessa substância, digo: não vão para outros países não, vamos vencer essas etapas aqui mesmo, vamos apresentar os protocolos exigidos pelas leis brasileiras e vencer aqui mesmo. É assim que podemos contribuir e construir um país muito melhor.

O que trago aqui, a pergunta que trago e deixo aí àqueles que a queiram responder – quem sabe a Profª Marisa, quem sabe o Prof. Durvanei – é a seguinte. É sabido que existem mais de duas centenas de tipos e subtipos de câncer. Essa substância serve para todos eles? O Prof. Durvanei disse que nunca falou em cura, mas ela trata, ela tem vantagem em todos os tipos de câncer? Quais os tipos que teriam vantagem com esse tipo de tratamento? Acho que essa ideia de levar a fosfoetanolamina para suplemento... Isso não, porque iríamos perder o controle, perderíamos um padrão.

Acho que, comprovado tudo isso, tem que ser na linha do medicamento mesmo, para se ter controle, porque nós sabemos que é rara a substância exógena que não tenha efeitos colaterais. Hoje... "Ah, está comprovado que não tem efeito". Não é bem assim.

Tudo tem efeitos colaterais.

Então, cautela, bom senso, continuar pesquisando, continuar trabalhando, nunca desistir, porque quem sabe não estamos aí diante de uma grande revolução, eu diria que talvez mais que o início da quimioterapia, da radioterapia, se comprovado for?

Desistir nunca, absolutamente nunca, mas deixo aqui o meu questionamento. Serve para tudo? Porque não podemos ser patrocinadores nem copartícipes de nenhum tipo de falsa esperança, de vender ilusões, isso não. Então, é preciso nortear, é preciso delinear, é preciso tipificar e realmente dar esperança àqueles que têm algum tipo de esperança. Acho que essa é a missão do Poder estatal, de nós, Parlamentares, e daqueles que trabalham sobretudo com a ciência e com a medicina.

Deixo aqui esses questionamentos para os professores. Serve para tudo? Quais são os tipos comprovadamente que servem? Quais os tipos de câncer que respondem melhor? Como devem ser prescritos? Eu, como médico, não me considero capaz de prescrever uma substância como essa e acho que, como eu, milhares de profissionais da área. Então, cautela, bom senso e atitude é o que precisamos neste momento.

Mais uma vez, parabenizo as Comissões na pessoa do seu Presidente Lasier, por conduzir uma reunião como essa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim.

Antes das respostas da Drª Marisa Maria Breitenbach, do Inca (Instituto Nacional do Câncer) e do Dr. Durvanei, do Butantan, quero registrar a presença também do nosso Senador Flexa Ribeiro e do Vereador Ricardo de Assis, do Município paulista de Leme.

Drª Marisa Maria Breitenbach, a pergunta do Senador Eduardo Amorim.

A SRª MARISA MARIA DREYER BREITENBACH – Especificamente, Senador Eduardo, não posso tecer considerações sobre o mecanismo, porque quem trabalha na parte pré-clínica é o Durvanei e estou esperando essa parte pré-clínica ser finalizada para entrar na parte clínica.

Agora, conhecendo os mecanismos de carcinogênese, eu diria que há uma diversidade muito grande. Cada tumor tem a sua via preferencial, tem a sua mutação, que desvia o seu metabolismo. Mesmo trabalhando com a questão da anaerobiose, que o Prof. Gilberto comentou, hoje nós temos várias terapias alvos que trabalham sobre o metabolismo celular que enfocam, como, por exemplo, o everolímus, que atua sobre a MPK e vemos que a célula promove os seus desvios. Então, a célula cancerosa tem os seus mecanismos. Você coloca uma terapia alvo para uma sinalização e ela busca outras, outras e outras. Então, eu diria que há uma diversidade muito grande.

É claro que existem medicamentos que têm uma citotoxicidade grande que é genérica para todos: como sabemos, as quimioterapias clássicas, mas que dão uma quantidade imensa de efeitos colaterais.

Estamos vendo que a fosfoetanolamina não tem uma toxicidade. Então, provavelmente, ela tem uma via muito específica, que o Durvanei está aí arduamente tralhando para identificar, que é o foco mecanismo de ação dele.

Agora, vou somar à sua fala essa questão dos estudos. Não podemos ficar naquela ânsia de achar que fosfoetanolamina é a panaceia para todos os tipos de câncer e achar que vamos tratar todo mundo e vai curar todo mundo. Eu tenho muita restrição e receio a esse tipo de conduta. Por isso, a minha participação e a minha fala hoje aqui é muita prudência e mais estudo.

Agora, também não posso admitir que a gente vá para o exterior quando o Brasil é a 13ª potência em produção científica no mundo. Temos uma expertise acumulada, não podemos perder essa riqueza interna por brigas de grupo x, y e z. Se é para apartar, estou aqui para ser juíza. O Inca se propõe a isso. Vamos fazer um seminário juntando os pesquisadores e vamos discutir cientificamente, com linguagem técnica e chegar a um ponto comum. O objetivo é esse. Nós temos responsabilidade sobre o controle de câncer e nós vamos capitanear uma discussão a respeito disso para avançarmos. Quero fazer os testes aqui. O Inca tem expertise clínica para isso, mas eu preciso ter segurança. Quando dou uma cápsula, tenho que saber que ela tem 500mg, e não 200mg, 250mg e nem 300mg.

É nisto que a gente tem que trabalhar, eficácia e segurança para o paciente. Então, a gente pode dizer: trata isso, aquilo, aquilo outro e a conduta vai ser correta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Durvanei, do Instituto Butantan.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Antes de eu responder a...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Presidente, só uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Quem mandou essas cápsulas foi a USP. Isso que é duro, né? Mandar uma cápsula dizendo que tem uma quantidade, e tinha outra. Se fosse uma entidade qualquer... Não, mas foi a USP.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Antes de responder à questão do Senador Eduardo Amorim, eu queria só colocar uma relação da Anvisa que eu acho que é importante, que eu acho que é a grande dúvida da

maioria. Na reunião que eu participei do GT do Ministério, em 14/12, eu vou transcrever o que foi dito: o representante do grupo de pesquisadores da FOS, Dr. Durvanei Augusto Maria, apresentou ao GT todos os dados dos estudos pré-clínicos já realizados por ele e seus colaboradores.

Não só no GT, como também eu encaminhei, pela Deputada Leandre, esses mesmos resultados para a Anvisa. E quem avaliou foi a Meiruze, que está aqui hoje presente.

O que eles nos informaram? Os resultados de suas pesquisas apontam para um potencial efeito antineoplásico da FOS, no entanto foi observado que os testes não foram realizados segundo as boas práticas de laboratório – eu trabalho também em uma instituição pública, e algumas condições que são existentes não são cabíveis a mim –, como exigido pelos órgãos reguladores e tampouco seguiram a sequência exigida pelos órgãos reguladores, em especial na questão de análise de segurança de toxicologia do produto. Além disso, todos os testes pré-clínicos realizados utilizaram as vias intraperitonial e endovenosa durante seus experimentos.

Então, é mais uma prova, só para interpretar, de que, se eu administro na circulação geral, nenhum efeito colateral foi observado, visto que os pacientes utilizam a via oral. Então, se há uma evidência de que ocorreria toxicidade, a administração direta na corrente circulatória poderia promover, o mais rápido possível, esses efeitos. Apesar de que, não sendo feito em boas práticas, qualquer animal por qualquer situação que receba qualquer droga, como um ou outro componente quimioterapêutico, também causa morte e causa efeitos colaterais.

Só para ressaltar o que foi dito em relação à Anvisa. Em relação aos tipos de câncer, olha, eu concordo. Eu não vou descrever a teoria da carcinogênese – iniciação, promoção e progressão. Isso existe porque eu tenho mutações em genes que são clássicos para qualquer tumor. Então, mama tem o seu perfil, cujos medicamentos de ponta desenvolveram como alvo esses compostos. Agora, a resposta é um produto metabólico, é um produto que faz parte da membrana celular, da membrana da mitocôndria e que é sintetizado pelo retículo endoplasmático.

Então, eu não vim aqui questionar quimioterapia, radioterapia ou imunoterapia. Eu vim aqui mostrar que um composto, que não fui eu que descrevi, porque a literatura é de 1912, que compostos que são derivados, alquil éster, fosfolipídios ou fosfocolina ou fosfoetanolamina ou esfingomielina, têm potencial de ser uma droga antitumoral. Qual é o tipo de tumor? Depende de vários fatores, é uma doença multifatorial. E, por ser uma doença multifatorial, a resposta também é variada.

Eu não vim aqui prescrever porque eu não sou médico para prescrever. Eu vim aqui para mostrar a ciência que a fosfoetanolamina faz em uma célula tumoral e o que ela faz em uma célula normal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, senhor.

O SR. DURVANEI AUGUSTO MARIA – Só um minutinho. Em relação a compreender até o metabolismo das mutações, como a própria Drª Marisa disse aqui do everolímus, ele também é um regulador dos... Desculpa, você usou um exemplo que é clássico, que eu estudo, que é o indutor do RIF e do KDR, que está envolvido com a oxigenação do tumor, envolvido com a angiogênese. Então, a via do mTOR é importante. É uma mutação genética? É. Qual a alteração? Metabólica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Entre as tantas pessoas que estão nos acompanhando, a Srª Alexandra de Oliveira Silva está nos acompanhando em San Marino, na Itália, e manda dizer que está torcendo pela vida.

Vamos às próximas perguntas agora, que são do Senador José Medeiros; do Deputado Estadual Ricardo Madalena, de São Paulo; do Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão, do PT, de Minas Gerais, e da Deputada Federal Leandre Dal Ponte, do PV, do Paraná.

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente e todos os que nos acompanham aqui e também pela TV Senado, o Senado Federal foi amplamente criticado recentemente por trazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas tem muita gente aqui cumprimentando!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exatamente. Mas boa parte da academia foi contra, e disse que o Senado estava metendo os pés pelas mãos, entrando em outra seara. Mas é bom lembrar aqui que o Senado Federal da República, assim como a Câmara dos Deputados, também faz essa representação do povo. Em que pese o Senado representar o Estado, não deixam de chegar aqui os clamores sociais.

Essa pesquisa, pelo que já nos foi falado em várias outras audiências, não começou ontem. Isso já vem se arrastando há 20 anos. Portanto, a academia, a Anvisa e todos os outros órgãos tiveram tempo de sobra para tratar desse assunto, no âmbito que lhes cabia. Mas ela transbordou as esferas, e a gente viu muita inquietude

da população, por se tratar de um tema que se refere à vida. Chegou aqui às portas do Parlamento. Não poderíamos ficar calados. Trouxemos todos os atores – não é a primeira vez – e o debate tem se estendido.

Mas nós temos, neste momento, também uma particularidade no debate nacional que é complicadíssima de ser tratada. Espero que a gente possa evoluir, porque toda vez que eu não concordo com V. Exª, por exemplo, se eu partir para a desconstrução do dono dos argumentos e não partir para enfrentar os argumentos, fica complicado. Na política, hoje, nós temos isso. Ontem mesmo, eu dizia: neste momento agora, o judas da vez é o Vice-Presidente Michel Temer. Até ontem, era um dos maiores constitucionalistas do País. Hoje, é como se fosse o demônio. Outro exemplo: quando se fala do Judiciário, eu não concordo com os argumentos do Juiz Moro. Então, todo mundo que não concorda com o Juiz Moro está partindo para cima para destruí-lo. E por aí vai. É um debate muito mal posto.

Por incrível que pareça, eu tenho visto também, aqui no âmbito acadêmico, que era onde se esperava que não houvesse esse tipo de coisa, a desconstrução do cientista que está aqui presente, o Dr. Gilberto. Eu não sou defensor, não tenho procuração; aliás, não o conheço. Mas a primeira vez que li alguma coisa sobre o Dr. Gilberto foi na revista *Superinteressante*, edição nº 100, falando justamente sobre a qualidade da ciência brasileira, e colocava – muita gente talvez não saiba disso – o Dr. Gilberto como o 46º melhor cientista do mundo. Eu fico pasmo quando de repente a USP, que o teve lá a vida inteira fazendo essas pesquisas, vai à Delegacia da Polícia Federal fazer uma denúncia, acusando-o de charlatanismo, curandeirismo e tantas outras coisas. É contraditório o argumento. Parece-me que, porque irritados porque deu publicidade... Faz-nos pensar isso: eu não concordo com os argumentos, então eu tento desconstruir o dono do argumento.

Eu concordo, eu acho que devemos enfrentar isso. Eu acho importante a fala do Dr. Jailson aqui: "a ciência é feita de dúvidas." Vamos colocar em dúvida os argumentos, e até destruir os argumentos, se possível, se não concordar com eles, mas não destruir a pessoa, desconstruir o dono dos argumentos, porque esse curandeiro que estão colocando, esse charlatão, é dono, por exemplo, de uma patente, Senador Lasier, de um polímero do plástico natural. Também li em publicações especializadas que ele foi o inventor de um polímero que serve para próteses e também para reconstituição óssea.

Então, há que se dar um mínimo de credibilidade a essa pessoa, e não partir para a desconstrução. Eu acho que não contribui para o debate a desconstrução simples, simplista, assim do jeito que está sendo colocada.

Eu penso que nós temos que evoluir neste debate, Senador Lasier, para um fim. E eu acho que V. Exª, ao trazer... Espero que nós possamos ter outras audiências, para, primeiro, sair daqui hoje com os ânimos, vamos dizer, arrefecidos. E eu penso que algumas falas aqui foram muito importantes.

Nós temos é que unir todo mundo, senão vai acontecer fatalmente o que o Senador Blairo Maggi falou: esse tipo de coisa, se não for feita aqui, vai ser feita no Paraguai, na Bolívia, ou em algum lugar desse tipo, assim como está acontecendo com a nossa indústria, que está indo toda para o Paraguai.

Mas, ao final, eu queria deixar só uma pergunta aqui, Senador Lasier. Eu queria saber como está a situação das ações judiciais em todo o Brasil, tanto nos juizados federais, quanto nos estaduais, porque eu sei que se amontoaram, e mais agora, pelo fato de que está suspensa a fabricação.

E também se está ocorrendo a exigência, pelo juiz, da documentação médica, após a liberação da liminar. E, por último...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quem saberia responder essa pergunta, Senador Medeiros?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sim, já passo.

E qual é a situação dos pacientes que já receberam a fosfoetanolamina sintética e que, com a interrupção, deixaram de receber. Creio que o núcleo do Dr. Gilberto e os cientistas possam dizer como é que está essa situação, porque eles devem estar acompanhando e sabendo como é que está a situação desses pacientes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

Então, depois o Dr. Gilberto responde.

Deputado Ricardo Madaleno.

O SR. RICARDO MADALENO – Sr. Presidente, demais membros desta Casa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, cientistas, quero dizer que o Estado de São Paulo está avançando nos testes. Nós conseguimos já sintetizar a fosfoetanolamina em Cravinhos, e de lá para a Furp, para encapsular e para fazer os testes no Icesp e no A.C. Camargo; a princípio no Icesp.

Depois de muita luta – muita luta! –, nós, Deputados, Massafera, Lobbe Neto, estivemos com o Governador. E isso está andando. E assim nós gostaríamos que fosse aqui em Brasília também, pela Anvisa, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Só que o que nós vemos, Sr. Presidente... É uma sugestão que eu deixo aqui, para que a Casa apure providências que têm que ser tomadas, apuradas, com relação aos nossos recursos dos nossos impostos de R$2 milhões. Não tiveram a capacidade de pagar a despesa do Prof. Durvanei, para acompanhar o grupo de trabalho. E gastaram R$2 milhões em quê? (*Palmas.*)

Se nós, os pesquisadores aqui presentes, fornecemos a fosfoetanolamina, a pílula, em que gastaram esses R$2 milhões? Eu deixo aqui com o senhor documento do Defensor Público da União Daniel Macedo, pedido de explicações; vou passar para sua assistente, assim que terminar.

E mais, uma pessoa desprovida de confete, de vaidade, que não quer aparecer... Se quisesse estar bem, venderia a sua patente, e hoje estaria rico, tranquilo, e iria viver a sua vida para muitas gerações. Ele só quer que isso realmente seja prescrito pelos médicos, seja aprovado pela Anvisa; e nós não vemos boa vontade da Anvisa. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. RICARDO MADALENO – Quero fazer minhas as palavras do Senador Blairo Maggi, porque, do jeito que as coisas vão caminhando, vão ter que sair do Brasil para aprovar lá fora. Quantos testemunhos tivemos positivos? Óbvio, temos que fazer os testes; é necessário aprovar, para amanhã prescrever. Mas quantos testemunhos?

Está aqui o Senador Ivo Cassol. Parabéns por essa iniciativa nesta Casa! Ivo Cassol, que deu testemunhos!

Eu que sou pioneiro nisso, no Estado de São Paulo, quantos testemunhos já não ouvi? E vêm aqui debater? Daqui a pouco o professor está cansado, os pesquisadores estão cansados, porque não vão a lugar nenhum. Debatem, debatem, debatem, mas não saem do lugar.

E um grupo de trabalho que trabalhou para a opinião pública, para descaracterizar a fosfoetanolamina.

(Manifestação da plateia.)

Isso está provado com as palavras do Prof. Gilberto, do Prof. Durvanei, do Prof. Marcos.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor tomasse providências aqui nesta Casa. É só isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, Deputado Ricardo.

Muito bem, o seu requerimento, Deputado Ricardo, será assumido pela nossa Comissão, a qual eu tenho a honra de presidir, a Comissão de Ciência e Tecnologia, nós vamos fazer o mesmo pedido sobre a destinação dessa verba. (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E não estamos fazendo nenhum favor, isso é uma obrigação de um Senado que tem a obrigação de fiscalizar a destinação de verbas públicas.

Obrigado.

Com a palavra, para o seu questionamento, o Deputado Federal Adelmo Carneiro Leão.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) – Eu quero agradecer ao Presidente, aos demais Senadores e Senadoras aqui presentes, e dizer que eu tenho a plena convicção de que há uma sintonia fina da Câmara Federal dos Deputados com o Senado.

Também lá nós temos uma comissão especial, essa comissão já fez diversas oitivas, audiências públicas, debates, com pessoas conhecedoras desse assunto, com pessoas que utilizam a substância, com testemunhos que são emocionantes. Nós não tivemos, durante esse tempo todo, nenhuma denúncia de qualquer efeito colateral, de qualquer mal que tenha produzido a fosfoetanolamina.

E nós tivemos testemunhas da grandeza de alguém que vem aqui ao Senado ou à nossa Comissão de Seguridade Social e Família, para dizer que, estando em uma situação grave de muito sofrimento, ao usar essa substância, essa pessoa melhorou, saiu da situação de depressão, de sofrimento, das dores que sofriam, inclusive, utilizando substâncias de alto teor analgésico, substâncias que foram retiradas em função do uso da fosfoetanolamina.

Pela dimensão do tempo e pela quantidade de pessoas que, eventualmente, estão utilizando essa substância, nós podemos dizer – com exceção do que é realmente o direito do uso da patente, certamente quem tem a patente é que também tem o poder de produzir essa substância – que hoje é uma substância também de domínio público, tal o grau de sua importância, de seu significado. As pessoas que estão tomando, eu não sei contar se são centenas, ou milhares de pessoas hoje, eu tenho testemunha disto, de que ao deixarem – aqui

o Ivo Cassol colocou com muita propriedade – de tomar essa substância, tornam-se angustiadas, a dor volta, o sofrimento volta e a intensidade.

Nós não podemos permitir aqui, no Congresso Nacional, que essa substância seja impedida de ser produzida e distribuída para quem dela quer fazer uso. (*Palmas.*)

Eu não tenho a autoridade, como médico – na realidade, como médico, não há uma indicação, por não ser caracterizada ainda como um medicamento –, nenhuma, em quaisquer situações, para impedir que as pessoas que queiram usá-la, possam usá-la. (*Palmas.*)

Então, a primeira consideração que eu quero fazer aqui é apelar para quem tem a patente, que coloque isso no espaço de discussão, primeiramente, no espaço nacional. Nós temos instituições, entidades. Vocês já falaram de São Paulo. Eu tenho conversado insistentemente e continuadamente em Minas Gerais, lá há Funed, lá nós temos a nossa Universidade Federal de Minas Gerais, onde o Durvanei fez uma belíssima apresentação na aula inaugural das atividades, na Universidade Federal. Há uma Faculdade de Farmácia, há um laboratório.

É possível nós trabalharmos no sentido de, mais do que essa divisão, essa polarização, integrar. Se existem alguns setores que estão em dúvida ou que têm dificuldade de compreender esse processo, eu também entendo que há setores, cientistas, profissionais, técnicos, pessoas amorosas com a vida, respeitosas com essa substância, com quem a gente possa avançar.

Também não vejo óbice no sentido de nós encontrarmos soluções efetivas e urgentes. É preciso continuar produzindo – produzindo, inclusive, para aqueles que ainda não utilizaram. Eu sou testemunha, eu não fabrico, eu não distribuo, mas eu acompanhei, diante desses dados, Senadores, Deputados, nós acompanhamos ativamente pessoas que estão tomando. E os testemunhos são emocionantes: "Eu estou tomando, eu melhorei." Essa é a afirmação. "Melhoraram as minhas dores, diminuiu o tumor, eu saí de uma situação de acamado para estar aqui presente neste encontro com vocês." Quantos deram testemunho aqui para nós? Isso vale. Isso vale mais do que qualquer óbice, qualquer obstáculo, qualquer processo.

Eu não quero aqui condenar e eu acho que não é questão de nós condenarmos a Anvisa. A Anvisa, para poder credenciar e autorizar a produção como medicamento, tem que ter passos. E eu digo, agora também, repudiando algumas afirmações, há um artigo na *Folha de S.Paulo,* do mês de março, do Drauzio Varella, que é uma agressão ao Congresso Nacional. É uma agressão a nós. Agressão à inteligência nacional. (*Palmas.*)

Quando ele descaracteriza, ele exige que todos os nossos Senadores ou afirma que é uma ignorância populista nós aprovarmos o uso desta substância.

Na realidade, é um equívoco, se nós temos mais de cem tipos de cânceres, também não existem cem tipos diferentes de tratamento e nem todos os tratamentos, por mais específicos que sejam, dão as respostas desejadas. Apesar de tratamentos caros, sofisticados, há pessoas que estão morrendo, que continuam morrendo.

Então, essa é uma alternativa. A ciência está aí para responder questões, e eu imagino que a fosfoetanolamina abre uma perspectiva de pesquisas extraordinárias em benefício de novos tratamentos, novas formas.

Ela, por si mesma, e ela sendo um coadjuvante de outros tratamentos, eventualmente, nós podemos estar diante – e eu concluo aqui dizendo – de uma situação muito mais em conta. É uma substância que tem matéria-prima em larga escala, nós não precisamos importar absolutamente nada; é uma substância barata para ser produzida e, certamente, nós vamos, diminuindo custos e aumentando a eficiência do tratamento, ter como resultado uma vida muito mais saudável, muito melhor, muito mais respeitosa, em nome da ciência e, fundamentalmente, em nome da vida de toda a população e de combate ao câncer, tão necessário neste Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Deputado Adelmo.

Fechando as perguntas, Deputada Federal Leandre Dal Ponte.

A SRª LEANDRE (PV - PR) – Bom dia, Sr. Presidente! Quero cumprimentar todos os Senadores, em especial, nosso amigo Ivo Cassol, todos os Deputados e os presentes, os pesquisadores e também os representantes dos Ministérios que aqui se fazem presentes para, mais uma vez, discutirmos algo de tamanha relevância.

Não posso deixar de constatar neste momento que, ao longo desse processo, todos nós aprendemos muito, não só nós, Parlamentares, quando ousamos, ao trazer essa discussão aqui para dentro do Parlamento, mas toda a Nação conseguiu ter uma discussão, e tenho certeza de que o aprendizado foi enorme de todas as partes.

E acredito que uma das lições mais importantes que podemos hoje levar em consideração é que a crítica realmente não pode ser destruidora, porque muitos de nós também percebemos onde erramos e onde acertamos.

Quando eu me propus a ser uma ponte, fazendo uma ligação entre os pioneiros dessa substância e os órgãos que foram se constituindo, os grupos de trabalho que foram se constituindo, procurei trabalhar de forma responsável e imparcial.

Então, lá nós levamos os trabalhos do Dr. Durvanei, apresentamos para a Anvisa e para o grupo de trabalho do Ministério e também, recentemente, estivemos no Ministério de Ciência e Tecnologia, propondo que a crítica, mais uma vez, não fosse destruidora de nenhuma parte, para que se fizesse, então, uma conversa específica entre quem é o pioneiro das pesquisas e quem testou os resultados, porque eu acredito que os resultados podem, sim, ser questionados, mas nós também temos que exercitar o debate, e as pessoas que não concordam têm que ter o direito de expor suas opiniões dentro de um campo científico.

Não adianta nada – eu falava no Ministério da Ciência e Tecnologia – irmos lá, ouvirmos uma parte da história e depois vir para cá ouvir a outra parte da história. Precisamos que as pessoas que entendem de ciência possam, entre elas, conversar.

Assim, nosso trabalho foi pautado em cima disso, porque acredito que, no meio de tudo isso, está o interesse da população brasileira em uma doença que sabemos que é perversa, não é seletiva, amanhã, qualquer um de nós pode estar desesperado atrás de um tratamento que possa ser uma esperança para milhares de famílias.

Porém, também percebo que os resultados que tivermos nas fases clínicas não poderão ser diferentes daqueles das pessoas que estão utilizando essa substância. Assim, quando questionávamos, num primeiro momento, o primeiro pilar da pesquisa, que era a segurança, pudemos, por meio dos estudos que foram feitos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, ver que realmente a substância é segura. Tivemos essa certeza, embora não tenham sido concluídos todos os estudos, mas temos uma grande possibilidade de que isso seja absoluto. Os resultados clínicos também não poderão ser diferentes daquelas pessoas que estão usando. Temos, inclusive, testemunhos de pessoas que fogem aqui das divisas do nosso País.

Estive recentemente em Cambridge, na Universidade de Harvard, onde uma pessoa, ao saber que eu estava lá, mandou-me uma mensagem, dizendo o seguinte – peço permissão para ler, porque acredito que isso seja de interesse de todos que estão nesta sala. Essa pessoa está fazendo doutorado em Harvard e quis me contar este testemunho:

> Em 2001 meu avô teve câncer, tomou o remédio do Prof. Gilberto e curou. Hoje meu avô tem 87 anos e uma ótima saúde. Desde essa época, sabemos dos esforços do Prof. Gilberto para realizar pesquisas com o remédio e das inúmeras barreiras que encontrava. Ficamos sabendo do remédio pois meu pai também é professor da USP e conhecia o trabalho e pesquisas do Prof. Gilberto. Tivemos todo o apoio do médico do meu avô, que nos apoiou e ficou muito animado com todos os resultados obtidos. Não poderia deixar de compartilhar essa história com [...] [vocês e parabenizá-los] pelo esforço [...]. Elisa Altafim.

Acredito que não seja uma pessoa que possa ser ludibriada pela crença, como tivemos que também transpor esse momento de que as pessoas nos acusavam de estar trabalhando com a crença das pessoas.

Acredito que estamos trabalhando, sim, com ciência, que temos ainda que caminhar muito, mas gostaria de fazer um pedido a todos os presentes aqui nesta reunião e inclusive a toda a população para, quando se fizer uma crítica, que seja pauta do cuidado necessário para que não seja destruidora.

Temos que ter inclusive a esperança. Claro que é importante termos esperança, porque, se não tivermos esperança e não acreditarmos, a nossa ciência também não terá o que buscar, não terá o que trazer, o que estudar.

Quero, mais uma vez, deixar o meu gabinete, o nosso mandato à disposição das pessoas que estão fazendo esses testemunhos, aos professores pioneiros da pesquisa, e também a todos os profissionais envolvidos dos órgãos; o nosso respeito pelos seus trabalhos, porém não podemos deixar as vaidades tomarem conta desse debate.

Acredito que é uma soma, e o interesse é o interesse geral da Nação.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui e, mais uma vez, parabenizar os Senadores que propuseram esse debate, pois acredito que ele é extremamente importante e relevante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Deputada Leandre.

As perguntas foram: uma delas do Senador José Medeiros ao Prof. Gilberto. Não sei se o Prof. Gilberto ainda se recorda da pergunta, o Senador Medeiros pode inclusive repetir. Depois, a Anvisa foi provocada pelo Deputado Ricardo.

O senhor lembra a pergunta do Senador Medeiros, Prof. Gilberto? Então, sucintamente, Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A pergunta era justamente sobre como está a situação dessas pessoas que estão recorrendo em busca da fosfoetanolamina, via judicial, porque a USP fechou, a USP tanto entrou contra V. Sª quanto fechou. E como ficaria a situação dessas pessoas? Vocês sabem como está? Quem está acompanhando essa situação?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E o número de ações que tramitam por aí, não é?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Exato. Na Justiça, como está o balanço? São muitas liminares no País inteiro, na Justiça Estadual e Federal? Vocês têm conhecimento de como está a situação?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Eu gostaria de responder para você, mas não tenho condições porque é juridicamente. Eu trouxe... pediria ao Daniel que explicasse para você, porque ele é do meio. Se puder fazer...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro. É o Dr. Daniel Macedo, que é Defensor Público da União.

Dr. Daniel.

O SR. DANIEL MACEDO – Ex^mo^s Senadores e Deputados Federais, os quais saúdo na pessoa do Ex^mo^ Senador Lasier, é uma honra estar aqui. Vocês realmente enobrecem o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, com os Deputados Federais, e é um orgulho muito grande tê-los como companheiros nessa grande luta, que eu entendo que será uma grande jornada, também os pesquisadores que se fazem presentes aqui. Tentarei ser o mais breve possível.

Ontem, conversava com o Dr. Durvanei, e ele me dizia: "Na minha sala, Dr. Daniel, eu tenho que sair para outra pessoa entrar. Faço os meus trabalhos em uma bancada com 1,80m por 90cm." Essa é a realidade dele. O valor que o brasileiro dá à ciência infelizmente é esse, retratado na pessoa do Dr. Durvanei.

Senadores, a credibilidade dos resultados está em jogo, e com isso a credibilidade das etapas seguintes. A etapa inicial, com os resultados provisórios, servirá de base para as etapas subsequentes. Então, estamos diante de um dilema: ou vamos concordar com o avanço das pesquisas com base em uma metodologia que parece estar equivocada, ou vamos desconstruir o que já foi feito até agora, porque, pelo que os pesquisadores passaram, e com muita propriedade técnica, há erros metodológicos graves que, se não forem levados em consideração, ou se forem levados em consideração, restará comprometida a fase clínica. Isso é muito importante.

A discussão no Parlamento, que antes era sobre o tempo necessário para aprovação de medicamentos e os requisitos necessários, foi para outra plataforma. A credibilidade dos testes realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e pelo Ministério da Saúde está em xeque. Essa credibilidade está em xeque. É assim a visão da Defensoria Pública da União.

Inicialmente, nós vamos protocolar um requerimento formal ao Parlamento, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso precisa ser aprofundado... (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. DANIEL MACEDO – ... com técnica, com ponderação, mas com rigor, porque o que está em jogo é a ciência brasileira. Não é só a fosfoetanolamina que está em discussão hoje no Parlamento, mas todos os medicamentos que precisam ser analisados por esses órgãos, inclusive o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Não vamos esquecer que já foram destinados R$10 milhões para essa pesquisa, sendo que R$2 milhões já foram gastos. O Senado tem que decidir. Vamos verter mais R$8 milhões com base nessa metodologia? Vale a pena avançar nesse sentido? Isso tem que ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Doutor, essa verba foi entregue a quem exatamente?

O SR. DANIEL MACEDO – Aos três laboratórios envolvidos. Os três laboratórios contratados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Certamente o Secretário Jailson poderá falar com muito mais propriedade.

A Defensoria Pública da União já requisitou informações sobre quais valores foram gastos, para quem foram vertidos esses valores. É o ofício que está à mesa de V. Ex^a^...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. DANIEL MACEDO – ... e as respostas já chegaram, inclusive. Soube há pouco, pelo Secretário Jailson, que já estão na Defensoria.

Quanto, propriamente, à pergunta feita pelo nobre Senador, a situação é de caos. Nós temos cerca de 45 mil ações judiciais em curso nos juízos estaduais e federais, das quais 15 mil liminares já foram concedidas.

Por que a situação é de caos? O Instituto de Química de São Paulo, da USP, interrompeu abruptamente o encapsulamento da substância, da fosfoetanolamina sintética. Então, as liminares começam a ser descumpridas, as pessoas que já obtiveram a primeira remessa não irão obter a segunda remessa e o clima de desespero e de terror começa a bater.

Os juízos federais e estaduais têm a preocupação de determinar a juntada de documentação médica que comprove a melhora da situação do paciente após a concessão de liminares.

Nós temos um robusto arcabouço probatório que indica simplesmente o quê? Uma melhora na qualidade de vida de mais de 15 mil pacientes. As evidências são enormes. Até as pedras já afirmam os fins terapêuticos dessa substância.

As providências serão adotadas pela Defensoria Pública da União. Mas, infelizmente, a pior solução é a solução judicial. Ela é verticalizada e sempre traz alguém como insatisfeito. Mas não há outra solução. Nós vamos ajuizar uma ação civil pública, pedindo a desconstituição dessa equipe, a desconsideração dos resultados e trazer a ciência para o processo judicial, que não é o local. Mas da forma como está sendo conduzido, isso vai determinar resultados falso positivos com o início dos testes clínicos. E nós não podemos admitir isso. Para além disso, a devolução do valor de R$2 milhões. Há em curso o quê? Uma lesão ao Erário que precisa ser aprofundada.

São essas as minhas considerações. Eu tentei ser breve. Foi uma honra participar do debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jailson, ao lhe passar a palavra, eu queria dizer a V. Sª que a Comissão de Ciência e Tecnologia vai encampar esse questionamento.

Agora, pergunto desde já a V. Sª: o Ministério tem condições de nos responder em curto prazo? O que o senhor já pode nos antecipar agora?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Nós já sabemos do Defensor Público, no Ministério, os questionamentos e já respondemos a ele. Inclusive, tenho cópia disso e foi enviado formalmente a ele no momento.

Sem entrar no julgamento do que o Defensor coloca, mas de várias falas aqui hoje, não apenas uma, há alguns equívocos em relação ao sistema. E acho que a Comissão de Ciência e Tecnologia, abrindo uma forma de avaliação disso, de investigação, é fantástico. Isso ajudará a clarear. O melhor detergente é a luz do Sol. Então, as coisas precisam estar bem claras. O Louis Brandeis assim dizia. Não foram gastos R$2 milhões. Há um engano, é um dos enganos. Foram alocados até R$2 milhões para o início desses estudos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas foram recebidos ou não?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Foram recebidos, mas não gastos. São projetos de pesquisa que têm um prazo longo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quanto já foi gasto?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Olha, os pesquisadores têm um prazo para prestar contas. Mas nós podemos checar nas contas deles quanto foi gasto. Alguns dos enganos, por exemplo: alguém falou aqui que os pesquisadores estariam ganhando pró-labore de até R$12 mil. Isso é um engano. Se algum deles fez isso, deve ser processado, porque, no que nós fizemos, eles não podem se pagar.

Por exemplo, foi discutido aqui também por que os pesquisadores envolvidos não pagam passagens para as pessoas irem. Eles não podem fazer isso, porque o recurso é para uso nas pesquisas, em custeio à pesquisa. Se ele fizer isso, também vai ter de devolver ao CNPq os recursos por uso indevido. Então, são recursos que estão sendo utilizados no melhor rigor científico.

Agora, não posso deixar de comentar que essa questão está andando há mais de 20 anos. E no andar de mais de 20 anos, como vários relatos aqui, órgãos públicos são culpados, mas também há uma falta talvez de cuidado e de atenção de se fazerem requerimentos e de se seguir em frente com isso.

Se nós já tivéssemos resolvido isso há 20 anos, nós poderíamos já ter atendido 12 milhões de brasileiros. Nós temos 590 mil por ano. E isso qualquer brasileiro, qualquer indivíduo sadio quer que essas pessoas sejam atendidas. Na família de quem está aqui na sala, quem não teve um problema de câncer? Pelo menos, no meu círculo próximo, mais de dez nos últimos anos. Dois faleceram; um, há três meses. Pessoas extremamente queridas. Acham que isso deixa alguém satisfeito?

Agora, a questão não se limita apenas à burocracia. De um lado, nós temos normas na Anvisa que precisam ser seguidas. Em qualquer lugar do mundo, essas normas deverão ser seguidas com maior ou menor intensidade. De outro lado, nós precisamos que os colegas que detêm a patente ou imaginam que detêm a patente a disponibilizem. Quando eu digo que "imaginam" é porque há um pedido de patente; não há a concessão de patente. Então, isso precisa ser disponibilizado a algum órgão público ou vendido a alguma empresa. Quer dizer: no momento em que você segura a propriedade intelectual de algo, ao segurar a propriedade, você evita que outros estudem, que outros pontos avancem. Inclusive, essa é uma questão judicial e eu não sou advogado.

Se os estudos que estão em andamento forem paralisados, será mais uma atitude no sentido de protelar qualquer decisão ou qualquer avanço científico para isso. A ciência precisa que se estude. Se há questionamentos, esses questionamentos precisam ser colocados em foros adequados, e talvez esta Comissão de Ciência e Tecnologia seja um, e discutidos técnica e cientificamente. Isso é o que eu acho que estamos precisando fazer. Qualquer ação protelatória nesse momento será mais uma ação que retarda o reconhecimento ou não da fosfoetanolamina como uma droga que pode ser usada no câncer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor está dizendo, permita uma pergunta, que toda a questão da demora seria em função do patenteamento? Seria por isso?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Sim. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, pergunto, e talvez seja uma pergunta primária, se não haveria possibilidade de uma medida judicial, por exemplo, de uma ação cautelar em que se revele para o juiz a fórmula como garantia de propriedade daquele patenteamento? Esse não seria um meio prático?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Seria, sim, Senador. Agora, é preciso que alguém deseje fazer isso e deseje entrar em todo processo legal sobre isso. É preciso ter alguma garantia. A questão é que não há garantia científica nesse momento, a não ser em relatos, que, certamente, são fantásticos. Já vi alguns aqui, quando estive da última vez. São relatos que nos deixam extremamente mobilizados. Mas, como gestor de ciência, não existe nada que permita, com um registro seguro, que se possa seguir em frente. Não existem órgãos públicos – temos discutido com laboratórios públicos, com vários – que queiram produzir essa molécula.

Hoje, há um problema grande no País. No momento em que a USP parou o laboratório que produzia essa molécula, até onde sabemos, não há nenhum laboratório neste País em condições de produzir 1kg dessa molécula, inclusive por rotas alternativas, que se estão buscando. Certamente, os colegas poderão montar um laboratório, poderão fazer, poderão discutir, mas que eu saiba, hoje, nenhum laboratório no País tem condição de produzir 1kg. Fazer 20mg, 10mg de algo é fácil. Fazer 1kg não é fácil. Fazer uma tonelada é mais difícil ainda. Fazer uma produção que escalone o País é muito mais difícil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Deixe-me fazer uma pergunta. Estamos percebendo onde está o impasse, onde emperrou a questão. Deixe-me fazer uma pergunta ao Dr. Daniel.

Dr. Daniel, pelo jeito, não há escapatória, a não ser ingressar no Judiciário, quem sabe com uma medida liminar, para restabelecer a produção, a fabricação do medicamento. Isso não é possível?

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Tomo a palavra do Dr. Daniel. Na realidade, o que eu preciso dizer é o direito de resposta.

Primeiro lugar, com referência à patente ou àquilo que acreditamos de que temos a patente. Vamos imaginar que façamos um estudo, com recursos do próprio bolso – o Prof. Gilberto pagou todo esse estudo –, e que peçamos o direito de propriedade de patente, ou seja, fazemos um pedido de patente, mas de repente nos vemos desprovidos desse direito, para passar para um terceiro, sem a garantia de que isso vai ser levado à frente.

Segundo ponto, com referência a não existir no Brasil um laboratório competente ou uma farmoquímica. Vou apresentar, no mínimo, umas cinco ou seis que são particulares e que existem. Não existe farmoquímica pública. Existe a indústria Globe, a Formil, a Nortec, a empresa que o professor está em Cravinhos e a Cristália, ou seja, há um desconhecimento abrangente, porque são empresas particulares, farmoquímicas, registradas na Anvisa e com competência para produzir o produto em escalonagem. Lógico que produzir 1kg da substância é muito diferente de fazer uma tonelada, mas são critérios de desenvolvimento tecnológico e de adaptação industrial que vão ser resolvidos na medida do tempo, já estão sendo resolvidos e estudados.

O direito de propriedade é reconhecido pelo cidadão. Amanhã, o professor, o grupo pode resolver, realmente, andar com essa patente para fora do Brasil, adquirir *royalties*, ou seja, lucro, para repassar para qualquer finalidade. Então, esse direito tem que ser desprovido da gente para que a ciência possa andar? Então, me perdoem!

Tomo a palavra pelo Ivo Cassol para poder fazer uma pergunta para o Sr. Jailson. Foi apresentado que a quantidade de fosfoetanolamina era 32%. Essa relação foi até tomada pela *Folha de S.Paulo*. Estava no eslaide do Prof. Gilberto. Porém, no próprio relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia, na pág. 2, na tabela 1, na avaliação citotóxica nas dosagens, esse valor é apresentado para as cápsulas produzidas pela Unicamp.

Fica aí a pergunta: existem outros erros nesse relatório? Foi feita a *quality assurance* das embalagens utilizadas nessas análises químicas?

Segundo ponto: é sabido que, numa obtenção de carbonato, existem, sim, contaminantes de bário, ferro e outros metais. Quais foram as concentrações desses sais encontradas? Quando eu disse que esse relatório era...

Olha lá, aquele lá é um eslaide do Prof. Gilberto, foi divulgado isso na *Folha de S.Paulo*. Olha lá: apenas 32% da pílula é constituída de fosfoetanolamina. Isso foi divulgado na *Folha de S.Paulo*, foi relacionado e falado como um todo.

O próximo eslaide do Prof. Gilberto demonstrava que esses valores eram encontrados nas cápsulas produzidas pela Unicamp. Olha lá. Não há como dar um *zoom*?

O próximo eslaide, por favor. (*Pausa.*)

Naquela tabela que aparece. Tabela 1...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – A Unicamp, em nenhum momento, produziu cápsulas.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Olhe ali...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Se isso foi registrado em algum lugar, é um erro.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – Página 2, tabela 1: concentração da fosfoetanolamina. Não sei se dá para todo mundo ler. Na parte de cima, mostra as cápsulas obtidas pela USP, e na parte de baixo, as cápsulas, ou a fosfoetanolamina sintetizada. Ou seja, então está aqui, no próprio relatório da comissão, tabela 1, página 2, na parte de avaliação citotóxica, de avaliação de dosagens. Ou seja, esse é o documento oficial. Há uma contradição então nesses dados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só uma perguntinha...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Não há contradição. Essa é a caracterização das cápsulas que recebemos da USP.

O SR. MARCOS VINÍCIUS DE ALMEIDA – O que está escrito na parte de baixo...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Isso é a análise das cápsulas que recebemos da USP, que foi feita na Unicamp.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente. Presidente. Para evitar o bate para lá e para cá, eu só queria fazer uma pergunta para o nosso Secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jailson.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Dr. Jailson. Por que, até agora, não foram, em momento algum, utilizados os pesquisadores que são proprietários da patente? Por que os laboratórios contratados não os utilizaram? Por que não os utilizaram? A pergunta é a seguinte: por que não os utilizaram? Por que não os utilizaram, se são os donos da patente e conhecem o sistema? Não são só as cápsulas que vieram da USP. Por que não os utilizaram, para que eles pudessem processar essas cápsulas dentro desses laboratórios e trazer hoje um diagnóstico viável?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jailson.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Senador Ivo, vou repetir o que o Dr. Pedro Prata disse: no dia 26/11, o Professor químico Gilberto Chierice, por meio do Ofício nº 2.861, de 2015, se recusou a participar do grupo de trabalho e a indicar qualquer pessoa do grupo de trabalho. Quer dizer, nós não podemos forçar a participação de ninguém em um grupo de trabalho. Mas o documento está aqui, do Ministério da Saúde, quando o grupo de trabalho começou a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jailson...

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Quer dizer, tem havido uma protelação grande do avanço dos estudos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jailson, nós queremos começar a encaminhar o final...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... da nossa reunião, que já vai longe...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... mas eu lhe faço uma pergunta: qual é o próximo passo que o Ministério da Ciência e Tecnologia pretende dar ou não dar?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Os próximos passos: estão sendo feitos os testes clínicos fase 1. Ao terminarem esses testes – os resultados são preliminares, nós insistimos aqui bastante, são resultados preliminares –, ao final desses testes, o Ministério da Ciência e Tecnologia vai trazer um outro grupo de pesquisadores independentes para avaliar o que foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Em ciência nós funcionamos, o senhor sabe, dessa forma. E a partir daí, vamos decidir sobre a segunda etapa dos testes. Inclusive o próprio Inca está aguardando esses resultados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Esse é o procedimento, quer dizer, qualquer outro procedimento fora desse roteiro não levará a um resultado seguro sobre as moléculas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Isso não impede, Senador, nenhum dos colegas, nenhum dos integrantes de fazer qualquer outro teste ou fazer qualquer outro ensaio que deseje. Isso não é proibido. Qualquer um pode fazer e pode questionar isso em qualquer fórum, seja ele científico, seja político ou judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Enquanto isso, Drª Meiruze, da Anvisa, o que a Anvisa pode fazer neste momento?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nada? Dr. Pedro Prata...

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Realmente a Anvisa não tem o que fazer, uma vez que não existe pedido de registro, nem de pesquisa clínica na Anvisa. A participação da Anvisa foi no sentido de apoiar o trabalho no grupo, avaliar o que foi feito até o momento pelos pesquisadores e em que poderiam ser supridas essas etapas. Essa avaliação foi feita e publicada por meio de relatório.

Agora, é importante contextualizar mais uma vez que a regulamentação da Anvisa está alinhada às diretrizes internacionais, inclusive dos países que foram citados – México, Canadá e Coreia. Uma pesquisa, para ser realizada no México, segue diretrizes semelhantes às do Brasil. A Cofepris, assim como a Anvisa, é uma agência reguladora pré-qualificada pela Opas. Faz parte da pré-qualificação a avaliação da parte de pesquisa clínica. Então, mesmo que os pesquisadores queiram levar esses estudos para essas outras autoridades, elas terão requisitos semelhantes ao que acontece no Brasil.

O registro no Brasil. É muito importante que essas pesquisas sigam o delineamento exposto pela Anvisa nos seus guias e regulamentos, de forma a favorecer o registro aqui e também de forma a favorecer o registro em outras autoridades. Não podemos enfraquecer esse regulamento, porque a gente pode ter uma insegurança regulatória no Brasil, de forma que pesquisas que são aqui realizadas hoje deixem de ser realizadas e pacientes deixem de ser assistidos, uma vez que a ação regulatória do Brasil é questionada em outros fóruns.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, presentemente, Drª Meiruze, não há ninguém fabricando a fosfo?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não. Com a autorização da Anvisa, não. Porque os laboratórios têm interesse de dar entrada.

A SRª MEIRUZE SOUSA FREITAS – Com a autorização da Anvisa, não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas não está havendo produção?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não está havendo produção.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O produto está suspenso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Então, Presidente, o que nós precisávamos, se o senhor permitir... Olha a contradição, o que está acontecendo, a situação aonde estamos chegando. Ao mesmo tempo em que o Ministério quer continuar com as pesquisas, com o começo, que já não deu nada, imagina dando sequência do nada. Entendeu? (*Palmas.*)

Desculpa, mas, Jailson, estou falando a realidade.

Eu sugiro, para nós encaminharmos para o encerramento, que os pesquisadores, o Dr. Gilberto, o Marcos Vinícius, o Salvador, o Renato... O Renato me ligou agora há pouquinho. O Conselho de Medicina de São Paulo está entrando contra ele para cassar a licença médica dele. Veja que absurdo os caras estão fazendo! Olha que situação que está. Acabou de ligar agora há pouquinho.

E o que a gente precisava? Que o Jailson, o pessoal do Ministério da Saúde, que todos os dois lados aqui tivessem a compreensão pela humanidade, pelo povo, pelo pessoal que está diagnosticado com câncer, que fizessem esse trabalho em conjunto. Que ao mesmo tempo em que fossem fazer... Não que mandasse da USP, de São Paulo, mas que os pesquisadores fizessem as partes juntos e pagassem a passagem de ônibus deles, pelo menos pagassem o café deles, pelo menos pagassem a despesa de ônibus, para ele se movimentar de um lugar para outro. Nem isso pagaram! Pagam para o laboratório fazer o que fizeram, mas não pagam para os pesquisadores.

Então, queria pedir ao Jailson aqui, para os pesquisadores, nós temos que ter a união dos dois grupos. Se não tiver, não vai dar em nada. (*Palmas.*)

Não vai dar em nada. Temos que ter a união dos dois grupos para poder atender quem precisa da cápsula, da pílula do câncer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Pedro Prata, que havia pedido a palavra.

O SR. PEDRO PRATA – Gostaria de fazer alguns esclarecimentos e alguns comentários. Primeiro, em relação à patente. Acho que está havendo um certo desconhecimento da questão. E foi mencionada a questão de Farmanguinhos, da Fiocruz.

O que temos, no relatório, a questão fundamental é que o pedido de registro de patente feito no INPI pelos pesquisadores em relação à síntese da molécula foi feito com os pesquisadores como titulares e inventores da patente. Normalmente, as regras... Por exemplo, a molécula foi desenvolvida no âmbito da USP de São Carlos. Em nenhum momento a USP está incluída nesse pedido de patente, que poderia ser o caso. Não

havendo uma instituição, a instituição poderia ser a Farmanguinhos. Se a instituição foi só a USP, ela poderia ter repassado à Farmanguinhos essa discussão.

Então, na questão da patente, em 2013, o que foi colocado era a importância de como são as regras: que deveria haver um inventor, que é o respeito ao pesquisador, e a titularidade, que tem que ser institucional. Isso também gerou uma dificuldade.

Segundo, só respondendo rapidamente, mas eu quero entrar na questão, que me parece fundamental: é que o Ministério da Saúde sempre apoiou a vinda dos pesquisadores. O próprio Prof. Durvanei, enquanto participava do grupo de trabalho, teve o apoio com passagens para comparecer às reuniões. O Prof. Gilberto, já em 2013, foi convidado – eu não estava aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO PRATA – Não há nenhum problema nisso, só estou esclarecendo.

Em 2013, foi convidado a desenvolver, a coordenar os estudos pelo então Secretário de Ciência e Tecnologia, de acordo com as normas da Anvisa. E ele não aceitou. Então, nunca houve recusa das instituições. Pelo contrário.

Meu entendimento é de que as instituições hoje, os Ministérios estão tentando consertar uma falha de processos. Aonde quero chegar? Foram relatados aqui vários casos, relatos de pacientes que melhoraram, etc. e tal, com todo respeito aos pacientes. Não é uma questão pessoal.

Foi mencionado por um dos expositores – é possível até que o número esteja equivocado – que 650 mil pessoas teriam recebido. Isso equivaleria, como são 500 mil novos casos de câncer por ano, a 25% de casos de câncer acumulados em cinco anos recebendo a substância. Se tivesse sido desenvolvido desde o início, 10 a 15 anos atrás, um protocolo de ensaio clínico e de coorte, de acompanhamento desses pacientes, como manda a boa prática da pesquisa, não estaríamos aqui discutindo isso.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Posso falar?

O SR. PEDRO PRATA – Um momentinho.

O ensaio clínico estaria resolvido. Qual é a questão da pesquisa em ensaio clínico? Ha três questões a serem respondidas. E mais um adendo: as respostas que aqui foram trazidas pelo Prof. Durvanei... Ele está de parabéns pelo trabalho. Não é essa questão. Se não fosse o trabalho e as publicações dele, os Ministérios não poderiam estar apoiando o recurso para o ensaio clínico, porque não haveria nenhuma base sobre o assunto. Na medida em que é uma base de bancada... Agora é um alerta: bancada e modelo animal não são ensaio humano. Então, no ensaio humano, que pode ter outra farmacocinética e tem outras variáveis, que não é o controle de laboratório, três questões para qualquer produto – não é esse – têm que ser respondidas: primeiro, se a melhora é placebo; segundo, se a melhora é um efeito de melhora de bem-estar, genericamente falando, ou se é um efeito específico no caso da neoplasia; e, terceiro, se essa melhora, em havendo, seja no bem-estar, seja no tratamento específico, é mais competente, é melhor do que os tratamentos existentes. É uma questão ética. Se isso tudo tivesse sido devidamente registrado, cadastrado, acompanhado como ensaio clínico desde o início, essa questão não estaria na mesa agora.

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO PRATA – O que os Ministérios estão tentando fazer é responder essas questões com o intuito de evitar a prorrogação desse dilema, porque é absolutamente injustificável que continue o sofrimento humano por trás disso.

Desculpe-me, mas apenas mais uma coisa: essa questão das multinacionais não é o caso do Ministério. Existe – já dei o exemplo antes, mas é só para exemplificar – uma vacina de dengue produzida no estrangeiro, Instituto Sanofi Pasteur, licenciada pela Anvisa. Por que o Ministério não incorpora? Primeiro, além de ela ser estrangeira – poderia incorporar se houvesse conflitos de interesse –, ela só protege 60% da população vacinada. Portanto, ela não controla epidemia, embora proteja 60 de cada 100. O Instituto Butantan, que é uma instituição pública, está recebendo recursos do Ministério por quê? Não é apenas que eu defendo o público porque defendo. É porque ele demonstrou, na fase 2 da vacina, que ela é capaz de proteger 90% dos vacinados. Por que, é claro, tem que haver a fase 3? Porque nós não sabemos se o resultado da fase 2, que é um resultado com um n, um número de voluntários pequeno, vai se reproduzir. Se se reproduzir, ela é melhor a ser incorporada. Essa é uma questão de defesa da saúde pública. Então, se o Butantan vai testar uma vacina de fase 3 para dengue, com 17 mil voluntários, o que foi relatado aqui é que já tivemos muito mais do que 17 mil pacientes usando essa substância. Se isso tivesse sido registrado e acompanhado dentro das normas adequadas de pesquisa, esse impasse político e de saúde pública não estaria na mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO PRATA – Eu não estou dizendo de quem é a culpa. Eu estou dizendo que foi isso que aconteceu. E o Ministério está tentando resolver.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Gilberto Chierice.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – O senhor é do Ministério da Saúde. Antes da Anvisa, existiu o Ministério da Saúde. Se o senhor tem documento, como o senhor fala que tem, lá existe o protocolo clínico do Hospital Amaral Carvalho, de quem o senhor, no fim da coisa, teria que cobrar os resultados. Isso não foi feito. Negou-se a trabalhar isso. Como...

O SR. PEDRO PRATA – Eles recusaram a oferecer, a transferir os resultados. Eu não posso...

(Manifestação da plateia.)

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Espera aí, meu amigo!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos manter a ordem na nossa reunião, por gentileza...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente, só uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Prof. Gilberto concluiu?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Não. Não deixaram.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então fale.

O SR. PEDRO PRATA – O Prof. Gilberto é bem-vindo a se aproximar do Ministério e colaborar com o ensaio clínico que precisa ser feito.

O SR. DANIEL MACEDO – Senador, pela ordem.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Dá licença um pouquinho. Tem uma coisa que vocês não podem fazer, ou seja, tratar os desiguais de forma igual. E por que eu sou desigual? Porque eu não minto. Eu tenho documentos para esfregar na cara de quem quiser de que existe dado clínico, de que existe protocolo clínico, de que foi feito nos moldes do Ministério. E por que o Ministério não cobrou?

O SR. PEDRO PRATA – Só uma perguntinha. Estão publicados da mesma forma que o estudo de bancada bem feito deles está publicado?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – O senhor não venha pedir para mim, porque é o hospital que tem que fazer isso. Inclusive, eu não posso participar. Não comece com sofisma. Não posso participar da comissão de ética. É a comissão de ética quem faz isto. E só pode ser do hospital.

O senhor disse que o Hospital Amaral Carvalho se negou a entregar isso. Isso é documento do Ministério da Saúde...

O SR. DANIEL MACEDO – Ele sabia disso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Concluiu, Prof. Gilberto?

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

O SR. PEDRO PRATA – Não entregaram porque eles afirmaram judicialmente que essas pesquisas não foram feitas. Não é responsabilidade minha. É afirmação deles.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – Posso dizer uma coisa para o senhor? Quem vai cobrar isto? Esse acordo foi feito com o Ministério da Saúde, não foi feito comigo. A autorização quem deu foi o Ministério da Saúde.

O SR. DANIEL MACEDO – Isso está tudo documentado.

O SR. GILBERTO ORIVALDO CHIERICE – O senhor não pode esquecer que não tinha Anvisa. Em 1995, não havia a Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – A explicação é simples. A fosfoetanolamina não dá dinheiro. E o Yervoy, os outros remédios de quimioterapia, radioterapia, dão dinheiro. Por isso é que a fosfoetanolamina...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cassol, na linha...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Só uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na linha do seu pensamento, antes de ouvir o Senador Edison Lobão, que é o nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e para perturbar o debate na montanha de pedidos dos nossos telespectadores e daqueles que estão fazendo audiência

interativa, vou ler apenas uma das perguntas feitas pelo Sr. Carlos Mário de Freitas Resende, que mandou no mínimo dez perguntas.

Vejam bem a ironia procedente do Sr. Carlos Mário de Freitas Resende: "No maldito cigarro, vendido livremente no Brasil, há inúmeras substâncias tóxicas e maléficas ao ser humano. Já está comprovado que não há toxidade na fosfoetanolamina. Por que não a liberar? Só porque é contra o interesse de grandes laboratórios?" (*Palmas.*)

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PMDB - MA) – Srs. Senadores, senhores pesquisadores, sou Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Recentemente, até por proposta do Senador Ivo Cassol, nós votamos uma lei bastante importante no que diz respeito a essa droga. E fizemos isso com extrema velocidade. Jamais a Comissão decidiu uma matéria dessa natureza em 48 horas. E nós o fizemos por uma decisão minha de convocar uma reunião extraordinária da Comissão para tratar do assunto.

Portanto, ninguém me diga que sou contra a utilização dessa droga. Todavia, acho que estamos encaminhando uma questão fundamental para a saúde do povo emocionalmente, quando deveríamos tratar na razão. Aqui estamos tratando a burocracia, quando, a meu ver, o importante é a ciência.

Cientificamente o produto é bom ou não é. É uma suposição as pessoas que estão sendo tratadas serem curadas com o medicamento ou o medicamento de fato cura? De fato, cura. É uma hipótese. Tomara que seja essa a verdade. Mas quem tem que dizer qual é a verdade é a ciência, não são as palmas. Esse é o meu entendimento.

Aí nós falamos aqui sobre R$2 milhões ou R$8 milhões que foram destinados a essa pesquisa, como sendo uma coisa extraordinária que já se gastaram R$2 milhões. Ora, qualquer centavo é importante ao Tesouro Nacional, qualquer centavo. Mas os grandes laboratórios americanos, suíços, alemães, etc., quando se dedicam a uma pesquisa dessa natureza, gastam US$100 milhões, US$200 milhões, US$300 milhões, e nem sempre o medicamento é aprovado.

Portanto, se eu pudesse dar uma sugestão, diria que precisamos ser mais razoáveis, e não emocionais, no trato dessa matéria. Eu próprio trouxe aqui, ainda há pouco, o depoimento de um grande jornalista que se julga curado com esse medicamento.

Então, não estou falando contra o medicamento. O que desejo, para a segurança de todos, é que haja um decreto científico, e não por ouvir dizer, porque curamos 10 mil pessoas, 5 mil. Será que curou mesmo? E, se curou, foi esse medicamento ou foi espiritismo ou foi outro medicamento?

Eu não posso entender que se marginalize a ciência, porque a ciência tem suas precauções. Nós estamos cuidando da burocracia governamental, e não da pesquisa científica, que deve ser feita para aprovar ou não o medicamento.

Insisto: não tenho nada contra o medicamento. Até fico curioso e desejo que ele seja 100% eficiente, mas vamos provar isso, e não ficar na tertúlia da briga, no combate, na confrontação de desejos e comprovações científicas.

Desculpe-me ter falado isso. (*Palmas.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente, só para fechar com chave de ouro, V. Exª me permite só um minutinho? Só um minutinho, para fechar com chave de ouro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de o senhor fechar, só um momentinho, por gentileza.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor vai fechar, só um momentinho.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não, não é fechar. Só para fechar com chave de ouro, está presente aqui, também, a Gabriela Fonseca, que é de Canoas, do Rio Grande do Sul. A irmã dela, de nove anos, Manuela Fonseca, estava cega.

Enfim, gostaria que a Mesa, o Sr. Presidente, desse dois minutos para ela e passasse o vídeo, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu já tinha lhe garantido isso.

Só em razão da intervenção muito ponderada do Senador Edison Lobão, a respeito da marginalização da ciência, e por ser assunto que diz respeito à nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, uma notícia, de última hora, da Agência o Globo: "Governo suspende bolsas do CNPq para pós-graduação no exterior. O Governo suspendeu a concessão de novas bolsas no exterior pagas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), importante agência de fomento à formação de pesquisadores brasileiros."

É uma pena. E é um fato desagradável que veio se juntar a tantos outros que identificam a gravidade da crise que estamos vivendo. E tanto precisamos de experiências, de pesquisas, inclusive, para a fosfo. Mas lamentamos...

O SR. RICARDO MADALENO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Diga.

O SR. RICARDO MADALENO – Ele suspende quem já está lá no exterior ou as novos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não, para as novas. Para as novas.

O SR. RICARDO MADALENO – Ah, as novas, perdão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os beneficiários atuais não terão o auxílio cortado.

Para encerrar, ao mesmo tempo já agradecendo a prestimosa colaboração dos painelistas que vieram aqui hoje e a todos que permanecem aqui – afinal já estamos aqui há quatro horas, há quatro horas e alguns minutos –, é um vídeo curto, que o Senador Ivo Cassol quer apresentar, e um rápido depoimento.

Então, o senhor tem a palavra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Por gentileza. Nós precisamos comprovação.

Então, gostaria de convidar a Gabriela Fonseca, por gentileza, para usar o microfone lá e para explanar a situação da irmã dela. O vídeo já está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não conseguiram desvirar o vídeo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Não há problema nenhum. Ela vai falar primeiro, só para comprovar, porque a irmã dela está fazendo uso da fosfo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – É do seu Estado, o Rio Grande do Sul, por isso fiz também questão de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, perfeito. Do Município de Canoas, não é?

A SRª GABRIELA FONSECA – Agradeço, Exmo Presidente e Senador Ivo Cassol, pela oportunidade desse depoimento.

Eu não entendo de ciência, de química, o que vejo é a minha irmã, de nove anos, que foi diagnosticada com bliobastoma tipo neural, metástases no ouvido, coluna, visão. Minha irmã não enxergava, não ouvia, não dava três passos sem tomar morfina e lidocaína para dor. Após quatro meses de uso da fosfoetanolamina sintética, de que ela continua fazendo uso, ela pula, ela corre, ela brinca. Ela voltou a escutar, ela está voltando a enxergar. Retornou à escola, o ano letivo deste ano. Isso apenas com quatro meses de uso. Hoje, ela pula, ela brinca, ela voltou a ser uma criança normal e ter uma qualidade de vida.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Pode passar o vídeo.

(Procede-se exibição de vídeo.) (Palmas.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Presidente, não preciso falar mais nada. Com o depoimento dessa menina, Manuela, irmã da Gabriela, vale por todo o resto que falam que ela não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

A Deputada estava pedindo aqui que alguém desse uma palavra final sobre o que vão fazer. Qual é o seu requerimento?

A SRª LEANDRE (PV - PR) – Eu acredito que, para não sairmos aqui de novo sem saber para aonde iremos, que caminho seguir, muitas coisas foram expostas e talvez, se o senhor permitir, em dois minutos, sobre a questão governamental, qual será o procedimento daqui para frente, levando em consideração o que os professores falaram e o oposto também, o que cada lado pensa em fazer. Seria importante sabermos qual caminho será seguido daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Deputada Leandre.

Então, vou pegar a palavra do Ministério da Saúde, Dr. Pedro Prata. (*Pausa.*)

Então, a Drª Marisa Maria Dreyer Breitenbach.

A SRª MARISA MARIA DREYER BREITENBACH – Então, a posição do Inca é que a gente prossiga com essa investigação. Impasses científicos existem. Acho que houve uma emoção grande nesse processo de divulgação de ambos os lados. O Inca, como está esperando chegar a fase clínica 2, a minha proposta é que a gente faça um seminário científico, reunindo os pesquisadores que estão sob encomenda do MCTI com os pesquisa-

dores envolvidos, com o grupo de inventores e que a gente possa caminhar. Ver onde existem as falhas, as discrepâncias, que a gente oriente e chegue a um consenso em relação às concentrações da droga a ser testada...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Inca tomaria essa iniciativa?

A SRª MARISA MARIA DREYER BREITENBACH – Não, eu estou propondo que o MCTI e o Ministério da Saúde, que coordenaram e tomaram essa iniciativa do grupo de trabalho, estou propondo a eles que façam esse seminário para que a gente avance.

Porque se chegou a um impasse, e fica uma desconstrução de dados científicos bilateralmente. Isso não leva a absolutamente nada. Acho, inclusive, que a gente tem de fazer um seminário convidando outros pesquisadores que não estão envolvidos nessa polarização, para que possam ajudar a chegar a um consenso em relação a esses dados que foram apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O MCTI, Dr. Jailson, tomaria esta iniciativa de organizar o seminário?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Sim, Senador. A proposta que faz a Drª Marisa, do Inca, é extremamente relevante. Acho que é preciso se sentar e discutir com bases científicas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Nós nos comprometemos a fazer isso no espaço de um mês, no máximo, que é o tempo para organizarmos o seminário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito! E nos diga, para que ajudemos aqui a divulgar.

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Inclusive, nós gostaríamos que houvesse a participação do senhor, de Senadores ou de Deputados na reunião, para que possam acompanhar o andamento dos trabalhos e possam auferir o que vai ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito! O senhor acha que isso pode ser feito em um mês ou em pouco mais de um mês?

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Eu diria que, em um mês ou em um mês e meio, no máximo, nós teremos condições de organizar isso com o Inca.

A SRª LEANDRE (PV - PR) – Dr. Jailson, só acho que teria de ser garantida a presença dos pioneiros que estão aqui discutindo isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito!

O SR. JAILSON BITTENCOURT DE ANDRADE – Deputada, eles serão convidados. Só não estarão presentes se não desejarem. Mas, com certeza, serão convidados, formalmente convidados.

O SR. DANIEL MACEDO – Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol. Depois, falará o Dr. Daniel. E aí encerraremos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Quero só, já no fechamento final, agradecer a participação do Ministério da Saúde, da Anvisa, dos nossos pesquisadores, dos pacientes que estão aqui. Há aqui pacientes que estão se tratando de câncer.

Nós falamos, falamos, falamos, mas estamos nos esquecendo de um ponto fundamental. Nós aprovamos nesta Comissão e na CAS aquele projeto de lei que veio da Câmara dos Deputados. Quero parabenizar os Deputados. Ele está na mão da Presidente da República. Estive, na última quinta-feira, com o Ministro Berzoini e pedi a ele a gentileza de que a Presidente Dilma sancionasse essa lei. Por mais que queiramos discutir aqui o que vai ser feito ou não, se a Presidente, neste momento, atender à vontade da Câmara, do Senado, do Congresso, de todos os pacientes que estão com câncer e mesmo de seus familiares, sancionando esse projeto de lei, esse será o maior presente que a Presidente Dilma poderá dar ao povo brasileiro, num momento em que a economia vai mal, em que a política está em frangalhos, está destroçada. A vida humana está acima de tudo isso.

Então, aqui, eu queria fazer outro pedido especial à Presidente Dilma. Quero reivindicar isso aos Deputados e Deputadas Federais que estão aqui também. Eu queria que alguém do Palácio – pelo amor de Deus, pessoal do Palácio! – aproveitasse o fato de que estamos aqui com os pesquisadores e com o Ministério da Saúde.

Presidente, chame-nos hoje à tarde, chame os pesquisadores, todo mundo, os pacientes.

Se for preciso, vou trazer aqui 5 mil pacientes diagnosticados com câncer, para que a Presidente Dilma possa, neste momento, sancionar esse projeto de lei e dar esse presente para quem está diagnosticado com câncer, na expectativa de pelo menos ter mais um sopro de vida.

Eu queria fechar, agradecendo a Deus. Eu queria pedir a todos que sempre vão à igreja que continuem orando, ou mesmo de casa, para que a gente possa, no poder da oração, ter sempre fé e superar essas dificuldades e os interesses individuais.

Obrigado, Sr. Presidente, por conduzir esta audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem! Acho que a reza vai ajudar bastante, para que a Presidente o receba, não é?

Com a palavra, o Dr. Daniel.

O SR. DANIEL MACEDO – Senador, primeiramente, quero agradecer a oportunidade.

Faço só um último esclarecimento. O Dr. Gilberto Chierice foi convidado sim. Fez uma análise dos pesquisadores que fariam parte do grupo de trabalho e afirmou peremptoriamente: "Disso não quero fazer parte!" Na oportunidade, indaguei: "Olha, é necessário que pelo menos um dos pesquisadores esteja presente." Fizemos um ofício, a Deputada Leandre Dal Ponte foi a intermediadora. Com isso, indicamos o Dr. Durvanei. De cinco reuniões, o Dr. Durvanei participou de duas.

Mas a pergunta ainda não foi respondida: por que os pesquisadores não foram convidados quando do início dos testes pré-clínicos nos três laboratórios que foram contratados, os de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e de Fortaleza? Em nenhuma das fases, os pesquisadores estavam presentes. Isso não foi respondido e, parece-me, vai sair sem resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A impressão que se tem é a de que essa questão tem de ser reaberta, já com a presença dos laboratórios. É a impressão que se tem.

Muito obrigado a todos e a todas pela paciência, pela concentração num tema tão importante.

Com os Senadores, eu gostaria ainda de encerrar os nossos trabalhos, submetendo à deliberação a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 16 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e seis minutos do dia doze de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Jorge Viana e Telmário Mota, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, dividida em duas partes. **1ª parte:** Reunião de Trabalho com a finalidade de apresentar o Plano de Trabalho para avaliação dos "Fundos de Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico", política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do artigo 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal. O relator designado é o Senador Lasier Martins. Após a leitura do plano de trabalho, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Plano de Trabalho. **2ª parte:** Deliberativa, **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 337 de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Aloysio Nunes Fereira Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Ivo Cassol, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo). **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 689 de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Oficio "S" n.º 39 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 4: Oficio "S" n.º 47 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi Ltda, no município de Apucarana - PR." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. Nesse momento, o Senador Lasier Martins passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Hélio José, para relatar os itens 5 e 6. **Item 5: Oficio "S" n.º 35 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pelo arquivamento da Matéria. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 6: Requerimento n.º 13 de 2016-CCT**, de caráter não

terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que "...nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216 e 245, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para que este providencie no prazo constitucional, informação detalhada sobre os gastos realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de forma direta ou indireta, em todas as ações relacionadas à realização de estudos para verificar a segurança e eficácia da fosfoetanolamina, incluindo recursos empenhados e os resultados obtidos até esta data." Após a leitura do Requerimento, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovada apresentação do requerimento ao Plenário do Senado. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA – SIR, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS, para executar serviço de

radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Sandra Braga, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srªs e Srs. telespectadores da TV Senado, Srs. Parlamentares, assessores, amigos da imprensa.

Vamos começar convidando os nossos colegas Senadores que estiverem nos gabinetes para que venham a nossa reunião da CCT.

Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura que se realiza nesta data de hoje, 12 de abril de 2016.

Enquanto aguardamos a chegada dos Senadores para que formem o quórum necessário, temos algumas matérias deliberativas e outras não deliberativas, como é praxe da nossa Comissão, vamos a algumas notícias de interesse desse nosso setor sobre investimentos nacionais em infraestrutura de pesquisa compartilhada. E assim faremos em todas as reuniões, sempre procurando atualizar aqueles que acompanham o trabalho da CCT.

Por exemplo, foi publicado, neste ano, o livro *Sistemas Nacionais de Inovação em Infraestrutura de Pesquisa no Brasil*, elaborado pelo CNPq, Finep e Ipea. Esse livro relata alguns problemas sobre a capacidade técnica em termos de infraestrutura nacional para pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação do Brasil.

Está presente uma série de constatações que corroboram com o projeto de avaliação da política pública elegida pela CCT para 2016, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sobre o qual vamos tratar mais tarde na reunião de hoje. Cito-as: fatores essenciais para fazer ciência, tecnologia e inovação: existência de infraestrutura de uso compartilhado ou multidisciplinar. Há necessidade de ampliar o escopo e a escala da infraestrutura de pesquisa, pois essa infraestrutura é um fator limitante da capacidade de produzir ciência de fronteira, indutora de inovação tecnológica, bens e serviços para sociedade.

Na avaliação feita pelos próprios coordenadores dos laboratórios de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação das universidades e centros de pesquisa e inovação participantes da pesquisa do Ipea, é baixa a capacidade técnica do País – o que não é novidade.

Participaram do estudo 2.119 pesquisadores de 135 instituições de ciência, tecnologia e inovação.

Instalação física: apenas 13% avaliaram que têm capacidade técnica compatível com a de seus pares científicos do exterior; 21% consideram insuficientes, mesmo em relação à média nacional.

Capacidade dos pesquisadores quanto à quantidade: 43% consideram ser insuficiente o número de pesquisadores; 30,98%, pouco adequada; apenas 24.4% consideram adequada.

Capacidade dos pesquisadores quanto ao grau de formação acadêmica: 45,37% consideram a formação adequada; 32,93%, pouco adequada; e 19,5%, inadequada.

Abertura dos laboratórios para empresas e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação (ICTs). Os indicadores a seguir refletem pouca abertura para a cooperação entre pesquisadores e empresas.

Maior abertura se dá para alunos de pós-graduação: 970 pesquisadores fizeram essa afirmação. Para outras instituições, 814 pesquisadores. Menos de 20% da mostra receberam, em 2012, pesquisadores de empresas privadas. Este é um dado interessante: menos de 20% da mostra receberam, em 2012, pesquisadores de empresas privadas, o que é muito pouco.

Apenas 6% dos usuários eram pesquisadores de ICTs do exterior, refletindo baixa cooperação com pesquisa internacional. Investimentos financeiros, custos e receitas de PD&I, receitas de custos operacionais de até R$50 mil por ano é a realidade de 681 dos pesquisadores, cerca de 40%; de R$50 mil a R$100 mil por ano, 268 pesquisadores; de R$100 mil a R$150 mil, 106 pesquisadores. Apenas 11 laboratórios têm despesas de até R$5 milhões/ano e receitas de R$25 milhões/ano. A receita média/ano por laboratório foi de R$800 mil/ano, sendo que a maioria está abaixo de R$100 mil/ano.

São todos dados pouco animadores.

Demonstra forte concentração na distribuição dos recursos disponíveis nos órgãos de fomento e de financiamento à inovação no Brasil.

No quadro geral, os investimentos estão muito aquém de uma política efetiva para o setor de CT&I, 60% da infraestrutura possui até R$500 mil investidos.

Na França, o CNRS, principal fundação governamental de PD&I, possui de 50 a 100 pesquisadores efetivos e investimentos a mais de €50 milhões a €250 milhões.

No Brasil, um dos maiores laboratórios é o Laboratório Nacional de Luz Síncroton, vinculado ao Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, vinculado ao MCTI. Apenas o novo Sistema Sirius custa R$1,3 bilhão.

O CNPN é um complexo de pesquisa instalado em Campinas, São Paulo, que abriga o Laboratório Nacional de Luz Síncroton, o Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetano, o Laboratório Nacional de Biociências, e o Laboratório Nacional de Nanotecnologia. As quatro unidades operam grandes instalações de pesquisa e são abertas à comunidade científica e empresarial do Brasil e do exterior.

O CNPN é a nova denominação da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncroton, organização social qualificada pelo Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997, para executar atividades relacionadas a

pesquisas científicas e tecnológicas por meio de contrato de gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Laboratório Nacional de Luz Síncroton, aberto aos usuários em 1997, é responsável pela operação única fonte de luz Síncroton da América Latina, projetado e construído com tecnologia brasileira. Esse equipamento permite a realização de investigação em nível atômico e molecular de materiais orgânicos e inorgânicos e tem aplicações em praticamente todas as áreas científicas e tecnológicas, física química, biologia e geologia, energia e meio ambiente, aí incluídos temas como catálise, materiais nanoestruturados, polímeros, entre outros. Ao ano, é utilizado por aproximadamente 1.300 pesquisadores, dos quais 18% são estrangeiros, comprometidos, em média com mais de 400 estudos, que resultam em cerca de 300 artigos publicados em revistas científicas indexadas.

A equipe do LNLS está projetando a construção de uma nova Fonte Síncrotron, de 3ª geração e energia de 3 GeV, batizada com o nome de Sirius. A nova fonte abrirá novas oportunidades de pesquisa, ampliará a competitividade da ciência brasileira e estreitará o relacionamento do laboratório com as empresas em áreas como fármacos, cosméticos e metalurgia.

O Ministério das Comunicações publicou, ontem, 11 de abril, no *Diário Oficial da União,* Portaria nº 1.455, que define as diretrizes para a atuação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) na elaboração de proposta de revisão do atual modelo de prestação de serviços de telecomunicações. Modelo que deve propor liberar as atuais concessionárias de telefonia fixa dos ônus do regime público, desde que elas invistam em projetos de banda larga, seja em redes de fibras e de rádio de alta capacidade para ligar os Municípios, seja em redes de acesso.

A prioridade dos investimentos das concessionárias, que passarão para um novo regime, deverá se dar nas seguintes direções:

I - Expansão das redes de transporte em fibra óptica e em rádio de alta capacidade para mais Municípios;

II – Ampliação da cobertura...;

III – Óptica nas áreas urbanas;

IV – Atendimento de órgãos públicos, com prioridade para os serviços de educação e de saúde, com acesso à internet em banda larga.

Outra notícia.

Pesquisadores de diversos países se reúnem nesta terça e quarta-feira [hoje e amanhã], no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Manaus, para discutir a criação da Rede Global de Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Liderada pelos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Relações Exteriores e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o objetivo da rede é reforçar o compromisso político global com a nutrição, aumentando os recursos investidos e reunindo governos e sociedade civil para acelerar o cumprimento das metas definidas em foros internacionais.

Na semana passada, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília aprovou resolução na qual manifesta sua insatisfação com as políticas adotadas nos últimos meses, sobretudo pelas principais instituições federais de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O recolhimento das bolsas ainda não implementadas e a suspensão das bolsas de doutorado sanduíche, por exemplo, afetam diretamente as universidades, suas pesquisas e a capacitação de alunos e professores. Medidas dessa natureza significam retrocesso, impactando a excelência da produção acadêmica e a dinâmica da pesquisa e da formação de recursos humanos.

O programa InovAtiva, que apoia a inserção de *startups* no mercado, teve recorde de adesões ao 1º Ciclo de Aceleração de 2016: 1.372 projetos foram inscritos – quase o dobro de 2015 – e, pela primeira vez, as 300 vagas foram preenchidas. Isso significa um crescimento de 136% no número de empresas inseridas no programa. A iniciativa reúne o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior e o Sebrae, em parceria celebrada em 17 de fevereiro, quando foram abertas as inscrições.

Criado pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior há três anos, o InovAtiva é o mais abrangente programa do País em capacitação, mentoria e conexão para novas empresas de base tecnológica. A adesão do Sebrae aumentou sua divulgação e possibilitou a promoção de mais um ciclo anual de aceleração. A instituição se fará presente, ainda, com projetos voltados a *startups*, inovação e tecnologia – a exemplo do Sebraetec, que fornece soluções para pequenos negócios em sete áreas de inovação.

Última notícia.

Projetos de abertura, manutenção e funcionamento de laboratórios de pesquisa científica nas universidades brasileiras vão receber R$390 milhões. Os recursos estão garantidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que lançou dois editais para essas ações. As inscrições começam na próxima semana, em 20 de abril. Um dos editais está dividido em duas linhas, uma para dar suporte ás unidades de pesquisa já existentes, e outra, para incentivar a inauguração de novos centros nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O financiamento atenderá a laboratórios de institutos de ciência e tecnologia que poderão ser abertos a empresas e que estimulem a inovação e novas linhas de pesquisa.

Convidamos os nossos colegas da CCT que estão nos gabinetes que venham para a nossa reunião, para podermos dar início às matérias deliberativas e não deliberativas.

Daqui a pouco, vamos ler o Pano de Trabalho da nossa Comissão, que foi, desde o início, por nós cogitado e que estamos levando adiante com o apoio da Comissão. Enquanto isso, mais duas ou três notícias.

O apagão da TV analógica em Brasília e entorno acontece em 26 de outubro. É uma notícia e um alerta.

O Ministério das Comunicações publicou ontem, 11 de abril, Portaria confirmando a distribuição do conversor digital *zapper*, sem capacidade de interatividade, para as famílias integrante do CadÚnico, que receberão gratuitamente o aparelho na Cidades goianas em volta do Distrito Federal e, aqui, na Capital Federal. Aquelas que pertencem ao Programa Bolsa Família continuarão a receber a caixinha com o *middleware* Ginga (tecnologia nacional), que transforma a TV em um computador, mas as demais famílias receberão apenas o conversor, que transforma os sinais analógicos em digitais por questões de custos.

Além dos moradores de Brasília, também terão os seus sinais de TV analógica desligados os moradores de Águas Lindas de Goiás, em Goiás; Cidade Ocidental, em Goiás; Cristalina; Formosa; Luziânia; Novo Gama; Planaltina; Santo Antônio do Descoberto; e Valparaíso de Goiás. O desligamento está marcado para 26 de outubro.

TICs nas escolas, mobilidade expande sua presença. Durante quatro anos, o Comitê Gestor da Internet do Brasil, por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, acompanhou a adoção das Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC, em 12 escolas públicas pelo País. O estudo resultante desse trabalho aponta, entre outras coisas, que a falta de qualidade da conexão à internet e de manutenção dos dispositivos ainda é um dos obstáculos a ser superado para a efetivação da implementação de TIC nas escolas, desafio que está estreitamente relacionado à adequação da escola, às características dos programas governamentais.

E também expôs uma forte presença da mobilidade no ambiente de ensino com *tablets* e *notebooks*. *P*ara os alunos, ainda há restrições ao uso de celulares e *smartphones*.

A partir da observação de pesquisadores, de entrevistas com diretores, professores, alunos e outros atores da comunidade escolar, o estudo apresenta resultados inéditos a respeito da implementação de políticas educacionais sobre as formas de uso das TICs nas gestões escolares, nas práticas pedagógicas e ainda acerca das mudanças na rotina das instituições decorrentes do uso dessas tecnologias.

O resultado dessa investigação foi documentado no livro *Educação e Tecnologias no Brasil. Um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas*, que inaugura a série Estudos Setoriais do NIC.br e está disponível gratuitamente para *download*.

Com o intuito de ampliar o acesso aos dispositivos móveis, diversas escolas receberam aporte de *tablets* e *notebooks* em função da transição para as políticas de informatização centradas no modelo de um computador por aluno. Apesar disso, o uso de celulares ainda é restrito em muitas escolas, que restringem também o acesso às redes de *wi-fi*.

O Palácio do Planalto coloca em consulta pública a regulamentação da Lei da Biodiversidade.

O processo de regulamentação da Lei da Biodiversidade (nº 13.123, de maio de 2015) entrou, na sexta-feira, 08 de abril, em uma nova consulta pública e ficará disponível no portal do Palácio do Planalto até 02 de maio. Trata-se da legislação que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

A minuta do documento, publicado em 05 de abril no *Diário Oficial da União*, recomenda ampla divulgação da consulta pública. A proposta é receber contribuições adicionais da sociedade civil – da academia científica, setores empresariais, representantes das populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.

A regulamentação da nova legislação é objeto de discussão desde o ano passado. A previsão era de que a Lei nº 13.123, de 2015, fosse implementada em novembro de 2015, mas o processo de regulamentação foi adiado para 2016.

Um dos fatores que adiaram esse procedimento foi o descontentamento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros) com a elaboração do texto da nova lei. O conhecimento desses grupos, relacionado às riquezas da biodiversidade, como os de plantas medicinais e de cosméticos, pode render dividendos consideráveis à economia, em decorrência da agregação de valor ao patrimônio genético pelo setor industrial.

Para a comunidade científica, um dos destaques da nova legislação é a desburocratização das pesquisas para acessar o patrimônio genético e promover o desenvolvimento tecnológico. A Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena B. Nader, disse que a lei em discussão representa um avanço para as pesquisas científicas e defendeu a garantia aos direitos dos detentores dos conhecimentos tradicionais relacionados ao patrimônio genético da biodiversidade. Nader ainda ressaltou a importância do envolvimento de toda a comunidade científica nesse processo: "É importante que toda a comunidade científica leia o decreto da regulamentação da Lei 13.123, de 2015, e participe" – enfatizou.

Uruguai sugere que grávidas evitem viajar ao Brasil devido a H1N1 e zika.

O governo do Uruguai promoverá campanhas de prevenção para recomendar que mulheres grávidas não viajem ao Brasil durante os primeiros meses de gestação, devido à incidência do vírus da zika e do H1N1 no País.

As informações foram divulgadas nesta segunda-feira, dia 11, pela Ministra de Desenvolvimento Social do Uruguai, Marina Arismendi, que fez o anúncio após uma reunião do gabinete sobre o tema em Montevidéu.

Alguns comunicados da nossa Presidência da Comissão.

Chegou a esta Comissão um convite do Sr. Carlos Otávio Quintella, Diretor-Executivo da Fundação Getúlio Vargas, para participação no evento de lançamento do *Caderno de Energia Nuclear*, *uma análise das oportunidades e entraves para a expansão da energia nuclear na matriz elétrica brasileira*, a ser realizado no próximo dia 27 de abril, na sede da FGV, na cidade do Rio de Janeiro.

As Srªs e Srs. Senadores que desejarem participar do referido lançamento queiram, por gentileza, informar à Secretaria desta Comissão. Pretendemos convidar ao menos um Senador ou uma Senadora para que compareça ao Rio de Janeiro, no dia 27 de abril, para esse lançamento do *Caderno de Energia Nuclear*.

O Senado Federal recebeu o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba realizou para apurar a responsabilidade por danos causados ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia móvel oferecidos pelas operadoras existentes que atuam no Estado da Paraíba.

O relatório, com 291 páginas impressas, encontra-se na Secretaria da CCT à disposição das Srªs e Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer o apurado nas 39 sessões realizadas e os depoimentos das autoridades ouvidas pelos Deputados Estaduais da Paraíba relativos à prestação de serviços oferecidos pelas operadoras Oi, TIM, Claro e Vivo.

Entre as irregularidades apuradas pela CPI atinentes às operadoras, destacam-se no relatório a má qualidade do serviço; cobranças indevidas; serviços de emergência e resgate prejudicados; buracos negros; baixa acessibilidade; reduzida disponibilidade do sinal e altas taxas de bloqueio de chamada; omissão dolosa das operadoras em não corrigirem as graves falhas de seus serviços; oferta de serviços que não existem; cobrança de tarifa de interconexão sem custo que a justifique; baixa resolutividade de conflitos; envio de mensagens de serviços que consomem créditos dos consumidores; mapas de coberturas irreais; falta no dever de informar; antenas sobrecarregadas; lucros exorbitantes; no interior da Paraíba só há sinal próximo aos núcleos urbanos do distrito sede; interrupções dos serviços nas cidades do interior; resistências ao compartilhamento de antenas nas cidades do interior da Paraíba; em regiões limítrofes os usuários pagam o *roaming*, tarifa de interconexão e ligação DDD; discriminação da Região Nordeste e violação do princípio da redução das desigualdades sociais e regionais; infraestrutura precária, afastando empresas e investidores; abarrotamento dos PROCONs e do Poder Judiciário.

Pelo jeito, as operadoras de telefonia celular na Paraíba não funcionam ou têm funcionamento dos piores do Brasil.

Nas atribuições que competem à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a CPI destacou questões como: Anatel negligente na fiscalização; Anatel permitindo a prescrição bilionária de multas; Anatel permitindo que ocorra sanção tácita dos planos das operadoras; Anatel editando normas contrárias à legislação consumerista e prolatando decisões favoráveis às operadoras; e Anatel maquiando dados indicadores de qualidade.

Vários dos assuntos tratados na CPI da Paraíba já foram debatidos aqui na CCT e estão presentes nas preocupações dos Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Por isso, agradecemos o excelente trabalho realizado pelo Deputado João Bosco Carneiro Júnior, na exaustiva tarefa de Relator, pelo Deputado João Gonçalves e pela Deputada Camila Toscano, Presidente e

Vice-Presidente respectivamente, e pelos Deputados Janduhy Carneiro, Ricardo Barbosa, Anísio Maia e Inácio Falcão, membros titulares.

Nós fizemos de descrever a ruindade do serviço prestado pelas operadoras de celular na Paraíba, porque muitos desses defeitos são extensivos a outros Estados do Brasil, inclusive ao meu Rio Grande do Sul, onde, há poucos anos, a Assembleia Legislativa do Estado promoveu uma CPI e algumas correções foram feitas, mas não todas. Agora estamos vendo aqui o caos no serviço de telefonia celular no Estado da Paraíba.

Temos, hoje, para apresentar, e esperamos ainda quórum, o nosso plano de trabalho.

A primeira parte da presente reunião tem por finalidade apresentar o plano de trabalho para avaliação dos "Fundos de Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico", política pública a ser analisada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

Vou apresentar o plano de trabalho. Certamente, muitos Senadores estarão acompanhando pela televisão, mas precisaremos de quórum para votar essa proposta de trabalho para nossa Comissão para este ano.

Apresentação.

As políticas públicas são instrumentos fundamentais do Estado para promover o bem-estar da sociedade. Elas compreendem o conjunto de planos, ações e metas do governo que asseguram, entre outros objetivos, o desenvolvimento do país. O ciclo das políticas públicas é formado por cinco etapas. Ele inicia-se pela formação da agenda, segue pela formulação da política, passa pela tomada de decisão, continua com a implementação e finaliza-se com a avaliação.

A avaliação é, portanto, etapa essencial deste ciclo. Ela visa, primeiramente, ao controle de todo o processo, realizando a devida prestação de contas perante a sociedade. Busca também o aprimoramento das atividades realizadas nas etapas anteriores, a partir do acúmulo de experiências e informações a serem utilizadas em futuras decisões da Administração Pública.

A avaliação de políticas públicas é atividade realizada pelos Parlamentos das principais democracias do mundo. E, a partir da promulgação da Resolução nº 44, de 2013, que inseriu, no Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o art. 96-B, o Senado Federal assumiu esta importante ocupação, dentro de sua função fiscalizadora. Em síntese, o referido artigo estabelece procedimentos para avaliação sistemática das políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo.

No âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a política pública selecionada para avaliação, no exercício de 2016, está relacionada à gestão e à aplicação dos recursos dos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, particularmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Desde o início dos nossos trabalhos na Presidência, dissemos que o rastreamento desses fundos que não chegam à ciência e tecnologia vai ser a nossa atividade prioritária deste ano de 2016.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado ainda em 1969. Entretanto, somente a partir do final da década de 1990, com a criação dos fundos setoriais de Ciência e Tecnologia, é que se estabeleceu um fluxo consistente de recursos para o referido fundo.

A Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, estabeleceu, como objetivo geral do fundo o financiamento da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico com vistas a promover o desenvolvimento econômico e social do País. Entre seus objetivos específicos estão:

a) o apoio a programas, projetos e atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), compreendendo:

a.1) a pesquisa básica;

a.2) a pesquisa aplicada;

a.3) a inovação;

a.4) a transferência de tecnologia;

a.5) o desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, de bens e de serviços.

b) a capacitação de recursos humanos;

c) o intercâmbio científico e tecnológico; e

d) a implementação, manutenção e recuperação de infraestrutura de pesquisa de CT&I.

Portanto, o projeto dos fundos é maravilhoso na teoria. E é por isso que nós vamos nos bater aqui nesta Comissão para que ele se torne realidade, nem que leve algum tempo, mas vamos cobrar. E passaremos a cobrar do Governo, seja lá quem estiver no poder. É preciso cumprir esses fundos, afinal, arrecadam recursos das indústrias, das empresas, e não trazem para a ciência e tecnologia.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, administrado por um Conselho Diretor vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), é integrado por representantes da Pasta e dos

Ministérios da Educação (MEC), do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Defesa (MD) e da Fazenda (MF); pelo Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); pelo Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); por representantes do setor empresarial, da comunidade científica e tecnológica; dos trabalhadores da área científica e tecnológica e pelo Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Esse é o Conselho Diretor, portanto, reunindo algumas das principais autoridades da República.

Compete ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], entre outras atribuições, definir as políticas, diretrizes e normas para a utilização dos recursos do fundo e acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos.

Aqui entre nós, o que não tem sido feito.

O FUNTTEL foi legalmente previsto em 1997, pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT) e efetivamente instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, com os seguintes objetivos, restritos exclusivamente ao interesse do setor de telecomunicações:

a) estimular o processo de inovação tecnológica;

b) incentivar a capacitação de recursos humanos;

c) fomentar a geração de empregos; e

d) promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

O FUNTTEL é administrado por um Conselho Gestor vinculado ao Ministério das Comunicações (MC) e constituído por representantes dos vários Ministérios há pouco já citados, e agências, Conselho, Finep, etc.

Compete ao Conselho Gestor do FUNTTEL, entre outras atividades, aprovar as normas de aplicação de recursos do Fundo e aprovar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano de Aplicação de Recursos.

Parte dos recursos do FUNTTEL são destinados, obrigatoriamente, à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), localizada no município de Campinas, no Estado de São Paulo. O CPqD tem origem no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da antiga Telebrás, que foi transformado numa fundação de direito privado durante o processo de privatização do sistema de telecomunicações, e participou, entre outros processos, do desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Os citados fundos têm arrecadado anualmente mais de – observem este número – R$5 bilhões, sendo cerca de R$4,5 bilhões relativos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e aproximadamente R$600 milhões relativos ao FUNTTEL. Entretanto, parte expressiva desses recursos não tem sido efetivamente aplicada, prejudicando o potencial dessa relevante política.

Vou ler de novo para que os nossos telespectadores e os presentes observem o que é o desprezo pela ciência, tecnologia e inovação no Brasil: parte expressiva – estamos tratando de R$5 bilhões – desses recursos não tem sido efetivamente aplicada, prejudicando o potencial dessa relevante política.

Além disso, recentemente, houve a exclusão de um dos mais importantes componentes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-Petro), responsável por estimular a inovação na cadeia produtiva do setor de petróleo e gás natural.

Estamos tratando aqui na nossa Comissão de um dos maiores desleixos ao setor do qual tanto depende a prosperidade do País: o desleixo com a ciência e a tecnologia como política pública.

Atividades propostas:

A avaliação será realizada pela consolidação e análise de informações coletadas por diversos meios. Primeiramente, foi planejado o envio de requisições de informações aos órgãos diretamente ligados à gerência dos fundos, a saber: MCTI e MC. Em paralelo, também serão consultados o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de verificar se existe alguma avaliação em andamento naquele órgão, além de solicitar os resultados das avaliações já realizadas, e o MPOG, ao qual está vinculado o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que, há algum tempo, realizou aprofundados estudos sobre os fundos em questão.

Com isso já estamos expondo as ações que esta Comissão pretende levar em conta. Vamos buscar junto aos órgãos oficiais as informações sobre andamento de verbas e fiscalização, que pelo jeito não existe, com relação às destinações dos fundos setoriais.

Na sequência, propõe-se a realização de seis audiências públicas e de uma visita externa. As audiências previstas foram distribuídas ao longo do ano a fim de permitir que sua realização não prejudique o andamento das atividades normais da CCT nem a realização de outras audiências já aprovadas por esta Comissão.

Em primeiro lugar, com o auxílio de representantes do Tribunal de Constas da União (TCU) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizaremos audiência pública para conhecer, de forma panorâmica

os fundos, suas formas de gestão e os principais problemas já verificados em estudos realizados por aquelas duas instituições.

Para esclarecer a questão da não aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos em seu destino apropriado, em data oportuna convidaremos o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para que discorra sobre os valores contingenciados, as bases e sobre as perspectivas orçamentárias para o setor.

Em seguida, sugere-se a realização de audiência pública com representantes de entidades que têm se destacado com resultados positivos na área do desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, serão convidados representantes do CPqD; do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Ministério da Defesa; da Embrapa e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

O objetivo principal dessa audiência será captar os fatores essenciais ao sucesso dessas instituições com o aporte de recursos recebidos a partir dos fundos, a fim de que seja possível, na apresentação das propostas, estimular sua replicação por todo o Brasil, melhorando a efetividade dos recursos aplicados.

Nova audiência deve se voltar para o setor produtivo nacional, a fim de debater a participação das empresas no processo de definição da aplicação dos recursos dos fundos, a fim de que haja efetivo aproveitamento dos resultados das pesquisas financiadas, aprimoramento e integração entre as empresas e as instituições de ensino e pesquisa. Essa audiência deve contar com representantes da Sociedade Brasileira Pró-Inovação Tecnológica (Protec) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também foi prevista uma audiência dirigida às universidades, contando com a participação de uma representante de cada região do Brasil. Pretendemos, com isso, avaliar o processo de transferência dos recursos dos fundos aos executores das pesquisas, os processos de definição e de priorização das pesquisas a serem realizadas e meios de aprimorar o impacto das pesquisas no efetivo progresso científico e tecnológico nacional.

Após essas audiências, quando já tivermos elementos para uma razoável compreensão do quadro atual relacionado ao que falamos, ao que está relacionado à gestão e à aplicação dos recursos dos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sugerimos uma audiência pública reunindo os Presidentes do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, da Finep, do CNPq e do Conselho Gestor do FUNTTEL, a fim de que exponham a atual situação do incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil e para que possam debater sobre as dificuldades e oportunidades de melhoria identificadas.

Pretendemos também, a fim de otimizar os trabalhos de nossa Comissão, receber individualmente alguns palestrantes com conhecimentos reconhecidos na área de financiamento para pesquisa em ciência, tecnologia e inovação. Traremos esses convidados para exposições a serem realizadas logo antes ou logo após nossas sessões deliberativas. Dessa forma, podemos aproveitar as reuniões já agendadas para também nos aprofundarmos na avaliação da política pública escolhida.

Após o ciclo de audiências públicas, propõe-se uma visita a Campinas, no Estado de São Paulo, com o objetivo de conhecer o CPqD e verificar o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que essa instituição é uma das maiores destinatárias de recursos dos fundos de incentivo analisados.

Destaca-se que, em vista da relevância de questões orçamentárias para as análises que se pretende realizar, é essencial que as atividades contem, além do suporte da Consultoria Legislativa, com a ativa participação da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Após a coleta dessas informações, será elaborado relatório preliminar das atividades, o qual será apreciado no âmbito da CCT. Realizadas as devidas correções e as incorporações das sugestões recebidas durante a apreciação do relatório final na CCT, o relatório final será apresentado no final de 2016, em data a ser definida, para votação e aprovação na Comissão.

Para quem está nos acompanhando, Senador Walter Pinheiro, nós estamos aqui pormenorizando o nosso projeto, o nosso plano de trabalho que adotou como política pública saber onde estão os recursos para a pesquisa científica, para as investigações.

E percebemos que o trabalho será estafante, temos muita gente para ouvir, muita investigação, muitos órgãos a serem chamados a colaborar para que, ao final deste ano, tenhamos aqui uma radiografia do que tem sido a pesquisa científica ou do que não tem sido a pesquisa científica por falta de incentivos.

Usa-se muito a palavra incentivo, e estamos usando aqui no nosso relatório, mas, lamentavelmente, não é o que tem acontecido. Não há incentivo. No Brasil, temos uma política de desincentivo à pesquisa científica e tecnológica.

O cronograma:

Está prevista para hoje, 12 de abril de 2016, a reunião da CCT em que será apresentada esta proposta de plano de trabalho, que é o que estamos fazendo. A partir de então, caso ela seja aprovada, sugerimos a seguinte programação para as próximas atividades da CCT:

– até 2014, envio de requerimento de informações a essas autoridades, aos Ministérios que aqui já mencionamos;

– de maio a outubro, palestras na Ala Senador Alexandre Costa, convidados com conhecimento reconhecido na área de financiamento para pesquisa em ciência, tecnologia e inovação;

– em maio, audiência pública, também na Ala Senador Alexandre Costa, plenário 7, reunião com representante do TCU e do Ipea – vai ser uma das reuniões mais importantes, afinal é quem tem condições de nos informar porque a coisa tem sido assim.

– em junho, audiência pública, reunião com representantes do CPqD, da Embrapa, do DCTA e da Embrapii;

– em julho, audiência pública, reunião com representantes da CNI e da Protec;

– em agosto, audiência pública, reunião com Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. Até lá, esperamos que esteja resolvido esse problema e que saibamos quem será o Ministro do Planejamento, se o mesmo ou se mudará. Por isso, deixamos para agosto.

– em setembro, audiência pública, reunião com representantes de universidades das cinco regiões brasileiras;

– em outubro, reunião com Presidentes do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Conselho Gestor do FUNTTEL, da Finep e do CNPq; uma visita externa, na sede do CPqD, em Campinas, com reunião com representantes e pesquisadores da entidade; e consolidação das informações de órgãos como o Conleg e o Conorf;

- em novembro, apresentação do relatório preliminar e apresentação e votação do relatório final.

Esclarecemos que o programa proposto pode sofrer alterações nas datas e atividades ao longo da execução do trabalho, a fim de ajustar a disponibilidade dos convidados.

Tão logo tenhamos quórum, queremos votar.

Senador Eduardo Amorim, fiz uma ampla leitura. Independentemente da leitura, todos os Srs. Senadores da nossa Comissão receberam cópia. Portanto, se não leram, encarecemos a gentileza de que leiam para que, se não hoje, no momento em que tivermos quórum, votemos o nosso plano de trabalho desta Comissão para a avaliação dos fundos.

Já que o Senador Walter Pinheiro acompanhou boa parte da nossa reunião, pergunto a V. Exª se teria alguma observação, uma vez que V. Exª é um dos Senadores mais dedicados a esse tema.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, acho que é importante e até desafiador, digamos assim, V. Exª propor aqui um calendário que dialoga com algo que é inerente aos anos de eleição, que diz respeito à dificuldade de funcionamento aqui.

Digo que é desafiador porque, como parcela expressiva do Senado não estará – os dois terços – envolvida nessa próxima eleição, muito menos a outra parcela de um terço, que acabou de chegar.

Em tese, nós aqui do Senado, no ano da eleição, obviamente teremos participações em cada base nossa de apoio, mas acho que é importante ir ao encontro do desafio que V. Exª chama, de fazer o debate de um tema que é até muito bem focado. Acho que esta é a preocupação correta que V. Exª teve, que é ir à raiz da questão dos problemas que temos na área de ciência e tecnologia.

Alguns chegam a dizer que não há carência de recursos; há uma aplicação dos recursos ou até a utilização correta desses recursos. Acho que é importante identificarmos aqui os problemas, por que parte desses recursos, ou melhor, por que a totalidade desses recursos...

Essa questão não tem um desdobramento condizente com a natureza que norteou a criação de diversos fundos e diretrizes. E, consequentemente, essas questões todas foram alimentadoras para um processo de planejamento, tanto do setor industrial, da atividade governamental, quanto da política de inovação no País e, principalmente, a parte mais importante, que é a mudança consubstancial em relação ao conceito de pesquisa e desenvolvimento, o que, aliás, foi refeito e repaginado por nós aqui, quando votamos o novo código ou a tentativa de entregar um novo código.

Senão, não adianta a gente ficar todas as vezes, meu caro Presidente, fazendo isso... As diretrizes são boas, eu até diria que as metas são excelentes, desafiadoras, e efetivamente nos é tirado o oxigênio para que isso possa lograr êxito.

Ainda que alguém possa fazer a leitura de que a temática do ano é monotemática, eu acho que é importante frisar essa ideia de V. Exª como uma coisa fundamental, aparentemente monotemática. Mas essa é a base, a raiz para identificarmos exatamente quais são os problemas. Consequentemente, se se planta bem a raiz, dá para colher bons frutos, principalmente se ela é colocada em solo fértil e regada ao longo de um tempo, para permitir que floresça.

Então, só nos resta aqui buscar as condições para irmos ao encontro do desejo de V. Exª de estabelecer aqui, até novembro, o que eu também acho correto, na medida em que V. Exª abre ainda o ano inteiro com esse

debate. Aparentemente também nós poderíamos fazer aqui a leitura de que esse negócio é um, dois meses, um, dois seminariozinhos aqui, ali, acolá e tal, e a gente vai desenvolvendo.

E acho que escolha do CPqD, feita por V. Exª, na minha opinião, é uma escolha correta. Não que os outros centros não tenham as condições para exemplificar bem o desejo dessa proposta. Na reunião passada – não sei se V. Exª se lembra –, chamei atenção para o CPqD na questão relacionada com a indústria no Brasil, ou seja, o surgimento dele, a relação dele com toda a indústria que estava surgindo naquela época, no início dos anos 80, e também a relação do CPqD com outra visão.

Portanto, nos anos 80, o CPqD já tinha uma visão que estamos conclamando de alguns centros em pleno século XXI. No dia de ontem, por exemplo, nós discutimos uma questão dessa, com ampliação de um centro de pesquisa que está instalado no Estado da Bahia e que tem a participação decisiva da indústria nacional e da indústria de fora também que aqui está assentada, que é o Cimatec.

Acho que a visita ao CPqD pode exemplificar bem que é possível, de certa forma, estabelecer uma sinergia entre o que é pesquisado com o campo de aplicação e, principalmente, os objetivos com o processo de desenvolvimento de uma matriz industrial, de retomada de um processo de introdução de inovação em todas as etapas das nossas atividades produtivas, sejam elas do comércio, do serviço, do turismo e, principalmente, da indústria.

Nós carecemos tanto disso, Sr. Presidente. Falamos muito em inovação, mas inovamos bem pouco. Todas as vezes, a justificativa é falta de recursos para aplicar em inovação. Eu tenho impressão de que o estabelecimento dessa base é importante para identificar que falta é essa.

Só me resta parabenizar V. Exª pela iniciativa. O único reparo que eu faria aqui, meu caro Presidente, independentemente das indefinições levantadas por V. Exª, é com relação à reunião com o Planejamento. Com qualquer que seja a situação que teremos em julho – agora, nós não sabemos que situação teremos amanhã –, o fundamental é conversar com o Planejamento um pouquinho antes do mês de agosto, porque o mês de agosto é o mês de entrega de algumas das peças fundamentais da execução orçamentária. O correto seria que o Planejamento já trabalhasse a partir já do início do ano, mas presume-se que vamos ter condição de conhecer, pelo menos, as linhas gerais do orçamento que virá para a Casa já pelo mês de julho.

Então, se pudermos promover uma troca, eu acho que seria importante para tentar interferir...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Proporia para que mês?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O mês de julho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se houver recesso, será um pouquinho antes do recesso.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – A ideia seria fazer em julho, mesmo com o recesso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Primeira semana de julho.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso. Nós teríamos o recesso a partir do dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Teríamos condição de pelo menos conhecer o que o Planejamento já riscou de linhas gerais de planejamento. Quando chegarmos a agosto aqui, vindo do recesso, nós já vamos receber a peça quase que acabada para ser enviada para o Congresso Nacional.

Então, seria importante que pudéssemos interferir nesse curso de elaboração.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela preciosa contribuição. V. Exª, Senador Walter Pinheiro, diz bem: nós queremos ir à raiz do problema. Por que não tem havido o devido incentivo à pesquisa científica e tecnológica? Sabemos que faltam os recursos, mas onde estão os recursos se eles são arrecadados?

Nós vamos fazer uma proposta, Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Omar Aziz, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro. Senador Cristovam, o que nós discutimos aqui, desde que V. Exª passou a mim essa tarefa de presidir a Comissão – e já tivemos o apoio do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que está chegando...

Nós fizemos ver aqui o ponto de vista de que só trataremos de questão teórica se nós não virmos recursos materiais, verbas, que são arrecadadas das empresas para o incentivo à pesquisa. E como esses recursos praticamente não chegam, a nossa política pública proposta é investigar. Por isso, lemos hoje aqui o relatório, do qual V. Exª já tomou conhecimento. Na sequência do seu trabalho – um brilhante trabalho –, Senador Cristovam, nós queremos descobrir onde é que estão esses recursos que precisam chegar aqui e por que não chegam.

Então, esse é o plano de trabalho, que nós queremos submeter à votação de V. Exªs, desde já com um pequeno reparo com relação ao cronograma. Em meio às várias audiências públicas, estávamos deixando lá para o mês de agosto o convite ao Ministro do Planejamento. Mas, como disse bem o Senador Walter Pinheiro, nós já estaremos na reta final da conclusão do projeto, do plano, já estaremos em meio ao processo das elei-

ções municipais e, mesmo que venhamos a ocupar aqui o período do esforço concentrado, que é quando nós pretendemos fazer as reuniões...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – A campanha, inclusive, este ano vai começar um pouquinho depois.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Vai começar em 5 de julho.... Não, perdão. Podemos fazer a reunião em 5 de julho. Essa é a pequena alteração. Em vez de agosto, aqui no plano colocamos a proposta para em 5 de julho trazer o Ministro do Planejamento, que vai nos dizer, enfim, o que o Ministério faz, o que vai destinar à pesquisa, à investigação científica e tecnológica.

Então, quero submeter a V. Exªs que já leram o plano, que foi distribuído previamente.

Em discussão o plano de avaliação da nossa Comissão.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Senador, primeiramente, parabéns pelo trabalho apresentado. Eu queria só sugerir em algum lugar, que eu nem escolhi, alguma referência a que nada disso vai dar certo se não houver uma boa educação de base no Brasil, e uma universidade sintonizada com as necessidades da ciência e da tecnologia, que hoje não temos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas aí já seria uma consequência. Na medida em que nós tivermos recursos para incentivar a pesquisa, nós vamos dar às universidades, vamos dar às escolas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas não é o contrário? Acho que, em relação aos recursos, está correto como está aqui. Nesse parágrafo, seriam recursos por fora disso, até porque sai daqui dessa área e vai para a educação, vai para o MEC. Mas a gente precisaria só dizer que se pode gastar tudo isso, mas sem melhorar a educação de base e as universidades, esse dinheiro vai ser jogado fora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Temos acompanhado a sua luta, Senador Cristovam. Ninguém no Senado trabalha mais por esse propósito da educação básica do que V. Exª. Mas não podemos perder de vista que nós vamos discutir os fundos para o desenvolvimento científico e tecnológico. É disso que nós estamos tratando.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Mas o que eu estou dizendo é que esses fundos, que devem ser concentrados no desenvolvimento científico e tecnológico, precisam ter, de fora desses fundos, de fora do MCT, um esforço na base da ciência e da tecnologia. Simplesmente uma referência em algum lugar. Mas não é uma questão fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não impede o rastreamento que nós queremos fazer, que é o que nós objetivamos com esse plano de trabalho. Nós queremos saber... São 16 fundos setoriais, e a gente não sabe. Esta Comissão, que é uma Comissão de Ciência e Tecnologia, não sabe quanto vem de cada fundo e para onde está indo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É caixa-preta. É isso. Então, é isso que nós queremos fazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Queremos colocar as coisas em ordem, para então poder trabalhar em cima disso.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, quando V. Exª propôs a elaboração deste plano de trabalho com relação à questão de ciência, tecnologia e inovação, eu já tive oportunidade de me pronunciar, parabenizando a Comissão em nome do Presidente e agora quero, também, parabenizar a proposta que está em discussão.

Eu acho que, sem deixar de dar importância à área de comunicação, de tecnologia, da internet, que é importante que seja acompanhada também pela Comissão, mas ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País, e V. Exª coloca, com destaque, essa parte que cabe à nossa CCT.

O plano de trabalho já começa mostrando isto, dezenas de fundos de incentivo, mas nós não sabemos, não temos conhecimento de como os recursos são aplicados, se são aplicados ou não, e é importante que se tenha uma informação permanente. Eu acredito que, na proposta de trabalho, a gente possa, por parte da Comissão, ter desses fundos um relatório mensal; o que foi colocado de recursos no fundo e a sua aplicação, para que, pela Comissão, nós possamos cumprir a nossa função, que é de fiscalizá-los.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E fazer com que, efetivamente, a ciência, tecnologia e inovação sejam colocadas como prioritárias, porque são prioritárias no discurso. Existe o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas ele não tem recurso para cumprir a sua função.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Muito bem-apanhado, Senador Flexa. E é exatamente por isso também, Senador Flexa, que já, no mês que vem, nós estaremos trazendo aqui o TCU, que seguramente deve saber, deve ter realizado algum trabalho.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É um órgão assessor do Legislativo, que pode nos auxiliar e muito no acompanhamento da aplicação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vai nos ajudar. Nós já estamos estudando a data mais próxima possível para que o TCU venha dizer aqui o que tem descoberto sobre a destinação desses fundos.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, desde o momento em que o senhor anunciou o seu propósito de submeter à Comissão este plano de trabalho e este objeto de análise neste ano, eu manifestei, desde logo, o meu entusiasmo. Há necessidade, realmente, de nós abrirmos essas diferentes caixas-pretas.

Eu queria fazer uma sugestão a V. Exª para organização das nossas atividades, que consiste em convidarmos alguém. Se eu não me engano, foi o Embaixador Sardenberg que, como Ministro de Ciência e Tecnologia, concebeu esta ideia da criação de diferentes fundos setoriais. Penso que foi, em todo caso é preciso verificar.

De tal maneira que poderíamos chamar essa pessoa para nos fazer uma explanação sobre qual era o objetivo inicial, qual era o propósito estratégico da criação desses fundos, como é que eles se interligariam.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, esta é minha ideia: chamar alguém aqui... Se não me engano, foi o Embaixador Sardenberg, no governo Fernando Henrique, como Ministro da Ciência e Tecnologia, que concebeu essa ideia e depois foi implementada pelo governo Fernando Henrique e creio que o governo Lula também.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Excelente ideia e, com a sua contribuição, Senador Aloysio, vamos saber se realmente foi o Embaixador Sardenberg e aí vamos colocá-lo já nas primeiras reuniões, logo no começo, para que nos informe sobre essa conexão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso. O plano geral...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... dos vários fundos e as destinações de cada um. Enfim, temos um caminho um tanto longo para percorrer, mas temos de agilizar, até porque estamos num ano atípico, que é um ano de eleição, para chegarmos a uma conclusão: onde estão, para onde vão, por que vieram esses fundos.

Bem, Senador Omar Aziz, só para que tenhamos o seu voto, se não há quem queira discutir, V. Exª já vai dar o seu voto.

Em discussão.

Senador Flexa, não podemos atrasar o Senador Aziz, que tem outra Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, só queria pedir a inclusão, na audiência pública que trará os representantes das entidades da área de desenvolvimento científico e tecnológico, que está convidando o CPqD, Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, do Ministério da Defesa, da Embrapa, do Instituto Evandro Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Peço a V. Exª a gentileza de fazer esse pedido por escrito, mas evidentemente que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Será incluído, bem como a sugestão do Senador Aloysio Nunes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Depois comentaremos sobre Evandro Chagas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nada mais havendo a tratar, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores que concordam com o plano de trabalho permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Muito obrigado aos senhores pela contribuição, por este apoio.

Bem, vamos seguir aos itens não terminativos.

Item 3:

ITEM 3
OFICIO "S" Nº 39, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, cabe a este Colegiado a apreciação das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com base na disciplina do Ato Normativo nº 2, de 2011.

A documentação encaminhada pelo Ministro de Estado das Comunicações comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga, sobretudo quanto à concentração de outorgas e a nacionalidade dos proprietários da Novo Interior Comunicações Ltda.

Conforme aponta a Nota Informativa nº 1.964/2015, análise técnica, realizada no âmbito do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicações do Ministério das Comunicações, atestou que os interessados apresentaram toda a documentação instrutória exigida pelas normas que regem a matéria. Tem manifestação favorável da Advocacia Geral da União junto ao Ministério das Comunicações, com Parecer Jurídico anexado aos autos.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 39, de 2014, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 21, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Novo Interior Comunicações Ltda.

Então, Sr. Presidente, por considerar absolutamente regular, conforme documentação analisada pela nossa consultoria, sou pelo arquivamento do Ofício "S".

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão, o parecer do Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

Sem discordância.

Aprovado.

Item 4:

ITEM 4
OFICIO "S" Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi Ltda., no município de Apucarana - PR.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo arquivamento

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, o objetivo é comunicar a transferência indireta para outro o grupo, como bem disse V. Exª, de cotistas, do controle societário da Televi-

são Tibagi Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens no município de Apucarana, Estado do Paraná.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011 – CCT.

Em seu art. 4º, o mencionado ato determina que os processos referentes a avisos de alteração societária datados até 31 de dezembro de 2010 serão conhecidos e arquivados por esta Comissão, preferencialmente com os respectivos processos de outorga ou renovação.

Como se viu, o aviso acerca da mudança no quadro societário da Televisão Tibagi Ltda. foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 358, de 29 de junho de 2010, oriunda da Presidência da República, portanto, dentro do Ato Normativo nº 02 da CCT.

Diante do exposto no nosso voto, opinamos pelo conhecimento e arquivamento do Ofício "S" nº 47, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão, o parecer do Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com relação à cogitação de V. Exª há pouco sobre o Embaixador Ronaldo Sardenberg, Senador Aloysio Nunes, de fato, foi ele o embaixador que sugeriu a criação dos fundos setoriais, quando Ministro da Ciência e Tecnologia. À época contou com o apoio do ex-Ministro da Educação, saudoso gaúcho, Paulo Renato Souza.

Então, vamos encaminhar o convite.

Muito obrigado pela sua prestimosa contribuição.

Peço que assuma a Presidência o Senador Hélio José, porque os dois próximos itens têm a minha relatoria. São os itens 05 e 06.

Foi bem de Japão?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Fui bem de Japão. Fui bem de Panamá também, onde estava discutindo as energias alternativas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Cuidado que o Panamá é perigoso! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Sim. Os *Papers* ficaram de um lado, e nós, de outro, lá no Parlatino, discutindo. O seu amigo Heráclito Fortes estava lá com a gente, nobre Senador Aloysio. Foi uma excelente participação.

Quero cumprimentar a todos. Ao mesmo tempo, passo imediatamente à análise do item 05.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 35, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 17/2014, de que trata o PDC nº 151/1989, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO PLANALTO CENTRAL LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Porangatu, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pelo arquivamento

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Trata-se de uma transferência indireta para outro grupo de cotistas do controle societário da Televisão Planalto Central Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Porangatu, Estado de Goiás.

Vou direto ao voto.

Em vista do vimos e concluímos, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 35, de 2014, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC

nº 17, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Planalto Central Ltda.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do nobre relator Lasier Martins.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT, pelo arquivamento da matéria.

Item 6, de autoria do Senador Lasier Martins:

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 13, de 2016
- Não terminativo -

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216 e 245, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, para que este providencie no prazo constitucional, informação detalhada sobre os gastos realizados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, de forma direta ou indireta, em todas as ações relacionadas à realização de estudos para verificar a segurança e eficácia da fosfoetanolamina, incluindo recursos empenhados e os resultados obtidos até esta data.

Autoria: Senador Lasier Martins

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Por se tratar desse medicamento tão controvertido, vou ler um pequeno trecho da justificação.

É bastante natural e compreensível que pessoas sofrendo de doença grave e assustadora como o câncer recorram a qualquer possibilidade de cura ou de remissão do tumor, mesmo que ainda nem todos os passos necessários para a comprovação da eficácia médica da fosfoetanolamina tenham sido tomadas.

O MCT, mesmo em tempos de crise econômica, conseguiu liberar verba de R$10 milhões para a realização dos testes clínicos e científicos. Desses, R$2 milhões já foram utilizados.

Todavia, o Defensor Público Federal Daniel de Macedo Alves Pereira afirma que existem sérias dúvidas a respeito da metodologia utilizada nesses exames patrocinados pelo MCT. Isso, por sua vez, teria produzido resultados incorretos em termos de análise clínica dos efeitos da fosfoetanolamina.

De tal sorte, parece-nos salutar que o Ministério esclareça de que forma os recursos disponibilizados foram utilizados a fim de saber se tem sido utilizada a melhor linha de ação em termos de análise da fosfoetanolamina.

Esse é o parecer.

Aliás, nós debatemos esta matéria na reunião passada, e nos convencemos de que realmente temos que pedir informações com relação à utilização dessa verba, dos R$10 milhões, para a realização de testes.

De modo que esta é a proposta: encaminharmos o pedido de informação.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu penso que nesta matéria o Senado cometeu um enorme equívoco, enorme, de enormes proporções, ao autorizar a liberação de algo chamado medicamento, porque nós não sabemos se é medicamento ou não. A tal ponto que o Ministro da Ciência e Tecnologia afirmou que poderá ser liberada a utilização dessa substância, dessa droga, como suplemento alimentar. É uma loucura completa o que nós estamos vivendo, uma loucura completa: o Senado autorizar a liberação de um medicamento sem que fossem feitos testes clínicos, como manda, evidentemente, a boa técnica, para saber se ele é eficaz ou não, simplesmente. Que uma pessoa desesperada recorra a qualquer tipo de expediente para se livrar de um câncer é até compreensível, mas o Senado da República...

Eu lamentei que eu estivesse imobilizado por uma cirurgia e não pudesse, na tribuna do Senado, exprimir minha posição e talvez dar o meu voto solitário contra a matéria.

Mais estranho ainda é que o Defensor Público se meta a discutir a metodologia científica utilizada no teste clínico. Quer dizer, todo mundo agora vai dar palpite sobre como vai ser feito o teste clínico, que deve ser submetido a normas que devem respeitar unicamente os cânones da ciência.

A ideia de que há um remédio que vai propiciar a cura do câncer por si só já é um absurdo, porque não existe uma pomada maravilha contra o câncer. Existem centenas de tipos de câncer, centenas. O câncer de pele é diferente do câncer de fígado. Imaginar que uma única substância possa trazer a solução para todas as diferentes manifestações dessa neoplasia de câncer realmente chega a ser um absurdo.

V. Exª faz bem. Já que essa questão foi suscitada pelo Defensor Público, daqui a pouco vai ser o Ministério Público.

O Poder Judiciário já interferiu nisso. Quer dizer, é a chamada casa da mãe joana em matéria de procedimento terapêutico. Mas, em todo caso, V. Exª faz muito bem em saber, já que há uma dúvida sobre isso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É que houve uma verba liberada. Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª está cumprindo o papel. Eu só fiz esse comentário, porque estou há muito tempo com isso entalado na garganta. Eu não pude participar da discussão, eu estava hospitalizado e me limitei a votar na Comissão, como V. Exª observou, contrário à aprovação da matéria. Mas eu queria fazer esse comentário apenas: acho que tem muita gente dando palpite nisso.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está ainda em discussão. Por isso, quero manifestar rapidamente um ponto de vista.

Primeiro, Senador Aloysio e demais Senadores, Senador Valdir Raupp, que nos acompanha, e Senador Cristovam, essa matéria ficará na história do Parlamento. Durantes anos vai se recordar o que se decidiu aqui, isto é, a aprovação de um medicamento sem ter sido testado em laboratórios.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, na mesma sessão nós aprovamos aqui um extraordinário projeto, um projeto muito meritório, que dá disciplina legal à realização dos testes clínicos. Nessa mesma sessão, nós aprovamos essa...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio, por que se tomou essa atitude? Sejamos razoáveis para interpretar por que aconteceu isso. Porque o sentimento, a emocionalidade – afinal, somos humanos – funcionou. Na medida em que se trata da oferta de um produto que poderia ou que pode salvar pessoas doentes de câncer, e já que esse medicamento não faz mal, então, que se permita que se use, porque, afinal, está se lidando com vida humana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – V. Exª me permite só uma interrupção?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Isso pode estar criando uma ilusão, se não temos comprovação de que esse remédio é eficaz para combater qualquer tipo de câncer, nós estaremos fornecendo às pessoas que sofrem de câncer algo que provavelmente não irá funcionar, porque é uma possibilidade estatística remota um único medicamento valer para todo tipo de câncer. A pessoa, apegando-se a essa ilusão, pode deixar de recorrer ao tratamento convencional, que pode ser mais eficaz.

É claro que a emoção é importante, agora, o Senado não pode legislar nessa base. Isso aqui é o Senado da República. O elemento da racionalidade precisa intervir, porque nós fazemos leis, e lei é a expressão da racionalidade sobre a vida social. Nós não podemos simplesmente... É uma observação que eu queria fazer, mas não vou mais...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Inclusive, encontra eco nas matérias jornalísticas. Se não me engano, sábado, um dos noticiosos de maior repercussão no Brasil, que é o Jornal Nacional, ouviu médicos com duras críticas ao Congresso Nacional por ter agido mais pela emoção do que pela razão. Por isso, eu disse que vai ficar na história por muito tempo.

Antes de ouvi-lo, Senador Hélio José, o que estamos discutindo neste momento é apenas um ofício ao Ministério para perguntar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – E V. Exª tem toda razão, um ofício corretíssimo. Eu não faço nenhum...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os senhores receberam dez milhões para testes clínicos e o que os senhores fizeram com esses dez milhões?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Em si, Senador Lasier, V. Exª está absolutamente correto. Voto no seu requerimento. Aí nós estamos dentro da nossa função.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eles alegam que dois milhões eles gastaram. Muito bem. Então, por favor, comprovem o que fizeram com os oito milhões. É isso o que estamos querendo fazer, bem simples.

Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Considero um aparte ao nosso Relator.

A matéria está em discussão.

Alguém quer discutir o assunto além do aparte já dado? (*Pausa.*)

Eu vou só fazer um comentário sobre o assunto. Concordo que a preocupação é grande, acho que temos que manter a ordem, a lei, a legalidade, a situação toda, mas essa questão do emotivo da vida, como nosso Presidente e autor desta matéria acabou de colocar, mexe muito com o íntimo das pessoas, e a emoção acaba algumas vezes se sobrepondo à razão.

A racionalidade que V. Exª traz para a matéria é peculiar de V. Exª, que sempre se preocupa com a legalidade. É isso que estamos aqui para fazer. Mas, por outro lado, o aspecto emocional mexe muito com todo mundo.

Eu só quero, para concluir, antes de pôr em votação a matéria, congratular-me com V. Exªs e parabenizar o nosso Presidente, o Senador Lasier, e também o nosso nobre Senador Ivo Cassol, pela insistência em discutir esse tema sobre o qual todo mundo está conversando. E acho muito importante nós nos posicionarmos. Essa solicitação de esclarecimento que V. Ex encaminha ao Ministro é altamente relevante. Por isso, eu queria fazer esse comentário antes de colocar em votação.

S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a proposta de relatório do nosso Exmo Presidente, Senador Lasier Martins, a quem repasso novamente a palavra, para dar continuação aos outros itens da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Hélio José.

O item 1, PLS 337, deixa de ser discutido porque o Senador Ivo Cassol não está presente.

Com relação ao PLS terminativo do Senador Valdir Raupp, deixa de ser submetido a votação por falta de quórum suficiente, e os demais que estavam previstos para hoje são terminativos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma pena.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Diante disso, resta apenas...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, será que V. Exª não poderia designar um Relator *ad hoc* apenas para fazer o relatório e, na próxima reunião, quando houver quórum, já votarmos?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O do Senador Ivo Cassol, item 1?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sim. Ele disse que não tem problema, já que ele está impossibilitado de vir.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, podemos pedir ao Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... que relate o item 1, que é não terminativo, para que tenhamos pelo menos a leitura. Aliás, podemos votá-lo, porque ele é não terminativo.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2008
- Não terminativo -

Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta
Observações:
A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – O Projeto de Lei do Senado nº 337, do Senador Raupp, visa alterar o art. 7º da Lei nº 7.802, para instituir a rastreabilidade dos agrotóxicos.

O projeto tem o objetivo geral de instituir a rastreabilidade de agrotóxicos. Para isso, exige a apresentação, em rótulos e bulas de agrotóxicos e produtos afins, de código de barras ou mecanismo similar que permita a rastreabilidade de seus lotes de produção, de suas matérias-primas e fornecedores e de seus processos de fabricação e controle da qualidade. O PLS ainda determina que a rastreabilidade seja implantada em toda a cadeia produtiva, por meio de sistemas informatizados que permitam sua fiscalização pelo Poder Público. A cláusula de vigência é de 180 dias.

Na justificação, o autor explica que se faz necessário aumentar o controle sobre a sanidade do processo de produção de alimentos, para maior segurança da saúde humana e do meio ambiente. Afirma que a rastreabilidade de agrotóxicos, objeto da proposição, facilitará as ações de controle, inspeção e fiscalização pelo Poder Público. Aduz ainda que a medida também trará maior competitividade à exportação de produtos brasileiros.

Análise.

É inegável o mérito do projeto, que recebeu pareceres favoráveis à matéria em exame, nas etapas anteriores da sua tramitação. O parecer da CCT, votado em 18 de abril de 2012, não identificou nenhum aspecto que mereça reparos. Da mesma forma, o parecer da Comissão de Agricultura, de dezembro de 2012, acatou a emenda substitutiva apresentada pela CCT.

Convém esclarecer que os pareceres pela rejeição do PLS 337, de 2008, deram-se em razão da tramitação conjunta com o PLC 55, de 2007. De acordo com o art. 133 do Regimento Interno, faz-se compulsória, nesses casos, a aprovação de um projeto e a rejeição do outro. Já o art. 260, inciso II, alínea a, desse Regimento, impõe que o projeto originário da Câmara dos Deputados tenha preferência sobre o do Senado. Por motivo de concisão e clareza, a emenda substitutiva aprovada na CCT aglutinou ambas as proposições que tramitavam em conjunto.

Após o arquivamento de ambas as proposições, ao fim da 54ª Legislatura, foi requerido e aprovado o desarquivamento apenas do PLS nº 337, de 2008, que voltou a tramitar no ano passado. Tendo em vista sua longa tramitação e os pareceres favoráveis da CCT e da CRA quanto ao mérito do projeto, entendemos ser oportuno resgatar as melhorias já discutidas no âmbito dessas Comissões.

Em essência, a emenda substitutiva proposta pela CCT endereça duas medidas principais: i) a atualização dos valores das multas penal e administrativa decorrentes de infrações referentes à adoção das medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente; e ii) o estabelecimento de mecanismos que permitam a rastreabilidade de agrotóxicos.

Com respeito ao primeiro tópico, o parecer anterior da CCT procura promover a transposição da sistemática do Código Penal para a determinação dos valores das multas penais aplicáveis no caso de infrações aos dispositivos da Lei nº 7.802, de 1989, a denominada Lei de Agrotóxicos, medida com a qual concordamos na íntegra.

Quanto ao segundo tópico, o parecer anterior da CCT propôs o aprimoramento à rastreabilidade de embalagens, no sentido de se determinar que as embalagens de agrotóxicos e afins comercializados no Brasil apresentem código de barras ou mecanismo similar que possibilite a identificação do produto, do país de origem, do fabricante ou importador, do número do lote ou da partida e da validade do produto, bem como um sequencial que individualize a embalagem.

Acreditamos, portanto, que a aprovação do PLS nº 337, de 2008, acrescido dos assuntos que haviam sido tratados no domínio do PLC nº 55, de 2007, trará aperfeiçoamentos significativos à Lei de Agrotóxicos. Por isso, propomos consolidar todas as sugestões recebidas durante a extensa tramitação de ambos os projetos em nova emenda substitutiva, que vem a seguir, no nosso avulso.

É o nosso parecer, Sr. Presidente, pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

Então, esse é o parecer do Senador Aloysio, relator *ad hoc*, sobre o PLS nº 337, do Senador Valdir Raupp, que institui a rastreabilidade de agrotóxicos.

Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não tenho objeção, como disse, ao parecer já elaborado pelo nosso colega Ivo Cassol. Eu queria apenas fazer uma observação: o nosso sistema de controle de qualidade, de aferição da qualidade, o nosso sistema de metrologia, está em colapso. Nós estamos sempre propondo aprimoramentos nos sistemas de controle, especialmente dos produtos destinados ao consumo. No entanto – ainda ontem falei sobre esse assunto com o Ministro Armando Monteiro –, as verbas foram de tal maneira contingenciadas, que todo o sistema nacional de metrologia está em colapso.

Aos poucos, os diferentes institutos que executam, por delegação do Ipem, esta missão nos Estados estão se afastando dos convênios. Não há mais possibilidade de se realizar os exames que são preconizados pela legislação, porque falta gente, falta dinheiro, faltam as verbas mais elementares de custeio.

O Ministro Armando Monteiro está angustiado com este assunto, porque, na medida em que estes exames não podem ser realizados, as receitas também minguam, porque o que se cobra é uma taxa, e não imposto. E, na medida em que o serviço não é prestado, a taxa não é recolhida, de modo que é um processo que se autoalimenta, de degradação de um sistema absolutamente essencial para a defesa do consumidor e também para a economia nacional – para o nosso mercado exportador e para as importações.

Portanto, estamos vivendo realmente uma situação gravíssima de colapso, por conta de um contingenciamento estúpido. É possível fazer contingenciamento? Claro. É necessário se reduzir despesas, mas aí está se

dando um verdadeiro tiro no pé, porque, na medida em que reduz despesa aqui, inviabiliza-se a prestação do serviço, diminui-se a receita, porque a receita é proveniente das taxas de prestação do mesmo serviço.

Era apenas essa observação que eu queria fazer, concordando, é claro, com o parecer que acabo de ler.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito! Foi muito bem observado. Aliás, contingenciamento é lugar comum em todos os setores, é uma rotina.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Quem concorda com o parecer do Senador Ivo Cassol, com a Relatoria *ad hoc* do Senador Aloysio, permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, está aprovada a matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, ainda há o item 2. Se podemos ler o relatório do item 2, estou pronto para relatá-lo, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas já foi lido. Só falta votar. É terminativo. Ficamos para a próxima reunião, uma vez havendo quórum.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2011
- Terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;
2) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com Parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE;
3) Em 22/03/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 283, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) Em 15/03/2016, foi concedida Vista ao Senador Randolfe Rodrigues nos termos regimentais;
2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 224, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 332, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MARÍLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marília, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pela aprovação

Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 22/03/2016.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação)

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Os demais itens previstos para hoje, por serem terminativos, uma vez que não há quórum, deixam de ser apreciados.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 8 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e quarenta e nove minutos do dia dezenove de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, João Alberto Souza, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Telmário Mota e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Comparecem o Senhor Fleury, Suplente do Senador Wilder Morais, e o Senhor Deputado Federal Izalci. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater acerca do Parque Tecnológico e o desenvolvimento da tecnologia no Distrito Federal, atendendo ao Requerimento nº 7/2016-CCT, de autoria dos Senadores Hélio José e José Medeiros. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Graciomário de Queiroz, Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Tecnológico da Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA; Oskar Klingl, Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Distrito Federal - SECTI/DF; Jorge Mário Campagnolo, Secretário Substituto de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - SETEC/MCTI; Mário Henrique Siqueira Silva e Lima, Diretor de Novos Empreendimentos da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap; e Jaime Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília - DPP/UnB. Findas as exposições, o Senhor Presidente requer, oralmente, a apreciação extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento nº 14, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer, em aditamento ao RCT nº 7, de 2016, a inclusão do Senhor Ricardo de Figueiredo Caldas, Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, como convidado da audiência pública em curso. O requerimento é aprovado. O Senhor Ricardo de Figueiredo Caldas toma assento à Mesa de oradores e realiza apresentação. Em seguida, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos parlamentares presentes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Hélio José e Cristovam Buarque; o Senhor Fleury, Suplente do Senador Wilder Morais; e o Senhor Deputado Federal Izalci. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 15, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José, que requerem "... a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (RMA n.º 13, de 2016), e a Comissão de Infraestrutura (RCI n.º 22, de 2016), com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Senadores, senhores assessores dos Senadores, amigos da imprensa, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de abril de 2016.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 7/2016, da CCT, de autoria dos Senadores Hélio José, que já está presente, é o Vice-Presidente da Comissão, e José Medeiros, do Estado do Mato Grosso.

Destina-se esta audiência pública a discutir o tema Parque Tecnológico e o Desenvolvimento da tecnologia no Distrito Federal.

Para debater o assunto, temos a honra de convidar para compor a Mesa os seguintes expositores: Sr. Graciomário de Queiroz, Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Tecnológico da Federação das Indústrias do

Distrito Federal – Fibra; Sr. Oskar Klingl – está certa a pronúncia? –, Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Distrito Federal; Sr. Jorge Mário Campagnolo, Secretário Substituto de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Sr. Mário Henrique Siqueira Silva e Lima, Diretor de Novos Empreendimentos da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap; e o Sr. Jaime Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

Também temos à mesa o Requerimento nº 14, da CCT, de autoria do Senador Hélio José, em que ele diz:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 14, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, em aditamento ao Requerimento CCT nº 07 de 2016, de minha autoria, pelo qual solicito a realização de audiência pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para debater o Parque Tecnológico e o Desenvolvimento da Tecnologia no Distrito Federal, a inclusão do nome do seguinte convidado:

1. Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, o Senhor Ricardo de Figueiredo Caldas.
Autoria: Senador Hélio José

Quando houver o quórum...

Temos que, primeiro, aprovar evidentemente. E vamos aprovar com muito gosto, mas enquanto não estiver aprovado o senhor aguarde um pouquinho, por gentileza, até termos o quórum.

Muito obrigado, Dr. Ricardo de Figueiredo Caldas.

Ainda sobre esta audiência, para se entender melhor o que será tratado, algumas informações.

Grandes invenções, grandes inovações.

Se observarmos o processo das grandes descobertas, invenções e inovações constataremos que, em geral, elas têm por trás infraestrutura de pesquisa de ponta e um sistema científico, educacional e empreendedor cujo foco central é a formação do cidadão autônomo e empreendedor.

Empreendedor nesse caso não se refere apenas àquelas pessoas que criam seus próprios negócios, mas àqueles indivíduos que sabem analisar o contexto onde estão inseridos e que sabem encontrar soluções mais apropriadas para os seus problemas e os de sua comunidade. Seja por suas características pessoais, por formação na escola e na universidade ou por suas experiências profissionais, esse indivíduo consegue vislumbrar oportunidades de mudança onde outros só enxergam problemas e dificuldades.

É com essa visão empreendedora que alguns cientistas e pesquisadores desenvolvem medicamentos e soluções de relevância social, como a fosfoetanolamina, sintetizada no Instituto de Química da USP. Contudo, tal resultado só foi possível com a cooperação de outros grupos de pesquisa no Brasil e no exterior, utilizando as respectivas infraestruturas de pesquisas existentes.

Foi também por meio da ciência colaborativa e um experimento inédito com humanos que pesquisadores da Universidade Estadual de Ohio, do Instituto Memorial Battelle, do Instituto Feinstein para Pesquisa Médica que pesquisadores conseguiram restaurar a comunicação entre o cérebro e os músculos de um jovem, tetraplégico, de 19 anos. Usando um marca-passo neural, ele começou a movimentar os dedos, o pulso e a mão. "Essa é a primeira vez que uma pessoa completamente paralisada recobra os movimentos usando apenas seus pensamentos", explicou, em uma coletiva de imprensa, Chad Bouton, pesquisador do Instituto Feinstein, em Manhasset, Nova York, e um dos autores de um artigo que descreve o feito, publicado na revista *Nature,* recentemente.

O problema é que, no contexto de globalização dos mercados econômicos, os problemas estruturais, sociais e políticos ganharam dimensões antes inimagináveis, em que a cooperação é imprescindível para que empreendedores empresariais, sociais e da ciência possam lograr êxitos em suas iniciativas. E no Brasil, de forma similar as outras economias competitivas ou não, a cooperação entre os principais atores do ecossistema de inovação e do empreendedorismo não acontece de forma linear, direta ou espontânea. Há necessidade de criar programas institucionais ou estruturas adequadas para promover e estabelecer a governança do processo de cooperação. Isso significa que "pontes" entre a Ciência e a Pesquisa (C&T) com a Inovação (I) são necessárias para a transformação do conhecimento cientifico em bens e serviços úteis à sociedade. Em outras palavras, é preciso estimular e gerenciar a cooperação orgânica entre as universidades, as empresas e o Governo, em que cada um mantém sua identidade e objetivos institucionais: a universidade produz o conhecimento; a empresa

converte o conhecimento em bens, produtos e serviços; e o Governo regulamenta, financia e fomenta o processo de cooperação – a famosa tríplice hélice.

No Exterior e no Brasil, tais pontes, em geral, são construídas por meio da criação de figuras jurídicas diferentes do CNPJ da instituição de C&T para que a Inovação (I) aconteça. Normalmente, são denominadas Agências de Inovação, Centros de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PDI), Institutos de Pesquisa, Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs), Incubadoras de Empresas, Aceleradoras, entre outras.

São espaços físicos construídos ou adaptados para abrigar grupos de pesquisa avançada de empresas ou de universidades com o objetivo de apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica para converter a ciência e a pesquisa em inovação. Foram em Parques Científicos e Tecnológicos que surgiram a maioria dos equipamentos científicos e dos produtos que hoje utilizamos, tais como o computador, o celular, a internet, a clonagem de células animais, vegetais e humanas, só para citar alguns exemplos.

E é sobre o processo de implantação e desenvolvimento dos Parques Científicos e Tecnológicos (PCTs) que vamos tratar hoje, nesta audiência pública.

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Tecnologias Avançadas (Anprotec), já são 94 as iniciativas de Parques Científicos e Tecnológicos existentes no Brasil, das quais 38 na fase de elaboração dos estudos e projetos, 28 em processo de implantação e 28 já estão em pleno funcionamento. Em 2008, eram 74; e até o ano 2000, tínhamos apenas 10 iniciativas de implantação de parques tecnológicos.

A distribuição regional por etapa de desenvolvimento dos projetos é a seguinte:

1) fase de projeto: Sudeste, 17; Sul, 11; Centro-Oeste, 5; Norte, 4; e Nordeste, 1;

2) implantação: Sudeste, 11; Sul, 11; Centro-Oeste, 3; Nordeste, 2; e Norte, 1;

3) operação: Sudeste, 11; Sul, 13; e Nordeste, 4; Centro-Oeste, zero; e Norte, zero.

Feitas estas considerações iniciais, queremos pautar alguns aspectos que julgamos da maior relevância para o debate nesta manhã, aqui, no Senado, esperando que possam ser respondidas algumas destas questões – vamos àquilo que pretendemos nesta reunião –:

1) ficou eminente acima a necessidade de maior incentivo às Regiões Norte e Centro-Oeste, pelo fato de não possuírem ainda nenhuma iniciativa de parque em fase de operação. Quais são os principais fatores limitantes identificados para essa discrepância entre as regiões? Faltam iniciativas de proatividade nas instituições das duas regiões ou faltam mais estímulos por parte do Governo Federal e dos Governos Estaduais?

2) Apesar da relevância dos Parques Tecnológicos para o avanço da competitividade da economia brasileira, existem gargalos quanto à evolução na passagem de um estágio de desenvolvimento dos Parques Tecnológicos, desde o planejamento até a sua entrada em operação?

"Das 67 iniciativas analisadas em 2008, até 2014, 29 ainda continuavam na fase de projeto – 6 anos depois. Enquanto 12 evoluíram para a fase de implantação, somente 7% ou 10,5% passaram para a fase de operação nesses 6 anos. Apesar de estes dados mostrarem, inicialmente, uma certa evolução dos parques em projeto para outras fases de desenvolvimento, mais da metade estacionou na condição verificada em 2008."

Então, pergunta-se: em qual estagio está o projeto do Capital Digital? Quais são os fatores que podem contribuir para dar maior celeridade na mudança entre as fases de projeto, implantação e operação? Seriam tais gargalos de caráter financeiro, político ou de governança institucional? De que forma o Legislativo pode colaborar – emendas parlamentares, aumentar e acompanhar os cortes anuais no orçamento designado para Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação?

3) De acordo com as informações coletadas no estudo, quando implantados os 94 Parques Tecnológicos, a expectativa é de geração de cerca de 930 novas empresas de base tecnológica, nas quais serão empregados cerca de 32.000 profissionais com alta qualificação – 1.800 Pesquisadores, 530 gestores dos Parques Tecnológicos e 29.900 especialistas nas empresas inovadoras.

Pergunta-se: quantas empresas e empregos serão gerados com a implantação do Capital Digital? Há previsão de incentivos fiscais para as empresas de base tecnológica que venham a se instalar neste Parque Tecnológico?

Considerando que o Distrito Federal tem desde a sua constituição limitações territoriais e ambientais para instalação de grandes industrias geradoras de empregos, como ocorre na maioria dos demais Estados brasileiros, os Parques Científicos e Tecnológicos surgem como boa alternativa para o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Nesse sentido, queremos ouvir os nossos ilustres convidados, aqui presentes, para esclarecer e fornecer a esta Casa insumos que nos ajudem na compreensão dos gargalos e das possibilidades de apoio às iniciativas regionais, de acordo com as responsabilidades que competem à CCT do Senado.

Hoje, convidamos os gestores do Projeto de Implantação do Capital Digital, que muito têm a contribuir para as discussões desta temática, tão importante para o avanço da política nacional de estímulo e apoio à inovação em nosso País.

Portanto, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, às senhoras e aos senhores Senadores presentes, na ordem de inscrição.

Cada expositor terá o tempo... Quero negociar com os senhores. Os senhores são cinco. De quanto tempo os senhores acham, com toda a objetividade, que precisamos?

Eu sei que o ideal seria uma hora para cada um, mas é impossível.

Vinte a vinte e cinco minutos. (*Pausa.*)

Dez minutos, prorrogáveis. É a média que temos aqui, quando há mais de quatro painelistas.

Depois, nos questionamentos, os senhores terão a oportunidade de avançar naquilo que não puderam dizer na primeira intervenção.

Eu sei que seria desejável bem mais, mas isso leva muito tempo e precisamos contar com a atenção de todos. Vamos tentar, com a máxima objetividade.

Portanto, dez minutos, prorrogáveis por mais cinco. Na parede há um cronômetro, que marca o tempo a partir do momento em que cada um dos senhores começar a falar.

Registramos também a presença do Deputado Federal Izalci, do PSDB, do Distrito Federal.

Vamos começar.

Hoje vamos aprender muito sobre as bases tecnológicas do Distrito Federal.

Eu passo a palavra ao Sr. Graciomário de Queiroz, Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Tecnológico da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra).

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pela ordem, nobre Presidente, eu gostaria de fazer uma breve fala, antes de começar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Presidente, nobres convidados, todos nós sabemos que Brasília e o Brasil passam por uma séria crise, por dificuldades no desenvolvimento econômico, na geração de empregos e de oportunidades exatamente no setor tecnológico.

Anos atrás, Brasília teve a oportunidade de iniciar as atividades nessa área, por intermédio do nosso nobre Izalci e do Sinfor, que está aqui ao meu lado, e os demais governos deram continuidade. Mas o Parque Tecnológico Capital Digital, lamentavelmente, nunca saiu do papel.

Como Senador do Distrito Federal, eu não poderia deixar de propor esta audiência pública que hoje vamos realizar no sentido de discutir saídas para tornar realidade o Parque Tecnológico do Distrito Federal.

Brasília é uma capital que tem como inclinação a indústria não poluente, tem como inclinação podermos trabalhar de forma a gerar oportunidades, principalmente na área tecnológica, que é o grande filão. Nós contamos com a boa vontade de muitas pessoas, mas, lamentavelmente, não conseguimos avançar, como disse o nosso nobre Presidente, Senador Lasier Martins, do querido Estado do Rio Grande do Sul – eu sou o Vice-Presidente da Comissão. Por isso é importante nós ouvirmos os senhores.

Quero dizer algumas breves palavras.

Segundo estudos realizados pela Universidade de Brasília e pelo GDF, o Parque Tecnológico Capital Digital tem potencial para a instalação de 1,2 mil empresas e a geração de 25 mil empregos diretos. Mais ainda: em atividades não poluentes e sustentáveis. Isso não é pouca coisa. É um empreendimento da maior importância para o Distrito Federal e região.

O modelo da Cidade Digital se baseia na cooperação da Universidade com a iniciativa privada e o Governo. O que queremos com esta audiência pública, fruto do requerimento de minha autoria e subscrito pelo nobre Senador Medeiros – no dia eu não estava aqui presente para subscrever o meu requerimento –, é mostrar a importância estratégica dessa iniciativa e tentar criar um fórum para que questões que estão impedindo o avanço do Parque sejam apresentadas e esclarecidas. Por isso não podemos deixar morrer essa ideia e nem que fique nas gavetas.

Eu debati longamente com o Ricardo, que é o Presidente do Sinfor. Daqui a pouco, como deixou claro o nosso nobre Presidente, na hora em que obtivermos quórum, vamos aprovar a inclusão dele, que está na Mesa.

Hoje estamos com o Graciomário, que representa a Fibra, que esteve na ponta de todo esse projeto em Brasília, e também com a UnB, com a Terracap e com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Lembro-me de que assumimos um compromisso com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, de tirar do papel esse Parque, de torná-lo realidade.

Fizemos uma parceria com o setor produtivo de Brasília, nessa área, e com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o Governo Federal e com o Governo do Distrito Federal. Por isso que o nosso Subsecretário... Era Secretaria, hoje é Subsecretário Adjunto de Ciência e Tecnologia. Está aqui o nosso Subsecretário Oskar Klingl. Nós precisamos todos, efetivamente, nos darmos as mãos para transformar em realidade essa questão.

Daqui, hoje, espero que a gente consiga tirar vários ensinamentos. Daqui, hoje, já vou estar marcando uma audiência com o Ministro. Quero a participação de todos vocês, se possível – desta Mesa, com a inclusão do Presidente do Sinfor – para que, juntos, possamos, de fato, pôr para a frente esse importante sonho do Distrito Federal que é o Parque Tecnológico.

Então, quero agradecer ao nobre Senador Lasier por esse tempo breve que me foi concedido e retornar a ele a condução dos trabalhos que, com muita dignidade, estão sendo feitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos, então, ao início dos trabalhos propriamente dito com os nossos eminentes palestrantes, começando com o Dr. Graciomário de Queiroz, Diretor de Assuntos de Desenvolvimento Tecnológico da Federação das Indústrias do Distrito Federal.

Bom dia!

O SR. GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ – Bom dia!

Cumprimento o Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Senado Federal, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais membros da Mesa. Cumprimento o Senador Hélio José, Vice-Presidente da referida Comissão, cumprimento o Deputado Izalci, cumprimento o empresário Ricardo Caldas, em nome de quem gostaria de cumprimentar os demais representantes de entidades de classe e do Governo aqui presentes.

Senhoras e senhores, falar do Polo de Tecnologia do Distrito Federal e não falar da Fibra é cometer uma injustiça. Desde 1990, a Federação das Indústrias tem participado ativamente para que esse Polo se torne uma realidade. Naquela oportunidade, ela publicou e encaminhou ao GDF documento preconizando a implantação de um polo de alta tecnologia no Distrito Federal mediante a articulação dos setores empresarial, acadêmico e governamental.

Em 2006, a Federação participou da elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do DF, de 2006 a 2015, e apresentou o Parque Tecnológico como um dos elementos centrais de dinamização da base industrial do DF.

Em 2007, a Fibra coordena o Grupo de Gestão para a implantação do Parque através do Decreto nº 28.502, de 4 de dezembro de 2007.

Em 2008, a Fibra participa da Oficina de Planejamento do Parque Tecnológico com o objetivo de definir as bases do planejamento estratégico do Parque Tecnológico apontando as definições, visão, missão e objetivos, bem como recomendar sobre as atividades que deveriam compor o referido Parque.

Em 2008, continua trabalhando à frente, juntamente com o Sinfor, que também é pioneiro nesse projeto, buscando formular a política e a proposta de Governo para o Parque, considerando-se a proposta de ocupação e uso do solo, a proposta de incentivos fiscais e de ocupação do território.

Em 2009, trabalha na publicação das normas – NGB definindo, entre outros, os usos e as atividades permitidas, bem como a taxa de ocupação daquele terreno.

Em 2012, a Fibra encaminha e divulga aos candidatos do GDF documento destacando a importância da implantação do referido Parque como fator estruturante do desenvolvimento industrial da Capital.

Em 2016, a Fibra entrega ao Governo do Distrito Federal a manifestação de interesse público – MIP propondo um modelo técnico, econômico – financeiro e jurídico-institucional capaz de viabilizar a implantação de uma solução de prestação de serviço de administração, implantação, desenvolvimento, operação e manutenção da infraestrutura e gestão de negócios do Parque Tecnológico Capital Digital.

O Parque Tecnológico é um empreendimento destinado a oferecer condições privilegiadas à instalação e operação de empresas e instituições que atuam na fronteira da tecnologia, cuja evolução e competitividade dependem de pesquisa e desenvolvimento, elevada criatividade e intensa sinergia com clientes, empresas de alta tecnologia, instituições de ensino e pesquisa, órgãos do Governo e agências de desenvolvimento.

Em princípio, apresentamos as principais áreas de atuação do Parque Tecnológico: tecnologia da informação e comunicações, energia, biotecnologia – e aí inclui-se a Embrapa, que é uma entidade de Governo com fundamentos e tem provado que é capaz de prestar relevantes serviços à sociedade, e, para nós, com desen-

volvimento de modelos de aproveitamento do nosso solo do Cerrado, do Centro-Oeste –, medicina, eletrônica, microeletrônica, indústrias criativas, pesquisas de desenvolvimento de suporte à evolução da tecnologia industrial. A sinergia entre as instituições residentes e destas com atores da inovação em outros locais, inclusive em outras unidades da Federação e de outros países.

Para tanto, Sr. Presidente, apresentamos na MIP um modelo de implantação, um modelo jurídico do parque, que seria através de uma SPE, sociedade por ações, com a participação também de um instituto, onde, aí sim, poderia agregar todos os participantes das academias, não só do Distrito Federal, do Brasil e também do exterior.

Com relação ao empreendimento, a Federação das indústrias desenvolveu um projeto de massa para empreendimento, que consta hoje com um terreno, lote único, com uma área de 1 milhão de metros quadrados. Para os senhores terem uma ideia, isso representa quase 35 alqueires goianos. Nessa área, seria permitida a construção de aproximadamente 1,5 milhão de metros quadrados. Só para uma comparação, para aqueles que conhecem aquele empreendimento Brasil 21, ele tem da ordem de 110 a 120 mil metros quadrados; seria mais de 12 vezes aquele empreendimento localizado ao lado da Torre de Televisão. Ou seja, um empreendimento desse porte permitiria contemplar não só as indústrias, não só as empresas de desenvolvimento, mas também todos os institutos e todos aqueles empenhados em promover o desenvolvimento do Distrito Federal.

A Terracap hoje é a proprietária desse terreno. Já ouve, no Governo anterior, a colocação desse terreno em licitação. Infelizmente, dado o seu elevado valor e dado o momento atual da economia nacional, não é possível encontrar empreendedores que se disponham a colocar na compra do terreno, o que hoje estaria, aproximadamente, valendo R$2 bilhões, mais o empreendimento, que custaria hoje na ordem de R$5 bilhões. Não é possível hoje se conseguir um empreendedor que coloque de R$8 bilhões a R$9 bilhões, para depois analisar como teria esse resultado. Daí a necessidade de se ter a participação da iniciativa privada, juntamente com o Governo, para transformar aquele polo realmente em um polo de geração de emprego e renda e também de tributos, tão necessários hoje para o desenvolvimento do Distrito Federal.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor nos deu um exemplo de síntese, Dr. Graciomário, objetividade. Muito obrigado.

O SR. GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ – Muito obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já registrando as presenças dos nossos Senadores Walter Pinheiro, da Bahia, que, aliás, deixa Salvador às 5h da madrugada para estar aqui esta hora, não é, Senador Walter? (*Risos.*)

E o nosso Senador amazonense, Omar Aziz. Obrigado pelas presenças.

Com a palavra o Dr. Oskar Klingl, Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Distrito Federal, a SECTI/DF. Dr. Oskar.

O SR. OSKAR KLINGL – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, senhoras e senhores, colegas da Mesa.

A questão que se coloca é por que o Parque, que foi criado em 1992, chega a 2016 sem estar implantado, seguindo o destino daquilo que o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia apresentou em sua fala?

Não me cabe analisar o passado. De 2015 para cá, estamos fazendo, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, junto com o Terracap, por instrução, orientação do Governador Rodrigo Rollemberg, todo o esforço para a implantação desse Parque. E esse esforço é baseado na lógica de que, como já foi mencionado pelo Senador Martins, o modelo de desenvolvimento de Brasília, baseado fortemente no serviço público, na existência do Governo Federal e na existência do Governo do Distrito Federal, está se esgotando; é preciso buscar uma alternativa de desenvolvimento. E, com a escassez de terra e de recursos naturais, a coisa óbvia a se fazer em Brasília é utilizar o conhecimento e a transformação do conhecimento para gerar oportunidades de empregos, empresas, riqueza, tudo isso que o Distrito Federal precisa para oferecer um futuro à sua população.

Com base nesse pressuposto de uma política de desenvolvimento, foi preciso analisar que parque queremos, qual é o conceito de um parque, o que nós pensamos de um parque tecnológico. Um parque tecnológico é um loteamento de empresas de alto teor tecnológico ou é algo diferente? Uma definição muito boa, que eu ouvi hoje, na fala do Presidente da Mesa, é de que o parque tecnológico deve estimular a relação orgânica entre universidades e empresas, com mediação do Governo. É exatamente esse modelo que nós estamos buscando na reativação do parque, que foi paralisado, iniciado há 15 anos quase, e que não conseguiu se implantar.

Bom, a primeira constatação é: qual é o potencial de conhecimento que dever ser utilizado para esse parque aqui, em Brasília? Quais são os pontos fortes? O parque começou a ser criado com base na pujança das empresas de informática e de comunicações aqui, em Brasília, atraídas pelo grande mercado que o Governo

oferece. Então, há um grande número de empresas, Sr. Presidente. O Sinfor pode nos informar os números, mas há um grande número de pessoas empregadas por esse segmento e empresas do setor.

Então, uma coisa óbvia é considerar o parque vocacionado para a área de informática, como foi concebido em 2002. Porém, a capacidade de geração de conhecimento em Brasília, na academia de Brasília, nas universidades de Brasília, notadamente na UnB, que é o grande motor de pesquisa, ao lado da Embrapa, que aqui tem um grande número de institutos de pesquisa, tem uma rede de empreendimentos de pesquisa e tem competência reconhecida mundialmente, a grande área de pesquisa em Brasília é a biotecnologia. Metade dos artigos publicados em revistas indexadas mundo afora por pesquisadores de Brasília são na área das biológicas. Todas as outras áreas de conhecimento compõem a outra metade.

A Embrapa é uma empresa com vocação e competência reconhecida mundialmente nessa área. Então, a biotecnologia passa a ser, ao lado da informática, um segundo candidato óbvio para ocupar o parque. Um terceiro candidato óbvio são energias alternativas. Primeiro, porque temos mais sol do que a maioria dos outros Estados. Temos a capacidade de explorá-lo.

Bom, essas constatações levam necessariamente à compreensão de que um parque só se beneficia pela multidisciplinaridade, porque faz com que entes distantes, que provavelmente não conversariam, passem a interagir, passem a conversar, passem a construir um crescimento sinergético, porque um complementa o outro.

Então, o conceito que passamos a adotar para o parque tecnológico, a partir da decisão de retomada de sua implantação, foi o de buscar a multidisciplinaridade. Para tanto, começaram negociações com a Embrapa, que foram bem-sucedidas, e a Embrapa tem hoje um projeto de se implantar no parque.

Estamos ainda abrindo as negociações, discussões, a busca de propostas para encontrar o ente gestor, e aqueles recursos que o Dr. Graciomário tinha mencionado, para colocar esse parque para funcionar. É preciso gerir o parque, é preciso administrá-lo, fazer a infraestrutura, buscar recursos externos que, de alguma forma, possam fazer com que o parque ande.

É preciso ainda criar aquilo que é próprio de um parque: um espaço compartilhado, de uso comum, de todos os entes que ali vão sediar-se, para que possam reduzir os seus custos de funcionamento e, assim, ganhar viabilidade de implantação.

Uma pergunta feita hoje é: quantas empresas ou empregos o parque vai gerar? Essa pergunta é relevante, mas muito mais relevante do que ela é: quantas empresas e empregos serão gerados fora do parque, em função do fato da existência do parque? Isso porque, se a gente imagina o parque como um motor de desenvolvimento, o desenvolvimento não se dará dentro dele. Dar-se-á fora do parque, dentro do Distrito Federal ou na grande região do Distrito Federal.

Bom, com todo esse conjunto de ideias na cabeça, passamos a efetivamente implantar o parque, e as notícias são as seguintes: estamos construindo o prédio dos serviços compartilhados, que deve ser concluído em 2017, fim do ano que vem. Estamos buscando os parceiros privados para a efetiva implantação do parque, da sua infraestrutura e da sua gestão. Estamos atraindo, negociando com os grandes parceiros que devem servir de fonte de atração de outros empreendimentos, notadamente a Embrapa.

(Soa a campainha.)

O SR. OSKAR KLINGL – Meu tempo. Faltam 56 segundos.

Criamos um mecanismo de governança compartilhado, em que estão presentes o Governo, por um lado, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; por outro lado, a Terracap e a UnB; o setor privado, através da Fibra e do Sebrae; e a Embrapa como o elemento âncora a buscar empreendimentos desse segmento.

Senhores, é o que eu tinha a dizer, e estou pronto para responder às perguntas. E me sobraram cinco segundos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

Agora, com a palavra, o Sr. Jorge Mario Campagnolo, Secretário Substituto de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Setec/MCTI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Então, só peço que a câmera procure focalizar o Dr. Jorge Mario, que precisa falar de pé.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO (*Fora do microfone*.) – É mania de professor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está ligado o microfone?

Peço que a nossa equipe técnica ligue o microfone portátil. (*Pausa.*)

Enquanto isso, quero aproveitar para dar uma notícia a respeito do anúncio das operadoras de telefones fixos por banda larga, que pretendiam ou pretendem uma redução de velocidade. Informo que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou, ontem – foi inclusive objeto de notícia auspiciosa nos noticiários de televisão, ontem à noite –, um despacho determinando cautelarmente que as prestadoras de banda larga fixa se abstenham de adotar práticas de redução de velocidades, suspensão de serviços ou cobrança de tráfico excedente após o esgotamento da franquia, ainda que tais ações encontrem previsão em contrato de adesão ou em plano de serviço. Com esse anúncio, o Presidente da Anatel disse que a era da internet ilimitada está chegando ao fim.

Essa notícia é importante, porque nós apresentamos aqui, na Presidência da CCT, um requerimento para realizarmos uma audiência pública com a Anatel e as entidades envolvidas, para esclarecermos essa situação que vem causando muito descontentamento dos consumidores. Essa audiência está prevista para o próximo dia 24 de maio.

O assunto é complexo. Há vários pontos de vista e interesses em disputa. Então, precisamos esclarecer as questões que envolvem o tema e ajudar a encontrar o melhor encaminhamento, que proteja o consumidor e ao mesmo tempo não cause desequilíbrio financeiro para os investidores.

Portanto, está suspensa qualquer ação com relação à redução de velocidade pela banda larga fixa.

Já em dia o nosso microfone? Então, com a palavra o Dr. Jorge Mario Campagnolo.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Sr. Presidente, bom dia. Senadores e Deputado Izalci, aqui presentes.

Agradeço o convite por estar aqui representando o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Vou conversar muito sobre o programa, mas iniciarei exatamente com a nossa legislação. O Congresso sabiamente colocou, na Emenda Constitucional nº 85, a inovação como questão constitucional. E também, na emenda constitucional, colocou os ambientes de inovação como fundamentais para o desenvolvimento tecnológico, e a inovação para o desenvolvimento econômico e social do País. Então, já na Emenda nº 85 há um privilégio aos ambientes de inovação.

A legislação do marco legal, aprovado este ano, também apresenta que Estados, Municípios e o Distrito Federal podem – eu aqui digo que não só podem como deveriam – apoiar iniciativas de desenvolvimento de ambientes da inovação.

Realmente, se falarmos da tríplice hélice da inovação, os ambientes de inovação tipo parques tecnológicos são os exemplos mais exitosos, em que uma associação entre Governo, Academia e negócios flui de uma maneira mais eficiente.

Eu lembro que quando se trata de inovação, temos... Está aqui o representante da Fibra. Inovação é negócio. Inovações são negócios. Então, realmente, o setor empresarial precisa estar junto nesse trabalho.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, junto à Setec... Nós temos um Programa Nacional de Apoio a Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, que é o nosso PNI.

Então, realmente o PNI tem o objetivo de fomentar a consolidação e o surgimento de parques tecnológicos e incubadoras de empresas.

Como o Presidente já falou, meus números são um pouquinho maiores, tenho dois a mais, um pouquinho mais atualizados. Hoje nós temos 96 iniciativas, 29 em operação, 27 em implantação e 40 em projetos. E são 390 incubadoras de empresas em operação.

O PNI, esse programa nacional, iniciou em 1998, inicialmente como apoio a incubadoras de empresas. Em 2005, foram incluídos então, através da Portaria 585, os parques tecnológicos. E é o atual programa nacional. Gostaríamos agora, com a modificação do marco legal, incluir polos tecnológicos e estamos tentando colocar o nosso programa nacional dentro do decreto de regulamentação do nosso marco legal, incluindo também aí os polos tecnológicos.

Nossas principais fontes de recurso para pôr os parques tecnológicos são: o crédito reembolsável com equalização de juros, então, juros equalizados, diferentes dos de mercado; o crédito não reembolsável; trabalhamos também com fundo de investimentos e capital de risco; e recursos orçamentários, principalmente de emendas parlamentares. Então, as emendas parlamentares têm sido o fator fundamental na criação e no desenvolvimento de parques tecnológicos no País.

Como disse, a fonte de recursos pode ser recursos não reembolsáveis. E os recursos não reembolsáveis são submetidos à sociedade via chamadas públicas, via editais. Até 2002, atendemos por chamadas públicas 30 parques, no total de R$87 milhões. Então, são 11 na Região Sul; 14 na Sudeste; 3 na Nordeste; 1 na Norte; e 1 na Região Centro-Oeste. Então, foram 30 parques com recursos não reembolsáveis do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A outra grande fonte de financiamento, como disse, são as emendas parlamentares. Esses recursos entram no Ministério da Ciência e Tecnologia, no nosso orçamento. Foram atendidos 14 parques no total de R$167

milhões. Aqui está também a grande fonte para apoio a parques tecnológicos do País, incubadoras, parques. Então, R$167 milhões de emendas, R$87 milhões de recursos não reembolsáveis do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 2013, lançamos um edital. Então, aqueles R$87 milhões foram até 2012. Assim, em 2013, lançamos um edital com R$110 milhões de recurso não reembolsável; R$500 milhões de crédito, aquele que comentei, crédito a juros equalizados; e R$50 milhões de investimentos de fundos de participação.

Aqui um novo formato de chamada pública em que se juntaram instrumentos de apoio. De não reembolsável esse edital está fechado, mas, na parte de crédito, crédito equalizado, esse edital está em aberto. É um edital bastante interessante. Ele financia parques, financia a gestão de parques e também financia empresas que querem construir dentro do parque. Esse recurso está na Finep, ainda está aberta a parte de crédito. Diferentemente de outros financiamentos, a Finep não financia obras em empresas. Esse recurso, se uma empresa quer construir dentro do parque, está aberto e a empresa tem acesso a esse crédito com juros equalizados.

Isso aqui é um estudo que nós fizemos. Dos recursos colocados em parque, 22% foram recursos federais; 36%, privados; 42% estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jorge Mario, permite-me uma pergunta...

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... um pouquinho fora de hora? É que essa abordagem que V. Sª está fazendo é extremamente relevante para conhecimento da nossa Comissão. Inclusive, nós elegemos como política pública deste ano nesta Comissão a investigação, o rastreamento desses recursos.

Quanto, mais ou menos, o Ministério recolhe, arrecada desses fundos para investimento na pesquisa tecnológica e científica? Mais ou menos quanto por ano?

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Bom, a grande fonte de recursos do Ministério é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. Perfeito.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Isso depende do orçamento, da LOA, da Lei Orçamentária.

Nos últimos anos, cerca de R$3 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Três bilhões? Três bilhões.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – É, mas existe o FNDCT.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas a aplicação... V. Sª fala ali em 22%.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Não, aqui eu estou falando de recursos para parques tecnológicos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em parques. Muito bem. Mas V. Sª sabe que se arrecada em torno de R$3 bilhões. Nós tínhamos a informação de R$5 bilhões por ano. V. Sª fala em R$3 bilhões.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Eu estou falando do valor do FNDCT. Mais ou menos R$3 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

E V. Sª saberia informar para onde vai o restante, que é a maioria dos recursos?

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Lembro que o FNDCT é o grande financiador da...

Vai para projetos, vai para infraestrutura, vai para todos os editais...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – ... e uma parte pode ir para parques tecnológicos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Haverá de chegar o dia em que esses recursos virão para pesquisa tecnológica, que é aquilo de que precisamos para maior desenvolvimento. Concorda?

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Parte desses recursos também foi para a Embrapii. E realmente é a pesquisa tecnológica...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu fiz aqui uma pergunta...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vou descontar o tempo que estou lhe tomando.

Nós vamos, em breve, procurá-lo para uma nova conversa, porque precisamos chegar ao fim do ano de 2016 sabendo, minuciosamente, das arrecadações, da destinação, uma a uma, porque, numa Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, nós precisamos saber com o que se conta para investigação tecnológica e cien-

tífica. Por isso, eu fiz essa intervenção. Perdoe-me por atrapalhar o seu raciocínio, mas eu não podia perder a oportunidade. Prometo não intervir mais.

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – Ficamos à disposição. Também temos grande interesse nesse assunto. Eu acho que todos, no País, estão preocupados com seu desenvolvimento, e a Ciência e Tecnologia é fundamental para esse desenvolvimento.

Então, com esse eslaide, eu só quis apresentar que, para cada real de recurso federal, a gente consegue catapultar R$3,64 de outras fontes. Então, aqui também é um investimento interessante em recursos de Estados e Municípios e recursos privados.

Como também já foi comentado pelo Presidente, Senador Lasier Martins, nós temos dificuldades aqui, na Região Norte. Então, nossos parques estão concentrados mais nas Regiões Sul e Sudeste. Começam a surgir no Nordeste, mas no Norte e no Centro-Oeste nós ainda temos poucas iniciativas. Nós estamos direcionando nossos esforços, então, para a Região Norte, mas também já apoiamos, na Região Centro-Oeste, no ano passado, o Tocantins, apoiamos o Ceará. Este ano queremos apoiar o Norte e, talvez, aqui, o Mato Grosso. Então, nós estamos trabalhando com isso, temos ciência dessa dificuldade, e realmente o Governo Federal tem que tratar com carinho essa situação.

Como comentado, é uma grande fonte de empregos. Hoje, temos 939 empresas instaladas que geram 32 mil empregos. Mas o que eu queria comentar é que, desses empregos, temos 12,5 de mestres e doutores.

Então, a grande dificuldade do País hoje é fixar mestres e doutores no setor de negócios. Então, é um esforço também. Temos programas para tentar levar mestres e doutores. Hoje, o que nós temos são mestres e doutores mais direcionados para a academia, e nós, realmente, se quisermos agregar conhecimento, agregar valor a nossos produtos e processos, temos que também trazer essas pessoas mais qualificadas para dentro do setor empresarial. E os parques tecnológicos naturalmente canalizam isso e levam à contratação maior de mestres e doutores. Então, hoje são 12,5%...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE MARIO CAMPAGNOLO – ... de mestres e doutores. Já estou no finalzinho.

Só alguns exemplos. O colega da Fibra comentou a questão do modelo jurídico. Nós temos alguns exemplos de êxito, como o Parque Tecnológico de São José dos Campos, que é uma OS municipal, e também foi uma solução encontrada, é um parque muito exitoso hoje no País.

O Parque Tecnológico do Rio de Janeiro está dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é um centro da universidade, usa uma fundação de apoio, a COPPETEC, para fazer... Hoje, com a aprovação do marco legal, as fundações de apoio podem atuar junto aos parques tecnológicos, dando toda a agilidade necessária.

Outro exemplo é o Porto Digital, em Recife, uma OS estadual.

Esse aqui, o Sapiens Parque, uma sociedade de propósito específico (SPE), é o modelo que, pelo que entendi, vai ser adotado aqui, no Capital Digital. Então, o Sapiens Parque, em Florianópolis, é uma referência, um exemplo a ser seguido aqui pelo Capital Digital, é um exemplo de êxito.

E temos um excelente parque também, da iniciativa privada, sem fins lucrativos, na PUC do Rio Grande do Sul, um grande exemplo de parque tecnológico.

Temos desafios, claro. São grandes os desafios para os parques tecnológicos do Brasil. Hoje, o que nós temos é uma demanda muito excessiva para implantação de parques, gerando expectativas irrealistas, em muitos casos onde não existe produção de conhecimento. O parque tecnológico não é um condomínio empresarial, não é um centro industrial. Num parque tecnológico, temos que ter intensa geração de conhecimento, ou seja, precisamos agregar valor a nossos produtos e processos. Então, a importância de estar agregado ao setor gerador de conhecimento, agregado à academia.

Outra questão também: sustentabilidade dos parques tecnológicos independente da região em que se localizam. Entendemos que o Poder Público tem que apoiar o parque tecnológico, mas não indefinidamente. Quer dizer, quando nós estamos trabalhando inovação, inovação é negócio. Se é negócio, tem que ser sustentável. Então, o Poder Público tem que ajudar no início, tem que dar a partida, mas ele também tem que começar a se encaminhar de forma sustentável.

Outra questão é a profissionalização da gestão. É negócio, tem que ser profissional. Não pode ser um professor da universidade carregando o piano com pouca experiência de gestão. Então, um parque tem que ter profissionais na sua gestão.

Maior comprometimento da comunidade científica e tecnológica na geração da inovação dentro dos parques. É uma outra questão, não adianta um convênio do parque assinado pelo reitor. Eu sou pesquisador também, a pesquisa se dá dentro dos laboratórios, com o pesquisador.

Agora, com o novo marco legal, que permite até o professor trabalhar dentro da empresa um certo número de horas, o professor de dedicação exclusiva, acreditamos que isso possa melhorar. Então, o marco legal dá um novo alento para esse processo. Isso é muito importante, nós precisamos ter ciência dentro dos parques tecnológicos.

Outra questão importante que nós temos é a regularidade das chamadas públicas. Então, o País ainda não consegue ter essa regularidade, quer dizer, quando se trabalha com ciência, tecnologia e inovação, os investimentos têm que ser constantes. Quer dizer, criar um grupo de pesquisa, criar um desenvolvimento, ele não pode ser interrompido.

Então, também é fundamental a regularidade dessas chamadas públicas para dar o financiamento.

Estamos pensando e já trabalhando na criação de indicadores para parques tecnológicos. Entendemos que também nós precisamos ter avaliações, precisamos ter indicadores para realmente investir onde o País precisa e onde está dando frutos.

Então, era isso que eu tinha que falar. Obrigado. Passei um pouco. Desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi muito oportuno, Dr. Jorge Mario. O senhor ficou dentro do tempo porque fiz uma intervenção que lhe desviou um pouquinho do pronunciamento.

Seguindo, vamos à exposição do Sr. Mário Henrique Siqueira Silva e Lima, Diretor de Novos Empreendimentos da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, da Terracap.

O SR. MÁRIO HENRIQUE SIQUEIRA SILVA E LIMA – Obrigado. Bom dia! Cumprimento as autoridades presentes, todos os participantes.

Na verdade, não tenho uma apresentação. Conversando aqui com o Oskar, vejo que estamos bastante alinhados. A Terracap é instrumento de Governo do Distrito Federal.

Eu só gostaria de enfatizar as palavras. Fico muito contente e grato pelo que eu ouvi aqui. Acho que está muito em minha com o que estamos realizando e vamos realizar.

Gostaria de enfatizar que a Terracap tem esse projeto como um dos seus projetos prioritários, está na agenda do Governador, como foi colocado pelo Oskar. Nós temos um mandato para fazer com que esse projeto se execute em tempo e em recursos. Então, estamos colocando todos os recursos da empresa para que ele se realize.

O nosso viés aqui, a forma como olhamos para esse empreendimento é como um negócio. A Terracap não realiza política de ciência e tecnologia. Então, nós estamos olhando com muito critério para a sustentabilidade econômica do projeto, que em geral é um dos elementos que impacta no desenvolvimento de empreendimentos desse tipo.

Um fator preponderante é a questão da vocação – isso eu acho que foi colocado pelo Secretário Jorge Mário. Cada um daqueles parques que foram apresentados, dos quais conhecemos os estudos de caso, responde a um contexto local, a uma vocação local, a exemplo do parque de São José dos Campos, onde há a presença muito forte do setor aeronáutico, ou o parque de Santa Catarina, de Florianópolis, que tem um ambiente voltado às questões de pesquisa de meio ambiente.

O primeiro desafio que temos que responder aqui é tentar entender qual é a vocação desse parque, o porquê de ele está aqui. Esta pergunta precisa ser respondida, o porquê, para evitarmos criar uma colcha de retalhos ali, um Frankenstein que não decola. É o primeiro desafio e para isso estamos trabalhando em colaboração muito estreita, muito forte, com a equipe formada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, o próprio Ministério e representantes do Ministério e as empresas participantes.

Um segundo elemento importante é que deve existir no parque uma lógica de produção de valor e temos tem que ser capazes de demonstrar esse valor gerado. Eu acho que foi colocado de forma muito rápida. Em geral, temos muita clareza sobre dinheiro e os volumes de orçamento que devem ser investidos, mas pouca clareza sobre o retorno que isso traz para sociedade.

Estamos aqui com a cinco propostas que foram colocados na manifestação de interesse, já as recebemos. Estamos na fase de avaliação dessas propostas. Algumas são mais claras no retorno que isso gera, outras são mais abstratas. Nosso desafio agora, na equipe de trabalho, é conciliar, criar sinergias entre essas diferentes propostas e criar um modelo inicial aí, com base na colaboração desses atores que respondem a esse desafio de qual é o valor gerado por esse parque, qual o valor que esse parque vai gerar não só para Brasília como para toda a região. Isso não é um desafio simples porque isso vai depender de bastante entendimento das propostas, mas também de bastante diálogo com esses diferentes atores.

Um parque tecnológico, como foi colocado também pelo secretário, é um microcosmo de colaboração, é um ambiente onde as pessoas vão passar boa parte do seu tempo. As empresas estão lá e devem criar relacionamento.

Nós temos que ser capazes de criar um ambiente que propicie esse relacionamento, essa colaboração. Não é um loteamento de empresas, em que algumas têm sucesso e outras não. Então, isso tem que ser feito com bastante atenção.

Seguindo o procedimento estabelecido inicialmente, nós partimos para uma MI (Manifestação de Interesse), recebemos as propostas, estamos na fase de avaliação, que deve durar entre um mês e um mês e meio, em seguida elaboraremos um PMI, efetivamente, com o formato que foi decantado por esse grupo, para que as empresas finalmente possam corresponder, e partiremos para a fase digital. Estamos prevendo que, dentro de seis meses – cronograma bastante ambicioso para um desafio dessa envergadura –, conseguiremos colocar o edital na rua para que o parque seja contratualizado. E esse modelo deve respeitar a lógica tanto de governança como a econômico-financeira, que vai ser estabelecida ao longo do estudo.

Sem esses elementos primordiais, entendendo bem como vai se dar a governança, a administração, e sem responder a uma equação econômico-financeira com entradas e saídas bem claras, corre-se o risco de lançar e realizar uma obra bonita, mas que não tem alma, não tem empresas trabalhando, desenvolvendo tecnologia e criando negócios, que é o que desejamos.

Então, a Terracap é um instrumento de governo, está a serviço disso, e se coloca como facilitador entre os diferentes atores para fazer com que isso aconteça.

Eu acho que era isso que eu tinha para dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom. Muito obrigado, Dr. Mário Henrique.

Para fechar esta roda de participantes – ainda ficamos com uma pendência para ser aprovada daqui a pouco –, com a palavra o Sr. Jaime Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – Excelência, senhoras e senhores, bom dia.

Senador Lasier Martins, a Universidade de Brasília agradece a deferência do convite e se congratula com esta Comissão, pela iniciativa de discutir assunto tão importante.

Na nossa visão, um parque tecnológico precisa de três fatores básicos: de empreendedores, e começa aí a dificuldade, porque os empreendedores brasileiros são voluntaristas, existem, mas têm pouca formação para tal, esse é um dos grandes problemas brasileiros hoje; de conhecimento científico e tecnológico, que é a base de tudo e também sofre, no Brasil, de descontinuidade – eu vou usar um pouco, Sr. Senador, se V. Exª me permite, a minha imunidade acadêmica para falar hoje às senhoras e aos senhores –; e de financiamento continuado.

A Universidade de Brasília tem um pequeno parque tecnológico, como a maioria das senhoras e dos senhores sabem, e nós temos uma dificuldade enorme para geri-lo, a começar pela legislação – vou voltar à legislação daqui a pouco.

De que precisam os empreendedores? Eles precisam de formação. No caso da Universidade de Brasília, o parque tecnológico tem uma escola de extensão. Muitas vezes, nós temos 350 alunos matriculados por ano, Senador. É extraordinária a sede de formação dos empreendedores desta região e de outros lugares do País que vêm para cá. Agora, a Universidade de Brasília e outras instituições, vários outros parques tecnológicos brasileiros, criaram um consórcio, e começamos um mestrado profissional na área de gestão de parques tecnológicos e de gestão de ciência e tecnologia. Tudo para a formação. Na verdade, são iniciativas que nós já deveríamos ter tomado há muito tempo.

Evidentemente, da incubação de empresas.

E eu quero falar aqui da incubação de empresas juniores, em que os alunos de graduação vão incubar uma ideia. Isso é muito importante, Senador, porque hoje, no Brasil, nós ainda não temos uma cultura empresarial estabelecida de fazer pesquisa tecnológica. Um dos fatores é este que o colega do MCTI mostrou: nós temos poucos mestres e doutores nas empresas. Se nós começarmos a imprimir um ritmo forte de alunos incubarem empresas, esses alunos nunca mais vão esquecer a universidade ou o instituto de pesquisa. Eles vão continuar fazendo pesquisa na sua empresa para sempre, que é o que nós precisamos. Em países desenvolvidos, há muito mais mestres e doutores em empresas do que nas universidades, nas instituições acadêmicas. Isso é diferente do que ocorre no Brasil. Além disso, dá oportunidade a empresas já estabelecidas no mercado de voltarem ao parque tecnológico para resolver problemas pontuais que elas têm.

Nós começamos no parque tecnológico da UnB com editais para atrair empresas para o parque, e a empresa pode vir para o parque desde que ela tenha um problema para resolver e que a Universidade de Brasília possa ajudar. Nós temos várias empresas pequenas estabelecidas. E, no último edital, uma grande empresa do DF, que tem um faturamento de quase R$2 bilhões/ano, estabeleceu-se no parque. Nesse caso, a citada empresa quer especificamente o quê? Ela quer diminuir a quantidade de água empregada nos seus processos, e isso é algo em que a UnB pode ajudar. Então, isso é muito, muito, muito importante. Um parque tecnológico tem que dar oportunidade a empresas absolutamente estabelecidas que voltem para resolver seus problemas pontuais.

No caso da sustentabilidade do conhecimento, nós precisamos da pesquisa, tanto da básica, quanto da aplicada. Uma é simplesmente a continuidade da outra. A aplicada é continuidade da básica. Não existe pesquisa aplicada sozinha. E é importante dar continuidade nisso. E quero dizer que, neste caso aqui, o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está contingenciado há vários anos; não é apenas neste ano ou no ano passado. A Finep não tem dinheiro nem para comprar os equipamentos já aprovados para o CT-Infra das universidades brasileiras. Os Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT), de que V. Exªs têm conhecimento, a comunidade científica atendeu ao edital, a participação foi tão grande, tão grande, tão grande na formação de redes nacionais de ciência, tecnologia e inovação que não há pesquisador brasileiro para julgar os projetos. O CNPq precisou lançar mão de pesquisadores estrangeiros para julgar os projetos, só que não tem dinheiro para financiar. E não é muito dinheiro: nós estamos falando de R$300 milhões no primeiro ano.

E aqui V. Exªs veem uma nota neste jornal do Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), que V. Exªs receberam: "A MCTI tem autorização do Governo para Empréstimo com o BID". Para pagar o quê? Os INCT e editais da Finep.

Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, senhores gestores, pesquisadores, um país que precisa pedir US$1,6 bilhão emprestado para financiar importantes projetos é um país que tem a sua política de ciência e tecnologia completamente comprometida! E eu quero me congratular com os colegas que estão no CNPq, na Capes, no MCTI; são todos grandes homens e mulheres experientes, que querem o melhor para o País. Estão trabalhando duro. Eu faço aqui uma homenagem a eles. Mas eles não podem fazer sem dinheiro.

Por isso, Senador, essa ideia do senhor de saber para onde é que vai o dinheiro é muito importante. Isso realmente é obrigação desta Casa de Leis.

E eu queria dar uma sugestão: eu acho que o senhor deveria encomendar um estudo profissional, e não perguntar para onde é que está indo. Um estudo de pessoas que realmente tenham uma metodologia correta, que vão fazer um estudo científico dos últimos anos para saber aonde vai e aonde não vai o dinheiro da ciência e tecnologia brasileira. Fica a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Jaime, queremos informar também que estamos pedindo essa colaboração ao Tribunal de Contas da União. Vamos procurar, de todas as maneiras, saber disso, pela importância transcendental da pesquisa científica e tecnológica. Nós entendemos que até esta Comissão não tem razão de ser se não houver recursos para estimular a pesquisa. Por isso achamos importante essa política pública que a nossa Comissão aprovou para este ano.

Conclua.

O SR. JAIME MARTINS DE SANTANA – E aí todos sofrem, inclusive a Embrapa – há vários colegas da Embrapa aqui. Todo mundo sabe da importância da ciência e da tecnologia que a Embrapa faz. Todos nós sofremos.

Os marcos legais de ciência e tecnologia, muito bem aprovados por esta Casa de Leis – foi uma luta da SBPC, dos empresários brasileiros etc., de todos nós –, realmente foram um avanço importantíssimo, Senador. Agora está na hora de fazer uma revisão completa de todos os marcos legais de ciência e tecnologia no País. Isso precisa ser feito urgentemente.

Por exemplo, a Lei de Acesso ao Patrimônio Genético: nós não podemos continuar na situação em que estamos. Isso não pode ser tratado romanticamente como tem sido tratado, como algo intocável. Eu acho que esta Comissão precisa se debruçar sobre esses assuntos.

Vou dar um exemplo. Nós estamos colocando no mercado agora um óleo de pequi. Foram feitos estudos, o óleo tem várias propriedades importantes para a saúde etc. Um empresário se interessou por isso lá no CDT, no Parque Tecnológico da UnB. As cápsulas estão prontas. E para colocar isso no mercado? Já faz 5 anos, Senador! Uma coisa simples, estou falando de uma cápsula de óleo de pequi. Isso é algo que também diz muito sobre essa situação.

Não adianta fazermos parques tecnológicos modernos no Brasil apenas. Nós precisamos ir ao ponto: financiamento continuado e marcos legais flexíveis, transparentes e corretos para que o empresário possa trabalhar, para que o pesquisador possa trabalhar.

No final, eu gostaria de dizer o seguinte. O Brasil precisa, todo, fazer como alguns governos estaduais estão fazendo – alguns apenas, inclusive o GDF está fazendo –, que é, numa situação de dificuldade econômica como a que enfrentamos, de desemprego, investir em ciência e tecnologia de forma continuada. É o que o Governador Rollemberg está fazendo aqui e outros governadores estão fazendo. Essa é uma forma absolutamente importante de criação de emprego, não ficar parado e prosseguir com o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado ao Sr. Jaime Santana, Decano de Pesquisa e Pós-Graduação na Universidade de Brasília.

Como nós já temos quórum, conforme mostram as assinaturas, nós temos condições de votar o requerimento do Senador Hélio José, que aditou o nome do Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, o Sr. Ricardo de Figueiredo Caldas, para também se pronunciar.

Submeto o requerimento à apreciação dos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Aproveito para registrar também a presença aqui do ex-Senador Fleury, que nos dá a honra de sua presença.

Como o Dr. Mário Henrique Lima, da Terracap, foi chamado pelo Governador do Distrito Federal e precisou se ausentar, eu peço ao Sr. Ricardo de Figueiredo Caldas que tome assento à mesa, já ocupando o lugar do Dr. Mário Henrique, para que também possa se pronunciar.

Daqui a pouco eu vou pedir a gentileza do Vice-Presidente da Comissão, Senador Hélio José, de tomar o meu lugar. Aqui nós atuamos em duas ou três comissões a cada manhã, os colegas Senadores sabem bem disso.

Estou sendo chamado para participar de uma outra comissão onde talvez tenha uma participação rápida, podendo depois, provavelmente, voltar para cá para ouvir as perguntas. De qualquer maneira, eu vou acompanhar depois as respostas.

Com a palavra, então, o Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal, Dr. Ricardo.

O SR. RICARDO DE FIGUEIREDO CALDAS – Muito obrigado, Presidente. Bom dia, senhoras e senhores! Eu cumprimento o Presidente, Senador Lasier Martins; os companheiros de Mesa, o Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Dr. Oskar; Diretor da Fibra, meu companheiro Graciomário de Queiroz; o secretário do MCTI, Jorge Campagnolo e o Decano da UnB Jaime Santana. Gostaria de cumprimentar o Senador Hélio José e agradecer a S. Exª por esta oportunidade de poder manifestar o pensamento do setor empresarial do Distrito Federal, mais propriamente do nosso segmento de tecnologia da informação e comunicação. Cumprimento também o Deputado Federal Izalci Lucas, os nossos empresários, diretores do nosso sindicato, empresários de TI aqui presentes.

Muito bem, o nosso sindicato (Sinfor) foi fundado em 1988 pelas empresas de TI. Naquela época, nos anos 80 e também nos anos 90, várias empresas de Tecnologia da Informação nasceram aqui no Distrito Federal, principalmente em função de algo muito importante e caro para o setor empresarial, que é o mercado: o mercado do Governo Federal e o mercado também do Distrito Federal. Essas empresas se formaram, formamos o nosso sindicato filiado a nossa Federação das indústrias e já, três anos depois, após negociações com o Governo do Distrito Federal, com o apoio da Fibra – como muito bem o Graciomário colocou –, nós conseguimos e conquistamos um espaço para a tecnologia da informação, chamava-se Polo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão, que era destinado às nossas empresas, no modelo antigo, no modelo de distrito industrial, mas nós já entendíamos, àquela época, que era um espaço importante, porque o nosso setor, diferentemente de outros, precisa de sinergia entre as empresas.

Foi criado então o Polo de Alta Tecnologia Bernardo Sayão, várias empresas lá se localizaram, a minha empresa hoje é localizada lá, entretanto, logo depois de ser construído, houve uma desvirtuação da área. O Governo do Distrito Federal, à época, mudou a destinação dos terrenos e hoje nós temos empresas de vários setores. Só para exemplificar, há até funerária lá.

Em 2001, nós percebemos que precisávamos de um parque tecnológico e iniciamos a luta por construir um parque tecnológico aqui no Distrito Federal. Nós lançamos recentemente, Senador, um livro. Tomamos a liberdade de trazê-lo e distribuir para todos os senhores. Ele tem a pretensão de contar a nossa saga ao longo desses 15 anos, a luta do nosso sindicato e dos empresários de tecnologia da informação do Distrito Federal para construção do parque tecnológico, sempre de braços dados com a nossa instituição maior, que é a Federação das Indústrias do Distrito Federal, a Fibra.

Mostramos nesse livro o nosso protagonismo, mostramos que no ano de 2002 foi criada uma lei complementar criando o Parque Capital Digital. Mas, para isso, o terreno que foi destinado ali, ao lado da Granja do Torto, que pertencia à União, precisava ser destacado e doado à Terracap. Então passamos anos aqui. À época, o Presidente do Sinfor era o nosso saudoso Antônio Fábio Ribeiro. Em várias gestões no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado foi produzida uma lei que teve que delimitar o Parque Nacional, construir a poligonal do Parque Nacional, que até então não estava delimitada.

Feita essa delimitação, então, houve a doação daquele triângulo de que nós falamos, que hoje é chamado de Parque Tecnológico Capital Digital, para o Governo do Distrito Federal, e a Terracap recebeu esse terreno com o propósito de destiná-lo a essa finalidade.

Então, eu costumo dizer, com o devido respeito à Terracap, que a Terracap é uma fiel depositária de um terreno que precisa ser dedicado ao setor e disponibilizado para a sociedade do Distrito Federal para se poder ter ali empreendimentos para ali gerar emprego e renda.

Eu gostaria apenas de dar pequenos números sobre o nosso setor.

Temos, no Distrito Federal, mais de quatro mil empresas de tecnologia da informação, mas a maioria delas são empresas individuais e microempresas.

São filiadas ao nosso sindicato cerca de 180 empresas, que geraram, segundo a Rais, no ano de 2014, mais de 49 mil empregos, e tivemos um faturamento conjunto das nossas empresas de R$3,1 bilhões. Esses são os números do nosso setor, que entendemos que é um setor, Senador Cristovam, importante para a nossa cidade. Ao lado da construção civil, é um dos maiores empregadores.

Essa vocação foi surgindo, com a criação das empresas, com o desenvolvimento dessas empresas, e nós precisamos que o Estado entenda que essa vocação precisa ser prestigiada. Nós não temos, aqui, incentivos econômicos, não temos incentivos creditícios, nós temos apenas um sonho, e esse sonho se chama Parque Tecnológico Capital Digital. E temos, ao longo desses anos, junto com nossos companheiros empresários, perseguido esse desejo. E é por isso, Senador Hélio José, que é muito importante este momento para nós empresários, porque podemos aqui dizer que nós temos um projeto para o Parque Capital Digital. Nós também acorremos ao chamamento do Governo e entregamos nossa manifestação de interesse privado, onde detalhamos o projeto que nós queremos para o parque. Nós queremos um parque – e concordo com quase tudo que os senhores falaram aqui sobre os pressupostos de funcionamento de um parque tecnológico – com academia, com o Governo e, principalmente, com o setor privado.

Eu gostei muito da fala do Dr. Mário Henrique, Diretor da Terracap, de que o parque tem que ser vocacionado, porque ele disse que não deveríamos criar uma colcha de retalhos. E aqui eu lembro, senhores, que fizemos isso com o Parque de Alta Tecnologia Bernardo Sayão.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO DE FIGUEIREDO CALDAS – Então, é por isso que nós defendemos que o parque tecnológico mantenha a sua vocação voltada para a tecnologia da informação e comunicação. Nada tenho contra a Embrapa, de forma alguma. Ela é uma instituição, é um ícone brasileiro, mas nós acreditamos que a Embrapa, num ambiente desse, vai acabar criando essa diversidade que não é apropriada para aquele setor de tecnologia da informação.

Então, é uma discussão que nós colocamos, foi posta aqui essa situação, e nós não pretendemos que aquilo seja um loteamento de empresas, não. Nós queremos que o projeto que a Terracap produziu seja o projeto vencedor, tanto que escrevemos isso na nossa manifestação de interesse privado.

Portanto, senhoras e senhores, concluo agradecendo pela nossa participação aqui e pedindo ao Governo do Distrito Federal que se debruce sobre esse pensamento, sobre essa ideia, para que nós não fiquemos perdendo tempo discutindo a mudança de leis complementares, porque o parque está lá constituído calcado em leis complementares, de 2002, de 2007, que destinam o Parque Tecnológico Capital Digital no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

E nós sabemos que quanto a mudar lei complementar alguns podem dizer até que é fácil, mas demora e talvez não seja assim tão fácil.

Eu agradeço por poder participar, Senador Hélio José, mais uma vez, nesta oportunidade de expressar o pensamento no setor empresarial do Distrito Federal. Nós somos parceiros, como sempre fomos, do Governo do Distrito Federal e da sociedade de Brasília para poder construir esse tão sonhado setor que irá gerar empregos, renda e impostos, conforme está escrito no nosso projeto entregue no dia 11 de janeiro ao Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu creio que seja possível todos terem uma noção mais básica verificando esse manual do Parque Tecnológico Capital Digital, trabalho feito pelo Sinfor. É importante que todos possam conhecê-lo.

Como falei aqui no início, Brasília é a Capital do País, tem uma vocação pelo desenvolvimento tecnológico, as indústrias não poluentes. Eu concebi a necessidade de fazermos esta audiência pública, com o apoio, inclusive, dos nossos dois outros Senadores do Distrito Federal – está aqui o nosso nobre Senador Cristovam, nosso Senador Reguffe está com seu filho Felipe no hospital, recuperando do nascimento precoce –, estamos juntos para ajudar que esse empreendimento saia do papel. O Senador Cristovam foi presidente desta Comissão de Ciência e Tecnologia, da qual eu tive a honra de ser vice-presidente o ano passado inteiro, até o início deste ano. Agora, passou ao Senador Lasier, por uma questão interna, partidária de composição da Casa.

O Senador Cristovam, que vai falar daqui a pouquinho, juntamente com o Deputado Izalci e o Senador Fleury, que também vão falar, são pessoas que têm contribuído de forma muito importante para que a gente possa estar ajudando nesses encaminhamentos aqui colocados. Já houve aquelas perguntas colocadas aqui pela nossa Comissão, eu posso até repeti-las após os pronunciamentos dos Senadores Cristovam, Fleury e do Deputado Izalci. Acho que hoje foi bastante esclarecedora nossa conversa e eu não quero que ela morra aqui. Queremos ter uma audiência com o Ministro de Ciência e Tecnologia e com o Governador do Distrito Federal para colocarmos isso para andar.

O Sr. Jamal Bittar, que é o nosso Presidente da Fibra, juntamente com o nosso Presidente do Sinfor, que está aqui, têm o compromisso darem as mãos para que de fato se torne uma realidade esse parque tecnológico. Hoje, estamos fazendo uma ação devidamente combinada com os setores envolvidos, meu amigo, meu companheiro de turma, quatro anos estudando, Ivan Toledo Camargo, que é nosso Reitor da UnB, colega engenheiro eletricista. Vamos conversar com ele para que a UnB possa – muito bem representada aqui pelo nosso nobre Decano – ser também proativa conosco neste projeto.

Lamento a redução, a perda de *status* da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Subsecretaria. Sinceramente, se eu fosse governador do DF, não o faria. Tenho certeza de que o Senador Cristovam também não o faria e de que outros também não o fariam. Ciência e Tecnologia é tão importante para um povo, para uma cidade e para uma nação que ela tem que ser tratada com esmero e com o apoio de que necessita para que essa área... Ainda mais o Brasil, tendo tantas pessoas criativas, capazes, com tanta capacidade de formação, na capital do nosso País dá-se o mau exemplo de se ter uma subsecretaria e não uma secretaria de ciência e tecnologia.

Essa crítica faremos diretamente ao Governador, na audiência que teremos com S. Exª, espero, com a presença desta Mesa, com a presença de outros convidados, para que juntos, independentemente de posição político-partidária, possamos trabalhar para tornar realidade o nosso parque tecnológico. O nosso povo do DF precisa de emprego, de oportunidade. Os nossos empresários, que estão sedentos por investir, precisam ter essa oportunidade de investir e, de fato, transformar em realidade esse sonho do povo pobre, das famílias, que é ter um emprego. E desenvolver para o Centro-Oeste.

Então, há uma questão que eu falo, aqui, a cada três palavras minhas: a energia alternativa, principalmente as energias solares. E, nessa área tecnológica, precisamos ter fábricas de inversores, precisamos ter fábricas de painéis.

Estamos no Centro-Oeste, o maior centro de irradiação solar deste País, junto com a linha do Equador. Então, não é possível que a China, que tem uma solimetria muito menor que a do Brasil, nos próximos cinco anos, vá colocar por volta de 100GW, ou seja, quase mais dois terços da matriz energética brasileira, para produzir a energia que Deus nos deu, que é a energia vinda do sol, para transformar isso em energia, e o Brasil, com seus tímidos 3GW, até 2020, que não representa a inclinação brasileira nessa linha. E acho que nós devemos ousar nessa questão, tornando-a realidade.

Há algumas pessoas aqui nesta sala – vou deixar de declinar nomes – que, tenho certeza, têm grande interesse em investir nas questões de energia solar, aqui neste parque tecnológico, junto com a questão da informação. Estamos na tecnologia e, aí, consequentemente, podemos ajudar muito no geral, porque, sem energia, não é possível fazer aquilo que precisamos fazer, que é industrialização, geração de emprego e oportunidades.

Vou parar por aqui para ouvirmos os nossos Parlamentares presentes, obviamente ouvindo os Senadores e, em seguida, com muito gosto, nosso Deputado Federal, ex-secretário de Ciência e Tecnologia.

Então, nosso Senador, vamos... Fleury, tudo bem para você?

Então, vamos passar, com muito gosto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – ... para o nosso Senador Fleury e, em seguida, ao nosso Senador – estou profetizando –, nosso Deputado Izalci. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ EDUARDO FLEURY FERNANDES COSTA – Obrigado, Senador Hélio. Bom dia a todos os presentes.

Ouvi com muita atenção as aulas dadas aqui, mas fiquei um pouco desconfortável – quero dizer.

Eu sou um homem do campo. Vivo na prática e não na teoria, e, ao dizer do parque, o nosso amigo Jorge Mário mostrou um custo muito elevado para a parte física. Só se falou em parte física, e eu não vi a parte teórica. E, como o mestre que tive aqui desde o meu primeiro mandato no Senado, não há ninguém melhor do que o Senador Cristovam Buarque para falar o quanto seria importante, em vez de se criar esse parque para pessoas que já estão com nível elevado de estudo, fazer algo nas escolas fundamentais, no início de cada aluno. Se eles começassem a ouvir essa parte da tecnologia, teríamos um número muito maior de pessoas podendo

passar isso da prática para a teoria, porque quem vive nos Municípios precisa da teoria. Mas a prática é muito mais importante. E, se nós começarmos nas escolas, teremos a criação junto.

Simplesmente para não me alongar mais, no Paraná, existe uma escola onde, em uma semana, o aluno aprende a teoria; depois, ele vai para a fazenda, para a zona rural, para a casa dele, e fica três semanas passando a teoria para a prática, para a família dele, porque os mais velhos, principalmente os do campo, acham que sabem, mas aprenderam errado porque não tiveram oportunidade.

Então, eu solicitaria que pensássemos nesta parte de colocamos os alunos nessa tecnologia, que é muito importante. Eu não vi a parte de tecnologia de grãos, mas posso afirmar, porque sou plantador de cana e a cana que eu planto no Centro-Oeste, no sul de Goiás, uma área grande, é a mesma cana que se plantava no Nordeste. Há mais de 25 anos que não temos variedades diferentes de canas, com climas diferentes, altitudes diferentes, mas a cana é a mesma. Seria essa a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agradeço ao nosso Senador Fleury, do Estado de Goiás.

Passo a palavra, imediatamente, ao nosso Deputado Izalci Lucas, do Distrito Federal.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar aqui os nossos Senadores e todos os membros da Mesa, os nossos empresários e colegas aqui que acompanham esta audiência pública, parabenizar V. Exª pela iniciativa de promover esse encontro e dizer, de certa forma, da minha alegria, mas ao mesmo tempo frustração com relação ao Parque Capital Digital.

Eu tive o privilégio de participar, por dois momentos, na Secretaria de Ciência e Tecnologia, tanto da criação da própria secretaria, em 2003/2004, como depois, no governo 2007-2010, já com a implantação parcial. Tive o privilégio inclusive de viajar com a Universidade Brasília, o próprio Sinfor, o representante da Fibra. Visitamos alguns parques tecnológicos no Japão, na Coreia, em Taiwan, e fizemos o projeto de implantação com a UnB. Já era para ter sido implantado esse parque há muito tempo. Infelizmente, no Brasil, nós não temos política de Estado, nós temos política de governo. Cada governo que entra quer mudar tudo, esquece o que foi feito e começa tudo de novo.

Esse parque foi muito bem definido, um parque tecnológico com a parte de comunicação, informação, telecomunicação, para atender inclusive a nossa vocação. Brasília tem essa vocação do conhecimento. Nós temos o maior número de pesquisadores por habitante aqui em Brasília. É um parque científico e tecnológico. Ali não é área de desenvolvimento econômico, como se implantaram em Brasília vários programas equivocados – o próprio parque anterior, que foi modificado posteriormente.

O que falta, primeiro, é o seguinte: uma visão de longo prazo. Infelizmente, os governantes pensam na próxima eleição, não pensam na próxima geração. Todo mundo quer resolver o problema e já ter o retorno financeiro imediato. Um dos erros que cometemos – aliás, que cometemos não, porque eu sempre fui contra – foi destinar esse parque para a Terracap. A Terracap é uma imobiliária cujo objetivo principal é especulação imobiliária. No que se refere a parque científico e tecnológico, não se pode pensar em retorno financeiro de médio prazo, é coisa de longo prazo. Aliás, já estaríamos recebendo retorno hoje se ele tivesse sido implantado na época em que começamos, mas era preciso ter uma visão de médio prazo. Infelizmente, isso é que está faltando.

Ao mesmo tempo, a legislação é totalmente equivocada, totalmente frustrante. Por isto mesmo vim à Câmara Federal, meus objetivos foram muito claros: educação, ciência e tecnologia. Fizemos um avanço nunca visto na história deste País, Senador Cristovam. Nós mudamos absolutamente tudo, não ficou um item que não tenha sido proposto pela sociedade civil organizada e que não fosse modificado, à exceção dos vetos que nós vamos derrubar ainda. Nós conseguimos avançar bem. Fizeram discurso bonito na promulgação da lei, mas na hora vetaram os pontos principais, que são oito vetos que nós vamos derrubar. Há consenso no Congresso para derrubar os vetos e restaurar aquilo que nós aprovamos por unanimidade, tanto na Câmara quanto no Senado, e que teve o objetivo realmente de unir a universidade, a empresa. É correto haver o tripé entre o setor empresarial, o setor do conhecimento, as universidades, e o Governo.

Agora, o Brasil, antes dessa legislação... Eu tive o privilégio de ser o Relator dessa emenda constitucional na Câmara... Tenho certeza de que, daqui para frente, nós temos tudo para avançar bem, mas precisamos ter uma visão de Estado e não de governo.

Ninguém admira mais a Embrapa do que eu, mas acho equivocado levar a Embrapa para o Parque Tecnológico naquele espaço. Há vários espaços. Há a Fazenda Sucupira: deve dar uns 50 parques ali dentro. Nós temos muitas áreas da Embrapa, e o DF tem outras áreas que podem ser cedidas à Embrapa sem nenhuma dificuldade. Agora, dar aquele pedacinho, que já é insuficiente inclusive para essa proposta? Eu acho que nós temos que rever isso.

De qualquer forma, temos que ressaltar aqui a importância do Antônio Fábio, que foi um sonhador disso. Eu estava no Governo Roriz ainda quando Antônio Fábio foi mostrar para o governador esse projeto, lá em

Águas Claras. Depois fui convidado para participar, estive com o Banco do Brasil, que ameaçou ir embora de Brasília e nós conseguimos... Infelizmente, por questão partidária, porque nós tínhamos todo o projeto pronto.

Levamos dois anos para conseguir uma licença do Ibama. Depois levamos mais dois anos aqui nesta Casa para mudar uma exigência do Ibama, tivemos que dobrar o tamanho do Parque Nacional para convencê-la a regularizar o Parque Capital Digital. Então, há muita politicagem nisso, o que atrasou muito o processo. Depois nós ainda tivemos problema com a definição da distribuição da área, porque não era exatamente aquilo que nós queríamos. Mas tudo bem, está aprovado.

Aí me vem o Governo e passa para a Terracap, e a Terracap... É evidente que nenhuma empresa do mundo hoje vai investir aqui com o metro quadrado no preço em que está. Ora, nós já não conseguimos manter as empresas normais aqui! As empresas de Brasília hoje não ganham uma licitação em Brasília. Numa licitação de merenda escolar aqui só ganham as empresas de Goiás. Brasília não ganha por quê? Carga tributária, mão de obra, impostos. É inviável!

Agora, imaginem a tecnologia com um setor naquele local, ao lado da Asa Norte, ali no Noroeste, da Granja do Torto, da residência oficial do Presidente. Querer vender a preço de mercado isso para as empresas... Ninguém vai fazer isso! O projeto original que aprovamos junto com a UnB previa direito de uso por 30 anos renovado por mais 30 anos.

Isso não interessa. O que interessa para nós é incentivar as incubadoras, incentivar a pesquisa. Não adianta colocar só a empresa também, nós temos que ter empresas com os laboratórios de desenvolvimento de *software,* de soluções tecnológicas. É disso que nós precisamos.

Agora, os governos precisam ter noção e vontade política de fazer. Cada governo que entra faz um evento bonito lá no Buriti, depois esquece, e fica por isso mesmo. Eu espero que saia agora, mas não dessa forma, desse jeito que vai sair.

Acho difícil a Terracap comandar esse processo. A Terracap é empresa de especulação imobiliária, não tem a mínima noção do que é um parque científico tecnológico. Agora, as ferramentas, nós já cedemos aqui. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem uma participação fundamental, as universidades, o MDIC também participou bem, as confederações todas. O Senador Cristovam participou de vários eventos que fizemos na Universidade e aqui mesmo, na Casa. Então, hoje acho que estamos preparados, temos ferramentas para produzir, mas, infelizmente, falta financiamento.

Eu não tinha visto ainda essa autorização de empréstimo para financiamento. Nós temos o Fundo Nacional de Desenvolvimento, que é uma grande fonte de recursos. Agora, com a questão do petróleo e com a mudança da lei, isso fica comprometido. Nós precisamos é de regularidade, não é nem de recurso. Nós temos que ter um valor definido que seja regular, não dá para cada ano você aprovar um valor diferente.

Eu apresentei, aprovamos, mas este ano foi vetada, uma emenda proibindo o contingenciamento de recursos para a ciência e tecnologia. Isso é fundamental. O Senado precisa estar atento a isso. Nós conseguimos aprovar, mas depois foi vetado isso, essa proibição. Nós já tivemos isso uma vez e deu muito certo, mas este ano, infelizmente, o Governo vetou essa proposta.

Acho interessante o debate, voltamos a sonhar com a viabilidade do Parque Capital Digital. O Banco do Brasil está lá. Foi uma âncora apenas que nós buscamos viabilizar na época para atrair novas empresas, que inclusive prestam serviço ao banco, na Caixa Econômica, o Data Center.

O Banco do Brasil está lá, como uma âncora que nós procuramos viabilizar na época, apenas para atrair novas empresas, que inclusive prestam serviço ao próprio banco, à Caixa Econômica, no *data center*.

Espero que a gente consiga implementar. Acho que, da forma que está, teremos dificuldades. Se o objetivo da Terracap realmente é ter o retorno e o comando, o Governo é ineficiente para isso, ainda mais nessa área de tecnologia. Então, espero que o Governador... Independentemente de ser secretaria, adjunta ou não, o importante é fazer. Eu espero que faça, mas tenho minhas dúvidas se a Terracap continuar comandando o processo.

A nossa proposta era realmente doar para o GDF e, como há o Pró-DF, fazer na linha do direito de uso por 30 anos, renovável por mais 30.

Agradeço a oportunidade e parabenizo V. Exª e o nosso Senador Cristovam, que é um lutador dessa área, e espero que daqui a gente possa conversar com o Governador e realmente viabilizar a realização do parque.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza, o grande objetivo desta audiência é este. Eu lamento, inclusive, a Terracap ter que sair no meio da audiência, porque foi convidada exatamente para dar algumas respostas. Em saindo, não vão ficar aqui as respostas em branco, porque nós vamos enviar, tanto ao GDF quanto à Terracap, umas questões relativas ao que V. Exª acaba de colocar aqui.

Acho que ali o ambiente não é um ambiente de especulação imobiliária; é um ambiente de investimento no futuro, na educação, na saúde, no desenvolvimento social, econômico e tecnológico do País, que tem

uma vocação para isso. Mas isso estaremos discutindo na audiência com o Governador e na audiência que eu espero fazer com o Ministro e também com a própria UnB, para juntos... E a Fibra.

Acho que faremos quatro reuniões, a partir daqui. Uma eu quero fazer na Fibra, com o Sinfor e todos os envolvidos na discussão; outra com o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação; outra com o Governador do DF; e outra exatamente na UnB. E depois, talvez a gente retorne para outra audiência pública aqui, a fim de darmos continuidade ao que nós conversaremos nessas quatro audiências que iremos realizar.

Senador Cristovam Buarque...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu não registrei, mas gostaria de aproveitar a presença do Secretário e sugerir ao Governador que recoloque no processo o Sinfor. Não tem sentido o Sinfor ficar fora do sistema. Apesar de a Fibra ter também participação ativa, o Sinfor é fundamental. É até histórico isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu fiz questão de incluir o Sinfor, primeiro porque o Caldas é uma pessoa que está nessa luta há muito tempo. Para esta audiência pública, fiz questão de inclui-lo exatamente por essa questão, embora o Sinfor seja filiado à Fibra. Compreendo Fibra e Sinfor como sendo a mesma coisa, mas é importante ressaltar essa questão típica da ciência e tecnologia. Por isso, V. Exª tem razão.

Nosso nobre Senador Cristovam Buarque com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Cumprimento especialmente o nosso Deputado, que mostra seu compromisso com Brasília ao sair de lá e vir aqui falar conosco. Cumprimento cada um dos que estão na Mesa, velhos conhecidos. Parabenizo o Senador Hélio por ter tomado essa iniciativa.

Eu quero dizer que lamento, como governador, não ter feito mais pela ideia do parque tecnológico. Trabalhamos um pouco, fizemos alguns gestos, chegamos até a imaginar a área, mas foi pouco. É verdade que tenho a desculpa de que 20 anos atrás estava ainda se iniciando essa ideia e talvez não fosse possível dar o grande salto. Mas agora, Senador Hélio, se nós adiarmos qualquer ano, ficamos para trás.

Digo a vocês que até pela minha relação de amizade com o Governador do Mato Grosso, tenho discutido muito com ele o risco de que dentro de 20 a 30 anos o Mato Grosso, que hoje é um Estado exuberante, vá entrar em forte decadência, igualzinho à decadência que aconteceu no Pará depois que a borracha foi levada para a Malásia. Acabou a riqueza. Foi o que aconteceu lá no meu Pernambuco, quando a cana foi levada para o Caribe.

Não vai demorar para que a China produza soja na África e mesmo na Sibéria. É questão de cinco, dez, vinte anos. Portanto, na metade do caminho, do ponto de vista da África, e podendo levar de trem da Sibéria ao sul, da Sibéria para a China. É óbvio que isso vai acontecer em Mato Grosso, usando a tecnologia brasileira, porque é tecnologia pública, da Embrapa, e usando, inclusive, capital brasileiro, porque os empresários têm todo o direito de ir produzir na África ou em qualquer outro lugar usando o capital deles, e não vai haver ninguém que os impeça, até porque, se impedirem, haverá outro capital. É natural, é a lei do mercado. Eles vão para lá. A alternativa para Mato Grosso é investir o dinheiro que hoje tem para transformar a área em um Silicon Valley, é transformar algum lugar de Mato Grosso em um centro de produção de alta tecnologia. E eles têm o dinheiro hoje.

Pois bem, se eles fizerem isso, vai ser difícil haver dois no Centro-Oeste. Nós vamos ficar para trás. Podem dizer: "Mas é o Brasil, não importa." Sim, é o Brasil, mas nós somos do Distrito Federal e nós temos melhores condições. Desde aquela época antiga já se dizia, quando eu estava no governo, que nós somos a Capital da República, nós temos um parque melhor de formação de mão de obra de alta tecnologia, com nossas universidades daqui, a Universidade de Brasília é uma universidade de ponta. Nós temos até um clima seco que ajuda algumas dessas áreas que precisam de um clima seco, ou vão ter que fabricar artificialmente esse clima seco dentro das suas instalações. Nós temos a proximidade, inclusive, das autoridades federais, o que facilita muitas vezes. Nós temos tudo. E temos capital, que é o capital que viria da Terracap ou dos empresários. Nós temos condições. Falta, de fato, uma reunião, reunião não no sentido desta aqui, física, reunião no sentido de intenções, de vontade para levar adiante e começar.

E aí, nós, em Brasília, temos um defeito de fabricação, de nascimento: nós damos muita importância aos aspectos físicos e arquitetônicos, qual o terreno e como vão ser os prédios. Recife está fazendo isso que a gente faz nos prédios mais antigos de Recife. Pegaram a região mais degradada, antiga, do chamado Recife velho – vejam o nome –, e ali criaram um parque na área digital, que hoje é importante, que está criando milhares de empregos, dezenas de patentes e uma juventude ativa, muito ativa, criando, inventando, exportando conhecimento. E nós, preocupados demais com a área e com os prédios onde vai funcionar. Precisa disso? Precisa. Mas isso não é o fundamental. Isso pode começar em qualquer lugar, isso pode começar no Conic, isso pode começar em qualquer prédio, desde que a gente tenha as leis, as regras para fazer funcionar.

Inclusive, em termos de terras, de área, quero dizer que, quando reitor, eu tentei levar a Embrapa lá para dentro da UnB. A Embrapa ainda era no prédio antigo, onde depois veio a ser a Câmara Legislativa. Quando fui em busca disso, eles já estavam fazendo o prédio. Falhei, cheguei atrasado. Porque a ideia era transformar o *campus* da UnB não apenas no *campus* do ensino, mas também das atividades de pesquisa e produção. São 373 hectares dentro da cidade que, um dia ou outro, vão ser ocupados por populações carentes, e vai ser difícil tirar de lá de dentro acampamentos que se consolidem por um, dois, três, quatro, cinco anos, vai ser difícil tirar. A melhor alternativa era ocupar aquele *campus* com atividades do ramo, como se fez com o empreendimento do Nelson Piquet. Foi fruto de um projeto que eu fiz de atrair esse tipo de atividades ali para dentro. Eu queria a Embrapa, tentei o CNPq, mas aí houve problemas. Embora não seja um produtor de ciência, mas é o banco que produz ciência, era bom para nós que ficasse perto.

Pois bem, eu gostaria de me colocar à disposição aqui no Senado para ver como viabilizar isso. E aí é a pergunta que eu quero fazer aqui, a primeira: o que o Congresso Nacional pode fazer para ajudar o nosso Distrito Federal? O que o Senador Hélio, o Senador Reguffe e eu podemos fazer aqui no Senado? Essa é a minha pergunta. E também o que vocês podem fazer na Câmara? O que cada um de nós pode fazer daqui de dentro? O que vocês estão precisando, não apenas do ponto de vista de legislação nacional, mas do ponto de vista de apoio político que seja necessário?

Uma outra pergunta é o resultado de uma preocupação: essa crise financeira que vive o Brasil, cada um de seus Estados e, aparentemente, o Distrito Federal em termos ainda mais sérios – pelo menos era o que parecia até o Rio de Janeiro entrar em colapso –, enfim, essa crise financeira pode atrasar o nosso projeto do parque tecnológico: Ou ainda – e vou formular de outra maneira: o que nós podemos fazer para irmos adiante apesar dessa crise financeira?

A terceira pergunta é se o nosso parque da base, que é a educação, está em boas qualidades. Aí eu coloco desde a educação básica até a educação superior. O que nós temos hoje em educação no Distrito Federal está permitindo não desperdiçar nenhum talento por ser pobre e não poder pagar uma boa escola? Por morar longe, aqui não vale. Vale no Amazonas, onde até se pode desperdiçar talentos porque moram muito longe da escola mais próxima, e então o talento fica perdido. Aqui não tem distância; aqui, o único problema é terem acesso a uma escola pública de qualidade os que não podem pagar uma escola particular ou, o que eu defendo, embora muito criticado por muitos, que o Estado compre vaga em escolas particulares que têm condições de oferecer um bom ensino para uma criança que não tem como pagar uma boa escola e não tem nenhuma pública à disposição por falta de vaga.

Então, três perguntas: o que nós podemos fazer aqui no Senado e na Câmara? O Izalci me permite aqui colocar a pergunta da Câmara. Como fazer para que a crise financeira que atravessa o Distrito Federal não penalize? A não ser que vocês achem que essa crise financeira não é verdadeira, como alguns não acham. Eu prefiro achar que é verdadeira, que o Governador não está com argumentos falhos. Não! Então, o que a gente faz para que não atrapalhe? E se o nosso ensino está bom e o que fazer para superá-lo. Inclusive, como atrair o setor privado para ajudar na dinâmica do setor universitário. Vamos colocar recursos privados em universidades para que nenhum talento seja desperdiçado.

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradecendo o nosso nobre Senador Cristovam pelas procedentes perguntas, registrando aqui a presença da nossa nobre Senadora Vanessa Grazziotin, que é do Amazonas, Estado que tem um parque tecnológico importante, que tem a Zona Franca, que tem uma série de questões voltadas a essa área de tecnologia.

Queria perguntar à nobre Senadora se quer fazer uso da palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Acabei de chegar, Presidente. Peço mil desculpas. Eu estava na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Desculpe.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Tranquilo. Aqui assoviamos e chupamos cana. Sou membro da Comissão de Assuntos econômicos, mas, como estou aqui, não pude ir lá.

Pessoal, a dinâmica aqui é a seguinte: a gente não abre a palavra para os convidados, embora eu queira registrar a qualidade de todos os convidados, do Sinfor, da Tecnologia, da Fibra, da sociedade educacional do DF, da universidade. Agradeço a presença de todos.

Fica registrado que esta audiência pública está sendo transmitida para o Brasil inteiro, está disponível em vídeo, estará na nossa página.

Agora a gente vai passar para os nossos convidados para que respondam aos questionamentos e façam suas considerações finais em ordem inversa.

Eu só quero lembrar que a Comissão havia feito as seguintes perguntas: em qual estágio está o projeto do capital digital? Quais são os fatores que podem contribuir para dar maior celeridade à mudança entre as fa-

ses de projeto, implantação e operação? Seriam tais gargalos de caráter financeiro, político ou de governança institucional? De que forma o Legislativo pode colaborar: emendas parlamentares, aumentar e acompanhar os cortes anuais no orçamento designado para pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e inovação?

De acordo com informações coletadas em estudos, quando implantados os 94 parques tecnológicos, a expectativa é de geração de 930 novas empresas de base tecnológica, nas quais serão empregadas cerca de 32 mil profissionais com alta qualificação – 1,8 mil pesquisadores, 530 gestores dos parques tecnológicos e 29,9 mil especialistas nas empresas inovadoras. Pergunta-se: quantas empresas e empregos serão gerados com a implantação do parque digital? Há previsão de incentivos fiscais para as empresas de base tecnológica que venham a se instalar nesse parque tecnológico?

Então, esse é o conjunto de perguntas da nossa Comissão, em adendo às demais perguntas dos nossos Parlamentares que já foram colocadas a V. Sªs aqui presentes.

Eu pergunto o seguinte, até pelo processo democrático, porque gosto de ser democrático: Tem alguma pergunta essencial que o Plenário acha que deve ser feita? Se tiver alguma pergunta essencial que não foi respondida, vou abrir para mais duas perguntas, já que o nosso Plenário é qualificado, é do setor e sabe da sua importância.

Tudo bem? As perguntas já formuladas?

Então, passando para a ordem em que foram feitas as apresentações, vamos ao nosso querido Graciomário, representante da Fibra, para fazer suas considerações finais e responder ao que aqui foi formulado.

O SR. GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ – Senador Hélio, acho que a primeira etapa desta reunião foi bastante proveitosa e nos mostra que todos estão voltados para o objetivo comum que é o desenvolvimento do Distrito Federal.

Partindo dessa premissa, eu proponho que possamos avançar e gostaria de ouvir o representante do Governo do Distrito Federal sobre o Decreto nº 36.612, de 15 de julho de 2015, o qual estabelece a governança do parque tecnológico e de uma certa forma exclui não só o setor produtivo mas também os representantes da sociedade, restando contemplados somente a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável, a Terracap, o Sebrae, a Universidade de Brasília, a Universidade Católica e a Embrapa.

Gostaria de ouvir do representante do Governo o porquê da exclusão da sociedade organizada do Distrito Federal e do setor produtivo, num projeto de tão ampla expressão para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Concluiu, Graciomário?

O SR. GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado.

Vamos passar a palavra, agora, para o segundo que falou...

Égli, por favor, a minha ordem de inscrição aqui.

Foi o nosso Oskar Klingl, da Secretaria do Governo, que está com a palavra.

O SR. OSKAR KLINGL – Primeiramente, Dr. Graciomário, há um pequeno engano em relação a esse decreto, porque a iniciativa privada, a sociedade civil está representada pela Fibra, nesse decreto.

O SR. GRACIOMÁRIO DE QUEIROZ – Se o senhor me permite, no parágrafo único: "As entidades que não integram a Administração Pública do Distrito Federal participarão como convidadas."

O SR. OSKAR KLINGL – É apenas uma questão de interpretação. O Governador não pode, por decreto, dispor sobre entes que não são do Governo. Então, o Sebrae, a UnB, a Fibra, como não são entes do Governo do Distrito Federal, são apenas convidados a participar. É apenas um... Mas eles são membros efetivos. Já às Secretarias o Governador determina que participem. Com relação aos demais membros, que não são entes do Governo do Distrito Federal, o Governador não pode determinar; só pode convidá-los.

Então, é meramente uma firula linguística. São membros efetivos. A Fibra é membro efetivo, tanto que tem participado de todas as reuniões. É um mal-entendido, eu diria.

Eu gostaria de abordar alguns outros pontos do que foi discutido. E a primeira coisa, embora eu não tenha procuração da Terracap, é esclarecer que, nas discussões que temos tido, inclusive com participação da Fibra, neste colegiado de governança do parque, ficou claramente estabelecido que a Terracap não tem a menor intenção de atuar como empresa imobiliária neste caso, ou seja, ela não pretende vender terrenos do parque. Isso é uma decisão interna da Terracap já tomada com o Governador.

A disposição dos terrenos para quem vier a utilizá-los será de cessão de direito de uso por longo prazo, conforme o senhor havia proposto. A Terracap está migrando de um conceito de empresa imobiliária para um conceito novo de agência de desenvolvimento. Então, ela não tem a intenção de vender esses terrenos. Para esclarecer esse ponto, que deve ser confirmado, obviamente, depois com a Terracap.

A questão da participação do Sinfor no colegiado de governança, o colegiado de governança, tal como ele existe hoje, na verdade é apenas uma revisão de um decreto de 2007 ou 2008, se não me engano, foi quando esse colegiado de governança foi criado. O que se fez foi atualizar os nomes que estavam desatualizados. A Secretaria de Ciência e Tecnologia, na época, tinha outro nome, não tinha inovação e assim vai.

Então, a composição...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me, Presidente, só para pedir desculpas.

O SR. OSKAR KLINGL – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu sei até que é ruim para mim ficar sem a informação, mas eu vejo depois. É deselegante sair antes de ouvir as minhas perguntas, mas está havendo a reunião de Lideranças dos Partidos para decidir quem vai compor a comissão do *impeachment* e ficaria muito ruim para mim não estar nesta reunião representando o meu Partido.

Então, eu peço licença e depois lerei a respostas das três perguntas que fiz. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Totalmente compreensível, nobre Senador Cristovam, daqui a pouco eu vou estar nesta reunião também. Vá lá e nos represente bem. Com certeza, este é o momento oportuno.

V. Sª, nobre Oskar Klingl, continua com a palavra.

O SR. OSKAR KLINGL – Senador, muito prazer em revê-lo.

Então, a composição desse colegiado de governança é essencialmente a mesma de quando ela foi criada em 2007. A única alteração fundamental que se fez foi a inclusão da Embrapa neste colegiado como entidade âncora que se imaginou para dar ao parque a multidisciplinaridade que enriquece o funcionamento de parques.

Se o senhor examinar os parques mundo afora, verá que os parques de sucesso são aqueles multidisciplinares, porque o conhecimento de uma área enriquece e contribui para o crescimento de outra área.

Inclusive, a questão de espaço que foi mencionado e que a área seria insuficiente, o parque possui 120 hectares, 121 hectares exatamente, com possibilidades de expansão. Não é um empreendimento que se imagina que vá abrigar grandes empreendimentos, grandes empresas, porque não é esse o mecanismo de funcionamento de um parque tecnológico. O mecanismo de funcionamento de um parque tecnológico é pegar o conhecimento que se gerou na área acadêmica, buscar a inovação, criar empreendimentos novos a partir desse conhecimento, fazer com que tenham sucesso e expulsá-los de lá. Expulsá-los por causa do sucesso, porque se crescerem eles precisam buscar outros espaços. Essa que é a natureza de um parque.

A presença da Embrapa nesse parque não é a de um centro de pesquisa. O projeto da Embrapa é o de colocar dentro do parque o seu Centro Tecnológico, por onde negócios com as tecnologias geradas pela Embrapa nos diversos centros de pesquisa que ela tem País afora possam ser negociados, discutidos, inovados e implantados fora do parque. A Embrapa seria quase um parque tecnológico dentro do parque.

Há cinco perguntas originais.

Qual é o estágio do PTCD? Ele está em implantação, como nós já discutimos.

O que fazer no Legislativo? É óbvio que a questão de recursos é uma questão premente para praticamente qualquer coisa que hoje se faça. Há uma carência de recursos, que já foi mencionada, que já foi discutida. Evidentemente, iniciativas que possam ampliar a disposição de recursos são necessárias e muito bem-vindas.

Quantas empresas e empregos podem ser gerados dentro do parque? Creio já ter respondido a essa pergunta. Não é tão importante saber quantas estarão dentro do parque, mas, sim, quantas serão geradas ao redor, qual é a riqueza que se gera para o Distrito Federal como um todo, tanto que a ideia de parques é a de que eles sejam cercados de áreas para onde os parques extravasam aquilo que dá certo. Aquilo que funciona se implanta fora do parque, ainda na vizinhança, na proximidade, para se poder contar com a riqueza intelectual e técnica dos profissionais acadêmicos, da universidade. O parque é muito feliz na localização, por estar ao lado praticamente da universidade. Ele se beneficia disso. Esse contato é que é benéfico.

Perguntam se há incentivos. Sim, há e haverá ainda mais, porque estamos, finalmente, no Distrito Federal, criando a nossa Lei de Inovação. O Distrito Federal é uma das duas unidades da Federação que não têm Lei de Inovação. Então, estamos pegando o marco Legal que foi recentemente aprovado pelo Congresso – ainda há pendências a serem resolvidas. Ajustamos o projeto de lei, que está na fase final de discussão na área acadêmica, na área de Ciência e Tecnologia, para ser encaminhado à Câmara Distrital. Então, pretendemos enviar esse projeto de lei em junho – este é o nosso cronograma – para a Câmara Distrital, que contará com formulações típicas de incentivos e estímulos para que essas coisas aconteçam.

O Parque Tecnológico é uma alternativa de desenvolvimento? É claro, é essa a ideia que está atrás da criação do parque desde o início, desde quando ele foi concebido em 2002.

Há as perguntas do Senador Cristovam. O que fazer para ajudar? Volto a dizer que, essencialmente, é uma questão de recursos. Implantar um parque é caro, não há dúvida. Fico pensando neste conflito: é melhor aplicar num parque ou na educação básica? Como conviver? Um parque é também um instrumento de educação. A educação continua. Ela é básica, mas, em algum momento, é preciso gerar força de trabalho altamente qualificada. Esse é um papel da universidade, é um papel das escolas técnicas. E o parque, essencialmente, precisa dessa qualificação. A riqueza que um parque traz para a região onde ele se implanta consiste, inclusive, do fato de ele contribuir, por demandar, para a qualificação educacional das pessoas, para a formação das pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. OSKAR KLINGL – Como conviver com a crise financeira, ao mesmo tempo em que é preciso implantar o parque, como levantou o Senador Cristovam?

Sim, o problema é real. A crise financeira nos abate a todos. No entanto, é preciso continuar fazendo. Vamos continuar fazendo, na medida das possibilidades.

A última pergunta do Senador Cristovam também toca no assunto do nível educacional no Distrito Federal, como isso convive com o parque.

Eu vejo isso como um esforço. Um ajuda o outro, quer dizer, eles são complementares. O parque exige mão de obra qualificada. Das empresas que venham a se implantar lá, eles exigem isso. Pressionarão a universidade, pressionarão as escolas técnicas; as escolas técnicas têm interesse, a universidade tem interesse. Eles acabam construindo uma vida conjunta.

Eu não sei se consegui esgotar as perguntas. Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Com certeza.

Obrigado, Dr. Klingl.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Não é esse o objetivo, e nós, Senadores da República, queremos exatamente a contribuição de todos.

Vamos passar aqui para a UnB, porque eu quero deixar o Ministério de Ciência e Tecnologia por último, depois, inclusive, do Ricardo, porque é muito importante para o nosso Governo Federal a questão do investimento em ciência e tecnologia, e nós precisamos tanto do nosso Ministério que quero deixar por último, para você aproveitar todas as colocações que aparecerem aqui e fazer a exposição final do Ministério.

Vamos lá, nobre Professor Santana.

O SR. JOSÉ EDUARDO FLEURY FERNANDES COSTA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, nobre Senador Fleury.

O SR. JOSÉ EDUARDO FLEURY FERNANDES COSTA – Eu queria pedir desculpa ao nosso mestre Oskar Klingl, que acho que foi muito mal interpretado pelo empresário que saiu. Ele mostrou simplesmente o tanto que a empresa dele é pequena, aqui para nós, porque todos nós sabemos que, à medida que vai crescendo, nós precisamos procurar lugares para ficar. Foi quando fiz a intervenção, no início, dos meninos que irão chegar aos parques; dos parques irão para as empresas, e as empresas irão crescer para outros lugares. Isso é globalização.

Infelizmente, quero aqui, como membro desta Casa, pedir desculpa pelo que o senhor ouviu.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Eu não posso abrir a palavra para o Plenário, por força do Regimento Interno, mas, até em deferência às mulheres, que não falaram aqui, um minuto para a senhora, por favor.

Identifique-se, primeiro, por favor.

A SRª SUELY MARIA SILVA – Boa dia.

Na verdade, sou Suely. Fui Diretora de Assuntos de Desenvolvimento Tecnológico da Fibra.

Eu acho o seguinte: existe um programa de gestão. Então, não adianta termos n institutos federais de tecnologia, que são verdadeiros gigantes brancos que não funcionam. Nós precisamos de ter gestão. O Brasil tem o maior problema de gestão.

Outra coisa, inovação ocorre na empresa; não ocorre na universidade. Enquanto não se entender esse conceito, o parque não vai andar. A universidade gasta dinheiro com pesquisa. A inovação tem que gerar emprego e renda. Portanto, não há como se falar em inovação e se falar em universidade. São apenas aliadas dos empresários.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Muito obrigado à senhora.

Nobre Professor Jaime Santana, com a palavra.

O SR. JAIME SANTANA – Vou procurar ser rápido.

O mais importante de um parque tecnológico moderno, hoje, é que é um espaço para o desenvolvimento de novas tecnologias que facilitem a inovação. Daí a importância da interface universidade ou instituto de pesquisa ou empresas de pesquisa, como a Embrapa, com o empresariado. A Drª Suely tem toda a razão. A universidade não faz inovação, nós não colocamos o produto na mesa, mas não existe inovação sem pesquisa básica e aplicada. Isso não existe. A pesquisa básica aplicada é o principal, sim, Suely, é o principal. Se você não tem pesquisa, vá a qualquer lugar de movimento tecnológico, de inovação de alto agregado econômico, se você não tem uma pesquisa inovadora no fundo, você não sai, não tem como. Depois você vai me apresentar algumas, porque eu desconheço.

O importante de um parque hoje... Por exemplo, a Brasal – eu não ia dizer o nome, mas vou dizer – está na Universidade de Brasília hoje e é uma grande empresa. Qual o espaço da Brasal na Universidade de Brasília? É o laboratório, é o grupo de pesquisa que vai ajudar a Brasal a resolver um problema de desenvolvimento tecnológico que ela tem. Ela ocupa um escritório de 25m².

Um parque tecnológico moderno de desenvolvimento tem que usar todo o seu espaço para o desenvolvimento tecnológico, pesquisa e desenvolvimento tecnológico; não é um lugar para a empresa se estabelecer, fazer negócio e viver todo o tempo lá. Não é. Se fizer isso, não vai ter parque tecnológico, não tem. Se os empresários querem um lugar com terreno barato ou de incentivo para poder montar sua empresa, é outro programa de governo. Aí, se vocês perguntarem para mim, Jaime Santana, eu estou de acordo com isso. Mas eu não estou de acordo, a Universidade de Brasília não está de acordo que um parque tecnológico se torne isso. É outro programa de governo, muito importante, mas é outro programa de governo que nós precisamos fazer, senão vai matar o parque tecnológico, como o senhor bem disse. Não é um local para a empresa ficar a vida toda, não é, nem para grandes ou médias empresas se instalarem, nem para a empresa que é incubada ficar a vida inteira. Não tem como.

Outra coisa. O Parque Tecnológico da Capital Federal tem que ser um parque tecnológico que tem o olhar para o Brasil e para a sua diversidade. Nós não podemos trabalhar voltados para nós mesmos, isso seria muito pequeno. Dessa forma, a Universidade de Brasília defende um parque tecnológico com toda a diversidade possível do conhecimento. Pode até começar com telecomunicações, com informática, com mais alguma coisa, mas precisa ser um parque tecnológico completo. Por que? Por causa do caráter interdisciplinar da pesquisa científica e tecnológica, e até da inovação hoje. A gente não consegue colocar hoje um parque de informática e telecomunicação que vai funcionar sozinho. Se ficar ele morre, ele não sobrevive, porque ele vai precisar da energia, como o senhor está defendendo, e vai precisar de muitas outras coisas para funcionar. Não tem jeito. Eu defendo, sim, que a Embrapa vá para lá. A Embrapa vai para lá exatamente como o UnB vai: ela vai inteira virtualmente para o parque, mas ela não está fisicamente dentro do parque. O que é a UnB quer com o parque? Um escritório de 12m² para facilitar a comunicação com quem está lá, não precisa mais do que isso. Agora, todos os laboratórios da UnB estariam disponíveis a conversar e fazer projetos de pesquisa básica aplicada de inovação com empresas instaladas no parque tecnológico, que é o que nós já fazemos.

Então, esse é um ponto primordial: hoje a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico é interdisciplinar. Qualquer parque monodisciplinar não sobrevive – não sobrevive.

Eu gostaria de dizer também, respondendo à pergunta do Prof. Cristóvão – antes eu queria comentar algo que o senhor falou, Senador, sobre as crianças. Acho que dá para harmonizar as duas coisas. O que nós precisamos é de um movimento forte, sustentável de educação científica para as crianças brasileiras.

Por exemplo, outro dia eu estive com o Dr. Oscar na Subsecretaria, quando nós conversamos sobre a possibilidade de um edital de divulgação científica para fazermos vídeos curtos e longos e deixarmos à disposição das escolas, não só do DF, mas das brasileiras de um modo geral. Então, essa educação científica de base é absolutamente fundamental até para o desenvolvimento de um parque tecnológico. O senhor tem toda razão nisso, mas eu acho que podemos fazer isso na parte educativa.

Sob o ponto de vista financeiro, o Legislativo pode fazer muito. Por exemplo, cuidar melhor do que tem cuidado do contingenciamento do FNDCT. Esse é um ponto importante. (*Palmas.*)

Eu aproveito para fazer uma cobrança: o Legislativo tem feito muito pouco. O Prof. Izalci estava dizendo que foi uma pena que o Legislativo deixou contingenciado. É um crime contra a sociedade brasileira, as crianças brasileiras, o Mato Grosso, que não vai ter soja daqui a pouco, etc., etc., se não trabalharmos com tecnologia. É um crime.

Também sob o ponto de vista local, apoio político completo à iniciativa do Governador e da secretaria de fazer com que o dinheiro referente à FAPDF, no DF, vá exclusivamente para ciência, tecnologia e inovação – exclusivamente, para mais nada. (*Palmas.*)

Outras coisas são importantes, mas que haja outro dinheiro. E de uma forma perene, como o senhor disse. Fazendo isso, vocês estarão ajudando muito.

Além desses dois fatores, eu já tinha pedido para rever completamente, junto com gestores, empresários, pesquisadores brasileiros, toda a parte legal de ciência, tecnologia e inovação. O que foi feito foi extraordinário, Prof. Izalci, mas não basta. Eu já disse aqui. Pena que o Prof. Cristovam não estava quando eu disse e não está agora que eu estou dizendo de novo.

A Lei de Acesso ao Patrimônio Genético precisa ser mudada imediatamente. Se deixar só para algumas ONGs que tem o patrocínio de alguns políticos brasileiros que estão hoje no poder, nós vamos ficar, cada vez mais, para trás. Não pode. Está aí, é uma fonte de riqueza, temos que usar com responsabilidade, mas temos que ter acesso irrestrito para a ciência. Não podemos ficar como está.

Eu acho que era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Agradeço ao nosso nobre professor.

Passo a palavra para o Sinfor e, em seguida, para o nosso querido representante do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ricardo, do Sinfor, com a palavra.

O SR. RICARDO DE FIGUEIREDO CALDAS – Obrigado, Presidente, Senador Hélio José.

Com relação a algumas das perguntas que o Senador Cristovam fez sobre o que poderia ser feito, o que pode ser feito são políticas públicas para o fortalecimento das empresas locais, de empresas de fora, de outras unidades da Federação, de empresas estrangeiras que venham para Brasília para ocupar o Parque Capital Digital. Então, são incentivos econômicos, incentivos fiscais, incentivos creditícios, porque é com esses mecanismos que se desenvolve um setor em qualquer lugar do mundo. Então, essa é uma das respostas ao Senador Cristovam. Nós precisamos de políticas públicas para o fortalecimento de um setor que é vocação do Distrito Federal, que é tecnologia da informação e comunicação.

Outra pergunta feita é sobre o número de empregos a serem gerados pelo Parque Capital Digital. São empregos, porque a sociedade precisa de emprego. E emprego aqui, no Distrito Federal, precisa ser emprego na iniciativa privada, Senador, porque o Governo do Distrito Federal não aguenta mais pagar a conta, não. Nós precisamos criar alternativas, no setor produtivo, para empregar a nossa gente, para empregar os nossos filhos, para empregar os nossos netos. Sessenta mil empregos são as projeções que nós fizemos, nos estudos e nos trabalhos, em 2008, na Fibra e Sinfor. Era uma projeção de geração de 60 mil empregos.

Eu gostaria de dizer também que oferecemos ao Governo do Distrito Federal, recentemente, através da MIP (Manifestação de Interesse Privado), um projeto que construímos no nosso Sindicato, que é um projeto que vem ao longo desses 15 anos, como falei aqui para os senhores e para as senhoras.

Nesse projeto, Secretário Oskar, há um modelo que não onerará o Estado. O senhor disse, na resposta que deu à pergunta do Senador, que é um projeto muito caro. E, ao dizer que é caro, isso me leva a pensar que é o Estado que vai colocar lá esse dinheiro. Nós não queremos esse dinheiro do Governo, não! Nós empresários queremos colocar ali o nosso dinheiro, nós queremos construir o Parque Tecnológico Capital Digital, para que as empresas vão para lá e se localizem, para que elas tenham suas sedes, diferentemente do que foi dito aqui. Afinal de contas, precisamos entender a dimensão do Parque Capital Digital. É um empreendimento, senhores, de um milhão de metros quadrados de área construída. Será um milhão de metros quadrados de área construída! Ora, essa não é uma incubadora de empresas, não!

Aliás, tive uma experiência maravilhosa na UnB. A Ednalva foi diretora, por muitos anos, do CDT. Foi uma experiência fantástica! É exatamente isto: a incubadora de empresa pega uma *startup* e, depois, manda-a embora. "Vai cuidar da sua vida! Você ficou grande." Lá, não! O Parque Tecnológico Capital Digital servirá para as nossas empresas produzirem e gerarem emprego. Como vamos gerar 60 mil empregos, se o pleito, por exemplo, é o de uma área de 12 metros quadrados, como foi citado aqui? Se eu dividir 12 metros quadrados... Vamos arredondar e comparar dez metros quadrados com um milhão de metros quadrados de área construída. Serão cem mil empresas que vou precisar colocar lá dentro! Ora, meu Deus, onde existe um negócio desses?

O Parque Tecnológico Capital Digital é uma área para se produzir riqueza. Teremos, sim, as universidades todas lá dentro e centros de pesquisa, para, com sinergia com as nossas empresas e com os projetos da Finep, do CNPq, aí sim, gerarmos produtos, vendermos esses produtos e gerarmos emprego para a nossa sociedade.

Acho que, talvez, esteja havendo aqui apenas um entendimento diferente. Mas nós oferecemos isso, repito, Presidente, ao Governo do Distrito Federal. Está escrito na nossa MIP o que pretendemos fazer. Nós queremos comprar o terreno. Está certo? Esse projeto de concessão da Terracap, para se entregar a terra para construir, não se paga. Isso não se paga, senhoras e senhores! Quem é que vai colocar dinheiro para construir um milhão de metros quadrados para, daí a alguns anos, sair, ir embora?

Então, temos de ter consciência do que nós precisamos. Respondo à pergunta do Senador Cristovam Buarque se a crise nos afetará nesse projeto: minha fé é a de que não vai afetar, porque existe muito dinheiro

por aí, principalmente o capital internacional. Nós temos sido procurados por alguns desses grupos interessados em investir nesse empreendimento, porque eles sabem que terão o retorno do investimento que farão, porque criaremos riqueza aqui, na nossa cidade.

Eram essas as minhas considerações, Senador.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Obrigado, nobre Ricardo Caldas, nosso Presidente do Sinfor, parceiro na luta para tornamos uma realidade, de fato, esse Parque Tecnológico.

Eu gostaria de registrar que hoje é o Dia do Índio. Nossos índios estão dizimados. Eles foram explorados e massacrados na história deste País. A nossa Comissão de Ciência e Tecnologia quer congratulá-los nesta data muito importante, dia 19 de abril.

Neste mês, a nossa Brasília, inclusive, faz aniversário, agora no dia 21. Nós oportunizamos esta audiência exatamente para hoje em comemoração ao aniversário do Distrito Federal, ressaltando a importância dessa inclinação das indústrias não poluentes do parque tecnológico, o que seria um *up* para essa questão aqui, no Distrito Federal, tal como o Ricardo e o Professor Klingl colocaram.

Inclusive, já acertei com o Klingl para tentarmos agilizar a nossa reunião com o Governo do Distrito Federal, porque o objetivo é contribuir, é ajudar a tirar o papel de forma suprapartidária. Sou do PMDB, um Partido de oposição ao Governo. Não estou preocupado nem em ser oposição, nem em ser apoiador. Eu apoio Brasília. Eu apoio a geração do emprego e, principalmente, apoio o setor produtivo, porque se existe alguém que pode dar oportunidade para um desempregado é exatamente o setor produtivo. É esse que precisa ser incentivado e que precisa, realmente, ser apoiado. Tenho uma relação fraterna com o nosso Governador e tenho certeza de que ele também apoia essa tese, porque foi Deputado Distrital, Deputado Federal, Senador da República e atual Governador de Estado. Não tenho dúvida de que nós temos condição de fazer um bom diálogo com ele nesta Comissão.

Estou vendo até o Edvaldo ali. Edvaldo, você, como nosso coordenador político do GDF nesta Casa, poderia agilizar essa reunião com ele? Ela seria composta por esta Mesa aqui, Fibra, Sinfor, UnB, Senado Federal – eu, Cristovam e Reguffe, e os outros dois Senadores também fazem parte da discussão –, e o MCTI, para começarmos a rodada de reunião. Vamos fazer essa no GDF, uma outra no Ministério de Ciência e Tecnologia, outra na UnB e outra na Fibra, com a Sinfor junto, para podermos, depois, voltar para outra audiência pública sobre a questão do parque tecnológico.

Ficou ruim. Você chegou agora. Eu não tinha te visto antes, eu não sei se você estava antes.

Quanto à saída da Terracap, achamos que não foi legal. Acho que o diretor da Terracap poderia tranquilamente ter falado da importância desse diálogo aqui com o Governador, mandado alguém para representá-lo na reunião, porque a Terracap é fator emblemático nessa discussão que está sendo feita. Mas tudo isso não tem problema nenhum. Nós vamos resolver na conversa, tranquilamente, porque estaremos com S. Exª o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Para concluir esta audiência pública, vamos ouvir aqui o nosso querido representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, que eu fiz questão de deixar por último, colocando que eu, o Deputado Izalci e a Bancada do Distrito Federal aprovamos este ano em emendas parlamentares R$6,5 milhões para a implantação e a ampliação da infraestrutura de banda larga no DF. Nós sabemos o tanto que isso também ajuda na proliferação, na propagação das questões dos avanços tecnológicos. Essa foi uma emenda coletiva da nossa Bancada do Distrito Federal, e achamos que podemos, inclusive, junto ao MCTI e Ministério das Comunicações, definir uma cidade, como por exemplo, Itapoã, e fazer um piloto; colocá-la toda informatizada, via essa emenda. Isso vai depender muito de um trabalho nosso, Edvaldo, junto com o Governador. Já que nós estamos falando aqui em ciência e tecnologia, e a informação está intimamente interligada, vamos levar, inclusive, aos lares das periferias formas de acessar os meios de comunicação via internet, que hoje é a maneira mais ágil de comunicação.

Jorge Mário Campagnolo, com a palavra.

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO – Obrigado, nobre Senador.

Eu gostaria de iniciar as respostas com a questão das pessoas. Quando se fala em ciência, tecnologia e inovação, elas surgem de talentos; e talentos vão aparecer durante a nossa boa formação. Claro que a questão da formação, desde o início, é fundamental.

Eu sempre digo que a nossa educação até barra o cientista, porque a criança, até os três, quatro, cinco anos, questiona tudo. E a educação faz com que... Ela é limitada desde a família, mas, nas escolas, perde essa questão da curiosidade. E ciência, tecnologia e inovação é curiosidade, é estimular talentos. Então, concordo. Isso tem que ser trabalhado.

Acredito que aqui, no Distrito Federal, como poucos outros Estados – eu vou considerar este um Estado também, têm condições educacionais como as daqui. Nós temos uma universidade de primeira linha. É inquestionável a qualidade da UnB. Acredito que temos todas as condições para criar um grande Parque Tecnológico.

Na minha apresentação, eu disse que nós estamos falando em negócios, mas quando se fala em inovação, não se faz inovação sem ter conhecimento. Nós realmente precisamos de conhecimento. E onde surge naturalmente o conhecimento? Nas universidades, nos institutos de pesquisa. Eu não acredito que se possa criar um parque sem a aproximação com as nossas universidades e sem o setor empresarial, aqui representado pela FIBRA.

Nós precisamos realmente criar essa sinergia. E é claro que, para movimentar essa hélice, é necessário que o Governo Federal e o Governo do Distrito Federal se unam para fazer andar todo esse processo, que não é simples. Uma grande parceria que tem que ser feita.

O Ministério de Ciência e Tecnologia tem a maior satisfação em ajudar. Em tudo que puder, ele vai apoiar. Como eu já comentei, no edital, na parte de crédito aberto, assim que for dada a partida no processo, existe financiamento para as empresas e para o próprio parque. E são créditos com juros equalizados, juros financiados pelo FNDCT, como eu disse, para empresas que queiram se estabelecer lá. Diferentemente de outros tipos de empréstimo, esse empréstimo, subsidiado pela Finep, financia obras apenas dentro de parques tecnológicos.

O MCTI terá o maior prazer em receber emendas parlamentares. Nós já recebemos uma emenda parlamentar para a Cidade Digital, creio que de R$14 milhões, mas acho que saiu das prioridades da Bancada, e a emenda caiu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É que faltou a contrapartida. A Bancada apresentou uma emenda de R$30 milhões, mas o Governo tinha que colocar a contrapartida.

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO – Nós acreditamos que a união da Bancada pode ser um fator importante na questão de financiamento, e a emenda entra no orçamento do MCTI. Nós teremos o maior prazer em receber orçamento para ajudar a Cidade Digital.

Com relação à formação, nós temos decidido sobre alguns programas piloto no sentido de incentivar, mas é inegável que o País todo tem que trabalhar nisso. Nós temos que começar a criar empreendedores nos primeiros anos de formação da nossa juventude.

A questão de financiamento é fundamental. Prof. Jaime, eu também sou professor. Sempre digo que, quando estava do lado dos professores, atirava pedras. Agora que estou aqui para ajudar, estou sendo a vidraça. Acredito que é fundamental conhecer os dois lados para ajudar, e tudo o que tenho feito é no sentido de procurar caminhos para melhorar a questão da ciência, tecnologia e inovação no País.

Como eu disse, inovação hoje é uma questão constitucional, está na nossa Constituição. Os ambientes de inovação estão na nossa Constituição, foram depois repassados para o nosso marco legal, mas é uma questão constitucional. E nós só vamos fazer ciência, tecnologia e inovação se realmente houver financiamento permanente. Quer dizer, é uma questão de continuidade.

Sabemos que o grande financiador da ciência, tecnologia é o nosso Fundo Nacional, o FNDCT, que passou por algumas modificações, perdemos algumas fontes. Então, não é só a questão do contingenciamento, mas perdemos a fonte do CT-Petro. Estamos tentando recuperá-la. Talvez, desde os últimos Ministros, o Aldo, agora o Ministro Pansera, o grande desafio é tentar recompor o FNDCT. Nós temos que recompor o FNDCT, não só a questão do contingenciamento, mas recompor também a questão de fontes. Nós precisamos recuperar o CT-Petro. Já está praticamente acertada com o Ministério do planejamento a recuperação do CT-Petro, que foi perdido com a nova legislação.

Existem os novos contratos, as partilhas que foram do Fundo Social. Eu acho que, mantido o Fundo Social, é fundamental que a ciência e tecnologia participe dele também. Além de trabalhar a questão do contingenciamento, precisamos trabalhar a questão da recomposição.

Internamente, trabalhou-se para tirar algumas despesas do FNDCT, como o financiamento de OS, por exemplo, a Embrapii, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que é um sucesso hoje. Foi uma parceria com o setor empresarial. Então, do mesmo modo, para a Embrapa, para a agricultura, que não é bem uma empresa, mas direcionada à pesquisa e à inovação industrial.

Esse recurso foi retirado o FNDCT e colocado no orçamento do Ministério, mas tem que ser recuperado. É inegável que precisamos trabalhar todos para recompô-lo. Como eu disse, estou de um lado e estou do outro e sei que financiamento, muitas vezes, nem é o valor, é a questão da continuidade. Quem trabalha com um grupo de pesquisa são pesquisadores. Se eu perder um pesquisador, eu preciso de quatro, cinco anos para recompor aquele grupo. Então, é uma questão realmente de continuidade, temos que trabalhar muito nisso.

Eu não estou há muito tempo no Ministério, três anos, mas, nos últimos anos, o grande desafio foi exatamente recompor e manter o FNDCT. Esse é um grande desafio e o Ministro tem feito tudo para conseguir isso.

O SR. JAIME SANTANA – Um pouco mais de apoio político seria bom.

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO – Exatamente.

Pois não, nobre Deputado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Senador Hélio, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Pois não, nobre Deputado Izalci.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quando eu era Vice-Presidente do Consecti, nós tínhamos um acordo com o Ministério: para cada um real aplicado pelo Estado, o Governo aplicaria dois, no caso do DF. No caso do Nordeste, é um para cinco. Continua ainda essa política?

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO – É o documento de Salvador que definia. Dependendo do porte do Estado...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Está acontecendo ainda. Para cada real aplicado aqui, vocês investem dois?

O SR. JORGE MÁRIO CAMPAGNOLO – Está. Nas parcerias, a Finep tem utilizado esse pacto de Salvador.

Agora, quanto à questão do BID, é claro que não podemos depender, na ciência e tecnologia, de financiamento. Para quem é gestor, na posição do Ministro – isso começou com o Ministro anterior –, foi uma saída emergencial. Um dos pontos era o INCT, um programa que está dando bons resultados. Realmente, parar é mais prejudicial do que depender de um empréstimo. Então, conseguido um empréstimo, é um fôlego que vem auxiliar a ciência e tecnologia. O que temos de fazer é achar caminhos para não parar, esse é o papel do gestor. O gestor tem que achar caminhos. E é o que temos feito. A crise está no Município, no Estado e no Governo Federal. Existe dinheiro? Nós temos que buscar alternativas, como por exemplo as parcerias.

Nós lançamos, na linha da inovação, um projeto piloto dos laboratórios abertos, em parceria com o Senai e com o Sebrae. Nós até estamos pensando em ampliar isso, depois de melhorados os recursos. Os laboratórios abertos abrem infraestrutura e conhecimento para qualquer pessoa, qualquer microempresário, qualquer *start-up* que tenha uma ideia, para ajudá-los a prototipar aquela ideia. Trata-se do nosso Sibratec Shop – Laboratórios Abertos. Como eu disse, nós temos que ajudar quem tem talento e tem ideias a prototipar essas ideias.

Assim, nós temos de procurar caminhos, porque a crise é para todos.

Eu sou apenas secretário substituto no Ministério, não tenho poder de decisão, mas, em tudo o que for possível, nós vamos apoiar. Temos o maior interesse nesse projeto do Distrito Federal e, no que for possível, nós vamos apoiá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Quero agradecer ao nosso Jorge Mário Campagnolo e a todos que estão aqui presentes.

Antes de encerrar, eu gostaria de só de ler e aprovar um requerimento.

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao RCT nº 12, 2016, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (RMA n.º 13, de 2016), e a Comissão de Infraestrutura (RCI n.º 22, de 2016), com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017.

Autoria: Senador Lasier Martins.

O requerimento foi editado e subscrito por Hélio José, Senador do PMDB, do Distrito Federal.

Consulto os presentes sobre se há alguma objeção. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma objeção, fica aprovado o referido requerimento.

Eu gostaria de agradecer a todos aqui presentes.

Agradeço enormemente ao nosso nobre Deputado Izalci. Eu acho que o Senado e a Câmara podem muito bem trabalhar em parceria, para ajudar muito o GDF, ajudar o nosso Governador Rollemberg, ajudar o Brasil a tirar do papel a questão do Parque Tecnológico do DF, porque isso vai ajudar toda a nossa classe empresarial, isso vai ajudar toda a nossa população.

Quero agradecer também ao nosso nobre Senador Fleury, que está aqui desde o início, do nosso querido Estado de Goiás – eu sou de Corumbá de Goiás, cidade inclusive em que mora grande parte da família Fleury. Agradeço profundamente a V. Exª pela participação.

Agradeço aos membros da nossa Mesa.

Agradeço à UnB e mando um abraço ao meu amigo, meu irmão, meu camarada Ivan de Toledo Camargo, meu colega Reitor da UnB. Envio também aqui um abraço ao Klingl, que é o nosso subsecretário hoje, seu adjunto. O titular é quem? (*Pausa.*)

O SR. OSKAR KLINGL (*Fora do microfone.*) – Eu sou o titular, porque a Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Ah, o senhor é o titular. A Secretaria ficou como adjunta agora, não é?

Mas vamos batalhar juntos, a Bancada do DF, para poder retornar como Secretaria, porque está aqui o Secretário em duas oportunidades, sabe da importância dessa área para o GDF, para o desenvolvimento social. Nós temos de reduzir a máquina administrativa, mas existem áreas essenciais, em que não se pode reduzir. A ciência e tecnologia é importante demais para o Brasil.

Agradecendo ao MCTI, quero deixar claro que nós vamos encaminhar a solicitação ao Ministro tão logo a situação se acalme, para fazermos essa reunião com ele, com a sua participação, evidentemente, como também do Secretário Executivo, para discutirmos essa tarefa.

Quero agradecer ao Ricardo pelos livros sobre a história do Parque, pela participação tão importante, pelo convite aos nossos nobres empresários do setor. Queria que você acalmasse o Riella e dissesse a ele que nós temos o maior respeito e carinho por ele. O nosso interesse aqui é unidade, e não desunião. Nós queremos é unir. Unir em prol de um bem comum, que é desenvolvimento do DF.

Quero agradecer ao Graciomário. Dê um abraço ao nosso presidente da FIBRA, Jamal Bittar, que está em viagem. Quero enaltecer a nossa parceria entre o setor produtivo do Distrito Federal e a FIBRA. Com a pessoa e com a diretoria tão importante como V. Sª, que é o vice-presidente, as coisas só tendem a melhorar no Distrito Federal.

Então nós, do Senado e da Câmara, temos o maior desejo de contribuir, da melhor forma possível, com o nosso setor produtivo, e a FIBRA é o ápice dessa questão aqui, no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos.

Damos por encerrada esta nossa audiência pública.

(Iniciada às 8 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2016.

Às oito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Omar Aziz, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Gladson Cameli e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. Comparece à reunião o Senhor Senador Otto Alencar, não membro da Comissão. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura da ata da última reunião, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a avaliar a política pública referente aos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em especial o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), atendendo ao Requerimento *nº 1*1/2016-CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, e ao correspondente Plano de Trabalho, cuja relatoria é do Senador Lasier Martins. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, a Senhora Fernanda de Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e o Senhor Alexandre Giovanini Fuscaldi, Titular da 1 ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União - SecexDesenvolvimento/TCU. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Walter Pinheiro e Otto Alencar, não membro da Comissão. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a apreciação extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento** nº 1**6, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Hélio José e Lasier Martins, que requerem "...que seja convidado o Ministro das Comunicações, Senhor André Figueiredo, e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Senhor João Rezende, para prestar esclarecimentos, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sobre o Despacho do Superintendente de Relações com Consumidores da ANATEL, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2016, que determinou cautelarmente que as empresas de banda larga fixa de internet abstenham-se de adotar, no âmbito das ofertas comerciais do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (banda larga fixa), práticas de redução de velocidade, suspensão de serviço ou cobrança de tráfego excedente após esgotamento da franquia, até o cumprimento cumulativo das condições que elenca, observado, nesse caso, o prazo de 90 (noventa) dias da publicação de ato da Superintendência que reconheça o cumprimento das condições". O requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento nº 17, de 2016-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer "...em aditamento ao RCT n.º 12, 2016, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (RMA n.º 13, de 2016), e a Comissão de Infraestrutura (RCI n.º 22, de 2016 e RCI n.º 25, de 2016), com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017, com a presença dos seguintes convidados: 1) Dr. Kleber Gomes - Coordenador do subgrupo da Telefonia da Comissão do Direito do Consumidor da OAB/DF; 2) Sr. Rafael Zanatta – pesquisador do Idec". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às dez horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de **Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, assessores, imprensa.

São 8 horas e 45 minutos. Sempre que possível, pretendemos começar nesse horário proposto as reuniões da nossa CTI.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 26 de abril de 2016.

Na nossa audiência de hoje, pretendemos saber tudo que for possível a respeito dos fundos para incentivo à pesquisa tecnológica e científica.

Iniciando os trabalhos da reunião, informo que, em atendimento ao Requerimento nº 11/2016 – CCT, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, e também de acordo com o plano de trabalho apresentado para a avaliação das políticas públicas relacionadas aos fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, proposto pela Presidência da Comissão, Relator da matéria, ambas as proposições aprovadas por esta Comissão, esta audiência pública destina-se a promover o debate sobre os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, em especial, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funtel)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado em 31 de julho de 1969, por meio do Decreto-Lei nº 719, com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A regulamentação desse fundo deu-se a partir da publicação da lei do FNDCT (Lei nº 11.540/07) e do Decreto 6.938/09.

As receitas que alimentam o fundo têm diversas origens: recursos do Tesouro, Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), parcela da receita das empresas beneficiárias de incentivos fiscais, compensação financeira, direito de uso de infraestruturas e recursos naturais, licenças e autorizações, doações e operações de empréstimos, além de devoluções de recursos ao próprio FNDCT.

Os recursos do FNDCT são utilizados para apoiar atividades de inovação e pesquisa em empresas e Instituições Científicas e Tecnológicas, ICTs, nas modalidades de financiamento reembolsável, não reembolsável e investimento, podendo ser implementado de forma direta ou descentralizada.

Na forma direta, a Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do Fundo, executa diretamente o orçamento e, na forma descentralizada, os recursos são transferidos para outros parceiros que são os responsáveis pela implementação da ação.

Atualmente, são 15 fundos setoriais em operação vinculada ao FNDCT, sendo que 14 são destinados a setores específicos: saúde, biotecnologia, agronegócio, energia, mineral, aeronáutico, espacial, transportes, hidro, informática, automotivo, e um tem por foco a Amazônia Legal. Os demais são de natureza transversal, o que significa que os recursos podem ser aplicados em projetos de qualquer setor da economia. São eles: Fundo Verde-Amarelo, voltado à interação universidade-empresa; e Fundo de Infraestrutura, destinado ao apoio e melhoria da infraestrutura das ICTs.

No âmbito do Ministério das Comunicações, por sua vez, temos o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o Funttel, que é um Fundo de natureza contábil, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica e incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Instituído pela Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, o fundo tem como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos, Finep.

Constituem fontes do Funttel: dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual e seus créditos adicionais; contribuição de 0,5% da receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes públicos e privados; contribuição de 1% devida pelas instituições autorizadas, na forma da lei, sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas; e o produto da remuneração de recursos repassados aos agentes aplicadores.

Os recursos serão aplicados na forma reembolsável e não reembolsável e têm como destinação as seguintes instituições e empresas: instituições de ensino e instituições de pesquisa, públicas ou privadas, brasileiras, em funcionamento no Brasil, sem fins lucrativos; empresas brasileiras prestadoras de serviço de telecomunicações e empresas brasileiras fornecedoras de bens e serviços para o setor, desde que engajadas na produção efetiva no País.

O Funttel é administrado por um conselho gestor, constituído por representantes dos Ministérios das Comunicações, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do BNDES e da Finep.

A razão principal dessa avaliação dos Fundos de Incentivo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico é o grande impacto da pesquisa e da inovação tecnológica no desenvolvimento nacional. Esses fundos são ferramentas essenciais para impulsionar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da indústria nacional e consequentemente alavancar a economia do Brasil.

Com avanços firmes do desenvolvimento tecnológico é possível, por exemplo, alterar o perfil das exportações nacionais, ainda muito concentradas em produtos com baixo valor agregado, assim como ainda é baixo o número de publicações científicas e patentes no Brasil quando comparado com indicadores internacionais. Esse cenário permite ainda a geração de novos empregos, especialmente de empregos de remuneração mais elevada, contribuindo para avanços sociais relevantes.

Apesar de todo esse potencial, embora esses fundos tenham sido criados há mais de quinze anos, o fato é que o Brasil ainda não conseguiu se inserir de forma significativa no cenário mundial de ciência e tecnologia na maioria dos setores produtivos incentivados.

Isso demonstra que a política pública em questão, embora tenha apresentado resultados positivos, ainda não conseguiu atingir seus objetivos.

Será que a razão se deve ao baixo percentual de aplicação dos recursos arrecadados pelos fundos dos últimos cinco anos? Ou decorre do modelo de operação e governança?

Observando alguns relatórios de aplicação dos recursos do FNDCT, constatamos que historicamente a aplicação varia de 40% a pouco mais de 80% do arrecadado, com média de 56% nos últimos cinco anos.

O Funttel, sistematicamente, tem aplicado menos de 20% dos recursos arrecadados, com tendência de queda. Nos últimos cinco anos, o Funttel tem aplicado menos de 10% de sua arrecadação. Com essa avaliação, poderemos colaborar com a melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos fundos existentes.

Hoje, se for possível, nós pretendemos, com o auxílio do Ipea e do TCU, responder a algumas questões que desde já vamos antecipar e pedir que os nossos convidados se reportem a essas questões.

1) Qual é o valor total anual aprovado e valor liberado por cada um dos fundos?

2) Quais são os índices de aplicação dos recursos anuais aprovados e liberados?

3) Tem havido contingenciamento dos recursos anuais regularmente?

4) Quantos projetos foram incentivados nos últimos cinco anos?

5) Quais são os principais indicadores de resultados e respectivos percentuais obtidos em relação aos previstos para cada fundo setorial, demonstrando os dados dos últimos cinco anos?

6) Qual é a percepção dos gestores e beneficiários sobre os principais pontos positivos e negativos na gestão, execução e avaliação dos fundos e projetos? Que melhorias podem ser implementadas?

7) Gestores e beneficiários utilizam algum sistema de gestão, acompanhamento e avaliação? Ele é eficaz?

8) Quais foram os principais impactos previstos e obtidos com o uso dos recursos dos fundos setoriais, considerando os objetivos dos fundos, dos projetos desenvolvidos e as transformações geradas no campo científico, tecnológico e social?

9) Como e quais impactos os fundos geraram para interação entre as universidades, as empresas, o Governo e a sociedade?

São as questões e as motivações desta nossa reunião.

Dissemos, desde a primeira vez que nos encontramos nesta condição honrosa de Presidente desta Comissão, que, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, é indispensável olhar o que é decisivo, porque recursos e fundos existem muitos, e os recursos também são vultosos, mas por que não aparecem, onde estão e em que são investidos? A partir disso, podemos fazer um bom trabalho nesta Comissão.

Então, para debater o assunto, temos a honra de convidar, e já pedimos para compor a Mesa, os seguintes expositores: Srª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Sr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, Titular da 1ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União (SecexDesenvolvimento/TCU).

Esta reunião será realizada em caráter interativo, com possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do telefone 0800-612211. Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, os Senadores e as Senadoras que se inscreverem evidentemente poderão perguntar. A cada expositor, estamos propondo o tempo de 20 minutos para a apresentação.

Então, passo a palavra à Srª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Drª Fernanda, bom dia.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Bom dia, Senador. Obrigada pelo convite. É um prazer para nós, do Ipea, estarmos aqui discutindo essas questões com o Senado Federal.

O que eu trouxe aqui são alguns resultados mais antigos, outros mais recentes do trabalho que a gente tem feito no Instituto nos últimos anos sobre as políticas de Ciência e Tecnologia, em particular sobre o FNDCT e os fundos de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Eu vou pular os primeiros eslaides aqui.

Pode ir para o próximo.

Aqui, um pouco, alguns dados gerais sobre investimento em P&D sobre PIB no Brasil, investimento empresarial em P&D e aqui sobre publicações. Vemos que em termos de publicações crescemos bastante, agora, em termos de P&D sobre PIB estamos relativamente estáveis, a despeito das políticas recentes.

Pode passar, por favor.

Antes de entrar diretamente no tema dos Fundos, eu acho que é importante ter um pouco o contexto geral das políticas de inovação no Brasil para saber onde é que os Fundos estão.

Então, o que é que a gente tem? Quais são as principais políticas de Ciência e Tecnologia no Brasil, que são as principais fontes de financiamento da Ciência e Tecnologia no Brasil?

Basicamente, eu dividi aqui em quatro grupos. Temos incentivos fiscais, que vão desde a Lei de Informática, Lei do Bem, que totalizam aí, em 2012, que era o último dado que eu tinha disponível quando fiz essa tabela, R$6 bilhões, mais ou menos, por ano. Temos crédito subsidiado para inovação, que é operado pela Finep e pelo BNDES, mas preponderantemente pela Finep no período recente – a Finep superou o volume do BNDES no período recente, até 2013, 2014 –, que é, enfim, um crédito, uma taxa de juros mais competitiva do que as taxas de juros de mercado para financiar a inovação. Temos o investimento direto do Governo Federal e dos Governos Estaduais em Ciência e Tecnologia, que é onde estão os Fundos Setoriais.

Então, temos o investimento dos Estados e investimentos dos Governos Federais. Esses investimentos, tirando pós-graduação, totalizam R$25 bilhões – em 2012, totalizaram R$25 bilhões e os números não mudaram muito de lá para cá –, sendo que R$7 bilhões são executados nos Estados e R$18 bilhões, no Governo Federal. Dentro desses R$18 bilhões é que estão os Fundos Setoriais, o FNDCT.

Mas também temos programas de P&D de Agências Reguladoras, programas de P&D em setores específicos, energia elétrica e petróleo, que investem, porque há uma obrigação de as empresas investirem em pesquisa e desenvolvimento nesses setores. Então, essas empresas têm uma obrigação contratada com essas agências de investir em torno de R$1,5 bilhão em pesquisa e desenvolvimento nesses setores aí.

Pode passar.

Próximo eslaide.

A gente vai abrir um pouco o que que é o investimento público em Ciência e Tecnologia do Governo Federal, aqueles R$18 bilhões que eu mencionei antes. A maior parte deles R$6,6 bilhões está dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia, mas uma boa parte desses recursos também estão sendo investidos no MEC e, aí, é basicamente Capes, são bolsas de pesquisa da Capes basicamente; na Agricultura, e basicamente esse orçamento de R$2 bilhões e pouco é Embrapa; na Saúde, que é basicamente Fiocruz, esse orçamento que está aí, para a Ciência e Tecnologia; o MDIC e Planejamento, que é IBGE, enfim.

Então, o que estamos falando é que desses R$18 bilhões R$6 bilhões que estão dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Vamos detalhar o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Esses R$6 bilhões do Ministério, R$3 bilhões, mais ou menos, constituem o que chamamos de FNDCT; R$1,5 bilhão é dinheiro para o CNPq, que é bolsa basicamente, bolsa de pesquisa, formação de pessoas, mestrado, doutorado etc.; e há um orçamento na sede do MCTI e nas instituições de pesquisa do MCTI, que é R$1,2 bi, programa nuclear e programa espacial. Então, basicamente, está-se referindo a um pouco mais de 50% do orçamento do MCT, que é o FNDCT, que significa 16% do orçamento total para ciência e tecnologia no País. Então, estamos falando de 16% do investimento em ciência e tecnologia que o Governo Federal faz.

No próximo eslaide, mostramos um pouco qual foi a evolução do orçamento do FNDCT ao longo do tempo. Ele cresceu bastante. Quer dizer, no início dos anos 2000, quando não havia todos os fundos setoriais ainda constituídos, ele era menos de R$500 milhões por ano. Ele subiu para mais de R$3 bilhões, em 2010, que foi o pico do investimento.

É bom lembrar, neste momento, que os fundos setoriais foram criados lá no final dos anos 90 com um duplo objetivo: primeiro, dar para a ciência e tecnologia uma fonte estável de recursos, porque a discussão

era que, para desenvolver ciência e tecnologia, os pesquisadores precisam saber que vai haver tais editais, que vai haver aquele fundo de recursos disponível para investir, para poder concorrer a recursos para fazer a sua pesquisa. O orçamento público era muito volátil e não permitia essa estabilidade nas regras do jogo do financiamento à ciência e tecnologia. Então, criaram-se os fundos setoriais para isso. O segundo objetivo era fomentar a interação universidade-empresa. Então, ele foi criado com esses dois objetivos.

Só que o que aconteceu na prática com os fundos setoriais? O orçamento dos fundos setoriais foi crescendo ao mesmo tempo em que o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia foi diminuindo. Então, quando você olha, ao longo do tempo, a participação do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia dentro do Orçamento Geral da União, de recursos discricionários da União, o Ministério representava 2,8% do Orçamento Geral da União, em 2001, e passa a representar 2% do Orçamento da União, em 2013. Ou seja, relativamente ao Orçamento público, o dinheiro para a ciência e tecnologia foi diminuindo, isso contando os fundos setoriais. Se você tira o FNDCT do Ministério da Ciência e Tecnologia, a participação do Ministério no Orçamento Geral da União caiu de 2,4% para 1,3% nesse mesmo período. Ou seja, o que aconteceu nesse período com os fundos setoriais? Eles foram usados para suprir a falta de orçamento no Ministério da Ciência e Tecnologia. E eles foram sendo usados para isso mesmo. Então, boa parte dos recursos dos fundos... Os recursos dos fundos servem para tudo. Tudo o que antes era financiado pelo orçamento Fonte 100 do Ministério da Ciência e Tecnologia acabou, em alguma medida, utilizando recursos dos fundos setoriais.

Então, acho que há uma série de problemas no desenho do fundo, na operação do fundo. E vou mencionar alguns problemas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Em termos percentuais e sobre o orçamento aprovado?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Sobre o Orçamento Geral executado, sobre o empenhado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Em reais, esse orçamento é crescente?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Em reais, esse orçamento é crescente. Exatamente. Ele não cresceu tanto quanto o resto do orçamento público. É isso. Em reais, ele é crescente, mas ele não cresceu tanto quanto se poderia imaginar quando se olha o crescimento do orçamento do FNDCT, porque ele acabou suprindo uma série de lacunas para as quais ele não havia sido destinado. Então, apesar de haver uma série de críticas, uma série de problemas com o desenho e com a implementação do fundo, temos que levar em conta que ele acabou tapando buracos, o que não era efetivamente a função dele no início – tapando buracos que precisavam ser tapados, também não havia muita alternativa.

Então, vamos ver para onde vão os recursos do FNDCT. Esse dado é de 2012 ou 2013, se não me engano. Há uma defasagem, e esse é um problema.

Há um problema de informação sobre recursos de ciência e tecnologia, que é gravíssimo. Fica muito difícil acompanhar os recursos, a execução, fazer os números baterem.

Quanto àquela primeira tabela que mostrei, das políticas, levei dois meses para conseguir achar os dados, porque os dados não estão sistematizados e não estão organizados. Você tem que ir fuçando em relatório e tal. Esse é um problema para monitorar e avaliar esses recursos.

Para onde vai o dinheiro do FNDCT, esses aproximadamente R$3 bi por ano?

Uma boa parte, que é R$2 bi, vai para projetos de pesquisa em universidades, em instituições de pesquisa. Faz parte, ou seja, qualquer país desenvolvido precisa financiar a sua ciência, e basicamente o FNDCT acaba funcionando para isso, para financiar a ciência.

Desses R$2 bi, que financiam a pesquisa em universidades e instituições de pesquisa, uma parte significativa, no período recente, até 2014, 2015, foi para o Ciência sem Fronteiras. Então, o Ciência sem Fronteiras, também. É aquela coisa, o Orçamento do FNDCT estava diminuindo, cria-se um programa novo, que é o Ciência sem Fronteiras. Como se vai financiar? Pega-se o dinheiro do FNDCT para financiar esse novo programa. Então, se acaba de novo utilizando o FNDCT, para tapar os buracos de programas que se quer fazer, e não se tem fundo orçamentário para fazer.

E R$367 bi são para financiar a infraestrutura de ciência e tecnologia: para laboratório, construir laboratórios nas universidades brasileiras, nas instituições de pesquisa, para isso.

Desse dinheiro, desse restante desses R$2 bi, em pesquisa em universidades e instituições de pesquisa, há um programa que foi perdendo espaço um pouco, nos últimos anos, mas que era interessante e que financiava projetos conjuntos entre universidades e empresas, que se chamavam projetos cooperativos. Era muito significativo nos Fundos Setoriais, no início, depois foi perdendo um pouco de importância.

Então, dentro desses R$2 bi, há esses projetos cooperativos também.

Então, foram R$2 bi para pesquisa em universidades, que incluem essas coisas que falei.

Há R$300 milhões, que vão para a equalização das taxas de juros. Quer dizer, a Finep, quando faz o crédito subsidiado, capta uma determinada taxa de juros e empresta a uma taxa menor. Essa diferença tem que ser equalizada. Há um custo para o Governo, para o Estado, e o custo sai de dentro do FNDCT, que são esses R$300 milhões por ano.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Não deveriam sair...

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Pois é, talvez não. Desde o início sai daí.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Sai do Tesouro?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Sai do Tesouro. Aqui sai do recurso dos Fundos.

Subvenção para as empresas, que foi uma coisa instituída a partir da Lei de Inovação, de 2004: também é financiada pelos Fundos. Os Fundos Setoriais financiam essa subvenção.

E uma parte vai para as instituições de pesquisa do MCT, que também antes era Fonte 100, era orçamento público, e começa a haver uma parcela de recurso do FNDCT para isso.

Então, é disto que estamos falando: quando se avaliam os projetos do CNPq, tem-se que levar em conta que uma parte do CNPq é só equalização.

O que a gente avaliou, quando fez a avaliação do FNDCT lá em 2008, entre 2008 e 2010, foram basicamente esses R$2 bilhões de projetos de pesquisa em universidade – na época, não havia o Ciência sem Fronteiras – e a subvenção para as empresas. O programa de crédito a gente também avaliou.

Vou mostrar alguns resultados para vocês.

Isso aqui é um pouco só para se ter uma ideia da subvenção. Quando eu estava no Ministério da Ciência e Tecnologia, produzi esse dado, lá na Assessoria de Acompanhamento e Avaliação. Esse dado deixou de ser produzido, nunca mais foi atualizado e não está mais na página do Ministério, o que é uma pena, porque mostrava lá o valor – aqui é tudo valor empenhado –, mostrava o valor do orçamento do FNDCT para subvenção, o número de empresas apoiadas, enfim.

Uma das perguntas sobre quantos são os projetos. No caso da subvenção, foram 428 empresas apoiadas em 2011, por exemplo, com aquele valor lá de R$200, R$300 milhões. Então uma coisa já salta aos olhos também: são projetos de pequeno valor de um modo geral.

Aqui é o crédito, como eu estava falando, o crédito para inovação. O último dado que eu tinha lá atrás era de 2012, quando ainda o BNDES desembolsava mais. O BNDES, em 2012, desembolsou R$2,2 bilhões para crédito para inovação, e a Finep R$1,8 bilhão. O volume de crédito da Finep cresceu bastante. Em 2014, a Finep fechou com contratações de R$8,7 bilhões de contratação e desembolso de mais de R$4,5 bilhões.

Por que o número é diferente? Porque você contrata em um ano e vai desembolsando ao longo do período, então o número de contratação é maior.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. *Fora do microfone*.) – Não tem o dado?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Não tem. Quando eu fiz essa tabela – no ano passado – ainda não tinha o relatório do BNDES para 2014, por isso não está aí. Eu já achei o da Finep, mas não achei o outro. Mas ele ficou mais ou menos estável; pelo que eu sei, não houve nenhum crescimento muito substantivo do crédito para inovação no BNDES. Esse crédito da Finep é equalizado via FNDCT também.

Bom, para onde vai? A subvenção é um programa que vai muito para empresas pequenas. O crédito, por definição, vai para empresas maiores, mais estruturadas. Então, aqui, você vê, por tamanho da empresa, que a maioria dos recursos vai para empresas de grande porte.

O que temos de avaliação de impacto até o momento do FNDCT? Primeiro, uma coisa que saltou aos olhos, quando fomos fazer a avaliação, é a excessiva fragmentação dos fundos. Quer dizer, você tem lá aqueles R$2 bilhões, R$3 bilhões dos fundos setoriais, tirando aquela parte que vai para a equalização, a parte que vai para projetos de pesquisa, mesmo em universidades, ou em universidades em parceria com empresas, ou diretamente para empresas, você tem um valor contratado pequeno para um número de projetos sempre muito grande. Então o número de projetos aí está na linha. Você vê que tem ano que são 2 mil projetos, 4 mil projetos apoiados, e um valor contratado relativamente baixo, R$1,5 bilhão, R$750 milhões, e tal.

Esse aqui não é o conjunto dos fundos setoriais. O dado total é aquele; esse aqui é o que conseguimos de informação para fazer a avaliação no momento em que fizemos, mas que já é uma boa amostra do que é o total.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso aí até 2008?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Até 2008, só que a avaliação que o Ipea fez dos fundos setoriais, a pedido do MCT, foi feita entre 2008 e 2010. Então só tínhamos esses dados até 2008.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dados de 2015, nada?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Nada, nada. Não foi atualizada essa avaliação, e ninguém mais – até onde eu sei – fez uma nova avaliação dos fundos setoriais. Mas os resultados não mudaram. O cenário dos fundos setoriais não mudou. Do ponto de vista de ser fragmentado, continua sendo fragmentado. Então você tem um valor médio de projetos dos fundos setoriais de R$2 milhões ou R$3 milhões. São projetos muito pequenos para você fazer ciência e tecnologia de ponta de modo geral.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Essa fragmentação é ausência de marco legal para definir que projetos apoiar e fica muito subjetivo por parte de quem responde pela agência? Como é isso? Qual é a sua impressão?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu acho é falta de incentivo estratégico mesmo, de de foco. Então o que você acaba fazendo? Quais são os incentivos do Poder Público ao despender esse recurso? Quando você fragmenta, você atende a um maior número de pessoas. Então, você consegue atender a todas as universidades, a todos os departamentos. Você acaba não priorizando ações específicas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E aí não há uma legislação específica de como apoiar, de como incentivar ou como aplicar os recursos.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Pode ser legislação ou pode ser a própria cultura da gente de como aplicar. Não sei se necessariamente seria uma legislação. Talvez os próprios mecanismos. Às vezes, é uma coisa mais de desenho da política do que lei necessariamente, acho. Pode ser uma coisa até de desenho de implementação da política, que é posterior à lei infralegal, inclusive. Às vezes, não é nem uma coisa legal. Esse é um grande problema. É muito fragmentado.

Um segundo grande problema é que dado que o objetivo dos fundos setoriais, lá no início de sua criação, era promover a interação universidade-empresa, você tem ainda uma baixa participação de empresas como beneficiárias. Então, na avaliação que a gente fez isso varia, está na casa de 30%, novamente e infelizmente até 2008.

Boa parte dessas empresas que são apoiadas pelo FNDCT, foram mil e poucas empresas que a gente achou no período de avaliação, 500 empresas eram intervenientes naqueles projetos cooperativos; havia uma parte das empresas que eram reembolsáveis, que é o crédito. Esse número de empresas no crédito cresceu enormemente até 2014. Depois, eu acho que diminuiu novamente. Subvenção, 380 empresas. E aí há empresas que tiveram mais de uma modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Fernanda, só uma pergunta. Por que não se tem esses dados mais atualizados, pelo menos até 2014? O que foi que houve que se abandonou esse trabalho de levantamento?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – O que aconteceu foi que nós tivemos acesso a esses dados para fazer esse estudo de avaliação. O MCT, infelizmente, não dispõe de um sistema de monitoramento e avaliação capaz de sistematizar esses dados ao longo do tempo e de atualizá-los com esses recortes que a gente fez. É possível fazer? É.

Quando eu estava no Ministério, a gente tentou criar uma política de monitoramento e avaliação que conseguisse minimamente atualizar algumas dessas informações, mas há algumas dificuldades enormes de informação não ser compatível...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não tem pessoal para isso...

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Não tem pessoal para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Porque a senhora falou que em 2012 foram R$25 bilhões.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sendo que para o INDCT foram R$18 bilhões. Mas isso em 2012.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Esse dado teria mais atual. Quando eu fiz essa tabela...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em 2015, por exemplo, qual teria sido o valor?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Não cresceu muito de 2012 para cá. O que tem atualizado no Ministério da Ciência e Tecnologia, no *site*, é até 2014 só. Não tem para 2015. Mas o orçamento ficou relativamente estável. Não chegou a R$30; R$18 bilhões, não chegou a 20 e poucos bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas por quê? Diminuíram as contribuições, as origens?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Não. Há uma eterna discussão entre o MCT e o Ministério da Fazenda sobre a arrecadação dos fundos setoriais. Diminuiu a arrecadação do Governo Federal de modo geral, então, possivelmente diminuiu nesse período referente à arrecadação dos fundos setoriais...

(Soa a campainha.)

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Estou estourando o meu tempo, não é?

Houve, sim, uma diminuição de arrecadação. Mas há uma discussão entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o da Fazenda sobre qual é efetivamente o valor arrecadado. O Ministério da Ciência e Tecnologia sempre calcula um valor de arrecadação maior do que o Ministério da Fazenda. Mas aí é uma discussão de como se calcula e como se afere esse número.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, para nós entendermos bem. Então, nós não temos ultimamente um setor encarregado de manter a atualização sobre isso?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Não. E os números estão muito dispersos. Então, uma parte desses números estão na Finep, uma parte dos números no CNPq, uma parte no MCT propriamente dito. Você tem uma coordenação de indicadores no Ministério da Ciência e Tecnologia que provê algumas das informações. Por exemplo, o orçamento total. Quanto é Estado, Governo Federal. Aquelas primeiras tabelas que eu mostrei, que são as mais atualizadas, isso está lá dentro do *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia, que é basicamente abrir o Orçamento público, abrir o Siafi.

Agora, essas avaliações, como número de empresas apoiadas, para onde foi, porte de empresa, não existe um sistema que atualize essas informações automaticamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas, se buscarmos os dados, eles estão lá.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Se buscarmos os dados, eles estão lá. Dá trabalho para fazer, mas eles estão lá. A questão é que só fizemos essa avaliação nesse período de 2008/2010.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como é que nós podemos fazer para pedir essa atualização?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu não sei se o Ministério da Ciência e Tecnologia teria condições de fazer essas contas. Eu tentei fazer, enquanto eu estava lá, por muito tempo, e faltava pessoal capacitado para olhar os dados, para organizar os dados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas continuam recebendo?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Os dados estão na Finep. Se você pedir, você tem. Só que aí você tem de tratar essas informações. E tratar essas informações não é trivial, não é tão simples de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bom. Prossiga.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Vamos lá. Impacto. O que avaliamos de impacto? Apesar de serem poucas as empresas que são beneficiárias dos fundos setoriais, nós vimos que existem, sim, impactos positivos. Então, a empresa que recebe recursos dos fundos setoriais investe 27% a mais em pesquisa e desenvolvimento do que a empresa que não recebeu, no quarto ano depois do recebimento.

Então, o que fazemos nesse tipo de avaliação de política? Você compara quem é beneficiário com quem não é beneficiário. E você vê: se ao longo do tempo o beneficiário tem um desempenho melhor, você tem algum indício de que a política está fazendo efeito. Isso, conseguimos perceber. Então, esse crescimento dessas colunas é, na verdade, uma boca de jacaré abrindo a diferença entre o beneficiário da política que teve um desempenho melhor do que o não beneficiário.

Há algumas coisas mais gerais que nós identificamos nesse trabalho de avaliação e que continuam existindo do ponto de vista dos fundos setoriais. Os editais são muito vagos. Você não tem objetivos claramente definidos. Então, existe uma falta de foco e de sentido estratégico naquela parcela dos recursos que não está sendo usada para tapar buraco, porque uma parcela de recurso que está sendo usada para tapar buraco é que aí está reduzindo o orçamento Fonte 100 do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, da parte que não é para tapar o buraco, você tem editais muito vagos. Você faz editais para financiar ciência e tecnologia em informática, ou vamos financiar pesquisas na área de saúde. São, de modo geral, muito amplos e sem objetivos concretos. Então, você não consegue usar esse recurso para, por exemplo, fazer um edital para desenvolver a vacina da dengue. Não são específicos dessa forma porque o próprio mecanismo de governança dos Fundos Setoriais não permite isso.

Não há acompanhamento técnico dos projetos e dos resultados mesmo dos fundos setoriais. E eu acho que não tem o Estado Brasileiro capacidade para fazer esse acompanhamento. Por mais que a Finep tenha pessoas qualificadas na área de ciência e tecnologia, acho que não são qualificadas o suficiente para chegar e discutir com o pesquisador lá se a pesquisa de célula-tronco que a pessoa está fazendo está na fronteira ou não está na fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A senhora está dizendo que não tem pessoal qualificado para esse acompanhamento?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu acho que não. A minha avaliação é que não; que não consegue fazer esse tipo de coisa. Não tem sistema de monitoramento e avaliação. Isso, pelos dados que eu mostrei aqui, deu para ver. Quer dizer fomos atrás dessas informações de maneira, enfim, muito ali na mão, na mão, na unha para pegar o dado.

A seleção de projetos precisa estar mais fortemente baseada no mérito. Nesse sentido, o crescimento das ações transversais... Porque as ações transversais foram retirando os recursos dos fundos setoriais e daquela governança que já é frágil na seleção de projetos, que são os comitês que selecionam os projetos. Quando se tira uma parte desses recursos para as ações transversais, coloca-se essa governança ou essa decisão sobre os projetos nas mãos do Ministério de Ciência e Tecnologia unicamente. Nos Estados Unidos, por exemplo, todas essas seleções de projetos têm uma *preview*, têm um processo de seleção muito fortemente baseado no mérito, o que precisa ser aprimorado, acho, nos fundos setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A senhora está no Ipea há quanto tempo?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Desde 2004.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São 12 anos.

Já houve um momento em que funcionava bem melhor ou sempre foi mais ou menos dessa forma, faltando pessoal qualificado, faltando foco, faltando estratégia?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Acho que a constituição dos fundos setoriais foi um avanço do ponto de vista de política científica e tecnológica, mas precisam ser aprimorados no sentido de governança. Acho que sempre foi um pouco assim. Os mecanismos de governança precisam ser aprimorados ao longo do tempo.

Se o senhor me permitir mais 15 minutos, acho que tem algumas propostas que fomos desenvolvendo ao longo do tempo. Quinze minutos é muito, mas cinco minutinhos, senão vou encerrar o tempo de todos aqui.

O nosso P&D público não é voltado a resultados. Se olharmos o investimento em P&D, nos Estados Unidos, por exemplo, 50% é no departamento de defesa, departamento de saúde, departamento de energia, que têm missões específicas: construir a bomba, resolver um problema específico da saúde, investir em energia renovável. Fazemos boa parte do nosso investimento em P&D em Ministérios transversais cuja missão é fomentar a ciência. O próprio desenho da política parece que não está buscando o resultado. Então, é difícil ter resultado, se você está simplesmente querendo fomentar a ciência sem pensar em resultado. Você não está investindo em ciência e tecnologia para desenvolver vacina, para desenvolver telemedicina para reduzir o custo do SUS. Você não está investindo com objetivos claros e resultados claros.

Não há na Lei nº 8.666 a possibilidade de aquisição de pesquisa e desenvolvimento. Eu estava falando isso para o Sr. Alexandre. Quer dizer, se investe em C&T no Brasil basicamente por subvenção, bolsas, etc, e é preciso mecanismos para se contratar o desenvolvimento de um produto que não existe, mas, se o produto não existe, não se sabe o preço. Então, é preciso mecanismos diferentes, e não é preço fixo, é preciso reembolsar custo do desenvolvimento. É preciso diferentes estratégias que garantam a concorrência, que garantam que o Estado pague mais baixo e que garantam que se possa comprar e desenvolver produtos que não existem e que possam atender as necessidades do País. Posso, por exemplo, contratar uma vacina, contratar o desenvolvimento do KC-390.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Os americanos têm isso?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Os americanos têm isso. Nós nos inspiramos na FAR, Federal Acquisition Regulations dos americanos. Eles têm mil maneiras diferentes de contratar, e maneiras que garantam transparência, etc, mas também que o Estado consiga promover o desenvolvimento de um medicamento, por exemplo.

O que fizemos no Brasil? Fizemos duas coisas. O KC-390 foi contratado da Embraer. A Aeronáutica só conseguiu contratar o KC-390 porque a Embraer é a única produtora de aviões no mercado brasileiro. Na Lei nº 8.666, achamos como conseguir. Mas ficamos dando nó em pingo d´água para fazer uma coisa que deveria ser normal, que deveria ser feita pelo Estado o tempo inteiro. Para os medicamentos, não conseguimos contratar o desenvolvimento deles. E o Ministério da Saúde fez o quê? Contrata do laboratório público, mas, se quero uma inovação, quero que o setor privado, mas se eu quero uma inovação, eu quero que o setor privado esteja fazendo uma inovação. Não quero que o laboratório público esteja desenvolvendo só. Então, você fica tentando arranjar saídas, porque as saídas não estão claras e não estão ali. Então, precisamos pensar nisso.

É preciso diversificar o Sistema de C&T brasileiro. O Sistema de C&T brasileiro é basicamente universidade pública e instituição pública de pesquisa. Precisamos ter mais organizações sociais, mais elementos privados dentro do Sistema de C&T, porque isso vai facilitar a operação desse sistema.

Melhorar o ambiente de negócios para inovação, quer dizer, excessiva burocracia, é sempre muito difícil. O cara que está na universidade não pode abrir uma empresa, não pode voltar para a universidade. Então, você

acaba tolhendo a iniciativa e o empreendedorismo das pessoas, porque o sistema é extremamente burocrático e incentiva as pessoas a ficarem quietas no seu canto, os professores a ficarem lá, dedicação exclusiva, etc.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, isso tudo acontece porque não há um comando eficiente, não há uma autoridade que domine, que seja exigente.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu acho que é isso e eu acho que não há um pouco de sentido estratégico na nossa política de ciência e tecnologia. Acho que tem que ter essas orientações mais claras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Fernanda, é muito útil o que a senhora nos traz aqui, porque é aquilo de que a gente já suspeitava. E é por isso que propusemos, este ano, essa política com relação à investigação tecnológica e científica.

A política pública para ciência e tecnologia no Brasil é ineficiente, é dispersiva, não tem foco, como disse a senhora há pouco. Isso é uma realidade e que nós precisamos mudar. É isso.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – É, eu acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado por sua sinceridade.

Então, eminentes...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu vou ter que me retirar porque está havendo uma sessão no plenário do Senado Federal sobre a ratificação do acordo que o Brasil subscreveu na COP 21.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – E eu sou Relator da Comissão de Mudanças Climáticas e vou ter que me retirar.

Mas pediria que V. Exª subscrevesse o requerimento que já apresentei à Mesa para convocação do Ministro das Comunicações, Sr. André Figueiredo, e do Diretor Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. João Rezende, sobre o despacho do Superintendente de Relações com os Consumidores da Anatel, que foi publicado no dia 18 de abril, que determinou, cautelarmente, que as empresas de banda larga fixa de internet abstenham-se de adotar, no âmbito das ofertas comerciais de serviço de comunicação multimídia, banda larga fixa, práticas de redução de velocidade ou suspensão do serviço ou cobrança de tráfico excedente após o esgotamento da franquia, até o cumprimento cumulativo das condições que elenca, observado, neste caso, o prazo de 90 dias da publicação do ato da Superintendência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Fernando Bezerra, já tinha visto o seu requerimento, estou subscrevendo neste momento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E nós já temos audiência pública marcada para terça-feira que vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos tratar dessa questão que vem preocupando meio mundo, vem sendo objeto de notícias, de comentários, de cobranças. Vamos tratar disso na semana que vem.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Apenas uma breve palavra sobre a exposição da Diretora do Ipea, Drª Fernanda de Negri.

Eu sou Relator, no âmbito da Comissão de Infraestrutura e da Comissão de Assuntos Econômicos, da lei de licitações. E gostei muito dessas sugestões que foram aqui trazidas visando o aperfeiçoamento na lei de licitações, para que a gente possa...

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Obrigada.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... estimular, incentivar e promover a inovação no nosso País.

Já pedi todo o material que a senhora trouxe na exposição para que possa servir de base para o nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria registrar, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José, saudando também o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Muito obrigado.

Eu queria também, Excelência, subscrever o referido ofício, porque é tão grave essa situação.

Parabenizo V. Exª pela audiência pública que vamos fazer na semana que vem a respeito desse tema. Aliás, estou discutindo a possibilidade de abrir uma CPI com relação a essas atitudes da Anatel. Essas questões não podem passar em branco.

Portanto, cumprimento V. Exª e quero subscrever essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

Depois de termos ouvido a Drª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea, vamos ao Dr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, Titular da 1 ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União – Secex Desenvolvimento/TCU

Dr. Alexandre, bom dia.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Bom dia, Senador.

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade e o convite em nome do TCU para podermos discutir um assunto tão relevante para o País.

Já conversei com a Drª Fernanda sobre o FNDCT em algumas oportunidades e espero poder trazer alguns elementos para contribuir com as avaliações que são feitas nesta Comissão.

Acho importante estabelecer alguns conceitos entre o FNDCT e os fundos setoriais. Eles em algum momento se confundem. Os fundos setoriais não se constituem fundos propriamente ditos. São fontes de recursos que têm aplicação vinculada e foram criados nos anos 90, como disse a Drª Fernanda.

As receitas do fundo se constituem fonte de recursos do FNDCT; este sim é um fundo com conselho diretor, com estrutura. Os investimentos dos fundos setoriais são realizados por meio de ações inseridas no orçamento do FNDCT. Então, dentro do FNDCT há ações específicas para o CT-Petro, para o CT-Energ, mas eles não têm um orçamento, uma unidade orçamentária específica.

Originalmente, as receitas dos fundos deveriam ser aplicadas exclusivamente em projetos de interesse dos setores a que eles se vinculam. Isso é interessante porque o conceito original foi modificado, Senador. Inicialmente, todas as receitas dos fundos setoriais eram aplicadas em projetos das suas áreas. Com a mudança que ocorreu ao longo desses 15 anos de operação dos fundos, foram feitas desvinculações. Então, os fundos arrecadam muitos recursos e parte deles são utilizados para fomentar outras modalidades de investimentos diferentes daqueles aos quais os fundos estão vinculados.

O CT-Petro é o exemplo mais interessante. Ele é o maior arrecadador de receitas dos fundos setoriais em função dos *royalties* do petróleo. Ele arrecadava nos últimos cinco anos, se não me engano, em torno de R$1 bilhão e só menos de 10% eram aplicados em projetos específicos da área de petróleo. O restante desses recursos, em decorrência de desvinculações legalmente autorizadas, é aplicado em outras modalidades.

Por exemplo, o CT-Petro pode alimentar os empréstimos que a Finep faz numa modalidade reembolsável, subvenção econômica, equalização de taxa de juros, e outras modalidades de investimentos que o fundo ampara.

Eu trouxe alguns dados de arrecadação baseados nos trabalhos do TCU para se ter uma ideia do que a Fernanda falou, ou seja, que a legislação dos fundos setoriais do ponto de vista da finalidade, que era criar uma fonte estável e crescente de recurso para a ciência e tecnologia, atingiu esse objetivo.

Se a gente observar esse período de 2004 a 2015, que é o recorte que nós fizemos, em 2004, era 1,4 bilhão arrecadado. Esses dados foram fornecidos pelo MCTI. A gente observa a linha crescente, chegando a um pico de 4,7 bilhões, em 2014, e reduziu um pouquinho no ano passado, 2015, mas há uma certa estabilidade, em torno de 4,5, o que é bastante dinheiro, muito dinheiro para ser aplicado em ciência e tecnologia.

O gráfico seguinte mostra a evolução do orçamento do FNDCT. Os dados são um pouquinho diferentes dos dados apresentados pela Drª Fernanda, porque aqui incluí também, naquela coluna vermelha, os dados que vão para outra unidade orçamentária, que são recursos sob supervisão do FNDCT, que não é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Essa unidade é vinculada ao Ministério da Fazenda, mas também são recursos repassados à Finep para empréstimos às empresas que investem em inovação, empréstimos subsidiados com juros menores, com outro mecanismo do FNDCT, que é equalização...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só uma perguntinha, doutor.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A Drª Fernanda falou, há pouco, em dados até 2012, por aí. Os senhores têm dados até 2015?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Senador, estive ontem no Ministério para recolher outros dados, e eles têm um documento que ainda está sendo elaborado, que não está oficial no *site* do Ministério, que tinha essas informações sobre arrecadação e orçamento.

Quanto aos dados do orçamento, o tribunal tem outras fontes de consulta. A gente usa muito o Siafi. E tive como coletar essa parte. É importante esclarecer, Senador, que esse dado é dotação autorizada. Isso é o que foi aprovado no orçamento. Não é orçamento executado. Isso é só autorização em tese do que poderia ser gasto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Desculpe, doutor. O Ministério não tinha essa informação atualizada?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Não. O Ministério tem vários dados de... Não está publicada no *site* essa evolução da forma como apresentei nesse gráfico. Eu estive lá recentemente, ontem e na semana passada, para colher os dados de arrecadação. Nós do tribunal não tínhamos esse dado, porque as fontes dos fundos são variadas. Então, dentro do Tesouro Nacional, teria que somar cada fonte de recurso em um período para chegar a um total...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Estão fazendo, até porque eles estão preparando um documento de avaliação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, os senhores têm a arrecadação, mas não têm a distribuição?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Nós temos outros dados, que vou apresentar mais à frente, também baseados em informações fornecidas pelo Ministério.

Então, só para contextualizar, o orçamento, de certa forma, refletiu o que foi a arrecadação, apesar de que o orçamento aí não trata só de recursos dos fundos setoriais. A fonte de recursos do FNDCT, como o senhor bem lembrou, mencionou no começo, Senador, tem retorno de empréstimo da Finep e também da Fonte 100 do Tesouro Nacional.

Atuação do Tribunal de Contas da União. Nós já fizemos cerca de cinco trabalhos. Esses são os mais relevantes. Nos três primeiros não vou me alongar porque são trabalhos para conhecimento dos fundos e eram para levantar informações.

Em 2013, 2014, nós realizamos trabalhos mais voltados para a gestão dos fundos, que têm mais a ver com o interesse do que será debatido este ano pela Comissão.

Essa auditoria operacional tinha por objetivo identificar como são realizados resultados e avaliação de impacto do fundo. Isso é interessante, porque a Lei nº 11.540, que reestruturou o FNDCT, criou esse dispositivo legal, porque os resultados do fundo deveriam ser a o cumprimento da lei.

Principais constatações. Foram várias. Eu vou citar apenas três. Dispersão das informações relativas aos investimentos realizados com recursos do FNDCT. A Drª Fernanda lembrou bem – e isso é uma conclusão que temos em comum – que as informações sobre o FNDCT estão espalhadas em vários *sites* do Governo Federal. Parte está no MCTI, que tem informações sobre ações verticais, que são essas ações específicas dos fundos setoriais – CT-Petro, CT-Energ, CT-Saúde –, as ações transversais.

A parte de subvenção econômica, de empréstimos para empresas está no *site* da Finep, e a parte de bolsas, no CNPq. E nós no Tribunal entendíamos, durante a auditoria, que para efeito de transparência, essas informações deveriam estar todas consolidadas num lugar, para que o cidadão, os órgãos de controle, o Congresso Nacional pudessem ter uma visão global do FNDCT.

Deveria ter. Não, elas estavam dispersas, e cada uma num lugar, como a Drª Fernanda disse. E isso dificulta muito a transparência dos investimentos do fundo e avaliações também de resultado.

Constatamos, ainda, a inexistência de políticas e diretrizes específicas para a utilização dos recursos do FNDCT. Esse ponto é muito importante também, porque a lei que reestruturou o fundo também trouxe como inovação a obrigação de que o Conselho Diretor estabelecesse um documento de políticas e diretrizes específicas para aplicação dos recursos do FNDCT.

E, aí, Senador, naquela linha do que a Fernanda colocou, de que é preciso ter foco para os investimentos, para que se possam avaliar resultados. É preciso saber onde se quer chegar para assim poder avaliar o resultado da política pública.

Esses documentos, pela lei, devem estar em sintonia com a Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a Política Nacional de Desenvolvimento Industrial, e não tinham sido elaborados até...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só uma curiosidade, desde logo.

Não há nenhuma cominação legal para esse desleixo, Doutor?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Senador, na verdade, assim, na lei, especificamente, do FNDCT, não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não há?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Não há.

No Regimento e na Lei Orgânica do TCU há a possibilidade.

A partir do momento em que o Tribunal determina que sejam realizadas as avaliações ou que há um comando legal que exija o cumprimento no caso da elaboração dessas políticas, o não cumprimento pode ensejar aos gestores do MCTI multas e eventualmente débitos, se houver aplicação indevida de recursos.

E nós, no Tribunal, o procedimento na maioria dos casos é que nós fazemos a determinação para o cumprimento daquilo que não está sendo realizado e, se houver uma insistência no descumprimento, o Tribunal pode aplicar sanções previstas na sua Lei Orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas até hoje nunca aplicou?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Não em processos específicos do FNDCT. Em outros de Ciência e Tecnologia, sim, já houve proposta de penalidade.

Outra coisa que nós constatamos e que nos causou maior surpresa foi a ausência de avaliações de resultados de impacto, porque a auditoria foi realizada em 2013, a lei é desde 2007, e ela ainda não existia. Existiam avaliações pontuais. Como eu expliquei para os senhores, o fundo tem várias modalidades de aplicação. O que foi executado pelo Ipea com o Cedeplar e a UFMG foi uma possibilidade de avaliação. Não foi feita com a finalidade de atender a lei, foi uma demanda do Ministério.

Há outras avaliações do programa de subvenção feitas pela Finep, mas nada para atender na forma prevista na lei, que era uma avaliação de resultados global do FNDCT, que pudesse mostrar quais resultados estão sendo atingidos.

Por conta dessa auditoria, foram feitas essas determinações, algumas. Eu resumi, porque são muitas, algumas não são tão relevantes quanto essas.

Então, o Tribunal determinou que fossem publicadas as políticas e diretrizes para aplicação dos recursos do fundo, fosse desenvolvido um modelo de avaliação global do FNDCT que contemplasse métodos, indicadores e informações para avaliar os resultados de cada modalidade de investimento. Isso porque, conforme expliquei, o fundo trabalha com investimentos diferentes – bolsas de estudo, projetos de pesquisa, financiamento para empresas, subvenção econômica, que é fundo perdido.

Então, não há como a gente entender o argumento dos gestores de que não poderia haver uma metodologia única, mas é possível construir um modelo de avaliação que contemple métodos para cada modalidade de investimento.

E o Tribunal, considerando a complexidade desse procedimento, deu um ano para que a Finep e o Ministério montassem esse modelo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa auditoria operacional é de 2013?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – De 2013, e o Acórdão foi...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aí se concedeu um ano?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Um ano.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Terminou em 2014?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Em 2014, isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós estamos em 2016.

Os senhores foram lá para conferir de novo, para ver se foi feita alguma coisa?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Fomos.

O Tribunal... Quando o Acórdão sai, a gente abre um outro processo, que é chamado de monitoramento, para acompanhar as implementações.

O Ministério pediu uma prorrogação de mais alguns meses, se não me engano, seis meses. E, no final do ano passado, na metade do ano passado, se não me engano, eles encaminharam essas informações que nós solicitamos. Inclusive, a primeira é a avaliação de resultado referente ao exercício de 2013.

Esses documentos estão autuados no Tribunal e estão em fase de análise, para se verificar se eles atendem. Assim que tivermos o Acórdão, será encaminhado para a Comissão, para que V. Exª possa examiná-los também.

Nós também, Senador, determinamos que fosse criado um portal específico para todas essas informações relativas ao FNDCT. Conforme dissemos anteriormente, uma das constatações foi essa dispersão de informações em vários *sites*. Então, entendemos que elas deveriam ser aglutinadas em um único *site*.

O Ministério fez isso. Ainda é uma iniciativa tímida, mas hoje as pessoas, o cidadão, se entrar no portal do MCTI, há uma página específica do FNDCT já com algumas informações que não estavam lá antes, como

subvenção econômica e equalização de taxas de juros. Antigamente, o Ministério só botava parte dos projetos das ações verticais e transversais.

Em 2004, fizemos uma outra auditoria, com informações que colhemos na auditoria de 2013. Durante as entrevistas, na verdade, nós fomos informados de que o FNDCT poderia estar sendo usado para custear ações típicas de outros órgãos da área de CTI, que é mais ou menos na linha do que a Fernanda comentou, daquela redução ou estabilização do orçamento da área de CTI.

Como o Ministério tem um fundo, ações que antigamente eram custadas pelo CNPq, pelo próprio Ministério foram sendo inseridas lá dento do FNDCT, porque ele tinha um volume de recursos muito grande. Isso, no nosso entendimento, causava um prejuízo para as ações típicas de ciência e tecnologia, porque eram ações que já eram fomentadas com Fonte 100, inclusive a nacional, e que agora estavam sendo custeadas com recursos dos fundos setoriais.

O que nós constatamos? Uma redução da participação... O dado é um pouquinho diferente do dado da Fernanda, porque aqui usamos um critério diferente. Aqui nós excluímos alguns grupos de despesa com pessoal.

E vimos que o orçamento global das unidades orçamentárias da área de ciência e tecnologia, no período de 2004 – o nosso recorte foi 2004 a 2013 –, houve uma redução de 0,9 para 0,8 do total do Orçamento Geral da União.

Quer dizer, apesar daquele gráfico, que mostrei, com o crescimento da arrecadação dos fundos setoriais, como a Fernanda também colocou, não houve um ganho que se esperava para a área de ciência e tecnologia, em função, em parte, desses problemas que detectamos.

Nós verificamos que, dentro do FNDCT, havia basicamente dois grandes grupos de despesas, que estavam, no nosso entendimento... que não poderiam... que não tinham afinidade com a Lei do FNDCT.

Ausência de critérios para financiamento do Programa Ciência sem Fronteiras. O Ciência sem Fronteiras é um programa de... que pode ser considerado, em sentido amplo, como um investimento em ciência e tecnologia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Com muita boa vontade, não é? Com muita boa vontade.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Muita boa vontade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – São estudantes de curso de graduação que interrompem, durante certo tempo, seu curso de graduação aqui e vão para o exterior, muitas vezes sem dominar a língua do país para onde vão.

Desculpe-me a interrupção, se fossem – digamos – programas que financiassem doutoramento em universidades estrangeiras, que agregassem realmente conhecimento novo, tudo bem. Com enorme boa vontade se poderia considerar que o Programa Ciência sem Fronteiras é um programa de ciência e tecnologia, na minha opinião modestíssima.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – De certa forma, Senador, é a opinião que nós compartilhamos, porque, dentro do... Se os senhores tiverem a oportunidade de acessar o relatório completo, que é mais detalhado...

Nós constatamos isso, que grande parte era para graduação, e nós entendemos que o apoio a desenvolvimento, pesquisa e inovação deveria ser voltado para bolsas que pudessem ter essa correção, sem dúvida.

Aí a gente determinou que o Ministério só coloque recursos no FNDCT para o Ciência sem Fronteiras se houver uma autorização do conselho diretor e que haja esse vínculo: Quais são as bolsas, que modalidades e qual a relação que elas têm com o desenvolvimento e com os objetivos do FNDCT.

O Programa Ciência sem Fronteiras é de 2011. Ele começou a entrar no FNDCT em 2013, se não me engano com R$300 milhões ou R$400 milhões, e chegou em 2015 a R$1 bilhão. Isso representa quase 25% do orçamento do fundo. Então você imagina o comprometimento que pode haver com os investimentos nas outras modalidades.

Outra coisa que constatamos foi a inclusão de ações para custear gastos com contratos de gestão. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem cinco ou seis contratos de gestão, com Embrapii, com CGE, com RNP e outros, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que são organizações sociais, vinculadas ao MCT.

Dentro desses contratos, Senadora, há uma parcela grande de recursos que é para custeio dessas entidades: salários, aluguéis. E como o FNDCT estava custeando parte desses recursos, nós entendemos que isso não era ciência e tecnologia, não estava claro. Essas organizações sociais até executam projetos vinculados na área de ciência e tecnologia específicos, mas no orçamento você não tem como fazer essa distinção.

Então, nós determinamos, em seguida vêm as determinações que foram proferidas no Acórdão nº 500, de 2015, que somente pudessem ser incluídas no orçamento do FNDCT ações para custear despesas vinculadas a contrato de gestão quando essas ações especificassem o projeto. O que vai ser desenvolvido, com que finalidade, em quanto tempo. E aí sim cada projeto específico, custeio geral, parte de pessoal, de despesas operacionais.

Nós também determinamos que, naquilo que o Senador Aloysio colocou, só fossem colocadas bolsas de estudo no FNDCT que tivessem vínculo com a finalidade do fundo, pesquisa, desenvolvimento e inovação. E não há uma lei que obrigue isso, mas é razoável, que os recursos dos fundos setoriais e suas respectivas fontes fossem utilizadas exclusivamente e integralmente para elaboração das propostas do FNDCT, porque parte dos recursos dos fundos setoriais também estavam alimentando uma outra unidade orçamentária, que é aquela que passa recursos para empréstimo pela Finep. E ela anteriormente era financiada só com fonte saindo do Tesouro. E por uma questão de gestão ou por excesso de arrecadação, não excesso, mas volume de arrecadação dos fundos setoriais, eles passaram a contribuir para isso também, que anteriormente não contribuíam. E todo o recurso dos fundos setoriais no nosso entendimento que saem da finalidade básica, que passam para atender outras despesas, no modo de ver da equipe de auditoria que foi acatada pelo plenário do Tribunal, deixa de ser aplicado em ciência e tecnologia na forma original.

Eu tenho outras tabelas que consegui pegar no Ministério, não sei se vale a pena agora, Senador, eu já mostrar, ou deixar para eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós deixamos algumas perguntas e eu não sei se o senhor já poderia nos responder.

Por exemplo, qual é o valor total anual aprovado e valor liberado por cada um dos fundos?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Eu tenho uns dados aqui. Os fundos são muitos.

Execução acumulada 2011/2015. Esses dados foram fornecidos ontem pelo Ministério. Nós trabalhamos a tarde toda e começo da noite para tentar enquadrá-los numa forma que pudesse atender essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agradecemos a sua vinda aqui preparado.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Obrigado, Senador.

Então, os fundos hoje. Eles estão listados na primeira coluna. A arrecadação deles no período de 2011 a 2015.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Repare que o CT-Petro, como eu tinha dito anteriormente, é o maior fomentador dos fundos setoriais – isso em milhões de reais. Então, são 6,364 bilhões, no período de 2011 a 2015.

A LOA passou para o fundo setorial do petróleo 565 milhões. Reserva de contingência no período foi só no exercício de 2011: foram 311 milhões.

O orçamento autorizado, 539. Orçamento executado, 248. Esse orçamento executado é despesa liquidada. Não foi sequer o efetivamente pago, porque esse dado precisa ser depurado, porque há restos a pagar, é um dado que precisamos de mais tempo para ter o valor exato.

Agora, no CT-Petro, seria 45% de execução do orçamento.

De alguns fundos, se nós separarmos a arrecadação e o valor que vai para orçamento, para a LOA no período, é aquilo que eu estava explicando anteriormente, o valor é muito menor. Arrecadaram-se 546 milhões com o CT-Aeronáutico; para os orçamentos nesse período, 161 milhões.

Isso em parte se explica por aquela desvinculação de receitas dos fundos setoriais para alimentar outras áreas que não estão associadas diretamente com o setor específico do fundo, e também, eu diria, pela minha experiência nas auditorias que eu fiz, por uma dificuldade de gestão para executar o volume de recursos que chegam para a Finep e para o CNPq, que são os dois principais executores dos fundos setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, para fixar bem, o contingenciamento de recursos no ano de 2015, por exemplo...

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Não houve, Senador. Não houve dentro do orçamento do FNDCT. Havia, e isso foi explicado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, um acordo com o Governo de não se contingenciarem recursos na área de ciência e tecnologia. Somente no exercício de 2011 foi feito um contingenciamento, uma reserva de contingência que bloqueou, se não me engano, 600 milhões dos recursos, e foram liberados 300, no ano.

O resto do contingenciamento entra na regra geral. Quando há um decreto do Poder Executivo que limita a emissão de empenho para todos os órgãos, eles sofrem por consequência. Mas um contingenciamento específico para fundos setoriais e para o FNDCT só ocorreu em 2011.

A diferença na execução está, no meu modo de ver – e ainda não fizemos uma auditoria específica para esse dado –, pela dificuldade de execução e pela dispersão dos recursos em outras modalidades de investimentos que não só os fundos setoriais.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em seguida vamos querer ouvir o Senador Aloysio, mas acho que há uma pergunta que já faz um atalho.

Nós constatamos que a política de incentivo à pesquisa, por parte do Governo, é frágil, para dizer pouco.

Agora, eu lhe pergunto: qual é a percepção dos senhores com relação aos principais pontos positivos e negativos na gestão e que precisam ser providenciados para melhorar essa política? Por onde começar?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Senador, no meu modo de ver e falando pelo Tribunal, pelos acórdãos que foram proferidos, é preciso que comecem a ser avaliadas as políticas para que se identifiquem quais são os erros dessas políticas e se possa aperfeiçoá-las.

Obviamente, eu entendo que há necessidade de melhorar as estruturas dos agentes executores, Finep e CNPq. Do ponto de vista dos gestores, por exemplo, há empresas que desistem do processo de subvenção, porque entre o momento em que eles participam do edital para receber o recurso até o recebimento, pode demorar um ano. Isso na área de inovação é muito cruel; é uma área dinâmica.

Esse dado me foi passado pela própria Finep, nos trabalhos que eu realizei lá.

A Finep tem trabalhado para agilizar o procedimento de liberação de recursos e simplificar a burocracia, mas é um problema de fato no nosso País, nós precisamos ajeitar; dar celeridade para a execução dos orçamentos; capacitar os órgãos com recursos humanos e tecnológicos suficientes para que eles possam dar vazão a esse montante que arrecadaram; e garantir que sejam feitas avaliações.

As avaliações o Tribunal considera que são fundamentais, porque a partir das avaliações a sociedade consegue ver o que foi efetivamente feito e o que deixou de ser feito. Como a Fernanda falou, aquele documento, Senador, de políticas e diretrizes, vai dar o foco. Nós determinamos à Finep que elaborasse, que o Conselho Diretor do fundo elaborasse esse documento para que os investimentos não fiquem dispersos, não fiquem com denominações genéricas como apoio à ciência, apoio ao desenvolvimento. É preciso que haja foco no investimento, e quando você determina o objetivo específico, você tem como avaliar o resultado – se foi atingido ou não.

Então, no nosso caso, os pontos positivos são a exigência da legislação de que sejam feitas as avaliações e o volume de recursos que temos hoje para investir; e os negativos são a forma como está sendo implementada a política e a execução dos recursos dos fundos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aquela interação, Dr. Alexandre, que é sucesso em países desenvolvidos, a interação Governo/universidade/empresa, sucesso na Coreia do Sul, no Canadá, na Alemanha, na França, nos Estados Unidos... Se eu lhe pedisse uma nota, para resumir bem, de zero a dez, no Brasil... Qual é o grau de interação que nós temos no Brasil, nessa interação Governo/empresa/universidade?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Eu posso falar... O Tribunal não tem trabalhos específicos com esse tipo de avaliação. Eu posso dar minha opinião pessoal, como auditor, com a experiência que eu tenho, de anos. Eu acho que é tímida e pequena. Seria uma nota...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quanto, mais ou menos?

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Três.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Grau três.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – E eu digo... Peço a gentileza de poder fundamentar minha opinião. É porque a parcela destinada à interação – a Drª Fernanda sabe disso –, no programa do Fundo Verde-Amarelo, é pequena, dentro do montante de orçamento que é aprovado pelo FNDCT e arrecadado pelos fundos setoriais. Isso é uma questão de gestão. A Embrapii, que foi uma organização social criada com essa finalidade de juntar o setor...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pesquisa industrial.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – ...juntar o setor acadêmico com o setor produtivo, ainda está embrionária. Ela foi criada há dois ou três anos.

Então, no Brasil nós não temos essa cultura. Há a vontade, há legislação que trata sobre isso, mas, em termos de implementação, não. É certo, nos países desenvolvidos, que o papel de grande incentivador da pesquisa básica tem de ser do Estado, do governo, porque as empresas só entram num segundo momento, quando já há a possibilidade de aplicação.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Só um comentário em relação a essa sua pergunta.

Há um problema... O Estado é o grande financiador da ciência e tecnologia em qualquer país do mundo. O MIT é uma universidade privada, por exemplo, e reflete um pouco várias universidades americanas. Oitenta por cento do orçamento do MIT é setor público, é recurso do Estado americano.

Qual é a grande diferença entre a forma como a gente investe e eles investem? Eles investem no MIT para desenvolver, resolver problemas específicos. Então, o Ministério da Defesa contrata o MIT para fazer um sistema de sensoriamento de sei lá o quê, de alguma coisa; um sistema de armas tal. O Lincoln Lab, que está dentro do MIT, é responsável por quase metade do orçamento do MIT, e é tudo dinheiro do Ministério da Defesa que está lá.

Então, o Estado é importante para financiar a ciência e tecnologia. O problema é que a gente não tem um bom desenho das nossas políticas. A gente não requer esse resultado que acontece lá. Agora, a gente tem um outro problema aqui, que é na interação universidade/empresa, que acho que é a falta de dinamismo.

Quer dizer, o pesquisador... Estou usando o exemplo americano porque a gente está estudando os Estados Unidos para poder comparar e aprender algumas coisas.

Nos Estados Unidos, a pessoa que é professor do MIT sai do MIT, abre a sua empresa de base tecnológica, cria uma tecnologia nova, vai para o setor privado, abre a sua empresa, a empresa abre falência, ele volta para o MIT. E aí a pessoa vai trabalhar no setor privado. A pessoa volta, vai trabalhar no Estado, vai trabalhar no governo, do outro lado, veste a camisa do setor público. Então, há uma possibilidade que, no caso brasileiro, não tem. É muito mais enrijecida. Em alguma medida, porque o nosso sistema de ciência e tecnologia é todo público. E aí você tem uma série de restrições para o servidor público sair da universidade. O professor da universidade é obrigado a ter dedicação exclusiva, é obrigado a ficar lá dentro. Na verdade, o regime de incentivos que a gente tem é: estimular o indivíduo, dentro da universidade, a ficar sentado na sua sala e não fazer nada, porque se vai tentar fazer alguma coisa com empresa, ele não pode ganhar dinheiro porque é crime. Ele não pode fazer nada com empresa porque é impedido pela lei.

Então, o regime de incentivos que a gente tem... O que estou querendo dizer é: há um problema que é mais profundo que o próprio fundo setorial. É um problema de incentivos e do fato talvez de a gente precisar de um elemento mais privado. Precisa ter mais US, precisa ter instituições de pesquisa privadas que talvez consigam introduzir algum dinamismo no nosso sistema de ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Estou aqui fascinado com esses dois depoimentos e, ao mesmo tempo, profundamente consternado, vendo quanto se perde de oportunidades e como esse sistema está enrolado, mal gerido, com falta de foco, falta de informação, falta de avaliação.

Realmente, essa audiência pública justifica plenamente, Presidente, a escolha desse tema para nos dedicarmos durante esse ano, como objeto de estudo e de proposição da nossa Comissão.

Até gostaria depois de obter, por parte dos nossos convidados, alguma ideia a respeito de eventuais mudanças legislativas, porque nós temos... Foram referidos problemas de gestão. A professora Fernanda De Negri se referiu às regras de licitação. Eu penso que se pudermos obter sugestões efetivas em matéria de legislação, que está mais ao alcance aqui do trabalho da Comissão, seria muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aliás, é um dos objetivos dessa nossa proposta.

E até, Senador Aloysio, V. Exª já está convidado para formatar um projeto de lei com os resultados que vamos colhendo aqui, ao longo dessas audiências.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ficaria muito honrado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Até o final do ano, teremos esse rastreamento a que nos propusemos.

Então, com resultado e até com esse pedido que V. Exª está fazendo agora, poderia nos ajudar preparando um projeto de lei para aprimorarmos, porque o futuro do Brasil depende muito da investigação tecnológica e científica.

Estamos muito atrasados, como foi dito aqui. E todo mundo sabe. Agora, precisamos encontrar meios para revolucionar esse setor.

Pode prosseguir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu penso, inclusive, que essas observações, recomendações do Tribunal de Contas deverão ser objeto de uma atenção mais focada, mais dedicada, mais constante da nossa Comissão, porque frequentemente – não é o caso da nossa Comissão – chegam resultados de diligências, de providências que o Tribunal de Contas da União adotou, que são encaminhadas às Comissões temáticas, e elas simplesmente são objeto de um relatório superficial e mandadas para o arquivo, sem que haja por parte do Legislativo um acompanhamento efetivo do cumprimento das recomendações que emanam do TCU.

Eu queria fazer uma pergunta. Quando se falou da relação entre universidade, Estado e setor privado, o Sr. Alexandre Fuscaldi colocou aí, respondendo à pergunta do Presidente, pegamos assim uma observação geral.

Agora, não seria o caso... Eu perguntaria se não existem diferenciações entre universidades e entre instituições de fomento à pesquisa e à inovação no Brasil que fujam um pouco desse padrão. Por exemplo, refiro-me à Fapesp, em São Paulo. Até onde eu sei, é uma instituição de fomento à pesquisa e à ciência básica e também ao desenvolvimento tecnológico que funciona bem. É a informação que temos. Agora, eu queria ouvir a opinião dos profissionais.

E há universidade e universidade. Algumas são muito mais conservadoras no sentido de serem aferradas a um corporativismo que é avesso a qualquer tipo de mudança, e qualquer iniciativa de conexão com o mundo da economia privada já imediatamente é acusada de tentativa de privatizar a universidade. E aí você mobiliza todo o sindicalismo, que domina, pelo menos, a representação desses funcionários e professores dessa universidade, e as coisas acabam se frustrando. Por outro lado, há universidades também que são mais abertas, inclusive públicas.

Eu gostaria de ter uma opinião, sobretudo da Drª Fernanda de Negri, a respeito dessa diferenciação. Será que é tudo cinza ou há alguma coisa que nós possamos estudar, como paradigmas, bons modelos?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu acho que há. Nós temos vários bons modelos. Eu acho que a Fapesp é, sim, um modelo interessante; e há universidades que são mais abertas de fato, há parcerias com empresas e tal, mas, mesmo assim, você tem um certo arcabouço institucional que limita todas essas instituições.

Por exemplo, sobre a Fapesp – que é o exemplo que o senhor falou – eu estava conversando com o Brito esses dias. Eles começaram lá, na Fapesp, quando não era ainda permitido... A subvenção à empresa, você dar dinheiro para a empresa desenvolver alguma coisa ou fazer uma pesquisa, só foi possível depois da Lei de Inovação de 2004; antes era proibido o Estado dar dinheiro para empresa.

A Fapesp conseguiu fazer um programa de bolsas lá, dando nó na legislação, então conseguiu fazer o programa legal, absolutamente legal, mas conseguiu fazer programas com empresa mesmo antes da Lei de Inovação. Então é um exemplo interessante de que dá para você tentar manejar dentro da legislação maneiras diferentes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ou então alterar a legislação para tornar isso...

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Seria melhor. Quer dizer, alterar esse arcabouço institucional para que nos desse um pouco mais de flexibilidade e que não desse a esse corporativismo dentro da universidade os elementos para barrar o empreendedorismo das pessoas.

O que acontece hoje é que, assim, grande parte dos professores são de dedicação exclusiva, então o incentivo que ele tem é virar professor de dedicação exclusiva, porque é como ele vai ganhar mais. Ele vai ser avaliado, no regime de dedicação exclusiva, pelas publicações que ele faz, etc. E, em sendo dedicação exclusiva, ele não pode ou tem uma limitação de horas de fazer consultorias, de trabalhar para empresas e tal.

Então o que incentivamos é o cara ficar lá quieto. Se ele vai tentar fazer alguma coisa com empresa, para poder transferir o conhecimento, aí passa pelo conselho universitário. Aí tem uma coisa que é legal e tem uma coisa que é cultural mesmo, que, por muitas vezes, pelos próprios conselhos universitários ou pela dor de cotovelo ou sei lá o que, as pessoas limitam as pessoas a fazerem. Mas há experiências interessantes de fazer isso.

Há uma experiência legal, também, da própria Finep, no sentido de agilizar os processos. Antes a Finep analisava os processos de crédito. Era o analista da Finep que lia o projeto da empresa e tentava discuti-lo com ela: "Ah, isso é inovação, isso não é inovação..." Quer dizer, era um grau de subjetividade absurdo. Nós ajudamos a Finep a fazer um *rating*. Assim como há um *rating* de crédito, nós fizemos um *rating* de inovação. Então, você tem um certo indicador objetivo, quantitativo, para agilizar o processo e dar mais transparência ao processo. Aí, o processo que durava seis meses – para você avaliar um projeto – está durando 30 dias, como foi o caso do Finep 30 Dias.

Então, há elementos interessantes dentro da Fapesp, eu acho que dentro da Finep... Há alguns pontos de avanço, mas acho que nós precisamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – ...recolher essas boas práticas e ver como é possível nós estimularmos a sua generalização.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Presidente, infelizmente eu vou ter que me retirar, porque eu tenho agora a instalação da Comissão do *Impeachment*. Eu cheguei tarde, porque estava numa reunião com a Assessoria da nossa Bancada, e vou ter que sair mais cedo, porque tenho a instalação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, antes de V. Exª sair, só para nós votarmos dois requerimentos aqui...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É uma pena.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ....se há concordância.

Um é o requerimento com o objetivo de discutir o limite ao uso dos dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 17, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao RCT n.º 12, 2016, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (RMA n.º 13, de 2016), e a Comissão de Infraestrutura (RCI n.º 22, de 2016 e RCI n.º 25, de 2016), com o objetivo de discutir o limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, a ser implementado pelas operadoras a partir do ano de 2017, com a presença dos seguintes convidados:

1) Dr. Kleber Gomes - Coordenador do subgrupo da Telefonia da Comissão do Direito do Consumidor da OAB/DF;
2) Sr. Rafael Zanatta – pesquisador do Idec.
Autoria: Senador Lasier Martins

Em discussão. (*Pausa.*)

Se não há nenhuma objeção, está aprovado este requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Esse, do Fernando Bezerra. Não há um?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, sim...

E o outro é o requerimento do Senador Fernando Bezerra, que é para trazer aqui o Presidente da Anatel e o Ministro das Comunicações, sobre o mesmo tema.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 16, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, que seja convidado o Ministro das Comunicações, Senhor André Figueiredo, e o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Senhor João Rezende, para prestar esclarecimentos, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sobre o Despacho do Superintendente de Relações com Consumidores da ANATEL, publicado no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2016, que determinou cautelarmente que as empresas de banda larga fixa de internet abstenham-se de adotar, no âmbito das ofertas comerciais do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM (banda larga fixa), práticas de redução de velocidade, suspensão de serviço ou cobrança de tráfego excedente após esgotamento da franquia, até o cumprimento cumulativo das condições que elenca, observado, nesse caso, o prazo de 90 (noventa) dias da publicação de ato da Superintendência que reconheça o cumprimento das condições.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho e outros

Em votação. (*Pausa.*)

Sem objeção, está aprovado o requerimento do Senador Fernando Bezerra.

Senador Cristovam, nosso eminente Presidente desta Comissão até bem pouco tempo, perdemos o seu talento como Presidente, mas não perdemos a sua participação na Comissão, e isto nos estimula muito.

Nós tivemos até agora, Senador Cristovam, a descrição de um quadro de consternação, como disse o Senador Aloysio. Muito longe daquilo que o Brasil precisa. Então, numa das manifestações da Drª Fernanda de Negri, que é do Ipea, ela disse:

> Para fazer pesquisa de ponta, faltam recursos... são escassos; há um direcionamento para um lado que não nos interessa, que é para a pesquisa – não é para lá que está indo –; falta estratégia; falta foco; há uma baixa participação de empresas; faltam profissionais qualificados; e os dados que nos foram trazidos são um pouco velhos. São, principalmente, de 2012.

Já o Dr. Alexandre trouxe algo que ele foi pesquisar durante a tarde toda passada. Ele disse que esteve à procura e que há alguns dados de 2015.

Então, Senador Walter Pinheiro – que é um dos mais assíduos participantes da nossa Comissão –, nesta nossa Comissão, que é a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nós vínhamos nos dedicando muito à parte da comunicação e da internet, mas nós precisamos enfatizar o foco na ciência e tecnologia, que é o nosso futuro. É nisso que nós estamos batendo. Por isso, nós propusemos a nossa política pública da Comissão para este ano. Então, eu gostaria da participação dos senhores nesse setor.

O senhor tem alguma pergunta a fazer? Aqui está a Drª Fernanda De Negri, que é do Ipea, e o Dr. Alexandre Fuscaldi, que é do TCU.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu quero, primeiro, pedir desculpas. São dias muito confusos todos. Também vou ter que correr para a Comissão. Eu sou suplente, mas tenho que estar presente. Eu gostaria de ter estado presente aqui não só para ouvir a situação, mas também para mais uma vez insistir que não adiantará mais recursos se nós não tivermos uma boa educação de base no Brasil.

Nós estamos trabalhando para fazer pesquisa depois de termos jogado fora milhões de grandes talentos que não tiveram a oportunidade de se desenvolver porque não terminaram o ensino médio, terminaram o ensino médio sem qualificação. Eu calculo que, no máximo, 20% dos nossos jovens terminam o ensino médio capaz de lhes permitir entrar no mundo da ciência e da tecnologia com razoável qualificação; no máximo, 20%. Nós jogamos fora 80% dos nossos talentos ao não oferecer uma boa educação de base.

Ao mesmo tempo, eu sei que faltam recursos. Outra coisa que eu queria colocar era saber se os recursos, os poucos que estão aí, são bem usados; essa é a pergunta que eu deixo porque sabemos que faltam recursos, mas os que estão sendo gastos, estão bem gastos ou nós temos desperdícios? O primeiro desperdício: desperdício por falta de foco na área que a gente escolhe da ciência. Nós estamos escolhendo as áreas corretas do ponto de vista do interesse nacional, ou estamos escolhendo as áreas com base na pressão das corporações, de cientista de área b ou c? Então, esse é um ponto que eu queria saber.

Além disso, as nossas universidades estão sendo participantes, como deveriam ser, do processo de criação de ciência e tecnologia, ou elas estão preocupadas basicamente na formação de mão de obra de terceiro grau?

Então, são essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essas questões, Senador, algumas já foram focadas em cheio, outras afloradas um pouco por alto, mas são perguntas que, se nós as repetirmos aqui dez vezes, nunca serão demais, porque é o que nós precisamos tirar a limpo.

Responda, por favor, Drª Fernanda, a pergunta do Senador Cristovam.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Senador, eu acho que o senhor tocou num ponto crucial: o foco, se a gente tem foco. Eu acho que a gente, de fato, tem um problema de foco e de definir prioridades para a política de ciência e tecnologia.

Acho que os recursos são escassos, sim. Acho que boa parte deles cumpre o seu papel. Existem ineficiências? Existem, acho que sempre se vão encontrar ineficiências na aplicação do recurso público. Acho que a gente tem que melhorar muito o desenho do FNDCT, das políticas de ciência e tecnologia – melhorar muito –, e uma das melhoras deve ser justamente nisso, na alta de foco: dizer o que você quer fazer com aquele recurso de ciência e tecnologia. A gente não pode, a gente tem que mudar a lógica. A gente não quer investir em ciência e tecnologia para fomentar a ciência e a tecnologia *per si*, a gente precisa investir em ciência e tecnologia para desenvolver soluções que ajudem o desenvolvimento do País.

Eu já dei esse exemplo dez vezes, vou dar de novo. Para desenvolver a vacina contra zika, para desenvolver soluções de telemedicina que reduzam o custo do SUS, para desenvolver soluções de infraestrutura, soluções para as cidades, enfim, para isso a gente não investe.

Acho que existe um problema de como definir quais são essas prioridades, de definir isso, de definir essas prioridades para aí, sim, poder dar foco para a política. E eu acho que tem um papel muito grande – o senhor não chamou de captura, mas é um pouco isso – a captura desses fundos pelos interesses da academia de simplesmente financiar pesquisa em geral. Quer dizer, você pode usar o recurso público como um sinalizador importante de para onde a academia deve fazer pesquisa. Acho que a gente perde essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Há uma pergunta aqui. Na sua opinião, o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação vai melhorar ou beneficiar o processo de compras de bens e serviços nas ICTs e estimular a contratação de pesquisadores universitários pelas empresas?

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Olha, a análise que a gente fez do código de CTI é que ele avançou em algumas coisas, ele talvez facilitou algumas coisas no processo de gestão das ICTs, sim, mas houve alguns retrocessos também importantes – diversos, não –; enfim, houve algumas coisas que não avançaram tanto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter Pinheiro, homem que sai às 5h da madrugada de Salvador, da Bahia, para chegar aqui esta hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, a gente precisa inclusive desenvolver tecnologia, como a Drª Fernanda falou aqui agora, para coisa muito simples, aplicar na vida, no cotidiano, no dia a dia. Por exemplo: como se facilita um processo de bagagem em aeroporto? Sabe quantas horas meu voo atrasou hoje, em Salvador? Mais de uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A mesma coisa em Porto Alegre ontem, atrasou uma hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sabe por quê? Porque o sujeito não conseguiu fazer com que as malas chegassem no trator para o trator colocar na barriga do avião, como a gente chama. Imagine.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O mesmo defeito, Senador – estamos fugindo um pouquinho, mas tem a ver com ciência e tecnologia –, um defeito que tem o aeroporto de Brasília, que é um belo aeroporto, apontado inclusive como o mais moderno do Brasil; o problema é quando o avião pousa no aeroporto: nunca se sai do avião em menos de meia hora. Quer dizer, é uma perda de tempo.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Hoje, por exemplo, além desse atraso em Salvador, a gente ficar mais de uma hora esperando, e o piloto dizendo: "Lamentavelmente, eu vou dar essa notícia", aí, quando nós chegamos aqui, nós ficamos mais uns 15 minutos aguardando um lugar para o avião ter um *finger* para encostar, e, no *finger* que nós encostamos, ainda fizeram um verdadeiro improviso: botaram aquela fitinha no meio com os pilares porque, no lugar onde a gente estava desembarcando, estava embarcando gente. Então o corredor foi transformado, porque tem uma escada lateral.

Estou falando muito isso porque ela citou uma coisa muito importante de como a gente pega, às vezes, pesquisas dessas que aplicam ao dia a dia, um negócio que eu chamo muito, Drª Fernanda, que é o que bate na pele das pessoas.

É importante a gente investir na pesquisa, por exemplo, da cadeia do Alzheimer. Fundamental. Aliás, até um brasileiro está fazendo isso inclusive na Alemanha, coincidentemente um baiano. Cláudio Juazeiro está trabalhando nessa pesquisa, um pesquisador que saiu da Bahia ainda muito jovem, foi para San Diego, na Califórnia, virou pesquisador do Novartis, chegou à conclusão de que no Novartis ele ia se preocupar só com pesquisa para medicamento, ele achava que ia contribuir pouco, porque iria ficar só no mercado.

Ele saiu da Novartis, foi para o Instituto Scripps e agora foi chamado para a Alemanha, porque é um dos cientistas envolvidos em tentar chegar à cadeia do Alzheimer. É fundamental isso, para recuperar vidas e tal. Agora, há não sei quantos milhares e milhares de jovens, de pessoas que podiam estar desenvolvendo coisas como essa.

Eu falei dessa questão da bagagem, meu caro Presidente, porque há na Bahia, inclusive, no Cimatec, um centro de pesquisas que tem outro conceito. O conceito do centro de pesquisas do Cimatec é exatamente este: desenvolver aquilo que você vai aplicar, inclusive combinado com a indústria, combinado com as atividades. Então, vai-se promovendo o desenvolvimento lincado com o campo prático de aplicação, inclusive na captação de recursos. Ora, se uma indústria tem interesse numa aplicação daquela, ela se joga exatamente nessa pesquisa, assim como se o Governo do Estado tem interesse num serviço. E, nesse instituto, começamos a desenvolver o que é o que todo mundo chama de código de barras, que, na realidade, é fazer a leitura por RFID, ou seja, radiofrequência. A ideia é, por exemplo, botar isso também em metal; botar numa bagagem, por exemplo – em qualquer bagagem, bota-se um código desse, não precisa botar no lado de fora, não, para não lascar, pode botar do lado de dentro –, em que qualquer sensor por fora lê e consegue rastrear a bagagem. Quantas coisas você aplica na vida das pessoas! Então, é esse o sentido.

Para isso, é essa questão, Presidente, em que aqui V. Exª tanto tem batido: como otimizamos, como utilizamos os recursos. Na semana passada, vimos, na apresentação feita aqui, quantos bilhões nós temos disponíveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Quantos bilhões! Agora, isso está...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso foi repetido aqui hoje, com detalhes.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso está canalizado, Drª Fernanda e Dr. Alexandre? Isso está canalizado para essas questões? E isso é feito de forma harmônica para permitir que possamos incentivar as duas etapas, a etapa da formação básica e a outra etapa da definição?

Não é à toa que, no mundo inteiro, começamos a ter plataforma de *startup*, começamos a ter plataforma disponibilizada para que o sujeito vá lá e passe o dia inteiro fazendo esse tipo de coisa, qualquer coisa que fizer, não se quer nem saber o que é.

Eu me lembro de que, Drª Fernanda, na minha época do sistema Telebras, uma das coisas que sempre falávamos do antigo Bell Lab, que é o instituto de pesquisa dos que estiveram envolvidos na questão do transistor, era que a tese do Bell Lab era o seguinte: "Nós temos que temos que registrar, todo dia, um invento aqui. Então, metam as caras e inventem qualquer coisa. Às 5h da tarde, nós temos que registrar alguma coisa que sirva para a vida das pessoas".

Será que nós temos isso? Não estou dizendo para pegarmos e fazermos isso como quem incentiva ficar batendo qualquer coisa para ver o que sai. Não é isso, não é bater no tambor para ver que harmonia que consegue produzir. Mas é isto: vamos lá, estimula! Agora, o estímulo só tem um jeito: ele precisa ser planejado, ele precisa ser encaixado, ele precisa ser distribuído, precisa se envolver, precisa se preparar. Uma das bases centrais para a questão da pesquisa e do desenvolvimento é a base de formação.

Eu fui, durante muito tempo, provocado para uma atividade profissional como ganho de vida. Meus dois filhos já tinham nascido no período em que eu era estudante, eu me casei muito cedo e eu não tinha como sair da escola.

Então, eu comecei a usar um pouco das deficiências que havia dentro da escola para eu tentar surfar nelas. Todo mundo tem medo de matemática e física, bichos-papões, e, então, eu chegava lá e dizia: "Beleza. Toda época de recuperação, eu pego três, quatro turmas de matemática e física e dou aula". Eu virei monitor de matemática e física, oficialmente, pela escola. No outro período, até a noite, eu pegava três, quatro turmas, saindo de uma sala, entrando em outra, fazendo revisão de matemática e física. Por quê? Porque esse é um ensino em que voltamos ao que o Senador Cristovam falou. É isto: não temos essa formação.

E outra. Fizemos um debate, na quarta-feira da semana passada, meu caro Presidente, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre a questão do estímulo ao sujeito descobrir sua vocação. Qual é a vocação?

É a mesma coisa com os meus filhos agora. Um dos meus filhos chegou para mim e disse: «Meu pai, meu negócio é ir para a área de química». Eu disse assim: «Eu corri léguas de química a vida inteira. Eu gostava de matemática e física, mas não tinha... Mas vá lá». Ele resolveu fazer curso técnico de química. Depois, foi para o mercado de trabalho e disse assim: «Meu pai, eu quero fazer engenharia química. Não está dando. Eu estou trabalhando e não está dando para ir para a faculdade». Então, ele descobriu a vocação dele a partir das suas habilidades. Ele terminou fazendo o curso de engenharia química e hoje é até engenheiro químico da Petrobras. Sobre o outro, minha mulher dizia assim: «Tem de botar esse para fazer engenharia civil, engenharia mecânica. Ele dá para isso». Ele virou e disse: «Mas, minha mãe, minha vocação é outra. Meu negócio é na área de *web design*. Minha vocação é nessa área de TI".

E, hoje, temos cada vez menos isso. Se as famílias têm a responsabilidade de fazer, por outro lado, o Estado deveria ter a obrigação de estimular, de criar os caminhos para essas vocações aflorarem. Isso faz parte do planejamento. Nós gastamos mal, está mais do que provado. Nós gastamos mal ou, às vezes, inclusive, gastamos no lugar errado.

Esse é um dos questionamentos que eu faço. Como é que fazemos um acompanhamento...? Por exemplo, há o Tribunal de Contas e o Ipea, cujo papel até seja um pouco diferente. O Tribunal de Contas talvez tenha uma vocação mais para analisar os gastos sob a égide do que está na responsabilidade, do que está na irresponsabilidade, do que está no desvio, mas eu acho que, mesmo nessa leitura do desvio da responsabilidade, isso poderia ser encaixado, por exemplo, da finalidade não só do ato do gestor. Será que não há um desvio de finalidade na execução? Isso é uma coisa importante. E, no caso do Ipea, há mais condição de fazer uma leitura dessas coisas, como o que vai ser possível investir para chegar à pele das pessoas? Resolver um problema de trânsito é mais rápido que chegar, obviamente, à cadeia do Alzheimer. Com certeza, bater na cadeia do Alzheimer para descobrir como aquilo chega é vital para salvar vidas, mas, talvez descobrindo uma coisa muito rápida em relação ao trânsito, agilizamos o trânsito e também salvamos vidas. Só que aí a dosagem disso é importante estar encaixado num planejamento. Então, como esses dois organismos, efetivamente, poderiam ajudar nisso? É essa formação para termos a capacidade de chegar a esse ponto de equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Como sempre, suas abordagens são muito profundas, Senador.

Agora, a respeito do Alzheimer, eu quero lhe dizer que visitei, nesta semana, uma das maravilhas do Brasil que se chama Instituto do Cérebro e que tem em Porto Alegre, no hospital da PUC. Disseram-me os diretores que é o único instituto com tamanho avanço na América Latina.

Eles têm capacidade de prever quem tem tendência para sofrer Alzheimer. Eles têm capacidade de perceber quem está tendo um início de epilepsia. Eles têm capacidade de prevenir derrame cerebral. É algo extraordinário.

E eu disse ao Diretor do Instituto do Cérebro, muito sofisticado, com equipamentos modernísimos e caros, que nós vamos trazê-lo aqui, em determinado dia, para expor e nos mostrar por vídeo o que é o Instituto do Cérebro que nós temos em Porto Alegre.

Mas V. Exª tem alguma pergunta para a Drª...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone*.) – ... essa contribuição que esses dois organismos efetivamente podem dar exatamente nessa interferência.

É óbvio que o papel do TCU e o papel do Ipea dependem exatamente de alguém dizer o seguinte: eu preciso recepcionar. Porque, também, se ficar enxergando: «Não, o TCU está pegando no meu pé», ou «O Ipea está inventando que eu tenho que fazer o que ele acha que eu tenho que fazer». Quer dizer, se a leitura for esta, meu amigo, aí esqueça, porque não vamos conseguir evitar o desvio de rumo e, ao mesmo tempo, nós vamos perder a oportunidade de ir ao encontro dessa multiplicidade de ações para as quais podemos, inclusive, dar rumo. Porque, se você trabalha também com todas essas coisas espalhadas, Drª Fernanda, é impossível. Nós precisamos ter uma espinha dorsal, para dizer: Agora, como eu encaixo as costelas?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Drª Fernanda de Negri.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Senador, eu gostei muito da sua pergunta. Eu vou começar com uma historinha. Nós fomos aos Estados Unidos para aprender um pouco o sistema de inovação lá e estamos indo para a Europa, agora, para aprender como os caras fazem. E os gringos fazem benfeito ciência e tecnologia pelo menos, modéstia à parte. Nós fomos lá conversar com os caras para saber como eles definem prioridades, os gestores de política pública no Departamento de Defesa, no Departamento de Saúde: "Como é que vocês definem prioridade?" Eles nos olhavam com uma cara meio assim: "Ué, mas quais são os problemas que vocês têm para resolver?"

Nós temos uma série de problemas para resolver e podemos usar ciência e tecnologia para ajudar a resolver esses problemas. Então, a forma de priorizar e de fazer esse planejamento eu acho que tem que ser inversa ao que fazemos. O que costumamos fazer nesses documentos de política? Todo mundo vai lá e põe um pitaquinho. E fica aquele documento que tem tudo, mas, ao mesmo tempo, não tem nada. Quando você prioriza tudo, não tem foco nenhum e não tem prioridade alguma, porque todo mundo foi lá e colocou um pouco a sua área, porque ela tem que estar aqui.

Eu acho que o Ipea pode contribuir, sim, com isso. Mas o senhor tem razão: do Estado, tem que vir uma demanda para nós, para podermos ter um mandado para fazer isso. Isso é uma coisa em que poderíamos ajudar: como planejar, estabelecer critérios. Quais são as principais soluções que vamos precisar desenvolver.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – No ano passado, eu estive em um debate, Drª Fernanda, num congresso em que participo todo ano, e neste ano eu fui novamente. A minha provocação para essas pessoas continua sendo a seguinte. É uma área em que aplicamos a tecnologia ao extremo. É só isso, é tecnologia na educação, na saúde, no trânsito, na vida, nos alimentos, etc. Aí, o grande tema no mundo... Aliás, desde 2012, quando esse negócio começou, a história era a seguinte: *smart city*. Em 2014, eu fiz uma provocação no Congresso. Eu fui palestrante em um dos dias e disse o seguinte: Por que não perguntamos às pessoas o que elas precisam para a vida delas? Em vez de *smart city*, precisamos fazer *smart people,* vindo as pessoas para cá. Depois que se fizer isso, se cada cidadão for inteligente, a cidade vai se tornar inteligente.

Agora, eu preciso saber o que chega à vida das pessoas, porque eu boto um negócio que aparentemente é para cidade inteligente, mas que não cabe para todo mundo. Cabe para um que tem um padrão lá em cima, mas não dá para outro que tem um padrão cá embaixo. Cabe para um que mora na periferia, mas não cabe para um que mora mais distante ainda dessa periferia. Cabe para um que está no centro, mas não cabe para quem está afastado.

Então, por que eles não pegam a partir das pessoas: como é que eu começo de lá para cá? Vem do problema, vem da necessidade, para você chegar ao desenvolvimento. Não, nós desenvolvemos e dizemos: "Eu desenvolvi isso aqui. Então, comecem a comprar celular, porque eu desenvolvi celular."

Quando eu falei essa coisa do Cláudio Juazeiro, Presidente, porque dizem que ele saiu da Novartis, ele disse: "Pinheiro, sabe por que eu saí? Não tenho nenhuma discordância com a Novartis, não estou fazendo nenhuma acusação à Novartis, pelo contrário". Ele chegou a ser quase o terceiro homem naquela linha decisória na Novartis. Ele disse: "Pinheiro, sabe o que eu achei? Eu estava começando a produzir coisas para isso". Era

produzir remédio para as pessoas, e não pegar uma necessidade e desenvolver. Ele disse: "A minha contribuição deu. Eu não passei a minha vida inteira para fazer isso. Eu quero fazer o contrário: ir à ponta para ver qual é o grave problema e vir de lá para cá, e não ficar produzindo". Vai produzindo, produzindo, produzindo, como quem produz em série.

Então, a realidade é isso. Eu acho que essa é a coisa: Vamos lá, como é que chegamos a essas pessoas? Como é que podemos transformar cada cidadão receptor dessas inovações? Inovação não é só *chip*, não. Inovação, às vezes, é uma forma de manipular um papel. Só que na nossa cabeça é: "Não, vamos desenvolver *chip*, porque o mundo inteiro está fazendo *chip*". O mundo inteiro está fazendo *chip*, mas tem um bocado de gente na periferia aqui, tem um bocado de gente nas cidades que não tem os serviços básicos, e eu estou empurrando goela abaixo *chip* para essas pessoas.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Posso contar outra historinha, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pode.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Numa dessas, eu me lembro de que eu estava estudando o setor espacial numa época, no Ipea, e fui conversar com o pessoal do Inpe, não sei o quê. Todo mundo me dizia: "Não, agora, a tendência são microssatélites". Eu tomei aquilo barato: a tendência tecnológica mundial é satélite de pequeno porte. Anos depois, eu estava entrevistando o cara da Darpa, do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Defesa americano. Eu fiz aquela velha pergunta: "Como é que vocês definem prioridades, como é que vocês definem agenda de pesquisa?" Ele disse: "Não, eu vou te dar um exemplo. Nós temos satélites muito grandes e começamos a perceber, agora, com esse negócio da emergência da China [os caras estavam preocupados com a China, e estão, ainda], que, se os caras quiserem destruir um satélite nosso, eles destroem, e ficamos todos sem comunicação. Então, começamos a perceber que satélite grande é muito vulnerável. Começamos a fazer vários satélites pequenos que se comuniquem, porque aí o cara não consegue destruir um satélite, vai ter que destruir vários". Aí eu falei: "Foi daí que saiu a tendência". Essa é a tendência para eles. Esse não é exatamente o nosso problema. Nós temos outros tantos problemas para resolver em que poderíamos aplicar. Então, eles têm essa mentalidade de que a ciência e tecnologia é para resolver esses problemas aí. O problema aparece, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom.

Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Senador, do ponto de vista do Tribunal, realmente, nós temos uma preocupação muito grande que é a atribuição legal de verificar a legalidade de atos. Mas eu comentei aqui mais cedo uma auditoria operacional que nós fizemos. Nós tivemos uma conclusão até semelhante com alguns pontos que a Drª Fernanda colocou, de que faltava foco, realmente, para os investimentos em ciência e tecnologia.

Falando especificamente do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o Tribunal determinou que o Conselho Diretor elaborasse um documento de políticas de diretrizes do Fundo, para que os investimentos não sejam muito pulverizados, estejam em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, porque isso é uma exigência legal, da Lei nº 11.540, e que sejam feitas avaliações regulares de impacto e resultado dos fundos.

A partir dessas avaliações, você pode corrigir erros, pode verificar, ter um retrato do que de fato está sendo ganho com os investimentos e, a partir daí, aprimorar os investimentos ou corrigir, mudar estratégias. Mas a definição desse documento de diretrizes e políticas é fundamental para que os investimentos tenham foco, que não fiquem naquelas definições clássicas de apoio ao desenvolvimento, apoio à ciência, o que dá margem para você fazer vários tipos de investimentos sem objetivos específicos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já encaminhando o encerramento da nossa reunião de hoje e saudando o Senador Otto Alencar, com o seu apoio teremos então três comissões unidas para discutir a banda larga na semana que vem, já que V. Exª preside a CMA, mais a Infraestrutura e a CCT. As três comissões então se reúnem para esse debate na semana que vem, terça-feira.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente, eu queria agradecer e dizer a V. Exª que hoje nós aprovamos dois requerimentos, de dois Senadores, Telmário Mota e Ataídes Oliveira. Eu subscrevi ambos os requerimentos, aprovamos e vamos fazer essa sessão conjunta para discutir um tema que considero da mais alta importância para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E um dos que têm gerado maiores questionamentos, inclusive na reunião de hoje, aqui.

Quero ouvir a sua opinião, Drª Fernanda.

O Sr. William Wagner Guarda, de São Paulo, diz que: "Vemos hoje tecnologia a nossa volta, que possibilita modificar as formas de interação das pessoas para com o ambiente, obtendo maior eficiência no uso dos recursos, onde a internet é a autoestrada que nos possibilita desenvolver sistema de IA, gerenciando os recursos".

Ele mesmo pergunta se concordam que o acesso... Vou lhe pedir a sua opinião, já que a senhora é uma pesquisadora. Se concordam que o acesso à internet de banda larga ilimitada é um direito do cidadão.

O que a senhora pensa? É o nosso tema da semana que vem.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – É essencial para o desenvolvimento do País, sim. Em qualquer lugar que se vá em um país desenvolvimento há acesso ilimitado à internet. É essencial para o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, perfeito.

Letícia Gomes, de Sergipe, pergunta aquilo com que nós concordamos inteiramente: se não deve haver mais incentivo ao jovem brasileiro no meio da ciência e tecnologia em nosso País.

Foi o nosso tema de principal abordagem aqui, hoje.

A Srª Ana Flávia Schmidt Baranski, de Santa Catarina: "Particularmente, eu acho que esse debate e a divulgação do acesso a esses fundos deveria ser mais popularizado".

Antônio Alves de Oliveira para a Drª Fernanda: "Como avalia a estrutura de governo sem informação sobre as tecnologias?"

E para o Presidente: "Por que não sistematizar através de uma lei ampla? Me sinto envergonhada com o que foi falado aqui pela pesquisadora."

Pela proposta que fizemos ao Dr. Aloísio, nós vamos preparar uma lei sobre isso.

Ainda o Sr. Antônio da Silva Oliveira: "Enquanto não tirar o governo da gerência dos fundos essa safadeza vai continuar. Olhem para os projetos da Amazônia."

Também Antônio da Silva Oliveira, do Amazonas: "No Brasil, por causa do sistema, a pesquisa fica na gaveta, como propriedade do mofo."

E por aí vão. São perguntas endereçadas pelo *site* e-Cidadania.

Eu deixo a palavra de V. Sªs para uma conclusão desta nossa reunião. A senhora e o senhor nos trouxeram subsídios muito valiosos para o relatório que nós vamos fazer e votar até o fim do ano com relação à política pública, com relação à destinação dos fundos.

Suas conclusões, Dr. Alexandre, do TCU.

O SR. ALEXANDRE GIOVANINI FUSCALDI – Senador, queria mais uma vez agradecer a oportunidade.

Considero muito importante que nós tenhamos espaço para discutir investimentos em ciência e tecnologia.

Todos sabem que no mundo todo a inovação e a ciência são pilares para o desenvolvimento econômico de qualquer nação.

A minha conclusão é esta: recursos nunca vão ser suficientes, mas nós temos que aprender a gastar bem os recursos que nós temos. Existem mecanismos bons na legislação brasileira e é preciso que se avalie resultado. Essa é a grande conclusão dos trabalhos que o Tribunal mostrou, de que os recursos do FDCT sejam limpos, tenham destinação para as áreas de ciência e tecnologia propriamente ditas, e não para custear programas estranhos a sua finalidade, e que os resultados sejam avaliados. A partir do momento em que começarmos a avaliar o que foi feito, nós vamos ter condições de focar, de definir metas, objetivos específicos que estejam em consonância com os interesses do País, onde o País quer se desenvolver em termos de ciência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, do TCU.

Drª Fernanda De Negri, do IPEA.

A SRª FERNANDA DE NEGRI – Eu diria, Senador, para ser rápida que, se quisermos que a ciência e tecnologia preste um serviço para o desenvolvimento do País, nós precisamos, antes de mais nada, dizer o que queremos. Devemos ser capazes de estabelecer prioridades. Isso vai nos dar um foco para esses investimentos em ciência e tecnologia. Ao mesmo tempo, definir prioridades e, por outro lado, dar condições para que o pesquisador possa desenvolver a sua potencialidade na universidade e nas instituições de pesquisa.

Então eu me preocuparia com isso. É foco, prioridade e condições para que a ciência possa responder. E ela responderá possivelmente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Drª Fernanda, Dr. Alexandre, pelas informações e considerações qualificadas que nos trouxeram hoje.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Concordo.

Uma das inovações... O Parlamento anda devagar, é muito conservador.

Uma das inovações do Senado foi mudar a campainha, a sirene. Aquela barulhenta, irritante foi mudada para algo mais suave. Já foi uma evolução este ano.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, é. Esse é mais prático.

Então a Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Teremos então, na próxima terça-feira, audiência pública para discutir o que estão pretendendo as operadoras e a Anatel a respeito da banda larga fixa.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, só para encerrar, uma coisa que a Drª Fernanda falou e que nós tivemos oportunidade de debater aqui, na Comissão...

Esta Comissão, Presidente, ainda sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, realizou um evento importantíssimo, que aconteceu no auditório do Sindilegis. Um dos institutos de pesquisa chamado para apresentar lá, inclusive numa das mesas que eu até coordenei, foi o instituto alemão Fraunhofer.

Então, a tese do Fraunhofer, o nascedouro do Fraunhofer foi exatamente isso que a senhora está dizendo. A Alemanha passava por uma crise brutal. Os caras chegaram e disseram o seguinte: "Vamos lá". E ele se espalhou na Alemanha, eu acho que o Fraunhofer tem 65 pontos de desenvolvimento, pesquisa, aplicação em toda a Alemanha. Em cada lugar, ele tem uma relação com a vocação daquela área, um produto ou uma vertente. Está lá o que eles fazem em Freiburg, o que eles fazem em Stuttgart, o que eles fazem em Berlim, onde está a área da saúde, onde está a área de TI, onde está a área do cotidiano.

Os caras disseram assim: "A Alemanha tem carências, então vamos lá, vamos ver o que é possível fazer para encontrar as soluções para essas carências. Vamos montar o instituto lincado com as universidades, lincado com a vida prática, lincado com a indústria e, principalmente, antenado nas necessidades de que o País precisa para sair desse caos." Então, nasceu disso.

Nós tivemos uma postura contrária. Temos um bocado de instituto que, às vezes, nasce e se diz: "Vamos lá, vamos fazer, vamos colocar dinheiro para eles", e não há, às vezes, um link. Por exemplo, agora, Presidente, no evento último, no Mobile, em fevereiro, nós, depois de muitas dificuldades, conseguimos, pela segunda vez, colocar estande Brasil de forma maior. Estavam as empresas do Rio Grande do Sul, os caras viram uma oportunidade de mostrar para o mundo. Há pessoas no Rio Grande do Sul desenvolvendo coisas que lá fora há gente comprando, há gente aceitando.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Há sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Agora, aqui dentro, não ganhamos. Esses parceiros nossos aqui não ganham estímulo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas V. Exª precisava ver a presença gaúcha, por exemplo, na feira de Hannover, nas feiras de Colônia.

Modéstia à parte, não estamos atrasados não, Senador.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu sei disso. Eu sempre citei essa questão dos gaúchos.

Estava lá a presença fortíssima no Mobile, em fevereiro, e a presença fortíssima lá na CeBIT, em Hannover.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Agradecendo a presença de todos, está encerrada esta reunião de hoje da CCT.

(Iniciada às 8 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (13ª REUNIÃO) COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (8ª REUNIÃO) E A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (12ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e nove minutos do dia três de maio de dois mil e dezesseis, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Valdir Raupp, Hélio José, Flexa Ribeiro, Telmário Mota, Gladson Cameli, José Medeiros, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Wilder Morais, Garibaldi Alves Filho, Ricardo Ferraço, Wellington Fagundes, José Pimentel e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Comparece a Senhora Senadora Ana Amélia, não membro das Comissões, e o Senhor Deputado Federal JHC. O Senhor Presidente submete ao Plenário a dispensa da leitura das atas das últimas reuniões das Comissões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, destinada a debater acerca do limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, o bloqueio dos serviços de conexão após o limite da franquia contratada e providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores, atendendo aos Requerimentos nºs 12/2016-CCT, de autoria do Senador Lasier Martins; 15/2016-CCT, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José; 16/2016-CCT, de autoria dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lasier Martins e Hélio José; 17/2016-CCT, de autoria do Senador Lasier Martins; 13/2016-CMA, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Otto Alencar; 14/2016-CMA, de autoria dos Senadores Ataídes Oliveira e Otto Alencar; 24/2016-CI, de autoria do Senador Wilder Morais; e 25/2016-CI, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br; Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais Legislativo e Executivo Federal da OI S.A.; Bia Barbosa, Membro da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, representando o Senhor Diego Casaes (Avaaz); Rafael Zanatta, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Cláudio Lamachia, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Miriam Wimmer, Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom; Igor Rodrigues Britto, Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça - SENACON /MJ; Fábio Andrade, Diretor de Relações Institucionais da Claro S.A/NET; Rodrigo Zerbone, Conselheiro e Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Enylson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Vivo S.A.; Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da PROTESTE; Kleber de Miranda Barreto Gomes, Coordenador do Subgrupo da Telefonia da Comissão do Direito do Consumidor do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal - OAB/DF; Carlos Duprat, Diretor-Executivo do SindiTelebrasil; e Frederick Lustosa de Melo, Procurador da República - MPF. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores e aos Senhores Deputados presentes. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Wilder Morais, Gladson Cameli, Donizeti Nogueira, Garibaldi Alves Filho, Hélio José, Walter Pinheiro e a Senadora Ana Amélia, não membro das Comissões; e o Deputado Federal JHC. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às treze horas e dezoito minutos, determinado que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavre a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srs. Senadores, senhoras e senhores, assessores, imprensa, telespectadores da TV Senado, muito bom dia a todos!

Nós vamos hoje realizar uma audiência pública de extrema importância que diz respeito à discussão de limitação do uso da internet.

Nessas condições, declaro aberta a 3ª Reunião Conjunta das Comissões Permanentes, sendo a 13ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a 8ª Reunião da Comissão de

Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Senado Federal.

Cumprimento também o meu companheiro Hélio José, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Iniciando os trabalhos da presente reunião conjunta, informo que realizaremos uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 12, 15 e 17, de 2016, da CCT, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Hélio José; nºs 13 e 14, de 2016, da CMA, de autoria dos Senadores Telmário Mota, Otto Alencar e Ataídes Oliveira; e nºs 24 e 25, de 2016, da Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Wilder Morais, a quem nós vamos dar prioridade, quando das perguntas, em razão do compromisso que ele tem com outra comissão, e também a um requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho.

A presente audiência pública tem como objetivo debater acerca do limite ao uso de dados de banda larga do tipo ADSL, do bloqueio do serviço de conexão após o limite da franquia contratada e de providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pelos consumidores.

Para tal, foram convidadas as seguintes personalidades: o Sr. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br; o Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Diretor de Relações Institucionais Legislativo e Executivo Federal da Oi S.A.; a Srª Bia Barbosa, integrante da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (representando a Avaaz); o Sr. Rafael Zanatta, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); a Srª Miriam Wimmer, Diretora do Departamento de Serviços e de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MiniCom); o Sr. Igor Rodrigues Britto - Coordenador Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon/MJ); o Sr. Fábio Andrade, Diretor de Relações Institucionais da Claro S.A/NET; o Sr. Rodrigo Zerbone, Conselheiro e Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); o Sr. Enylson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Vivo S.A.; a Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional da Proteste; o Sr. Carlos Duprat, Diretor-Executivo do SindiTelebrasil; o Sr. Cláudio Lamachia, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Sr. Kleber de Miranda Barreto Gomes, Coordenador do Subgrupo da Telefonia da Comissão do Direito do Consumidor do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB/DF); e o Sr. Frederick Lustosa de Melo, Procurador da República (MPF).

Há algumas semanas, o público que usa a internet de banda larga fixa está preocupado. A divulgação por uma das operadoras do final dos planos ilimitados gerou e está gerando muita discussão no País inteiro. Há conflitos inequívocos de interesses, falta de informação e mediação do Governo, que muda de opinião várias vezes. Hoje, tentaremos esclarecer o ponto principal dessa questão.

Cada vez mais, o tráfico de dados pela internet ganha importância e volume. Isso pode significar uma fonte enorme de lucros, mas exige também muito investimento. Uma equação entre investimento, custo e receita, que interessa a todos.

A necessidade de obter informações, a todo o momento, faz do cidadão um devorador de bytes, um consumidor voraz de uma Internet que precisa ser cada vez mais rápida, segura e de qualidade. Tudo depende do tráfico de dados na banda larga: bancos, correios, comunicações, saúde, segurança pública, educação, etc.

Por isso, quando o Presidente da Anatel, Sr. João Rezende, disse que a era da internet ilimitada chegou ao fim, isso provocou uma reação inconformada dos internautas e repercutiu, evidentemente, aqui, no Congresso. "É um desrespeito à Lei do Consumidor", afirmaram muitos dos que entravam em contato com o Senado Federal. Outros reclamaram da inépcia da agência reguladora, que parecia tomar partido das empresas.

Há quem afirme que as iniciativas limitadoras das operadoras acabam por ferir o Marco Civil da Internet. Pequenos empresários, especialmente da ampla área comercial, em particular da área de alimentação, de hotelaria, estão temendo por seus negócios, já que oferecem *wi-fi* gratuito para seus clientes e, neste momento de grave crise econômica, não poderão ficar sem esse serviço sem majorar seus preços. Estudantes que usam muito o recurso de videoaula estão temendo por seus estudos. Os consumidores afirmam que pagam preços muito altos no Brasil. As operadoras afirmam que, como há clientes que consomem demais e outros, de menos, uns pagam pelos outros.

A Anatel, nesse período, primeiro informou que não poderia interferir, por se tratar de assunto privado. Depois, tomou o partido das operadoras, recuou e sugeriu a suspensão, por 90 dias, de todas as iniciativas. Por fim, suspendeu tudo por tempo indeterminado, até que o Conselheiro da Anatel Otávio Rodrigues, apresente um relatório sobre essa polêmica e a indique soluções.

Em meio a esse conflito de interesses, no Senado Federal já tramitam projetos de lei regulando o assunto e há também a proposta de realização de uma comissão parlamentar de inquérito.

Hoje, precisaremos ter respostas a algumas questões, que, desde já, antecipamos.

Primeira pergunta cuja resposta nos interessa: a limitação de uso da internet afeta o direito dos internautas, os estudantes, os profissionais liberais, as pequenas empresas?

Segunda: quais são as garantias ao consumidor para que existam pacotes que cubram todos os tipos de consumidores e suas necessidades?

Há que se observar que há lugares onde não existe concorrência, há monopólio ou oligopólio, poucas empresas e sem concorrência. Como garantir que as decisões da Anatel levem em consideração os direitos dos consumidores?

A limitação da internet afeta o Marco Civil da Internet?

A atual polêmica sobre a limitação da banda larga fixa tem relação com o baixo investimento em fibra óptica?

Existem distorções que provocam prejuízo para as operadoras devido ao uso intensivo ou indevido de alguns consumidores? Em caso positivo, não temos tecnologias para identificar e fazer as devidas cobranças do infrator?

Por fim, comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos assistem.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, as Srªs e Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com preferência aos proponentes desta audiência.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Pela ordem, Presidente.

Como sou autor desse requerimento pela Comissão de Infraestrutura, eu queria fazer, se possível, minhas colocações, pois depois tenho que ir para outra Comissão. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim. São muitas?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Não, é rapidinho.

Na verdade, quero discorrer sobre o tema antes de o senhor convidar os nossos palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

Vou até anotar resumidamente, para, depois, repassarmos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, estamos, aqui, na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática do Senado, discutindo, entre outras coisas, o problema da ineficiência do setor de internet banda larga brasileira.

Todos sabemos: muitos desses problemas e ineficiências têm origens na infraestrutura de rede do País, cuja expansão não tem feito frente ao crescimento da demanda.

A proposta, discutida atualmente, de estabelecer franquias mensais nos planos de Internet banda larga fixa é um indicador eloquente disso. Por causa da infraestrutura carente, não se consegue ampliar a oferta. Então, o que fazer? Reduzir a demanda. E funciona? Funcionar, funciona, mas é bom para o País cercear o tráfego de dados num momento como o atual, de revolução tecnológica? Num momento em que mais e mais coisas – negócios, serviços, estudos, trabalho, lazer – se fazem pela internet?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Essa sua pergunta já reforça o nosso roteiro, Senador.

Se houve infraestrutura de menos e uso demais, nesse caso, o que fazemos?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Vou chegar lá, Presidente.

Quero dizer que temos que ter investimento e propor à Comissão a saída disso, já que estamos só dizendo que não há problema. Quero dizer que pode haver solução, desde que incentivemos as empresas. No meu final, eu queria exatamente propor a solução.

Se eu puder continuar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Essa, Sr. Presidente, é uma solução enganosa, que apenas tangencia o problema de fundo, a falta de investimento. Se quisermos resolver o problema, precisamos ir à raiz, e a raiz da questão, Senador Lasier, consiste no fato de que o regime jurídico da infraestrutura de TI no Brasil boicota sistematicamente os investimentos privados de longo prazo. É, em grande parte, por isso que a infraestrutura é insuficiente.

Srªs e Srs. Senadores, a Lei Geral de Telecomunicações estabelece que o término da concessão implica a transferência dos bens à União. Está lá, no art. 102 da Lei nº 9.472/1997: "Art. 102. A extinção da concessão transmitirá automaticamente à União a posse dos bens reversíveis."

Reparem como isso, por si só, já desestimula o investimento.

Por exemplo, Presidente, numa concessão de 20 ou 30 anos, a empresa faz o investimento em cinco ou seis anos, mas começa a ficar obsoleta, e ela não continuará fazendo o investimento, e, com isso, não teremos... Vou propor aqui o que precisamos fazer.

Ponham-se no lugar do executivo, do tomador de decisão da empresa. Ele precisa agregar valor, precisa manter a empresa rentável, precisa dar lucros e perspectivas de longo prazo aos acionistas; essa é a sua responsabilidade. Certamente, é com alguma hesitação que ele dirigiria os investimentos dessa empresa a um ordenamento jurídico em que, em questão de algumas poucas décadas, os ativos podem virar pó – ou, antes, podem virar propriedade do governo –, por causa do mero transcurso do tempo. Talvez, com a telefonia fixa, isso fizesse mais sentido: os valores eram menores, a amortização mais rápida, o futuro, mais certo. Só que, sem dúvida, não se pode dizer o mesmo com relação aos investimentos no mercado de banda larga, cujos valores são mais altos e cujo andamento é mais dinâmico.

No caso do Brasil, tudo o que desenvolvemos até agora se deu, em grande medida, a despeito dessa insegurança jurídica. A infraestrutura de redes de banda larga, o chamado *backhaul*, foi parcialmente construída sob a névoa dessa indefinição. Nós não sabemos se esses investimentos são, por natureza, reversíveis; mesmo a Anatel tem hesitado sobre o assunto. O impasse tem, sim, inibido novos investimentos. Nós precisamos mudar essa situação já.

Precisamos estabelecer um novo regime para os investimentos em infraestrutura; um regime que garanta a posse dos ativos ao investidor.

Isso, é claro, não altera o papel fundamental que desempenha a Anatel nesse contexto. A atividade regulatória da Anatel deve incentivar a entrada de novos concorrentes no mercado, por meio de prêmios: prêmios de investimento, prêmios para expansão, prêmios por qualidade.

É assim, criando um ambiente favorável ao investimento, à melhora na infraestrutura, que vamos atingir as metas de universalização da banda larga, que vamos alcançar a inclusão digital que tanto almejamos.

Sr. Presidente, não sou especialista em tecnologia, mas sou um homem de negócios; disso, eu entendo. E afirmo categoricamente: sem estabilidade institucional, sem um regime jurídico que dê segurança, o investidor fica tímido, não se arrisca. Garantir a propriedade dos ativos é o básico dos básicos. Isso foi algo que os países desenvolvidos captaram há 200 ou 300 anos, e alguns setores do nosso espectro político ainda relutam em compreender.

Nós não vivemos mais na Guerra Fria, e o nosso País não é Cuba, nem Bolívia, nem Venezuela. Nós vivemos no Brasil, um país que, antes de tudo, está sedento por prosperidade, por uma prosperidade que acarrete melhora das condições de vida de seus cidadãos. É óbvio que isso conta com a participação relevante do setor privado. Nós não devíamos sequer ter o verbo "encampar" no nosso dicionário de ideias políticas, porque isso não interessa ao Governo, e sim, cada dia mais, Presidente, incentivar as empresas a investir e dar segurança jurídica, porque a empresa precisa ter lucro, e vivendo essa crise em que o Brasil vive, só tem jeito se a iniciativa privada encampar esse desejo. Ela tem que ter o filé, mas também o osso.

Eram essas as minhas colocações, Presidente. A solução nossa é criar um sistema regulador em que as empresas possam ter lucro e a população possa ter a banda larga para os seus estudos, para negócios, que tanto almeja, e não limitar. O que nós estamos fazendo é incentivar as empresas, a novos concorrentes entrarem para o mercado.

Era essa a minha contribuição, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Boa contribuição, Senador Wilder. Certamente, suas colocações serão levadas em conta pelos nossos palestrantes, que já estão aqui presentes. Muito obrigado. Entendemos a sua urgência em ter essa participação excepcional, pois V. Exª tem outro compromisso em outra Comissão. Obrigado.

Vamos começar um verdadeiro desfile, precioso desfile de informações sobre o assunto. Como vimos, são 14 palestrantes. Há uma tribuna aqui na frente. E vamos pedir, encarecidamente, que usem da palavra por até dez minutos, para que possamos ouvir todos, até porque nós vamos longe hoje.

Então, pela ordem avaliada por nossa Comissão, vamos chamar o Sr. Demi Getschko, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br.

Prof. Demi, o senhor está com a palavra.

O SR. DEMI GETSCHKO – Bom dia, Senador; bom dia a todos. Obrigado pelo convite.

Vou fazer algumas considerações conceituais gerais para podermos tentar entender quais são os argumentos envolvidos no problema e, evidentemente, algumas analogias, como todas as analogias, defeituosas, mas tentando trazer um pouco mais de bom senso à discussão.

Preparei alguns eslaides muito curtos para mostrar como a coisa evoluiu.

No Brasil, nós tivemos, digamos, o grande mérito, o grande privilégio de, desde 1995, ter entendido o que é o conceito de internet. A internet, no Brasil, começou em 1988, 1989, mas se consolidou em 1995, na LGT, e depois de 1997 houve a separação entre telecomunicações e internet, sendo a internet um serviço de valor adicionado.

Até 1998, 1999 – em alguns segmentos, continua –, o pessoal que monta redes de internet contrata dutos com velocidade definida às empresas de telecom e, em cima desses dutos, monta a rede. Essa é a história dos *backbones* e dos canais montados para montar coisas como a ANSP, a RNP e outras redes acadêmicas.

Quando isso é expandido para o uso do público em geral, a primeira forma de fazer esse uso foi via telefonia discada. Poucos aqui têm idade para lembrar disso, mas o pessoal discava para o provedor e usava a internet. O provedor, em geral, era alguém que tinha contratado umas linhas telefônicas de alguém, estava instalado em alguma garagem ou em algum lugar misterioso. Você discava para o provedor e usava a internet pagando pulsos. Na verdade, então, o custo que se pagava dependia do número de pulsos, e isso fazia com que você usasse no meio da madrugada, porque gastava um pulso só, e no fim de semana. Então, era uma internet em que você tinha que tomar cuidado com o gasto, porque o seu gasto era proporcional ao tempo de uso, porque a tarifação estava na telefonia que carregava a internet.

Depois, veio o ADSL, que era a internet banda larga para casa. O ADSL deu à operadora de telecom um poder de manobra muito maior. Você não podia montar um centro de provimento na sua garagem porque, evidentemente, você não tinha as conexões necessárias. Então, naturalmente, o ponto final da conexão não era mais o provedor espontâneo que se tenha montado, mas, sim, provavelmente, a própria tel. E, até para atender à LGT, elas criaram empresas ou instituições separadas. Se vocês lembram, em São Paulo havia a Speedy, no Rio havia a Velox, que eram destinadas a prover ADSL.

Depois, como isso aí começou a ficar, de novo meio, cinzento, e com o surgimento do SCM, que é o Serviço de Comunicação Multimídia, de alguma forma, o pessoal desistiu de ficar mantendo essa separação, e o ADSL foi mais ou menos absorvido pelas teles. Com isso, nós começamos a misturar o nosso provedor de telecomunicações com o nosso provedor de internet, porque os dois eram feitos pelo mesmo CNPJ.

Com o aparecimento da internet móvel, a telefonia volta a ter papel, porque se volta a carregar a internet agora de novo sobre telefonia, sobre telefonia celular, e isso gera, de novo, o surgimento de coisas como franquia, o que tinha, de alguma forma, sumido no ADSL. No ADSL, você não tinha nenhuma franquia específica; você contratava o seu acesso na sua casa e usava do jeito que quisesse usar.

Qual a diferença entre internet fixa e internet móvel? Isso é algo que eu acho que nós devemos preservar, porque são complementares. Na internet fixa, você tem o acesso sem pressão de tempo e tráfego. Não nos esqueçamos de que a internet fixa também inclui *wi-fi*. *Wi-fi* é internet fixa, apesar de ser sem fio; ao sair do ponto de *wi-fi*, perde-se a conexão.

Eu escrevi aqui "reflexiva" no sentido de que você tem tempo para pensar e ter um aprofundamento maior no que faz na internet. Internet móvel existe em todo lugar. Ela pode ser usada em vários países, a conexão é permanente, no sentido de que você está sempre com condições de se conectar. Em compensação, o seu uso, em geral, é mais superficial, é mais telegráfico: você entra, dá um "sim" ou "não", lê as notícias e cai fora; você não vai gerar um texto enorme usando a internet móvel.

Ela tem algumas características – porque ela anda em cima – inerentes à telefonia celular. Isso também gera certa confusão entre o aparelho móvel e a internet móvel. O aparelho móvel é o nosso telefone, que é usado para acessar a internet móvel, mas 80% do tráfego do nosso aparelho móvel é feito em cima de internet fixa, debaixo de *wi-fi*. Toda vez que alguém precisar usar um negócio pesado, ele procura um ponto debaixo do *wi-fi* e usa lá. Ele não usa em cima do 3G, do 4G ou, futuramente, do 5G, primeiro, porque é mais barato, e, segundo, porque, em geral, a conexão é mais estável. Na celular, você tem efeitos estatísticos que dependem do lugar onde está e da população da célula.

Comparações daquele tipo imperfeito.

Modelos que incluem pagamento por conteúdo e pagamento individual existem em todos os setores. Vou dar um exemplo que sempre dou: você tem restaurantes bufê, onde você come o que quiser e paga por cabeça, e você tem o restaurante por quilo, onde você paga o que você vai comer.

Eu escrevi o negócio do chuchu, porque, se você vai a um restaurante bufê, você come chuchu, que é, basicamente, água. Mas, se você gosta de chuchu, você come chuchu porque não está pagando por quilo. Se você for a um restaurante por quilo, você vai pegar picanha, porque, se você pegar o chuchu, você estará pa-

gando seu peso em água, o que não é conveniente. Isso é para mostrar que o tipo de comportamento é diferente. Se você vai a um restaurante que se paga por quilo, você vai tentar pegar as comidas mais substanciosas para compensar o que está pagando; se você vai a um restaurante bufê, você pode, evidentemente, comprar coisas mais tranquilas.

Outros exemplos importantes de coisas desse tipo são, por exemplo, os planos de saúde corporativo, onde todo mundo paga o mesmo valor, independentemente de ser mais doente ou menos doente, e a TV a cabo. Quando você contrata TV a cabo, você não paga porque ficou mais tempo ligado, porque usou mais canais, porque passou a semana inteira assistindo ou não assistiu nenhuma vez.

Então, de novo, a quantidade de dados atualmente é usada em telefonia celular.

Na primeira discussão sobre isso – vou tentar tornar isto mais claro –, existe o seguinte argumento: nos velhos tempos, quando você usava a internet na sua casa, você usava, sei lá, 10kb, e seu vizinho usava 10kb. Então, a provedora tinha que arrumar 20kb para você entrar na internet. Agora, você está usando 10Mb e seu vizinho está usando 10 Mb. Será que a operadora tem que arrumar 20Mb para conectar você à internet? Esse é um argumento, na minha opinião, falacioso. Por quê? Porque a internet é inteligente, vai se ajustando. Da mesma forma que grandes *shoppings* vão para regiões urbanas importantes, os conteúdos que você usa vão, naturalmente, para o lugar onde você mora. Então, quando você, por exemplo, está assistindo televisão, a um entretenimento na sua casa, de madrugada, isso não está gerando uma conexão internacional. Muito provavelmente, essa conexão é local, perto do seu provedor, porque ninguém é louco de trazer gigabits do exterior. Quer dizer, essas coisas migraram para perto de você. A engenharia proveu, inicialmente, a criação de cachês, que são reservatórios locais, depois, serviços específicos como CDN, que são redes que se encarregam de levar conteúdo para vários lugares – na hora em que você pedir, eles já estão lá – e, finalmente, pontos de troca de tráfego. Se você não tem aquele conteúdo, seu vizinho tem, e você pode pegar do lado rapidamente. Então, o conteúdo é atraído para onde houver público.

Isso, de alguma forma, repete um pouco o que havia no exemplo de TV a cabo e no velho Minitel francês, de que, provavelmente, ninguém se lembra aqui, que é o seguinte: se você tem um menu limitado, você sabe exatamente qual é o consumo. Então, eu digo para vocês que é mais ou menos provável que, se vocês assistem TV pela internet em casa, isso gere um custo marginalmente crescente, se vocês usam mais ou menos, porque o conteúdo está todo disponível. Quer dizer, isso é como se vocês estivessem assistindo à TV a cabo: se você ficar ligado mais ou menos tempo, não muda muito. Claro que internet não é TV a cabo, mas uma aplicação restrita da internet lembra coisas restritas como o Minitel e a TV a cabo. Claro que, se eu estivesse lendo o *Le Monde* ou o *The New York Times*, aí, de fato, estarei usando conexão internacional, mas esse uso não subiu para 10 mega ou 100 mega; o que subiu para 10 mega ou 100 mega são os jogos e o entretenimento, que, em geral, migraram para perto da nossa região.

Então, não há proporcionalidade entre crescimento na ponta e o que o provedor pode fazer. Aqui, mostrei a curva do ponto de São Paulo – isto é só o de São Paulo –, mostrando que o pico de uso hoje se dá perto das 22h30. Portanto, o pico é, basicamente, para entretenimento, não para leitura de notícias.

Se a gente quiser colocar uma franquia nesse negócio, em primeiro lugar, é muito complicado definir o que é uma banda para a internet. Como falei, se contrato 10 mega... O que significam 10 mega? São 10 mega para onde? Posso usar 10 mega diretamente para Uganda? Provavelmente, não conseguirei, porque não tenho canal de 10 mega até lá. Se eu usar 10 mega para o Netflix, provavelmente, conseguirei facilmente, porque está do lado do provedor. Então, a definição sobre o que é banda que contratei é vaga, e devemos ser compreensivos nisso. Quer dizer, não dá para dizer: como contratei 10 mega, quero 10 mega todo o tempo, independente de ei estar indo para a Tailândia, para o Rio de Janeiro, para Brasília, assistindo a filmes...

Mesmo no caso em que havia franquia, no passado, ela nunca foi aplicada. Isso é um argumento mais do pessoal de contratos, de consumidor, e não vou discutir isso aí, mas ela nunca foi aplicada, exceto em casos anômalos. Quer dizer, usando o caso do restaurante, se você usa o restaurante bufê e entra com um carrinho de feira para abastecer seu restaurante, que fica ao lado, não parece justo. Quer dizer, se se cobra por cabeça, não posso entrar carregando um carrinho para enchê-lo com as comidas do restaurante bufê e levar tudo para abrir meu próprio restaurante. Existem, obviamente, usos incorretos, mas isso nunca foi fato na vida.

E, finalmente, vou comentar isso aí: bites não são átomos. Átomos custam caro. Se você fizer analogia com água, cada água que saiu da minha torneira falta na torneira de alguém, cada filme a que assisto é repetido a custo zero para um cara que assiste em outro lugar, porque bites não são átomos, não gastam matéria.

Bom, termino dizendo que é importante manter as duas coisas, o fixo e o móvel, que franquia, na minha opinião, é algo muito estranho e não deveria nem ser pensada no caso do fixo. Não sei se o marco civil cobre isso ou não, porque não sei se inadimplência tem a ver com franquia. Acho que não.

E, finalmente, tenho o último comentário, que é o seguinte: se você decidiu que vai dar internet e dá 10 mega, você pode se sentir, digamos, interessado em atrair mais usuários anunciando não 10 mega, mas 1 giga, mas você não se preparou para isso. Então, se eu anunciar que meu bufê tem caviar, não adianta, depois, reclamar dizendo que você só pode pegar 10g. Quer dizer, eu anunciei 100 mega para você, mas só por cinco segundos. Então, seria melhor não ter anunciado 100 mega, pois existe aí um risco de propaganda enganosa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela objetividade, Prof. Demi, Diretor-Presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR/NIC.br.

Com a palavra o Diretor de Relações Institucionais Legislativo e Executivo Federal da Oi, Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Bom dia, Presidente!

Bom dia a todos!

Vou falar daqui mesmo porque eu apenas gostaria de me apresentar, colocar a Oi à disposição das perguntas que serão apresentadas por todos e dizer que a nossa contribuição, na verdade, está incluída na apresentação que o Dr. Carlos Duprat, Diretor do SindiTelebrasil tem para falar sobre o mercado de telecomunicações. Mas eu ainda preciso fazer apenas uma menção sobre dados específicos da Oi.

A Oi tem, nos seus contratos de internet fixa, o estabelecimento de uma franquia. Sempre tivemos. É claro que, quando fixamos isso, imaginávamos que ninguém iria utilizar aquela quantidade astronômica de dados que tem ali. Noventa por cento dos clientes da Oi não ultrapassam a sua franquia mensal. E é certo que a imensa maioria deles sequer sabe quanto consome todos os meses, porque ele busca conteúdo, não quer saber de quantidades que está utilizando.

No entanto, nós temos essa outra porção de clientes ali, de 2%. Esses 2% utilizam, basicamente, o que trafega de dados em toda nossa internet móvel. Isto é só para vocês terem uma ideia desse consumo. Isso é exatamente o quanto de dados se consumiu de dados durante a Olimpíada de Inverno em Sochi, na Rússia, para vocês terem uma ideia de como é desproporcional o consumo de alguns dos nossos clientes.

Eu me preocupei – viu, Senador? – quando o senhor deu o título da nossa palestra, mas, logo depois, me despreocupei quando V. Exª listou tudo que gostaria de discutir, porque o senhor disse assim: "Nós vamos discutir aqui a limitação da internet". No caso da OI e, pelo que eu vejo, no caso também dos meus pares nas demais empresas, nós jamais falamos de limitação. Nós vivemos disso. Nós não vamos limitar aquilo que a gente ganha dinheiro para vender.

O que nós precisamos entender é quanto alguém deve pagar para poder ter este uso ilimitado. E não é alguma coisa natural da questão de você investir naturalmente no mercado. Não. O mercado de internet cresce no Brasil e em qualquer outro lugar do mundo muito mais do que qualquer um sonha aqui. Muito mais. Portanto, a necessidade de investimento é extraordinária. Não é algo que a rentabilidade do negócio possa garantir.

Então, quando o Senador Wilder se expôs, eu fiquei muito... Eu gostei de ouvi-lo dizer que o que nós precisamos ter no Brasil é uma política que incentive investimentos. De fato, isso, efetivamente, nos falta. Nós temos dentro do setor fundos setoriais que, historicamente, já levaram R$85 bilhões do produto gerado pelo sistema de telecomunicações do Brasil. Disso, não retornou absolutamente nada. Então, nós não conseguiremos investir na rede se não tivermos liberdade para contratar com os nossos clientes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado por sua participação, nosso representante da OI, Marcos Augusto Mesquita Coelho.

O SR. MARCOS AUGUSTO MESQUITA COELHO – Eu apenas solicito, Senador, se for possível, que seja transferido esse tempo que sobrou para a apresentação do Carlos Duprat, porque aí a gente vai se sentir efetivamente bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Como V. Sª falou em cinco minutos, tem um crédito de cinco.

Com a palavra a Srª Bia Barbosa, da Coordenação Executiva do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, representando a Avaaz.

A SRª BIA BARBOSA – Bom dia a todos e todas!

Eu queria saudar os Senadores e as Senadoras presentes aqui na figura da Senadora Ana Amélia e do Senador Lasier e agradecer o convite para o Intervozes estar nesta audiência pública, pois, para nós, esse é um tema fundamental.

A Intervozes é uma organização que, há 12 anos, atua em defesa da liberdade de expressão, do acesso à informação e do direito à comunicação no Brasil. Mas nós estamos aqui também representando a organização Avaaz, que, a partir do início desta discussão na sociedade brasileira sobre a possibilidade de limitação da

franquia de dados da internet fixa, teve uma petição aberta por um de seus usuários, por um de seus coordenadores que atingiu mais de 1,650 milhão de assinaturas contrárias a essa possibilidade de franquia de dados na internet.

Eu queria começar a nossa breve explanação aqui dizendo que a gente fala a partir de uma perspectiva de entender o acesso à internet no Brasil hoje como um serviço essencial. Se a telefonia fixa, nos anos 90, era esse serviço essencial no campo das telecomunicações, hoje a gente precisa entender a internet como espaço fundamental de exercício de cidadania, de exercício de direitos, de acesso à educação, de acesso à cultura. E, na verdade, essa não é uma opinião de organizações da sociedade civil ou de organizações de defesa do consumidor; isso já está no texto da nossa própria lei.

O Marco Civil da Internet reconheceu, em 2014, a essencialidade do serviço de internet. Ele fala, no seu art. 4º, que serviços essenciais não podem ser interrompidos, a não ser por falta de pagamento. E essa medida de estabelecer uma franquia de dados na internet fixa com a possibilidade de corte de acesso à internet no momento em que essa franquia se esgotasse, na nossa compreensão, viola o Marco Civil da Internet e viola também o Código de Defesa do Consumidor. Nós temos duas organizações de defesa do consumidor aqui que, certamente, vão poder falar melhor do que eu a partir dessa perspectiva.

A gente queria lembrar também... O Prof. Demi trouxe várias explicações de como funciona a internet. Acho que é fundamental a gente entender isso. E, para fazer esse debate de uma maneira um pouco mais qualificada, eu queria falar um pouco dos impactos que isso vai trazer para a sociedade brasileira. Para quem tem internet fixa, e isso não é a maioria da população, infelizmente, Senadores, o impacto já vai ser brutal. Isso muda a navegação, muda a forma de navegar, não só do ponto de vista de baixar filmes ou de jogar pela internet, mas muda, como o próprio Senador Lasier falou aqui na introdução da nossa audiência, do ponto de vista daqueles que acessam a internet para fazer ensino a distância, para fazer reuniões... É algo que impacta excessivamente inclusive no direito à organização e na articulação da organização da sociedade civil no País.

Mas o impacto de colocar limites na franquia de dados na internet fixa para a população brasileira não vai afetar só quem acessa a rede pela internet fixa, pois vai afetar essencialmente quem acessa a internet pelo celular, e isso é a imensa maioria da população brasileira, que acessa, muitas vezes, com planos pré-pagos, que tem volumes de dados muito baixos e que consegue se manter conectada ao longo do mês única e exclusivamente porque acessa os serviços *wi-fi*, que dependem da rede fixa. E se eu sou um estabelecimento que, a partir de agora, vai passar a ser cobrado pelo volume de dados que eu consumo na minha internet, não vou mais liberar mais *wi-fi* de graça para ninguém, porque eu vou estar pagando por isso em função do consumo de outrem. Isso vai impactar essencialmente os mais pobres do nosso País, porque eles não vão ter possibilidade de conectar via redes *wi-fi*.

Infelizmente, o Presidente da Anatel, João Rezende, deu uma declaração que acho que foi muito infeliz, além daquela que foi citada pelo Senador. Ele falou que a gente acostumou mal os consumidores brasileiros com a ideia de internet ilimitada. Eu acho isso muito engraçado, porque a gente saúda a sociedade da informação, as maravilhas que a internet pode trazer, o espaço de exercício de direitos, de acesso à informação, a gente saúda a possibilidade de o usuário de internet não ser só um consumidor de informação, mas também um produtor de conteúdo que exerce a sua liberdade de expressão na rede, e, de repente, a gente fala que acostumou mal e que esse cidadão vai ter que mudar seus hábitos na internet.

Eu queria falar sobre a carência de investimentos. O Mesquita já falou aqui um pouco sobre o volume de investimentos, que, de fato, é um volume grande, mas as operadoras de telecomunicações têm condições de fazer esse investimento. A Telefonica divulgou seu balanço na semana passada e apresentou um crescimento na sua receita de 23%, um crescimento de 180% no seu lucro líquido. Então, não é que esteja faltando recurso para as operadoras de telecomunicações. A gente precisa é trabalhar, e a resposta para isso não pode ser a limitação do acesso à internet do usuário, mas tem que ser, justamente, a exigência, por parte do nosso órgão regulador, que é a Anatel, de ampliação dos investimentos pelas operadoras.

Eu queria falar também que – acho que o Rafael vai poder trazer essas informações com mais tempo – essa não é uma tendência mundial, Senadores. Segundo dados da União Internacional de Telecomunicações, cerca de 70% dos países do mundo todo trabalham com a lógica de planos de internet ilimitada. Então, o Brasil estaria na minoria desses países. Entre os países que ocupam o *ranking* do Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e das Comunicações, somente três países do topo desse *ranking* trabalham com modelos de ofertas de acesso à internet com franquia limitada para internet fixa, que são a Inglaterra, Luxemburgo e a Islândia.

Então, a gente precisa fazer esse debate entendendo a complexidade das questões que estão colocadas, entendendo o impacto que vai existir para a população, principalmente para a população mais pobre do Brasil e para a população que acessa a internet via telefonia móvel a partir do *wi-fi,* que vai passar a ser muito limita-

do se esse modelo de franquia fixa passar a ser estabelecido, e a gente faz uma cobrança aqui em relação ao papel da Agência Nacional de Telecomunicações, que precisa entender, na nossa concepção, definitivamente, o acesso à internet com serviço essencial.

Quanto à defesa da sociedade civil das organizações de proteção dos direitos dos consumidores, nós temos a campanha "Banda Larga é Direito Seu!", que defende que a internet seja um serviço prestado no Brasil dentro do regime público. Infelizmente, estamos num grande debate de desmanche da Lei Geral de Telecomunicações no nosso País, para se acabar com o regime público, que é um tipo de prestação de serviço que dá poderes regulatórios mais amplos para o Estado no sentido de proteger os direitos dos consumidores, mas, infelizmente, estamos perdendo esse debate na sociedade, e nós, que defendemos a prestação do serviço à internet pelo regime público, estamos correndo o risco de perdê-lo em outros campos das telecomunicações também.

Então, essa proposta, que pode vir à tona, caso a Anatel, dentro de 90 dias, tome uma posição ou outra, na nossa avaliação, vai na contramão de tudo aquilo que defendemos do ponto de vista do direito dos usuários e dos cidadãos no que diz respeito à internet. É um debate bastante complexo, que, como colocamos rapidamente aqui, não pode ser feito apenas de uma maneira isolada, ele precisa ser feito levando em consideração essa discussão sobre mudanças no modelo de telecomunicações no Brasil. A Câmara dos Deputados deve votar, na semana que vem, um projeto de lei que altera a Lei Geral de Telecomunicações, feito de uma maneira bastante açodada, que não está respeitando o debate público, que não está ouvindo a sociedade como um todo, e aproveitamos esta ocasião também para mostrar que essa é uma ponta desse *iceberg* que envolve todo um modelo de telecomunicações e que, infelizmente, do ponto de vista dos usuários, nós estamos perdendo, e a conta, que vai ser cada vez mais cara, vai ficar para nós pagarmos.

Eu queria, nestes últimos dois minutos que me restam, Senador, entregar ao senhor a petição da Avaaz, que tem... Aqui diz que está com 1,6 milhão, mas, ontem, à noite, já estava com 1,660 milhão de assinaturas de internautas, cidadãos e cidadãs brasileiras que assinaram essa petição e que pedem que as empresas operadoras de telecomunicações, que a Anatel e que o Ministério Público Federal se manifestem no sentido de garantir os direitos dos usuários.

Depois, eu também vou deixar uma cópia com o Conselheiro Zerbone, representante do Conselho da Anatel.

Esse aqui é só o cartaz da Avaaz: "Salvem a nossa internet!" Vivo, GVT, OI, Net, Claro, Anatel e Ministério Público Federal contra o limite na franquia de dados na banda larga fixa. Esse é o recado da Avaaz, a que nós do Intervozes nos somamos.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Drª Bia, da Avaaz.

O nosso próximo expositor, cumprimentando o Deputado Federal Izalci, do Distrito Federal, os nossos colegas das comissões, a Senadora Ana Amélia, a Senadora Angela Portela, o Senador Cameli, aqui presentes, é o Sr. Rafael Zanatta, pesquisador do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu apenas quero manifestar os cumprimentos, pela iniciativa, os vários Senadores que fizeram requerimento para esta audiência pública e lamentar profundamente não poder ficar até o fim, porque sou membro titular, como o meu colega Senador Gladson Cameli, da Comissão Especial que está examinando o processo de *impeachment* da Presidente, que começa às 10h. Então, eu ficarei aqui até perto do horário, mas eu quero cumprimentar também pela qualidade das exposições feitas, desde a primeira, o que, tenho certeza, continuará tendo agora com a defesa do consumidor feita pelo Idec, que tem sido parceiro também em outras comissões.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Faço das palavras da Senadora Ana Amélia as minhas, pelo fato de eu participar da Comissão do *impeachment* da Presidenta.

E eu queria, se V. Exª puder quebrar um pouco o Regimento, fazer algumas considerações quando V. Exª permitir, claro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Quer fazer agora? Só lhe peço... V. Exª está percebendo que temos uma jornada longa...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, vou ser muito rápido.

Eu fiz aqui – até para que V. Exª e os expositores tenham uma ideia – tipo um jornal, porque eu queria fazer um relato sobre a situação da telefonia móvel celular e da internet no meu querido Estado do Acre, da Região Norte, o único Estado que lutou para ser brasileiro.

As operadoras de telefonia móvel já sabem a minha posição sobre isso. Aqui, o representante da OI falou uma coisa com a qual eu concordo em gênero, número e grau. Eu não vim aqui só para criticar as operadoras, mas também para dizer que o Governo Federal também poderia dar incentivos a elas também para investimentos na Região Norte.

Sr. Presidente, nós estamos em 2015. Ainda bem que a Anatel recuou na decisão de limitar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já estamos em 2016.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Aliás, estamos em 2016. Obrigado. É que o Brasil vive um processo tão delicado quanto à questão política e econômica, que nós estamos aqui nesse impasse.

A Anatel recuou na decisão de limitar o uso da internet. Nós temos que avançar, não diminuir. Agora, quando você fala em limitar o uso da banda larga... Vamos raciocinar, meus pares. Para você limitar a internet, você tem que ter uma internet de qualidade. E eu estou cansado de dizer aqui, nesta Comissão, que, no meu Estado, para eu ver no celular uma internet banda larga, para eu ver aquele número 4G... De cada dez vezes que olho o celular, eu acho que eu vejo 4G uma vez, e olhe lá! Depende da posição.

Então, qual é o consenso que temos que ter daqui para frente, Sr. Presidente? É unirmos todos os expositores, as opiniões, o Governo Federal fazer a sua parte. Eu acho que esse Parlamento tem que fazer a sua parte também, dar incentivo para as empresas. E, quanto à Anatel, cobrar da Anatel também.

Eu estou entrando com um projeto de lei aqui no Senado Federal, para que quem assumir as agências reguladoras, Anatel, Aneel, devem ser pessoas que realmente conheçam a necessidade do nosso País, de Norte a Sul, de Sul a Sudeste, e de Nordeste a Sul. Porque eu não posso comparar uma realidade que há no Sul e no Sudeste com a da Região Norte.

Então, era isso que eu queria dizer.

E, ao mesmo tempo, eu agradeço a sua paciência e a delicadeza por me dar esse aparte e essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Cameli. Depois, V. Exª poderá recapitular com as notas taquigráficas o que foi respondido.

Bom, com a palavra o nosso próximo expositor, Rafael Zanatta, do Idec.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia, presentes!

Agradeço enormemente pelo convite feito por diversos Senadores de diferentes Comissões que convidaram o Idec para esta audiência pública, que é central hoje no Brasil, em termos de conflito de interesses entre empresas e consumidores. Eu diria que é o principal conflito de interesses da história das telecomunicações no Brasil, porque são mais de 100 milhões de consumidores indignados e que demandam uma resposta à altura desse Parlamento e da sociedade.

Por que que o Idec está nesta discussão e por que eu acho crucial haver a voz da sociedade civil nesse debate? Como vocês sabem, o Idec é uma ONG antiga, respeitada, conhecida pela sua militância em direitos coletivos, desde 1987, com trabalho intenso em *advocacy* e defesa dos direitos dos consumidores no Brasil, um trabalho que, desde a criação da Anatel, após a Lei Geral das Telecomunicações. Tem um trabalho intenso de controle social das agências reguladoras.

O Idec foi responsável por pressionar a Anatel para criar um comitê de defesa dos usuários de telecomunicações, do qual o Idec. E o Idec militou fortemente para a construção colaborativa do Marco Civil da Internet, que é uma lei de leitura obrigatória para todos nós aqui e para esta discussão. Se os senhores não fizeram a leitura dessa lei, do começo ao fim, façam, por favor, porque ela define princípios e direitos do uso da internet que vão pautar a nossa discussão sobre banda larga fixa hoje.

Como que o Idec visualizou o problema das franquias de dados e qual tem sido a nossa atuação? A questão chamou atenção obviamente com anúncio da Vivo, em fevereiro de 2016, de uma redução agressiva e de inclusão de franquias de dados nos novos contratos que seriam anunciados em 2016, franquias essas muito baixas, Sr. Presidente. Tanto Vivo quanto NET e Oi anunciaram, nos seus planos mais econômicos, franquias de dados que variavam de 10 gigabytes a 30 gigabytes por mês.

O que significa isso? Se você assiste a dez horas de uma aula *on-line* de um cursinho ou de uma universidade *on-line*, você gasta 1 gigabyte. E a gente está falando de um recurso compartilhado por uma família, unidade domiciliar, usando internet fixa.

Nós iniciamos um trabalho de discussão com outros ativistas do mundo inteiro, através de listas virtuais – graças à internet, isso é possível –, via Best Beats, a lista do marco civil. Identificamos que as franquias que já existem, em outros países, operam em patamares muito mais elevados do foi anunciado pelas empresas do Brasil. Além disso, existe uma polêmica mundial em torno das franquias de dados, e eu repito, não é uma tendência mundial; é uma polêmica mundial, e países que adotam franquias de dados são minoritários ainda.

Nós fizemos uma reunião de trabalho com um grupo de trabalho telecomunicações da Senacon, em fevereiro, levamos à discussão – o Prof. Demi estava lá –, e foi objeto de discussão nesse dia, 26 de fevereiro. Depois, nós fizemos o diagnóstico de que a mudança desses contratos pelas empresas sem uma justificativa técnica – as empresas não apresentaram nenhum estudo técnico que demonstrasse a necessidade da inclusão da franquia de dados – viola o Código de Defesa do Consumidor (art. 39). Você não pode modificar um serviço sem justa causa.

Além disso, nós identificamos, na leitura dos contratos e dos regulamentos, previsões ilegais de desconexão dos usuários. O art. 7º, inciso IV, do Marco Civil não permite isso.

Por fim, existe um argumento mais sofisticado em função do qual nós construímos a nossa ação civil pública: em razão de o Brasil viver um oligopólio em termos de empresas que operam na conexão de internet – Vivo, NET e Oi, que dominam 90% do mercado, aproximadamente – e da inclusão da franquia em patamares tão baixos, de modo a obrigar as pessoas a comprar pacotes adicionais, isso significa a elevação arbitrária de lucro por essas empresas. Isso é crime contra a ordem econômica.

No dia 14 de abril, nós ajuizamos uma ação civil pública que corre na 9ª Vara Cível aqui da Justiça de Brasília, Distrito Federal.

Eu queria desmontar alguns falsos argumentos das teles que, provavelmente, serão apresentados pelo Sr. Carlos Duprat e por outros representantes das empresas.

Primeiro argumento, que é mais falso: existe um problema de congestionamento de redes que só pode ser solucionado com franquia de dados.

Eu trago aqui um estudo, feito nos Estados Unidos, em 2012, que mostra que esse problema não existe. Foram contratados advogados e engenheiros para levantar o problema, que, supostamente, existiria em *data caps*, que é o termo técnico usado nos Estados Unidos.

E o que é mais impressionante: num documento, vazado, da Comcast, uma empresa que opera nos Estados Unidos, em novembro do ano passado, num documento de treinamento dos seus funcionários para explicar a franquia de dados, dizia-se: "Não explique para o seu consumidor que existe um problema técnico de gerenciamento de redes, porque isso não existe. Explique que isso vai melhorar a experiência de usuário deles." Pessoal, isso é um documento vazado por um funcionário da Comcast no ano passado e que evidencia qual é a racionalidade por trás da implementação das franquias de dados. Falso.

Segundo argumento: a franquia de dados é uma tendência mundial, e o Brasil precisa se adequar à tendência mundial.

Como a Bia Barbosa já falou muito bem, não existe tendência mundial. Só 30% dos países adotam franquia, e existe uma polêmica, nos países que já a adotam, de ONGs que militam contra e de Senadores e membros do Legislativo que tentam reverter esse quadro. O estudo saiu, na semana passada, na mídia brasileira, desmentindo essa argumentação. Portanto, vamos deixar claro que não é uma tendência mundial, mas uma polêmica mundial que pode ser revertida por nós, sociedade organizada, comunidade política.

Terceiro argumento: existe um problema de seleção adversa. As empresas não conseguem identificar qual o perfil de consumo de seus usuários, não conseguem planejar investimentos e, portanto, a implementação de franquia levaria à melhoria de experiência do usuário e planos mais baratos para os mais pobres e planos mais caros para os mais ricos. Esse é o argumento das empresas.

Foi dito aqui que as empresas estão colocando franquias altas, que seriam adequadas. Não é o que nós identificamos no Idec, fazendo pesquisa nesses contratos. O que nós identificamos é que, para os planos mais econômicos, as franquias são absurdamente baixas, variando de 10 a 30 gigabytes por mês, e a preços que não são acessíveis.

A ONU tem um relatório que diz o que é uma internet banda larga acessível. E ela diz: "Deve custar 2% da renda média domiciliar no Brasil." Nossa renda média é de R$1.054,00 mil. Portanto, o plano deveria custar em torno de R$21,00 a R$25,00. Vocês encontram um plano de banda larga por esse preço? Não encontram. E, se encontrarem no ano que vem, com franquia, certamente, haverá uma limitação agressiva, um tampão de 10 a 30 gigabytes por mês.

Portanto, o argumento é falso, porque irá prejudicar, sim, os mais pobres. Esse modelo de negócios é altamente restritivo em termos de capacidades humanas, especialmente dos brasileiros sem condições. Portanto,

é uma questão de definição de política pública e de regime jurídico adequado para banda larga fixa no Brasil. Se ela é essencial – e nós reconhecemos isso no marco civil –, o que nós podemos fazer aqui?

Posição número um do Idec: a solução não é a que tem sido aventada pelo Legislativo, de inclusão de uma proibição ou de permissão no Marco Civil da Internet. O Marco Civil da Internet é uma lei federal de princípios e garantias gerais, é um belo trabalho legislativo construído por mais de sete anos de discussão com a sociedade civil. Não é hora de ficar recortando o marco civil para permitir ou proibir franquia. Existem outras vias para se fazer isso.

Segundo ponto do Idec: a Anatel precisa, urgentemente, fazer uma análise de impacto de quais são os grupos afetados e o que poderá acontecer no Brasil se as franquias de dados forem permitidas. Isso não feito em 2013, Sr. Presidente, quando a Resolução 614, de Serviços de Comunicação Multimídia, foi aprovada pela Anatel. É hora de a Anatel recurar, reconhecer que é preciso fazer esse esforço e iniciar, pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação, essa ação regulatória com análise de impacto regulatório. Isso nós levamos à reunião do CDUST no dia 29 de abril e foi encaminhado para os membros do comitê para votação. Portanto, nós o Idec estamos provocando o Conselho Diretor da Anatel pelo CDUST para iniciar esse tipo de mensuração de impactos na agência. Isso serve também para recuperar a legitimidade democrática da agência.

Quarto: a discussão maior é outra, como a Bia disse. Precisamos retomar um debate sobre regime jurídico para a banda larga no Brasil, tal como o Ministério das Comunicações levantou na consulta pública de dezembro, quando o Idec disse: nós precisamos construir um regime jurídico novo. Aquela escolha que nós fizemos em 1997, de divisão entre regime público e privado, fazia sentido para aquele momento histórico em que telefonia fixa era prioridade. Hoje, o momento histórico demanda outro tipo de trabalho legislativo e dogmático.

Vejam bem: nós temos milhões de brasileiros que nos acompanham por *streaming* e devemos focar nisso. O nosso problema maior é definir regime jurídico para banda larga. Eu lembro aqui, Sr. Presidente, da Resolução 44/13, do Senado, que fez avaliação da política pública Plano Banda Larga para Todos, em que o próprio Senado Federal reconheceu que era preciso reconhecer a internet como serviço essencial; elaborar um novo plano nacional, ampliar investimentos, estimular a entrada de novos agentes tanto no setor público ou privado no Setor de Telecomunicações; reestruturar os fundos que estão travados e fortalecer papel institucional da Anatel, reforçando a defesa do consumidor. Portanto, esse é um diagnóstico do Senado que nós devemos retomar aqui.

Por fim, encerro dizendo que essa é uma oportunidade de discussão nacional e construção normativa participativa, seja via legislativo ou via Anatel. A questão de fundo que nós devemos debater é esta: o interesse das empresas se sobrepõe a nossa ordem jurídica e aos princípios do uso da internet no Brasil? Essa é a questão que eu levo para o nosso debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.K, Dr. Zanatta, do Instituto de Defesa do Consumidor – Idec.

Como V. Sª citou o nome do Sr. Carlos Duprat, do SindiTelebrasil, ele, mais tarde, vai falar e V. Sª poderá debater com ele os seus argumentos.

Nosso próximo expositor será o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cláudio Lamachia, a quem cumprimentamos pela brilhante eleição e pela posse, há poucas semanas, com algo inédito: sua eleição por todos os 27 Estados brasileiros.

Meus cumprimentos.

O SR. CLÁUDIO LAMACHIA – Bom dia a todos. Quero, na pessoa do Senador Lasier Martins e do Senador Hélio José, cumprimentar os demais Senadores, cumprimentar todas as senhoras e os senhores; agradecer as palavras do Senador Lasier Martins; cumprimentá-los exatamente por este momento e por esta audiência pública, pela oportunidade e pela felicidade da realização desta audiência, deste encontro aqui.

O tema internet, o tema telefonia móvel é extremamente sensível para toda a sociedade brasileira. Todos nós sabemos disso. Nós temos, a cada novo momento, visto com muita apreensão algumas manifestações, notadamente no que dizem respeito à agência reguladora, a Anatel.

Senador Lasier Martins, quando se fala exatamente da Anatel, nós temos que resgatar os últimos acontecimentos. O Presidente da Anatel afirmou textualmente que a era da telefonia ilimitada teria acabado. Aliás, num determinado momento – isso é público porque saiu na imprensa –, estava eu na entrevista com diversos jornalistas, e um jornalista me questionou isso. E como Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, diante da seriedade de um tema como esse, só pude dizer ao jornalista que, na minha avaliação, o que teria terminado naquele momento era a agência reguladora Anatel. Porque a Anatel tem um compromisso com a sociedade brasileira, a Anatel tem função de regulação do mercado, mas também tem função de examinar esse mercado, olhando exatamente para a situação dos consumidores.

Senhoras e senhores, nós, quando falamos em internet, nós falamos de acesso à cidadania. O que se pretende com a limitação da internet é exatamente um ferimento direto, frontal e manifesto – como já foi aqui dito pelo colega que me antecedeu, Rafael Zanatta, do Idec, a quem cumprimento também pelo trabalho – do Código de Defesa do Consumidor e também do Marco Civil da Internet. Isso nós não podemos aceitar.

Mas quero trazer aqui também alguns outros dados que acho que são fundamentais e importantíssimos, que fazem com que o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados se envolva diretamente e pessoalmente num tema dessa magnitude. Nós temos hoje mais de 5.500 Municípios no Brasil e, ao longo dos últimos anos, muito questionamos aquilo que temos chamado de falta de capacidade instalada do Poder Judiciário para dar conta da demanda que lhe é submetida.

Pois bem, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, a partir disso, nós tivemos por parte do sistema judicial brasileiro a implementação de um sistema que é dito como o sistema de solução dos problemas que nós temos enfrentado na linha do processo judicial ou da sua morosidade, que é o Processo Judicial Eletrônico. E o Processo Judicial Eletrônico é definitivo, importantíssimo para que se tenha, sim, efetivamente essa celeridade. Mas, acima de tudo, o Processo Judicial Eletrônico precisa de internet de qualidade, precisa de banda larga. E nós temos, hoje, nos Municípios brasileiros, um percentual muito reduzido ainda de internet de qualidade. E o que é pior: neste momento, quando ouvimos, por parte da Anatel, da agência reguladora, esta ideia de que a internet será trabalhada com limitação ou com franquias absolutamente reduzidas, eu pergunto às senhoras e aos senhores: como nós vamos ter um processo judicial eletrônico funcionando na sua plenitude? Aliás, hoje, já não temos, porque são diversos, são inúmeros os Municípios brasileiros que não têm sequer acesso à internet. Nós estamos falando de algo fundamental, que é infraestrutura no Brasil para o nosso desenvolvimento, para a cidadania.

Há alguns anos – e o Senador Lasier Martins deve se lembrar bem disto –, em 2012, nós empreendemos no Rio Grande do Sul, quando eu era Presidente da Ordem dos Advogados do meu Estado, uma verdadeira cruzada no que diz respeito à falta de sinal da telefonia móvel. Naquele momento, defendemos, sim, que as empresas fossem proibidas de vender novos planos de telefonia móvel, enquanto não dessem qualidade para os planos já existentes. Num determinado momento, alguém me perguntou: "Mas, Lamachia, como fica o direito dos futuros consumidores?" E eu afirmei que, primeiro, nós temos que defender o direito dos atuais consumidores para que, no futuro, possamos ter, sim, todos os consumidores tendo efetivo acesso à telefonia móvel. Pois, agora, nós vivemos um momento semelhante a este, mas algo de maior gravidade ainda do que já era a questão da telefonia móvel celular.

Quando se fala em internet banda larga e quando se fala em processo judicial eletrônico, está a se afirmar às senhoras e aos senhores que não estamos apenas – e isso já seria suficiente –defendendo que todo cidadão brasileiro tenha acesso à internet para que possa, a partir dela, exercer o seu direito ao lazer, assistir a um filme. Não é disso que se trata aqui. Trata-se de algo muito mais sério, porque nós temos todo o sistema judicial brasileiro, hoje, funcionando na base desse processo judicial eletrônico, que tem, como nascimento, exatamente a internet banda larga; que tem, como fundamento, que se possa ter infraestrutura instalada. Imaginem os senhores um advogado peticionando, num determinado momento, e a sua internet simplesmente sendo cortada! O que acontecerá com o prazo, com o direito, com a liberdade, com o patrimônio dessa pessoa que está sendo representada por um advogado? Isso também é algo que tem que ser enfrentado pelo Governo Federal porque é direito de todos nós hoje. Aliás, em um país que já não devolve, em políticas públicas básicas, saúde, educação, segurança, nós temos, hoje, um outro grande problema, que é exatamente este: investimento nessa área.

Mas quero, aqui, nestes dois minutos que me restam, Srs. Senadores, dizer que nós temos que examinar, neste tema também, uma outra situação que é o papel que a Anatel vem cumprindo no Brasil. Qual é o real papel? Nós já passamos da hora de discutir qual a real finalidade e o real papel que deve ser exercido por uma agência reguladora. As últimas declarações do presidente da Anatel mais se assemelham a declarações de um representante do sindicato das empresas do que de alguém que está, efetivamente, presidindo uma agência reguladora. Isso não podemos aceitar, notadamente pelo que se está discutindo.

É por isso, Senadores, Senador Lasier Martins, que nós esperamos, sim, por parte do Senado Federal e a partir de uma audiência pública como esta, que o Senado tome providências neste tema exatamente pelo que significa para todos nós o direito do acesso à telefonia móvel e à internet de qualidade em todo Brasil, nos mais de cinco mil e quinhentos Municípios. Mais do que isso ainda, nós queremos ver a possibilidade real de termos, a partir de uma audiência pública como esta, um novo enfoque para este tema, em que se possa buscar, sim, por parte do Governo Federal, um outro padrão no que diz respeito à ideia também de investimento nesta área, porque a cidadania brasileira espera por isso, porque o marco civil da internet afirma, textualmente, que a internet é direito de cidadania, e é por isso que nós esperamos que, efetivamente, a partir de debates como este, nós possamos ter, sim, soluções para estes problemas.

Mas, ao fim e ao cabo, Srs. Senadores, o que pretendi deixar aqui exatamente como mensagem, nesta audiência pública – que volto a reiterar, é de grande valia para a sociedade brasileira –, é o que nós, advogados, o que a advocacia brasileira, o que os membros do Poder Judiciário, o que os membros do Ministério Público, o que os servidores judiciais estão e vão sofrer mais ainda no que diz respeito ao processo judicial eletrônico.

Muito obrigado ao Senador Lasier Martins e a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O agradecimento é nosso, Dr. Cláudio Lamachia, Presidente do Conselho Federal da OAB.

Vamos ouvir agora a Srª Miriam Wimmer, Diretora do Departamento de Serviços de Universalização de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MiniCom.

A SRª MIRIAM WIMMER – Muito obrigada, Senador Laiser Martins.

Bom dia ao senhor, aos senhores e senhoras aqui presentes!

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar deste debate que nós, no Ministério das Comunicações, também consideramos da mais alta relevância neste momento em que têm sido anunciadas mudanças na forma de cobrança da banda larga fixa.

Trata-se de um tema que ganhou a atenção da opinião pública após o anúncio de uma empresa de que passaria colocar franquia nos planos de banda larga fixa, uma prática que já existe na banda larga móvel há algum tempo. E, logo após o anúncio, como os senhores sabem, houve fortes reações dos consumidores e também de organizações como o Ministério Público Federal, a Ordem dos Advogados do Brasil, entidades de defesa do consumidor, dentre outros. Nestes questionamentos, temos ouvido muitas perguntas com relação à legalidade da medida, com relação a sua necessidade, a sua justificativa, quanto ao propósito e também quanto aos impactos que uma medida dessa natureza poderia trazer para o consumidor final.

Nós consideramos que a intensidade da reação que observamos nas redes sociais, nas manifestações formais às entidades competentes é absolutamente coerente com a importância que a internet tem na vida dos cidadãos e reforça também a visão do Ministério das Comunicações, já consagrada no Marco Civil da Internet, de que o acesso à internet é essencial à cidadania, e que o Poder Público tem a responsabilidade de atuar de modo a promover o acesso de todos aos serviços de banda larga com qualidade e a preços razoáveis.

Nesse sentido, Srs. Senadores, temos trabalhado nos últimos meses em diversas iniciativas voltadas tanto para a expansão da infraestrutura e a melhoria da qualidade como também para a modernização do marco normativo setorial.

Nesse contexto, naturalmente, acompanhamos com bastante preocupação o anúncio das empresas, principalmente porque entendemos que uma alteração contratual dessa natureza tem o potencial de impactar muito profundamente a vida das pessoas, conforme já foi exposto pelos palestrantes que me precederam. Eu acrescentaria que a internet hoje não é apenas uma ferramenta de lazer, mas um instrumento de acesso a bens culturais, de educação, de geração de trabalho e renda e também um poderoso instrumento de viabilização da liberdade de expressão e de participação social.

No Ministério, ao tomar conhecimento dessa medida, avaliamos que ela precisaria ter os seus impactos muito mais bem conhecidos e avaliados em maior profundidade. O fato é que o consumidor brasileiro, desde a introdução da internet fixa em banda larga, se habituou a consumir de maneira ilimitada, ao contrário do que ocorria anteriormente no acesso discado à internet em que éramos cobrados pelo tempo em que ficávamos conectados. Quando se iniciaram os serviços fixos de banda larga, entretanto, nossos hábitos de consumo se alteraram. Existe uma expectativa do consumidor de fruição ilimitada da internet, algo que foi construído ao longo dos últimos anos em que vivenciamos esse tipo de oferta de serviço. E avaliamos, no Ministério, que, nessa proposta de alteração da forma de cobrança, muitos aspectos não estavam e não estão ainda claros. Por exemplo, há previsão de alteração de contratos vigentes ou isso valeria apenas daqui para a frente? As franquias que se propõe que venham a ser estabelecidas são compatíveis com os hábitos de consumo dos cidadãos brasileiros? Esse tipo de medida poderia resultar no encarecimento do serviço ou na redução do seu consumo? E, mais concretamente, falando também como cidadãos e consumidores, qual é o meu consumo mensal em casa? Quanto eu gasto? Quanto é um filme? Quantos filmes eu assisto por mês? Se eu baixar uma música, se eu tiver uma televisão conectada, se eu assistir a uma série no Netflix?

Um ponto que tem sido bastante questionado também aqui nas falas anteriores diz respeito à motivação para esse tipo de alteração na forma de precificação. Nós temos ouvido argumentos muito fortes de que essa alteração seja necessária em função da explosão do consumo de dados, especialmente do *streaming* de vídeos, que é um fenômeno que todos nós vivenciamos também em nossas residências. Esse tipo de consumo aumentado coloca maior pressão sobre as redes de telecomunicações, e as empresas têm argumentado que, em função desse fenômeno, seja necessário alterar a forma de cobrança de modo a precificar mais corretamente, mais justamente o consumo. Reconhecemos que podem existir medidas técnicas que imponham

a necessidade de reorganização do modo de comercialização da banda larga, mas acreditamos também que esse tipo de mudança tomada de forma unilateral pode trazer impactos muito significativos para os cidadãos. Nesse sentido, vale lembrar que tanto a legislação setorial quanto o Código de Defesa do Consumidor têm por premissa transparência e harmonia nas relações de consumo e que não há, de fato, paridade de armas entre o consumidor e as empresas que atendem milhões e milhões de cidadãos brasileiros atualmente.

Nesse ponto, é interessante lembrar que a legislação traz uma menção muito interessante no próprio Código de Defesa do Consumidor quanto à necessidade de harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e da compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se fundam a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.

Em função desse conjunto de considerações, no dia 14 de abril, o Ministério, preocupado com os possíveis efeitos dessa medida sobre as políticas de ampliação de banda larga, enviou um ofício ao Presidente da Anatel, o Dr. João Rezende, solicitando que a agência adotasse medidas com vistas a evitar práticas abusivas e mitigar os potenciais efeitos nocivos de tal conduta sobre os consumidores brasileiros.

Nesse mesmo ofício, o Ministro pediu também que a Anatel assegurasse que não houvesse alteração arbitrária dos contratos celebradas e que fossem plenamente respeitados os direitos dos usuários de banda larga fixa no País previstos no Código de Defesa do Consumidor e na legislação setorial.

A Anatel, que já vinha estudando esse assunto, reagiu muito rapidamente à provocação e, poucos dias depois, no dia 18 de abril, expediu uma medida cautelar que o Conselheiro Zerbone deve detalhar mais à frente, acredito, determinando que as empresas se abstivessem de adotar nas ofertas comerciais qualquer prática de redução de velocidade, suspensão do serviço ou cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia, até que tivessem sido implementadas diversas medidas previstas pelo órgão regulador. Pouco depois dessa primeira decisão, que se deu no âmbito da Superintendência de Relações com Consumidores, o Conselho Diretor avocou o assunto, chamou para si o tema, e expediu uma segunda medida cautelar, impedindo a adoção dessas práticas que mencionei anteriormente por período indeterminado.

Eu gostaria, nesse ponto, de enfatizar o seguinte: embora os serviços de banda larga fixa e móvel sejam serviços prestados em regime privado e, portanto, não estejam juridicamente sujeitos a controles de tarifas, a Anatel possui, sim, uma competência de monitoramento do mercado e de avaliação dos planos de serviço, avaliando sua adequação ao marco normativo e também às necessidades dos consumidores. Parece-nos, portanto, que a Anatel andou muito bom ao expedir as medidas cautelares, tomando providências concretas e céleres, e que teremos agora uma oportunidade de aprofundar os debates e os estudos acerca desse tema. Teremos a oportunidade de, por exemplo, entender como esse assunto é tratado internacionalmente.

Ouvimos aqui várias referências trazidas pelos palestrantes anteriores. A questão é saber, enfim, se, em outros países, há ou não há planos com franquias. Eles convivem com planos ilimitados? Qual é o tamanho das franquias? Essas franquias guardam proporção com a velocidade que é comercializada? De que maneira o consumidor pode acompanhar o seu consumo, medir o seu consumo e controlar o consumo de megabits na sua residência? Também teremos oportunidade de aprofundar a discussão jurídica sobre o assunto, uma vez que têm sido suscitadas diversas dúvidas sobre essa prática. Tem surgido um amplo espectro de projetos de lei, tanto aqui, no Senado, quanto na Câmara dos Deputados, buscando endereçar ao tema. Também temos notícias de ações judiciais que têm buscado trazer a discussão para o Poder Judiciário.

Concluindo essa breve fala, eu gostaria de enfatizar que, do ponto de vista do Ministério das Comunicações, o vetor orientador desse debate deve ser a preservação dos direitos do consumidor. As discussões que ocorrerão aqui, no Poder Legislativo, e também em outros fóruns competentes devem ser, na nossa opinião, orientadas pela preservação da liberdade de escolha do consumidor. Nesse cenário, entendemos que é possível, desejável e necessário que continuem existindo planos ilimitados de serviço de banda larga que podem, eventualmente, coexistir com outros modelos de precificação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Drª Miriam.

Registro a presença dos nossos Senadores Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) do Ministério da Justiça, Sr. Igor Rodrigues Britto.

O SR. IGOR RODRIGUES BRITTO – Bom dia, Senador!

Bom dia a todos os demais Senadores presentes, aos representantes das entidades civis de defesa do consumidor, aos representantes do mercado de telecomunicação e a todos que nos acompanham!

É com muita satisfação, Senador Lasier, que nós da Secretaria Nacional do Consumidor participamos deste debate, mesmo porque nós temos manifestado, em todos os fóruns de discussão a respeito disso, que,

pela relevância desse tema, esta questão necessita e carece de discussões transparentes e um debate muito amplo e democrático com a representatividade de todos aqueles que são afetados e interessados no tema para que a gente possa construir os marcos da internet que nós queremos no Brasil.

Eu queria apresentar, brevemente, no tempo que nos é disponibilizado, como a Secretaria Nacional do Consumidor tem conduzido não só o tema da tentativa de implementação de modelos de franquia na internet, mas também todos os outros temas caros para a sociedade brasileira a respeito dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicação.

Desde o ano de 2013, a partir do decreto que estabeleceu o Plano Nacional e Consumo de Cidadania, a defesa do consumidor por meio da articulação dos órgãos de defesa do consumidor com os entes reguladores passou a ser uma meta de Governo e também passou a ser uma política pública bastante importante. E, nesse sentido, essa política nacional de defesa do consumidor exige que se fortaleçam os órgãos de defesa do consumidor e que todo o processo regulatório e também as decisões dos agentes reguladores prescindam de uma participação efetiva daqueles que representam os consumidores no Brasil de forma que a análise dos impactos regulatórios possa ter respeitadas as perspectivas dos consumidores que são legitimados, cujos órgãos são legitimados nessa representação.

Nesse sentido, no que diz respeito a telecomunicações, a Senacon tem acompanhado todos os serviços regulados, como é sua obrigação também, mas tem acompanhado toda a atividade regulatória de forma a garantir que essa perspectiva do consumidor seja atendida nas tomadas de decisões.

No âmbito do fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, a Senacon criou um grupo de trabalho, que já foi mencionado aqui por alguns dos seus participantes, de alguns dos membros desse grupo de trabalho, que foi o GT Consumo e Telecomunicações. Esse grupo foi criado no ano passado e tem como objetivo discutir, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, as questões mais caras e relevantes no serviço de telecomunicações prestados no Brasil.

No ano passado, em razão da consulta pública iniciada pelo Ministério das Comunicações para a discussão da lei geral de telecomunicações, foi criado esse grupo de trabalho, que tem uma representação bastante plural. Ele é composto e coordenado pela Senacon, mas tem a participação da Associação Nacional dos Promotores do Ministério Públicos de Defesa do Consumidor, da Defensoria Pública em defesa do consumidor, do Procons-Brasil e do Fórum das Entidades Civis de Defesa do Consumidor, que é representado pelo Prof. Rafael Zanatta, e também tem colaboração de algumas outras entidades importantes no Brasil, como a Brasilcon, NIC.br, representado pelo Prof. Demi Getschko, que aqui está também.

Nessa ocasião da manifestação desse grupo de trabalho sobre a consulta pública do Ministério das Comunicações, nós já havíamos nos manifestado sobre a importância de que, independentemente do regime público por que seja tratada a internet no Brasil, ela seja tratada como um serviço essencial e que a essencialidade da internet, na verdade, aqui tão manifestada, é que deve ser levada em consideração também nessa discussão para implementação ou proibição das franquias de internet fixas no Brasil.

A próxima reunião – foram realizadas duas reuniões por esse grupo de trabalho –, está agendada para maio deste ano. No dia 10 de maio de 2016 nós teremos a próxima reunião, que tratará... Obviamente, é uma pauta um pouco extensa, mas ela vai ser agora preenchida, em sua maior parte, pelo tema da franquia da internet fixa. Isto porque esse grupo de trabalho, composto por todos esses órgãos representativos da defesa do consumidor do Brasil, pretende se manifestar em conjunto a partir dessa data.

O acesso à internet de banda larga é um serviço essencial à sociedade. Portanto, essa massificação, a modicidade tarifária, a continuidade e a neutralidade são objetivos da regulação, independentemente do uso da manutenção e alteração dos regimes públicos ou privados de exploração dos serviços de telecomunicação.

Em razão disso, a ampliação do serviço de telecomunicação, em especial da banda larga, deve vir acompanhada de instrumento de transparência.

Então, como eu disse, na discussão sobre essa internet que nós queremos, é importante que todas as decisões tomadas pelo órgão regulador e por outras autoridades relacionadas prescinda de um transparente debate, de uma ampla discussão a respeito desse tema.

Nós já visualizamos que a manifestação que se constrói, que se está construindo a respeito disso perpassa, obviamente, por quatro eixos. Um eixo legal e regulatório – nesse sentido, nós estamos falando do impacto dessas decisões no respeito aos direitos consagrados no Código de Defesa do Consumidor e também na regulação –; os aspectos técnicos – que foram bem aqui apresentados pelo Prof. Demi Getschko – e os aspectos políticos e aspectos econômicos. E aqui eu estou falando sobre a política pública de expansão da internet banda larga no Brasil, o Programa Nacional de Banda Larga.

Como dito já pela Diretora Miriam, o Código de Defesa do Consumidor estabelece, na sua Política Nacional das Relações de Consumo, que toda intervenção do Estado no mercado de consumo deve perpassar por

tentativa de harmonização e equilíbrio entre os interesses econômicos dos consumidores e a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico. Agora, essa compatibilização, esse equilíbrio, essa busca por essa compatibilização entre esses dois princípios deve ser pautada na boa-fé e no equilíbrio das relações de consumo.

Obviamente, então, os direitos dos consumidores devem ser bastante preservados e observados em todo esse processo de discussão.

E aqui eu elenco alguns direitos básicos que devem ser ressaltados quando nós todos falamos que essas decisões podem impactar nos direitos consagrados dos consumidores no Brasil. Uma é liberdade de escolha, é o direito de as pessoas poderem ter, dentro de um serviço essencial, e, portanto, contínuo, como é o caso da internet banda larga no Brasil, a liberdade de escolher planos que realmente são acessíveis e possam atender às suas demandas mais reais e necessárias, mas também é um direito que os serviços colocados no mercado de consumo sejam realizados, ofertados de forma transparente e respeitados os deveres de informação de forma que essa liberdade de escolha seja plena. E a vedação obviamente de que mudanças contratuais sejam feitas de forma autoritária e unilateral e, sendo assim, a proteção contra práticas abusivas e desleais adotadas no mercado de consumo.

Nós temos muito receio, a Senacon, Secretaria Nacional do Consumidor, tem acompanhado essa situação com bastante receio especialmente, Senadores, no que diz respeito à oferta dos serviços, mesmo porque, como já foi dito aqui, o consumidor brasileiro, muito recentemente, foi acostumado a acreditar que a internet fixa era ilimitada ou é ilimitada. No ano de 2015, as operadoras de telecomunicação pautaram suas publicidades de certa forma omitindo qualquer informação de que a internet é um bem escasso ou que o modelo poderia ser alterado a qualquer momento para privar os consumidores de um consumo, como dito, ilimitado. Então, há uma responsabilidade muito grande também de parte das operadoras no que diz respeito à conscientização dos consumidores sobre a natureza da internet.

No âmbito da regulação, o RGC, a regra principal de defesa do consumidor dentro do marco regulatório da Anatel, torna bastante caro as questões de oferta dos serviços de telecomunicações no Brasil. Mas, como eu disse, as questões jurídicas e econômicas talvez sejam menores do que as questões de políticas públicas. A essencialidade da internet vai além das questões jurídicas e econômicas e por isso a discussão que nós temos agora na verdade é um sintoma de uma questão muito mais ampla do que especificamente a adoção de franquias limitadas de internet. Essa discussão tem muito mais a ver com a internet que nós queremos para o Brasil.

Por isso, mais uma vez, termino ressaltando a necessidade de que todas as decisões tomadas a esse respeito sobre esse tema sejam realizadas a partir de um debate transparente e de uma discussão da qual participem todos os representantes e afetados. E aqui eu não estou me referindo apenas à defesa do consumidor, mas também às entidades civis de defesa do consumidor, muito bem representadas aqui, mas também aos atores de mercado e todos aqueles que de certa forma estão envolvidos nessa discussão e afetados por ela.

Parabenizo, mais uma vez, esta Casa por ter iniciado essas discussões de forma tão democrática, como vemos esta manhã.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Igor Rodrigues Britto, do Ministério da Justiça.

Já temos conosco o Presidente da Comissão de Infraestrutura, que também faz parte desta audiência pública, Senador Garibaldi Alves Filho, e temos conosco também o Senador Donizeti Nogueira, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Flexa Ribeiro. O Estado do Pará sempre está presente em todas as reuniões, e a Bahia está com dois Senadores presentes.

Nosso próximo expositor será o Sr. Fábio Andrade, Diretor de Relações Institucionais da Claro S.A. e da NET.

Está chegando à nossa mesa uma manifestação da Associação Brasileira de Procons, o ProconsBrasil, entidade que representa os Procons de todo o País. São 800 Procons. Assina o documento a Drª Cláudia Silvano, Presidente da ProconsBrasil, que, em outras palavras, registra que os Procons manifestam repúdio à pretensão divulgada pelas operadoras de telefonia quanto à mudança na forma de cobrança que hoje se dá pela velocidade, pelo serviço de acesso à internet através da banda larga fixa. Da mesma forma, a ProconsBrasil repudia a manifestação da Anatel sobre o tema por entender que qualquer definição de manutenção ou alteração do sistema de cobrança do serviço da internet banda larga fixa deve basear-se no que dispõe a legislação federal, em especial o Código de Proteção e Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, normas legais às quais as portarias e as resoluções da agência se submetem.

Esse o documento enviado à nossa audiência pública pela Presidente da ProconsBrasil, Cláudia Silvano.

Por outro lado, já temos quase 200 mensagens enviadas através do Portal e-Cidadania.

Com a palavra o Diretor de Relações Institucionais da Claro e da NET, Fábio Andrade.

O senhor não prefere a tribuna?

O SR. FÁBIO ANDRADE – Não, aqui está muito bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sempre preferimos a tribuna para facilitar o trabalho dos fotógrafos.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Eu vou doar meu tempo ao nosso diretor do Sindicato. Eu só queria fazer algumas observações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não. Fique à vontade.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Primeiro, quero cumprimentar V. Exª, Senador Lasier, pela iniciativa da sua Comissão e das outras duas Comissões envolvidas, a Comissão do nosso Presidente Garibaldi Alves, quero cumprimentar também o Senador Flexa Ribeiro, do Pará, o Senador Walter Pinheiro, que é uma unanimidade no setor de telecomunicações, pelo seu conhecimento, a Senadora Lídice da Mata, baiana, guerreira, cujo trabalho e história conheço muito bem, e o nosso Senador Donizeti Nogueira, cujo trabalho conheço bem, assim como sua luta em prol das comunicações no seu Estado, por que temos trabalhado juntos.

Eu quero parabenizar a todos pela iniciativa, pois acho que esse tema tem que ser discutido de uma maneira franca e, antes de passar a palavra, de dar o meu tempo ao nosso diretor, quero deixar bem claro, falando com todo o coração e com toda a verdade, que não se pode vender como infinito o que é finito. A banda larga é finita. Então, a gente tem que trabalhar dentro dessa realidade.

Eu também queria questionar aqui o que a Srª Bia falou, que 70% dos países do mundo vendem sem franquia. Eu realmente queria dizer que isso, de acordo com as nossas pesquisas, não condiz com a verdade. É exatamente o contrário: 70% dos países do mundo convivem com a franquia.

Antes de passar a palavra, eu queria lamentar profundamente a agressividade do representante do Idec, Sr. Rafael, que, antes do nosso pronunciamento, já o classificou como mentiroso. Ele foi agressivo. Eu acho que esse tipo de conduta não condiz com esta Casa do Senado Federal e não condiz com o debate.

Então, diante disso, passo meu tempo ao nosso diretor do Sindicato, mas quero, mais uma vez, falar que não se pode vender como infinito o que é finito. Isto é muito importante.

Por último, eu quero, mais uma vez, falar um mantra: por que o Governo não usa os bilhões que ele arrecada do Fust para aumentar a banda larga no País? Por que isso vira superávit? Por que a gente paga tanto Fust e não recebe em troca esse investimento?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Fábio, o senhor falou por poucos minutos, dois minutos.

A SRª BIA BARBOSA – Senador, posso só citar a fonte da informação da minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Srª Bia.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Eu tenho a fonte da minha também.

A SRª BIA BARBOSA – É só para citar.

A minha informação vem de um relatório lançado em novembro de 2015 pela UIT, a União Internacional de Telecomunicações, que se chama Medição da Sociedade da Informação, que apresenta o índice de desenvolvimento de tecnologia da comunicação e da informação e que fala que 68% dos países do mundo trabalham com modelo de negócios de franquia ilimitada para a internet.

Então, essa informação...

Não, não é que a gente tem... Eu estou citando a fonte da minha informação. Se vocês discordam, aí, eu acho que é uma discordância em relação aos dados da UIT, porque não foi a minha organização que produziu essas informações.

Só isso, Senador.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Eu também vou disponibilizar aos Srs. Senadores a fonte das nossas informações que falam exatamente o contrário.

Mas, para não desperdiçar meu tempo, quero doá-lo ao Dr. Duprat, porque ele foi duramente agredido pelo representante do Idec. Eu acho que ele vai precisar de mais uns minutinhos para se defender e para fazer a nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Sr. Fábio, o senhor está passando, então, sete minutos, que se somarão aos dez minutos, mais tarde, ao Dr. Carlos Duprat. Então, podemos seguir a nossa ordem, porque agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, tem mais os cinco da Oi. Então, nós temos 22 minutos para o Dr. Duprat, que vai monopolizar.

Cumprimentos pela vantagem.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós temos agora a Anatel.

Pois não.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Sr. Senador, pela ordem.

Eu só queria esclarecer ao Sr. Fábio e ao Sr. Carlos Duprat, que eu muito respeito e com quem tivemos uma reunião muito respeitosa na sexta-feira, no CDUST, que não foi um ataque pessoal. Eu respeito o Sr. Carlos Duprat e falei que iria desmontar alguns argumentos das empresas da minha fala e que talvez o Sr. Carlos Duprat fosse apresentá-los, mas não disse que é um argumento mentiroso do SindiTelebrasil.

O SR. FÁBIO ANDRADE – Foi agressivo.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Então, eu quero dizer que a fala é institucional. Eu respeito as pessoas que estão aqui.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, eu acho que a gente não pode ficar nesse pingue-pongue.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós não começamos o debate ainda. Deixemos para ouvir depois o que o Dr. Duprat vai dizer.

Então, agora, com a palavra o representante da Anatel, Conselheiro e Presidente Substituto da Agência Nacional de Telecomunicações, Dr. Rodrigo Zerbone.

O SR. RODRIGO ZERBONE – Bom dia a todos!

Eu quero agradecer pela iniciativa, quero agradecer pelo convite, quero saudar todos os Senadores nas pessoas dos Senadores Lasier Martins, Hélio José e Garibaldi Alves, que compõem a Mesa, e quero começar minha fala, enquanto a apresentação é colocada, dizendo que, de fato, ao ouvir palavras tão duras, trazidas por uma pessoa tão ilustre quanto o Presidente Nacional da OAB em relação à atuação da Anatel do ponto de vista do consumidor, é importante que façamos uma avaliação também da nossa capacidade de comunicação e, obviamente, reflexões em relação ao mérito de algumas questões, mas o que eu quero tentar trabalhar e tentar demonstrar para os senhores, rapidamente... Peço ao Presidente uma tolerância um pouquinho maior, já que a agência está no centro desse debate. É muito importante que a gente deixe muito claro aqui toda a atuação da Anatel em relação à defesa do consumidor e, obviamente, ao tema que trouxe, que está como foco dessa audiência pública.

Quero começar falando de todo o esforço que a Anatel vem fazendo, nos últimos anos, para modernização e transparência da agência.

A agência tem todos os seus processos públicos, as reuniões deliberativas do Conselho Diretor são abertas, transmitidas pela internet e com possibilidade de manifestação oral dos interessados; o Portal do Consumidor da Anatel, que foi premiado pela CGU no Concurso de Boas Práticas, na categoria de Promoção da Transparência Ativa e/ou Passiva; estamos em implantação final do processo eletrônico, e tudo isso resultou num reconhecimento do Tribunal de Contas da União da Anatel como uma das poucas agências reguladoras, juntamente com a Aneel, com o cumprimento integral de todos os itens de transparência estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União. Isto é fundamental para balizar todo o trabalho que a agência vem fazendo e fará, certamente, que eu colocarei aqui como foco de próximos passos que a gente tem sobre esse tema.

A atuação da Anatel vem casada, sob o ponto de vista do consumidor – perdão pela simplificação, pelo tempo –, em dois âmbitos, competição e preço, que traz qualidade de serviço e preço – isto é importante para o consumidor –, e também a proteção mais concreta dos direitos dos consumidores nessa relação de consumo.

É importante destacar alguns dados que não são muito divulgados, mas o impacto da comunicação por toda essa atuação regulatória também da agência sobre o IPCA é muito pequeno em relação a outros serviços, e isso porque a gente não colocou aqui outros setores regulados, que, no caso da energia elétrica, chega a 50%, e outros que também têm um impacto muito grande. Esse é o impacto que a comunicação tem.

Aqui, sobre preços de fato regulados diretamente pela Anatel, que são as tarifas de telefonia fixa. A gente pode ver a inflação chegando, no caso do IGP-DI, até 70%, e, nesse mesmo período, um incremento de tarifa de 13%, isso diretamente relacionado com a atuação regulatória da agência.

Algo fundamental para os consumidores de telefonia móvel: a gente sai de 2011 com um patamar da tarifa de interconexão móvel, aquela tarifa que um usuário de uma rede paga para ligar para uma outra operadora, que era muito cara, a gente sai de R$0,42 o minuto para R$0,10 este ano, podendo chegar a menos de R$0,02 em 2019. Isso já se refletiu no mercado com algumas empresas começando a praticar preços iguais para qualquer operadora, e isso traz benefícios para o consumidor.

A gente tem, também, a evolução do preço da banda larga fixa, com queda, e, aqui, também, a evolução de preços, poderiam ser colocados banda larga móvel e serviço móvel. A gente sempre tem que ressaltar que a gente tem um problema muito grande no País, que é a carga tributária dos serviços de telecomunicações.

Em alguns aspectos, passa de 50% do valor o que o consumidor paga por tributo. Obviamente, isso tem um impacto muito grande no valor absoluto, mas a gente percebe uma queda nesse valor.

Entrando mais diretamente em direitos e regulação de qualidade pela Anatel, a gente tem, hoje, no País, o maior sistema de controle de qualidade de banda larga do mundo. São mais de dez mil probes espalhadas pelo País, que fazem o teste de qual é a qualidade da banda larga para o consumidor final; existem vários parâmetros técnicos, a questão da velocidade média, velocidade instantânea, *jitter*, latência, que são questões técnicas, mas, de qualquer forma, isso é avaliado pela Anatel, e a gente viu, de fato, nesse período, uma adequação entre o que é vendido para o consumidor e o que é de fato prestado. Havia uma distância muito grande, mas agora, de fato, a gente já caminha para a normalização disso.

Há um regulamento, uma suspensão de vendas das empresas de telefonia, com plano de melhoria do SMP, que foi implementado, e a gente está interiorizando essa avaliação, cada vez mais, saindo de grandes centros e indo para pequenas cidades que têm ainda alguns problema de qualidade mais graves; criação da Superintendência de Relacionamento com os Consumidores, em 2013, no reconhecimento do papel institucional da Anatel, que tem de dar nas relações de consumo – essa é uma superintendência encarregada de fazer toda a gestão e reflexão dos temas de consumo, no âmbito da Anatel; e o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, que é reconhecido por muitos como o regulamento, a norma mais avançada de proteção aos direitos dos consumidores, em qualquer setor regulado, como um todo, na economia brasileira.

A gente tem como regras do RGC, que foi muito divulgado, o cancelamento automatizado, o retorno imediato de ligações que caem durante o atendimento, a gravação de todas as ligações, para que o consumidor possa ter acesso a essa informação depois, independentemente de quem origina, unificação do atendimento, o espaço reservado na internet. Ou seja, esse regulamento, de fato, traz toda a base... E eu falo disso com mais detalhe, porque isso está na base da cautelar dada pela Superintendência de Relações com os Consumidores também.

Atendimento ao consumidor da Anatel foi premiado, como coloquei, pela CGU; o *call center* da Anatel faz 500 mil atendimentos por mês; página da Anatel de consumidor, com linguagem mais adequada; portal do consumidor – a gente viu uma necessidade de termos mais simples, menos técnicos, para dialogar diretamente com o consumidor; aplicativo de consumidor, em que o consumidor pode fazer reclamação no próprio aplicativo, de forma muito simples; Anatel Serviço Móvel, prestando informação para o consumidor, também de forma simples, no aplicativo, de onde estão as antenas, de qual é a melhor operadora da sua localidade, para que o consumidor possa ter mais informação na hora de adquirir o serviço e escolher a operadora de sua atuação.

Como participação, a gente tem o CDUST – essa é uma demanda antiga de órgãos de defesa do consumidor – a gente tem uma participação garantida do CDUST em todo processo o regulatório, desde o seu início, não só na consulta pública. Então, as entidades de defesa do consumidor hoje, na agência, têm essa prerrogativa de participar, desde o início, de qualquer procedimento regulatório, debatendo, questionando e propondo soluções. Isso foi muito utilizado no Regulamento Geral de Direitos do Consumidor. E a maior parte das contribuições feitas pelo CDUST, todas que foram feitas oficialmente foram acatadas pelo Conselho.

Há o Conselho de Usuários.

Eu queria entrar em alguns esclarecimentos técnicos, já entrando no tema, Presidente, sobre a questão, principalmente, regulatória e jurídica.

A Lei Geral de Telecomunicações estipula dois regimes jurídicos: um regime público, em que hoje está a telefonia fixa; e o regime privado, de todos os outros serviços. No regime privado, não existe controle de preços e modelos de negócios. Ou seja, como foi muito dito aqui – vou entrar um pouco mais depois –, não foi a resolução de 2013 que permitiu às empresas terem os modelos de negócios que elas desejam, mas a Lei Geral de Telecomunicações, ao estipular a liberdade de prestação de serviços. Obviamente, a Anatel tem competência para agir quando houver uma demonstração de risco ao consumidor, violação a normas e defesa do consumidor, que a gente vai trabalhar um pouco mais também.

Mesmo no regime público, a gente tem um plano básico, que é obrigatório, e tem, depois, liberdade de ter planos alternativos para os diferentes perfis de usuários que as empresas têm.

O regulamento do SCM, então... Não foi o regulamento do SCM – esta é uma questão muito importante que seja esclarecida – que permitiu a imposição de franquias de consumo, ou seja, planos que tivessem franquia de consumo, mas simplesmente regulamentou que, naqueles planos em que houver isso, tem de ser garantido ao consumidor, de alguma forma, a continuidade da prestação do serviço. Vai muito na linha do que várias pessoas falaram aqui. Então, o que buscou a Anatel, na verdade, foi limitar a liberdade que as prestadoras já tinham de definir o plano de serviço da sua prestação, desde a Lei Geral de Telecomunicações, estabelecendo algumas condições.

É importante destacar que essa regulamentação passou por consulta pública, foi objeto de amplo debate, tivemos 30 contribuições sobre esses dispositivos e nenhuma contribuição pleiteando a proibição de planos de franquia, simplesmente trazendo algumas regras que poderiam ser utilizadas para fazer esse tipo de regulamentação. Inclusive, em uma contribuição específica da Seai existe uma preocupação do Ministério da Fazenda em relação a ter, nessa regulamentação, de fato, alguns mecanismos que permitam essa diferenciação entre tipos de consumidores, aqueles consumidores que gastam muito e consumidores que gastam pouco. Aqui, não estou entrando no mérito da questão, mas simplesmente colocando que essa questão foi debatida e foi levantada essa preocupação pelo Ministério da Fazenda.

O Regulamento Geral dos Direitos do Consumidor também traz garantias para os consumidores, aprofundando um pouco mais a regulamentação restritiva da Anatel em relação aos planos de serviço que tratam de franquia, exigindo que, nesses casos, o consumidor tem de ter direito a recurso que possibilite o acompanhamento adequado do uso de serviço na internet; antes da contratação, o consumidor tem de ser claramente informado em relação aos limites de franquia e condições de uso. Isso tudo foi absorvido dentro do regulamento. Inclusive, o Idec, à época representado pela Veridiana, que era representante do Idec, fez algumas contribuições em relação a esses pontos, sem questionar a legalidade ou a impropriedade de dispositivos como esse.

É importante também destacar que a nota técnica do Ministério da Justiça, da Senacon, em relação ao Regulamento Geral de Direitos do Consumidor, falou sobre a franquia e se colocou muito em relação a regras de transparência. Isso precisa estar de forma clara para o consumidor, a informação, e que ele possa ter instrumentos para gerenciar o seu consumo. O modelo de franquia não foi caracterizado pela Senacon como prática abusiva, pelo menos naquele momento.

Marco Civil da Internet veda planos de franquia?

Eu não vou entrar no mérito, mas cito aqui dois trechos do relatório do Deputado Alessandro Molon, que, como todos sabem, foi um dos grandes artífices da aprovação do Marco Civil no âmbito do Parlamento brasileiro. Ele fala, textualmente, no seu relatório que: "Cumpre ressaltar que a neutralidade da rede, prevista no Marco Civil, não proíbe cobrança por volume de tráfico. O que o Marco Civil proíbe é a diferença de qualidade, mas não a de quantidade".

Em relação a uma emenda especifica, há um comentário que diz: "O Marco Civil da Internet não veda planos com franquias. Ademais, não há qualquer relação com a neutralidade de rede". Palavras do relatório do Deputado Molon. Obviamente, essa é uma questão que a gente precisa debater, já que há outros entendimentos.

Em relação ao mundo, de fato, há uma divergência em relação a alguns dados. Eu acho que isso a gente precisa aprofundar. O que, de fato, existe são duas informações importantes que nos parecem que, de todas as fontes que a gente viu, algo que pode ser apropriado é que, em praticamente todos os países que adotam modelo de franquia, o modelo de franquia convive com planos ilimitados. Então, o consumidor tem as duas opções. E, além disso, não conseguimos identificar países em que houve proibição governamental do uso de franquia, mas parece que há alguns relatos de decisão empresarial... É liberdade empresarial, empresas adotam de forma diferente, mas, obviamente, esses são dados que precisamos estudar um pouco mais para dizer com certeza. E esse é um grande tema, porque aqui a questão que estamos discutindo é se devemos proibir isso e como a Anatel vai se posicionar.

Aqui, alguns exemplos de países que adotam e de países que não adotam.

Aqui, no Brasil, nós temos, como dito, nos contratos de prestação de serviço, previsões de redução, bloqueio ou redução. Obviamente, há uma discussão aqui que o Conselho Diretor vai ter que fazer agora. Dada a inaplicabilidade dessas regras, essas regras contratuais continuam valendo? Ou seja, o consumidor, mesmo tendo contratado com a previsão de franquia, dado que as empresas não implementaram, pode fazê-lo agora? Parece-me, é uma avaliação pessoal minha, que, dada a inaplicabilidade, não seriam válidas essas regras para esses contratos. Elas deveriam ser válidas só para novos contratos, novas contratações.

Em relação à cautelar, chegando ao final da minha apresentação, dado o panorama de discussão que tivemos, até o momento da cautelar... E eu fiz questão de colocar aqui os dados de consulta pública, os dados das discussões anteriores sobre esse tema, todas as discussões anteriores versavam sobre, de fato, o conteúdo que teve a cautelar, que é garantir instrumentos para os consumidores, garantir transparência e garantir respeito aos contratos. É isso que a Anatel, que a Superintendência de Relacionamento com os Consumidores buscou garantir na sua cautelar, com base em toda essa evolução da regulação, baseada neste tipo de discussão. Não havia uma discussão, à época, de possíveis ilegalidades em relação à prática de franquias. Então, falhas de informação e modalidade de consumo, que até então o consumidor não estava habituado. A cautelar diz que não pode ser feita nenhuma limitação ao serviço antes que tenha, de fato, a empresa implementando acompanhamento de consumo de serviço, identificação do perfil do consumidor, obtenção de histórico detalhado e sua utilização, notificação contra proximidade e esgotamento e franquia e possibilidade de comparar

preços, tudo na linha do que já tinha sido debatido com a sociedade civil, com os órgãos de defesa do consumidor, com as entidades de defesa do consumidor. Teríamos que trabalhar nessa linha, e foi isso que a superintendência buscou garantir.

De novo, é preciso ressaltar isto: não foi a cautelar que liberou o uso de franquia. E temos que fazer uma *mea culpa* em relação à talvez deficiente forma de comunicação que a Anatel teve em relação a essas decisões tomadas. De qualquer forma, não foi a cautelar que liberou o uso da franquia. Ao contrário, ela proibiu até o direito do consumidor à informação, à identificação do seu perfil de consumo e à contratação prévia daquilo e não a quebra de contrato que haveria. Sem a cautelar, a gente, obviamente, teria o risco de as prestadoras iniciarem, porque elas têm a liberdade, pela LGT, de modelo de negócio.

Obviamente, houve uma série de manifestações, tanto informais quanto formais, formalizadas, uma da própria OAB, a Anatel, questionando legalidade, questionando possíveis questões de abuso ao direito do consumidor que transcendem todas as manifestações anteriores que a Anatel teve a oportunidades de tratar.

Dado isso, dadas essas novas manifestações, que, obviamente, tem um peso importante para que a gente faça a análise, o Conselho Diretor, então, avocou o processo. Avocar é um termo técnico que se diz quando uma autoridade superior retira o processo da autoridade inferior para que ela avalie todas as questões. Obviamente, uma avaliação da superintendência está limitada pelas regras colocadas e a do Conselho Diretor é mais ampla, porque o próprio Conselho Diretor pode, em tese, alterar suas próprias regras.

Então, a intenção do Conselho Diretor foi avocar esse processo para poder se manifestar detidamente e analisar todas as manifestações colocadas e todas as questões colocadas em relação a possíveis violações a direitos dos consumidores.

Então, nesse sentido, até uma decisão final do Conselho, que não tem data para ocorrer, toda e qualquer limitação e qualquer cobrança por franquia adicional está proibida, mesmo se as empresas tiverem previsão contratual para fazê-la.

E, como ação, respaldado e condizente com toda essa tradição que eu coloquei, recente, da agência em relação à transparência e participação social, o Conselho Diretor deverá publicar, ainda nesta semana, a criação de um grupo de trabalho com a participação de entidades de defesa do consumidor, da sociedade civil, da academia, do setor privado, do setor público, sob a coordenação do conselheiro relator da matéria, o Conselheiro Otávio, para subsidiar a decisão do Conselho Diretor. Obviamente, esse grupo pode fazer consultas mais amplas à sociedade, e, com isso, a gente espera que todas as questões relativas ao tema possam ser adequadamente mapeadas antes que qualquer ação efetiva de empresas de telecomunicações possa ser implementada, resguardando aqui totalmente o direito do consumidor e que todas as formas de possíveis violações a esses direitos estão afastadas.

Então, com essa mensagem final, eu queria deixar o compromisso da Anatel com a transparência, o compromisso da Anatel com a participação da sociedade civil e o compromisso da Anatel com a garantia dos interesses dos consumidores de telecomunicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Rodrigo Zerbone, Presidente substituto da Anatel.

Nós fomos concordes com o uso do dobro do tempo exatamente pelas cobranças que vêm sendo feitas à Anatel e principalmente pela explicação que foi dada agora, minuciosamente, com relação à medida cautelar adotada pela Anatel, como vimos, sem prazo determinado para o seu encerramento.

Vamos ouvir agora a Vivo.

A palavra está com o Sr. Enylson Flávio Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Vivo S.A.

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI – Senador, eu gostaria de fazer uso da palavra aqui neste local para não ser diferente dos meus colegas e ser complementado pelo nosso diretor do sindicato também. A gente entende que existe muito assunto comum e não quero ser repetitivo.

Iniciaria cumprimentando e parabenizando o Senador Hélio, o Senador Lasier e o Senador Garibaldi pela iniciativa da audiência pública. Eu acho que é muito importante esta audiência. Cumprimento também os demais Senadores presentes.

Este é um momento importante para se elucidarem as dúvidas, para esclarecer um assunto que tomou uma dimensão extremamente emocional inclusive. Entendemos que temos que ter toda a tranquilidade com relação a esse debate, para que ele aconteça naturalmente na sociedade, aprofunde-se e que a sociedade possa, sim, obter o fruto desse debate.

Inicialmente, é importante frisar o cenário mundial em que estamos colocados no que se refere às telecomunicações. As telecomunicações têm mudado muito nos últimos dez anos. Tem havido uma verdadeira revolução nas telecomunicações e isso exige um constante investimento em nossas redes, investimentos esses

que estão ocorrendo de uma forma muito pesada pelas empresas de telecomunicações e pela Vivo também. Nós estamos cada vez mais opticalizando as nossas redes, colocando fibras ópticas e atendendo cada vez mais a demanda desses usuários.

É importante frisar também em cima do que foi colocado alguns aspectos. Primeiro, tudo nos leva a crer que, após esse debate, os modelos deverão coexistir: os modelos limitados e ilimitados deverão ser ofertados nos mesmos países. Essa é uma realidade que existe em vários países. E eu acho que é importante frisar que não existe país que proíba a venda por franquia. Eu acho que é preciso reforçar o que já foi colocado aqui neste debate.

Outro ponto que eu acho importante frisar também é que a rede tem capacidade finita, sim. A gente tem que entender que existem elementos na nossa rede que são mais bem dimensionados quando se tem certa previsibilidade do que está acontecendo.

Em relação aos dados sobre crescimento de tráfego de vídeos, de usuários – acho que serão colocados aqui pelo nosso sindicato –, é importante também dizer que hoje em torno de 2% dos nossos usuários, pelo menos da rede da Vivo, fazem uso de 22% de tráfego – 2% dos nossos usuários da Vivo fazem uso de 22% de tráfego. Se fizermos uma inversão disso, quer dizer que mais de 20% dos nossos investimentos visam a atender esses 2% de usuários da rede. Portanto, acontece quase que um subsídio ao contrário, um Robin Hood ao contrário aqui.

E quem são esses grandes usuários de rede? Não são os jogadores de *game*, não são as pessoas que usam *wi-fi* em casa, não são as pessoas que consomem a internet compartilhadamente com o celular em casa, usando os aplicativos de rede social ou WhatsApp. Essas pessoas geralmente são aquelas que têm vários televisores 4k dentro da sua residência, que passam várias horas por dia assistindo à TV, assistindo, por exemplo, ao Netflix. Portanto, é um outro perfil.

Acho que não podemos confundir a população comum, vamos dizer, um usuário médio, com esse usuário que constitui esses 2% da nossa rede e que consome 22% no nosso tráfego. Criar uma medida, um novo plano, franqueado, pode, sim, ser muito bom para aquele usuário que utiliza menos. O que precisa haver é um equilíbrio; de novo: uma discussão profunda com um equilíbrio sobre essa questão.

Importante frisar também que a Vivo não alterou nenhum contrato. Temos mais 99,5% de nossa base de usuários com planos ilimitados. Começamos essa discussão junto aos nossos usuários a partir de fevereiro deste ano; acho importante frisar isso. E não fomos a primeira empresa; outras empresas estavam discutindo isso.

E fizemos isso por quê? Para melhor dimensionar os investimentos da rede. Acreditamos – temos certeza disso – que não descumprimos o Código de Defesa do Consumidor, porque não fomos unilaterais na alteração de contrato, não descumprimos o Marco Civil da Internet, porque isso foi debatido por mais de quatro, cinco anos, sobre a liberdade dos modelos de negócio, e a questão da franquia e das velocidades sempre foi debatida intensamente no Marco Civil da Internet e, em momento algum, foi ponto de discórdia.

Isso precisa ficar muito claro aqui, senão começa a ser vendida uma ideia de que descumprimos o marco civil, o código de defesa. O que precisamos é, sem dúvida alguma, aprofundar o debate.

E, para encerrar e não gastar mais o tempo que pretendo passar para o Duprat, é colocar claramente que vários países do mundo já adotaram esse modelo. Vi a preocupação do Dr. Lamachia, do Dr. Claúdio da OAB, e não vejo isso. Acho que todo mundo que investe em telecomunicações no Brasil investe pesadamente em telecomunicações. É oferecer sempre o melhor serviço, a melhor qualidade. Acho que ninguém quer causar um desconforto, a interrupção de nenhum tipo de serviço. Essa mensagem tem que ficar muito clara.

Estamos procurando os melhores modelos que atendem da melhor forma a população brasileira e essa diferença de capacidade de consumo.

Sobre as questões de fundo, de impostos, acho que já falamos muito aqui, já foram várias vezes citados.

Eu não gostaria de me prolongar, mas encerrar deixando esta mensagem de que a gente acredita que essa liberdade, essa discussão de franquia não pode ser emocional; ela tem que ser pautada por condições técnicas e legais.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Peço a gentileza que o excedente do tempo seja transferido para o Carlos Duprat, para que ele possa complementar as informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – O.k.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. PMDB - DF) – Por favor, só um minutinho, Senador Donizeti.

Então, três minutos. Transfira o tempo também, somando-o.

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para ver se eu entendi, você está dizendo que 2% consomem 20% dos investimentos da companhia, e 2% estão usando quanto do serviço de vocês?

O SR. ENYLSON FLÁVIO CAMOLESI – Eu fiz uma comparação, Senador. Os dados que nós temos são de que 2% dos nossos usuários são responsáveis por 22% do nosso tráfego.

Fazendo uma analogia com o investimento – é lógico que, digamos assim, é assim uma conta de padaria, de chegada –, grande parte dos nossos investimentos seriam para atender exatamente esses 2% de usuários.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Compreendido.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem, temos, a seguir, a representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Proteste, a Srª Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional do Proteste.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Muito bom dia.

Quero agradecer, em nome da Proteste, ao Senador Lasier Martins e aos demais Senadores, a todos aqui presentes, à sociedade civil por um debate da maior importância para a sociedade brasileira.

Como todos nós sabemos, houve uma repercussão imensa tudo que aconteceu a respeito da internet fixa aqui no Brasil.

A minha apresentação já está no *site* aqui da Comissão. A Proteste é uma entidade de defesa do consumidor, que, hoje, conta com mais de 250 mil associados no Brasil; vem fazendo um trabalho forte, um trabalho inédito, e, em muitos casos, pioneiro na defesa do consumidor, e nós temos 15 anos de história.

Não vou mostrar tudo o que nós fazemos – vou deixar aqui porque temos pouco tempo –, mas o trabalho da Proteste, em relação a este tema, não é de hoje. Nós temos trabalhado este tema desde a sua fundação, antes, inclusive, tendo participado de vários fóruns, debates e ações judiciais que foram implementadas nesses anos todos. E o que eu queria trazer aqui é que a tendência da internet não é um acesso limitado. Aqui, nós temos exemplos de países em que temos acesso à banda larga de maneira ilimitada. Inclusive, esses dados são da União Internacional de Telecomunicações, demonstrando o que nós estamos falando aqui. Dos 190 países monitorados pela União Internacional, a UIT, 130 oferecem, prioritariamente, planos de banda larga fixa com internet limitada, segundo os dados que nós temos. Apenas três dos dez países mais bem posicionados no *ranking* de tecnologias da informação e comunicação têm planos prioritariamente limitados. Na avaliação da UIT, os Estados Unidos têm tanta concorrência, entre planos com e sem franquia, que podem ser considerados, Senador, um país com oferta de banda larga fixa e limitada e com preços realmente módicos.

A Proteste fez um levantamento, que nós trouxemos aqui, junto a alguns países, onde nós pudemos também observar algumas tendências. Então, em Portugal, nós temos aqui que a entidade, a autoridade reguladora estabelece que fornecedores devem informar o cliente sobre a velocidade máxima e a média de acesso à navegação. Também temos ali que não podem garantir velocidade máxima em todos os momentos, porque isso depende do nível de utilização de rede e de servidor de conexão.

A maioria dos planos está hoje vinculada a TVs, a telefones e a planos de fibra ótica com acesso à internet. E, na banda larga móvel, a maioria dos planos tem dados limitados. E assim segue a nossa tendência, aqui do Brasil. Até agora, o mercado oferece a maioria dos pacotes com acesso ilimitado.

Nos Estados Unidos, como eu estava dizendo, o serviço é regulado pela Federal Communications Commission, que define a banda larga com velocidade de *download* a partir de 25 megabytes e de *upload* de 3 megabytes. E as regras do FCC proíbem bloqueio, estrangulamento e favorecimento de tráfego, que são serviços privilegiados.

Além disso, nós temos aqui também outros países. Por exemplo, Itália. Na Itália também não existe qualquer tipo de limitação em relação à velocidade e quantidade de dados trafegados. As poucas tarifas de acesso têm vínculo com uma linha telefônica. Elas custam €24 por mês (R$100). Trouxemos também aqui problemas da América Latina, que tem uma baixa concorrência.

O que nós queríamos também mostrar, nesta audiência, é o *ranking* das reclamações que nós temos hoje na nossa entidade, a Proteste. Em primeiro lugar, vocês podem observar, aqui pelos dados que nós trouxemos, que é telefonia, seguida de outros serviços.

Não querendo fazer uma provocação, mas já fazendo isso, eu diria o seguinte: é Anatel ou Amatel? E vou dizer por quê. As teles são campeãs de reclamações. Não cumprem metas de qualidade, de acordo com os nossos consumidores, de acordo com o que hoje nós necessitamos. Em 2015, a Proteste, em parceria com o *site* Minha Conexão, constatou que a velocidade da banda larga ficou abaixo do contratado em 73% dos casos. Oferecemos uma ferramenta, para que o consumidor pudesse nos dizer qual era o problema.

A tecnologia 3G não funciona direito, mas a 4G foi lançada. A Proteste tem ações judiciais da 3G contra todas as operadoras no País, em andamento ainda.

A agência apoia a extinção gradual dos orelhões, o que é fundamental para baixa renda, principalmente, e o *roaming*, que é a tarifa de deslocamento, continua sendo cobrado, apesar de terem dito que seria extinta.

Para o Presidente da Anatel, João Rezende, nós vimos aqui que a era da internet ilimitada está chegando ao fim. Em 2015, a Proteste constatou que a velocidade da banda larga ficou abaixo do contratado em 73% dos casos. A Proteste tem ações judiciais – sobre as quais vamos falar depois e mostrar –, tanto quanto a telefonia móvel, quanto a móvel, como também a fixa.

E, para o Superintendente de Competição da Anatel, Carlos Baigorri, que acho que não está aqui hoje, não existe um único consumidor. Então, quem está abaixo da média consome menos, e o limite é menor, e pior para quem consome muito. Foi isso que nós pudemos ver.

Por isso, deveria chamar-se – pedindo já desculpas pela provocação – Amatel, que é a agência que ama as teles e que não trabalha a favor do consumidor.

Mas vimos aqui que foram apresentadas exaustivamente parcerias, com a defesa do consumidor, CDUST (Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações) e tudo mais.

Então, vou a cada um dos argumentos da Anatel.

Banda larga ilimitada pode elevar o preço do serviço ou reduzir a qualidade. Na avaliação da Proteste, o acesso à banda larga já é muito caro. Entre as causas, estão os tributos. De uma conta de R$89,90, por exemplo, do Vivo Fibra, R$22,48 correspondem ao ICMS; R$0,58 ao PIS; e R$2,70 ao Cofins. Total: R$25,76. Isso representa 28,65% do valor da conta do consumidor.

Então, a Anatel deveria atacar esse problema, não o bolso dos consumidores. Pagamos caro por uma banda larga, que é lenta, como já pudemos constatar. A constatação da ferramenta foi na banda larga fixa.

Também temos de pensar na sustentabilidade do setor, o que foi dito pela Anatel. Deve haver sustentabilidade do modelo, o que implica também o consumidor. Na nossa opinião, não existe sustentabilidade unilateral.

Outra afirmação também é a de que pode haver limite de dados se as operadoras comprovarem haver ferramentas para que o cliente acompanhe em tempo real o uso da franquia. Na avaliação da Proteste e também da OAB, o problema não é o direito de ser avisado sobre a proximidade do fim da franquia, e, sim, adotar a franquia e o corte.

Aqui nós temos – já foi amplamente colocada – a regulamentação do setor, o que diz o Marco Civil da Internet. Portanto, não vamos repetir novamente, mas fica aqui que o Marco Civil da Internet é muito claro ao dizer que é vedado bloquear, monitorar, filtrar...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA INÊS DOLCI – ...ou analisar o conteúdo.

Além disso, há o Código de Defesa do Consumidor também tratando dessa questão; há aqui o Comitê Gestor da Internet, para essas questões pontuais.

A polêmica sobre a franquia de dados da banda larga é bem mais complexa, como eu já havia dito também.

Aqui temos dados da Proteste, que fizemos, sobre o consumo de dados de uso intenso e moderado da internet, que foi já publicado, para que as pessoas pudessem, inclusive, observar o que foi encontrado.

O gasto médio foi de 388GB por mês... O gasto médio é de 240,5GB por mês, dados da Proteste que estão à disposição.

Além disso, também fizemos e conferimos à época a velocidade da banda larga no Brasil. O que nós pudemos constatar? Foi justamente o que eu disse: 73% dos consumidores têm problemas. E essa ferramenta serviu, então, para poder monitorar, para poder haver parâmetros mínimos de qualidade, que eram exigidos pela Anatel.

Além disso, temos outros dados também a respeito da velocidade da banda larga. Portanto, nós chegamos à conclusão dessa ferramenta que disponibilizamos no ano passado, o ano todo, e no final de 2014, de que a média do Brasil esconde uma disparidade ainda maior entre os Municípios. As empresas são obrigadas a informar à Anatel a faixa de velocidade de todos os pontos de acesso fixo. É possível analisar a situação de cada cidade. São cinco faixas hoje, e, da maioria delas, que nós observamos aqui, 47% se encontram na faixa de 2 a 12 megabytes, pela fonte o *Estado de S. Paulo*.

Nós também temos aqui dados de que a Presidente Dilma Rousseff prometeu um decreto que regulamentaria os pontos críticos do Marco Civil da Internet. O decreto, conforme foi apurado, impediria as teles de restringir a velocidade da Internet fixa ou de forçar a franquia quando o limite contratado fosse atingido. Então, isso não pudemos ver se realmente aconteceu, mas foi dito que isso deveria estar acontecendo para minimizar o problema.

A Proteste tem ação civil pública, como nós dissemos, contra a móvel e a fixa, desde o ano passado, já há quase um ano, com pedido liminar, e temos também uma petição *online*, aqui representada por mais de

161 mil pessoas. Então, na ação da Proteste, foi pedido que as operadoras sejam impedidas de comercializar planos franqueados com previsão de bloqueio de conexão à Internet depois de esgotado o limite de dados. Também solicita que as teles deixem de impor planos franqueados com acesso restrito a determinados conteúdos e aplicativos, como o *zero rating*, acessos patrocinados, depois de esgotadas as franquias, e que sejam obrigadas a adequarem as suas práticas, na contratação do serviço à internet, aos termos do Marco Civil da Internet e ao Código de Defesa do Consumidor.

Nós temos essa petição para mobilizar os consumidores. Entendemos que ela deve ser mantida para esse acesso, enquanto os debates vão continuar. Portanto, nós entendemos que o Marco Civil da Internet levou seis anos para ser aprovado e não podemos violar uma conquista da maior importância.

Portanto, já finalizando aqui a minha apresentação, eu gostaria de deixar, Presidente, na sua mesa, DVD's com mais de 160 mil nomes de pessoas que entraram na nossa petição e também um documento acompanhando esse DVD, em que nós estamos pedindo providências do Senado Federal para que essa questão seja rapidamente solucionada em prol dos consumidores. Eu também gostaria de dizer que o marco civil, então, levou seis anos e que não podemos ter um retrocesso a essa altura, em prejuízo dos consumidores, principalmente dos de baixa renda. Também de acordo com o Marco Civil da Internet, a governança da internet tem de se dar por mecanismos multiparticipativos, incluindo o Comitê Gestor da Internet do Brasil e todos os participantes deste debate fundamental para que se chegue aí a uma grande transparência, e que sejam regulamentadas normas que não contrariem leis existentes.

Então, a Proteste vai manter a mobilização da sociedade civil. Pedimos que todos os debates sejam transparentes, porque é uma questão fundamental para exercer a cidadania no País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Drª Maria Inês.

O SR. RODRIGO ZERBONE – Presidente, desculpe-me pela interrupção.

Rodrigo, da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. RODRIGO ZERBONE – Como foram colocadas pela representante da Proteste algumas supostas posições da agência, eu queria reiterar aqui a minha apresentação de que, independentemente de eventuais entrevistas de servidores da Anatel, a posição da agência, a posição expressa pelo Conselho Diretor é de suspensão de qualquer tipo de limitação por tempo indeterminado e de reconhecimento da necessidade de avaliação de todas as manifestações que dizem haver dano ao consumidor. Isso tudo vai ser debatido e vai ser analisado no âmbito de um grupo de trabalho e, depois, em decisão final do Conselho Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Dr. Zerbone, da Anatel.

Eu quero informar a todos que estamos recebendo uma verdadeira avalanche de mensagens, contrárias a...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone*.) – Limitada ou ilimitada?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma avalanche ilimitada, porque vão continuar.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone*.) – Mantenha fechadas as portas, senão a avalanche vem com limitações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São mensagens muito críticas, e nós vamos ler algumas delas daqui a pouco quando iniciarmos o debate.

Nós ouviremos agora Kleber Barreto Gomes, Coordenador do Subgrupo da Telefonia da Comissão do Direito do Consumidor do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal, e, depois, os últimos dois, que serão o Dr. Carlos Duprat, Diretor-Executivo do SindiTelebrasil, e o Procurador da República – vamos ouvir o Ministério Público Federal nas conclusões.

Então, estamos no encaminhamento das últimas manifestações das 14 personalidades que foram requeridas para esta audiência pública.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone*.) – Isso mostra que aqui está ilimitado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aliás, este debate, pelo jeito, é ilimitado. Este debate vai longe ainda.

Bom, com a palavra o Dr. Kleber Barreto Gomes.

O SR. KLEBER DE MIRANDA BARRETO GOMES – Bom dia, Srs. Senadores, demais colegas debatedores, sociedade como um todo.

É com muita honra que represento aqui a Comissão do Direito do Consumidor, em nome do Presidente Fernando Martins e do Presidente da Seccional, Juliano Costa Couto. Nós vamos dar a nossa visão desse tema tão controverso.

A questão da internet, como posta, ilimitada ou limitada, na verdade, Srs. Senadores, nunca foi ilimitada. Ela sempre foi limitada pela velocidade, de modo que, ao se acessar hoje um plano, vamos dizer assim, médio de 10MB por segundo, há uma limitação de tempo da quantidade de dados que vão ser acessados durante um mês. Então, levando em consideração ainda que a velocidade entregue não é de 100% no modelo atual – ela tem uma média mensal de até 80% e, instantânea, de até 40% –, não temos como aceitar essa limitação como está posta.

Os provedores de trânsito e as operadoras não pagam por quantidade de dados trafegados; pagam por velocidade. Esse é o modelo usado em todo o mundo. Um novo modelo de franquias dá um risco ao consumidor. Coloco aqui a minha posição de que é, sim, um risco ao consumidor, inclusive aos mais pobres, porque, com as novas franquias, pelos menos até o momento – espero que haja uma revisão –, há uma redução significativa do modelo até então usado; mais de 90% se formos efetuar esse cálculo.

Nesse sentido, o consumidor médio, que usa a internet de sua residência, não a usa sozinho; ele usa com a sua família, usa com o seu companheiro de quarto, em muitas faculdades. Ele não tem como ter a sua limitação por franquia, e, sim, por velocidade.

Se você pegar os dados apresentados aqui até pelos outros palestrantes, o consumidor que usar, nessa franquia média de que estou falando, de dez mega, nessa franquia apresentada, dez aulas *on-line* em alta resolução, praticamente já esgotou a franquia, havendo assim uma limitação na informação e, por que não dizer também, no entretenimento. O entretenimento também está previsto na Constituição Federal. Então, a posição adotada na declaração de que os *gamers* e qualquer outro tipo de usuário estariam minando o outro acesso à internet é falaciosa, porque o Marco Civil da Internet trata o tema com isonomia: qualquer informação, seja de *streaming*, seja de dados, videoaulas, deve ser tratada de maneira igualitária.

Nessa nova realidade de *streaming*... E aqui eu passo a um ponto de um colega e amigo advogado, Eduardo Navarro, que me indicou um livro que se chama *Abundância*. E, nesse livro, é dada a questão de que um certo membro trouxe ao reinado um prato de alumínio, que seria mais leve e durável. E o rei, em vez de dar-se grato com essa novidade, mandou decapitar o trazedor dessa nova temática, sob o ponto de vista de metais preciosos, porque o rei não queria abrir mão da sua cota de ouro e prata. Com o passar do tempo, o alumínio foi encontrado em mais abundância, com as novas técnicas de produção do alumínio. Então, trazendo aí já a analogia, que, como toda analogia, tem problemas, mas o problema nunca foi de escassez, e, sim, de acessibilidade.

Nesse sentido, as novas franquias têm um dado alarmante para o consumidor mais pobre. Não se está franqueando um acesso ao consumidor mais pobre pagando menos. Está-se limitando o acesso à informação e, no mesmo modelo, limitando um acesso à tecnologia. O consumidor médio vai pensar duas vezes em comprar um televisor HD ou mesmo um televisor 4K. Ele vai optar, aqui, por um televisor mais modesto, que consiga acessar a internet usando menos dados, se esse modelo persistir.

E essa questão também versa sobre a universalização da internet e do interesse social *versus* o interesse econômico.

O art. 7º do Marco Civil da Internet, como já citado aqui pelos outros debatedores, proíbe o corte de internet, salvo na inadimplência. Não há, na nossa visão, como interpretar o corte com o fim da franquia. O corte da internet é interrupção do fornecimento de internet. Não há como haver corte ao fim da franquia. É vedado. Não há como haver outra interpretação.

Nesse sentido, os hospitais, o processo judicial eletrônico – a que o presidente Lamachia se referiu – tem toda a sua base de infraestrutura na internet.

E aí eu vou fazer um aparte aqui sobre o PJe, que foi mencionado. Nós, advogados, utilizamos o sistema para subir petições e acessar o conteúdo das outras petições, de forma que uma petição inicial não é composta somente de textos; ela é composta de documentos que são anexados.

Os vários tribunais disponibilizam para nós um limite por arquivo de até dois mega – isso porque a rede cai, a rede não tem estrutura para suportar. Podemos dizer que uma petição inicial carrega consigo pelo menos entre cinco ou seis outros arquivos – de procuração, estatutos sociais até documentos comprobatórios. Esse limite de dois mega... Imaginem um escritório grande, que realiza várias petições iniciais, ou contestações, ou mesmo... O processo judicial eletrônico nos disponibiliza a ferramenta de usar vídeos em acidentes de trânsito, como prova. Eu vejo a restrição com muito maus olhos, porque, efetivamente, pode, sim, haver uma restrição a um acesso à Justiça, dado esse novo modelo de franquia.

Trago aqui uma comparação do modelo americano, do qual estamos muito longe, com o modelo brasileiro de internet de banda larga. Lá, sim, há franquias. Há franquia, mas a franquia é real, de uso; não é uma franquia limitada. Eu pego um plano de excelência de uma operadora que oferece uma velocidade de 250MB por segundo, cuja franquia é de 600GB nos Estados Unidos, enquanto aqui esse mesmo plano de excelência

– falo em plano de excelência, não em plano do usuário médio nem no plano do usuário de baixa renda – oferece 200MB por segundo com uma franquia de 270GB.

Então, é discrepante a realidade que vivemos aqui no Brasil, visto que as operadoras, como eu já disse, pagam por velocidade e não por dado trafegado. A franquia, como posta aqui, vai alijar sobremaneira o consumidor mais pobre que vai, no meio do mês, com certeza, ser obrigado ou a parar de acessar informação – ou mesmo seu lazer – ou a comprar um pacote complementar de internet em banda larga para continuar o seu acesso.

O futuro da internet, senhores, é ilimitado. O futuro é ter vários dispositivos na nossa casa usando essa ferramenta de internet – DVDs, TVs, todos eles com acesso à informação. Também causam preocupação no limite da internet as atualizações. As atualizações de Windows, de Android, de iPhone. Como proceder, com esse limite, a essas atualizações necessárias ao funcionamento desses equipamentos tão presentes em nosso dia a dia?

Não há visão, portanto, de um modelo... Não estamos aqui falando em proibir franquias, mas estamos falando em proibir corte de internet...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER DE MIRANDA BARRETO GOMES – ...e franquias mais condizentes com o uso da população, especialmente os mais pobres, que ficarão alijados.

Agradeço a atenção de todos, Senadores, demais colegas, sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Kleber.

Agora nós vamos ouvir o Dr. Carlos Duprat, que é o Diretor Executivo do SindiTelebrasil.

Depois, para encerrar, vamos ouvir o Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador da República Dr. Frederick Lustosa de Melo, num comum acordo das três comissões no sentido de deixar por último o fiscal da lei.

Como houve, Dr. Duprat, uma concessão de tempo das operadoras, V. Sª terá 12 minutos a mais dos 10 minutos regulamentares desta audiência pública.

Portanto, V. Sª terá 22 minutos.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso é bom para as operadoras irem aprendendo a usar o tempo ilimitado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu quero aproveitar, Dr. Carlos Duprat, para já deixar algumas das infindáveis perguntas que estão chegando pelo Portal e-Cidadania, que V. Sª poderá incluir na sua manifestação.

Algumas colocações são muito duras, algumas até ofensivas. E essas eu vou deixar fora. São vindas de todos os Estados brasileiros; há um acompanhamento extraordinário. Eu quero lhe dizer que, como integrante da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu acho que, neste um ano e três meses, é a audiência pública com maior participação pela internet, porque as pessoas estão inconformados.

Então, há perguntas como esta, por exemplo, vinda de São Paulo, do Sr. Vinicius Barcelos Silva:

> Querem limitar um serviço ruim e estão definindo limites absurdamente baixos. Acredito que essa seria uma oportunidade para pressionar as empresas em relação à qualidade de serviço. As desculpas que as empresas estão dando sobre tal medida ofendem a inteligência de muitos.

Do Sr. Anthony Andrades, do Mato Grosso: "Infelizmente, existe um cartel nas comunicações, exigimos mais fiscalização e uma investigação a Anatel".

Há muitas referências aqui à hipótese da formação de um cartel.

Mais umas duas ou três manifestações, porque se fôssemos ler todas – são quase 300 –, levaríamos o dia, e não seria o suficiente.

Do Rio Grande do Sul, Vasconcelos Torres:

> Essa é uma oportunidade dos senhores e senhoras, representantes do povo, demonstrarem seu respeito pela vontade dos cidadãos. Internet hoje é um meio vital para empreendedorismo, educação e cultura. Advoguem em benefício público, não privado. É a premissa da ética política.

De Minas Gerais, Laís Fernanda Farias:

> A Anatel, que deveria regular o serviço de telecomunicações no Brasil em benefício da sociedade, tem sido leniente e omissa. Precisamos repensar o papel de algumas agências reguladoras em nosso País. É uma violação de nossos direitos explicitamente.

Do Distrito Federal, José Oliveira: "Muitas empresas estrangeiras querem operar no Brasil, mas são impedidas por esse cartel que existe em nosso País!"

Vinnie Marchisio, do Rio Grande do Sul:

> Enquanto as grandes empresas de telecomunicações nos EUA tentam impor a mesma agenda para os consumidores (sem sucesso), estão a perder dinheiro e clientes à medida que uma empresa realmente preocupada com a tecnologia, como o Google, oferece internet ilimitada grátis e velocidades de 1GB.

E assim vamos, é mais ou menos isso.

Keyla Antonia, de Goiás: "Minha internet é de 10MB, e há dias em que chega a 1MB, como podem querer cobrar mais por esse serviço?".

E aí, por fim, isso dá bem uma ideia, há uma tônica, há uma repetição, há uma característica, essa montanha de perguntas.

De modo que V. Sª, Carlos Druprat, Diretor-Executivo do SindiTelebrasil, vai responder a esses questionamentos e, enfim, apresentar o seu posicionamento aqui representando as operadoras.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda o nosso Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Pedindo desculpas ao Dr. Carlos Duprat, para mim, não é surpresa alguma, porque estamos tratando da internet. Se aqueles que estão assistindo a esta reunião não se manifestassem com essa profusão, eu ficaria até estranhando. Para mim, o senhor vai receber mais e mais. E o Sr. Carlos Duprat que se prepare e quem vier depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois teremos, para terminar, o Ministério Público Federal.

Dr. Duprat, o senhor dispõe de 22 minutos.

O SR. CARLOS DUPRAT – Bom dia a todos.

Queria inicialmente agradecer o convite de aqui representar essa nossa empresa, o nosso setor. Esse setor muito me orgulha por ser o principal instrumento de inclusão digital neste País. E, em paralelo, muito me irrita ver situações aqui de ser tachado como campeão de reclamações por empresas, institutos que não levam em consideração a base de usuários que nós temos neste País.

Campeão de reclamação em valor absoluto qualquer setor de telecomunicações é no mundo. Mas, aqui, nós temos de levar em consideração que nós temos mais de 320 milhões de acessos.

Em recente pesquisa efetuada em mais de 200 mil usuários, 60% deram nota acima de sete no País.

Eu tenho muito anos de militância nesse setor e estou extremamente orgulhoso do nosso setor.

Antes de iniciar, eu gostaria de externar alguns pontos que vão ser colocados ao longo da apresentação e que vão destruir algumas mensagens que não são claras aqui ao longo dos nossos antecessores.

Primeiramente, eu tenho uma agenda aqui. Vou falar um pouquinho do mercado brasileiro. Quem é esse cartel de duas mil empresas que trabalham nesse setor de SCM (Serviço de Comunicação Multimídia). São 2.143 empresas. Haja cartel!

Hoje, banda larga fixa ainda é um pequeno aspecto da nossa banda larga brasileira. Nós temos hoje cerca de 200 milhões em total, grande parte atendidos pela banda larga móvel. Banda larga fixa nós atingimos 26 milhões. E, como foi dito aqui pelo Prof. Demi, a banda larga fixa tem um valor muito importante no extravasamento do que é da móvel.

Então, a gente precisa que ela cresça, porque, quando o sujeito chega ao ambiente de *wi-fi,* ele consegue fazer os grandes acessos. A gente precisa mais e mais, pois 26 é pouco para quem tem 200 milhões.

Nós precisamos incluir. Essa é a palavra tônica da nossa apresentação. Quem vai entrar nesse mercado? Nós temos obrigação de colocar mais gente no mercado de banda larga fixa no País.

O mercado hoje é dividido – esse é um dado da Teleco – em dois grandes grupos. Um grupo refere-se a cerca de 250 Municípios, onde estão 50% da população e tem três grandes operadoras se digladiando, e há outras menores participando, mas não tão fortes quanto essas. E há um grupo B, onde estão mais de 5.200 Municípios, no qual a participação que ascende é de outras operadoras. Todas as 2.000 operadoras trabalham muito fortemente nesse nicho. E elas não têm condição de oferecer serviço ilimitado de forma ampla.

Então, fiquem certos de que o Brasil não é um país único; não é um apenas daqueles que estão já incluídos, e esse fenômeno da inclusão vai envolver cada vez mais operadoras pequenas de nichos de mercado que trabalham em áreas remotas do País.

O que aconteceu, de forma geral, com o consumo de cada usuário neste País, no mundo? Esse aqui é um dado global; a fonte é a Cisco, uma das principais fabricantes de equipamentos, de roteadores de internet, no mundo. Cada usuário cresceu de 1 mega de utilização para 37 mil megas, ou seja, 37 gigas, isso ao mês. Esse

é um dado extremamente relevante, mundial. É claro que o Brasil não chegou, não está próximo do consumo mundial, mas isso mostra que a infraestrutura, é claro, é finita.

Eu aqui tenho um depoimento. Fui durante dez anos Vice-Presidente comercial da Ericsson, principal fornecedora de equipamentos no Brasil, mas não há dúvida de que, se não houvesse rede, nós já estaríamos falidos há muito tempo, porque os fornecedores vivem da venda de redes de transmissão, de equipamentos roteadores, e isso é o que sustenta a internet, sustenta as empresas e é o futuro das empresas.

Nós temos um ambiente extremamente competitivo no Brasil, e alguns setores são considerados os mais competitivos do mundo. Cada operadora oferece pacotes de acordo com a sua estratégia para melhor atender o perfil de seus clientes. Então, o número que eu havida citado: 2.143 empresas prestam serviços de banda larga fixa no País.

As ofertas de empresas dependem das condições técnicas da rede, da situação econômica da sua área de atuação, de suas estratégias comerciais; ou seja, do ponto de vista setorial, a gente não domina absolutamente nada: a gente defende aqui, claramente, a liberdade na oferta de negócios de acordo com o interesse de cada usuário, de cada consumidor.

Contratamos recentemente uma empresa para fazer o levantamento do perfil da internet brasileira e chegamos a esses dados aqui; ou seja, todo mundo quando ouve essa avalanche referente a esse tema pensa: "Puxa, vou ser afetado, porque afinal de contas eu me acho um grande usuário, meus filhos não falam mais comigo, deu uma confusão danada em casa...". É essa a realidade de cada um que está aqui, quando, na realidade, o que se quer é, primeiro, identificar quais são os abusos. E os abusos são esses de acima de 250 gigabytes, acima de 1 terabyte, e, hoje, a informação que temos da nossa fonte é de que são pouquíssimos.

Nosso colega da Vivo, Enylson, diretor, disse que seriam apenas 2% da base deles. Então, são pequenos. E esses são os grandes que consomem.

Nós temos aqui um subsídio invertido. É como se estivéssemos em uma churrascaria, onde todo mundo paga igual, mas um come, e outro, não. Então, será que temos que fazer o Brasil só de iguais? Não somos iguais. Então, defendemos aqui – e esse é o tema da nossa apresentação – a liberdade no modelo de negócio. Para crescer, nós precisamos ter liberdade no modelo de negócio.

Um pouquinho do mundo, muito rapidamente. Foi dito aqui. Olha, banda larga fixa, franquia, isso já existe, é crescente. Aí, você vai dizer: "Puxa, eu tenho um dado antigo e tal." O que posso dizer é que o mundo está na mesma situação do Brasil. Não há nada de diferente. Todo mundo está analisando, vendo como sair dessa enrascada, desse crescimento exorbitante que estamos tendo recentemente. Então, isso vem avassaladoramente. Eu pude mostrar como isso acontece com cada pessoa. Isso é a tendência. Continua crescendo 300%, 400%.

Um pouquinho da atratividade. De alguma forma, foi dito aqui pela Anatel – acho – que o valor de cada megabit tem decaído a taxas bastantes consideráveis. Pouca coisa cai neste País, mas isso caiu. Nós saímos de R$29,40 para um valor hoje próximo a R$8 o megabit. Isso era assim no início? Não. Isso é mundial. No mundo está acontecendo isso. No Brasil, estamos fazendo a coisa *pari passu* com o que acontece no mundo.

As redes que suportam a internet são recursos finitos, recursos de transmissão. Precisamos botar fibra ótica, precisamos botar equipamentos óticos. Exigem vultosos investimentos em infraestrutura e mão de obra qualificada. O setor tem dado demonstração tácita de que está acreditando neste País como nenhum outro. Nós não arrefecemos o ritmo de investimento mesmo com os últimos problemas do Brasil. Estamos chegando a um patamar anual de 30 bilhões de investimentos, aqui descontadas, não incluídas todas as outorgas e leilões de frequência de que participamos.

Então, esse é um dado extremamente relevante para mostrar o quanto nós temos acreditado nesse mercado, no País. E não é fácil vir gente de fora aqui para trabalhar com os nossos, porque estamos crescendo acima da média mundial, como vou mostrar a seguir.

O Brasil investe mais que outros países. Isso também é fonte Teleco. Então, aqui, em relação à receita, alguns comentam: "Puxa vida, eu vejo que a empresa cresceu". Tem que analisar no detalhe. Análises superficiais não agregam valor. Eu ouvi: "A Telefônica saiu com...". Eu não vou aqui defender a Telefônica, mas a gente sabe que grande parte da dívida das empresas é em dólar, e o dólar caiu. Isso traz... Mas isso é inercial. Isso não tem nada a ver com a operação da empresa.

Então, em termos de investimento por receita líquida, vemos aqui que somos os que mais investem. Os grandes analistas de investimento condenam a situação do Brasil e identificam: "Olha, vocês têm que se consolidar, porque esse nível de investimentos não é factível de ser mantido por muito tempo". Isso não é palavra nossa, mas dos grandes analistas de investimento. Então, hoje, claramente, somos apontados como um dos campeões de investimento.

Então, sobre a colocação de que "Olha, você não investe suficiente", a gente aqui tem informações de uma fonte bastante fidedigna que desmente claramente essa acusação.

Agora, como é simples investir no Brasil hoje. Então, nosso retorno de capital investido tem decaído a uma taxa inferior à taxa Selic. Ou seja, esses investidores teriam muito mais retorno se colocassem o dinheiro em qualquer aplicação outra que não fosse telecom. Mas, ainda sim – eu mostrei no gráfico anterior –, têm acreditado nesse mercado e têm investido no País.

Agora, a questão da banda larga, de uma forma geral... Esse é um gráfico mundial. Esse gráfico eu tinha quando estava na Ericsson. O mesmo gráfico mostra o que se chama tecnicamente da "boca de jacaré" da banda larga. Ou seja, existe um tráfego crescente – essa faixa azul –, e o investimento tem de acompanhar o tráfego. E a receita, em lugar nenhum do mundo, acompanha. Então, esse é um problema. Por isso, existe um crescente nível de liberação de planos para disciplinar o uso. Não há como garantir a qualidade se não houver algum disciplinamento do uso. Tem de haver.

Então, ninguém quer limitar absolutamente nada. Imaginem. É o nosso ganha-pão. O que se quer, de fato, é entender como funciona o mercado, identificar quem são os vilões que estão revendendo. Nós estamos no mundo na sociedade do compartilhamento. Daqui a alguns anos ninguém mais vai ter carro. Todo mundo vai pedir carona. As casas serão quartos. A sociedade de compartilhamento com algum bem ilimitado deseduca. Então, temos de saber o real valor das coisas. Achamos que, hoje, os grandes aplicativos deitam nas costas das operadoras, porque simplesmente, com banda ilimitada, fazem o que querem.

Então, na realidade, precisamos... E, no marco civil, houve essa discussão. Tentamos de alguma forma. Não foi o marco que nós desejamos e com o qual sonhamos; foi o possível. Mas hoje respeitamos o marco. E tenho certeza de que ninguém aqui hoje está dizendo que o que está sendo proposto de modelo de negócio afeta qualquer item do marco civil. Então, interpretações são forçadas. E temos certeza – está explícito e claro lá na p. 34 da exposição de motivos – de que oferta por velocidade e volume será possível. Está explícito. O marco civil não entra em modelo de negócios. Isso é taxativo.

Um outro ponto que eu queria descolocar é o seguinte: muitos vão dizer que a banda larga é cara no Brasil. No Brasil, tudo é caro, especialmente em telecom. Em telecom, a situação de carga tributária no País é quase o dobro do segundo colocado. Então, como eu posso achar que isso é um bem essencial se eu taxo dessa forma? Há uma dicotomia nessa discussão. Nós consideramos essencial. Eu não consigo viver sem meu celular. Quer dizer, mas o Brasil, de alguma forma, seja por conta dessa discussão do ICMS, Estados, Municípios, reforma tributária, nos levou a essa distorção em relação ao mundo. Então, não podemos não levar isso em conta quando falamos da internet brasileira.

Temos outra situação que é tão ou mais distorcida, que é a questão dos fundos de universalização, fiscalização e desenvolvimento, que são recolhidos. E ainda temos o caso da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional). Damos dinheiro para a Condecine, para a EBC e, ao mesmo tempo, não temos recursos para... E são recursos que poderiam estar sendo aplicados no investimento da rede, porque estamos enfrentando, sim, um movimento de muita demanda de redes – essa é a melhor forma de colocar. Dos 90 bilhões arrecadados, apenas 7% foram aplicados. Então, isso demonstra quão essencial é a telecomunicação no Brasil. Apesar de defendermos isso com unhas e dentes, no fundo, isso mostra como o País vê o nosso setor.

Um pouquinho de inclusão digital.

Poxa vida, como vou incluir mais gente? O Ministério, o Governo pensou nisso algum tempo atrás e criou o Plano Nacional de Banda Larga. O Plano Nacional de Banda Larga é um plano limitado. Por quê? Porque quem está fora é pobre. Não pode pagar. Não é um Minha Casa, Minha Vida, com quatro quartos, com ar-condicionado. Estamos falando de uma franquia pequena para quem não tem televisão 4K, para quem quer acessar para se inteirar da vida, para se conectar.

Essa é a essência do funcionamento da internet. Acho que não podemos... Cada um pensa no seu caso específico, mas temos de pensar em quem não tem! A razão das políticas públicas, neste momento, tem que estar na linha da inclusão.

Esse é o termo de compromisso das empresas que aderiram ao PNBL. Na época, já se via que tinha de haver uma crescente na franquia. Inicialmente, era 500 megabytes, foi para 1 gigabyte. É claro que essas franquias vão ter que evoluir com o tempo. É natural. Faz parte. Consumimos pouco. Vamos consumir cada vez mais.

Estamos tentando trazer aqui uma filosofia de que precisamos, talvez, de um PNBL 2, 3, mas, para incluir, sempre será necessário colocar alguma limitação, senão o pessoal não tem condição de pagar. O Brasil é diferente de alguns países do resto do mundo.

Uma maior inclusão passa pela racionalidade do uso das redes. Quem usa pouco a internet não pode subsidiar quem faz o uso muito intenso. A lógica econômica deveria ser inversa. Temos aqui um subsídio invertido. O pequeno, coitado, não sabe – e há aqui uma questão de comunicação muito grave que temos que trabalhar – que é pequeno. É diferente de um restaurante a quilo em que a pessoa sabe que come menos e

que o outro come muito mais. É diferente, e precisamos educar. Precisamos trabalhar a conscientização da nossa sociedade para entender, de fato, o que é o gigabyte, que é um termo absurdo, ninguém consegue...; só quem é do setor mesmo.

O que estamos defendendo é que, neste momento, precisamos tentar associar. "Você está entrando, mas aquele que vende serviço para todos os vizinhos – é o gato – é o responsável por você estar pagando mais." Isso já acontece em outras infraestruturas. Então, temos que identificar de fato.

Só vou poder incluir alguns setores da nossa sociedade. Se eu disser que isso vai ser um... É monofásico, é só quarto e sala... É assim que temos feito em outros setores e é assim que temos que fazer também na internet, porque é uma infraestrutura com uma rede de capacidade limitada.

Oferta de pacotes diferenciados possibilita uma gestão mais eficiente das redes e consequente melhoria da qualidade do serviço.

Então, precisamos, primeiro, aumentar a banda larga fixa, porque ela vai extravasar o que hoje não cursa no móvel e, ao mesmo tempo, precisamos também ter uma liberdade de negócio. Cada empresa tem uma estratégia. Então, o ambiente competitivo tem essa beleza. Temos aí várias empresas pequenas que hoje são adoradas pelos seus consumidores, apesar de serem pequenas e com ofertas limitadas, isso porque estão em um nicho, elas estão especificamente em áreas muito remotas, e aquela é a única condição de o sujeito se conectar.

Mensagens finais. Não vou tomar muito tempo. Então, o setor entende que é essencial esclarecer o seu consumidor para que ele conheça o seu perfil de consumo.

Hoje, e estamos falando de franquias aqui, ninguém bloqueia. Esse assunto veio à tona, mas hoje não há bloqueio. O se faz é, se há alguns abusos, o sujeito reduz aqui, recebe algum aviso, mas, de fato, não há bloqueio. Nós estamos discutindo aqui o futuro. E o futuro depende de investimento; e investimento depende de diversidade de modelos de negócios.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS DUPRAT – Pela legislação de telecomunicações, a liberdade é a regra. Esse é um serviço privado. Essa liberdade comercial é a alavanca da competição. Eu entendo que vários defendem que isso deveria ser regime público, mas, sinto muito, não é. É privado. E, sendo privado, a liberdade é a regra, não tem controle de tarifa, e é competitivo. E, graças a Deus, o Brasil tem competição.

Aqui, há alguns dados que mostram, e já foram até apresentados antes... Não há nada contra a regulamentação, ninguém está ofendendo nenhum item, seja no regulamento da Anatel, seja no marco civil. No marco civil, está dito claramente: neutralidade refere-se ao tratamento isonômico e não discriminatório de pacotes, não impedindo modelos de negócios que ofertem ao usuário conexão com a internet, com modelos de cobrança por volume ou por velocidade no tráfego de dados. Isso está claro.

É pacífico que eu tenho total segurança de dizer que é legal. Pela lei vigente, pela regulamentação vigente, é legal. Ocorre que existe um problema de comunicação em que temos de adentrar, e esse é o nosso próximo passo. Temos que fazer isso de fato.

Aqui, eu já tinha comentado que não há como sustentar investimento sem liberdade no modelo de negócio. Cada empresa tem um nicho, cada empresa tem uma forma de atuar. Aí vão dizer que a empresa está com pacote muito pequeno, franquia muito pequena. Ora, ela tem um nicho, ela quer pegar o cara pequenininho. A outra tem franquia grande, e a outra só vende ilimitado. É assim o nosso setor. No nosso setor, as empresas se odeiam entre si. Essa é a realidade dos fatos.

Um pouquinho das conclusões e aqui eu vou deixar... Liberdade e modelo de negócio são fenômenos globais; é uma realidade. No mundo, quando se diz que só alguns países oferecem franquia é porque talvez lá não haja necessidade. As empresas, se assim o quiserem, poderão, na maioria delas, ofertar franquia, sim. E isso é um movimento crescente.

Aquela boca de jacaré, naquele gráfico que mostrei, é um gráfico internacional; não é um gráfico brasileiro. A inclusão digital de mais brasileiros depende da liberdade de ofertas, inclusive com franquias. Não temos que pensar apenas nos 26 milhões que têm serviço hoje; e, sim, no futuro. O futuro do nosso País passa pela inclusão de mais e mais brasileiros, e mais e mais domicílios.

Insegurança jurídica e instabilidade regulatória inibem investimentos.

E foi mostrado aqui, de forma muito explícita, que tudo o que está sendo feito está claramente de acordo com toda a legislação e regulamentação vigente. Então, na hora em que se quer mudar a regra do jogo, saibam que isso causa impacto nos investimentos, e isso em qualquer lugar do mundo.

Redução de impostos e uso dos fundos setoriais são fundamentais para a expansão da banda larga e inclusão digital. Ou seja, precisamos trabalhar isso de forma coerente com a essencialidade que todos clamam desse serviço.

O marco legal e regulatório, assim como todos os contratos dos clientes serão respeitados. Não estamos aqui, de forma alguma, nem há empresa alguma querendo afrontar qualquer contrato com seu cliente. Então, nós temos questões, sim, referentes a consumidor, que eu gostaria de colocar depois da apresentação, mas, especificamente em relação a esses contratos, todos serão respeitados.

Por último, o modelo de franquia requer a devida conscientização dos consumidores a respeito do seu perfil de utilização e disponibilização de ferramentas que possibilitem o acompanhamento do seu consumo. Algumas empresas já têm isso mais adiantado; outras não. Mas a ideia é: não dá para se chegar com diferentes modelos de negócio se a sociedade está despreparada para isso.

E o que eu gostaria de trazer – além, é claro, das questões que estão aqui, que acho que eram apenas essas – é uma discussão a respeito da utilização de parte da nossa rede por mensagens que ninguém pede.

Hoje fizemos um teste. Quando se baixa qualquer artigo da internet, percebemos que chegam mensagens oriundas da falta de privacidade, o que há, inclusive nos nossos *e-mails*. Quem nunca teve aqui um caso de um *e-mail* enviado para uma pessoa, dizendo que iria viajar para o Egito, por exemplo, e, no dia seguinte, em todos os seus..., baixava um globo.com, um uol.com, e já havia lá carro no Egito, hotel no Egito? E isso consome a franquia de cada um, a sua banda ou a nossa banda ilimitada que temos ofertado para os nossos clientes. O cliente não quer receber, e aquilo consome parte da franquia dele. Eu considero que esse seja um ponto sobre o qual devemos nos debruçar.

Já estivemos conversando aí com a Senacon, colocamos isso, outro dia, na reunião do CDUST. É um ponto que considero extremamente relevante, porque o País não pode render-se a esse tipo de situação. Nós, hoje, estamos em um dia crítico, nós estamos com o nosso WhatsApp bloqueado, o que é uma coisa muito ruim para todos nós.

Então, nós vemos que é fundamental que se respeitem as regras brasileiras. E as empresas que estão aqui representadas estão acostumadas a respeitar essas regras. Nesse sentido, estaremos sempre dialogando em prol principalmente dos não incluídos. Essa é a tese da nossa apresentação.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Carlos Duprat.

Vamos para o encerramento das exposições, chamando a Procuradoria da República, isto é, o Ministério Público Federal, que conclui as apresentações na pessoa do Dr. Frederick Lustosa de Melo.

O SR. FREDERICK LUSTOSA DE MELO – Bom dia a todos!

Primeiramente, não há como deixar de homenagear o Senado por esta iniciativa, tendo em vista que é um tema inserido dentro de outros problemas, cuja solução certamente passará por esta Casa. Demanda diversas alterações legislativas que têm sido entrave na solução de diversos pontos que o Ministério Público tem notado que afligem o setor.

Então, fica aqui realmente essa gratidão por dar espaço a este debate, tendo em vista que diuturnamente nós temos visto que as questões mais complexas do País têm sido levadas ao Judiciário, de forma que o Judiciário tem sido chamado a dar a solução, quando, na verdade, eu acho que questões tão complexas como essa devem ser solvidas no âmbito de outros agentes estatais.

O tema que está sendo tratado na audiência pública de hoje está inserido dentro de diversos outros problemas pontuais que afligem o setor de telecomunicações.

Eu faço parte do Ministério Público Federal aqui em Brasília, que atua na primeira instância, que é vinculada à 3ª Câmara de Coordenação e revisão do Ministério Público Federal, cuja temática é tentar coordenar os trabalhos do Ministério Público Federal na ordem econômica e do consumidor.

Diante das atribuições destinadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, nós temos tido um papel de aproximação dos órgãos de cúpula no intuito de achar soluções proativas. Temos evitado ao máximo demandas judiciais, como já falei inicialmente, cujas soluções, pelo que temos visto, não passam necessariamente por isso.

E a 3ª Câmara tem diariamente constituído acordos de cooperação e dialogado com diversas agências reguladoras, no caso a Anatel principalmente, e diversas soluções têm sido trazidas que às vezes não são vistas pela população. A população de certa forma quer o seu problema resolvido no dia. Por exemplo, se sua conta é atrasada, ele quer que os órgãos de defesa do consumidor ajuízem uma ação civil pública para resolver seu problema, mas, diversas vezes, a solução é bem mais complexa e demanda uma atuação coordenada de cúpula com essas instituições.

Fruto dessas reuniões e grupos de trabalho, podemos citar o regulamento geral de defesa do consumidor de usuários de telecomunicação. Foi um avanço enorme e foi fruto de diversas reuniões do grupo de trabalho da 3ª Câmara com a Anatel. Podemos ver que foi um regulamento robusto que realmente trouxe um grande avanço ao setor.

A Anatel tem procurado implementar diversas melhorias no sistema Focus a partir dessas reuniões também que são tratadas. E, aqui, não há como também deixar de reconhecer as limitações que a Anatel tem tido para implementar algumas medidas. O órgão tem realmente apresentado limitações orçamentárias, e, fruto dessa constatação, o Ministério Público Federal recomendou ao Ministério do Orçamento, assim como foi já citada aqui a questão do Fust, que efetivamente implemente os recursos do Fust como uma forma de melhorar, em retorno ao próprio setor.

Em resposta, o Ministério do Orçamento e Planejamento nos diz que não dá porque há limitações legislativas. A própria lei orçamentária parece que permite a utilização do Fust em áreas externas ao setor de telecomunicações. Fica já até mais um ponto. Isso será realmente tratado no ponto específico em outra reunião, mas certamente já será uma demanda do Ministério Público junto ao Legislativo, para que faça alterações pontuais como esta que estou citando agora, em vincular o recurso do Fust para melhorias do setor.

Recomendamos fosse feito concurso para a contratação de auditores para a Anatel melhorar a fiscalização e encontramos novo entrave orçamentário. Ou seja, a questão é bem mais complexa do que podemos inicialmente imaginar.

Feito esse esclarecimento inicial, em relação à questão pontual que está sendo objeto da audiência hoje, não vou adentrar questões técnicas porque já foram amplamente expostas aqui pelos palestrantes que me antecederam.

O fato é que, atualmente, a legislação, que é a Resolução nº 614, fruto de um debate amplo – e realmente isso podemos comprovar pelo próprio *site* da Anatel –, oriunda da LGT, permite atualmente essa cobrança nos dois modelos. De fato, não vinha sendo implementado pelas empresas, mas já deparamos com esse entrave legal. A legislação permite que as operadoras façam essa cobrança nos dois modelos.

Dizer que isso é legítimo ou que está certo ou "diante da evolução que o setor tem tomado" é outra discussão. Mas o fato é que há essa resolução.

O Ministério Público, especificamente junto com o Ministério Público do Distrito Federal, instaurou dois inquéritos dos serviços públicos, e estamos atuando em parceria com o Promotor Paulo Binicheski, que tem feito já algumas reuniões com as operadoras. Focamos que ele fará uma atuação mais específica em relação à violação às normas do consumidor junto às operadoras, e isso não será realmente deixado de mão pelo Ministério Público. Nós estaremos atentos a essa eventual onerosidade excessiva que possa vir a acarretar esse novo modelo. O Ministério Público Federal focará na questão de eventual formação de cartel, como foi colocado aqui pelas mensagens que chegaram pela internet, dentro de uma investigação isenta e responsável, como deve ser diante da magnitude do problema. De forma alguma, está-se acusando as empresas de formação de cartel. Mas tudo o que é chegado ao Ministério Público temos de apurar.

Já acionamos o nosso representante junto ao Cade, o Procurador Lafayete, e certamente, toda essa mudança do modelo, se, eventualmente, houver indícios de que as empresas estão atuando de uma forma concertada, será apurada.

Mas o fato é que a questão está levada ao Judiciário hoje, através de uma ação movida pelo Idec, e que a questão de eventual malferimento ao Marco Civil da Internet já está posta. O Judiciário daqui, do Distrito Federal, certamente, será prevento para analisar a matéria. Trata-se de uma legislação, de certa forma, aberta, e, ao fim e ao cabo, o Judiciário dará essa palavra em relação à eventual interpretação do Marco Civil da Internet.

O que eu acho que realmente seria a solução para o problema? Eu acho que a situação é tão complexa que não nos cabe ficar nesse maniqueísmo do bem contra o mal, das operadoras contra o consumidor e do Ministério Público contra as operadoras. Eu acho que, em um cenário de ampla concorrência, certamente, nós não estaríamos debatendo isso aqui.

Fazendo algumas pesquisas na internet, fazendo uma comparação do Brasil com os Estados Unidos, verificamos que lá, com uma população de 318 milhões e 327 milhões de celulares, eles têm 92 operadoras de telefonia fixa e 84 de telefonia móvel. No Brasil, com 213 milhões de habitantes e 277 milhões de celulares, temos oito operadoras de telefonia fixa e sete de telefonia móvel. Independentemente de entrar nos dados...

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICK LUSTOSA DE MELO – ...,porque não cabe... Os dados, mesmo que haja algum erro pontual, refletem a realidade do setor.

Da forma como está posta, há poucos *players* no mercado. E isso realmente dificulta qualquer tentativa de se permitir uma livre concorrência. A tendência é de que, em uma situação onde haja mais investidores, como nos Estados Unidos, essas questões pontuais dificilmente cheguem ao nível a que chegaram no Brasil. O órgão regulador dificilmente terá que intervir, porque as coisas fluirão de forma natural.

Para finalizar, eu apenas queria ressaltar que o Ministério Público está atento, junto com diversos órgãos, como foi falado aqui, o GT da Senacon, muito bem conduzido pelo Igor, do qual eu participo... Não pude participar da última reunião por outros afazeres, mas, certamente, contribuirei na próxima. Eu acho que esse é o caminho inteligente e responsável para se achar uma solução para esse problema. Não acho que seja uma decisão imposta pelo Estado se vai ser regime público ou regime privado, porque isso, certamente, passa por um debate mais amplo. Não creio que um projeto de lei vindo de cima para baixo vá resolver essa situação. Dentro do GT – tenho acompanhado pela rede de debates –, têm saído diversas colaborações importantíssimas. Inclusive, a própria Anatel se dispôs a participar da última reunião, assim como as operadoras.

E eu acho que, dentro de um debate responsável, certamente, a Casa Legislativa terá a contribuição maior, que será definir se o rumo que queremos é o regime público ou o regime privado, assumindo as consequências de qualquer decisão, porque sabemos que o regime público também transferirá todo esse ônus para o Estado. Será que o Estado será capaz de suportar um setor tão complexo como esse?

Certamente é um debate que deve ser aberto, e o Ministério Público Federal estará sempre disposto a colaborar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Frederick, Procurador da República, que falou em nome do Ministério Público.

Assim nós concluímos as exposições dos 14 personagens que foram requeridos para esta audiência pública.

O Senador Hélio José tem uma pergunta, mas está cedendo seu tempo para uma intervenção do Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Quero-lhe dizer, Senador Cristovam, que as mais de 300 mensagens que nós recebemos referem-se, muitas delas, a problemas pessoais. Agora, há uma que atinge a nós aqui. O Sr. Eduardo Braun, do Rio Grande do Sul, diz que, caso a internet encareça com essa medida, ele deixará de assistir à TV Senado, porque vê pela internet. (*Risos.*)

De modo que a discussão se amplia para todas as entidades, instituições, classes sociais, de todas as origens.

Mas, Senador Garibaldi, qual é o seu questionamento?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Primeiro, Sr. Presidente, Senador Lasier; Sr. Senador Hélio José, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhores que aqui passaram, senhores convidados que passaram por esta tribuna, senhores e senhoras presentes, eu queria, antes de fazer qualquer pergunta, dizer da magnitude deste tema, dizer da sua abrangência e que, se não fosse... Claro, nós temos aqui um impasse, às vezes, para que possamos ter um grande debate sobre determinado tema. É que o Senado Federal tem a oportunidade de todos os dias reunir muitas comissões, e, às vezes, isso leva ao esvaziamento das comissões, porque os Senadores não têm como atender à demanda de todas elas.

E o que está acontecendo hoje aqui é um fato de que os senhores todos têm conhecimento, é que nós temos hoje funcionando nesta Casa a Comissão do Impeachment, e ela realmente atrai a atenção de muitos Senadores que aqui gostariam de estar presentes.

Ainda bem que eu vejo aqui no plenário o Senador Walter Pinheiro, que é conhecedor dessa matéria, tem realmente amplos conhecimentos e poderá representar muito bem, ao lado do Presidente aqui... O Presidente tem muitas anotações aqui. Eu só tenho uma pergunta do meu universitário. O universitário é esse senhor aqui.

Ele é assessor da minha Comissão, e, como ele sabe que eu sou jejuno de conhecimentos sobre a internet – sou usuário que não detém maiores nem melhores conhecimentos –, ele me deu uma pergunta aqui a ser dirigida ao Sr. Carlos Duprat.

O senhor disse, Sr. Carlos, que o preço cobrado pelo megabit, no Brasil, vem caindo sensivelmente nos últimos anos. Gostaríamos de saber – principalmente ele... (*Risos.*)

...como fica o preço praticado no País em comparação com o resto do mundo. Quanto custa, em média, o megabit em outros países que também utilizam o sistema de franquia?

Agradeço.

Se não puder responder a contento – e eu acho que o senhor vai responder...

O SR. CARLOS DUPRAT – Não, não. Vou responder.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – ... o senhor debite aqui na conta do universitário. (*Risos.*)

O SR. CARLOS DUPRAT – Eu cheguei a comentar que os preços praticados no Brasil, sem impostos, estão entre os menores do mundo – sem impostos! Com impostos, muda tudo de figura. Então, nós temos, hoje, uma situação bastante equivalente à dos países emergentes, mas, no que diz respeito ao valor praticado para o usuário final, diante da carga tributária que nós temos, realmente tudo é caro neste País, e telecom é um destaque entre os itens mais caros, porque a distorção ainda é maior que nos demais setores.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – É porque, inclusive, nós temos uma carga tributária média de 36%.

O SR. CARLOS DUPRAT – No nosso caso, é de 40% a 50%.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – O Senador Walter Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Durante a sua palavra, o Dr. Duprat falou em 43%.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN) – Sim; nesse setor. Eu estou dizendo que, na média, a carga é de 36%. Pelo que se vê, então, o setor está sendo penalizado a mais.

O SR. CARLOS DUPRAT – É isso mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Concluiu a sua resposta. Dr. Duprat? (*Pausa.*)

Sim.

Então, vamos à pergunta do Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu poderia ter feito a minha fala antes, mas eu deixei aqui o Senador, que está conduzindo muito bem, mesmo porque eu também sou signatário do requerimento que ensejou esta audiência pública muito importante. Quero, a propósito, parabenizar a todos pelas brilhantes exposições, agradecendo pelas presenças.

Os usuários de internet de banda larga fixa foram surpreendidos, recentemente, com o anúncio de que viria uma mudança substancial na sistemática de oferta do serviço: o fim da internet ilimitada, com o apoio e o aval da Anatel e o aplauso das empresas de telefonia fixa – isso é decepcionante!

A notícia repercutiu nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa. A sociedade reagiu e condenou tanto as empresas concessionários do serviço público de telefonia fixa quanto a Anatel.

OAB, Procon, institutos de defesa do consumidor e várias outras entidades se manifestaram contrários e apontaram ilegalidades nesse casamento de interesses da Anatel com as empresas. O Ministro das Comunicações foi um dos que condenou a medida e mandou suspender o ato da Anatel.

De acordo com o novo modelo anunciado, os planos seriam oferecidos com um limite de dados, e as operadoras poderiam reduzir a velocidade ou mesmo cortar o acesso à internet quando o usuário atingisse o limite.

Seriam comercializados pacotes adicionais de dados, o que, certamente, elevaria substancialmente o preço dos serviços.

Ante a reação indignada das pessoas que sequer conseguem manter em suas conexões uma parte pequena da velocidade contratada, a Anatel apresentou inicialmente a singela justificativa de que o consumidor estava mal-acostumado. Pelo menos essas foram as palavras do João Rezende.

Para a sociedade, essa postura do órgão responsável pela regulação do setor evidencia, de um lado, o seu distanciamento em relação aos consumidores e, do outro, a sua proximidade com as empresas. A reação da sociedade foi motivada, segundo o Conselheiro da Anatel, Sr. Otávio Luiz Rodrigues, que manifestou voto preliminar pela suspensão de todas as medidas que venham a limitar a internet telefonia fixa. Ele também manifestou que a Anatel vive um grave momento de desconfiança social.

Devido a isso, em apenas duas horas, peguei 42 assinaturas de Senadores da República nesta Casa e protocolamos um pedido de CPI da Anatel. Há uma série de questões que queremos que a Anatel venha a esclarecer nesta Casa, já que todos os diretores da Anatel são sabatinados e aprovados aqui, nesta Casa. É uma autarquia, uma agência reguladora paga pelo Governo, pelos nossos impostos, e estão a aí para fiscalizar e regular, e não para fazer parceria com as empresas em detrimento dos consumidores.

Então, vamos apurar aqui uma série de coisas, não só a limitação da banda fixa, internet fixa, sem discutir – sem discutir nesta Casa, sem discutir no Ministério das Comunicações, como vimos aqui, de forma quase unilateral.

Já houve fatos anteriores em que o Sr. João Rezende foi flagrado comemorando, quando da questão da TV a cabo, aqui, com os empresários da área privada. Queremos explicação da Anatel sobre essas questões e a continuidade dessa situação aqui.

Por isso, vão algumas questões. Ao Sr. Rodrigo Zerbone, da Anatel. A Anatel tem adotado um comportamento bastante estranho no que tange à imposição de limites no volume de dados da internet fixa anunciado pelas empresas. Inicialmente, o Presidente da Agência, o Sr. João Batista de Rezende, afirmou recentemente que a era da banda larga fixa ilimitada chegou ao fim e que a oferta ilimitada acabou educando mal os usuários. Nesse sentido, no último dia 18 de abril, a Anatel determinou que as ações como a redução de velocidade, a suspensão dos serviços e a cobrança de tráfego excedente após o esgotamento da franquia ficariam suspensos, pelo menos, por 90 dias; ou seja, ratificou a oferta dos serviços de banda larga fixa com a limitação no volume de dados no curto prazo.

Apenas quatro dias depois, mudou de rumo, e o conselheiro diretor da agência decidiu impedir, por tempo indeterminado, qualquer restrição do volume na oferta das conexões fixas até que se resolva de for-

ma definitiva a questão. Pergunto: qual a verdadeira posição da Anatel sobre o tema? Precisamos saber qual a verdadeira posição da Anatel sobre o tema. A Anatel tem noção do impacto da medida colocada em prática? Se sim, qual seria esse impacto? Pelos últimos acontecimentos, sobre essas mudanças de rumo das quais já falamos, não há como não lembrar que, em 2011, ainda como conselheiro, o Sr. João Rezende, hoje diretor-presidente da Anatel, foi alvo de reportagem do Jornal *Folha de S.Paulo*, visto em restaurante em Brasília com representante da Globo e da NET, supostamente comemorando a aprovação de um projeto de lei, antes mesmo de sua votação no Senado Federal. Era a respeito da TV a cabo.

O tal projeto aprovava a entrada de empresa de telefonia no setor de tevê a cabo e acabava com as restrições de uso de capital estrangeiro no setor. O Sr. João Rezende foi acusado de estar próximo demais de operadoras e grandes empresas, quando ele deveria era justamente ajudar a fiscalizar e regular. Por isso é que vamos fazer a CPI da Anatel, para ele esclarecer aqui todas as questões, assim como a Anatel.

Aí há uma foto desse negócio do restaurante para todo mundo poder saber. Acho que isso foi publicado por todo lado, e todo mundo encontra se entrar na internet. O que o senhor acha disso, nobre Zerbone? O senhor acha que esse encontro foi institucional, como referido à época pelo referido Conselheiro? Os conselheiros da Anatel costumam encontrar-se em restaurantes com representantes das empresas a serem fiscalizadas para comemorar mudanças que prejudicam os consumidores brasileiros? Como o senhor explica a atual situação no Brasil de celulares sem acesso à internet por DDD, conforme reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* de 1/5/2016?

Os dados indicados pelo jornal que indicam a Anatel como fonte de dados são os seguintes – vou rapidamente falar de três lugares aqui. Celulares sem acesso à internet por DDD: DF, 18,84%; Minas Gerais, 39,49%; Bahia, 41,28%. E há vários outros Estados que estão aqui que não têm esse acesso devidamente feito.

Mesmo com a expansão do 3G e 4G no País, em 2016, temos 550 cidades que recebem apenas sinal 2G, quase todas no interior do Brasil. Segundo dados da Anatel e conforme informações do jornal *Folha de S.Paulo* da mesma data, o que a Anatel tem feito para que os serviços em 3G e 4G sejam também oferecidos nessas cidades que estão apenas com o 2G?

À Srª Miriam Wimmer, do Ministério das Comunicações, faço a seguinte pergunta. Em artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* do último domingo, dia 1º de maio, o Ministro André Figueiredo reafirmou seu entendimento, já tornado público, de que a limitação de acesso à internet anunciada pelas empresas é inoportuna e que não aceitará os abusos – quero parabenizar, inclusive, o Deputado André Figueiredo, nosso Ministro das Comunicações, pela ação rápida e inteligente.

À Srª Miriam: como contrapor a autonomia decisória da Anatel na regulamentação dos serviços de telecomunicação e o estabelecimento de política pública de massificação da banda larga proposta pelo Ministério das Comunicações? Quero que a senhora me responda como contrapor essa questão.

Ao Sr. Igor Rodrigues Britto, da Senacon. No último dia 23 de março, a Senacon notificou os prestadores que provêm conexões fixas de internet para apresentarem suas justificativas sobre o estabelecimento de limites de volume de dados na comercialização dos acessos em banda larga. Todas as empresas notificadas se pronunciaram?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª me permite um aparte, Senador Hélio?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª está formulando perguntas para todos os palestrantes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso demandaria bastante tempo. Eu pergunto: V. Exª poderia concentrar perguntas para três dos nossos participantes de modo a objetivar?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Posso, mas eu tenho que fazer essas perguntas. Estou acabando já. São todas perguntas oportunas...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois, quem sabe, eles poderiam receber essas perguntas por escrito.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pode ser. Vou tentar concluir o mais brevemente possível.

Todas as empresas notificadas se pronunciaram? Quais as razões de ordem técnica e econômica apresentadas pelas prestadoras para justificar o novo modelo comercial proposto?

À Srª Maria Inês Dolci e ao Sr. Rafael Zanatta, representantes da Proteste e do Idec respectivamente. As empresas de telecomunicação são historicamente campeãs de reclamação nos órgãos de defesa do consumidor, notadamente pela baixa qualidade e os altos preços dos serviços prestados. Qual é o índice de reclamação recebido relativamente à baixa qualidade dos serviços de conexão à internet em banda larga?

Quais as medidas concretas que estão sendo tomadas pela Anatel para a melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas empresas de telecomunicação? As alterações que operadoras e Anatel estão propondo ferem o direito dos consumidores?

Concluindo, aos Srs. Frederick Lustosa de Melo, Demi Getschko, Bia Barbosa, representantes do Ministério Público Federal, do NIC.br e da Coordenação Executiva do Intervozes, respectivamente: o Marco Civil da Internet, aprovado pela Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, veda a suspensão da conexão à internet a não ser em caso de inadimplência. Nesse sentido, o bloqueio dos serviços decorrente do esgotamento do limite do volume de dados não implicaria infração à referida legislação? Essa é a pergunta.

Outras questões. A limitação do volume de dados pode ser um meio para interferir na escolha que o consumidor faz sobre o conteúdo que ele acessa. O consumidor pode ser constrangido a não mais acessar vídeos ou meios de informações que gerem tráfego elevado de dados?

Agora, a última pergunta – não vou nem fazer a do MEC – aos Srs. Marcos Augusto Mesquita Coelho, Fábio Andrade, Enylson Flávio Camolesi e Carlos Duprat, representantes, respectivamente, da Oi, da Claro, da Vivo e do SindiTelebrasil: os maiores provedores de conexão fixa à internet no Brasil são empresas coligadas às grandes operadoras de TV por assinatura no País. Nesse sentido, a limitação no volume de dados nas conexões fixas não significaria restringir o acesso do consumidor à nova plataforma de serviços de vídeo? Em muitas localidades não há concorrência entre os prestadores de serviço. Isso não faz com que inexista, na realidade, o mercado de concorrência na definição de preços e serviços?

Pessoal, são tantas coisas, porque eu estou propondo a CPI. Desculpem-me esse volume todo; está à disposição para todo mundo.

Eu gostaria também que a Anatel esclarecesse a regulamentação sobre essa questão do WhatsApp. É um absurdo mais de 100 milhões de brasileiros ficarem sem comunicação por causa de uma decisão de um juiz de primeira instância, lá do interior de Sergipe! Isso não existe! Nós precisamos ver essa regulamentação. Como é que nós vamos fazer para evitar esse tipo de situação como a de hoje? Todo mundo está incomunicável pelo WhatsApp.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E o problema, Senador Hélio José, é que o magistrado de segundo grau também já confirmou, de modo que temos duas instâncias...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – É grave.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ...o que agrava a dificuldade criada.

Mas, Senador, quem sabe concentre em uma ou duas pessoas para responder. Quais os da sua preferência?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Anatel, com certeza; um órgão de defesa do consumidor – o Idec, a Bia ou a outra moça ali –, e as empresas, o sindicato das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, Dr. Zerbone, pela Anatel.

O SR. RODRIGO ZERBONE – O.k., vamos tentar responder objetivamente. Na realidade, a posição da agência em relação à cautelar foi o que eu tentei demonstrar com o processo histórico de construção normativa que a gente tem no setor de telecomunicações, sempre com a premissa, que eu tentei colocar de forma clara, dos mecanismos de transparência decisória e participação social que a Anatel tem.

Então, eu busquei demonstrar, na minha apresentação, que, de fato, a Lei Geral de Telecomunicações dá como regra liberdade de prestação dos serviços, principalmente naqueles serviços em regime privado, e que a regulamentação da Anatel, na verdade, é restritiva em relação a essa liberdade.

Então, alguns palestrantes aqui falaram que é preciso revogar aquela norma. Na verdade, a revogação daquele dispositivo do regulamento da SCM não torna proibido qualquer tipo de modelo de negócio, já que a regra é a liberdade no âmbito dessa prestação de serviço. Seria necessária, na verdade, uma regra proibitiva no caso, segundo essa linha de pensamento, não uma norma expressa do Estado proibindo determinado modelo de negócio, já que, na iniciativa privada, vige a regra de que, se não há nada que proíba, é facultado fazê-lo.

Nesse ponto, a cautelar da Anatel representa todo o acúmulo de debate – o primeiro é da Superintendência de Relações com os Consumidores – sobre o tema. Busquei demonstrar aqui, na minha apresentação, que, das 30 contribuições feitas na consulta pública, nenhuma pedia a proibição desse tipo de modelo, inclusive daquelas entidades de defesa do consumidor. Na verdade, o debate sempre foi em relação ao nível de conhecimento, a ter transparência e a ter mecanismos para regulamentar, de fato, que o consumidor consiga ter acesso à forma de seu consumo e à melhor escolha do seu plano de serviço.

Obviamente, esse sempre foi o debate em relação ao tema. Isso também ficou demonstrado nas minhas apresentações, assim como as contribuições do Idec e da própria Senacon. Em nenhum momento foi questionada a legalidade desse tipo de obrigação, na verdade, de opção de regulamentação, e isso sempre foi tratado como informação, informação clara e capacidade de decisão do consumidor.

Sem falar em todo o processo de interação na construção desses regulamentos com a sociedade civil. No Regulamento Geral do Consumidor, os integrantes do CDUST – aqui entram Proteste, Idec inclusive, Procon de São Paulo e uma série de outras entidades que faziam parte do CDUST à época – participaram da elaboração no momento mais inicial da norma. Várias propostas foram incorporadas, inclusive todas as recomendações do Ministério Público Federal foram acolhidas pelo Conselho Diretor da agência na versão final do regulamento. Então, dado esse histórico, foi feita a cautelar, que foi expedida pela superintendência, que é um órgão executivo da agência, não o Conselho Diretor, para resguardar os direitos estabelecidos na regulamentação da agência, que sempre fizeram parte do debate feito na Anatel.

A partir da repercussão e de novas manifestações que foram trazidas oficialmente à Anatel – pela OAB e uma série de questionamentos de diversas entidades –, o Conselho Diretor então, que tem poder para eventualmente avaliar se deve proibir ou não e que tipo de limitação adicional deve ser feita em relação a esse tema, avocou aquele processo; ou seja, tirou da competência da Superintendência e falou: "Eu, Conselho Diretor, vou me pronunciar sobre isso e sobre todas as manifestações que chegaram ao conhecimento da agência".

E, porque foi posterior à cautelar, o conselho decidiu suspender por tempo indeterminado, até que consiga, de forma transparente e participativa, como eu disse, por meio da criação de um grupo de trabalho que vai envolver sociedade civil, academia, entidades de defesa do consumidor, representantes dos Poderes... Isso, já que, como colocado, todos, de alguma forma, podem ser afetados. É óbvio que a agência tem noção de que isso afeta milhões de brasileiros e consumidores. Foi por isso, por essa noção que temos que, a partir dessas manifestações, suspendemos qualquer tipo de limitação, e vamos fazer esse debate de forma transparente e de forma participativa.

Aqui, eu não posso comentar, nem falar sobre declarações individuais de servidores. Ainda que seja o Presidente da agência, a decisão do Conselho Diretor sobre o tema prevalece sobre, inclusive, eventuais posições individuais do presidente da Anatel. Então, foi isto que eu coloquei aqui, depois da fala da representante da Proteste: o que nós temos de posição da Anatel oficial é a posição do Conselho Diretor, que foi manifestada por meio da avocação do processo, do reconhecimento da necessidade de avaliar todas aquelas manifestações e todas as implicações derivadas desse processo. Obviamente, é neste trabalho que vamos fazer, de forma detida, transparente e participativa, toda a avaliação de impacto regulatório da medida, conforme, inclusive, as técnicas que temos, eventualmente fazendo consultas públicas, audiências públicas, para ampliar ainda mais esse debate que é, de fato, importante.

Em relação às considerações sobre eventos que envolvem o presidente da agência, não cabe a mim falar.

De qualquer forma, em relação ao acesso do celular, à ampliação do acesso móvel no País, a Anatel tem feito uma opção sempre por, em todos os editais de radiofrequência – as empresas móveis têm, participam, compram radiofrequência para prestar o serviço, isso no 3G, no 4G, nos dois leilões –, colocar o máximo de obrigações possíveis, para que a sociedade, o consumidor de serviços de telecomunicações possam ter, de fato, o benefício daquele serviço e não simplesmente a arrecadação de recursos para o Tesouro Nacional. Isso é sempre uma tensão; existe sempre uma tensão da agência reguladora, que quer ampliar o serviço, quer fazer um leilão o menos arrecadatório possível, com mais obrigações às empresas de chegar até aquelas localidades em que não há atratividade econômica, a que só se chega por imposição de edital. Nisso, há sempre uma dificuldade, um debate com o Tesouro Nacional, mas a posição da Anatel sempre foi priorizar, ao máximo, a interiorização de rede no País. Todas as ações que a Anatel faz em relação a propostas específicas de utilização de recursos, inclusive em debates dentro do Governo, em debates públicos, direcionam-se no investimento efetivo, na aplicação efetiva desses recursos.

Temos hoje o Fundo de Universalização com um direcionamento de recursos somente para telefonia fixa, e é preciso um ajuste legal para ele ser utilizado para banda larga; é preciso uma autorização do Parlamento. Essa seria, de fato, uma grande contribuição do Parlamento brasileiro para o avanço da infraestrutura de telecomunicações no Brasil, do acesso à banda larga.

Por último, em relação à questão da garantia de qualidade de serviço, hoje, o Brasil tem, como eu disse na minha apresentação, o maior sistema de controle do mundo de prestação de serviço, de qualidade de serviço de banda larga, tanto fixa quanto móvel. Nós temos mais de 10 mil probes espalhados pelo País fazendo essa medição. E nós temos dados específicos em relação a um afunilamento, ou seja, uma adequação cada vez maior, tendo em vista essa fiscalização, do que é vendido para o consumidor e do que de fato é entregue pelas empresas de telecomunicações.

Por último, a questão do WhatsApp, obviamente, foge completamente da competência da agência. Foi uma determinação judicial, e a agência, inclusive, não é parte no processo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Zerbone.

A pedido do Senador Hélio José, pelos consumidores, Dr. Zanatta, pelo Idec.

O SR. RAFAEL ZANATTA – Muito obrigado, Senador Hélio, pelas perguntas. Eu combinei com a Maria Inês que nós vamos dividir a nossa fala, para privilegiar as duas ONGs.

Eu quero comentar quatro pontos que estão relacionados à sua pergunta. Primeiro, a Anatel publicou a Pesquisa de Qualidade 2015 e nos apresentou no Comitê de Defesa dos Usuários, na última sexta-feira, e mostra que a banda larga fixa dos serviços de telecom é a que tem a pior avaliação. Então, isso responde a sua pergunta.

Agora, um dado muito importante. É costume das empresas fazer comparação com os Estados Unidos e dizer que lá existe um ambiente competitivo, em que as empresas operam com livre empreendimento e liberdade de modelos de negócios. Mas, veja: o FCC (Federal Communications Commission) publicou um relatório neste mês de abril mostrando que, após a entrada de franquia de dados pela Comcast e outras empresas, o número de reclamações com relação à franquia de dados saltou de 800 para 8 mil em um ano. E reclamações especialmente relacionadas a fraude na mensuração do tráfego de dados. Usuários que eram cortados abruptamente, mesmo após o pagamento, não conseguiam retomar a conexão e perdiam trabalhos de tradução, trabalhos *on-line* que estavam realizando. E diversas outras reclamações.

Tanto é que o FCC, ao aprovar a compra da Warner Cable por uma empresa menor, neste mês de abril, ela permitiu a fusão, mas disse: "Vocês estão proibidos de implementar modelos de negócio com franquia de dados por sete anos". Então, isso é uma evidência clara de que, mesmo nos Estados Unidos, existe um debate sério sobre os problemas da franquia de dados na agência reguladora. A Anatel precisa ficar muito atenta a esse debate, porque é um cenário de antecipação do que pode acontecer.

O terceiro ponto: existe um estudo chamado "You're Capped!", de 2012, que é um estudo qualitativo sobre os efeitos da franquia de dados na África do Sul, um país geralmente mencionado como permissivo sobre franquias. Esse estudo mostra – está nas conclusões do estudo, e posso compartilhar com o Senado Federal e com todos os membros convidados hoje – que a imposição da franquia de dados causa problemas agudos com relação à falta de controle das unidades familiares sobre quem está usando a internet, problemas profissionais e educacionais quando a franquia é atingida – alunos perdem provas que deveriam entregar por *e-mail,* profissionais autônomos perdem a oportunidade de entregar o trabalho. E, por fim, um terceiro elemento que eles dizem que é muito preocupante: a desestabilização das famílias mais pobres, que passam a brigar intensamente pela disputa por esse recurso escasso. Isto está colocado na conclusão do estudo, dizendo: reguladores, tomem cuidado com isso, esse é um elemento a ser considerado, e ele não é bobo, ele não é simplório. Portanto, existem esses estudos que já demonstram problemas.

E eu queria ressaltar um último ponto com relação à deliberação que foi feita pelo Comitê de Defesa dos Usuários na última reunião, sexta-feira, em que o Idec fez uma proposição formal para o Conselho Diretor.

No entendimento do Idec, não é suficiente o GT pela Anatel, porque nós não temos controle da intensidade da participação social e das etapas que devem ser seguidas por esse GT. Por isso, nós pedimos formalmente – isso está para deliberação em cinco dias úteis – que a Anatel inicie ação regulatória com participação social e proteção da perspectiva do consumidor, nos termos da Portaria nº 927/2015, que define os procedimentos de regulação democrática dentro da Anatel.

Eu queria registrar isso e compartilho a minha fala com a Maria Inês, para ela apresentar dados do setor aqui no Brasil.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – Primeiro, eu quero agradecer a oportunidade de dividir aqui as nossas considerações. Obrigada.

A Proteste trouxe os dados de reclamações, que nós vamos passar para o Senado. As empresas de telefonia são as mais reclamadas na nossa entidade, por todos os motivos; a qualidade deixar a desejar, e, como eu apresentei, podemos também mandar mais detalhadamente toda a ferramenta que foi criada pela Proteste, os resultados da banda larga fixa, onde nós pudemos perceber que 73% da velocidade média ou instantânea contratada não seguiram os parâmetros mínimos de qualidade exigidos pela Anatel.

Então, o Brasil, além disso, esconde uma disparidade enorme entre os Municípios que não têm acesso.

Outra questão, rapidamente, é que reforço o que eu disse na minha apresentação: o Governo prometeu um decreto que regulamentaria os pontos críticos do Marco Civil da Internet e que impediria as teles de restringirem velocidade da internet fixa, ou de fazer a franquia quando o limite contratado fosse atingido. Nós estamos aguardando e vamos cobrar.

Outro ponto é: o Marco Civil da Internet é a lei específica que trata da conexão à internet. Então, não pode ter corte, é importantíssimo para exercer a cidadania. E também a Proteste avalia que o limite à internet da banda larga fixa ainda é uma ameaça enorme, apesar do recuo do órgão regulador. Ainda que a mais recente decisão da agência possa causar um alívio temporário ao suspender a fixação de franquia, ela não proibiu os limites na internet fixa; apenas impediu a prática, por um tempo indeterminado, até que o Conselho Diretor defina as novas regras para o bloqueio. Isso é grave!

E a conduta, no entendimento da Proteste, revela inconsistência na atuação regulatória da Anatel. Reforço o entendimento da nossa entidade de que todos esses casos acabam atuando de modo a proteger interesses econômicos privados, em detrimento dos interesses, de políticas e de direitos dos consumidores.

São essas as considerações. A Proteste tem todos os dados que colocamos rapidamente na apresentação, que podem ser utilizados em detalhes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

A SRª MARIA INÊS DOLCI – E – desculpem – nós vamos manter a nossa mobilização contra o corte da internet da forma como vem sendo dita pela própria Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que esse tipo de audiência é importante até pelo aprendizado...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – ... e pelo acúmulo de conhecimento que a gente vai adquirindo em questões como essa.

E aí o Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Senador Garibaldi, comissão de que também participo, tem-se acostumado muito a conduzir o nosso pleito de forma muito correta lá: nessas audiências, nós precisamos extrair mais do que impressões; nós, à medida que extraímos essas lições, precisamos produzir caminhos, porque, se não, nós falamos em demasia e realizamos bem pouco. Como diz o velho Charles Chaplin no último discurso, em o Grande Ditador, com algumas mudanças, às vezes, frios como máquinas, nós vamos conduzindo isso.

Nesse particular, meu caro Garibaldi, eu queria começar fazendo algumas provocações aqui, voltando a coisas que já fizemos. Eu ouvi muito aqui sobre o que está garantido, o que não está garantido. Na realidade, essa coisa da franquia está muito associada ao padrão de consumo. E é bom nós trazermos para o terreno dessa verdade. É claro que nós temos um problema anterior. Ao chegar numa casa, Garibaldi, eu preciso de uma estrada, de uma rua e de um caminho, ainda que a estrada seja esburacada, ainda que o caminho seja estreito, ainda que a rua seja completamente de difícil acesso. Mas a única forma de chegar para levar o leite, o pão, o médico e não sei lá o quê, ou para sair de lá, é esse caminho.

Esse caminho aqui é o que nós batizamos de banda larga. Ou esse caminho é o que nós batizamos, no jargão do setor, de última milha para chegar alguma coisa nessa casa; e, antes, essa última milha era um par de fios, que alimentava a estrutura que hoje é conhecida, Hélio, só como fixa. Toda casinha tinha um par de fios. Várias casas hoje não têm mais par de fios, porque as pessoas carregam o seu radinho, que antes era só para ouvir a música. Hoje, as pessoas sintonizam centenas de emissoras, em alguns casos. Naquela época, havia poucas, Lídice.

Eu inclusive tinha um rádio de galena; como eu morava junto à Rádio Excelsior, junto ao transmissor, eu peguei lá minha garrafinha de Qboa, enrolei meu fiozinho, arranjei um alto-falante e pegava diretamente a Rádio Excelsior. Bastava eu tirar o fone do gancho que eu ouvia a Rádio Excelsior também, porque o fio *drop*, o fio do telefone servia como antena. Hoje, nós temos isto aqui. A diferença é que não há um dial para movimentar. Aqui já está selecionada a frequência na rádio que eu uso, que é o meu número.

Portanto, nós vamos fazendo o debate dessas coisas todas, mas, como o debate é muito técnico, ele não chega à população. A população quer saber é "quanto é que eu vou usar de banda, quanto é que eu vou pagar e que qualidade de serviços eu vou ter". Isso é obrigação do Estado brasileiro de fazer!

Então, nosso Governo erra no início, erra no meio. Erra no início quando não provê as condições. Em alguns lugares, ele leva à rua; em outros, não. É simples, meu caro Garibaldi: se há uma rua, mesmo que esburacada, dá para chegar de carro. Basta fazer uma comparação com alguns lugares em que existem ilhas: se não há barcos, se não há ponte, só se chega de helicóptero, e helicóptero é muito caro! É esse o mesmo raciocínio, para que possamos entender.

As operadoras trabalham a lógica do pacote... Eu não sei os dados aqui dos pacotes, eu não os vi, mas, obviamente, talvez São Paulo seja a cidade brasileira que mais tem, como última milha, a fibra óptica.

Consequentemente, e majoritariamente, meu caro Lasier, essa quantidade está concentrada na Paulista, e não lá na Vila Antonieta, subindo a Vila Carrão, onde morava minha tia – eu ia lá em 1983 para fazer meus cursos ou a aceitação de equipamento na Ericsson, ali no Tietê. Então, para chegar lá e visitar minha tia Anita, que já morreu, eu tinha de pegar ônibus – já existia metrô, São Paulo foi um dos primeiros lugares a tê-lo. Eu descia no Tatuapé e depois pegava um ônibus para chegar lá. A banda larga era essa. Se não houvesse a banda larga, meu irmão, eu não teria conseguido falar com a minha tia.

Só que aí a operadora faz a seguinte opção: "Eu preciso garantir o conteúdo na fibra que chegar na Paulista porque o consumidor da Paulista vai baixar muito mais internet e pode pagar muito mais". O consumidor de Vila Antonieta, a minha tia Anita, não vai baixar filme coisa nenhuma. Então, "deixa a fibra óptica na Paulista e bota para o cidadão pegar o 'busu' para chegar lá na Vila Antonieta, na Vila Carrão, na Vila Inferno". Essa é a diferença, esse é o debate! (*Risos.*)

E esse é um debate que antecede empresas. É por isso que eu estou dizendo: é papel de governo!

O debate da banda larga foi mal conduzido no Brasil! Quando nós discutíamos que era preciso começar pelas escolas, era porque toda cidade tem uma escola. Então, a banda larga chegaria em tudo quanto era cidade porque tinha chegado na escola; seria da escola para a cidade. Esse foi o princípio. De lá para cá, nós já fizemos vários programas de banda larga, e a banda continua largada. Esse é o grande problema! Esse é o princípio que nós queremos discutir.

E, no meio, há outra coisa que é fundamental: o papel de governo é essencial. O Governo fez contrato com operadoras, contrato lastreado. Na hora em que falamos do Marco Civil da Internet, nós estamos falando de algo de ontem, ou melhor, quase de hoje – de ontem, era a Lei Geral. Mas o art. 127 da Lei Geral de Telecomunicações disciplina a exploração dos serviços em regime privado; o artigo diz o seguinte: "A disciplina da exploração dos serviços no regime privado terá por objetivo viabilizar o cumprimento das leis..." Está escrita essa joça! Não é preciso inventar mais nada!

Eu tive a oportunidade de participar do debate dessa Lei Geral, e as leis referidas nesse artigo inclusive incorporam, recepcionam a lei de hoje, que é o Marco Civil da Internet, que diz lá no seu art. 7º: "O acesso à internet é essencial..." Que desgraça é essencial, se não algo vital, se não algo central? Assim, é fazer um paralelo com o passado. E o inciso IV do art. 7º diz que a conexão à internet não pode ser suspensa, "salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização".

Aí, meu caro Lasier, deixe-me voltar ao passado de novo: já houve franquia sim. Eu não acho que franquia seja bicho de sete cabeças não. Está bom. Todo mundo que tinha telefone em casa pagava uma taxa chamada assinatura básica – aliás, essa assinatura resiste até hoje aos ataques aqui do Congresso Nacional. O que essa taxa permitia? Noventa impulsos, como eram chamados na época. Estourou aquela quantidade... E todo mundo ficava controlando: "Menino, fale pouco que é para não gastar os 90 impulsos". (*Risos.*)

Era assim.

Então, é isso aí, meu caro Lasier: garantir o uso desses 90 impulsos. Era a franquia que era paga. Acabou esse uso, o serviço não era cortado! Essa é a diferença.

Volto a dizer: o serviço é cortado hoje porque, se eu puder lhe entregar, Lasier, dois mega e guardar os outros 18 desses 20 para entregar na Paulista, é muito mais negócio. Então, essa modelagem... Eu não estou dizendo que as empresas fazem isso por má-fé. Está bom, mas as empresas fazem pelo modelo de negócios dela.

Compete ao Estado tentar organizar essa prestação de serviço. O modelo de negócio é livre no regime privado, mas compete ao Estado dizer como o serviço tem de ser prestado a cada cidadão.

E aqui continua ainda o art. 127: "... em especial às relativas às telecomunicações, à ordem econômica, e aos direitos dos consumidores". Aí tem mais um calhamaço de coisas aqui que poderíamos ler, mais dez incisos, inclusive o inciso X, do art. 127, que diz o seguinte: "... *a* permanente [caro Garibaldi, é permanente; não é esporádica nem sazonal] fiscalização." É isso, para garantir esse tipo de coisa.

Na realidade, Sr. Presidente, eu acho que não podemos ficar aqui à mercê da ideia de que a tecnologia agora pode nos levar a algo que não vai mais ser ilimitado. Pelo contrário, na hora em que avançamos...Ora, no passado, meu caro Lasier, para isso chegar ao Brasil era uma dificuldade, vinha depois da desova. Era esse o tema. Hoje, nós temos 272 milhões de consumidores, portanto, um mercado razoável para disputa.

Nenhum *player* no Brasil hoje, dos grandes, nenhum deixa de atuar em outros mercados. Então, nós temos *players* mundiais. Se a pessoa joga na Alemanha... Tudo bem que nos deram de 7 a 1... É mais fácil lá, mas será que ele não pode tentar patrocinar o mesmo jogo aqui? Está bom o que está acontecendo no mundo? Eu tenho de tentar moldar as coisas do mundo a partir também da minha realidade.

Se eu não tenho condições de colocar estrada em todos os lugares, por que o Estado brasileiro não sai da sua comodidade para ir para o terreno da agregação? Em toda casa chega energia, não chega, Lasier? Não chega água? Por que eu não agrego? O Reino Unido fez isso. "Ah, o Reino Unido é mais sabido do que nós, porque eles são mais velhos." Não, não é isso não. É porque no Reino Unido alguém foi lá e disse: "Para eu garantir um modelo de negócios... É entregar as empresas. Estou lhes entregando um modelo de negócios para vocês ganharem dinheiro". Mas é um modelo de negócios em que se consegue prestar serviço a preços baixos, e o Estado pode, com sua mão, na agregação, criar as condições para que todos possam ser atendidos. Por isso, eles fizeram essa agregação. O Smart City, como é muito debatido, foi lá e disse: "Eu preciso pegar o Smart Grid para poder fazer essa agregação e medir o gás, medir a energia, medir a água". A esse mesmo lugar em que se

mede isso, meu caro Lasier, eu levo a internet das coisas, como dizia minha companheira Lídice da Mata. Hoje as pessoas usam esse esquema em casa, a internet em casa, Lasier, para trabalhar, para estudar. Portanto, é uma ferramenta.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito boa análise.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Na realidade, esse negócio é que é importante trabalharmos. Então, o que nós vamos fazer? Vamos lá, ponto um: é verdade que nós precisamos derrubar a carga tributária. Aliás, tentamos isso. Estou tentando aqui desde 2012, Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse é o problema.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – ...com emenda constitucional apresentada. Aliás, esse foi um dos motivos, inclusive, da minha grande briga com o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com 43% o Estado conspira.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O ICMS... Por que é mais fácil, Lasier, para o Estado? Porque em telecomunicações, energia ou até cerveja não é preciso mandar o auditor à sua casa para saber se você está pagando ou não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Na cervejaria, olham o cervejômetro, na indústria, na saída.

Por isto é que eles cobram mais caro aqui: é como tirar da veia. Agora, é burrice, porque, se a gente ganha na escala e eu abaixo no preço, vou continuar arrecadando muito mais.

Nós tentamos baixar o ICMS, unificá-lo no Brasil. Essa é uma tarefa que compete a nós neste momento.

Segundo ponto, Lasier: nós precisamos ter um papel cada vez mais incisivo nessa questão dos fundos. É inaceitável o fundo não ser utilizado. Acho que foi o Procurador Federal que falou, Dr. Frederico, sobre a questão dos recursos, não sei o quê, a utilização...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele falou que são mais de 90 bilhões arrecadados e apenas 7 são aplicados. E esse é um tema que temos debatido muito aqui em nossa Comissão.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – V. Exª, inclusive, armou um calendário para isso.

Vamos lá, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É a nossa política pública deste ano.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O que a gente tem que fazer?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É rastrear aonde estão indo esses fundos, porque a coisa mais essencial...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Dá é superávit!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... é ciência, tecnologia e inovação e, hoje de manhã, ouvimos que o novo governo vai entregar o Ministério de Ciência e Tecnologia, com todo o respeito, às religiões!

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Na bacia das almas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Aí não dá, não se valoriza esse Ministério. Consequentemente, repercute, e nós aqui ficamos olhando...

V. Exª tocou em um ponto fundamental: o Governo sacrifica a população exatamente nos serviços essenciais. Hoje internet é serviço essencial. O povo precisa disso para o seu desenvolvimento. E aí o Estado nos impõe 43% de imposto.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Portanto, o negócio do fundo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso é conspirar contra o desenvolvimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Vamos pegar aqui a própria lei.

O Governo diz que não aplica o fundo porque a Lei Geral de Telecomunicações, quando trata da questão da criação do fundo ou a lei do fundo...

Pois bem, o que nós fizemos aqui no Senado, Senador Lasier? Nós já aprovamos diversas matérias sobre isso.

A Lei do Marco Civil, na minha opinião inclusive, superou esse problema. Volto a dizer: o art. 7º da Lei do Marco Civil diz que internet é essencial. Se é essencial, eu posso cumprir a Constituição, usar a lei dos fundos, pegar o valor do Fust e colocar na essencial. É que ele diz que o Fust era só para universalização. Ora, o essencial para isso não é fundamental?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O.k. Como sempre, muito bom o seu pronunciamento...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Deixe-me só concluir aqui as minhas propostas.

Acho que seria importante a gente ter claro, meu caro...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só queria saber: a Senadora Lídice também vai querer intervir?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Meu caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois da sua conclusão, Senador Walter Pinheiro, eu queria pedir uma sucinta avaliação do Professor Demi Getschko, que veio de São Paulo especialmente para esta audiência, porque ele é do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Já que não podemos ouvir todos de novo, eu quero depois uma síntese do Professor Demi.

Conclua, Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Eu vou concluir.

Eu acho que o nosso grande problema é esse. Nós estamos com um problema de governo, que é no início, eu já citei aqui, ou seja, no alfa. E vamos para o ômega antes de chegar no *middleware*, que é o meio de caminho em uma linguagem do setor, portanto, algo que liga essas duas pontas.

Na ponta, meu caro Lasier, o Governo tem que cuidar é disto: no contrato, na renovação do contrato das empresas, como é que é o encaixe, um conjunto de serviços.

Eu não estou querendo que as empresas façam caridade – caridade na Bahia é com a irmã Dulce, não é com empresa –, mas é preciso que o Governo diga claramente o que ele quer de serviço. Então, eles podem cobrar, mas cumprindo isso, assegurando ao cidadão o serviço e assegurando no que foi determinado na origem do modelo.

Nós fizemos um modelo, meu caro Lasier, que tinha o seguinte. Era um modelo de negócios... Um modelo, um objeto e um negócio e, embaixo disso aqui, como prioridade, foi cravado o serviço, que tinha as seguintes questões: cobertura, capilaridade, qualidade e preço, com uma palavrinha traduzindo tudo isso que se chama "universalização".

Portanto, em vez de ficarmos nessa história da satanização – não quero satanizar ninguém –, acho que o correto é começarmos a discutir aqui, Senador Garibaldi. Nós já tentamos com o Governo diversas vezes. Acho essencial que, se o Governo acha que não tem bala na agulha para promover um processo de banda larga com universalização, que possa abrir – na mesma experiência que fez, erroneamente, para estádios de futebol – PPPs com Municípios, Estados e com a União para garantir que o caminho de casa seja construído para todos os brasileiros, onde quer que estiverem vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Walter.

Antes da conclusão do engenheiro Demi, o Deputado Federal alagoano do PSB quer comunicar a criação de uma frente sobre esse tema.

Deputado JHC.

O SR. JHC (PSB - AL) – Gostaria de cumprimentar, de forma especial, o Senador Lasier Martins e os proponentes desta audiência, o Senador Garibaldi, o Senador Hélio.

Amanhã, às 18 horas, estaremos lançando, lá na Câmara, uma frente parlamentar mista em defesa da internet livre e ilimitada. Já estamos fazendo esse trabalho há algum tempo e, na semana retrasada, antes mesmo de vir o anúncio da Anatel de que poderia regulamentar essa limitação na internet fixa, já havíamos preparado as representações, tanto para a Anatel como também para o Cade. Entramos com estas duas representações: uma ação popular aqui no Distrito Federal e – demos entrada hoje – um mandado de segurança junto ao tribunal lá em Sergipe para suspender esse bloqueio de provedor de aplicação.

Acredito que devamos agora fazer uma discussão séria, porque não podemos retroagir. Gosto de dizer que, se não vivemos na Idade da Pedra, não é por falta de pedra não. Se continuarmos dessa maneira, vamos de encontro ao que o exército digital hoje quer e, especialmente as gerações z e y, que já nasceram depois do advento da internet.

Conto com a solidariedade dos nobres Senadores. Fico muito feliz em estar fazendo uma visita a esta Casa, acompanhei vários dos pronunciamentos.

O Deputado JHC, como presidente da Frente Parlamentar por uma Internet Livre e sem Limites, convida todos da sociedade a participarem amanhã, na Câmara dos Deputados, às 18 horas, desse grande ato.

Muito obrigado, Presidente.

Vou deixar também, à disposição desta audiência, todos os documentos que já foram protocolizados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Deputado JHC, do PSB de Alagoas.

Por ser integrante do Comitê Gestor da Internet no Brasil, passo a palavra ao engenheiro Demi Getschko.

Sucintamente, qual é a avaliação e a que conclusões o senhor chega depois de tudo o que foi longamente dito aqui durante esta audiência de mais de quatro horas de duração?

O SR. DEMI GETSCHKO – Primeiro quero dizer que é muito bom estar aqui, estou muito feliz por estar acompanhando esta audiência.

Eu faria alguns comentários muito curtos.

Ouvimos vários comentários sobre o marco civil, que acho que é uma lei fundamental. A lei está rodando, está em uso, e espero que nos ajude muito a proteger a internet. De fato, a abertura para modelos...

Há modelos por volume – enxergo, nesse caso, a internet celular – e há modelos por velocidade – enxergo, nesse caso, a internet fixa. O que se está discutindo aqui é um modelo por volume e por velocidade.

Acho que isso é um pouco mais complicado do que modelos por velocidade e modelos por volume. Nós estamos querendo um modelo que tenha as duas coisas.

Outra coisa que acho importante dizer é que a internet é multissetorial e todo mundo tem que participar. Essa é uma discussão que não se restringe, mesmo porque não é regulada pelo órgão regulador da Anatel – a Anatel regula as telecomunicações. A Anatel colabora com isso, mas todos os demais órgãos têm voz e devem ser ouvidos quanto a isso.

Então, eu acho que o nosso apoio, a nossa ênfase seria para manter essa complementariedade do modelo fixo, que é diferente do modelo móvel. O modelo fixo permite a educação a distância, permite trabalho de juristas examinando processos, permite as pessoas se distraírem à noite. Em suma, é um modelo diferente daquele que me permite estar atualizado diuturnamente em todos os lugares, como é o celular. Ambos os modelos são extremamente importantes.

Finalmente, só para argumentar, eu acho muito complicada a ideia de mensuração, de medição da internet fixa, porque, primeiro, o simples fato de o meu computador estar ligado gera pacotes com o outro lado que são tributados de alguma forma, são contados na franquia.

Segundo: quem conta a franquia está do outro lado da parede. Eu não sei exatamente como é que ele conta, como é que ele deixa de contar. Terceiro, tanto o upload como o *download* fazem parte da franquia. Então, coisas que eu não sei e não pedi, como *spam ou* uma propaganda que vem de algum lugar, acabam contando na franquia. Assim, esse é um modelo muito complicado de se analisar e tem que ser visto com extremo cuidado dos dois lados. É o único caso em que nós temos um medidor de um lado só do balcão. É como ir comprar carne e o açougueiro, atrás da cortina, me dizer: "Tem aqui o que você pediu". Aí eu digo: "Mas não parece ter dois quilos". Ele diz: "Não! São dois quilos, com certeza". Eu digo: "Mas tem um osso aqui". O açougueiro diz: "Esse osso faz parte dos dois quilos". Aí eu digo: "Mas tem uma pelanca"... Em suma, é complicado medir essas coisas numa franquia normal.

Então, o meu apelo é que a gente mantenha essa discussão aberta. Eu achei muito bom o pronunciamento de todos os Senadores e de todos os participantes. Continuamos batalhando para a internet ser a grande ferramenta que ela é hoje, sem perder a sua utilidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Dr. Demi Getschko.

A SRª BIA BARBOSA – Senador, queria só trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Dª Bia.

A SRª BIA BARBOSA – Quero me dirigir ao Senador Hélio.

Senador, o senhor perguntou sobre a questão do bloqueio do WhatsApp. Eu queria só reforçar o pedido que a gente faz aqui enquanto organização de defesa dos usuários, de defesa da liberdade de expressão na internet. Hoje a CPI dos Crimes Cibernéticos vai votar o seu relatório final na Câmara dos Deputados, um texto que traz vários projetos de lei que provavelmente vão ter que tramitar aqui no Senado depois. Um deles legaliza algo que vai tornar bastante recorrente casos de bloqueio de aplicações inteiras, como esse que a gente viu no caso do WhatsApp.

Então, contamos com o apoio de vocês, inclusive de quem está nos assistindo, para pressionar os Deputados Federais que vão se posicionar sobre esse relatório da CPI hoje para que consigamos retirar essa proposta do relatório. Há vários problemas, mas esse é bastante grave a nosso ver.

Será às 15 horas no Plenário 3 da Câmara.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Presidente, queria aproveitar essa questão do WhatsApp para citar uma experiência. Esse foi um tema que terminou suscitando um debate aqui. Nós já discutimos isso no Senado.

Só para que o usuário possa entender bem... Imaginem se um cara tivesse um processo contra o dono de uma empresa de ônibus que não passa informação sobre as tarifas – o serviço é uma permissão. A Justiça pode mandar tirar os ônibus de circulação, prejudicando os usuários?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma boa colocação.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Quer dizer, não dá para tratar isso desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Garibaldi, Senador Hélio José, Senador Walter Pinheiro, Senadora Lídice, só nos cabe agradecer a prestimosa colaboração de todos os expositores que vieram aqui e pacientemente esperaram a sua vez; agradecer a todos aqueles que nos enviaram mensagens – foram centenas, chegamos a quase 400 pelo que contei, por alto – pelo portal e-Cidadania; e agradecer a todos que estiveram aqui. Muito obrigado pela presença.

Encerramos aqui esta reunião.

Convocamos os participantes da Comissão para a próxima reunião, que será na terça-feira às 8h45.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e três minutos do dia dez de maio de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Telmário Mota e José Medeiros, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 178 de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 158 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 259 de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." O relator designado é o Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 689 de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Oficio "S" n.º 32 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Valdir Raupp Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 6: Oficio "S" n.º 42 de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 7: Requerimento n.º 9 de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Gladson Cameli e Hélio José, que requerem "...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo); 2. Representante da Oi Telecomunicações S.A.; 3. Representante da TIM Brasil; 4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro); 5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações". Lido o Requerimento, a votação é adiada.

Item 8: Requerimento n.º 18 de 2016-CCT, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que requerem "...nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados: Luiz Pinguelli Rosa – doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras; Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN; Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante; Paulo Rosman – professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ. Chico Whitaker – arquiteto e ativista social." Lido o Requerimento, a votação é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." A relatora designada é a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283 de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA, SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18:**

Projeto de Decreto Legislativo n.º 224 de 2015, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O relator designado é o Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46 de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo." A relatora designada é a Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e cinquenta e oito minutos, determinando que eu, **Bruno Souza de Barros, Secretário adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores, assessores, amigos da imprensa.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de maio de 2016.

Estamos torcendo para que tenhamos hoje quórum, o que é algo ainda duvidoso, porque já estamos percebendo que muitos Senadores vão se preservar para a longa reunião de amanhã, e há prenúncio de que as Comissões hoje tenham poucos participantes. Entretanto, esperamos ser desmentidos, porque temos algumas matérias terminativas. Se não for possível a votação hoje, deixaremos para a próxima reunião da CCT.

Desde logo, informamos que há um ofício nesta Comissão da Srª Ministra de Estado da Ciência e Tecnologia e Inovação, Ministra substituta, Drª Emília Maria Silva Ribeiro Curi, que informa a realização de um seminário científico para a discussão técnica e harmonização dos resultados dos estudos da fosfoetalonamina sintética, a ser realizado no próximo dia 17 de maio, na terça-feira, portanto. Esse seminário visa a atender a recomendação feita durante audiência pública conjunta, aqui nesta sala, da CCT, da CAS e da CDH, ocorrida no último dia 5 de março.

Dessa forma, o MCTI encaminha convite para a indicação de representante da CCT para acompanhar, na qualidade de observador do referido seminário científico.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que desejarem participar do referido evento queiram informar à Secretaria desta Comissão.

Como de praxe, nas aberturas das nossas reuniões, esta Presidência procura transmitir algumas notícias que julgamos importantes compartilhar com os senhores e as senhoras do Senado, pessoas que nos assistem. Portanto, são notícias que têm afinidades com o nosso trabalho aqui na CCT. Por exemplo: cientistas pedem a manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na sexta-feira passada, a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência divulgaram um manifesto em defesa da manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e de suas agências. No manifesto intitulado "Em defesa de uma política de Estado para a ciência, a tecnologia e inovação", os cientistas demonstram preocupação com os possíveis rumos do setor na mudança de governo. Para os cientistas, o Brasil está indo na contramão da maioria dos países e cortando recursos da área, sob o argumento da crise econômica.

Segundo o Presidente da ABC (Academia Brasileira de Ciências), o corte de bolsas para pesquisadores, por exemplo, é quase um crime de lesa-pátria porque está matando os futuros cientistas de que o Brasil vai precisar para ajudar o desenvolvimento nacional. Para o cientista, os investimentos em ciência, tecnologia e inovação podem, inclusive, agregar valor aos produtos brasileiros e reduzir a dependência do País do preço das *commodities*.

Nós aqui, nesta Comissão, dedicamos inteiro apoio a essas manifestações da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Também é uma preocupação, e não é por outro motivo que nós propusemos, e houve votação unânime, que tenhamos aqui, este ano, a nossa opção pela política pública referente às verbas que vêm dos fundos setoriais e que não têm chegado ao seu destino.

E, se não bastasse isso, agora, uma ameaça com relação à posse do novo Ministro. Nesta Comissão, desejamos que seja um cientista, alguém do ramo, e não que continue havendo um desprezo por essa área decisiva para o desenvolvimento do País, que é dar prestígio à ciência, às tecnologias, às inovações.

Uma segunda nota que temos para divulgar aqui: prêmio mais importante do Brasil entregue ao pesquisador Paulo Eduardo Artaxo Netto.

A Ministra em exercício da Ciência, Tecnologia e Inovação, Emília Ribeiro, e o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Hernan Chaimovich, entregaram, na última quarta-feira, 4 de maio, o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para o pesquisador Paulo Eduardo Artaxo Netto.

Trata-se da mais importante honraria nacional do setor de ciência e tecnologia, que nesta edição contemplou a área de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias.

Graduado pela Universidade de São Paulo, Paulo Artaxo trabalha com física aplicada em questões ambientais, em especial nas mudanças climáticas e no bioma da Amazônia.

É referência internacional no assunto e integra a lista dos mais brilhantes cientistas do mundo. O pesquisador já deu aulas na Universidade de Harvard e trabalhou na Nasa, nos Estados Unidos.

Na cerimônia, realizada na Escola Naval da Marinha do Brasil, no Rio de Janeiro, o pesquisador dedicou o prêmio a todos os brasileiros que ainda enfrentam dificuldades para ter acesso à educação e salientou que a ciência é "absolutamente estratégica" para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do Brasil.

Falta de recursos ameaça o Parque Nacional da Serra Capivara.

Patrimônio Mundial da Unesco, o Parque Nacional da Serra da Capivara está ameaçado pela falta de recursos, segundo a Diretora-Presidente da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), Niède Guidon. "O dinheiro termina em dois meses. É uma situação difícil, que eu não sei mais o que fazer", disse.

Criada em 1979, a unidade de conservação arqueológica, localizada ao sudeste do Piauí, reúne em seus mais de 91 mil hectares um dos mais importantes exemplares do patrimônio pré-histórico do País. Em 1991, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) incluiu o parque na lista do Patrimônio Mundial, principalmente devido à importância dos registros rupestres encontrados no local.

Tecnopuc sedia o Hackathon Act in Space.

Instigar empresários, estudantes e desenvolvedores a apresentarem soluções para desafios em 24 horas. Esta é a proposta do Hackathon Act in Space, que será realizado no Parque Científico e Tecnológico da PUCRS (Tecnopuc) nos dias 20 e 21 de maio. O evento ocorre simultaneamente em 14 países do mundo, e Porto Alegre é a única cidade do Brasil a receber o evento. O Act in Space é organizado pelo Aerospace Valley de Toulouse e conta com o apoio da Agência Espacial Europeia (ESA) e do Centro Nacional de Estudos Espaciais da França (CNES), entre outros. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas *on-line* até o dia 15 de maio.

Os desafios consistem em desenvolver, através de aplicativos ou protótipos, soluções para o dia a dia a partir de tecnologias ou dados espaciais já existentes. Um representante do time vencedor participará de uma final mundial no Toulouse Space Show, em junho de 2016. Os vencedores da final mundial ganharão um passeio com o ZeroG, avião de microgravidade da CNES, enquanto os finalistas brasileiros ganharão um período de pré-incubação no espaço MicroG Empreendedor.

Mulheres na computação.

Discutir questões relevantes sobre as carreiras das mulheres na área de tecnologia da informação é o tema do 2º Encontro Women@Comp, que será realizado no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, no sábado, dia 14 de maio, das 9h às 17h. O evento contará com a presença de várias palestrantes que trabalham no ramo e que vão contar um pouco sobre suas experiências e desafios diários na profissão. As inscrições são gratuitas.

O evento é uma iniciativa da organização Women@Comp, que surgiu em março de 2015 em São Carlos e tem como objetivo atrair mais mulheres para seguir carreiras na área de tecnologia de informação.

Voltado para estudantes, professores e o público em geral, o evento acontecerá no auditório Fernão Stella de Rodrigues Germano, no Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da USP.

Nanotecnologia na USP.

A intensa pesquisa utilizando a plataforma nanotecnológica está intimamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social do País. A nanotecnologia tem um caráter multidisciplinar que integra várias áreas do conhecimento, como Física, Química, Biologia, Engenharias, Medicina e Humanidades, por exemplo. Hoje, há no Brasil inúmeras iniciativas envolvendo setores acadêmicos, governamentais e empresariais.

Com o objetivo de incentivar a organização da pesquisa na Universidade de São Paulo em torno de temas estratégicos, a Pró-Reitoria de Pesquisa criou a série Oficinas Estratégicas. Os encontros vêm sendo transmitidos pela IPTV e, além da disponibilização do vídeo completo, cada evento produzirá um Resumo Executivo, documento de uma página, em inglês, que será disponibilizado no *site* da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP. O *site* é www.iptv.usp.br.

Pesquisadores brasileiros descobrem recife gigante na foz do Rio Amazonas.

Grande conjunto de recifes foi encontrado na foz do Rio Amazonas abaixo de uma fina camada de sedimentos por pesquisadores de várias universidades brasileiras. O conjunto se estende por cerca de 700km, da costa do Maranhão à Guiana Francesa, numa profundidade que varia de 60m a 150m e apresenta rica biodiversidade. Os recifes são formações rochosas construídas principalmente de corais e algas calcárias. O tamanho desse ecossistema chamou a atenção dos cientistas, mas o que mais impressionou foi a localização. Até pouco tempo atrás, não se acreditava ser possível que, nas desembocaduras de grandes rios que levam muita água doce e muitas partículas em suspensão devido à baixa penetração de luz, houvesse condição para o desenvolvimento de organismos que formam recifes. A descoberta dos cientistas brasileiros foi divulgada na renomada revista científica norte-americana *Science*.

Nova fase do Programa Nacional de Banda Larga.

O Ministério das Comunicações lançou, ontem (9), o plano Brasil Inteligente, a nova fase do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

O Brasil Inteligente prevê, entre outras ações, a universalização do acesso à Internet e o aumento da velocidade média da banda larga fixa no País. O objetivo do programa é garantir o acesso à banda larga de alta velocidade para 95% da população e levar fibra ótica para 70% dos Municípios até 2018.

O plano também tem como eixos temáticos o uso da Internet na educação e ações de inovação e empreendedorismo. Uma das metas é conectar 30 mil escolas públicas urbanas e rurais com banda larga, *wi-fi* e acesso à *media center,* o que vai beneficiar 20 milhões de alunos.

Quatrocentas e trinta e três mil mortes poderiam evitadas se a gente ficasse menos tempo sentado.

Quem trabalha em escritório sabe: não é difícil ficar as oito horas de trabalho sentado. Com esse comportamento, você pode estar aumentando seu risco de morte, e não é pouco.

É o que aponta uma pesquisa desenvolvida na USP (Universidade de São Paulo) e na UFPel (Universidade Federal de Pelotas).

Os doutorandos pegaram artigos e inquéritos da Organização Mundial da Saúde sobre o tempo médio de permanência sentado em 54 países e relacionaram esses dados com uma meta-análise publicada na revista científica *PLoS ONE*. Essa é uma técnica estatística feita para integrar resultados de dois ou mais estudos sobre uma mesma questão de pesquisa.

E o resultado do estudo foi que até 4% das mortes no mundo poderiam ser evitadas se o tempo que as pessoas passam sentadas se reduzisse em três horas. Isso representa 433 mil pessoas por ano.

Poluição nas cidades preocupa agência das Nações Unidas.

Estima-se que 7 milhões de pessoas morram prematuramente no mundo, todos os anos, por doenças relacionadas à qualidade do ar nos centros urbanos – 7 milhões de pessoas! O problema atinge cidades em diferentes graus de desenvolvimento e é debate atual, de Londres a Pequim. O percentual de pessoas vivendo em cidades ultrapassa 55% da população e pode ser mais de 70% em 2050. "O que acontece nas cidades, em relação a transportes e indústria, com todo tipo de poluição envolvido, afetará a maioria da população a maioria da população mundial", alerta Achim Steiner, há dez anos à frente do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tido como a mais alta autoridade global a definir a agenda ambiental.

A Finep informa que a demanda do edital contra a zika é alta e atinge R$184 milhões.

A chamada pública da Finep que visa a apoiar financeiramente projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicados ao combate do vírus da zika registrou uma demanda de cerca de R$184 milhões. O valor é mais de seis vezes o destacado para o edital, R$30 milhões, não reembolsáveis, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ao todo, foram submetidas 60 propostas de instituições de ciência e tecnologia. As propostas deveriam estar vinculadas a dez objetivos específicos de aperfeiçoamento e aprimoramento de tecnologias e investigações de fisiopatologias de infecção, desenvolvimento de vacinas, terapias para afecções neurológicas, causadas pelo vírus da zika, até a qualificação de centros de experimentação.

A chamada pública prevê apoio para despesas correntes, tais como materiais de consumo, *softwares*, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos, passagens, diárias, despesas de patenteamento; despesas de capital, tais como equipamento, material permanente, material bibliográfico, pequenas obras, instalações civis e reformas necessárias ao desenvolvimento do projeto de pesquisa e bolsa.

Então, essas são algumas notícias que costumamos divulgar aqui, na abertura da nossa reunião, todas as terças-feiras, numa seleção que o nosso companheiro Ivônio tem a gentileza de nos preparar.

Aqui, no nosso boletim desta semana, de 9 a 13 de maio, *Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação*, boletim que se acha à disposição de todos os interessados, há uma nota que vem ao encontro daquela grande preocupação da nossa Comissão. Uma importante cientista está deixando o Brasil, por desconformidade com o desleixo à ciência e à tecnologia no Brasil. Está hoje na quarta página do nosso boletim. Trata-se da neurocientista Suzana Herculano-Houzel: "Suzana Herculano-Houzel deixa o Brasil e expõe problemas profundos da ciência no país".

Eu faço referência a isso, porque só reforça essa preocupação, esse inconformismo que todos nós temos e, particularmente, esta Comissão do Senado, com relação ao abandono que vem sofrendo a ciência e a tecnologia como política pública. Diz aqui, então, a nossa notícia no boletim da Comissão:

> Suzana Herculano-Houzel é conhecida por descobrir quantos neurônios o cérebro humano realmente tem, e por um artigo 100% brasileiro na revista *Science* sobre a quantidade de dobras cerebrais nos mamíferos. Ela é uma das cientistas mais proeminentes do país; e em breve, ela deixará o Brasil para os EUA. Os motivos: basicamente, ela se cansou do descaso com que o governo trata a ciência – e tem duras críticas sobre o sistema de pesquisadores no país.

Isso aqui é o próprio retrato da realidade que nós vivemos e que tanto verberamos aqui nesta nossa Comissão. Esperamos que o novo governo que vem aí, seja lá quem for, dê toda a atenção. E já estamos nos preparando para, tão logo assuma um novo Ministro – se é que haverá Ministro, porque já os noticiários de hoje dão conta de que poderá haver uma anexação do Ministério da Ciência e Tecnologia a um outro minis-

tério, mas seja lá quem for, certamente haverá uma autoridade para esse setor –, nós pretendemos, logo que possível, trazê-lo para uma audiência pública aqui na nossa Comissão. Nós queremos desempenhar o máximo de nossos esforços para que a ciência e a tecnologia sejam reconhecidas, divulgadas, incentivadas pelo Brasil, o que não tem acontecido, principalmente neste último governo, em que, inclusive, foram nomeados ministros bem conhecidos de todos que nada têm a ver com a ciência e a tecnologia. Nós esperamos que isso não prossiga no próximo governo.

Nós temos vários itens na reunião de hoje, mas precisaríamos de quórum. São 9h15.

Nós já conversávamos, na nossa habitual reunião de antevéspera da Comissão, que hoje seria difícil nós termos quórum, mas, de qualquer modo, nós vamos continuar esperando. Se não der para votarmos as matérias de hoje, nós deixaremos para a próxima reunião.

Nós temos, por exemplo, projeto não terminativo, que seria da Relatoria do Senador Aloysio sobre a aplicação de recursos destinados ao serviço de publicidade pela Administração Pública, considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.

Esse seria o item 1.

O item 2 dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional.

O item 3, previsto para hoje, diz respeito a diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Esse é um tema que, há muito tempo, já estava para ser debatido no Senado e, particularmente, na nossa Comissão. Em alguns países, sabemos que já há o aproveitamento da água do mar dessalinizada. Em Dubai, por exemplo, a água do mar salinizada é usada nos sanitários, na lavagem de louças e de roupas, e, na Espanha, em Barcelona – Senador Valdir Raupp, seja bem-vindo! –, também há a dessalinização da água do mar, inclusive até 20% da água do mar é consumida como água potável.

Nós vamos iniciar esse debate, como veremos logo que oportuno, pelo item 3 de hoje, projeto que tem como autor o Senador Eunício e cuja Relatoria é do Senador Eduardo Amorim.

O item 4 de hoje – já está presente o Relator, Senador Valdir Raupp – trata do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, integrando a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios e dá outras providências.

A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, e foi apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável. O relatório já foi lido na reunião extraordinária da Comissão.

Por ser terminativo, nós precisaremos do quórum mínimo de oito Senadores no plenário. Com a Presidência, precisaremos de nove Senadores para votar essa matéria. Pelo menos, já está presente o nosso Senador Valdir Raupp.

Enquanto esperamos, vamos continuar compartilhando mais algumas notícias. (*Pausa.*)

Senador Aloysio, bom dia.

Já fizemos referência, há pouco, Senador Aloysio, ao item 1, de que V. Exª é Relator, mas precisamos aguardar a chegada de mais um Senador para levarmos adiante o Projeto de Lei nº 178, que diz respeito à publicidade, considerando a distribuição regional.

> Cursos a distância oferecidos pelo Senado têm 150 mil alunos.
> Pelo menos 150 mil pessoas estão matriculadas atualmente nos cursos a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que responde pela política de capacitação do Senado. São treinamentos gratuitos e de curta duração voltados para servidores da Casa, funcionários de outros órgãos públicos e cidadãos de todo o país. Os temas são variados e tratam do Poder Legislativo, do orçamento, da administração pública e de política.
> De acordo com Simone Dourado, coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino do ILB [Instituto Legislativo Brasileiro], aproximadamente 600 mil alunos participaram dos cursos a distância entre janeiro de 2014 e maio de 2016. Segundo ela, o índice de desistência e reprovação varia entre 20% e 30%.

Temos por hábito, V. Exªs sabem, Senadores, enquanto aguardamos quórum, transmitirmos notícias – evidentemente, que tenham afinidade com o nosso trabalho aqui.

> Experimento AmazonFace é tema de atividades na UFRGS.
> O programa de pós-graduação em Sociologia, através do grupo de pesquisa em tecnologia, meio ambiente e sociedade, promove, na próxima quinta-feira, dia 12, duas palestras sobre o experimento AmazonFace [...].

> David Lapola da Unesp fala às 9h, com o seguinte tema "AmazonFACE: avaliação dos efeitos do aumento de CO_2 atmosférico sobre a ecologia e a resiliência da floresta Amazônica". A atividade ocorre no auditório do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados ([...] [no] Campus do Vale).

Está chegando o Senador Hélio José e mais o Senador Flexa.

Então, nós podemos dar início à leitura, embora não tenhamos – certamente vamos ter daqui a pouco – quórum para votação.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.

Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, que se destina a estabelecer de critérios para a aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela Administração Pública.

Segundo justifica seu autor, a finalidade da proposição é incentivar as pequenas empresas de comunicação espalhadas nas várias Regiões do País, de modo a evitar a concentração da publicidade oficial em grandes veículos de mídia. Isso possibilitaria, de acordo com o Parlamentar, o fortalecimento de empresas de comunicação de menor porte.

Além disso, propiciaria a veiculação de informações coerentes e adequadas às necessidades e interesses da comunidade, revalorizando a cultura local.

Eu vou passar direto à análise, Sr. Presidente, se V. Exª permitir.

Tendo em vista que caberá à CCJ a decisão terminativa sobre a matéria, esta Comissão analisará a medida sob os aspectos constantes do inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, que trata dos temas de comunicação, imprensa e radiodifusão, aí englobados, conquanto de maneira não expressa, os que envolvem publicidade.

Em primeiro lugar, convém mencionar o tratamento dado pela Constituição Federal para a questão da publicidade governamental. Em seu art. 37, a Lei Maior estabelece:

> Art. 37 .....
> §1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Do ponto de vista infraconstitucional, a contratação de serviços de publicidade pelo Governo está submetida ao disposto na regulação específica, feita pela Lei nº 12.232, de 2010, diploma que o projeto em exame se propõe a modificar e que subordina todos os órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

Essa lei estabelece que a distribuição de verbas publicitárias dar-se-á mediante procedimento licitatório, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço".

Inicialmente, verifica-se que o estabelecimento de regras técnicas para a determinação de verbas publicitárias demonstra-se alinhado à Lei nº 8.666/1993 (Lei das Licitações) e aos princípios constitucionais que ditam a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal.

A rigor, na aplicação de recursos em campanhas publicitárias oficiais que se destinam, invariavelmente, ao esclarecimento da população em geral, a valoração de critérios como audiência, circulação e alcance – ou seja, mídia técnica –, respeitado o procedimento licitatório, cumpre plenamente os ditames da moralidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

Nesse sentido, e já num segundo âmbito de análise, ainda que louvável quanto ao seu fim, compreende-se que a alteração normativa sugerida pelo autor do projeto encontra barreiras legais que merecem destaque.

Diferentemente de programas com vieses para o social, nos quais não se dá prioridade a aspectos primários e técnicos de resultado, nas campanhas publicitárias visa-se a otimização de recursos aplicados, que se sustentam pela capacidade de interação com o maior número de receptores – ou, em determinadas situações, com receptores segmentados ou qualificados –, de forma mais eficiente em termos de custo unitário.

Em decorrência, qualquer restrição legal que limite a estratégia de comunicação das agências de publicidade fere claramente o intento constitucional de eficiência, além de afastar a isonomia de tratamento entre os participantes por força de critérios como local/sede da empresa ou enquadramento tributário, igualmente irrelevantes quanto ao objeto do contrato administrativo.

Ademais, os percentuais de destinação das verbas publicitárias previstos no projeto terminam por direcionar o edital de contratação e, por decorrência, infringir a regra do art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, que veda as preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Em face do exposto, considerando que a Lei nº 12.232/2010 cumpre a sua finalidade, entende-se que as questões de regionalização da verba publicitária e maior participação de mídias alternativas encontram óbice intransponível, tanto sob o aspecto de mérito, como pela avaliação de juridicidade – assunto que será objeto de análise da CCJ.

Não obstante, e a título meramente sugestivo, mas que não se adota no presente momento, a questão tratada nesta proposição poderia ser objeto de um debate posterior, em que se repesasse a questão sob o prisma alternativo da criação de um sistema de cadastramento que desse oportunidade à habilitação e à participação de todas as empresas de comunicação, de grande ou pequena dimensão, nas campanhas publicitárias e institucionais no âmbito dos Poderes Públicos.

Nesse sentido, não sendo esse o objeto do projeto em análise, temos que a proposta deva ser, enfim, desacolhida.

Voto pela rejeição do presente projeto de lei do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Em que pese o brilhante relatório do nosso nobre Senador, competente jurista Aloysio Nunes Ferreira, a quem admiro muito nesta Casa...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... pela sua competência, delicadeza e amizade com todos, eu gostaria de pedir vista desse projeto, para discutir um pouquinho melhor essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Então, com vista para o Senador Hélio José, onde o Senador Aloysio propõe a rejeição...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É, prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... com o argumento principal de que o projeto fere a isonomia de tratamento na distribuição de verbas públicas para a publicidade. Coletiva.

Como o item 2 vem pela primeira vez à Comissão, vamos adiar, porque o Relator é o Senador Crivella.

O item 3 é a mesma coisa, vem à Comissão pela primeira vez, e a Relatoria é do Senador Eduardo Amorim, que ainda não está presente.

E o quarto é terminativo, já foi lido em reunião anterior, pelo Senador Valdir Raupp.

Então, vamos para o item 5, que é não terminativo, que tem a Relatoria do Senador Eduardo Amorim, mas vamos pedir Relatoria *ad hoc* do Senador Valdir Raupp.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 32, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO

ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Tem a palavra Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, por meio do Ofício "S" nº 32, de 2014 (OFC nº 228, de 2014, na origem), a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 219, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme despacho de 23 de julho de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Anhanguera de Araguaína Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Araguaína, Estado do Tocantins.

A alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

O processado está instruído com informações sobre o novo quadro societário e diretivo da concessionária e respectivas participações acionárias, além da exposição de motivos do Ministério das Comunicações.

Voto.

Sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 32, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

Nos termos do art. 50, §2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o disposto no Ato n° 2, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Oficio "S" nº 32, de 2014:

I - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

II - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

III - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Valdir Raupp, que vota pelo sobrestamento e busca de mais informações quanto a esse Ofício "S".

Indago se alguém quer discutir o voto do Senador Valdir Raupp sobre o sobrestamento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, faremos o encaminhamento e a espera necessária.

Já que se trata de votação simbólica, está em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, que é pelo sobrestamento. Isto é, ele não será terminativo, poderá voltar.

Nada havendo a discutir, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

O item 6 tem como Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho, que não se encontra presente. Nós poderemos levá-lo adiante, pedindo a gentileza da Relatoria ad hoc do Senador Flexa.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 42, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indi-

reta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pelo arquivamento.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, por meio do Ofício "S", nº 42, de 2014, a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal a Mensagem nº 257, de 2014, que comunica ter sido autorizada pelo Poder Executivo, conforme despacho de 29 de agosto de 2014, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

A alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o §5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Em 28/10/2015, houve o sobrestamento do trâmite da matéria em razão da aprovação do Requerimento nº 1.080, de 2015, dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações, com vista à obtenção de informações complementares necessárias à verificação do efetivo cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga.

As informações solicitadas foram encaminhadas por meio do Ofício nº 40417/2015/SEI-Ministério das Comunicações, de 9 de dezembro de 2015, do Ministro de Estado das Comunicações.

Análise, Sr. Presidente.

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A apreciação, pelo Colegiado, das comunicações de transferências diretas ou indiretas em empresas executantes de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, encontra disciplina no Ato Normativo nº 2, de 2011, da CCT.

Por sua vez, a documentação encaminhada pelo Ministro de Estado das Comunicações, por meio do Ofício nº 40417/2015/SEI-Ministério das Comunicações, atende ao disposto no Ato Normativo nº 2, de 2011, desta CCT, e comprova o cumprimento das obrigações legais associadas à transferência indireta da outorga, sobretudo quanto à concentração de outorgas e a nacionalidade dos proprietários da Televisão Conquista Ltda.

De ter-se, assim, por efetivada a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do §5º do art. 222 da Constituição Federal.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 42, de 2014, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 24, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Conquista Ltda.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Flexa.

Nós ainda não temos quórum para votar, mas podemos discutir.

Em discussão, portanto, o parecer pelo arquivamento, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão e transferimos a votação para quando da ocorrência do quórum necessário.

Mesma coisa com relação ao anterior, que foi relatado *ad hoc* pelo Senador Valdir Raupp, pelo sobrestamento, não podemos ainda votar.

Nós temos, aqui, dois requerimentos que podemos ler, embora sem poder ainda votar. Nós precisaríamos ainda de mais dois Senadores para a votação.

Peço a fineza do Senador Hélio José de fazer a leitura do Requerimento nº 9 e sobre o que diz respeito. Já houve a subscrição de mais um Senador. O requerente é o Senador Gladson Cameli.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo);
2. Representante da Oi Telecomunicações S.A.;
3. Representante da TIM Brasil;
4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro);
5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações.
Autoria: Senador Gladson Cameli e outros.

Tem a palavra o Senador Hélio José para a leitura deste requerimento.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) –

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre.
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo);
2. Representante da Oi Telecomunicações S.A.;
3. Representante da TIM Brasil;
4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro);
5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações.
Justificação.
O serviço de telefonia prestado pelas atuais operadoras no Estado do Acre é extremamente precário. O serviço sofre constantes interrupções, quando não permanece totalmente inoperante. A população do Acre paga pelos serviços prestados da mesma forma e tem os mesmos direitos que os cidadãos dos demais estados.
Portanto, é preciso ouvir dos representantes das operadoras as justificativas e as causas da deficiência na prestação dos serviços no estado.
Sala da Comissão.
Senador Gladson Cameli e Senador Hélio José.

Esse é o requerimento, Excelência.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Hélio José.
Como não temos quórum, nós ainda não podemos votar esse requerimento lido, de autoria do Senador Gladson Cameli.
Também podemos ler, Senador Hélio José – peço-lhe a gentileza –, o requerimento do Senador Cristovam Buarque.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados:

• Luiz Pinguelli Rosa – doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras;
• Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN;

• Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante;
• Paulo Rosman – professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ.
• Chico Whitaker – arquiteto e ativista social.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não, Excelência.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados:
• Luiz Pinguelli Rosa – doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras;
• Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN;
• Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante;
• Paulo Rosman – professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ.
• Chico Whitaker – arquiteto e ativista social.
Ao longo dos últimos anos, o Brasil vem sofrendo com a recorrência de trágicos acidentes de engenharia, de consequências irreparáveis, com vítimas fatais, perdas patrimoniais elevadas e danos incalculáveis ao meio ambiente. A frequência com que tais acidentes vêm ocorrendo não apenas envergonha a engenharia brasileira, mas também acende o sinal de alerta para o próximo desastre. Falhas de projeto em obras novas, manutenção precária nas obras antigas e ineficiência na fiscalização do poder público têm sido apontadas como as principais causas de acidentes em obras públicas e privadas. Por que motivos tal fenômeno estaria ocorrendo? A busca pela redução de custos das obras estaria colocando em risco a segurança das pessoas? A má gestão e a corrupção na contratação de obras públicas podem ter contribuído para a ocorrência de tais acidentes? Há problemas na formação dos nossos engenheiros? Que outras questões precisam ser enfrentadas?
Apenas nos últimos dez anos, foram quase cem vítimas fatais e outras centenas de feridos nos vários dos desastres ocorridos, como por exemplo: a recente queda da Ciclovia Tim Maia, no Rio de Janeiro, em abril de 2016; o estouro da Barragem da Samarco – Mariana/MG, em novembro de 2015; o desabamento do Viaduto Batalha dos Guararapes em Belo Horizonte, em julho de 2014; o desabamento de prédio na região de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo, em agosto de 2013; o desabamento de 3 prédios no centro do Rio, em janeiro de 2012; o desabamento das Obras da Linha 4 do Metrô de São Paulo, em janeiro de 2007.
Nesse contexto, preocupa-nos particularmente a situação das Usinas de Angra dos Reis quanto ao risco de ocorrência de um acidente de magnitude catastrófica, em decorrência de falhas de engenharia.
Enfim, dada a relevância do tema, venho requerer a realização de audiência pública para que possamos discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis.
Sala da Comissão.
Senador Cristovam Buarque.

Subscrito por mim, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Hélio José.

Bom, é aquilo que nós já previamos: nós teríamos hoje um dilema com o quórum.

Estou achando, Senador Aloysio, que tem uma enorme experiência aqui na Casa, que essa agitação que nós estamos vivendo conspira contra o quórum nas nossas audiências, nas nossas reuniões. O que lhe parece?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Eu acho que sim, Presidente, embora eu considere perfeitamente possível a pessoa mascar chiclete e caminhar ao meu tempo. (*Risos.*)

Houve um Vice-Presidente dos Estados Unidos, que assumiu creio que quando houve a renúncia do Nixon, Gerald Ford, que tinha fama, talvez imerecida, de estupidez. Diziam que ele era incapaz de mascar chiclete e caminhar ao mesmo tempo. Eu acho que para nós é possível sim.

Agora o problema maior, Presidente, eu acho, é realmente a irracionalidade da nossa agenda, a quantidade muito grande de comissões, que poderiam ser agrupadas sob o mesmo âmbito temático. No entanto,

são desdobradas. Agora se criou mais uma comissão: a Comissão da Transparência, como se fosse necessário haver uma comissão específica para transparência, como se não fosse essa a regra geral das atividades do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro. Todas deveriam ser da transparência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Todas. Mas criou-se uma Comissão da Transparência, que não sei sobre o que ela vai deliberar. No entanto, há lá uma Comissão da Transparência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas nós podemos questionar em plenário, não?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Não, ela foi aprovada em plenário. Eu, infelizmente, me opus à criação dessa comissão na CCJ, mas acabou sendo aprovada em plenário, porque sabe como é...

Mas, enfim, acho que há um problema de irracionalidade também na nossa agenda. Pela relevância do tema da nossa Comissão, Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, pela importância do tema para o Brasil, penso que esta Comissão deva não só existir, mas ter um horário nobre para sua atividade, sem conflitar com outras Comissões. Hoje, estamos conflitando com a Comissão de Assuntos Econômicos, que está se reunindo aqui ao lado e que tem também na sua agenda algumas questões que são dramáticas para Estados e alguns Municípios. São temas como, por exemplo, a autorização para operações de crédito, que têm urgência, etc. É uma concorrência, hoje, bastante forte da Comissão aqui ao lado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª tem toda razão. Acho que temos que começar a nos reunir e tentar reformar essa sistemática, que é nociva. Acaba que uma comissão como a nossa, que, repito sempre, é das mais importantes do Congresso... Inclusive pretendemos, com aquele projeto de tornar a nossa política pública, de descobrir principalmente por que os recursos não vêm para cá, queremos levar isso para o plenário e denunciar essa realidade que estamos vivendo. Pretendemos informar à imprensa o descaso com que é tratada a ciência, a tecnologia e a inovação no Brasil por parte do Governo e, com isso, quem sabe, convencer não só os Parlamentares, mas a população de que esse é um tema primordial para discutirmos, para levarmos adiante. Queremos valorizar a nossa Comissão, que não tem sido valorizada pelo próprio Governo. A prova está aí. Os fundos setoriais não são direcionados para ciência e tecnologia. Temos de descobrir para onde estão indo. No momento em que começarmos a recambiar, a recuperar, a trazer de volta para onde deve, vamos valorizar a própria Comissão. Esta é uma das comissões mais importantes do Senado.

Notícia de *Época*, de agora de manhã, agora há pouco: "Temer oferece a Kassab ministério das Comunicações 'turbinado' para compensar perda. Vice-presidente disse a ex-ministro das Cidades de Dilma que juntaria pasta das Comunicações com Ciência e Tecnologia."

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – É de lascar!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É! (*Risos.*)

É de lascar! É o que estamos falando... Essa deveria ser uma comissão autônoma, aliás, esse Ministério. E vamos ser anexados ao Ministério das Comunicações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Um puxadinho talvez.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um puxadinho. É como o caso de hoje do meu Partido. O PDT é um puxadinho do PT, expressão consagrada pelo Senador... Qual foi mesmo o Senador que disse isso? O Senador Cristovam, nas páginas amarelas da *Veja*!

Agora, vamos de puxadinho para o Ministério das Comunicações.

Oxalá, isso não se confirme, porque, até poucos dias, estava-se confirmando a entrega do Ministério da Ciência e Tecnologia a um pastor da Igreja Universal, que nós supomos que seja um excelente pastor, mas não é um cientista, não é? Agora recua o provável futuro Presidente e junta a Ciência e Tecnologia com Comunicações, com o nosso protesto aqui da Comissão – acho que teremos endossado esse ponto de vista.

Bom, Srs. Senadores, como não temos quórum e estamos aqui conversando e mesclando com leitura de alguns projetos desde às 8h50, nós ficamos com dois ofícios que foram lidos, dois requerimentos que foram lidos, um projeto que não pode ser votado, ser discutido, e ficam as votações para a próxima reunião.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não sei se já foi lido, mas eu sou Relator do item 9 e, talvez, se eu pudesse fazer a leitura do meu voto, poderíamos, à semelhança dos demais, deixar para deliberar sobre ele na oportunidade em que tivermos quórum, e assim já ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, tem a palavra. É para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Sistema Clube de Comunicação. É do seu Estado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Exatamente.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Clube de Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
A matéria constou na pauta da reunião do dia 12/04/2016.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, examinando aqui esta proposição, eu não vejo nenhum óbice à sua aprovação. Ela foi suficientemente analisada no Poder Executivo, também na Câmara e aqui na nossa Consultoria do Senado, e, nesses exames, não houve nenhuma observação que pudesse desmerecer o mérito da proposição, muito menos os aspectos jurídicos formais.

Portanto, eu voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Se alguém quiser discutir, nós deixaremos apenas a votação desse item para a próxima reunião. (*Pausa.*)

Ainda complementando a informação que chegou há poucos instantes da revista Época:

> No novo arranjo pensado por Michel Temer para seu ministério, que retomou a ideia de um corte significativo na Esplanada, o Vice-Presidente ofereceu ao PSD de Gilberto Kassab um ministério das Comunicações "turbinado". Temer pretende juntá-lo ao ministério de Ciência e Tecnologia e, assim, compensar o PSD pela provável perda da pasta das Cidades – ocupada pelo partido no segundo mandato de Dilma Rousseff.

E encampamos aqui a definição do Senador Aloysio. Senador Aloysio, podemos encampar a sua definição – "É de lascar!" – sobre esta ideia aqui?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É de lascar! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, eu estava vendo no jornalzinho da nossa Comissão, *Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação*...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Jornalzinho valioso!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Jornalzinho valioso!

No nosso jornal interno, aqui da Comissão, eu vi com grande preocupação a manchete: "A neurocientista Suzana Herculano-Houzel deixa o Brasil e expõe problemas profundos da ciência no País." Vem, justamente, concordar com o que estava sendo dito aqui.

Mas creio que não há foto melhor para exemplificar este momento do que a que eu vi hoje cedo: o Palácio do Planalto tomado por faixas de toda sorte, da CUT, da UNE, do MST. Está parecendo uma feira. Uma coisa horrenda! Isso nos dá a tal da vergonha alheia. Eu não pensei que fosse viver para ver aquilo: o Palácio do Planalto totalmente tomado por faixas de toda sorte.

Eu penso que essa fotografia exemplifica este momento: o desprezo ao que é importante, o foco nas coisas do poder pelo poder e a falta de preocupação com o futuro do País. É isso que está acontecendo.

Então, quando vemos aqui a cientista indo embora, é porque ela chegou a essa conclusão do Senador Aloysio, ou seja, chegamos a um ponto que é de lascar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quando a gente vê aquilo ali, no Palácio do Planalto, fala assim: "Olha, acabou!"

Ontem, por exemplo, aquele espetáculo dantesco, um soco no estômago de todos os brasileiros... E, aí, uma Comissão como esta, que trata de assuntos maiores, de coisas grandes, de assuntos que nos equipariam

às grandes nações, realmente fica marginalizada, pois esse não é o foco. Essas pessoas não estão no nível de discutir ciência; não estão no nível de pensar ciência como algo importante.

Então, é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. E já estão na internet as imagens das janelas da frente do Palácio do Planalto, onde, apesar de os guardas estarem ali naquela posição habitual, há uma verdadeira conspurcação nos vidros do Palácio do Planalto, como se este fosse uma feira livre...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eles mostraram, de fato, o que sempre foram: pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma lástima a situação que nós estamos vivendo.

Bom, nós prolongamos o máximo que nós podíamos na expectativa da composição do quórum, o que não conseguimos. Contudo, ficamos na esperança de, na próxima terça-feira, termos aqui o número legal para a votação de várias matérias.

Está encerrada a presente reunião, com o meu agradecimento a todos.

(Iniciada às 8 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2016.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezessete de maio de dois mil e dezesseis, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Hélio José, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Jorge Viana, Telmário Mota, Gladson Cameli e José Agripino, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 178, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela administração pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 10/05/2016, foi concedida Vista coletiva nos termos regimentais. Anunciada a matéria, usam da palavra para discutir os Senadores Hélio José e Telmário Mota. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, contrário ao Projeto. Vota vencido o Senador Telmário Mota. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 158, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que "Dispõe sobre a criação do sistema de comunicações ópticas para a Defesa Nacional." O relator designado é o Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 259, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Cristovam Buarque Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 689 de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência." O relator designado é o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 22/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Oficio "S" n.º 32, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins." Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 6: Oficio "S" n.º 42, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA, concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da

Bahia." Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Flexa Ribeiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pelo arquivamento da matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 7: Requerimento n.º 9, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Gladson Cameli e Hélio José, que requerem "...nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo); 2. Representante da Oi Telecomunicações S.A; 3. Representante da TIM Brasil; 4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro); 5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações". Usa da palavra para discutir o Senador Telmário Mota. O requerimento é aprovado. **Item 8: Requerimento n.º 18, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Hélio José, que Requerem "...nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados: Luiz Pinguelli Rosa – doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras; Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear – AFEN; Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante; Paulo Rosman – professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ. Chico Whitaker – arquiteto e ativista social." O requerimento é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 454, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo sobrestamento do Projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSCIAÇÂO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS a executar, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 254, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa relator ad hoc o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Marcelo Crivella. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 191, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SISTEMA CLUBE DE COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 10/05/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ LTDA para executar serviço de radiodifusão so-

nora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97 de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Cristovam Buarque, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 283, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO ASSENTAMENTO DO BOM JESUS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tartarugalzinho, Estado do Amapá." O relator designado é o Senador Davi Alcolumbre, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 15/03/2016, o Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Eduardo Amorim Relator ad hoc e, após a leitura do relatório, concede Vista ao Senador Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 153, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Eduardo Amorim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 280, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Hélio José, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 269, de 2013**,

de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 234, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador José Medeiros, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 224, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 240, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 242, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Lasier Martins, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 171, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 193, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Marcelo Crivella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Roberto Rocha, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito

Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 108, de 2014**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição à Senadora Rose de Freitas, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 321, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais." O Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins, designa o Senador Walter Pinheiro Relator "ad hoc", em substituição ao Senador Zeze Perrella, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nesse momento, os Senhores Senadores Lasier Martins, Jorge Viana, Aloysio Nunes Ferreira, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque e Hélio José requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta**, **Item 39: Requerimento n.º 19, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Lasier Martins, que requer "...nos termos do artigo 90, II, c/c artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a realização de debate em torno do tema: 'Balanço e Prioridades para a nova Gestão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações', em data oportuna a ser posteriormente agendada." Usam da palavra para discutir os Senadores Ivo Cassol, Hélio José e Flexa Ribeiro. O requerimento é aprovado. **Extrapauta**, **Item 40: Requerimento n.º 20, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Jorge Viana, Cristovam Buarque, Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira e Hélio José, que Requerem "... nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCT, para discutir a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI com o Ministério das Comunicações – MC proposta pelo Governo interino de Michel Temer. Essa audiência tem como propósito ouvir a manifestação da comunidade científica, das universidades, das fundações estaduais de pesquisa. Para tanto, convido os seguintes representantes: Presidente da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Professora Helena Nader; Presidente do CONFAP - Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa: Sr. Sérgio Luiz Gargioni. Presidente da ABC – Academia Brasileira de Ciência: Sr. Jacob Palis Júnior; e Presidente da ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das

Instituições Federais de Ensino Superior: Reitora Maria Lucia Cavalli Neder (UFMT)." O requerimento é aprovado. **Extrapauta**, **Item 41: Requerimento n.º 21, de 2016-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Hélio José e Walter Pimheiro, que Requerem "...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, a partir da ótica das Comunicações. Para tanto devem ser convidados representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Agência Nacional de Telecomunicações, Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, SindiTelebrasil e Abratel." Usam da palavra para discutir os Senadores Jorge Viana e Aloysio Nunes Ferreira. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação **e Informática,** lavrasse a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR LASIER MARTINS
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de maio de 2016.

Como tem sido praxe da nossa Comissão, enquanto nós aguardamos quórum, vamos transmitindo informações que dizem respeito à nossa Comissão.

A primeira informação que quero prestar, cumprimentando também os telespectadores – até as 10h da manhã temos audiência pela TV Senado para todo o Brasil –, é que, em razão de uma certa polêmica criada com a indicação ou com a anexação do Ministério da Ciência e Tecnologia com o Ministério das Comunicações neste novo Governo, estamos propondo, e daqui a pouco vamos submeter à apreciação do colegiado da Comissão, o requerimento para convidar o Exmo Sr. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para realização de debate em torno do tema: "Balanço e prioridades para a nova gestão da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" em data oportuna a ser posteriormente agendada. Nós, depois, faremos contato com a assessoria e vamos deixar que o Ministro escolha a data mais breve possível para que possamos aqui tirar as dúvidas, principalmente por uma certa irresignação já percebida na nobre classe de cientistas que estão preocupados com o Ministério da Ciência e Tecnologia, que sofreu notório desinteresse, descaso no governo anterior.

Estão todos preocupados, nós também. Inclusive, propusemos como audiência pública para esta Comissão, neste ano, investigar a destinação dos fundos setoriais.

Então, queremos ouvir aqui o Ministro, na esperança de que ele traga boas notícias, boas propostas para uma reativação da área de investigação científica e tecnológica, uma área tão carente no Brasil.

Esta é a primeira informação que eu queria transmitir: vamos requerer, vamos convidar o Ministro Gilberto Kassab para vir a nossa Comissão tão logo seja possível.

Dito isso, ainda a respeito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, quero relembrar aqui algumas notas e providências que a nossa Comissão já tomou. Como sabem, a Comissão está examinando o desempenho, principalmente destinação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

Nas reuniões que realizamos até agora e nos estudos preliminares realizados, observamos que a gestão desses fundos nos últimos anos deixa muito a desejar. No dia 26 de abril, como lembram aqueles que acompanham os nossos trabalhos, em audiência pública, a Drª Fernanda De Negri, Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e o Sr. Alexandre Giovanini Fuscaldi, titular da 1ª Diretoria da Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do Tribunal de Contas da União, SecexDesenvolvimento/TCU. Eles trouxeram aqui informações valiosas, que nós anotamos, e que fundamentam as nossas preocupações.

O texto integral das palestras e as imagens estão na página da Comissão no portal do Senado Federal.

Hoje, então, destacamos alguns pontos, à guisa de ênfase, de curiosidade, da apresentação da Drª Fernanda. Muitos dos dados que ela apresentou são aproximações, isso porque, como nos explicou aqui, é grave – palavra usada pela Drª Fernanda De Negri – a situação da informação sobre os recursos de ciência e tecnologia. Não há transparência e falta pessoal capacitado para produzir e gerir indicadores.

Apesar dessa dificuldade que até mesmo instituições como o Ipea e o TCU enfrentam para acompanhar os programas governamentais na área, a Drª Fernanda De Negri nos mostrou um panorama do FNDCT e dos recursos aplicados na área de ciência, tecnologia e inovação.

Os recursos repassados ao fundo têm crescido sistematicamente. De um orçamento de quase R$200 milhões, em 2000, o fundo chegou, em 2012, a aproximadamente R$3 bilhões, sendo o maior orçamento em 2010, com R$3,111 bilhões. Portanto, há muito dinheiro arrecadado por esse fundo. Mas aonde vai?

Temos que observar um aspecto importante desses números. Os 14 fundos setoriais criados para dar uma receita equilibrada e constante ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico geram uma receita que não é repassada ao fundo. Por exemplo, entre 2011 e 2015, os fundos setoriais arrecadaram R$21 bilhões. Vou repetir este dado: entre 2011 e 2015, em quatro anos, até o ano passado, os fundos setoriais arrecadaram R$21,535 bilhões e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico somente gastou R$2,856 bilhões.

Só foram gastos 13% do que foi arrecadado; o restante, 87% foi desviado para fazer o caixa geral do governo. Essa situação está presente em todo o período dos fundos setoriais há pelo menos 16 anos. Portanto, não foi só no governo Dilma e extensivo ao governo Lula; vai mais longe, 16 anos.

De qualquer forma, as entidades ligadas à área de ciência e tecnologia, universidades e centros de pesquisa acabam comemorando pelo menos esse mínimo que recebem. A Drª Fernanda, que esteve aqui, nos alertou que, ao passo em que cresceu o orçamento do fundo, chegando ao nível de aproximadamente R$3 bilhões no mesmo período, o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação foi diminuindo. O Ministério representava 2,8% do Orçamento Geral da União em 2001 e passou a representar 2% em 2013, isso porque absorveu todo o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a parte não contingenciada em seu orçamento.

Destacou ainda a Drª Fernanda que, se tirarmos os recursos do fundo dessa conta, o orçamento do Ministério de Ciência Tecnologia e Inovação passou de 2,4% em 2001 para 1,3% em 2013 – uma queda muito acentuada. Isso significa que o Governo Federal acabou utilizando os recursos do fundo para suprir o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação de recursos, inclusive para cobrir os seus gastos correntes. O fundo passou a ser um tapa-buraco. Recursos têm sido utilizados fora da destinação legal do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estou repetindo isso e vamos repetir seguidamente, principalmente, ouvirmos aqui o novo Ministro.

É bom repetir que o orçamento do fundo cresceu de 200 milhões – já falamos a pouco, vamos de novo: o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico cresceu de R$200 milhões no ano 2000 para quase R$3 bilhões em 2012, mas, no mesmo período, o orçamento geral do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação decresceu. O governo acabou tapando o buraco da diminuição do orçamento do ministério com recursos do fundo. Um dos objetivos principais dos fundos setoriais que nutrem o FNDCT é a integração universidade com empresa privada, o que acontece em todos os países desenvolvidos: essa união universidade-empresa privada e o acompanhamento da gestão pública, como também criar mecanismos financeiros sólidos para garantir políticas de incentivo ao investimento privado em ciência, tecnologia e inovação.

A Drª Fernanda nos contou ainda que, em estudo realizado pelo Ipea, se descobriu que empresas que são apoiadas com recursos do fundo acabam investindo em pesquisa e desenvolvimento 27% mais do que empresas que não receberam esse apoio. Portanto, esses fundos ajudam muito. Ou seja, o fundo, se bem aplicado, produz os efeitos legais e desejáveis de indução em processos e produtos inovadores por parte das empresas.

Contudo, a avaliação feita pelo Ipea sobre a aplicação dos recursos empresas privadas descobriu que os editais da Finep e do BNDES são vagos e não têm objetivos claramente definidos. Contudo, a avaliação feita pelo Ipea sobre a aplicação dos recursos em empresas privadas descobriu que os editais da FINEP e do BNDES são vagos e não têm objetivos claramente definidos. Falta uma política estratégica dos governos. Não se sabe aonde quer chegar e não há prioridades, tampouco há métodos claros para se debater prioridades, ao contrário dos países desenvolvidos.

E é isso que queremos ouvir do novo Ministro Kassab, quando ele vier aqui. O convite está sendo posto em aprovação na reunião de hoje. Queremos saber quais as prioridades e a verba. Afinal, vai se devolver a verba quem merece?

Em nossas próximas audiências públicas, assim como nas visitas que pretendemos promover em alguns parques tecnológicos, vamos aprofundar essas questões, e isso certamente vai nos ajudar a elaborar um relatório que traga sugestões claras e factíveis para a política de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Em reunião com a minha equipe, na quinta-feira passada, decidimos fazer isto: recapitular o que foi dito aqui pelo Ipea e pelo TCU com relação a essa que é nossa preocupação e proposta central neste ano, ou seja, a questão da política pública que pretendemos avaliar com relação à ciência e tecnologia.

Mais algumas informações de hoje:

DataSenado quer ouvir brasileiros sobre a limitação de internet e o bloqueio de aplicativos de comunicação

O DataSenado, Instituto de pesquisa do Senado Federal, está promovendo enquete *on-line* sobre questões relacionadas à internet, como a limitação do consumo de dados e bloqueios de aplicativos de comunicação, por decisões judiciais.

Vinculado à Secretaria de Transparência, o DataSenado realiza enquetes e pesquisas, que retratam a opinião pública sobre temas sociais e políticos debatidos no país, sobre projetos de lei e sobre atuação do Congresso e dos parlamentares.

A enquete com questões relativas ao uso da internet ficará disponível até o dia 15 de junho, no site do DataSenado: www.senado.leg.br/datasenado. É um tema que também foi motivo de uma audiência pública, ou seja, a limitação da internet e o bloqueio de aplicativos.

Especialistas discutem o futuro do setor elétrico com as redes inteligentes

Redes inteligentes, dotadas de recursos de Tecnologia da Informação, podem melhorar a eficiência do consumo, da distribuição e da transmissão de energia elétrica. Sistemas inovadores ampliam os benefícios para os consumidores, como a programação remota de eletrodomésticos e acompanhamento da conta. Para discutir as chamadas *smart grids*, especialistas do Brasil e do exterior vão se reunir no Seminário Internacional de Regulação em Smart Grids, o ISGReS 2016, promovido pelos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), das Relações Exteriores e do Planejamento, amanhã, a quarta (18) e quinta-feira (19), em Brasília.

A iniciativa faz parte do projeto Diálogos Setoriais entre Brasil e União Europeia e busca disseminar as melhores práticas para a regulação das redes elétricas inteligentes.

Do evento, devem sair contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor elétrico.

O seminário também será importante para apoiar o desenvolvimento de produtos tecnológicos voltados para o mercado de redes elétricas inteligentes fabricadas no Brasil.

Outra informação: "Tecnologia desenvolvida no CTI Renato Archer recupera bico de aves".

Com o apoio computacional do Centro de Tecnologia e Informação Renato Archer (CTI), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicação, uma equipe multidisciplinar está usando impressão 3D para recuperar cascos de jabuti e bicos de aves.

A união de esforços entre veterinários, dentistas, biólogos, especialistas da área de computação e artistas tem permitido a recuperação de animais por todo o Brasil, como no caso da arara Gigi. A ave, encontrada na Ilha Comprida, em São Paulo, apresentava deformidade no bico, não conseguindo se alimentar. Com a ajuda dos voluntários e da tecnologia, o animal recebeu um bico de titânio, feito por meio de impressão 3D.

Para construir o bico da arara, a equipe contou com recursos de computação, uma impressora 3D e um *software* livre desenvolvido pelo CTI Renato Archer. Foi o primeiro bico de metal colocado não apenas em uma arara, mas numa ave em nível mundial.

Comunicação científica.

O Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), em conjunto com o Conselho Britânico, abriu duas chamadas públicas para financiar cursos para pesquisadores do Brasil e do Reino Unido em diferentes áreas do conhecimento. Os editais vão apoiar a realização de *workshops* para o desenvolvimento de habilidades em comunicação científica e pesquisa. Os interessados têm até o dia 27 de junho para fazer a inscrição.

No primeiro edital, o Conselho Britânico financiará a realização de *workshops*, e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) oferecerão contrapartida no valor de R$12,5 mil por curso. Já na segunda chamada pública, cada *workshop* terá apoio do Fundo Newton, no valor de até £42 mil, com contrapartida financeira determinada pela FAP do seu Estado.

Outra informação: "Projeto da Defesa mapeia o chamado vazio cartográfico da Amazônia".

Até 2008, uma área de 1,8 milhões km² da Amazônia brasileira não contava com informações cartográficas terrestres; mas, por meio de um projeto em andamento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, o Censipam, do Ministério da Defesa, 72% desse chamado "vazio cartográfico" já foi mapeado.

Antes desse trabalho, outro projeto, o Radambrasil, fez, na década de 70, um levantamento de parte da Amazônia; porém, em escala menor e sem tecnologia adequada.

O "vazio cartográfico" corresponde a 35% do território amazônico e abrange áreas de florestas e de fronteira nos Estados do Amapá, Amazonas, Acre, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Roraima.

Os rios navegáveis da região estão sendo mapeados com foco na segurança do transporte de cargas e de pessoas.

O projeto recebeu um investimento de R$ 333 milhões da União. A meta é produzir 41 cartas terrestres, náuticas e geológicas da Amazônia até 2018.

Novo programa investe em biotecnologia para criação de polo do setor no Rio. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) lançam, nesta quinta-feira (12/5), um edital inédito em apoio ao empreendedorismo e à formação de *startups* em Saúde Humana no estado do Rio de Janeiro. O *startup* Bio distribuirá R$ 10 milhões para pesquisadores que atuam no Rio de Janeiro e possuem trabalhos relevantes na área de saúde pública, como a criação de novas vacinas, remédios ou produtos para diagnóstico.

O edital vai selecionar propostas entre R$500 mil e R$1,5 milhão com forte potencial de aplicabilidade. Na proposta, os grupos deverão apresentar, entre outras coisas, um resumo dos projetos, os objetivos da pesquisa, deixando claro as metas, o método e os resultados previstos, e os impactos socioeconômicos esperados no Estado do Rio de Janeiro e no País. O programa tem duração de 18 meses e vai beneficiar aproximadamente 10 pesquisas.

O programa também prevê a criação de uma equipe de Acompanhamento e Avaliação que vai atuar ao lado dos pesquisadores, com o objetivo de orientá-los e ajudar na tarefa de transformar as pesquisas em *startups* de biotecnologia. Com a verba da Faperj será possível adquirir equipamentos, contratar mão de obra, comprar *softwares*, realizar viagens e importar material. Ao final do programa, será realizado um dia de apresentações para que o projeto seja demostrado no mercado e obtenha financiamento privado.

Vamos continuar com as notícias enquanto esperamos quórum para decidir na nossa Comissão de hoje.

Sessenta e três por cento das empresas brasileiras não possuem programas para prevenir ameaças cibernéticas. Mais de metade das empresas brasileiras não está preparada para lidar com ameaças cibernéticas, é o que indica a nova edição do Global Information Security Survey (GISS), estudo anual da EY (Ernst & Young). A pesquisa, realizada com 1755 executivos das áreas de Segurança da Informação e TI em 67 países, indicou que 63% das organizações nacionais não possuem programas para prevenir ameaças cibernéticas, enquanto 43% não têm um programa para identificação de vulnerabilidades e 45% não dispõem de nenhum tipo de programa para detecção de brechas.

Para 36% dos entrevistados, a área de TI de suas empresas demora em média até uma hora para iniciar a investigação de um possível ciberincidente, enquanto 15% disseram que essa resposta pode levar mais de um dia.

Restrições no orçamento foram apontadas por 80% dos entrevistados como principal obstáculo para o avanço da área de segurança da informação dentro da organização.

Segundo a pesquisa, 65% dos entrevistados brasileiros afirmam que os gastos de suas empresas com segurança da informação somam menos de US$1 milhão.

"A ciência brasileira aos trancos e barrancos", o que não é novidade. Este é o título do artigo que o renomado professor e pesquisador Rogério Cezar de Cerqueira Leite, uma autoridade no assunto, publicou na semana passada em vários veículos de comunicação. Para ele, "a história recente da ciência no Brasil é desalentadora, para dizer o menos. E o pior é que as perspectivas para o futuro não são, sob qualquer aspecto, mais animadoras. A trôpega e tardia história das instituições responsáveis pelo fomento à pesquisa no Brasil revela o pouco ou nada do valor atribuído à pesquisa pelas sucessivas administrações federais e estaduais, como também pela população". É o que nós dizemos aqui, em todas as reuniões que realizamos. E hoje temos esse endosso, qualificado, de uma autoridade que é o Prof. Rogério Cezar de Cerqueira Leite.

Empreendedorismo que inspira.

No dia 1º de junho, das 9h às 12h, a PUC-RS e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) promovem, em parceria, o encontro de empreendedorismo sob o título "Conexões que Inspiram". O evento marca o lançamento do convênio de cooperação entre as duas universidades na área de empreendedorismo e ocorrerá no prédio centenário da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Praça Argentina, em Porto Alegre. O encontro é aberto e gratuito.

Parabéns às nossas duas universidades gaúchas!

O "Conexões que Inspiram" tem o objetivo de apresentar e conectar os ecossistemas de empreendedorismo de ambas as instituições.

O "Conexões que Inspiram" também busca agregar os diferentes componentes do empreendedorismo do Rio Grande do Sul, como investidores, *startups*, aceleradoras e incubadoras.

Contra e a favor do novo Ministério. É o problema que já comentamos e que vem ocupando muitos espaços na imprensa. Contra e a favor do novo Ministério. É uma incógnita, mas vamos ao que diz a notícia.

Na semana passada, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) soltaram manifesto contrário à fusão do Ministério de Ciência e Tecnologia com Comunica-

ções. As entidades afirmaram que – entre aspas – "é uma medida artificial que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovações do País".

"Para as entidades científicas, as pastas não têm afinidades". Vamos perguntar isto aqui para o Ministro Kassab e esperamos que logo que ele possa vir aqui logo que abrir um espaço lá.

O antigo MCTI tinha uma agenda voltada ao mérito científico e tecnológico, com programas desenvolvidos e avaliados por comissões técnicas, enquanto o MiniCom adotava como critérios relações políticas e práticas distantes da vida cotidiana do MCTI. Esse é o documento, então, das duas entidades reunidas: as poderosas, tradicionais, conceituadas Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

O documento diz também que as missões dos dois Ministérios não são compatíveis e que, enquanto as atividades diárias das comunicações incluem concessões e fiscalização, as atividades do MCTI envolvem fomento a pesquisas e envolvimento de pesquisadores em redes multidisciplinares e interinstitucionais; estímulo à inovação tecnológica em empresas; além de ser responsável por duas dezenas de institutos de pesquisa. Se para entidades que representam o setor científico e movimentos em defesa da democratização das comunicações a absorção do Ministério das Comunicações pelo da Ciência, Tecnologia e Inovação é encarada como um problema, há setores que se mostraram satisfeitos com a medida.

Na Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), a medida é bem-vinda e faz parte de projeto do segmento industrial. "A redução do número de Ministérios está inserida nas ações propostas pela indústria e apresentadas ao Presidente Michel Temer pela CNI", afirma a entidade, a Abinee. A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) vê como natural a junção das pastas.

Essa é uma questão que queremos desvendar no debate. Só no debate, só no conhecimento aprofundado, com a presença do Ministro, é que nós vamos tirar a limpo se isso vai ser bom ou vai ser ruim. Mas duas instituições muito credenciadas estão preocupadas e lamentando.

Quarenta e cinco por cento dos infartos não têm sintomas. Então, motivo para cuidados, motivo para *check-up*s. Quase metade de todos os ataques cardíacos pode ser silenciosa – quase a metade! –, sem mandar sinais prévios, como dor no peito, alerta um estudo publicado no jornal *Circulation* da Associação Americana do Coração.

O cenário tem como uma das principais consequências o risco de maior comprometimento no atendimento emergencial do paciente. "O resultado de um ataque cardíaco silencioso é tão ruim quanto o daquele reconhecido enquanto está acontecendo", diz Elsayed Soliman, principal autor do estudo e diretor da cardiologia epidemiológica do Centro Médico Wake Forest Baptist, na Carolina do Norte. E, como o paciente não sabe o que está sofrendo, pode não receber o tratamento necessário completamente.

Para chegarmos a essa conclusão, os pesquisadores analisaram dados de 9.498 adultos de meia idade, que participaram da pesquisa Riscos em Aterosclerose em Comunidades, o que analisou as causas e as consequências da condição caracterizada pelo entupimento das artérias. Os pesquisadores examinaram diferenças nos episódios de infarto entre negros e brancos, assim como em homens e mulheres. Ao longo de nove anos depois do início do estudo, 317 participantes sofreram ataques silenciosos, enquanto 386 tiveram problema, mas exibiram os sintomas clássicos. Os cientistas continuaram a acompanhar os pacientes por mais duas décadas, para rastrear as mortes por males cardiovasculares e outras doenças.

Os efeitos únicos da voz materna. Seja dando conselhos valiosos ou falando palavras de conforto, a voz materna sempre fala mais alto para os filhos. Essa forte ligação foi constatada em um novo estudo que examinou a resposta do cérebro de crianças ao chamado da mãe. Por meio de um exame de imagem por ressonância magnética, pesquisadores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, descobriram que o timbre maternal afeta muitas outras regiões cerebrais, além daquela envolvida com os estímulos auditivos comuns. Para os cientistas, essa reação pode ser interpretada como um tipo de impressão digital das habilidades de comunicação, um fenômeno que pode revelar, ainda da infância, a predisposição de um indivíduo a desenvolver problemas de socialização e distúrbios neurológicos.

Os pesquisadores selecionaram 24 crianças, entre 7 e 12 anos e pediram às suas mães que falassem uma série de palavras inventadas. A conversa sem significado tinha o objetivo de evitar a ativação de sistemas semânticos no cérebro, revelando unicamente a resposta dos pequenos às características vocais de sua mãe. Como forma de comparação, os pequenos também ouviram o texto lido por outras duas mulheres, com as quais não tinham relação alguma. O exame revelou que o cérebro das crianças demonstrava uma resposta específica à voz materna, que envolvia várias regiões neurais. Foi possível notar que o som, além do sulco temporal superior relacionado ao reconhecimento de vozes, acionava também a amígdala, que processa sentimentos como o afeto. O efeito foi observado em 97% das vezes em que as crianças ouviam a voz materna, embora o estímulo durasse menos de um segundo. Quando as crianças ouviam as vozes de outras mulheres, no entanto, não havia a mesma reação.

Pesquisa de comunicação identifica 15,7 mil infrações em programas de rádio e tevê. Em apenas 30 dias, programas de rádio e tevê promoveram 4.500 violações de direitos.

Cometeram 15.761 infrações às leis brasileiras e multilaterais, como a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e desrespeitaram 1.962 normas autorregulatórias, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Os dados são da pesquisa lançada ontem, dia 16, pela Andi Comunicação e Direitos.

Este é o terceiro volume do guia de monitoramento *Violações de direitos na mídia brasileira*, produzido pela Andi, organização não governamental criada há 23 anos e que trabalha com políticas de comunicação na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e pela inclusão e sustentabilidade.

"O resultado geral indicou um nível de violações incompatível com a democracia", informou a coordenadora do guia, Suzana Varjão.

Segundo a ONG, o monitoramento revelou um volume de violações e infrações que evidencia o caráter não circunstancial das práticas anti-humanistas e antidemocráticas desse modelo de comunicação, além de expor padrões discursivos incompatíveis com a democracia, com ataques reiterados a suas instituições e instrumentos, discursos de ódio contra o campo de defesa dos direitos humanos e combate público aos parâmetros que regem o exercício da imprensa.

Fiocruz e Laboratórios Privados Desenvolvem Medicamento para Hepatite C.

Acordo de cooperação firmado entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o consórcio BMK, integrado pelas empresas Blanver Farmoquímica, Microbiológica Química e Farmacêutica Karin Bruning vai permitir a produção no Brasil, a preço reduzido, de um remédio para tratamento da hepatite C, o Sofosbuvir, para distribuição no Sistema Único de Saúde (SUS). Está prevista ainda a produção futura de outros medicamentos antivirais.

A informação é do vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Jorge Bermudez. Até o final deste ano, a Fiocruz deve pedir o registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para, já no início de 2017, colocá-lo na rede pública de saúde.

Nanopartículas levam o medicamento direto a células tumorais e poupam as saudáveis. [Quando tanto se discute o câncer, essa é uma boa notícia.]

A quimioterapia, apesar de ser uma das principais vias de tratamento de diversos tipos de câncer, provoca fortes efeitos adversos por atacar não só as células tumorais, mas também as saudáveis. Para minimizar esse tipo de dano à saúde já debilitada do paciente, pesquisadores do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desenvolveram uma estratégia de ataque direto às células doentes, por meio de nanopartículas que levam o medicamento em altas concentrações até elas, evitando que as demais sejam atingidas.

Por isso, os pesquisadores utilizaram nanopartículas de sílica, componente químico de diversos minerais, carregadas de um candidato a fármaco contra câncer de próstata, a curcumina, e revestidas por uma vitamina que é naturalmente atraída pelas células tumorais, o folato. Nos testes *in vitro*, as nanopartículas mataram cerca de 70% das células tumorais de próstata, enquanto que apenas 10% das células saudáveis da mesma linhagem foram atingidas.

Programa de Pesquisa para o SUS tem nova chamada. O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Fapesp, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico lançaram em nova chamada de propostas para o Programa de Pesquisas para o SUS gestão compartilhada em saúde, PPSUS. A chamada visa apoiar atividades de pesquisa mediante o aporte de recursos financeiros e projetos que promovam o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação na área da saúde, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

A chamada contempla três grandes eixos e linhas temáticas considerados áreas prioritárias para o fortalecimento do SUS no Estado de São Paulo, nos quais os projetos de pesquisas deverão ser enquadrados, como redução da morbimortalidade por doenças e agravos prioritários no Estado de São Paulo; 2. Gestão de sistema de saúde; 3. Tecnologia e inovação no SUS. Poderão apresentar propostas pesquisadores com título de doutor ou qualificação equivalente vinculados a instituição científica ou tecnológica, situada no Estado de São Paulo.

E a Finep lança programa para financiar inovação em Telecom. A Financiadora de Estudos e Projetos, Finep, agora sob o guarda-chuva do novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações anunciou a abertura de programa de apoio a empresas do setor de telecomunicações. A iniciativa vai financiar a pesquisa no setor com recurso do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, o Funtel. Serão destinados R$600 milhões em crédito e investimento direto ao longo dos próximos três anos. As pesquisas do programa poderão ser feitas em quatro linhas temáticas, comunicações óticas, comunicações digitais sem fio, redes de transporte de dados e comunicações estratégicas. Do total, 40% serão destinados para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Finep poderá financiar até 80% de uma pesquisa.

Dos R$600 milhões, até R$150 milhões poderão ser utilizados para operações de investimento direto. Isso significa que a Finep poderá participar diretamente nas empresas que desejem ser investidas. Também entram na iniciativa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Anatel e BNDES.

O programa terá quatro linhas temáticas: comunicações óticas, digitais, sem fio, transporte de dados e estratégicos. O financiamento prevê juros de TR mais 5% ao ano com carência de 48 meses e prazo total de pagamento de até 120 meses.

O cadastramento de propostas acontece, este ano até novembro, pelo *site* da Finep. Em janeiro de 2017, serão divulgadas as pesquisas aprovadas.

Ainda estamos precisando, Senador Cameli, de três Senadores para dar o quórum e iniciarmos a nossa pauta de hoje. Tem havido uma dificuldade muito grande às terças-feiras, em parte, porque muitos Senadores viajam de suas bases para Brasília, exatamente nas terças pela manhã. É o caso, por exemplo, do nosso Senador Walter Pinheiro, que sai no primeiro voo de Salvador e sempre chega aqui por volta de 9h20. Então, não chegou ainda.

V. Exª tem alguma informação para nos dar, Senador Gladson Cameli?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Não, Senador Lasier, é esperar que possamos retornar aos trabalhos desta Casa, porque o País hoje vive um novo momento, e nós temos uma responsabilidade muito grande: dar uma resposta à altura à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Qual é a sua opinião, Senador Cameli, sobre a fusão Ciência e Tecnologia e Ministério das Comunicações?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – É uma aclamação muito grande, tendo em vista que a crise financeira está óbvia para todo mundo, para que o Governo Federal comece a cortar na carne.

Então, sou totalmente de acordo que haja unificação nos Ministérios, porque há uma vontade popular. Você vê que, quanto mais Ministérios, maior aquela expectativa de que o Governo Federal ou quem quer que esteja na Presidência da República esteja fazendo jogo político. Você vê que sempre nós, que somos Senadores da República, estamos escutando isso por meio dos meios de comunicações, enfim.

Então, eu sou totalmente favorável à diminuição da estrutura da máquina federal e que possamos – o Senado Federal e o Congresso Nacional hoje, junto com a Câmara dos Deputados –, fazer as grandes reformas de que o nosso País precisa. É um debate longo.

Esta Casa está com uma responsabilidade muito grande, Sr. Presidente, porque você vê que estamos com um Presidente interino, em um prazo de 180 dias, e é o momento de realmente acabarmos com essa guerra política que estava havendo para que esta Casa, realmente, retorne aos trabalhos normais, que possamos votar o maior número de projetos.

Inclusive, há aqui uma audiência pública, nesta Comissão, que está pautada para hoje, para votarmos aquele debate com as empresas de telefonia junto com os demais órgãos.

Então, eu estou com a expectativa positiva, mas depende muito da união dos Partidos, da classe política, juntamente com os Poderes Executivo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito, quero informar a V. Exª, Senador Cameli, que vamos hoje votar aqui um requerimento para convidar o Ministro Gilberto Kassab para vir à nossa Comissão, para nos prestar informações sobre essa fusão: quais são as prioridades? Qual é a política com relação à destinação dos recursos que o Ministério não tem utilizado para pesquisa tecnológica e científica? Os já bilhões de reais que são arrecadados de empresas, exatamente para essas pesquisas.

Estamos aguardamos mais três Senadores para votar algumas matérias, dentre elas uma não terminativa sobre o serviço de publicidade para Administração Pública, considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação

Senador João Alberto, prazer em revê-lo em nossa Comissão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Chegando no final.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para fazer perguntas?

Temos a honra de recebê-lo aqui hoje. Estamos precisando de mais dois Senadores para colocarmos ...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estamos precisando de mais dois para o nosso quórum de hoje.

Enquanto isso...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Senador Lasier, uma pergunta.

V. Exª é do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com muita honra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – E eu admiro muito o Estado do Rio Grande do Sul porque tem muita semelhança com o meu Estado do Acre.

O Estado do Acre, no passado, foi um gaúcho...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um gaúcho.

Foi Randon, não é?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Plácido de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perdão, Plácido de Castro.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Até o Aeroporto Internacional possui o nome de Plácido de Castro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E hoje é um Estado extremamente habitado por descendentes de gaúchos.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Gaúchos.

E é um Estado muito politizado, igual ao Estado do Rio Grande do Sul. Tem uma semelhança muito grande.

Então, eu sei que o Rio Grande do Sul, hoje, vive um momento financeiro de muitas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Hoje a palavra no Rio Grande do Sul é dificuldade, carência de recursos.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Dificuldade, tenho acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Inclusive com...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – A educação está enfrentando problemas lá.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com greve. As escolas públicas estão paradas desde ontem, sem prazo determinado para voltar.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Então, quero solidarizar-me com toda a população do Rio Grande. Tenho certeza de que, o quanto antes, esse problema será resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós, do Rio Grande do Sul, Senador Cameli, tivemos um problema. Nos últimos 36 anos – olha que isso é tempo! – os governadores...

Senador Flexa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nos últimos 36 anos, os governadores, sempre um passou o governo para o outro em condições piores. E, agora, estamos tendo um governador, Sartori, que está fazendo cortes em tudo que é despesa possível. Mas isso ainda é muito pouco, porque faltam recursos. Imaginem um Estado que não consegue pagar em dia e, sim, parceladamente o salário dos seus funcionários?

Isso é doloroso.

É uma situação jamais vista, a gravidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Mais alguma novidade do Pará, Senador?

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – O Pará está a todo vapor, com a castanha que copiou lá do Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier, Srs. Senadores...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – A castanha é do Brasil, e eles colocaram a castanha do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A castanha é do Pará e foi batizada do Brasil para poder se tornar internacional.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Vai dizer isso lá no Acre.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Daqui a pouco, o açaí também não será mais do Pará.

Mas, Senador Lasier, V. Exª traz um assunto que preocupa todos nós: a situação dos Estados da Federação brasileira. E pior ainda, dos Municípios.

Eu costumo dizer que o Pará é o que está em uma situação menos pior, não é que esteja em uma situação boa, mas é a menos pior.

A gestão do Governador Simão Jatene é uma gestão competente, então, ele está conseguindo segurar, com o cabresto curto, o Estado, mantendo a folha em dia, pagando dentro do mês, mas não tem condições de fazer investimentos.

Inclusive, fez reuniões com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com o Poder Legislativo e, depois, com o funcionalismo, e, numa entrevista coletiva, disse que não vai poder dar aumento esse ano. Não é que ele não queira dar. Vai esperar que as coisas melhorem para ver como é que se posiciona.

Eu só espero, Senador Lasier, primeiro, que todos nós brasileiros recuperemos pelo menos a esperança. Eu espero que o novo Governo consiga, com bastante trabalho, colocar o País de volta no caminho da normalidade. Agora, me preocupa, e eu vou deixar registrado isso, inclusive da tribuna do Senado, que o Governo não tem que olhar só a União. Eles estão preocupados, e têm que estar, em fazer o ajuste fiscal da União, mas eles precisam é tratar da Federação.

Então, eles têm que tratar, ao mesmo tempo em que tratam da União, do ajuste fiscal da União, eles têm que fazer o ajuste fiscal dos Estados e dos Municípios. Ou seja, fazer aquilo que nós e os governos já deveriam ter feito, que é a revisão do pacto federativo.

Isto é que nós precisamos enfrentar, ter coragem, o pacto federativo...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Concordo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...a reforma administrativa, a reforma da Previdência, a reforma política. Não dá para continuar da forma como nos encontramos, com 37 partidos. Então, essa formação da governabilidade não é boa para o País...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, esse item em que V. Exª toca deve ser um alvo nosso, Senador Flexa.

Cabe a nós, do Senado, cobrar, exigir que se recomece a reforma política...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Que retome.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... porque a reforma que foi proposta na primeira metade do ano passado foi...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Foi remendo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É, foi remendo, foi muito insignificante.

A rigor, ela se limitou a dois pontos: o fim do financiamento das empresas privadas das campanhas e a redução do período de campanha.

O que mais que teve de importante? Mais nada. E, de fato, sem diminuição de partidos, não conseguiremos acabar com esse presidencialismo de coalizão, que eu costumo dizer presidencialismo de coalizão fisiológica.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Um aparte sobre esse assunto que V. Exª está falando com o Senador Flexa: quero ver quando acabar essa eleição municipal... Nós somos Senadores, nós sabemos o que é uma campanha política.

Se você pegar o plano que o TSE passou para a disputa de Prefeito de Capitais, e verificar o valor máximo de gastos, quero ver, porque, lá, no meu Estado, o Estado do Acre – senhoras e senhores, eu falo aqui, muito abertamente, porque, todos são testemunhas – um litro de gasolina dentro do Município custa R$5,00. Cinco reais um litro de gasolina! Aí, estão chamando a gente de quê? É por isso que precisamos fazer essas grandes reformas mesmo. Nós precisamos.

V. Exª foi muito coerente no que acabou de falar, Senador Flexa Ribeiro: não olhar só para a União e olhar para o pacto federativo, para os Municípios, para os Estados, porque a situação é totalmente complicada e, como eu disse, agora há pouco, antes de V. Exª chegar, precisamos fazer urgentemente as grandes reformas de que o País precisa.

Eu queria acrescentar uma informação de Plácido de Castro. O nome dele é José Plácido de Castro, ele nasceu em 9 de setembro de 1873 no Município de São Gabriel, Rio Grande do Sul, conterrâneo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A cidade é chamada de Terra dos Marechais.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Realmente, esteve em nosso Estado. Enfrentou uma guerra no Estado do Acre e é homenageado hoje. O aeroporto internacional de nossa capital, Rio Branco, tem o nome Plácido de Castro. Nada mais do que justo homenagear esse grande gaúcho que está no coração de todos acrianos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estamos aqui conversando enquanto aguardamos mais um Senador para podermos tratar das matérias da pauta de hoje. Quero que entre em nossa conversa também o Senador João Alberto, quem sabe, nos informando alguma coisa do seu Maranhão. Como está a situação por lá?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – O Maranhão, como os outros Estados, tem dificuldades para todos os lados. É um Estado grande, com grande potencial. O Flexa é do Maranhão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está emprestado para o Pará?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – A família toda. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nós emprestamos uma parte da família para o Maranhão, para ajudar o Maranhão, com muita alegria.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, Senador Lasier, só para informar que o Senador Ivo Cassol já está a caminho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Ótimo. Então, vamos falar em fosfo... (*Risos.*)

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Onde começa nossa cidadania? No meu entender, a cidadania começa no Município, que é onde nascemos, mas temos grandes problemas com a administração municipal, por quê? Porque, no Brasil, não tem a formação em administradores municipais. Deveria todo administrador municipal ter um curso...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Curso de gestão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – ...em gestão, o que não tem.

Fui Prefeito. Acho que deveríamos inclusive balizar o número de funcionários por Prefeitura. No meu entender, o número ideal é 2,5% da população, o máximo de funcionários da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É assim atualmente?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tem que ser assim também na União e nos Estados. Teríamos que limitar o número de funcionários.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Sim, limitar, porque, no interior, a Prefeitura não tem dinheiro para nada, mas quantos funcionários têm? Uma prefeitura que deveria ter 2,5 mil tem 6 mil funcionários. Não tem nada para investir. Não pode nem dar contrapartida para o Governo Federal. O Governo Federal tem bons planos. Nós temos bons planos aqui: creches, unidades de saúde, etc. A Prefeitura teria que dar o terreno e uma contrapartida, mas quase nenhuma Prefeitura pode dar. Não tem dinheiro. O dinheiro acabou. Acabou onde? Contratando pessoas. Pode ser no Pará, no Maranhão. Isso acontece no Nordeste todo. Quando os Prefeitos vêm aqui, começo a conversar com eles. No interior, Lasier, em uma prefeitura pequena, uma prefeitura de 10 mil habitantes, existem quantas secretarias? Dezesseis, dezoito...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não pode.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – E tem o secretário adjunto, os assessores... Eu já cheguei a vários Municípios perguntando qual é a verba que tem para esta secretaria? Nenhuma! Zero! Só tem os cargos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi dado o mau exemplo pela União também, nos 39, que agora são 24.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Que ainda são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E ainda é muito.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – Então, nós padecemos muito.

Vejo a Marcha dos Prefeitos, converso com eles e sinto que falta uma organização nesse setor administrativo.

Agora, com as metas para o Município, com a tendência do Município – o prefeito não sabe de nada, ele não está nem aí –: carreiam-se recursos, empréstimos com finalidades que são só de endividamento. Não se observa se os empréstimos que são tomados para o Municípios têm condições de retorno para avançar. Então, são construções de prédios, de estádios – e eu gosto muito de esporte –, mas estádios que não têm renda, ou ainda, a construção de uma praça bonita.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só não têm renda como são deficitários. Nesses Estados onde foram construídos estádios para a Copa do Mundo e onde não há times de futebol da primeira divisão e onde não há espetáculo, o que custa um estádio desses, por ano, de manutenção?!

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – É um elefante branco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um elefante branco.

O Senador Cameli tocou há pouco no assunto do Pacto Federativo. Há quantas décadas ouvimos falar disso e nunca sai do papel!

No ano passado, nós tivemos ali, no Salão Negro, uma imensa reunião com os 27 Governadores e os presidentes das entidades representativas de Municípios. Aconteceu a reunião e depois não se falou mais nada. E por quê? Por que sempre se protela e não se toma uma iniciativa? Por quê? A começar, a União não cede um

tostão da sua arrecadação. De 66% é a média dos impostos brasileiros que vão para a União; cerca de 22%, para os Estados; 11%, 12%, para os Municípios, que são sempre sobrecarregados de atribuições.

Está chegando o Senador Ivo Cassol.

Seja bem-vindo!

Pelo jeito, Senadores, nós temos que cobrar isso no Senado. Há algumas pautas que o Senado tem obrigação de cobrar; temos todos de ser mais veementes nessas cobranças. O Pacto Federativo é uma delas, porque o Pacto Federativo, na verdade, não passa de uma ficção. Está lá na Constituição: "Art. 1º. O Brasil é uma República Federativa formada de Estados e Municípios..." Lá adiante, no inciso: "... com autonomia administrativa". Mas não há autonomia administrativa sem recursos. E é sobre esse ponto, esse item que nós devemos batalhar. Só haverá autonomia administrativa quando houver recursos para os Estados e Municípios. Aí se concretiza o Pacto Federativo, o contrato da Federação, e isso não acontece.

Tivemos até, na semana passada, a famosa Marcha dos Prefeitos. E a gente... Eu, pelo menos, vejo com tristeza, porque a Marcha termina e os Prefeitos continuam marchando no sentido pejorativo. Saem daqui sem nenhuma esperança, sem nenhum recurso, sem nenhuma mudança. E todos os anos é a mesma coisa!

Senador Cassol, nós estamos esperando ainda mais gente para compor o quórum. Então, estamos aqui conversando, trocando ideias, comentando alguns fatos.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA) – E os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E os Estados, principalmente.

Qual é o seu depoimento sobre o momento de Rondônia, onde o senhor foi Governador?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Obrigado, nosso Presidente, Senador Lasier, do nosso grande Rio Grande do Sul, onde tem chovido uma barbaridade por lá, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – E está faltando água na nossa Região Norte – já que estamos falando da nossa Região Norte.

Cumprimento os demais colegas Senadores.

O Brasil, no momento, vive uma situação difícil, atípica. A crise na Região Norte é menor porque nós vivemos do agronegócio – produção de gado, de carne e de leite –, mas, ao mesmo tempo, ela está nos quatro cantos deste País. Tenho certeza de que nenhum dos Estados da Federação brasileira está com facilidade para administrar. Os Municípios estão passando por dificuldades.

O que eu não consigo entender é que nós estamos aí num governo transitório que nós, Senado, votamos na semana passada, e, ao mesmo tempo, nós temos o compartilhamento dos Ministérios por vários partidos. O nosso partido tem um dos ministérios, o da Agricultura, com o Senador Blairo Maggi. E é uma alegria, para nós, ter o maior produtor individual do Brasil, um grande empreendedor do agronegócio...

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – O rei da soja!

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – O rei da soja. Enfim, é um guerreiro nessa luta. Então, fico feliz.

O outro que temos é o Ministério da Saúde. E eu já vou começar aqui batendo logo dentro de casa, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sinta-se à vontade. Afinal, o senhor gosta de bater, não é?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu fico triste porque nós defendemos tanto aqui, nesta Casa, Senador Lasier – fizemos aqui audiências públicas –, a liberação da fosfoetanolamina, que é o medicamento contra o câncer. No meu discurso, da tribuna, no dia da votação, eu pedi, em âmbito nacional e mundial, a liberação, e, ontem à noite, o nosso Ministro teve uma reunião com os médicos oncologistas do Incor, em São Paulo – não sei mais ao certo que Instituto é –, e deu uma declaração de que é contra a fosfoetanolamina.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E deu uma declaração de que é contra, enquanto não for avaliada pelos laboratórios e pela Anvisa.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Eu já vou ser bem claro. O Ricardo Barros, do meu partido, então que entregue esse Ministério. Se ele não tem culhão para botar para funcionar, para liberar... Desculpem a expressão, mas essa é a minha indignação. Eu não estou aqui para alisar ninguém. Não vou alisar nem quem é do meu Partido. Está aqui o Cameli do meu lado.

Então, que o Ricardo Barros entregue o Ministério. A Presidente Dilma, com todos os problemas, teve a coragem de sancionar a lei. E outra coisa: a fosfoetanolamina está dando resultado positivo. Eu conheço pessoas, amigos meus em Rondônia, que estão utilizando, enquanto outros, que não utilizaram, voltaram à situação precária de saúde e estão no caminho da morte. Infelizmente, encomendando a missa de sétimo dia. En-

quanto isso, ninguém está produzindo medicamentos e estão falando em aumentar mais impostos, quando podiam liberar. Liberem!

Não é só a fosfoetanolamina. Ontem à noite eu vi no Jornal Nacional, Cameli, um outro medicamento, uma vacina contra o câncer também, que daí o corpo imuniza...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Comentamos aqui há pouco a notícia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Gente, pelo amor de Deus! Se nós temos oportunidade para economizar, será que temos que fazer parte dessa máfia de bandidos, de ladrões que estão roubando o País, especialmente na saúde?

Alguém pode dizer: mas por que isso, gente? Uma quimioterapia custa de R$15 mil a R$90 mil! O tratamento do câncer é caro, caríssimo, são milhões; é o recurso da União, do Estado e do Município que mais vai para o ralo, este do tratamento do câncer. Então, se nós temos tratamento alternativo a custo de banana – é barato, Cameli –, não vamos liberar?!

E o Ministro, que é do nosso partido, assumiu o Ministério na semana passada e a primeira declaração que dá em público já fala besteira?!

Ô, Ricardo Barros, entrega essa bronca do Ministério! Entrega! Se não for para poder... E sou do mesmo partido, mas não vou poupar, não. É do meu partido, mas não quero saber. Eu não quero saber, Presidente Lasier! Eu estou indignado! Eu estou indignado, porque não posso concordar, Cameli; não posso admitir. Vou falar com o nosso Líder, o nosso Presidente, o Senador Ciro Nogueira, para que, então, entregue o Ministério.

Antes, a Dilma tinha um bando de puxa-sacos incompetentes que não deram conta do recado. Mesmo contra laboratório, mesmo contra a Anvisa... Parece a Petrobras; parece que tudo está incrustado desse sistema corrupto e desonesto que temos no Brasil. Pelo amor de Deus! Eu não peguei dinheiro de laboratório; ninguém bancou minha campanha; não devo favor para esses caras. Então, o que eu quero pedir aqui para o Presidente Michel Temer, que acabou de assumir: Michel Temer, por favor, não tenha medo de meter a caneta; não tenha medo de liberar; não libere só a fosfoetanolamina; libere qualquer medicamento que venha diminuir custo da área da saúde.

Portanto, Presidente, não dá para admitir. Hoje já começa, na terça-feira, a primeira semana do novo Presidente, e o primeiro Ministro da Saúde da gestão Temer, que é do nosso partido, já começa a fazer o jogo dos laboratórios. Vou falar logo isso e quero que ele fique bravo comigo, porque vou para a tribuna do Senado esculhambá-lo. Por que vou esculhambar? Porque não acho justo. Se nós vamos aprovar uma CPMF amanhã, eu não voto a favor da CPMF. Já vou avisar o Michel Temer que não conte comigo para a CPMF; não conte comigo para aumentar mais imposto. Primeiro, façam o dever de casa. De que maneira, Presidente? Economiza, veja o rombo que existe e corte as despesas, os gastos, para, daí, a gente saber o que pode fazer. Agora, antes de colocar na prática...

E vou dizer uma coisa para o senhor, vou dar aqui o nome, para concluir e continuar a votação. Lasier, tenho um amigo, na minha cidade, que tem um câncer na orelha. Nós até trouxemos o vídeo aqui, pois ele nos autorizou a mostrar. Ele voltou a usar o comprimido de novo. Resultado: ele está dormindo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Uma cena horrorosa. Mas há comprimido em algum lugar?

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ele conseguiu de novo, pois existem anjos que estão ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, bom! Porque o senhor sabe – e não sei se contei aos demais colegas – que há gente que nos procura para pedir essa pílula. Aí, não sabemos se ela existe ou não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Ela existe em alguns lugares. Já foi autorizado, porque não é mais crime fornecer. Acontece o seguinte: o Ministério da Ciência e Tecnologia poderia colocar os 17 laboratórios para produzir a fosfo; os da Aeronáutica, da Marinha, enfim, das Forças Armadas, produziriam a custo zero. Com isso, o Governo iria economizar.

Para o senhor ter uma ideia, Senador – o nome dele é Ranolfo –, ele tem um câncer na orelha, exposto, ao vivo, não dá para ficar perto dele. E o câncer dele está secando. Ele está conseguindo dormir. Antes, ele só dormia com uso de morfina. E, aí, o pessoal vem dizer que esse medicamento não dá certo?! Não posso concordar, não posso admitir, não posso aceitar.

Portanto, espero que o Ricardo Barros veja isso aí. E ele, junto com o Kassab, da Ciência e Tecnologia, botem esses laboratórios para funcionar. Caso contrário, eles que entreguem a chave deste Governo, porque saiu um Governo frouxo e estão entrando outros Ministros mais frouxos ainda.

Desculpem-me, mas era só isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A fosfoetanolamina não poderia faltar. E estamos vendo aí sua irresignação. Vamos ver como vai evoluir isso.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, está aqui na plateia um grande amigo meu, da Região Norte, Moreira, que cumpriu um papel fundamental na Rede Amazônica de Televisão que representa todo o Norte do nosso País.

Seja muito bem-vindo, Sr. Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seja bem-vindo!

Bom, já temos quórum para matéria não terminativa.

Registro a presença do Senador Hélio José, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Temos várias proposições aqui para relatar e aprovar de alguns Senadores relatores que não se encontram presentes nesta reunião. Quero, para facilitar o trabalho de V. Exª e o nosso trabalho aqui, sugerir que entremos, na ordem, pelos que já se encontram aqui, nesta Comissão, o que tornaria mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E o nosso projeto aqui seria votar aqueles que já foram lidos. Mas, antes, quero realçar aos Srs. Senadores que chegaram no andamento da reunião que estamos encaminhando um convite para comparecer a esta Comissão o Ministro Gilberto Kassab, que vai acumular os Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações. Temos muitas perguntas.

Portanto, submeto à votação dos Srs. Senadores a aprovação. Quem tem alguma discordância...

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente, só quero aproveitar a oportunidade para dizer que acho prematuro chamarmos, em seguida, o Ministro. Precisamos aprovar o requerimento, a sugestão de V. Exª. Aprovamos, mas vamos deixar os Ministros tomarem pé da situação para que, quando estiverem aqui conosco, possam ter todas as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O nosso propósito, e está em julgamento aqui, é saber do Ministro qual a atenção que ele vai dar para ciência e tecnologia, Senador Cassol, porque estão acontecendo protestos, principalmente das entidades científicas, de desconformidade com a fusão. Portanto, queremos saber em que medida vai ter ênfase a ciência e tecnologia, que já vêm sofrendo um descaso há muito tempo. Não é por outra razão que estamos aqui escolhendo política pública para avaliação deste ano no Ministério da Ciência e Tecnologia. E queremos saber, principalmente, se os recursos dos fundos setoriais voltarão a ser utilizados para pesquisa. Então, é isso que queremos saber.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Creio que deve ter sido protocolado um requerimento meu, concordando com V. Exª, de um convite para o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações para que nos esclarecesse seu plano de metas e para debatermos com ele essas questões importantes. Inclusive, há o convite ao Presidente da Anatel para ver se a Agência vem aqui conversar conosco já que há uma CPI já solicitada, já protocolada na Mesa do Senado Federal sobre o comportamento da Anatel, de alguns dos seus dirigentes. Acho que é muito importante e oportuna essa discussão com o meio científico porque, na minha visão particular, é um retrocesso realmente a fusão do Ministério da Ciência e Tecnologia com as Comunicações.

Eu acho que as comunicações têm que ter um olhar "x" e a ciência e tecnologia um olhar "y"; de modo que essa fusão pode ir na contramão da situação.

E eu acho que a gente tem que fazer esse debate, Cassol – e ele tem que ser rápido mesmo –, porque o povo está nas ruas solicitando algumas questões, tanto com relação à fusão da cultura com a educação, como em relação à fusão das comunicações com a ciência e tecnologia, bem como em relação às minorias com algumas outras questões lá do direito do cidadão.

Então, eu creio que seria muito oportuno ouvi-lo mesmo, e logo, para sabermos como ele está pensando em organizar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, eu quero...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu só queria só saber se o meu ofício...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não; ainda não chegou. Eu fui informado aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não chegou ou não foi protocolado...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas vamos recebê-lo e adicioná-lo ao nosso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Perfeito,

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estou acompanhando o debate a respeito da fusão de Ministérios e concordo sobre a importância de a ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento do nosso País – é fundamental! Quanto a isso não há o que discutir. Agora, a gente precisa ter coerência. Nós estamos cobrando do novo Governo a redução do número de Ministérios, não é? Eu, inclusive, acho que a redução foi tímida. A meu juízo, deveria ter sido mais forte essa redução.

Agora, o fato de terem sido fundidos os Ministérios não quer dizer que não se dê atenção à ciência, tecnologia e inovação. Pelo contrário; o que faz com que se dê atenção a esse segmento da maior importância é a vontade política de querer fazer. Não basta ter o ministério.

Eu vou dar um exemplo, Senador Cameli, Senador Ivo Cassol: lá atrás, no Governo do então Presidente Fernando Collor, foi criado o Ministério da Amazônia – vejam bem: Ministério da Amazônia! E resultou em alguma coisa? Em nada!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas eu pergunto a V. Exª, Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, não é o fato de ter...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... se reduzíssemos para 20 Ministérios – vamos supor que esse seja um bom número –, dentro desses 20 Ministérios...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A nossa Comissão, Senador Lasier...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... não caberia o da Ciência e Tecnologia?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A nossa Comissão, no Senado, é de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ou seja, engloba os dois. Agora, quando V. Exª assumiu a Presidência... Quando eu tive a honra de ser Presidente desta Comissão, eu coloquei a ciência e tecnologia como parte principal da Comissão, pois esta, até então, só se incumbia da parte da comunicação.

Então, cabe a quem está à frente dar ênfase ao que é prioritário.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o que nós queremos saber.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É o que V. Exª está fazendo.

Então, nós temos de cobrar do Ministro Kassab...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... que ele ponha lá um secretário lá, que seja do setor de ciência e tecnologia, e toque o programa, e que o Governo dê as condições, ou seja, recursos.

Os nossos pesquisadores estão à míngua. As bolsas de estudos estão suspensas. O Ciência sem Fronteiras foi só palanque.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, é preciso que haja vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois isso nós vamos saber, e V. Exª, seguramente, será um dos questionadores. Queremos saber qual é a política do novo Ministro. Nós estamos ouvindo as entidades científicas, que estão fazendo críticas duríssimas à fusão. Mas precisamos saber qual é o propósito do novo Ministro, qual é a política. Então, só trazendo aqui.

EXTRAPAUTA
ITEM 39
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 19, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro nos termos do artigo 90, II, c/c artigo 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para a realização de debate em torno do tema: "Balanço e Prioridades para a nova Gestão de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações", em data oportuna a ser posteriormente agendada.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Submeto à votação dos Srs. Senadores.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está pronto o requerimento, vamos encaminhar, convidando o Ministro Gilberto Kassab para que, tão logo ele tenha agenda, vir aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, eu proporia que nós pudéssemos agendar com o Ministro e dar a ele, pelo menos, umas duas semanas para ele se inteirar do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso fica a critério dele. Nós não estamos fixando data. Estamos fazendo o primeiro convite desta Comissão ao novo Ministério.

Senador Aloysio, V. Exª que é um dos mais assíduos aqui: nós estamos encaminhando um convite ao novo Ministro da Ciência e Tecnologia e Comunicação – já que houve a fusão – para que venha aqui nos dar resposta sobre a política que ele vai adotar, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, que tem sido objeto de tanto descaso nos últimos anos.

Acabamos de aprovar o requerimento, certamente com o seu apoio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Entusiástico.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – ... eu queria pedir a V. Exª, já que tenho um exame médico daqui a pouco, a inversão de pauta para o item 7, que é um requerimento meu.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 7 já foi lido.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – É só votar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos ver onde está o item 7.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, enquanto localiza o item 7... Sr. Presidente, enquanto localizam o item 7, por favor, se eu puder falar pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu queria considerar, a respeito das palavras do nobre Senador Flexa, que não se trata pura e simplesmente de acabar ou não com ministérios. Trata-se de política. Se o nosso Ministro convencer que ele terá um dedo e um olhar realmente contemplativo para a comunicação e para a ciência e tecnologia, nós não teremos dificuldade nenhuma em relação à fusão. Mas precisamos ter a mesma consideração para todas as áreas.

Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Mas estamos preocupados, já que diz respeito à nossa Comissão, com o que vai ser feito com a Ciência e Tecnologia, área em que não tem havido a aplicação das vultosas verbas que são recolhidas a cada ano e que não são aplicadas na investigação tecnológica e científica.

Bem; a saúde do Senador Cameli tem prioridade. Ele precisa sair para um exame. Então, vamos votar o seu requerimento.

Diga, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Queria pedir que, em seguida, voltemos ao item 1, porque o Senador João Alberto está me esperando aqui para que tenhamos uma conferência do mais alto valor estratégico.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Estratégia interessa a esta Comissão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Mas, por enquanto, ainda é reservada. O Senador João Alberto ainda não me autorizar a divulgar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Já foi lido o item 7, não terminativo, de autoria dos Senadores Gladson Cameli e Hélio José.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 9, de 2016

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as deficiências na prestação de serviços de telefonia nos estados do Norte, especialmente, no estado do Acre.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante da Telefônica S.A. (Vivo);

2. Representante da Oi Telecomunicações S.A.;

3. Representante da TIM Brasil;

4. Representante da América Móvil no Brasil (Claro);
5. Eduardo Levy, Presidente Executivo da Febratel - Federação Brasileira de Telecomunicações.

Autoria: Senador Gladson Cameli e outros.
Observações:
Em 10/05/2016, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento.
Teria alguma coisa a acrescentar, Senador? (*Pausa.*)
Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira...
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Telmário, seja bem-vindo!
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria ver, Sr. Presidente, se não seria possível incluirmos nesse requerimento a questão de Roraima, que é pertinente.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.
O requerimento diz respeito aos Estados do Norte.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Pronto. Então, pode ser incluído.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, Roraima está junto.
O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª está convidado a vir para essa audiência pública.
Então, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Aprovado, então, o requerimento do Senador Cameli, em conjunto com o Senador Hélio José.
Vamos ao item 1, que já foi lido e para o qual houve pedido de vista.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, de 2013
- Não terminativo -

Acrescenta § 5º ao Artigo 2º da Lei nº 12.232, de 19 de abril de 2010, para estabelecer critérios na aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela Administração Pública considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação.

Autoria: Senador Inácio Arruda.
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;
2) Em 10/05/2016, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais.

Alguma discussão?
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu havia pedido vista desse projeto, e, conversando com o Senador Aloysio e também com os setores envolvidos, resolvi o seguinte:
Srs. Senadores, Srªs Senadoras, na última reunião desta CCT, solicitei vista do PLS 178, de 2013, por entender, na ocasião, que seria viável inserir dispositivo que viesse a beneficiar agentes de menor porte, como rádios e tevês comunitárias, em sua maioria, espalhadas pelo interior do País.
Para as pequenas empresas de comunicação, penso que poderemos requerer, oportunamente, uma audiência pública específica para definir outros parâmetros que possam influir numa maior utilização desses veículos de comunicação e, ao mesmo tempo, disseminar em todo o Território nacional as notícias requeridas pelos órgãos de governo.

Devo referir, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, que nessa última semana recebi mensagens de bancos estatais contrários à aprovação do PLS 178, de 2013, com critérios para aplicação dos recursos destinados aos serviços de publicidade pela Administração Pública e considerando a distribuição regional e o tamanho dos veículos de comunicação objeto do PLS 178, de 2013.

Advogam que a estratégia de comunicação das sociedades de economia mista, em função das abrangências e capilaridades de rede de atendimento, prevê ações em veículos de comunicação que possuam também uma maior abrangência e cobertura nacional, de modo que afirmam que abrir mão desses grupos ou de uma comunicação que permita cobrir todo o Brasil de forma mais econômica poderá trazer prejuízos e desvantagens competitivas.

Além disso, tudo leva a crer que a política de diversificação e descontração dos investimentos já tem sido praticada pelo setor público, que direciona os recursos considerando o nível de audiência das emissoras de tevê e rádio, de modo que os investimentos pareçam ser proporcionais ao que as emissoras revertem como audiência.

Assim sendo, é possível notar que já é praticada pelos órgãos públicos uma política que contempla o maior número possível de veículos de comunicação nas diversas regiões do País, até prova em contrário.

Nessa acirrada competição de mercado, as instituições de governo atingidas pelo projeto poderiam ser prejudicadas, caso se determinasse um percentual de participação da produção e mídia regional sem considerar as suas estratégias de negócio.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, voto pela rejeição do projeto e acompanho o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira na questão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Então, V. Exª mudou de opinião?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Mudei de opinião.

E vamos fazer uma audiência pública com o setor, até por sugestão do nobre Senador Aloysio, para, depois, apresentar um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Se não houver ninguém que queira mais discutir, encerro a discussão.

Em votação este projeto, cujo voto do Relator é pela rejeição. (*Pausa.*)

Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, os pequenos meios de comunicação precisam ser democratizados e fortalecidos, exatamente com a propaganda que vem do setor público – é fundamental. E não há como você fortalecer os pequenos meios ou dar vida aos pequenos meios se você não os abastecer com a propaganda, e principalmente a que seja pública.

Então, eu vejo que esse projeto... Eu sou contrário ao Relator, porque eu entendo que ele continua... Eu sou a favor da proposta do projeto, porque ele não só democratizaria esses recursos para a propaganda, como fortaleceria os menores, porque, do contrário, ele consegue concentrar só nos fortes, nos maiores, de ordem que você não dá sobrevida aos menores meios de comunicação.

Portanto, eu sou contrário... Eu sou pela manutenção do projeto e contrário ao Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, com o voto contrário do Senador Telmário, e não sendo terminativo, aprovado o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a constituir o parecer da CCT, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aí, sim, em decisão terminativa.

Vamos para o item 5, que já foi lido também.

E eu queria nomear *ad hoc* o nosso Senador Flexa.

Poderia localizar para nós aí, Senador Flexa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ah, sim, já foi lido.

ITEM 5
OFICIO "S" Nº 32, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 14/2014, de que trata o PDC nº 2.980/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO

ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Araguaína, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatório: Pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.
Observações:
Em 10/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

É o item 5.

Já que não está presente o Relator, o Senador Eduardo Amorim, que, por sinal, está de aniversário hoje... Então, deve estar começando as comemorações desde cedo.

Cumprimentos ao nosso brilhante colega, Senador Eduardo Amorim!

Se não há ninguém para discutir, é só votar o item 5.

Em votação. (*Pausa.*)

Sem discordância, aprovado.

O relatório já foi lido; portanto, aprovado este relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S", nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de requerimento de informações dirigidas ao Ministro de Estado das Comunicações.

Vamos ao item 6, cuja relatoria *ad hoc* já pertenceu ao Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 6
OFICIO "S" Nº 42, de 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Pelo arquivamento.
Observações: *Em 10/05/2016, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.*

Uma vez que o relatório já foi lido, indago se algum colega desejaria fazer algum acréscimo. (*Pausa.*)

Então, nada mais havendo a acrescentar, encerro a discussão.

Em votação o relatório pelo arquivamento do Ofício "S". (*Pausa.*)

Sem discordância, aprovado.

Vamos para o item 8, que também já foi lido.

Trata-se de matéria não terminativa. E um requerimento do Senador Cristovam, que temos a honra de recepcionar – S. Exª chegou há pouco.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 18, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) com a Comissão de Serviços e Infraestrutura (CI), para discutir as causas da recorrência dos acidentes de engenharia no Brasil, bem como debater sobre o risco potencial de um acidente nas Usinas de Angra dos Reis, com a presença dos seguintes convidados:

• Luiz Pinguelli Rosa, doutor em Física, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobras;
• Representante da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (AFEN);
• Diretor Técnico da Eletrobras Eletronuclear ou representante;

• Paulo Rosman, professor de engenharia do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ).
• Chico Whitaker, arquiteto e ativista social.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros.
Observações: *Em 10/05/2016, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão.*

V. Exª, Senador Cristovam, tem algum acréscimo a respeito do seu requerimento?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu tenho impressão que ele se autoexplica, mas eu queria lembrar que o Brasil hoje é o país com maior número de acidentes em construções civis do mundo, depois, talvez, ou empatado com elas, de China e Índia. China e Índia, cada um, tem seis vezes mais habitantes que nós e têm algumas dificuldades maiores do que nós no setor de construções.

Algo está errado para fazer com que o Brasil seja campeão de acidentes. Eu não falo só na ciclovia que não levou em conta que não havia onda ali perto. Eu não falo apenas dos prédios que têm caído e não falo de alguns desses acidentes em construção civil que vemos todos os dias.

Então, por que isso acontece? É um problema da formação dos engenheiros? É um problema da fiscalização malfeita? É um problema da licitação malfeita?

E, aproveitando isso, Senador, analisarmos uma construção específica, que é a central nuclear que nós temos. Isso porque uma coisa é a onda derrubar uma ciclovia; outra é um acidente em uma central nuclear, cujos dois grandes exemplos do mundo que nós temos, que são Chernobyl e Fukushima.

E aí eu lembro que a central nuclear é uma das obras envolvidas na Lava Jato. Não esqueçam que o presidente da entidade responsável chegou a ser preso, um almirante.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Será que não houve alguma facilidade na segurança para poder facilitar o ganho na licitação? Eu não estou afirmando, estou levantando a questão.

Então, eu creio que seria um bom momento de discutirmos por que o Brasil tem tido tantos acidentes em construções civis em diversas partes do País e também de colocar uma lupa na segurança da nossa central, que, diferentemente da maior parte das centrais do mundo, está entre as duas maiores cidades, Rio e São Paulo, à beira do mar, em uma região que, se não me engano, tem um nome que significa em idioma indígena "terra podre" ou "pedra podre" – é o nome daquela região. Então, creio que vale a pena fazer uma audiência nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. É interessante essa sua preocupação com relação aos acidentes na engenharia, que vamos discutir aqui.

Então, está em discussão o requerimento do Senador Cristovam.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu gostaria de parabenizar e cumprimentar o nobre Senador Cristovam como Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura. É uma preocupação extremamente procedente. Eu creio que essa questão dos acidentes e o cuidado com as obras públicas são essenciais. A questão do urânio e das usinas nucleares não nos permitem tergiversar a respeito da necessidade das leis de segurança. De modo que ouvi-los seria muito oportuno e um trabalho realmente essencial para a população brasileira nesta Comissão.

Então, parabenizo V. Exª, nobre Senador Cristovam, e digo que realmente a engenharia brasileira precisa ser debatida e precisam ser discutidas melhores saídas para evitar acidentes e desperdícios, assim como obras inoportunas que porventura possam aparecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento do Senador Cristovam.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento para essa audiência sobre os acidentes na área de engenharia e também nas usinas de Angra dos Reis.

Cumprimento também o Senador Jorge Viana, que valoriza a nossa Comissão.

Vamos ao item 9...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu não queria atrapalhar, mas é que eu estava na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle... Como V. Exª e os colegas sabem, temos de nos di-

vidir em dois, três, quatro até, especialmente nas manhãs de terça-feira. Eu queria, sem querer atrapalhar o andamento dos trabalhos, primeiro, cumprimentar V. Exª por ter trazido, na primeira sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia, o debate sereno e responsável, como todos nós procuramos atuar, sobre essa mudança que estamos vivendo, em relação à qual, de alguma maneira, do meu ponto de vista, o Ministério da Ciência e Tecnologia desaparece.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exato.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Porque, quando há fusão, é igual à Latam: a TAM está no nome, mas desapareceu, por mais que alguém tente negar o contrário. Nós não temos mais a TAM, como nós tínhamos, pois ela, agora, é minoritária. Ponto final.

Eu queria cumprimentar V. Exª. Acho que a iniciativa é importante, mas, se eu pudesse, eu queria que nós pensássemos um adendo ao requerimento de V. Exª, que é muito oportuno. Nós acabamos de aprovar, o Senador Cristovam foi Presidente da Comissão, relator. Nós trabalhamos o marco da Ciência e Tecnologia no nosso país. Acabamos de criar um aparato que pode, sim, colocar o Brasil no Século XXI. E, ao mesmo tempo, estamos tendo esse movimento.

Eu, sinceramente, acho que nós seguimos numa espécie de marcha da insensatez, porque, veja bem, a Lei nº 1.079, quando aplicada, quando levada a cabo, como estamos fazendo, a Lei do *Impeachment*, cria situações absurdas! Ela é de 1950. Você tem dois presidentes na mesma avenida, o Presidente Michel Temer fez uma fala se colocando – e eu o elogiei ontem, da tribuna – como Presidente interino. Lamentavelmente, ele só se colocou agora como possível Presidente interino, mas eles distribuíram ministérios ainda quando a discussão, o debate do *impeachment estava n*a Câmara. Aliás, foi lá que houve a extinção do Ministério da Ciência e Tecnologia e de vários outros ministérios, como o da Cultura.

Mas, o que eu queria colocar para V. Exªs é que essa lei é tão absurda que mesmo um Governo interino tem autoridade de desmontar completamente a estrutura do Estado brasileiro.

Essa questão do Ministério da Cultura, por exemplo, não vai ficar assim. Certamente, o Governo, em poucos dias, dirá que recriará o Ministério da Cultura.

Mas, nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, e V. Exª, apropriadamente, trouxe ao debate essa preocupação, convidando a vir aqui o novo Ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab. O meu adendo, para não atrapalhar mais, é um só. Eu acho que aqui é um espaço nobre, adequado e queria sugerir que, ao invés de trazermos somente o Ministro, o que para ele, talvez, seja muito bom, já que ele não é chegado a essa área... Por circunstâncias, no rateio de cargos, sobrou para ele a pasta da Ciência, Tecnologia e Comunicação, com todo respeito ao ex-prefeito Kassab. Ele estava no Ministério das Cidades, uma área que ele tem conhecimento, já que foi prefeito de São Paulo, mas tentaram por um pastor no Ministério da Ciência e Tecnologia, o que não deu certo. Então, resolveram fundir o Ministério da Ciência e Tecnologia com o das Comunicações, cabendo ao ex-ministro e ex-prefeito Kassab ser o Ministro.

A minha sugestão, já que tivemos tantos debates aqui – e é um convite a ele, que certamente aceitará –, é se não seria conveniente trazermos, já que temos grandes cientistas, representantes da comunidade científica, para que estivessem juntos. Assim, já de pronto, aproveitando, o andamento dos trabalhos, numa mesma reunião, ouviríamos o novo Ministro e, pelo menos, dois representantes da comunidade científica para ouvir a perspectiva deles para essa mudança que não entendemos ainda, ainda vamos tomar conhecimento dela.

Eu acho que esse seria um gesto de respeito à comunidade científica. Sou daqueles que acham que, se cuidarmos bem, como fizemos por ocasião da apreciação do marco regulatório da Ciência e Tecnologia, vamos ajudar um país continental como o nosso a se firmar como uma grande nação do Século XXI. Sinceramente, o trabalho que todos fizemos aqui, suprapartidariamente, é um trabalho que criou um aparato legal que pode ser muito útil para o Brasil.

Mas, enfim, preocupa-me, pois eu queria também entender, como cidadão, como Senador, essa iniciativa. Então, se pudéssemos fazer, acho que não haveria incompatibilidade, se for, obviamente, do interesse ou até da concordância dos demais colegas.

É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

Antes de passar a palavra aos Senadores que a estão pedindo – o Senador Aloysio e o Senador Cristovam –, só para confirmar, Senador Jorge Viana, já votamos hoje aqui o requerimento para a vinda do Ministro Kassab.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu falei que era só um adendo, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Eu vou submeter, então, também aos nossos pares essa hipótese de trazermos aqui os representantes das comunidades científicas. Lemos aqui hoje, no início da sessão, o manifesto das entidades, das comunidades científicas, veementemente preocupadas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Por isso que eu cumprimentei V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... com relação à importância que vai ser dada a esse Ministério, que já vai sendo objeto de descaso há muitos anos.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não concordo com a ideia de trazermos, na mesma audiência pública, o Ministro e outras pessoas, representantes da comunidade científica ou de outros setores da vida nacional. Não é o usual.

Nas audiências em que convidamos Ministros, é o Ministro. Inclusive, convidamos aqui o Ministro anterior, cuja qualificação era ter uma lanchonete, ser dono de um restaurante ou de uma lanchonete na região metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense – o Celso Pansera, cuja presença no Ministério se deveu unicamente a uma barganha por votos contra o *impeachment* promovida pela Presidente Dilma.

Então, aqui os representantes do Governo anterior não têm muita autoridade para falar nesse assunto. O Jorge Viana tem, porque é um homem dedicado ao tema da ciência e tecnologia. Mas não vamos politizar a coisa nessa linha, não. Eu prefiro que venha o Ministro e depois façamos outras audiências públicas, para dar sequência aos nossos trabalhos.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria... Como fui citado, se fosse possível, com todo o respeito, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acho que foi, no mínimo, deselegante a postura do meu querido colega Senador Aloysio Nunes.

Eu sempre fui crítico do toma-lá-dá-cá e desse rateio de cargos. Fui extremamente... Medi as palavras – repito: medi as palavras –, porque acho que V. Exª, hoje, tomou uma atitude muito correta, como Presidente da comissão. Primeiro, de trazer o tema; segundo, de ter oferecido para todos nós aqui... E pedi desculpas por estar lá na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e só agora ter podido chegar aqui e me associar à posição de V. Exª e dos outros colegas.

Agora, nós não podemos entrar nessa história de que o governo anterior – e aí me incluindo... Um governo ao qual eu, inclusive, tinha críticas, porque sou daqueles que acham que nós não podemos terceirizar nossos erros. Agora, eu não vou me calar diante de mais do mesmo – mais do mesmo! Este País não é uma colcha de retalho, onde cada um é dono de um pedacinho.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É verdade!

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, se errou o Governo da Presidenta Dilma, se essa lei é um absurdo, se é esdrúxula ao colocar dois presidentes morando na mesma avenida, nós, aqui, podemos, com tranquilidade, com companheirismo... E sempre contei com o Senador Aloysio, pelo que agradeço as palavras elogiosas de S. Exª.

No entanto, era uma sugestão que eu estava fazendo. Já tivemos outros casos – e muitos outros – de haver Ministros, lá na Comissão de Fiscalização e Controle, juntamente com outras pessoas.

Eu acho que os representantes da comunidade científica, a Presidente da SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o representante – estou falando tão somente da comunidade científica – da Academia Brasileira de Ciências, quem sabe, não funcionarão como força auxiliar para um Ministro que não é chegado ao tema que lhe foi conferido? Pode ser até um socorro que o outro Ministro pode não ter tido, mas com que esse agora pode contar. É tão somente isso!

Se tivéssemos aqui opinião, ganharíamos tempo. Sob pena, nós vamos ter que propor outra audiência – e aí talvez não tenha tanta audiência como essa teria – de poder ter um debate sincero, para saber os limites da ciência e tecnologia, da comunicação. São temas complexos. A comunicação é um ministério muito importante para um País como o nosso e para o século XXI. Mas o valor que se dá para ciência e tecnologia faz o diferencial, se um país está caminhando para o século passado ou para o futuro.

Era só isso. Eu compreendo a observação do Senador Aloysio, mas acho que seria uma maneira de a gente ir conduzindo. Ninguém aqui que eu citei é do PT ou é parte do outro governo. São representantes da comunidade científica.

Nós podíamos apreciar sim. Eu queria pôr em votação, V. Exª sugeriu, se faríamos o adendo de convidar tão somente duas pessoas. Pode ser a SBPC e pode ser a Academia Brasileira de Ciência, para não criar nenhum risco de termos a politização. Seria importante, na minha modesta opinião.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em seguida, pretendemos pôr em votação.

Antes, a palavra com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, primeiro quero dizer que o Senador tem toda a razão de querer trazer os cientistas aqui.

Eu acho que é preciso trazer. O Senador Viana tomou uma boa iniciativa. Eu só queria sugerir, Senador Viana, se não seria melhor fazermos separadamente. Uma audiência só com o Ministro e uma audiência com os cientistas, para ouvirmos o que eu considero que é um grave equívoco: a junção do Ministério de Ciência e Tecnologia com Comunicações.

A ideia que o Senador Aloysio trouxe, de fato o Ministro pode perfeitamente dizer que não virá, que não quer vir, porque vai constranger. O Ministro vai estar numa posição que é errada, quem sabe de ciência e tecnologia entende.

Acho fundamental tomarmos uma posição sobre esse gesto do Governo interino de juntar essas duas áreas.

Aí, para que eles não digam: "mas o Senado é assim", é bom contar o motivo de aqui estar misturado.

Eu vou contar. Eu fui escolhido para ser presidente da Comissão de Educação, onde era educação, ciência e tecnologia em comunicações. E acharam que iam dar poder demais a um Senador de outro partido que não era um dos majoritários aqui.

Aí trouxeram comunicações para cá. Foi assim que fizeram, para dar mais poder aqui.

Quando eu vim para cá, eu queria me livrar de comunicações, que aprova essas rádios que, a meu ver, é uma casca de banana, porque a gente não sabe onde há laranja ou não e a gente aprova isso aqui.

A junção é um equívoco. O senhor como Presidente está vendo. São coisas completamente diferentes. Claro que há tecnologia em comunicações, como há em tudo. Aí juntasse com a saúde, com a educação, com a agricultura. Onde há mais tecnologia hoje que em agricultura?

Eu creio que é um grave equívoco do Governo interino fazer essa junção.

A cultura eu acho também que é um erro, inclusive político. Vai criar problemas políticos, mas não é tão grave quanto é o caso da ciência e da tecnologia.

O Ministro, se fosse um grande cientista lá, uma pessoa da área, mesmo assim não era bom, porque ele ia tirar tempo da comunicação para se dedicar à ciência e tecnologia. Mas o Ministro Kassab não é da área, não é do ramo, e creio que vai ser mau para a ciência e tecnologia brasileira. E sendo ruim para a ciência e tecnologia brasileira será muito ruim para o futuro do Brasil.

Por isso esta Comissão, a meu ver, tem que tomar uma posição. E a melhor maneira talvez seja levar adiante a proposta do Senador Jorge Viana, mas sem misturar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Então,...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Eu voto a favor se for separado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se pudesse... Quando eu ofereci, não foi para haver debates e confrontos, não, mas é porque eu estou vendo que esse Governo é um governo ligeiro e foi montado em parte. Mesmo discordando dos argumentos, ou de um argumento, que o Senador Aloysio usou, eu acho que a ponderação dele é importante.

O que eu queria que ficasse assegurado – e aí eu acho que o Senador Cristovam completou – era que já podíamos, então, fazer, no mesmo requerimento, as duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Era o que eu ia sugerir.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Faríamos com o Ministro e, depois, com a comunidade científica. Eu acho que a ponderação é: para quê? Para que realmente não fique aqui a intenção – porque não é a minha e nunca foi – de por confronto aqui, muito menos um constrangimento para o Ministro Kassab, por quem eu tenho respeito. E, também, eu acho que não há nenhuma intenção minha de repetir equívocos que até já vi acontecerem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O propósito é um só: o de aproveitar aqui a oportunidade e fazermos um debate adequado, num lugar adequado que é aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Permita-me, um minuto?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria de deixar aqui registrado, também, a necessidade de ouvirmos o pessoal da Abratel, o pessoal do sistema de comunicação, as empresas que representam toda essa questão, porque eu creio que vai prejudicar, em muito, a questão das comunicações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Diga.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu creio que vai prejudicar, em muito, a questão das comunicações...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas aí não seria abrir demais o debate?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Não, espere só um minuto, só para eu concluir.

Eu gostaria de concordar com o Senador Jorge e com a proposta do Senador Cristovam de se fazer separado, mas só gostaria de deixar aqui consignado, então, que seriam três audiências: uma do sistema de comunicação do País, porque eu creio que o sistema de comunicação já vai ser profundamente prejudicado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Além da questão do meio científico ser prejudicado pela situação, o sistema de comunicação vai ser prejudicado. Todos nós somos testemunhas da ação rápida e competente do Ministro André Figueiredo quando interveio naquela questão da Anatel, que estava mais parecendo um sindicato das empresas do que uma autarquia para defender os interesses públicos.

Então, quer dizer, quando se põe o Kassab para cuidar de duas áreas tão distintas, tal como o Senador Cristovam coloca aqui, a gente precisa ouvir todo mundo. Assim, eu creio que está correta a questão dos meios científicos, mas eu gostaria só de acrescentar uma ideia, ou seja, para a gente discutir com os representantes dos consumidores e com o representante das empresas de telecomunicação do País a questão das telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Eu tenho certeza, Senador Hélio José, que nós poderemos fazer tudo isso. Só não podemos fazer de uma vez só.

Nós entendemos, desde o início, que ciência, tecnologia e inovação preponderam nesta nossa Comissão. Eu concordo que essa discussão que nós temos tido seguidamente – e hoje devemos ter também – sobre aprovação de licenças de rádios é importante, mas é secundário. A nossa prioridade aqui é ciência e tecnologia, porque o País depende muito disso. Esta é uma das Comissões mais importantes do Senado, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, há muito tempo, deveria ter prioridade, e não tem tido.

Foi bom, Senador Jorge Viana, V. Exª ter dito aqui que esse tema, essa discussão está acima de discussões partidárias ideológicas. Isso tem a ver com a vida do País, mas, no entanto, não tem havido essa prioridade. Basta ver que, em um ano e quatro meses, nós já tivemos aqui dois ministros, e nenhum deles era da área – nem o Ministro Aldo Rebelo nem o Ministro Pansera.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. *Fora do microfone*.) – Agora vem o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Agora, vem o terceiro em um ano e quatro meses. Quer dizer, a desimportância desta Comissão está comprovada há um ano e meio.

Eu queria cogitar o seguinte: ou fazemos uma primeira audiência com os presidentes... A proposta do Senador Hélio José é muito boa, porque diz respeito à comunicação, mas pode vir depois. Por quê? Porque a prioridade desta Comissão é ciência e tecnologia.

Então, uma ou outra: primeiro, uma audiência só para trazer aqui o Presidente da SBPC e da Academia...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Seriam pelo menos três. Como eu estava conversando com o Senador Aloysio, também do CNPq. Seriam três, para podermos aprofundar. Viria alguém que trabalha na estrutura do Estado e dois que representam a comunidade científica, para podermos ter um debate mais profundo, porque, senão, vem o sindicato, vem a associação, e não aprofundamos um debate.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Banaliza muito, diversifica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com todo o respeito, se viessem três entidades, depois da vinda do Ministro, seria um debate muito proveitoso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu pensava, Senador Jorge Viana, em primeiro trazer essas entidades, porque essas vão acusar as deficiências, as necessidades de atenção. Depois, com esse material todo, traríamos o Ministro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estou apresentando um requerimento propondo três entidades: a SBPC, a Academia Brasileira de Ciência e o CNPq. Se nós os ouvíssemos, teríamos aqui um debate, nós o aprofundaríamos. V. Exª está invertendo. Depois, teríamos uma audiência com o Ministro, até para que ele também se prepare mais, já que está assumindo. Pode até ser bom para ele.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Ministro já deve estar ouvindo a grita geral. Aqui mesmo, nesta Comissão, na primeira reunião que tivemos após o conhecimento do Ministério, nós já verberamos contra essa fusão. Inclusive, eu fiz um pronunciamento, que foi veiculado pelo jornal do Senado, de preocupação.

Eu queria ouvir também nosso assíduo membro da Comissão Senador Walter Pinheiro, recém-chegado da Bahia, como sempre.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Ele tem uma sugestão – acho correto o que ele vai falar –, mas, antes, eu havia sugerido o acréscimo de um representante das universidades, porque ciência e tecnologia não começa e nem é feita sobretudo nessas entidades. Então, sugiro trazer alguém do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em geral, ou das federais, especialmente.

Não sei se o Senador Jorge aceita a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós podemos votar uma por uma, para ver em que os Senadores concordam.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, acho que é oportuno fazer esse bom debate.

Essa ideia de V. Exª é importante. A gente separa. Antes, a gente debate o assunto e, depois, conversa com o Ministro.

Todos os Ministros – quero deixar isto bem claro aqui – vieram aqui apresentar os seus planos de trabalho e nós não fizemos, com nenhum Ministro, no momento da apresentação do seu plano de trabalho, nenhum tipo de debate sobre o plano de trabalho com nenhuma entidade.

Há, efetivamente, eu diria, uma apreensão muito grande no segmento sob o ponto de vista até da fusão. Não que não seja normal fundir ministérios, mas acho que o grande ganho no Brasil foi exatamente – até no governo Fernando Henrique Cardoso, meu caro Aloysio Nunes – o fortalecimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu estou entendendo como importante.

Lamentavelmente, aí há um debate, juntou com comunicação... Acho que o mais correto talvez fosse tirar a parte de TI da ciência e tecnologia e jogar para as comunicações e tentar trabalhar a ciência e a tecnologia na sua inteireza. Mas paciência!

E, quanto à sugestão que eu queria dar... O Senador Cristovam já apresentou uma, Senador Jorge, que é a questão da Andifes, a associação que congrega os nossos reitores. É fundamental fazermos esse debate com as universidades.

Mas, Jorge Viana, acho que, em vez do CNPq... E deixe-me dizer o porquê: não que o CNPq seja um órgão estatal carimbado ou coisa do gênero, mas, de qualquer maneira, é um órgão que está pendurado na estrutura do Ministério. Portanto, de certa forma, nós criaríamos um tipo de embaraço tanto para os dirigentes quanto para uma postura.

Na realidade, há uma associação, hoje, que congrega os diversos centros de pesquisas do Brasil. Então, o ideal seria que pudéssemos ter os representantes desses centros de pesquisa, ou seja, alguém que pudesse falar... Óbvio que há várias frentes, mas seria importante que pudéssemos ter um representante disso, porque faríamos um debate com o SBPC, com alguém que discute, efetivamente, hoje, e que pode falar pelos centros de pesquisas existentes no Brasil, dando uma visão muito mais sistêmica dessa questão da pesquisa do que, efetivamente, falando do papel de cada centro, e ter também as universidades.

Portanto, teríamos a possibilidade de ter três eixos, de quem trabalha com a ciência, a partir, inclusive, da sua elaboração... Como dizem os pesquisadores, a ciência está aqui: uns vão lá, pegam, aplicam e transformam em tecnologia. Então, teríamos gente desse nível, gente que pega a ciência e que a põe para rodar, ou seja, que aplica a ciência e a transforma em tecnologia, em algo que vem para a nossa vida, e aqueles que são responsáveis exatamente pela formação. Ou seja, tentaríamos juntar as duas coisas.

Com esses três, nós faríamos um bom debate sobre essa questão do papel da ciência.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Depois, receberíamos o Ministro aqui para apresentar seu plano de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – ... e a Comissão teria condição de fazer todo o nível de embate em relação a essa matéria.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, por gentileza.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos fazer um eixo de cada vez.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Apenas me permitam apresentar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Vamos fazer um eixo de cada vez. Há muito eixo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... a equação que estamos propondo aqui.

Acho que estamos chegando a uma solução.

Até quero perguntar ao Senador Jorge Viana, que foi quem levantou a hipótese...

Em primeiro lugar, está sendo redigido neste momento, pela assessoria do Senador Jorge Viana um novo requerimento para trazer aqui as comunidades científicas.

Em seguida, vou lhe perguntar, Senador Jorge Viana, se V. Exª concorda com os quatro nomes propostos até aqui, que são da SBPC, da Academia, do CNPq e das universidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A ponderação do Senador Walter acho que tem alguma pertinência. Nós não podemos trazer um órgão da estrutura do Estado... Acho que, apesar de ser uma boa ideia a do Senador Aloysio, quando o Ministro vier, certamente, ele vai falar do papel do CNPq, e talvez o Presidente do CNPq esteja ao lado dele, provavelmente, o que talvez seja o adequado. Normalmente, o Ministro vem acompanhado dos seus órgãos auxiliares.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, nós poderíamos tirar da primeira audiência o CNPq, que, certamente, estaria na segunda. E há uma entidade – eu concordo com isto –, que debateu muito conosco, que reúne todas as fundações e pesquisas dos Estados. Então, nós teríamos universidades, esse fórum nacional – eles estiveram conosco e nos ajudaram no marco regulatório –, a SBPC e a Academia Brasileira de Ciências. Seriam quatro entidades. Com quatro entidades, dá para se fazer um debate bem razoável. Passando disso, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então – isto já está indo para o requerimento –, seriam SBPC, Academia, Fórum das Universidades e...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E o fórum de todas as entidades de pesquisa dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Seriam quatro personalidades.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só quatro personalidades.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, por favor, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de lhe passar a palavra, Senador Hélio José...

Aí, nós não desconsideramos, Senador Jorge Viana, não retiramos o encaminhamento para o Ministro. Como nós temos a liberdade de pautar, vamos pautar, primeiro, as entidades acadêmicas e científicas, o mais rapidamente possível. Com esse material todo, nós marcamos depois a vinda do Ministro. Com isso, vamos dirimir uma grande dúvida que preocupa o Brasil inteiro na área acadêmica, científica, tecnológica, porque a preocupação está refletida em várias entidades privadas, está refletida na imprensa, está refletida, sobretudo, na nossa Comissão.

Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador Walter, nobre Senador Cristovam Buarque, por gentileza.

Eu acho, Sr. Presidente, que tão importante quanto o mundo científico é o mundo das telecomunicações deste País, tanto que, agora mesmo, nós...

Srs. Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos dar atenção à intervenção do Senador Hélio José.

Se estou entendendo bem, V. Exª está propondo que também devamos trazer aqui a comunicação. Agora, eu lhe pergunto, Senador Hélio José: a sua proposta é importantíssima, mas V. Exª não acha que nós poderíamos, primeiro, saber o que vai fazer o Ministro da Ciência e Tecnologia para, depois, saber o que vai ser feito na área da comunicação?

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não, Senador. Eu queria só ponderar aos nobres Senadores aqui presentes que os meios de comunicação são tão importantes quanto a ciência e tecnologia, tanto que acabamos de definir um processo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Por favor. Eu sei, eu sei. Por favor, eu gostaria só de ponderar, meu nobre Senador Walter, que é o nosso professor da área de comunicação, que é tão importante quanto.

Portanto, nobre Presidente, a minha sugestão é a seguinte: fazemos a audiência dos meios científicos e, depois, fazemos a audiência dos meios de comunicação, para a qual proponho convidar – já estou redigindo um requerimento – o SindiTelebrasil, a Anatel, o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a Abratel, porque nós acabamos de definir uma questão para o Brasil pressionada pelos meios de comunicação, porque quem definiu muito mais foram os meios de comunicação, até a posição do povo brasileiro, do que, propriamente, a situação vigente. Então, as comunicações são fundamentais.

E acho que, se o Ministro Kassab, que é um engenheiro da área de transportes, estivesse nos transportes, estaria muito bem colocado, mas ele foi para os meios de comunicação, algo fundamental para a universalização da internet, para a abertura dos meios de comunicação.

Eu sei que é muito sacal para nós aqui aprovarmos as rádios comunitárias, mas, talvez, se nós tivéssemos um critério melhor para discutir e liberar essas rádios, nós estaríamos fazendo nosso trabalho de uma forma mais precisa. Talvez seja preciso mudar isso, porque elas são fundamentais na comunicação do interior deste País.

Então, a minha sugestão é ouvir os meios científicos, os ouvir os meios de comunicação e, depois, ouvir o Ministro, para vermos as duas áreas em igualdade de condição, já que esta Comissão visa discutir os dois assuntos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nós estamos com quórum para deliberar – é não terminativo –, mas vamos fazer o seguinte: vamos ouvir... Em seguida, nós teremos aqui o requerimento. A questão se coloca nos seguintes termos: vamos ouvir primeiro as entidades científicas e tecnológicas.

Agora, a proposta do Senador Hélio José é de, antes de trazer o Ministro, trazer a comunicação. Eu acho que é aí que há um pequeno impasse. Então, eu quero perguntar a cada um dos senhores.

Senador Jorge Viana, a sua proposta é trazer primeiro as entidades científicas, as quatro entidades já nominadas aqui, depois, na segunda etapa, ouvir o Ministro e, por fim, na terceira etapa, ouvir a comunicação. Seria isso?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu gostaria de concordar com as ponderações de V. Exª e fazer o pedido para que o colega Hélio José possa compreender o momento que nós estamos vivendo. Nós estamos aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, todas as ponderações do colega Walter, do Senador Aloysio, do Senador Cristovam e do próprio Senador Hélio José seguiram uma manifestação, que foi a manifestada por V. Exª já na abertura dos trabalhos... Eu não estava aqui, mas pude acompanhar.

Nós estamos chegando a um bom termo, que V. Exª, inclusive, ajustou adequadamente. Temos o risco de mistura, de fusão de dois ministérios que tem grande importância nos tempos atuais. E nós estamos ponderando de fazer um debate aqui. O meu requerimento está pronto. Eu tenho certeza de que tem a assinatura dos colegas também, que podem ficar. Ele propõe cumprir o calendário que V. Exª falou: convidar a comunidade científica, quatro entidades, a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, que o Senador Cristovam sugeriu, trazer o Conselho Nacional das Fundações Estaduais, uma entidade muito ativa que nos ajudou no marco regulatório, a Academia Brasileira de Ciência e a SBPC.

Com isso, nós teríamos realmente uma representação bastante significativa e um debate possível aqui para, inclusive, o Ministro tomar conhecimento e, quando vier, já estar preparado. Estamos tendo um gesto respeitoso com o Ministro Kassab, para ele vir fazer um debate.

Eu acho que seria muito importante, com todo o respeito, que, tão somente nesse caso, nós fizéssemos a antecipação. No outro, a terceira audiência seria para tratar das comunicações, como propõe o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Esse é o seu voto. Muito bem.

Qual é o voto do Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu gostaria da verificação de quórum e gostaria de discutir essa questão de uma forma mais precisa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Hélio José, eu quero que V. Exª...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Eu não concordo...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Escute-me, por gentileza. Só um minuto.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A grande preocupação, candente preocupação, do Brasil é com relação à ciência e tecnologia.

Senador Hélio José, o nosso setor de comunicação não tem dado maiores discussões, não tem dado maior problema aqui. Agora, ciência e tecnologia, sim, porque a área de ciência e tecnologia não tem recebido seus recursos, é uma área que tem recebido ministros que não são os mais apropriados para o setor, ouviu, Senador Hélio José?

Por isso, eu gostaria da compreensão de V. Exª, que é o Vice-Presidente da Comissão e que é um Senador sempre presente aqui.

A nossa preocupação, repito, é com a área da ciência e tecnologia, que tem sido objeto de desprezo há muito tempo. E agora provocou um alarma geral, porque vem para cá um Ministro que não sabemos se entende do ramo. E nos causa uma grande insatisfação aqui o fato de que as verbas não vão para o Ministério para as pesquisas.

Então, esses são itens prioritários, urgentes. Por isso, eu gostaria da compreensão de V. Exª para, primeiro, fazermos esse debate. Aquele outro que não tem causado problemas, que é o da comunicação, deixaríamos para um pouquinho mais adiante.

Essa é a proposta. Se houver a concordância de V. Exª, acho que estamos todos conversados.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Acho que podemos chegar a um consenso, nobre Presidente da Comissão, Senador Lasier Martins. Eu só quero deixar consignado que os meios de comunicação são tão importantes quanto.

Eu concordo que o primeiro debate seja o de ciência e tecnologia, sem dúvida, até por causa dessa preocupação que o senhor e os nobres colegas colocam. O que eu gostaria de ponderar é que o Ministro é Ministro de ciência, tecnologia, inovação e telecomunicação. Como ele vai precisar responder às duas questões aqui, como vai mostrar seu plano de trabalho em relação às duas questões, a única questão que estou solicitando é que, primeiro, ouçamos a área de ciência e tecnologia, depois, a das comunicações e, em seguida, o Ministro, até para que as comunicações não fiquem subjugadas a um terceiro plano.

Acho que a minha ponderação é bastante razoável e uma deferência ao Idec, ao SindiTelebrasil, ao Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação e à Anatel, porque, queiram ou não, eu estou aqui, inclusive, propondo a CPI da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Eu entendi bem. Agora, eu tenho a impressão, Senador, antes de passar a palavra para o Senador Aloysio, que, como o Ministro Kassab agora será Ministro de dois Ministérios, ele aceitará vir aqui, em um primeiro momento, para responder só sobre ciência e tecnologia e será convidado para vir em outro momento para responder só sobre comunicação. Nós vamos propor isso a ele aqui, e acho que ele vai aceitar.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu não tenho dúvida de que o Ministro Kassab aceitará este duplo convite, uma vez para tratar de ciência e tecnologia e outra, para tratar de comunicação.

O Ministro Kassab, para quem não o conhece, é um político de larga experiência. Ele foi Vereador em São Paulo, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, foi Prefeito da capital, foi reeleito Prefeito da capital, foi Ministro no governo anterior, é formado por duas das melhores escolas de São Paulo: uma é a Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e a outra não nada mais, nada menos que a Escola Politécnica de São Paulo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sim.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Então, é uma pessoa que tem aptidão política e uma formação cultural sólida que o habilita a exercer essa função.

De modo que concordo com essa proposta.

Quero também aproveitar a ocasião para pedir desculpa ao Senador Jorge Viana, pela nossa troca de farpas políticas. Acabei magoando um colega que eu admiro e estimo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bonito gesto.

Meus cumprimentos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Espero que não fique nenhuma cicatriz.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Os senhores são Senadores de alto nível, de uma elegância magistral.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Nobre Senador, eu gostaria de protocolar aqui o mesmo ofício das comunicações e de dizer que concordo com a ponderação de V. Exª. A gente faz ciência e tecnologia, faz toda a conversa, depois o Ministro, depois telecomunicações e depois o Ministro.

Eu quero apresentar aqui o ofício do convite ao Ministro e dos meios de comunicação, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Meus cumprimentos por sua compreensão, ponderação.

Senador Cristovam, já vou submeter o seu voto.

Já tenho em mãos o requerimento, assinado pelos Senadores presentes, propondo a vinda de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, da Academia Brasileira de Ciências – ABC, do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – Confap, e da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes para o tema "Balanço e Prioridades para a Nova Gestão da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Então, Senador Cristovam, como é o seu voto?

Receberíamos aqui essas quatro autoridades, numa audiência preferencial, e, depois, traríamos o Ministro.

Qual é o seu voto?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Acompanho o Relator.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Todos acompanhamos o Relator.

Há consenso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Walter também?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Em gênero, número e grau.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Tem o meu completo apoio também.

Então, está decidido.

Vamos, o mais rapidamente possível, trazer aqui essas quatro entidades. O bom seria se viessem os presidentes. Vamos ver se trazemos os presidentes, a entidade máxima. Por que acho que virão? Porque essa matéria está agitando os meios científicos e, certamente...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – V. Exª já marcaria para a próxima terça?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se der...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vai ser na outra. Na próxima terça, teremos a política pública, que já está marcada, com convidados. Então, daqui a duas reuniões teremos esse debate.

Temos aqui, também, o requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois é, não sei se podemos.

V. Exª...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, vamos fazer isso. Eu concordo inteiramente. Esse assunto é tão candente quem tem preferência. Fica lá para adiante, porque isso aqui tem preferência. A preocupação é muito grande, e eu, como Presidente desta Comissão, estou muito preocupado, porque a nossa Comissão, até hoje, tem sido muito teórica. Ela precisa ser prática. Então, vamos marcar as entidades para terça-feira.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, eu só queira registrar a retirada da verificação do pedido de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado.

V. Exª está muito compreensivo hoje.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Como V. Exª sabe, eu sou o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Que, pelo que está sendo noticiado, vai dar muito o que falar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – (...) ... pudesse relatar o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só, rapidamente, faremos a votação do requerimento do Senador Hélio José, que foi muito compreensivo com a nossa alteração.

O Senador Hélio José está requerendo convite para os representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, da Agência Nacional de Telecomunicações, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, do SindiTelebrasil e da Abratel.

É um número elevado, mas vamos fazer.

EXTRAPAUTA
ITEM 41
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 21, de 2016
- Não terminativo -

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater a fusão do Ministério das Comunicações com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, a partir da ótica das Comunicações. Para tanto devem ser convidados representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Agência Nacional de Telecomunicações, Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações, SindiTelebrasil e Abratel.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e outros

Está em votação o requerimento do Senador Hélio José.
Se todos concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)
Aprovado.
A pedido do Senador Aloysio Nunes Ferreira, vamos ao item 9, que diz respeito... (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Onde está o item 9? (*Pausa.*)
O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se V. Exª me permite, eu o tenho em mãos.
O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o PDS nº 454.
V. Exª pode nos colocar a par dele, porque, com essa movimentação toda de agora, pela manhã, nós já perdemos de vista o nosso papel.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 454, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, esse Projeto de Decreto Legislativo aprova o ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orlândia, Estado de São Paulo.

Há um imbróglio em torno dessa questão, porque esta Comissão, no dia 5 de maio de 2015, deliberou por sobrestar a tramitação da matéria e indagar ao Ministro de Estado das Comunicações, por meio de um requerimento aprovado nesta Comissão, que providências estariam sendo tomadas em razão de algumas irregularidades que foram apontadas durante a tramitação deste projeto de resolução ainda na Câmara dos Deputados.

A denúncia a que me refiro parte da alegação de que a outorgada teve o seu contrato social e diretivo alterado sem o conhecimento do Ministério das Comunicações durante o processo licitatório.

Além disso, há a informação de que uma das sócias, a Srª Simone Oliveira de Albuquerque, seria servidora pública federal, o que contraria a legislação vigente.

Essa denúncia foi considerada insubsistente, segundo nota informativa que nos foi expedida pelo Departamento de Outorgas do Ministério. Foi considerada insubsistente, em primeiro lugar, porque o Ministério da Saúde, órgão de origem da servidora, entendeu que não houve infração à Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações afirmou que a alteração contratual realizada não resultou em transferência do controle da sociedade, o que dispensaria a expedição de comunicação ao Ministério e, portanto, afastaria a ilegalidade. Diante disso, nós tínhamos todas as condições de aprovar o Projeto de Decreto Legislativo.

Ocorre, porém, que, a nossa assessoria detectou que a outorgada apresentou um pedido de desistência da homologação do certame, o que foi devidamente acatado pelo Ministério das Comunicações. Falo do pedido da desistência da Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda.

Então, o Ministério das Comunicações, diante disso, deveria ter tornado sem efeito a portaria que outorgou a permissão à empresa Sinal Brasileiro de Comunicação.

No entanto, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 140, de abril de 2013, submeteu o referido ato de outorga, que deveria ter tido seus efeitos sustados, à apreciação do Congresso, dando ensejo, então, ao PDS que nós estamos examinando.

Então, nós precisamos esclarecer a quantas anda essa questão, qual a razão desse imbróglio.

Nesse sentido, eu proponho que se mantenha o sobrestamento do trâmite da matéria e a expedição de um novo requerimento de informações para saber qual a situação da outorga que foi concedida inicialmente a essa empresa Sinal Brasileiro de Comunicação em face da anulação da homologação da concorrência e, portanto, da adjudicação.

Então, há um requerimento de informações que visa a esclarecer essa informação.

Proponho, portanto, que seja mantido o sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem, Senador Aloysio.

Então, em discussão o voto de sobrestamento e esse requerimento do Senador Aloysio com relação à permissão para a Sinal Brasileiro de Comunicação Ltda. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Permaneçam como estão aqueles que concordam. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pelos mesmo motivos do Senador Aloysio, eu tenho um compromisso e gostaria, se fosse possível, de iniciarmos os itens 21 e 22, da minha relatoria, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São terminativo e não há quórum.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Ah, não há quórum? Então está bem. São de rádio também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então vamos ao item 10, que é nos mesmos termos deste recém-relatado pelo Senador Aloysio, mas que tem como Relator o Senador Cristovam.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 103, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cabe a nós tomar a decisão.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços orienta-se, nesta Casa, pelas formalidades.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2015, evidenciou a ausência de elementos relevantes a sua avaliação, notadamente de partes do parecer da Advocacia-Geral da União.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS evidenciou a ausência de elementos relevantes a sua avaliação, opinamos pela aprovação de requerimento de informações ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações que venham a preencher essas ausências.

Leio o requerimento, Sr. Presidente:

Requeiro seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações cópia integral do Parecer nº 0620/2013/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral da União junto ao Ministério das Comunicações, relativo ao Processo nº 53000.056.1532011-39, a fim de instruir o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2015 (nº 1.605, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SOM DAS TERMAS para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que é pela aprovação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Walter Pinheiro, o item 11 é rigorosamente igual. Mudam os nomes. Esse diz respeito à Rádio Imprensa S/A, da cidade do Rio de Janeiro.

Peço a V. Exª, Senador Walter Pinheiro, que seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 254, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pelo sobrestamento do projeto nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, e pela aprovação de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, na realidade, o nobre Relator, que foi Senador Marcelo Crivella, expressa aqui sua posição sobre o fundamento legal do pedido de renovação de permissão, apresentado intempestivamente pelo interessado, após o vencimento da outorga, processo admitido... Portanto, houve aqui, segundo o próprio relato do Senador Marcelo Crivella, algum tipo de apuração em relação à denúncia de arrendamento da outorga. Portanto, houve esses questionamentos. Nesse sentido, opto por seguir o relatório do Senador Marcelo Crivella, atendendo ao apelo de V. Exª. Somos, então, pelo sobrestamento da tramitação e pelo encaminhamento ao Ministério das Comunicações, agora Ministério das Comunicações e, lá no cantinho, da Ciência de Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não é isso que queremos, Senador. Queremos virar esse jogo.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Isso, queremos o contrário: Ministério da Ciência de Tecnologia e, como desdobramento, das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Exatamente. Essa é a nossa preocupação, motivo da longa discussão de hoje, de boas conclusões, para a qual vamos trazer aqui as entidades científicas e, depois, o Ministro, envidando todos os esforços para que essas entidades científicas estejam aqui na próxima terça-feira.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O.K.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em discussão o parecer do Relator *ad hoc,* Senador Walter Pinheiro, pela aprovação do requerimento de busca de informações do Ministério das Comunicações. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões dos dias 3 de maio, 13ª Reunião, e 10 de maio, 14ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Os projetos terminativos aqui nós já... Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Na próxima reunião.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sim, mas já foram relatados?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Uma coisa que nós poderíamos fazer, até para adiantamento processual, seria pelo menos deixá-los aqui, numa linguagem muito comum do plenário... Senador Cristovam, era muito comum, na Câmara dos Deputados, os Deputados darem como lidos seus pronunciamentos.

Nesse caso, a leitura seria importante porque todas as vezes, aqui, para conseguirmos o quórum para uma matéria terminativa, é um parto. Quando alguém chega, até concluir todas as leituras, o sujeito já saltou fora, como se diz na roça.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São muitos projetos de rádio. V. Exª seria nomeado Relator *ad hoc*. Para votá-los na semana que vem, se V. Exª não estiver presente, seriam relatados *ad hoc* também. Podemos contar com sua presença na próxima reunião?

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Pode. Eu disse isso apenas para economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas temos audiência pública.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Porque, às vezes, quando a gente bota o número aqui... É muito comum isso que fazemos... Na próxima reunião, como teremos audiência... Com o Ministro aqui, o quórum é até alto.

Mas V. Exª pode deixar para a próxima reunião. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, V. Exª tem a palavra.

São os itens 12 a 38. Há três do Senador Cristovam, o 14, o 15 e o 16. Depois, há três meus também, o 25, o 26 e o 27.

Então, V. Exª pode ler o 12 e o 13.

Todos têm o mesmo sentido. Então, só citaria o nome das rádios, porque há muita gente nos acompanhando pelo Brasil afora que sabe que seus...

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Então, a partir do item 12?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – No caso do item 12, qual seria a rádio?

E o Senador Cristovam já pode se preparar para os itens 14, 15 e 16.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Acho que o item 12 é do Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 12 já foi lido.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O item 11 foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 12 foi lido na reunião passada.

Apenas o item 13.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – O item 12 o Senador Aloysio já leu.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Isso. O item 13 é da Senadora Angela Portela.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 373, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MENINA DO PARANÁ ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Parecer favorável da Senadora Angela Portela ao PDS 373, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Menina do Paraná Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

Portanto, opino pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

Os itens 14, 15 e 16 têm relatoria do Senador Cristovam.

Os nomes das rádios e se é pela aprovação ou não.

Item 14.

ITEM 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 97, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE MARAVILHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Trata-se da Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Maravilhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maravilhas, Estado de Minas Gerais.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 97, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, opinamos pela aprovação do ato.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

Esse, então, foi o item 14.

Item 15.

ITEM 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à GONÇALVES COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2015 (nº 1.546, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão a Gonçalves Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ilhota, Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O item 16...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – ... não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão a Gonçalves Comunicações Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Senador, V. Exª é Relator também do item 16.

ITEM 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 99, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO CULTURAL MORRO BRANCO – ACRMB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 99, de 2015 (nº 1.554, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ilha Grande, Estado do Piauí.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Obrigado, Senador Cristovam.

O item 17 já foi lido e tem vista dada ao Senador Eduardo Amorim.

Vamos para o item 18, que tem como Relator o Senador Eduardo Amorim, mas que terá a relatoria do Senador Walter.

ITEM 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 153, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2015, que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Rádio e Televisão Vale do Sucuriú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Nioaque, Estado do Mato Grosso do Sul.

Pela aprovação do item 18.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos ao item 19.

ITEM 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO VALE DO IPOJUCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipojuca para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Somos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 20.

ITEM 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TAILÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia para executar serviço de radiodifusão comunitária, cidade de Tailândia, Estado do Pará.

O relatório é do Senador Flexa Ribeiro.

Nós somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 21.

ITEM 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2015, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.

Relator o Senador Hélio José.

Como Relator *ad hoc*, aprovo o relatório do Senador Hélio José.

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 22, também de relatoria do Senador Hélio José.

ITEM 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 280, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão à RÁDIO ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Hélio José

Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2015, que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Ativa Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 23, do Senador José Agripino.

ITEM 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 269, de 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA POÇO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Agripino
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Poço Cerrado para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tangará, Estado do Rio Grande do Norte.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 24, do Senador José Medeiros.

ITEM 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 234, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE ESTREITO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador José Medeiros
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estreito para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pedregulho, Estado de São Paulo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador, quero abrir mão da formalidade de ser substituído e lhe pedir que, como Relator *ad hoc*, relate meus três projetos, constantes dos itens 25, 26 e 27.

Item 25.

ITEM 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 224, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE BENEFICENTE GLÓRIA IN EXCELSIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Glória in Excelsis para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Boa Vista do Cadeado, Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Portanto, agora o cadeado está aberto.

V. Exª é pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É um Município que conheço. Fica próximo de Cruz Alta.

Muito bem.

Item 26.

ITEM 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 240, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPREENDEDORES IGUAÇUENSES DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Jovens Empreendedores Iguaçuenses de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 27.

ITEM 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FM 104 LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Lasier Martins
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2015, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 104 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter, agora três projetos de relatoria do Senador Marcelo Crivella.

Item 28.

ITEM 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 171, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOVA BETEL FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Betel FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Senador Marcelo Crivella opinou pela aprovação, e nós assinamos embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 29, também do Rio.

ITEM 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 193, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA CULTURA FM DE CACHOEIRAS DE MACACU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Cultura FM de Cachoeiras de Macacu para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Também aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 30.

ITEM 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA TEREZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária do Bairro Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Miracema, Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O item 31, Senador Walter Pinheiro, é da relatoria do Senador Roberto Rocha. É uma rádio de Goiás.

ITEM 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 332, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO SERRA VERDE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação

Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Serra Verde FM para executar serviço de radiodifusão comunitária, cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dois, agora, da Senadora Rose de Freitas, que desejamos que já esteja com a saúde perfeitamente recuperada.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Restabelecida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já está bem restabelecida.

Ela tem dois projetos de renovação de licença do Estado do Espírito Santo.

Item 32.

ITEM 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 46, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS E COLABORADORES DO PARQUE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº
46, de 2014, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos e Colaboradores do Parque para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 33.

ITEM 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 108, de 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à COMUNICAÇÕES ALTEROSAS - RIO DOCE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Rose de Freitas
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2014, que aprova o ato que outorga permissão à Comunicações Alterosas - Rio Doce Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O 34 vem de Minas Gerais e tem a relatoria do Senador Sérgio Petecão.

ITEM 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA CIDADE DE LUISLÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Cidade de Luislândia para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Luislândia, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Está bem.

Agora, dois do Senador Valdir Raupp, o 35 e o 36.

ITEM 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL E BENEFICENTE GIDEÕES DO CANAÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Educativa Cultural e Beneficente Gideões do Canaã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Item 36.

ITEM 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SERRANENSE DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2015 (nº 1.140, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação

Comunitária Serranense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranos, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o PDS 37 o senhor está em casa: vem da Bahia, e o senhor é o Relator.

ITEM 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MISSÃO DE ARICOBÉ – ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 22/03/2016; 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Missão de Aricobé - ARMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Pela aprovação.

Relator o Senador Zeze Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Zeze Perrella é o Relator do item 38.

ITEM 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 117, de 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO GRANDE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Zeze Perrella
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/04/2016 e 10/05/2016.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Projeto de Decreto Legislativo nº 117, de 2015, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rio Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Foram lidos cerca de 20 projetos de outorga de emissoras de rádio. Foi boa a sua proposta, Senador Walter Pinheiro, porque na próxima sessão nós já poderemos votar a aprovação.

Estamos chegando ao final.

Informamos ao nobre Senador José Agripino, depois de muita discussão, sobre a fusão da ciência e tecnologia com a comunicação, que decidimos que, na próxima terça-feira, teremos aqui as entidades científicas, as comunidades científicas. Quatro entidades virão aqui para apresentar suas preocupações sobre o que vai fazer o Ministro Kassab com relação a prioridades para a recuperação desse setor, que tem sido alvo de tanto descaso no Ministério da Ciência e Tecnologia, que agora se funde ao Ministério das Comunicações. Depois dessa próxima sessão, nós traremos aqui o Ministro – já houve requerimento, que foi aprovado, para isto – para nos dizer o que vai fazer nesse Ministério que tanto nos preocupa.

Só para ciência de V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Obrigado, Presidente.

Eu acompanhei, pela Rádio Senado, as discussões que V. Exª levou a efeito e acho que elas foram muito bem conduzidas.

Nada mais importante do que, primeiro de tudo, ouvir. É preciso ouvir o que têm a dizer as entidades que tratam de ciência e tecnologia, que merecem todo o respeito do País, até porque respondem pelo futuro tecnológico *made in Brazil*. É importante saber o que eles acham da fusão da ciência e tecnologia com comunicações, o que acham e que sugestões têm. Mais importante do que o que eles acham são as sugestões que eles têm.

Em seguida, chamar – é nosso papel, como legisladores, e V. Exª toma a iniciativa, muito apropriada – o Ministro Gilberto Kassab para transmitir a ele e levar o aconselhamento, para que a gente possa fazer aquilo que nos compete. É o casamento de interesses. Ninguém está aqui para contestar no sentido destrutivo. Nós estamos aqui para tentar conciliar interesses eu tocar o País para frente.

Então, eu quero cumprimentar os membros da Comissão e V. Exª pelas iniciativas que julgo absolutamente meritórias e procedentes no tempo e nas circunstâncias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem.

Em conclusão, Senadores Agripino e Cristovam, pouco a pouco, nós vamos fechando aquele nosso propósito de levantar a realidade da investigação tecnológica, porque já tivemos aqui, há poucos dias, a representante do Ipea, representante do TCU e ficamos muito preocupados com os depoimentos negativos com relação ao andamento das verbas dos fundos setoriais que não chegam à pesquisa tecnológica e científica. Agora temos a mudança de ministro, queremos ver o que ele vai fazer e vamos cobrar muito, nós queremos, nesta Comissão, sempre com respaldo, com a orientação de V. Exªs, levar o tema ao plenário, levar o tema para a imprensa, exigir aquilo que é fundamental para o desenvolvimento do Brasil, que é respeitar a investigação tecnológica e científica. E esses dois próximos passos serão muito importantes para o nosso conhecimento – o que pretende o Ministro – e depois consolidarmos a nossa política preferencial de avaliação neste ano, que é a política de ciência e tecnologia.

Muito obrigado por sua presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª, Senador Cristovam, poderia nos ajudar no item 3, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que está na página 51? Já poderíamos deliberar hoje.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – V. Exª atua como Relator *ad hoc*, substituindo o Senador Eduardo Amorim.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto;
2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
3) A matéria constou na pauta da reunião do dia 10/05/2016.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - DF) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2015, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para incentivar a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas.

O Relator é o Senador Eduardo Amorim. Tenho o prazer de fazer o relatório, até porque creio que eu que pedi para este projeto vir à Comissão de Ciência e Tecnologia.

A proposição foi distribuída, inicialmente, às Comissões de Assuntos Sociais e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

No entanto, por força da aprovação, em 18 de junho de 2015, de um requerimento de minha autoria, a matéria veio ser analisada também por esta Comissão.

Cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre desenvolvimento científico e tecnológico, o que tem tudo a ver com o objetivo deste projeto.

Cabe, também, asseverar que a proposição atende a todos os atributos exigidos pela boa técnica legislativa em consonância com os ditames da lei.

No mérito, entendemos que o PLS nº 259, de 2015, está alinhado com os ditames da Política Nacional de Saneamento Básico e busca garantir a regularidade do abastecimento de água, por meio de introdução de tecnologia que contemple as peculiaridades regionais, sobretudo aquelas existentes na Região Nordeste.

Nesse contexto, o fomento da adoção de tecnologias que possibilitem a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas para o abastecimento da população se coaduna plenamente com uma ação estratégica para gestão de água no País e pode representar um avanço significativo no desenvolvimento tecnológico.

A inclusão, entre as diretrizes e os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, do incentivo à dessalinização de água do mar e das águas salobras subterrâneas, como pretende o projeto, é medida compatível com a demanda de combater a escassez de água em certas regiões do País, especialmente Norte e Nordeste.

Portanto, em face de a distribuição da água doce disponível no Território brasileiro ser extremamente desigual, como já analisado preteritamente, a criação de um mecanismo adicional de produção de água a partir da dessalinização pode auxiliar no gerenciamento hídrico no Nordeste. O caso da Região Nordeste, onde a disponibilidade relativa da água para a população é cerca de 90 vezes menor que a disponibilidade da Região Hidrográfica Amazônica, mostra a pertinência e relevância do projeto do Senador Eunício.

Considerando, adicionalmente, o crescimento da população no Brasil e no mundo, a necessidade de se enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e a demanda por mecanismos mais eficazes para se lidar com a crise hídrica no País e no mundo, a dessalinização pode representar uma mudança estrutural e provocar uma quebra de paradigma na política tecnológica brasileira.

É por tudo isso, Senador, que com muita satisfação voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2015, na forma proposta pelo Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bom. Esse é um projeto muito mais importante do que parece, que é a dessalinização da água do mar e das águas salobras subterrâneas. Nós já comentamos aqui, em outro dia, que essa dessalinização já existe em algumas partes do mundo, como Barcelona e Dubai. Tive a oportunidade de ir lá verificar presentemente. A água dessalinizada é usada para sanitários, para lavar a louça, para lavar roupa, etc., só não para beber.

Aqui no Brasil, para quem não sabe ainda – acho que sabem –, já há um trabalho da Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, que está já procedendo o abastecimento de água dessalinizada em Fernando de Noronha.

Em discussão, para quem quiser discutir esse tema da dessalinização da água do mar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem concorda permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Como já houve aprovação da ata, e hoje ela foi bastante extensa – três horas de reunião –, agradecemos a presença dos senhores e os convidamos para que se façam presentes na próxima terça-feira, quando pretendemos, na audiência pública, ter aqui os representantes da comunidade científica para nos prepararmos, com eles, para os questionamentos ao novo Ministro da Ciência e Tecnologia, na reunião subsequente.

Muito obrigado aos senhores.

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)

Fale com o Senado
0800 61 2211